

29ª reunião
brasileira
de antropologia

RBA

**DIÁLOGOS ANTROPOLÓGICOS
EXPANDINDO FRONTEIRAS**

CADERNO DE RESUMOS

Caderno de Resumos da 29ª RBA

© ABA Associação Brasileira de Antropologia, 2014

Organização CARMEN RIAL e ELISETTE SCHWADE

Projeto gráfico e diagramação MARINA MOROS

ISBN 978-85-87942-29-6

29ª Reunião Brasileira de Antropologia

3 a 6 de agosto de 2014

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Promoção

Associação Brasileira de Antropologia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

The logo consists of the letters 'ABA' in a bold, red, sans-serif font. The letters are slightly stylized, with the 'A' and 'B' having a modern, blocky appearance.

Associação Brasileira de Antropologia

Carmen Rial e Elisete Schwade [orgs.]



CADERNO DE RESUMOS

Editora Kiron

Brasília, 2014

29ª RBA - DIÁLOGOS ANTROPOLÓGICOS- EXPANDINDO FRONTEIRAS

É com satisfação que apresentamos aqui a programação da 29ª RBA, que tem como tema central *Diálogos Antropológicos - Expandindo Fronteiras*. Esta temática, base da plataforma da gestão da ABA 2013-2015, enfatiza análises críticas e propositivas sobre os dilemas, desafios e perspectivas que permeiam os atuais processos de expansão e transformação da Antropologia. Tem como objetivo apresentar e problematizar não só as transformações e reconfigurações da antropologia como disciplina acadêmica, mas, também, as relações entre essas reconfigurações e as políticas científicas em voga, a formação de antropólogos e as demandas no mercado de trabalho e, ainda, a relação da pesquisa antropológica com a ação política, no espaço público.

Julga-se aqui de suma importância incitar reflexões críticas sobre a política da antropologia e sua relação com a política da ciência e tecnologia. Apesar de sua contínua contribuição para a formulação de políticas públicas e propostas para a sociedade, a disciplina confronta ainda o desafio de organizar e afirmar criticamente sua produção intelectual a fim de expor a dimensão humana da ciência, da tecnologia e da inovação, inclusive no que concerne à problematização de meta narrativas sobre desenvolvimento econômico e social. A internacionalização da Antropologia constitui certamente importante caminho para essas reflexões críticas e problematizações, por meio de parcerias intelectuais sobre assuntos de alta relevância na atual conjuntura global (como desenvolvimento, desigualdades sociais, deslocamentos e violências) que possam contribuir com subsídios para políticas públicas e inclusive oferecer treinamento a estudantes de pós-graduação do Brasil e do exterior, assim como resultar em publicações. Uma outra dimensão desse desafio implica a necessidade de divulgação da produção antropológica para audiências mais amplas.

A 29ª. RBA dá as boas-vindas aos seus mais de 3.500 participantes inscritos oriundos das mais diversas regiões do Brasil e de outros países. Representantes da academia de destaque no país e do exterior, cientistas sociais de várias matizes, antropólogos profissionais com atuação fora da academia, membros do poder judiciário, representantes de Ministérios, profissionais e cientistas de diversas áreas de conhecimento, estudantes de graduação e pós-graduação, entre outros. Como a programação deste Caderno bem demonstra, nosso encontro será cenário de um intenso diálogo de antropologias diversas. Esperamos que estes diálogos resultem em expansões das fronteiras de conhecimento, e que tenham impacto na formulação de políticas públicas para o nosso país.

A Diretoria

SUMÁRIO

06 | PRÉ EVENTOS

17 | CONFERÊNCIAS E DUETOS

19 | SIMPÓSIOS ESPECIAIS

75 | MESAS REDONDAS

159 | GRUPOS DE TRABALHO

1568 | COMUNICAÇÕES COORDENADAS

1667 | PÓS EVENTOS

1675 | MINICURSOS

1682 | OFICINAS

1687 | NOVOS DEBATES EM ANTROPOLOGIA

1695 | ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

1697 | COMISSÃO ORGANIZADORA

PRÉ EVENTOS



COORDENADORES: JULIE CAVICNAG-UFRN, MANUEL FERREIRA LIMA FILHO – UFG/ABA
REGINA ABREU – UNIRIO, RENATO ÁTHIAS – UFPE/ABA

A Antropologia manteve desde seus primórdios forte relação com o campo dos museus. Seja como área de conhecimento no contexto das instituições museais de cunho enciclopédico, seja criando instituições museais articuladas com a prática etnográfica; seja construindo um olhar particular sobre os museus no contemporâneo. Cada um destes movimentos, expressa um certo tipo de inserção do antropólogo nas práticas da disciplina, bem como revela momentos singulares no cruzamento da História da Antropologia e da História dos Museus. Num primeiro movimento, temos uma vertente evolucionista e positivista da Antropologia, onde a coleta de objetos e sua conservação nos museus expressavam a constituição de acervos documentais de confiabilidade para as pesquisas; num segundo movimento, temos a criação e institucionalização dos chamados “museus etnográficos” - consagrados modelos que associavam o estudo das particularidades culturais à preservação de objetos coletados durante a pesquisa de campo. Num terceiro movimento, os antropólogos passaram a se interessar por etnografar os museus como sintomas de práticas sociais e espaços de poder conjugados a regimes de valor que convertem artefatos em bens consagrados (lógicas colecionistas); expressões culturais e modos de fazer em “bens patrimoniais”; rituais em performances públicas; pessoas em “representantes” e “porta-vozes” de etnias e comunidades. O presente evento visa propiciar o encontro de antropólogos que no seu ofício profissional participam dos museus, seja articulados às práticas específicas dos “museus etnográficos”, seja realizando “etnografias de museus no contemporâneo”. O encontro pretende ainda abrir uma reflexão sobre a especificidade do “museu etnográfico” e as novas modalidades de museus a ele associados ou dele decorrentes como os “museus indígenas”, os “museus sociais”, os “eco-museus”.

PROGRAMAÇÃO

01 DE AGOSTO

9:00

ABERTURA

CARMEN RIAL — UFSC /PRESIDENTE DA ABA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA/UFRN

RENATO ATHIAS — UFPE/SECRETÁRIO GERAL DA ABA

NOVOS CENÁRIOS SOCIAIS E O LUGAR DOS MUSEUS ETNOGRÁFICOS

COORDENADOR: MANUEL FERREIRA LIMA FILHO

Laundering Culture: Power and the Production of Museum Exhibits

SALLY PRICE — EMERITUS THE COLLEGE OF WILLIAM AND MARY — USA

O Museu Maguta e as reconfigurações da memória Ticuna

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA — UFRJ/MUSEU NACIONAL

Museos y antropologia en Colombia

FERNANDO TOVAR BARONA — BANCO DA LA REPÚBLICA — COLÔMBIA

10h30 PAUSA

10h45

ETNOGRAFIA NOS MUSEUS NO CONTEMPORÂNEO: PRÁTICAS SOCIAIS E REGIMES DE VALOR

COORDENADORA: JULIE CAVIGNAC/UFRN

Etnografando a reconfiguração dos museus em cidades requalificadas: o caso da cidade do Rio de Janeiro

REGINA ABREU (UNIRIO)

Museus, tecnologias e inovação

PAULO PEIXOTO (CES/UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

Do campo ao museu: notas sobre a produção do “arquivo musical” do folclorista Théo Brandão

WAGNER CHAVES (MUSEU THÉO BRANDÃO)

12h15 **Almoço**

14:00

Novos cenários sociais, coleções e experiências compartilhadas em museus

SESSÃO I

COORDENADOR: RENATO ATHIAS

Itinerários de uma coleção Karajá no Museu Nacional (UFRJ)– objetos, atores, pós-colonialismo e cidadania patrimonial

MANUEL FERREIRA LIMA FILHO

Redes globais de colecionismo etnográfico e as reapropriações contemporâneas de duas coleções Ka'apor

MARIANA FRANÇOZ— LEIDEN UNIVERSITY -HOLANDA

15h30 **PAUSA**

16:00

SESSÃO II

COORDENADOR: MANUEL FERREIRA LIMA FILHO

From a European Point of View: Indigenous Amazonian Societies in Ethnographic Museums

CLAUDIA AUGUSTAT- MUSEU DE ETNOLOGIA DE VIENA

Museus Etnográficos, Temas e Problemas no Brasil atual

RENATO ATHIAS (UFPE)

Entre termos, conceitos e ações: reflexões sobre “museu etnográfico” e outras possibilidades

MARÍLIA XAVIER (MAE/USP)

17h30 **PAUSA**

02 DE AGOSTO

9:00

ANTROPOLOGIA E EXPERIÊNCIA MUSEAL

COORDENADORA: REGINA ABREU

O Museu do Futebol/São Paulo

JOSÉ GUILHERME MAGNANI-USP

Pensando retóricas expositivas no Museu Antropológico da UFG

NEI CLARA DE LIMA — MUSEU ANTROPOLÓGICO/UFG

Colecionismo e representações culturais

EDMUNDO PEREIRA — MUSEU NACIONAL/UFRJ

10h30 **PAUSA**

11:00

MUSEUS, PATRIMÔNIOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

COORDENAÇÃO: SILVANA RUBINO

Sistema Brasileiro de Museus — perspectivas e alcances

JOSE NASCIMENTO JUNIOR — COMITÊ GESTOR DE MUSEUS — GOVERNO FEDERAL

Antropologia, patrimônios e museus, pontos para uma reflexão

SILVANA RUBINO - UNICAMP/ABA

CÉLIA MARIA CORSINO — DIRETORA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL | IPHAN

12h30 **Almoço**

15:00 - 19:00

VISITA TÉCNICA PELO CENTRO HISTÓRICO, MUSEU CÂMARA CASCUDO (EXPOSIÇÃO: *Os PRIMEIROS BRASILEIROS*)

COORDENADORAS: ELIANE CANTARINO O'DWYER (UFF) E CÍNTIA BEATRIZ MÜLLER (UFBA)

Este evento tem por objetivo reunir a rede de pareceristas do projeto ABA/FORD e antropólogos do INCRA, indicados pela própria instituição, visando realizar uma reflexão sobre o fazer antropológico junto a contextos de institucionalização da disciplina, mediante a presença de antropólogos no Estado e a produção de relatórios antropológicos para o INCRA (contratados através de Pregão Público e outras modalidades).

PROGRAMAÇÃO

01 DE AGOSTO

14:00 - 14h30

ABERTURA

CARMEN RIAL (PRESIDENTE ABA)

LINHAS GERAIS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ABA/FORD QUILOMBOS

ELIANE CANTARINO O'DWYER (UFF)

CÍNTIA BEATRIZ MÜLLER (UFBA)

SESSÃO I

14h30 - 16h30

ANTROPOLOGIA E RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS SOBRE TERRAS DE QUILOMBO: CONCEITOS TEÓRICOS UTILIZADOS E O FAZER ETNOGRÁFICO

UMA ANÁLISE CRÍTICA SEGUNDO A EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DOS PARECERISTAS DA ABA

COORDENADOR: OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA (UFES)

SESSÃO II

17:00 - 19h00

AUTO-REFLEXÕES DOS PARECERISTAS SOBRE SUA EXPERIÊNCIA DE EXPERTISE NO RECONHECIMENTO DAS TERRAS DE QUILOMBO

SUBSÍDIOS DA AVALIAÇÃO CRÍTICA E SEUS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

COORDENADORA: RAQUEL MOMBELLI (UFSC)

02 DE AGOSTO

SESSÃO III

09:00 - 12h00

RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS AVALIADOS PELO INCRA: DESAFIOS DO TRABALHO DO ANTROPÓLOGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO ATENDIMENTO ÀS NORMAS PROCESSUAIS E A IMPOSIÇÃO DE CRITÉRIOS ESTRANHOS À DISCIPLINA

COORDENADOR: ADERVAL COSTA FILHO (UFMG)

SESSÃO IV

14:00 - 15h30

SITUAÇÃO DE JUDICIALIZAÇÃO DE RELATÓRIOS DE TERRAS DE QUILOMBOS, PROCESSOS JURÍDICOS E CASOS EXEMPLARES DE INTERVENÇÃO DO MPF

COORDENADORA: CÍNTIA BEATRIZ MÜLLER (UFBA)

CONVIDADO: PROCURADOR DA REPÚBLICA DR. ALEXANDRE SOARES

SESSÃO V

16h30 - 19h30

DESAFIOS E PROSPECTIVAS AO TRABALHO DO ANTROPÓLOGO EM CONDIÇÕES DE ELABORAÇÃO DE LAUDOS E RELATÓRIOS SOBRE TERRAS DE QUILOMBO. REFLEXÕES SISTEMÁTICAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE SABERES ANTROPOLÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO

COORDENADORA: ELIANE CANTARINO O'DWYER (UFF)

PARTICIPANTES DAS SESSÕES

VÂNIA FIALHO —UEPE

ANA PAULA COMIN DE CARVALHO — UFRB

SANDRO SILVA — UFES

ALEX RATTI — UFG

CARLOS GUILHERME — UFRN

JULIE CAVIGNAC — UFRN

EDMUNDO PEREIRA — UFRN

FRANCISCA MILLER — UFRN

LUIZ ASSUNÇÃO — UFRN

ROSA ACEVEDO — UFPA

PATRICIA PORTELA — UEMA

ESTEVÃO PALITOT — UFPB

A Associação Brasileira de Estudos Sociais do Uso de Psicoativos – ABESUP, juntamente com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia – CETAD/UFBA e o Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Psicoativos – GIESP/UFBA, organizam, durante a 29ª RBA, o III Encontro Nacional sobre a Sócio Antropologia do Uso de Psicoativos – 3º ENSSAUP.

A 3ª edição do ENSSAUP cria, novamente, um foro para uma discussão mais aprofundada da questão das drogas e de como ela se apresenta na sociedade contemporânea, oferecendo, também, um espaço adequado para propostas que não puderam ser incluídas no Grupo de Trabalho (GT-61) “Múltiplos discursos e práticas sobre drogas: medicina, direito e consumidores”, no qual serão discutidos como os diferentes contextos incidem sobre os usos de substâncias psicoativas, seus usuários, produtores e distribuidores, assim como os diferentes usos do corpo e performances que surgem em torno do emprego dessas substâncias para diferentes fins, constatadas por investigações das diversas “culturas da droga”.

PROGRAMAÇÃO

03 DE AGOSTO

10:00

Cuidando do Outro, cuidando de si: a Redução de Danos na trajetória social dos Redutores de Danos

LUZANIA BARRETO RODRIGUES – UNIVASF

As pedras que também constroem as cidades: consumo de crack, territórios e as fronteiras (i)legais

ISABELA BENTES – UNB

No “estalo” da pedra: o tratamento do usuário abusivo de crack e a descentralização da abstinência enquanto índice de cura

GUSTAVO SATLER CETLIN – PUC/MG

Breve revisão bibliográfica sobre o conceito de Comunidade Terapêutica e sua instituição no Brasil

ANDRÉA LUCIA VASCONCELLOS DE AGUIAR – UFRN

Na companhia da “BIANCA”: Consumo de Cocaína e outras drogas nos territórios LGBT de São Paulo

OSVALDO FERNANDEZ – UNEB

14h30

O Projeto IDMT: o estudo da relação entre a dose oral de DMT em miligramas, diluído em extrato vegetal desidratado, e os seus efeitos

MARK IAN COLLINS – ABESUP

A antropologia e a alteridade nos estados alterados de percepção

LUCAS HOLANDA – UFBA

A “Revolução Psicoativa” e o proibicionismo: os principais marcos históricos a partir das especificidades brasileiras

CARLOS EDUARDO MARTINS TORCATO — USP

Camaradas Caretas: drogas e esquerda no Brasil após 1961

JÚLIO DELMANTO — USP

O consumo recreativo de drogas ilícitas e lícitas em espaços públicos urbanos de lazer

FABIANO CUNHA DOS SANTOS — UFBA

O uso de drogas pelo antropólogo em campo

IVAN FARIAS BARRETO — UFBA

CONFERÊNCIAS E DUETOS



CONFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

03 DE AGOSTO | 19 - 20 HORAS | LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL

REFLEXÕES SOBRE 50 ANOS DE DIÁLOGOS ANTROPOLÓGICOS

Richard Price & Sally Price (College Willam & Mary)

Apresentação: Antonio Augusto Arantes (UNICAMP)

04 DE AGOSTO | 19 - 19H45MIN | LOCAL: AUDITÓRIO DA REITORIA | UFRN

Os ANTROPÓLOGOS INDÍGENAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

GERSEM LUCIANO BANIWA (UFAM)

TONICO BENITES (MN-UFRJ)

APRESENTAÇÃO: JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA (MN-UFRJ)

DUETOS

04 DE AGOSTO | 18 - 18H45MIN | LOCAL: AUDITÓRIO DA REITORIA | UFRN

FRONTEIRAS DA ETNOGRAFIA

HÉLIO SILVA (UFSC) E CLAUDIA FONSECA (UFRGS)

05 DE AGOSTO | 18 - 18H45MIN | LOCAL: AUDITÓRIO DA REITORIA | UFRN

O FUTURO DA CIDADES

RUBEN OLIVEN (UFRGS) MONICA HELLER (UNIVERSIDADE DE TORONTO/PRESIDENTE DA AAA)

06 DE AGOSTO

GÊNERO E SEXUALIDADE: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS EM UM MUNDO GLOBALIZADO

NIKO BESNIER (UVA/AMSTERDAM) E MARIA FILOMENA GREGORI (UNICAMP)

SIMPÓSIOS ESPECIAIS



001 A DIFERENÇA E O SENTIDO REVOLUCIONÁRIO HOMENAGEM AOS ANTROPÓLOGOS LUIZ DE CASTRO FARIA, RENÊ RIBEIRO, GIOCONDA MUSSULINI E EGON SCHADEN

COORDENADOR/A: RENATO MONTEIRO ATHIAS (UFPE)

CO-COORDENADOR/A: ROQUE DE BARROS LARAIA (UNB)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA (MUSEU NACIONAL - UFRJ)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: MÍSIA LINS VIEIRA REESINK (UFPE)

DEBATEDOR/A 3ª SESSÃO: RENATO MONTEIRO ATHIAS (UFPE)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: ROQUE DE BARROS LARAIA (UNB), ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA (UEA), JULIO CEZAR MELATTI (UNB)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: PETER FRY (UFRJ), ROBERTO MAURO CORTEZ MOTTA (UFPE/UEPB), ROBERTA BIVAR CARNEIRO CAMPOS (UFPE)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: ANDREA CIACCHI (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA), EUNICE RIBEIRO DURHAM (NUPPS/USP), PEDRO MARTINS (UDESC)

Este simpósio em homenagem aos Antropólogos Luiz de Castro Faria, Renê Ribeiro, Gioconda Mussolini e Egon Schaden enfocando a diferença e outro, como assinala a antropóloga Eunice Durham, a Antropologia de hoje, como aquela produzida ontem, sempre será relevante, pois sempre está associada a um debate profundo sobre a visão de mundo, que esteve e ainda está se construindo em nossa sociedade, dando sentido a muitos aspectos revolucionários da vida humana, das sociedades que são objetos de estudos. Esse simpósio está sendo proposto para homenagear colegas, que se estivessem vivos hoje estariam completando 100 anos. São eles: Luiz de Castro Faria, Renê Ribeiro, Gioconda Mussolini, Egon Schaden. Todos eles, através de seus estudos enfatizaram a relação dialógica da compreensão profunda das diferenças como pressuposto para a interpretação do mundo e a realidade social. Vários aspectos abordados pelos antropólogos que são homenageados nesse simpósio mostrando o grau com que a atividade antropológica consonância com as reivindicações sociais das sociedades que estudam. A história da Antropologia no Brasil já foi dividida em três momentos: aquele dos pioneiros, aquele do período formativo e o atual. Ao homenagear esses colegas que nos antecederam, estamos olhando para o “período formativo” de nossa antropologia, esse simpósio procurará buscar como cada um deles como cada um lidou com a diferença e os aspectos centrais de suas antropologias. O Simpósio estará dividido em três sessões. 1. A Antropologia de Luiz de Castro Faria 2. A Antropologia de Renê Ribeiro 3. A Antropologia de Gioconda Mussolini e Egon Schaden.

Para além de estereótipos: René Ribeiro, antropólogo

AUTORES: ROBERTA BIVAR C. CAMPOS (PPGA-UFPE) E MÍSIA LINS REESINK (PPGA-UFPE)

A trajetória intelectual e acadêmica de René Ribeiro está indiscutivelmente ligada à Medicina (em particular à psiquiatria) e à Antropologia. Pretendemos aqui, de um lado, aprofundar a reflexão sobre as afinidades eletivas entre essas duas áreas na trajetória de Ribeiro; de outro, desvelar como se dá a passagem do médico para o antropólogo, sem com isso inferir que houve uma conversão à antropologia. Assim, avançamos que: a) a produção acadêmica de Ribeiro se ancora em um eixo pendular entre psiquiatria e antropologia, numa perspectiva dialógica e interdisciplinar; b) as condições práticas e intelectuais da década de 30 e 40 do séc. XX, período em que Ribeiro incorpora-se também como antropólogo, favorecem o diálogo entre estas duas áreas. É no seio da sociedade de psiquiatria de Recife que se estabeleceu diálogo frutífero entre ciências.

René Ribeiro: Um Percurso Paradigmático na Antropologia Brasileira

AUTORES/AS: ROBERTO MAURO CORTEZ MOTTA, ROBERTO MOTTA

A extensa obra de René Ribeiro sobre a religião afro-brasileira se caracteriza pelo profundo sentido do concreto, da realidade viva. E nisto ele se opõe a boa parte dos autores que têm tratado do mesmo assunto. Estes podem esboçar os ritos do trabalho de campo, mas estão em primeiro lugar querendo repetir os princípios abstratos transmitidos em aulas e reuniões de São Paulo, Rio de Janeiro, Paris, e outros centros. Este mesmo sentido do concreto marca a obra de Dr. René sobre o sistema (ou o “insistema”) de relações raciais no Brasil. René não defende nunca, nesse domínio, idéias insusceptíveis de verificação empírica. René foi também antropólogo militante e presidente da ABA. Foi ele que organizou a reunião de 1978, no Recife, depois da qual a Antropologia brasileira jamais voltou a ser aquilo que era. Essa revolução paradigmática, associada à situação cultural e política dos últimos anos do regime militar, ainda suscita muitas interrogações a serem estudadas sem preconceitos mitológicos ou hagiográficos.

COORDENADOR/A: JANE FELIPE BELTRÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

CO-COORDENADOR/A: DENISE PAHL SCHAAN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: DOMINIQUE TILKIN GALLOIS (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO), GIRALDA SEYFERTH (MN/UFRJ), JORGE EREMITES DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: ANDREI ISNARDIS HORTA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS), SERGIO BAPTISTA DA SILVA (PPGAS -UFRGS), WILLIAM BALEE (UNIVERSITY OF TULANE)

A Arqueologia nas Américas nasceu como parte da Antropologia, tendo em vista o fato de que as sociedades pré-colombianas foco dos arqueólogos eram formadas pelos antepassados dos grupos indígenas estudados pela nascente antropologia no século XIX. No Brasil, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emílio Goeldi foram as duas instituições que apoiaram as primeiras pesquisas destinadas a recolher os vestígios arqueológicos e etnográficos de grupos que estavam “desaparecendo” à medida em que se consolidava a sociedade nacional. Apesar de continuarem juntas nos museus no início do século XX, a partir da consolidação das disciplinas em universidades a Antropologia e Arqueologia se distanciam, seguindo caminhos opostos. Recentemente, entretanto, temos assistido à busca pelo reencontro dessas duas sub-disciplinas tradicionais da Antropologia - a Antropologia social e a Arqueologia, em cursos de graduação e pós-graduação no país. Os que tem participado desses programas, discentes e docentes, frequentemente argumentam que arqueólogos estão mais abertos à Antropologia Social entretanto o contrário não se faz sentir. O simpósio quer refletir sobre esse reencontro, trazendo diversos exemplos de pesquisas que tem com sucesso aproximado a Antropologia do passado da Antropologia do presente, seja por intermédio do estudo da cultura material, da Etnoarqueologia, da Arqueologia antropológica ou da Arqueologia pública. Pretende-se, com isso, ampliar o debate sobre a interdisciplinaridade na Antropologia e melhorar nosso entendimento sobre a diversidade sociocultural além e apesar das barreiras cronológicas.

Corpos, peles e aldeias: reflexões sobre possibilidades de diálogo entre a Etnologia e a Arqueologia brasileiras

AUTORES/AS: ANDREI ISNARDIS HORTA

A intenção aqui é compartilhar reflexões sobre possibilidades de diálogo entre um campo específico da Antropologia, a Etnologia Indígena, e um campo também específico da Arqueologia, a chamada Arqueologia Pré-Histórica ou Arqueologia Indígena, em dois movimentos. Num primeiro movimento, explorarei como certos conhecimentos etnográficos específicos não foram incorporados ao repertório analítico da Arqueologia brasileira, valendo-me desses casos para refletir sobre a natureza do distanciamento entre esses campos, assim como para pensar nas implicações de sua não incorporação. Num segundo movimento, procurarei explorar algumas proposições interpretativas da Etnologia brasileira contemporânea, refletindo sobre seu potencial para o enriquecimento teórico do entendimento arqueológico dos povos ameríndios, ancestrais daqueles de que nos têm falado os etnólogos.

Cosmo-ontologias ameríndias: reflexões em torno de territorialidades, corpos, pessoas e das relações entre os campos disciplinares da Antropologia e da Arqueologia

AUTORES/AS: SERGIO BAPTISTA DA SILVA

A partir de diversas experiências etnográficas entre coletivos mbyá-guarani e kaingang, o objetivo desta comunicação é o de discutir suas territorialidades como uma cosmo-ontológica, enfocando as relações, de um lado, entre corpo e território e, de outro, entre natureza e cultura ou objeto e sujeito, discutindo e problematizando as articulações entre os campos da Antropologia e da Arqueologia, tomando como pano de fundo as cosmologias e as ontologias destes coletivos ameríndios. Parte-se de etnografias realizadas em contextos simetrizantes em relação aos conhecimentos e aos conceitos destes coletivos. Assim, a comunicação igualmente discute o estatuto cosmo-ontológico dos analiticamente por nós chamados de “objetos inanimados” e “recursos naturais”, tendo por fim problematizar as percepções analíticas, externas, euroreferenciadas e disciplinares destas categorias, enfatizando os conceitos êmicos, com todas as implicações e consequências para as disciplinas enfocadas.

Diálogos extramuros entre Antropologia Social e Arqueologia: o uso da Etnoarqueologia para a produção de laudos sobre terras indígenas na região Centro-Oeste do Brasil

AUTORES/AS: JORGE EREMITES DE OLIVEIRA

Desde as décadas de 1990 e 2000 que a Antropologia Social e a Arqueologia protagonizam uma formal (re) aproximação estratégica, oportuna e inovadora em muitas instituições no país. Esta situação também ocorre a partir de diálogos extramuros e tem reflexos positivos na produção de laudos administrativos e judiciais sobre terras indígenas no Centro-Oeste. Neste sentido, no presente trabalho tratarei do uso da Etnoarqueologia para a produção de laudos administrativos e judiciais nesta região. Para tanto, serão usados os exemplos dos laudos produzidos sobre duas terras indígenas em Mato Grosso do Sul (Buriti [2003] e Nãnde Ru Marangatu [2007]) e uma em Brasília (Santuário Tapuya dos Pajés [2010-2011]). O propósito maior é apresentar uma possibilidade de estudo que leve em consideração a cultura material para este tipo de trabalho, aqui percebida como a materialidade de relações sociais no tempo e espaço, incluindo paisagens humanizadas. Ênfase maior será dada para a análise do sistema de assentamento e do processo de territorialização em áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas.

Saberes wajãpi sobre a formação da terra e da humanidade: desafios de uma pesquisa colaborativa

AUTORES/AS: DOMINIQUE TILKIN GALLOIS

A equipe do projeto “Jane ypy: Documentação dos saberes wajãpi sobre a formação da terra e da humanidade”, desenvolvido em 2013 e 2014 com apoio do IPHAN, se propõe a discutir as possibilidades de colaboração entre três modos de apreender a longa duração, tais como configurados pela etnologia ameríndia, pela arqueologia e pelos saberes orais dos Wajãpi. A reflexão incide sobre a leitura das marcas deixadas na paisagem, que para os Wajãpi constituem elementos de uma ‘história do mundo’, que não é apenas a história de um grupo indígena específico, mas de todos os moradores – demiurgos, humanos, animais e espíritos – que ocuparam e hoje ocupam a região do noroeste do Amapá onde foi realizada

a pesquisa. Estruturas em pedra, riscos em lajedos, formato do curso dos rios, agrupamentos vegetais e outros elementos da paisagem, formas e cores dos animais, vestígios de artefatos e de habitações, etc. podem ser lidos a partir de relatos orais que não são apenas um recurso para a interpretação de cada marca específica, mas constituem um guia de leitura para o conjunto das relações que presidiram à transformação da terra e da humanidade. O debate incide sobre a maneira como os modelos analíticos da arqueologia e da etnologia se enriquecem ao dialogar – e não apenas se apropriar – com modos indígenas de reflexão e análise da história do mundo.

Equipe: Dominique Tilkin Gallois – USP; Mariana Petry Cabral – Inst. de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá / IEPA; Aikyry Wajãpi – Conselho das Aldeias Wajãpi / Apina; Jawaruwa Wajãpi – Conselho das Aldeias Wajãpi / Apina.

COORDENADOR/A: SILVANA BARBOSA RUBINO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

CO-COORDENADOR/A: ILANA SELTZER GOLDSTEIN (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS / SENAC)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO (UNICAMP), DANIEL REIS (CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR), ANA GITA DE OLIVEIRA (IPHAN)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: GUACIRA B. COELHO WALDECK (CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR/IPHAN), ILANA SELTZER GOLDSTEIN (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS / SENAC), RAFAEL WINTER RIBEIRO (UFRJ), ALICIA NORMA GONZALEZ DE CASTELLS (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA UFSC), ANA LÚCIA DUARTE LANNA (FAU USP), SILVANA BARBOSA RUBINO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

É consenso que os processos de patrimonialização e musealização cresceram expressivamente nas últimas décadas, revelando novas formas de representação de si e dos outros, contribuindo para a inserção de localidades em mapas simbólicos, e, suscitando, ao mesmo tempo, disputas diversas. Seja na perspectiva da gestão cultural, seja do ponto de vista da construção e da discussão da memória social, museu e patrimônio constituem, hoje, recursos potentes para todos os envolvidos. Tal fenômeno não poderia passar despercebido pelo campo da Antropologia, que, há pelo menos duas décadas, dedica-se a analisá-lo, tendo inclusive contribuído para a formulação de políticas públicas no setor. Partindo dessa premissa, o Comitê de Patrimônio e Museus da ABA propõe um Simpósio Temático que pretende refletir sobre a contribuição do antropólogo a esse debate, seja por meio de pesquisas, publicações, curadorias, ou do ativismo; as fronteiras e permeabilidades disciplinares, ou seja, de um lado as especificidades da atuação do antropólogo, e de outro seu diálogo com museólogos, historiadores, artistas, geógrafos etc.; a experiência do antropólogo em órgãos de preservação; os museus, as coleções e a Antropologia: como se dá esse diálogo de mão dupla: o que a presença de um antropólogo acrescenta à área de museus, inclusive de arte?

Da luta do Barro à Cerâmica de Apiaí

AUTORES/AS: GUACIRA B. COELHO WALDECK

Isso do barro”, “luta do barro são algumas expressões, registradas por folcloristas e antropólogos, que mulheres, em diferentes localidades, no Vale do Ribeira, em São Paulo, referiam-se à atividade, nos intervalos das atividades domésticas, de confeccionar potes, moringas, panelas, trocadas e vendidas nas proximidades. Sobretudo a partir dos anos 1950, por meio da atividade de folcloristas, artistas, antropólogos, instituições de arte e cultura, essas peças, retiradas de seus contextos de origem ingressam em diferentes mercados de bens simbólicos. É nesse processo que o repertório muda, há o aumento de escalas, e a “luta do barro” ganha nova “carreira” como “Cerâmica de Apiaí”. O objetivo é apresentar uma experiência de instalação de espaço expositivo, realizada em 2002, na Casa do Artesão, criada em 1970, que manteve, ao longo desses anos, um espaço de guarda de peças, inalienáveis.

COORDENADOR/A: CARLOS ALBERTO STEIL (UFRGS)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: PATRICIA BIRMAN (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO), REGINA CELIA REYES NOVAES (CNPQ - PESQUISADOR), CARLOS ALBERTO STEIL (UFRGS)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: ADRIANA FACINA GURGEL DO AMARAL (UFRJ), LIA ZANOTTA MACHADO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO (UFRJ), CYNTHIA ANDERSEN SARTI (UNIFESP), DULCE CHAVES PANDOLFI (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS), CLAUDIA LEE WILLIAMS FONSECA (UFRGS)

Há 50 anos o golpe militar no Brasil interrompeu o processo democrático e a consolidação de direitos individuais, sociais e políticos. Evocando valores universais, definidos no marco da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, diversos atores sociais denunciaram a tortura aos presos políticos e o silêncio imposto pela censura à liberdade de opinião. Em nome dos Direitos Humanos também se posicionaram contra o modelo econômico, imposto pelo Estado militar que produzia pobreza e desigualdade social juntamente com crescimento e enriquecimento de poucos. Na esteira das reivindicações de caráter político e social emergiram outros direitos, que foram inscritos no marco dos Direitos Humanos. Os direitos sexuais, protagonizados pelo movimento das mulheres, dos homossexuais. Os direitos das crianças, dos adolescentes e jovens. Os direitos de populações indígenas, negras e dos grupos vulneráveis. Os direitos ambientais que questionaram o desenvolvimento não sustentável. Enfim, os Direitos Humanos estabeleceram um campo aberto de controvérsias e justificativas que a cada dia vêm agregando novas reivindicações, argumentos e demandas sociais. O presente Simpósio tem como objetivo situar alguns dos direitos que emergem ao longo desses 50 anos no país e assinalar estratégias e ações pelas quais eles foram inscritos no marco dos Direitos Humanos.

Juventudes: de estudantes revolucionários aos múltiplos “sujeitos de direitos”

AUTORES/AS: REGINA CELIA REYES NOVAES

O objetivo da apresentação é refletir sobre as atuais movimentações juvenis tecendo comparações com os conteúdos e formas de atuação de jovens de outras gerações. Pode-se dizer que, entre os anos 1930 e 1950, os jovens organizados possuíam como principal característica o apoio ao movimento operário e a participação em projetos unificadores da nacionalidade. Os principais movimentos de juventude do período foram: a juventude integralista; a organização do movimento estudantil com a fundação da UNE e o movimento religioso em torno da Ação Católica. A década seguinte trouxe novos desafios para o movimento estudantil e para as juventudes partidárias. Nos anos 1960, havia um razoável acordo de que o “desenvolvimento” deveria ser uma meta de cada país. Porém, em meio às transformações sociais acarretadas pelo processo de urbanização e industrialização, muitas eram as controvérsias sobre os caminhos e padrão do desenvolvimento almejado. Neste cenário, os jovens estudantes - vistos como parte da vanguarda mobilizadora do povo - foram desafiados a tomar posições no debate entre os diferentes modelos de desenvolvimento em disputa. Com efeito, havia pontos de convergência e de antagonismo entre: a visão americana expressa pela “Aliança para o Progresso”; o “desenvolvimentismo” proposto pela CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe); o humanismo cristão expresso na Doutrina Social da Igreja; a concepção marxista do Partido Comunista (que via o desenvolvimento capitalista como etapa para a revolução socialista) e, ainda, a então recente experiência da Revolução Cubana (que inaugurava outro caminho para o socialismo). Este período - de intensa discussão sobre as Reformas de Base - foi interrompido pelo regime militar que se instalou no Brasil em 1964. Em seguida, em vários países da América Latina, sob a inspiração da Revolução Cubana, surgiram as organizações que viam a “luta armada” como forma de transformação social. Estas organizações e seus jovens tornaram-se alvo preferencial da repressão ferrenha dos militares. Nos dias de hoje diversificaram as faces dos jovens que participam da vida social, bem como diversificam-se as formas de violência física e simbólica que os atingem. Neste presente, o maior desafio do regime democrático é responder demandas de jovens que visam não apenas garantir direitos consagrados (nacional

e internacionalmente), mas também dar conta da diversidade presente na atual condição juvenil. Para articular os valores de igualdade e diversidade aciona-se os “direitos humanos” como linguagem e ferramenta política que contempla diferentes dimensões (sentimentos e causas) da vida pessoal e coletiva. Para levar demandas ao espaço público, aciona-se performances e linguagens artísticas. Trata-se, portanto, de analisar este processo histórico e cultural demarcando suas continuidades e rupturas.

Cultura como crime, cultura como direito: a luta contra a resolução 013 no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: ADRIANA FACINA GURGEL DO AMARAL

Ao processo mais geral de criminalização da pobreza que acompanha a consolidação do Estado Penal no Brasil pós-ditadura, correspondem práticas estatais de criminalização de manifestações culturais produzidas em favelas e periferias. No caso do Rio de Janeiro, o funk é “bom para pensar” nos significados dessas práticas, sobretudo no contexto mais recente de implementação das UPPs. Estas têm marco zero cultural comum a proibição ou o controle militarizado sobre as formas de lazer das populações dos territórios em que se instalam. Como contrapartida, surgem movimentos culturais que reivindicam a “cultura como direito”, articulando formas de resistência política a partir de linguagens estéticas consideradas “da favela” ou “de periferia”. Como exemplo, analisarei a luta contra a resolução 013, baseada em legislação da ditadura, aplicada frequentemente em favelas com UPPs para regular eventos produzidos pelos moradores.

Os pentecostais e as controvérsias sobre os Direitos Humanos no Brasil

AUTORES/AS: MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO

A literatura especializada sugere que a relação das religiões cristãs com os Direitos Humanos é ambivalente e marcada por tensões. O objetivo desta comunicação é analisar os discursos de lideranças pentecostais brasileiras sobre o ideário dos Direitos Humanos que vem servindo de referência para ações coletivas na sociedade civil e para o desenho de políticas públicas da economia à área da saúde, passando pela educação sexual e assistência social. Em especial, interessa-me

examinar as controvérsias sobre a inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos no rol dos Direitos Humanos nas últimas décadas do século XX e demonstrar que, a despeito das múltiplas interpretações deste ideário no interior do pentecostalismo, a visão hegemônica privilegia o direito da livre expressão de opinião e crenças e não aceita as propostas dos movimentos sociais de que as questões reprodutivas e sexuais sejam tratadas no marco dos Direitos Humanos.

Política e sentimento: Pleiteando direitos na era da “razão humanitária”

AUTORES/AS: CLAUDIA LEE WILLIAMS FONSECA

No presente trabalho, proponho explorar a articulação entre política e sentimento – centrando minha atenções nas próprias pessoas que, através de suas narrativas de sofrimento, constroem uma causa política coletiva. Tomo como campo empírico o discurso dos “atingidas de Hanseníase”, cujos direitos fundamentais foram violados por políticas sanitaristas estaduais e nacionais que, a partir dos anos 1920, abriu caminho para o internamento compulsório de “leprosos”. Teço meus comentários a partir de pesquisas junto ao movimento social dos ex-internos dos hospitais-colônia (MORHAN) que, há mais de trinta anos, vêm pleiteando o direito a reparação.

Dirijo meu argumento para um diálogo com “a razão humanitária” que, conforme Didier Fassin, veio, ao longo do final do século vinte, dominar o cenário político. Na sua análise da retórica de diversas organizações europeias e internacionais de ajuda humanitária, observa como um discurso de “compaixão” veio substituir o de “justiça” Propondo explorar as diferentes maneiras em que essa “nova economia moral” tem reconfigurado a esfera política, o autor sublinha a ironia de políticas de governo que apelam para sentimentos morais ao mesmo tempo que ignoram (ou, até, reforçam) políticas que aumentam a desigualdade social.

Não obstante a originalidade dessa perspectiva, sugerimos que análises centradas na “razão humanitária” perdem densidade quando se voltam para as perspectivas das pessoas que estão pleiteando seu direito a “reparação”. Apelamos, neste caso, para outra linha analítica – uma que sublinha o inevitável entrosamento de emoção e política (Stoler). Assim, nossa análise acaba por endossar a “polissemia” da linguagem dos direitos com ênfase especial na “política da domesticidade” (Das) que inclui, por um lado, a memória vivida da experiência pessoal, e, por outro, a

ponte semântica entre a experiência individual e as implicações mais abrangentes de uma ação coletiva.

Sofrimento, violência e direito à reparação: tensões em torno da figura da vítima

AUTORES/AS: CYNTHIA ANDERSEN SARTI

A apresentação discute as tensões na construção da figura da vítima, em torno da qual se busca o reconhecimento social do sofrimento e a legitimidade de formas de reparação da violência sofrida, dentro da gramática dos direitos humanos que informa as políticas da memória. Tomam-se como referência para a reflexão as experiências de violência durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Problematisa-se a vítima de crimes contra a humanidade, definida segundo a gramática dos direitos humanos, e a perspectiva das próprias vítimas de prisão e tortura, protagonistas da luta contra a ditadura, informadas por outras gramáticas, a partir da forma como lidam com a memória dessa experiência histórica através de seu testemunho (textos literários, depoimentos, entrevistas).

COORDENADOR/A: ANTONIO MOTTA (UFPE)

CO-COORDENADOR/A: JULIE CAVIGNAC (UFRN)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: ANTONIO MOTTA (UFPE)

DEBATEDOR/A 3ª SESSÃO: JULIE CAVIGNAC (UFRN)

DEBATEDOR/A 3ª SESSÃO: PAOLA BOLADOS (UNIVERSIDADE DE CHILE)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: RICHARD PRICE (UNIV PRINCETON), MIGUEL BARTOLOMÉ (UFSC)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: SALLY PRICE (UNIV PRINCETON), JORGE COSTA DE FREITAS BRANCO (ISCTE INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA), JACQUES GALINIER (CNRS FRANÇA)

Trata-se de reunir uma rede internacional de pesquisadores que tem como objetivo trocar e discutir experiências etnográficas em contextos contemporâneos, a partir de um eixo comum a ser considerado ; as tensões entre o cosmopolitismo e o localismo. O arcabouço teórico e as linhas temáticas diferenciadas são úteis para desvendar questões de dominação cultural, mas também como estratégia para discutir os paradigmas de identidade da produção teórica da antropologia contemporânea em contextos nacionais diversos. O simposio especial pretende congrega os pesquisadores da rede para apresentação e discussão de seus trabalhos mais recentes, ampliando a possibilidade de integrar antropólogos brasileiros interessados.

006 CRESCIMENTO ECONÔMICO, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DIREITOS CULTURALMENTE DIFERENCIADOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

COORDENADOR/A: ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA (MUSEU NACIONAL - UFRJ)

CO-COORDENADOR/A: MARIA MACEDO BARROSO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: ELIANE CANTARINO O'DWYER (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

DEBATEDOR/A 3ª SESSÃO: ANA FLÁVIA MOREIRA SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: GUSTAVO LINS RIBEIRO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), CARLOS BERNARDO VAINER (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/ PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: THERESA CRISTINA CARDOSO MENEZES (UFAM), RICARDO CID FERNANDES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO (IEB)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: CÁSSIO NORONHA INGLES DE SOUSA (COMTEXTO CONSULTORIA), GUILHERME MARTINS DE MACEDO (GIZ), MARCIO MARTINS DOS SANTOS (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL)

Partindo de uma reflexão sobre os cenários do que se considera “crescimento econômico” e “desenvolvimento” na atualidade do mundo capitalista globalizado, o simpósio propõe-se a pensar a intensificação das transformações sociais que vêm sendo produzidas na vida de coletividades territorializadas no Brasil que se vêm acoçadas por uma multiplicidade de empreendimentos. Muitas dessas coletividades – mas não necessariamente todas elas – são detentoras de direitos culturalmente diferenciados, cujo reconhecimento envolve por vezes a mediação do conhecimento antropológico junto à administração pública. Tais direitos que vêm sendo menoscabados em nome do progresso e do bem-estar geral da sociedade brasileira, na medida em que o avanço sobre os territórios em que habitam vem se justificando pela necessidade de crescer economicamente para redistribuir renda, reduzindo as desigualdades sociais. Como concretamente é possível assegurar direitos de minorias frente aos imperativos da superação da pobreza? O simpósio abordará tais questões tanto em sentido abrangente, em termos de princípios e tendências que têm se imposto na ação do Legislativo e da administração pública direta, procurando perceber como as transformações sociais impostas pelo crescimento econômico incidem sobre diferentes coletividades em distintas regiões do país, bem como estas coletividades têm lidado com empreendimentos, empresas, agências de governo e outros atores sociais promotores do crescimento. Por fim, cabe indagar

como, em tais situações e a partir de diferentes posições sociais, os antroólogos têm atuado em funções de produção de instrumentos para assegurar direitos, de mediação de conflitos, e de assessoramento de instâncias de planejamento e tomada de decisão.

A discursividade contra-hegemônica das “maiorias sociais”: virando o desenvolvimento pelo avesso

AUTORES/AS: HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO

A partir da perspectiva de um ongueiro profissional, que circula em várias redes e circuitos (debates, mobilizações, assessorias, atividades acadêmicas), a apresentação tenta fazer sentido de uma dispersão de narrativas críticas às promessas do desenvolvimento atualizadas por diferentes segmentos das “maiorias sociais” (Esteve e Prakash, 1988). Muito mais uma hipótese de trabalho para a investigação do que o resultado de uma pesquisa sistemática, tenta estabelecer vínculos e correlações significativa entre as vozes e as experiências de sujeitos que atualizam diferentes estratégias de lutas nas frentes dos conflitos socioambientais. Ao fazer isso, identifica que tais discursividades circulam em diferentes arenas, ambientes, sítios e contextos (de manifestos e atos políticos a eventos acadêmicos), e trazem a marca relativamente comum de promover uma inversão generalizada na ordem das expectativas rotineiras. São discursos sobre os territórios, a economia, a cultura, os conhecimentos, a política e os afetos, que por serem sobre tudo isso são formulações sobre as condições de e para a vida, sobre o que conta como vida, configurando assim uma “ontopolítica” (Escobar, 2008) e implicando um questionamento epistemológico da modernidade e do desenvolvimento.

A reestruturação do mercado formal de terras na Amazônia: notas a violência e a desterritorialização de trabalhadores rurais e comunidades tradicionais no Sul do Amazonas

AUTORES/AS: THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES

Nos últimos anos tem se evidenciado um notável recuo do avanço de direitos de povos tradicionais e trabalhadores rurais no Brasil, notadamente um conjunto de agroestratégias que tocam diretamente a configuração fundiária amazônica e refletem-se diretamente na conformação do mercado formal de terras na região. Esta apresentação visa a examinar os efeitos sociais das ações de regularização fundiária congregadas no chamado Programa Terra Legal no Sul do Amazonas. O programa teve como meta inicial a regularização fundiária de todas as áreas públicas federais da Amazônia Legal em um prazo de três anos. No Sul do Amazonas, área

conflituosa e caracterizada como de maior avanço da fronteira agropecuária do estado, a possibilidades de regularizar terras produziu um movimento acelerado de desterritorialização de agricultores e comunidades tradicionais em que a presença do Estado tem interferido no sentido de descaracterizar áreas previamente destinadas à assentamentos rurais a pretexto de coibir a intensificação da violência contra seus ocupantes, destinando estas terras à empreendimentos agropecuários privados. Buscarei, portanto, examinar através de situações precisas as relações entre poder privado, Estado e comunidades que habitam terras públicas numa região específica da Amazônia destinada ao desenvolvimento do agronegócio.

Do Desenvolvimentismo ao Crescimentismo: Estado e Modelo de Desenvolvimento no Brasil

AUTORES/AS: CARLOS BERNARDO VAINER

Se no pós guerra e até os anos “milagrosos” da Ditadura Militar, o nacional-desenvolvimentismo ofereceu às elites dominantes nacionais um projeto que acenava à nação com a promessa de superar o “sub-desenvolvimento” e alcançar o paraíso do desenvolvimento, a crise dos anos 1980, a década perdida, a crescente afirmação do conceitos e políticas neo-liberais parecem ter destituído a bloco dominante de qualquer ideário com potencial hegemônico.

A reconfiguração dos modelos de inserção global da economia e sociedade brasileiras, os processos de privatização e de desindustrialização, que tendem a uma “re-colonialização” da economia brasileira, como primário-exportadora, tem significado uma reconfiguração do lugar e sentido do território.

Espécie de desenvolvimentismo sem nacionalismo e sem ideologia, no qual a inclusão social é concebida pura e simplesmente através de políticas sociais compensatórias e via mercado, o crescimentismo unifica um conjunto de interesses que vão do agro-negócio e os setores minero-metalúrgico-energéticos, passando pelos grandes bancos e grandes empreiteiras. No núcleo deste novo modelo, grandes projetos ditos de desenvolvimento e expansão territorial das exploração de recursos territorializados. Populações indígenas, comunidades tradicionais, transformam-se, neste sentido, em inimigos e obstáculos centrais. A acumulação por espoliação (Harvey) ganha vigência não apenas como conceito analítico mas como desafio econômico, social e cultural.

Empreendimentos que impactam Terras Indígenas: Um olhar sobre a atuação do MPF, a partir de situações no Tocantins e no Ceará

AUTORES/AS: MARCIO MARTINS DOS SANTOS, SÉRGIO GÓES TELLES BRISSAC

Diante de novos empreendimentos a impactar suas terras, os povos indígenas têm buscado acionar o Ministério Público Federal (MPF) na defesa de seus direitos. Muitas vezes, a escolha de áreas no interior ou no entorno de Terras Indígenas já é apresentada a esses povos como uma decisão inexorável, mesmo antes do início do licenciamento ambiental. A partir de alguns casos concretos, ocorridos nos estados do Tocantins e do Ceará – área de atuação profissional dos autores, como antropólogos peritos no MPF – buscar-se-á refletir acerca das estratégias utilizadas pelos povos indígenas frente a estes processos de ocupação e transformação de seus territórios, assim como das possibilidades e limites da atuação do MPF, seja na proposição de alternativas locacionais, seja no acompanhamento da adoção de medidas mitigatórias e programas de compensação que objetivem propiciar a sustentabilidade dos povos impactados. Pretendemos, ainda, refletir sobre as consequências que a própria implantação destes programas e medidas têm trazido às comunidades atingidas por tais projetos de desenvolvimento. Mesmo tendo presente os direitos assegurados aos povos indígenas pela Constituição Federal de 1988, especialmente quanto ao uso e usufruto exclusivo de suas terras tradicionalmente ocupadas, o que se pode esperar efetivamente, diante da atual escalada desenvolvimentista?

Falaseausêncianosenosprocessosjudiciaisrelativosagrandesempreendimentos

AUTORES/AS: ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

A exposição pretende abordar como são expressados argumentos jurídicos em processos judiciais, nos quais ocorre a contraposição entre direito ao desenvolvimento e direito ao modo de criar, fazer e viver. Pretende também mostrar como o procedimento judicial não permite, às coletividades, em especial às populações tradicionais, oportunidade para que revelem, sem intermediários, a sua compreensão sobre o conflito, e exerçam a sua autonomia cultural.

Índios, conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual: novos mercados, novos contratos

AUTORES/AS: GUILHERME MARTINS DE MACEDO

A expansão dos mercados como caminho do desenvolvimento econômico atinge os povos indígenas de diversas maneiras. Uma delas é a apropriação e o uso dos conhecimentos indígenas sobre a diversidade biológica, conhecidos como conhecimentos tradicionais, pelas indústrias farmacêutica, alimentícia e cosmética. Mas como incluir um conhecimento que, por sua natureza, é coletivo e não possui um dono, nas regras internacionais de propriedade intelectual, para facilitar o acesso de pesquisadores e de empresas ao mesmo e seu posterior uso na elaboração de produtos? Qual é o papel dos antropólogos vinculados à uma agência de cooperação internacional (no caso, a agência alemã GIZ) nesse movimento de “capacitação” de indígenas para poderem negociar contratos e receber a “repartição dos benefícios” sobre o uso de seus conhecimentos? Essas são algumas perguntas que serão discutidas na apresentação.

Plus ça change...

AUTORES/AS: GUSTAVO LINS RIBEIRO

O debate sobre desenvolvimento dá voltas sobre si mesmo há pelo menos um quarto de século. Enquanto as ciências sociais críticas oferecem visões cada vez mais elaboradas e baseadas em um acúmulo de pesquisa, os promotores de desenvolvimento se fazem de desentendidos cada vez que se lançam em novas ondas ou projetos desenvolvimentistas específicos. Aqui retomarei a crítica antropológica ao desenvolvimento porque plus ça change...

Protagonistas e mediadores: Indígenas e Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai

AUTORES/AS: RICARDO CID FERNANDES

A convivência entre as populações indígenas e os empreendimentos do setor elétrico na bacia do rio Uruguai (RS/SC) vem sendo estudada desde os anos setenta, com as pesquisas pioneiras do antropólogo Silvio Coelho dos Santos. Distribuídos em inúmeras terras indígenas da região, os Kaingang constituem

oposição sistemática aos grandes projetos que já resultaram na construção de sete usinas hidrelétricas. Entretanto, para espanto e perplexidade de muitos, os Kaingang tem manifestado nos últimos anos interesse específico na construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Eles querem autorizar e ter participação nos lucros de PCHs a serem instaladas nos rios que banham suas terras. Analisar este enunciado é o objetivo desta comunicação. Em que contexto surgem estas manifestações? Quais argumentos são empregados em defesa destes projetos? Como projetos hidrelétricos estão inseridos no contexto indígena? Esta comunicação parte da análise de dois casos em que os Kaingang publicamente defendem a construção de PCHs em seus territórios. Com estratégias distintas, as lideranças indígenas reivindicam o poder de definição de seus projetos próprios de desenvolvimento. Para a análise antropológica estes casos oferecem um cenário etnográfico particularmente desafiador, posto que redimensionam a condição de marginalização e exclusão, inserindo os indígenas no centro dos debates sobre o próprio desenvolvimento.

Reflexões sobre a relação entre povos indígenas e o setor privado na perspectiva de um antropólogo

AUTORES/AS: CÁSSIO NORONHA INGLÉS DE SOUSA

Esta apresentação tem como objetivo abordar a relação entre povos indígenas e o setor privado, um dos elementos críticos para reflexões sobre cenários de “crescimento econômico” e “desenvolvimento” e direitos de comunidades “territorializadas” e culturalmente diferenciadas. A ideia é realizar uma contextualização geral, buscando indicar a diversidade de situações da relação entre povos indígenas e setor privado, nos níveis global e nacional. Será feito breve resgate histórico de assimetrias nestas relações e a criticidade de seus impactos. A partir deste histórico, pretende-se analisar como a emergência de direitos diferenciados (especialmente a Convenção 169 da OIT, Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas) e como isso tem transformado a abordagem do setor privado em relação ao tema, com o estabelecimento de normativas e orientações de “melhores práticas” em diversos setores. Por fim, será feita reflexão das possibilidades de envolvimento e contribuição de antropólogos neste campo de relações.

COORDENADOR/A: BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP)

Co-COORDENADOR/A: GABRIEL DE SANTIS FELTRAN (UFSCAR/CEM/CEBRAP)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: GABRIEL DE SANTIS FELTRAN (UFSCAR/CEM/CEBRAP)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: EDUARDO DOMENECH (UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA / CONICET), DANIEL VELOSO HIRATA (NECVU-UFRJ), ADRIANA PISCITELLI (PAGU-UNICAMP)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: LILIANA SANJURJO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS), ADRIANA DE RESENDE BARRETO VIANNA (MN/UFRJ), GIOCONDA HERRERA (FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES SEDE ECUADOR)

Na atual conjuntura do capitalismo global, paralelamente à crescente circulação de pessoas, capitais, produtos e símbolos, está havendo um aumento de restrições na seleção de contingentes migratórios relacionada às políticas contemporâneas, sejam elas neo-liberais ou desenvolvimentistas. Também, como parte de processos de criminalização da imigração, agências multilaterais e Estados-nações tendem a definir a prostituição como uma forma de tráfico de seres humanos. Ademais, grandes projetos desenvolvimentistas e interesses imobiliários estão provocando remoções de populações vulneráveis tanto no campo quanto na cidade, higienização urbana e maior controle nas fronteiras em nome da segurança nacional. Este simpósio especial tem como objetivo examinar, comparar e articular esses diversos deslocamentos a partir de uma mesma lógica de produção de desigualdade e suas relações com a violência do Estado, nessa conjunção da acumulação capitalista. Dessa perspectiva, nossa intenção é a de apresentar e discutir, em duas sessões, questões centrais relacionadas às políticas desenvolvimentistas e neoliberais em curso, assim como estimular a prática de diálogos críticos a partir de perspectivas comparativas.

Extranjeros indeseables, expulsables y deportados: la formación sociohistórica de la deportación como instrumento de control social

AUTORES/AS: EDUARDO DOMENECH

La presentación pretende problematizar una figura del control migratorio que es paradigmática de la violencia de Estado: la deportación. Para ello, se realiza una aproximación al nacimiento de las políticas de control migratorio en diversos contextos nacionales de la región sudamericana (con referencias al caso estadounidense) entre finales del siglo diecinueve y las primeras décadas del veinte. Se muestran las distintas fórmulas de exclusión destinadas a aquella fracción de inmigrantes extranjeros caracterizados como “indeseables” y que sentarán las bases materiales para la construcción del inmigrante “ilegal”. Se analizan algunos aspectos y dimensiones que resultan relevantes para la comprensión de la figura de la deportación como instrumento de control social. Para la reflexión, basada en fuentes documentales, se consideran dos grupos sociales que fueron objeto de prohibición, persecución, detención y deportación: los chinos coolíes y los anarquistas.

Habitando la “ilegalidad”: estrategias de vida de migrantes indígenas ecuatorianos en Nueva York.

AUTORES/AS: GIOCONDA HERRERA

Esta ponencia analiza las formas en que hombres y mujeres migrantes “post 9/11” despliegan estrategias espaciales de invisibilidad, dispersión y mimetismo en sus procesos de asentamiento, inserción laboral y reproducción social como respuestas y resistencias a los procesos cada vez más intensos de criminalización de la migración. Se analiza el despliegue de estas estrategias en el contexto de la crisis económica, los procesos de regeneración urbana y la particular configuración de relaciones interétnicas y de racialización de la ciudad de Nueva York. Interesa mostrar cómo tanto los procesos de dominación como las formas de resistencia desplegadas por estos migrantes se construyen sobre la base de relaciones de género e interétnicas que se han ido transformando a lo largo de la experiencia migratoria.

Memória, Verdade e Justiça: laços de sangue e legitimação política na Argentina pós-ditatorial

AUTORES/AS: LILIANA SANJURJO

O trabalho visa problematizar como o movimento de familiares de desaparecidos da ditadura militar argentina, ancorado nas relações de parentesco com as vítimas da repressão, busca legitimidade social para suas demandas e ações políticas. Exploro, por um lado, como a cena judicial vem desempenhando-se como espaço central de produção do saber sobre a ditadura e, por outro, como o sangue converte-se num instrumento crítico para a afirmação da Verdade sobre o passado de repressão. Analiso ainda os sentidos que esses familiares atribuem ao desaparecimento forçado a fim de compreender como o tema da restituição da identidade das vítimas emerge como uma questão crucial de sua militância, conformando um campo de ação que se dirige a construir memórias e a partir do qual colocam a disposição corpos e objetos para representar os “detenidos-desaparecidos” e denunciar a violência de Estado. Nesse sentido, ao revelar as estratégias empreendidas por esses ativistas em sua luta pelo reconhecimento de direitos, o objetivo é analisar em que medida os laços familiares podem funcionar como um recurso chave nos processos de legitimação política na Argentina.

Segurança pública nas fronteiras como “problema”: apontamentos preliminares

AUTORES/AS: DANIEL VELOSO HIRATA

O “problema” da segurança pública nas regiões de fronteira vem configurando-se nos últimos anos como uma área de atenção prioritária e de grandes investimentos pelos diversos níveis governamentais brasileiros. Por meio de uma ampla pesquisa coletiva abrangendo toda a faixa de fronteira do país, a tentativa será esboçar algumas das linhas de força que conformam esta questão como um “problema”, seja pela maneira pela qual ela vem sendo pensada através de uma grade de legibilidade específica, como também seus instrumentos de intervenção privilegiados. Nesse sentido, a segurança pública nas regiões de fronteira parece conjugar militarização do controle dos chamados mercados ilegais, informais e ilícitos e promoção da indústria da segurança como as duas pontas de um processo de construção da ordem pública e do desenvolvimento econômico.

Territórios e temporalidades em deslocamento: sobre administrações e resistências dos “mortos da favela” e dos “refugiados colombianos” . Adriana Vianna e Angela Facundo

AUTORES/AS: ADRIANA DE RESENDE BARRETO VIANNA

A gestão de populações vistas como provenientes de territórios “de margem”, seja em termos políticos, sociais ou morais, supõe a produção de categorias e técnicas administrativas. Partindo de reflexões construídas em torno de dois universos etnográficos distintos, o dos processos judiciais envolvendo mortes registradas inicialmente como “autos de resistências” em favelas cariocas e o dos processos de refúgio e de reassentamento de colombianos no sul do Brasil, buscamos nessa apresentação explorar a centralidade do “tempo” como elemento de tensão entre diferentes atores. Consideramos especialmente importante pensar que os deslocamentos espaciais e morais presentes em tais situações implicam elaborações e disputas em torno das várias temporalidades aí presentes. Entre elas, destacamos a ruptura com a vida ordinária e com o futuro que havia sido imaginado ou planejado; a dimensão de poder envolvida nas situações de espera por reconhecimentos de ordens variadas e as possibilidades de reelaboração e significação dos acontecimentos transcorridos e das histórias de vida.

Trabalhadoras/es migrantes e tráfico internacional de seres humanos, Adriana Piscitelli e Laura Lowenkron

AUTORES/AS: ADRIANA PISCITELLI

Esta apresentação é baseada em um exercício comparativo sobre a regulação estatal do fenômeno do tráfico de pessoas em dois lados do oceano, tomando como referência material empírico colhido pelas pesquisadoras na Espanha e no Brasil. O objetivo é discutir alguns dos efeitos dos regimes discursivos e legais predominantes relativos a um tema que, no marco de processos de policiamento das fronteiras, envolvem a criminalização dos deslocamentos internacionais de certos trabalhadores/as migrantes, marcados por gênero, sexualidade, classe, raça/etnia e nacionalidade. Esse processo se produz no complexo entrelaçamento entre ações de agências multilaterais, movimentos sociais e diferentes níveis e atores das malhas político-administrativas dos Estados-nações. Nossa proposta é

analisar os pressupostos, as noções e as práticas de gestão que tornam possíveis os deslocamentos entre categorias, impostas a trabalhadores/as migrantes, nesses processos de criminalização. Referimo-nos, em especial, aos procedimentos por meio dos quais, ao longo do deslocamento de pessoas e de procedimentos administrativos estatais através das fronteiras, as vítimas a serem resgatadas são, de maneira aparentemente paradoxal, transformadas em migrantes irregulares a serem deportadas/os ou até criminalizadas/os, ou vice-versa.

008 DEZ ANOS DA CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: O PAPEL DA ANTROPOLOGIA

COORDENADOR/A: MANUEL FERREIRA LIMA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

CO-COORDENADOR/A: REGINA MARIA DO REGO MONTEIRO DE ABREU (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: ADRIANA RUSSI TAVARES DE MELLO (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: IZABELA MARIA TAMASO (UFG)

DEBATEDOR/A 3ª SESSÃO: MARISTELA DE PAULA ANDRADE (PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO C. SOCIAIS UFMA)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: REGINA MARIA DO REGO MONTEIRO DE ABREU (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO), PAULO PEIXOTO (UERJ), FERNANDO BARONA TOVAR (BANCO DE LA REPÚBLICA)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: MARIA CECILIA LONDRES FONSECA (IPHAN), CÉLIA MARIA CORSINO (IPHAN), RENATO MONTEIRO ATHIAS (UFPE)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: JOSÉ REGINALDO SANTOS GONÇALVES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), MANUEL FERREIRA LIMA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS), SUSANA BELA SOARES SARDO (UNIVERSIDADE DE AVEIRO)

Em 2003, foi promulgado pela UNESCO o documento da Convenção do Patrimônio Imaterial. Em resposta às chamadas “Recomendações” da UNESCO geradas pela Convenção, diversos países-membros colocaram em marcha, políticas voltadas para a identificação, preservação e promoção de diversas modalidades de patrimônio, privilegiando a noção de singularidade cultural e de conhecimento tradicional, dando lugar ao que poderíamos denominar como “patrimonialização das diferenças”. Os antropólogos tiveram desde o início papel de destaque, seja como formuladores de políticas públicas, seja como implementadores destas políticas, seja como mediadores entre culturas locais, instâncias nacionais e agências multilaterais. Além disso, vimos surgirem novos agentes sociais como organizações não governamentais, associações representativas de movimentos sociais. Passados dez anos, quais as contribuições efetivas das políticas públicas desencadeadas pela Convenção do Patrimônio Imaterial? Quais os efeitos de programas de patrimonialização em contextos locais, regionais ou transnacionais? Quais novos processos foram observados em contextos de comunidades tradicionais como consequências de registros, tombamentos ou inventários de manifestações culturais? Quais os papéis desempenhados por antropólogos em diferentes circunstâncias, como inventários, registros, projetos de salvaguarda, pareceres, participação em comissões, laudos?

O papel da Etnomusicologia na ratificação por Portugal da Convenção da UNESCO para o Património Imaterial. O caso do Kola San Jon

AUTORES/AS: SUSANA BELA SOARES SARDO

O processo de ratificação e de implementação da convenção da UNESCO para o património imaterial em Portugal, ficou concluído em 2011. Desde então foram inscritos dois registos no inventário nacional: a capeia arraiana (prática tauromáquica) e o Kola San Jon (prática performativa associada aos imigrantes cabo-verdianos residentes no Bairro da Cova da Moura/Lisboa). Neste último caso os etnomusicólogos – apesar de não constarem na portaria que regulamenta o PCI - tiveram um protagonismo particular em todo o processo. A sua ação foi central na instrução da candidatura e permanece ativa em todas as frentes que se prendem com as consequências da classificação. Esta comunicação procura dar conta da experiência portuguesa relativamente à patrimonialização de práticas performativas e ao lugar que os etnomusicólogos podem ocupar em todo o processo, através da análise do caso do Kola San Jon.

Patrimônio, Memória e Lugar num Subúrbio Carioca

AUTORES/AS: JOSÉ REGINALDO SANTOS GONÇALVES

Neste artigo o autor focaliza os diferentes pontos de vista da população de um determinado subúrbio do Rio de Janeiro sobre os conceitos de patrimônio, memória e espaço. Diante de um processo de transformação urbana radical conduzido pela prefeitura da cidade sobre o espaço do seu bairro, eles discutem o destino de um velho cinema ameaçado de demolição. Alguns o entendem como um patrimônio a ser protegido e preservado porque supostamente expressa a memória do bairro. Outros defendem a tese de que o velho prédio deveria ser demolido e em seu lugar construída uma nova praça pública. Para o autor, estamos diante de dois modos distintos de entender o conceito de patrimônio: um deles baseado numa perspectiva abstrata e jurídica; um outro baseado na experiência de vida cotidiana dos moradores.

COORDENADOR/A: RUSSELL PARRY SCOTT (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)

CO-COORDENADOR/A: VÂNIA ROCHA FIALHO DE PAIVA E SOUZA (UPE)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: MAURO WILLIAM BARBOSA DE ALMEIDA (UNICAMP)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: EDUARDO ARARIPE PACHECO DE SOUZA (UFPE)

DEBATEDOR/A 3ª SESSÃO: DAYSE AMÂNCIO DOS SANTOS (UFPE)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: ANDRÉA LUISA ZHOURE LASCHEFSKI (UFMG), SONIA MARIA SIMÕES BARBOSA MAGALHÃES SANTOS (UFPA), CHARLES RICE HALE (TERESA LOZANO LONG INSTITUTE OF LATIN AMERICAN STUDIES)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: ARLEI SANDER DAMO (UFRGS), JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES (MN/UFRJ), EDISON LUIS GASTALDO (UFRRJ)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: MARION TEODÓSIO DE QUADROS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/ DAM), ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO), EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI (UNICAMP)

O envolvimento da população brasileira com políticas e com grandes projetos de desenvolvimento tem se tornado cada vez mais multi-facetado. A multiplicidade de formas que as políticas de desenvolvimento assumem abre uma série de frentes de negociações em diferentes níveis de poder e em diferentes esferas. A intenção deste fórum especial é de discutir algumas questões suscitadas sobre territórios, direitos e legados como campos de negociação com ênfase em três faces desses projetos e políticas de desenvolvimento: territórios e identidades; a copa do mundo; e as políticas de gênero. Em cada mesa os participantes discorrerão sobre os cenários de buscas de metas e objetivos, ora conflitantes, ora convergentes, e a elaboração de estratégias de ação diante das situações provocadas nas diferentes esferas realçadas nas mesas. Direitos, territórios e identidades são constantemente em jogo diante de políticas de reconhecimento de identidades culturais e políticas diversas de estímulo a produção e exportação; grandes projetos de investimentos em megaeventos provocam mudanças nos espaços urbanos e na incorporação de grupos de investidores e em remoções de moradores; e políticas que se dirigem à promoção de igualdade de direitos numa diversidade de contextos intersectam com diversas questões de direitos, territórios e cidadania.

COORDENADOR/A: SIMONI LAHUD GUEDES (UFF)

Co-COORDENADOR/A: CHRISTINA DE REZENDE RUBIM (UNESP)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO (UNICAMP)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: ESTÊVÃO MARTINS PALITOT (PPG EM ANTROPOLOGIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: TANIA DAUSTER MAGALHÃES E SILVA (PUC-RIO), CERES KARAM BRUM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA), CHRISTINA DE REZENDE RUBIM (UNESP)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS), LUIZ FERNANDO ROJO (UFF), ELISETTE SCHWADE (UFRN)

O ensino de antropologia tem sido uma preocupação constante na história da antropologia no Brasil. Já em 1949 ocorre o Symposium sobre o Ensino de Sociologia e Etnologia, cujo debate se aprofunda partir dos anos sessenta e setenta do século passado, período em que surgem os primeiros Programas de Pós-Graduação em Antropologia no Brasil, nesse momento Eunice Durham e Ruth Cardoso (1961) apontavam em um artigo os problemas enfrentados pelo ensino da disciplina na graduação no país e Pedro Agostinho (1979) sobre o seu ensino na pós-graduação aliado a teoria e a pesquisa. Mas foi no final dos anos 1990 que a temática passou a estar presente em vários de nossos encontros como, por exemplo, em abril de 1995 a organização pela ABA do seminário sobre o Ensino de Antropologia que se realizou na UFRJ e o encontro também organizado pela ABA Ensino de antropologia: diagnóstico, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho realizado em Florianópolis em dezembro de 2002. É seguindo essa trajetória que a Comissão de Ensino vem trabalhando. Atualmente, em meio ao cenário brasileiro de expansão dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, e de criação das primeiras graduações em Antropologia, alguns problemas vem sendo enfrentados como é o caso da definição do perfil profissional para concursos para docentes de Antropologia e o ensino da disciplina em outros campos. Nesta direção, mostra-se fundamental a socialização de experiências outras como é o caso da América Latina ou Europa.

Antropologia como Educação: uma reflexão sobre ocupação, vocação e formação dos antropólogos

AUTORES/AS: CERES KARAM BRUM

Partindo das reflexões de Tim Ingold sobre as relações e distinções entre Antropologia e Etnografia este trabalho deseja situar o seu entendimento de Antropologia como Educação, dialogando com a formação de antropólogos no Brasil na atualidade. Meu objetivo é propor uma discussão sobre as características dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem nos cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais. A análise ocorrerá a partir de minha experiência de elaboração e como docente da disciplina de Antropologia da Educação, para os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais e, especialmente, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ocorridas na Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul, Brasil entre 2006 e 2013 e terá como contraponto minha também experiência de elaboração e ensino de Antropologia da Educação para os cursos de Pedagogia e Educação Especial do Centro de Educação da UFSM.

Dauster,T." Uma experiência interdisciplinar"- Antropologia e Educação na PUC-RIO

AUTORES/AS: TANIA DAUSTER MAGALHÃES E SILVA

Baseio-me em uma experiência particular sobre a transmissão de saberes do campo antropológico no contexto da área educacional, ou seja, fora das ciências sociais (Cardoso de Oliveira, R. 1998). A etnografia como modo de vida do pesquisador, como ofício do antropólogo, como forma de conhecer e pesquisar num universo distinto das Ciências Sociais, se constitui como o desafio da construção de meu projeto acadêmico de ensino, orientação e pesquisa, assim como da construção da minha identidade profissional, na medida deste desafio interdisciplinar. Nas palavras de Bela Feldman-Bianco (2013) em 2005 a comunidade antropológica elaborou uma tabela na qual a Antropologia da Educação está classificada na sub-área intitulada Antropologias Especializadas. Dentro da trajetória trilhada, o trabalho de pesquisa etnográfica teve uma visão alargada do objeto educacional, focado dentro e fora da escola. Um pouco deste percurso será aqui relatado e problematizado.

O ensino de antropologia na formação de professores da rede de educação básica

AUTORES/AS: ELISETE SCHWADE

A ênfase que temas como gênero, sexualidade, relações étnico raciais e direitos humanos vem recebendo na educação básica, tem resultado na solicitação de cursos com enfoque na antropologia, sobretudo em nível de aperfeiçoamento e especialização, com o objetivo de qualificar professores da rede publica. Nesse contexto situa-se o curso Curso de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola – MEC/SECADI, o qual vem sendo oferecido na modalidade Educação à Distância, com uma metodologia que traz novas questões para os processos de formação. A partir da experiência em duas edições do GDE realizadas em diferentes polos de Educação à Distância do Rio Grande do Norte, procuro discutir desafios relacionados ao ensino da antropologia nesses espaços.

O Lugar da Antropologia nas Licenciaturas em Ciências Sociais

AUTORES/AS: AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA

Desde a criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais nos anos de 1930 que a Antropologia no Ensino Superior brasileiro tem se articulado com a Sociologia e a Ciência Política, ainda que progressivo processo de autonomização destas ciências – primeiro na pós-graduação posteriormente na graduação – tenha aletrado de forma sensível esse cenário. Buscamos nesse espaço elaborar uma discussão em torno do lugar da Antropologia na formação de cientistas sociais, mais especificamente dos licenciados, por compreendermos que nesse caso não se trata apenas de uma contribuição no nível teórico e metodológico, mas sim na constituição de um ethos próprio a seu fazer profissional, portanto, trata-se de uma reflexão sobre o lugar da Antropologia na Universidade e na Escola. Por fim, analisaremos como a Antropologia se apresenta nos livros didáticos de Sociologia selecionados pelo PNLD, que serão utilizados por tais licenciados no cotidiano de seu fazer pedagógico.

Os cursos de graduação em Antropologia

AUTORES/AS: LUIZ FERNANDO ROJO, LUIZ FERNANDO ROJO

Se o debate sobre a criação de novos cursos de graduação em Antropologia não cessou, com algumas universidades ainda discutindo esta possibilidade, é certo que o final do REUNI implicou em um congelamento, mesmo que provisório, da implantação efetiva destes cursos. Este interregno, por sua vez, permite e cobra uma avaliação deste processo, possibilitando uma articulação nacional entre os cursos recém-criados, de modo que os aprendizados decorrentes de cada situação particular facilitem uma análise mais acurada deste movimento que, em apenas seis anos, instituiu dez novos cursos de graduação, que cobriram todas as regiões do país. Assim, partindo das discussões presentes na coletânea “Ensino de Antropologia no Brasil”, pretendo discutir como estes cursos têm sido implementados e os principais problemas e desafios que têm sido encontrados neste percurso.

Quarenta anos de PPGAS no Brasil

AUTORES/AS: CHRISTINA DE REZENDE RUBIM

A antropologia brasileira possui uma tradição de pesquisa significativa que vem contribuindo até hoje para o enriquecimento do pensamento social no país, estando ligada a autores como Nina Rodrigues, Curt Nimuendaju, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira entre outros. No entanto, é somente a partir da institucionalização dos Programas de Pós-Graduações em Antropologia Social no final da década de sessenta, que as temáticas antropológicas se diversificaram e a disciplina se transformou substancialmente num campo consolidado das ciências sociais brasileira. O nosso objetivo é resgatar e compreender esta história nestes últimos quarenta anos, fazendo um recorte prioritariamente institucional a partir da produção de dissertações e teses e dos memoriais de seus principais docentes.

011 POVOS ISOLADOS E DE CONTATO RECENTE: POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPERIÊNCIAS DE PROTEÇÃO

COORDENADOR/A: RICARDO VERDUM (UNB)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: TERRI VALLE DE AQUINO (FUNAI), JUAN CARLOS PEÑA MÁRQUEZ (UEA), UIRÁ FELIPPE GARCIA (UNICAMP)

De acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (Funai, 2011), existem no Brasil 77 referências de povos indígenas isolados ou recém-contatados, aí incluídas aquelas que estariam ainda sendo investigadas pelo órgão indigenista. A maioria das ocorrências confirmadas localiza-se no interior de Terras Indígenas; há, contudo, evidência de grupos que habitariam outras áreas. Periodicamente, notícias que indicam as pressões por eles sofridas – decorrentes da exploração madeireira e do garimpo, entre outras atividades – são veiculadas pela imprensa, ensejando debate acerca da efetividade da política pública de proteção desses grupos. Em 1987, a Funai procurou pôr em prática novas diretrizes políticas em relação a esses povos, priorizando não mais o contato, mas a proteção de suas terras e de seu meio ambiente, de modo a garantir condições para a reprodução de seu modo de vida. Transcorridas quase três décadas dessa mudança de orientação da ação estatal, pretende-se, neste simpósio, debater as políticas públicas para estes povos à luz de experiências de antropólogos com situações de recente ou limitado contato.

COORDENADOR/A: ADRIANA DIAS (COMITÊ DEF ACESSIBILIDADE/AAA/UNICAMP)

CO-COORDENADOR/A: DEBORA DINIZ (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: ADRIANA DIAS (COMITÊ DEF ACESSIBILIDADE/AAA/UNICAMP)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: LUIZ GUSTAVO PEREIRA DE SOUZA CORREIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: MARILENA CORDEIRO DIAS VILLELA CORREA (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO), ANAHI GUEDES DE MELLO (NIGS/UFSC), DEBORA DINIZ (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: VERA LUCIA FERREIRA MENDES (MINISTÉRIO DA SAÚDE), LUIZ AUGUSTO DE PAULA SOUZA (PUC SP), ADRIANA DIAS (COMITÊ DEF ACESSIBILIDADE/AAA/UNICAMP)

Nas últimas décadas, desde o surgimento do movimento pelos direitos civis das pessoas com deficiência, a investigação em torno da deficiência se formatou como um campo significativo na temática dos direitos humanos a nível internacional. Dos debates, importantes formulações nascidas dentro da sociedade civil permitiram vitórias importantíssimas, como a publicação da Convenção da ONU dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pautado numa visão antropológica, localizando nas barreiras produzidas pela relação com o meio as imensas dificuldades vivenciadas por essas pessoas na busca de uma vida plena. Do estado eugênico estatal nazifascista ao modelo ideal de estado que abarque todos os corpos de forma inclusiva, vários modelos médicos e sociais são possíveis. Portanto, é preciso que o debate acadêmico atrevesse a temática da deficiência com toda a diversidade exigida pela questão, aceitando os desafios de diversas agendas, como gênero, racismo, classe e ciclos de vida, entre outros, para ampliar significativamente a centralidade opressiva que os entendimentos normativos assumem, nas práticas (inclusive as discursivas) seja na fixação de sujeitos, seja na demanda de direitos (bio) sociopolíticos. Corpo, genética, bioética e novas formas de eugenia surgem como temas fundamentais, desafiadores, e propõem repensar autores clássicos de gênero e raça. O corpo da pessoa com deficiência, que por vezes submete-se a diagnósticos, aconselhamentos genéticos, estigmas, medicalizações, desvelando síndromes, algumas vezes raras, e impedimentos múltiplos numa sociedade tão patologizada como a ocidental, é facilmente visto como doente e menos humano e capaz, permitindo o surgimento de atitudes capacitistas. Neste SIMPÓSIO ESPECIAL desejamos debater profundamente estes temas.

Avatar, o filme: à guisa de introdução à Teoria Crip

AUTORES/AS: ANAHI GUEDES DE MELLO

O impacto causado pela teoria queer também se refletiu nos estudos sobre deficiência, contribuindo para a emergência da teoria crip desse campo. Enquanto o principal axioma da teoria queer postula que a sociedade contemporânea é regida pela heteronormatividade, na teoria crip sua máxima se sustenta pelo postulado da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal. A tradução do termo crip para a categoria de aleijado em português é uma forma de dar o mesmo sentido da palavra em inglês, revelando a zona de abjeção reservada às pessoas com deficiência. Considerando que os estudos gays e lésbicos inicialmente focaram suas investigações na questão da homossexualidade ser um comportamento “natural” ou “antinatural”, permanecendo dentro de uma lógica binária, a teoria queer expande o foco investigativo ao abarcar qualquer tipo de prática sexual ou identidade que estejam na fronteira de categorias normativas ou desviantes. Desde essa perspectiva, os corpos deficientes também são queer. O objetivo deste trabalho é discutir o potencial analítico e interseccional de uma epistemologia crip na constituição da experiência da deficiência, tomando como exemplo ilustrativo a minha análise do filme Avatar.

COORDENADOR/A: MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS RUFINO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS)

CO-COORDENADOR/A: DEISE LUCY OLIVEIRA MONTARDO (UFAM)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: RITA DE CÁCIA OENNING DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS RUFINO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: VHERÁ POTY BENITES DA SILVA (TEKOÁ PINDÓ MIRIM), MARÍLIA RAQUEL ALBORNOZ STEIN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL), RAFAEL VICTORINO DEVOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: RITA DE CÁCIA OENNING DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), ADRIANO FERREIRA DA SILVA (SHINE A LIGHT), MOISES LUIZ DA SILVA, LUIZ LAUREANO DA SILVA, DEISE LUCY OLIVEIRA MONTARDO (UFAM)

Este simpósio especial pretende oferecer um espaço de discussão sobre a criação conjunta - de textos, audiovisuais, exposições e outros - entre os pesquisadores e os indivíduos e coletivos que se encontram nos locais de suas pesquisas. Entende-se por produções colaborativas aquelas em que ao menos dois grupos ou sujeitos e interesses estão envolvidos – um o pesquisador em campo e o outro a comunidade, ou indivíduos alvo da pesquisa. A iniciativa de trazer ao conhecimento e à discussão um amplo espectro destas iniciativas é norteadas por dois principais objetivos: refletir sobre a importância política destas colaborações em diferentes contextos e explorar o potencial que estas apontam para revigorar diferentes instâncias da produção de saberes da sociedade nacional. O trabalho antropológico envolve um estar em campo que coloca sujeitos em contato de modo muitas vezes prolongado e íntimo, e que não raras vezes resulta numa parceria na produção da pesquisa. O pesquisador pode se engajar, quando adequado, em projetos do próprio grupo, em atividades cotidianas, como professor, como intérprete, como mediador entre os saberes desse grupo e o da sociedade nacional. Esse diálogo tem sido crescente na antropologia, e um debate sobre suas abrangências e possibilidades estéticas, éticas e políticas parece ser fundamental para pensar os caminhos e abrangências que tais produções podem tomar na sociedade nacional. O Simpósio Especial pretende oferecer

um espaço onde se possa mostrar essa produção, discutir seus processos, expor suas angústias, dificuldades, suas conquistas e avaliar impactos dessas produções colaborativas. Oferecerá ainda espaço para um debate sobre o fazer antropológico e suas assimetrias, da abertura da academia para o saber popular, tema tão importante atualmente com a lei dos mestres. Esse diálogo, onde os grupos pesquisados são parceiros de produção de saberes oferece ainda uma oportunidade para confrontar fazeres antropológicos e seus impactos políticos nas diferentes sociedades e na sociedade nacional, inclusive nas políticas públicas.

Biblioteca Oral Krahô: uma estratégia sonora para a educação

AUTORES/AS: VERONICA ALDÈ

A partir das demandas de um grupo de professores Krahô preocupados com a perda gradativa de elementos importantes da cultura tradicional, foi firmada uma parceria através do Projeto “O Trabalho da Memória através dos Cantos” do recém criado Programa de Documentação de Sonoridades Indígenas do Museu do Índio / UNESCO, com o objetivo de salvaguardar através da formação de pesquisadores e técnicos indígenas um conjunto de registros documentais sobre seu patrimônio musical e cultural. As reflexões teóricas e práticas que se seguiram nesse processo intercultural, nos levaram a imaginar uma Biblioteca Oral Krahô que possa acolher partes da cultura que consideram significativas, sendo uma idéia estratégica de fortalecimento cultural que aproxima tecnologia e tradição, ampliando os recursos presentes e futuros para pesquisas, produções e desdobramentos de incomensurável valor educacional, estético e político. A circulação do pensamento indígena a partir de metodologias e perspectivas próprias, aproxima gerações, e tem como objetivo último, a formação de futuras gerações mais preparadas para lidar com a alteridade.

Colaboraciones entre pensamiento sonoro y antropología: Lévi-Strauss, lo sonoro y la música

AUTORES/AS: ANA MARÍA OCHOA GAUTIER

En las Mitológicas Lévi-Strauss transforma su conceptualización del mito tomando como modelo un noción particular de música, aquella que, para él, se constituye en el siglo XVII. Según Lévi-Strauss este es el mismo siglo en que Occidente expulsa sus propios mitos en nombre de la razón, para hacer de una concepción particular de la música, su propio mito (Lévi Strauss 1964, 1968). Lévi-Strauss se refería a lo que hoy llamamos el surgimiento de la noción de obra musical y de la idea de música absoluta como campo de definición de la noción misma de música que prima desde el siglo XIX, no tanto como estilo compositivo sino como substancia inmanente que, al no representar cosa alguna, se constituye en la estesis ejemplar del sujeto trascendente (Chua 1993).

Mucho se ha escrito sobre el polémico uso de esta noción de música en Lévi-

Strauss, sobretudo su debate y desafecto de las vanguardias como Pierre Boulez y los compositores de musiqueconcrète que buscaban explorar el estructuralismo como mecanismo de ampliación de la noción de música. Pero nada, que yo sepa en una intensa búsqueda bibliográfica sobre Lévi-Strauss y lo sonoro, se ha escrito sobre su conceptualización del sonido como campo estructurante de su pensamiento sobre lo mítico. Este trabajo toma como punto de partida la tensión entre el uso de la música y del sonido en las Mitológicas de Lévi-Strauss (con pequeñas referencias a otras obras) para pensar el camino que abre de colaboración entre lo sonoro y lo antropológico como campos mutuamente constitutivos.

Compartilhando e (re)produzindo imagens na pesquisa antropológica

AUTORES/AS: RAFAEL VICTORINO DEVOS

Toda produção de imagens documentais é de alguma forma colaborativa. No entanto, a forma como tal colaboração acontece, e os sujeitos nela envolvidos com mais ou menos capacidade de ação nos levam a refletir sobre a qualidade das relações que chamamos de colaboração. Roland Barthes, em “A Câmara Clara” situa três atores diferentes na produção da imagem fotográfica (que poderíamos estender ao cinema documental), sem os quais nenhuma imagem se realiza completamente: o operador da câmera (e da linguagem fotográfica), o objeto/sujeito fotografado e o espectador da imagem. Alfred Gell, em “ArtandAgency” acrescenta um quarto agente à eficácia das imagens: além do artista, do público (recipient) e do que pode ser representado na imagem (prototype), acrescenta a própria materialidade da obra de arte (index) como ativa ou passiva de agenciamento. Michael Taussig sugere ainda, que toda imagem pode ser pensada como mimeses, imitação criativa ao invés de representação das qualidades sensíveis de sujeitos capazes de gerar processos criativos em outros sujeitos, deslocando as posições de artista/protótipo/operador/objeto/ espectador. A partir dessas propostas, apresento algumas reflexões sobre diferentes contextos de produção de documentários, em diferentes pesquisas, em que a forma de produção colaborativa de imagens pode ser pensada sujeita a diferentes agenciamentos – tanto nas parcerias estabelecidas no trabalho de campo, quanto nos engajamentos diversos gerados pelo compartilhamento de imagens em espaços diversos de recepção. Sugiro assim, que o espaço da pesquisa não está reservado ao momento da captação e edição das imagens, pois o

compartilhamento de imagens e os contextos de recepção são também espaços de reprodução e criação de novas imagens.

Em torno da Antropologia Colaborativa: Produção videográfica com crianças e a reflexividade antropológica

AUTORES/AS: RITA DE CÁCIA OENNING DA SILVA

A produção audiovisual em parceria com crianças e seus familiares em diferentes contextos se revelou um espaço reflexivo antropológico interessante. No diálogo para a produção fílmica, dados antropológicos riquíssimos se revelam, categorias como ficção/realidade, nós/eles, autor/atores, imagem/produtor da imagem vão sendo desconstruídos nesse fazer e a produção em si trás sempre um debate interessante para os realizadores. Abordando diferentes experiências de produção videográfica colaborativa com crianças em diferentes contextos, apontarei a importância dessa para: 1) a produção dos sujeitos nela envolvidos (crianças e o antropólogo em si); 2) para repensar categorias nativas e antropológicas junto com os sujeitos envolvidos, reconhecendo esse como espaço fundamentalmente reflexivo; 3) para pensar e atuar sobre a sociedade de diferentes maneiras; 4) expor a capacidade de invenção das crianças e com essa o aspecto inventivo, metafórico e transformacional da cultura; 5) para repensar os modos de produção das imagens, salientando a intertextualidade dessas, bem como da agência da própria imagem, fugindo das leituras possíveis dos realizadores. A cooperação, por sua vez se fez em diferentes níveis, conforme as possibilidades dos acordos entre os realizadores. Essa inicia no diálogo dos primeiros contatos em campo para a produção das imagens e se reatualiza cada vez que o filme é visto e provoca sua plateia. A apresentação desse artigo contará com uma reflexão sobre a produção audiovisual colaborativa dos realizadores Ellan Barreto e Adriano Ferreira da Silva (com quem trabalho desde 2002, quando esses tinham aproximadamente 10 anos de idade) agora produtores audiovisuais em Recife. Se pretende com essa apresentação refletir sobre a importância política destas colaborações e explorar o potencial reflexivo destas na produção de saberes com crianças.

Refletindo sobre experiências em Etnomusicologia Colaborativa no Extremo Sul do Brasil

AUTORES/AS: MARÍLIA RAQUEL ALBORNOZ STEIN, VHERA POTY BENITES DA SILVA (TEKOÁ PINDÓ MIRIM/RS)

Propomos refletir sobre Etnomusicologia Colaborativa a partir de experiências entre não-indígenas de um grupo de pesquisa em Etnomusicologia do PPGMUS/UFRGS e indígenas especialistas em música Guarani-Mbyá. No RS, jovens lideranças indígenas têm reivindicado a mediação político-pedagógica entre o modo de ser/estar Mbyá e os variados modos - predominantemente pautados por lógicas, éticas e estéticas ocidentais-europeias - da sociedade envolvente. Por outro lado, pesquisadores não-indígenas, no caminho das transformações do campo da Etnomusicologia - de uma ciência eurocêntrica de gabinete em direção a uma experiência hermenêutica, performática e interétnica sistematicamente documentada e aplicada, de encontro, diálogo e ressonâncias com o Outro -, vêm repensando formas de conhecimento em busca de coerência entre o fazer etnomusicológico e o fazer ontológico, sonoro-performático e epistemológico de seus colaboradores de pesquisa indígenas. Neste sentido, partindo da observação, participação e convivência como ferramentas centrais da pesquisa etnográfica, trabalhos em Etnomusicologia Colaborativa no Brasil têm proposto repensar interações, protagonismos e autorias em campo, reavaliando, a partir das relações de pesquisa emergentes, as atuações dos participantes, os instrumentos de registro documental - em campo e para o relatório de campo -, processos de produção, seleção e análise dos materiais sonoro-performáticos e formas de apresentação dos resultados em diferentes fóruns.

‘Levantando a Maloca “Casa de Conhecimento”’, projeto colaborativo no Alto Rio Negro

AUTORES/AS: DEISE LUCY OLIVEIRA MONTARDO

Apresentaremos uma experiência de projeto feito em colaboração entre associações indígenas, organização não governamental e a universidade, com protagonismo da comunidade indígena de Itacoatiara Mirim, situada na zona peri-urbana de São Gabriel da Cachoeira, AM. Após passar por vários processos coloniais que atuaram em oposição as práticas de xamanismo, os Baniwa, assim como outros

povos do Alto Rio Negro estão realizando um movimento de retomada destas, no qual, a construção da maloca, é um dos objetivos e ponto de partida e no qual a música é um dos componentes. Este é o caso da família de Seu Luiz Laureano da Silva, oriundos do Rio Aiari, há cerca de trinta anos e atualmente residentes em São Gabriel da Cachoeira. Faremos uma reflexão sobre a atuação da antropologia feita no âmbito deste projeto.

COORDENADOR/A: ANDRÉA DE SOUZA LOBO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

CO-COORDENADOR/A: JULIANA GONÇALVES MELO (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA UFRN)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: MARIA JOSE ALFARO FREIRE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN)

DEBATEDOR/A 2ª SESSÃO: JULIANA GONÇALVES MELO (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA UFRN)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE), RITA DE CÁSSIA MARIA NEVES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)), SORAYA FLEISCHER (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: STEPHEN GRANT BAINES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UNB), AINA GUIMARÃES AZEVEDO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

A noção de território, clássica na Antropologia, conserva sua pertinência analítica ao ser ressignificada com as novas configurações sociais, econômicas e políticas das sociedades contemporâneas. As situações concretas vivenciadas pelas populações tradicionais são ponto de partida para discussão sobre o reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados, o acesso à terra e às políticas públicas, a perda da autonomia econômica, as mobilidades e as migrações, as reconfigurações políticas, etc. Grupos tradicionais, notadamente os quilombolas, os indígenas têm se mobilizado e lançado questões importantes para pensarmos a relação entre os conhecimentos tradicionais, a patrimonialização e a implementação de direitos universais, como à educação e a saúde. As coletividades mobilizam seus esforços para manter o controle sobre o território, os conhecimentos acumulados e as práticas culturais, fazendo frente a interesses do Estado ou de multinacionais, a implementação de novas tecnologias, como por exemplo a implantação da internet ou da energia eólica, o impacto do turismo internacional, a organização de grandes eventos mundiais, como a Copa do Mundo que projetam essas populações na cena e na agenda internacional. O simpósio propõe investigar os territórios - geográficos, políticos ou simbólicos - no contexto contemporâneo de grupos imersos em redes que ultrapassam as fronteiras locais. Três eixos serão privilegiados pelos componentes do simpósio que retoma temas de investigação do projeto PROCAD casadinho entre a UFRN e a UNB: a saúde, o rural e o urbano e contexto dos fenômenos oriundos da globalização.

Territórios indígenas ressignificados

AUTORES/AS: STEPHEN GRANT BAINES

Examina-se a noção de territórios indígenas, e a sua ressignificação nas novas configurações sociais, econômicas e políticas das sociedades contemporâneas. Os povos indígenas, diferente dos quilombolas e outras populações tradicionais, são reconhecidos na Constituição Federal de 1988 como povos originários do Brasil, fazendo que seu direito a uma terra determinada independa de reconhecimento formal. A noção de “territorialização” de Oliveira Filho (1988) serve para analisar o movimento pelo qual um objeto político-administrativo, “comunidades indígenas” vem a se transformar em uma coletividade organizada, criando sua própria identidade, instituindo estruturas de tomada de decisão e de representação, e reelaborando suas formas culturais. Apresenta-se o processo administrativo atual de reconhecimento de terras indígenas instituído a partir do Decreto 1775 de 1996, e ressalta-se a enorme distância entre os direitos indígenas reconhecidos e sua efetivação. Abordam-se os impactos de novas políticas governamentais de reprimarização da economia, baseada na produção e exportação de commodities, que favorecem o desenvolvimento econômico predatório e a substituição do indigenismo do Estado pelo indigenismo empresarial, os recentes ataques aos direitos indígenas, em especial os direitos territoriais, da parte da bancada ruralista no Congresso, e a crescente internacionalização do movimento político indígena para enfrentar as novas ameaças aos seus territórios.

COORDENADOR/A: PAULA MORGADO DIAS LOPES (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

CO-COORDENADOR/A: ALEXANDRE FLEMING CÂMARA VALE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ)

DEBATEDOR/A 3ª SESSÃO: ALEXANDRE FLEMING CÂMARA VALE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: CLARICE PEIXOTO (UERJ), DENISE DIAS BARROS (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO), ANGELA TORRESAN (UNIVERSIDADE DE MANCHESTER)

Quando falamos em transnacionalidade, fazemos referência às experiências de contato ou contrastivas, experiências desde sempre constitutivas do saber antropológico. Fazemos também referência aos fluxos, intercâmbios e processos de internacionalização que marcam o campo da antropologia no Brasil. O propósito do Simpósio Transnacionalidade, pesquisa de campo e visualidades é o de intensificar o intercâmbio de teorias e experiências no que se refere ao lugar da artesanaria fílmica e das novas ferramentas midiáticas para a produção do conhecimento antropológico. Pensamos, assim, em um cruzamento de olhares multissituados, partindo da experiência concreta de pesquisadoras que trabalharam fora do Brasil (África, Inglaterra e França), dialogando com outras tradições de antropologia visual e que produziram documentários, apesar do pouco suporte acadêmico encontrado no exterior. Assim, perguntamos: como pensar essas zonas de contato entre distintas tradições de antropologia visual? Em que esse intercâmbio pode contribuir para avançarmos na teoria antropológica? Ou ainda, como a artesanaria fílmica, com sua visualidade, poderia se constituir como metáfora-radical para a atividade coletiva do trabalho de campo? O presente simpósio visa proporcionar um conjunto de relatos etnográficos e etnobiográficos onde poderemos localizar modos diversos de conhecimento e representações de alteridades, refletindo sobre temas diversos como envelhecimento, migração, loucura e sexualidade.

Reflexões sobre as interações (e demandas) que se organizam à margem do fazer acadêmico no trabalho de campo

AUTORES/AS: DENISE DIAS BARROS

A discussão se faz a partir de processo de inquietações e questionamentos que emergem das acumulações que se manifestam em solicitações dirigidas aos pesquisadores, solicitações que podem se intensificar ou modificar-se no trabalho etnográfico de longa duração. Trata-se de discutir: 1) como se estabelece o contrato e as negociações de interesses - nem sempre convergentes - entre pesquisadores e colaboradores, individualmente e coletivamente. 2) como nos classificam, como compreendem o que realizamos? 3) Quais os sentidos que a pesquisa e a presença do/a pesquisador/a - informados pela interdependência no mundo social em reiteradas viagens ao longo de diversos anos - adquirem em suas vidas e em seus espaços sociais. A reflexão focaliza em especial, a realização do filme Ganda Amaji (“sonhar a cidade”) no Mali no contexto de trabalho de pesquisa sobre mobilidade da juventude na localidade de Songho (região Dogon). Partimos do argumento de Soumaila Karambé e de roteiro construído no processo, pois se deveria respeitar as propostas e discussões dos participantes de cada cena, realizadas em Songho e em Bamako (capital do país). Os diálogos foram em grande parte improvisadores por cada ator/atriz tendo como referência a ideia geral da cena e de seu contexto. Vivíamos todos/as, uma experiência de mobilidade e de interrogação sobre os sentidos do local.

Sentimentos compartilhados: a experiência do campo e a construção do filme

AUTORES/AS: CLARICE PEIXOTO

A ideia é discutir as emoções que perpassam o desenrolar do trabalho de campo antropológico. São sentimentos que, mesmo que seus significados sejam universais como empatia/simpatia, desconfiança/confiança, alegria/tristeza, cumplicidade e dor, eles não se exprimem da mesma maneira porque as emoções variam na intensidade e na forma da sua manifestação de uma sociedade a outra. É o aceitar “nos deixar afetar”, sugerido por Jeanne Favret-Saada, que nos submerge mais densamente na compreensão do outro. Essa experiência de sentimentos

compartilhados mostra, também, que a fabricação da imagem é um exercício extraordinário para aprender a olhar e a escutar. Pretendo, aqui, discutir essa relação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa e a câmera como o pivô de experiências de campo em outras terras.

COORDENADOR/A: JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: JOSÉ GABRIEL SILVEIRA CORRÊA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE), CÉSAR AUGUSTO BALDI (TRF4-PGR), MARCELO ZELIC (GRUPO TORTURA NUNCA MAIS-SP)

Em novembro de 2012, um grupo de trabalho destinado a apurar violações de direitos humanos praticadas contra os povos indígenas foi instalado no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (1946-1988). Dias antes, a imprensa noticiara a descoberta, no acervo do Museu do Índio, do filme “Arara”, de Jesco von Puttmaker, que reúne cenas da formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em 1970, incluindo uma demonstração das técnicas de tortura ensinadas durante o treinamento. A reportagem mencionava ainda a existência do que ficou conhecido como Reformatório Krenak, colônia penal em que indígenas eram confinados e submetidos a trabalhos forçados. Já em 2013, voltou à luz o Relatório Figueiredo – desaparecido durante 45 anos, o relatório documenta torturas e outras práticas criminosas cometidas contra povos indígenas por agentes do Estado, incluindo o extermínio de aldeias inteiras. Estas e outras pesquisas recentes têm demonstrado a necessidade de investigar e punir as violações aos direitos indígenas levadas a cabo durante a ditadura militar. Isto veio estimular também uma reflexão crítica sobre o regime tutelar e as múltiplas conexões que ele manteve com ações repressivas apoiadas em práticas militares, contribuindo para o avanço da análise antropológica sobre o indigenismo e suas peculiaridades no contexto nacional.

COORDENADOR/A: SÉRGIO LUIS CARRARA (UERJ)

CO-COORDENADOR/A: CAMILO BRAZ (UFG)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: EMERSON GIUMBELLI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL), LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE (UFRJ), SONIA ONUFER CORRÊA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS)

PARTICIPANTE 2ª SESSÃO: FÁTIMA WEISS DE JESUS (UFAM), MARCELO TAVARES NATIVIDADE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ), ROZELI MARIA PORTO (UFRN)

PARTICIPANTE 3ª SESSÃO: PETER FRY (UFRJ), JOSÉ MIGUEL NIETO OLIVAR (NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO PAGU-UNICAMP), SÉRGIO LUIS CARRARA (UERJ)

A proposta deste Simpósio Especial, sob organização do GT de Gênero e Sexualidade da ABA, é dupla: primeiramente, pensar a questão dos fundamentalismos religiosos e laicos em relação aos desafios contemporâneos relativos à sexualidade, por meio de problematizações antropológicas em torno de temas como aborto, direitos LGBT, prostituição etc., bem como o uso que vem sendo feito de manuais psiquiátricos para legitimar argumentos religiosos. A ideia é discutir a própria noção de fundamentalismo e, caso ela se sustente, também pensar em suas vertentes laicas (racionalistas, universalistas), muitas delas formuladas na linguagem dos direitos, inclusive na dos direitos sexuais. Em segundo lugar, pretende-se discutir como os/as antropólogos/as articulam ou não, em seu fazer antropológico, o trabalho de pesquisa/produção intelectual e suas militâncias (convicções políticas e noções de cidadania) ou sua participação em processos governamentais e estatais (assessorias, consultorias, laudos, moções públicas). Tal tópico é um desdobramento de inquietações clássicas, que giram em torno das relações entre ciência, sociedade/cultura e poder/política. Consequentemente, sobre o próprio estatuto de verdade do discurso antropológico.

Para que(m) serve a laicidade?

AUTORES/AS: EMERSON GIUMBELLI

A laicidade vem ganhando uma crescente atenção acadêmica nos últimos anos, sobretudo quando consideramos a literatura em língua inglesa sobre secularismo. Simultaneamente, laicidade é uma categoria que vem sendo acionada intensamente em debates e ações propostos por ativistas sociais no Brasil, sobretudo em temas envolvendo direitos sexuais. Partindo da apresentação dos distintos sentidos adquiridos pela laicidade em cada um desses cenários, o objetivo é refletir sobre os desencontros e divergências entre eles. Como preocupação principal está a tentativa de sugerir possibilidades e caminhos de colaboração entre os universos acadêmico e militante.

COORDENADOR/A: LUIS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: ROBERTO KANT DE LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF), JOSÉ MANUEL RESENDE (UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE FLUMINENSE), GABRIEL DAVID NOEL (IDAES/UNSAM)

A ideia deste simpósio é colocar em discussão concepções de justiça e de cidadania, a partir da análise de casos etnográficos que envolvam situações de conflito. Trate-se de conflitos situados na área da segurança pública, nas lides ou processos judiciais, ou ainda daqueles caracterizados pelo enfrentamento de demandas de direito na esfera pública. Cada expositor terá como referencia contextos etnográficos em um país específico, fazendo com que a comparação ou contraste entre as apresentações ilumine os casos analisados e permita melhor compreensão sobre a relação entre concepções de justiça e de cidadania na administração de conflitos.

Controles burocráticos, tutela estatal e construção da cidadania brasileira: uma discussão necessária

AUTORES/AS: ROBERTO KANT DE LIMA

Discussão dos procedimentos de punição e repressão recentemente aplicados no caso do “Mensalão”, relacionando seu desenvolvimento a ethos de controle burocrático e de punição penal e administrativa presentes em nosso cotidiano de servidores públicos.

De Insensatos y Casas sobre Arena: Justicia, Ciudadanía y Legitimidad en el Marco de un Conflicto Ambiental en una Ciudad Intermedia de la Costa Atlántica Argentina

AUTORES/AS: GABRIEL DAVID NOEL

La presente intervención parte de un análisis etnográfico de un conflicto ambiental en una ciudad balnearia de la costa atlántica bonaerense (Argentina) a los efectos de ofrecer una reconstrucción de algunos de los principales modos en que ciertas nociones locales de ciudadanía, justicia y legitimidad política y moral son movilizadas a lo largo de media década de conflicto, protesta pública y litigio judicial.

E se fosse soropositivo? Entre o segredo e a revelação o conflito à flor da pele

AUTORES/AS: JOSÉ MANUEL RESENDE

Pensar na tríade entre justiça, cidadania e conflito exige hoje do pesquisador um olhar cada vez mais fino sobre os acontecimentos e contextos conflituosos. Nem sempre a expressão do conflito emerge com uma visibilidade notória e devidamente enquadrada. Nem sempre a demanda por justiça e por mais cidadania é expressa por conflitos que são anunciados por públicos coletivamente organizados e devidamente enquadrados por pautas políticas explícitas. Hoje a expressão do conflito faz-se por outras formas aliadas ou não a conteúdos semelhantes. Nem sempre o formato é público, consequente e frequente. Nem sempre o conflito é expresso pela tomada de voz na primeira pessoa. Nem sempre o conflito expressa vozes uníssonas, alinhadas tal como se observam em manifestações e passeatas públicas. Há conflitos que se expressam na penumbra

do espaço e em um tempo que por vezes é bem mais pastoso que líquido. Nem sempre o conflito é a expressão de seres que operam criticamente com toda a sua competência cognitiva e corporal. Há outras figuras que operam com pautas críticas, mas usando de outros meios, outras fórmulas e outros estratagemas. Neste sentido, esta comunicação ensaia captar esta tríade através do conflito expresso por figuras que expressam demandas de reconhecimento de si por interpostas vozes ou pela sua própria voz, mas expressada individualmente, usando outros dispositivos que não os enquadramentos coletivos. É sobre os doentes soropositivos que a comunicação vai tratar: das suas demandas por mais justiça e direitos, quer no plano da sua dignidade humana, quer no âmbito de seres que revelam no corpo uma doença, que permanecendo no tempo se transforma em uma doença crônica. É dos trajetos dessa doença e dos problemas que esses longos trajetos trazem nas transições de mundos que esta comunicação vai abordar.

COORDENADOR/A: CARMEN RIAL (UFSC)

DEBATEDOR/A 1ª SESSÃO: CLARA SARAIVA (CRIA-UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA)

PARTICIPANTE 1ª SESSÃO: ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO (UNICAMP), EUNICE RIBEIRO DURHAM (NUPPS/USP), HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO (IEB)

Nos últimos anos a Associação Brasileira de Antropologia tem sido estimulada a ampliar o espaço de participação dos antropólogos que atuam fora da academia e, eventualmente, a rediscutir a definição de suas categorias de associado. O aumento recente no número de antropólogos formados no Brasil, assim como no número de associados da ABA é parcialmente responsável por este movimento. Da mesma forma, o mercado de trabalho para antropólogos cresceu, na academia, nas ONGs e em órgãos públicos. Este simpósio discute as possibilidades de reconhecimento da profissão a nível do Estado com as diversas frentes de atuação do antropólogo no cenário atual do Brasil. Cada um dos participantes desse simpósio apresentará a partir de suas experiências individuais essas possibilidades de profissionalização o que impactos esse reconhecimento da profissão teria em uma associação como a ABA.

MESAS REDONDAS



COORDENADOR/A: UGO MAIA ANDRADE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

DEBATEDOR/A: MARIA ROSÁRIO GONÇALVES DE CARVALHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

PARTICIPANTE: CECILIA ANNE MCCALLUM (UFBA), EDWIN REESINK (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO), AMIEL ERNEK MEJÍA LARA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

A Mesa Redonda intenta abordar eixos pertinentes de aproximação/comparação entre sistemas ameríndios na Amazônia e no Nordeste/Leste, regiões cujas etnologias tradicionalmente vêm conservando, uma em relação à outra, reservas e antíteses, seja de natureza conceitual, metodológica ou ideológica. Etnografias recentes sobre povos distribuídos nessas regiões têm mostrado, contudo, que temas como cosmologia, sociogênese, ritual, parentesco, xamanismo e movimentos de reetnização podem apresentar bom rendimento em ambos os lados, desautorizando o pressuposto da diferença irreduzível entre povos da Amazônica e do Nordeste/Leste. Admitindo-se a inexistência de índio “a priori” – levando em conta a necessidade de povos ditos ameríndios ascenderem, em algum momento de suas trajetórias, a este referente forjado pela agência colonial a fim de classificar populações com determinadas restringências – compete indagar por tais especificidades, seus arranjos, distribuições e afastamentos. Desta maneira, a Mesa Redonda ora proposta retoma, em outro formato, discussões que articularam pesquisadores em torno dos GTs “A etnologia indígena da Amazônia e do Nordeste Brasileiro” (REA/ABANNE, 2011), “Amazônia e Nordeste indígenas: por uma etnologia transversa” (RBA, 2012) e “Diálogos transversos: pesquisas em etnologia indígena na Amazônia e no Nordeste” (REA/ABANNE, 2013).

A Apoteose do Racismo no Brasil: Povos indígenas, o estado e a produção da indiferença nacional

AUTORES/AS: CECILIA ANNE McCALLUM

No Brasil os modos mais disseminados de apreensão da “questão indígena” e do “índio” integram uma forma de racismo que é consagrada, legitimada – mas não nomeada ou reconhecida abertamente – e este racismo, no clima político atual que conjuga colonialismo interno com economismo neo-liberal, está em processo de se fortalecer. O processo de fortalecimento é associado não só a ações e discursos direcionados abertamente contra pessoas e comunidades indígenas, mas, mais ainda, depende de uma falta de ação, discurso ou mesmo interesse por parte da maioria dos cidadãos em cujo nome o Estado age (ou se omite de agir). Evidentemente o Estado e seus órgãos e agentes incorporam e ativam discursos diversos e às vezes contraditórios, agindo para reprimir de um lado (quando prendem lideranças indígenas por motivos políticos, por exemplo), e procurando defender o interesse de minorias, de outro (quando dá espaço para o Ministério Público Federal intervir, por exemplo). Assim os distintos racismos e anti-racismos podem ser promovidos e combatidos pelo próprio Estado, que não é em si fonte nem origem do fenômeno, senão parte central de um processo maior. Esta comunicação considera a tese de que os discursos da luta anti-racista e as formas de ação promulgadas para acabar com o racismo no Brasil não tem sido capazes de combater a continuada produção do racismo anti-indígena, que tende a tomar a forma da invisibilização dos povos indígenas, e de que esses discursos e formas de ação não tem sido ágeis para diminuir a indiferença da maior parte da população sobre suas consequências sobre as pessoas diretamente envolvidas. A intenção é explorar possíveis caminhos de interpretação desse estado de coisas, a partir do entendimento de que a invisibilização e a indiferença remetem a manifestações diversas dos elementos de um imaginário nacional não só sobre os povos indígenas - e os posicionamentos políticos atrelados a estas (ou sua simples ausência) – mas também um imaginário sobre si mesmos, e sobre as coletividades passadas, presentes e futuras em relação às quais brasileiros e brasileiras se situem de forma autopoietica.

A etnologia das terras baixas do Nordeste: um pouco de diálogo

AUTORES/AS: EDWIN REESINK

Essa mesa resulta de uma série de encontros anteriores em congressos da ABA e ABANNE acerca de estudos amazônicos e nordestinos em que uma das questões maiores em jogo concerne a aproximação das duas etnologias. É curioso, por exemplo, que não se usa a expressão “etnologia das terras baixas do Nordeste”. Existem poucas tentativas de usar a bibliografia de uma macro-região para outro. Nessa comunicação discutirei alguns desses casos (os casos de “perspectivismo” e “etnogênese”) e traço um rápido quadro do estado da arte na etnologia do Nordeste (como a questão se existe uma mudança de paradigma de reconhecimento pelo estado e de indianidade).

Questionando fronteiras...

AUTORES/AS: AMIEL ERNEK MEJÍA LARA

A apresentação é uma síntese dos trabalhos expostos nos GTs que dão vida a esta mesa-redonda. Ao longo desses escritos foram submetidas à discussão possibilidades críticas que buscam repensar alguns princípios que operam no debate da etnologia e a partir dos quais se atribui aos coletivos indígenas formas que se apresentam como fatos dessas “realidades particulares”. Essas formas, escritas sob o discurso etnográfico e conceituadas ao interior do debate antropológico, tem criado, em repetidas ocasiões, limites analíticos que fundam fronteiras concretas a partir da condição de poder da antropologia para nomear e organizar a diferença, mascarando seu lugar na criação, definição ou invenção do outro.

Assim ao refletir sobre uma antropologia transversa no campo da etnologia, isto é, uma antropologia preocupada com se colocar a traves, têm que ser avaliadas possibilidades epistemológicas e metodológicas que permitam ultrapassar e questionar essas fronteiras. Mas, atravessar ou cruzar ao outro (como dizem os maias Zapatistas) obriga um caminho que mostre o emaranhado processo em que se faz o conhecimento da disciplina, nas suas múltiplas relações.

Para isso, se pode tirar proveito de algumas reflexões já encaminhadas e encontrar possíveis roteiros críticos a estas preocupação, uma delas, a da reflexividade: para desmascarar o lugar do ponto de vista da antropologia e do antropólogo na

criação, definição ou invenção do outro e de suas fronteiras como parte de relações situadas no campo de saber e no seu lugar de poder; outra, a da reversibilidade: para reconhecer a criatividade desse outro na definição e invenção de seus próprios limites e sentidos assim como do olhar sobre seus outros, para anular a exclusividade do saber a quem se especializa em fazer o saber antropológico; assim como a reflexão comparativa: para, de forma elucidativa, não reduzir as possibilidades analíticas ao contraste de casos dentro de fronteiras dadas ou impostas, relacionando horizontes que possam se esclarecer reciprocamente até em contexto sem uma relação autoevidente.

COORDENADOR/A: ZOY ANASTASSAKIS (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ESDI/UERJ))

DEBATEDOR/A: ROBERTA SAMPAIO GUIMARÃES (UERJ)

PARTICIPANTE: KARINA KUSCHNIR (UFRJ), RAQUEL GOMES NORONHA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), WENDY GUNN (UNIVERSITY OF SOUTHERN DENMARK)

Esta mesa-redonda propõe reunir antropólogos envolvidos com práticas de ensino e pesquisa em antropologia que dialoguem com o campo do design e das artes visuais, seja no que tange ao domínio da visualidade e da representação gráfica como meios para registro, análise e apresentação da pesquisa, seja no sentido de uma aproximação com a dimensão projetual, expandindo a ação dos antropólogos para o exercício de projeto, tal como o formulam os designers. A partir desse debate orientado para os modos através dos quais antropólogos vem experimentando reconfigurar determinadas abordagens interdisciplinares por meio de um diálogo direto com os domínios da arte, da criatividade e do design, a mesa-redonda busca discutir como tais aproximações infletem no próprio exercício da antropologia, tanto na prática de pesquisa, quanto no âmbito do ensino. Através de experiências de antropólogos envolvidos com experimentações nesse campo, propomos um debate sobre os modos através dos quais as dimensões visuais, criativas e projetuais do design e da arte podem se combinar ao exercício da antropologia. Ao colocar em questão os rendimentos dessas interações interdisciplinares, a mesa-redonda pretende contribuir também para a discussão sobre o exercício da antropologia na contemporaneidade.

Desenho etnográfico: uma experiência de ensino e antropologia

AUTORES/AS: KARINA KUSCHNIR

Nesse trabalho, apresento os resultados de uma experiência de ensino chamada Laboratório de Antropologia e Desenho, que propõe o desenho como ferramenta central para a pesquisa etnográfica. Alunos sem formação prévia na área foram apresentados ao ato de desenhar como uma forma de conhecer o mundo. Através de oficinas práticas, as convenções em torno do desenho foram desconstruídas para, em seu lugar, re-encontrarmos novas formas narrativas capazes de evocar graficamente ideias, encontros, diálogos, observações e percepções sobre a vida social. Por meio de exercícios, tratamos da formação dos pesquisadores aos dispositivos de diálogo e troca com o universo pesquisado, passando pelo processo de registro dos dados e da divulgação dos resultados. A experiência partiu da sala de aula para posteriormente explorar espaços na cidade do Rio de Janeiro, tendo como pano de fundo o desafio de compreender a cidade e os múltiplos pontos de vista que se enfrentam no espaço urbano. Na análise do material produzido, buscamos enfrentar questões centrais para a prática da pesquisa antropológica, explorando as consequências, perguntas e soluções que emergem do ato de ensinar a desenhar e construir narrativas gráficas no (e sobre o) trabalho de campo.

Design Anthropology

AUTORES/AS: WENDY GUNN

Design anthropology is a call for a different way of involving anthropology and participatory observation within practices of designing technologies, services, policies and infrastructure that does not aim towards changing human behavior. Here design is considered the process and not the object of inquiry. The paper presents a short history of design anthropology, its theoretical underpinnings and methodologies. Theoretically, the emerging field is influenced by processual, critical and action orientated approaches in anthropology. I argue that by combining anthropological methodology and knowledge with the future orientated imaginative praxis of design skill and collaborative design processes, anthropology and design could learn from each other. I conclude by referring to what theories, methods, and approaches are in use by practitioners of design anthropology.

Entre olhares: quando a imagem nasce híbrida

AUTORES/AS: RAQUEL GOMES NORONHA

A proposta aqui é refletir sobre a categoria representação, a partir dos dois campos de conhecimento para os quais ela é estruturante: o Design e a Antropologia. As imagens construídas em campo, sejam elas gráficas ou simbólicas, “nascem” híbridas porque são frutos de construções coletivas de pesquisadores e sujeitos da pesquisa. Quando os pesquisadores transitam entre a Antropologia e o Design, esta possibilidade se expande, porque construir imagens faz parte do métier destes dois saberes: ver, ouvir e escrever + ver, ouvir e projetar. Escrever imagens, projetar imagens. Entre a escrita e o projeto, entra em cena o sujeito a ser (d)escrito e representado. Num estudo de caso, analiso a relação de designers em campo e um grupo de mulheres artesãs, que recebe este grupo de designers em seu povoado. Eles chegam à Itamatatua, uma comunidade remanescente de quilombo no interior de Alcântara (MA), com uma atividade projetual a ser desenvolvida: no período de um ano deveriam elaborar um projeto de identidade visual para a associação de mulheres ceramistas. A partir de uma etnografia realizada pelos designers, diversas imagens foram construídas: artesãs representam o seu papel social de artesãs e quilombolas; representam a tradição secular na produção cerâmica; representam-se a si próprias, como peças artesanais. Por outro lado, designers representam o quilombo em imagens e artefatos que irão comunicar visualmente a identidade cultural local. Nestes cruzamentos de representações, gráficas e simbólicas, os saberes-fazer de cada ator envolvido nesta cadeia produtiva são valorizados, salientados dependendo do lugar de fala e para quem se fala. Em tal contexto, buscamos contribuir para a discussão com as seguintes questões: o que significa projetar em campo? Como as representações se constituem híbridas, entre o simbólico e o visual? Como o processo de representação pode ir para além da escrita, para a instância projetual?

COORDENADOR/A: JULIANA BRAZ DIAS (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

PARTICIPANTE: ALBERT FARRÉ (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), OMAR RIBEIRO THOMAZ (UNICAMP), CARLA SUSANA ALEM ABRANTES (UNILAB - UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL)

O colonialismo foi mais do que um sistema de exploração econômica e dominação política, podendo mesmo ser entendido como um modo de percepção do mundo. Produziu formas de enquadramento da vida social e construiu, assim, uma hegemonia – sempre em tensão construtiva com imagens contra-hegemônicas. Esta mesa redonda tem por objetivo proporcionar uma discussão sobre as categorias geradas pelo colonialismo. Reunindo trabalhos cujo enfoque recai sobre a experiência colonial em África, a mesa redonda remete à fabricação de sistemas classificatórios em variados domínios dessas sociedades. Articula as categorias jurídicas que condicionavam o acesso a direitos políticos e civis dos sujeitos coloniais a outras tantas classificações sociais, de naturezas diversas (religiosa, estética, comportamental etc.). Com base em dados empíricos, as contribuições agregadas nesta mesa visam à análise dos mapas mentais elaborados no intuito de orientar a navegação na paisagem colonial africana. Ainda, buscam fornecer subsídios para uma reflexão crítica sobre o que restou desse modo de enquadrar o mundo depois das descolonizações: das persistentes representações raciais às formas contemporâneas de classificação e hierarquização dos modos de conhecimento, das línguas, das práticas alimentares, das manifestações artísticas e do gosto.

A linguagem da administração colonial portuguesa: conhecimento, ensino e poder

AUTORES/AS: CARLA SUSANA ALEM ABRANTES

Esta comunicação aborda o colonialismo a partir de um contexto empírico particular que permite compreendê-lo como um processo constituído por agências e campos de interação historicamente constituídos. As relações entre portugueses e angolanos serão tomadas a partir das representações de professores e alunos de uma instituição de pesquisa e ensino em Lisboa nos anos 1950. Para além do repertório de imagens sobre Angola e sua população, considera-se o modo como tais representações ganharam significados e figuraram como elementos de um Estado colonial em expansão. Estaremos diante de um dos “bastidores” do colonialismo para uma análise sobre a produção de conhecimento, seus modos de transmissão e as zonas de contato que o compuseram como um fenômeno que marcou o passado compartilhado entre africanos e europeus.

Da cláusula de repugnância colonial aos direitos humanos: Moçambique e a diversidade cultural

AUTORES/AS: OMAR RIBEIRO THOMAZ

A cláusula de repugnância constituía um princípio que orientava a atuação das mais distintas esferas da administração das populações nativas no período colonial em Moçambique. No tardo período colonial, a partir do final dos anos 1950, tal princípio convivia com o suposto respeito aos usos e costumes indígenas e bem como com o frágil projeto assimilacionista português. Trata-se de um princípio que, sem ser exclusivo dos impérios coloniais, constitui um elemento central para sua inserção no jogo das relações internacionais como entidades políticas. Da mesma forma, a pressão atual em torno de um princípio incorpóreo de direitos humanos orienta em grande medida o debate sobre a diversidade cultural ali onde ela se apresenta efetivamente. Nesta comunicação pretendemos recuperar os termos deste debate no contexto específico de Moçambique entre o período colonial, o período socialista e os tempos que correm.

Os Frankensteins africanos

AUTORES/AS: ALBERT FARRÉ

Os estados coloniais foram criados com o objetivo de controlar e transformar as sociedades africanas segundo os interesses dos impérios que os pensaram. Após as independências, o estado passou a ter –juridicamente– vida própria, mas continua a ter uma relação conflituosa com as sociedades africanas. O estado pós-colonial continua a precisar de um grande esforço para ser reconhecido como o centro das sociedades africanas. Parte desse esforço baseia-se, agora como no tempo colonial, na prática de definir e classificar o passado africano segundo categorias originárias do Estado.

No campo da representação política a nível local, assim como no campo da saúde ou da economia, o estado define e reconhece o que é tradicional, como uma maneira de controlar realidades cujas lógicas e dinâmicas não domina, mas das quais ainda depende para atingir a maioria da população. A partir de exemplos de Uganda e de Moçambique, tratarei da relação de mútua incompreensão e de mútua dependência entre as sociedades e os estados onde estas se inserem. Esta relação de ambigüidade faz com que exista um campo de improvisação e inovação social não reconhecido nos discursos oficiais, mas aceite no desenrolar do dia a dia. Como no tempo colonial, tudo o mundo sabe, mas ninguém disse saber. Mas agora a situação é bem mais complexa, pois os próprios representantes do estado estão plenamente inseridos nas dinâmicas sociais, e o próprio conceito de estado está a ser “resemantizado”. Assim aparece o que eu chamo os Frankensteins africanos: engenhos sociais cujo sucesso está em escaparem do controlo do seu criador.

O desafio para a antropologia e outras ciências sociais continua a ser referirem-se as instituições e conhecimentos africanos (suas potencialidades e limitações) sem depender da malha de significados proposta pelo estado, e sem cair em romantismos anti-modernistas.

004 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, FORMAS DE CONTROLE E ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS

COORDENADOR/A: RENZO ROMANO TADDEI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)

DEBATEDOR/A: EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO (NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS)

PARTICIPANTE: RENZO ROMANO TADDEI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO), ANA CARLA DOS SANTOS BRUNO (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZONIA INPA), ERIKA MESQUITA (IFAC)

Esta mesa propõe a correlacionar análises antropológicas focalizando efeitos das políticas públicas que agem no sentido do controle de processos socioambientais bem como o papel dos meios de comunicação na mediação da percepção de tais eventos. Impõe-se cautela quanto à análise das causas dos eventos extremos devendo-se evitar o reducionismo climático e ambiental, como uma nova versão do determinismo climático uma vez que a exigência de controle sobre as mudanças climáticas pode ser apropriada por interesses privados ocorrendo ingerências políticas de indivíduos que usam o meio ambiente em proveito próprio em detrimento das populações afetadas. As abordagens sobre “conhecimentos tradicionais”, “conhecimentos locais ou “conhecimentos indígenas” muito se enriquecem com etnografias sobre o “conhecimento [multi] situado” de povos ou grupos específicos, em termos da cosmovisão - compreendendo a orientação das atividades, a vinculação do calendário, a paisagem cultural e lugares significativos para as performances sociais e territoriais. Trata-se aqui de considerar estratégias socioambientais de diferentes grupos sociais em contextos diferenciados, de modo a comparar como os atores sociais lidam com as tentativas de controle ambiental e climático. Cabe perguntar em que medida sujeitos individuais e coletivos são moldados pela cultura ou ao contrário são capazes de moldá-la, interferindo sobre ela.

Mudanças Climáticas e os conhecimentos dos povos da floresta

AUTORES/AS: ERIKA MESQUITA

O ambiente e, por sua vez, os problemas climáticos, têm estimulado a Antropologia a pensar sobre conhecimentos tradicionais relacionados e a interpretação desses eventos por indígenas, ribeirinhos, extrativistas, ex-seringueiros, pequenos agricultores, que dentro de seu modo de vida também compreendem essas transformações. As alterações climáticas são um fenômeno global experienciado dentro de enquadramentos culturais e naturais diferentes, por isso, com graus de afetação, visibilidade e notoriedade diversos. A Antropologia a partir da Etnografia pode reclamar um posicionamento fulcral na análise destes fenômenos, afinal está particularmente capacitada para o estudo de processos de conhecimento e saber, percepção, adaptação, resiliência que se têm agudizado com esse fenômeno global. Neste panorama em que as mudanças climáticas estão na pauta do dia, traremos aqui a discussão de alguns dos povos da floresta da região do Juruá sobre os conhecimentos tradicionais e as mudanças climáticas.

Quando as discussões sobre Mudanças Climáticas modificam as agendas e afetam a vida dos sujeitos sociais.- Indígenas e Extrativistas

AUTORES/AS: ANA CARLA DOS SANTOS BRUNO

Neste trabalho, pretendemos fazer uma reflexão de como as discussões sobre mudanças climáticas estão influenciando as agendas dos movimentos sociais e afetando o cotidiano dos sujeitos que vivem em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. As discussões sobre mudanças climáticas é um dos tópicos mais mencionados e comentados da agenda do século XXI. No universo científico existe recorrentemente a ideia que as mudanças climáticas são oriundas das ações humanas – Um Processo de Culpabilização do Homem. No entanto, as causas, os culpados, os riscos e perigos são temas recorrentes não só no universo científico, jornalístico, mas também passaram a fazer parte das agendas dos movimentos sociais. Segundo Giddens (2010, p.10), a mudança climática é a dimensão mais urgente e mais grave e profunda da crise ambiental do século XXI, porque aumenta significativamente a desertificação, a crise de recursos hídricos e a crise da biodiversidade trazendo grandes prejuízos econômicos e afetando severamente

as populações pobres do planeta. Nossa discussão será pautada nas atividades e ações realizadas pelo movimento indígena no Estado do Amazonas e em pesquisas realizadas com moradores da Resex Médio Purus, situada na região do médio Purus, no município de Lábrea (Amazonas).

Reflexões etnográficas sobre o conceito (e as práticas) de geoengenharia

AUTORES/AS: RENZO ROMANO TADDEI

Antropoceno e geoengenharia : dois conceitos que propõe novas valências às formas como construímos passado e futuro, natureza e cultura, vida e morte, matéria e espírito; e que existem em relação tensa e complexa, constituindo-se mutuamente, de forma agonística e dinâmica. Articulação entre a esfinge edipiana (ordenada) e o deus Jano (abcissa), definem um espaço de possibilidades onde natureza e criação humana são guerra e são vida a uma só vez. Através da análise de material etnográfico, histórico e arqueológico sobre como se fez e se faz a atmosfera que se deseja, as reflexões aqui apresentadas buscam cartografar, de forma rudimentar, tal cosmopolítica de desejos e seus poderes constitutivos.

COORDENADOR/A: HELOISA BUARQUE DE ALMEIDA (USP)

PARTICIPANTE: DÉBORA KRISCHKE LEITÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA), RITA DE CÁSSIA LAHOZ MORELLI (IFCH - UNICAMP), LAURA GRAZIELA FIGUEIREDO FERNANDES GOMES (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Esta mesa propõe reunir pesquisadoras que estudam a mídia eletrônica (televisão e internet), tendo como foco uma reflexão metodológica sobre como fazer uma antropologia da mídia. Os estudos sobre mídia muitas vezes se concentram numa abordagem que trata ou do conteúdo dos bens culturais, ou de sua produção, ou de sua recepção. Mais ainda, quando se busca discutir a questão do gênero na mídia, geralmente esta discussão aparece nos trabalhos que privilegiam o conteúdo dos bens culturais, ou a recepção. Poucos trabalhos refletem sobre gênero quando se trata da produção desses bens, ou mesmo da diferença das abordagens antropológicas em se tratando do gênero dos pesquisadores. Assim, os trabalhos aqui reunidos buscam adotar uma perspectiva que considera a mídia como produtora de significados simbólicos, mas a análise destes sentidos é conectada com a compreensão das formas de produção destes bens culturais e de sua recepção ou consumo, ao mesmo tempo em que se leva em consideração a questão de gênero. Os usos sociais da mídia feitos pelos seus produtores ou consumidores são considerados como um fator fundamental para a compreensão e interpretação dos sentidos simbólicos presentes nos bens culturais. As abordagens etnográficas da mídia propostas buscam produzir um olhar mais complexo de compreensão da mídia como uma experiência social entranhada no cotidiano dos sujeitos na sociedade contemporânea, levando em conta a estrutura de produção da indústria cultural.

Mulheres, trabalho e imagem: Histórias e experiências de cantoras da televisão de São Paulo dos anos de 1950.

AUTORES/AS: RITA DE CÁSSIA LAHOZ MORELLI

Este artigo aborda o trabalho de mulheres como cantoras na televisão de São Paulo nos anos de 1950 e o modo como a condição feminina, aliada a diferentes condições socioeconômicas, determinou suas trajetórias profissionais. Baseado em entrevistas feitas pela autora com algumas delas, bem como em depoimentos de outras, gravados pelo Museu da Imagem e do Som de São Paulo, tenta reproduzir a história de suas carreiras de seus próprios pontos de vista, aproximando-se o máximo possível de suas próprias experiências como mulheres e como trabalhadoras. Ao mesmo tempo, tenta dar conta de inquietações de sua autora acerca do significado da beleza feminina em um veículo como a televisão, que era novidade na época e no qual a imagem é fundamental. Tais inquietações surgiram de trabalho de pesquisa sobre a programação musical da televisão de São Paulo de 1954 a 1969, realizado com Auxílio Pesquisa da Fapesp.

Pesquisa antropológica em mídias digitais interativas

AUTORES/AS: DÉBORA KRISCHKE LEITÃO

Este artigo traz uma reflexão sobre minha experiência de pesquisa etnográfica no mundo virtual Second Life e sobre como essa experiência está profundamente moldada pelas especificidades sociotécnicas da plataforma, ou seja, pelo que ela é enquanto mídia digital interativa e imersiva. Atravessando as fronteiras do Second Life, procuro problematizar a separação entre produção, conteúdo e recepção na pesquisa antropológica em outras mídias digitais interativas, a exemplo do que vemos na produção e compartilhamento de vídeos em plataformas como Youtube e Vimeo, postagens e leitura de blogs e microblogs, o fenômeno das webcelebridades e até mesmo a produção e circulação das chamadas memes nas redes sociais. Nas discussões a respeito da chamada web 2.0 diversos neologismos foram criados, justapondo termos como viewer, user, producer e consumer na proposição de novas posições híbridas, como viewser, produser, prosumer, etc. Mais do que defender nossa adesão a esses termos, busco refletir sobre como as realidades que são por eles descritas trazem desafios para a pesquisa etnográfica,

colocando a pesquisadora imersa nesses ambientes também na condição de produtora e compartilhadora de conteúdos.

Profissão, carreira e trabalho feminino qualificado na teledramaturgia brasileira e norte-americana contemporânea. Uma perspectiva comparada.

AUTORES/AS: LAURA GRAZIELA FIGUEIREDO FERNANDES GOMES

Nesta comunicação pretendo traçar algumas comparações acerca da produção da visibilidade feminina na teledramaturgia contemporânea, brasileira e norte-americana, a partir de atributos como escolaridade, profissão, carreira, em suma, a qualificação profissional feminina. Para tanto, além de informações coletadas sobre a produção e emissão desses programas, estarei utilizando observações e comentários feitos por produtores (roteiristas, diretores, atores, equipes técnicas) e jornalistas, além de mulheres reais, a partir de sua condição como profissionais de profissões que estão sendo representadas por personagens femininas de telenovelas, séries brasileiras e norte-americanas de televisão. Meu objetivo será, em primeiro lugar, discutir se existe uma relação direta entre ausência/presença de personagens femininas com esses atributos (profissão, carreira, qualificação profissional) e os próprios formatos teledramatúrgicos em questão. Em segundo lugar, estarei interessada em discutir em que medida, a ausência/presença de personagens femininas com tais características contribuem de forma decisiva para se construir os atributos psicológicos/subjetivos das personagens e seus estilos de vida enquanto tais. Finalmente, de que forma todos os atributos relacionados ao trabalho qualificado influenciam situações, que justificam enredos com determinados dramas sociais e conflitos.

COORDENADOR/A: NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO (UNICAMP)

DEBATEDOR/A: MAX MARANHÃO PIORSKY AIRES (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ)

PARTICIPANTE: GILMAR ROCHA (UFF), AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS), SANDRA DE FÁTIMA PEREIRA TOSTA (PUC-MINAS)

Desde 1990, um grupo de pesquisadores tem colocado nas RBAs a questão das relações entre Antropologia e Educação, cujo interesse pode ser atestado no balanço da última Reunião. Para 2014, o que se propõe é a reflexão sobre a compreensão das categorias antropológicas que operacionalizam e permitem a apreensão dos fenômenos educativos no contexto contemporâneo. Categorias não constituem realidades fixas, pois, dependem de um dado contexto e época e do movimento dos fenômenos sociais que desafiam a produção científica, por vezes, pouco flexível. Fato que coloca em jogo sua capacidade explicativa. Hoje, torna-se inevitável pensar as categorias sociais forjadas no movimento de lutas de atores políticos, tais como negros, indígenas, crianças, velhos, sem terra e outros segmentos que alteram o cenário social. Percebe-se que diferentes categorias tensionam a categoria fundante do campo antropológico – a cultura – e colocam em jogo a teoria e a prática deste campo em contextos interdisciplinares. Assim, a proposta da M R é discutir os usos de uma mesma categoria em uma rede de interdependência de sentidos, conforme os atores e os interesses colocados do mundo acadêmico ao mundo político. Trata-se de mapear e refletir sobre transições de categorias constituídas no campo da Antropologia e pensá-las em seu alcance explicativo quando a temática é a educação. O debate se volta para a emergência de uma Antropologia e Educação contemporânea, moderna, crítica e compreensiva.

A educação como patrimônio – desafios teórico-metodológicos

AUTORES/AS: GILMAR ROCHA

Nos últimos anos assistimos a um crescimento significativo de trabalhos acadêmicos e de projetos institucionais em torno da educação patrimonial no Brasil. Haja vista, a educação patrimonial ser hoje um tema “protegido” pelo IPHAN, assim como, se faz presente nas escolas, em ONG’s, enfim, em instituições preocupadas com processos educativos formais e não-formais de aprendizagem. Soma-se a isso, as iniciativas no âmbito das políticas internacionais de salvaguarda dos patrimônios culturais (UNESCO), as políticas culturais e de educação no Brasil como as ações pedagógicas desenvolvidas à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ambas de 1996, e o Decreto n. 3.551, de 04/08/2000, que instituiu o Registro de Bens Patrimoniais Imateriais, ampliando significativamente o sentido do patrimônio e da educação para além dos domínios da sala-de-aula e dos objetos de “pedra e cal”. Assim, visando a aprendizagem da diferença, a convivência solidária, a valorização da identidade grupal, o resgate do sentimento pessoal, a troca de saberes, enfim, o fortalecimento da cultura local, a educação patrimonial tem buscado aproximar o espaço da educação formal com a não-formal. Estudos e experiências contemporâneas com museus, terreiros de candomblé, rodas de capoeira, escolas de samba, circo, entre outras manifestações, ilustram esse processo de troca de saberes. Contudo, ainda prevalece uma grande indefinição quanto à natureza da educação patrimonial, posto que ora é vista como “objeto” de políticas públicas, ora como metodologia de pesquisa aliada à promoção social, ou ainda, um meio para afirmação de identidades culturais e reconhecimento social dos grupos sociais, para não dizer, processo de alfabetização cultural. Embora a antropologia ocupe um lugar de destaque nos estudos sobre patrimônio cultural hoje em dia, o tema da educação patrimonial ainda continua relativamente distante das reflexões antropológicas. Essa comunicação visa passar em revista a produção acadêmica sobre a educação patrimonial no Brasil com fins a destacar seus limites e potencialidades e a contribuição possível da antropologia nesse “campo” ainda em ebulição.

Corpo, Brincadeira e Aprendizagem entre Crianças de Candomblé

AUTORES/AS: AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA

Os estudos envolvendo crianças têm ganhado cada vez mais espaço na discussão antropológica, bem como aqueles que envolvem o debate em torno dos processos de aprendizagem, ainda que em ambos os casos se trate de campos em processo de consolidação na antropologia brasileira. Propõe-se aqui o desenvolvimento de uma análise em torno da aprendizagem dos processos rituais no Candomblé, investigando a partir da perspectiva das crianças, tomando o corpo como categoria central nesse processo, vivenciado a partir de uma perspectiva lúdica. Parte-se do pressuposto que a o corpo é o meio por excelência da aprendizagem, especialmente no caso do Candomblé, e é a partir do corpo das crianças que será analisado aqui a experiência social do Candomblé e sua aprendizagem, por fim, almeja-se por meio do exercício da alteridade refletir o que esses processos de aprendizagem têm a contribuir para o debate das práticas pedagógicas nas escolas regulares, nas quais tais crianças (e outras) também transitam.

Uma Etnografia para a escola na América Latina

AUTORES/AS: SANDRA DE FÁTIMA PEREIRA TOSTA

O objetivo deste texto é mostrar que a adoção da Etnografia ancorada, e, por isto mesmo, explicitada no interior da discussão epistemológica de uma disciplina e com a qual há uma relação tão visceral, não é tarefa simples e nem pode ser descolada de seu tempo e espaço. Sem dúvida, é louvável o entusiasmo que a etnografia vem suscitando, nos últimos anos em diversas áreas de conhecimento, particularmente na educação. Parece que todo mundo quer e pode fazer etnografia e a todos é desejável uma pesquisa de cunho etnográfico, perspectiva etnográfica, abordagem etnográfica ou do tipo etnográfico, dentre outras denominações, como revelou investigação realizada por nós sobre os diálogos entre Antropologia e Educação. Com efeito, entendida apenas como método, ela estaria acessível a qualquer pesquisador em busca de alguma forma de abordagem da realidade social. Contudo, a investigação também deu conta de evidenciar que, quando se fala em etnografia na pesquisa educacional no nível da pós- graduação no Brasil, existe uma espécie de mediação a partir de uma proposição oriunda do Departamento

de Investigações Educacionais, no Instituto Politécnico Nacional, do México, denominada de uma etnografia para se pesquisar a escola na América Latina. Assim, nossa discussão procura se acercar desta “etnografia”, para compreendê-la em seus usos, sentidos e tensões no contexto histórico em que é formulada e que, ao final, revela um entendimento da Antropologia como campo de conhecimento.

COORDENADOR/A: GONZALO DÍAZ CROVETTO (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UCT/CHILE)

DEBATEDOR/A: RUBEN GEORGE OLIVEN (UFRGS)

PARTICIPANTE: BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP), GUSTAVO LINS RIBEIRO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), CRISTIANA BASTOS (INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS - UNIVERSIDADE DE LISBOA)

A Mesa intitulada “Antropologias do Mundo hoje: perspectivas e balances apos 10 anos” pretende ser um espaço de reflexão e debate 10 após o estabelecimento da proposta de Antropologias do Mundo (ou bem World Anthropologies em inglês e Antropologias del Mundo em espanhol). A mesa pretende estabelecer um dialogo debate sobre as questões fundamentais colocadas pelo seminário original que deu origem a futura articulação da Rede de Antropologias do Mundo (www.wan-ram.net) e aos e-journal que a Rede organiza. A primeira reflexão após a década transcorrida foi levada a cabo recentemente na cidade de Cordoba numa mesa que era parte da programação da X Reunião de Antropologia do Mercosul. Entre as propostas centrais da Rede cabe assinalar ao menos dois: 1) pensar em antropologias no plural antes que no singular, 2) entender que as relações desiguais entre antropologias estão relacionadas com situação de poder e configurações do sistema mundo da antropologia em diferentes escalas, para o qual se faz vital entender o lugar delas. O proposito do projeto das Antropologias do Mundo teve, desde seus inicios, a criação de uma rede que tinha como objetivo aportar na transformação das condições de conversabilidade em e entre as diferentes antropologias e antropólogos/as no mundo. Após 10 anos cabe perguntar-se sobre o momento atual do projeto e da rede.

Cosmopolitismos antropológicos e cosmopolíticas.

AUTORES/AS: GUSTAVO LINS RIBEIRO

Explorarei a existência de três tipos de cosmopolitismos e cosmopolíticas antropológicas: imperial, liberal e radical. Cosmopolíticas imperiais reproduzem a hegemonia do centro anglo-saxão internamente ao sistema mundial de produção antropológica. Cosmopolíticas liberais representam um avanço mas naturalizam o lugar de destaque do Ocidente na produção global de conhecimento. Cosmopolíticas radicais são exemplificadas pelo movimento das antropologias mundiais que problematiza a centralidade anglo-americana e critica o eurocentrismo. Como outras cosmopolíticas, antropologias mundiais são um híbrido de diversos debates teóricos e políticos. Têm uma importante particularidade: não se localizam no centro geopolítico da prática disciplinar.

O WCAA face aos desafios das antropologias mundiais

AUTORES/AS: BELA FELDMAN-BIANCO

Desde a sua fundação, o Conselho Mundial das Associações Antropológicas (WCAA) tem desempenhado importantes papéis políticos e organizacionais em seus esforços de institucionalização de antropologias mundiais. Com base nessas realizações, pretendo examinar e discutir os desafios confrontados por esse conselho em promover maior equidade entre diferentes tradições antropológicas, inclusive questões relacionadas às possibilidades e limites do multilíngüismo. A partir do atual “estado das artes”, alerto para a urgência de se planejar atividades programáticas e colaborações transnacionais imprescindíveis à consolidação e à promoção de antropologias mundiais mais igualitárias.

Processos locais em fluxo: para aquém e para além das world anthropologies

AUTORES/AS: CRISTIANA BASTOS

Várias são as grandes narrativas sobre o passado e o presente da antropologia: de serva do colonialismo a matéria-prima do nacionalismo, de espelho inclinado a instrumento de libertação, as representações da disciplina cruzam-se e contradizem-se nos cenários internacionais, aumentando a complexidade de um campo por vezes descrito como pluralidade de tradições de referência nacional/linguística --

seja no recorte eurocêntrico limitado às tradições britânica, francesa e alemã (esta prolongada nos Estados Unidos), seja num recorte mais amplo e contemporâneo que inclui as tradições japonesa, brasileira, mexicana, escandinava, sul-europeia, etc. Sendo estes cenários permeados das desigualdades que estruturam a ordem mundial, a plataforma “Antropologias Mundiais” desenvolveu-se como meio de equacionar e ultrapassar alguns destes mecanismos. Nesta mesa-redonda proponho analisar algumas das tensões, limitações, aberturas e oportunidades entretanto equacionadas, desenvolvidas e reconfiguradas neste âmbito.

COORDENADOR/A: ROBERTO MAURO CORTEZ MOTTA (UFPE/UEPB)

PARTICIPANTE: PETER FRY (UFRJ), MÍSIA LINS VIEIRA REESINK (UFPE), ROBERTA BIVAR CARNEIRO CAMPOS (UFPE)

René Ribeiro ocupa posição de destaque na história da Antropologia brasileira. Há, para começar, sua obra sobre religião e relações raciais, com trabalhos não só sobre o Xangô de Pernambuco, como também sobre igrejas e seitas pentecostais, além dos seus estudos sobre movimentos messiânicos. No domínio das relações raciais, seu livro *Religião e Relações Raciais*, associado ao PROJETO UNESCO sobre o sistema brasileiro de relações raciais, representa um marco, inclusive pela maneira como sintetiza o pensamento de G. Freyre com a influência de D. Pierson, M. Herskovits, R. Bastide e F. Fernandes. Há também o René que, além de antropólogo, era psiquiatra e psicólogo social, com pesquisas sobre religião, cultura e personalidade. Entre esses estudos destacam-se os dedicados à interpretação do transe no Xangô de Pernambuco. Last, but not least, há também o fato de René ter vivido e trabalhado num período de agitação e renovação. É ligado a Gilberto Freyre, mas longe de ser seu discípulo incondicional. Orientando de M. Herskovits, traz para o Brasil conceitos provenientes do solo boasiano da Antropologia norte-americana. Há finalmente o papel que desempenhou na evolução da ABA, inclusive como presidente da associação no ano de 1978, com a crucial e agitada reunião no Recife, depois da qual a ABA jamais voltaria a ser a mesma. Em seu centenário, a mesa se propõe a realizar uma justa homenagem reflexiva sobre René Ribeiro e suas ações e relações com a Antropologia.

Para Além de Estereótipos: René Ribeiro, Antropólogo

AUTORES: ROBERTA BIVAR C. CAMPOS (PPGA-UFPE) E MÍSIA LINS REESINK (PPGA-UFPE)

A trajetória intelectual e acadêmica de René Ribeiro está indiscutivelmente ligada à Medicina (em particular à psiquiatria) e à Antropologia. Pretendemos aqui, de um lado, aprofundar a reflexão sobre as afinidades eletivas entre essas duas áreas na trajetória de Ribeiro; de outro, desvelar como se dá a passagem do médico para o antropólogo, sem com isso inferir que houve uma conversão à antropologia. Assim, avançamos que: a) a produção acadêmica de Ribeiro se ancora em um eixo pendular entre psiquiatria e antropologia, numa perspectiva dialógica e interdisciplinar; b) as condições práticas e intelectuais da década de 30 e 40 do séc. XX, período em que Ribeiro incorpora-se também como antropólogo, favorecem o diálogo entre estas duas áreas. É no seio da sociedade de psiquiatria de Recife que se estabeleceu diálogo frutífero entre ciências.

COORDENADOR/A: MARIA EUNICE DE SOUZA MACIEL (UFRGS)

PARTICIPANTE: CARLOS FAUSTO (UFRJ), BERNARDO LEWGÖY (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL), VILSON CAETANO DE SOUSA JUNIOR (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Como colocou Lévi-Strauss, a cozinha é “uma linguagem na qual cada sociedade codifica as mensagens que lhe permitem significar ao menos uma parte do que essa sociedade é” (Lévi-Strauss, 1968). A alimentação é um campo de reflexão particularmente fecundo em que o objeto, a comida, remete a ontologias que são particularmente importantes para pensarmos a vida em sociedade. Pensar a alimentação a partir da Antropologia extrapola as questões sobre hábitos e costumes alimentares envolvendo a busca pela compreensão das inter-relações de grupos humanos entre si e com o seu meio. O que é considerado “comida”, assim como o “comível” e o “comestível” implica em que se considere o conjunto de ações (entre elas as técnicas) e de operações (entre elas as simbólicas) que transformam o que pode ser considerado (em vários sentidos) “alimento” em algo consumível. Entre as questões propostas, está a comensalidade envolvendo regras e normas, prescrições e proibições que implicam em relações sociais formais e estruturadas.

COORDENADOR/A: NEIVA VIEIRA DA CUNHA (UERJ)

DEBATEDOR/A: FELIPE BEROCAN VEIGA (PPGS-UFF e LeMETRO/IFCS-UFRJ)

PARTICIPANTE: MIQUEL FERNÁNDEZ GONZÁLEZ (UNIVERSITAT DE BARCELONA), MARIA CARMAN (CONICET / UBA), LETICIA DE LUNA FREIRE (UFF)

A temática desta mesa-redonda concerne aos conflitos e mobilizações coletivas desencadeados em regiões metropolitanas de diferentes países, na América Latina e na Europa, por ocasião da implantação de grandes projetos urbanos, como a construção de novos eixos viários, a realização de obras de revitalização de áreas consideradas degradadas e os processos de remodelação das cidades para sediarem megaeventos esportivos internacionais. Assim como o Brasil vive um momento histórico particular devido à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 em doze cidades e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão em 2016, no Rio de Janeiro, países como a França, a Espanha e a Argentina, também já vivenciaram processos semelhantes de reconfiguração urbana em algumas de suas mais importantes metrópoles (Paris, Barcelona e Buenos Aires). Em todos esses casos, tais processos, além de modificarem a morfologia das cidades, foram marcados pelo acirramento de conflitos urbanos e acompanhados de mobilizações coletivas de enfrentamento e resistência aos projetos públicos. Reunindo pesquisadores provenientes de alguns desses países, esta mesa-redonda tem como propósito fomentar o debate acerca de tais questões a partir de contextos etnográficos específicos, mas tendo como horizonte de reflexão crítica uma perspectiva antropológica comparativa.

Barcelona 1992, el porvenir de una ilusión

AUTORES/AS: MIQUEL FERNÁNDEZ GONZÁLEZ

Para analizar los efectos sobre el diseño de la ciudad y el control urbano que tuvo la organización de las olimpiadas del 1992 en Barcelona, me centraré en el caso del barrio del Raval del distrito de Ciutat Vella. Como analogía o como metáfora o incluso como síntesis, sirva de ejemplo esta primera intervención urbanística de la época postfranquista en el centro de la ciudad, que se hará extensible al resto de sus tradicionales barrios populares. Cuando en 1986 Barcelona es elegida como sede olímpica se congrega a todas las fuerzas políticas y económicas de la ciudad a aprovechar la oportunidad. Según Pasqual Maragall –por entonces, alcalde socialista de la ciudad y años después presidente del gobierno catalán- esto significaba inversión pública y privada “para ser una ciudad competitiva”, “entrar en el mercado de ciudades globales” o para “vender el producto Barcelona”.

Cabe subrayar que este objetivo –adaptado a la retórica de su tiempo- ya se vislumbraba en los proyectos del último alcalde franquista, Josep M^a de Porcioles para celebrar la Exposición Internacional en 1982. Los planes atravesaron gobiernos dictatoriales y se alojaron en la recién estrenada democracia. Dos años después de la elección de Barcelona como organizadora de los Juegos Olímpicos, se constituyó la empresa público-privada PROCIVESA para pilotar la adecuación de Ciutat Vella al nuevo escenario del capitalismo global. Se trataba de financiación por parte todas las administraciones públicas así, como grandes inversores privados invitados por el mismo alcalde Maragall porque “resultarán muy beneficiados con el cambio de imagen” de la zona. Esto se daría, gracias al plan de “reconversión” de las partes del centro histórico, tradicionalmente refugio de clases subalternas, en espacios de “nueva centralidad”, dirigidos al consumo “cultural” de visitantes o nuevos vecinos con resueltas capacidades de dispendio. El primer paso será la demolición de la manzana de Sant Ramon, ya infamada entonces con el nombre de Isla Negra. Esta primera intervención se llevará por delante 50 edificios, con sus correspondientes 450 viviendas y 93 locales comerciales.

A partir de aquí y hasta prácticamente el día de hoy, se desencadenará la mayor destrucción de tejido urbano consolidado de Europa. El proyecto urbanístico se ha ejecutado en medio de una madeja de criminalizaciones de movimientos vecinales, expulsiones masivas directas e indirectas de habitantes o trabajadoras,

corrupción administrativa y un continuo y sistemático asedio policial que golpea por igual a las poblaciones urbanas que intentan vivir en y de aquellas calles y a movimientos urbanos por el derecho a la ciudad. Estas impugnaciones populares han sido lidiadas por las instituciones gubernativas a partir de diferentes recursos. Me centraré en tres de ellos: la llamada participación ciudadana, el patriotismo de ciudad y el civismo. Des de aquí, implementado las tradicionales culturas de control aplicadas sobre el Raval y siguiendo las últimas tendencias del marketing urbano, se ha querido instaurar la marca y el modelo Barcelona. Tal y como rezaba un premiado eslogan municipal, Barcelona debía ser “la mejor tienda del mundo”. Y esto no es ninguna metáfora, el modelo Barcelona ha querido ser ante todo una marca. Y como toda marca su función primera ha sido aumentar el valor de cambio de las extracciones oligopolísticas de la ciudad. Este es sólo el preámbulo de una crónica sobre cómo, la gran ilusión ciudadana que significó la organización de los JJOO, ha resultado un éxito para unos pocos intereses privados, al tiempo que ha devenido una realidad asfixiante para amplias capas de la población barcelonesa.

Copa e Olimpíadas para quem? intervenções urbanas e mobilizações coletivas no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: LETICIA DE LUNA FREIRE

Desde o início da década de 1990, o governo municipal vem se empenhando em atrair megaeventos esportivos para o Rio de Janeiro como uma estratégia para alcançar o seu almejado desenvolvimento urbano, econômico e social. Apesar do “legado” ser a grande bandeira dos defensores desse projeto, o processo de “preparação” da cidade para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão em 2016 tornou-se tema de crescente debate na sociedade brasileira, diante do acirramento de muitos conflitos urbanos. A remoção de assentamentos populares provocada pelas grandes intervenções urbanas em curso tem sido um dos efeitos mais sensíveis deste processo, sobretudo diante da complexa relação que o Estado mantém com as favelas da cidade ao longo de mais de um século. Motivando ações de resistência e intensas mobilizações coletivas, os conflitos em torno das remoções conquistaram ainda mais visibilidade a partir das manifestações populares que se espalharam pelas principais cidades do país em junho de 2013. Diante desse horizonte, este trabalho busca apresentar algumas

reflexões sobre esse processo de transformação urbana do Rio de Janeiro, dando especial atenção às mobilizações coletivas contra as remoções de assentamentos populares. Priorizando a perspectiva dos atores envolvidos nesses conflitos, o trabalho pretende abordar, entre outros, o emblemático caso da Vila Autódromo, uma localidade que vem resistindo há mais de uma década a sucessivas ameaças de remoção da Prefeitura, configurando um drama social que alcançou seu ápice no atual contexto de realização dos megaeventos esportivos.

Una larga conversación ambiental: las narrativas del padecimiento en una política de relocalización.

AUTORES/AS: MARIA CARMAN, MARÍA CARMAN

El saneamiento de la cuenca Matanza-Riachuelo, ordenada por la Corte Suprema de Justicia argentina, es uno de los mayores procesos de intervención urbana que está aconteciendo hoy día en el Área Metropolitana de Buenos Aires. En esta presentación he de abordar los procesos de relocalización de los afectados que habitan en las orillas de este río contaminado en el ámbito de la ciudad de Buenos Aires, teniendo en cuenta tanto el degradé de casos implicado como los juegos de lenguaje desplegados por los distintos actores.

En tanto destinatarios de esta política de relocalización, los afectados se piensan a sí mismos a partir de una serie de cualidades que no necesariamente coinciden con aquellas que les son asignadas por los expertos. Tomando en cuenta sus atribuciones subjetivas –en cuya construcción no es ajeno el Estado–, hemos de diferenciar entre afectados en sentido fuerte; afectados por default o en sentido débil; y los que buscan ser afectados. En el primer caso, veremos de qué modo la atribución externa de nuevos derechos –en este caso, los ambientales– no solo tuvo una progresiva aceptación, sino que fue incorporada al lenguaje reivindicativo y a un repertorio de demandas de los sectores populares involucrados.

COORDENADOR/A: ROZELI MARIA PORTO (UFRN)

DEBATEDOR/A: MARIO PECHENY (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES)

PARTICIPANTE: DEBORA DINIZ (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), MARIA LUIZA HEILBORN (SERVIDORA PÚBLICA), SUSANA ROSTAGNOL (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA)

Inscrito no âmbito dos direitos reprodutivos, o aborto tem sido alvo de grande debate nas sociedades latino-americanas, colocando em confronto no espaço público posições de diferentes agentes sociais. Esse problema social desperta polêmica e têm sido objeto de opiniões que se circunscrevem não somente aos campos jurídicos ou da saúde, como também ao religioso e moral, tangendo o poder legislativo, a mídia e a opinião pública. O tema representa uma das temáticas mais importantes na agenda feminista, e têm incorporado as contribuições da antropologia feminista e estudos de gênero, sobretudo aos desafios antropológicos contemporâneos. No âmbito das pesquisas das ciências humanas e mais especificamente da Antropologia - como disciplina de caráter indiscutivelmente reflexivo - entende-se que trabalhar no sentido de compreender o ponto de vista dos vários agentes sociais (e não congelar o debate apenas à mulher) serve para que possamos perceber como o aborto é tratado no Brasil e na América Latina destacando em que partes tais discursos e práticas interferem nas experiências das mulheres que passam por esta situação. Diversas pesquisadoras tem se debruçado sobre o tema e tentam contribuir com reflexões para formulação de políticas públicas numa relação mais acentuada com a sociedade. Uma Mesa Redonda durante a RBA, certamente representa um foro privilegiado para as trocas entre estas pesquisadoras, expandindo fronteiras, especialmente na avaliação do estado da arte desses estudos.

Suicídio e autonomia

AUTORES/AS: MARIA LUIZA HEILBORN, RACHEL AISENGART MENEZES

Historicamente, o suicídio é objeto de estigma. É arrolado entre as causas de morte consideradas violentas. O estigma não se reduz ao perpetrador, mas também afeta sua família como mácula, como possibilidade de risco para os chamados “sobreviventes”. Tal como os sobreviventes de desastres de automóvel, de incêndio, naufrágio ou de catástrofes naturais, que atingem grande número de pessoas, como enchentes ou tsunamis, o termo adotado pela Organização Mundial de Saúde alude aos familiares, amigos e colegas do suicida. Ao mesmo tempo, no século XX o suicídio também passou a pertencer a um conjunto de reflexões em torno das possibilidades de decisão individual ou de autonomia, em caso de doença terminal. Ao investigarmos o tema, sugerimos uma leitura antropológica de narrativas dos ditos “sobreviventes”, com foco sobre o segredo acerca do evento. Nesse sentido, quem pode saber das circunstâncias, quais detalhes são – e devem ser – omitidos, e por quanto tempo, constituem aspectos relevantes nos relatos. Apresentamos neste trabalho dados preliminares de investigação sobre suicídio, a partir da análise de entrevistas com atores sociais atingidos pelo evento, sejam eles familiares ou do círculo de sociabilidade do suicida.

COORDENADOR/A: CLAUDIA LEE WILLIAMS FONSECA (UFRGS)

DEBATEDOR/A: GABRIEL DE SANTIS FELTRAN (UFSCAR/CEM/CEBRAP)

PARTICIPANTE: ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER (USP), PATRICE SCHUCH (UFRGS), ADRIANA DE RESENDE BARRETO VIANNA (MN/UFRJ)

As leis – normas classificatórias e abstratas – são produzidas e aplicadas via práticas da vida cotidiana. Assim também são produzidos e aplicados os pactos, convenções, cartas e declarações de direitos humanos que, há séculos, registram tensões culturais forjadas em complexos contextos sociopolíticos de lutas por reconhecimento de identidades e por reparação de injustiças. Os trabalhos desta mesa convergem na preocupação de interrogar como práticas específicas da ciência, da expertise, de instituições voltadas para crianças e adolescentes e de militantes políticos interagem com discursos e práticas de direitos humanos a fim de criar, reforçar ou reformular orientações normativas. Ao analisar certos pontos de mediação dessas interações entre os múltiplos “atores”, tornam-se evidentes espaços de jogo que configuram tanto a criatividade, quanto a vulnerabilidade do sistema de justiça, especialmente das polícias, do Judiciário e de políticas públicas implementadas por secretarias de governo. Estratégias, debates e articulações em torno dos danos cometidos ou sofridos pelos sujeitos e das formas de responsabilização e reparação são centrais nesse processo, pois revelam tensões acerca de concepções, práticas e sentidos de justiça e direitos humanos no vivido das normas sociais.

Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários

AUTORES/AS: ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER

No âmbito do Projeto Temático “Antropologia da Performance: Drama, Estética e Ritual” (FAPESP), concluído em 2013, desenvolvi a pesquisa Fios da Vida: identidade, memória e ritual. Crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários. Seu principal objetivo foi analisar por que, todos os anos, vários adultos buscam nos arquivos da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) registros da infância passada em abrigos públicos do estado de São Paulo. A hipótese de que essa busca seria uma experiência marcante, em que imagens do passado se articulariam ao presente possibilitando a (re)criação de significados para as experiências identitárias dos “ex-abrigados” se verificou mediante a análise de 57 prontuários (desarquivados entre 2006 e 2012) e de histórias de vida com 3 adultos (abrigados entre 1947 e 1974). Ao final da pesquisa também se impôs o conceito benjaminiano de rastro: elemento ambíguo, residual e polissêmico que pode ser lido como uma cifra de trajetórias que o transcendem. Finalmente, o conjunto formado pelo material documental, pelas três entrevistas, um acervo fotográfico e uma visita guiada ao instituto em que os entrevistados permaneceram abrigados propiciou um curtametragem norteado pela premissa de que a reflexividade antropológica passa pela intertextualidade, intersubjetividade e explicitação de relações produtoras de sentidos. “Ex-abrigados” se revelaram “ex-menores” autores de suas memórias, identidades e dignidades.

013 E DEPOIS DA PESQUISA? REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA DEVOLUÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA NA ANTROPOLOGIA DA SAÚDE

COORDENADOR/A: SORAYA FLEISCHER (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

PARTICIPANTE: JAQUELINE FERREIRA (INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA), SÔNIA WEIDNER MALUF

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), DANIELA RIVA KNAUTH (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Há uma etapa no trabalho antropológico, que embora traduza aspectos epistemológicos e deontológicos da disciplina, é pouco relatado pela comunidade acadêmica: a restituição dos dados. Depois que uma pesquisa termina, pouco se registra e reflete sobre as estratégias, os desafios e os desdobramentos dos rituais de devolução de seus resultados. Todo pesquisador teme as reações, sobretudo, mal entendidos, distorções ou simplificações por parte dos receptores. Assim, é pertinente nos questionarmos: para quem se devolve? Em que situação e em que momento isso acontece? Em que formato os resultados são devolvidos? Que constrangimentos são gerados a partir do momento em que a pesquisa antropológica volta às mãos de quem ajudou a construí-la? O silêncio sobre essa etapa de nosso exercício profissional implica estarmos diante de um tabu da antropologia? No caso da Antropologia da saúde, esse tabu é maior ou menor? Há nessa área suficiente reflexão sobre este aspecto que possa auxiliar nos ritos de devolução? Essa Mesa Redonda pretende reunir antropólogas da saúde que têm acumulado diferentes experiências de devolução de resultados de seus projetos de pesquisa e extensão. Pretende-se conhecer relatos dessas experiências com o intuito de, primeiro, popularizar e ao mesmo tempo problematizar a comunicação sobre essa etapa da pesquisa e, segundo, perceber se há uma contribuição específica da Antropologia da saúde nas práticas de devolução dos resultados.

Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica e suas múltiplas devoluções

AUTORES/AS: SÔNIA WEIDNER MALUF

A apresentação focará nas múltiplas “devoluções” da pesquisa etnográfica no campo da saúde quando esta é feita nas linhas de convergência e de divergência entre práticas e ações do Estado e as dos sujeitos sociais, com foco nos processos de institucionalização e desinstitucionalização, cuidado e controle, dependência e autonomia, assujeitamento e subjetivação. Que modos de restituição da pesquisa podem/devem ser engendrados quando o foco são as políticas públicas em saúde e ações do Estado confrontados com os sujeitos sociais alvos dessas políticas? Se tomarmos como ponto de partida a noção de que analisar os diferentes agenciamentos, práticas e saberes com os quais as políticas públicas são confrontadas ou interagem se constitui em um instrumento importante de análise crítica dessas políticas, que contribuições a pesquisa etnográfica pode trazer para além de instrumentalizar a aplicação das políticas públicas e a ação do Estado? De que instrumentos metodológicos dispomos para pensar “modos de devolução” da pesquisa que garantam que seus efeitos sobre essas políticas vá além da mera instrumentalização, contribuindo para repensar a lógica mesma dessas políticas e suas formas de (des)reconhecimento das práticas e saberes locais.

Restituição dos Dados na Pesquisa Etnográfica em Saúde: questões para o debate

AUTORES/AS: JAQUELINE FERREIRA

A presente exposição apresenta aspectos pertinentes à restituição dos dados na pesquisa antropológica a partir do relato de experiências de pesquisas etnográficas realizadas no Brasil e na França. De acordo com essas experiências, a restituição dos dados faz parte do escopo da pesquisa com modalidades e temporalidades diversas. Ela permite prolongar o tempo de trabalho de campo e as interações com os informantes. Possibilita trocas entre os interlocutores e confrontos de diferentes pontos de vista, trazendo novos dados, podendo enriquecer ainda mais a pesquisa. Algumas questões pertinentes dizem respeito às demandas feitas aos antropólogos da saúde no momento de inserção do campo e como ela será tratada pelo mesmo?

Como ele restituirá os dados sem o receio de ver seus dados ser mal interpretados ou instrumentalizados de forma a reforçar padrões normativos? Nesse sentido, como “traduzir” o discurso antropológico?

Defendo aqui que estas questões devem fazer parte dos aspectos éticos e epistemológicos da pesquisa. O pesquisador consciente sempre busca validar suas análises, buscar novos pontos de vista e interrogações. Assim, a restituição provoca novas inquietações e interpretações na forma de reflexividade.

Resultados e Efeitos da Pesquisa Antropológica na área da saúde.

AUTORES/AS: DANIELA RIVA KNAUTH

O retorno dos dados da pesquisa aos pesquisados é sempre uma etapa tensa do processo de pesquisa, sobretudo em estudos antropológicos onde os “resultados” não são expressos na forma de números e tabelas, mas de interpretações. Interpretações que buscam ir além do senso comum e da própria “consciência” dos participantes do estudo. Por outro lado, as interpretações e conclusões antropológicas – ou o treinamento dos antropólogos - são, via de regra, pouco operacionais ou, em outras palavras, contribuem pouco para a resolução de um problema concreto, o que pode gerar um sentimento de frustração por parte dos participantes do estudo. A partir da minha experiência de retorno dos resultados de estudos na área da antropologia da saúde busco discutir estes impasses, evidenciando a necessidade de uma antropologia implicada. Pretendo ainda demonstrar os “efeitos” do trabalho antropológico sobre os participantes, o que também pode ser considerado uma forma de retorno do trabalho, para além dos resultados em sentido estrito.

COORDENADOR/A: RUBENS DE CAMARGO FERREIRA ADORNO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

PARTICIPANTE: MARCELO SIMÃO MERCANTE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS), REGINA DE PAULA MEDEIROS (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS), EDWARD JOHN BAPTISTA DAS NEVES MACRAE (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Esse painel pretende a partir do espaço que ganhou o tema das drogas e especificamente do consumo do crack, como um fenômeno ao mesmo tempo político, ao mesmo tempo focalizado como de “saúde pública”, trazer o debate para um campo antropológico, partindo do pressuposto de que o consumo de drogas, para além de enquadrado em conceitos como “adição” ou “dependência” relaciona-se com a compreensão da construção de subjetividade, corporalidades e identidades que por sua vez se articulam com as relações de poder estão e os processos macrossociais, ou como processos locais que são impulsionados pela trama dos processos globais. Essa é uma perspectiva dentro de etnografias contemporâneas, desenvolvidas sobretudo como apreensões críticas do próprio processo contemporâneo de consumo da saúde, em que se circunscrevem os chamados adictos ou dependentes, ou que equaciona um determinado conhecimento e poder às ciências biológicas, entendidas univocamente como os modelos explicativos para os efeitos do uso de drogas no corpo. As etnografias críticas contemporâneas desenvolveram o conceito de corporalidade, que busca exprimir os sintomas, as sensações, as emoções, as formas de prazer e de dor como resultado da constituição das subjetividades a partir do lugar social, seja de classe, geração, gênero, etc.. constituído pelas linguagens e narrativas que atravessam e compõem a trama social de significados desse corpo.

Dados etnográficos sobre o uso da ayahuasca no tratamento da dependência em crack e pasta base de cocaína.

AUTORES/AS: MARCELO SIMÃO MERCANTE

A ayahuasca é uma bebida psicoativa largamente utilizada por diversos povos indígenas em toda a amazônia. Desde a década de 1930 esta bebida vem sendo consumida em três religiões brasileiras que tiveram origem nos estados do Acre e de Rondônia. Mais recentemente, a partir da década de 1990, surgiram centros de tratamento de dependência que fazem da ayahuasca sua principal técnica terapêutica. Estarei, então, apresentando dados etnográficos obtidos em pesquisa realizada em quatro diferentes instituições, uma no Peru e três no Brasil. Mais do que os efeitos psicoativos desta beberagem, minha apresentação estará focada nas “tomadas de consciência” que acontecem ao longo do tratamento e que abrem a possibilidade de uma recuperação. Apoiado nestes relatos, farei uma breve revisão dos conceitos de “tratamento”, “dependência” e “recuperação” e tentar evidenciar o conflito que há entre a forma como os pacientes, os terapeutas e os pesquisadores entendem tais conceitos.

COORDENADOR/A: ANA LÚCIA MARQUES CAMARGO FERRAZ (UFF)

PARTICIPANTE: CLARICE PEIXOTO (UERJ), ANDRÉA CLAUDIA MIGUEL MARQUES BARBOSA (UNIFESP), LISABETE CORADINI (UFRN)

A Mesa Redonda deve aproximar um conjunto de depoimentos visando refletir sobre as diferentes experiências de institucionalização do ensino de antropologia visual em universidades brasileiras, fazendo um balanço dos fundamentos práticos e teóricos do aprendizado com o trabalho na área. Os membros da mesa são docentes em instituições de ensino superior no Brasil. Clarice Peixoto coordena o INARRA na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Ana Lúcia Ferraz é fundadora do Laboratório do Filme Etnográfico (UFF); Andrea Miguel Marques Barbosa, coordena o VISURB (Unifesp) e Lisabete Coradini, o NAVIS (UFRN), todos centros emergentes na produção de antropologia visual no país. A Mesa deve se comunicar com o lançamento do livro *Antropologia Visual: Perspectivas de Ensino e Pesquisa* (Mendonça, João Martinho e Ferraz, Ana Lúcia (orgs.) ABA, 2013), coletânea das comunicações de pesquisas apresentadas no GT-12 “Antropologia Visual: história, ensino e perspectivas de pesquisa” da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, com depoimentos de pesquisadores de importantes centros de antropologia visual no Brasil e no exterior.

Antropologia visual: como transmitir esse conhecimento?

AUTORES/AS: CLARICE PEIXOTO

O ensino da antropologia visual é, hoje, parte da formação de muitos antropólogos: cursos teóricos e práticos são realizados graças tanto à uma literatura internacional (e nacional) cada vez mais acessível e à vulgarização dos equipamentos audiovisuais. Além disso, há mais recursos públicos para obtenção de equipamentos porque o campo já é reconhecido pelas agências de fomento. Diria que, agora, temos que buscar, cada vez mais, o conhecimento das linguagens e técnicas fotográfica e fílmica, porque são fundamentais para a produção do audiovisual em antropologia, e sua ampla divulgação. A ideia é apresentar um rápido panorama do campo no Brasil, e da antropologia visual que praticamos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.

O ensino de Antropologia e Imagem

AUTORES/AS: LISABETE CORADINI

Tarta-se de algumas inquietações com relação ao ensino de Antropologia e Imagem na Graduação, apresentando os programas de ensino, passando pelos exercícios práticos e relacionando tudo isso com os recursos e equipamentos disponíveis numa sala de aula.

Pretende-se apresentar a metodologia, os planos de trabalho, os exercícios práticos, as exposições de filmes, o uso do equipamento em campo e a produção de imagens.

016. ESTADO, COMUNIDADES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO: LIMITES DA RESOLUÇÃO NEGOCIADA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

COORDENADOR/A: ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI (UFMG)

PARTICIPANTE: SONIA MARIA SIMOES BARBOSA MAGALHÃES SANTOS (UFPA), ELIANE CANTARINO O'DWYER (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE), FELICIO PONTES (MPF)

A institucionalização do tema ambiental na agenda pública do país teve impulso significativo a partir da Rio 92. Se, por um lado, isso significou o reconhecimento da relevância do meio ambiente como assunto que concerne toda a sociedade, por outro, implicou também a adoção de práticas e técnicas de governo próprias de um regime internacional que, capitaneado por instituições financeiras internacionais, desqualifica o debate político interno da nação brasileira, na sua multiplicidade de visões, trajetórias, tensões e desafios. Nos últimos anos, processos de democratização do país vem sendo esvaziados e subsumidos por técnicas de governo que, a despeito de utilizarem termos comuns, partilham, de fato, de léxicos e projetos políticos divergentes daquele que aponta para a emancipação da sociedade. Assistimos, pois, à proliferação de procedimentos de negociação/mediação/resolução de conflitos ambientais e construção de consensos que, sob o pretexto de aderirem às formas democráticas de gestão, em realidade deslocam o foco de atuação da esfera dos direitos para a dos interesses, flexibilizando direitos constitucionalmente conquistados. O tema foi objeto do seminário nacional: Formas de matar, de morrer e de resistir: limites das resolução negociada de conflitos e a defesa dos direitos humanos e difusos (UFMG 2012), bem como de mesa-redonda na ANPOCS. Pretende-se dar continuidade à discussão no âmbito da RBA, com enfoque para os desafios antropológicos em contextos de conflito.

COORDENADOR/A: STEPHEN GRANT BAINES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

DEBATEDOR/A: ELIANE CANTARINO O'DWYER (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

PARTICIPANTE: CLAUDIA LEONOR LOPEZ GARCES (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI), GIOVANI JOSÉ DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ), SEBASTIÁN VALVERDE (CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS Y TÉCNICAS)

A Mesa Redonda aborda a interface de nacionalidade e etnicidade em povos indígenas que vivem ao longo de duas ou mais fronteiras internacionais. Os trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira entre os Terêna e Tikuna nos anos 1950-60 primeiro chamaram atenção, na Antropologia que se faz no Brasil, a situações de povos indígenas que vivem em fronteiras internacionais. Na década de 1990, um projeto de pesquisa coordenado pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira focalizou diversas situações de populações indígenas e não-indígenas que vivem em fronteiras nacionais, explorando a interface entre nacionalidade e etnicidade. Esta Mesa Redonda pretende comparar algumas situações contemporâneas de povos indígenas em fronteiras internacionais, no momento histórico de uma crescente globalização das políticas indigenistas e iniciativas por parte dos Estados nacionais de integração econômica como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2) no Brasil. Abordamos diversas situações para estabelecer um recorte comparativo: os Mapuche na fronteira da Argentina-Chile, os Tikuna na fronteira tríplice Brasil-Colômbia-Peru, os Camba na fronteira Brasil-Bolívia, e os Makuxi e Wapichana na fronteira Brasil-Guiana.

Etnicidades e nacionalidades na fronteira Brasil-Bolívia: identidades, migrações e práticas culturais Camba-Chiquitano

AUTORES/AS: GIOVANI JOSÉ DA SILVA

Os Camba-Chiquitano (autodenominação) constituem um grupo indígena que vive na fronteira Brasil-Bolívia pelo menos desde o final da primeira metade do século XX. Residindo na cidade transfronteiriça de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, região do Pantanal, tais indígenas vivem há mais de meio século na região, tendo como ancestrais os Chiquitano reduzidos por jesuítas entre os séculos XVII e XVIII no Oriente boliviano. Ao longo do tempo, este e outros grupos indígenas localizados na mesma região negociaram suas identidades, estabeleceram contínuas rotas de migração de um lado a outro das fronteiras dos Estados nacionais e mantiveram preservadas determinadas práticas que lhes garantiram a sobrevivência física, cultural e simbólica. Compreender tais presenças e sobrevivências, a partir de um olhar que alia ferramentas teórico-metodológicas da Antropologia e da História, é o objetivo do trabalho a ser apresentado, resultado parcial de um estágio pós-doutoral realizado na Universidade de Brasília (UnB) entre 2012 e 2013 e que teve como supervisor o Prof. Dr. Stephen Grant Baines.

DownloadDownload do Trabalho

Os Tikuna e a fronteira Brasil-Colômbia-Peru: práticas e representações identitárias

AUTORES/AS: CLAUDIA LEONOR LOPEZ GARCES

Etnicidade e nacionalidade são fenômenos identitários característicos das regiões de fronteiras políticas entre Estados nacionais. A vida cotidiana dos Tikuna, povo indígena que habita na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, é um exemplo de como as diversas políticas de Estado e os sentidos de pertença nacional permeiam os discursos e práticas identitárias deste povo indígena. A apresentação aborda as relações interétnicas dos Tikuna no espaço social transfronteiriço, explorando diversos tópicos das representações e práticas socioculturais deste povo indígena e as especificidades que estas adquirem em cada contexto nacional.

“Pueblos indígenas, Estados-Nacionales y práctica antropológica: experiencias de articulación con comunidades y movimientos Mapuche en el Parque Nacional Nahuel Huapi”

AUTORES/AS: SEBASTIÁN VALVERDE, SEBASTIÁN VALVERDE - PUEBLOS INDÍGENAS, ESTADOS-NACIONALES Y FRONTERAS:
DINÁMICAS DEL PUEBLO MAPUCHE EN NORPATAGONIA ARGENTINA

En el presente trabajo, nos proponemos problematizar en la interrelación entre comunidades indígenas del pueblo indígena Mapuche (asentadas en el sur argentino en la región de Norpatagonia) y el Estado, en la región del Parque Nacional Nahuel Huapi, tanto la margen sur correspondiente a la Provincia de Río Negro -en el Departamento Bariloche-, como el área Norte del Parque, -Departamento “Los Lagos” de la Provincia de Neuquén-.

También abordaremos la dinámica de los movimientos indígenas con presencia en esta región, que nuclean a estas comunidades, organizaciones urbanas y pobladores no agrupados.

Ahondaremos en la relación en los últimos años entre estas organizaciones indígenas y las diversas instituciones estatales (en el nivel Nacional –Federal-, el Provincial y el Municipal) que presentan una serie de configuraciones novedosas -acorde con mayores niveles de reconocimiento a nivel jurídico y en la sociedad su conjunto- junto con procesos de “retorno” o “viajes de vuelta” a los territorios ancestrales (que debieron abandonar en el pasado). A la vez, en este contexto, se vienen desarrollando una serie de proyectos de recuperación de las vivencias de estas poblaciones -a través de testimonios orales y diversos documentos-, por lo que este contexto plantea novedosas experiencias de articulación del trabajo antropológico, en forma conjunta con referentes de este pueblo originario.

018 ETNICIDADES, NARRATIVAS, SABERES E TRADIÇÕES: ALTERIDADES CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS TEÓRICOS

COORDENADOR/A: MARIA HELENA ORTOLAN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS)

PARTICIPANTE: EDVIGES MARTA IORIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE), RODRIGO DE AZEREDO GRÜNEWALD (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG))

A Mesa-Redonda apresentará trabalhos que analisam a importância cultural, social e política de modos de significação e elaboração étnica, preparados a partir de pesquisas concretas que se encontram em grau avançado de condução e reflexão, tanto na Amazônia quanto no Nordeste. Sua perspectiva teórica considera a discussão basilar sobre as relações entre etnicidade e cultura, que se apresenta nos desdobramentos da proposta analítica de Fredrik Barth sobre fronteiras étnicas, tradições de conhecimento, fluxos culturais e configuração de cosmologias. Assim, a partir de casos particulares, estudados tanto na Amazônia quanto no Nordeste, esperamos promover um debate atualizado sobre elaboração e transformação de cosmologias indígenas, narrativas étnicas, memória, tradição, identidade, e mobilização política. Neste intuito, pretendemos ainda discutir e problematizar com teorias da cultura, etnicidade e criatividade que vêm sendo elaboradas nas últimas duas décadas para abordar processos de elaboração étnica, inclusive no campo etnológico brasileiro. Com profundo conhecimento dos movimentos étnicos na América Latina, o debatedor da MR fará contrapontos daquelas situações com os casos brasileiros que serão apresentados, destacando alcances e principais desafios teóricos e interpretativos.

História, identidades, narrativas étnicas e representações xamânicas na reelaboração das tradições indígenas

AUTORES/AS: EDVIGES MARTA IORIS

A apresentação abordará o movimento de reafirmação étnica e cultural que, desde finais da década de 1990, está ocorrendo entre vários grupos indígenas na região do baixo Rio Tapajós, estado do Pará, atendendo a dois objetivos principais. Primeiro, de assinalar a sua emergência deflagrada por um processo de atualização histórica dos sistemas de relações simbólicas constituídas a partir de suas representações xamânicas. Assim, de uma perspectiva etnográfica, apresentará como este processo pode ser observado entre indígenas localizados em três terras indígenas (recentemente identificadas e delimitadas), cujas representações xamânicas permitem traçar uma rede de pajés que interagiram em momentos determinantes de suas histórias, e que foram fundamentais para a conformação destas representações, assim como para o movimento de emergência étnica. Focalizando esta triangulação, na qual se observa estreita relação entre as representações xamânicas e os movimentos de emergência étnica, discutir-se-á como estas representações tornam-se poderosas imagens no processo de atualização histórica, reinventando o passado e estabelecendo um novo horizonte étnico e cultural. Neste sentido, atendendo ao segundo objetivo, essa apresentação visa ainda problematizar as principais formulações teóricas e etnográficas sobre os processos de mudanças sofridos pelos grupos nativos da Amazônia com longo histórico de contato, e de suas representações identitárias. Objetiva-se destacar a necessidade de repensar suas dinâmicas de construção sociocultural, assim como os desafios para as atuais abordagens teóricas frente aos recentes processos de emergência étnica que se observam na região.

Lugares, memórias e diásporas: articulando semânticas e experiências entre os Tremembé do Ceará

AUTORES/AS: CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE

Apresento uma discussão sobre tradições, narrativas e construção da etnicidade em diferentes situações étnicas Tremembé, que compõem uma configuração societária de caráter heterogêneo e plural, associada a diversos lugares e contextos

empíricos de três municípios do litoral oeste do estado do Ceará (Itarema; Acaraú; Itapipoca). Ao invés de privilegiar o estudo das fronteiras e das identidades étnicas, preferi seguir por um foco analítico e de interpretação sem desconsiderar a proposta de Fredrik Barth. Considero muito mais os usos e a disseminação de um conjunto bem amplo de categorias culturais e articulações simbólicas que tratavam de mundos vividos pelos Tremembé, mas também por não índios, que podiam sugerir coexistências e afastamentos. Foi, sobretudo, ao lidar com as formas de aproveitamento da semântica da etnicidade que pude encontrar aspectos e similaridades culturais entre as pessoas que vivem nas situações étnicas Tremembé. Esses aspectos e similaridades referem-se especialmente à questão da terra, ao significado dos territórios e lugares onde vivem, às questões que lidam com o passado e com as relações mantidas entre seres, objetos e pessoas, especialmente envolvendo fluxos migratórios e processos diaspóricos. Assim, Almofala (aldeamento, povoação e vila), a Tapera/Varjota, Lagoa Seca, Passagem Rasa, Telhas, Lagoa dos Negros, Capim-açu, São José e o Córrego do João Pereira, Queimadas, São José & Buriti foram alguns dos lugares associados à construção da semântica e das experiências da etnicidade entre os índios Tremembé, ao menos desde a década de 1980, conforme as falas, os relatos, as narrativas e a produção cultural que estive atento e passei a conhecer desde quando iniciei minha pesquisa. Esses relatos e narrativas supõem usos e significações da memória, a consideração explícita a locais de habitação e ocupação, além de aspectos da vida social, da presença de pessoas, objetos e seres, que se distinguem de acordo com o contexto e a situação abordada. Dentre as narrativas, uma delas precisa ser privilegiada, qual seja, o relato da descoberta da Santa de Ouro pelos índios, que inclui a referência a interessantes elementos simbólicos que dão sentido às demandas étnico-territoriais Tremembé, ao menos no caso de algumas das situações étnicas abordadas. Será isso que eu tratarei em meu artigo, recuperando as discursividades e experiências que dão sentido às trajetórias Tremembé em sua grande multiplicidade, inclusive diferenciada de acordo com os contextos de fala e de narrativização.

Rituais Atikum: Práxis, Fluxos e Conhecimento

AUTORES/AS: RODRIGO DE AZEREDO GRÜNEWALD

O ritual do Toré foi aprendido pelos Atikum da Serra do Umã (PE) no início da década de 1940. Desde então esses indígenas atualizam essa tradição a partir das

performances rituais executadas periodicamente em terreiros e gentios situados em várias aldeias da Terra Indígena e contando com variados responsáveis pela promoção dessas atividades nessas localidades. A partir de diversos tipos de experiências empíricas compartilhadas com os Atikum (sejam etnografias convencionais ou outros tipos de atividade/visitação às aldeias) desde o início de 1990 até os dias atuais, a comunicação pretende retomar criticamente uma série de noções inicialmente empregadas pelo próprio pesquisador ao longo desse amplo período de contato com os Atikum e reavaliar o seu valor heurístico para o entendimento de parte da esfera ritual hoje observada entre esses índios.

COORDENADOR/A: JULIANA GONÇALVES MELO (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA UFRN)

DEBATEDOR/A: JULIANA GONÇALVES MELO (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA UFRN)

PARTICIPANTE: RAFAEL GODOI (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO), LUIZ CLAUDIO LOURENÇO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA), FÁBIO WELLINGTON ATAÍDE ALVES (TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

Propõe-se a analisar a interface entre direito e antropologia a partir de um olhar multidisciplinar e do entendimento do direito como sistema cultural. O intuito é refletir sobre os processos de acesso à justiça no Brasil e, particularmente, sobre as noções de justiça e criminalidade. A partir de análises que tem por foco o sistema prisional e de uma perspectiva interdisciplinar (antropológica e jurídica), pretende-se refletir sobre as representações acerca do sistema de justiça criminal nacional e evidenciar diferentes sentidos de justiça e criminalidade. O debate pretende fomentar a discussão sobre a articulação entre os ordenamentos jurídicos e as práticas sociais vigentes, bem como evidenciar a complexidade que marca o acesso e a distribuição de direitos no Brasil. Em termos gerais, o exercício importa para uma compreensão mais densa acerca das dinâmicas contemporâneas, podendo evidenciar nuances importantes da cultura brasileira e dos modelos de sociabilidades atuais.

COORDENADOR/A: JOSÉ LINDOMAR COELHO ALBUQUERQUE (UNIFESP)

PARTICIPANTE: DANIEL VELOSO HIRATA (NECVU-UFRJ), JANIA PERLA DIÓGENES DE AQUINO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ), FERNANDO RABOSI (UFRJ)

As investigações sobre fronteiras têm se constituído em um lugar de referência para refletir sobre as mudanças do Estado nacional, a emergência de novas estruturas supranacionais e as dinâmicas da globalização. Os espaços fronteiriços continuam a ser um objeto que coloca em xeque muitas formulações sobre o mundo contemporâneo. Nesse sentido, visualizamos a formação de experiências políticas e econômicas supranacionais, como a União Européia e o Mercosul, onde se deslocam os controles e se instituem novos sentidos e lugares de fronteiras. O fim das barreiras alfandegárias entre vários países europeus convive com intensos movimentos migratórios para os países centrais da Europa que, por sua vez, produzem novos controles cotidianos para os denominados trabalhadores “ilegais” e “indocumentados”. Na América do Sul, as transformações produzidas pelo Mercosul e os discursos e as práticas de integração acionam tensões e disputas geopolíticas nos espaços das fronteiras nacionais. Diante deste cenário, torna-se relevante a organização de uma Mesa Redonda que tenha como preocupação principal a realização de pesquisas empíricas em regiões fronteiriças, abordando diferentes espaços fronteiriços, assim como situações de fronteiras que ultrapassem as referências territoriais e as cartografias oficiais. A particularidade das investigações (fronteiras na América Latina e na Europa) assegura a possibilidade de poder abrir espaços de comparação e discussão entre distintos contextos. Entre as dimensões nas que versariam as comunicações, destacam-se: os circuitos variados do capital e das mercadorias (legal/ilegal/formal/ informal), os fluxos de pessoas (viajantes, turistas, migrantes, refugiados etc.), a circulação de imagens/ideias/ ideologias/informações, o papel dos lugares e as discussões territoriais das fronteiras nacionais em diferentes situações de contatos e mediações culturais e políticas.

COORDENADOR/A: GABRIEL OMAR ALVAREZ (PPGAS/FCS/UFG)

DEBATEDOR/A: MARIA MARGARITA DALTON PALOMO (CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES EN ANTROPOLO)

PARTICIPANTE: CORNELIA ECKERT (UFRGS), MARIANO BÁEZ LANDA (CIESAS), JOSÉ DA SILVA RIBEIRO (UNIVERSIDADE ABERTA DE PORTUGAL)

A Mesa propõe discutir as diferentes estratégias implementadas para a produção, distribuição e exibição da produção em antropologia visual. A mesa discutirá, as políticas para formação de recursos humanos e para a produção e divulgação da antropologia visual no México, Portugal e Brasil. Quais são os núcleos de produção e as estratégias de institucionalização? Quais são os circuitos de exibição deste tipo de antropologia? Qual é o público e estratégias para consolidação e ampliação destes canais com o público? A mesa propõe discutir diferentes experiências, e assinalar prospeções e perspectivas políticas para a criação redes interinstitucionais, internacionais, que permitam o intercâmbio de experiências no campo da antropologia visual.

COORDENADOR/A: ANTONIO MOTTA (UFPE)

DEBATEDOR/A: ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO (UNICAMP)

PARTICIPANTE: IZABELA MARIA TAMASO (UFG), FILOMENA SILVANO (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA), MONICA LACARIEU (CONICET)

Em 1967, numa conferência que só viria a ser publicada no início da década de 1980, Foucault previu a importância que o espaço assumiria, tanto no trabalho intelectual de compreender o mundo como, ou talvez sobretudo, nas vidas cotidianas de todos nós. Geertz sinalizou para o fato de que uma breve observação nos volumes de monografias, e livros de antropologia nos permitiria constatar a ausência do lugar como conceito analítico e descritivo, não obstante a presença das descrições físicas. Nos anos 90, se intensificaram nas Ciências Sociais os estudos sobre espaço e lugar. Antropólogos deslocaram suas abordagens, de forma que as dimensões espaciais das culturas deixaram de ser apenas o pano de fundo e assumiram função de destaque. Desde então, a categoria analítica ou o conceito de lugar têm balizado estudos sobre sociedades indígenas, quilombolas, camponesas, grupos urbanos, ribeirinhos, de refugiados, de deslocados, de migrantes, grupos impactados por projetos de desenvolvimento, pelo processo de globalização, pelos processos de patrimonialização e gentrificação, grupos que vivenciam conflitos étnicos e/ou políticos, dentre outros. Não obstante, há ainda pouca reflexão sobre a estreita relação entre o conceito de lugar e patrimônios e as várias possibilidades que podem advir desta abordagem. Nesta Mesa-Redonda refletiremos sobre o estatuto da noção de lugar nos estudos dos patrimônios culturais que se realizaram em Portugal, Brasil e Argentina, nas últimas décadas.

Lugares y patrimonios: ¿relación de conveniencia?

AUTORES/AS: MÓNICA LACARIEU (UBA / CONICET)

Si bien la antropología ha sido, desde sus inicios, una disciplina espacialista, es sobre fines del siglo XX en que la noción de lugar ingresó en los debates académicos, en gran medida debido a razones externas a la disciplina como la agudización de procesos de globalización que llevaron por un lado, a la aparente disolución de los lugares, pero por el otro, a la necesaria resistencia a través de la demanda de mas lugar. Los “no lugares” postulados como categoría por Marc Augé es un ejemplo paradigmático de la incorporación en la discusión antropológica del “lugar antropológico” en un contexto problemático. Así, la idea y noción de lugar adquirió relevancia a partir de demandas y reivindicaciones de grupos sociales en supuestos procesos de a-espacialización y des-historización. No obstante, como se remarca en esta mesa redonda, la relación entre lugar y patrimonio(s), ha sido escasamente abordada. Partiendo de la idea de lugar constituida en torno de apropiaciones y disputas, así como de la noción de patrimonio en tanto recurso de cristalización de lugares y comunidades, es nuestro objetivo reflexionar y analizar críticamente la construcción de lugares de consenso y de lugares negociados, disputados y/o en conflicto en relación al campo del patrimonio cultural, focalizando la relación con el patrimonio histórico en “barrios recualificados” en ciudades contemporáneas y con el patrimonio inmaterial en torno de comunidades diversas. El campo del patrimonio, aún en sus nuevas vertientes, continúa siendo un ámbito de esencializaciones en contextos de patrimonios en movimiento, del mismo modo, en que los lugares interpelados por lo patrimonial tienden a ser visibilizados como espacios circunscriptos y fijos, de allí que nos interesa reflexionar sobre esta relación compleja desde referencias empíricas relativas a Argentina, en particular a la ciudad de Buenos Aires, que permitirán discutir con estos asuntos de la contemporaneidad.

Macao, « l'Occident » des Chinois : authenticité et hyperréalité, deux formes de représentation des lieux dans un espace urbain fragmenté

AUTORES/AS: MARIA FILOMENA DE ALMEIDA PAIVA SILVANO (FCSH-UNL/CRIA - PORTUGAL)

A comunicação visa interpretar as relações existentes entre os processos de construção/negociação das identidades, os processos de patrimonialização das

cidades, as lógicas de representação dos lugares e a fragmentação do espaço urbano. As dinâmicas culturais associadas ao turismo integram formas de representação dos lugares que convocam, frequentemente, os conceitos de autenticidade e de hiper-realidade. As referidas formas culturais surgem, na teoria, como formas independentes (se não mesmo incompatíveis). Como a comunicação tentará demonstrar, não é o caso de Macau, uma “utopia turística” (Simpson 2012) onde essas duas formas coexistem e dão sentido a um espaço urbano cada vez mais fragmentado.

Patrimônios e Lugares: notas sobre antropologia brasileira

AUTORES/AS: IZABELA MARIA TAMASO (PPGAS E PERFORMANCES CULTURAIS / UFG)

Os estudos de patrimônio no Brasil cresceram sobremaneira após a promulgação do Decreto 3551/2000, que instituiu o registro dos bens de natureza imaterial e Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, prevendo além do reconhecimento dos bens de natureza imaterial, os inventários e salvaguardas para os patrimônios imateriais. A partir de então, os antropólogos brasileiros, que até então (em geral) permaneciam relativamente distante do tema, dele se acercaram de tal forma que várias linhas de pesquisa sobre patrimônio foram criadas em diversos programas de pós-graduação, projetos de extensão e ações de inventários foram e tem sido realizados por diversos colegas antropólogos. Paralelamente a isto, foram intensificando-se as investigações antropológicas que tomaram o lugar como categoria analítica. No que tange aos patrimônios no Brasil, a categoria lugar tem balizado estudos sobre sociedades indígenas, quilombolas, camponesas, grupos urbanos, ribeirinhos, grupos impactados por projetos de desenvolvimento, pelo processo de globalização, pelos processos de patrimonialização, gentrification e revitalização, grupos que vivenciam conflitos étnicos, políticos e sobretudo aqueles que envolvem a relação entre identidade e território. Por ser este um cenário profícuo de investigações e debates e também de inserção profissional, considero que devemos interpretar a trajetória de alguns antropólogos constituidores deste campo. Para esta comunicação tomo a trajetória investigativa e acadêmica de Antonio Augusto Arantes para refletir sobre a relação entre o lugar como conceito analítico e descritivo e os estudos de patrimônio no Brasil. Minha opção se justifica pelo fato de entendê-lo como um expoente no que se refere a colocar o “lugar” como categoria fundamental das reflexões, políticas e práticas patrimoniais, sejam elas relativas aos patrimônios tangíveis ou intangíveis.

023 O POLICIAMENTO COMO OBJETO DA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA: EMOÇÕES, DISCURSOS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

COORDENADOR/A: MARIA CLAUDIA PEREIRA COELHO (UERJ)

DEBATEDOR/A: CERES GOMES VÍCTORA (UFRGS)

PARTICIPANTE: MARIANA SIRIMARCO (CONICET - UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES), SILVIA GARCIA NOGUEIRA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA), SUSANA SOARES BRANCO DURÃO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP)

O tema do policiamento tem já há décadas lugar consolidado nas ciências sociais brasileiras, com a atenção fortemente orientada para algumas temáticas: a - a tensão entre modelos antagônicos de policiamento (autoritário/repressivo x comunitário/de proximidade); b – as interações e conflitos entre policiais e camadas populares; c – as violações dos direitos humanos. Esta mesa procura dialogar com estas perspectivas, privilegiando a abordagem da dimensão emocional da atividade policial. Insere-se assim em uma vertente da antropologia das emoções orientada para o trabalho político e moral das emoções na “cena pública”. Combinamos três planos analíticos: a – a prática na formação policial, com atenção para a resignificação pela academia dos “tipos-ideais” de policiamento; b – o exercício em si da atividade policial; e c - as percepções da atividade policial, através da produção discursiva da instituição sobre si mesma. A temática das emoções atravessa estes planos analíticos, contemplando a articulação sacrifício-esperança na formação de policiais africanos na academia portuguesa, com ênfase em sua “repatriação”; a presença da solidariedade no atendimento da polícia federal a migrantes internacionais, colocando em xeque o suposto predomínio da “burocracia”; e a combinação fidelidade-coragem na produção de uma narrativa sobre heroísmo a serviço da construção de uma imagem institucional. Os casos analisados incluem Portugal, Brasil, Argentina e os países da África lusófona.

A Polícia Federal no lugar do “outro”: percepções e sentimentos de agentes da Delemig com estrangeiros regulares na Paraíba

AUTORES/AS: SILVIA GARCIA NOGUEIRA

Os contatos de estrangeiros com representantes do Estado que desempenham papéis de controle da ordem social e de repressão à sua infração frequentemente são marcados por um clima de ansiedade e desconfiança. No caso dos migrantes internacionais, a apresentação à Polícia Federal por qualquer motivo representa um momento tenso, em que paira o sentimento de se ter feito algo errado mesmo quando isso não procede e se está em situação regular. Paralelamente, intelectuais voltados para o estudo de imigrantes no Brasil têm dado preferência a investigar os processos migratórios na perspectiva dos que migram ou dos que os recebem, mas tendem a deixar de lado os agentes estatais mediadores que definem a condição de regularidade e legalidade de estrangeiros no país. Ademais, a referência a eles tendem a carregar pressupostos e pré-conceitos, cujo ponto de partida e de chegada é o entendimento de que estrangeiros e agentes estatais estão em posição de confronto e conflito em grande parte das vezes. Diante disso, este trabalho pretende discutir etnograficamente o modo como alguns representantes da Delegacia de Migração da Polícia Federal em João Pessoa (PB) percebem-se a si mesmos no desempenho de seu ofício policial, no contato cotidiano com estrangeiros regulares na Paraíba, suas visões sobre a instituição a qual pertencem e suas percepções de mundo no que tange ao contato com migrantes internacionais. Os primeiros dados da pesquisa apontam para a sensibilidade de alguns membros da Delegacia que superam as expectativas meramente burocráticas no desempenho das funções profissionais cotidianas, revelando desejos e práticas de solidariedade e hospitalidade em relação a alguns estrangeiros regulares no estado.

Chonino: la conversión de una historia en narrativa. Relato y emoción en el ámbito policial argentino

AUTORES/AS: MARIANA SIRIMARCO

Pronunciar el nombre de Chonino activa, mayormente en el ámbito policial argentino pero también fuera de éste, una sucesión de imágenes heroicas. Su articulación esboza nociones de valor, de arrojo y, sobre todo, de fidelidad:

Chonino es un perro policial que muere defendiendo a sus compañeros ante el ataque de unos delincuentes. Muere también realizando una acción que redundará en su apresamiento.

La historia de Chonino se transforma, andando en el tiempo, en una suerte de proeza: una narrativa diseñada para poner en escena discursos, vivencias y valorizaciones institucionales.

Tomando este caso como eje del análisis, este trabajo intenta reflexionar en torno al cómo de la construcción de un relato institucional. ¿Qué intervenciones se ponen en juego para hacer, de una situación puntual, un ejemplo capaz de trascenderla? O lo que es lo mismo: ¿qué es lo que transforma un hecho en una narrativa?

Sacrifícios e aspirações. Experiências de cadetes africanos expatriados em Portugal

AUTORES/AS: SUSANA SOARES BRANCO DURÃO

Protocolos com mais de duas décadas, entre Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa, têm mantido um fluxo permanente de pessoas e ajudado a criar redes institucionais transnacionais. A formação superior de polícias africanos em Portugal é um dos casos mais bem-sucedidos e ininterruptos. Dezenas de cadetes passam diversos anos em formação, no designado Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), a academia de oficiais da Polícia de Segurança Pública portuguesa. Após a experiência, estes são “repatriados”. Quando conseguem concluir o curso de oficiais, tornando-se aspirantes, os antigos alunos são integrados nas chefias das suas polícias nacionais. A passagem por um sistema que se define como ensino ‘integral’ e ‘integrado’, em regime de internato, com formação intensiva, leva os “alunos cooperantes” a mergulhar e transitar por uma realidade cultural, modelos de polícia, de policiamento e dinâmicas inter-relacionais totalmente novos. São vários os dilemas e dificuldades emocionais por que passam ao longo do tempo, mas também as aspirações pessoais e profissionais que constroem. Desse processo resultam questões em torno das noções antropológicas de “sacrifício” pessoal, familiar e do sonho da “recompensa”. Na comunicação proponho uma análise teórica e empírica em volta de experiências afetivas, emocionais e morais no tempo da “expatriação” nos referidos contextos, a partir de um conjunto de observações de campo e entrevistas

feitas a alunos sobre os anos de passagem pelo instituto. Esta reflexão inclui-se no projeto ‘COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil’ que coordeno (financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia em Portugal, 2013-2015).

COORDENADOR/A: LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE (UFRJ)

DEBATEDOR/A: PAULA MONTERO (CEBRAP/USP)

PARTICIPANTE: BRUNO REINHARDT (UNIVERSIDADE DE UTRECHT), CARLOS CESAR LEAL XAVIER (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ), CARLOS EDUARDO VALENTE DULLO (DA/USP E CEBRAP)

A prática do testemunho no cristianismo é tão antiga quanto a própria religião. À abundância de relatos etnográficos que a descrevem não corresponde uma discussão conceitual e analítica prolífica. A justificativa para a Mesa Redonda é a de discutir o fenômeno em bases conceituais a partir de pesquisa etnográfica. A reunião das três apresentações desta Mesa Redonda pluraliza os contextos etnográficos em que o testemunho foi observado, permitindo um exercício comparativo. Cada uma das apresentações oferecerá uma análise do testemunho cristão a partir de seu entrelaçamento com a lógica local, isto é, com universos tão díspares quanto as escolas missionárias em Gana (na África Ocidental), o grupo indígena Kuripako (no Alto Rio Negro amazônico) e um Centro Social católico na periferia de São Paulo. Todos os trabalhos se deterão na relação dessa prática com a noção social de Pessoa (cada um com matizes teóricos próprios), com as formas narrativas mobilizadas (história de vida, transmissão de “carisma” e mitologia indígena) e com os efeitos sociais buscados pelo testemunhante na articulação de sua audiência. As apresentações pretendem, com isso, oferecer uma reflexão acerca das condições de agência (humana e/ou divina) na enunciação e na recepção, considerando que o objetivo central do testemunho é transmitir (de maneira informativa e performativa) uma experiência pessoal densa de sentido.

De epifania a método: o testemunho e a normalização da experiência religiosa em um seminário Pentecostal em Accra, Gana

AUTORES/AS: BRUNO REINHARDT

A noção de testemunho tem figurado de modo central em importantes análises antropológicas sobre as tradições cristãs Protestantes, como o livro seminal de Susan Harding sobre o projeto pastoral e político do Fundamentalista Jerry Falwell e a etnografia de Webb Keane sobre Calvinismo e modernidade na Indonésia. Em ambos os casos, o foco Protestante no testemunho é usado como exemplo de como a sua oposição teológica à materialidade e à ritualização resulta em uma forte ênfase normativa na fala e nas formas retóricas, tidas como imateriais e íntimas. Nesta apresentação, pretendo contrapor o foco empírico destes autores na emissão do testemunho ao abordá-lo sob a ótica de sua recepção. Meu objetivo é explorar como um testemunho do fundador e bispo da igreja Ganense Lighthouse Chapel International, que narra como ele recebeu sua “dádiva para ensinar”, torna-se um instrumento de reprodução mimética do carisma deste “homem de Deus” dentre os pastores treinados no seminário da denominação. Ao ser acoplada a práticas de cultivo de si, a narrativa testemunhal do bispo, a princípio uma epifania, converte-se no método de “saturação em fitas-cassetes”. Meu objetivo é enfatizar a natureza somática da voz de acordo com a ideologia linguística Pentecostal, argumentando que o testemunho do bispo assume no seminário uma dupla função: metafórica e metonímica, pedagógica e mística, sendo tanto uma fonte de exemplaridade quanto uma ponte de contato para a transmissão e a normalização do carisma.

O testemunho entre os crentes Koripako – Falar de um outro ao falar de si

AUTORES/AS: CARLOS CESAR LEAL XAVIER

Este trabalho apresenta a forma narrativa denominada testemunho (testimonio) entre os Koripako do Alto Içana brasileiro, Alto Rio Negro, noroeste amazônico, convertidos ao cristianismo evangélico há 60 anos. O testemunho insere-se no registro e na linguagem do mito, tornando-se um mito de origem pessoal, remetendo sempre ao mesmo herói civilizador (Deus), ao mesmo evento primordial (a obra da cruz) e ao vínculo com o presente por meio da experiência de conversão. O testemunho koripako é um discurso coletivo, no contexto de

uma socialidade tradicional. O ‘eu’ daquele que o enuncia é mais um lugar do que uma subjetividade, do mesmo modo como o é o de qualquer narrador de mito. No testemunho, porém, este mito é fletido sobre o próprio narrador, obrigado a contar sobre um outro ao relatar sobre si mesmo.

Testemunho: cristão e secular

AUTORES/AS: CARLOS EDUARDO VALENTE DULLO

A presente comunicação visa apresentar a prática do testemunho na sociedade brasileira contemporânea por meio do entrelaçamento de sua raiz cristã com o seu objetivo secular de “inclusão social” e de “empoderamento”. Almejo, assim, dois objetivos: sugerir uma abordagem do testemunho como um ritual cíclico composto de cinco elementos interligados e analisar a importância de práticas do cristianismo na consolidação da secularidade brasileira. Para tanto, veremos a contribuição do educador Paulo Freire em formular uma Pedagogia voltada para a valorização dos “oprimidos” e sua íntima associação com o pensamento católico dos anos 1950 a 1990 e a maneira como ele fundamenta em sua teoria o uso do testemunho. Em sequência, abordaremos o material etnográfico reunido durante pesquisa em um Centro Social católico na periferia de São Paulo, em que as teorias de Freire foram colocadas em ação.

025 OS ESPÍRITOS E AS BEBIDAS: PATRIMONIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADES, PADRONIZAÇÃO E A DOMESTICAÇÃO DO MERCADOS

COORDENADOR/A: MAY WADDINGTON TELLES RIBEIRO (UFPI-PPGANT E PRODEMA)

DEBATEDOR/A: JULIE CAVIGNAC (UFRN)

PARTICIPANTE: JOÃO AZEVEDO FERNANDES (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - UFPB), ANDREA JIMENA VILLAGRÁN (DOCENTE-INVESTIGADORA), MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO (UFRRJ)

As bebidas, etílicas ou sóbrias, correspondem a diferentes formas de produção e práticas de consumo com grande variabilidade cultural, inserindo-se em rituais de hospitalidade e múltiplas formas de interação social que reforçam vínculos afetivos, despertem sentimentos de pertença, salientam formas de reciprocidade que podem ser compreendidos através da teoria da dádiva e contra-dádiva de Mauss. A circulação de bens e favores gera obrigações mútuas e colocam em cena símbolos que promovem a distinção e tecem vínculos sociais. A análise destes rituais revela a força integradora dos aspectos morais, religiosos, econômicos e sociais simbolizados nos valores atribuídos às bebidas. Em anos recentes, o mercado internacional se agiganta, promovendo a padronização da produção enquanto processos de patrimonialização e/ou de certificação de origem conduzidos por Estados nacionais ou instituições reguladoras procuram formalizar, proteger ou reivindicar os valores atribuídos às diferentes bebidas, reforçando marcadores identitários. No processo, revelam-se tensões entre comunidades locais e a sociedade nacional. A Mesa apresenta diferentes processos de produção, consumo, certificação e patrimonialização de bebidas (vinho, sidra, cajuína e cachaça) em contextos etnográficos distintos para avançar na reflexão sobre a importância e consequências da interferência do Estado sobre esta dimensão cultural.

COORDENADOR/A: MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO)

DEBATEDOR/A: MARIA CATARINA ZANINI (UFSM)

PARTICIPANTE: DOUGLAS MANSUR DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA), SIDNEY ANTONIO DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS), THADDEUS GREGORY BLANCHETTE (UFRJ)

Notícias publicadas recentemente no Brasil dão conta de um novo fluxo migratório para o Brasil formado majoritariamente de haitianos pobres, mas com formação profissional, que são tratados pela mídia como invasores e indesejados. Quase simultaneamente ganha as manchetes um outro fluxo, esse formado por europeus e tratados como migrantes qualificados que representam uma comprovação que o Brasil é um país que deu certo e está realmente se firmando como pólo atrator de mão-de-obra. No entanto ao olhar para os fluxos migratórios históricos verificamos que nenhuma das duas reações é novidade. Os imigrantes no Brasil sempre foram vistos como necessários para o trabalho, os famosos “braços para a lavoura”, mas também eram os indesejados, “o perigo amarelo” das manchetes do início do século XX. A proposta dessa mesa é discutir quem são esses imigrantes indesejados na contemporaneidade e também examinar os discursos sobre os indesejados ao longo da história das migrações no Brasil.

As American Girls: Migração, Sexo e Status Imperial em 1918

AUTORES/AS: THADDEUS GREGORY BLANCHETTE

O presente trabalho, baseado em pesquisas históricas nos documentos do Consulado Americano no Rio de Janeiro, Brasil, analise um caso envolvendo a prostituição de mulheres estadunidenses naquela cidade, em 1918. Taxadas pelo cônsul americano como “escravas brancas”, as dançarinas do Willard and Baxter companhia de burlesque enfrentaram as tentativas dos representativos consulares de as expulsarem do Brasil.

Analisamos a história delas na luz das pressões políticas e sociais da época. Prestamos atenção particular em como as novas tecnologias de controle da circulação internacional (passaportes) combinavam com o pânico social sobre a escravidão branca e os projetos políticos dos EUA frente às Américas. Neste caso, a retórica sobre a proteção das vulneráveis foi utilizada para tentar bloquear a migração de mulheres “impuras” cujas ações e atitudes expuseram aos Estados Unidos ao ridículo.

Os haitianos e o mercado de trabalho no Amazonas

AUTORES/AS: SIDNEY ANTONIO DA SILVA

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre migração e trabalho, tomando como exemplo o caso dos haitianos no Amazonas, particularmente, na cidade de Manaus, onde a presença deles começou a ser notada, a partir de 2010. Partindo da definição de imigrante como “trabalhador temporário”, o qual deveria regressar ao seu país, após o término de sua missão laboral, apontaremos que tal definição tem implicações para o exercício da cidadania dos imigrantes, já que, a partir dessa visão, eles são vistos tão somente como “força de trabalho”, não reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos, sejam eles sociais, culturais e políticos.

027 PANORAMA ATUAL DA ANTROPOLOGIA DA COMUNICAÇÃO DE MASSA: BÉLGICA, PORTUGAL, ESPANHA E BRASIL

COORDENADOR/A: ISABEL SIQUEIRA TRAVANCAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

DEBATEDOR/A: ISABEL SIQUEIRA TRAVANCAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

PARTICIPANTE: TOMKE LASK (UNIVERSITÉ LIBRE DE BRUXELLES), SÓNIA SOFIA DE SOUSA ALVES FERREIRA (CRIA - CENTRO EM REDE DE INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA), ELISENDA ARDEVOL (UOC)

As pesquisas antropológicas sobre os meios de comunicação de massa tem crescido nas duas últimas décadas e ganhado relevância na contemporaneidade. Tanto na Espanha como em Portugal crescem as pesquisas sobre este tema e os congressos de antropologia daqueles países como os da APA (Associação Portuguesa de Antropologia) e da FAAEE (Federación de Asociaciones de Antropología de España) vem incluindo Grupos de Trabalhos sobre esta nova área. O objetivo desta mesa é discutir as investigações que estão sendo produzidas nos quatro países, analisar seus objetos de pesquisa, avaliar suas metodologias, e conhecer as dificuldades e particularidades de cada contexto para avançar na reflexão sobre esse campo antropológico. Tomke Lask(ABA) apresentará um estudo de caso realizado em Ruanda, na República Democrática do Congo e no Burundi cujo objetivo foi entender como as pessoas se relacionavam com o rádio, meio de comunicação de maior difusão na região. Sonia Ferreira(EASA) abordará os meios de comunicação em um contexto de migração portuguesa no Brasil, na França e no Canadá a partir de uma etnografia da produção de programas televisivos. Elisenda Ardévol (ICA-EASA) vem desenvolvendo pesquisas no campo virtual e analisará as relações dos indivíduos com as novas tecnologias e o uso da metodologia antropológica nestes contextos de investigação. Isabel Travancas, que coordenará e mediará a mesa, discutirá as particularidades das pesquisas sobre o tema no Brasil.

COORDENADOR/A: RENATA DE CASTRO MENEZES (MUSEU NACIONAL/UFRJ)

DEBATEDOR/A: RONALDO ROMULO MACHADO DE ALMEIDA (UNICAMP)

PARTICIPANTE: CARLY BARBOZA MACHADO (UFRRJ), EMERSON GIUMBELLI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL), CHRISTINA VITAL DA CUNHA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Nas últimas décadas, a presença das religiões no espaço público tem se tornado mais destacada, assumindo contornos muitas vezes surpreendentes. Também os estudos sobre religião têm se multiplicado, sob as mais diversas perspectivas, sem, no entanto, que a correlação entre esses dois movimentos se dê de maneira automática. O objetivo desta mesa-redonda é refletir sobre esses processos, a partir da experiência de seus participantes, discutindo os desafios de pesquisa encontrados na área de Antropologia da Religião, que demandam criatividade teórica e inovações metodológicas.

Arte efêmera, religião e criminalidade violenta em favelas

AUTORES/AS: CHRISTINA VITAL DA CUNHA

Discursos e análises sobre a modernidade afirmam que a iconoclastia e a secularização são algumas de suas marcas fundamentais. Ambas conformariam referências diretas ao religioso, negando-o. Em direção oposta, debates mais contemporâneos tratam de afirmar a presença da religião no espaço público como constitutiva das diversas formas de existência da própria modernidade. Nesse sentido, as considerações sobre imagens e também sobre o religioso ganham novo fôlego analítico não como um estudo de reminiscências, mas como elemento central para a compreensão de diferentes dinâmicas sociais que afetam Estados, culturas e sociedades. Ricas produções dão destaque ora a “arte de periferia” como expressão estética de populações de diferentes origens e que se encontram em um território comum a partir do qual elaboram variados produtos dos quais os grafites seriam somente uma forma em constante mutação, ora focalizam as transformações do religioso e suas manifestações públicas em periferias enfatizando questões doutrinárias, rituais e mesmo políticas delas resultantes. Entretanto, poucos são os estudos sobre violência e sobre a atuação do Estado em favelas e periferias que consideram esses elementos – religiosos e imagéticos – como componentes chave na análise. Nesta mesa, proponho uma reflexão sobre as potentes interfaces e passagens entre religião, ícones religiosos, imagens étnicas, arte “de periferia” e tráfico de drogas considerando aspectos metodológicos e epistemológicos nessa abordagem. Para tal recorrerei a diferentes pesquisas que realizei em favelas cariocas e às imagens dali e ali coletadas, de modo intermitente, a partir de meados da década de 1990.

Religiões, mídias e mediações

AUTORES/AS: CARLY BARBOZA MACHADO

Um dos principais modos de articulação da presença do religioso na esfera pública na atualidade ganha forma através da mídia, e na mídia. Aspectos relacionados à mídia religiosa e à presença da religião na mídia de massa frequentemente se fazem presentes nas pesquisas sobre o campo religioso brasileiro, mas poucas vezes são assumidos como questão central de análise. Ao produzirem mídias religiosas (música, vídeos, programas de TV, eventos, livros, sites e conteúdos na internet)

diferentes grupos formulam não apenas expressões de um conteúdo religioso estático, pronto e acabado, para uma determinada audiência ávida por recebê-lo como forma de confirmação de suas presumidas certezas. Em lugar disso, a relação entre religião e mídia aciona um processo dinâmico de produção e reinvenção destes próprios conteúdos religiosos, de seu lugar na esfera pública, da relação entre o religioso e o secular, do surgimento de audiências (inesperadas e mesmo inusitadas), de modos de habitar e circular na cidade, da formação de subjetividades, da produção de políticas públicas, e das relações de grupos “religiosos” e “laicos” com o Estado. Pensar a partir da articulação produtiva entre religião e mídia permite-nos ainda refletir sobre a materialidade dos meios nos diferentes contextos religiosos, sobre dimensões da sensorialidade, da estética, e sobretudo questões relacionadas aos mediadores e às mediações que se destacam analiticamente a partir deste recorte de pesquisa. Sugiro portanto nesta mesa uma reflexão cuidadosa sobre os desdobramentos metodológicos, analíticos e epistemológicos da pesquisa em religião, tendo por foco privilegiado a relação entre religião e mídia. Para tal, pretendo discutir alguns dos resultados das pesquisas que venho realizando nos últimos anos, dentre elas os trabalhos sobre o Pastor Marcos Pereira e sua igreja na Baixada Fluminense; sobre a banda gospel “Tropa de Louvor” do BOPE – RJ; e sobre os eventos que articulam grupos religiosos à política pública da “pacificação” no Estado do Rio de Janeiro.

Turismo Religioso, Gospel e Políticas Culturais: notas sobre articulações entre religião e cultura no Brasil

AUTORES/AS: EMERSON GIUMBELLI

O objetivo é avançar na discussão da relação entre religião e espaço público conferindo atenção à categoria “cultura”. Ou seja, trata-se de observar como cultura vem sendo, no Brasil, um mediador produtivo de relações entre religiões e espaços públicos. Em termos mais teóricos, significa indagar pelo papel que essa categoria – com as elaborações e ações a ela associadas – vem tendo na regulação da religião, entendendo os agentes religiosos ao mesmo tempo como objetos e agentes desses processos. Mais especificamente, a reflexão acompanha três temas: 1. Alguns investimentos simbólicos e materiais em torno do “turismo religioso”, na sua articulação de iniciativas seculares e religiosas, privilegiando a relação que mantém com o universo católico.

2. Algumas ações voltadas à promoção da música gospel, na sua articulação entre mudanças legislativas e empreendimentos artísticos, considerando sua relação direta com o universo evangélico.
3. Alguns exemplos de políticas culturais que vêm atingindo o universo das religiões de referência africana, a fim de perceber os efeitos e impactos de tais políticas e as redefinições que nelas se operam.

029 REGIMES DE USO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA

COORDENADOR/A: MAURO WILLIAM BARBOSA DE ALMEIDA (UNICAMP)

DEBATEDOR/A: MARIA DIONE CARVALHO DE MORAES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

PARTICIPANTE: AUGUSTO DE ARRUDA POSTIGO (ISA/UNICAMP), CARMEN SILVIA ANDRIOLLI (PPGAS/MN/UFRJ), JOSÉ COLAÇO DIAS NETO (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF)

Esta proposta de mesa redonda tem como objetivo expor trabalhos vinculados à temática dos regimes de uso de territórios tradicionais e os processos que afetam a continuidade desses regimes no futuro. O foco será colocado em duas dinâmicas em curso. Uma delas refere-se à ocupação e expropriação pelo Estado e por empresas de territórios tradicionalmente ocupados por índios, sertanejos, faxinalenses, seringueiros, caiçaras, processo aqui compreendido como de expropriação territorial. É o caso, por exemplo, de caiçaras (e.g. Estação Ecológica da Juréia/SP) e sertanejos (Parque Nacional Grande Sertão Veredas, MG/BA e veredeiros expulsos pela soja no Sertão do Piauí), afetando a totalidade das unidades de conservação do país. Essa dinâmica não deve ser confundida com os conflitos também correntes entre diferentes formas de uso de terras pública (ou sobreposição de territórios). A segunda dinâmica refere-se às demandas pelo reconhecimento dos regimes de uso tradicionais da natureza praticados por populações de pescadores artesanais e extrativistas florestais, bem como sistemas agrícolas costumeiros e os conhecimentos a eles associados que em muitos casos não tem sido contemplados nas políticas públicas que afetam diretamente seus territórios.

Costume e Resistência: Elementos para uma política do enfrentamento entre pescadores artesanais da região norte-fluminense

AUTORES/AS: JOSÉ COLAÇO DIAS NETO

Nas últimas décadas um conjunto consolidado de estudos etnográficos tem evidenciado profundas tensões entre as chamadas populações tradicionais e órgãos oficiais, tais como o IBAMA, o ICMBio, o INCRA, a FUNAI entre outros. Tais tensões devem-se, entre outros motivos, às dificuldades de incorporação das práticas de exploração dos recursos naturais – desempenhadas por algumas destas populações – em um regime formal capaz de regular e reconhecer suas particularidades, quais sejam, formas familiares ou pessoalizadas de organização das atividades extrativistas, conhecimentos naturalísticos transmitidos informalmente de uma geração para outra, práticas e modos de intervenção no ambiente que incorporam crenças e visões de mundo particulares aos grupos sociais, entre outras. As percepções que muitas populações tradicionais tem da atuação de órgãos estatais são, por estes motivos, construídas em paralelo com a formas práticas de resistência às suas políticas. Esta comunicação toma como caso paradigmático as tensões entre os pescadores artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos – povoado localizado na baixada litorânea ao norte do estado do Rio de Janeiro – que desempenham suas atividades pesqueiras na Lagoa Feia e tem desenvolvido estratégias práticas para lidar com as regulamentações formuladas pelo IBAMA desde meados dos anos de 1990.

Expropriação e resistência de sertanejos nos Gerais do Grande Sertão Veredas

AUTORES/AS: CARMEN SILVIA ANDRIOLLI

A partir do final da década de 1980, várias unidades de conservação foram criadas no bioma Cerrado. Dentre elas, está o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, maior unidade de conservação localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia. A justificativa para a implantação desse parque apoiou-se em estudos realizados por uma ONG ambientalista na região dos grandes chapadões arenosos dos Gerais, que se distribuem pelo noroeste de Minas Gerais, sudoeste da Bahia até o sul do Piauí, onde nascem e correm diversos afluentes da margem esquerda do rio São

Francisco. Na imensidão dessa região, as áreas do noroeste de Minas Gerais e do sudoeste da Bahia foram escolhidas com o objetivo de preservar essa área de Gerais – compreendido como uma subunidade do Cerrado – da acelerada e desordenada ocupação agrosilvopastoril estimulada pelo Estado, que considerava essas áreas como vazios populacionais. No entanto, para os sertanejos que vivem e viviam naquela região, ‘Gerais’ são largas extensões de terra que se constituem como áreas de uso comum. A categoria nativa ‘Gerais’ remete a um local onde o gado é criado ‘na solta’, sem cercas, formando-se como uma das áreas que compõe o sistema de uso do território dos sertanejos que ali vivem e que compartilham normas regidas por uma moral camponesa. Muito embora essa área fosse regida por uma lei própria desses camponeses, foi tomada pelo Estado, que além de cercar tais áreas, instituiu novas leis para o uso da terra apoiadas no direito positivo. Nesta comunicação, enfocarei as consequências da implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas para os sertanejos que ali viviam, bem como as formas de resistência encontradas por esse grupo social para continuar a exercer sua forma de usar o território.

Unidade de Conservação ou Território tradicional: o processo de expulsão pelo Estado dos caiçaras da Juréia

AUTORES/AS: AUGUSTO DE ARRUDA POSTIGO

A hoje conhecida Estação Ecológica da Juréia no litoral paulista foi criada com o objetivo de preservar um dos mais importantes remanescentes de mata atlântica do litoral brasileiro. Trata-se de uma das grandes vitórias de uma parcela importante do movimento ambientalista paulista. No entanto, essa região é ocupada por povos tradicionais, caiçaras, há pelo menos duzentos anos. A sobreposição de um projeto ambientalista ao território tradicional, que culminou na criação de uma unidade de conservação de natureza contrária à presença humana, e de outros projetos ao longo da história (até um projeto militar de implantação de usina nuclear), criminalizaram e colocaram desafios para a territorialidade praticada por caiçaras e mesmo em risco sua própria existência como grupo e modo de vida. A apresentação tratará de aspectos do processo de expulsão dos caiçaras da Juréia de seu território baseado na experiência e atividades de um grupo de pesquisadores que trabalha em parceria com a União dos Moradores da Juréia.

COORDENADOR/A: ANDRÉA DE SOUZA LOBO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

PARTICIPANTE: CARLA COSTA TEIXEIRA (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UNB), SÉRGIO RICARDO RODRIGUES CASTILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - DEPTO SOCIOLOGIA), GUSTAVO BLAZQUEZ (CONICET/ UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA)

Há cerca de 40 anos Laura Nader convidava os antropólogos a contribuir para a compreensão dos processos por meio dos quais o poder e a responsabilidade são exercidos em suas sociedades. Desde então muito se avançou na produção de etnografias sobre media, laboratórios, burocracias – só para citar alguns universos empíricos incorporados pela disciplina. As ferramentas conceituais e estratégias metodológicas também se transformaram em face ao desafio de lidar com contextos tão distintos daqueles que estiveram nas origens da antropologia, bem como com indagações pautadas em momentos históricos que traziam outras inquietações teóricas, éticas e políticas. Integrando um conjunto de atividades acadêmicas que reconhecem a relevância deste convite para a antropologia em suas diferentes inserções nacionais, a ambição dos integrantes desta Mesa é refletir sobre seus desdobramentos tomando como ponto de partida as pesquisas sobre interações, instâncias, valores e dispositivos que constituem a vitalidade do tecido político em nossas sociedades.

Juventudes das elites: Noite, amizade e música na Argentina

AUTORES/AS: GUSTAVO BLAZQUEZ

El análisis de las formas en que las acciones de ciertos sujetos afectan asimétricamente las acciones de otros sujetos propuesto por Nader no puede desentenderse del análisis de la gubernamentalidad (Foucault, 1999). ¿Cómo se gobiernan quienes gobiernan? ¿Cuáles son las rutinas y fuerzas que forman a esos sujetos? ¿Qué subjetividades se producen en esos procesos? Para desarrollar algunas de esas cuestiones abordaremos prácticas asociadas con el descontrol, el éxtasis, la fiesta, la noche y la juventud de las elites locales. Antes que centrarnos en dispositivos burocráticos estatales o la organización empresarial de grandes compañías multinacionales, espacios privilegiados por la perspectiva de Nader, nos dedicaremos al análisis de formas de diversión nocturna y aphrodisia. Específicamente me valdré de una etnografía realizada en la ciudad de Córdoba, Argentina, entre jóvenes que producían y consumían música electrónica o dance. ¿De qué manera jóvenes de las elites, quienes por su posición “up” aparecían predestinados a convertirse en gobernantes, se gobernaban a sí mismos? ¿Qué ocurría con el erotismo y la sexualidad tan fuertemente asociados con la formación del sujeto y, en especial, con la juventud?

La intención es polinizar Studying Up con una teoría del poder de cuño foucaultiano y problematizar la dinámica de las relaciones up/down a partir del erotismo y la sexualidad como fuerzas capaces de generar diferencias.

Os “marqueteiros” e seus desafios para uma antropologia das elites políticas

AUTORES/AS: SÉRGIO RICARDO RODRIGUES CASTILHO

O artigo pretende discutir alguns desafios para uma antropologia das elites políticas e de Estado desde o material de pesquisa obtido entre os consultores e especialistas em “marketing político”. Num primeiro momento procuro sintetizar algumas razões e desafios para uma antropologia “up”. Isso é feito a partir das contribuições de Nader (1972 e 1997), mas são lembradas também uma série de estratégias de pesquisas recentes que dão novas potencialidades à etnografia. Num segundo momento sugiro que cabe a uma antropologia da política um investimento maior naquilo que chamarei, para efeitos de uma primeira abordagem, de ‘a grande

política’ - instituições e grupos que estão por assim, dizer, no topo das estruturas do poder político contemporâneo, como o Estado, suas agências e agentes, os meios de comunicação à distância e a reconfiguração do “social” e do “político” que eles trazem (inclusive com o surgimento de novos e importante especialistas na gestão da “opinião pública” e da “imagem” dos homens públicos), os grupos de lobby empresarial e sindical, os loci urbanos e as grandes cidades, etc. O acesso ao universo dos “marqueteiros” permitiu um melhor entendimento de uma importante forma de atuação de algumas elites contemporâneas: estas procuram influenciar e (re)definir processos e fronteiras de forma a justificar a eficácia das próprias ações. É o caso, que irei explorar, da teoria e prática dos componentes do comportamento eleitoral.

Pesquisa como função de estado? Notas iniciais sobre burocracia e ciência

AUTORES/AS: CARLA COSTA TEIXEIRA

Esta apresentação objetiva sistematizar seis meses da pesquisa etnográfica, ainda em curso, sobre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Como seu título expressa, trata-se de uma instituição que tem na realização de pesquisas de excelência vocacionadas para as ações de governo (políticas públicas, planejamento e desenvolvimento) sua razão de ser. Contudo, essa vocação da pesquisa como função de estado não se realiza sem tensões. A ambição aqui é explorar, por um lado, os sentidos de semelhante inserção institucional para aqueles que a encarnam e, por outro, abordá-la como uma instituição que não apenas é um instrumento de governo mas, sobretudo, é constitutiva do poder simbólico dos processos estatais em ação. Consiste, portanto, num esforço de contribuir para a compreensão desse universo etnográfico particular, mas também levantar boas questões para pensar as relações entre o ofício da pesquisa científica e o da administração de governo.

031 TRADIÇÕES DE CONHECIMENTO, PROCESSOS POLÍTICOS E CONSTRUÇÕES COSMOLÓGICAS: REFLEXÕES A PARTIR DOS CASOS PANKARARU, GUARANI E UITOTO

COORDENADOR/A: EDMUNDO MARCELO MENDES PEREIRA (DAN/CCHLA/UFRN)

DEBATEDOR/A: JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

PARTICIPANTE: FÁBIO MURA (UFPB), CLÁUDIA MURA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS), JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Nos estudos etnológicos contemporâneos vêm se ampliando os usos analíticos e etnográficos de noções como cosmologia, antes, sobretudo, manejada por tradições estrutural-funcionalistas e estruturalistas (Goody 2010). Seguindo principalmente as sugestões de Barth (1987), a presente mesa procura reunir estudos que tenham cosmologia como uma de suas questões motoras a partir de uma prática investigativa alternativa que tem gerado rendimentos tanto na Melanésia quanto nas Américas do Norte e do Sul, buscando-se, assim, ampliar e diversificar o debate sobre o tema. Buscando dar continuidade a investimentos anteriores, apresentam-se etnografias relativas a três distintos contextos indígenas, centradas sobre a organização social de fluxos culturais em tradições de conhecimento e sobre a relevância dos aspectos políticos na geração, organização e administração das relações cosmológicas. O intuito é tanto de apreender estratégias de uso dos repertórios cosmológicos, quanto, partindo das reflexões indígenas, compreender o Cosmo como constituindo uma grande arena política onde se estabelecem relações de força entre seres humanos e não-humanos, se planejam estratégias e se busca orientar o destino da vida e do universo. Em ambas as dimensões investigativas, os processos sociais produzem contínua variação de formas sociais e culturais, permitindo configurações e reconfigurações de quadros morais e a administração e orientação de experiências individuais e coletivas.

O Cosmo e os Troncos: processos políticos e tradição de conhecimento entre os Pankararu

AUTORES/AS: CLAUDIA MURA

O trabalho se concentra na análise dos princípios que norteiam a elaboração da tradição de conhecimento Pankararu e dos aspectos políticos a esta atrelados. Desde uma perspectiva teórica processualista, serão analisadas as variações entre as articulações das múltiplas entidades que compõem o Cosmo Pankararu, realizadas por indivíduos, grupos familiares e grupos rituais diversamente posicionados na configuração social e política em contínua tensão e movimento. Serão relevados alguns processos históricos que marcaram o contexto experiencial do grupo, bem como os específicos elementos da organização social e política dos índios, cuja análise permite compreender o que viabiliza as variações e as formas de gerenciar o conhecimento no esforço de repartir competências entre diversos grupos étnicos e entre grupos rituais do próprio grupo étnico.

032 “RELIGIÃO HOJE, OUTRAS LEITURAS, OUTRAS IDEIAS...”: HOMENAGEM A ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI

COORDENADOR/A: LÉA FREITAS PEREZ (UFMG)

PARTICIPANTE: FÁTIMA REGINA GOMES TAVARES (UFBA), MARCELO AYRES CAMURÇA LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA), FRANCESCA MARIA NICOLETTA BASSI ARCAND (UFBA)

Esta proposta de mesa redonda objetiva prestar uma homenagem a um dos mais importantes sociólogos da religião do Brasil, Flávio Pierucci, falecido em 2012, não falando de seu trabalho, mas recuperando algumas de suas ideias geniais. Em 28 de outubro de 2008 aconteceu no 32º Encontro Anual da ANPOCS, por iniciativa de Flávio, a mesa redonda “Religião hoje, outras leituras, outras ideias: Derrida, Vattimo, Habermas”, cujo espírito era o de ir além de nossas estreitas fronteiras disciplinares e acolher como quem chega de fora um autor cujo pensamento põe em ação dispositivos conceituais distintos do nosso próprio movimento de pensar. Dela participaram Joanildo Burity, Paula Montero e Léa Freitas Perez. A mesa que agora propomos, com a participação de Fátima Tavares (UFBA), Marcelo Camurça (UFJF), Renata Menezes (Museu Nacional), sob a coordenação de Léa Freitas Perez (UFMG), visa partilhar com o público antropológico as possibilidades de diálogo entre a antropologia e a sociologia da religião e outros campos disciplinares, apresentando cada um dos membros da banca um autor de fora de seu campo disciplinar, tal como proposto por Flávio. Serão tratados os seguintes autores: o romancista Érico Veríssimo, o medievalista Jean-Claude Schmitt e o filósofo Gilles Deleuze

O campo religioso brasileiro na obra “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo

AUTORES/AS: MARCELO AYRES CAMURÇA LIMA

Ao longo do romance “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo podemos encontrar no período da saga da família Terra-Cambará que recobre do ano 1745 até 1945 referências a personagens, grupos, movimentos e situações religiosas.

Observa-se dentro da narrativa do romance as diversas modalidades históricas pelas quais a dimensão religiosa se plasmou na sociedade brasileira.

A intenção deste trabalho é detectar inserções das religiões: católica, protestante, espírita e afro-brasileiras e suas características sociais, culturais e simbólicas manifestadas dentro do romance.

Coordenador/a: Miriam Pillar Grossi (Universidade Federal de Santa Catarina)

Debatedor/a: Assumpta Sabuco Cantó (Universidad de Sevilla)

Participante: Eric Fassin (Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis), Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL), Richard Parker (Columbia University)

A Mesa Redonda propõe uma reflexão sobre o campo de estudos da sexualidade no mundo contemporâneo, à partir da experiência acadêmica e política em diferentes contextos nacionais e internacionais de seus participantes.

Política pura, política impura: interseccionalidade academia / movimentos sociais / mídia / política”

AUTORES/AS: MIGUEL VALE DE ALMEIDA

Nesta intervenção procuro analisar reflexivamente as articulações - ora virtuosas ora contraditórias - entre a produção académica na área do género e sexualidade, a participação nos movimentos sociais feminista e lgbt, a intervenção na mídia, e a participação na política partidária e órgãos de soberania (legislativo). Diferentes epistemologias se confrontam, criando desafios éticos e desafiando o que, recorrendo a uma metáfora antropológica clássica, se poderia qualificar como uma oposição entre “pureza” e “poluição”. Três exemplos, relativos a Portugal (mas também à União Europeia), serão abordados: a despenalização do aborto, o casamento igualitário, e a identidade de género.

Same-Sex Marriage in France and the Politics of Nation and Race

AUTORES/AS: ERIC FASSIN

Same-sex marriage has become a vibrant issue, not only in Europe and North America, but also in South America. However, the politics vary depending on national contexts. In fact, marriage and family are ways to speak about the nation. In France, for example, the debate is not so much about marriage itself; it focuses on “filiation” – a juridical term that defines belonging in the nation as well as the family. The resurgence of an allegedly “natural” definition of filiation coincides with the political rise of jus sanguinis opposed to migrants and their children. Beyond conservatives, this racialization of the nation is echoed in various interpretations of the different positions in the debate: if equal rights are about “us,” many argue that homophobia is about “them”, that it belongs to the culture of migrants and Muslims. Race and nation thus play on both sides of the battle for and against sexual democracy.

Sexualidades, Interseções e Políticas

AUTORES/AS: RICHARD PARKER

Esta apresentação examinará a articulação de quatro campos que vem influenciando pesquisas e análises sobre sexualidade e política ao longo das últimas décadas: (1)

os movimentos feminista e LGBT; (2) as respostas frente a epidemia do HIV e da AIDS; (3) a mudança de paradigmas entre o controle da população e a saúde e os direitos reprodutivos; e (4) a evolução de um novo conceito de direitos sexuais dentro do campo mais amplo dos direitos humanos. O objetivo principal será de analisar a maneira em que cada um destes campos tem contribuído para a construção teórica de pesquisas sobre sexualidade, e para os esforços de transformar teoria em ação sobre a intersecção de sexualidade e política.

GRUPOS DE TRABALHO



COORDENADORES: MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS ALBUQUERQUE (UERJ), JOÃO MARTINHO BRAGA DE MENDONÇA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA)

DEBATEDOR/A: RAFAEL VICTORINO DEVOS, JOSÉ DA SILVA RIBEIRO, FERNANDA RECHENBERG

Esse GT se propõe a reunir trabalhos que discutam questões éticas, estéticas, políticas e de linguagem no que diz respeito à formação, organização e disponibilização de acervos imagéticos e sonoros. Tem se desenvolvido uma ampla sensibilidade no meio acadêmico com relação à memória institucional da disciplina (antropologia) como também acerca do relacionamento junto aos grupos com os quais o antropólogo realiza seu trabalho, muitos dos quais já em condições de acesso à rede mundial de computadores. Temas como ações políticas, culturais, educacionais e mesmo de autonomia econômica apresentam-se como espaço dialógico e reflexivo juntos a esses grupos. São bem vindos trabalhos sobre antropologia visual, ética de abordagem com imagens, ratriação de imagens e sons como objetos compartilhados, produção e organização de acervos imagéticos e sonoros, memórias coletivas, trabalhos focados em construção de hipermídias, uso da internet em trabalho de campo, museus nativos e/ou virtuais bem como outras formas não tradicionais de disponibilização desse tipo de acervo.

A arte de tornar o efêmero presente: reflexões sobre registros sonoros e imagéticos das festas brasileiras

AUTORA: LILIAN SAGIO CEZAR

A presente comunicação assume o formato de ensaio em que a autora busca articular discussões sobre a importância da produção do cinema de realidade, também denominado filme de não-ficção ou documentário, para a realização de pesquisas sobre as mais diversas festas brasileiras. Apreendidas como folclore, cultura popular, festa popular, manifestações populares, festas afro-descendentes, festas afro-ameríndias e, mais recentemente, reconhecidas como patrimônio cultural de natureza imaterial as pesquisas sobre a temática das festas constituíram palco das mais ferrenhas disputas acadêmicas, políticas e econômicas. Nesse panorama o uso exacerbado de categorias moveáveis e o agenciamento financeiro e político dos grupos de festeiros empurraram à própria sorte aqueles que deveriam ser valorizados pelos conhecimentos e práticas constituintes das ações rituais e comunicativas presentes na efemeridade das festas. Retomando as discussões sobre a importância dos registros imagéticos das Congadas e Reisados realizados por Luis Saia e Dina Dreyfus Lévi-Strauss (fomentada por Mário de Andrade) e dos registros sonoros do jongo realizados por Stanley J. Stein em Vassouras (1949), busco refletir sobre o papel do registro imagético e sonoro para a produção de conhecimento sobre festas, questionando se esses registros de algum modo não tangenciaram e resistiram à ressemantização conceitual e ao emprego de palavras-chaves que pautaram o desenvolvimento das pesquisas sobre festas. Busco também analisar o papel desempenhado pelos arquivos que resguardaram e disponibilizaram esses registros para a realização de novas pesquisas no presente.

A criação do Acervo Imagético e Sonoro do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo/UFPA

AUTOR: ALESSANDRO RICARDO PINTO CAMPOS

O acervo da Reserva Técnica do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo - LAANF/UFPA - é uma imensa coleção formada por objetos que foram coletados durante pesquisas realizadas por antropólogos desta instituição, a partir da década de 1960. A formação deste acervo se confunde com a formação da

própria Antropologia na Universidade Federal do Pará. Estas peças compõem três coleções etnográficas distintas: Etnologia Indígena, com 721 peças; Populações Interioranas com 152 peças e População Urbana/Cultos Afro-Brasileiros com 629 peças. Soma-se a este vasto acervo, ainda, diários de pesquisa de campo, material audiovisual, negativos, tapes e cassetes de gravação, além de lentes, tripés e da câmera fotográfica Rolleiflex usados por Arthur Napoleão Figueiredo em suas pesquisas, sendo considerado um dos pioneiros no uso da fotografia no campo da Antropologia na região. Entre os coletores estão Eduardo Galvão, Protássio Friel, Camillo Vianna, Anaíza Vergolino e Arthur Napoleão Figueiredo, que é o grande idealizador da reserva e do próprio laboratório. Durante décadas depositadas na referida reserva e com acesso restrito, tais peças de incalculável valor simbólico e cultural necessitam de tratamento e de preocupação com um acesso mais amplo, tanto para pesquisadores, público em geral como para os grupos que produziram, utilizaram e deram (dão) significado a elas. Para tanto, acredito que a produção de um acervo imagético e sonoro da Reserva Técnica do LAANF seja a ferramenta necessária. Este artigo trata das pesquisas, coleta e formação desta reserva técnica na década de 1960, bem como das discussões metodológicas, éticas e políticas para a formação deste em um acervo imagético e sonoro e sua disponibilização em um museu virtual.

Arquivo em supervivência: montagem e constelações poéticas de imagens

AUTORA: FABIANA BRUNO

Esta comunicação reúne estudos e, sobretudo, interrogações acerca de um arquivo de imagens, a partir do reconhecimento de seu território, atmosfera de sentidos e saberes constituídos, essencialmente, numa perspectiva de abordagem antropológica e, exploração heurística e poética. O trabalho tem aporte em recentes contribuições de autores acerca do pensamento e/o conhecimento por imagem e os desdobramentos nas relações com a memória.

Resultado de um pós-doutoramento, desenvolvido pela ECA-USP (Fapesp), o ensaio a ser apresentado consolidou-se, tendo como compromisso, a realização de estudo de um arquivo fotográfico produzido pelo antropólogo e epistemólogo da comunicação, Etienne Samain. No verão de 2012, quando os movimentos exploratórios para a constituição desta pesquisa confrontaram-se com o momento

de conhecer o objeto de estudo, o arquivo fotográfico dos Kamayurá, Alto Xingu, completava o seu 36º aniversário de vida e, ao mesmo, tempo de clausura.

O arquivo esteve fechado, durante quase quatro décadas, e quando revisitado, o foi, por duplos olhares, quais sejam: o olhar da pesquisadora e do produtor do arquivo, Etienne Samain. Nesta direção, traçamos um percurso de pesquisa, por meio da construção de um mecanismo original de trabalho, que contou, durante a etapa de reconhecimento do arquivo, com a participação de seu produtor.

Passado o tempo do reconhecimento, um período marcado pelo desafio, a pesquisa seguiu para um outro território, um campo minado de perguntas, interjeições e do “arder” das imagens, a nos provocar com seus silêncios e andanças, em suas dimensões dúbias, ora dentro do arquivo, ora fora do mundo; ora dentro do mundo, ora aprisionadas no arquivo, nas suas poeiras e camadas de tempo e solidão. Era o momento de buscar respostas. Aqui, a pesquisa, enriquecida pela contribuição do produtor do arquivo, retorna para o campo de pensamento e trabalho de montagem das imagens numa perspectiva da poética.

A montagem dos resultados finais, procura expor e refletir sobre os passos de uma experiência metodológica que levaram à formação de sete séries (32 fotografias e sete duplas coleções de textos) partindo das cerca de 500 fotografias do arquivo Kamayurá e, estabelecer uma alusão poética às arqueologias do arquivo, na articulação dos saberes configurados pela palavra escrita e pela imagem, e na inspiração translatória do universo da cartografia celeste que apresenta as séries de imagens como constelações de um arquivo.

Caso Vladimir Herzog: Um debate sobre memória e simbolismo

AUTORA: BÁRBARA ROSSIN COSTA

A memória coletiva desempenha o importante papel de manter viva a coesão social, esse sentimento de adesão afetiva a um determinado grupo. Monumentos, símbolos, patrimônios arquitetônicos, datas e personagens históricos são alguns dos pontos de referência que estruturam nossa memória e a insere dentro de uma memória comum.

Ironicamente, a memória não seria possível sem o esquecimento. Não podemos guardar todas as experiências e registros vividos durante o dia com exatidão. Para tornar essa tarefa executável, precisamos esquecer alguns fatos e generalizar tantos

outros para que uma memória possa ser construída. Entretanto, tal processo suscita uma pergunta: como selecionamos aquilo que deverá ser perpetuado? Autores mais contemporâneos, como Foucault e Pollak, nos atentam para o fato de que alguns processos e atores serão os grandes responsáveis pela formalização e constituição de uma memória coletiva.

A partir de reportagens jornalísticas, cartazes, documentos e uma bibliografia sobre o assunto, tentarei demonstrar como os símbolos possuem papel fundamental na construção de uma memória coletiva, ao fazer com que as consciências particulares possam se fundir em um ponto comum. Tomando como ponto de partida uma nova noção de memória coletiva, institucionalmente proposta pela Comissão Nacional da Verdade, realizarei uma breve análise de como o símbolo de Vladimir Herzog contribuiu para a edificação de um novo modo de olhar o passado e a história.

Morto em 25 de Outubro de 1975, Vladimir Herzog renasceria sob a forma de um símbolo. A imagem de seu corpo frágil, enforcado por um cinto, transformar-se-ia em um emblema, capaz de expressar os ideais de democracia, justiça e liberdade para toda uma coletividade. Por meio de sua imagem, os sentimentos de insatisfação para com o regime militar, experimentados nas consciências privadas, puderam ser externalizados e condensados em uma unidade sólida e comum a todos.

Contribuições imagéticas para a patrimonialização de bens intangíveis

AUTORA: CLÁUDIA TURRA MAGNI

Com o intuito de inventariar os chamados bens culturais de natureza ‘intangível’ ou ‘imaterial’ – que não podem ser tombados como os “de pedra e cal” -, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) difunde em todo o Brasil, desde 2003, os Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRC) - etapa preliminar de um processo dialógico com a sociedade organizada, que pode culminar em seu registro e salvaguarda. A assessoria em imagem a equipes interdisciplinares de universidades federais e elaboração de produtos visuais e audiovisuais (CD-ROMs, vídeos documentários, banners e caderno de divulgação) realizados entre 2004 e 2013 para três destes INRCs - Massacre de Porongos, Produção de Doces Tradicionais Pelotenses e Lidas Campeiras – é o

ponto de convergência deste artigo, que propõe discutir os desafios, as condições práticas e contribuições heurísticas da imagem nestas pesquisas. No relato e reflexão propostos buscaremos identificar os bens patrimoniais a que se referem os inventários e atualizar a situação em que se encontram junto ao IPHAN, para então problematizar a potência da imagem, suas contribuições, significados, usos, apropriações, reapropriações e circulações nesses processos de patrimonialização.

Entrevistando cientistas sociais: observações sobre a constituição de um acervo audiovisual

AUTOR: CELSO CORREA PINTO DE CASTRO

O objetivo da apresentação é fazer um balanço parcial de um projeto que envolveu, até o momento, cerca de 200 horas filmadas de entrevistas de história-de-vida com cientistas sociais brasileiros e de países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Desenvolvido desde 2008 na Escola de Ciências Sociais da FGV (CPDOC), o acervo documental produzido tem sido regularmente tornado público através da internet. Serão discutidas questões relacionadas à seleção dos entrevistados, a interferência do vídeo nas entrevistas e a edição e disponibilização das entrevistas.

Imagens que ardem: as fotografias de infância de travestis e transexuais

AUTORA: MARCELA ROBERTA GUIMARÃES VASCO

A imagem corporal que travestis e transexuais precisam sustentar para se afirmarem enquanto pertencentes a determinado gênero entra em conflito constante com relação a suas imagens passadas, das quais foi necessário se desvincular para que pudessem ser reconhecidas da maneira como se identificavam. A fotografia, que pode ser entendida pelo viés barthesiano enquanto o próprio real em estado passado, ou seja, enquanto o resquício de um referente que esteve, de fato, diante da objetiva, se torna, nesse contexto, exatamente a constatação do pertencimento a uma categoria de gênero da qual foi necessário superar através de uma transformação corporal marginalizada e, por diversas vezes, traumática. Didi-Huberman coloca que não se pode falar no contato entre a imagem e o real sem falar em uma espécie de incêndio e, portanto, de cinzas. No caso das fotografias de pessoas trans, muitas

vezes, a imagem passada do real se torna tão insustentável que é preciso mesmo abandoná-la ou, inclusive, queimá-la de fato, com a finalidade de legitimar o processo de transição ao qual o corpo já foi submetido. Nesse sentido, realizar uma pesquisa que procure explorar e compreender a relação desses indivíduos com seus retratos de infância nos coloca diante de algumas fotografias que muitas vezes não mais existem materialmente, ou seja, imagens que nos chegam apenas através da palavra. Dessa forma, procuramos, nesta comunicação, explorar a abordagem etnográfica da fotografia enquanto imagem mental para além de sua materialidade enquanto objeto, bem como problematizar os desdobramentos éticos relacionados a uma pesquisa sobre a memória de um passado que foi, em muitos casos literalmente, queimado e destruído; e, por fim, abordaremos a importância de se trabalhar texto e imagem de modo conjunto: a palavra, que é, no limite, uma imagem; e a imagem, que também pode ser entendida enquanto texto.

"Ilha da Devoção": um documentário etnográfico compartilhado

AUTOR: FERNANDO FIRMO LUCIANO

Este trabalho, de cunho etnográfico, procura relatar meu encontro com um grupo de ilhéus e seus próprios projetos de pesquisa. Na tentativa de realizar uma etnografia mais próxima dos interesses daqueles com quem decidi dedicar um tempo de minha vida, aceitei produzir um “documentário compartilhado” sobre uma festa religiosa local que mobiliza grande parte da ilha de Bom Jesus dos Passos, Baía de Todos os Santos, Bahia, conhecida na região como “Ilha da Devoção”. Minha intenção é narrar a construção dessa relação (de uma produção compartilhada, tendo como inspiração Jean Rouch), bem como, questões metodológicas, éticas e políticas que a perpassam.

Por isso, o sentido de “documentário etnográfico compartilhado” que reivindico no presente trabalho, guarda semelhanças com as experimentações etnográficas realizadas no continente africano por Jean Rouch, que instituiu a “antropologia compartilhada”, na qual o antropólogo, abre-se em relação aos sujeitos que compõe sua pesquisa, a ponto de desconstruir a ideia de autoridade etnográfica em função de uma intersubjetividade, de um mesmo plano de imanência, entre o antropólogo e os sujeitos que ele convive em seu trabalho de campo. Jean Rouch, antropólogo-cineasta, é fonte de inspiração para mim que sou antropólogo e

produzo documentários e tantos outros colegas na mesma pegada.

No caso da produção do vídeo documentário sobre os festejos religiosos da ilha de Bom Jesus dos Passos, partindo desta perspectiva, coloquei-me como um parceiro que poderia auxiliar na condução do projeto de gravar um vídeo, no intuito de reverter a má impressão deixada pelos colegas de pesquisa que passaram no local antes de mim. E neste contexto, “parceria” significou, mais do que um compartilhamento de dados no produto final de uma pesquisa: significou compartilhar o próprio processo de criação de uma etnografia visual. Das cenas registradas, passando pela montagem dos planos relevantes, a eleição das entrevistas e do que é mais significativo no conteúdo das mesmas, existe um processo coletivo de produção.

É importante ressaltar que este documentário etnográfico produzido coletivamente, tem um lado político importante. A devolução do material produzido, a organização de um banco de dados visuais e o documentário sobre a festa, são instrumentos (documentos) a serem utilizados para a reivindicação da reversão de passivos ambientais, devido a instalação de uma fonte poluidora próxima à ilha, em políticas e projetos voltados para a promoção cultural local. O principal objetivo com o documentário “Ilha da Devoção”, é criar uma verdade no cinema, que seja capaz de expressar uma identidade coletiva.

A Fotografia como porta de entrada: Relatos da religiosidade em Juazeiro do Norte CE

AUTOR: MARCELO EDUARDO LEITE, PROFESSOR ADJUNTO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, JUAZEIRO DO NORTE CE; CARLA ADELINA CRAVEIRO SILVA, MESTRANDA EM COMUNICAÇÃO, UNB, BRASÍLIA DF; LEYLIANNE ALVES VIEIRA, MESTRANDA EM COMUNICAÇÃO, UNB, BRASÍLIA DF.

O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados da pesquisa que desenvolvemos na cidade cearense de Juazeiro do Norte no ano de 2013. Nossa ação teve como objetivo dar visibilidade a saberes locais da população que vive na Rua Caminho do Horto, um espaço muito tradicional da cidade, no qual vários devotos de Padre Cícero residem. Essa rua leva a vários locais sagrados para os fiéis, já que é na Colina do Horto que ele iniciou sua pregação. Num primeiro momento, realizamos o levantamento das práticas religiosas por meio de contato com os residentes da rua, levantamento feito ao se percorrer o bairro conversando com

os moradores e fazendo anotações sobre tais eventos. Uma vez com esses dados em mãos, foram agendadas visitas nas quais o objetivo nosso foi fotografar as festas. Foram fotografados os seguintes eventos: Novena de Santa Clara (festejo realizado entre os dias de 02 e 11 de agosto, pela comunidade de Santa Clara); Encerramento da Pré-festa de Nossa Senhora das Dores (missa campal realizada em praça da localidade no dia 31 de agosto); Procissão de abertura da Romaria de Nossa Senhora das Dores (01 de setembro); e uma Renovação do Sagrado Coração de Jesus (realizada na casa de Dona Maria, no dia 11 de setembro, sendo que a mesma estava sendo realizada pelo 57º ano). Quando da realização das séries, os moradores, em conversas durante as manifestações, indicavam momentos com significativa relevância para eles, bem como se preocupavam em contar a história do local, por meio das informações levantadas naqueles instantes. Com o material em mãos, discutimos a respeito das imagens e seus conteúdos, cruzando com coisas ditas pelos participantes. Finalmente, com um conjunto de seis fotografias de cada uma das festas, foram feitas visitas às pessoas, nas quais realizamos foto-entrevistas. Sem nenhuma interferência elas relataram livremente a respeito dos rituais dos quais participaram. O referido material, imagem e depoimento, foi organizado e será apresentado em nossa exposição.

A fotografia como “lugar de memória” individual e coletiva dos familiares de vítimas de violência

AUTORA: ALINE GAMA DE ALMEIDA

O trabalho apresenta os resultados da pesquisa que analisou o uso da fotografia pelos familiares de vítimas do Rio de Janeiro entre os anos de 2009 e 2013. Através de entrevistas individuais e da observação participante, os familiares demonstraram que a fotografia constitui-se um importante “lugar de memória” (NORA, 1993). Trata-se de uma apropriação e de uma produção de imagens a partir da violência seguida de morte que buscam registrar e depois, continuamente, rememorar os casos das famílias que transformaram seu “luto em luta” seja por justiça pessoal ou ações coletivas.

Para analisá-las, Peixoto (2011), Samain (1998), Machado (1984), entre outros, propõem pensar o registro fotográfico, partindo do princípio de que a fotografia é também uma linguagem, como o texto escrito, mas é uma escrita que possui uma

relação particular com a realidade. Para Machado (1984), uma foto é uma prática material de uma ideologia dominante que não se limita ao plano abstrato das “idéias”, “concepções de mundo”, “senso comum” ou “sistemas de pensamento”. Parte-se, então, do pressuposto de que as fotografias apresentam uma construção social da violência para discutir:

- o porquê das fotografias publicadas nos jornais serem escolhidas para informar sobre os casos de violência;
- o papel de socialização e de construção da identidade no uso das camisetas com as fotografias dos entes pelos familiares;
- o paradoxo entre presença e ausência na relação dos familiares com as fotografias de seus entes;
- e, por fim, a questão da construção de uma “memória coletiva” e seletiva da violência.

O conteúdo dessas fotografias, assim como a linguagem do texto oral e escrito, retoma a questão sobre as zonas de silêncio e “não-ditos” da violência. A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, analisada por Das (2007), também se apresenta em imagens entre o visível e o invisível. Dessa forma, as fotografias das vítimas separam, como sugere Pollak (1989, p.9) “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”.

A negociação do segredo ritual nas Religiões Afro-Brasileiras em Alagoas e suas relações com a fotografia e outros meios de registro etnográfico

AUTORA: LARISSA YELENA CARVALHO FONTES

Tendo como ponto de partida um ensaio fotográfico onde registrei um ritual de iniciação no candomblé num terreiro auto-identificado como de nação Angola-Jeje-Mahin-Vodun-Daomé, realizado em 2011 em Maceió (AL) e tema de minha monografia de conclusão de curso, o objeto central desta pesquisa é o segredo como um fenômeno de negociação, algo menos relacionado a conteúdos do que um controle de acesso. Outro aspecto relacionado ao objeto de estudo situa-se no âmbito da representação do segredo nos terreiros e as barreiras encontradas no acesso a informações, cerimônias e rituais. Este estudo procura as relações do

segredo ritual com as diversas técnicas e meios de registro etnográfico na perspectiva das negociações tecidas entre pesquisadores e religiosos, principalmente no que tange aos processos de documentação e construção de acervos.

De um lado, o americano Paul Johnson afirma que a sabedoria que constitui os fundamentos do candomblé manteve-se em segredo até o Segundo Congresso Afro-Brasileiro em 1937, mas que agora não existem mais segredos; de outro lado, José Jorge de Carvalho diz que a força do segredo ainda existe e que esta, dá força a pessoa. Deste modo, esta pesquisa procura saber se é possível falar em uma reinvenção do segredo. Discussões no que envolve as relações de ética também são abordadas: de quem é o interesse na documentação dos ritos secretos? Como se dão os posicionamentos e questionamentos éticos dos antropólogos diante das possíveis publicações? Como se dá a relação dos registros feitos pelos próprios adeptos e suas freqüentes divulgações na internet?

O recorte empírico se dá a partir de um episódio específico de debate com os religiosos, onde uma polêmica em torno do trabalho foi levantada, gerando, primeiramente, discursos totalmente contrários a divulgação de imagens com conteúdos considerados secretos. Em seguida, uma iyalorixá pertencente à casa retradada frisou, em sua fala, que o registro havia sido feito com a autorização do orixá da casa, o que causou uma transformação dos discursos com base no domínio do sagrado, diante da permissão dos orixás, sendo enfatizado que “a vontade dos orixás não se discute”. A repercussão do trabalho na cidade de Maceió – AL, onde foi realizado, é, então, também abordada no trabalho para entender a representação do segredo para as comunidades locais.

Análise da recepção a filmes etnográficos produzidos por alunos da UFPR

AUTOR: PAULO RENATO GUÉRIOS

No segundo semestre de 2013, foi ofertada uma disciplina prática de produção de filmes etnográficos para alunos do curso de Ciências Sociais da UFPR. Ela foi antecedida por uma disciplina de reflexão metodológica sobre filmes etnográficos clássicos, e viabilizada após a aquisição de equipamentos de filmagem com recursos advindos de um edital interno de fomento ao ensino e à pesquisa. Como resultado, os alunos produziram 12 filmes junto a diferentes grupos da capital paranaense. Ao longo da pesquisa, cada grupo buscou obter autorização de seus

interlocutores para a divulgação dos filmes, cuja veiculação está prevista na TV UFPR e em página na internet ligada ao site do Departamento de Antropologia. A presente comunicação procura compreender como o aceite ou a recusa destes interlocutores em ter os filmes divulgados pode estar ligada, dentre outros motivos, à relação estabelecida ao longo da pesquisa entre cada grupo de alunos e as pessoas com as quais as pesquisas foram levadas a cabo. O emprego de metodologias mais participativas gerou respostas mais positivas aos produtos finais da pesquisa. Isto parece estar ligado seja à maior consonância de objetivos e interesses entre pesquisadores e interlocutores, seja à construção conjunta e progressiva de uma percepção de que o filme resultante se restringiria a tratar uma questão pontual. Ao contrário, a resposta aos filmes foi negativa nos casos em que havia uma expectativa de criação uma representação dos grupos ou indivíduos filmados – representações que, emprestando um termo de James Clifford, constituirão sempre “verdades parciais”. A análise comparativa dos projetos e do andamento do processo de pesquisa de cada equipe permite assim uma reflexão mais ampla sobre a relação entre os modos de construção de conhecimento e o julgamento dos produtos de uma pesquisa antropológica por parte dos interlocutores em campo.

Imagens invisíveis: “lugares de memória” e acervos fotográficos

AUTORA: IARA CECÍLIA PIMENTEL ROLIM

O Brasil teve sua imagem construída por meio de elementos iconográficos diversas vezes em períodos diferentes de sua história. Essas imagens captadas com técnicas variadas foram elaboradas por estrangeiros e brasileiros, ligados ao mundo das ciências ou das artes, amadores e profissionais, realizadas em ateliês, em estúdios, nas ruas, em instituições públicas ou privadas e em propriedades particulares, registrando desde a natureza até aspectos do cotidiano da sociedade. Desta maneira esse material acabou se configurando como “documento” e “memória” de momentos específicos de nossa história, ligados ou não à Antropologia. Este material também contribuiu para a formação de acervos imagéticos em museus, bibliotecas e arquivos no país e, em determinados casos, fora dele também. Em lugares como a França, Inglaterra e Estados Unidos, os acervos fotográficos que reconstroem a relação entre a Antropologia e a Fotografia e que consequentemente recontam a história da constituição da disciplina e do seu olhar para “outro”, estão

sendo cada vez mais retomados, organizados e analisados. Desde a década de 1980, algumas exposições foram realizadas baseadas em acervos fotográficos ligados à Antropologia e começaram a aparecer publicações que discutiam as relações entre essas áreas, reforçando a importância deste material como fonte de estudos.

No Brasil além do fato de que os trabalhos sobre imagens são poucos e os núcleos de Antropologia que investem em pesquisas sobre este tema são raros, as fotografias que aqui estão encontram-se dispersas em acervos desconhecidos e nem sempre organizados, pertencentes a particulares ou a instituições públicas e privadas, que raramente exploram seu conteúdo, o qual permanece ainda sem abertura sistemática e ordenada ao público. Outra parte dos acervos ou estão fora do país ou nem ao menos sabemos o seu destino. Desta maneira, incontáveis imagens permanecem invisíveis para os profissionais da área e para o grande público.

Diante deste quadro esta apresentação tem como objetivo discutir a relação entre a formação, organização e disponibilização de acervos imagéticos.

Mulheres Indígenas, imagens e redes de sociabilidade na Cidade.

AUTORA: CAMILA VASCONCELOS MENECHINI

O presente trabalho visa discutir a utilização de fotografia na pesquisa com mulheres indígenas que moram em Recife e Região Metropolitana. É através das fotografias clicadas por elas que o trabalho se ergue e com essas imagens almeja-se compreender as redes de sociabilidades que são construídas no espaço urbano. Esta pesquisa se baseia em Malinowski, Gregory Bateson e Margaret Mead, entre outros, e seus instrumentos para ponderar o uso das imagens como uma técnica de pesquisa. Para esses antropólogos as fotografias não são meramente ilustrações do que o pesquisador discute em seu texto, para eles a fotografia e texto são mutuamente importantes. Para Gregory Bateson e Margaret Mead o instrumento imagético é também um dos dispositivos principais de dados, os antropólogos fazem o uso da perspectiva do nativo ao fazer o registro fotográfico, antecipando atuais metodologias reflexivas. Partindo do princípio de que as fotografias presente no trabalho serão tiradas por essas mulheres serão elas as autoras do produto final? Este trabalho pretende apresentar algumas questões sobre a autoria e direitos das imagens na pesquisa no campo da Antropologia Visual.

Cumbuca.org.br, uma experiência antropológica?

AUTOR: OSWALDO GIOVANNINI JUNIOR

Na história da antropologia brasileira um dos temas fortes são os estudos de rituais e festas populares ou folclore (VILHENA, 1997). Registros audiovisuais foram usados desde folcloristas como Mário de Andrade nas Missões Folclóricas (MONTE-MÓR, 1995). O registro audiovisual e o colecionamento foi prática recorrente dentro do Movimento Folclórico Brasileiro, sendo uma de suas expressões mais fortes a criação dos Museus de Folclore.

Dos folcloristas aos etnógrafos e documentaristas atuais corre uma história que envolve ressonâncias (GRENBLATT, 1991) e poeticidades (ZUMTHOR, 2010), onde a atividade de registro, colecionamento e exposição é motivado pela documentação e por uma experiência estética.

A patrimonialização da cultura (FONSECA, 2009) intensificou o interesse pelo tema da cultura popular e ampliou a participação de camadas populares na produção e no consumo, horizontalizando o conhecimento. As novas mídias digitais permitiram o acesso aos produtos e aos meios de produção audiovisuais. Com a ampliação do acesso à internet coleções passaram a ser disponibilizadas através de museus virtuais, fazendo da hipermídia um meio de expressão de pesquisas etnográficas (ECKERT, 2004). Ações educativas, caras aos folcloristas e ao patrimônio, formaram parte do público desses museus.

Em 2010, em meio a esses processos de interfaces entre antropologia visual, etnografia, estudos de folclore, registro e formação de acervos e disponibilização digital, políticas públicas, patrimônio e educação surgiu o projeto www.cumbuca.org.br. Realiza microdocumentários sobre cultura popular e folclore formando um acervo digital inspirando-se na ideia de um museu virtual do folclore e da cultura popular. Nasceu no âmbito de um coletivo formado por antropólogo, artistas e estudantes, inspirado na antropologia brasileira mas fora do meio acadêmico e apoiado por Leis de Incentivo, a meio caminho da experiência artística e da reflexão científica. Utilizando ferramentas gratuitas, como blogs, flogs e rede social, foge dos altos custos dos sites mais complexos e permite uma interface com o público (pesquisadores, professores, estudantes e comunidades populares alvo de pesquisas e registros). Produz suas pesquisas e seus documentos hipermidiáticos (texto, foto, áudio e vídeo) num livre diálogo com a etnografia e com a estética

audiovisual, produzindo registros e edições coletivas e colaborativas à distância através da internet.

O presente ensaio procura avaliar criticamente estes anos de produção e realização do acervo com a finalidade de repensar sua prática para uma possível reorientação para um fazer mais etnográfico no âmbito acadêmico sem perder sua liberdade criativa e de interdisciplinaridade e horizontalidade dentro das quais foi concebido.

Global African Hair

AUTORES/AS: ANGELA FIGUEIREDO

Global African Hair é o título da exposição concebida para demonstrar múltiplas formas, estilos e significados atribuídos aos cabelos crespos na África e na diáspora africana realizada em Salvador em 2011. Como símbolo afirmativo da negritude nos anos 60, o cabelo crespo vem sendo instrumento de intervenção nos mais variados contextos. O cabelo crespo sempre fez parte da imagética das representações raciais, sendo imprescindível na construção dos estereótipos. Por esse e outros motivos é que historicamente os negros vêm sendo vitimizados no mercado da aparência ou no mundo da beleza, uma esfera marcada de modo contínuo pela construção de estereótipos negativos associados aos fenótipos negros, considerados feios, principalmente nos contextos em que há fortes e significativas desigualdades étnico-raciais. A escolha do cabelo para a construção da exposição fotográfica resulta do reconhecimento de seu papel na instituição de critérios para a identificação da cor no Brasil, consequentemente, do binômio rejeição/afirmação que acompanha os processos identitários. Diante do exposto, pretendo nesta comunicação refletir sobre o cabelo e a conexão Brasil África a partir da curadoria da mostra Global African Hair e procuro relatar com base na análise do material utilizado – fotos, textos de música, poemas e imagens em movimento –, na exposição propriamente dita e da sua recepção fundamentada em duas perspectivas teóricas de destaque: a Antropologia Visual e a Teoria da Recepção.

Memória indígena e indigenista: refletindo sobre o processo de organização, salvaguarda e disponibilização do acervo do Cimi/Nordeste

AUTORA: LARA ERENDIRA ALMEIDA DE ANDRADE, MANUELA SCHILLACI

Este trabalho reflete sobre um conjunto de ações que estão sendo desenvolvidas para a organização, salvaguarda e disponibilização de um dos mais importantes acervos sobre a questão indígena no Nordeste brasileiro: o acervo do Conselho Indigenista Missionário/Nordeste. A instituição conta com uma série de tipos de materiais, entre os quais: audiovisual, sonoro, hemerológico, documental, fotográfico, de objetos, iconográfico e bibliográfico. Este acervo contém material único que retrata os últimos 40 anos de memória dos povos indígenas, a história do movimento indígena e do indigenismo na região. Além disso, reflete a intensa atuação da instituição junto aos povos de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, norte da Bahia e Paraíba. A primeira atividade desta ação foi iniciada no ano de 2013 com o processo de digitalização do acervo audiovisual e sonoro. O conteúdo conta com uma parte do material editado e divulgado, enquanto, a outra parte é constituída por registros brutos e portanto únicos. O acervo sonoro tem o material mais antigo, parte significativa é referente à segunda metade dos anos 1970, as primeiras peças datam de 1975, especificamente do processo de luta pela demarcação da T.I. Kiriri. Estas peças são anteriores a fundação do próprio regional Nordeste, cuja criação ocorreu em 1978. As gravações, por sua vez, foram geralmente realizadas pelos missionários do CIMI que, durante a atuação junto aos povos indígenas, registraram e documentaram momentos importantes do movimento indígena, como assembléias, encontros e mobilizações, a vida nas aldeias, festividades e rituais, depoimentos dos índios, lideranças e anciões; como também a história do indigenismo com registro de assembléias, missas e encontros de formação, dentre outros. Ainda no início de 2014 iniciou-se a catalogação do acervo fotográfico, são cerca de 7.500 peças, também produzidas pelos indigenistas, com significativos registros no período de 1978 aos anos 1990. Este conjunto de ações tem a finalidade de organização e salvaguarda, mas também traz como preocupação central a disponibilização do material para os povos que ele retrata. Destacamos os planos futuros de trabalho com: (1) estudantes da Licenciatura Intercultural/UFPE; (2) professores indígenas, constituindo suporte para pesquisas e produção de material escolar específico a ser utilizado nas escolas, como livros e produções

audiovisuais; e (3) iniciativas que já existem nestes povos de organização da memória (museus indígenas, casas da memória, coleções etc.). A preservação desta memória e dos processos sociais que levaram a formação deste acervo tem um sentido político porque envolve o tema da construção de sentido da História, pretende-se preservar e contar outra versão da História do Brasil, a do nordeste indígena e sua resistência.

Museus afro-digitais: educação, patrimônio, construção de identidades e etnicidades.

AUTORA: MARIA ALICE REZENDE GONÇALVES

O encontro entre as novas tecnologias da informação e da comunicação e as recentes políticas educacionais racializadas e de preservação do patrimônio imaterial em curso no Brasil tornam os experimentos dos museus afro-digitais oportunos e inovadores. A Lei nº 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996), tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no ensino básico e os tombamentos de manifestações culturais como patrimônios imateriais são ao mesmo tempo patrimônios nacionais e étnicos. Após dez anos de sua criação, a referida lei ainda carece de materiais didáticos para sua implementação. Em um contexto que enfatiza a perspectiva multicultural no espaço escolar, os museus afro-digitais surgem como experimentos coerentes como os novos parâmetros educacionais. Além da transmissão e construção do conhecimento, os museus digitais objetivam democratizar o acesso da informação e a preservação da memória afro-brasileira e africana, inaugurando novos processos de ensino-aprendizagem. Cabe destacar que a aprendizagem não é decorrente das linguagens digitais; portanto, há que se buscarem formas criativas e participativas para a construção, proposição e apresentação das coleções, dos arquivos e das exposições onde os afro-brasileiros sejam protagonistas de sua cultura, história e memória. Não há modelos a serem seguidos. Assim, esta comunicação tem como objetivo apresentar as potencialidades educativas e instrumentais dos museus afro-digitais num momento em que as políticas educacionais se voltam para os grupos étnicos brasileiros, estimulando o fortalecimento e surgimento de identidades como também a construção de etnicidades destacando os acertos e obstáculos encontrados na preservação da memória afro-brasileira por meio digital.

Refletindo a pesquisa audiovisual – a construção do acervo imagético do GT Indígena na UFPB

AUTORA: KELLY EMANUELLY DE OLIVEIRA

O presente trabalho visa refletir sobre a composição do acervo videográfico do Grupo de Trabalho Indígena do Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares da Universidade Federal da Paraíba (GT Indígena/Seampo/UFPB). O GT foi criado em 1997 e até 2003 produziu um rico material audiovisual, em grande parte bruto, sobre processos de mobilização indígenas na Paraíba e Pernambuco. Tal acervo vem sendo, atualmente, digitalizado no Laboratório de Audiovisual Arandu, pertencente ao Curso de Antropologia da UFPB. Tendo participado do início do GT Indígena e produzido coletivamente parte do material, como graduandos de Comunicação Social, revisitamos tais imagens e o processo de produção destas como pesquisadores que estabelecem um diálogo entre a memória etnográfica e acervo imagético. Para esta apresentação pretendemos refletir sobre tal experiência através de um olhar que contemple a reflexão sobre a produção audiovisual como meio não só de registro da memória, mas como elemento importante de interação e feedback nas comunidades. Nas imagens analisadas podemos perceber que tal exercício de pesquisa pode nos trazer elementos importantes para a reflexão sobre a produção de audiovisual sobre, com e/ou para os indígenas, que dialogam com a proposta de ampliação da utilização da imagem não só como instrumento de captação de dados, mas tendo o processo de produção de vídeos (desde os primeiros diálogos com os grupos pesquisados até sua montagem) como elemento da pesquisa antropológica.

Proponentes: Kelly Emanuely de Oliveira (pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB) e Fernando de Souza Barbosa Júnior (doutorando em Teoria e História dos Direitos Humanos pela Universidade de Florença - ITA)

Uma etnografia do acervo Mafuá: pintura e design popular no Brasil

AUTORA: SUIÁ OMIM ARRUDA DE CASTRO CHAVES

A pesquisa do fotógrafo carioca Edson Meirelles constitui um acervo de 20 mil slides (cromos) de “pinturas populares” produzidas em diversas cidades brasileiras.

O que o fotógrafo conceitua como "arte gráfica popular brasileira" constitui uma grande diversidade de pinturas feitas à mão – desenhos, letras, palavras, tipografias, grafismos abstratos ou figurativos – encontrados em estabelecimentos comerciais, carrocinhas de ambulante, painéis de circo e parques de diversão, etc. Mais do que construir uma extensa coleção iconográfica, o trabalho de pesquisa do fotógrafo possibilita a reflexão antropológica sobre uma ideia modernista de Brasil, investigando os limites da noção de arte popular e pensando sobre a criatividade, a agência e intencionalidade destas produções. Nesta comunicação, apresenta-se as coleções de pintura popular que compõem o Acervo Mafuá (a arte gráfica popular brasileira; a tipografia popular; a mitopoética do trem fantasma; a pintura mural), objetivando refletir sobre as escolhas conceituais do autor na documentação fotográfica de um “design popular brasileiro”.

COORDENADORAS: JANINE HELFST LEICHT COLLAÇO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS), RENATA MENASCHE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas)

DEBATEDOR/A: ANDREA SUGAI MORTOZA

O ato de comer é necessidade de primeira ordem, mas é também fato social, cultural e econômico. Apesar de inserida em rotina e aparente monotonia, ingerir alimentos nunca é ação neutra: reveste-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é também ato político e novas questões têm permeado as decisões de consumo alimentar, repercutindo em processos de produção e distribuição de alimentos, construindo novos mercados, gerando tendências culinárias, transformando produtos e embalagens, incorporando inovações tecnológicas, orientando políticas públicas. Temas críticos de nosso tempo estão, assim, evidenciados no consumo alimentar: comida é, entre outras coisas, meio ambiente, nostalgia, saúde, segurança alimentar. É nesse quadro e com o olhar dirigido às articulações entre alimentação, cultura e consumo, que este Grupo de Trabalho pretende conformar e estimular um espaço de debates.

“Fresh-Food”, um novo conceito de alimentação.

AUTORA: JULIANE MONTEIRO DE FIGUEIREDO GOMES

Esse é um trabalho final de uma disciplina de Alimentação e Cultura, que teve como proposta uma observação direta de comensais e análise do contexto em que estavam inseridos. Tomaram-se como local de observação dois restaurantes comerciais pertencentes a uma rede de alimentos naturais na cidade do Rio de Janeiro, que se propõe a trazer um tipo de serviço de alimentação que foi denominado de “fresh-food”. Este conceito foi importado da Europa, com o aparecimento de redes de alimentação que ofereciam uma refeição rápida, saudável e acessível para pessoas que tinham a necessidade de se alimentar fora de casa. Segundo Contreras (2005), a mundialização das trocas econômicas estendeu os repertórios da disponibilidade alimentar, e a mundialização das trocas culturais contribuiu para a evolução das culturas alimentares e, conseqüentemente, dos hábitos, preferências e repertórios, mediante um desenvolvimento mesclado das gastronomias. Apesar do termo “fresh-food” incorporar uma ideia de alimentação mais “natural”, este novo conceito não se desvinculou totalmente do antigo conceito fast-food, pois a proposta de oferecer uma comida mais dinâmica, rápida e fácil de comer em qualquer lugar é a mesma. Aparentemente, o tempo é um condicionante do mercado. Nesse sentido, o fast-food é um acontecimento civilizador e moderno. O indivíduo sai da casa para o público e anseia por liberdade do consumo. (FREITAS, 2008) Lambert (1997), explica que o aumento do nível de vida, associado ao desenvolvimento do salário, assim como a evolução do lugar e do papel das mulheres, mudou da produção doméstica alimentar para o sistema de mercado. Isso traduz a regressão do autoconsumo, a demanda crescente de produtos prontos para comer e o aumento da frequência a várias formas de recuperação. Assim mesmo, a individualização crescente dos modos de vida comporta certa desritualização das refeições, que se reforça pelas reduções das influências religiosas e morais. O convívio, associado às refeições, teve sua importância diminuída. As refeições estão mais diversificadas, de acordo com os contextos (lugares, momentos e convívio), e conseqüentemente aumentou o leque das expectativas relacionadas às características qualitativas dos produtos alimentares. A partir desta observação foi possível perceber que as estratégias de adaptação às pressões condicionantes da globalização eram diversificadas, como

em uma bricolagem alimentar, em que tanto as práticas como os termos fast-food e “natural” sofrem ressignificações, adaptando-se a contextos sociais como estratégia de convivência e de sobrevivência social. Há uma mistura de elementos na prática que possibilita a construção permanente de novos significados, em que a fronteira entre o “natural” e o fast-food é sutil e permeável. (CARVALHO, 2011)

As representações do comer saudável e suas traduções no cotidiano de mulheres que trabalham fora de casa

AUTORA: AMÉLIA CRISTINA STIVAL DUARTE

Este trabalho é resultado de reflexões decorrentes da pesquisa de mestrado ainda em andamento intitulada “As representações do comer saudável e suas traduções no cotidiano de mulheres que trabalham fora de casa”. A ideia que se propõe aqui é pensar como a rede complexa de representações sobre o comer saudável vai sendo traduzida no cotidiano de mulheres que trabalham fora de casa.

A pesquisa proposta esteve fundamentada no argumento que a mulher, agora inserida no mercado de trabalho, e dividida em uma dupla jornada que envolve os setores público e privado da sociedade, ainda é vista como detentora das escolhas alimentares da família. Ao mesmo tempo, ela é confrontada com as exigências de uma sociedade que impõe uma noção de saúde baseada na moderação alimentar e balizada em um padrão corporal que muitas vezes as conduz para situações extremas de controle alimentar.

Neste sentido, mesmo com a considerável conquista das mulheres no espaço social e econômico, algumas de suas escolhas ainda estão condicionadas à paradigmas e paradoxos envolvendo a nutrição e as questões do corpo. Se por um lado temos a alimentação como uma aliada à manutenção da saúde da família, principalmente dos filhos, por outro segue o discurso que permeia a prática da moderação e do controle alimentar voltado para as questões do corpo e da adequação aos padrões femininos “impostos” pela sociedade.

Assim, por mais que haja um o discurso médico/nutricional, que em alguns momentos se diverge, mas também acaba se tornando consensual, a rede complexa de símbolos envolvida no tema alimentação faz com que ele deslize para o cotidiano dessas mulheres de uma forma totalmente diferenciada, e é nesta direção que a pesquisa pretende seguir, ou seja, compreender como as mulheres

entendem a noção de alimentação saudável e como elas confrontam isso com o que é propagado pelo campo científico.

A metodologia proposta para este trabalho contempla uma etnografia baseada em entrevistas com mulheres que trabalham em uma Instituição Pública de Goiânia cujas atividades se voltam para o setor administrativo dos serviços e dividem a sua jornada diária com o trabalho e a vida doméstica.

O trabalho de campo será desenvolvido no período entre março e maio de 2014, e espera-se com os resultados obtidos por meio das entrevistas, entender como, em uma perspectiva de gênero, a mulher entende a noção de alimentação saudável e se há diferenciação do significado desse conceito quando ele é pensado coletivamente (família) e individualmente (alimentação própria).

Ativismo vegano e consumo político na cidade do Natal/RN

AUTOR: DIÉGO BRENO LEAL VILELA

Movido por princípios éticos e políticos baseado nos direitos animais, os veganos se recusam a consumir todo e qualquer produto de origem animal. Neste contexto, as escolhas de consumo adquirem grande centralidade na medida em que podem ser compreendidas como uma primeira forma de por em prática a política e a ética que os guiam. O objetivo deste trabalho é demonstrar a partir de uma experiência de pesquisa etnográfica com ativistas veganos na cidade do Natal-RN, como algumas das idéias centrais para o veganismo ganham forma e se materializam. Neste debate, a relação entre consumo, identidade e alimentação constitui chave analítica importante para refletir sobre esses sujeitos e suas práticas.

Criar, carnear e consumir porco de banha: um ato político de resistência na região polo agroindustrial de Chapecó – SC

AUTORA: DÉBORA VALLILO SIQUEIRA

A região Oeste de Santa Catarina é a maior produtora de carne suína do país com vendas no mercado interno e externo. É polo de centros de estudos e feiras de inovações tecnológicas. Desde a colonização por imigrantes europeus nas primeiras décadas do século XX, e mesmo antes dela com os brasileiros/caboclos que já residiam na área, fez-se parte de sua história, cultura e economia a criação de

porcos. Não é por menos que lá se originaram as maiores empresas do setor de carne suína e derivados do país (Sadia e Perdigão, atual BRF). Vale lembrar que hoje a região também é grande produtora de aves. A base da formação social e econômica da região é a agricultura familiar e as articulações entre os pequenos produtores e as grandes empresas agroindustriais são típicas e se dão através dos chamados sistemas de integração. Desde a década de 60, as pequenas unidades familiares e as grandes agroindústrias passaram a se integrar através do sistema de integração vertical, na qual os insumos e as orientações técnicas são fornecidos pelas grandes agroindústrias, que são as únicas compradoras dos suínos, acarretando um mercado oligopolizado. Uma das mudanças chave na modernização da suinocultura foi a substituição dos porcos que produziam muita banha por outros que produziam mais carne, passando esta a ser o principal produto das agroindústrias. Isso se deu através de importações de raças estrangeiras e de melhoramento genético, criando na região no decorrer dos anos seus próprios centros de pesquisas. No entanto, podemos questionar: a histórica e tradicional criação e consumo de porco crioulo está totalmente exaurida? E o consumo de banha não mais ocorre? A introdução do suíno que produz mais carne pelas grandes agroindústrias fez esgotar tais práticas? O porco crioulo foi extinto? A etnografia foi feita na cidade de Chapecó, Modelo, Pinhalzinho, Saltinho, Concórdia e Cordilheira Alta. Foram feitas entrevistas com diversos atores da região, desde professores universitários até pequenos proprietários, moradores da cidade e do campo, visitas em propriedades familiares e observação de abate de animais nas mesmas. Foi constatada a existência de pessoas que continuam criando e consumindo a carne e a banha dos porcos denominados crioulos/comuns/pretos/de banha. A pesquisa de campo evidencia que o consumo da carne e da banha desses animais expressa um ato político de resistência às carnes produzidas pelas grandes agroindústrias presentes na região, principalmente à Sadia. Não obstante, os modos de criar tais animais também são fatores de resistência na medida em que opera a manutenção das formas tradicionais de alimentá-los com verduras, legumes, lavagem e, por vezes, soro de leite, em oposição às rações com hormônios e o excesso de remédios ministrados aos animais.

Monitorando a alimentação em políticas de Segurança Alimentar e Nutricional em Maringá, Paraná – Brasil

AUTORA: STEFANY FERREIRA FENIMAN, MARIVÂNIA CONCEIÇÃO DE ARAUJO

Este trabalho pretende analisar a representação social em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de Maringá, Paraná, Brasil, com recorte para três políticas públicas implementadas no município: Restaurante Popular, Hortas Comunitárias e Banco de Alimentos. A SAN é um campo de estudo que vem ganhando cada vez mais relevância no país e no mundo, sobretudo neste ano de 2014, reconhecido como Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Revela-se um objeto de pesquisa frequente no universo da academia e tema de profundas discussões na sociedade civil e entre os movimentos sociais. Vem ainda recebendo grande atenção de gestões em esfera Federal, Estadual e Municipal. O Direito Humano à Alimentação Adequada orienta o Estado a garantir aos indivíduos seu acesso com qualidade, quantidade e de forma permanente. Nesta prerrogativa se inserem múltiplos significados, valores sociais e elementos simbólicos. Pautando-se, assim, por uma pesquisa qualitativa, as trajetórias, evoluções e características dos programas enfocados, somaram-se às indagações sobre qual é o público beneficiado? Qual é a representação que esses programas possuem a partir da visão dos beneficiários? E a partir da visão dos gestores, como tais programas vêm sendo geridos? Tal problemática converteu-se em objeto etnográfico da dissertação de mestrado em curso desta autora, como um fato social, cultural, econômico e político, abordado mediante base teórica que exercita seus conceitos em representação social, na antropologia do desenvolvimento, na antropologia da alimentação e ainda nos pressupostos referentes à Segurança Alimentar e Nutricional.

Novas Éticas de Consumo: o Caso do Slow Food no Brasil

AUTOR: DANIEL COELHO DE OLIVEIRA

O movimento social italiano denominado Slow Food se configura dentro de um conjunto de movimentos sociais que questionam a lógica do sistema agroalimentar capitalista. O estilo de vida slow food pode ser entendido como um conjunto de transformações no sistema agroalimentar contemporâneo. Entre este conjunto

de respostas, destaca-se o Comércio Justo, certificadoras de orgânicos, empresas certificadoras de produtos com qualidade diferenciada e a economia solidária. O Slow Food se propõe a ir contra o processo de racionalização e padronização alimentar, que busca a produtividade a qualquer custo, principalmente quando ela resulta na perda da naturalidade e do sabor do alimento. Neste sentido, seria a crítica ao sistema agroalimentar moderno que vem se concentrando nos aspectos da saúde, meio ambiente e justiça social e, após o Slow Food, inclui o prazer hedonista que tinha ficado em segundo plano? O próprio Slow Food que, em sua origem, concentra atenção no prazer alimentar, estaria se aproximando dos “velhos” movimentos, estaria se afastando da questão hedonista que era central na sua gênese? Com intuito de responder estas questões, o presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a constituição do Slow Food do Brasil.

O consumo de alimentos entre beneficiárias do Programa Bolsa Família no Rio de Janeiro

AUTORES: DENISE OLIVEIRA E SILVA | COAUTORES: MARIA RAQUEL PASSOS LIMA (PPGSA/IFCS/UFRJ); LILIANE PONTES (FIOCRUZ); DENISE BARROS (ENSP/FIOCRUZ)

O objetivo do trabalho é refletir sobre o consumo alimentar entre beneficiárias do Programa Bolsa Família como forma de contribuir para o debate sobre segurança alimentar e nutricional, conceito que embasa as políticas públicas de erradicação da fome e combate à pobreza no país, como o Plano Brasil Sem Miséria, que tem no Programa Bolsa Família uma de suas principais estratégias. A pesquisa de caráter qualitativo tem como foco mulheres residentes no conjunto habitacional de Vila Kennedy, bairro de Bangu, no Rio de Janeiro, que frequentam os equipamentos públicos de saúde da localidade como parte do cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa. Com base no acompanhamento das consultas oferecidas pelos profissionais de saúde às beneficiárias do programa e em entrevistas qualitativas em profundidade, este trabalho busca analisar as preferências alimentares, os critérios que baseiam as escolhas dos alimentos e as estratégias que constituem as práticas de consumo relacionadas ao comer, de modo a perceber de que modo a renda recebida se relaciona com a alimentação, influenciando a segurança alimentar nos contextos metropolitanos. Para alcançar esse objetivo,

exploramos determinados aspectos simbólicos e sociais mais amplos do universo no qual as beneficiárias estão inseridas, destacando dois em especial, a) a configuração familiar, as relações de parentesco e laços interpessoais que constituem potenciais redes de cooperação e troca, b) o arranjo ocupacional e atividades diversas que compõem o orçamento doméstico das famílias. Estes dois aspectos revelam significativas diferenças entre os perfis das beneficiárias e os contextos de aplicação destas políticas. Tais diferenças influenciam as formas pelas quais o benefício é percebido pelas mulheres, sendo centrais para os sentidos e valores específicos que o dinheiro assume, como também para as possibilidades materiais que criam enquanto recursos econômicos a serem trocados, calculados e mobilizados para fins específicos. Apoiados em teorias antropológicas sobre economia e consumo, em pesquisas etnográficas recentes sobre o Programa Bolsa Família, e nos dados qualitativos preliminares da pesquisa, o trabalho propõe discutir o conceito de segurança alimentar e nutricional através do prisma do consumo alimentar, analisando as relações entre alimentação e a renda proveniente do programa bolsa família entre populações de baixa renda nos contextos metropolitanos.

A comida nos rituais pomeranos: o caso de Santa Maria de Jetibá-ES

AUTORA: ADRIELE SCHMIDT, RITA DE CÁSSIA PEREIRA FARIAS

Os Pomeranos migraram para o Brasil a partir do ano de 1859, por dificuldades de sobrevivência em seu país de origem, a Extinta Pomerânia, localizada na costa sul do mar Báltico, no norte da Polônia e da Alemanha. Estes descendentes se espalharam pelo mundo, sendo que, no Brasil, um dos locais com maior presença pomerana é o Espírito Santo, onde mantém muitas de suas tradições. A comida pomerana é um importante marcador de identidade do grupo, que além de suprir as necessidades nutricionais, tem significações nas relações sociais, culturais e pessoais, estando diretamente relacionada com a existência do indivíduo na sociedade. Este trabalho objetiva abordar a comida pomerana nos rituais pomeranos, visando explorar a dinâmica pela qual estas tradições passaram nas últimas gerações. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa etnográfica e os dados foram coletados por meio da observação participante e conversas informais com membros de comunidades de descendentes residentes em Santa Maria de Jetibá-ES. Entre os pomeranos, a alimentação é parte fundamental

das festividades ligadas ao casamento, confirmação (crisma), batismo, festas da colheita, aniversários, velórios dentre outros. Estes rituais são constituídos de fartos banquetes, onde as comidas modernas se misturam às tradicionais, sendo repletas de significados para os pomeranos. Um exemplo é a noite do pé de galinha que antecede o casamento, em que é servido uma sopa feita com os pés e miúdos das galinhas. A preparação das comidas não seria possível sem a participação de amigos e vizinhos, que se reúnem em mutirões de voluntários para preparar os alimentos nos dias que antecedem a festa, além de se prontificarem para ajudar a servir a comida aos convidados, sempre com muita alegria e disposição. Na maioria das festividades é servido café colonial, almoço e/ou jantar. Fazem parte do café colonial o brote de milho com raízes raladas, bolo ladrão, biscoitos caseiros diversos e bolos diversificados, além do café puro ou com leite. No almoço e/ou jantar são tradicionalmente servidos, arroz, batata, sopa de macarrão, carne e arroz doce, além de outros alimentos que estão sendo inseridos nos últimos anos. Vale ressaltar que a batata ocupa um espaço especial na comida desse povo por ser o símbolo da “não fome” na Pomerânia, pois foi o alimento que lhes restava durante as guerras, sendo consumido em todas as ocasiões especiais até os dias atuais. Dentre as bebidas tradicionais, encontra-se o gengibier (cerveja de gengibre), feita por eles próprios. Nesse sentido, as refeições coletivas nos rituais pomeranos, além de outras significações, têm como função agregar os indivíduos ao grupo e evidenciar a sua cultura e identidade, mesmo com as mudanças decorrentes dos encontros culturais do mundo globalizado.

Antes da carne: sobre trabalhadores, animais e consumo em um frigorífico do interior paulista.

AUTORA: MIRIAM REBECA RODEGUERO STEFANUTO

A carne se configura como alimento central na dieta de incontáveis populações e culturas; simultaneamente ao aumento de renda, as pessoas passam a consumir maiores quantidades de proteína animal em detrimento do consumo de tubérculos e cereais. No mercado internacional ela alcança o posto das commodities com mais rápido crescimento dos últimos 50 anos e, no contexto brasileiro, o mercado interno é o maior consumidor da carne nacional. Paralelamente a esse cenário, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) classifica por meio de uma escala

crescente de 1 a 4 os ambientes mais perigosos para a saúde do trabalhador; o setor de frigoríficos se situa na faixa três, a segunda mais grave. O frenesi econômico e a perspectiva de crescimento estão presentes na maneira como os animais de abate são encarados: pedaços de carne capazes de gerar lucro; as preocupações de bem-estar animal são orientadas de forma a garantir a qualidade do produto e atenuar as aflições dos consumidores. No entanto, o que se sabe sobre o funcionamento de um frigorífico, a etapa mais próxima que antecede a carne? O que se sabe, de fato, sobre as relações entre os trabalhadores e as relações estabelecidas ou não entre eles e os animais? O que esta pesquisa propõe é apresentar um pouco daquilo que compõe o cenário da produção de carne: quais as relações, quais os processos e quais as implicações envolvidas na linha produtiva e que são subtraídas até o momento do consumo. Para tanto, é preciso considerar toda a linha de abate e os mecanismos industriais e simbólicos que a constituem, bem como seus atores presentes ali cotidianamente, tanto trabalhadores quanto animais, ambos essenciais para que o frigorífico funcione. A etnografia trouxe elementos importantes para pensar as funções desempenhadas pelos trabalhadores do frigorífico e como elas exercem influência sobre sua percepção sobre esses animais específicos – no caso, o frigorífico abate bovinos e suínos – e sobre o consumo desses mesmos animais. Nesse sentido, foram relatadas pelos trabalhadores diversas mudanças de percepção no que diz respeito à alimentação quando passaram a trabalhar no frigorífico, bem como diferenças em relação às noções de consumo mais gerais. É preciso considerar que os trabalhadores almoçam todos os dias no frigorífico a carne que eles próprios produziram em diferentes etapas do processo. Em suma, a pesquisa busca trazer principalmente as especificidades do consumo de carne para aqueles que a produzem.

Comida emblemática e seus cenários de consumo: simulacros, mercadorias e cozinha de tradição no turismo cultural da Cidade de Goiás

AUTOR: FILIPE AUGUSTO COUTO BARBOSA

A apresentação oral e o artigo aqui propostos resultarão da exposição compilada e resumida do relatório de pesquisa e das discussões teórico-metodológicas da dissertação de mestrado deste autor, a qual está em fase de ‘confeção’ e é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal

de Goiás. A pesquisa consiste em investigar o processo simbólico que converte o patrimônio alimentar em mercadoria de turismo cultural na Cidade de Goiás. Única paisagem da federação goiana consagrada pela UNESCO (2001) com o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, a ex-capital estadual constitui um grande ‘cenário de consumo’, no qual, elementos alegóricos da ‘vida colonial e rural’ são reproduzidos e apresentados ao turista sob a forma de mercadoria. Das ditas cozinha e cultura locais são destacados e reinventados certos ícones, que, tornados emblemas, ‘propagandeiam’ memórias tradicionalistas. Estes emblemas compõem ‘cenários’ que amarram a comida ao local da cultura, reforçando a ideologia da autenticidade diante da possibilidade de reprodutibilidade e deslocamento com a gastronomia e a globalização.

Para compreender esse fenômeno, valeu-se da metáfora entre os ambientes dedicados à comercialização de comida tradicionalista dita típica e a ideia de ‘cenário de consumo’, que se baseia no conceito de “simulacro” em Jean Baudrillard. A não encenação no cenário não é falsa, mas simulacro (pois reprodutível, ou, no caso, ‘restaurável’, segundo a política oficial de patrimonialização a inventar ‘cidades históricas’ – um exemplo é o fato de que o cidadão é proibido de alterar a ‘fachada colonial’ de sua residência, e mais, é obrigado a recompô-la nos moldes arquitetônicos ‘originais’), vive-se o símbolo pelo símbolo, a atualidade do passado enquanto patrimônio e valor simbólico-econômico, não o passado em si, ou delay da História. Destarte, cada cenário cristaliza fragmentos de discursos dominantes, traços imagéticos de culturas que se pretendem emblemáticas da tradição do lugar. Esse processo cria objetos e performances, inspirando imagens que são o seu próprio simulacro, em parte disponíveis para o consumo: desde a ambientação enquanto presença e visualidade (da arquitetura aos objetos decorativos), à comida ofertada com nostalgia (ou exotismo) e ao artesanato como souvenir.

Esta abordagem visa detectar padrões quanto à apresentação mercadológica do patrimônio alimentar nestes ‘cenários de consumo’. Observados os padrões para além da comida em si, o estudo detecta que os cenários são sua extensão, conformam a mercadoria em sua expressão tradicionalista, afirmam as identidades locais frente à modernidade capitalista e, portanto, sugerem as imagens que instituem a ‘comida emblemática’ da Cidade de Goiás.

O alimento enquanto tática e estratégia

AUTORA: BEATRICE CORRÊA DE OLIVEIRA GONÇALVES

Ao falar sobre as práticas cotidianas, De Certeau (1994) em “A Invenção do Cotidiano” considera como um dos campos privilegiados de estudo o cozinhar. Para o autor, preparar as refeições é uma maneira de fazer do tipo tática em que ao “fraco” é possível criar e dar golpes naquilo que foi estabelecido pelos “fortes”. Em contraposição à tática, De Certeau considera como estratégia o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Dessa forma, enquanto a estratégia tem um lugar próprio, a tática só se insinua e tem por lugar o do outro.

A partir desses dois conceitos, pretendo neste artigo refletir sobre dois alimentos: o mocotó, caldo feito de pé de boi e arroz produzido pelos moradores do Morro do Mocotó em Florianópolis, e a ostra, que foi introduzida no litoral catarinense em 1991 a partir da iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Enquanto no caso da ostra, é possível observar as estratégias para que o estado se torne referência no cultivo do molusco, no caso do mocotó, que começou a ser feito no Morro do Mocotó com restos de carne que eram descartados pelos açougues, é possível observar as táticas populares para produzir o prato e inclusive para transformá-lo em um símbolo do lugar, já que o nome do Morro é também o nome do prato.

O consumo dos sabores rurais pomeranos: turismo e patrimônio na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul

AUTOR: EVANDER ELOI KRONE, RENATA MENASCHE

Na segunda metade do século XIX, a Serra dos Tapes, no extremo sul do Rio Grande do Sul, recebeu, através de um empreendimento privado de colonização, grande contingente de imigrantes vindos da Pomerânia, região situada no norte do território atualmente constituído por Alemanha e Polônia. Assim, ali se estabeleceu um dos principais núcleos de colonização pomerana do Brasil. No entanto, ainda que grupo étnico numericamente majoritário, os pomeranos permaneceram, durante muito tempo, à margem da sociedade local, vivenciando um processo de subordinação e estigmatização, associado à sua condição étnica e origem

camponesa. Observa-se, porém, na última década, um movimento de sentido inverso, pautado por ações de valorização do patrimônio cultural pomerano, promovidas especialmente pelo poder público do município de São Lourenço do Sul. Desse modo, antes estigmatizados, hoje os pomeranos se encontram no centro de uma política local, referenciada na reinvenção de seu passado. Nesse contexto, em que passado e memória dão base a processos de ressignificação e afirmação do patrimônio cultural do grupo, os saberes e fazeres da alimentação pomerana, entendidos enquanto manifestação de patrimônio cultural, são convertidos em objeto de consumo, apropriados pelo mercado e explorados no âmbito do turismo rural. O trabalho aqui proposto pretende evidenciar que a revalorização de pratos e receitas tradicionais está associada a um sentimento de nostalgia, fruto, em boa medida, de reação da sociedade urbana contemporânea à globalização e à homogeneização dos modos de vida. Será também discutido como receitas e pratos tradicionais pomeranos têm sido agenciados pelo mercado na promoção de modalidade de turismo cultural, pautado pelo resgate de imagens e sabores perdidos. Assim, a partir de um discurso referenciado em uma retórica da perda, observa-se que o modo de vida pomerano se torna atrativo turístico, sendo suas comidas, que passam a ser típicas, convertidas em mercadoria.

O Kochkäse como Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do Itajaí (SC)

AUTORA: MARILDA CHECCUCCI GONÇALVES DA SILVA

O artigo resulta de pesquisa que teve como objetivo realizar o Inventário do Kochkäse - queijo tradicional de origem alemã - enquanto Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do Itajaí (SC), com base na metodologia do IPHAN. Essa região, recebeu em 1850, população de origem alemã, agricultores, provenientes da província de Pomerânia, Mecklemburgo e Schleswig-Holstein. Uma característica marcante do Vale é a presença ainda hoje de pequenas agroindústrias familiares que comercializam legalmente os produtos da região provenientes dos saberes femininos relacionados à culinária tradicional trazida e adaptada pelas mulheres imigrantes. O Kochkäse, enfrenta entretanto problemas com a vigilância sanitária, existindo uma resistência em se aprovar sua comercialização por ele ser produzido com leite cru. Esses parâmetros provenientes de legislação voltada para a grande indústria, não condiz com a realidade do produtor artesanal, que

por não conseguir adequar-se a elas, comercializam seu queijo na ilegalidade. A maioria desses produtores acreditam, que ao pasteurizar o leite, a essência do processo e o gosto do produto são alterados, perdendo-se as características de um queijo artesanal tradicional. Observou-se com a realização da pesquisa, que O Kochkäse é o produto que traz maior retorno econômico para as famílias dos produtores familiares e que o seu modo de fazer encontra-se vinculado a todo o sistema alimentar das famílias produtoras, que resulta por sua vez do sistema agrícola consorciado de plantação e animais, desenvolvido no espaço da pequena propriedade familiar, tendo sido trazido pelas famílias imigrantes. Espera-se com o seu registro pelo IPHAN, desenvolver um protocolo que permita manter as características do produto tradicional feito com o leite cru e a possibilidade de sua comercialização, garantindo a geração de emprego e renda para as famílias produtoras.

Queijos e beijos tradicionais: da nostalgia e segurança alimentar

AUTORA: SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES

A proposta do artigo consiste em construir uma reflexão a respeito da produção de comidas tradicionais elaboradas por agricultores, valorizados e demandados nos territórios rurais e urbanos. Tomamos como recorte espacial o Estado de Sergipe a partir dos dados das pesquisas realizadas nos diferentes territórios. Temos como objetivo analisar a temática da produção das iguarias como os queijos artesanais e os derivados da mandioca como uma cultura enraizada transformada em uma territorialidade que alicerça na contemporaneidade a reprodução social e econômica de grupos familiares. Esses alimentos são demandados não só por consumidores que buscam a partir da nostalgia consumir e reforçar ou alimentar a sua identidade, como também por outros que procuram os citados produtos tradicionais sem uso de condimentos e aditivos comuns aos produtos industrializados. Estudar a permanência da produção dessas comidas tradicionais e a expansão da demanda significa descortinar o sentido do consumo para homens e mulheres e interpretar o valor cultural, social e econômico a eles agregados, assim como a importância da produção desses para a segurança alimentar dos grupos envolvidos. Este artigo foi elaborado a partir das pesquisas realizadas no Estado de Sergipe, mediante visitas a agricultores familiares nas regiões do Sertão, Agreste

e Zona da Mata, nas quais identificamos a elaboração dos citados produtos, e na capital do Estado principal mercado consumidor. Diante da expansão da produção e consumo dessas iguarias, surgem várias indagações. Em que medida o saber-fazer associado à elaboração e ao consumo dessas iguarias está imbricado na identidade cultural dos consumidores? Qual a importância social, cultural e econômica da manutenção da produção e consumo dessas iguarias para a segurança alimentar dos grupos familiares produtores? Tais proposições conduzem ao fato de que esses alimentos estão fundamentados em uma lógica dispar da produção convencional, industrial, em grande escala. Com este artigo, pretendemos contribuir para a ampliação do conhecimento da produção e consumo dessas comidas tradicionais fundamentados nas categorias território, identidade cultural e apoio das redes sociais. Ainda buscamos proporcionar um cabedal de informações que versam sobre as distintas dimensões, diante da inserção de paradigmas externos que erodem a cultura do lugar fomentado pelo capital por meio da introdução de novos alimentos e modo de fazer, sustentado pelo meio técnico científico informacional e pela mídia. Espera-se, por fim, ampliar o conhecimento dessas representações culturais e alternativas de trabalho e suscitar novas pesquisas sobre a temática em foco.

Continuidades e discontinuidades nos hábitos alimentares: Flutuação dos significados das categorias alimentares a partir do fluxo rural-urbano

AUTORA: RODICA WEITZMAN

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução das representações em torno de alimentos e comidas para os mineiros que vieram da área rural e se deslocaram para as comunidades Morro dos Prazeres e Escondidinho, localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Os esquemas valorativos que determinam as escolhas alimentares no contexto urbano são bastante elucidativos da mobilidade que caracteriza este processo de idas e voltas no espaço e no tempo. Os deslocamentos não são apenas espaciais; isto é, não se referem meramente às viagens que estes mineiros realizam frequentemente a seus lugares de origem - nas quais são trazidas alguns alimentos que preservam “sabores” e “gostos” que se remetem a um tempo vivido. Principalmente, se referem ao processo de ressignificação das lembranças, que passa pelas modificações nas referências de memória.

Assim, nas trajetórias dos mineiros, a memória engendra as relações costuradas com as pessoas, objetos e coisas que se agregam num universo de aqui e agora – no contexto da cidade – mas que, ao mesmo tempo, se remetem ao que foi vivido – na roça. Frequentemente, os mineiros entrevistados falam de sua saudade das “comidas mineiras”, de sua terra natal e de sua estranheza com o que se constitui “a comida carioca”. O tempo de cozimento, a forma de preparo e o sabor das comidas são fatores considerados neste modelo referencial que se constrói a partir dos contrastes e paralelos entre dois espaços geográficos e dois tempos.

O vínculo entre o passado e o presente, entre a roça e a cidade se renova e se reatualiza no cerne das práticas alimentares e agrícolas exercidas pelos mineiros. Transparecem diferentes formas de se apropriar dos diversos espaços que compõem a territorialidade urbana através da proliferação de invenções realizadas com diversos materiais em espaços domésticos e públicos. Transparecem diversas modalidades de trocas de mudas, sementes e alimentos entre quem deslocou para a cidade e quem ficou no lugar de origem, ou entre as pessoas que plantam ou “gostam de planta” nas comunidades de Morro dos Prazeres e Escondidinho. Seja em qual âmbito for, o alimento, a planta ou a semente trocada serve como uma via de intermediação das relações sociais e reflete um impulso criativo para a multiplicação de conhecimentos e práticas adquiridos.

Assim, diversas facetas das tradições alimentares e agrícolas servem como os principais vetores do movimento inventivo, na produção daquilo que remete ao passado, mas ao mesmo tempo, gera novos significados a partir do momento presente.

Fazendo comestível a cidade: indígenas urbanos e sociabilidade a través da alimentação nas cidades amazônicas de Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil)

AUTORA: BLANCA YAGÜE

Entre os povos amazônicos os alimentos são essenciais na construção de pessoa e de sociedade na sua relação com o território. O objetivo desse trabalho é mostrar a maneira como os indígenas que moram e transitam pelas cidades de Letícia e Tabatinga tecem relações sociais e manifestam identidades a través da comida no contexto urbano. Esse conglomerado, tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, atrai indígenas da região amazônica, mas também outras pessoas do interior

dos três países, o que determina a predominância da população não indígena. A confluência de comidas diferentes de forma assimétrica situa aos alimentos indígenas fora dos principais circuitos. Esses são baseados em pratos nacionais estandardizados como o colombiano “corrientazo” ou o chifa peruano, e em produtos industriais assim como fast food. Então, o que muda na dieta indígena quando chegam nestas cidades e encontram esta diversidade gastronômica? Qual papel jogam as relações sociais e geracionais para comer um alimento ou outro? No novo contexto urbano, muitos desses indígenas não podem mais obter sua própria comida da roça e do mato, dependendo do dinheiro para isso. Os paradoxos do mercado global e as regras locais de importação/exportação fazem que, as vezes, produtos exógenos sejam mais baratos que os locais. A pesar disto, os indígenas urbanos têm desenvolvido suas próprias estratégias para ter acesso aos produtos indígenas tecendo redes de troca de alimentos. Deste jeito, a comida permite aos indígenas na cidade manter as relações com seu território e sua gente/povo, mas também adotar uma identidade às vezes ambígua em um espaço multi-étnico. Em contraste, as escolhas alimentares podem ajudar também a alcançar os desejos da globalização quando adotam os códigos da comida dos brancos. Aqui, o recorte geracional é fortemente marcado, pois os jovens indígenas preferem se integrar na cidade participando de seus circuitos alimentares predominantes.

Ginga com Tapioca: complexidade de sabores e de saberes.

AUTORES/AS: REBEKKA FERNANDES DANTAS, MICHELLE CRISTINE MEDEIROS DA SILVA, KARLA SUZANNE FLORENTINO DA SILVA CHAVES DAMASCENO, ALEXSANDRO GALENO ARAÚJO DANTAS.

Pensamos a cozinha a partir das ideias de Claude Fischler e Claude Lévi-Strauss. O primeiro a define não como um espaço físico e sim como representações, crenças e práticas que estão associadas a ela e que compartilham os indivíduos que formam parte de uma cultura ou de um grupo no interior desta cultura. O segundo, traz uma grande contribuição ao formular as ideias de cozinha universal - o alimento, universalmente, apresenta-se em três estados principais: cru, cozido ou podre - e cozinha específica - nada é simplesmente cozido, mas o é de determinado modo dentro de cada sociedade. A partir dessas ideias de cozinha temos como objetivo analisar a história contada pela filha da pioneira do preparo da ginga com tapioca no Mercado Público da praia da Redinha/RN

e conhecer as motivações dos consumidores habituais da preparação. O corpus da pesquisa foi composto por uma entrevista narrativa que conta a história da preparação e por 13 entrevistas semi-dirigidas respondidas pelos consumidores. Realizamos análise temática das entrevistas. A entrevista narrativa gerou como temas: o ofício de cozinheira, a transmissão intergeracional do conhecimento culinário e a transformação da ginga, peixe apenas biologicamente comestível, em alimento culturalmente comestível. A tradição, o alimento regional, a higiene e o sabor constituíram motivações dos consumidores. Por fim, refletimos sobre a contribuição das ideias sócioantropológicas para a nutrição.

Na comunidade é de graça, aqui não: produção e consumo de bebidas fermentadas indígenas no alto rio Negro

AUTORA: TALITA SAMANTA SENE

Esta arguição, fundamentada em pesquisa de campo com indígenas produtoras e vendedoras de bebidas fermentadas (caxiris, vinhos de pupunha, dentre outras) na cidade de São Gabriel da Cachoeira (SGC), reflete sobre a transformação dos modos de produção e consumo de tais bebidas entre os tukano orientais do noroeste da Amazônia. Se “no tempo dos antigos” as senhoras da fermentação produziam as bebidas para o consumo em rituais específicos, sobretudo nos dabucuri – ritos em que a bebida aparece como dádiva –, o intenso contato com o “mundo dos brancos” transformou os modos e momentos de produzi-las e consumi-las. Nas comunidades do Alto Rio Negro estas bebidas passaram a ser consumidas em eventos como festas de santos, carnaval e dia das mães, e na cidade (sede) de SGC, há atualmente a venda de fermentados durante as festas das associações indígenas de bairro – embora nem sempre toda bebida seja vendida. Na concepção dos tukano, como se dá essa (nova) relação entre dar e vender as bebidas fermentadas? Ele altera a concepção “tradicional” dos tukano sobre estas bebidas?

O espaço social alimentar em grupos consumidores de shake

AUTORES/AS: VANESSA DE MELO LOPES RODRIGUES. CO-AUTORA: ANDREA SUGAI MORTOZA

A alimentação humana implica em encontros entre pessoas em um espaço social, onde são supridas as necessidades fisiológicas e estabelecidas relações socioculturais.

Tendo em vista o conceito de espaço social alimentar, o mesmo é fragmentado em quatro dimensões: a ordem do comestível; o sistema alimentar; o espaço culinário e o espaço dos hábitos de consumo. O primeiro corresponde às escolhas feitas pelo homem, diante da ampla variedade de alimentos à sua disposição. A segunda dimensão diz respeito ao conjunto de estruturas tecnológicas e sociais que se integram às etapas de produção do alimento. O espaço culinário enfoca a cozinha e suas representações. O conjunto de rituais que envolvem o ato alimentar corresponde à quarta dimensão. A definição da refeição, a modalidade de consumo, formas e horários são exemplos de rituais que variam conforme a cultura. Inserido nesse espaço social alimentar, o homem pode variar suas escolhas conforme ciclos temporais, socialmente determinados. Cada etapa corresponde a estilos alimentares, predeterminados por alimentos permitidos ou proibidos ou interesse pessoal na escolha alimentar. Dentre os alimentos disponíveis à escolha do homem se destacam os alimentos para o controle de peso, popularmente denominados de shake. Esses alimentos são classificados em alimentos para a redução de peso por substituição parcial ou total das refeições ou para o ganho de peso. A escolha do shake como substituto de refeição teve início com um grupo de motoristas noturnos no ano de 2000, nos Estados Unidos. Esse grupo estimulou a criação de espaços de comercialização destes produtos. Esses espaços têm, em suas bases institucionais, objetivos de promover o acesso a um componente nutritivo, a todas as pessoas; além de agregar pessoas em menos tempo; facilitar o consumo durante toda a vida e possibilitar as pessoas a um aumento de renda, que acontecerá por meio da comercialização de shakes para a comunidade. Com o crescimento desses espaços, nota-se em proporção, o elevado quantitativo de consumidores que excluem uma refeição convencional em detrimento do shake.

Objetivo: Descrever como os condicionantes, que caracterizam o espaço social alimentar, ocorrem em grupos de consumidores de alimentos para controle de peso no município de Goiânia-GO.

Metodologia: Estudo de natureza qualitativa e perspectiva etnográfica, desenvolvido em espaços públicos visando a explicitação do cenário físico alimentar específico. Desta forma, objetiva-se descrever os condicionantes que caracterizam as dimensões do espaço alimentar: a ordem do comestível; o sistema alimentar; o espaço culinário e o espaço dos hábitos de consumo.

Resultados, Discussão e Conclusão: Em fase final de elaboração. Finalizado até a apresentação do Congresso.

Percepções acerca do mundo rural num espaço de mercado urbano: o caso dos produtores rurais no 'Feirão Colonial' em Santa Maria (RS).

AUTORA: SILVANA SILVA DE OLIVEIRA, MARIA CATARINA C. ZANINI, UFSM, RS.

O presente trabalho objetiva apresentar questões preliminares sobre a pesquisa etnográfica em andamento no 'Feirão Colonial' de Santa Maria/RS. Por meio de estudo etnográfico se pretende conhecer e analisar as dinâmicas na venda da produção camponesa na feira. A comercialização acontece aos sábados pela manhã e a venda é feita pelos colonos diretamente aos consumidores. No dia de feira são comercializados produtos como bolachas e massas caseiras, frutas, verduras, variedade de feijões, entre outros. O que se observa, até o momento, é a importância desta atividade para a manutenção das famílias no campo e a contribuição para uma valorização do rural via aprendizado de mercados urbanos. O lucro obtido tem possibilitado melhoras na qualidade de vida e de trabalho nas atividades rurais.

Práticas Alimentares do Grupo Indígena Kariri-Xocó de Lauro de Freitas/BA

AUTORAS: SANDRA SIMONE QUEIROZ DE MORAIS PACHECO, KATE OLIVEIRA XAVIER

O Grupo indígena Kariri-Xocó residente na cidade de Lauro de Freitas/Bahia é composto por dois grupos familiares oriundos das etnias Kariri do Ceará, Xocó de Ilha de São Pedro - Sergipe e os Fulni-ô, grupo pernambucano de Águas Belas. A partir de processos de invasão das terras utilizadas de forma nômade, eles passaram a ocupar progressivamente, a partir de 1578, um território fixo na Cidade de Porto Real do Colégio, Alagoas. O grupo que aportou nos arredores da cidade de Lauro de Freitas em 1996 veio atraído pela religião Bahaí e aqui se estabeleceu em um sítio doado, cuja extensão de 28.000 m² se mostrou propícia para o objetivo que norteia o discurso dos seus líderes até o momento atual: melhores condições de sustentabilidade em relação à terra de origem e a difusão da cultura Kariri-Xocó. O objetivo desse trabalho foi conhecer as práticas alimentares desse grupo indígena na perspectiva da sua auto sustentabilidade alimentar e interlocução

com o mercado de consumo local. A observação participante foi realizada entre os meses de Setembro e Dezembro de 2012 abrangendo os aspectos relacionados à aquisição, preparação e distribuição familiar dos alimentos, assim como, os fatores que influem nesse grupo de práticas selecionadas. Os dados coletados no trabalho de campo apontam para uma alimentação marcada pela presença de alimentos industrializados em conjunção com os alimentos naturais (frutas) encontrados na área onde o grupo vive. De modo geral, a alimentação cotidiana é caracterizada pela monotonia: arroz, feijão e alguma fonte proteica, geralmente peixe. Se acresce a essa alimentação: farinha de mandioca, farinha de milho, biscoitos doces e salgados, pão branco, açúcar, café, doces, salgadinhos diversos, óleo de soja, margarina e leite. As frutas são coletadas na própria área indígena e são consumidas nos intervalos das refeições, geralmente in natura e a partir da disponibilidade sazonal. Os recursos financeiros para a compra de alimentos provêm do salário mínimo de um dos membros do grupo, de recursos oriundos do Programa Bolsa Família, de doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas, bem como da venda de artesanatos. A área indígena se mostra insuficiente para a auto sustentação grupal. A aquisição dos alimentos se dá, majoritariamente, no supermercado. Apesar da compreensão de que o sistema alimentar indígena é tão diverso quanto sua cultura, observa-se a partir de vários estudos, que mudanças intensas estão ocorrendo na alimentação de grupos indígenas, com repercussões em diversos setores da vida comunal, entre elas a diminuição das condições de auto sustentabilidade e a crescente dependência desses grupos dos mercados das cidades próximas às áreas indígenas. Vale ressaltar ainda que o elevado consumo de alimentos industrializados, de baixa qualidade nutricional, trará importantes questões no campo da saúde e da segurança alimentar desses grupos.

COORDENADORES: JOSÉ REGINALDO SANTOS GONÇALVES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), ROBERTA SAMPAIO GUIMARÃES (UERJ)

Projetos de arquitetura, urbanismo, paisagismo e preservação histórica frequentam o espaço das grandes cidades contemporâneas, seja no plano ideológico ou das experiências sociais e políticas cotidianas. Suas concepções de espaço estão longe de ser universais, embora seja possível reconhecer em outras sociedades ou culturas formas específicas do que, nós modernos, viemos a conhecer como “arquitetura”. Em qualquer sociedade humana, produzem-se não apenas formas utilitárias de espaço, mas fundamentalmente formas associadas a valores morais, mágicos, religiosos, estéticos, políticos, configurando o que Marcel chamou de “fatos sociais totais”. Nas cidades contemporâneas, arquitetos, urbanistas, paisagistas, especialistas em patrimônios culturais exercem papel decisivo nas alterações físicas e simbólicas dos espaços públicos e privados, afetando a experiência cotidiana e a memória coletiva dos diversos segmentos sociais. Apresentados como intervenções estritamente técnicas, tais projetos trazem em si concepções de espaço que dialogam, desafiam ou destroem experiências e memórias. Este GT pretende reunir estudos que focalizem como esses projetos (e sua implementação) podem expressar, destruir ou reconstruir fronteiras sociais; e como, nesse processo, contribuem para produzir subjetividades individuais e coletivas.

Arquitetura, cotidiano e a vida em metrópoles: “Artes de morar apesar do medo” no bairro da Sacramento em Belém/PA

AUTORES/AS: DIEGO AMADOR TAVARES

A pesquisa aqui proposta está sendo realizada em um bairro periférico da cidade de Belém/PA que apesar de sua proximidade com a parte central da cidade, convive com um índice elevado de violência criminal. Apelidado por moradores de outros bairros por “Sacrabala”, de acordo com o levantamento estatístico feito pela Polícia Civil do Pará no ano de 2010 ocupava o 4º lugar no ranking da violência na metrópole da Amazônia. Especialmente no sul e no sudeste do país tem crescido o número de estudos sobre uma notável mudança na forma de morar nas cidades que registram elevados índices de violência: batizada comumente de arquitetura do medo ou arquitetura da violência. Nas últimas décadas popularizou-se o condomínio residencial fechado, forma de construção que com objetivo de levar segurança aos seus residentes também funciona como fator de desintegração e segregação social, apresentando uma arquitetura hostil a sociabilidade entre os que estão do lado de dentro e os que estão do lado de fora do muro. Entretanto, não é apenas onde existem condomínios fechados que existe o medo. No bairro da Sacramento não existem condomínios residenciais, mas também existe uma população que vive amedrontada pelos casos de violência e a necessidade de morar apesar desse medo. Grades, arame farpado, cercas elétricas, seteiras e muros elevados tornaram-se quase uma regra arquitetônica no bairro da Sacramento. Nesse cenário a arquitetura deixa em segundo plano o campo estético e ocupa-se principalmente da função racional a qual se dispõem, proteção é mais importante que beleza; e a natureza dessa arquitetura do medo é a separação entre o público e o privado, intenção de separação total entre casa e rua. A arquitetura do medo é uma utopia de paz que exclui a sociabilidade de bairro e pretende que a rua torne-se em local de passagem, não-lugar. Porém, no bairro da Sacramento a rica vida cotidiana - no sentido empregador Michel de Certeau em sua clássica obra *A invenção do Cotidiano* – dá novos significados a arquitetura do medo permitindo a resistência de signos, tradições, laços que mantém ardente a vida barrista. “Artes de morar apesar do medo”.

As Memórias Negras de Camorim: Paisagem, Restauração e Reconhecimento

AUTORES/AS: LUZ STELLA RODRÍGUEZ CÁCERES

Um importante elemento identitário para os habitantes do bairro de Camorim é a capela de São Gonçalo de Amarante construída em 1625. Ícone da arquitetura rural do Rio de Janeiro foi tombada como patrimônio estadual em 1965; após um restauro arquitetônico no final dos anos 1990 uma propriedade particular, ao lado da igreja, foi cercada com um muro. Tal construção gerou descontentamento popular pela interferência na paisagem que a igreja compõe junto ao maciço da Pedra Branca. Uma proposta local para a recuperação da paisagem foi declarar a área como “quilombo”, figura jurídica que ajudaria na preservação (e na manutenção?) das memórias do lugar, especificamente suas memórias negras e por esta via da paisagem que vinha se descaracterizando. Como entender a relação entre memória e paisagem, restauração de um edifício e reconhecimento? A partir da pesquisa em arquivo procuro entender: 1) os efeitos do processo de restauração da capela na estabilização de uma certa memória relativa à arquitetura religiosa colonial, e 2) os insumos que a restauração disponibilizou para fabricar novas lembranças, pois ao desatender os enterramentos dos escravos ao redor da capela avivou antigas memórias da escravidão, agora parte das estratégias pelo reconhecimento.

Construindo patrimônios: discursos de preservação da história e da identidade de Contagem-MG

AUTORES/AS: ADEBAL DE ANDRADE JÚNIOR

Neste trabalho discuto os processos de tombamento de edificações localizadas na Sede, núcleo inicial de ocupação do território que compõe Contagem-MG, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a partir dos significados e sentidos conferidos pelos técnicos, gestores e membros do conselho municipal de patrimônio que participaram dessas ações de preservação patrimonial desenvolvidas entre 1998 e 2005. Para esse fim analiso a origem de Contagem e a ocupação inicial do seu território no século XVIII, bem como as transformações urbanas ocorridas na região da Sede ou Centro da cidade, lugar onde se concentram os elementos reconhecidos pelo poder público como padrões de referência identitária para a população do município. O argumento desenvolvido nesse

estudo é de que o governo local pretendia, por meio dos tombamentos realizados na Sede, preservar uma “página da história da cidade” que contém um ethos que identifica e diferencia Contagem. Assim, a administração municipal, possibilitaria aos moradores da urbe conhecer a sua história e desenvolver o sentimento de pertença pela cidade, bem como promoveria a identificação dos habitantes dos bairros distantes da Sede, e que se relacionam principalmente com os municípios vizinhos, com a cidade.

Fazendo cercas: notas etnográficas sobre os processos de criação de pequenos lotes em Urucuia, MG.

AUTORES/AS: LUZIMAR PAULO PEREIRA

Em Urucuia, norte de Minas Gerais, pequenos loteamentos são construídos sobre áreas de antigas fazendas ou sítios. Em geral, as parcelas de terra criadas a partir do fracionamento de uma propriedade original ocupam as regiões limítrofes entre as zonas urbanas e rurais do município. A delimitação dos lotes, de fato, é uma das condições necessárias para que o poder público municipal reclassifique a área onde eles se encontram. Nesta apresentação, procuro discutir, a partir de material etnográfico recolhido entre os anos de 2008 e 2013, alguns dos aspectos mais importantes dos processos de urbanização em Urucuia, tendo como eixo descritivo a biografia das fazendas e sítios transformados em lotes. Em especial, quero destacar as atividades referentes à produção das cercas que envolvem os terrenos loteados. Os arames utilizados para os cercamentos das terras, além de delimitarem fisicamente a propriedade, restringindo a circulação entre seu interior e exterior, estabelecem limites simbólicos responsáveis por classificar e reclassificar pessoas, animais, plantas e coisas. Em sentido mais amplo, as cercas também parecem destacar a dimensão material dos processos de criação e recriação de espaços urbanos no município.

Imagens de natureza e classificações de espaço: problematizando a “paisagem”

AUTORES/AS: RACHEL PATERMAN BRASIL

Imagens de natureza freqüentam as elaborações de arquitetos e urbanistas, atuando de forma nem sempre explícita em seus projetos. Abordá-las pode ajudar a iluminar

alguns sentidos que se fazem em jogo neste contexto discursivo, e que, em última instância, repercutem de forma visível em processos de transformação urbana. Um caminho que se mostra produtivo a tal abordagem consiste em focalizar, com base em uma perspectiva antropológica, a categoria “paisagem”. A ela podem ser atribuídas concepções de “espaço” e de “entorno” que não são universais e valem ser investigadas atentamente. Para tanto, propõe-se submeter a “paisagem” a um duplo exercício de problematização. De um lado, este conceito e sua relevância serão historicizados, o que será feito a partir das proposições de Agustin Berque. De outro, os limites de sua definição serão realçados e expandidos com base no tratamento teórico oferecido por Tim Ingold ao termo.

Espera-se, como efeito, que este exercício produza um estranhamento do que convencionou-se entender por “paisagem”, proporcionando condições para conformá-la como uma “categoria nativa”.

O patrimônio como passante dos torreões aos lambrequins: a arquitetura dos barões e dos colonos num antigo caminho de Curitiba.

AUTORES/AS: GESLINE GIOVANA BRAGA

O projeto “Arquitetura dos sentidos: Uma viagem pela antiga estrada do Mato Grosso”, foi aprovado em 2013, pela Fundação Cultural de Curitiba, no Edital de ocupação do Memorial da Cidade com exposições sobre arquitetura, com abertura prevista para maio de 2014. A antiga estrada do Mato Grosso foi projetada por Antônio Rebouças, inaugurada em 1871, para ligar a Capital do Paraná ao Oeste, dizem que também foi assim chamada em função da grande quantidade de mato no seu decorrer. A partir da pesquisa realizada para exposição, o presente artigo pretende discutir as dicotomias percebidas ao longo do caminho: as diferentes noções de patrimônio para um mesmo trecho; a noção de “fatos históricos relevantes” para o tombamento das casas; a arquitetura como patrimônio imaterial; a necessidade preservação de casas considerada “dos pobres” como arquitetura relevante à paisagem cultural da região; a arquitetura espontânea como fator relevante para identidade cultural de uma região; a casas como signo da decadência familiar; os diferentes olhares sobre a imigração européia, a memória dos documentos e as memórias pessoais, a ausência de documentação sobre a presença negra na região. A primeira parte da estrada, na área central, abrigou a primeira

sede da Universidade Federal do Paraná, teve ocupação dos barões da erva-mate e abastados imigrantes alemães, que construíram um tipo de arquitetura suntuosa denominada: eclética, a sede da UFPR (descaracterizada e hoje abrigando um shopping com características de galeria) e o conjunto dos casarões são tombados pelo Estado. Seguindo o caminho encontra-se o Bairro do Campo Comprido, ocupando por colonos italianos, com características rurais até meados dos anos 70 - época dos primeiros planejamentos urbanos da cidade, pelo Prefeito Jaime Lerner - hoje tomado por prédios e condomínios horizontais. Na sequência, nos bairros do município de Campo Largo, casas de arquitetura de estuque e em pinheiro de herança cabocla mesclando elementos europeus, única no Brasil, estão ruindo diante das memórias da população. Com isto, pretende-se discutir como as políticas públicas ligadas a preservação do patrimônio material devem estar ligadas não apenas a fatos históricos e padrões arquitetônicos relevantes, e sim aspectos antropológicos e ao patrimônio material. Bem como, a importância de preservação de outros tipos de arquitetura, além da “pedra e cal”.

Os usos da memória no espaço urbano: Caminhadas de uma antropóloga na “esquina” da “José Malcher” com a “Generalíssimo” em “Nazaré” (Belém-Pa)

AUTORES/AS: ROSANGELA MARQUES DE BRITTO

Os usos dos espaços e formas arquitetônicas e urbanas, delimitada pelo cruzamento de duas ruas em “Nazaré” na cidade de Belém. A “esquina” escolhida à realização da “observação flutuante” e a “etnografia de rua” abriga desde 1903, o “Palacete Montenegro”, edificado para residência e espaço de trabalho do ex-governador do Pará, Augusto Montenegro. Depois foi residência de famílias tradicionais, em 1965, foi adquirida pela Universidade Federal do Pará para abrigar a sede da reitoria. Em 1984, foi criado o Museu da Universidade e instalado neste palacete, tombada pelo estado, em 2012. A etnografia realizada entre 2012 até março de 2014 priorizou compreender e interpretar as relações dos agrupamentos humanos no entorno desta “esquina”. As perspectivas êmicas de quatro trabalhadores de rua em relação à circulação das pessoas no “dentro” e no “fora” do muro (jardim) do Palacete, e do público visitante ao circularem no espaço arquitetônico do interior do Palacete, sobre os significados e as observações da existência de fronteiras socioculturais entre aquele espaço e forma urbana e social nos cotidianos de trabalho, educação e

lazer dos grupos sociais que habitam aquele “reduto” da cidade. Os instrumentais aplicados foram as entrevistas e a elaboração de cartografias de memórias sobre os “espaços praticados” de dois moradores e artistas visuais que tiveram interação com aquele espaço musealizado, em situações e acontecimentos artísticos de suas histórias de vida.

Centro Cultural Oscar Niemeyer: a articulação entre Cultura e Arquitetura na produção de “Memórias” e “Desmemórias” da Praça do Pacificador

AUTORES/AS: ADRIANA BATALHA DOS SANTOS

Desde a sua emancipação política há 70 anos, a cidade de Duque de Caxias parece presa a uma demanda por emancipação também de um “passado recente” e por uma “nova história”, reatualizada através de uma dinâmica de construção e desconstrução de discursos e “marcos materiais” que vêm produzindo “memórias” e “desmemórias” relacionadas aos “legados materiais” vinculados aos grupos políticos em disputa pela administração pública da cidade. Ao pesquisar a mais recente intervenção urbanística na Praça Central da cidade, a PRAÇA DO PACIFICADOR, que a transformou no CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER (CCON) – conjunto de dois equipamentos culturais, um teatro e uma biblioteca, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer – surgiram algumas pistas sobre como projetos políticos locais vêm dialogando com questões em torno da relação entre patrimônio público e espaço urbano e do papel que a arquitetura e uma certa concepção de “Cultura” assumiram em projetos de requalificação de espaços urbanos na contemporaneidade. As reflexões de Manuel Delgado(1) sobre o que chama de “dinâmicas de reapropriação capitalista da cidade” ajudam a perceber na dinâmica de implantação do CCON mais que os anseios políticos e estéticos de gestores públicos, artistas e intelectuais de Duque de Caxias. Nessa dinâmica é possível notar também o perverso efeito destrutivo sobre a memória e a cultura de populações que não estão representadas politicamente na gestão pública do urbano. No espaço “concebido” por Niemeyer e “percebido” na gestão da “nova” Praça do Pacificador, não há lugar para o “espaço vivido” (2) por quase seis décadas por uma parcela significativa da população local. Mas as “práticas microbianas” – defendidas por De Certeau (3) como formas de resistência ao “espaço disciplinar” - não são tão facilmente exterminadas dos espaços urbanos.

Através de diversas “táticas”, elas resistem às “estratégias” (4) de controle do espaço: do vendedor de ervas medicinais que migrou para uma esquina no “entorno da Praça” ao Carteadado praticado por idosos que se cotizaram para comprar bancos e mesas de plástico em substituição aos de concreto que foram retirados da Praça. Embora concentrem bem menos força que a máquina pública da Prefeitura, tais práticas também conseguem delimitar espaços com força suficiente para até esse momento garantir que a Praça (re) exista através delas.

(1)DELGADO, Manuel. La artistización de las políticas urbanas. El lugar de La cultura em las dinámicas de reapropiación capitalista de La ciudad. Revista eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, 1 de Agosto de 2008.

(2)LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

(3)DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano - 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

(4)Ibidem

Deixando de ser “redundant”: dessacralização de espaços religiosos como estratégia de preservação

AUTORES/AS: EDLAINE DE CAMPOS GOMES

Não é novidade a intensificação da secularização das sociedades ocidentais, as igrejas protestantes e a católica perdem constantemente seus fieis. Uma das implicações é o esvaziamento de suas igrejas, que gera a necessidade de, consequentemente, repensar os usos das edificações, que muitas vezes se tornam dispendiosas e dispensáveis. A oposição entre as esferas pública e privada do mundo social impôs – ao menos em termos formais - a privatização da vida religiosa, instâncias que muitas vezes podem estar em oposição, mas comportam múltiplas combinações. Da mesma forma, a utilização de edificações originalmente religiosas para fins laicos também não é um dado novo. Ambos processos parecem ter sequência nos dias atuais no continente europeu, especialmente. As instituições responsáveis pelos prédios (igrejas, mosteiros, catedrais, entre outros) estão cada vez mais preocupadas com os novos usos que estes terão, diante do contínuo esvaziamento dos templos. Regras são discutidas e estabelecidas. As edificações podem ser postas à venda, contudo, considerando determinadas limitações para seus usos. Nesse

processo, são feitas listas de igrejas em risco (églises menacées, redundant), seja pela degradação, seja pelas intervenções estruturais e novos usos que lhes serão atribuídos pelo mercado. A demolição é uma opção corrente, mas promove reações importantes, não necessariamente geradas por religiosos, mas, também por grupos laicos que se organizam em torno da preservação de construções históricas. Não cabe aqui discutir processos internacionais de preservação, no entanto, vale assinalar que a preservação do patrimônio religioso (material e imaterial) é um tema contemporâneo, que mobiliza não só instituições religiosas, mas também fundações, associações e pesquisadores, em distintos países. Este artigo discute a transformação de igrejas dessacralizadas, muitas vezes, com centenas de anos, em hotéis, livrarias, salas de concerto, boates, como estratégia de preservação contemporânea.

Monumento aos Pracinhas: Arquitetura e Memória.

AUTORES/AS: ANTÔNIO AGENOR BARBOSA

Com esta reflexão pretendo contribuir para pensar o campo da memória e as suas relações com a arquitetura, os monumentos e o espaço edificado. Dados coletados no meu trabalho de campo no Monumento aos Pracinhas, situado na Cidade do Rio de Janeiro, sugerem que a faculdade da memória está intrinsecamente ligada às noções de materialidade e de conservação do referido edifício, um importante exemplar da arquitetura moderna produzida no Brasil na segunda metade do século XX.

A pergunta central é se as memórias (individuais e coletivas), de fato, se dissolvem e se esvaem na medida em que a noção de uma integridade das concepções originais do monumento se deteriora e se degrada com o passar dos tempos, a ponto de gerar um certo desencanto por parte da comunidade de arquitetos e outros grupos preocupados com a conservação e a perenidade de certos edifícios e monumentos.

No embalo do arrasta-pé: sociabilidades e ressignificações na produção social de espaços no “Maior São João do Mundo”

AUTORES/AS: TIAGO FERNANDES ALVES

As sociabilidades entre agentes e grupos sociais nos espaços da festa de São João no Parque do Povo, Campina Grande – PB produzem lugares por meio

de ressignificações simbólicas e semânticas. Efetivados taticamente esses lugares reelaboram os espaços pensados estrategicamente sob o crivo estruturante das distinções e estratificações sociais. Estas aparecem como instrumentos pelos quais os gerentes culturais imprimem uma pré-estruturação estratégica dos espaços da festa por meio da majoração de preços e monopolização de produtos e marcas a serem consumidos. Diante da homogeneização das possibilidades de consumação os espaços das partes superior, central e inferior do Parque do Povo são constituídos sob a égide da distinção e estratificação sociais contribuindo para (re) afirmar a hierarquia social presente na sociedade campinense e separar seus membros no espaço da festa. Os mesmos produtos sofrem oscilações de preço e de prestígio/valor social ao serem referenciados aos espaços/lugares nos quais são consumidos. As ressemantizações destes produtos possibilitam as flutuações das relações de poder no exercício da distinção social através de discursos de legitimação e deslegitimação mútuos. Este artigo, portanto, objetiva compreender as reelaborações sócio-espço-temporais possibilitadas pelos agentes/grupos em interação nos espaços públicos da festa junina em Campina Grande-PB, durante a qual os agentes sociais compartilham demandas conteudísticas por meio de várias formas de sociação. Metodologicamente, realizamos observação participante com o intuito de observar proximamente as interações na conformação de lugares que possuem significados comumente compartilhados e na delimitação/expansão dos espaços de sociabilidade. Percebemos desta maneira a constante produção de espacialidades promovida pelos agentes, assim como as sociabilidades que reconfiguraram as fronteiras estratégicas implicando em lugares referenciados por meio dos compartilhamentos intra e extragrupais atravessados por complexos movimentos de transversalidades.

O tombamento de uma obra de arte “viva”: o caso da Escadaria Selarón, Lapa, RJ.

AUTORES/AS: RAQUEL MARTINI CARRICONDE

Em 1990, Selarón, artista plástico chileno, residente há oito anos em uma pensão localizada em uma escadaria do bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, no calor do patriotismo despertado pela copa do mundo, decide azulejar essa escadaria com as cores da bandeira do Brasil. Dessa feita, surge a ideia de tornar

essa intervenção sua “grande obra”. E uma “obra de arte viva”, “mutante” que só teria fim com sua morte. O projeto: azulejar os degraus da escadaria criando composições com azulejos provenientes de diversos países, destruindo, de tempos em tempos, determinadas partes e as reconstruindo com novos azulejos. Aos poucos o lugar foi se consolidando como um importante ponto turístico. Em 2005, Cesar Maia, então prefeito dessa cidade, através de um decreto-lei determina o tombamento provisório da “escadaria (...) bem como dos trabalhos em azulejaria executados no local” pelo “reconhecimento de sua importância cultural”. Também admite “modificações, alterações e complementações a qualquer tempo, desde que regidos pelo artista ou por ele autorizados, sendo necessário, neste último caso, o consentimento do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural” (CMPC). Em 2013, o artista é encontrado morto na escadaria, chegando ao fim sua “obra viva” e iniciando o processo de inventariado dessa por parte do CPMC. Partindo desse quadro, propomos: 1. apresentar recortes de uma etnografia realizada entre os anos de 2010 e 2012 na Escadaria, junto ao artista, moradores e frequentadores, frisando a discussão em torno do seu tombamento, do espaço enquanto obra de arte; 2. apresentar o debate que se estabeleceu entre moradores, assistentes do artista e a CMPC após sua morte assim como os encaminhamentos que foram tomados por esse órgão para a conservação dessa obra. A partir dessa apresentação, algumas questões são levadas ao debate, como a ressignificação dada ao espaço pela intervenção artística, as ambiguidades que se estabelecem no plano legal quando do tombamento dessa e as diferentes noções de patrimônio que essa evoca.

Ordenação da experiência e construção do indivíduo – museu, espaço e arquitetura.

AUTORES/AS: RENATA DA SILVA MONTECHIARE PIRES

Esta proposta de trabalho se dedica a refletir sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para o estudo dos museus, especialmente no que diz respeito ao espaço, à arquitetura e à prática social. Partindo da pesquisa de campo iniciada entre 2010 e 2011 no Museo Nacional de Antropología de Madrid, na Espanha, tem como objetivo discutir os principais autores que tomam Foucault como referência neste campo de estudos, dirigindo especial atenção às particularidades

dos museus de antropologia europeus, criados no contexto da segunda metade do século XIX.

Diferentes autores consideram que a partir dos anos 1980 os museus deram início a uma ampla crise, que atravessa desde sua gestão de públicos e recursos, até os questionamentos e autocrítica sobre seus objetos, coleções e curadoria, o que implica na rediscussão de seu papel social e das formas de cumpri-lo. Recuando pouco mais de um século vemos o surgimento destas instituições, como Tony Bennett analisa, abrindo as portas dos gabinetes de curiosidades e coleções particulares ao grande público. Por outro lado, Randolph Starn aponta os críticos desta visão do museu como espaço de liberdade, e tomam como prerrogativa o museu como centro difusor e ordenador do saber, regulador e opressor em nome de um poder instituído.

Entretanto, ambos estão de acordo que, para este novo ambiente, um novo espaço tornou-se necessário. Antes de ser um edifício de visibilidade, como um palácio, a arquitetura dos museus parecia ordenar saberes, coisas e pessoas, numa espécie de pedagogia de auto-regulação, que ensina comportamento de acordo com a ordem estabelecida através do espaço, desenho do percurso dos visitantes, classificação de objetos e uma série de particularidades observáveis em seu ambiente cotidiano. De certa forma, o museu de ontem e o de hoje compartilham características que podem ser úteis para pensar seus passos seguintes, a partir da crise.

Patrimônio Culturais e Imaginários Urbanos: apropriações do espaço público pelos mercados populares

AUTORES/AS: NINA PINHEIRO BITAR

Nos últimos anos diversos mercados populares foram tombados e registrados pelo IPHAN como “patrimônio” em cidades brasileiras. Esses mercados integram de modo singular o espaço urbano, demarcando sobre estes valores e formas de sociabilidade associados à memória da cidade. Considerados sob o prisma de determinados urbanismos como um obstáculo à expansão e modernização da cidade, esses mercados vêm a ser recuperados como “patrimônios”, expressando concepções urbanísticas alternativas.

O horizonte da pesquisa é uma reflexão sobre os usos e representações de mercados de abastecimento das cidades a partir de narrativas sobre processos de apropriação

do espaço público, ao investigar os modos pelos quais se produzem os imaginários da cidade. Buscarei focalizar os momentos de realocação dos usos sociais desses mercados de abastecimento (processos de patrimonialização, gentrificação), revelando em tais processos as diversas formas de se conceber o espaço urbano. Explorando o diálogo entre concepções alternativas de urbanismo, ora expressas por especialistas, ora pelos moradores da cidade, por trabalhadores e frequentadores desses mercados, meu propósito é analisar as imagens da cidade narradas que, simultaneamente, produzem e são resultados de processos sociais e culturais de apropriação desses espaços.

A "Barra Olímpica" e o Morar Carioca que não aconteceu

AUTORES/AS: MARIANA CAVALCANTI ROCHA DOS SANTOS

O artigo parte de um relato etnográfico da constituição do “agrupamento 26” como objeto de intervenção do programa Morar Carioca, da Prefeitura do Rio de Janeiro para refletir sobre como a implantação do projeto do Rio como cidade “olímpica” vem redefinindo os modos de produção da cidade e/nas suas margens. Para tanto, o trabalho começa por situar o Morar Carioca na continuidade histórica de outros projetos de urbanização de favelas, atentando para as características que singularizam seu desenho com relação às iniciativas que o precederam – em particular, seu entrelaçamento com o programa de “pacificação” da secretaria de segurança do Estado, a nova metodologia de contagem de favelas (que produz “agrupamentos” ou áreas que incorporam várias comunidades no espaço a ser planejado), o aumento de escala dos projetos (o que se traduz, também, em uma certa espetacularização das obras), a ampliação dos recursos por ele alocados na urbanização de favelas, e, ainda, o aumento da porcentagem de remoções permitidas nos projetos de intervenção. Em seguida, recupero a (breve) trajetória do programa, que acabou cancelado em 2013.

Após a contratação da primeira leva de escritórios, e da entrega dos diagnósticos que fundamentariam os projetos urbanísticos a serem então desenvolvidos, a prefeitura anunciou a suspensão do programa, e os contratos com os escritórios de arquitetura foram cancelados no início de 2013.

A etnografia se constroi a partir de minha (breve) inserção no programa como coordenadora da equipe responsável pelo diagnóstico social do escritório de

arquitetura contratado para realizar o projeto de urbanização das oito pequenas favelas que compunham o dito “Agrupamento 26”. Situadas em Curicica, na fronteira de urbanização da cidade que o mercado imobiliário rebatizou de “Barra Olímpica” em função de sua proximidade com o futuro Parque Olímpico, essas favelas já vinham sofrendo consideráveis transformações em função do boom imobiliário da região – tanto na cidade “formal” quanto nas favelas. Em particular a proliferação de quitinetes para aluguel vem transformando o cotidiano das favelas, em uma região já marcada por grandes obras viárias, em particular a Transolímpica. Analiso como o Morar Carioca se somou a essas transformações, ao prever a remoção total de uma favela e a parcial de outras duas, proliferando incertezas e produzindo uma temporalidade de espera por transformações ainda maiores nas rotinas dos moradores da região. Finalmente, esboço algumas reflexões sobre os efeitos sociais e políticos de sua breve trajetória, em Curicica e além.

Construções: imagens, discursos e narrativas na Brasília de Thomaz Farkas

AUTORES/AS: JULIANA DE ARRUDA SAMPAIO

A década de 1950 ficou conhecida como uma época de grandes mudanças sociais no Brasil. O país estava vivendo um momento de grande crescimento econômico, se industrializando, num período de democracia política, a urbanização e os novos jeitos de constituição das cidades foram se implementando. Decorrentes desse processo veio o fluxo migratório de pessoas em direção aos grandes centros. Em 1957, deu-se início ao maior empreendimento do governo brasileiro, a construção da nova capital do país, Brasília. Centro das atenções de todo o país, a nova capital se torna o palco de questionamentos e de disputas de significados, discursos e representações. O Brasil que desde a época do império tem na sua agenda a discussão e a construção de um projeto nacional, mais uma vez se vê as voltas nesse processo de construir uma identidade nacional. Para além do discurso oficial, várias outras narrativas foram sendo formadas em torno de Brasília. Praticamente todas as áreas do conhecimento tinham algo a dizer a respeito de um dos maiores empreendimentos do século XX – arquitetos, juristas, políticos, artistas, economistas, filósofos –, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Thomaz Farkas foi um dos fotógrafos de Brasília na época de sua construção. Na série que ele produziu sobre a cidade podemos perceber que o fotógrafo apresenta ao

espectador a sua versão do que seria a nova capital que ali se erguia. Farkas captava desde o seu fascínio pela arquitetura moderna que se implantava até a simplicidade das favelas que surgiam junto com a nova capital. O presente trabalho pretende discutir, a partir das fotografias de Thomaz Farkas, como se dá essa construção discursiva, imagética e simbólica em torno de Brasília. Tomando a trajetória de vida de um sujeito específico, o qual, consideramos ser constituído a partir de uma rede de relações que o informa, iremos discutir: a construção de representações sociais, os processos de negociação de diferentes agentes sociais que ajudam a produzir discursos e memórias que formam e informam um determinado grupo, no nosso caso o Brasil. Uma leitura possível das fotografias de Farkas é pensá-las como produto e produtora de um discurso que estava sendo produzido sobre a representação do Brasil e da identidade nacional. Produto, uma vez que enquanto agente histórico este está sendo (in)formado pelos vários discursos que estavam sendo produzidos naquele momento e produtora, já que suas fotos tiveram e ainda tem grande repercussão e enquanto narrativa ela produz um determinado conhecimento. Dessa forma, também podemos pensar essa série de imagens como um fragmento da memória coletiva que é arregimentada e agenciada por outros agentes sociais que se apropriam das fotografias para compor suas próprias narrativas.

E o destino da Lomba do Asseio? Estudo etnográfico sobre conflito, ambiente e política urbana em Porto Alegre, RS.

AUTORES/AS: ANA PAULA MARCANTE SOARES

A partir da experiência etnográfica no contexto de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, proponho refletir sobre as transformações espaço-temporais da paisagem urbana da orla da cidade e seus conflitos engendrados em face dos atuais projetos urbanísticos idealizados pelo poder público local para espaços às margens do Lago Guaíba. Em meio às alterações do Plano Diretor da cidade e da elaboração de “projetos especiais” para a orla, particularmente àqueles propostos para a orla sul, está situado o projeto “Pontal do Estaleiro”. A proposta arquitetônica e urbanística do projeto envolve a construção de um grande e polêmico empreendimento imobiliário de cunho comercial, lazer e consumo e de “remodelação” do espaço onde se situava, desde a década de 50, um antigo estaleiro, há alguns anos

desativado. Considerando esse contexto, analiso, neste trabalho, as tramas e os dramas do conflito do “Pontal” a partir da experiência de indivíduos e grupos sociais que se contra posicionaram à proposta do projeto se autoidentificando como “Movimento em Defesa da Orla”, operando com concepções relacionadas a um objeto e ideário comum, a “proteção ambiental” da “orla”. Pautada na sobreposição de diferentes lógicas de ideologias progressistas e de “modernização” e de ideologias de proteção ambiental como parte do reordenamento de múltiplos significados sobre os “usos” do espaço urbano da orla do Lago Guaíba, focalizo a experiência dos integrantes do movimento social em questão como expressão da dimensão conflitiva da implantação do projeto urbanístico. Proponho analisar essa experiência de integração e de confrontação social do grupo em vista das atuais práticas de gestão urbana, refletindo sobre a dinâmica do duplo movimento expresso, discursiva ou institucionalmente, na “ambientalização” das políticas públicas urbanas e na introdução das “questões urbanas” no debate ambiental contemporâneo.

Imagens de Goiânia: paisagens míticas

AUTORES/AS: MARCOS H. B. FERREIRA

O trabalho sintetiza as principais reflexões de uma pesquisa em andamento a respeito de Goiânia, capital de Goiás, e sua história de urbanização. Partindo-se das impressões de Lévi-Strauss registradas em “Tristes Trópicos” acerca do projeto de construção da capital, traçamos uma linha de análise que toma esse projeto como uma “narrativa mítica”. O mito do progresso e da “modernização do sertão” é pensado a partir de um diálogo entre teorias antropológicas e teorias do urbanismo. A imagem de uma cidade planejada, desenvolvida, arborizada e com altos índices de qualidade de vida é contrastada com dados recentes que apontam Goiânia como a cidade mais desigual do Brasil. Na tentativa de desvelar paisagens marginais soterradas pela utopia, procura-se compreender as consequências que o tipo de urbanização realizado em Goiânia produz sobre as relações sociais e de poder que dão vida à cidade e como essas consequências se expressam no espaço urbano e suas fronteiras hoje.

Moradia e experiências de cidade: Considerações a partir da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

AUTORES/AS: SAMUEL THOMAS JAENISCH

O Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado pelo Governo Federal no ano de 2009 com um duplo objetivo: aquecer a economia a partir do setor da construção civil em resposta à crise econômica mundial de 2008 e enfrentar o histórico de carências habitacionais existente no país. No seu escopo está previsto até o final do ano de 2014 a construção de cerca de três milhões e meio de novas moradias voltadas principalmente para famílias de baixa renda, sendo que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro o programa poderá gerar o deslocamento em potencial de mais de 300.000 pessoas. Alguns saindo voluntariamente de suas antigas residências atraídos pela possibilidade de utilizar o programa para acessar uma nova condição de moradia, muitos removidos por ações unilaterais de reassentamento implementadas pelo Estado, e outros por perderem suas casas em decorrência de intempéries ou infortúnios. Motivações diversas, envoltas por diferentes contextos e histórias de vida nas quais a mudança de moradia opera como um dispositivo para a produção de subjetividades: a ida para os empreendimentos habitacionais financiados pelo Minha Casa Minha Vida não está aqui sendo considerada como uma simples troca de local de moradia mas enquanto um processo que impele o sujeito a qualificar sua nova condição de vida e a ressignificar tanto sua trajetória dentro da cidade quanto suas práticas cotidianas.

Este processo será aqui explorado a partir de narrativas de moradores coletadas em trabalho de campo realizado em quatro empreendimentos localizados nos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e Belford Roxo (RJ). Os casos trabalhados referem-se principalmente a famílias cujo processo de mudança envolveu deslocamentos territoriais significativos (inclusive para áreas da cidade que elas não conheciam previamente) e mudanças drásticas na tipologia arquitetônica/urbanística de sua residência (basicamente a saída de áreas de risco ou favelas para empreendimentos com padrão condominial). Buscou-se compreender como estas transformações implicaram em novas experiências para os indivíduos, principalmente em relação às formalidades e restrições impostas pela vida em condomínio, aos novos arranjos políticos centrados na figura dos síndicos, além

das diferenças nos padrões de urbanização e acesso a comércio, serviços, lazer e mobilidade urbana. A nova moradia enquanto uma nova experiência de cidade em seus múltiplos aspectos.

O que o design pode fazer pela cidade? agenciamentos e articulações das categorias de cidade, patrimônio histórico-cultural e design no contexto sócio-político carioca contemporâneo

AUTORES/AS: ZOY ANASTASSAKIS

Esta comunicação apresenta alguns dos resultados preliminares da pesquisa “O Rio de Janeiro continua sendo? Agenciamentos e articulações das categorias de cidade, patrimônio histórico-cultural e design no contexto sócio-político carioca contemporâneo”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ. Nela, concentro a atenção nos espaços (físicos, institucionais, e também conceituais) que o design vem ocupando na administração municipal do Rio de Janeiro, com a gestão Eduardo Paes. Partindo do relato de um encontro do então candidato a reeleição com um grupo de cerca de trezentos designers, analiso as ações vinculadas ao design promovidas pela estrutura de patrimônio cultural da prefeitura, bem como o discurso do prefeito e de sua equipe sobre design e seu ‘papel’ na cidade, hoje. Observo também os espaços físicos e institucionais em que se inscrevem as suas propostas para a área e os modos com que os designers com elas interagem. Assim, pretendo discutir os modos com que a administração municipal do Rio de Janeiro atribui determinados valores ao termo ‘design’, para, a partir disso, agenciar uma série de ações que encontram no design um eixo de estruturação. Nesse contexto, design surge tanto como um modo de pensar (pensamento projetual) quanto como um campo profissional em torno do qual se organizam os designers, que são estimulados a participar. Percebido, então, como alternativa para uma perspectiva mais protecionista das políticas de patrimônio cultural, design termina por se aproximar da ideia de planejamento com fins de inovação e desenvolvimento, tensionando o campo das políticas municipais de patrimônio, no qual hoje se insere. Nesse ambiente, são flexionadas também as noções de cultura e economia, como pólos em meio aos quais o design deslizaria com mais agilidade. Esse debate não deixa de ter paralelos com aquele travado em âmbito federal no final da década

de 1970, quando da nomeação do designer Aloisio Magalhães para a presidência do IPHAN. Deve-se, contudo, notar como naquele momento as ideias lançadas por Magalhães terminaram por encontrar espaço na área da cultura, tendo sido inicialmente formuladas a partir de um diálogo com a área da indústria e do comércio. Especularmente, o que vemos hoje é um movimento em sentido contrário, ou seja, o design parte da área de cultura em direção à economia e à indústria, áreas que no Rio de Janeiro encontram-se hoje flexionadas pela noção de criatividade. A partir do relato do encontro de Eduardo Paes com os designers em 2012, e da análise de suas propostas para a área, discuto os processos através dos quais determinados projetos políticos fazem uso do termo ‘design’ a fim de viabilizar seus planos de cidade.

Ressignificações do morar a partir de uma intervenção “revitalizadora”: novas percepções acerca da Vila Belga

AUTORES/AS: DANIELLE FACCIN

A Vila Belga é um antigo conjunto habitacional da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, o qual foi inaugurado na primeira década do século XX com o objetivo de fornecer moradia aos trabalhadores da Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fér au Brésil, empresa então arrendatária das ferrovias gaúchas. Localizada nas imediações da estação ferroviária da cidade, a Vila Belga sofreu paulatino processo de degradação, tanto física quanto simbólica, a partir dos anos 1960 com a decadência do sistema ferroviário no país. A privatização da Rede Ferroviária Federal na década de 1990 impulsionou a reivindicação do reconhecimento do patrimônio cultural remanescente da ferrovia em Santa Maria, cidade que já foi considerada o principal entroncamento ferroviário do estado. Com o sítio ferroviário de Santa Maria tombado em nível municipal e estadual, o Plano Diretor da cidade (aprovado em 2005) propôs um programa de valorização da identidade urbana, tendo como um dos itens a ser trabalhado a recuperação do espaço e dos imóveis da Vila Belga, visando o reconhecimento da “cultura ferroviária” na cidade e o desenvolvimento do turismo cultural local. A “Revitalização da Vila Belga”, concluída em 2012, foi fruto de um projeto de arquitetura e urbanismo elaborado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Santa Maria, e caracteriza-se por uma intervenção de caráter mais cenográfico

do que estrutural propriamente dito. Diante desse contexto, o que este trabalho se propõe é discutir a questão do morar na Vila Belga antes, durante e após a promoção desse cenário revitalizado. Assim, partindo da observação do cotidiano da Vila Belga por meio de uma etnografia de rua e realizando entrevistas com moradores locais (entre os quais muitas pessoas que tem sua história ou de sua família ligada às atividades ferroviárias na cidade), buscamos identificar disputas sociais que vem classificando as formas de apropriação deste espaço e concedendo sentidos de pertencimento ao mesmo. Portanto, por meio da análise empreendida acerca da intervenção na Vila Belga, perpassamos conflitos que indicam a restrição da participação da comunidade nas tomadas de decisão projetuais, os riscos de impulsão da gentrificação local, a demarcação de espaços sociais entre o que é e não é desejável e, por outro lado, a valorização da Vila Belga enquanto patrimônio cultural santa-mariense, o redescobrimento desta como lugar de referência para a cidade e o consequente reconhecimento e o respeito por histórias de vida do grupo de moradores locais, lembrando o quanto a valorização da materialidade está ligada à da subjetividade.

COORDENADOR/A: RENATA DE SÁ GONÇALVES (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE), PATRICIA SILVA OSORIO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO)

DEBATEDORES: FELIPE BEROCAN VEIGA, JOAO GABRIEL LIMA CRUZ TEIXEIRA, JOAO GABRIEL LIMA CRUZ TEIXEIRA

Ao dar continuidade às discussões propostas na 28a. RBA, o GT Antropologia da Dança pretende compartilhar estratégias e experiências de pesquisa que tenham a dança como foco de investigação. Ao promover o encontro entre pesquisadores que relacionam dança e sociedade, e diante da amplitude e do caráter transversal do tema, discutiremos as diversas abordagens metodológicas propostas, de modo a refletir sobre os caminhos da prática etnográfica e da teoria antropológica. Indicamos que as diversas perspectivas promovidas e mediadas pela dança acompanham complexos e instigantes modos de lidar com as sociedades, com os sujeitos e seus múltiplos arranjos e planos de significação. Como arte performática, as danças resultam das formas liminares e reflexivas que caracterizam o “drama social”, no qual as estruturas da experiência de grupo são replicadas, desmembradas, lembradas, remodeladas e tornadas significativas. Debateremos sobre como os pesquisadores abordam a dança em suas relações associadas às questões urbanas, étnicas, étarias, de gênero, familiares e religiosas. A intenção é a de refletir sobre as relações entre dança e estados emocionais, corporeidades, sociabilidades e construções identitárias. Traremos para o debate as experiências etnográficas que alinhem a criatividade teórica do pesquisador às inovações metodológicas como, por exemplo, a etnografia multissituada, a etnobiografia, o uso da produção audiovisual.

A Dança do Wititi: tradição e espetacularização no vale do colca (arequipa, peru). Um estudo etnográfico e comparativo entre três situações dramáticas sobre dança e identidade na região andina.

AUTORES/AS: MARIA JOSE ALFARO FREIRE

Esse trabalho se propõe a apresentar e analisar o wititi, dança vigorosa que acompanha as festas patronais no Vale do Colca (Arequipa-Peru) durante a temporada das chuvas, entre dezembro e fevereiro. Seu personagem central, o wititi, um homem vestido com saias femininas, detém o protagonismo simbólico e performático da dança. As narrativas locais acionam dois vetores semânticos para dar-lhe sentido: no primeiro, a dança remeteria a um ritual de competição e enfrentamento interno; no segundo, a dança encenaria uma conquista amorosa, em que o wititi - vestido com saias - consegue ludibriar a família da mulher desejada e roubá-la.

Nos últimos 30 anos, no contexto dos fluxos migratórios, o wititi ganha contornos de “dança regional” e passa a ser executado e reelaborado também fora do Vale, integrando os “festivais folclóricos” dos bairros da periferia da cidade de Arequipa. As próprias execuções da dança no Vale passam por transformações significativas no diálogo com esses fluxos. A partir da década de 1990, a dança do wititi passa a integrar o repertório de tradições acionado nas interações com os agentes do turismo, sendo executada também nessas arenas – restaurantes, feiras, festivais - em que passa a representar, de acordo com a situação e plateia, tanto uma “dança nacional”, quanto “regional”, ou mesmo uma “dança ancestral”, “pré-incaica”. Podemos classificar essas novas situações em que o wititi é executado como de “espetacularização” (Carvalho, 2010; Turino, 1993) de suas práticas e conceitos, quando novos dispositivos passam a condicionar a organização da dança: novos locais de execução, outros tempos de atuação, inovações coreográficas, ênfases semânticas, que se produzem no diálogo com uma audiência local e extra-local.

A partir de etnografia, pretende-se comparar três situações dramáticas nas quais o wititi é executado: i) nas festas patronais do Vale do Colca; ii) em contextos de migração na cidade de Arequipa; iii) em contextos de turismo. Sugiro que o wititi narra uma história de interações recentes, tanto em seu conteúdo quanto na forma. Nos seus movimentos, nos seus corpos, essa dança conta uma história ou uma contra-história colonial, cujo protagonismo recai sobre o lugar, seus habitantes, seus saberes e meios de expressão.

A Dramaturgia da Dança nas Manifestações Populares: Um Estudo Sobre a Dança de São Gonçalo de Amarante

AUTORES/AS: VICTOR HUGO NEVES DE OLIVEIRA

A noção de dramatismo inspira inúmeras abordagens dentro dos estudos antropológicos que buscam compreender o homem e seus comportamentos em sociedade. O interesse, portanto, pelas manifestações populares de caráter dramático tem como marcador a experiência como processo criativo; entretanto, remontam a paradigmas dramáticos de herança aristotélica, onde se veem narrativas e histórias com início, meio e fim tal qual os enfoques adotados por Gennep constituídos de três momentos [separação, transição e reagregação] ou as fases constituintes do drama social identificadas por Turner [ruptura, crise, ação reparadora e reintegração] que lembram a estrutura da tragédia grega. O estudo aqui proposto busca analisar se a dramaturgia é uma questão para as manifestações populares e os modos a partir dos quais podemos operacionalizar novas modalidades de pensamento em sua constituição. Para tanto, elaboramos uma análise da Dança de São Gonçalo de Amarante: pensamentos míticos, heranças ancestrais e práticas gestuais. O objetivo é engendrar reflexões sobre o corpo nas discussões acerca da dramaturgia e apreender na própria estrutura da composição coreográfica redes de significação e de expressividade plástica e performática.

A transmissão da memória: O Samba de Roda no Recôncavo Baiano.

AUTORES/AS: ROSA CLAUDIA LORA KRSTULOVIC

O samba de roda é caracterizado como uma manifestação musical, coreográfica, poética e festiva presente em todo o estado da Bahia, mas muito particularmente no recôncavo (IPHAN). Acontece em um espaço circular composto por músicos, coristas/dançantes e observadores/participantes. No contorno da roda se agrupam os músicos, sendo sempre referência principal do espaço. As mulheres pertencentes ao grupo e os observadores/participantes se acomodam aos lados, fechando a roda. O espaço do meio é usado somente pra dançar. Alguns elementos do samba de roda como a organização da roda, a umbigada, o uso de palmas, as letras e os espaços de apresentações tem se mantido ao longo de décadas. Estas velhas formas culturais convivem com novos elementos da

modernidade, como o palco, o figurino e as novas letras das músicas. O presente trabalho sugere que esta sustentação se deve as formas de transmissão culturais contidas nas memórias hábito dos sambadores e sambadeiras, que ao mesmo tempo convivem e se modificam com formas criadas pelos novos contextos históricos.

A transmissão da memória do samba de roda é uma memória corporal ou incorporada e conduzida de geração a geração através da dança e da música dentro do espaço da roda. Hoje em dia, as gerações mais antigas são as principais transmissoras dessa memória, mas outros atores participam direta e indiretamente dessa transferência.

Na roda, a linguagem musical, verbal e gestual combinadas dão sentido ao presente e ordenam o mundo a partir de certos episódios que se lembram ou se constroem através de outras lembranças; o presente também entra no jogo, episódios da vida cotidiana são contadas no samba enquanto a coletividade toca, escuta, bate palmas e dança. A memória presente nas linguagens corporais tem sido a forma na qual os populações do recôncavo tem preservado e recriado suas memórias através do tempo, e na atualidade são parte essencial de sua identidade histórico cultural.

Cortejando pela rua, cortejado pelo palco: a dança do candombe uruguaio

AUTORES/AS: MARCELA MONTEIRO RABELO

A trajetória da constituição da América Latina resulta da convergência de culturas e sociedades que se forjaram historicamente separadas, aqui reunidas por força e iniciativa de povos europeus. Mais que uma denominação determinada por um tronco linguístico, a expressão América Latina traz consigo um discurso constituído por fatores culturais, étnicos, políticos, econômicos e sociais (GALEANO, 2002). É na confluência de tais fatores que se encontra o folguedo ao qual me reportarei durante este estudo: o candombe, festejado em Montevidéu – Uruguai. Na sua história já se faz notar a ênfase de uma constituição resultante de influência da cultura negra em um território dominado por pessoas brancas. Caracterizado como cortejo, o candombe é composto de música e de dança, sendo esta última o centro das discussões aqui apresentadas. A prática do candombe é recorrente durante todo o ano no território uruguaio, embora possua sua maior expressão no período que vai desde as festividades natalinas ao período carnavalesco, principalmente em Montevidéu, através das salidas de tambores e llamadas dos

bairros Sur e Palermo desta cidade. Além do espaço da rua, as novas situações de competição (reguladas pelo Estado), implementadas no decorrer do século XX, trouxeram o candombe para outros espaços como os tablados (espécie de palcos montados em diversos bairros da cidade no período carnavalesco) e o palco do Teatro de Verano (por meio de concurso realizado por diretores de espetáculos e das comparsas) (FERREIRA, 2001). Desta forma, apresenta-se aqui preocupação em compreender como esse contexto se relaciona com a dança dos brincantes desta manifestação. Assim, proponho a reflexão sobre que tensões, conflitos e diálogos se colocam diante destes novos e diversos atores e espaços (rua-palco) onde se experencia a dança no candombe. E, que sentidos a dança e os sujeitos que a experienciam irão destacar diante desse trânsito de lugares. Partindo das ideias que guiam os teóricos da performance e de antropólogos da dança, considere o uso do próprio corpo como ferramenta de investigação. Também a descrição e a análise da dança do candombe em cada espaço/situação em que ela se apresenta, é precedido de minha experiência como dançarina e/ou espectadora. Em conjunto, o questionamento aos participantes de como entendiam o movimento de seus próprios corpos que se moviam ao bailar candombe em cada um desses lugares, complementa-se a percepção do corpo. Por fim, todas as contribuições teóricas que me orientam estão permeadas pelo pensamento de Kaeppler (2003), que evidencia que na busca pelo entendimento da estética de uma dança é imprescindível captar os princípios sob os quais esta estética está baseada e como essa dança é percebida pelas pessoas que a fazem acontecer.

Dança e identidade entre maranhenses da Companhia Mariocas na cidade do Rio de Janeiro.

AUTORES/AS: ANA BEATRIZ CUNHA GONÇALVES

O presente trabalho de pesquisa vem sendo desenvolvido junto à Companhia Mariocas, atualmente formada por cerca de 20 maranhenses residentes na cidade do Rio de Janeiro. A partir de suas danças, corporalidade e gestualidade, trago algumas questões para pensar as relações de pertencimento e construção de uma identidade destes maranhenses. A Companhia foi fundada em 2002 pelos

maranhenses e irmãos gêmeos Ramon e Rômulo Costta, e é desde então por eles dirigida. Os irmãos foram para o Rio de Janeiro com o objetivo de trabalharem na divulgação das danças e festejos de sua região junto a outros maranhenses e aos cariocas. Entre as principais danças apresentadas estão o Tambor de Crioula, o Cacuriá e o Bumba-meu-boi. Esta comunicação pretende especialmente refletir sobre como o Tambor de Crioula acontece e é performado. O foco principal será as apresentações dessa dança que acontece em espaços públicos voltados para o turismo e onde há grande circulação de pessoas com interesse em “atividades culturais”, como nos Arcos da Lapa (bairro da cidade do Rio) e a praia de Copacabana (no bairro de Copacabana).

Movimentos de um jovem coreógrafo de siriri: dança e cultura popular na contemporaneidade

AUTORES/AS: PATRICIA SILVA OSORIO

Várias são as transformações vividas pelas culturas populares. Mudanças de cenários e contextos estão sendo problematizadas por meio de reflexões que acionam os conceitos de “profissionalização” e “espetacularização”, processos de patrimonialização, dinâmicas estabelecidas entre as expressões das culturas populares, o mercado e o turismo. Em Mato Grosso, região centro-oeste do Brasil, o folgado popular que mais exhibe alterações, em suas formas e conteúdos performáticos, é o siriri. O siriri é composto de dança e música, seus passos são executados aos pares e ao som da viola de cocho, do mocho, do ganzá, e recentemente com apoio da sanfona, violão e teclado. Ampliando os eventos festivos, o siriri ocupa os palcos. Tal inserção exige dos grupos novas práticas, como a montagem do espetáculo: cenário, coreografias, enredo e alegorias. A presente comunicação pretende refletir sobre a trajetória de um jovem dançarino que frente às transformações, torna-se um coreógrafo de siriri. Elaborando técnicas de preparo dos corpos dos dançarinos, projetando movimentos e sistematizando passos para a transmissão da dança, sua trajetória e atuação é reveladora dos desafios impostos às danças populares na contemporaneidade. A perspectiva é a de pensar a dança enquanto forma expressiva capaz de colocar em ação dramas sociais, processos de mediação e dinâmicas identitárias.

A efêmera dança dos corpos: articulações entre imagens indizíveis

AUTORES/AS: VIVIAN MARINA REDI PONTIN

“O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu” (LISPECTOR, 1988, p. 113).

Com quantos indizíveis e fracassos se faz um passo de dança? Como criar uma escrita do indizível e do fracasso de uma dança ou que inscreva o indizível e o fracasso nos corpos que dançam?

Essa escrita busca articular as imagens do documentário *La danse de Frederick Wiseman*, o corpo, a dança e os conceitos, e pensar no que produz fissuras por entre as exigências do corpo de balé, da territorialidade do corpo exercitado para a dança, a máquina de produção do espetáculo, que visa à perfeição, à reprodutibilidade, à repetição tal qual o modelo, a glorificação dos bailarinos e da companhia. Tudo isso invadido pelo desconcerto, pelas falhas iminentes, por vezes imperceptíveis, pelo precário. O corpo de balé é cortado por uma máquina de guerra, nômade (DELEUZE; GUATTARI, 1997) da iminência do erro; por um corpo que dança e não necessariamente sabe o movimento exato que fez para poder repeti-lo, desorganizado entre falhas e acertos, que experimenta um corpo dançante sem que os significantes lhe sejam necessários, úteis, sem que os sujeitos se fixem – os movimentos são impossíveis e estão em devir.

Articulação pensada com Bruno Latour (2008) que difere do falar com autoridade, da intermediação, da simbolização arbitrária, correspondente entre mundo e sujeito visando à exatidão, à referência. Mas é a possibilidade de mediações entre componentes que afetem uns aos outros, devolvendo ao corpo dançante, aqui, o sensível partilhado entre indizíveis fracassos.

Wiseman busca, em seus filmes, o funcionamento das instituições e suas sutilezas. Em *La danse* são os corredores vazios repletos dos sons dos ensaios incessantes da companhia *Le ballet de l'opéra de Paris* que fazem circular aquilo que não pode ser dito e a iminência do erro. As estruturas concretas que suportam o prédio – os porões, os ductos subterrâneos, as engrenagens e pilares guardam aquilo que não é narrado, são elementos imagéticos que dizem daquilo que ninguém vê na companhia, mas que a sustenta.

A ausência de narração faz com que a montagem e a edição sejam a possibilidade

de explorar as imagens, não se trata das imagens editadas ocuparem o lugar do narrador, mas delas vazarem os sentidos.

O indizível e o fracasso que Clarice alertou, nessa escrita fazem com que a dança experimente uma repetição que não é fiel ao modelo, mas na qual se cria. A displicência dos movimentos nos ensaios, que deveria ser apagada no espetáculo numa espécie de assepsia, é incorporada como aquilo de indizível que habita o corpo desde os ensaios. Produção desejosa em que mais do que a perfeição do movimento, faz, pois, com que os corpos se liguem, conectem-se.

Dança de fronteira – reflexões sobre um processo de pesquisa e criação em dança a partir de uma abordagem antropológica

AUTORES/AS: MARIA ACSELRAD

O projeto de pesquisa O Corpo em Festa atua, desde 2010, no âmbito do Curso de Dança, da UFPE. A partir de levantamentos bibliográficos acerca da relação dança, corpo e cultura, assim como de observação participante, aprendizado, registro audiovisual e análise do movimento de diferentes danças populares e tradicionais, mais recentemente o grupo passou a se dedicar a um processo de investigação e experimentação prática em sala de ensaio. Esta comunicação pretende discutir alguns procedimentos metodológicos desenvolvidos pelo grupo nesta etapa do projeto intitulada Dança de Fronteira, cujo foco de investigação debruça-se sobre princípios de movimento, observados nas seguintes danças: a expansão no frevo, a oposição no caboclinho, a vibração no maracatu de baque virado e a explosão no cavalo-marinho. Um princípio de movimento pode ser um elemento constitutivo, determinante, emblemático. Mas também uma característica geral e recorrente, o que Manfred Clynes (1977) denominou de “formas essenciais”, ou seja, consequências da ação física de dançar, que transcendem fronteiras culturais (Blacking, 2013). Por princípios de movimento, compreendemos as forças motrizes capazes de colocar o corpo em movimento no tempo e no espaço. Ou como propõe Ligiéro (201, p. 111), “força que provoca ação, qualidade implícita do que se move e de quem se move”. Conhecer não se resume a uma experiência intelectual (Le Breton, 2011). E, portanto, experimentar tais princípios de movimento no corpo do dançarino-pesquisador vem proporcionando uma experiência ampliada acerca do entendimento das danças por nós pesquisadas, potencializando a

experiência de “corpo-testemunha”, mencionada por Buckland (2013), em que as sensações corpóreas vivenciadas promovem uma empatia cinética que enriquece a análise. A multiplicidade de campos de pesquisa marca uma postura deste projeto em afirmar a heterogeneidade e complexidade do universo das danças populares e tradicionais. Por isso, cada integrante do grupo possui um campo de pesquisa próprio, embora compartilhado com os demais, o que nos previne de interpretações universalizadoras que buscam identificar numa só dança, um só corpo e um só sentido, multiplicando pontos de vista e problematizando percepções. Segundo Martins (1997), “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. (...) É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se vê quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido” (Martins, 1997, p.11-12). Discutir as zonas de fronteira entre corpos e culturas em foco neste projeto é o objetivo desta comunicação.

O que fica é mais que o resto: ligeiras notas sobre a videodança.

AUTORES/AS: LUISA GÜNTHER ROSA

Pode ser que a intenção não seja sempre esta, mas ao que parece, a presença é o corolário da Dança. É preciso estar no ali do momento e perceber a alteridade de um corpo distinto e imediato. Um corpo que comparece com suas particularidades de forma, silhueta, ritmo e precisão. Um corpo que indica esforço em seu suor translúcido; que preenche o silêncio com sua respiração ofegante; que pulsa o espaço com sua fadiga muscular. Sim. A Dança é um devir constante da presença circunscrita pelas possibilidades de existência de si mesma. Agora, que tipo de presença o dançar precisa ser? Quais os limites de ausência que o dançar pode ter? Estas perguntas, quase ingênuas, circunscrevem os desdobramentos propostos neste artigo que, para além do real imediato, coloca o dançar no tangencial da virtualidade do vídeo. Neste espaço, o dançar promove um outro acontecer. O corpo pode estar ausente, inerte, informe, opaco. A agoridade da presença pode ser transformada no lapso do retorno do efêmero da experiência. A partir desta sutilezas, a discussão aqui proposta visa desdobrar considerações sobre a videodança como mais uma possibilidade de composição para a cena. Para isto, apresenta

quatro agrupamentos poéticos autorais (que resultaram do projeto ‘pensar é o que o cérebro faz quando está sentindo’): a narrativa deslinear; o cotidiano incomum; a cumplicidade da contracena; e, o corpo transitório.

Percurso metodológico: de uma etnografia do corpo dançando à análise da arte-educação como política do corpo em movimento

AUTORES/AS: ANNE-SOPHIE MARIE FRÉDÉRIQUE GOSSELIN

O que a etnografia do corpo dançando trouxe à minha análise de um projeto social com dança? Refletindo sobre a experiência empírica que tive durante minha pesquisa de doutorado sobre uma escola de dança e integração social em fortaleza, esta apresentação pretende evidenciar os efeitos e motivos da escolha do método etnográfico na construção do meu objeto de análise: a arte-educação em âmbito político e social. Nesta comunicação, apresentarei o trabalho de campo e as conclusões do meu doutorado realizado na universidade de paris ouest nanterre entre 2006 e 2011. Nessa tese intitulada “a dança na escola dos pobres. Projeto político de integração social das crianças das favelas”, procurei analisar de que modo a aprendizagem corporal, sobre tudo da dança clássica e contemporânea, pode participar de um projeto de socialização das populações das favelas, projeto no qual se misturam valores de disciplina, criatividade e reponsabilidade. O objetivo do trabalho era então problematizar esse fenômeno de instrumentalização da dança com fins políticos e sociais. Durante o ano de observação participante que passei nesta escola, prestei uma atenção constante aos detalhes do cotidiano, os modos de relacionar-se dos alunos, os modos deles de se mover no espaço da sala de dança ou nos vestiários antes, durante e depois dos cursos, os laços emocionais e autoritários com os educadores, as conversas informais e os discursos oficiais, etc. Essa investigação etnográfica enquanto fundamento empírico constituiu a base da reflexão teórica para analisar as estratégias de atendimento das populações ditas pobres ou excluídas. Na luz dos conceitos de incorporação de pierre bourdieu e da biopolítica de michel foucault, o olhar minucioso revela as pedagogias do corpo que estão centrais nos processos de socialização em torno da dança. Esse estudo sociológico construído a partir da etnografia de uma prática de dança não podia fugir da importância de considerar o ser humano como “agente produzindo significação em movimento”(drid williams). Nessa comunicação, trata-se especificamente de

desconstruir ou reconstruir o processo que me levou a integrar em minha análise as dinâmicas do corpo em ação, confrontando o conceito de “aprendizagem pelo corpo”(sylvia faure) à observação empírica. Procurando “iluminar o significado do evento de dança”(deidre sklar) no contexto desse projeto social, a abordagem etnográfica implicou descrições detalhadas de como a aprendizagem pelo corpo participa de um projeto de socialização política de jovens de comunidades ditas “carentes”. Enfim, esta apresentação propõe um retorno epistemológico e reflexivo sobre o meu próprio percurso de pesquisa de doutorado, examinando os usos de conceitos sociológicos no estudo de uma forma de apropriação política da dança.

Perspectivas auto-etnográficas em pesquisas com dança contemporânea.

AUTORES/AS: SANDRA MEYER NUNES

A etnografia e a auto-etnografia permitem ao artista da dança associar a experiência do dançar à pesquisa acadêmica a partir do desenvolvimento de modos de investigação voltados às necessidades da prática artística. Na pesquisa com dança (e não sobre dança) as reações somáticas do pesquisador são consideradas como dado etnográfico, evocando uma consciência da própria experiência em campos como as salas de ensaio e espaços de apresentação de performances. Sylvie Fortin (1994) refere-se à empatia cinestésica, em que a pesquisa interpela a corporeidade do pesquisador. A auto-etnografia intensifica a perspectivaêmica em direção à construção de conhecimento na passagem entre os fazeres artísticos e os fazeres acadêmicos.

Feminilidades a dedo: danças, performances e erotismos no show business brasileiro

AUTORES/AS: RAPHAEL BISPO DOS SANTOS

Durante os anos 1970 e 1980, um conjunto de dançarinas sensuais, as chacretes, ganhou destaque na televisão. Além de auxiliar o apresentador Chacrinha em programas de auditório, compunha paralelamente um crescente mercado erótico, estendendo suas atuações para as boates-revistas, a pornochanchada, os ensaios sensuais e a prática de programas de luxo. A presente comunicação procura analisar a necessária fabricação por parte dessas dançarinas de uma performance de gênero hiperfeminina para a obtenção do sucesso como chacrete. A estética

e a corporalidade sempre foram essenciais para a atividade de uma girl. A vocação profissional está inscrita no físico, na aparência. Sendo assim, o corpo é constantemente tematizado como imprescindível na definição da ocupação e nas possibilidades de ingresso na carreira. No entanto, outros atributos eram imprescindíveis, para além dos contornos físico-corporais propriamente ditos. Os diretores costumavam se referir a eles por expressões como *savoir a faire* e *sex appeal*. Trata-se de um modo específico das chacretes se portarem durante suas exposições na televisão, principalmente nas danças que executavam. Elas não deviam apenas ter um tipo físico específico, mas evocar a todo instante uma imagem de mulher superexcitada e sempre disponível, servindo-se de seus “corpos fartos” para isso. Desde o processo de seleção, os produtores já atentavam para gestos, trejeitos e estilos que evocassem tal imaginário. Nesse sentido, a comunicação se propõe a investigar precisamente a dança cênica e midiaticizada das chacretes, executada durante os programas televisivos de Chacrinha para uma ampla e diversificada platéia de telespectadores. A idéia é demonstrar que a proposta performática da dança das chacretes é construí-las como mais mulheres do que qualquer outra mulher, parafraseando Perlongher (2008), visto que exageram e dramatizam a feminilidade mais convencional em suas apresentações – borrando ou mesmo reificando certas fronteiras de gênero e da sexualidade mais hegemônicas – atitude essa que chamaremos tentativamente no trabalho de performance de *superfêmea*.

Nas trilhas do Congado: dança, identidade e memória na Comunidade os Arturos

AUTORES/AS: CAMILA CAMARGO VIEIRA

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os festejos do Congado da Comunidade Negra dos Arturos, localizada em Contagem no estado de Minas Gerais, focalizando a dança, música e todo ritual como uma maneira de ressignificar o cotidiano dessa comunidade marcando sua história. A partir do Congado a comunidade refaz sua história, ensinando e continuando suas tradições entre as diferentes gerações dos Arturos. A manifestação corporal e a oralidade são muito presentes na comunidade, devido às heranças africanas que soam e reverberam no corpo. Essas recordações históricas servem para a construção, preservação e transmissão da memória social negra. Nesse contexto o grupo social guarda o

passado dentro da mente através de uma memória sedimentada no corpo. Neste trilhar dos caminhos sagrados do Congado, seguem os Arturos, construindo sua história, suas lembranças, sua identidade enquanto grupo e indivíduos, articulados pela dança, música e linguagem corporal. Nessa perspectiva pretende-se pensar o Congado em sua totalidade como um elemento que relembra o passado histórico escravista encontrando-se com o presente, sendo a dança e a música um elo de resistência e identidade marcando diferentes trajetórias sobretudo entre os jovens da comunidade.

O “dancing ao contrário”: redefinindo sociabilidades e papéis no mundo da dança de salão carioca

AUTORES/AS: FELIPE BEROCAN VEIGA

Ao abordar retrospectivamente sua iniciação na dança, Jaime Arôxa, do alto de seu reconhecimento como coreógrafo e professor, se referiu a si mesmo dessa maneira, lembrando os tempos em que vivia na casa da saudosa mestra Maria Antonietta Guaycurus de Souza: “acho que fui o primeiro bolsista do Brasil”. Os chamados “bolsistas” são personagens hoje muito comuns nas academias, onde se tornaram uma demanda necessária, diante do aumento do interesse das pessoas e, conseqüentemente, do mercado altamente promissor que se abriu relacionado à dança de salão. Eles estão ali para aprender e aprimorar seus passos sem custo, tendo a incumbência de constituir par com as alunas durante as aulas e de animar os “bailinhos” das academias, podendo ainda dar pequenas instruções aos novatos e trocar informações entre si. É uma oportunidade não só para aprender a dançar, mas também para aprender a ensinar e, futuramente, transformar as habilidades e conhecimentos adquiridos em uma atividade profissional rentável. A existência desse novo grupo abriu espaço para o surgimento dos polêmicos “personal dancers” ou “dançarinos de aluguel”, reinventando modalidades de dança contratada dos extintos dancings e redefinindo formas de sociabilidade e papéis de gênero nas academias e salões cariocas, até chegar à famosa Gafieira Estudantina.

Prestígio e poder no circuito break dance carioca. Tensão entre os b-boys

AUTORES/AS: OTÁVIO RIBEIRO RAPOSO

Um grupo de jovens de diferentes favelas da Maré (Rio de Janeiro) encontrava-se

regularmente para dançar break dance (uma das vertentes da chamada “cultura hip hop”), participando de um circuito de lazer e sociabilidade centrado nesta prática cultural. A partilha de interesse pela dança foi responsável pela reformulação das suas redes de amizade, tornando possível que jovens moradores de diferentes favelas do bairro ficassem amigos. Essa questão é ainda mais relevante devido aos constrangimentos na circulação dos habitantes provocados pelos confrontos armados entre diferentes facções do tráfico de drogas e agravados pela ação truculenta da polícia. No seguimento destes conflitos, divisões territoriais eram impostas, forçando grande parte dos moradores, particularmente os jovens, a evitar regiões sob controle de bandos rivais dos que dominavam a sua área de residência. No entanto, estes dançarinos conseguiram romper com essas dinâmicas de confinamento. Várias vezes por semana, mais de quarenta jovens de toda a Maré reuniam-se em vários locais do bairro para treinar break dance, principalmente na Tecno, uma antiga fábrica abandonada transformada em centro social. Contrariavam, assim, as forças que os queriam isolados e fragmentados, ao ampliar os seus percursos e as suas redes de amizade para fora dos limites determinados pelo tráfico. Imbuída de densas sociabilidades, a Tecno era o cenário onde se vivia um modo particular de ser jovem, o “pedaço” onde poderiam conversar à vontade sobre o que quisessem, criando uma teia de cumplicidade e afinidade comum. Conforme passei a frequentar os locais de ensaio dos dançarinos da Maré fui me apercebendo de algumas tensões e rivalidades entre eles. Ao prestar atenção à frequência e qualidade de interação entre os b-boys, reparei que as sociabilidades, conversas e entreajudas eram segmentadas, tal como o uso dos espaços onde treinavam. Nem todos recebiam o mesmo grau de atenção e encorajamento, tampouco as interações se davam de igual forma entre eles. Embora o break dance fosse a atividade lúdica estruturante dos b-boys da Maré, diferentes modos de apropriar a dança constituíam motivos de discórdia entre eles. Desta forma, pude constatar que esses jovens estavam divididos informalmente em dois subgrupos. Essa divisão nas sociabilidades não estava vinculada à classe social, tampouco a diferenças na cor da pele. Negros, brancos e mestiços, bem como jovens de condições socioeconômicas ligeiramente diferenciadas, integravam ambos os subgrupos. Eram relações do tipo “estabelecidos e outsiders” que tornavam compreensíveis antagonismos entre os dançarinos da Maré, resultantes

da capacidade de um dos subgrupos conseguir monopolizar as oportunidades de prestígio oferecidas no circuito break dance da cidade.

“Gingando e balançando em sincronia”: corpo, preparação e dança no Boi Garantido/Parintins-AM.

AUTORES/AS: SOCORRO DE SOUZA BATALHA

Este artigo, que tem como universo de pesquisa o Boi Garantido da cidade de Parintins/AM, busca refletir sobre as relações entre brincantes, dançarinos e coreógrafos nos meses que antecedem o festival. Neste sentido, o trabalho expõe uma etnografia do processo de preparação para os três dias de disputa na arena do bumbódromo, começando com as escolhas das toadas, criação das coreografias de palco e para gravação do DVD/2013 e ensaios no curral. Partindo dessas premissas, o estudo visa articular com temas relacionados teoria da performance, dança, corpo, música e festa popular, para analisar a dança incorporada pelos dançarinos/brincantes no ato da apresentação.

COORDENADOR/A: JOHANNES ANDREAS VALENTIN (UERJ/IUPERJ), YARA SCHREIBER DINES (USP)

“A imagem é uma extraordinária ‘montagem’ - não histórica - do tempo”. HUBERMAN, 2000 Propomos aqui a discussão e problematização da noção de “montagem” na antropologia da imagem como questão de linguagem e de produção de conhecimento. Presente nas produções videográficas, fotográficas e em sites na internet carece, no entanto, de debates e reflexões mais aprofundadas. A montagem, assim como a desmontagem e a remontagem operam com o tempo e o espaço. Desse modo, quando trabalhamos com a montagem na antropologia da imagem, quais sentidos, significados e narrativas vêm à tona? Essas são algumas das questões que introduzimos ao propormos uma reflexão sobre como lidar com a montagem de imagens na antropologia. O trabalho de campo, a etnografia visual, os depoimentos somados à leitura da bibliografia criam um arcabouço metodológico para que ocorra tanto uma montagem da experiência antropológica vivenciada, como principalmente uma montagem imagética que gera narrativas híbridas. Conforme Huberman, “montagem é uma exposição de anacronias na medida em que surge como uma explosão da cronologia. A montagem corta as coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas. Cria então um choque e um movimento”. Uma vez que a imagem é sempre uma construção, são tais aspectos relacionados à etnografia e à produção visual associados à epistemologia do conhecimento antropológico que pretendemos aproximar e cruzar.

A percepção na montagem fílmica: um processo de ordenação interior

AUTORES/AS: EVELINE STELLA DE ARAUJO, PAULO ROGÉRIO GALLO, LIVRE-DOCENTE, FSP-USP

Este paper pretende examinar os processos de montagem audiovisual em filmes etnográficos como uma forma de escrita acadêmica que pretende humanizar o discurso científico. Ao analisar processos criativos na produção audiovisual com jovens de periferia em São Paulo vemos replicada esta noção ao constatar a humanização do discurso social por meio da montagem produzida pelo grupo pesquisado.

A parceria estreita entre roteiro e montagem (Carrière:1996) permite analisar o discurso nativo sobre o que “deveria aparecer” nos vídeos, a percepção idealizada do socialmente visto, e o que efetivamente é colocado nos filmes. Estes revelam “o que eu quero ver no filme que estou produzindo”, ou seja a percepção do mundo desejado, evidenciando que a prática acaba por exigir escolhas e definições reveladoras tanto do social quanto do imaginário. Estas escolhas acontecem em meio a uma série de contingências da realização fílmica, sejam elas financeiras; estruturais e/ou pessoais. Utilizou-se neste paper a noção de percepção de Ostrower (1977) que investigou processos criativos e para quem “... a percepção consciente na ação humana se nos afigura como uma premissa básica da criação, pois além de resolver situações imediatas o homem é capaz de a elas se antecipar mentalmente”, estando vinculada com ordenações interiores na construção de significados.

As reflexões de duas antropólogas-cineastas foram fundamentais para pensar este artigo. A portuguesa Catarina Alves que trata da questão da função do roteiro na produção de filmes etnográficos e os processos de partilha com seus informantes na montagem do filme. E a brasileira Rose Satiko por suas reflexões sobre a construção do significado na percepção das relações entre pesquisador e pesquisado, quando os informantes se apropriam da linguagem audiovisual, como eles constroem narrativas audiovisuais a partir de outros repertórios vividos, a música, por exemplo.

Entre outros aspectos vemos ainda a necessidade de mencionar a relação dos antropólogos-cineastas com os editais de audiovisual e as demais formas de fomento que possibilitam viabilizar novas pesquisas no campo do filme documentário etnográfico, prática relativamente comum no exterior, mas ainda incipiente no Brasil.

Desfazendo imagens, fissurando significados. Alteridades em tensão no cinema sobre Amazônia na primeira metade do século XX.

AUTORES/AS: OSCAR GUARÍN MARTÍNEZ

Uma das questões centrais ao tentar analisar imagens produzidas no contexto das representações cinematográficas da alteridade tem a ver com a dificuldade de transcender a simples enunciação e a descrição do fenômeno de nominação da alteridade, olhada desde a sua exterioridade e como fenômeno meramente enunciativo produzido desde o olhar da ciência. Nesse sentido, as imagens etnográficas foram constituídas sob um regime de poder que se encontra fora das imagens mesmas. O que diz do etnográfico de uma imagem pertence ao império do discursivo, dos enunciados, o que faz com que os conteúdos de uma imagem sejam inteligíveis desde essa configuração de sentido específica e a sua exibição tem conotações determinadas: testemunha e registro criado desde a ciência. Mas como entender as imagens além de uma evidente conotação interpretativa etnográfica? São imagens sobre os outros, e não desde os outros, no entanto, é possível encontrar uma trilha para fissurar as imagens e produzir efeitos diferentes através delas? As imagens etnográficas não são imagens artísticas nem foram produzidas com fins estéticos, mais seus efeitos e significações podem ser voltados para isso. Como, então, procurar nelas uns outros significados (uma outra estética) que desde o passado transforme o presente? Como quebrar as subjetividades construídas/estabelecidas nas imagens etnográficas e achar nelas outras subjetividades e novas presenças?

Usando o conceito de montagem/desmontagem de Didi-Huberman, é dizer como estratégia de reconfiguração narrativa para fazer ver e mostrar para compreender, pretendo desfazer, refazer e remontar imagens de filmes sobre a Amazônia feitos na primeira metade do século XX por viajantes e exploradores, procurando com isso achar novas significações, novas subjectividades, novos dizeres. Em outras palavras, fazendo uso da ideia de (re)montagem (desfazer-fazer nas imagens) pretendo fissurar as imagens, deslocando-as, e deixando-as abertas, inconclusas, procurando uma tensão na sua inteligibilidade, com o fim de explorar as possibilidades de constituição dessas imagens como registros de novas subjectividades. A abertura de seu significado não é somente uma operação retórica e sim uma questão política que implica a fractura dos referentes discursivos, seus enunciados e a alteração dos

contextos de interpretação. Não é mais a busca da verdade das/nas imagens, é a fractura de seu significado o que se tenta gerar, criar, fazer.

Estratégias descritivas na montagem do filme etnográfico “O Exú no Reino de Ogum”.

AUTORES/AS: CARLOS FRANCISCO PÉREZ REYNA

A presente proposta trata sobre a utilização de algumas estratégias descritivas, notadamente em relação ao rito, o qual a imagem animada apreende de maneira mais direta e fluída. Para isso tomarei como base empírica o ritual do Exú, praticado na Associação Religiosa Reino de Ogum em Juiz de Fora. Nesse percurso, enquanto antropólogo-cineasta tentarei explicitar a relação entre processo ritual observado filmado e sua apresentação final (montagem final).

Qualquer descrição de atividade humana registrada pela imagem fílmica seja material, corporal e ritual cujo objetivo registre o conjunto ou detalhe, escolhe um fio condutor. Esse fio condutor, por mais fraco que ele seja, possui um valor narrativo. Esse elemento narrativo apoia-se essencialmente naquilo que, na apresentação situa-se no eixo do tempo. Desse modo, ele dá a conhecer aquilo que mais diretamente tem relação com o desenrolar da ação dos seres filmados, com a dinâmica temporal do fio condutor.

Do ponto de vista da introdução no aparelho de pesquisa de diferentes meios tecnológicos, utilizamos algumas propostas realizadas pela Formação de Pesquisas Cinematográficas da Universidade de Paris X, Nanterre. Pesquisas que, entre outros objetivos, pretendem, além da produção de filmes documentários, considerar as imagens em movimento como objeto de investigação em primeiro plano. Cinema e antropologia (1998), de Claudine de France, é o principal ponto de interesse de um conjunto de pesquisas e caracteriza-se por debruçar-se sobre as questões metodológicas subjacentes a qualquer registro fílmico de caráter antropológico.

Narrativa ritual e narrativa fílmica: da montagem como processo de criação de mundos

AUTORES/AS: SAMUEL LEAL BARQUETE

A partir da documentação audiovisual de um ritual de iniciação Xavante, realizada ao longo de 2011 na Terra Indígena Pimentel Barbosa no Mato Grosso, o artigo

propõe discutir a noção de montagem tomando como ponto de partida o conceito de narrativa. Uma breve descrição dos processos de registro e edição de um trecho do ritual serve para problematizar as mediações que atuam na objetivação das imagens em um formato audiovisual. Entende-se que tal processo é ao mesmo tempo determinante e determinado pelas perspectivas em torno da obra está sendo produzida. Desdobra-se com isso a noção de montagem audiovisual para um sentido mais amplo, de montagem como produção de conhecimento, seja ele tradicional, científico ou cultural. O primeiro movimento trata do processo de edição onde a questão formal é determinante, e que implica em um modo específico de lidar com os signos culturais objetivados nas imagens. O vídeo editado replica a narrativa do ritual, sobrepondo-se a ela. Os dois processos se mesclam tendo como eixo a noção de drama social, que consiste na atribuição de significado a uma sequência de eventos, articulados em torno de um momento-crise (Turner, 1992). Entre a narrativa do ritual e a do vídeo, circulam signos que irão compor cada discurso. Se meios técnicos definem as especificidades de cada uma das narrativas, marcando suas diferenças, a natureza performática tanto do ritual quanto do vídeo permite abordá-los enquanto gêneros performáticos formalmente similares.

A seguir parte-se desse paralelismo para investigar o dispositivo que garante eficácia as tais experiências. Rivière fala da adesão condicional que caracteriza especificamente os ritos de passagem (1996, p. 138). Tais obrigações também existem para o espectador do cinema. É nesse sentido que Xavier fala da importância da narrativa dramática para a consolidação da imagem cinematográfica como dispositivo de simulação do mundo (2003). A exibição das imagens reproduz a estrutura de sua captação, identificando os olhares da câmera e da audiência. Essa equação fundamenta o funcionamento dos dispositivos de articulação entre olhar e cena no contexto contemporâneo, a “teatralização da experiência”. Finalmente, o terceiro movimento do artigo busca conectar esse processo de construção da vida social por meio de narrativas, com a noção de fetiche (Stengers, 2010). Toma-se esse conceito para tentar compreender a obra audiovisual como um comentário sobre a realidade, mas que ao mesmo tempo constitui também uma aposta sobre a mesma. Configura-se um campo de praticantes, em que atuam relações de capturas mútuas interessadas em intervir na sua própria constituição. A produção

dos fatices caracterizam esses empreendimentos de criação de mundo em que a montagem é o denominador comum.

Narrativas, histórias assombrosas e pesquisa videográfica nos bairros Padre Palhano e Santa Casa na cidade de Sobral/CE

AUTORES/AS: NILSON ALMINO DE FREITAS (UVA/SOBRAL-CE), CLARISSE MENDES DE SOUSA (UVA/SOBRAL-CE),
SHEILA RAMOS DA SILVA (UVA/SOBRAL-CE)

Esse artigo reflete sobre uma das obras relacionadas à linguagem audiovisual com a pesquisa antropológica realizada a partir do projeto “Cidades, bairros e memórias: percepção espacial, histórias da cidade de Sobral/CE, contada por seus moradores”, financiada pelo PIBIC/CNPq/UVA em bairros periféricos da cidade de Sobral, no estado brasileiro do Ceará. O trabalho também tem o apoio do projeto “Memórias, barros e cidade possíveis: narrativas, imagens” financiado pelo edital MCTI/CNPq/MEC/CAPEs número 18/2012 – Edital de Humanidades. É uma pesquisa videográfica que envolve o tema lendas urbanas enfatizando as narrativas dos moradores dos bairros Padre Palhano e Santa Casa em Sobral. O artigo mostra um pouco do percurso dessa pesquisa, suas conectividades com o ambiente e com os sujeitos protagonistas do cenário do documentário “Lendas urbanas, contos e assombrações”. Assim, traz os diferentes aspectos técnicos, subjetivos e espaciais percebidos pelos pesquisadores envolvidos durante a produção audiovisual. O artigo também faz uma interpretação da linguagem audiovisual e o seu papel na pesquisa antropológica trazendo as experiências com as lendas urbanas como um fio condutor. Os contadores de história e suas narrativas devem ser contextualizados na cidade que eles já habitaram e em Sobral, mostrando fluxos de valores de práticas culturais e espaciais. A linguagem audiovisual relacionada à temática sobre histórias de terror trouxe assim um leque expressivo e interpretativo, onde expressa histórias narradas envolvendo um contexto histórico, cultural e espacial construído por um universo de sujeitos e situações. A pesquisa videográfica é uma maneira dinâmica de trabalhar e registrar experiências. Nesse caso, este tipo de pesquisa não é somente uma repercussão de um trabalho anterior. O processo de produção do filme é um componente básico de constituição de um saber experiencial que serve de fonte para consolidação de um conhecimento antropológico sobre o tema.

O FILME COMO CORPO NARRATIVO CONSTRUÍDO. Interseções entre pesquisa, roteiro, filmagem e montagem num filme etnográfico sobre a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18/07/2013)

AUTORES/AS: JOSEP JUAN SEGARRA

O jovem antropólogo e a sua orientadora aparecem diante da câmera refletindo sobre o objetivo e a justificação da pesquisa. Depois o quadro do filme é o quadro do computador e o antropólogo pesquisa online e escreve: “direct action e formas de governo...”, e reescreve: “democracia direta num evento revolucionário...”, duvidando das “categorias principais da pesquisa”. Também vemos como monta e remonta imagens sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil e escutamos a sua voz em off: “o filósofo Slavoj Zizek destaca que as primaveras do mundo precisam saber o que querem além do que não querem...”. A Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre é apresentada pelos ocupantes como uma ação direta, propositiva e construtiva.

Porém, a CPI “da invasão” e os argumentos dos vereadores governistas são um ponto de giro neste roteiro. Qual o papel da polícia, do judiciário e dos vereadores da oposição? As principais partes em conflito se resistem a dialogar mas o antropólogo insiste em convidar os protagonistas para um debate sobre o filme apresentando-o como uma “montagem -não histórica- do tempo” (Huberman, 2000). Na última mise en scène do filme, em homenagem à “Chronique d’un été” (Rouch e Morin, 1961), o antropólogo e a orientadora caminham e refletem sobre a pesquisa e sobre o debate.

Neste artigo pretendo refletir sobre as interseções entre pesquisa, roteiro, filmagem e montagem a partir da minha experiência etnográfica. Quero pensar no compromisso do filme etnográfico com o campo teórico e metodológico da pesquisa. O montador Roberto Perpignani (2009) fala da montagem como “a arte oculta”. No cinema “de ficção” manter a montagem oculta tal vez seja uma vantagem mas o que acontece com o cinema etnográfico? Eu explico no filme a experiência antropológica e a sua montagem a partir de uma montagem audiovisual que emana de saberes localizados (Haraway, 1995). Os processos de discussão com a orientadora, os microfones, as perguntas, o entrevistador ou a mesma montagem do filme não se escondem nem na filmagem nem na montagem porque parto do princípio de que os saberes antropológicos se criam nas relações.

Este filme etnográfico só foi parcialmente realizado já que está sendo escrito, filmado e montado em ação como parte da minha dissertação de mestrado. O diretor de cinema francês Robert Bresson (2008) escreveu: “monta o teu filme na medida que filmas. Nele se formam núcleos onde se adere tudo o resto”. Vou sugerir que as fases que habitualmente pensamos como separadas (roteiro, filmagem, montagem...) fazem parte da mesma dinâmica narrativa. Porém, esta dinâmica cria um corpo narrativo que é uma explosão da cronologia: “corta as coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas” (Huberman, 2000).

Antropologia da Pose: Os retratos de família no espaço rural em Minas Gerais

AUTORES/AS: PAULO AUGUSTO FRANCO DE ALCÂNTARA

Partindo de imagens coletadas durante dois anos de pesquisa etnográfica realizada em Santo Antonio do Rio das Mortes Pequeno, distrito rural de São João del Rei, o texto abordará os retratos de família no seu potencial antropológico. Acredita-se, nesse sentido, que a fotografia, na sua qualidade de “indexicalidade transitiva” entre o visível e o não visível na composição de indícios e revelações de arranjos narrativos e espaciais e de significados socioculturais relevantes, se constitui como olhares sobre as realidades sociais. Como olhares são escolhas e, portanto, frutos de processos sociais, as fotografias possuem lugares sociais distintos, obedecendo a ditames formais e comportamentais de uma época e no âmbito da própria dinâmica de sua produção. No desafio narrativo dessas reflexões (1) serão abordados aspectos relacionados à história da fotografia no interior de Minas Gerais, adotando como centralidade a itinerância constituinte desse ofício e a dimensão cerimonial dessa prática para as famílias rurais. Para isso (2), serão propostas reflexões sobre os usos da fotografia na prática etnográfica, considerando seu potencial na sugestão/revelação do “olhar” que a produziu, ou seja, a partir de sua inserção num contexto de práticas, costumes e crenças, enfim, no “mundo social”. Em seguida (3), serão realizadas leituras de imagens coletadas nos arquivos pessoais na sua dimensão familiar (álbuns, porta-retratos e gavetas), destacando, como base para a reflexão, as noções de performatividade e de representação no sentido da montagem/construção imagética diante da pretensão de memória.

Entre o Múquem e o Baixo das Palmeiras: a utilização da fotografia e a apropriação do cotidiano

AUTORES/AS: RUBENS VENÂNCIO

Nos distritos rurais do Baixo do Múquem e no Baixo das Palmeiras, moram centenas de famílias que vivem, em sua maioria, da agricultura familiar e partilham uma história e um intenso cotidiano de vivências e práticas. Ambos são distritos do município de Crato, região do Cariri Cearense, e encontram-se geograficamente entre suas três principais cidades: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Atualmente, as comunidades estão ameaçadas pelo projeto – já iniciado – do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que prevê a construção de um canal que trará água da transposição do rio São Francisco para o Ceará.

A partir desse cenário, meu interesse de pesquisa direciona-se às práticas cotidianas dos moradores dos baixos e a forma como estabelecem relações com o espaço; e para a construção de um ensaio fotográfico sobre a maneira como esses indivíduos elaboram suas experiências diárias: itinerários de lazer, trabalho e vivências.

Considerando as tensões desse cotidiano e da imanência das desapropriações, apresenta-se o desafio de pensar a construção de uma experiência etnográfica-visual a partir da arquitetura possível entre as dimensões do ensaio fotográfico, da pesquisa conceitual e do trabalho de campo.

A fotografia é detonadora de várias questões nesse estudo, ao mesmo tempo em que o trabalho de pesquisa exerce duas influências imediatas: as problematizações conceituais tanto tencionam o fazer fotográfico como a posterior edição do material fotográfico – vide: momento em que se concretiza o discurso buscado. Entendendo a fotografia enquanto linguagem, a narrativa aqui buscada se desdobra pelos caminhos da fotografia documental – onde, numa postura de melhor articular o fazer e o pensar, faz-se necessária a reflexão sobre os papéis desta na contemporaneidade. Da guinada pictórica agenciada pela fotografia no século XIX ao ambiente próprio das próteses visuais (GUIMARÃES, 1997), as formas de escrever apostam em imagens que cada vez mais estão envoltas em momentos que se coadunam ao ato de fotografar, que aparecem depois e antes da existência da imagem e a elaboram imaginando outras relações entre o fazer e o ver, onde a produção das imagens parece operar entre formas de visibilidade, modos de fazer e modos de pensar (RANCIÈRE, 2005).

Nesta pesquisa, a imagem aqui figura como um vetor para o estreitamento dos laços e para a ampliação da empatia com os interlocutores no momento em que compartilho com eles a produção das fotografias, bem como o acesso a elas.

O documento fotográfico na era digital e as possibilidades de narrativa frente à abundância de imagens.

AUTORES/AS: WAGNER SOUZA E SILVA

Em sua configuração digital, a fotografia encontra outras formas de manifestação em novas possibilidades de interfaceamento, mas não somente em seus processos de construção, e sim, e principalmente, na dimensão de sua audiência, que agora é renovada em função de verdadeiros arquivos fotográficos que se estruturam na web, sobretudo nas redes sociais. Este trabalho tem o objetivo de detectar a renovação do potencial documental da fotografia na era digital, tendo em vista alguns aspectos específicos desta ainda recente configuração tecnológica, os quais o texto buscará evidenciar.

A análise se dá em duas frentes: a primeira, no campo da produção da imagem, busca-se evidenciar a estruturação da fotografia digital, tanto no momento da captura da imagem como nos processos de pós-produção, de modo a revisar sua ontologia sustentada por seu caráter documental técnico-científico, este que foi bastante valorizado em sua configuração fotoquímica; a segunda, no campo de sua audiência, tratou da nova dimensão de circulação de fotografias, tendo-se em vista a abundância de imagens e suas novas formas de disposição e acessibilidade garantidas pelo interfaceamento digital das telas. Como principal aporte teórico, recorre-se ao pensamento de Vilém Flusser (2002, 2008, 2011) e suas reflexões sobre o universo tecnomagético.

Busca-se demonstrar que, por um lado, a tecnologia digital trouxe o fortalecimento do caráter documental técnico-científico da fotografia, ao inserir a realidade dos arquivos proprietários, os arquivos RAW (ditos “negativos digitais”), além da possibilidade de embutir nas imagens os metadados digitais (informação textual complementar à fonte iconográfica). Mas, também com a tecnologia numérica, a pós-produção ganhou significativo incremento, o que vem favorecendo a renovação de estratégias e intervenções estéticas, propulsionadas sobretudo pelas interfaces das redes sociais. Tais facilidades e imediatismos do digital promovem

verdadeiros inventários fotográficos, muitas vezes apresentados na tela na forma de mosaicos, que criam uma nova estética para a apresentação e percepção da fotografia, refletindo a necessidade de se atender a uma crescente abundância de imagens na web.

Assim, não só os pixels, estes que são os elementos estruturantes da imagem, são aproveitados em sua maleabilidade, mas as próprias imagens, agora abundantes e acessíveis por meio de novas interfaces, tornam-se elas mesmas também elementos estruturantes para a composição de novas formas de articular narrativas fotográficas a serviço do conhecimento. Por fim, pretende-se demonstrar como tais conclusões estão norteando os trabalhos referentes à atuação deste autor como fotógrafo documentarista no projeto Documentamazonia, coordenado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Práticas de memória, imaginação fotográfica e cultura visual: São Paulo 1920-1960

AUTORES/AS: ALEXANDRE ARAUJO BISPO

A invenção da fotografia instantânea e seriada permitiu que pessoas sem qualquer conhecimento prévio, desde que apertasse o botão da câmera Kodak, comesse ali a montar histórias nos limites de um de rolo de filme. Adicionalmente os manuais que então passaram a circular na Europa, Estados Unidos e no Brasil, atendeu a um público cada vez mais amplo, com necessidades de contar histórias visuais, ficção centrada, sobretudo na vida familiar e nos laços de afeto. W. Benjamin atentamente observou que “Nenhuma obra de arte é contemplada tão atentamente em nosso tempo como a imagem fotográfica de nós mesmos, de nossos parentes próximos, de nossos seres amados” (BENJAMIN, 1994: 103). O álbum de fotografias foi e tem sido, independente de seus formatos, mesmo com as inovações trazidas pela internet, um importante dispositivo dessa ficção que, no entanto, aponta para relações contextuais de produção e circulação de imagens. O mercado, cujo papel nesse contexto, é garantir que se veja o mundo fotograficamente aproxima-se da família ao oferecer meios técnicos de realização dos desejos desta de documentar, representar e autorrepresentar seus afetos.

Da relação entre essas duas instituições emergiu em São Paulo entre 1920-1960 uma rica cultura visual amadora privada, ainda pouco conhecida, cuja análise

permite remontar o processo histórico de democratização da fotografia no meio urbano entre as camadas médias. Nos anos 1940 não apenas há um enorme difusão da fotografia na imprensa, quanto o retrato se populariza no formato 3x4 e aumenta o consumo de imagens seriadas. Quais os temas destas imagens? Onde eram feitas? Qual sua relação com a cidade que se modernizava? Como dialogam com as convenções visuais naquele período? Como manuais, equipamentos e serviços de imagem atuavam no sentido de garantir narrativas fotográficas? Em que medida ampliações, viragens, margens farpadas, molduras, papéis texturizados, embalagens de armazenamento, carimbos e escrituras na frente e verso das fotos ajudam a entender os sentidos dessas imagens no passado? Meu objetivo nesta apresentação é mostrar que o estudo de fotografias seriadas permite recuperar lógicas de montagem e construção de sentido, desde que outros recursos como fotografias profissionais, textos de manuais, anúncios de jornais, propagandas e escriturações emotivas presentes nas fotos também componham a interpretação de imagens do passado com o fim de montar um quadro dinâmico da cultura visual que surgiu entre esses anos.

Uma cidade no cartão-postal: imagens de presenças e exames de ausências

AUTORES/AS: SYLVANA MARQUES, MARIA LÚCIA BASTOS ALVES, ANNA GABRIELA SOUZA CORDEIRO

Henri Lefébvre observou a prevalência do repetitivo em relação ao transformador. Uma tendência cotidiana à fragmentação e a incerteza, que coloca uma maior atenção no presente. Para operar com esse tempo e espaço, fragmentário e incerto instituído, principalmente, no cotidiano pós-guerra a fotografia emerge como um importante documento visual. Um documento que se estabelece na tensão entre a ocultação e a revelação, primordial para o entendimento dos aspectos imaginários do social e suas mediações. O grande elo entre a fotografia e o cotidiano está justamente nela não ser o retrato da sociedade mas sim, sua representação e memória fragmentada, passível de interpretações contínuas. Partindo desse pressuposto, propomos nesse artigo discutir o papel das fotografias evidenciadas nos cartões-postais de Jaeci Galvão, que circularam durante toda a segunda metade do século XX, tendo em vista a inserção do turismo nos espaços da cidade de Natal. São imagens circunscritas por questões sociais e culturais definidas, já que a fotografia existe a partir de um processo de criação e montagem que consiste em escolhas

e decisões sobre o que merece ser fotografado. Buscaremos principalmente, o que há de específico que contribuiu para a construção de paisagens na cidade do Natal atreladas aos discursos do progresso e do turismo, atividade que nesse período começa a se organizar amparada pelas condições tecnológicas dos meios de comunicação e de transportes. Questionamos: quais elementos ideológicos por trás das imagens fotográficas motivaram e como se materializam certos processos de ideologização nos espaços da cidade? Para tal, além do material produzido por Jaeci, recorreremos às operações teóricas desenvolvidas por Schama (1996), Benjamin (1987), Kossoy (2003; 2006; 2009) e Souza Martins (2009). Como metodologia elegemos a releitura que o historiador Boris Kossoy (2003) faz do método de Panofsky, dividindo-o nos níveis de observação iconográfica e iconológica. Ao método de Kossoy, acrescentamos os direcionamentos dados por José de Souza Martins (2009), no qual afirma que para além de representar ilustrações, congelamento de um dado momento ou um objeto compreendido a partir de si mesmo a imagem fotográfica é mediadora de interesses imersos no cotidiano social, traduzindo-se em expressão dinâmica do registro, um resultado de presenças e ausências que revelam as negações e contradições do mundo real. Nesse sentido ela não é um congelamento, ao contrário, é uma expressão dinâmica do que o fotógrafo ou o pesquisador registrou e observou naquele momento, tendo assim uma dinâmica, um continuum.

Montagem e a dialética do olhar de Walter Benjamin

AUTORES/AS: CAROLINA DE CAMARGO ABREU

Este ensaio explora o potencial crítico do conceito de montagem em Walter Benjamin a fim de discutir sua peculiaridade para uma "dialética do olhar". Aproxima-se dos textos e dos filmes etnográficos em curso no meu trabalho de campo sobre as realizações do teatro de grupo paulistano a fim de articular diálogos entre a arte e a antropologia, entre as linguagens artísticas e a retórica científica. Ou ainda, entre teatro, cinema e antropologia.

Montagem e convenções do realismo: contribuições para um debate

AUTORES/AS: ANA LUCIA LUCAS MARTINS

Para Deleuze (1985) a montagem “é a composição, o agenciamento das imagens

movimento enquanto constituem uma imagem indireta do tempo”. O objetivo desta exposição é trabalhar a noção de “montagem” a partir das concepções de Deleuze em *A Imagem em Movimento* considerando sua tentativa de classificação das imagens e signos. Tal perspectiva pretende articular uma questão do uso das imagens nas ciências sociais conforme apresentada por Darbon (1988), “a convenção do realismo”. A crítica de Darbon reside num uso de imagem por cientistas sociais que mascara um problema: a banalização das imagens na sociedade contemporânea seriam transferidas para o campo do conhecimento e este uso não estaria submetido à mesma criticidade com que os cientistas sociais discutem seus objetos e problemas metodológicos. Esta banalização estaria sustentada por um dos atributos que acredita-se as imagens possuem; o poder do realismo.

Notas sobre montagens e justaposições na exposição “O agora, o antes: uma síntese do acervo do MAC-USP”.

AUTORES/AS: ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA

A relação entre a produção da linguagem e a produção do conhecimento através da análise antropológica de uma exposição-síntese do acervo do Museu de Arte Contemporânea da USP é o tema dessa comunicação. Para compor exposições, curadores também fazem suas montagens de imagens, no caso do MAC-USP, com obras de arte moderna e contemporânea. Composta por 85 obras de diferentes procedências e estilos, o principal argumento curatorial da exposição “O agora, o antes: uma síntese do acervo do MAC-USP”, segundo o atual diretor do museu, Tadeu Chiarelli, foi “perturbar verdades consagradas”. Para tanto, uma das estratégias da curadoria na exposição atualmente em cartaz, já na nova sede do museu no Ibirapuera, foi justapor obras de arte de modo “inusitado” – obras de artistas como Modigliani, Tarsila, Matisse e Malfatti com a de jovens artistas, como Thiago Honório, Fernando Piola e Júnior Suci.

Logo depois da inauguração da exposição, o diretor do MAC-USP recebeu uma ligação de um “experiente” curador de arte de São Paulo. Este se pôs a elogiar a exposição mas Chiarelli foi percebendo que os elogios logo se transformavam em conselhos e “correções” dos modos como o acervo do museu foi representado pelos curadores. A principal heresia apontada pelo experiente curador foi a disposição no mesmo espaço/tempo “dO” Modigliani e um artista contemporâneo

brasileiro “qualquer”. Com base na crítica da crítica da representação empreendida por antropólogos como Johannes Fabian, Alfred Gell e Marilyn Strathern, o experimento nessa comunicação é discutir que parâmetros podem nortear a construção representações através de justaposições/montagens num museu de arte (contemporânea), especialmente através de uma exposição. O que é passível de comparação/justaposição/montagem? Com que objetivos e resultados? A hipótese é a de que, cada um ao seu modo, Fabian (discutindo a coetaneidade – o compartilhamento do tempo entre interlocutores na produção do conhecimento), Gell (discutindo a agência – as relações de simpatia entre objetos e pessoas) e Strathern (discutindo as conexões parciais – a escala e a proporção necessárias para fazer comparações que geram conhecimento), os três antropólogos diferenciam práxis (epistemologia) e modos (estilos) de representação, fazendo avançar o debate sobre a representação na antropologia para além da verificação da adequação entre as coisas e suas representações. O experimento aqui é ver como a discussão no campo da antropologia pode reverberar no campo da curadoria de arte. A análise dessa exposição é parte da pesquisa de doutorado em curso no Departamento de Antropologia da USP – “Arte, curadoria e disputa pela representação: um estudo antropológico dos processos curatoriais e expositivos no (novo) MAC-USP”, sob a orientação de John C. Dawsey.

Um exercício analítico sobre imagens produzidas por drag queens e transformistas e compartilhadas em ambientes de sociabilidade on-line

AUTORES/AS: MARINA LEITÃO MESQUITA

O intuito deste trabalho consiste em refletir sobre os desafios de uma articulação entre questões teórico-metodológicas que envolvam etnografia virtual e antropologia visual. Primeiramente, buscou-se demonstrar a importância das novas reflexões sobre técnicas de etnografias virtuais estabelecerem um sério diálogo com os conhecimentos tradicionalmente desenvolvidos pela antropologia. Em seguida, é realizada uma discussão sobre questões relevantes para a abordagem da imagem em estudos etnográficos, buscando discutir estratégias que permitam considerar a imagem em etnografias contemporâneas que transitam entre um campo face a face (off-line) e contextos de sociabilidade que utilizam como suporte a internet (on-line). Para tanto, desenvolveu-se uma análise da vida social de uma página do

site de relacionamentos Facebook, dedicada a uma boate gay, situada na capital cearense. O enfoque incidiu na produção, manipulação e compartilhamento de fotografias e cartazes criados por transformistas, drag queens e moderadores/as da página da rede social. Objetivou-se refletir sobre o uso da abordagem etnográfica em contextos de pesquisa que transitam entre os universos on-line e off-line, almejando uma articulação entre técnicas de etnografia virtual e antropologia visual. Constatou-se que através dessas imagens e de seu caráter sempre em construção, é possível identificar as preferências estéticas do grupo; analisar a linguagem utilizada e seus significados; observar quais grupos e artistas estão em evidência; perceber as especificidades dos estilos de montagem etc. Observou-se, ainda, que as ausências, assim como as recorrências, em produções imagéticas podem dizer muito sobre regras e estilos de vida do grupo pesquisado, já que, através da “montagem” corporal e de imagens, os/as transgêneros/as reorientam em torno de si espaço e tempo para fins de encantamento fugidio. Entende-se, portanto, que é necessário à etnografia virtual estar sob a égide da teoria antropológica clássica, e que o arcabouço teórico da antropologia visual é uma importante via de diálogo.

‘Olhares Íntimos do Mundo’ - experiência dialógica e montagem fotográfica

AUTORES/AS: YARA SCHREIBER DINES

‘Olhares Íntimos do Mundo’, é um Trabalho de Conclusão de Curso, realizado por Ariana Assumpção da Silva, que foi minha orientanda no Bacharelado de Fotografia do Centro Universitário Senac, em 2011. A partir da experiência de vida, de quatro estrangeiras, que moraram em sua casa e - munida com o filtro da antropologia, em relação à questões como o olhar do estrangeiro, convivência, intimidade e intercâmbio - todas relacionadas à esfera da sociabilidade e da relação com o ‘de fora’, a aluna elaborou o seu TCC, montagens fotográficas e também um site. Perante a riqueza da discussão destas noções, que merecem ser aprofundadas e analisadas, proponho uma reflexão sobre a concepção de montagem na antropologia, na área da imagem e, mais especificamente na fotografia, compreendendo montagem como um conceito que abrange o deslizar do tempo e do espaço, assim como a criação de conhecimento com novos sentidos e significados. Deste modo, no que se refere à realização da metodologia da pesquisa citada, quando as ‘estrangeiras’ que haviam morado com Ariana,

já haviam voltado aos seus países, além dos testemunhos escritos realizados por elas desta vivência, foi solicitado a cada uma das moradoras que enviassem fotos sobre os seguintes temas - frente da moradia, quarto, auto-retrato, rua e céu - no qual cada uma das 'estrangeiras' trouxe à tona o seu olhar dos países em que moram, o que permitiu, a montagem de fotografias e de narrativas inter-pessoais e compartilhadas. São estas montagens fotográficas afetivas, de caráter dialógico, que serão mostradas e os seus significados analisados sob à luz da antropologia da imagem.

COORDENADOR/A: CARLOS EMANUEL SAUTCHUK (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), FABIO MURA (UFPB)

DEBATEDOR/A: JEREMY PAUL JEAN LOUP DETURCHE, MANUEL FERREIRA LIMA FILHO

Este GT visa reunir pesquisas com interesses etnográfico e analítico direcionados aos processos técnicos, entendendo-se como tal a sequência de interações entre humanos, artefatos, plantas, animais, minerais e ambiente de modo geral. Inclui-se nisso atividades de coleta, cultivo, criação, produção, uso e circulação em diferentes escalas, inclusive de caráter industrial. Para compreender tais processos resulta significativo focar as práticas, os conhecimentos e as habilidades que estão na base das cadeias operatórias e da organização técnica. Considera-se de grande relevância a abordagem de processos de transformação, sejam eles deliberados ou não, como mudanças sociais e econômicas, escolhas técnicas ou transferência de tecnologia através de políticas públicas específicas (extensionismo, gestão territorial, manejo ambiental, patrimonialização etc.). São também valiosos os enfoques dos processos políticos, entendidos como processos técnicos voltados a mobilizar, ordenar e hierarquizar forças de diversas naturezas, definindo relações de poder e, assim, configurando sistemas sociotécnicos. Espera-se que os trabalhos apresentem investimento empírico e que privilegiem a análise dos processos técnicos como fator constitutivo, por exemplo, na construção de cosmologias e de pessoas, na definição da organização social e das relações de parentesco, na implementação de políticas públicas e na estruturação de relações de poder.

Antropologia simétrica da técnica (s) e da tecnologia (s): a produção, tradução e circulação de plantas medicinais na comunidade e no laboratório

AUTORES/AS: DIEGO SOARES DA SILVEIRA

Neste artigo desenvolvo uma reflexão sobre as noções de técnica e tecnologia inspirada na abordagem teórico-metodológica da antropologia simétrica, tendo como referência uma etnografia de uma pesquisa na área de farmacognosia de plantas medicinais, envolvendo farmacólogos e uma comunidade ribeirinha localizada na região do Alto Amazonas, realizada entre 2009 e 2011. Essa iniciativa teve como objetivo principal viabilizar a produção de fitoterápicos e outros produtos naturais a partir de substâncias e compostos bioquímicos encontrados em espécies vegetais amazônicas, o que implicou a tentativa de colocar em movimento um ciclo de produção científica que vai da planta ao medicamento, processo que envolve um conjunto de atividades de tradução de saberes e práticas de conhecimento. Essa tradução/transformação ocorre tanto no âmbito da grande área da farmacologia – composta por diferentes disciplinas científicas –, como no âmbito da comunidade ribeirinha, onde as plantas assumem diferentes sentidos em contextos de interação diferenciados.

Assim, pretendo refletir sobre a relação entre humanos, plantas, técnicas e tecnologias na comunidade e no laboratório, tendo como referência um mosaico teórico-metodológico construído em diálogo crítico com a Teoria Ator-Rede e a obra de autores como Martin Heidegger, Gregory Bateson e Tim Ingold. Na comparação entre esses autores, busca-se evidenciar continuidades e rupturas no entendimento da relação ‘humano-técnica-tecnologia’, de forma a agenciar e colocar em relação aspectos diferenciados de cada uma dessas perspectivas teóricas. Com isso, visa-se desconstruir tipologias generalizantes e romper com os grandes divisores “Moderno/Tradicional” e “Nós/Outros”, demonstrando, a partir de situações etnográficas específicas, processos sociotécnicos que perpassam os dois contextos culturais onde as plantas e os saberes circulam: a comunidade e o laboratório de farmacologia. Ao final desta jornada etnográfica, busca-se demonstrar que a técnica e a tecnologia – para além da visão instrumentalista comum ao ideário ‘modernista’ – devem ser problematizadas como fonte de agência, tradução e transformação do ‘social’, percebido como uma rede composta por elementos humanos e não humanos.

Conversando sobre a pesca com o inhaku: cosmologia, técnica e transformações em uma tradição de conhecimento Wapichana.

AUTORES/AS: ALESSANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA

Esta comunicação apresenta a atual controvérsia entre os Wapichana, povo de língua aruaque que habita as savanas de Roraima no Brasil e também na Guiana, sobre a validade de uma prática de conhecimento considerada tradicional. Partindo de uma contextualização sócio-ecológico-territorial deste povo, a intenção é abordar as recentes discussões locais sobre a (in)-sustentabilidade do uso de um conjunto heterogêneo de vegetais denominados inhaku (conhecidos em português pelo termo timbó) como técnica de pesca, mediante as novas circunstâncias ambientais das comunidades que vivem na região Serra da Lua, em Roraima. Ao trazer o sistema de classificação que está dado na história de origem destes vegetais, e, por outro lado, apresentar como o processo técnico de pesca que utiliza estas plantas está sendo repensado em meio aos processos políticos de construção de consensos sociais sobre a gestão ambiental em terras indígenas, o objetivo é analisar o significado desta técnica como fator constitutivo da cosmologia e também da organização social das famílias Wapichana, de certo modo pressionada pela estruturação de medidas restritivas quanto ao cultivo e uso destas plantas no domínio da pesca.

Habilidades técnicas em seringais de cultivo no noroeste paulista

AUTORES/AS: EDUARDO DI DEUS

A região noroeste do estado de São Paulo conta atualmente com extensas áreas de seringais de cultivo que, a partir de um expressivo crescimento nos últimos anos, respondem por significativa parcela da produção de borracha natural no Brasil. Há na região uma demanda crescente por trabalhadores especializados na “sangria”, estimulando o treinamento de novos trabalhadores. A sangria é a atividade de extração da borracha das seringueiras, a relação dos trabalhadores com a árvore, mediada por instrumentos como facas, potes e outros. Ela é considerada localmente como uma atividade crucial na rentabilidade dos seringais, na medida em que a habilidade técnica do seringueiro (ou sangrador) em fazer incisões precisas nas árvores é determinante do lucro dos seringais. Deve-se cortar na medida certa: nem tão pouco que não se produza um nível ótimo de látex, nem demais, o que geraria

um grande volume imediatamente, mas poderia danificar ou inviabilizar a árvore. A relação primordial estabelecida entre sangradores e patrões é a da “parceria agrícola”, muito antiga no meio rural paulista e brasileiro, na qual o trabalhador recebe parte da produção como retribuição pelo trabalho desenvolvido, a depender de acordos específicos. A parceria tem como característica, já indicada em literatura antropológica e sociológica (Lanna, 1995; Candido 2001[1964]) a co-habitação de distintos regimes de troca: mercadoria e dádiva. No noroeste paulista isso está presente, pois percebe-se a existência de retribuições monetárias proporcionais ao trabalho realizado, mas também prestações e contraprestações como os seguintes exemplos: autorização para determinados parceiros realizarem plantios de itens alimentícios em entrelinhas de seringueiras jovens, ainda em crescimento; parceiros realizando determinadas tarefas na manutenção das fazendas (gado e outras culturas). Mediando estas trocas, há uma economia de confiança e lealdade, em uma mútua valoração de bons e maus patrões, e bons e maus seringueiros. Neste ponto, as relações técnicas parecem se entrelaçar com a relação de parceria agrícola, dada a importância da habilidade dos sangradores na heveicultura.

Propõe-se apresentar reflexões a partir de uma abordagem tecnológica para a etnografia da inserção dos sangradores em seringueiras de cultivo, partindo-se do estudo e descrição dos procedimentos técnicos adotados por estes agentes em seu cotidiano no seringal, como o uso de ferramentas, principais atividades, ritmo de trabalho, entre outros. Buscar-se-á entender também outros tipos de relações, como as de troca envolvidas na “parceria agrícola”.

Interações na roça: por uma ecologia das práticas da produção de mandioca no médio Solimões/AM

AUTORES/AS: ANGELA MAY STEWARD

Partindo de uma abordagem etnográfica, o presente trabalho pretende examinar os processos técnicos envolvidos na produção de mandioca na região do Médio Solimões. Ao refletir sobre o ato de “fazer uma roça” estabelecemos que o agricultor opera em três escalas diferentes: da paisagem, da roça e da maniva. Temos como objetivo explorar a totalidade dos processos técnicos nas três escalas, discutindo a “ecologia das práticas da produção”: o conhecimento do ambiente, do solo e da maniva como um ser biológico e social, além das formas de articulação com redes

de parentesco e relações sociais ao longo da cadeia produtiva.

Para fazer sua roça de mandioca, o agricultor atua primeiramente na escala da paisagem. Aqui ele escolhe a área considerando as particularidades do ambiente e o solo, sua localização relativa a um corpo de água e a sua moradia, além de considerar o histórico de uso do espaço. A roça pode ser feita em áreas de mata bruta “livres” para quem chega primeiro ou em capoeiras adquiridas através das relações de parentesco, que regulam o direito de uso dos espaços. Na escala da roça, o agricultor executa todas as tarefas necessárias para produzir a mandioca: preparar a área, plantar a maniva, zelar por ela e colher a mandioca. Ele lida com as características do ambiente, cuidando da área para receber as manivas de forma correta: no caso é necessário plantar as “manivas fortes” em “terras fortes” e “manivas fracas” em “terras fracas.” O desenho da roça é feito pensando nas relações das manivas com as outras plantas manejadas dentro do espaço. As plantas, seres agenciados com preferências e gostos, são alocadas em áreas apropriadas: “plantas do frio” em lugares úmidos, “do sol” na beira da roça. Em alguns casos, os agricultores afirmam que a composição da roça é feito de maneira a agradar a Mãe da roça, entidade que tem domínio sobre os roçados e poder de garantir uma boa produção.

Evidente nas descrições acima é o fato que em cada escala de interação o agricultor articula domínios diferentes, e que em etapas diferentes da produção, ele enfatiza conhecimentos distintos, executando habilidades específicas. As escalas descritas aqui não correspondem necessariamente a diferentes etapas dos processos de produção e podem se sobrepor. Argumentamos que saber como navegar neste mosaico de interações integra a “ecologia das práticas da produção” de forma indissociável. Assim, o trabalho contribui para os estudos antropológicos da região sobre a agricultura migratória e a produção de mandioca por considerar os processos de manejo nestas três escalas com um conjunto, sublinhando a totalidade das habilidades que o agricultor agencia para produzir seu produto final, a mandioca.

“Fazer artesanato para fazer a roça”: apropriações e usos de recursos naturais na Comunidade Quilombola da Serra das Viúvas, sertão alagoano.

AUTORES/AS: FANNY LONGA ROMERO

As discussões sobre a antropologia da técnica têm sido estimuladas por vários

campos do conhecimento que têm investido em questionar não apenas dicotomias relacionadas com os conceitos de natureza/cultura; sujeito/objeto; produção/uso, mas principalmente levar adiante propostas de análises alternativas que superem as vertentes materialistas e idealistas, na compreensão de formas de sociabilidade diversas. Com efeito, a antropologia da técnica retoma um debate caro à antropologia social, as relações entre natureza/cultura e, em decorrência, os modos de acessar essas relações em termos de continuidades e descontinuidades do devir de humanos, coisas, animais, artefatos e seres em inter-relação, no contexto de diferentes escalas de tempo e espaço. Contudo, talvez a relevância da temática se deva ao que Velho (2001)* interpreta como a “dramaticidade” do par natureza/cultura que se revela no seu sentido “paradoxal”, seja quando se investe na oposição dessas noções e que é operacionalizada, na opinião do autor, para revelar-ocultar “uma dúvida de fundo” a respeito dessa separação; seja quando a proposta prime pelo “reencontro” que “revela-oculta” essa separação e que de algum modo pretende ser superada. Explorar tal “dramaticidade” permite, segundo esse autor, pensá-la não em termos puramente objetivos, mas em termos de uma escolha que é fundamentalmente “política”. Essa orientação analítica põe em relevância os devires em interação de humanos e não humanos, ou seja, outros modos de pensar e habitar o mundo. Com base nessas reflexões, este trabalho aborda a configuração de processos sociotécnicos constitutivos de habitar o “mundo”, a partir de saberes e fazeres recriados por mulheres e homens da Comunidade Quilombola de Serra das Viúvas, do sertão alagoano. Como protagonistas ativos na coleta, manejo e uso dos recursos vegetais do bioma da caatinga, esses sujeitos produzem diferentes sociabilidades no âmbito do trabalho comunitário de roça e da produção/uso/distribuição do artesanato de cipó e ouricuri. Nesse contexto que envolve a reivindicação política de acesso à terra, o manejo e usos dos recursos naturais é uma atividade-processo que não se restringe à geração de renda, mas que se atualiza na configuração de dinâmicas identitárias, no marco de práticas culturais próprias. Assim, trata-se de superar a dicotomia natureza/cultura colocando em evidência experiências cotidianas de saber/fazer numa comunidade que potencializa formas de apropriação e uso desses recursos em termos dos “agenciamentos” dos elementos em interação.

* Velho, Otávio. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. In: Mana, vol. 7, n. 2, p. 133-140, 2001.

“Flecha é igual 22”: armas de caça Panará (Jê)

AUTORES/AS: FABIANO CAMPELO BECHELANY

O artigo apresenta notas etnográficas sobre o uso de espingardas entre o povo Panará, grupo indígena que habita a franja meridional da floresta amazônica, falantes de uma língua Jê, com população de cerca de 500 pessoas. Desde o contato com os brancos na década de 1970, os Panará passaram a utilizar armas de fogo em suas caçadas, o que antes era feito com arco e flechas. Espingardas e flechas são algumas das ‘coisas duras’ (“soti tâti”), objetos fabricados e que têm certa durabilidade, além de especial valor de troca. Contudo, há várias relações diferenciais entre esses artefatos. A partir de uma análise técnica das espingardas, abordarei as relações práticas com o artefato e alguns conhecimentos relacionados a ela, o que nos permitirá ver conexões e dissensões com outras armas. O trabalho pretende abordar as transformações no arsenal do grupo.

No texto desenvolvo aspectos de três modos relacionais da espingarda. O primeiro, seu contexto de aquisição, que envolve relações econômicas, políticas, interétnicas, históricas. O segundo, seu uso, que envolve interações técnicas com os animais e engajamentos ecológicos específicos. O terceiro, seu contexto de circulação interna, que inscreve na espingarda o processo de indigenização dos objetos dos brancos, conectado com movimentos mais amplos da transformação Panará.

Nessas diferentes situações, a estabilização das propriedades da espingarda está aberta. É instável sua condição de objeto de troca, o seu valor e a posse de uma arma. Quanto a seu uso, ela formará com o caçador uma espécie de campo funcional autônomo, que está no cerne da interação com a mata, na percepção e abate do animal. Sua constituição aí depende das informações que contém e que se conectam às do caçador. Já a sua apropriação está ligada fundamentalmente às possibilidades de relação com o mundo dos brancos.

A espingarda, elemento fundamental da atividade de caça, é um artefato que nos permite pensar como o sócio do grupo se define por negociações políticas e econômicas de níveis variados. Ela também é elemento essencial da vida na floresta, constitutiva da perspectiva do caçador, da sua experiência com os animais e a mata. O objetivo do texto é acompanhar as transformações técnicas ligadas às armas de fogo, no seu processo de aquisição, uso e circulação. Dessa forma, procuro apresentar etnograficamente alguns dos contextos de concretização das

espingardas, das mobilizações de suas possibilidades, através de uma abordagem das suas interações com outros objetos e sujeitos.

A Medida do Artesanato e a Arte do Modelismo - Transformações nas técnicas de construção de miniaturas das embarcações tradicionais maranhenses.

AUTORES/AS: SIMONE MIRANDA SOARES

Este trabalho busca refletir sobre as implicações das técnicas de modelismo naval, baseadas em medidas escalares matemáticas, no seio da produção artesã de miniaturas de embarcações tradicionais maranhenses, que outrora estava centrada em técnicas de observação direta e no talento de figuração do mestre artesão tradicional. Fruto de uma pesquisa realizada no CVT Estaleiro Escola de São Luís/MA, onde participei como aluna do curso de Construção de Embarcações Tradicionais Maranhenses, este texto irá discutir as transformações técnicas aplicadas na disciplina de modelismo naval. O mestre-professor havia sido ensinado, de forma tradicional pelo seu avô, o artesanato das miniaturas e foi inserido em um curso de modelismo naval (passando a trabalhar com escalas) para capacitação que lhe permitiu tornar-se professor de modelismo no Estaleiro Escola. As mudanças estão relacionadas com várias dimensões do fazer técnico de miniaturas de barco; desde a forma de ensino-aprendizagem, a relação com medidas, a experiência corporal com os materiais e as máquinas e, inclusive, com os tipos de conhecimento artesanal/corporal/sensitivo na relação com escalas e medidas matemáticas. Assim, busco entender as implicações entre o que costumamos chamar de conhecimento tradicional – do aprendizado corporal mergulhado na experiência – com outro tipo de conhecimento – o matemático, com suas escalas e medidas. Nesta relação entre arte e medida (artesanato e escala) há o desenvolvimento de experiências que demonstram formas de pensar e fazer, de ser e operar práticas qualificadas que podem iluminar a maneira que encaramos e/ou opomos, classificamos os diversos tipos de conhecimento.

Coleção “Vida Vento”: o design como fator de transformação

AUTORES/AS: JÚLIA DIAS ESCOBAR BRUSI

Tendo o vento como principal conceito e inspiração, a Coleção “Vida Vento” foi desenvolvida pelas rendeiras de Canaan e Mundaú (Trairi – CE) em parceria

com uma equipe de design (designer e estilista). Durante trabalho de campo em Canaan pude acompanhar tal processo, cuja duração foi de seis meses e resultou em cerca de 20 peças de vestuário, decoração e acessórios. Ao longo desse período, os desenhos originalmente pensados foram modificados e adaptados de acordo com as sugestões das rendeiras, mas sem perder de vista a ideia do vento. O presente trabalho pretende, portanto, analisar tal processo a partir da reflexão de Ingold acerca do fazer. Tentaremos destacar os limites impostos pelos materiais e pela própria técnica da renda de bilro ao projeto original apresentado pelos designers. Além disso, será dada atenção ao modo como cada grupo envolvido nesse processo (equipe de design e rendeiras) interpretou e nomeou as peças produzidas de acordo com seus próprios conhecimentos, interesses e cosmologias.

Entre Bonecos e Bonecas do Barro: da distinção sociotécnica na produção do Alto do Moura

AUTORES/AS: DARLLAN NEVES DA ROCHA

A tradição das peças de barro do Alto do Moura (Caruaru/PE) é conhecida nacionalmente devido a repercussão do artista Mestre Vitalino e suas obras que fizeram parte do repertório artístico na década de 1940, enquanto no país se instaurava o plano de modernização e o projeto da Nação brasileira. Morador da vila (atualmente bairro) Alto do Moura, Vitalino inaugura o estilo de peças de barro ao produzir situações vividas pelas pessoas da região, como homens caçando, tocando pífanos, trios de forró, diversas situações e formas divergentes em relação às produções das artesãs locais que produziam, apenas, utensílios domésticos de barro para. Desse modo, vários artesãos se interessam e aprendem o modo de fazer com o próprio Vitalino, configurando o Alto do Moura como centro de artes figurativas.

A partir da transmissão de conhecimento e dos processos sociotécnicos vivenciados pelos artesãos e o local, novas técnicas e estilos surgiram ao longo de décadas. Entre elas as produções de bonecos e bonecas se destacam e se diferenciam pelo processo produtivo, estético, econômico e simbólico entre o grupo e as instituições que atuam no espaço. Enquanto os bonecos são produzidos e significados com valor artístico, pois é produzido singularmente e por apenas um artesão; as bonecas são produzidas em série por vários artesãos que se especializam em partes específicas

integrantes das bonecas. A diferenciação entre as duas técnicas acarretam em valores estéticos, econômicos e políticos no próprio grupo, pois quem produz bonecos ocupam um status de artista/mestre e suas peças são mais valorizadas economicamente, devidas sua originalidade e exclusividade, pois as situações podem ser reproduzidas, mas as expressões e posições não são reproduzidas identicamente. Diferentemente das bonecas que são produzidas por várias pessoas, cuja assinatura é coletiva, com reproduções idênticas. Estas produções se caracterizam como símbolos de diferenciação e como campo de disputa da legitimidade desse artesanato, cujos produtores de bonecos afirmam perpetuar a técnica e o conhecimento herdado por Vitalino, enquanto os produtores de bonecas asseguram que, embora inovando a técnica, continuam a tradição.

Destarte, partindo da perspectiva de que a experiência, como algo cumulativo, possibilita a formação e o armazenamento de “estoques culturais” (BARTH, 1993), entendidos como em contínua modificação, reflito sobre como as fragilidades deste tipo de tradição frente aos processos sociais contemporâneos são, em certa medida, amenizadas através da elaboração de formas complementares de organização, valorização e transmissão de saberes que, segundo Mura (2010), tornam mais complexos os mecanismos de sua reprodução.

Forjando o santo, transformando relações: inovações e controvérsias na ferramentaria de santo da Bahia

AUTORES/AS: LUCAS DE MENDONÇA MARQUES

A partir de uma etnografia realizada na oficina de José Adário dos Santos, o “Zé Diabo”, na Ladeira da Conceição da Praia, em Salvador, Bahia, o presente trabalho busca abordar a questão das transformações das técnicas e dos objetos rituais no contexto religioso afro-brasileiro. Mais especificamente, na chamada ferramentaria de santo – processo técnico de intervenção no metal e construção de artefatos que se tornam – ou são fabricados para – entidades divinatórias das religiões afro-brasileiras, conhecidas no candomblé Ketu como Orixás. Trata-se de um processo técnico extremamente complexo, que envolve, dentre outras coisas, vasto conhecimento em metalurgia, além de um rigoroso conhecimento iniciático das religiões afro-brasileiras. Para estabelecer as escolhas envolvidas no processo de fabricação, o ferramenteiro deve sempre acionar os entes atualizados na relação, o

que gera uma espécie de “negociação” entre o artesão, a matéria, o santo e o universo cosmológico afro-brasileiro. Partindo de uma visão processual das ferramentas, busco o modo como, no decorrer do processo técnico, deuses, coisas e pessoas dialogam entre si, constituindo-se enquanto tal e constituindo o próprio ambiente. Nesse processo de diálogo, novas práticas (e consequentemente, resistências a certas inovações) adentram nessa rede de relações e acabam transformando-as. Este trabalho visa então percorrer essas transformações, analisando os modos criativos de incorporação de utensílios e práticas neste diálogo, onde, ao transformarem os modos de produção das ferramentas, transformam-se também as próprias relações com os deuses e com a matéria.

O governo da e pela cultura. Ecologias locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste

AUTORES/AS: KELLY CRISTIANE DA SILVA

Este artigo aborda algumas tendências e tensões que estruturam as tentativas de apropriação e subversão de elementos do que denomino ecologias locais de governança por parte do Estado leste-timorense. Tal exercício analítico estrutura-se a partir do diálogo com certa sociologia política voltada à compreensão dos processos de formação dos Estados nacionais e coloniais, a produção bibliográfica recente sobre o tema para o caso leste-timorense e minhas próprias experiências de pesquisa. Tomando por objeto de discussão alguns dos recentes usos da prática chamada de tara bandu (dependurar proibições, em tradução literal do tétum) e as dinâmicas de estruturação do poder local no país, argumento que o reconhecimento e incorporação de dimensões das ecologias locais de governança têm se dado de modo a transformá-las em conduítes para geração de efeitos de pacificação, integração e monopolização do poder, típicas dos processos de formação estatal. Ao mesmo tempo, os usos das ecologias locais de governança servem à transposição e internalização de práticas e projetos modernos de organização social e subjetivação e à objetificação da cultura. Ao situar tais fenômenos numa perspectiva regional e de longa duração eles perdem parte de sua excepcionalidade. Apresentam-se, antes, como uma continuação das técnicas parasitárias e miméticas pelas quais as administrações estatais têm se capilarizado em Timor-Leste e alhures, dando origem a práticas híbridas de governança. Tais

fatos, contudo, não ocorrem sem resistência e tensões. A esse respeito, sugiro que a crítica à partidização das eleições locais neste país pode ser lida como um ato de resistência e agência de setores das populações rurais leste-timorenses aos projetos de apropriação política de aspectos de suas dinâmicas de reprodução social pelas elites nacionais baseadas em Díli. Entre outras coisas, tal fenômeno se deve ao fato de a concorrência partidária desafiar, em alguns casos, preceitos que organizam o exercício e a distribuição de poder localmente.

Recursos e Patrimônios: matéria, forma e transformações técnicas nas políticas da agrobiodiversidade

AUTORES/AS: GUILHERME MOURA FAGUNDES

O artigo empreende uma comparação entre duas políticas públicas que regulam e promovem a agrobiodiversidade (biodiversidade agrícola) no Brasil a partir de duas lógicas distintas. A primeira delas, operada no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), alicerça a agrobiodiversidade no domínio dos recursos fitogenéticos, remetendo-a à biologia neo-darwinista e concebendo as relações entre humanos e plantas cultivadas a partir do estabelecimento de suas “propriedades características” e das “comunidades locais”. Já a segunda, desenvolvida no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), codifica as interações entre humanos e plantas cultivadas como partes integrantes de “sistemas agrícolas”, sob a égide do patrimônio cultural imaterial. Apesar das distinções, ambas as lógicas, todavia, lidam com a tensão entre as dimensões materiais e imateriais que compõem as operações técnicas de feitura da agrobiodiversidade. Além de apresentar as soluções formuladas pelas duas políticas para habitar esta tensão em meio às transformações que lhes são subjacentes, a discussão é ainda articulada com reflexões de Aristóteles, Tim Ingold e Gilbert Simondon sobre o esquema hilemórfico (matéria/forma) que caracteriza o repertório ocidental de estabilização dos seres (humanos e não-humanos).

Da sapata e do pisar o chão: reflexões sobre a constituição do Mestre nas Cambindas

AUTORES/AS: ÉRIKA CATARINA DE MELO ALVES

O presente artigo busca analisar as relações sociais estabelecidas por meio de

uma dança secular chamada de Cambinda, praticada no interior da Paraíba; Ao mesmo tempo em que objetiva traçar um paralelo entre o conhecimento e a prática da dança com as outras técnicas desenvolvidas por esses atores sociais. Para tal, as atividades articuladas pela família Levino, detentora deste saber, serão apresentadas a partir de uma perspectiva processual que coloque em relevo a relação estabelecida entre aqueles sujeitos – dançantes e não-dançantes – e suas habilidades técnicas para dentro e para fora do cortejo. Neste sentido, o papel de Mestre Cambinda será apresentado como foco central na articulação de uma tradição de conhecimento que está intrinsecamente interligada a um arranjo de elementos que por sua vez agrupam e agregam conhecimentos e redes de sociabilidades que viabilizam trocas simbólicas e materiais naquele ambiente. Se por um lado o Mestre do cortejo articula certas práticas atribuídas a seu papel, por outro o seu reconhecimento como Mestre de obra têm lhe garantido prestígio naquele contexto em questão. A existência de espaços de disputas e práticas sintonizadas em certa medida com as posições destes atores, constituídos em um aparato de parentesco e de ancestralidade, pode ser observado a partir das habilidades em que estes exercem determinadas funções. Os processos de aprendizagem e de transmissão de certos moldes operativos em cada ofício – sejam no cortejo das Cambindas ou na construção de uma casa – seguem lógicas de usos conformadas no cotidiano dos objetos/sujeitos da ação. Ao montar um quadro explicativo sobre os dados empíricos e a literatura sobre os fenômenos técnicos, é possível denotar um universo preenchido pelo movimento de difusão e apreensão de um conjunto de saberes localizado para além de uma dança evocada por uma parentela negra. Contudo, é através desta, que os discursos e os sujeitos envolvidos nesta disposição de papéis, manejam competências e performances técnicas.

Domesticação de animais para produção: repensando a fronteira natureza e cultura

AUTORES/AS: JOELMA BATISTA DO NASCIMENTO

Na contemporaneidade, a interação entre humanos e animais não é pensado apenas em termos funcionais ou totêmicos (abordagem clássica), mas tem sido palco de discussões na Antropologia como um objeto emergente, em que esse tipo de relação se encontra na tentativa de superação da fronteira ontológica natureza

x cultura, ou seja, tanto homens quanto animais podem vir a ocupar posições de “sujeito da ação” ou “objeto da ação” (MURA, 2011), neste sentido, ambos são capazes de contribuir na definição da organização social e estruturação das relações de poder. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como proposta uma abordagem empírica, de caráter etnográfico, sobre o processo sociotécnico de pequenos agricultores (as) na domesticação de animais (gado, ovelhas, porcos, galinhas, etc.) com fins de consumo e comercialização, os quais residem no sítio Macaquinhos, pertencente ao município de Remígio, localizado no Agreste paraibano. Tendo como foco investigativo, portanto, a vivência cotidiana por meio das práticas de trabalho entre humanos e animais no espaço rural, procura-se compreender como a aplicação de determinadas técnicas influencia a organização social, quais são os comportamentos adotados quando o animal encontra-se na posição de “sujeito” ou de “mercadoria” e, finalmente, de que maneira entre estes distintos sujeitos se estruturam relações de poder.

O Periperi e as Hidrelétricas : reflexões sobre o reconhecimento de territórios quilombolas a partir de uma perspectiva sociotécnica.

AUTORES/AS: ORNELA FORTES DE MELO

Propomos uma reflexão a partir da pesquisa etnográfica em andamento, realizada na comunidade quilombola de Periperi - situada às margens do Rio Parnaíba, estado do Piauí, Brasil – que é ameaçada de deslocamento compulsório pela construção da Hidrelétrica de Castelhana, obra integrante de um conjunto de quatro hidrelétricas que serão implantadas no curso de citado rio, previstos e financiados pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do governo federal. Analisa-se a política pública de reconhecimento territorial quilombola em relação com a política pública de desenvolvimento econômico nacional, posto que ambas atinjam contemporaneamente e com interesses aparentemente conflitantes a comunidade em estudo. Utilizando os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia temos como objetivo desenhar a rede sociotécnica do território do Quilombo Periperi partindo da percepção da sobreposição de referidas políticas públicas, bem como perceber os processos de ‘tradução’ que vem gradualmente definindo as relações e articulações em torno da gestão territorial na região.

Paralaxe no mar: técnicas de navegação diurna e costeira entre jangadeiros na Paraíba e Rio Grande do Norte (Brasil)

AUTORES/AS: GABRIEL COUTINHO BARBOSA

Uma das habilidades mais notáveis de jangadeiros e demais pescadores na região Nordeste brasileira é a localização de pontos de pesca que se encontram submersos no mar, sem qualquer sinalização, como boia ou bandeira. Articulando percepção afinada e conhecimento sofisticado do ambiente, os pescadores são capazes de reencontrar esses pontos sem a ajuda de qualquer equipamento magnético, mecânico ou eletrônico. Com base em investigação etnográfica, analisa-se a navegação e localização de pontos de pesca diurna e costeira, referida pelas noções de “marcação”, “assento” e “caminho”. Destaca-se o caráter indissociável de jangadeiro e ambiente durante tais práticas, e a necessidade de superar a dicotomia entre determinismo natural (realismo) e o construtivismo social (relativismo). Para tanto, propõe-se uma abordagem de inspiração ecológica, sensorial e pós-cognitivista, valendo-se de conceitos como “matriz ambiente” e “affordance” (James Gibson), “artefatos cognitivos” e “cognição distribuída” (Edwin Hutchins).

Projeto e processo em dois contextos cinegéticos: “caza menor” na Andaluzia e a “guerra ao javali” no Brasil Meridional

AUTORES/AS: CAETANO SORDI

Nesta comunicação, mobilizo os conceitos de “projeto” e “processo”, tal como propostos pelo antropólogo britânico Garry Marvin, para pensar a prática cinegética em dois contextos etnográficos diferentes: a chamada “caza menor” na Andaluzia, no sul da Espanha, e a (assim chamada) “guerra ao javali” no Brasil meridional. Segundo Marvin (2010), seria possível pensar o ato venatório a partir do seu “projeto”, enfocando assim os aspectos éticos, políticos e morais do ato de caçar, ou do seu “processo”, detendo-se na análise sobre as maneiras com as quais os caçadores se orientam operacional e sensorialmente e em relação ao animal visado e o ambiente ao redor. Para além de uma discussão entre fins e meios, o que proponho aqui é refletir sobre a articulação entre estas duas esferas, ancorado na etnografia. No caso espanhol, os interlocutores ressaltam o caráter tradicional e lúdico da caça em relação ao seu projeto, mas percebe-se uma residual dimensão utilitária e de subsistência a nível local. Já em relação ao processo, o que descortina-

se é uma verdadeira tecno-ética (ou ética técnica) que visa distanciar, simbólica e concretamente, o “cazador” do mero “matador”. No caso brasileiro, impõe-se uma agenda, ambientalmente orientada, de controle de uma praga invasora no que tange ao projeto, mas percebe-se a vigência de um aspecto residual lúdico e (evocadamente) tradicional. Já em relação ao processo, o que se destaca é um conflito entre as práticas cinegéticas mobilizadas pelos agentes em campo e as regulações nacionais sobre o assunto, derivando numa contínua negociação do processo à luz dos fins designados no projeto.

Transferência de tecnologia para além da “fluidez”: assimetrias, escalas, controles

AUTORES/AS: LETÍCIA MARIA COSTA DA NÓBREGA CESARINO

A apresentação abordará o tema da transferência de tecnologia dentro da cooperação sul-sul através do estudo de caso de uma parceria, ainda em andamento, entre a Embrapa e quatro institutos de pesquisa agrícola no oeste africano. Com foco empírico nos experimentos adaptativos envolvendo um “pacote” tecnológico centrado no plantio direto sobre cobertura vegetal, discutirei um modelo teórico para a transferência de tecnologia encontrado nos science and technology studies, que tem sido avançado por autores como Madeleine Akrich, Annemarie Mol e Marianne de Laet com base na teoria do ator-rede (ANT). O caso analisado corrobora certos pilares do modelo como a co-produção entre contexto e tecnologia e a importância da “fluidez” do design tecnológico, mas indica certos pontos problemáticos na abordagem da ANT para a transferência de tecnologia. Entre esses “pontos cegos” estão o modo como diferentes macro-escalas são articuladas através da micro-prática dos experimentos; assimetrias históricas nos fluxos globais da tecno-ciência; e o caráter intervencionista dos experimentos, pensados menos em termos da construção de fatos científicos do que de uma aferição das capacidades e do desempenho dos diversos actantes através da aplicação calculada de controles (a um tempo técnicos e políticos) sobre fluxos vitais que se encontrariam de outro modo dispersos no ambiente. Terminando sugerindo alguns caminhos teóricos mais promissores para abordar esses pontos, encontrados em outros autores como Tim Ingold, Ian Hacking, Marilyn Strathern, além do campo emergente dos estudos pós-coloniais da ciência.

“Nossa reserva”: redes e interações entre peixes e pescadores na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

AUTORES/AS: JOSÉ CÂNDIDO LOPES FERREIRA, NELISSA PERALTA, RAFAEL BARBI

Propomos neste trabalho refletir sobre transformações na ética da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*) em função de sistemas de manejo, na região do médio rio Solimões. A partir de uma abordagem etnográfica, pretendemos explicitar mudanças engendradas pelo manejo de pirarucu na escolha técnica dos pescadores pelo uso de redes malhadeiras.

Sistemas de manejo de pesca são instituídos entre associações de pescadores, órgãos ambientais governamentais e instituições de assessoria técnica. Complexos de lagos são delimitados segundo medições e percepções de pescadores, pesquisadores e técnicos sobre os hábitos de pirarucus nesses ambientes, somado às características ecológicas desses sistemas. Associações de pescadores envolvidas num sistema de manejo se responsabilizam por realizar atividades de proteção dos ambientes em que atuam, garantindo a conservação do ecossistema e a consequente multiplicação dos peixes. A pesca do pirarucu é realizada anualmente, entre setembro e novembro, nesses complexos de lagos. De outra forma, a pesca comercial de pirarucus é proibida no estado do Amazonas. A área de um sistema de manejo é correntemente referida por pescadores como “nossa reserva”. Esse possessivo diz respeito ao investimento de trabalho despendido por eles para manter e cuidar dos ambientes. O constante trabalho de pescadores no cuidado da “reserva” faz com que se criem relações de apossamento dos pirarucus e de outros recursos que ali se encontram. O peixe que está nos lagos é o produto do trabalho de vigilância do manejador e é retirado no período em que a pesca é liberada. Esse peixe já tem dono, está potencialmente garantido.

O uso de malhadeiras esteve por muito tempo associado à pesca de larga escala, realizada por “peixeiros”, por volta dos anos 70 e 80, que causou escassez de pescado e conflitos relacionados aos direitos de uso dos lagos. O arpão, por sua vez, sempre esteve associado ao “pescador profissional”, àquele que conhece peixes, lagos e domina as técnicas da pesca. A prática do manejo pressupõe o uso desses instrumentos em função de condições estruturantes: prazo de pesca, a cota de peixes a se pescar, entre outras. A malhadeira deixa de ser a marca do “peixeiro” e passa a compor também as habilidades do “pescador profissional”.

A reflexão sobre as transformações na ética do pescador está pautada na etnografia da pesca e da organização do manejo num acordo de pesca dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Pretendemos com isso entender como a guarda dos lagos e a operacionalização do manejo de pirarucu influenciaram transformações nos processos técnicos envolvendo pescadores e pirarucus nessa região.

COORDENADOR/A: MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY (PPGA/UFPB), FRANCISCA VERÔNICA CAVALCANTE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

DEBATEDORES: LEONARDO DAMASCENO DE SÁ, MARIA CRISTINA ROCHA BARRETO, RAONI BORGES BARBOSA

A proposta do GT é refletir as emoções nas esferas da vida social na contemporaneidade. O objetivo é contemplar estudos que tenham a Antropologia das Emoções e da Moralidade como tema principal e ou como recorte transversal, na discussão de sensibilidades cotidianas. Encontram-se entre os seus interesses as problemáticas relacionadas à conformação de vínculos sociais, à religiosidade, ao lazer, ao trabalho, à família, assim como às questões ligadas ao sofrimento social, à disciplina, à vitimidade e vitimização, à alteridade, à memória social e às emoções específicas como aflição, solidão, exclusão, sentimentos de perda e medos, e questões associadas à problemática da felicidade, do amor, do prazer, da solidariedade, dos processos de amizade etc., bem como às ações de justificação-acusação que redundem em discursos e práticas morais, em humilhação individual ou coletiva, e à vergonha, ódio, angústia e depressão. Interessa ainda estudos sobre emoções e moralidade que indaguem sobre temas relacionados à felicidade, ao amor, ao encontro/desencontro, ao prazer, à solidariedade, à amizade, em uma visão antropológica e interdisciplinar, contemplando ainda problemas conectados às ideias de correção normativa e noções de justiça. As emoções, os sentimentos e processos constituintes de espaços de moralidade que movem as relações sociais e impulsionam e engendram as redes de sociabilidades trazendo à tona antigas e novas formas de socialidades e redes sociais interessam a este GT.

Construindo “devagarzinho”: a linguagem dos diminutivos como forma de evitação de conflitos nas relações sociais em bairros de periferia

AUTORES/AS: GEÍSA MATTOS DE ARAÚJO LIMA, FRANCISCA MARCELA ANDRADE LUCENA

A partir de dois trabalhos etnográficos realizados em tempos diversos em dois bairros de periferia de Fortaleza, as autoras deste paper encontraram a frequência de usos de diminutivos na linguagem associada à evitação de conflitos e aos cuidados nas relações pessoais. Encontramos neste aparente “detalhe” linguístico, um foco significativo para se perceber as lógicas que perpassam os discursos e ações. Entendemos, como Wittgnestein, em *Investigações Filosóficas*, que a linguagem é ação, portanto, buscamos compreender o que os diminutivos significam nos contextos da convivência em bairros marcados por diversos tipos de escassez e precariedade. No primeiro caso, o contexto era uma campanha eleitoral, em pesquisa realizada por Geísa Mattos no Conjunto Palmeiras, em 2004, na qual a autora encontra uma abundância no uso dos diminutivos nas referências de comerciantes que apoiavam candidatos: “se não tem paixão política, dê um votinho aqui...”. Estes mesmos comerciantes, considerados “bem sucedidos” frente às precariedades da vida no bairro, referiam-se aos seus bens sempre no diminutivo: “comerciozinho”, “casinha”, “mercantilzinho”. Já na pesquisa de Marcela Andrade, em 2013, a autora encontrou esta formulação linguística no contexto de um assentamento irregular, no caso a “comunidade Arco-Íris”, localizada no bairro Itaperi. Considerando que, “ocupar” o espaço é também produzi-lo por meio de significados efetivados pela linguagem, o que nos propomos aqui é mostrar como é construída, a partir da observação dos contextos de uso dos diminutivos pelos moradores, a sua própria dinâmica ao se fixarem nesse lugar e se conduzirem num espaço eminente de conflitos de todos os tipos, tomando como marca temporal a construção física da casa, referida como sendo construída “devagarzinho”, até fazer tudo “legalmentezinho”. Tem-se em vista também que a luta para a permanência no local suscita praticas cotidianas face à regulamentação urbanística. Como, nas peculiaridades do discurso, podem-se revelar as práticas e táticas cotidianas? Pensamos aqui as “táticas” com Certeau (*A Invenção do Cotidiano*) e as representações dos atores com Goffman (*A Representação do Eu na Vida Cotidiana*), além de termos como base a perspectiva dos “jogos de linguagem” de Wittgnestein.

Da “cultura” como forma social: “saraus”, artes e fronteiras do político na/da Baixada Fluminense:

AUTORES/AS: JUSSARA FREIRE (ESR/UFF; CEVIS/UERJ; PPGPS/UENF), CESAR PINHEIRO TEIXEIRA (NECVU/UFRJ E CEVIS/UERJ)

Há cerca de cinco anos, multiplicam-se a organização de “saraus” em Nova Iguaçu e em outras cidades da Baixada Fluminense (RJ). Estes encontros adquirem uma crescente visibilidade na atenção pública (divulgados na imprensa, em blogs e redes sociais). São organizados a cada mês por “coletivos” de artistas destas cidades (poetas, pintores, músicos, cineastas, cronistas, atores) em um dia fixo da semana definido consensualmente, por eles, para evitar sobreposição de datas. Reúnem-se - em bares, praças ou centros culturais - integrantes dos coletivos, amigos, amadores e transeuntes, não necessariamente engajados nos mundos da arte com a mesma intensidade. Nos “saraus”, os participantes são estimulados pela busca de formas de sociabilidade (conversas, cortesias, tatos, piadas, jocosidades, fofocas) em um contexto “cultural” (que entremeia poesia, cinema, hip hop, samba, rock, cineclube...). O caráter eminentemente lúdico desta sociabilidade se confunde com outro aspecto do sarau: a apropriação de lugares destas cidades para divulgar as “nossas artes” e/ou “cultura” e torná-las visíveis no espaço público. Estas “participações estéticas” (Kellenberger, 2011) podem, em alguns casos, tecer relações com partidos políticos de esquerda (que já marcaram a trajetória de alguns “movimentos culturais” iguaçuanos) ou em ONGs. Becker (1987) propôs analisar a arte como uma forma de cooperação entre aqueles que realizam a obra em vez de se focalizar na obra em si ou no seu processo de criação. Esta consideração prévia conduz o autor a analisar os mundos da arte em torno e por uma rede de atores que cooperam para produzir uma obra. Inspirando-nos nesta abordagem, propomos analisar a rede de atores engajados nos “movimentos culturais da Baixada” que se mobilizam, desde a década de 70, em torno da “arte”. A pesquisa problemas públicos e periferias no estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em andamento, aponta para as tênues fronteiras entre “arte”, “cultura” e “política” e, paralelamente, para as “antigas” e “novas” configurações morais que substanciam o “político” na Baixada Fluminense. A partir da observação destas situações, de inspiração etnográfica, nas quais atores desta rede se engajam, propomos analisar:

- as reconfigurações da sociabilidade, em particular em Nova Iguaçu a partir das alterações morais decorrentes do fenômeno dos “saraus” (e de sua visibilidade) nesta e nas cidades vizinhas; - as formas atuais de engajamento dos atores nesta rede em continuidade com as anteriores; - e, por extenso, a redefinição das fronteiras do político na “Baixada Fluminense” e seus efeitos, em um movimento híbrido de antigas e novas formas de abordar “a cultura” nesta região.

Infidelidade feminina: moralidade conjugal, estigma e honra em redes de fofoca e de vizinhança

AUTORES/AS: FRANCISCA LUCIANA DE AQUINO

Este trabalho de caráter etnográfico enfoca a moralidade conjugal através das redes de vizinhança e de fofoca no bairro popular Nova Guanabara em Recife-PE. Busca-se analisar os sentidos atribuídos à mulher que trai o marido, classificada socialmente de “gaieira”, no intuito de compreender a construção e a repercussão da honra e desonra feminina ao tomar como eixos transversais de discussão as reflexões sobre gênero, estigma e moralidade. No desenvolvimento da pesquisa de campo, a fofoca constituiu uma importante ferramenta de coleta de dados sobre a imagem construída a respeito das mulheres infieis e também uma forma de acesso à moralidade conjugal. Nas narrativas cotidianas predominaram as fofocas de censura quando o assunto era infidelidade conjugal feminina, revelando, assim, um modo de controle da vida alheia e de manipulação da imagem pública das pessoas. No caso da infidelidade feminina, as mulheres são desprestigiadas, estigmatizadas e desonradas na rede de vizinhança. As fofocas de censura são formas expressivas de violência simbólica, pois por meio delas, a difamação e a humilhação sobressaem nas conversas sobre a vida alheia, como se percebe com o uso depreciativo do termo “gaieira” que recai sobre as mulheres infieis porque elas não cumpriram o papel de esposa fiel e de mulher responsável pela manutenção da unidade familiar. Nesse contexto, o processo de estigmatização acaba por denegrir e imprimir uma imagem negativa às mulheres. A propósito, a infidelidade feminina torna suscetível a masculinidade dos homens, porém tal prática não confere apenas poder às mulheres já que elas vivenciam sanções físicas e/ou simbólicas por praticarem a infidelidade. A partir de fofocas e estigmas disseminados pela vizinhança, a

honra das mulheres é incessantemente questionada, pois a infidelidade quando praticada pelas mulheres é concebida enquanto um comportamento transgressor da moralidade que preside a vida conjugal e familiar.

O ódio nosso de cada dia: experiências juvenis na construção de desafetos

AUTORES/AS: JULIANE BAZZO

Alicerçado na antropologia das emoções, este trabalho reúne fundamentos para a realização de uma etnografia da “gramática sociocultural” do ódio no dia a dia juvenil urbano da atualidade, bem como de sentimentalidades correlacionadas, como a raiva, o desafeto e a inimizade. A escolha por investigar tal conjunto emotivo no referido grupo guarda relação com a notoriedade de um fenômeno coetâneo vinculado a ambos: o bullying, categoria hoje popularizada para designar agressões morais em esferas sociais diversificadas. Esta proposta abraça a crença de que muito se polemiza em torno de episódios classificados como bullying, mas pouco se reflete sobre eles sem apressados juízos de valor, algo que a especificidade do método antropológico pode realizar. A hipótese é a de que o ódio e seus congêneres, conforme avança o projeto moderno de civilidade, ganham status cada vez mais pejorativo em meio ao rol de emoções disponíveis: nesse processo, foca-se na domesticação em detrimento da vazão, com a criação de políticas e programas de combate à violência, alternativa que desconsidera a potencialidade de permanência e transmutação de tais sentimentos. Como suporte metodológico ao estudo, aposta-se na noção de “antropografia”, cujo cerne está na descrição de “eventos comunicativos”, no âmbito dos quais as experiências odiosas são encaradas enquanto um conjunto de signos e relatadas de maneira a descortinar narrativas estereotipadas, inclusive aquelas acerca da não violência. Nesse contexto, além de etnografar as relações emotivas dos sujeitos, considera-se imprescindível refletir, a exemplo do sugerido pela Teoria do Ator-Rede para os elementos “não humanos”, sobre o papel das tecnologias da informação e comunicação enquanto aparatos definidores de tais sentimentalidades em meio à juventude urbana atual.

O sentimento de medo e sua influência nas sociabilidades dos moradores de Feira de Santana – Ba.

AUTORES/AS: HERBERT TOLEDO MARTINS, JANAINA DA SILVA PALMA

Este trabalho pretende observar as mudanças nas estratégias de sociabilidade

cotidiana dos moradores de Feira de Santana (BA) provocadas pela percepção do sentimento de medo da violência e da criminalidade na cidade. A análise é baseada em uma pesquisa de vitimização, onde foram aplicados 615 questionários por amostragem probabilística domiciliar definida com um erro amostral de 4% e um intervalo de confiança de 95%. Neste survey, o público-alvo foram os moradores da área urbana com 16 anos de idade ou mais. Os dados mostram que as alterações nas formas de sociabilidade se distinguem a depender do grupo que o indivíduo está inserido. Foram observadas também as diferenças nos grupos de mesma raça/cor. Os dados mostram que aqueles que se declaram pretos ou pardos, em sua grande maioria tendem a declarar possuir medos de violências de cunho mais agressivos, e em função desse medo promovem mais mudanças na sua vida cotidiana do que aqueles que se declaram brancos.

Rituais de interação em situações de intensa pessoalidade

AUTORES/AS: RAONI BORGES BARBOSA

A presente comunicação busca compreender, a partir de conceitos analíticos goffmanianos, o cotidiano dos moradores de um residencial localizado em um bairro popular e tido por violento e perigoso no imaginário da cidade e dos próprios moradores do bairro da cidade de João Pessoa, Paraíba. Este espaço interacional se caracteriza pela intensa pessoalidade das relações sociais que ali se organizam, mas também pelo forte sentimento de estigma que o pertencimento ao bairro provoca nos ajuntamentos, situações e ocasiões que se formam no residencial. Partindo desta configuração particular, se propõe, assim, a análise dos rituais de interação entre os vizinhos, isto é, como se dão as disputas morais no interior de possibilidades comunicativas, perpassadas por regras de convivência informais, que impõem o encaixe dos atores sociais em situações de copresença, – pouco sujeitas à minimização do embaraço, do constrangimento, da vergonha e da humilhação, – mediante estratégias de evitação e preservação da fachada? O estudo presente discute, portanto, com base em um material etnográfico, como fenômenos interacionais que regulam o mercado simbólico, como a deriva, o conluio de fronteiras, a deserção, o desvio de atenção, a segregação de papéis, a cegueira diplomática, a administração de informações sensíveis e outros, permitem, mesmo em um ambiente pessoalizado e estigmatizado, a estruturação de linhas e

fachadas por parte de atores sociais que operam uma ordem social deveras tensa e conflitual, preservando, contudo, sentimentos de honra, dignidade e orgulho.

A dor do outro: reflexões sobre afeto, sofrimento e violência na prática cotidiana de polícias de uma Delegacia de Defesa da Mulher

AUTORES/AS: FÁBIANA DE ANDRADE

Nos estudos sobre as Delegacias de Defesas das Mulheres é frequente a constatação de que as policiais reproduzem nos atendimentos a violência sofrida pelas mulheres em suas casas. Como forma de resolução, foram formuladas políticas públicas propondo a “capacitação” e a “sensibilização” dessas profissionais para atender mulheres em situação de violência. No entanto, ainda foram pouco explorados os discursos morais e emocionais ativados no encontro entre policiais e mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Pena, repulsa, ódio, mal-estar, constrangimento, compaixão são algumas das emoções expressas pelas policiais nas gramáticas cotidianas sobre violência doméstica e familiar. Tais sentimentos e emoções se imbricam em julgamentos morais que expandem ou restringem os limites suportáveis da escuta. Partindo desse minúsculo do atendimento policial – o encontro entre policiais e vítimas –, esta comunicação pretende refletir sobre as múltiplas expressões e reverberações das emoções e moralidades no atendimento policial. Pretendo trilhar por alguns questionamentos: Como a dinâmica conjugal e familiar é narrada pela polícia? Quais seus efeitos no atendimento policial? Como a dor do outro é apreendida e colocada em circulação nesta delegacia especializada? Como as emoções das próprias policiais se mescla ou se aparta das histórias contadas pelas mulheres que as procuram? Como início do debate, revisitarei o cotidiano da polícia especializada da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas para pensar suas maneiras de narrar sentimentos e emoções, múltiplas dinâmicas familiares, conflitos entre casais e como cada qual ativa maneiras de produzir um sujeito que é vítima de violência doméstica e familiar. O olhar para o cotidiano policial tem em vista observar e refletir sobre como as narrativas de afeto, dor, vulnerabilidade e sofrimento levadas pelas mulheres à Delegacia de Defesa da Mulher orientam registros de queixas, mas, também, reverberam na trajetória pessoal das próprias policiais enquanto mulheres, esposas, mães. Esta comunicação pretende ir além do entendimento da prática policial como violenta.

De outra forma, a proposta consiste em observar as diversas camadas de sentidos que dão inteligibilidade ao trabalho da polícia especializada, colocá-las em relação e apreendê-las em sua multiplicidade e descontinuidade.

Consumo popular e disputas simbólicas: impacto nas emoções, elos de pertença e estratégias de distinção

AUTORES/AS: ANA LÚCIA DE CASTRO

A vinculação entre consumo e classes populares não era, até recentemente, algo muito comum nas ciências sociais, sendo o consumo estudado apenas entre classes médias. Duas mudanças concorrem para que esta associação passe a ser colocada na agenda do debate: uma inflexão na discussão sobre consumo, que se afasta das explicações de caráter moralista e busca construir novas leituras para a interpretação do fenômeno. (APPADURAI, 2008; DOUGLAS & IRSHWOOD, 2004) e alterações sociais advindas das políticas de distribuição de renda implementadas no país, que certamente não implicam no surgimento de uma “nova classe média”, considerando que classe não é uma variável apenas econômica, pois envolve valores (ethos) e práticas (modos de uso), mas de um contingente de pessoas que passaram a ter acesso a bens de consumo considerados “não essenciais”, que até então estavam alijadas deste mercado.

Mais do que a discussão sobre tratar-se ou não de uma classe média, interessa-nos refletir, de um lado, a visão dos entrevistados acerca de um sentido de pertença ou não à chamada classe média, e de outro, a maneira como as políticas de inclusão social têm impactado as vidas cotidianas e os sentidos atribuídos ao consumo do grupo em questão, tomando como ponto de partida uma perspectiva que busca afastar-se dos preconceitos e moralismos que cercam o consumo popular (Miller, 2004), bem como da razão prática atrelada ao tema. Vislumbra-se contribuir para o mapeamento e compreensão dos diversos sentidos assumidos pelo consumo dentre esse novo grupo de consumidores. Para tanto, elegemos como universo empírico os residentes em uma favela do Município de Santo André, SP, na qual encontram-se tanto famílias morando em situações bem precárias (barracos), como em conjuntos habitacionais, nas áreas que já passaram pelo processo de urbanização levado a cabo pela Cia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU).

As primeiras observações revelam as disputas simbólicas estabelecidas entre os moradores da favela e os do conjunto habitacional em torno do pertencimento ou não à chamada classe média. Outro dado relevante refere-se ao isolamento e precariedade material extrema, num contexto em que se observa grande número de “salões de beleza improvisados”, invariavelmente com uma placa, em algum tipo de material barato, estampando os dizeres: fazemos chapinha ou escova progressiva. Esta intrigante recorrência, observada nas primeiras sondagens exploratórias, será nosso ponto de partida na busca das “categorias de entendimento próximo”, possíveis de serem detectadas apenas com o paciente e denso trabalho etnográfico (GEERTZ, 1997), cujo desenvolvimento apontará alguns dos supostamente diversos sentidos assumidos pela prática do consumo no universo.

Dor, sofrimento e formas de luto das mães nas favelas de Fortaleza.

AUTORES/AS: LEONARDO DAMASCENO DE SÁ, HOSANA SUELEN JUSTINO RODRIGUES, DEIZIANE PINHEIRO AGUIAR

A realidade da dor é uma experiência subjetiva e ao mesmo tempo coletiva. A dor, o sofrimento e o luto causado pela perda de um filho jovem desperta na mãe uma situação de desconforto, impotência e às vezes de culpa. Tomamos como objetivo neste trabalho analisar os lutos das mães que residem nas periferias de Fortaleza que tiveram os seus filhos mortos por morte matada por armas de fogo nas favelas à beira-mar. Sabemos que as emoções são construídas socialmente. Elas se inscrevem num universo simbólico numa troca de signos valorativos e repletas de dispositivos morais. Quem sofre a dor influencia e é influenciado pelos círculos sociais que circundantes. As pessoas expressam a sua dor de acordo com os ambientes e as relações sociais com as quais elas interagem. O luto se inscreve na solidão pessoal, mas também sobre uma teia de relações na rede onde se inscreve essa solidão pessoal. As manifestações do luto em espaço público, por vezes, tendem a buscar justiça e uma reorganização da vida coletiva e pessoal, por outro lado, o luto vivido na sua intimidade gera uma coordenação das emoções e uma elaboração das dores construindo gradativamente novos parâmetros para as suas relações familiares e pessoais mais amplas. A dor cria um universo intersubjetivo de significados e sentidos que só existe para aqueles e aquelas que a vivem, por isso que há uma rede de mães que perderam os seus filhos que dizem: “só sabe quem passa”, demarcando com esta narrativa o seu território de dor através da

solidariedade com outras mães que vivem em situações semelhantes. No corpo de quem sofre percebemos a linguagem da dor que é adquirida socialmente. O universo simbólico da linguagem da dor nos corpos cria uma realidade social específica vivida reciprocamente através de uma rede de sentidos e significados que são trocados. Essa linguagem retrata a marca cultural na medida em que percebemos várias nuances da vivência e da interpretação do sentimento da dor e dos comportamentos que ela suscita.

No (Des)Compasso da Terceira Idade: O Movimento das Emoções na Vida de Idosos em um Grupo de Sociabilidade em Teresina- PI.

AUTORES/AS: CIDIANNA EMANUELLY MELO DO NASCIMENTO, CAMILA MARQUES MATON

Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo dos estudos abordando o processo do envelhecimento em virtude principalmente da expectativa de vida em ascensão ocasionando uma mudança na pirâmide demográfica. Esse fenômeno caracteriza a necessidade de espaços de sociabilidade que abrangem a população idosa. Este estudo é qualitativo em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI sobre um grupo de idosos que participa do Programa de Terceira Idade PTIA-UFPI em Teresina/PI. Objetiva-se compreender a relação tensa entre indivíduo idoso e sociedade, as emoções experimentadas por estes sujeitos a partir da convivência no PTIA-UFPI que engendra formas de sociabilidade que parecem (re)significar o lugar ocupado pelos idosos, desenhando um movimento ambivalente que se apresenta como empoderamento e como dependência e limite trazendo a tona experiências que evidenciam sensações de bem-estar e de mal-estar nas relações sociais vivenciadas com seus pares e seus familiares. Busca-se descrever as emoções dos idosos e discutir a relação entre emoções, memórias e interações nesses grupos de sociabilidade da terceira idade. A metodologia utilizada: observação participante em aulas ofertadas pelo projeto de extensão universitária PTIA-UFPI, nos dois períodos do ano letivo de 2013 e, entrevistas semiestruturadas com idosos. Para tanto, considera-se importante o diálogo com Halbwachs (2008) que ressalta que na ordem das valorizações sociais, o idoso está imerso numa série de reflexões que não escapam à memória do sentimento por meio de comparações abstratas que envolvem sobretudo a espontaneidade e a riqueza das sensações. Para (Koury, 2009) as manifestações de

emoções do grupo fazem corpos com os sentimentos, no qual o coletivo expressa não só as emoções, mas são percebidas como uma construção social ensinada e internalizada que fazem parte de um processo da formação de intersubjetividade. Os autores (Mauss, 2003), (Simmel, 2004), (Coelho, 2006), (Rezende, 2002), dentre outros serão parte deste diálogo com os idosos estudados.

O circuito comunicacional das emoções: a Internet como arquivo e tribunal da cólera cotidiana

AUTORES/AS: JOÃO FREIRE FILHO

A Internet figura, na atualidade, como um inexplorado arquivo e tribunal das mais vastas emoções. Blogs, vlogs, comunidades e fóruns on-line abarcam testemunhos, performances e flagrantes emotivos protagonizados por diversos atores e grupos sociais. As manifestações públicas de alegria, asco, medo, raiva ou tristeza costumam suscitar, por sua vez, comentários compassivos, solidários ou desfavoráveis por parte da audiência virtual. Conhecimentos científicos, a psicologia popular, o senso comum e experiências biográficas são acionados para classificar, taxativamente, as expressões e as condutas emocionais alheias, categorizando-as como adequadas ou extravagantes, legítimas ou injustificáveis, autênticas ou forjadas, eficazes ou improdutivas, normais ou patológicas.

No atual estágio da minha pesquisa, examino discursos conflitantes sobre as motivações pessoais, a legitimidade moral e os efeitos políticos de demonstrações públicas de “fúria” que, após serem registradas (de maneira voluntária ou involuntária) no YouTube, provocaram notável discussão no próprio site de compartilhamento de vídeo, em plataformas para redes sociais e outros ambientes interativos on-line. Os sujeitos furiosos são tratados, em regra, como símbolos de monstruosidade, barbárie, loucura ou justa indignação moral — numa eloquente demonstração de como o discurso sobre as emoções atua, de modo significativo, nos processos de classificação dos indivíduos e de qualificação de suas ações na esfera pública.

Neste paper, analiso, especificamente, a repercussão popular e jornalística do vídeo “Solucionou? Não, mas estou satisfeito. Dia #Fúria”, filmado em 28 de junho de 2013 e postado no YouTube, dois dias depois, por Rodrigo Ciríaco, de 32 anos, escritor, ativista cultural e professor de história de escolas públicas na Zona Leste

de São Paulo. Com quatro minutos e 29 segundos de duração, o vídeo registra o ato de revolta do professor contra uma filial da rede Dicico, especializada na venda de material de construção. Após sucessivos adiamentos na entrega de sua encomenda, Ciríaco resolveu destruir, com golpes de martelo, itens do mostruário da loja, equivalentes aos que havia comprado.

A filmagem impactou um número elevado de pessoas. O vídeo depositado por Ciríaco obteve mais de 1.400.000 visualizações, antes de ser retirado do YouTube, por uma ordem judicial. A ação de censura solicitada pela Dicico não impediu, entretanto, que o vídeo continuasse disponível na Internet (em diversos canais no próprio YouTube e em sites de notícia), gerando centenas de comentários, a maioria com caráter aprobativo ou mesmo entusiástico. A exemplo do que ocorrera com o personagem interpretado por Michael Douglas em *Um Dia de Fúria* (*Falling Down*, 1992), Ciríaco foi enaltecido, por muitos comentadores, como um herói popular na luta pelos direitos do cidadão-consumidor. As palavras-chave da argumentação consagradora foram respeito e coragem. Outras pessoas se limitaram a exprimir — discursiva e graficamente — suas reações afetivas ao assistir à filmagem. O vídeo de Ciríaco foi reproduzido e discutido, ainda, nos telejornais SBT Brasil e Primeiro Jornal (Band), no Morning Show (Rede TV), no Programa do Ratinho (SBT) e no Mais Você (Rede Globo), acompanhado de críticas legalistas ou de manifestações de apoio (com inflexão populista ou terapêutica). A abordagem noticiosa foi fonte de novos comentários nas redes sociais e nas plataformas de compartilhamento de vídeos.

Para a análise das justificativas fornecidas pelo próprio professor e das tomadas de posição dos juízes virtuais e midiáticos do seu gesto raivoso, apóio-me em reflexões do rico acervo contemporâneo de estudos sociológicos e antropológicos sobre emoções e sobre moralidade.

“Todas as portas que eu encontrei fechadas”: a política do sofrimento na denúncia pública do desaparecimento civil no Brasil

AUTORES/AS: EDUARDO MARTINELLI LEAL

Este trabalho tem como objetivo analisar a denúncia pública do “desaparecimento civil” (Oliveira, 2012) no Brasil a partir da experiência do sofrimento daqueles que procuram seus parentes desaparecidos. Para tanto, utilizo da observação

participante em redes sociais e eventos relacionados à causa, bem como de entrevistas semiestruturadas com familiares, policiais, voluntários e outros agentes ligados ao tema. Analiso mais especificamente o empoderamento de mães que perderam seus filhos há muito tempo, “os desaparecimentos de longa duração” (Oliveira, 2012) e que praticam a militância como uma forma de ajudar outras pessoas, mas também indiretamente a si mesmas na medida em que se valem de rituais de elaboração do sofrimento que amenizam sua dor e lutam por superar os obstáculos que cercam a busca de seus filhos. Entendo como desaparecimento a denúncia pública do mesmo, independente das hipóteses sobre suas causas, uma vez que as causas e os critérios sociais das pessoas desaparecidas também implicam em uma maior visibilidade e mobilização social na resolução destes casos. Conforme proposição de Victora (2011) trata-se de indagar como o sofrimento é produzido e reconhecido e quais as implicações éticas e políticas destas formas de reconhecimento. Argumento que o sofrimento decorrente da perda e da busca ao desaparecido passa a incorporar e transformar a própria história de vida dos sujeitos. O sofrimento está presente não apenas na experiência da dor, que se expressa no adoecimento do corpo, mas também se refere a como os próprios processos que deveriam servir para amenizar o sofrimento (conforme Kleinman, 1997) tornam-se potencializadores deste. Nesse sentido, destaca-se a ausência de normatização jurídica e de políticas públicas integradas e eficazes que atuem na busca de pessoas desaparecidas. Na denúncia do desaparecimento civil, trata-se de chamar a atenção para o fato de que o sofrimento individual e coletivo é produzido por um problema político complexo, ou como alude Victora (2011), por “políticas e economias da vida”. Mesmo que muitas vezes desintegrada, a política do desaparecimento traz consigo novas formas de fazer política, de dar visibilidade e legitimidade ao desaparecimento como problema social. Essas mães em suas formas não institucionalizadas de mobilização trazem para a cena pública imagens do universo privado que reforçam a ruptura em modelos tradicionais de relações familiares, sobretudo do laço entre mães e filhos. Esses repertórios narrativos e modelos de mobilização produzem justificações morais que dão legitimidade à produção do desaparecimento como um problema social e são tecidos na tensão com discursos de culpabilização e invisibilidade (Ferreira, 2013; Oliveira, 2012).

As emoções desnaturadas do sujeito. O bonito, o feio e a arte de viver na sociedade contemporânea.

AUTORES/AS: REGINA DE PAULA MEDEIROS

Esse artigo propõe discutir as imagens construídas sobre a beleza em contraposição a feiúra e o diálogo entre a moral e a emoção que expressa de modo singular as formas de conceber a corporeidade e de formar, deformar e reformar os vínculos sociais. O corpo é a estética da cultura que implica a experiência sensível e subjetiva dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, o conceito de belo e de feio consolidado no corpo só pode ser compreendido por uma variedade de concepções de acordo com as vivências, sensibilidades coletivas e o sistema de significados culturais que são fundamentais para a interpretação de uma realidade social e não para as leis (Geertz, 1989).

Na segunda metade do sec. 20, o culto ao corpo em favor da beleza ganhou uma dimensão impressionante em decorrência da mercantilização, da difusão de informações e da supervalorização da imagem. Nesse cenário, a mídia cria mensagens sedutoras e sensuais com o objetivo de despertar paixão pela moda, motivar o consumo de produtos de beleza, de cirurgias plásticas, atividades esportivas, maquiagens, tatuagens, o controle obsessivo do peso, o uso de medicação para os mais variados “incômodos”, entre outros. Esses dispositivos são arranjos intencionais que visam conferir ao sujeito a responsabilidade pelo seu próprio corpo, por sua beleza, juventude, saúde e felicidade, forjando a ideia de autonomia individual e maleabilidade para recriar, mudar, decidir, alterar e transgredir as possibilidades biológicas. Temeroso do possível fracasso, o sujeito se implica com uma série de ações obsessivas para manter ou atingir o imaginário contemporâneo ou para afastar e dissimular “defeitos” corporais que podem comprometer sua imagem ou distanciar-se do ideal de beleza. Em consequência, vivencia o deslocamento social por vergonha, humilhação, aflição ou sentimento de culpa e humilhação. Para proteger-se, o indivíduo recorre a uma série de recursos oferecidos que têm a capacidade performativa e desnaturada de reproduzir a imagem social e a autoimagem do sujeito contemporâneo como um dispositivo de satisfação dos desejos e do encontro à felicidade. A regra é o culto ao corpo e o “cuidado de si mesmo”, é a cultura narcísica (Lasch 1979), mecanismo importante no processo de construção das identidades individual e social e para

definir o estilo de vida social cotidiana. É o corpo ancorado nos paradigmas sociais de beleza. Em contraponto, o corpo gordo, sujo, os cabelos sem tintura, desalinhados e o rosto sem maquiagem remete à imagem de debilidade, do feio, descuidado e deprimido, é o símbolo de falência moral e vulgar do homem atual. Os discursos articulados e as práticas na esfera da vida cotidiana apresentam uma carga de emoção e de moralidade que interferem na subjetividade e nas interações sociais.

Emoções, afetos e engajamento político: uma análise dos itinerários de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe

AUTORES/AS: MARCOS RIBEIRO DE MELO

A dimensão emocional foi ocultada nos estudos sobre os movimentos sociais desde que o paradigma da mobilização de recursos, e seu aporte teórico calcado nas estratégias, estruturas e aspectos racionais, tornaram-se a principal fonte de análise e interpretação. O presente trabalho, contudo, parte do pressuposto de que os afetos e as emoções constituem-se numa importante forma de ligação e engajamento de militantes num processo de mobilização política. A afetividade também se vincula à autopercepção dos ativistas promovendo, inclusive, mudanças em suas identidades e atributos psíquicos. Nesta direção, o artigo analisa como as emoções e os afetos de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe se entrelaçam com os seus itinerários políticos. Para este fim, foram realizadas entrevistas biográficas, análises documentais e o registro de observações de eventos e reuniões num diário de campo. Privilegiaram-se, neste artigo, os itinerários de militantes envolvidos na “luta contra a homofobia” e pelos “direitos trans”. A dimensão afetiva apareceu como um importante aspecto no recrutamento e na manutenção do engajamento das lideranças. Parte das trajetórias averiguadas foi permeada por situações de violência e exclusão social, cujas origens se estabeleceram a partir condição sexual dos agentes. Foi na mobilização política que alguns encontraram amigos e apoio emocional para “superarem as adversidades”, convertendo medo em “orgulho”. O fato de se tornarem lideranças também envolveu, em alguns casos, uma maior aceitação familiar, de amigos e parceiros afetivos, pautada numa ressignificação acerca da “orientação sexual” e na nova posição ocupada pelo militante.

Juventude em Rede: A questão da amizade na geração Y

AUTORES/AS: MARIA CRISTINA ROCHA BARRETO

A virtualização das relações faz repensar as coordenadas espaciais e temporais como uma algo que deve ser constantemente problematizado. Várias pessoas possuem amigos que nunca viram pessoalmente, mas que cultivam essa relação por muito tempo, comunicando-se apenas pela internet. Declaram-se amigos pela sintonia, pelo ombro dado, pela presença constante apesar da ausência física. Evidencia-se então que as relações de amizade não dependem da presença física, já que consistem na consideração e afeição de um indivíduo pelo outro, e de uma conexão afetiva duradoura. Isso indica que as amizades virtuais trazem em si toda a força e potencialidades que as assemelham aos relacionamentos presenciais. Assim, a internet torna-se apenas uma ferramenta, que aproxima quem está longe e ajuda na comunicação. Esta é uma reflexão inicial de um projeto em que procuramos compreender como as relações de amizade se constroem, a partir de interações realizadas com o auxílio das redes sociais e de aplicativos instalados em smartphones, entre alunos do ensino médio em uma escola da rede privada da cidade de Mossoró/RN.

Micropolítica das emoções: Estigma e vergonha entre mulheres com práticas homoeróticas em João Pessoa, PB

AUTORES/AS: JAINARA GOMES DE OLIVEIRA

A presente comunicação tem como objetivo abordar o estigma como um processo social abarcado pelas relações de gênero que produzem as emoções de culpa e vergonha, particularmente entre mulheres com práticas homoeróticas. Os processos de subjetivação de mulheres com práticas homoeróticas são historicamente abarcados por processos de estigmatização. E essa historicidade possibilita que, por meio da estigmatização, os sujeitos sejam inseridos de diversas maneiras nos sistemas de socialização, bem como nas estruturas de poder. No entanto, essa situação não significa que o estigma seja uma relação permanente, mas sim um processo social em constante variação, uma vez que, a subjetividade, o corpo e o modo como experimentamos as relações afetivo-sexuais são constituídos enquanto campos políticos. Característica desse processo de socialização estigmatizado, a vergonha enquanto uma emoção constitutiva de toda a formação identitária e central na

construção da sociabilidade, marca as experiências singulares, de individualidade, do vivido e do experienciado desses sujeitos. Mas sem perder de vista a perspectiva relacional da vergonha e a dinâmica entre vergonha e política, deve-se considerar a vergonha enquanto um aspecto constitucional para o entendimento de uma política das diferenças. Desta maneira, pode-se identificar na emoção vergonha uma outra gramática para os conflitos e normais sociais, principalmente se vinculada as lutas políticas que têm por desígnio o reconhecimento intersubjetivo. Trata-se de um trabalho etnográfico, organizado por meio da observação participante em espaços de sociabilidades urbanas, constituição de redes de relações e entrevistas. Com base nas experiências das práticas sociais cotidianas, particularmente entre as mulheres que integram o universo dessa pesquisa, pode-se constatar que estas mulheres, a partir das diferentes situações em que se inserem, são conformadas em um permanente processo de negociação entre as circunstâncias sociais, paradigmas culturais existentes e seus desejos homoeróticos, uma vez que o regime do “armário” enquanto um mecanismo de regulação da vida social e individual marca suas experiências subjetivas.

Uma Arquitetura da arte de morrer no Semiárido Piauiense

AUTORES/AS: MARIA ROSÁGELA DE SOUZA

O presente trabalho compõe um dos capítulos de minha Tese de doutorado: “As velhices que Habitam os Sertões”, onde construí uma cartografia dos modos de envelhecer e morrer no Semiárido Piauiense. Nesse capítulo destaco histórias, memórias e imagens dos idosos e idosas sobre a morte e o morrer. Inspirada na prática etnográfica dialogo com os trabalhadores idosos e suas famílias: observo, escuto, escrevo suas narrativas. Os significados atribuídos à velhice e a morte no contexto rural sugerem um reconhecimento da velhice sintonizada á paisagem, ao território e às práticas de convivência com o Semiárido, uma vez que os modos de vida e os valores compartilhados expressam a lógica desse pertencimento.

“Fronteiras do eu”: embates e dilemas na constituição da pessoa na moda e na publicidade.

AUTORES/AS: FABIANA JORDÃO MARTINEZ

Este paper tematiza os processos ontológicos de constituição da pessoa no

universo da moda e da publicidade; mais propriamente, a experiência subjetiva da modelo profissional. Para tanto, utiliza os dados de uma pesquisa etnográfica concluída em 2009 sobre a construção de gênero entre modelos profissionais na cidade de São Paulo. Neste universo, a subjetividade da modelo profissional se exerce a duras penas, pois se inscreve no dilema de constituir-se como sujeito em campo marcado pela objetificação de gênero e pelo esvaziamento quase total da subjetividade. Nele, a categoria de pessoa comporta significados múltiplos que deslizam por vias diferentes e opostas. Na doxa do campo, a “boa modelo” é aquela que sabe “ser várias”, termo que alude a capacidade profissional e ao potencial performático de projetar imagens e incorporar personagens. Também diz respeito à forma com que cada modelo incorpora as regras do campo e nele aprende a diferenciar-se enquanto “produto”. Por outro lado, este projeto de plasticidade segue incorporado a outro, diametralmente oposto: o projeto de unicidade. A ele corresponde o processo (dificilmente cumprido) de tornar-se, ou de continuar sendo “uma só pessoa”, ou, de “ser várias, sem perder a personalidade”, e, sobretudo, de “encontrar-se” neste labirinto de imagens e prescrições. Entre modelos, isso só se torna possível quando conseguem separar a pessoa da personagem, o passado do presente, a “vida normal” da “vida de modelo”, a mulher da modelo. Decorre disso que o mundo dos afetos (a saber, a intimidade, a sexualidade, a família e a domesticidade) é um contraponto necessário à sobrevivência psíquica; é por assim dizer, o substrato da “alma” e da condição de pessoa. Esta ontologia remete a necessidade de uma cisão entre um mundo público e outro privado em um universo onde a feminilidade só se constrói de forma pública, através das imagens e dos olhares de um Outro impessoal, espectador/ consumidor. Embora se trate de um contexto muito específico, é possível afirmar que, em plena era de “ficcionalização do real” (Augé, 1998) e de instabilidade do eu (Sibila, 2002; Jameson, 1991; Le Breton, 2003; Butler, 2003), as reflexões que ora se apresentam certamente remetem a inquietações mais gerais, que podem contribuir com os debates da agenda dos estudos de gênero contemporâneo, bem como dos estudos da subjetividade e a categoria de pessoa na contemporaneidade.

COORDENADOR/A: DEBORA BREDER BARRETO (UFMG), LUIZ GUSTAVO PEREIRA DE SOUZA CORREIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

DEBATEDOR/A: FRANCISCO DE LA PEÑA MARTÍNEZ, ELISKA ALTMANN, ANA PAULA PEREIRA DA GAMA ALVES RIBEIRO

O objetivo deste GT é dar continuidade às discussões empreendidas no âmbito da 28ª RBA, da X RAM, da IV REA/ABANNE, do III Congresso Latinoamericano de Antropología, entre outros eventos, acerca das múltiplas relações entre Antropologia & Cinema. Em um mundo cada vez mais constituído por fluxos e contra-fluxos de narrativas audiovisuais, propõe-se não apenas discutir os enunciados antropológicos de um cinema etnográfico ou de uma antropologia fílmica, mas também o desafio enfrentado pelos antropólogos de empreender uma Antropologia do Cinema. Trata-se de debater o Cinema como objeto antropológico, focando: 1) as articulações entre Cinema, narrativas, memória e subjetividade; 2) as representações e interpretações que as narrativas cinematográficas nos propõem sobre os mais diversos temas, como a relação natureza/cultura, o estatuto do humano/não-humano, de corpo, gênero, sexualidade, identidade, etc; 3) as condições sociais de produção, circulação e recepção dessas narrativas em seus mais diferentes formatos e gêneros, considerando as diversas categorias que estruturam o campo cinematográfico. Em suma, objetiva debater as potencialidades do olhar antropológico dirigido ao Cinema, do diálogo entre as narrativas cinematográficas e as narrativas antropológicas e das etnografias do/no cinema, no âmbito de estudos sobre a contemporaneidade e os novos procedimentos de construção de sentido.

A noção de humano na ficção científica norte-americana entre 1960 e 70

AUTORES/AS: THAIS FARIAS LASSALI

Esta comunicação vai abordar a maneira como os filmes de ficção científica norte-americana exploraram as fronteiras entre o que é e o que não é humano durante as décadas de 1960 e 70. A análise estará voltada para os marcadores simbólicos que diferenciam humanos de alienígenas, animais, computadores, máquinas, ciborgues, robôs, andróides, dentre várias outras figuras, presentes nesses filmes. Para abordá-los é necessária a leitura interna e a recomposição das tramas socioculturais que os tornam possíveis. Quando comparados com os trabalhos de Shelley e Lang, filmes como 2001, uma odisseia no espaço (Kubrick, 1968), O planeta dos macacos (Schaffner, 1968), Alien, o oitavo passageiro (Scott, 1979), Star Wars (Lucas, 1977) apresentam uma maior abertura para dúvida. Neles, é possível ver humanos se desumanizarem pela inserção de não-humanos no próprio corpo; humanos “enganados” por uma possível humanidade de alienígenas, animais, computadores ou andróides; humanos duvidarem da própria condição de humanos; máquinas, animais ou alienígenas “mais humanos” que os humanos. Em todos esses casos, o embaçamento das fronteiras é claro, pois não se trata de uma dualidade humanos versus não-humanos, mas da dúvida (e de duvidar) daquilo que diferencia (há realmente alguma diferença?) entre essas duas categorias. Esse olhar específico sobre o estatuto do humano mobiliza as mais variadas preocupações antropológicas. A noção de pessoa, por exemplo é um bom instrumento para observar quem é estabelecido socialmente e, no limite, quem é “mais” humano. No caso dos Estados Unidos, o individualismo é determinante. Ele é baseado na separação entre natureza e cultura, porém os filmes da década de 1960 em diante tratam de situações de liminaridade entre ambas. O corpo não é mais o locus da diferença entre humanos e não-humanos, mas da confusão entre eles. Considerando a capacidade industrial e o longo alcance do cinema estadunidense, essas ferramentas oferecidas pela antropologia são ímpares para minha análise.

Cinema, Antropologia e a construção de mundos: algumas contribuições ao debate

AUTORES/AS: MARCOS AURÉLIO DA SILVA

Muito já se falou – sem se esgotar o assunto – sobre as relações entre cinema e antropologia: a contemporaneidade dos dois campos, os desenvolvimentos de uma antropologia que produz fotografia e audiovisual desde seus pais fundadores (Boas, Malinowski, Bateson, Mead), e é cada vez mais crescente a preocupação não apenas com o cinema, mas com todas tecnologias da comunicação nas produções contemporâneas de coletividades e subjetividades – algo que pode parecer novo mas muitas vezes apenas substitui regimes já consagrados como a religião ou o estado pelos sistemas de comunicação como potencializadores de ideias e comportamentos. O cinema, dentro das ciências sociais, quase sempre é pensado ou da parte de quem assiste ou por parte de quem produz, o que coloca problemas interessantes para a contemporaneidade onde essas fronteiras parecem cada vez mais vulneráveis, se é que foram algum dia impermeáveis.

Reconheço que as preocupações que fazem parte do que estamos chamando de Antropologia no/do/com cinema já trilharam e trilham o caminho da Antropologia Visual, mas não é a partir dela que essa discussão vai começar. Ou melhor, essa discussão parte sim da Antropologia Visual, mas também e com a mesma intensidade de campos como a Antropologia Urbana, do Gênero, da Performance, dos Estudos Pós-coloniais e mesmo da Teoria Antropológica para repensar o cinema não apenas como modo de produção etnográfica, mas principalmente como objeto de pesquisa, como sujeito de nosso estudos; não apenas passivo ao nosso olhar, mas agente nas relações de sentido em que se engajam os sujeitos e coletivos do contemporâneo. Estamos aqui buscando caminhos ainda pouco trilhados, mas nem um pouco virgens. A discussão não é nova e está presente desde a aurora do cinema, entre seus críticos e teóricos, mas pouco rendeu para a antropologia.

Quero focar aqui, mais especificamente, as relações que podem ser pensadas entre cinema e antropologia, quando olhamos estes dois campos a partir da perspectiva de construção de mundos. Talvez não seja preciso retornar à história da antropologia para lembrarmos que a etnografia cada vez mais tem sido pensada como um dos muitos produtos da disciplina, guardando importantes relações com

a estética da literatura e a questão do autor. Assim como também não é nenhuma tarefa difícil pensar cada filme como um mundo construído à parte, cuja existência varia de acordo com a duração do filme, mas que se torna palpável pelo período em que estamos assistindo.

Máquina e máscara: corpo e tecnologia na produção cinematográfica.

AUTORES/AS: CARMELA MORENA ZIGONI PEREIRA

A comunicação visa apresentar os dados e análises de minha pesquisa de doutorado, defendida em abril de 2013 junto ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), com orientação da Professora Doutora Lia Zanotta Machado. A partir de trabalho de campo feito em bastidores de produções cinematográficas brasileiras de médio orçamento (Cine Hollyúdi, Faroeste Caboclo), bem como em oficinas para atores e atrizes voltadas para interação com a câmera (Funarte Brasília, Festival de Cinema de Brasília, Projeto de Extensão dos Departamentos de Artes Cênicas e Audiovisual da UnB), a tese busca compreender a atuação de ciborgues na produção de filmes ficcionais para o cinema. A pesquisa volta seu olhar para a vivência no set: como diferentes grupos profissionais realizam atividades tecnicamente qualificadas em busca da imagem, se organizam em rede e praticam rituais (atos de corpo e de fala) para impulsionar a troca de informações, gerar efeitos materiais e imateriais, produzindo uma socialidade singular. A especificidade técnica de cada área de atuação na produção – direção, fotografia, operação de máquinas, interpretação de atores –, têm em comum serem efetivadas por meio de tecnologias e extensões corporais constituidoras de subjetividades, corpos e coletivos particulares. A partir de duas interfaces principais, a máquina e a máscara, os dados etnográficos foram analisados a partir de teorias como a antropologia do ciborgue (Haraway, 1985;2000; Preciado, 2011; Régis, 2012), da constituição da pessoa (Mauss, 1950; Strathern, 1988: 2006), a Teoria do Ator Rede (Latour, 2000; 2005; 2007) e a teoria dos rituais em antropologia (Tambiah, 1985; Schechner, 1988, 2002; Latour, 2004).

Desvendamos, assim, como o set cinematográfico constitui-se em um espaço sócio-temporal distinto do cotidiano, que abriga um coletivo híbrido particular, dedicado a produzir verdades e ficções por meio de práticas cotidianas, eventos

críticos, e imagens em movimento. Esta produção se torna possível pelas crenças compartilhadas quanto ao objeto artístico (filme), pelas fronteiras borradas entre corpos (conformação de híbridos), pelo fluxo de informações e ações rituais organizadas e controladas em rede.

Medicamentos em cena: cinema, saúde e antropologia.

AUTORES/AS: ROGERIO LOPES AZIZE

Objetos densos de significado, os medicamentos ganharam as telas do cinema. Em algumas produções recentes, estes pequenos atores nem sempre são coadjuvantes – ocupam espaço central na vida das personagens e na própria trama do filme. Tais objetos são atalhos nos filmes para falar sobre moralidades, subjetividades, saúde, doença e corpo, gênero e geração, família e outros temas caros à antropologia; também para nós a forma como se ativa a relação entre remédios e pessoas em alguns filmes será uma ponte para tais discussões.

Destacamos três recentes produções de ficção norte-americana que estrearam em 2012 ou 2013: “Silver Linings playbook” (traduzido no Brasil como “O Lado Bom da Vida”), “Blue Jasmine” (manteve o mesmo título) e “August: Osage County” (traduzido no Brasil como “Álbum de Família”). Estes “filmes como campo” (Hikiji, 1998) nos colocam a possibilidade de analisá-los de diferentes formas: 1) os filmes em si (em seus aspectos verbais e não verbais), que colocam em cena o uso de medicamentos psiquiátricos por mulheres e homens, ao mesmo tempo em que forjam essas personagens em interação com outras, nos permitindo analisar as representações tanto sobre as pessoas em uso de medicamentos quanto o olhar lançado sobre elas pelos outros personagens; e 2) as narrativas específicas produzidas no Brasil em torno dos filmes, como por exemplo as traduções dos títulos originais, as sinopses e as críticas a eles vinculadas.

Essas produções cinematográficas retratam um fenômeno que tem crescido de forma avassaladora: o uso cada vez maior de medicamentos, especialmente psiquiátricos, em contextos diversos – o que tem sido chamado por alguns autores como medicalização da vida, dos afetos e/ou da subjetividade. Pesquisas têm refletido sobre – e filmes têm repetido e construído tal imagem – uma convivência tensa entre “terapias da fala” e “terapias medicamentosas” em resposta a sofrimentos de diversas ordens. Embora os três filmes nos dêem margem para

fazer esse debate, o exemplo mais emblemático talvez seja “Blue Jasmine” – ao que parece o primeiro filme em que o diretor Woody Allen não faz nenhuma menção à psicanálise, recurso que por décadas protagonizou os seus trabalhos e o imaginário coletivo das camadas intelectualizadas norte-americanas e brasileiras.

Importante salientar que os filmes aqui selecionados tiveram mérito reconhecido nas mais conhecidas premiações (norte-americanas) e se mantiveram em cartaz por longo tempo, o que de certa forma fala sobre sua habilidade em ecoar aspectos importantes da cosmologia na qual circulam. Ao aproximar estudos antropológicos sobre saúde e pessoa e o campo da antropologia do cinema, pretendemos discutir aqui de que forma estes filmes constroem, reproduzem e cristalizam sentidos atribuídos ao uso de medicamentos.

Narrativa e Diegese: duas dimensões propositivas para uma antropologia do cinema

AUTORES/AS: VITOR FRANÇA NETTO CHIODI

A partir do esforço de pesquisa realizado em minha monografia de graduação em Ciências Sociais, esse pôster visa resumir a proposta de uma metodologia possível para uma antropologia do cinema. Observando as limitações de um pôster tentarei expor as duas dimensões analíticas que conclui importantes.

Da narrativa ou da dimensão do autor : se refere à análise do filme a partir de sua narrativa. Isto é, reconhece o diretor enquanto autor do filme como obra. Essa é uma dimensão que enxerga o filme desde uma externalidade. Envolve colocar o filme na rede (Latour, 2010). Analisar, por exemplo, as implicações de se estudar o cinema hollywoodiano, a ficção científica com gênero e o cyberpunk como sub-gênero. Emergem dois aspectos dessa mesma dimensão, a saber, i. historização e contextualização do filme enquanto objeto em um mundo cultural complexo. ii. análise fílmica propriamente dita, através de uma seleção de cenas que serão avaliadas a partir de sua narrativa e enredo.

Esse processo, portanto, consistiria em olhar para os filmes de fora para dentro. Da diegese ou da dimensão polifônica: O além do autor diz respeito a algo que vai além da narrativa, que diz respeito à diegese (Mertz, 1977.p.118). Não pertence a um autor, passa a ter existência própria após ser criada. Isso faz com que esse universo seja polifônico. Como realidade paralela característica à ficção de modo

geral e à ficção científica em específico, internamente esse mundo diegético é dotado de ecologia (Ingold, 2000) própria, em diferentes níveis alegóricos com a “realidade” exterior. Tem sua própria materialidade, sua própria rede, isto é, natureza, política e discursos particulares (Latour, 2009). Análise que em certo sentido se mostra tradicionalmente antropológica: é o observar estando lá. Como esclarece Geertz (2012), qualquer etnografia usa informações de segunda, terceira e às vezes de várias outras mãos. Nesse sentido poderíamos assumir por uma etnografia de primeira mão aquela praticada pelos diretores, que dá origem ao mundo diegético. Seria o que classifico por olhar para o filme de dentro para fora. A partir de então se trata de uma etnografia de sociedades complexas, com visões parciais, fragmentadas e complementares. Seguindo a proposta metodológica de Santos (2012), a articulação entre as duas dimensões se daria através de uma dialética de duplos que opõe em dialética narrativa e diegese, tendo cada uma dessas suas coisas seu próprio conflito dialético interno. Isto é, Narrativa (forma /conteúdo)/ (Morfologia/ Situações, ações possíveis)Diegese. Sendo o híbrido, síntese que emerge de cada uma dessas dialéticas a partir seguinte de uma nova dialética que formula uma cadeia analítica.

O cinema como objeto de pesquisa antropológica: um olhar para o cinema de Bahman Ghobadi

AUTORES/AS: KELEN PESSUTO

Nesta comunicação discuto o cinema ficcional como objeto de pesquisa na antropologia, no qual as películas tornam-se o campo do pesquisador.

A análise fílmica é abordada como ferramenta metodológica nas pesquisas que envolvem este tipo de objeto. Cada análise leva em conta o problema de pesquisa imposto pelo pesquisador, pois a partir da pergunta que ele pretende responder o olhar sobre o filme varia, dando prioridade aos aspectos mais pertinentes a sua questão. Neste caso tomo como exemplo o filme *Tartarugas podem voar*, do cineasta curdo iraniano Bahman Ghobadi, levando em conta os conceitos de alegoria e voz.

São três os caminhos percorridos nesta fala: um primeiro que traça as aproximações entre o cinema de ficção e a antropologia; em seguida, atendo-me às questões metodológicas que envolvem este estudo; e por último ao filme citado para refletir sobre a análise fílmica: o que é e como analisar.

Quem tem medo de cinema? (ou a experiência de “Das nuvens para baixo”)

AUTORES/AS: ELISKA ALTMANN (UFRRJ) E MARCO ANTONIO GONÇALVES (UFRJ)

Esse texto/manifesto é fruto de reflexões surgidas ao longo do processo de realização do documentário intitulado “Das nuvens pra baixo”, por nós dirigido. Por seu lado, a feitura (prática) deste filme já se colocou, desde o início, com o intuito deliberado de refletirmos determinadas posições e ideias relativas à chamada “antropologia visual”, no Brasil, e seus entendimentos sobre “filme etnográfico”. Longe de desejar travar qualquer batalha com o campo, nos empenhamos em ampliar olhares e proposições, furando supostas “bolhas” muitas vezes entendidas meramente sob rótulos acadêmicos, científicos e artísticos. Para tanto, seguiremos uma narrativa (linear) de modo a mapear perspectivas, conflitos e desafios de um campo acadêmico permeado e interferido por práticas audiovisuais (por excelência, estéticas, políticas, éticas e sociais). Ao final, faremos uma descrição (sem spoilers) do filme – visto como potente discurso revelador do mundo e de “pessoas em cima do mundo” – e de sua feitura, por nós entendida como implicação epistemológica de construção de mundos.

A cidade e o crime: um estudo etno-narrativo do filme M, o Vampiro de Düsseldorf

AUTORES/AS: ANA LÚCIA MODESTO

M. o vampiro de Düsseldorf, de Fritz Lang é um clássico do cinema alemão, e tem como personagem principal da narrativa um matador de crianças e as angústias e transformações que traz a cidade-título. O objetivo do trabalho proposto é fazer uma comparação entre a narrativa fílmica, o olhar etnográfico e o efeitos da narrativa sobre o espectador. Com isso, pretendo demonstrar como o filme, com sua linguagem própria, possui, entretanto, afinidades com o processo ritual tal como descrito por Victor Turner, e pode ser usado tanto com um objetivo de estudo das cosmologias ocidentais, tomando o termo de M. Sahlins, como um instrumento de ensino do que vem a ser o olhar etnográfico. Além disso, temos a presença entre os personagens de um pedófilo, um tipo monstruoso, e gostaria de analisar sua performance, com uma trajetória, dentro do filme, extraordinária,

singular. A noção de indivíduo, seu contraste com a noção de pessoa, pode ser trabalhada tomando a narrativa do filme como objeto de estudo, o que possibilita uma maneira de revelar as contradições que cercam o indivíduo marcado pelo sofrimento mental e ação desviante. Entendo que o filme escolhido é um excelente exemplo para se ver o que a antropologia pode acrescentar aos estudos cinematográficos, meu objetivo último.

Ambiência de formação cultural e experiências com cinema no Clube de Cinema de Fortaleza(1948-1960)

AUTORES/AS: RAUL KENNEDY GONDIM PEREIRA

A pesquisa tem por objetivo analisar a atuação do Clube de Cinema de Fortaleza e a formação de uma ambiência e sociabilidade que favoreceram experiências de fruição, crítica e produção cinematográficas que podem ser consideradas “fora” do circuito comercial hegemônico de cinema. O período de análise se estende do período da fundação do Clube de Cinema de Fortaleza até a década de 1960. A entidade é uma das pioneiras com a finalidade de promover a exibição de filmes não comerciais, apreciação fílmica e realização de debates, cursos, seminários e publicações especializadas de seus sócios acerca da atividade cinematográfica. Para além dos espaços de sociabilidade e consumo de produtos cinematográficos que surgiram com os desenvolvimentos do cinema e de suas salas de exibição, que formaram o grande público dessa arte, surgiram espaços de compartilhamento e consumo coletivo de filmes. Entre as instituições que tomaram o cinema como centro de suas atenções, destacaram-se os clubes de cinema. O final da década de 1950 e início da década de 1960 marcaram o período de consolidação da atividade cineclubista em vastas partes do território nacional. Os problemas que aparecem inicialmente são as questões da organização e da sociabilidade promovidas pelo CCF em torno de questões relativas ao universo de crítica, apreciação e produção em cinema. Pretende-se entender como se articularam as ligações entre os diversos indivíduos que compuseram essa formação social a partir da apropriação da categoria sociológica de “habitus”. A pesquisa analisa a ambiência e as relações estabelecidas entre os participantes do CCF na de formação de indivíduos portadores de um habitus cinéfilo e cineclubista, que foram ao longo do tempo ampliando sua atuação enquanto indivíduos e entidade para a crítica de cinema em jornais locais e para realização de filmes. Questões relacionadas à

análise de documentos escritos e também de tratamento de entrevistas orais e de outras fontes históricas, como imagens e registros visuais e de áudio, são centrais na metodologia de pesquisa adotada para pesquisar as experiências promovidas durante o período em questão.

Barcelona entre o cotidiano e o ordinário: estética e política em Vicky Cristina Barcelona e Biutiful

AUTORES/AS: PAULO JORGE DA SILVA RIBEIRO

O cinema contemporâneo faz parte dos espaços e circulações de sentido sobre como e onde as experiências da modernidade se expressam – desejos e fracassos, expectativas e tragédias, afetividades e mercados se insinuando em zonas de disputas de poder interpretativo. Nesse campo, uma cidade é absolutamente paradigmática – Barcelona – por expressar um continuum entre tradição e modernidade, onde as apostas do universo de mercado triunfante parecem construir o imaginário da “cidade-empresa” bem-sucedida, sublimemente cosmopolita, um cartão postal vertiginoso de uma modernidade problemática e, muitas vezes, entrópica. “Biutiful”, de A. G. Iñárritu (2010) e “Vicky Cristina Barcelona”, de Woody Allen (2008), disputam de forma exemplar essas narrativas. Da distopia ordinária de Iñárritu às vivências descentradas da vida cotidiana de Allen, é possível conceber duas leituras não somente de uma cidade central da Europa, mas de presentes e amnésias da modernidade. O intuito deste ensaio é perceber os horizontes de experiências – das personagens e da própria cidade -- apresentados nesses dois filmes paradigmáticos da Barcelona hodierna. A Barcelona de Iñárritu, de párias e ofendidos, trabalho marginal e finitude, se contrapõe às estampas catalãs virtuosas mescladas com as impossibilidades do amor neurótico alleneano. Em ambos, violência e angústia de projetos sem centros imanentes ou fundamentos transcendentais, mas que assumem disposições narrativas singulares de onde e para quem falam. Para esta proposta, concebe-se Barcelona não como uma cidade-ideal ou real, mas como um campo de forças imagético central às disputas estéticas e políticas do mundo contemporâneo.

Cineclubismo em Belém: Consumo e Sociabilidades no circuito alternativo de cinema.

AUTORES/AS: RAONI ARRAES

A história do cinema em Belém é quase tão antiga quanto a história do cinema em si, quando se inaugura em 1912 o Cinema Olympia, atualmente sendo a sala de cinema mais antiga do Brasil, em funcionamento. Criando uma forte tradição de cinema na cidade, em 1955 surge o primeiro Cineclube Belenense, há quase 60 anos, essa atividade sempre se realiza como uma alternativa ao circuito comercial e se mostrando um espaço diferenciado do cinema atualmente. O estudo objetiva investigar no circuito de cineclubes da cidade de Belém, as características dos frequentadores desses espaços, identificando a forma de sociabilidade que se estabelece nesses contextos de discussão de filmes e o que público é característico de cada cineclube. Esse trabalho problematiza também o esvaziamento dos cineclubes que não exibem filmes mainstream, transformando a atividade cineclubista em Belém, mesmo com seus quase 60 anos, uma atividade underground. O trabalho utiliza dos conceitos de circuito de Magnani (2005), que é o exercício de práticas e serviços por meio de estabelecimentos que não possuem uma continuidade espacial, mas são reconhecidos por seus usuários, dando suporte para uma pesquisa etnográfica.

Narrativas e representações sobre o Rio de Janeiro nos documentários contemporâneos.

AUTORES/AS: ANA PAULA PEREIRA DA GAMA ALVES RIBEIRO

A fotografia, depois o cinema e hoje os registros em novas mídias têm captado e retratado as várias cidades existentes no Rio de Janeiro. Das diferenças dos espaços povoamento, construções, apropriações, políticas públicas, discursos emergiu uma cidade que se entende como múltipla, o que se reflete nas imagens produzidas sobre ela. Esta ideia de múltiplas cidades agrega ou absorve os discursos políticos, poéticos, literários, urbanísticos e arquitetônicos, além de reflexões antropológicas. E se cada cidade é plural, em suas várias dimensões, os filmes também o são. São inúmeras as possibilidades de representar uma cidade, sejam estas na ficção ou na não-ficção. Especificamente no caso do Rio de Janeiro, a análise prévia dos

dados demonstram que as representações da cidade na ficção são compostas, em sua maioria, por imagens de uma metrópole que enfrentou dilemas específicos de um crescimento acelerado e de mudanças em suas organizações políticas durante o processo que emerge ao final da ditadura militar e no período de redemocratização. Emergência e crescimento das favelas ao longo do século XX e um quadro de violência urbana consequente das guerras de facções do tráfico de drogas, altamente armado e violento. No Rio de Janeiro visto pelo cinema, estes dois fatores, juntos ou separados estão presentes, fazendo com que tenhamos um eterno retorno às estas questões e imagens, mesmo com a diferença de abordagem dos diretores em cada produção, tornando estas representações do Rio uma recorrência. Cabe perguntar: comparado ao Rio de Janeiro da ficção, as narrativas sobre a cidade que aparecem nos documentários são tão múltiplas quanto? Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar sob a ótica da antropologia do/no/ cinema, a produção de documentários produzidos pós-retomada que retratem o Rio de Janeiro ou, mais especificamente, sua arquitetura e a relação da população com o espaço urbano, do indivíduo com a metrópole, a partir do entendimento da multiplicidade desta cidade.

Percorrendo o ABC paulista com Leon Hirszman: ABC da Greve e Eles Não Usam Black-tie

AUTORES/AS: PAULA ALVES DE ALMEIDA

Desde 1978, grandes greves vinham acontecendo nas cidades do ABC paulista, grande zona industrial do Brasil, e um forte movimento sindical trabalhador estava surgindo. Naquele ano aconteceram greves de maio a dezembro por todo o estado de São Paulo, cerca de 300 fábricas pararam. Em 1979, nova greve estoura e os sindicatos sofrem intervenção do governo federal, em pleno regime militar. Em 1980 o governo militar reage a nova greve colocando a polícia e o exército nas ruas em confronto com os trabalhadores, os dirigentes sindicais são presos. Esse é um momento intenso na história do país e do cinema brasileiro, ainda influenciado pelo movimento cinema novo, em meio a crises com a censura. O cinema brasileiro começa a tomar novos rumos com a criação da empresa estatal Embrafilme. A partir das greves desencadeadas entre 1978 e 1980, tomando o movimento operário como tema, 21 filmes são realizados. A existência de tantos

filmes sobre as primeiras greves após 1968 se deve muito ao fato das mesmas terem sido os primeiros movimentos significativos de oposição ao governo após anos de silêncio. Dois deles foram realizados pelo mesmo diretor – Leon Hirschman – o documentário ABC da Greve e a ficção Eles Não Usam Black-tie, em 1979 e 1981, respectivamente. Este trabalho consiste, principalmente, na análise desses dois filmes, seus processos de produção e suas opções estéticas, como se completam e se influenciam, como representam o movimento operário e o momento político do país.

Transculturalidade e Ficções Migratórias: A Experiência Diaspórica da Subjetividade e da Autoctonia em LONDON RIVER e 14 KILÔMETROS

AUTORES/AS: RAFAEL TASSI TEIXEIRA

O presente trabalho parte de uma interrogação bastante presente nos discursos migratórios contemporâneos: como as narrativas em trânsito reposicionam os sujeitos na condição do olhar sobre a relação foraneidade-autoctonia, pensadas através da experiência fundamental do deslocamento? O artigo explora as relações entre as escolhas narrativas e a identidade na estrada, focalizando as dinâmicas interculturais entre as historicidades móveis e as culturas de recepção. Desenvolve a imagem da experiência do deslocamento como condição *sin qua non* da construção dos itinerários culturais a partir de ‘zonas de contato/emergência’ abertas pela globalização circundante que tem significativo impacto nas dinâmicas da alteridade imigrante. Posteriormente, o trabalho se amplia buscando uma análise sobre a reflexividade ensaística a partir da emergência do olhar sobre a imagem dos “não-lugares” migratórios, retomando a ideia do antropólogo Marc Augé em relação à dois discursos fílmicos sobre imigrantes em processos de trânsito. A relação subjetividade-cultura, é pensada através da imagem do migrante em busca da identificação psicológica e comunitária na relativização espacial, sendo as identidades observadas pela cultura de envolvimento e a relação de forças, hegemônicas e assimétricas, que servem de material para reflexão do alcance comparativo ‘Nós-Outros’.

A trajetória do cinema latino americano sob a lente antropológica

AUTORES/AS: JULIANO GONÇALVES DA SILVA

Este trabalho resulta de pesquisa que venho realizando sobre o personagem indígena no cinema latino-americano. Articulando a construção conceitual da identidade latino americana à sua aplicação na produção cultural e artística para além da literária, nas manifestações folclóricas, posteriormente presente também nas artes plásticas e chegando ao cinema é que o nosso foco de interesse se centra na busca da materialização e construção dessa “ideia” enquanto identidade coletiva. Na América Latina o cinema se constituiu como um meio para o engajamento real de jovens nas lutas revolucionárias nacionais. O movimento de cine clubes na América Latina funcionou como um dos principais vetores que contribuíram para a mudança da visão do cinema nos meios intelectuais desses países. Além dos cineclubes tiveram importância as cinematecas na construção do saber no continente sobre cinema, pois mantinham uma série de atividades, tais como exposições cinematográficas, cursos e seminários, contribuindo significativamente para a formação em cinema, funcionando como escolas de cinema num tempo em que estas ainda não existiam na América Latina. Nos anos de 1960 a produção cinematográfica, está “comprometida com a proposta de conscientização política”, nessa época vários movimentos nacionais se iniciam nas telas. “Tercer Cine” na Argentina, criado pelo Grupo Cine Liberación propunha um “terceiro cinema” (diferente do hollywoodiano e do europeu) para a América Latina. Jorge Sanjinés, na Bolívia produz documentários, falados em aymará e espanhol, que abordavam problemáticas da população indígena. No Uruguai a Cinemateca del Tercer Mundo (1969-1973), tinha no seu logotipo um cineasta empunhando uma câmera como uma arma, pretendia “ser uma cinemateca diferente, criada para reunir e difundir filmes latino-americanos de “caráter crítico e militante””. Em busca de uma maior autenticidade, trilhando um caminho próprio, também os festivais de cinema tornam-se importantes pontos de encontro e espaços de discussão sobre o cinema na america-latina. Nestes Festivais, difunde-se o movimento do Nuevo Cine Latinomaericano. Apesar de sua importância ainda hoje este cinema e principalmente a sua produção atual não é suficientemente considerada e analisada academicamente nas Universidades Brasileira. Nesta perspectiva e questionando os porques disso é que se pretende focar a comunicação.

El cine indígena en México

AUTORES/AS: FRANCISCO DE LA PEÑA MARTÍNEZ

El análisis antropológico del género fílmico que trata del mundo indígena en el cine mexicano permite dar cuenta de los diferentes modelos con los cuales ha sido representada la realidad de los pueblos autóctonos. Se trata de comprender la evolución de este género así como de las imágenes de los indígenas, que resultan reveladoras de los conflictos, los fantasmas y los malentendidos que se establecen entre los indígenas y los no-indígenas de México.

O corpo extremo. Aporias do retrato fotográfico ou cinematográfico contemporâneos .

AUTORES/AS: SAMUEL JOSÉ GILBERT DE JESUS

No início do século XIX, foi publicado um curioso tratado chamado *La physiognomonie ou l'art de bien connaître les hommes*, redigido pelo teólogo suíço Johann Kaspar Lavater. Se o autor distingue o seu método da fisionomia ao dizer que “numa acepção estrita, entendemos por fisionomia os ares, os traços do rosto”, ele cuida de defini-lo também como a “[...] ciência, o conhecimento da ligação que une o exterior ao interior, a superfície visível ao que ela torna invisível”. Como o uso da imagem fotográfica ou fílmica contribuiu para explorar o que de fato liga o exterior ao interior, o visível ao invisível da consciência, buscando o reverso mais misterioso do ser humano, através de suas contradições? Essa comunicação proponha-se examinar como alguns de seus sintomas ecoam em meio a um panorama iconográfico composto por representações de corpos vistos na época então como demoníacos e que, até hoje, assombram numerosas obras fotográficas, cinematográficas ou videográficas. Ela será dirigida segundo dois eixos principais.

Em primeiro lugar, trata-se de realizar uma atualização crítica e teórica da fisiognomonía, a luz de várias obras contemporâneas que vêm desmistificar, recusar, impossibilitar, uma certa visão utópica que busca “medir” o indivíduo em função das suas “supostas” características físicas. Essa postura revela-se mais perturbadora quando a representação do sujeito encontra-se progressivamente alterada, e impossibilita qualquer tentativa de identificação da imagem por parte

do observador. Podemos assim recorrer aos exemplos dos rostos deformados pela lepra, retratados nos filmes *L'ordre*, de Jean-Daniel Pollet e *Oh, uomo*, de Yervant Gianikian e Angela Ricci-Lucchi. Essa alteração pode surgir também, quando alguns estímulos visuais são percebidos como verdadeiros elementos performáticos que excitam um estado, de modo a tornar o espectador estupefato pelo próprio olhar, o ator de sua força imagética, como isso pode ser observado no documentário *Titicut folies*, de Frederick Wiseman. Em segundo lugar, esse estudo buscará destacar certas figuras apresentadas como "antifisiognômicas", retratadas no cinema – por exemplo, o rosto de Edvard Munch, filmado por Peter Watkins a partir do autorretrato fotografado do pintor, ou na fotografia, através dos autorretratos fotográficos de David Nebreda. Serão assim examinados alguns exemplos que não se podem considerar apenas simples elementos de um catálogo ilustrativo de representações contemporâneas do corpo levado ao limite, porque são, de fato, lugares de experimentação que desafiam toda leitura normativa. Colocaremos esses regimes iconográficos à prova com imagens cujos conteúdos e intenções chocam até mesmo o olhar familiarizado com representações extremas do corpo e do rosto na arte contemporânea.

Os “A(r)tivismos” cinematográficos e midiáticos dxs queer of color: Reflexões em torno das criações do coletivo Queer Women of Color Media Arts Project.

AUTORES/AS: GLAUCO FERREIRA

A partir da construção narrativa e de uma revisão crítica a respeito de diferentes campos teóricos antropológicos, viso discutir neste artigo as possíveis intersecções analíticas construídas na relação entre mídia, produção cinematográfica e artística enfocando neste contexto, para efeitos da minha análise, as criações audiovisuais de um coletivo queer norte-americano, o QWOCMAP (Queer Women of Color Media Arts Project), sediado na Baía de San Francisco, Estados Unidos. O que se pretende visibilizar ao longo do trabalho são as relações analíticas possíveis entre os campos da antropologia da mídia nos Estados Unidos (realizada em trabalhos tais como os de Faye Ginsburg e de Terence Turner), a abordagem pós-social e antropológica britânica sobre ‘arte’ e seus ‘objetos’, como mediadores de agência e de relações (tais como sugerem os trabalhos de Alfred Gell e Tim Ingold) e

o campo da atual antropologia do cinema realizada no Brasil (com trabalhos como os de Rose Satiko Hikiji, entre outros). Neste intento, busco analisar parte da produção cinematográfica do QWOCMAP, ressaltando as maneiras pelas quais, através de suas criações, elas buscam colocar em prática e materializar outros modos de representar as “queer women of color” e também construir subjetividades e processos de subjetivação. O trabalho visa trazer à tona as maneiras pelas quais, através do filme, este coletivo potencializa agências individuais e coletivas, inspiradas no tipo de prática e teoria feminista sobre o cinema nos Estados Unidos, além de evidenciar as possibilidades sociais transformativas de um tipo “a(r)tivismo” cinematográfico e midiático comprometido com mudanças e diferenças variadas.

Por uma estética de gênero: O filme "Silêncio da Mulher" de Gabriel Mondlane

AUTORES/AS: ESMAEL ALVES DE OLIVEIRA

A proposta de refletir sobre o filme "Silêncio da Mulher", do moçambicano Gabriel Mondlane, visa compreender em que medida as questões de gênero se apresentam nesta narrativa. Em minha pesquisa de doutorado sobre as representações do HIV/Aids no cinema de Moçambique, deparei-me com importantes clivagens, como tradição/modernidade, global/local, mulher/homem, na compreensão e agenciamento que os moçambicanos tem em torno da epidemia. Nesse sentido, caberia a pergunta: como podemos pensar o status da mulher no cenário "tradicional" moçambicano que tende ao privilegiamento do masculino? E como as questões de gênero são inseridas nas políticas de enfrentamento ao HIV/Aids? São aspectos que perpassam a obra fílmica de Mondlane e que nos ajudam a compreender as nuances e complexidades das lógicas de gênero presentes no Moçambique contemporâneo.

Um estudo de Antropologia da Criança, através de uma análise do processo de recepção filmica, do filme Tomboy.

AUTORES/AS: BRISA EVANGELISTA DE QUEIROZ

Esse artigo é resultado de um estudo de Antropologia da Criança, através da análise da recepção filmica, com grupos específicos de crianças e adolescentes, de uma obra cinematográfica que aborda a infância de uma criança que lida com questões de gênero e sexualidade. A intenção foi a de refletir sobre a infância, a partir de autores como Manuel Jacinto Sarmento e Clarice Cohn, e suas dinâmicas em termos de sexualidade e gênero, tomando o cinema como vetor das discussões. Para embasar as discussões sobre gênero e sexualidade foram escolhidas, dentre outros autores, Judith Butler e Joan Scott, assim como Ismail Xavier para a teoria do Cinema. Como objetos de estudo foram escolhidos o filme Tomboy (2011), e, para dialogar com tal filme, alunos de uma escola de teatro de Goiânia, Zabriskie Teatro. O filme trata de questões de gênero e sexualidade do ponto de vista da personagem principal, Laure, uma criança de dez anos. Com esse processo de exibições e discussões, objetivou-se levantar reflexões dos sujeitos participantes sobre como eles interpretaram as situações pelas quais a personagem principal passa no filme; além de trazer essas reflexões para as suas próprias realidades e dar a abertura para que opinassem em situações semelhantes de seus cotidianos.

COORDENADOR/A: MATIAS GODIO (UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRES DE FEBRERO), LEONARDO TURCHI PACHECO
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS)

DEBATEDOR/A: ALLAN DE PAULA OLIVEIRA, FERNANDO GONÇALVES BITENCOURT, MAYCON HENRIQUE FRANZOI
DE MELO

Este grupo de trabalho visa dar sequência ao processo de fortalecimento dos estudos sobre esporte e sociedade na Antropologia Brasileira. Durante os últimos encontros do grupo (RBA e RAM) constatamos que o esporte é um território sócio-cultural privilegiado para o estudo de significados que constroem e articulam nossas sociedades. Esta área temática tem adquirido cada vez maior visibilidade, seja pelo investimento nos chamados “grandes eventos esportivos” (tais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016), seja pelo desenvolvimento de núcleos de pesquisa e a ampliação do número de dissertações e teses de pós-graduação que abordam o tema. O esporte tem permitido refletir sobre a formação das identificações sociais (gênero, étnicas, etárias, regionais, globais, locais) assim como sobre as articulações com outros campos de conhecimento em antropologia. Este GT propõe o debate sobre as amplas relações entre esportes e processos de construção social e cultural da apresentação, significação, circulação e institucionalização dos agentes que integram este campo, assim como a incorporação de discussões teórico-metodológicas de outras disciplinas e áreas temáticas com o objetivo de acrescentar novas perspectivas ao estudo dos esportes. Isto significa tanto pensar o esporte através dos conceitos antropológicos como fazer de esta última pensável através das dimensões de análise que a história do conhecimento sobre o esporte nos oferece.

"A busca por uma gestão profissional": relato etnográfico de um fórum de gestores das arenas de futebol no Brasil

AUTORES/AS: RICARDO CÉSAR GADELHA DE OLIVEIRA JÚNIOR

A realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil acarretou na construção ou reforma de estádios de futebol sob o modelo do que se convencionou chamar de “padrão FIFA”, que além de mudanças nas arquiteturas e nas nomenclaturas das praças esportivas (de estádios para arenas), também trouxe alterações nos modelos e nos agentes de administração dos espaços. Tais estádios passaram a ser conduzidos, após os processos licitatórios e por meio de parcerias público-privada, por consórcios formados por empresas brasileiras recém-criadas, geralmente organizações secundárias de construtoras, e em alguns casos em conjunto com corporações estrangeiras que já possuem experiência nesse tipo de negócio. A construção das arenas tem sido apontada como uma grande chance para o aumento dos orçamentos dos clubes brasileiros, tendo em vista a elevação considerável das receitas advindas das bilheterias dos jogos nelas sediados no ano de 2013. Nesse cenário, devido à necessidade de novos profissionais, surge um grande mercado para a formação especializada de gestores brasileiros de arenas esportivas: cursos de pós-graduação e MBA's oferecidos em universidades nacionais, intercâmbios das empresas brasileiras com consultoras estrangeiras, surgimento de uma literatura especializada no tema, além de eventos organizados para a discussão e disseminação de um novo modelo de gestão profissional. A partir da observação de um fórum organizado por especialistas em gestão e marketing esportivo, profissionais das empresas gestoras das arenas, estudantes e diretores de clubes, percebeu-se a introdução e a defesa de uma linguagem empresarial no que se refere à administração das praças esportivas, de termos como: otimização, cliente, atratividade, redução de custos, autocontrole do mercado sobre os preços dos ingressos. A busca por legitimação de uma nova forma de gestão também se dá a partir da oposição a um modelo considerado ineficiente, posto em prática pelas diretorias dos clubes ou por órgãos de administração pública, considerados sem a devida competência e formação para tal. A lógica de organização e disposição de um shopping center, com a grande diversidade de produtos e serviços que esses locais costumam oferecer aos seus frequentadores, influencia diretamente na forma como esses especialistas pensam as arenas de futebol no Brasil. As arenas passam

a ser vistas como um Oasis de possibilidades de exploração econômica, a partir da utilização de cada espaço como local para exposição de publicidade, venda de camarotes e locais VIP's para empresas, sede de eventos além das partidas de futebol (shows, reuniões corporativas, lojas, museus, praças de alimentação), conjunto de dispositivos que podem ser resumidos no conceito de “multifuncionalidade” ou “multiuso”.

El barrio, la cancha y los trapos: a identidade e alteridade entre as barras argentinas!

AUTORES/AS: AILTON LAURENTINO CARIS FAGUNDES

O futebol ocupa um papel fundamental na construção das identidades coletivas e, portanto, constitui um aspecto relevante a partir do qual se pode observar processos de mudança cultural e formas de organização social. É dentro desse espectro, que devemos buscar compreender as barras: grupos de torcedores de um determinado clube que se unem para acompanhar e apoiar seu time. Suas origens remontam à década de 1930, embora presente em diversos países, as barras são um produto tipicamente argentino, a ponto de ser provavelmente a maior marca do futebol naquele país. Numa interessante disputa simbólica, cada um desses grupos dizem representantes da alma e da garra das equipes e se definem e se organizam a partir de um modelo ideal de torcedor, o que buscam expressa numa suposta superioridade em relação às organizações adversárias. Como organização coletiva, as barras evidenciam aspectos da identidade étnica, classista, política e territorial ao se verem como representantes da identidade do clube, uma identidade montada sobre as características sociais, econômicas e culturais do bairro, embora para quem observe de fora o mais provável é que veja apenas gangues violentas numa luta sem sentido. Para compreender esse fenômeno é importante pensar que o bairro é parte essencial da identidade dos argentinos, sobretudo daqueles que vivem nas grandes cidades, pode ser considerado como o componente básico da vida portenha, edificado desde as formas da vida cotidiana até os imaginários populares, é um âmbito de igualação, de participação e solidariedade, mas também, cenário de distinção social e de edificação de uma ideologia de bairro, construída sobre a base da diferença e da alteridade ameaçadora. Só na região metropolitana de Buenos Aires são dezenas de clubes e barras e as rivalidades se dão, antes de mais nada, pela

questão territorial, cada uma delas é representante do seu pedaço. Dominar uma barra significa controlar um território e com isso conquistar prestígio político e vantagens econômicas que vai muito além das canchas (estádios). Por conta disso e também pelo fato de que elas não possuem uma estrutura hierárquica definida, como as torcidas organizadas brasileiras, a violência é muito mais comum no interior de cada uma do que nas disputas entre elas. Este trabalho descreve os trajetos de uma pesquisa de campo com quatro dessa barras e pretende analisar a identidade e o comportamento delas a partir de três elementos: a relação com o bairro de origem do clube, os sentidos dos cânticos e das faixas (trapos) nas arquibancadas e os conflitos e disputas simbólicas entre as barras.

Futebol e Identidade: o Athletic Club como representante do nacionalismo basco

AUTORES/AS: MÁRIO SÉRGIO BARBOSA COSTA

Temática que adquire importância cada vez maior no campo de análise das ciências sociais, os estudos das práticas esportivas têm se mostrado ferramentas reveladoras de fenômenos sócio-antropológicos de nosso tempo. Nessa perspectiva, o futebol e os demais esportes podem ser considerados como elementos que ajudam-nos na compreensão de questões sociais, políticas e culturais. O foco de análise desse trabalho visa à análise de alguns desses fenômenos apartir do Athletic Club de Bilbao, clube espanhol da região basca que é tido como representante da causa separatista da mesma. Adotando uma política em que procura demonstrar alguns elementos do nacionalismo basco, a equipe acaba se constituindo como um instrumento de oposição ao domínio dos estados espanhol e francês. Dessa forma, para além das expressões que são mostradas pelo clube durante a realização das partidas, estão inseridas nesse contexto representações que transcendem a prática esportiva em si mesma. Estão implícitas questões de ordem política e cultural, fazendo com que a luta dos bascos por sua independência mantenha-se ativa. Desde a adoção de regras que permitem que somente os nascidos no País Basco atuem no elenco profissional do clube, passando pelas músicas da principal torcida organizada até o sonho de ver uma seleção própria disputando uma Copa do Mundo da FIFA, são alguns dos elementos que refletem a posição do clube e de seus seguidores em relação à questão basca que perdura desde os fins do século XIX e que são objeto de análise nesse trabalho.

Identidades e Comportamentos de Torcedores de Futebol em Cuiabá/MT

AUTORES/AS: FRANCISCO XAVIER FREIRE RODRIGUES

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre identidades e comportamentos de torcedores de grandes times de futebol em Cuiabá/MT. Trata-se de uma análise sociológica sobre os processos de identificação e estratégias de construção e manutenção das identidades futebolísticas dos indivíduos dentro dos grupos formados a partir da paixão e dos sentimentos desenvolvidos pelas equipes de futebol. Revisão bibliográfica e entrevistas foram as técnicas utilizadas nesta pesquisa qualitativa. Utilizamos a teoria sociológica contemporânea e a antropologia do esporte como fundamentos teóricos. A identificação com o clube e com o grupo de torcedores é um processo complexo, fluído e em transformação.

Uma análise da construção da identidade negra no basquete de rua da CUFA-Ce

AUTORES/AS: CRISTIANE SOUSA DA SILVA, DRA. JOSELINA DA SILVA

Este trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado que procurou analisar a constituição da identidade negra das/os alunas/os no basquete de rua da Central Única das Favelas (CUFA-CE) . Teve como objetivos identificar os discursos e concepções das/os alunas/os em relação à identidade negra, bem como contribuir para com os estudos sobre as relações étnico-raciais e a identidade negra em espaços não formais. A pesquisa se delineou nos pressupostos do estudo de caso e utilizou como instrumentos de coleta de dados as observações e as entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa foram alunas/os, lideranças e coordenadores da CUFA-CE . O trabalho de campo foi realizado em duas bases da CUFA-CE : uma no bairro do Barroso, em Fortaleza, e outra na cidade de Sobral. Pode-se concluir com o trabalho , a ausência – nas aulas de basquete de rua – de uma intervenção pedagógica com recorte racial não estimula o debate da questão étnico-racial e deixa de contribuir para a construção da identidade negra afirmativa nas bases estudadas na CUFA-CE .

“ELAS NAMORAM, ESTUDAM E AINDA JOGAM FUTEBOL”: carreiras e trajetórias de jogadoras de futebol no Esporte Clube Radar

AUTORES/AS: CAROLINE SOARES DE ALMEIDA

O futebol, como prática esportiva, permaneceu quase que totalmente na esfera masculina até 1979, quando foi revogada a proibição imposta às mulheres logo no início da ditadura militar. Já na década seguinte, clubes de futebol de mulheres pipocaram de por todo país, entre eles, o Esporte Clube Radar fundado em 1981 no Rio de Janeiro. Com sede no bairro de Copacabana, o Radar representou durante a década de 1980 o principal clube do país: foi hexacampeão da Taça Brasil de Futebol Feminino, campeão do Torneio Brasileiro de Clubes em 1989, além de representar a Seleção Brasileira no mesmo ano em Campeonato Mundial. Este trabalho tem como objetivo compreender, através de uma pesquisa etnográfica, como era ser futebolista na época. A partir da construção histórica de proibições sobre o futebol praticado por mulheres e do espaço de sociabilidade dado a tal modalidade, procurei identificar questões como: identidade de grupo; imagem criada em torno dessas atletas; perspectivas dentro do esporte; perspectivas sociais e financeiras, entre outras. Tais categorias são permeadas por estigmas que podem ser observados ainda hoje quando nos deparamos tanto com a memória social quanto com a realidade dessa classe de atletas na atualidade.

Futebol Feminino, da periferia para o centro: primeiras notas etnográficas sobre a formação de jogadoras de futebol da cidade de São Paulo

AUTORES/AS: MARIANE DA SILVA PISANI

Sabendo que é, também, através das práticas esportivas que podemos ter o conhecimento das lógicas e do funcionamento das sociedades, a proposta que trago para o GT de Antropologia do Esporte contempla o estudo das práticas esportivas de um segmento da população brasileira: as mulheres jogadoras de futebol. Apresentarei, através de fotos e de entrevistas, as discussões iniciais realizadas a partir da etnografia desenvolvida em dois clubes de Futebol Feminino da cidade de São Paulo. O Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), localizado nas proximidades do Parque Ibirapuera, bairro Moema, é um órgão subordinado à Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de São Paulo e

tem por objetivo treinar e aperfeiçoar tecnicamente jovens atletas em diversas modalidades esportivas. Criado em 03 de fevereiro de 1976, o COTP desenvolve as seguintes modalidades: atletismo, basquete, boxe, futebol, ginástica artística, handebol, judô, luta olímpica, natação e vôlei. Aproximadamente 100 atletas - entre 13 e 20 anos – treinam na modalidade do Futebol Feminino. Todas as categorias de base (sub13, sub15, sub17, sub 20) recebem apoio financeiro da Prefeitura de São Paulo, exceto a Profissional que é mantida e patrocinada por empresas privadas.

O Asape encontra-se localizado na periferia de São Paulo, bairro de Guaianases. Ita, fundadora, técnica e jogadora do grupo é a principal personagem desse universo. O time oferece às mulheres da periferia uma oportunidade de prática esportiva de alto rendimento. Não há uma divisão específica de treinos e jogos de acordo com as idades das atletas: jovens atletas, de 15 anos, treinam e jogam ao lado de mulheres de 40 anos.

Assim, em uma perspectiva comparativa, contraponho as práticas esportivas futebolísticas do centro e da periferia da cidade. O objetivo desse trabalho é a compreensão do processo de formação e, consequentemente, de profissionalização de jogadoras de Futebol Feminino de São Paulo. Busco, ainda, a ampliação das categorias propostas por Jean Willians (2011) de micro, meso e macro profissionalização.

Praça Roosevelt: sociabilidade e conflitos em um pedaço skatista

AUTORES/AS: GIANCARLO MARQUES CARRARO MACHADO

São Paulo é uma das cidades que mais possui pistas de skate no mundo. Em várias de suas regiões é possível encontrar tais espaços apropriados para a prática, sejam eles particulares ou, principalmente, públicos. De acordo com o último levantamento feito pelo Guia de Pistas elaborado pela Revista CemporcentoSkate, até 2006 havia mais de sessenta pistas espalhadas por toda a cidade, número que cresceu ainda mais no decorrer dos últimos anos. Apesar desse considerável número de pistas de skate, a maioria dos skatistas confere demasiada importância à prática realizada nas ruas, onde, segundo muitos deles, se “anda de skate de verdade”. O que lhes atraiem nas ruas é a possibilidade de encontrar e se apropriar de diferentes tipos de picos, ou seja, equipamentos urbanos (bancos, corrimãos,

escadas, canteiros, etc.) que se tornam obstáculos para as suas manobras. Isso demonstra, como bem observado por De Certeau (2009), que as maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística. Partindo dessas breves considerações, o objetivo desta apresentação é problematizar algumas questões em torno da prática do skate na Praça Roosevelt, tendo como ponto de partida o trabalho de campo lá realizado ao longo do ano 2013. Os skatistas ocupam a Praça Roosevelt desde o final da década de 1980, no entanto, com a sua revitalização em 2012, essa ocupação se intensificou e fez com que ela se tornasse um pedaço (Magnani, 2012) para cidadãos provenientes de todas as regiões da cidade. Apesar de ser um espaço de sociabilidade notadamente reconhecido, o pedaço dos skatistas tem a sua permanência sob constante suspeita, visto que, por se constituir como intermediário entre a casa (o privado) e a rua (o público), não se estabelece como algo fechado nem impermeável. Em razão disso, através da articulação entre teorias concernentes tanto à Antropologia dos Esportes quanto à Antropologia Urbana, pretende-se analisar etnograficamente não só as apropriações da praça, mas também, os conflitos decorrentes das mesmas. Ao levar em conta a atuação de múltiplos agentes e instituições, vislumbra-se, com efeito, não tratar o pedaço dos skatistas como um território consolidado na paisagem urbana, mas, ao contrário, evidenciar as negociações e a dinâmica relacional que o mantém provisoriamente enquanto tal.

“Lugar de mulher... é no Rugby”: notas sobre relações de gênero e corporeidade no interior de Minas Gerais

AUTORES/AS: LEONARDO TURCHI PACHECO

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos sobre feminilidade e corporeidade entre atletas amadoras de Rugby no interior de Minas Gerais. Neste sentido, se baseou em observações das postagens em comunidades da rede social Facebook, na observação de treinos e nas entrevistas com atletas das equipes femininas de Rugby em Varginha, Alfenas, Uberlândia e Uberaba. Como indicam autores como Norbert Elias, Eric Dunning, Timothy Chandler, John Nauright, R.W. Connel, Michael Messner e Carmen Rial o rugby é um esporte de reserva masculina. Neste espaço os valores e idéias da masculinidade hegemônica são reproduzidos e praticados o que a princípio coloca desafios as mulheres que dele

se apropriam. Um destes desafios é a construção da feminilidade em um esporte de contato, bastião da hypermasculinidade. O outro se refere à aprendizagem corporal do rugby e da manutenção das características compreendidas como femininas. Assim apontamos para como as categorias “mulher de força”, “mulher decidida”, “agüentar a dor”, “não ter frescura” são utilizadas nos discursos das atletas para dar sentido a prática do rugby por jovens mulheres universitárias e ainda ocupar um espaço “tradicionalmente” monopolizado por homens.

É importante ressaltar que este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa intitulado “PEDAGOGIAS DO RUGBY: feminilidades e corporeidades em jogo” que conta com apoio financeiro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR e o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

« ESTOU AQUI COMO UM PROFETA DE DEUS » Zé Roberto: o futebol e a religiosidade como “beliscão do destino”

AUTORES/AS: CLAUDE PETROGNANI

Este texto procurará entender o campo religioso a partir do discurso que o jogador de futebol do Grêmio, Zé Roberto, ministrou em ocasião de um evento organizado pela Adhonep, a saber, a “Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno”. Isto significará, em termos gerais, refletir sobre um tema crucial da nossa contemporaneidade, o fenômeno religioso na modernidade. Portanto, precisará retornar sobre as principais teorias da secularização, focando, principalmente, a atenção no caso brasileiro. Da análise do discurso proferido por Zé Roberto, buscarei, enfim, mostrar como a religiosidade possa se tornar, num mundo sempre mais “global” e “moderno”, o “beliscão do próprio destino”. Em síntese: primeiramente procurarei compreender o que significa, sociologicamente, falar em “Modernidade”. Em seguida, retornarei sobre as teorias da secularização, problematizando o nexo religião / modernidade, focando-me no caso brasileiro. Veremos que o surgir das “novas” religiões evangélicas, em particular o neopentecostalismo, “despertou” um “novo” sentimento religioso. A narração do processo de formação do Zé Roberto

como jogador de futebol profissional, “permeada” de “religiosidade”, nos permitirá “tencionar” o processo de modernização do futebol e o domínio do religioso; “tensões” para “se pensar em maneira mais ampla a direção que vem tomando o domínio das formas de religiosidades no Brasil”. Metodologicamente, veremos que é possível se aproximar ao mundo do “religioso” procurando fazer uma “antropologia das praticas esportivas”, ou seja, realizando uma etnografia num “restaurante” e com um “jogador de futebol” como palestrante, como se estivéssemos presenciando um “evento internacional evangélico”. Em fim, como mencionei na introdução, da análise do discurso proferido pelo Zé Roberto, poderemos, portanto, afirmar como a religiosidade possa se tornar o “beliscão do próprio destino”.

A prática do skate como tema de pesquisas em antropologia

AUTORES/AS: RODRIGO BALZA MODA

O trabalho propõe discutir e apresentar a prática do skate como tema de pesquisas no campo de estudos das ciências humanas, sobretudo, na disciplina de antropologia. Para tanto, faz-se necessário elucidar as características que constituem o skate como uma prática esportiva diferenciada dos esportes ditos “tradicionais”, para, em seguida, apresentar as principais pesquisas em que o tema ganha visibilidade entre cientistas sociais e antropólogos no Brasil e no mundo.

Etnografia e Esportes: experiências de campo com atletas profissionais de futebol e vôlei

AUTORES/AS: FERNANDO GONÇALVES BITENCOURT, LEONARDO TURCHI PACHECO

O presente trabalho objetiva refletir sobre as experiências vividas pelo antropólogo no trabalho de campo em esportes de alto rendimento a partir de dois casos particulares: a pesquisa com atletas de voleibol de equipes masculinas da liga nacional e a investigação em um centro de treinamento de um clube de futebol masculino da primeira divisão brasileira. Os aspectos principais a serem discutidos estão relacionados a dificuldades de interação e as estratégias para conseguir acesso aos atletas, devido ao cuidado com que os clubes (e seus dirigentes) “guardam” suas mercadorias e os blindam do assédio da imprensa, da torcida, de empresários e dos riscos da vida comum. Para responder a estes desafios, o antropólogo é instigado

a participar do jogo de identidades, construindo performances discursivas capazes de transpor as barreiras materiais e simbólicas erguidas pela ordem esportiva para a realização da etnografia.

Preparativos para a Copa do Mundo de 2014 na cidade de Manaus/AM: uma abordagem antropológica

AUTORES/AS: RODRIGO FADUL ANDRADE

Nos últimos dois anos tem se observado no Brasil, em diferentes capitais, os preparativos para os jogos da Copa do Mundo de 2014. Manaus/AM foi uma das cidades sede escolhidas. Desde 2009 foram anunciadas diferentes ações para o mundial, mas nem todas foram efetivadas, devido a motivos operacionais, exiguidade do tempo, etc. Neste período de preparativos e “clima” de copa, observamos situações que permitem dizer que muitas pessoas da cidade, sobretudo torcedores e simpatizantes de futebol tem vivenciado um envolvimento maior com o esporte (realização de eventos esportivos, presença em estádios por conta de campeonatos regionais, torcidas organizadas). Ressalte-se também a criação de expectativas dos moradores da cidade e de pessoas ligadas ao comércio sobre possíveis melhorias de infraestrutura urbana, realização de novos negócios, etc. Partindo do pressuposto que o futebol é o motivo maior para a realização do campeonato mundial de seleções e uma das mais significativas expressões populares do mundo (BROMBERGER, 2008), inclusive no Brasil (DA MATTA, 1994), nesta comunicação busca-se apresentar uma “etnografia multissituada” (MARCUS, 2001; GASTALDO, 2013) que começa com observações em Manaus há quase dois anos atrás, já em clima de Copa do Mundo, mas que também é deslocada para a cidade de Fortaleza/CE com o propósito de observar os jogos da Copa das Confederações, que teve a participação do Brasil, uma espécie de “prévia de Copa do Mundo”. Serão enfatizados, portanto, dois contextos etnográficos, um a nível local (Jogo entre Nacional/AM e Vasco da Gama/RJ pela Copa do Brasil de 2013) e outro fora de Manaus (Jogo entre Brasil x México pela Copa das Confederações no novo estádio de Fortaleza, o Castelão), com vistas a perceber várias situações que evidenciam o envolvimento e “paixão” de torcedores e simpatizantes do futebol em tempos de Copa do Mundo.

Separar, dividir e mortificar. Os dispositivos de segurança nos estádios de futebol argentino.

AUTORES/AS: MATIAS GODIO, SANTIAGO ULIANA

Os dispositivos de segurança no futebol argentino tem intervenção direta na reprodução de fatos de violência e enfrentamento entre os atores que participam do evento futebolísticos. Isto acontece não unicamente porque estabelecem critérios de conflito e segregação, mas também porque estão diretamente orientados a retirar poder ao "sujeito espectador".

Um Olhar Antropológico sobre as Performances de Luta do MMA em um Evento do UFC

AUTORES/AS: DANIEL FERREIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA

O presente artigo tem por objetivo discutir um tema até então pouco estudado no campo da antropologia, que é as artes marciais mistas, mais conhecido como MMA (Mixed Martial Arts). Nosso trabalho consiste na observação de um grande evento midiático, atualmente o mais importante e mais lucrativo desse mercado de lutas, chamado UFC (Ultimate Fight Championship), mais precisamente o evento intitulado UFC 168, que ocorreu no dia 28 de dezembro de 2013. Nossa observação consistiu não só no evento em si, mas também em algumas chamadas midiáticas realizadas antes e após o evento. Nossa perspectiva parte de uma discussão atual na Antropologia, um campo ainda pouco explorado, mas bastante rico e inovador, a chamada antropologia da performance. Nessa perspectiva estaremos preocupados com processos ligados a prática, a ação em si, a performance dos lutadores, seus ensaios repetitivos de aprimoramento de técnicas ligadas as artes marciais, de performances dos lutadores no momento de um evento midiático, de suas ações e palavras na promoção antes e na repercussão dessas ações pós-evento também. A escolha de trabalhar a observação de um evento de MMA, se deu pelo fato de: primeiro temos uma grande afinidade, enquanto expectador desse evento, assistindo praticamente todas as exibições que passam durante o ano em canal de TV paga; segundo, ao refletirmos sobre o campo da performance entendemos que as artes marciais mistas compreendem uma série de ações dos atletas, que permitem pensarmos questões relativas a instituição de atos

performáticos necessários para a obtenção, no ato da competição, de uma vitória, o que exige treinamento específico, ensaio, aprimoramento de técnicas; terceiro, que o próprio evento UFC se torna uma grande performance midiática, que exige dos lutadores além de uma técnica de luta, a promoção deles na construção de uma imagem de atleta que tem que tirar fotos, dar entrevistas, encenar e teatralizar em meio a uma demanda de consumo e de expectadores interessados em observar tais performances. Dessa forma, este trabalho está dividido da seguinte forma, inicialmente apresentaremos uma revisão da literatura sobre discussões teóricas a respeito da Antropologia da Performance tentando deixar mais claro, quais são os objetivos desse campo e a perspectiva analítica que esta propõe; posteriormente procuraremos deixar claro especificamente qual é o nosso referencial teórico; mais adiante faremos a descrição de nosso percurso de pesquisa trazendo as descrições de nossa observação etnográfica do evento proposto e por fim, as últimas considerações e proposições para um entendimento mais aprofundado desse tipo de fenômeno aqui analisado.

COORDENADOR/A: SORAYA FLEISCHER (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA),
MÔNICA FRANCH (UFPB)

DEBATEDOR/A: SÔNIA WEIDNER MALUF, IVIA MAKSUD, MARCIA REIS LONGHI

Este GT busca aglutinar pesquisas antropológicas voltadas ao estudo das doenças de longa duração: aflições que não podem ser curadas, mas “controladas” graças aos avanços da biotecnologia e da medicina. A diabetes, a hipertensão e até mesmo doenças como a aids mobilizam o interesse dos gestores de saúde, dos indivíduos afetados e de seus cuidadores. Contudo, o interesse da antropologia pelo tema ainda é tímido, o que talvez decorra do valor atribuído à dicotomia saúde/doença. A doença de longa duração perturba essa polaridade ao permitir ser apreendida, ao mesmo tempo, como doença e como saúde. O estudo da cronicidade remete a uma série de questões subsidiárias: De que maneira essa situação é significada pelos afetados e pelos atores ao seu redor? Quais as táticas empreendidas para fazer o manejo diário dessas condições? De que modo ocorre o “controle” das doenças – monitoramento de “números” (taxas, cargas virais, batimentos cardíacos), “adesão” aos “remédios”? Que tensões se estabelecem no processo de gestão da doença? Os sujeitos adoecidos se empoderam a ponto de reverterem a relação passiva e hierárquica com os cuidadores/profissionais e de funcionarem como referências para mudanças nos protocolos dos serviços de saúde? O quanto a cronicidade contribui para que associações e coletivos de adoecidos se formem? Que termos têm sido usados, por adoecidos e demais atores, para essas doenças? Até que ponto, enfim, o “crônico” tem significado fora das fronteiras institucionais?

Como se vive o autismo. Notas etnográficas sobre o sofrimento, o cuidado e o desenvolvimento de crianças autistas.

AUTORES/AS: LEONARDO CARBONIERI CAMPOY

Os profissionais da biomedicina dizem que o autismo não pode ser curado. Eles dizem que o autismo acompanhará a pessoa até os últimos dias de sua vida. Mas, por outro lado, eles dizem que seus danos podem ser mitigados com estimulação e orientação apropriadas. Para os profissionais da biomedicina, portanto, pode-se reduzir o impacto negativo do autismo por meio da estimulação e da orientação que promovem o desenvolvimento do corpo e da mente do diagnosticado. Assim, de acordo com a lógica biomédica e terapêutica, para atingirem tal objetivo, essas atividades precisam ser intensa e diariamente realizadas ao longo da vida do autista. Em termos gerais, essa é a concepção que rege o que se pode definir como o cuidado do autista de acordo com os profissionais da biomedicina.

Como esse “cuidado para o desenvolvimento” é feito na prática? Essa pergunta norteia minha exploração dos significados de estimulação, orientação e desenvolvimento no caso do autismo por meio da etnografia que venho realizando com profissionais e famílias de autistas em Curitiba. Tal exploração me permitirá apontar para o modo como o autismo afeta os sujeitos implicados bem como indicar etnograficamente como se maneja diariamente os efeitos dessa condição mental.

Esses apontamentos e indicações me conduzem à centralidade da família, o segundo ponto que pretendo tecer nesta apresentação. O “cuidado para o desenvolvimento” do autista reclamado pelos profissionais da biomedicina colocam as famílias dos diagnosticados no centro da terapêutica, uma vez que são elas que precisam transformar o cotidiano das crianças em processos constantes de estímulo ao desenvolvimento sensorio e cognitivo. Contudo, esse papel da família para o bem estar da criança autista se realiza em meio à tensão constituída entre, por um lado, a tarefa de se doar completamente pela criança e, de outro, a significativa possibilidade de que todos os esforços podem ser em vão, já que o autismo, segundo os profissionais da biomedicina, não pode ser curado. Como as famílias cuidam de seus autistas mesmo sabendo que todo o seu empreendimento afetivo, moral e prático pode, afinal de contas, não desenvolver suas crianças?

Narcóticos Anônimos: um olhar antropológico sobre adoecimento crônico e tratamento em um grupo de ajuda mútua.

AUTORES/AS: TATIANE VIEIRA BARROS

Os grupos de ajuda mútua estão cada vez mais se tornando objetos de pesquisa das Ciências Sociais. Este universo de interações e relações sociais permite analisar concepções acerca dos entendimentos sobre o que é normal, desvio, saúde e doença. Dentro das atuais discussões sobre o uso e abuso de drogas; o lugar da saúde e as condições dos sujeitos nesse universo, o grupo Narcóticos Anônimos (NA) aparece como um lugar de grande potencial para investigar a ideia da cronicidade perante a adicção às drogas. Esses grupos são fortalecedores da autoafirmação, autocontrole e construção de uma consciência coletiva frente à doença. O NA é formado por pessoas que se consideram “adictos à drogas em recuperação” e que se auto denominam doentes precisando de tratamento. Que se apropriam das técnicas do corpo apreendidas e elaboradas pelo grupo para tentar controlar o problema e viver socialmente. O caráter de doença crônica é prerrogativa para o tratamento da adicção, o grupo se vale desse pragmatismo para que os membros estejam sempre em cuidado de si. Desta forma, o estar “adicto em recuperação” coloca o indivíduo em situação de adoecimento e de cronicidade. Ele irá, da maneira como sua condição é re-significada a partir da experiência com o grupo, elaborar formas de lidar com a doença, com o estado de abstinência e com sua recuperação. Dentro da perspectiva de trabalhar a experiência do adoecimento da adicção em um grupo de ajuda mútua, algumas das questões que norteiam essa proposta são: como se constituem significados acerca do processo saúde-doença? Em que medida o uso (abuso) de drogas é considerado uma doença crônica precisando de tratamento? Portanto, na perspectiva teórico-metodológico das pesquisas em Antropologia da Saúde, este trabalho apresenta a proposta de investigar o grupo de ajuda mútua como lugar de tratamento de um de doença que é física, social e sobretudo moral. Compreendendo os significados acerca da condição do uso/abuso de drogas e como isso passa a ser visto como doença, entendendo o “adicto em recuperação” enquanto sujeito no processo do adoecimento crônico, da manutenção da abstinência e do tratamento. Que tem na experiência do adoecimento, nas narrativas e nas técnicas do corpo a forma de alcançar a recuperação diária.

Narrativas de itinerários terapêuticos e doenças crônicas

AUTORES/AS: PAULO CESAR BORGES ALVES

A presente comunicação analisa narrativas de itinerários terapêuticos de indivíduos com doenças crônicas não transmissíveis na Baía de Todos os Santos (BTS), Estado da Bahia. Financiada pelo CNPq e FAPESB, a pesquisa que fundamenta o presente trabalho está baseada em um pequeno survey (N=150), entrevistas não estruturadas e trabalho etnográfico realizadas em cinco comunidades pesqueiras situadas em áreas contaminadas por produtos químicos de potencial impacto para a população. Itinerários terapêuticos são definidos como cursos de ação ou conjunto de práticas, estratégias e avaliações destinadas a lidar com a doença. Mais especificamente, são analisados os processos pelos quais os indivíduos do sistema pesqueiro da BTS elaboram e implementam meios para tratamento de doenças crônicas (particularmente problemas de hipertensão) tanto no setor profissional quanto no “folk”. Três questões estão interligadas nessas análises: (a) reconstrução da doença como “possibilidade problemática” (atos intencionais pelos quais os indivíduos escolhem e decidem tratamentos); (b) os “campos de possibilidades operacionais” disponíveis para a população local (existência de serviços e suas respectivas práticas terapêuticas); (c) a construção de redes de interação pelas quais os indivíduos desenvolvem ações para tratamento da doença. A conclusão fundamental é de que a busca de tratamento é tanto uma forma de engajamento em uma dada situação quanto um modo prático de compreender a doença. Nessa perspectiva, o itinerário terapêutico estabelece simultaneamente condutas (“mundos de práticas”) e “ontologias práticas” (nexus de significados para o entendimento do mundo da doença).

O uso de remédios controlados entre os Wajãpi do Amapari (AP)

AUTORES/AS: JULIANA ROSALEN

Neste paper pretendo apresentar uma reflexão preliminar acerca de como os Wajãpi do Amapari vêm interpretando, sentindo, vivenciando e propondo respostas a eventos que a biomedicina considera como distúrbios mentais crônicos. A circulação desses novos diagnósticos entre os Wajãpi veio associada a um processo intenso de medicalização, via remédios controlados, e também de desvalorização

de entendimentos, interpretações e resoluções locais para os eventos focalizados. A despeito destas desvalorizações, interpretações das mais variadas e vindas dos mais diferentes atores (indígenas e não-indígenas), convivem simultaneamente, ora se complementando, ora se contrapondo. Diante da complexidades da situação etnográfica em curso, o que pretendo averiguar aqui é de que maneira os Wajãpi compreendem os diagnósticos fornecidos pela biomedicina e quais as implicações desta compreensão no que diz respeito à adesão aos tratamentos biomédico. Além disso, busco também identificar a que outros agentes e terapias – indígenas e não-indígenas – os Wajãpi têm recorrido, mesmo quando submetidos ao processo de medicalização. Uma pesquisa de campo preliminar me permitiu levantar dados etnográficos que serão apresentados no paper com vistas a iluminar parte das questões aqui levantadas.

Pós-velhice: um conceito sobre a dependência no processo de envelhecimento

AUTORES/AS: DEMÓCRITO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA

As doenças crônicas vêm recebendo especial atenção nas pesquisas científicas. As ciências sociais, debruçadas nos estudos sobre saúde/doença, analisam os efeitos do convívio e as nuances que essas doenças desenvolvem durante o seu percurso. Com a expectativa de vida aumentando gradativamente ao longo dos anos, percebe-se que a longevidade está sendo realçada aos novos olhares e saberes em busca do cuidado e do controle diante da cronicidade. Nessa perspectiva, apresento os resultados de uma pesquisa realizada sobre o cuidado com a velhice-dependente, especificamente com as pessoas que convivem com uma doença crônico-degenerativa chamada Doença de Alzheimer (DA). Segundo estudos, a DA pode durar até 20 (vinte) anos ou mais, desde os primeiros sintomas até a sua última fase. Nos últimos estágios, a DA exige atenção total dos seus cuidadores [na maioria dos casos: cuidadoras] para com os seus portadores. O cuidado torna-se imprescindível, contínuo e ininterrupto, necessitando de adaptações na vida das pessoas que vivem com a doença. Ao longo do tempo, observa-se a construção de uma rede de cuidadores ao redor do doente. Pela dependência que se faz presente e pela sua duração, cabe nomear o novo estágio que vem depois da velhice. Dentro do processo de envelhecimento, o que vem depois e com a velhice, na maioria dos casos, é a dependência, seja em seus diversos aspectos: psicológico, motor

e até financeiro. As doenças de longa duração que exigem cuidados específicos nesse processo podem ser consideradas como doenças-dependentes. Sendo assim, a velhice-dependente pode ser caracterizada como uma nova categoria no ciclo da vida: a pós-velhice. A longevidade da dependência e das doenças oportunistas, que vão surgindo no decorrer da vida, está diretamente relacionada com o cuidado. É nessa perspectiva que apresento as configurações resultantes do convívio com a doença de Alzheimer no contexto familiar: significados, relações sociais, relações intergeracionais, conflitos e políticas públicas; para uma camada da população cada vez mais presente e necessitada de cuidado. A pesquisa foi realizada com familiares de idosos que participam de grupos de apoio aos cuidadores da doença de Alzheimer, na região metropolitana do Recife/PE. Utilizou como metodologia qualitativa, entrevistas semi-estruturadas e observação participante nas reuniões com os grupos ao longo dos últimos 6 (seis) anos. Desde 2008 pesquisei os grupos de apoio aos cuidadores da DA. Essa experiência me fez acompanhar famílias durante e depois da doença, fazendo uma reflexão também sobre o antes. O resultado da pesquisa foi apresentado na minha dissertação de mestrado. Os dados demonstram como é urgente debater a pós-velhice no contexto sociocultural do século XXI.

Rumo à sobriedade: a definição da realidade do alcoolismo como “doença crônica” entre os Alcoólicos Anônimos

AUTORES/AS: RODRIGO DE CASTRO DIAS DA SILVA

Esse trabalho discute a definição do alcoolismo enquanto uma “doença crônica e fatal” no processo de recuperação entre os Alcoólicos Anônimos (AA). Nas reuniões de ajuda mútua, os “doentes alcoólicos em recuperação” (nos termos dos AA), precisam apreender a realidade da “doença” – sua natureza, seus sintomas, sua persistência, os riscos de “recaída” -, mas apreender também o que a caracteriza enquanto um “mal”, em oposição às benesses de uma vida “sóbria”. Em paralelo às caracterizações biomédicas do alcoolismo, os AA definem a realidade do alcoolismo considerando os sintomas mentais, corporais e morais de longo prazo. Essa definição envolve uma caracterização das formas como a doença age de forma insidiosa e se instala como uma condição de longo prazo, resistindo à “força de vontade” dos seus portadores. Se a recuperação é possível, é exatamente pela

aceitação da “impotência” do doente. Nos AA, a sintomatologia do alcoolismo está associada aos casos concretos que servem de referência para uma reavaliação constante tanto da própria experiência quanto da eficácia ou não do grupo. Um dos pressupostos para a eficácia da ajuda mútua é que as histórias compartilhadas (as “partilhas”) possuam uma relevância e uma força de persuasão frente a outras formas de recuperação – médica, psicotrópica, terapêutica ou religiosa. Trata-se aqui também de investigar os critérios que os próprios atores utilizam para avaliar a eficácia dos testemunhos pessoais. Essa investigação, ainda em curso, se utiliza de entrevistas e da análise das “partilhas” para capturar os casos exemplares de recuperação, de “recaída”, os momentos críticos nos quais as pessoas “se dão conta” ou “caem em si”, assim como as evidências que os atores utilizam para caracterizar a própria cronicidade do alcoolismo. Rumo à sobriedade significa, sobretudo, para os AA uma reconfiguração do que é o alcoolismo, do que é uma “vida sóbria”, o que para um iniciante não possui de maneira alguma o caráter de evidência. É exatamente a caracterização narrativa desses indícios e pistas que eu busco analisar: como elas surgem como marcas corporais, traços de conduta, se manifestam em mudanças na vida familiar e no trabalho, ou numa reapreciação da própria subjetividade. O caráter crônico da doença transcende as definições de seus efeitos fisiológicos e psicológicos, incluindo considerações éticas sobre uma outra vida possível, marcada pela “sobriedade”. Nessas narrativas, conflitos pessoais, evidências materiais, traumas, cicatrizes, assim como diagnósticos e prescrições médicas se misturam com os signos e os exemplos de uma vida sóbria.

Usos da medicação psiquiátrica no (des)controle dos sintomas

AUTORES/AS: SÍLVIA MONNERAT BARBOSA

Com base em trabalho etnográfico desenvolvido desde 2008 em instituições psiquiátricas localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, o presente artigo discute sobre os usos que pacientes psiquiátricos fazem da medicação prescrita para o tratamento de doenças mentais (notadamente a esquizofrenia). Considerando o papel preponderante que a medicação assume no tratamento psiquiátrico, assim como as freqüentes transformações na assimilação e administração dos medicamentos por parte dos pacientes, o presente estudo tem como objetivo discutir a auto-gestão dos medicamentos nos (des)controles dos

sintomas psiquiátricos, através de uma perspectiva condizente com a experiência vivida pelos pacientes e seus familiares que, mesmo confiando no saber médico-psiquiátrico, tendem a mesclar às informações obtidas com profissionais da saúde, o conhecimento adquirido cotidianamente a partir da observação sobre os efeitos colaterais oriundos da medicação prescrita.

A AIDS E O “TRABALHO DO TEMPO”: narrativas de homens que vivem com HIV há mais de 20 anos

AUTORES/AS: MARCIO ZAMBONI

O objetivo deste paper é refletir sobre como as experiências de sofrimento associadas à epidemia de HIV/AIDS são (re)vividas e narradas por homens homossexuais em processos longos e descontínuos de convivência com o vírus. O trabalho de campo foi realizado na cidade de São Paulo junto a uma rede de homens e mulheres homossexuais na faixa dos 40 a 55 anos, geração que sofreu dramaticamente o primeiro momento da epidemia no país. Foram realizadas entrevistas em profundidade bem como observação participante em situações de sociabilidade. Utilizando o conceito de “trabalho do tempo” desenvolvido por Veena Das, pretende-se analisar como experiências extraordinariamente dolorosas são agenciadas pelos indivíduos no universo do cotidiano, sendo delicadamente costuradas em certas formas de vida. Não se trata, neste sentido, de uma esforço individual: pelo contrário, este mobiliza novas formas de identificação e solidariedade que rearranjam as redes de relações esgarçadas pelas perdas. No conjunto de novas formas de subjetivação que caracterizam o processo de reestruturação do cotidiano após o período mais crítico da crise a medicalização tem um lugar de destaque. Deve-se atentar, no entanto, para outras estratégias de agenciamento dos efeitos insólitos da epidemia, como as relações afetivas e familiares.

A clínica e o “açúcar”: o manejo do diabetes tipo 2 em grupos Hiperdia

AUTORES/AS: LUCAS PEREIRA DE MELO

O diabetes tipo 2 é uma enfermidade de longa duração com destaque nos boletins epidemiológicos, dadas suas altas taxas de incidência e prevalência registradas em todo o mundo, inclusive no Brasil. As políticas de saúde têm buscado estratégias para

a identificação, cadastramento e monitorização clínica dos indivíduos adoecidos. Com isso, a experiência com o diabetes tipo 2 tem produzido espacialidades e temporalidades que permitem analisar a dimensão biocultural, os códigos sociais e as tecnologias do self que operam nas concepções de saúde e doença e no cultivo das práticas de cuidado de si. Com base em material etnográfico, buscou-se analisar os discursos e as práticas que se coadunam no manejo clínico do diabetes tipo 2 em cinco grupos para hipertensos e diabéticos (Hiperdia) em um centro de saúde da periferia de Campinas-SP. Nesses grupos, os profissionais de saúde realizam ações de educação em saúde e o acompanhamento clínico de seus participantes. A partir da descrição das sessões de acompanhamento clínico individual, observadas ao final das reuniões dos grupos Hiperdia, e de entrevistas feitas com os participantes (profissionais e pacientes), discute-se os principais elementos que operam no fazer clínico com vistas ao controle do sobe-desce do “açúcar” no sangue. Sendo assim, analisou-se: a “tríade temática” presente no bojo do discurso sobre o diabetes tipo 2 no modelo terapêutico hegemônico (comer, exercitar e medicar); as representações leigas e populares sobre a enfermidade, expressas por meio de metáforas e de pares estruturais (doce/amargo, doce/açúcar, melhorar/controlar) que modelam concepções sobre a fisiopatologia do diabetes tipo 2; os instrumentos de monitoração dos parâmetros clínicos elegidos, pela biomedicina e pela política de saúde, como meios de tornar o diabetes “visível” ao clínico: os testes de glicemia capilar e o exame laboratorial; e, por fim, o conjunto de práticas terapêuticas que prescrevem certa objetividade à “tríade temática” por meio de tecnologias do self e da cultivação do cuidado de si. Destaca-se, igualmente, o papel do vínculo nas relações entre os membros dos grupos Hiperdia (profissionais e pacientes). Com base nesses aspectos, é possível apreender que o manejo do diabetes tipo 2 no interior dos grupos Hiperdia se constrói em meio aos imbricamentos das concepções biomédicas e populares sobre a enfermidade e as vicissitudes colocadas pela experiência cotidiana com o adoecimento de longa duração. Além disso, evidenciou-se o encontro e a interação, mediada pelo vínculo, dos saberes e das experiências dos indivíduos adoecidos e dos agentes da medicina oficial, o que favorece a construção de sentidos e significados ao manejo clínico da enfermidade, relativizando-o.

Cuidados cotidianos, trabajo en red y relaciones de género en un grupo de personas que viven con diabetes en un centro de atención primaria de la salud en José León Suárez, Argentina

AUTORES/AS: LEILA MARTINA PASSERINO, ANA DOMÍNGUEZ MON (IIGG, UBA)

En Antropología hemos considerado que los cuidados en salud comportan parte del proceso salud, enfermedad, reconociendo por supuesto a la atención (PSEA) como momentos del mismo. Todos los seres humanos lo atravesamos a lo largo de nuestro ciclo vital, según las diferencias estructurales relativas a las desigualdades dentro de la sociedad en el que ocurren. Pese a la evidencia acumulada con relación a la importancia de los cuidados cotidianos en salud, y puesto que comportan la mayor parte de la jornada de las personas afectadas, la alimentación, las actividades físicas y la toma de medicación parecieran constituir tres instancias diferentes. La medicación es sólo un momento breve pero significativo del proceso de atención. En el caso de las personas que viven con diabetes (PVDBT), esta práctica está a su vez subordinada, por un lado a una dieta alimentaria equilibrada y por otro, a una actividad física regular. Siendo que estos tres momentos son importantes para el cuidado de la salud, las y los integrantes de un grupo de PVDBT que se reúnen en un centro de salud del conurbano bonaerense desde 2001, destacan el papel del grupo como soporte de estas instancias de auto-cuidado. El cuidado se posiciona como instancia fundamental para el “control” de la afección, demostrando la falacia de la oposición salud/enfermedad. Por otro lado el trabajo de cuidados en red disminuye la consideración de la diabetes como una “dolencia” individual. Lxs integrantes de este grupo de pacientes reclaman políticas de cuidados integrales, en las que puedan intervenir como agentes competentes sobre su propia salud. A tal fin, hemos analizado las actividades de cuidados cotidianos para sí y para otros miembros del grupo.

Finalmente, nos interesa considerar las prácticas femeninas y las masculinas en los cuidados cotidianos desde ciertas lógicas de las políticas de los géneros en un grupo de adultos mayores de 50 años, con presencia de inmigrantes limítrofes, de sectores medios y populares. La discusión apunta por un lado a demostrar que, si bien han ido operando cambios en las relaciones de género, muchas transformaciones no han llegado a impactar distintivamente en los modos en que las mujeres usualmente toman a su cargo el cuidado de los integrantes masculinos

de su grupo doméstico. Pero por otro lado, reconocemos que los varones se han ido incorporando al trabajo de cuidados, particularmente mediante la participación en red, generando otras modalidades de cuidados, habilitando debates y actividades para el manejo de la diabetes hasta entonces no registradas en las instituciones de salud.

Experiência à flor da pele: estudo antropológico sobre pessoas com psoríase

AUTORES/AS: NALDIMARA FERREIRA VASCONCELOS

O artigo aborda a experiência da doença na vida social dos indivíduos com psoríase atendidos no Centro de Referência de Apoio e Tratamento aos Portadores de Psoríase, localizado no Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW, na capital da Paraíba. A psoríase é uma doença sistêmica inflamatória crônica, não contagiosa, que afeta a pele, couro cabeludo, as unhas e ocasionalmente as articulações, caracteriza-se pela presença de manchas vermelhas, espessas e descamativas na pele. O interesse pela experiência da doença situa este estudo no âmbito da antropologia da saúde, especificamente abordando o significado do adoecer no cotidiano das relações sociais das pessoas com psoríase, além das noções de itinerários terapêuticos. Uma das mais fortes características dessa doença é a cronicidade, termo utilizado pela biomedicina e no âmbito das ciências sociais para designar “doenças de longa duração” que, compreendem os processos de adoecimento cuja cura é inexistente, mas que possuem tratamento e controle das implicações. O estigma é um dos aspectos relatados, já que as lesões podem trazer prejuízos à qualidade de vida, seja pela coceira que pode estar presente, seja por lesões em lugares visíveis (pele) ou em grandes áreas acometidas, podendo comprometer a autoestima e a interação com outras pessoas. A pesquisa é desenvolvida sob o olhar da antropologia da doença, que entende a relação saúde/doença e o papel assumido pela biomedicina na sociedade contemporânea. Para tanto, utiliza-se o enfoque etnográfico, através de técnicas de investigação, que envolvem entrevistas qualitativas com os portadores de psoríase, familiares e quando necessário com os profissionais do serviço.

PACIENTE CRÔNICO - SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO: Estudo de identidade em sujeitos com sorologia positiva para o HIV

AUTORES/AS: RAFAEL AGOSTINI VALENÇA BARRETO GONÇALVES, DRA. IVIA MAKSUD - PROFESSORA DO PPGSC/UFF

Ao longo de quase quatro décadas, a AIDS sofreu mudanças consideráveis; passou da “pior e mais terrível doença do século” (NOTÍCIAS POPULARES, 26.12.1983) a uma das condições crônicas que segundo a OMS são aquelas “tratáveis, clinicamente manejáveis e [que] requerem uma administração e acompanhamento permanente durante longo período de tempo” (QUALIAIDS, 2008, p. 1842).

Trata-se de uma nova forma de abordar o problema, se comparada às manifestações de outrora, visíveis, por exemplo, no recente filme “Clube de Compras Dallas” que retrata a expectativa de vida das pessoas acometidas pela doença há cerca de 30 anos atrás, quando não existiam medicamentos para seu controle.

Contudo, o aumento da expectativa de vida acabou por gerar novas questões que ainda precisam ser mais bem exploradas a partir da soropositividade – como a recondução do cotidiano e a retomada da vida sexual, por exemplo – se “quisermos ser capazes de, no futuro, responder de maneira mais eficaz aos dilemas que a AIDS tem colocado” (PARKER, 1997, p 7).

Apesar dos avanços científicos relacionados ao tratamento medicamentoso, as repercussões subjetivas da conscientização da condição sorológica parecem ser devastadoras. São exemplos desses sentidos o compulsivo exercício de autoobservação e a ideia de “bomba relógio” em que “tudo se torna objeto de vigilância e sintoma precursor alarmante” (POLLAK, 1990, p. 87).

Como sugerem Oliveira & Bianeck (2008), a interface entre expectativa de morte anunciada e a possibilidade de transmissão por via sexual alteram a percepção da doença provocando uma autoatribuição direta e exclusiva de responsabilidade pela soroconversão. Ainda como no início da epidemia, as pesquisas atuais mostram que os sujeitos ainda “se envergonham socialmente, pois contraíram o vírus em decorrência de um comportamento inadequado” (DANIEL & PARKER Apud CAMARGO & CAPITÃO, 2010 p, 8.).

Nesse sentido, o objetivo dessa apresentação é submeter ao escrutínio colaborativo dos pesquisadores deste GT, nossa pesquisa preliminar que objetiva, a partir da metodologia qualitativa, compreender como os sujeitos com sorologia positiva para

o HIV percebem a si mesmos, o processo de adoecimento e a própria patologia; se a percebem como “doença crônica”, tal como apregoa o discurso biomédico, ou, se n’uma alternativa diametralmente oposta, continuam a percebê-la como “mortal” e com representações circunscritas pelos elementos centrais da “morte”, “medo” e “sofrimento” (CAMARGO 2007, p. 281).

Viver com (e apesar de) a doença: apontamentos sobre a experiência do adoecimento crônico entre diabéticos da ADJP/PB

AUTORES/AS: EDNALVA MACIEL NEVES

Este trabalho é resultado da pesquisa de campo realizada junto aos integrantes da Associação de Diabéticos de João Pessoa, no estado da Paraíba, que relatam o caráter ambíguo da doença, em termos de sensações corporais e diagnóstico da doença, e elementos de enfrentamento do adoecimento. Assim, o texto traz uma reflexão sobre a experiência de viver com a doença escapando a significação negativa pela estratégia da reconstrução de si e resistência às diferentes modalidades de controle (familiar, biomédico e social). O trabalho de campo consistiu no acompanhamento das reuniões da ADJP, desde 2009, realizadas mensalmente, observando: temas, conversas informais, entre outros aspectos. Trata-se de um grupo formado prioritariamente por pessoas com diabetes tipo 2, que descobriram a doença na fase adulta da vida, alguns já como idosos. Como resultado, os integrantes da ADJP deixam entrever que a experiência com a doença não é um fenômeno uniforme, depende de aspectos como: subjetividades, condições de vida e rede de apoio, mas o fato é que não se pode “deixar vencer por ela”. O descobrimento é um acontecimento marcante a ser superado, que exige um “cair na real” – tornando-a um acontecimento existencial e social, já que atinge hábitos e relações pessoais e sociais. No entanto, é também um marco na história pessoal, com a descoberta de outros modos de vida dantes não valorizados (comida saudável, atividade física), que consiste também, a nosso ver, num regramento alimentar e moral imposto pelo entorno social, incorporado como modo de vida, em algumas experiências. Por sua vez, a busca pela positividade passa por estratégias cotidianas de domínio sobre si que só se realiza com o “tempo” – quando se aprende a viver com a doença, em termos de sensações corporais –, pela gestão do prazer da comida – a partir de “travessuras” sutis relatadas jocosamente

–; pela contínua expectativa da cura e pela resistência aos controles (biomédico, familiar e sociais), assim como aos preconceitos e a culpabilização. Desta forma, a reflexão que enfrento consiste numa busca por expressar essas diferentes “rupturas” (biográficas e relacionais, normativas e morais) vividas, de modo a transformar o adoecimento numa condição que pode ser pensada como viver com e apesar, na qual se aliam elementos relacionados ao tempo, corpo e gestão de si mesmo num contínuo processo de positivação da vida com diabetes.

‘Ser’ cuidado, ‘ser’ cuidador: reflexões a partir de narrativas de casais homossexuais sorodiscordantes

AUTORES/AS: MARCIA REIS LONGHI

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a ‘razoavelmente recente’ condição de cronicidade da AIDS e suas conseqüências para a vivência soropositiva e a convivência soronegativa, numa realidade bastante específica: casais homossexuais sorodiscordantes. Os dados empíricos advêm da pesquisa SORODISCORDÂNCIA ENTRE CASAIS GAYS EM JOÃO PESSOA: Conjugalidade, práticas sexuais e negociação do risco , realizada em João Pessoa entre julho de 2011 e março de 2013. Como o próprio nome indica, a pesquisa teve um objetivo mais amplo explorando, através de entrevistas semi-estruturadas individuais com ambos os integrantes da díade (soropositivo e soronegativo) as práticas sexuais, a relação com o serviço de saúde e as questões subjetivas atreladas a conjugalidade. Foram entrevistadas 21 pessoas e nem sempre o casal estava disponível, apesar de inicialmente a proposta ser escutar ambos. Neste texto será feito um recorte do material pesquisado e nos deteremos na questão do cuidado. Refletiremos como as práticas de cuidado – o cuidar de si e o cuidar do outro - são significadas e re-significada nesta realidade particular. O cuidado aqui pensado em uma dimensão ampla que remete a vida prática e também a subjetividade. As narrativas nos permitiram perceber que existem diferentes dimensões de cuidado que em alguns momentos se sobrepõem e em outros se contrapõem, impondo uma gestão de necessidades que vão sendo atualizadas e valoradas dependendo do momento biográfico e do momento clínico. Para além do cuidado biomédico, refletimos sobre o cuidado conjugal e o cuidado que poderia ser denominado social.

A cura da Hipertensão Arterial no subsistema de saúde popular

AUTORES/AS: SILVANA MARIA COELHO LEITE FAVA, ELIZA MARIA REZENDE DÁZIO, DAISY MOREIRA GOMES, CIBELLE BARCELLOS FILLIPINI, OYARA DE CASTRO.

Introdução: O adoecimento crônico, a exemplo da Hipertensão Arterial Sistêmica, envolve diferentes dimensões do ser humano, pelas suas manifestações que comprometem o bem estar, pela medicalização, pela cronicidade e pela dependência dos serviços de saúde. Os profissionais de saúde enfrentam grandes desafios em lidar com a complexidade do ser humano com hipertensão arterial, pois, ainda não incorporaram a concepção de visualizar o homem como ser biopsicosocioculturalespiritual. **Objetivo:** Interpretar os significados da experiência da pessoa com hipertensão arterial sistêmica na busca pelo tratamento. **Metodologia:** Pesquisa etnográfica realizada no período de abril de 2010 a março de 2012 com 22 pessoas com 18 anos e mais com diagnóstico médico de Hipertensão Arterial Sistêmica, cadastradas em uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família de um município de Minas Gerais. Cumpridos princípios éticos. **Apresentação dos resultados:** Percebemos que a enfermidade é um dano de natureza existencial, curável, decorrente do “nervoso”, provocado pelo estilo de vida de urbano. As pessoas encontram na consulta com o terapeuta leigo, nos símbolos religiosos, nas orações, nos chás calmantes, no culto às missas do Pai Eterno, a eficácia do tratamento. Estes lhes proporcionaram melhor bem estar físico e subjetivo, a remissão dos sintomas e a cura da enfermidade, porque promovem o alívio do sofrimento existencial. É amplamente consumido o chá preparado com 3 brotos de chuchu, 3 brotos de cana, 3 folhas de erva cidreira; o chá de broto de chuchu, o chá com um dente de alho. Apreendemos que as práticas que se relacionam à terapia popular são amplamente utilizadas e valorizadas porque é o recurso mais próximo e condizente com a cultura local, e, ainda pela percepção que as pessoas têm da doença; pela ineficiência experienciada com o sistema de saúde profissional, marcadas pela dificuldade de acesso às consultas e medicação, pelos efeitos indesejáveis dos medicamentos dificilmente tolerados, que exercem influência no cotidiano de vida, na socialização e na masculinidade; pela dificuldade de interação com os profissionais de saúde que não abrem espaço para ouvir o outro, pois suas ações estão fundamentadas essencialmente nas tecnologias duras. **Conclusão:** Reconhecemos a necessidade de mudanças no processo de trabalho

em saúde, cujas ações devem conjugar o conhecimento científico à dialogicidade, à interação e o vínculo, pois não é apenas a pressão arterial ou os órgãos alvo que estão comprometidos, ela agrega sofrimentos de diferentes naturezas, para os quais é preciso voltar o nosso olhar. A experiência moldada pelo contexto sociocultural reflete na percepção sobre a doença, na forma como a pessoa sente e expressa seus sintomas e utiliza os recursos de cura.

A Experiência do Transplante Hepático e as Relações Estabelecidas no Ambiente Hospitalar

AUTORES/AS: VITOR HENRIQUE DE SIQUEIRA JASPER

O transplante hepático é um procedimento médico indicado para pessoas que possuem doença hepática incurável, seja ela aguda ou crônica, pois proporciona sobrevida aos doentes. O transplante pode ser realizado com doador vivo ou cadavérico. Este último ocorre quando um indivíduo sofre morte encefálica e a família, então, autoriza a doação dos seus órgãos. Devido à escassez de órgãos para transplante, surgiu a possibilidade de realização do procedimento com sujeitos vivos - pessoas que aceitam espontaneamente doar parte de seu fígado para outras em necessidade.

Este trabalho - parte da minha pesquisa de dissertação - tem como objetivo compreender a experiência de doença daqueles que realizaram o transplante hepático e como esta experiência também se pauta pelas relações estabelecidas dentro do contexto hospitalar; isso a partir de entrevistas realizadas com sujeitos que realizaram o transplante em um hospital da cidade de Curitiba – Paraná.

Parto do princípio de que é preciso pensar a atuação desta equipe dentro do contexto socio-cultural. A posição dos sujeitos transplantados também deve ser considerada, uma vez que é possível afirmar que a doença não se encerra no corpo do sujeito doente. Estar doente é uma experiência subjetiva que vai além da sensação física, e que deixa suas marcas mesmo depois que o indivíduo é considerado curado.

Além disso, baseio-me na concepção de que a alta tecnologia presente neste tipo de tratamento pode não dar conta destas questões subjetivas, uma vez que a forma como o sujeito experiencia a doença pode não ser como ela é compreendida pela biomedicina. A perspectiva do transplantado deve, então, ser colocada em relação

com este saber técnico. Trata-se de pensar as noções existentes no que diz respeito à saúde, doença e corpo.

A importância desta pesquisa está no direcionamento da atenção para o ambiente de encontro entre a equipe do transplante e os doentes. Dessa forma, coloca-se em relação aquilo que muitas vezes é tratado de maneira separada. O conhecimento que a biomedicina possui da doença tende a aparecer de modo bem definido, sempre encerrado pelo conhecimento científico; assim como o conhecimento que o doente possui é caracterizado como algo subjetivo, fruto da sua experiência. Não se trata de negar essas formas de conhecimento, mas sim de não isolá-las, e, portanto, de pensar estes sujeitos como mediadores que criam, modificam; pensar que sua ação não é controlada, perfeitamente delineada. Acredito que deste modo é possível apreender os processos nos quais os doentes e a equipe do Serviço se envolvem, processos que são, em última instância, produtivos.

A Transição da Saúde entre Populações Indígenas

AUTORES/AS: LAÉRCIO FIDELIS DIAS

A dinâmica epidemiológica das populações humanas resulta da confluência de uma multiplicidade de fatores históricos, antropológicos, sociais e econômicos. Considerando-se as populações ameríndias das Américas, tal dinâmica de suas populações tem sofrido grandes impactos decorrentes de alterações no meio ambiente, na ecologia, organização social e economia com a chegada do colonizador, em fins do século XV. Na Amazônia brasileira, por exemplo, os ameríndios sofrem esses impactos, mais precisamente, desde o século XVIII.

Por isso, a região é um campo privilegiado para estudar como essas populações respondem demográfica e epidemiologicamente à transição de um estilo de vida tribal, baseado em atividades de subsistência, para outro estilo mais “modernizado”. O impacto das mudanças socioculturais, econômicas e ambientais pode ser percebido no perfil epidemiológico, demográfico, nutricional (subsistência e segurança nutricional) e, também, nos recursos terapêuticos. Considerando o foco do Grupo de Trabalho, a atenção deverá se concentrar nos aspectos epidemiológicos e terapêuticos.

No Brasil e em outras partes do continente americano, as doenças infecciosas têm ocupado lugar de destaque no perfil epidemiológico ameríndio. Elas

continuam prevalentes, mas há fortes indícios de que a obesidade, hipertensão e diabetes mellitus, têm aumentado, configurando um quadro de sobreposição de perfis epidemiológicos. Ao mesmo tempo, nas últimas duas décadas a população ameríndia brasileira tem crescido.

O objetivo, portanto, da apresentação é avaliar as respostas bioculturais e simbólicas das populações indígenas do Uaçá, diante das mudanças socioculturais e ambientais que atravessam, a partir do perfil de agravos não transmissíveis e dos recursos terapêuticos mobilizados. Ou seja, como as doenças e agravos não transmissíveis são manejados? A que especialistas terapêuticos recorrem? Que universos simbólicos são acessados para tornar cognoscível a experiência da doença?

Os dados da apresentação são de uma pesquisa de natureza descritiva, na qual se observa, registra, analisa e relaciona fatos ou fenômenos, sem que haja manipulação, controle ou interferência das possíveis variáveis interferentes na ocorrência estudada. A pesquisa conta, também, com dois tipos básicos de apoio: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Em relação à documental, serão utilizados principalmente os dados disponíveis na Casa de Saúde do Índio de Oiapoque (CASAI), no Sistema de Informação de Atenção a Saúde Indígena (SIASI), e na Coordenação de Monitoramento e Avaliação das Ações e Serviços (COMOAS).

Doença Renal Crônica: Um ensaio sobre um Drama Social

AUTORES/AS: MARCELINO CONTI DE SOUZA

Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia (2011), mais de dois milhões de brasileiros portam algum grau de disfunção renal. Estima-se que 90 mil pacientes são dependentes da Terapia Renal Substitutiva (TRS), com gasto anual de cerca de R\$ 2 bilhões. Este estudo observa a Doença Renal Crônica a partir da noção de drama social de Vitor Turner, tratando o evento “doença” como um processo saúde-doença, com ênfase aos fatores socioculturais, as reflexões e as sociabilidades que permitem vislumbrarmos a formação de uma “comunidade de aflição”. A profusão de narrativas, que são produzidas coletivamente, orienta e elabora as experiências vividas dos afetados ao longo do processo. Para organizar essas narrativas, apresento os dados construídos a partir das etnografias realizadas numa associação de doentes renais crônicos e numa unidade de tratamento de

hemodiálise, na cidade do Rio de Janeiro, com objetivo de captar e apresentar o discurso nativo e os possíveis significados acionados, nos processos saúde-doença, pelos doentes renais crônicos, seus cuidadores e operadores de saúde.

Obesidade vale quanto pesa: Uma análise sobre Inovação em Saúde

AUTORES/AS: CAIO CAPELLA RIBEIRO SANTOS, DANIELA SANCHES FROZI, DENISE OLIVEIRA E SILVA

Este trabalho pretende compreender as subjetividades presentes na terapia nutricional em um grupo de pacientes obesos em um centro de saúde do DF. Foi realizado um estudo etnográfico de seis meses em um centro de saúde classificado como local de práticas quase inovadoras eram desenvolvidas no campo da promoção da alimentação saudável. Esse olhar para a inovação é valorizado atualmente no campo da integração da ciência da saúde e da sua relevância para a sociedade. O trabalho de campo teve início em julho de 2013 e término em dezembro de 2013, foram observadas reuniões semanais do grupo Programa Obesidade. Embora, no qual 90 pessoas obesas reúnem-se para discutir o tema da obesidade. Através de observação e algumas entrevistas, foram levantados dados relacionados às dinâmicas socioculturais dos atores envolvidos, fluxos de atendimento do serviço do centro de saúde e do grupo de obesidade e as subjetividades das relações entre os diferentes profissionais de saúde com os pacientes ou entre os próprios profissionais, além da relação entre paciente/paciente. Sobre os pacientes, logo de início percebe-se que estes são visualizados e até fundidos com os números de resultados de exames, nome e origem social sequer compete com a centralidade dos números que se agregam em arena de perda e ganho de peso corporal. O peso corporal e, sobretudo, sua redução, desde parâmetro de medida, ganha um patamar equivalente à ideia de saúde, e a dieta prescrita pelo nutricionista ganha à equivalência da “alimentação saudável” sem problematização em grupo. Os achados indicam que os pacientes possuem outra relação com essas equivalências de saúde, na medida em que trocam experiências culturais e de práticas culinárias que refletem seus gostos e preferências alimentares situando historicamente muitas vezes suas tradições alimentares familiares. Essa escolha não segue a lógica dos nutricionistas, mas àquela em que esses pacientes foram socializados em seus grupos de origem. Considera-se que o tema da obesidade é eivado de alguns pressupostos biomédicos e preconceitos estéticos que impedem os profissionais de saúde agir

considerando suas múltiplas causas. Indica-se a necessidade de desenvolver um olhar ampliado para a inovação em Saúde, tão desejada em práticas de saúde do SUS para o tratamento da Obesidade, sugere-se o diálogo teórico e prático entre construtos socioculturais e biomédicos com a comunidade e a integração das experiências vividas pelos obesos em suas múltiplas dimensões para que esses sejam parte ativa do processo de cuidado e, se for o caso, de superação da obesidade. Palavras chave: etnografia, cultura alimentar, obesidade, alimentação saudável.

“Na medida com que a gente vai conhecendo direito, já vai melhorando um pouquinho”: notas sobre o aprendizado que demanda o gerenciamento de uma DPOC

AUTORES/AS: RAYSA MICAELLE DOS SANTOS MARTINS

Esta comunicação tem por objetivo apresentar duas narrativas de adoecimento baseadas em entrevistas realizadas com pessoas que possuíam Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas (DPOC's) e que utilizavam aparelhos de oxigênio como parte de sua terapêutica. A intenção é analisar algumas das dimensões destas experiências, como: o processo de aprendizado que a doença demandava, os mecanismos de monitoramento aplicados em seu gerenciamento, a gestão corporal desenvolvida neste processo, as relações destas pessoas com o contexto espaço-temporal em que viviam. Busca-se ter como foco o nível do aprendizado que o advento e a convivência com uma enfermidade sem cura requer, bem como refletir sobre o peso que esta distinção gerava na trajetória destas pessoas adoecidas, pois ela parecia se estabelecer como um marcador temporal que distinguia a vida pregressa da vida presente. Deve-se ressaltar que as narrativas selecionadas, para esta apresentação, são de pessoas que viviam um “recém” diagnóstico, conteúdo que, avento, parece se diferenciar do produzido entre pessoas que possuíam um tempo maior de convivência com a doença. A partir da análise destas experiências de adoecimento, é possível perceber que as pessoas com DPOC's passavam a protagonizar o manejo de suas enfermidades e a criar suas próprias interpretações diante da situação que vivenciavam.

“Vivendo e aprendendo”. Os significados da cronicidade da Leucemia Mieloide Crônica na experiência de pacientes.

AUTORES/AS: YEIMI ALEXANDRA ALZATE LÓPEZ, LENY ALVES BONFIM TRAD

Este trabalho volta-se para a compreensão da construção dos significados da cronicidade da Leucemia Mieloide Crônica (LMC) a partir das experiências de pacientes na cidade de Salvador-Bahia, Brasil. Os desenvolvimentos tecnológicos recentes para o tratamento da LMC têm levado a uma reconstrução do discurso científico biomédico sobre a mesma onde esta é considerada como uma “mudança de paradigma” no tratamento da leucemia e do câncer. Por esse motivo, o objetivo é analisar o processo de significação e de resignificação construídos intersubjetivamente por pessoas com LMC, interpretando o processo onde discursos e metáforas que permanecem nos imaginários até hoje, se misturam, se recriam, se reelaboram e se fundem na situação biográfica e contexto de cada pessoa. O estudo de caráter qualitativo baseia-se na narrativa como ferramenta metodológica. Foram incluídos dez pacientes com diferentes idades, tempo de diagnóstico, em fase crônica da doença, usuários do SUS e de plano de saúde. Oito dos participantes, usuários do SUS foram selecionados entre pacientes atendidos no Hospital Universitário Edgard Santos (HUPES) da cidade de Salvador – Bahia – Centro de referência em atenção hematológica na cidade de Salvador – BA e do Estado. Dois deles, usuários de plano de saúde, foram recrutados em instituições privadas, uma delas no Centro de Hematologia e Oncologia – CEHON e outro no Núcleo de Oncologia da Bahia – NOB. A coleta dos dados foi realizada entre os anos 2009 e 2012. O processo de análise de dados permitiu identificar três categorias principais de análise: A LMC como ameaça a vida; os sentidos do Transplante de Medula Óssea (TMO), do controle e de uma vida “normal” que inclui o sentido da incerteza, limitações e restrições na vida diária e o “viver e aprender” a cronicidade da LMC. Os resultados apontam como a “cronicidade” da LMC se constrói e se reconstrói se resignifica e se resitua frente entre o “conhecido” e o “desconhecido” da doença, gerando velhas e novas incertezas. Nas experiências apresenta-se um processo onde numa fase inicial a LMC adquire o sentido de ameaça, associada à morte, sofrimento e desconstrução e rupturas (das relações sociais, do cotidiano etc.), para outra, quando vai se processando a “normalização”. Se na fase inicial, o significado sociocultural do câncer se impõe e

parece enquadrar as suas experiências pelo compartilhamento da visão da doença e das quimioterapias convencionais, encontra-se como os sujeitos vão resignificando a doença como um evento “positivo”, se convertendo em “educadores” da sua rede social próxima e para outras pessoas, ensinando para eles com a sua experiência e cuja validação se dá a partir da sua própria existência.

COORDENADOR/A: CÍNTIA BEATRIZ MÜLLER (UFBA), SIMONE BECKER (UFGD)

A proposta do GT "Antropologia e Direito: discussões contemporâneas" se dispõe reunir pesquisadores que realizam investigações na interface dos campos da Antropologia e Direito. Atualmente, a realização de pesquisas que partem de uma abordagem teórico-metodológica antropológica em relação fenômenos sociais que compõem o campo jurídico tem se apresentado em fluxo constante junto aos cursos de graduação e pós-graduação. A proposta é distribuir a discussão ao longo de dois eixos: a) novos sujeitos de direito, movimentos sociais e lutas pelo reconhecimento; e, b) a análise de instituições que promovem o acesso aos direitos, como ministério público, defensoria pública, juizados, tribunais, (inclusive superiores) agências de regulamentação e órgãos da administração pública. Assim, esperamos reunir no Grupo pesquisadores que investiguem, de forma inovadora, práticas emancipatórias e novas sensibilidades jurídicas emergentes.

A antropologia, o direito e as disputas em torno da constituição de sujeitos nos processos de reconhecimento.

AUTORES/AS: REBECA CAMPOS FERREIRA

O objetivo da proposta é refletir sobre a posição dos antropólogos na interface com o direito a partir de estudos visando ao reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos, nos termos do art. 68 - ADCT/CF. A linguagem distinta em relação trabalho acadêmico, as possibilidades e limites da pesquisa, as implicações políticas e éticas da atuação em contextos jurídicos traduzem questões relevantes para problematizar o laudo antropológico, seu contexto de elaboração, seu lugar social e as consequências para o grupo estudado. A reflexão permitiria pensar o papel da disciplina no quadro das políticas de reconhecimento e na relação dos antropólogos com o campo jurídico, face à emergência de novas categorias de sujeitos de direitos e ao conflito de vozes, de interesses, saberes e competências. O laudo antropológico, como meio de prova e de convencimento, ao incorporar o ponto de vista dos sujeitos e ser por eles apropriado, assume papel legitimador de reivindicações, ressaltando-se seu valor político. Apesar do reconhecimento tácito quanto ao atrelamento da defesa de direitos coletivos à atuação do antropólogo, a disciplina é referida como acessória e auxiliar à atuação dos operadores do direito e das autoridades administrativas. A atuação do antropólogo é secundarizada como complemento, cuja valoração dependeria de referência externa. O antropólogo tem autoridade sobre seu texto, mas ele é circunscrito às questões impostas pela autoridade instituída formalmente. O antropólogo possui deveres perante os sujeitos de sua pesquisa, com quem desenvolve a relação confiança que torna possível o trabalho; a par disso, responde judicialmente pela suspeição que os laços podem suscitar e pela fidedignidade das fontes orais, cuja interpretação está sujeita ao descrédito. No cenário formal o antropólogo atua como mediador fragilizado pelo acionamento hierarquizado do seu saber. Cabe à antropologia acomodar-se como saber acessório ao direito ou manter o protagonismo como disciplina capacitada a estabelecer pontes comunicativas entre linguagens, registros e sentidos nos embates pelo reconhecimento de direitos. Para realizar-se com integralidade no contexto das disputas por reconhecimento e das exigências formais, os antropólogos são desafiados a acionar a tradição crítica da disciplina que permitiria a reflexividade sobre a construção do conhecimento e sobre os contornos limitantes do saber

técnico esperado pelos operadores do direito e autoridades administrativas. O contexto de produção dos laudos de reconhecimento é possibilidade privilegiada para a reflexão proposta considerando que, por meio dele, o antropólogo emerge como agente a potencializar a visibilidade de agendas em busca de reconhecimento de direitos territoriais e outros que deles decorrem.

A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher na garantia dos Direitos Humanos

AUTORES/AS: LORENA SALES DE ALMEIDA

Através de observação participante e entrevistas semi-estruturadas realizadas no espaço da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) da cidade de Feira de Santana/BA, este trabalho buscou investigar a relação entre a Delegacia e as mulheres envolvidas em situações de Violência Doméstica. Assim foi possível verificar o grau de confiabilidade na instituição, os significados atribuídos à DEAM, a percepção das mulheres sobre os aparatos legais de combate à Violência Contra a Mulher, bem como as dinâmicas estabelecidas neste espaço. O trabalho de cunho etnográfico sucinta questões sobre as relações de gênero, poder e legalidade envolvidas nos crimes de Violência Doméstica e a promoção dos Direitos Humanos para as mulheres.

Antropologia, Direitos Humanos e Interdisciplinaridade

AUTORES/AS: GRAZIELE ACCOLINI

Com a complexificação da sociedade moderna, a intensificação dos encontros/desencontros interétnicos, inter e intra nacionais, diante de um novo processo geopolítico e a manifestação de novos atores sociais, a ‘disciplinaridade’, a fragmentação, o conhecimento compartimentado e descontextualizado, encontram-se em xeque no fluxo do cotidiano, impondo-se a necessidade de uma nova atitude acadêmica postulada pela interdisciplinaridade. Essa concepção carrega consigo a emergência de outras abordagens que admitem e trabalham com a existência de formas diferentes de conhecimento sobre o mundo e para problemáticas de cunho epistemológico como a crítica à neutralidade axiológica, a objetividade e o objetivismo nas pesquisas, a subjetividade, a intersubjetividade,

além de questões éticas, reflexões que se põem como latentes nas produções dos trabalhos antropológicos. Nesse sentido, a Antropologia enquanto ciência que trata da diversidade, de diferentes culturas e seus saberes, norteadas pelo conceito de relativização, tem muito a contribuir para esse processo, posto que o princípio relativista implica no reconhecimento de que há maneiras diversas de perceber e estar no mundo que não se fundamentam na ciência moderna própria de um determinado sistema sócio-cultural, o ocidental, que nem de longe é único, universal e absoluto. Nesse sentido, uma das temáticas contemporâneas que requer a abordagem interdisciplinar é a questão dos Direitos Humanos e sua visão universalista. Como caso emblemático, pretende-se enfocar a discussão dos Direitos Humanos relacionada a Etnologia Indígena, mais especificamente ao caso dos Guarani-Kaiowá, habitantes do sul do Mato Grosso do Sul, com o intuito de demonstrar a necessidade de uma visão interdisciplinar na abordagem desta temática na contemporaneidade.

As leis dos outros e a fala do direito no Vale do Ribeira (SP)

AUTORES/AS: CARMEM LÚCIA RODRIGUES

No final de 2012 o Fandango Caiçara foi reconhecido pelo IPHAN como autêntico “patrimônio cultural imaterial do Brasil”. Trata-se de um complexo de músicas e danças que retrata as atividades religiosas, de trabalho, artísticas e festivas de famílias e de comunidades de pescadores-agricultores situadas no litoral sul do Estado de São Paulo e ao norte do Paraná. Em 2010 o 'Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente' (GAEMA) do Ministério Público do Estado de São Paulo interpôs uma Ação Civil Pública (número 441.01.2010.001767-0) e obteve a concessão de uma liminar judicial que determinava que o Estado deveria providenciar através de sua Secretaria do Meio Ambiente a imediata retirada dos moradores da Estação Ecológica da Juréia, uma das áreas naturais mais belas e bem preservadas no estado. As famílias de caiçaras ameaçadas na Juréia são, paradoxalmente, as mesmas que compõem os principais grupos de Fandango na região.

Quais são, afinal, os direitos de que são sujeitos, coletivamente, povos e comunidades tradicionais que ocupam as matas, restingas e mangues do Vale do Ribeira há incontáveis gerações? Esta é uma das questões a serem discutidas

neste trabalho que deriva de uma pesquisa etnográfica sobre o Fandango Caiçara realizada no Vale do Ribeira entre 2009 e 2012. No trabalho analiso pelo prisma do Fandango os principais contrastes entre "as leis dos outros" - tal como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que visa preservar a biodiversidade em áreas ambientalmente protegidas -, às regras/normas internas às comunidades que vivem, ou viviam até recentemente, nesses mesmos territórios. A etnografia produzida sugere que, muito além de uma simples festa popular, o Fandango desvela a existência de uma "ordem moral" particular entre famílias e comunidades caiçaras onde é compartilhado, ou reconstruído, todo um sistema de valores e são criadas determinadas regras que antagonizam com as leis ambientais que ameaçam o modo de vida tradicional e violam os direitos desta gente.

Corpos femininos em julgamento

AUTORES/AS: MARCIA MARIA RODRIGUES RANGEL

A proposta do presente trabalho é uma análise antropológica do processamento e condenação judicial (e moral) de mulheres pela prática clandestina do aborto. A compreensão de como são construídos os discursos jurídicos e a lógica interna desse universo nem sempre é alcançada pela grande maioria das pessoas. Quando o crime cometido é o aborto, essa compreensão torna-se mais difícil, seja pelos poucos casos que realmente chegam ao sistema judiciário, seja pelas várias vozes e discursos que irrompem. Mato Grosso do Sul no ano de 2007 foi arena do maior julgamento social, moral e jurídico de mulheres que praticaram aborto clandestinamente. Simbólico, o caso da clínica de planejamento familiar da ex-medica Neide Mota, tornou-se referência para pesquisadores que cuidam do tema, bem como para o próprio judiciário, haja vista o acentuado número de réus e as sentenças peculiares. Tendo em mente que o corpo é uma construção social, a condenação do corpo feminino é o foco da análise proposta. Campo fértil para várias pesquisas jurídicas e antropológicas, o caso da clínica Neide Mota, é um locus interessante de pesquisa da sinuosidade do sistema do judiciário, não só do ponto de vista dos fatos e das leis, mas também nas questões relativas de gênero, que tomam uma carga simbólica e de representação avultosa. Os estudos sobre a corporalidade nas questões de gênero nos colocam diante de uma força de controle político expressa na legislação que condena e pune a prática

do aborto. A compreensão da condenação do corpo feminino, como forma de controle social, somente é possível a partir da análise de como se dão as relações de poder, apropriação e dominação dos corpos pelo Estado, através da máquina do judiciário. E as formas de produção e reprodução de poder no judiciário por meio da lógica do contraditório, conduzem todo um repertório de “verdades” jurídicas, capazes de legitimar as decisões ali proferidas.

Da portaria ao gabinete: uma etnografia da Defensoria Pública da União e dos seus destinatários de assistência jurídica.

AUTORES/AS: CAMILA BALSÀ

A Defensoria Pública da União é uma instituição relativamente recente. Passando a figurar na Constituição de 1988, ao lado das Defensorias Estaduais, e organizada pela Lei Complementar nº 80 de 1994, ainda está num processo gradativo de mudanças e aperfeiçoamento - a título de exemplo, foi objeto de uma Emenda à Constituição da República em 2013. A presente etnografia se realiza na unidade da Defensoria Pública da União em Curitiba, Paraná, que foi implantada na cidade em janeiro de 2002. A instituição também possui alguns projetos itinerantes em parcerias com a Prefeitura de Curitiba e a Defensoria Estadual, que também serão objetos do estudo. Prestando-se a atender pessoas que não possuem condições financeiras de contratar um advogado, o órgão abarca a possibilidade de atuação em uma pluralidade de casos jurídicos e administrativos, contando com algumas definições e restrições legais ou organizacionais para atendimento conforme cada circunstância, especialmente a respeito de seu caráter federal, não estadual. A carência de representatividade e informação a respeito do órgão aos cidadãos em geral é uma constante, levando-se em conta, ainda, a implantação recente da defensoria do estado, cuja atuação é diversificada. Em recentes incursões em campo, às quais me situei na portaria da instituição, é possível notar o itinerário kafkiano percorrido por pessoas que buscam a assistência jurídica gratuita que, ora chegaram à Defensoria Pública da União encaminhadas por outros órgãos, ora eram encaminhadas pela Defensoria a outras instituições. A partir da portaria, um outro caminho é realizado entre escadas, elevadores, senhas, sistemas informatizados, entrega de documentos e a análise por um defensor público. Nessa mesma portaria há o atendimento de telefonemas, o fluxo de pessoas da única entrada

do edifício antigo ao único elevador e à escada, além do revezamento de dois vigilantes presentes no andar de atendimento ou portaria. Estar no local permitiu o contato com diversas narrativas e propiciou, como uma visão panorâmica, identificar pontos a serem enfocados analiticamente. Em suma, entender o que a Defensoria Pública da União representa nas relações nela ou por ela estabelecidas – e de que forma essas se efetivam – bem como o próprio caráter que possui em conjunto com outras instituições estatais são alguns objetivos importantes do estudo, considerando e confrontando as esferas políticas, jurídicas e práticas que circundam a pesquisa.

Direitos e agências não-humanas

AUTORES/AS: CIMÉA BARBATO BEVILAQUA

O propósito deste trabalho é refletir sobre o lugar dos animais e sua agência no mundo do direito. Se as etnografias de processos judiciais levam a considerar como o direito age sobre os elementos do mundo da experiência, transformando-os e qualificando-os para que uma decisão se torne possível, também parece possível interrogar se (e como) esses entes e suas ações, por seu turno, afetam ou impõem limites àquilo que as operações formais do direito fazem deles. É esta a questão que proponho explorar, tomando como referência ações judiciais referentes a agressões de cães a pessoas. Descrever o que se passa em processos concretos permite, de um lado, compreender melhor como as operações técnicas e categorias de qualificação do direito transformam e associam entes e acontecimentos, produzindo-os segundo seus próprios cânones a fim de enunciar uma decisão. Mas, de outro, também conduz a reconhecer a presença e os efeitos de agências comumente negligenciadas nas reflexões sobre o universo jurídico. Em suma, trata-se não apenas de compreender o que o direito faz com os animais, mas o que os próprios animais obrigam os juízes a considerar, e de que maneira, para que possam julgar os conflitos que seus atos desencadearam.

Hanseníase, Direitos Humanos e papéis: múltiplas estratégias na produção de provas em torno da internação compulsória

AUTORES/AS: GLAUCIA CRISTINA MARICATO MORETO

Esse trabalho gira em torno do reconhecimento de danos causados pelas políticas de internação compulsória das pessoas atingidas pela hanseníase - referente ao

período entre 1923 e 1986 no Brasil. Com a aprovação da lei nº 11.520 de 2007, as pessoas que foram compulsoriamente internadas em colônias hospitalares – os antigos leprosários – podem solicitar uma indenização estatal em formato de pensão mensal. Atualmente o Movimento de Reintegração das pessoas atingidas pela Hanseníase (Morhan), movimento social que esteve à frente da conquista em 2007, busca por uma indenização para os filhos dos ex-internos que foram retirados do convívio dos pais (enviados para orfanatos, para famílias adotivas ou entregues a outros familiares). Responsáveis pela avaliação dos pedidos de indenização ao ex-internos, a Comissão Interministerial de Avaliação (CIA), alocada na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) em Brasília, já recebeu mais de 11 mil requerimentos, dos quais mais de 9 mil já foram avaliados, com mais de 70% de deferimentos segundo dados da própria SDH/PR. Com base na pesquisa de campo realizada junto a tal equipe (em 2013 e 2014), ademais da experiência de campo em seis diferentes ex-colônias no Brasil (RS, AC e Pará), onde entrevistamos ex-internos, familiares, ativistas e etc., pretendo refletir sobre as múltiplas estratégias em torno da produção de provas da internação compulsória, do diagnóstico de hanseníase e etc. Quais elementos são agenciados no momento de avaliação dos processos (fichas de internação, prontuários, testemunhos, etc.)? Como é constatada a compulsoriedade de uma internação? Quais documentos, ex-colônias e sujeitos assinalados como atores eficazes na constituição de provas? Seguindo tais questões e inspirada na noção de políticas ontológicas, na acepção de Annemarie Mol (2008), pretendo delinear como são performadas e conectadas as múltiplas ontologias dessa reparação.

Mecanismos jurídicos de combate ao racismo no Brasil: limites, tipos e usos e a experiência do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: FABIANO DIAS MONTEIRO

Desde a década de 1950, a sociedade brasileira possui mecanismos jurídicos de combate ao preconceito de cor. Criada como forma de garantia do acesso da população negra a espaços públicos, esta legislação, ao longo século XX, passou por significativas alterações, chegando, em sua fase moderna, ao campo crimes contra honra, tratando da coibição criminal dos ultrajes verbais com conotação de raça, cor, filiação religiosa ou origem. Mesmo diante de tais alterações, movimentos

sociais (sobretudo os movimentos negros) têm, amiúde, denunciado a falta de aplicação prática desta legislação, argumentando tanto a dificuldade da população vítima em se aproximar dos canais institucionais de resolução de conflitos, sobretudo o judiciário, como a insensibilidade dos operadores do sistema de justiça criminal em encaminhar processos judiciais com fulcro na discriminação racial.

O presente trabalho visa analisar a mecânica de funcionamento de um núcleo jurídico de combate ao racismo, surgido no seio da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, chamado Disque Racismo e suas atividades entre os anos de 2000-2010, observando a tipologia dos casos, o perfil da população vitimada, a tramitação judiciária dos processos, bem como seus desfechos. A análise do fluxo destes processos (e não apenas a apreciação das sentenças proferidas pelos Tribunais fluminenses) nos permite enxergar como um campo complexo de atores (advogados, técnicos e atendentes do serviço, policiais civis, promotores e juízes) opera na produção, não só do desfecho das querelas, mas de um discurso sobre as relações raciais no Brasil e sobre suas especificidades (ou supostas especificidades) em relação a outras nações multirraciais.

Novos tempos (e velhas histórias?): os paradoxos das práticas estatais que conduzem as relações entre populações indígenas e o Estado brasileiro após 1988.

AUTORES/AS: LUIZA GABRIELA OLIVEIRA MEYER

O objetivo desta proposta de comunicação é refletir sobre o atual panorama dos direitos reconhecidos com a promulgação da Constituição Federal de 1988 às populações indígenas em suas relações com o Estado brasileiro no contexto específico da região da grande Dourados/Mato Grosso Do Sul. Essa reflexão é efetuada por meio de dados – ou um “conjunto de fatos” (Foucault, 1999) – recolhidos uma pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2012 e 2013. Em suma, esta pesquisa visava compreender as significações atribuídas por diversos atores sociais (segmentos indígenas, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio e Governo do Estado de MS) ao direito à “consulta prévia”, posto na convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002.

Diante da necessidade de um movimento de negociação para o respeito à letra (morta) da lei na efetivação de um projeto governamental de duplicação de uma

rodovia estadual que atravessa a Reserva Indígena de Dourados (RID), instituições estatais incumbidas na realização de um atual indigenismo, em especial, o MPF, encabeçaram as resistências a (pouca/des)atenção dada à presença de indígenas na área por onde parte dessa duplicação passaria.

Nesta situação de encontro entre diferentes perspectivas relacionadas a um mesmo evento (Gluckman, 1987) a disputa de forças em um “campo jurídico” que não se dissocia de um quadro maior composto pelo “campo político” (Bourdieu, 1980), sugere-se, através desta abordagem, que neste contexto em específico, as vozes possíveis de serem ouvidas (Bourdieu, 1996) não eram dos indígenas, mas dos representantes do MPF. E mais: que a crença compartilhada nesta disputa reside justamente na realização de práticas estatais (englobando aqui município, estado e união) historicamente negligenciadas para as populações indígenas. Por sua vez, se essas crenças estão amparadas por um discurso de mudança do paradigma assimilacionista/integracionista para o de autodeterminação, neste evento em específico, se parecem com (re)apropriações, por parte do Estado, de um discurso que legitima a continuidade (e a manutenção) das antigas ações estatais em suas relações com os indígenas.

O Monte São Sebastião: Uma Comunidade Quilombola Reivindicando o Direito do Reconhecimento

AUTORES/AS: EULÁLIA BEZERRA ARAÚJO, VANESSA EMANUELLE DE SOUZA (UFCG/PARAÍBA), MÉRCIA R.R. BATISTA (UFCG/PARAÍBA)

O Vale do Sabugi Paraibano, situado no Sertão do Estado da Paraíba, presenciou a certificação, pela Fundação Cultural Palmares (FCP), de três comunidades enquanto remanescentes de comunidades de Quilombos: Serra do Talhado (2004/Santa Luzia-PB), Comunidade Urbana de Serra do Talhado (2005/Santa Luzia-PB) e Pitombeira (2005/Várzea-PB). Após o reconhecimento da Serra do Talhado, temos um cenário de emergência de outras comunidades reivindicando à FCP a certidão de remanescente de quilombo, sob o argumento de compartilharem a mesma origem e/ou manterem relações de parentesco com a Serra do Talhado. Assim, no decorrer dos últimos anos, moradores do bairro São Sebastião – Monte -, na cidade de Santa Luzia/PB, que através dos laços de parentesco e da origem comum, se reconhecem enquanto oriundo e pertencente a Serra do Talhado, veem

de maneira mais efetiva, juntamente com agentes vinculados a organizações não governamentais (AACADE e ProPAC), acionando o Estado em um processo de reivindicação pelo reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo.

A Serra do Talhado, ao ser certificada enquanto área quilombola passa a usufruir de políticas públicas destinadas a tais comunidades, o mesmo ocorre com a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e com a Comunidade de Pitombeira. Porém, nem todos os que se pensam e são reconhecidos enquanto sendo do Talhado estão inseridos no cadastro das políticas destinadas aos quilombolas. Isso ocorre porque no momento da certificação da Serra do Talhado, muitas famílias já estavam morando na zona urbana de Santa Luzia, ou seja, fora da Serra do Talhado, fora da área quilombola, de modo que muitos moradores do Monte que compartilham da descendência do Talhado não são oficialmente reconhecidos enquanto quilombolas, ou melhor, enquanto sujeitos de direito quilombola.

Mesmo estando cientes de sua condição, e sabendo da coerência de seus argumentos na fundamentação de sua identidade quilombola, a população do Monte não possui o conhecimento específico, ou seja, não possuem os conhecimentos jurídicos e burocráticos. Desse modo, a atuação de mediadores, especificamente da AACADA e do ProPAC, é de grande importância, tanto para explicar como acontece as certificações como para orientar nos procedimentos necessário. Assim, em virtude das atuais articulações políticas que os descendentes do Talhado, que moram no Monte, estão efetivando, são perceptíveis a constituição de uma comunidade para ação. Então, procuramos entender como os moradores do Monte estão lidando com essa nova situação, enquanto sujeitos de direito, e como esta condição é assumida no âmbito de relações políticas e na busca por inclusão social e cidadania.

Processos judiciais envolvendo quilombos: é possível pensarmos em interlegalidade?

AUTORES/AS: CÍNTIA BEATRIZ MÜLLER

As comunidades auto-identificadas e reconhecidas como quilombolas no Brasil, via de regra, reivindicam a propriedade de seus territórios ancestrais. Para garantir o direito à propriedade estas comunidades enfrentam um longo processo administrativo que dura anos, podendo levar até mais de uma década. Em não raras

vezes há judicialização de questões que atingem diretamente o reconhecimento identitário da comunidade (ou de alguns de seus integrantes), obstam a titulação das terras e que repercutem na demanda de realização de perícia antropológica com a resposta de quesitos. Com base no acompanhamento de um processo judicial sobre território quilombola com perícia antropológica realizada e de outro, no qual atuo como perita juntamente com outro pesquisador, proponho analisar as possibilidades de um diálogo “interlegal” no cenário de processos judiciais.

Reflexões sobre o associativismo étnico em Dourados-MS

AUTORES/AS: ELLEN CRISTINA DE ALMEIDA

O associativismo étnico tem despontado, desde o final da década de 1980, como mais uma alternativa de organização política em que os grupos étnicos tem se mobilizado para acessar políticas públicas. Essa categoria de participação é marcada pelo paradigma da autonomia e do protagonismo indígena garantido pela Constituição de 1988, pelos Artigos 231 e 232. Neste sentido, os povos indígenas e suas associações constituem novos sujeitos que buscam tanto reconhecimento, quanto melhores condições nas Terras Indígenas. Diante do fato de que essas organizações articuladoras são reconhecidas pelo Estado nacional brasileiro, através do regulamento cartorial, este trabalho tem por objetivo refletir sobre os impactos, os desafios e as potencialidades desse tipo de organização, como também apresentar reflexões sobre a relação dessas organizações com instituições estatais e não-governamentais.

Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral: desafios da conciliação na administração federal

AUTORES/AS: DORIS ALEIDA VILLAMIZAR SAYAGO

O trabalho aborda a sobreposição de interesses entre territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral, adentrando nos aspectos sociais, ambientais e de meios consensuais de solução de conflitos. São estabelecidas bases doutrinárias no âmbito da antropologia, das clássicas correntes preservacionista e socioambientalista. Tem como objetivos: a) o estudo de população tradicional – os quilombolas -, que, juntamente com os índios, guardam a regularização fundiária

de seus territórios protegida pela Constituição Federal (art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e art. 231 da CF/88); b) o estudo do Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, regido pela Lei n. 9.985/2000 e do eterno embate ideológico e acadêmico entre a corrente preservacionista e a conservacionista; c) o enfrentamento das técnicas de ponderação de interesses e direitos fundamentais constitucionais, bem como de teoria do conflito, que possui um alcance metajurídico; d) a análise das dificuldades encontradas pela Administração Federal em encontrar solução conciliatória que resguarde o interesse de todos os envolvidos. foram analisados seis procedimentos conciliatórios que versam sobre a mesma espécie de conflito socioambiental e estão em trâmite na CCAF desde o ano de 2008, ainda sem solução definitiva. Trata-se das seguintes situações:

1. Sobreposição do Parque Nacional de Cabo Orange sobre o território quilombola de Cunani, no Estado do Amapá;
2. Sobreposição da Reserva Biológica Mata Escura sobre o território quilombola Mumbuca, no Estado de Minas Gerais;
3. Sobreposição da Reserva Biológica Rio Trombetas sobre o território quilombola Alto Trombetas, no Estado do Pará;
4. Sobreposição da Reserva Biológica do Guaporé sobre o território quilombola de Santo Antônio do Guaporé, no Estado de Rondônia;
5. Sobreposição do Parque Nacional do Jaú sobre o território quilombola Tambor, no Estado do Amazonas.
6. Sobreposição do Parque Nacional de Aparados da Serra e da Serra Geral sobre o território quilombola São Roque, no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A análise buscou identificar as dificuldades encontradas na condução dos processos, dada a complexidade do tema, bem como as mesclas entre disputas de cunho técnico e jurídico, mas também ideológicas, sociais e políticas.

Violência de gênero: construção de Legalidades Brasil/Cabo Verde

AUTORES/AS: MIRIAM STEFFEN VIEIRA

Processos de universalização dos direitos individuais das mulheres vêm ocorrendo desde a passagem do século XIX para o século XX, sendo o ativismo feminista

um dos principais agentes produtores de uma crítica às desigualdades de gênero através do desenvolvimento de ações visando mudanças sociais neste sentido. Este percurso de ativismo feminista gerou uma agenda internacional de reivindicações, assim como a produção de legalidades em diversas escalas: local, nacional, regional e internacional. Tal processo se intensificou nos anos de 1990, com a institucionalização de um campo feminista transnacional, a partir da constituição de organizações não governamentais a base de uma relação com organismos internacionais, especialmente oriundos da América do Norte (Alvarez, 2000). A circulação de práticas e de ideias que se reforçou neste processo é referenciada na bibliografia como feminismo transnacional, reconhecendo-se, entretanto, a não homogeneidade em torno de uma agenda universal, dada a diversidade dos feminismos, de contextos sociais específicos e de apropriações locais (Alvarez, 2000; Thayer, 2001; Aguiar, 2007). Nesta linha, esta apresentação visa perscrutar os significados que gênero assume em processos de construção de legalidades em torno da violência contra as mulheres. Primeiramente mencionarei alguns elementos do processo de construção de políticas no campo da chamada violência contra as mulheres no Brasil, para, posteriormente, sugerir alguns elementos contrastivos com este processo em Cabo Verde. Vou ressaltar, basicamente, a construção de políticas e usos da noção de gênero que acompanham esses processos de construção de legalidades, ensaiando algumas interpretações a partir de meus estudos até este momento. Para o caso de Cabo Verde, concentrei-me no debate público em torno da construção e aprovação da lei que criminalizou a chamada “violência baseada no gênero”, em janeiro de 2011. Para tanto, realizei uma etnografia deste processo acompanhando atividades de formação, transcrições de sessões da Assembleia Nacional, notícias veiculadas na mídia e entrevistas com líderes de organizações governamentais e não governamentais com atuação neste campo voltado à igualdade de gênero. Por fim, sugiro uma apropriação de gênero similar ao uso da categoria raça no Brasil, especificamente a partir de posições que visam uma evitação do conflito.

COORDENADOR/A: ALEXANDRE BARBOSA PEREIRA (UNIFESP), SANDRA DE FÁTIMA PEREIRA TOSTA (PUC-MINAS)

DEBATEDOR/A: TANIA DAUSTER MAGALHÃES E SILVA, MARCO AURÉLIO PAZ TELLA, GILMAR ROCHA

Ao discutir as relações entre antropologia e educação devemos considerar as implicações políticas e metodológicas desse diálogo. Por um lado, deve-se refletir sobre a importância da antropologia voltar-se teórica e empiricamente para a educação e, por outro, evidenciar como os dois campos do conhecimento, o antropológico e o educacional, podem sair enriquecidos e mesmo transformados desse debate. Fundamental considerar o conhecimento produzido e os desafios teóricos e metodológicos que tal diálogo apresenta, principalmente no que se refere à dimensão etnográfica das pesquisas nos contextos escolares ou de práticas educativas não institucionalizadas. Outro aspecto importante é o da multiculturalidade e das relações interculturais e de produção de diferenças promovidas pelos processos educativos. Importante refletir sobre os encontros entre práticas institucionais e informais e sobre as múltiplas diferenças que podem ser engendradas e colocadas em relação a partir de processos educativos: etárias, geracionais, de classe, de religião, de raça e etnia, de gênero e sexualidade. Busca-se, portanto, problematizar os conflitos que surgem desses encontros, demonstrando como essa abordagem interdisciplinar aproxima-se desses fenômenos. Nesse sentido, o grupo de trabalho pretende debater diferentes aspectos dessa interface, das culturas escolares infantis ou juvenis aos múltiplos processos de produção e transmissão de saberes, escolares e não escolares.

A pesquisa na educação básica como estratégia de ensino e aprendizagem dos temas culturais.

AUTORES/AS: JOSEMI MEDEIROS DA CUNHA

A presente comunicação propõe algumas reflexões a respeito de uma experiência docente mediada na disciplina de sociologia na educação básica, em que os alunos ao estudarem o tema “diversidade de gênero” foram convidados à realizar uma pesquisa como atividade escolar. Em um primeiro momento, problematizamos as categorias sexo, gênero e sexualidades, apresentando novas possibilidades de compreender a temática. Em um segundo momento, convidamos os alunos a realizarem uma pesquisa no município sobre a temática, identificando em seus grupos sociais jovens que vivenciassem algumas dessas categorias. Para a pesquisa, os educandos elaboraram um questionário com base nos conteúdos que haviam estudado em sala de aula. Os resultados da pesquisa revelaram a partir das falas dos jovens, visões acerca da discussão que até então não haviam sido abordadas nos debates em sala de aula, enriquecendo a compreensão do grupo além de evidenciar maneiras de compreender e agir dos jovens pesquisados que ora correspondiam com os conteúdos estudados, e ora os contestavam (na visão dos alunos). Em um terceiro momento, os alunos propuseram uma atividade aberta no pátio da escola para debater a temática e as possibilidades de compreender os conteúdos abordados na disciplina e na pesquisa. Em decorrência disso, abriu-se um momento político na escola não previsto pelo docente. Entre o momento de debate em sala de aula, os vivenciados na pesquisa e as falas dos alunos ao termino da experiência, muitos foram os questionamentos acerca da diversidade e das maneiras de ser e agir, que desencadearam reflexões críticas sobre as visões da própria comunidade escolar. A experiência, revelou que o processo de ensino e aprendizagem na educação básica, quando mediado por uma pesquisa, possibilita aos educandos um contato com os sujeitos envolvidos na temática abordada, pode contribuir na transposição dos saberes acadêmicos para os escolares, facilitando a problematização e a compreensão dos referenciais teóricos, ao mesmo tempo que pode desencadear uma reflexão crítica sobre as visões dos sujeitos, além da desconstrução destas no espaço escolar.

Corpo, Movimento e Linguagem: A Infância na escola de tempo integral

AUTORES/AS: AMANDA FONSECA SOARES FREITAS

Este trabalho tem como objetivo principal ‘tentar ler’ (no sentido de construir uma leitura de) os corpos das crianças a partir de suas expressões de movimento, em suas situações sociais de interação presentes nos diferentes tempos e espaços de uma escola de tempo integral; considerando o chamado ‘tempo regular’ e o chamado ‘tempo integral’. A construção da investigação tem como alicerce a etnografia, possibilitando que os conceitos Corpo, Infância e Escola de Tempo Integral sejam “costurados” à discussão da cultura; considerando o conceito semiótico de cultura, em que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Foi realizada uma etnografia no período de Fevereiro a Dezembro de 2013, com observação participante, entrevistas e imagens (fotos e filmagem) junto a uma turma de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte que integra o projeto denominado Escola Integrada. Neste estudo, o corpo das crianças é analisado como um fenômeno social total e as expressões de movimento como técnicas corporais. Historicamente, a escola foi se constituindo com um tempo e espaço destinado à transmissão destas chamadas técnicas corporais, mas não é o único. A pesquisa pretende demonstrar que a escola em tempo integral vem sendo uma possibilidade concreta de outros tempos e espaços de educação e de apropriação de espaços da cidade, provocando o confronto das diversas técnicas corporais de uma educação formal com uma educação não-formal. Com a investigação, considera-se possível identificar nas técnicas corporais elementos que indicam qual concepção ou quais concepções de corpo vêm sendo historicamente experimentadas nos tempos e espaços da escola de tempo integral e qual a relação destas concepções com o processo de construção da linguagem. Numa vertente da Filosofia da Linguagem, o conhecimento se dá com base na interação, na comunicação com o mundo. O corpo é, está e se movimenta em relação aos objetos, ao Outro e ao espaço. É essa situação social de interação que possibilita a linguagem e a construção do conhecimento. Partindo do pressuposto de que as crianças trazem para a escola marcas da cultura e expressam isso através do seu corpo; observar e analisar estas expressões pode trazer indicações importantes e quem sabe, um apontamento de que é necessário ‘reinventar’ a escola na sua relação com o corpo.

Desafios da construção de uma etnografia em educação - questões da interdisciplinaridade

AUTORES/AS: ANDERSON XAVIER TIBAU GONÇALVES - UFF, TANIA DAUSTER - PUC-RIO

Em um texto sobre as perspectivas entre os campos da Antropologia e da Educação, Gilberto Velho considera contraditório e fragmentado o mundo em que vivemos o que em sua opinião seria suficiente para se contrariar tanto a linearidade quanto a compartimentalização dos estudos e pesquisas impostos por uma dada tradição científica. A questão não é ignorar a inevitabilidade de especializações e disciplinas, mas percebê-las dentro de um amplo processo de diálogo e cruzamento de saberes e reflexões. Neste texto recorreremos às posições de Bela Feldman-Bianco ao discutir expansão, transformação, ampliação do mercado de trabalho, demanda da Antropologia e suas relações com políticas públicas, renovações no campo e desafios de atuação precisando permanente exame. Essas discussões não são novas, mas se atualizam como no caso das deliberações no campo da Antropologia e Arqueologia da CAPES e da Associação Brasileira de Antropologia provocadas por demandas do CNPq. Conseqüentemente em 2005, a comunidade antropológica elaborou nova tabela de áreas de conhecimento sugerindo as subáreas Antropologia Social/Cultural e Antropologias Especializadas. Entre estas, encontram-se a Antropologia da Educação, a Antropologia das Sociedades Complexas, a Antropologia Urbana e a Antropologia Visual. Apesar da tabela não ter sido instituída, ela indica o caráter interdisciplinar da Antropologia e a renovação da disciplina. Isto acarreta a importância de refletir sobre a formação na disciplina antropológica e no trabalho etnográfico. No nosso caso, podemos afirmar que palmilhamos as fronteiras da produção de conhecimento entre os processos “educativos” vistos de maneira ampliada como “formativos” e as especializações da Antropologia Urbana e das Sociedades Complexas, legado de Gilberto Velho, na construção de uma interdisciplinaridade entre Antropologia e Educação. Como? A obra e a orientação de Gilberto Velho construíram tanto a vocação e a prática antropológica da orientadora, Tania Dauster, como sua prática de ensino e orientação em Antropologia no campo da Educação, durante a sua atuação no PPGE/PUC-RIO. Acrescente-se a estas dimensões o interesse do orientando à época, também autor deste texto, Anderson Tibau, pela Antropologia Visual. Enfim é uma história longa e que passa por vários entrecruzamentos e por

continuidades e descontinuidades. Nesse processo de alargamento onde saberes e reflexões dialogam ao se cruzarem, pretendemos discutir os desafios da construção de uma etnografia em educação no seu sentido mais amplo; este é o objeto de nosso trabalho.

Notas sobre as concepções pedagógicas da "escuelita zapatista"

AUTORES/AS: ANA PAULA MASSADAR MOREL

Depois de seis anos de reclusão quase absoluta, o Exército Zapatista de Libertação Nacional e suas bases de apoio, formados predominantemente por indígenas falantes das línguas tzeltal, chol e tzotzil, na região de Chiapas, no México, criaram a chamada "escuelita zapatista" voltada para alunos não-zapatistas. A primeira rodada da "escuelita" foi realizada nos meses de agosto e dezembro de 2013 e janeiro de 2014, contando com cerca de 5500 alunos em sua grande parte não-indígenas vindos de contexto urbano e mobilizando cerca de 4000 educadores indígenas. Este trabalho busca analisar a experiência desta primeira rodada da "escuelita zapatista", visando refletir sobre as concepções educativas em jogo e, mais especificamente, a própria noção de escola mobilizada nessa experiência. Para tal, baseia-se na análise dos comunicados oficiais zapatistas, dos materiais didáticos distribuídos (quatro livros e dois filmes) e em trabalho de campo, pois tive a oportunidade de ser "alumna" da "escuelita".

Na literatura antropológica, a escola nas sociedades indígenas foi frequentemente vista como algo exógeno que promoveria a assimilação dos indígenas à sociedade nacional, ou como um elemento passível de ser reapropriado servindo como meio de afirmação do modo de vida indígena. Analisaremos como essa problemática aparece nessa experiência, onde a escola é proposta por povos indígenas para alunos em sua maioria não-indígenas e onde a escola é autônoma ao Estado mexicano, baseada, assim como os outros espaços educativos zapatistas, no auto-governo. Cabe compreender, então, o que se chama de escola nesse contexto. Para isso, levaremos em conta os conceitos utilizados, como "educacion verdadera", "educacion autónoma", assim como as figuras pedagógicas presentes em todo percurso da "escuelita": "guardianos", "maestros" e "alumnos". Outra dimensão importante é a estruturação da "escuelita", onde o processo educativo não se dá em salas de aulas com horários pré-determinados, mas através do compartilhar da vida

cotidiana na casa de famílias zapatistas, evidenciando uma concepção pedagógica com ênfase na vivência, que tem como conteúdo de aprendizagem modos de vida. Essa vivência implicaria em um duplo caminho. De um lado, a *escuelita* volta-se para fora, para disseminar a vida zapatista para outros mundos. Por outro lado, a "escuelita" coloca em contato indígenas que saíram poucas vezes de suas comunidades com pessoas vindas de grandes cidades ao redor do mundo. Partindo da perspectiva etnográfica possibilitada pela participação como "alumna", analisaremos como os conflitos, trocas e compartilhamentos gerados nessa experiência fundada em uma alteridade radical são parte fundamental da concepção pedagógica da "escuelita".

Os descompassos entre a escola e a condição juvenil: desafios para as ciências sociais.

AUTORES/AS: MARY ALVES MENDES, EVANNOEL DE BARROS LIMA

O presente estudo problematiza as tensões existentes entre a escola e os estudantes no tocante ao cumprimento das normas escolares e dos seus comportamentos no contexto escolar. Percebe-se, por parte da escola, certa cegueira em relação às performances, símbolos e signos inerentes às identidades juvenis contemporâneas (HALL, 1999). Costuma pautar-se em discursos cognitivos (inteligentes ou deficientes) e comportamentais (bons ou maus estudantes) para classificá-los e tem dificuldades em percebê-los em suas expressões culturais e sociabilidades. Os jovens, por sua vez, ignoram parte das normas escolares, criam espaços intersticiais e estratégias de resistência no interior da escola para vivenciarem e compartilharem a própria condição juvenil. As sociabilidades criadas nesses espaços formam uma rede compartilhada de ações e comportamentos significativos (GEERTZ, 1989) que montam sentidos subjetivamente orientados (WEBER, 2004). Com o objetivo de compreender os significados compartilhados por esses jovens, no cotidiano escolar, etnografou-se práticas e discursos das instituições escolares e dos seus estudantes a fim de compreender a relação desses com a escola e com o conhecimento e vice-versa. Acredita-se, como Dayrell (2006), que o modelo escolar de gestão e docência se encontra em descompasso com a condição juvenil dos estudantes. A escola é um espaço sociocultural, ordenado por uma dimensão institucional composta de regras e normas que buscam homogeneizar as ações individuais

(BOURDIEU & PASSERON, 2011), ao tempo que se constitui numa complexa trama de relações sociais que se dá entre sujeitos construtores dessa comunidade escolar. As sociabilidades juvenis são também (re) produzidas nesse contexto que implica a (des)construção de alianças, conflitos, preconceitos, solidariedades. Essa pesquisa advém da experiência vivenciada no PIBID-Sociologia/UFPI, em quatro escolas públicas de ensino médio, de Teresina, durante o período de 2010 a 2013. Os resultados remetem a existência de descompassos entre essas instituições escolares e seus estudantes. Esses se mostram insatisfeitos e impacientes, mediante as normas e práticas dos gestores escolares que afirmam “sem sentido”, e também ausentes, apáticos e/ou dispersos em relação às aulas. As escolas expressam, através das instâncias de direção e coordenação pedagógica, discursos autoritários e tradicionais com práticas docentes tradicionais e não interativas. Por outro lado, a relação entre os próprios jovens é de intenso entrosamento e compartilhamento, seja presencial ou virtual, sendo os colegas uma das principais motivações de estarem na escola. Compartilham signos e símbolos que estão expressos no corpo, roupas, comportamentos e falas, produzindo sentidos efetivos de suas vivências no mundo.

Participação escolar, democracia e diversidade: quando a comunidade adentra a escola

AUTORES/AS: VALDIR PEDDE, CARLA TATIANI KOSSMAN FASSBINDER

O processo de aprendizagem escolar envolve múltiplos saberes, formais e não formais. Nesse sentido, diante do atual modelo educativo proposto no PME, cada vez mais, a comunidade e as famílias adentram o contexto escolar. O PME propõe uma aproximação das escolas com as famílias, organizações não governamentais e movimentos sociais, buscando ampliar o conceito do que seja educar, questão presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Outrossim, tem-se que tal participação e envolvimento da comunidade com a escola representa um avanço em relação a tempos outros de modo que a escola, ao mesmo tempo em que perde sua hegemonia enquanto produtora singular de saberes, ganha novos parceiros e é instada a trabalhar com um outro conjunto de saberes não formais, ligados as populações do seu entorno.

Assim, a partir de uma pesquisa etnográfica entre professores de escolas municipais

e famílias de seu entorno que possuam crianças matriculadas nestas instituições, busca-se mapear e discutir o modo como saberes não formais ganham tangibilidade e existência nos currículos e atividades escolares das escolas públicas de Estância Velha, Campo Bom e Novo Hamburgo; estas, inseridas em área de colonização teuto-brasileira mas que, atendem populações bastante diversas e, portanto, tem para si, a difícil tarefa de lidar com temáticas relacionadas a história da África e as religiosidades de origem africana e indígena como quer a Lei 10.638/03 e a Lei 11.645/08, assim como com a própria diversidade de credo, cor e raça – que envolve e, muitas vezes gera conflitos e intolerâncias – entre alunos de origem social, econômica e religiosa diversa.

“A educação vem de casa”: os usos do parentesco em uma escola da periferia de São Paulo

AUTORES/AS: NICOLAU DELA BANDERA ARCO NETTO

Avaliações a respeito da moralidade das classes populares, formuladas a partir da linguagem do parentesco, são constantemente utilizadas por agentes da escola para explicar o fracasso da própria instituição em lidar com os chamados “alunos-problema”. Uma preocupação central dos agentes refere-se sobre como tais crianças vistas como “problemáticas”, “filhos sem mãe”, criadas em “famílias desestruturadas”, foram socializadas em ambientes onde não existiria o amor materno ou a presença do pai, nem uma infância de brincadeiras, livre do trabalho. Na explicação realizada pelos professores de que a “educação vem de casa” não há, portanto, possibilidade de organização escolar, nem de qualquer organização social, se não houver uma socialização primária das crianças em “famílias estruturadas”, ou seja, em famílias que reproduzam, em alguma medida, o modelo conjugal, heterossexual e individualizado (das camadas médias) de família. A indisciplina escolar dos estudantes é, dessa forma, transferida para fora da instituição, vista como um fracasso da mãe em desempenhar adequadamente o que se considera como o seu dever. A maternidade foi concebida pelos professores da escola como uma mescla de vínculo biológico e cultural. Mãe é “quem dá a luz”, e está ligada pelo cordão umbilical ao filho por lastro de sangue, mas só se realiza plenamente quando cria e cuida, em suma, quando “ama seu filho”. Uma obrigação atribuída aos pais pelos professores da escola, para evitar os atos de

indisciplina na instituição, é a necessidade de preencher o tempo das crianças com atividades extra-escolares, pois, na perspectiva deles, “cabeça vazia é oficina do diabo”. Durante a “fase da adolescência”, sobretudo, os pais deveriam estar atentos ao que seus filhos fazem, tentando preencher a semana com atividades em cursos gratuitos, oficinas culturais, esportes, tudo o que for possível para tirá-los da ameaça constante da “rua”. Na perspectiva dos professores, a rua, em oposição à casa e à escola, se converte em uma categoria moral que ameaça o desenvolvimento das crianças. Nesta comunicação pretendo interpretar os significados simbólicos dos usos do parentesco na escola pesquisada e responder às seguintes questões: por que os professores utilizam ideias sobre o parentesco para refletir sobre a crise na educação? Por que há uma incessante produção de comentários sobre as mães dos estudantes e uma ausência significativa de comentários sobre os pais? Para a realização deste trabalho, acompanhei o cotidiano de encontro entre os professores e os responsáveis pelas crianças e as reuniões do conselho de classe em uma escola pública de ensino fundamental localizada em Perus, na periferia de São Paulo.

A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A FAMÍLIA EM ABACATAL: como se faz uma pessoa trabalhadora/tornar-se um abacataense?

AUTORES/AS: MARIA DO SOCORRO RAYOL AMORAS SANCHES

Esta comunicação é resultado de uma pesquisa de doutoramento em Antropologia que teve como objetivo analisar o “tornar-se” (“becoming”, TOREN, 2004) trabalhador, visando compreender o significado do “trabalho” na perspectiva das crianças, o qual foi por mim traduzido como sendo suas atividades “obrigatórias” e “espontâneas”, isto é, aquilo que elas definem como “ajudas” e chamam de “(cuidar d’)as minhas coisas”, envolvendo “obrigação”, “dever” e “gosto”, ou como dizem: “a criança trabalha ajudando”. Neste artigo apresento a criança e suas configurações familiares e focalizo aspectos do “ser criança” e da experiência da “infância”, de modo que seja possível compreender quem são as crianças e o lugar que ocupam na vida social da “Comunidade Quilombola do Abacatal-PA” e como “tornam-se” um trabalhador/um abacataense. A etnografia possibilitou a organização dos dados em dois eixos de análise interligados 1- criança-infância-família-organização social; 2- socialização-aprendizagem-trabalho. A análise busca entender os processos de aprendizado e de desenvolvimento infantil através de

suas próprias concepções de criança e do crescimento e considera o modo como as crianças intervêm ativamente nesses processos dinamizando a cultura. A família, a organização doméstica e a escola são abordadas como espaços em que as crianças “tornam-se” trabalhadoras, compreendidas como uma das práticas de “autopoiesis” (“autopoietic”, TOREN, 1999), isto é, de produção de significados sobre o seu mundo. Abacatal, uma localidade que se autodefine como rural e quilombola, localiza-se na área metropolitana de Belém-PA, originou-se no processo de ocupação da Amazônia nos séculos XVIII e XIX com a participação de homens e mulheres africanos escravizados e inseridos na organização da agricultura comercial. Ao longo de um processo histórico vivencia experiências de “distinção” e “interação”/ “rural-urbano” / “dentro-fora”, as quais permeiam a vida das crianças, pois são constitutivas da forma como são socializadas e educadas pela família e pela escola e do modo como elas – as crianças – influenciam os processos de socialização e aprendizagem. Logo, ser criança e “tornar-se” trabalhador/ abacataense, é também desenvolver-se nesses espaços de modo relacional. O “dentro” e o “fora”, nesse movimento, constituem um processo articulado de fluxos de práticas e de bens econômicos, simbólicos e sociais diversificados, sendo um substrato para a (re)construção de novas configurações e identidades dos abacataenses e de diferentes códigos simbólicos de afiliação e de pertencimento em um mesmo grupo. Contudo, nessa mobilidade simbólica, não estão isentos das peculiares ambiguidades, ambivalências e paradoxos.

A OBSERVADORA OBSERVADA - Limites e as possibilidades de uma pesquisadora negra estudando construções identitárias de adolescentes negros de elite em escola particular: Um estudo etnográfico

AUTORES/AS: POLLYANNA ALVES NICODEMOS

Este artigo analisa os limites e possibilidades de uma pesquisadora negra estudando construções identitárias de adolescentes negros de elite em escola particular. Os dados são provenientes da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao programa de Pós – Graduação em Educação da PUC-MG, que investigou o processo de construção identitária de adolescentes negros de elite, estudantes do ensino médio, matriculados e regularmente freqüentes em uma escola da rede particular de Belo Horizonte, Minas Gerais. O interagir entre pesquisador e atores pesquisados,

não se limita às entrevistas e conversas informais, mas, também aponta para a compreensão da fala dos sujeitos em suas ações. É através dessa compreensão que nos tornamos capazes de compreender melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais, assim como a delimitação dos espaços públicos e privados. Haja vista que os atores pesquisados não são ingênuos espectadores ou mesmo atores não-críticos. A observadora é também observada! Assim os objetivos centrais deste trabalho, visam descrever os caminhos trilhados pela pesquisadora, na condição de “Observadora, observada”, com destaque para os estranhamentos, aproximações e singularidades vivenciados ao longo do trabalho de campo, realizado com um grupo de adolescentes negros de elite . Outro dado importante desta vivência na pesquisa é que o contato com estes estudantes, em diálogo permanente com as possibilidades e escolhas teóricas feitas: DAUSTER (2012), GUSMÃO (2003), MAGNANI (1997), MALINOWSKI (1978), MUNANGA (1996), OLIVEIRA (2000) TOSTA & ROCHA (2009) entre outros, também reforçou sobre a importância do ouvir o “outro”, bem como de “disciplinar” nossos olhares, escutas e escritas, levando sempre em consideração a alteridade imprescindível ao pesquisador. Assim, uma das motivações para este texto nasceu de uma necessidade de refletir sobre minha trajetória na antropologia, pensando as pesquisas que realizei em termos de problemas que não seriam apenas meus. Finalmente, essas reflexões contribuíram muito para meu crescimento em todos os aspectos, étnico – racial, cultural, social e acadêmico. Especialmente no que se refere à minha condição enquanto pesquisadora negra, do campo das relações étnico-raciais, comprometida com o fortalecimento da afirmação de minha negritude e da cultura com a qual me identifico em todos os espaços da sociedade.

Conflitos e alianças na construção da proposta pedagógica indígena

AUTORES/AS: WARNA VIEIRA RODRIGUES

Nos documentos emitidos pelas instituições educacionais sobre a educação escolar indígena, no estado de Pernambuco, a escola surge na intenção de promover a afirmação, o fortalecimento, a valorização e a manutenção das identidades étnicas, tendo como elementos estruturadores a cultura e interculturalidade. Contudo, para tanto, é necessário que algumas ferramentas existentes na escola não indígena sejam definitivamente apropriadas pelo Povos Indígenas, são elas, currículo

projeto político pedagógico, calendário, material didático entre outros. O presente trabalho pretende analisar, a partir de uma experiência etnográfica realizada na Escola Pankararu Ezequiel Jatobá, localizada na Aldeia Brejo dos padres, terras Pankararu, os conflitos que se estabelecem na apropriação desses instrumentos no cotidiano escolar. Portanto, realizamos as observações, principalmente, em duas situações: na sala de aula, onde há o confronto dos saberes específicos e dos ditos conhecimentos universais, e na compreensão do diálogo intercultural pelos professores indígenas. Sem deixar, porém, de considerar as relações estabelecidas entre os atores sociais e o envolvimento de agências, onde constatamos interferências destas na organização social e política da aldeia.

Desafios na Formação Superior Indígena: antropologia e Interculturalidade na experiência do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima

AUTORES/AS: MAXIM REPETTO E FABIO ALMEIDA DE CARVALHO

O presente texto traz uma reflexão dos 12 anos de existência do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde na atualidade funcionam três cursos universitários, a saber: Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial Indígena e Gestão em Saúde Indígena. Ainda no âmbito dos debates levantados por esta experiência a UFRR conta com um Processo Seletivo Especial para Indígena (PSEI) em quase 20 cursos regulares da instituição, sendo a pós-graduação o desafio que ganha força uma vez que já são mais de 150 os indígenas formados nestas experiências de graduação. Atualmente dois programas de pós-graduação tem aberto vagas especiais para indígenas, o que mostra a ampliação do debate e das necessidades de formação. O Instituto Insikiran foi o primeiro centro criado numa universidade federal brasileira destinado exclusivamente a formação de indígenas e suas experiências tem levantado demandas e desafios de toda ordem, desde a participação indígena na criação destes espaços, passando pelas dificuldades de escolarização e alfabetização científica dos estudantes indígenas, até os conflitos e contradições que a universidade e a sociedade vivem. Buscamos, dessa forma, refletir nossas experiências de docência, gestão, pesquisa e extensão universitária a luz dos desafios atuais que enfrentamos, na busca de ampliação da formação superior indígena, preocupados com a qualidade na formação e o diálogo com as necessidades e expectativas dos estudantes e de suas comunidades.

Educador homoafetivo é possível? Uma etnografia no centro de educação infantil de lages (SC)

AUTORES/AS: GERALDO AUGUSTO LOCKS, GRAUPE, MARELI ELIANE

Neste texto analisamos o discurso de educadores estagiários homoafetivos de um Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM), única instituição pública, localizada no bairro Novo Milênio, periferia da cidade de Lages, (SC). O bairro é constituído de 250 famílias empobrecidas, vivendo em condições de vulnerabilidade social, em moradias cujos lotes concedidos pelo poder público há mais de dez anos ainda não foram regularizados. O CEIM mantém uma equipe de quinze professores e atende 115 crianças de 0 a 6 anos de idade. O território de Lages e região compreendidos como Planalto Serrano Catarinense, socialmente tem se caracterizado por relações de gênero extremamente desiguais, injustas, machista, sexista, com alto índice de violência contra a mulher estando em primeiro lugar no Estado e em décimo sétimo no país. As relações de poder historicamente materializadas nas formas de mandonismo, coronelismo e clientelismo. Os educadores estagiários são oriundos de uma escola da rede pública estadual onde realizam o curso de Magistério, nível médio. Do ponto de vista metodológico neste estudo foi utilizado o método clássico da antropologia a etnografia, onde a prática do ouvir, olhar e escrever são as principais faculdades do entendimento sociocultural, inerentes ao modo de conhecer das ciências sociais, como afirma Oliveira. Dialogamos com referenciais teóricos do campo dos estudos da Antropologia, de Gênero e da Educação, como Oliveira, Grossi, Fernandes, Louro, Schulman, Junqueira. Buscamos nos aproximar do contexto da instituição escolar de Educação Infantil, ou seja, do local em que foi realizado o estágio pelos dois futuros professores homoafetivos. Centramos a análise na formação escolar, acesso à instituição, percepção diante do coletivo docente, crianças, pais e a comunidade mais abrangente em relação à orientação sexual dos dois estagiários e os conflitos que emergem desta prática como preconceitos, estereótipos, e discriminação bem como a possibilidade de superação desta realidade. Pelo estudo realizado foi possível constatar que o discurso dos sujeitos pesquisados revela contradições existentes numa sociedade que sustenta padrões rígidos de normatização e homogeneização no que tange aos valores, comportamentos, heteronormatividade, modos de viver, sentir e pensar o mundo e as relações sociais resistindo ao reconhecimento da diversidade sexual. A

relevância do objeto desta pesquisa etnográfica reside no fato de que o mesmo está vinculado ao crescente interesse da comunidade acadêmica, das políticas públicas e das organizações e instituições da sociedade civil.

Escolas de Fronteiras: percebendo diferenças, construindo pontes.

AUTORES/AS: JOSÉ LINDOMAR COELHO ALBUQUERQUE, FLAVIA ALVES DE SOUSA

As escolas contemporâneas são lugares relevantes para pensarmos inumeráveis fronteiras políticas, culturais e simbólicas a partir de um diálogo entre a educação e as ciências sociais. As escolas localizadas em zonas de fronteiras internacionais se constituem em um campo privilegiado para o estudo de processos interativos, circulação de pessoas, objetos, símbolos e lugares de pertença de professores e alunos de distintas origens sociais, regionais e nacionais. As escolas fronteiriças entre o Brasil e a Argentina cumpriram, até mais ou menos o início da década de 1990, o papel histórico de "nacionalizar a fronteira". Na zona fronteiriça do Brasil, as instituições escolares foram concebidas como freios à presença estrangeira, especialmente nos contextos de Getúlio Vargas (1930-45) e da Ditadura Militar (1964-1985). Na Argentina, as escolas localizadas próximas ao limite internacional com o Brasil funcionavam como um escudo de defesa cultural contra o "intruso brasileiro", particularmente durante a ditadura argentina (1976-1983). Atualmente, a escola-barreira, construída em contexto nacionalista e militar, cede algum espaço para a escola-ponte em tempos de integração regional. O projeto oficial das escolas de fronteira na última década começou como um programa piloto entre o Brasil e a Argentina em 2005. Em 2013 o programa estava sendo desenvolvido em 17 escolas brasileiras e 15 escolas dos países vizinhos (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Venezuela). O objetivo dessa investigação é pensar a circulação de professores entre cidades fronteiriças no Programa Escola Intercultural Bilíngüe de Fronteira, particularmente entre a escola Adele Zanotto, localizada em Foz do Iguaçu (Brasil) e a Escuela 2, situada na cidade vizinha de Puerto Iguazú (Argentina). Analisaremos a dinâmica das relações entre professores e alunos nas duas escolas, o cruzamento dos professores entre os dois países, a percepção das diferenças educacionais e culturais por parte dos professores brasileiros e argentinos, tentando compreender os caminhos e os paradoxos dos processos de integração educacional nas zonas de fronteiras internacionais.

Quando a escola é a pista: reflexões sobre educação em unidades prisionais e socioeducativas

AUTORES/AS: ANNA THEREZA DE MENEZES

Esta comunicação propõe uma reflexão sobre as escolas prisionais e socioeducativas a partir da prática docente em escolas estaduais localizadas em unidades masculinas de internação fechada, no Estado do Rio de Janeiro. Por situarem-se dentro das unidades prisionais e socioeducativas, alunos e professores são submetidos às normas específicas do ambiente de privação de liberdade. Embora sejam observáveis especificidades, inclusive sobre a “quem” os funcionários e organização escolar devem responder, há uma resistência do Estado em uma abordagem destas escolas neste sentido.

Nestes espaços notam-se as influências de um histórico para além dos muros que é trazido para o interior da escola, notadamente a influência do tráfico de drogas e as restrições dele oriundas, como, por exemplo, o uso de determinadas cores, ou, por outro lado, a influência da religião. Destacam-se também, normas de conduta que visam manter um (suposto) ambiente de segurança e que implicam em aparatos, uniformes e agentes socioeducativos ou penitenciários presentes constantemente no ambiente escolar. O questionamento sobre aonde se está, talvez mais do que o questionamento sobre para quem se ensina, é de relevância para a reflexão sobre como ocorre a educação prisional e socioeducativa, sobretudo no que abarca os pontos de oposição e aproximação entre espaço escolar e ambiente de privação de liberdade. Tais fatores refletem também numa proximidade ou distanciamento entre professores e alunos, onde as diferenças entre os distintos posicionamentos nesta rede de relações podem ou não se intensificar.

Com esta comunicação objetiva-se apresentar a complexidade das relações que se desenvolvem nestes ambientes e de que forma a percepção destas relações contribui e afeta o trabalho docente. Propõe-se, para tal, uma abordagem a partir da prática do espaço, seus usos, organização, construção e apropriação. Quais são as interseções e demarcações do espaço escolar e espaço prisional /socioeducativo? Como as escolas são agenciadas pelo espaço que a circunda? Quão próximos são estes espaços? E, ainda, quais são os conflitos, ou de que forma se dão as “zonas de contato”? Não se pretende buscar respostas precisas para estes questionamentos, mas tê-los em atenção quando se reflete a prática docente nestes locais.

(Re) Pensando os Guarani: a construção dos saberes em seus modos de ser e conhecer

AUTORES/AS: AMANDA CRISTINA DANAGA

Esta comunicação constitui-se numa tentativa de refletir acerca do “estar no mundo” Guarani, através do conceito de engajamento de uma antropologia do conhecimento (Ingold, 2010), observando os saberes Guarani como algo que se estabelece e se constitui na prática da vida cotidiana. Nesse sentido, a construção dos modos de saber Guarani está relacionada com a “educação da atenção” (enskillment) da qual nos fala Ingold (2010), onde a percepção é fundamental para a edificação de uma forma de aprender envolvendo as experiências vividas. A proposta analítica “organismo/pessoa” do autor, nos remete à compreensão de como os Guarani constroem o seu modo de vida engajados ao ambiente no qual se inserem. A problematização dos saberes e da educação pela atenção entre os Guarani, nos convida a refletir também sobre o modo como a escola (específica e diferenciada) contempla esta forma de aprender Guarani e qual o seu lugar em todo esse processo. Para tanto, meu foco estará voltado para os Tupi Guarani da Aldeia Renascer, localizada em Ubatuba, litoral norte de São Paulo.

A Escrita e a Participação dos Xakriabá na elaboração, gestão e implantação de Projetos Sociais a Terra Indígena

AUTORES/AS: ANA MARIA RABELO GOMES, SUZANA ALVES ESCOBAR

O trabalho retoma parcialmente um dos capítulos da tese de doutorado, concluída em 2012, intitulada Os projetos sociais do povo indígena xakriabá e a participação dos sujeitos: entre o “desenho da mente”, a “tinta no papel” e a “mão na massa”. Foram investigadas práticas de associativismo do Povo Indígena Xacriabá, focalizando a participação dos sujeitos na elaboração, implantação e gestão dos projetos sociais, processo mediado também pelas práticas da oralidade e linguagem escrita. A opção teórico-metodológica foi a pesquisa etnográfica, através da qual se buscou investigar as formas de participação dos sujeitos envolvidos nos projetos sociais. Foram contempladas discussões sobre cultura e identidade, e analisadas questões envolvendo letramento, oralidade e língua escrita. Neste trabalho, especificamente, será analisada a utilização da cultura escrita nas atividades

relacionadas aos projetos sociais que inspiraram o subtítulo da tese: a demanda que se transforma em um projeto é "desenhada na mente" e discutida na aldeia em pauta, através da mobilização de participantes locais ou de parceiros que dominam a escrita como notação alfabética, para transformá-la no documento formatado, com a "tinta no papel", para ser materializado com a participação efetiva do maior número possível de pessoas. Será analisada a presença da escrita especificamente nas situações relacionadas aos projetos sociais e será apresentada uma descrição analítica dos usos que os sujeitos fazem da escrita, quando lhe são atribuídas diferentes funções. Para analisar a cultura escrita e a oralidade nos contextos de uso, utilizamos referências teóricas: Duranti 2000; Lave e Wenger, 1991; Street 1984, 2010; Barthón e Hamilton 2000; Marinho, 2010; Kalman, 2003; Olson, 1997. São considerados também estudos anteriores sobre os Xakriabá: Gomes, Gerken e Álvarez, (2004); Oliveira (2011). A discussão possibilita a compreensão da cultura escrita, entendida como o lugar material e simbólico que o escrito ocupa num grupo social (Galvão, 2011, p.218) e a utilização dela pelos sujeitos nas situações ligadas aos projetos sociais, ou seja, numa utilização que não se resume ao ato de ler e escrever, revelando-se como um dos elementos constitutivos da experiência dos Xakriabá com o associativismo e com os projetos sociais. Compreende-se também que, ainda que mobilize uma parte significativa dos esforços, não se pode atribuir à escrita um papel central dentro das associações. A mobilização local, o tensionamento no exercício do poder colocado como ponto positivo, as vivências do coletivo, os desejos e proposições como aspectos transmitidos na oralidade são elementos imprescindíveis para o funcionamento das associações, nos moldes dos Xakriabá

Educação patrimonial - uma perspectiva antropológica

AUTORES/AS: GILMAR ROCHA

As primeiras reflexões em torno da educação patrimonial no Brasil datam dos anos 1980, e desde então têm merecido a atenção dos museólogos, dos historiadores, dos pedagogos. Analisar o cenário da produção acadêmica sobre a educação patrimonial visando destacar uma possível contribuição da antropologia no processo de institucionalização dessa proposta pedagógica é objetivo desta comunicação. Portanto, é cruzando os caminhos da antropologia com o da

educação e do patrimônio cultural que a análise se desenvolve. O ponto de partida são os estudos sobre a mediação da etnografia nesse processo, elaborados a partir das investigações e das discussões produzidas no seio de dois grupos de pesquisas do CNPq, nos quais participo como pesquisador. O resultado é, então, um convite à reflexão epistemológica sobre o significado das categorias etnografia, educação e patrimônio cultural no processo de institucionalização da educação patrimonial com fins à elaboração de uma proposta teórico-metodológica de “etnoeducação”. Pensar o significado da educação no mundo do circo é o desafio lançado nessa investigação em curso.

Interfaces entre a perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty e a antropologia

AUTORES/AS: LEVI MARQUES PEREIRA

O presente artigo tem como propósito explorar algumas articulações entre antropologia e educação a partir de inspirações retiradas do ensaio de Merleau-Ponty intitulado “De Mauss a Claude Lévi-Strauss”. Pensar as conexões e interfaces entre educação e antropologia, a partir da perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty, remete a noções como as de identidade, corpo e pessoa, cultura e natureza. A ideia é propor algumas implicações para pensar os regimes de saberes kaioiwá e guarani, o que pode ser útil para melhor entender as consequências e os modos de apropriação dos programas institucionais de escolarização, implantados em suas comunidades.

Literatura Negra Infanto-Juvenil: Discursos afro-brasileiros em construção

AUTORES/AS: LUENA NASCIMENTO NUNES PEREIRA

A Lei 10.639/03, que obriga a inclusão de conteúdos de Histórias e Culturas africanas e afrobrasileiras em todo o currículo escolar, completou em 2013 dez anos de sua promulgação. Trata-se de um período longo o suficiente para um esforço de avaliação de alguns dos seus resultados.

Esta comunicação apresenta os resultados preliminares de nossa pesquisa que tem realizado um levantamento e classificação sobre a já significativa produção de obras de literatura infanto-juvenil voltados para a temática afro brasileira. A partir

deste levantamento construímos critérios para um primeiro balanço analítico deste material. Estes critérios assentam-se sobre a observação de temáticas reincidentes, bem como de formas recorrentes de trabalhar determinados temas. Pretendemos discutir alguns elementos para uma análise sobre as condições de produção da literatura infanto-juvenil realizada por escritores ligados à construção de uma educação anti-racista. Nossa intenção é por em perspectiva o que tem sido produzido desde 2003, considerando que nos encontramos em um novo momento da implementação da lei 10.639, no qual observamos novos desafios analíticos.

Nossa hipótese é sobre a possibilidade de estarmos diante de uma produção de um novo discurso sobre a história brasileira e o lugar do negro dentro dela, sobre as relações raciais no Brasil e as relações históricas e culturais entre África e Brasil. Este novo discurso está sendo gestado por pelo menos duas gerações de escritores negros ou ligados à temática racial e multicultural. Ou seja, pensamos ser possível perceber a conformação de um campo (ou de redes) que envolve atores que cruzam a universidade, a militância, as editoras, os espaços escolares, ONGs e instituições do Estado que participam na construção de uma nova discursividade sobre o negro no Brasil.

Refletir sobre as categorias e conteúdos veiculados nestes materiais nos permite perceber a produção de um novo discurso – histórico, pedagógico, antropológico, mas sobretudo centrado numa nova perspectiva da concepção de nação e de cultura – sobre “África”, “cultura negra” e “diversidade racial” e “cultural”. Viemos observando a construção de novos discursos que produzem novas formas de construir as identidades nacionais brasileiras a partir de um modelo mais plural. Apontamos o possível desenvolvimento de uma literatura afro-brasileira infanto-juvenil que permite a formação de um público leitor não necessariamente afro-brasileiro, mas sensível as temáticas das relações inter-raciais e da diversidade.

Piolho Nababo: anti-galeria de arte e diálogos na interface educação/antropologia

AUTORES/AS: GILBERT DANIEL DA SILVA

Esta proposta gira em torno das possibilidades de discorrer à propósito de como em nossa prática docente, é possível assimilar vivências adquiridas na investigação

que resultou na pesquisa do mestrado. Em nosso trabalho como professor de arte em uma escola da rede municipal de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, foram produzidos com os alunos fanzines, cartazes lambe-lambes e um leilão de arte, procedimentos inspirados nos dados da pesquisa de campo, cuja observação se deu em uma anti-galeria de arte, denominada “Piolho Nababo”. Essa anti-galeria, ou “boteco das artes”, era coordenada por dois professores de arte e funcionava nas noites de sexta-feira, no espaço Ystilingue, no Edifício Maletta, localizado no hiper-centro da capital mineira. A etnografia foi praticada entre os meses de fevereiro a junho de 2012. Também apresentaremos alguns dados de campo posteriores a essa etnografia, dados coletados no contexto de outras pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Culturas (EDUC) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O cartaz lambe-lambe é um suporte da publicidade muito usado para a divulgação de serviços, produtos, eventos e propaganda política. Sua presença é fácil de ser notada pelas ruas dos centros urbanos. Esses cartazes colados com cola caseira pelas superfícies – por exemplo, em tapumes de obras de construção civil – resistem mesmo em meio a outras formas de divulgação e impressão digitais. Em contraste com a propaganda veiculada por esse suporte, a prática do lambe-lambe ocorre, também, como proposição artística ou contracultural, muitas vezes com um sentido humorístico, satírico, cuja intenção parece ser confundir, no espaço público das grandes cidades, os limites entre o que é e o que não é propaganda; isto é, de um lado, o cartaz publicitário; ao lado deste, o lambe-lambe de caráter satírico, sem finalidade de venda, anti-propaganda, e cujo conteúdo expressa a rebeldia e a irreverência de jovens artistas, um mecanismo de visibilidade. Em meio a essas realidades e culturas fomos afetados por noções correntes à respeito dos jovens. Constatamos em diversos momentos em falas de professores com os quais trabalhamos que os jovens representavam para eles grandes desafios. Contraponto às imagens negativas sobre a juventude foi a experiência vivida ao observar um grupo de jovens, durante os anos de 2008 a 2011, em uma escola nas aulas de arte. Essa é a história de como nos tornamos integrantes do coletivo “Arte Liberada”.

“Comer o lugar”: sobre as formas de aprender em um mundo mais que humano nas práticas de uma rede local de educação ambiental

AUTORES/AS: ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO, PUCRS, MARCELO GULES BORGES, PUCRS

O presente artigo é resultado de uma etnografia sobre aprendizagem, materialidade e educação realizada no contexto de uma rede local de educação ambiental de escolas de ensino fundamental do sul do Brasil. O artigo parte do reconhecimento, já tematizado por autores no campo da educação, da oportunidade de reconhecer o papel da materialidade na construção da identidade e das aprendizagens na experiência pedagógica que acontece nos lugares. Neste sentido enfatizamos o lugar da corporeidade e da materialidade do mundo das coisas nas redes de formação de professores estudadas. Assim, o artigo propõe analisar o caso específico da palmeira Juçara (uma espécie botânica chamada de Açaí da Mata Atlântica) e seus usos nas práticas de educação desenvolvidas por educadores ambientais de uma rede local do sul do Brasil: a Teia de Educação Ambiental da Mata Atlântica. Para isso, acompanhamos durante o ano escolar de 2011 a rede local e suas práticas, dentro e fora das escolas. Desde uma perspectiva materialista (novo materialismo) em educação, a Juçara é outro não humano que está emaranhando em uma trama de relações sociais e materiais a qual envolve pessoas, coisas e instituições. Esses, ao movimentarem-se entre os lugares que habitam, produzem conhecimento. Dialogando com as noções de malha e de vida desde a perspectiva da ecologia dos materiais de Tim Ingold e, considerando o lugar, o corpo e as coisas e(em) suas materialidades, descrevemos como os encontros com a Juçara são exemplares para compreensão das formas de aprender em um mundo mais que humano, presentes no contexto escolar em que este coletivo de humanos e outros não humanos são agentes centrais.

COORDENADOR/A: FABIOLA ROHDEN (PPGAS/UFRGS), MARKO SYNÉSIO ALVES MONTEIRO (UNICAMP)

DEBATEDOR/A: JANE ARAÚJO RUSSO

O objetivo deste GT é promover a discussão sobre as interfaces entre ciência, tecnologia, sociedade e poder, a partir da produção antropológica contemporânea. Dessa forma, busca conformar um espaço de discussão do campo da Antropologia da Ciência e da Tecnologia, em franco crescimento no Brasil e no mundo, tanto no sentido de consolidar debates em andamento quanto na intenção de refletir sobre as perspectivas dessas investigações para o futuro. Temas como biossocialidades, biomedicalização, práticas de produção de conhecimento em laboratórios e as interfaces entre conhecimentos científicos e não científicos têm sido muito investigados em anos recentes. Ao lado desses temas, questões como as relações entre humanos-não humanos (dentro e fora de instituições científicas), redes de produção de ciência e tecnologia e as interações entre “nós” e cosmologias não ocidentais vêm dando cada vez mais densidade à reflexão antropológica. Ao lado da renovação dos temas de pesquisa, antropólogos envolvidos com a tecnociência vêm também ajudando a reconstruir teorias. Seja na crítica da Teoria Ator-Rede, ou no efervescente campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, temas como associações, performatividade e políticas ontológicas vêm ganhando terreno na análise social, com forte participação de antropólogos e do método etnográfico. O GT buscará reunir trabalhos que ajudem a construir uma reflexão sobre o papel que a Antropologia vem tendo nesse cenário de reflexões.

A “disfunção erétil” e o seu tratamento: um estudo sobre os ensaios clínicos produzidos a partir do Brasil

AUTORES/AS: JANE ARAÚJO RUSSO

O citrato de sildenafil, com o nome comercial de Viagra, foi lançado nos Estados Unidos pelo laboratório farmacêutico Pfizer em abril de 1998. Trata-se de um medicamento indicado para a chamada “disfunção erétil”, um transtorno da sexualidade masculina cuja difusão e legitimação como diagnóstico confiável seguiu de perto a intensa difusão e o sucesso dos medicamentos lançados para seu tratamento. A liberação para comercialização do Viagra no Brasil data de 1º de junho do mesmo ano. Seu lançamento foi cercado de grande alarde midiático, e seu sucesso comercial não tardou. Desde pelo menos 2001 resultados de ensaios clínicos com o medicamento utilizando amostras da população masculina brasileira começaram a ser publicados em periódicos científicos biomédicos (brasileiros e internacionais). Tais ensaios clínicos visavam avaliar a segurança e a efetividade da substância. Nosso objetivo neste trabalho é, a partir de um exame dos ensaios clínicos publicados sobre o uso do Viagra e medicamentos semelhantes entre brasileiros, analisar a constituição das redes em torno do tratamento farmacológico da “disfunção erétil”, visando discutir (1) a inserção da indústria farmacêutica e de instituições acadêmicas em tais redes, (2) o modo como os ensaios clínicos constroem, estabilizam e transformam diagnósticos.

Coração artificial - a produção de corações não humanos e seus pressupostos

AUTORES/AS: MARISOL MARINI

Importante órgão do corpo humano, “máquina” fundamental para o funcionamento do corpo, sede da alma e dos sentimentos em determinadas elaborações culturais, o coração é o objeto dessa pesquisa, sobretudo o desenvolvimento tecnológico e científico de máquinas denominadas “corações artificiais”.

O intuito da pesquisa é reconstituir o desenvolvimento de um artefato denominado “dispositivo de assistência circulatória uni ou biventricular”, desenvolvido por engenheiros brasileiros ao lado de uma equipe multidisciplinar, mergulhando nas controvérsias presentes ao longo do processo. Usualmente chamado de “coração artificial” pelos médicos e pela imprensa em geral, o mecanismo é baseado

no "modelo natural" e no funcionamento do órgão em condições normais, constituindo-se de uma bomba produzida a partir de materiais compatíveis com o corpo humano.

De acordo com um dos engenheiros responsáveis pelo projeto do "coração artificial", há uma pressuposição de que tais tecnologias seriam facilmente aceitas pelos pacientes atualmente, uma vez que o coração, apesar de ocupar um papel fundamental para o funcionamento das funções vitais e do organismo, não é um órgão portador da personalidade e individualidade, como é o caso do cérebro atualmente (ROSE, 2010; ROHDEN, 2012).

Entretanto, a prática de transplantes de órgãos e o uso de máquinas que auxiliam o funcionamento dos órgãos nativos implicam em certas problematizações. No caso de transplantes de corações de outros seres humanos, os sentidos e "governos" implicados por esse órgão colocariam, segundo Vaysse (2005), não apenas dificuldade de adaptação "física", como também "reajustamentos morais" do coração implantado pelo organismo receptor, como se o coração veiculasse a personalidade (suposta) do doador, demandando, portanto, um tempo para ser personalizado.

Mas como seriam esses reajustamentos no caso de um coração artificial ou um órgão não-humano? Que implicações e especificidades essas técnicas colocariam? Em que medida e de que forma essas técnicas problematizam as fronteiras entre humanidade e animalidade, natureza e cultura? De que modo as concepções biomédicas e elaborações a respeito de corações não-humanos alteram a percepção do humano?

Órgão nativo e máquina criada em laboratório são ambos complexos; as partes do corpo, assim como as máquinas construídas possuem agenciamentos nas relações; o sangue é visto como uma substância complexa, formada por partes líquidas e sólidas, o que torna sua circulação e bombeamento uma tarefa problemática; a incompatibilidade de materiais e a relação entre humanos e objetos está posta nesse campo. Trata-se, portanto, de investigar se essas elaborações e tecnologias modificam as concepções sobre o corpo e se produzem formas híbridas capazes de superar as oposições entre natural e tecnológico, problematizando as fronteiras e a divisão a priori entre natural/ social, humano/ não humano e ciência/ sociedade.

Da Doença ao Estado do Ser: Nise da Silveira e a construção de uma ciência romântica na psiquiatria brasileira

AUTORES/AS: FELIPE SALES MAGALDI

No início do século XX, a vertente organicista da psiquiatria brasileira era caracterizada por controversos métodos de tratamento, como o eletrochoque, a lobotomia e o coma insulínico. Em 1946, a médica brasileira Nise da Silveira ocupou a linha de frente na crítica a esse modelo assistencial, considerando-o agressivo e incapaz de dar conta da experiência da loucura. Sua oposição se deu a partir da criação de um ateliê terapêutico no Setor de Terapia Ocupacional do antigo Centro Psiquiátrico Nacional, localizado no bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Filiando-se às proposições da psicologia analítica de C. G. Jung, sustentava que atividades expressivas como a pintura e a modelagem produziam uma eficácia terapêutica, constituindo ferramentas privilegiadas no estudo do inconsciente. Este trabalho propõe uma análise antropológica das formulações teóricas de Nise da Silveira a partir do estudo de sua produção intelectual, que ganha forma em livros, artigos e entrevistas. Pretende-se entender em que medida conceitos como os de “estados do ser” e “afeto catalisador” ensejaram uma crítica ao projeto hegemônico da ciência moderna, fornecendo significativas bases para a reforma psiquiátrica e para o fenômeno da psicologização no Brasil.

Envelhecimento como doença: “fatos biológicos” e controvérsias morais e científicas na construção da medicina anti-aging.

AUTORES/AS: FERNANDA DOS REIS ROUGEMONT

Este trabalho apresenta as controvérsias em torno da construção da medicina anti-aging a partir do projeto biotecnológico SENS – Strategies for Engineered Negligible Senescence -, do biogerontologista Aubrey de Grey, da Universidade de Cambridge. Aubrey de Grey defende a definição do envelhecimento como patologia a ser tratada pela medicina e a possibilidade de interromper esse processo. Através da fundação SENS, ele busca desenvolver, divulgar e defender as biotecnologias de rejuvenescimento como meio de solucionar as deficiências do envelhecimento. O objetivo deste trabalho é analisar as interpretações divergentes dos “fatos biológicos” que embasam o discurso biomédico sobre o envelhecimento.

Por ser um fenômeno cuja materialidade é fundamental para seu significado, esta análise busca ressaltar a pertinência do componente biológico para as pesquisas de envelhecimento na Antropologia, destacando as questões metodológicas e teóricas levantadas por essa abordagem.

A pesquisa foi realizada a partir de artigos e livros publicados por Aubrey de Grey, textos de divulgação da fundação SENS e pesquisas que dialogam com a proposta de intervenção no processo de envelhecimento, selecionadas a partir de duas das principais revistas científicas – Science e Nature.

A análise apresenta as controvérsias científicas e morais em torno da intervenção no envelhecimento biológico, nas quais a dicotomia natureza-cultura permanece como referencial da definição do papel da medicina e dos limites da intervenção científica nas condições de vida. O projeto anti-aging fala sobre o estatuto moral do envelhecimento e da velhice na contemporaneidade e indica mudanças em curso nas representações sobre a natureza humana, bem como as implicações de “ser velho”.

Destaca-se a importância da ascensão da genética e sua hegemonia na representação do vivo e a centralidade da medicina regenerativa na concepção do envelhecimento como degeneração do corpo. A perspectiva evolutiva do envelhecimento é o ponto de partida comum aos posicionamentos divergentes de cientistas favoráveis e desfavoráveis à intervenção no envelhecimento. De um lado a medicina gerontológica tradicional defende a imutabilidade deste processo, focando em doenças relacionadas, de outro a medicina anti-aging emergente destaca a necessidade de solucionar os inconvenientes de uma vida mais longa a partir de recursos biotecnológicos.

Os elementos envolvidos nas controvérsias apontam para uma relação estreita entre as ambições das pesquisas de intervenção no envelhecimento e extensão da vida humana e preocupações sociais, econômicas e políticas a respeito do envelhecimento da população, com a fragilização física de um grupo cada vez maior.

Farmacogenômica, diversidade genética humana e a incorporação/rejeição de classificações racializantes no Brasil

AUTORES/AS: GLÁUCIA OLIVEIRA DA SILVA

A farmacogenômica é um ramo da medicina especializada na resposta orgânica aos medicamentos. Tem como premissa a idéia de que a eficácia e a segurança de um fármaco variam conforme a bagagem genética de cada indivíduo. Contudo, sua prática, em países como os EUA, por exemplo, tende a uma “racialização”, na medida em que os pesquisadores (em seus laboratórios) e o poder público (com políticas públicas de saúde) assumem que características consideradas raciais são importantes para a determinação da dose dos fármacos. Lá, as pesquisas sobre a ação de medicamentos classificam os pacientes envolvidos segundo critérios raciais (cor/ancestralidade) utilizados tanto na composição das amostras quanto na análise de dados.

No Brasil há geneticistas críticos dessa prática “racializadora”. Nosso trabalho enfoca justamente o que faz possível essa crítica; para tanto, investigamos, junto a uma equipe do Instituto Nacional do Câncer (INCA), RJ, o “caso” do anticoagulante varfarina. Buscamos evidenciar que as bases das investigações científicas em farmacogenômica, aqui como nos EUA, devem ser entendidas à luz dos respectivos contextos históricos e culturais; abordamos como as ideias de “pureza e mistura raciais” são apropriadas pelos cientistas; discutimos ainda por que, no Brasil, os resultados das pesquisas sobre a administração de varfarina têm levado a conclusões muito distintas das formuladas nos EUA, apresentado a visão dos pesquisadores brasileiros, segundo a qual tais diferenças são devidas à heterogeneidade genômica da população brasileira. Analisamos outrossim como a prática de pesquisa em farmacogenômica, no Brasil, incorpora e rejeita, simultaneamente, o paradigma racial/genômico informado dos EUA. Finalmente, argumentamos que a valorização da “miscigenação” assegura um recurso para a afirmação da especificidade da pesquisa aqui desenvolvida e de seu potencial de contribuição crítica a um modelo científico universalizante, levando, inclusive, à reformulação, pelos pesquisadores do INCA, dos algoritmos mundialmente utilizados na administração da varfarina.

Humanidade e Liminaridades biotécnicas: a raça sob escrutínio da nova genômica

AUTORES/AS: TATIANE PEREIRA MUNIZ

Evidencia-se a partir do Projeto Genoma e das possibilidades de escrutínio do corpo, daí decorrentes, um conjunto de esforços de pesquisa no campo médico, com vistas a provar a determinação racial de certas doenças e, eventualmente, diferenças raciais essenciais entre os seres humanos. Estudos epidemiológicos apontam para a prevalência de certos problemas de saúde em determinados grupos populacionais, racialmente classificados, tendo em vista a situação de vulnerabilidade sócio-econômica à qual este grupo populacional está, historicamente, submetido. Entretanto, na medida em que se buscam, em âmbito molecular, elementos para a afirmação de diferenças biológicas que os colocariam em situação de propensão ao desenvolvimento e agravamento de certas patologias, um discurso essencializante acerca da raça pode emergir, levando a conclusões e construções sociais equivocadas sobre esta categoria. Persiste o uso de nomenclaturas raciais para a classificação de doenças, corroborando para um discurso diferencialista, do ponto de vista biológico, que remete ao discurso evolucionista do século XIX, amparado, agora, pela biotecnologia. Neste cenário, reacende-se o debate entre os mais distintos campos do conhecimento, no sentido de afirmar e negar a existência da raça enquanto uma realidade empírica e sobre a importância e riscos de sua utilização, seja no âmbito das ciências da vida ou no cotidiano das relações sociais. Assim um conjunto de esforços de pesquisa vem sendo realizado no sentido de questionar os pressupostos epistemológicos que ora se assentam na biotecnologia, tendo em vista que as arbitrariedades no processo de classificação persistem na era da molecularização. Em um contexto marcado pelo multiculturalismo, no qual os sujeitos são chamados a afirmar suas identidades, em mobilizações coletivas, a problematização de tais questões se torna imperativa, tendo em vista que “raça” tem sido, historicamente, uma categoria estruturante das relações sociais, recorrentemente, acionada para definições identitárias, como parâmetro de participação democrática e plural, bem como para a elaboração de políticas públicas.

Intersexualidade: os caminhos médico-científicos e afetivos de um corpo ambíguo

AUTORES/AS: BARBARA GOMES PIRES

Este trabalho é uma análise inicial e parcial de minha pesquisa de conclusão do Mestrado, em andamento, na qual acompanho por meio de observação participante e entrevistas um grupo de médicos geneticistas em suas rotinas profissionais de atendimento e encaminhamento de pacientes com "genitália externa ambígua". O termo é usado de forma a abranger inúmeros níveis de determinação e diferenciação ambíguas do que se espera de um sexo "normal", exemplificando-se no atendimento de casos como hipospadia, agenesia peniana e hiperplasia adrenal congênita.

Destarte, no ambulatório em questão, onde o trabalho de campo se desenvolve, a parte prática e descritiva ocorre na medida em que os médicos geneticistas realizam principalmente procedimentos para a determinação do cariótipo, isto é, o sexo cromossômico, a fim de identificarem a causa da ambiguidade genital e, posteriormente, com um grupo interdisciplinar de médicos de outras especialidades, escolherem o encaminhamento necessário para o paciente, seja a intervenção cirúrgica ou não.

Em paralelo às atuações profissionais, entendo que incide sob esses atendimentos e encaminhamentos uma nova nomenclatura e classificação sobre a diferença sexual, segundo uma contínua produção de conhecimento médico-científico, onde podemos apontar contemporaneamente tanto o Consenso de Chicago, em 2006, quanto o novo DSM-5, em 2013.

Neste sentido, além de buscar entender os impactos e implicações das novas terminologias na atuação dos profissionais envolvidos, pretende-se notar também como o discurso médico cada vez mais biomolecular produz e transforma corpos tidos como "ambíguos" em corpos "inteligíveis". E, por outro lado, a partir desse contato, considerar como o discurso médico altera seus conhecimentos e técnicas segundo uma interlocução moral e afetiva com o manejo desses casos de intersexualidade.

A consolidação da Ritalina® e o surgimento do Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade: notas sobre a promoção publicitária de medicamentos

AUTORES/AS: MIGUEL HEXEL HERRERA

Este trabalho explora o tema da medicalização a partir das contribuições teóricas dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. A pesquisa toma como objeto a promoção e consolidação do fármaco Cloridrato de Metilfenidato, amplamente conhecido por seu primeiro nome comercial: Ritalina®. Trata-se de uma droga psicoestimulante atualmente estabelecida como tratamento de primeira linha para o TDA/H (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade). A literatura especializada afirma que o TDA/H é uma doença de alta prevalência em crianças em idade escolar, sendo o “distúrbio neurocomportamental” mais comum na infância. Estudos nacionais e internacionais indicam que o transtorno afeta de 3% a 12% das crianças no mundo. Dados epidemiológicos sobre a expansão da prevalência do TDA/H e sobre aumento do consumo da Ritalina® - e outros psicofármacos - somados às complexas relações entre diversos atores (indústria farmacêutica, pesquisadores, clínicos e publicitários) sugerem que, além da apropriação dos modos de vida das pessoas pela medicina, está sendo estabelecido um vasto mercado corporativo. Este trabalho pretende acompanhar a trajetória da Ritalina® a partir da análise de material promocional destinado, sobretudo, a profissionais da área médica. As propagandas examinadas compreendem o período de 1956 - quando Ritalina® foi lançada na Europa e nos EUA - até 1971. Os anúncios em questão mostram que este psicofármaco foi inicialmente indicado para problemas distintos como estados de depressão amena, síndrome de fadiga crônica, letargia, demência, psicose associada à depressão e narcolepsia. Ao fim da década de 1960 a Ritalina® passa a ser reconhecida pelos especialistas como um tratamento eficaz para “crianças hiperativas”, especialmente meninos, que se tornam os principais consumidores deste medicamento. Deste período em diante o quadro de sintomas que hoje é conhecido por TDA/H se estabelece como uma síndrome exclusivamente infantil, e assim permanece até meados de 1990, quando especialistas passam a disputar a possibilidade que o transtorno se manifeste também em adultos. Por fim, argumento que ao considerarmos propagandas produzidas por laboratórios farmacêuticos como documentos legítimos é possível

contribuir para resgatar certos aspectos históricos de determinada droga (neste caso dos psicoestimulantes) que de outro modo poderiam passar despercebidos, uma vez que este tipo de material caracteriza-se como um elemento imprescindível no arsenal persuasivo dessas empresas.

Ciência e garantia de direitos: contornos da introdução da biotecnologia na perseguição criminal brasileira.

AUTORES/AS: VITOR SIMONIS RICHTER

A primeira década do século XXI no Brasil viu crescer, juntamente com seus índices de violência, o entusiasmo pela ciência e a tecnologia na redução desses índices. Um dos ícones desse entusiasmo é a introdução da genética forense através da tecnologia de bancos de perfis genéticos para fins de perseguição criminal. Essa tecnologia teve seu uso aprovado no país por lei federal em 2012 e é vista por muitos como a “ferramenta do futuro” no combate à violência e à impunidade. O uso da biotecnologia nas investigações criminais tem contribuído na intensificação do debate sobre o estatuto da perícia técnico-científica brasileira e sobre as implicações que a ciência e tecnologia têm sobre o ordenamento jurídico do país. A introdução do DNA no auxílio à identificação criminal tem engendrado o que Michael Lynch e Ruth McNally denominam de biolegalidade, isto é, um processo de coprodução entre ciência e direito, no qual a biotecnologia e a bioinformação desafiam as instituições legais ao fornecer novas possibilidades para a vigilância e para a investigação criminal, podendo redefinir direitos e o estatuto de “corpos suspeitos”, assim como da credibilidade da evidência criminal nos processos e tribunais criminais. Nessa comunicação, descrevo o que considero um dos efeitos do processo de biolegalidade no Brasil: a emergência das discussões em torno da capacidade da ciência e da biotecnologia em garantir direitos humanos e constitucionais. Para tanto, recorro às observações realizadas em congressos de peritos forenses que abordaram o tema e à discussão mantida em artigos acadêmicos da área do direito que se debruçam sobre a lei que introduz os bancos de perfis genéticos para fins criminais no país. A descrição dos debates busca demonstrar como alguns peritos acionam a noção de direitos humanos diante da controvérsia acerca da possibilidade da identificação criminal através do DNA ameaçar direitos e princípios constitucionais. Nessa perspectiva, interrogo

os contornos de um processo de coprodução entre tecnociência e ordenamento jurídico, entre produção de conhecimento (knowledge-making) e produção de estado (state-making), atualmente em andamento no Brasil.

Entre corpos, subjetividades e tecnologias de emagrecimento: reflexões sobre práticas e discursos em torno do emagrecer

AUTORES/AS: JULIANA LOUREIRO DE OLIVEIRA

Este trabalho apresenta algumas reflexões produzidas a partir da realização da etapa exploratória da minha pesquisa de mestrado, cujo tema é o mercado editorial de livros de dieta e sua inserção em um contexto de produção e promoção de saberes e tecnologias voltadas para o emagrecimento. Essa etapa exploratória consistiu no acompanhamento de blogs, páginas e grupos do Facebook voltados para emagrecimento e para questões mais amplas relativas ao peso corporal, no intuito de observar as publicações e interações dos participantes dessas redes. O objetivo, com isso, era tentar compreender a forma como esses sujeitos mobilizam diferentes práticas e discursos a partir da interação com os dispositivos de emagrecimento – que combinam, seguindo alguns autores, uma diversidade de agentes, formando híbridos de saberes, artefatos, pessoas, moralidades, etc. Ao longo dessa etapa inicial, pude estabelecer conexões entre as produções teórico-analíticas de determinados autores do campo dos estudos sociais da ciência (em especial aqueles localizados na área da antropologia da ciência e nos estudos sobre medicalização), as teorizações de pesquisadoras da área dos estudos de gênero e algumas reflexões próprias do campo de estudos sobre gordura (os Fat Studies). Esse primeiro movimento de aproximação com a temática em questão permitiu-me pensar sobre a complexidade dos agenciamentos produzidos em torno do querer (ou não) emagrecer e do uso ou recusa de determinadas tecnologias e conhecimentos científicos sobre gordura e emagrecimento. Assim, pude perceber a diversidade de práticas e subjetividades que se forjam a partir de escolhas, renúncias, movimentos de aproximação ou distanciamento de determinados saberes, artefatos, espaços, sistemas de julgamento, etc. Observando desde relatos de experiências de pessoas que buscam emagrecer e compartilhar referências de livros, dietas, receitas, medicamentos, etc. até reflexões de mulheres que se identificam como gordas e que buscam lançar um questionamento em relação

a alguns saberes médicos-científicos sobre gordura e técnicas de intervenção sobre os corpos gordos, foi possível pensar sobre a multiplicidade de experiências produzidas no campo em questão. Assim, buscarei expor algumas questões que parecem se impor às próximas etapas da pesquisa, a partir de um campo marcado por complexas relações que envolvem normalizações mas também resistências, prazeres e possibilidades criativas.

Investigando os subterrâneos neurológicos dos transtornos de aprendizagem: perspectivas teóricas e metodológicas para uma pesquisa dos ESCT sobre as Neurociências

AUTORES/AS: RODRIGO SARAIVA CHEIDA, MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA

Pode-se afirmar que nas últimas décadas, a difusão das neurociências está centrada em estratégias persuasivas que buscam lhe conferir credibilidade política e moral ao reivindicarem o caráter revolucionário das pesquisas na área. A evolução massiva de investimentos neste campo do conhecimento científico é acompanhada de um discurso que enfatiza as descobertas dos processos de saúde e doenças do cérebro e suas implicações na vida social e cultural dos seres humanos. A dinâmica do conhecimento nesta área constitui fundamentalmente o modo de produção de um campo em constante expansão e, conseqüentemente, promovendo técnicas específicas que visam investigar o funcionamento fisiológico do cérebro.

O objetivo deste trabalho é discutir contribuições teóricas e metodológicas dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) para uma etnografia das Neurociências. Tais contribuições possuem como referência uma pesquisa sobre o processo de biomedicalização de transtornos da aprendizagem no Ambulatório de Neuro-Dificuldades de Aprendizagem no Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Brasil. O objetivo da investigação etnográfica no ambulatório é analisar a produção científica, o diagnóstico e tratamento de pacientes acometidos por transtornos específicos da infância e da aprendizagem, a partir de técnicas das Neurociências. No presente artigo, buscamos refletir sobre contribuições teóricas para um método engajado com as ciências da vida afim de evitar interpretações reducionistas sobre os emaranhados da vida humana com sua natureza biossocial.

Mais especificamente, uma área dos ESCT são os Estudos Sociais da Neurociência

(ESN). Os ESN, de uma forma geral, preocupam-se em compreender os fatores sociais e os contextos sociais que transformam e são transformados pelos processos neurobiológicos. É um campo interdisciplinar que inclui áreas como a psicologia, as neurociências, a economia, antropologia e sociologia médica. É uma área da pesquisa que permite um bridging work entre as neurociências e a teoria social, o que inclui uma análise crítica das novas configurações do conhecimento, o poder, a autoridade e os peritos associados às transformações das neurociências. O papel que os atores humanos e não-humanos desempenham na modificação nas concepções de humanidade, individualidade, cidadania, normalidade e anormalidade, tratamento e aprimoramento cerebral, e o contexto social, cultural, político e econômico em que é afetada e que as neurociências transformam.

O antropólogo no campo e na rede: reflexões sobre etnografia e redes sociotécnicas em uma pesquisa sobre transexualidade masculina

AUTORES/AS: ÉRICA RENATA DE SOUZA

A proposta desse trabalho é problematizar o método etnográfico a partir do debate das redes de produção de ciências, tecnologias e saberes que propiciam a produção de gêneros e sexualidades e, portanto, de novos corpos e sujeitos. No caso específico dessa pesquisa, o objetivo inicial é identificar e compreender em que medida as associações e redes virtuais favorecem a produção de corpos e sujeitos que se identificam como homens trans, transhomens ou FTMs (Female to Male). Ademais, pretendemos verificar em que medida essas associações e redes online não apenas mediam ou produzem associações e redes off-line - nas quais a materialização desses outros corpos se realiza - mas também como essas redes online se mesclam com os redes off-line, embaçando a fronteira entre o virtual e o material, apontando para a produção de corpos que se movem para além dessa fronteira, ou que provavelmente não existiriam (ao menos nos termos em que hoje existem) se acreditassem nessa fronteira. Nesse processo, o método etnográfico, consagrado na Antropologia a partir da noção de campo, encontra-se num momento em que a própria noção de campo precisa seja repensada a partir das redes de produção de ciências, tecnologias e saberes, a fim de fornecer subsídios para as pesquisas cujo campo precisa romper com a distinção online/off-line a fim de compreender os processos de construção de corpos e sujeitos. A

nossa pesquisa tem revelado que a oposição online/off-line metodologicamente não se mostrou profícua para compreendermos as articulações dos homens trans pois não tem se mostrado como uma opção inteligível para esses atores, pelo fato de que a internet se configura, ela mesma, como um dos atores. Em outras palavras, a construção dos corpos e subjetividades dos homens trans se dá numa rede sociotécnica. Nesse sentido, nossa intenção não é debater a relação entre etnografia virtual e “analógica”, mas refletir sobre a possibilidade de uma etnografia que dilate a sua noção de campo para além de um sentido pautado na fisicalidade e presença humana do pesquisador, condições que garantiriam, nos termos de James Clifford, a sua “autoridade etnográfica”. Concluindo, essa pesquisa tem nos indicado um outro lugar para o etnógrafo: como mais um ator da rede sociotécnica, ou seja, um dos seus híbridos.

Produzindo identificações: o processo de fabricação dos laudos periciais em Química Forense do Setor Técnico-Científico da Polícia Federal/RS

AUTORES/AS: LUCAS RIBOLI BESEN

Este paper tem como temática a relação entre a Antropologia do Direito e os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia no que tange a produção de laudos periciais por peritos criminais federais (PCF). Tendo o Grupo de Perícias de Laboratório do Setor Técnico-Científico da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Sul (SETEC/SR/DPF/RS) como local de observação, busca-se problematizar as relações entre ciência e direito assim como compreender, através do acompanhamento dos PCF na sua atividade cotidiana, como atores e organizações mobilizam, justapõem e mantêm unidos os elementos para constituir, ao fim, um laudo pericial. Nesse sentido, parte-se da perspectiva de que as esferas do direito e da ciência não estão separadas, mas são coproduzidas, como proposto por Latour e Jasanoff. Dessa forma, entende-se que os laudos não são apenas um processo de purificação, mas a complexificação de uma rede que, ao final, resulta em um ator pontualizado - nos termos de John Law -, sendo que este performatiza um ordenamento da realidade condizente com uma ontologia política específica. Assim, neste paper, debruço-me sobre a construção dos laudos periciais de Química Forense particularmente interessado no processo latente de identificação de uma substância desconhecida

e seus possíveis desdobramentos. Através do acompanhamento do trabalho dos peritos em três momentos distintos, busco problematizar a construção dos laudos a partir de sua face “negativa” – ou seja, tomando os resultados negativos enquanto objeto a ser seguido, entendo a busca de transformação dos mesmos em uma resposta afirmativa sobre a substância “questionada” como motor desse processo. Para tanto, utilizo-me de três categorias nativas na busca de recompor essa rede de identificação de substâncias e de ordenamento do mundo – a saber, “substância não identificada”, “material questionado” e “droga não regulamentada”. Ao final, retomo o trabalho realizado dos peritos a partir de uma notícia veiculada pelo Fantástico, deslocando o sítio de interesse para demonstrar um quadro mais amplo, onde substâncias não identificadas, materiais questionados, laudos periciais e drogas não regulamentadas fornecem um modelo para pensar o controle social no Brasil e recompor os diferentes interesses políticos em jogo.

Tecnologias de segurança, ou “na prática, a teoria é outra”

AUTORES/AS: BRUNO DE VASCONCELOS CARDOSO

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) no Rio de Janeiro é o mais importante investimento material em segurança pública no Brasil, e vem sendo apresentado pela Secretaria de Segurança estadual como o “maior centro de tecnologia de segurança na América Latina”. Seu objetivo principal é possibilitar, ou facilitar, a atuação conjunta e coordenada de diferentes instituições possivelmente implicadas em questões de segurança pública ou do que vem sendo chamado de “defesa social”. A inauguração oficial do CICC-RJ se deu no meio de 2013, e o prédio vem sendo ocupado aos poucos por representantes de diversas empresas e instituições, processo acompanhado através de pesquisa de campo. O trabalho tem por base as primeiras reflexões advindas dessa inserção etnográfica, acompanhando desde o planejamento e a construção do prédio, até os primeiros meses de funcionamento. Em especial, é analisado o setor de despacho da Polícia Militar – primeiro a ser integralmente transferido para o prédio -, onde é feita a distribuição de viaturas para o atendimento de todas as chamadas que chegam ao call center da PM (190). Para tanto, os policiais responsáveis pelo serviço e os atendentes do 190 estão em constante interação com mediadores não humanos cada vez mais presentes e centrais na segurança pública no Brasil,

num processo internamente chamado de “modernização tecnológica”. Serão apresentadas e discutidas algumas das dificuldades práticas cotidianas enfrentadas no estabelecimento e na tentativa de estabilização das muitas redes sociotécnicas que formam o CICC. Dificuldades que, cabe ressaltar, foram majoritariamente ignoradas pelos desenvolvedores tecnológicos e menosprezadas pelos planejadores e gestores públicos envolvidos.

Afetos entre humanos e animais no biotério

AUTORES/AS: IARA MARIA DE ALMEIDA SOUZA

Vou tratar neste trabalho das relações de afeto entre humanos e animais não humanos no biotério. Na verdade, em um biotério de uma instituição pública que abriga camundongos, hamsters e ratos para pesquisa, no qual desenvolvo trabalho etnográfico. O personagem central desta narrativa é Deraldo, um técnico do biotério, que se define como alguém que ama os animais, sejam eles quais forem. Ele nos guiará na discussão do tema, pois expressa com mais intensidade algo frequentemente afirmado por outros trabalhadores do biotério sobre sua experiência de cuidado com os roedores: para zelar bem dos animais não basta seguir os protocolos, bastante rígidos, que determinam como tratá-los, é preciso também ter um modo afetivo de vê-los e, principalmente, de tocá-los. A existência de um interesse pelo bem estar do animal que vai além do protocolar e instrumental nos permite observar como se constituem trocas intersubjetivas em um campo em que, supostamente, deveriam reinar unicamente relações de natureza objetiva/instrumental também nos dá a possibilidade de atentar para o modo com estas duas atitudes para com os animais se alternam, se combinam e se tensionam.

Antecipando a natureza: notas etnográficas da prática da predição climática

AUTORES/AS: JEAN CARLOS HOCHSPRUNG MIGUEL, MARKO MONTEIRO

A predição de eventos climáticos na contemporaneidade é uma prática científica de grande importância no contextos das mudanças climáticas globais. Por um lado, os climatologistas procuram compreender o funcionamento do sistema climático terrestre e prever suas características futuras através do uso de modelos matemáticos. Por outro, formuladores de políticas e tomadores de decisão reconhecem nestas predições científicas uma ferramenta útil para que se

possa planejar com maior eficiência como a sociedade se adaptará a um futuro aquecido. Entretanto, a tessitura desse contexto político-científico das mudanças climáticas carece de uma maior iluminação dos fatores sociais presentes na prática científica da predição climática. Com o intuito de explorar alguns desses fatores, esse trabalho pretende apresentar os resultados preliminares de uma etnografia realizada no Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC). Pretende-se descrever as atividades dos diversos grupos que trabalham no processo de produção das previsões do tempo e clima expondo suas diferentes percepções do processo de predição climática, sobretudo, com relação a sua capacidade de modelar e antecipar o clima.

As tartarugas falam? Proliferando agências e vínculos entre humanos e não-humanos, dentro e fora de um laboratório

AUTORES/AS: ELIANA SANTOS JUNQUEIRA CREADO

O texto refletirá sobre três depoimentos de pesquisadores que, quando entrevistados, desenvolviam seus trabalhos no mesmo grupo de pesquisa voltado ao estudo de tartarugas, sobretudo marinhas, na capital do Espírito Santo. Tais relatos serão explorados quanto ao que abordam a respeito da agência (ou falta de agência) destes animais - como o vislumbrar de uma possibilidade de comunicação intra-específica e outros comportamentos intencionais de indivíduos da espécie. Igualmente, considerar-se-á que o trabalho de pesquisa com o animal pode ser desenvolvido por esses pesquisadores segundo diferentes técnicas de manejo, e em diferentes ambientes, como em laboratório ou em situ (em seu local de ocorrência), condições que colocam possibilidades e limites ao estabelecimento de relações de afeto entre cientistas e uma espécie considerada menos portadora de atributos humanos do que outras, como as de mamíferos.

Outro tema a ser abordado será a questão do obscurecimento de determinados problemas ambientais que incidem sobre a espécie, o que está ligado à possibilidade de intervenção ou não sobre os mesmos. Os aspectos destacados permitem repensar algumas das dicotomias ordenadoras do pensamento ocidental moderno: (1) a separação entre humanos e animais, via presença (ou ausência) do atributo de uma intencionalidade, para além dos seres humanos; (2) a divisão entre razão e emoção, onde a segunda costuma aparecer durante as realizações de trabalhos

de campo ou diante da necessidade de se matar seu próprio objeto de pesquisa; e (3) a objetividade no que diz respeito à definição do que vale como ou não como um fato científico, o que coloca alguns dos vínculos com outros porta-vozes institucionais da espécie, como um projeto de conservação a elas devotado.

A pesquisa à qual se vincula a presente proposta possui como pressuposto a existência de redes e malhas construídas a partir das tartarugas, configurando uma socialidade tartarugueira transnacional, da qual abordaremos apenas alguns fios e indícios.

Atores e redes em controvérsias institucionais: esboço de uma antropologia da política científica no Brasil

AUTORES/AS: DANILO MARIANO PEREIRA

A antropologia da ciência ensina que o processo de produção de conhecimento não começa e nem termina apenas nas bancadas dos laboratórios. Ao contrário, ele constitui redes que se estendem por coletivos totalmente heterogêneos, como o Estado, o mercado, movimentos sociais e, é claro, as chamadas comunidades científicas. Além disso, etnografias têm mostrado que tal processo envolve categorias que não se reduzem à suposta racionalidade científica, a qual aparece necessariamente mediada por fatores culturais, históricos e políticos. Consequentemente, inúmeros fenômenos considerados externos ao universo propriamente tecnocientífico são reincorporados pela antropologia como parte da complexa rede através da qual o conhecimento é produzido.

No entanto, temas como políticas públicas, configurações institucionais, financiamento ao setor de C&T e inovação ainda são majoritariamente explorados nas humanidades por cientistas políticos, sociólogos e economistas. Por isso, o objetivo deste trabalho é discutir o uso do referencial teórico da antropologia da ciência para analisar a política científica e tecnológica no Brasil. Buscarei mostrar como a abordagem desses temas pode ser enriquecida por conceitos como a teoria do ator-rede, mapeamento de controvérsias, culturas epistêmicas, cosmopolíticas e ciborgue. Tomarei como referência a pesquisa de campo da tese de doutorado que estou desenvolvendo, cujo tema é a política de apoio à inovação tecnológica da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep. Mais especificamente, venho analisando o financiamento às universidades através dos chamados “Fundos

Setoriais”, que consistem num importante marco institucional, criado no final dos anos 1990 com o objetivo de 1) estabilizar e aumentar o orçamento do setor de C&T no Brasil; 2) estreitar as relações entre a C&T e os setores produtivos da economia, financiando projetos de pesquisa e inovação em áreas estratégicas da indústria, como Petróleo e Gás, Biotecnologia, Saúde e Informática; 3) aumentar os gastos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), através de estímulos à cooperação entre universidades e empresas.

Assim, é preciso se perguntar: o que se entende por ciência quando se busca aproximá-la do capital? Que novos atores (humanos e não humanos) são incorporados ao processo de produção de conhecimento nesse tipo de configuração institucional? E que impactos essas políticas produzem sobre nosso mundo tecnocientífico? A ideia é mostrar como o olhar antropológico pode contribuir para a análise de aspectos institucionais e, reciprocamente, como tal análise pode enriquecer o olhar antropológico sobre a ciência.

Ciência e Política de Restauração Florestal na Mata Atlântica Brasileira

AUTORES/AS: DANIEL DELATIN RODRIGUES

A problematização a respeito das implicações (custos e consequências) que a perda da biodiversidade acarreta, foram e são objeto de pesquisas e intervenções crescentes nas últimas décadas no Brasil. O bioma da Mata Atlântica brasileiro ocupa neste cenário um lugar especial, mantendo apenas 7% da sua área com cobertura vegetal nativa, e 70% de toda população do país (sendo parte de dezessete estados da federação). A expansão da fronteira agrícola no século XX, a urbanização do território e a ampliação de atividades industriais integrou novas áreas e representou o cerco final à Mata Atlântica brasileira.

Neste contexto é promovido esforços de conservação e restauração ecológica de ambientes florestais, apresentado pelos cientistas envolvidos (engenheiros florestais, agrônomos e biólogos) como consequência do uso incorreto da paisagem e dos solos por todo o país, pondo-se como uma tentativa de desencadear alguns processos ecológicos que permitiriam remediar ou reverter os danos sobre esses ambientes. A reconstrução das complexas interações da comunidade (associação não-humana) envolve (para os cientistas) além de iniciativas em áreas públicas degradadas também a ação para recuperação das florestas nativas em áreas rurais,

consideradas inadequadamente ocupadas por atividades de produção agrícola no passado e no presente.

Apresentaremos com o nosso trabalho uma revisão bibliográfica sobre a prática da restauração ecológica no Brasil a partir da década de 1970, focando principalmente a articulação proposta por esta prática com o restante do conjunto de atores (humanos e não-humanos). O período selecionado decorre do momento de expansão e consolidação de perspectivas críticas sobre os modos de ocupação territorial, ao mesmo tempo em que amplia-se as ações de contenção e restauração de ambientes degradados no país, convertendo este campo científico em importante fonte de pesquisas e informações para a formulação de políticas públicas na área. A partir do aporte teórico da Teoria Ator-Rede (TAR) e da antropologia e sociologia da ciência, pretendemos mostrar que tipo de agenciamento (ou arranjo) sócio-técnico a prática da restauração ecológica implica (ou pressupõe), quais os atores envolvidos e a posição deles nesse processo e qual tipo de configuração territorial emerge destas práticas. Enfim, se a noção que fazemos da sociedade e da natureza (ocidentais) são em parte resultado das controvérsias técnico-científicas que as envolve, nos perguntamos como ambas são mobilizadas nestas práticas (discursiva e praticamente) e conceituadas a partir destas relações.

Movimentos Colaborativos: Subversão do Código Técnico?

AUTORES/AS: FLORA RODRIGUES GONÇAVLAS

O desenvolvimento e a popularização das tecnologias digitais mudaram a forma na qual se configura a questão dos direitos de autor dentro dos debates sobre a democratização da tecnologia. As informações digitais e as redes sociais possibilitaram um tipo de apropriação sobre obras e produções que forçaram a abertura de uma discussão que levasse em consideração não somente o direito de autor, mas também suas mais recentes configurações de compartilhamento e troca. Essa discussão leva em consideração, sobretudo, a transformação do conhecimento em propriedade intelectual e da propriedade intelectual em propriedade privada, problematizando a categoria da propriedade intelectual e criando uma série de tensões nas recentes experiências coletivas de flexibilização e revisão da leis de direitos autorais.

Dessa forma, o (pretensão) objetivo desse trabalho é discutir algumas formas

de gestão de propriedade intelectual que surgem, inicialmente, dentro do movimento de software livre, tentando entender em que sentido esses modelos de compartilhamento modificam/ou não o código técnico.

Narrativas de transformações e desvios narrativos: histórias de vida com rádios livres e antropologias em Tefé (AM)

AUTORES/AS: GUILHERME GITAHY DE FIGUEIREDO

Em 2006 ajudei a dar início, como professor na Universidade do Estado do Amazonas de Tefé (AM), a um experimento envolvendo a criação da rádio livre Xibé, a realização de oficinas de comunicação livre em bairros, escolas e comunidades e o envolvimento de estudantes nas atividades não só como voluntários, mas também através de pesquisas de iniciação científica em antropologia. Atualmente estou realizando a pesquisa de doutorado sobre essas experiências e, entre as histórias de vida registradas, me deparei com dois casos de estudantes que relataram significativos processos de transformação pessoal e social relacionados com a participação na rádio e na pesquisa.

Tomo o relato oral como um tipo de performance no sentido dado por James Ferguson (2012) a partir da obra de Judith Butler: atos, estilos corporais e estratégias de sobrevivência sob "sistemas compulsórios". Ferguson demonstra que é possível conectar na análise as performances às relações políticas e econômicas graças ao conceito de "estilos culturais", que se refere a categorias classificatórias análogas às modas, em relação às quais os indivíduos cultivam competências que os habilitam a realizar performances mais ou menos bem sucedidas. Butler (2012), por sua vez, destaca a importância da repetição e da criatividade na performance. Sua capacidade de transformação decorre da proliferação de pequenos desvios em meio às repetições, que tendem a desnaturalizar os estilos.

Ao facilitar performances narrativas esta pesquisa intensifica os processos de transformação vividos por jovens iniciantes em antropologia e rádio livre, na medida em que estes são incorporados na produção de memórias e identidades individuais e coletivas. No caso dos dois jovens aqui interpelados, a narração de experiências de transformação é marcada por desvios nos próprios estilos narrativos. Como parte desses estilos têm origem na vida social construída em cidades ribeirinhas da Amazônia, a tecnologia radiofônica e a ciência tornam-se

mediadores para as transformações vividas e os desvios narrativos. Por outro lado, os estilos oriundos do movimento de rádios livres e da ciência da antropologia também sofrem desvios, operados pelos jovens a partir de suas vida. Desvios que convidam seus ouvintes e leitores a entrever perspectivas novas sobre a democratização da comunicação e o fazer antropológico.

COORDENADOR/A: JORGE EREMITES DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS), CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA)

DEBATEDOR/A: ROSSANO LOPES BASTOS

A partir dos anos 1990 houve um expressivo aumento da participação de antropólogos, arqueólogos e outros cientistas sociais na realização de trabalhos "de contrato" no Brasil e em outros países da América do Sul. Esta situação é verificada após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Saíamos de um regime de exceção (1964-1985) e testemunhávamos o gradual reordenamento do papel do Estado Brasileiro, a retomada do crescimento econômico no âmbito da mundialização do capital, a expansão do ensino superior e a mudança na legislação nacional e internacional ligada, por exemplo, ao licenciamento ambiental, à preservação do patrimônio cultural e aos direitos dos povos indígenas e tribais. A situação é observada na produção de laudos voltados para o licenciamento ambiental de empreendimentos como usinas hidrelétricas, PCH's, linhas de transmissão de energia, rodovias, mineradoras etc. Neste sentido, a proposta deste GT é a de oportunizar o debate sobre o papel da antropologia, arqueologia e campos afins para o licenciamento de projetos desenvolvimentistas que afetam a vida de povos e comunidades culturalmente diferenciados. Um dos desafios em comum tem sido refletir criticamente sobre a relação entre licenciamento ambiental, colonialismo e ciências sociais, incluindo o papel das agências reguladoras desses licenciamentos, tais como IPHAN, IBAMA e agências ambientais e patrimoniais estaduais.

A contribuição da arqueologia nos estudos ambientais para a inclusão social.

AUTORES/AS: ROSSANO LOPES BASTOS

A recente desenvoltura da ciência arqueológica no mercado dos estudos ambientais exigidos por força de normativas recentes de proteção e acautelamento do Patrimônio arqueológico tem suscitado um debate de diversos matizes. Se por um lado, abriu-se exponencialmente o campo de trabalho para a arqueologia e disciplinas correlatas como museologia, pedagogia, antropologia, sociologia, história, etnologia, geografia, patrimônio, por outro enfrentamos um problema sério de formação específica que acaba refletindo na qualidade e nos objetivos dos estudos realizados. Na esteira destas questões aparece uma nova maneira de se apropriar do conhecimento produzido e fazer dele um ativo político de empoderamento que tem em alguns casos trazido benefícios mesmo que relativos as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. A intenção aqui é trazer o debate da superfície para a profundidade do tema e apontar as alternativas e as práticas que melhor contribuem para a constituição de uma cidadania cultural. Nossa perspectiva estabelece um marco de atuação a partir da Portaria IPHAN nº 230/2002, que estabelece os procedimentos necessários para os estudos arqueológicos em empreendimentos potencialmente lesivos a matriz finita do patrimônio arqueológico. A diversidade de trabalhos arqueológicos que logrou ser produzida após a normalização pelo IPHAN em 2002, trouxe novas questões a serem debatidas no âmbito da relação conhecimento/apropriação, Universidade/empresa, empresa/conhecimento público, só para citar as demandas mais evidentes.

Análise serial das fontes historiográficas sobre os Índios no Brasil em favor da Etno-história e da Etnoarqueologia

AUTORES/AS: RAFAEL BORGES DEMINICIS

Atualmente, as analogias estabelecidas a partir do uso de fontes historiográficas (iconografia, mapas, manuscritos e bibliografia), principalmente as que abordam os povos indígenas encontrados no Brasil, sem que se estabeleça uma metodologia crítica de análise dessas fontes, tem criado algumas armadilhas aos estudos desenvolvidos nos campos da etno-história e da etnoarqueologia. Portanto, o que poderia nos auxiliar no descobrimento da história e de dados sobre as identidades

étnicas das inúmeras sociedades tribais remotas ou indígenas sul-americanas, nos traz mais camadas de encobrimento. Neste sentido, uma análise destas fontes através de uma dialética serial se faz extremamente necessária. Aliás, verificando-se o panorama do que existe acumulado no Brasil sobre métodos de crítica das fontes historiográficas sobre as sociedades indígenas, constatamos que uma crítica dialética-serial pode ser alcançada através da combinação de duas grandes referências: o trabalho de síntese dos grandes contextos sociais de produção das fontes criado pelo sociólogo Florestan Fernandes; e o sistema de observação das particularidades das fontes, a “sociologia dos viajantes”, do antropólogo João Pacheco de Oliveira.

Ao se aplicar este método, compreende-se primeiramente a força do imaginário medieval (em representações mitológicas e técnicas de produção e reprodução iconográfica, por xilogravura) para a descrição das primeiras sociedades tribais relatadas no século XVI e da gradativa transição ao renascentismo em determinados aspectos (como na produção e reprodução cartográfica e iconográfica, pelo desenho calcado na anatomia e na matemática e pelas técnicas de litografia). Além disso, há de se observar, dentre outros atores do processo de expansão colonial, o papel principal dos padres jesuítas, em suas estratégias de poder e controle sobre as sociedades tribais, nesse contexto e até meados do século XVIII; e, do século XVIII em diante, os frades capuchinhos. Na primeira metade do século XIX – num quadro já bastante debilitado de organização das tribos nativas em uma grande faixa da costa e do interior devassado pela mineração –, com a circulação de novos atores, entre naturalistas e artistas, se consagram novas representações, que seriam sacramentadas pelo romantismo do final do século XIX e início do XX e pelo modernismo de meados do século XX.

Arqueologia de contrato, colonialismo e povos indígenas no Brasil

AUTORES/AS: JORGE EREMITES DE OLIVEIRA

Desde a década de 1990 que a chamada arqueologia de contrato tem crescido significativamente no Brasil, sobretudo no âmbito do licenciamento ambiental e seus desdobramentos. Esta situação é observada a partir do processo de (re) democratização, retomada do crescimento econômico e expansão do ensino superior no país, isto é, após o fim do regime militar (1964-1985) e a promulgação

da Carta Constitucional de 1988. Apesar dos avanços registrados aqui e acolá, são poucas as reflexões críticas sobre o papel da arqueologia para o licenciamento de projetos desenvolvimentistas que afetam a vida dos povos indígenas. Tampouco tem havido grandes discussões a respeito da produção de laudos e contra-laudos arqueológicos em processos administrativos e judiciais que envolvem direitos territoriais de comunidades étnicas. Neste sentido, este trabalho tem o propósito de discutir a arqueologia de contrato no âmbito do colonialismo interno brasileiro, marcado por variadas formas de violência e estratégias de dominação e subordinação, praticadas por parte do Estado e da sociedade nacional sobre povos indígenas. Para tanto, serão usados exemplos do licenciamento de empreendimentos que incidem sobre territórios indígenas no Centro-Oeste do país, além de um contra-laudo divulgado em defesa de fazendeiros que ocupam parte da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul, onde vive uma comunidade Terena com cerca de 2.500 pessoas.

Arqueologia e Escola: análise das ações de Educação Patrimonial na Área De Influência do Projeto Planalto Piauí

AUTORES/AS: VIRGINIA MARQUES DA SILVA NETA

Este trabalho é decorrente das atividades do “Programa de Educação Patrimonial na área de influência direta do Projeto Planalto Piauí”. Foram realizadas ações educativas nas escolas públicas, de ensino fundamental e médio, localizadas nas cidades de Paulistana, Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí e Simões. Tratou-se, pois, de um processo ativo, envolvendo crianças e/ou adultos no(s) ato(s) de experimentar ou ter contato direto com os bens culturais ou elementos representativos das mais diversas manifestações da cultura. O trabalho contribuiu para a comunidade, no sentido de promover o reconhecimento da cultura material, atuando de maneira a contribuir para a preservação do patrimônio cultural, em particular, os bens arqueológicos presentes na região onde o projeto foi desenvolvido.

Arqueologia Preventiva no Rio Grande do Norte

AUTORES/AS: GLAUCO PASQUALI FABBRI

O estado do Rio Grande do Norte tem recebido nos últimos anos diversos

trabalhos de arqueologia preventiva relacionados principalmente à instalação de parques eólicos. Neste panorama, e a grande quantidade de trabalhos já realizados suscita vários questionamentos sobre sua abrangência científica, qualidade e desdobramentos como educação patrimonial. A organização documental destes relatórios e propostas de trabalho é de suma importância para futuras ações normativas em relação a futuros trabalhos realizados desta mesma forma e como o IPHAN pode fazer parte deste panorama.

Etnoarqueologia da caça entre os Wasusu (Nambikwara)

AUTORES/AS: RAFAEL LEMOS DE SOUZA UFMS/MS MARIA AURORA DA SILVA SESAI/GO

O presente trabalho tem o propósito de apresentar dados de pesquisas etnoarqueológicas realizadas entre os Wasusu, povo Nambikwara que vive no vale do rio Guaporé. Os trabalhos foram realizados em janeiro de 2013 nas aldeias Central e Anunsu, localizadas entre os municípios de Nova Lacerda e Comodoro, no sudoeste do estado de Mato Grosso, Brasil. O objetivo dos estudos foi compreender a materialidade de relações sociais e os processos históricos ligados às escolhas e uso dos espaços ocupados pelo grupo para habitações, roças e áreas de caça. Para tanto, foram observadas duas caçadas feitas por homens adultos, durante as quais foram registradas e analisadas técnicas de caça, abatimento da presa, esquartejamento do animal caçado e o papel dos homens, mulheres e de crianças na divisão do animal abatido.

Licenciamento Ambiental e Patrimônio Arqueológico: perspectivas de análises pós-coloniais

AUTORES/AS: LUANA CARLA MARTINS CAMPOS

Esta comunicação pretende abordar a atuação de profissionais das ciências humanas e sociais em trabalhos de licenciamento ambiental frente à crescente demanda do mercado. Para tanto, o entendimento do enunciado e do enunciador, do lugar de onde se fala e de quem se fala, bem como os procedimentos de criação de vocábulos e categorias específicas, referem-se à configuração de estratégias e discursos nem sempre reconhecíveis nos documentos técnicos produzidos. No bojo desta prática contemporânea, faz-se necessário discutir algumas questões que

envolvem o patrimônio cultural, com foco nos bens arqueológicos, e a sua relação com a legislação em vigor que, em grande medida, está filiada ao Direito Ambiental. Tal análise fundamenta a discussão sobre o processo de patrimonialização experienciado pela sociedade contemporânea, no qual ocorrem disputas de forças sociais de diferentes interesses e perspectivas, especialmente no tocante à análise dos estudos de viabilidade ambiental de grandes empreendimentos filiados à mineração de ferro no estado de Minas Gerais.

O pesquisador, o consultor e o aliado: sobre o licenciamento, as obras e os mbyá-guarani em torno da BR-116/RS

AUTORES/AS: FLAVIO SCHARDONG GOBBI

Acompanhando os Mbyá-Guarani, principalmente no Rio Grande do Sul, desde uma posição inicial de pesquisador (estudante de graduação e pós-graduação), sucessivos foram os chamados para interceder em questões políticas ou na elaboração de projetos. Em 2009, diante do empreendimento de duplicação da rodovia BR-116, que liga a capital Porto Alegre ao sul do estado, onde se situa o porto de Rio Grande. Em torno desta rodovia construíram-se capítulos importantes da história territorial mbyá-guarani nas últimas décadas, e sua duplicação conduziu à sobreposição da posição de pesquisador com a de consultor. Assumir essa posição implicou, desde os primeiros momentos, imaginar-se na condição de aliado. Num contexto de extrema precariedade territorial, de longas esperas por encaminhamentos de suas demandas por terras e incertezas quanto à possibilidade de efetivação das mesmas, o pesquisador-consultor-aliado enfrentou os dilemas de tomada de posições com as lideranças mbyá-guarani. Desde as margens da rodovia, abriu-se um processo de enfrentamento e negociação, e produção técnica em condições de intensa pressão. A partir de uma trajetória de pesquisa em que se circula junto a diferentes grupos familiares, a elaboração de parte dos estudos de licenciamento conduziu-me a circular nas redes institucionais e empresariais, no tênue limite entre a agência colonial e a afirmação de direitos. O objetivo da apresentação é descrever essa experiência e refletir acerca das imbricações entre pesquisa acadêmica, “técnica”, intervenção política e consultoria em projetos de desenvolvimento, bem como os efeitos deste processo, em curso, na territorialidade mbyá-guarani na região.

O “colonialismo cognitivo” das instituições pautadas na razão utilitária do mercado e a reprodução do “racismo ambiental”

AUTORES/AS: LUCIANE MONTEIRO OLIVEIRA

Esse texto intenta uma avaliação crítica sobre as instituições, processos e conteúdos políticos nas diferentes dimensões que envolvem as questões ambientais, cujos impactos tem cada vez mais promovido o agravamento do “racismo ambiental” - termo proposto pelo movimento negro estadunidense em prol da justiça ambiental. Nesse campo as Ciências Sociais tem papel importante tendo em vista sua atuação voltada para o licenciamento ambiental de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte. A abertura do mercado para a atuação desses profissionais tem demonstrado também resultados “objetivos” a partir de referenciais pautados no “padrão da racionalidade técnica” que acaba por reduzir as particularidades culturais sob o signo da “diferença exacerbada”, conferindo um tratamento hegemônico na aplicação de normas e regras que resultam na desqualificação e anulação identitária. Por outro lado, o mercado emerge como “arauto” do desenvolvimento da nação cujos dados estatísticos se medem pela capacidade de aquisição de bens de consumo. A maior parte dos empreendimentos se vale da insegurança social dos grupos em situação de risco ambiental com promessas de “emprego”, “melhoria de infraestrutura” e crescimento econômico. O escopo da proposta é debater o grau de responsabilidade dos diferentes atores sociais envolvidos nessa teia, bem como das forças políticas no processo decisório compatíveis aos órgãos públicos reguladores como IPHAN, IBAMA. Nesse universo nos deparamos com políticas públicas regulatórias, configurada na “força ilocucional” de seu discurso, em que os atores sociais são subordinados às essas posturas delegativas, inibindo a modernização e democratização das questões e decisões sobre a questão ambiental, somadas a pouca expressão e densidade das instituições e organizações sociais marcadas ainda por práticas políticas de uma elite conservadora tradicional que refletem o “colonialismo cognitivo” da razão utilitária do mercado.

Patrimônio Arqueológico em Assentamentos de Reforma Agrária: desafios institucionais

AUTORES/AS: MARIA RONIZIA PEREIRA GONÇALVES

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária – INCRA na solução dos impasses provocados pela presença de sítios arqueológicos (neste caso, geoglifos) em Projetos de Assentamento do Acre, principalmente, a falta do licenciamento ambiental, que provocava entre outras coisas, o impedimento da criação de novos projetos, e consequentemente, o alcance das metas institucionais. Por se tratar de temática nova para o órgão fundiário as dificuldades vão desde o desconhecimento dos servidores à falta de orçamento, passando pela crise com outro órgão da esfera federal, que é responsável pela conservação do patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O caso específico analisado é o do Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Nova Baixa Verde, que desde o processo de obtenção, já havia sido diagnosticado com a presença de geoglifos e, mesmo assim, foram causados danos às estruturas, o que motivou três denúncias ao Ministério Público Federal – MPF. A análise é feita a partir da observação direta da autora, que é servidora do órgão, de fontes documentais e entrevistas. O maior desafio para o INCRA e seus servidores é passar da negação à gestão; assumir, como empreendedor que é, o estudo e a conservação do patrimônio arqueológico presente nas áreas sob sua tutela. Da perspectiva da Antropologia do Estado isto só será possível se a questão passar a fazer parte do cotidiano de servidores e dirigentes, por isso são sugeridas no final algumas propostas de gestão compartilhada.

QUE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL É ESSA? Reflexões em busca de uma efetivação desse processo

AUTORES/AS: CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO

As ações de educação patrimonial possuem duas faces, a primeira ligada aos projetos de pesquisa acadêmica, assumindo a denominação de arqueologia pública e a segunda aos projetos da chamada arqueologia preventiva, mas de forma geral, possuem um escopo semelhante e relacionado às estratégias de preservação do patrimônio cultural. Essas ações visam à aproximação da população que ou vive no entorno ou tem contato com as formas de apresentação do patrimônio cultural, material ou imaterial. Esse patrimônio está intimamente vinculado com a referenciação da memória para a construção das identidades culturais. Mas carece ainda de maiores subsídios para a internalização do referido patrimônio para a preservação a partir de uma aura de pertencimento, no processo de construção das

referidas identidades. Recentemente, a agência reguladora do patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) apresentou, de forma intempestiva e consolidada, uma série de normativas acerca do licenciamento arqueológico, como uma resposta as pressões que vem sofrendo do governo federal para atender as demandas dos projetos ligados ao PAC. Essas normativas vêm de uma demanda anterior à imposição do governo, quando da ampliação dos quadros de técnicos em licenciamento arqueológico, onde foi observado discrepâncias quanto à interpretação dos mecanismos institucionais já existentes. Um dos tópicos dessas normas procura colocar aos arqueólogos responsáveis pelos projetos de arqueologia preventiva é a chamada educação patrimonial, que se encontra mal definida e com uma estruturação voltada aos interesses dos empreendimentos, já que é aí que surge a possibilidade do empreendedor solicitar a substituição do arqueólogo responsável, sem a necessidade de emissão de uma nova portaria de licenciamento de pesquisa. A definição do que se entende por educação patrimonial tem sido explanada e instituída a partir de ações pontuais junto a comunidades afetadas por empreendimento de médio e grande porte, com uma vigência e abrangência reduzidas, o que não poderia configurar como educação patrimonial, configurando-se em uma disseminação da informação, que carece ainda da devida socialização da informação. E justamente neste ponto que se nota a falta de uma ação efetiva da agência de preservação o IPHAN, quando da proposição da inclusão, de forma efetiva, da temática do patrimônio cultural nos currículos escolares.

Que História Vamos Contar? o licenciamento ambiental do complexo de UHEs na bacia do rio Tapajós e a preservação do patrimônio arqueológico em terras amazônicas

AUTORES/AS: FRANCISCO ANTONIO PUGLIESE JUNIOR

Em face do agravamento das situações em que o licenciamento ambiental brasileiro tem forçado a implantação de empreendimentos em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e das implicações da gestão do patrimônio arqueológico nesses locais, esta comunicação propõe a avaliação do desempenho das políticas de proteção frente às tensões territoriais em diversas áreas da bacia do rio Tapajós, em uma região que apresenta focos importantes de resistência à

implantação predatória do projeto desenvolvimentista nacional.

A política aplicada no licenciamento ambiental de empreendimentos danosos ao patrimônio arqueológico merece reflexão. Tem se observado nos últimos anos o crescimento vertiginoso dos impactos a sítios arqueológicos pela implantação de projetos de ampliação da rede infraestrutural e grandes empreendimentos deste tipo usualmente causam impactos severos ao patrimônio arqueológico ligado aos PCTs que ocupam os territórios afetados.

As obras implantadas, em particular a construção de eixos de barragem, têm causado a destruição de sítios de altíssima relevância no contexto da arqueologia das terras baixas da América do Sul, cuja perda compromete a construção de conhecimento arqueológico sobre o Brasil dos últimos 12 mil anos. A partir da exposição de alguns dos resultados da gestão pública do patrimônio cultural que vem sendo registrados por arqueólogos durante suas pesquisas junto aos habitantes das áreas afetadas por UHEs, será apresentada uma proposta alternativa para a apropriação dos instrumentos legais para a proteção do patrimônio cultural, no intuito de contribuir para a reorientação das ações de pesquisadores e de órgão públicos envolvidos na gestão do patrimônio arqueológico em terras tradicionalmente ocupadas.

“Opará”, o Velho Chico: um olhar a partir da Arqueologia aos ribeirinhos Xocó.

AUTORES/AS: KARINA LIMA DE MIRANDA PINTO, MÁRCIA BARBOSA DA COSTA GUIMARÃES

O trabalho apresenta uma discussão sobre populações ribeirinhas através da ótica da Arqueologia da Paisagem e de Ambientes Aquáticos. A necessidade de levantar essas questões partiu do pontapé inicial de minha pesquisa de doutorado que está relacionada à atual terra indígena Xocó, localizada as margens do São Francisco, na Ilha de São Pedro no Município de Porto da Folha – SE. É importante destacar que a bacia hidrográfica do São Francisco abastece 32 etnias em 38 territórios (TOMÁZ et. al., 2009). Nos últimos anos diversos trabalhos arqueológicos estão sendo realizados na região, sem um aprofundamento da importância do rio para essas populações.

Em muitas ocasiões ao delimitar a área de pesquisa arqueológica, levamos em consideração a materialidade expressa na parte terrestre, deixando de lado a submersa. Conjuntos artefatuais, estruturas parecem que possuem um ponto

limítrofe que corresponde à faixa d'água. O rio é parte fundamental do cotidiano dessas populações, é a porta de entrada e saída, fonte que alimenta em seu universo cosmológico o mundo físico e espiritual.

Incluir o entendimento da relação entre comunidade e rio possibilita a ampliação do universo de pesquisa relacionado a essas populações. A paisagem nessa perspectiva é entendida como uma construção social, prática e representações das populações ribeirinhas influenciam no entendimento do conjunto de elementos que formam o registro arqueológico (FAGUNDES 2010). A Arqueologia de Ambientes Aquáticos pode ser definida de forma sucinta como estudo da cultura material relacionada à ação humana sobre os mares, rios e zonas costeiras adjacentes incluindo a parte submersa e não submersa (DELLINO-MUSGRAVE 2006; RAMBELLI 2003). A extensão desse estudo pode ir além da faixa limítrofe d'água, observando a influência que esse ambiente exerce terra adentro englobando equipamentos, estruturas produtivas e até mesmo, cidades inteiras (DURAN 2008). Ou seja, é um conceito pensado para o estudo das relações sociais associadas a populações que dialogam constantemente com esses espaços.

COORDENADOR/A: JOSÉ MARCIO PINTO DE MOURA BARROS (PUC MINAS/UEMG), MARIA DIONE CARVALHO DE MORAES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

Uma das utopias/ideologias que marcam a atualidade parece fundamentar-se na afirmação da diversidade cultural como eixo de um modelo de desenvolvimento humano capaz de construir possibilidades emancipatórias, sustentabilidade, e democracia. Esse paradigma ou agenda positiva recoloca em patamares teórico, econômico, e político, dilema fundante da antropologia: a relação particular/universal e seu inevitável paradoxo. Afinal, o que proteger e fomentar: a capacidade de continuar produzindo diferenças, ou seus modelos de expressão em passados de temporalidades distintas? Se a diversidade cultural apresenta positivities (reconhecimento da riqueza cultural; diálogos e trocas entre diferentes), é inevitável considerar fronteiras e conflitos. Nesta arena complexa, pertencimentos são tensionados por dinâmicas de desenvolvimento e escalas territoriais diversas. Na mirada de pesquisas e discussões mundiais sobre proteção/promoção da diversidade cultural e sobre o papel do Estado, este GT objetiva reunir – dialogando, interdisciplinarmente – trabalhos conceituais e abordagens etnográficas cujo objeto seja a intrincada relação entre diversidade cultural e desenvolvimento territorial no campo das políticas públicas. Eixos temáticos: 1/ políticas culturais e construção da diversidade cultural nas sociedades contemporâneas; 2/ cultura nas agendas de desenvolvimento territorial; 3/ ação do Estado: entre alteridades e desigualdades históricas e como construção da diversidade.

A etnografia como método de análise na implantação do Sistema Nacional de Cultura

AUTORES/AS: VANIA MARIA ANDRADE BRAYNER RANGEL, CRISTINA DO VALE MARQUES, FERNANDA LAÍS MATOS.

Este trabalho se propõe a discutir o lugar atribuído ao campo da Antropologia na análise qualitativa das políticas públicas para a cultura e as possíveis contribuições ao processo de institucionalização da cultura brasileira, por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC), com foco na Região Nordeste do Brasil. De início, analisamos a crescente “antropologização” das atuais políticas públicas em todas as áreas do Estado brasileiro, que tem possibilitado a criação de programas e projetos baseados em políticas de reconhecimento das microidentidades. No campo específico da cultura, destacamos a Antropologia como um campo do conhecimento fundamental na formulação, na implantação e no acompanhamento de políticas públicas que se voltam para a proteção e promoção da diversidade cultural e para o fomento do diálogo intercultural, princípios capazes de promover a dimensão humana.

Discutimos ainda a implantação do SNC, que aponta a diversidade das expressões culturais brasileiras como recurso primordial para o desenvolvimento local. O Sistema é o maior entre os desafios até então experimentados, no campo da institucionalização da cultura no Brasil, visto que pretende revisar tradições elitistas cristalizadas, transcender os limites dos governos e constituir políticas de Estado. Esse desafio, a priori, parece mais complexo nos estados do Nordeste brasileiro, ainda que, em números absolutos, seja a região com maior quantidade de municípios com adesão ao SNC e, em termos percentuais, esteja abaixo apenas da Região Norte.

Acreditamos que, só por meio da experiência no campo — apoiada nas ferramentas metodológicas da Antropologia, que nos faz perceber “coisas grandiosas em pequenas coisas” (Sahlins, 2007) —, pode-se averiguar questões fundamentais da pesquisa: até que ponto esses números refletem a real intenção dos atores que compõem o conjunto de sentidos e práticas locais, em fazer valer os princípios norteadores do SNC, relacionados à transparência e à democratização dos processos decisórios, com participação e controle social nas instâncias deliberativas da cultura? Ou seria apenas resultado de ação burocrática, provocada pela imposição do Poder Central e pelo pragmatismo político dos Executivos Municipais?

A Antropologia permite ao pesquisador ganhar acesso ao mundo conceitual dos seus sujeitos e, assim, poder “conversar com eles” (Geertz, 1989), pois leva em conta valores, atitudes, representações, narrativas, discursos, interações e conflitos. Acreditamos, por isso, que essa análise — que nos daria visão mais qualitativa do processo —, teria maior efetividade no campo disciplinar da Antropologia, que não se contenta com a aparência numérica do fenômeno cultural, mas busca a compreensão dele, por intermédio dos seus sujeitos e sistemas de significados.

A política no assentamento Zumbi dos Palmares (Aracati – CE): tensões particulares e arranjos coletivos possíveis

AUTORES/AS: ANTONIO GEORGE LOPES PAULINO

Neste trabalho, aprecio a história do assentamento rural Zumbi dos Palmares (Aracati – CE), tomando-a como narrativa a partir da qual se focaliza seu processo político, desde a ocupação da terra, em 1995/96, até o momento presente. A pesquisa, de cuja equipe fiz parte, desenvolveu-se de 2011 a 2013, tendo por base a complementaridade entre as perspectivas quantitativa e qualitativa, para delinear o perfil socioeconômico da comunidade e sua caracterização política. Esta é marcada pelo individualismo e pela fragmentação e pulverização do associativismo político local que, entretanto, se mostra capaz de configurar consensos possíveis em momentos pontuais de sua história. Fez-se também o monitoramento referente à realização, pela Petrobras, de um projeto experimental de cultivo de plantas ornamentais com irrigação proveniente da escavação de petróleo em fazenda vizinha. A comunidade obteve por ocasião desse experimento, um poço profundo que abastece as casas das famílias que, durante 15 anos, enfrentaram a falta d’água como um drama cotidiano. A equipe operou com mecanismos de pesquisa-ação, tendo os sujeitos locais como partícipes do estudo, a narrarem suas memórias e opiniões acerca da vida no assentamento. No exercício de interpretação desse material, discorro sobre o processo de organização política local, contextualizando-o em categorias como gênero, gerações, trabalho, ambiente e cultura; observadas não somente quando da coleta de dados, mas também em atividades de formação realizadas durante o processo de articulação da comunidade Zumbi dos Palmares.

As diferentes formas de apropriação e simbolização do espaço da Serra da Barriga, União dos Palmares-AL

AUTORES/AS: ROSA LUCIA LIMA DA SILVA CORREIA, EDNA FERREIRA ALENCAR

O artigo discute o processo de criação do Monumento Nacional da Serra da Barriga e do Parque Memorial Quilombo dos Palmares que resultou na ressignificação do espaço da Serra da Barriga, em União dos Palmares-AL, que deixou de ser um lugar de trabalho e moradia, para os grupos que ali residiam, e se transformou em lugar de memória e de celebração da nação, onde se efetivam práticas e manifestações culturais afro-brasileiras. O processo criou um campo de disputa política e de conflitos de interpretação sobre o significado desse território onde diferentes atores atribuem valores, criam novos símbolos e reelaboram antigos, para reforçar e legitimar seus direitos de ali existir. Dentro desse campo de luta estão o Movimento Negro, os camponeses que serão possivelmente remanejados, a FCP, o IPHAN, o IBAMA, o Governo do Estado de Alagoas, dentre outros. O objetivo é mostrar como esse processo afetou a vida da população que ali reside, que está dividida, fragmentada e vem sendo tratada de formas diferenciada pelo Estado, e é portadora de um modo de organização social de tradição aparentemente camponesa, e está ameaçada de perder seu espaço vivido, de ter sua história e suas memórias apagadas pelas memórias que estão sendo recuperadas a partir da história do Quilombo dos Palmares, como forma de legitimar as demandas atuais do Movimento Negro. Assim, o conflito que se evidencia nas distintas formas de apropriação e simbolização do espaço da Serra da Barriga, é um conflito de memórias, uma disputa pelo tempo, pela interpretação da história que garante o direito de ocupar esse espaço. Para construir a análise, utilizamos recorte teórico e metodológico numa abordagem interdisciplinar, que inclui a teoria antropológica do território, campesinato e dos conflitos sociais, além do debate em torno da memória social e da história. Os dados apresentados na análise são parte do material coletado em pesquisa que está sendo desenvolvida sobre o processo de criação do Monumento Nacional e Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga.

Construindo uma Montreal multicultural através dos festivais

AUTORES/AS: JESSICA RODA

Em Montreal, desde o início dos anos 2000, os financiadores públicos e privados das artes dão ênfase à promoção e à valorização da diversidade cultural. Os projetos políticos em torno da diversidade cultural constituem agora uma nova maneira de ver, construir e representar a cidade e o mundo. Nessa perspectiva, as comunidades culturais desenvolveram estratégias, como a criação de festivais, a fim de participar dos programas de financiamento (editais) visando ganhar certa visibilidade e reconhecimento no espaço público. A partir dessa dupla ação, vimos questionar a viabilidade e a aplicação de tal projeto urbano. Efetivamente, como organiza-se a dialética entre o projeto político de Montreal – que se pretende inclusivo, valorizando a diversidade cultural e utilizando-a como um marcador identitário – e a realidade sobre os palcos de festivais onde uma “etnicidade” singular é representada? Podemos falar do sucesso do projeto quando constata-se a real dificuldade de aplicação do discurso do *vivre ensemble*, tal qual revelado durante os debates em torno da política de acomodações razoáveis em 2006-2007 e, mais recentemente, sobre a Carta de valores do Québec? Para responder a essas questões, tomarei como base o Festival Sefarad e o Festival du monde arabe, organizados respectivamente por membros da comunidade judaica marroquina e por atores culturais árabes, originários principalmente do Líbano, da Tunísia e do Marrocos. À partir de uma etnografia das edições de 2012 e de 2013 desses dois festivais, descobriremos os desafios e o sentido dessas duas manifestações para Montreal. Perante esse contexto, as relações de poder entre financiadores públicos e privados, organizadores de festivais e artistas serão discutidas.

Contestação e inquietude: entre o universalismo do cidadão bósnio e o particularismo dos grupos nacionais na Bósnia-Herzegovina

AUTORES/AS: ANDRÉA CAROLINA SCHVARTZ PERES

Territórios, culturas, religiões, nacionalidades, etnias, cidadanias passaram a ser termos contestados e diferentemente pensados pelas pessoas na Bósnia-Herzegovina desde a guerra dos anos 1990.

Esse paper propõe fazer uma breve apresentação de alguns eventos que ocorreram

nesse país em 2013 que apontam diretamente para essa disputa acerca da representação política da diferença hoje na Bósnia – território dividido pelo acordo de paz de 1995 em duas entidades semiautônomas, uma sérvia (República Srpska), outra croata-muçulmana (ou bosníaca) (Federação da Bósnia-Herzegóvina).

Estes eventos foram: a mudança na lei sobre a emissão do número de identificação do recém-nascido, a manifestação de pais de crianças do ensino primário por educação diferenciada para seus filhos e o caso Sejdić-Finci versus Bósnia-Herzegóvina, pelo lugar das minorias no sistema eleitoral tri-nacional do país.

Concepções diversas do que seja um estado multicultural entram, portanto, em jogo e apontam para a contradição e sobreposição, mais do que mera oposição, entre o universalismo do cidadão e o particularismo da nação, e o modo como estes são percebidos pelas pessoas e incorporados no jogo político.

A pesquisa foi realizada, particularmente, em duas cidades, Banja Luka, capital da República Srpska, e Sarajevo, capital da Federação da Bósnia-Herzegóvina (e da Bósnia-Herzegóvina como um todo).

Conversa de grãos: memória, território e políticas públicas.

AUTORES/AS: BERNADETE APARECIDA CAPRIOGLIO DE CASTRO

Em seu estudo sobre Rio Claro Warren Dean (1977) apontou a violência contra os libertos que eram proibidos de suas danças (umbigada de São Benedito) e de suas músicas (tambú) que quando aconteciam eram vigiadas pela polícia local. Os grupos negros tinham sua irmandade, banda e clubes sociais, mas eram proibidos de circular em algumas ruas da cidade ou participar de eventos da sociedade local, sendo segregados para a periferia da cidade. Muitos dos bairros onde se aglomeravam famílias negras eram discriminados pelas autoridades locais e pela vizinhança (imigrantes italianos e alemães) como um lugar de desocupados, de gente perigosa, o lugar dos pretos. As marcas da segregação e das violências sofridas faziam com que as famílias negras ocultassem seu passado, principalmente o de seus ascendentes escravos. Pelos relatos colhidos entre a população negra atual da cidade de Rio Claro, registros fotográficos e documentos, foi possível observar que muitos saberes e práticas dessa população se inscreviam no espaço urbano enunciando temporalidades diversas das relações sociais. As mulheres desempenham papel fundamental na organização desses grupos negros,

assumindo a centralidade no ambiente doméstico e no sistema de parentesco. Na representatividade desses grupos perante a sociedade mais ampla, elas têm se destacado como portadoras da memória grupal, seja como griôs, mães de santo e mesmo como protagonistas de entidades representativas nas políticas públicas. Demarcando espaços de festas, cultos e enfrentamentos, demonstrando lógicas distintas daquelas previstas pelas elites locais, os grupos negros reafirmaram a diversidade cultural, fortaleceram o pertencimento grupal e buscaram políticas públicas de valorização de seu patrimônio material e simbólico. Os grupos de jovens, hip hop, griôs, samba de umbigada, tambú, umbanda, candomblé e escola de samba aparecem como expressões da cultura urbana rio-clarense, potencializando as ações do Conselho da Comunidade Negra de Rio Claro (CONERC) e da Diretoria de Políticas Especiais e Assessoria de Integração Racial.

Cultura barrial na urbe como interpelação à política da diversidade: o caso Poti Velho, em Teresina-PI

AUTORES/AS: LUCAS COELHO PEREIRA, MARIA DIONE CARVALHO DE MORAES (UFPI)

Intervenções sobre espaços e territórios vividos devem ter em conta suas dimensões histórica, social, cultural, e política, inclusive, com vistas a que ações governamentais resultem da discussão pública dos projetos, apoiando e induzindo oportunidades de expressão cultural livre e diversa. Uma das críticas às cidades, na atualidade, recai sobre a urbe como lugar de violência e de tendência à produção de uma cultura homogeneizada. E um dos desafios contemporâneos está em privilegiar a heterogeneidade como marca de uma cidade que deve ser vista como síntese das diferenças, de modo que estas possam encontrar canais de comunicação. Nesta perspectiva, pensamos o bairro Poti Velho, localizado na região norte de Teresina, capital do Piauí, e ora identificado como lugar das origens da cidade nascente nos idos de 1852, ora como alteridade à mesma cidade. A história deste bairro, contada por outsiders, costuma descrevê-lo como lócus de pobreza e de febres endêmicas; sujeito a constantes enchentes, em decorrência de sua localização na confluência de dois rios: o Poti e o Parnaíba. Hoje, o Poti é alvo de políticas de – segundo o jargão da gestão pública – “revitalização sociocultural e ambiental”, como o Programa Lagoas do Norte-PLN. No entanto é de se questionar até que ponto tais intervenções têm em conta a pluralidade de expressões culturais

potizeiras como a tradição oleira, a pesca artesanal, o artesanato cerâmico, as festividades religiosas, seja em louvor a São Pedro, protetor dos pescadores; seja à padroeira, Nossa senhora do Amparo, ou ainda a São Francisco. Como o bairro Poti Velho é visto nas intervenções públicas: pelo ethos de comunidade oleira, pesqueira e ceramista, dentro da urbe? Como um território geo-simbólico que agrega bairros adjacentes? Como espaço de gentrificação? Nas constantes fricções socioculturais entre o bairro e a cidade, marcadores identitários locais emergem em narrativas orais e rituais e apontam para identidades culturais reconstruídas, cotidianamente, em interações e agenciamentos múltiplos, entre moradore/as do Poti e diversos outros atores: habitantes de outros bairros, gestore/as e agentes da gestão pública, pesquisadore/as, turistas, agentes técnicos de instituições diversas, etc, em interpelação a uma política de reconhecimento.

CULTURA: discursos de verdade, argumentos de poder

AUTORES/AS: ISABELA BARBOSA FREIRE

Esta pesquisa foi proposta como projeto de pesquisa durante a minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás, e está sendo prosseguida no Mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Essa exposição refere-se a reflexões sobre os caminhos das políticas públicas culturais, com preocupação de entendê-las enquanto construções políticas interconectadas e contextualizadas. O presente trabalho propõe analisar genealogicamente (FOCAULT, 1979) as políticas culturais no Município de Goiânia, inferido como o discurso de verdade (FOCAULT, 1979) direcionou o referencial de cultura (MIDLEJ E SILVA, 2011) tido como legítimo, dentro das várias fases políticas e históricas do Município. Entende-se que o conceito de cultura adotado dentro das diferentes conjunturas políticas está permeado por ideologias e valores, sendo assim, a ideia de cultura tem efeitos de poder e repercussões no sentimento de pertencimento, colaborando para a construção da identidade goianiense e para a construção das relações sociais, e intervém de diferentes formas na cidadania. Os discursos de poder, ao adotarem um conceito de cultura tido como legítimo pelo Estado direcionaram as políticas culturais de acordo com esses significados; esse processo permitiu que os saberes locais, que não se encontravam em similaridade com os hegemônicos por parte

do Estado fossem marginalizados pelas políticas públicas, centralizando as ações culturais. A análise municipal insere-se em campos amplos, conectando-se com outros cenários históricos e ideológicos, entende-se que cada contexto sócio-histórico possui particularidades. Propõem-se analisar o conceito de cultura enquanto um discurso de verdade - que busca homogeneidade e unidade, como este foi compreendido pelas instâncias de poder, e ampliar a discussão sobre os referenciais que se adotam para a cultura e para as políticas culturais no âmbito do Estado em contextos amplos, abrangendo-os e relacionando-os com conexões históricas (WOLF, 1982) que possuem repercussões ideológicas e sentidos que se vinculem ao Município de Goiânia. As histórias, ou narrativas históricas, não estariam fragmentadas e dispersas, mas relacionadas através de interconexões, se entrelaçariam no tempo e no espaço.

O trabalho não pretende inferir valores ideativos, escolhendo alguma abordagem dentro das políticas culturais como legítima. O objetivo político nessa análise genealógica seria construir uma crítica de como o poder influenciaria e conduziria a cultura, compreender como este poder se operacionalizou, onde encontrou aportes. O poder teria a capacidade de construir saberes legítimos e demarcaria, assim, aqueles que seriam considerados como locais, excluídos e não legítimos.

De qual “cultura” estamos falando? Fragmentos etnográficos sobre políticas culturais em comunidades quilombolas

AUTORES/AS: JAQUELINE DE OLIVEIRA E SILVA

O momento de elaboração e implantação de políticas culturais em comunidades tradicionais explicita tensões que envolvem o que o Estado considera como pertencente à cultura deste grupo e que, portanto, merece ser fomentado e incentivado, e aquilo que o grupo considera como pertencente ao domínio da sua cultura. Neste sentido, encontramos distanciamentos e aproximações entre as visões dos diversos atores que compõem estes setores da sociedade. O trabalho apresentado tem como foco duas ações realizadas na comunidade quilombola de Castainho, agreste de Pernambuco, financiadas por órgãos públicos: o Festival de Inverno de Garanhuns, realizado pela Secretaria Estadual de Cultura deste estado, e o Projeto Xirê, idealizado pelo SESC da cidade de Garanhuns. Busco ressaltar que a comunidade não é uma “tabula rasa” sobre a qual pode se instituir

toda e qualquer referência. O que é proposto é apropriado e ressignificado pela comunidade, uma vez que esta é detentora de um modo singular através do qual organiza suas experiências. Assim, ações que mobilizam os mesmos argumentos para justificar a sua ação- que no caso das políticas realizadas foi o “contexto da comunidade”- ocasionam desdobramentos significativamente diferentes. Desta forma, ressalto a comunidade como um importante local de encontro entre diferentes visões, sentidos e conceitos de agentes distintos, no contexto das políticas públicas da cultura.

Diversidade cultural e biodiversidade: uma análise de experiências comunitárias no Brasil

AUTORES/AS: JOSÉ ROGÉRIO LOPES

A apresentação expõe registros etnográficos de projetos comunitários localizados em diversos estados do país, no quadro do LAPCAB-Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: gestão e inovação (www.facebook.com/lapcab). Os registros descritos buscam evidenciar os agenciamentos identitários realizados por comunidades e coletivos, organizados ou não, que se inscrevem na lógica de superação da dicotomia natureza-cultura e se explicitam em processos de criação de produtos de marcação social, com utilização de tecnologias patrimoniais. Sobre tais registros, discute o alcance de três questões epistêmicas elaboradas, a saber: a relação entre biodiversidade e diversidade cultural, a disjunção entre a sociedade instituída e o artesanato, a passagem da concepção de cultura como recurso para a concepção de cultura como marca registrada.

Elaborando “Projetos”: Povos indígenas em busca de autonomia no nordeste brasileiro

AUTORES/AS: NATHALIE LE BOULER PAVELIC SANTOS

Através do primeiro eixo: “políticas culturais e construção da diversidade cultural nas sociedades contemporâneas”, pretendo analisar o processo de reorganização social e política das comunidades indígenas decorrente do acesso a novas fontes de recursos econômicos provenientes dos setores públicos e/ou privados, nacionais ou estrangeiros, notadamente por meio da elaboração de projetos socioculturais

e de desenvolvimento. A partir de uma perspectiva etnográfica comparativa serão estudados os contextos de duas comunidades pertencentes a dois diferentes povos no estado da Bahia - Coroa Vermelha e Serra do Padeiro, dos povos Pataxó e Tupinambá, respectivamente -, as quais se encontram em estágios diferentes no que se refere à familiarização com essas fontes de recursos, número de pessoas qualificadas para essas funções, domínio das ferramentas necessárias à elaboração de projetos, contínua parceria com instituições não-indígenas e experiência na execução dos projetos eventualmente aprovados. Não obstante suas particularidades, nos dois contextos é visível uma reorganização sociopolítica que privilegia um estrato social mais jovem, fundamentalmente composto por professores indígenas, na medida em que são eles os principais agentes na confecção e desenvolvimento de projetos. São eles, portanto, os detentores de um novo conhecimento e uma nova linguagem reconhecidos socialmente como indispensáveis ao acesso a recursos que permitirão a melhoria das condições de vida locais e reafirmação da identidade étnica. Do ponto de vista comunitário, a maior habilidade para a elaboração de projetos apresenta um paradoxo: se por um lado possibilita uma maior autonomia econômica e política face ao Estado - no sentido de que serão implementados projetos elaborados e geridos pelas próprias comunidades -, por outro tem desenvolvido novas formas de dependência relacionadas não apenas ao Estado, mas a outros agentes externos - essencialmente organizações internacionais e empresas privadas. Ademais, a gestão desses novos recursos financeiros é obrigatoriamente realizada mediante a criação de associações e/ou cooperativas que resultam na reestruturação sociopolítica comunitária, por vezes acirrando conflitos internos.

Mironga: extermínio, estado e diversidade dos povos de terreiros na construção da democracia nos anos 60/70 no RN.

AUTORES/AS: MARIA RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA

A presente pesquisa tem como análise a ação militar do estado através do grupo de extermínio mão branca e os povos de terreiros do RN. Onde ação desse grupo se caracterizava por excelência no extermínio aos adeptos do culto da jurema sagrada e umbanda e a repercussão dessas ações na participação política,

cidadania e direitos a cultura e a diversidade no período pós-ditadura para esses povos. A compreensão do que é estado, política pública e inclusão social para os terreiros na contemporaneidade traz resquícios de traumas vivenciados por essa população e consequentemente, ausência dos terreiros nos espaços de fomento, debate e elaboração das políticas públicas de defesa aos direitos humanos, bem como, estrutura as condições históricas de desigualdades sociais que permeiam o desenvolvimento da democracia, o acesso as políticas públicas básicas de atendimento como educação, saúde e cultura. Mesmo diante das transformações sociais e da construção de uma agenda política interdisciplinar que fomenta as ações do estado, o rio grande do norte se caracteriza pelo menor índice de efetivação das políticas públicas nacionais de inclusão dos povos negros, sua cultura e diversidade, como também, possui a menor participação e organização dos povos de terreiros do nordeste. Esse panorama reflete o contexto histórico e social que o estado impôs com a presença durante duas décadas, período da presente pesquisa, de opressão e terror, onde o grupo de extermínio mão branca atuou diretamente sobre os terreiros. Através de análise de dados, como prisões, escolaridade e desaparecimentos, relatos orais e manchetes jornalísticas analisamos por dois anos a intrínseca relação entre o desenvolvimento e inclusão dos povos de terreiros na sociedade potiguar. Percebemos que as mortes, torturas e prisões para os juremeiros e umbandistas, são vividas como “coisas” do estado, política de estado e formas de representação do estado, dificultando o debate sobre a importância das políticas públicas e a participação desses povos, assim como, ainda que se encontra presente no aparato policial ideias preconcebidas sobre os adeptos do culto da jurema sagrada e umbanda, de modo, que os terreiros ainda passam por violência policial e tem naqueles que deviam proteger como os reais agressores. Assim, somados presente e passado de um estado opressor e um estado de direitos, com políticas públicas de inclusão, agendas sociais temos um resultado bem abaixo dos avanços nacionais, em todas as regiões do país, na correlação de força entre participação e efetivação de políticas sociais para povos de terreiros. Temos entre os povos de terreiros do nordeste o menor índice, segundo o IBGE, como declarados juremeiros, umbandistas, etc, o menor índice de escolarizados e com acesso as políticas públicas básicas. Ocupando as periferias, residindo em locais inóspitos e segregados, os povos de terreiros do RN, busca construir

um novo histórico de sobrevivência na exclusão social. Percebemos nos relatos sobre as memórias sobre o período de 60/70, que essa população teme o estado, a polícia e a política, os tens em desconfiança e estranheza quando abordadas as atuais temáticas de inclusão social dos mesmos na agenda pública, as questões Como? Porque? E quais as razões dessas políticas públicas agora? Permeiam os debates nas esferas de participação social desses povos. Em três conferências de elaboração de políticas públicas de combate à desigualdade social, temos registrados a participação de somente oito casas de terreiros em universo de cinco mil terreiros no RN, em relação ao ensino da África nas escolas temos apenas cinco escolas que aderiram ao programa do MEC, e em ações de combate a fome o atendimento com cestas básicas apenas a 22 casas de terreiros, em experiências em projeto sociais de fomento a cultura e a diversidade apenas há um registro, o instituto terreiros do futuro. Em contraste com esses dados, temos um alto índice de denúncias de agressões, violência e opressão policial nas casas de terreiros. A permanência dos índices de violência contra povos terreiros nas últimas quatro décadas não diminuiu, com crescente informação que elevou os registros teve um aumento considerável na capital em relação as demais capitais nordestinas. Assim, traçando uma linha do tempo histórica, política e social percebemos a atuação do estado como ausente e quando presente opressora, o que gerou um total distanciamento das esferas de participação política na elaboração, efetivação e controle das políticas públicas de construção da diversidade e da cultura afro-religiosa. A emancipação, sustentabilidade e democracia como sujeitos de direitos ainda se encontra em esferas de construção social para os povos de terreiros do RN. Repercutindo no local, espaços conquistados nacionalmente, ainda temos uma forte presença de um estado oligárquico, opressor e desumanizado, que não permite a construção de uma agenda que absorva as políticas públicas nacionais.

O Popular e a Política Cultural: uma análise crítica do discurso da cultura popular

AUTORES/AS: JOCASTRA HOLANDA BEZERRA, ALEXANDRE BARBALHO

O presente trabalho analisa a discursividade da cultura popular na política cultural e, sobretudo, o desencadeamento de uma autodiscursividade, composta por narrativas conflituosas e consensuais entre os sujeitos de direito da política e entre

estes e a política cultural. Nessa perspectiva, a política cultural é compreendida a partir da sua dimensão política e simbólica, capaz de induzir a produção e redefinição das estruturas da identidade e das condições de hegemonia do discurso da cultura popular na contemporaneidade. No Brasil, a cultura popular sempre esteve atrelada à problemática da identidade nacional, assumindo distintas formas ao longo da institucionalização das políticas culturais no país. Entretanto, no Brasil contemporâneo, o interesse do Estado em promover a cultura popular tomou uma nova ascensão. Nas últimas décadas, a cultura vem assumindo uma crescente centralidade e uma dimensão importante no projeto político de desenvolvimento e de construção da cidadania. Diante desse cenário, a presente discussão situa-se na atual renovação discursiva das políticas públicas de cultura destinadas a promover e a valorizar as culturas populares, tidas como as principais representantes da diversidade cultural brasileira. A análise é feita a partir da Teoria do Discurso dos filósofos Michel Foucault (2008), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987), com o objetivo de apreender os conflitos, as relações de poder e as práticas articulatórias presentes na disputa por uma narrativa legítima da cultura popular entre os sujeitos do discurso. Para isso, o trabalho apresenta os usos e as construções conceituais presentes na política cultural e a subsequente influência nas significações dos sujeitos, aqui representados por três grupos de cultura popular participantes da ação Ponto de Cultura em Fortaleza, Ceará.

PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO: Tensões, disputas e conflitos socioambientais.

AUTORES/AS: LUIZ EDUARDO PINHEIRO SARMENTO

Este trabalho procura refletir, a partir de experiências locais, sobre a colisão dos programas e empreendimentos desenvolvimentistas sobre os patrimônios culturais, os modos de vida das populações “atingidas” e as tensões que se manifestam em torno das estratégias de invisibilização dos sujeitos, de seus lugares, de seus bens culturais nos processos de licenciamento ambiental, que, em geral, favorecem uma ideologia desenvolvimentista, abstrata e desigual. A ideia é analisar os lugares destinados aos projetos de desenvolvimento como espaço de disputa e confronto entre modos distintos de se pensar o território, seus patrimônios e seus usos. Busca-se, desse modo, realizar um exame acerca das diferentes racionalidades dos grupos

envolvidos e esclarecer os posicionamentos divergentes que indicam um campo produtivo no sentido de apreender os paradoxos, mas também as saídas criativas e originais para os graves impasses que o modelo econômico desenvolvimentista adota na contemporaneidade. É, portanto, no interior desta complexidade de elementos e de articulações que a presente pesquisa pretende interagir, decodificando representações, avaliando resultados, analisando os discursos, práticas e conflitos. O objetivo é fazer uma abordagem antropológica aplicada do desenvolvimento local, pautada numa observação direta das situações concretas de implantação de projetos e de práticas desenvolvimentistas, identificando atores, discursos e cumplicidades, conflitos, interesses, expectativas-representações, dominações-subordinações, estratégias e dispositivos. Justifica-se tal necessidade, em virtude de observar, na prática, um descompasso entre a alegação da pretensa importância dos empreendimentos e o respeito, por exemplo, às questões patrimoniais e às concernentes aos impactos sociais. Normalmente, quando não ignoram, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), por exemplo, não apresentam diagnóstico suficiente do arranjo sociocultural dos grupos, não esclarecem a lógica das organizações socioeconômicas e culturais que sofrerão alterações com o empreendimento; bem como não desenvolvem estudos qualitativos que envolvam a memória, as práticas, os usos, as dinâmicas culturais, a produção, entre outros aspectos, furtando-se de esboçar o caráter peculiar e rico dos bens patrimoniais (materiais e imateriais) que serão afetados. Entende-se, por conseguinte, que a complexidade da questão nos coloca diante de questionamentos não só em relação aos efeitos, de um ponto de vista objetivo, sobre o meio biótico, físico e antrópico, mas, acima de tudo, para as mudanças de escala espacial e temporal de outros problemas e impactos negativos, na rede de relações sociais que se estabelecem entre os vários segmentos da sociedade, ultrapassando a esfera do local, do visível e do imediato.

Política local, autonomia e posse da terra na Fazenda Machadinha (Rio de Janeiro/Brasil)

AUTORES/AS: ANA CLAUDIA CRUZ DA SILVA

A Fazenda Machadinha é uma comunidade certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, órgão do governo brasileiro

responsável pelo início do processo de regularização fundiária de terras quilombolas, em 2006, que ainda aguarda sua titulação definitiva. Ela pertence ao município de Quissamã, localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Sua designação como comunidade remanescente de quilombo deve-se ao fato de que seus moradores são descendentes de ex-escravos que continuaram a viver na fazenda, mais precisamente nas senzalas, após a abolição da escravidão no Brasil como trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar, principal produto econômico da região. As terras da antiga fazenda passaram a pertencer a um engenho, até serem compradas pela prefeitura do município em 2001, quando a empresa estava em vias de falência. Desde então, o governo municipal passou a investir na comunidade: reformou e ampliou as antigas senzalas e transformou alguns prédios deteriorados da fazenda em equipamentos turísticos, como um restaurante e um memorial. Em 2008, a prefeitura, através de um decreto municipal, reconheceu a posse das terras aos moradores de Machadinho, o que trouxe limitações e implicações políticas à elaboração do laudo antropológico de reconhecimento da terra quilombola e à autonomia da comunidade. A proposta da comunicação é, a partir de recente pesquisa etnográfica, refletir sobre tais implicações nas relações entre a comunidade e o poder político local.

Políticas e gestão públicas de cultura: diversidade cultural em uma perspectiva intercultural

AUTORES/AS: ALICE PIRES DE LACERDA

O texto propõe uma reflexão acerca do desafio contemporâneo de pensarmos políticas e gestões públicas voltadas para a diversidade cultural, já que o tema vem suscitando debates que extrapolam o espaço acadêmico, congregando pesquisadores, movimentos sociais, artistas, políticos, e se expandindo para além dos interessados no campo cultural. Uma das questões centrais sobre a qual se debruçam os interessados nesse debate é a de como delinear políticas públicas de cultura que possam contemplar a diversidade cultural, seja ela de um país, estado ou cidade. Ou ainda, como realizar gestões públicas para a proteção e promoção da diversidade cultural? Pensadores e pesquisadores do campo cultural se desdobram em contribuições através das suas análises e críticas, dentre as quais se destacam aquelas voltadas para debater o papel do Estado na formulação e

implementação de políticas culturais pautadas na diversidade cultural. Contribuir para o campo das idéias entorno desse desafio é a proposta desse artigo. Iniciamos traçando uma breve análise de como a diversidade cultural vem sendo tratada como objeto de políticas culturais e gestões públicas no Brasil. Reconhecemos avanços nas políticas culturais no sentido de contemplar a diversidade cultural do país, com destaque para a esfera federal da gestão pública da cultura no Brasil. A última década foi especialmente estimulante tanto para o debate quanto para a implementação de políticas e gestões públicas de cultura focadas em abarcar a diversidade cultural. Destacamos políticas e gestões culturais que tiveram avaliação positivas no trato da diversidade cultural brasileira, como o Programa Cultura Viva que apostou na dimensão cidadã da cultura e no financiamento direto do Estado à instituições e grupos culturais de diferentes regiões do país. Por outro lado, apontamos políticas de identidade desenvolvidas nessa mesma gestão do MinC que reduzem a discussão da diversidade ao campo das políticas e projetos voltados para etnias e minorias. Continuamos delineando um panorama da diversidade cultural enquanto objeto de distintos projetos no campo epistêmico (pluri, multi e interculturalismo). Nesse sentido esclarecemos os contrastes entre os projetos multiculturalismo, pluriculturalismo e interculturalismo que, embora sejam, muitas vezes, utilizadas como sinônimos, apresentam diferentes concepções sobre como perceber e vivenciar as diferenças humanas. Os três projetos se desenvolvem de forma muito distintas no delineamento de políticas e práticas de organizações e instituição sociais, públicas ou privadas. (WALSH, 2009). Alinhamos nossa proposta reflexiva ao projeto de interculturalidade, por entendermos que este questiona os mecanismos de produção da desigualdade, ou diferença colonial (MIGNOLO, 2008), e nos ajuda a repensar a gestão política da diversidade cultural, sob um prisma descolonizador. Avançamos no sentido de pensar o caráter relacional das diferenças que a diversidade cultural demanda e, para isso, encontramos nos estudos descoloniais um horizonte crítico que nos possibilita vislumbrar paradigmas outros que nos ajuda a enfrentar o desafio posto. Um paradigma outro que reclama uma perspectiva intercultural para as políticas e a gestão da cultura, onde exercer os direitos culturais é também exercer o direito de ser e pensar diferente, combatendo a hegemonia de uma monocultura moderna colonial. No centro dessa questão está a necessidade de um estado pluriétnico e

pluricultural que reconheça a diversidade de etnias e culturas que conformam uma nação e que precisam ser pensadas e desenvolvidas equitativamente através de políticas e gestões públicas interculturais. Por isso, defendemos que o esforço intelectual de desnaturalizar as fórmulas e modelos políticos a que somos submetidos e reproduzimos precisa ser somado ao exercício de identificarmos formas e modelos outros de organização e prática política e de conectá-los numa rede de diálogo permanente, a partir de negociações democráticas. Esse exercício nos permitirá abordar de forma intercultural as políticas e a gestão públicas de cultura.

Reflexões sobre o ciberativismo: Pontos de Cultura, Redes e Política Pública Cultural

AUTORES/AS: ARIEL FERREIRA NUNES

Resumo: Neste artigo concentrarei minha análise na rede virtual dos Pontos de Cultura: um espaço de comunicação virtual entre artistas e produtores culturais. Enquanto política pública cultural, os Pontos de Cultura foram inaugurados durante a gestão do Ministro Gilberto Gil em 2004, com a finalidade de fomentar artistas que não foram incluídos nas políticas públicas culturais antecedentes. Os artistas e produtores culturais responsáveis pelo “Ponto” de sua comunidade, bairro, cidade ou estado são conhecidos como ponteiros - e serão aqui observados como os principais mediadores entre artistas e os gestores públicos. Entretanto, para além das atividades culturais que ocorrem em cada Ponto de Cultura, proponho aqui analisar a forma de organização virtual dos ponteiros. Trata-se de uma rede colaborativa, dividida em grupos virtuais referentes aos Pontos de Cultura de certo município, cidade, estado ou capital, de modo que todos os ponteiros do país estão em contato através dessa rede virtual. Nesta rede virtual dos Pontos de Cultura indico a existência de um ciberativismo entre os ponteiros, pois a rede é caracterizada como um espaço de reivindicação, questionamento e organização política. Um espaço virtual de programação das atividades culturais dos Pontos, mas também, um instrumento para pressionar e provocar diálogos com os gestores públicos. Portanto, proponho analisar o uso da rede virtual dos Pontos de Cultura como instrumento privilegiado de expressão política.

Um olhar sobre a diversidade dos educativos da Fundaj

AUTORES/AS: MARIA CLARA MARTINS ROCHA, MARIA JOSÉ GONÇALVES

Os programas educativos nos diferentes equipamentos culturais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), considerando os Campi Museológicos Museu do Homem do Nordeste, o Engenho Massangana e o Espaço Cultural Mauro Mota, vêm construindo, de maneiras diferentes e em tempos diferentes, ações educativas que promovem a difusão do conhecimento e a autonomia, bem como a interação com esses espaços. As ações de mediação cultural atingem públicos variados através de propostas de formação. Para isso, são realizadas diversas atividades, que demandam uma sistematização e um processo avaliativo capaz de abranger todas as questões que tangem às construções conceituais e metodológicas que vêm sendo construídas de modo adequado à cada espaço.

Esses espaços possuem uma identidade, que se constrói com equipes diferentes, diferentes maneiras de formar e preparar essas equipes e projetos e programas que também se diferenciam. Existem, em distintas dimensões, aproximações com diálogos contemporâneos no que tange à mediação cultural, à diversidade cultural e ao pensamento complexo.

Esse artigo visa lançar um olhar sobre essa diversidade e enfatizar um processo de apropriação conceitual que se instaura como uma política geradora de autonomia e de diversidade dentro desses espaços culturais. Esse olhar se constrói a partir de um processo de consultoria instalado entre setembro de 2013 e maio de 2014, para gerar reflexões e para acolher essas diferenças em busca de uma unidade conceitual e metodológica. E, juntamente com ele, construções interpessoais e descrições de heterogeneidade se instauram. Um ponto de encontro que destaca-se diante de tantas diferenças é a mediação cultural, conceito que nasceu com autonomia, construído de maneira empírica e que vem sendo debatido com a finalidade de trocar e construir juntos a unidade conceitual dos educativos da Fundaj, que preserva essa diversidade e acolhe as diferenças. O significado dessa autonomia é relevante para o contexto tanto institucional, quanto da mediação cultural em âmbito nacional, uma vez que não está preso a formatos e a regras pré-estabelecidas. Assim, esse texto evidencia as diferenças na perspectiva da construção de diálogos entre os espaços, discutindo a importância da autonomia, tanto dos sujeitos quanto da instituição, nessa construção e propondo um inter-

relacionamento complexo e dialético que promova a reflexão sobre a construção da diversidade cultural nas sociedades contemporâneas.

Usos e sentidos da cultura nas políticas públicas de turismo

AUTORES/AS: DANIELA CARUZA GONÇALVES FERREIRA, JOYCE KELLY DA SILVA OLIVEIRA, BRUNA LORRANY DE CASTRO
ARAÚJO, JÚLIA MARIA DIAS CARVALHO PAES

Como um emergente projeto de desenvolvimento que vem se consolidando nas últimas décadas no país, o turismo proclama como um de seus elementos centrais a diversidade cultural. Contudo, cabe refletir: como a cultura é tratada nos discursos e práticas predominantes no turismo? A “cultura”, com tantas aspas que possamos empregar pela variedade de usos que admite dentro desse contexto, pode se configurar tanto como produto consumível (por parte do turista) e explorável (e com relativo baixo custo, por parte dos empresários e da administração pública), quanto como objeto de políticas públicas e instrumento de resistência local. O que podemos perceber é que, em diferentes situações e dependendo dos atores envolvidos, são acionados diferentes conceitos de cultura e atribuídos diferentes valores à diversidade cultural no processo de desenvolvimento turístico. Nossa questão central é, portanto, compreender como se articulam essas diferentes dimensões nas políticas públicas de turismo no Brasil. Para isso, analisamos a legislação vigente, documentos oficiais e publicações específicas do Ministério do Turismo, bem como algumas ações de programas e projetos desenvolvidos para o setor.

COORDENADOR/A: CARLA DA COSTA DIAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), CALEB FARIA ALVES (UFRGS)

DEBATEDOR/A: LÍGIA DABUL, PATRICIA REINHEIMER

A arte tem sido tema de discussão presente em diversos fóruns, indicando uma renovação no modo de pensar os objetos, materiais e imateriais, e sua dimensão estética. Aparece como tema central de investigação voltado para variadas práticas artísticas – teatro, dança, música, literatura, artes visuais e as chamadas artes integradas. A associação cada vez mais frequente que esses estudos propõem entre arte e direitos humanos, entre arte e identidade apontam para a relação com agências culturais, públicas ou privadas, que promovem o fazer artístico em rede, através de programas que envolvem, por exemplo, os chamados Pontos de Cultura. Partindo desses desdobramentos, do enfoque da arte para o desenvolvimento da antropologia, o Grupo de Trabalho Arte e Antropologia pretende se deter em resultados de investigações recentes, dando continuidade a discussões iniciadas noutros encontros e criando novas interlocuções entre pesquisadores. Interessa-nos refletir sobre criação e produção, sobre a forma como grupos sociais tem elegido a arte elemento central de sua existência social e assim construindo sua trajetória artística e cultural, como têm vivenciado as transformações sociais, políticas e culturais, principalmente no contexto urbano e como esses processos vêm provocando agências de fomento a incorporar essas novas estéticas por meio de seus editais.

A Casa do Jongo: uma forma de reafirmação da arte jongueira

AUTORES/AS: ALINE OLIVEIRA DE SOUSA, RENATO MENDONÇA BARRETO DA SILVA

Este artigo tem como objetivo analisar as relações e transformações ocorridas no interior das experiências pedagógicas da Escola de Jongo da Serrinha (2001/2013), e mais recentemente na Casa do Jongo (2013/2014). Observamos que o processo de ensino-aprendizagem na ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha tem as expressões artísticas como base para as formações sócio educacionais de crianças e jovens, e o jongo também alicerça o diálogo com a ancestralidade africana. Durante quatro anos de intervenções junto à escola, percebemos a utilização do espetáculo como uma estratégia de ensino. A partir de 2014, com algumas mudanças na estrutura pedagógica para a criação da Casa do Jongo, há a pretensão de se retomar métodos educacionais informais.

Como pesquisa em andamento, entendemos que os protagonistas do Jongo da Serrinha tentam criar na atual/futura Casa do Jongo uma ambiência experimentada em décadas anteriores, no quintal da Tia Maria do Jongo e no terreiro de Vovó Maria Joana. Desta forma percebemos que através da arte jongueira o passado se (re) atualiza, na figura das biografias dos mais antigos da comunidade.

Experiências Estéticas em Movimento: os saraus e a produção literária na periferia paulistana

AUTORES/AS: LUCAS AMARAL DE OLIVEIRA

Há pouco mais de uma década, tem sido possível observar nas periferias paulistanas dois fenômenos culturais concomitantes. De um lado, a projeção literária de escritores oriundos de bairros mais pobres da capital, que atribuem a si próprios e a seus produtos os adjetivos “marginal” e/ou “periférico”. De outro, o surgimento e a proliferação de instâncias de criação, circulação e consumo de produtos literários, os chamados “saraus poéticos”, que reúnem regularmente centenas de pessoas em todas as regiões de São Paulo e que vêm ajudando a modificar as dinâmicas artísticas desses espaços e as representações acerca da própria periferia. Nesse contexto, gostaria de expor o resultado de minhas análises preliminares acerca do processo de formação de novos escritores da literatura marginal no “subcampo de produção literária periférica” e a comunidade de redes

interpessoais que eles vêm construindo a partir de sua participação em saraus poéticos de São Paulo, desde o início dos anos 2000. Interessa-me saber, aqui, qual o impacto dos saraus na trajetória de moradores de bairros com altas taxas de vulnerabilidade social e pouco acesso ao consumo cultural, vale dizer, como tais espaços de participação e criação artística viabilizam experiências literárias e, assim, possibilitam o surgimento de novos escritores. Quero verificar, com isso, a maneira pela qual eles vêm se inter-relacionando no campo da produção cultural e em que medida se pode vincular experiência literária e participação comunitária dentro desses dois fenômenos artísticos ainda em movimento.

Exposições como objetos de arte: agência e relações na exposição “Maori. Seus tesouros têm alma” no Museu do quai Branly (Paris)

AUTORES/AS: NINA VINCENT LANNES

Este trabalho pretende analisar a exposição “Maori. Seus tesouros têm alma”, que apresentou a arte e a cultura dos Maori – povo nativo da Nova Zelândia – no Museu do quai Branly, em Paris, entre outubro de 2011 e janeiro de 2012. A exposição foi caracterizada como a primeira experiência de “curadoria nativa” realizada na instituição francesa, promovendo interessantes diálogos entre diferentes concepções de arte, cultura material e construção identitária.

Com base nos resultados de minha pesquisa de mestrado, proponho uma análise da proposta curatorial desenvolvida pelo Museu Te Papa Tongarewa da Nova Zelândia, que concebeu a exposição Maori, observando como a expografia cria uma relação estética entre objetos heterogêneos, textos e espacialidade, transformando a própria exposição em um “objeto de arte” e conferindo-lhe agência. Trata-se aqui não apenas da agência de cada objeto, mas sim de uma “agência do display”. Diferentes estratégias expográficas conduzem o visitante por um mundo no qual objetos são “tesouros” (taonga) e carregam mana, têm “alma”; simultaneamente, demarcam os limites do diálogo cultural deixando claro quem deve ter controle sobre estes objetos e as representações e apresentações feitas deles.

Entendendo o objeto-exposição como mediador de relações, exploraremos seu papel de agente no episódio que propiciou a realização da exposição Maori na França: a conclusão do processo de repatriamento de 20 crânios tatuados maori (mokomokai), que por muitos anos pertenceram a coleções etnográficas francesas.

Estes crânios, que segundo as regras culturais Maori não poderiam ser exibidos em museus e deveriam retornar à seu local de origem, foram restituídos ao Museu Te Papa Tongarewa em cerimônia realizada no Museu do quai Branly ao final da exposição Maori. Há, portanto, uma complexa questão diplomática e política que conjuga diferentes cosmovisões relativas à objetos de arte/objetos musealizados, que se materializa no mundo por meio da visibilidade possibilitada pela exposição, que pretende ao mesmo tempo tornar visível a concepção estética dos Maori, demarcar sua luta identitária por meio da autorrepresentação e invisibilizar os objetos repatriados perante os olhos dos “outros”.

Políticas Culturais para Povos Indígenas: algumas reflexões a partir da ação do Museu do Índio

AUTORES/AS: RENATA CURCIO VALENTE

A proposta deste trabalho pretende compartilhar indagações e questões suscitadas a partir de uma pesquisa iniciada recentemente, que tem como objetivo refletir sobre a atuação do Museu do Índio, instituição que se encontra dentro da estrutura da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, no campo das políticas culturais para povos indígenas.

A partir de 2010, com o processo de reestruturação da Funai pelo Decreto no. 7056, de dezembro de 2009, o Museu do Índio passou a ter a atribuição de execução da Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, anteriormente sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Artesanato – CGART, o que alterou significativamente sua lógica de atuação antes baseada em trabalhos de pesquisa visando à constituição, conservação e guarda de acervos etnográficos e documentais (arquivísticos), e de organização de exposições etnográficas. Assim, o Museu do Índio passou a analisar e selecionar solicitações que vinham de povos indígenas de várias regiões do país, encaminhadas pelas Coordenações Regionais da Funai. Foi criado para isso um “edital” interno para o apoio a projetos destinados ao desenvolvimento de atividades culturais pelos povos indígenas, que está na 5ª edição este ano. Juntamente com o Ministério da Cultura, o Museu do Índio tem assim um papel estratégico no âmbito das políticas culturais governamentais para povos indígenas.

O intuito deste trabalho é buscar trazer para reflexão as estruturas governamentais

existentes para lidar com as políticas culturais para os povos indígenas, centrando foco no Museu do Índio. Pretende-se ainda analisar certas políticas culturais específicas, destacando-se a promoção de festas, celebrações e rituais e as políticas para o desenvolvimento da cultura material visando a geração de renda para os povos indígenas. Além disso, buscaremos discutir a incapacidade das estruturas do Estado em lidar com transformações observadas nas práticas culturais e sociais dos povos indígenas, entre elas o seu processo de urbanização.

Reis de Boi em São Mateus: motivação, fé e devoção.

AUTORES/AS: GISELE LOURENÇATO FALEIROS DA ROCHA, CARLA DA COSTA DIAS (PPGAV/EBA/UFRJ-RJ)

Neste artigo discorreremos sobre a manifestação de Reis de Boi, presente na cidade de São Mateus/ES. Os Reis de Boi compõem o conjunto de expressões da cultura popular brasileira que prestam devoção aos Santos Reis. Ao mesmo tempo, incorpora o auto do boi, presente em muitos folguedos existentes pelo Brasil afora, cada um a maneira de sua região: Bumba-meu-Boi no Maranhão e Ceará, Boi-Bumbá no Amazonas, Boi-Calemba no Rio Grande do Norte, Boi de Mamão em Santa Catarina e Reis de Boi no Espírito Santo. De tempos em tempos, em diferentes locais do Brasil as manifestações do Boi foram incorporando adaptações regionais, integradas a diferentes contextos que fazem parte do cotidiano e da vida de muitos brincantes. Nas festividades de Reis de Boi toda a sua realização relaciona a confecção de roupas, máscaras, chapéus, caracterização de personagens imaginários, devoção aos Santos Reis, mutabilidade de espaços, elaboração de cantigas, sendo a cada ano uma nova brincadeira. Os grupos expressam seus “jargões” particulares: cantorias, sons, lendas de origem e às vezes prestam homenagem a outros santos, além dos Santos Reis. Sendo assim, cada grupo tem uma forma própria a de se organizar e de constituir a sua própria imagem, enquanto grupo para seus integrantes ou para o público e para os outros grupos. Entretanto, embora os grupos de Reis de Boi tenham uma interação com a vida cotidiana, festiva e religiosa da cidade pouco, ou quase nenhum incentivo é dado a sua manutenção, preservação, organização. A tradição se mantém viva pela motivação espontânea de seus praticantes, por atos de fé e devoção aos Santos Reis. Com a observação e pesquisa participativa na Manifestação Cultural de Reis de Boi buscou-se a utilização de metodologias fundamentadas na Antropologia

e dessa maneira compreender os mecanismos que operam na organização e manutenção dos grupos de Reis de Boi. Portanto indagamos: haveria uma relação intrínseca entre os espaços/cenários e a continuidade da manifestação de Reis de Boi? Podemos considerar que a mutabilidade de espaços e cenários motiva a presença de tantos praticantes brincantes, devotos, apreciadores, enfim de todo o público de Reis de Boi? Em que medida a multiplicidade de referências étnicas, imaginários, referências do cotidiano, religiosidade, encontram-se relacionadas a presença de tantos grupos dessa manifestação? Em São Mateus, encontramos muitos praticantes, pelo menos 15 grupos ativos, e além de trocas culturais observa-se a presença do sincretismo, vivenciado por jongueiros e brincantes dos Reis de Boi, com o culto a São Benedito protetor dos negros e aos Santos Reis, louvação à São Sebastião, sendo uma coexistência e justaposição de devoções distintas.

A cultura em questões

AUTORES/AS: CARLA DA COSTA DIAS, CALEB FARIA ALVES

O setor de serviços e as políticas públicas têm feito um uso cada vez mais intenso do conceito de cultura. Proliferam cursos de gestão, programas de governo e pesquisas que se apresentam como diretamente concernentes a esse campo. Os dois últimos procuram, no entanto, suporte nas enquetes investigativas. Esta apresentação abordará comparativamente o conteúdo desse termo, explícito ou não, em algumas dessas enquetes no Brasil, América Latina e Europa. Como primeiro passo procuramos destacar os condicionantes pressupostos ao consumo de bens culturais nas enquetes e o quanto eles estão ligados ao próprio campo cultural. Ou seja, entender as mudanças nas formas como a cultura é usada como acessória a preocupações que lhe são externas. Um parâmetro importante é destacar o quanto o gosto aparece enquanto elemento de imposição distintiva e não apenas como possibilidade gerada por uma faixa de renda. Num segundo momento procuramos verificar como os setores público e privado se articulam na produção e uso desses dados, mantendo o foco nas definições. Nessa etapa, entra em pauta também a academia e as redefinições recentes do papel dos intelectuais.

Âmbitos de Produção da Arte Contemporânea e Circuitos de Comércio: um conviver?

AUTORES/AS: BRUNA WULFF FETTER

Esta apresentação se propõe a abordar questões que permeiam o sistema da arte contemporânea de forma cotidiana, mas que ainda são debatidas em um escala reduzida em termos teóricos: as condições de produção de determinada obra e suas relações de comercialização. Tomando as feiras de arte como um circuito comercial que vem crescendo em relevância e amplitude de atuação de maneira significativa na última década, a ideia central seria questionar em que medida as demandas de ordem comercial tem direcionado / podem direcionar os resultados da produção artística ali presente. Dito de outra forma: o mercado estaria influenciando a produção artística a ponto de alterá-la de forma significativa? De que maneira (através de preferências por suporte, técnica, tamanho, peso, temáticas mais palatáveis ao grande público)? Colocando tais questões, a intenção seria estabelecer também a existência ou não de uma “arte para feira” e determinar minimamente seu perfil. Ao traçar tal linha, se pretende verificar a relação entre o que a conteria e o que estaria “fora” desse limite. Ou como distintos tipos de produções, suas possibilidades de existência institucionais, formas de financiamento – além de outras formas de troca, que não as comerciais – estariam convivendo, sendo viabilizadas e legitimadas no sistema da arte contemporânea.

Arte afrobrasileira: contornos dinâmicos de um conceito

AUTORES/AS: NELMA CRISTINA SILVA BARBOSA

O trabalho apresenta as principais tendências para a abordagem do conceito de arte afrobrasileira, bem como alguns dos seus autores. Ressalta importantes teóricos que se tornaram referência para a temática. Apresenta as principais tendências do conceito, bem como ideias que as sustentam. Os estudos realizados sobre os acervos da polícia foram fundamentais para um entendimento inicial sobre arte afrobrasileira, tais como as análises desses objetos, realizadas por Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Clarival do Prado Valladares. Nos anos 1930 e 1940, alguns negros começaram a ser inseridos como artistas populares ou primitivos, ampliando o locus de criação para além dos espaços religiosos. Na segunda metade

do século XX, a produção dos negros do Brasil passa a integrar o que a história da arte convencionou chamar de Arte Popular e que, em seguida, rebatizou como Arte Primitiva. Clarival do Prado Valladares foi um dos críticos de arte que se empenhou bastante em pesquisas sobre os artistas negros nos anos 1960. No entanto, os estudos nesse campo ressurgiram com intensidade no país a partir do centenário da Abolição da Escravatura, em 1988. Nosso trabalho descreve o panorama da construção do conceito de arte afrobrasileira, sua relação com os estudos sobre os negros, e a visão contemporânea do tema. Aponta aspectos históricos do surgimento desses estudos e sua relação com a história da arte e com a questão da identidade nacional. Compreender o que é a arte afrobrasileira não tem sido tarefa simples. Mas esse não é problema apenas dos artistas que se afirmam como negros e mestiços. Artistas brancos, de ascendência europeia, também se envolvem com a temática. Salientamos que a abordagem racista ressoou - e ainda ressoa - em todo o sistema oficial da arte, que é composto não só pela academia, mas por galerias, museus, colecionadores, entre outros elementos que se articulam para definir o que é ou não é arte. Porém, não é possível analisar a produção artística afrobrasileira desconsiderando as peculiaridades dessa população. A desigualdade que conduz a inserção social dos descendentes de africanos escravizados resultou em subjetividades e sensibilidades próprias, marcadas pela experiência negra no Brasil. Falar da arte dessa população isolando-a formal e tecnicamente não torna possível uma análise mais abrangente. Tampouco torna-se inteligível uma arte desconectada do imaginário da cultura afrobrasileira. Isolá-la em um território essencialmente negro também não facilita sua compreensão, uma vez que os conflitos e as tensões entre as culturas europeias e indígenas se fazem presentes nas expressões culturais do Brasil.

Do vazio às coleções: o acúmulo de documentos e objetos como forma de construção de si

AUTORES/AS: PATRICIA REINHEIMER

Nas décadas de 1930 e 1940 o Brasil recebeu uma leva de migrantes alemães judeus fugindo da ascensão do nacional socialismo ao poder. A entrada desses migrantes de guerra mudou a paisagem intelectual brasileira. A chegada a um novo mundo é também o encontro com o vazio de uma identidade a ser redescoberta. Nesse

trabalho intencionamos investigar o processo constituição de acervos documentais e de coleções de objetos como forma de construção de uma identidade migrante. O colecionamento é visto como metáfora para descrever o processo vivido e através dos objetos a subjetividade e a relação com a sociedade que os acolheu. Isso será feito a partir do arquivo de documentos e das coleções do casal Olly e Werner Reinheimer, alemães migrados para o Brasil na década de 1930

Moda e Economia Criativa: organismos internacionais, agentes políticos e redefinição das fronteiras artísticas

AUTORES/AS: HELOISA HELENA DE OLIVEIRA SANTOS

A Organização das Nações Unidas (ONU) possui uma série de entidades que atuam em áreas específicas com o objetivo de tratar dos temas fundamentais que interferem e/ou contribuem para o desenvolvimento das diversas sociedades. Entre elas está a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad, em inglês – responsável no Sistema ONU não apenas, como já indica seu nome, pelo tratamento dos assuntos relativos ao comércio e ao desenvolvimento, mas também pelos temas relacionados, como finanças, tecnologia, investimentos e empreendedorismo. Em 2010, a Unctad lança o documento intitulado “Relatório da Economia Criativa”, recentemente traduzido para o português pelo Ministério da Cultura, em que são discutidas questões referentes ao tema da Economia Criativa. Neste relatório, práticas artístico-culturais até então não definidas como essencialmente criativas foram assim categorizadas, sendo este o caso da Moda, setor que interessa a esta pesquisadora e que é discutido em sua tese de doutorado. As questões relacionadas à Economia Criativa vêm recebendo uma atenção especial no Brasil, o que pode ser verificado pela formalização de uma secretaria de governo, associada ao Ministério da Cultura (MinC), especialmente criada para se dedicar ao tratamento dos assuntos relativos ao setor, a Secretaria de Economia Criativa (SEC). Nesta apresentação, pretendo discutir algumas apropriações do “Relatório da Economia criativa” realizadas por agentes do campo da moda, apontando como esta indústria vem reavaliando suas atividades a partir desta aproximação com as áreas criativas. Trarei ainda alguns indicativos sobre a relação entre estes agentes e o Ministério da Cultura (MinC), centralmente as ações que vem sendo empreendidas por meio da Secretaria de Economia Criativa (SEC) que

visam transformar a moda em uma espécie de porta voz de ações econômicas do governo no exterior.

Chamando a mulher bárbara: Trânsito entre exílio e memória na criação cênica do Ói Nós Aqui Traveiz

AUTORES/AS: PAOLA CORREIA MALLMANN DE OLIVEIRA

O pôster mostra a releitura do mito de Medeia na criação cênica do grupo de teatro popular Ói Nós Aqui Traveiz de Porto Alegre. A partir de pesquisa etnográfica, abordo como as percepções sobre a personagem mítica se relacionam com a escolha estética do grupo de incluir na escritura cênica relatos, depoimentos, cartas e testemunhos de mulheres reais que tiveram fortes experiências de algum tipo de violência. Utilizando de imagens e de textos da pesquisa, mas também textos que se inserem no espaço cênico é através da instância da voz que traço as articulações da rede de significados instaurados pelas performances, criadoras de lugares de fala e de escuta a partir das bordas, das margens, do exílio. Fruto da pesquisa cênica do Ói Nós elaborada a partir de métodos de trabalho próprio que identificam a figura do ator como o ator integrado ao ativista político, o foco é como a linguagem teatral promove e amplia discussões políticas em interação direta com o público na prática de produção de releitura de uma obra clássica que também é a reinvenção de um espaço de exposição. Destaco na teatralidade do Ói Nós Aqui Traveiz os principais elementos desta criação reunidos no eixo da voz feminina e o lugar de sua história, o papel do posicionamento político crítico, consciente e solidário nas relações de contato/alteridade diante de modelos de sociedade oprimido-opressora, os processos de justiça social e de cura através do resgate da memória mesclada com a valorização de saberes ancestrais.

Etnografia do Imaginário Infantil: uma experiência com crianças que ouvem espetáculo de Contação de histórias na capital do Pará

AUTORES/AS: CARLA MELO DE VASCONCELOS, RENILDA DO ROSÁRIO MOREIRA RODRIGUES BASTOS, FLÁVIO LEONEL ABREU DA SILVEIRA

Esta pesquisa etnográfica visa contribuir com o processo de expansão da Contação de Histórias na cidade de Belém, a partir das relações existentes entre Antropologia e Literatura. Procura-se, assim, tecer uma análise das concepções acerca do

imaginário e suas implicações no momento que a criança ouve histórias. Nessa travessia, fez-se um percurso pelos estudos do Imaginário de Gilbert Durand e seus comentaristas. Para tanto, foi necessário debruçar-se pela pesquisa bibliográfica, leitura de autores do campo da Literatura Infantil e da Antropologia; pesquisa de campo de cunho etnográfico, participação em espaços de Contação de Histórias, oficinas e palestras acerca do tema; realização de entrevistas com contadores de histórias e conversa com crianças e adolescentes. Diante disso, abordaram-se os aspectos performáticos: do gesto, da voz e do olhar do contador de histórias diante da platéia. Três dimensões que na narrativa oral se imbricaram com uma quarta: o imaginário da platéia. Assim, os estudos sobre Zumthor e Benjamin foram de grande relevância para construção da pesquisa. Pelo exercício do contar e do ouvir, a relação intérprete e ouvinte se estabelece: na voz e vez da Contação de Histórias.

Música eletrônica de pista (MEP) e tecno-estética: a tecnologia e o ritmo na interação entre DJ e pista de dança

AUTORES/AS: RAFAEL DA SILVA MALHÃO

A presente proposta é um esforço que busca evidenciar de que forma DJs de MEP e a pista de dança interagem e se comunicam por meio das mediações técnicas, principalmente, as tecnologias de reprodução sonora e o ritmo, este último se apresenta em diferentes formas, não se restringindo ao ritmo das faixas executadas pelos DJs e dançadas pela pista. A reflexão parte de uma pesquisa de campo que buscava compreender os modos de interação dos DJs com seu aparato tecnológico, no entanto, tornou-se incontornável uma reflexão acerca de uma forma estética específica e não contemplativa que emergia da relação tecnicamente mediada dos DJs e as pessoas que dançam a sua frente. Para levar a cabo a reflexão sobre esta problemática estética não contemplativa da MEP foi necessário um investimento analítico das formas rítmicas mais comuns nos estilos de MEP, a observação do modo de discotecagem de DJs e a concepção que estes têm do que significa discotecar, bem como a observação das reações da pista de dança a forma como o DJ apresenta o seu arsenal sônico. O aporte teórico que se mostrou mais profícuo para este material específico foi à elaboração sobre o pensamento estético apresentado pelo filósofo francês Gilbert Simondon na segunda parte da sua obra “Modo de existência dos objetos técnicos”.

O indígena nas pinturas de Antônio Parreiras: uma leitura republicana

AUTORES/AS: LÚCIA KLUCK STUMPF

Na presente comunicação pretendemos investigar a representação do índio no conjunto da pintura de história de Antônio Parreiras (1861-1937), pintor fluminense que atuou entre os anos de 1883 e 1936. Não é apenas pela quantidade de quadros que o nativo brasileiro está figurado – onze telas entre as cerca de 27 que Parreiras pintou de cunho histórico – que o tema se destaca. O lugar reservado ao índio na narrativa das pinturas e o tratamento pictórico aplicado pelo pintor não permitem que se olhe para a sua produção sem realçar este componente. O índio é um elemento central no discurso histórico narrado por Parreiras através de suas telas. E, especialmente, é pela forma com que é mobilizado que o artista provoca curiosidade no observador atento.

Alguns elementos se repetem, como a posição de protagonista, o ceticismo frente às imposições do colonizador, a pele estranhamente embranquecida quando se trata de demonstrar sua subjugação. São esses aspectos, que aparecem de maneira reiterada na obra indianista de Parreiras, que merecerão um estudo pormenorizado. Acreditamos que é por meio da representação particular do indígena que o pintor afirma um discurso próprio frente aos pungentes dilemas de sua época, tal como pretendemos demonstrar ao longo deste capítulo.

Nos concentraremos nos quadros pintados por encomenda de poderes públicos entre 1900 e 1913. O recorte temporal justifica-se pela preponderância dos temas de descobrimento e fundações, nos quais o nativo figura com maior destaque. Alguns estudos tendem a interpretar essa produção como uma mera continuidade ou retomada tardia do romantismo em voga no século XIX, no entanto, tal análise merece ser revisitada. Além disso, a centralidade conferida ao indígena em sua obra não permite que este personagem possa ser entendido como mero “figurante de ilustração histórica”, como afirma Luciano Migliaccio sobre o papel reservado ao índio nas pinturas históricas realizadas depois do influxo indigenista, que teve sua expressão derradeira na obra *Último Tamoyo* (1883), de Rodolfo Amoedo. Destoando dessas leituras, aventa-se aqui a hipótese de que o índio representado na pintura histórica de Parreiras ocupa posição de destaque nas composições em

diálogo com questões contemporâneas à execução das obras. Ou seja, Parreiras pintou o nativo enquanto personagem central da história, polarizado pelas questões que envolviam o debate indígena em seu tempo, e não como uma retomada tardia ou uma simples continuidade das imagens produzidas durante o Segundo Reinado. As imagens por ele criadas possuem um sentido próprio, que dialoga, de maneira concomitantemente crítica e inventiva, com as tradições iconográficas nacionais.

Sociabilidade e significado: experiências dos públicos das artes visuais

AUTORES/AS: LÍGIA DABUL

Ao analisarmos o comportamento dos públicos frequentadores de exposições de arte e salas de cinema percebemos que a apreciação tanto de objetos artísticos como de filmes está transpassada por inúmeras formas de sociabilidade que têm lugar nesses espaços e momentos de exibição. Nesta comunicação pretendemos analisar interações sociais do público observadas em pesquisas etnográficas realizadas em exposições de artes plásticas de centros culturais e em espaços de cinema, focando sobretudo aquelas que concorrem muito diretamente para a construção de significados sobre obras de arte e filmes, como conversas que têm lugar no tempo e espaço de contato com elas e em situações sociais outras. Ao mesmo tempo, na tentativa de esgarçar a demarcação do que vem a ser o contato ou acesso do público à arte e ao cinema, pretendemos descrever e analisar o quanto essas interações viabilizam também a produção de sentido sobre a própria prática de frequência a essas ocasiões sociais, incidindo sobre a experiência dos indivíduos com a arte, por meio de percepções, por exemplo, sobre “estar lá”, “vendo e sendo visto”, em exposições e sessões de cinema.

“Eu sou aquele que enfrenta e encara o choque”: Rimas e batucadas como ação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

AUTORES/AS: JANAINA DOS SANTOS MOSCAL

A caixa que soa como anúncio de enfrentamento, palavras rimadas e ritmadas que - em cenários de marchas, atos políticos ou noites culturais – parecem compelir corpos militantes às lutas anunciadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST). Nesse sentido, arte, rituais e festas vêm sendo pensados enquanto eixo articulador de ações reivindicatórias e de cunho político, desde Duvignaud (1974), passando por diferentes autores como Turino (2008) e Chaves (2003). Propõe-se, então, pensar não apenas a politicidade contida em músicas rap e batucadas, mas a artisticidade (Menezes Bastos, 1999) de ações tidas como essencialmente políticas no MST, especialmente entre os jovens. Deslinda-se, nesse cenário, práticas musicais e artísticas que apresentam e constituem a relação campo-cidade, pauta hoje considerada central nas reivindicações sem terra. Assim, jovens de trajetórias urbanas, assentados e acampados ou não, começam a dar novos contornos ao movimento social que completou trinta anos de existência, atualizando os significados do que é ser militante numa organização pautada pela reforma agrária e pelo campesinato.

Constitui o corpo etnográfico desse texto, fragmentos de ações, apresentações e conversas durante o II Festival de Artes das Escolas de Assentamento, realizado em outubro de 2013 em Curitiba (PR) e do VI Congresso Nacional do MST, realizado em janeiro de 2014. Destacando-se aqui os grupos de rap Veneno H2 e LPJ Mc's e a batucada da Escola de Samba Unidos da Lona Preta e, pontualmente, também do Levante Popular da Juventude. O primeiro, Veneno H2, oriundo de um assentamento de Ribeirão Preto, conta com quase dez anos de existência e é formado por Jonh Miller Souza, Carlos César (Cesinha) e Paulo Eduardo Pinheiro (Mano Fi), os três assentados e militantes sem terra. Criado em Curitiba, o grupo LPJ Mc's é formado por integrantes do Levante Popular da Juventude e do MST, são eles: Levi de Souza, Diego Zamura, Jane Joffre e Dudu Drewinski. Já a Unidos da Lona Preta, que conta com cerca de 90 integrantes, tem no apito e coordenação da bateria o paulistano Tiaraju Pablo D'Andrea.

Assim, balizam o presente trabalho, leituras que articulam arte, música e política, com destaque para as reflexões sobre o rap e o samba. Em especial aquelas trabalhadas a partir da transposição teórica sobre o gênero discursivo de Mikail Bakhtin (1982, 1991) para a música, encontrado em Menezes Bastos (1995) e Dominguez (2006), entre outros. Também são referência obras voltadas à antropologia da política, a exemplo de Commerford (1999), além de trabalhos voltados à antropologia da arte e da performance. Munições reflexivas para um ensaio acerca dessas formas mais recentes de atuação política dentro do Movimento, onde os limites entre

ação política, performance e arte são diluídos e incitam - como anuncia a música do grupo Veneno H2 que dá título a este trabalho – o enfrentamento com “novas” e “velhas armas”.

“Nunca pinte um cangaceiro”: negociações em torno da identidade regional na trajetória de Francisco Brennand

AUTORES/AS: EDUARDO DIMITROV

A partir da década de 1950, a produção artística pernambucana vivenciou uma aceleração em função do aumento de artistas atuantes no Recife. Instigados pela repercussão da exposição de inauguração do Museu de Arte Moderna de São Paulo Do Figurativismo ao Abstracionismo (marco na importação do abstracionismo geométrico), em 1949, na qual o pernambucano Cícero Dias teve papel fundamental, e pelo início das Bienais de São Paulo, muitos jovens artistas e intelectuais passaram a postular como e o que os artistas locais deveriam pintar. A maioria dos artistas atuantes no Recife dedicava-se à pintura com temas socialmente reconhecidos como “regionais”. Esse era o caso de Abelardo da Hora, Gilvan Samico, Ladjane Bandeira e até mesmo veteranos como Vicente do Rego Monteiro e Lula Cardoso Ayres. O regionalismo – que não se reduz ao Regionalismo Tradicionalista de Gilberto Freyre – tornou-se uma régua para avaliar o valor das obras de artistas pernambucanos. Quanto mais referências telúricas as obras abrigassem, maior o interesse do artista frente aos seus pares pernambucanos e, muitas vezes, aos olhos da crítica do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Francisco Brennand (1927) foi um dos artistas responsáveis pela modernização das artes plásticas de Pernambuco. Ficou conhecido por suas esculturas e painéis espalhados pela cidade do Recife. Oriundo de uma família abastada, Brennand é proprietário de uma indústria cerâmica que, além de produzir suas esculturas e ladrilhos de revestimentos, tornou-se um museu para suas próprias obras e ponto turístico obrigatório da capital pernambucana.

Iniciando seus estudos com artistas locais ainda na década de 1940, como Murillo La Greca e Álvaro Amorim, Brennand seguiu para a Europa onde foi aluno de Fernand Léger no início dos anos 1950. De volta ao Recife, inseriu-se no cenário das artes pernambucanas de modo particular. Tentava construir painéis e

esculturas que fugissem dos padrões regionalistas. No entanto, foi a todo instante ancorado pela crítica local, e do eixo Rio-São Paulo, como um dos artistas mais regionais que Pernambuco teria criado. Suas esculturas, mesmo que formalmente não dialogassem com a iconografia regionalista sedimentada, foi recorrentemente associada à região e à noção um tanto vaga de brasilidade.

A análise da trajetória de Brennand permite vislumbrar as constrições vivenciadas por um artista bem formado que produz a partir da periferia do sistema cultural brasileiro. Permite jogar luz nas relações tensas entre centro e periferia nas artes plásticas e, com isso compreender por quais motivos artistas que optaram por seguir suas carreiras no Recife (fora, portanto, do eixo Rio-São Paulo) tiveram dificuldades em se firmarem no cenário nacional sem que fossem qualificados de artistas regionais ou ingênuos.

COORDENADOR/A: CARLOS FAUSTO (UFRJ), MIGUEL ALFREDO CARID NAVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEBATEDOR/A: CESAR CLAUDIO GORDON JR, CLARICE COHN, CARLOS CESAR LEAL XAVIER

Este GT busca reunir etnografias que articulem arte, ritual e memória. Diversos estudos vêm ressaltando o papel central dos modos de objetificação, da agência das imagens e dos artefatos nas teorias sociais nativas, contribuindo para o redimensionamento do valor dos objetos e da materialidade nas pesquisas antropológicas. Há, ademais, uma generalização de temas que estavam subsumidos à antropologia da arte e aí permaneciam isolados do restante da disciplina. A ênfase crescente na agência das imagens tem permitido conectar os estudos das artes extra-ocidentais às questões fundacionais da antropologia da religião e do ritual. O ritual é um dos eixos para o qual convergem os estudos sobre a materialidade, a pragmática e a constituição de um regime singular de memória coletiva. O ritual com suas possibilidades de elaborar transformações (mais do que simplesmente representá-las) surge como lugar de confluência entre tradição, memória e inovação. O recorte do GT é pluritemático e não-regional, visando propiciar o diálogo entre os diferentes subcampos da antropologia, bem como entre diferentes disciplinas. Como orientação, sugerimos as seguintes chaves temáticas: a relação entre ritual e produção de memória, a escrita e as mnemotécnicas em sociedades de tradição oral, os modos de objetificação e a agência das imagens e artefatos, a pragmática ritual e os atos de fala, a performance e a fabricação corporal.

A memória de outrem: relação, história e canto entre os povos Tikmũ'ũn/Maxakali.

AUTORES/AS: DOUGLAS FERREIRA GADELHA CAMPELO

A proximidade entre parentesco e história anunciada nos trabalhos de Peter Gow (1991 e 2001) aponta para uma historicidade que emana do interior das relações experimentadas pelos Piro. É através dos laços de parentesco desfeitos e refeitos que os Piro dão forma às suas historicidades. Alguns autores tem reforçado essa proximidade no contexto dos povos indígenas atravessando-a com a palavra cantada. Ver por exemplo o canto de Yaniku analisado por Bastos (2001) que abre uma fenda na compreensão das guerras experimentadas no passado pelos Kamayurá. Os cantos yama yama analisados por Naveira (2007) demonstra os afetos produzidos pela dispersão e fragmentação dos grupos yaminawa ao longo do tempo. Se na melanésia podemos dizer que os objetos ao entrarem em circulação nas trocas tornam visíveis a forma e a estética de relações específicas (STRATHERN, 2005) podemos sugerir que os cantos dão forma às relações entre alguns povos indígenas das Terras Baixas da América do Sul. Partindo da aproximação entre canto, parentesco e história minha proposta para esse GT é a de tentar discuti-la a partir do contexto etnográfico dos povos Tikmũ'ũn/Maxakali – situados na região do vale do Rio Mucuri no estado de Minas Gerais. No contexto Tikmũ'ũn/Maxakali, etnografias produzidas recentemente tem dado uma ênfase considerável aos rituais nos quais os humanos experimentam relações específicas com diferentes povos-espíritos, conhecidos como yāmiyxop. Tugny (2008) salienta que as relações com esses diferentes povos é dotada cada uma de uma estética e de um ponto de vista particular que é apreendido através dos cantos. Nesse sentido, me parece que a cada etnografia de um ritual parece estarmos diante de etnografias sobre povos distintos. Por fim, não estamos a elaborar uma etnografia sobre um Ritual Maxakali, mas etnografias acerca da relação dos humanos com o povo-espírito-gavião (CAMPELO, 2009), com o povo-espírito-morcego (ALVARENGA, 2007), com os komayxop (PIRES ROSSE, 2013) ou, no limite, estamos a elaborar etnografias sobre o “devir-outro” dos povos Tikmu'un/Maxakali através dessas relações (TUGNY, 2008). Se, como sugere Strathern (2005) uma relação é ontologicamente anterior à práxis e uma relação só pode possuir forma e estética num devir, isso nos provoca a perguntar como

pensar a memória sob essa perspectiva? Como pensar em uma memória Maxakali se ela se direciona para um campo relacional com o exterior e não para o interior? Faz sentido aproximar essa memória que ocorre através dos cantos da formulação de Deleuze e Guatari (1980) de que a música seria uma espécie de anti-memória? Como esses cantos entoados nos rituais produzem parentesco e história nos povos Tikmuun/Maxakali?

A reiteração do cosmos. Sobre o ciclo ritual do milho para os Mbya

AUTORES/AS: NÁDIA HEUSI SILVEIRA

Neste trabalho irei abordar os rituais que envolvem a produção e o consumo de milho entre os Guarani Mbya, entendendo-os como eventos que produzem uma historicidade peculiar. O ciclo ritual do milho abrange três momentos distintos: tembi'u aguyje, a celebração das primícias da roça; nhemongarai, o batismo das crianças; e avaxi mongarai, o batismo das sementes maduras. De acordo com as narrativas dos Mbya de Tekoa Marangatu (SC), é necessário produzir na aldeia o avaxi ete (milho verdadeiro, cujas sementes são propagadas entre os Guarani) para realizar os rituais. A ênfase é colocada por eles na presença do milho, mas também na preparação para o consumo feita pelas mulheres, na produção de fumaça de tabaco, na condução do ritual por um ou mais karai/kunha karai (xamãs) e na presença de muitas pessoas na reza. Este ciclo ritual é fundamentalmente reiterativo, pois trata de renovar a imagem das divindades, ao mesmo tempo em que produz afirmação das relações cosmológicas. Meu intuito é levantar questões concernentes à relação entre milho e gente expressada nesse ciclo ritual, à luz da idéia de que o tempo passado é colapsado ao presente, gerando certo efeito estético-moral sobre seus participantes.

Adabís e pindaíwas: a estética corporal dos chicotes rituais rionegrinos.

AUTORES/AS: PAULO ROBERTO MAIA FIGUEIREDO

Em abril de 2007 participei de um ritual de iniciação em uma pequena comunidade baré do alto rio Negro, tendo descrito essa experiência detalhadamente em minha tese (2009). Nessa ocasião, tive a chance, como diriam meus amigos baré, de ter sido iniciado nos segredos de Jurupari, o inominável. O objetivo dessa comunicação

é duplo, primeiro, revisitar essa experiência com os Baré, e segundo, propor uma análise focada na estética corporal de alguns objetos, a saber, os chicotes rituais - adabís e pindaíwas - que ocupam um lugar central na economia simbólica dos rituais rionegrinos.

Atravessando pessoas no noroeste amazônico

AUTORES/AS: PEDRO AUGUSTO LOLLI

Esta apresentação propõe desenvolver a relação entre ações xamânicas e mitos tomando como referência etnográfica um povo indígena que se autodenomina Yuhupdeh e que habita a região do Noroeste Amazônico. Tal relação se desenvolve em estreita conexão com a questão da constituição da pessoa, visto que certas ações rituais de cura e de proteção xamânica aparecem como uma das operações de composição da pessoa singular.

As análises procuram acompanhar, através do exame dessas ações, o movimento de composição da pessoa que é um contínuo, ao longo do ciclo da vida, e a multiplicidade dessa composição, já que sob a aparência de uma pessoa encobre-se outras pessoas e afeções de pessoas. Para tanto será analisado comparativamente o conjunto de narrativas míticas sobre os benzimentos. Depois será descrita uma situação típica de execução de um benzimento de cura e proteção. Em seguida, analisarei as ações realizadas na execução dos benzimentos a partir da tradução livre de um benzimento para dor de braço.

Se por um lado, os mitos da região do Noroeste Amazônico ressaltam o compartilhamento da condição de pessoa por humanos e animais na gênese do universo, e nisso se equiparem a grande parte da Amazônia; por outro eles também conferem um destaque proeminente aos objetos, na medida em que são os instrumentos de vida e transformação que produzem a pessoa. Com isso procurarei tratar os objetos não como derivativos da relação humano/animal, mas como o dado a partir do qual se constrói tais relações.

Neste sentido, proponho que a execução do benzimento atualmente deve ser entendida como um ato tecnológico que se coloca em linha de continuidade com aqueles da fase ontogênica dos benzimentos. O benzimento de cura e de proteção atualmente é um desdobramento técnico de uma técnica mais geral que fabrica as pessoas e que se expressa primordialmente em seu modo artefactual. A instauração

de um modo genetal de fabricação da pessoa é outro desdobramento desta técnica. Do mesmo modo que o surgimento dos ornamentos e dos instrumentos Jurupari é outro desdobramento. O que conecta essas técnicas é que todas visam potencializar a produção, o desenvolvimento, o crescimento e a proliferação coletiva das pessoas. Em suma, são tecnologias da multiplicação.

Microsociologia da produção de objetos no rio Negro: as matérias-primas e os donos espirituais entre os Baniwa-Hohodene.

AUTORES/AS: THIAGO LOPES DA COSTA OLIVEIRA

Neste trabalho desenvolvemos uma análise dos objetos de cultura material baniwa – uma população Arawak rionegrina que conta com cerca de 12000 indivíduos entre o Brasil, a Colômbia e Venezuela. Os Baniwa são um dos vários grupos que habitam o chamado “sistema interétnico” e “multilíngue” do alto rio Negro, ou do “noroeste amazônico”. Compartilham uma área com características ecológicas semelhantes com índios de língua Tukano oriental e Maku. Trata-se de uma área etnográfica em que os artefatos, o discurso e as práticas a eles relacionadas tem um papel central na vida social indígena. Neste trabalho procuro, a partir da descrição da morfologia e ergologia de um conjunto de objetos selecionados nos acervos rionegrinos, oriundos dos principais museus do Brasil, apresentar uma característica ainda pouco estudada do sistema de objetos do rio Negro: a relação entre os produtores de objetos e as matérias-primas utilizadas na elaboração dos mesmos.

O foco da análise é descrição das consequências do período de reclusão pós-natal para os indivíduos Baniwa e o impacto desta reclusão em sua sociabilidade – com extensão à relação com objetos feitos e a se produzir e, consequentemente, aos “donos” das matérias-primas”.

Com o nascimento de um filho, um casal deve reduzir sua dieta e suas atividades sociais. Recolhe-se ao interior da casa, onde passará algumas semanas consumindo apenas mingau de farinha de mandioca frio. Ao final deste período, um benzedor (pode ser um especialista xamânico, ou não) pronunciará fórmulas mágicas sobre um conjunto de alimentos que voltará a ser consumido pelo casal. Com isso, ambos podem retomar lentamente suas atividades normais. Mas o fim da reclusão é gradativo e não termina aí. Neste retorno, cabe ao homem benzer, com fórmulas rápidas, mas imprescindíveis, a si mesmo e à sua mulher, quando do contato com

os seus objetos e afazeres cotidianos – benze-se o terçado, a enxada, as panelas etc. E isso não é tudo: ao colher materiais vegetais e animais para produzir objetos, ele deverá enunciar pequenas fórmulas que evocam a origem destes materiais e de seus donos primordiais. Caso não faça isso, corre o risco do recém-nascido ser afetado por diversas doenças provocadas por estes donos insatisfeitos.

A apresentação enfoca, portanto, uma microsociologia das matérias-primas utilizadas no artesanato rionegrino, na qual a relação entre os humanos e os seres não-humanos que deram origem a estes recursos é o principal objeto de práticas que podemos definir como “micro-rituais individuais”, nos quais pequenas fórmulas enunciadas possuem o objetivo de prevenir ataques espirituais que podem ser fatais aos recém-nascidos.

Pelos caminhos da roça: cultivo, cosmologia e ciclo ritual das plantas cultivadas entre os Krahô (T0).

AUTORES/AS: ANA GABRIELA MORIM DE LIMA

As sociedades Jê são conhecidas por seus elaborados rituais que marcam o ciclo de vida das plantas cultivadas, relacionados à abundância e à fertilidade das roças, da pessoa e da vida social. Este trabalho propõe uma etnografia dos rituais Krahô associados ao plantio, crescimento e colheita do milho e da batata-doce. Os Krahô chamam suas “festas” de “amjũkin” que significa “alegrar-se”. Eles se vêem constantemente comprometidos na produção e reprodução deste complexo corpo festivo. Essa animação também é o que move o trabalho na roça, através de refeições coletivas, cantos e corridas de toras.

Nos rituais em questão, do ciclo do milho e da batata-doce, essas plantas são animadas e personificadas por determinados personagens cerimoniais e cantos rituais, que evocam ainda um extenso corpo de mitos. A etnografia chama atenção para a construção de certos personagens, como o hõxwa, o palhaço cerimonial krahô que se apresenta na Festa da Batata, que era a abóbora no mito. Outros “objetos-personagens” também entram em cena: as toras de milho e de batata, as flechas de milho, as petecas de milho, os feixes de milho, etc. Um ponto central diz respeito à exegese nativa contida nos cantos rituais, a importância das artes verbais, musicais e performáticas na produção da memória e na transmissão do conhecimento.

O recorte no contexto mítico-ritual, por outro lado, não exclui uma análise da interação cotidiana com as plantas, por exemplo, as experiências estéticas e multissensoriais que ocorrem no contexto da roça (e que estão relacionadas à exegese dos cantos e das performances). As plantas são consideradas “hũã mã”, isto é, tudo aquilo que pensa e sente, que age e tem intencionalidade. Existe um complexo sistema de etiqueta de plantio, colheita e preparação do alimento. Quando “bem cuidadas”, as plantas vêem aqueles que às cultivam como seus genitores, “pais” e “mães”, eles “gostam” deles, se reproduzem para eles, alimentando-os. Do contrário, elas podem simplesmente se mudar para outra roça, ou ainda se vingar com doenças. Os espíritos das plantas podem ainda seduzir as pessoas, torná-las pajés, ou mesmo matá-las.

A análise busca, portanto, articular as diferentes dimensões ligadas à tecnologia do cultivo, cosmologia e ritual. O que revela um modo radicalmente distinto de pensar a relação com o ambiente e com os outros seres que nele habitam, entre aquilo que se convencionou chamar de natureza e cultura, do que aquele que veio a ser dominante no mundo ocidental globalizado.

A Miss Kayapó: ritual, corpo e beleza

AUTORES/AS: ANDRÉ DEMARCHI

O evento Miss Kayapó é um concurso de beleza feminina realizado entre as aldeias Kayapó do sul do Estado do Pará. Ele ocorre tanto na cidade de São Félix do Xingu – como parte das festividades da Semana dos Povos Indígenas – quanto nas aldeias, quando meninas de uma mesma comunidade disputam o título de Miss Kayapó. O desfile suscita à análise da produção do corpo, suas imagens e desempenhos em um contexto de contato interétnico no qual são mobilizadas diferentes formas de apreciação estética. Entende-se a miss kayapó como uma figura quimérica (Severi, 2007) capaz de articular paradoxalmente lógicas culturais e estéticas distintas.

A moça e os imortais – ritual de iniciação feminina dos Ticuna

AUTORES/AS: EDSON TOSTA MATAREZIO FILHO

Segundo Lévi-Strauss, a organologia dos Ticuna é uma das mais ricas da América

tropical (1967: 347). Dentre os diversos instrumentos musicais executados durante a Festa da Moça Nova, o ritual de iniciação feminina, se destacam os trompetes to'cü e iburi. Entre os Ticuna, a moça que menstruou pela primeira vez fica reclusa (aure) em um quarto, anexo à casa de festas, do qual sairá somente no final do ritual, para ter seus cabelos arrancados.

Atrás deste local de reclusão, no cercado dos instrumentos, ficarão os trompetes rituais, to'cü e iburi, que não podem ser vistos por mulheres férteis e crianças não iniciadas. Estes trompetes são considerados gente (dü'ün) e aconselham a moça durante o ritual. De acordo com meus informantes e outros etnógrafos (Nimwendaju, 1952; Goulard, 2009), a voz que sai do trompete é de um bicho/demônio (ngo'o). Ao mesmo tempo, é quando o tocador está de porre (ngaün) que os imortais/encantados (ü'üne) “tomam” seu corpo para tocar os instrumentos. Este é um dos exemplos de “condensação ritual” (Houseman & Severi, 1998) que acontecem na Festa da Moça Nova.

Muitos dos principais autores que se debruçaram sobre a análise de rituais de iniciação – dos clássicos Van Gennep (2013) e Victor Turner (2005, 2013) aos mais contemporâneos, como Houseman (1984, 2003) Houseman & Severi (1998) e Casajus (1993), Zempléni (1991) – indicam a natureza paradoxal destes eventos. Acredito que os paradoxos rituais ticuna se dão de uma forma específica, como Houseman & Severi definem a “condensação ritual”. De acordo com Houseman, “condensação ritual” seria “a atuação simultânea de modos de relação formalmente contrários: afirmações de identidade são ao mesmo tempo testemunhos de diferença; (...) a presença de pessoas ou outros seres é ao mesmo tempo corroborada e negada; segredos são simultaneamente dissimulados e revelados e assim por diante” (2003: 80). Em outras palavras, o contexto ritual reúne características díspares articuladas de forma aparentemente paradoxal, “elas geralmente envolvem uma condensação de modos nominalmente incompatíveis de relacionamento.” (Houseman, 2006: 415). A “condensação ritual” da Festa da Moça Nova, portanto, é a própria participação dos imortais – seres puros – numa Festa de mortais – seres poluídos (puya) –, mas também a presença de não-humanos, como os mascarados, que são atraídos e repelidos ao mesmo tempo. Eles estão lá e não se revelam ao mesmo tempo. A presença dos imortais na Festa é esperada, contudo, dissimulada. Eles estão na Festa, mas somente se revelarão

e levarão os participantes para a imortalidade se a Festa for realizada a contento. Portanto, a “fusão sistemática de revelação e dissimulação, uma das marcas do processo de iniciação” (Houseman, 2003: 89), marca a participação dos imortais na Festa.

Artífices do corpo e da memória

AUTORES/AS: ELAINE MOREIRA

Os Ye’kuana no Brasil (TI Yanomami), produzem e reproduzem seus manuscritos de cantos tradicionais, conhecidos entre eles como os cadernos de cantos. Não necessariamente estes cadernos circulam apenas entre a população letrada. Neste trabalho, gostaria de apresentar um pouco deste processo de transmissão destes cantos que passa pela relação entre o mestre e o aprendiz e as narrativas Ye’kuana sobre a memorização destes cantos. Este cadernos tampouco circulam livremente entre eles, embora façam parte dos objetos que permanecem entre os parentes mais próximos, a sua fabricação e reprodução, não necessariamente se limita aos parentes mais próximos. A necessidade de transcrição destes cantos esta fortemente ligada a sua noção de corpo e suas transformações.

Cantos como construtores de caminhos: reflexões sobre discursos rituais ye’kwana

AUTORES/AS: MAJOI FAVERO GONGORA

Esta proposta de apresentação oral se apóia em minhas incursões etnográficas na fronteira do Brasil com a Venezuela, onde realizo uma pesquisa de doutorado sobre os cantos dos Ye’kwana, povo de língua karíb que vive às margens dos rios Auaris e Uraricoera, no norte de Roraima. O estudo dedica-se a duas modalidades de canto, ädeemi e aichudi, cuja performance se dá em contextos rituais específicos e são um dos mais importantes vetores de circulação e (re)produção das ‘histórias antigas, verdadeiras’, agrupadas na noção de wätunnä. Parto da proposição de que os cantos ädeemi e aichudi, assim como outras formas ameríndias de expressão vocal, possuem agência, isto é, produzem efeitos sobre os seres e coisas, modificando e influenciando o destino ontológico das relações, cujo instável equilíbrio depende de práticas rituais que conectam temporariamente pessoas e mundos, visíveis e

invisíveis, em um esforço de controlar ou apaziguar modos de ação potencialmente perigosos aos humanos. Nesta comunicação, pretendo refletir sobre a ideia de que cantar que é uma forma propositiva de “caminhar” entre mundos ou de fazer caminhos. Para tanto me debruçarei sobre meus dados etnográficos sobre os rituais ye'kwana e seus discursos. Na língua Ye'kwana há o termo wadeku que designa “fio”, também traduzido como “algodão” e “caminho”, que é empregado em inúmeros discursos rituais, como na ocasião da primeira saída do recém-nascido de sua casa (shiichu'kã ija'kadö) ou da primeira saída de sua casa da jovem púbere (aji'choto ija'kado). Nesses contextos, o cantador é responsável pela condução do fraco “espírito”, äkaato, do bebê ou da jovem, por um fio ainda pequeno, frágil e vulnerável, que é materializado na forma de um fio de algodão entrelaçado com uma planta de proteção, awana, para o recém-nascido, ou na forma de uma maniva, para a jovem. O cantador segura a ponta do “fio” que primeiro entra em contato com o exterior da casa e assim vai cantando e “esticando” wadeku ekaato, “fio do espírito”, para que a pessoa possa andar com segurança. Esses fios invisíveis conectam mundos e seres, especialmente os “donos” e suas criações, como Wanaadi, o demiurgo, e os soto (pessoas), e Wadhe, “dono dos animais terrestres” e suas criaturas ou seus “cachorros”, como dizem os Ye'kwana. São fios, caminhos que ligam o “espírito” de pessoas humanas e não humanas, äkaato, a seus “donos” e, também dessa mesma forma, os cantos estão ligados por meio de fios a seus donos em kajuinha, no céu, ou mais especificamente no patamar celeste denominado Chaawayuudinha.

Dispositivos de memória pragmática no kalundu axiluanda (Angola)

AUTORES/AS: FEDERICA TOLDO

Na nossa apresentação iremos abordar a possessão por espíritos tal que acontece no complexo terapêutico – ritual axiluanda (grupo de língua kimbundu autóctone da região da capital angolana, Luanda) chamado kalundu enquanto complemento pragmático de memória tanto genealógica, como histórica. Os espíritos dividem-se entre os que são herdados, ou seja, são transmitidos no modelo da substância biogenética, e aqueles que se associaram à pessoa por simpatia, na fase pré-natal ou pelos hábitos de vida. Para além de *genii loci*, quais as sereias, a simpatia aproxima às pessoas espíritos pessoais, que, se não forem devidamente tratados, manifestam-

se por particulares desvios comportamentais. Desta maneira os espíritos em suas várias atuações na vida humana (perturbação, identificação e posseção ritual) funcionam como um complemento mnemônico, ou conferindo poder a uma de descendência em seio do parentesco ou construindo um repertório imagético de figuras negligenciadas como os escravos e as prostitutas.

Tangled amnesia: desenhos animais, entrelaçamento e vida múltipla (Ikpeng, Amazônia meridional)

AUTORES/AS: DAVID RODGERS

O paper busca examinar a projeção do caçador Ikpeng como um compósito predador/presa no âmbito da sequência temporal da iniciação pomeri. Para tanto, alinhando-se com a extensa etnologia regional sobre o tema (e.g. Erikson 1987, Fausto 1999, Taylor 2000, Kohn 2007), procuro explorar certas implicações dos “desenhos animais” feitos e usados na noite anterior à partida da caçada wokpongna ao alvorecer. Prelúdio distante do final do pomeri, cujo ápice é a aplicação da tatuagem facial tšiwu, o rito pré-caçada começa com a rápida torção e amarração de folhagem em forma da presa animal que o caçador deseja matar. Essas quase-máscaras são chamadas yukutpot, traduzidas como “desenhos” pelos Ikpeng. Enquanto nominalização do verbo uku, que significa provar, imitar, virar, o termo delinea um espectro de (auto)transformação. A partir disso, proponho questionar primeiro a qualidade objetiva do desenho/máscara no ambiente visual e acústico da maloca escura. Trançado rapidamente de materiais crus, descartáveis e hiper-abundantes, o yukutpot é mais como o traço fugidio de um animal, visto de relance na floresta pelos caçadores ikpeng, do que a noção hilomórfica do objeto como uma forma delimitada imposta sobre a matéria estável. Mais do que vestindo um objeto, a forma do dançador avoluma-se com uma sombra – ou na verdade uma alma/espírito, o mesmo termo para sombra em ikpeng, egaronpŭn, que também é eco e reflexo – ideia que se torna explícita através do nome alternativo para as máscaras: igankanin, “filhote de animal (espírito)”. Portanto, embora que o dançador-caçador porta o desenho animal como caça abatida – ou filhotes vivos de animais, ou crianças inimigas ou iniciantes adormecidos do pomeri – os desenhos são também concebidos como os filhotes (cativos, presas ou desenhos) portados pelos animais (ou espíritos animais) eles

próprios. Mas como? Para enfrentar essa complexidade proponho um afastamento deliberado de abordagens clássicas da teoria do ritual (focadas nos dispositivos de oposição simbólica) em favor da aproximação de uma premissa que suponho informar a cosmologia ikpeng: a possibilidade de viver mais que uma vida simultaneamente. Essa ideia – que a etnologia tem descrito com uma confusão ou reversão da diferença “corpo/alma” no pensamento ameríndio – pode ser reimaginada como o contínuo apartamento, imersão e emergência de populações diversas as quais tornam-se entrelaçadas, no sentido da física quântica, através da captura e recaptura de seus componentes, supostos partes viventes de duas ou mais populações simultaneamente. E é precisamente uma tal possibilidade cosmológica (mais que ontológica) que pode contribuir para entender os “desenhos animais” produzidos pelos Ikpeng na sequência do pomeri.

A encenação da morte de Cristo em Ouro Preto e suas implicações rituais

AUTORES/AS: EDILSON SANDRO PEREIRA

Neste trabalho, analiso a montagem da cena do Calvário na sexta-feira da Paixão na cidade de Ouro Preto, MG. Enfoco, nesse contexto, a pragmática ritual executada pela reunião das imagens do Cristo e de Nossa Senhora (ambas em tamanho análogo ao de um corpo humano adulto) com cerca de uma centena de personagens da tradição cristã que são representados por moradores da cidade. Inspirado por análises como as de Victor Turner e as de Carlo Severi sobre os rituais, observo que a composição da cena da morte do Cristo se estrutura de modo a fazer com que as pessoas mimetizem a inação das imagens e, por seu turno, as imagens dramatizem as ações humanas. A partir do quadro-vivo composto por esses dois tipos de ‘atores’, destaco em que medida se configura um cenário contra-intuitivo que coloca em cheque os tratos ontológicos usualmente acionados para se definir pessoas e imagens, sujeitos e objetos. Na sequência, reflito também sobre a procissão que sucede tal montagem e que coloca em evidência – no seio de uma ‘cidade histórica’ – uma forma de compreensão da passagem do tempo distinta daquela que caracteriza o pensamento histórico-moderno. Assim, através da análise desses eventos associados às atividades da Semana Santa, reforço a ideia de que os rituais não apenas apresentam algo já contido na memória, mas que a sua realização contribui decisivamente para a construção do memorável.

As Comemorações Paulistas do Centenário da Independência do Brasil: o projeto visual de uma epopeia bandeirante

AUTORES/AS: THAIS CHANG WALDMAN

Berço dos bandeirantes, São Paulo quer mostrar à nação o seu lugar de proa no cenário nacional. Poucos meses após a Semana de 1922, Afonso d'Escragnoille Taunay (1876-1958), um dos mais atuantes membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), apresenta um projeto visual para a empreitada iniciada pelo instituto histórico paulista. É justamente este projeto visual apresentado por Taunay, de uma epopeia paulista, coroada com a comemoração do primeiro Centenário da Independência do Brasil, que o presente trabalho pretende analisar, se inserindo assim nessa interface entre a arte, o ritual e a memória.

A comemoração paulista do Centenário da Independência do Brasil tem início em frente ao Museu Paulista, reforçando o caráter histórico da instituição, inaugurada em 1895. Taunay, então diretor do museu, havia introduzido em seu interior várias novidades por ocasião do Centenário. Entre elas, as esculturas dos bandeirantes Fernão Dias Paes Leme e a de Raposo Tavares, ambas encomendadas a Luigi Brizzolara (1868-1937), assim como seis estátuas menores de bronze retratando figuras simbólicas do bandeirismo de São Paulo. Tais esculturas ressaltam a indumentária bandeirante até hoje presente no imaginário popular. Mas o destaque fica para a criação de uma farta iconografia paulista e bandeirante. Taunay, engenheiro dado aos estudos históricos e proveniente de uma família de artistas, tenta transformar em imagens os episódios do passado regional, até então praticamente restritos à representação escrita. Assim, ganham também espaço pinturas que narram a história colonial paulista, como as de Benedito Calixto (1853-1927), Wasth Rodrigues (1891-1957), Henrique Bernadelli (1857-1936), Rodolfo Amoedo (1857-1941), João Batista da Costa (1865-1926), Joaquim Fernandes Machado (1875-?), entre outros.

Se o discurso literário e o histórico trocam temas e formas de representação, esse intercâmbio se estende também para as artes plásticas. O extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite, ou as tentativas de operá-lo, dependem de sinais mais universais do que o discurso, sinais de leitura mais fácil, tais como as imagens. O objetivo deste trabalho, portanto, é dialogar com este projeto visual, apresentado por Taunay, de construir uma tradição com base na

epopeia bandeirante e na suposta vocação desbravadora paulista. As esculturas, e a farta iconografia paulista e bandeirante, encomendadas por ocasião das comemorações do Centenário, parecem revelar imagens que, a todo momento, ao longo da Primeira República (e para além dela), se afirmam, se cruzam, se opõem e se sobrepõem –nem sempre harmonicamente –, revelando as ambivalências de um período de tensões marcado por mudanças aceleradas.

Gente grava pelo coração: ritual e a produção de imagens no Rio Negro

AUTORES/AS: RITA DE CÁCIA OENNING DA SILVA

O processo da produção audiovisual entre e com crianças indígenas vem se revelando um espaço reflexivo antropológico interessante para pensar mito, rito, suas performances, bem como a produção das imagens e dos sujeitos nela envolvidos. Tomo nesse artigo a observação da produção de um ritual dabucuri na Maloca do conhecimento, Itacoatiara Mirim (SGC/Rio Negro), a performance (dança e música) de crianças no evento e o documentário *Gente Grava pelo coração* (Doc., Itaquatiara Mirim, SGC, Rio Negro, 2013) filmado durante o evento, para pensar nos modos de produção de memória, da cultura Baniwa e da produção de sujeitos naquele contexto. “Gente grava pelo coração” é um argumento êmico que mostra como a imagem, o ritual (também o cotidiano) e as performances nele desenvolvidas são fundamentais na produção dos sujeitos e na re-memorização/incorporação do que é ser Baniwa. Comparado com um filme, que grava o ritual e suas performances e narrativas, a cultura Baniwa se grava pelo coração.

Música e morte na arte verbal araweté

AUTORES/AS: GUILHERME ORLANDINI HEURICH

Apresento neste trabalho uma análise da música vocal araweté a partir de cantos xamanísticos, guerreiros e outros. Inicialmente, foco a relação entre cantor (maraka’i) e soprador (memo’o-hã) nas “músicas de inimigo” (awũ marakã) cantadas pelos Araweté durante a cauinagem realizada em setembro de 2013 na aldeia Paratxũ (Terra Indígena Araweté/Ig. Ipixuna, Pará). Exploro a ação ritual do soprador, principalmente no que tange ao contraponto que este faz ao

bloco de dançarinos, os quais cantam liderados pelo cantor, e sugiro que a relação entre cantor e soprador evidencia um deslocamento na iniciativa dos cantos: o cantor canta a partir do que lhe canta o soprador. Sugiro que a relação entre iniciativa e execução dos cantos – entre soprador e cantor – é a estrutura base da performance dos cantos araweté. Em seguida, estabeleço o campo simbólico com o qual a função de soprador se liga, ressaltando as possibilidades de pensá-lo como soprador, cantor, contador e também como reproduzidor de cantos. A partir da análise da relação entre soprador e cantor, procuro definir os cantos xamanísticos araweté como ações rituais em que a iniciativa também está deslocada: assim como o cantor do cauim canta mediante iniciativa do soprador, o pajé araweté canta por iniciativa dos deuses. Depois disso, pretendo mostrar que os canto de cura e os cantos de espíritos aní – os quais se encaixam apenas parcialmente no gênero xamanístico –, também podem ser compreendidos sob a mesma relação, mantidas as diferenças específicas a cada canto. Apresento então, rapidamente, a forma como os Araweté conceitualizam a morte, os mortos e a música, tendo como objetivo descrever a relação entre soprador e cantor como uma transformação da relação entre morte e música (entre mortos e cantos). Por fim, afirmo que a performance ritual da cauinagem é a apresentação visível da relação entre morte e música, a qual está embutida em toda música vocal araweté.

Notas sobre as festas regionais entre os Hixkaryana no Norte Amazônico

AUTORES/AS: MARIA LUÍSA DE SOUZA LUCAS

Esse trabalho busca apresentar o tema das festas regionais entre os Hixkaryana, povo indígena da região das Guianas, no Norte Amazônico, comparando-as também com outras celebrações em contextos etnográficos semelhantes. Tópico recorrente nessa área etnográfica, as tradicionais “redes de relações” (Gallois, 2005; Dreyfus, 1993) que conectam tais coletivos por meio da troca em cadeia de bens, tecnologia e pessoas, muitas vezes têm como seu principal veículo de intercâmbio as festas regionais. Sabe-se que, antes do contato permanente com os brancos, tais festas aconteciam entre aldeias distantes que em determinadas épocas do ano reuniam-se em um só assentamento para cantar, dançar e compartilhar alimentos (Fock, 1963). Com a chegada dos missionários evangélicos e a conversão ao cristianismo, muitos desses núcleos populacionais concentraram-se em grandes

aldeias (como Kassawá, entre os Hixkaryana). A ausência de estrangeiros fez com que esses grupos buscassem em seus próprios co-residentes os convidados de antigamente, desenvolvendo o que Howard (1993) chama pan-regionalmente de “a farsa dos visitantes”. De modo geral, as festas, desde então, são marcadas pela forte influência cristã (elas acontecem no Natal e na Páscoa) e pela ausência da bebida fermentada, mas também pelas brincadeiras, as músicas, as danças e as refeições coletivas. Ademais, são os momentos por excelência em que aparecem publicamente adornos plumários, tangas de miçangas e sementes e peças de cestaria (Yde, 1965). Tendências recentes de dispersão ao largo do território tradicional e o surgimento de uma multiplicidade de encontros e conferências cristãs (Xavier, 2013) vêm alterando parcialmente esse cenário. No primeiro caso, a cada festa uma aldeia recente e de menores proporções em relação ao grande assentamento é escolhida como anfitriã da celebração, recebendo diversos visitantes das localidades vizinhas e sendo responsável por alojá-los e alimentá-los. Já no caso dos encontros cristãos, as responsabilidades da aldeia acolhedora são as mesmas, mas normalmente está envolvido um contingente maior de pessoas, muitas delas vindas de regiões mais distantes, como os Waiwai, os Kaxuayana e os Tiriyo (Trio), constantemente consanguinizados por meio dos termos de parentesco e da consubstancialidade. O objetivo desse artigo é, a partir de um material etnográfico preliminar, investigar de que forma as festas regionais entre os Hixkaryana representam e elaboram transformações, colocando em diálogo a continuidade e a inovação. Interessa-nos refletir em especial sobre o ressurgimento contemporâneo da figura do visitante (rawana), que embora ainda apareça performado como uma “farsa” nas grandes aldeias, vêm se tornando cada vez mais comum nas festas dos pequenos assentamentos e nos encontros religiosos.

Ritual, teatro ou representação: índios “pra branco ver”

AUTORES/AS: ARTIONKA MANUELA GÓES CAPIBERIBE

Esta apresentação é resultado de pesquisas realizadas entre os Palikur, população indígena falante de uma língua da família arawak-maipure habitante da região da fronteira Brasil/Guiana francesa, e tem por objetivo estender uma discussão já feita em outros encontros científicos a respeito dos entendimentos gerados entre os participantes palikur de um evento musical/transcultural, o “Ponte entre Povos”.

Nas discussões anteriores, busquei compreender os significados de participar em um projeto no qual se exigia a apresentação de rituais tradicionais que estão relacionados diretamente e de modo fundamental a um universo xamânico que, desde a evangelização cristã desta população nos anos 1960, goza de um estatuto muito negativo. O “Ponte entre Povos” foi pensado como um meio de demonstrar e valorizar a “cultura” palikur para um público de não índios, no entanto, gerou outras significações, mexendo com questões tais como: noção de pessoa, cosmologia e socialidade. Até agora tenho discutido as implicações deste projeto no âmbito dos estudos sobre a “objetificação da cultura”. Aqui, pretendo, a partir das reflexões dos participantes do “Ponte entre Povos”, problematizar a noção de ritual por meio de uma leitura nativa que o insere na chave do teatro e da representação.

Tomas de posesión en Hispanoamérica colonial. Una aproximación al carácter performativo de la escritura y la acción ritual

AUTORES/AS: SILVINA SMETNIANSKY

La “toma de posesión” definía un procedimiento jurídico organizado bajo una pautada serie de etapas que involucraba un conjunto más o menos definido de gestos, discursos y objetos y, por medio del cual se hacía efectiva y legítima la posesión de un bien, un oficio público, una encomienda de indios, etc. Se trataba de la última fase con que culminaba el traspaso de un objeto que había sido vendido, heredado u otorgado por merced. Vender, testar o hacer una merced eran actos en que el objeto se cedía y que se realizaban a través de la producción de un registro escrito, mientras que la “toma de posesión” con un énfasis en la oralidad y la acción ritual comprendía la instancia en que se lo recibía, se “tomaba posesión” del mismo. “Tomar posesión” denotaba el establecimiento de un nuevo status -pasar a ser poseedor de algo- y las acciones a las que hacía referencia –el acto de tomar posesión- operaban efectivamente en la creación de los derechos de dominio. “Tomar posesión” parece entonces constituir un clivaje apropiado para explorar esa dimensión del lenguaje que en antropología había advertido B. Malinowski y que S. Tambiah recuperó incorporando los aportes de R. Jakobson, C. Peirce y J. Austin: la dimensión performativa. En este punto focaliza el trabajo. El corpus documental en que se explora el uso de dicha categoría está compuesto por actas capitulares, expedientes jurídicos, mercedes de tierras y encomiendas

de indios, testamentos y contratos de compraventa elaborados en los siglos XVII y XVIII en el contexto de la gobernación del Tucumán (Virreinato del Perú). En particular, se analizan tres casos en que tuvo lugar la toma de posesión de objetos diversos: una porción de tierras, una encomienda de indios y un cargo en el gobierno local. El análisis se plantea a través de dos ejes. Por un lado, partiendo de la idea de que un ritual debe estudiarse dentro del proceso social más amplio en que acontece y que el tiempo compone una dimensión central en el análisis, se aborda la “toma de posesión” en relación con las instancias previas y posteriores involucradas en el traspaso del objeto. Por otro lado, el estudio de cada una de esas etapas focaliza sobre la relación entre oralidad y escritura; se examinan los recursos rituales, escritos y materiales que están en juego. La selección de estos dos ejes surge de haber advertido que si bien la escritura era un instrumento central para legitimar la cesión o el traspaso de un bien, no era suficiente. Es la “toma de posesión” la instancia final y de carácter ritual que terminaba por constituir al individuo en “poseedor”. Sus significados e implicaciones en los diversos contextos de uso orientan esta propuesta de análisis.

COORDENADOR/A: ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA (FEEAVLE-RS/UFRGS), HÉLIO R. S. SILVA (FEBF - UERJ)

DEBATEDOR/A: VALTER SINDER, CORNELIA ECKERT, MARGARETE FAGUNDES NUNES

A etnografia é um método de pesquisa que não se reduz apenas a um conjunto de técnicas e procedimentos. Ao contrário, dialoga com as asperezas do trabalho de campo, curvando-se a suas singularidades, imprevistos, surpresas e obstáculos. Sua prática leva o antropólogo constantemente a refletir sobre seus posicionamentos e deslocamentos ao longo de seu trabalho de campo, através de questionamentos progressivos de suas categorias interpretativas do mundo social. Por um lado, o GT resulta do atual momento de discussão sobre o sentido, os limites e as possibilidades dos métodos etnográficos e suas relações com a prática da disciplina antropológica no mundo contemporâneo: o colapso dos impérios coloniais, a globalização, os desafios da pesquisa de campo multi-situada à etnografia de processos etc. Por outro, propõe o debate sobre a prática antropológica a partir de uma reflexão sobre seus aspectos mais problemáticos, apoiando-se em narrativas de pesquisas etnográficas que abordem as formas diversas como os antropólogos vêm construindo procedimentos para superar obstáculos epistemológicos. O GT reunirá antropólogos com pesquisa em andamento ou com trabalhos já finalizados, dispostos a problematizar a experiência de campo ou a discutir suas perspectivas de trabalho. Neste sentido o GT está aberto para trabalhos em contextos tribais, rurais, urbanos e quaisquer outros que tenham sido (ou que serão) enfrentados pelas vias da pesquisa antropológica.

A arte urbana entre ambientes: dobras entre a cidade material e o ciberespaço

AUTORES/AS: GLÓRIA MARIA DOS SANTOS DIÓGENES

Essa proposta de texto e de interlocução com o Grupo tem como objetivo a partilha de uma experiência etnográfica, no campo da “street art” e do “graffiti”, desenvolvida em Lisboa, no decorrer do ano de 2013. Observei em uma pesquisa (2), realizada anteriormente com pixadores (3), que o ciberespaço pode proporcionar às inscrições urbanas consideradas ilegais um lugar de visibilidade e de não efemeridade. O ciberespaço, como aludiu um dos interlocutores de pesquisa, muitas vezes eterniza o que cidade apaga.

Decidi assim implementar um itinerário etnográfico marcado por espacialidades e intervenções de artistas urbanos e “graffiters” que se moviam entre a cidade de Lisboa e a ambiência das redes sociais digitais. Ao invés de encetar um percurso etnográfico mediado por um mapa prévio, pelo denominado esforço exploratório, no que tange à percepção da totalidade da paisagem, experimentei ir caminhando, observando e, nessa deslocação, engatando aproximações, encontros, conexões e familiaridades.

Demarquei uma zona de itinerância em Lisboa marcada por áreas emblemáticas de intervenção urbana e “graffiti” (incluindo o Chiado e o Bairro Alto). Os desenhos e letras que pareciam repetir-se nas paredes, montras, nas janelas emparedadas de prédios de devolutos, por meio da assinatura de seus autores eram, concomitantemente, identificados no âmbito do ciberespaço. Em seguida, ia traçando aproximações, partilhas, pontos comuns de cruzamento e de interesses entre esferas “online” e “offline”.

Na tentativa de produzir um ambiente antropológico mais discernível acabei criando um blog-diário-de-campo, denominado AntropologiZZando (5). Ao identificar um “writer” (4) de maior expressividade nas ruas de Lisboa, simultaneamente, buscava seu perfil no Facebook e tentava identificar outras formas de sua presença em meio digital. Desse modo, podemos pensar que o AntropologiZZando atuou como um ambiente, também, de natureza etnográfica, operando como esfera de registro e, fundamentalmente, como lugar de visitação, encontros e observa  o. Ali passaram “graffiters”, artistas, estudantes, curiosos, pesquisadores, dentre outros. O vácuo de autoria, o impacto difuso da interven  o dos writers nos fluxos

urbanos, a possibilidade premente de um súbito “apagamento” dessa intervenção acaba por estabelecer no ciberespaço uma instância de conexão, uma esfera de religação subjetiva entre o artista e seu conteúdo (5), entre o pesquisador e seus achados. O AntropologiZZZando promoveu uma curiosa subversão da longitude usual entre o antropólogo e seus narradores.

Essa estratégia de deriva, a criação de um lugar, também, digital, suscitou-me uma dupla sensação. Primeiramente, o prazer em confirmar que a aventura da pesquisa se configura no trajeto, sendo conduzida por modos peculiares de circulação entre espaços. O texto aqui proposto versará, especificamente, sobre os desafios de um tipo de etnografia que se desenha por meio dos movimentos efetuados pelo próprio pesquisador entre dobras e paisagens de cidades.

(1) Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, Coordenadora do Laboratório das Juventudes, co-fundadora da Rede Luso-brasileira de Artes e Intervenções Urbanas.

(2) A piXação e os signos urbanos juvenis: “metendo nomes” no ciberespaço”. Apresentado no 36o Encontro da ANPOCS, no GT “Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura”

(3) Utilizo aqui a forma de grafia ensejada pelos próprios sujeitos da pesquisa.

<http://antropologizzando.blogspot.com.br/>

(4) A forma como, no geral, se denomina os artistas urbanos e os graffitis.

(5) <http://antropologizzando.blogspot.com.br/>

(6) Uma alusão à obra de Giorgio Agamben, “O homem sem conteúdo”, Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Etnografia da duração em Kreuzberg (Berlim, Alemanha)

AUTORES/AS: CORNELIA ECKERT

Nos estudos antropológicos que desenvolvo com a colega antropóloga Dra. Ana Luiza C. da Rocha, consideramos a dialética das durações do viver dos habitantes em contextos urbanos. Apresentamos aqui a experiência realizada de setembro a novembro 2013 no bairro Kreuzberg na cidade de Berlim. O trabalho de campo implicou em interpretar as superposições temporais etnografadas em que reverberam as memórias coletivas de acontecimentos cotidianos. O deslocamento ordinário nesta territorialidade seguiu a inspiração de uma poética na cidade de Pierre Sansot, que qualifica a rua viva, o reconhecimento das expressões sensoriais

na circulação urbana. Refletimos sobre os embaraços de uma visão superficial e dos obstáculos de interações no mundo fenomênico (Morin, 2011). Tratamos desta territorialidade em sua qualidade narrativa (textos, imagens, entrevistas, eventos compartilhados) que configura um contexto paradoxal seja pela violência destrutiva (Arend, 1994) das catástrofes agenciadas, seja pela força do dinamismo re-criador que reúne o gesto pulsional dos sujeitos e o seu ambiente cósmico e social no interior de uma gênese recíproca (Durand, 1984). Levantamos por fim o tema da restituição dos estudos compreensivos nas grandes metrópoles contemporâneas em suas crises e da etnografia da duração sobre os movimentos de habitantes em suas territorialidades.

Junto e misturado? Os desafios da pesquisa etnográfica em favelas cariocas.

AUTORES/AS: PAMELLA SANTOS DOS PASSOS

O famoso jargão das periferias brasileiras nos serve como ponto de análise para refletir acerca das muitas pesquisas acadêmicas que apresentam a(s) favela(s) como foco de análise. Ainda que formalmente afastados da impossível neutralidade positivista, diversas pesquisas no campo das Ciências Humanas vem retomando o debate sobre “até onde se envolver com o campo e seus sujeitos”. Cabe destacar que na atual conjuntura carioca as favelas tem se caracterizado como territórios cada vez mais estigmatizados marcado pelo Estado de exceção que prima pela violência. Nesse quadro, os pesquisadores são recorrentemente convocados (in) diretamente a posicionar-se, fazendo emergir importante questões metodológicas acerca do famigerado afastamento e rigor acadêmico. Assim, revisitando o clássico Sociedade de Esquina, no qual William Foote Whyte nos leva a pensar sobre nossas implicações no campo e as do campo em nós, propomos nesta comunicação uma reflexão acerca dos desafios da pesquisa etnográfica em favelas cariocas. Como experiência de análise traremos nossa pesquisa de doutorado finalizada em 2013 sobre o papel social das lan houses nas favelas do Santa Marta e Acari, bem como nossa atual pesquisa sobre os impactos culturais das UPP's no funk e nas comunidades do Complexo do Alemão e Borel.

Narrativas etnográficas sobre Amsterdam: os moradores de casas-barco de Borneokade e Amsteldijk.

AUTORES/AS: MARGARETE FAGUNDES NUNES

A pesquisa é resultado da experiência do estágio de pós-doutoramento junto a VU University Amsterdam, realizada de julho de 2013 a janeiro de 2014, por intermédio do programa CAPES/NUFFIC. O subprojeto de pesquisa integra o projeto “ Modernidade, o meio ambiente e novas noções sobre lixo e pureza”, coordenado pela Dra. Carmen Rial e o Dr. Freek Colombijn. Esta comunicação visa compartilhar as narrativas etnográficas sobre Amsterdam a partir da pesquisa realizada com moradores que vivem em casas-barco, especialmente em duas comunidades de Amsterdam. As narrativas centram-se nas motivações desses sujeitos em relação à decisão de viver numa casa-barco; as vantagens e desvantagens de se viver dessa forma; o funcionamento do sistema de esgoto sanitário e do descarte do lixo; a relação com a água, no cotidiano; a vida na casa-barco nas diferentes estações do ano; a relação com a administração da cidade (impostos e demais serviços). As narrativas foram gravadas em inglês e espanhol. Entre as principais indagações acerca dessa experiência etnográfica destacam-se: a condição de “estrangeira”, a implicação das identidades brasileira e latino-americana sobre a perspectiva de interpretação da sociedade holandesa, a limitação da linguagem, a contribuição dessa experiência para as pesquisas de antropologia urbana no Brasil.

Redes e percursos etnográficos no estudo dos processos identitários entre populações negras em cidades do sul do Brasil

AUTORES/AS: OLAVO RAMALHO MARQUES

Este estudo aborda as dinâmicas territoriais e processos identitários de populações negras em cidades do Rio Grande do Sul, Estado mais insular do Brasil, marcado por uma invisibilidade simbólica dos afrodescendentes, pela tendência à segregação e periferização de populações negras. Neste contexto, através da mobilização de imagens, memórias e sentidos de territorialidade, certos grupos sociais buscam se afirmar como visíveis, importantes e portadores de direitos em meio à sociedade ampla. Desenvolvo entre populações negras das cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul uma etnografia multi-situada, fragmentada e

descontínua, em situações de interlocução com grupos diversos, em contextos e condições específicas: afroreligiosos realizando rituais de culto à ancestralidade enraizada em certos lugares da cidade ou demarcando territórios através de rituais inovadores, que ressignificam certas tradições; comunidades negras urbanas que se auto-reconhecem como remanescentes de quilombos; sujeitos que atuam em instituições políticas e tecem redes em prol de uma atuação comum. O fato de encontrar múltiplas redes de relações e formas culturais conectadas motiva a busca de compreensão dos elos entre os grupos e o sentido comum de suas atuações, em termos do processo de afirmação de identidades através do repensar suas memórias coletivas. Assim, apresento a ideia da etnografia como rede e como percurso. A própria escolha das temáticas e universos de pesquisa nos conduz a perspectivas metodológicas. Desenvolvemos nossas etnografias a partir da entrada em e configuração de redes sociais. Somos chamados a atuar nas instâncias políticas de mediação entre comunidades, órgãos de governo e outros grupos sociais. Desenvolvemos as investigações cultivando relações pessoais para com certas pessoas que compõem tais grupos. A ideia de rede é metáfora poderosa, que abrange desde o conjunto de redes de relações entre os sujeitos, que configura o social, até a noção das redes de conceitos que emolduram nossas percepções sobre os fenômenos que pesquisamos, na acepção de Roberto Cardoso de Oliveira. Nesses processos de interação, mediação e produção de conhecimento, emergem os diferentes níveis de escrita que perpassam a pesquisa etnográfica: desde as agruras subjetivas do diário de campo, passando pela feição literária das descrições etnográficas, até as tensões entre a hermenêutica acadêmica e o pragmatismo da peça jurídica, no caso da produção de relatórios técnicos para as instituições públicas. Em todas elas, tecemos redes também entre experiências etnográficas, por vezes dispersas no tempo e que reencadeamos na escrita. E nossos escritos passam a compor, também, parte dos processos identitários vividos pelos sujeitos e grupos com os quais interagimos.

A etnografia e seus bastidores: uma pesquisa na atenção primária em saúde

AUTORES/AS: MARTHA CRISTINA NUNES MOREIRA, CLAUDIA CARNEIRO DA CUNHA, RACHEL AISENGART MENEZES

Nesse trabalho o método etnográfico surge no que denominamos bastidores da pesquisa e a relação entre familiaridade / estranhamento que

integrava tanto a identidade das pesquisadoras em campo – profissionais de psicologia, com pós-graduação em sociologia e antropologia, condição que as posicionava como “mestiças”, em relação ao duplo papel que carregavam e as demandas, e compromissos que assumiam – quanto dos agentes comunitários de saúde que mediarão os contatos, entrevistas e fundamentaram narrativas e reflexões, sendo eles também “mestiços”, com duplo papel, de “agentes de saúde e vizinhos/moradores da comunidade”. Para nós, muitas das vezes eles atuaram como pesquisadores-assistentes em campo e facilitadores de diálogos/interpretações. Assim, nessa tessitura “abrimos” a pesquisa, desvelamos seu fazer, seus bastidores, a lógica do método, tendo como instrumento central a capacidade de gerar sintonia com o ambiente de estudos relacionais sobre o cuidado / atenção à saúde. Afirmamos a utilidade desta abordagem em estudos que tenham como pressuposto a ideia de que não existe um sujeito sem relações. Suas interações são produtoras de significado e possibilitam um posicionamento de cada ator social na trama em que está enredado. Essa reflexão faz desse sujeito uma pessoa, cujos interesses e investimentos podem mudar, de acordo com as influências e provocações. Esse sujeito, afirmado aqui como pessoa, não se reduz a uma racionalidade, mas é um ator complexo, na tensão entre razão e experiência (Bonet, 2004; Menezes, 2006)¹. Outra tessitura diz respeito à opção que fizemos, dentre o montante de dados gerados pela pesquisa, de trabalhar com a tensão entre razão e experiência, a partir da constatação das questões que os trabalhadores de saúde são convocados a dar conta, diante dessas crianças e adolescentes. Desse processo de gerenciar e administrar a sensibilidade gerada, a partir da visão de que essas crianças e adolescentes existem, faz parte a relação estabelecida com eles – não só pelos agentes do Estado (profissionais de saúde, da área social, da educação, da justiça) mas também pelas famílias. Essa relação é mediada pelo significado que se consegue atribuir a essa criança e adolescente com condição crônica: a) objeto passivo e inerte, provocador de demandas impossíveis de serem atendidas, denunciando e visibilizando, por conseguinte, nossas falhas, limites e impossibilidades; b) sujeito assujeitado à invisibilidade do domicílio, restrito aos cuidados corporais, à atenção da própria família, o que, por vezes significa a inclusão de seus irmãos, que também são crianças e adolescentes como eles, que acabam se tornando vulneráveis e adoecem.

Agenciamentos metodológicos, analíticos e operacionais em uma etnografia desenvolvida junto a praticantes de assaltos contra instituições financeiras

AUTORES/AS: JANIA PERLA DIÓGENES DE AQUINO

Focalizo o empreendimento etnográfico que resultou na tese de doutorado *Príncipes e Castelos de Areia*: um estudo da performance nos grandes roubos, apresentada ao PPGAS da USP em 2009. Nesta pesquisa, desenvolvi trabalho de campo junto a praticantes de assaltos contra bancos, carros-fortes e empresas de guardas valores em diferentes circunstâncias. Tive acesso a alguns assaltantes em situação de reclusão em regime fechado, outros conheci fora da prisão, quando ainda não tinham sido capturados ou estavam foragidos da Polícia. Nesta investida antropológicas ao universo dos grandes roubos, a observação participante vez por outra encontrou limitações: não foi possível observar ou participar de eventos como realização e planejamento de assaltos, tampouco obtive informações sobre ocorrências antes que fossem executadas, pude acessar tais situações e momentos somente pelas narrativas de seus praticantes. Por outro lado, foi possível participar amplamente do cotidiano dos meus interlocutores de campo em ocasiões as quais desenvolviam variados papéis tais como: pais, maridos, vizinhos, anfitriões, presidiários, dentre outros. Neste convívio, fui levada refletir sobre a entrevista e a modalidade de interação, mediada por uma sequência de perguntas e respostas, que esta ferramenta de pesquisa promove, esforcei-me em evitar que o contexto de sua realização fosse associado às situações em que meus interlocutores prestam depoimentos a delegados de Polícia ou a juízes(já que estas situações também se desenvolvem a partir de sequências de perguntas e respostas, introduzidas pelo oponente). Problemático os dilemas morais concernentes à aproximação e laços afetivos que desenvolvi com estas pessoas tidas como bandidos perigosos. Ciente de que trabalhos acadêmicos atualmente são acessíveis aos sujeitos das pesquisas e a eventuais interessados em suas temáticas, vivenciei com ansiedade as semanas anteriores à defesa da tese. Temia que o texto viesse desagradar meus interlocutores de campo ou que algum delegado de Polícia me pedisse esclarecimentos sobre os assaltos analisados no trabalho, exigindo-me a delação de seus participantes. Foi naquele período que me filiei à ABA preocupada, sobretudo, em garantir apoio político e jurídico da instituição, caso viesse a enfrentar problemas com a Polícia. Além das questões mencionadas, cinco anos após a defesa da referida tese(

e quatro de sua publicação em formato de livro), estou me propondo a discutir as implicações dos “rituais” acadêmicos que sucederam a pesquisa, e a visibilidade pública alcançada pelo trabalho, sobre as relações de confiança e proximidade que construí em campo, bem como as intersecções deste conjunto de experiências com questões relevantes ao debate contemporâneo a respeito do fazer etnográfico.

Entre aldeias: prática antropológica e alteração de perspectivas

AUTORES/AS: ELIZABETH DE PAULA PISSOLATO

Como observa Diego Zenobi, em um artigo recente na revista *Mana* (2010), “os recursos com os quais contamos para estabelecer o vínculo entre o investigador e os sujeitos de estudo – técnicas, métodos etc.- ‘são, para uma antropologia reflexiva, mais do que uma mera ferramenta para conhecer os sujeitos, o lugar mesmo onde se produz conhecimento’ (citando Guber 1995)”.

O caráter não previsível dos caminhos que as relações estabelecidas em campo podem tomar, os desdobramentos possíveis a partir de suspeitas sobre a presença do antropólogo, os proveitos tirados das gafes são alguns dos aspectos que foram explorados na abordagem do trabalho de campo, entre outros, por Foote Whyte (*Sociedades de Esquina*) e Roberto Da Matta (ao falar do *anthropological blues*). Noutro nível, debates recentes tem trazido para o primeiro plano a questão de como tornar produtiva, na prática e análise antropológicas, a relação com as antropologias nativas. A proposta de uma “antropologia simétrica” (Roy Wagner) ou uma “antropologia reflexiva” (Marilyn Strathern); a possibilidade de “levar os nativos efetivamente a sério” (Marcio Goldman, Eduardo Viveiros de Castro) estão aí a nos desafiar e às nossas categorias interpretativas.

Inspirada por essas e outras leituras, meu objetivo é narrar e discutir situações e alternativas experimentadas em meu trabalho de campo realizado com grupos mbya guarani na região de Parati, Rio de Janeiro. Minha relação com pessoas e famílias mbya que vivem no Estado se estende de 2001 até o presente, mas a narrativa que pretendo apresentar está concentrada no período da pesquisa de campo realizada para minha tese de doutorado, entre 2001 e 2004, que resultou no livro “A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya guarani” (2007).

Alguns pontos que pretendo colocar em discussão, relacionando perspectivas

antropológicas e experiências concretas vividas em campo são: o domínio da língua nativa e o controle indígena sobre a conversa com o/a antropólogo/a; implicações do fazer pesquisa situada (em um dado local), deslocar-se “entre aldeias”, ou ainda “sair da aldeia”, trabalhando com colaboradores fora do contexto aldeão. Interessa-me discutir alternativas utilizadas para o tratamento da multiplicidade de informações e registro das trajetórias pessoais, refletindo sobre as conseqüências para a pesquisa de minha circulação por diferentes lugares e as implicações deste transito e de técnicas adotadas em campo para o tratamento de temas como o parentesco e o xamanismo. Enfim, minha narrativa permitirá colocar em relação minhas impressões sobre o valor da alteração para meus interlocutores indígenas e minha própria disposição ou necessidade de alterar caminhos ao longo do trabalho de campo.

Entre territórios oficiais e espaços de vida, qual é a contribuição de uma etnografia para uma leitura cruzada?

AUTORES/AS: JULIE SARAH LOURAU ALVES DA SILVA

Pretendo questionar as minhas próprias práticas etnográficas neste primeiro momento em que estou pensando o trabalho de campo dentro uma pesquisa que envolve outras áreas, como a sociologia. Essa pesquisa é realizada pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Violência, Democracia, Cidadania e Controle Social; pesquisa cuja parte dos dados empíricos já foi coletada a partir de dados oficiais; e cujo referencial teórico está sendo construído a partir de uma leitura crítica da cidadania no mundo contemporâneo e na cidade de Salvador. A pesquisa de campo, de cunho antropológico deve iniciar em breve e me deixa com certas dúvidas e incertezas, talvez acentuadas pelo fato da interdisciplinaridade. A pesquisa trata dos homicídios que atingem principalmente a população jovem e negra de Salvador. Um dos pressupostos é que os poderes públicos a través de suas políticas (e sua mediatização), concorrem a fazer da juventude negra de Salvador uma juventude que se destaque das demais, sendo sempre associada a marginalidade, em seus espaços de vida, em suas criações culturais (música ou dança), e na suas inscrições sócio-econômicas (relacionadas a pobreza); ou em termos de falta de recursos (financeiros e estruturais). Esses referenciais funcionam como mecanismos de marginalização e participam amplamente de uma imagem

negativa acima dessa população, acabando autorizando práticas repressivas por parte dos próprios poderes públicos na sua atuação policial por exemplo. As minhas dúvidas nesse estágio da pesquisa têm a ver com a metodologia utilizada. A técnica utilizada para recolher os dados respeitou os recortes territoriais oficiais (AISP); recortes territoriais feitos pelos poderes públicos. Como conseguir inscrever uma pesquisa de campo que se afaste dos estígmato territoriais, quando eles participam dos padrões analíticos? Ou melhor, como fazer uma pesquisa que atue em termos distintos dos referenciais oficiais? Em que medida técnicas de trabalho como histórias de vida podem ajudar a sair dos referenciais dos poderes públicos sabendo que os recortes territoriais devem ser enxergados como referenciais identitários para a polícia mais do que para os jovens em questão. Como apreender uma etnografia da cidade que leve em conta fronteiras e margens vividas pelos atores da nossa pesquisa? Esses questionamentos são trabalhados a luz da própria pesquisa de campo, e dos materiais recolhidos com os familiares das vítimas de homicídios.

Oxalá me presenteou, Allah abriu caminho – experiências do campo em Salvador

AUTORES/AS: FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA FERREIRA

Há 16 anos pesquiso comunidades islâmicas, e todo campo realizado, experiências novas surgem no caminho, o que encanta meus sentidos de antropóloga. Uma das pesquisas que tenho me dedicado é a produção de um documentário que trata da estética islâmica e afro-brasileira, tendo como eixo estruturante a Revolução Malê de 1835. A produção de um documentário sobre o tema e o com o título pretencioso “Allah e Oxalá na trilha Malê” em processo de edição no momento que escrevo este resumo, apresentou durante o processo de pesquisa e gravação, conteúdos “mágicos” que tiveram que ser elaborados rapidamente, algo muito natural no campo religioso, imagino, mas quem poucas vezes eu tinha percebido nesses anos de pesquisa, talvez a atenção estava voltado para algo mais prescritivo, e não para o que escapava ao sistema. Percebi desde o início, que esta pesquisa, embora na minha cabeça desde o mestrado, precisaria de uma maturidade acadêmica para ser gestado e apresentado. Como falar daquilo que aproxima Islã e Candomblé: os patuás, as vestimentas, as sextas-feiras? A estética se configurava em algo que chamava atenção aos meus olhos...Quando fui a Salvador em 2011

para o Conlab aproveitei para conversar na mesquita com Sheik Ahmad e com mãe Cici da Casa Pierre Verger sobre o tema que eu queria desenvolver, cheguei levar os equipamentos, mas não ousei tirá-los da bolsa. Sabia que aquelas narrativas me levariam a algo maior, ainda não imaginado. Nesta primeira visita a um terreiro de Candomblé em Salvador, para uma cerimônia chamada Amala de Xangô, sentia que eu deveria pedir autorização ao Orixá para realizar a pesquisa, por que a este orixá? Não sei. Mas neste dia eu estava interdita para cumprimentar o orixá, afinal estava menstruada, assim como, mulheres muçulmanas não podem rezar neste período, no entanto enquanto comia o quiabo de xangô, “acho” que ouvi alguém me dizer: “Está autorizada”. Em 2013 ao retornar para as gravações do documentário, vivi experiências “mágicas” do começo ao fim, comecei ganhando uma guia de Iansã Balé, orixá segundo, mãe Cici, da minha cabeça, com Xangô. A moça incorpora em minha casa em Salvador – Oxalá – e este fala da autorização que eu pedi...comecei a gravar no mês do Ramadã e resolvi que faria o jejum com os muçulmanos como uma forma de abrir o caminho para pesquisa sobre os malês. Foi na mistura sincrética entre os mistérios que a etnografia fílmica foi sendo construída. É desses caminhos e mistérios que trata esta comunicação.

Amazon-Jap, uma ficção etnográfica.

AUTORES/AS: GABRIEL OMAR ALVAREZ

Este texto é uma ficção, escrita depois de dez anos de realizar pesquisas etnográficas na região Amazônica. Trata-se de um texto experimental, que reflete vivências, tensões, visões de mundo contrastantes. Um texto no qual o sexo é uma alegoria das paixões despertadas neste horizonte etnográfico no qual se entrelaçam índios, caboclos, negros e um núcleo japonês que costura antropologia e história. A ficção, ambientada na região de Óbidos, permitiu abordar episódios históricos invisibilizados, como a Comuna de Manaus, quando os tenentes tomaram o poder colocando em fuga políticos, banqueiros e comerciantes. Um Brasil profundo, cujas tensões ainda ecoam a Cabanagem. Este texto experimental traz para o campo da escrita um conceito amplamente explorado na Antropologia Visual, a ficção etnográfica, e debate indiretamente o status das narrativas etnográficas como ficção, um tema que permeia a Antropologia nos escritos de Wagner, Geertz, Clifford, Marcus e Fischer, mas também outros mais antigos como Castaneda, Lewis e porque não, o próprio Malinowski.

Considerações éticas em uma pesquisa com travestis

AUTORES/AS: MICHELLE BARBOSA AGNOLETI

O trabalho tenciona uma reflexão sobre inquietudes de uma pesquisadora e aspectos éticos de uma pesquisa realizada com travestis sobre o fortalecimento dos vínculos de pertencimento que fomentam o associativismo em torno de um projeto político e social próprio, organizado em redes de solidariedade que coletivizam suas demandas pontuais e lhes permitem reivindicar dignidade e direitos humanos em uma perspectiva de respeito às suas peculiaridades. Para além do aspecto formal, espelhado em termos de consentimento e resoluções respaldadas na bioética, foi constatada a relevância da troca enquanto operador da confiança, a qual confere mais credibilidade junto aos sujeitos da pesquisa do que qualquer certidão emitida por Comitês de Ética. Entretanto, pela formalidade própria da área em que a investigação foi desenvolvida, optou-se por seguir rigorosamente a ritualística ético-formal, embora se reconheça que as relações que permitiram a coleta dos dados que a informam se fundaram primordialmente na confiança e no respeito, os quais não podem ser reduzidos a termo em um documento escrito, assinado em duas vias, que, por outro lado, não necessariamente espelha a ética desejada nas relações estabelecidas por ocasião de uma pesquisa, mas oferece a materialidade probatória para cumprimento de um compromisso institucional.

Desafios de uma etnografia na Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: SABRINA SOUZA DA SILVA

Proponho, nessa comunicação, refletir sobre os desafios de fazer etnografia na Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro - AJMERJ, responsável por processar policiais e bombeiros militares que respondem por crimes previstos no Código Penal Militar.

A Auditoria da Justiça Militar do Rio de Janeiro possui três formas diferentes de julgamento. Duas delas ocorrem através de um Conselho de Justiça, formado por oficiais da Polícia Militar, um Conselho Permanente, nos casos de julgamento de praças, e um Conselho Especial, no caso de julgamento de Oficiais. A terceira forma de julgamento é realizada apenas por um Juiz Auditor - um juiz de direito,

togado, com jurisdição privativa (ou cumulativa) junto de um tribunal militar - e acontece nos casos em que o crime é contra civis; são os chamados crimes impropriamente militares.

Pretendo, neste sentido, discutir as estratégias e dificuldades que impactaram a etnografia para realização da minha tese de doutorado. Tentando descrever os desafios da pesquisa e, além disso, as questões ético-morais que se colocaram durante o trabalho de campo.

A forma de lidar com o conhecimento desses atores, baseadas na oposição entre “segredo” e “denúncia”, e as relações de poder, muito bem demarcadas pela hierarquia militar, se mostravam como desafios a serem superados. Procurarei compreender a especificidade desses contextos dinâmicos de experiências vividas e, simultaneamente, fazer uma discussão dessas questões tanto durante a pesquisa quanto na produção do texto final para tese citada.

Em defesa da vida: dilemas éticos e metodológicos em uma etnografia sobre aborto clandestino na cidade de Aracaju

AUTORES/AS: PRISCILA DE SOUZA VIANA

O presente artigo constitui-se em uma etnografia em andamento sobre a prática do aborto em espaços clandestinos na cidade de Aracaju, Sergipe. O campo de estudos sobre aborto contempla questões delicadas, como a concepção, os direitos sexuais e reprodutivos, o estatuto do embrião e a condição de pessoa, relações de gênero e poder e representações acerca do corpo feminino, entre outros elementos. No presente artigo pretendo enfocar as tensões e ambiguidades intrínsecas ao discurso de “defesa da vida”, entoado pelos divergentes sujeitos envolvidos na polêmica do aborto, e os elementos éticos e morais imbrincados nas relações sociais em torno de uma prática que, além de ilegal, é considerada moralmente condenável. Devido ao contexto restritivo em que se insere o aborto sob o ponto de vista da legislação brasileira, a criminalização de mulheres que abortam e outros atores envolvidos na prática, e as repreensões morais às ações e discursos que envolvem o aborto clandestino, algumas dificuldades podem ser destacadas ao desenvolvimento da pesquisa. A principal delas é o estabelecimento de uma relação de confiança junto aos sujeitos pesquisados. A busca de narrativas e compartilhamento de experiências junto às mulheres que

abortam, pessoas responsáveis pela realização do procedimento e outras envolvidas na comercialização de medicamentos considerados abortivos e, por conseguinte, ilegais, é uma tarefa delicada e, ao mesmo tempo, desafiadora. Para obter os dados necessários à pesquisa, incluindo a realização de entrevistas junto aos sujeitos pesquisados, é preciso acessar um universo entremeado de segredos, silêncio, anonimato e que envolve também o acionamento de memórias subjetivamente carregadas de medo, sofrimento, conflitos morais e familiares, entre outros. A garantia do sigilo quanto às identidades é uma preocupação constante que se reflete em todos os passos do trabalho de campo e, portanto, repleta de dilemas, percalços, tensões e constrangimentos. Como lidar com esses elementos de ordem ética e metodológica sem prejudicar o trabalho de campo e o levantamento de dados necessários à pesquisa é uma das discussões a que se propõe o presente artigo, partindo de uma experiência etnográfica que se encontra em andamento.

Etnografando a experiência do Instituto Beleza Natural – relatos de uma etnografia não autorizada.

AUTORES/AS: CINTIA TÂMARA PINTO DA CRUZ

Diversos autores têm buscado relatar a experiência etnográfica como um modo de legitimar a coleta de dados, bem como de explicitar os desafios contidos na experiência empírica. A etnografia e a observação participante tornou-se o método antropológico por excelência, para Peirano (1992), a eficácia do método está na capacidade do etnógrafo em desafiar conceitos estabelecidos e o senso comum que lhe acompanha.

O potencial etnográfico dos salões de beleza foi revelado por outros pesquisadores (Figueiredo:1994; Santos:2000; Gomes:2000; Bouzon:2010), uma vez que estes têm se constituído como espaço de interação ambivalente (pública e privada) importante para a compreensão da condição feminina. O objetivo deste texto é analisar a experiência etnográfica realizada durante 12 meses no Instituto Beleza Natural em Salvador, um salão de beleza que adquiriu sucesso por oferecer um tratamento que transforma cabelos crespos em cabelos cacheados. Os dados coletados neste trabalho não procederam de um acompanhamento prévio da empresa, uma vez que a liberação para a observação participante ocorreu quando já não havia mais tempo para realizar o campo durante uma pesquisa de mestrado.

Por um lado, tive a possibilidade de coletar dados dentro de uma empresa sem os filtros que uma autorização prévia poderia sugerir, por outro lado, transformei-me de cliente a pesquisadora, e o meu grande desafio foi transformar o familiar como exótico (Velho:1978). O BN é um espaço bastante agitado, onde se misturam o som da televisão e as conversas entre cerca de 500 clientes que frequentam o salão diariamente. Ainda que eu anotasse muitas coisas no caderno de campo, sempre ficava a sensação de ter mais o que anotar, de não ter abordado alguma cliente ou de ter perguntado e falado pouco. Malinowski (1975) aconselha que é necessário que o pesquisador deixe de lado a câmera fotográfica, o caderno e o lápis e se integre nos acontecimentos do campo, mas, o que fazer quando o campo lhe convida a interagir integralmente? A recusa em pegar o caderno durante o campo ocorria na tentativa de evitar a espontaneidade das falas e por outro lado em assegurar minha permanência no espaço, sem chamar a atenção das funcionárias. Os desafios contidos nesta experiência sinalizam para a complexa relação entre pesquisadora/pesquisadas e contribuem, sobremaneira, para a reflexão sobre o fazer etnográfico.

COORDENADOR/A: MARIA HELENA ORTOLAN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS), SIDNEI CLEMENTE PERES (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Este Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa cujos estudos contribuem para compreensão da reconfiguração do indigenismo brasileiro, nas últimas décadas, a partir da atuação etnopolítica de povos indígenas em esferas públicas governamentais e não governamentais. Com o crescimento de pesquisas etnográficas sobre práticas etnopolíticas instituídas no relacionamento dos povos indígenas com o Estado e outros agentes de ações indigenistas, o GT propõe produzir instrumentos analíticos de maior alcance e bases comparativas consistentes à compreensão da complexidade do campo etnográfico. O GT é desdobramento de experiências dos coordenadores em promover intercâmbio e formação de rede de pesquisadores sobre o tema em reuniões anteriores da ABA, por meio da apresentação articulada de trabalhos etnográficos e/ou históricos com reflexões teóricas e metodológicas sobre movimento(s) indígena(s), sociogênese de etnicidades contemporâneas, associativismo e as demais formas organizativas de expressão política da etnicidade indígena, no Brasil e em outros países. A tarefa de sistematização dos avanços teóricos e metodológicos alcançados por pesquisas mais recentes ainda se faz necessária. Trabalhos etnográficos realizados em outros países também serão bem-vindos para incrementar os instrumentos analíticos à disposição de pesquisadores no Brasil.

A Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe e Conselho Aty Guaçu: o protagonismo indígena e suas reformulações etnopolíticas

AUTORES/AS: MARIO NEY RODRIGUES SALVADOR

O Movimento Indígena enquanto “movimento organizado” é bastante recente, no Brasil. Segundo Bicalho (2009), a forma organizada e politizada do Movimento Indígena tornou-se visível a partir da década de 1970. Tais características devem-se a uma “tomada de consciência” dos grupos indígenas de que sua condição étnica deveria ser respeitada pelo Estado e pela sociedade nacional. A luta indígena, ou, o protagonismo étnico deste período, visando à garantia de direitos na Carta Magna de 1988, contribuiu para o fortalecimento do Movimento Indígena e para a consciência da possibilidade de construção de uma identidade indígena coletiva nacional. Deste período, Bicalho (2009) destaca a emergência de várias lideranças indígenas e, a meu ver, a consolidação de um modelo de política indígena pautado na representação do coletivo pelo indivíduo. O destaque e a atuação das lideranças neste período garantiram o seu empoderamento e o acúmulo de um capital simbólico-político até hoje reconhecido, principalmente pelo Estado, como é o caso do líder indígena Marcos Terena, do Mato Grosso do Sul. Todavia, observa-se que o poder e o capital simbólico-político que tal liderança acumulou ao longo do tempo não vêm correspondendo às atuais demandas dos povos indígenas. Isso se tornou bastante visível na ocasião do evento Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012, quando os diversos grupos indígenas lá reunidos apresentaram uma carta de repúdio ao líder indígena Marcos Terena como representante dos povos indígenas no Brasil. A partir de então, ao menos no Mato Grosso do Sul, a insatisfação com esse tipo de representação fortaleceu as novas práticas etnopolíticas em curso e a criação de novos modelos de organização, com formas de participação individual e tomadas de decisão pautadas no consenso coletivo. Nessas novas práticas etnopolíticas, observa-se, dentre outras, a busca pelo fortalecimento da nacionalização do Movimento Indígena, através de instituições nacionais (como a APIB) e de organização de eventos/movimentos de nível nacional. A Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe (Grande Assembleia do Povo Terena), criado após o Rio+20, e o Conselho Aty Guaçu (Grande Conselho Guarani-Kaiowá), no Mato Grosso do Sul, são exemplos desses novos modelos de organização e de representação dos povos indígenas. Essas duas organizações, representantes dos dois maiores grupos

indígenas deste estado, são organizações informais que ganharam legitimidade de representação dos grupos que representam. Desde 2012 os Terena e os Guaraní-Kaiowá tem se reunido duas vezes ao ano para tratar das questões de seus interesses. Este trabalho pretende analisar estes dois modelos de organização visando contribuir para a compreensão das novas formas de atuação etnopolítica e dos pensamentos teóricos que permeiam essas organizações.

Álvaro Tukano: “Líder emblemático”

AUTORES/AS: MARIANA DA COSTA AGUIAR PETRONI

O sociólogo Jean-Philippe Belleau (2007), ao analisar o movimento indígena que emergiu no final da década de 70 no país, caracterizou seus principais líderes como “figuras emblemáticas”, ou seja, como atores que possuíam discursos político-simbólicos de muito impacto na mídia, e capazes de se afirmar como representantes da população indígena do país.

Ao classificar como “figuras emblemáticas” a líderes como Marcos Terena, Mario Juruna e Álvaro Tukano, Belleau destaca os denominadores comuns da trajetória política desses líderes. Apesar das diferenças evidentes, esses indígenas compartilham uma série de características: foram formados em escolas missionárias; passaram por experiências variadas, por vezes dolorosas, de alteridade através de andanças involuntárias; participaram de eventos políticos importantes no início de suas trajetórias; falam português; entendem as expectativas da esquerda nacional e dos atores internacionais; são capazes de construir sínteses entre o mundo indígena e o mundo não indígena e de se inserir nessa interface em um papel que lhes é próprio e singular. Essa apresentação busca, a partir da categorização proposta por Belleau, examinar a trajetória política de Álvaro Tukano, por meio da análise de sua própria narrativa apresentada em um livro autobiográfico ainda não publicado, com o objetivo de diferenciar a trajetória de Álvaro da ideia de liderança indígena difundida e disseminada no meio indígena e indigenista do país, e destacar as características específicas de sua atuação comuns à conjuntura social e política do período. Porém, por outro lado, ao destacar a trajetória política de Álvaro Tukano, busco compreender a conformação do movimento indígena nacional a partir de sua perspectiva particular. Para a antropóloga Laura Graham (2002), esses líderes, presos a uma realidade transfronteiriça, caracterizados

como “pontes incomodas entre dois mundos”, se destacaram por suas trajetórias específicas, que lhes forneceu as ferramentas necessárias para formular discursos criativos e manipular signos diversos que conformaram sua maneira específica de atuação no campo político. Dessa maneira, cada liderança se forjou de maneira particular, e o discurso e a ação política de cada um deles surgiu de constantes atos de reinterpretação provenientes de um campo complexo e assimétrico de diálogo e negociação intercultural (PERES, 2003, p.36). De tal maneira, que as estratégias utilizadas por essas figuras dependem das possibilidades existentes nos contextos de produção de identidade nos quais estão inseridos.

Entre a Base e Brasília: Associações Indígenas e o Projeto GATI

AUTORES/AS: GRAZIELLA REIS DE SANT'ANA

Fruto de mobilizações e reivindicações indígenas, o projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena), anteriormente denominado projeto GEF Indígena, vem sendo executado em 32 Terras Indígenas (TIs) localizadas em diferentes regiões/biomas no território brasileiro. São três as principais linhas de atuação do projeto: “1 – fortalecimento e estruturação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, por meio da definição de mecanismos financeiros e da capacitação de gestores de governo, organizações indígenas e parceiros; 2 – consolidação de uma rede de experiências de gestão em terras indígenas, por meio do apoio à elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs); e, 3 – apoio a iniciativas de recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, produção agroecológica e boas práticas de extrativismo nas áreas de referências”. O projeto foi assim desenhado a partir da construção conjunta entre governo (FUNAI, MMA), PNUD, GEF, TNC e associações indígenas regionais e uma nacional (COIAB, APOINME, ARPIPAN, ARPIN-SUL, APIB, Articulação MT). A presente comunicação tem como objetivo analisar a construção do projeto GATI a partir, tanto da atuação das associações indígenas regionais, quanto das comunidades e suas mobilizações locais, tendo como recorte principal a associação regional ARPIPAN e as comunidades e associações de seis TIs áreas de referência do projeto GATI no Mato Grosso do Sul. Destaco que a presente reflexão parte da minha atuação como consultora do PNUD para os biomas Pantanal e Cerrado (durante o

projeto GEF Indígena e na primeira fase do projeto GATI), bem como da minha atuação como antropóloga assessora de associações indígenas regionais e locais. Na medida em que as ações do projeto – que estão sendo executadas nas áreas – foram construídas e pensadas juntamente com as comunidades, a partir também da articulação conjunta com as associações regionais e outros parceiros, o lugar de consultora permitiu que eu acompanhasse e continue acompanhando e refletindo sobre o modo como as comunidades e associações estão se envolvendo com o GATI, o que implica refletir sobre uma série de questões, dentre elas, as diferentes relações, contribuições e tensões entre associações regionais, governo, organismos internacionais e comunidades locais na construção de projetos e políticas, um debate importante e que contribui para ampliar o entendimento sobre o campo do associativismo étnico no Brasil.

Interfaces do indigenismo: desdobramentos do fazer política por meio das associações indígenas

AUTORES/AS: BRENO ANSELMO GOMES

Este trabalho se questiona sobre as dimensões de autonomia e heteronomia presentes no movimento de fundação e articulação das associações indígenas no Brasil. Essa modalidade associativa, que ganha força nos anos 90, fundamentada na Constituição da República de 1988, conforma um substancial afastamento frente ao antigo paradigma da tutela indígena, já que permite aos índios elaborar e gerenciarem projetos próprios de desenvolvimento para suas respectivas comunidades. Todavia, novos desafios são colocados na viabilização desses projetos quando se nota a permanente necessidade de se buscar financiamento em órgãos estatais e na iniciativa privada, cujo apoio oferece algumas restrições e orientações prioritárias. Na tentativa de aprofundar o olhar sobre a complexidade desse fenômeno, apresentamos a experiência dos Krenak com as associações indígenas, em que estas estiveram imbricadas a um processo de segmentação social que deu origem às cinco aldeias atualmente existentes na Terra Indígena Krenak. A comparação da dinâmica aldeã com aquela observada nas associações indígenas enseja uma problematização do transporte de mecanismos representativos de origem ocidental para grupos com acepções diferentes sobre a política. Oferece também um interessante exemplo de como tais acepções inevitavelmente entram

em diálogo e vão se hibridizando na prática das lideranças indígenas que atuam nessas associações. Prosseguimos, então, explorando possíveis efeitos derivados do alinhamento das associações locais, regionais e nacionais tanto para estruturação do campo do indigenismo, quanto para as próprias sociedades indígenas. Discussão em que julgamos ser proveitoso contrastar duas ênfases encontradas na etnologia das sociedades ameríndias – do fechamento e da abertura, uma vez que essas perspectivas suscitam diferentes leituras sobre a produção da autonomia nesses contextos.

Reconfigurações do Ethos Yawanawá: Cosmopolítica, Tradução Cultural e Etnodesenvolvimento

AUTORES/AS: SHEILA ACCIOLY

O artigo tece considerações acerca das reconfigurações cosmopolíticas da indianidade Yawanawá (Tarauacá/AC), povo nativo da região amazônica, do tronco etnolinguístico Pano, após a retomada da tradição vegetalista pela tribo. Adotando uma abordagem compreensiva, esta investigação inicial busca entender as estratégias de organização política e cultural e os reposicionamentos da identidade Yawanawá frente à modernidade, cotejando as noções de reafirmação, reconhecimento e autoidentificação. Discorre sobre a tradução cultural como forma de inserção social. Aborda ainda o escopo de re-apresentações desta identidade tradicional em um contexto de etnodesenvolvimento. Por fim, o artigo, como produto preliminar de uma pesquisa ainda em andamento, aponta na direção de uma necessária discussão do lugar social da indianidade no mundo globalizado.

“Aqui tudo agora é da FUNAI!”: Etnografia de uma experiência com o Ponto de Cultura Redes Indígenas em Piripiri - Piauí

AUTORES/AS: HÉLDER FERREIRA DE SOUSA

Este trabalho pretende etnografar a experiência de participação da Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri - Piauí, no Programa Pontos de Cultura. Em 2009, a Associação Itacoatiara apresentou ao governo do Estado do Piauí, através da Fundação Cultural do Estado do Piauí - FUNDAC, o projeto de um ponto de cultura indígena. Após processo de análise e seleção de candidaturas, que incluiu outras entidades, a Associação Itacoatiara viu contemplado seu interesse em

participar do referido programa de incentivo. No trabalho descrevo a ação de lideranças indígenas, em seus propósitos de utilizar o referido programa como meio para divulgação de seus interesses específicos e de como a atuação de agentes de outras esferas da administração, são importantes para compreender aspectos da relação entre agências governamentais e organizações indígenas.

Estudo sobre o desenho, a gestão, a implementação e os fluxos de acompanhamento das condicionalidades de saúde associadas ao programa bolsa família (PBF) para Povos Indígenas

AUTORES/AS: PEDRO STOECKLI PIRES, NC PINHEIRO, MDS

Apresentação dos principais resultados obtidos no estudo sobre o desenho, a gestão, a implementação e os fluxos de acompanhamento das condicionalidades de saúde associadas ao Programa Bolsa Família (PBF) para Povos Indígenas. A pesquisa foi encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e tinha como objetivos, entre outros: 1- Mapear os fluxos de informação e identificar as dificuldades existentes para o acompanhamento das condicionalidades de saúde das famílias indígenas, tanto do ponto de vista dos arranjos institucionais e normativos definidos pela gestão federal, como a partir das estratégias dos municípios e distritos para localização e acompanhamento das famílias, registro nos mapas de acompanhamento ou no formulário utilizado pelas equipes de saúde e inserção de informações no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde; 2 - Compreender a dinâmica de acompanhamento das condicionalidades de saúde dos beneficiários do PBF com perfil saúde1 pertencentes a Povos Indígenas.

Planos de Gestão Territorial e Ambiental: atores, personagens, narrativas, práticas, métodos e cosmografias indígenas (Mebengokré Xikrin) e indigenistas (estatal e privada) no Médio Xingu

AUTORES/AS: EDUARDO VIEIRA BARNES

PLANOS e PROGRAMAS fazem parte da agenda indígena e indigenista contemporânea: Plano de Gestão, Plano de Vida, Plano Básico Ambiental/PB, Plano de Compensação, Mitigação ou Indenização Ambiental e Plano Pluri-Anual/PPA (com seu Programa Direitos de Proteção e Promoção dos Povos e

Terras Indígenas). Na ordem do dia a dia dos povos indígenas, essas palavras e práticas de diferentes atores e personagens sociais (e seus sinônimos ou derivações em inúmeras siglas e burocracias e organizações) tornaram-se cada vez mais objeto de perguntas, dúvidas, discursos, narrativas e acordos e que demarcam e delimitam um novo campo de luta e conquista de direitos territoriais e de cidadania indígena nos campos do poder do Estado brasileiros (seus aparelhos burocráticos), da sociedade civil (Organizações Não-Governamentais) e mercado – das terras indígenas, distritos sanitários especiais indígena, territórios etnoeducacionais, e a agenda das políticas públicas nacionais (incluindo estratégias estaduais e municipais) de Gestão Territorial Indígena – PNGATI e GATI.

Com base na atuação institucional junto ao povo Mebengokré Xikrin, proponho refletir sobre a reconfiguração do campo e tempos dos poderes indigenistas (estatal e privada) e indígenas na (des)ordem da práticas, normas, regras e sistemas de gestão territorial e ambiental de terras indígenas no âmbito da elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental no século XXI. Para tanto, parto da configuração do indigenismo e movimento indígena a partir dos últimos 30 anos do século XX, especialmente após o Plano de Integração Nacional (PIN), década de 70, no contexto das condicionantes do Banco Mundial relacionadas a demarcação e proteção de povos indígenas – Transamazônica e Grande Carajás, do Estado militar de direitos, passando pelo tempo dos novos direitos indígenas no Estado democrático de direito inscrito na Constituição Federal de 1988, aos tempos contemporâneos no novo milênio e do Programa de Aceleração da Economia (PAC) e grandes obras de infraestrutura, como a UHE Belo Monte no contexto da expansão do setor mineral e do agronegócio.

A partir da experiência de discussão e elaboração do Plano Abem Marinéi (Plano de Todos), é possível sistematizar um conjunto de reflexões sobre as práticas indigenistas estatais (tutelares, ambientais, tuteladas) e etnopolíticas operadas durante os eventos e rituais interétnicos e intraétnicos. Os Xikrin, e seus atores vizinhos, confrontantes, tutores, missionários e toda sorte em sua rede de relações sociais e territoriais apresentam inúmeras questões importantes para a compreensão da relação entre povos indígenas e as conquistas políticas dentre as práticas estatais de ordenamento territorial.

Práticas etnopolíticas entre os índios do Nordeste e o Estado-nação: perspectivas teóricas e ações práticas a partir de embates e situações-problemas vivenciados entre os índios Xukuru do Ororubá.

AUTORES/AS: RITA DE CÁSSIA MARIA NEVES

Durante o último quartel do século XX, a discussão sobre quem é o sujeito da etnicidade e quando e por que ele entra em cena mobiliza parte das discussões teóricas na antropologia. Isso se dá, por entender-se que é difícil falar de uma teoria da etnicidade ou até de etnicidades separada da discussão sobre Identidade Nacional. Além disso, os contextos em que as identidades étnicas são forjados são tão amplos e variados que dificulta pensar em um único sentido para etnicidade. Ficamos presos entre uma discussão que toma a etnicidade como base de configuração dos Estados-nações pluriétnicos, ou sua aplicação em um nível individual, em que a ação do sujeito é orientada para a etnicidade. O objetivo desse trabalho é pensar a relação entre os empreendimentos políticos indígenas e as alternativas vivenciadas por estes nas suas relações e embates com o Estado-nação, desde o final do século XX e as novas questões apontadas no começo do século XXI. Para isso, tomaremos por referência etnográfica algumas pesquisas realizadas entre os índios Xukuru do Ororubá, desde o ano de 1997 até os dias atuais, tendo por base três eixos temáticos de análise: 1) a relação entre os índios Xukuru e o Estado-nação durante o processo de territorialização; 2) o embate jurídico entre os Xukuru e o Estado-nação no campo dos conflitos interétnicos; 3) a relação entre os Xukuru e os órgãos públicos do Estado-nação, no campo da saúde indígena. Procuramos compreender como a etnicidade é acionada e utilizada nas dinâmicas internas às novas situações experimentadas pelos povos indígenas, contribuindo para pensar a questão da etnicidade nos moldes recentes da questão.

Vindos de Parima: um ensaio sobre a inserção dos Yanomami no complexo extrativista do Rio Negro

AUTORES/AS: FELIPE NASCIMENTO ARAUJO

Investigar a dinâmica atual das práticas de manejo e comercialização dos recursos florestais efetuada pelas comunidades yanomami inseridas no Complexo Extrativista do Rio Negro, localizadas nos afluentes da margem esquerda do Rio Negro no estado do Amazonas.

“Índios Urbanos”, “índios desaldeados”: os Xocó-Kaurá e a experiência indígena nas cidades

AUTORES/AS: ADLA VIANA LIMA

Esse trabalho pretende apresentar o desenvolvimento do projeto de pesquisa monográfica desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe, no curso de Ciências Sociais, orientada pelo Prof. Ugo Maia, cuja problemática de pesquisa se trata da investigação sobre as formas como são agenciadas as práticas, discursos e memórias dos Xocó-Kaurá, índios residentes em áreas urbanas - Aracaju e de Porto da Folha - no que diz respeito à busca e acesso aos serviços e bens públicos, considerando sua identificação, pertencimento e condição de indígena no espaço urbano. Além disso, importa a forma como abordam suas demandas socioeconômicas, culturais e políticas frente ao poder estatal, o que inclui a demanda por terras indígenas. Essa problemática envolve relações entre grupos indígenas de uma mesma região, conflitos e reivindicações internas e externas que tem relação com o reconhecimento e pertença por parte da comunidade indígena e pelos órgãos responsáveis por responder às reivindicações dos grupos indígenas, como Ministério Público Federal, FUNAI, FUNASA, entre outros. O trabalho pensa o conjunto de práticas e discursos dos Xocó que residem fora da aldeia da Terra Indígena Ilha de São Pedro/Caiçara, e que são referidos em documentos jurídicos como “índios desaldeados”. Tendo em vista que experienciam outras formas de vida, é importante levar em conta a posição ambígua dos Xocó-Kaurá diante dos outros Xocó, aqueles que moram na terra demarcada e que são entendidos como “irmãos” tanto “de sangue” quanto de grupo indígena, que entraram em conflito não permitindo a estada daqueles na terra indígena. A construção do objeto desta pesquisa não se dá no sentido de investigar a vida dos Xocó residentes nas cidades como portadores de diferenças ou de cultura diferente no espaço urbano, mas sim na observação etnográfica de onde e para que fins suas diferenças e suas narrativas são agenciadas nas relações que experienciam no que tange ao acesso e reivindicações dos serviços e bens públicos (saúde, educação, moradia, etc.) operados pelo estado e por órgãos que possuem a competência de atender às populações indígenas.

Jovens indígenas: contexto social e participação política no rio negro

AUTORES/AS: CLAUDINA AZEVEDO MAXIMIANO

A proposição deste texto é iniciar uma reflexão sobre o processo de participação política dos jovens indígenas no rio Negro. A partir da análise das iniciativas de mobilização/organização de um “novo sujeito político” no cenário do movimento indígena e do contexto social desta região. A ideia é tentar fazer uma descrição/reflexão do processo de articulação/mobilização de jovens indígenas na luta por espaços sociais de poder, assim como, a criação de um discurso em torno de um sujeito pluriétnico autodenominado de “adolescentes e jovens indígenas”. Tal reflexão perpassava o contexto social do município de São Gabriel da Cachoeira, com destaque para Santa Isabel do Rio Negro, município localizado na região do Médio Rio Negro, campo em que se circunscreve a pesquisa, na qual estou construindo esta reflexão. A temática está ligada aos problemas sociais que envolvem os jovens indígenas, assim como, às iniciativas de organização, acrescida dos conflitos vivenciado por eles e ações classificadas como “marginais” e/ou a mobilização por políticas públicas específicas que acabam por se conectar e/ou se tangenciam no cotidiano. É diante desse contexto que proponho tal reflexão.

Santuário não se move: associação e resistência entre índios e não índios para reconhecimento de Terra Indígena Bananal- Santuário dos Pajés em Brasília/DF

AUTORES/AS: THAIS NOGUEIRA BRAYNER

Nas últimas décadas vemos um enorme crescimento tanto da luta dos grupos indígenas que buscam garantir seus direitos, como também de grupos que almejam ser reconhecidos como índios pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), fenômeno esse conhecido como etnogênese. Nesse contexto, os índios demandam mais pela garantia de serviços básicos como educação, saúde, segurança e certamente a demarcação de suas terras. Outras questões aparecem, como a inserção dos índios no mundo do trabalho não-indígena, ofertas e cursos de nível superior, índios vivendo em centros urbanos etc. Dentre essas novas configurações que se formam na atualidade para os povos indígenas de maneira geral, analiso no presente trabalho a relação entre os índios do Santuário dos Pajés em Brasília e a rede apoiadores que formaram para ajudar a defender e divulgá-

lo. O Santuário dos Pajés existe desde quando índios do nordeste brasileiro (em especial os Fulni-ô) vieram para a região para trabalharem na futura capital federal. Esses índios viveram durante décadas numa antiga fazenda que fora desapropriada para construção da cidade e no ano de 1996 Santxiê Tapuya, resolve entrar com pedido na FUNAI para que se estudasse e finalmente reconhecesse a presença indígena na área e a tradicionalidade da ocupação da terra. A FUNAI perde a documentação desse processo e os índios continuam brigando para que o órgão tome alguma providência, em 2004 o governo do Distrito Federal leiloa as terras para que seja construído o Setor Noroeste, novo bairro destinado à classe média da cidade. O governo ofereceu dinheiro e outras terras para que os índios saíssem do local, ambas as propostas foram recusadas. Os índios se articulam com pessoas que os conheciam, conheciam sua luta e outras pessoas que pelos mais diversos meios chegam ao Santuário com o intuito de apoiá-los na permanência da terra, como na luta contra a construção do bairro numa das últimas áreas de cerrado da cidade. Esses apoiadores formaram uma rede de pessoas conectadas pela internet, por meio de blogs, emails e redes sociais que conseguiam informar cada vez mais pessoas sobre o que ocorria na área, já que a única versão que se tinha era do maior jornal de circulação da cidade, que se apresentava contra a demanda dos índios. Os apoiadores procuravam veicular a versão dos índios sobre os acontecimentos e todos os dias dezenas de pessoas se juntavam a rede de pessoas do ‘Santuário não se move!’. Essa rede de apoiadores se mostrou fundamental para que os índios resistissem à pressão, a violência e o descaso das autoridades.

“Cidade, Memória e Etnicidade entre Lideranças Waiwai do Baixo Amazonas, Pará.”

AUTORES/AS: FERNANDA LOBO DOS SANTOS

Este artigo é parte da pesquisa de mestrado em andamento , que por meio de trabalho de campo antropológico e levantamento de narrativas, busca analisar o papel da cidade na formação de algumas lideranças indígenas WaiWai . Utilizando a memória de lideranças sobre a “ descoberta” e apropriação da cidade durante a juventude, pretende-se analisar a representação indígena da cidade , tal como o papel que esta exerceu sobre sua atuação etnopolítica. A evangelização iniciada entre os WaiWai (dessa região) em fins da década de 50, provocou transformações

socias e culturais que dentre outros fatores implicou no surgimento da juventude como um novo fenômeno nascido através da primeira geração de jovens WaiWai, uma fase até então desconhecida entre o grupo. Com o tempo tal juventude passou a romper o cerco de vigilância que havia na aldeia se deslocando rumo á cidade em busca de bens materiais e simbólicos , uma “aventura” que denotava muito menos a sua transformação em brancos ou a integração á sociedade nacional do que a busca por autonomia , e simultaneamente transformava a cidade num verdadeiro palco dialógico entre interesses, intenções e estratégias. Diante do exposto, o desafio deste trabalho é demonstrar como a presença indígena na cidade, pelo menos entre as lideranças, tem sido configurada muito mais como um meio do que como um fim e como encontra-se conformada pela construção de autonomia e afirmação de identidade , ao passo que a viagem de ida para a cidade apenas concretiza seu real significado , função e potencialidade , através da viagem de volta.

COORDENADOR/A: MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (PPGA- UFPB), MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

DEBATEDOR/A: MIRIAN ALVES DE SOUZA

A reflexão sobre o universo temático de identidade reivindicada face o acesso às políticas públicas tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs na 28ª RBA e IV REA/ XIII ABANNE. Objetivamos produzir um debate sobre a produção etnográfica de grupos ciganos no Brasil; analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos. O grupo pretende criar um campo de interlocução, especialmente no Brasil, contribuindo para o início de uma pesquisa comparativa ainda inexistente. Também indagamos sobre o papel da produção antropológica na mediação entre esses grupos e as esferas públicas. Os registros etnográficos são escassos, e intermitentes, mas vêm ganhando terreno nos últimos anos, a cujos pesquisadores se impõe muitas vezes a questão de como mediar às relações entre os sujeitos estudados e o Estado. Este GT busca discutir os dilemas dessas posições para que se desenvolvam análises propriamente Calon/Rom da cultura.

As estórias de viagens rom-kalderash e a construção do cigano como sujeito fantástico

AUTORES/AS: ANA PAULA CASAGRANDE CICHOWICZ

A representação presente no imaginário social acerca do que é um cigano foi em boa parte insinuada e disseminada através de obras de arte literárias, as quais expressam dois tipos-ideais da “ciganicidade”, figurando esses sujeitos ora como “Strombolis” – “marginais” e “imundos” –, ora como “Melquíades” – “festeiros” e “misteriosos”. Quando parti para o campo, feito no Estado de Minas Gerais no ano de 2010, tinha por intuito ouvir o que os ciganos rom-kalderash tinham a dizer sobre eles mesmos. Contariam estórias nas quais seriam personagens? E estas, seriam importantes para o modo como tais sujeitos se construíam como “sujeitorom”? Não mais as narrativas literárias grafadas em livros, mas as narrativas orais dos kalderash. Entretanto, antes de pensar as estórias propriamente ditas, tornou-se necessário discorrer sobre a noção de “espaço”, devido ao fato de que o modo como os roms vivenciam e praticam os espaços por onde passam é fundamental para entender o contexto nos quais as narrativas ocorrem, e que por sua vez é basilar na compreensão do que está sendo dito. No interior desse campo fenomênico de transformação de “espaço geográfico” em “espaço antropológico”, as “estórias de viagens” contadas pelos kalderash, me fizeram perceber que a despeito de engendramos de uma espécie de terceiro tipo-ideal do que seria um cigano, constroem-nos antes como seres “fantásticos”, numa reelaboração de sua própria imagem a partir de um dos tipos-ideais citados acima, qual seja, aquele que os enxergam como Melquíades.

Entre idas e vindas, como interpretar o fluxo cigano? Discutindo as compreensões sobre diáspora e nomadismo.

AUTORES/AS: JÉSSICA CUNHA DE MEDEIROS, MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA, M^a PATRÍCIA GOLDFARB.

Os ciganos no Brasil passaram por processos históricos e sociais que nas últimas décadas implicaram numa resignificação em seu universo espacial e relacional. Diferentes autores, como por exemplo Isabel Fonseca no seu conhecido livro sobre ciganos “Enterre-me em pé” (1996), defendem a hipótese de que os ciganos apareceram pela primeira vez na Europa no século XV, onde se apresentaram

como peregrinos e leitores da sorte; viajantes exóticos, de pele escura e de aparência não muito agradável para o padrão da sociedade, liderados por homens que se intitulavam condes, príncipes e capitães, ou mesmo como negociantes de escravos. Pensando que heurísticamente podemos propor uma aproximação entre as experiências de deslocamento (forçada) vividas pelos judeus e ciganos, subsumidas no conceito de diáspora, vamos então discutir de modo mais detido esta problemática. De modo que as diásporas tem sua ocorrência como estrutura de organização que comporta tanto a solidariedade em condições adversas, como também a mobilidade social, além da integração no sistema do poder, como também pode implicar na participação nacional e internacional no sistema político. Os ciganos como os judeus (outro grupo diaspórico) foram apresentados enquanto populações que percorreram muitas vezes, à margem das construções dos Estados-Nação, os espaços sociais, o que resultou em ações de exclusão e expulsão, desdobraremos então, discussões a respeito destas questões envolvidas. Partindo do material coletado – no Estado da Paraíba (Brasil) durante uma pesquisa que implicou em levantamento em arquivos e trabalho de campo, foi possível perceber o quanto os deslocamentos, as experiências das viagens continuam suportando algumas práticas que parecem aí indicar a percepção do deslocamento. Em alguma medida podemos demonstrar aproximações e distanciamentos de ciganos enquanto também sujeitos diáspóricos.

Entre os caminhos e as rotas dos ciganos do Vale do Mamanguape-PB.

AUTORES/AS: EDILMA DO N. J. MONTEIRO, MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB(DCS/PPGA-UFPB), RENAN JACINTO MONTEIRO (UACS-UFCG), HERMANA CECÍLIA OLIVEIRA FERREIRA (DCS-UFPB)

Apesar de certa visibilidade, reconhecimento obtidos através dos estudos e pesquisas realizados no Brasil durante as décadas de 80 e 90 acerca dos ciganos do sertão paraibano, seja pela academia, seja pela sociedade civil, outros agrupamentos étnicos permaneceram praticamente invisibilizados e marginalizados em algumas cidades do estado. Neste sentido, a ideia de elaborar um mapeamento dos ciganos no estado da Paraíba tem gerado novas inquietações epistemológicas e instigado na construção de pesquisas, alimentando novas possibilidades na tentativa de compreender os ciganos enquanto grupo étnico em contextos e arranjos sociais diversos. Deste modo, o presente trabalho pretende apresentar alguns fragmentos

de uma etnografia, ainda em fase de construção, a respeito dos ciganos que vivem no Vale do Mamanguape - PB. A proposta se baseia na reflexão antropológica sobre os dados colhidos até então, calcada na observação participante, entrevistas abertas e conversas informais. Deste modo, objetiva-se a construção de um diálogo na busca pela compreensão dos modos de vida, sociabilidades, práticas cotidianas, e na relação Interétnica entre ciganos e não-ciganos, especificamente, na resignificação do nomadismo a partir das rotas descritas pelo grupo.

Mapeamento da População Cigana em Juazeirinho - PB

AUTORES/AS: JOSÉ ACLECIO DANTAS

Este trabalho encontra-se vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado “Os Ciganos no Estado da Paraíba, e trata de uma pesquisa de Iniciação Científica sobre grupos ciganos neste Estado. A Paraíba é um estado com uma expressiva população de ciganos, que vivem como sedentários, semi-sedentários ou em situação de mobilidade territorial mais constante. Trata-se de grupos ou famílias ciganas ainda não estudados, como é o caso do município alvo desta pesquisa: Juazeirinho. Deste modo, este trabalho visa suprir lacunas existentes na produção acadêmica acerca destes grupos étnicos e objetiva verificar se entre os ciganos residentes em Juazeirinho há um reconhecimento e vivência de uma fronteira étnica, entre ciganos e não ciganos. Para tal, investigaremos se as pessoas se reconhecem como ciganos e quais as referências utilizadas nesta definição. Trata-se de analisar como os ciganos se pensam e através de que categorias constroem tal identidade; verificando se são propiciadores de significados e capazes de articular uma visão de coletividade.

Na estrada com os ciganos” - novas formas de configuração das caravanas ciganas na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: CLEITON MACHADO MAIA

Em meio a minhas reflexões sobre o universo temático da identidade cigana em meu mestrado, analisei a construção identitária de um grupo religioso chamado Tenda Cigana Espiritualista Tzara Ramirez em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro deparei-me, durante a pesquisa, com uma variada agência de

atores, sejam atores do grupo religioso estudado ou de atores variados que se relacionaram com a Tenda, na configuração da identidade cigana do grupo em questão e extrapolavam minha proposta inicial. Essa configuração de identidade se desenvolve em uma interessante e conflituosa relação entre grupos religiosos, agentes da esfera pública e grupos de origem familiar cigana. O objetivo desse trabalho é analisar como em meio à disputa pela autoridade sobre a “cultura cigana”, grupos diferentes constroem identidades ciganas variadas e conflitivas na Baixada Fluminense, e como essas identidades recebem legitimações de variados agentes religiosos e da esfera pública da Região.

Calíns do Rio de Janeiro - Uma reflexão sobre a produção de não-existência social da mulher andarilha cigana.

AUTORES/AS: CLÁUDIA VALÉRIA FONSECA DA COSTA SANTAMARINA

Em um contexto social onde mantém-se apartadas as calíns- ciganas do grupo étnico calon - das gadjés - homens e mulheres não-ciganos, ciganas andarilhas continuam sendo alvo, por parte da sociedade envolvente, da “produção de não-existência” de que nos fala Boaventura de Sousa Santos. Definida como processo de desqualificação de uma dada entidade, que é tornada invisível, ininteligível ou descartável, a produção de não-existência tem como efeito o não-reconhecimento da identidade cultural do grupo, de sua singularidade e, por extensão, da negação de direitos humanos. Alimenta, ainda contemporaneamente, o processo secular de mútua exclusão e preconceito, instituídos desde os tempos da colonização do Brasil. A partir de um percurso de pesquisa, é sobre esses conceitos e sobre o discurso de calíns andarilhas entrevistadas em acampamentos no Rio de Janeiro, que nossa reflexão incide.

CIGANOS E EDUCAÇÃO: saberes escolares no olhar das famílias ciganas Calon residentes na cidade de Mamanguape – PB

AUTORES/AS: AQUILES C. DO NASCIMENTO. GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- (DCS/UFPB), HERMANA CECÍLIA OLIVEIRA FERREIRA. GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- (DCS/UFPB), PROFA. DRA. MARIA PATRÍCIA L. GOLDFARB (PPGA/DCS/CCHLA/UFPB)

Este trabalho se propõe a apresentar o projeto de pesquisa: CIGANOS E EDUCAÇÃO: Saberes escolares no olhar das famílias ciganas Calon residentes

na cidade de Mamanguape – PB. O processo investigativo busca compreender do ponto de vista dos ciganos a importância dos saberes escolar e como perspectivam a escola formal para a conquista de garantias para o grupo. A pesquisa será desenvolvida junto a um grupo de ciganos da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, Paraíba, Brasil. O objetivo do estudo é perceber as ideias de educação representadas pela etnia residente na cidade, assim como os valores atribuídos a escola formal e à comunidade étnica. Quando se pensa na perspectiva analítica da educação, considero dois enfoques diferentes: De que modo a educação formal maneja e representa esse grupo no saber escolar, portanto, se valoriza ou discrimina os saberes empíricos e as identidades étnicas desse grupo; e por outro lado, de que modo os sujeitos do grupo (se) identificam ou não com a escola e seus saberes. A metodologia a ser adotada consistirá na pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa de campo, tendo em vista que serão realizadas entrevistas com famílias que tem filhos matriculados na rede pública de ensino e com profissionais da educação que trabalham nas escolas onde os ciganos em idade escolar estudam.

Construções identitárias ciganas na esfera pública

AUTORES/AS: MIRIAN ALVES DE SOUZA

O objetivo dessa proposta é explorar o processo de codificação da identidade cigana na esfera pública, focalizando contextos etnográficos no Brasil e Canadá. Nesses países, políticas de estado dirigidas aos ciganos provocam um debate público sobre a identidade cigana e demandam sua codificação. Considerando esse quadro, pretende-se discutir como discursos e narrativas sobre os ciganos são construídos por duas associações: a União Cigana do Brasil, no Rio de Janeiro, e o Roma Community Centre, em Toronto. O foco dessa proposta é analisar os ‘denominadores comuns’ culturais e políticos definidos por essas associações como constitutivos da identidade cigana, explorando suas características locais e relações supra-locais. Baseado na pesquisa de campo para o meu doutoramento (2007-2011), o paper proposto envolve a análise de dados etnográficos reunidos a partir de entrevistas em diferentes contextos nacionais e trabalho de campo mais prolongado (incluindo observação direta e participante) em duas associações políticas e com redes de famílias ciganas que não participam da produção de discursos públicos

sobre os ciganos. Nesse sentido, proponho discutir a construção de identidades ciganas por associações políticas, assim como por outros atores, considerando suas relações com o estado-nação, políticas públicas e redes transnacionais de ativismo cigano.

Notas sobre as demandas ciganas por respeito a direitos e os desafios às instituições públicas

AUTORES/AS: EMÍLIA ULHÔA BOTELHO

A interlocução de lideranças e associações ciganas com representantes das instituições do Estado e os movimentos desse Estado na perspectiva da chamada “inclusão” social e promoção de direitos, ainda que lenta, está em curso de crescente complexidade, com avanços, recuos e perplexidades de parte a parte. A palavra “invisibilidade” dos ciganos face à cidadania e, portanto, às políticas públicas de promoção de direitos se destaca e requer atenção para seus matizes e armadilhas. Compreender e reconhecer como querem ser vistos e reconhecidos, quem fala no espaço público, o que demandam ao poder público são desafios importantes não somente para os gestores de políticas públicas responsáveis pela promoção e garantia de direitos sociais, culturais e econômicos, são desafios para as ciências sociais e o direito, para os profissionais e acadêmicos chamados a dialogar no espaço público e a construir tais políticas. Neste contexto, nunca é demais cuidar de deixar claro que não falamos em nome deles, participamos de diálogos interculturais e interdisciplinares e pretendemos contribuir para refletir sobre e desfazer estereótipos e barreiras de acesso a direitos que se têm reproduzido em séculos de discriminação e desconhecimento. O principal protagonista deste diálogo são aqueles a que chamamos ciganos, conhecê-los e ouvi-los nestes espaços de interlocução com agentes do Estado é o desafio do qual participo, como servidora pública e antropóloga do Ministério Público Federal. A comunicação a ser apresentada ao GT é uma reflexão sobre este desafio.

Reflexões sobre as relações de integração dos ciganos e seus entraves na atualidade.

AUTORES/AS: CAROLINE LEAL DANTAS DO NASCIMENTO

Este artigo pretende seguir analisando os processos de interação entre ciganos e

não-ciganos e seus desafios de integração na cidade de Patos, sertão da Paraíba. Partindo de estudos reflexivos que vem se realizando desde de 2010 na cidade tenho por objetivo seguir elucidando a partir desses últimos anos de pesquisa tais relações e aprofundando sobre o tema. Propondo um esboço de novos entraves para melhor compreender o quão complexa e polifônica é a realidade social. Os trabalhos etnográficos sobre ciganos no Brasil e no mundo vem crescendo, e dessa forma, acrescentando ao campo de estudo desdobramentos acerca de tais relações inter-étnicas. Os cenários são diversos, todavia, existe uma univocidade ao referir-se a tais relações enquanto díspares e assimétricas. Pensarei tais relações partindo inicialmente das diferenças identitárias e os padrões pré-estabelecidos das sociedades majoritárias para enquadramento de uma homogeneidade em que os ciganos escapam. Abrangendo principalmente a educação nas escolas e o “não lugar” da diversidade nas chamadas sociedades complexas, mesmo se tratando de um país que se reconhece multicultural e pluriétnico à partir da constituição de 1988. Muito dessas premissas foram suscitadas no imaginário social ao longo da história acerca do modo de vida cigana, sendo esse um grupo étnico que esteve sempre em minoria frente às sociedades locais. Tais impressões, que refletiram em um sentido negativo sobretudo em referência a suas práticas culturais e que ainda reverberam em grande parte dos contextos nos dias atuais, incita à compreender em um contexto próximo, como vivem os ciganos em tal cenário.

Educação e Diversidade Cultural: o caso dos ciganos Calons do município de Carneiros/AL

AUTORES/AS: LEILA SAMIRA PORTELA DE MORAIS

O trabalho apresentado é fruto de trabalho de campo e visitas realizadas ao acampamento cigano Calon localizado no Estado de Alagoas, no município de Carneiros, distante 246 km da capital Maceió. Chefiada por Francisco Ferraz, morador mais velho, atualmente, residem na comunidade cerca de 65 famílias, em grande parte originárias do estado da Bahia. Atualmente estão em luta pela construção de casas na área onde vivem há mais de 10 anos. Na comunidade existe em torno de 80 crianças. As crianças e jovens estudam, em sua maioria, na Escola Estadual de Educação Básica Genivaldo Novais Agra localizada a duas ruas do acampamento, com um número significativo de alunos ciganos matriculados,

cerca de 60 crianças (número informado pelos pais ciganos). O presente trabalho é fruto de entrevistas com os pais, crianças e jovens ciganos (de 6 à 16 anos) que frequentam a escola. A necessidade dessa reflexão surgiu após ouvir relatos de crianças e jovens que não queriam mais frequentar a escola alegando que sofriam violência física dos alunos não ciganos, além de serem também agredidos verbalmente por estes. Pretendo responder as perguntas: Até que ponto a escola está preparada para tratar da diversidade cultural? Quais os principais entraves à permanência das crianças e jovens ciganos na escola? Paulo Freire nos deixou a lição que diz que um processo educativo que nega culturalmente o sujeito está fadado ao fracasso, por isso, é necessário conhecer a realidade cultural do aluno. De acordo com Dayrell (2001), a escola deve ser vista como espaço sociocultural. Segundo o autor, a escola é pensada como lugar da homogeneidade, pensamento implícito até na noção que se tem de “aluno”, existindo uma desarticulação entre o conhecimento escolar e a vida/ o cotidiano vivido pelo aluno. A escola se desenvolve sob um discurso de democratização, de igualdade, que se demonstra perverso, pois ignora que os alunos chegam à escola “marcados” pela diversidade. Dessa forma devemos superar essa perspectiva homogeneizante do que seja o aluno, buscando outra forma de perceber essa realidade através de uma nova perspectiva: como sujeitos socioculturais. A educação é uma experiência ampla, vivida em vários espaços socioculturais, portanto, não há uma única de forma de educação e a escola não é o único lugar onde ela acontece. Cada aluno já chega à escola com sua carga de experiência vivida, por isso que para compreendê-lo precisamos levar em conta essa experiência, pois é ela que os constitui como sujeitos sociais, concretos, existentes no mundo.

Práticas de trabalho entre os calons em Sobral, CE.

AUTORES/AS: LAILSON FERREIRA DA SILVA

Entre os calons em Sobral, CE, há três meios de conseguir dinheiro para “manter a sobrevivência” cotidiana; empréstimo de dinheiro a juros a não ciganos; negociações envolvendo compra, troca e venda de bens variados a ciganos e não ciganos; e trabalho de atendimento em cidades da região para não ciganos. Os dois primeiros podem ser exercidos por qualquer um dos homens ciganos independente da idade, dia e horário. O último é exercido tanto por homens quanto por

mulheres ao longo da semana em diferentes cidades localizadas próximas a cidade de Sobral. Pretendo, aqui, analisar este último levando em consideração que diante das limitações impostas na realização do trabalho de campo me aproximei de forma mais detida das práticas de atendimentos a partir de conversas tanto pontuais sobre a pesquisa como de maneira indireta nas quais eu era apenas um ouvinte. O meu objetivo é descrever esta prática e analisar as representações construídas pelos calons ao denominá-la de trabalho, bem como perceber a sua relação com o ideal de vida em família. O meu argumento será que apesar dos calons identificarem neste trabalho uma dimensão de incerteza, o preferem em detrimento de modos de trabalho convencionais presentes entre a população da sociedade local caracterizados pelo cumprimento de funções regulares, jornada de trabalho pré-determinada, estando, subordinados a um juron. Gerando, ainda, um distanciamento da família.

Processos associativista entre ciganos: discutindo o projeto político de uma família cigana em Condado-PB.

AUTORES/AS: JAMILLY RODRIGUES DA CUNHA, MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB, MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA

Apesar da ainda carência de estudos sobre ciganos no Brasil, temos assistido a apresentação de diversos trabalhos de cunho etnográfico. Pensando o cenário paraibano, há uma certa recorrência de pesquisas realizadas com os ciganos que estão em Sousa-PB, para isso podemos apontar algumas razões: os ciganos que ali vivem são reconhecidos pelo Ministério Público Federal como a maior comunidade sedentarizada do Brasil, o que pode ter desafiado aos pesquisadores uma discussão sobre a dinâmica implícita neste processo de sedentarização, além disso, é sede de um Centro de Tradição cigana, único do Brasil. Por outro lado, ao termos feito a pesquisa em Sousa, nos sentimos curiosas para investigar como outros ciganos (famílias, grupos, comunidades) experimentam este momento e se constitui alguma relação com os ciganos que ali vivem, esforço esse que vem nos permitindo acessar histórias e trajetórias de grupos que estão em outras cidades paraibanas. Tal quadro nos leva a refletir que para além de uma significativa presença de famílias ciganas, existem contextos distintos e específicos, que até a algum tempo, não se associaria a dinâmica desses grupos, sobretudo, por se tratar de novos processos sociais e políticos que conseqüentemente também geram

novos modelos de relações. Nesta acepção, a reflexão que estamos propondo neste artigo, foi gerada a partir da pesquisa que iniciamos entre os ciganos que vivem em Condado (sertão Paraibano), pois fixados na cidade desde 1992, apesar do apoio político encontrado, o grupo tem se deparado com o cenário de preconceito e exclusão, o que fez com que muitos deixassem de operar e demarcar a sua identidade diante dos não ciganos. O fato é que num processo bem mais recente, o grupo vem ganhando espaço no contexto político da Paraíba, sobretudo, pela ação de uma jovem cigana que ao criar uma associação se tornou sua presidente e diante de um cenário fortemente marcado pelo poder masculino, atualmente, assumiu a posição de chefe da comunidade. Percebe-se ainda que numa tentativa de tirar o grupo da situação de invisibilidade, passou a exteriorizar demandas e a negociar com outros chefes ciganos. Neste caso, estamos propondo inicialmente uma discussão em torno do processo associativista dos Ciganos de Condado, analisando os modelos de relações que vêm sendo instaurados.

Rumo ao desenvolvimento da visibilidade cigana no Brasil: interseccionalidade e empoderamento das mulheres Kalin e Romani

AUTORES/AS: CATERINA REA

Apresentamos uma pesquisa sobre a constituição e o desenvolvimento de movimentos sociais ciganos no Brasil, particularmente dentro dele a agência das mulheres, enquanto novos sujeitos políticos e atores de mudanças sociais nas respectivas comunidades. As principais pautas sociais reivindicadas por estes movimentos é a consolidação da visibilidade e da agência de sujeitos e coletivos ciganos enquanto protagonistas de uma maior integração cultural, política, econômica e social. No Brasil, como em muitos outros contextos, é prioritário criar sólidas condições para o empoderamento, a participação política e a toma de decisões da população ciganas e, em particular, das mulheres. Nas palavras de Ethel Brooks, acadêmica e militante cigano-americana, “uma participação política équa significa que nenhuma decisão deve ser tomada, nenhuma política deve ser proposta ou implementadas sem que @s cigan@s sejam ativamente envolvid@s neste processo” (Brooks, 2013).

Na segunda metade do século XX, muitas organizações ciganas criaram-se, especialmente na Europa, ao nível nacional e internacional. Apesar das violentas

discriminações e da condição de subalternidade à qual elas são assinadas em muitos países europeus, as comunidades ciganas estão vivendo uma fase de profundas mudanças internas que possibilitam o desenvolvimento de novas estratégias sócio-políticas de luta ao racismo, à ciganofobia e para a realização de uma plena inclusão cidadã. Conforme destaca o intelectual cigano Nicolas Gheorghe, um dos principais desafios para estas populações consiste na democratização da sociedade romani através de uma revolução social e cultural que modifique os modelos hierárquicos ainda presentes na sua organização

Esta pesquisa visa analisar a presença e o papel das mulheres nas diferentes associações ciganas enquanto militantes e promotoras das reivindicações que tocam aos direitos das suas comunidades. Ressaltamos a agência destas mulheres e sua participação ativa para a implementação de estratégias de empoderamento. No contexto brasileiro, as atividades da III CONAPIR e do Fórum Mundial de Direitos Humanos, realizados em Brasília nos últimos meses de 2013, mostraram a presença de mulheres ciganas com papel de “delegadas” apresentando propostas e reivindicações em nome da sua comunidade. Enfatizamos que a tomada de posições públicas e de decisões políticas de um grupo particularmente desfavorecido e marginalizado, como o as mulheres ciganas, constitui um fenômeno social de relevante importância.

Partindo de nossa experiência de campo com as delegações ciganas durante os dois eventos mencionados, pretendemos refletir sobre as categorias prático-teóricas usadas pelas militantes como a noção de interseccionalidade retomada dos contextos feministas pós-coloniais.

Territorialidade Cigana: desvelando “pistas” a partir do processo de regularização fundiária da área ocupada pela comunidade cigana de São Gabriel/BH

AUTORES/AS: HELENA DOLABELA LUCIANO PEREIRA

Este trabalho pretende apresentar o resultado, até o presente momento, do acompanhamento e da análise etnográfica do processo de regularização fundiária da área não-operacional da extinta RFFSA, ocupada há mais de 30 (trinta) anos pelo agrupamento de 70 famílias ciganas Calon de São Gabriel/ Belo Horizonte – MG . Este processo - fruto de um conflito fundiário gerado pelo próprio poder

público - revelou-se em uma oportunidade política de ressignificação da identidade cigana a partir, também, de elementos espaciais e territoriais.

No início deste processo, foi possível identificar a perpetuação de uma prática política e jurídica baseada em uma identidade “frigorificada” do modo de vida cigano, vinculada a uma concepção essencialista do nomadismo. Entretanto, a elaboração de dois laudos antropológicos pelo Núcleo de Estudos de Populações Tradicionais e Quilombolas da UFMG permitiu à DPU encaminhar um pedido de revisão ao parecer da CJU/SPU que considerava incompatível o pleito e a etnia cigana calon. A atual etapa do processo de regularização fundiária do território cigano de São Gabriel envolve a (re)negociação quanto ao tamanho da área certificada pela Secretaria de Patrimônio da União no final do ano de 2013 e, consequentemente, a reorganização espacial de parte das famílias ciganas localizadas nos 4 núcleos de acampamento localizados no Bairro de São Gabriel. Em janeiro de 2014, o projeto MOM (Morar de forma Alternativa) da Escola de Arquitetura da UFMG deu início à elaboração de um plano de ocupação e sustentabilidade territorial das famílias ciganas de São Gabriel, em cumprimento a um acordo realizado perante à Justiça Federal. Considero, portanto, que o acompanhamento desta nova etapa do processo de regularização fundiária e, principalmente, a discussão com a comunidade cigana de São Gabriel sobre o plano de ocupação territorial é um momento privilegiado para revelar como este espaço-território é pensado e vivido pelos ciganos calon de São Gabriel em Belo Horizonte e Minas Gerais. Em julho de 2013, a Secretaria de Patrimônio da União – Regional MG, baseada em um parecer favorável da Coordenadoria de Regularização Fundiária da SPU de Brasília, apresentou a proposta oficial de concessão de uso, gratuita, de parte da área pública para a ocupação regular das famílias ciganas de São Gabriel. Trata-se do primeiro caso no Brasil de reconhecimento por parte do governo federal da existência de um direito territorial cigano e da sua concretização por meio do processo de regularização fundiária de área pública em favor da Comunidade cigana calon de São Gabriel/MG. Mas, principalmente, entendo que a importância deste estudo etnográfico se dá pela necessidade premente de qualificar a demanda crescente pela regularização fundiária das diversas situações territoriais deste grupo étnico, que perpassa necessariamente a discussão sobre a identidade e a territorialidade cigana no Brasil urbano.

COORDENADOR/A: CAMILLA AGOSTINI (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE), MARCIA BEZERRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

DEBATEDOR/A: JULIANA APARECIDA GARCIA CORREA, FLÁVIO LEONEL ABREU DA SILVEIRA, ANDRÉ CICALO

O GT propõe reunir pesquisadores que se debruçam sobre o estudo das dinâmicas culturais, sociais, simbólicas ou mesmo políticas materializadas e que atuam junto a determinados grupos sociais ou indivíduos no seu cotidiano ou em espaços rituais. A cultura material aqui não se restringe a objetos ou artefatos móveis, mas também inclui edificações ou mesmo paisagens inteiras, por exemplo. Assim, convidamos os autores a pensar sobre o papel dessas materialidades como intermediárias e agentes nas relações sociais; como expressões simbólicas que compõem determinados universos culturais. O objetivo é, por outro lado, promover um debate acerca das escolhas teóricas e metodológicas nos estudos de Cultura Material, valorizando a interdisciplinaridade não apenas na composição do GT – com a participação de pesquisadores de diferentes campos de atuação como a Antropologia, a Arqueologia, a História, etc. – mas também nas estratégias de pesquisa dos casos a serem apresentados. Nesse sentido, estimulamos abordagens de diferentes contextos, cujos contrastes reforçam o propósito em conduzir uma reflexão no que diz respeito à arteficialidade dos estudos que têm a cultura material como fonte, ou seja, as maneiras como os silêncios e sutilezas das dinâmicas materiais são abordadas na produção do conhecimento.

Artesanato e afetos no caribe colombiano

AUTORES/AS: AMÉRICA YANIRA LARRAÍN GONZÁLEZ

Este trabalho pretende discutir alguns dos resultados da minha tese de doutorado em antropologia social que trata sobre o Sombrero Vueltaio, um objeto artesanal declarado por lei, símbolo cultural da nação na Colômbia.

O sombrero Vueltaio é um chapéu produzido pelos indígenas Zenú que habitam principalmente nos departamentos de Córdoba e Sucre, na região Caribe ao norte do país.

No trabalho tentarei mostrar as dinâmicas em volta da produção artesanal e a forma em que esses objetos agem modelando as relações entre a população indígena local e os diversos atores que compõem o cenário interétnico do caribe colombiano, apontando para os impactos, continuidades e transformações que tem ocasionado a exaltação da cultura material indígena na Colômbia.

Coisas Pataxó: notas etnográficas e reflexões em torno da “cultura material”

AUTORES/AS: THIAGO MOTA CARDOSO

Na última década vemos um intenso processo de “revitalização” ou “retomada” da cultura por parte do povo Pataxó do extremo sul da Bahia. Este (s) processo (s) envolve (m), por um lado, uma série de pesquisas-buscas-incorporações junto aos antigos anciões e a outros povos – notadamente os maxakalis e outros povos indígenas das terras baixas - visando a reconstrução da língua, cantos e de rituais, bem como a intensa produção de artefatos da cultura material, notadamente artesanatos de sementes, fibras e madeira – as coisas, ou burundangas como muitos dizem. Destaca-se a grande preocupação e as controvérsias em torno do conceito de cultura e materialidade entre gerações e entre os “produtores” culturais. O presente trabalho tem como objetivo expor tais “controvérsias” explicitando seus principais termos e encaminhamentos pelos Pataxó de Barra Velha. Focaremos nossa exposição na análise da literatura produzida por pesquisadores indígenas – livros e textos de trabalhos de conclusão de cursos de licenciaturas interculturais - e não-indígenas acadêmicos, identificando os principais temas-categorias da cultura material, elementos destacados e questões levantadas pelos autores. A partir daí e das reflexões oriundas de um exercício de documentação e etnografia

compartilhada entre um antropólogo e dois cientistas sociais Pataxó, destacaremos questões relevantes ao debate antropológico contemporâneo (identidade e comércio - autêntico e inautêntico; material e imaterial – agência/vida e objetos; autoria, criação e propriedade intelectual). Tal reflexão é fruto do diálogo entre os autores deste trabalho, durante os primeiros meses de um projeto construído no âmbito de um programa (Prodocult) do Museu do Índio, de formação de um acervo etnográfico e documental da cultura material e imaterial do povo indígena Pataxó.

Do croqui às galerias: a vida social de um vestido

AUTORES/AS: ALINE LOPES ROCHEDO

Interessada em dinâmicas sociais implicadas nas relações entre pessoas e coisas e em estratégias de distinção, proponho uma reflexão sobre a biografia cultural de um vestido assinado por um costureiro de Porto Alegre e adquirido nos anos 1970 por uma integrante de família estabelecida do Rio Grande do Sul. A roupa acompanhou a proprietária a festas por quatro décadas e foi escolhida por ela para celebrar seus 40 e os 80 anos. Em 2012, a peça foi exposta numa exposição sobre moda no Museu de Arte Brasileira (MAB), em São Paulo, e, desde seu retorno a Porto Alegre, está emprestada ao acervo do costureiro. Sua proprietária diz que não pretende mais vesti-la, pois “o vestido agora é uma obra de arte”. Meu objetivo com esta pesquisa etnográfica em andamento – e que resultará em minha dissertação de mestrado, com orientação da Dra. Maria Eunice Maciel – é explorar a trajetória de um bem de luxo, um símbolo materializado cujo uso principal é retórico e social e cuja necessidade é fundamentalmente política. Guiada por autores como Igor Kopytoff, Arjun Appadurai, Pierre Bourdieu e Daniel Miller, articulo a história do vestido às trajetórias do seu criador e da sua dona com a intenção de acessar valores, vivências e sentidos compartilhados em diferentes circuitos de consagração.

Memória, Trabalho e Cultura Material do Garimpo: um estudo de caso na Vila de Serra Pelada, Amazônia.

AUTORES/AS: MARCIA BEZERRA

Nesta apresentação discuto o papel da cultura material na construção da memória de trabalho e na constituição da identidade dos garimpeiros na Vila de Serra

Pelada, sul do Pará. A pesquisa realizada durante o desenvolvimento de projeto de arqueologia, entre os anos de 2010 e 2012, apontou para a centralidade de ferramentas, e de documentos, como sinais diacríticos do ser garimpeiro e como elemento ativado nos discursos de reivindicação de seus direitos. O repertório material e as narrativas que o significam são mobilizados, a todo o momento, como matéria substantiva na coesão memorial da comunidade de trabalho dos garimpeiros e no reconhecimento de sua força de trabalho. Nesse processo as biografias - das coisas e das pessoas -, revelam a agência da memorabilia do garimpo sobre os garimpeiros, acionando, o passado e o presente, num ritmo incessante que busca, ao mesmo tempo, a suspensão e a fluidez do tempo.

Reflexões sobre o Planejamento e Consumo de Bens tecnológicos de Informática e Comunicação: Problematizando o caso dos celulares e Smartphones

AUTORES/AS: KÁTIA MEDEIROS DE ARAÚJO

Este trabalho explora as razões envolvidas com as escolhas de consumidores no contexto de compra e fruição de produtos eletrônicos de comunicação, incluindo celulares E smartphones, sejam eles originais, similares, ou cópias de marcas legítimas, no comércio do Recife/PE/Brasil. A problematização empreendida envolve a discussão de algumas chaves paradigmáticas dentre as teorias do consumo, centrando-se na ideia do consumo como estratégia de apropriação da realidade, tal como expresso na teoria cultural do consumo segundo Mary Douglas, bem como explora reflexões oriundas das teorias do design, sobretudo debates atualmente acalorados em torno da sustentabilidade, que chamam atenção para a necessidade de uma pré-elaboração dos profissionais relativa aos significados sociais que os bens, de modo geral, irão assumir. A partir da apreciação das várias modalidades de discursos e reflexões invocados por diferentes segmentos atores sociais a respeito dos citados produtos, objetiva-se ampliar as reflexões sobre as representações da experiência desse consumo específico, problematizando os limites e as possibilidades da aplicação dessas teorias a contextos empíricos específicos, tal como o aqui focado, relativos ao crescimento e massificação da oferta de bens tecnológicos e comunicacionais.

Cultura Material e Narrativas Coloniais: ações museológicas e seus significados sobre povos tradicionais

AUTORES/AS: RAFAEL SANTANA GONÇALVES DE ANDRADE

A partir de pesquisas desenvolvidas, como participação em projetos de pesquisa e a elaboração do texto monográfico, ambos na área da cultura material Karajá, minha atenção voltou-se para os objetos rituais de grupos indígenas que são expostos por museus espalhados pelo mundo. Despertou-me a curiosidade de como objetos envoltos de significado místico que ultrapassa a barreira de um simples utensílio funcional, pois demarca diferenças e, muita das vezes, propicia a comunicação entre os níveis cosmológicos do grupo, são extraídos de seu contexto e expostos nas vitrines dos museus como objetos científicos ou “arte primitiva”. No ano de 2012 recebi o convite do Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho, da Universidade Federal de Goiás (UFG), para participar do seu projeto sobre a cultura material Karajá, o que me levou, no ano de 2013, a desenvolver uma monografia sobre a plumária Karajá de uma coleção do Museu Antropológico (MA) da UFG, a fim de esboçar a relação entre o MA-UFG – que salvaguarda as peças – e o povo Karajá. Utilizei dos objetos de plumária como uma via empírica de acesso para compreender essa aproximação, pois são, ao mesmo tempo, carregados de impressões culturais dos grupos que os confeccionam e alvo das coleções museais. Foi feito um mapeamento documental de 287 objetos de plumária Karajá distribuídas em 39 coleções etnográficas entre os anos de 1970 e 1993, o que possibilitou a seleção de 9 objetos de plumária, de uma coleção de 1988, para a análise antropológica. Pode-se dizer que esses objetos sob a guarda de museus delineiam duas perspectivas: de um lado a sabedoria tradicional daqueles que os produziram dentro de um contexto cultural; e de outro a ressignificação pelos museus, durante a expografia ou nas pesquisas que envolvem as coleções, dos usos e significados dessas peças. A partir daí pude notar que a maneira particular de colecionar do Ocidente está permeada de relações hierárquicas e unilaterais na definição dos usos e significados atribuídos às peças musealizadas de povos tradicionais, uma vez que é raro o diálogo e/ou a parceria entre aqueles que confeccionam as peças e os museus. Estive atento para os recentes avanços na área e tive acesso a trabalhos promissores que nos indicam uma saída menos colonialista, como é o caso das curadorias conjuntas e das pesquisas em acervos envolvendo representantes de comunidades tradicionais.

Memória Arcaica: cultura material e contexto arqueológico na afirmação étnica de povos indígenas do estado do Ceará

AUTORES/AS: MARCÉLIA MARQUES DO NASCIMENTO

Ressurgência, palavra que demarca o processo de emergência da autoafirmação étnica dos povos indígenas do estado do Ceará nos anos 1980; em meados do século XIX os aldeamentos foram considerados extintos pelo governo da província no Ceará e, portanto, estes povos foram silenciados num processo de “desaparecimento” (PORTO ALEGRE, 1994). Os povos indígenas ressurgentes irão demarcar a alteridade pela via da memória e pela atualização de práticas culturais. Deste modo, este estudo busca refletir acerca da presente afirmação verbal indígena e o passado da cultura material arqueológica, “as coisas dos antigos”, e as “tapera véia” e ainda, os contextos arqueológicos percebidos enquanto lugares de memória. Estas leituras são realimentadas dinamicamente, com inserção de novos vestígios materiais, na construção da ‘cronologia memorialística da ancestralidade’, quando da vinculação das populações indígenas com o “povo antigo”, as sociedades pré-históricas ou pré-coloniais. Percebe-se que no fluxo da ressurgência étnica, emerge a voz da antiguidade na cultura material arqueológica. A interação com esta materialidade não se constrói no plano da criação nem do uso do artefato, e sim pela virtude do objeto antigo ser um signo (BAUDRILLARD, 1968). O mundo material é traduzido e confrontado pelos arqueólogos pela negociação (OLSEN, 2012), assim como as populações indígenas também confrontam os objetos antigos/arqueológicos numa tradução e negociação onde é demarcada a autoafirmação étnica.

Narrativas kaingang e incorporações espaço-temporais: aspectos da territorialidade ancestral Kaingang

AUTORES/AS: ALEXANDRE MAGNO DE AQUINO

Em vários contextos a dinâmica sociopolítica e cosmológica kaingang, observadas na vida cotidiana e extra-cotidiana, articulam-se com narrativas que são consideradas como parte das “histórias dos antigos”, particularmente, quando se trata de viver em assentamentos na região litorânea do Rio Grande do Sul. A partir de 2004, com a sequência de eventos que resultaram na fundação da aldeia no Morro do Osso, tais narrativas incorporaram certos elementos da paisagem, que adquiriram

uma qualidade de índices de habitação ancestral nesse lugar como: um buraco subterrâneo; a existência de cacos cerâmicos de tradição guarani; o “Pé de Deus” (nome popular dado a uma pedra com uma cavidade na forma de um “pé” em sua superfície), e o “cemitério indígena”, que deu nome ao local, por, ali, encontrarem ossos humanos (no caso, de indígenas). Desse modo, entre outras técnicas e rituais, como casamentos, festas, partidas de futebol, troca de bens e serviços, produção de artesanato, danças e encenações bélicas, os kaingang recorrerem às narrativas que relacionam este sítio e áreas de deambulação associadas com a ancestralidade da ocupação na região, que traduzem sua relação com a alteridade (guarani, animais, plantas e, notadamente, os brancos). Propõe-se nesta comunicação a analisar estas técnicas, rituais e narrativas e suas imbricações com as concepções de tempo e de espaço kaingang, que permitem situar a configuração deste território em um contexto em que a territorialidade indígena possibilita a releitura de informações históricas e arqueológicas disponíveis.

Paredes que guardam pessoas que guardam paredes. Sentidos e apropriações de ruínas do “tempo dos escravos”.

AUTORES/AS: CAMILLA AGOSTINI

Uma antiga estrutura arquitetônica que chega ao presente com suas pedras expostas, fragmentos de paredes, com muita sorte alguma porta ou janela, pode ser lida pelo arqueólogo-historiador que indaga o passado como se fizesse uso de um livro que conta uma história. Ou melhor, sugere caminhos para se pensar a história. Permite, assim, o encaminhamento de questões sobre a experiência de certas categorias sociais no tempo da escravidão, por exemplo, ou mesmo da própria constituição dessas categorias – no caso, o escravo. Os escravos, nesse tempo do cativo, não eram escravos, mas foram feitos escravos, construídos socialmente através de um processo; construção essa vivida, questionada, sofrida, superada, vencida, e, não raro, “esquecida”. São os silêncios da memória. As paredes remanescentes de antigos locais que fizeram parte desse processo do tornar-se escravo no Brasil ajudam a refletir sobre essa experiência, seus significados e heranças na contemporaneidade e, em alguma medida, fazer lembrar coisas que incomodam, mas ajudam a compreender. Essas ruínas, passíveis de ser objeto de produção de conhecimento para o pesquisador, são também apropriadas por

outros grupos sociais, como grupos religiosos. Grupos que vêm em sua expressão o protagonismo de pessoas que estavam subjugadas no sistema escravista. Protagonismo por terem sido elas aquelas fortes o suficiente para levantar tão pesadas pedras; com uma destreza técnica que não se vê mais nos dias de hoje; que sofreram muito ao executar essas tarefas e; por fim, por hoje morarem ali, terem mesmo a posse daquela materialidade.

Será sobre essas diferentes possíveis apropriações de locais historicamente ligados ao tráfico clandestino de escravos que esta apresentação se ocupará. Lugares do passado, mas locais também do tempo presente. Remanescentes das pessoas que por ali passaram e ali permanecem.

Sobre os Areais dos Tremembés da Tapera (CE): arqueologia, memória e luta

AUTORES/AS: JÓINA FREITAS BORGES

Um sítio arqueológico é, antes de tudo, um lugar praticado (CERTEAU). Foi um espaço vivido no passado, porém, por vezes, ganha matizes muito dinâmicos no presente. É composto por várias narrativas que se circunscrevem em temporalidades diversas, as quais acabam por compor um palimpsesto que pode contar muitas histórias: histórias das atividades diárias ali desenvolvidas; histórias que se engrandecem sob as venturas das memórias dos mais velhos; histórias que podem se reverter em lemas de lutas atuais. Os dados arqueológicos provenientes da cultura material, falam do cotidiano de tempos atrás, mas na contemporaneidade podem demarcar locus de conflito. Na Área Indígena Tremembé de Almofala (Município de Itarema - CE), em processo de demarcação desde 1992, existem vários sítios arqueológicos sobre dunas. Este trabalho pretende analisar como esses sítios arqueológicos são exemplos de coisas que falam no e do passado, sobretudo, no e do presente. Os sítios estão sendo apropriados pelos tremembés de Almofala como mais um elemento fortalecedor da identidade indígena, pois são “a prova dos parentes antigos que moravam por lá”. Também estão sendo utilizados como ferramenta de combate, inclusive através de memórias que são ressignificadas, e dentro das suas dinamicidades, são empregadas no propósito da luta pela terra.

A inserção da Coleção Arthur Ramos na Universidade Federal do Ceará

AUTORES/AS: MARIA JOSIANE VIEIRA

A presente comunicação focaliza a inserção da Coleção Arthur Ramos no âmbito da Universidade Federal do Ceará no final da década de 1950. Arthur Ramos, alagoano, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, foi um dos destaques do pensamento antropológico brasileiros nos anos 1930 e 1940. Foi o primeiro catedrático de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e ocupou, por alguns meses antes de sua morte, o cargo de diretor do Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ao longo de sua carreira intelectual, Ramos colecionou objetos ligados, sobretudo, à cultura afro-brasileira formando uma coleção etnográfica. Em 1959, dez anos após sua morte, a Universidade Federal do Ceará, então Universidade do Ceará, adquiriu esta coleção com intuito de impulsionar o campo da Antropologia na região. Desta forma, a Coleção Arthur Ramos compôs o acervo museológico do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará. Entendemos que o deslocamento físico destes objetos envolve reelaborações de discursos e memórias.

Do “asfalto para a favela”, da “favela para o asfalto”: uma pesquisa etnográfica sobre a circulação e a vida social de móveis e eletrodomésticos”

AUTORES/AS: MICHELE DE LAVRA PINTO E SILVIA BORGES

A partir de uma perspectiva da Antropologia do Consumo, que tem como prerrogativa a visão relativizadora sobre o fenômeno do consumo, a pesquisa objetiva descrever e analisar as dinâmicas sociais e culturais que permeiam as trajetórias e circulações de móveis e eletrodomésticos em lares da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, delimitamos geograficamente os bairros de Copacabana e Ipanema, localizados na Zona Sul do Rio de Janeiro. Estes dois bairros, que representam um bom exemplo da coexistência e do convívio de pessoas de diferentes contextos socioeconômicos na cidade, são tipicamente caracterizados como bairros de classe média e alta, mas possuem agrupamentos habitacionais conhecidos como favelas ou comunidades. É neste contexto que buscamos investigar

as construções de valor, os significados e ressignificados dos objetos que circulam entre lares, bem como as formas de sociabilidade presentes nessas dinâmicas, ou seja, procuramos acompanhar o deslocamento e a transformação desses objetos de forma descritiva e analítica através dos diversos contextos sociais. Para melhor descrevermos a trajetória e significados dos móveis e eletrodomésticos para as famílias pesquisadas, nos valem do método etnográfico e, assim, entrevistamos e acompanhamos estas famílias, seja no “asfalto” ou na “favela”. A pesquisa com as famílias mostrou que há tanto redes verticais como redes horizontais na circulação de bens. Explicando melhor aquilo que estamos nomeando de redes horizontais e redes verticais, ouvimos, nas casas de classe média no asfalto, histórias de móveis e eletrodomésticos que foram doados a pessoas de classe mais baixa (rede vertical), mas também objetos que foram doados a amigos ou parentes também de classe média (rede horizontal) e, além disso, observamos objetos que foram recebidos via doação de amigos ou parentes (rede horizontal). Nas famílias de classe baixa nas comunidades, observamos não só os móveis e eletrodomésticos que foram doados por pessoas de classe média do asfalto (rede vertical), mas também um movimento de doação e troca desses objetos entre as famílias da favela (rede horizontal). Outro aspecto interessante diz respeito aos “espaços limiares”, espaços da casa ou da rua que são utilizados pelas famílias para “encostar”, a princípio em caráter provisório, os objetos que não são mais úteis ou desejados. O que fica claro a partir constatação da existência desses “espaços limiares” é que o descarte de um móvel ou um eletrodoméstico pode ser uma tarefa difícil para as famílias residentes no asfalto e na favela, pois muitas vezes não há para quem doar o bem e não se tem ou não se sabe sobre alternativas de destino para objetos de grandes dimensões, como são alguns móveis e eletrodomésticos.

O consumo de mercadorias e suas implicações para as relações de patronagem na Comunidade Curupira (AM)

AUTORES/AS: ALESSANDRA STREMEL PESCE RIBEIRO

Neste trabalho apresentarei uma reflexão sobre aspectos da patronagem na comunidade Curupira, localizada próxima ao município de Maraá (AM). Meu ponto de partida é a distinção existente localmente entre artigos industrializados (mercadorias) e bens produzidos localmente (produtos). As mercadorias são

consideradas superiores aos produtos em vários aspectos: nas trocas econômicas, às implicações que incidem sobre as relações sociais. A supervalorização das mercadorias pode ser entendida na constituição da patronagem e do aviamento na região. Em linhas gerais o aviamento se caracteriza pela compra de mercadorias a prazo, em troca do comprometimento da venda da produção. Patronagem e aviamento não são sinônimos, mas no caso amazônico constituem instâncias interdependentes: enquanto a patronagem implica em uma relação específica entre patrão e freguês, o aviamento opera a partir articulação entre crédito e dívida. Neste contexto, o patrão emergiu como figura central, articulando produtor local (freguês) e mercado e detendo o controle sobre o acesso às mercadorias. Mudanças recentes na economia local, principalmente o aumento de pessoas com rendimentos fixos mensais (aposentarias, salários, benefícios do governo) facilitou o acesso ao crédito e à compra direta de mercadorias. Entretanto, tais mudanças não implicaram em transformações na lógica da patronagem, mas incorporadas a ela proporcionando a emergência de outras relações possíveis entre pessoas e destas as mercadorias.

O dinamismo tático das rodinhas de chinelo: arqueologia do século XX no semiárido

AUTORES/AS: RAFAEL DE ABREU E SOUZA

O semiárido do Nordeste brasileiro vem sofrendo com as implicações de uma história única contada sobre seus moradores e seu ambiente: estereótipos negativos são repetidos à exaustão, solidificando uma única história pautada pela equação seca = miséria que reforça, reiteradamente, aspectos do coronelismo, das secas, da violência, do isolamento, da estaticidade e de uma estrutura agrária funesta. Todavia, mergulhar no cotidiano das unidades domésticas que conformam a paisagem semiárida, com suas casas de pau a pique e seus tão bem varridos terreiros, permite entrar em um mundo fluido de sentidos e produzir narrativas alternativas sobre o chamado “sertão”. Esta comunicação busca, a partir da cultura material que compõe o acervo de sítios arqueológicos do século XX escavados no “sertão” dos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, mostrar como a chegada de bens industrializados e da lógica capitalista das commodities é resignificada no cotidiano sertanejo. Será dada especial atenção ao consumo de chinelos de

borracha a partir dos anos de 1960 e às práticas de reuso que configuram uma economia moral que subverte o padrão da compra-descarte inerente a sociedade de consumo de massa, produzindo artefatos cujo simbolismo é dialógico a resistências e ao fortalecimento de alguns laços familiares. As biografias destes objetos, aparentemente “banais”, possibilitam trazer à tona o dinamismo que caracteriza as populações que viveram e vivem na caatinga do século XX.

Produção e comercialização Xerente de objetos em capim dourado e fita de buriti

AUTORES/AS: ARIEL DAVID FERREIRA

Classificados como Jê Centrais, os Xerente (Akwũ) formam com os Xavantes (A'wê), do Mato Grosso, e os Xakriabá, o ramo central das sociedades de língua Jê. Cercados por projetos de desenvolvimento estimulados pelo governo estadual e federal, em parceria com a iniciativa privada, os Xerente localizam-se no município de Tocantínia (TO), cerca de 70 km da capital do estado, especificamente entre os rios Tocantins e do Sono, nas terras indígenas Xerente e Funil.

A produção artesanal do grupo se dá principalmente através de duas matérias primas: o capim dourado e a fita de buriti. Com esse material e utilizando de diferentes técnicas, o grupo costura bolsinhas, cofos, cestas, chapéus, brincos, etc. Tanto os objetos em capim dourado quanto os objetos em fita de buriti podem ser comercializados, no entanto o capim dourado apresenta atualmente uma maior valorização pelo mercado. Diferentemente dos objetos em fita de buriti, os objetos em capim dourado não são utilizados cotidianamente, nem cerimonialmente pelo grupo. Apesar de serem comercializados como um objeto tradicional indígena.

A produção e a comercialização de objetos em capim dourado data dos anos 2000, quando o interesse por esses objetos, iniciado nos anos 90 na região do Jalapão (TO), se difundiu por todo o estado e ganhou repercussão nacional, se tornando, a partir de então, uma fonte de renda fundamental para o grupo. Nos dias de hoje, entretanto, a rentabilidade do comércio desses objetos diminuiu drasticamente, graças a fatores como a redução da matéria-prima e a maior oferta de objetos para o mercado local, transformando a forma, mesmo que recente, de lidar com a produção de artesanato. Desejo com este trabalho apresentar a produção e a comercialização de objetos artesanais, principalmente dos objetos em capim

dourado e em fita de buriti, por Xerente das aldeias Salto e Funil no estado do Tocantins. Sob a perspectiva de uma biografia dos objetos, tal como apresentada por Kopytoff em *A biografia social das coisas: a mercantilização como um processo*, noto as gradações, os deslocamentos, singularizações e classificações pelo qual passam os objetos desde a sua produção até a comercialização. Especificamente, observo como essa cultura material se insere nas relações interpessoais e passa a ganhar uma vida social que agrega significado à vida das pessoas, sob a ideia de Appadurai em *A vida das coisas: mercadorias sob uma perspectiva cultural* de que as mercadorias tal como as pessoas têm uma vida social e que a relação entre comportamento e mundo material está longe de ser passiva.

COORDENADOR/A: LUIZ FERNANDO ROJO (UFF), ARLEI SANDER DAMO (UFRGS)

Em 1934, quando Marcel Mauss escreveu sobre as técnicas do corpo, ele chamou a atenção para aquelas utilizadas nos esportes e nas atividades de lazer. Ainda que por muito tempo este caminho não tenha sido seguido por muitos antropólogos, os últimos anos tem presenciado um forte crescimento. Este pode ser observado tanto nos grupos específicos sobre esporte, onde trabalhos com esta temática tem ocupado um espaço cada vez maior, quanto em outros grupos de trabalho nos quais tem sido recorrentes os trabalhos sobre dança, festas e outras atividades que envolvem a dimensão da performance corporal. Este desenvolvimento alcançou um marco significativo na presença, durante a X Reunião de Antropologia do Mercosul, do GT “Prácticas Corporales en el Deporte y Actividades de Ocio”. Neste evento pudemos comprovar a fecundidade de um espaço onde os estudos sobre a corporalidade no esporte e no lazer puderam realizar um olhar comparativo em seus aspectos teóricos e metodológicos. Este Grupo de Trabalho, portanto, pretende dar continuidade a este esforço, procurando avançar seja nas discussões metodológicas, nas quais o corpo deixa de ser apenas objeto de investigação, para ser analisado também na dimensão da subjetividade e da corporalidade dos próprios pesquisadores e seus impactos no desenvolvimento de suas etnografias, seja no que se refere à atualização dos referenciais teóricos utilizados para a compreensão desta dimensão central para a Antropologia do Esporte e do Lazer.

Capoeira me venceu: Interação e improviso nas rodas de capoeira em Teresina – Piauí

AUTORES/AS: LUÍSA SOBRAL DE CARVALHO

Este foi um trabalho desenvolvido inicialmente como pesquisa de iniciação científica e, posteriormente, como trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Piauí – UFPI. Propus investigar e compreender como o improviso atua e é produzido na prática rotineira de movimentos e golpes de capoeira em rodas e aulas de um grupo em Teresina – o Raízes do Brasil. Autores como M. Peirano, E. Goffman, J. M. Sautchuk, E. Hall, A. Seeger, M. Mauss ajudaram a captar aspectos da roda de capoeira que seriam importantes inicialmente para a pesquisa. Foi uma pesquisa de curta duração que proporcionou algumas respostas e despertou outros questionamentos. A capoeira é um campo que envolve dança, música e ritmo, práticas que são produzidas por e produzem significados na vida rotineiramente. Entrar numa roda é experimentar isso. É nela que os capoeiristas põem em prática os movimentos que aprenderam nos treinos. Ela é rica em interações, sendo espaço de dança, golpes, instrumentos musicais que dão ritmo ao jogo e brincadeiras. Os estudos de improviso podem ser capazes de apresentar algumas hipóteses sobre como mudanças na movimentação do corpo ocorrem na capoeira, através de uma antropologia da prática, analisando a relação entre estrutura, ação e reprodução da vida social por meio das práticas. Esta, especificamente, se dá através de um jogo corporal de perguntas e respostas, de provocações e réplicas, estímulos e reação. A roda de capoeira é um perfeito exemplo de situação em que o improviso é necessário para dar continuidade a um jogo imprevisível, o qual possui um sistema de códigos – os movimentos, a música. O aprendizado na capoeira do grupo investigado se dá, eminentemente, através da incorporação de movimentos durante os jogos, as brincadeiras e a vadição. Fiz pesquisa de campo guiada por leituras de Roberto Da Matta, Mariza Peirano, José Guilherme Magnani e, principalmente, Favret-Saada que elucidou a experiência de “ser afetada” durante a pesquisa de campo nas rodas de capoeira.

Construindo e expandindo corpos: o basquete em cadeiras de rodas na ANDEF

AUTORES/AS: LUIZ FERNANDO ROJO

O processo de treinamento de uma equipe de basquete em cadeira de rodas tem a

mesma complexidade de qualquer outro treinamento de modalidades esportivas e, como ocorre com qualquer outra modalidade, tem também suas características singulares. Meu objetivo neste trabalho, portanto, como em todo o conjunto da pesquisa que venho desenvolvendo junto a Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF) é analisar o processo de aprendizagem desta prática esportiva e a construção de uma corporalidade específica, necessária para o desenvolvimento do alto rendimento de uma equipe que se situa entre as melhores do Brasil nesta modalidade. Mas, mais especificamente, é realizar esta interpretação sem cair nos dois extremos que a desqualificariam enquanto um investimento na área da Antropologia dos Esportes ou que, por outro lado, borrariam a especificidade dos estudos sobre os esportes adaptados. No primeiro caso, estaria olhando para estas pessoas não como atletas – que é a identidade central que constroem no seu cotidiano de treinos e competições – mas fundamentalmente como “portadores de deficiência”. No segundo, estaria esquecendo que “atleta” é uma identidade genérica e que pensar a corporalidade associada à prática esportiva é indissociável de analisar as particularidades das diversas interações entre os corpos e as múltiplas “próteses” esportivas – tomadas aqui em seu sentido mais amplo (Vander, 2011), que envolvem não apenas as cadeiras de rodas, mas as raquetes, as chuteiras e quaisquer outros implementos utilizados pelas diferentes modalidades - com as quais estes corpos interagem.

Corporalidade no pole dance: uma análise antropológica

AUTORES/AS: ISIS LEAL E SILVA

Esse resumo se refere à pesquisa que venho desenvolvendo com praticantes de pole dance durante o curso de mestrado em Antropologia. Venho realizando uma observação participante (Wacquant, 2002) em um estúdio de pole dance em Niterói, além de acompanhar diferentes pole dancers brasileiras através de algumas redes sociais. No estúdio aprendo e faço aulas de pole dance junto com outras praticantes, e acompanho eventos e encontros. Já nas redes sociais me preocupo em observar os comentários, fotos e matérias jornalísticas que são compartilhadas e publicadas.

O pole dance é uma prática que pode ser entendida como técnica corporal (Mauss, 2003) realizada junto a uma barra vertical. São realizadas acrobacias e movimentos

de dança que combinam principalmente força e flexibilidade. É uma prática que vem sendo bastante divulgada pela mídia no Brasil, e pelo que tenho observado, tem atraído um número crescente de praticantes.

Pensando a corporalidade nesse espaço, pretendo buscar uma análise a partir da ideia de corporeidade desenvolvida por Csordas(2008), pensando um complexo mente e corpo, em diálogo com a ideia de um habitus pole dance, em analogia ao habitus pugilístico, desenvolvido por Wacquant(2002). A ideia é tentar compreender como o aprendizado e a prática do pole dance, especialmente dos movimentos acrobáticos exigem um conhecimento e uma consciência corporal específica. Essa é uma categoria frequentemente acionada por uma das professoras do estúdio no qual realizo a pesquisa. Segundo ela essa consciência pode ser adquirida e trabalhada e está relacionada com saber “onde colocar a força” e como se movimentar de cabeça para baixo.

A partir dessa perspectiva de corporeidade, pretendo desenvolver uma análise sobre como o corpo aparece como determinante do que pode ser classificado como sensual ou esportivo. Tenho observado que existem diferentes modalidades de pole dance. As duas principais seriam a esportiva e a sensual, existindo inclusive diferentes campeonatos que focam nas diferentes perspectivas. As diferentes vestimentas, acessórios e movimentos são o que marcam o pole dance sensual ou o pole dance esportivo. Nesse sentido pretendo pensar essas roupas e acessórios não só como instrumentos do corpo, mas também como agentes(Latour, 2008 ; Gell, 1998) que compõem uma corporalidade.

Portanto, pretendo partir de uma análise de corporeidade, tentando entender como os movimentos são aprendidos e reproduzidos, para uma perspectiva mais ampla de como se forma uma corporalidade de uma praticante de pole dance e como essa influencia e é influenciada por ideias do que seria esportivo ou sensual.

Corporalidades disruptivas? Considerações antropológicas sobre práticas esportivas específicas

AUTORES/AS: WAGNER XAVIER DE CAMARGO

O ruir do século XX trouxe o esfacelamento das ideologias e mudanças sociais, criando demandas até então inexistentes. Tais transformações acaçaparam igualmente o “esporte moderno”, fenômeno burguês, branco, hábil e

heterossexual, proporcionando o surgimento de múltiplas expressões decorrentes de reivindicações de “minorias” políticas então em pauta. Disso eis que surgem competições esportivas de pessoas “com deficiência” (materializadas, em sua mais alta expressão, pelos Jogos Paraolímpicos) e torneios onde lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros/as (LGBT) competem entre si (representados particularmente nos Gay Games). Esta pesquisa em processo parte de etnografias multilocais, realizadas extensivamente durante mais de dez anos nestes jogos, e propõe reconsiderações sobre corpos e práticas esportivas. O principal desafio científico é problematizar em que medida ditas corporalidades performatizadas se caracterizam como negativas do estabelecido, disruptivas do normativo, e propositivas de novas dimensões agregadas ao sistema esportivo convencional. Pretende-se discutir a categoria “práticas esportivas dissonantes” e seu potencial produtivo para pensar o próprio esporte mainstream. Uma contribuição da investigação consiste na problematização do jogo (enquanto conceito) e das corporalidades instituídas, a fim de refletir antropológicamente até que ponto as práticas esportivas dissonantes estariam imiscuídas e representadas no molde normatizado do esporte. Além disso, é preciso determinar onde se encontram tais práticas nas antinomias entre jogo e anti-jogo, a fim de analisar se o que se viabiliza são outras possibilidades de esporte. Por conseguinte, abre-se a oportunidade de (re)discutir no esporte categorias como sexo/gênero, eficiência/deficiência, sexualidade/erotização, assujeitamento/subversão.

Dores agudas e crônicas em academias de ginástica: entre a lesão e a cura.

AUTORES/AS: ALAN CAMARGO SILVA, JAQUELINE FERREIRA

Introdução: As dores corporais são eminentemente relacionais e diversas em seus significados à luz de determinado grupo social. Compreender esses “limites corporais” em academias contribui para a intervenção do professor de Educação Física e possibilita enxergar relativamente o modo como determinado grupo humano interage entre si. Objetivo: O objetivo desse trabalho foi analisar como as dores agudas e crônicas podem ser concebidas pelos alunos e pelo professor em academias. Procedimentos metodológicos: A presente pesquisa utilizou o método etnográfico. Durante 12 meses, houve a observação participante em duas academias, em especial a musculação, de bairros distintos socioeconomicamente

da cidade do Rio de Janeiro (academia “P” de pequeno porte da Cidade de Deus e academia “G” de grande porte do bairro da Barra da Tijuca). Discussão: Para os alunos da academia “P”, as dores relacionadas à vida social eram mais “dignas” ou “naturalizadas” do que aquelas supostamente “artificiais” causadas pelos exercícios. Pelo fato das “durezas da vida” fazerem parte da realidade dos alunos, os tratamentos com as práticas corporais deveriam ser “dolorosos”. O exercitar-se com dores também tinha relação com o “fazer valer o dinheiro da mensalidade”, bem como pelo culto a um tipo ideal androcêntrico. O professor transitava em se “omitir” ou reforçar a “malhação pesada” face às possíveis lesões, se alinhando por vezes a realidade supracitada. Na academia “G”, os alunos tendiam a interromper os exercícios diante de qualquer desconforto. Os alunos se tornavam experts em suas dores, uma vez que realizavam uma série de exames médicos e consultas com profissionais de saúde, bem como colhiam uma gama de informações sobre suas algias. Havia uma disputa de conhecimentos técnico-científicos entre professor e aluno no sentido de quem possuía os saberes mais legitimados sobre o corpo. Os profissionais estimulavam ou adaptavam os exercícios de acordo com os limiares de dores dos alunos, não somente por um compromisso ético-profissional, mas também com o intuito de angariarem lucros como personal trainer e/ou de conseguirem a adesão do cliente. As dores dos próprios profissionais se tornavam públicas quando desejavam exigir “mais” dos seus alunos que também estivessem com os mesmos sintomas. Por outro lado, também ficavam no domínio privado, pois os alunos não podiam saber das suas algias pelo fato de acreditarem que estariam em descrédito na atuação profissional. Conclusões: Embora as dores sejam uma resposta biológica universal a um estímulo nocivo, elas são percebidas de forma singular a depender do grupo social. A intervenção com as práticas corporais face a este sintoma era influenciada pelo contexto socioeconômico e cultural em que a academia de ginástica estava engendrada.

Envelhecimento, corpo e esporte: novas percepções da velhice.

AUTORES/AS: SIMONE PEREIRA DA COSTA DOURADO

Ao focalizar o processo de envelhecimento populacional, a Antropologia busca superar a percepção da velhice e do envelhecimento como uma fase de perdas e custos, passando a aprendê-los como um fenômeno complexo e plural. Por

um lado, entende-se que as percepções da velhice são elaboradas socialmente, para além das definições fornecidas por organismos nacionais e internacionais de controle e contagem populacional e das instituições estatais que delimitam os grupos geracionais, visando o planejamento de políticas públicas específicas. Por outro, constata-se que a preocupação com o corpo é algo bastante difundido na modernidade. Há uma expectativa de que o corpo continue saudável depois de passada a fase das atividades laboriosas, chegando inteiro e não “desfeito” na velhice. Nesse percurso, o esporte surge como uma arma para superar o desafio da construção do corpo desejável na última fase do ciclo de vida.

Essa comunicação tem por objetivo descrever e analisar a associação, que domina boa parte do debate social moderno sobre envelhecimento, entre práticas esportivas e construção do corpo saudável na velhice. O suporte empírico da análise será conferido pelo trabalho etnográfico junto aos idosos que utilizam as Academias da Terceira Idade (ATI's), na cidade de Maringá, no Paraná. Pensadas como uma política pública voltada prioritariamente para a população idosa, as ATI's são compostas por aparelhos de ginástica montados ao ar livre, em espaços públicos, geralmente, praças ou parques. O trabalho de observação participante nas ATI's tem contribuído para dimensionar, por meio de uma abordagem qualitativa, como o esporte é pensado pelos idosos como uma forma de “ganhar” qualidade de vida na velhice, não exatamente pelo condicionamento do corpo, mas pelo exercício da sociabilidade, redimensionando a relação automática entre prática esportiva e condicionamento corporal.

Esporte e infância: aspectos etnográficos do jiu-jítsu brasileiro na “Vila” de Ponta Negra

AUTORES/AS: TIAGO CRUZ SPINELLI

A análise dos esportes modernos oferece um ponto de partida compreensivo para o estudo do arcabouço societal que se desenvolve em torno de dois eixos fundamentais: a “busca da excitação”, através do dispêndio da energia do corpo; e o “jogar o jogo”, mais ligado aos aspectos identitários/disciplinares dos estilos ou modalidades esportivas. Apresentamos alguns aspectos etnográficos da prática do jiu-jítsu brasileiro no espaço urbano do litoral potiguar, num lugar conhecido como “Vila” de Ponta Negra, na cidade de Natal. A metodologia utilizada foi

participação, como professor colaborador, nos treinos do Projeto de Inclusão Social (PIS) “Lutando para vencer”, realizados no Centro Comunitário de Ponta Negra. Cinquenta quimonos novos foram distribuídos, mas a turma se consolidou em torno de vinte alunos fixos e outros mais que compareceram com menos frequência. As idades variam dos seis aos catorze anos. A partir das dinâmicas da “luta de chão”, apreendemos reflexões acerca dos movimentos do corpo e do comportamento do grupo, a fim de perceber as interações e representações sociais em jogo. Além dos treinos, as festas do dia das crianças e do natal ilustram o diário de campo. As entrevistas abertas com os realizadores do PIS complementam os dados coletados. Como resultado parcial, estabelecemos um posto de observação privilegiado: uma relação em que olhar do pesquisador é gerado pela própria experiência do desporto. Compartilhamos o primeiro momento do grupo com o jiu-jítsu, vendo-os exercitar e desenvolver uma identidade desportiva, entreposta num jogo societal de solidariedades e disputas, de traquinagens e artimanhas. Concluímos a primeira etapa da pesquisa quando as primeiras medalhas foram conquistadas nas categorias masculinas e femininas, no campeonato nordestino e na terceira etapa do circuito estadual de jiu-jítsu de dois mil e treze.

Esporte, lazer e morte: política, corpo e risco nas práticas de aventura

AUTORES/AS: MARILIA MARTINS BANDEIRA

Em pesquisa de mestrado, que teve como objetivo problematizar a operação da noção de aventura no campo esportivo, desde a “capital brasileira da aventura”: a cidade de Brotas no estado de São Paulo, encontrei o conjunto das práticas de aventura em meio a processos de disputa técnica e terminológica entre entidades e agentes do turismo e do esporte. O presente trabalho é parte da pesquisa de doutorado subsequente, que tem como objetivo etnografar tal conflito político em âmbito institucional, assim como engendrado por seus órgãos de representação mais geral: a Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura, em parceria com o Ministério do Turismo, e a Comissão de Esportes de Aventura, do Ministério do Esporte. Tais entidades reivindicam para si o direito de elaborar uma política nacional para a regulamentação destes tipos de lazer. Diferentemente da pesquisa anterior na qual etnografar rotinas corporais via observação participante e/ou “participação observante” foi fundamental para a problematização da noção

de aventura, este campo não permitiu a aplicação destas técnicas. O projeto previa observar e participar das atividades das duas entidades, entretanto, as imprevistas característica multisituada da primeira e a não atividade da segunda fizeram necessárias a ampliação da análise documental e uso da etnografia digital como estratégias para a circunscrição do campo. Apesar deste ajuste, o corpo, embora eclipsado nas noções de risco e perigo, aparece como preocupação e/ou objeto de projetos de lei, normas ABNT e debates sobre eles na mídia especializada online, que tem como tema a evitação da perda da integridade física. Em relação à obra de Mary Douglas e David Le Breton nota-se que especificidade das concepções de perigo e risco eleitas neste campo traz a segurança como categoria complementar na construção da aventura de lazer. Estas práticas demandam que o Estado pense sua responsabilidade pelos corpos de seus adeptos e sobre a possibilidade da morte, já que é ele, via corpo de bombeiros, que se incumbe dos eventuais resgates, seja de corpos vivos à deriva ou de corpos mortos para registro e ritual de sepultamento. Mesmo concebidas como práticas de liberdade, devido à popularização da aventura como modalidade de esporte e turismo, e enquanto serviço, dispositivos de controle sobre as pessoas que se arriscam são criadas, tais como: formação profissional específica e normas técnicas padronizadas para a condução de turismo de aventura, vinculação institucional e adoção de protocolos para a fruição de esportes de aventura, seguro para cobertura de dano ao cliente e ao prestador de serviço, sistemas de gestão de segurança e grupos voluntários de busca e salvamento.

O que fazer para se envelhecer bem? A inclusão do exercício físico entre idosos em uma academia especializada na cidade de São Paulo.

AUTORES/AS: PAOLA GAMBAROTTO

A proposta visa à discussão, a partir da observação etnográfica, das particularidades do envelhecimento em uma academia especializada em idosos na cidade de São Paulo. A heterogeneidade de experiências que os leva ao engajamento numa rotina de musculação e novas atividades físicas será explorada pensando na adesão a estilos de vida que prometem o prolongamento da vida e da inserção autônoma do corpo em etapas avançadas do curso da vida.

Os Corpos Cultivados nas Academias de Musculação como forma de Capital

AUTORES/AS: LEANDRO CARLOS DOS SANTOS MACHADO

Alguns estudos nos revelaram que estamos inseridos numa sociedade do culto ao corpo, e que esse comportamento permeia a vida das pessoas e na imagem que elas têm de si própria. O culto ao corpo insurge aos nossos olhos de forma avassaladora. Seja em lugares públicos, programas de TV, mídias sociais, o corpo “esculpido” nas academias de musculação e ginástica surgem como sinônimos de beleza e de saúde são cada vez mais evidenciados como um modelo a serem seguidos por homens e mulheres. E esses corpos cultuados na atualidade apresentam algumas características como: baixo percentual de gordura, desenvolvimento muscular diferenciada, entre outros. Na contemporaneidade, a musculação vem sendo uma das modalidades de exercícios mais praticadas em todo o mundo. É uma prática psicossocial que atualmente abrange em larga escala homens e mulheres, de diferentes faixas etárias, orientações sexuais, classe e segmentos sociais. Recentemente, ela passou a ser um elemento importante nos gostos e estilos de vida dos indivíduos, tanto para a construção da identidade, quanto ao controle e no manuseamento dos corpos na sociedade. Portanto, compreender a atividade social da musculação, é compreender as práticas e as concepções de que o corpo humano é objeto na atualidade. Ao corpo através da musculação se aplicam, portanto, crenças e sentimentos que estão na base da nossa vida social contemporânea.

Assim como Hertz (1980) observou que a mão esquerda é condenada e reprimida socialmente, mantida inativa com seu desenvolvimento metodicamente frustrado, a musculatura corporal nas academias também sofrem o que considero como uma atrofia (ou também hipertrofia) social, isto é, uma apropriação social do corpo retratada na nítida preocupação de homens e mulheres desenvolverem apenas determinadas partes do corpo em detrimento de outras. O locus de pesquisa são as Academias de Musculação e Ginástica, assim como duas redes sociais (Facebook e Instagram) que partilham e compartilham os anseios, visões de mundo que representam a Cultura “Fitness” no Brasil e no mundo. O objetivo desta análise será de compreender as representações sociais e categorias da cultura “fitness”. Tentarei identificar as relações culturais e sociais desse universo social, assim como as razões que levaram os indivíduos a despendem de tanto esforço físico, financeiro e tempo nessa atividade presente na vida cotidiana de muitos indivíduos.

Performances corporais no ensino do balé clássico

AUTORES/AS: FERNANDA FERREIRA DE ABREU

Esta proposta se insere no âmbito de meu projeto de pesquisa de doutorado sobre carreiras no ensino do balé clássico. Especificamente neste trabalho, pretendo analisar, com base nos dados iniciais da pesquisa de campo ainda em curso em uma academia de dança de Niterói (RJ), a construção da corporalidade de professoras de balé clássico – uma vez que nesta academia são todas mulheres, assim como ocorre em inúmeros outros locais de ensino da dança –, tendo em vista possíveis fatores de influência no desempenho em sala de aula, tais como faixa etária e “condições físicas”. As reflexões preliminares desenvolvidas inspiram-se no conceito de performance de Butler que entende os corpos como construções culturais. Como se produzem os corpos das professoras nos contextos das aulas? De que modo a técnica do balé clássico é transmitida? A transmissão efetua-se de modo prático, corpo a corpo, tal como analisou Wacquant em seu estudo sobre boxe? De que forma se ensina um movimento que o próprio corpo da professora talvez não consiga mais fazer? Como se orienta a expressão de emoções por meio do corpo, o que é considerado essencial pelas professoras para a configuração do balé enquanto arte? Essas são algumas questões que este trabalho se propõe a discutir, em diálogo com etnografias de balé clássico, dança e esporte; porém procurando privilegiar a corporalidade de quem transmite a técnica, o que normalmente fica em segundo plano. É considerada ainda a dimensão metodológica de uma pesquisa na qual o próprio corpo da pesquisadora se constitui em uma das ferramentas de investigação.

Política de esporte e lazer: estudo sobre práticas corporais em participantes da Academia ao Ar Livre do Guarani Atlântico em Santa Maria – RS

AUTORES/AS: DIEGO MARAFIA DE OLIVEIRA

O cenário urbano das cidades brasileiras está cada vez mais composto por Academias ao Ar Livre. Estas são localizadas em lugares públicos, como em praças, parques e complexos esportivos, com acesso gratuito da população. Os aparelhos não utilizam pesos artificiais assim como não há instrutores para orientação da atividade física. As academias desse gênero são resultados das Políticas de

Promoção de Saúde (PPS) com o objetivo de estimular a atividade física nas pessoas como via para a maior qualidade de vida e bem-estar. Apesar do crescente número de Academias ao Ar livre existem poucos trabalhos específicos sobre esse fenômeno. Nesse sentido, realizo estudos, desde a graduação, sobre esse formato de academia na cidade de Santa Maria – RS. Esta cidade conta atualmente com 14 Academias Ao Livre com o serviço executado pela Secretaria de Esporte e Lazer. O trabalho, que neste texto se apresenta, enfatiza as práticas corporais dos usuários da Academia ao Ar Livre localizada no Complexo Esportivo Guarani Atlântico em Santa Maria-RS.

A partir de observações em campo e da realização de dez entrevistas semi-estruturadas com participantes de ambos os sexos com idade entre 17 a 72 anos, constatou-se uma diferença significativa entre as faixas etárias referente à corporeidade. Nos participantes jovens e adultos (17 a 40 anos) a presença na Academia ocorre para manutenção ou obtenção do corpo nas normas da estética, de um corpo “magro” e “bonito”. Para tanto, utilizam uma forma de “ética do esforço” para conseguir o corpo desejado, se reportando aos meios de comunicação como TV, revista e internet como orientação da atividade física. Já os participantes com idade mais avançada (50 a 72 anos) o corpo é um empecilho, acometido por uma doença, para a realização das atividades rotineiras. A presença na academia acontece justamente para tratar do corpo doente mediante recomendação médica. Portanto, percebe-se que as práticas corporais na Academia ao Ar Livre do Guarani Atlântico são vinculadas à saúde e a estética. Embora se trate de uma política de esporte e lazer os aspectos lúdicos e de sociabilidade perdem relevância frente à busca do “corpo ideal” e do tratamento de doenças. Esse último fato referido é de certa forma decorrente da perspectiva das Políticas de Promoção da Saúde, que é a origem das Academias ao Ar Livre, de compreender o esporte e o lazer como um determinante da saúde.

Quem pode ser um atleta de ponta? Um estudo etnográfico sobre a formação de nadadores em busca da alta performance

AUTORES/AS: MARCOS SILBERMANN

A questão do título foi trazida em um debate sobre doping em 2002, naquele episódio ela é utilizada para dar ensejo a uma série de respostas e discursos sobre

a natureza do corpo do atleta e, por consequência, sobre o corpo humano, em contraposição aos arriscados efeitos do doping. Sob as performances do corpo de um atleta de ponta estariam representados os ideais do corpo humano seus limites e potencialidades. Com isso, ao colocarmos esta questão, somos levados a problematizar os limites deste amontoado de tecidos, ossos e órgãos, que chamamos de corpo humano, responder sobre quem pode ser um atleta envolve definir o que pode um corpo. O presente trabalho tem como objetivo levar estas questões ao seu sentido mais prático e abordá-las etnograficamente. Descrever como os saberes e práticas de treinamento esportivo envolvidos na formação de atletas de ponta, simultaneamente, formulam e articulam o objeto sobre o qual atuam, ou seja, o corpo dos atletas. Para isso, pretendo apresentar uma etnografia realizada em um clube de Porto Alegre, no qual pude acompanhar o exaustivo trabalho realizado por um dos técnicos de natação mais experientes do clube e com uma trajetória de importantes resultados em nível nacional. Responsável pela formação de alguns dos jovens nadadores com os melhores desempenhos no cenário da natação brasileira atual. Para tornar a realização de uma performance de ponta possível é necessário estabelecer uma sintonia fina entre o atleta e a água através do empreendimento de uma diversidade de mediações sociotécnicas. Saberes de programação neuro-linguística articulados com princípios de biomecânica, treino de levantamento de peso olímpico e inúmeros cuidados dietéticos. A minha intenção é descrever como são desenvolvidas e articuladas pelo técnico, esta diversidade de técnicas empreendidas cotidianamente para moldar os corpos dos seus atletas, em vista das performances particulares demandadas de cada um. A ideia é que cada atleta em sua busca por uma performance particular engaje-se em diferentes coletivos sociotécnicos na busca por alcançar uma nova performance e, assim um novo corpo é produzido. Neste sentido, a performance atlética passa a ser compreendida em seu aspecto heterogêneo a partir dos diversos artefatos sociotécnicos, conceituais e materiais envolvidos em sua constituição. Por fim, tensionando o *anthropos* como figura conceitual, tanto eticamente, questionando o que sabemos e compreendemos como humano, como disciplinarmente, explicitando os limites metodológicos da análise antropológica, quando se estabelece como um empreendimento disciplinar, que visa à compreensão do humano.

Racismo e homofobia no futebol: entre o permitido e o interdito

AUTORES/AS: GUSTAVO ANDRADA BANDEIRA

A violência é um dos temas mais polêmicos e recorrentes na mídia sobre futebol. A violência é produzida na cultura e seus diferentes significados são construídos em um terreno de lutas por significação. Existe um constante esforço por parte dos jornalistas esportivos e de alguns pesquisadores acadêmicos em separar o que seria violência “simbólica” de violência “real”. Em diversas narrativas sobre os confrontos entre torcedores existe certa tolerância quando esses acontecem através dos cânticos e xingamentos. Não é possível, porém, imaginar que todos os xingamentos possuem a mesma legitimidade neste espaço. Para este trabalho pretendo discutir as semelhanças e diferenças do tratamento dado pela imprensa esportiva, clubes de futebol e confederações esportivas para as manifestações sofridas pelos jogadores Emerson Sheik, do Sport Club Corinthians Paulista e Paulo César Tinga, do Esporte Clube Cruzeiro. O atacante do Corinthians foi ameaçado por um grupo de torcedores após ter postado um “selinho” em um amigo. Essa ameaça aconteceu na sede do clube que não fez quaisquer manifestações a respeito do ocorrido de forma oficial. O meio-campista do Cruzeiro foi alvo de insultos na Bolívia em um jogo da Copa Libertadores da América. Cada vez que tocava na bola, um grupo de torcedores bolivianos imitava o som de um macaco. Ao contrário do ocorrido com Emerson Sheik, a violência sofrida por Paulo César Tinga gerou uma série de notas e campanhas contra o racismo promovidas pelo Esporte Clube Cruzeiro, clubes e torcedores rivais, a Confederação Brasileira de Futebol e até mesmo uma manifestação da presidenta Dilma Rousseff. Gritos ofensivos contra grupos étnicos, identidades regionais e sexualidades desviantes fazem parte do cotidiano dos estádios de futebol. Se a violência física tende a ser praticada eventualmente, a violência verbal está sempre presente nos espetáculos futebolísticos. Por sua presença constante eles raramente são noticiados pela imprensa. Eventualmente, poderão ser lidos como não violentos e produzindo, inclusive, um efeito catártico nos indivíduos. A partir da diferença de tratamento entre diferentes violências alguns questionamentos podem ser feitos: o que é ou não violento no contexto do futebol?; quais violências são naturalizadas nesse esporte?; violência simbólica é menos violência que a violência física?; existem manifestações de ódio toleradas nas praças esportivas?

Ritual e Performance entre os Índios Potiguara da Paraíba: conhecendo a briga de galos

AUTORES/AS: RAFAEL LEAL MATOS

Este escrito versa sobre uma proposta de investigação acerca dos aspectos da interação social ocorrentes nas brigas de galos realizadas entre os índios Potiguara, situados no litoral norte da Paraíba. A partir da experiência etnográfica que obtive com essa população para o trabalho de conclusão do curso de graduação, pude perceber que tais rinhãs se constituem enquanto uma prática ritual difundida dentro da área indígena e nos seus arredores, com participação de índios e não índios. Sendo assim, pode-se afirmar que a briga de galos é certamente um dos “textos” mais importantes da cultura Potiguara no que tange ao universo masculino. É importante salientar que este trabalho não é uma forma de julgar este evento ritual ou de dar subsídios para isto, mas consiste em num exercício antropológico de tentar compreender uma situação limite, que tem sua prática inserida na clandestinidade. Desse modo, tomo como filtro epistêmico e metodológico a abordagem dado pela antropologia da performance. Isso significa que me debruço sobre a briga de galos tomando-a enquanto um teatro de homens e galos, um “drama social” (que consiste num jogo e num esporte de apostas) que ocorre num setting (rinha), com uma plateia (apostadores e/ou expectadores), no qual atores sociais (galistas índios e não índios) interagem e competem por status social e dinheiro. Neste sentido, fica a questão: como se configura o encontro face a face entre índios e não índios num cenário social que é marcado (à primeira vista) pelo enfrentamento simbólico? Para responder isso, desejo demonstrar a relação existente entre performatividade e interação interétnica nos espaços onde estes rituais são organizados, trazendo à tona representações intersubjetivas compartilhadas pelos frequentadores destas rinhãs. Ainda mais, pretendo demonstrar um quadro de categorias, símbolos, marcas e signos verbais e não-verbais que suscitam um padrão dinâmico de ações performáticas pertencentes a este universo – que tem seu valor heurístico expresso no fato de ser um evento ritual que atua enquanto transmissor de saberes e experiências, além de desencadear emoções e valores vivenciadas coletivamente.

“Está doendo, mas da para aguentar”: A prática esportiva do jiu-jítsu e suas marcas no corpo dos jovens praticantes

AUTORES/AS: ANA RUTH DE MELO, CÍCERA TAYANE SOARES DA SILVA

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada com um grupo de jovens, que praticam a modalidade esportiva do jiu-jítsu, no bairro Frei Damião em Juazeiro do Norte-CE. Esses jovens participam do Programa Atleta Cidadão que consiste em quatro modalidades esportivas: atletismo, capoeira, futsal e jiu-jítsu. O projeto objetiva a inclusão social dos seus participantes, porém muitas vezes o interesse dos próprios participantes se voltam apenas para o lazer proporcionado pelo esporte. O jiu-jítsu é uma prática esportiva, que se propõe a finalização do oponente, através de golpes aplicados no sentido contrário às articulações do corpo ou de estrangulamento. Em campeonatos a finalização ocorre pela imobilização, em luta real pode-se chegar a fraturar o adversário. Nesse esporte, os meninos passam por um processo de construção de masculinidades, onde essa masculinidade deve está associada aos princípios de disciplina e controle dos impulsos do corpo. Enquanto isso, as meninas chegam a terem sua sexualidade questionada por participar de um esporte tipicamente masculino, de um ponto analítico posso afirmar que as meninas reiteram o espaço do tatame com a sua presença. O corpo de um lutador é construído a cada treino, o avanço obtido pelo lutador através do aperfeiçoamento adquirido pelo uso da técnica é expresso pela cor da faixa amarrada na cintura. A faixa possui cores variadas e consecutivas; e possuem uma sequencia hierárquica que não depende de sexo ou idade, mas sim, do avanço do participante em dominar as técnicas inerentes ao jiu-jítsu. O “mestre”, como é chamado o instrutor dessa modalidade; é responsável por repassar as técnicas e os princípios dessa modalidade esportiva para o grupo que instrui, dentre esses princípios, existe a regra de não utilizar o jiu-jítsu fora do tatame, espaço onde os treinos são realizados. Segundo os praticantes desse esporte, o mesmo é pautado na defesa e não no ataque, por isso não é aceitável que se lute com alguém que não treina, pois o corpo do lutador se torna uma “arma”. Os dados obtidos através da observação participante me permitiu uma aproximação harmoniosa com os membros do grupo. Dessa forma, o grupo me possibilitou observar as relações engendradas ali presentes, bem como, a construção do corpo de um lutador dessa modalidade. Com base nisso tudo, me proponho a compreender a trajetória da construção desses corpos e as relações de gênero que se estabelecem no espaço do tatame.

COORDENADOR/A: EDVIGES MARTA IORIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), RODRIGO DE AZEREDO GRÜNEWALD (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG))

DEBATEDOR/A: ELOI DOS SANTOS MAGALHÃES, DEBATEDOR/A: RAQUEL MOMBELLI

Este GT pretende reunir trabalhos que focalizem fenômenos étnicos e identitários, cujas análises considerem a importância cultural, social e política de modos de significação e elaboração étnica. Tendo em seu horizonte conceitual as discussões sobre etnicidade e cultura que se apresentam nos desdobramentos da proposta analítica de Fredrik Barth sobre fronteiras étnicas, tradições de conhecimento, fluxos culturais e configuração de cosmologias, busca-se promover um espaço de diálogo e discussões entre análises sobre processos vivenciados em diferentes contextos situacionais e históricos. Neste sentido serão bem-vindos trabalhos que deem ênfase à dimensão política dos movimentos de povos que se afirmam etnicamente diferenciados, às estratégias empreendidas pelos diversos grupos sociais em direta correlação às suas manifestações simbólicas, à constituição e reivindicação de territórios, ao estabelecimento de redes sociais em contextos intra e supra-étnicos, assim como aos processos de elaboração e transformação de cosmologias e modos de narrativização étnica e práticas culturais. Visando uma perspectiva comparativa entre diversas situações concretas, pretende-se problematizar e gerar um debate atualizado sobre memória e narrativas étnicas, historicidade, tradição e distribuição de significados culturais.

“Meu Reinado é Toré”: etnicidade e performance no movimento indígena na cidade de Crateús-CE

AUTORES/AS: ESTÊVÃO MARTINS PALITOT

Ao abordarmos o movimento indígena na região de Crateús destaca-se a importância do que os próprios atores denominam ritual: um universo de práticas culturais, originalmente diversificadas, que foram modeladas no bojo da ação missionária indigenista com o intuito de comunicar sentidos e conferir existência às dimensões étnicas propostas pelo movimento indígena. Cantar e dançar o Toré e o Torém, beber mococoró, participar de romarias e Assembléias, noites culturais e outros eventos de cunho étnico-ritual são parte fundamental do processo de etnogênese. Elemento central na pedagogia missionária, a performance ritualizada é uma ação social intensa e mobilizadora, capaz de criar relações e transformá-las, atribuindo significados às experiências individuais e coletivas, partilhadas pelos sujeitos que atravessam de modos diversos o mesmo processo. Neste trabalho, tratarei do universo do ritual enquanto processo gerador de sentidos, a partir da perspectiva de análise proposta por Victor Turner em seus trabalhos sobre o processo ritual. Convém destacar que o que é definido como ritual no universo pesquisado são performances coletivas chamadas Toré e Torém que envolvem canto, dança em círculo, consumo de bebidas, podendo haver ou não a manifestação mediúnica de espíritos. Contudo, a partir do trabalho de campo eu estendo essa noção também para as reuniões de indígenas e apoiadores de seu movimento e que inicialmente eram chamadas de romarias, e atualmente de Assembléias. Reuniões estas que, a despeito de comportarem diversas outras interações sociais, têm como seu elemento central a realização de grandes Torés e Toréns.

Charruas e Guarani-missioneiros no Uruguai e no sul do Brasil: a etnicidade enquanto experiência

AUTORES/AS: ROJANE BRUM NUNES

As reflexões propostas nesse texto, vinculam-se a questões que serão desenvolvidas em uma tese de doutorado acerca da presença charrua e guarani-missioneira no sul do Brasil e no norte do Uruguai. A partir de uma etnografia junto a pessoas, que habitam espaços que outrora foram territórios habitados por esses coletivos

ameríndios e que hoje estão nas imediações das fronteiras político-administrativas desses estados nacionais, busca-se apreender como a noção de “indianidade” é enunciada, apropriada e reelaborada, enquanto categoria êmica de classificação da alteridade própria e/ou do outro. Sob essa perspectiva, busca-se identificar e compreender quais os estratos de sentido que engendram essa “indianidade” nos territórios em questão, configurando esferas de pertencimento ou negação a uma descendência e ancestralidade charrua e/ou guarani-missioneira. Desse modo, pretende-se compreender como essa noção permeia as sociocosmologias que norteiam os saberes, as práticas, as noções êmicas de pessoa, parentesco e territorialidade, assim como a construção da memória coletiva.

Por outro lado, a partir do trabalho de campo que vem sendo realizado junto a interlocutores, que ao longo do processo histórico, tornam-se indivíduos de um estado-nação, depreende-se que a etnicidade deve ser abordada enquanto uma experiência individual e intersubjetiva, impondo desafios aos estudos etnológicos clássicos, na medida em que estes tendem a ser realizados junto a grupos e coletivos. Nesse sentido, aponta-se a importância de uma perspectiva teórico-metodológica, com vistas ao estudo de narrativas biográficas, trajetórias sociais e ao fenômeno da memória coletiva, atendo-se, portanto, às tensões entre o indivíduo, o coletivo, a nação e aos fluxos de discursos que interpelam os sujeitos a fim de (re)atualizar um projeto de estado-nação, tanto no Brasil quanto no Uruguai.

Cordões que flutuam no mar: memória, regime visual e etnicidade entre okinawanos brasileiros

AUTORES/AS: LAIS MIWA HIGA

Okinawa é uma ilha localizada no extremo sul do Japão, literalmente, seu nome quer dizer cordão que flutua no mar, em alusão a forma do arquipélago comprido e estreito no oceano Pacífico. Tornou-se província daquele país no fim do século XIX em meio ao processo de constituição do Estado através de ações colonialistas de banimento das manifestações espirituais e artísticas, das línguas do arquipélago e de usos políticos de seu território nas relações internacionais com a China e países ocidentais. A Batalha do Pacífico dizimou a população civil e teve como consequência a ocupação militar norte-americana (1945-1972). A chegada do primeiro navio da imigração japonesa ao Brasil, em 1908, contou com cerca

de 40% de imigrantes da província de Okinawa. Atualmente, o Brasil conta com metade dos okinawanos e descendentes fora da ilha no mundo. No Japão e nos países que receberam esses migrantes, okinawanos e okinawanas sofreram preconceito por parte dos japoneses e da população local. Atualmente, os discursos identitários dessa comunidade transnacional tem produzido diferenciações e alteridades positivas saindo dos espaços do grupo através da busca da construção de uma memória que tenta se legitimar como história e dos movimentos artísticos. Em 2008, a Organização das Nações Unidas reconhece os povos de Ryukyu como povos indígenas/nativos e suas línguas como línguas em perigo de extinção. Desde então, o Brasil recebe acadêmicos japoneses em busca das nuances regionais das línguas de Ryukyu mantidas aqui pelo grupo de imigrantes e descendentes, mantém programas de bolsa de estudo e intercâmbio cultural para descendentes e estabelece uma diversidade de associações internacionais entre okinawanos. Após a Segunda Guerra Mundial, as artes clássicas, como dança e teatro, são reconstruídas e hoje o Kumi Udui e diversos mestres em ryukyu buyou são considerados patrimônio imaterial da humanidade pela UNESCO. A presente comunicação busca mapear esses acontecimentos marcados nas narrativas sobre cultura e identidade entre imigrantes e descendentes de okinawanos no Brasil tentando compreender as relações da arte ryukyana com a construção de regimes visuais e espaços de memória comunitária. A presença da arte nas narrativas do grupo é fundamental para compreendermos as formas de pensar e ressignificar a violência de Estado e o preconceito social entre os okinawanos.

Os Kinikinau de Mato Grosso do Sul: a existência de um povo indígena que resiste

AUTORES/AS: AILA VILLELA BOLZAN

Procurando dar visibilidade à sua existência, o povo indígena Kinikinau proveniente do Chaco Paraguai, hoje instalado em Mato Grosso do Sul, criou e recriou estratégias de sobrevivência para não ser apagado de sua própria história, obtendo em tempos recentes um reconhecimento que lhe havia sido negado. A cerâmica elaborada atualmente por suas mulheres é um exemplo da estratégia acionada por este povo para se fazer menos invisível no contexto das populações indígenas de Mato Grosso do Sul. Empilhadas nas lojas de souvenir da cidade de Bonito,

epicentro do denominado ecoturismo da região, o estilo da cerâmica Kinikinau, vista a olho nu, remete à cerâmica Kadiwéu, largamente referenciada por seus traços peculiares e pintura notável nos escritos dos antropólogos Darcy Ribeiro e Claude Lévi-Strauss. Sem uma terra própria, vivendo há aproximadamente um século em terras alheias, como, por exemplo, na Reserva Indígena Kadiwéu, os Kinikinau foram mencionados na literatura etnológica com os etnônimos Chané-Guaná e Terena. Nos dias de hoje, uma pequena parcela de sua população luta por uma identificação que seja legitimamente Kinikinau. Roberto Cardoso de Oliveira, ainda nos anos 1970, menciona em seu trabalho a respeito dos Terena, que os Kinikinau ou Guaná teriam se dispersado de suas antigas terras na região de Miranda diante da expulsão por um civilizado que as teria comprado do próprio estado de Mato Grosso, estando os seus remanescentes em algumas aldeias Terena. Fato curioso é que em 1940, um pequeno grupo desses remanescentes Kinikinau iniciou um processo de migração para terras mais isoladas, e conforme a memória de seus representantes atuais, a partir de uma sugestão de um chefe de posto do antigo SPI, foram viver sob a proteção das terras Kadiwéu. A aldeia São João, situada há setenta quilômetros da cidade Bonito, abriga nos dias atuais representantes Kinikinau, Terena e Kadiwéu, local em que se desenvolveu uma forma interessante de relações interétnicas mediante o convívio de três grupos de tradições distintas. Este trabalho visa apresentar dados coletados em campo a respeito do suposto desaparecimento dos Kinikinau conforme bibliografia etnológica do século XX, percorrendo parcialmente seus deslocamentos territoriais, no passado e presente, as relações intersocietárias estabelecias com os povos Mbayá-Guaicuru e por fim, o papel da cerâmica enquanto evidencia material que comprova a sua existência nos dias atuais.

Violência, diferença étnica e transformações culturais numa narrativa achê

AUTORES/AS: JAN DAVID HAUCK

Narrativas dos anciões Achê estão repletas de memórias da violência ocorrida durante o contato deles com a sociedade paraguaia na primeira metade do século XX. Ataques dos colonos, doenças e a perda do seu território pelo avanço colonial e o desmatamento forçaram todos os subgrupos desta pequena sociedade de caçadores-coletores a viverem em reservas indígenas até o final dos anos 1970. Os

Achê não revidaram as hostilidades paraguaias com a mesma intensidade, porém a agressão era mútua.

Nesta apresentação, discuto a narrativa de um ancião achê que relata um episódio no qual ele mata um madeireiro paraguaio durante o período de contato. Ele relaciona este evento à origem mítica da diferença étnica e relação inimiga entre os Achê e os paraguaios: estes começaram a assentar-se, cortar as árvores e atirar contra os Achê, enquanto eles mantiveram a sua vida tradicional, andando pela floresta como nômades. A partir dessa explicação nos termos da cosmologia tradicional achê e de referências ao desmatamento e a casos concretos mais recentes de violência por parte dos paraguaios, o narrador oferece uma justificativa moral ao assassinato do madeireiro.

Ao mesmo tempo, ele enquadra o assassinato como um dilema ético, por meio de reflexões sobre a experiência de olhar no rosto da vítima. Estas reflexões constituem um fio narrativo contrapontístico que se entrelaça à narrativa principal. Ao longo do relato, o quadro moral estabelecido no começo é minado, possibilitando uma visão diferente dos fatos: Ao ver o rosto da vítima, o narrador percebe que o rosto era bonito e que eles também são “boas pessoas”.

A tensão entre os dois quadros morais evidencia as transformações profundas dos significados culturais achê e a reconfiguração da relação deles com os paraguaios depois do contato. Assim o narrador relaciona a experiência vivida e narrada com a realidade atual dos Achê.

Aldeia Kawêrêtxikô: Análise do processo de reorganização e reafirmação cultural e identitária dos Tapayuna – MT

AUTORES/AS: DANIELA BATISTA DE LIMA

Os Tapayuna se autodenominam Kajkhwakratxi-jê (literalmente, “começo do céu”, leste) e são também conhecidos como Beijo de Pau ou Suyá Ocidentais. Pertencem à família linguística Jê, inserida no tronco Macro-Jê. Os Tapayuna foram considerados extintos enquanto povo autônomo devido à drástica redução populacional que resultou na sua dispersão, consequência do processo de etnocídio ao qual foram submetidos quando viviam na margem esquerda do rio Arinos, no noroeste mato-grossense. Os poucos Tapayuna (41) que sobreviveram ao processo de genocídio e etnocídio, que envolveu episódios de envenenamento

e mortes por gripe, foram transferidos compulsoriamente para o Parque Indígena do Xingu em 1971. As consequências desse processo se perpetuam até o presente, quando os Tapayuna decidem resgatar a memória desses eventos para tentar, após cerca de 40 anos, combater os efeitos do etnocídio e emergir como povo autônomo. Os Tapayuna vivem hoje distribuídos em duas terras indígenas, a TI Wawi, do povo Kûsêdjê, e a TI Capoto-Jarinã, dos Mebengôkre (Kayapó), ambas no Mato Grosso. Após anos de convivência e intercassamentos com os Mebengôkre e com os Kûsêdjê muitos Tapayuna já não se identificavam como tal, se negavam a falar e aprender a própria língua, e práticas rituais e outros aspectos culturais importantes dos Tapayuna deixaram de ser enfatizados, dando lugar à incorporação de atividades características dos Mebengôkre e Kûsêdjê. Após quase vinte cinco anos de convivência na aldeia Metyktire dos Mebengôkre na TI Capoto -Jarinã, os Tapayuna localizados nesta TI decidiram criar uma aldeia própria. A proposta de construir uma aldeia tapayuna era aventada desde 2004, porém foi apenas em 2009 que se formou a aldeia Kawêrêtxikô, localizada na margem esquerda do rio Xingu, na T.I. Capoto-Jarinã. Isto posto, o objetivo do presente trabalho é analisar os movimentos recentes relativos à formação da aldeia Kawêrêtxikô (TI Capoto-Jarinã) para buscar compreender como os Tapayuna vêm entendendo e construindo sua reorganização e reafirmação cultural e identitária como povo independente, por meio do esforço e do discurso de valorização de sua história, cultura e língua. O fato de os Tapayuna estarem divididos em duas terras indígenas em situações sócio culturais, linguísticas e territoriais distintas, torna a eventual ou projetada ‘reunificação’ deste povo uma questão de fato complexa. O processo de invenção cultural levado a cabo pelos Tapayuna suscitará a escolha dos elementos diacríticos que os distinguirão de um lado dos Kûsêdjê e do outro dos Mebengôkre. Nessa perspectiva, os Tapayuna emergem num processo de reivindicação de uma “identidade tapayuna”

Artesãos Ticuna do Centro de Artesanatos Torü Cuaguapü Taü: cultura e etnicidade na produção de artefatos para o mercado

AUTORES/AS: CHRIS LOPES DA SILVA

Este trabalho se pauta na experiência do grupo de artesãos Ticuna do Centro de Artesanatos Torü Cuagüpa Taü com a comercialização de artefatos, procurando

mostrar como um grupo étnico se destaca na transformação de uma economia tradicional em economia de mercado. O Centro fica localizado na aldeia Bom Caminho, município de Benjamin Constant, na tríplice fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia. O povo Ticuna possui uma forte tradição cultural de fabricação de artefatos. A memória coletiva reproduz que no surgimento da humanidade, Yoi e Ipi, os heróis culturais, e suas irmãs Mowatcha e Aiküna, teciam artefatos enquanto estavam no joelho de Ngutapa e, ao tocarem a terra, trouxeram consigo os primeiros objetos. No mundo material, até a década de 80, a produção de artefatos em Bom Caminho seguia a tradição cultural para atender o contexto doméstico e manter pequenos circuitos de trocas estabelecidos pelas relações interétnicas. Por meio do projeto integralizador da FUNAI na aldeia naquela década, a produção foi incentivada para o mercado, modificando a economia tradicional. O artesanato enquanto agente social integraliza uma categoria de trabalho arbitrária à sua cultura, potencializada pelo pensamento econômico hegemônico. Entretanto, usando como estratégia a invenção da cultura (WAGNER, 2010), os artesãos Ticuna do Centro de Artesanatos desessencializaram esta categoria e assumiram a postura de *organizational type* (BARTH, 2008). Enquanto grupo étnico, construíram uma rede de relações de fronteiras étnicas embasada num tipo especial de consumo, onde mercadorias e pessoas, circulam e possuem vida social (APPADURAI, 2008).

Cidade da Mestra Jardecilha: memória e identidade de um território simbólico em Alhandra (PB).

AUTORES/AS: FRANCISCO SALES DE LIMA SEGUNDO

Este trabalho pretende analisar a construção da Cidade da Mestra Jardecilha como um território simbólico, na perspectiva da identidade cultural e da memória coletiva, que se insere no contexto do culto da Jurema Sagrada, no município de Alhandra, localizado no litoral sul paraibano. Este lugar está associado à prática religiosa desta “mestra juremeira”, marcando um espaço de construção do sagrado deste culto no centro do município, fazendo parte da memória local, e referendando as identidades dos sujeitos como juremeiros. Para isso, partimos da definição da Jurema Sagrada como um complexo semiótico, fundamentado no culto aos mestres, caboclos e reis, cuja a origem encontra-se nos povos indígenas

nordestinos, e que dentro deste imaginário simbólico há um lugar sagrado, descrito por eles como as “Cidades da Jurema”, ocupando uma posição central na cosmologia juremeira. E é neste contexto que está inserida a Cidade da Mestra Jardecilha. Mesmo apesar da sua morte em 1988, foi-se observado a constante referência à Mestra Jardecilha como uma pessoa ainda presente na memória coletiva recente, visto a sua notoriedade como liderança religiosa, da importância do seu espaço religioso para a identidade cultural dos juremeiros, e de como ele ainda repercute na manutenção da cosmologia da Jurema Sagrada no contexto urbano local. Em contraponto a isso, existe uma disputa estabelecida por pessoas interessadas em simplesmente acabar com o lugar, fundamentadas numa visão da religião protestante, no qual querem que todos elementos que levem à memória do culto da Jurema Sagrada no município sejam definitivamente apagadas. Com isso, o trabalho de pesquisa que vem sendo realizado junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB), tem como objetivo reconstruir parte da história de vida da Mestra Jardecilha, investigando a dinâmica da sua prática espiritual, as representações subjetivas do seu espaço, e a sua influência como liderança religiosa na região, através da memória coletiva local. Para isso, analisarei as identidades culturais dos juremeiros de Alhandra, a partir das suas narrativas orais, e que fazem deste município o epicentro da cosmologia e do universo mítico da Jurema Sagrada. Isto também no intuito de examinar a constituição das “Cidades da Jurema” como territórios simbólicos, no qual a Cidade da Mestra Jardecilha se insere, de como estes espaços são representados e resignificados pelo imaginário dos juremeiros, e como eles repercutem na construção das identidades destes sujeitos.

Quando gritô a liberdade: identidade e território em Santo Antonio dos Sardinhas

AUTORES/AS: MARIA TEREZA NUNES TRABALSI

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em Santo Antonio dos Sardinhas, unidade social localizada no município de Lima Campos – MA, e no interior do qual se encontra um grupo étnico em termos organizacionais. Os grupos familiares que ocupam as terras de Santo Antonio possuem um modo bastante específico de se relacionarem com a terra e demais recursos naturais

existentes. Há pelo menos 123 anos realizam um festejo tradicional em honra ao santo padroeiro no âmbito de um território que é por eles designados como terra de preto, ou terra de dono, mantido sob seu controle desde o abandono pelo antigo senhor em fins do século XIX. Estas categorias, entendidas enquanto formas de atribuição e identificação, definem seus princípios de territorialidade, organizando sistemas de apropriação de recursos da natureza e fundamentando sua identidade étnica. Embora o território de Santo Antonio tenha passado, ao longo do tempo, por um processo de parcelamento, verificou-se um princípio de indivisibilidade subjacente ao que se constituía como parcelar, apontando para o fato de que o comum iria além da base física: estabelecia-se principalmente através da presença de laços de coesão social e de práticas partilhadas, evidenciados nos distintos planos de organização social do grupo. Cada plano atua como um elemento aglutinador de pessoas segundo diferentes princípios e critérios de inclusão e exclusão, destacando-se o plano do parentesco, da memória coletiva e dos festejos religiosos. A dissertação procurou, portanto, enfatizar o processo de territorialização realizado pelas famílias - explicitando as condições históricas de sua ocupação a partir de relatos orais - ressaltando os aspectos que concorreram não só para a delimitação do território, mas também da identidade étnica do grupo estudado.

Quilombolas e Indígenas no Agreste de Alagoas

AUTORES/AS: ANA LAURA LOUREIRO FERREIRA

Este trabalho se refere à pesquisa desenvolvida na comunidade quilombola Guaxinim (Cacimbinhas-AL) e povo indígena Tingüi-Botó (Feira Grande-AL), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPE. O objetivo é observar a relação entre a constituição das identidades étnicas e meio-ambiente nesses povos. O trabalho de campo foi desenvolvido ao longo do ano de 2013. Nesse sentido, pretende-se apresentar as primeiras reflexões sobre o estudo, focalizando os processos de constituição dos grupos, as relações desenvolvidas com os territórios, bem como os elementos escolhidos para serem enfatizados nas identidades dos grupos em questão. Apresentando histórias que, em certos aspectos, podem se assemelhar, como nas relações de trabalho rural, por exemplo, possuem também percursos específicos que nos contam sobre trajetórias e

processos de organização política de negros e índios no agreste de Alagoas. Assim, a relação entre identidade e ambiente se refere aos processos de etnicidade, luta pelo território e busca por autonomia desses povos.

Comunidades quilombolas do entorno da Ilha de Cajaíba/BA: redes sociais, simbolismo e patrimônio.

AUTORES/AS: MARIANA BALEN FERNANDES

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar as redes sociais constituídas pelas comunidades quilombolas São Braz, Alto do Cruzeiro, Cambuta, Monte Recôncavo e Caboto, situadas na região do Recôncavo Baiano, em um contexto de disputa territorial pela área da Ilha de Cajaíba em função de empreendimento imobiliário. Trata-se de investigar a relação estabelecida entre as comunidades pesquisadas com um local compartilhado pelas mesmas para as atividades de pesca e mariscagem, lugar este considerado de grande valor simbólico no que tange aos vínculos estabelecidos e aos significados atribuídos à Ilha. Esta é reivindicada como parte de alguns dos territórios quilombolas em questão e também um lugar compartilhado entre todas. Neste sentido, busca-se entender o modo como são formadas as redes de solidariedade e de apoio mútuo, além dos conflitos com agentes externos e as estratégias criadas pelas comunidades para a garantia do direito de propriedade e uso da Ilha. Neste contexto de disputa territorial e de apropriação da área da Ilha, esta pesquisa tem por base analisar as formas de apropriação de certos espaços entendidos pelas mesmas enquanto referências de suas trajetórias e identidades sociais, lugares estes que agregam elementos referentes ao patrimônio material e imaterial de cada território quilombola e a possível relação destes para com a Ilha. Há uma forte inferência sobre a origem histórica das comunidades e sua relação com a Ilha, da mesma forma que seus membros apontam lugares específicos de seus territórios que permitem evidenciar práticas culturais e a utilização de objetos e espaços que evidenciam parte desta memória sobre o passado. Problematicar os conflitos, as formas de apropriação do espaço e usos de categorias acerca do que é considerado patrimônio, tais como os antigos engenhos, casarões, igrejas, senzalas, além de práticas culturais presentes no cotidiano e associadas aos conflitos vivenciados, em especial a disputa pela Ilha de Cajaíba, permite compreender as estratégias criadas

pelas comunidades São Braz, Alto do Cruzeiro, Cambuta, Monte Recôncavo e Caboto no que tange à legitimação de suas reivindicações e etnicidade.

Eventos Críticos e Produção do Grupo no Vale do Limpopo

AUTORES/AS: NURDINO CASSIANO MACATA

O rio Limpopo que alimenta uma das planícies mais produtivas e ricas da África austral, é também palco de eventos críticos de cheias, eventos estes, que acontecem de forma cíclica atingindo principalmente o baixo Limpopo na província de Gaza em Moçambique. Apesar do caráter destrutivo destes eventos, que só no ano passado (2013) resultaram na morte de mais de 100 pessoas e afetaram mais de 200 mil, esta região continua sendo uma das principais áreas de assentamentos em Moçambique e de grande importância para a produção agrícola. Face a estes eventos, a estratégia governamental para a redução do risco e gestão dos eventos de cheias, tem como linha mestra a transferência das populações situadas em áreas consideradas como sendo de risco, para as áreas consideradas seguras, no entanto, este processo tem se revelado ineficaz, na medida em que, regra geral as populações resistem a estes processos de desterritorialização, permanecendo nas áreas consideradas de risco. Em nossa pesquisa, buscamos perceber os processos e praticas de construção de grupo por meio da memória dos eventos críticos de cheias, explicando a resistência aos centros de reassentamento para além do olhar tecnicista e economicista proposto pelo Estado. Considera-se assim, a experiência coletiva com eventos de cheias, as narrativas, seus saberes e estratégias de gestão de riscos e efeitos das cheias como elementos fundamentais para a constituição do próprio grupo, assim, estamos propondo os eventos críticos (no caso as cheias) não só como eventos destrutivos e que colocam em cheque às famílias e suas praticas na e sobre a terra, mas, como eventos críticos que possibilitam novos rearranjos e orientações praticas e simbólicas na constante reelaboração do cotidiano.

História Oral, Narrativas de Origem e Identidade Étnica Quilombola em perspectiva comparativa: problematizando os conceitos nativos

AUTORES/AS: QUEILA DE BRITO OLIVEIRA

O objetivo desta comunicação é fazer uma análise comparativa das narrativas de origem e construção da identidade étnica quilombola em três contextos

etnográficos distintos: os “arraiais negros” de Barra e Bananal, situadas na Chapada Diamantina/BA, as “comunidades quilombolas” da Ilha de Maré, em Salvador/BA e, por fim, os “cajazeiros”, descendentes de Antônio Leite, residentes em Cajá dos Negros, município de Batalha, estado de Alagoas. A escolha destes grupos foi devida ao fato da antropóloga ter realizado pesquisa de campo nas comunidades citadas, o que resultou na produção de rico material etnográfico a ser ora analisado em perspectiva comparativa. Busca-se, com esta reflexão, problematizar a utilização da história oral nas pesquisas antropológicas e a relação entre as fontes orais e as fontes escritas. Além disto, serão discutidos alguns elementos em comum nos relatos apresentados, principalmente a noção de “fuga”, encontrado recorrentemente nas narrativas de origem das comunidades quilombolas em questão.

O “fazer a varja” como construção da paisagem e da etnicidade dos quilombolas do rio Gurupá, Ilha de Marajó

AUTORES/AS: ELIANA TELES RODRIGUES

A partir de etnografia realizada em uma comunidade quilombola do rio Gurupá, Ilha de Marajó/PA, que deu ênfase ao processo de territorialização do grupo a partir de seu deslocamento compulsório e às estratégias de reprodução social e econômica no novo lugar, esse trabalho analisa a construção da paisagem por parte desse grupo. Os quilombolas diferenciam entre natureza não cuidada por humanos e natureza transformada pela ação humana, ação essa que se consubstancia no termo “fazer a varja”. Os cuidados com a terra, as plantas, os animais e os rios são aprendidos e entendidos a partir da experiência concreta, que se baseia em uma ontologia anímica que é relacional e que ameaça, controla e é ao mesmo tempo dependente da ação humana. A maneira particular pela qual os quilombolas constroem sua relação com os demais seres não humanos que povoam seu universo, analisada em profundidade nesse trabalho, torna-se um poderoso fator de afirmação étnica e de justificativa na luta pela volta ao seu território de origem.

Processo de territorialização Krikati: dinâmica de expansão e retração

AUTORES/AS: KÁTIA NÚBIA FERREIRA CORRÊA

Este artigo pretende analisar como está se construindo o processo de dispersão e fusão do povo Krikati após a demarcação da sua terra, ocorrida em 1997.

Toma como referência a noção de territorialização proposta por Oliveira (1998), buscando perceber o processo de reorganização social desse povo através de seus mecanismos políticos para redefinir o controle social sobre os recursos ambientais e reelaboração de sua cultura e sua relação com o passado. O povo Krikati foi classificado por Nimuendaju (1946) entre os Timbira Orientais. Anteriormente ao processo de demarcação de sua terra movimentavam-se nos limites de sua área de ocupação histórica, numa dinâmica de criação de novas aldeias e junção em uma única aldeia em momentos de realização de grandes cerimônias (LADEIRA, 1989). Essa dinâmica foi suspensa por um período de vinte anos, quando todos permaneceram na aldeia São José e protagonizaram a demarcação oficial de sua terra. Para tanto, manipularam intencionalmente as regras de dominação impostas pelo grupo ou agência dominante (OLIVEIRA, 1988). A partir de então, esse povo tem retomado as práticas socioculturais que regulavam o uso de seu espaço e criando novas aldeias. Discuto como os Krikati passaram a se deslocar/movimentar/fragmentar/cindir dentro desses limites fixos e arbitrados pelo Estado brasileiro e passaram a gerenciar o sentido (HOWARD, 2002) desse deslocamento em uma territorialidade limitada (GALLOIS, 2004).

COORDENADOR/A: FABIANO DE SOUZA GONTIJO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ), JÚLIO ASSIS
SIMÕES (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

DEBATEDOR/A: CAMILO BRAZ, MARIA DE FÁTIMA LIMA SANTOS, JANE FELIPE BELTRÃO

Este grupo de trabalho incide sobre as pesquisas que vêm sendo realizadas nos mais diversos estados brasileiros e no exterior sobre sexualidade, identidades de gênero, raça, culturas sexuais, corporeidade, transgressões, as múltiplas moralidades associadas a estes temas e a interseccionalidade entre gênero, raça, sexualidade, geração, religião e/ou classe, principalmente sob a ótica das teorias e políticas do reconhecimento e dos debates sobre direitos diferenciados. Percebe-se que novas sensibilidades sociais articuladas à ampla circulação de capitais simbólicos específicos vêm produzindo não somente renovados canais de comunicação entre instâncias diversas de poder, mas alargando os antigos campos de pesquisa e dando destaque a novos sujeitos de reconhecimento. Paralelamente, alguns dos atuais “direitos” consubstanciados em “sujeitos” se constroem sobre a naturalização de identidades e convenções socialmente elaboradas. Trata-se aqui de agrupar reflexões sobre a maneira como marcadores sociais da diferença vêm se articulando na produção tanto da diferença (e da eventual desigualdade correlata) quanto de novas sensibilidades sociais, a partir dos eixos dos campos dos direitos, das subjetividades e das representações de nação. Especial ênfase será dada às complexas experiências dos pesquisadores de campo no que tange aos limites da ética e da moral no fazer antropológico na área em tela.

Biotecnologias, modos de subjetivação e práticas de si nos processos de hormonização entre homens transexuais.

AUTORES/AS: MARIA DE FÁTIMA LIMA SANTOS

A produção dos modos de subjetivação transexuais tem se tornado, cada vez mais, interesse de reflexões acadêmicas. Neste universo plural e marcado pela multiplicidade as experiências dos homens transexuais (FtM-female to male) ou a construção das transmasculinidades vem ganhando visibilidades em diferentes cenários. É possível verificar a presença cada vez maior de homens transexuais nos serviços de saúde que são referências no atendimento à transexuais, nos movimentos e/ou outros territórios, reinscrevendo a gramática sexual e produzindo outras/novas moralidades sobre “o que é ser homem”. Entende-se como “construção das transmasculinidades” processos - complexos e multifacetados – através dos quais elementos das performances designadas como masculinas vão compondo o universo discursivo e prático dos homens transexuais; produzindo diferentes experiências de masculinidades. Este processo ao mesmo tempo em que reitera a matriz heteronormativa apresenta possibilidades de subversão e resistências ao imperativo normativo. A presente pesquisa teve como objetivos perceber até onde as práticas de auto hormonização nas experiências de transmasculinidades são práticas subversivas e/ou processos de assujeitamentos à “medicamentação” e “medicalização” da vida bem como perceber as tessituras que entrelaçam a construção das transmasculinidades na relação com o “dispositivo testosterona”. Foram realizadas 06 (seis) entrevistas com homens transexuais na cidade do Rio de Janeiro onde o ponto central foi o processo de hormonização. No universo múltiplo das experiências de transexualidades masculinas o recorte empírico é delimitado: homens transexuais que se encontram envolvidos com serviços de saúde (públicos e/ou privados) e que se encontram fazendo uso do hormônio testosterona. Neste processo, a hormonização, mais precisamente o acesso e uso da testosterona constitui um elemento central. Muitas vezes, o acesso à testosterona é mais central do que os procedimentos cirúrgicos que acompanha o processo transexualizador nos homens transexuais constituindo um dispositivo potente na construção de um modo de subjetivação. Procurou-se perceber como a partir da relação com o fármaco um universo subjetivo e práticas culturais são constituídas assinalando processos de construção de si numa relação com o outro (a alteridade)

redesenhando o campo das sexualidades e possibilitando reiterações do imperativo normativo de gênero, transgressões e reconhecimentos.

Corpo, gênero e sexualidade no judiciário paraense: violência doméstica e transgeneridade em perspectiva

AUTORES/AS: MARIAH TORRES ALEIXO, ANDREZA DO SOCORRO PANTOJA DE OLIVEIRA SMITH

É de conhecimento público que, com a publicação da Constituição Federal de 1988, vieram à tona questões relativas ao reconhecimento da diversidade nos mais diversos aspectos: étnico-racial, sexual, geracional, entre outros, bem como a necessidade de enfrentamento das violências perpetradas com base nas diferenças elencadas. Nessa esteira, houve a promulgação da Lei 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que intenta prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme indicam seus artigos 1º e 5º. Da mesma forma, têm chegado ao Poder Judiciário, com certa frequência, demandas envolvendo a retificação do nome de pessoa trans (travesti ou transexual) e as decisões variam entre o reconhecimento do direito à mudança de nome de acordo com o auto-reconhecimento dos sujeitos como homem/mulher e a não garantia deste direito, pois, para alguns magistrados, a troca do prenome supostamente contraria a “natureza”. Assim, tomando em conta os campos de estudo e pesquisa das autoras, busca-se aliar as discussões envolvendo tanto a utilização da Lei Maria da Penha em casos concretos, quanto aquelas cujo mérito é o prenome de pessoa trans, para mostrar as maneiras pelas quais o direito estatal regula os corpos em relação ao gênero e à sexualidade. Dessa forma, utilizam-se decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA) envolvendo (1) a retificação do nome de pessoa transexual que não se submeteu à cirurgia de redesignação e (2) a aplicação da Lei nº 11.340/06, para compreender (e comparar) até que ponto os discursos jurídicos sobre corpo e sexo/gênero conseguem dar conta da complexidade das demandas que “batem à porta” do judiciário. Para tanto, tem-se como rota de compreensão os estudos de Bento (2006) e Butler (2003, 2012). Pôde-se inferir a partir da discussão que, embora haja casos que possam ser considerados paradigmáticos no sentido do reconhecimento da diversidade, percebe-se que quando conceitos das ciências sociais tornam-se objeto de regulamentação jurídica, geralmente são compreendidos sob as lentes da heteronormatividade e da biologia.

Debatendo a autonomia e a regulação dos corpos na Argentina. Uma análise dos debates parlamentares da Lei de identidade de gênero e Lei de Fertilização Assistida

AUTORES/AS: ANAHÍ FARJÍ NEER

A Lei de identidade de gênero e a Lei de Fertilização Assistida foram debatidas e aprovadas entre os anos 2010 e 2013 pelo Congresso Nacional argentino. Elas têm como objeto garantir o acesso da população aos procedimentos médicos de modificação corporal -técnicas de reprodução medicamente assistida, cirurgias ou tratamentos hormonais- a fim de adaptar os corpos aos desejos dos sujeitos. Neste trabalho proponho discutir e problematizar a ideia de autonomia da decisão sobre o próprio corpo apresentada nos discursos dos deputados e senadores quando essas leis foram debatidas no Congresso Nacional argentino. Aponta-se como o objetivo central de pesquisa analisar a relação entre autonomia, liberdade, desejos, medicina e direito estabelecida nesses discursos. Além do mais, especial ênfase será dada à definição dos sujeitos desses novos direitos. Para isso, as transcrições taquigráficas das sessões parlamentares são analisadas por meio da técnica da análise de discurso, sob o prisma da transformação da biopolítica contemporânea e dos processos mais gerais de medicalização e desmedicalização dos corpos nas sociedades contemporâneas.

Experiências geracionais e narrativas de travestis mais velhas e jovens

AUTORES/AS: THIAGO TEIXEIRA SABATINE

Minha proposta de trabalho é analisar processos sociais que constituem as experiências geracionais de travestis de meia-idade e mais jovens, ressaltando as mudanças vividas ao longo do tempo, as rupturas subjetivas e as discontinuidades que marcam seus estilos, a partir das “narrativas de si”, nas quais reconstruem o passado, avaliam as experiências vividas e dão sentido ao presente. A ideia que orienta este trabalho combina perspectivas sobre experiência geracional, envelhecimento e “narrativas de si”. Explorarei as narrativas e relatos autobiográficos produzidos com o pesquisador e nas interações com travestis mais velhas e mais jovens no contexto de Marília, uma cidade de médio porte do interior paulista, descrevendo como “contam sobre si” e produzem a partir de

“inquietações” do presente certo sentido de participar de experiências históricas e culturais objetivando o pertencimento a uma geração. Narrativas são formas de dar sentido às vivências e elas são contadas de pontos particulares no curso de vida e expressam as rupturas subjetivas que marcam as experiências, bem como o pertencimento a um momento e a um lugar particular, de uma geração em relação a outras gerações. Transmissões de saberes e do legado são importantes nas interações entre indivíduos de diferentes gerações e ocorrem para ambos os lados, tornando importante ressaltar como se dão estas trocas entre travestis mais velhas e mais jovens. Essas transmissões de saberes constituídas na “narração de si” serão exploradas na chave aberta por Foucault quando discute o processo de subjetivação na relação renovada de si para consigo e também para com o outro. Nessa direção, interrogo quais são os processos que constituem as experiências geracionais de travestis mais velhas e mais jovens, tendo em vista que as narrativas produzidas pelos sujeitos sobre suas experimentações, que são racionalizações de processos provisórios que redundam na constituição de subjetividades. As “narrativas de si” permitem ressaltar as possibilidades de organização de um “conhecimento de si” sobre um passado e um presente compartilhado. Contar-se também é uma prática que marca as proximidades e diferenças entre as travestis mais velhas e jovens e as influências que exercem umas sobre as outras. Em outras palavras, trata-se de explorar a objetivação da experiência nas narrativas constitutivas da subjetividade, questionando como as travestis de diferentes coortes de idade se constituem discursivamente como sujeitos em relação a certo sentido de pertencimento a uma geração, recortando o passado e avaliando o presente. Com isso lidarei com a multiplicidade de subjetividades de travestis mais velhas e mais jovens na tentativa de mapear suas interpretações e práticas de si diferenciadas, mas, de certo modo simultâneas, em prismas geracionais.

Hipertrofia muscular como expressão da masculinidade entre homens transexuais: masculinidades e ética antropológica

AUTORES/AS: FRANCISCO CLEITON VIEIRA SILVA DO REGO

Em direção à masculinidade tida como hegemônica, em que a força física e a agressividade são claramente associadas ao homem, uma importante parcela de homens transexuais (FtM) se dedicam cada vez mais à musculação enquanto um

meio capaz de manejar o corpo de forma a masculinizá-lo. Dessa forma, acaba-se por ver no cenário atual dos estudos das masculinidades matizes e sujeitos em evidência que reivindicam reconhecimento social ainda não estudados. Apesar da administração da testosterona fazer parte da masculinização do corpo de transexuais, busca-se nesse momento refletir sobre as competências do cenário da musculação enquanto meio de produção de significados às masculinidades, cujas moralidades são reificadas e vivenciadas através da experiência transexual. A musculação é tomada aqui enquanto uma tecnologia de gênero (DE LAURETIS, 1987), uma vez que atua como um instrumento complexo generificador (gendered body) (HOLMES, 2009) diário do próprio corpo. Esse esforço em expressar corporalmente a masculinidade através da tonificação muscular diz respeito ao afastamento drástico e definitivo da feminilidade que foi imputada aos homens trans ao nascerem, uma vez ocorrida a genitalização dos corpos (BENTO, 2012). Para tanto, o corpus aqui constituído se refere a estes homens (em diferentes estágios de ganho de massa muscular) que têm masculinidades confirmadas corporalmente ao chegar ao aumento dos músculos (e/ou na sua busca). Atentando para o estado inicial em que encontra-se essa pesquisa, este texto centra-se na questão do universo masculinizador da hipertrofia muscular, procurando entender o acesso às academias de ginástica, consubstanciando a observação da construção de saberes sobre a manipulação do corpo (funcionamento dos músculos, exercícios tonificadores com ou sem máquinas, metabolismo, administração de diferentes suplementos alimentares e de eventuais substâncias legais e ilegais), e do uso de técnicas para acelerar o ganho de massa muscular; procurando assim inventariar os significados produzidos a partir da vivência de manejo do corpo na experiência transexual masculina. O homem trans que se preocupa em tonificar os músculos, vê no “corpo musculoso” um dispositivo que lhe ajuda performativamente a ser visto enquanto homem, acessado através da musculação enquanto uma tecnologia. Fazendo uso metodológico de aplicação de questionários como ponto de partida, a pesquisa segue com análise de vídeo-aulas produzidas por e para homens trans, e entrevistas conferenciadas pela Internet. Com isso, este estudo acaba por conferir ao pesquisador visualizar dinâmicas que dizem respeito ao tratamento do sujeito estudado de maneira ética, observando-o em um posicionamento legítimo da vivência do que é ser homem, sendo em busca do valor hegemônico ou não.

O dilema de Falópio: corpos ligados e sexualidade negra. Planejamento familiar e imigrantes africanas em Portugal.

AUTORES/AS: CHIARA PUSSETTI

Repensando o debate recente sobre gestão de corpo, sexualidade, responsabilidade e família no liberalismo avançado, esta apresentação propõe uma reflexão sobre as recentes políticas e práticas de integração, planejamento familiar e saúde reprodutiva dos imigrantes africanos em Lisboa (Portugal). As novas etnopolíticas assistenciais, lançadas em tempos da crise, constroem os imigrantes como sujeitos necessitados e carentes, não só de recursos económicos mas especialmente de valores morais e responsabilidade social. A análise das práticas de planejamento familiar e assistência social em Portugal evidencia claramente as variáveis (origem, naturalidade, classe social) que determinam quais famílias serão alvo de intervenção. A população de origem africana, em particular, é indicada particularmente problemática, devido a factores culturais e a características próprias de uma suposta “mentalidade africana”: as famílias são consideradas pelos técnicos de apoio social como desorganizadas, disfuncionais, desestruturadas; os corpos excessivos, impudicos, animais; a sexualidade selvagem, irresponsável e indisciplinada. A posição social periférica destas populações já não é interpretada como um problema de desigualdade socioeconómica, mas sim como uma questão inerentemente racializada de desvio comportamental, decadência moral e patologia cultural. Esta reflexão ajuda a perceber melhor como a ideia de intervir em nome do bem-estar colectivo e no próprio interesse das populações definidas como «vulneráveis», justifica tomar decisões e impor mudanças de vida, agindo até em modos que podem ser interpretados como iliberais.

Os limites dos silêncios: notas sobre classe social, origem regional e intersexualidade

AUTORES/AS: ANACELY GUIMARÃES COSTA

Este trabalho tem como objetivo problematizar os discursos médico-científicos em torno da precocidade cirúrgica na intersexualidade. Os nascimentos de bebês intersex vêm sendo entendidos como “urgências biológicas e sociais”,

naturalizando-se uma “necessidade cirúrgica” durante a infância. As operações pretendem fixar anatomicamente o padrão masculino ou feminino hegemônico para que não haja equívocos na atribuição de sexo/gênero. No entanto, este tipo de solução não é consensual fora do campo biomédico e em diferentes esferas sociais, acadêmicas, ativistas e operadores da justiça, levantam-se questões no que concerne às “normalizações” em genitálias de crianças e adolescentes intersexuais. Partindo das divergências a respeito dos procedimentos precoces, esta pesquisa pretendeu compreender os argumentos, biológicos e sociais, acionados para sustentar a prática cirúrgica normalizadora de genitais considerados fora do padrão standart masculino ou feminino. Para tal, foram realizadas entrevistas com nove profissionais de saúde que prestam assistência a pessoas intersexuais e a suas famílias na cidade do Rio de Janeiro. A partir deste material, buscou-se refletir sobre as concepções de gênero e sexualidade que orientam o tratamento disponibilizado por esses profissionais para justificar os procedimentos corretivos. A análise permitiu refletir acerca da prática médica local, demonstrando que a atenção oferecida a estas pessoas se articula a uma vulnerabilidade social a partir de outros marcadores (classe, origem regional). Frente ao impacto do diagnóstico e dos procedimentos derivados dessa notícia, por sua vez, constrói-se uma aliança entre pais e especialistas em torno do que não pode ser revelado, desencadeando histórias marcadas por segredos. No âmbito desta pesquisa, é possível afirmar que os especialistas envolvidos com a assistência em saúde à intersexualidade assumem posturas diversas mediante a posição socioeconômica dos familiares das crianças e adolescentes intersex. Exploro a ideia de que vigora uma economia do que pode e/ou deve ser dito a respeito dos limites do sexo e do gênero relacionado à classe social e à origem regional das famílias e das pessoas intersex. Por outro lado, a calibragem do que deve ser silenciado se inscreve em planos diversos, incidindo diretamente em trajetórias de normatização das pessoas intersexuais. Pode-se dizer que a atenção dispensada às pessoas intersexuais e seus familiares reflete um conjunto de outras desigualdades de poder anteriores à chegada aos serviços de saúde. Por fim, é possível sugerir que o contexto socioeconômico das famílias emerge como mais um elemento que concorre para naturalização da cirurgia ainda durante a infância.

“Ela já é ‘barroca’, mana!” - Cotidiano e Experiência de homossexuais envelhecetes em Soure (Marajó/Pará)

AUTORES/AS: WLADIRSON RONNY DA SILVA CARDOSO

O entrecruzamento de campos e fronteiras discursivas tem contribuído significativamente para o desenvolvimento das Ciências Humanas e, particularmente, da Antropologia Social no que implica a compreensão de novas práticas corporais e vivências e experiências sexuais. Nesta perspectiva, discutir-se-á neste artigo as relações entre a homossexualidade masculina e o envelhecimento gay, a partir de um grupo de quatro amigos nativos/habitantes da Cidade de Soure, localizada na Ilha do Marajó, no estado do Pará. Se, por um lado, as pesquisas acerca do envelhecimento da população LGBT nas grandes capitais ainda é incipiente; por outro lado, a questão se complexifica muito mais quando se trata dos gays envelhecetes que residem em locais distantes da homossociabilidade urbana. Neste sentido, é imprescindível ensaiar alguns passos na elaboração de uma “antropologia do cotidiano e vivência de homossexuais masculinos em processo de envelhecencia” no interior de contextos sócio-históricos que, por sua vez, situam-se à margem dos grandes centros, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Belém. Para tanto, adotou-se uma metodologia participativa, com inserção na micro-política da intimidade desses sujeitos, buscando-se, assim, cartografar seus desejos, receios, práticas e anseios, nos interstícios de uma Amazônia Marajoara.

Do Rio de Janeiro a Paris: o papel da diva e do camp na construção social da homossexualidade

AUTORES/AS: THIAGO BARCELOS SOLIVA

Este trabalho é parte de minha tese de doutorado intitulada “Sob o símbolo do glamour: um estudo sobre homossexualidades, distinção e construção de identidades”. O objetivo central deste artigo é analisar como as representações sobre a homossexualidade foram sendo construídas a partir de um imaginário sobre a noção de diva, para o qual a figura da “travesti que vai a Paris” teve importância fundamental. Travestis como Rogéria, Eloína, Valéria e outras se constituíram como taste makers, no sentido atribuído por Bourdieu (2013), orientando estilos e sentidos sobre a homossexualidade entre as décadas de 1960

e 1970. O universo simbólico organizado por essas travestis se estruturou a partir das noções de “chique”, “glamour” e “luxo”. Nesse contexto, a noção de diva ganha considerável importância, posto que foi através de um imaginário sobre as celebridades do cinema e do rádio que se instituíram processos de distinção, produção de subjetividades e identidades em um contexto de formação da sociabilidade e identidade homossexuais no Brasil. Esse processo implicou em um padrão de sociabilidade no qual a figura da travesti e da prática de se vestir de outro sexo tinha centralidade, sobretudo no período do carnaval, onde essa prática era institucionalizada. Para essa sociabilidade, a noção de High Society – articulada a crescente preocupação dos meios de comunicação (revistas, jornais, televisão etc.) com a vida social das pessoas ricas e artistas – oferecia um modelo de estilo de vida pretendido e teatralizado com muito excesso, a estética camp. Percebemos que esse esforço de distinção marcava uma busca por pertencimento, uma identidade, a qual esses indivíduos perseguiam. Para este estudo, faço uso de um conjunto diferenciado de fontes, as quais incluem fotografias, publicações (incluindo aquelas produzidas dentro da subcultura homossexual), e, principalmente, relatos de trajetórias de vida de indivíduos que se constituíram como referências na produção de estilos e convenções sobre a homossexualidade.

Etnografia em pleno Bate-papo: memória, mercado, homossexualidade e sociabilidade em Goiânia.

AUTORES/AS: CAMILO BRAZ

Era uma segunda-feira de outubro de 2012, meu primeiro dia de recesso após o fim do semestre letivo, em que aproveitaria para realizar algumas entrevistas para uma pesquisa que busca analisar antropologicamente, à luz das narrativas de empresários/as e frequentadores/as, o contexto de surgimento do mercado comumente denominado “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes) ou “gay” na cidade de Goiânia, capital de Goiás, dando atenção aos significados que tais estabelecimentos adquirem para seus sujeitos e seus possíveis efeitos no que tange à constituição de sociabilidades.

Apesar de ser início de primavera, não chovia em Goiânia. Também já não fazia tanto calor quanto no período da seca, que cobre meados dos meses de julho a setembro nessa cidade de clima um tanto quanto desértico, em que o fim do

inverno é curiosamente mais quente do que o ápice do verão, relativamente ameno se comparado ao de outras regiões do país. Passava das 19 horas. Deixei meu carro no estacionamento do Banana Shopping (bastante frequentado por gays e lésbicas, sobretudo mais jovens), localizado no centro da capital, em frente do qual está localizada uma das três saunas gays da cidade, a Três Chic. Caminhei para a Rua 3, que corta três das principais vias centrais da cidade – avenidas Araguaia, Goiás e Tocantins. Quase na esquina da Rua 3 com a Araguaia, algumas mesas de plástico espriavam-se na calçada, ao lado de algumas árvores e de um orelhão. Os clientes – todos eles homens, em média na faixa entre 45 e 60 anos, tanto “brancos” quanto “negros” ou “pardos”, se utilizamos classificações utilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – conversavam em duplas ou pequenos grupos, tomando suas cervejas de garrafa bem geladas nas tulipas. Enquanto isso, perambulavam por entre as mesas, no ritmo ainda frenético de início de noite no Centro, pessoas mais jovens do que eles, em seus uniformes recém-saídos do trabalho ou a caminho dele, além de vendedores/as de quinquilharias, pedintes e alguns bêbados. O único comércio aberto nos arredores do bar, além do shopping popular onde eu estacionara, era uma drogaria, do outro lado da rua. Aproximei-me das mesas, saídas de um pequeno boteco de luz amarelada: tratava-se do Bate-Papo, barzinho existente desde 1982, famoso – desde aquela época – por abarcar, juntamente com outros bares centrais (como o Ceará, dentre outros vários rememorados nas entrevistas) uma intensa sociabilidade homossexual - sobretudo masculina e, em menor medida feminina, muito embora não tenham sido originalmente concebidos com tal finalidade.

Em pouco tempo, percebi que eu estava experienciando um desses momentos raros e gratificantes do fazer antropológico, quando os imponderáveis do trabalho de campo nos levam para situações inesperadas e definitivamente muito ricas. Lá estava eu, paulista morador de Goiânia há cerca de dois anos, professor universitário e, por tudo isso, com dificuldades redobradas para conhecer interlocutores/as para a pesquisa, sentado em uma mesa de um dos primeiros bares voltados para a sociabilidade entre “homossexuais” ou “entendidos” da cidade, cercado por uma turma de amigos na faixa dos 48 aos 53 anos, que se conheciam desde a adolescência e estavam dispostos a compartilhar comigo, de um modo extremamente amigável, suas memórias e experiências. Situações como essas não

cabem nos nossos roteiros de entrevistas, nem nos formalismos acadêmicos. O que fiz foi aproveitá-la ao máximo, desfrutá-la dialogando com eles – claro, à luz de meu roteiro de entrevistas e interesses de investigação, já memorizados. O gravador foi deixado no centro da mesa e, em pleno Bate-Papo, batemos o nosso próprio.

Meu interesse neste trabalho é o de buscar interpretar as narrativas desse grupo de amigos, bem como de outros/as entrevistados/as, à luz do conceito de geração, em suas relações com a sexualidade e outros marcadores de diferença. Pretendo apontar como seus relatos, apesar de distintos pela atuação de marcadores sociais, como a classe, estão entrecruzados por algumas clivagens que podem ser, talvez, interpretadas como geracionais. Por fim, pretendo apontar possíveis efeitos políticos desse mercado no contexto dessas memórias.

Nesta Praia tem Tubarão casa show: lazer e sociabilidade travesti no Litoral Norte da Paraíba

AUTORES/AS: VERÔNICA ALCÂNTARA GUERRA

Esta comunicação apresenta os espaços de lazer e sociabilidade das travestis no período do Verão na cidade da Baía da Traição, cercada por aldeias da etnia Potiguara. A cidade com pouco mais de oito mil habitantes e nesta época do ano o contingente populacional da cidade se expande em razão de sua utilização como espaço de férias e veraneio, reencontro de famílias e as festividades locais. Nesse cenário destaca-se o “Tubarão Casa Show”, uma das mais antigas casas de espetáculo da Paraíba em plena atividade há mais de 45 anos. Na dinâmica da cidade no verão, o Tubarão torna-se protagonista e símbolo dos festejos, um elemento de suma importância para este movimento de lazer das travestis e dos demais frequentadores. A musicalidade torna-se também um agente significativo da cidade no verão; ritmos como funk e forró eletrônico convertem-se em trilha sonora das narrativas travestis sobre o lazer, mas também se converte em música ambiente para os moradores da cidade tendo em vista o aumento no número de carros e visitantes de outras cidades e regiões. As travestis atuam como agentes ativas nessa dinâmica, inserindo-se e mobilizando atividades diversas nos seus trânsitos pela cidade.

O que o estilo tem a ver com isso? Sexualidades e Sociabilidades Urbanas

AUTORES/AS: GIBRAN TEIXEIRA BRAGA

O trabalho pretende discutir, a partir de uma perspectiva interseccional, a relação entre as categorias de estilo, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença em certos espaços de sociabilidade urbanos. Além de entrevistas, a observação participante em festas e boates frequentadas por pessoas que apresentam práticas erótico-afetivas não-tradicionais aponta para uma complexa articulação de tais categorias, em que as dicotomias hetero/homo, ativo/passivo e masculino/feminino se mostram insuficientes para compreender as formas de vida dessas pessoas. Portanto, estilo, tempo e espaço são elementos que trago para a pesquisa, no intuito de representar mais ricamente a dinâmica social dos eventos. Utilizo-me do conceito de “proposta”, do sociólogo Ernesto Meccia, segundo o qual a sociabilidade homoerótica urbana já não pode ser pensada em termos de “lugares”. No campo por mim pesquisado, essa ideia se aplica, já que podemos ver que a ocupação de um mesmo espaço físico apresenta características específicas de acordo com a festa ali realizada, bem como a mesma festa, quando muda de lugar, muitas vezes conserva suas características principais. Pretendo, por fim, perceber como se dá o arranjo entre as classificações referentes ao público e as que se referem às festas, já que pode-se perceber uma relação de reversibilidade entre estes: se o público informa qual tipo de práticas acontecem em tal evento, uma série de características associadas ao evento enseja certos tipos de interação entre as pessoas presentes.

Princesinhas, garot@s e barbies: gays, corpos e sujeitos entre Copacabana e Ipanema

AUTORES/AS: ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO

No Rio de Janeiro, “cidade partida” entre morro e asfalto, segundo Ventura (1994), a praia detém um importante peso simbólico de território livre, aberto a todos os corpos, sejam eles quais forem, sejam quais forem os sujeitos que ocupam e atuam nesses corpos – ou são representados e performatados por eles. Contudo, as diversas praias do Rio diferem não apenas pela cor e a qualidade de suas águas ou areia. Esse imenso espaço urbano, supostamente livre, é

palco de inúmeras clivagens, territorializações que determinam que atores são bem-vindos ou não em determinados trechos desse litoral. E entre os diversos marcadores sociais da diferença está a sexualidade, que marca trechos praianos “amigáveis” a homossexuais, em contraste com os outros espaços litorâneos cariocas, majoritariamente ocupados por uma heteronormatividade compulsória. Contudo, mesmo nas praias gays há diferenciações, que criam nesses “enclaves homossexuais” regras de performance e corporeidade para seus atores. E a partir delas, novas hierarquizações no “espaço democrático” praiano. Partindo dessa análise, o trabalho pretende apresentar observações e dados do projeto de pesquisa cujo título provisório é “Que gay sou eu? Corpos e seus sujeitos em praias gays do Rio de Janeiro”, conduzido para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A pesquisa tem como campo de estudo duas praias gays do Rio: a Bolsa, em Copacabana, e a Farme, em Ipanema. A partir do trabalho de campo, com observação participante, pesquisa bibliográfica e histórias orais e de vida obtidas por meio de entrevistas – algumas destas, inclusive, obtidas por meio de redes sociais –, o objetivo deste estudo é analisar a multiplicidade de identidades que se escondem sob a categoria “homossexual” e as tensões que se estabelecem entre essas identidades, a partir de aproximações e diferenças de corpo e de performance nestes espaços; representações, utilizando o conceito de Goffman (2011), que surgem a partir das relações nesses ambientes. Se as identidades pós-modernas, conforme Hall (2007), formam-se a partir das diferenças, estas mesmas diferenças criam campos distintos dentro da Bolsa, da Farme e sobretudo entre elas, cada um desses campos com seus habitus. E estes habitus, como ações e comportamentos diferenciados e diferenciadores, segundo Bourdieu (2008), mas marcados sobretudo pelas relações entre os personagens que ocupam essas duas praias, estabelecem espaços de conflitos e transições, formando, assim, um jogo de interseccionalidades que cruza masculinidades e feminilidades, homossexualidades, geração, classe social, raça e até mesmo origem e localidade.

“Brilham estrelas de São João!”: notas sobre os concursos de “Miss Caipira Gay” e “Miss Caipira Mix” em Belém (PA)

AUTORES/AS: RAFAEL DA SILVA NOLETO

O presente trabalho consiste em uma reflexão acerca dos concursos de “Miss Caipira Gay” (promovido pela Prefeitura Municipal de Belém) e “Miss Caipira Mix” (Promovido pelo Governo do Estado do Pará), que estão inseridos na programação dos festejos juninos organizados, respectivamente, pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e pela Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN/CENTUR). Pretendo destacar e analisar as formas pelas quais esses concursos de beleza evidenciam o protagonismo homossexual e travesti dentro do amplo contexto da programação dos festejos juninos, organizada por fundações culturais vinculadas aos poderes municipal e estadual. Neste sentido, busco problematizar os mecanismos de produção desses concursos, que, para construir noções de beleza e feminilidade, operam a partir de uma lógica conceitual própria, pautada na articulação de marcadores sociais da diferença tais como gênero, raça, sexualidade, geração e etnicidade.

Convenções e moralidades em torno da juventude brasileira: diferenças, desigualdades e formas de vulnerabilização na conquistas de direitos

AUTORES/AS: ANA LAURA LOBATO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a maneira pela qual um conjunto de diferenças, sejam elas de gênero, sexualidade, território, raça/etnia, religião entre outras que por vezes implicadas em desigualdades sociais tem criado sobre o sujeito jovem uma dimensão de vulnerabilidade. Interessa saber especialmente a maneira através da qual esta vulnerabilidade tem sido articulada por diferentes atores sociais (governo, sociedade civil e pesquisadores) numa disputa de valores sobre a juventude mas, e, sobretudo normas e convenções a partir das quais novas identidades políticas e sociais são constituídas. Para a realização desta análise serão utilizados os documentos das duas conferências nacionais de juventude bem como o Estatuto da Juventude, considerando também minha experiência de atuação profissional junto a Secretaria Nacional de Juventude dos últimos dois anos. A juventude é entendida aqui pelo momento no ciclo da vida de transição para a vida adulta - para além da faixa etária, em

que os sujeitos buscam constituir sua autonomia material e afetiva, em meio a convergência de eventos complexos e imbricados uns nos outros que resultam em trajetórias mais ou menos inclusivas. Sejam eles a formação educacional, a qualificação profissional, a experiência afetiva e sexual, a constituição de família e também a participação social e política.

Os últimos vinte anos foram de grandes mudanças no cenário brasileiro, seja pelas reverberações do processo de redemocratização seja pela recente atuação prioritária no combate à pobreza pelo governo brasileiro. Assistimos, portanto, a um crescente aumento da população fora condição de extrema pobreza bem como o aumento da escolaridade básica e superior, do trabalho formal, de créditos para obtenção de casa própria, entre outros. Também observa-se a ampliação dos espaços de participação da sociedade civil organizada tais como as conferências e conselhos no âmbito municipal, estadual e federal.

A juventude como toda a população brasileira tem se beneficiado destas mudanças, contudo os processos de subjetivação (FOUCAULT, 2006) como sujeito social operam num contexto de mudança significativa, que está em curso, uma não apenas da compreensão destes como sujeitos de direitos, através do estatuto da juventude, mas especialmente com a ressignificação destes sujeitos a partir da consolidação das políticas públicas de juventude.

A situação de exclusão social bem como de pobreza são as principais razões pelas quais a juventude brasileira não possa viver plenamente a sua cidadania. Para a juventude algumas combinações dos diferentes mecanismos através dos quais a desigualdade social se estrutura, seja pelas questões de gênero, de raça/cor, de classe, e também de território se fazem intensas e constituintes de trajetórias que permanecem circunscritas em processos de exclusão social.

Nesse sentido torna-se cada vez mais fundamental compreender a juventude nas três etapas dos processos de subjetivação tal qual nos indica Foucault (2006) seja pela , norma (e ou convenções) pela relação entre a norma e a prática, e por fim pela interiorização da norma constituindo-se enquanto sujeito social.

Las lesbianas feministas en los primeros años de democracia

AUTORES/AS: MÓNICA TARDUCCI

Al rearticularse el feminismo después de la dictadura, aparecen tímidamente, en

jornadas, congresos y en algunos artículos de feministas en los medios gráficos, la problemática lésbica y la necesidad de visibilizarla. Pero hubo que esperar unos años para que la presencia pública de las lesbianas fuera posible: el 8 de marzo de 1987 Ilse Fuskova y Adriana Carrasco vendieron en la Plaza de los Dos Congresos en la ciudad de Buenos Aires ejemplares de Cuadernos de Existencia Lesbiana, en lo que se considera la primera aparición pública de feministas lesbianas.

Contamos con información fragmentaria y nuestra propuesta recurre a las mujeres que componían los grupos de lesbianas para llenar los vacíos y la carencia de documentación porque sabemos de su presencia continua en el panorama político feminista, luchando por la visibilización y contra el heterosexismo incluso dentro del propio movimiento feminista.

Memória corporal e imagem da velhice: trans jovens falam de si

AUTORES/AS: RODRIGO PEDRO CASTELEIRA

O objetivo da pesquisa foi o de descrever como quatro jovens, residentes no interior do Paraná, pensam a velhice de si e demais trans tendo o corpo como linguagem e acesso social, além de como suas imagens suscitadas pelas memórias delineiam quando uma trans é considerada velha. O método escolhido foi o de registro oral dos depoimentos, realizado no período de janeiro a agosto de 2013, aliado à descrição e análise das falas que permitiram estabelecer uma conexão entre a transformação do corpo masculino em feminino, a manifestação da sexualidade, o direito ao corpo e o envelhecimento. Para analisar os dados das informantes foi utilizado um roteiro semiestruturado como guia para a coleta dos depoimentos, de maneira a privilegiar a flexibilidade no diálogo e relacionar às discussões de gênero de Judith Butler (2003) e Marco R. Benedetti (1997), aos estudos geracionais de Miriam Goldenberg (2011), de corpo de Le Breton (2012) e sobre o direito constitucional que proíbe a discriminação por motivo de sexo de Roger Raupp Rios (2012).

Movimento LGBT de Cuiabá (MT). História, pluralização de identidades, interseccionalidades e violência

AUTORES/AS: MOISÉS ALESSANDRO DE SOUZA LOPES

Na última década do século XX, emergiu no cenário acadêmico uma diversidade

de pesquisas sobre o universo LGBT nas grandes capitais brasileiras. Discutiu-se a formação do movimento LGBT, a importância do “mercado GLS”, processos de territorialização nas cidades, a pluralização das identidades sexuais, de gênero, do “mercado” erótico e afetivo. O foco se manteve, durante alguns anos, nas megalópoles brasileiras, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. A partir dos primeiros anos do século XXI, e seguindo o impulso dado por pesquisas anteriores, ocorreu a “interiorização” dos “campos etnografados”, caracterizada pela inserção de capitais de menor porte e outras cidades no processo de “descoberta” do movimento LGBT. Esta comunicação pretende, partindo deste “impulso de interiorização”, trazer à tona narrativas de integrantes do movimento LGBT de Cuiabá com o fim de reconstruir a história deste movimento nesta capital do interior do país e a influência da pluralização de identidades e marcadores sociais da diferença neste processo. Neste contexto, cumpre salientar a relevância desta pesquisa, ainda em desenvolvimento, que tem por objetivo romper o vácuo bibliográfico referente à realidade do movimento LGBT na cidade de Cuiabá. Vale lembrar que este município foi considerado junto com Manaus, a capital mais homofóbica do país segundo o Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil (2013) produzido pelo GGB e, de acordo com os dados do 2º Relatório Sobre Violência Homofóbica (2012) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o estado que ocupa a 2ª Posição no ranking nacional de índices de violações praticadas contra o público LGBT.

Quando o sol nasce quadrado: rebeliões e performances entre homens em situação de privação de liberdade no interior do Maranhão.

AUTORES/AS: CAYO CEZAR DE FARIAS CRUZ

Trata-se aqui de uma parte da minha pesquisa de mestrado enquanto estudante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Essa pesquisa é resultado de um trabalho iniciado em meados de 2010 quando ainda era estudante de graduação e me empenhava em estudar o ambiente carcerário maranhense, mais precisamente, o da cidade de Caxias. Nesse decorrer de tempo, dois eventos marcaram fortemente o meu trabalho como pesquisador, o primeiro foi a rebelião de Pinheiro - MA, no início de 2011, e o segundo foi a rebelião de Pedrinhas, em São Luís-MA no ano de 2013. Na primeira parte

deste trabalho, analiso como os homens são classificados no universo carcerário a partir do crime que o levou a ser preso, no que faz surgir duas categorias nativas: os sujeitos-homem e os comédias; no primeiro estão representados os homens aceitos que entre os crimes cometidos estão o roubo, o tráfico e o assassinato; no segundo estão aqueles que não cometeram crimes de homem, como: estupro, assassinato de crianças e mulheres, pedofilia, entre outros. Os homens não aceitos, comportados na segunda categoria acabam por não participar da vida carcerária da maioria, ficando em espaços restritos, devido o risco de vida que eles correm. Na segunda parte, discuto as “leis da cadeia”, que geralmente são passadas a presos iniciantes, essas leis falam de como se deve proceder desde o uso do banheiro, à limpeza da cela e a forma de olhar o outro durante a refeição. Na terceira parte, discuto o processo de aceitação de novatos no mundo dos sujeitos-homens e o método utilizado para comprar e vender dentro da cela, chamado por eles de Catatau, que é feito a partir do material usado para cobrir a quentinha das refeições, que embrulhando o que se é transportado, é passado de cela em cela até chegar ao seu fim. Por meio dele, transportam-se mercadorias como drogas, escova de dente, comida etc; ele é utilizado também para manter comunicação entre as celas de um pavilhão, na qual muitas vezes é discutido a importância de se fazer ou não uma rebelião, assim como se determina qual tipo de rebelião será realizada. Por último, discuto dois tipos de rebelião: “rebelião de barulho” e a de “quebrar a cadeia”; a importância de ambas para a vida carcerária e como elas acionam diferentes marcadores sociais da diferença para determinar quem mata e quem morre.

Trincheiras de Luta e Luto: entrecruzamentos cortantes entre classe, gênero e sexualidade

AUTORES/AS: ROBERTO EFREM FILHO

Saída da pastoral de juventude e do movimento estudantil secundarista em João Pessoa, Rosa iniciou sua militância política no Recife no começo da década de 80. À época, ela denunciava casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Após o assassinato de uma das meninas que lhe traziam informações sobre aqueles casos, Rosa dirigiu suas atenções às violências perpetradas contra os jovens do bairro periférico onde morava, o que a levou a observar a atuação dos grupos

responsáveis pelas mortes. Rosa acompanhou o envolvimento de adolescentes e jovens com o tráfico de drogas, agentes policiais e os tais grupos. Em razão de sua militância, ela passou a sofrer inúmeras intimidações e ameaças que a conduziram, por volta de 2007, ao programa governamental de proteção aos defensores de Direitos Humanos. Em 2010, em meio às denúncias empreendidas por Rosa, Gabriel, seu filho, foi assassinado por dois dos integrantes de um daqueles grupos. Gabriel era gay. Enquanto Rosa associava a morte de seu filho à sua militância e à homofobia, a primeira delegada a investigar o caso afastou essas possibilidades, definiu o lugar em que o corpo foi encontrado como “de pegação” e “promiscuidade” e afirmou que Gabriel se achava “indiretamente envolvido com drogas”. Rosa e algumas organizações de Direitos Humanos, entretanto, reagiram ao pronunciamento da delegada, acarretando a designação de uma nova delegada para o caso. Em seus depoimentos, os acusados alegaram que Gabriel “tinha AIDS” e havia dito que mantinha relações sexuais com eles, o que seria mentira, tendo em vista que eles “eram homens”. Com a morte de seu filho, Rosa se aproximou do movimento Mães pela Igualdade e se tornou dirigente regional dessa organização. A história de Rosa adentra o trabalho de campo da pesquisa de doutorado em Ciências Sociais que venho desenvolvendo junto ao IFCH/Unicamp. Nesta pesquisa, preocupo-me com “violências entrincheiradas”, ou seja, violências produzidas por e produtoras de entrecruzamentos cortantes entre relações de classe, gênero, sexualidade e conflitos territoriais. Através da realização de entrevistas com militantes, do acompanhamento etnográfico das atividades de movimentos sociais e da análise de autos de inquéritos e processos judiciais, procuro compreender como relações aparentemente diversas se fazem umas as outras nos interstícios de campos conflituosos, ou trincheiras. Através das narrativas de Rosa sobre sua trajetória e da análise dos autos do processo relativo à morte de Gabriel, procurarei, neste trabalho, refletir especialmente acerca dos dilemas éticos implicados na experiência da pesquisa, sobretudo no que concerne a minha relação com as disputas políticas travadas pelos meus interlocutores.

“Adolescentes LGBT” e o confronto de moralidades em relação ao gênero e a sexualidade nas políticas públicas brasileiras contemporâneas

AUTORES/AS: VANESSA JORGE LEITE

O presente trabalho é um fragmento de pesquisa realizada no doutorado que se

desenvolveu a partir da identificação de uma trama de atores, discursos e jogos de poder no cenário brasileiro contemporâneo, na constituição de uma nova categoria social para as políticas públicas brasileiras, os “adolescentes LGBT”. O processo de construção desse “adolescente LGBT” está articulado a um processo mais amplo de constituição dessa nova população denominada “LGBT”, como sujeitos de direitos especiais para o conjunto de atores que configuram o Estado brasileiro – na sua multiplicidade e contradições. A construção dessa nova categoria social se dá a partir do entrecruzamento de vários atores e múltiplas concepções e moralidades em relação à sexualidade e ao gênero, articuladas a questões ligadas a forma como os jovens são vistos e tratados pelo mundo adulto. Proponho que a articulação entre adolescência e diversidade sexual e de gênero é um lugar estratégico para abordar um processo de transformação social no qual os jovens ocupariam lugar privilegiado, e onde se explicita mais claramente o confronto entre uma moralidade baseada na família, reprodução, heterossexualidade e uma nova moralidade baseada no consentimento e no ideário dos direitos sexuais. A pesquisa assim, se constrói, tendo como foco o conflito entre ideários, expressos em controvérsias sociais. As controvérsias ligadas à diversidade sexual e de gênero na adolescência se tornam instrumento para refletir sobre os processos de transformação por que passa a política sexual brasileira. No âmbito da discussão de um processo de moralização/higienização da homossexualidade, há uma tendência de se evitar falar de crianças e adolescentes e de suas expressões de gênero e sexualidade. Esse silenciamento estaria ligado principalmente a um “fantasma da pedofilia”, que dificulta a aproximação com um discurso mais afirmativo em relação ao exercício da homossexualidade ou de trânsitos de gênero na juventude. Nesse trabalho proponho, a partir da trajetória do Projeto Escola Sem Homofobia (ESH) e a polêmica produzida por sua elaboração, remontar o conjunto de atores, arenas e disputas que ele envolveu. A intenção ao escolher o projeto ESH foi utilizá-lo como instrumento para a construção de um panorama mais amplo dos discursos e moralidades em relação ao gênero e sexualidade, que o tema da diversidade sexual e de gênero na adolescência acionam no país. O ESH provocou forte polêmica em todo o país, amplamente divulgada pela mídia. O projeto, denominado por seus opositores como “Kit Gay”, esteve no centro de um grande conflito, que pode nos ajudar a construir o panorama mais amplo das diferentes posições em jogo. A polêmica torna mais visíveis os valores e as táticas de todos os envolvidos no processo.

COORDENADOR/A: JOSÉ GABRIEL SILVEIRA CORRÊA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE), MARCIA ANITA SPRANDEL (SENADO FEDERAL)

O grupo de trabalho tem como tema os desafios atuais do trabalho do antropólogo, tanto em termos de cenários de atuação, quanto de disputas por definições, horizontes e expectativas referentes a antropologia. Trata-se de um esforço de mapear e pensar as diferentes perspectivas e demandas que hoje envolvem a atuação dos antropólogos nos mais diferentes espaços, seja na esfera estatal ou empresarial. Dando continuidade aos debates ocorridos nas duas últimas Reuniões Brasileiras de Antropologia, o grupo procura construir uma arena de diálogo e percepções, abordando as potencialidades e limites de se fazer antropologia no universo acadêmico e em outros cenários, como de peritos, especialistas, curadores, consultores, pesquisadores e assessores técnicos.

“Antropólogos na ação”: o exercício do ofício extra-acadêmico junto a Povos Indígenas

AUTORES/AS: MARIANA DE ANDRADE SOARES

Desde a origem da Antropologia, através da sua forte relação com o colonialismo, tem sido debatido dentro da disciplina o papel dos antropólogos, e os problemas de ordem ética, intelectual e política associados a sua atuação.

Prioritariamente, nas questões relacionadas às minorias étnicas (povos indígenas e remanescentes de quilombos) é aonde tem uma grande demanda pela atuação de antropólogos, ainda na mais no período pós-Constituição de 1988, com sua garantias de direitos, em processos que incidem diretamente sobre a vida dos seus “objetos de estudo”, na qual tornaram-se especialistas através da academia.

A partir de uma trajetória profissional na instituição oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Rio Grande do Sul, o objetivo do presente artigo é fazer uma reflexão (também auto-crítica) sobre a atuação de antropólogos na esfera administrativa pública e na relação com os povos indígenas, tendo como foco projetos de desenvolvimento.

(RE)pensando as cotas raciais na universidade pública: o antropólogo diante dos desafios de uma política pública controversa.

AUTORES/AS: MARCOS SILVA DA SILVEIRA

Pretendo refletir a respeito da minha atuação a frente do NEAB – Nucleo de estudo afrobrasileiro e do NAPA – Núcleo de acompanhamento das políticas afirmativas – da UFPR, entre os anos de 2008 e 2013, como coordenador, pesquisador e professor, a frente do programa de inclusão racial. Estas políticas, na UFPR, tiveram início em 2004, junto a um grande debate em torno das consequências do mesmo, para a sociedade brasileira, polarizando bastante o ambiente antropológico brasileiro. Do lado contrario as cotas, Peter Fry e Yvonne Maggie apresentaram um cenário sombrio de divisão do país com argumentos muito pouco consistentes, centrados na preocupação com o surgimento de novas identidades negras. Do lado favorável, Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato – que implantaram o programa da UNB – apresentaram um panorama mais realista, na qual as Universidades surgiam como espaços de produção e reprodução do Ethos

do Branqueamento Brasileiro e da necessidade de repensar, antropológicamente, as relações raciais nesses espaços formativos. A UFPR, em Curitiba, apresentou-se como um espaço interessante para este esforço, na medida em que, localizada numa região de maioria branca de origem européia, passou a receber estudantes negros e indígenas, gerando uma série de situações de relacionamento entre estes novos alunos, professores e funcionários, além de trazer membros dos movimentos negro e indígena para dentro da Universidade. Estas novas demandas sociais passaram a exigir de mim – e dos demais professores envolvidos – antropólogos, sociólogos, pedagogos e historiadores – novas condutas e perspectivas para além da simples posição de “Pesquisador de populações afrobrasileiras”. Em um novo quadro de relações institucional, bastante tenso, característico das negociações de identidade étnicas em curso, é possível afirmar que o tema da Identidade étnico racial se impõe a todos, obrigando a uma redefinição das nossas noções de pessoa e de cidadãos brasileiros, assim como de diversas expectativas em torno desse tema. Sem chegar a praticar uma antropologia “extramuros”, já que permanecemos no ambiente acadêmico, esta forma de “participação observante”, para recuperar a sugestão de Eunice Durham, pode permitir uma boa revisão de um tema básico no ambiente antropológico brasileiro, que vem a ser as definições de Identidade e Cidadania a partir dos diversos horizontes da Cultura nacional. É importante ressaltar que neste processo no qual repensamos o nosso papel de produtor de definições e classificações de identidades é preciso também repensar a nossa própria produção coletiva enquanto cientistas sociais e a maneira como nos interagimos nestes novos contextos. Há muita coisa a ser repensada em jogo.

A pesquisa antropológica e os condicionantes de sua realização: refletindo sobre uma experiência

AUTORES/AS: JORDÂNIA DE ARAÚJO SOUZA, MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA (UACS/PPGCS/UFCEG)

As reflexões sobre as chamadas “comunidades remanescentes de quilombos” têm, já há algum tempo, feito parte da agenda de discussões da antropologia. Desde a inserção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na Constituição de 1988, tais grupos passaram a ter o direito de acionar o reconhecimento e a titulação da propriedade das terras que ocupassem. Como ressaltava Arruti, tal artigo constitucional apesar de ser “um ato de reconhecimento

jurídico” é simultaneamente “um ato de criação social”, uma vez que além de reconhecer o direito que tais coletividades têm às terras que ocupam, o artigo 68 criou uma categoria política e sociológica através da reunião de dois termos aparentemente evidentes. Para além de reconhecer o direito à propriedade da terra, tal artigo fez algo mais complexo, pois instaurou a ideia de uma identidade de ‘remanescentes das comunidades quilombolas’, o que gerou um diálogo custoso e ainda em curso. Desde sua promulgação até os dias atuais muito se tem discutido sobre tal direito, não só com relação a sua aplicação, mas também têm sido problematizadas questões conceituais. Deste modo, o presente artigo visa refletir sobre os desafios que são postos durante a realização da pesquisa antropológica junto a comunidades quilombolas, e os desdobramentos que a mesma acaba por seguir. De modo mais específico, apresentarei uma análise sobre uma situação de pesquisa por mim vivenciada, enfatizando o momento no qual me encontrava em meio à realização da pesquisa de campo quando tomo ciência da visita do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e dos encaminhamentos para a realização do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) do grupo. A proposta é refletir sobre como o fazer etnográfico é resultado das relações que são estabelecidas entre o antropólogo e o grupo pesquisado, bem como influenciado pelas demandas políticas não só do grupo, e do antropólogo, mas também dos agentes que se encontram envolvidos em tais processos. É importante esclarecer que em nenhum momento de meu trabalho de campo ocorreu algum encontro com a equipe contratada pelo INCRA, deste modo, busco refletir sobre a situação de um pesquisador (que se encontra realizando sua pesquisa de mestrado) em meio a um cenário no qual o grupo por ele pesquisado busca pela aplicação de um direito previsto pela CF, onde o mesmo não se encontra ligado à equipe que encaminhará tal processo. Deste modo, busco refletir sobre os condicionantes da atuação do antropólogo em uma situação específica.

Antropologia na ponta: o que você faz num ambulatório?

AUTORES/AS: FLAVIA DO BONSUCESSO TEIXEIRA

Este trabalho resulta da nossa participação no grupo que foi convidado pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde para subsidiar a revisão da Portaria do que se convencionou chamar Processo Transexualizador

no SUS. Nosso objetivo é compartilhar as reflexões sobre os estranhamentos provocados no momento em que a antropologia adentra os espaços “oficiais” do campo da saúde. Os saberes tecidos na antropologia que contribuem para pensar o processo saúde-adoecimento-cuidado não causam desconfiança e são, por vezes, valorizados nos cursos de graduação na área da saúde. Alguns cientistas sociais contribuíram e contribuem para a formulação das políticas públicas de saúde, outros também compartilham espaços em cursos de medicina e/ou saúde coletiva, no entanto, atuar na ponta - para usar uma categoria êmica - e repensar protocolos e linhas de cuidados para a população de travestis e transexuais, a partir da posição de coordenação de um serviço ambulatorial de referência causava desconfiança. Reunimos aqui as reflexões das anotações de campo durante os dois anos que acompanhamos o processo, apresentando uma perspectiva sobre quem pode se fazer ouvir nesse espaço ainda dominado por um saber médico (in)questionável.

Avaliação de projetos sociais como campo de atuação de antropólogos e as contribuições teórico-metodológicas da Antropologia

AUTORES/AS: MARIA LUCIA DE MACEDO CARDOSO, DELAINE MARTINS COSTA

O trabalho propõe refletir sobre a avaliação de projetos sociais apoiados tanto por agências da cooperação internacional como por órgãos governamentais, a partir da perspectiva da Antropologia e da atuação de antropólogos. Buscar-se-á analisar a experiência da avaliação seguindo dois eixos: os limites dos padrões institucionalizados pela cooperação internacional e pelo governo baseados no marco lógico para a compreensão do contexto e da mudança social, considerando que os projetos buscam intervir em relações sociais estabelecidas no processo de globalização; e as possibilidades abertas pelo trabalho de campo na avaliação, como espaço de diálogo e ressignificação dos sentidos de mudança social. Ao final, far-se-á uma reflexão sobre esse campo de atuação profissional de antropólogos, reafirmando o lugar da etnografia e da teoria como base de formação. O trabalho tem como base a experiência das autoras na avaliação de projetos sociais.

De que antropologia falam os missionários: imagens e enquadramentos dentro de um campo de atuação

AUTORES/AS: JHESSIKA ANGELL ALVES E SILVA (UFPB), JOSÉ GABRIEL SILVEIRA CORRÊA (UFCG)

O trabalho do antropólogo não pode ser pensado enquanto uma atuação que se faz de forma livre, sem pressões, demandas ou embates, pois ela está imersa em relações de poder, num cenário que envolve disputas, onde existem diversos atores envolvidos buscando demarcar seus espaços nessas relações estabelecidas. Neste sentido, este trabalho procura explorar as tensões e questões envolvendo a atuação de antropólogos e missionários protestantes junto a populações indígenas. Partindo de um olhar na constituição deste campo de atuação, estes são dois atores que em grande medida se constituem discursiva e praticamente em oposição a atuação do outro, sendo evocadas posições, percepções e estereotipações, utilizadas no embate entre estes sem serem mais explicitadas, refletidas e compreendidas. Através da exploração de publicações e entrevistas, procura se esmiuçar sobre que base se pensam essas relações, bem como especificamente referido a atuação missionária, que perspectivas e expectativas se apresentam sobre o que seja a antropologia, sua expertise, seu campo de atuação e sua interface ou não com o trabalho missionário. Objetiva-se tratar a atuação missionária como parte constitutiva deste campo político, que para além de ter produzido efeitos e transformações no cotidiano das populações indígenas, coloca desafios para a atuação antropológica refletidos nos embates, conflitos, resistências, parcerias e limites para esta atuação.

Desvendando a necessidade do Relatório Antropológico para as comunidades remanescentes de quilombos.

AUTORES/AS: FRANCISCO HERBERT PIMENTEL MONTEIRO

A problemática que norteia esse trabalho tem por base a elaboração do relatório antropológico. Este é um fenômeno bem mais complexo, no qual diferentes esferas do social, como a política, interesses econômicos, desigualdades raciais e muitos outros se entrecruzam. Por isso, o entendimento da elaboração do relatório antropológico não pode ser como se fosse uma esfera isolada do mundo social. Assim, compreender as redes sociais necessárias para a produção de territórios de comunidades remanescentes de quilombos como verdades passíveis de serem

reconhecidas pelo estado brasileiro se faz necessário a partir de um espaço de relações que transcende os limites geográficos da comunidade e que se estende por uma ampla rede que articula elementos locais e elementos globais. Com o aumento da demanda pela elaboração de estudos técnicos para a produção dos relatórios antropológicos, em casos envolvendo remanescentes de quilombos, o papel do antropólogo também sofre transformações no que diz respeito à sua prática profissional. Nos casos que envolvem a regularização fundiária dos grupos remanescentes de quilombos, o antropólogo é chamado a apresentar provas e argumentos que auxiliem as tomadas de decisões por parte do judiciário. No entanto, em relação ao reconhecimento de territórios quilombolas, a legislação brasileira que rege essa demanda vem sofrendo transformações que deslocam e transformam o papel do antropólogo em momentos da elaboração de relatórios. Devido às dificuldades de operacionalização, o INCRA manteve os estudos antropológicos como uma peça fundamental no processo administrativo na regularização fundiária das terras quilombolas e, como consequência, diversos segmentos da população negra brasileira têm buscado o reconhecimento de seus lugares e de suas celebrações por meio de uma legislação específica cuja aplicação tem requerido crescentemente o envolvimento de antropólogos. Com a importância que essas questões alcançaram nos últimos anos e devido a intensa mobilização de antropólogos para a realização dessas pesquisas, a questão quilombola, tem proporcionado reflexões de maior fôlego a fim de colaborar para uma maior compreensão desses fenômenos tão complexos da história recente de nosso país.

Entre roçados, mambeaderos e associações: etnografia e gestão local de circulação de conhecimento

AUTORES/AS: EDMUNDO MARCELO MENDES PEREIRA

Dentre os cenários de atuação em que encontramos profissionais em antropologia - de confronto de modelos de produção e gestão de conhecimento e de debate sobre a definição de contextos, posições e modos de interação com as sociedades e os meios -, o trabalho de campo segue sendo tanto o contexto definidor de projetos e parâmetros disciplinares, quanto a mola mestra da compreensão e atuação antropológicas em cenários para além de suas fronteiras e fins acadêmicos.

Procurando recuperar certas condições em que se organiza e possibilita o processo etnográfico, no caso especialmente a partir dos Uitoto da Amazônia colombiana, recupero neste exercício seu caráter de dívida para certas economias locais de produção e circulação de conhecimento especializado e de gestão de projetos múltiplos. Muitas vezes, é dentro destes regimes que o processo etnográfico é recebido e entendido por especialistas locais e lideranças políticas. Dessa forma, tanto o trabalho de campo entra necessariamente nessas economias em que deve se “pagar” pelo conhecimento recebido (tanto em roçados, quanto em contextos cerimoniais e políticos), quanto o conjunto disciplinar trazido pelo antropólogo é também avaliado e acionado pelas exegeses e práticas locais. Tomo especialmente o caso do aldeamento de San Rafael, rio Carapará, dentro de seu debate sobre a definição e implementação de modelos de planificação e gestão de projetos de desenvolvimento “indígenas”. Ao final desse processo (por vezes tenso e de confronto), imagens com alguma sistemática são apresentadas tanto para o que sejam conhecimentos locais, quanto para o que antropologia pode ser para outros campos de entendimento dos processos sociais e da vida.

Espaços de relações entre a academia e a política em projetos de desenvolvimento: reflexões iniciais sobre a participação de antropólogos no setor elétrico

AUTORES/AS: VINICIUS MESQUITA ROSENTHAL

Nesta apresentação pretende-se abordar o campo de produção de estudos de antropólogos sob encomenda do setor elétrico desde final dos anos 70. Trata-se de perceber como este campo de trabalho nos projetos de desenvolvimento propiciou um espaço de relações sociais entre a academia e a política, no qual circulam saberes e no qual também se produzem legitimidades de atuação profissional com graus variados de prestígio na hierarquia de produtos e produtores (Grillo 1985; L’Estoile et al 2002; Leite 2005; Magalhães 2007).

Tais processos propiciaram a formulação de objetos de estudo antropológico, tanto em termos de estudos sobre os efeitos destas obras sobre o social classificado em diversas categorias (povos indígenas, camponeses, atingidos, quilombolas, etc), mas também sobre a construção do estado e de empresas a partir deste campo social. A possibilidade deste gênero de estudo – na academia e nos processos

administrativos para implantação destas obras - cresceu na medida em que a academia e o mercado de trabalho aumentaram a vaga para os antropólogos.

Assim, ao compor este campo de atuação antropológico, expõem-se quais as questões – estratégias, articulações, posições relativas - se colocaram para a antropologia ao lidar com os processos sociais de construção destas grandes obras de infraestrutura e como se legitimaram categorias de classificação social na academia e nos órgãos de administração. Os antropólogos que trabalham sob encomenda destes empreendimentos recompõem, em certa medida, o campo da antropologia. Espera-se assim que a análise da inserção dos antropólogos nos projetos de desenvolvimento ilumine as implicações deste contexto para a construção do estado-nação e para o fazer antropológico. (Bourdieu 2004; Bronz 2011; L'Estoile 2002; Pantaleon 2002; Pels 1997).

Além de apresentar algumas leituras já realizadas pela antropologia brasileira sobre as relações entre o campo “aplicado” e o “acadêmico” (p.e. Leite 2005, Cid 2008, Helm 2008), pretende-se discutir sob quais formas a antropologia tem contribuído em projetos de desenvolvimento brasileiro. O objetivo é apresentar a inserção profissional e produção acadêmica de alguns antropólogos para analisar as transformações nos exercícios de poder por parte do estado brasileiro e na prática antropológica (Barroso Hoffmann 2008).

Tal discussão sobre a inserção dos antropólogos em estudos de impacto ambiental e correlatos servirá de base para uma segunda etapa de pesquisa que pretende investigar sob quais condições os conceitos e os saberes antropológicos têm sido acionados no relacionamento do setor elétrico com os povos indígenas.

Etnografando repertórios políticos no Senado Federal: a relação entre agronegócio, populações indígenas e pesquisa antropológica

AUTORES/AS: LÍGIA DE FRANÇA CARVALHO FONSECA

O presente trabalho visa apresentar e discutir esforços de pesquisa no espaço público – Senado Federal – com foco nas situações de elocução em que parlamentares têm demonstrado concepções que questionam política e publicamente grupos e temas que tradicionalmente têm ocupado as esferas de atuação e reflexão da antropologia. O enfoque recai nos debates ocorridos no espaço político mais institucional, ao abordar referentes como agronegócio, populações e terras

indígenas e os diversos agentes emissores e receptores, visando compreender num cenário social mais amplo, as complexidades das organizações discursivas e projetos em debate que reproduzem ideologias envolvendo populações indígenas e uso de seus territórios. Diante desse contexto, o interesse da presente análise se concentra em compreender mais sobre os atores políticos que têm se posicionado sobre os processos de demarcação de terras indígenas pelo Estado brasileiro, dentro das situações de fala que organizam os debates entre parlamentares, como também refletir sobre os desafios etnográficos que surgem na pesquisa antropológica num espaço político como o Senado Federal.

Parceira: o rótulo que permanece em meio às mudanças

AUTORES/AS: MARTA DE OLIVEIRA ANTUNES

De economista a antropóloga, de técnica de ONG a funcionária pública federal, de assessora a pesquisadora, de estrangeira a quase-brasileira, essas dicotomias poderiam explicar minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, mas correriam o risco de simplificá-la demais. Em vez disso, opto por discutir a categoria parceira, com que sou rotulada no quilombo de Conceição das Crioulas desde meu primeiro contato com a “comunidade”, em 2004 quando era técnica de uma ONG internacional, e levá-la a sério para pensar a relação pesquisadora e “nativos/as”, que negocio com a “comunidade”, na assembleia da associação quilombola em 2010, após quatro anos sem voltar a Conceição das Crioulas. Desde 2010, meu papel em Conceição das Crioulas começou a ser construído por mim e pelas “lideranças” com quem venho me relacionando. Enquanto que eu busco me distanciar de minha entrada em campo via cooperação internacional, as “lideranças” esperam de mim uma continuidade do papel que desempenhava nesse período, e ao longo do tempo vou assumindo diferentes tarefas, sozinha ou em conjunto com outros(as) “parceiros(as) da comunidade”, que me permitem participar de eventos, reuniões e espaços privilegiados para um trabalho etnográfico, mas que também colocam em jogo questões como ética e responsabilidade entre pesquisadora e “nativos”. A minha aceitação enquanto pesquisadora foi dada pelas “lideranças” presentes na assembleia com base na “história de parceria” e no interesse no tema a pesquisar, pois para essas “lideranças” seria muito importante documentar o processo que começavam a fortalecer nesse momento, o de preparação para

a gestão do território em fase de desintrusão – um processo que consideram pioneiro e único. Como levar a sério meu rótulo de “parceira da comunidade” e ao mesmo tempo fazer uma pesquisa antropológica realmente crítica sobre esse processo repleto de avanços e retrocessos e de conflitos internos? Como lidar com o tempo da pesquisa, o tempo disponível para a pesquisa e o tempo do processo de regularização fundiária, sem truncar esse processo e simplificá-lo? Por outro lado, enquanto parceira sou chamada a assumir um papel de “facilitação” de reuniões, eventos e encontros em que por vezes me vejo reificando categorias e discursos que problematizo em meus textos e em minha reflexão enquanto antropóloga. Como lidar com esses múltiplos papéis em campo, resumidos no rótulo parceira, categoria que pressupõe comprometimento e responsabilidade com o processo para o qual se contribui, mas sobre o qual não se pressupõe controle nem decisão sobre seus rumos. Como voltar essa categoria para aqueles que me rotulam como parceira e levar essa reflexividade a sério na elaboração de minha etnografia e de meus textos antropológicos?

Sobre migrações internacionais, refúgio e migrantes: operadores, olhares e debates em torno dos olhares sobre políticas públicas no Brasil a partir dos anos 2000

AUTORES/AS: JOÃO GUILHERME CASAGRANDE MARTINELLI LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA

Esta proposta de trabalho lança um olhar sobre os debates e enfrentamentos surgidos em torno das instituições governamentais e das relações entre Estado e entidades da sociedade civil envolvidas na produção cotidiana das políticas públicas para migrações internacionais e do atendimento de populações de migrantes e refugiados no Brasil, a partir dos anos 2000. Trata-se de uma análise sobre as representações e estratégias discursivas de comunidades profissionais que detém papéis institucionais consolidados na elaboração e condução das práticas de controle, fiscalização, gestão e criação do repertório manuseado setorialmente pelo Estado brasileiro. Pretende-se identificar fatores e atores empenhados na reconfiguração desses papéis a partir dos movimentos estabelecidos no período pós 2010, reunidos em torno da renovação da moldura legislativa sobre migrações, de reivindicações pela internalização de convenções internacionais relativas a essa matéria, envolvidas nos extensos debates acerca da visibilização e

institucionalização de uma Política Migratória brasileira, além de favoráveis a uma reorientação evidente de seus eixos prioritários e instrumentos de ação.

Soma-se a este quadro o aprofundamento sobre os debates acerca da inclusão social das pessoas migrantes instigados pelo advento de novos fluxos extracontinentais recebidos pelo Brasil, como os fluxos de migrantes haitianos, senegaleses e bangalis notadamente a partir dos anos 2010. Além disso, traça-se como recorte os novos mecanismos de participação social propostos pelo Estado brasileiro, em especial a convocação da I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio.

Como referente de análise, demarca-se o predomínio histórico e o posterior choque entre lógicas, repertórios e práticas que demarcam modos de agir e pensar de setores da burocracia estatal, como policiais, fiscais, gestores profissionais, em face de outros espaços e olhares de grupos de atores dentro do próprio Estado e na Sociedade: religiosos, defensores de direitos, militantes, defensores públicos e organismos internacionais. Sem a pretensão de elaborar uma classificação dessas formas de agir, busca-se, através de uma discussão informada por uma sensibilidade etnográfica, identificar a insuficiência das linguagens de operação, de cunho estritamente jurídico, caracterizadas por uma abordagem hermenêutico-normativa manuseadas por parte desses atores, para debater espaços de atuação, reflexão e intervenção a partir de uma perspectiva antropológica.

Traça-se como linha de mirada os ambientes, relações e possibilidades múltiplas de atuação/reflexão/intervenção, seja amparadas em dinâmicas de reivindicação, participação e diálogo social, seja enquanto perpassam a produção acadêmica a partir de distintas perspectivas antropológicas.

Como referente contextual, demarca-se o predomínio e o posterior choque entre lógicas, repertórios e práticas que demarcam modos de agir e pensar de setores da burocracia estatal, como policiais, fiscais, gestores profissionais, defensores públicos (e outros operadores jurídicos), em face de outros espaços ocupados por grupos de atores sociais: religiosos, defensores de direitos, militantes e organismos internacionais. Sem a pretensão de elaborar uma classificação dessas formas de agir, busca-se, através de uma discussão informada por uma sensibilidade etnográfica, identificar a insuficiência das linguagens de operação, de cunho estritamente jurídico, caracterizadas por uma abordagem hermenêutico-normativa para debater espaços de atuação, reflexão e intervenção a partir de uma perspectiva antropológica.

COORDENADOR/A: JULIANA CAVILHA MENDES LOSSO (ASSESC), MARTA REGINA CIOCCARI (PPGAS, MUSEU NACIONAL, UFRJ)

DEBATEDOR/A: LUIZ FELIPE ROCHA BENITES, CORNELIA ECKERT, CAETANA MARIA DAMASCENO

A proposta deste Grupo de Trabalho fundamenta-se no debate travado no âmbito das pesquisas antropológicas acerca de experiências de trabalhadores envolvendo mobilidades sociais e geográficas, hibridismos e entrecruzamentos entre diferentes ocupações no meio urbano e rural. Nas últimas décadas, observa-se uma redefinição das condições objetivas do universo relacionado ao trabalho e aos modos de vida, e, paralelamente, a emergência dos estudos de memórias, biografias e trajetórias destes sujeitos e grupos. Pretende-se acolher investigações sobre as formas pelas quais os trabalhadores lançam mão de diferentes ofícios, ocupações e saberes em momentos distintos ou concomitantes de sua trajetória – e os sentidos atribuídos em suas narrativas. Considera-se o trabalho em relação às gerações, ao gênero, à etnia; em múltiplos pertencimentos (familiares, religiosos, políticos, esportivos); com o espaço, seus fluxos e trânsitos, compreendendo grandes e pequenas cidades, o campo, margens e periferias. Damos seguimento ao debate do GT “Desafios antropológicos do mundo do trabalho na cidade e no campo”, na IX RBA, em 2012, em São Paulo, coordenado por José Sergio Leite Lopes (MN-UFRJ) e Cornelia Eckert (PPGAS-UFRGS), e que contou com nossa participação como debatedoras. A iniciativa dá continuidade ainda às discussões nos GTs sobre Antropologia do Trabalho, por nós organizados, na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, em Curitiba/PR, em 2011, e na X RAM, em Córdoba, Argentina, em 2013

A cidade praticada: o urbano, o rural e o indígena em uma pequena cidade da Amazônia brasileira

AUTORES/AS: JOSÉ CARLOS MATOS PEREIRA

Na cidade praticada, onde se realiza a mediação entre o lugar e a totalidade-mundo, os híbridos presentes na vida cotidiana e o contexto de sua realização nos informam da presença indígena, do rural e do urbano contido em uma pequena cidade no oeste paraense, na Amazônia brasileira. Para tanto, fazemos uma distinção teórica entre cidade e urbano, para assim compor na cidade as três expressões da vida cotidiana e as transformações decorrentes no mundo do trabalho. A coleta, a agricultura e a pesca não ficam no passado da vida do indígena que muda para a cidade. Uma agricultora mantém a produção de frutas e hortaliças na cidade, mas sabe que não vive nas mesmas condições do campo. Por fim, o trabalho na prefeitura não invalida nem se opõe a prática agrícola depois do cumprimento das formalidades contratuais com o município. Dessa forma, rural, urbano e indígena constituem as especificidades de cidades na Amazônia brasileira. Este é o resultado de nossa pesquisa de doutorado.

A experiência social do trabalho sob a ótica das famílias dos agricultores da selva central peruana

AUTORES/AS: RICARDO LUIZ CRUZ

Este texto se debruça sobre a experiência social do trabalho a partir da perspectiva das famílias dos agricultores de uma zona rural da selva central peruana. Estes sujeitos se definem como “pequenos” ou “médios” produtores de café, apesar de ser comum, entre os que possuem as menores extensões de terra, o trabalho temporário ou eventual num cafezal alheio. A maioria deles é formada por “colonos” vindos dos Andes peruanos e seus descendentes. Uma minoria é composta por indígenas “nativos” desta parte da Amazônia peruana. Trata-se aqui de entender, num primeiro momento, as condições objetivas e subjetivas de suas dedicações ao cultivo de café e, em seguida, as relações das suas trajetórias como cafeicultores com as mais variadas atividades remuneradas que seus filhos vêm exercendo dentro e fora da selva central e as quais se dão num contexto marcado ou caracterizado, em especial, pelo “declínio” ou “decadência” da agricultura, pela

proliferação de empregos “informais” ou “temporários”, pela tendência ao “auto-emprego” ou “empreendedorismo” e pela valorização ou reconhecimento cada vez maior de “profissões” que demandam para o seu exercício a posse de um diploma de ensino superior.

Em que medida os trabalhos destes agricultores e os de seus filhos são vistos e vivenciados por eles como dependentes uns dos outros? Até que ponto é possível falar numa autonomia individual dessas pessoas frente ao trabalho? Como esses sujeitos diferenciam suas trajetórias em torno do trabalho? Em que proporção suas trajetórias sociais são pensadas com base nos seus contatos com o trabalho? Qual a relação de suas experiências ao redor do trabalho com as transformações mais gerais na economia e na sociedade peruana? A discussão destas e de outras questões que envolvem as experiências sociais destes sujeitos diante do trabalho serão feitas no presente texto tendo como contraponto a realidade vivida entre as famílias dos agricultores do Médio Mearim (Maranhão/Brasil). Esta região, assim com a selva central, foi ocupada, em grande medida, por levas de migrantes que, a partir da década de 1940, deixaram suas terras natais (os Andes peruanos, no caso da selva central, e o Nordeste brasileiro, no caso do Médio Mearim) e as quais estavam marcadas por uma série de conflitos fundiários e pela pobreza generalizada. Meu contato com estes dois universos sociais se deu através de pesquisas de campo. O contraponto com o Médio Mearim aparece aqui como um instrumento de controle das comparações implícitas que podem se colocar como um obstáculo epistemológico para a compreensão da experiência do trabalho entre as famílias dos agricultores da selva central peruana.

Os carvoeiros: siderurgia de ferro-gusa e a transformação do extrativismo de coco babaçu no sudeste do Pará

AUTORES/AS: NIRSON MEDEIROS DA SILVA NETO

O presente trabalho retrata os efeitos materiais e simbólicos, na vida e no trabalho dos extrativistas de coco babaçu fixados no sudeste do estado do Pará, da instalação de indústrias produtoras de ferro-gusa no corredor da Estrada de Ferro Carajás que, desde meados da década de 1990, passaram a usar o carvão de coco babaçu como redutor de minério de ferro, promovendo assim um fenômeno de mercantilização de uma mercadoria que outrora era utilizada mormente para o consumo e

reprodução familiar, sendo comercializada episodicamente e em pequena escala pelos trabalhadores pesquisados. A mercantilização do carvão de babaçu promoveu uma notável desorganização e reorganização do modo de produção tradicional de uma população eminentemente camponesa, em sua maioria composta por nordestinos migrantes que acompanharam as frentes de expansão agrícola que se deslocaram à região amazônica, trazendo consigo formas muito específicas de organização social da produção, fundadas em regime de economia doméstica ou familiar agroextrativista. Desta forma, acabou por suceder a conversão de trabalhadores que estabeleciam relações esporádicas com o mercado e que estavam mormente voltados para a reprodução familiar em trabalhadores que começaram a produzir para atender demandas mercadológicas, especialmente as de carvão vegetal pela siderurgia. Isto implicou no advento de novos modos de produção extrativista de babaçu, que redundaram em outras forças produtivas e relações de produção. Diante deste evento, a pesquisa cujos resultados seguem abaixo buscou compreender as diferentes formas como o acontecimento da mercantilização do carvão de babaçu foi interpretado e recepcionado pelos extrativistas de babaçu, fenômenos que tiveram a mediação de estruturas sociais de longa duração que reagiram ao evento de colonização capitalista. A pesquisa, de feição etnográfica, foi realizada entre os anos de 2007 e 2011 junto a carvoeiros residentes em vários povoados distribuídos em municípios do sudeste do estado do Pará. No curso da pesquisa de campo, constatou-se que a mercantilização do carvão de coco babaçu favoreceu a constituição de uma cadeia de terceirização de serviços realizados muitos deles sob a forma de trabalho informal e somente alguns raros sob a forma empresarial, no mais das vezes miscigenada com relações de produção domésticas e patrono-clientelistas, reproduzindo e atualizando estruturas produtivas de longa duração vigentes na zona do babaçu. Assim, formou-se, objetivamente, uma enorme rede de produtores e fornecedores de carvão, uns vinculados a carvoarias, outros autônomos, em relações de produção bastante diversificadas com padrões e atravessadores.

Segunda escravidão, crédito e produção algodoeira no Maranhão oitocentista

AUTORES/AS: LUIZ ALBERTO ALVES COUCEIRO, REJANE VALVANO CORRÊA DA SILVA

Na capitania do Maranhão, pertencente à América Portuguesa, desde o final do

século XVIII começa o cultivo do algodão. A fundação da Sociedade de Comércio (1755-1788) impulsionou a estruturação de sua produção: a aquisição de escravos e fluxo eficaz para a Europa, aproveitando-se da crise com a Guerra Civil das colônias inglesas na América e a ausência de monopólio sobre seu comércio. Esta empresa foi fechada, no entanto, o cultivo de algodão continuou a crescer até 1815, ocorrendo queda brusca até o fim das guerras napoleônicas e com a assinatura do Tratado de Viena. No Maranhão, comerciantes ingleses estabeleceram casas de representação para negociar diretamente com os produtores, antes mesmo da abertura dos portos, ocorrida em 1808, contudo intensificada imediatamente após esse evento (Simonsen, 1957: 353; Viveiros, 1954: 122). Dessa forma, foi sendo estabelecido o fluxo de crédito diretamente da praça financeira de Londres para os produtores, resultando numa relação de dependência com os ingleses. Vale dizer que estes agentes sociais também fundaram estabelecimentos em Lisboa e no Porto para melhorar a obtenção do algodão, cujos tecidos a partir dele produzidos eram depois vendidos para a própria colônia portuguesa. Os ingleses faziam a negociação diretamente com os produtores do e no Maranhão, controlando as taxas comerciais no porto de São Luís, algo peculiar em relação às demais províncias. Quando os endividados fazendeiros conseguiam lucros mais altos, acabavam optando por comprar escravos para incrementarem a produção. Esse escravo trabalhava em ritmo acelerado nas lavouras, em comparação com a produção para os mercados internos, para a produção poder acompanhar a demanda industrial inglesa, no cenário caracterizado por Tomich (2011) como “segunda escravidão”. Ao contrário do que ocorreu na mesma época nos EUA (Lakwete, 2003), os produtores no Maranhão não conseguiam capital para melhorar as técnicas agrícolas e de exportação para maior concorrência no mercado internacional. Os custos eram altos e os preços baixos. Com os dados que levantamos até o momento e considerando que não há dados apontando uma relação direta entre os preços do algodão maranhense e os dos mercados internacionais (Assunção, 2011), apontamos para a importância de se pesquisar sobre aspectos regionais das relações econômicas e de trabalho no maranhão algodoeiro. Assim dito, e sabendo-se que neste mesmo tempo, houve uma demanda industrial para o algodão, perguntamos: a) quais os efeitos nas relações de trabalho escravistas nas fazendas algodoeiras? b) quais atores sociais investiam no Maranhão? c) Quais

instrumentos de crédito foram utilizados para garantir essa produção? O objetivo desse trabalho é, mediante análise historiográfica e de fontes primárias, apresentar alguns resultados de investigação recém iniciada.

“Era uma coisa que eu queria muito aprender”. Mobilidades, memórias e trajetórias de trabalhadores rurais.

AUTORES/AS: JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

Examinar aspetos da mobilidade e vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos nos espaços de produção da modernidade, através do exame de trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras é o desafio que aqui enfrentamos. A análise de dados obtidos através de trabalho de campo realizado no Vale do São Francisco do Nordeste do Brasil nos permite compreender como, com base na agricultura irrigada e trabalho assalariado, construiu-se um espaço especial de produção e formação de uma região e a inserção dos sujeitos envolvidos nos fluxos da globalização. Homens e mulheres, mulheres especialmente, contribuíram com o seu trabalho para tornar distintas as mercadorias que passaram a assegurar a participação da produção nacional de frutas nos seletos mercados globais. Após uma longa trajetória de sucessos e insucessos, enfrentamento de crises e mobilizações pontuais, os sujeitos envolvidos nos espaços da fruticultura irrigada compreenderam que disputar um lugar, participar e permanecer nos postos de trabalho alcançados constitui um desafio permanente.

Esses sujeitos têm histórias de vida marcadas por experiências várias de trabalho na agricultura, em diferentes contextos sociais. Destacam-se as contribuições de homens e mulheres que se inseriram na agricultura de exportação pelo trabalho árduo e sujeição a precárias relações de trabalho. De onde vieram? Quais são as suas experiências pregressas e atuais? Quais relações de poder se expressam e dão corpo às suas memórias? Que configurações tomam as suas trajetórias? Como o aprendizado e o domínio do conhecimento e de saberes, os distinguem enquanto categorias sociais? Lidar com as mercadorias, os próprios mercados, se situar frente às desigualdades sociais de classe e gênero e atualizar as suas estratégias de reprodução social estão entre os saberes acumulados e as escolhas possíveis. Este trabalho visa, através do exame das trajetórias singulares, compreender dimensões atuais da exploração desses trabalhadores e trabalhadoras, analisar

os efeitos das formas de controle e mudanças na rotina de trabalho e, segundo, as suas próprias avaliações e narrativas, o processo mais amplo de dominação e espaços de autonomia alcançados. Para esta apresentação são selecionadas histórias particulares que dão cor e vida às trajetórias particulares, ao tempo em que expressam as particularidades da história comum das categorias que representam. A mobilidade, enquanto processo que se atualiza na fase atual da globalização, incorpora, pois, distintas dimensões: econômicas, sociais, culturais, políticas, e a mobilização de redes e intercâmbios diversos; memórias e performances. Análises aprofundadas são necessárias para a compreensão dos seus vários desdobramentos. “Era uma coisa que eu queria muito aprender” expressa aspectos das trajetórias e estratégias usadas por esses sujeitos para a superação das vulnerabilidades enfrentadas

“Trabalhar na piaçaba” e “trabalhar com gente”: Gênese social da categoria “piaçabeiro” em Barcelos-AM

AUTORES/AS: ELIEYD SOUSA DE MENEZES

Neste artigo tenho por objetivo examinar os significados e usos sociais da categoria “piaçabeiro” por aqueles que assim se auto-identificam e são identificados. A categoria à qual me refiro constitui-se enquanto unidade de significação na esfera do conhecimento e como resultado de uma elaboração social. Em Barcelos, Amazonas, “piaçabeiro” é assim conhecido o trabalhador extrativista da fibra de piaçaba, utilizadas na confecção de vassouras e artesanatos. O “piaçabeiro” é subordinado ao “patrão”, que detém os meios de produção no âmbito do sistema de aviação, tal sistema imobiliza o trabalhador extrativista através da dívida. Há um conjunto de elementos que constituem a categoria “piaçabeiro”. A reflexão que se coloca é entender quais os critérios de designação desta categoria. Ou seja: seriam critérios econômicos? Trata-se de uma atividade profissional? Ou se refere a uma ocupação? Seriam critérios culturais? Seriam fatores identitários? São competências de saber? Ou estes critérios se entrelaçam? Quais são os elementos compartilhados e construídos socialmente, que estão no âmbito das representações e que os fazem se autodefinirem e legitimarem os outros? Os agentes sociais da pesquisa consideram assim que sua identidade “piaçabeiro” não é definida apenas por sua prática extrativista, mas também pelos conhecimentos específicos e tradicionais,

pelos sentimentos de pertencimento a um grupo ou a redes específicas, pelo modo de organização e pelas mobilizações políticas.

Cidade de latas: autobiografia e luta política.

AUTORES/AS: LYGIA B. PEREIRA SEGALA PAULETTO

Tendo como contexto de referência o movimento social contemporâneo por um museu comunitário na Rocinha (favela na zona sul do Rio de Janeiro), interessa discutir a trajetória de Inácio de Almeida (1909 - 1991), menção obrigatória no debate dos moradores sobre clientelismo eleitoral e representação política, na favela, entre os anos 1960-80. Será privilegiada na análise seu “livro manuscrito”(157 páginas, inédito) Cidade de Latas. Procura reconstituir textualmente suas experiências no mundo do trabalho como operário da construção civil, no processo de expansão dos bairros da zona sul, a partir de 1930; como apontador na Pedreira da Catacumba, como birosqueiro na favela do Cantagalo e como faxineiro a domicílio, já morando na Rocinha. Explora estratégias e deslocamentos de moradias populares nestas localidades, negociações com a classe política, resistências à ação remocionista do Estado. Leitor costumaz, autodidata, articula, no texto, narrativa autobiográfica, descrição prescritiva, composição poética.

Entre o ir e o ficar: algumas considerações sobre trabalho e migração.

AUTORES/AS: JULIANA SOUZA DE QUEIROZ

A partir das questões colocadas pelo tema do chamado trabalho escravo rural contemporâneo, esta pesquisa pretende debater as diferentes dimensões do trabalho rural, focando sua atenção nos deslocamentos – entendidos aqui em todas as suas dimensões, sejam espaciais ou simbólicos – desses trabalhadores envolvidos nas denúncias de escravidão. A mobilização em torno deste tema ganha importância quando se pensa nas relações de trabalho hoje no meio rural.

Em termos gerais, quando utilizam o termo trabalho escravo, entidades, sindicatos e funcionários públicos se referem a um modelo de trabalho temporário, fruto da coerção com o pretexto da dívida. O aliciamento se faz por meio de contratadores de empreitada, conhecidos como “gatos”. Transportados até as fazendas, os recrutados [os “peões”], são informados que só poderão sair após

pagarem o “abono” recebido no recrutamento, além dos gastos com transporte, hospedagem e alimentação efetuados na viagem. O trabalho escravo é um tema ligado diretamente aos diferentes caminhos percorridos pelos trabalhadores: segundo pesquisa desenvolvida pela OIT (OIT, 2011) a maioria dos trabalhadores se desloca constantemente e apenas 25% residem no estado de nascimento. Os casos recentes de maior incidência de denúncias e fiscalização são encontrados nas fazendas ligadas ao agronegócio. Uma de suas características é a geração de um número relativamente pequeno de empregos permanentes e de um grande número de assalariados temporários. É neste elevado nível de informalidade que se concentra um grande número de denúncias e de resgate de trabalhadores.

Para compreender os diferentes sentidos em torno deste tema algumas perguntas parecem centrais: Por que estes trabalhadores se deslocam? E por que, mesmo após as denúncias, muitos trabalhadores retornarem às mesmas fazendas – ou às fazendas vizinhas? As respostas para estas perguntas não devem recair apenas numa suposta inocência ou ignorância desses trabalhadores: há algo próprio nestes deslocamentos que extrapolam as explicações econômicas (em busca de dinheiro e trabalho) e nos dizem mais sobre as relações sociais construídas e reconstruídas, entre famílias, pelos camponeses. Em outras palavras é necessário acompanhar as relações construídas naquele universo - relações específicas entre os peões, os gatos, suas famílias e proprietários de terra. Ao direcionarmos nossa análise para as histórias de vida desses trabalhadores e suas relações de parentesco e amizade, a heterogeneidade e dubiedade das relações vêm à tona. Nesse sentido, buscamos neste trabalho apontar algumas características próprias a este tipo de trabalho em constante migração; explorando a relação entre os deslocamentos empreendidos pelos trabalhadores e as relações sociais estabelecidas nestes universos.

Memórias de migrantes do Sertão Paraibano na região do ABC Paulista: narrando sobre trabalho e família

AUTORES/AS: MARILDA A. MENEZES

As migrações de áreas rurais da região nordeste para a região metropolitana de São Paulo foram significativas entre as décadas de 1950 a 1980. As trajetórias dos migrantes foram diversas, alguns se fixaram e outros retornaram às suas localidades de origem. O objetivo desse trabalho é analisar essas duas trajetórias

migratórias a partir de migrantes da microrregião do Sertão de Cajazeiras, Estado da Paraíba que foram a região do ABC Paulista na década de 1970. Como estratégia metodológica iremos privilegiar duas trajetórias, que embora singulares, representam, de certo modo possibilidades das trajetórias sociais dos migrantes no período referenciado. A primeira é de um agricultor que migrou na década de 1970, trabalhou na Volkswagen em São Bernardo do Campo e retornou na década de 1990 para o município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba onde reside até o presente momento. A segunda, é também, de um agricultor do mesmo município, que, também, migrou na década de 1970, trabalhou Volkswagen, se aposentou e está até o presente momento residindo em São Caetano do Sul. Através da memória, pretendemos compreender suas experiências do processo migratório, do trabalho, e família. Na experiência do trabalho, destacamos duas questões. Primeira, observar as mudanças de atividades profissionais e de empresas e segunda, verificar o que e como eles narram sobre as relações de dominação no trabalho, verificando se há relatos de acontecimentos, episódios, situações que são indícios de práticas de submissão, passividade e outros que poderiam expressar práticas de resistência cotidiana. Ao se trabalhar com narrativas, estamos lidando com o imaginário dos indivíduos, a narrativa sobre a vida e o trabalho tem uma boa pitada de subjetividade do narrador. Por isto, além da importância do trabalho da memória para a demarcação de identidades individual, familiar ou do grupo, também, interessa-nos a forma como os homens e mulheres narram sobre suas vidas e não apenas não apenas o relato dos fatos, de acontecimentos.

TRABALHO, FAMÍLIA E MIGRAÇÃO: relatos e reflexões de um trabalhador em sua autobiografia.

AUTORES/AS: WECISLEY RIBEIRO DO ESPÍRITO SANTO

A comunicação se concentra sobre a autobiografia de um trabalhador. Estimulado pela situação de pesquisa de campo junto a sua família, mas também pela retomada dos estudos depois de interrompidos durante a infância, na quarta série primária, este informante com formidável sensibilidade etnográfica decide redigir sua própria história de vida. Neste texto, a infância de sofrimentos – tanto em decorrência de desilusões no interior da família quanto das condições socioeconômicas associadas ao polígono das secas, no agreste de Pernambuco-BR –, passando pela trajetória de migração para São Paulo e de trabalho em múltiplos ofícios, até a boa vida dos dias

atuais, já retornado à terra natal, são relatados em uma narrativa de heroísmo e resiliência. Pretende-se destacar alguns fragmentos deste manuscrito monumental que sejam expressivos das noções de família e de trabalho como valores nativos – não apenas para o autor da biografia, senão para sua família e muitos dos moradores do bairro operário, no qual ele reside. Os relatos de ocasiões específicas da vida que o próprio biografado seleciona quase sempre se acompanham de reflexões éticas ou existenciais sob a forma de ditos populares, metáforas e outras figuras de linguagem – o que confere grande beleza estilística à obra. O caráter poético e alegórico de que a maior parte das passagens se revestem expressa, por um lado, o orgulho existencial deste homem que é compartilhado por toda a sua família e, por outro, sua capacidade para refletir de modo denso acerca dos contextos sociais pelos quais ele transita ao longo de sua vida. Espera-se que a comunicação coloque em destaque principalmente as relações entre trabalho, família e migração que são características do universo social dos trabalhadores dos bairros operários de Caruaru – cidade que é considerada a capital do agreste pernambucano. As redes de parentesco que viabilizam a mobilidade geográfica, os conflitos e desilusões, mas também os reencontros e gratificações no interior da família deste homem, bem como a centralidade da noção de ajuda familiar, constituem aspectos sobre os quais esta autobiografia lança luz.

A cidade e seus trabalhadores : estudo etnográfico sobre a memória do trabalho no quarto distrito de Porto Alegre

AUTORES/AS: FÁBIA BIGOSI

Essa comunicação pretende refletir sobre a memória coletiva do trabalho partir das trajetórias de habitantes do quarto distrito nas suas convergências e dissonâncias com os projetos de revitalização dessa área formada por cinco bairros que concentravam a maioria das indústrias na cidade de Porto Alegre – RS. A partir de um estudo antropológico, busca-se investigar as transformações urbanas e rítmicas do trabalho na região através das experiências vividas ao longo das mudanças nesse espaço. Na última década, essas mudanças foram sentidas com o crescimento da especulação imobiliária na região e a transformação de um antigo bairro industrial, ainda hoje habitado por operários aposentados e com rastros da intensa industrialização, em uma região de atrações artísticas e culturais, planejada na sua maioria, por jovens não pertencentes ao bairro. Nesse contexto, entrecruzam-se o

resgate de algumas práticas, esquecimento de outras e ressignificação dos espaços, em que parte de um bairro se reconstrói através de seus habitantes que buscam seus espaços e refazem as suas redes concomitante aos projetos mais abrangentes de revitalização da cidade e que buscam novas vocações para a região.

Fazer a feira e ser feirante: sociabilidade e trabalho nos mercados de rua

AUTORES/AS: VIVIANE VEDANA

Nesta apresentação pretendo argumentar, orientada pelas narrativas de alguns interlocutores de pesquisa, bem como por observações participantes realizadas em mercados de rua entre os anos de 2004 e 2008 nas cidades de Porto Alegre (RS, Brasil) e Paris (França), que o trabalho do feirante está fundamentalmente amparado em suas habilidades de construir laços sociais e promover sociabilidades, seja entre colegas de trabalho, seja com os fregueses. Discuto ainda, como estas habilidades são elaboradas e apreendidas (por iniciantes e aprendizes) a partir de uma dupla temporalidade: os ciclos semanais das feiras-livres, bem como a duração do trabalho no mercado ao longo dos anos. As reflexões que estes trabalhadores elaboram sobre seu trabalho no dia-a-dia do mercado evocam os saberes e fazeres que sistematizam em sua trajetória: as formas de tratar os fregueses, o conhecimentos sobre os alimentos, suas origens, circulação e distribuição, as redes de fornecedores que tecem, as mudanças que observam na cidade etc. O trato com o freguês, como apontam estes trabalhadores, ultrapassa a lógica de mercado das relações informais onde o cliente “quase sempre” tem razão para se configurar em uma sociabilidade que é esperada a cada dia de feira onde se retomam conversas e se ri junto. Ainda, mais do que “jogar conversa fora”, a sociabilidade é apresentada como uma habilidade de trabalho, um saber primordial para o métier. A ênfase depositada na construção do laço social com seus fregueses (e também fornecedores e colegas) relacionada com a repetição cíclica dos gestos e práticas no mercado, nos revelam que fazer a feira é também fazer o feirante, no sentido de um métier construído cotidianamente a partir de uma experiência compartilhada.

Histórias, sentidos de vida e relações de trabalho: trajetória e cotidiano de um balconista de padaria

AUTORES/AS: ANTÔNIO DE SALVO CARRIÇO

Este trabalho busca expor e analisar a trajetória de Marcos, que, após abrir seu

próprio negócio e ser gerente de um restaurante por 14 anos, trabalha atualmente como balconista de uma padaria. O interesse aqui está não apenas no que seria uma mobilidade social “negativa”, em termos de salário e do prestígio que cada posição ocupa no mundo do comércio, mas justamente no fato de que Marcos fala dela como uma narrativa de sucesso e de ascensão social. Proponho que a chave para compreender esse aparente paradoxo está nas relações de trabalho da qual ele faz parte: o cotidiano do serviço no balcão e sobretudo sua participação ativa na manutenção de uma complexa hierarquia envolvendo “novatos”, uma “elite” e aqueles que deixaram de trabalhar no local. Por sua vez, não se pode compreender o cotidiano de Marcos no balcão (e a dinâmica do balcão em geral) sem que se leve em conta as narrativas que estrutura sobre sua vida. Biografia e relações de trabalho se relacionam aqui de tal modo que não é possível dissociá-las: pelo contrário, elas se constroem em diálogo, e o caso de Marcos se mostra especialmente produtivo no sentido de explorar essa questão.

Os trabalhadores técnicos de saúde e a construção de suas trajetórias: a relação entre qualificação e inserção ocupacional

AUTORES/AS: FILIPPINA CHINELLI, MONICA VIEIRA, ANA MARGARIDA CAMPELLO, FRANCISCO JOSÉ LOBO NETO, ARLINDA MORENO, ROBERTA CORÔA

O texto discute a relação entre trabalho, qualificação e a construção das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da saúde. Entende-se que as trajetórias ocupacionais conformam processos de mobilidade coletiva que exprimem a articulação concreta de múltiplas dimensões, com suas rupturas e descontinuidades. Com base em entrevistas com quatro grupos de trabalhadores que ocupam postos de nível médio: agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem, trabalhadores da área de vigilância em saúde e saúde bucal enfatiza-se na análise os processos de qualificação e a inserção no mercado de trabalho em saúde. Busca-se compreender as motivações de ingresso, permanência na ocupação, a ideia de futuro e as expectativas profissionais. Trata especificamente da relação entre as trajetórias, a qualificação e a inserção laboral. O texto procura dar continuidade a estudos anteriores que analisaram a composição e a dinâmica da formação e inserção profissional dos trabalhadores técnicos em saúde no país e as políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde, que chamaram atenção para a pertinência de

investigar também as representações que os trabalhadores fazem de seu trabalho. Apóia-se no conceito de qualificação, entendido como histórica e socialmente construído (Castro, 1993; Tartuce, 2002) e que considera os trabalhadores qualificados devido à existência de regras deliberadas de restrição à ocupação, coletivamente produzidas, partilhadas e barganhadas – e não necessariamente em decorrência da natureza mesma da ocupação desempenhada (Castro, 1993:80). Trata-se de um processo em que o nexos entre trabalho e qualificação deve ser buscado na própria trama das relações técnicas, políticas e sociais presentes no processo de trabalho, na dinâmica da formação/qualificação profissional e do mercado de trabalho.

Trajatória, narrativas e experiências de trabalho dos trabalhadores técnicos da Saúde: um estudo de caso.

AUTORES/AS: MUZA CLARA CHAVES VELASQUES

Esta comunicação pretende analisar as experiências de trabalho dos técnicos da saúde, a partir das suas vozes e trajetórias profissionais.

Em um primeiro momento da pesquisa, a minha investigação recaiu sobre a análise das transformações no trabalho e a construção de um “novo tipo” de trabalhador técnico, atuante nos processos elaborados pela saúde/ciência no Brasil. Para tal estudo, voltei o meu olhar para os trabalhadores de laboratório da Fundação Oswaldo Cruz (antigo Instituto Oswaldo Cruz/IOC , referência na produção de conhecimento sobre a saúde e ciência no Brasil desde o início do século XX) .O período entre 1930 e 1950 foi o recorte dado pelo estudo. Neste sentido, busquei perceber as mudanças que levaram à “vitória” de um novo modelo de organização do trabalho, que instituiu um novo tipo de saber e cultura do trabalho para os trabalhadores do IOC. As antigas relações que produziram um saber e um cotidiano, onde o “técnico de laboratório” mantinha suas tradicionais características de um “faz tudo” dentro de uma realidade local, familiar e “natural”, foram paulatinamente substituídas por uma lógica voltada à formalização, ao aumento do controle e a formação especializada (essas mudanças correspondiam, ao mesmo tempo, ao novo projeto de nação colocado em curso pelo Estado brasileiro, bem como à lógica do capitalismo no mundo). Junto a uma nova racionalidade do trabalho, os processos formativos foram sendo controladamente

instituídos, no sentido de pensarmos as regularizações das profissões pelo Estado. A análise das trajetórias profissionais dos trabalhadores técnicos do IOC foi resultado do aprofundamento da pesquisa, como resposta às indagações sobre a identidade desses trabalhadores. Neste sentido, tanto as entrevistas com os trabalhadores quanto uma documentação produzida pela gestão do setor de recursos humanos foi investigada.

“No Conjunto das Domésticas?” – Estudo Antropológico realizado no Residencial 27 de Abril – Salvador/BA

AUTORES/AS: LUÍSA MARIA SILVA DANTAS

A partir de uma abordagem antropológica, este artigo pretende refletir sobre configurações atuais do trabalho doméstico remunerado, majoritariamente desenvolvido por mulheres de diferentes gerações, negras, com baixa escolaridade e, nesta pesquisa, moradoras do Residencial 27 de Abril; inaugurado em setembro de 2012, na cidade de Salvador/BA e direcionado a trabalhadoras desta categoria. A seleção de beneficiárias dos apartamentos foi realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Domésticos – SINDOMÉSTICO/BA, obedecendo aos critérios da trabalhadora estar com a carteira de trabalho assinada, morar de aluguel ou na casa dos patrões. Desse modo, após a realização de pesquisa de campo, este trabalho concentra-se em memórias e biografias, propondo uma reflexão das narrativas na construção da identidade do si-mesmo (Ricoeur, 1991), além das trajetórias sociais, de trabalho e dos projetos e desafios de moradoras envoltas nesta experiência de mobilidade social e geográfica. Assim, a pesquisa irá problematizar formas de organização do tempo do trabalho e/ou voltado a projetos individuais no cotidiano dessas mulheres; refletindo sobre as diferentes concepções que desenvolvem em torno da temática, além das contradições e conflitos implicados no novo contexto de morar na “casa própria”, bem como, o conhecimento e/ou proximidade com o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia.

COORDENADOR/A: MÔNICA CHAVES ABDALA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA), MARTÍN CÉSAR
TEMPASS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS)

DEBATEDOR/A: CLAUDE GUY PAPAVERO, GILZA SANDRE-PEREIRA, KLAAS WOORTMANN

A proposição deste GT decorre do intenso crescimento atual das reflexões acerca dos saberes e práticas alimentares, fenômeno observado tanto no Brasil quanto no exterior, em fóruns de debates que congregam cientistas sociais. Desejamos contribuir para o desenvolvimento da área, ampliando o universo fértil das análises de práticas alimentares que configuram, mantêm e estimulam diferentes formas de sociabilidade, revelando arranjos sociais e culturais significativos no âmbito dos mais diversos agrupamentos humanos. Pretendemos, pois, dar continuidade à interlocução mantida com sociólogos, historiadores, psicólogos e nutricionistas, nos grupos de trabalho que têm a Antropologia da Alimentação como tema, desde a RBA de 1996. A discussão das questões da comensalidade vem ganhando força nos últimos anos e abrindo novas perspectivas de abordagem para antigas questões, constituindo nosso foco particular e instigante de análise. Este é um tema de pesquisa que permite elucidar um amplo leque de questões de interesse antropológico no que diz respeito a formas de sociabilidade e individualidade. Além disso, por seu intermédio revelam-se aspectos essenciais da maneira como as sociedades concebem seus modos de vida e definem a identidade social de seus membros, assim como transparecem os mecanismos que constituem as tradições e a memória que dizem respeito ao patrimônio da coletividade.

A obesidade extremamente pobre: Contribuições das Ciências Sociais para as Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição

AUTORES/AS: DANIELA SANCHES FROZI, DENISE OLIVEIRA CAPELLA, CAIO

A partir de conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Erving Goffman, este estudo teve como objetivo entender, no contexto de mulheres obesas e extremamente pobres, situações que foram identificadas como de “comunidade dos estigmatizados”, constituídas por aquelas consideradas como “engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social”. O que representam estas múltiplas identidades? Ser mulher, negra pobre, de periferia, obesa e beneficiária de um programa de transferência de renda une um conjunto de condições socialmente estigmatizadas. Como essas mulheres concebem sua imagem individual e em grupo? Como são identificadas e reconhecidas por profissionais de saúde, em especial as nutricionistas que prescrevem dietas para enfrentar sua condição de obesidade? Realizou-se observação etnográfica em um centro de saúde por seis meses, cujo o foco principal foi a identificação de práticas inovadoras na promoção da alimentação saudável entre um grupo do “Programa Obesidade Embora” (PROBEM). O conjunto das intervenções sociais em alimentação e nutrição desenvolvidas no Brasil tem sido desenhado a partir de um ponto de vista unilateral e biomédico, descartando a perspectiva das identidades sociais e de sua deterioração na sociedade. É necessário entender as dinâmicas das práticas alimentares e de outras estratégias adotadas para sobreviver ao cenário da pobreza extrema, dentro de um novo contexto em que se tornarem titulares do direito a transferência de renda. Há ainda que se considerar o agravamento da agenda de saúde pública brasileira em relação às altas prevalências de excesso de peso associado às famílias extremamente pobres, como determinante para o planejamento de ações e programas que visam o combate a obesidade e o combate à pobreza extrema. As ações no campo da saúde público no Brasil, especialmente na área de nutrição, podem qualificar e ampliar sua abrangência e atuação ao aprofundarem o diálogo com as Ciências Sociais e Humanas com o objetivo de uma melhor contribuição com a promoção de uma alimentação saudável como resultado das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição.

QUEIJO MINAS ARTESANAL: IMPASSES E TRAJETÓRIAS VIVENCIADAS PELOS PRODUTORES RURAIS PARA MANTER UMA CULTURA TRADICIONAL

AUTORES/AS: ROMILDA DE SOUZA LIMA

O queijo minas artesanal, destacando-se o queijo da região da Serra da Canastra e do Serro em MG, tem em torno de si, há muitos anos, uma forte bagagem cultural, atrelada a um modo de fazer tradicional que lhe conferiu o título de Patrimônio Cultural do Brasil. Muito embora sua elaboração seja artesanal sempre foi necessário o cumprimento de legislações específicas, uma em nível estadual e outra em nível federal. Justamente a Lei federal criou condicionantes que prejudica a produção e, sobretudo, impede a sua comercialização fora do estado de MG, através de uma Lei adequada à indústria e não à produção artesanal. Nesse ensaio discorre-se sobre os impasses e os desafios para manter os padrões da tradição e da cultura do queijo minas e ao mesmo atender às exigências da legislação em vigor atualmente.

Alimentar-se ou nutrir-se em um “comedor social” na Espanha: reflexos sobre a comensalidade.

AUTORES/AS: FABIANA BOM KRAEMER, MABEL GRACIA ARNAIZ

Esse trabalho situa as mudanças nas práticas alimentares das pessoas em situação de vulnerabilidade social e afetadas pela recente crise econômico-financeira espanhola. A pesquisa foi realizada em um ‘comedores social’ na cidade de Reus, Catalunha, Espanha. O projeto foi criado a partir de uma parceria entre a prefeitura e Cáritas e destina-se a distribuir almoço para 60 pessoas em média, de segunda à sexta-feira. Aos finais de semana são distribuídas bolsas com alimentos de pronto consumo. A presente análise se refere especificamente às observações do comportamento dos comensais durante o horário do almoço e ao uso das técnicas de grupo focal (comensal) e entrevista em profundidade (comensal, assistente social, gestora do estabelecimento). O projeto atende aos residentes da cidade em risco de exclusão social e que não podem cobrir por si mesmos as necessidades de alimentação entre eles idosos, drogodependentes, pessoas com comprometimento mental, desempregados. Evidenciou-se que os coordenadores do projeto valorizam o ritual das refeições como uma forma de

favorecer a solidariedade e a convivialidade. Usa-se o ato de comer como veículo para relacionamentos sociais, mostrando-se a comensalidade um sentido especial de acolhimento. A refeição, assim, é realizada durante o mesmo horário, com características ao mesmo tempo do cardápio tradicional da Espanha (três serviços) e econômico; a comida é servida pelos voluntários diretamente aos grupos de 4 pessoas reunidas à mesa. A acolhida é percebida pelos comensais por intermédio do trabalho dos voluntários, sempre gentis e pacientes. No entanto, os comensais relacionam negativamente a comensalidade com a perda da autonomia na decisão alimentar. A casa ou o restaurante quando escolhido pelos comensais se mostraram como espaços ideais nas referências alimentares, pois come-se o que gosta e com quem deseja. Como o ‘com quem e onde comer’ no comedor social não é uma escolha dos comensais, o ato de comer permanece um interesse pessoal e uma satisfação individual, observando-se uma individualização do comer durante o momento da refeição. ‘O que comer’ também não é uma escolha do comensal. Para ele o cardápio caracteriza-se por menor consumo de carne, frutas e verduras e maior consumo de ‘carboidratos’. Ao mesmo tempo, há uma resignação frente a comida servida, pois em situação de pobreza há que se aceitar o que tem. O comer transforma-se em mera operação de subsistência com uma renúncia ao prazer que se encontra em saborear a comida e escolher o que e quanto comer. O comedor, desta maneira, apesar de sentir-se amparado, apresenta uma perda da referência cultural, da qualidade nutritiva da alimentação e do poder de tomar decisões sobre a sua alimentação.

Apoio: Faperj (Brasil) y Plan Nacional I+D (España)

Etno-gravando hábitos alimentares: reflexões sobre etnografia e filme etnográfico em pesquisa com famílias beneficiárias do bolsa família na Fercal-DF.

AUTORES/AS: TIAGO DE ARAGÃO, DENISE OLIVEIRA E SILVA

Em investigação realizada pelo Programa de Alimentação Nutrição e Cultura (PALIN-FIOCRUZ), que conta com uma equipe formada por antropólogos e nutricionistas, optou-se por, juntamente com a realização de um trabalho etnográfico, produzir um filme etnográfico.

A pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica do processo de escolha alimentar

de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e suas famílias, os seus hábitos alimentares e as relações familiares em torno do alimento e da comensalidade. Propõem-se também uma análise a partir da construção e percepção do conceito de segurança alimentar e nutricional proposto pelo CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), na região administrativa da Fercal no Distrito Federal.

Ao compreender o trato do alimento enquanto técnica (tendo em vista a percepção de técnicas do corpo de Marcel Mauss, como uma forma pela qual os homens e as mulheres sabem servir-se de seus corpos e aos seus corpos), a utilização do recurso do vídeo associado à pesquisa etnográfica possibilita a ampliação da percepção investigativa desses atos e símbolos construídos em torno da alimentação.

Tendo em vista que a utilização do audiovisual como processo investigativo constrói outra relação com os sujeitos da pesquisa e com as próprias maneiras que se investigam as questões, nesse caso, das áreas da antropologia e da nutrição. Esse artigo se interessa pelas peculiaridades e potencialidades que a utilização do registro videográfico pode trazer às questões do campo dos estudos da antropologia da alimentação.

Pelos os caminhos do “rancho”: redes e fluxos em torno de programas de distribuição e consumo de alimentos

AUTORES/AS: HELISA CANFIELD DE CASTRO

Esta comunicação propõe-se discutir as redes e fluxos em torno da distribuição de alimentos pelo programa de aquisição de alimentos (PAA) e programa fome zero (PFZ) na cidade porto alegre. Criados no primeiro mandato do presidente lula, ambos os programas fazem parte hoje das ações para o desenvolvimento social e combate à fome no país. Partindo de uma pesquisa, ainda em fase inicial, com foco em experiências locais de duas comunidades da cidade de porto alegre – morro da cruz e ilha das flores - se busca compreender as dinâmicas específicas de um dado contexto sociocultural percorrendo os “caminhos” dos alimentos e elucidando as redes de sociabilidades criadas em torno dos mesmos. Ao identificar processos similares em torno da doação de alimentos (os chamados “ranchos”) e em torno das cozinhas comunitárias, a problematização recai sobre a análise da distribuição e do consumo de alimentos nos dois contextos em questão conjugando a comida com

seus comedores, distribuidores e doadores. Numa perspectiva etnográfica leva-se em conta a relação entre o significado para os atores envolvidos e os programas formalizados buscando a compreensão das formas locais de apropriação desses projetos federais – materializados na comida oferecida - e sua dimensão simbólica para a população envolvida. Este texto tem a intenção de colocar em evidência as práticas sociais em torno da comida para populações que - sob o ponto de vista do senso comum e da representação na mídia, constituem-se em comunidades marginalizadas, “pobres”, “favelados”. Certo das condições sociais e econômicas experienciadas por esses sujeitos tomamos a comida enquanto um sistema simbólico capaz de mobilizar significados diversos sobre o que se come, onde, com quem e em que circunstância. No caso desta pesquisa acrescenta-se o interesse sobre quem fornece, de onde vem, quem recebe, quem prepara levando em consideração as práticas observadas no nicho doméstico e em locais coletivos como no caso das cozinhas comunitárias. O texto ainda procura refletir sobre a pobreza urbana e suas repercussões nas práticas alimentares e nas relações sociais contemporâneas. Faz-se interessante problematizar a lógica social e política que preside as definições e ações em torno de uma ampla política de social presente em todo o país, mas que nem por isso deve deixar de lado as particularidades de cada contexto em que é executada. Espera-se contribuir para um campo de conhecimento baseado na reflexão crítica sobre a estruturação e ampliação de políticas sociais que visam o combate à fome, sobretudo enfocando a heterogeneidade cultural que envolve a alimentação.

Políticas públicas em alimentação e nutrição e povos indígenas no Brasil: uma etnografia da alimentação escolar entre os Xavante de Parabubure, Mato Grosso

AUTORES/AS: RENATA CRUZ GONÇALVES

A proposta de respeito à diversidade sociocultural vem se apresentando de maneira marcante nos textos oficiais das políticas públicas em alimentação e nutrição, principalmente na última década. Os documentos oficiais revelam o crescente reconhecimento da diversidade cultural às práticas alimentares, o que inclui mas não se refere somente a minorias étnicas, como os povos indígenas. Apontam também uma orientação governamental de atendimento às mesmas, mas que não

necessariamente garante a sua concretização. Com o objetivo de examinar em que termos se concretiza esta proposta governamental no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atende a mais de 80% das comunidades indígenas aldeadas do país, foi realizada uma pesquisa etnográfica em uma escola indígena Xavante, na Terra Indígena Parabubure, em Mato Grosso. A etnografia aponta para um grande distanciamento entre as leis e a realidade local. O cotidiano escolar é marcado por tensões interétnicas, onde as especificidades nativas são, ao contrário do proposto nos textos oficiais das políticas públicas, criticadas e descritas como elementos negativos. A concretização da proposta de reconhecimento e respeito à diversidade sociocultural, a despeito dos possíveis significados atribuídos à mesma, não é questão para gestores e executores locais - não indígenas- e está longe de ser alcançada, configurando-se ainda em grande desafio para os envolvidos. A partir do estudo, são discutidos os desdobramentos da pesquisa, em termos do diálogo com as políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição.

Uma Comida para Todo Mundo? Imagens do Ocidente sobre “natureza”, “cultura” e “entomofagia”

AUTORES/AS: ADRIANA ROMANO ATHILA, MAURÍCIO LEITE

Exclusivamente dedicada à potencial universalização do consumo de insetos, uma recente publicação da FAO tem alcançado grande repercussão em diversos jornais e outras mídias eletrônicas. No volume, como em textos de divulgação, os insetos são tratados, ao menos em teoria, como alimentos possíveis e adequados ao contexto mundial, sob determinadas condições de consumo.

Um número crescente de trabalhos científicos tem também se dedicado a refletir sobre as múltiplas perspectivas envolvidas em uma possível disseminação mundial da entomofagia. As justificativas apoiam-se, invariavelmente, na composição nutricional das diferentes espécies de insetos, na sustentabilidade ambiental de sua produção, como no atributo de “preservação” da biodiversidade mundial. Sua adoção universal como “comida” aparece com uma solução teoricamente perfeita e até “racional” para os problemas de fome, escassez e danos ambientais projetados para a humanidade vindoura. Por outro lado, todos os trabalhos assumem que a “atitude ocidental” de repugnância à entomofagia é o grande obstáculo à sua possível adoção naquele contexto.

Este debate traz o consumo de insetos à ordem do dia, tornando-o também objeto de reflexão antropológica. O trabalho aqui proposto, sob qualquer hipótese, não se dedica a tratar dos aspectos nutricionais ou ambientais daquele consumo. Ao contrário, nossa atenção se volta aos argumentos e diferentes “pontos de vista” ou “epistemologias” das concepções e formas de relação imputadas ao homem, ambiente e, notadamente, seus alimentos. O consumo de insetos parece-nos especialmente privilegiado para pensar sobre esta tríade, evidenciando também noções bastante específicas do ocidente sobre povos e comunidades entomófagas.

A Comida Sagrada Hare Krishna

AUTORES/AS: VANESSA MOREIRA DOS SANTOS

A experiência religiosa vivenciada como a apreensão de uma realidade absoluta que exprime o sagrado pode se estabelecer em espaços específicos e determinados, mas de forma inevitável se dissolve amiúde no cotidiano através dos símbolos e de práticas. Entre sabores e aromas, panelas e receitas, há a possibilidade de se desenvolver muito mais que uma experiência culinária, para os devotos do Movimento Hare Krishna –MHK– é a realização de um encontro com deus e a manifestação na prática de uma concepção teórica. Entender a conversão do apreendido nas escrituras sagradas milenares de origem indiana no dia-a-dia de uma pessoa que mora em Fortaleza é a essência principal desse trabalho, que analisa como se desenvolvem as importantes categorias de bondade, paixão e ignorância nas práticas alimentares desse grupo social. A partir de uma etnografia realizada na Casa de Cultura Hare Krishna, compreendi como as emoções, valores e alimentos ligados a ideia de bondade atualizavam constantemente o modo de ser Hare Krishna e criavam formas para se pensar as atuais práticas alimentares.

A dietética naturalista e a reificação de um habitus carnista: diálogos entre antropologia da alimentação e da saúde

AUTORES/AS: FÁBIO LÚCIO ANTUNES GUEDES, MARISTELA OLIVEIRA DE ANDRADE

A moderna dicotomia entre sociedade e natureza (INGOLD, 2000; LATOUR, 1994) tem persistido como modelo classificatório para ordenar o mundo ocidental, e o moderno culto da supremacia carno-falo-cêntrica é denunciado

por antropólogos como Carol Adams (2010), como ato reificado cotidianamente, permitindo a observação das práticas alimentares enquanto *habitus* culturais. Este trabalho propõe contribuir para a antropologia da alimentação, uma vez que a comida possui alto poder de resignificação (GOODY, 1984), sobretudo por operar sobre uma forma de conflito com a natureza ligada à produção de bens de origem animal e sobre uma concepção de saúde que envolve o espírito humano em sua integralidade. A dieta naturalista/vegetariana vem progressivamente se tornando um fenômeno que se faz presente no complexo espaço social urbano-industrial moderno, gerando uma nova forma de sociabilidade alimentar. Através da imersão no cotidiano de práticas de cura holística - sinonímia para integrativas ou naturais -, realizado por uma ONG que atua em uma comunidade de baixa renda de João Pessoa/PB, desenvolvo uma pesquisa etnográfica sobre a cozinha por elas construídas, a partir de uma metodologia que pode ser vista como degustação participante. As dietas naturais buscam a saúde integral, baseando-se em categorias distintivas entre seres vivos e não-vivos, animais e não-animais cuja operacionalização é proporcionada por uma complexa resignificação proveniente de um sistema de entendimento do mundo a partir do vegetarianismo. No entanto, a análise sobre a resiliência de traços culturais das práticas carnistas revelam a resistência à mudança dos hábitos alimentares. No lar e no trabalho dessas mulheres uma dietética holística é objetivada, num processo dialético entre a cozinha local paraibana e uma cozinha baseada no vegetarianismo, sugerida pelo conhecimento holístico no qual foram iniciadas. Finalmente, constato que os hábitos alimentares das mulheres-terapeutas em seus lares são mais próximos da cultura local de refeição familiar não-vegetariana, justificada por elas como da ordem de tradicionalidade cultural requerida pelos parentes no âmbito doméstico. A exigência vegetarianista se torna fonte de problematização antropológica frente à naturalização da prática carnista na sociedade moderna.

Nas cozinhas dos Grossos: novas ruralidades observadas a partir do espaço social alimentar

AUTORES/AS: AUGUSTO CARLOS DE OLIVEIRA MAUX

A produção familiar de alimentos tem sido trabalhada como elemento central na vida social de populações rurais, permitindo observar aspectos do simbolismo,

das técnicas e da organização social desses grupos. Nessa pesquisa, tomo o espaço social alimentar como locus para elucidar a organização social, em particular seus processos de mudança. Busco me apoiar na multidimensionalidade de tal espaço (Poulain & Proença, 2006) para discutir o problema das novas ruralidades que vem sido tratado pelos estudiosos do campesinato brasileiro, em especial a pluriatividade e mudança nos papéis de gênero nas famílias camponesas.

O grupo com que estabeleço interlocução consiste num coletivo de mulheres moradoras na comunidade negra rural Sítio Grossos, município de Bom Jesus, região agreste potiguar. São cozinheiras com laços de parentesco próximo que desenvolveram um projeto de geração de renda através de uma cozinha coletiva, que veio a ser coordenada pela associação comunitária local, com apoio inicial do governo estadual.

Nesse circuito entre as cozinhas da casa e do projeto entram em cena vários elementos da mudança social que permitem interpretar as novas ruralidades. Tensões entre a organização social local, baseada no parentesco, com um padrão “comunitário” defendido pelas agências de desenvolvimento; a profissionalização legitimada da atividade de cozinhar em contraste com o trabalho doméstico tradicional, bem como o trabalho doméstico pago realizado pelas mulheres mais jovens na capital; e o maior controle das mulheres sobre o destino dos produtos agrícolas através do projeto são os principais dados que permitem, pondo em perspectiva a totalidade processual da cozinha (Ingold, 2008; Duarte, 2012), interpretar as nuances da mudança social no meio rural.

O social no emagrecimento: a vivência após a cirurgia de redução de estômago e sua importância para o “sucesso” do tratamento

AUTORES/AS: LÍGIA FERREIRA GONÇALVES

A cirurgia bariátrica (gastroplastia) é uma intervenção cirúrgica tida como o mais eficaz tratamento da obesidade a longo prazo. O Brasil é o 2º país que mais realiza cirurgias bariátricas e 50% de sua população está acima do peso. Estes fatos indicam a importância não só de estudos que identifiquem mudanças nos hábitos alimentares brasileiros, mas também que analisem a efetividade do tratamento a longo prazo. A gastroplastia faz com que o paciente consiga ingerir um volume reduzido de alimento e, em alguns casos, absorver menos dos alimentos ingeridos.

O volume alimentar fica limitado, principalmente nos primeiros meses, e aumenta gradualmente ao decorrer do tempo. Desta forma, a manutenção e/ou continuidade da perda de peso a longo prazo depende de um novo comportamento dos pós-operados. Este novo comportamento é condicionado socialmente, uma vez que o alimento está diretamente ligado a interações sociais e à própria camada social na qual o paciente se insere. A possibilidade de alimentar-se da maneira nutricional considerada correta está condicionada ao tipo de profissão exercida, às horas e gastos disponíveis para alimentação e exercícios, e, inclusive, ao acesso à informação sobre o alimento considerado saudável.

Partindo dessas premissas, este resumo apresenta uma pesquisa qualitativa, com a sua fase de campo iniciada em março de 2014. Nela serão realizadas entrevistas com participantes de um grupo de apoio mútuo submetidos à gastropластиа há, pelo menos, 1 ano. O objetivo é investigar as mudanças necessárias no comportamento e na rotina do pós-operado em prol da continuidade e/ou manutenção da perda de peso, assim como a importância de diversos atores, como profissionais da saúde e familiares.

A cirurgia provoca emagrecimento, porém sua manutenção depende de mudanças tanto na rotina do paciente quanto nas atitudes em espaços de sociabilidade envolvendo comida. Muitos optam pela cirurgia crendo ser um meio passivo de emagrecer, e só percebem no decorrer do processo que também são demandados esforços dos pacientes. A manutenção do peso depende, então, de fatores sociais e do apoio, após a cirurgia, por diversos profissionais da saúde.

Ao observarmos a literatura sobre gastropластиа, percebemos haver uma dificuldade no acompanhamento biomédico, sobretudo a longo prazo. Há a tendência que o pós-operado volte a engordar, acompanhada da vergonha de voltar ao médico após o engorde. A realização da cirurgia não consegue se sobrepor a fatores condicionados à inserção socioeconômica do pós-operado, como: o alimento enquanto mediador social e o acesso a alimentos e serviços de saúde. Se importassem somente os fatores biológicos, a cirurgia seria uma solução definitiva para a obesidade.

Resistência à utopia da saúde perfeita: prazer versus controle

AUTORES/AS: ADRIANA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA

O foco de discussão deste trabalho é um recorte do meu doutorado em

Antropologia (Unicamp), sendo uma parte, realizada no interior do Estado do Ceará. Os interlocutores são homens e mulheres com idade a partir de 60 anos que rememoram um tempo árduo de suas vidas - o período das grandes secas e fazem um paralelo de como estão, depois de superarem este momento. É enfática nas suas falas, a crítica quanto à insuficiência de um saber especializado que recomenda hábitos alimentares considerados saudáveis, sem respaldar a dimensão social do ato de comer; isto é, para além da necessidade biológica, o plano simbólico permeia a compreensão de um grupo acerca do significado de alimentar-se bem. Portanto, a comida não está ausente dos sentidos culturais que a sociedade lhe atribui (LÉVI-STRAUSS, 1973). De um modo geral, a reclamação acerca das restrições alimentares que lhes são postas é algo recorrente; lembram de um tempo em que não havia orientação para controlar a pressão arterial e saciavam-se com o que hoje é proibido.

Por que privar-se do prazer de comer, agora? Ao lembrar das repetidas histórias relacionadas à seca e, consequentemente, da falta de comida no cotidiano, é compreensível a resistência às recomendações do que vem a ser viver bem. Assim, discorrerei sobre as atitudes destes sujeitos face à banalização dos dogmas da saúde perfeita.

“COMER O BICHO DA MATA”: a caça em práticas alimentares por uma comunidade quilombola da reserva extrativista Ipaú-Anilzinho (amazônia brasileira) - Resultados preliminares

AUTORES/AS: RODRIGO AUGUSTO ALVES DE FIGUEIREDO

Historicamente, diversos grupos humanos que vivem em diferentes áreas de floresta tropical do planeta têm explorado os recursos de fauna para múltiplas finalidades, desde alimentação, uso médico, mágico-religioso, artesanato, comércio e em outras diversas atividades. Com efeito, para além das necessidades biológicas humanas, os processos de uso da caça, especialmente pelas chamadas populações tradicionais, estão geralmente estruturados e organizados em uma trama complexa de representações sociais, econômicas e ecológicas pelas quais os recursos devem ser apropriados, abarcando questões de ordem perceptiva, cognitiva e prática sobre o território, o que inclui o espaço social alimentar. Dentre os povos amazônicos, tais como as comunidades indígenas, ribeirinhas e

quilombolas, a diversidade dos modos de produção e consumo alimentar constitui um dos aspectos susceptíveis de mobilizar diálogos no campo da antropologia da alimentação. Partindo desses elementos, este trabalho tem o objetivo de apresentar alguns aspectos relacionados ao uso da fauna cinegética em práticas alimentares por moradores da Vila de Joana Peres, uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista (RESEX) Ipaú-Anilzinho, Baixo Tocantins, estado Pará, abordando: etnoespécies utilizadas, preferências alimentares, segurança alimentar, estratégias de obtenção do alimento, condições políticas e socioambientais. O aporte teórico da investigação está atrelado ao campo da etnoecologia e ancorado em autores como Descola, Tim Ingold, Vitor Toledo e outros teóricos que desenvolveram estudos antropológicos em torno da relação homem e animal na Amazônia. Deve-se mencionar que os dados aqui apresentados são resultados preliminares da pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará. Os procedimentos metodológicos envolvem a observação participante, entrevistas abertas e semiestruturadas, e os resultados estão sendo analisados a partir das perspectivas qualitativa e quantitativa. Como a pesquisa envolve acesso aos conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade, os procedimentos éticos foram devidamente considerados, com elaboração do termo de anuência prévia e pedido de autorização junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O trabalho tem evidenciado que a atividade de caça envolve tanto aspectos nutricionais quanto sócio-identitários no plano da reprodução das famílias, que, a partir de seus modos de comer e organizar o espaço, estabelecem diversas relações com os alimentos ligadas aos usos, costumes, imaginário, simbólico, infraestrutura econômico-ambientais e às diferentes formas de sociabilidade ativa.

“Filho de Ogum não come feijão preto nem camarão”. O modo de se alimentar dos povos tradicionais de terreiro

AUTORES/AS: MARILU MARCIA CAMPELO

Esta comunicação é um panorama sobre o modo de alimentar-se dos povos tradicionais de terreiro no Brasil, tendo como base de observação terreiros de Candomblé em Belém e Rio de Janeiro. Nos terreiros, o comer é um ato de

agregação e comunitarismo determinado por práticas históricas e culturais que constroem o adepto e suas relações com o grupo. E a alimentação nos leva a pensar sobre um complexo que envolve a corporeidade, os tabus alimentares, a comida dos deuses, a redistribuição do axé, história e memória e a sustentabilidade com o mercado. Nesta perspectiva, pretende-se analisar as diversas formas de classificação dos alimentos e seus usos simbólicos e nutricionais no cotidiano dos terreiros.

Alimentos orgânicos em Curitiba

AUTORES/AS: CARLOS ANDRÉS USCÁTEGUI VARGAS

Levando em consideração que a alimentação tem uma dimensão política com importantes implicações nos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, proponho discutir o caso particular dos alimentos orgânicos na cidade de Curitiba tendo como base uma etnografia em andamento que tem se focalizado nos diálogos, controvérsias e tensões que envolvem aos diversos atores que compõem o universo do “orgânico” na cidade. Darei particular ênfase à relação entre a política pública da cidade e os espaços onde estes alimentos são comercializados, principalmente ao sistema de feiras orgânicas e ao mercado público de orgânicos.

Memórias da alimentação cotidiana de idosos: permanências e mudanças

AUTORES/AS: MÔNICA CHAVES ABDALA

Trata-se de pesquisa financiada pela FAPEMIG, na qual nos dedicamos ao estudo de hábitos alimentares, centrando a análise nas refeições noturnas, incorporando à reflexão a forma como tradições são ressignificadas no momento presente. Observamos as transformações na estruturação das refeições no espaço doméstico, quando elementos como diferenças de horários, presença da TV, entre outros acabam interferindo nos hábitos e relações entre os que habitam a mesma residência. Objetivamos analisar mudanças e permanências por meio da memória do processo em que essas podem ser compreendidas.

O estudo tem a preocupação teórica de análise do cotidiano e, portanto, da experiência do homem comum, assim como da construção de suas significações imaginárias pensadas como um processo dinâmico. Interessa-nos recuperar o passado por meio da narrativa da experiência vivida, contribuindo para pensar

como os idosos vivenciam as transformações e como seu cotidiano é afetado por essas. Num mundo em que a perspectiva de vida atinge idades cada vez mais avançadas, crescendo o contingente da população idosa, o que se deve em parte pela melhoria relativa aos tratamentos de saúde e aos recursos para prolongar a vida, conhecer como vivem nossos velhos e como se alimentam é crucial para fundamentar políticas públicas para esse grupo.

Em relação ao jantar, o objetivo foi verificar as alterações que ocorreram ao longo dos anos, a partir da visão de pessoas que as acompanharam e perceberam processos de transformações em curso, captados por meio da memória, nem sempre registrados. Dessa forma, buscamos analisar se ainda ocorre uma refeição noturna estruturada nos mesmos moldes do almoço, em que ela consiste, se permanece como um momento de encontro das famílias ou pessoas que habitam uma mesma residência e que tipo de interferências ocorrem nos modos de se relacionar durante o horário desta refeição. Além disso, observar que significados lhe são atribuídos. Priorizamos o trabalho com o método qualitativo, à medida que visamos apreender processos de mudança em curso, recorrendo à observação e à coleta de relatos. Focamos nos hábitos e modos de se alimentar de pessoas idosas vinculadas à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito de Uberlândia que concordaram em participar como voluntários.

Nas páginas do “Jornal das Moças” princípios de segurança alimentar : década de 1950

AUTORES/AS: MARIA CECILIA BARRETO AMORIM PILLA

A questão alimentar não se reduz ao âmbito econômico, embora as políticas públicas que resultam em aumento da oferta de empregos e salários permitam o acesso maior da população aos alimentos. Nesse sentido, a questão alimentar necessita estar relacionada a ações que propiciem efetivamente a equidade social e igualdade nas condições de acesso à comida. Mas a fome não pode ser reduzida somente à sua dimensão econômica ou ao seu impacto biológico, ela é um fenômeno muito mais amplo. Nessa perspectiva, a fome e a alimentação incorporam dimensões relacionadas à história, à cultura, a fatores psicológicos e religiosos englobando tudo o que concerne chamar de dignidade, tanto no sentido das carências nutricionais como nas carências espirituais. A presente abordagem

não é a do campo biológico, mas essencialmente sócio-histórico, buscando uma dimensão a partir de indicadores contidos na faceta subjetiva da nutrição com o intuito de contribuir para o conhecimento e o fortalecimento do conjunto de práticas alimentares do Brasil em um determinado espaço e tempo. Quando o tema recai sobre a saúde e a nutrição na família, são as mulheres que costumam ser as responsáveis pelo bem estar de seus demais membros. Nesse sentido, a elas é imputada, quase sempre, a responsabilidade das escolhas alimentares. A partir dessa premissa é que se pretende desenvolver o presente estudo, pois, ao longo da história as mulheres foram vistas como fundamentais nos processos de superação de carências alimentares, tanto no que diz respeito à condição biológica na gestação, como na condição de alimentadoras das crianças e da família em geral. Considerando que é preciso que cada sociedade conheça sua história alimentar, e que esta possa ser assim considerada como integrante fundamental de seu patrimônio, uma vez conhecida sua cultura alimentar isso pode contribuir para a elaboração de alternativas mais eficazes para uma alimentação saudável e adequada às necessidades dos indivíduos. Sendo assim o objetivo da pesquisa é buscar uma reflexão sobre os parâmetros alimentares contidos nas referências sobre comidas, em especial colunas que trazem receitas, propagandas e conselhos alimentares, veiculados no periódico feminino *Jornal das Moças* da década de 1950, período em que o padrão familiar era o do “doce lar”, em que os membros da família se encontravam sob a proteção da casa, espaço em que a mulher deveria reinar soberana como dona de casa e mãe.

Registro, memória e transmissão cultural : os textos culinários e o caderno de receitas

AUTORES/AS: ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA

A transmissão das práticas culinárias podem encontrar espaços diversos de realização. Frequentemente são acionadas através da transmissão oral, da educação “ao vivo”, onde quem “aprende a fazer”, o faz assistindo (e lembrando-se de) “quem sabe fazer” em ação. Esta dimensão faz parte, ou fez durante muito tempo, do processo de socialização da maioria das mulheres em nossa sociedade. A sistematização deste saber vem se materializando, nas sociedades letradas, através da elaboração de receitas como forma de transmissão da cultura culinária de

determinado grupo social. Este trabalho tem como objetivo analisar a produção deste instrumento de transmissão dos saberes e em particular dos “cadernos de receita”, tradicionalmente objeto de interesse e investimento feminino que vem sofrendo alterações, quanto a sua elaboração e utilização frente a modernização da sociedade e utilização de recursos outros de registro, como livros de culinária e blogs virtuais.

Relações socioculturais em torno da alimentação do paulistano como formação de uma identidade cultural e construção da nação brasileira

AUTORES/AS: TALITA PRADO BARBOSA ROIM

Pretende-se nesse trabalho analisar relações socioculturais presentes no Mercado Municipal de São Paulo, em torno da comercialização de produtos alimentícios, criando um paralelo imaginário de um cenário da cidade de São Paulo como lugar reconhecidamente cosmopolita, mundial e globalizado. A partir da observação do cotidiano desses personagens percebe-se que o Mercado Municipal atua não mais como mercado distribuidor de alimentos, mas como centro turístico que oferece mercadoria nacional e internacional, além de guloseimas que foram selecionadas como ícones do Mercado e da cidade de São Paulo. Acreditamos que o Mercado Municipal seja um espaço propício para construir reflexões acerca das transformações das relações sociais estabelecidas no contexto da contemporaneidade dos paulistanos e, enfim, de elementos que compõe uma cultura identitária e o processo civilizador dos habitantes da capital paulista refletidos na construção de uma nação. É um espaço que demonstra a diversidade cultural e a tradição alimentar de São Paulo, portanto os hábitos alimentares regionais. Além da noção de tradição alimentar regional, com alimentos e especiarias fundantes do país, como por exemplo, frutas e farinhas de mandioca nacionais, cortes de carnes suínas de influências africanas, queijos e azeites de oliva provenientes da Europa, sobretudo Portugal, que demarcam a construção da cozinha paulistana, ainda o espaço do Mercado Municipal envolve outro fator, os demais alimentos de outras regiões do Brasil inseridos nesse cenário, principalmente após o final da década de 1970, com o elevado fluxo de migração no estado de São Paulo, especialmente vindo do Norte e do Nordeste do país, representados no Mercado com bancas de peixes, condimentos e demais produtos específicos, como o azeite de dendê

e a tapioca. Por fim, um terceiro elemento de tradição no Mercado passa-se com sua reforma, construção do mezanino e a tentativa de torná-lo cartão postal da cidade, abrindo espaço em seu comércio para bancas de produtos étnicos, como por exemplo, gêneros alimentícios de origem árabe e asiática, até então poucos representativos nas bancas existentes. Outro aspecto que indica uma globalização na cidade de São Paulo está no uso do próprio Mezanino, que traz lanchonetes tipo fast foods que representam essa tradição da São Paulo cosmopolita. Essa pesquisa de cunho antropológico contempla a reflexão da construção do Brasil como nação a partir de uma classificação da culinária paulista representada pelo comércio do Mercado Municipal que agrega alimentos locais, regionais, nacionais e globais, permitindo pensar no desenvolvimento da cidade de, que representa o Brasil enquanto nação, que pensa a própria cidade como a capital do mundo.

Sabores doces: uma análise sociocultural da doçaria do Seridó potiguar

AUTORES/AS: MARIA ISABEL DANTAS

O ofício de doceira e o modo de feitura de doces no Seridó do Rio Grande do Norte fazem parte de um saber-fazer muito antigo, dominado por algumas mulheres, o qual é, normalmente, aprendido e transmitido no seio familiar ou nas cozinhas de pessoas conhecidas. Apesar de algumas doceiras fazerem os doces para consumo da própria família e para distribuir com parentes, vizinhos e conhecidos, a maioria delas vem realizando a atividade com fins econômicos, muitas vezes, sendo a única renda familiar. Analisamos aqui os saberes e fazeres da doçaria seridoense, considerando formas de transmissão, técnicas culinárias, usos de ingredientes e introdução de novas tecnologias e as interferências destas nos processos transformativos na prática como o intuito de perceber relações entre preservação de práticas alimentares e desenvolvimento sociocultural e econômico. A abordagem etnográfica e orientações da antropologia da alimentação nos possibilitaram a apreensão do fenômeno pesquisado e revelaram a importância atual da prática da doçaria para os seridoenses.

“Cozinhar é alimentar as futuras gerações”: um estudo antropológico sobre a culinária trentino-tirolesa do bairro de Santa Olímpia, Piracicaba-SP.

AUTORES/AS: FERNANDO MONTEIRO CAMARGO

Este artigo é fruto de um estudo antropológico desenvolvido em um pequeno bairro de imigrantes trentino-tirolese localizado em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. O nome desse bairro é Santa Olímpia e a cidade é Piracicaba. Partindo da perspectiva de que o ato de se alimentar é mais que uma forma de suprir necessidades fisiológicas e, que a comida é uma linguagem que permite compreender a realidade que nos cerca, o objetivo desse texto é refletir como emoções, significados, relações sociais e a identidade coletiva de um bairro pode se manifestar a partir de narrativas construídas em rodas de conversas sobre o fazer culinário trentino-tirolês de Santa Olímpia. A partir dessas rodas de conversas foi possível compreender como os moradores de Santa Olímpia (re) constroem suas histórias e memórias por meio de sua culinária.

COORDENADOR/A: CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE), WALESKA DE ARAÚJO AURELIANO (UFRJ)

Esse GT pretende reunir trabalhos que enfoquem as relações e processos sociais entre saúde-doença, ativismo sociopolítico, judicialização e governamentalidade. Desde o ativismo HIV-Aids, uma nova corrente de mobilizações sociais e políticas motivaram a configuração de ativismos os mais variados e a criação de coletivos que tem forte preocupação com a garantia de direitos específicos em torno do binômio saúde-doença. Igualmente, há uma produção acadêmica que vem enfocando as questões da biosocialidade, das identidades clínicas e das interações entre a construção de cidadania, práticas de justiça e de mobilização coletiva, o que pode ser interpretado através de novos conceitos e categorias tais como cidadania biológica, biolegitimidade e biodesigualdade. Há uma forte confluência entre judicialização e política, que se traduz no acesso a tratamentos, expertise, tecnologias biomédicas, que acabam por embaçar a divisão entre cientistas, profissionais de saúde e usuários-pacientes. As relações entre essa diversidade de agentes, práticas e saberes também têm sido interseccionadas por marcadores como gênero;sexualidade, raça;etnia, geração e deficiência, o que vislumbra campos etnográficos amplos. Observa-se ainda socialidades diversas, como os grupos e redes virtuais que permitem a ampliação de mobilizações societárias pela internet. Assim, o GT se empenha em tratar de questões teórico-metodológicas diversas que se concentrem em seus eixos privilegiados de reflexão acadêmica.

Ativismo em saúde: reflexões acerca do conceito de biossociabilidade em uma associação de pacientes com fibrose cística

AUTORES/AS: ROBERTA REIS GRUDZINSKI

A partir de etnografia realizada em uma associação de pacientes com fibrose cística no Estado do Rio de Janeiro, procuro analisar a interação desse grupo com diversos atores públicos e privados. A proposta do trabalho é retomar parte de uma discussão realizada em minha dissertação de mestrado. Nela busco verificar as possibilidades e limites que conceitos tais como biossociabilidade, e cidadania biológica/genética apresentam entre as práticas da associação de pacientes referida. A etnografia realizada indica que tal grupo atua como um mediador entre os pacientes e o Estado, divergindo de algumas das práticas descritas em trabalhos nos quais o papel das comunidades biossociais costuma ser o de incentivar a autonomia de seus membros no que concerne à formulação de demandas e busca por tratamento. Dessa forma, noções tais como autogoverno e responsabilidade sobre o próprio destino são concepções de alcance limitado para a análise deste campo. Em minhas considerações finais procuro refletir sobre os usos e tensões dessas concepções para o entendimento da produção de relações de sociabilidade e cidadania no enfrentamento de desafios ligados à saúde no Brasil.

Cidadania Genética e Ativismo Negro: o caso da doença falciforme no Brasil.

AUTORES/AS: ANA CLÁUDIA RODRIGUES DA SILVA

A nova genética assume lugar de destaque no campo da ciência. Nesse contexto, a antropologia apresenta desafios em torno das fronteiras entre natureza e cultura e chama atenção para interpretações que extrapolem as evidências genéticas enfocando aspectos sociais e culturais. O conceito de cidadania genética é descrito como campo em que atuam direitos e responsabilidades em torno da genetização presente em todo o tecido social. É um meio de sociabilizar os benefícios advindos com os avanços em pesquisas biotecnológicas em busca de uma ética do cuidado em saúde. Ela envolve vários atores como profissionais de saúde, pessoas e familiares impactados por doenças genéticas, cientistas, estado e movimentos sociais. A partir desse conceito, este trabalho pretende abordar o papel do ativismo negro no campo da doença falciforme, elencando contribuições e conflitos em

torno de uma doença genética historicamente identificada com a população negra. Trata-se de recorte da pesquisa de doutorado em antropologia “Compartilhando genes e identidades: orientação genética, raça e políticas de saúde para pessoas com doença e traço falciforme em Pernambuco”, defendida em 2013. No campo das políticas de saúde o conceito de cidadania genética vem sendo utilizado por ativistas que relacionam desigualdades raciais e exclusão genética como elementos que contribuem para vulnerabilidade de pessoas com doença falciforme.

Emoções e (bio)ativismo: a construção dos afetos e dos direitos na era da genômica.

AUTORES/AS: WALESKA DE ARAÚJO AURELIANO

Essa comunicação pretende analisar como certas emoções são acionadas na construção do ativismo político voltado para as desordens de saúde de origem genética, tomando como foco o movimento crescente no Brasil em torno das doenças raras. Embora essas doenças afetem um número reduzido de pessoas quando comparadas a outras enfermidades crônicas, em seu conjunto correspondem, apenas no Brasil, a cerca de 15 milhões de pessoas. Na última década associações de portadores e familiares têm se mobilizado para construção de políticas públicas específicas para essas doenças em diferentes países. Nesse campo se inter cruzam vários agentes – pacientes, médicos, familiares, cientistas, associações, mercado e governo – que evocam certas emoções na construção tanto de ações políticas quanto das práticas cotidianas na gestão de doenças que, na maioria das vezes, não possuem cura ou tratamento. Do medo à indignação, da resignação à esperança, as emoções perpassam as narrativas dos sujeitos doentes e suas famílias na construção de sentidos em torno da doença, da reprodução e do uso de certas biotecnologias bem como se fazem presentes na fala de gestores, pesquisadores e indústria, num conjunto de mobilizações de ordem política, social e econômica em torno dessas enfermidades. A análise sobre emoções e ativismo será conduzida a partir de uma revisão da bibliografia voltada ao tema, produzida especialmente em contextos euro-americanos, contrastando-a com dados de pesquisa etnográfica que vem sendo realizada no Brasil junto a associações de pacientes, observação de eventos nacionais e regionais em torno das doenças raras, material de internet e literatura produzida por pessoas doentes, seus familiares e apoiadores.

Identidade clínica, identidade sexual e cidadania na prevenção da AIDS

AUTORES/AS: HORACIO FEDERICO SIVORI

Este trabalho se propõe reexaminar o potencial e rendimento dos conceitos de identidade social e bioidentidade, da literatura antropológica contemporânea, à luz de achados etnográficos de pesquisas sobre o campo da prevenção da AIDS na América Latina, incluída a do próprio autor junto ao movimento LGBT na Argentina durante a década passada. Explora-se a pertinência de tais categorias analíticas para a abordagem de processos de cidadanização no âmbito da saúde. O foco da discussão será o papel de uma série de tecnologias de identificação desenvolvidas e operadas por agentes que transitam entre comunidades, movimentos sociais, campos profissionais e do saber, assim como instituições do estado.

Terapia Celular: as promessas das “células de esperança”

AUTORES/AS: ANGELA VASCONI SPERONI, RACHEL AISENGART MENEZES

A Terapia Celular desponta como a grande revolução da biomedicina do século XXI. Após o boom da Terapia Genética, o foco da comunidade científica se deslocou para os estudos com células-tronco. Com a proposta de uma medicina personalizada, a Terapia Celular ganha força com a promessa de uma tecnologia regenerativa, capaz de superar os desafios do adoecer e do envelhecimento, a partir de uma fonte potencialmente ilimitada de tecidos para transplantes. Neste cenário, cresce o número de doentes e familiares mobilizados pela esperança acionada pelas promessas de cura, em três configurações principais: (1) a fundação de associações de pacientes e familiares, que se articulam na busca pela garantia legal de acesso às novas tecnologias; (2) a participação de leigos em eventos sobre o tema, como congressos e palestras; (3) o progressivo aumento do chamado “turismo de células-tronco”, que ultrapassa fronteiras internacionais. No Brasil, a criação do Comitê de Assessoramento Técnico em Terapias Celulares, em 2012, composto por diversos órgãos reguladores – como o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e o Conselho Federal de Medicina – e por duas associações de pacientes, reflete a institucionalização deste movimento no país. O principal objetivo deste

Comitê consiste no monitoramento das investigações e avanços da área, no sentido do favorecimento da passagem “da bancada para o leito”, o que significa a implementação das novas terapias em pacientes. Os principais pesquisadores são rigorosos ao afirmar que ainda não há qualquer tipo de terapia com células-tronco legalmente aprovada, exceto os transplantes com células-tronco da medula óssea e do cordão umbilical, para tratamento de doenças do sangue. Atualmente, o que existe de mais avançado são ensaios clínicos, estudos em fase de aplicação em seres humanos.

Este trabalho apresenta o panorama brasileiro das pesquisas com células-tronco e das principais estratégias de pacientes e familiares, na busca por acesso aos novos recursos terapêuticos. Doentes com os mais variados quadros patológicos e prognósticos se unem, mobilizados pelas promessas das “células de esperança”. Em decorrência desta ampla variedade e heterogeneidade, observa-se uma polarização entre demandas singulares, reforçadas pela oferta personalizada de recursos, e o ativismo coletivo, em prol de benefícios comuns mais amplos. A análise se centra, portanto, nas articulações entre os diversos atores sociais, sob duas perspectivas: o discurso da esperança, amplamente difundido pela mídia, e a retórica dos direitos em saúde.

Diagnósticos psiquiátricos, novas doenças e associações de pacientes: algumas reflexões

AUTORES/AS: RAFAELA TEIXEIRA ZORZANELLI

Objetivo: discutir casos de grupos de apoio com pacientes diagnosticados com doenças controversas como a fibromialgia e síndrome da fadiga crônica, onde os substratos fisiopatológicos não são encontrados, gerando questões acerca da legitimidade de tais condições clínicas. Os pacientes são muitas vezes encarados como pseudo-sofredores e arcam com o duplo ônus de, além das limitações geradas por sua condição, ter que buscar legitimidade para sua doença. Justificativa: O discurso da psiquiatria biologicamente orientada e as metáforas das neurociências vêm produzindo nas últimas décadas efeitos para além do campo estritamente clínico. Num quadro histórico em que o discurso científico em geral, e o da biomedicina em particular, ganham espaço cada vez maior na sociedade, a psiquiatria tornou-se um vetor de articulação de práticas e conceitos

que influem fortemente nos processos de subjetivação e nas relações sociais atuais, sendo um dos braços das práticas biopolíticas e biossociais da atualidade. Essas questões amiúde escapam aos debates acerca da “medicalização”, que remete à abordagem médica de questões de natureza social, moral, religiosa, ou legal. Entidades nosológicas - especialmente transtornos psiquiátricos - estão sujeitas à negociação em sua existência como fato social, que outorga ou retira uma determinada soma de poder aos que orbitam ao seu redor. Esta negociação assume faces diversas, quando não contraditórias. O uso de diagnósticos como meio de criar grupos de apoio e auto-ajuda ou de forçar políticas públicas favoráveis à pesquisa e ao tratamento das doenças é um exemplo de movimento que se apoia nos diagnósticos. Outros movimentos, colocam em discussão o próprio estatuto médico contido neles, como é o caso dos adeptos da anorexia como estilo de vida, ou do autismo como expressão de neurodiversidade a ser respeitada, e não de patologia a ser tratada. Embora importante, a perspectiva da medicalização tende a ofuscar as experiências subjetivas do “ser medicalizado”, que podem adquirir diversos significados psicológicos, existenciais, morais, políticos e sociais. Analisar o impacto da nosologia psiquiátrica na atualidade, seus desdobramentos nas novas formas de “grupalização” e na formação de “pacientes especialistas”, e de um associativismo em nome de classificações médicas pode contribuir para a análise de seus efeitos nas práticas de subjetivação contemporâneas.

Entre o transtorno mental e a deficiência – os contornos do debate público acerca do autismo no Brasil

AUTORES/AS: CLARICE MONTEIRO MACHADO RIOS

O autismo vem ganhando visibilidade crescente na mídia, grupos e redes virtuais, tanto no âmbito nacional quanto internacional. No Brasil, tal visibilidade tem se construído principalmente a partir de controvérsias que envolvem diversos atores sociais - entre eles, profissionais da rede de saúde mental e da rede de cuidados à saúde da pessoa com deficiência, e associações de pais e familiares de pessoas com autismo. Resultado da mobilização política de pais e familiares, a aprovação da Lei 12.764, também conhecida como Lei do Autismo, faz com que o autismo passe a ser reconhecido como deficiência para todos os efeitos legais. Se por um lado essa lei representa uma manobra política no sentido de garantir às pessoas com autismo

os direitos à saúde e educação, por outro lado, ela reatualiza a ambiguidade histórica do autismo enquanto categoria diagnóstica. Entre psicose infantil ou retardo mental, transtorno de ordem psicogênica ou biológica e inata, desde que foi descrito pela primeira vez por Kanner nos anos 40, o autismo se configurou como um campo complexo e heterogêneo, permeado por debates e incertezas quanto a sua etiologia e tratamento. O presente trabalho pretende examinar os dilemas que vieram à tona com a aprovação da Lei 12.764, abordando a questão do autismo sob o ponto de vista do campo da saúde mental e do campo das pessoas com deficiência, respectivamente. Mais do que tentar localizar o autismo entre o transtorno mental ou a deficiência, pretende-se analisar as diferentes concepções sobre o autismo inerentes a essas redes. Parte-se da premissa que o tipo de rede de cuidados na qual o autismo é inserido tem impacto direto em seus contornos sociais, políticos e identitários. Argumenta-se portanto que as possíveis divergências e congruências entre as diferentes redes não se referem apenas à etiologia e tratamento do autismo. Mais do que uma identidade clínica, construída a partir do saber psiquiátrico e neurocientífico, está em jogo a construção de uma identidade política que seja capaz de consolidar as especificidades da realidade sócio-política brasileira, com os discursos universalizantes que sustentam a demanda por direitos em saúde e educação. Tais tensões apontam também para a necessidade de nuançar e qualificar melhor o conceito de biosocialidade a partir de descrições densas e historicamente contextualizadas. O trabalho etnográfico foi feito a partir da observação participante em eventos científicos e políticos relacionados a questão do autismo, monitoramento de redes sociais e mídia impressa, e conversas informais com profissionais e ativistas envolvidos nos debates e controvérsias, que levaram a elaboração da lei e tem se seguido a ela.

Militância em saúde mental e Ciências Humanas: novos pontos para o debate sobre a Reforma Psiquiátrica Brasileira

AUTORES/AS: JACQUELINE DIAS DA SILVA

Ao caracterizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira como um processo complexo e multifacetado, o trabalho pretende traçar um percurso do tema da militância em saúde mental, destacando sua interface com a produção de conhecimento no campo das ciências humanas e sociais. Como forma de contemplar 25 anos de

produção deste campo específico e abranger as principais mudanças nas políticas de saúde mental, assinalado no período (1989-2013), a metodologia deste trabalho consistiu na pesquisa de artigos, dissertações e teses, na leitura discussão da bibliografia e análise sistemática dos dados obtidos. O escopo da pesquisa teve relevância enquanto objeto de pesquisa devido a crítica atribuída à preeminência da explicação orgânica da doença e a importância da multiprofissionalidade como deslocamento de foco, que destaca a promoção da saúde atrelada a uma nova concepção de saúde-doença.

O grito silencioso de um louco infrator: estudo de caso sobre a medida de segurança no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

AUTORES/AS: ÉRICA QUINAGLIA SILVA, STHEFÂNIA SHABRYNY CAVALCANTE REGIS MOREIRA

Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida na Seção Psicossocial de Vara de Execuções Penais (VEP) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Trata-se de um estudo de caso de um sujeito considerado louco e infrator, punido com uma medida de segurança na modalidade de internação por dez anos. O objetivo deste estudo é entender a trajetória de um sentenciado a cumprir medida de segurança, bem como as consequências que esta medida traz. Pode-se condenar alguém que é juridicamente irresponsável a uma sentença de prisão perpétua? O caso de K. serve como ensejo para se repensar a aliança entre tratamento e defesa social. Doente e perigoso, esse sujeito duplamente estigmatizado deve ter seus direitos resguardados. Resta inquirir quem vai (e se vão) ouvir esse grito silencioso.

Visibilidade, solidariedade e mobilização social: uma etnografia sobre o web-ativismo e as associações em defesa dos direitos das pessoas com PEA (perturbações do espectro autista), Lisboa (Portugal)

AUTORES/AS: MARIA CONCETTA LO BOSCO

Internet, as redes sociais virtuais e os dispositivos móveis representam hoje em dia um conjunto de instrumentações tecnológicas que integram nossa vida diária. A sociedade em rede utiliza estes meios para comunicar e por em contacto pessoas em prol de um mesmo ideal ou interesse, dando origem a formas de ao fenómeno

conhecido como ativismo virtual. O meu campo etnográfico em Lisboa sobre as pessoas com PEA (perturbações do espectro autista) visa a explorar a ligação entre tecnologia como ferramenta de mobilização política e o ativismo como meio de luta para um alargamento da sociabilidade. Enquanto os aplicativos ou programas específicos para computador ou iPad e os aparelhos móveis (como notebooks e tablets) são pensados – em termos terapêuticos – como instrumentos úteis para melhorar a capacidade dos autistas de comunicar com os outros e de desenvolver habilidades sociais, Internet e as plataformas de redes virtuais - como Facebook - tornam-se lugares estratégicos para as mobilizações sociais ligadas ao autismo. Neste sentido, os cibernautas activos nas redes virtuais além de ser produtores de conhecimento sobre o autismo através das suas próprias experiências, negociam o significado mesmo de ser cidadão lutando e criando debates sobre o conceito de neuro-cidadania, assim como sobre as diferentes formas de sociabilidade ou os direitos das pessoas com diagnóstico psiquiátrico.

Na minha apresentação eu vou portanto refletir sobre a etnografia do ativismo virtual ligado ao autismo, focando em particular a questão das redes virtuais e dos dispositivos tecnológicos como ferramenta de mobilização social assim como da transformação da subjetividade política no espaço virtual. De facto o ativismo político em rede ligado ao autismo tem entre os seus objectivos aquele de lutar para o reconhecimento dos direitos das pessoas autista, da sua identidade, para a inclusão social e uma maior visibilidade no contexto social e de trabalho. As redes virtuais portanto tornam-se não apenas como o meio moderno de comunicação, de partilha de informação ou de visibilidade mas também como uma infraestrutura organizacional da luta para os direitos específicos das pessoas dentro do espaço da saúde mental.

Ativismo ONG/AIDS em João Pessoa: biossociabilidade e Campo.

AUTORES/AS: ATILA ANDRADE DE CARVALHO

No presente ensaio discutimos as questões relacionadas com a construção do ativismo frente ao HIV/AIDS em João Pessoa, tendo em vista os atores/Indivíduo em suas interações nos espaços institucionais, observando os capitais sociais e o campo a partir do pensamento de Pierre Bourdieu e com base no argumento de Paul Rabinow acerca da biossociabilidade.

A base para a discussão ora apresentados são reflexões a partir da dissertação intitulada “O CAMPO DAS ONG/AIDS: ETNOGRAFANDO O ATIVISMO EM JOÃO PESSOA”, pelo presente autor, realizada nos meses de outubro e dezembro de 2010, janeiro a julho de 2011 e encontros em setembro e em outubro de 2011.

O intuito do presente ensaio é refletir sobre como um tipo de ativismo construído a partir de práticas estruturadas e estruturantes de subjetividades fomentadas por uma biossociabilidade relacionada ao campo das ONG/AIDS na cidade de João Pessoa/PB. Uma biossociabilidade que denota um Habitus singular estabelecido pelos encontros estruturados e dimensionados no Self dos atores individuais e seus corpos.

Partimos de um entendimento do ativismo como uma forma de atuação dos sujeitos a partir da experiência individual e coletiva, que exige um engajamento personalista numa causa tornada pública, sobre a qual se constrói certo consenso vindo da pluralidade, a partir de uma pretensa unidade de demandas, expectativas e do cenário como delineador da ação. Como conceito analítico é limitado a uma observação e detém sua significação a partir da dimensão histórica do campo, do arcabouço teórico e das significações dos sujeitos pesquisados.

A história do ativismo nas últimas três décadas no campo da AIDS coloca em cena uma diversidade de atores. As discussões sobre o modo de atuação frente à doença vêm marcadas pela distinção de ideias e significados sobre o que seria uma conduta de atuação “eficaz” contra a AIDS. Seja no campo da prevenção ou da assistência, os conflitos emergem e demonstram o campo de disputa como pano de fundo para o entendimento da estruturação biossociabilidade relacionada à AIDS e sua relevância em relação à constituição de um movimento social na área da saúde.

Por fim observamos que a biossocialidade no Campo das ONG/AIDS em João Pessoa é marcada por um discurso de “eficácia” ativista que se opõem a eficácia normativa dos corpos e significados reificantes do Biopoder, para tal o ativismo transita na biopolítica e no campo moral construindo contracondutas e contrasubjetividades frente à Bios que aprisiona os corpos e a sensibilidade humana em maquiquismos do tipo: normal x patológico e corpos perfeitos x deteriorados. Subjetividades eivadas de novas práticas dos sujeitos ativistas fundamentam assim a superação dos maniqueísmos sociais.

Família, maternidade e experiência terapêutica: a trajetória social das “mães-acompanhantes” de crianças com câncer em Natal-RN

AUTORES/AS: JOCIARA ALVES NÓBREGA

No Rio Grande do Norte, é comum o Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC), uma entidade filantrópica de apoio social a crianças com câncer, abrigar mães oriundas tanto de bairros populares de Natal como de cidades do interior do Estado que, por tradição cultural e familiar, assumem os papéis de acompanhantes e “cuidadoras” dos filhos enfermos. Essa trajetória demandada pelo câncer infantil, percorrida por mulheres habitualmente restritas à vida familiar e doméstica, gera uma série de novos sentidos que redefinem a sua experiência social e subjetiva, agregando novos contornos simbólicos à sua maternidade. Tais significações estão amparadas pelas agências institucionais que dão suporte a experiência da “mãe-acompanhante”, a saber, o sistema público de saúde e o estatuto da criança e do adolescente, que compõem a lógica institucional do GACC.

Mulheres que gestam, mulheres que parem: dois estudos na interface entre patologização e desmedicalização da gestação e do parto

AUTORES/AS: JÉSSICA FERREIRA, TÁSSIA GUSMÃO

Este artigo apresenta uma análise comparada de dois contextos distintos em que a gestação é tratada sob a égide do binômio saúde-doença, tendo como objetivo principal debater a formação de identidades clínicas através da categoria risco, tanto no que se refere propriamente à gravidez considerada de risco quanto no uso disseminado da noção de risco ao longo de toda a gestação e parto. Fruto de duas pesquisas de mestrado, uma sobre relação médico-paciente prioritariamente em questões relacionadas à sexualidade na gravidez realizada em 2011 no ambulatório de uma maternidade pública em Salvador, BA, e outra, ainda em andamento, acerca do movimento pela humanização do parto e seus desdobramentos, feita em um grupo de apoio à gestante na cidade do Rio de Janeiro, este estudo procura refletir de forma ampla sobre a visão de gestantes a respeito do saber médico-científico e de como a introdução da noção de risco interfere na trajetória dessas mulheres. As duas pesquisas que compõem esse trabalho foram realizadas através de técnicas qualitativas de trabalho de campo e entrevista. A categoria

risco constantemente influencia as decisões de profissionais e mulheres na hora de escolher qual opção terapêutica seguir, no entanto, esse fenômeno gera problematizações e reações de profissionais e, principalmente, mulheres quanto à validade do saber e das prerrogativas médicas que tentam impor determinadas práticas de cuidados em detrimento de outras que também poderiam ser seguidas. Com isso, a relação médico-paciente tende a ser fragilizada, especialmente no caso das gestantes que partilham do ideário do parto humanizado e reivindicam uma humanização da saúde que passa pela desmedicalização da gestação e do parto. No cenário da maternidade pública pesquisada, no entanto, há uma menor tendência ao questionamento da autoridade médica e uma maior incorporação de práticas de medicalização devido à noção de risco adotada pela instituição que se volta fundamentalmente ao atendimento de gestações de risco. Vale ressaltar ainda a importância da perspectiva comparativa presente neste trabalho, o que permite enriquecer a discussão com a inserção dos marcadores de classe social e raça presentes em cada grupo pesquisado, além de estabelecer um panorama mais amplo dos processos de reivindicação e garantia de direitos assim como de políticas públicas voltadas a grupos sociais específicos.

Políticas da vida e mobilizações em torno da saúde reprodutiva no Brasil: um olhar interseccional de gênero e raça

AUTORES/AS: LAURA CECÍLIA LÓPEZ

A partir da narrativa biográfica de uma mulher negra sobre o percurso de violências vivenciadas nos atendimentos com profissionais de saúde durante a gestação, me proponho a refletir sobre a mobilização política das mulheres negras brasileiras em torno da saúde reprodutiva, relacionando-a com as atuais discussões sobre humanização do parto. Analisa-se a transformação do corpo como lócus de resistência política e seu potencial para a visibilização do racismo na esfera pública. Ainda, reflete-se sobre uma construção epidemiológica que vem sendo realizada, no sentido das disputas por visibilizar uma realidade social vinculada aos efeitos das desigualdades raciais na saúde das populações. A reflexão apoia-se num referencial teórico da antropologia da saúde contemporânea, trazendo os conceitos de biopoder e políticas da vida para pensar os efeitos dos processos de racialização na vida dessas mulheres e como eles se constituem em foco de demandas em torno

da saúde. Propõe-se também um olhar interseccional de raça e gênero, inspirado na produção de intelectuais feministas negras, e que está sendo corporificado nas demandas e mobilizações políticas.

Questões e impasses de uma pesquisa em saúde com usuários de crack e derivados no Brasil - recorte Natal e Fortaleza

AUTORES/AS: JAINA LINHARES ALCANATARA

Apresentarei nesta comunicação alguns aspectos ligados ao trabalho antropológico em face de pesquisas como as que envolvem saúde, ética e pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. Participei, desde 2010 de uma pesquisa que se realizou até 2013 com abrangência nacional onde se pretendia-se delinear o “perfil dos usuários de crack” que vivem no Brasil. Para isto, utilizou-se de três tipos de abordagem, entre elas a abordagem antropológica com vistas a dar conta de aspectos ligados a realidade vivida e compartilhada pelos usuários nas chamadas, cenas de uso de crack. Gostaria de relatar e analisar como o trabalho foi realizado por uma equipe de pesquisadores que lida com impasses, colaborações, querelar, burocracia estatal e ética em campo, visto que dependeu, em muito, das parcerias desenvolvidas com as secretarias de saúde, direitos humanos e assistência social, com instituições religiosas e organizações de bairros. Daí tentar avaliar de que forma a antropologia, com seu modo de pesquisar, pode apontar para questões que nem sempre são mensuráveis, mas lança luz sobre outros aspectos que envolvem os indivíduos em sua vida cotidiana.

COORDENADOR/A: MARIA CLAUDIA PEREIRA COELHO (UERJ), SUSANA SOARES BRANCO DURÃO
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP)

DEBATEDOR/A: DANIEL SEABRA LOPES

A antropologia das emoções vem se consolidando como área autônoma no Brasil há pouco mais de uma década. Ao longo deste percurso, é possível reconhecer já alguns eixos temáticos nítidos, com a formulação de objetos de pesquisa relacionados à política, à cidadania e à violência, mas também às experiências do trabalho, do consumo e do lazer. Este Grupo de Trabalho busca explorar as seguintes questões: a – as articulações entre emoção, cognição e interesse na motivação para a ação social; b – a dimensão moral da vida emocional; e c - o trabalho político das emoções na vida pública. Com estas questões de fundo em mente, as principais temáticas contempladas são: a – emoções e sociabilidades urbanas marcadas por situações de violência e risco; b – emoções e formas de motivação e engajamento na ação política; c – emoções e discursos/práticas profissionais e institucionais; e – o papel das emoções nas diversas experiências contemporâneas de lazer e consumo.

A criação de um bom político - Etnografia de uma eleição local num município baiano

AUTORES/AS: MURILO RODRIGUES GUIMARÃES

A partir de minha dissertação de Mestrado, defendida em 2012, apresentarei minhas reflexões sobre as motivações populares para a escolha de candidatos a prefeito e a vereador, as quais podem ilustrar privilegiadamente os modos como os cidadãos brasileiros intercambiam interesses e valores com seus contemporâneos, com o Estado e com as instituições de participação democrática, em especial os partidos políticos. Aberto oficialmente “o tempo da política”, articularam-se mensagens disseminadas em palanques, em programas de rádio, pelas ruas e, principalmente, no diálogo sussurrante entre eleitores, “caciques” locais e candidatos. O ‘tapetão vermelho’ mobilizava homens e mulheres, de todas as idades, numa “campanha” onde risos, insultos, aplausos e lágrimas pareciam indicar quais eram os desejos populares, antes mesmo de explicitarem os interesses das elites econômicas e políticas em disputa. Num cenário em que Luis Inácio Lula da Silva representava o principal ator político em ‘campo’, mostrarei quais eram as novas moedas trocadas por votos, naquele pequeno município baiano, entre julho e outubro de 2008.

As Afetividades Diárias: Como os Sentimentos, Emoções e Afetos se interpoem nos Processos de Agenciamento e Direitos no Trabalho Doméstico Remunerado

AUTORES/AS: THAYS ALMEIDA MONTICELLI

O artigo que apresentamos é uma interface da pesquisa realizada em Curitiba-PR no ano de 2011 e 2012, que visou compreender como são estabelecidas as formas de afetividades nas relações de trabalho que envolve as diaristas e seus empregadores, considerando as experiências, emoções e sentimentos vividos por estas mulheres. O nosso objetivo neste texto é expor as lógicas pelas quais as afetividades são construídas e como interferem nas relações de trabalho e nos processos de direitos. Através de teorias sociológicas e antropológicas que visam interpretar as emoções, sentimentos e subjetivações, analisamos como estas trabalhadoras realizam escolhas e seleções afetivas pautadas nas diversas experiências vividas, considerando as relações de poder imbricadas nestes espaços e contextos. Por meio das análises dos

conteúdos e das narrativas, percebemos que o trabalho realizado em diárias é um processo, bem sucedido, do agenciamento conquistado por estas trabalhadoras. Ele se concretiza para além de um quadro de autonomia trabalhista, intercâmbios e negociações, pois envolve afetos, relações monetárias, jurídicas e de gratidão. Dessa forma, esta análise traz novas considerações acerca do trabalho doméstico remunerado, e revela conteúdos que são desafios à implementação dos direitos no Brasil.

De presentes e furtos entre empregadas domésticas e seus patrões: um estudo sobre afeto de desigualdade

AUTORES/AS: JUREMA GORSKI BRITES

A partir de uma perspectiva etnográfica, tecemos certos paralelos entre os presentes oferecidos pela patroa à sua empregada e os pequenos furtos que ocasionalmente esta comete na casa de sua empregadora. Tratamos tais elementos como parte de sistema de trânsito de bens, saberes e afetos, que analisamos como “transmissão de patrimônio”. Neste estudo “roubo” e as acusações de “roubo” são analisados como partes constitutivas das relações de trabalho doméstico. Ao lado do salário e dos presentes oferecidos pelos patrões aos serviçais, o furto continuado que é efetuado (ou presumido) pelas empregadas ilustra as ambigüidades das relações de classe que esse tipo de serviço acarreta na sociedade brasileira.

Interação, Conflito e Emoção – o exercício da autoridade em revistas de malas em aeroportos

AUTORES/AS: MARIA CLAUDIA PEREIRA COELHO, JOÃO TRAJANO SENTO-SÉ (UERJ), ANDERSON CASTRO (UERJ), BRUNO ZILLI (UERJ)

Este trabalho apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa ‘O Exercício da Autoridade no Sistema de Justiça Criminal’, cujo objetivo específico é examinar a articulação entre as dimensões cognitiva e emocional da experiência do exercício da/submissão à autoridade. Elege como foco de análise uma ‘cena’ de exercício da autoridade – as revistas de malas em aeroportos. Nesta cena, encontram-se tipicamente em interação, de um lado, agentes da receita federal e/ou policiais federais e, de outro, cidadãos das camadas médias e altas. A proposta é examinar de

que forma categorias cognitivas – ‘autoridade’, ‘poder’ e ‘legalidade’, entre outras – se articulam às gramáticas emotivas geradas nestas situações – humilhação, raiva, impotência, entre outras. A metodologia empregada é a realização de entrevistas em profundidade com agentes da receita federal e policiais federais, combinada à observação participante em aeroportos do Rio de Janeiro. O trabalho pretende contribuir para: a – o campo da antropologia das emoções, ao construir um objeto de pesquisa voltado para o estudo do papel das emoções em situações públicas envolvendo o exercício da autoridade; e b - o campo dos estudos de policiamento, ao eleger cenas que tipicamente colocam em interação policiais e cidadãos de camadas médias e altas, escapando assim ao recorte predominante na literatura especializada que vem tradicionalmente privilegiando as interações entre policiais e cidadãos das camadas populares.

Marcas emocionales y trayectorias de científicos: des objetivando dinámicas de laboratorio

AUTORES/AS: ANA SPIVAK LHOSTE

El objetivo de esta propuesta es explorar las trayectorias profesionales de científicos de diversa formación (físicos, químicos e ingenieros) y en distintas etapas de sus carreras (doctorandos, jóvenes investigadores, investigadores al final de sus carreras), que integran un laboratorio de Ciencias de los Materiales de una universidad pública de la ciudad de Buenos Aires. Como avance de un trabajo etnográfico todavía en curso, y con foco en los relatos y categorías que conforman dichas trayectorias registradas en entrevistas en profundidad, el texto se concentrará en 1) la reconstrucción de los recorridos geográficos, institucionales y cognoscitivos que les dan forma y las motivaciones que los orientan, 2) la identificación de las marcas emocionales que dichos recorridos imprimen en sus prácticas y posicionamientos profesionales actuales.

Se parte de la base que el abordaje de las trayectorias profesionales aquí propuesto permitirá ahondar en el análisis del laboratorio en tanto espacio de socialización tanto epistémico, o sea ligado a la evolución de las líneas de conocimiento tecnocientífico que se producen, como extra epistémico, es decir relativo a la dinámica social de la cual es parte. Un espacio de socialización en el que confluyen diversas experiencias de formación, trabajo, generación y participación política.

Un espacio en el que, además, lo emotivo constituye un factor relevante en la negociación de proyectos y expectativas de carácter personal, percepciones y decisiones sobre las responsabilidades profesionales asociadas a situaciones de trabajo específicas así como posicionamientos ligados a la proyección de sus tareas hacia la sociedad.

“Los Juzga un Tribunal, Los Condenamos Todos”: memórias em conflito nos tribunais argentinos

AUTORES/AS: LILIANA SANJURJO

Há mais de três décadas, familiares de desaparecidos da ditadura militar argentina (1976-1983) se engajam em ações políticas para exigir “Memória, Verdade e Justiça” pelas violações cometidas durante a repressão. Com a anulação das leis de anistia, em junho de 2005, abriram-se os caminhos legais para a responsabilização penal efetiva de agentes do Estado acusados de violações. Desde então, as narrativas sobre o passado de violência entraram definitivamente em cena (e em disputa) nos tribunais do país. Com base em etnografia realizada em audiências dos chamados “julgamentos de delitos de lesa humanidade”, problematizo como familiares de desaparecidos, sobreviventes da repressão, atores judiciais e agentes do Estado acusados de violações, por meio das narrativas que enunciam, converteram os tribunais em lugar privilegiado para a afirmação de sentidos ao passado ditatorial e seus agentes: em disputa estão os projetos políticos, as palavras, as condutas e a moral de vítimas e acusados, assim como em questão está a legitimidade dos julgamentos e a validade dos princípios jurídicos aplicados. Compreendendo o “Direito” como uma forma de ação política e conduzindo uma análise da “política” que considera a dimensão afetiva e existencial da ação humana (significados, emoções, o sagrado, noções de moralidade), o intuito é analisar como a cena judicial vem desempenhando-se como espaço de luta para a produção do “saber” e da “verdade” sobre a ditadura na Argentina.

Decisões judiciais, moralidade e emoções

AUTORES/AS: MARÍLIA LOSCHI DE MELO

Existe um rico arcabouço teórico sobre princípios gerais de direito, vastas teorias sobre decisão, tratados sobre ética e deontologia e um sem-fim de assuntos jurídicos

que interessam ao magistrado pelo simples fato de que este deve ser, em primeiro lugar, um grande conhecedor do ordenamento jurídico para que então possa ser um operador privilegiado do direito. São produções do que podemos chamar de discurso nativo: o que o campo jurídico faz e diz sobre o que faz.

Na doutrina do direito, existe uma forte presença do positivismo jurídico, segundo a qual existe, para todo caso particular e concreto, uma lei que se lhe irá aplicar, racionalmente. O cenário atual nos mostra que a concepção positivista de neutralidade tem limites e, em seu lugar, não há teoria definitiva que se sustente sem abrir espaço para a sensibilidade e a ação criadora do magistrado. Outra representação nativa é a do juiz-mônada, isolado em seu gabinete e em sua consciência, dispensando qualquer auxílio (e interferência) externo para o ato de decidir.

O papel das emoções e da moralidade nesse discurso já está instalado. Interessa-nos perceber sob que formas se apresentam e como são analisadas pelos magistrados, podendo indicar comprometimento, engajamento, contaminação, presença de subjetividade, irracionalidade, impulsividade, compaixão, autocontrole, por exemplo. Estes elementos remetem ao que Catherine Lutz chamou de “etnopsicologia ocidental moderna” a respeito das emoções nos discursos ocidentais, fortemente marcados pela oposição razão-emoção. Com base neste conceito de Lutz, pretende-se refletir sobre uma possível “etnopsicologia jurídica” para pensar a articulação entre decisões judiciais, moralidade e emoção.

Em busca da “Dignidade da Pessoa Humana”: política, emoções e moralidades nos pedidos judiciais de requalificação civil de transexuais

AUTORES/AS: LUCAS DE MAGALHÃES FREIRE

Este trabalho traz uma análise das petições iniciais apresentadas por pessoas transexuais em seus pedidos de requalificação civil (alteração de nome e sexo no Registro Civil) ao poder Judiciário. Os dados aqui discutidos são oriundos do trabalho de campo – em andamento – realizado no Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (NUDIVERSIS) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e fazem parte de minha pesquisa para conclusão do Mestrado em Antropologia Social.

A leitura destes registros revela que diversas estratégias são postas em prática pelos

operadores do direito na tentativa de fazer com que a demanda pela alteração dos documentos de identificação de transexuais seja julgada procedente. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana – previsto expressamente no art. 1º, III da Constituição Federal como “fundamento” da República Federativa do Brasil – funciona como uma espécie de fio condutor da argumentação desenvolvida pelos Defensores Públicos e se desdobra em uma série de considerações de cunho moral e apelos emocionais que vão muito além das justificativas baseadas nas normas positivas do Direito. Por um lado, parte da retórica utilizada nestes documentos tenta produzir no indivíduo responsável pelo julgamento uma empatia pelo autor. Por outro, há, ao longo do texto, denúncias de contaminação moral por parte dos juízes que negam os pedidos de alteração do registro civil.

Deste modo, busco atentar para as dinâmicas emocionais que o discurso presente nestas petições tenta produzir e as dimensões morais acionadas neste processo, bem como ponderar o papel das emoções no fazer político de pessoas transexuais na busca pelos “seus direitos”. Destaco também o modo pelo qual os documentos de identificação não possuem a função de “refletir a realidade”, como aparece nos argumentos dos defensores, mas sim a produzem constantemente.

Gênero, militância e emoções: motivações e impedimentos à participação de mulheres em mobilizações políticas em Bangladesh

AUTORES/AS: FABIENE DE MORAES VASCONCELOS GAMA

Esse paper tratará das emoções presentes nas mobilizações políticas contemporâneas de ativistas bangladechianas. Através do estudo de caso de uma Road March organizada por ativistas do Gonojagoron Moncho, uma plataforma política que surgiu do movimento de massas que aconteceu em Shahbag (Dhaka, capital de Bangladesh), em fevereiro de 2013, refletirei sobre as emoções que motivam as mulheres a se engajarem em uma ação política fortemente dominadas por homens. Na marcha, ocorrida em janeiro de 2014 em diferentes cidades do país, apenas 10% dos militantes eram mulheres. O número, contudo, é excepcionalmente importante quando comparado com outras manifestações políticas, especialmente não voltadas ao tema dos direitos das mulheres, onde a participação feminina é ainda menor. Um primeiro trabalho de campo junto a elas demonstrou que o que motivou as mulheres à ação (o julgamento de islamistas envolvidos com crimes

como o estupro e o assassinato de mulheres, entre outros, durante a Guerra de Libertação do país) e o que as fazem permanecer envolvidas nas atividades da plataforma está fortemente relacionado às suas experiências enquanto mulher no mundo. O sentimento de segurança proporcionado pelos envolvidos na plataforma, seja na rua (ausência de violência contra as mulheres), seja nos ambientes privados (respeito às demandas femininas), assim como os laços de amizade e espaços de sociabilidade que surgiram a partir das ações do grupo aparecem como principais fatores de motivação à permanência na ação política. Há no entanto uma série de limitações à ação e atuação das mulheres, que precisam negociar constantemente seu lugar quanto líder e/ou militante. Qual o papel que as emoções desempenham na facilitação da participação das mulheres na vida política de Bangladesh? Quais são as emoções mobilizadas para mobilizações políticas e como ela motivam e/ou impedem as mulheres de se manifestarem politicamente?

Narrativas biográficas de engajamento em Direitos Sexuais

AUTORES/AS: BRUNO DALLACORT ZILLI DE JESUS

Este trabalho se baseia em tese defendida no PPCIS/UERJ, cujo objeto de análise foram narrativas de trajetórias acadêmico-profissionais de um banco de entrevistas do CLAM/IMS/UERJ com atores de destaque no campo intelectual latino-americano de direitos sexuais, com um recorte de atores brasileiros. O objetivo específico foi compreender que gramática emotiva informa o discurso sobre a motivação no engajamento político e intelectual em temas ligados ao gênero e à sexualidade. Os conceitos de violência e compaixão foram importantes noções para explicar o engajamento nesses temas. O aporte teórico utilizado foi o da antropologia das emoções, especificamente os referenciais analíticos que discutem o papel das emoções em movimentos sociais. Estes referenciais foram utilizados para pensar as narrativas, com foco na relação discursiva entre emoções e escolhas profissionais em carreiras interseccionadas tanto por estudos temáticos em direitos sexuais quanto pela interlocução com movimentos sociais. O objetivo geral foi investir em uma análise discursiva focando na gramática emocional das narrativas sobre o engajamento nas temáticas da política, dos direitos sexuais e das questões de gênero

Sentimentos Sociais, Reconhecimento e Moralidades na Baixada Fluminense

AUTORES/AS: NEIVA VIEIRA DA CUNHA

Este trabalho tem por objetivo mostrar a importância dos sentimentos sociais na compreensão das questões de justiça no Brasil contemporâneo, através da análise focalizada das formas de exercício da cidadania tal como ela é vivida, percebida e praticada por pessoas comuns na vida cotidiana, insistindo particularmente sobre as situações de conflito. Toma como campo empírico a ‘Cidade dos Meninos’, localizada no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A história da ‘Cidade dos Meninos’ teve início ainda na década de 1950, quando foi construído nessa área um grande abrigo para menores, sob a administração da Fundação do Abrigo Cristo Redentor. Como a área reservada ao projeto não estava sendo totalmente utilizada, parte dela foi cedida ao Ministério da Educação e Saúde para a instalação do Instituto de Malariologia e de uma fábrica de HCH (clorohexacicloexano), popularmente conhecido como ‘pó-de-broca’. A fábrica foi desativada no início da década de 1960, quando o uso desse tipo de inseticida foi proibido no Brasil. Com o seu fechamento, cerca de 400 toneladas de HCH foram abandonados no local, dando origem a um dos mais graves processos de contaminação humana e ambiental já ocorridos no Brasil. O drama social vivido pelos moradores da Cidade dos Meninos teve início em 1989, quando o processo de contaminação foi, finalmente, descoberto. A imprensa noticiava que o ‘pó de broca’ estava sendo comercializado nas feiras livres de Duque de Caxias, embora o produto estivesse proibido pelo Ministério da Saúde. A partir de denúncias feitas pela imprensa, chegou-se às antigas instalações da fábrica de inseticidas. Segundo os laudos técnicos emitidos na ocasião, a contaminação poderia causar desde reações alérgicas, à câncer, infertilidade e problemas neurológicos mais sérios. O Ministério da Saúde foi instado a explicar as causas da contaminação e a buscar solução para o problema. De acordo com a narrativa dos próprios moradores, o medo e a incerteza sobre o futuro, o abandono, o desprezo, a humilhação e a indiferença são alguns dos sentimentos com os quais passaram a conviver, desde a descoberta da contaminação. Suas vidas ilustram os efeitos devastadores que a contaminação teve sobre seus corpos e mentes. Movidos por essa experiência eles se mobilizam e reivindicam uma reparação, por parte do Estado, dos danos físicos e morais

causados pela contaminação. Através de pesquisa empírica realizada na Cidade dos Meninos, busca-se aqui evidenciar os tipos de sentimentos sociais e categorias morais que se expressam através das demandas por respeito e reconhecimento de seus moradores. A partir de uma perspectiva etnográfica, trata-se de examinar as maneiras de viver e se organizar coletivamente, de gerir sentimentos sociais e de aplicar categorias morais na resolução de conflitos no espaço público.

“Manda quem pode, obedece quem (não) tem juízo”: corpo, adoecimento mental e intersubjetividade na polícia militar goiana

AUTORES/AS: CLÁUDIA VICENTINI RODRIGUES DE ALMEIDA

Este trabalho procura comunicar algumas das elaborações etnográficas da minha dissertação de mestrado, de mesmo título, defendida no ano de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PGAS/UFG). Em linhas gerais, a pesquisa tratou da relação entre adoecimento mental e polícia militar por meio da análise de narrativas. O seu referencial teórico apoiou-se nas formulações teórico-metodológicas do campo da antropologia da saúde empreendidas por B. Good, A. Kleinman e outros, como V. Das, Csordas e também Bourdieu, que procuram articular as dimensões individuais e socioculturais ao privilegiar noções como as de experiência, sofrimento social, intersubjetividade, agenciamento e corpo.

Para esses autores, o processo de adoecimento e o sofrimento que o acompanha, porque atravessam aquilo que temos de mais fundamental, a possibilidade mesma de qualquer experiência, o corpo, configura-se como meio de acesso privilegiado a dimensões impensadas dos contextos locais e morais dos indivíduos-sujeitos que o vivenciam. Desse modo, para essa comunicação, optou-se por um recorte centrado na elaboração de três eixos analíticos (teórico-empíricos) da pesquisa etnográfica realizada: a) o papel normalizador e suplementar do dispositivo psiquiátrico atuante na instituição militar e as conseqüências subjetivas e institucionais para os sujeitos policiais a ele submetidos; b) a violência como linguagem privilegiada, dispositivo de formação, negociação e poder, e meio de empoderamento social; c) os princípios da hierarquia e da disciplina e a ordem marcadamente masculinizada que orientam a formação e a conduta intra e extra institucional dos sujeitos-policiais e definem sua identidade social e a construção e manejo de seus corpos sociais.

Mulheres, Violência e Espaço Urbano.

AUTORES/AS: ISABEL HERRERA MONTAÑO

O objetivo deste projeto é focar a violência intersubjetiva contra a mulher no Distrito de Barão Geraldo, (Campinas, SP), partindo de três elementos de análise: O primeiro são as narrativas com que diferentes mulheres caracterizam e tipificam suas experiências de violência e a partir disso as formas de habitar o espaço urbano que transitam cotidianamente, considerando as relações intersubjetivas de violência que acontecem entre os sexos, tanto no espaço privado, como no espaço público. Estou especialmente interessada em conhecer as respostas políticas, a mobilização e a organização que as situações de violência de gênero puderem estimular. Em segundo lugar, pretendo analisar os imaginários e as representações que os meios de comunicação escritos e virtuais, tradicionais e alternativos, contribuem para construir com relação aos paradigmas estéticos, de comportamento e em geral, do lugar social dado à mulher, também sobre as reações que a mídia estimula perante os casos de violência. Em terceiro lugar, buscando aprimorar minha pesquisa de graduação, pretendo indagar sobre os níveis de efetividade das instituições estatais frente ao problema da violência contra a mulher, sobre as percepções das vítimas dos trâmites de acesso à justiça, e as garantias de segurança e justiça outorgadas por instituições como a polícia e o órgão judicial. A metodologia será qualitativa: etnografia com organizações de Barão Geraldo que trabalham contra a violência de gênero, (principalmente de estudantes), com associações de moradores, e associações de segurança nos bairros. Do mesmo jeito, será feita a revisão documental de jornais impressos e disponibilizados na internet.

Os cartórios confessionais e seus silêncios: ouvir/narrar estupros numa Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Campinas

AUTORES/AS: LARISSA NADAI

Nessa comunicação, buscarei revisitar parte minha dissertação de mestrado, “Descrever crimes, Decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor”, defendida em junho de 2012. Tenho por intuito, colocar em evidência as formas narrativas que constituem os documentos

oficiais produzidos pela Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor, entre os anos de 2004 e 2005. Por um lado, gostaria de destacar as convenções narrativas por meio das quais a polícia especializada de Campinas narra os crimes de estupro e atentado violento ao pudor que tramitam em suas dependências. De outro lado, procuro justapor essas formas de ouvir à própria arquitetura e espacialidade da DDM de Campinas: seus barulhos e silêncios - impressoras, telefones, fax, portas em constante movimento de abrir e fechar, passos, corredores, regimes de voz etc. Levando em consideração, a “gramática” e os “léxicos” produzidos pela polícia civil nesses casos, gostaria de refletir sobre as inflexões narrativas que são postas em prática pela polícia quando essas escritas e delegadas, por meio de seu trabalho rotineiro de “produzir papéis”, convencionalizam termos, produzem encadeamentos narrativos, sequências e imagens textuais, ausências e silêncios por meios de palavras, parágrafos, variação gráfica de letras, tamanhos de fontes, carimbos, assinaturas etc. Toda essa quantidade variável de papel oficial que, no decorrer de um Inquérito Policial será fotocopiado ou não e arquivado como Inquérito relatado no Arquivo da DDM de Campinas, nos permitem refletir sobre os engajamentos morais e emocionais a partir dos quais essas profissionais, em suas práticas cotidianas, são capazes de ouvir essas queixas e relatos. Por conseguinte, nesses papéis, também, ficam registrados os artifícios colocados em prática por essas profissionais ao transformarem escuta em narrações oficiais de polícia. Gostaria de sugerir, portanto, que essas formas de escuta e suas transposições em escrita/narração policial nos ajudam a redimensionar essas práticas burocráticas implicadas no ato mesmo de “apenas produzir papel”, como sugere Ferreira (2013). Bem como, visibilizam as estratégias e táticas cotidianas dessas profissionais de suportar ou não a rotina imposta pelo trabalho policial, os sucateamentos técnicos e materiais dessa corporação e os dilemas morais vivenciados a partir das relações de atendimentos de vítimas de estupro/atentado violento ao pudor que chegam aos “balcões” dessa instituição.

Ser polícia e ser um outro: experiências de cadetes de polícia africanos em Portugal

AUTORES/AS: DANIEL SEABRA LOPES, SUSANA DURÃO

Nesta apresentação pretendemos questionar a ideia da instituição academia

de polícia como processo de inculcação e de socialização para a conformidade de práticas e valores de polícia. Acompanhar cadetes e aspirantes de várias nacionalidades africanas -- que permanecem por cinco ou mais anos a estudar em Portugal no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna -- obriga a complexificar o quadro teórico de interpretação mais frequente sobre formação de policiais: o de uma socialização fundamentalmente condicionada por dispositivos institucionais relativamente coerentes e estabilizados. Iremos demonstrar como em muitos momentos e espaços do instituto existe uma formulação que se baseia em tensões entre funcionalidade burocrática e emancipação universitária; hierarquia e solidariedade; padronização e competência; liderança pelo exemplo e submissão moral. Mais do que apenas instituições isomórficas, vocacionadas para a reprodução de um determinado modelo de policiamento de alcance internacional, este tipo de academia de polícia deve ser igualmente entendido tanto no plano da história de relações do período tardio colonial e de reconstituição democrática em Portugal como através de narrativas, emoções e experiências de vida e formação de alunos cooperantes.

“Manguear é entrar na mente para afetar o psicológico”: saberes, emoções e estratégias de vida nas ruas.

AUTORES/AS: TOMÁS HENRIQUE DE AZEVEDO GOMES MELO

A partir de pesquisa de campo realizada entre os anos de 2009 e 2012, sobre o processo de politização de pessoas em situação de rua, na cidade de Curitiba, Paraná, pude perceber que a vida em situação de rua depende de um processo de aprendizagem que insere as pessoas em uma dinâmica própria e radicalmente diferente da vida domiciliada. Dentre os novos modos de relação apreendidos se destaca o mangueio, termo que sintetiza uma diversidade de possibilidades de ações para adquirirem diversas ordens de recursos, seja em forma de dinheiro, alimentação, roupa ou demais objetos e serviços. O mangueio é uma dentre várias ideias (como a história triste, o 171, entrar na mente e afetar o psicológico) que compõe um sistema de categorias referente às estratégias para viver nas ruas. Sobretudo, trata-se de algo que deve ser aprendido e resulta em um modo de relação que tem por principal objetivo incluir os outros em uma relação diferenciada, que se manifesta principalmente para objetivos econômicos, mas não apenas isso.

Pretendo refletir sobre o manguêio a partir da apresentação de cenas etnográficas que relacionam essas práticas enquanto saberes adquiridos a partir da experiência de vida na rua e de sua relação com as emoções. Conhecer as emoções e sentimentos humanos, como muitas vezes me foi retratado, é requisito básico para que um manguêio seja bem sucedido. Em outras palavras, quem realiza o manguêador precisa tornar-se arguto conhecedor das reações das pessoas a quem abordam nas ruas, e se possível, conseguir prevêê-las: o manguêador deve saber, por exemplo, que o tipo de história que se usa com uma pessoa de idade mais avançada não é o mesmo que se usa com um jovem, da mesma maneira que a abordagem de uma família em frente de um supermercado não deve ser a mesma utilizada em frente de uma festa com pessoas embriagadas.

A partir dessa expertise dos sentimentos e condutas morais, utilizam-se da experiência de vida na rua para conseguir convencer o interlocutor e assim conseguir chegar ao objetivo do manguêio. Sua habilidade está em reconhecer e identificar os valores em pauta na relação com os outros, prever condutas e se utilizar tanto da experiência na rua, quanto dos estereótipos criados sobre quem vive nas ruas a seu favor. Trata-se, em última instância, do desenvolvimento de uma habilidade específica em prever reações e estabelecer uma comunicação para “ler as pessoas” de forma adequada. Da simpatia pelo pobre coitado à solidariedade pelo pai de família em necessidade; da pena pelo incapacitado ao elogio do sujeito honesto que confessa alcoolismo, muitos são os elementos que podem ser mobilizados para “tocar as pessoas no lugar certo”.

COORDENADOR/A: AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS), CERES KARAM BRUM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

DEBATEDOR/A: CHRISTINA DE REZENDE RUBIM, ANA MARIA RABELO GOMES,

É notório que nos últimos anos a Antropologia tem expandido sua presença junto às mais diversas formações universitárias e não universitárias, bem como, tem havido no Brasil um incremento na formação de antropólogos em nível de pós-graduação e de graduação, sem que com isso tenha havido um debate profundo em torno do seu ensino, bem como das particularidades do aprendizado de ser antropólogo, em termos da aquisição teórica e metodológica. O processo formativo em antropologia passa, necessariamente, pelas relações entre ensino e aprendizagem, de modo que a discussão em torno de sua aquisição mostra-se fundamental para a própria compreensão dos rumos da Antropologia como ciência na atual conjuntura. O presente Grupo de Trabalho visa fomentar as problemáticas relativas as estas questões, voltando tanto para a formação de antropólogos como de “não antropólogos”, discutindo as diversas inserções da ciência antropológica em vários espaços formativos. Buscamos realizar uma reflexão em torno do lugar do ensino/aprendizagem da antropologia, bem como dos desafios postos a sua realização, e das fundamentações teóricas, epistemológicas e práticas que subjazem seu ensino, voltando para a formação de antropólogos (em nível de graduação e pós-graduação), cientistas sociais, profissionais da saúde, professores etc., bem como na educação básica. Este GT se baseia numa ampla interface entre a antropologia e ensino, visando abarcar os mais diversos trabalhos produzidos neste cenário.

(Re)descobrimos a Alteridade: reflexões sobre o ensino de Antropologia em turmas de Educação Básica. (trabalho apresentado em parceria com Rogerio Mendes de Lima, código 4767470)

AUTORES/AS: FÁTIMA IVONE DE OLIVEIRA FERREIRA, ROGERIO MENDES DE LIMA

Os conceitos e metodologias da Antropologia constituem elementos essenciais para que sejam atingidos os objetivos propostos pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM) no que se referem aos conteúdos de Ciências Sociais no Ensino Básico, principalmente após a implantação recente do ensino de Sociologia em todas as séries do Ensino Médio. Nesse sentido, não somente o patrimônio teórico-conceitual, mas os métodos desenvolvidos por essa ciência ao longo do tempo são referenciais indispensáveis para a descoberta da alteridade e a produção de conhecimento discente sobre a realidade social e cultural na qual estão inseridos. Motivado pela dupla inserção dos autores, como professores e pesquisadores, o presente trabalho discute as estratégias de transposição didática utilizadas com estudantes de educação básica para a discussão de conceitos antropológicos como Cultura, Etnocentrismo e Relativismo Cultural e sua colaboração na construção de uma postura que valorize o diálogo, a compreensão do outro e o reconhecimento da importância da Antropologia na formação de professores e pesquisadores da área de educação

A presença da Antropologia no Ensino Básico

AUTORES/AS: RUBIA MACHADO DE OLIVEIRA, JULIANA FRANCHI DA SILVA

Este trabalho se propõe a refletir sobre o espaço em que a Antropologia ocupa na Educação Básica, seus desafios, bem como apresentar uma discussão sobre a importância de seu método etnográfico em estudos dentro do ensino básico escolar.

Na Educação Básica a Sociologia representa as três áreas de conhecimento das Ciências Sociais, a saber, Antropologia, Ciência Política e Sociologia. No entanto, há um desafio para a prática antropológica, desde a formação acadêmica do professor e, posteriormente quando o mesmo adentra no espaço da sala de aula na escola básica. No entanto, a Antropologia pode ser um diferencial dentro desses espaços, ou seja, através de seu método etnográfico e da sua técnica de observação

participante que contribuirá para que o professor em formação desenvolva um olhar e uma percepção mais próxima da realidade que fará parte do seu universo de trabalho. Esse diferencial, esse olhar antropológico do professor permitirá que ele desenvolva uma reflexão diferenciada com os seus alunos, proporcionando aos mesmos uma visão mais ampla, mais aberta sobre o universo que circunda a sua vida pessoal e futuramente profissional, pois terão contato com as discussões e reflexões antropológicas na base da sua formação. Portanto, o ensino de antropologia auxiliará os alunos da escola básica, futuros profissionais, membros de uma sociedade, participante de grupos sociais diversos a se relacionarem com o outro e compreende-los a partir de seu próprio espaço social.

Análise do Ensino nas escolas periféricas da região metropolitana de Maringá

AUTORES/AS: JOÃO PAULO DE ASSIS

Compreender a instituição Escola e sua relação com a juventude é muito complexo, pois trata de analisar-la dentro do contexto da sociedade, a escola se trata de um reflexo da sociedade. A educação tornou-se uma mercadoria, voltada a atender as necessidades de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Processo que faz parte de um projeto de sociedade a de consumo, que exclui grupos de indivíduos que não tem condições econômicas de consumir. Exclusão que reflete principalmente na vida escolar da juventude menos favorecida economicamente, causando um distanciamento da instituição escola, e causando um vazio deixado pela sociedade de consumo, que nunca preenchi os indivíduos. Processo de exclusão que é ainda mais presente quando se trata da vida universitária, que pode proporcionar experiências distintas de vida, além de qualificar melhor para o mercado de trabalho, seguindo a lógica da hierarquia social.

Compreendendo a definição de juventude a partir do sociólogo americano Bourdieu, como categoria socialmente construída e estruturada segundo condições de classe, proximidade do poder, gênero ou raça que e que, por sua vez, “acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar”(Bourdieu, 1983, p. 112). Pressupondo-se que a desigualdade social e exclusão, torna a juventude vulnerável, ocorrendo historicamente um movimento de criminalização da juventude pobre,

principalmente a negra, tratando como criminosos em formação, simplificado no uso do termo Menor, sendo a negação do indivíduo enquanto criança, adolescente ou jovem, os tratando com responsabilidades de adultos, e apenas menores no sentido biológico, sendo utilizado com frequência principalmente em termos jurídicos para criminalizar a juventude, ou seja, sendo utilizado como instrumento de coerção da juventude menos favorecidas economicamente.

A juventude sempre é criminalizada ou tratada como incapaz, portanto não é surpresa acontecer conflitos dentro da escola, onde ela não aceita a autoridade dos professores e administradores da escola, pois a escola é obrigatória. Portanto as soluções devem ser essenciais e não apenas formais, como acontece por exemplo no Estado do Paraná, que para resolver problemas de conflitos e violência dentro da escola criou-se uma patrulha escolar formada pela polícia militar, que não tendo uma formação específica para lidar com a situação, acaba por intimidar e amedrontar os alunos, o que não resolve o problema da violência dentro da escola. Tendo como foco a região metropolitana, essa que tem Maringá como cidade pólo, sendo planejada pela companhia norte do Paraná, para torna-se uma cidade modelo de desenvolvimento, por conta da localização geográfica e terra fértil. Sempre foi adotada na Cidade uma política de higienização social, excluindo e obrigando as pessoas menos favorecidas economicamente a se mudar para cidades vizinhas, como Paiçandu e Sarandi. Portanto as cidades vizinhas foram se desenvolvendo com dificuldade a reboque do processo de periferização de Maringá.

Os estudantes secundários que não pertence às áreas centrais de Maringá, portanto sendo de escolas em regiões periféricas, na sua maioria não tem acesso ao ensino superior, e quando assim tem, encontra dificuldade de se manter estudando, por conta da falta de assistência Estudantil.

Sendo que o estudante tem uma formação voltada para o mercado de trabalho, e não para a formação humana, o estudante da periferia não se vê como parte do sistema de ensino, partindo dessa constatação como construir uma educação libertadora que garanta autonomia para os indivíduos e rompa com distanciamento entre as instituições de ensino e seus alunos?

Antropologia no ensino do direito e da gestão pública: o exercício de nomear os vazios

AUTORES/AS: ANDRÉA BORGHI MOREIRA JACINTO

Qual o papel da antropologia na formação e atuação de profissionais em áreas como o direito e a gestão pública? O trabalho compartilha algumas experiências, envolvendo docência e pesquisa interdisciplinar, que sugerem que a antropologia oferece instrumentos teóricos e metodológicos para dar significado a hiatos e vãos que, muitas vezes, marcam a experiência de estudantes e pesquisadores de áreas das ciências sociais aplicadas como o direito e a gestão pública. Nessas áreas, os estudantes e pesquisadores enfrentam constantemente dificuldades relacionadas às discontinuidades entre a norma e doutrina jurídica, por um lado, e as vivências e experiências da realidade social, por outro. A antropologia, de um modo geral, e em campos como a antropologia do direito e do estado, oferece instrumentos nomear e significar esses vazios e tensões, e torná-los operativos na construção de conhecimentos e práticas dessas diferentes áreas, e em suas possibilidades de transformação social.

Antropologia, Gênero e Sexualidades no Ensino Superior: tecnologias educacionais, teoria feminista e pós-construtivismo

AUTORES/AS: FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

O trabalho apresenta os resultados da pesquisa pós-doutoral desenvolvida no quadro de projeto PNPd-CAPES “Antropologia, Gênero e Educação”. Refletiremos sobre o papel da teoria feminista na formação de estudantes em antropologia, serviço social e ciências humanas e profissionais do campo da educação e de políticas para mulheres e LGBT. A pesquisa teve como “campo” três disciplinas universitárias, uma na pós-graduação da FURG/RS e duas ministradas na graduação da UFSC/SC e em cursos de formação de professores no campo da alfabetização ministrados pela ONG GEEMPA. A pesquisa teve como foco as perspectivas teórico-metodológicas pós-construtivista e feminista. Utilizando técnicas pedagógicas como: contrato pedagógico, elaboração do crachá, grupos áulicos, jogos, “letras em pedaços”, e “sim, não, porque?”, pudemos refletir sobre a formação engajada. Apresentaremos os resultados desta pesquisa no campo da

antropologia e educação com resultados das quatro experiências. Em uma das turmas, na graduação do curso de ciências sociais, se formou uma turma jovem feminista engajada em atividades de pesquisa e extensão em antropologia do gênero (uma vez que a maior parte se integrou em núcleos de pesquisa após as experiências) além da concretização da divulgação de resultados de pesquisas e reflexões realizadas nas disciplinas em livros e periódicos nacionais. Na disciplina do curso de Serviço Social pudemos romper com alguns estereótipos da disciplina de antropologia no curso, antes muito temida pela turma, garantindo ampla participação das alunas e alunos nas aulas; e na do curso de Pós-Graduação em Educação e Ciências qualificamos as pesquisas individuais, ampliamos o leque de leituras sobre antropologia e teoria feminista e estimulamos a submissão dos trabalhos finais em formato de resenhas em periódicos do campo da teoria feminista. Por fim, foram nos cursos de formação de professoras/es alfabetizadoras/es que aprendemos as técnicas utilizadas no ensino superior e lá contribuímos com o módulo de “aspectos antropológicos da aprendizagem” em que densificamos conceitos como cultura, alteridade, identidade, diferenças, gênero, sexualidades, dentre outros...

Antropologia, Imagem e Educação: Uma experiência em cursos de licenciatura

AUTORES/AS: JANAINA DAMACENO GOMES

A intenção deste artigo é debater acerca da experiência do ensino de Antropologia na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e na Universidade Cândido Mendes, entre os anos de 2011 e 2013 quando a autora teve a oportunidade de ministrar as disciplinas de Fundamentos da Educação: Antropologia; Pensamento Social Brasileiro e Introdução à Antropologia no cursos de licenciatura destas universidades. Neste período, a leitura direta de textos canônicos da área, o uso da fotografia e das artes visuais como recursos heurísticos (e não meramente ilustrativos) e a realização de “exercícios etnográficos” para a compreensão da teoria e da prática antropológica, mostrou-se bastante fértil. Principalmente, para os estudantes em início de graduação de outras áreas do conhecimento como Biologia, Artes Plásticas e Filosofia. De igual importância foi estabelecer uma conexão direta com tais cursos de graduação, muitas vezes, uma conexão

tensa como no caso da Biologia, em que havia uma polarização constante entre natureza-cultura nos discursos do professor e dos alunos, principalmente, nas discussões sobre sexualidade ou uma conexão mais próxima, como a partir da tradição humanista da Filosofia. Deste encontro entre professor e estudantes resultaram alguns dos trabalhos no campo da performance e imagem em movimento que serão analisados na apresentação. Outro tópico importante é a discussão sobre o compromisso do antropólogo com a área de educação, já que dentro da universidade parece que se estabeleceu uma certa hierarquia entre estes campos de conhecimento o que acaba reforçando o menosprezo de boa parte das ciências humanas em relação aos cursos de formação de professores.

Aprendendo a ensinar: da experiência de construção de um livro dático de Ciências Sociais para o Ensino Médio na graduação.

AUTORES/AS: JAMILE DOS SANTOS PEREIRA COSTA, DIESSICA SHAIANE GAIGE, RENATA COLBEICH DA SILVA

O ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio cada vez mais nos exige capacitação e conhecimento sobre o ambiente escolar, deste modo os saberes adquiridos ao longo da graduação nos fazem refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem principalmente no que tange a disciplina de Sociologia na educação básica. Neste sentido, o exercício da reflexão antropológica acabou se tornando uma ferramenta fundamental de percepções sobre determinado processo dentro da sala de aula, pois através das experiências etnográficas bem como as “vivências” dos estágios curriculares obrigatórios, a concretização de um livro didático de Ciências Sociais para o Ensino

Médio mais próximo a realidade escolar pode tornar-se possível. Dessa forma, percebemos que a etnografia é o método que nos possibilita uma melhor compreensão do meio escolar, pois nos possibilita entender o “outro” através de seus próprios termos, em nosso caso, a escola enquanto instituição escolar e o papel da disciplina de sociologia, consistindo assim, num desafio de troca de experiências e diálogos de aluno para aluno, ou seja, do aluno de graduação que aprende a lidar e a reinventar as Ciências Sociais clássicas para o aluno de Ensino Médio de uma maneira que reflita sua realidade, bem como relação aluno-professor (alunos de graduação e profissional na educação e, alunos e professores da educação básica). Deste modo, este trabalho

pretende relatar a experiência da construção de um livro didático feito por alunos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria através da intervenção da disciplina de “Ciências Sociais para o Ensino Médio” e como este processo foi influenciado pelo conhecimento Antropológico e no que se diz respeito a sua importância diante do aprender para ensinar.

Ciências Sociais na Educação Básica: reflexões sobre o uso de seminário na discussão da identidade nacional

AUTORES/AS: ALINE EVELIN FABRICIO DE MACEDO, BRUNO CLEITON PIRES DE FREITAS, EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA

Fruto da observação participante no cotidiano escolar da 3ª série do Ensino Médio, turma A, no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá, este pôster reflete sobre uma prática avaliativa do conteúdo referente à questão da identidade nacional brasileira. Ainda que a apresentação de seminários seja uma exigência do colégio em questão, em um dos três trimestres que compõem a organização temporal do ano letivo, o trabalho ressalta o caráter quase que inédito (e suas consequências) de se utilizar o texto original dos autores. Referentes a esse tema, os autores escolhidos foram: Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta. Outra discussão abordada no presente trabalho é a consolidação das Ciências Sociais no Ensino Médio. Se, por um lado, a validade e os resultados alcançados no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem da questão da identidade nacional são abordados, por outro, possíveis conexões são estabelecidas com a necessária legitimidade que a recente disciplina implantada nas grades curriculares do ensino básico demanda e a prática didática aqui estudada. Sendo assim, o uso de textos clássicos em seminários da educação básica é priorizado como objeto de estudo, não apenas no que diz respeito às vantagens e desvantagens de tal prática, mas também nos significados que pode alcançar na consolidação das Ciências Sociais no ensino médio.

Do ponto de vista do neófito: uma reflexão sobre as condições do ensino e da aprendizagem da antropologia

AUTORES/AS: ELLEN FERNANDA NATALINO ARAUJO

Acrescentando à perspectiva dos professores, aquela dos alunos que atuam na dupla condição de aprender e ensinar quando no papel de monitores, propomos

apresentar os relatos de nossas experiências de monitoria por dois anos nos cursos de Ciências Sociais e de Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Gostaríamos de expandir nossas reflexões (que já apresentamos nas Semanas de Monitoria da UFF) debatendo-a nesse círculo mais amplo a partir do lugar liminar (Turner, 2005) por nós ocupado. Considerando a especificidade da condição do graduando iniciante do percurso acadêmico, conduzimos nossas experiências pelo princípio de que facilitar o aprendizado da antropologia, é proporcionar meios para que os alunos possam reconhecer as peculiaridades da prática acadêmica dentro do campo das ciências sociais – o qual exige deles uma posição “ativa e pessoal” diante do conhecimento (Fry; Sanchis; 2006). Objetivando situá-los entre a vasta produção científica, realizamos tais atividades: auxílio a pesquisas bibliográficas; construção de quadros sinóticos para apresentação biográfica e classificatória dos autores; disponibilização digital das obras completas trabalhadas; apresentação de outros textos referentes àqueles discutidos; criação de um blog com a reunião de trabalhos de antropologia visual e indicação de links para sites de periódicos, de programas de pós-graduação, de associações científicas, de grupos de pesquisa, laboratórios de imagens, etc. Do lugar de neófito, poderíamos dizer que a partir dessas experiências aprendemos como é fundamental à docência buscar conhecer continuamente as condições em que a relação de aprendizado está estabelecida, e a natureza do conhecimento a ser ensinado, em uma reflexão estrutural e epistemológica. Como o etnógrafo, também àquele com a incumbência de ensinar é possível (e mesmo necessário) dar-se conta das regras sociológicas do ordenamento que é a sala de aula, conhecimento útil não apenas ao ofício antropológico, mas também às atividades didáticas-pedagógicas que se realizam dentro de um campo e se fundamentam em uma relação de alteridade entre distintos sujeitos e significados.

Entre o ensinar e o aprender: a antropologia na compreensão de experiências urbanas.

AUTORES/AS: CRISTINA MARIA DA SILVA, ANANDA ANDRADE DO NASCIMENTO SANTOS (UFRGS), BRUNO DUARTE NASCIMENTO (UFC), MÁRIO LUIS MOREIRA SILVA (UFC)

Através do trabalho de orientação de estudantes da graduação em ciências sociais na Universidade Federal do Ceará, a antropologia tem sido para nós, uma das formas

de conhecimento e ao mesmo tempo tem nos oferecido caminhos metodológicos para pensar as experiências urbanas, bem como trazer para a compreensão das cidades, os elementos culturais e as narrativas que compõem as suas práticas e vivências. Como bem lembrou Lévi-Strauss: “Enquanto a sociologia se esforça em fazer a ciência social do observador, a antropologia procura por sua vez elaborar a ciência social do observado (...) tentando então extrair um sistema de referência fundado na experiência etnográfica, e que seja independente, ao mesmo tempo, do observador e de seu objeto. (Lévi- Strauss, 1996: 404). Ora, o que Lévi- Strauss está ressaltando é que partir do ponto de vista do observador “permite extrair propriedades aparentemente mais rigorosas”, do que quando se implica ampliar a perspectiva para “outros observadores possíveis.” (Lévi-Strauss, 1996: 404). Incluir outras referências, experiências e observadores possíveis, é de certo modo deslocar os lugares do verdadeiro, do falso e do fictício, possibilitando outros acessos à interpretação da realidade social e cultural. Nos três trabalhos de orientação selecionados temos buscado diferentes perspectivas de investigação, incluindo outras referências de acesso às experiências urbanas: o texto literário (através de etnografias de ficções), pessoas em situação de rua e suas práticas alimentares, bem como o universo do grafite, com suas grafias e narrativas, para pensarmos a cidade e suas experiências, não a partir das “crises” e desgastes do “urbano”, mas das práticas e das plurais narrativas, extraídas e refletidas a partir de um olhar antropológico. O presente trabalho nos instiga a compor a moldura narrativa das circunstâncias dos ensinamentos e aprendizados, diante dos quais buscamos compreender os sentidos da educação e seus sujeitos envolvidos: o docente, como orientador e o aluno como pesquisador. Nos universos de pesquisa abordados, incluir as referências antropológicas, como campo de articulações teóricas e metodológicas, bem como através dos processos de ensino e aprendizagem e das escolhas singulares de pesquisas no universo das ciências sociais, pensarmos sobre as nossas próprias limitações ao pensar as cidades e o universo urbano, bem como nossas práticas culturais e como tem sido compostas nossas narrativas sobre elas.

Estudar antropologia e ser Assistente Social: apontamentos acerca da percepção dos estudantes.

AUTORES/AS: ANA PAULA NUNES

A disciplina de antropologia está presente na maioria dos cursos de Serviço Social no Brasil, de maneira geral, no primeiro ano de formação. Ainda que a presença desta, como componente curricular necessário à formação, seja estimulada pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – o modo como se constitui as relações entre o Serviço Social e os outros campos de conhecimento resultam num processo de asfixia das disciplinas de formação geral (tais como sociologia e filosofia). Com a Antropologia não é diferente. Engendra-se neste quadro um profissional em formação perdido em determinismos, universalismos e incapaz de perceber a desigualdade (principal enfoque da atuação do assistente social) como desdobramento da “diferença” (tema caro à antropologia). Para além disto, no que tange aos aspectos metodológicos, a etnografia é preterida das investigações em torno da Questão Social. Assim, este trabalho em formato de pôster pretende apontar algumas reflexões, oriundas da análise inicial de um survey aplicado aos alunos da Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional do Vale do Ivaí, acerca da percepção que os futuros Assistentes Sociais têm da disciplina de antropologia. Para, a partir desta, discutir e problematizar o papel da ciência antropológica na formação/atuação do profissional que intervém frente às refrações da Questão Social e que trabalha na viabilização de direitos sociais, portanto precisa entender a totalidade, como também, deve ter um embasamento de conhecimento de mundo e entendimento do outro, para dar respostas coerentes e propositivas aos seus usuários e ofertar serviços, formular, propor e executar programas, projetos e políticas públicas para o atendimento das necessidades dos usuários.

Lições das Coisas

AUTORES/AS: ÁLAMO PIMENTEL

Os museus constituem espaços para o ensino de antropologia. A partir de um projeto didático de antropologia da educação em um Museu de Antropologia de uma universidade pública brasileira, emergem importantes significados

para a experiência do estranhamento etnográfico com os objetos da exposição permanente. Através de uma análise de relatórios de visita produzidos pelos estudantes, o autor apresenta os diferentes arranjos discursivos que compõe os acervos da exposição e revela, a partir das configurações de sentidos produzidas pelos estudantes, as principais lições das coisas que emergem desta experiência. Os resultados indicam que aspectos estéticos, ideológicos, diferentes marcas de gênero e sexualidade bem como a falta de conhecimento prévio se destacam como resultantes do estranhamento.

O ensino da Antropologia nos cursos de graduação: “o que ensinam” e “como ensinam”

AUTORES/AS: ARI JOSÉ SARTORI

Pretendemos nesta comunicação dialogar com a proposta deste GT, particularmente sobre as relações entre antropologia e educação, a partir da etnografia (concluída em 2010), a qual foi realizada com docentes que ministravam a disciplina de Antropologia, em alguns cursos de graduação, na cidade de Curitiba/PR. Os dados etnográficos instigaram a reflexão sobre a produção e socialização do conhecimento antropológico, particularmente do ensino da disciplina na graduação, a partir da aprendizagem nos PPGAS. Isto porque, temos observado que nas últimas duas décadas houve uma grande demanda, por parte dos cursos de graduação, pelos referenciais da Antropologia. A inclusão desta disciplina na maioria dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, passou a ser requerida pelo seu potencial teórico, que passa necessariamente pela compreensão do Outro, considerando os seus valores, a sua cultura. É neste cenário que a Antropologia está inserida e tudo indica que serão solicitadas contribuições, cada vez e sempre mais dos seus praticantes, para a compreensão daquilo que se tornou o seu legado: o estudo das sociedades humanas e o respeito pelas diferenças. No entanto, se os conteúdos antropológicos encontram ressonância nos mais diferentes cursos de graduação, principalmente de licenciaturas, a formação para a docência, particularmente nos PPGAS, tem sido historicamente negligenciada, pois a ênfase é a pesquisa. Destacamos que esta negligência é estrutural, a qual tem exigindo dos professores de antropologia algumas estratégias para superação destas dificuldades. Procuramos identificar, junto a estes docentes, as suas estratégias metodológicas na transmissão dos

conhecimentos antropológicos (“como ensinam”), bem como “o que ensinam”, para compreender as implicações deste tipo de formação nos PPGAS. Os dados de campo indicaram que os nativos operavam uma separação entre os conteúdos ensinados e os métodos utilizados, ao enfatizar o primeiro em detrimento do segundo.

O ensino de Antropologia através da disciplina de Sociologia na Educação Básica.

AUTORES/AS: BRUNA KARINE NELSON MESQUITA, FRANCISCO DE OLIVEIRA MESQUITA

No Brasil, o campo das Ciências Sociais surgiu em meados do século XX. A partir da década de 1930, começaram a realizar estudos sobre a realidade social em espaços específicos no que concerne a formação de cientistas sociais, a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSPP, com a Universidade de São Paulo – USP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1936 (CIGALES, ARRIADA, 2013).

No país, a formação de cientista social foi estruturada em três eixos considerados como principais das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Dessa forma, a maioria dos que buscam uma formação em nível de graduação em Antropologia recorrem aos cursos de Ciências Sociais, visto que a oferta de cursos de graduação em Antropologia pelo país ainda é considerada pequena (OLIVEIRA, 2011). O espaço destinado ao ensino de Antropologia na educação básica está atrelado à regência da disciplina de Sociologia, através da exposição de conteúdos que não são pertencentes somente do domínio da Sociologia, mas também da Antropologia e da Ciência Política, como a temática cultura. Em vista disso, o objetivo desse trabalho é observar o espaço que é destinado para a Antropologia nas aulas de Sociologia pelos docentes, em duas escolas públicas de Teresina, através do espaço proporcionado pelo programa PIBID-SOCIOLOGIA. Através das experiências vividas no PIBID-SOCIOLOGIA/UFPI entre 2010 a 2013, como bolsista, foram realizadas observações das práticas docentes em sala de aula a respeito das explicações sobre as temáticas antropológicas. O estudo de teor qualitativo está associado ao objetivo desse estudo que se pautou em observações sistemáticas sobre o ensino de temáticas antropológicas empregadas pelos docentes (GOLDENBERG, 2000). As observações feitas durante a inserção do Programa

nessas escolas revelaram que as exposições dos conteúdos de Antropologia ocorriam, geralmente, voltadas para a explanação do conceito de cultura, onde sua definição aparecia acoplada à ideia de tradição, demonstrando não ser uma tarefa simples conceituá-la. Neste sentido, percebe-se que o espaço concedido para a explanação de temáticas antropológicas nas escolas observadas está geralmente pautado na demonstração do conceito de cultura.

Assim, observa-se de modo geral, que é necessário ampliar o debate sobre os conteúdos referentes ao ensino de Antropologia, visando ressignificar a compreensão dos alunos sobre as problematizações que vão além da “visão natural” da realidade, expandindo suas visões.

O ensino de Antropologia nos cursos de Serviço Social: reflexões, tensões e desafios

AUTORES/AS: ANAXSUELL FERNANDO DA SILVA

A disciplina de Antropologia no curso de Serviço Social comumente apresenta como uma de suas questões centrais a problemática da divisão de classes na sociedade contemporânea. Esse tema, caro ao serviço social, encontra novos prismas analíticos por meio da reflexão antropológica. De maneira geral, as perspectivas das referidas áreas são consideradas excludentes. Neste sentido, esta comunicação, fruto de reflexões oriundas do chão da sala de aula buscará estabelecer um patamar comum de diálogo entre as duas áreas, notadamente no que concerne a compreensão da Cultura. Evidenciará, sobretudo, como a temática das diferenças sociais conforma visões de mundo e cria uma gramática das relações sociais.

A problematização e superação das dificuldades do processo ensino-aprendizagem, ocasionadas pelas divergências aparentes e pelos tensionamentos dos campos de conhecimento, serão cruciais para o desempenho intelectual e profissional dos alunos de Serviço Social e engendrarão a leitura destes do seu entorno social.

Para tanto, consideramos de fundamental importância que as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas pelo docente desta área de conhecimento possam contribuir para que sejam sanadas lacunas e/ou deficiências na formação acadêmica dos nossos graduados em especial a disjunção que ocorre na formação teórica, na leitura da vida social e na prática profissional.

O lugar da antropologia na formação de educadores

AUTORES/AS: RODRIGO ROSISTOLATO, ANA PIRES DO PRADO (UFRJ/RJ)

O trabalho tem o objetivo de descrever e analisar o ensino de antropologia em três espaços de atuação profissional dos autores. O primeiro deles é o curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O segundo, a pós-graduação em Educação, da mesma Universidade. Além desses, um curso de extensão para a formação de gestores de escolas municipais do Rio de Janeiro para o trabalho com dados produzidos por avaliações educacionais. Apresentaremos as estratégias estabelecidas para cada espaço de ensino e os resultados produzidos durante a interação com os estudantes, além da análise do material produzido na forma de trabalhos de conclusão, relatos de experiências etnográficas e organização de projetos de pesquisa. Indicamos, de início, que o ensino de antropologia para educadores depende diretamente da desconstrução de visões pessoais e pedagógicas relacionadas à escola, aos sistemas educacionais e ao ato de educar. Os estudantes, mesmo aqueles que se encontram no início da graduação, trazem visões consolidadas sobre a educação e tendem a generalizar suas experiências individuais na escola quando desejam falar da escola. Nesse sentido, o curso de pedagogia, mais especificamente, as ciências sociais ensinadas no curso de pedagogia, tendem a desfragmentar conhecimentos anteriormente acumulados, o que leva os estudantes a indagarem frequentemente sobre o porquê da presença de disciplinas como Antropologia e Sociologia no curso de graduação. Suas dúvidas são orientadas por uma concepção de curso que percebe a educação como algo que se faz em oposição a algo que se pensa. Essa hipótese é sustentada pelos diálogos ocorridos entre estudantes de segundo período, momento em que estudam antropologia, e outros de períodos posteriores que, por ventura, estejam cursando a disciplina fora de época. Nessas cenas, os estudantes veteranos afirmam que os calouros só entenderão as ciências sociais, de fato, quando estiverem no final da graduação e precisarem concluir suas monografias. Por outro lado, na pós-graduação, os alunos tendem a ver as ciências sociais, especificamente, a antropologia, como uma ferramenta e não como uma ciência em si. Essa tensão imaginada entre prática educacional e pesquisa científica também emerge nos debates do curso de extensão oferecido a profissionais já graduados e responsáveis pela gestão de escolas municipais. Ela será a principal chave interpretativa utilizada

nesse trabalho como tentativa inicial de compreender o lugar da antropologia na formação de educadores.

O Saber Antropológico na Formação Acadêmica em Turismo: contribuições, desafios e dilemas

AUTORES/AS: ROSANA EDUARDO DA SILVA LEAL

O Turismo passou a ser campo de interesse antropológico ainda na década de 1960, quando surgem os primeiros estudos sobre os impactos socioculturais, ambientais e econômicos causados pela atividade em comunidades tradicionais. Conforme Grunewald (2003, p.15), a Antropologia do Turismo é “um rótulo que indica estudos em antropologia dirigidos pela análise de processos sociais (ou culturais) gerados no âmbito da atividade turística em todas as suas manifestações, institucionalizadas ou não”, abarcando diversos autores e enfoques. Entretanto, concordamos com Banducci Jr. (2006, p.21) de que no âmbito sócio-antropológico, o turismo ainda padece de pouca legitimidade acadêmica, fato que resulta do preconceito existente entre muitos cientistas sociais ao considerar a viagem turística como experiência alienante, mercantil e frívola, capaz de traduzir um campo pouco sério da sociedade. No Brasil, tais estudos foram iniciados em 1990 e vêm se consolidando por meio de grupos de pesquisa, grupos de trabalho em congressos, produção de literatura específica, bem como pesquisas de graduação e pós-graduação. Tal diálogo também tem se dado através da inserção de disciplinas de cunho antropológico nas graduações da área, seguindo as orientações do MEC previstas no Art.5º da Resolução Nº 13, de 24 de Novembro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Tal documento prevê a inserção de disciplinas que embasam os conteúdos básicos do curso, envolvendo os “estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas”. Neste âmbito, o saber antropológico tem sido acionado como um conhecimento humanístico, científico e metodológico, contribuindo por meio de várias perspectivas. A primeira se dá pela base teórica comparativa, que possibilita o estudo de uma variedade de fenômenos em diferentes locais. Depois pelo enfoque holístico, que leva em consideração fatores sociais, culturais, simbólicos, políticos e econômicos.

E finalmente pelas questões de cunho metodológico e conceitual (BURNS, 2002, p.93). Tal aprendizagem contribui ainda para dar conta de demandas sociais presentes na dinâmica turística, envolvendo povos tradicionais, populações urbano-periféricas, comunidades rurais e minorias sociais. A pesquisa etnográfica pode ser utilizada como uma opção metodológica que vai de encontro a modelos desumanizados, superficiais e estéreis de investigação, transformando-se em uma ferramenta de relativização cultural, na medida em que examina os fatos em seu próprio contexto sociocultural a partir do ponto de vista nativo (PEREIRO, 2010). Além disso, contribui para a compreensão dos elementos materiais e simbólicos que envolvem as formas de manipulação e resistência; bem como contrastes, conflitos e assimetrias no interior da atividade turística. Nesse sentido, o trabalho de campo antropológico possibilita identificar pessoas, experiências, redes sociais e sistemas de trocas que passam despercebidos de outros modelos metodológicos. Torna-se também um meio de dar voz às populações nativas que viabilizam e protagonizam o desenvolvimento turístico em seus territórios. Tal modo de investigação é capaz de recuperar e trazer à tona atores, deslocamentos e redes de relação sociais, que participam diferentemente do mercado de viagens e de turismo, abarcando também fenômenos sociais não institucionalizados inscritos no cotidiano. A abordagem etnográfica tem sido aplicada em estudos sobre a construção e invenção de culturas; as práticas sociais entre população local, profissionais e turistas; o marketing turístico; o papel dos mediadores (imagens, guias, agências); a análise dos visitantes; a presença dos turistas nas comunidades residentes; a relação entre indivíduos, comunidades e instituições; a transformação dos recursos naturais e culturais em produtos turísticos e o turismo como sistema promotor de significantes culturais em âmbito global (PEREIRO, 2010, p. 180-181). Na prática de ensino, temas como cultura, alteridade, identidade, gênero, preconceito, performance, patrimônio e relações étnico-raciais fazem parte dos conteúdos ministrados em sala de aula. Tais reflexões ocorrem tanto através de leituras, debates e exibição de filmes, como também através de aulas expositivas e de campo, bem como estudos empíricos. No âmbito da pesquisa, a metodologia antropológica permite um olhar de perto e de dentro, contribuindo na elaboração de diagnósticos de realidades específicas. Estes últimos aspectos citados referem-se principalmente ao desenvolvimento do trabalho de campo

e a observação participante, que contribuem para análises mais profundas, possibilitando o contato efetivo com o fenômeno turístico e suas dimensões. Nas ações extensionistas, o saber antropológico promove a aproximação dos estudantes com realidades concretas, estimulando processos de intervenção em localidades turísticas, por meio do diálogo com os moradores e os saberes nativos. Neste sentido, segue a premissa de Santana (2009) de que a antropologia aplicada pode aproximar a academia de outros setores da sociedade, auxiliando em planos de desenvolvimento; soluções de conflitos; identificação de recursos; criação de produtos e revitalização de destinos. Trata-se de um diálogo entre o “fazer” e o “refletir” que, conforme Barretto (2003), ainda precisa ser feito nas graduações em Turismo. Desta forma, o presente artigo tem por finalidade refletir sobre a presença da Antropologia na formação acadêmica em Turismo, considerando as contribuições, os desafios e dilemas existentes neste diálogo. Para tanto, buscará analisar como a perspectiva teórico-metodológica da Antropologia perpassa o âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo como campo empírico o curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe, por meio de reflexão teórica e relato de experiência vivenciada pela autora, que atua como docente do referido curso.

O “lá” também fica “aqui”: notas sobre o ensino de antropologia na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica

AUTORES/AS: SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS

A antropologia constituiu-se como disciplina principalmente através do estudo das populações nativas de diversas partes do mundo, cujos elementos culturais, sociais e políticos diferenciavam-se daqueles vividos na Inglaterra e na Europa dos séculos XIX . Nesse contexto, os estudos sobre populações indígenas no Brasil, configuraram-se, desde meados do século XX, em fértil território para a produção de teoria antropológica. Muitos avanços em nossas formas de compreender o Outro, só foram possíveis pelos diálogos estabelecidos com essas populações. E nesse processo de fazer etnografia, estando lá e estando aqui, nos termos de Geertz (2009), percebemos contemporaneamente, no Brasil, que nossos interlocutores não estão apenas lá, que é desejo deles estarem aqui. Assim, a inclusão de indígenas no ensino superior nos convida para novas reflexões sobre produção e circulação de

conhecimentos desses povos. Diante disso, busco refletir sobre a experiência como docente colaboradora da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na Universidade Federal de Santa Catarina. Atuei neste curso em atividades de apoio pedagógico extra-classe e de docência em sala de aula, nas disciplinas de “Infância Indígena” e de “Práticas Corporais em contextos indígenas”, cujos conteúdos e debates em sala de aula estiveram imersos nas discussões do campo da etnologia. Assim, trarei neste paper, descrições sobre esse cotidiano de ensino e aprendizagem, buscando estruturar um diálogo entre o modo como antropólogas e antropólogos aprendem etnologia e o modo como buscamos ensiná-la. Do mesmo modo, procuro refletir sobre o lugar dos diferentes sujeitos que se inserem neste processo, mas que não estão formalmente alocados no chamado “contexto acadêmico”: anciões, xamãs, lideranças indígenas, entre outros.

Para além dos muros das Universidades: uma análise do ensino de Antropologia na Escola Normal em Alagoas

AUTORES/AS: JÉSSICA DANIELLE DOS SANTOS PEREIRA

Ao se discutir sobre o Ensino de Antropologia no Brasil convencionava-se olhar para os cursos superiores de Ciências Sociais, surgidos nos anos de 1930, ou mais recentemente para os de Antropologia, surgidos nos anos 2000, ou mesmo para a pós-graduação que emerge a partir do final dos anos de 1960, todavia, há um aspecto normalmente olvidado, que diz respeito ao ensino de Antropologia nos cursos de formação de professores, por meio do curso Normal de nível médio, cujas raízes remontam ao início do século XX, quando junto a estas instituições surge não apenas a disciplina de Antropologia Pedagógica, como também os Gabinetes de Psicologia e Antropologia Pedagógica. No período mais recente, especialmente após a LDB de 1996, os cursos normais entraram em crise, sobrevivendo em alguns poucos estados, como no caso de Alagoas, e atualmente em seu currículo a Antropologia figura como disciplina obrigatória. Buscaremos analisar como o ensino desta ciência se dá nessa modalidade de ensino, a partir dos planos de disciplina elaborados nos últimos dez anos na Escola Normal de Maceió, considerando as teorias e temas trazidos, as metodologias utilizadas, bem como a formação dos docentes que lecionaram esta disciplina.

Quando o campo de pesquisa é um lugar de memórias: uma etnografia na escola

AUTORES/AS: GABRIELA MARTINS MACHADO

Por aceitar o debate de questões que interessam as mais variadas áreas do conhecimento humano, a Antropologia vem sendo considerada como uma opção de pós-graduação para profissionais de diversas formações. Porém, origens acadêmicas distanciadas das Ciências Sociais quase sempre representam um desafio ao iniciante neste universo: marcada por significativa carga teórica e uma metodologia de pesquisa que se propõe a conhecer o outro, a Antropologia exige de seus aprendizes leitura, sensibilidade e apurada capacidade de percepção. O presente artigo se propõe a discutir as particularidades dos primeiros contatos com o método etnográfico e o trabalho de campo, aliado a uma experiência pessoal de elaboração de um trabalho de mestrado com inclinação antropológica cujo local escolhido para a investigação – um instituto estadual de educação do município de São Sepé/Rio Grande do Sul - também é um lugar de memórias para a pesquisadora. Trata-se de uma pesquisa sobre as intervenções ao patrimônio público escolar produzidas pelos estudantes que frequentam a escola.

Trocando conhecimentos: o ensino de Malinowski através da prática do Kula

AUTORES/AS: ÁLVARO BANDUCCI JÚNIOR

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir uma experiência de ensino de antropologia, para alunos de Ciências Sociais, mediante a prática simulada do ritual do kula em sala de aula. A experiência, aplicada pela primeira vez no ano de 2001, replicada e ampliada posteriormente em períodos alternados, teve como propósito facilitar o acesso dos alunos a um texto clássico da antropologia: Os Argonautas do Pacífico Ocidental, de Bronislaw Malinowski. O exercício, que visava a apresentação e debate da obra através de recursos retirados do próprio texto, consistiu em promover a sua reflexão pautado em regras semelhantes às que regulam a prática do Kula. Assim, os alunos foram estimulados a discutir a partir de perguntas e informações, previamente fornecidas pelo professor, que circulavam, como os colares e pulseiras trobriandeses, em sentidos opostos em meio ao grupo, sendo por eles alimentados de respostas, dúvidas e reflexões a que

todos teriam acesso. As anotações dispostas pelos alunos junto às perguntas ou as dúvidas acrescentadas aos pequenos textos explicativos investiam-nos de valor, pois consistiam em fontes para o entendimento geral do texto. Participar do jogo implicava em trocar constantemente informações, em dispor das leituras pessoais a fim de valorizar o objeto da troca e assim beneficiar-se de sua posse momentânea. Através desse exercício, observou-se que foi possível coletivizar o conhecimento da turma, ampliando a capacidade de compreensão mediante o debate e o esforço dos próprios alunos. Este trabalho visa a descrição e análise dessa e de outras experiências semelhantes – e ampliadas – dela decorrentes, tal como a sua aplicação no âmbito extra-sala, pretendendo contribuir para o debate sobre o ensino da antropologia e da aplicação de práticas alternativas de aprendizado.

COORDENADOR/A: ANTONADIA BORGES (UNB), OLÍVIA MARIA GOMES DA CUNHA (MUSEU NACIONAL/UFRJ)

Reflexões sobre autoridade etnográfica, limites da representação, efeitos do colonialismo, ficções modernistas, deveriam nos assegurar um solo por onde pudéssemos caminhar livremente. Na prática, entretanto, o estatuto de um conhecimento voltado para o que paradoxalmente se nomeia de inefável é colocado em xeque. Se fronteiras e margens interrompem fluxos perturbadores e indesejáveis, ao tentarmos aceder ao que todavia é considerado inapropriado, estaríamos operando outra captura? Nosso ponto de partida é a recente produção de etnografias acerca das distintas modalidades ontológicas de objetos e 'coisas' com as quais humanos e não humanos partilham mundos, tendo como referente a África Austral, Guianas e Caribe, onde os sinais das transformações são conhecidos por seus efeitos na paisagem, nos corpos e nas inquições sobre a morte, os mortos, a propriedade da terra e na presença cotidiana de espíritos. Como produzir reflexões etnográficas capazes de acompanhar esses actantes presentes "entre nós" no contexto etnográfico? O duplo sentido da ideia de "nós" - como agências e possíveis (e complexas) relações - tem como finalidade dar ênfase às relações das pessoas com os objetos, sem que seus limites e feições sejam pré-determinados. Os proponentes devem apresentar seus trabalhos, preferencialmente sobre África Austral, Guianas e Caribe, e atuarem como debatedores ou moderadores. Propostas de alunos de pós-graduação baseadas em trabalho de campo de longa duração são bem-vindas.

“Direito”: posse e maestria entre os Cocama da foz do Jutai/AM

AUTORES/AS: RAFAEL BARBI COSTA E SANTOS

Partindo de uma experiência etnográfica entre os Cocama da foz do rio Jutai, Amazônia Central, esse trabalho propõe uma análise de seu conceito de “direito”, que regula a posse e acesso a porções de terra e áreas de pesca. Minha hipótese é de que o direito se articula em torno das formas de socialidade locais e de uma cosmologia de maestria e domínio - expressas no idioma do parentesco e das categorias de pessoas e na interação com os encantados. Me atento aqui para as recentes contribuições a respeito desse tema na antropologia das Terras Baixas da América do Sul.

Distribuídos de Pucallpa a Manaus, os Cocama são conhecidos na literatura etnológica por sua “invisibilidade”, resiliência e pela relativa negação de sua condição indígena. A região da foz do Jutai abriga dezenas de aldeias Cocama, situadas em Terras Indígenas regularizadas, Terras Indígenas demandadas à FUNAI e Unidades de Conservação. Nesse mosaico complexo, a despeito dos diferentes regimes territoriais, a posse o acesso à terra são mediados pelo conceito de direito. Grosso modo, os Cocama entendem que tem direito a um lugar aquele que “mora” e “trabalha” nele, ações que expressam dimensões criativas da vida: produção de espaços de gente (aldeias, roças, sítios), criação de pessoas e corpos, formação de relações e coletivos. Manter o direito também implica “zelar” pelo lugar e pelas relações com os parentes.

As pessoas humanas não são as únicas a criar e transformar o ambiente. Uma profusão de seres encantados marca domínios e formas na paisagem. As Cobras Grandes “furam” caminhos ligando lagos e rios, fazem a “terra cair” nas beiradas do Solimões. As enseadas são pontos sob os quais se localizam cidades submersas, onde botos e peixes-boi vivem sob a forma de pessoas. Esses encantados do fundo, por sua vez, são donos de outros animais aquáticos porque, segundo sua perspectiva, estes são objetos: “o cuiú é um tição, a pirarara é um bandolim, a sucuriçu é uma rede de deitar, a piranha é o cadeado e a tesoura, o jacaré é a canoa...”. Dentro dos igapós, as florestas alagadas, as visagens remam suas embarcações, conversam entre si, derrubam árvores e arpoam peixes e jacarés. Invadir esses domínios implica no risco de sofrer agressões ou feitiços.

A regência do “direito” de pessoas humanas e encantados operam em lógicas

similares. Segundo os Cocama, os encantados também “moram” e “trabalham” nos lugares que constituem como seus domínios. Da mesma forma, e violar o direito de outra pessoa também gera riscos de represálias similares àquelas que praticam os encantados. Riscos que integram a dinâmica da vida, uma vez que, invariavelmente, alguém sempre estará na posição de “invasor”.

A partir dessa exposição, argumento que sob a rubrica do que se convencionou a chamar de “territorialidade” desvela-se um emaranhado onde humanos e não-humanos se articulam em torno de múltiplas interações.

A vida secreta das pedras, ou angústias de uma antropologia imóvel

AUTORES/AS: BRUNO MARTINS MORAIS

Este ensaio revisita livremente a experiência de quase dois anos de trabalho de campo entre os indígenas do tronco karib no circunroraíma – tríplice fronteira entre Brasil, Guayana e Venezuela –, com especial atenção aos Macuxi e sua relação com o território. No complexo sistema xamânico desse povo, os rezadores dispõem de seu corpo como um “aparelho” a serviço da incorporação de “linhas” de espíritos (piasã) das mais variadas espécies: espíritos de animais, espíritos de plantas; espíritos de antigos xamãs mortos, e espíritos de xamãs ainda vivos; e espíritos de pedras. Partindo da minha própria experiência, persigo a centralidade das “pedras” na vida social, na mitologia macunaímica, nos deslocamentos diários, e nas leituras desses indígenas de seu próprio território a fim de demonstrar como essas relações desgastam as fronteiras entre pessoas e objetos, entre humanos e não-humanos, animados e inanimados, entre o material e imaterial. Para essa análise, os conceitos analíticos mobilizados comumente pela etnologia guianesa como “agência” (agency) e “aparentamento” (relatedness). Mais do que se inscrever sobre, a experiência produz o território no circunroraíma. Mais do que vestígios geológicos ou arqueológicos, as pedras substancializam a experiência, e estão em posição de simetria com os animais, plantas, com os xamãs mortos, com os xamãs ainda vivos, e com os antropólogos mais desavisados.

De cabras, ancestrais e telefones celulares

AUTORES/AS: MAÍRA CAVALCANTI VALE

A proposta de trabalho para este GT se baseia na pesquisa de campo realizado

para a elaboração da minha dissertação de mestrado na África do Sul, entre abril e agosto de 2011, e defendida em março de 2013 pela Unicamp. O trabalho se pautou nas formas de narrar e explicar o cotidiano das mulheres que me receberam na região de KwaZulu-Natal deste país. A ideia para esta apresentação é pensar em uma relação pouco explorada no meu trabalho anterior, qual seja, a importância das cabras na vida das pessoas enquanto mensageiras dos ancestrais (Azevedo & Borges, 2011). Ao se realizar um ritual para lidar com as pendências para com os amadlozi (ancestrais), mata-se primeiro uma ou mais cabras para comunicar-lhes o evento.

No primeiro dia em que estive na casa de Zodwa Mbogwa – nossas conversas comporão a segunda parte da minha dissertação – suas cabras sumiram e passaram a noite fora. Esse acontecimento causou-lhe uma grande ansiedade, apaziguada apenas após o aparecimento dos animais no dia seguinte, que haviam ido dormir na beira da montanha, por detrás de sua casa. Suas cabras possuíam uma casa feita de ferro conjugado, a qual ela trancava todas as noites com corrente e cadeado. Ainda em sua casa, diferentemente dos outros bichos, uma de suas cabras, a quem ela refere-se como ‘ele’, era a única que entrava na casa ou na cozinha quando estávamos presentes, além disso, Zodwa possui várias fotos desta cabra em seu celular, e as mostra com orgulho.

É a partir, pois, desta relação estreita com uma das cabras, mas também com todas as cabras de uma forma diferente, que pretendo refletir na apresentação a ser feita. Além disso, também me inspiro no livro *There was this goat* (Krog, Mpolweni & Ratele, 2009) que consiste em uma empreitada de três acadêmicos de diferentes áreas para tentar entender o testemunho de Mrs Notrose Nobomvu Konile do dia 23 de abril de 1996 pela Comissão de Verdade e Reconciliação, que começou com um sonho de uma cabra em uma posição incomum.

Temos aqui como ponto de partida a importância dos rituais para os ancestrais não apenas na cosmologia local, mas de conflitos derivados das diversas remoções e assassinados não enterrados devidamente em virtude do regime segregacionista do apartheid. As cabras, assim, além de mensageiras dos ancestrais, aparecem em celulares e como argumento político contra um regime que além de violentar corpos, também violentou mortos. Nestes dois exemplos, as cabras se apresentam como mensageiras de um evento trágico – o assassinato do filho da Senhora

Konile, mas aparecem também no cotidiano como um bem precioso e objeto de orgulho, demonstrando ‘possíveis e complexas relações’.

Dimensões materiais da ancestralidade entre judeus do Suriname.

AUTORES/AS: THIAGO DE NIEMEYER MATHEUS LOUREIRO

Entre os judeus do Suriname - a grande maioria residente da capital Paramaribo - a prática da pesquisa genealógica em arquivos (públicos ou domésticos) é bastante difundida. O principal objetivo é a ligação do ego e sua família a ancestrais famosos e o descobrimento de novos laços de parentesco entre famílias. O trabalho buscará analisar as “Stambomen” - literalmente “árvores genealógicas” - como ponto de partida para uma reflexão acerca da materialidade da ancestralidade e do parentesco nesse contexto etnográfico. Buscarei contemplar desde o processo de pesquisa (onderzoek) em arquivos ou com pessoas mais velhas, até processos de elaboração, “rascunho” e a forma final desses artefatos. Além disso, os próprios judeus guardam objetos e produzem distinções entre o que são ou não “arquivos”, de acordo com a natureza dos objetos e a forma como são organizados. De todo modo, os “documentos” e os “arquivos” (ambos artefatos específicos que buscarei definir no trabalho) que os contêm devem ser protegidos, dada a capacidade de determinadas informações de autorizarem ou desautorizarem parentelas ou contestas a judaicidade dos sujeitos.

Como e por que determinados artefatos incorporam formas específicas de conhecimento? Quais são as práticas que dotam esses objetos de uma agência capaz de determinar o passado, testemunhar sobre famílias e explicar comportamentos de pessoas? Por que as listas genealógicas são tão centrais? De que forma se intervêm nos arquivos para que deles se extraiam genealogias? Por que os nomes têm uma importância tão destacada? Qual é a relação entre pessoa, família e nome? Essas são algumas das perguntas que se impõem, e buscarei abordar em minha apresentação.

Donos da terra: espíritos holandeses e suas histórias em um lado hindu na Guiana

AUTORES/AS: MARCELO MOURA MELLO

Na Guiana, a ação de jumbies (espíritos dos mortos) estende-se por diferentes

espaços, tempos e corpos. Há uma classe específica desses, os holandeses [Dutch], aos quais se associam locais de moradia precisos (antigas plantations) e um evento histórico particular – a expulsão, pelos britânicos, dos colonizadores holandeses do país, no início do século XIX, quando estes teriam se suicidado coletivamente ou sido assassinados. A retenção de sua identidade étnica e os violentos acontecimentos em torno de suas vidas (e de suas mortes) dotaram os holandeses de características específicas: tidos por traiçoeiros, gananciosos e vingativos, seus desejos e sua cobiça raramente são saciados. Além de causarem doenças, infortúnios e desgraças à famílias, com frequência esses espíritos atacam sexualmente, durante os sonhos, mulheres e homens, arruinando seus relacionamentos afetivos. A comunicação parte da descrição dos tratamentos realizados em um templo hindu dedicado à deusa Kali que objetivam anular e/ou mitigar os efeitos decorrentes das ações desses espíritos na vida dos humanos. Por meio da reconstituição de distintos encontros entre pessoas, espíritos e divindades, viso explorar como noções de historicidade, pureza e malignidade se articulam em distintos espaços de experiência.

Giras de morte e vida: a circulação de mestres e encantados no terecô maranhense

AUTORES/AS: MARTINA AHLERT

No terecô, religião afro-brasileira do Maranhão, as pessoas se relacionam com entidades chamadas de encantados. Por meio de obrigações, visitas, giras e trabalhos, com elas são compartilhados saberes e corpos de pais e mães de santo, suas casas, suas famílias. Esta mistura de espaços e substâncias é também uma vivência heterodoxa do tempo, que remete simultaneamente à ancestralidade e ao futuro. Se por um lado, as relações entre encantados e sujeitos se desdobram nas experiências de vida de ambos, este trabalho busca discutir o desfazer destes laços. Este desligamento se materializa nos corpos que envelhecem e perdem força, na diminuição dos clientes e nos ritos por ocasião da morte. A morte é elemento central do texto, visto que homens, mulheres e também entidades participam dos seus rituais. É igualmente significativa, pois, enquanto efetiva uma despedida e uma transformação na condição do sujeito, instaura um novo movimento de pessoas e encantados – faz girar morte e vida. A partir destes momentos em campo, o artigo procura pensar no caráter ínfimo que nos é dado conhecer destas experiências, diante dos nossos limites de circulação, compreensão e movimento.

Manipulando socialidades: ‘pessoas’, ‘mistérios’ e prestações rituais

AUTORES/AS: ALLINE TORRES DIAS DA CRUZ

Este trabalho apresentará algumas descrições etnográficas sobre modos de atenção ritual dada a espíritos chamados de mistérios. Tendo como contraparte humana dessas trocas rituais ‘pessoas’ da República Dominicana, os espíritos solicitam ‘serviços’ particulares como forma de manutenção ritual. Voltando-me para algumas dessas prestações rituais, pretendo discutir como os meus interlocutores dominicanos se engajam ativamente com ‘coisas’ que cristalizaram conhecimentos sobre formas de viver, agenciamentos e modos de produzir sensibilidades. Minha sugestão é de que se trata de refletir sobre como, assim, as ‘pessoas’ manipulam relações que se incorporam em substâncias e objetos, ou melhor, em certos índices e fragmentos materiais.

Mulheres rurais e terra na África do Sul: um olhar etnográfico

AUTORES/AS: VIVIANE DE OLIVEIRA BARBOSA

Esta comunicação aborda experiências de mulheres zulus que fazem parte do Rural Women’s Movement (RWM) e habitam a comunidade de Thokozani, localizada nos arredores do centro de Pietermaritzburg, na região de Kwazulu-Natal, onde tenho realizado regularmente pesquisa de campo desde 2009. Em grande medida, essas mulheres se constroem como fazendo parte de um todo complexo – um movimento de mulheres rurais na luta pelo acesso à terra e por melhores condições de vida. É por meio de um trabalho de reconstrução de si mesmas que elas tendem a definir seu lugar social e suas relações com os seus pares, fortalecendo seu pertencimento a grupos ou comunidades. Partindo de suas vivências no meio rural e de suas próprias perspectivas, essas mulheres foram criando categorias sui generis para rememorar, dar sentido e forma ao processo histórico de luta por terra e por moradia e de reivindicação de cidadania. Isto é, reelaboraram o tempo e a história desde suas experiências cotidianas de vida, especialmente aquelas nas quais um lugar para viver, produzir e enterrar seus entes queridos assume sentido profundo. Desse modo, importa pensar em que medida sua relação com a terra tem implicado, de um lado, um vínculo existencial no qual a ancestralidade aparece como a razão original e essencial da reivindicação pelo recurso, e, de outro,

um movimento, articulado a agendas e processos internacionais, como aqueles do feminismo, de busca de direito a bens, particularmente a terra, cujos donos, tanto no direito costumeiro quanto nos códigos legais, têm sido os homens.

Percepções do aquí e do allá em um batey de um central açucareiro cubano

AUTORES/AS: CARLOS GOMES DE CASTRO

Muitos cubanos esperavam, com expectativa, a chegada de 2013: haveria um relaxamento no hermético regime de controle de saída de cidadãos cubanos da Ilha no início de janeiro. Apesar de a edição ordinária do dia 16 de outubro de 2012 da Gaceta Oficial de la República de Cuba trazer impressa o decreto que visava a aperfeccionar a Ley de Migraciones datada de 1976, soube da notícia por meio dos boatos que circulavam por La Habana. As especulaciones a respeito do futuro eram variadas e, por vezes, divergentes, no entanto todos estavam interessados em compreender os meios de hacer los papeles (el pasaporte, la visa). Em diferentes interações, observando que eu era um extranjero (un yuma, alguém de um certo allá), as pessoas indagaram-me como fiz para viajar, quais eram las leyes de allá, se tive de pedir uma carta de invitación. Essas perguntas soaram-me, naqueles momentos de 2012, como mera curiosidade. Foi apenas em 2013-14, durante minha segunda viagem para campo, que percebi que o interesse pelo allá operava como um mecanismo de diferenciação e produção de cartografias, corpos e sistemas de ação e pensamento. Além disso, observei que não existia apenas um allá, mas vários (allá estrangeiro, allá La Habana, allá oriente), e que para entendê-los era preciso ter em conta o aquí de cada um deles. Considerando isso, o objetivo deste trabalho é descrever como as pessoas percebem o(s) allá(s) e quais elementos (objetos, histórias de vida, discursos, sensações, eventos críticos etc.) são por elas mobilizados e manipulados. Fundamento-me em um aquí específico: um batey de um central açucareiro, localizado na llanura de Colón. A partir de situações vividas cotidianamente por moradores desse batey, esboço os traços e as linhas que permitem que seja imaginada a cartografia do allá. Por fim, ressalto que mantenho um diálogo com recentes etnografias realizadas em Cuba, especialmente as de L. Kaifa Roland (2004) sobre as relações entre raça e turismo e de Paul Ryer (2006) sobre La Yuma.

Ritualizando a Terra: considerações sobre conversas entre vivos e mortos no pós-apartheid

AUTORES/AS: ANTONADIA BORGES

Nesta apresentação trago ao debate um processo de redistribuição de terra ocorrido no pós-apartheid sul-africano. A redistribuição é um dos procedimentos governamentais de reparação que tiveram lugar nos últimos vinte anos de democracia, voltados às remoções e confinamento forçado da população negra durante o período colonial e totalitário.

A despeito de sua razão de ser, processos de tal gênero tendem a ser considerados falhos de um ponto de vista desenvolvimentista. Em muitos casos os beneficiários chegam a ser ameaçados ou mesmo a perderem suas terras novamente, a partir do princípio hegemônico do use it or loose it.

Esta ideologia não reconhece a importância dos rituais realizados nas terras reavidas, nos quais vivos e mortos podem se manter em contato e em diálogo.

Essas conversas e os meandros de cada ritual oferecem evidências de que o apartheid não segregou apenas os vivos, mas também seus mortos. Quando passamos a perceber essas conversas entre vivos e mortos que têm lugar nas fazendas redistribuídas, percebemos que os usos da terra são insondáveis, múltiplos e férteis. Esta guinada na perspectiva sobre a recorrente convivialidade entre vivos e mortos desafia a ideia estatal de reparação, afinal, a população beneficiada se expande ao infinito, compreendendo vivos, vivos que já morreram e aqueles que ainda não nasceram.

Se as formulações teóricas de nossos anfitriões sugerem que passado e futuro são momentos que se encontram à frente das experiências vividas atualmente, devemos igualmente inventar narrativas alternativas à estatal, linear, plana e cumulativa em nossas etnografias.

Tejiendo entre redes diversas. Reflexiones a partir de una etnografía multisituada con los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta, Caribe colombiano.

AUTORES/AS: ANA MILENA HORTA PRIETO

La Sierra Nevada de Santa Marta, Colombia, es territorio de 4 pueblos indígenas,

que comparten un mismo origen: los Kogui, Wiwa, Arhuaco y Kankuamo. Estos pueblos reconocen en la Ley de Sé, la organización del universo establecida por el creador Serankua, quien materializó lo que antes existía solo en pensamiento y espíritu, en ese tiempo-espacio que se llama Aluna. La Ley de Sé puede ser entendida como su cosmopolítica, pues se trata de la gestión de alteridades en un mismo plano horizontal, en el que cada existente, humano o no humano, tiene una función específica en el orden universal, lo cual determina un equilibrio. Las entidades no humanas son el origen y regulador de lo que existe, y deben mantenerse vivas y conectadas con otras mediante los rituales de pago, en los que se entregan a estas entidades no humanas materiales u objetos sagrados, bien sea como pago, alimento o vigilancia. La conexión entre entidades, es el tejido que permite la existencia. Los materiales sagrados son entidades vivas, cuya agencia reside en que poseen un Sewá, esto es un conocimiento específico entregado en Aluna. Gran parte de estos materiales sagrados son de tipo arqueológico y han sido extraídos por saqueadores y arqueólogos, que los han llevado a museos o colecciones privadas. Esto afecta no solo al paisaje, sino al sewá de los materiales. Teniendo en cuenta que estos materiales son claves en la vitalidad de la Sierra, las organizaciones indígenas están concertando estrategias con instituciones del estado para la protección y análisis de la posibilidad de devolución de estas piezas arqueológicas a su lugar de origen, interlocutando con las agencias de arqueología, patrimonio, museos, conservación, entre otras. Así, la posibilidad de existencia de los materiales y por ende, el ejercicio de la territorialidad, envuelve ahora redes diversas.

En este marco, las reflexiones sobre la actividad etnográfica son múltiples. El acceso a este universo implica el paso del investigador por rituales de limpieza y diálogo, cuyo punto de partida es entender que hablar de este universo puede hacerse solo en lugares sagrados y momentos específicos, y que gran parte de las experiencias etnográficas deben mantenerse en el ámbito de lo privado. Así mismo, ubicarse en este universo implica tener claridad sobre la función personal en el orden, lo cual como antropólogos blancos puede implicar hacer parte de las estrategias políticas en el dialogo con esas otras entidades del Estado que hoy en día inciden en el orden actual y en la posibilidad de ejercer la territorialidad indígena, posicionamiento que determina el relacionamiento y la comunicación

posible sobre y con la cosmopolítica indígena, es decir el lugar desde donde se puede tejer entre redes de ontologías diferentes.

Terra, sagrado e memória entre os afro-caribenhos de Old Bank, Panamá

AUTORES/AS: CLAUDIA FIORETTI BONGIANINO

Com base na primeira etapa de campo do meu doutorado, quando residi durante cerca de cinco meses na vila afro-caribenha de Old Bank (na costa atlântica do Panamá), proponho uma reflexão acerca das redes sociotécnicas que podem ser traçadas em torno da terra e da religião no contexto local.

Portanto, o paper tem um duplo objetivo. De um lado, procuro atentar para as consequências do processo de compra e venda da terra, o qual está associado ao desenvolvimento turístico de Bocas del Toro nos últimos 20 anos. Assim, discorro sobre a transformação da terra familiar, da lógica da generosidade, dos padrões de vizinhança, das atividades econômicas, das práticas medicinais, da alimentação (e do consumo de alimentos industrializados e embalados, ricos em açúcar e sal, que produzem lixo e uma série de novas doenças, como diabetes, colesterol e obesidade). Nesse sentido, foco na transformação das concepções ontológicas sobre corpo, ambiente, saúde, casa e família.

De outro lado, viso analisar as implicações da rivalidade religiosa (entre as Igrejas, entre os membros de cada Igreja e entre pessoas religiosas ou não religiosas) que caracteriza a vida da população afro-caribenha da vila de Old Bank. Dessa forma, discorro sobre a transformação da relação com o sagrado, da realização de eventos fúnebres e da convivência com os espíritos. Dessa forma, volto a atenção para a transformação das concepções ontológicas sobre vida, morte, memória e esquecimento.

Ao proceder dessa forma, pretendo mostrar como essas redes sociotécnicas que gravitam em torno da terra e da religião iluminam a maneira em que os (não) humanos, o espaço, o tempo e os sentimentos são vivenciados pela população afro-caribenha local. Com efeito, na vila de Old Bank, parece não haver lugar para lidar com problemas (doenças, dores, sofrimentos e tristezas), havendo, porém, um esforço individual e coletivo para que eles sejam deixados para trás - no passado - e esquecidos. De fato, uma série de mecanismos, implícitos nas redes sociotécnicas em torno da terra e da religião em Old Bank, ensina a conter

as expectativas sobre o futuro, a ser feliz no presente e a não lembrar das tristezas - como a escravidão, a colonização, o racismo, no passado, ou a expropriação das terras, a contaminação de corpos, solos e águas, no presente. Assim, essas redes revelam os efeitos de processos violentos, vivenciados no presente e no passado, ao mesmo tempo em que fornecem ferramentas para lidar com eles - por meio de um conhecimento local que ensina a não enfrentá-los ou resolvê-los, mas a focar em sua agência no presente e no futuro.

Nesse sentido, de um lado, o paper tem como objetivo atentar para as consequências do processo de compra e venda da terra, o qual está associado ao desenvolvimento turístico de Bocas del Toro nos últimos 20 anos. Assim, discorro sobre a transformação da terra familiar, da lógica da generosidade, dos padrões de vizinhança, das atividades econômicas, das práticas medicinais, da alimentação (e do consumo de alimentos industrializados e embalados, ricos em açúcar e sal, que produzem lixo e uma série de novas doenças, como diabetes, colesterol e obesidade) - enfim, das concepções ontológicas sobre corpo, ambiente, saúde, casa e família. De outro lado, o paper têm como objetivo analisar as implicações da forte “rivalidade religiosa” (entre as Igrejas, entre os membros de cada Igreja e entre pessoas religiosas ou não religiosas) que caracteriza a vida da população afro-caribenha da vila de Old Bank. Dessa forma, discorro sobre a transformação da relação com o sagrado, da realização de eventos fúnebres e da convivência com os espíritos – enfim, das concepções ontológicas sobre vida, morte, memória e esquecimento.

Ao proceder dessa forma, pretendo mostrar como essas redes sociotécnicas que gravitam em torno da terra e da religião iluminam a maneira em que os (não) humanos, o espaço, o tempo e os sentimentos são vivenciados pela população afro-caribenha local. Com efeito, na vila de Old Bank, parece não haver lugar para lidar com problemas (doenças, dores, sofrimentos e tristezas), havendo, porém, um esforço individual e coletivo para que eles sejam deixados para traz - no passado - e esquecidos. De fato, uma série de mecanismos, implícitos nas redes sociotécnicas em torno da terra e da religião em Old Bank, ensina a conter as expectativas sobre o futuro, a ser feliz no presente e a não lembrar das tristezas - como a escravidão, a colonização, o racismo, no passado, ou a expropriação das terras, a contaminação de corpos, solos e águas, no presente. Assim, essas redes

revelam os efeitos de processos violentos, vivenciados no presente e no passado, ao mesmo tempo em que fornecem ferramentas para lidar com eles - por meio de um conhecimento local que ensina a não enfrentá-los ou resolvê-los, mas a focar em sua agência no presente e no futuro.

Tesouros enterrados, espíritos cativos: memórias da ancestralidade escrava em comunidades remanescentes de quilombos

AUTORES/AS: ROSANE APARECIDA RUBERT

O auto-reconhecimento das comunidades negras como remanescentes de quilombos se alicerça, comumente, na referência à ancestralidade escrava enquanto dispositivo legitimador da apropriação e consolidação territorial. Uma diversidade de experiências etnográficas, realizadas em comunidades situadas no estado do Rio Grande do Sul (BR), aponta para a presença de recorrências narrativas e figuras de linguagem, a despeito da particularidade das fronteiras étnicas e sociais que dotam de singularidade a trajetória de cada comunidade. Sobressaem os “causos” de tesouros enterrados, guardados pela alma de ancestrais escravos, que no estatuto de “assombros” (aparições) interpelam seus descendentes para entregar o tesouro guardado. Intepelações estas que geralmente ocorrem em locais pontuais - antigos cemitérios que acolhem despojos dos ascendentes; casarões onde supostamente haviam senzalas e, especialmente, antigas taperas (loais de moradia de ascendentes egressos da escravidão). Este texto procura refletir em que medida tais narrativas evidenciam a problemática relação entre “o desejo de esquecer os terrores da escravidão e a impossibilidade simultânea de esquecer” (GILROY, 2001, p. 413). Os encontros com os (ante)passados, desejados porque preciosos enquanto forças constitutivas do presente, mas ao mesmo tempo temidos porque emblemas de experiências existenciais em que sobressai a negação da condição humana, exprimem uma perspectiva de mundo que incorpora a possibilidade de trânsito entre estados ontológicos e temporalidades distintas.

Uma experiência na África do Sul através da antropologia gráfica

AUTORES/AS: AINA GUIMARÃES AZEVEDO

Ao acompanharmos a realização de um casamento em que a noiva já faleceu,

questões relativas à temporalidade tardia da performance ritual e à presença de pessoas ausentes – os mortos – são trazidas à tona. Eventos dessa ordem são bastante comuns nas práticas dos falantes de isiZulu na África do Sul com quem trabalhei ao longo dos anos de 2010 e 2011, quer se trate de casamentos ou de outros rituais dedicados aos ancestrais. Ainda: na vida ordinária, certas coisas e gestos também indicam a presença dos ancestrais. Como podemos descrever os rituais, os gestos, as paisagens, os ancestrais e os movimentos das pessoas de uma maneira que acompanhe o surgimento das suas formas no mundo?

Neste paper, trabalho com o desenho para tratar dessa temporalidade e dessas presenças. A cada gesto, a cada ritual, há uma série de coisas que são feitas e que tornam aquele movimento único. Neste sentido, o desenho que observa e descreve é capaz de inscrever certa temporalidade e certas presenças em seu surgimento e em sua realização, sem pré-figurar os resultados da prática. Tal narrativa não busca os efeitos ou as agências entendidas posteriormente, mas procura conhecer o modo como as coisas e as pessoas adquirem suas formas. Me baseio na perspectiva adotada por Ingold em seus últimos trabalhos sobre a *anthropographic* para refletir sobre os desenhos que fiz em campo na África do Sul. Esta perspectiva distingue o desenho como técnica de observação inigualável e considera-o transformador na medida que prescreve uma relação do pesquisador com aquilo que desenha, pois o desenho não corresponde à projeção de uma ideia no papel, nem a uma narrativa feita a posteriori, surge, sim, junto com aquilo que se observa. O desenho como processo de pensar-fazendo é anti-totalizante – não compromete-se com a cobertura total da superfície, nem com qualquer ideia de acabamento – e, expressa tempo e movimento – como a dança e a música, o desenho não retém o tempo, flui com ele em sua execução.

“Nos Ancêtres les Gaulois?”: batalhas memoriais e identitárias em Guadeloupe, Caribe

AUTORES/AS: MARIANA VITOR RENOU

Estátuas, monumentos, prédios, objetos, espaços erigidos como locais de história e memória, todos com referência ao passado escravista. Esses são alguns elementos observados na pesquisa de campo realizada em Guadeloupe, região francesa no Caribe, sobre práticas mneumônicas relacionadas à escravidão. Faz algumas

décadas que grupos de pessoas de Guadeloupe trabalham no sentido de relembrar e valorizar seus antepassados. Deixando de lado a história centrada na Europa, que durante muitos anos foi o que essencialmente aprenderam na escola e que foi inscrita no cotidiano e nos espaços públicos, esses grupos buscam os africanos escravizados e seus descendentes, suas histórias, traços, presenças, vestígios e heranças. É possível observar uma produção memorial intensa e práticas mneumônicas que reúnem uma série de actantes, dissensos e emoções variadas.

Nessa reflexão, pretendo discutir este que é apenas um dos aspectos surgidos nos 6 meses de pesquisa de campo realizados até o momento. A saber, espaços e “coisas”, “descobertos”, construídos e reconstruídos de maneira a atualizar o passado e fazer presente os antepassados. Foco especificamente as produções, ações, discursos e discussões em torno de estátuas de heróis e monumento aos mortos de 1802, quando houve a chamada Guerra de Guadeloupe, contra o reestabelecimento da escravidão, abolida em 1794. Em seguida, espaços mneumônicos, como cemitérios de escravos, portos e mercados de escravos, antigas habitations (grandes propriedades de produção agrícola colonial), fortes militares e espaços temáticos, em especial o dedicado ao Gwoka, tambor local. E por fim, o polêmico centro comercial em forma de navio com nome de um navio negreiro. Pretendo refletir sobre o processo de construção desses elementos, os grupos responsáveis e os actantes envolvidos, as disputas e discussões, pois em torno desses muitas posições divergentes podem ser observadas, inclusive sobre a legitimidade e autenticidade dos espaços e monumentos.

É possível observar a ruptura com a história eurocêntrica, numa busca por reconhecimento e criação de identidades, e o início de uma intensa discussão entre historiadores, pesquisadores, população local, associações, militantes, poder público, proprietários, entre outros. Além disso, é possível acompanhar uma série de ações e práticas em torno desses elementos, práticas mneumônicas, que criam vínculos com um passado e os ancestrais, uma atualização e vivência contínua do passado, que inscrito e atualizado nesses espaços e objetos, evocam fortes sentimentos e emoções, muitas vezes inexplicáveis, além de presenças e participações de actantes, humanos e não humanos, discursos e imagens do passado atualizado que reificam e colocam em cheque vivências, problemas, relações e questões do presente.

COORDENADOR/A: ANDRÉA DE SOUZA LOBO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), OMAR RIBEIRO THOMAZ (UNICAMP)

O emergente campo da Antropologia da África no Brasil tem, nos últimos anos, atraído um conjunto de pesquisadores e questões que se manifestam em projetos de pesquisa, publicações e seminários que começam a gerar um acúmulo de reflexões sobre o continente. A diversidade temática e geográfica é relativamente ampla, embora haja uma concentração de estudos nos ou sobre os PALOP e, mais recentemente, África do Sul. Tal cenário torna cada vez mais premente a importância de um diálogo qualificado sobre perspectivas, oportunidades, riscos e desafios de um campo que já se faz expressivo na antropologia brasileira. O GT tem por objetivo reunir diferentes trabalhos desenvolvidos em contextos africanos, promovendo a continuidade, iniciada na última RBA, de um diálogo qualificado sobre pesquisas etnográficas realizadas no e sobre o continente. Convidamos pesquisadores que venham refletindo em suas pesquisas sobre temas como o desenvolvimento, a cooperação internacional, fluxos locais, regionais ou globais, o parentesco, família e poder local, a mobilidade e a dinâmica social, as relações sul-sul, a cultura popular, as concepções de cidadania, dos direitos, do Estado, dentre outras questões, que, ao perpassarem os interesses de antropólogos brasileiros, respondem ao desafio da produção sobre contextos africanos.

“Ki ngala ni nzo”. Três fragmentos sobre o colonial e após.

AUTORES/AS: DIEGO FERREIRA MARQUES

A presente reflexão tem por objeto as narrativas de três histórias de vida de sujeitos angolanos, às quais se procurará contrastar um conjunto de questionamentos relativos às dinâmicas sociais e às transformações do próprio espaço vivenciadas naquele país, notadamente a partir da década de 1950. Tendo por foco, sobretudo, o período imediatamente seguinte ao fim do período colonial (a partir de 1975), o decênio final da Guerra Civil (1992-2002) e o contexto atual de Angola – considerando, em primeiro plano, a vertiginosa reestruturação do espaço urbano e a significativa mudança nas interpenetrações entre as cidades e o dito mundo rural –, o objetivo primordial desta comunicação é tentar investigar como as percepções da mobilidade, fosse ela forçosa ou não, bem como os diferentes sentidos atribuídos à noção de “lugar”, tais como emergem das narrativas destes sujeitos, são indicadores que permitem refletir sobre a propriedade (e as eventuais impropriedades) da ideia de “legado colonial”, para além de fornecerem pistas sobre as formas particulares e locais de compreender a persistência ou a pregnância do passado em relação à vida cotidiana.

Categorias de acusação, identidades étnicas e interesses hegemônicos na fronteira norte de Angola

AUTORES/AS: PAULO RICARDO MULLER

Neste trabalho reflito sobre a emergência de categorias de acusação entre congoleses e angolanos como um processo de agenciamento de identidades étnicas na fronteira de Angola com a República Democrática do Congo (RDC). Inicialmente em contato mais próximo com refugiados – em sua maioria congoleses – em assentamentos na cidade do Dundo (província da Lunda Norte), seguidamente ouvi alusões ao “tribalismo quioco” (grupo étnico do leste de Angola) como um entrave para sua inserção socioeconômica local. Por outro lado, imigrantes e refugiados congoleses aparecem com frequência em discursos oficiais, recolocados por angolanos com que tive contato, como usurpadores da ascendente economia angolana. Ao relacionar tais observações com referências históricas sobre a formação da fronteira entre Angola e RDC, busco mostrar como as categorias

de acusação e identidades étnicas emergentes neste contexto remetem a diferentes disputas e conflitos engendrados pela incidência de interesses hegemônicos – corporativos, colonialistas, militares e estatais – na região.

Civilização, Modernização e Desenvolvimento: diferentes facetas de projetos exógenos em Moçambique

AUTORES/AS: INÁCIO DE CARVALHO DIAS DE ANDRADE

A apresentação focará a implementação do projeto desenvolvimentista em Tete, Moçambique. Localizada acima de grandes jazidas de carvão e outros minerais, os habitantes de Tete estão há tempos familiarizados com o discurso do desenvolvimento. Antes de receber os grandes empreendimentos extrativistas, capitaneados pela brasileira Vale durante segunda metade da década passada, os tetenses já haviam sido alvos da cooperação internacional, que chegara a região durante a guerra civil moçambicana (1976-1992), tendo implementado suas estruturas integralmente durante as reformas econômicas neoliberais promovidas com a chegada da paz.

O governo socialista, instaurado após a guerra colonial, também já havia tentado propagar uma reforma modernizante no país e enviou milhares de moçambicanos para aldeias comunais instaladas nas áreas remotas do país, através da ética e da rotina do trabalho, a “colonização mental” imposta por anos de regime português deveria ser superada para a construção de uma nova sociedade. Samora Machel, herói da revolução e presidente à época, incentivou, concomitantemente às aldeias de trabalho forçado, a formação de cooperativas de agricultores que se espalharam pelo país sob o ideal de um “socialismo real africano” ligeiramente vislumbrado na experiência tanzaniana de Julius Nyerere.

A política socialista visava destruir a ordem colonial que ainda persistiria em organizar as vidas dos moçambicanos. A prática e a crença na feitiçaria eram agora vistas como “crenças obscurantistas” inconcebíveis ao homem novo socialista que o governo de Machel tentava construir e as autoridades tradicionais, alicerces do indirect rule da administração portuguesa foram abolidas.

No entanto, mesmo antes disso, o sistema colonial português enfrentava imensa pressão das grandes potências europeias para a modernização e desenvolvimento das colônias sob jugo lusitano. Relatórios enviados a ONU pelo regime salazarista

esforçavam-se para provar o direito português as suas posses africanas por meio do desenvolvimento das populações gentias agora em vias de serem civilizadas. Ironicamente, a metodologia, a implementação e os resultados guardam imensas semelhanças com as políticas das ONGs atuais.

A pesquisa em curso, oriunda do meu doutoramento, é focada nas acomodações recentes do discurso desenvolvimentista em Tete. No entanto, é impossível compreender como as conformações dos atores políticos locais, a prática exógenas das agências para o desenvolvimento e as alianças construídas com o governo se dão sem uma minuciosa análise histórica de um contexto em mudança. O paper a ser apresentado pretende reconstituir a formação de um campo simbólico de diálogo através de documentos do regime colonial e narrativas de agricultores e atores centrais na cena política de Tete.

Desatando a tradição: autoridades tradicionais africanas após a independência. Uma leitura comparada a partir do caso Herero (Namíbia)

AUTORES/AS: JOSUÉ TOMASINI CASTRO

Talvez um dos “legados coloniais” mais contestados pelos Estados independentes africanos, as “autoridades tradicionais africanas” foram objeto de vários tipos de intervenção pós-colonial (países com histórias coloniais tão distintas quanto Botsuana, Ghana ou Moçambique foram, literalmente, do amor ao ódio com os chefes africanos em seus países). Ora desprezadas como instrumentos da vencida opressão colonial e empecilhos no caminho da modernidade, ora assimilados seus símbolos e apropriadas suas redes para legitimar o poder “da barriga” (Bayart: 2009) dos chefes de Estado, as autoridades tradicionais africanas são vistas hoje, pouco mais de duas décadas depois da chamada “terceira onda democrática” (Huntington: 1991) e implementando-se multipartidarismos e descentralizações, como importantes agentes na inclusão de uma ainda imensa população rural ao curso desenvolvimentista que eclode por quase todo o continente.

Tendo em vista o papel essencial que chefes e conselheiros tiveram na manipulação e implementação de distintos sistemas coloniais, e considerando sua continuada influência junto às suas comunidades após a independência, muito do que tem sido produzido nesta área de pesquisa procura revelar sua função “administrativa” e “política” dentro de um sistema encapsulante, chamando atenção à qualidade

adaptativa de suas funções na sociedade (cf. van Rouveroy van Nieuwaal: 1987). Mas o foco no caráter resiliente da instituição chefatura desconsidera, entre outras coisas, as inúmeras transformações internas catalisadas por sua ocorrência nos mais distintos contextos políticos. Em consequência disto deixa-se de considerar outros tipos de legados, que mudam nosso foco do caráter imposto e/ou inventado da tradição, para seu aspecto imaginado (cf. van Dijk & van Rouveroy van Nieuwaal: 1996), onde cabe averiguar a construção de prerrogativas e símbolos “tradicionais” que ultrapassam o período propriamente colonial, criando pontes entre um mítico e sempre contestado passado pré-colonial e os contextos pós-coloniais – que lá se sustentam na busca de argumentos legitimadores de uma “África profunda”. Com estas questões em mente este trabalho tem como objetivo apresentar uma leitura geral do fenômeno das Autoridades Tradicionais no continente africano, considerando-o em relação ao debate sobre e às conexões (ou não) entre os períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial (i.e. Ranger 1992, 1993; Vansina 1990; Bayart op. cit; Mandani 1996; entre outros). Por fim, visando uma análise mais profunda do fenômeno, apresento o caso particular dos hereros, na Namíbia, atentando ao constante re-inventar da “tradição” e ao processo de, como dito por uma de suas lideranças, “desatá-la” de suas prerrogativas coloniais e “políticas” após a independência do país em 1990.

Os povos de Angola e Guiné-Bissau na antropologia colonial portuguesa do séc. XX

AUTORES/AS: CARLA SUSANA ALEM ABRANTES

O modo como a antropologia participou dos processos coloniais vem sendo uma preocupação de antropólogos desde 1973, com a publicação da coletânea de estudos “Antropologia e o encontro colonial” organizada por Talal Asad. A antropologia pode ser percebida como uma das narrativas da expansão europeia, fortalecida pela ampliação dos espaços institucionais de pesquisa e ensino ao longo da primeira metade do século XX. A questão quanto à forma pela qual a antropologia contribuiu para os processos de violência e sujeição dos povos a novos modelos sociais que marcaram o encontro colonial continua em aberto. Em especial, ainda se faz necessária uma compreensão mais profunda das conexões entre o conhecimento produzido sobre as populações locais, nativas, e as formas de dominação e poder

estruturadas na expansão imperial. Alguns estudos desenvolvidos nas últimas décadas por pesquisadores de diferentes nacionalidades contribuem para situar os modos específicos do contato de portugueses com as populações dos territórios sob seu domínio. Esta comunicação pretende contribuir para essas discussões a partir do estudo das narrativas antropológicas produzidas em Portugal entre os anos 1940 e 1960 sobre os povos de Angola e Guiné-Bissau. Partimos de atividades realizadas em dois projetos de pesquisa, que contam com a participação de alunos de iniciação científica, em que quatro autores portugueses são analisados considerando as condições sociais de possibilidades de seus discursos. Pretende-se identificar de que forma os povos africanos foram traduzidos pelas lentes dessa antropologia portuguesa. Apresentaremos a descrição e análise das categorias que predominaram nessas narrativas procurando considerá-las como produtos culturais com uma localização histórica e social específica. Assim, os autores/antropólogos selecionados para esta análise deixam de ser produtores individuais à medida que os seus textos passam a ser apreendidos como produtos de dinâmicas sociais próprias às quais seus autores estiveram submetidos. Trata-se, portanto, de apresentar alguns resultados da comparação entre as narrativas sobre povos de Angola e os da Guiné, procurando perceber aproximações e distanciamentos entre categorias antropológicas em uso nos anos tardios do colonialismo português. Far-se-á referência, também, às possíveis relações com o Governo português - agência propulsora de uma gramática pautada por problemas que podem ter sido produzidos nessa interface entre a antropologia e a administração.

Teoria, metodologia e política no fazer dos intelectuais africanos

AUTORES/AS: MICHELLE CIRNE

A comunicação propõe apresentar os dados preliminares de uma pesquisa que está sendo realizada no âmbito do doutorado em Antropologia, na Universidade de São Paulo, cujo propósito é investigar a produção africana de ciências sociais, tendo como ponto de partida o CODESRIA – Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, cuja sede encontra-se em Dakar, capital do Senegal. A pesquisa segue a linha dos que tematizaram os caminhos possíveis para criações originais nos estudos teóricos das humanidades feitos pelos intelectuais africanos. Estamos especialmente interessados nas produções publicadas pelo

CODESRIA que refletem sobre o próprio fazer africano em ciências sociais, e a comunicação versará sobre a análise de nove obras recentes que tratam desta temática e do estado do ensino superior no continente, lançadas entre 2005 e 2012 e escritas em português, inglês e francês. Nosso objetivo é comentar e interpretar as reflexões realizadas e os caminhos apontados pelos cientistas sociais africanos. Esta pesquisa assim se constrói por apostar no lugar privilegiado ocupado pelos intelectuais africanos, pois considera-os como homens e mulheres “traduzidos” – utilizando a expressão de Homi Bhabha – que construíram pontes entre as experiências originais de suas localizações africanas e a experimentação e formação no interior dos cânones das disciplinas acadêmicas ocidentais. Entendemos a função de análise e interpretação da realidade social que cabe aos intelectuais, e destacamos que, no que é interpretação, cabe também aos intelectuais imaginar, e assim possivelmente produzir, o que pode vir a ser. Desta forma, fazendo uma analogia com a ideia de Roy Wagner sobre a produção da cultura realizada pelos antropólogos, questionamos e discutimos que “África”(s) estão inventando para si e para seus conterrâneos os cientistas sociais africanos?

Ciências Sociais em Cabo Verde e o estudo das migrações: considerações sobre um campo em construção

AUTORES/AS: IOLANDA ÉVORA

A migração é um fato social dominante em Cabo Verde, mas trata-se de um domínio ainda em construção como campo de interesse das ciências sociais no país. Esta reflexão dirige-se à forma como as ciências sociais se têm aplicado no campo das migrações em Cabo Verde e as razões da fraca participação do background nacional no ainda incipiente debate teórico sobre a migração cabo-verdiana. Cada vez mais, o país consolida-se como lugar de origem, trânsito e destino de migrações e conta com um conjunto de comunidades enraizadas no exterior. No entanto, constata-se que o foco das análises mantém-se fortemente apoiado nas noções clássicas, quer das razões (económicas) das mobilidades, quer das expectativas dos agentes envolvidos ou, ainda, das relações que o migrante estabelece no destino e com a origem. Questiona-se se as opções científicas constituirão uma provação para a ordem nacional e uma espécie de desafio a conservadorismo social e político

dos que têm interesses (mais simbólicos do que materiais) na manutenção do status quo relativamente à migração cabo-verdiana. Discute-se, sobretudo, se os cientistas sociais estarão em condições de repensar, constantemente, as abordagens à migração cabo-verdiana, os temas tradicionalmente escolhidos, as ligações frequentemente ambíguas entre o mundo da investigação em Cabo Verde e a esfera política, a desfasagem entre uma fraca produção interna sobre o tema e a importância social das migrações.

Moçambicanos no Brasil ou brasileiros em Moçambique: Reflexões a partir de um campo com engenheiros florestais

AUTORES/AS: VÍCTOR MIGUEL CASTILLO DE MACEDO

As relações entre engenheiros florestais brasileiros e moçambicanos se iniciaram em meados dos anos 1980, com a ida de mestrandos e professores do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná – PPGEF/UFPR, à Moçambique. Esse diálogo inicial retomado no ano de 2009, na esteira do crescimento dos investimentos brasileiros em projetos de Cooperação Técnica e Científica com os Países Africanos Parte dos investimentos em um convênio entre UFPR e a Universidade Eduardo Mondlane – UEM, assinado naquele ano, contribuíram também, para a vinda sucessiva de engenheiros florestais moçambicanos ao PPGEF, através do Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação ou PEC-PG. A parceria foi feita com o propósito de reabilitar o Centro Agro-florestal da Machipanda – CEFLOMA, localizado no centro de Moçambique. O texto a ser apresentado trata de uma pesquisa em desenvolvimento acerca do espaço de diálogo entre Brasil e Moçambique que se criou na Engenharia Florestal da UFPR. Parte-se da compreensão que as relações entre brasileiros e moçambicanos está calcada em uma base epistemológica compartilhada – o conhecimento em Engenharia Florestal. No entanto as representações de Brasil e Moçambique construídas no cotidiano acadêmico destes engenheiros, desequilibram o aparente diálogo Sul-Sul em questão. Diante deste contexto é possível matizar e repensar problemas dos Estudos Africanos produzidos no Brasil – afinal, até aonde vai o que se entende por “contexto africano”? Ou melhor, qual a sua extensão, sob uma ótica antropológica? É possível pensarmos sobre as realidades africanas, fora de África? Mais que responder essas questões, o interesse

é qualificar a reflexão a respeito de perguntas que são compartilhadas por outros pesquisadores e a partir de outros trabalhos de campo.

O fim de um universo rural. Duas gerações de migrantes moçambicanos às minas da África do Sul.

AUTORES/AS: ALBERT FARRÉ

Na segunda metade do século XIX descobriram-se minas de diamantes e de ouro em diferentes locais da África Austral, e desenvolveu-se um sistema de produção industrial que precisava de um grande número de trabalhadores. A África do Sul como estado unitário nasceu da vontade do agrupar as minas sob um mesmo poder político, que controlasse todo o processo de produção e contratação de trabalhadores.

A migração massiva de camponeses a procura de trabalho nas minas é um tema de estudo comum na África Austral. Em Moçambique, um dos maiores fornecedores de trabalhadores às minas, o debate tem sido constante durante e depois do colonialismo. Poucos anos após a independência de Moçambique em 1975, Ruth First, pesquisadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, foi pioneira de um novo olhar sobre a dependência das famílias dos migrantes moçambicanos do salário das minas.

Nesta comunicação, a partir do trabalho de campo feito numa área rural do distrito de Massinga entre 2006 e 2010, vou ao encontro do debate iniciado por Ruth First e o CEA-UEM sobre as ligações entre as minas e as zonas rurais do sul de Moçambique. Focando nas vidas de um pai e seu filho, vou mostrar como mudaram as condições de vida nas zonas rurais de Massinga num período de trinta anos. Enquanto o pai foi dos últimos mineiros com contrato nas minas, o filho já pertence a uma geração que, na maioria, não conseguiu entrar a trabalhar nas minas.

Nos inícios dos oitenta, Ruth First anunciou que a perda do salário fixo nas minas destruiria o nível de vida no meio rural do sul de Moçambique. Na minha experiência de terreno, muitas pessoas idosas em Massinga consideram que, apesar das vitórias da independência e do fim do apartheid, a situação em Massinga hoje é pior do que nos inícios dos anos 70.

Sem dúvida a guerra civil (1978-1992) teve um impacto importante em todo este

processo, mas esta comunicação quer focar sobre a necessidade de conhecermos a história prévia a guerra civil, contada pelas pessoas que a viveram, para pensar qual o modelo de sociedade que se quer no futuro. Os modelos de desenvolvimento rural vindas do exterior nem sempre trazem melhoras para as populações que vão ser atingidos por eles.

Os Siddis de Karnataka: diáspora africana ou parte integrante do sistema de castas indiano?

AUTORES/AS: ANDREAS HOFBAUER

Em pequenas aldeias ou em casas isoladas nas matas virgens do hinterland de Goa, vivem alguns milhares de descendentes de africanos. O mais visível marcador de diferença dos Siddis, que vêm sendo tratados por muitos indianos como uma casta inferior, é o cabelo crespo. Internamente, dividem-se em três grupos religiosos (cristãos, hindus e muçulmanos) que falam, inclusive, línguas diferentes. Tal como as demais castas, os Siddis têm evitado, entre si, casamentos inter-religiosos e a comensalidade. Por outro lado, não são aceitos pelos respectivos irmãos de fé “não-negros” como iguais, nem dentro dos seus templos religiosos.

Recentemente, o padrão das relações internas e externas começou a mudar lentamente. Marco importante neste processo foi a conquista do status de Scheduled Tribe, em 2002, que possibilitou aos Siddis reivindicarem a inclusão em programas governamentais de ação afirmativa. O reconhecimento deste status tinha sido reivindicado por pequenos movimentos locais, criados frequentemente com a ajuda de agentes externos (alguns padres e assistentes sociais). Foi nestas lutas que o argumento de que os Siddis são um grupo uno – “uma tribo” –, já que têm uma origem comum, começou a ganhar força. Os discursos e as ações incentivadas pelos líderes Siddis desafiam o poder dos padres, brâmanes e mulas (todos eles não-Siddis), que têm exercido forte influência sobre os Siddis e não vêem com bons olhos o surgimento de um espírito de união que visa a superar as fronteiras religiosas.

Hoje há cada vez mais jovens Siddis que estudam e trabalham em cidades indianas de maior porte ou migram temporariamente para a região do Golfo Pérsico. Aqueles – poucos –, com formação universitária, que atuam em ONGs voltadas para o “desenvolvimento da própria comunidade”, mostram-se ávidos por “recuperar as

raízes africanas perdidas no tempo”. Nas diversas festas da comunidade, a música do dammam (tambor Siddi) convive hoje com a do rap e também com encenações nas quais os Siddis se apresentam como uma tribo selvagem.

O enfoque da minha pesquisa é a questão da discriminação, o que exige uma preocupação especial com conceitos como casta e raça. Nos poucos escritos existentes sobre os Siddis de Karnataka é comum encontrar afirmações, que sustentam não ser a discriminação dos Siddis de ordem racial, já que eles enfrentam as mesmas dificuldades que qualquer outra casta inferior, ou ainda que a discriminação dos Siddis não se distingue daquela enfrentada por outros “negros” diaspóricos. Para fugir a tais avaliações generalizantes, minha análise se concentra na maneira como os próprios Siddis têm vivenciado a questão da diferença e da desigualdade e como, na contemporaneidade, “tradições” de inferiorização e de diferenciação estão sendo reatualizadas e/ou transformadas.

Turismo na África do Sul: uma nova ordem no mercado de bens culturais?

AUTORES/AS: JULIANA BRAZ DIAS

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a inserção da África do Sul no mercado global de mercadorias culturais, com ênfase nas relações construídas entre o referido país e os demais membros da entidade conhecida como BRICS – nomeadamente, Brasil, Rússia, Índia e China. Parte significativa do comércio global na atualidade remete ao que chamamos de mercadorias culturais, com uma participação interessante dos países que compõem o BRICS. O processo de atribuição de valor às mercadorias culturais está estreitamente relacionado às ideias de autenticidade e diferença. Durante muito tempo, o mercado para novas e genuínas experiências culturais implicava a polarização dos papéis atribuídos ao “Ocidente” e ao resto do mundo: todo este heterogêneo universo tomado como “não-ocidental” (no qual se incluíam os membros do BRICS) era visto como fonte de produtos exóticos a serem consumidos pelas pessoas do “mundo moderno”. Mas o que acontece com este mercado quando o sistema mundial parece atravessar um período de mudanças e reequilíbrio de forças? Este trabalho procura respostas para tal questão tendo como foco o turismo cultural na África do Sul. Historicamente, a África do Sul tem sido considerada um produtor de bens culturais, com ênfase particular na música. As “aldeias culturais” hoje reforçam essa ideia, oferecendo um importante

palco para performances de danças e músicas étnicas. Mas o público presente nesses eventos tem se modificado, passando a incluir um número significativo de turistas chineses, indianos e brasileiros, em novos fluxos globais. Com isso, percebemos que históricos produtores de mercadorias culturais estão se transformando em consumidores desses bens. Com base em trabalho de campo conduzido na África do Sul, procuro indicar as continuidades e as rupturas relacionadas ao comércio de bens culturais, questionando se a intensificação das trocas sul-sul tem sido capaz de transformar velhos padrões e estereótipos.

De minina à mudjer: reflexões iniciais sobre as feminidades em construção no contexto cabo-verdiano da cidade de Praia na Ilha de Santiago.

AUTORES/AS: CHIRLEY RODRIGUES MENDES

A presente proposta pretende apresentar resultados preliminares de pesquisa realizada na cidade de Praia, Cabo Verde, junto a mulheres em idade escolar, cursando o ensino secundário e ingressantes no ensino superior, bem como nos primeiros anos deste. Portanto, o trabalho foca, sobretudo, as adolescentes que estão perto de concluir o ensino básico e as jovens que acabam de ingressar no ensino superior, no intuito de tentar captar os elementos que configuram de certo modo a passagem para a vida adulta, o tornar-se mulher adulta. Mas, o trabalho procura também incorporar discursos e práticas de mulheres em diferentes faixas etárias, em distintos momentos de suas vidas e diferentemente posicionadas no contexto local, a fim de captar o processo educativo e formador das mulheres, os projetos, expectativas, desejos e ideais nele envolvidos. Entendendo que as percepções e expectativas que constituem a transição para a vida adulta, os modelos de mulher, bem como o processo de tornar-se adulta, são construídos ao longo da vida por meio das relações nas quais essas mulheres estão envolvidas, assim como dos contextos nos quais se inserem e, principalmente, a partir dos conhecimentos e valores que recebem. Nesse sentido, a pesquisa busca não se restringir à educação formal oferecida nas instituições de ensino, mas pensa a educação de modo mais amplo enquanto formação de uma pessoa numa dada sociedade e, por isso, se estende a outros contextos de sociabilidade das jovens cabo-verdianas, como a família, os círculos de amigos e atividades de lazer. Os

dados a serem apresentados são resultado de observações em campo, entrevistas e análise de histórias de vida e são construídos de modo a oferecer uma compreensão dos modos pelos quais se forma e se constitui a pessoa feminina nesse contexto cabo-verdiano, como também das corporalidades e subjetividades elaboradas e diferentemente articuladas nos discursos e práticas. O objetivo é, portanto, refletir sobre os elementos da vida social que incidem decisivamente sobre a construção dessas feminidades, entendendo que as experiências femininas são distintas e que, por sua vez, constroem corpos e subjetividades também distintos e formas diferenciadas de estar no mundo. Tais formas de estar no mundo articulam as múltiplas experiências diferentemente situadas com discursos e práticas tanto tradicionais e locais quanto modernos e globais que atravessam a sociedade cabo-verdiana. Nesse sentido, o trabalho busca contribuir em alguma medida para os debates acerca da posição da mulher cabo-verdiana em sua sociedade, das mudanças em curso na construção das feminidades em contextos urbanos, bem como sobre a efetivação do empoderamento feminino que são objetos de inúmeras políticas públicas no país.

Educação em Moçambique - Pensando interseções e políticas públicas

AUTORES/AS: LUCIA HELENA BARBOSA GUERRA

O presente estudo integra meu projeto de doutoramento, ainda em andamento, no qual pretendo discutir sobre as políticas públicas que o governo moçambicano vem desenvolvendo desde 1999, visando promover a igualdade de gênero através do empoderamento das mulheres. A referida pesquisa tem como objetivo refletir sobre a Educação em Moçambique, a partir da dinâmica de gênero e suas interseções com raça, classe e violência, dando enfoque nas desigualdades sociais e políticas públicas daí decorrentes.

A pesquisa de campo só concretizada em 2015, então para este artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica (Cervo e Bervian, 1983:55) de caráter qualitativo em busca de estudos sobre gênero em Moçambique. Utilizando os descritores “Gênero” e “Moçambique” nas bases de dados do AFRICABIB, mais especificamente na African Women Bibliographic Database. Foram localizados 134 artigos originais e de revisão publicados em periódicos nacionais e internacionais, foram excluídos da análise os artigos que não estavam disponíveis para download, restando 96, os

quais foram classificados de forma contextual nas categorias: Gênero, Educação, Violência e Políticas Públicas. Apesar do material localizado, observa-se uma lacuna com relação as interseções, apenas os poucos estudos sobre violência de gênero apontam para a importância da interseção com raça e classe.

Quando os indicadores básicos do desenvolvimento humano são desagregados por gênero, demonstram claramente a existência de um fosso significativo entre os sexos, fazendo com que as mulheres sejam incapazes de participar na íntegra do desenvolvimento social, econômico e político do país (Bergh-Collier, 2007). É interessante, no entanto, destacar o surgimento de políticas públicas que visam criar condições para que a igualdade de gênero possa efetivamente se concretizar, e é sobre as mudanças sociais pelas quais vem passando Moçambique nas últimas décadas – e que interferem no dia-a-dia de cada um, informam políticas governamentais e investimentos internacionais – que se debruça este texto.

Migração Sul-Sul: as experiências de trabalho contratado de cabo-verdianos na roça Ubabudo (São Tomé e Príncipe)

AUTORES/AS: CARLA ÍNDIRA CARVALHO SEMEDO

São Tomé e Príncipe, colônia portuguesa, foi nos séculos XIX e XX um grande produtor e exportador de cacau e café. Em uma estrutura similar às fazendas de café brasileiras, estas grandes plantações estavam alicerçadas em organizações espaciais, administrativas e sociais de grandioso porte – localmente denominadas de Roça. Visando garantir mão-de-obra necessária à manutenção destas plantações, instaurou-se – com o decreto-lei de 1903 – um sistema jurídico-legal de trabalho contratado nas colônias portuguesas (Cabo Verde, Moçambique e Angola) através das Agências de Emigração regidas pela Sociedade de Emigração para São Tomé e Príncipe – SOEMI. Já no início do século XX até 1970, foram recrutados trabalhadores rurais contratados procedentes de Cabo Verde às roças de cacau e café em São Tomé e Príncipe. Nesta comunicação proponho, a partir das experiências de quatro trabalhadores/as contratados/as residentes ainda na Roça Ubabudo, sinalizar como operaram as lógicas da migração cabo-verdiana para as roças são-tomenses, as tensões étnico-raciais que eclodem e atravessaram as relações no cotidiano da roça e lugar desta migração nas narrativas históricas cabo-verdianas elaboradas em cima desta experiência migratória.

Na linha da frente: violência e direitos humanos no trabalho de ativistas marroquinas de direitos da mulher

AUTORES/AS: REBECCA DE FARIA SLENES

Esse estudo trata o modo pelo qual fluxos transnacionais de direitos humanos são articulados em contextos locais, especificamente em contextos norte africanos ou árabe-islâmicos. Com base em pesquisa etnográfica realizada em uma organização não governamental (ONG) marroquina de direitos da mulher e de entrevistas com ativistas de diferentes regiões do país, analiso as experiências e estratégias de mulheres trabalhando em ONGs no combate à violência contra a mulher em Marrocos. Interessa explorar as estratégias postas em ação por essas mulheres que estão na “linha de frente” da luta contra a violência contra a mulher e mostrar como noções de violência e direitos são concebidos e instrumentalizados por elas. Em primeiro lugar, proponho uma reflexão sobre o papel das ativistas como mediadoras de uma linguagem de direitos entre a população local, instâncias governamentais e órgãos financiadores internacionais. Em segundo lugar, procuro mostrar que uma oposição entre discursos ou práticas “laicos” e “islâmicos” não da conta dos dilemas enfrentados pelas ativistas. Além disso, a diversidade entre elas - em termos de níveis socioeconômicos, aspirações e formas de mobilização - desmantela qualquer visão orientalista sobre uma suposta falta de agenciamento ou homogeneidade entre elas. O estudo termina por demonstrar como o trabalho de ativistas marroquinas em prol dos direitos da mulher é influenciado por fatores locais e transnacionais, incluindo diferentes feminismos, linguagens religiosas e discursos de direitos humanos.

Nas tramas da beleza: cabelo e corpo como expressões de arte

AUTORES/AS: DENISE FERREIRA DA COSTA CRUZ

Poderiam ser os cuidados com os cabelos parte expressiva da cultura popular em Maputo? Seriam a dedicação às tranças e às outras técnicas de embelezamento um processo de aprendizado apreensível? Qual o lugar dos cabelos na reflexão da antropologia do corpo e da arte? Essas são as questões que nortearão o presente trabalho. Tendo realizado pesquisa de campo em Maputo, Moçambique,

procuro apreender os significados atribuídos aos cabelos por mulheres jovens da capital moçambicana. Questões sobre feminino, beleza, embranquecimento, pessoa, vagueiam entre suas reflexões. A nomeação do trabalho de trançar é por elas comparado ao de tecelagem. Arte é uma palavra atribuída ao ofício das cabeleireiras. Espero dessa forma refletir, a partir da perspectiva nativa, as questões levantadas acima.

Por uma antropologia da (homo)sexualidade em África: o caso de Cabo Verde

AUTORES/AS: FRANCISCO PAULO VIEIRA MIGUEL

Nesta comunicação pretendo desenvolver uma reflexão, que venho fazendo no contexto de minha dissertação de mestrado no PPGAS/UnB, acerca da possibilidade de operar com categorias analíticas tais como “homossexualidade”, “homoerotismo”, “homofobia” em África. Para tanto, sirvo-me dos dados produzidos por outros pesquisadores e por mim mesmo, em meu trabalho de campo no arquipélago de Cabo Verde, onde realizei durante um mês uma etnografia sobre a (homo)sexualidade e o movimento LGBT naquele país.

No primeiro momento, tentarei demonstrar as dificuldades do léxico científico antropológico para dar conta de um fenômeno humano tão difuso tal qual é a sexualidade. Apresentarei dados que advogam pela existência do homoerotismo em África, tentando problematizar a operacionalidade destas categorias sexuais em uma análise que se pretenda antropológica. Por outro lado, buscarei defender o valor dos registros historiográficos acerca do “homoerotismo” em África, pois estes, como outros, contribuem para desnaturalizar alguns discursos atuais que advogam que as práticas homossexuais são exógenas a este continente.

Em um segundo momento, trago os dados produzidos em Cabo Verde a respeito do movimento LGBT local, para demonstrar que as categorias da pauta do movimento internacional têm um assentamento precário na realidade sócio-cultural do país. Se a descriminalização da homossexualidade, tal qual é a agenda do movimento em diversos países africanos, não é mais uma pauta viável em Cabo Verde, pois este país já a descriminalizou em 2004, por outro lado, a agenda europeia e norte-americana do movimento – os direitos legais, como o casamento – tampouco é viável naquele país crioulo, que se estrutura por formas de conjugalidade distintas.

Suponho que este estudo contribua não apenas para estimular um maior rigor no uso de categorias analíticas do léxico da sexualidade em contextos culturais diversos, como o africano, possibilitando um verdadeiro método comparativo nos estudos de (homo)sexualidade, como dá subsídios para o movimento LGBT internacional se reinventar metodologicamente, afim de sobreviver em novos contextos culturais tal qual o arquipélago crioulo neste raiar do século XXI.

“Vou ficar aqui em casa a fazer o quê?” - xitique familiar, os encontros e os seus diferentes momentos

AUTORES/AS: CATARINA CORTESÃO CASIMIRO NASCIMENTO TRINDADE

O trabalho discute os significados de associações de poupança e crédito rotativo na cidade de Maputo, Moçambique, nomeadamente a prática do xitique familiar. Com base numa etnografia dos encontros mensais de xitique, realizada em 2013, trata-se de explorar os diferentes momentos que compõem esses encontros, que constituem espaços privilegiados para a compreensão das relações entre as participantes, relações essas conectadas de diversas formas, seja através de relações de consanguinidade e afinidade, do dinheiro ou da comilança. O objetivo é mostrar o que está por detrás da vertente econômica do xitique, não ignorando, no entanto, a sua importância e centralidade.

COORDENADOR/A: HIPPOLYTE BRICE SOGBOSSI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE), ROBSON ROGÉRIO CRUZ (UNILAB)

Esta proposta visa acolher trabalhos consolidados e em andamento sobre a temática da morte, um campo em expansão dentro da vasta área das ciências humanas, prioritariamente na antropologia. A morte, sendo um fenômeno universal, também se apresenta sob várias formas como são os desaparecimentos de várias ordens, o suicídio, a morte violenta, a chamada morte natural decorrente de doenças, a morte cerebral; enfim, uma série de situações que condicionam novos comportamentos de populações de diversas partes do mundo, comportamentos que dão sentidos ao fenômeno em questão, como são: ritos de separação- ou união-entre vivos e mortos, edificação de lugares de memória para o ente querido, cocinas rituais, cerimônias religiosas, etc, que têm uma importância tanto na esfera da cosmovisão, quanto mágica, xamânica, social, política, médica, jurídica e religiosa. Serão bem vindos trabalhos descritivos que discutam a temática e proponham uma orientação teórico-metodológica original e inovadora.

“Los muertos de siempre”: concepções de morte nos comunicados zapatistas

AUTORES/AS: JÚNIA MARÚSIA TRIGUEIRO DE LIMA

O presente resumo propõe uma reflexão acerca da apropriação da morte como uma forma de resistência. O tema em questão trata das concepções de morte contidas nos comunicados Zapatistas. Tais comunicados tiveram alcance global desde a insurreição de indígenas Maias de Chiapas, sudeste do México em janeiro de 1994 contra políticas de exclusão, esquecimento e destituição de direitos. Tal Movimento deve boa parte de sua evidência a esses comunicados, que apresentam múltiplos formatos narrativos alinhavados pelo propósito de resistência. A pesquisa em questão foi realizada em cerca de mil e sete comunicados e declarações escritas no período entre 1994 e 2005. No meio desta gama de palavras, a morte aparece como um importante elemento, de forma a encadear narrativas míticas e formulações políticas, vivenciadas nos confrontos da resistência. Nos comunicados zapatistas, a morte e a vida coexistem por meio da relação entre os esquemas cosmológicos e a existência prática, que são pressupostos para o fundamento das histórias que os perpassam. A análise proposta acerca da morte nos comunicados zapatistas perpassa três níveis: o primeiro está relacionado à ideia de que ela é vivenciada como um estágio no qual os zapatistas se põem à prova, uma espécie de permanente sacrifício, cujo objetivo é que outros vivam; o segundo trata da morte a partir da ideia de que os mortos vivem entre eles, que falam, articulam e têm poder de decisão sobre as diretivas políticas; o terceiro perpassa a relação entre “memória” e “esquecimento” constituídas por histórias dos indígenas de Chiapas, e uma vivência imposta pelo estado mexicano, considerado como “esquecimento”. Nos níveis descritos acima, os vivos são entendidos como mortos pelas condições de sua existência no contexto mexicano. Sendo assim, a morte aparece em um formato discursivo de resistência como um elo de ligação de um coletivo, bem como um instrumento para construir e falar a memória.

A morte no imaginário coletivo medieval: o olhar contemporâneo de Ingmar Bergman no filme “O Sétimo selo”

AUTORES/AS: EDILSON BALTAZAR BARREIRA JÚNIOR

O trabalho apresenta uma análise do filme O Sétimo Selo do cineasta sueco Ingmar

Bergman. A interpretação busca mostrar que a película embora sendo ambientada na Idade Média, porém desnuda o homem moderno, com seus medos, angústias e temores, como o enfrentamento da morte. Bergman constrói uma alegoria na qual o cavaleiro Antonius Block (Max von Sydow) ao retornar das Cruzadas joga a decisiva partida com a Morte. A investigação procura vincular o universo pessoal e o ambiente sociocultural vivido pelo autor, incluindo sua formação protestante luterana, dramaturgica e cinematográfica com uma concepção de morte a qual é tematizada cinematograficamente.

Entre o Jogo e a Morte: Notas etnográficas sobre as brigas de cães no Brasil e no México

AUTORES/AS: FLÁVIO CONCEIÇÃO DA SILVEIRA

O presente trabalho tem por objetivo apresentar parte da pesquisa iniciada na cidade do Rio de Janeiro e desenvolvida, também, na cidade de Toluca, acerca dos criadores e apostadores de cães de briga no Brasil e no México. Envolvida em crenças e simbologias particulares em cada um dos grupos estudados, a morte surge como pauta em diversos momentos durante a preparação dos cães para esses jogos, seja através da revelação dos jogadores de suas angústias perante a vida, seja como a certeza de estarem oferecendo aos animais a chance de um destino digno para a qual, acreditam, a natureza os criou: lutar até a morte.

Hospitalidade e Morte: Análise da Produção Bibliográfica

AUTORES/AS: ILDETE MARIA DE ALMEIDA PEREZIM, LUIZ OCTÁVIO DE LIMA CAMARGO

Já é bem estudada a forma como a Modernidade afastou o homem e promoveu a negação individual e coletiva em relação à morte. Esses são fatos já bastante estudados no âmbito das ciências sociais e humanas, desde o estudo pioneiro de Ariès sobre a história da morte no Ocidente. A hospitalidade, por seu lado, é, na expressão de Derrida, um princípio que rege toda forma de interação e de troca entre seres humanos, nos diferentes tempos e espaços do cotidiano. A relação entre esses conceitos permite ampliar o atual repertório de estudos em ambas as áreas, buscando aqueles que refletem sobre os múltiplos sistemas de troca simbólica entre o indivíduo e o contexto em que vive: entre aquele que vai morrer e sua

família; entre este indivíduo e aqueles que o assistem em unidades especializadas e, a mais difícil, a auto-hospitalidade do indivíduo para consigo mesmo, vale dizer, o estudo das múltiplas formas de enfrentar a própria terminalidade. Qual é o balanço do atual conhecimento científico produzido nessa perspectiva e como permite fazer avançar esta discussão? Em consequência, o objetivo geral da pesquisa é elaborar um estado da arte, aqui entendido como levantamento e análise da produção bibliográfica que relaciona esses conceitos de hospitalidade e morte. Especificamente, a pesquisa busca a configuração, constelação de palavras-chave dos estudos levantados, bem como a definição e análise das categorias temáticas das pesquisas em hospitalidade. O levantamento será efetuado ao Banco de Dissertações e Teses da CAPES, e, ainda incompleto, registra mais de trinta estudos. Entende-se que a escolha de dissertações e teses permitem mostrar as atuais fronteiras do conhecimento na área em estudo. Espera-se, com a pesquisa, integrar definitivamente a temática da morte como um novo campo de conhecimento na área da hospitalidade.

Má morte e reparação em contextos de guerra

AUTORES/AS: NATALIA QUICENO TORO

“Pagar o morto” é a forma como os habitantes de Bellavista comunidade afro do Pacífico Colombiano, descreve as ações que vem implementando o estado para ressarcir os danos causados depois do massacre ocasionado por enfrentamentos entre a guerrilha das FARC e os paramilitares no ano 2002, onde foram assassinadas 79 pessoas em condições atrozes. Ao redor dessa experiência limite as pessoas tem construído um marco moral onde os mortos são identificados como a “cota de dor” que o povo colocou para que muitos direitos historicamente negados, por fim fossem reconhecidos. Adicionalmente as condições nas que os acontecimentos tiveram lugar impossibilitou a realização dos rituais e praticas mortuárias próprias das comunidades negras desta região, com efeitos que até hoje são citados pelos habitantes do lugar. Meu trabalho propõe analisar desde uma perspectiva etnográfica as conexões entre cosmologia e política em contextos de guerra, compreendendo os mortos como actantes centrais dos processos contemporâneos de Justiça transicional na Colômbia.

Sobre morte e terror: refletindo sobre o suicídio entre um grupo indígena das terras baixas sul-americanas

AUTORES/AS: MARIA ISABEL CARDOZO DA SILVA BUENO

A presente proposta tem como objetivo contribuir para as reflexões sobre a temática da morte, mais particularmente no que se refere a uma possível antropologia do suicídio. É interessante ressaltar, a propósito, que o próprio emprego do termo “suicídio” deve passar por uma reflexão apurada a depender do contexto cultural de que se trata o estudo. Partindo do trabalho de diversos autores sobre o tema e levando em conta contextos etnográficos distintos, buscar-se-á iluminar a experiência de campo da própria autora, numa comunidade indígena da etnia Ticuna (Alto Solimões, Amazonas – Brasil). A intenção é explorar as relações que rondam as explicações nativas para as mortes por enforcamento ocorridas numa grande aldeia dessa etnia. Se, por um lado, elas partem de um diagnóstico xamânico de feitiçaria, por outro traz à tona questões do relacionamento intergeracional e os impactos da contemporaneidade entre os jovens. Vale mencionar que esse é um tema que já rendeu pesquisa entre os Ticuna, mas que se apresenta, evidentemente, em constante transformação, assim como o próprio cosmos do grupo estudado. A relação entre suicídio e feitiçaria, por exemplo, é atualizada à medida que uma nova modalidade de enfeitiçamento se delinea ao lado daquela realizada “tradicionalmente” pelo pajé, qual seja a que é feita através do Livro de São Cipriano. Neste caso, lança-se a hipótese de que um profícuo caminho para as reflexões sobre morte e terror causados pelos suicídios/homicídio possa ser a própria mitologia do grupo.

Suicídio e autonomia

AUTORES/AS: RACHEL AISENGART MENEZES

Historicamente, o suicídio é objeto de estigma. É arrolado entre as causas de morte consideradas violentas. O estigma não se reduz ao perpetrador, mas também afeta sua família como mácula, como possibilidade de risco para os chamados “sobreviventes”. Tal como os sobreviventes de desastres de automóvel, de incêndio, naufrágio ou de catástrofes naturais, que atingem grande número de pessoas, como enchentes ou tsunamis, o termo adotado pela Organização Mundial

de Saúde alude aos familiares, amigos e colegas do suicida. Ao mesmo tempo, no século XX o suicídio também passou a pertencer a um conjunto de reflexões em torno das possibilidades de decisão individual ou de autonomia, em caso de doença terminal. Ao investigarmos o tema, sugerimos uma leitura antropológica de narrativas dos ditos “sobreviventes”, com foco sobre o segredo acerca do evento. Nesse sentido, quem pode saber das circunstâncias, quais detalhes são – e devem ser – omitidos, e por quanto tempo, constituem aspectos relevantes nos relatos. Apresentamos neste trabalho dados preliminares de investigação sobre suicídio, a partir da análise de entrevistas com atores sociais atingidos pelo evento, sejam eles familiares ou do círculo de sociabilidade do suicida.

“Pisei na Terra Fria”: Ritos Fúnebres no Santo Daime

AUTORES/AS: ISABELL DE KÁSSIA MENDONÇA TRINDADE

Por meio da observação direta, esta pesquisa realiza uma etnografia do Centro de Iluminação Cristã Estrela Brilhante Raimundo Irineu Serra, igreja da expressão religiosa denominada de Santo Daime, situada no Maranhão. Tal religião surge na década de 1930 e é caracterizada pelo uso ritualístico da bebida indígena ayahuasca, obtida pela decocção de duas plantas, o cipó (*banisteriopsis caapi*) e a folha (*psicotrya viridis*) que contém o princípio ativo dimetiltryptamina, possuindo propriedades psicoativas. O Santo Daime juntamente com a União do Vegetal e a Barquinha compreendem as três principais correntes religiosas que constituem a chamada “tradição ayahuasqueira”. O ritual é caracterizado pela ênfase na musicalidade, onde se canta e dança músicas que contêm em suas letras os princípios doutrinários deste sistema religioso. Para os adeptos a bebida possui propriedades que estimulam a percepção facilitando o contato com o divino, situação em que, pode-se alcançar uma cura tanto de males espirituais como físicos, sendo o psicoativo capaz de livrar o corpo e a alma de impurezas, permitindo desse modo, a comunicação com antepassados e as forças da natureza. Com o propósito de estabelecer um diálogo com a Antropologia da Morte, neste trabalho busco abordar especificamente os rituais fúnebres que foram observados durante o desenvolvimento da pesquisa, realizando a descrição dos mesmos no intuito de identificar os aspectos simbólicos que permeiam a cosmologia desta religião acerca da temática da morte.

A Boa Morte de Santa Brígida

AUTORES/AS: SARA RAQUEL NACIF BAIÃO

Herdeiros dos líderes religiosos Padrinho Pedro Batista e Madrinha Dodô, os romeiros de Santa Brígida-Bahia, mesmo transcorridos muitos anos da morte de seus mentores espirituais, praticam rituais funerários particulares, auto-sustentados e discrepantes daqueles pregados pelo catolicismo romanizado. A visão da salvação insere-se numa cosmovisão onde o caminho é trilhado cotidianamente, na vida reta, ascética, com a prática de valores como a fé e a solidariedade. Também os rituais da morte (refiro-me aos próprios rituais funerários e demais rituais ligados ao decesso), são indispensáveis para alocar o morto, em um bom lugar no outro mundo. Dentro deste contexto, busco tratar da penitência de Nossa Senhora da Boa Morte, realizada por mulheres e meninas no mês de agosto, como uma das formas de alcançar a salvação tanto para o penitente, bem como para os parentes mortos, que necessitam de auxílio. Nesse ritual é possível perceber a constante comunicação entre mortos e vivos e o importante papel dos vivos em auxiliar e modificar o destino dos mortos. Partindo do entendimento da morte como rito de passagem, e da necessidade da separação entre os dois mundos, essa penitência na medida em que auxilia as almas necessitadas, assegura a paz dos mortos e dos vivos.

A perspectiva Atikamekw do suicídio: identidade e novos rituais

AUTORES/AS: LÍVIA DIAS PINTO VITENTI

A questão do suicídio indígena, sendo um tema sensível e de difícil abordagem, nos leva a propor uma análise crítica do mesmo. O objetivo da presente comunicação é o de propor uma discussão no que tange a representação da morte voluntária entre os Atikamekw de Manawan, comunidade indígena que habita a norte do Québec, Canada, apoiando-se grandemente sobre as crenças sobre a morte e sobre os rituais funerários atuais de tal comunidade, a partir de conceitos locais. A etnografia realizada visa igualmente dar uma inteligibilidade à questão do suicídio e às novas práticas funerárias existentes em Manawan, sempre preocupando-se com os vínculos estabelecidos entre os eventos suicidários, o contexto histórico e a situação atual da comunidade em questão.

As cruzes das estradas: uma etnografia narrativa da morte e dos mortos no Sertão de Pernambuco

AUTORES/AS: VANESSA SOUZA ELETERIO DE OLIVEIRA, ROSINEIDE DE LOURDES MEIRA CORDEIRO

Essa pesquisa se situa no campo da Psicologia Social e é fruto de investigações que concluí desde o Mestrado sobre as produções e visibilidades da morte no Sertão. É uma pesquisa de inspiração etnográfica, na qual se destaca uma multiplicidade de registros de pesquisa, como a observação participante, entrevistas, conversas, fotografias e anotações de campo. Para análise, percorri um caminho metodológico que envolveu um modo etnográfico de se compreender as narrativas (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2008).

Parto do pressuposto de que as narrativas são práticas situadas socialmente e que operam através de contação de histórias sobre experiências do/a narrador/a. As narrativas, portanto, abordam as experiências do/a narrador/a e estão localizadas em um espaço ‘sem-fronteira’ ou ‘ilimitado’ entre o individual e o social. As histórias são (re)contadas sem começos, meios e fins definidos e, sobretudo, a partir de um senso de audiência ou endereçamento para alguém (RIESSMAN, 2008).

No que concerne à morte e aos mortos no Sertão de Pernambuco, mesmo com o complexo processo de modernização das áreas rurais (WANDERLEY, 1999), a relação com os mortos parece obedecer a uma outra lógica em que mulheres e homens rurais tem “[...] obrigações para com eles [mortos], devendo cuidar de seus túmulos e ossos, provendo para que não se percam ou se destruam e, naturalmente, fiquem sempre unidos e em família” (CORDEIRO et al, 2012: p.176). Narrar a morte e os mortos parece estar em uma sobreposição de tecnologias previdenciárias e tecnologias do corpo que ainda lhe conferem brilho, ritualização pública e, eventualmente, resistência (FOUCAULT, 2005).

A morte e os mortos, nas comunidades rurais do Sertão de Pernambuco, assumem um tratamento diferenciado. Para DaMatta (1997, p.100), a morte nas sociedade relacionais “passa pelo crivo de um conjunto de relações sociais imperativas que são, de fato, muito mais importantes do que o morto que se foi e do que os vivos que ficaram e com ele mantinham elos indissolúveis”.

Desse modo, as cruzes das estradas compõem uma economia da salvação para mortes repentinas e uma estratégia de bem lembrar os mortos, sob uma dimensão

simbólica do catolicismo popular. É possível pensar que as cruzes das estradas funcionam como um lugar privilegiado para a lembrança dos mortos, ao mesmo tempo, em que criam e recriam desigualdades sociais.

Em análise, chamo atenção para as diferenças de gênero que envolvem as histórias mais ou menos lembradas, a partir das reflexões de Gayle Rubin (1993) sobre o sistema sexo/gênero para contestar a afirmação de condutas obrigatórias a homens e mulheres. É o caso da prescrição sobre os homens jovens como causadores dos acidentes ou como aqueles que fazem mal uso do dinheiro que ganham ao comprarem motocicletas e bebidas.

Por fim, destaco o jogo político de resistência cotidiana que as cruzes das estradas ressoam oportunamente, criando ocasiões de liberdade para mulheres e homens rurais. As contribuições de Certau (1990/2009) sobre resistência permitem pensar as cruzes como uma tática que fortalece politicamente homens e mulheres rurais ao se contrapor a uma qualificação técnica. Trata-se de uma estratégia que opera silenciosamente para fazer ver, lembrar e resistir sobre as mortes que ocorrem rotineiramente na região.

Morte Simbólica e Renascimento Iniciático no Candomblé Congo/Angola

AUTORES/AS: IVETE MIRANDA PREVITALI

Este trabalho faz parte da minha tese de doutorado intitulada “Tradição e Traduções” sobre o candomblé congo/angola de São Paulo. No candomblé todas as coisas estão relacionadas entre si. Assim, no candomblé de nação congo/angola e talvez também em outras nações, a utilização das cores branca, vermelha e preta em seus rituais, nas pinturas elaboradas nos corpos das muzenzas (neófitos), a cor branca preferida para as vestimentas, o “soprar pomba” (giz branco ralado) ritual realizado no começo das kizombas (festas públicas), os ritos de iniciação, estão relacionados ao “mundo dos mortos” e ao “mundo dos vivos”. A nação angola do candomblé é remanescente de povos centro-africanos, principalmente bantos, que foram levados para o Brasil pelo tráfico de escravos. Embora o candomblé, independente de nação, tenha recebido colaboração de diversas tradições religiosas, percebi por meio de etnografias e documentações sobre povos centro-africanos, a proximidade da consmovação dos bakongo com a da nação congo/angola do candomblé. Entre os bakongo e outros povos bantos (MACGAFHEY

1986; REDINHA, 1973; ESTERMAN, 1983) há também a concepção de um universo dividido entre vivos e mortos. A morte é expressa metaforicamente pelos bakongo como a troca de pele das víboras, ou como a mandioca descascada e socada, ou o pôr do sol e a noite. Ao observarmos as festas públicas do candomblé e seus ritos iniciáticos, além de fazer a leitura dos signos conforme a interpretação dos agentes religiosos, podemos também relacioná-los com a vida e a morte, isto, se mantivermos o olhar nos detalhes revelados nas entrelinhas dos rituais.

Os mortos e a política: retórica e performance de políticos em eventos fúnebres

AUTORES/AS: GILMARA GOMES DA SILVA SARMENTO

Este trabalho propõe discutir como as trocas estabelecidas em contextos fúnebres podem se relacionar a uma intrincada rede de obrigações e de relações que se estendem ao campo da política. Busca-se analisar, de maneira particular, situações que relacionam figuras da política local e às famílias enlutadas, em município do norte fluminense, procurando estabelecer e analisar o discurso e a performance destas personalidades públicas em diferentes situações fúnebres. Para discutir a questão em estudo, parte-se da observação que a adequada mobilização dos códigos locais da etiqueta fúnebre, por personagens políticos (vereadores, cabos eleitorais e candidatos a cargos públicos), pode contribuir para ampliar ou diminuir o seu capital político influenciando em suas trajetórias públicas. Diante das necessidades inescapáveis impostas pela ruptura, às vezes brusca, provocada pela morte, os eventos fúnebres são marcados por um círculo de trocas, materiais e simbólicas. A circulação de gentilezas, palavras, favores, ajuda econômica, dentre outras, tornam as trocas uma dimensão, por vezes ritualizadas, desses eventos, que não cessam após o enterro do morto, pois são estabelecidas com base numa rede de obrigações sociais e morais que implicam a continuidade e a contraprestação. Sendo assim, ainda que as pessoas não enterrem seus mortos para receber ou trocar “coisas” ou bens, diante das demandas impostas pela morte, muitas vezes as famílias enlutadas necessitam de apoio emocional e/ou podem não dispor de recursos econômicos imediatos para arcar com as despesas fúnebres de um ente querido, ou oferecer-lhe um “enterro digno”, em termos nativos. De modo que os funerais tornam-se também espaços privilegiados para a mobilização de recursos simbólicos,

imprescindíveis para a reprodução de certo capital social, que para o político pode em momento oportuno converter-se em capital político, e, conseqüentemente, em voto.

Sobre a morte e a transformação das relações no batuque de Oyó/RS.

AUTORES/AS: CAUÊ FRAGA MACHADO

Esta comunicação consiste fundamentalmente em uma etnografia que descreve analiticamente os acontecimentos, rituais e eventos envolvidos na morte de batuqueiros da Nação Oyó, religião de matriz africana no Rio Grande do Sul. Para isso, busca ressaltar a importância da família de santo e das pessoas e orixás mais antigos no

contexto dessa religião e em suas relações com a morte. Pois esta é o acontecimento que marca uma ruptura dramática em todos os laços construídos ao longo da vida religiosa. É a partir dela que o grupo de parentes de santo deverá se engajar em um processo curto e violento de destruição de tudo que fora construído, ligado, “aprontado”. No ritual chamado eru (desligamento), objetos sagrados, roupas rituais e obrigações serão destruídas desfazendo definitivamente o vínculo do egum (morto) com os vivos. A morte também mudará as relações entre aquele que morreu, os vivos e os orixás: a pessoa se transforma

em egum, e, com a ajuda dos que não se foram, torna a viver. Agora, porém, no Orum (a terra dos orixás), onde viverá com seu orixá de cabeça, mantendo uma relação mais estreita com a divindade. A partir disso, a dissertação sugere que o desfazer de laços e obrigações

consistem, simultaneamente, em feitura e vínculos que acontecem paralelamente em outro mundo. Morte e vida, fazer e desfazer são, portanto, tratados como constituintes homorgânicos da pessoa batuqueira no Oyó, i.e., elementos que compartilham o mesmo substrato, o que exclui a noção de pares opositivos, mantendo, no entanto, a propriedade diferencial que estabelece a relação entre eles.

(No)body: implicações da morte anônima e do desaparecimento sobre a categoria de “pessoa natural”.

AUTORES/AS: PATRICK ARLEY DE REZENDE

Neste artigo são analisadas as práticas científicas, burocráticas e judiciais a partir das quais alguns cadáveres específicos passam a existir como “desconhecidos” e pessoas ausentes passam a existir como “desaparecidos”, bem como as implicações colocadas por essa existência na maneira como tradicionalmente constituímos nossa noção de pessoa. A partir da descrição de dispositivos sociotécnicos e da exploração entre as relações de cadeias de referência legal e científica, procuro demonstrar como a morte de cadáveres desconhecidos acontece em termos processuais que resultam no que chamo de rés-subjetivação. Em seguida, discuto mais detalhadamente o trabalho realizado pelos peritos em medicina, antropologia e odontologia forense a partir dos índices encontrados nos corpos, bem como a eficácia e os limites dos dispositivos judiciais de identificação.

De maneira análoga, discuto como pessoas desaparecidas são constituídas em termos de uma nova versão de pessoa, a partir da rearticulação dos atributos constitutivos da “pessoa natural”, categoria filosófico-jurídica utilizada em contextos judiciais. Procuro demonstrar como o registro dos desaparecimentos numa delegacia, e sua consequente transformação num “caso de polícia”, é condição necessária para que “desaparecidos” continuem a existir entre nós, a despeito de sua ausência física. Além disso, descrevo as práticas nas quais se engajam familiares e pessoas próximas, que são constituídos como “porta-vozes” legitimados do ausente, bem como os processos de objetivação técnica e burocrática da pessoa desaparecida, tanto no que se refere à sua condição moral quanto a seu corpo físico ausente, a partir dos índices fornecidos por familiares.

Para finalizar, trato de algumas implicações da existência de desconhecidos e desaparecidos no que se refere à categoria de “pessoa natural”, tal como é colocada em nosso ordenamento jurídico. Procuro demonstrar como esta categoria é tanto resultado quanto condição de uma série de aperfeiçoamentos técnicos e institucionais, e como ela é reformulada em casos de morte anônima e desaparecimentos.

A intersecção entre a vida e morte: as concepções médicas e jurídicas sobre anencefalia e morte encefálica

AUTORES/AS: JULIANA LOPES DE MACEDO

O feto anencéfalo representa o encontro entre a criação de uma nova vida biológica e da morte iminente e certa. Outro representante do encontro entre vida e morte é o morto encefálico que, apesar de possuir vida biológica, já está, conceitualmente, morto. Do ponto de vista médico, morte encefálica e anencefalia são fenômenos distintos, apesar de receberem a mesma classificação de morte neurológica. Anencefalia e morte encefálica não se referem a problemas que ocorrem na mesma parte do cérebro, nem acometem o mesmo tipo de “seres” (enquanto que anencefalia é uma condição que ocorre em um feto, a morte encefálica ocorre após o nascimento) e possuem desdobramentos diferentes. Entretanto, algumas aproximações podem ser traçadas a respeito dessas duas questões: nos dois casos, o paciente deixou de ser uma pessoa – se, entendermos que a noção de pessoa, no ocidente, está baseada no indivíduo e pressupõe um ser consciente, autônomo, capaz de ter desejos e de gozar de sua individualidade e liberdade; ambos os diagnósticos são determinados por exames de imagem; tanto o feto anencéfalo quanto o morto encefálico poderiam servir como fonte de obtenção de órgãos para transplantes; e, ambos os casos, são considerados incompatíveis com a vida e, portanto, como mortos. Contudo, essas condições tão próximas são tratadas de maneiras bastante diferentes pela nossa sociedade. O Estado brasileiro reconhece a morte encefálica enquanto morte, a Igreja Católica, estimula entre seus fiéis, a doação de órgãos e a medicina (pelo menos oficialmente) reconhece a morte encefálica como morte. Não existe um consenso sobre o status de morto do feto anencéfalo, o aborto de fetos anencéfalos só foi reconhecido enquanto direito das gestantes em 2012, a doação de órgãos de fetos anencéfalos não é permitida no Brasil e a Igreja católica se posiciona fortemente contrária ao aborto de fetos com anencefalia. Frente a este contexto, este trabalho tem por objetivo analisar as relações que podem ser estabelecidas entre anencefalia e morte encefálica a partir de dados etnográficos oriundos de duas pesquisas. A primeira foi realizada entre 2007 e 2008 e explorou as concepções de médicos intensivistas e médicos que atuam em transplantes de órgãos sobre morte encefálica; a segunda foi realizada entre 2009 e 2012 e buscou compreender as concepções de médicos ginecologistas

e magistrados sobre aborto de fetos anencéfalos. A partir da análise desse conjunto de dados, o presente trabalho tem por objetivo explorar as fronteiras que separam vida e morte e a maneira como essas fronteiras interferem na construção da categoria de pessoa de acordo com as concepções médicas e jurídicas sobre o anencefalia e morte encefálica.

Morreu, segue-se ao juízo? A morte e os mortos nas narrativas de mulheres evangélicas sindicalistas rurais do Sertão Central de Pernambuco

AUTORES/AS: DÉBORA CAVALCANTI DOS SANTOS, ROSINEIDE DE LOURDES MEIRA CORDEIRO

Estudos dos mais diversos campos disciplinares, como nas ciências sociais e humanas (ARIÈS, 1977; REIS, 1991; MARTINS, 1983; ELIAS, 2001; RODRIGUES, 2006), refletem sobre como as diferentes crenças religiosas produzem diferentes cosmovisões e atitudes diante da morte. Philippe Àrries (1977), em seus estudos sobre a história das mentalidades sobre a morte nas sociedades ocidentais, nos mostra como as atitudes diante da morte foram, paulatinamente, se desfamiliarizando e tornando-se, na contemporaneidade, uma morte escamoteada e solitária, voltada preponderantemente ao saber médico-científico. Sobre isso, Marx Weber nos ajuda a pensar como o Protestantismo, sobretudo, o calvinista, com a “racionalização da contemplação mística” e a transformação dos rituais fúnebres católicos para a salvação em pecado e superstição, contribuiu para que em tempos hodiernos, mas que em qualquer outro período, o morrer fosse isolado e silenciado. Todavia, em sociedades relacionais rurais, mais especificamente em comunidades do Sertão de Pernambuco, marcadas pela forte tradição católica, o ‘morrer em casa’, rodeado por familiares, por procissões até o cemitério local, por notas públicas de sepultamento e pelo tocar do sino da Igreja Católica ainda persistem como partes sequenciais dos ritos fúnebres. Assim, a crescente expansão do protestantismo em contextos rurais reconfigura tenciona o modo de viver do católico do Sertão e, por vezes, mistura-se a ele. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar como os mortos são produzidos em narrativas de mulheres evangélicas residentes no Sertão Central de Pernambuco sobre a morte. Busco compreender se existem permanências ou intercruzamentos dos ritos católicos na forma como essas mulheres, a partir de uma cosmovisão protestante, vivenciam a morte de quem são testemunhas. Para tal, lançarei mão de uma abordagem teórico

e metodológica de etnografia narrativa (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2009), com o uso de entrevistas narrativas, diário de campo, caderno de notas, observações e fotografias como instrumentos de pesquisa. Essa proposta de trabalho faz parte da minha pesquisa de mestrado que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco e ainda encontra-se em andamento.

Morte e vida feminina: as múltiplas facetas da representação escultórica da mulher em cemitérios oitocentistas

AUTORES/AS: ROBERTO BARRETO MARQUES E SILVA JÚNIOR

Há basicamente dois enfoques em uma pesquisa no cemitério: as pessoas que visitam o local e os materiais que se encontram nele. No caso da presente proposta, proveniente dos dados coletados para a dissertação de mestrado em antropologia, as visitas aos cemitérios são motivadas pelos túmulos, mais precisamente pelas esculturas femininas neles. A questão que procuramos nos ater gira em torno dos significados destas formas que, edificadas entre meados do século XIX e início do XX, apresentam múltiplos sentidos e difundem-se tão expressivamente nas necrópoles estudadas (cemitério de Santo Amaro (em Recife, Pernambuco), São João Batista e Catumbi (Rio de Janeiro)) que levantam a dúvida se são realmente puras cópias de um gosto burguês proveniente da Europa, se são algo maior que desafia o modelo masculino hegemônico e sexista ou então apresenta-se, de modo revelador, como uma pura reprodução desta estrutura galgada em um modelo patriarcal ou semipatriarcal, onde a mulher socialmente branca, das altas rodas, tinha seus movimentos vigiados e seu ambiente de circulação bem restrito. Nossa hipótese gira em torno desta terceira percepção, de uma predominância da representação do feminino como uma reprodução da estrutura estabelecida, mas sem descartar outros motivos para a superioridade numérica destas imagens no ambiente cemiterial. Deste modo, consideramos a percepção da época sobre o papel da mulher e a presença dela em certos ambientes ligados a morte e a expressão de sentimentos como elementos para interpretar as múltiplas formas do feminino nos cemitérios, levando em consideração também a influência da diversidade da cultura regional sob as formas femininas analisadas como, por exemplo, uma diferença visível nos gestos e vestes das esculturas encontradas no Rio de Janeiro

e Recife e nos questionar os motivos das formas do Rio de Janeiro apresentarem uma sensualidade nos gestos e nas vestes que é rara em Recife. A pesquisa ainda está em andamento e algumas fontes ainda precisam ser consultadas, bem como uma ida ao Rio de Janeiro, em março de 2014, precisa ser feita para que questões sejam esclarecidas, mas já podemos discorrer sobre alguns dados colhidos nos arquivos públicos, no cemitério localizado em Recife e nos livros e periódicos que tratam dos temas morte, cemitério e gênero.

O mercado funerário e a concessão da vida: a fabricação da pessoa morta via consumo funerário em Porto Alegre

AUTORES/AS: MARCOS FREIRE DE ANDRADE NEVES

A morte é mais do que a mera destituição de uma vida. É a criação de um novo estado, é tornar-se algo. Conduzida na cidade de Porto Alegre, a pesquisa etnográfica descreve as dinâmicas formadas pela atuação de mediações institucionais que atuam no processo de fabricação da morte e da pessoa morta, com atenção especial ao chamado mercado funerário. O trabalho propõe analisar o mercado funerário enquanto um circuito trespassado por estritas regulações e aspectos legais, emocionais e disciplinares. Um circuito no qual a pessoa morta integra negociações ao influenciar escolhas e demarcar posições, impondo uma presença moral a despeito de qualquer corporeidade. Um circuito no qual a pessoa morta, por meio da dinâmica descrita, vive.

Vida e Morte no Araguaia: Do lido com a morte e a memória dos desaparecidos políticos

AUTORES/AS: CÉSAR ALESSANDRO SAGRILLO FIGUEIREDO, MAURO MEIRELLES

O Brasil entre os anos 60 e 80 viveu um período de ditadura militar. Tal período foi marcado com severos arbítrios do regime militar com prisões indevidas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos. Podemos dizer que entre os vários arbítrios cometidos um dos mais graves é o fato da ocultação de cadáveres dos opositores políticos, este, um crime de lesa humanidade que ainda não foi solucionado. Desaparecido e morto, estes, ainda vivem e assombram a lembrança e a memória dos familiares que aqui deixaram e que buscam, junto ao Estado, um

desfecho para tal óbito, em tese, presumido mas não reconhecido por aquele que de direito confere a morte deste sob judge, qual seja, o Estado. Isto posto, tem-se que o presente texto se ocupa do modo como os familiares dos desaparecidos políticos lidam com a morte destes, uma vez que, estes, não puderam realizar a passagem ritual – da vida para a morte – dos primeiros através da realização de ritos fúnebres destinados a encaminhar essa passagem ritual e tirar, aqueles que já foram, do convívio dos vivos. Portanto, o presente texto se ocupa deste contínuo estado de luto dos familiares destes desaparecidos e modo como estes lidam com a morte. Para isso, apoiamos nossa análise em trabalho de campo realizado junto a estes familiares e, também, de relatos e histórias de vida ligadas a estes. Nosso lócus privilegiado de estudo reside, sobretudo, nos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, palco de luta efetivado no norte do Brasil (atual estado de Tocantins) e que possuem familiares na região Sul e Sudeste.

Viva! Hoje é Dia de Finados: vida, morte e sociabilidade no ritual de iluminação dos mortos em Salinópolis – Pará.

AUTORES/AS: MARCUS VINÍCIUS NASCIMENTO NEGRÃO

A “iluminação dos mortos” é um ritual de tributo aos entes falecidos, ocorrido anualmente no município de Salinópolis (Pará) por ocasião do Dia de Finados. Este ritual, tema central de minha pesquisa de mestrado, é constituído por três etapas que o estruturam, a saber, a arrumação dos túmulos, a iluminação dos mortos e a confraternização entre os vivos. Embora compostas por procedimentos rituais que, em alguns casos, podem ser realizados simultaneamente, estas etapas não se confundem. Assim, a arrumação consiste em todo o processo de limpeza, construção, reconstrução, decoração ou pintura de um túmulo, ocorrendo, geralmente, na semana que antecede o Dia de Finados. A iluminação, ápice deste ritual, consiste em uma prática noturna de acendimento de velas e proferimento de preces, em favor dos entes falecidos na noite do Dia de Finados. Por fim, a confraternização, subsequente à iluminação, seria o conagraçamento festivo entre a comunidade presente através da sociabilidade e da comensalidade, sendo caracterizada pelo diálogo, expressões de afeto e consumo de comidas típicas na

parte exterior ao Cemitério do Bonfim, local onde acontece este ritual. Dessa maneira, os principais aspectos que problematizo neste trabalho dizem respeito às questões simbólicas subjacentes a este ritual de homenagens aos mortos. Assim, a iluminação dos mortos funciona como um dispositivo que aciona sociabilidades em torno da morte, reintegrando, simbolicamente, os mortos à vida social e os vivos à vida espiritual.

COORDENADOR/A: ALÍCIA FERREIRA GONÇALVES (UFPB), GUILLERMO RAUL RUBEN (UNICAMP)

DEBATEDOR/A: ALCIDES FERNANDO GUSSI, NICOLAS WASSER

O GT Etnografias do Capitalismo tem longa tradição nas Reuniões Brasileira de Antropologia, data do final da década de 80. Sua gênese está intrinsecamente ligada à consolidação da Pós-Graduação da Antropologia na Unicamp com a constituição da Linha de Pesquisa Itinerários Intelectuais e Etnografia dos saberes e o Programa Estilos de Antropologia coordenado pelos professores Cardoso de Oliveira e Guillermo Ruben na década de 80 que, inspirados em Granger, resgatam a noção de estilo. Esta noção transplantada ao universo das organizações seria a idéia matriz para a constituição do Grupo. O Gt pretende congrega pesquisadores que em vários contextos (local, regional, nacional e transnacional) têm refletido teórica e metodologicamente acerca dos processos contemporâneos de transnacionalização do capitalismo (e suas cosmologias). Deste modo, indagações relevantes são: Quais as ressonâncias dos supracitados processos nas identidades sociais? E quanto aos seus debates nos universos empresariais e institucionais? Como analisar antropologicamente as interfaces e os dilemas entre capitalismo, Estado e as políticas sociais de geração e transferência de renda e as ações afirmativas? Como etnografar experiências de economia solidária que se constituem no seio das contradições do próprio capitalismo? Como refletir antropologicamente sobre as relações e contradições entre solidariedade e capitalismo? Como refletir sobre o posicionamento ético do pesquisador diante dessas questões?

A “Outra Economia” e a institucionalidade: análise do processo de regulação da economia solidária no Brasil

AUTORES/AS: JOANNES PAULUS SILVA FORTE

Este trabalho, vinculado ao Projeto Temático Contradições do trabalho no Brasil atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação, financiado pela FAPESP, analisa o processo de regulação da economia solidária, no Brasil. Nessa perspectiva, a problemática da pesquisa remete às articulações (em rede) e estratégias políticas que distintas entidades constroem no processo de institucionalização da economia solidária como modelo econômico e de sociedade que se pretende alternativo ao trabalho e produção capitalistas. O movimento da economia solidária, no Brasil, não possui uma sede territorial definida. Por essa razão, o processo sociopolítico de regulação da economia solidária pode ser verificado e analisado, onde quer que ele ocorra, a partir da articulação reticular, material e virtual, de suas entidades e de seus atores sociais presentes em todo o país. Destarte, desenvolvo uma pesquisa socioantropológica sobre o processo de regulação da economia solidária, no Brasil, a partir do Ceará, um dos estados pioneiros na construção do movimento da economia solidária e que está entre os que mais possuem experiências classificadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES como Empreendimentos Econômicos Solidários-EES. Nesta exposição, proponho-me a apresentar uma reflexão sobre o modo como entidades diversas ligadas à Rede Cearense de Socioeconomia Solidária-RCSS articulam estratégias que visam ao processo de construção sociopolítica da “Lei Geral da Economia Solidária”. Tal construção ocorre no campo de relações entre três grandes agentes institucionais (Igreja Católica, Estado e movimentos sociais) aos quais estão ligadas instituições e atores sociais que reivindicam uma “Política Pública Nacional de Economia Solidária”, via Projeto de Lei nº. 4.685/2012, que trata da criação de um marco regulatório nacional. Nesse sentido, poderíamos indagar sobre os limites da economia solidária dentro dos marcos da economia capitalista. A economia solidária tem uma base material consistente, que consolide um modo de agir, para a criação de uma matéria jurídica (“marco legal”)? A institucionalização da economia solidária, via regulação nacional, favorece a “inserção social de grupos excluídos” no mercado capitalista, confrontando a proposta de uma “outra economia” como “alternativa ao capitalismo”? Se, por um

lado, o processo de regulação viabiliza a política pública de economia solidária, por outro, ele distancia a economia solidária do projeto de uma “outra economia”: como seria possível “outra economia” sob os auspícios do mesmo direito estatal, cuja função social repousa na manutenção de direitos e deveres que, atualmente, contribuem para as condições de reprodução do capital? Eis que estas questões são o principal combustível desta comunicação.

A Apicultura e a Dádiva: Uma Etnografia com Fundo Rotativo Solidário

AUTORES/AS: MISAEL GOMES DA SILVA

O objetivo deste trabalho é investigar a dinâmica da Dádiva (Mauss) na Apicultura, a partir de uma etnografia com o Fundo Rotativo Solidário (FRS), que é uma Política Pública financiada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A pesquisa feita nos Assentamentos Tambaba e Nova Vida (Conde e Pitimbu) no Litoral Sul da Paraíba verifica a prática da apicultura entre os cooperados da Cooperativa dos Apicultores do Estado da Paraíba (COOAP) sediada em Tambaba. Nessa análise buscamos a resposta a respeito da possibilidade de desenvolvimento sustentável através de uma ética de solidariedade e reciprocidade, onde a economia faz parte de um enraizamento social (Polanyi). Utilizamos na metodologia de visitas in locos, de um olhar participante, bem como de uma descrição densa (Geertz) assim como da Teoria-Ator-Rede, de onde percebemos as redes de ações através das quais o processo de Dádiva acontece na apicultura através do FRS. Observaremos também a economia solidária funcionando as margens do capitalismo para a comercialização, necessitando do mercado organizado nos moldes capitalistas para possibilitar a comercialização da produção, finalizando assim o ciclo produtivo.

A Colonialidade, Modernidade e Capitalismo no âmbito da economia solidária: uma aproximação etnográfica à Feira Popular de Santana do Ipanema.

AUTORES/AS: JOAO PAULO PEREIRA LÁZARO

A Modernidade e o Capitalismo dentro contexto que pretendemos apresentar

surgem como pilares da colonialidade, uma retórica sobre as vidas de sujeitos interpostos às margens de seu projeto desenvolvimentista, estas pessoas entram no plano modernizador e capitalista do mundo como sobreviventes de um sistema de apropriação desinteressado por vidas humanas. Destituídos da condição de ser, imposta pelo processo de normalização do moderno como resultado da acumulação de capital (benefícios advindos da posse do capital) e submetidos a modelos sociopolíticos de negação e subalternização de suas vidas, bem como distanciados de políticas públicas efetivas, estes sobreviventes do capitalismo e da modernidade acabam encontrando na economia solidária alternativas ou estratégias de inserção e desenvolvimento econômico, sociabilidade e resistência à lógica operante. Nesse sentido, pensamos aos atores (feirantes e parte dos consumidores) da Feira Popular de Santa do Ipanema como aqueles que, ainda que submetidos aos dispositivos e justificativas de exclusões herdadas da colonialidade, resistem a esta lógica de marginalização e “prática de inferiorização natural” que esteve e continua criando fronteiras sociais e manipulando subjetividades, por meio de sua lógica violadora.

As iniciativas solidárias do Conjunto Palmeiras e a relação com as instituições governamentais.

AUTORES/AS: MARIA FERNANDA DE SOUSA RODRIGUES

Apresento neste artigo como gradativamente, as iniciativas denominadas solidárias que vêm sendo desenvolvidas no bairro Conjunto Palmeiras localizado na cidade de Fortaleza- Ceará foram sendo incorporadas às políticas de governo e passaram a ser legitimadas por uma série de ações governamentais.

A exemplo disto, pode ser citado, no âmbito do governo do estado do Ceará, a criação de vinte bancos comunitários, e na esfera nacional a chamada pública realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, por meio de editais para incentivo das denominadas finanças solidárias por aquela instituição. Nessa direção, ainda posso citar como exemplo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, em meados da década de 2000, incorporou a proposta das iniciativas solidárias aos assentamentos rurais, a exemplo do município de Santana do Acaraú, a 228 km da capital do estado do Ceará. Essas experiências chegaram, inclusive, a ser reconhecidas e implementadas pelo então governo venezuelano Hugo Chávez como política pública, com a criação

de aproximadamente 3.600 bancos comunitários na Venezuela. No ano de 2012, segundo informações do Joaquim Melo, coordenador do Instituto Palmas, 99% dos recursos destinados às iniciativas solidárias são oriundos das instituições governamentais e coordenados pelo Instituto Palmas. Esses recursos chegam para as iniciativas solidárias com diferentes finalidades, seja para aumentar o volume de recursos destinados a empréstimos aos moradores do bairro indistintamente (variando de R\$ 50,00 a R\$ 15.000,00); seja direcionando-os para projetos específicos desenvolvidos no bairro.

Diante deste contexto de reconhecimento e legitimidade perante o Estado, algumas questões se colocam, como: que implicações tendem a ocorrer com a institucionalização dessas iniciativas diante do caráter solidário que originalmente as particularizaram? Quais as implicações desse processo, que une duas lógicas aparentemente contraditórias?

Nesta direção, apresento uma discussão a partir da abordagem teórica de Victor Turner (1974) no que diz respeito à discussão de liminaridade e *communitas* e analiso a atual situação destas iniciativas a partir da gênese que as particulariza diante do processo de institucionalização em que hoje se encontram. Para a compreensão teórica, além da sociologia de Max Weber, trago autores como Jean-Louis Laville, Alicia Gonçalves, Roberto Da Mata e Genauto França Filho.

DA CONSTRUÇÃO SOCIAL ÀS PRÁTICAS: (re) significação e incorporação da economia solidária em uma cooperativa de produção

AUTORES/AS: ROBERTO MARTINS MANCINI

Partindo de um caso empírico, uma cooperativa de produção localizada no município de Açailândia (MA), criada por uma organização da sociedade civil com a finalidade de evitar a (re) incidência de pessoas no chamado trabalho escravo contemporâneo, através do oferecimento de uma alternativa acessível de ocupação profissional e renda nos moldes da economia solidária, procuramos observar o envolvimento desencadeado pelos cooperados envolvidos no empreendimento com os princípios e modelo de trabalho proposto pela economia solidária. Neste panorama, buscamos estabelecer uma correlação entre o processo de construção social da economia solidária, que lhe proporcionou certo grau de objetivação, e o modo como transcorrem seus princípios no âmbito das práticas locais. Deste

modo, o ponto fundamental da análise aqui desenvolvida é a investigação de duas questões interdependentes: o processo de (re)significação e incorporação dos princípios da economia solidária a partir da realidade social e econômica dos agentes envolvidos no empreendimento, bem como a natureza dos vínculos sociais que estabeleceram entre si. Através da observação direta e da realização de entrevistas com os cooperados e organizadores do empreendimento, observou-se como os cooperados, através de suas práticas e significações locais, incorporaram e ressignificaram categorias exógenas como é o caso dos princípios e representações que permeiam a ideia de economia solidária. Os resultados revelam que o enraizamento do trabalho escravo contemporâneo na origem da cooperativa corrobora, em conjunto com a baixa escolaridade dos cooperados, para engendrar posturas ambivalentes onde se alternam momentos em que se evidenciam uma maior incorporação da proposta autogestionária e cooperativista, ancorada em vínculos de reciprocidade que atuam no sentido de manter um bem coletivo, e outros em que a reciprocidade é solapada por interesses economicistas, fruto da dependência material dos cooperados em relação ao empreendimento – e uma baixa incorporação dos princípios solidários.

Dicotomias e confluências perversas entre solidariedade e mercado: etnografia de uma economia híbrida no movimento de economia solidária de Recife-PE

AUTORES/AS: ELISA GRITTI

O trabalho propõe reflexões acerca das contradições inerentes a dois modelos antagonistas e coexistentes na sociedade atual: política neoliberal/modelo econômico capitalista e o movimento social de economia solidária. As reflexões deste trabalho se fundam numa pesquisa etnográfica começada há dois anos para a dissertação de mestrado e agora reatualizada no projeto de doutorado na cidade de Recife. O Movimento Social de Economia Solidária é organizado no Recife e em Pernambuco através de fórum e redes estabelecidas: sua identidade é forte porém em continua conformação. O MSES em Recife conta com dezenas de pequenos empreendimentos e associativismos ativos, agregados e em contínuo diálogo com órgãos governamentais da prefeitura e do Estado. Trata-se de um campo político (ou arena) em estado de efervescência, mas que deu vida a numerosos projetos de

fortalecimento do movimento entre os quais o apoio técnico aos empreendimentos e o banco comunitário Salinas no bairro carente de Santo Amaro no Recife. A pesquisa de campo levantou e levanta no estado atual a existência de contradições e confluências entre os dois modelos antagonistas. A economia solidária se encontra sem dúvida numa relação difícil com o contexto fortemente marcado pela economia de mercado. Uma forte contradição reside no uso de uma ideologia e de uma retórica dentro do movimento fortemente anticapitalista que se depara no nível organizativo pragmático com necessidades de compromissos e de relação com as modalidades capitalistas para alcançar o autosustentamento econômico e evitar o desaparecimento. A partir destas premissas serão analisadas neste trabalho duas dicotomias e confluências perversas. Uma reside num nível mais teórico entre política neoliberal e nova cidadania (Dagnino, 2010), gerada a partir da partilha de categorias comuns (participação, sociedade civil, solidariedade), mas com significados opostos. A segunda dicotomia será analisada nas confrontações e contradições resultantes do trabalho etnográfico dentro das experiências da rede solidária de Recife.

A abordagem deste trabalho terá como objetivo considerar o MSES como uma economia híbrida através das guias de uma antropologia econômica substantiva e antiutilitarista. O movimento se faz gerador de novas relações socioeconômicas nas comunidades urbanas como formas de resistência à exclusão social e de criação de práticas alternativas. Mesmo não se colocando como sistema puramente alternativo ao capitalismo o MSES é gerador de processos sociais diferenciados e voltados à constituição de uma nova cidadania inclusiva e diferenciada. Objetivo do trabalho é então aprofundar uma reflexão que acompanha a economia solidária numa abordagem crítica, mas que saiba considerar a importância de suas ações de transformação social.

Indicadores Qualitativos & Sustentabilidade: Geração de renda, identidades & território

AUTORES/AS: ALICIA FERREIRA GONÇALVES, NEDJA CARVALHO LOPES – BOLSISTA PIBIC (UFPB), FLÁVIO DE MELO LUNA (AGEMTE)

O foco etnográfico da pesquisa é o processo de implantação da Feira Agroecológica no Brejo Paraibano pelo Fundo Rotativo Solidário como política pública

municipal (inédita no Nordeste Brasileiro) que nasce do projeto construído pela ONG Agemte junto lideranças sindicais e entidades de agricultores como canal de escoamento do excedente da agricultura familiar de base agroecológica. Para além da geração de renda, o projeto da Feira visa à difusão de uma cultura agroecológica no território, a melhoria na dieta alimentar das famílias e a ressignificação das identidades. A pesquisa busca analisar as interfaces entre os Fundos Solidários e o desenvolvimento do território a partir do processo de implantação da Feira Agroecológica do Brejo Paraibano, ou seja, perceber como se dá essa relação. Serão analisados também os efeitos da política na vida cotidiana das famílias agricultoras nas dimensões da geração de renda e ressignificação de suas identidades intimamente entrelaçadas á luta pelo território. E por ultimo e não menos importante propõe a análise das ligações entre o laço social, as teias de reciprocidade e a efetividade da referida política no enfrentamento à pobreza e desenvolvimento do território.

Análise das consequências dos programas sociais governamentais, frente ao fenômeno da seca, na região semiárida paraibana

AUTORES/AS: ELIAMIN ELDAN QUEIROZ ROSENDO

O estigma da secas e todas as intempéries causadas por esse evento acometem milhões de pessoas na região semiárida brasileira, desde o início da história de sua ocupação. Não obstante observa-se que a seca, no Brasil, além de ser um evento climático, se caracteriza por ser um evento de cunho social, por atingir as classes mais vulneráveis. Este trabalho teve como objetivo analisar as diferentes formas com que a distribuição de renda feita pelos programas sociais federais, aliados ao número de aposentados e ao funcionalismo público, por vezes, tem agido como um fator de diminuição da vulnerabilidade socioambiental das comunidades mais pobres. Observou-se que nos municípios estudados, principalmente os menos desenvolvidos, possuem grande dependência dos recursos governamentais e que hoje esses recursos se configuram como parte integrante de sua economia, fato esse que vem sendo denominado por alguns autores de “economia sem produção”. Torna-se importante salientar que junto ao avanço da diminuição da pobreza e fome, alvos dos programas sociais, ocorrem também à estagnação econômica do município, fazendo com que ele não possua uma renda própria e independente, realçando assim a ideia errônea de que o nordeste semiárido, não pode ser uma

região produtiva e autossuficiente. Aponta-se como alternativa simples, viável e sustentável para a região, o incremento cada vez maior da criação de cooperativas produtivas e de economia solidária, com o intuito principal de desenvolver a economia local e como uma das formas de torna-la uma economia produtiva.

Autonomia Energética: Uma etnografia com possibilidades para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos Rurais na Paraíba

AUTORES/AS: FLÁVIO MELO DE LUNA, MISAEL GOMES DA SILVA

O objetivo deste trabalho é apresentar uma etnografia das experiências com Energias Renováveis a partir de construções autônomas de biodigestores, painéis solares e energia eólica em assentamentos rurais da Reforma Agrária, a partir de técnicos e agricultores, em parceria com o IFPB (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) e a ONG AGEMTE (Assessoria de Grupos Especializada Multidisciplinar em Tecnologia) que desenvolve atividades de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), através de contrato com INCRA, na Paraíba, atuando em 67 assentamentos rurais e prestando assessoria a 3.500 famílias de dois territórios rurais: da Zona da Mara Norte e do Brejo.

Nessa perspectiva visamos apresentar possibilidades para o Desenvolvimento Territorial Local Sustentável, por meio de ações de extensão, apoiando a formação de equipes de técnicos e assentados (agricultores familiares), fomentando construções e trocas de saberes, na promoção da autonomia com domínio do conhecimento e técnica necessária a utilização das energias renováveis, biomassa, solar e eólica como meio de produção e sustentabilidade com manufatura e construção local com matérias alternativos, de fácil aquisição e de baixo custo de tecnologias sociais para este fim produzindo energia renovável de uso produtivo e doméstico com retorno sustentável para os assentados.

As dinâmicas dos trabalhos acontecem em parceria com a política pública do Programa do Território da Cidadania, considerando que esse Programa visa promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, através do Estado, das entidades não governamentais e instituições de ensino e pesquisa, os Institutos de Educação com atenção aos direitos dos povos do campo através da aplicabilidade da política pública de assistência técnica e extensão rural (PNATER) no que concerne ao atendimento a todos esses povos, nos aspectos quanti-qualitativos,

considerando-se a diversidade desses sujeitos e trabalhando na extensão a inclusão desteS através de praticas inovadoras e sustentaveis, respeitando a cultura e historicidade locais.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável (BRASIL, 2007).

Entre o crédito e o desenvolvimento: trajetórias institucionais do Banco do Nordeste

AUTORES/AS: ALCIDES FERNANDO GUSSI, RAUL DA FONSECA SILVA THÉ

Este artigo consiste em um estudo etnográfico sobre representações institucionais construídas em diversas narrativas sobre o Banco do Nordeste, verificando disputas de significados em torno dessa instituição bancária que se fundamenta nas relações creditícias e, ao mesmo tempo, define-se como um banco de desenvolvimento na medida em que implementa e gerencia políticas públicas no Nordeste. Nesse sentido, considera-se, como pressuposto, que o crédito, no Banco do Nordeste, associa-se a distintas visões acerca do desenvolvimento que apontam: de um lado, para um banco atrelado ao mercado e aos negócios, em uma busca reiterada por lucros e pela ampliação de carteiras ativas de clientes, ou seja, por resultados econômicos; de outro lado, para um banco comprometido com o desenvolvimento social do Nordeste. Para tanto, realizou-se uma pesquisa etnográfica visando construir interpretações acerca das noções de crédito e desenvolvimento, e suas inter-relações, com o intuito de compreender a própria instituição, o Banco do Nordeste. Sob a perspectiva etnográfica, realizamos: (i) a análise de eventos institucionais ocorridos na Direção Geral do Banco, em Fortaleza; e (ii) a construção de histórias de vidas de funcionários do banco, de distintas posições hierárquicas. A investigação aponta que, tanto o desenvolvimento quanto o crédito, têm múltiplos significados na instituição e que, a partir deles, os sujeitos constroem trajetórias institucionais sobre o Banco do Nordeste, que conduzem a diferentes formas de pensar o banco e o seu lugar institucional no Nordeste do país. Além disso, as narrativas, construídas nos eventos e nas trajetórias pessoais,

apontam para um questionamento da abordagem de Mary Douglas sobre a concepção do pensamento institucional como monolítico e consensual.

Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local, contraponto ao capitalismo: pressupostos teóricos e sua interface para análise de uma comunidade

AUTORES/AS: PATRICIA MORAIS DE AZEVEDO, ALÍCIA FERREIRA, MARISTELA OLIVEIRA DE ANDRADE

O presente artigo tem como objetivo compreender o pressuposto teórico referente aos conceitos de comunidade, desenvolvimento local e etnodesenvolvimento mostrando suas relações e interfaces, assim como estes podem se tornar um contraponto ao capitalismo. Para isto realizamos uma pesquisa bibliográfica pautada em autores clássicos tais como: Ferdinand Tönnies, Max Weber, Florestan Fernandes, Amartya Sen, entre outros. Com este debate teórico almejamos levantar um aporte teórico que contribua para o desenvolvimento teórico-prático do projeto de pesquisa de doutorado intitulado “Associação Mãos que se Ajudam”, no qual almejamos compreender como os diversos atores sociais envolvidos representam o desenvolvimento, a partir dos recursos naturais do território, tendo em vista que cada grupo social possui sua própria percepção e que, tratando-se de comunidades tradicionais iremos encontrar cultura e estruturas sociais diferenciadas.

Modelos de desenvolvimento: Da luta contra a seca à convivência com o Semiárido

AUTORES/AS: ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

O Semiárido do Brasil apresenta desafios sociopolíticos e não apenas climáticos. Ao longo do tempo as políticas públicas destinadas à região foram pautadas no desenvolvimento estritamente econômico e na lógica do enfrentamento à seca, com a construção de grandes reservatórios, carros pipa, programas emergenciais. Esse modelo de desenvolvimento favorece grandes proprietários de terra, o assistencialismo, o agronegócio, e o capital internacional. Nesse cenário, os mega-projetos de abastecimento de água dão lugar a iniciativas que garantam autonomia hídrica a população, a exemplo da captação e o armazenamento de água de chuva para beber e uso na agricultura. Pensar no desenvolvimento da região semiárida é pensar na convivência sustentável e solidária, bem como na valorização das

experiências locais, do saber popular, da autonomia e da criatividade. Sendo assim, é fundamental construir caminhos que garantam efetivamente o protagonismo camponês, impulse a organização e a participação das pessoas no processo. Casos como o do Assentamento Vitória, comunidade rural do município de Campina Grande, na Paraíba, demonstram bem isso.

Turismo Sustentável, etnicidade e etnogênese na comunidade quilombola do Mandira (Cananeia/SP)

AUTORES/AS: CARLOS FREDERICO LUCIO

Este artigo está inserido numa pesquisa maior sobre Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade e Etnicidade na Comunidade Quilombola do Mandira que resultou na tese de doutorado “Natureza e Cultura como commodities: um estudo antropológico sobre três iniciativas econômicas de cunho sustentável na comunidade quilombola do Mandira, Cananeia/SP”, defendida no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, sob orientação do prof. Dr. Guillermo Ruben. Situada na porção mais meridional e oriental do Vale do Ribeira paulista, atualmente parte do Circuito Quilombola (iniciativa de consolidação do turismo como atividade econômica em várias comunidades quilombolas do Vale do Ribeira levada a cabo pelo Instituto Socioambiental - ISA), a comunidade do Mandira já vem, há pelo menos 15 anos, concebendo e implementando o turismo histórico e ecológico como parte integrante de suas atividades econômicas de cunho mercadológico (junto com o manejo sustentado de ostras e o corte/costura e artesanato). A questão central que aqui se procura discutir é como se deu a concepção e a construção do processo de exploração do turismo como atividade econômica nesta comunidade e que relações este processo guarda com o resgate da sua etnicidade numa tríplice vertente (negros, quilombolas e mandiranos), configurando um processo de etnogênese. Como tal, este trabalho está referenciado no debate acerca do turismo de base comunitária (com objetivos ambientais e étnico-culturais) que vem sendo praticado no Brasil, em particular em comunidades quilombolas e indígenas, com cuja produção pretende dialogar. Detentora de um grande patrimônio cultural e natural, inspirada pelo sucesso de um outro empreendimento adotado como referência para o turismo (a Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia,

composta fundamentalmente por integrantes da comunidade do Mandira), há cerca de 15 anos, contando com a colaboração de agentes externos (governamentais e não governamentais), esta comunidade começou a perceber o real valor deste patrimônio e os ganhos econômicos que poderia ter com sua exploração racional e sustentável. Como se procurará demonstrar, esta percepção veio em grande medida como fruto da mobilização simultânea tanto dos processos relacionados às questões ambientais ocorridos no estuário, quanto do seu reconhecimento como comunidade quilombola, ambos ocorridos quase simultaneamente a partir de meados de 1990.

“Eu sou daqui, eu sou daqui, o meu banco também é daqui”: a reinvenção da moçambicanidade a partir da publicidade do Banco Comercial e de Investimentos (BCI-Fomento), Moçambique

AUTORES/AS: FERNANDO FÉLIX TIVANE

Moçambique alcançou a sua independência da colonização portuguesa em 1975. E em 1977 o país adotou o sistema socialista como um modelo econômico de desenvolvimento. Este sistema caracterizava-se pela centralização das decisões político-econômico-financeiras do país. O Estado era o único ator que decidia sobre as rédeas da economia nacional.

Mas a incapacidade de “ocupar” toda a economia, aliado a guerra civil, criou condições para que o país entrasse em uma crise interna e como solução Moçambique viu-se obrigado a encontrar alternativas, uma delas (talvez a única), foi entrar nas instituições de Bretton Woods - Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, em 1984, com objetivo de obter recursos e financiamentos para a recuperação econômica do país. Assim, Moçambique entrava no bloco capitalista. Se o capitalismo neoliberal moçambicano é uma realidade muito recente, a publicidade moçambicana com a sua função primordial de criar consumidores, também é uma realidade atual. Essa palestra apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado sobre a recepção de anúncios do Banco Comercial e de Investimentos (BCI-Fomento) em Moçambique. O BCI-Fomento é um banco privado fundado em 1996 por três moçambicanos, atualmente controlado maioritariamente por dois grupos de acionistas portugueses, a Caixa Geral de Depósitos e Banco Português de Investimentos.

O projeto é uma etnografia do consumo feita com residentes do Bairro de Polana Caniço “A”, um bairro da Cidade de Maputo habitado maioritariamente por pessoas de renda baixa deslocadas de Guerra Civil havida em Moçambique (1977-1992). Os resultados preliminares desta pesquisa mostram como o BCI-Fomento, através da sua propaganda, criou segmentos (nichos) de consumidores a partir da ideia de reinvenção da nação (cultura) moçambicana.

Atuação Social Empresarial: as empresas como influenciadoras de políticas públicas

AUTORES/AS: ANA PAULA MORAES DA SILVA MACCAFANI

Foi Bruno Latour quem disse que se o cientista social quiser pesquisar as sociedades complexas ele deve se atentar para as suas principais organizações. Em suas palavras, é preciso se debruçar sobre aquelas organizações que caracterizam a sociedade, que são as “veias” que “bombeiam” o capital ao “coração” da sociedade: o lucro, o consumo e o sistema de produção em massa que essa sociedade sustenta (Latour, 1994). Nesse sentido, para entender a sociedade capitalista, um ator importante são as empresas privadas, organizações centrais e representantes do sistema que compõe o capitalismo.

Com o objetivo de analisar as ações sociais desenvolvidas no âmbito da sociedade capitalista contemporânea, os projetos de responsabilidade social e sustentabilidade, desenvolvidos pelas empresas privadas parecem um bom objeto para pensar a sociedade contemporânea e as formas de interação social entre empresa e sociedade. Por isso o mercado financeiro pareceu tão adequado para esse trabalho, já que expressa a base sobre a qual o capitalismo se estruturou e também é uma das áreas da sociedade capitalista que mais investe em responsabilidade social corporativa. Desde o final da década de noventa tem-se visto o crescimento de ações sociais desenvolvidas por empresas privadas, que pretendem não mais fazer caridade ou assistencialismo, mas que afirmam contribuir com transformações mais profundas na sociedade, como o fim da desigualdade social, o aumento do alcance a cidadania, e a promoção da sustentabilidade ambiental. Muitas dessas empresas montam setores dentro das suas corporações para promover discussões e propor ações que visem discutir problemas sociais e ambientais, anteriormente objeto de estudo do Estado e das universidades. Como resultado desse esforço,

pretendem que suas ações influenciem políticas públicas. Assim, durante dois anos acompanhei as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Entre Jovens do Instituto Unibanco e que se caracterizam como tecnologias sociais em fase de testagem e acompanhei o movimento da organização para a transformação dessas tecnologias sociais em políticas públicas na área da educação. Essa proposta se baseia na tese de doutorado (Maccafani, 2013) que se desenvolveu a partir dessa pesquisa e pretende caracterizar a atuação social empresarial, que geralmente recebe o nome de responsabilidade social corporativo, como uma nova fase da participação da sociedade civil organizada, discutindo o papel desse ator social, no terceiro setor.

Manejo sustentável, mercados e racionalidades Amazônicas

AUTORES/AS: NELISSA PERALTA BEZERRA, ELLEN AMARAL

O manejo sustentável realizado em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na região do Médio Solimões no Amazonas é um sistema de bens cujo acesso é permitido apenas a um grupo social e é gerenciado por este grupo em parceria com técnicos e agências governamentais, através da atenção a normas de uso, da restrição de acesso a outros grupos e de ações de proteção. Na região do Médio Solimões, sistemas de manejo de recursos naturais são acionados tanto como estratégias de conservação da biodiversidade, como estratégias de desenvolvimento sustentável. São também uma síntese de um conjunto de processos sociais que se desenrolam em níveis local, nacional e internacional, associando movimentos sociais globais a locais, agências de governo a organizações não governamentais e diferentes segmentos de mercado. A economia verde trata as limitações ambientais do sistema de produção e consumo como externalidades. O funcionamento dos livres mercados, seja através da atribuição de direitos de propriedade aos bens públicos ou através da valoração econômica e mediação do Estado, seria a solução para a crise ambiental. Um aspecto central do manejo sustentável é a integração dos produtos da sociobiodiversidade ao mercado, se configurando também como seu principal desafio. Esses sistemas de manejo se depararam ao longo dos anos com as históricas dificuldades estruturais da cadeia do pescado no interior da Amazônia. As estratégias dos diversos atores sociais para a mudança desse cenário foram diferenciadas. Os objetivos dos diferentes agentes sociais eram diferenciados

porque também eram suas racionalidades. Enquanto os técnicos buscavam maior independência através de novos mercados, as comunidades buscavam maior dependência através dos mercados antigos. Racionalidades locais são orientadas para o consumo, para o estabelecimento de relações de reciprocidade, organizada no parentesco, e que, a rigor, não separam as diversas esferas do mundo social (econômica, política, religiosa). A racionalidade capitalista da iniciativa privada fundada nas motivações do mercado, na lucratividade, utilidade e eficiência tecnológica valorizou muito pouco o produto do manejo participativo ao longo dos anos. A retórica do desenvolvimento sustentável ou da economia verde esbarra na realidade da maximização dos lucros por parte do mercado. O mercado ainda não está disposto a oferecer melhores preços aos produtos socioambientais. Os custos da proteção ambiental são arcados pelas próprias populações com pouca ou nenhuma compensação do Estado. Não há compensação ambiental por serviços ambientais que prestam as populações tradicionais em unidades de conservação de uso sustentável, que têm que lutar para sobreviver às forças de mercado e não tê-las como aliadas.

Negócios e Reputações numa área de agronegócio

AUTORES/AS: LUCIANA SCHLEDER ALMEIDA

O universo rural brasileiro apresenta variadas configurações que hoje estão associadas à ideia de “agronegócio”. Esta trabalho visa indicar rupturas e descontinuidades nesse processo de transformação no campo que “modernizou” as técnicas de produção agrícola, acentuando uma estrutura fundiária concentrada. O estudo foi realizado no Norte do Mato Grosso, uma região que sofreu um rápido processo de transformação a partir dos anos 1970 em virtude da consolidação de grandes lavouras mecanizadas em áreas, até então, tomadas pela floresta e por esparsa população. Boa parte dos colonos atraídos para ocupar essa “nova área” foram arregimentados na região Sul, pertencentes a famílias de imigrantes italianos e alemães que começaram a chegar ao país na segunda década do século XIX. No Cerrado, passaram a ser chamados de “gaúchos”, termo que alude à região de origem. Também aportou na região, expressivo contingente de trabalhadores oriundos dos estados do Nordeste, do Norte e de outras regiões do Mato Grosso, uma parcela da população identificada por seus patrões “gaúchos” como

“maranhenses”. A análise enfoca os “gaúchos” de forma a explicitar alguns aspectos que parecem ser fundamentais para definir seus atributos sociais e suas distinções internas a partir de suas ideias sobre as dívidas. Veremos como princípios morais perpassam as decisões econômicas e como essas estratégias fornecem subsídios para a elaboração de reputações num contexto em que o endividamento é parte constitutiva dos negócios.

Relatos de Experiências de Economia Solidária: As Relações e Contradições Entre a Solidariedade e o Capitalismo

AUTORES/AS: QUEITE MARRONE SOARES DA SILVA, RÔMULO SOARES BARBOSA

O presente trabalho propõe análises acerca dos dilemas vivenciados pelos trabalhadores perante as alternativas de geração de renda, especificamente inseridas ou caracterizadas no âmbito da Economia Solidária. Através dessas experiências, pretende-se fomentar as discussões acerca das contradições vivenciadas a partir de movimentos e articulações surgidas no seio do próprio capitalismo, apontando as possibilidades de relações e contradições entre a solidariedade e a dinâmica do capitalismo. O campo de pesquisa em questão foi a Unidade de Beneficiamento do coco macaúba – UBCM, localizado na Comunidade do Riachão, no município de Montes Claros/MG, nesta comunidade, aproximadamente 240 famílias agricultoras extrativistas da Bacia do Rio Riachão são beneficiadas com a geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas pautadas nos valores e princípios da economia solidária, sendo atividades centradas no associativismo, cooperativismo e coletivismo. Utilizamos a metodologia qualitativa, por meio da revisão bibliográfica, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada compostas de quinze perguntas e entrevistas livres, além das observações, diálogos, participação nas assembléias e reuniões de rotina.

De acordo com Singer e Souza (2003) para se defender da exclusão social, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho, autônomo, individuais e/ou coletivas optando quase sempre pela autogestão, administração participativa e democrática, dos empreendimentos.

O associativismo e o cooperativismo podem ser entendidos como alternativas de enfrentamento das exclusões e precarização do trabalho estimuladas pelo sistema capitalista. Contudo, existem muitos desafios para a permanência dessas novas

formas de organização e relações de trabalho, visto que se trata de um modelo de economia alternativa dentro de um sistema capitalista arraigado na sociedade.

Será mesmo o diabo? Os impactos da dendeicultura no modo de vida camponês na Amazônia paraense.

AUTORES/AS: CLAUDIANE DE FÁTIMA MELO DE SOUSA, ADELSON LUÍS CARDOSO

A presença do Dendê na Amazônia, em especial no Nordeste Paraense não é nova, mas a partir de 2004 no contexto do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) foi que a expansão desta palma na região nordeste paraense recebeu acelerado investimentos tanto de capital estrangeiro quanto do governo brasileiro. Neste contexto a agricultura familiar foi incentivada a plantar dendê para fornecer matéria prima às empresas produtoras de biodiesel, entre elas a Vale e a Petrobrás Biocombustíveis. Nosso exercício consiste em pesquisar e compreender quais os impactos da dendeicultura no modo de vida camponês daquelas famílias que estão atreladas a estes grandes empreendimentos, e se estes impactos tem levado estas famílias à proletarianização ou se ao contrário, elas tem criado estratégias de reprodução da agricultura camponesa para resistirem às investidas do capitalismo e se manterem como sistema de reprodução social e econômica, mesmo diante da agressividade e hegemonia deste sistema.

Trabalho e economia do artesanato no capitalismo contemporâneo.

AUTORES/AS: PAULO FERNANDES KELLER

O paper tem por objetivo apresentar dados de pesquisa e refletir sobre a questão: de que forma o trabalho de produção e de comercialização de artesanato de tradição se enraíza na sociedade contemporânea revelando facetas e dilemas do capitalismo contemporâneo? Esta reflexão resulta de atividades do Projeto de Pesquisa: “Trabalho e Economia do Artesanato: O caso da produção artesanal a base de fibra de buriti no Maranhão” (Apoio CNPq e FAPEMA). Este projeto tem por meta desenvolver uma investigação social do trabalho e da economia do artesanato no Maranhão contemporâneo e de suas condições e formas de organização (associação e cooperativa) a partir de estudos de caso selecionados. Nossa pesquisa empreender uma investigação social operando com os instrumentais analíticos da sociologia

e da antropologia do trabalho e da sociologia e da antropologia econômica. Abordamos as especificidades do trabalho artesanal enquanto produtor de cultura e de mercadoria inserido em uma economia cultural/criativa, popular e solidária. Em nossa pesquisa realizamos uma “triangulação” de perspectivas teóricas e de instrumentais analíticos das Ciências Sociais e uma triangulação de métodos. Instrumentalizamos o método do estudo de caso, a pesquisa documental, e o trabalho de campo com uso da observação direta e da entrevista semidirigida; e utilizamos a fotografia e o vídeo como instrumento para a coleta de dados (visuais) na pesquisa. Nossos estudos de caso focam quatro grupos de produção artesanal (três associações e uma cooperativa) que utilizam como matéria prima a fibra de buriti nas cidades de Barreirinhas, Tutóia, São Luis e Alcântara no Estado do Maranhão. Partimos da perspectiva de que o trabalho artesanal enquanto uma atividade econômica se encontra enraizado na tradição local e mediado historicamente pela cultura. Assim investigamos experiências de trabalho e de economia de artesanato tanto em seu enraizamento na cultura local e no meio natural quanto sua participação na cadeia de valor do artesanato e sua relação com mercado. Neste paper iremos analisar a inserção do trabalho e da produção de artesanato tradicional no ambiente sociocultural, econômico e institucional; e, analisar as mudanças nas formas de organização da produção artesanal. As mudanças nas práticas econômicas do artesanato trazem várias questões: De que forma se dá essa mudança? Quais os principais fatores? Em que medida as políticas públicas e as relações com o mercado mudam e resignificam estas práticas? De que forma os sentidos mercantis e não mercantis se cruzam nestas práticas?

“É dando que se recebe”: Investimento social privado, filantropia empresarial e a criação de um mercado [estudo comparativo da filantropia no Brasil e Estados Unidos]

AUTORES/AS: PATRICIA KUNRATH SILVA

A filantropia é capaz de despertar - seja por sua carga de ordem subjetiva, o apelo moral e a conexão que invoca com instituições relacionadas as suas práticas - os mais diversos imaginários e jogos de sentido. Este artigo discute o aparente paradoxo de uma prática, a filantropia empresarial, que se promove pautada pelo altruísmo, desapego e solidariedade, ao mesmo passo em que se apresenta como

um importante nicho do mercado capitalista – em termos de investimentos e geração de lucro - bem como articula-se com o Estado na criação de políticas públicas. Tendo como pano de fundo e parâmetro comparativo o cenário da filantropia nos Estados Unidos – tido por atores do Governo e empresários como referência ou “benchmark” da área - será identificada e analisada a estruturação do “investimento social privado” e da “filantropia estratégica” – ou “filantropia empresarial” – no Brasil. Busco entender o que aproxima e o que distancia esses dois universos e a discrepância dos valores doados – ou seja, por que se doa tanto nos Estados Unidos, mas não no Brasil? Esta questão permeia reflexões desde a concepção de pobreza por parte das elites, escritos sobre desigualdade social, identidades nacionais, intervenção estatal e “capitalismo global”. Este estudo foi desenvolvido por meio da análise de matérias em jornais e revistas, observação participante em eventos e projetos, como o Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) em parceria com o Global Philanthropy Forum, bem como de entrevistas. Proponho pensar também as particularidades e implicações éticas de conduzir uma pesquisa antropológica no que pode ser pensado como o contexto de “campos up”, ou seja, em espaços e com atores produtores de saber, detentores de poder na esfera pública e, neste caso, diretamente ligados ao governo e propositores/criadores de políticas públicas, em um espaço onde observador e observados muitas vezes não possuem afinidades ideológicas. Ao final deste trabalho é possível analisar atores envolvidos no campo e como estes pensam suas práticas, em que lógicas e objetivos estão pautados, bem como identificar elementos de uma “indústria da filantropia” e como se entrecruzam atores do setor privado, Estado e terceiro setor no que agora está sendo proposto chamar “setor 2,5”.

COORDENADOR/A: AIRTON LUIZ JUNGBLUT (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL),
THEOPHILOS RIFIOTIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

DEBATEDOR/A: MARIA ELISA MÁXIMO, ELIANE TÂNIA MARTINS DE FREITAS, JEAN SEGATA

Privilegiando experiências de pesquisa e reflexões teóricas atualizadas, o Grupo de Trabalho aqui proposto tem como objetivo principal constituir-se como espaço de discussão de questões empíricas, conceituais e metodológicas suscitadas no campo compreendido pelas noções de “cibercultura” e “ciberespaço” que, mais recentemente, têm sido objetos de uma revisão crítica por parte de muitos pesquisadores. Na trajetória dos GTs realizados nas RBAs anteriores, percebe-se que os estudos do ciberespaço passam por uma importante revisão, sobretudo na Antropologia. As pesquisas antropológicas neste campo têm indicado a necessidade de se rever as noções de “ciberespaço” e de “cibercultura”, notadamente generalizantes, e de assumir o desafio de alcançar a complexidade das interações entre os múltiplos sujeitos implicados nas redes. A consequência direta disto são os questionamentos em torno de como descrever os sujeitos e suas agências, o que traz desdobramentos importantes para o debate metodológico. Neste sentido, pretende-se, neste GT, aprofundar os debates já iniciados em oportunidades anteriores em torno das abordagens sociotécnicas e suas implicações para a pesquisa e escrita etnográfica. Interessamos, especialmente, abordagens nas quais os dispositivos tecnológicos possam ser analisados na sua condição múltipla e contingente de intermediários e mediadores, trazendo para o centro a necessidade de rastrear as associações criadas nas interações entre humanos e não-humanos.

A Caixa Preta da Etnografia no Ciberespaço

AUTORES/AS: JEAN SEGATA

A presença da antropologia no campo da Cibercultura, e mesmo as produções em Antropologia do Ciberespaço, Ciberantropologia, Etnografia no Ciberespaço e, mais recentemente, Netnografia trazem em comum a ideia geral de que uma das chaves da participação dessa disciplina nesse campo é a etnografia. Esse parece ser o grande diferencial da antropologia em relação às demais disciplinas que se interessam pela Cibercultura. A questão é que, em grande medida, para a Antropologia a Cibercultura é interessante na medida em que desafia alguns de seus cânones, especialmente no que diz respeito ao trabalho etnográfico e, ao mesmo tempo, para a Cibercultura o que fica em voga é a ideia de que a etnografia possa figurar como uma espécie de método qualitativa, com qualidades especiais. Ressaltando esse aparente desencontro de expectativas, e partindo de discussões e experiências acumuladas nessa última década no GrupCiber, o objetivo dessa apresentação é de abrir à discussão à própria ideia de Etnografia no Ciberespaço - como ela tem sido pensada e que elementos e desafios compõe a sua prática. Em termos mais resumidos, o que se procura ensaiar aqui é alguma resposta à questão: o que cabe na na concepção de Etnografia no Ciberespaço?

A tradução e as transposições da interface

AUTORES/AS: CRISTINA PETERSEN CYPRIANO, FRANCISCO COELHO DOS SANTOS

Esse trabalho explora a ideia de tradução como instrumento analítico para compreender as associações entre agentes expressivos e objetos sensíveis no compartilhamento de experiências cotidianas em redes sociais da Internet. Para tanto, considera como expressivos os agentes que compartilham nessas redes material imagético e textual proveniente de suas rotinas. São tomados por objetos sensíveis os aparelhos de conexão sem fio que, embora não sejam dotados de razão, são capazes de receber, armazenar e transmitir informações. Operando como mediadores, tais aparelhos habilitam os agentes a atuar em coletivos que se formam em torno da partilha de experiências carregadas de teor afetivo. A cumplicidade entre os os agentes e os aparelhos sem fio constitui o foco privilegiado

do trabalho, tendo em conta que a ideia de tradução pode ser aplicada como substrato de agenciamentos entre entidades heterogêneas envolvendo humanos e não humanos. Não se perde de vista que a tradução amplia o alcance dos fluxos de texto e imagem que exprimem o dia a dia dos agentes, na medida em que possibilita a recondução daquilo que está em circulação na direção de outros fluxos circulantes. Tal recondução se dá a partir do potencial que a tradução tem de fabricar ligações onde antes elas não existiam. O texto encontra nessa característica central subsídios para examinar processos de captura e de contágio que se realizam na transposição da interface entre os fluxos online e a vida offline dos agentes.

Entre os Games, RPG's e outras nerdices: um estudo do grupo "Nerds Paraenses"

AUTORES/AS: MICHEL RIBEIRO DE MELO E SILVA

Esta proposta de estudo visa a investigação das relações dos indivíduos que compõem o grupo de Facebook "Nerds Paraenses" e como estes se articulam em torno de interesses comuns nos eventos e espaços da cidade de Belém por onde circulam. Através deste grupo e nas relações realizadas nestes espaços, esses indivíduos constroem sociabilidades e marcadores de identidades dentro do Ciberespaço que acabam por trazer relações e vivências para fora da Internet. Este grupo, organizado em uma comunidade online, nos serve para demonstrar como relações sociais mediadas pela Cibercultura contém alteridades relevantes para a realidade social e as construções identitárias complexas nas sociedades contemporâneas. Neste caso, dos indivíduos que afirmam e vivenciam uma cultura "nerd" baseada em padrões de consumo e interesses comuns, dentro do mesmo espaço de sociabilidade virtual. Cotidianamente, cada vez mais, os espaços de interação têm se transformado e as relações entre indivíduos passaram a ganhar extensões a partir de mídias sociais que surgiram com o desenvolvimento da internet, como sites, blogs e comunidades virtuais. Essa reestruturação dos espaços tradicionais de interação não modifica porém sua estrutura básica na totalidade. A diferença aqui é a de que através dessas comunidades ditas "virtuais" estes nerds puderam se comunicar com pessoas do mesmo estado que têm os mesmos interesses entre si, e assim criando várias oportunidades de se relacionarem fora da internet em encontros "reais". O grupo "Nerds Paraenses" possui mais de 7200

membros, um blog e uma página com mais de 4200 seguidores. É uma audiência interessada em se comunicar sobre HQ's, organizar mesas de RPG, campeonatos de videogames e diversas outras atividades que congreguem este público nerd entre seus pares. Este é o espaço de sociabilidade garantido onde não haverá interferências e quem os julguem por serem nerds. A descrição da página já mostra: “Um espaço para nerdices com estilos e assuntos diversos. Curta nossa página se você se interessa por cultura, internet e outras coisas nerds”. Este é um espaço onde lhes é salvaguardado o direito de expressar esta vivência livremente, mesmo que virtualmente. As relações em espaços virtuais de sociabilidade se sedimentam através de um outro meio de propagação com lógica cultural própria, a internet e a Cibercultura. Com a possibilidade de extensão nas relações, propiciada pela internet, constrói-se um circuito mediado por formas de interação online que por isso se desenvolve ainda mais rico, complexo e multifacetado. Cria-se assim, uma via de mão dupla entre dois espaços de sociabilidade que apesar de diferentes, coexistem e estão intrínsecos um ao outro, onde os Nerds Paraenses se relacionam e mantêm seus encontros, atividades e nerdices.

Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação

AUTORES/AS: THEOPHILOS RIFIOTIS

O paper procura discutir os fundamentos da etnografia no ciberespaço e as possibilidades teórico-metodológicas abertas pela Teoria Ator-Rede para as pesquisas antropológicas. A etnografia na perspectiva sociotécnica deixa de ser um atividade eminentemente interpretativa para se tornar uma descrição das séries de conexões em que os atores (humanos e não-humanos) se inscrevem no curso da sua ação. A problemática do repovoamento e dos dilemas da escrita sobre a ação e agência, entendidas como o que ou quem “faz fazer”, e as exigências colocadas pela descrição de redes através dos traços deixados pelos actantes exigem uma revisão do fazer etnográfico que colocaremos em debate. Assim, serão especialmente abordadas na apresentação a noção de simetrização e a descrição com foco na ação, procurando sistematizar os fundamentos de uma etnografia da ação.

Etnografias no FACEBOOK: estudo comparativo sobre culturas juvenis no Brasil e México, seus limites e possibilidades

AUTORES/AS: ANA LUISA FAYET SALLAS

Este trabalho pretende apresentar o contexto de produção de uma pesquisa realizada no FACEBOOK no ano de 2012, tendo por tema culturas juvenis no Brasil e México no marco de um estudo comparativo. Do avanço da pesquisa de campo, foi realizado um experimento etnográfico envolvendo questões sobre o cotidiano, o tempo e espaço de sociabilidade de jovens nos dois países. A pesquisa foi formulada em português e espanhol, com o retorno de 350 questionários respondidos entre os meses de agosto a novembro daquele ano. O objetivo desta apresentação é de um lado apresentar os resultados gerais da pesquisa e de outro levantar as questões metodológicas, teóricas e éticas associadas ao uso deste recurso mediado de produção do conhecimento e das formas de interação a ele associados.

In/visibilidades: representação do eu e construções identitárias entre fãs da cultura pop japonesa no Facebook

AUTORES/AS: MARÍA CECILIA DÍAZ

Este trabalho desenvolve parte de uma pesquisa que abordou a produção de trajetórias de vida entre fãs da cultura pop japonesa em Córdoba, Argentina, a partir da análise das performances que progressivamente permitiram a articulação de compromissos marcados por afetos e apegos com mundos de ficção. Em esta investigação constatou-se o uso de diferentes redes sociais, principalmente Facebook, na configuração de relações e modos de representação do eu. Atividades diversas como a divulgação de empreendimentos e eventos, a realização de comentários e a circulação de fotografias tornaram-se meios que participaram da construção de mundos da arte (Becker, 2008) e identidades. Aqui tentaremos problematizar esse processo a partir da produção de visibilidades e invisibilidades que permite a criação de diferentes perfis pessoais, o pertencimento a grupos fechados e gestão de espaços de sociabilidade diferenciados. Analisaremos essas práticas no continuum que reconhecemos como constitutivo das relações online e offline, como também nos processos de produção de identidades reivindicadas e deterioradas (Goffman, 2006) por parte dos fãs da cultura pop japonesa.

Nesse sentido, nossa proposta pretende ensaiar alguns modos de se aproximar á construção de sociabilidades entre esses jovens considerando as redes sociais como affordances (Ingold apud Gibson, 2011) que fazem vínculos, mundos e identidades.

O Pinterest e a exibição do gosto: notas sobre consumo e materialismo virtual

AUTORES/AS: CARLA FERNANDA PEREIRA BARROS

O artigo tem como objetivo analisar os significados do “materialismo virtual” presente na rede social Pinterest. Os murais da plataforma expõem, lado a lado, objetos, comidas, paisagens, citações, infográficos, entre outros, se revelando expressões do gosto particular do sujeito, que acaba por atrair pessoas com interesses e sentidos estéticos afins. A importância e significados contidos no objeto irão variando de acordo com o contexto e com o sistema classificatório existente em cada situação. A “biografia” de coisas virtuais, no contexto Pinterest, não pode ser apreendida dentro de uma seqüência linear, mas dentro de um mergulho profundo nas diversas camadas de apropriações simultâneas e descontínuas que formam uma espécie de “Day-dreaming” coletivo.

Da Percepção ao consumo: notas etnográficas sobre uma perfumaria na internet

AUTORES/AS: MORGANA DE MELO MACHADO HAMESTER

Esta etnografia resultou de uma pesquisa no ambiente online, a partir das comunidades do Orkut e dos grupos no Facebook, sobre perfumaria, dentro da perspectiva de formação de percepções e sensibilidades para os processos de consumo, articulados pela interatividade, multimidialidade e acessibilidade aos recursos disponíveis na plataforma.

A partir de categorias de análise como: dádiva, e se refere aos objetos, mercadorias, bens de luxo, coisa, perfumes em si, pensado, inicialmente, a partir de Mauss (2003), no que concerne os conceitos de fato social total, relações a partir da própria dádiva, esta categoria é proposta para pensar as relações entre pessoas e coisas, que transitam desde o sentido de Marx (2006) para o fetichismo da

mercadoria, naquela lógica de transformação de objetos em mercadorias, até o entendimento dos bens em seus significados privados, preconizado por Mary Douglas (2009), no que se refere ao consumo de perfumaria de luxo, atualmente dividido entre uma perfumaria considerada comercial, e visível nos anúncios publicitários, no uso da imagem das celebridades e nas vendas mais democratizadas dos inúmeros lançamentos que grandes marcas realizam por ano, para uma perfumaria de nicho, considerada de luxo, e, para tanto, mais seletiva, estrategicamente posicionada para tornar-se inacessível (ALLÉRÈS, 2006). Assim, pensar o objeto em si, o perfume por ele mesmo, consiste em observar este trânsito de consumo, que torna os objetos bens pessoais, e como os consideram em suas vivências e experiências. Também neste critério, autores como Veblen (1974), Campbell (2001), Bourdieu (2011), Sombart (2009), Paquot (2005), Perrot (1995), Diniz (2012), Thomas (2008), dentre outros, são fundamentais para que se possa entender o valor dos bens de luxo nas relações sociais. Sobretudo, esta categoria é entendida a partir do pensamento de Daniel Miller, no que diz respeito a conceitos como autoridade estética, cultura material, o amor das pessoas às coisas, o conforto das coisas, dentre outras conceituações que serão apresentadas ao longo do texto, pensando ainda os consumidores a partir de três possíveis status: apreciadores, compradores e compulsivos. Aprendizagem, conotada às questões ligadas à habilidade, construção do gosto, parfumeurs e connaisseurs, bem como às memórias. Esta categoria é elencada com base em estudo das essências, a partir das concepções de Merleau-Ponty (2011), mas, passa pelas questões ligadas a uma disciplina do corpo (FOUCAULT, 1997), ao processo civilizador tão caro a Elias (2011), a história do corpo (VIGARELLO, 2005) e da chamada *propriété corporale*, bem como do processo de escamoteamento corporal (LE BRETON, 2011) e as políticas criativas do próprio corpo. Contudo, esta categoria está calcada no pensamento de Tim Ingold (2010), a partir da percepção do ambiente e das coisas, dos processos que circundam nossos sentidos, em que o autor lança conceitos como educação da atenção e *enskillment*, dos quais me utilizo para pensar as diferenças entre parfumeurs e connaisseurs no mundo da perfumaria apresentada na internet. Percepção, que é entendida por meio das vivências dos sentidos, sensibilidades, pessoalidades, impressões e expressões, e parte da estética e do sensível vivido individualmente e é um desdobramento da categoria anterior,

no sentido de aprofundá-la a partir das percepções, a partir dos cinco sentidos e suas repercussões em nível de linguagem, para alguns interlocutores. Neste viés, utilizei referências como Rancière (2009), J. L. Austin (2004), Corbin (1987), que discute diferenças e oposições como o sujo e o limpo, trazidas então, para o universo da perfumaria, bem como as referências de cientistas do olfato, como Luca Turin (2008), para apresentá-la. Também realizei uma conexão com outros tipos de consumo que exigem certa sensibilidade, como vinhos, chocolates, moda, especiarias, arte, com os romances e as diversas alquimias que também fazem parte do nosso cotidiano. Por fim, percebe-se nas interações recíprocas, os rituais, que dizem respeito às relações, trocas, usos, compras e vendas, marcas, recursos, colecionismos. Esta categoria é pensada a partir de conceitos como do pensamento burguês, de Sahlin (2003), do mito, da eficácia simbólica, das classificações e outras definições importantes que encontro em Lévi-Strauss (2008), bem como da magia, também pensado por Mauss (2003), e da dádiva, além de concepções como a distinção a partir da construção do gosto em um determinado campo construído com bases nos capitais social, simbólico, cultural, econômico que perfazem uma economia de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2011). Também existe uma importância em relação aos rituais de interação, ao papel de cada protagonista que interage em um determinado grupo (GOFFMAN, 2011), além das questões ligadas ao caráter blasé, à coquetterie e à importância do dinheiro para que, por vezes, as relações se estabeleçam e se justifiquem (SIMMEL, 2005). A partir de uma perspectiva intimista e coletivista, também se pensa aqui os diversos modos de fazer (DE CERTEAU, 1994; CHAMOUX, 2006), inerentes a uma arte, uma política criativa de saber-fazer que se estabelece nestes grupos e comunidades mediados pelos usos e práticas no computador e na internet (HINE, 2004, MILLER, 2012a), com impactos on e off line (GUIMARÃES JR., 1999), que por sua vez, permeia todo a pesquisa. Neste sentido, no contexto de uma antropologia de inspiração fenomenológica, com os sentidos, o consumo e o ciberespaço, busca-se compreender com se configuram as práticas sobre percepção e consumo nas comunidades Perfumistas e Apaixonados por Perfumes, e, nos grupos Apaixonados por Perfumes e Perfumania Brasil, por meio de observação participante e entrevistas semi-estruturadas, pensando ainda nas potencialidades que as redes sociais oferecem, em nível de conhecimento, relações, laços, disputas,

identidades, personalidades e corporalidades em torno do aprendizado sobre os perfumes.

O selfie e a formação de coletivos em rede

AUTORES/AS: FRANCISCO COELHO DOS SANTOS

Autorretratos feitos a partir de smartphones para serem postados nas redes sociais da Internet, os selfies têm recentemente se transformado num fenômeno de forte impacto social. Dá testemunho disso o fato de o termo ter sido considerado como a palavra do ano de 2013 segundo os Oxford Dictionaries. Esse trabalho trata o fenômeno como uma prática frequente nas redes sociais que consiste na postagem de material expressivo de cunho subjetivo, cujos desdobramentos são capazes de gerar duas dinâmicas principais. A primeira delas envolve um processo de legitimação intersubjetiva que constitui uma adjacência à figura do rosto ou do corpo, por meio dos comentários que são exibidos junto aos retratos e que possuem conotação positiva, elogiosa. A outra dinâmica concerne à proliferação de controvérsias em torno dessas imagens, expressas no teor dissonante, desfavorável ou irônico que geram cadeias de comentários sobre as postagens. Num caso como no outro, o selfie é tratado nesse trabalho como objeto que, uma vez tendo sido colocado disponível nessas redes, torna-se um agente que põe em movimento ações subseqüentes de humanos e de não humanos, constituindo coletivos em agenciamentos nos quais ele é tanto intermediário quanto mediador. Essa aproximação procura escapar ao conforto da análise crítica que se atém a qualificações patologizantes do fenômeno, abrindo a possibilidade de uma apreciação mais esclarecedora dele.

O “paciente informado”: notas de um estudo etnográfico

AUTORES/AS: MARIA ELISA MÁXIMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a continuidade de um estudo etnográfico das formas de acesso e apropriação dos conteúdos de saúde disponíveis na web. Num universo crescente de conteúdos disponíveis, a pesquisa tem como principal propósito identificar como e para quê as pessoas buscam conteúdos de saúde na web, visando compreender possíveis transformações e reconfigurações

nas relações entre “pacientes”, profissionais de saúde e serviços. A temática vem ganhando destaque nas mídias e uma evidência disso é a consagração da expressão Dr. Google, afinal, a ferramenta de busca constitui-se como o canal por excelência para a procura de respostas para problemas de saúde, construção de diagnósticos e para a pesquisa de possíveis tratamentos e/ou soluções. E, se por um lado, questiona-se sobre a validade e a confiabilidade das informações e conteúdos disponíveis, implicando em riscos de autodiagnósticos equivocados e preocupações infundadas, por outro lado, reconhecem-se as possibilidades oferecidas pela web para potencializar e horizontalizar a participação nas tomadas de decisões entre médicos e pacientes. Nessa rede de relações e múltiplas agências encadeada entre pessoas, web, conteúdos, serviços de saúde dentre outros, percebem-se redefinições nos papéis usualmente desempenhados pelos diferentes agentes envolvidos no atendimento à saúde. Pode-se dizer, por exemplo, que há uma relativização da autoridade do médico (ou, mais genericamente, do profissional de saúde), ao mesmo tempo em que se presencia um empoderamento do “paciente”.

Podemos pensar em centros e periferias em redes online? Uma etnografia com os movimentos ciberativistas de Natal-RN

AUTORES/AS: RAQUEL SOUZA DA SILVA

As redes online apresentam-se como redes produtoras de horizontalidade e simetria de poder, visões estas encontradas em trabalhos de autores como Castells (2003), Pierre Lévy (1999, 2010) e André Lemos (2010). Portanto, existe a negação da produção de verticalizações e de centros de poder no ciberespaço. Diante disso, este trabalho busca por meio dos contextos etnográficos dos movimentos ciberativistas da cidade de Natal-RN-Brasil, são eles: o “#ForaMicarla” e a “#RevoltadoBusão”, discutir a perspectiva de pensar em “centros e periferias” em redes online.

O “#ForaMicarla” emergiu na plataforma Twitter por meio dos cidadãos insatisfeitos com a gestão da ex-prefeita, Micarla de Souza do Partido Verde (2008 – outubro de 2012). E a “#RevoltadoBusão” surgiu nas plataformas sociais online contra o aumento da passagem e chegou às ruas em setembro de 2012, ainda dentro do movimento “#ForaMicarla”. A “#RevoltadoBusão” voltou às ruas no início de 2013, na gestão do atual prefeito Carlos Eduardo (PDT).

Para as discussões deste trabalho, vamos ater a nossa análise em dois momentos

do trabalho de campo com e no “#ForaMicarla” e com e na “#RevoltadoBusão”, sendo: 1º) a publicação da matéria do jornal internacional “The New York Times” fazendo referência ao movimento “#RevoltadoBusão” e o pioneirismo da cidade potiguar neste tipo de movimento no Brasil; 2º) a reivindicação do perfil @xoinseto no reconhecimento de que o “#ForaMicarla” foi o modelo de acampamento para os movimentos que vinham ocorrendo em maio de 2013 nas cidades brasileiras. A escolha destes momentos ocorridos nas redes natalenses vem da intenção de abrir as discussões em torno da existência ou não de centros e periferias na internet como reflexo das relações de poder construídas historicamente por meio do fluxo midiático. Ter a cidade potiguar como o eixo das discussões é proposital para pensar como o local aparece na internet e a relação de determinadas temáticas que emergem no ciberespaço com o organismo sociológico da cidade. Os casos empíricos provocam pensarmos se as conexões online estão ou não em total separação das conexões off-line e, além disso, se podemos ou não esquecer as relações de poder que existiam antes do ciberespaço. Então, ao seguir a rede dos atores - humanos e não-humanos - como propõe Latour (1994, 2000, 2012), queremos perceber onde estas redes online são mais densas (BARNES, 1957) e qual a relação da cidade com estas redes. Também queremos refletir como antigas instituições estão adentrando ao ciberespaço e se estão promovendo nele a tentativa da construção de uma pontualização no online, no sentido pensando por Law (2013), como forma de manutenção e estabilização do poder que construíram durante o processo histórico.

The zueira never ends: imagem, humor e as redes sociais

AUTORES/AS: ISIS CAROLINE NAGAMI

Nos anos de 2010 e 2011 tive a oportunidade de participar dos principais eventos brasileiros direcionados aos admiradores de cosplay; o Anime Dreams e o Anime Friends. A partir da participação nestes eventos pude observar a relevância dos cosplayers que, ao performatizar personagens do universo nerd tornam-se celebridades momentâneas, sendo rodeados por desconhecidos ávidos por fotografias. Apesar de haver grupos e espaços virtuais para troca de informações e conteúdos relativos aos eventos, muitos cosplayers não tem acesso as fotografias ou a repercussão de suas imagens nas redes sociais. O desenvolvimento da tecnologia

e a crescente importância da comunicação visual tem influenciado no modo como as relações sociais são construídas e interpretadas. O desenvolvimento da tecnologia e as transformações ocorridas no modo de interação entre homem e máquina, tem influenciado no modo como as pessoas interpretam as informações e como se relacionam. Jonatas Dornelles observa que a mudança de sistemas operacionais baseados na interação escrita foram transformados em interações através da imagem de ícones, janelas e símbolos. O domínio do conhecimento para a execução da interações fica a cargo do programador, ao usuário fica a interação visual. Com o desenvolvimento dos softwares e a ascensão das redes sociais, smartphones, câmeras e aplicativos de edição de imagens observa-se a crescente importância da imagens na construção das identidades. Sejam elas pessoais ou disponibilizadas em domínio público, a imagem passa a ser facilmente manipulada e modificada por seus intermediários. Neste contexto, redes sociais como o Facebook, contribuíram para a atuação dos “zoeiros”. Conhecidos entre os jogadores de MMORPG (Massively Multiplayer Online Role-Playing Game) os Hue.Br, grupo reconhecido na internet devido ao modo como riem (huehuehue) brincam com as regras dos jogos. Nas redes sociais eles são associados ao “the zoeira never ends”, ato de brincar com os participantes das redes sociais através de imagens satíricas e frases de humor elaboradas através da associação e interpretação de figuras disponibilizadas na internet.

Webcelebridades: Indivíduo, cultura e política econômica digital

AUTORES/AS: LOUISE SCOZ PASTEUR DE FARIA

Parece inegável admitir papel preponderante das tecnologias da comunicação e da informação na constituição do indivíduo moderno contemporâneo. Vetores de disseminação e permanente fluxo de idéias, coisas e pessoas, os media impuseram uma temporalidade conectada ao imediatismo e à fragmentação conduzindo à “experiência global da modernidade”. (GIDDENS, 1977:77) Um eixo de articulação da relação entre mídia e subjetividade se deu por meio da celebridade, conformando um aspecto central da produção social da individualidade. (KRIEKEN, 2012)

A ampla disseminação de aparatos tecnológicos e digitais adicionam a esse composto um ente emergente: a webcelebridade, indivíduo que adquire status de celebridade no ciberespaço explorando o humor e o conflito para mobilizar

as emoções da audiência. Acredito que tal panorama conduz a uma reflexão a respeito do processo de constituição da noção de self e sua íntima relação com o digital e com dinâmicas político-econômicas que tocam e extrapolam mundos e territórios virtuais, perspectiva alinhavada ao longo de minha incursão empírica junto ao circuito das webcelebridades brasileiras iniciada em julho de 2012. Proponho, com o presente texto, compartilhar apontamentos sobre essa nova forma de ser e estar no mundo e sugerir possíveis encaminhamentos analíticos que a aproximam de discussões de maior amplitude a respeito dos modos como sujeitos contemporâneos se engajam com as tecnologias digitais no curso da vida como é vivida e seus efeitos de poder.

“3D Krishna Templo”: a institucionalização privada dos devotos de Krishna no ciberespaço.

Autores/as: Vítor Hugo da Silva Adami

Objetivo desta comunicação é procurar refletir sobre a relação entre as formas de se institucionalizar numa tradição religiosa e o advento dos dispositivos tecnológicos oferecidos no ciberespaço. Especificamente, trata-se da análise de um App, Krishna 3D, distribuído de forma gratuita pela Chrome Web Store com a finalidade de propiciar uma experiência de devoção a Krishna em um templo virtual. Até então, estão registrados 19.408 usuários ao redor do mundo que costumam a cultuar Krishna no ciberespaço. Diante disto, conjecturou-se sobre a possibilidade de uma evasão sorrateira dos devotos nos templos Hare Krishna em seus respectivos locais. Perfazendo-se, assim, modos de institucionalização mais privado diante desta tradição. Portanto, o texto abordará a análise e reflexão sobre a hipótese levantada, bem como, problematizar questões metodológicas que suscitam o uso dos dispositivos tecnológicos como uma ferramenta para promover a criação de uma “cibercultura Hare Krishna”.

A sexualidade como campo de batalha na internet: grupos religiosos e movimentos feminista e LGBT na luta em torno dos direitos sexuais.

AUTORES/AS: JAIR DE SOUZA RAMOS

Nesse paper pretendo fazer um balanço provisório dos resultados de uma pesquisa em andamento que tem por objeto o exame dos embates políticos em torno do

corpo e da sexualidade. Esta pesquisa dá continuidade ao investimento feito anteriormente no exame de temáticas religiosas nas disputas políticas. Dessa vez, trata-se de examinar o modo como essa temática se estrutura na internet tendo por objeto ações no legislativo e, em certa medida no judiciário.

A internet é aqui tomada, ao mesmo tempo, como meio e campo de observação. Por meio dela, acessamos as sessões e debates legislativos e do Supremo Tribunal Federal, bem como os jornais. Ao mesmo tempo, observamos nela a circulação de petições, a tomada de posição em blogs, no facebook e no twitter. Trata-se aqui de supor a articulação entre diferentes mídias e as continuidades entre on e offline. Como já desenvolvido em trabalhos anteriores (Ramos 2012), trata-se enxergar a realização de conexões em rede por meio da circulação de mensagens e a produção de ação coletiva por meio de eventos críticos. Os eventos críticos que examinamos aqui são todos relativos à disputas em torno da sexualidade e de seus desdobramentos, e para investigá-los temos acompanhado a circulação de informação através de redes sociais, blogs, Twitter, Facebook, sites do governo, sites de representantes políticos dos setores analisados, sites de organizações tanto da militância progressista, LGBT, feminista, como sites da militância religiosa e conservadora, sobretudo, analisando as dimensões do Estado e da sociedade civil acerca dessas disputas.

As relações corporais entre pesquisador e interlocutores em etnografias no ciberespaço: desafios teórico-metodológicos

AUTORES/AS: WESLEI LOPES DA SILVA

O corpo humano instala-se em um espaço central no processo de mediação da experiência humana e, ao buscar-se o desenvolvimento de uma reflexão do social em qualquer tempo, percebemos que este se desenvolve através da manifestação e relação permanente entre os corpos, os contextos e seu entorno. No entanto, do que falamos quando falamos de corpo? De que corpo tratamos quando de sua atuação em espaços virtuais? O que entendemos por corpos femininos representados e vividos em ambientes do ciberespaço em interações de strip-tease on-line pagas? E, mais especificamente, como levar a cabo uma etnografia sobre as vivências corporais de mulheres dedicadas a esse ramo a partir de uma comunicação geralmente circunscrita à escrita em de comunicadores instantâneos?

Tendo feito uma pesquisa anterior, cuja metodologia se centrou na história oral, a impossibilidade de complementação através de interações face a face para a investigação em questão apresentou certas dificuldades. A alternativa mais acertada, acredito, seria que entrevistas e conversas informais pudessem ser realizadas via webcam, o que infelizmente não aconteceu. Em razão da experiência anterior, julguei que seria muito importante poder dialogar por meio do “olho no olho”, ainda que mediados pela tela do computador, pois, havia aprendido, e tendo em conta especialmente a temática da pesquisa, nas interações com os sujeitos o corpo possui multifacetadas vozes, uma polissemia de sentidos que muito importam para a compreensão do que e de como se fala. A inviabilidade das conversas por webcam impossibilitou, acredito, que eu apreendesse várias nuances da comunicação com as strippers. Outra complicação na comunicação apenas escrita se deveu à pouca fluidez com que o discurso intercorria, pois, a escritura compele um dinamismo diferente da linguagem falada, visto que comumente a digitação, no caso, não acompanha a ligeireza do pensamento, sem contar os impositivos das normas da língua. Assim, muitas vezes as questões por mim propostas eram respondidas de modo muito sucinto, com pouco aprofundamento. Por mais que eu tentasse que elas pormenorizassem seu conteúdo, as argumentações vinham, geralmente, nos mesmos moldes que os apontamentos que as antecederam, o que implicava voltar ao mesmo assunto em outros momentos.

Desta perspectiva, proponho sinalizar alguns ângulos teórico-metodológicos sobre a problemática do corpo, particularmente no ciberespaço, e refletir sobre como minha etnografia sobre o exercício profissional das strippers virtuais no ciberespaço aconteceu e os obstáculos que “a falta de corpo” nas interações entre o pesquisador e suas interlocutoras impôs para o seu desenvolvimento e quais as estratégias utilizadas a fim de dar conta do atendimento dos objetivos da pesquisa.

Brincando de Pornografia - Negociações da “Performance Amadora” num ambiente-telepresente online

AUTORES/AS: HELMUT PAULUS KLEINSORGEN PAES FERREIRA FERNANDES

Esta comunicação tem por objetivo discutir o fenômeno da Telepresença enquanto rico ambiente performático e ritual, focando especificamente na chamada “Performance Amadora” em portais adultos de transmissão ao vivo de

webcam como o CAM4 (www.cam4.com). Experiências de tempo, espaço, corpo e identidade no contexto da internet oferecem indagações, expandem o campo tradicional e não raro exigem certo reposicionamento do investigador frente a sua relação com a informação/conhecimento, consigo mesmo e com seus “nativos”.

O conceito de telepresença vem se compondo de uma noção heterogênea sobre os processos de interação mediada em tempo real de sujeitos que não compartilham o mesmo espaço físico. Ambientes imersivos por excelência, eles deslocam a figura do “observador” - daquele que olha - repartindo-o em dois sujeitos num só: “o observador interno, que experimenta a ação em primeira pessoa, e o observador externo, aquele que observa do lado de fora da ação um outro experienciado, ainda que possa ser ele mesmo.” (Araújo, 2005) Percepções simultâneas de realidades endógenas e exógenas se intercambiam e se tensionam na relação entre sujeitos, alterando mutuamente as noções de corpo, realidade e presença.

Em portais adultos de live webcam, a exibição e a manipulação gestual do corpo assumem determinada centralidade de forma a hierarquizar estas interações de acordo com seus respectivos públicos imediatos.

O distanciamento físico-geográfico funciona como espécie de condição para que se estabeleçam “jogos de sedução do olhar” em que o transmissor provoca/atende um público interator múltiplo, experimentando uma ampla gama de performances que não raro deslocam e “brincam” com identidades, sexualidades e papéis “oficiais”, próprios de outros contextos de inserção social.

Desta forma, pretendo investigar como o corpus de representações consideradas “amadoras” em detrimento de performances “comerciais” (como a de atores pornô) acionam crenças ambivalentes no total “anonimato” e no respeito à “privacidade” destes internautas, bem como em noções nativas de “espontaneidade”.

Mapeando Controvérsias na Arte Digital Interativa

AUTORES/AS: MARCELLO DA SILVA MALGARIN FILHO

Primeiramente, é central em meu trabalho o mapeamento de algumas controvérsias ligadas à produção, reprodução e exposição das produções artísticas ligadas às tecnologias digitais. É consensual que as diversas categorias, a saber, arte digital, net.art, arte e tecnologia, arte em novos meios, ciberarte e outras que carregam algum prefixo ou uma adjetivação da palavra arte com meios digitais

estão englobadas dentro de uma categoria mais geral, a arte contemporânea. Em meu trabalho, objetivo descrever etnograficamente exposições de arte que tenham como foco instalações de arte interativas e que esta interação se dê através de mecanismos digitais. Instalação é um formato de arte que prioriza pela interatividade e efemeridade. O processo da formação de arte dá-se através de uma interação entre humanos e alguns aparatos esteticamente organizados. Neste tipo de arte que pretendo descrever, diversas interfaces participam do processo: aquela que será interagida, uma série de cálculos, o resultado da interação e etc. Opto por referir-me nesse projeto a estas formas de arte como arte digital interativa para fins didáticos. Entretanto, é mister em meu trabalho discutir as implicações que outras categorias poderiam engendrar e também coloco esta controvérsia como chave em meu trabalho etnográfico. Para tal, analiso neste artigo as controvérsias entre o uso dos conceitos para definir a arte citados acima. Grande parte dos artistas que produzem neste formato estão ligados a meios acadêmicos com produções próprias e definições próprias acerca de sua produção. Além disso, discorro sobre o processo de interatividade, que segundo algumas correntes artísticas, é uma propriedade dada da obra de arte digital interativa. Desta forma, analiso de que forma conflui esta interatividade com uma outra forma que diz respeito à interação entre agentes humanos e não-humanos durante o contato com a arte interativa. Desta forma, discorro no artigo proposto sobre elementos teóricos como preparação ao trabalho de campo. Ou seja, mapeando controvérsias acerca das definições de arte digital e de meu próprio objeto.

Relações mediadas por tecnologias digitais

AUTORES/AS: IARA BELELI

Muito se tem perguntado sobre a reconfiguração das relações sociais a partir da mediação tecnológica e sobre os impactos da tecnologia nas relações entre as pessoas. Isolamento, atomização, proteção, autonomia, anonimato, intensificação das relações inter-pessoais são aspectos que se desdobram em interrogações sobre a desestabilização de antigas referências morais. A partir de etnografia realizada nos últimos dois anos em sites de relacionamento e aplicativos direcionados à busca de parcerias amorosas/afetivas/sexuais, analiso como as mediações digitais alteram, ou reificam, os códigos que regem essa busca. Essas tecnologias são pensadas aqui

como ferramentas mediadoras, mas que também provocam a ação dos sujeitos, cada vez mais atentos aos sons de computadores, celulares, tablets – muitas vezes atados, ou confundidos com os corpos. Nessa perspectiva, duas questões se interconectam: a primeira é se, e como, essa mediação aponta para outras sociabilidades; a segunda remete a uma discussão sobre a seleção que, na lógica da abundância, parece reger a escolha, a princípio, a partir de marcadores sociais da diferença mais aceitos socialmente, mas que podem ser negociados na criação de certa intimidade, antes dos encontros off line, através de longas interações on line.

Trânsitos religiosos de pessoas entre-gêneros no Facebook

AUTORES/AS: EDUARDO MEINBERG DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO

Apresento aqui considerações de caráter processual e inconclusivo a respeito dos multifacetados fluxos identitários religiosos de pessoas entre-gêneros (MARANHÃO Fº, 2012), e/ou que se designam de diversas formas: transhomens, transmulheres, FTMs, MTFs, travestis, drag queens, drag kings, crossdressers, dentre outras. O campo realizado com estas pessoas, parte de minha tese de doutorado em História Social, demonstra que as mesmas encontram-se em rede (LATOURET, 2012), e também ‘na’ rede – e em alguns casos, suas experiências entre-gêneros podem ser entendidas como sendo ‘da’ rede, visto que fora do ciberespaço elas não são identificáveis. A análise foi realizada a partir de entrevistas orais realizadas “dentro” e “fora” da internet, ou – ainda rasurando os termos – no “online” e no “offline”; bem como através de diálogos escritos através de MSN, email e Facebook, e observação (em geral não participante) de discursos em páginas e grupos do Facebook, direcionados a pessoas trans. As histórias das pessoas entre-gêneros observadas e que circulam “no” Facebook e “fora dele” demonstram, dentre outras coisas, deslocamentos identitários associados às experiências de (in) tolerâncias, bricolagens e mobilidades religiosa.

“Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta”

AUTORES/AS: NATÁLIA ALVES CARDOSO ORLANDI SILVEIRA

Este trabalho se propõe a analisar a intersecção entre o feminismo e o mundo virtual, a partir da análise qualitativa de um coletivo feminista que abrange uma lista de discussão online e um blog coletivo. Partindo do pressuposto de que a

internet abre caminhos e novas possibilidades de sociabilidade, pretendendo avaliar o quanto esse aspecto foi aproveitado por este coletivo virtual a partir de suas discussões e produções textuais que se pensavam enquanto ação política à distância, para usar o termo de Gustavo Lins Ribeiro. Ensaiei em minha dissertação de mestrado a aproximação entre esses universos, a internet e o feminismo, suas formas de interações, e novas possibilidades e condição de possibilidade para se defender ideários compartilhados e apreender outros que passam a fazer parte da agenda. O coletivo virtual aqui enfocado surgiu inicialmente como uma lista de discussão via e-mail quando das eleições de 2010. Das primeiras 50 pessoas inscritas logo no primeiro dia de existência, contava ao fim do período de campo, em 2012, com 797 membros. O contato inicial entre as/os participantes pode ter sido propiciado pela internet, mas já estava posta uma crença compartilhada, a crença na possibilidade e necessidade do feminismo como ferramenta de mudança, e a crença na internet como meio de disseminá-lo. Com o tempo, tiveram a impressão de a lista não mais abarcar seus interesses, e então um blog foi criado com o intuito de difundir e produzir informação que fosse pautada pela ótica feminista, ainda que sob várias perspectivas, compartilhavam a consciência da oposição de que fala Donna Haraway. Essa passagem de uma lista de discussão para um blog coletivo, fez com que tais universos fossem então focalizados, percebendo-se, então, pela interação decorrente a emergência de terminologias, ideários e pautas reivindicatórias e identitárias até então invisibilizadas. Uma conectividade que era parte do cotidiano, e como parte do cotidiano determinava seu alto fluxo. No caso desse coletivo, são mulheres e homens, trans e cissexuais, que escrevem periodicamente e vão promovendo uma nova forma de blogar, mais solidária, cumulativa, que amplia e incentiva a criação de novos blogs, que prega pela disseminação das ideias, pois foi por meio da blogosfera que muitas das que hoje participam do coletivo chegaram ao feminismo. Uma possível ressalva que pode vir a ser feita quanto às pesquisas realizadas nesses moldes é referente ao duplo vínculo da/o pesquisadora/or, visto que ela/e por também fazer uso de dada tecnologia acaba por ser nativa/o e pesquisadora/or de seu próprio campo, devendo, assim, realizar um escrutínio acadêmico da posição de forma a deixar claros os caminhos metodológicos seguidos.

COORDENADOR/A: CARLOS ALBERTO STEIL (UFRGS), FÁTIMA REGINA GOMES TAVARES (UFBA)

Este GT tem como objetivo discutir fluxos e agenciamentos terapêuticos que mobilizam, nos processos de cura e de busca de bem estar, rituais e experiências religiosas. Embora a relação entre saúde e religião seja extensiva a diferentes modos de relação com o sagrado, os procedimentos, materiais, conceitos e perspectivas são diversos. No catolicismo, por exemplo, a busca de saúde vai das peregrinações aos rituais de cura da Renovação Carismática Católica. Já no protestantismo, podemos citar, os milagres relacionados com curas que acontecem nas praças, nos templos e na grande mídia. Nas religiões de matriz africana, a cura é um elemento central, associado aos orixás e entidades. No espiritismo, os passes e as cirurgias espirituais ocupam um lugar privilegiado no seu sistema ritual. As espiritualidades de Nova Era têm, como uma de suas linhas mestras, proporcionar as condições para se alcançar o equilíbrio físico, psíquico e espiritual que garanta um estado de bem estar em harmonia consigo e com a natureza. Atravessando estas tradições, observa-se um movimento de recuperação de elementos relacionados com a saúde de tradições indígenas e orientais e sua inscrição em novos contextos terapêuticos e rituais. Neste quadro, serão privilegiados os trabalhos que discutam a convergência entre fluxos e agenciamentos terapêuticos e religiosos e que, ao mesmo tempo, apresentem aportes teóricos e metodológicos.

A experiência religiosa de cura na Igreja Mundial do Poder de Deus

AUTORES/AS: ELISA RODRIGUES

A Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD) é uma igreja cristã reconhecida como igreja pentecostal de terceira geração. Nela identificamos elementos do pentecostalismo da primeira metade do século 20, em que um dos acentos recaía nos rituais de cura peculiares ao movimento pentecostal dos anos de 1950. Esta apresentação tem por objetivo discutir conclusões iniciais obtidas por meio da etnografia realizada na comunidade IMPD de Juiz de Fora, entre os anos 2009-2012. Interessa-nos especialmente o estudo comparativo entre as práticas de cura realizadas nas tendas da Cruzada Evangelística, institucionalizada sob o nome Igreja do Evangelho Quadrangular e, as curas feitas nas reuniões públicas e “Grandes Concentrações de Fé e Milagres” realizadas pelo líder e apóstolo da IMPD, Valdemiro Santiago. Objetivamos com essa aproximação verificar possíveis continuidades e ou rupturas entres esses grupos religiosos, tendo como chave teórica e metodológica para iluminar esse debate, a categoria analítica experiência religiosa.

A “Libertação” como ‘terapia’: Esboço de um estudo etnográfico

AUTORES/AS: YPUAN GARCIA COSTA

O objeto desta apresentação é o conceito nativo de “libertação do mal” (doravante “libertação”), tal como se articula entre uma “Nova Comunidade” católica da cidade de São Paulo/SP. Seu propósito é apresentar uma primeira análise da “libertação” como ‘terapia’. Argumento que as noções nativas de “caminhada” e de “Verdade” são centrais para o entendimento das formas pelas quais se evita, diariamente, o “cativoiro” do mal. Reporto-me a esses dois ‘agenciamentos terapêuticos’, pois, na teoria nativa, são, literalmente, algo ‘necessário’ para a continuidade da vida. Início de uma abordagem etnográfica; em seguida, exponho, mais detidamente, que a ausência de uma reflexão sobre a cotidianidade tanto dos encontros com o maligno quanto dos efeitos da dita ‘terapia’ pode levar à ‘sobreinterpretação’ na análise acerca da “libertação”.

Agenciamentos, eventos e eficácias no Candomblé

AUTORES/AS: FRANCESCA MARIA NICOLETTA BASSI ARCAD

Esta apresentação aspira esclarecer aspectos da relação estabelecida no Candomblé entre os objetos e artefatos, eventos e eficácia ritual e terapêutica. A ordem de determinados eventos que marcam as biografias dos adeptos do Candomblé é dissociada da intencionalidade humana e pensada em continuidade com a agência de objetos (alimentos, substâncias e artefactos), por sua vez conectada com capacidades intencionais humanas ou não-humanas (fetiçaria; contaminação; orixás; eguns etc.). Alimentos e substâncias podem ainda ser significativamente associados às sensibilidades do corpo : eventos alérgicos ou intolerâncias alimentares (tabus ou quízzilas) são, por exemplo, índices da presença ‘somática’ no iniciado de entidades não-humanas. A inferência das intencionalidades com a prática divinatória mobiliza a memória mítica atribuindo agências enroscadas e dispersas entre interioridades e exterioridades (cf. Viveiros-de-Castro: 2006; Descola: 2005). Por outro lado, os rituais estabelecem as ‘affordances derivadas’ dos objetos (Liénard:2006), deslocam os usos (notadamente nos ebós e oferendas), favorecendo novas saliências cognitivas, potencializando a ação e estabelecendo a sua eficácia ritual e terapêutica para além dos comportamentos ordinários. Paradoxos e condensação de significados, processos de evocação (Houseman & Severi 1999) permitem, portanto, compreender comportamento ritualísticos associados a rituais negativos e positivos do Candomblé.

Caminhos Percorridos em Busca de Cura: Analisando Deslocamentos em uma Comunidade Maranhense

AUTORES/AS: POLIANA DE SOUSA NASCIMENTO

Nazaré do Bruno, uma comunidade localizada na zona rural da cidade de Caxias-MA é notadamente uma comunidade diferenciada por apresentar em sua história e formação, características distintas das comunidades adjacentes. Isso se deu em função de constantes fluxos em busca de cura para um território que teve sua ascensão centrada nas atividades religiosas, em especial ligadas à Umbanda. A compra de uma terra resignificada por um curandeiro chamado José Bruno de Moraes, garantiu legitimidade a ele enquanto curandeiro e poder relativo ao

território que foi totalmente modificado simbolicamente em função da cura que era almejada: seus morros são considerados sagrados e suas águas encantadas. Em decorrência disso, famílias inteiras partiam em direção à Nazaré do Bruno buscando cura para suas enfermidades, a principal delas era caracterizada como perturbação, sendo Nazaré do Bruno reconhecida por seus moradores como terra de curar doido. O fluxo intenso dessas famílias advindas principalmente do Piauí, Ceará e interior do Maranhão desde 1937 foi impulsionado também pela proibição de qualquer prática relacionada ao curandeirismo pela ordem local em seus lugares de origem. Isso possibilitou que Nazaré do Bruno, um lugar onde a cura era sua maior característica, se tornasse crucial para que o tratamento dessas pessoas fosse realizado.

Cirurgias espirituais e acupuntura: caminhos e agenciamentos de duas práticas terapêuticas

AUTORES/AS: KARINE MENDONÇA RODRIGUES | COAUTOR: GUSTAVO RUIZ CHIESA (PPGSA/UFRJ)

“É uma medicina da prática, uma medicina da pessoa como um todo”. Essa frase, pronunciada por um médico espiritualista e acupunturista, refere-se tanto às cirurgias espirituais ou paracirurgias, como ele prefere dizer, quanto à acupuntura. A ênfase no caráter prático, vivido e experimentado é algo muito enfatizado pelos usuários e terapeutas de tais abordagens de saúde. “A ciência convencional não consegue entender, mas o fato é que elas funcionam”, afirma o médico acupunturista. Por meio da “observação participante” em diferentes ambientes de práticas de saúde e, também, através de entrevistas em profundidade e conversas informais, pretendemos descrever as práticas e discursos desses “atores”. Pensamos que tais terapêuticas ou agenciamentos se tornariam eficazes porque funcionam, afetam e transformam seus corpos; corpos estes vazados e porosos, atravessados e constituídos por inúmeros seres, forças e dimensões. São corpos múltiplos tratados por duas práticas terapêuticas que não abrem mão dessa multiplicidade. Afinal, abrir mão dela significaria deixar de conceber o corpo, ou melhor, a pessoa enquanto sua totalidade. Significaria, portanto, fragmentar esse corpo, repartindo-o em diferentes especialidades, desconectando-o do “cosmos” ou do ambiente, interrompendo seus fluxos e agenciamentos. Nos termos de Ingold, trata-se de transformar uma coisa (no caso a própria pessoa), em um objeto sem

vida. A ciência convencional fragmenta não só o corpo e a pessoa, sugerem os profissionais dessas terapias, mas também enquadra tais práticas alternativas ao modelo biomédico, transformando-as em complementares e em objetos de pesquisa científicas, como no caso da acupuntura, ou rotulando-as de misticismo, charlatanismo ou crença, quando se trata das paracirurgias. Estabelece-se, nesse sentido, uma nítida separação entre representação e ação, crenças e fatos, símbolos e práticas, e, a partir disso, entre mente e corpo, razão e emoção, ciência e religião. Nos casos de atendimentos de acupuntura, por exemplo, os limítrofes entre crença e ciência, práticas e símbolos é bem visível nos discursos dos usuários e, por vezes, não descartados pelos profissionais que consideram as crenças, pensamentos e práticas de seus clientes parte ativa do processo de tratamento terapêutico. O mesmo acontece nos processos de paracirurgia à distância, onde os domínios da fé e da experiência são constantemente borrados. São comuns os relatos de sensações e sintomas físicos experimentados pelos pacientes durante o procedimento. Assim, o que tornaria um agenciamento eficaz não seria somente o que ele representa, mas sim as transformações e afecções que ele provoca, os efeitos que ele produz, a adesão que ele implica, e portanto, o que ele faz fazer.

Cólera, vodu e política no Haiti pós-terremoto

AUTORES/AS: JEAN-FRANÇOIS VÉRAN

Este texto propõe examinar a trajetória da cólera no Haiti pós-terremoto, na interface entre a resposta epidemiológica dos atores de saúde, a recepção e tratamento da doença nos dispositivos terapêuticos vodu, e sua politização pelas mídias e certos atores políticos locais com o “mal enviado” pela MINUSTAH (Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti).

A discussão será conduzida a partir da experiência do autor como agente de terreno na organização humanitária Médicos Sem Fronteiras durante o surto de cólera em 2011, e colocada em perspectiva a partir de uma antropologia da saúde e da religião aplicada a uma situação de emergência.

A “missão” no contexto de epidemia de cólera era colaborar nas ditas atividades “outreach” na região montanhosa de Léogane (situada a uns 80 km de Porto Príncipe). Tais atividades consistiam em construir e aplicar programas emergenciais de sensibilização, adaptar as estratégias de resposta a epidemiologia, e pesquisar

in situ as ditas “mortes comunitárias” (externas aos centros de tratamento da cólera) para identificar as causas (acesso, informação, isolamento social...) e logo, implementar respostas. Uma das dificuldades fora convencer a população que a cólera existia, que não se tratava de era uma diarreia como qualquer outra, e que realmente podia matar em poucas horas. A (MINUSTAH) e a imensa maioria das ONG's que atuam desde o terremoto haviam iniciado um vasto programa de comunicação com o tema central que “a cólera não é vodú”. Portanto em um clima tenso, havia assim uma disputa sobre a origem –e logo de seu significado- da doença. “Kolera se yon politik”, “Cólera é política” podia-se ler nos muros de Porto-Príncipe, em eco ao rumor que o mal viria das próprias Nações Unidas para manter sua tutela sobre o país. Nos contextos rurais e populares, hesitava-se entre negar a existência da doença ou atribuí-la de fato a uma manipulação vodú. No início da epidemia, alguns hougans (autoridade religiosa do vodú) tinham sido mortos em represália. Atentas ao paradigma do relativismo cultural, ou pelo menos, a sua versão popularizada, as organizações internacionais pensavam que a “cultura local” era então um obstáculo ao tratamento e que havia a necessidade de restabelecer uma verdade profiláctica sobre crenças religiosas: “cólera não é vodú”. Inédita no Haiti, a cólera torna-se então um excelente analisador da maneira como, num contexto humanitário saturado, pode se produzir uma resposta terapêutica de extrema urgência (a cólera pode matar em três horas) em dissonância ou ressonância com o agenciamento religioso dos males agudo

Entre a terapia religiosa e a terapia médica: um estudo de caso sobre os fiéis da Igreja Messiânica Mundial do Brasil

AUTORES/AS: HELLEN FONSECA

Criada no Japão em 1935 pelas mãos de Mokiti Okada (1882-1955) e trazida ao Brasil na década de 1950 por meio da imigração japonesa, a Igreja Messiânica Mundial (IMM) é a segunda maior instituição religiosa de origem nipônica presente em território brasileiro: segundo os dados do Censo 2010, a religião possui mais de cem mil adeptos. Apesar do contingente de fiéis parecer pequeno e o crescimento ser inexpressivo diante de outras instituições religiosas, estudos acerca da Igreja Messiânica Mundial do Brasil (IMMB) são relevantes para a compreensão da diversidade do campo religioso brasileiro.

De acordo com a teologia da IMMB, os corpos humanos possuem duas formas: a material e a espiritual, sendo que ambas podem acumular máculas e toxinas em decorrência de vicissitudes humanas: atitudes egoístas, apego, excesso de materialismo, uso de medicamentos, alimentação inadequada pelo uso de agrotóxicos, entre outros. Quando acumuladas, essas substâncias são eliminadas por meio do “processo de purificação”: se um sujeito se encontra acamado em virtude de uma doença genérica, de origem viral ou bacteriana, o mesmo é considerado pelos fiéis em estado de purificação, o que significa dizer que o corpo está eliminando as máculas presentes na parte espiritual e material. A doença, nesse contexto, ganha um contorno positivo: é uma maneira natural de o organismo reestabelecer a saúde e o bem-estar. O uso de medicamentos, a exemplo de analgésicos e antigripais, é extremamente criticado pelo discurso da IMMB, pois acredita-se que os mesmos, uma vez ingeridos, tem a capacidade de interromper a eliminação das toxinas – daí as críticas da instituição à biomedicina. Acredita-se que o johrei, método de canalização de energia vital por meio da imposição das mãos, é capaz de acelerar o processo de purificação, atuando como um catalisador. Muitos fiéis relatam que obtiveram melhoras na saúde e no bem-estar por meio do recebimento da canalização, porém, ainda que a instituição recomende o não uso de medicamentos e se posicione de maneira bastante contrária ao discurso biomédico, é possível encontrar duas tendências no interior da IMMB: messiânicos que aderiram totalmente a teologia e não fazem uso de medicamentos, e no sentido oposto, há aqueles que recorrem tanto ao johrei como à terapia médica. O objetivo do presente trabalho é demonstrar, por meio de dois estudos de caso, como os messiânicos realizam os cuidados com a saúde e quais as formas de terapias são agenciadas por esses sujeitos.

Eu libero o elétron duplo-estendido no Pólo Sul: uma controvérsia em torno de um sistema alternativo de contagem do tempo

AUTORES/AS: VITOR FRANCISCO HERTZOG

O presente trabalho trata do desdobramento de uma controvérsia em torno de um ator não humano ao qual se atribui incomensurável agência. Trata-se de um calendário alternativo baseado nos ciclos solares e lunares, cuja utilização envolve distintas práticas, como meditações, alinhamento dos chacras e yoga. A

promoção deste calendário cabe a um movimento milenarista que no Brasil recebe a denominação de Sincronário da Paz, cuja atuação está concentrada no estado do Rio Grande do Sul. Mais recentemente a divulgação do calendário passou a contar com a parceria de um movimento afim, o ACORDAR (Agentes de Cura e Orientação para Regeneração Divulgam Atitudes de Regeneração), que promove eventos terapêuticos no espaço público de Porto Alegre. Após um desses eventos, esse movimento resolveu lançar um calendário próprio, o que estremeceria as suas relações com o Sincronário da Paz, que já eram vistas por alguns com reserva, devido ao fato da principal liderança do ACORDAR incorporar um Preto Velho que traz informações sobre o calendário em questão, além de conhecimentos sobre física quântica. O áudio das incorporações com o Pai Joaquim de Aruanda podem ser encontrados no You Tube. No contexto dessa polêmica, pude registrar uma frase proferida por uma das lideranças do Sincronário da Paz, como questionamento aos conhecimentos da médium que incorpora o Preto Velho. A frase era a seguinte: Por acaso ela sabe o que significa “Eu libero o elétron duplo-estendido no Polo Sul?”. A partir dos inusitados hibridismos que borram as fronteiras entre terapêutica, espiritualidade, consumo ou mesmo ciência (como na frase acima); trazendo à tona usos específicos do espaço público, o respectivo trabalho buscará analisar, com base na Teoria do Ator-Rede de Bruno Latour, as redes traçadas por este complexo calendário: uma caixa-preta capaz de elevar a humanidade a níveis ascendentes de conexão cósmica.

Ex-votos: uma análise sobre as representações de saúde e espiritualidade em São Severino Mártir do Engenho de Ramos, Pernambuco(2010-2013).

AUTORES/AS: SYLVANA MARIA BRANDAO DE AGUIAR

Este artigo tem como eixo central a apresentação dos resultados das pesquisas de campo, realizadas no período entre 2010 e 2013, acerca da tipificação e simbologias dos ex-votos pertencentes ao acervo da Capela de Nossa Senhora da Luz, localizada no Engenho Ramos, no município de Paudalho, em Pernambuco. O objetivo precípuo é compreender ex-votos enquanto representações de saúde e espiritualidade, dito de outra maneira, a materialização de agradecimentos por curas de males físicos ou promessas para que estas bênçãos se realizem. Cabe

registrar uma especificidade deste acervo: a sua rotatividade entre as peças que estão acumuladas e disponíveis ao fiel, ao invés do descarte por doações, aproveitamento como matéria prima, venda ou presentes como objetos de arte ou, simplesmente, a queima, como ocorre na maioria dos santuários. Do ponto de vista teórico e metodológico, foram priorizadas as reflexões de Carlos Alberto Steil e Geertz. A quantificação obtida indica que a maioria dos ex-votos está relacionada à saúde, em especial, à saúde mental, vez que cabeças são os ex-votos mais procurados pelos milhares de peregrinos que visitam este santuário, principalmente no dia de maior fluxo, que é o Domingo de Ramos.

Experiências de toxicodependência e adesão religiosa a União do Vegetal

AUTORES/AS: EMANUEL LUZ E SILVA

Esse artigo terá como objetivo a discussão de resultados preliminares da pesquisa de mestrado em andamento cujo propósito é investigar aos processos de adesão religiosa de atores sociais que experienciaram situações de sofrimento decorrente do uso abusivo de “drogas” antes da associação a União do Vegetal (UDV). Propõe-se a adoção da perspectiva teórica de Tim Ingold como marco teórico capaz de oferecer uma saída da dissociação entre corpo, mente e ambiente implícito na ênfase biopsicossocial de diversas análises a respeito das religiões ayahuasqueiras (Santo Daime, Barquinha e União do Vegetal), nas quais, as análises centram-se no set, setting e farmacologia do uso da ayahuasca. A pesquisa desenvolve-se com base em um estudo de caso no Núcleo Reis Magos (Ilhéus-BA), através das técnicas da descrição etnográfica, observação participante, histórias de vida e entrevistas semiestruturadas. O método fenomenológico (Ingold, 2000; 2012a; 2012b; 2013) é o fio condutor aos adictos, os mediadores (Latour, 2012) de entrada ao “Mundo da Hoasca”. Os dados coligidos no trabalho de campo apontam que os toxicodependentes que buscam a UDV em situações de sofrimentos não vão à busca exclusiva de resolução da toxicodependência, 88% dos entrevistados, mas sim, motivados por experiências místicas sob o efeito de estados expandidos de consciência que propiciem o contato com o sagrado, equilíbrio espiritual e sensação de bem estar. O cuidado religioso udevino não se dá como processo estritamente terapêutico, mas, como processo decorrente da adesão religiosa. O

mediador (Latour, 2009) dessas experiências é o chá Hoasca. Há coerção frequente dos modos de pensar, sentir e agir dos agentes, inclusive das emoções, os quais impelem aos adictos a adequarem-se segundo os comportamentos requeridos pelas leis udevinas, afim de que, continuem a frequentar a instituição. No requerimento da transformação das noções de pessoa de seus membros prima-se pelas mudanças de percepção, educação da atenção, disciplina, trabalho pela UDV, aprendizagem da capacidade de guardar segredos e dos mistérios das palavras. Caso haja comportamentos desviantes as leis da UDV são previstas sanções e afastamentos. Os toxicodependentes que aceitam os parâmetros institucionais, cerca de 10%, são convidados a redução de danos radical de uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Esses aspectos são intrinsecamente relacionáveis para que os indivíduos conheçam aos segredos restritos à ascensão hierárquica, e, principalmente, para que haja eficácia para as desordens motivadoras da agência religiosa. Os segredos e a ascensão hierárquica são agentes potentes de motivação, e, uma variável significativa para compreensão da lógica das relações sociais da União do Vegetal.

Notas sobre a globalização da ‘espiritualidade’ indígena com base num estudo de caso sobre xamanismos guarani contemporâneos

AUTORES/AS: ISABEL SANTANA DE ROSE

Este trabalho discute o aumento da circulação de práticas rituais entre grupos indígenas e grupos espirituais não-indígenas no Brasil com base num estudo de caso sobre a formação de uma rede de relações que liga os moradores da aldeia guarani de Mbiguaçu (litoral sul de Santa Catarina), integrantes de um grupo xamânico internacional e membros de uma comunidade local do Santo Daime. Esta rede, criada ao longo dos últimos quinze anos, é caracterizada pelo compartilhamento de performances rituais, pela construção de uma estética comum e pela circulação de discursos sobre ‘espiritualidade’ e ‘medicina tradicional’ indígena. Aqui quero enfocar um dos rituais importantes neste circuito: o temazcal. Trata-se de uma sauna aquecida com pedras quentes, inspirada nas práticas dos grupos indígenas norte-americanos, e que, transposta para contextos urbanos, recebe conotações espirituais e terapêuticas. Partindo da descrição de um temazcal específico, pretendo discutir o aumento do interesse de alguns setores da população urbana brasileira por práticas e saberes de origem ‘indígena’. Ao mesmo tempo, procuro

relacionar este estudo de caso a contextos mais amplos, que apontam para uma possível globalização do interesse pela ‘espiritualidade’ e pela ‘medicina tradicional’ indígena.

Plantas, corpos, outros materiais e seus fluxos: apontamentos a partir de uma etnografia em Guarani das Missões, RS

AUTORES/AS: JULIANO FLORCZAK ALMEIDA

A partir de um trabalho de campo realizado em Guarani das Missões, RS, no qual tentei seguir plantas e religiosidades, a fim de refletir sobre relações entre humanos e não humanos em interface com antropologia da religião, este artigo procura apresentar notas sobre a corporeidade que perpassa esta situação etnográfica. As técnicas de pesquisa utilizadas foram observação participante, com registro em diário de campo, e entrevistas informais. A centralidade que assumem as religiosidades no contexto pesquisado exigiu que as mesmas tomassem posição de destaque na investigação. Porém, ao invés de poder documentar pertencimentos autocontidos a denominações, percebi uma série de correntes de religiosidades que perpassam as práticas, ainda que, em geral, os interlocutores identifiquem-se como católicos. Por outro lado, as concepções de saúde e doença e os rituais de cura mostram-se importantes lócus para pensar a noção de corpo. Seguindo os caminhos das plantas e tomando a corporeidade como um campo metodológico e não como uma entidade orgânica discreta sobre a qual incidem sociedade e cultura, testemunhei mútuos povoamentos entre ervas e corpos. Esses corpos são feitos por uma série de composições, que incluem desde a escolha do ramo para ser utilizado no ritual de batismo até rituais de cura nos quais plantas realizam grande parte do trabalho. Assim, seguindo as plantas e as religiosidades e perpassando agenciamentos terapêuticos, é possível testemunhar os vazamentos de corpos em fluxos.

COORDENADOR/A: DANIEL BITTER (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE), WAGNER DINIZ CHAVES
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS)

DEBATEDOR/A: ANDRÉA RIZZOTTO FALCÃO, REGINA MARIA DO REGO MONTEIRO DE ABREU

O propósito deste GT é refletir sobre as formas de circulação de coisas e pessoas, bem como sobre as trocas e transações no mundo contemporâneo e as políticas de valor que as regem. Propõem-se pensar sobre a contínua mudança do quadro valorativo e moral, com suas ambiguidades e liminaridades, implicando em que coisas sejam permanentemente classificadas e reclassificadas num contínuo entre a singularização e a mercantilização. Busca-se abordar todo um domínio das coisas transvalorizadas, protegidas, inalienáveis, que muitas vezes, adquirem um caráter “sagrado”, à margem das coisas que circulam como bens privados ou públicos, dádivas ou mercadorias. Nesse sentido, o gt está interessado em explorar as trajetórias sociais de coisas (lugares, espaços, artefatos, performances, conhecimentos etc.) E pessoas e seus sucessivos trânsitos, conversões e reenquadramentos significativos, a partir de estudos de caráter etnográfico. Embora esta proposta, pela sua abrangência, permita acolher uma diversidade de possibilidades temáticas, sugere-se os seguintes eixos para se nortear as discussões: 1- patrimônios culturais. 2- rituais e performances públicas. 3- coleções e museus. Nesta direção, o gt está particularmente interessado em focalizar os movimentos e os regimes de valor que convertem expressões culturais, modos de vida e lugares em “bens patrimoniais”, rituais festivos em espetáculos e performances públicas, artefatos em itens de coleções museológicas e objetos de arte etc.

A dádiva da Imagem: relações entre pessoas e objetos na Colina do Horto em Juazeiro do Norte-CE

AUTORES/AS: THIAGO ZANOTTI CARMINATI

O presente trabalho, parte da tese de doutorado a ser defendida no PPGSA/IFCS/UFRJ, investiga a relação entre pessoas e objetos na Colina do Horto em Juazeiro do Norte tomando como suporte de observação o sistema de circulação formado pelas materialidades visuais que, do ponto de vista nativo, são apreendidos e ganham sentido a partir da instituição da “promessa”. Este texto resulta de um trabalho de campo de 1 ano e 2 meses em que o pesquisador habitou a Colina observando estas relações não apenas durante as romarias de Juazeiro, mas também durante os períodos que as precediam e as sucediam. O objetivo deste trabalho, portanto, é alcançar uma descrição que possibilite demonstrar a agência e a eficácia de objetos que só encontram seus sentidos mesmo na relação com as pessoas em determinados espaços de circulação.

A dádiva da imagem: Relações estabelecidas e construções de identidade através do registro videográfico em contexto indígena brasileiro contemporâneo.

AUTORES/AS: DEBORA FERNANDES HERSZENHUT

Com o objetivo de atentar para o importante papel desempenhado pela produção videográfica no que diz respeito aos direitos indígenas bem como das legislações que regem o patrimônio material e imaterial destas populações¹. Proponho a reflexão sobre o movimento de circulação de imagens no âmbito do projeto Vídeo nas Aldeias (VNA).

O vídeo nas Aldeias (VNA) é uma ONG criada em 1986 pelo indigenista Vincent Carelli. O projeto nasceu com o objetivo de dar visibilidade a histórica disputa política dos índios brasileiros através da linguagem audiovisual. A metodologia básica de trabalho do projeto pode ser dividida em três etapas²: 1) Filmagens, realizadas por indígenas e não indígenas; 2) Visionamento das imagens por todos os membros da aldeia e 3) Compartilhamento destas imagens com outros povos indígenas e também com brancos.

Estes três tempos do trabalho desenvolvido pela ONG VNA (produzir,

assistir e compartilhar imagens) me remetem a Mauss. Neste clássico da teoria antropológica, Ensaio sobre a dádiva, o autor analisa as relações de troca para além do aspecto econômico e estabelece que o sistema de dádivas é a fonte vital para a manutenção das relações sociais e a base através da qual se estabelece todo o tipo de relação social. As implicações e obrigações impostas pela dádiva, criam vínculos e estabelecem relações. Este movimento de troca é composto por três etapas: dar, receber e retribuir, sem nunca cessar.

Analisar a troca de presentes como estratégia de construção de identidades e de expressão das emoções é também uma das perspectivas deste sistema de trocas. No qual, a dádiva não é apenas um meio de estabelecer vínculo, como também a produção de uma identidade/imagem de si mesmo ofertada ao outro, pois o presente ofertado sempre propõe dizer algo sobre quem está ofertando. Ou seja, na troca se dá o que se quer mostrar de si àquela pessoa.

Diante desta perspectiva apresentarei as semelhanças e as diferenças verificadas neste sistema de troca de imagens das observadas por Mauss relativos à dádiva e as questões relativas ao valor e significado destas imagens trocadas para os atores envolvidos nessa rede de trocas.

Aspectos da produção de valor e da circulação de objetos sagrados e entidades espirituais no contexto umbandista no sul do ES

AUTORES/AS: DIOGO BONADIMAN GOLTARA

Na região do Vale do Rio Itapemirim – na fronteira tríplice ES/MG/RJ – encontra-se uma rede de centros espíritas-esotéricos-umbandistas conectados entre si por meio de visitas rituais denominadas ‘jornadas’. Na medida em que as dádivas dos santos devem ser idealmente retribuídas por meio de um esforço coletivo em grandes rituais, as jornadas são deslocamentos das irmandades espíritas que levam, dos seus centros de origem para o que está ofertando ao santo, partes do conjunto de sua hierofania. Extra-ritualmente conhecido como bate-flecha, a ‘missão’ incumbida com o objetivo principal de depositar a bandeira de seu centro no altar das oferendas, é realizada pelos ‘jornaleiros’, viventes ou invisíveis, eventualmente tornando-se visíveis por meio das incorporações. Entre os vivos, alguns são instrumentistas da banda de metais e percussão; outros, os médiuns e ‘médias’, ‘aparelhos’ dos caboclos flecheiros da ‘corrente’ de São Sebastião,

carregam um par de flechas e dançam em pares a música do santo mártir. Além de constituírem o contexto para o pagamento da dívida de um centro ao santo, os encontros de bate-flechas dinamizam outros contratos, como os que conectam as irmandades de terreiro entre si e reinventam a ‘comunidade dos jornaleiros’. O conceito básico ao redor do qual se organiza esta coletividade de irmandades é a retribuição de uma jornada por outra jornada, no sentido inverso. O ritual que sela ou renova a aliança entre duas casas de oração (‘que liga as duas correntes’), marcado expressivamente pela hospitalidade e pela afirmação do valor criado nessas transações, é uma das poucas ocasiões em que a algumas entidades espirituais de uma irmandade é permitido ‘trabalhar’ em outras giras. Os pontos cantados e as rezas enfatizam que o contrato é também a criação de uma ‘corrente’ e através dela as entidades espirituais têm livre trânsito, podem enviar recados, pedir ou enviar preces, ‘alertações’, bênçãos etc.

A partir de etnografia realizada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (ES), este trabalho busca compreender a produção de valor nas jornadas e como os valores se dispersam pela rede das irmandades. Inscrita na bandeira que é entregue ao orador do ofertante, a circulação de uma jornada e a sua consequente valorização – entendidas aqui como criação e zelo de relações sociais – incrementam a oferenda e por isso, a rede de uma bandeira é considerada valor positivo para o acesso ao plano superior dos santos. Além do escrutínio destas transações a partir das transformações simbólicas realizadas na e pela bandeira nas jornadas, este trabalho alça também algumas reflexões sobre as ‘apresentações’ não rituais do bate-flecha e do caxambu, quando são realizadas negociações com as entidades espirituais para a manipulação de coisas sagradas.

Batista, muito além da máscara

AUTORES/AS: ANDRÉA RIZZOTTO FALCÃO

A proposta desta comunicação é refletir sobre a circulação de pessoas e coisas, e as múltiplas relações entre elas, através da análise de uma experiência etnográfica específica. Em outubro de 2013 participei de uma viagem de estudos junto com um grupo de pesquisadores da UFF para realização de um filme etnográfico sobre um artesão de máscaras de Folia de Reis em Miracema, no Noroeste Fluminense, Batista. O trabalho foi realizado em dois dias intensos por ocasião dos festejos

de Nossa Senhora Aparecida comemorado na localidade no dia 12 de outubro. Na oportunidade tive a possibilidade de perceber um amplo cenário de trocas e transações materiais e simbólicas entre os envolvidos diretamente na organização da festa e entre estes os demais participantes. No entanto, para além dos aspectos rituais e simbólicos destacados em tantas etnografias e trabalhos sobre o tema das Folias de Reis chamou a atenção uma série de práticas em torno da criação, troca e venda de passarinhos “cantadores” e as relações que estas estabelecem com outras práticas culturais e a maneira como elas articulam diversos contextos de significado e valor.

Samba de reis e Samba de véio: o “reis” e a música numa comunidade do Rio São Francisco

AUTORES/AS: MÁRCIA MARIA NÓBREGA DE OLIVEIRA

Este artigo aborda os modos de feitura de um samba rural, pensando-o a partir de sua dinâmica de deslocamentos de seus sambistas no contexto em que estão inseridos. O samba em questão é realizado pelo “Povo de Celestina” que habita uma ilha situada no trecho sub-médio do rio São Francisco: a Ilha do Massangano, localizada entre as cidades de Petrolina, em Pernambuco, e de Juazeiro, na Bahia. A ilha está distante apenas 20 km do que foi, até a construção da Barragem de Sobradinho, o porto final da travessia Pirapora-Juazeiro que ligava o Sudeste ao Nordeste brasileiro. Por ali transitavam embarcações, cujos remeiros tripulantes transportavam tanto insumos e matérias-primas, quanto músicas e religiosidades. Seguindo os passos da memória dessas travessias, bem como daquelas inauguradas com a construção das estradas pós-barragem, refletirei como se dão as relações que compõem este samba – que é chamado ora de “Samba de Véio”, ora de “Samba de Reis” – com as dinâmicas territoriais de seu povo. Tanto o Samba de Véio, quanto o de Reis, chegaram até a Ilha do Massangano através das embarcações que cortavam o rio na época em que era amplamente navegável. Entretanto, os sambas são distintos entre si: “samba é samba, reisado é reisado”, explicam. Enquanto o Samba de Reis é aquele que acompanha as festas de reisado, cuja função é “carregar” o “reis” (isto é, o santo) tornando-o presente através de sua cantiga; o Samba de Véio é aquele realizado para celebrar qualquer acontecimento, seja dentro (qualquer samba feito pelo povo na Ilha) ou fora da Ilha (em sua versão

célebre “o Samba de Véio da Ilha do Massangano”, que desde 2001 conta com dois CDs gravados e inúmeras apresentações em palcos de festivais de cultura regional). Nesse novo panorama que se impõe atualmente na ilha – onde aquilo que movimenta o samba não são mais os sambistas em ofícios de remeiros que atracavam em portos margeando o São Francisco, mas os brincantes em ofícios de brincantes que em grupo atravessavam estradas para estacionarem nos palcos das aparições públicas – sustento a hipótese de que ainda que o samba mais conhecido não seja mais o “de reis”, mas o “de véio”, ele continua a se alimentar de viagens e transportes. Resta saber em que medida essas transformações afetam a circulação e a feitura do samba entre o povo da ilha.

Tornar-se mestre de capoeira em Londres, Mestre Fantasma e a realocização da capoeira no Reino Unido

AUTORES/AS: DANIEL GRANADA DA SILVA FERREIRA

A partir da trajetória do capoeirista britânico Simon Atkinson, o artigo explora a apropriação da prática da capoeira, uma arte marcial de origem “afro-brasileira”, da perspectiva de um praticante “nativo”. Fruto de uma pesquisa de doutorado, o artigo busca mostrar as especificidades e obstáculos encontrados por um não-brasileiro para se impor neste mercado. Esta perspectiva se insere numa busca de privilegiar os atores na formação de um “campo social transnacional” neste caso associado à prática da capoeira. O líder do grupo East London Capoeira é, provavelmente, o primeiro britânico praticante de capoeira angola a ser reconhecido mestre desta modalidade que se reivindica como “mais tradicional”, em Londres, em 2010. Possivelmente é o primeiro europeu a tornar-se mestre nesta modalidade. Este processo é atravessado por problemas associados à legitimidade e autenticidade de praticantes não-brasileiros. A narrativa de Mestre Fantasma evidencia as tensões e as relações de poder dentro da prática da capoeira na Europa, num mercado dominado pelos brasileiros para os quais a capoeira constitui muitas vezes a única fonte de recursos. A realocização da capoeira é, assim, analisada sob a perspectiva do praticante local que se apropria dela e a traduz para seu contexto.

Zòn la genyen bagay sakre: sobre mobilidade, pessoas e suas peregrinações

AUTORES/AS: JOSÉ RENATO DE CARVALHO BAPTISTA

Esta comunicação procurará analisar as peregrinações dos sevitè, palavra em créole que designa os adeptos do culto aos loas, divindades do vodu no Haiti, pelos diversos sítios destinados ao culto dos loas/santos católicos, nas mais variadas regiões do país. Através das peregrinações somos convidados a compreender alguns aspectos significativos da conformação do espaço no Haiti e seus usos sociais: a mobilidade das pessoas e a autonomia dos sujeitos face às estruturas religiosas diversas. Numa relação que em princípio se apresenta inicialmente como característica específica do culto aos loas, começamos a entendê-la como um princípio que vai além do domínio da religião e se espalha pelo cotidiano das pessoas. Percebemos assim que há um alto grau de individuação expresso a partir deste tráfego intenso de pessoas pelas diversas regiões do país e pelos espaços que transbordam os limites nacionais: a diáspora haitiana e sua relação com os loas.

A relação com os loas exprime, portanto, outra qualidade de relações: os lugares e as pessoas, a casa e a família. Há também nas peregrinações a questão dos espaços que se misturam – a melanje. Se a mistura, isto se torna cada vez mais claro, é parte integrante do vodu, ela é constitutiva da própria ideia de “ser haitiano” ou “ser créole”. Logo, ao perceber o Caribe historicamente como um pólo de circulação de fluxos diversos: pessoas, mercadorias, valores, ideias, descortinamos a possibilidade de compreender essa mistura como algo resultante destes fluxos e como um processo permanente. As coisas e as pessoas estão sempre em transformação, sempre em movimento.

E as festas e celebrações são os lugares onde se concentram estes diversos fluxos e movimentos.

Fandangueiros, folcloristas e produtores culturais: reflexões sobre a produção do Fandango Caiçara

AUTORES/AS: CARLOS EDUARDO SILVEIRA

O objeto deste artigo é o fandango – uma manifestação musical encontrada no litoral norte do Paraná e no litoral sul paulista, e que foi registrada como patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial. Queremos entender o fandango segundo as redes que operam a sua circulação, ou seja, o conjunto de

pessoas, coisas, ideias e instituições que continuamente o produzem: que o levam adiante, manipulando-o, intermediando-o, traduzindo-o, inventando-o. Se a ideia de produzir passar a indicar a ideia de “levar adiante”, então, a produção do fandango é a própria circulação dele: o fandango é efeito da sua circulação, é o resultado sempre parcial e precário dela. Este é o objeto deste artigo: a produção/circulação do fandango. Desta perspectiva, o fandango não teria uma natureza definida a priori, mas, ao contrário, a estabilização da sua natureza é vista justamente como a tarefa a qual se dedicam diversos atores, portanto, aquilo mesmo que se pretende etnografar: o processo de composição/criação/estabilização do fandango. Daremos diversos exemplos de como o fandango assume sentidos e características variadas dependendo da atuação de um conjunto histórico de coisa, pessoas e ideias que continuamente o faz emergir sob determinada forma (configuração). Hoje, o fandango é considerado um “saber tradicional caiçara”, associado ao “modo de vida tradicional caiçara”. Contudo, nem sempre foi assim, os adjetivos, atributos e predicados aplicados à ideia de fandango são tributários de determinados processos sociais. No período em que foram produzidos os textos folclóricos sobre fandango, momento importante porque influi na forma como foi criado o primeiro grupo de fandango (criado por um folclorista em 1967), a noção de caiçara era irrelevante na definição do que é o fandango. Mas como, então, o fandango se tornou caiçara? De que maneira se consolidou a ideia de que “o fandango é uma forma de expressão central no compartilhamento de práticas, modos de vida, saberes e cosmovisões das populações caiçaras” (Dossiê de Registro do Fandango Caiçara como Patrimônio Imaterial, IPHAN, 2011: 21)? Buscaremos demonstrar como a emergência de noções como “patrimônio imaterial”, “povos e comunidades tradicionais”, “saberes tradicionais”, “conservação ambiental” redimensionaram o lugar do fandango e dos fandangueiros.

Fluidez entre as coisas, rigidez entre as pessoas: catadores, material reciclável e multiplicidade de papéis

AUTORES/AS: BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES

O objetivo deste trabalho é tecer reflexões a respeito dos lugares ou posições ocupadas pelos catadores e pelo material por eles recolhido, posições que se originam de diferentes situações ou do ponto de vista de sujeitos distintos.

Após a realização de extensa pesquisa a respeito, baseada em três focos de análise (entrevistas, documentários e situações de interação de catadores com outros agentes) observamos que as coisas aqui referidas assumem papéis sociais distintos (lixo/ material reciclável/ mercadoria) e, a cada um deles, um ou mais rótulos é facilmente atribuído dependendo da relação com o sujeito. Assim, por exemplo, o que é lixo para alguns é material reciclável para outros. A possibilidade de as coisas assumirem diferentes papéis e, mais especificamente, a transitoriedade do estado de mercadoria é teorizada por alguns autores aqui utilizados, como Appadurai (2010) e Kopytoff (2010).

Em contraposição, no que se refere à categoria das pessoas envolvidas nas atividades de catação e reciclagem responsáveis pela re-transformação do lixo em mercadoria, os catadores, a atribuição de diferentes papéis sociais ocorre com muito menos frequência devido a preconceitos sociais enraizados e à predominância da valorização das atividades de consumo e produção na sociedade. Assim, os catadores são vistos por muitos com um viés pejorativo, com associações com a sujeira e a marginalidade e, além disso, se encontram no segmento mais pobre da sociedade.

Não obstante, os catadores muitas vezes se assumem como promotores da limpeza e da preservação do meio-ambiente. Chamados por muitos de catadores de lixo, recusam essa denominação, utilizando a de catadores de materiais recicláveis. Assim, uma multiplicidade de papéis sociais é observada também no que se refere a esse grupo, ainda que sejamos levados a concluir que, no mundo das coisas, sobressai a fluidez do trânsito entre categorias, ao passo que, no mundo das pessoas, o mais característico é a dificuldade de se adentrar em novas categorias, um mundo, então, marcado antes pela rigidez.

Diante de acontecimentos importantes ocorridos nos últimos anos, como a ascensão do paradigma de respeito ao meio-ambiente, a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a organização dos catadores, são aventadas possibilidades para o futuro da atribuição social de tais papéis. Pergunta-se se esses acontecimentos poderão contribuir para uma mudança nos rótulos sociais comumente atribuídos aos catadores e também para mudança na sua situação econômica, ou se esse reconhecimento social será impossibilitado pelo forte enraizamento de preconceitos e desigualdades na sociedade brasileira.

Mathipe a (i)moralidade das coisas entre os Yanomami

AUTORES/AS: LEONARDO LEOCÁDIO DA SILVA

Este artigo busca entender como se constitui a noção de objetos entre os yanomami tendo em vista o intenso fluxo de pessoas e mercadorias decorrentes do maior acesso a políticas públicas. Nesse contexto, um termo nativo, que tende ser traduzido pelos agentes estatais e garimpeiros como mercadoria, se torna nodal. Trata-se de *matehi*, que significa anzóis, facões e bermudas para os homens brancos, mas que para os indígenas se constitui com uma derivação da circulação de presentes decorrentes do complexo conjunto de rituais fúnebres centrais na cosmologia do grupo étnico. A consequência dessa diferenciação de percepção possibilitando uma valoração do *matehi* pela FUNAI como objetos que podem ser doados aos yanomami, pois são objetos bons, ao contrário do dinheiro, visto como algo mal. Ou seja, este artigo se propõe a entender como ocorre a limitação de circulação de objetos entre os yanomami tendo em vista os pressupostos dádicos atrelados a sua cosmologia em contraste com a individualização e a comoditização das relações e objetos pela crescente acesso ao dinheiro.

O axé do patrimônio imaterial: rito e agenciamentos políticos na restauração da Gruta de Oxum da Praia da Alegria, Guaíba.

AUTORES/AS: MARIA HELENA SANT'ANA

Análise de como uma longa e perseverante luta pela restauração de uma Gruta de Oxum, localizada na Praia da Alegria na cidade de Guaíba, RS, produz agenciamentos que entrecruzam uma visão religiosa encompassadora a processos de patrimonialização, de disputas políticas, disputa de terreiros e de religiosidades - ritualizações que interferem na patrimonialização. Processo que se inicia como redescoberta de lugar tradicional de culto, após anos de “esquecimento”, de degradação, de abandono dos cuidados religiosos, de asseio e de má conservação da imagem, desde a morte da mãe-de-santo que a “assentou” na praia, tem como ponto de inflexão o fato de ter sido doada ao município por aquela, tonando-se patrimônio público. Contexto que situa cruzamentos e desencontros entre a lógica de salvaguarda do bem público e as formas de heranças e transmissão dos sagrados e dos “axés” dos terreiros afrobrasileiros. Interpreta-se que a demanda

por sua revitalização religiosa liderada pela comunidade do Ilê Assobecaty frente à Prefeitura Municipal produziu a gruta de Oxum como um objeto fronteira. Como objeto que temporariamente comuta mundos e ordens de significação distintos, pondo em diálogos, ressonâncias e dissonâncias ações e categorias interpretativas acerca do destino mesmo dado à imagem da orixá em sua materialidade, significação e possibilidade de actância. Na disputa de seu destino, a categoria de patrimônio imaterial foi apropriada pelos religiosos do Ilê Assobecaty como fruto de alianças e diálogos realizados com a comunidade acadêmica e órgãos federais e estaduais, redescobrimdo a Oxum, a Gruta, a praia e todos os lugares, suas memórias, rituais e objetos revestidos de sagrado como patrimônio da experiência cultural negra. Como resposta, um dos governos municipais, que mantinha fortes relações com igrejas evangélicas, levou a imagem a ser salvaguardada no museu municipal, com intuito de ser tombada e interditada ao culto. A emergência da categoria patrimônio imaterial ensejou a mediação do Ministério Público Federal, enquadrando o Município a devolver a imagem à praia e à sua gruta restaurada. Significação sempre presente na visão do Ilê Assobecaty, toda esta trajetória de negligência, esquecimento, degradação da gruta, redescoberta do sagrado, perseverança política e ritual das mães e pais de santo por sua restauração na praia, era, de outra forma, apenas a vontade e o “axé” de Oxum, que em sua natureza de águas doces, havia feito o açoriamiento das margens do Guaíba e consequente erosão da gruta, desejando mudar de lugar, para um ponto de maior visibilidade da praia, e de maior potência. Neste caso, interpreta-se como a defesa do patrimônio imaterial vem a ser incorporada na perspectiva encompassadora da visão religiosa e das práticas que a atualizam.

Produção e circulação de objetos e sujeitos: considerações a partir das experiências da política de patrimônio imaterial junto aos Mbyá Guarani e Wajãpi

AUTORES/AS: DAMIANA BREGALDA JAENISCH

A circulação de saberes e objetos entre indígenas e não indígenas remete ao encontro colonial, quando os Museus se constituíram em espaços privilegiados do encontro com o outro. A partir da década de 1990 no Brasil, tanto no âmbito da museologia quanto das políticas culturais e patrimoniais, novas formas de

transação passam a ser estabelecidas. Trata-se da demanda contundente por parte dos grupos indígenas pela apropriação de nossas tecnologias de produção e difusão de conhecimento para que protagonizem documentações e reflexões acerca de suas “culturas”. Neste cenário, o próprio conceito de “cultura”, dispositivo heurístico a serviço da produção do conhecimento antropológico, passa a ser deslocado e realocado para fins diversos.

A política de patrimônio imaterial do IPHAN tem se configurado em cenário propício para reflexões acerca daquelas apropriações e da produção e circulação de pessoas, objetos e saberes. A partir da experiência como consultora em Antropologia junto ao Departamento do Patrimônio Imaterial/IPHAN, proponho explicitar como os Wajãpi e Mbyá Guarani vem se apropriando das técnicas de pesquisa antropológica e da produção audiovisual para a produção de conhecimentos que circulam nos contextos internos e externos às aldeias. Trata-se das ações desenvolvidas após o Registro da “Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica Wajãpi” como Patrimônio Cultural do Brasil em 2002 e na continuidade da realização do “Inventário Nacional de Referências Culturais Mbyá Guarani”, iniciado em 2004.

A partir destas experiências, interessa ressaltar como os pesquisadores indígenas vêm se dedicando a explicitar a diferenciação como marca da produção de conhecimentos e sujeitos, evocando as diferenças no interior dos grupos étnicos. Os regimes de produção de conhecimento indígena vão de encontro à lógica da definição de identidades e unidades que sustenta as políticas culturais e patrimoniais e não encontram convergência nas regulamentações de propriedade intelectual. No âmbito das políticas de patrimônio imaterial, tensões ficam evidentes no caso Wajãpi, quando estes manifestam expectativa de que o Estado proteja seu bem registrado da apropriação pelos não indígenas, quando o instrumento do IPHAN não teria alcance legal para tal. E extensiva a esta, outras questões se colocam: como regulamentar, definir a propriedade dos conhecimentos, objetos, grafismos indígenas se estes são em grande medida oriundos da alteridade, seja ela animais, espíritos, deuses, grupos inimigos? Com base nas duas experiências mencionadas e com apoio de etnografias que tratam do deslocamento de pessoas e objetos para contextos não indígenas, buscarei evocar alguns dos efeitos destes fluxos nos regimes específicos de grupos ameríndios.

RESSONÂNCIA EM UM CAMPO DISSONANTE: Um trabalho etnográfico realizado no Seminário Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: LUIZ GUSTAVO MENDEL SOUZA

A proposta desta apresentação é explorar a realização de uma experiência etnográfica feita no Seminário Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro, este trabalho de campo ocorreu no dia 2 de setembro de 2013, no auditório da Superintendência do IPHAN-RJ.

Serão apresentadas as relações e tentativas de articulações das instituições governamentais mediante ao processo de registro das folias de reis como patrimônio imaterial, dentro de um seminário que se revelou um campo de tensões entre os intelectuais e os integrantes dos grupos de folias de reis. O seminário se tornou um campo de conflito, pois, os temas que foram demarcados pelos intelectuais em um primeiro momento - suas intenções para a realização do seminário - se revelaram divergentes das demandas reivindicadas pelos foliões no momento do debate. O lugar onde várias vozes se manifestaram de maneira desarmônica, por isso a escolha do título deste artigo.

Valor cultural e materialidade na constituição de patrimônios afro-brasileiros

AUTORES/AS: MARIA PAULA FERNANDES ADINOLFI

Desde o início das políticas de preservação voltadas aos sítios que abrigam referenciais históricos e culturais centrais para a população afro-brasileira - os terreiros de religiões de matriz africana e os quilombos - na década de 1980, persiste uma discussão acerca da adequação do uso do instrumento do tombamento para tal finalidade, alegando-se que seu valor cultural não residiria em sua materialidade, mas nos aspectos “imateriais” da prática cultural que tem lugar em tais sítios.

Pretende-se neste artigo refletir sobre a questão do valor, que é subjacente a qualquer ação de patrimonialização e que desempenha papel central em tal processo. Qual o valor reconhecido nos terreiros e quilombos? Em que reside sua singularidade, seu “excepcional valor cultural”, para justificar sua inserção no rol de bens protegidos pelo Estado: em suas dimensões materiais ou em suas práticas ditas “imateriais”?

O debate acerca destes objetos específicos traz questionamentos e reflexões acerca das categorias “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, bem como sobre os instrumentos jurídicos do tombamento e do registro. Pretende-se também refletir sobre o próprio conceito de materialidade e os significados que adquiriu nas práticas dos agentes das políticas patrimoniais.

Centro de Valorização Cultural dos Povos Nambiquara: um estudo de caso

AUTORES/AS: JOANA MILLER

Durante meu trabalho de campo com os Mamaindê, um grupo Nambiquara situado no noroeste do estado de Mato Grosso, presenciei um acontecimento inusitado. Naquela ocasião vários grupos Nambiquara reuniram-se para decidir o local onde deveria ser construído o Centro de Valorização Cultural dos Povos Nambiquara, idealizado por lideranças indígenas e representantes de ONGs que atuavam naquela região. Após um dia inteiro de acalorados debates sobre o que deveria ser um centro cultural, um xamã propôs realizar um concurso para escolher o xamã mais poderoso, aquele que detinha o maior conhecimento de sua cultura. O teste consistiria em pedir aos os xamãs que retirassem de dentro do seu próprio corpo seus objetos mágicos e os mostrasse para a platéia.

Tomarei esse evento como um caso etnográfico a partir do qual pretendo refletir sobre a noção de cultura, tal como ela foi elaborada pelos Nambiquara e, assim, entender por que o projeto do centro cultural, embora não tenha se realizado, se tornou um momento apropriado para a demonstração do conhecimento xamânico.

De “fora para dentro”: A circulação das coisas no museu

AUTORES/AS: BÁRBARA BUENO FURQUIM

Tomando por base a rede biográfica a qual as coisas estão inseridas quando em circulação, este trabalho propõe-se a tratar da possibilidade de pesquisa etnográfica sobre os fluxos aos quais coisas tomam quando fora e dentro dos museus, particularmente no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE). Esse trabalho será pautado, primordialmente, pelo aspecto relacional entre pessoas e coisas (objetos utilitários, religiosos, etc.) caiçaras do litoral paranaense. Sobre seus significados, sobre como falam às pessoas das coisas que estão em circulação

no seu cotidiano, quando mercadorias, dádivas, ferramentas de trabalho, em seu uso doméstico ou como patrimônios culturais e no MAE enquanto coisas etnográficas singularizadas. Será exposta a forma como esse conjunto de coisas circulou até compor o acervo do MAE, cumprindo uma biografia que parte de diferentes direções de aquisição, empréstimo, compra, etc. Flagrantemente esse conjunto de coisas dentro do MAE é marcado por certa continuidade material, estética, técnica e logo cultural específica. E é sua ligação com o museu que os aviva em uma posição metonímica, uma vez que esse conjunto etnográfico expõe parte da organização social local e, por isso mesmo, traça o elo entre a memória e o conhecimento tradicional caíçara e suas trajetórias de trânsito entre classificações, reclassificações e singularizações dentro do museu. Pretende-se ter como referencial de reflexão as coisas etnográficas e suas possíveis trajetórias de circulação tanto na vida comum (talvez em algum momento sendo uma mercadoria), quanto dentro do espaço museal (como coisas singulares e inalienáveis). Esses processos de transformação de fora para dentro do museu, por sua vez, expõem formas significativas de circulação em que as pessoas e as coisas caíçaras atingem em meio às dinâmicas que envolvem sua materialidade no mundo contemporâneo. Isso pensando a partir da realidade atual dessa população em seu fluxo de material de consumo global e que ao mesmo tempo passa, por exemplo, por restrições de leis ambientais que os impedem de produzir apetrechos de pesca e/ou utensílios domésticos com os mesmos materiais retirados da natureza. A ideia é partir de uma proposta que coloca as circulações, fora e dentro do MAE, em contínuo processo de significação. Em outras palavras, que as coisas que compõem o acervo do museu sejam pensadas sob a perspectiva de continuamente tornarem-se outras.

Desenvolvimento na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol: Questões sobre mercadoria e dádiva.

AUTORES/AS: JOÃO FRANCISCO KLEBA LISBOA

As relações interétnicas fazem com que os povos indígenas encontrem-se cada vez mais inseridos e adaptados a uma economia globalizada, muitas vezes ligados a processos de produção de riqueza em escala internacional, sofrendo as consequências nefastas daí decorrentes mas, também, extraindo benefícios e ganhos políticos e econômicos de tais situações. Ao mesmo tempo, a preocupação

internacional com os índios (seja ligada a causas ambientais, como a defesa da Amazônia, ou a noções de proteção dos direitos humanos e da diversidade étnica e cultural) produz relações de solidariedade que ultrapassam em muito a esfera nacional.

Neste artigo, pretendo abordar como, após a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (TIRSS) e a desintrusão dos invasores, estão sendo discutidas e implementadas as possibilidades de atividade econômica e os projetos de desenvolvimento na área demarcada. Dentro desse recorte, buscarei analisar a inserção dos Wapixana e Makuxi em redes transnacionais de apoio, visando à captação de recursos e à realização de iniciativas de desenvolvimento dentro da Terra Indígena, prestando atenção nas categorias indígenas que tornam tais projetos possíveis desse a negociação até seus efeitos mais palpáveis na vida cotidiana local. Assim pretendo inserir-me no debate sobre dádiva e mercadoria, mais especificamente sobre as práticas ameríndias de construção de pessoas através da circulação de coisas.

Entre a “TERRA DA LUZ” e a “CIDADE MARAVILHOSA”: rotas, desvios e torneios de valor nos circuitos do rock Metal

AUTORES/AS: ABDA DE SOUZA MEDEIROS

Trata-se de um trabalho cuja reflexão alude às rotas, desvios e circuitos dos bens materiais e simbólicos (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008) entre os afinados com o rock Metal, tendo por objetivo verificar de que forma se dá a relação entre a música do rock com menor (ou nenhuma) visibilidade nos meios de comunicação e a música do rock que dispõe de todo um aparato de produção e divulgação organizadas segundo as regras do sistema mundial capitalista (SAHLINS, 1998). Em outras palavras, é verificar até que ponto a produção underground no rock Metal toma como referência o que é produzido pela grande indústria musical neste segmento e, por outro lado, de que forma, na prática, diferenciam-se desta em seus modos de ser, fazer e tornar-se reconhecidos no mercado musical. Tanto como banda, quando assim se organizam, como em formato de plateia, que frequenta os shows e consome os produtos oriundos deste universo do rock como marcas distintivas no mundo destes bens (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2009). O campo empírico desta investigação são os afinados com o rock Metal na cidade de

Fortaleza, sendo que, ao longo do texto, as experiências no rock Metal vivenciadas pelos afinados com o mesmo na cidade do Rio de Janeiro, também, são descritas e utilizadas como aportes comparativos e suporte à interpretação da experiência em Fortaleza. A ideia é estabelecer diálogos entre contextos culturais, dentro de um mesmo país, o Brasil, que se diferenciam nas formas de se organizar, vivenciar e promover o rock Metal, apontando para as dimensões transcultural, afetiva e política experimentadas por estes indivíduos em suas respectivas trajetórias.

Os dados aqui apresentados foram colhidos por meio de observação em ambas as cidades, entrevistas com os afinados com o rock Metal, material fonográfico produzido pelas bandas e meios virtuais pelos quais estes indivíduos compartilham os bens materiais e imateriais, gerando assim, um mercado próprio.

O Candomblé e as relações de circulação e comércio de animais na região metropolitana de Belém

AUTORES/AS: CLÉVER SENA, F. B.

O presente trabalho discute as múltiplas relações envolvendo a circulação e comércio de animais em torno do universo do Candomblé na região metropolitana de Belém. A utilização e sacralização de animais, vegetais e minerais está na base e na organização do Candomblé. Deste modo, os animais são fundamentais para a prática religiosa, porém, além de sadios, devem ser dotados de características específicas condicionadas ritualisticamente como cor de pele, gênero, etc.. Essa necessidade favoreceu a formação de uma complexa rede de comércio de animais ao redor das Casas de Candomblé, onde se faz presente uma enorme trama de agentes envolvidos em prover os centros religiosos com os animais necessários aos seus ritos. Diferentemente das plantas, que normalmente são cultivadas nas próprias casas, como Irocô e Aroeira, ou mesmo outras que são buscadas em florestas nas imediações da cidade, os animais, em geral, são fornecidos por um sofisticado comércio que se organiza em torno do calendário litúrgico das Casas de Candomblé. Os comerciantes conhecem a fundo o calendário de cada casa, sabendo com isso quais os tipos de animais que serão solicitados. Com base nessa informação, toma corpo um sistema especulativo nos preços dos animais. Como os comerciantes sabem da necessidade de um específico animal para determinada casa em determinada data, e que o ritual é dependente do fator temporal, a compra

desse animal, se não for providenciado com antecedência, pode assumir valores muito elevados. A pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e ferramentas de Etnoecologia foram os caminhos utilizados para evidenciar a configuração deste mercado invisível para grande parte da população local, a partir da compreensão de alguns elementos como os sistemas e os modos de produção, que por vezes extrapola os limites geográficos da zona metropolitana de Belém, assim como, de que forma se procede a circulação dos animais e seus agentes, buscando conhecer os meios sociais que permeiam as trocas e como seus agentes vivenciam essas trocas, além de como e de que modo os animais ultrapassam o status de profano e ingressam no sagrado.

Possessões dialógicas: uma boneca gigante entre o museu e o carnaval na cidade de Maceió/Al

AUTORES/AS: DANIEL REIS

Este comunicação tem por objetivo uma reflexão sobre a vida social dos objetos. Sobre os lugares que ocupam nas redes de reciprocidades simbólicas; sua circulação nos espaços rituais e festivos, nas instituições de memória e construção identitária, em processos de colecionamento e patrimonialização, bem como na vida cotidiana. Seu foco é uma boneca gigante chamada “Mamãe” e seus trânsitos entre o Museu Théo Brandão e o carnaval da cidade de Maceió/Al. A ênfase recai nos modos como ela coloca em ação diferentes agências estabelecendo mediações entre planos sociais, cosmológicos e afetivos; nos modos como ela é produzida e produz os atores que se mobilizam em torno dela. A hipótese que se sugere neste trabalho é a de que, por meio deste objeto, alguns agentes falam sobre o que é ser alagoano e ter um self, valores e patrimônios culturais que os singularizam.

Todo mundo usa: a transubstanciação da Havaianas por uma perspectiva antropológica

AUTORES/AS: LÍVIA STROSCHOEN PINENT

Em 2013, ano em que completou 50 anos, a marca de calçados Havaianas atingiu uma das mais altas instâncias de consagração dentro do campo da moda internacional: desfilou nas passarelas da Semana da Moda Masculina de Paris, representada por um modelo de tiras de couro de crocodilo, criado em parceria

com a Valentino. Mas cerca de três décadas antes, nos anos 80, o nome Havaianas estava em uma instância oposta: era incluído na cesta básica brasileira, um sinônimo de consumo do proletariado.

Desde o final da década de 80, a Havaianas muda sua trajetória enquanto marca e se estabelece como uma nova categoria de calçado. Não é nem chinelo, como chamam os consumidores, nem sandálias, como afirmava a publicidade da marca. É Havaianas, um produto que nove a cada dez brasileiros possuem ou já possuíram. A partir de uma perspectiva da cultura material e da antropologia econômica, o trabalho visa investigar as instâncias que alteraram a trajetória da Havaianas. O marco estabelecido é a “grande virada”, o momento em que a Havaianas percebe o consumidor enquanto agente da magia. É ele quem vai virar a sola para ressignificar a Havaianas e estabelecê-la dentro de novos circuitos.

É um processo de transubstanciação simbólica, de commodity a artigo de luxo, que se dá na passagem de bem material e que satisfaz as necessidades de vestuário para a produção de um bem simbólico que representa um estilo de vida. A Havaianas percebeu esta inversão não como uma ameaça, mas como uma oportunidade de retomada do crescimento após um momento de crise em 1988, e incorporou o modelo à sua linha: em 1994 é lançada a Havaianas Top, versão de uma cor só que reproduzia a ideia dos chinelos de sola invertida.

Desde então a Havaianas passou de uma mercadoria apenas funcional para um item aspiracional. O consumo das elites nacionais e internacionais potencializa este desejo de consumo, sem deixar de vender massivamente nos mercados populares. Seu consumo horizontalizado inverte a lógica da trickle down, de Georg Simmel, em que comportamentos adotados pelas elites tendem a ser reproduzidos pelas classes populares, em um movimento de cima para baixo. A Havaianas, no momento da “grande virada”, opera o contrário, ação mais próxima do bubble up, criado por Ted Polhemus, em que a lógica da distinção surge das ruas e então migra para a alta moda.

Todo mundo usa, do gosto modesto ao de luxo, e seus consumidores constituem um valor à Havaianas que vai além do custo de produção e de venda. Há capital simbólico e cultural acumulados que conseguem transpor as barreiras locais, configurando, inclusive, uma identidade brasileira no campo da moda mundial.

COORDENADOR/A: LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO (UFOPA), LADY SELMA FERREIRA ALBERNAZ (UFPE)

DEBATEDOR/A: ULISSES NEVES RAFAEL, RUBENS ALVES DA SILVA, SÉRGIO FIGUEIREDO FERRETTI

Folclore e cultura popular reúnem uma variedade de expressões e conhecimentos que confrontam a razão prática ocidental e que, por isso, geraram muitas investigações ao longo da história da antropologia, constituindo um campo de estudos polifônico e atravessado por dissonâncias. A noção de patrimônio imaterial, o renovado interesse no ritual e a teoria da performance trouxeram novo fôlego a esse campo, fortalecido também pelas políticas culturais e de reconhecimento de patrimônios, bem como pela ampliação da visibilidade da produção popular no mercado das artes. Levando em conta esta trajetória o grupo de trabalho objetiva discutir a produção de conhecimento e a prática antropológica no campo do folclore, da cultura popular e do patrimônio imaterial, especialmente os desafios conceituais e metodológicos colocados por suas várias expressões. Dentre as investigações neste campo será dada especial atenção: 1) às festas/rituais festivos na sua relação com políticas culturais e de reconhecimento de patrimônios, e com o mercado de artes/entretenimento; 2) às demandas geradas pelas políticas de patrimônio imaterial para produtores de folclore e cultura popular, com desdobramentos éticos para o exercício da antropologia; 3) à relação entre ordens da natureza e da cultura nas variadas formas de relação entre animais humanos e não-humanos que se fazem presentes nas expressões folclóricas, diante da defesa dos direitos dos animais.

A participação dos antropólogos nos inventários de registro do patrimônio imaterial: notas sobre os desafios éticos e metodológicos no campo

AUTORES/AS: LEONARDO LEAL ESTEVES

Neste ensaio, procuro chamar atenção para alguns desafios éticos e metodológicos enfrentados na realização de pesquisas voltadas ao registro de “bens de natureza imaterial” no INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional. De modo especial, tento apresentar algumas reflexões preliminares acerca das expectativas em torno do posicionamento do antropólogo nestas pesquisas institucionais, frente às disputas e dilemas do campo. Nos últimos anos, a despeito de algumas tensões em torno das políticas públicas de apoio e fomento a manifestações culturais nos estados e municípios, instituições governamentais destas esferas passaram a promover e fomentar cada vez mais a candidatura de “formas de expressão”, “lugares”, “celebrações” e “ofícios e modos de fazer” de suas respectivas localidades ao registro de patrimônio imaterial em nível nacional. Para isto, antropólogos tem sido convocados com frequência a atuar como mediadores nos processos de diálogo com os representantes dos bens culturais e na “sensibilização” destes agentes acerca da necessidade de sua participação ativa ao longo do processo para garantir a salvaguarda de suas manifestações culturais. Há, entretanto, uma série de frustrações em torno das ações do poder público e desconfiças naturais em relação aos resultados concretos das políticas de patrimonialização, que por vezes nos leva a situações imprevistas. A partir de algumas experiências como integrante de equipes de pesquisa em inventários para o registro de manifestações de cultura popular, procuro refletir sobre as dificuldades relacionadas à posição “multissituada” do antropólogo nestas atividades e sobre a necessidade de assumir uma posição cada vez mais engajada, de modo a deixar explícito o seu comprometimento político e ético em favor dos representantes dos bens inventariados.

Culturas Populares: notas históricas e epistemológicas

AUTORES/AS: MARCUS BERNARDES DE OLIVEIRA SILVEIRA

Dentro do âmbito da Sociologia da Cultura e da Antropologia, a palavra cultura adjetivado de popular traz uma série de complexidades analíticas. Existem

diferenças significativas das concepções de cultura popular para folcloristas e cientistas sociais, divergências tanto de projeto de empreendimento científico quanto ao nível de conceituação. Já o folclore entendido como uma face da cultura popular e, portanto, um campo de estudo, engendra tensões entre o Folclore (enquanto disciplina autônoma) e as Ciências Sociais. O estudo da cultura popular no Brasil de fins do século XIX, e ao longo do XX, esteve atrelado à questão da identidade nacional e foi inicialmente abordada por folcloristas. Na Europa do século XIX, a valorização do saber popular estava imbricada com as teorias positivistas da época. Assim o estudo da cultura popular também se confundia com o estudo do homem primitivo, do exótico, dos traços culturais sobreviventes, daqueles povos não inteiramente afetados pela industrialização e eram os antropólogos evolucionistas, os românticos e os folcloristas que principiaram tais observações. O presente trabalho propõe o debate acerca das concepções de cultura popular, para desconstruir determinados estereótipos e “lugares comuns” dentro das pesquisas acadêmicas. As concepções de patrimônio aplicadas ao universo das culturas populares parecem reafirmar na prática aquelas noções de “autenticidade” e tradicionalidade cunhadas no século XIX e instituídas no Brasil pelos folcloristas. Todo este empreendimento de constituição de uma Ciência do Saber Popular era burguês, impregnado das concepções de progresso. O povo seria portador de um saber oral, mecânico em oposição à burguesia culta, das artes. A criação da ideia de folclore é desenvolvida concomitantemente e influenciada pelo pensamento das Ciências Sociais no século XIX. A construção da ideia de cultura popular acaba por apresentar características bem distintas a depender das relações estabelecidas entre intelectuais e Estado Nacional. Na Inglaterra e França, nota-se uma preocupação “científica” com as questões ligadas aos costumes dos povos. No Sul e Leste Europeus, há um entrelaçamento entre cultura popular e elemento nacional. No Brasil, assim como na Itália e Alemanha, a cultura popular passa a ser pensada pelos intelectuais dos respectivos países como parte da construção do Estado-Nação. A questão inicial dos folcloristas, no sentido de registro das manifestações da cultura popular, está ligada ao projeto moderno dos governos democrático-liberais de manter as concepções de povo e nacionalidade dentro do capitalismo.

Frevo e Samba: Pureza e Perigo no Carnaval do Recife

AUTORES/AS: HUGO MENEZES NETO

Katarina Real (1990) em 1967, chama a atenção para as discussões expostas pela imprensa sobre a participação das escolas de samba no carnaval do Recife, uma relação conflituosa que chama de “batalha frevo-samba” e inadvertidamente nomeia um campo de representações e embates simbólicos entre o Recife e o Rio de Janeiro. A expansão e o fortalecimento das escolas de samba no carnaval mobilizam intelectuais e outros mediadores da segunda metade do século XX, a imagem construída das escolas era a de perigo à pureza do carnaval do Recife. Deste modo, o trabalho proposto é um olhar histórico-antropológico para a elaboração do frevo como emblema do carnaval de Pernambuco, atentando para a participação de agentes colaboradores do processo de emblematização pouco visibilizados, nesse caso, o samba. Ou seja, analiso como a “batalha frevo-samba” atua na consolidação do status de símbolo identitário do frevo partindo do princípio de que símbolos ou emblemas de uma cultura têm força de representatividade proporcional a sua capacidade de condensar sentidos (Turner) e significados do universo simbólico do qual faz parte e o é anterior. Assim, a transformação do frevo em emblema identitário foi facilitada, ou conduzida, pela associação exitosa entre ele e os conteúdos da pernambucanidade (representações, do caráter/natureza/marca do povo pernambucano), tornando-o um representante da idéia de ser pernambucano em contraposição as estrangeiras e modernas escolas de samba.

Imaterialidade materializada: a concepção de patrimônio na prática da capoeira em Salvador

AUTORES/AS: PATRÍCIA CAMPOS LUCE

O texto aborda a concepção de patrimônio criada e utilizada pelo Estado brasileiro desde a década de 1930 que norteia as políticas públicas referentes ao patrimônio cultural no país. Utilizando o processo de registro da prática da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil feito por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2008, bem como as políticas públicas de fomento e salvaguarda da prática da capoeira como exemplo, identifica como ocorre a relação dos grupos de capoeira com a concepção de patrimônio

que permeia estas políticas. Para isso, aborda o cotidiano de integrantes dos sete grupos de capoeira localizados no Forte Santo Antônio Além do Carmo (Forte da Capoeira), em Salvador/Bahia. Em diálogo com as perspectivas teóricas dos antropólogos Tim Ingold e Bruno Latour relacionadas aos temas da materialidade, historicidade de objetos, temporalidade e espaço, discute relações que permeiam os grupos de capoeira e as ações do Estado referentes à implementação da política de fomento à capoeira.

Os limites e tensões de uma experiência antropológica no processo de inventário cultural dos maracatus nação pernambucanos

AUTORES/AS: JAILMA MARIA OLIVEIRA

As políticas públicas de cultura atuais têm investido em manifestações populares com vistas ao enfrentamento das injustiças sociais que afetam seus produtores na relação com suas práticas culturais. Nessa perspectiva, em Pernambuco, o desenvolvimento desse tipo de política objetiva beneficiar diversas manifestações, dentre elas o maracatu nação, considerado símbolo de identidade local e de afirmação da identidade negra. O reconhecimento dado ao maracatu, bem como a visibilidade social e midiática que essa manifestação vem alcançando desde a década de 1990, tem contribuído para sua inserção no mercado cultural e para o surgimento de diferentes enfoques nas diversas áreas de conhecimento. Além disso, tornou a manifestação conhecida, através da execução da sua musicalidade, tanto no cenário da cultura local quanto nacional e até mesmo internacionalmente. De certo modo, pode-se pensar que esse conjunto de ações parece ter servido como referenciais do ponto de vista dessas políticas, a exemplo disso destaca-se o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, implementado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, cuja finalidade tem sido o fomento e a preservação do patrimônio imaterial no Brasil. Enquanto procedimento metodológico de investigação este instrumento se constitui basicamente de três etapas específicas, que se caracterizam como levantamento preliminar, identificação e documentação do bem. Por sua vez, cada uma dessas etapas se pauta por um conjunto de normas e questões criadas para orientar a catalogação. Entretanto, o INRC ao mesmo tempo em que configura um modelo de pesquisa, quando pensado por um viés antropológico, muitas vezes parece

limitar a prática etnográfica e sua autonomia no trabalho de campo. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a minha experiência antropológica vivenciada durante o processo de inventário dos maracatus nação pernambucanos. Levando em conta essa problemática, pretendo abordar as implicações do processo, os limites e tensões que ele impõe ao pesquisador diante dos achados que surgem ao longo do inventário. Mais precisamente, levando em conta as dinâmicas cotidianas dos grupos de maracatu, a complexidade das suas relações e os múltiplos sentidos que elas podem suscitar na percepção dos sujeitos.

Patrimônio Cultural e Expressões Tradicionais Afros nas Minas Gerais

AUTORES/AS: RUBENS ALVES DA SILVA, VANILZA JACUNDINO RODRIGUES

A política de reconhecimento e valorização dos bens culturais, descritos como patrimônio imaterial ou patrimônio intangível, é um empreendimento que nos anos recentes vem sendo estimulado no estado de Minas Gerais, a partir dos trabalhos de levantamento, identificação, registro e ações de salvaguarda de referências culturais tradicionais, promovidas por intermédio de órgãos públicos de âmbito municipal, estadual e federal. Destarte, a proposta da presente Comunicação é desenvolver uma reflexão sobre essa política de promoção cultural, tendo como foco o processo de patrimonialização das expressões culturais Reinado e Capoeira no estado de Minas Gerais, buscando apontar para os desafios enfrentados e as expectativas às vezes geradas na dinâmica do desenvolvimento dessa política pública que se enuncia como sendo de valorização e reconhecimento da diversidade das culturas tradicionais no Brasil.

Patrimônio cultural, Etnografia e movimentos sociais: os desafios do trabalho de campo no âmbito das manifestações culturais rurais e urbanas na Amazônia

AUTORES/AS: EDGAR MONTEIRO CHAGAS JUNIOR

Este artigo propõe um olhar sobre o fazer etnográfico elaborado a partir de uma experiência de mais de uma década de pesquisas de campo no âmbito das manifestações culturais populares no Estado do Pará em contexto urbano e rural, visando trazer à luz alguns dos enfoques teórico-metodológicos experimentados

ao longo deste tempo em conformidade com os (des)ajustes que naturalmente o campo promove. Neste exercício, busca-se uma aproximação entre o que se concebe e o que se percebe diante os dilemas corriqueiros de um trabalho etnográfico que vão do tratamento ético de elaboração dos conteúdos e tratamento com o material coletado, às formas de absorção e entendimento engendrados pelas recentes configurações de ativismos culturais que, elaboradas em contextos de fomento público, tem possibilitado uma análise de um potencial levante antagônico no campo dos debates entre a academia e movimentos sociais. Neste ínterim, verifica-se a necessidade de reflexão sobre os mecanismos de atuação do trabalho de campo na perspectiva do esclarecimento dos contornos ensejados pelos procedimentos teórico-metodológicos os quais se firmam estruturas de pesquisa e se define o olhar do autor-pesquisador, bem como a maneira como estes procedimentos são assimilados ou refutados pelo público diretamente envolvido com o objeto de estudo. Assim, nesta perspectiva, este trabalho lança uma proposta de debate entre os métodos e as técnicas do fazer etnográfico no âmbito das recentes e crescentes demandas de grupos sociais diretamente envolvidos nos processos de pesquisa e documentação das manifestações culturais no que confere aos processos de registro do patrimônio imaterial brasileiro, especificando para o que atualmente ocorre com o carimbó em razão da abertura à consulta pública do dossiê de registro desta manifestação, fato que ensejou importantes debates entre as esferas pública, social e acadêmica.

“Das feiras nordestinas às praças da capital”: cordel contemporâneo no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: ANA CAROLINA CARVALHO DE ALMEIDA NASCIMENTO

Historicamente a presença dos poetas de cordel no Rio de Janeiro está fortemente ligada à Feira de São Cristóvão. Entre as versões que circulam sobre a formação do espaço, uma foi adotada como oficial: a Feira teria nascido em 1945 quando o poeta paraibano Raimundo Santa Helena fez uma leitura do folheto “Fim da Guerra”, escrito por ele. Em 1988, foi fundado outro importante espaço para a literatura de cordel na cidade, a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC), pelo poeta cearense Gonçalo Ferreira da Silva. A proposta da fundação de uma academia de letras para o cordel nunca foi consenso entre os poetas. Passadas algumas décadas, a maior parte dos cordelistas residentes na cidade organiza-se

em torno de um ou outro destes dois espaços, e há aqueles que atuam de forma independente.

Procuro pensar a forma dos artefatos folhetos de cordel em suas relações com o sistema sócio cosmológico no qual os poetas concebem e articulam suas relações uns com os outros, seus antepassados e sua terra. O sentido de peleja estrutura tanto a forma como os folhetos são compostos, como as relações entre os poetas.

O cordel contemporâneo circula em livros ilustrados publicados por editoras, pelejas virtuais em blogs na internet, CDs, peças publicitárias, novelas, enredos de escolas de samba. Alguns poetas defendem que a “essência” do cordel não estaria no suporte, mas na métrica e na rima, porém, um deles critica a publicação em outros formatos que não o do folheto como “caminhos da prostituição do cordel”. Acompanhando a circulação dos folhetos entre as feiras populares, um museu nativo, o espaço regrado de uma academia, as instituições de pesquisa e órgãos de cultura, os meios de comunicação - circuitos com os quais estes agentes estabelecem variados graus de relação - encontramos diferentes trajetórias de aprendizado do ofício, meios de edição, acertos para a venda, espaços de circulação.

Importa aqui levantar, descrever e analisar as categorias de pensamento a partir das quais os agentes formadores do circuito contemporâneo da literatura de cordel no Rio de Janeiro elaboram o seu universo criativo, a si próprios, os seus ofícios e as suas relações.

Em 2009 a Academia Brasileira de Literatura de Cordel apresentou ao IPHAN, em um texto rimado e metrificado, o pedido de registro da literatura de cordel como patrimônio cultural de natureza imaterial. A pesquisa busca acompanhar este importante momento de mobilização dos agentes produtores de literatura de cordel e refletir sobre como cada um confere significados para estes processos.

“O boi não faz mais matança”: folclorização, patrimonialização e outras transformações na brincadeira do boi

AUTORES/AS: LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO

Este trabalho discute transformações ocorridas no bumba boi maranhense a partir de 2000, quando se iniciaram os estudos que culminaram, em 2011, no registro do “Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão” como patrimônio cultural do Brasil. O registro do “Complexo”, segundo o Iphan, procurou reforçar

a indissociabilidade das práticas e expressões que compõem o vasto conjunto de tradições festivas e religiosas do boi, do qual não se pode dizer, com efeito, que esteja em risco de “desaparecimento”. Mas, este trabalho foca especificamente uma forma de expressão cujo desgaste foi ressaltado na documentação do registro do bumba meu boi, assim como no inventário que o precedeu: as performances cômicas conhecidas como matanças, palhaçadas ou comédias. Muito significativas para os bois (principalmente para os bois de zabumba) e extremamente diversificadas do ponto de vista temático, elas constituem um patrimônio oral e dramático rico e muito específico da celebração. Contudo, no plano das políticas públicas de folclore, turismo e cultura, que se sucedem no Maranhão desde os anos 1960, elas têm sido recorrentemente negligenciadas em favor de apresentações mais curtas e consideradas mais atraentes, ou de ações que insistentemente visam ao “resgate” de uma versão unívoca do auto do boi, uma suposta tradição originária que precisaria ser recuperada (a conhecida versão de Pai Francisco e Mãe Catirina). Na medida em que a atual política de patrimônio cultural imaterial reconhece a indissociabilidade dos vários elementos que compõem a brincadeira, uma atenção diferenciada é esperada em relação a essas performances, que alguns indivíduos (conhecidos como palhaços e palhaceiros) insistem em tentar realizar em bois do interior e em bairros periféricos da capital, com pouco ou nenhum sucesso. Quase 15 anos depois de iniciado o INRC do Bumba Meu Boi do Maranhão, uma pesquisa de campo recém-realizada na região de Guimarães e em São Luís, junto a dezenas de palhaceiros, revela que a maioria dos bois “não faz mais matança” e que essa forma de expressão efetivamente tornou-se assunto mais presente na memória que na prática dos brincantes. Quais são, neste cenário, as possibilidades do patrimônio oral associado às matanças do bumba meu boi?

Doutores das secas: política e ciência no Nordeste

AUTORES/AS: JOSÉ WEYNE DE FREITAS SOUSA

Nesse texto discutimos o processo de folclorização ocorrido com as práticas adivinhatórias do saber popular no Ceará por ocasião da consecução de um projeto político de combate às secas iniciado a partir de 1877 e que persistiu como modelo até 1980. Discutimos a importância das práticas populares de prever o inverno e a seca na organização e manutenção da população sertaneja e sua posterior

suplantação pelo projeto governamental cearense que desencadeava o abandono dos domicílios e a desorganização do universo cultural das praticas de adivinhação. Atualmente os doutores das secas são o resultado da folclorização de práticas que tiveram um uso real nos séculos que antecedem a política migratória.

Festa, saberes e tradição: o coco de roda e o feminino na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos-PB.

AUTORES/AS: GABRIELA BUONFIGLIO DOWLING

Nosso estudo se interessa em revelar as dificuldades e desafios encontrados pela comunidade quilombola Caiana dos Crioulos (Brejo paraibano) na manutenção da tradição das festas populares, incluídas hoje em um contexto de forte apelo midiático. O que nos leva a procurar entender como se insere hoje a cultura popular nos meios de divulgação, difusão e reconhecimento de espaços no cenário cultural e político brasileiro. Questões que se colocam neste estudo e que nortearão são: a permanência de uma tradição essencial para a formação de identidades, onde se destacam as cantigas de coco e ciranda, espaço de representações sociais; a permanência de valores e sentimentos, porém modificados em face às mudanças sociais através de um processo de sincretismo; a relação da comunidade com a sociedade circundante, o papel da mulher, a questão da indústria cultural que tende a se apropriar da cultura popular. Assim, através da prática das brincadeiras é revelada a magia do universo da cultura popular, uma das fontes primordiais da identidade negra, da cultura afro-brasileira; revalorizando e destacando o papel do patrimônio imaterial como instrumento de reivindicação de identidades na perspectiva atual de políticas culturais voltadas para as comunidades tradicionais, em destaque nesse trabalho às comunidades quilombolas que persistem em preservar uma memória coletiva e uma transmissão de uma tradição popular entre gerações.

Inventário Nacional de Referências Culturais do Maracatu Nação: entre acertos, desafios e tensões

AUTORES/AS: ANNA BEATRIZ ZANINE KOSLINSKI

O atual Programa Nacional do Patrimônio Imaterial fomentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde meados dos anos 2000, tem se destacado como política pública para a diversidade cultural. Desde seu início, de acordo com o website oficial do instituto, cerca de 25 bens já foram registrados e 23 estão com o processo de registro em andamento. Apesar do reconhecimento do programa, sua aplicação em diferentes contextos culturais, tem revelado algumas limitações do método, ou por vezes trazido à tona conflitos e disputas por poder ou legitimidade entre os atores envolvidos, sejam eles pesquisadores, detentores do bem cultural ou mesmo representantes do poder público. Converter um bem em patrimônio imaterial nacional, implica segundo o IPHAN, lidar com identidades culturais, promover ações de salvaguarda, inclusão social e melhoria de condições de vida de produtores e detentores do bem cultural; consequentemente lida com interesses múltiplos e muitas vezes conflituosos. Tomando como exemplo a experiência vivida no processo de patrimonialização do maracatu nação pernambucano, ainda em andamento, levando em consideração os pontos de vistas dos diversos atores envolvidos, o presente trabalho tem por objetivo problematizar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial como política pública de fomento e apoio à diversidade cultural, apontando os acertos e desafios que surgiram ao longo do percurso. Delimitar o objeto de pesquisa, ou seja, refletir sobre quais grupos podem ser considerados maracatus nação e pensar no modo como deveriam ser construídas as políticas de salvaguarda além da relação do bem cultural com o mercado, se apresentaram como questões relevantes dentro do processo. Outros desafios surgiram também desde a inserção em campo, diálogo com os maracatuzeiros e suas associações além da própria aplicação do método do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), adotado pelo IPHAN.

Misturando receitas: a circulação de saberes sobre plantas medicinais entre as “agentes do conhecimento tradicional” da Rede Fitovida (RJ) e as trabalhadoras rurais nos “arredores de casa” (PB)

AUTORES/AS: MARIANA LEAL RODRIGUES

No estado do Rio de Janeiro e no agreste da Paraíba, há centenas de grupos de mulheres voluntárias que produzem preparações medicamentosas e suplementos

alimentares com plantas medicinais, vendidos a preço de custo ou doados. Esses grupos identificam o que fazem como um “resgate de saberes tradicionais” sobre cuidados com a saúde.

No Rio de Janeiro, a Rede Fitovida promove eventos culturais e reivindica o reconhecimento de seus saberes como patrimônio imaterial. Já no agreste da Paraíba, as mulheres se organizam em comissões nos sindicatos de trabalhadores rurais do Polo Sindical da Borborema. A fim de promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares locais, realizam oficinas, encontros e visitas mútuas para difundir o uso de plantas medicinais.

Para comparar as formas de transmissão de conhecimento de tais grupos, realizei uma pesquisa na qual observei que na relação com instituições que representam o Estado, mediada por sindicatos e organizações não-governamentais, cada experiência aponta um caminho diferente de legitimação do conjunto de saberes. A Rede Fitovida escolheu o caminho da legitimação pela cultura e almeja a patrimonialização, aderindo às metodologias e às categorias propostas por instituições responsáveis por políticas culturais. Já os grupos de trabalhadoras rurais tentam influenciar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e lidam com instâncias municipais, estaduais e federais do poder público em políticas de promoção do desenvolvimento econômico e social. A construção das cisternas para armazenamento de água da chuva é o ponto central da mobilização dos trabalhadores rurais, da qual também depende o resgate das plantas medicinais.

A proposta dessa comunicação é apresentar como esses diferentes grupos participam da construção da memória coletiva (POLLAK, 1989) por meio da reedição de conhecimento sobre curas com plantas medicinais. São saberes que circulam acompanhando as mudanças sociais transcorridas, sejam na agência individual dentro da família, nas novas condições de reprodução social ou nas políticas culturais implementadas pelo Estado.

Tambor de Crioula do Maranhão como patrimônio cultural

AUTORES/AS: SERGIO FIGUEIREDO FERRETTI

O tambor de crioula, dança de origem africana típica da cultura popular do Maranhão, se caracteriza pela presença da umbigada ou punga. Em 2007 foi registrada como patrimônio cultural do Brasil. Trata-se de dança de divertimento e de

pagamento de promessa a entidades sobrenaturais. Este registro representa esforço de proteção das autoridades na área da cultura ao universo afro-brasileiro, que por muito tempo foi perseguido e estigmatizado. Constitui seu reconhecimento como relevante na preservação da memória e da identidade regional, que atualmente é valorizado como forma de atração turística, mas a execução desta política tem sido complexa. Estamos interessados em discutir os impactos da política de proteção sobre este bem do patrimônio da cultura imaterial afro-brasileira.

A Boemia literária carioca e as expressões da cultura popular no Rio de Janeiro na passagem entre os Séculos XIX/XX

AUTORES/AS: ULISSES NEVES RAFAEL

Nosso objetivo aqui é discutir a delicada relação da intelectualidade carioca, com as expressões culturais de cunho popular oriundas das regiões suburbanas da Capital Federal, na passagem entre os séculos XIX e XX, destacando os intercursos e as repulsas entre tais nichos e o quanto dessa ambígua relação reverbera na produção dos chamados boêmios literários.

No período em tela, o Rio de Janeiro experimentou a mesma “euforia” que se tornou a marca indelével e recorrente das principais capitais mundiais, a qual se caracterizava pela adoção de um novo estilos de vida, sobretudo de hábitos associados à chamada “alta cultura” e “alta sociedade”. Embora um pouco defasada com relação a movimentos semelhantes verificados em países europeus, a belle époque carioca, traz também em seu bojo, movimentos e expressões de contestações como os que se verificaram na Paris do Segundo Império. Estamos nos referindo à chamada boemia literária que elegeu a vida burguesa como objeto de sua contestação. No Brasil, a cultura boêmia também irá atingir jovens intelectuais desprovidos, alguns oriundos de cidades interioranas e, quando, não, remanescentes de famílias abastadas, com as quais romperam, em favor de uma postura mais crítica com relação à nação e à obsessão civilizadora da época.

Tivemos oportunidade de analisar a participação de literatos lusitanos, mais especificamente do movimento que ficou conhecido como “Geração de 90”, as representação acerca da cultura popular encontradas em suas obras, sobretudo as que tomaram o fado como objeto do seu s ataques por ser tomado como a mais completa tradução do atraso em que se encontrava a nação portuguesa.

Nossa hipótese era a deque, embora em Portugal a relação entre esses dois universos fosse mais tensa, no Brasil o mesmo não teria condições de se verificar, sobretudo pelas condições precárias de existência em que se encontraram nossos literatos, pelo menos na chamada geração boêmia de 89. Contudo, leituras mais minuciosas revelam que a condição de marginalidade em que se encontravam os integrantes desses dois campos culturais, não faz deles aliados nem cúmplices.

A tendência civilizatória que se verificará no Rio de Janeiro a partir de 1900 e a ânsia de muitas das principais figuras da primeira geração de boêmios literários brasileiros em se aburguesar, adequando-se prontamente aos ditames do progresso, reverte-se em críticas acerbas à condição de atraso de algumas áreas residenciais da Capital Federal e tudo que esta associação a tais nichos populacionais. Da pertinência dessa hipótese é que nos ocuparemos neste trabalho.

Coleta, registro e etnografia: a pesquisa de campo nos estudos de folclore.

AUTORES/AS: ANA TELES DA SILVA

A Revista Brasileira de Folclore (1961-1976) e os Cadernos de Folclore (1968-1986) são publicações da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão do Governo Federal criado em 1958. Estas publicações foram uma das formas de atuação da rede de estudiosos do folcloristas que tinha membros em várias regiões brasileiras. Esses estudiosos transitavam pelos campos dos estudos de folclore e da antropologia, que institucionalizava-se, então, nos ambientes universitários. Esta interface entre estes dois campos dava-se para estes estudiosos tanto no contexto brasileiro, como no contexto internacional. Havia o contato destes estudiosos com pesquisadores de outros países, sobretudo Portugal, onde publicavam artigos na Revista de Etnografia (1963-1972). A forma de fazer-se trabalho de campo é reflexo deste trânsito por diversas áreas disciplinares – que inclui além do folclore e da antropologia, a etnomusicologia, a literatura, a história, e as artes - e nos artigos publicados aparecem as formas mais variadas de situações de pesquisa e de escrita, daquilo que foi pesquisado. É então a partir da interpretação dos significados de pesquisa que aparecem nos artigos destas publicações que pretende-se examinar melhor a interface entre os estudos de folclore e a antropologia no Brasil, bem como os autores que transitavam nestes campos.

Pretende-se assim levantar algumas questões: como estes estudiosos faziam

pesquisa? O que consideravam trabalho de campo? Como se dava a socialização e o aprendizado em determinada forma de pesquisa? Quem eram estes estudiosos, porque alguns escrevem sobre a cultura popular observada em contextos que lhe eram extremamente familiares? Em que medida a noção de pesquisa que aparece nestes artigos é indissociável da ideia de preservação de uma cultura popular que estaria fadada ao desaparecimento? Como a coleta e o registro eram vistos como sendo simultaneamente pesquisa e conservação da cultura popular?

Contribuições metodológicas da antropologia ao INRC e do INRC à antropologia

AUTORES/AS: SARA SANTOS MORAIS

Desde fins dos anos de 1990, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) trabalha de forma sistemática com ações de salvaguarda do chamado patrimônio cultural imaterial. Essas ações se desenvolvem, especialmente, em três eixos: identificação, reconhecimento e apoio e fomento. A inserção de um novo ator e diferentes quadros conceituais alterou significativamente o campo dos estudos da cultura popular, da mesma forma que alterou o campo do patrimônio. O processo de antropologização do conceito de patrimônio – em curso desde os anos de 1970 – se consolida e se complexifica nesse novo momento. Entre as novas questões colocadas para os estudos do patrimônio e da antropologia, está a atividade de “antropólogo inventariante” e suas implicações metodológicas. O uso de “inventários” pelo IPHAN para realizar ações de identificação do patrimônio ocorre desde sua fundação nos anos de 1930. Nas pesquisas relacionadas ao patrimônio imaterial, se aplica e desenvolve há treze anos a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Neste momento, muitas experiências foram acumuladas, o que permite um cenário de reflexão relativamente extenso. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa inaugurada com o INRC, entretanto, ainda são tímidas. Nosso objetivo neste trabalho é explorar diversos aspectos acerca dos processos de identificação e reconhecimento de bens de natureza imaterial gerados pela aplicação desse instrumento. Identificar um bem cultural imaterial é uma etapa fundamental do ritual de patrimonialização de bens considerados símbolos nacionais. As equipes que realizam pesquisas utilizando o INRC são orientadas a trabalhar a partir de uma perspectiva antropológica,

ao fazer etnografia das comunidades observadas. Quais as características dessas etnografias? Que elementos da antropologia foram arregimentados para que a disciplina ocupasse papel tão central na metodologia para pesquisas de possíveis bens patrimonializáveis? Que categorias são instrumentalizadas pelo Inventário e de que maneira elas são úteis como referenciais teóricos para abordar os diversos temas que são trabalhados todos os anos no Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN? A institucionalização do patrimônio imaterial no país, bastante abordada por pesquisadores brasileiros, não foge do escopo dos estudos sobre construção da nação, símbolos de formação do estado nacional (“A retórica da perda”, “Arquitetos da Memória”, etc.), entre outros temas similares. Nossa discussão parte desses argumentos, mas estará muito mais focada nos elementos antropológicos perpassados a todo momento nos modos de fazer inventários de referências culturais tais como os que analisamos como antropólogas no DPI.

De milongueros, cirqueros y murgueros. Los “precursores” del resurgimiento actual en Buenos Aires

AUTORES/AS: MOREL CARLOS HERNÁN, INFANTINO JULIETA

El trabajo analiza el período que antecedió a la actual legitimación y puesta en valor de las prácticas artísticas referidas al circo, el tango-danza y la murga en Buenos Aires. Dado que desde el presente se enuncian a ciertos actores culturales y grupos de artistas como los “precursores” o “antecesores” de distintas tendencias, movimientos y estilos que se irán afianzando en los años 90, planteamos que resulta imprescindible referirse a este proceso de legitimación cultural para comprender las tradicionalizaciones que operan en los actores contemporáneos. En este sentido, distintas narrativas describen al período de la postdictadura y la transición democrática -que se inicia en la Argentina en el año 1983- como un momento de “recuperación” de estos géneros populares a través de nuevos espacios e instancias de participación pública que habían sido vedados por el gobierno militar. Frente a un contexto de desvalorización de estas prácticas culturales, este primer período de “resurgimiento” supuso un novedoso proceso de reelaboración de “viejas” tradiciones a partir de diversas experiencias de creación y de combinación de lenguajes locales que se “redescubren”. Si bien pueden hallarse distintos aspectos en común en el proceso de “resurgimiento” del arte de las

murgas, el tango-danza y el circo cada uno de estos géneros se caracteriza por el desarrollo de una formación cultural específica. En este sentido, consideramos a estas formaciones culturales en relación al contexto sociopolítico que lo enmarca, al tiempo que destacamos algunas semejanzas que observamos entre formaciones culturales aparentemente muy diferentes entre sí.

Gênero e performance no Maracatu Rural Pernambucano: um estudo da travestilidade masculina em um folguedo popular

AUTORES/AS: ANDERSON VICENTE DA SILVA

Este estudo tem por objetivo compreender as relações de gênero e sexualidade no contexto da travestilidade no maracatu rural em Pernambuco. O recorte do campo é uma manifestação popular, que é também um ritual e possibilita evidenciar performances, experiências, práticas e significados, que podem elucidar dimensões subjetivas e ideológicas das relações de gênero e da sexualidade. Na tentativa de aprofundar algumas questões significativas acerca das dimensões sociais evidenciadas na elaboração e performatização de personagens femininos encenados por homens travestidos no maracatu rural pernambucano, buscou-se fazer um estudo etnográfico a partir de observações das trajetórias de travestilidade de homens brincantes do maracatu nos ensaios e apresentações durante o período carnavalesco. Durante esse momento foram efetuadas conversas informais com os homens que participam dos grupos de maracatu travestidos de mulher. Essa travestilidade se relaciona com a constituição da pessoa, com enfoque nas simbologias e classificações de gênero, originando práticas sexuais normatizadas, que incluem relações com o mesmo sexo e com o sexo oposto, até certo ponto contrastivo com a norma ocidental numa dimensão grupal. A inversão de papéis masculinos e femininos não significa reafirmar a diferença, nem suspendê-la, mas significá-la no contexto das relações sociais.

O folclore boliviano em São Paulo: reinventar a tradição e mediar relações

AUTORES/AS: WILLIANS DE JESUS SANTOS

Este resumo apresenta resultados de pesquisa em andamento realizada na cidade de São Paulo com imigrantes bolivianos. A 29ª Reunião Brasileira de Antropologia

propomos reflexão de a Fraternidade Folclórica Caporales San Simón São Paulo Brasil constituir Agência Cultural (ORTNER, 2007) no uso da tradição boliviana para a socialidade de seus integrantes, levantando, com isto, a importância do estudo sobre o Patrimônio Imaterial (ROCHA, 2009) na compreensão crítica da relação social de imigrantes com a sociedade brasileira.

Signos Diacríticos (BARTH, 1998) constituem modelos de unidade social por meio dos quais grupos diversos criam fronteiras culturais e políticas. Esta unidade social durante o processo migratório é celebrada através de festas típicas, da alimentação, religião, língua, etc, tendo nestes Sinais Diacríticos (MANUELA, 1986) modelos de socialidade aos novos contextos.

A Fraternidade Folclórica San Simón é criada em Cochabamba no ano de 1977 e recriada na Paulicéia em 2007. Representando o Caporal, narrativa sobre o Capataz, durante as festas religiosas de Novenas e Velada, homenageia as Virgens de Socavón, de Copacabana e de Urkupiña. Os integrantes da fraternidade recebem a titulação de Fraternos, divididos em Tropas no ato da dança, nomeação das posições coletivas de gênero, a fratria masculina é classificada em Machos, Ruchos e Achachis e a feminina em Cholitas. Se na tropa masculina existe o personagem Machota (gestualizando os passes do seguimento) na tropa feminina há um sistema de prestígio que divide-as em Tinas - diferenciadas por sua altura - a Miss e a Preferida – por sua beleza pessoal. As duas tropas detêm um (a) Guia responsável por orientar-lhes o ritmo. Todos no ato da dança fazem uso de trajes que representam personagens coloniais, fundamentais à participação dos fraternos sob a posição de dançarinos, produzidos somente na Bolívia, cujo significado atribuído a esta escolha é a garantia de qualidade confeccional e de costura, embora detê-lo significa dispensar pouco mais de U\$700,00 dólares.

Por fim, a fraternidade é uma Prática Social (ORTNER, 2007) onde atores sociais – os migrantes – por meio e devido a Tradição [Re]Inventada (HOBSBAWN ([1984] 1997) experienciam relações sociais e unidade sociocultural. A histórica migração boliviana para São Paulo têm feito emergir modelos de significado e de ação, o folclore boliviano enquanto um Patrimônio Imaterial (ROCHA, 2009), resignificado na capital paulista nos evidencia a arte da transformação e a transformação da arte. As manifestações populares como as danças, músicas e as poesias poderiam ser compreendidas sob a ótica do inventar, criar e construir

de seus agentes, assim onde se vê apenas produções simbólicas pode-se ler novas possibilidades de direitos humanos.

Políticas de patrimônio cultural imaterial em perspectiva: a experiência no Brasil e na França

AUTORES/AS: LUCIANA DE ARAUJO AGUIAR

Esta comunicação busca traçar um paralelo entre as políticas de patrimônio imaterial desenvolvidas na França e no Brasil. Através da análise da legislação para a proteção do patrimônio imaterial produzida, na França, pelo Departamento de Direção da Pesquisa e da Política Científica (DPRPS) ligado ao Ministério da Cultura e da Comunicação; e no Brasil, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (IPHAN) também ligado ao Ministério da Cultura, procuro compreender como transcorre a política de proteção ao patrimônio imaterial nos dois países tal como as semelhanças e divergências referentes ao modo de inventariar o patrimônio imaterial e de constituir os dossiês. A comunicação tem por objetivo ainda pensar a correlação entre folclore e patrimônio imaterial nos dois contextos e o vínculo entre as políticas de proteção e salvaguarda do patrimônio imaterial realizadas pela Unesco e as políticas estatais concernentes ao patrimônio imaterial desenvolvidas no Brasil e na França.

COORDENADOR/A: JOÃO MIGUEL MANZOLILLO SAUTCHUK (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ), MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO CAVALCANTI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

As noções de drama, ritual e performance têm configurado um modo profícuo de articular a reflexão antropológica sobre a natureza simbólica do comportamento humano. No campo de estudo das culturas populares, essas noções têm descortinado uma variedade de formas expressivas – gêneros poético-musicais, danças, encenações, manipulação e fabrico de objetos e artefatos que se articulam e desarticulam no contexto de formas mais festivas ou mais cotidianas da prática social. As políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural imaterial, a ampliação das áreas de interesse antropológico, bem como a decidida interface com outros campos de conhecimento têm renovado o interesse pelos estudos das culturas populares. Valorizando o debate conceitual, buscam-se contribuições que, com análises etnográficas bem fundamentadas, elucidem as dimensões estéticas, expressivas e performáticas, o problema da autoria e o lugar da individualidade na criação coletiva, o papel dos objetos e da cultura material na experiência social, a corporalidade e as formas de subjetivação encontradas no bojo desses estudos. A ênfase recai na perspectiva etnográfica, em sua dimensão heurística, para a compreensão dos mecanismos de simbolização, das lógicas e significações que configuram os processos culturais em questão. Num viés comparativo e abrangente, busca-se traçar os contornos das novas questões que perpassam esse campo de estudos.

Moda e Cultura Popular no Brasil

AUTORES/AS: MARIA EDUARDA ARAUJO GUIMARÃES

Ausente por muito tempo das discussões sobre a cultura no Brasil, a moda foi recentemente incorporada pelas políticas públicas do setor, ao ser reconhecido como parte da cultura brasileira em 2007, pelo então ministro da cultura Gilberto Gil. O reconhecimento oficial tardio da moda como parte da cultura brasileira não significa que não esta não participasse efetivamente da cultura do país, como podemos perceber pelos trabalhos pioneiros de Gilda de Mello e Souza (*O espírito das roupas*, 1950) e Gilberto Freyre (*Modos de homem, modas de mulher*, 1986). A moda no Brasil passou a ser uma questão relevante apenas no início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa, pois com as novas formas de sociabilidade trazidas pela corte, a aparência tornou-se fator importante de reconhecimento social. Na Europa, nesse período, as transformações da moda eram resultado de uma necessidade de distinção social, como temos em autores como Georg Simmel (*Fashion*, 1904) e Thorstein Veblen (*Teoria da Classe Ociosa*, 1987). No Brasil, entretanto, como aponta Jeffrey Needell (*Belle Époque Tropical*, 1987), trajar a moda europeia, totalmente inapropriada para o clima do país, significava tornar-se civilizado, afastando as camadas superiores da população da imagem de selvageria atribuída aos habitantes dos trópicos. Dessa forma, não será nas camadas superiores da população brasileira que veremos surgir aspectos da cultura brasileira em relação à moda, mas sim nas camadas populares. Ainda no século XIX, era possível vermos outro tipo de construção simbólica do vestir, relativo às negras escravas que utilizavam um vestuário que incorporava elementos que remetiam à África e uma adaptação dessa mesma moda europeia tão valorizada pelas nossas elites, caracterizando a imagem da “baiana”. Ao lado da baiana, outra personagem da cultura popular que impôs um estilo reconhecido até hoje foi o criado pelos “malandros”, que se tornaram uma representação da vida boêmia nacional. Já no início do século XX, os cangaceiros do bando de Lampião criaram uma imagem, a partir de um conjunto de trajes e acessórios, que permitiam que fossem reconhecidos por todos. Essas imagens criaram o que podemos chamar de visualidade brasileira, embora não efetivamente uma moda nacional. A partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, tem início uma intensa discussão sobre a cultura e a identidade nacional e podemos perceber reflexos dessas discussões

nas propostas do ilustrador Alceu Penna, que trouxe para as páginas da revista O Cruzeiro, algumas imagens do Brasil no vestuário, especialmente em seus desenhos para fantasias de carnaval. Essa ideia de criar trajes típicos de várias partes do país pode ser compreendida como uma espécie de síntese das culturas populares de diferentes regiões do país. No final do século XX, podemos perceber que as discussões sobre a identidade nacional e sua possibilidade de ser representada pela moda deixou de ser central ao entendimento da moda que se produz no país, em função das transformações engendradas pelo processo de globalização. A moda passou a ser definida por outros elementos da cultura popular, deixando a pretensão de uma cultura hegemônica no passado, como podemos ver pela moda que surge no funk e no hip hop.

PATRIMÔNIOS CULTURAIS, ESTÉTICA E PERFORMANCE: musicalidade e práticas corporais nas procissões da cidade de Goiás

AUTORES/AS: IZABELA MARIA TAMASO

Em meio às inúmeras festas de santos, procissões e celebrações que acontecem na cidade de Goiás (GO), destaca-se a Semana Santa. Para o vilaboense, a Semana Santa tem início com a Semana dos Passos, seguida pela Semana das Dores e depois pela Semana Santa “propriamente dita”. Todo o período da Quaresma é tomado pelo som da música sacra, dos sinos das igrejas, da banda de música; pelas cores vibrantes do roxo impresso nas indumentárias das imagens sacras e do clero, nas murças e balandraus dos irmãos dos Passos; pelo perfume das flores e folhagens que enfeitam igrejas e andores. O tempo e o espaço são entrecortados pelas performances do sagrado percorrendo ruas, pontes, largos, entrando e saindo das igrejas, fazendo pausas nos Passos. Este trabalho visa interpretar comparativamente as dimensões estéticas, expressivas e performáticas de duas procissões: a Procissão do Fogaréu, mais turística e midiática e a Procissão dos Passos, considerada pelos vilaboenses como mais “nossa”. Ambas operam no sentido de solenizar a passagem do tempo e comemorar a memória do grupo, demarcando assim a identidade vilaboense e garantindo a reprodução dos patrimônios privados, públicos e religiosos, sejam estes oficialmente reconhecidos, sejam apenas vividos como patrimônios. Interpreta-se as formas expressivas constitutivas destas duas procissões, a partir da musicalidade e das práticas

corporais. A estética e a musicalidade são, para o vilaboense, valores fundamentais nas práticas cotidianas e rituais, profanas e sagradas: ensaio, concentração e participação; harmonia, alegoria, afinação; dom, herança e patrimônio partilhado. Cada procissão é um espetáculo de fé que, enquanto se realiza, revela o rigor estético reproduzido de geração em geração, desde há séculos. Analiso a interação corpo, lugar, movimento e estética no processo de patrimonialização do centro histórico de Goiás. Patrimônios religiosos, as procissões estão em interação imediata com os patrimônios públicos e os privados. Uma interanimação que atribui mais densidade e significado às trocas simbólicas e a cada um dos bens (alienáveis e inalienáveis) do “centro histórico”, reconhecido pela UNESCO, em 2001, como patrimônio mundial. Estas reflexões têm ainda por objetivo desafiar a idéia de passividade das audiências dos patrimônios, sobretudo no que se refere à Procissão do Fogaréu, tomando os visitantes, ao contrário, como agentes na mediação dos significados dos patrimônios. Assim, enfatiza-se a multiplicidade de sentidos atribuídos aos patrimônios tangíveis e intangíveis, bem como os aspectos dissonantes e plurais dos seus significados e apropriações.

Práticas musicais nos Llanos Orientales da Colômbia. Notas de pesquisa

AUTORES/AS: BLANCA CECILIA GÓMEZ LOZANO

No presente trabalho, apresentarei algumas reflexões iniciais do meu projeto de pesquisa de mestrado, no que discorro sobre práticas musicais nos Llanos Orientales da Colômbia, uma região de cerca de 253.000 km² que se estende desde a Cordilheira dos Andes até a fronteira com a Venezuela.

O foco central de análise são os processos de atualização da música llanera entendendo-a como uma categoria social e esteticamente construída (e que constrói) no contexto das constantes mudanças econômicas e sociais na região dos Llanos Orientales colombianos. Neste sentido questiono as práticas musicais associadas à música llanera e seu papel nos processos de construção/atualização da dita categoria. Partindo de uma definição ampla de música como aquilo que transcende os sons, e que integra aspectos como o engajamento do corpo e os sentidos, a produção de sons e o contexto no que estes acontecem, assim como os sentimentos e valores associados a sua produção e escuta, penso a música llanera nos diversos contextos e práticas onde esta se cria. Sendo assim, exploro

processos de mudança e permanência na música llanera, bem como as noções de autenticidade e pertencimento, as relações com o lugar e os diálogos e oposições frente às constantes mudanças na região. Procuro indagar como se dá a busca de referentes e criação das músicas, que relações procuram se estabelecer nestes processos por parte de músicos e audiências com o lugar, a região, a história e o território.

Seguindo o Cordão: Uma etnografia das trocas nos blocos de carnaval de rua na cidade do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: MARINA BAY FRYDBERG

A festa como objeto de estudo das Ciências Sociais foi pensada a partir de dois enfoques: festa como espaço ritual e festa como espaço de lazer e sociabilidade em oposição ao tempo do trabalho. Nestes estudos a festa era pensada como um tempo fora do tempo do cotidiano, um mundo de sociabilidade em oposição ao mundo do trabalho. Alguns estudiosos se debruçaram sobre a festa e seus desdobramentos econômicos, seja de trocas monetárias como simbólicas, para a população que festeja. A perspectiva de uma economia da festa busca entender a festa como espaço de produção, circulação e consumo de bens culturais. Passa-se, então, a pensar nos significados econômicos que a festa, principalmente as populares, possam representar para a comunidade em que ocorrem e para a economia de forma mais ampla.

Sem se afastar do entendimento da festa como espaço ritual e de prática de sociabilidade, esta pesquisa se propõe a investigar as trocas econômicas e simbólicas proporcionadas por este espaço privilegiado de interação, criação e reafirmação de identidades que são os festejos populares, especificamente o carnaval dos blocos de rua na cidade de Rio de Janeiro. Problematicar, assim, a produção, circulação e consumo de bens simbólicos que se faz presente no universo das festas populares na cidade do Rio de Janeiro, em especial na organização dos blocos do carnaval de rua. Inserida em uma recente valorização desta forma de brincar o carnaval, os blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro se veem em meio a uma discussão entre o aumento da rentabilidade econômica através da mercantilização da festa e a valorização de práticas tradicionais de se brincar o carnaval através da discussão da sua patrimonialização.

É inserido neste debate atual que esta pesquisa busca etnografar o circuito e a organização dos blocos carnavalescos na cidade do Rio de Janeiro para poder problematizar a importância simbólica e econômica destas manifestações. A partir dessa etnografia, buscar entender como se estruturam o comércio de bens culturais, na sua articulação entre práticas de sociabilidade e de formação de identidades; processos de patrimonialização e debates em torno de formas específicas de performatizar a brincadeira carnavalesca; possibilidades políticas de apropriação do espaço público através da festa e esquemas de rentabilidade econômicos. Assim a pesquisa pretende identificar processos e relações sociais em meio a uma economia da festa e a discussão de patrimonialização de manifestações populares tradicionais. Seguindo atrás do bloco e fazendo uma etnografia das trocas sociais, simbólicas e econômicas no carnaval de rua carioca.

“Samba de enredo e Toada de Boi-Bumbá: a experiência dos compositores na cidade de Manaus”

AUTORES/AS: RICARDO JOSÉ DE OLIVEIRA BARBIERI

A vitalidade das escolas de samba nos carnavais de Manaus desde 1947 gera uma produção anual importante de sambas de enredo que sob muitos aspectos podem ser particularizados e diferenciados daqueles das Escolas de Samba de outras localidades, em especial do Rio de Janeiro. Entre outras razões, pela relevância e singularidade do ciclo festivo regional, no contexto do qual se destaca o Festival dos Bumbás de Parintins(AM). Assim entre agosto (logo após os festivais que movimentam a região) e dezembro, esses compositores entram em ação no processo de composição, gravação e disputa dos melhores sambas de enredo nas respectivas agremiações. Tomando como foco alguns dos compositores de escolas de samba da cidade de Manaus, que, em outro período do ano, se dividem entre também fazer músicas para os bois de Parintins, este trabalho busca investigar as interseções que emergem nas falas, narrativas e experiências desses compositores. Buscamos investigar, quais representações e imagens acerca de seu fazer artístico são elaboradas pelos compositores ao longo desses processos em que se ativam múltiplas esferas de pertencimento a diferentes identidades sociais. Aqui exploraremos em especial o uso da categoria “caboclo” na composição de toadas de Boi-Bumbá e dos sambas de enredo das escolas de samba de Manaus. Num outro

âmbito, exploraremos também as redes que ligam o carnaval carioca, o carnaval de Manaus e o Festival de Parintins(AM) e que emergem durante a produção das toadas e sambas concorrentes.

Drama social, performance e patrimônio em uma bateria de escola de samba carioca

AUTORES/AS: FELIPE DOS SANTOS LIMA DE BARROS

É chamada “bateria” a orquestra composta por cerca de 300 percussionistas (ritmistas) que junto ao canto (samba-enredo) e acompanhamento harmônico de instrumentos de corda, configuram a dimensão sonora da performance das escolas de samba cariocas. Na disputa festiva carnavalesca, desde os anos 30, as baterias se caracterizam como um “quesito” a ser julgado, sendo obrigatório que cada escola apresente seu próprio conjunto. As baterias podem ser interpretadas como uma espécie de “communitas”, onde os integrantes do conjunto deixam de lado papéis sociais cotidianos e se submentem a uma rígida rotina de ensaios e hierarquia composta, geralmente, pelas figuras de um mestre (maestro), diretores (assistentes) e ritmistas (percussionistas).

Assim como outros elementos (materiais, políticos, econômicos, entre outros) que compõem o desfile das escolas de samba cariocas, ao longo dos anos, a estética sonora das baterias se desenvolveu a partir de “experimentações” e “inovações” que se manifestam, em linhas gerais, na criação e manufatura de instrumentos percussivos, em diferentes andamentos (cadências) do samba e na incorporação de elementos estilísticos rítmicos de “outros” gêneros musicais, diferentes daqueles classificados como samba, tal como o “funk carioca”, por exemplo. É interessante observar que tais processos criativos foram interpretados por políticas públicas de patrimonialização voltadas para o “samba carioca” a partir de uma “retórica de perda”, identificando-os a partir da categoria “descaracterização” e como consequência de processos econômicos e políticos que influenciaram tanto a estética como as relações sociais e simbólicas que permeiam as escolas de samba. Baseada em uma pesquisa etnográfica junto aos integrantes de uma bateria, essa comunicação pretende tratar da relação entre estética, performance e processos sociais/simbólicos. Na primeira parte da comunicação serão apresentados discursos de ritmistas que interpretam o desenvolvimento de seu conjunto nos últimos dez

anos. Tais narrativas descrevem o processo de ruptura, crise e reconciliação do grupo, desencadeado a partir da sucessão de três mestres de bateria. A noção de “drama social” se revelou como uma ferramenta analítica profícua, permitindo a compreensão de valores importantes para um segmento de ritmistas que podem ser traduzidos a partir dos conceitos: parentesco, autenticidade, pertencimento, pureza e tradição. A segunda parte da comunicação demonstrará como esse drama se manifesta em situações de performance, seja produzindo um rearranjo de elementos estilísticos musicais ou na metaforização de valores de pertencimento e continuidade que é elaborada através da organização de “homenagens” em eventos, composições musicais e no desfile carnavalesco.

Formas expressivas compartilhadas: Re-pensando as dimensões éticas e estéticas nos fazeres etnográfico e cururueiro

AUTORES/AS: JÉSSICA HIROKO DE OLIVEIRA

Neste trabalho, busco dar continuidade às reflexões sobre a pesquisa etnográfica que venho realizando desde 2012 sobre o cururu, gênero musical de repente, e seus cantadores.

O cururu, que se manifesta no interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, será tratado aqui a partir das narrativas de três interlocutores, os quais conheci desde o início de minha pesquisa, e que gozam de grande prestígio no universo cururueiro da região do Médio Tietê, interior de São Paulo.

Cido Garoto é um renomado cantador, que também atua no agenciamento de shows e contrato de outros canturiões. Ainda, tem importante papel na circulação de materiais sobre o cururu, tanto pela administração de um site denominado Os reis do cururu, quanto pela venda de CDs e vídeos de eventos realizados na cidade de Sorocaba e região, sendo pois importante para a própria circulação do gênero e seus praticantes.

Nhá Bentinha, que embora seja reconhecida como cantadora por outros cururueiros, se diz ãsamenteã apresentadora, sendo bastante requisitada para acompanhar e dar maior emoção nas rodas de cururu, uma vez que tem a habilidade de fazer ão circo pegar fogoã.

Elvira Vestina, que após o falecimento de seu esposo, prestigiado cantador, assumiu seu posto como locutora de um programa de rádio sobre o cururu e também como

agenciadora de shows, em meados dos anos 80. Pretendo refletir , pois, a dimensão ética entre as narrativas destes personagens e a narrativa imagética registradas em vídeo, produzidas do encontro entre antropóloga e tais interlocutores; a dimensão estética que tenta abarcar a partir de tais registros imagéticos, o estudo da música em seu contexto social e a partir daqueles que a vivenciam, questões mais amplas como sua prática e performance, audiência, memória, circulação e difusão.

Por fim, no intuito e movimento de abertura a novas reflexões e diálogos entre música e outras dimensões expressivas, apresentarei alguns aspectos dos registros por mim realizados no trabalho de campo, bem como da possibilidade de refletir, partindo da análise desta poética cantada , o uso e potencialidades das imagens fotográficas e de vídeo, no intento de abranger questões teórico metodológicas, dada a necessidade de registrar, comunicar e compartilhar novas formas de significados e sensibilidade se desdobram a partir desta manifestação musical popular, juntamente com a proposta de percorrer novas disciplinas e metodologias de pesquisa neste fazer etnográfico.

O Balaio: Categoria de Acusação no Drama do Repente Nordestino

AUTORES/AS: AMALLE CATARINA RIBEIRO PEREIRA

O ritual de interação de troca de palavras entre dois cantadores no repente nordestino preza pelo imprevisto. Porém, há ocorrência de versos não improvisados dentro do ritual. Em um estudo de caso apresento dados etnográficos que narram uma situação eruptiva de crise devido à acusação entre cantadores de que havia, no I Festival Nacional, ocorrido em Teresina-Pi, uma dupla de violeiros que escrevera seus versos. Os versos não improvisados são chamados de escritos, no risco, ou riscados, decorados e balaio. Durante a pesquisa registrei duas situações de uso dos versos decorados: Uma em que por consenso todos os cantadores escrevem seus versos e apresentam em um festival midiaticizado; e outra situação em que um cantador pode trapacear o seu companheiro de dupla lançando um balaio nele, como também pode uma dupla trapacear as outras duplas de uma apresentação. Este último caso é o que analiso, neste artigo, chamando a situação de drama social e narrando as quatro fases deste drama ocorrido no I Festival Nacional – separação ou ruptura, crise e intensificação de crise, ação remediadora, reintegração e/ou ruptura – segundo a teoria de Victor Turner.

A Festa do “Nêgo Fugido” em Acupe e seus vínculos locais: um ritual de masculinidade.

AUTORES/AS: MARIA JOSÉ VILLARES BARRAL VILLAS BOAS

O ‘Nêgo Fugido’ em Acupe pode ser observado, dentre suas múltiplas dimensões, como uma festa centenária que encena a liberdade escrava a partir do que existe na memória dos habitantes do povoado. Todos os domingos de julho homens e meninos, em sua maioria, vão às ruas da comunidade no Recôncavo Baiano dramatizar sucessivas vezes o enredo que traz alguns elementos da vida do escravo que fugia de seu senhor para divertir-se. O batuque, a fuga, a captura, o sofrimento do escravo punido, a negociação da liberdade e a compra da alforria são cenas que se repetem, como num cortejo, em um movimento de verdadeira agitação, envolvendo personagens como negros fugidos, caçadores, capitães do mato, nobre, guardas militares e madrinha. O trabalho é resultado de uma investigação cujo tema principal coteja a cultura popular, performance ritual e memória de uma festa no Recôncavo Baiano. A pesquisa esteve interessada em compreender a configuração da manifestação enquanto “teatro de rua”, em relação com os reflexos das performances corporal, musical e plástica da expressão na memória e identidade locais. Para atingir esse objetivo, o trabalho utilizou de estratégias etnográficas, com realização de observação participante e diário de campo, além de entrevistas semi-estruturadas e levantamento documental em jornais. O escrito relata como a festa interfere na construção identitária da população local, principalmente dos homens, jovens e velhos. O estudo oferece pistas importantes sobre o “Nêgo Fugido” enquanto ritual que mobiliza a produção de homens e do lugar. A manifestação popular pode ser pensada como fenômeno de transformação por tratar-se de um evento que consegue ser ainda mais visceral que a evento propriamente dito. Pode-se sugerir que a festa aponta na direção de um ritual de passagem masculino. Mesmo não sendo uma iniciação tradicional, engessada, a festa se apresenta como uma forma da comunidade brincante reinventar a masculinidade de seus membros, de atualizá-la. De modo sucinto, o trabalho pôde galgar reflexões acerca das identidades locais e da memória da festa no contexto contemporâneo enquanto patrimônio imaterial da cidade.

Ações rituais e narrativas míticas dos Ternos de Congado em Minas Gerais: esquema festivo, relações e especificidades

AUTORES/AS: DANIEL ALBERGARIA SILVA

A proposta trata das interações entre grupos ou ternos de congado no contexto das festas de coroação de Reis Congos, Rainhas Congas e de saudação de santos católicos em Minas Gerais, abordando-as através da análise das ações rituais e do mito de aparição de Nossa Senhora do Rosário. A análise etnográfica será trabalhada conjuntamente à produção de um esquema geral desta festa, permitindo comparações entre festas de regiões diferentes e dimensionando certas características específicas a cada uma delas. O tema da coroação de reis negros está presente em diferentes festas existentes no continente americano, para onde foram enviadas populações escravizadas da África Subsaariana entre os séculos XVI e XIX. Junto ao tema da realeza esta associada a ocorrência de grupos de antigos escravos que, em forma de cortejo e valendo-se de sinais diacríticos diversos, produziam interações específicas. Nos dias atuais, a coroação de Reis Congos é realizada no Brasil por diferentes grupos denominados por ternos de Congado e estão associadas às festas de santos católicos, assumindo uma múltipla pertença religiosa, histórica, de matriz africana, popular, etc. Por meio da etnografia realizada em festejos da região do Campo das Vertentes e na região do Vale do Jequitinhonha, ambas no estado de Minas Gerais, serão destacadas ações rituais realizadas através do cortejo, do canto e da manipulação de objetos realizados por diferentes ternos de congado durante os momentos festivos. Junto à análise dos rituais será destacado o mito de aparição de Nossa Senhora do Rosário, que informa tanto sobre a relação entre a santa e os ternos de congado narrados no mito, quanto acerca dos motivos destacados nos rituais, porém, sem considerar uma homologia a-priori entre mito e rito. A proposta é pensar temas e motivos anunciados em rituais e mitos de festas de regiões diferentes para então destacar possíveis afastamentos e aproximações. Além de tentar evidenciar a produção de lógicas que perpassam a execução ritual, a etnografia apresentará algumas dinâmicas de financiamento e produção do festejo. A despeito da produção da festa “tradicionalmente” realizada por meio de doações dos reis, dos festeiros e decorrentes de promessas feitas aos santos, outra dimensão desponta neste cenário, aquela relativa a possibilidades de financiamento de projetos culturais que, dentre

outros motivos, propõem a patrimonialização e uma visibilidade turística. Estas “formas de financiamento e produção da festa” anunciam posições específicas entre os envolvidos onde, em alguns casos, culminam em arranjos e rearranjos das ações ou etapas rituais do festejo. A relação entre produção de esquemas generalizantes visando à comparação e as descrições etnográficas serão discutidas aqui à luz das “Festas dos Congados”.

Congado ou Reinado? Notas sobre a nomenclatura das formas expressivas no campo da cultura popular

AUTORES/AS: JOANA RAMALHO ORTIGÃO CORRÊA

Os ciclos festivos em louvação à Nossa Senhora do Rosário em Minas Gerais são oficialmente conhecidos por Congado Mineiro. Fundamentados pela narrativa mítica de resgate da Santa nas águas do mar por meio de cantos e toques de tambores entoados por negros, os festejos impressionam pela pujança e adesão de devotos, movimentando um intenso calendário anual no território mineiro. As celebrações envolvem a coroação e o desfile de reis e rainhas negras, acompanhados por grupos conhecidos como guardas ou ternos, que são responsáveis por conduzir a corte, a própria imagem da Santa e objetos rituais.

Por meio da experiência etnográfica e da participação em encontros entre capitães de guardas e lideranças de irmandades de Nossa Senhora do Rosário, percebemos que os devotos, ou irmãos do Rosário, empregam preferencialmente o termo Reinado ao se referirem a suas práticas rituais. O uso do termo Congado, ou mesmo congadeiro, vem sendo revisto, e por vezes criticado, apontado como fruto de uma escolha arbitrária difundida e consolidada no bojo do florescimento dos estudos de folclore no Brasil.

Nas últimas décadas, pesquisas no campo da antropologia dos estudos de folclore vêm elucidando a intensa participação de folcloristas, por meio de suas publicações e atividades políticas e culturais, no delineamento do que compreendemos como cultura popular. Em Minas Gerais, o estreitamento entre folcloristas e reinadeiros parece ter sido também notório. A Comissão Mineira de Folclore, criada em 1948, e a Comissão Nacional de Folclore foram responsáveis pela realização I Congresso Brasileiro de Congado, em 1949, em Belo Horizonte. Em 1954, sob incentivo da Comissão Mineira de Folclore, foi fundada a Federação dos Congados de

Nossa Senhora do Rosário de Minas Gerais. O folclorismo produziu também relevantes pesquisas sobre o tema, como Congado Mineiro (1974), parceria da Comissão Mineira com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, um dos primeiros inventários sobre a importância do congado no estado.

A proposta desta comunicação é apontar, por meio da análise de documentos históricos produzidos pelo folclorismo e da prática etnográfica, algumas pistas que nos permitam compreender os caminhos que cunharam uma nomenclatura que diverge da de uso corrente entre os irmãos do rosário e quais as suas implicações sobre as práticas rituais do Reinado e a organização das relações entre reinadeiros. Procuraremos contextualizar a atualidade deste debate em meio aos processos dialógicos de patrimonialização do Congado/Reinado.

Formas expressivas de um mestre: a mediação entre margem e centro nos folguedos de Sergipe.

AUTORES/AS: MESALAS FERREIRA SANTOS

A apresentação deste trabalho propõe a análise das interações sociais de um mestre da cultura nordestina e as redes de relações que fomentam as suas ações no fazer cultural. A preocupação recai em captar o processo cultural de José Ronaldo de Menezes, conhecido como mestre Zé Rolinha, importante personagem na vida cultural do município de Laranjeiras, localizada na região nordeste do Brasil, aproximadamente dezenove quilômetros de Aracaju, capital do estado de Sergipe. O entendimento de processo aqui estabelecido busca apreender as ações do Zé Rolinha e os significados atribuídos por ele a elas, no comando de duas significativas manifestações folclóricas do estado sergipano, a Chegança e o Lambe-Sujo. O primeiro folguedo representa o embate entre negros (lambe-sujos) e os caboclinhos (indígenas), um folguedo liminar com toda a efervescência de um corpo voltado para uma performance escarnekedora. O segundo, a Chegança, possui uma centralidade, pois se apresenta em grandes eventos culturais no Brasil o qual retrata o embate entre mouros e cristãos. Dessa forma, convivem de um lado o exagero, o grotesco, os insultos verbais e a comicidade, de outro, a rigidez, a disciplina e a austeridade na performance do mestre e brincantes. Esta investigação destina atenção especial em compreender como o mestre desenvolve e aciona modos específicos de sociabilidades, de elaborações simbólicas e de

criatividade cultural no exercício de suas funções como mestre desses folguedos. Importante destacar a relação de drama, liminaridade e centro destes folguedos e como ocorre a mediação do mestre evidenciando as ações com toda plenitude de sua trampolinagem, dinâmica, contradições, cismas e conflitos de normas. Destaco a dimensão ritual tendo como ênfase a existência de uma relação significativa entre o mundo social, organizado e expresso nas ações do mestre Zé Rolinha na transmissão da cultura e a maneira concreta como esse mundo se expressa simbolicamente através da ação coletiva que implica, necessariamente, a ênfase dos sentimentos e emoções experimentados pelos participantes nas representações de si e sobre o que fazem. Os folguedos apresentam através da performance dos brincantes, representações coletivas de uma tradição reconhecida coletivamente em que histórias poderosas são narradas através de dramas. As ações dramáticas tanto do mestre, quanto dos brincantes na ação-ritual se orientam sob distintas demarcações simbólicas estipuladas através de marcadores como cores, corporalidade, performances escarnecedoras e austeras para o cisma e continuidade da cultura. O fato importante é que abordarei conjuntos de símbolos utilizados pelo mestre Zé Rolinha nas suas interações e opções cotidianas, num processo criativo ininterrupto.

COORDENADOR/A: SORAYA SILVEIRA SIMOES (UFRJ), RICHARD PARKER (COLUMBIA UNIVERSITY)

DEBATEDOR/A: ANA PAULA DA SILVA, LAURA REBECCA MURRAY

A prostituição é atualmente, no Brasil, reduzida a objeto de acirrada disputa política por categorizações que se apresentam de maneira bastante polarizada. De um lado, a luta pelo reconhecimento profissional empreendida por ativistas; o reconhecimento na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho, em 2002; e o trâmite, no Congresso Nacional, de um projeto de lei para o reconhecimento das relações de trabalho existentes. De outro, políticas internacionais que procuram estabelecer equivalências diretas e indistintas entre prostituição e diversas atividades condenadas que repercutem, aqui, em uma drástica redução das políticas públicas desenvolvidas através da ampla interlocução com os movimentos sociais. O GT Percursos de reconhecimento na prostituição, em consonância com a proposta dessa 29ª RBA – Diálogos Antropológicos: expandindo fronteiras – pretende reunir trabalhos que contemplem questões relativas aos muitos percursos de reconhecimento na/da prostituição nos mais variados contextos nacionais, internacionais ou fronteiriços, de modo a expandir a compreensão sobre os processos de reconhecimento da ocupação; das memórias que vêm sendo montadas; das justificativas que estão sendo construídas e acionadas; dos argumentos sobre os quais estas se fundamentam; dos agentes engajados na luta pelas definições das múltiplas atividades compreendidas como prostituição e, por conseguinte, das composições contemporâneas desse ofício, em suas múltiplas faces.

A construção de Fortaleza nas disputas morais e territoriais em torno dos mercados do sexo do Passeio Público e da Praia de Iracema

AUTORES/AS: ANA PAULA LUNA SALES

Os mercados do sexo no Brasil são constituídos historicamente nas fronteiras entre legalidade e ilegalidade, configuração devida ao estatuto legal e social da prostituição neste país. Dentro desta conjuntura, observam-se atualmente dois movimentos legislativos contraditórios: por um lado, o reforço da visão criminosa das trocas-econômico sexuais, interpretadas como exploração sexual por alguns setores do Estado e da sociedade civil; por outro a atuação institucional de prostitutas e trabalhadoras do sexo organizadas pela descriminalização e regulamentação civil da atividade. Estas disputas, ainda que percebidas inicialmente no âmbito da política institucional, marcam as relações de poder nas experiências cotidianas dos mercados do sexo do Passeio Público e da Praia de Iracema, na região central de Fortaleza, Ceará. Estes espaços são investidos com os novos discursos e práticas disciplinares do comércio sexual, que justificam projetos de gentrificação em situações “perigosas” como o “turismo sexual” e a Copa do Mundo de Futebol. As retóricas da exploração sexual e do trabalhismo, contudo, são incorporadas de maneiras diversas pelos agentes nestes mercados, que têm em comum o interesse de legitimar suas práticas e resistir na ocupação daquele espaço urbano. As diferenças entre os dois contextos deixam antever a multiplicidade das estratégias empregadas, ligadas a diferentes instâncias de poder: enquanto que o primeiro é caracterizado por encontros entre mulheres e homens brasileiras/os, de baixa renda e com pouca escolaridade, que desde 2007 foram deslocados para o entorno do Passeio Público, no segundo observa-se uma grande diversidade de níveis sociais entre as mulheres e a nacionalidade estrangeira (colonizadora) como principal marcador masculino, que enquanto proprietários de boates e bares encontram meios sólidos de resistência às investidas gentrificadoras. Estas disputas se configuram no recorte a ser pesquisado na tese de doutoramento em Ciências Sociais, que se encontra na fase inicial. Neste artigo, tenho como objetivo específico relacionar as categorias de sujeitos nos dois contextos com as táticas empregadas em cada um deles para compreender a configuração atual dos espaços. Isto permite a percepção da multiplicidade das formas de agenciamento entre sujeitos, aqui inicialmente opostos entre “gentrificadores” e “resistentes”, nos

mercados do sexo em contextos próximos, porém distintos. Neles as formas com que se travam disputas morais e territoriais por centralidades urbanas refletem os diferentes caminhos para a legitimidade, relacionados com a interseccionalidade dos marcadores sociais das diferenças incorporados.

Casas, de prostituição: notas sobre a dinâmica no bairro Jardim Itatinga

AUTORES/AS: LETIZIA PATRIARCA

Pretendo trazer elementos da minha pesquisa de mestrado, realizada no Jardim Itatinga (Campinas – SP), sobretudo a partir da experiência de dar aulas de inglês para as profissionais do sexo. Desde setembro de 2013 elas ocorrem semanalmente e têm sido frequentadas por travestis; o que me possibilita um trânsito maior no pensionato que abriga cerca de 40 delas. Assim sendo, mobilizo uma perspectiva teórica de estudos de gênero que não concebe uma continuidade entre sexo, gênero e desejo e pelas práticas das travestis que sustentam minha pesquisa, tenho concebido suas experiências no contexto das profissionais do sexo. Contudo, é necessário também considerar parte da militância de travestis que não procura alocá-las como mulheres, indo de encontro com estudos queer que também contemplo. Logo, conforma-se interessante pensar os pontos de contato e afastamento entre a prostituição realizada pelas várias profissionais do sexo que encontro no bairro.

A consolidação histórica e urbanística do Itatinga aponta para a centralidade das casas de prostituição, organizadas em diversos arranjos. Gerenciando estes estabelecimentos encontram-se, em sua maioria, as chamadas “donas de casa de prostituição”, o que abre a possibilidade de repensar as cafetinas, figuras caricatas e abominadas, de forma mais situada. De fato, diante da violência policial, que em outubro de 2013 sitiou o bairro por um final de semana inteiro, reforçou-se a hipótese da importância da descriminalização de agenciadores e estabelecimentos para a prática da prostituição. Meu material de campo, associado a proveitosas etnografias (evidencio só algumas: BARBOSA, 2010; BENEDETTI, 2005; OLIVAR, 2010; PASINI, 2000 e 2005; PELÚCIO, 2009; TEDESCO, 2008), traz indícios de relações complexas e dinâmicas, evidenciando a movimentação das profissionais do sexo – destaco que em Itatinga, ao se organizarem num ato que parou a Rodovia Santos Dumont, conseguiram que o bairro continuasse

suas atividades, depois do abuso policial. Este episódio também aprofundou a importância de considerar a prática da prostituição neste bairro, estruturada por marcadores sociais da diferença - a saber: gênero, sexualidade, raça, classe e geração. Trata-se de um bairro periférico da cidade, ordenado por uma lógica quase que exclusivamente de homens que buscam por profissionais do sexo, de donas de casas de prostituição mais velhas, que normalmente já realizaram programas e/ou ainda os fazem, em contrapartida com cafetões, que só aparecem nos discursos de minhas interlocutoras. A intenção, portanto, é trazer elementos para contribuir com a crescente produção antropológica sobre prostituição, focando na dinâmica do bairro, no funcionamento de suas casas e articulando com minha experiência com as travestis na prostituição.

Copa do Mundo Brasil 2014 e a preocupação nacional com o aumento da prostituição e/ou da exploração sexual de crianças e adolescentes durante os eventos desportivos

AUTORES/AS: FERNANDA MARIA VIEIRA RIBEIRO

A Copa do Mundo no Brasil tem trazido juntamente com a esperança de bons frutos para a economia do país, uma onda de insatisfação pela população em geral e por pessoas atingidas com os impactos da Copa nas cidades-sede que irão receber os jogos. Além disso, uma crescente preocupação com o aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes pelos turistas que virão para o Mega-Evento. Estudos realizados durante as copas do mundo na Alemanha, em 2006, e na África do Sul, em 2010, identificaram o aumento do comércio do sexo ao redor dos estádios, evidenciando a preocupação com o aumento da exploração sexual e denunciando a falta de planejamento e controle dos Estados Nacionais com essa problemática. No Brasil, parece existir uma tensão entre os discursos de ONGs, entidades da sociedade civil e organizações de prostitutas em relação ao aumento do trabalho sexual ou da exploração sexual que a Copa do Mundo possibilitará. Em Recife, Pernambuco, identificamos três situações relacionadas à temática: primeiro, a falta de participação da Associação das Profissionais do Sexo em Pernambuco – APPS nas discussões do Comitê Popular da Copa, aonde o tema prostituição e exploração sexual vem sendo discutido por representantes de organizações da sociedade civil; diferentemente do que acontece na cidade de

Fortaleza, Ceará, onde a Associação das Prostitutas do Ceará – APROCE tem representação no Comitê. Segundo, medidas de desapropriação e fechamento de bares e casas de prostituição que se localizavam na avenida principal da cidade de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife, por onde passará o Ramal da Copa. E, por último, a lançamento de campanhas de publicidade pela Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Pernambuco contra a exploração sexual de crianças e adolescentes antes e durante o período da Copa. Essa configuração é importante para compreender de que forma a questão da prostituição e da exploração sexual está sendo pensada e tratada no Estado de Pernambuco. A falta de participação das prostitutas no debate público, o pânico moral em relação à exploração sexual e as medidas higienistas e de controle do Estado em relação aos indesejados, revela um quadro preocupante e a necessidade de uma análise social frente a esse contexto. Pretendemos nesse artigo fazer uma análise dos discursos dos representantes das organizações de sociedade civil, representantes do governo e das próprias prostitutas para analisar as medidas que estão sendo tomadas em relação à realização da Copa do Mundo no Brasil e mais especificamente na cidade do Recife.

Helpless: Transformações no turismo sexual no Rio de Janeiro, 2009-2014

AUTORES/AS: ANA PAULA DA SILVA | Co-AUTOR: THADDEUS BLANCHETTE

Talvez nenhuma cidade no hemisfério ocidental é tão associada ao sexo e turismo quanto o Rio de Janeiro - fato que tem ofendido muitos brasileiros e tem motivado recentes campanhas para “limpar” a imagem da cidade antes da Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Durante décadas, o coração da cena do turismo sexual do Rio de Janeiro estava concentrado na discoteca Help na praia de Copacabana. No entanto, em janeiro de 2010, a propriedade foi confiscada pelo Estado para dar lugar a um novo Museu da Imagem e do Som (MIS), que muitas autoridades municipais espera ser o centro de uma nova indústria de “turismo de família” na região. Aqui, analisamos as mudanças no sexscape carioca após o fechamento da discoteca e frente às novas campanhas anti-prostituição. Combinamos uma análise de fóruns na internet, utilizado por turistas sexuais, com pesquisas etnográficas nos locais sucessores da Help para apresentar um panorama do declínio do turismo sexual em Copacabana e a precarização do trabalho sexual na cidade do Rio de Janeiro.

Mulheres brasileiras e homens estrangeiros: a fluidez das performances no circuito do turismo sexual na cidade de Fortaleza.

AUTORES/AS: ROSANA LIMA RODRIGUES

Fortaleza, capital do estado do Ceará, situada no Nordeste do Brasil, é considerada uma das cidades com maior afluência de turistas no Brasil, e está inclusa dentro do chamado circuito do turismo sexual no país desde a década de 90 até hoje. O turismo sexual é comumente associado à prostituição e ao tráfico de mulheres, sendo por conta disso uma prática “mal vista” aos olhos da população em geral e combatido pelo estado através de políticas públicas. No entanto é preciso levar em conta que para além das simplificações que envolvem este fenômeno observamos que ele está inserido em uma complexa rede de relações sociais, sobretudo aquelas envolvidas pelos marcadores de diferença de gênero. É dentro desse cenário que iremos aproximar o olhar nessa dinâmica, apenas recentemente analisada pela academia. Muito embora Fortaleza seja inegavelmente uma cidade-palco do chamado “turismo sexual”, com considerável aumento no número de turistas do sexo masculino que vem à Fortaleza anualmente, oriundos, sobretudo da Europa, majoritariamente italianos e portugueses, acreditamos que esta cidade seja também palco do chamado “turismo afetivo”, que possui características e consequências diferentes da forma como comumente é visto o “turismo sexual”. Pensar o turismo sexual como objeto acadêmico é adentrar em terreno complexo, não apenas pela escassez de estudos, mas, sobretudo pelos estigmas reproduzidos pelos órgãos públicos que trabalham no seu combate, e que geralmente não levam em conta as mudanças provocadas pela pós-modernidade nas relações de gênero e nos novos acordos sexuais feitos num contexto onde estão presentes prostituição, romance, pobreza, exploração sexual infantil e interesses comerciais dos diversos ramos de negócios que envolvem o turismo como um todo. Se para o estado é possível combater o agenciamento da prostituição como crime, previsto na legislação brasileira, por outro lado ele não possui mecanismos de controle para enquadrar criminalmente as mulheres que circulam de forma voluntária pelo circuito do turismo sexual. Essas mulheres estão inseridas em um contexto relacional cujas performances envolvem objetivos diversos numa imbricação de relações afetivas, anseios de ascensão social e aspirações de imigração.

Empreendedorismo, Gestão de Emoção e Prática Ética: Trabalhadoras Sexuais em Tijuana Alegando Respeitabilidade

AUTORES/AS: SUSANNE HOFMANN

Este artigo irá explorar como trabalhadoras sexuais por meio de discursos de empreendedorismo corporal, emoção gestão e contra-ética afirmam sua autoridade interpretativa sobre suas experiências vividas e criticam as noções denegrindo de trabalho sexual que circulam na sociedade.

Minha pesquisa é baseada em 10 meses de trabalho de campo etnográfico na cidade fronteiriça mexicana de Tijuana. Pesquisando experiências de trabalhadoras sexuais migrantes na fronteira EUA-México, encontrei fortes narrativas de empreendedorismo, emoção gestão e prática ética no trabalho sexual.

Em conversação comigo, as trabalhadoras sexuais enfatizaram suas técnicas de gestão de auto-exame, auto-inspeção e auto-gestão que aplicam aos seus corpos e emoções no ambiente altamente competitivo da indústria de sexo de Tijuana. Por isso, eu utilizo o conceito de empreendedorismo corpóreo (Wacquant 1995, 1998, 2001), para destacar os enormes níveis de disciplina, resiliência emocional, habilidade de gestão, resistência e determinação exigido por as trabalhadoras sexuais. Ao utilizar um discurso do empreendedorismo, as trabalhadoras sexuais neutralizam o estigma relacionado ao seu trabalho, escapam noções negativas do trabalho do sexo, e comunicam as pessoas de fora que elas são sujeitos moralmente merecedores e respeitáveis, desejando ser tratado como tal. Além disso, o artigo explora o significado e a relevância da emoção gestão no trabalho do sexo, que é um aspecto significativo do empreendedorismo sexual. Na indústria de sexo de Tijuana, o controle meticuloso de exibição de emoção tornou-se em uma expressão de profissionalismo e, portanto, um marcador importante de distinção entre as trabalhadoras do sexo.

A parte final do meu artigo vai dedicar-se à contra-ética que as trabalhadoras sexuais desenvolveram em relação com a prática profissional do trabalho sexual. Prática ética do trabalho sexual foi equiparado a uma atitude profissional que incluía tanto uma mentalidade de serviço e colegialidade.

Ao desenvolver a noção de trabalho do sexo bom ou profissional, as mulheres contrariaram as conceituações negativas da prostituição que ligam a profissão com identidade, marginalidade, atividade criminosa ou trabalho não qualificado.

Em última análise, a contra-ética delas constituía uma demanda implícita para o reconhecimento da prostituição como um trabalho, apesar de não ser manifestado abertamente nestes termos.

Entre o “fazer direito” e “direitinho”

AUTORES/AS: LAURA REBECCA MURRAY

As forças econômicas e sociais que tem estruturado os discursos políticos reacionários e conservadores no Brasil também tem alterado as possibilidades e formas de ativismo entre organizações de prostitutas. Localizada na intersecção de políticas locais com a biopolítica, este artigo explora a forma pela qual organizações de prostitutas se relacionam com tecnologias biopolíticas de incorporação e como essas interações estruturam suas subjetividades como prostitutas e como ativistas. Baseado em trabalho etnográfico conduzido ao longo de um período de vinte quatro meses em Corumbá, Belém e Rio de Janeiro, a análise tem como pano de fundo as mudanças recentes em estruturas de financiamento e o aumento de regras e normas para o recebimento de financiamento e execução de projetos. As relações entre as organizações e as estruturas burocráticas que regulam sua participação, seja por meio de projetos, pesquisas ou conselhos, são examinadas como campos de protagonismo e resistência, ou em alguns casos, fracasso. Uma análise dos discursos de prostitutas e gestores ilumina a construção de identidades de ativistas na fronteira do “fazer direito”, como uma forma de promover direitos de maneira consistente com a ideologia da organização, e “fazer direitinho”, como tentativas de seguir as normas e leis burocráticas na expectativa de evitar problemas e captar recursos. Uma etnográfica comparativa entre os três contextos mostra que o ativismo decorrente não de iniciativa própria mas de projetos e interesses externos resultou na construção de subjetividades condicionadas ao apoio técnico e político de terceiros para sua sobrevivência. Em contextos repressivos e conservadores onde este tipo de apoio deixa de existir, organizações como a ONG em Corumbá desaparece; o fazer direitinho resulta numa submissão aos mecanismos de controle do estado. Por outro lado, organizações como as fundadas no Rio de Janeiro e Belém, que foram constituídas para contestar violência policial e demandar direitos laborais e sexuais de prostitutas, são mais resistentes institucionalmente aos efeitos nefários de mudanças em estruturas de financiamento e tendências conservadoras, criando alternativas para avançar suas demandas políticas.

O imaginário da prostituição entre mulheres indígenas portuguesa e a resignificação de suas fronteiras no litoral norte paraibano

AUTORES/AS: LÍVIA FREIRE DA SILVA

Pretende-se entender a, interação entre sexualidade, corpo, gênero e prostituição no contexto indígena Potiguara no Litoral Norte da Paraíba, em especial na cidade da Baía da Traição, localizada circulada por aldeias potiguara e com bastante fluxo cultural e de pessoas. A ideia inicial é entender a Prostituição e suas possíveis trocas, deslocamentos, circulação de mulheres de um estado ao outro como forma de reciprocidade e dinâmica presente nesse contexto. Nesse aspecto é possível perceber uma série de fatores referentes ao poder de agência dessas mulheres que se prostituem suas práticas corporais, negociações, artimanhas e diálogos entre o ambiente público e privado, entre o corpo dialogado para fins de prostituição e o corpo usado para as relações afetivas, as trocas conscientes entre favores sexuais e economia que terminam por abarcar trocas simbólicas e econômicas.

A mobilidade presente no terreno da prostituição indagou-me uma série de questões referente à etnicidade, questões territoriais e econômicas que pretendo apontar e tentar entender as entrelinhas e os processos sociais presentes nas relações dos indivíduos presentes na região citada. Essa indagação acentuou no momento em que me deparei com as questões referentes ao dito e o não dito, segredos e deslocamento de mulheres que se prostituem entre aldeia e cidade, ou seja, as índias costumam a se prostituir fora das delimitações das aldeias, sendo assim os cabarés encontrados dentro da área de demarcação indígena não abrigam índias e sim mulheres oriundas de outras cidades, ao passo que as indígenas saem das aldeias para poder exercer a prostituição fora dos limites das aldeias para que os familiares, vizinhos e demais não saibam de suas práticas sexuais. Penso que esses fatores são cruciais para entender como a prostituição se configura dentro dessa região e sua ligação com questões de gênero e etnicidade.

Prostituição e Feminismo na França, uma etnografia de viagem

AUTORES/AS: DIANA HELENE RAMOS

Este artigo é fruto de meu estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), financiado pela CAPES/PSDE, de março a outubro de 2013. Em

minha pesquisa, participei de atividades realizadas pelo movimento organizado de prostitutas e acompanhei diversos blogs, publicações e livros produzidos por elas. Dessa forma, procurei reunir os argumentos e as ações das prostitutas francesas, sobretudo face a reafirmação da posição abolicionista do país em sessão da Assembleia Nacional, em dezembro de 2011.

Na França, uma lei de 2003 conhecida como “Loi Sarkozy” (LSI - Loi de la Sécurité Interieure), criminaliza a prostituta de rua. Antes dessa lei, já era proibido abordar clientes em locais públicos de forma ativa (*raccolage*), e a partir de então tornou-se também proibido demonstrar intenção de oferecimento de serviços sexuais de forma passiva (por exemplo “*vestimenta*”). A partir dessa lei, o governo francês tem a cada dia arrefecido suas políticas abolicionistas em relação a prostituição. Uma importante defensora dessas medidas é a « *ministre des droits des femmes* », Najat Vallaud-Belkacem, que declarou em junho de 2012 o engajamento oficial do governo na luta contra a prostituição.

No período de meu estagio pude acompanhar o debate em torno da proposição de uma nova lei abolicionista: a penalização dos clientes de prostitutas (« *PROPOSITION DE LOI visant à responsabiliser les clients de la prostitution et à renforcer la protection des victimes de la traite des êtres humains et du proxénétisme* »). A lei visa tornar crime o ato de se servir de serviços sexuais, com punição de 2 meses a 3 anos de detenção e 3.750 a 45.000 euros de multa, e foi proposta em 2012 pelo partido socialista, com apoio de grupos feministas franceses.

As controvérsias que pude observar em torno dessa questão são muitas. Na França, o debate abolicionista da prostituição versus a sua legalização/regulamentação causa grande polêmica. A maior disputa é realizada pelo movimento feminista francês, majoritariamente de caráter abolicionista, que conta atualmente com influentes dirigentes no governo do país; e o movimento social das prostitutas francesas, pioneiro no mundo (iniciado em 1975) e a cada dia maior e mais organizado, principalmente de maneira a se proteger após a promulgação da “Loi Sarkozy”, em 2003. O artigo levanta como se dá esse embate, pautando suas possíveis implicações para o movimento organizado das prostitutas, para o feminismo e para a legislação em relação a prostituição no Brasil.

Prostituição e ilegalismos: um estudo de códigos e condutas em casas noturnas de São Carlos-SP

AUTORES/AS: DOMILA DO PRADO PAZZINI

A prostituição no Brasil não é crime. Ao contrário, é uma ocupação de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações. O que é crime, no entanto, são algumas práticas de incentivo à prostituição. A manutenção da casa de prostituição, que é o objeto central desta pesquisa, é crime perante o Código Penal pelo fato do dono “explorar” o serviço de outra pessoa. No entanto a casa é um local seguro para as prostitutas que muitas vezes são criminalizadas pelo código moral dominante. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado garante a condição de ocupação para a prostituta, criminaliza seu entorno e vitimiza essa mesma prostituta. As mulheres que se prostituem nesses contextos ilegais acabam internalizando, criando e recriando códigos de conduta. Esse trabalho busca entender como mulheres que se prostituem neste contexto lidam com os ilegalismos – considerando as questões legal e moral – em torno dessa prática.

A construção do sujeito benevolente nas relações entre Pastoral da Mulher Marginalizada e as prostitutas do Parque da Luz na cidade de São Paulo

AUTORES/AS: ANDREIA SKACKAUSKAS VAZ DE MELLO

Neste artigo pretendo apresentar o modo como, na prática, membros de uma organização da Igreja Católica, a Pastoral da Mulher Marginalizada, percebem a prostituição e se relacionam com as prostitutas que pretendem ajudar. Parto da ideia de que esta organização se apresenta para a sociedade como um sujeito benevolente necessário, que, para tanto, precisa construir o outro, neste caso a prostituta, enquanto uma “vítima” da prostituição. Essa Pastoral realiza um grande investimento ativo, esforçando-se para justificar a necessidade da sua existência diante de um sujeito que nem sempre parece disposto a se sujeitar e não se vê definitivamente como uma “vítima”. Procuro mostrar a partir da pesquisa etnográfica realizada no Parque da Luz, região central da cidade de São Paulo, a maneira como os(as) agentes da Pastoral são preparados para realizar a abordagem e como se aproximam das prostitutas. E ainda, tomando como referência as imagens que são produzidas pelos personagens que frequentam o Parque, apresento as distintas respostas de algumas prostitutas à ajuda oferecida.

COORDENADOR/A: JOÃO BATISTA DE JESUS FELIX (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS), CARLOS BENEDITO RODRIGUES DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO)

Socialização e discussão de pesquisas concluídas, ou em andamento, enfocando a música e ritmos como elementos de mobilização coletiva, e definição de linguagens e códigos de comunicação: enfoques sobre construção de performances e linguagens corporais entre grupos de juventude nas diversas regiões brasileiras ou mesmo em outros países, a partir das tendências rítmicas veiculadas pelos sistemas midiáticos. Estamos diante um fenômeno bastante interessante, pois é cada vez maior as expressões artísticas, que eram assumidas como simplesmente formas de lazer, passarem a serem compreendidas como formas de se expor posições políticas e construções de identidade étnicas. A arte sempre foi vista como muito perigosa, principalmente pelos governos autoritários, mas ela era entendida como uma extensão, uma maneira a mais dos órgãos especializados em políticas (Partidos Políticos principalmente) tinham para demonstrar suas posições. Atualmente existem vários trabalhos acadêmicos que procuram demonstrar que a música, a dança, o cinema, o teatro, têm uma grande autonomia política. Nossa intenção, com a instituição deste GT, é dar espaço para conhecermos pesquisas desenvolvidas em todo o território nacional ou estrangeiros, sobre formas de se construir assumir posturas políticas e se construir identidades através da música, da dança e do lazer.

Bailes Blacks: música e sociabilidade nas noites paulistanas.

AUTORES/AS: PEDRO TADEU FARIA D'ALLEVEDO

A presente comunicação pretende destacar a importância que os bailes blacks paulistanos tiveram no último terço do século passado tanto para a música quanto para uma grande parcela da juventude negra residente na cidade de São Paulo, uma vez que esses eventos emergiram na cena do entretenimento noturno da cidade não apenas como uma simples forma de lazer e recreação, mas também como espaços de produção de identidades e de consumo de elementos estéticos e poéticos produzidos e atrelados à cultura jovem da black music norte-americana, vetor de produção de novas sonoridades e atitudes comportamentais. Cabe ressaltar que os bailes tinham o caráter de efetuar certas apropriações de determinados lugares do espaço urbano, uma vez que certos eventos exigiam locais mais sofisticados e centrais. Este fato permitiu itinerâncias de diversos sujeitos pelo território da urbe, colocando-os em contato. Cabe destacar que nas décadas de 1970-1980 havia a coexistência de muitas equipes de bailes Blacks na cena do entretenimento noturno paulistano, entre as quais se destacavam a Chic Show, Transa Negra, Zimbabwe, Black Mad, Circuit Power, Oscarlos e Kaskata's, dentre outras. Tais equipes, consideradas em conjunto, chegaram a formar um “circuito” de bailes no qual a população afrodescendente paulistana efetuava “trajetos”, formatavam “pedaços” e pontos de encontro, através dos quais efetuavam relações face a face e trocas diversas, uma vez que estes se erigiam como verdadeiros templos que propiciavam o estabelecimento da sociabilidade e também de disputas e conflitos.

Dançando identidades: Juventude, Quilombo e Etnicidade

AUTORES/AS: MAÍRA SAMARA DE LIMA FREIRE

Este trabalho é resultante da dissertação de mestrado em Antropologia Social na UFRN (2012). No qual refleti sobre a formação de uma Juventude Quilombola na comunidade quilombola de Capoeiras (RN), enquanto “sujeito político”. Tomei como base as experiências, as expectativas e projetos pessoais e coletivos de determinados jovens na construção de uma identidade política quilombola em Capoeiras. Analisei em especial duas situações sociais, os projetos: Pau Furado

Juvenil e a Swingueira Quilombola. São projetos que tem a dança como ponto catalisador e detêm como público alvo os jovens da “comunidade”, que nestes espaços legitimam e inovam suas tradições e passam a desempenhar papéis e posicionamentos cruciais na construção das identidades étnica e de geração dentro de um projeto político de comunidade. Procurei perceber o lugar da juventude e das duas danças, uma ligada à ancestralidade da comunidade, a tradicionalidade, a continuidade - o Pau Furado Juvenil- e a outra que trabalha com outros repertórios advindos do estilo musical do Swing, extra local, que ao final convergem sobre uma formação de identidade quilombola. Por meio das danças, estes jovens reafirmam a sua identidade e colocam em diálogo as categorias de jovem, de negro e de quilombola. Neste caso, a experiência geracional em Capoeiras pode ser visualizada pelo engajamento político e social através da inserção em projeto que tem como foco o universo da dança.

Entre Notas Musicais e Trabalho de Campo: Mercado, música e identidade

AUTORES/AS: GIÓRGIA DE AQUINO NEIVA

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar resultados parciais da etnografia que realizei em minha pesquisa de Mestrado em duas casas noturnas, no Setor Sul da cidade Goiânia, no Estado de Goiás. Trata-se de lugares que comportam sujeitos alternativos (categoria étnica), ou seja, são aqueles e aquelas que buscam não (se) rotularem, que não se bastam em definições estanques quanto à identidade e à sexualidade, e se encontram em ambientes de lazer onde há maior fluidez sexual, abrangendo desde sujeitos heterossexuais, bissexuais, ou homossexuais, até os que se dizem “sem rótulos”. De maneira que não são identificados como “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes) – mas também não são estritamente heterossexuais.

Tais estabelecimentos comportam jovens de 18 a 28 anos, sem distinção de sexo e que apreciam também música alternativa (sobretudo, rock e pop alternativos), na qual demarca a cena underground por estar fora do eixo musical mainstream, posto que o padrão do gosto musical goiano é o sertanejo e o pop-balada. Isto é, para este público em específico, música alternativa é tudo aquilo que permanece fora do circuito mercadológico hegemônico, mesmo que não perca seu caráter de consumo. Sendo assim, o intuito principal da abertura desses estabelecimentos de lazer juvenil é o de fortalecer o cenário musical alternativo mostrando que

existem outras formas de entretenimento, gostos e estilos de vida. Em torno dessa perspectiva musical, articula-se uma estética e modos de dança igualmente fora dos padrões, uma vez que o gosto musical é um indicador e demarcador de identidades, sobretudo, no que tange ao universo juvenil. Por conseguinte, esta sociabilidade juvenil visa construir um estilo próprio buscando escapar das imposições da indústria da moda e dos rótulos identitários sexuais, nos quais a música tem importância peculiar, uma vez que é um elemento básico para a composição de estilos de vida que produzem diferenças e distinguem pessoas, por vezes, até mesmo segregam e excluem.

Com base nisto, as roupas, os adereços, os estilos e os gostos musicais ajudam a compor o discurso do ser alternativo. Desta forma, entram em jogo singularidades que definem, por exemplo, a maneira de agir, de se comportar, o modo despojado de se vestir, e que são mediadas pela intersecção que os sujeitos estabelecem com as casas noturnas e a música. Assim sendo, neste contexto de minha pesquisa, a música e as suas influências são fatores primordiais para a construção da identidade dos sujeitos alternativos.

Impressões iniciais de um estudo com mulheres no Hip Hop e no Funk de São Paulo

AUTORES/AS: IZABELA NALIO RAMOS

O artigo refere-se a pesquisa em andamento com b-girls e funkeiras, mulheres integrantes, respectivamente, do Hip Hop e do Funk, na cidade de São Paulo. Compreendendo-os como manifestações culturais juvenis consideradas características das periferias das grandes cidades brasileiras, pretende-se relatar as primeiras impressões, a partir de análise bibliográfica e observação participante, sobre a participação feminina em ambas as culturas juvenis. A partir do pressuposto de que tanto b-girls quanto funkeiras são, em geral, de uma mesma classe social e habitantes das periferias da cidade, as distinções, bem como as aproximações entre ambos os grupos, serão observadas do ponto de vista dos marcadores sociais da diferença, sobretudo as categorias de classe, gênero, raça e sexualidade. Os significados de erotismo e sexualidade, que apareceram como centrais na relação que as b-girls estabeleciam com as funkeiras em pesquisa prévia realizada com as primeiras, serão considerados a partir da noção de interseccionalidade dos

marcadores sociais da diferença, e será observado como estas categorias são articuladas no discurso e na produção artística destas mulheres, formulando identidades e construindo semelhanças e diferenças.

Música e Identidade: Uma análise das representações identitárias, construídas no discurso do samba-reggae baiano dos anos 80

AUTORES/AS: GLÉCIA CARNEIRO OLIVEIRA

O presente trabalho aborda sobre a influência do samba-reggae na formação da identidade negra baiana dos anos 80. Mais especificamente das músicas da banda baiana Reflexu's, a qual traduzia por meio de suas músicas uma riqueza cultural, baseada na ancestralidade africana.

O Papel Do Bloco Afro Akomabu Na Construção Da Identidade Negra De Crianças E Adolescentes

AUTORES/AS: GRACE KELLY SILVA SOBRAL SOUZA

A presente pesquisa tem como objetivo propor uma análise acerca da construção da identidade negra, mais precisamente de crianças e adolescentes participantes de um dos maiores blocos afros de São Luís Maranhão: O Bloco Afro Akomabu. Trata-se também de compreender as suas ações educativas a partir do universo da cultura afro-maranhense. De acordo com Gomes (2001) educação e identidade negra andam de mãos dadas, pois ambas advém de processos construídos historicamente, socialmente e culturalmente, ou seja, pressupõem-se elos que se entrelaçam em um processo de criação e recriação de valores e que, de certa forma influenciam a cultura e o modo de vida dos grupos sociais. Entre este e outros motivos que a escola não constitui único espaço de aprendizagem. Entender o processo de construção da identidade negra entre crianças e adolescentes participantes do Bloco Afro Akomabu é o foco principal desta pesquisa.

Juventude e funk: entre discursos de ostentação e tentativas de inclusão social

AUTORES/AS: SUSI ANNY VELOSO RESENDE

Historicamente, a busca por inclusão por parte dos negros dentro da sociedade

brasileira está relacionada a um processo de ascensão social. Dentro de uma sociedade racista em que as camadas sociais possuem uma divisão que está relacionada a obtenção de produtos, o consumo de variados objetos ligados ao luxo passam a ser visto como uma possibilidade de ascensão social. O Funk, produto cultural que surge nas periferias brasileiras, como forma de expressão de uma identidade relacionada a negritude e ao reconhecimento social, tendo também o aspecto de denúncia de um realidade racista e classista, ganha com sua popularização outros contornos. Este estilo musical acaba por trazer, em algumas de suas vertentes, a mensagem de mudança através de padrões de ostentação que aparecem como oposto à realidade da juventude negra, pobre e estigmatizada cotidianamente nas periferias brasileiras. Essa mesma juventude vê na ostentação difundida por várias artistas do funk uma brecha de inclusão social através de um alto padrão de consumo. Pensaremos a partir desse contexto em que sentido o funk “ostentação” se insere dentro dos processos de sociabilidade e percepções da juventude negra periférica como uma forma alternativa de se ter inclusão social. O caráter racial se insere aqui também como forma de delimitar que o funk, vindo das periferias e da juventude em sua maioria negra, ao ser apropriado pelo mercado passa por ter um caráter racista em sua produção a partir da normatização de um estilo de vida pautado no consumo ostentoso que segrega. Traremos aqui uma discussão teórica de como a história do funk se insere no contexto da juventude na tentativa de inclusão e como na atualidade a inclusão perpassa na relação da identidade e do consumo de bens. O consumo de produtos culturais relacionados com a identidade negra é abordado por Sansone (2000) a partir do argumento de que a exclusão racial/social está associada ao acesso de consumo ostentoso. O autor argumenta que a mercantilização (relacionado com a globalização destes produtos) dos chamados produtos culturais étnicos expressam uma inclusão da população negra dentro do mercado consumidor. Esta inclusão é marcada pela uso capitalista dos produtos e da identidade, perdendo um sentido político da produção cultural. O consumo como marcador étnico em nossa sociedade pode ser visto na relação entre a música (neste caso, o funk) e o universo da juventude negra, na qual o discurso propagado por este produto gera expectativas de inclusão.

Juventude e periferia em cena: dramas e dramatizações nas rimas de rappers de favelas da cidade do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: REGINALDO RIBEIRO DA SILVA

Apresento reflexões iniciais da minha pesquisa de dissertação de mestrado, com objetivo geral de analisar a relação entre arte e sociedade. A música desses rappers, enquanto um meio de comunicação se propõe a falar de uma realidade vivida, ao mesmo tempo contribui para a construção de uma realidade. Ou seja, ela fala de um mundo, mas também cria um mundo. Acreditamos que é central para a compreensão das canções desses rappers perceber o contexto urbano em que emergem. Admitimos como hipótese que, não podem ser interpretadas de maneira isolada do espaço mais imediato em que se inscrevem, da cidade, ou mesmo numa visão global. Num contexto em que as transformações urbanas vivenciadas, recentemente na cidade do Rio de Janeiro, não apenas estruturam práticas de exclusão e segregação nos locais tidos como periféricos, mas também é motivo de interpretação, reflexão e questionamentos. Nesse sentido, este texto discute a relação entre política e arte. Analisando as interpretações que os rappers fazem, por meio da linguagem simbólica da arte, da realidade social de abandono histórico pelos poderes públicos, versando sobre os efeitos da segregação socioespacial, política de segurança pública militarizada e das UPPs, racismo, exclusão social e as recentes remoções urbanas. Com narrativas construídas a partir do olhar de dentro, de denúncia às injustiças sociais vividas pela juventude da periferia, e recitando-as como elemento constitutivo da construção de suas identidades.

Piriquetes no funk carioca.

AUTORES/AS: LARISSA QUILLINAN MACHADO LARANGEIRA

Pretende-se analisar a relação entre o funk carioca e o processo de criação de uma identidade piriguete carioca, analisando representações sobre o corpo e o estilo de vida associado à essas mulheres. A categoria de classificação e acusação “piriguete” parece ter sido criada na Bahia, mais especificamente na periferia de Salvador. A expressão “periguete”, que é mais usada na versão “piriguete”, é fruto da junção das palavras “perigosa” e “girl” (“garota” em inglês), tendo se realizado o acoplamento do final “ete” simplesmente para soar melhor. Na nova edição do Dicionário

Aurélio Escolar, lançada em 11 de setembro de 2012, na Bienal do Livro no Rio de Janeiro, “piriguete” [perigo + -ete] significa, “moça ou mulher namorada”. A piriguete representa, primeiramente, uma mulher que não se adequa às normas de conduta feminina, ela expressa sua sexualidade e seu desejo, sua liberdade, e seu poder.

Assim se pretende-se entender como o funk carioca se tornou o sustentáculo desse tipo de representação do feminino no qual se cria esse modo de vida piriguete. Para tanto se fará pesquisa de campo, análises das letras de Funk e da representação da piriguete na mídia (ênfase na Suelen de Avenida Brasil, Fatinha de Malhação, e Lurdinha de Salve Jorge), além da leitura da bibliografia sobre os temas que perpassam o objeto, sobre essa bibliografia ressaltamos: Goldenberg (2007, 2011) Vianna (1988), Nascimento (2010), Mizrahi (2006 e 2007) e Soares (2012).

“É som de preto, de favelado, mas quando toca ninguém fica parado”: Notas Sobre Funk e Pertencimentos no Distrito Federal

AUTORES/AS: DENNIS NOVAES SALDANHA CÔRTEZ

Esta pesquisa desenvolveu-se por meio de uma monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília em 2013 e teve como mote uma etnografia dos ambientes de lazer que recebem shows de funk no Distrito Federal, além de entrevistas com funkeiros e funkeiras responsáveis por embalar essas festas. A música citada no título deste trabalho foi um dos maiores sucessos nacionais na primeira década do século XXI e elucida um fenômeno característico a este gênero que reitera signos de pertencimento a favelas e à negritude, mas que tem adentrado cada vez de forma mais intensa ambientes de lazer bastante heterogêneos.

Parte essencial na realização do trabalho foi a possibilidade de acompanhar Mister Catra com sua equipe técnica em dois shows pela cidade numa mesma noite, além de um contato intenso com funkeiros brasileiros de crescente expressão nacional como MC Bockaum e MC Jenny. Casas de show nas áreas “nobres” e na “periferia” de Brasília, além de boates gays, foram alguns dos espaços freqüentados ao longo da pesquisa. Ao fim do trabalho de campo foi possível perceber que a apreciação de funk entre os diferentes públicos que incorporam este gênero musical a seus ambientes de lazer não representa um símbolo de identidade que suplanta outros

pertencimentos. O funk perpassa diferentes circuitos jovens na cidade e sofre diversos processos de resignificação.

Clivagens baseadas em noções de raça, orientação sexual e diferenças de classe são as bases de um jogo nada sutil de diferenciações e apropriações que permitem a manutenção de hierarquias e preconceitos em certos ambientes apesar da noção atribuída – e reiterada por muitos funkeiros – de uma musicalidade negra e favelada. A pesquisa realizada até então e ainda em desenvolvimento suscita questões como: por meio de quais métodos é possível à Antropologia pensar os mecanismos de comunicação em massa? O que a música popular pode acrescentar à compreensão das relações raciais no Brasil? E, principalmente, quais as potencialidades e limites da música popular enquanto mediadora cultural capaz de remanejar e dar novo sentido a fronteiras simbólicas já estabelecidas?

“Quando ela senta entra quando ela sobe sai” à “desfruta do meu corpo como ,se o meu corpo fosse sua casa” : uma representação acerca da linguagem do corpo feminino negro.

AUTORES/AS: WELLINGTON PEREIRA SANTOS

A presente pesquisa é uma ampliação do trabalho de conclusão da graduação em Ciências Sociais. O objetivo, naquele momento, foi compreender como a linguagem constrói identidades sexuais de jovens negr@s no IFBA. Sendo apontado como resultado uma clara distinção entre o modo como os homens e mulheres interpretam as letras das músicas, por exemplo, os jovens do sexo masculino consideram que as mulheres não deveriam dançar ao som de letras de pagode que as depreciam; enquanto isso, as mulheres acreditam que a letra é menos importante que o ritmo. Elas também destacam que outros estilos musicais podem sexualizar a mulher. Percebendo que as músicas que são consideradas refinadas, a exemplo das pertencentes à MPB, que também podem ser vistas ou se apresentarem como opressoras, como letras que também sexualizam e oprimem a mulher. O estudo ainda revela uma maior consciência e responsabilidade das mulheres em relação ao uso de métodos contraceptivos. Outro dado da pesquisa é sobre a relação entre corpo e linguagem, na medida em que o corpo reflexivo dialoga com a linguagem, a sexualidade passa a ser mais autônoma, os indivíduos passam a vivenciá-la com uma maior liberdade. Nesse sentido, a atual pesquisa tem

como objetivo dar continuidade ao trabalho anterior, na busca de marcadores que tracem ou que permitam interpretar a linguagem na construção de identidades sexuais, agora com as jovens universitárias, no sentido de traçar um parâmetro ou perfil de jovens mulheres, de faixa etária entre 19 e 27 anos e que se auto-classifiquem entre pretas ou pardas, no sentido de entender como a classe, a raça e o gênero se cruzam, portanto trago como objetivo compreender os significados atribuídos a sexualidade feminina negra através da análise do discurso de letras de músicas, bem como a percepção das jovens sobre a mesma.

Desse modo, a linguagem se apresenta como fenômeno social representada por diferentes grupos, variando conforme o contexto social e cultural de cada sociedade, reagindo às mudanças, pois não é estática. As identidades consideradas fixas também são múltiplas e têm nos sujeitos e nos grupos sociais vários discursos que são conectados com suas identidades. Neste sentido, pensemos o sujeito mulher, negra, jovem. Pensemos nas diferentes representações sobre a mulher negra. Lélia Gonzalez assim se refere à mulata brasileira:

[...] Se transfigurar na cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos, loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes por vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifícios eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais vistas pelo mundo inteiro. Com todo o mito da democracia racial oculta algo para além daquilo que demonstra numa primeira aproximação, constatamos que exerce violência simbólica de maneira especial sobre mulheres negras. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher no momento que ela se transfigura em empregada doméstica. (Gonzalez, 1983, p. 228). Neste sentido, pensemos na linguagem no discurso que por um momento endeusa as mulheres negras, mas que por outro lado sexualizar seus corpos, são mulheres vistas como “gostosas”, com uma “bunda bonita”, como diria Lélia Gonzales. Assim, através da linguagem o discurso do dominador age nas entrelinhas, com sutileza, criando e mantendo hierarquias de gênero.

Sendo assim, é importante pensar na afirmação da identidade a partir do contexto cultural, entendendo que ser “mulher branca” é diferente de ser “mulher negra”, que a “raça” e a cor trazem em si marcas permeadas de hierarquias e desigualdades.

A metodologia proposta visa compreender as representações sociais que as jovens negras manifestam em relação a sexualidade, a partir da linguagem do discurso e da linguagem do corpo. A pesquisa tem como técnica de pesquisa o grupo focal. A discussão do grupo focal acontece a pós observação participante na UFRB no campus Cachoeira. O grupo contém 9 jovens entre 19 e 27 anos, que se declararam em quanto como pretas ou pardas.

Entre o desamparo jovem e o sagrado: o espectro do guerreiro nos raps Deus primeiro, depois os guerreiros e É prus guerreiro a missão do Grupo Realidade Negra do Quilombo do Campinho, Paraty-RJ

AUTORES/AS: RENATA CÂMARA SPINELLI

O presente trabalho apresenta um relato da pesquisa etnográfica em andamento com o grupo de rap Realidade Negra, do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty-RJ. A partir de considerações sobre os raps Deus primeiro, depois os guerreiros e É prus guerreiro a missão, fazemos o exercício de reflexão exploratória do termo “guerreiro”. Apresentamos inicialmente a banda, parceira da pesquisa em andamento que procura investigar a produção musical jovem como uma estética de ritual de passagem para a juventude. Em seguida, fazemos breves considerações sobre o quilombo e sobre o rap. Como a expressão musical está sendo abordada como um feixe de vários temas, entendemos que possui a característica de condensação de vários aspectos, típica dos rituais - um conceito que busca entrever a possibilidade de identificar, nas manifestações culturais dos jovens e particularmente deste rappers, uma tentativa de ressignificação do passado (da história do quilombo e tradições) e por outro lado a atualização desses significados no mundo contemporâneo, no mercado global e sua preservação através da resistência. Os estudos para a pesquisa e para o artigo encontram-se contemplados pela Psicanálise e pela Antropologia. Na dimensão psicanalítica procuramos observar este ritual tal como proposto por Philippe Jeammet, quando entendemos que marcas ancestrais se apresentam como ‘pegadas’ que dão suporte ao momento adolescente de desorganização temporária, servindo, então, de sustentação para facilitar a inevitável metamorfose e o período de transição da subjetividade do estado infantil ao adulto, onde observamos o desamparo. Na esfera antropológica, compartilhamos a compreensão de Elias Canetti acerca do ritmo,

o que nos ajuda a entendê-lo como característica fundamental da organização das comunidades, bem como o rito. Além desta, fazemos uma reflexão sobre temas pertinentes como a relevância aos modos de viver, aos liames comunitários, bem como sobre as dualidades antropológicas como metodologia de análise. Neste artigo, compreendemos que o termo 'guerreiro' permite realizar uma trajetória de emancipação de uma situação de desamparo, conforme entendida pela Psicanálise, em direção ao sagrado, como esboçado nos estudos de Antropologia. Propomos compreender o guerreiro a partir de uma tríade: impotência, potência (prepotência) e onipotência, em cujo trânsito a identidade negra busca ser compreendida no caminho de empoderamento (potência) do povo negro que, no caso dos rappers quilombolas, jovens, realizam sua epopeia através do rap, sacralizando a saga do 'guerreiro' na apropriação da história de seu povo.

La construcción de ficciones metaleras televisivas. Análisis de una serie animada desde la escena mexicana

AUTORES/AS: ABRAHAM STEPHEN CASTILLO BERNAL

En este trabajo abordaremos la configuración de imágenes ficcionales en torno de la escena metalera mundial. De la misma forma, pondremos énfasis en los estereotipos y conductas hiperbólicas que el cine, así como algunos programas televisivos han construido en torno del sujeto metalero.

Partimos del supuesto de que los programas televisivos, así como el cine, pueden verse como documentos etnográficos, independientemente de la intencionalidad del autor, pues tienen la capacidad de transmitir elementos de la realidad social de forma ficticia o veraz. Ahora bien, si las imágenes proyectadas en diferentes pantallas tienen la capacidad de transmitir discursos y evidenciar contextos históricos determinados, entonces estas imágenes, que pueden o no corresponder con la realidad, podrán ser decodificados por diferentes actores, entre ellos los metaleros. Para apuntalar estas ideas, echaremos mano de lo que Cornelius Castoriadis (1989, 2005, 2009) ha propuesto en torno de los imaginarios sociales, su génesis y manipulación por parte de las cúpulas de poder. Asimismo, exploraremos cómo los imaginarios sociales pueden ser enriquecidos, satanizados o modificados por los contenidos proyectados desde la televisión (Augé 2001, 2002; Sartori 2001). En nuestro trabajo analizaremos cómo la serie animada

Metalocalypse, que retrata las peripecias de una banda de Death Metal, reproduce parte de los estigmas asociados con los fanáticos del Heavy Metal, hiperbolizando y, en ocasiones, ridiculizando sus pautas identitarias como la violencia, el satanismo o el libertinaje. De la misma forma, se explicitarán las características principales de este subgénero del metal, tanto musicales como ideológicas (Castillo 2012). En la parte final del trabajo analizaremos los datos etnográficos recogidos con algunos metaleros de la Ciudad de México, mismos que nos permitirán demostrar que la construcción de imágenes metaleras ficcionales no solo estereotipan al partícipe de esta comunidad de sentido, sino que también refuerzan la estructuralidad imaginaria e identitaria de esta escena cultural; ese imaginario instituido del que en algún momento hablara Castoriadis y que se encuentra presente entre los actores sociales metaleros.

Nacido en el gueto

AUTORES/AS: MARCELA ALEJANDRA VALLEJO QUINTERO

Cuando empecé a visitar Charco Azul no pensé que además de estar yendo constantemente a un barrio, también estuviese caminando por un gueto... Charco Azul es un barrio del sector conocido como Distrito de Aguablanca en Cali. Hace varios años, jóvenes habitantes del barrio que formaron grupos de rap y pertenecían a asociaciones amalgamadas por el Hip-hop le otorgaron a su barrio el nombre de gueto. Ahora gueto es una palabra que si bien está fuertemente asociada al rap es una forma común de llamar al barrio y de designar barrios vecinos. A grandes rasgos, gueto habla del barrio, sí, pero la elección de la palabra, y la consecuente construcción del concepto denota una relación con la ciudad. ¿Por qué elegir esta palabra para hablar del barrio? ¿En qué medida hay una relación con el gueto estadounidense? Finalmente, ¿Qué es un gueto y qué quieren comunicar con esta palabra los cantantes? Estas y otras preguntas serán la guía de este texto. A través de la etnografía explicaré cuál es la definición de gueto construida por estos raperos a la luz de las dinámicas socio-espaciales que existen entre el barrio y la ciudad, y exploraré la posible relación existente con el gueto negro estadounidense.

O Metal Cristão: Música, Religiosidade e Performance.

AUTORES/AS: PATRICIA VILLAR BRANCO

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa etnográfica, realizada entre os anos de 2009 e 2011, no mestrado em Antropologia Social na cidade de Curitiba/ PR.

O estudo se deteve na compreensão da vertente cristã do Heavy Metal (e suas subdivisões); um estilo que, desde o seu surgimento, no final da década de 60 até hoje, é popularmente rotulado como subversivo, demoníaco e rude - características estas que saem do âmbito performático do palco para o cotidiano de muitos jovens seguidores e reprodutores de certas práticas e discursos.

A partir de experiências concretas em estudos anteriores envolvendo as questões da juventude contemporânea e seus “conflitos” com a religiosidade, a análise se constrói nessa “adaptação” discursiva do gênero, que pode ser compreendida através de um determinado ponto da história do campo religioso protestante que trouxe, para a atualidade, configurações religiosas das quais antigos conceitos, noções e comportamentos, no que refere ao “viver e fazer a fé”, são relativizados. A Comunidade Gólgota é uma igreja conhecida nacionalmente por ser “underground” e abrigar um público exótico, amante do estilo - pode-se dizer que boa parte do circuito nacional das bandas de Metal Cristão já passou por lá.

Designada como uma “Igreja Emergente”, de acordo com seu líder, a Gólgota oferece uma liberdade de cultuar e viver a fé que podemos entender como fruto de uma forma secularizada bastante adequada aos dias atuais. Essa liberdade na criação do “culto a Deus” é o que propicia fenômenos performáticos interessantes, como é o caso do louvor golgotano (considerado um verdadeiro happening religioso na cidade) e sua junção perfeitamente equilibrada entre o “sagrado” e o “profano” – um louvor brutal e agressivo adaptado a um discurso cristão, de salvação, amor e cura pela aceitação de Jesus Cristo como “Senhor”.

Essa representação híbrida, dúbia, contraditória que acontece na união da estética “profana” do Heavy Metal e do discurso religioso “sagrado” é o que o trabalho interpreta, tomando como base epistemológica a teoria da mimesis, da performance e do ritual.

“Estou vestido com as roupas e as armas de Jorge”: negritude e contracultura no Brasil, a partir da obra musical de Jorge Ben Jor, 1963-1984

AUTORES/AS: RAFAEL DE SOUZA

As ciências sociais, em seus debates sobre questões raciais no Brasil, têm salientado a importância do samba-rock nos anos 1970 para a construção de repertórios culturais que valorizem a identidade racial negra. Mas, já há alguns anos, sobretudo desde a década de 1960, esses repertórios já vinham sendo produzidos, inclusive pelo samba-rock, de modo que, para além de apontar a relevância desse gênero, é preciso entender o que ele tem de idiossincrático, qual sua relação com o contexto social e por que ganha força nos anos 1970. Assim, para entender quais seriam os enquadramentos simbólicos do negro a partir do samba-rock, pretende-se analisar as canções de Jorge Ben presentes em discos produzidos entre 1963 e 1985 – período reconhecido pelo surgimento e ápice do samba-rock no período autoritário.

Nesse contexto, a obra de Ben aparece como paradigmática, por atravessar múltiplos gêneros, inclusive o samba-rock. A importância de sua obra musical para a difusão de enquadramentos simbólicos, tratando de uma “negritude” específica e da identidade racial, fica evidente no uso de suas composições em canções do movimento hip-hop, mormente durante os anos 1990. É de se notar que o hip-hop se inspirou ativamente das representações fornecidas nas canções de Jorge, requalificando-as para retratar experiências cotidianas de crime, violência e exclusão nas grandes metrópoles.

A hipótese central do trabalho é a de que, na obra de Jorge Ben, mas também no samba-rock em geral, é possível flagrar a conexão entre construção de uma identidade racial negra e temas difundidos pela contracultura da época, especialmente religiosos e místicos, ligados à cadeia sofrimento/sacrifício/expiação/emancipação. Assim, a partir da análise musical, pode-se vislumbrar um processo de racialização contracultural, para o qual o samba-rock foi essencial – fenômeno que parece ser pouco discutido hoje, seja na reflexão sobre o movimento negro, seja sobre a contracultura.

Acreditamos que tal processo foi responsável pela criação de “coalizões temáticas” que permitiram a difusão de repertórios culturais entre diferentes estratos raciais, dando vazão a processos de adaptação e inovação simbólica que culminariam

numa imagem político-religiosa do negro, posteriormente adaptadas por outros movimentos culturais – sendo essa circulação, talvez, a razão dos traços específicos do samba-rock que facilitaram a difusão de identidades negras. Esta pesquisa procura, com efeito, fornecer subsídios para avançar no estudo acerca dos processos de inovação cultural e política que surgiram por intermédio da criação de espaços simbólicos compartilhados por diversos grupos com identidades coletivas diferentes.

COORDENADOR/A: MARCIA DE VASCONCELOS CONTINS GONÇALVES (UERJ), MYLENE MIZRAHI
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/EASA (Nº: M11086))

Neste GT propomos discutir trabalhos que reflitam sobre a crescente estetização da vida coletiva e cotidiana. A importância da estética na visibilização de grupos sociais vem despertando interesse de vários pesquisadores e potencializou-se nos últimos anos, sendo tema ascendentemente recuperado pela antropologia. Dessa perspectiva, a visualidade, a cultura material, as estratégias de auto-apresentação, as estéticas do corpo e modalidades de performance ganharam destaque nas recentes pesquisas etnográficas em áreas urbanas e rurais. Podemos falar assim em uma “política da estetização”, informada por uma estratégia de visibilização que mobiliza a própria cultura, seus agentes e instituições. Para isso é importante perceber as formas por meio das quais essas estratégias se apresentam em diversos contextos simbólicos: performances (expressas, por exemplo, em usos diversificados do corpo), eventos culturais, produção de vídeos e imagens. Nesse conjunto vale destacar a produção, a circulação e os usos de objetos materiais, formas espaciais e arquitetônicas e vestuário. Interessam-nos estudos conceituais ou etnográficos que resultem de pesquisas desenvolvidas em torno de produções artísticas – em sentido estrito ou amplo; performances; moda e intervenções estéticas sobre o corpo – como cabelos, tatuagens e piercings; e formas de consumo, entendido este como o movimento criativo realizado por agências individuais e coletivas.

A literatura como arma contra a marginalização cultural: um “cronista de um tempo ruim”

AUTORES/AS: SILVANA JOSE BENEVENUTO

Por meio da análise da voz narrativa presente na coletânea *Cronista de um tempo ruim* (2009), escrita por Ferréz, representante da auto-intitulada “Literatura Marginal”, este trabalho investiga a autorepresentação da periferia, a partir de temas suscitados da seleção de contos e crônicas presentes no livro, tais como política, cultura, consumo, violência, racismo, mas também temas como abandono, descaso, dor, esperança e amor, tendo a cidade de São Paulo como cenário privilegiado. O livro é lançado pela editora Selo Povo, projeto idealizado por Ferréz, cuja proposta é tornar o livro acessível ao pobre e morador de periferia. A tentativa de tornar acessível esta arte literária – arte historicamente destinada às elites – demonstra o engajamento político e social por parte deste escritor, que toma ideologicamente a escrita como arma contra a marginalização cultural e a manutenção do jovem de periferia nas páginas policiais, nas prisões e longe dos livros, da educação, da escola e das universidades. A escrita é reconhecida como “arma” que, se utilizada pelos detentores do poder e do saber, serve como distinção social e poder, por outro lado, se utilizada do lado de quem é historicamente oprimido pode servir, na concepção deste narrador, como instrumento de formação, inserção social, denúncia e visibilidade. Na visão deste narrador engajado no movimento de literatura marginal, a apropriação da arte literária necessita de um apropriar-se diferenciado, daí sua auto-diferenciação pelo adjetivo “marginal”. Afinal, a literatura dita “maior” e sem adjetivo é reconhecida pelos escritores marginais e / ou periféricos, como escrita dos colonizadores, das elites, que foram os que sempre tiveram acesso às melhores escolas, aos livros, enquanto ao pobre foi reservado o analfabetismo, o desemprego e, dentre outras coisas, a obrigatoriedade de suprir antes as necessidades vitais básicas que as do espírito, particularmente, o letrado. A diferenciação que carrega o adjetivo “marginal” é entendida como necessária para uma representação mais genuína da periferia por si mesma. O que é dito pela imprensa oficial ou mesmo pela intelligentsia brasileira não agrada e não é visto como representativo da periferia brasileira. Daí a necessidade de uma estética literária própria como meio de se fazer visível sem intermediações.

Águas de Oxalá: cultura e estética popular na dimensão espetacular de um ritual do candomblé

AUTORES/AS: ÉRIKA DO NASCIMENTO PINHEIRO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a dimensão espetacular do ritual do candomblé ketu denominado de Águas de Oxalá. A análise da dimensão pública deste ritual nos permitirá perceber a circulação dos símbolos, estética e cosmovisões de parcelas da população do Rio de Janeiro que frequentam o candomblé. Tais produções interferem na sociedade mais abrangente, pois produzem conceitos e atitudes e, a partir das relações/embates culturais entre o terreiro e a sociedade e mostram como a cidade está envolvida na produção desses rituais.

CALIGRAFIA MARGINAL: criações estéticas, performance e visibilidade

AUTORES/AS: LIVIA NUNES BORGES RODRIGUES

Pichar é o ato de modificar um suporte por meio de intervenções estéticas monocromáticas de rápida execução tais como: rabiscos, letras, símbolos e desenhos. Ao caminhar pelas ruas deparamos com várias intervenções que podem ser classificadas como pichações, entretanto a mais destacada em áreas urbanas atualmente são as tipografias de difícil compreensão para um cidadão comum. Por meio de criações estéticas particulares esses indivíduos ou grupos transformam de forma significativa a paisagem urbana e lhe atribui outra dimensão visual, pois a paisagem se configura como um objeto de mudanças sucessivas (SANTOS, 2008). Há vários fatores que permeiam a prática da pichação que ultrapassam a ideia reducionista de “sujeira” ou “vandalismo”. Para aqueles que a executam ela pode ser encarada como uma forma de comunicação entre grupos, protesto social, lazer, esporte, socialização e até mesmo arte, mas o que move grande parte desses indivíduos é a busca por um poder simbólico (BOURDIEU, 1998). Este poder simbólico é representado por um status que não envolve o capital, o objetivo é ser visto e lembrado, sair do anonimato, obter reconhecimento por meio de suas caligrafias marginais. Como estas tipografias são efêmeras pelo fato de habitarem as ruas e estarem suscetíveis a outras intervenções que podem resultar na eliminação de suas marcas, esses writers produzem registros visuais como fotografias e vídeos de suas ações no intuito propagar e preservar suas elaborações. Um meio muito

utilizado para a propagação desta performance de risco é a internet pois ela atua de modo eficaz no que se trata da distribuição de informações, desta forma a pichação pode ser vista não apenas a nível local. Na tentativa de se tornarem reconhecidos entre grupos ou diante a sociedade os pichadores arriscam suas próprias vidas e deixam seus corpos vulneráveis a riscos tais como: repressão policial, acidentes, e até morte (PEREIRA, 2013). Nascida na periferia essa prática cultural se propagou de forma notória pelas cidades tornando-se reconhecida mundialmente. O presente trabalho explora tais práticas como intervenções artísticas, estéticas performáticas e que geram visibilidades individuais ou coletivas.

Expedição Floresta – estéticas de visibilização (ou consumo cultural) no processo de revitalização urbana do bairro em Porto Alegre

AUTORES/AS: ROBERTA SIMON

O bairro Floresta, em Porto Alegre, sofreu impactos com a desindustrialização. Antes era chamado de “bairro de chaminés” e abrigava muitos de seus funcionários com moradias coletivas, porém recebeu pouca atenção do poder público e caiu no esquecimento, até que o advento da Copa do Mundo trouxe novas perspectivas, pois o bairro se encontra entre o aeroporto e a rodoviária. Hoje, atores individuais, coletivos, empresas, organizações não-governamentais e setor público se engajam no processo de “revitalização” ou “requalificação urbana”. Nesse contexto, a agência de inovação social UrbsNova pretende, dentre outros objetivos, “planejar, produzir, divulgar eventos que por sua natureza inovadora impliquem em um real benefício a comunidade mais ampla”. A agência criou, junto com outros agentes, um evento chamado Expedição Floresta. A partir de um roteiro pré-estabelecido e inscrições via internet, o grupo se reuniu e percorreu ruas, estabelecimentos comerciais e culturais. Algumas pessoas registravam fotográfica e audiovisualmente os pontos destacados pela organização. Em cada parada do trajeto, havia um responsável por construir a narrativa de força simbólica, história e poética do espaço em questão. Eram pessoas do bairro – trabalhadores e moradores –, que se encontravam com outros interessados e contavam suas memórias, explicavam sobre os patrimônios históricos, apresentavam seus negócios, construíam uma experiência de conexões, descobertas e trocas. O próprio percurso se mostrou como um processo estético. Via-se um movimento de sociabilidade emaranhado aos espaços, e um misto de

memórias do passado e perspectivas futuras. Muitas das atividades novas que se estabelecem no bairro estão voltadas para a economia criativa. Inclusive a proposta da passeata se insere nesse âmbito. Assim, busco com este estudo compreender como são construídas, reconstruídas e articuladas as estratégias de visibilização por meio da experiência estética oportunizada por esse tipo de expedição exploratória. Com aporte da antropologia urbana e visual, a pesquisa utilizou a etnografia de rua para percorrer os mesmos caminhos e interagir com os participantes e o bairro em si. Este artigo compõe parte da pesquisa desenvolvida no Núcleo de Antropologia Visual, da UFRGS, e seu projeto “Porto Alegre da Copa, os ritmos de construção destrutiva ou destruição construtiva: oficina de etnografia audiovisual no Navisual, 2013 e 2014”.

Imagem, narrativa e experiência da cidade entre moradores de favelas no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: ILANA STROZENBERG

O debate sobre a relação entre narrativa, experiência e os impactos da tecnologia nas expressões culturais e formas de vida social datam do final da primeira metade do século XX, quando começam a surgir e se disseminar os recursos da comunicação midiática. Para alguns dos mais importantes críticos da modernidade, entre os quais se destaca Walter Benjamin, tratava-se, sobretudo, de apontar uma perda. Em seu ensaio “O Narrador”, de 1936, o autor alerta, não sem nostalgia, para a iminência da extinção, na sociedade moderna, da arte de narrar, uma vez que o predomínio das relações midiáticas e a crescente valorização do indivíduo levariam à impossibilidade de compartilhar experiências vividas.

Entretanto, no início do século XXI, justamente quando há uma aceleração inaudita do desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, a noção de experiência volta a se fazer presente como categoria central nas análises dos processos comunicativos. No contexto da atualidade, denominado por Castells como “sociedade em redes” e, por vários outros de “sociedade da informação”, a noção de experiência aparece associada a uma forma de vivência que não apenas promove sensações de intenso envolvimento individual como também implica numa interatividade dinâmica e criativa produtora de novas narrativas. É como se, ao passo que, através da narrativa de que fala Benjamin tecesse a rede que liga

o presente ao passado, consolidando os elos entre as gerações, as narrativas da contemporaneidade virtual, produzidas em meio ao acirramento das contradições da modernidade, voltassem seu olhar para o futuro, para a perspectiva de mundos possíveis.

Esse trabalho visa discutir as relações entre experiência e narrativa na contemporaneidade a partir da análise do projeto Regiões Narrativas: oficinas de audiovisual, realizado em 2014 na Bibliotecas Parque da Rocinha. Voltadas para moradores dessas duas áreas da cidade, essas oficinas visam não apenas ensinar os alunos a usarem diversas tecnologias e linguagens – fotografia, vídeo, animação – mas, sobretudo, fazer com que os novos formatos narrativos contribuam para a produção de novas configurações imaginárias do território urbano, favorecendo o surgimento de novas formas de troca e experiência coletiva.

A pesquisa analisa o processo de produção e conteúdo das narrativas produzidas, bem seu significado para os que participaram desse processo, como parte da equipe do projeto e como alunos.

“Sonho ou realidade?” O consumo das ou nas imagens colecionadas e trocadas entre usuários brasileiros do Pinterest

AUTORES/AS: MÁRCIA DE MESQUITA CARVALHO

O Pinterest é uma rede social lançada em 2010 e hoje está entre as redes sociais mais populares em número de usuários e interações. O termo pin, em inglês, significa “alfinete”, fazendo uma referência aos alfinetes que pregam recortes em murais de cortiça. Pin também empresta o nome para as imagens e vídeos postados armazenados em painéis temáticos. As categorias desses álbuns podem ser criadas pelos próprios usuários ou por sugestões do próprio site e possuem temas variados como bricolagem e artesanato; cabelo e beleza; casamentos; decoração; moda; viagens, etc. O objetivo do trabalho que pretendo apresentar é verificar se as imagens publicadas e republicadas no Pinterest têm relações com hábitos de consumo reais e com a construção identitária dos usuários que as publicam e republicam. De que modo eles são influenciados e/ou afetados pelas imagens colecionadas, ou se elas refletem aspirações, remetem aos sonhos desses usuários no sentido de uma espécie de daydreaming, conforme sugere Colin Campbell (2002). De acordo com a definição do próprio site, ele é “uma ferramenta para

coleccionar e organizar coisas que você ama”. O uso da palavra “coisas” ao invés de “imagens de coisas” foi um caminho para abordar a questão da (i)materialidade do consumo no Pinterest. Neste particular, pretendo fazer um diálogo com Stuart Ewen (1988) para pensar os significados dos usos/consumos e formas de coleções contemporâneas de fotografias e imagens, suas relações com a noção de “estilo”, no sentido de construção de um “estilo de vida evocativo” que já não se baseia mais na posse do objeto em si. Isto é, de um bem material que tem um sentido instrumental ou pragmático, mas que se resume na fruição de suas imagens e representações iconográficas. Assim, através da entrada no site como usuária, e da realização de observações diretas de um grupo de usuários brasileiros, conversas com interlocutores e levantamento de dados fornecidos pelos desenvolvedores do site, cheguei à conclusão de que dependendo desta relação que o usuário mantém com as imagens publicadas, a imagem tem o seu estatuto como tal profundamente abalada, deixando de ser tratada como “representação de algo” para se tornar ela mesma, a coisa em si, o objeto a ser desejado e consumido, enfim, tornando-se um fim em si mesma.

Espelho, espelho meu - Estetização do cotidiano e consumo nos ambientes virtuais

AUTORES/AS: CAROLINA VASCONCELOS PITANGA

Nas Ciências Sociais, foram poucos os autores clássicos que consideraram a importância do estudo sistemático sobre moda e a aparência. Mais recentemente, Gilles Lipovetsky, em seu ensaio “O Império do Efêmero- a moda e seu destino nas sociedades modernas”, destaca o caráter rotineiro e ritualizado da moda e mostra como, a partir do século XIX, as mudanças sociais e econômicas transformaram os indivíduos em potenciais consumidores. Para ele, a moda é um dispositivo social que gera mudanças constantes e regulares que afetam diversas esferas da vida coletiva, onde prevalece o culto à novidade e uma depreciação do passado. Consagrando a individualidade e o investimento na aparência, a moda deixa de ser um meio de distinção social e torna-se um mecanismo de “estilização das normas de vida e de gosto”. Dentro desse conjunto complexo de imagens, textos e fantasias, torna-se necessário destacar uma complementariedade entre o fenômeno da moda e do consumo que, por sua vez, devem ser examinados como

fenômenos inseparáveis e que se completam dentro do contexto social e cultural em que vivemos. Considerando que o fenômeno do culto ao corpo é constituído por quatro áreas fundamentais e complementares (o mercado capitalista, a moda, a medicina e a mídia), destaco, nessa pesquisa, a importância das propagandas, das revistas, do cinema e das novelas no processo de reprodução da imagem não só de um corpo ideal e perfeito, mas de uma vivência social concentrada na estetização da vida cotidiana e no hedonismo, como afirma Michel Maffesolli. Com o intuito de compreender a relação entre moda-consumo-aparência, o trabalho tem como objetivo analisar as imagens e textos difundidos nos blogs dedicados a conteúdos referentes à moda e beleza, levando em consideração que esses ambientes virtuais propiciam dois fenômenos sociais bastante significativos: uma troca de experiência entre a autora e as leitoras e uma apresentação de si, através das fotografias que aparecem como uma narrativa pessoal. De um modo geral, é necessário destacar que as autoras dos blogs selecionados realizam um esquadramento e uma divisão do corpo, de acordo com os procedimentos estéticos e cosméticos utilizados, e, além disso, promovem um compartilhamento de opiniões e pontos de vista sobre mercadorias ligadas à indústria da beleza e da moda. A peculiaridade está no fato de que as experiências de consumo são expostas e as evidências do sucesso (ou fracasso) de cada tratamento de beleza ou mudança estética são apresentadas através de fotografias e vídeos caseiros ou profissionais. Sendo assim, nessa pesquisa, tento trazer à tona uma discussão mais aprofundada sobre as novas formas de consumo de mercadorias, na sociedade contemporânea, e as estratégias de apresentação de si em ambientes virtuais.

Imagem, magia e publicidade: a lógica da dádiva na economia de mercadoria

AUTORES/AS: ALEXANDRE LORETO DE MELLO

A partir de uma análise “marxizada” do framework conceitual de Marcell Mauss proposta por Chris Gregory (1982), James Carrier (1995) analisa como se dá o processo de apropriação de objetos na economia de mercadoria, marcada pela alienação no processo de produção. Segundo Carrier, é na esfera do consumo que ocorre o processo de apropriação, através do qual as pessoas marcam a identidade dos produtos em suas vidas. Nesse contexto, o autor aponta para a importância das imagens publicitárias ao criar o “simbolismo de posse”, fazendo com que haja

uma identificação entre o objeto e o consumidor, rompendo, portanto, com a alienação. Busca-se, então, refletir sobre a apresentação imagética produzida pela publicidade para entender como a imagem possibilita o processo de giftization (Carrier, 1990), que transforma a mercadoria em dádiva através da atribuição de uma identidade pessoal. Para tal, mobiliza-se autores como Alfred Gell, Michael Taussig, David Freedberg e W. J. T. Mitchell, para pensar a agência das imagens publicitárias a partir da teoria da magia simpática, evidenciando a presença da lógica da dádiva no seio economia de mercadoria. Trata-se de um tema que problematiza conceitos-chaves da Antropologia, como representação, fetichismo, animismo, materialidade, mimesis, modo intelectual/lógica sensível e alteridade.

Laerte no banheiro feminino: gênero e performance na mídia

AUTORES/AS: TULIO HELENO DE AGUIAR BUCCHIONI

Parte do que foi mundialmente denominado como estudos ou teoria queer, a obra de Judith Butler (2005), lançada no começo da década de 1990, traz novas inflexões ao conceito de gênero e à estabilidade das identidades sexuais. A autora define gênero como um resultado de práticas performativas e repetitivas, uma estilização repetida dos corpos dentro de um rígido sistema regulador do gênero constituído por diversas forças que policiam a aparência social do gênero; desta forma, atos repetitivos e performáticos se fixam com o tempo, adquirindo o que Butler define como uma aparência de substância natural. Buscando refletir sobre as dinâmicas e os processos de construção de representações de gênero e sexualidade na mídia, o presente artigo investiga a relação entre gênero e performance na mídia a partir de conteúdos veiculados sobre o cartunista Laerte Coutinho em janeiro de 2012, data na qual Laerte envolve-se em uma polêmica pública depois de usar um banheiro feminino em uma pizzaria em São Paulo.

Tomando a marcação da diferença e as categorias associadas a gênero e sexualidade, cor/raça, entre outras, enquanto produtos culturais e históricos, geradores de sentidos semânticos e pragmáticos atrelados a pessoas, corpos e comportamentos, o estudo da relação entre marcadores da diferença entrelaçados e representações na mídia permite entender os efeitos dessas classificações no processo de formação de sujeitos e atores sociais em termos de apropriações de identidades e suas possibilidades de ação a partir disso (SIMÕES, FRANÇA E MACEDO, 2010).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é contribuir com a reflexão em torno de estéticas do corpo, modalidades de performance e visibilização de grupos sociais, tomando como base o que Stuart Hall (2003) identificou como uma operação de códigos naturalizados e práticas de codificação por parte da mídia hegemônica, isto é, a utilização de discursos capazes de significar e de serem decodificados pelo público e, portanto, engendrarem efeitos diversos, de influência, de instrução ou de persuasão, por exemplo, com consequências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais.

Parc Royal: um magazine na belle époque carioca

AUTORES/AS: MARISSA GORBERG

Este trabalho versa sobre o Parc Royal, uma loja de departamentos que existiu no Rio de Janeiro entre 1873 e 1943. A pesquisa foi delimitada por um recorte temporal que abrange o período da belle époque (1898-1914) e os anos 1920, um período onde ocorreu um complexo processo de transformações nas esferas da moda, do comércio, da comunicação, das sociabilidades, em pleno curso da modernidade urbana. Vislumbramos o objeto da presente dissertação como pretexto que permite entrever questões mais amplas, tais como a disseminação da cultura das aparências e do consumo de bens icônicos, a evolução da indumentária e do arquétipo feminino, além da adoção de padrões estrangeiros de civilidade. A influência do comércio estendeu-se para além da prática mercantil e concorreu para a formação de gostos, desejos e aspirações das elites durante a Primeira República, num período de profundas transformações ocorridas na capital do país. A loja, que comercializava roupa feminina, masculina e infantil, além de acessórios, presentes e artigos para casa, marcou sua posição no imaginário coletivo como sinônimo de elegância e qualidade aliadas a preços competitivos; um local onde se poderia encontrar o que havia de melhor à disposição daqueles que ambicionavam produtos impregnados de novidade, beleza, requinte e modernidade. Em meio à verdadeira revolução que imprimia novas aspirações e códigos de conduta social, o Parc Royal mostrou-se no compasso dos novos tempos que se apresentavam, acompanhando a evolução da moda e dos hábitos da elite, tornando-se um dos atores notáveis da belle époque carioca. Como opção metodológica, contemplamos a análise das representações construídas na publicidade do magazine, em anúncios publicados

em diversos periódicos da época. Sob o comando do imigrante português José Vasco Ramalho Ortigão, a atuação do Parc Royal é analisada como um veículo para o entendimento da lógica de funcionamento de parte da sociedade do Rio de Janeiro no início do Século XX, desvelando a adoção de valores, usos e costumes que expressavam os interesses de um determinado grupo social.

Uma Ética Protestante Tropical – A Fábrica de Chapéus Mangueira

AUTORES/AS: SERGIO PRATES LIMA

Este trabalho tem como marco temporal os anos de 1854-1857, que delimitam o início de uma atividade fabril de chapéus na cidade do Rio de Janeiro, que veio a se tornar uma das grandes fábricas do país, tendo funcionado por cerca de cem anos (1857-1968). Esta atividade fabril esteve muito relacionada às imigrações europeias, especialmente de Portugal para o Brasil, na segunda metade dos oitocentos. Nossa pesquisa se debruça especialmente sobre dois irmãos bracarenses, que trouxeram a experiência do fabrico de chapéus de Braga para o Rio de Janeiro, tendo criado a empresa Fernandes Braga & Cia, substituída depois pela Fábrica de Chapéus Mangueira. O estudo biográfico e da fábrica, suas imbricações com o mundo do trabalho, a expansão do protestantismo, a questão da moda, a urbanização da cidade, a influência da fábrica na ocupação do Morro da Mangueira, sua inter-relação com o mundo do samba, do trabalho e da cultura negra no período pós-abolição compõem o pano de fundo que está sendo descortinado na pesquisa. Nosso propósito é usar a fábrica como ponto de partida para pensar sua singularidade na complexificação das relações sociais, econômicas e religiosas através da análise das fontes orais, iconográficas e escritas, que compõem um rico acervo de análise para a compreensão de como foram sendo construídos os sentidos e as práticas da Fábrica de Chapéus Mangueira.

Valorizando a “tradição” na “cultura da novidade”: a estética da mineiridade na Moda feita em Minas Gerais

AUTORES/AS: JOÃO PAULO APRÍGIO MOREIRA

Ao problematizar a crescente estetização da vida coletiva e cotidiana, um importante objeto de reflexão é a própria indústria da Moda, responsável pela produção e circulação de estéticas na contemporaneidade que vão desde performances à produção de objetos. A moda, portanto, realiza a criação e movimento de objetos a partir/por distintos espaços valorativos; considerando instituições com mecanismos específicos que visam o monopólio destes procedimentos de produção e valorização de estéticas. No entanto, se por um lado a Moda se apresenta como um estruturador de signos, valores, pessoas e artefatos, seus procedimentos não estão imunes à recategorizações, a despeito da primazia que o Design tem exercido na produção da cultura material na atualidade. Nesse sentido, a proposta desta comunicação é chamar a atenção para as possibilidades da etnografia em apresentar como o Design pode ser pensado para além destes enquadramentos feitos por uma indústria global, ao privilegiar a invenção de estéticas e estatutos outros para objetos, distintos daqueles prescritos usualmente. Para refletir sobre, trouxe algumas questões relativas à indústria da Moda em Minas Gerais, no sentido de mostrar como categorias clássicas da Moda global – o luxo, o corpo, o consumo –, assumem usos específicos, em um contexto local.

Estéticas corporais como fontes poder: transgressões e domesticação no Funk carioca e a Champeta cartagenera.

AUTORES/AS: MARIA ALEJANDRA SANZ GIRALDO

Dentro dos processos de miscigenação, tão desiguais (Cunin, 2003), a música é tal vez o terreno de maior conquista do afro-americano (Small, 1999). Mas esse tem sido um processo de tensões e lutas tanto simbólicas quanto políticas, porque a música e a dança podem ser entendidas como fontes de poder, muitas vezes subversivo (Nash, 2000). É esse o contexto da Champeta de Cartagena de Indias, ritmo afro do litoral caribe colombiano, e o Funk carioca, originário das favelas do Rio de Janeiro. Ambas as músicas compartilham uma história similar de configuração e difusão, assim como relações contraditórias com o contexto

que as gera. Esteticamente, a maior similitude se acha nas corporalidades que se reproduzem nas suas performances. Por um lado, as danças expressam uma sensualidade condensada que discorda com os valores do decente, ditados por ideais coloniais que persistem. Por outro, as práticas de escuta se caracterizam pela potência das equipes de som usadas que geram uma sonoridade difícil de controlar em termos espaciais. Esse beat invade a geografia segmentada de duas cidades caracterizadas por seus elevados níveis de desigualdade social e racial. Assim, o volume da música e a sexualidade na dança geram inimigos públicos para a Champeta e o Funk, mas também grande visibilidade para uma população marginalizada.

Para Tia De Nora (2004) ser estético é ser capacitado, e o que essas estéticas de periferia conseguem com a visibilidade das suas expressões é uma agência que pode ser tanto fascinante como ameaçante para a ordem dominante. Assim, ambas as músicas se encontram numa situação contraditória entre a adoração e a condenação (Freire e Herschmann, 2003). Produz-se por uma parte uma glamourização do popular que figura na mídia e na publicidade, e as camadas altas participam consumindo a música e a moda em seus próprios espaços. Mas esse consumo tem seus limites e condições. Somente aquela fracção da estética que é capaz de se branquear -figurada e literalmente- vai ser aceita nos espaços até faz pouco restringidos. Trata-se de um processo de domesticação que revela relações desiguais de poder. Mais que as próprias estéticas, são os espaços nos quais são reproduzidas e os coletivos aos quais representam que podem ser considerados como ameaçadores. Em duas cidades altamente segregadas, essas estéticas musicais e suas festas entendidas como performances produtoras de corporalidades, conseguem tirar da invisibilidade populações vistas como perigosas pelas classes dominantes que as acusam de ser fisicamente e/ou simbolicamente violentas. As contradições no consumo de estas duas músicas que se politizam através da estética, manifestam conflitos sociais e raciais em duas cidades que embora afastadas, compartilham lógicas similares de exclusão.

Ministérios de Dança: da composição estética a performance no culto evangélico

AUTORES/AS: ANA LETÍCIA AIRES RIBEIRO RICCO

A dança como possibilidade de adoração na liturgia do culto evangélico é uma

prática recente que não compartilha de unanimidade entre as denominações protestantes. Contudo no decorrer dos anos é crescente as estratégias de aprimoramento técnico em congressos e seminários divulgados pela internet reunindo um público de jovens e crianças, geralmente mulheres. Os chamados “Ministérios de Dança” são grupos que participam das celebrações da Igreja com coreografias, ensaiadas ou improvisadas, durante os cânticos espirituais. Este é um momento em que o dançarino está como um intermediário entre a divindade e a congregação, em uma oração através do corpo, intercedendo por si e pelos membros da congregação.

A indumentária é cuidadosamente confeccionada para uso exclusivo da prática. Tecidos, bandeiras, bambolês e fitas compõe o vestuário do dançarino que ministram a interessação através de sua dança à congregação. Assim procura-se identificar padrões simbólicos e práticas empregadas neste universo ao identificar valores, referenciais que organizam as relações no interior desse grupo ao buscar a exposição de códigos em rituais de consagração e legitimação, além das diferentes visões sobre o aprendizado e divulgação deste ofício.

O que elas têm na cabeça?: O alisamento e o relaxamento de cabelo como performance identitária de mulheres cariocas brancas e negras

AUTORES/AS: ADRIANA MARIA PENNA QUINTÃO

Este artigo foi elaborado com base no trabalho etnográfico realizado durante o mestrado em antropologia social pela Universidade Federal Fluminense, com o intuito de observar e analisar os aspectos do cabelo como performance identitária, através das práticas de alisamento e relaxamento de cabelos, das quais tanto mulheres brancas quanto negras* participam. O conceito principal observado por trás de ambas as práticas é “disciplinar” os cabelos, deixando-os “sob controle”, ao mesmo tempo em que os mantendo com uma aparência “natural”, – que varia de acordo com a etnia da mulher, geralmente aquela que não lhe remeta a uma negação de sua etnia – algo muito valorizado pela mídia, pelos profissionais do segmento capilar e também pelas próprias mulheres. Além de ser uma das características físicas mais em evidência no corpo humano, o cabelo é também um gesto, na medida em que é tanto uma consequência da produção de sentidos quanto da percepção corpórea. Na condição de gesto, o cabelo é também um produtor de

linguagem e, através dele, o indivíduo pode expressar sua identidade, seu conjunto de crenças e, com base nas políticas cognitivas de seu meio, posicionar-se numa sociedade gerida por uma “ditadura estética” cada vez mais presente e envolvente. Assim, a “ditadura do cabelo disciplinado” ao mesmo tempo suporta intervenções corporais “normatizantes” e as retroalimenta em um ciclo vicioso através da moda, da mídia e da indústria de produtos e serviços capilares. As intervenções estéticas no cabelo, seus consequentes rituais, significados identitários e o consumo decorrente da união destes fatores serão tratados neste artigo, que dialogará com o material de campo, buscando descrever os rituais capilares detectados na pesquisa, bem como seus maiores impactos para as participantes.

* Para os fins deste artigo, o termo “negra” é usado relativo ao conjunto de mulheres pretas e pardas.

Questões de Gênero no heavy metal

AUTORES/AS: RICARDO CORREIA CARRAMILLO CAETANO, JACQUELINE LOBO DE MESQUITA ORIENTADORA: ALESSANDRA DE ANDRADE RINALDI

O presente projeto parte das seguintes indagações. Como se dá a relação de gênero no heavy metal, sobretudo dos anos 1980? Essa relação de gênero tem a ver com uma valorização da estética da violência que parece ter crescido ao longo da história do estilo? Para responder a estas perguntas pretende-se utilizar as capas de CDs, imagens das bandas e letras de músicas assim como comparar esses materiais com os discursos proferidos por bandas da época.

Trabalha-se com duas hipóteses a serem comprovadas. A primeira é de que a definição dada pelos fãs e músicos de heavy metal do que é ou não parte do estilo passa por questões de gênero. Além desta questão, que está relacionada ao modelo de gênero binário masculino/feminino, há a questão da violência. Desde modo, a segunda hipótese é de que a valorização de temas, imagens e sons violentos pode estar ligado a noção de masculinidade.

Para exemplificar melhor o que será abordado duas bandas da década de 80 foram escolhidas: Motley Crue e Slayer . A escolha foi feita para que se possa comparar duas bandas de estilos/subgêneros diferentes do heavy metal. Assim pretende-se confirmar se a formação da identidade de grupo do heavy metal perpassa por questões ligadas a gênero.

Sagrado e profano, delimitações e limites na religião de matriz africana na Baixada Fluminense

AUTORES/AS: GLÍCIA CALDAS GONÇALVES DA SILVA

No final do século XIX a cidade do Rio de Janeiro recebe a migração de negros vindos principalmente da cidade de Salvador e muitos desses transmigrados eram praticantes de religião de matriz africana, já iniciados na sua cidade natal. Assim chega na cidade do Rio, Davina Maria Pereira, nascida no ano de 1880, na cidade de Salvador, iniciada em 1910 por Procópio Xavier de Souza, Procópio d'Ogun, no Ilê Ogunjá, situado no Baixão, antigo Matatu Grande, em Salvador. Filha de Omolu e Oxalá muda-se ainda na década de 1910, para a cidade do Rio de Janeiro, com sua família, para o bairro da Saúde, residência na qual abrigará conterrâneos de mudança para o Rio, ficando popularmente conhecida como Consulado Baiano. Já existindo no Rio de Janeiro, um renomado zelador João Alabá, tendo seu terreiro de candomblé na rua Barão de São Felix, a quem Davina irá se ligar. Com o falecimento de João Alabá, sua casa é fechada e transferida para Mesquita, cria-se a Casa Grande de Mesquita, em 1937, dirigida por uma de suas filhas Dona Pequena e Iyá Davina como “mãe pequena”. Com o falecimento de Mãe Pequena, Iyá Davina se tornará a última Iyalorixá da Casa Grande de Mesquita, que foi a primeira roça de candomblé a ser instalada na Baixada Fluminense. A comunidade-terreiro Ilê Omolu Ósun instalou-se em São Matheus, São João de Meriti, em 1968, dando continuidade a Casa Grande de Mesquita, existindo até os dias atuais, sob a direção de Maria do Nascimento, Meninazinha de Oxum, neta biológica e iniciada por Iyá Davina. A importância do Ilê Omolu Oxum deve-se ao fato deste ter abrigado, após o fechamento de Mesquita, parte dos filhos-de-santo lá iniciados, sendo, portanto, uma das únicas comunidades-terreiro de candomblé que hoje dão continuidade à Casa de João Alabá, abriga o Memorial Iyá Davina que cumpre a função de mediação entre tempos antigos e tempos de hoje, entre os estudiosos de fora e gente de santo, entre terreiro e sociedade mais ampla. Local de várias discussões sobre a conscientização do "lugar" da religião de matriz africana na sociedade, do Memorial de Iya Davina, do Projeto Obirin (oficinas para sustentabilidade da mulher) e a verificação de quanto essa comunidade-terreiro, Ilê Omolu Oxum, pode contribuir para a preservação da memória da identidade afro brasileira na Baixada fluminense.

Sonoridades, performances e imagens incorporadas

AUTORES/AS: CARMEM SILVIA MORETZSOHN ROCHA

A tese “Apurando os sentidos: sonoridades, performance e imagens nos rituais de Umbanda em Corumbá”, por mim defendida em 2013, buscou investigar o campo das religiões afro-brasileiras, em especial a Umbanda, em locus ainda pouco presente na literatura sobre o assunto. Trata-se do município de Corumbá, situado no coração do Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul. Observou-se que, no âmbito das religiões e, mais especificamente, do universo do Candomblé e da Umbanda, o corpo constitui um poderoso instrumento que tanto viabiliza como intensifica a comunicação entre o mundo espiritual e o mundo físico.

Nos processos de incorporações espirituais, os corpos escutam, falam, vestem, dançam, riem, cantam, gritam, tocam instrumentos, curam, são curados e brincam, imersos em significados diversos. Os corpos reúnem um extenso rol de possibilidades que expressam faces peculiares do universo pesquisado. A linguagem corporal, juntamente com o som dos tambores e os pontos cantados, constitui um dos principais pilares dos rituais abordados. Ademais, a profusão de orações, toadas e mitologias conferem à religiosidade afro-brasileira inestimável riqueza no que diz respeito à cultura oral por meio de sua tradição. As letras dos pontos cantados revelam seu manancial simbólico e beleza estética somando-se às sonoridades, vestimentas, códigos gestuais e coreografias.

Levando em consideração “a importância da percepção estética do ritual como elemento crucial na sua significação” (GONÇALVES), o conceito rouchiano de Antropologia Compartilhada, contra-dom (CONORD) audiovisual ou a noção de troca antropológica (PEIXOTO), foi ressaltada, igualmente, a relevância do universo imagético no âmbito desta etnografia, realizada entre setembro de 2011 e fevereiro de 2013.

COORDENADOR/A: CARLA COSTA TEIXEIRA (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UNB), MARIA
MANUEL QUINTELA (ESEL E CRIA (PÓLO ISCTE-IUL))

DEBATEDOR/A: CRISTIANA BASTOS

Este GT propiciará o encontro de pesquisadores que investiguem valores e práticas nos diferentes espaços e interações da saúde pública para refletir sobre as conexões entre (1) o “higienismo” que está na sua origem histórica e (2) as interações cotidianas de saúde e proposições governamentais recentes. Assim, estudos históricos e etnográficos são bem vindos, podendo ter diferentes focos empíricos: serviços de saúde; relações entre profissionais e pacientes e entre os diferentes profissionais (da biomedicina, das medicinas tradicionais, da engenharia sanitária etc.); processos de formação desses profissionais; organizações (não) governamentais que atuem nas políticas de saúde, suas diferentes estruturas e gestão participativa; programas e ações de políticas públicas (saneamento, saúde da família, da mulher, práticas integrativas e complementares etc.). A diversidade empírica proposta tem como eixo articulador a pretensão de contribuir para a compreensão do complexo campo das políticas de saúde em contextos democráticos e suas relações de continuidade com horizontes históricos nos quais a saúde como um bem público se baseava em noções como higiene (mental, do corpo, da família e do pobre) e em dispositivos como a polícia sanitária. E ainda nesta perspectiva compreender a higiene, enquanto prática, disciplina científica, cultura e política de saúde pública, permitindo alargar a discussão para noções de sujo, nojo, doença, civilização e, por fim, para a “higiene das nações”.

As políticas de saúde indígena e a noção de Biolegitimidade em Fassin: diálogos possíveis.

AUTORES/AS: CRISTINA DIAS DA SILVA

Neste paper, proponho refletir sobre a política de saúde indígena no Brasil através de um recorte específico sobre as práticas corporais que orientam o cotidiano de cuidados e de conflitos. O corpo será discutido como foco de um cuidado/conflito que se estabelece pela imposição de um modo de ser culturalmente dado (práticas de higiene), mas cuja principal característica é ser vivido como espontâneo (naturalizado). Nesse sentido, iremos explorar a implicação histórica de que tais práticas de higiene são traduzidas comumente no campo da enfermagem como um conjunto de “práticas de cuidado de si” ou como parte de uma “postura pró-ativa” inerente à competência profissional. Este nos parece ser o ponto de convergência entre corpos e poderes, através do qual a “biolegitimidade” do discurso de acesso à cidadania – por meio das políticas públicas de saúde indígenas atuais – é construída. Assim, o trabalho pretende abordar o entrelaçamento entre uma concepção de higiene específica e o fato de sua hegemonia com a ideia de acesso à cidadania, mostrando como o corpo (des)politizado está no cerne da lógica humanitária que reconhece direitos e garante acessos.

Das instituições totais aos dispositivos de saúde mental em rede: um estudo de caso do CAPS Bom Jardim, em Fortaleza

AUTORES/AS: ANTÔNIA IARA ADEODATO, JOÃO TADEU DE ANDRADE.

Este trabalho apresenta reflexões preliminares da pesquisa sobre uma experiência de saúde mental em rede, na cidade de Fortaleza, sendo atividade do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da UECE. O estudo visa analisar a dinâmica de funcionamento, organização e articulação de uma rede de apoio social em saúde mental, constituída pelo Centro de Atenção Psicossocial Comunitário do Bom Jardim, por sujeitos classificados como portadores de transtornos mentais, por seus familiares e por membros de associações civis e comunitárias. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) faz parte da Política Nacional de Saúde Mental, que propõe a progressiva substituição dos ditos hospitais psiquiátricos – antigos hospícios ou manicômios – por “novas” instituições de tratamento. Na construção

desse objeto fui instigada pela premissa de que o CAPS dispõe em seu projeto sobre o uso de práticas terapêuticas em associação com as sociabilidades dos usuários, considerando como um importante auxiliar no tratamento a construção de redes de apoios sociais. Para a concretização desta pesquisa, formulei os seguintes questionamentos: Como as redes sociais ancoradas na comunidade podem se constituir em instrumento auxiliar na gestão do CAPS, partindo do princípio que a abordagem deste programa tem por pressuposto a base comunitária e de sociabilidade primária de seus usuários? De que maneira o CAPS é representado pelos usuários e profissionais da saúde no registro das suas experiências simbólicas? Como os referidos sujeitos se (re) apropriam e (re) significam as premissas de “reinserção social”, difundidas pelo discurso do Estado, influenciando nas práticas de ambos os grupos? Ao discutir as mudanças nos dispositivos de saúde mental, nas quais se pode incluir o CAPS, entendo que é fundamental considerar os fatores culturais da saúde mental, cultura e farmacologia e os aspectos transculturais do sofrimento mental. Neste trabalho, tomarei como ponto de partida à problemática foucaultiana, tendo como eixos a análise do processo de institucionalização e disciplinamento da loucura, bem como o delineamento conferido a esse personagem na sociedade moderna. Considero também os estudos realizados por Goffman, com ênfase nas características das denominadas instituições totais, em sua dinâmica de organização e na forma como atuam sobre o indivíduo. Como recursos metodológicos serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas, com o intuito de captar as representações dos agentes sociais envolvidos sobre essa rede de apoio social; observação participante, com o objetivo de captar a dinâmica de funcionamento da instituição; e análise documental das principais normas jurídicas que regulamentaram a Reforma Psiquiátrica do Brasil, alistadas nas esferas nacional, estadual e municipal.

Entre o sanitarismo e a educação emancipadora: reflexões sobre o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde

AUTORES/AS: ANGELICA FERREIRA FONSECA

O trabalho do Agentes Comunitários de Saúde - ACS tem se instituído como um componente fundamental das reformas dos sistemas de saúde em países que adotaram a atenção primária como eixo. Quando implementada segundo seus

princípios, a Estratégia Saúde da Família proporciona a todos os profissionais da equipe vivenciar deslocamentos em relação aos seus papéis mais tradicionais. Já o ACS ingressa nessa política como um novo profissional do sistema, mas com um perfil marcado por uma história que nos indica que as práticas e concepções que marcam a relação ACS/serviços de saúde/comunidade, ainda presentes na atuação desses trabalhadores, desenham significados que por vezes enfatizam seu papel de representante da clínica e da epidemiologia, em uma vertente muito mais identificada com o sanitarismo, e por vezes, enfatizam seu papel de mobilizador social, em interação com um processo de educação com perspectiva emancipatória. Além de significados sobre a sua atuação, observamos compreensões sobre a dialética entre a configuração do trabalho e o perfil do trabalhador. Argumentos econômicos mesclam-se com leituras sobre o caráter de simplificação de seu trabalho, contribuindo para inserir este trabalhador em um plano de subalternidade e desvalorização no sistema de saúde, em contraste com o discurso que acena para a sua importância. A partir do trabalho de campo apoiado pela etnografia, construímos significados sobre as características que este trabalho tem adquirido, destacando-se o parcelamento de atividades, nas quais atribuições que teriam uma dimensão mais complexa no marco da educação em saúde são convertidas em tarefas marcadas por uma perspectiva utilitarista. Os objetos e as finalidades do trabalho são traçados a partir da lógica de prevenção de agravos, e o ACS se põe como um representante desta lógica na comunidade. Seu papel como agente de tradução, ora levando as prescrições do serviço para a comunidade, ora expressando as informações da população em dados requisitados pelos sistemas de informação, constitui-se como um dos elementos da identidade profissional desse trabalhador diante dos outros profissionais e para os próprios ACS. Aceitando a ideia de um olhar “de longe” que guarde sentido com o aprendizado proporcionado pelo estudo, lembramos que no caso do ACS, o Estado atua como o criador de uma nova profissão que só existe no interior do próprio Estado. Ao assumir esse papel, é fundamental que o Estado projete e aja politicamente no sentido de estimular a criação de um horizonte para este trabalhador que fortaleça características que o situe como estratégico no SUS, e não, como um trabalhador que se justifique por remediar a precariedade da relação historicamente estabelecida entre os serviços públicos de saúde e a população brasileira.

O trabalho em um consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade.

AUTORES/AS: JANAINA ALVES DA SILVEIRA HALLAIS, NELSON FILICE DE BARROS (DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA/
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS/ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS).

Este trabalho é resultado da experiência adquirida durante a prática de formação do Aprimoramento em Ciências Sociais em Saúde, ligado ao Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas e apresenta uma reflexão sobre o acolhimento e a produção de cuidado em saúde destinada à população em situação de rua. Historicamente marginalizada pela sociedade e pelo poder público, a experiência de saúde dessa população é marcada pela desigualdade já que dificilmente consegue acessar os serviços da atenção básica. Não raro é estigmatizada pelo uso de substâncias psicoativas, tendo muitas vezes o atendimento limitado ao serviço de saúde mental. Sendo assim, a produção de cuidado para a população em situação de rua requer a instituição de linhas de cuidado que deem conta da demanda e das situações adversas impostas pela vida na rua.

Embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009) tenha como um dos objetivos assegurar o acesso à saúde, os dispositivos de assistência não dispõem de estrutura e recursos humanos para o atendimento à saúde e não apresentam convênios oficiais com a rede de atenção básica da cidade de Campinas. Neste contexto, um dos desafios para a gestão municipal é implantar uma política intersetorial que contemple ações cooptadas entre as Secretarias de Assistência, Saúde, Educação, Habitação e Trabalho e Renda, por exemplo. A ausência dessa rede dificulta o cumprimento da equidade no atendimento da PSR nas unidades básicas de saúde, que geralmente acessam a rede de atenção através do serviço de urgência/emergência. Para sanar tais dificuldades e melhorar a capacidade de resposta às demandas e necessidades de saúde inerentes à população em situação de rua (BRASIL, 2011), o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 122, de 25 de Janeiro de 2011 que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, que foram instituídas pela Política Nacional de Atenção Básica em 2012 para atuarem como porta de entrada deste segmento populacional na rede de atenção.

A assistência em saúde oferecida pelo Consultório na Rua (CnaR) abrange não apenas atendimento para problemas ou complicações advindas do abuso de álcool

e outras drogas, mas está direcionada principalmente para acolher demandas diversificadas e complexas, considerando a “saúde não centrada somente na assistência aos doentes, mas, sobretudo, na promoção de saúde e no resgate da qualidade de vida, com intervenção nos fatores que a colocam em risco” (BRASIL, 2012: 34).

Operacionalmente, o CnaR é um equipamento itinerante de saúde que integra a Rede de Atenção Psicossocial e desenvolve ações de Atenção Básica (BRASIL, 2011), devendo seguir os fundamentos e as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica. Este dispositivo de saúde também trabalha em parceria com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros serviços institucionais, priorizando que a assistência e o cuidado sejam realizados no próprio território de rua. Com uma composição multiprofissional, as equipes podem ser formadas por enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, médicos, agentes sociais, técnicos ou auxiliares de enfermagem e técnicos em saúde bucal. Em Campinas, as atividades do CnaR foram iniciadas em outubro de 2012 e dispõe de uma equipe com 12 profissionais, entre gerente, médico clínico, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, redutores de danos (agentes sociais) e motorista. Inicialmente, as ações de saúde eram desenvolvidas apenas na região central da cidade, que foi dividida em sete campos de atuação: Catedral, Praça Rui Barbosa, Terminal Central, Mercado Municipal, Praça do Carmo, SAMIM e Praça do Fórum. Seguindo a dinâmica que o próprio campo impõe, foi necessário expandir a área de atuação e incluir outras áreas da cidade, devido à migração causada por uma ação da Secretaria de Segurança Pública de Campinas, que afastou um expressivo número de moradores de rua de seus territórios.

Para maior efetividade das ações em saúde, o Consultório na Rua de Campinas desenvolveu projetos intersetoriais com outros serviços e instituições das áreas da Saúde, da Assistência e Jurídica. As parcerias com o Centro de Saúde Centro ou com hospitais públicos da cidade, por exemplo, têm como objetivo realizar consultas, exames laboratoriais e outros procedimentos que demandam uma estrutura que a rua não proporciona, “de modo a oferecer melhores respostas a essas pessoas [população em situação de rua], contribuindo de forma mais efetiva para o desempenho clínico-assistencial” (BRASIL, 2012:33).

Entretanto, tais políticas e parcerias nem sempre garantem um cuidado integral. O imaginário social sobre a PSR permeia significativamente os profissionais de saúde, que conferem valores pessoais na hora do atendimento. Características estigmatizantes como a sujeira, o mau cheiro e o efeito de drogas lícitas e ilícitas são, muitas vezes, determinantes para a precariedade no acolhimento ao morador de rua nos serviços de saúde. Além disso, o processo de exclusão dessa população é reforçado institucionalmente através da burocracia para o agendamento das consultas e da inflexibilização dos horários de atendimento, assim como da exigência de documentos de identidade, comprovante de endereço e do cartão SUS.

Sendo assim, na dimensão do acolhimento, é importante que os profissionais de saúde reconheçam o morador de rua como sujeito de direitos e como um indivíduo singular, que é portador de uma trajetória de vida. Seguindo nessa ordem, a construção da atenção e do tratamento deve ser orientada para as especificidades do grupo atendido, compreendendo as necessidades individuais de cada sujeito. Conhecer os territórios e as dinâmicas de vidas desses indivíduos é parte de um processo de abertura para o “outro”, para o estabelecimento de um vínculo terapêutico que permita a desconstrução do olhar estigmatizante e colonizador, possibilitando, portanto, que os profissionais de saúde envolvidos no acolhimento possam não somente intervir sobre a saúde, mas também interagir com o usuário. Através da observação participante, foi possível acompanhar a equipe em campo, em reuniões internas e também intersetoriais e no acompanhamento de pacientes em consultas e internações em outros serviços de saúde. Tal experiência conferiu um duplo desafio: adentrar e atuar no campo da saúde – junto a profissionais de saúde – e (re) conhecer uma dinâmica de rua que até então eu desconhecia.

De caráter qualitativo, o recurso à observação participante se justifica pela capacidade interacional que esta metodologia propicia ao pesquisador, aproximando-o dos agentes sociais e de suas práticas e vivências cotidianas. A observação participante é bastante peculiar à Antropologia, reconhecida no século XX como uma legítima ferramenta de pesquisa no âmbito acadêmico-científico pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski. Nos dias atuais, destaca-se o debate sobre os limites éticos e legais deste tipo de pesquisa. A antropóloga Linda Smith Tuhiwai (2006) apresenta uma reflexão crítica sobre o discurso ocidental sobre o “Outro”, que tende a operar

num sentido colonizador, reduzindo os sujeitos da pesquisa em meros objetos. A partir do conceito de decolonizing methodologies, Tuhiwai decorre sobre a importância de desconstruir o olhar imperialista que orienta muitos pesquisadores em campo. Tal premissa norteia esse trabalho, no sentido de verificar como se constitui a abordagem de uma equipe de saúde aos moradores de rua, grupo social constantemente marginalizado tanto social como politicamente, preconizando o potencial descolonizador do cuidado.

Basicamente, a demanda de procedimentos em campo consiste em avaliação clínica, aplicação de teste de diabete, curativos, aferição de pressão arterial, distribuição de água e outros insumos, na orientação sobre cuidados em saúde e sobre os serviços assistenciais da Prefeitura, além, é claro, da escuta qualificada. O deslocamento da equipe é feita com uma Kombi, onde também os pacientes são transportados quando necessário. Percorrer o centro de Campinas e adentrar pedaços qualificados como “perigosos”, “sujos”, “cracolândia”, entre outros, trouxe a tona que a rua não é só um lugar de passagem e circulação, é também local de permanência e de moradia, de repressão e de resistência (TUHIWAI, 2006: 4).

Em muitas situações auxiliiei na distribuição de água mineral, preservativos e protetores labiais, na organização das pessoas que queriam conversar com os profissionais de saúde, em campanhas de vacinação, em conversas com sujeitos que procuravam a equipe para contarem como tinham melhorado desde a última visita ou enquanto esperavam por consultas ou exames. O envolvimento nessas atividades e o uso da camiseta amarela do Consultório na Rua – símbolo da equipe, os “amarelinhos” – proporcionou aproximação dos usuários do serviço, que queriam entender o meu papel ali dentro, já que eu não era psicóloga, nem enfermeira, nem assistente social e nem médica. Essa condição “liminar” (e de estranhamento) não impossibilitou conhecer suas identidades e subjetividades, suas narrativas sobre como foram viver na rua, como sobrevivem e algumas de suas reivindicações, entretanto, não me garantiu ser apontada como uma referência dentro do serviço.

“Olhar de perto e de dentro” (Magnani, 2002) permitiu ainda inquietações e questionamentos sobre a criação de vínculo, a produção de cuidado e as possíveis formas de interação entre profissionais da saúde e pacientes (sobretudo pacientes com o status de “morador de rua”). Para tanto, foi preciso prezar também por uma

leitura dirigida sobre temáticas como o cuidado, atenção primária, colonização, interculturalidade, políticas e diversidade cultural. Tais leituras forneceram subsídios para direcionar e apurar o olhar em campo, não para a produção de uma análise normativa, mas para apreender as relações tramadas entre os profissionais do Consultório na Rua Campinas e os usuários do serviço.

Saneamento em áreas indígenas a partir de uma perspectiva antropológica: cosmografia e práticas de autoatenção entre os Índios Munduruku da Terra Indígena Kwatá-Laranjal, Borba, Amazonas

AUTORES/AS: DANIEL SCOPEL

Nesta comunicação analisamos práticas de autoatenção à saúde e às enfermidades, a partir de etnografia junto aos Munduruku de Borba (AM) (SCOPEL, 2013). O foco é a inter-relação entre as práticas de autoatenção e a cosmografia Munduruku, considerando o âmbito das intervenções estatais em serviços de saneamento na Terra Indígena Kwatá Laranjal (TIKL). Ao todo, foram cerca de oito meses de trabalho de campo em três etapas, nos anos de 2010 e 2011. Verificamos que a implantação das ações em saúde esbarra na falta de simetria do diálogo entre Estado e indígenas. Entendemos a cosmografia como conjunto de saberes que uma coletividade desenvolve sobre como viver em um ambiente ou território específico, ou seja, trata-se de um conjunto de saberes que emerge da construção social de relações simbólicas e afetivas que um grupo étnico ou coletividade desenvolve para se estabelecer e se manter em seu território (LITTLE, 2001, p. 5). Desse modo, a cosmografia está fortemente relacionada às práticas de autoatenção à saúde e às enfermidades necessárias a reprodução biossocial do grupo (LANGDON, 2013; MENÉNDEZ, 2003, 2005, 2009), desde tratamentos para doenças, até ações preventivas ou profiláticas, como cuidados com a água, alimentação, limpeza, etc. O problema é que esses saberes são completamente ignorados por profissionais de saúde e gestores do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena quando planejam e executam intervenções em “saneamento”. A imagem hiper-real (RAMOS, 1995) que gestores e profissionais de saúde fazem dos indígenas implica em desconhecimento sobre uma série de práticas e de articulações de saberes que são realizadas na autoatenção. Por exemplo, o uso difundido entre os Munduruku de hipoclorito para desinfecção da água é um exemplo notável de atuação e de

protagonismo dos Agentes Indígenas de Saneamento. Entretanto, negando essa prática, os profissionais de saúde que moravam na aldeia Kwatá, mandavam trazer água de outra aldeia, que possuía um poço tubular profundo, para beberem, negando os saberes sobre desinfecção difundidos pelo próprio serviço de saúde. Isso era visto pelos moradores da TI Kwatá Laranjal como “extravagância” e “luxo”, pois tinha impacto no gasto de combustível para transporte de doentes. A partir desse tipo de exemplo, procuramos problematizar o “saneamento” como espaço de atualização política em que alegorias sobre o “tradicional” e o “moderno” fazem parte de discursos e práticas que persistem cultivando imagens depreciativas das populações indígenas (TEIXEIRA, 2013) e negando a grande lacuna de responsabilidades do Estado Nacional na realização de intervenções estruturais em saneamento.

Sanitarismo e indigenismo: Considerações sobre a atuação dos profissionais biomédicos não-indígenas na T.I. Yanomami

AUTORES/AS: MARIA INÊS SMILJANIC BORGES

O cotidiano da maloca Kokoiu foi repentinamente alterado pela chegada de um casal da equipe de saúde que atuava no alto Toototobi. O dois, que haviam se conhecido na T.I. Yanomami, eram funcionários de um Projeto de Saúde implementado pela CCPY com financiamento da Funai e, posteriormente, da FUNASA. O Kokoiu era, então, uma das malocas mais distantes do posto de apoio, localizado próximo à pista de pouso construída pelos missionários da Missão Novas Tribos que atuaram na região até o início dos anos 1990. Os dois chegaram no fim da tarde e, depois de um banho no rio, armaram suas redes e começaram a preparar comida. Esperei os dois acabarem de se instalar e aproximei-me para saber das novidades. Assim que começamos a conversar, os dois trocaram olhares e começaram a rir. E, em meio aos risos, fiquei sabendo que o piso de madeira da fossa séptica construída em outra maloca havia ruído e que a moça havia sido salva de cair dentro do buraco pelo rapaz que conseguiu agarrá-la pelo cabelo. O episódio, motivo de riso por muito tempo entre os profissionais biomédicos, coloca em evidência um fato que qualquer antropólogo que tenha trabalhado com equipes não-indígenas de saúde pode atestar: a obsessão desses profissionais em construir fossas sépticas em locais onde nem sempre elas são consideradas necessárias pela população assistida.

Os Yanomae consideravam estes grandes buracos, cheios de dejetos, perigosos para as crianças e úteis apenas para os profissionais de saúde que não sabiam muito bem o que fazer na ausência das fossas. Aquelas construções eram, ainda, mais uma evidência dos estranhos hábitos dos brancos e, como não poderia deixar de ser, objeto para o exercício do característico bom humor Yanomami: numa maloca, os Yanomami consentiram na construção da fossa, mas mantiveram a instalação sem paredes, expondo qualquer um da equipe de saúde que se atrevesse a usá-la ao ridículo.

A partir de trabalho de campo realizado entre 1996 e 2004 na T.I. Yanomami, proponho-me a discutir como as noções de higiene dos profissionais biomédicos não-indígenas perpassavam a percepção que estes tinham dos agravos à saúde Yanomami e influenciavam a atuação destes profissionais na Terra Indígena.

Tratamento indígena na cidade: o cuidado em conflito

AUTORES/AS: SÍLVIA MARIA FERREIRA GUIMARÃES

Este trabalho visa analisar o tratamento indígena na cidade de Brasília e terá, especialmente, como espaço de investigação a Casa de Saúde Indígena do Distrito Federal (CASAI DF). As CASAI's são instituições criadas com o objetivo de acolher os indígenas encaminhados de seus territórios ou dos pólos -base dos DSEI's para receber algum tipo de tratamento médico especializado nas cidade. Em muitos casos, o paciente em tratamento na cidade realiza sua consulta e, em seguida, retorna à CASAI onde dorme, se alimenta e passa o seu tempo até ter outra consulta. Na CASAI, o paciente recebe os cuidados que teria no hospital, com exceção aos casos que requer o uso de algum aparelho específico. Nesse sentido, semelhante aos hospitais, as CASAI's atuam como espaços que fabricam corpos e pessoas a partir de uma moralidade biomédica vinculada a uma lógica estatal que persiste em tutelar os indígenas e por meio de uma temporalidade que lhes retira da dinâmica vida coletiva nas aldeias e os insere em uma rotina monótona e controladora dos sentidos e emoções. Como instituições disciplinadoras, essas passam a atuar a partir da criação de formas de controle de fluxos e de corpos, representando um caso paradigmático da política indígena da tutela no Brasil. Essa disciplina do corpo subentende, também, a submissão de conhecimentos à disciplina institucional, isto é, a submissão de saberes e práticas acerca dos

cuidados com o corpo e terapêuticas. Essa disciplinarização dos saberes e práticas consiste em uma operação de organização, classificação, depuração e censura dos conhecimentos, em suma, em uma operação moralizadora. Segundo Foucault, é dessa maneira que o modelo do dispositivo disciplinar é aplicado, ou seja, no espaço fechado, distribuído, vigiado em todas as suas dimensões, onde os indivíduos estão inseridos num lugar determinado, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita monitora pessoas, onde o poder é centralizado, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os doentes e os saudáveis – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (Foucault, 1990, p. 174-175). No entanto, essa experiência de individualizar e controlar os corpos indígenas é limitada por micro -resistências vivenciadas pelos indígenas na rede de sociabilidade criadas, subvertendo os estigmas e a moralização que lhes são imputados. Desse modo, este trabalho objetiva discutir, por um lado, essa situação disciplinadora e, por outro lado, as ações desencadeadas pelos indígenas que a revertem quando assumem o cuidado de si.

Alimentação, Higiene e a Razão de Estado

AUTORES/AS: GABRIEL PUGLIESE CARDOSO

Essa comunicação pretende explorar a relação histórica entre a alimentação e o higienismo no Brasil que se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX. Pretende-se acompanhar três movimentos fundamentais para estabilização da “alimentação racional” no campo das preocupações da saúde pública: 1) ela se torna domínio do conhecimento e da investigação científica como uma forma de saber sobre os homens, de sua verdade – o desenvolvimento das disciplinas nutrição e nutrologia são seus exemplos; 2) uma importante arte política de aperfeiçoamento individual e populacional – as políticas de saúde em torno da alimentação, suas estratégias e técnicas de governo; 3) e, além disso, uma nova relação consigo mesmo na qual o sujeito dirige parte importante de suas preocupações pessoais – a família enquanto máquina de propagação da alimentação saudável, a alimentação como parte do cuidado de si mesmo, enfim, os regimes, as dietas etc. Assim, a comunicação problematizará esses elementos resultantes do acontecimento da

alimentação racional dentro do quadro geral da bio-política da população como espécie que tem como objeto a gestão da população em geral e do bio-ascetismo do corpo humano como sujeito que faz com cada um dos indivíduos em sua mais remota existência se autogoverne.

Caridade e higienismo: uma discussão sobre as diretrizes assistenciais da Igreja Católica

AUTORES/AS: VANESSA APARECIDA DA SILVA

Como fenômeno histórico comum, a assistência aos desassistidos no Brasil se confunde com o histórico de práticas higienistas. Por séculos, as ações de caridade da Igreja Católica também se confundiam com práticas de controle social ao dar um destino aos grupos indesejados (órfãos, inválidos, idosos) e desordeiros (criminosos, vadios, entre outros), agrupando-os em instituições mantidas pela doação e voluntariado do corpo eclesial, político e civil, mas administrado pela Igreja, cujo principal – e, muitas vezes único – objetivo era a atenção às necessidades mais básicas dos assistidos.

Somente nos anos 70 houve um rompimento com o “assistencialismo” e combate às práticas consideradas higienistas. Na mesma época, consolida-se o terceiro setor, retirando da Igreja Católica o monopólio dos movimentos assistenciais. Favorecido pelo espírito democrático ou de conquista da cidadania dos anos 80, as práticas de transformação do “privado” em “bens e serviços públicos” (no sentido de exclusão do lucro e atendimento das necessidades coletivas) valorizavam a promoção do desenvolvimento humano em detrimento do atendimento imediatista de necessidades mais básicas. Aos poucos, a Igreja Católica teve que se adaptar em sua ação às práticas assistenciais de promoção humana. Cabe salientar, que tal discurso de ruptura com o assistencialismo no Brasil nasce no próprio seio católico com os teóricos da Teologia da Libertação, que, posteriormente, gerou a Teologia da Reconciliação como resposta Vaticanista.

O objetivo deste artigo é propor uma discussão sobre as atuais diretrizes assistenciais católicas no Brasil, buscando fornecer pontos que norteiem as atuais configurações de caridade como prática ritual católica e prática de absorção dos setores mais marginalizados. Considerando que, oficialmente, as práticas da Igreja são determinadas hierarquicamente e transmitida às dioceses por meio de seus

documentos, discute-se se, no campo retórico, a prática caritativa ainda conserva traços de higienismo. Como referência, analisa-se o período entre 2004 e 2012 os principais documentos, homilias e diretrizes tanto do Vaticano quanto da CNBB, marco este definido por ser 2004 o ano da publicação do Compêndio da Doutrina Social da Igreja e compreender todo o pontificado de Bento XVI, buscando verificar alguma tendência ou continuidade nas diretrizes das práticas caritativas católicas.

Higienizando corpos e mentes: maternidade, ciência e cultura no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

AUTORES/AS: MARIA MARTHA DE LUNA FREIRE

Após a proclamação da República no Brasil, em 1889, as elites intelectuais e profissionais urbanas atribuíram-se a tarefa de reforma e modernização do país. O projeto modernizador visava, sobretudo, substituir todos os registros que remetessem ao passado colonial-escravista, e pavimentar o caminho para a construção da nação brasileira. Fundamentados no consenso de que o “maior tesouro” do país era formado pelas suas crianças, e que o adoecimento e morte destas constituía séria ameaça à nacionalidade, os reformadores identificaram a necessidade de fornecer cuidados especiais aos seus “corpos frágeis” e “espíritos vulneráveis”. A partir do pressuposto de que a causa principal da mortalidade infantil era a ignorância ou negligência das mães, a solução preferencial para o “desperdício de vidas”, enunciada por médicos e higienistas, consistiu na ampla difusão dos princípios da puericultura, ou higiene infantil. Embebidos da atmosfera nacionalista, incorporando a modernidade como norte e apoiando-se na ciência como principal ferramenta de autoridade, as elites republicanas assumiram como tarefa urgente e imprescindível ensinar as mulheres a cuidar adequadamente de seus filhos, e assim garantir cidadãos úteis à pátria. Tratava-se, sobretudo, de apagar as marcas de uma herança cultural identificada com o “atraso” e a tradição, e substituí-la por padrões europeus de civilização, com vistas a um futuro de ordem e progresso. Apesar de capitaneado por médicos e higienistas, o movimento de pedagogia materna recebeu reforço de grupos sociais diversos – como juristas, professores, feministas e religiosos –, que resignificaram a maternidade como a gestação da própria nação brasileira. A higienização da

maternidade e da infância poderia, assim, representar a higienização da sociedade brasileira como um todo e a efetiva republicanização do país. Este trabalho discute o processo de educação das mulheres para o exercício da maternidade que dominou as primeiras décadas do século XX no Brasil, cujo impacto pode ser verificado em políticas de saúde materno-infantil contemporâneas. Aponta-se o papel de mediação cultural desempenhado pelas revistas femininas nesse processo, através da difusão de um discurso voltado para a higienização do corpo e da mente infantis e a transformação da maternidade em prática sanitária. Ao compartilhar com o gênero revista uma dimensão positiva de modernidade, o novo padrão de maternidade – cientificamente informada e sob a supervisão de médicos – seria objeto de valorização social inédita. As revistas femininas refletiram e simultaneamente alimentaram esse processo de valorização das mulheres como mães, com resultados transformadores para a condição feminina.

O Asilo Bom Pastor: prostituição e praticas higienistas em Belém do Pará nas primeiras décadas do século XX

AUTORES/AS: LUIS JUNIOR COSTA SARAIVA

O presente trabalho analisa o funcionamento de uma instituição ligada a Santa Casa de Misericórdia do Pará, o Asilo Bom Pastor, o qual acolhia meretrizes acometidas de sífilis. A partir de documentos como: jornais, livros de medicina, anais da Santa Casa de Misericórdia será possível analisarmos todo o conjunto de políticas de controle médico-policial da prostituição a partir da construção dos chamados dispensários antivenéreos e a forma como essas praticas higienistas se caracterizavam por uma pedagogia que visava cuidar do corpo, mas também da alma.

O Hospital Psiquiátrico em Perspectiva: Efeitos colaterais de uma etnografia

AUTORES/AS: MÁRIO EUGÊNIO SARETTA POGLIA

O Hospital Psiquiátrico é um espaço que tem os saberes e práticas psiquiátricos como concepção hegemônica à definição política da realidade, embora venha sofrendo modificações em sua estrutura e no seu papel social com a instauração da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Esta reforma se deu através de diversas

reivindicações que problematizavam o modo de reclusão que os doentes mentais estavam sendo tratados em favor de uma desinstitucionalização (que consiste na retirada dos internos dos hospitais psiquiátricos do regime de internação permanente), do impedimento da construção de novos hospitais psiquiátricos pelo poder público e da desospitalização (que direciona recursos públicos para formas de atendimento que evitem a internação hospitalar). No entanto, se considerarmos o papel histórico da biopolítica da psiquiatria de um viés moral como tecnologia de defesa da sociedade e da ordem, coloca-se em questão o modo e as maiorias morais que tem voz ativa nas mudanças políticas em saúde mental e a possibilidade dessas novas políticas funcionarem na mesma lógica do modelo hospitalocêntrico dos antigos manicômios. Diante desse cenário, entendo que a antropologia, disciplina que visa se relacionar com a alteridade, possibilita a tentativa de realizarmos uma etnografia com aqueles que são objetos dos tratamentos e poucas vezes foram ouvidos acerca dos modelos de gestão dos quais eram o público alvo.

Sendo assim, através de uma pesquisa etnográfica com internos, ex-internos e demais usuários dos novos modelos de atendimentos que realizam algum tipo de atividade no hospital psiquiátrico pesquisado, viso nesse artigo compreender as tensões estabelecidas nos novos processos de gestão da saúde mental nessa instituição e problematizar estas mudanças a partir das demandas cotidianas dos principais afetados por elas. Pretendo também problematizar as categorias muitas vezes naturalizadas ao campo da saúde mental (inclusive a própria categoria de saúde bem como de doença, alienação, transtorno ou deficiência mental) tendo em vista que elas se referem a contextos e projetos específicos de mudanças institucionais, de modo a problematizar a singularidade da operação cuja naturalização de certas categorias poderia ocultá-la.

Uma “unidade modelo de sanidade urbana”: a Fundação Rockefeller e a enfermagem de saúde pública no Centro de Saúde de Lisboa (1940)

AUTORES/AS: MARIA MANUEL QUINTELA

O Director Geral de Saúde José Alberto de Faria tinha como objectivo para modernizar a saúde pública portuguesa criar uma ‘unidade modelo de sanidade urbana’, que constituísse um centro de saúde de referência que pudesse posteriormente estender-se a todo o país para promover a educação sanitária e

elevar o nível de higiene da Nação, ‘através de uma convincente educação higiênica’. É este um dos objectivos que o motiva a pedir o apoio da Fundação Rockefeller em 1931 para melhorar as condições de sanidade do país. Estas negociações são materializadas na cooperação entre a Direcção Geral de Saúde portuguesa e a Fundação Rockefeller em 1939 com a criação de um centro de saúde modelo : “ O centro de Saúde de Lisboa’, inaugurado em Junho desse mesmo ano.

No preâmbulo do relatório sobre os primeiros seis meses de actividade deste centro o seu director, o médico João Maia Loureiro, enuncia o ‘conceito moderno’ da Saúde Pública assente na ‘demonstração, persuasão e educação’, substituindo o princípio da ‘coerção policial’. E ressalta a inovação profissional introduzida ‘a modelar tradição de enfermagem e visitação americana tivessem no Centro de Saúde de Lisboa a sua primeira irradiação no solo português’, referindo-se à directora de enfermagem deste centro, que foi bolseira da Fundação Rockefeller nos EUA.

Tendo como fonte a análise exploratória do ‘Relatório de Actividades do Centro de Saúde de Lisboa no ano de 1940’ (Loureiro 1940), pretendemos nesta comunicação explorar as seguintes questões: ‘demonstrar’, o quê?; ‘persuadir’, como?; ‘educar’, quem?, cruzando com os princípios ‘inovadores’ que orientaram a criação deste centro, de modo a compreender o papel da cooperação da Fundação Rockefeller e a formação do campo da enfermagem de saúde pública em Portugal. Pretende-se ainda discutir a relação entre as elites sociais e políticas na formação do campo da enfermagem de saúde pública no Estado-Novo em Portugal. Estas discussões poderão permitir, ainda, aprofundar o debate sobre as questões específicas nacionais na implementação dos ‘modelos’ Rockefeller, na circulação do conhecimento, comparando com outros contextos nacionais, designadamente o brasileiro.

Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis na Cidade do Natal: uma tentativa de política de inclusão

AUTORES/AS: ANDRESA KARLA SILVA CARVALHO

Natal é uma das cidades que na aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010) realizou contrato com cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis na tentativa de proporcionar a inclusão desses

sujeitos. São duas cooperativas contratadas, que serviram à implantação de um programa de coleta seletiva na cidade realizada porta a porta. A questão em torno dos resíduos sólidos é permeada por noções higienistas que atravessam as esferas públicas de poder que podem se evidenciar quando no estabelecimento de determinadas políticas. Assim, pretende-se investigar e discutir em que condições mais propriamente locais as políticas públicas foram estabelecidas visando a inclusão dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, como também questionar a necessidade da participação desses sujeitos nas cooperativas conveniadas como condição primeira para inserção social e reconhecimento de direitos. Há ainda outras questões evidenciadas no que diz respeito à própria configuração do programa de coleta seletiva e na definição de critérios para conveniar os/as catadores/as. Para tanto, o trabalho retoma as discussões sobre higiene, saúde, pureza como também propõe uma abordagem em campo, com uso de entrevistas.

Corpos insalubres, condutas desviantes: historicidade das políticas de saúde para moradores de rua

AUTORES/AS: ALINE RAMOS BARBOSA

Esta comunicação tem como objetivo recuperar parte da historicidade do tratamento de moradores de rua, com enfoque principal às políticas de saúde. Desde seu início – e aqui me pauto principalmente nos anos 1930, quando se estrutura o Estado brasileiro e diversas políticas estatais, inclusive ligadas aos direitos sociais – o tratamento da questão interligava políticas de repressão, uma incipiente assistência social e políticas sanitaristas. Era comum que assuntos como pobreza, ausência de local para pernoitar e demais problemas cotidianos de pessoas pobres fossem levados à polícia e resolvidos ou reprimidos pela mesma instituição. Grande parte da assistência cabia à iniciativa particular, ou benevolência das Casas de Misericórdia, por exemplo. Políticas sanitaristas estavam preocupadas com a higienização das cidades, que em alguma medida ainda norteiam algumas tomadas de decisão nesta área ainda nos dias atuais. Já nos anos 2000 – notadamente devido à nova concepção de cidadania conquistada na CF-88 – essas mesmas instâncias são acionadas para gestão da população em situação de rua (PSR). Ainda são populações que tem seu direito de ir e vir cerceados em vias públicas e que enfrentam

grande repressão policial. A assistência social volta sua atenção para o direito da PSR, e cunha este nome, com visível conotação política e garante seus direitos formalmente através da Política Nacional de População em Situação de Rua. Da mesma forma que políticas contemporâneas de saúde voltam-se para a saúde da PSR, seja por meio do enfoque às questões das drogadição e com políticas ligadas ao Centro de Apoio Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD) ou ainda mais recentes, como o Consultório na Rua (CnaR), que tem como objetivo a atenção integral à saúde da PSR. Sendo assim, esta comunicação procura resgatar parte da historicidade das políticas públicas voltadas à PSR e tenta dar inteligibilidade às relações entre as diversas dimensões dessas políticas, tendo como central a questão da saúde e as demais políticas mobilizadas em prol desta questão.

Medicinas afro-brasileiras em território português: transnacionalismo, importações e adaptações da cura na Umbanda

AUTORES/AS: CLARA SARAIVA

Nos últimos vinte anos as religiões afro-brasileiras têm-se expandido em Portugal, e o número de terreiros de Umbanda e Candomblé ascendem hoje em dia a mais de quarenta. Num país tradicionalmente católico, os portugueses sentem-se atraídos pelo poder dos orixás e das entidades de luz que lhes dão ajuda na resolução das situações de crise.

Uma das razões desta atracção relaciona-se directamente com a questão da cura. Muitos dos portugueses que chegam aos terreiros procuram solução para crises de aflição, relacionadas com o sofrimento e a doença. Muitos dos terreiros em Portugal organizam sessões específicas de cura, de modo a atender estes pacientes. Nesta comunicação discutirei algumas noções acerca do conceito de equilíbrio, doença e cura pertinentes na concepção religiosa afro-brasileira que se aplicam ao caso português. Esta discussão baseia-se nos dados preliminares do meu trabalho de campo em dois terreiros de Umbanda portugueses, focando especificamente as temáticas do estabelecimento (ou não) de uma relação com a biomedicina, por outro com práticas mais próximas da Nova Era, e ainda a utilização de ervas e plantas oriundas de África e do Novo Mundo na cura.

Um segundo tópico prende-se com o modo como os líderes religiosos percebem o seu papel de healers brasileiros em território português. Os líderes religiosos são

brasileiros e/ou portugueses que emigraram para o Brasil ou lá foram para buscar conhecimento e realizarem cerimônias iniciáticas nessas religiões. Importa ainda referir o caso de pais e mães-de-santo portugueses que reivindicam uma ligação directa com África, que, a seu ver, ultrapassa a relação com o Brasil, já que a origem destas religiões está em África. Trata-se sobretudo de portugueses que nasceram e viveram (eles e também os seus progenitores ou outros familiares) nalguma das antigas colónias portuguesas em África, sobretudo Angola, e cujo discurso reinventa as qualidades do luso-tropicalismo e a “boa” relação dos portugueses com os antigos territórios ultramarinos, nomeadamente a apreensão das religiões e práticas locais.

Entre viagens transcontinentais Portugal-Brasil e relações específicas com a antiga África de colonialismo português, as entidades vindas de África e do Brasil circulam...e curam.

Memórias encarceradas: política pública, higienismo e intimidade tutelada em busca de transformação.

AUTORES/AS: ELISA MARIA DOS ANJOS

O presente estudo discute a visita íntima do Sistema Prisional do Rio de Janeiro que faz parte de uma instância de direitos garantidos ao apenado. Entretanto, nossa especificidade histórica aponta para uma democracia disjuntiva valorizando direitos políticos e sociais em detrimento dos direitos civis. A situação se agrava quando o público alvo são apenados, implicando na percepção deste direito como um privilégio. Para o estudo foi realizado um trabalho de campo acompanhando 20 palestras de visita íntima onde foram colhidos dados e relatos além de estabelecer inferências a partir do aporte teórico da memória social, associado metodologicamente à observação participante e aplicação de questionário. Foi possível perceber o processo de circulação e consumo de afetos e pertenças que se estabelecem a partir de uma inversão das memórias “oficiais” e “subterrâneas” onde, segundo Pollak, as primeiras seriam comprometidas com as permanências e as segundas, com rupturas. Contudo, no espaço prisional esta inversão acontece, na medida em que as memórias “oficiais” buscam através de políticas públicas transformar a realidade social do apenado e, as memórias “subterrâneas”, dos atores sociais que interagem nesses espaços procuram reafirmar os valores compartilhados

ordinariamente. É nesse aspecto, que práticas eugenistas persistem no cotidiano carcerário onde o “mal social” é associado à doença e hereditariedade. A descrença sobre a capacidade de recuperação dos apenados hoje possui raízes explicativas nos ideários higienizantes. Eles propunham a modificação de “atitudes viciosas” que deviam ser transformadas em “hábitos salutareis” ainda na infância, período em que a internalização dos “dogmas higiênicos” seria mais efetivo, pois o espírito ainda estaria imaturo. No que diz respeito às discussões em torno da visita íntima, sob a responsabilidade da Coordenação de Saúde Penitenciária, a noção de higiene se apresenta como uma tentativa de controle do espaço prisional e as relações dos apenados com pessoas oriundas do mundo externo à prisão. Os pressupostos higiênicos, como no passado, são uma estratégia de intervenção e racionalização do público e do privado. Contudo, enquanto a memória “oficial” busca operar no campo das consciências mediatizando a intimidade com a intenção de auxiliar no processo de ressocialização e propiciar transformação, as memórias “subterrâneas” imersas em concepções de “contágio perigoso”, como discutido por Douglas, procuram impedir que tais políticas sejam praticadas pois, em suas percepções, tais políticas não podem obter êxito pois ajudariam a produzir os “filhos da cadeia”. Por isso a necessidade de manutenção de identidades essencializadas em polos opostos, organizando simbolicamente o espaço e os papéis sociais em seu interior.

Os doces riscos: higienização como estratégia terapêutica do Diabetes

AUTORES/AS: AMANDA SILVA RODRIGUES

As condições crônicas em saúde são consideradas em diferentes países – inclusive no Brasil – como ‘problemas de saúde pública’ e, enquanto tais, merecedoras de sistemas diferenciados de atenção à saúde que incluem tanto programas de saúde específicos, quanto o acesso diferenciado a alguns serviços. O diabetes mellitus é uma dessas condições e, amparado pelo conhecimento sobre a fisiopatologia dessa doença, o governo prioriza ações destinadas ao combate dos chamados fatores de risco, tais como sedentarismo, tabagismo, sobrepeso e obesidade. O combate a esses fatores (que também são práticas, comportamentos e constituem hábitos de vida) é tanto estratégia de enfrentamento à incidência crescente da doença como também medida de tratamento dos pacientes já diagnosticados. Nesse

movimento, eliminar esses fatores, defender hábitos saudáveis de vida, deixa de ser apenas caminho de enfrentamento do diabetes, para se transformar em um objeto. Assim, o que antes era medida de combate à progressão da doença no corpo (e na coletividade) passa a ser um fim em si mesmo, ‘se emancipa’. Em nome desse fim, pessoas – suas características e comportamentos – passam a ser indesejáveis, rejeitadas e combatidas. A pessoa com sobrepeso, o sedentário, o fumante, o diabético indisciplinado e incompetente para implementar fielmente as mudanças de hábitos que compõe o tratamento prescrito encarnam aquilo que deve ser saneado e progressivamente, retirado da sociedade, em nome do bem de uma coletividade. Os fenômenos perceptíveis nesse movimento não se encerram naqueles que Foucault se referiu como componentes do ‘biopoder’, da disciplina e docilização dos corpos, há aqui também um projeto de gestão de vida que envolve a promoção de higiene da população, a ideia de limpar e sanear não só corpos, mas também a vida, na medida em que também se ocupa de hábitos que compõem o cotidiano das pessoas e seus modelos mentais. A noção de saneamento que as ações de combate ao diabetes carregam faz parte de um projeto de nação que se consolida (e se atualiza) também como cultura, como visão de mundo, autorizando aos diferentes sujeitos que se relacionam em torno dessa doença (pacientes, profissionais de saúde, familiares) a atribuírem de significados disputantes na medida em que lidam com ela. Desejo pensar sobre essas questões, tomando como fio condutor discursos de profissionais de saúde e pacientes, obtidos a partir de uma incursão etnográfica iniciada em de outubro de 2012.

Pensando o Papel dos Propagandistas Farmacêuticos

AUTORES/AS: NATHARRY ALMEIDA BRUNO ARAÚJO

Na Antropologia brasileira pouco se tem falado a respeito dos propagandistas farmacêuticos, eles são por vezes citados, mas pouco se tem aprofundado sobre este importante ator que atua diretamente na saúde pública e privada. Afinal, é preciso entender melhor qual o seu papel dentro do mundo dos cuidados com a saúde. Seriam eles apenas disseminadores das novas drogas produzidas pelos laboratórios privados? Ou também estariam levando inovações do mundo biomédico medicamentoso? Questões como essas vêm tomando importância na antropologia quando pensamos no impacto causado pela presença dos propagandistas em

hospitais, postos de saúde e clínicas médicas, nos pacientes, nas atividades de prescrição médicas e consequentemente no consumo de medicamentos, vendo que esses atores estão agindo diretamente sobre o desempenho dos prescritores, que detêm o poder de decidir qual medicamento deve ser consumido e prescrito aos pacientes. Pretendo abordar esses funcionários da indústria farmacêutica, atentando para o mundo que o cerca, os trajetos que realiza e as rotinas de trabalho de um propagandista farmacêutico.

“O Bolsa Família tem ajudado muito a gente”: ações, sujeitos e interpretações das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família em Rio Tinto/PB

AUTORES/AS: PEDRO FRANCISCO GUEDES DO NASCIMENTO

Este trabalho apresentará as primeiras problematizações de uma pesquisa etnográfica, em fase inicial, no município de Rio Tinto, litoral norte da Paraíba. A pesquisa busca articular questões mais diretamente ligadas às políticas de saúde, particularmente a saúde da família, com o cenário mais amplo onde se reconfiguram ou se acentuam compreensões sobre os beneficiários de políticas públicas – seja no campo da saúde ou da assistência social. Pretende-se compreender a forma como as condicionalidades do Programa Bolsa Família na área da saúde são vivenciadas naquele contexto. Serão apresentadas as formas como se tem posto em prática essas condicionalidades, atentando para os sujeitos responsáveis pelo acompanhamento das famílias beneficiárias e os enunciados que descrevem quem são esses beneficiários. Essa busca tem se dado a partir da interlocução com os gestores e profissionais da saúde, de forma particular, mas também no diálogo e na convivência com as demais pessoas das localidades onde a pesquisa tem sido desenvolvida, sejam beneficiárias ou não desse programa federal. Nessa fase inicial, temos nos deparado com a recorrência do discurso acerca dos pobres e de sua alegada participação nessa condição de pobreza, onde se destacam os pressupostos de falta de cuidado com a saúde e da não preocupação em evitarem filhos. O Programa Bolsa Família tem sido por vezes apontado, por parte de profissionais de saúde, como uma possibilidade de favorecimento no cumprimento de algumas das metas do serviço de saúde. Neste momento, essa percepção tem se configurado, sobretudo, no contato com as agentes comunitárias de saúde. Espera-se que o desenvolvimento da pesquisa amplie esse conjunto de interlocutores, considerando

as possibilidades de nuançar e adensar esses primeiros achados de campo na direção do entendimento de como políticas abrangentes são experimentadas em um contexto específico.

COORDENADOR/A: CANDICE VIDAL E SOUZA (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS),
ANDREA CIACCHI (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA)

Este GT objetiva reunir @s pesquisador@s que desenvolvem investigações sobre história da Antropologia no Brasil e em outros países da América Latina. Essa área produziu resultados nas últimas décadas que apontam para a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as práticas institucionais e individuais da antropologia latino-americana. Nessa perspectiva, interessa-nos contemplar tanto as pesquisas voltadas à reconstrução das experiências dos séculos XIX e XX (museus, revistas, cátedras, projetos etnográficos e balanços teóricos) como as que abordam o tempo presente. As análises sobre os modos de pesquisar e os sujeitos da produção antropológica no Brasil e na América Latina devem se inspirar na proposta de Irving Hallowell de que a história da antropologia deve ser abordada como um “problema antropológico”. Trata-se de explorar percursos de homens e mulheres na antropologia, as configurações institucionais específicas em que se inserem, a dimensão histórica dos objetos de suas pesquisas e das problematizações teórico-etnográficas de suas obras. Desejamos fortalecer a comparação entre antropologias nacionais, tanto na contemporaneidade quanto nos eixos da reconstrução histórica de instituições e trajetórias intelectuais. Interessa-nos também enfatizar as antropologias brasileiras e hispano-americanas praticadas nas várias regiões e relativizar (ou situar contextualmente) as oposições entre centros/periferias em uma mesma instituição ou entre instituições.

Entre a medicina e a psicanálise: o saber antropológico e automodelagem na narrativa profissional de Arthur Ramos

AUTORES/AS: MARCELO HENRIQUE NOGUEIRA DIANA

A comunicação situa o saber antropológico na trajetória do médico alagoano, posteriormente catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil, Arthur Ramos. Recém egresso da Faculdade de Medicina da Bahia, Ramos atuou durante as décadas de 1930 e 1940 no esforço de profissionalizar a trajetória acadêmica do antropólogo no Brasil. Fundador, em 1941, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, sua formação médica, antes de ter se tornado um entrave para essa missão, foi catalisadora para a sua imersão no campo da antropologia social. Tendo defendido sua tese de doutorado em 1926, acerca das reciprocidades simbólicas entre o louco e o primitivo na teoria do inconsciente da psicanálise, dava ênfase para as possibilidades interpretativas que o instrumental da teoria de Freud oferecia para a análise social. Ainda que essa abordagem não seja exclusiva de Ramos (haja em vista a leitura que Lévi-Strauss realiza da psicanálise), trata-se aqui, em paralelo, de um resgate à historicidade da sua formação e da alteridade do contexto disciplinar do antropólogo no Brasil, com destaque para a sua respectiva narrativa profissional. Na confecção dessa narrativa, problematizamos tanto a coerência epistemológica da antropologia como discurso de saber específico, quanto submetemos a uma perspectiva histórica a exposição de Ramos como antropólogo acadêmico. Do ponto de vista metodológico, a partir da década de 1960, os estudos pioneiros de Michel de Foucault a respeito do discurso da ciência apontam para o aspecto coercitivo do saber – sintetizado pelo binômio saber/poder; nesse mesmo debate, resistiria em Thomas Kuhn a ideia de uma comunidade científica, a partir da qual os conflitos e as controvérsias entre os paradigmas epistemológicos aparecem relacionados e em continuidade entre si. Na minha pesquisa sobre Arthur Ramos pude observar, entretanto, que no caso da sua narrativa profissional a antropologia se configura nem como um discurso coercitivo, tampouco como paradigma de comunidade científica, dada a fragilidade do saber antropológico no contexto intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil. A automodelagem do campo de saber da antropologia, sintetizada por Ramos, aparece atrelada a uma cumplicidade forjada a partir de

outras epistemologias, na interação de diversos sujeitos envolvidos com diferentes campos de saber e à prática profissional-acadêmica rotineira do envio de obras, bilhetes, cartões e convites, ensejando uma extensa rede intelectual. A medicina, cúmplice do nascimento da psicanálise, cuja proximidade a antropologia social neste primeiro momento haveria de problematizar, permitiu a Arthur Ramos estabelecer uma coerência do seu métier como antropólogo, a despeito das divergências intrínsecas a esses diferentes campos.

ENTRE INSETOS, PEIXES E PLANTAS: gênese da Antropologia e problemática indígena na viagem de Alfred Russel Wallace pela Amazônia (1848-1852)

AUTORES/AS: BENEDITO DO ESPÍRITO SANTO PENA MACIEL

Em meados do século XIX, chegou a capital da província do Pará, o então jovem cientista inglês Alfred Russel Wallace. Aportou em Belém, em 28 de maio de 1848 na companhia de outro cientista mais experiente, Henri Walter Bates, com quem compartilhou os dois primeiros anos de pesquisas na Amazônia. Além da amizade com Bates, Wallace lia e trocava correspondências com gente famosa, como Charles Darwin com quem, inclusive, publicou um artigo conjunto a respeito da teoria da evolução, sobre a qual, aliás, os dois chegaram basicamente e simultaneamente às mesmas conclusões. Wallace permaneceu na Amazônia por cerca de quatro anos e percorreu milhares de quilômetros de rios, igarapés, lagos, paranás e cachoeiras. Dos arredores de Belém, viajou com auxílio de remeiros e guias indígenas os rios: Guamá, Capim, Tocantins, Marajó, grande parte do Amazonas e, principalmente, o negro e as cachoeiras do seu alto curso. Com a ajuda do conhecimento tradicional e da mão de obra dos índios, coletou, estudou e classificou várias espécies de insetos, peixes, animais e plantas muitas até então inéditas e, mesmo perdendo grande parte de seu material de campo num incêndio seguido de naufrágio em mar aberto quando voltava para a Inglaterra em 1852, Wallace escreveu e publicou no ano seguinte os resultados de suas pesquisas nesta parte da América do Sul. Mas a obra de Wallace não interessa apenas para a biologia e para a botânica. Escrita por um exímio naturalista ela é mais ampla e abarca estudos sobre o homem e a sociedade na Amazônia, em especial sobre os índios. E é exatamente sobre este aspecto da obra que trata este artigo. Fazendo uma leitura cuidadosa vemos que entre insetos, peixes e plantas a obra de Wallace

traz dados relevantes sobre o modo de vida dos índios, a localização geográfica de vários grupos, suas línguas e costumes. Orientando-se pelo método comparativo ele classifica os índios da amazônia como superiores aos do sul do Brasil, tanto física como intelectualmente. Ainda assim, para Wallace os índios amazônicos “nas vizinhanças da civilização”, perdiam seus costumes e tornavam-se “degenerados”. O estudo dessas ideias é relevante para pensarmos alguns conceitos e imagens criadas tanto na ciência como na sociedade sobre as populações indígenas da amazônia no século XIX. Os relatos de Wallace trazem também importantes fatos sobre a política indigenista e sobre estado e suas instituições nesta parte do império brasileiro. Deste modo, este trabalho tem como objetivo contribuir para se pensar como a ciência do século XIX viu a amazônia e suas populações, e articular esse pensamento com as primeiras ideias de uma antropologia na Amazônia.

História das Pesquisas em Lagoa Santa: Museus, Crânios e Antropologia Biológica no Brasil

AUTORES/AS: PEDRO JOSÉ TÓTORA DA GLÓRIA, WALTER ALVES NEVES, MARK HUBBE

A região de Lagoa Santa, Minas Gerais, foi alvo das primeiras intervenções paleontológicas e arqueológicas no Brasil. Peter W. Lund (1801-1880), um naturalista dinamarquês, realizou intervenções nas grutas da região entre 1835 e 1844, encontrando evidências fósseis de convivência entre megafauna extinta e seres humanos em uma das cavernas locais. Desde então, esses esqueletos foram alvo de estudos na Europa e no Brasil, tornando pilares centrais na discussão sobre a antiguidade e a origem dos primeiros grupos humanos no continente. No começo do século XX, os achados de Lund motivaram pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tais como Jorge Padberg-Drenkpol (1877-1948) e José Bastos de Ávila (1888-?), e da Academia de Ciências de Minas Gerais, tais como Harold Walter (1898-1976), a fazerem novas intervenções na região. Na década de 1950, Wesley Hurt (1917-1997), filiado à Universidade de Dakota do Sul, empreendeu a primeira missão arqueológica de cunho profissional em Lagoa Santa. Sua equipe obteve as primeiras datações radiocarbônicas em Lagoa Santa, encontrando ocupações de quase 10 mil anos na região. Em mais de um século de escavações, centenas de esqueletos humanos antigos foram depositados nos museus do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Copenhagen. Esse material foi estudado na

primeira metade do século XX dentro de uma perspectiva tipológica, buscando caracterizar uma raça humana própria à região, o “Homem de Lagoa Santa”. Na década de 1970, a missão Francesa liderada por Annette Laming-Emperaire (1917-1977) encontrou o crânio mais antigo das Américas, datado estratigraficamente em 11 mil anos antes do presente. A partir da década de 1990, Walter Neves (1957-) da Universidade São Paulo, usando uma abordagem morfológica baseada em métodos quantitativos modernos, propôs um modelo de migração para as Américas que considera a chegada de dois componentes biológicos principais ao continente, buscando explicar a diferença de morfológica craniana entre os primeiros americanos e os indígenas modernos. Durante a última década, novas escavações na região encontraram 32 sepultamentos humanos antigos, além de um rico material arqueológico na forma de líticos, ossos de fauna e plantas, agora depositados na Universidade de São Paulo. Apesar da antropologia biológica em Lagoa Santa ter historicamente uma forte ligação com a medição de crânios, a riqueza do material depositado nos museus brasileiros tem aberto a possibilidade de estudar outros aspectos da vida desses antigos habitantes do continente, tais como subsistência, atividade física, violência, estresse e padrões mortuários. Desta forma, uma renovação de interesses na antropologia biológica de Lagoa Santa começa a surgir, gerando um novo conjunto de questões antropológicas.

Reciprocidade e Etnografia? Dois artistas do Brasil em textos-chave de Charles Wagley e Charles Wagley em dois Romancistas Brasileiros

AUTORES/AS: SAMUEL MARIA DE AMORIM E SÁ, SOARES, SORAIA; FIGUEIRA, BÁRBARA

Romancistas brasileiros (Jorge Amado – 1969; Bahia e Benedito Monteiro – 1991; Pará) se inspiram em Charles Wagley e Charles Wagley escolhe dois artistas do Brasil (Pierre Verger e José João Rescala para ilustrar dois dos seus textos- chave. No centenário de nascimento do antropólogo Charles Wagley (1913-2013) houve comemorações em Belém do Pará e em Chicago (USA). Com o tempo a leitura do antropólogo que viajou ao Brasil por mais de três décadas permite análises que sedimentam reflexões sobre sua presença. Neste caso a reciprocidade não equivale àquela do tipo Kula dos Trobriandeses ou a outra que C. Lévi-Strauss usa para suas conclusões sobre parentesco. Aqui o termo equivale a um tipo de relação que provoca reações; no caso o antropólogo valoriza o Brasil, seus

nativos, índios, caboclos, e dois romancistas brasileiros se inspiram em C.W. para imaginar atores de romance – Jorge Amado em *Tenda dos Milagres* cria James D. Levinson, e Benedito Monteiro inclui um “antropólogo” em uma equipe onde outros cientistas discutem um projeto sobre a Amazônia. Para o caso de Jorge Amado, a caracterização foi explicitamente levantada pelo historiador José Carlos Sebe Bom Merhy (1990). Para o romancista paraense C.W. interage com os personagens. Como havia o costume de usar pseudônimo entre etnógrafos pode-se aventar a hipótese: romancistas imitam os antropólogos e lhes dão pseudônimos e um antropólogo valoriza artistas do Brasil. Neste trabalho, os autores reúnem situações que estavam esparsas e avançam para interpretar o tema trazendo outras presenças que podem ajudar na interpretação, tais como Candido Portinari e Hannah Arendt bem como há o contraste com o romance de Bernardo Carvalho (2002) sobre Buell Quain antropólogo também da Universidade de Colúmbia (N.Y.) que desapareceu em Carolina (MA) o qual “tentou vencer a solidão e morreu misteriosamente”. Bernardo Carvalho juntou pistas no Brasil e nos E.U.A para romanciando esclarecer a incógnita. Recentemente outra jornalista de Belém do Pará escreveu romance a qual credita Charles Wagley explicitamente como inspiração.

“Herborizando” os tipos humanos: etnografias no Brasil na metade do século XIX

AUTORES/AS: CREIVALDO REGIS VELOSO JÚNIOR

A atuação de naturalistas em museus e associações científicas foi fundamental para o desenvolvimento de ideias e práticas que influenciaram os conhecimentos de história natural e o desenvolvimento da etnologia e da antropologia. Se, como afirmou Luiz de Castro Faria, as décadas de 1860 e 1870 foram fundamentais para a institucionalização da Antropologia no Brasil, e na virada para o século XX trabalhos como os de Baptista de Lacerda e Roquette-Pinto assinalaram novas bases para a disciplina, nas décadas anteriores discussões sobre raça, nação, usos e costumes das populações, notadamente indígenas, permearam os cenários das discussões etnográficas. As décadas de 1840 a 1860 foram marcadas pela ação de homens de ciências e de letras em instituições como o Museu Nacional, o IHGB e a Comissão Científica de Exploração (1859-1861). Nestas iniciativas foram

realizados debates e práticas etnográficas, gerando uma documentação que nos permite analisar leituras e interpretações sobre estas temáticas, num momento em que não se constituíam como campos específicos de formação e de conhecimento acadêmico.

Em meados do século XIX, o Museu Nacional e o IHGB foram alguns dos lugares de produção de memórias, histórias e etnografias. Intelectuais das duas instituições se dedicaram a estes temas, elaborando conhecimentos na história natural e na história do Brasil. Em 1842 o Museu criou uma Seção destinada aos objetos fabricados pelos seres humanos, coletados desde sua criação (1818), incluindo grande interesse pela cultura material indígena. Em 1847 o IHGB criou uma Comissão de Arqueologia e Etnografia, que em 1851 passou a ser uma Seção permanente. Muitos dos associados que frequentavam estas instituições se envolveram na primeira Comissão Científica nacional, que entre 1859 e 1861 percorreu províncias do norte do país, concentrando-se, sobretudo no Ceará. Entre eles destacamos Gonçalves Dias (1823-1864), que presidiu a Seção de Etnografia, considerado por Castro Faria e Raimundo Lopes o primeiro etnógrafo do Brasil; Guilherme Schüch Capanema (1824-1910), engenheiro que presidiu a Seção de Geologia e Mineralogia e descreveu experiências de observação de torés, e Francisco Freire-Allemão (1797-1874), médico e botânico que, presidindo a Comissão Científica e a Seção de Botânica registrou em seus diários suas impressões sobre as gentes do Ceará. Enquanto procuravam inventariar a história do Brasil e sua história natural, debatendo, herborizando e formando coleções, os relatos por eles produzidos nos permitem uma compreensão de como lidavam com os temas etnográficos. O objetivo deste trabalho é a análise de usos e significados atribuídos à etnografia por parte de intelectuais brasileiros vinculados aos mencionados empreendimentos.

Egon Schaden e as raízes da Antropologia no Brasil

AUTORES/AS: PEDRO MARTINS, TÂNIA WELTER

A Antropologia institucionalizou-se como disciplina acadêmica no Brasil na década de 1940. O processo apresenta nuances próprias em diferentes regiões do país e culmina com a criação de instrumentos de divulgação da produção científica na área e na criação da sua entidade científica, a Associação Brasileira de Antropologia,

na década de 1950. O trabalho detém-se sobre a trajetória de Egon Schaden, um dos pioneiros da Antropologia no Brasil e um dos responsáveis pela consolidação da cadeira de Antropologia na Universidade de São Paulo. Mais pontualmente, trata de resgatar as origens do antropólogo e explorar as idiossincrasias de sua formação científica. Filho de imigrante alemão nascido em pequena comunidade agrícola de Santa Catarina, Egon Schaden é, provavelmente, o único antropólogo brasileiro de grande destaque com origem rural. Beneficiário de uma insipiente política de ação afirmativa que lembra a trajetória inicial de Clifford Geertz, Egon Schaden rompeu a barreira de classe de sua época dedicando-se aos estudos e construindo uma exemplar carreira acadêmica. Tendo vivido entre duas culturas, a brasileira e a alemã, Egon Schaden participou diretamente da gênese da ABA e foi o responsável pela criação da Revista de Antropologia – primeiro e mais antigo instrumento de divulgação da produção antropológica no país.

FUSÃO OU COMPETIÇÃO? Conjugalidade e academia na institucionalização das ciências sociais no Brasil

AUTORES/AS: FERNANDA AZEREDO DE MORAES

Este artigo é um desdobramento da minha dissertação de mestrado, intitulada “‘Pântanos de relações e colchões de cumplicidade’: Academia e Conjugalidade na Perspectiva de quatro mulheres intelectuais” (PPGAS-UFSC, 2012). Nela, ao reconstruir as trajetórias intelectuais, acadêmicas e pessoais de quatro professoras de ciências humanas, casadas com colegas intelectuais e atuantes na cidade de São Paulo, deparei-me com o cenário de institucionalização da carreira acadêmica e de seus modos legítimos de produção de conhecimento trilhado nos últimos 50 anos. Dessa forma meu propósito nesse artigo é fazer uma ponte entre essas experiências particulares e o panorama histórico e atual universitário, refletindo sobre o gênero na cultura acadêmica em suas recentes transformações.

Abordo a experiência da chamada “conjugalidade acadêmica” através de um olhar sobre a trajetória de quatro mulheres intelectuais da área das ciências humanas, casadas com outros intelectuais, residentes na cidade de São Paulo. A partir dessas narrativas, delinco algumas categorias relevantes para pensarmos carreiras científicas a partir de uma perspectiva antropológica feminista, sendo elas: os conflitos e significados entre fusão e competição; as diferenças estruturais entre primeiras e

segundas uniões matrimoniais; e por fim, a relação com a renomeação feminina no casamento e a construção de um “nome” profissional. A institucionalização das ciências sociais no país é figura presente na construção desses caminhos, ora à dois, ora individuais.

Em suma, esse é um artigo que propõe um movimento do privado para o público, sem perder de vista as particularidades do campo e das experiências abordadas, mas apontando para importantes questões de gênero que interpelam nossa história e cotidiano acadêmico e se imiscuem profundamente em nossos critérios de excelência e ideais de êxito.

Inclusões e Excluídas nas Histórias da Antropologia: O Caso do México (1890-1930)

AUTORES/AS: CARMEN (APEN) RUIZ-MARTINEZ

Minha apresentação se centra em um período da história da antropologia no México (1890-1920) nos princípios da consolidação de uma antropologia profissional no país. A apresentação tem como objetivo oferecer alguns aspectos que considero podem ser úteis para compreender as histórias da antropologia não só no México mas também em outros países da América Latina. Minha pesquisa sublinha as inclusões e exclusões no estilo de pesquisar e escrever as histórias da antropologia. Assim, as perguntas que meu trabalho faz são: quem são os protagonistas principais e que vozes foram silenciadas e excluídas? Quais temas são estudados e formam parte do cânone? Quais áreas geográficas são as mais pesquisadas? Assim, as personagens estudadas são duas mulheres arqueólogas (Zelia Nuttall e Isabel Ramírez Castañeda) e uma instituição de pesquisa internacional (a Escola Internacional de Antropologia e Etnologia). Na minha pesquisa eu tenho identificado dois eixos – nação e gênero - que permitem compreender a tensão entre inclusões e exclusões. A questão da nação enquanto entidade que aparece constantemente no imaginário antropológico e determina o tipo de pesquisa que se faz. Para refletir sobre o tema da nação na escrita da história da antropologia, meu trabalho foca nas interações entre pesquisadores nacionais e estrangeiros que formaram equipes de pesquisa ou participaram em escolas e instituições de ensino. O segundo eixo reflete como a questão do gênero na prática científica atua como mecanismo de exclusão neste período de consolidação da disciplina no México.

Os Rituais na Obra de Thales de Azevedo: Por uma antropologia do cotidiano

AUTORES/AS: FABIANA MARIA GAMA PEREIRA

Este Resumo nasce de reflexões em torno da história da antropologia brasileira e de alguns antropólogos nacionais cujas trajetórias vêm sendo estudadas e analisadas a partir de uma Pesquisa de Pós Doutorado intitulada “A geopolítica acadêmica da antropologia da religião no Brasil”, que por sua vez tem como objetivo levantar questionamentos sobre o cenário de institucionalização do campo da antropologia brasileira. Neste processo, se percebe que alguns personagens se destacaram enquanto outros foram “esquecidos” e “apagados” dessa história. Thales de Azevedo é um exemplo de antropólogo que, embora seja cada vez menos mencionado, merece destaque pela diversidade da sua obra, tendo explorado temas que inicialmente vão da literatura médica à antropologia, passando pela história, sociologia, situação racial, religião, rituais, entre outros. Entre os anos de 1960 e 1980 sistematizou seus estudos sobre rituais que merecem destaque em especial, primeiramente por se diferenciar dos estudos antropológicos clássicos que se fundamentaram em torno da análise de grandes categorias de práticas, como sacrifício, prece, reciprocidade, práticas mágicas, etc. No Brasil, tais estudos se vinculavam mais uma vez ao âmbito da religiosidade, notadamente nos cultos afro brasileiros que é o campo por excelência mais pesquisado da antropologia da religião e dos rituais. Thales de Azevedo vai mais além desta tendência e passa a tratar de outras categorias de ritos em diferentes contextos: a praia, o trote de calouros, a formatura, o culto ao corpo, o emagrecimento, a moda são alguns dos temas que ele vai abordar ao longo de sua trajetória. O objetivo do trabalho que se pretende apresentar na Reunião Brasileira de Antropologia é mostrar o quanto a obra de Thales de Azevedo tem importância no cenário da Antropologia nacional, tentando articular esta discussão às questões mais amplas relacionadas à invisibilidade de certos autores e obras na construção da história da antropologia.

Para uma antropologia da antropologia baiana.

AUTORES/AS: CLÁUDIO LUIZ PEREIRA

A comunicação tratará da antropologia como objeto, postulando-se, portanto, a realização de uma antropologia da antropologia. Presume-se, todavia, de que

a unidade de investigação que a abarca seja exata, e definida por um contexto regional e local, ou seja, o Estado da Bahia e a antropologia que tem sido feita por lá. Já a unidade de análise considerada pressupõe a observação de formas relacionais outras: o local e o global, o todo e as partes, o nacional e o internacional, o central e o periférico, etc. Busca-se, portanto, nestes lócus de investigação e análise, verificar as relações existentes entre autores e obras que se dedicaram a pensar a Bahia, ou a partir da Bahia. Neste sentido, a comunicação será dedicada à construção de dois escopos básicos. No primeiro aporte interação personagens autorais, grupos acadêmicos, instituições, movimentos sociais, sejam eles “nativos” ou estrangeiros. No segundo escopo observam-se corpus de conhecimentos, eixos temáticos, problemas teóricos, pressupostos metodológicos. Ou seja, deve-se realizar em relação a esta antropologia baiana uma etnografia que possa delinear processos – o fazer antropológico artesanal e suas lógicas, as carreiras acadêmicas, as trajetórias pessoais ou institucionais -, produtores – os antropólogos e os distintos fundamentos pelos quais eles são formados, na condição de um vir a ser idiossincrático – e produtos – o conhecimento antropológico produzido a partir de uma sociedade que sabemos historicamente sociologizada, como tema e problema.

A África nas Américas: a atuação da UNESCO no Brasil e no Caribe nos anos 1950

AUTORES/AS: JÚLIA VILAÇA GOYATÁ

Este trabalho visa explorar a atuação do setor de relações raciais da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) nos anos 1950 no Brasil e no Caribe, principalmente nas Antilhas francesas. Essas regiões foram alvo de importantes estudos raciais financiados pela recém criada instituição de cooperação internacional e realizados concomitantemente. Nesse período o antropólogo francês Alfred Métraux (1902-1963) era quem estava à frente do departamento de ciências sociais da instituição, sendo responsável pelos projetos vinculados ao tema racial.

Tendo em vista o caráter universalista e humanitário que marcou a fundação da UNESCO em 1946, tratava-se, de fato, de trazer à baila exemplos considerados bem-sucedidos no campo das relações raciais, espécies de “lições” para uma

humanidade devastada pela experiência nazista (Maio, 1997). Veremos como a suposição inicial desses estudos, a saber, a de que em regiões como o Brasil, a República do Haiti, a Martinica e Guadalupe (estes últimos departamentos franceses) os conflitos raciais seriam amenos, nem sempre será confirmada pelos relatórios e estudos dos pesquisadores envolvidos nos projetos da UNESCO. A comparação entre os estudos feitos nos anos 1950 no Brasil e no Caribe deixam ver aspectos importantes do imaginário europeu e norte-americano sobre parte da América negra. Espécies de laboratórios raciais as regiões citadas eram vistas de maneira similar: “exemplos felizes de assimilação racial”, elas teriam preservado a cultura de matriz africana, a despeito dos privilégios da elite branca (Leiris, 1955). Contudo, há também descontinuidades: os autores que participaram das missões destacam o preconceito racial incrustado nas relações sociais cotidianas. Os projetos da UNESCO realizados na década de 1950 revelam ainda um outro aspecto interessante: a profissionalização da antropologia, sua relação com o campo das políticas públicas e o nascimento do que Métraux chama uma “ciência social aplicada”, envolvida não apenas com o estudo de grupos sociais, mas com o rumo dos mesmos. Enfim, trata-se aqui de explorar a configuração de um campo de pesquisas sobre as relações raciais em um momento emblemático, o pós-guerra, tendo em vista os imaginários europeu e norte-americano construídos em torno do que seriam essas regiões em que prevaleceria a “democracia racial” (Freyre, 1933).

A questão nacional e as antropologias de Brasil e Espanha

AUTORES/AS: CHRISTINA DE REZENDE RUBIM

O objetivo da pesquisa é analisar a invenção da nação e a construção da antropologia espanhola e brasileira como possíveis dimensões interconectadas em suas constituições históricas. O papel dos homens letrados nesse processo é condição necessária e obrigatória já que o capitalismo, a industrialização, a educação formal, a ciência e a nação são referências nessa busca de significados, o que vem sendo construído a partir do século XVIII. Procura-se enfatizar, portanto, a construção da antropologia como uma ciência vinculada essencialmente à construção da nação, que para alguns autores é ainda um problema na atualidade. Alguns fatores como, por exemplo, regimes autoritários ou a falta de uma população amplamente

alfabetizada são causas significativas nesse contexto, mas não suficiente para a compreensão da antropologia que muitas vezes é “invisível” para aqueles que – diferentemente de brasileiros, mexicanos, portugueses e escandinavos entre outros –, são provincianos em relação à ciência e ao pensamento social, tomando conhecimento apenas da antropologia do seu entorno geográfico e linguístico. A partir da sociologia do processo de Norbert Elias e do conceito de campo de Pierre Bourdieu, bem como da teoria das invenções das tradições de Eric Hobsbawm e das comunidades imaginadas de Benedict Anderson foram coletados depoimentos informais e gravados de antropólogos de diferentes instituições, regiões, gerações e gêneros em torno de suas trajetórias intelectuais e de vida, além do itinerário da antropologia, passado e presente, da história da nação e da ciência, localizando assim as instituições e departamentos onde se encontram antropólogos, suas temáticas, trajetórias intelectuais no período de 2009 a 2010 com apoio do CNPq. Também foram coletados dados referentes à educação formal e industrialização dos países em questão nos séculos XIX e XX e a análise do estado da antropologia contemporânea, a sua influência na construção da nação, bem como as possíveis ingerências da nação na criação da disciplina.

Centros y periferias antropológicas. Julian Steward y el Handbook of South American Indians

AUTORES/AS: GASTÓN JULIAN GIL

La edición en 1946 del Handbook of South American Indians, a cargo de Julian Steward, constituyó un importante hito para la antropología norteamericana pero también para las tradiciones periféricas antropológicas del subcontinente. En buena parte a través de esa publicación, los estudios antropológicos en los Estados Unidos darían los primeros pasos sistemáticos en los estudios de áreas y más precisamente en América del Sur, aunque luego fuera América Central el área geográfica más explorada por la subdisciplina de la antropología social, en especial a partir de los proyectos de desarrollo. En los seis volúmenes que componen la publicación, una serie importante de antropólogos latinoamericanos realizaron sus aportes, junto con otros renombrados especialistas, principalmente norteamericanos pero también franceses y alemanes. La comunidad antropológica internacional de la primera mitad del siglo XX poseía sólidos vínculos que posibilitaban un marco de sociabilidad académica sumamente fluida. Aunque aquellos antropólogos carecían

de los adelantos tecnológicos que les posibilitaran establecer contactos remotos en lapsos temporales estrechos –o inmediatos–, la circulación de ideas entre las distintas tradiciones nacionales encontraba canales que permitían que referentes de diversos ámbitos desarrollaran densas redes académicas horizontales y verticales fronteras afuera.

Projetos institucionais, trajetórias intelectuais: uma perspectiva comparada sobre a institucionalização da antropologia no Brasil e na Índia

AUTORES/AS: VINICIUS KAUE FERREIRA

Para esta comunicação, proponho uma perspectiva comparada entre as histórias da antropologia no Brasil e na Índia, enfocando certos aspectos do período de institucionalização universitária da disciplina nos dois países. Busco compreender como, em ambos os contextos, os rumos da disciplina foram forjados pelo espírito contestador das suas primeiras gerações de estudantes, ao produzirem espaços de oposição aos interesses institucionais depositados sobre a disciplina. Para isso, retomo a trajetória de estudantes de uma primeira geração formada nas Universidades de São Paulo e de Bombay, respectivamente.

No caso brasileiro, exploro os trabalhos de Mariza Peirano (1991 e 1992) para refletir sobre o caráter contestatório da primeira geração de estudantes em antropologia da USP, fundado na década de 1930 com o intuito de revigorar a influência da burguesia paulista. Aqui, inscrevo-me no pensamento de Peirano, ao afirmar que o espírito desafiador, ligado ao marxismo e ao indigenismo, de figuras como Antônio Candido, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, produziu uma antropologia vigorosa e perene.

Para o caso indiano, utilizo-me de trabalhos contemporâneos sobre a história da disciplina (UBEROI, SUNDAR E DESHPANDE, 2007; PATEL, 2011) para contextualizar trajetórias mais ou menos subversivas que influenciaram o campo indiano, entre o final da década de 1910 e o início da década de 1940, na Universidade de Bombay. Também na Índia, a institucionalização das ciências sociais apresentou-se como um projeto de elite, da coroa britânica, que desejava conter as revoltas pela independência do país. O que vemos, contudo, é que a primeira geração de estudantes em Bombay, aqui representada por G.S. Ghurye, C.N. Vakil e N.A. Thoothi, soube tomar posição na produção de uma ciência

engajada na descolonização. Esta pesquisa parte de minha dissertação de mestrado, na qual desenvolvi uma análise de longo prazo sobre a história da antropologia na Índia, sublinhando as complexas e ambivalentes dinâmicas de continuidade e ruptura entre sucessivas gerações de pesquisadorxs. Para sua realização, foi empregada uma densa revisão bibliográfica e entrevistas com professorxs indianxs durante trabalho de campo na Índia.

Compartilho aqui da ideia de que a história da antropologia pode ser escrita nas relações tensas e ambíguas que se produzem nos interstícios de projetos institucionais e trajetórias individuais, relevando ainda suas conexões com movimentos políticos e sociais mais amplos. Além disso, ela pretende tecer aproximações importantes entre o campo disciplinar de cada um desses contextos nacionais, acreditando que, tendo claro suas respectivas especificidades, há pontos importantes de convergência para a redação de uma história comparada de ambas as tradições.

Uma Rede latino-americana de Antropologia: primeiras impressões

AUTORES/AS: MAX MARANHÃO PIORSKY AIRES

Desde o pós-guerra as antropologias latino-americanas empregaram os cânones teóricos do culturalismo norte-americano. A noção de aculturação ganhou destaque; termo que parece ter sido cunhado depois da visita de Robert Redfield ao México e assinala de que modo as crenças nacionalistas sobre mestiçagem ajudaram a modelar um importante conceito antropológico. Na década de 1960, no entanto, as antropologias periféricas buscaram inspiração noutro lado do Atlântico. No México, González Casanova e Stavenhagen direcionaram a atenção para um conjunto largo de autores e temas relacionados com as lutas anti-coloniais e anti-imperialistas no continente latino-americano e africano, bem como definiram a dominação dos indígenas no quadro do estado-nação mexicano com o conceito de colonialismo interno. Na mesma década, Darcy Ribeiro publicou *Os Índios e a Civilização*, livro que, acreditou o autor, contribuiria para denunciar o colonialismo e ajudar ‘a definir formas mais justas e adequadas de relações com os índios’. Embora em suas ‘fontes teóricas gerais’ cite autores como Redfield, Linton, Herskovitz e Aguirre Beltran, Ribeiro procurou distanciar-se das ideias de aculturação e citou as ‘apreciações críticas’ de Stavenhagen, assim

como a ‘persistência’ dos indígenas como ‘entidades étnicas’. Cardoso de Oliveira e Stavenhagen também se conheceram em 1962, quando Stavenhagen dirigiu o Centro Latino-americano de Investigações em Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, órgão associado a Unesco e onde exerceu a posição de secretário geral da instituição. Naquele momento, Cardoso de Oliveira conheceu a noção de colonialismo interno e elaborou o projeto de pesquisa Estudos de áreas de fricção interétnica do Brasil para o centro dirigido por Stavenhagen, quando empregou a noção de fricção interétnica, que, posteriormente, tornou-se bastante conhecida no continente, bem como contribuiu para a reformulação do paradigma da aculturação. Nesta comunicação exploro a formação de uma rede latino-americana de antropologia, que, ao que parece, está associada com a relações pessoais, trocas teóricas e intercâmbios acadêmicos, sobretudo entre brasileiros e mexicanos, e o lugar destacado que a antropologia possuía no México e ganhou no Brasil.

COORDENADOR/A: JOSÉ MAURÍCIO PAIVA ANDION ARRUTI (UNICAMP), MARIA ROSÁRIO GONÇALVES DE CARVALHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

DEBATEDOR/A: EDWIN REESINK, UGO MAIA ANDRADE, CRISTINA POMPA

Este GT pretende retomar, e renovar, uma linha consagrada da reflexão sobre os povos indígenas, qual seja, a da História Indígena e do Indigenismo, assim como homenagear um dos seus principais expoentes entre nós, John Monteiro (1956-2013). Para isso, além de apontar a necessidade de pluralizar as histórias indígenas e de reler o indigenismo em seus variados contextos, propomos realizar este duplo movimento a partir do cruzamento de três temas. (a) Das classificações sociais: questões relativas à própria construção e reconstrução da noção de índio e de indígena, e que mobiliza desde as lógicas de distinção e alianças locais até os mecanismos de nomeação coloniais e nacionais. (b) Dos territórios: considerando desde uma etnologia das territorialidades nativas até o que temos denominado de processos de territorialização, para designar o modo específico pelo qual o território é usado como modo de definir unidades de intervenção estatais. (c) Da reflexividade cultural: modos pelos quais os povos indígenas têm apreendido, incorporado e ressignificado categorias científicas, jurídicas e administrativas, o que nos impele a pensá-las de outro modo que não como simples objeto de saber-poder, ou como cosmologias encerradas em si mesmas. Cruzam tais eixos temas como, as sobreposições territoriais, as etnogêneses, as estratégias de performatividade identitária, as figuras indígenas de mediação cultural, tais como os tradutores, capitães, professores e funcionários do órgão indigenista.

Diferença e compatibilização: a construção da identidade indígena no Brasil

AUTORES/AS: CRISTINA POMPA

A comunicação apresenta uma análise histórico-antropológica do processo de construção cultural e jurídica da identidade indígena no Brasil, a partir das ideias contidas nos documentos coloniais, como o Plano Civilizador, de Nóbrega (século XVI), passando pelo Diretório dos Índios (século XVIII) até chegar no Regulamento das Missões de Catequese e Civilização do Índios (século XIX). Objetivo do estudo é refazer o percurso conceitual e político do projeto nacional da compatibilização das diferenças, entre negação e reconhecimento, evidenciando a contribuição de múltiplas agências neste processo: poder político, igrejas e povos indígenas. A contradição, lógica e política entre a igualdade e a diferença, a universalidade humana e a especificidade étnica, presente na documentação produzida ao longo da história, constitui hoje o cerne do debate sobre os direitos das minorias étnicas, numa tensão permanente entre a universalidade dos direitos de cidadania e o respeito das diferenças étnicas. A análise da construção conceitual da identidade e da diferença no Brasil, mediante as noções de religião, civilização e direito, junto com uma análise histórica da própria atuação indígena ao longo desse processo, procuram contribuir para uma historicização mais adequada das categorias identitárias que estão na base do debate.

Histórias indígenas no extremo Norte do Brasil: o Oiapoque e seus habitantes transfronteiriços

AUTORES/AS: GIOVANI JOSÉ DA SILVA

A comunicação objetiva a apresentação dos resultados iniciais de um projeto de pesquisa desenvolvido a partir de 2013 na Unifap (Universidade Federal do Amapá), intitulado “História e Antropologia em fronteiras: presenças indígenas entre Brasil e Guiana Francesa, séculos XX e XXI”. Vivem atualmente no Oiapoque, região localizada no extremo Norte do Brasil, no Estado do Amapá, pelo menos quatro populações indígenas (Galibi Kali’nã, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur) que se caracterizam por constituírem agrupamentos divididos por fronteiras de Estados nacionais, no caso Brasil e França (Guiana Francesa). Perceber como os países envolvidos tratam os indígenas é um dos objetivos do projeto ora em

andamento. Além disso, espera-se perceber como ao longo do tempo tais grupos se reproduziram física e culturalmente e que estratégias desenvolveram para lidar com as imposições emanadas dos centros decisórios de cada Estado. Assim, verifica-se que ao longo do tempo os Palikur, Karipuna, Galibi Marworno e Galibi Kali'nã negociaram entre si e com os não índios diferentes formas de se identificar e de se fazerem ver e serem reconhecidos pelo entorno. As conclusões apontam para modos específicos de vida transfronteiriça que desafiam antropólogos e outros pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento a repensarem conceitos e ações em relação a tais populações que vivem em limiares fronteiriços étnicos, culturais e nacionais, dentre outros.

O profetismo como linguagem política possível; o caso dos Waiwai

AUTORES/AS: VICTOR ALCANTARA E SILVA

Os índios Waiwai, que habitam hoje o noroeste do Pará, sudeste de Roraima e sul da Guiana e Suriname, são conhecidos na literatura antropológica pelas expedições de contato e atração de índios isolados na região da serra do Acarí, na divisa do Brasil com a Guiana. A partir da década de 1950, com a instalação de missionários evangélicos da Unevangelized Fields Mission em uma das pequenas aldeias da região, houve a conversão e o início das expedições, que rapidamente alteraram o quadro populacional desses grupos, que passaram a deixar as aldeias dispersas e se juntar em um aglomerado em torno da missão Kanashen. Esse processo é marcado pelo abandono do xamanismo, a formação de pastores nativos, a alfabetização em língua grafada pelos missionários a partir do waiwai e a paulatina conversão daqueles que chegavam à missão, que assumiam, além da alcunha de “crentes”, a denominação Waiwai para si mesmos. Atualmente tem ocorrido a rápida dispersão desses núcleos em diversas pequenas aldeias e a reocupação de áreas no Brasil, Guiana, Suriname abandonadas anteriormente. Juntamente com a dispersão territorial, ocorre a retomada de antigas denominações grupais que ficaram durante muito tempo subsumidas naquelas de grupos mais influentes politicamente, como os Waiwai. Para acompanhar esse processo, é preciso compreender o movimento de concentração e dispersão como uma dinâmica política nativa. A proposta desse texto é então explorar o profetismo como uma linguagem para tratar dessa política. É sabido da recorrência de fenômenos proféticos na região guianense

em situações de contato, em que a mensagem e objetos religiosos são utilizados por certos líderes para reverter relações negativas com os brancos e propor novas ordens (Andrello 1993, Abreu 2004). O material etnográfico Waiwai aponta as perambulações de um prestigioso xamã convertido, chamado Ewká, pelas aldeias com que mantinham relações em expedições nas quais prometia o fim das guerras e uma vida de abundância na missão. O caráter profético não se limita, porém, ao componente religioso, mas justamente permite considerar de uma só vez o cruzamento entre história (ou contato), política, religião e identidade.

A hipótese que se pretende defender é que toda política é contingenciada historicamente, e não somente aquelas transformações desencadeadas pelo contato. Se o contato, nesse caso, foi determinante para a formação das aglomerações Waiwai, a história mostra que constantemente ocorrem movimentos de concentração e dispersão motivados por eventos, tais como guerras ou o comércio (Perrone-Moises 2006, Brightman 2007) e que causam constantes arranjos territoriais e identitários, o que se verifica no atual processo de dispersão com a retomada de áreas e a fragmentação identitária.

O Purätig e a Bíblia: criação e reflexão Sateré-Mawé

AUTORES/AS: MARIELLI BIMBATTI MAZZOCHI

Acompanhando um grupo de famílias Sateré-Mawé adventistas residentes em Parintins - AM, oriundas de Ponta Alegre Terra Indígena Andirá-Marau, pretende-se analisar a circulação no cenário urbano, as estratégias de ocupação, o deslocamento cidade/aldeia e os discursos nativos sobre este contexto urbano. A partir da participação em atividades da igreja e do envolvimento na comunidade religiosa alcançados por eles abordar a formação de “pedaços” sateré-mawé, as estratégias de (in)visibilidade identitária nestes espaços e a construção de um sentido sobre o que significa ser Sateré-Mawé, ser adventista e morador urbano para estas famílias. Partindo da descrição de três espaços de reunião – a igreja do bairro, a Campal do Tucumanduba, onde diversas igrejas adventistas se reúnem, e a igreja da aldeia – e das falas dos Sateré-Mawé acerca das relações e mediações possíveis nestes espaços, montar um panorama das estratégias, da política, das circulações e da construção identitária sempre dinâmicas destes Sateré-Mawé nas interseções criadas entre estes espaços.

Populações Indígenas na Cidade de Boa Vista – Roraima: Dinâmicas Sociais e processos de (re)significação identitária em contexto urbano

AUTORES/AS: LUCIANA MARINHO DE MELO

A proposta deste trabalho consiste na reflexão sobre as dinâmicas sociais das populações indígenas da cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, nos processos de (re)significação identitária destes grupos instalados no perímetro urbano. Nesta discussão, entendemos por dinâmicas sociais as estratégias de manutenção do auto-reconhecimento indígena, bem como de atualização e reprodução das referências culturais ante um contexto distinto daquele experimentado nas aldeias rurais. Para a construção deste trabalho, uma problemática fez-se norteadora: de quais maneiras as populações indígenas inseridas no espaço urbano boavistense reconhecem a si, aos demais grupos étnicos da cidade e aos sujeitos não-indígenas da sociedade urbana envolvente? Com o intuito de responder a esta questão, partimos de dois paradigmas relativos à presença dos mesmos em Boa Vista: aquele a que somos primeiramente apresentados, ou a história oficial da ocupação e formação territorial da capital e outro, menos disseminado, fundamentado na tradição oral e na ancestralidade, que não possui respaldo nas versões canônicas e militares difundidas nos livros e documentos oficiais. Essa perspectiva aponta para o sentimento de pertencimento ao referido espaço e para a construção de reivindicações identitárias sedimentada nos discursos que resgaram antecedentes históricos sob a ótica dos povos indígenas envolvidos. Há, contudo, um ineditismo nesta relação espacial que consiste, em linhas gerais, nas múltiplas maneiras com as quais a capital é apropriada na contemporaneidade, os significados conferidos aos espaços de sociabilidade e na constante reconfiguração das identidades étnicas. Além disso, a cidade, como lugar historicamente negado aos indígenas, adquire novos contornos socioculturais diante das demandas políticas de grupos interétnicos e dos conflitos bilaterais envolvendo a sociedade civil.

Sobre o virar índio: ritual e transformação entre os Arara

AUTORES/AS: JÚLIA OTERO DOS SANTOS

Este trabalho versa sobre a Festa do Jacaré realizada pelos Arara de Rondônia, (povo falante de Tupi Ramarama), uma reinvenção de um ritual que consiste no

assassínio do animal que dá nome ao rito, originalmente impetrado por mulheres brabas, aquelas tidas como violentas com suas crianças. É no âmbito do programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas do Ministério do Meio Ambiente (PDPI-MMA) que este ritual é retomado após um longo período sem ser celebrado e pensado reflexivamente por aqueles que dele participam.

Interessa-me compreender as relações constituídas e reflexões elaboradas por meus interlocutores a partir da realização da festa e da inclusão dos brancos como convidados e patrocinadores importantes. A ideia de que o ritual seria, entre outras coisas, uma apresentação – pensada no artigo não como autorrepresentação fantasiosa, mas como somente uma das ações que compõem a festa – é investigada a partir das relações que os Arara têm em vista quando dizem estar se apresentando, ou seja, mostrando a sua cultura para os brancos: a saber, aquelas entre diferentes grupos domésticos e aldeias, com seus vizinhos Gavião, com os espíritos e, evidentemente, com os brancos.

Além das classificações identitárias, como a de índio, os Arara, como grande parte dos povos indígenas mundo afora, incorporam a nossa noção de cultura em determinados contextos como o do ritual para defender seus direitos e modos particulares de existência.

Em um cenário de imersão profunda no mundo dos brancos e de uma percepção generalizada de que estariam virando brancos, o ritual é experimentado como um espaço privilegiado para virarem índio, para apresentarem para os brancos e para si mesmos a sua “cultura”. Nesta espécie de laboratório e tendo em vista as relações com os brancos e com os Gavião, meus interlocutores estão buscando entender o que é ser índio e Arara e como não virar branco em um universo de transformações aceleradas.

Temporalidades Ameríndias

AUTORES/AS: UGO MAIA ANDRADE

A comunicação propõe discutir questões que motivam o projeto interinstitucional de pesquisa “Cosmologia e história na região do rio Uaçá e baixo Oiaoque (AP)” (CNPq 2013-2016). Em fase inicial e sem dados preliminares – mas considerando-se o acúmulo etnográfico sobre a região em foco – parte-se da simultaneidade de formas expressivas, orais e não orais, de registro e transformação da temporalidade

entre os Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno do extremo norte do estado do Amapá. Assim, no clássico eixo do mito e da história encontraríamos formas outras de registro e transformação da temporalidade, como cantos xamânicos, performances dramáticas e narrativas híbridas, como bem sublinhou Lévi-Strauss (1986) ao caracterizar o corpus “barroco” de povos norte-americanos enquanto literatura mitológica colonial. Algumas perguntas emergem deste cenário, tais como: o que é “história”? Quais os elementos verdadeiramente constitutivos disso que chamamos de “história”? Podemos universalizar a “história” ou devemos tratá-la como o modo que nos é familiar de registro e transformação da temporalidade? Quando é legítimo falarmos de “histórias indígenas”, no sentido de uma ascensão indígena à “história”? A que reducionismos estamos expostos ao dizermos que as expressões indígenas de registro e transformação da temporalidade são “história”? Com tais problematizações procura-se compreender quais são os elementos pelos quais os povos indígenas da região do rio Uaçá e baixo Oiapoque se percebem e se representam no fluxo temporal, indo além, portanto, da compreensão de modelos nativos de interpretação de processos históricos de mudança que vem ocupando uma parcela da etnologia amazônica voltada para a experiência indígena do contato.

Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento Os Suruí na ditadura militar brasileira

AUTORES/AS: ANDREA PONCE GARCÍA

De forma paralela ao trabalho que está sendo realizado pela Comissão Nacional da Verdade, têm surgido outros tipos de organizações que pretendem contribuir com informação que pode estar ficando fora dos relatórios produzidos por esta comissão, acerca da situação experimentada por vários povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil.

É justamente sobre uma destas organizações alternativas que o presente trabalho foca-se. A Comissão de Verdade Suruí constitui-se na primeira experiência no país em que os próprios índios têm-se proposto reconstruir sua memória com base nos fatos ocorridos sob regime militar. Trata-se então de um exercício etnográfico em torno desta Comissão formada pelos índios Suruí-Aikewára, localizados no sul do estado paraense. O importante será dar conta dos elementos e mecanismos

próprios dos quais esta Comissão indígena valer-se-á para contar sua própria história.

História que por sua parte traz elementos complexos como ameaças, torturas e violações várias experimentadas por os índios e camponeses na região do Araguaia, e cometidos pelos militares que lá incursionaram com o objetivo de eliminar o movimento guerrilheiro assentado a partir de 1972.

Durante o “Estado de Sítio” ao qual estiveram expostos os índios Suruí, várias foram as mudanças culturais que se suscitaram em base a este episódio particular da sua história de contato.

Conflitos na fronteira e identidades em conflito no baixo Tapajós (PA): uma abordagem reflexiva.

AUTORES/AS: RODRIGO CORRÊA DINIZ PEIXOTO, KÉRCIA FIGUEIREDO

No baixo Tapajós um movimento de reelaboração étnica interfere em organização espacial onde o Estado busca acomodar terras indígenas, unidades de conservação e interesses do capital, entre os quais madeira, soja, minério e hidrelétricas. Caboclos ribeirinhos afirmam-se indígenas e reclamam do Estado direitos e recursos. Essa etnogênese é um movimento político que opõe resistência ao avanço do capital e como tal cria reações fortes. A resistência, embasada em forma de conceber e lidar com a natureza diversa do sentido empresarial extrator de recursos, típico da fronteira, estabelece certo empecilho ao avanço de interesses capitalistas, afetando o mercado de terras e atividades madeireiras. Intensos conflitos ocorrem. Contudo, o conflito tem mais de uma face. Informados sobre a possibilidade de abraçar identidades capazes de garantir direitos étnicos e territoriais, a população local, antes vista como um todo homogêneo, se divide por força de uma política de identidade. Por um lado, grupos indígenas, dando substância a um aguerrido movimento identitário. Por outro, comunitários sem qualquer identidade expressa, classificados por outros, em sentido pejorativo, como simples caboclos. A exacerbação de emergentes identidades indígenas estabelece novas relações nas comunidades, fazendo emergir, em muitas delas, atritos entre parentes. Na Resex Tapajós-Arapiuns, ganha expressão também uma identidade extrativista, mobilizada pela própria condição do território, por seu órgão gestor, por movimentos sindicais e por inserções em lutas. O movimento

indígena, fortemente influenciado por liderança religiosa, que é também um índio assumido, busca converter as comunidades à identidade indígena, mas de uma forma um tanto impositiva, segundo críticas de comunitários que assumem a identidade de extrativistas, diversa da identidade indígena. A polêmica é generalizada, inclusive dentro do movimento indígena, que, em parte, contesta suas lideranças. Facções rivais se criticam, e há os que reconhecem as intrigas, mas entendem que é melhor não “meter a colher”, para “não jogar lenha na fogueira”. Como abordar o problema sem ultrapassar uma fronteira ética? Como situar os atores no contexto dos conflitos sem interferir indevidamente no processo político local? Um texto certamente produziria reflexos, posto que tudo o que se escreve sobre eles reverbera localmente, afetando posições e relações de forças. Mas omitir uma interpretação em situação tão interessante, que remete ao problema da autoridade etnográfica, não parece também ser o caso. Como resolver o impasse? Uma estratégia condizente com o contexto pode ser a de permitir uma polifonia, abrindo espaços para os vários pontos de vista, para as várias vozes locais debaterem suas razões no texto, que ganharia assim opiniões representativas dos sujeitos locais.

Nos tempos do regime militar: narrativas indígenas sobre a Colônia Penal Fazenda Guarani (MG)

AUTORES/AS: CELESTE CICCARONE

Durante o regime militar, foram criados reformatórios e centros de reeducação destinados a um período de recuperação ou em estágio de reeducação de indígenas classificados como delinquentes degenerados ou criminosos. As representações e práticas disciplinares legitimavam a repressão dos conflitos fundiários desencadeados pelo plano desenvolvimentista de integração nacional, intensificando a colonização dos territórios indígenas. Entretanto, a compreensão das relações estabelecidas na época entre os agentes do estado e os indígenas e seus marcadores, tem sido limitada pelo sigilo imposto pelo Estado nacional sobre a documentação destas “prisões”, só recentemente quebrado, e pelo descompasso entre visibilidade acadêmica, com um ainda tímido interesse sobre o assunto, e repercussão jornalística, com a multiplicação de reportagens- denuncia, desde a implementação da Comissão da Verdade. Neste trabalho apresento os primeiros

resultados de uma pesquisa ainda em andamento que tem como foco a situação histórica do Centro de Reeducação Fazenda Guarani (1972-1978) implementado após o fechamento do Reformatório Penal Indígena Krenak (1969-1972), ambos situados em Minas Gerais e geridos por policiais militares e funcionários da FUNAI. O intuito da investigação é tentar produzir uma reescrita da história localmente construída, problematizando a documentação oficial, os estudos voltados exclusivamente para a história da política indigenista, a partir dos agentes do Estado, e as reportagens, deslocando o foco para a história política indígena, nas versões da memória dos sujeitos sobre suas experiências de abordagem, remoção, reclusão e resistência frente às ações repressivas dos agentes do Estado colonial, interrogando estas situações históricas em seus rebatimentos e estratégias de rearticulação.

Retomadas de terras e ocupação militar: a disputa pela aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia

AUTORES/AS: DANIELA FERNANDES ALARCON

Em 28 de janeiro de 2014, agentes da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal instalaram uma base policial na aldeia Serra do Padeiro, no interior da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, sul da Bahia. Com isso, tratavam de consolidar sua presença na área – onde atuavam desde agosto do ano anterior, por determinação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo –, dando início à ocupação militar permanente de um território indígena já reconhecido pelo Estado brasileiro. No mês seguinte, cerca de 500 soldados do Exército deslocaram-se à região, por ordem da presidenta Dilma Rousseff, para “garantir a lei e a ordem”, “pacificando” as relações entre indígenas e não-índios contrários à demarcação da TI. No marco da presença militar, os indígenas passaram a ser vigiados ostensivamente, sendo alvo de ações de reintegração de posse violentas. Note-se que, em 2013, intensificara-se a realização, pelos indígenas, de retomadas de terras (ações de recuperação territorial que, na Serra do Padeiro, vêm sendo levadas a cabo desde 2004). Tal processo foi acompanhado por uma ofensiva da frente contrária à demarcação da TI e desembocou na mobilização das forças de repressão. Esta apresentação buscará descrever e analisar este novo momento do processo de territorialização Tupinambá, caracterizado pela ocupação militar

permanente do território indígena, na vigência do Estado democrático de direito. Para tanto, serão consideradas as estratégias de resistência indígena, a mobilização da frente contrária à demarcação da TI, e a atuação do Estado (principalmente dos poderes Executivo e Judiciário) em face da disputa.

“A “conquista” teve dois lados”: uma análise sobre a atuação do SPI no sul da Bahia

AUTORES/AS: JUREMA MACHADO DE ANDRADE SOUZA

Na Bahia, no início do século XX, não havia mais grupos ou comunidades indígenas reconhecidas deste modo pelo Estado. Entretanto, nas matas do sul e extremo-sul da Bahia, persistiam pequenos grupos com pouco ou nenhum contato, notadamente, nas bacias dos rios Gongoji, Cachoeira, Pardo e Jequitinhonha. Segundo relatórios do próprio órgão indigenista oficial, esses grupos estavam ameaçados por doenças, invasões, maus tratos, fragilidades culturais, expansão da lavoura cacaueteira, e, sobretudo, pela corrupção no próprio SPI. Criada em 1926, em terras devolutas do Estado da Bahia, a Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu reuniu em um dos seus postos, o Caramuru, esses bandos ainda não contactados, a saber, Pataxó, Hãhãhã, e Baenã; posteriormente, e seguindo reconfiguração espacial, abrigou no Posto Paraguassu outros grupos oriundos de aldeamentos extintos. Atualmente identificados como uma coletividade denominada “Pataxó Hãhãhã”, e após 30 anos de retomada de terras e embargos judiciais, esses índios ocupam, hoje, um território de 54.099 hectares situado entre os municípios de Itaju do Colônia, Pau Brasil e Camacã. O objetivo da comunicação ora proposta é retomar a história do indigenismo brasileiro, especialmente da política indigenista estatal, e da relação dos povos indígenas com o Estado, à luz do caso da Reserva Caramuru-Paraguassu, desde os antecedentes da sua criação até os dias atuais. Para tantos, irei analisar: 1) a documentação oficial do SPI, e que tive acesso no Museu do Índio através de um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro/UFBA; 2) o chamado “Relatório Figueiredo”, recentemente divulgado, e que traz denúncias que corroboram o sentimento dos índios em relação ao órgão e alguns de seus funcionários, como corrupção, maus-tratos, extermínio, etc.; 3) a memória e relatos de homens e mulheres Pataxó Hãhãhã, que vivenciaram toda a história

desde a criação da Reserva ou imediatamente após. É possível assegurar que a história do Povo Pataxó Háháhái, se compreendida nessa totalidade, em diversos momentos, se confunde com a história da relação estabelecida com o Estado Brasileiro, desde o período do SPI até os dias de hoje. A percepção desses índios em relação ao órgão e seus funcionários é ambígua e muitas vezes contraditória, oscilando entre sentimento de proteção, mas também de morte. Diversos atores indígenas aparecem nestes dois cenários, o de documentos escritos e o dos relatos, e nomes como Itatico, José Bute, Micô, Natico, Mimequi, Ketão, Dedé Pataxó, Titiá, Honraque, Barretá, Micô, Batará, Samado, Bite aparecem como protagonistas de histórias de lutas, injustiças, perseguições e resistência.

A Aldeia rimada no Rap: indigenização da modernidade e reflexividade cultural dentre os jovens kaiowás das aldeias de Jaguapirú-Bororó/MS

AUTORES/AS: RODRIGO AMARO

O presente trabalho objetiva apresentar uma sistematização inicial da minha experiência de pesquisa de campo de doutorado, efetivada nas aldeias Jaguapirú e Bororó que margeiam a cidade de Dourados /MS. A partir dos dados de campo, o trabalho pretende suscitar discussões sobre novas formas de objetivação cultural entre a juventude kaiowá, quais sejam, as manifestações étnicas e políticas de jovens por meio do rap indígena, praticadas pelos grupos Bro-MCs e Jovens Conscientes, bem como pela Aty Guasu (grande reunião) de Jovens e Crianças. Levando em conta as pautas e desafios específicos relacionados a este recorte geracional, observados etnograficamente, creio ser importante pensar em novas formas de resistência e reflexividade por parte dos kaiowás. No que tange aos integrantes dos grupos de rap, estes agentes, de um modo geral, usualmente identificam os problemas vividos no cotidiano da Reserva Indígena, como, por exemplo, o preconceito e a discriminação sofrida mediante aos brancos (karais), questões envolvendo a posse e a exploração da terra, conflitos internos inerentes à própria aldeia etc., com um passado comum de opressão e exploração vivido cotidianamente no contexto urbano. Pensando nessas novas formas organizacionais e nessas novas práticas identitárias é que pretendemos contribuir com as discussões antropológicas trazendo novas questões e dados etnográficos relativos aos estudos do indigenismo. E é através de uma percepção plural do movimento indígena

é que devemos ver as manifestações dos grupos de rap kaiowá, haja visto que estes vem reivindicando melhores condições para os kaiowás, mas de um modo distinto se comparado com as formas de luta efetivadas por este grupo étnico até então. Neste sentido, pretendemos compreender a experiência indígena em sua “multiplicidade e heterogeneidade, operando com território, política e cultura como elementos constitutivos de uma totalidade cuja significação não deve ser reduzida a um sistema monocultural”. (OLIVEIRA, 2002, p. 278) Sendo assim, creio que a noção de “indigenização da modernidade”, proposta por Marshall Sahlins (1997) nos fornece uma direção profícua para pensarmos este estudo de caso. Nas palavras de Sahlins, a “modernização, com efeito, não tem sido a única alternativa, sequer na cidade. O efeito inverso, a indigenização da modernidade, é no mínimo tão acentuado quanto o primeiro – na cidade como no campo”. Em resumo, apresentaremos como o rap, elemento externo ao contexto cultural da Reserva Indígena de Jaguapirú e Bororó, se torna um instrumento de reflexividade para os integrantes destes grupos, contudo, em um processo contínuo de ressignificação.

Afirmação étnica e vivências camponesas entre os afro-descendentes e indígenas das serras do Juá e do Camará – CE

AUTORES/AS: ANA LÚCIA FARAH DE TÓFOLI

Apresento reflexões inerentes à fase inicial de minha pesquisa de doutorado, a qual verte sobre o contexto rural em que se inserem populações tradicionais, na serra do Juá e adjacências, no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza – Ceará. A pesquisa parte da população indígena Anacé nas Localidades de Santa Rosa, Mangabeira e Japoara (na serra do Camará) estabelecendo conexões com a população indígena Tapeba ao pé da serra no Coité/Lagoa dos Porcos e quilombolas do Boqueirão da Arara e Porteira na Serra do Juá. Estabeleço como recorte temporal a promulgação da Lei de Terras, em 1850, pois é a partir da segunda metade do século XIX que se delinea a configuração fundiária e a construção ideológica da negação de diferenciais étnicos no Ceará. Durante mais de um século os agentes políticos, científicos e sociais silenciaram sobre a existência de índios e de negros na região. O contexto ganha novos contornos no final do século XX, quando surgem reivindicações baseadas em diferenciais étnicos. Pela

proximidade geográfica e através de pesquisas preliminares, pode-se entender que entre as populações estudadas há indícios do compartilhamento de realidades socioeconômicas. A abordagem aqui proposta procura enfocar como indígenas e quilombolas estiveram submetidos a relações de trabalho exploratórias e situação de patronagem comum. Em uma configuração fundiária na qual se fixaram como moradores em terras alheias ou lograram resguardar pequenas propriedades, permanecendo como reserva de força de trabalho para os grandes proprietários de terras, pedreiras e, recentemente, indústrias da região. A investigação será adensada a partir da memória acessada pelos relatos etnográficos, na busca de apreender as dinâmicas territoriais, percebidas nos contextos de trabalhos, nas vivências religiosas, nos saberes compartilhados, nas relações de parentesco e sociabilidade, inerentes ao referido universo camponês.

De maneira que a pesquisa se insere no campo da etnografia indígena, salientando a possível interseção triangular entre indígenas, quilombolas, e fazendeiros da região. Pressuponho que foi através das vivências camponesas que tais populações lograram manter laços atrelados a um determinado território, permitindo acionar identidades étnicas específicas na atualidade. Em relação a atual configuração político-fundiária e pleitos étnico-territoriais a pesquisa dialoga com a mediação do Estado e o papel dos antropólogos nos processos de regularizações fundiárias, presentes nas disputas territoriais no campo simbólico, no político e no econômico.

Em busca da “terra perdida”: emergência étnica e luta pelo território Krenyê.

AUTORES/AS: MÔNICA RIBEIRO MORAES DE ALMEIDA

Este trabalho desenvolve uma reflexão sobre a luta do povo Krenyê para a conquista de um território, bem sobre o processo de construção da identidade Krenyê. Para tanto as noções de etnogênese, território (OLIVEIRA, 1998) e identidade étnica (BARTH, 1969) são acionadas. Os Krenyê, juntamente com os Canela Rankokamekra, Canela Apaniekrá, Krikati, Gavião/Pykopjê, Krepunkateyê, foram incluídos por Nimuendajú (1946) no conjunto dos seis povos Timbira que estão localizados no Maranhão. Entretanto vivenciam uma realidade diferente, pois ao contrário dos demais Timbira não possuem terra demarcada. Retirados de sua área de ocupação tradicional, na década de 1930, sofreram um processo de fragmentação e dispersão, ocupando terras de outros povos e periferias de algumas

cidades. Fragmentados e camuflados, os Krenyê foram por muitos tempos considerados extintos (NIMUENDAJU, 1946; LAVE, 1967; RIBEIRO, 1996). Porém, desde 2009 vêm se mobilizando para o reconhecimento e retomada do que denominam seu território e designam como “Pedra do Salgado”. Essa área está situada no município de Bacabal-MA e atualmente é ocupada por fazendeiros. Nesse movimento de luta por reconhecimento territorial focalizo as estratégias utilizadas pelos Krenyê para construção de um sentimento de unidade e fortalecimento da sua identidade.

Em busca da “vida de índio”: Um estudo sobre mudanças sociais pensadas pelo grupo Cassupá em Rondônia

AUTORES/AS: ELIAQUIM TIMÓTEO DA CUNHA

Este texto faz parte da pesquisa que realizo no curso de mestrado junto ao PPGAS/UFAM/Museu Amazônico. Trata-se de discutir um conjunto de relações estabelecidas entre os indígenas Cassupá e instituições governamentais, no perímetro que hoje configura o estado de Rondônia. Nesta trajetória destaco quatro fases desse contexto histórico: a) a atuação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI (1940 a 1967); b) o grupo vivendo na cidade de Porto Velho (a partir de 1973), c) os momentos de reivindicações (desde 1995) e d) as medidas compensatórias do consórcio Santo Antônio Energia (2012 a 2013). Essas relações são construções de várias perspectivas políticas e culturais que induzem mudanças sociais. No entanto, para este momento, trago uma discussão sobre a configuração das relações vividas pelo grupo Cassupá, entre as décadas de 1940 a 1967, quando acompanhou o SPI nos postos indígenas presentes nos rios Guaporé e Mamoré. Dedico um espaço para discutir sobre os tipos de fontes usadas para realizar esses estudos, aproximo as reflexões presentes em narrativas e textos produzidos por membros do grupo dialogando com documentos das instituições envolvidas no contexto. Isto exposto, ressalto que este estudo aponta para um processo reflexivo, que parte dos indígenas, sobre alteridade e mudança social diante projetos civilizatórios, construtores da nação brasileira no século XX.

O idioma da mistura e as classificações identitárias: o censo indígena e seus dilemas

AUTORES/AS: JOSÉ GLEBSON VIEIRA

Esta comunicação objetiva apresentar uma reflexão sobre o idioma indígena da mistura e as categorias “índio” e “caboclo” a partir dos sentidos atribuídos pelos Potiguara da Paraíba. O fio condutor da análise será as repercussões do Censo Indígena promovido pela Funai e que teve início em 2006. A escolha do Censo se deve a diversos fatores, como, por exemplo, ter suscitado a articulação de dois conjuntos de relações: no primeiro, as relações (de identidade) traduzidas pela noção de “comunidade de parentes”; e no segundo as relações (de alteridade) tecidas por meio do embate com os não-índios, e consequentemente, do acionamento de práticas (uniões matrimoniais) e de vínculos sociais (compadrio e alianças políticas) promovidas por atos de camaradagem, os quais são parte integrante da construção da sociopolítica indígena. Enveredo na perspectiva de articular as narrativas do que é “ser caboclo” com a crítica ao uso de categorias fechadas e rígidas e ao fato dos termos caboclo e índio serem acessados como sinalizadores da história da relação com a chamada civilização e revelarem os modos de conceber a vida social dentro de um eixo temporal. Sobre a mistura, pretendo demonstrar como ela manifesta o entendimento dos processos sociais, como intercassamentos e trocas no conjunto de sua influência na produção da vida social entre os Potiguara e como tal compreensão modifica a concepção de mistura como simples estratégia e retórica resultante das políticas coloniais de territorialização.

Processos de territorialização em Suiá-Missú/Marãiwatsédé

AUTORES/AS: CAIO POMPEIA RIBEIRO NETO

A intenção é analisar os conflitos entre Xavante, posseiros e empresários do agronegócio no nordeste do Mato Grosso. Para isso, alguns elementos serão priorizados: 1. Como se têm dado, desde a segunda metade do século XX, os encontros(ões) entre esses grupos na(o) fazenda/território Suiá-Missú/Marãiwatsédé; 2. Quais concepções esses grupos têm uns sobre os outros? 3. De que modos esses conflitos se colocam na esfera pública e por meio desse posicionamento influenciam os destinos? 4. Quais têm sido as políticas de relação

com o Estado? Essa análise estará conectada a uma problematização teórica relacional entre categorias que detenham potencial explicativo para o estudo dos conflitos que se almeja. Parte-se, então, do “reconhecimento”, da “redistribuição” e do “desenvolvimento”. Os Xavante e as frentes sertanejas que se situavam no nordeste do Mato Grosso na primeira metade do século XX relacionavam-se de maneira mais ou menos equilibrada do ponto de vista territorial, em que pesem os desentendimentos. As frentes empresariais agropecuárias, firmemente apoiadas pelo Estado e pela imprensa, desterritorializaram indígenas e reinseriram os sertanejos ocupantes subalternamente. A volta dos Xavante ao território décadas mais tarde, dentro da luta por reconhecimento, altera a correlação de forças.

“De lagoas, encantamentos e desencantamentos”: relacionando mito, história e tradição de conhecimento entre os Tremembé da Lagoa dos Negros, Telhas e Queimadas (Ceará)

AUTORES/AS: RONALDO SANTIAGO LOPES

Partindo da articulação de dados etnográficos obtidos em contextos históricos distintos, recuperando comparativamente as pesquisas dos dois autores, este trabalho se propõe a discutir a articulação entre narrativas míticas, história e tradições de conhecimento, tomando como objeto de análise, e ponto de partida, o mito de origem comum a algumas situações étnicas tremembé situadas na região sertaneja dos municípios de Acaraú e Itarema, Ceará. Trata-se de uma narrativa amplamente compartilhada pelos Tremembé sobre o “desencantamento” de uma lagoa que teria dado início à constituição da localidade de Lagoa dos Negros através do “trabalho” espiritual realizado por um “pajé”: João Cosmo. Narrativas e relatos em torno deste evento se configuram como um marco histórico central da memória social, de relações territoriais e da historicidade dos índios Tremembé de diversas localidades (Telhas, Queimadas, Pedrinhas e Aroeira) que surgiram a partir da Lagoa dos Negros, fato que a torna uma localidade âncora na “geografia sociomítica” partilhada pelos Tremembé da região. A relevância histórica e analítica do “mito do desencantamento” se mostra evidente por descortinar um complexo universo mítico-narrativo de interpretações simbólicas e cosmológicas sobre diversos eventos (encantamentos e desencantamentos de lagoas, queimadas inexplicáveis e aparecimento de objetos em córregos e lagoas, entre outros).

Além disso, estas narrativas foram (re)apropriadas e atualizadas diacriticamente, em termos etnopolíticos, como sinais legitimadores da construção da etnicidade tremembé em meio aos conflitos sociais e fundiários que deflagraram processos de reconhecimento étnico e territorial, que estão ainda em curso na região. Por fim, as práticas mágico-religiosas, comportamentos rituais e tradições de conhecimento, que reiteram uma compreensão de mundo por parte dos indígenas, se mostram subjacentes nas narrativas míticas (e históricas), se constituindo como imperativo para se pensar a história, a construção cosmológica de territorialidades específicas e da etnicidade dos Tremembé como fenômenos sociais intrinsecamente interligados.

COORDENADOR/A: RUSSELL PARRY SCOTT (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO), ELLEN FENSTERSEIFER
WOORTMANN (UNB)

Em projetos de desenvolvimento realizados em obediência a agendas de políticas públicas e privadas de investimentos incluem-se projetos de mineração, projetos industriais, complexos portuários, construção de estádios, sistemas de transporte, barragens, formação de polos de desenvolvimento com vocações específicas, e, em geral, a promoção de investimentos em grandes ou em pequenas dimensões. Estes projetos, elaborados de acordo com planejamentos com objetivos específicos com prioridade para alguns produtos e serviços geram impactos adicionais que influenciam a vida de povos e comunidades tradicionais, da população em geral e do ambiente. Há legislações e ações que visam mitigar os efeitos, e há movimentos e questionamentos que se organizam para defender os direitos territoriais e sociais das comunidades e povos impactados, bem como direitos das demais populações atingidas. Visa descrever os impactos de projetos de dimensões e objetivos diferentes, entender as medidas tomadas pelos planejadores e administradores dos projetos para lidar com os impactos, e realçar as ações e organização das populações impactadas. Quais os meios de organizarem-se e negociarem de diferentes segmentos das populações impactadas? Quais são as confrontações diretas e abertas e quais são os assuntos tratados com subterfúgios e dissimulações? Quais são as alianças extra-locais operadas pelos planejadores e administradores para atingir os seus objetivos? E as alianças das populações impactadas?

Apropiaciones de la naturaleza, reproducción de la desigualdad ambiental y desposesión material y simbólica en la política del saneamiento para la cuenca Matanza-Riachuelo (Argentina).

AUTORES/AS: DEBORA SWISTUN

A partir del estudio antropológico en curso del diseño y los efectos de la implementación de proyectos de relocalización y programas de salud ambiental dirigidos a los habitantes de la villa Inflamable y en continuación con problemáticas discutidas en una investigación anterior (Auyero y Swistun, 2008), en esta ponencia se comparten algunas reflexiones que dan cuenta del imbrincamiento material y simbólico entre las concepciones entorno al derecho a la vivienda digna en un ambiente sano, el desarrollo industrial y los riesgos ambientales que guían la formulación de los proyectos de relocalización, así también como los efectos en la vida cotidiana de los pobres urbanos de la implementación de dichas políticas en el marco del proyecto a gran escala de saneamiento de la cuenca Matanza-Riachuelo en la metrópolis de Buenos Aires. En otra instancia del análisis también se aproximan respuesta a las siguientes preguntas que guían la investigación en curso: cuáles son las concepciones de la Naturaleza que los actores involucrados, principalmente los del gobierno local y nacional, practican en la política de relocalización?Cuál es el paradigma de las relaciones humano-ambientales predominante que hace comprensible dicha s concepciones? Y qué nos dice el caso de la villa Inflamable sobre los procesos de desplazamiento poblacional por proyectos a gran escala como lo es la ampliación del Puerto y polo petroquímico de Dock Sud en el marco de la política del saneamiento para la cuenca Matanza-Riachuelo, entendiendo a ésta como una política de acumulación por desposesión en términos de Harvey (2004)?.

Conflitos socioambientais na região do Bico do Papagaio. Empreendimentos e Terras Indígenas: o caso Apinajé.

AUTORES/AS: JOÃO MITIA ANTUNHA BARBOSA

Atravessamos um momento histórico em que o discurso desenvolvimentista brasileiro caracteriza-se pela inadiável necessidade de melhorar a infraestrutura de transportes e investir na ampliação de sua principal matriz energética, as

hidrelétricas. Lançado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento assumiu o compromisso de alcançar “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”.

Nota-se, entretanto, que os interesses governamentais e de grandes grupos econômicos, impactam muitas vezes territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, colocando em xeque garantias legais conquistadas pela Constituição Federal de 1988 e o Direito de Consulta Prévia, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 142/2002.

Localizados no norte do Estado do Tocantins, entre as bacias dos rios Tocantins e Araguaia, os Apinajé foram afetados, sobretudo a partir da década de 1950, por diversas ondas desenvolvimentistas que incidem sobre seu território. As construções das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, das ferrovias Carajás e Norte Sul provocaram um enorme crescimento populacional na região do Bico do Papagaio, aumentando significativamente a pressão sobre seus recursos ambientais e, consequentemente, restringindo o uso do território tradicional Apinajé.

Mais recentemente, os projetos hidrelétricos da UHE Estreito (em operação), Serra Quebrada e Santa Isabel (inseridos nas metas do PAC) trazem novas ameaças ao povo Apinajé e à integridade do que lhes restou de seu território, 140 mil hectares demarcados e homologados desde 1985.

Neste contexto, propõe-se uma análise - à luz da CF de 1988 e da Convenção 169 da OIT - dos desafios vivenciados pelo povo Apinajé para a garantia de seus direitos e gestão de um território, desafortunadamente incrustado em região conhecida por seu histórico de violência agrária e intensos conflitos fundiários.

Das expulsões à legitimidade da posse da terra na Ponte do Maduro: encontros e desencontros políticos no Recife

AUTORES/AS: ALEXANDRE ZARIAS, DÉBORA CINTRA TOSCANO DE BRITO

O objetivo deste paper é tratar dos diferentes contextos políticos relacionados com as lutas pela posse da terra na Ponte do Maduro, comunidade que agrega quatro bairros centrais do município do Recife. Das primeiras expulsões provocadas pelos projetos de reurbanização da cidade, em fins da década de 1970, à atual pressão

do mercado imobiliário, a comunidade tem experimentado diferentes modelos de resistência em prol de sua permanência no local.

O direito à terra, à posse legal de um terreno ou domicílio constitui um dos direitos básicos à cidade, chave para o desenvolvimento econômico, social e político das pessoas que vivem em meio urbano. O processo de urbanização do Recife, bem como da maioria das grandes cidades brasileiras, no que tange à questão de acesso ao solo e à moradia, se constituiu então como manifestação do acirramento das desigualdades econômicas, sociais e políticas no espaço geográfico.

Quando, na primeira metade do século, milhares de pessoas emigraram do campo para a cidade, diante da carência de qualquer tipo de plano urbanístico, à população de baixa renda coube desenvolver estratégias informais para atender à própria demanda por moradia, ocupando áreas desvalorizadas pelas leis do mercado e pela produção formal do espaço urbano, esse é o caso das comunidades que formam a Ponte de Maduro, a saber: Santo Amaro, Santa Terezinha, Chié e Ilha de Joaneiro.

Se até um dado momento é possível falar de certo “consentimento” a essas ocupações urbanas, a partir do momento em que projetos de caráter progressista e desenvolvimentista, tanto por parte do poder público quanto de setores da sociedade e do mercado, se interessam por tais áreas intensifica-se a pressão pela remoção dessas populações. Nesse contexto é que foram executados projetos como a construção da Avenida Agamenon Magalhães, o prédio da Companhia de Habitação – COHAB – e o Shopping Center Tacaruna.

Num primeiro momento, sendo o período marcado pela transição da ditadura militar para a redemocratização do país, a luta por esse direito consolida uma organização popular em torno de associações de moradores com o apoio de instituições religiosas que atuavam sob a influência da Teologia da Libertação. Em seguida, com a Constituição de 1988 e a subsequente regulamentação da política urbana a partir do Estatuto da Cidade, ONGs e outras organizações, como a ONU, passam a se articular com as associações, conselhos e comissões de moradores e o Estado para resolução dos conflitos.

Tais considerações fazem parte do projeto “Regularização fundiária urbana na perspectiva de gênero: o caso da Ponte do Maduro no Recife”, que se encontra em desenvolvimento na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), com apoio do CNPq e Facepe.

Desafios postos por laudos antropológicos: reflexões de graduandos na iniciação à prática etnográfica

AUTORES/AS: RODRIGO GOMES WANDERLEY

Nesta comunicação procuramos compartilhar aquilo que experienciamos no campo durante uma consultoria solicitada pelo Ministério Público da União (MPU) à Companhia Hidro-elétrica do São Francisco (CHESF). Está contratou um estudo de impacto socioambiental e de valorização econômica, durante o segundo semestre de 2013, no território Indígena Truká localizado Vale do São Francisco, entre os estados da Bahia e de Pernambuco.

É importante situar nosso lugar dentro desse Estudo: eramos Graduandos no Curso de Ciências Sociais, estagiários na consultoria. Ali podemos perceber que a coleta de dados não era algo tão objetivo como os órgãos solicitantes e contratantes julgavam ser. Dimensionar os impactos advindos das Linhas de transmissão (49 Kilovoltes)- instaladas pela Chesf e administrada pela Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e/ou pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), estas últimas empresas privatizadas pertencentes ao grupo de capital aberto majoritariamente Espanhol Neoenergia- não era algo possível dentro dos parâmetros solicitados. Existiam elementos da etnicidades que eram acionados pelos indígenas para definir os dados, algo que transcendia a materialidade.

A realização de entrevistas na comunidade e a busca por um estudo qualitativo demonstrou que não havia como ficar apenas nos danos materiais, como: a destruição dos solos pelas máquinas pesadas que prepararam os solo e a destruição das casas. Era preciso buscar mecanismos para compreender de que forma elementos próprios a etnicidade foram impactados, com a destruição de artefatos e a relação com que os indígenas engendram com o meio ambiente, como a diminuição na quantidade de espécies da flora caras aos Truká, como a Jurema Preta.

A experiência de pesquisa de estar em meio a uma comunidade indígena, que através de sua organização política questiona na justiça seus direitos, e coletar dados etnográfico que possibilitem alcançar o que de fato ocorreu quando da intervenção estatal no TI demonstrou que não era apenas a intervenção da construção das linhas. A energia elétrica que é transmitida por postes menores vinham provocando danos a comunidade como: a inserção de nomes indígenas em

serviço de proteção ao crédito (SPC e Serasa) dificultando a compra de produtos para a lavoura e para o consumo nas aldeias. A Torres de 49 Kv que levam energia elétrica para os reassentados de Pedra Branca, ironicamente, também impactados por um grande projeto, também representam as dívidas injustamente atribuídas ao indígenas pelas companhias energéticas. Nas pesquisas de campo foi comum encontrar o clamor pela resolução dos problemas relacionados as contas de luz. Esta comunicação tenta debater os desafios encontrados por iniciantes (graduandos) na prática antropológica, quando em contato com situações em que o acionamento da etnicidade demonstram os limites dos estudos de impactos socioambientais propostos pelo estado nacional desenvolvimentista- que busca acelerar o crescimento com grandes projetos geradores de impactos sócio- ambientais incalculáveis. Tentamos trazer algumas reflexões sobre o papel do Antropólogo neste tipo de estudo. Servimos a uma antropologia do desenvolvimento ou a uma antropologia para o desenvolvimento?

Desapropriações e resistências decorrentes das obras para a Copa do Mundo de 2014 em Camaragibe e Recife (PE), análise dos impactos de um megaevento.

AUTORES/AS: ALICE BEZERRA DE MELLO MOURA

O presente trabalho analisa as consequências iniciais e futuras do megaevento da Copa do Mundo de Futebol de 2014 na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, especificamente os impactos das desapropriações causadas pelas obras de mobilidade em Camaragibe e Recife. A RMR está passando por várias intervenções urbanas que são pré-requisito para receber o evento promovido pela FIFA e têm gerado várias insatisfações, como pudemos ver nas manifestações que tiveram início em junho de 2013 em todo o país. Nesse cenário, de reflexão crítica e participação ativa da população, percebemos a clara indignação da sociedade brasileira e a demanda por diferentes reivindicações (saúde, educação, transporte, moradia). Por outro lado, o governo brasileiro quer mostrar uma imagem positiva internacionalmente e promete um legado para o país através do discurso de desenvolvimento e oportunidade de negócios e lucro.

Já foi mostrado em estudos sobre projetos de grande impacto que a lógica da implantação de um projeto, como hidrelétricas, não leva em consideração o

contexto social e ambiental do local a ser atingido. As vantagens do projeto são enfatizadas, e a ideia de trazer desenvolvimento para a região é utilizada como fator positivo. Para efeitos de comparação, e simplificando a realidade em polos opostos, podemos distinguir dois grupos envolvidos, os beneficiados (empresas de energia, construtoras, etc.) e os atingidos (famílias que terão suas casas e terras - fonte de renda - destruídas). Nesse trabalho, discuto os mecanismos operados por esse segundo grupo para se defender diante do contexto que emergiu em Pernambuco com a Copa do Mundo de 2014 e foco especialmente nas relações que emergiram da comunicação entre os atingidos e o governo do Estado. Dentro do contexto desse megaevento esportivo, muitas questões chamam cada vez mais atenção das ciências sociais, o discurso de legado positivo para o país, a imagem internacional do Brasil em jogo, a exploração sexual, os negócios em torno da Copa, as remoções, etc.

Entre tantos recortes possíveis, meu trabalho tem como objetivo investigar as consequências das desapropriações ocasionadas pelas obras de mobilidade realizadas para receber a Copa do Mundo através da análise acerca das práticas de resistência dos atingidos e a maneira pela qual ocorre sua interação com o governo do Estado de Pernambuco. Para isso, irei: a) analisar as consequências das intervenções urbanas relacionadas à Copa do Mundo de 2014, especificamente as desapropriações; b) investigar as relações que emergiram da interação entre os desapropriados e o governo do Estado; c) compreender e analisar as práticas de resistência dos grupos atingidos, que ganham múltiplos formatos de acordo com o contexto de cada um e elucida o modo de agir do Estado.

Desenvolvimento, migração e mulheres jovens: o impacto do desenvolvimento em polos de desenvolvimento no Complexo Portuário de Suape, Nossa Senhora do Ó e Porto de Galinhas

AUTORES/AS: ROSANGELA SILVA DE SOUZA

Este trabalho descreve locais de expressivo desenvolvimento econômico que desencadeiam fluxos de intensa migração de população trabalhadora, majoritariamente masculina, no Estado de Pernambuco. Para poder discorrer sobre alguns aspectos da vida de mulheres jovens nestes locais. Caracteriza vários momentos migratórios na história de Nossa Senhora do Ó, Porto de Galinhas

e do Complexo Portuário de Suape, ambos vizinhos, localizados no litoral da Zona da Mata Sul, incrustados na antiga zona canavieira do Estado, incorporados hoje em dia na Região Metropolitana do Recife e associados a diferentes projetos de criação de vocações de acordo com os projetos políticos e econômicos dos idealizadores da organização dos pólos de desenvolvimento. Após descrever os locais, realça 1) as histórias migratórias dos pais das jovens, 2) a mobilidade e o envolvimento das próprias jovens nas comunidades locais, 3) as dinâmicas diferentes de influxos migratórios recentes e seu impacto na região, e 4) a maneira pela qual essas migrações em áreas de desenvolvimento econômico ressignificam a vida dos jovens, focando em questões de imagens públicas, sexualidade, gravidez; mobilidade, vida familiar; educação, projetos de moradia e apego ao lugar.

Entre a negociação e a resistência: ambiguidades e limites da participação no licenciamento ambiental do complexo minerário Minas-Rio

AUTORES/AS: MARCOS CRISTIANO ZUCARELLI, ANA FLÁVIA MOREIRA SANTOS

Um dos maiores empreendimentos minerários em fase de implantação no Brasil, o Projeto Minas-Rio Mineração e Logística Ltda., do grupo sul-africano Anglo American, prevê a abertura de uma mina para exploração de minério de ferro e a construção de uma planta de beneficiamento e enriquecimento desse minério, nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, além da implantação de três estruturas associadas: (1) um mineroduto de 525 km de extensão que trespassará 33 municípios, sendo 26 mineiros e 7 fluminenses, integrado a um porto marítimo em implantação no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro; (2) uma linha de transmissão de energia da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais – CEMIG, em Itabira; (3) uma adutora de água com captação no Rio do Peixe, no município de Dom Joaquim-MG, para fornecimento de água ao processo industrial, inclusive para o mineroduto.

A proposta do paper é indicar e discutir as implicações das estratégias utilizadas pelos atores envolvidos neste projeto, sobretudo, aquelas adotadas pelos administradores e planejadores do empreendimento. Nesse âmbito, serão examinadas as estratégias de viabilização das obras e “mitigação” dos impactos, incluindo os “acordos” nas instâncias de “resolução de conflitos” dos órgãos judiciários e seu contraste com as estratégias de resistência e luta pela garantia de direitos dos grupos atingidos.

Apesar de ser um projeto integrado, o empreendimento passa por um processo de licenciamento em três esferas. O mineroduto é avaliado pelo órgão federal - IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). O Porto Açú, localizado em São João da Barra-RJ, destino do minério transportado pelo mineroduto, é licenciado pelo órgão ambiental do Rio de Janeiro - INEA (Instituto Estadual do Ambiente). Já o licenciamento da mina, fonte do minério de ferro a ser explorado, é avaliado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad). Os efeitos da fragmentação do licenciamento reverbera em inúmeras denúncias de descumprimento da legislação ambiental e violação de direitos. Premidos pela adoção imediatista e desproporcional de medidas mitigadoras, as quais operam efetivamente como medidas corretivas e em caráter de urgência, as famílias atingidas são levadas a uma resistência crescente que se articula a iniciativas diversas do Ministério Público e da Defensoria Pública. Tais iniciativas apontam dois caminhos: a judicialização dos conflitos ou sua resolução negociada, tratamentos institucionais que tem se mostrado insuficientes no sentido de fazer valer os questionamentos e reivindicações levantados pelos atingidos ainda na época da análise da viabilidade socioambiental do empreendimento.

Entre ameaças e incertezas: conflitos no uso e ocupação do entorno do lago da Barragem Foz do Chapecó Energia

AUTORES/AS: SILVANA TEREZINHA WINCKLER, RENK, ARLENE

Este texto analisa conflitos socioambientais verificados quanto ao uso e ocupação do entorno do lago formado pela barragem da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia, no rio Uruguai, na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O acesso ao lago, formado em 2010 com o fechamento das comportas, é disciplinado pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório - PACUERA. Por força da Resolução CONAMA 302/2002, o Plano é requisito para a concessão da licença de operação de empreendimentos hidrelétricos e deve prever medidas destinadas a disciplinar a conservação, recuperação, uso e ocupação da área de preservação permanente no entorno do lago. Ao tornar público o Plano, o Consórcio defrontou-se com a mobilização da comunidade (prefeitos dos municípios atingidos, MAB, pescadores) que reivindicavam participar na definição

dos locais de acesso, infra-estrutura e atividades que poderiam ser desenvolvidas, tendo em conta os planos de desenvolvimento regional. Apesar dessa mobilização, que demandou a intervenção do Ministério Público Federal e do Ibama, o Plano foi aprovado sem atender ao clamor por participação. Atualmente são inúmeras as dúvidas remanescentes quanto ao que está autorizado realizar, ou não, na Área de Preservação Permanente assim formada. A população dos municípios atingidos, e de modo especial a população ribeirinha, teme infringir a lei ambiental e ser sancionada pela Polícia Ambiental, o que já ocorreu em muitas situações de acesso irregular à área protegida. Por outro lado, ressentem-se da impossibilidade de desenvolver atividades econômicas e de lazer no lago, promessa propalada pelo empreendedor no início das obras. Os conflitos socioambientais, que no início da obra até o fechamento da barragem se configuravam em torno das indenizações, neste momento de rescaldo se estabelecem num cenário de incertezas acerca dos usos do lago e seu entorno, mobilizando, desta feita, além da população ribeirinha, os secretários de desenvolvimento dos municípios atingidos.

Entre Voracidades Distintas: A Máquina Hidroenergética e a Resposta dos Iyakaliti

AUTORES/AS: JULIANA DE ALMEIDA

Entre os Enawene-Nawe, habitantes do médio curso do rio Juruena (Amazônia Meridional), os corpos masculinos são considerados a potência máxima da pesca. Constituem aparatos análogos ao corpo de Dokowi, cujas partes mimeticamente detêm a agência dos instrumentos pesqueiros (suas veias, testículos, olhos e unhas formaram a variedade de espécies de timbó; sua orelha originou o anzol; sua cintura se transformou numa armadilha de pesca). Munidos deste instrumental corpóreo-pesqueiro, os Enawene-Nawe rememoram anualmente em suas pescarias a vingança de Datawali pela morte de seu filho, Dokowi, assassinado pelos peixes. No mundo atual, os peixes constituem o dispositivo de apaziguamento do desejo voraz dos seres-espíritos habitantes dos acidentes geográficos (iyakaliti) e forma de obtenção de proteção e cura pela intervenção dos seres-espíritos-celestiais (enoli). A ordem vigente é mantida por meio da distribuição de comidas, bebidas, danças e músicas, num cenário em que o peixe constitui um instrumento de mediação das relações entre humanos e não-humanos. Na última década, a construção de

hidrelétricas no alto rio Juruena – considerada pelos Enawene-Nawe como região de sua origem e também morada e local de reprodução de determinadas espécies de peixe - tem culminado na drástica redução da oferta pesqueira. A abundância distendida do agenciamento das relações entre humanos e não-humanos foi solapada pelo desejo voraz da máquina hidroenergética que bloqueou o rio definitivamente. Diante do fracasso das pescarias, especialmente a partir de 2009, a compra de peixes de criatório constituiu a alternativa para abastecer os rituais. O anúncio do planejamento de outras dezenas de usinas na bacia deste rio prenuncia os alcances desmesurados da situação para os Enawene-Nawe, entre os quais o peixe constitui um dos elementos centrais de todo um sistema de reciprocidade e manutenção da vida. Em meio a um contexto conturbado de negociações e sob a alegação de que os empreendimentos não estão situados no interior de Terras Indígenas em nenhum momento colocou-se a possibilidade de consulta ou participação dos Enawene-Nawe no licenciamento destas obras. A substituição dos peixes de rio por peixes de criatórios não equacionou o agenciamento das relações com os seres-espíritos, insatisfeitos com tal permuta. Com o insucesso das suas barragens pesqueiras e o avanço das barragens das hidrelétricas, os Enawene-Nawe tentam diligenciar as experimentações de alternativas entre o desejo voraz da máquina hidroenergética e o desejo voraz dos iyakaliti. Donos dos acidentes geográficos, eles vigiam com severidade a deterioração promovida pelas hidrelétricas na paisagem e seus consequentes abalos ao instrumental copóreo-pesqueiro dos Enawene-Nawe.

Expressões do desenvolvimento no Porto do Itaqui: reconfiguração territorial, exploração e lucro

AUTORES/AS: JADEYLSON FERREIRA MOREIRA, BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA

Este trabalho visa compreender o atual processo de desenvolvimento de grandes projetos no Maranhão, inseridos no plano nacional “neodesenvolvimentista”, requer uma breve observação histórica dos empreendimentos que firmaram a reestruturação produtiva do Maranhão, nos moldes neoliberais, e redefiniram sua posição frente ao capital nacional e internacional. Dada a sua localização territorial e sua abrangência no Mercado nacional e internacional, o Complexo Portuário de

São Luís destaca-se pela rede de operação que comporta, e por ser conhecido como um dos maiores terminais de águas profundas. Essa instalação ganhou notoriedade com a chegada do grande capital das empresas a São Luís, como o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e a Companhia Vale do Rio Doce. Nesse contexto, a reconfiguração territorial atingiu as áreas de abrangência dos grandes empreendimentos ligados ao setor minero-exportador e de energia na cidade de São Luís, tendo como consequência, segundo nossa abordagem, a transformação do espaço, que antes era coletivo, em propriedade privada. Além disso, verificou-se a criação de mercados adequados às novas escalas e dinâmicas espaciais dos capitais transnacionais, francamente liberados para a implantação dos grandes projetos de exploração dos setores infraestruturais e reconfiguração territorial imposta às comunidades locais.

Gentrificação e resistência popular na Estrada Nova de Belém-PA: um espaço urbano em disputa.

AUTORES/AS: JAKSON SILVA DA SILVA

Este trabalho discorre sobre a resistência popular nas feiras e portos públicos da Palha e do Açaí, instalados na Estrada Nova (atual Bernardo Sayão), na parte sul da cidade de Belém do Pará, frente à implantação do projeto urbanístico Portal da Amazônia. Este por sua vez é entendido em termos de gentrificação/enobrecimento de um espaço urbano anteriormente degradado, retirando as populações originárias e dos portos públicos da Estrada Nova. Entretanto, feirantes, moradores e usuários das feiras e portos resistem reivindicando a permanência dos portos e das comunidades em seu entorno, os bairros periféricos do Jurunas, Guamá, Cremação e Condor. A intensa vida nestas feiras e portos, assim como também em suas conexões, onde funciona uma espécie de comércio popular, em termos sociais e materiais, configura-se como um “fato social total”, na acepção de Marcel Mauss. Portanto, o trabalho valorizar o cotidiano da rua e experiências social de cidadãos, ribeirinhos, quilombolas, marreteiros, carregadores, maquineiros de açaí, dentre outros, que, por sua vez, insistem em resistir contra a concepção urbana elitista de caráter mundial que pretende varrê-los do mapa da cidade de Belém.

Impactos de projetos de desenvolvimento em Terras Indígenas, na Amazônia brasileira

AUTORES/AS: ROSIANE FERREIRA GONÇALVES

Este artigo aborda os impactos socioculturais de projetos de desenvolvimento em Terras Indígenas localizadas na Amazônia brasileira. Sabe-se que tais projetos tem resultado, em muitos casos, em consequências negativas para os povos envolvidos por favorecer objetivos estratégicos e políticos alheios à realidade e cultura indígena. As áreas estudadas contemplam Terras Indígenas situadas no estado do Pará, Amazônia, Brasil, a saber: Trocará e Mãe Maria, habitadas respectivamente pelos povos Asurini do Tocantins e Gavião Parkatêjê, Kyikatêjê e Akâtikatêjê. Estes povos foram afetados por projetos de mineração, hidrelétricas, madeiras, rodovias e ferrovias. Para este estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Esta pesquisa revelou que houve mudanças significativas nas maneiras de ser e viver de cada povo, sobretudo em decorrência da introdução de atores não indígenas e dinâmicas sociais inéditas. A análise foi realizada à luz dos referenciais antropológicos, priorizando as discussões que vem sendo feitas no âmbito da Antropologia Aplicada e do Desenvolvimento.

Impactos na memória, etnicidade e negociação: reflexões a partir de um estudo de caso

AUTORES/AS: ELIANA DE BARROS MONTEIRO, ELIANE DA SILVA FERREIRA

Na presente comunicação buscamos coletivizar algumas impressões experienciadas num estudo de impacto socioambiental e de valorização econômica, realizado entre os meses de novembro de 2012 à março de 2013, na Terra Indígena Truká, região do semiárido submédio Rio São Francisco, nos limites dos estados de Pernambuco e Bahia.

De acordo com os fins da pesquisa, destacamos a tentativa de “mensuração” dos impactos vividos por algumas famílias residentes na comunidade, à época da instalação das Linhas de Transmissão, que cruzam parte da Terra Indígena, levando energia elétrica para reassentados da Hidrelétrica de Itaparica, construída nos idos da década de 1970, no médio São Francisco, a fim de que seja possível “contabilizar” uma possível indenização à comunidade, por parte da Companhia

Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). A equipe, através de um levantamento que privilegiou uma abordagem qualitativa, ao passo que realizava entrevistas com alguns membros da comunidade, percebeu que seria difícil, se não impossível, buscar identificar os impactos apenas numa esfera material, mas sim, e principalmente, entendeu que ali operavam elementos de etnicidade por parte dos indígenas, ao falarem de impactos ambientais, proteção do território, de sua história local e do vir a ser da comunidade. Ao nos depararmos com a memória de nossos entrevistados, nos damos conta que não se tratava de obter uma simples avaliação dos impactos passados, mas, em alguns aspectos, surgia a necessidade de relacionarmos aspectos contemporâneos vivenciados pela comunidade, como, por exemplo, o problema atual de abastecimento de energia para os próprios indígenas. Outra perspectiva deve ser atendida, por sempre aparecer nas narrativas dos indígenas, especialmente de lideranças, o que nos faz relacionar com questões políticas de uma conjuntura que hoje opera naquela região, a saber, fruto das ações do Plano de aceleração do Crescimento (PAC): o projeto de Transposição do São Francisco e a eminência de construção da Hidrelétrica em Pedra Branca e Riacho Seco, limítrofe à Terra Indígena e em parte reivindicada pelos Truká em sua última retomada, de 2007. Esta comunicação, portanto, busca apresentar uma contextualização de acionamento da etnicidade no povo indígena Truká, no amplo cenário das recentes “ações mitigadoras” do Estado, que correspondem, temos a hipótese, com as políticas massivas de aceleração e crescimento, e portanto, de manutenção da colonialidade de poder na região do Vale do São Francisco.

O empresariamento espacial e seus efeitos periféricos - a lógica da oportunidade no mercado imobiliário informal de Gaibú a partir de SUAPE: novas convenções na cidade-oportunidade

AUTORES/AS: RODRIGO DE OLIVEIRA TAVARES

Em meio à crise do capital, a questão urbana no mundo capitalista passou a lidar com uma conjuntura marcada pelas forças externas de um mercado sem fronteiras, onde a competitividade entre diferentes regiões do globo insere a questão locacional como problemática central.

A questão locacional - entendida como uma estratégia de projetos complementares envolvendo os interesses do capital e das administrações públicas; oferece inúmeras

perspectivas de análise sobre seus efeitos no cotidiano. É, justamente, além das fronteiras do grande capital - onde ocorre o choque entre o global e o local, que devemos questionar como agentes situados na periferia local se comportam diante de um processo de reestruturação produtiva global.

Nesse sentido, o presente artigo utiliza como contexto da análise a realidade do município do Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana do Recife – RMR. O município, cenário de uma profunda transformação econômica, “divide” sua unidade territorial com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE, considerado como a locomotiva do desenvolvimento de Pernambuco. Assumindo que os efeitos deste novo ambiente econômico têm seus efeitos no processo de urbanização do município e, consequentemente, na vida da população local; o presente artigo teve o objetivo de analisar possíveis alterações nos mecanismos de coordenação de transações imobiliárias, particularmente as de natureza informal, tendo em vista este novo ambiente econômico.

Adotando referenciais teóricos que abordam a lógica da necessidade como principal porta de entrada da população pobre no solo urbano; a hipótese principal é que, diante de uma nova condição econômica objetiva, a necessidade de um teto urbano tenha se convertido em possibilidade de ganho real por meio de uma resignificação da propriedade privada informal.

Para tanto, o trabalho deteve seu olhar no segmento do mercado imobiliário informal de aluguel, particularmente, na região litorânea do município do Cabo de Santo Agostinho, que entre os anos de 2000 e 2010 registrou uma taxa de crescimento populacional de 10,10% a.a., e um aumento de 588% no número de domicílios particulares cuja condição de ocupação era de aluguel.

A partir do referencial teórico adotado e a utilização de dados qualitativos e quantitativos, o artigo termina por detalhar um conjunto de novas estratégias adotadas pela população local, destacando a apropriação, por parte de agentes periféricos, de uma lógica semelhante a utilizada pelo empresariamento espacial, cujo aspecto locacional como estratégia de inserção no processo de reestruturação econômica é marcada por uma nova concepção sobre o solo urbano, onde a lógica da necessidade se transforma em oportunidade.

Parques aquícolas de Tucuruí: quando o pescador artesanal vira empreendedor

AUTORES/AS: MARIANA NEVES CRUZ

A pesca figura no cenário amazônico como umas das principais atividades que caracterizam o cotidiano das populações tradicionais que habitam essa região do país. O conhecimento ecológico e as interações territoriais construídas através da pesca são importantes, tanto para a reprodução dos grupos sociais que vivem dessa atividade, quanto para o desenvolvimento de políticas públicas de fomento e regulação da atividade pesqueira. A tentativa da organização da atividade pesqueira na Amazônia remete ao período de colonização, onde a atividade da pesca esteve atrelada ao provimento de alimento aos jesuítas e soldados. A escassez dos recursos pesqueiros e as políticas de desenvolvimento desenhadas pela gestão pública para esse setor veem redesenhando as práticas e relações sociais que envolvem a pesca no contexto amazônico. Este trabalho aborda a pesca e a política territorial de aquicultura no Brasil e tem como foco de estudo os parques aquícolas que estão sendo implantados no estado do Pará, mais particularmente, os parques aquícolas de Tucuruí. O trabalho pretende apresentar as ações governamentais de incentivo à aquicultura e a pesca na Amazônia paraense. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico e documental acerca das políticas brasileiras voltadas para a pesca e aquicultura, enfatizando o ordenamento pesqueiro no estado do Pará, destacando os parques aquícolas enquanto importante estratégia governamental de racionalização da produção de pescado. A implantação dos parques aquícolas pode representar uma organização racional da produção, incentivando o protagonismo destes pescadores na gestão e comercialização do pescado. Todavia, para as populações tradicionais, trata-se da modificação não somente da técnica, mas da identidade dos sujeitos, que passam a ser vistos e a se identificar não mais como pescadores artesanais, mas enquanto micro-empresendedores individuais.

Qual o Impacto? As mediações entre populações tradicionais e agentes do Estado na Transposição do Rio São Francisco.

AUTORES/AS: CARLA SOUZA DE CAMARGO

O Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste

Setentrional, mais conhecido por “Transposição do São Francisco”, configura um projeto controverso. Apresenta-se como uma obra de infraestrutura hídrica, que busca solucionar problemas sociais e econômicos decorrentes da escassez de água. Neste trabalho, procuro analisar as mediações entre populações tradicionais – principalmente as comunidades indígenas impactadas – e agentes do Estado envolvidos na Transposição do Rio São Francisco. Para trabalhar esta questão, utilizarei como objeto de análise relatórios sobre a Transposição, que são produzidos em diversos momentos (principalmente entre 2002-2010), por diferentes atores e que apresentam resultados divergentes. Inicialmente, o Relatório de Impacto Ambiental, produzido em 2004, pode ser entendido como um ator de grande importância no campo de mediação da Transposição, isso por que este relatório é operativo, informa, mobiliza, tem ações e efeitos muito concretos na região que analisa. O RIMA, enquanto ator, não cumpre somente uma função de informar condições; ele tem o poder de criar e também de excluir. O principal ator circunscrito pelo RIMA é a “população”, categoria genérica que não delimita nenhuma comunidade específica e não informa muitos pormenores sobre ela. Além disso, a “população” descrita pelo RIMA é pobre, com grande e ascendente tendência à migração para grandes centros urbanos e, principalmente, para o Sudeste. É interessante ressaltar, entretanto, que existem diversos relatórios que relacionam informações e agentes divergentes do RIMA – principalmente ligados a movimentos sociais e instituições que cobram a efetivação de políticas públicas que foram direcionadas para minimizar os efeitos sociais da Transposição do São Francisco. Estes relatórios, em sua maioria, versam sobre uma específica população, como por exemplo, um extenso relatório denúncia realizado pelo Conselho Indigenista Missionário, em 2007 (acerca de 9 populações indígenas impactadas por obras ligadas à Transposição) e também um relatório de 2002, realizado pelo Fórum de Defesa do Rio São Francisco, denunciando a omissão de informações e a insuficiência de estudos e cálculos efetivos sobre o dano social e ambiental decorrente da obra. A aposta deste artigo é que, ao submeter à análise e cortejar relatórios distintos como material desta análise, privilegia-se uma abordagem que leva em conta diferentes populações, com diversos tipos de engajamento com o mundo rural, o território e o meio ambiente, mas que unem-se em demandas comuns quando são tratadas com igual descaso pelos promotores de políticas públicas.

Resistência e Luta no Xingu: Baixão do Tufi versus Belo Monte, do discurso da prática à prática do discurso

AUTORES/AS: ODINEIA DE SOUSA BORGES

Com o artigo, apresenta-se os resultados da pesquisa realizada no Baixão do Tufi, área de ocupação no município de Altamira, impactada diretamente pela Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, em implantação na região do Xingu, com o intuito de interpretar os diversos olhares e interesses que foram se constituindo ao longo do processo de implantação da hidrelétrica. Utilizou-se como fonte de pesquisa os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) referente à hidrelétrica em questão e as memórias dos moradores da área, a partir do instrumental teórico-metodológico da história oral, como uma forma de contrapor-se ao olhar dos tecnicistas que só veem e apregoam “as péssimas condições de vida das pessoas”, como justificativa a execução do empreendimento. Os resultados obtidos mostram que (1) há prevalência da capacidade técnica sobre os demais aspectos da vida social, uma vez que os saberes populares com seus viveres cotidianos não têm sido considerados e que (2) os moradores da área, apesar de terem convivido com a ausência, tanto dos serviços públicos quanto do direito de serem reconhecidos pela sociedade civil, não apresentam o desejo de sair do local, como tem sido mencionado pelos técnicos de Belo Monte. Ao contrário, desejam permanecer e ver construído o sonho de um “novo” Baixão do Tufi, com garantia de serviços públicos básicos, como educação e saúde, e melhoria das condições de vida. Nisso se constitui uma das formas de resistência da população atingida pelo empreendimento, que também tem se organizado e socializado informações sobre indenizações e realocação na área urbana do município, assim como efetuado alianças com outros movimentos sociais da região, há bastante tempo na luta, como o Movimento de Mulheres e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Seguindo a trilha de papéis da usina hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados

AUTORES/AS: ANNA CATARINA MORAWSKA VIANNA

O embate entre apologistas e opositores do projeto energético brasileiro baseado na construção de grandes usinas hidrelétricas (UHEs) envolve uma queda de braço

entre argumentos acerca das vantagens econômicas desses megaempreendimentos versus os impactos socioambientais que geram. Ao ser operada nestes termos, a discussão reitera a separação entre o domínio econômico, de um lado, e o social e ambiental, de outro, e o esforço passa a ser o de conferir mais peso a um domínio que a outro no processo de tomada de decisão política. Este trabalho procura deslocar os termos do debate ao propor não conclamar o “social” para denunciar o “econômico”, mas sim apontar as maneiras pelas quais, nas etapas de planejamento e execução de UHEs, os domínios do social e ambiental são incorporados e neutralizados por meio do cálculo – linguagem por excelência da Economia. O objetivo é desenvolver uma etnografia que siga a trilha de papéis criada nas diferentes etapas da construção da UHE Belo Monte, para assim explorar como, ao longo da produção dos documentos que garantem a continuidade das obras, saberes tradicionais são transformados em meros indicadores inscritos em documentos. Revelar as maneiras pelas quais os procedimentos técnico-burocráticos obliteram a perspectiva de comunidades afetadas pelas UHEs é, em si mesmo, um esforço de reacoplar ao domínio do econômico o domínio do político; isto é, demonstrar como a técnica do cálculo é intrinsecamente política.

SOBREPOSIÇÕES TERRITORIAIS NO RECÔNCAVO BAIANO: a Reserva Extrativista Baía do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e o Polo Industrial Naval

AUTORES/AS: BRUNA PASTRO ZAGATTO

A proposta do artigo a ser apresentado tratará de um caso complexo de sobreposição territorial na região da Baía do Iguape, no Recôncavo Baiano, envolvendo territórios quilombolas já delimitados ou em fase de identificação, comunidades pesqueiras, a Reserva Extrativista Federal Baía do Iguape e o Polo Industrial Naval da Bahia, em fase de implementação. Em questão estão distintos interesses, por vezes convergentes e por vezes antagônicos, das empresas do setor petrolífero e da indústria naval, dos institutos federais (Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Instituto Chico Mendes - ICMBio) e das populações tradicionais, mais especificamente dos quilombolas e dos pescadores artesanais. Em 2000 já havia sido criada, sobre uma área de 8.117,53 hectares da Baía do Iguape, uma Reserva Extrativista Marinha. O intuito da criação da unidade de

conservação era conservar o ecossistema estuarino de grande valor ecológico e também cultural e econômico, sobretudo para as comunidades de pescadores artesanais que habitavam o seu entorno. Entre 2004 e 2005, doze dessas comunidades se autorreconheceram como quilombolas. Cerca de um ano depois o INCRA iniciou os processos de identificação e delimitação dos territórios tradicionais das comunidades São Francisco do Paraguaçu, Salamina Putumuju, Jirau Grande, Guerém, Guarucu, Tabatinga, Baixão do Guai, Kisanga, Porto da Pedra e Caonge. Em meio a esse processo, o Governo do Estado da Bahia apresentou à população do Recôncavo a proposta de construção, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, de um polo industrial naval na região sul da Resex. O polo se instalaria entre as comunidades quilombolas Salamina e Enseada do Paraguaçu, na margem oposta à São Francisco do Paraguaçu, impactando todas as comunidades pesqueiras da Baía do Iguape. A instalação do empreendimento, que não estava em consonância com os objetivos de criação da unidade de conservação e nem com a existência de territórios tradicionais gerou embates intensos, tanto nas reuniões do conselho gestor da Resex, como em audiências públicas, entre os defensores do meio ambiente e das populações tradicionais e os favoráveis à instalação do polo industrial que “traria desenvolvimento e geraria novos empregos na região”. Este trabalho priorizou analisar a atuação e o discurso das lideranças comunitárias, dos servidores públicos, dos representantes de movimentos sociais e de entidades privadas na defesa de suas visões e planos para a região, descrevendo as diferentes propostas de ocupação e ordenamento territorial para a Baía do Iguape e os conflitos decorrentes dessa sobreposição de ideias e interesses.

Sociabilidade pelos trilhos: Um estudo sobre ações coletivas confrontacionais na Amazônia brasileira

AUTORES/AS: ANA LUISA QUEIROZ FREITAS

Este trabalho tem por objetivo, analisar as relações entre sociabilidade, ação coletiva e geopolítica entre movimentos e agentes sociais, bem como seus impactos sobre a distribuição de poder em arenas de desenvolvimento. Para tanto, utilizará como estudo de caso os conflitos gerados pelas diferentes atividades produtivas ligadas à

mineração na região da Amazônia brasileira, tomando como área de investigação o perímetro desde a Serra de Carajás (PA) até Porto Tubarão (MA).

Segundo relatório lançado pelo Cadernos do Observatório do Pré-sal e da indústria extrativa mineral, apesar de explorar a maior mina de minério do planeta, o Brasil ocupa o 26º lugar no ranking mundial de taxaço da atividade. A Vale S.A. é a responsável pelas extrações realizadas nesta mina, na verdade, no complexo minerador de Carajás localizado no estado do Pará. Bem como outras empresas atuantes no setor, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Ferro Mais, a firma se organiza a partir do modelo de Redes de Produção Global (RPG). Esta organização caracterizada, fundamentalmente, por padrões fragmentados geograficamente, mas integrados funcionalmente, lhes permite se beneficiar dos recursos específicos localizados em diferentes territórios. No entanto, desde antes da instalação de suas unidades até o fim de sua atuação, uma firma está mais ou menos sujeita às estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais existentes nos territórios onde se localizam suas unidades. Com isso, sua operação é condicionada por capacidades variáveis de agência em diferentes localidades, demonstrando-se, portanto, a importância do território, de seus grupos constituintes e, sobretudo, dos movimentos e agentes sociais, que formulam e implementam ações e reações com vistas a influenciar a atuação das firmas e do poder público. Essas variadas agências se deflagram no que em uma arena de debate acerca do processo de desenvolvimento, à qual ao mesmo tempo constituem e são submetidas.

Uma das razões do surgimento de organizações protetoras da natureza no século XIX era o desconforto gerado pelo rompimento dos laços sociais tradicionais, ou seja, pela desconstrução de uma sociabilidade específica. A partir disto, é possível questionar quais tipos de sociabilidades seriam geradas após processos de desconstrução ou rearranjo espacial promovidas pelas diferentes atividades mineiras e se estas interferem nas dinâmicas de luta por poder e, por consequência, de interferência na realidade social.

Este trabalho se faz pertinente na medida em que se propõem a investigar situações de conflito onde, apesar da assimetria de poder existente entre os agentes e grupos sociais, os resultados das diferentes ações desempenhadas não são óbvios.

“Somos esquecidos”: ensaio etnográfica de uma comunidade afetada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA).

AUTORES/AS: KAMILLA SASTRE DA COSTA

Este trabalho refere-se a um estudo realizado na ilha de Jaracuera Grande, Cametá/PA, localizado à jusante da Barragem de Tucuruí. Os resultados obtidos serviram de base para meu TCC. Nele busquei compreender através da vivência em campo fruto de duas viagens, como os camponeses do Baixo Tocantins sobrevivem diante de um conjunto de ações e políticas públicas que impõem limitações sobre o uso e gestão dos recursos naturais. Tais mudanças socioambientais são oriundas principalmente da mudança de vazão do rio Tocantins ligada à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) nos anos 80, cujo objetivo principal consistiu em gerar energia para a indústria de mineração. Sua construção e concretização provocaram profundas alterações ambientais, sobretudo, às populações ribeirinhas situadas nas ilhas do rio Tocantins no trecho à jusante da barragem. Mudanças no volume e no regime da vazão do rio Tocantins desencadearam vários processos degradadores na natureza, gerando um impacto direto nas condições de vida da população local. A principal delas relacionada à produção do pescado. Se antes havia abundância de peixes de diferentes espécies, depois deste empreendimento houve a extinção e redução do estoque de muitas delas. Surgimento de doenças como a hepatite e cólera, contaminação da água foram outros danos por ele ocasionados. Constatou-se que os atores sociais investigados buscaram alternativas de se reproduzir diante das ações de caráter desenvolvimentistas dos Grandes Projetos. O manejo do açaí, a criação do Acordo de Pesca, de tanques de piscicultura, a relação direta dos ribeirinhos com os recursos naturais, a importância da Colônia z-16 e da Associação neste contexto, a relação com a sede de Cametá e com a Vila, assim como a falta de preocupação proveniente de empresas como a Eletronorte, foram fatos observados em campo e relatados no trabalho. O desenvolvimento de estratégias e iniciativas de incentivo à reestruturação do modo de vida camponês foi imprescindível no contexto local. A forte influência que a Barragem de Tucuruí provocou na comunidade foi notada não apenas nas falas dos ribeirinhos, como também no próprio dia-a-dia de vivência em campo, através das práticas sustentáveis adotadas por eles, fundamentais para assegurar sua sobrevivência. Estas iniciativas ocorreram tanto de formas individuais quanto coletivas e demonstram além da

capacidade de organização, uma maior consciência dos aspectos relacionados ao meio ambiente. Dessa forma, pode-se inferir que a consolidação de mecanismos capazes de reorientar formas de se relacionar com os recursos provenientes da natureza mostra como os ribeirinhos resistem dentro de um quadro social que os excluem e pouco os beneficia.

COORDENADOR/A: SENILDE ALCANTARA GUANAES (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA), IZABEL MISSAGIA DE MATTOS (UFRRJ)

Os territórios latino-americanos vêm, historicamente, sofrendo impactos provocados por projetos colonialistas de caráter extrativista e de expansão de fronteiras e, mais recentemente, por grandes obras como hidrelétricas, estradas, ferrovias e transposições de rios. A degradação dos recursos naturais essenciais ao ecossistema e às condições de existência de diferentes povos que dependem da natureza para a sua reprodução física e cultural resultam da fragmentação e expropriação de territórios tradicionais em decorrência desses eventos. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu - empresa binacional construída no Rio Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai -, por exemplo, não apenas inundou parte significativa do território Guarani em ambos os países como continua a castigar - após quatro décadas - os povos indígenas da região. A atual implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região amazônica do Brasil, aponta na mesma direção ao atingir povos ribeirinhos e importantes territórios indígenas. Este grupo de trabalho pretende reunir investigações acerca de situações históricas e contemporâneas envolvendo a temática dos conflitos e violações de direitos indígenas e tradicionais; dos novos projetos desenvolvimentistas no Brasil e demais países da América Latina e suas implicações para os povos que vivem e dependem de áreas naturais; bem como os desafios teóricos, interdisciplinares e éticos demandados por este complexo e atual cenário.

A política da roça como dispositivo à alternativa de obstrução

AUTORES/AS: LUIS AUGUSTO PEREIRA LIMA (PPGCSPA-UEMA / PNCSA (UEA)

Este trabalho aborda as diferentes representações e práticas, relativas à denominada roça, nos processos de mobilização de povos e comunidades tradicionais pela garantia do território. Há dispositivos jurídicos recentes resultantes destas mobilizações que, defendendo a politização, apontam para a relevância das roças como forma de resistência aos desmatamentos e às tentativas de devastação de florestas e matas secundárias. Os referenciais nominados à roça estão além de uma simples referência a um espaço físico destinado ao cultivo ou ao plantio de bens essenciais ao consumo. Considera-se que essa atividade não se restringe apenas a uma relação de apropriação dos recursos naturais. Em termos específicos, as experiências dos diferentes povos, como quilombolas, ribeirinhos e indígenas, com a chamada roça, como cerne da economia de base familiar, transformam tal atividade, em muitas regiões do Brasil, na principal referência identitária de povos e comunidades tradicionais. Demonstram também que não há uma separação radical entre as atividades econômicas e as reivindicações identitárias. Por conta dessa afirmativa, percebe-se uma “rotulação”, a obstrução às vias dos “avanços” de grandes projetos, dessas práticas com uma política à alternativa de desobstrução desenvolvida pelo Estado. Esta constatação reflete as características básicas de um “modo de viver” característico das comunidades que cultivam determinado tipo de roça como modo para garantir, além da sobrevivência, o território, que estão frente aos processos de desenvolvimento do Estado. Considerações feitas, as vias ditas obstruídas controladas pelo Estado e as que não estão controladas estão sujeitas à violência que desobstrui as vias do poder. O estudo não se refere apenas à relevância do que os grupos definem como roça, mas ao da sua dinâmica dimensionada como fator de referência aos povos e comunidades tradicionais frente às políticas de desobstrução orquestradas pelo Estado. Dentro dessa estrutura as vias vão se afunilando sob um processo desigual, sob a política que se manifesta pelo Estado. No entanto as vias não controladas pelo Estado que são a própria obstrução como alternativa se mantêm em rede e gradativamente se estabelecem a partir das relações “imaginadas”, que em certo momento são ativadas. Em face dessa rede, atribui de “dispositivo”.

Futuridades em tempo de crise: ‘desenvolvimento’ e a política popular em comunidades ameaçadas por barragens na Amazônia

AUTORES/AS: GABRIEL LOCKE SUCHODOLSKI

Este artigo é uma análise da política popular e das futuridades em jogo em Itá, uma comunidade ribeirinha ameaçada pela perspectiva de submergência completa por uma grande barragem de usina hidrelétrica no rio Tapajós, Pará. [1] As reações sociais e interpretações da possibilidade da construção da barragem se dão de maneira heterogênea dentro da comunidade. Disputas emergiram, foram concatenadas e radicalizadas em torno da questão. Esse tempo de crise da possibilidade de reprodução social é também um ‘tempo em crise’ (Lomnitz, 2003:145), quando diferentes possibilidades, concepções de desenvolvimento, e historicidades se acentuam em disputa. Neste artigo, primeiro eu identifico as formas táticas de ações contra e pró-barragem. Em segundo lugar, mostro as futuridades implícitas e explícitas no cotidiano em tempos de crise. Por ultimo, concluo com as imbricações entre política popular e futuridades em diversas concepções de desenvolvimento. Por um lado, viso destacar os diversos e significativos impactos sociais e políticos de uma barragem em momento prévio à sua efetiva construção. Por outro, aponto para uma maneira de reconstruir o conceito de desenvolvimento como conceito propriamente social-científico e interpretativo.

[1] Este trabalho se baseia em pesquisa etnográfica, documental, e em séries de entrevistas conduzidas entre 2011 e 2013. Os nomes da localidade e seus moradores foram alterados.

Impactos socioambientais do projeto de exploração de petróleo e gás no município de Coari/AM: o caso da comunidade ribeirinha de Sao Pedro da Vila Lira

AUTORES/AS: RAIMUNDO EMERSON DOURADO PEREIRA

A partir das representações sociais de informantes escolhidos qualitativamente entre os moradores da Comunidade São Pedro da Vila Lira, localizada no município de Coari/AM, o trabalho busca revelar o ponto de vista desses ribeirinhos amazônicos acerca dos impactos decorrentes da dinâmica do projeto de exploração de petróleo e gás, em curso na região Amazônica. Essas atividades extrativistas estão ligadas à construção do poliduto Urucu-Coari/Coari-Manaus e do depósito de petróleo

Terminal Solimões. As alterações socioambientais tem início com os trabalhos de prospecção em 1986 e a efetiva exploração de hidrocarbonetos e gás natural pela empresa PETROBRAS a partir de 1988, na Província Petrolífera de Urucu - PPU, localizada a 280km da sede municipal.

Impactos Socioambientais em Unidade de Conservação: o caso da População Ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça, Tucuruí/PA.

AUTORES/AS: NEILA DE JESUS RIBEIRO ALMEIDA, DANIEL DOS SANTOS FERNANDES, VOYNER RAVENA CAÑETE

Esta pesquisa busca analisar os impactos socioambientais provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na Amazônia paraense, especificamente em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça. Levando em consideração que a implementação da hidrelétrica ocasionou sérios problemas socioambientais, como: processo migratório de populações de várias regiões do país, impactos negativos sobre o meio ambiente e em comunidades tradicionais que sobreviviam diretamente dos recursos extraídos da área atingida. Apesar do Governo vir tomando medidas para minimizar esses impactos, entre eles, a implantação de um mosaico de unidades de conservação criado em 2002, com o objetivo de proteger os recursos naturais, reduzir os conflitos sociais e garantir a melhoria da qualidade de vida da população local. O que pode ser observado atualmente, é a ineficácia da gestão dessas áreas, a superexploração dos recursos naturais por meios ilegais e o agravamento dos problemas sociais pela falta de políticas públicas. Dessa forma a partir de pesquisas realizadas com ribeirinhos da reserva de desenvolvimento sustentável Alcobaça, área atingida pela usina de Tucuruí, procuramos percorrer os aspectos históricos e a realidade contemporânea das populações tradicionais afetadas por mais um projeto desenvolvimentista na Amazônia brasileira a partir dos impactos socioambientais provocados por esse empreendimento. O que mostrou que os impactos socioambientais foram gerados pela gestão centralizada dos órgãos governamentais e pela falta de políticas de gerenciamento integrado, onde a população tradicional local não participa da tomada de decisões referente aos acordos sobre a extração dos recursos.

Um Mergulho nas águas do velho Chico: territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos pescadores artesanais de Saramém, Brejo Grande-SE

AUTORES/AS: EDILSON CARNEIRO DA SILVA

Em decorrência de intensas mudanças socioambientais ocorridas nas últimas décadas, os territórios da pesca artesanal (mar, rios, estuários, lagos, lagoas, etc.) vêm sofrendo profundas transformações (poluição, diminuição dos estoques de pescados, perda da biodiversidade, turismo, grandes obras públicas, avanço do mar), o que afeta diretamente o modo de vida de muitas comunidades de pescadores (as) no País. E algumas dessas transformações socioambientais têm levado a diversos homens e mulheres, que vivem diretamente da pesca, a abandonarem, com seus familiares, seus tradicionais lugares de trabalho e morada. O presente estudo possui como objetivo geral: “compreender os processos socioculturais e econômicos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) vividos pelos pescadores artesanais de Saramém, Brejo Grande, Sergipe, particularmente quando estes foram obrigados, devido à construção da Hidrelétrica de Xingó – inaugurada em 1994 - que ocasionou o avanço do mar , a irem morar nesta localidade “expulsos” do Povoado do Cabeço pelo referido impacto ambiental. Saramém localiza-se na margem da foz do Rio São Francisco, assim como era o Cabeço. Em busca da compreensão desses processos, a metodologia utilizada foi a etnografia, que se construiu com base na observação direta e participante, em entrevistas semiestruturadas sobre a história de vida dos pescadores artesanais, registros fotográficos e uso de um diário de campo. Nesse sentido, o etnoconhecimento dos pescadores também foi valorizado. A pesquisa durou de setembro de 2012 a junho de 2013, onde cerca de 30 pescadores foram entrevistados. Como resultado, obteve-se a compreensão que os processos de desterritorialização, desterritorialização e reterritorialização provocaram danos materiais e imateriais, a exemplo das perdas dos lugares tradicionais de pesca, alterações nos espaços de uso comum (territórios de pesca), enquanto fruto de impactos negativos sobre os recursos naturais que se deram na foz do Rio São Francisco, em decorrência da Hidrelétrica de Xingó. Ademais, relações de vizinhança foram alteradas e elos simbólicos com o território perdidos e/ou (re) significados, após a saída da Ilha do Cabeço e chegada em Saramém..

De proletários a indígenas: novos movimentos sociais e a questão da água na América Latina

AUTORES/AS: MARCIO JOSÉ MELO MALTA (UFF)

O início do século XXI presenciou na América Latina o surgimento de um forte movimento social em defesa do direito à água como elemento primordial à vida. Na Bolívia, em especial na cidade de Cochabamba, uma série de ativistas da sociedade civil conseguiu pautar com base na sua condição de povos tradicionais o direito ao acesso à água frente às tentativas de privatização desse bem que estavam sendo feitas por multinacionais, sobretudo a Nestle.

O eixo das denúncias davam conta dos impactos socioambientais e a defesa do reconhecimento dos povos tradicionais da América Latina sobre as riquezas de seu solo. Paralelo à questão da água, o gás também foi tema de uma série de protestos, partindo da reivindicação de que a população local não poderia pagar mais pela commodity do que os povos que a importavam.

A proposta em tela visa analisar uma percepção de mudança na sociedade civil de auto-reconhecimento como povos originários, índios, em oposição à categoria de proletários trabalhada pelos movimentos sociais tradicionais.

Cabe apontar que do seio dessas contestações que o líder cocaleiro Evo Morales será eleito presidente da república da Bolívia, fato ocorrido na esteira dos acontecimentos da denominada Guerra do Gás. Sendo que o próprio Evo se constitui de forma identitária como um índio.

Analisar esses conflitos com base em novos paradigmas teóricos é o cerne da proposta. Alguns autores podem contribuir para elucidar as perspectivas abertas, dentre eles, o recém-falecido Stuart Hall com sua série de estudos acerca do papel central que a identidade ocupa em um cenário de pós-modernidade, assim como as contribuições de Robert Darnton, em seu clássico ensaio denominado “História e Antropologia”, onde aborda a importância da análise de discurso e da trama de significados e significantes. A reflexão de Darnton auxiliar em compreender como indivíduos que eram designados como los indios de mierda pela elite branca local, foram ressignificados e passaram a ser reconhecidos como portadores de valor. Ou seja, a auto-identificação como indígena ganhou novos contornos, não só em solo boliviano, passando a ser reconhecida pela chave de um status positivo e portador de direitos historicamente usurpados. Os plantadores de coca também

se encaixam nesse viés, pois representam uma luta ainda em aberto para serem reconhecidos como produtores de uma planta que possui uso milenar e não como trabalhadores associados ao narcotráfico internacional.

É fundamental compreender a dinâmica cultural em curso na Bolívia, onde povos tradicionais lutam em defesa da Pachamama – como designam a mãe terra – resistindo a uma lógica de predação da natureza proporcionado pela lógica capitalista do lucro.

Desvendando a assimetria entre os programas de verdade na construção do Plano de Manejo: estudo de caso no Parque Nacional de Superagui

AUTORES/AS: ANA PAULA RAINHO

A principal estratégia de conservação da natureza nos países de terceiro mundo são as criações de Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, inspiradas na primeira área protegida criada nos Estados Unidos em meados do século XIX, o famoso Parque de Yellowstone (DIEGUES, 1996). Entretanto, a criação das UCs nunca se consolidou em regiões vazias, sem moradores. O próprio Yellowstone só se afirmou enquanto o primeiro parque nacional do mundo a partir da expulsão violenta de índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock (DIEGUES, 1996).

O que consolidou as UCs como a principal medida de conservação em todo mundo, e isso inclui o Brasil, foi a disponibilidade de fundos internacionais para esse propósito. Entretanto, não foi apenas o financiamento internacional que levou a este tipo de política. O apoio que o Governo militar concedeu a este tipo de política, como um dos governos que mais criou UC de Proteção Integral, foi fundamental na sua consolidação enquanto política ambiental brasileira. Essa lógica de política, baseada na expropriação e controle, não vem do período militar. Desde as primeiras colonizações, a história econômica e social dos países do “Sul” subordinados ao imperialismo é construída através de sucessivas expropriações dos camponeses em proveito de formas concentradas de exploração da terra (desflorestamento, plantações, pecuária extensiva, etc.) para a exportação aos países capitalistas centrais (CHESNAIS, 2003).

O problema é que grande parte das U.C.s foram estabelecidas em áreas ocupadas por comunidades tradicionais que, muitas vezes, contribuem de maneira decisiva na conservação da biodiversidade de sua região. Infelizmente, isso não é

percebido por grande parte dos cientistas naturais que gerem as U.C.s. É o caso de Guaraqueçaba, um município que possui 98,76% de seu território destinado a Unidades de Conservação e ao mesmo tempo apresenta o menor índice de desenvolvimento humano do litoral do Paraná, apenas 0,659 (IPARDES, 2010). Além disso, uma das comunidades mais pobres de Guaraqueçaba, conhecida como Canudal, se encontra dentro do Parque Nacional de Superagui. Os gestores deste Parque além de não perceberem que o ambiente se encontra conservado daquela maneira graças as diversas comunidades tradicionais que vivem ali há aproximadamente 450 anos, também fecham seus olhos para a pobreza da região, onde em nenhum de seus objetivos se encontra a melhoria de vida dessas populações. Muito pelo contrário, as restrições do Parque Nacional de Superagui (PNS) impedem sua reprodução social tendo em vista as restrições legais inerentes a esta categoria de UC, contribuindo fortemente para a degradação cultural.

A partir desse contexto, este trabalho teve como objetivo investigar, através da etnografia, os modos de vida de uma comunidade tradicional pesqueira conhecida como Barbados (PR) que vive dentro do PNS e, a partir disso, compreender como são criados seus conhecimentos acerca do território e do oceano. O debate gira em torno do Plano de Manejo que ainda está em disputa e em construção. Pois, apesar do PNS ter sido criado em 1989, o Plano de Manejo ainda é inexistente. Sua construção iniciou-se em 2012, e seus documentos iniciais já geraram polêmicas por excluir completamente as vozes das comunidades afetadas pelo Parque em nome de uma ciência ocidental que se diz pregar a conservação da natureza. Por isso, constituiu também como objetivo contrapor os conhecimentos tradicionais dos pescadores(as) artesanais (caiçaras) aos conhecimentos científicos ocidentais, já que estes últimos constituem o conhecimento incorporado pelos gestores do Parque na construção do Plano de Manejo. Partindo disso, o estudo se embasou em Foucault e Latour, já que há claramente, neste estudo de caso, um combate “pela verdade”, mas exatamente pelo “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 1978).

Ao contrapor os conhecimentos não pretendi compara-los com o intuito de provar que o conhecimento tradicional é válido porque condiz com fatos consumados

do conhecimento científico. Muito pelo contrário, parto do pressuposto que se todos os programas de verdade se equivalem, se todas as culturas igualmente incomunicáveis tem razão na sua desrazão, há então, uma luta encarniçada entre os programas de verdade, onde alguns ganham e outros perdem (LATOUR, 1983). Nesse caso, o ganhador foi o conhecimento científico, que tem em seus métodos e postulados raízes em países do “Norte”, possuindo uma assimetria que não se dá apenas entre formas diferentes de conhecimento, mas também entre países, representando ainda o poder colonial que atua nos países do “Sul” na sua negação em desenvolver conhecimentos próprios. Defendo nesse estudo que os conhecimentos tradicionais e brasileiros dos caiçaras devem ser levados em consideração não apenas no Plano de Manejo mais em qualquer conhecimento referentes à gestão ambiental de ambientes costeiros e das pescarias. Isso porque o saberes dos caiçaras não constituem qualquer tipo de saber, mas um saber que não é apenas passado de geração por geração (há muitas gerações) como reafirmado, experimentado e adicionado num saber fazer, ganhado no cotidiano do dia-a-dia de ser pescador e pescadora para conseguir sobreviver em mar. Além disso, possui uma trama de significações que se pronuncia na unidade espacial terra-mar-céu (ciclo lunar e processos atmosféricos), conformando um saber biocósmico que atua como regulador de acesso aos recursos naturais e à movimentação no espaço marítimo.

Esse saber cósmico se torna ainda mais interessante quando se compara com o saber da ciência ocidental. No caso da gestão das pescarias, há um certo consenso a nível mundial que a ciência das pesca foi falha e não conseguiu reverter os problemas de sobreexploração pesqueira. Um dentre as várias razões estaria atrelada a falta de conhecimento dos pesquisadores, pois se trata de uma ciência extremamente nova (se comparada com outras disciplinas), em um ambiente onde as variáveis químicas, físicas, biológicas, geológicas estão muito mais interligadas e entrelaçadas, fazendo com que nossa ciência ocidental disciplinar tenha sérias dificuldades de entender a totalidade dos ambientes costeiros e oceânicos. Um exemplo desse tipo de caso está na falta de entendimento de como os processos climáticos podem afetar os cardumes de peixes. Enquanto isso, os caiçaras possuem um conhecimento totalizante, uma prática de campo muito mais acentuada e constante e um amplo conhecimento marítimo (desde a ecologia das espécies

até as correntes marítimas), atmosférico e lunar, assim como seus efeitos nos cardumes de peixes. Mas, continuamos a ignorar tal conhecimento. Por isso, além de defender que estes sejam escutados antes e durante qualquer definição no Plano de Manejo por uma questão de direitos humanos, mas também por uma questão de conhecimento onde não há mais justificativa para ignorar essas comunidades de seus direitos em nome de uma ciência ocidental que diz ser a única capaz de compreender e conservar a natureza.

Famílias humildes de pescadores vs. índios em extrema pobreza: a representação assimétrica dos atores sociais no discurso da mídia sobre demarcação de terras indígenas

AUTORES/AS: CARLOS MAROTO GUEROLA

Este trabalho tem como objetivo identificar estratégias discursivas empregadas na representação assimétrica dos atores sociais envolvidos no conflito em torno da demarcação da TI Guarani do Morro dos Cavalos, localizada no sul do município de Palhoça, na Grande Florianópolis (SC). Com o fim de sustentar teórica e empiricamente a acusação de parcialidade proposital com que os atores sociais envolvidos nesse conflito são representados pela mídia de massas, este trabalho articula um arcabouço teórico que discorre sobre a definição e construção dos leitores imaginários de telejornais de massa (Coulthard, 1994; Caldas-Coulthard, 1996; Gee, 2001); sobre a problematização da economia política da verdade (FOUCAULT, 1976/1995; 1979/s.d.) que estabelece relações de poder através de um sistema de diferenciações que diz respeito à construção de identidades sociais; sobre a linguagem como cerne dessa construção (Bakhtin, 1997; Hall, 2006; Van Leeuwen, 1996); e sobre a construção de identidades étnicas considerada à luz de estratégias de inclusão/exclusão para o exercício de poder entre grupos sociais (OLIVEIRA, 1976; MAKONI; MAKONI, 2004).

Como metodologia de análise, é observado o desacato ao Princípio de Cooperação de Grice (1975), efetivado por meio da exploração da máxima de quantidade, na reportagem “Morro dos Cavalos: uma montanha de problemas em discussão”, segunda parte da série do mesmo nome veiculada em três Jornais do Meio Dia da RIC TV Santa Catarina em outubro de 2013. Na reportagem analisada, essa máxima (que exige que a contribuição dos interlocutores de uma interação seja

tão informativa - nem mais nem menos - quanto requerido pelos propósitos da interação) é explorada por meio da omissão (des-enfatização) da representação de certas características dos atores sociais indígenas que são representadas enfaticamente nos atores sociais não indígenas. As cinco estratégias identificadas são: 1) omissão da representação das perdas e prejuízos dos indígenas no conflito, sendo, ainda, a demarcação das Terras Indígenas representada como algoz do prejuízo dos não-indígenas; 2) omissão da representação dos atores sociais indígenas como uma população familiar, típica, original ou autêntica; 3) omissão da representação das atividades econômicas dos indígenas; 4) omissão na representação das dificuldades e condições adversas enfrentadas pelos atores sociais indígenas, representados como miseráveis por própria incapacidade; 5) omissão na representação de agência dos atores sociais indígenas, que constrói uma representação dos indígenas como sujeitos pacientes.

A análise mostra como a linguagem em uso é política, no sentido em que representa identidades e atividades socialmente situadas cuja representação tem implicações sobre como a terra, fonte de riqueza, poder e status, deve ser distribuída. A representação des-enfatizada dos atores sociais indígenas serve à invenção da sua etnicidade pelas elites dos grupos proprietários dos meios de comunicação de massas, neste caso a RIC TV Santa Catarina, e os seus aliados, para protegerem o seu bem-estar e ganharem vantagem política e econômica sobre o grupo des-enfatizado, neste caso, favorecendo a opinião contrária à demarcação da TI Morro dos Cavalos, e, com ela, à demarcação de terras indígenas no Brasil como um todo.

Pescando derechos: Conservación de la biodiversidad en territorio de pescadores indígenas en el Norte de México

AUTORES/AS: BERENICE MORALES AGUILAR

Durante los últimos 40 años las Áreas Naturales Protegidas (ANP), se han dirigido en todo el orbe hacia la protección de la biodiversidad a través de acciones que en algunos casos han creado más deterioro que beneficios reales en el ambiente y la sociedad. Siguiendo esta lógica, las Reservas de la Biósfera está compuesta por tres áreas principales: 1) áreas núcleo -o zonas exclusivas para la conservación- que poseen a su alrededor, 2) áreas de amortiguamiento -o zonas destinadas a la restauración ecológica y a la búsqueda de alternativas sustentables-, en las que

también pueden coexistir, 3) áreas de transición -o zonas para actividades como la subsistencia o turismo bajo con una perspectiva sustentable. Las Reservas de la Biósfera fueron pensadas como una estrategia que proporcionaría un remedio ecológico a través de una política global, que protegería los recursos biológicos y ecológicos a través de un modelo parecido al de un tipo de “isla de conservación”. La importancia que se ha dado al valor de la biodiversidad, ha creado al interior de las reservas proyectos y políticas, que además de ser centralizadoras y externas a las comunidades en las que se implementan, también forman mecanismos verticales. En este contexto, la presente ponencia analiza los efectos que la implementación de una Reserva de la biósfera ha tenido entre los Cucapá, una antigua tradición indígena de cazadores, recolectores y pescadores del norte de México, actualmente involucrados en la pesca comercial dentro del área núcleo del ANP. De manera particular, me interesa ilustrar las fuertes implicaciones sociales, económicas y etnográficas que el desplazamiento territorial ha tenido en esta etnia ancestral de pescadores, con la declaración del Alto Golfo de California y Delta del Río Colorado como Reserva de la Biósfera así como con la consecuente violación a los derechos indígenas según se estipula en el Convenio 169 de la OIT .

Trajetórias de Lideranças de Associações Indígenas e Extrativistas no Médio Purus

AUTORES/AS: RANCEJANIO SILVA GUIMARÃES

A região do Médio Purus (Sul do Amazonas) é atravessada por inúmeros processos sociais (estabelecimento e quebra da empresa gomífera, expansão da fronteira agropecuária, implantação de grandes projetos como rodovias e hidrelétricas, criação de assentamentos, terras indígenas, unidades de conservação estaduais e federais, etc.) onde a configuração permite uma reflexão acerca das práticas de povos indígenas e tradicionais objetivados em movimentos sociais. A presente pesquisa tem como objetivo abordar, em uma perspectiva comparativa, as ações de determinadas lideranças de quatro organizações da região: Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus; Associação das Mulheres Indígenas do Médio Purus; Associação dos Produtores da Assembleia de Deus do Rio Ituxi; e Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus. Pretende-se compreender as formas de organização e estratégias empreendidas

pelos agentes, situando suas trajetórias na rede de relações estabelecidas entre organizações estatais e não governamentais.

As Associações Indígenas e as Pequenas Centrais Hidrelétricas da Bacia do Rio Branco (RO)

AUTORES/AS: VINICIUS TEIXEIRA FURLAN

Este trabalho propõe abordar questões referentes ao associativismo indígena, que envolvem grandes desafios como as obras estatais e privadas que afetam o meio ambiente e as condições de vida das populações indígenas. Para tal, focaremos no contexto etnológico da Terra Indígena Rio Branco, no estado de Rondônia, mais especificamente o povo Tupari que vive nessa região e suas relações, através das associações, nas negociações com o Estado brasileiro sobre as construções de diversas PCH's (Pequena Central Hidrelétrica) em suas terras.

Os Tupari se encontram hoje principalmente na Terra Indígena Rio Branco localizada nos municípios de Alta Floresta do Oeste, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé, em Rondônia, onde também se encontram os Makurap, Arikapu, Kanoê, Aruá, Kampé, Canoé, Sakirabiate Djeromitxi (ou Jaboti). Essas etnias se distribuem em diversas aldeias sendo as mais antigas como São Luiz, Bom Jesus e Colorado antigas ocupações de seringais.

No caso da TI Rio Branco, existem três associações, sendo elas a Associação Indígenas Doá-Txatô, essa concentrando as populações que vivem nas Aldeias onde o acesso se dá pela estrada; e outra, a associação das aldeias fluviais, onde se concentram as populações à jusante do rio, principalmente na Aldeia Colorado; outra associação mais recente é a da Aldeia Bom Jesus, a mais próxima da cidade de Alta Floresta d'Oeste. Há um histórico recente dessas associações em luta contra a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) ao longo do Rio Branco, atualmente já são seis barragens e outras em processo de planejamento. Há uma série de impactos que os indígenas vem sofrendo ao longo dos anos, como o desaparecimento de algumas espécies de peixe e do tracajá, também no período de seca a navegabilidade se torna muito complicada isolando as aldeias fluviais além de uma grande queixa de uma super população de jacarés.

As associações já atuaram em contato com o Estado reivindicando junto ao Ministério Público Federal de Rondônia, onde há um processo de mais de 15

anos, indenizações ou o desativamento das barragens já construídas que afetaram o curso do rio. Portanto, pretende-se promover uma discussão a partir da relação dos Tupari e sua política com o Estado brasileiro, tendo como centralidade os impactos ambientais e sociais promovidos pelas barragens construídas ao longo do Rio Branco. Os Tupari possuem um histórico de combate contra essas hidrelétricas, atuando principalmente através de suas associações. É justamente essa ação política através das associações que se coloca como objetivo para observar a relação da política indígena e o Estado brasileiro por meio das negociações.

Os indígenas e os programas de compensação ambiental

AUTORES/AS: FERNANDA OLIVEIRA SILVA

Esta comunicação aborda alguns aspectos de uma série de programas de compensação ambiental destinados aos povos indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku. Povos que são moradores da região do rio Teles Pires, localizados entre os estados do Mato Grosso e Pará. Os programas aqui abordados são parte do Plano Básico Ambiental Indígena da Usina Hidrelétrica Teles Pires. Os relatos propostos visam colaborar com o pensamento acerca das alterações na vida desses povos e, com as novas demandas que surgem a partir da construção de empreendimentos do porte de uma usina hidrelétrica como essa, a quarta mais potente em geração de energia elétrica no Brasil.

Povos Indígenas, Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais: Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, Poder Tutelar e Local e Agro-negócio no Sertão Maranhense

AUTORES/AS: ADALBERTO LUIZ RIZZO DE OLIVEIRA

A Amazônia oriental experimentou, nas últimas décadas, um significativo crescimento nos programas e projetos voltados ao desenvolvimento regional e às comunidades étnicas e locais, gerando mudanças econômicas e socioambientais na região, com a derrubada de áreas florestais e de cerrado e a substituição de antigas fazendas e núcleos sertanejos por latifúndios vinculados ao agro-negócio. Esse processo gerou, ainda, impactos na organização social e simbólica dos grupos indígenas na região, impondo a lógica econômica de mercado sobre a da auto-sustentação destes grupos. Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela (Jê-Timbira)

e outros grupos no centro-sul maranhense tiveram seus territórios envolvidos pelo avanço desta nova fronteira econômica, especialmente com a implantação do Projeto Ferro-Carajás e do Programa Grande Carajás e a expansão do agro-negócio - soja, cana-de-açúcar, eucalipto e outros - precedida por desmatamentos para abastecer de carvão vegetal, as siderúrgicas instaladas no “Corredor Carajás”. Nos últimos anos, o Governo Federal vem realizando uma revisão demarcatória, com a perspectiva de ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, tendo em vista as limitações ambientais das mesmas, o crescimento populacional destes grupos e o avanço do agro-negócio sobre esses territórios. De outro lado, segmentos sertanejos com apoio de líderes políticos locais, tem obtido junto a órgãos estaduais e federais (INCRA e ITERMA), a titulação das terras que ocupam através de projetos de assentamento rural, alargando o potencial de conflitos territoriais na região. Neste período, agências federais (FUNAI, FUNASA, MME, MDA, IBAMA, INCRA), estaduais (Secretarias de Educação, Agricultura, Meio Ambiente, ITERMA), ONGs e pesquisadores têm também implementado projetos de desenvolvimento local junto a grupos indígenas e comunidades rurais da região, através do associativismo, com apoio de agências internacionais de fomento (BIRD, BID, IAF). O trabalho analisa os impactos das intervenções vinculadas ao desenvolvimento sobre os Apaniekrá e Ramkokamkra-Canela, pela ação de agências governamentais e privadas, do agro-negócio e outros, e as respostas elaboradas por esses grupos, através de movimentos sócio-políticos e do associativismo indígena.

Território e Meio Ambiente – Os projetos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Itaipu a partir das perspectivas do Avá-Guarani do oeste do Paraná

AUTORES/AS: THIAGO ARRUDA RIBEIRO DOS SANTOS

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, finalizada em 1982, resultou na inundação de uma área de 1.500 Km² de florestas e terras cultiváveis e na desapropriação de aproximadamente 40 mil pessoas, dentre elas os Avá-Guarani da aldeia Ocoy/Jacutinga. Desde a fundação da Usina, a relação entre os Avá-Guarani e a empresa caracterizou-se em um primeiro momento pela resistência da Itaipu em garantir as devidas medidas compensatórias aos indígenas, resultando com

isso em um largo período de mobilização dos Avá-Guarani em questão. No ano de 2003, se configura um novo período desta situação histórica, onde a empresa anuncia uma mudança de postura para com o território afetado pela Usina, ao criar uma “nova missão institucional” alinhada pela égide do desenvolvimento sustentável e materializada no Programa “Cultivando Água Boa”. Neste Programa, os Avá-Guarani são contemplados no projeto “Comunidade Avá-Guarani”, cujo objetivo visa dar assistência em infraestrutura e incentivo à “diversidade cultural” em comunidades indígenas afetadas pela Usina.

Tendo em vista a mudança de postura anunciada pela Itaipu Binacional para com os Avá-Guarani nos últimos anos, o presente trabalho levanta as seguintes questões: quais os sentidos atribuídos pelos Avá-Guarani sobre os projetos ditos socioambientais da empresa? Qual o efeito destes projetos para os Avá-Guarani? Houve uma mudança de postura do Estado através da Itaipu Binacional no sentido de reverter a perda dos territórios indígenas em questão? A enunciação de uma prática “socioambiental” por parte da empresa caminha no sentido de operar um controle sobre as demandas territoriais indígenas? Nota-se que a empresa possui um enorme arsenal propagandístico disposto a exaltar os benefícios de suas ações pautadas no desenvolvimento sustentável, ainda que historicamente expropriou populações e alterou ecossistemas. No sentido de ir além destas perspectivas exaltadas, o trabalho busca analisar crítica e detalhadamente a ação contemporânea da Itaipu Binacional a partir das perspectivas e narrativas das famílias (ñemoñare) Avá-Guarani e Mbyá das Reservas Indígenas Tekoha Añete e Tekoha Itamará contemplados no Programa “Cultivando Água Boa”. Para tanto, realiza um breve panorama das situações históricas precedentes a este contexto, com destaque às lutas territoriais dos últimos 30 anos, e configura um mapeamento com base em dados etnográficos das relações entre famílias beneficiadas pelo Programa e os distintos agentes da Itaipu Binacional envolvidos nesta dinâmica. Esta investigação é resultado de meu Mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

“Por que não somos ouvidos?” Povos indígenas, sociedade moderna e projetos (ditos) de desenvolvimento nacional

AUTORES/AS: VANESSA ALVARENGA CALDEIRA

Ao ler a chamada para esse GT, uma série de questões me vieram à mente em razão

de três principais motivos: i) minha experiência como antropóloga coordenadora de dois estudos de avaliação de impacto socioambiental junto a um povo indígena no estado de Minas Gerais; ii) a manifestação pública, em 2012, de funcionários do IBAMA sobre as pressões políticas e dificuldades vividas para exercerem sua função técnica na área de licenciamentos; iii) e por fim, os inúmeros casos recentemente divulgados pela mídia a respeito do tema, entre os quais destaco, além dos já citados na chamada desse GT: a) o caso Munduruku, no sul do Pará, em que a Força Nacional foi enviada para conter as manifestações indígenas contrárias à realização dos estudos de impacto ambiental das hidrelétricas São Luiz de Tapajós e Jatobá; b) o caso Tenharim, no Amazonas, em que violento conflito interétnico foi deflagrado no final do ano passado e cuja origem possui intrínseca relação com os impactos da construção da BR 230; c) as recentes enchentes no rio Madeira, em que o Ministério Público Estadual de Rondônia e o Ministério Público Federal atribuem a responsabilidade às construções das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau; e d) a recente denúncia de inúmeras balsas da Petrobrás adentrando o rio Tapuá, no Amazonas, para prospecção de petróleo sem a devida consulta prévia aos povos tradicionais que habitam a região.

Entendo que para o enfrentamento desse complexo contexto urge a consolidação de espaços de debate e de reflexões sobre o tema para a profícua construção fundamental e fundamentada de posicionamentos a respeito. As reuniões da Associação Brasileira de Antropologia se constituem em um importante espaço para isso e a proposta de pensar os desafios teóricos, interdisciplinares e éticos demandados por esse contexto através de GT específico, consolida esse espaço.

Minha intenção aqui é compartilhar algumas experiências do fazer antropológico nesse campo de avaliação de impacto socioambiental; refletir sobre desafios vividos; e apresentar alguns posicionamentos sobre o complexo contexto dos estudos de componentes indígenas em relatórios de impacto socioambiental no Brasil.

Para tal, proponho uma reflexão a partir dos conceitos de modernidade reflexiva e subpolitização de Ulrich Beck sobre o atual modelo de licenciamento ambiental no Brasil; a participação indígena nesse contexto; e em específico, algumas implicações da Portaria Interministerial 419/2011.

COORDENADOR/A: MÁRCIA MARIA GRAMKOW (GIZ), JANE FELIPE BELTRÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

DEBATEDOR/A: ROSANI DE FATIMA FERNANDES, ELCIO SEVERINO DA SILVA MACHINERI

A Constituição de 1988 faz o reconhecimento legal do indígena na sociedade brasileira, o apelo a prática de ser participativo na ação pública, no contexto político. Cenário incentivador à consolidação de diálogos na sociedade nacional, indígenas, não-indígenas e o Estado. A Convenção 169, da OIT/1991, ratificada pelo Brasil em 2003, assume apresentar relatórios de aplicação da norma em seu território e realizar consultas prévias aos povos indígenas e tribais cf. artigos 6 e 7. Em 2012 um GT propõe-se a regulamentação da consulta prévia dos povos indígenas, devido a necessidade do Governo Brasileiro ampliar discussão do tema, mediante procedimentos apropriados, caso de medidas legislativas e administrativas que os possam afetar. O campo de interlocução perpassa a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores. Para completar dois anos, conjunto de eventos registram impasses de interlocução entre Estado/Povos indígenas. O GT pretende ser campo de diálogo, reflexão e troca de experiência em temas da Convenção, no cenário das relações américa latina e povos indígenas, da perspectiva do olhar dos sujeitos de direito, da prática da autoidentificação, a responsabilidade dos governos, o Direito das comunidades tradicionais se organizarem e manterem suas instituições culturais, a Participação, Consulta e Consentimento, o Direito à Terra e ao Território, ao Desenvolvimento, à Saúde, os quais são tratados nos artigos 6º. e 7º. da Convenção

"Protocolos indígenas são o momento de organizar nossa casa antes de sair falando com os outros": reagindo ao impasse no processo de regulamentação da consulta prévia no Brasil

AUTORES/AS: LUIS DONISETE BENZI GRUPIONI

Adotada em 1989 durante a 76ª. Conferência Internacional do Trabalho, a Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais foi ratificada pelo Estado brasileiro em 2002. Dez anos depois, o governo brasileiro criou um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de regulamentar um de seus principais dispositivos: o mecanismo de consulta prévia, livre e informada. Porém, até o momento, esse GTI não conseguiu avançar na sua intenção de construir uma proposta que regule o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas quando decisões governamentais possam afetar suas vidas e territórios. O diálogo com o movimento indígena está parado e não há confiabilidade, por parte dos índios, em relação às intenções do governo nesse processo. Face a essa conjuntura, um conjunto de organizações da sociedade civil iniciou um trabalho de elaboração de protocolos próprios de consulta por povos e terras indígenas, de modo a preparar os povos indígenas para o diálogo com o Estado quando empreendimentos e políticas públicas afetarem seus territórios e modos de vida. Nessa comunicação pretendo discutir as implicações dessa iniciativa, seus potenciais e fragilidades.

Autonomia e Direito de Consulta: como se aplica a povos indígenas isolados?

AUTORES/AS: ERIKA M YAMADA E FABRÍCIO FERREIRA AMORIM

O direito de consulta livre, prévia e informada previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto 5051/04. O direito de consulta constitui pedra angular do respeito à autonomia dos povos indígenas, pois garante a expressão destes sobre assuntos que lhes concernem na relação com os Estados Nacionais. As tomadas de decisões governamentais devem assim passar a considerar valores e interesses de povos indígenas – e de outros grupos social e culturalmente diferenciados - que historicamente estiveram marginalizados dos processos de construção das bases estatais. Em alguns casos, além do direito de consulta, a normativa faz referência à necessidade do consentimento dos povos indígenas.

A exigência do consentimento em casos específicos garante coerência entre a observância do direito de consulta, a garantia dos direitos substanciais dos povos indígenas e o respeito à autonomia destes. Se a medida ameaça a sobrevivência física e cultural do grupo, ou impõe seu traslado de suas terras tradicionais, exige-se o consentimento indígena. Particularmente vulnerável a situações extremas de violação de direitos humanos fundamentais – incluindo-se o risco de genocídio – e que, portanto, exigiriam além da consulta, o consentimento indígena, são os casos de medidas ou projetos estatais que afetam os povos indígenas isolados. Povos indígenas isolados são povos, ou segmentos de povos, que optaram pela estratégia de isolamento, denominada por este artigo como estratégia de controle das relações. Em geral, são povos em constante fuga e rechaço de relações com agentes externos. No Brasil, habita a maior quantidade conhecida desses povos, que em sua maioria já estabeleceram, em algum momento de sua história, contatos com membros da sociedade majoritária que ocasionaram conflitos e epidemias. Considerando que o isolamento se dá a partir de decisões fundamentadas desses povos visando diminuir seu grau de vulnerabilidade e manter suas formas próprias de organização social, podemos inferir que povos isolados expressam sua autonomia pela opção do isolamento e revelam seu não consentimento, pelo menos, quanto ao: (a) desencadeamento de processos forçados de contato; e (b) à degradação ambiental de seus territórios. Assim, a Convenção 169 da OIT passa a ser instrumental para que medidas estatais não prejudiquem a viabilidade das estratégias de vida de povos isolados, correspondendo à FUNAI um desafio a mais no processo de regulamentação do direito de consulta.

Construindo trajetórias do protagonismo indígena: reflexões sobre a experiência do associativismo indígena no Alto Rio Negro

AUTORES/AS: MARIA LUIZA GARNELO PEREIRA, SULLY DE SOUZA SAMPAIO

Os autores refletem sobre a atuação das associações indígenas do Alto Rio Negro na busca de garantir o acesso às políticas indigenistas sanitárias, desenvolvidas a partir dos anos 90. A metodologia utilizada foi a de observação participante nos fóruns de discussão do movimento indígena e entrevistas com suas lideranças sobre a percepção da participação indígena na concepção das políticas sociais a eles direcionadas. A discussão abrange as lutas travadas em torno da demarcação das

Terras Indígenas do Alto Rio Negro e as novas bandeiras de luta subsequentes, no campo da educação e da saúde. As estratégias indígenas analisadas compreendem a implantação das escolas indígenas autônomas do Alto Rio Negro e ações correlatas travadas no campo da Saúde, tais como a celebração de convênios com o Ministério da Saúde para a implantação do Distrito Sanitário; a tomada do Conselho Municipal de Saúde e do controle social no âmbito do subsistema de saúde indígena; e a participação em eleições municipais, com ocupação de cargos majoritários no poder executivo. Atenta-se também para a auto avaliação do movimento indígena sobre os prós e contras das relações travadas com o estado brasileiro e o esforço para manter o protagonismo indígena frente a estas políticas públicas. Tomando como eixo a formação técnica profissionalizante dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro, finaliza-se a análise com uma reflexão sobre as alianças e parcerias entre entidades indígenas e instituições de ensino e pesquisa para a implementação deste projeto, o qual ampliará a qualificação profissional dos agentes indígenas de saúde no seio da equipe multiprofissional, potencializando um protagonismo indígena rejeitado pelos prepostos do Estado brasileiro no campo da saúde.

Convenção 169 da OIT e o direito à educação escolar indígena: desafios à autonomia, especificidade e qualidade no estado do Pará

AUTORES/AS: ROSANI DE FATIMA FERNANDES

A América Latina é multicultural e multilíngue, concentra grande diversidade de povos indígenas que resistiram as políticas colonialistas, ao genocídio e ao etnocídio e que constituem atualmente a maioria da população em alguns países. Pela organização e reivindicação, os movimentos indígenas garantiram constitucionalmente direitos coletivos, culturais, linguísticos, territoriais, sociais, educacionais e políticos que acompanham um total de 14 ratificações da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário desde 2003. Dentre os direitos assegurados está o de acesso à educação escolar de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, a participação, execução e avaliação de programas e políticas educacionais, a formação de professores das próprias etnias, a construção de escolas de acordo com as características arquitetônicas de cada povo, a produção de materiais específicos

de acordo com os sistemas educacionais próprios, abarcando as histórias e os conhecimentos linguísticos e culturais indígenas. Apesar das conquistas legais, os povos indígenas continuam tendo o direito à educação escolar específica e de qualidade violado pelo Estado brasileiro, são escolas funcionando em espaços improvisados, sem a estrutura básica necessária e materiais didáticos adequados às realidades linguísticas e culturais, o que configura quadro de descaso e violência porque não considera o direito de participação em todos os assuntos que dizem respeito às comunidades indígenas. O artigo discute, à luz da Convenção 169, as inúmeras formas de violação do direito à educação escolar indígena específica e de qualidade no estado do Pará e as estratégias de enfrentamento dos povos e movimentos indígenas para fazer valer direitos historicamente negados.

Convenção 169 da OIT em disputa: consulta prévia, pensamento decolonial e autodeterminação dos povos indígenas

AUTORES/AS: RODRIGO OLIVEIRA E MARIAH TORRES ALEIXO

A Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) resulta de intensas mobilizações de povos indígenas e tribais no cenário internacional. Com a proposta de superar a doutrina integracionista que predominava na legislação, tem como marco teórico a autodeterminação dos sujeitos culturalmente diferenciados. O documento foi ratificado no país em 2002 trazendo mudanças na relação entre Estado e grupos étnicos, destacando-se o artigo 6º, que determina que os sujeitos de direito da Convenção sejam consultados de forma prévia, livre e informada antes da adoção de medidas legislativas e administrativas que possam afetá-los. Diante da falta de implementação da consulta prévia no Brasil, foi instituído em 2012, Grupo de Trabalho Interministerial com a atribuição de elaborar proposta para sua regulamentação. A possibilidade de regulamentação põe em evidência a disputa entre as diversas sensibilidades jurídicas (GEERTZ, 1998) em torno da definição de aspectos importantes do procedimento, sobretudo quanto aos efeitos, visto que a Convenção adotou solução híbrida entre a mera participação e o consentimento, permitindo que os Estados signatários deliberem a respeito (RODRÍGUEZ GARAVITO, 2012). Discutem-se os possíveis efeitos da consulta prévia, tendo em vista o necessário rompimento com a doutrina da integração dos povos indígenas. Faz-se isso mediante os debates ocorridos no I Seminário de

Consulta Prévia aos Povos Tradicionais da Amazônia (17/12/2013, Belém-PA) e dos aportes oferecidos pelo pensamento descolonial latino-americano (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2005), que destaca que as relações coloniais, bem como o racismo nelas inserido, ainda perduram, produzindo marcas indelévels, mesmo que a colonização oficial tenha acabado há dois séculos. A polêmica em torno dos efeitos da Consulta Prévia diz respeito ao reconhecimento da diversidade no interior dos Estados nacionais. E reconhecer diversidade implica em possibilitar que os povos indígenas decidam seus próprios destinos, o que significa conceber a consulta como instrumento de autodeterminação.

Entre o “veto” e a “consulta”, o consentimento? Subsídios políticos e etnográficos para a regulamentação da Consulta Prévia, Livre e Informada.

AUTORES/AS: LUÍS ROBERTO DE PAULA

O objetivo principal deste paper é o de trazer subsídios políticos, antropológicos e etnográficos ao aspecto mais controvertido presente no processo de normatização jurídica do que veio a se chamar consulta prévia, livre e informada: as populações tradicionais, em particular, os “povos indígenas ou tribais”, teriam direito a vetar obras de infra-estrutura ou mesmo medidas administrativas que impactam ou alteram seus modos de vida e de seus territórios? Quais os entendimentos (e confusões) sobre noções tais como “consentimento”, “consulta” e “veto”? Para tentar subsidiar este debate controverso, na primeira parte da apresentação busco identificar e comparar alguns conceitos jurídicos, antropológicos e políticos que se encontram presentes nas duas versões do que podemos denominar atualmente como “Convenção dos Povos Indígenas e Tribais”: a “Convenção nº 107” da OIT, de 05 de junho de 1957 e a “Convenção nº 169” da mesma OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, de 7 de junho de 1989. Neste primeiro momento, portanto, trata-se de efetivar uma espécie de diálogo “metajurídico” e, portanto, trans-histórico, no qual conceitos, formulações, orientações etc presentes em cada um dos documentos serão objeto de uma exegese comparativamente crítica, visando identificar e ressaltar possíveis avanços, estagnações e/ou retrocessos em dimensões cruciais que se articulam direta ou indiretamente ao tema da consulta prévia. Num segundo momento, buscarei articular o resultado deste diálogo metajurídico com situações etnográficas por mim vivenciadas como antropólogo em processos de

licenciamento ambiental, destacando, em particular, estudos de caso em que os procedimentos de consulta foram colocados em operação, com maior ou menor legitimidade ética e política.

Estudos Complementares do Rio Bacajá: Mejxtere, kaigo ou punure? Um debate sobre a autenticidade de um laudo de impacto ambiental.

AUTORES/AS: THAIS REGINA MANTOVANELLI DA SILVA

Como se produz um Estudo de Impacto Ambiental? O objetivo aqui é apresentar as minúcias do processo de elaboração de dados e redação dos Estudos Complementares do Rio Bacajá (ECRB), um estudo de impacto ambiental realizado na Terra Indígena Trancheira-Bacajá (TITB) decorrente da construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte (AHE Belo Monte) na região do Médio Xingu. Através do acompanhamento das equipes de especialistas nas aldeias durante a etapa de coleta de dados e do claro descontentamento dos Xikrin com o resultado final do laudo apresentado pelos engenheiros responsáveis, intenta-se problematizar a forma de realização desse tipo de estudo operacionalizado segundo metodologia etnoecológica. É possível garantir em um laudo a presença e a voz dos conhecimentos dos povos indígenas e como eles são contrastados aos modelos matemáticos presentes nesses laudos? Essas foram algumas questões que os Xikrin se colocaram durante a apresentação do resultado final dos Estudos, que eles não aprovaram e que foi aceito como satisfatório pelos órgãos competentes. Interessa aqui apresentar como esse processo de confecção de laudo mostrou-se autoritário e impositivo, sem que as considerações dos Xikrin fossem levadas a sério.

Mojubá : Procedimentos de consulta prévias no contexto sul-americano.

AUTORES/AS: EDUARDO FERNANDES DE ARAÚJO

O termo Mojubá provém da família lingüística nígero-congolesa Iorubá/Yorubá, em África a língua é uma das expressões culturais e étnicas da Nação Iorubá, sendo reconhecida como língua oficial na Nigéria, Benim, Togo e Serra Leoa. Nas Américas o Iorubá é uma das línguas oficiais da República Dominicana. Da mesma matriz do Nagô ou Iucumi encontrado em registros e rituais religiosos de matriz africana no Brasil e Cuba. Mojubá significa saudação ou até mesmo é a saudação,

o termo convida a academia, instituições e ao direito achado/constituído nas comunidades quilombolas ao diálogo, visto que, Mojubá remete ao próprio termo Quilombo/Kilombo que em Iorubá pode designar lugar de moradia, ocupação ou identificação social, entre outras variações em constante resignificação e apropriação identitária. Neste sentido, a partir das perspectivas de velhas/novas semânticas em relação ao termo Quilombos/Quilombolas e dos processos de concretização de direitos através das lutas sociais um dos elementos imprescindíveis para análise da construção e/ou violação de direitos é a Convenção n.169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos Indígenas e Tribais que amplificou para além do mundo social, cultural e étnico as repercussões/relações entre o Estado e os povos originários e comunidades/populações tradicionais. A Convenção 169 da OIT versa sobre elementos estruturais, conjunturais e emergenciais no que tange as relações entre o Estado e os seus destinatários no campo da educação, identidade, território, meios de comunicação e demais políticas públicas. Nesses 24 anos da ratificação da Convenção 169 da OIT pelos Estados Sul-Americanos (Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e países da América Latina (Guatemala, Nicarágua, México e outros) as questões étnico-raciais, territoriais, culturais, econômicas, políticas e jurídicas ganharam uma multiplicidade de interpretações e construções no campo acadêmico, jurídico, político e social que transcendem o sistema normativo, ao mesmo tempo ocupa espaço nele. Destarte, a compreensão do direito enquanto construção histórica, cultural, política, social e econômica, exige a percepção da existência de uma disputa política cotidiana que amplifica o sentido do exercício da cidadania e da produção normativa, sendo esta achada/constituída nos quilombos, pois, além dos diversos aspectos citados anteriormente. A Convenção 169 da OIT destaca a necessidade de criação de mecanismos que constituam a previsão da consulta prévia aos Povos Indígenas e Tribais, considerado não apenas um instrumento jurídico, mas percebido enquanto um princípio norteador das relações dos Povos Indígenas e Tribais com os Estados conforme aponta o Artigo 6.

Oitivas indígenas e o caso do licenciamento da barragem de Belo Monte

AUTORES/AS: RENATO CARDOZO ALVARES DE CASTRO

O artigo 231 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e o artigo 6 da Convenção

169 da Organização Internacional do Trabalho são regulações recentes que estão na vanguarda do direito indígena moderno. O licenciamento da barragem de Belo Monte é âmbito privilegiado para o estudo da aplicação das diretrizes do Consentimento Informado, entendido a partir de uma literatura que busca defender esse direito enquanto afirmação da autonomia na busca pelo desenvolvimento. Não simplesmente por ser a maior obra de infra-estrutura em curso no Brasil e por situar-se na Amazônia, onde se localiza mais de 90 por cento da área reservada à terras indígenas no país. É na Amazônia também que estão previstos grande parte dos aproveitamentos planejados para o incremento da capacidade instalada de energia do país, o que a configura como fronteira energética nacional. Soma-se a isso o fato de que, pelo ineditismo da medida em pauta, a disputa em torno da definição do conceito e de procedimentos apropriados para logr  -lo, se fez central durante todo o processo e servirá de precedente a futuras delibera  es.

O presente artigo, fruto de uma disserta  o de mestrado defendida em fevereiro de 2014, faz uma síntese deste processo, historiando tanto os controversos projeto e licenciamento da barragem, quanto o surgimento e evolu  o do debate em torno do princípio da Consulta Prévia. Termina por realizar uma análise das reuniões com os indígenas no âmbito do licenciamento de Belo Monte, advogadas pelos empreendedores como cumpridoras do requisito de consulta, e mostra, a partir de entrevistas, documentos e transcri  es, o quão distante a prática brasileira está do entendimento teórico acerca do tema.

Perfil de Beneficiário: identidade e controle social em unidades de conserva  o ambiental

AUTORES/AS: NATÁLIA RIBAS GUERRERO

Este trabalho busca refletir sobre um processo em curso em unidades de conserva  o (UCs) federais de uso sustentável – Florestas Nacionais (Flona), Reservas Extrativistas (Resex) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) –, capitaneado pelo Instituto Chico Mendes de Conserva  o da Biodiversidade (ICMBio), e que pretende resultar na “defini  o de um perfil de famílias

beneficiárias” em cada um desses territórios. Um dos principais objetivos da ação seria o de contribuir com os processos de regularização fundiária das unidades de conservação, para que as famílias desses territórios, por meio de uma lista cadastral homologada e publicada em diário oficial, possam ser legítimas signatárias de seus respectivos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Além disso, isso as aproximaria do acesso às políticas públicas voltadas ao público das unidades de conservação. “O objetivo é contribuir com a gestão das unidades de uso sustentável com comunidades tradicionais na etapa de definição do perfil das famílias que vivem ou dependem dos recursos nela existentes. Esse processo é importante porque previne distorções, equívocos e conflitos na definição da relação das famílias beneficiárias de cada UC, que é o objetivo final dessa ação”, afirmou, em 23/01/2014, o diretor de Ação Socioambiental e Consolidação Territorial do ICMBio, João Arnaldo Novaes. Essa ação está sendo conduzida em compasso com um diagnóstico socioeconômico das famílias nas 77 UCs de uso sustentável federais do país, desde meados de 2013. Para isso, foram contratados consultores regionais (entre os quais, esta pesquisadora) e foi firmado um termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) para orientação das atividades. Significativa parte do aporte financeiro que viabilizou esse operativo é oriunda de um termo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Com base nos documentos emanados do ICMBio, bem como em material de pesquisas anteriores que tematizavam a gestão desse órgão ambiental em relação a territórios tradicionalmente ocupados, este artigo propõe uma reflexão sobre as questões que emergem desse processo de “definição do perfil de beneficiário”.

Avalia que, embora haja setores do ICMBio comprometidos com o aperfeiçoamento de mecanismos da chamada “gestão participativa”, uma série de fatores estruturais e conjunturais decorrentes do próprio histórico do órgão acaba abrindo espaço para que essa ação responda a setores cuja relação com as comunidades e povos tradicionais ocorre no plano do controle social. Nesse sentido, eleger critérios que se proponham “definidores” dos grupos das UCs – ainda que isso seja convocado

em moldes supostamente participativos e contextualizados – pode resultar em uma ação que ignore as dinâmicas identitárias, substancializando a cultura dos grupos em questão, por um lado, e em um enquadramento da prática desses grupos, que se veriam pautados não por uma série de pactuações a respeito do território que ocupam, mas pela aproximação ou afastamento de um conjunto de características que “os definiriam”.

COORDENADOR/A: JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), ISABELLE
BRAZ PEIXOTO DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ)

O processo de formação nacional (state building) é marcado pela exclusão de índios e negros, cuja presença na vida social e política, bem como sua relevância econômica e identitária, é negada de forma sistemática. Os trabalhos de antropólogos e historiadores desenvolvidos nas últimas décadas aportaram informações antes desconhecidas (ou desconsideradas em termos analíticos) sobre estratégias e impactos das populações subalternizadas na organização da sociedade brasileira, propiciando o surgimento de um conjunto bastante representativo de trabalhos inovadores. O objetivo deste GT, evitando o isolamento dos estudos indígenas daqueles da população afrodescendentes, seja focalizando a escala local e regional ou estudando fenômenos nacionais ou transnacionais, é permitir um debate sobre as pesquisas recentes ou em andamento, de maneira a estimular a reflexão e propiciar a exploração de eixos analíticos novos relacionados ao domínio de uma antropologia do colonialismo.

Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: estratégias de luta por direitos territoriais quilombolas

AUTORES/AS: MARIVANIA LEONOR SOUZA FURTADO

Com a promulgação da chamada Constituição Cidadã, em 1988, mudanças no plano formal foram desencadeadas no tratamento das populações negras e indígenas, agora entendidas como integrantes do processo civilizatório da nação brasileira, sendo garantidas a estas a manutenção e proteção de suas práticas culturais, além de garantias constitucionais específicas quanto à titulação dos territórios aos remanescentes de quilombos. No presente contexto, em que se consolidaram as lutas políticas em torno de territórios sociais etnicamente configurados, as comunidades tradicionais se mobilizam politicamente, passando de uma existência atomizada para uma existência coletiva. No que diz respeito às demandas das comunidades quilombolas, tal passagem da invisibilidade da condição de “quilombo em si, para a condição de quilombo para si”, tem sido possibilitada pelo movimento sócioterritorial que defino como aquilombamento. Tal conceito seria uma ressemantização do termo cunhado nos períodos colonial e imperial que designava o processo histórico de formação de territórios livres da escravidão. Da mesma forma que o conceito de quilombo careceu de uma ressemantização para que sua aplicabilidade na atualidade abarcasse uma gama de situações sociológicas específicas, a inserção das comunidades quilombolas no processo de luta por direitos territoriais e sociais específicos impõe uma redefinição do que se entenderia por aquilombamento no contexto atual, o que possibilita entender a dinâmica da construção de uma cidadania diferenciada dentro dos marcos de um Estado-nação “pós-colonial” efetivada pelo protagonismo das comunidades quilombolas. O aquilombamento contemporâneo tem revelado uma tensa e contraditória relação dos povos e comunidades tradicionais com o poder público, uma vez que rediscute a terra como mercadoria, apresenta processos de territorialização específicos e aponta novas identidades afrodescendentes. A partir do trabalho etnográfico da comunidade quilombola do Rio Grande (entre os anos de 2008 a 2011) e do Movimento Quilombola do Maranhão –MOQUIBOM verificou-se a passagem da condição daquela comunidade de quilombo “em si” para a condição de “quilombo para si”, assim como se pode constatar nas ações estratégicas do MOQUIBOM, sobretudo nos anos de 2010 a 2012, a retomada

da pauta pela titulação de territórios étnicos quilombolas o que tem colocado em questão a estrutura concentradora de terras no Maranhão.

Colonialismo do Poder: a subjetividade estatal na negação da presença indígena no Ceará e a construção sociohistórica do território Tremembé de Queimadas, em Acaraú-CE.

AUTORES/AS: RONALDO DE QUEIROZ LIMA

O conflito entre populações indígenas e latifundiários no Brasil vem se intensificando nos últimos anos, apesar de nas últimas décadas o movimento indígena ter conquistado avanços significativos na demarcação de terras. A ocupação da Câmara federal em 2013 que ficou conhecida como “abril indígena” mostrou a força da articulação nacional do movimento, que teve resposta do Estado brasileiro meses depois com a paralisação de todas as demarcações de terras. A articulação política entre líderes da bancada ruralista, Ministério da Agricultura, EMBRAPA (Empresa brasileira de pesquisa e agropecuária) e Gleisi Hoffmann, ex-ministra da casa civil, resultou na necessidade de criar novas regras para a demarcação de terra indígena incluindo membros dos órgãos supracitados. Essa proposta rompe com a exclusividade constitucional da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) no procedimento demarcatório, o que é uma ofensiva ao direito originário a terra. Essa conjuntura deu novo fôlego para o Projeto de Emenda Constitucional 215/2000 sair da gaveta e caminhar no Congresso.

Então, o conflito em torno do direito originário a terra não está somente na dimensão fundiária, mas, sobretudo, no patamar dos projetos políticos para o campo que auxiliam, predominantemente, pequenos e grandes produtores, de tal forma, que atropelam o direito indígena a terra. Aquela articulação política reflete o plano econômico brasileiro de desenvolvimento que objetiva a expansão da fronteira agrícola e a ampliação da matriz energética hidroelétrica. Este projeto estatal vem atingindo terras indígenas (TI) de distintas etnias, por vezes diminuindo o perímetro das TIs ou impedindo o acesso a elas. Essas realidades sobrepujam a Constituição de 1988, especialmente o artigo 231 que regulamenta o direito originário a terra para a população indígena brasileira. O projeto do desenvolvimento brasileiro, simbolizado pelo PACs (Programas de aceleração do crescimento), na prática fere regimentos internacionais dos quais o Brasil é

signatário, tais como a resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que tange a consulta das populações indígenas e tribais no caso de construção em seus territórios, e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

O cenário político econômico brasileiro contemporâneo reflete uma trajetória histórica colonial de ocupação e produção nas terras brasílicas que só foram possíveis através de aliança com vários povos indígenas. No Ceará, se destaca a aliança com o povo Tabajara como força militar na luta para dominar os índios rebeldes, os Tapuias, e expulsar invasores franceses e holandeses, conquistando o respectivo território. A lei de terras no século XIX reconfigura a organização fundiária no Brasil tornando as populações indígenas invisíveis aos olhos do produtivismo agrário que se compunha com a força do Estado imperial ao reconhecer as terras brasileiras como propriedades produtivas e individuais, distanciando-se da realidade indígena de uso coletivo dos recursos naturais. O relatório provincial de 1863, no Ceará, somou força à política fundiária nacional ao negar a existência de índios na respectiva província, o que abriu as portas para o monopólio do uso individualizado da terra para fim de produção agropecuária. Contudo, Estado brasileiro, na esfera nacional, estadual e municipal, desenvolveu uma subjetividade que compreende o solo como meio para produção agrícola, o que elucida a operação da lógica capitalista no uso da terra, o que incidiu na própria ocupação geográfica do território nacional. Outro fator que compôs a subjetividade colonial do estado brasileiro reflete a inferiorização do modo indígena de uso da terra, sendo ele compreendido como atrasado e retrógrado. Esse é o reflexo da intelectualidade do século XIX onde as ideias da ciência moderna positivista na classificação dos “primitivos” e “selvagens” gerou uma ideologia de progresso com a eliminação dos índios, representação do retrógrado. Por outro lado, a cosmovisão indígena compreende a terra como meio para viver, cujas relações com o solo, com as águas disponíveis e as matas têm uma dimensão corpórea e extracorpórea, espiritual. Essa última, por sua vez, corresponde a tradições culturais ancestrais impressas no território que ocupam e se chocam com o capitalismo agrário brasileiro, a pedra fundamental da economia nacional. Então, este trabalho visa desenvolver reflexões sobre o que é a terra segundo a compreensão indígena, e a etnia interlocutora é a Tremembé. Para tanto, a

primeira parte visa localizar a trajetória histórica do povo Tremembé no Ceará e as relações com a sociedade colonizadora. No segundo momento, busca-se perceber o processo migratório desse povo e a edificação de Queimadas enquanto terreno étnico em meio aos conflitos estabelecidos entre os Tremembé e uma família de fazendeiros em Acaraú, e a posterior investida do Estado no esbulho da terra de Queimadas através da implantação do Projeto “Perímetro Irrigado Baixo Acaraú”, ação da política nacional de irrigação do governo Sarney. O terceiro momento visa discutir a construção cultural do território Tremembé de Queimadas através dos trabalhos espirituais de pajelança, dando ênfase a conectivos culturais desse povo com a sua terra tradicional. Dessa forma, objetiva-se mostrar elementos culturais Tremembé que possibilitem pensar a organização fundiária brasileira segundo uma óptica descolonial.

Etnias, Fluxos e Fronteiras: Processo de Emergência Étnica de um grupo Cariri em Queimada Nova – PI

AUTORES/AS: CINTHYA VALERIA NUNES MOTTA KOS

A presença indígena foi, desde o princípio da história do Piauí, invisibilizada, o estado foi um dos últimos do Brasil a reconhecer e admitir a existência de uma história indígena e considerar o ressurgimento de uma cultura autóctone. A resistência a este reconhecimento tem embasamento na ideia de extermínio total desses grupos, replicada nos registros oficiais. Os grupos que tem reivindicado recentemente o reconhecimento enquanto grupos indígenas passam por diferentes tipos de desconfiças, pelos diferentes setores da sociedade piauiense, na maioria dos casos referentes a uma “repentina” auto declaração, considerada muita das vezes baseada em critérios fictícios por não apresentarem distintividade cultural e fenotípicas que os caracterizem como indígenas, baseadas num representação da idealização do protótipo xinguanu. No município de Queimada Nova no sudeste do Piauí, um grupo indígena vinculado a etnia Cariri, demanda reconhecimento pelos órgãos competentes. A localização geográfica em que esse grupo se encontra denuncia tal vinculação - em uma região fronteira entre os estados do Pernambuco e da Bahia, área de ocorrência desses grupos. No mês mo local há também a existência de outros grupos étnicos; grupos quilombolas que detêm um amplo reconhecimento nos movimento sociais por sua organização política.

Este trabalho tem como objetivo investigar as condições locais que favoreceram tal situação de “etnogênese”, analisando o papel das relações intersocietárias (com grupos quilombolas) na formação de uma identidade étnica, considerando a peculiaridade do espaço geográfico onde estas se desenrolam e os limites físicos e simbólicos (fronteiras físicas e étnicas) no qual estão inseridos.

Índios, Negros e Mestiços nas Aldeias e Sertões do Rio de Janeiro: classificações étnicas e relações político-sociais

AUTORES/AS: MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA

Pesquisas interdisciplinares recentes têm abordado as culturas e as etnicidades de diferentes povos indígenas e africanos como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis que continuamente se transformam através da experiência dos agentes sociais em contato, o que conduz à idéia de identidades plurais e à percepção de que as categorias étnicas são historicamente construídas e adquirem significados distintos conforme os tempos, os espaços e os agentes sociais em contato. Neste trabalho pretende-se refletir sobre alguns significados das categorias de índios, negros e mestiços, enfocando prioritariamente os índios aldeados do Rio de Janeiro, em suas relações de conflito e negociação com os demais grupos étnicos e sociais com os quais interagiam. O período priorizado é o das reformas pombalinas até o século XIX, quando as interações entre os aldeados e os não índios tornaram-se mais intensas e as propostas de mestiçagem para a incorporação das populações indígenas às sociedades (colonial e pós-colonial) passaram a integrar as políticas indigenistas. As classificações étnicas e seus respectivos significados para os diferentes agentes constroem-se e alteram-se de forma referencial entre os sujeitos e grupos que interagem. Apesar das lacunas, alguns indícios em diferentes tipos de fontes (correspondência oficial, relatos de viajantes, censos, documentos cartoriais e paroquiais, documentos sobre conflitos, incluindo petições dos grupos subalternos) apontam para a preocupação dos diferentes atores com as classificações nas diversas categorias que lhes davam um lugar na hierarquia social de suas sociedades, podendo trazer-lhes prejuízos ou ganhos. A problematização das contradições presentes nos documentos nos permite pensar sobre as formas como essas identificações podiam ser vistas, usadas e apropriadas pelos vários agentes envolvidos, incluindo registradores e registrados. É essencial refletir sobre

as possíveis compreensões que os próprios grupos tinham a respeito das categorias utilizadas para classificá-los, considerando as intensas relações estabelecidas entre eles. Africanos e afrodescendentes interagem com os índios de diferentes formas nas aldeias, vilas, sertões e provavelmente quilombos do Rio de Janeiro e lhes davam importante referencial de identificação. Este trabalho enfoca basicamente os índios aldeados do Rio de Janeiro, procurando pensar como eles se viam em relação aos demais grupos com os quais interagem, especialmente negros e mestiços, analisando suas relações políticas e sociais, bem como a construção de discursos sobre suas identidades e lugares sociais.

O Negro como “Problema”: A Escravidão no Conselho de Estado (1841-1889)

AUTORES/AS: RICARDO BRUNO DA SILVA FERREIRA

No decorrer do século XIX, a abolição se tornara um assunto premente na imprensa, na opinião pública e nos círculos políticos. A importância da escravidão para a economia nacional, as pressões internacionais sofridas pelo Brasil e a radicalização dos movimentos emancipatórios demandavam uma solução a ser encontrada pelos estadistas do Império. Tendo em vista a gama de interesses em jogo, o Conselho de Estado se reuniu durante décadas para tratar da temática escravista dispondo de propostas pontuais para equacionar o problema. O colegiado rejeitava a adoção de ações radicais que pusessem em risco a estabilidade política e econômica do Império. A entidade não se mostrou insensível ao crescimento dos anseios abolicionistas na sociedade monárquica, sendo responsável pela criação do projeto que deu origem a lei do Ventre Livre, em 1871. A proposta por ações graduais visava atender minimamente às demandas abolicionistas dentro e fora do Brasil, sem, no entanto, perder importante base de apoio político, os senhores de terras e de escravos. Conforme observamos nas Atas do Conselho de Estado, não havia uma preocupação por parte dos membros da entidade na integração futura dos negros à sociedade monárquica. Neste artigo, abordamos a temática abolicionista no que concerne ao Conselho de Estado de D. Pedro II, que teve funcionamento no período que se estende de 1841 a 1889. Composta por eminentes políticos do Império, o Conselho de Estado operou como um órgão consultivo destinado a auxiliar o Imperador em assuntos de relevância nacional. Diversas foram as questões tratadas pelo Conselho ao longo do Segundo Reinado, com destaque

para as reformas eleitorais, as disputas diplomático-militares com os países fronteiriços e a abolição. O referencial civilizatório para este seletor colegiado era a Europa, notadamente, a Inglaterra e a França. O Brasil estaria, para muitos, em descompasso com as luzes do século, com parâmetros mínimos de civilidade e de respeito às liberdades civis ao perpetuar em sua ordem social o flagelo da escravidão. A questão abolicionista se configurava como uma questão de complexa solução, em que o negro não era tomado como parte ingressante da sociedade futura, mas como problema. Em nossa investigação, fazemos uso de fontes primárias, como a leitura e a análise das Atas do Conselho de Estado, bem como a produção textual de indivíduos que integraram a instituição. Recorremos também à bibliografia acadêmica acerca do tema e a uma série de arquivos históricos.

Participação política indígena na Cabanada: índios cabanos e “fiéis governistas”. Pernambuco e Alagoas, 1832-1835.

AUTORES/AS: MARIANA ALBUQUERQUE DANTAS

O objetivo principal desse trabalho é analisar as diferentes dimensões da participação política indígena na Guerra dos Cabanos, revolta ocorrida nas províncias de Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1832 e 1835. O intuito é compreender as motivações e os interesses dos grupos indígenas de Jacuípe (Alagoas) e de Barreiros (Pernambuco) que tiveram participação mais intensa na revolta iniciada por membros das elites locais prejudicados pela abdicação de d. Pedro I em 1831. Inseridos nas contendas e nos jogos políticos locais, os índios de Barreiros e Jacuípe se envolveram nos embates armados de maneiras diferentes. Os índios de Jacuípe apresentaram um envolvimento intenso ao lado dos cabanos, estabelecendo alianças com lideranças populares como Vicente Ferreira de Paula. Por sua vez, muitos índios de Barreiros ajudaram na repressão à revolta, sendo comandados por Agostinho José Pessoa Panaxo Arcoverde. Enquanto outra parte dos índios de Barreiros liderada por Bento José Duarte se uniu aos cabanos fazendo ataques pela região em que circulavam. Assim, observamos o posicionamento de índios dos dois grupos em campos opostos dos conflitos, bem como a cisão interna do aldeamento de Barreiros, formando duas facções encabeçadas por líderes indígenas com diferentes escolhas políticas. A partir dos apoios mútuos, das rivalidades e das divisões originadas nas aldeias, observamos que é fundamental

a compreensão das suas dinâmicas internas. Com isso podemos entender as motivações indígenas e também abordar aspectos sobre o seu envolvimento na formação do Estado nacional brasileiro no século XIX. A manutenção do território das aldeias diante das constantes invasões de não índios foi o principal motivo para que os indígenas se envolvessem de maneira coletiva nessa revolta. Por outro lado, interesses individuais de um chefe indígena, com grande poder de liderança na sua aldeia e influência política na localidade, poderia impulsionar seus comandados a participar de conflitos armados. Portanto, havia diferentes interesses e expectativas entre os indígenas para se envolverem nos conflitos das elites, originados no conturbado contexto do Período Regencial. A análise numa escala mais localizada deve ser, então, articulada às questões mais amplas relacionadas à formação do Estado brasileiro no período. Através dessa perspectiva torna-se possível discutir as possibilidades e limites para o exercício da cidadania pelos indígenas. E também compreender as revoltas do período como elementos constituintes do processo de construção do Estado nacional, que levou à elaboração de espaços para o exercício informal da cidadania e para a participação política de diferentes grupos indígenas.

Insurgências em questão: movimento social quilombola e a etnização da política no Maranhão

AUTORES/AS: IGOR THIAGO SILVA DE SOUSA

Este trabalho apresenta-se como um esforço no sentido de tentar compreender as especificidades e estratégias de luta do MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão), movimento social que se organiza em idos de 2010, ao aglutinar como ator político comunidades quilombolas, tendo em vista a garantia de direitos territoriais presentes na constituição de 1988, através de atos, manifestações e ocupações dos órgãos responsáveis pelo processo de titulação dos territórios quilombolas. Neste sentido, chama atenção suas estratégias de luta bem como a denúncia de casos de violência no campo, ao utilizar como força política pertencas de caráter étnico, trazendo a tona maneiras específicas de luta e um “fazer política”. Para isso, partiu-se de uma análise macrossocial das estruturas dos movimentos sociais, com o objetivo de entendimento de suas características mais gerais, sem, no entanto, esquecer-se das especificidades que cada movimento social possui, bem como os contextos históricos em que ganham destaque, onde tipo sociais

encontram-se historicamente despossuídos no aspecto de propriedade formal da terra, a saber, camponeses descendentes de africanos escravizados no Brasil. Analisou-se o MOQUIBOM tendo em vista os marcos de representação social expressos em seus atos e protestos, bem como em reuniões junto a comunidades quilombolas onde percebeu-se a presença da cruz como marco balizador interno e elemento aglutinador junto aos setores comunitários; já os toques de tambor como marco de expressão da diferença, assegurando o movimento a visibilidade como segmento social diferenciado, onde tem-se como característica uma mística que une fé cristã e religiosidade de matriz africana. . Para essa análise se fez uso, como instrumento metodológico, a observação direta em mobilizações, ocupações e encontros promovidos por este movimento tendo em vista, relacionar as similaridades e diferenciações na luta por efetivações de direitos entre o movimento analisado e outras entidades do movimento negro local. Assim pode ser percebido um movimento cuja dinâmica se mostra diferente dos “movimentos clássicos”, (Trotsky 2001; Luxemburgo 1976) na medida em que seu fator agregador não perpassa tão somente por uma questão de classe, nem pelos aparatos usais de consolidação dos movimentos sociais, mas pode ser entendido como um “novo movimento social”, (Melucci 2001; Almeida 2011) na medida em que se mostra tendo por base de aglutinação a auto-definição e o uso da etnicidade como forma de garantia e pressão por direitos constitucionais já pactuados.

Nina Rodrigues e o discurso sobre “As raças” na formação da Nação Brasileira

AUTORES/AS: DÉBORA DE JESUS LIMA MELO

Trata-se de uma análise sobre o discurso elaborado acerca das relações raciais no século XIX no Brasil, tendo como foco principal a produção teórica do estudioso maranhense e médico Raimundo Nina Rodrigues e sua concepção acerca das “raças humanas”. Nina Rodrigues é apresentado como parte do contexto em que está inserido, considerando-se seus alinhamentos teóricos e sua ocupação institucional, o que endossa o pressuposto que sua atuação obedecia à injunções do momento, a interesses localizados e a própria situação da ciência no período em que vive. O contexto referido é marcado pela discussão da construção de uma identidade nacional brasileira, espelhada no modelo dos estados nacionais modernos eurocêntricos que surgiram, dada às especificidades de cada cenário,

através da tentativa de uma homogeneização cultural para garantir a estabilidade de um governo centralizador e a impressão de formar uma única comunidade étnica, cultural e social. Assim, a libertação dos escravos (1888) e a proclamação da República (1889) suscitaram muitos debates sobre a viabilidade da modernização do país e a presença do negro na sociedade. Com o objetivo de solucionar e explicar tal realidade social, é que intelectuais da época serão influenciados pelas classificações eruditas e padrões explicativos que enfatizavam determinismos ligados ao tema da “raça” e “meio geográfico”, presentes na conjuntura intelectual da Europa. O pensamento social esboçado por Nina Rodrigues integra esta demanda e revela interpretações e significados sobre as relações raciais, a estigmatização do negro e questões que ainda ecoam na sociedade brasileira. Desse modo, através da análise do discurso, buscou-se esboçar o projeto criador deste autor, descrevendo sua condição de emergência, os pontos principais de sua teoria e os diálogos com outros autores e temas comuns. Para além de um discurso médico-legal, o autor articula seus estudos em um cenário de construção das ciências sociais.

O discurso raciológico na literatura brasileira: Canaã de Graça Aranha.

AUTORES/AS: RYANNE FREIRE MONTEIRO BAHIA

Este estudo tem por objetivo compreender um processo que é a construção de um discurso que qualificava o ser humano pelo critério racial e mediante este havia também uma classificação social. Nosso campo será a literatura brasileira; de modo mais específico, trabalharemos com a obra *Canaã*, de Graça Aranha. Através dessa obra, publicada em 1902, discutiremos como a intelectualidade brasileira percebia temas importantes na época como: migração, “superioridade racial”, “civilização x barbárie”. Como nossa perspectiva é processual, passaremos pela longa duração. Adotamos livros e documentos referentes a períodos anteriores e posteriores à publicação de *Canaã*. Pois o livro não é um acontecimento que se encerra em si mesmo; foi influenciado por teorias, ideologias que possuem origens muito anteriores, cujas consequências estenderam-se por um longo período de tempo. Metodologicamente, procedemos da seguinte forma: analisaremos o lugar social do escritor, estrutura e pertencimentos (posição) social e intelectual, bem como o ambiente e as ideologias que marcaram o período em que a obra foi publicada, além do próprio conteúdo da obra. Serão discutidos os modelos de ciência que

influenciaram os intelectuais brasileiros acerca da questão racial: o darwinismo social, o positivismo de Comte em sua primeira fase e o evolucionismo de Spencer, os quais eram usados para justificar o discurso adotado como paradigma pela intelligentsia brasileira, o atraso do país estaria vinculado ao clima e a raça Ortiz (1994). Lilia Moritz Schwarcz (1993) esclarece que no segundo metade o século XIX era lugar-comum os discursos que identificavam o Brasil como um país mestiço. Contudo, a mestiçagem era observada como um elemento negativo. Ressalta Schwarcz (1993) que era frequente a presença de naturalistas, visitantes de outros países que, vinham em busca dos elementos exóticos, flora e fauna tropical e deparavam-se, não sem algum assombro, com a “mistura das raças”. Tal mistura foi interpretada como uma anomalia, contribuindo para a fraqueza do corpo e da alma do brasileiro. Os personagens que compõem a trama de Canaã se constituem de posições reais, passíveis de serem achadas na estrutura social do período. Na referida obra, existe personagens que incorporam as estruturas mentais que estavam presentes nas relações sociais objetivas: o evolucionismo, o darwinismo social, a filosofia do super-homem nietzschiano e outras interpretações que direta ou indiretamente alimentaram a discussão raciológica no Brasil de início do século XX.

Os negros do Saco - Terra, dominação e invisibilidade em Acari-RN

AUTORES/AS: DANYCELLE PEREIRA DA SILVA

A história da expansão colonial nos sertões do Seridó no século XVIII e a fixação dos primeiros povoadores em torno das fazendas de gado e, mais tarde, da cultura do algodão, ocultou a presença afrodescendente. Por outro lado, a escravidão é vista como ‘branda’ e como um fenômeno secundário pelo fato de ter um reduzido número de escravos em relação ao litoral açucareiro. Porém, não se podem minimizar as marcas que deixaram mais de três séculos de dominação colonial, pois a violência simbólica e física ainda persistem. Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre as causas e as consequências do silenciamento da presença afro-brasileira e da invisibilização dos núcleos familiares no município de Acari. Através das memórias das famílias Nunes, Inácio e Pereira, antigos moradores do Saco dos Pereira, pretende-se refletir sobre as atividades de sobrevivência, as relações de trabalho, a propriedade da terra e os esbulhos ocorridos nos séculos XIX-XX, bem

como mostrar a importância das tradições familiares na elaboração dos discursos sobre o passado e das identidades diferenciadas. A metodologia utilizada durante a pesquisa teve como foco as entrevistas que contemplam as histórias de vida e as memórias dos nossos interlocutores, em particular os afrodescendentes. Os relatos colocam uma luz sobre as vivências no período algodoeiro, os ofícios realizados na fazenda (vaqueiro, louça, bordado, culinária) e mostram a importância das famílias negras para entender o cenário Acariense. Também, fotos e documentos cartoriais foram coletados para melhor compor as histórias de vidas, documentos e relatos de uma história repleta de violência e de injustiças. O estudo revela a presença de muitas famílias negras agregadas às fazendas e mostra que existe uma outra versão da história local, tendo como protagonistas àqueles cuja memória foi silenciada e que ficam marcados pelo estigma da escravidão.

“Sobre a remessa da petição do Vig.º José Ferreira de Lima Sucupira, advogado dos Índios”: questão de terras e reivindicações indígenas no Ceará provincial

AUTORES/AS: ELOI DOS SANTOS MAGALHÃES

O estudo que apresento busca enfocar a “unidade de compreensão” (Simmel, 2011) constituída pelo conjunto de fenômenos relacionados com a atuação do vigário José Ferreira de Lima Sucupira como mediador das reivindicações indígenas dirigidas ao governo imperial, e, obviamente, refletidas no âmbito local da província do Ceará (século XIX). Para tanto, no âmbito de uma antropologia histórica (Oliveira, 1999), utilizo ofícios ministeriais e provinciais, além de outras fontes históricas, a partir de uma postura crítica e interpretativa, de modo a refletir sobre quadros interativos particularizados. Essa pesquisa faz parte de esforços de análise desenvolvidos nos últimos anos por antropólogos e historiadores interessados em processos étnicos obscurecidos e manipulados por um discurso legitimador oficial.

“VIVENDO ENTRE-LUGARES”: A Trajetória dos Grupos Étnicos no Litoral Sul Paraibano

AUTORES/AS: AMANDA CHRISTINNE NASCIMENTO MARQUES

Os grupos indígenas, conforme é possível interpretar a partir das narrativas

de viagens do debate historiográfico sofreram um processo de incorporação e assimilação provenientes dos valores herdados do contato com os europeus. Pelo mesmo processo de silenciamento passaram os negros africanos, que despatrializados foram utilizados como mão-de-obra escrava. Embora esses grupos étnicos tenham vivenciado essas diferentes formas de violência, por meio desses processos que eles passam a construir territorialidades, laços de parentesco e relações de resistência que os permitiram permanecer resistindo na atualidade. Considerando essas narrativas, buscamos neste artigo, discutir a trajetória dos estudos pós-coloniais no sentido de entender o desenvolvimento dessas teorias, bem como analisar o processo histórico de territorialização do litoral sul paraibano considerando o processo colonial e as relações de subalternidade dos grupos étnicos que se identificam na atualidade como indígenas e quilombolas. O artigo foi produzido a partir de pesquisa documental e bibliográfica, realizadas em acervos particulares, nas bibliotecas central e setoriais da Universidade Federal da Paraíba, arquivo público do Estado da Paraíba, arquivo da Biblioteca Nacional e Portal da Capes. Utilizamos como referência, autores como Said (2011), Spivak (2003;1994), Hall (2003;2006) e Bhabha (1998). Cabe destacar que essas relações subalternas de escravidão e servidão, permitiram que houvessem, mesmo que perversamente: relação de reciprocidade; mistura étnica – formação de laços de parentesco comum e resistência territorial. Vivendo entre-lugares, esses grupos estabeleceram relações recíprocas, como as que se deram por meio do sincretismo religioso negro e indígena do litoral sul, a partir a introdução do uso da Jurema nos rituais religiosos dos negros. Esses mesmos grupos foram denominados no século XIX como homens pobres livres, observada como estratégia de permanência da condição de subalternidade.

“Você está no lugar errado”: a fronteira entre harmonia e tensão racial no Brasil

AUTORES/AS: NATHALIA DE ÁVILA DUARTE

Este trabalho trata da questão do lugar social dos negros e negras na sociedade brasileira. Analiso o imaginário a respeito do lugar socialmente determinado para negros e negras historicamente, com ênfase em três ideologias racialistas dominantes no Brasil em diferentes períodos, começando pelo racismo científico

de finais do século XIX, passando pelo posterior ideal de branqueamento e terminando com a ideia de democracia racial – que apesar de formulada na década de 40, é muito presente no imaginário brasileiro até os dias atuais.

Para atualizar a discussão, alio à revisão histórica, a análise de notícias de casos recentes de racismo, nos quais é possível perceber a centralidade da questão do lugar simbólico dos negros e negras nos momentos de eclosão de tensões raciais. Importante ressaltar que “lugar” é entendido aqui como espaço físico propriamente dito, mas também como lugar de submissão, lugares estes construídos historicamente e socialmente e muito marcados pelo passado escravista do país.

Os casos analisados indicam que a democracia racial brasileira é tão mais democrática quanto mais os(as) negros(as) se encontram nos lugares sociais a que são relegados. A transgressão de tais lugares, no entanto, gera situações de tensão racial, que assumem diferentes formas segundo a situação. Comum a todos os casos analisados é o fato de que a tensão racial é iniciada por brancos(as) que se sentem incomodados com a presença de negros(as) em um determinado lugar ou com a atitude de insubordinação dos(as) mesmos(as).

Este trabalho pensa o racismo como um fenômeno complexo e multidimensional e não se pretende conclusivo no que tange à discussão do lugar dos(as) negros(as) no sistema racial brasileiro, mas busca abrir caminhos e esboçar respostas para a questão da eclosão da tensão racial na nossa sociedade e, consequentemente, fornecer elementos para a discussão sobre políticas públicas que visam a superação da discriminação racial.

Afrodescendencia y decolonialidad. Aportes para la construcción de otro relato antropológico.

AUTORES/AS: MILENA ANNECCHIARICO

En este trabajo me propongo presentar algunos debates teóricos en relación a la afrodescendencia en América Latina, a partir de estudios antropológicos significativos que se realizaron en Argentina y en Cuba en el siglo XX. El propósito de este ejercicio teórico es intentar articular la teoría decolonial con los estudios afro, moviéndome en estos dos contextos de producción, Cuba y Argentina, desde donde desarrollo mi investigación actual de doctorado. La africanía y la africanidad, han sido elaboradas en Cuba a partir de los estudios de Fernando Ortiz a mediados

del siglo XX, y han sido sucesivamente recuperadas por los intelectuales cubanos, para resignificar las experiencias de resistencias culturales y políticas en seno de la Revolución Socialista. Mientras, en Argentina son escasos los estudios sobre la población afro, dada por desaparecida, con la notable y brillante excepción de Néstor Ortíz Oderigo, quien dejará una amplia obra escrita sobre los múltiples aportes de los afroargentinos a la cultura nacional. Luego, desde los años '90 y los 2000, en un contexto internacional de multiculturalismo globalizado de derechos culturales y de racismo persistente, se comienza a reflexionar en Cuba sobre la cuestión racial y en Argentina sobre la presencia de los afrodescendientes en la actualidad, siendo ambas cuestiones bastante marginales en las producciones científicas locales, así como en los debates públicos.

En estos últimos años finalmente, emergen estudios desde las Ciencias Sociales latinoamericanas que conforman lo que se definió como teorías decoloniales, que se proponen entre otras cosas, una renovación del lenguaje teórico así como de los paradigmas políticos en la época actual, explorando para ello las ontologías alternativas a las dominantes (cfr. Lander Edgardo comp., *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO 2000; Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel comp., *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores 2007). Me propongo entonces tratar de articular las reflexiones producidas desde los estudios afro en Argentina y en Cuba y la teoría decolonial, en relación a dimensiones de la experiencia afrolatinoamericana.

Os Postos e as Aldeias: Lugares para estar e viver

AUTORES/AS: LUCYBETH CAMARGO DE ARRUDA

O recorte espacial desta comunicação está situado no movimento das ações amiúdes, captadas pelas lentes dos fotógrafos da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, que moviam os espaços de alguns postos indígenas no Estado de Mato Grosso. O exercício parte das imagens produzidas pelos fotógrafos da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios e segue a documentação textual do próprio Serviço e etnografias da época. Ao deslocar o olhar para o que está fragmentado nas imagens, num plano indiciário, deparamos com questões e

situações que estão para além da construção imagética do índio selvagem versus o índio caboclo e assimilado aldeados nos postos. A hipótese caminha no sentido de que o índio que morava ou visitava o posto indígena, seja do Córrego Grande, do Posto Taunay, Cachoeirinha, São Lourenço ou Simões Lopes, estava a todo o momento, ativo e participativo, muito além da dicotomia selvagem/assimilado. Ele estava literalmente na fronteira, perfazendo mobilidades dentro e/ou fora da delimitação do posto. As imagens nos dão conta de um Bororo, Terena ou Bakairi em trânsito, indo e vindo, trocando, comprando, vendendo, trabalhando, estudando, dançando, agindo e atuando, enfim, vivendo. Em muitas situações, revela um índio presente que está compondo e constituindo o posto indígena, mas, também, revela sinais de atividade e criatividade nesse ato de estar e fazer parte do posto.

Povos Indígenas, novas Territorialidades e os (Des)Caminhos da Lei Do Diretório na Capitania da Paraíba

AUTORES/AS: JUCIENE RICARTE APOLINÁRIO

A proposta dessa comunicação é apresentar o resultado das nossas recentes pesquisas sobre o processo de implantação da Lei do Diretório dos Índios na capitania da Paraíba, enquanto capitania anexa a de Pernambuco, especialmente no processo de desestruturação de doze aldeamentos indígenas para a criação de apenas cinco “Vilas de Índios. O conhecimento histórico-antropológico sobre o protagonismo dos grupos étnicos das famílias linguísticas Tarairiú, Kariri e Tupi que passaram pelos processos de territorialidades quando transferidos dos antigos aldeamentos para as novas vilas e povoados na capitania da Paraíba ainda é incipiente. A documentação inicial que arrolamos para a presente pesquisa nos possibilita verificar que apesar de todo o investimento da administração colonial, deslocando grupos étnicos diferenciados de seus antigos aldeamentos do sertão semiárido paraibano para as longínquas paragens da Mata Atlântica, não conseguiram anular as práticas das culturas políticas indígenas em plena tentativa de efetivação da Lei do Diretório do Índios.

Quilombos na “terra da luz”: identidade e territorialidade de comunidades negras rurais no ceará.

AUTORES/AS: DANIELE CRISTINE GADELHA MORENO, LUCIANA DALMEIDA CHERMONT (UFC/CE)

A história dos negros no Ceará tem sido marcada por conflitos e pela violência, desde um passado escravista, de um projeto colonizador incompatível com a presença de tais povos, até um presente de negação de direitos sociais básicos a essas populações.

O estado do Ceará é conhecido como a “Terra da Luz” por ter sido a primeira província brasileira a abolir a escravidão em março de 1884, quatro anos antes da lei Áurea, em maio de 1888.

O Instituto Histórico e Geográfico do Ceará criou o imaginário que a estrutura econômica do Estado baseada em pequenas lavouras e criação de gado bovino, não favorecia o emprego de mão-de-obra cativa em larga escala. Dessa forma, os pensadores desta instituição chegaram à conclusão que a população negra estava em pequena quantidade e tenderia a desaparecer com os processos de miscigenação. O silenciamento e a negação seriam estratégias adotadas por um longo período.

No entanto, com o advento do “artigo 68” e com a intensa mobilização de atores internos e externos em todo país pela regularização dos territórios quilombolas, inicia-se no Ceará um processo de mobilização de algumas comunidades em torno dos direitos étnicos e territoriais, rompendo com o silêncio que a historiografia oficial havia imposto e reafirmando suas identidades étnicas como estratégia na luta pelo direito ao território.

Nesse contexto, a proposta do artigo é analisar como conceitos de quilombo, identidade étnica e territorialidade são construídos e acionados pelas comunidades negras rurais no Ceará, a partir de uma perspectiva pós-colonial.

A perspectiva crítica adotada é inspirada, entre outras referências teóricas, na questão da subalternidade porposta por Spivak (2010) considerando o debate contemporâneo sobre as relações raciais, na problematização do Hall (2008, p. 58) da construção da identidade como “uma onda de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas”, e na noção de “territorialização” proposta por Pacheco de Oliveira (2004) de pensar o território como dimensão estratégica na incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação.

É importante ressaltar que, no Ceará não existe nenhum território com titulação definitiva e apenas 17 procedimentos administrativos abertos no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O movimento quilombola, CERQUICE (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará), aponta para mais de 100 comunidades quilombolas. Diante da lentidão nos processos legais de regularização fundiária e do avanço proprietários, posseiros e da especulação imobiliária em seus territórios essas comunidades resistem, elaboram suas estratégias de sobrevivência e manutenção de seus territórios.

“Visualidades da Dança do Espontão” Danças Afro-brasileiras como Possibilidade de uma Educação Multicultural

AUTORES/AS: SUÉLY GLEIDE PEREIRA DE SOUZA

As práticas educativas referentes à vivência cotidiana dos povos africanos, pautados nas crenças, nas produções artísticas, na expressividade verbal e não verbal, na religiosidade e nas relações familiares, precisam ser evidenciadas, dentro da escola. Sob a perspectiva de considerar esses conhecimentos importantes substratos para formulação de políticas educacionais que valorizem os saberes desse grupo étnico que participou ativamente na formação da sociedade brasileira. Essa pesquisa propõe intervenções nos currículos das escolas de dois municípios do Rio Grande do Norte - Parelhas e Jardim do Seridó, pleiteando para que sejam inclusos novos conteúdos nos programas para a Educação Básica que envolvam, eficazmente, a cultura afro-brasileira, propiciando, desta forma, meios de recuperar e desvelar elementos estéticos desta tradição, presentes nestas comunidades do Seridó Potiguar. A elaboração e composição de narrativas, a partir das visualidades da dança do Espontão da comunidade quilombola da Boa Vista, em Parelhas, no Rio Grande do Norte/RN, que se apresenta até hoje para a comunidade seridoense, principalmente na cidade de Jardim do Seridó/RN, como sinal de afirmação étnica e de mobilização política, possibilitará a reflexão sobre o poder simbólico desse fenômeno de representação coletiva para a construção de identidades. Essas narrativas podem ser vistas como forma de interação social, ou seja, revitalização e perpetuação das danças como fenômeno identitário da comunidade afro-brasileira.

COORDENADOR/A: SIMONE PONDE VASSALLO (PPGSOC-IUPERJ), WALTER ALEJANDRO IMILAN OJEDA
(FACULTAD DE ARQUITECTURA Y URBANISMO UNIVERSIDAD DE CHILE)

DEBATEDOR/A: ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA, JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ, BIANCA FREIRE-MEDEIROS

Este GT se propõe a refletir sobre os processos de intervenção no espaço urbano e as dinâmicas de produção de identidades e alteridades que deles resultam, entendendo a cidade não como uma unidade de lugar homogênea, mas como uma realidade multidimensional e em processo que expressa tensões e disputas entre formas diversificadas de ação e de construção de sentido por seus distintos atores. Dentre estas, adquire relevo na agenda pública a construção de um discurso hegemônico sobre o empreendedorismo urbano que se traduz em formas de articulação entre poder público e setores empresariais, que buscam a adequação das cidades aos padrões de consumo global e à sua inserção em circuitos globalizados de bens e identidades. Estas novas modalidades de políticas públicas para a cidade repercutem nas dinâmicas relacionadas à memória, ao patrimônio, ao turismo, à produção da ordem, à construção de margens, entre outras. Favorecem a elaboração de alteridades urbanas, tanto por parte do poder público e do setor empresarial, quanto de representantes da sociedade civil que procuram, nesse contexto, afirmar suas especificidades identitárias, territoriais, étnicas ou religiosas. O debate se estrutura em torno de: a) os mecanismos de construção e afirmação dessas alteridades, tanto por parte dos setores públicos e empresariais quanto da sociedade civil; b) os espaços de tensão e negociação entre os diferentes atores que se articulam e/ou se confrontam em tais contextos.

As políticas do sofrimento: o movimento negro e a criação de patrimônio da escravidão no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: ANDRÉ CICALO

In the last years, excavations in the port area of Rio de Janeiro brought to surface archaeological remains of the slave trade. This fact has unveiled a silenced chapter of carioca history, prompting the need of heritage interventions in this field. As a consequence of the archaeological discoveries, the state and the black social movement have negotiated the creation of an itinerary of Afro-Brazilian cultural and museum spaces in the port region, with a strong emphasis on slavery memory. At present, black activists and candomblé authorities are increasingly embracing discourses of slavery memory in a political way. After the archaeological discovery of a slave pier in 2011, candomblé priestesses started celebrating religious ceremonies that commemorate slavery suffering on a regular basis. The same is recently happening at the a slave burial site discovered in 1996, which, for several decades, had been marginally interesting for activists. If a similar approach to slavery memory sounds obvious in contexts where the black movement has traditionally engaged politically with the slavery past (the United States, in particular), it is relatively new in Brazil. In previous decades, in fact, the Brazilian black movement had typically preferred to stress the African roots of national culture and to celebrate positive experiences of black “resistance” such as the quilombos. The slavery experience in itself, on the other hand, was little mentioned in the agenda of the black movement for being a traumatic experience, which could contribute little or nothing to the project of empowerment of Afro-Brazilians. As a consequence, the engagement of black activists with the recent archaeological excavations in the port area of Rio de Janeiro was not immediate and is still in process of definition.

My presentation will analyse the transition to black-political engagement with slavery memory in Brazil. On the one hand, I discuss how this process intersects with the process of affirmative action that spread in the country in the last two decades, as well as with UNESCO’s international politics of slavery heritage and with urban gentrification. On the other hand, I also discuss how the act of “seeing” material remains (e.g. a pier, or bones of enslaved people) might be so crucial for certain groups to make sense of their past and build political narratives around it.

Desviando a perspectiva: corpos, cor e raça no Bairro do Recife

AUTORES/AS: LUCAS BARBOSA CARVALHO

Nos últimos 10 anos, a literatura sociológica e antropológica dedicada ao Bairro do Recife tem se voltado quase que exclusivamente para os processos de enobrecimento arquitetônico, recorrendo à terminologia gentrificação como uma categoria suficientemente explicativa para a compreensão da exclusão social e uso do espaço por parte de coletivos racial e cromaticamente diferenciados. A hipótese da pesquisa, ainda inicial, é a de que faz-se mister desviar a perspectiva etnográfica das “evidências”, tendo como base uma investigação cosmográfica dos corpos frequentadores do Bairro. Ela se sustenta consoante o interessantíssimo argumento de Schwarcz, segundo qual a sociabilidade no Brasil parece remeter-se a uma certa cosmologia e classificação cotidiana dos corpos. As publicações de Rogério Proença e as inserções em campo do autor deste trabalho parecem reforçar esta hipótese, em uma reflexão que insere-se no debate maior acerca da interseção classificatória de corpos em Bairros de grandes cidades da América Latina que sofreram radical intervenção urbana – algo já demonstrado em distintos momentos por Adrián Scribano.

Gentrificação e patrimônio industrial: disputas pela apropriação legítima da memória em um antigo bairro industrial em Lyon, França.

AUTORES/AS: FERNANDA PISMEL PAUPÉRIO

Gentrificação é um processo de enobrecimento de áreas degradadas através da valorização do patrimônio e da reafirmação da identidade local, cuja multiplicidade de possibilidades desdobra um processo de seleção de características adequadas à memorialização. Neste contexto, o objetivo desse trabalho foi analisar o processo de gentrificação em um antigo bairro industrial na cidade de Lyon na França. Por meio de entrevistas semi-estruturadas com responsáveis por oito instituições (entre museus e associações de interesse privado) e de observação participante foi possível apontar que a produção da história é marcada pelo conflito entre atores sociais que lutam pela apropriação legítima do segmento do patrimônio que representam. Entre os traços de identidade, destacaram-se com maior ênfase a permanência de quatro características dos canuts (tecelões do século XIX): dedicado labor, caráter

combativo, inventividade e patriotismo. Essas memórias, mais do que descrições da verdade, são traços que marcam características que se espera que o lionês possua hoje, servindo a história então, para reforçar a identidade francesa/lionesa através de seleções pontuais do passado.

Narrativas Urbanas: discursos divergentes sobre o processo de requalificação na cidade de Almada

AUTORES/AS: ROSELANE GOMES BEZERRA

A divulgação de projetos de requalificação em fóruns de participação, na cidade de Almada, em Portugal, está fundamentada em discursos que associam as intervenções urbanas a uma valorização da estética da arquitetura. Os argumentos explicitados pela Câmara Municipal de Almada para justificar as transformações na cidade, baseiam-se nos seguintes indícios: uma articulação com o estuário do rio Tejo e o incremento das suas complementaridades com Lisboa, a transformação de espaços de trânsito automobilístico em áreas pedonais para fins de lazer, a implementação de equipamentos turísticos, culturais e de pesquisa, a preservação do meio ambiente e o aproveitamento das antigas estruturas industriais. Porém, esse modelo de planejamento urbano, que prevê uma regeneração económica, social e imagética da cidade, a partir de espaços reinventados, está a influenciar o surgimento de alteridades. São discursos e práticas sociais que vão de encontro, ou mesmo contestam, as narrativas oficiais. Esse contexto de “disputa simbólica”, que envolve diferentes estratégias, discursos e representações sobre o processo de requalificação, foi o cenário para uma análise sobre narrativas urbanas. Esta comunicação tem como finalidade compartilhar as reflexões e os desafios no âmbito do percurso da pesquisa etnográfica na cidade de Almada. O objetivo desse estudo tem sido realizar uma análise de como os discursos e as estratégias dos agentes envolvidos nos projetos de transformação urbana – nomeadamente decisores políticos, arquitetos e urbanistas – são compreendidas pelos “praticantes” da cidade. O “conflito” em torno do processo de requalificação traduz a necessidade de refletirmos sobre alguns indícios que compõem o cenário das intervenções no espaço urbano, na atualidade.

Pensando a cidade: Análises sobre o uso de crack nos espaços públicos do centro de Florianópolis (SC)

AUTORES/AS: SUZANA CASTANHEIRO ULIANO

Essa pesquisa visa compreender aspectos da cidade sob a perspectiva daqueles(as) que consomem crack nos espaços públicos do centro de Florianópolis (SC), particularmente no contexto de uso dessa droga. Dimensões como as relações que estabelecem com os lugares que constroem e vivenciam na condição de usuários e o impacto das recentes políticas públicas constituem a parte central desse estudo. A recente aprovação do novo Plano Diretor da cidade e o processo de revitalização pelo qual o Centro vem passando desde o começo dos anos 2000 transformam a fachada e os usos de ruas históricas, intensificando o comércio e o uso de áreas de menos movimento do bairro. Soma-se a isso um contexto de campanhas de combate ao uso de crack - como o programa do Governo Federal “Crack, é possível vencer”, que começou a ser implementado na capital esse ano. Apesar de não estarem diretamente conectadas, as duas medidas tem como propósito transformar paisagens e práticas, interferindo diretamente no dia-a-dia de usuários(as) tanto dos espaços públicos da cidade na qual essa pesquisa se insere quanto de crack. O processo de enobrecimento pelo qual o centro dessa capital turística vem passando, evidenciados nos empreendimentos de alto padrão e nas novas destinações previstas pelo novo Plano para áreas importantes do Centro são aspectos do campo de suma importância. Estudando essas relações, pretende-se inferir as percepções, preferências e relações que os usuários estabelecem com o centro da cidade enquanto espaço de suas práticas e, em especial, com o poder público, entendido aqui como instância de controle e organização dos espaços de uma cidade. Do ponto de vista teórico a pesquisa visa articular discussões sobre práticas desenvolvidas e constituintes dos espaços da cidade. Nesse sentido as ideias de De Certeau, especialmente sua análise da cidade a partir da estratégia e da tática que, aqui, nos ajudam a perceber como o poder público administra e domina os espaços da cidade, prevendo seus usos e destinos, bem como a possibilidade de compreender as tensões e dicotomias características das cidades. Ainda na mesma perspectiva, as contribuições de Rogério Proença Leite, que ao analisar as transformações pelas quais a cidade do Recife vem passando, em evidente processo de enobrecimento, analisa-as da perspectiva do uso e contra-uso de seus

espaços. Esses conceitos nos ajudam a compreender como, na prática, as propostas do poder público com vistas à transformação da paisagem, especialmente nas cidades turísticas (como é o caso de Florianópolis) vem sendo planejadas, e aqui, especialmente, sobre o tratamento dispensado àqueles (as) que se valem das ruas e praças do centro da cidade para um caso extremo do contra-uso, o consumo de crack.

PORTO MARAVILHA: política e cultura em disputa

AUTORES/AS: SANDRA MARIA CORRÊA DE SÁ CARNEIRO

O objetivo deste estudo, ainda em andamento, é refletir sobre os diferentes sentidos atribuídos às transformações que estão em curso a partir da implantação de uma proposta de intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro, denominada de Porto Maravilha. Isto tem tornado a região em um campo de disputas em que atuam diferentes atores sociais com perspectivas muito diferentes e até mesmo conflitantes. A ideia norteadora é compreender as relações sociais, as negociações e os conflitos que estão em curso naquele território, em seus diferentes nexos, considerando a importância do processo de revitalização em curso. Trata-se de apreender as dinâmicas sociais em um momento particularmente sensível no qual certas clivagens e configurações sociais tendem a se reordenar pela transformação que se opera no horizonte de vida dos moradores da região.

Produzindo a região olímpica de Deodoro

AUTORES/AS: FRANK ANDREW DAVIES

Nos arredores do bairro de Deodoro, na zona oeste carioca, estão em curso nos últimos anos práticas e discursos que têm reformulado o cotidiano de seus moradores, conferindo certo entusiasmo pelas coisas que “estão chegando” ou “que podem vir”. Estão todos esperando ou reagindo, de todo modo avisados das possibilidades de melhoria consequentes – ou ao menos relacionadas – à escolha do entorno como uma das “regiões olímpicas”. Ainda que o complexo esportivo localizado na Vila Militar seja, desde o Jogos Panamericanos de 2007, cenário frequente de realização de torneios, o entusiasmo com os Jogos de 2016 tem a ver com ações e promessas de investimento feitas para o entorno. Privilegiando os

processos de mediação entre atores públicos, locais e privados, a análise das políticas em curso para Deodoro se cristalizarão na observação de empreendimentos previstos ou já em curso, como a experiência da UPP em Realengo - no Batan e no Conjunto Água Branca (Fumacê), as prometidas intervenções urbanas do Bairro Maravilha em Magalhães Bastos, e o planejamento e construção das vias Transbrasil (que vai ligar por um corredor expresso de ônibus a região ao centro da cidade) e a Transolímpica (conexão à Barra) em Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Deodoro.

O objetivo dessa pesquisa - ainda em fase de levantamento de dados - é acompanhar e refletir as múltiplas gramáticas presentes nas políticas urbanas sobre essa parte da cidade, marcadas recentemente pela premissa dos eventos esportivos. Pretendo observar ações orientadas pelo poder público para a região e identificar os seus desdobramentos para outras agências, em especial aos moradores e setores empresariais.

Dinâmicas Sociais no Ambiente de Trânsito: o Aprendizado Sobre o “Mover-se” na Cidade

AUTORES/AS: FELIPE PROLO

Este resumo refere-se a um projeto de pesquisa a ser iniciada, a respeito da constituição de aprendizados sobre as formas de mover-se no espaço urbano no ambiente de trânsito. Busca-se um afastamento: de um foco de observação dos usos do trânsito como resumidos ao resultado de fatores de ordem macrossocial, enquanto mero repositório de questões mais amplas, como por exemplo a do individualismo e a do capitalismo; e da restrição do olhar somente para as infrações das normas formais de uso, para não resumir “trânsito” a “conflito”, dada a quantia talvez imensurável de relações que não produzem conflitos ou mesmo “riscos” (tanto na concepção dos(as) usuários(as) do trânsito como na difundida através de discursos os mas diversos), mesmo em atos que contrariem a legislação correspondente. Inspirando-se no conceito de “etnografia de rua”, pretende-se explorar itinerários para compreender como os indivíduos se relacionam com pessoas e objetos dispostos no ambiente de trânsito no meio urbano, estáticos ou em movimento, através de diferentes formas de linguagem, enquanto referência para o próprio movimento e consequente uso do espaço. O enfoque nos atores

individuais enquanto agentes de transformações e/ou reproduções de dinâmicas sociais visa suscitar discussões sobre: uma organização coletiva e cotidiana do espaço, em um processo no qual pode ser visto tanto o conflito como negociações ou associações; as peculiaridades do ambiente de trânsito que podem tanto trazer elementos de outros âmbitos da vida como levá-los a esses; e a relação entre elementos físicos no que se refere a limitações e permissividades para o movimento, o que se relaciona com as políticas de urbanização e da normatização do espaço.

Estranhos na cidade? Caminhos e espaços sociais de um grupo de refugiados no Rio de Janeiro.

AUTORES/AS: SOL MARQUES VAZ DE SOUZA ORIENTADORAS DA PESQUISA DO Mestrado: ORIENTADORA: JACQUELINE MUNIZ
Co-orientadora: MENARA GUIZARDI

O presente artigo apresenta um breve histórico sobre o refúgio na contemporaneidade e o porquê dessas pessoas serem vistas com estranheza pelas sociedades que as recebem. A partir disso é apresentado o caso brasileiro por meio das instituições e leis responsáveis por essas pessoas. Após o entendimento do tema é trazido ao leitor o cotidiano dos refugiados na cidade do Rio de Janeiro e quais são os caminhos e trajetórias que fazem por esse centro urbano.

O Campo na Cidade: um olhar sobre as redes sociais do novo rural.

AUTORES/AS: CRISTIANE VALLADARES DE AZEVEDO (UFRRJ – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE), ANA ROSA LATTANZI BEZERRA DE MELO (IUPERJ – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA).

O artigo analisa os elementos socioculturais, político-econômicos, históricos, que incidem sobre o processo de construção de memórias, de formação da identidade e de preservação patrimonial, relacionados aos produtores rurais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, localizado em “área urbana” da cidade de São Gonçalo - Rio de Janeiro, considerando as mudanças ocorridas no local ao longo dos anos. Resultado de pesquisa acadêmica, baseada em procedimentos teórico-metodológicos das áreas da Sociologia Rural, da Antropologia e do Turismo, o texto oferece registro interpretativo do modo de viver dos atores sociais envolvidos e discute algumas questões relacionadas ao novo rural. O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano”

e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente (Carneiro, 1997, p.53). Entendemos assim, que se torna cada vez mais difícil delimitar ou criar fronteiras claras entre o urbano e o rural/novo rural a partir de uma classificação baseada em atividades econômicas ou em hábitos culturais. Campo e cidade estão cada vez mais próximos, seus atores sociais estão cada vez mais envolvidos por uma rede dinâmica de relacionamentos.

O Cosmopolitismo das Margens

AUTORES/AS: BIANCA FREIRE-MEDEIROS

Inspirado pelo filme *Viagem ao Começo do Mundo* (1997), de Manoel de Oliveira, o crítico literário Silviano Santiago escreve um provocativo ensaio intitulado “O Cosmopolitismo do Pobre” (2004) em que discute as semelhanças e distâncias entre os cosmopolitismo e multiculturalismos de “antes” e “depois”. Esta comunicação, em diálogo explícito com o texto de Santiago e na companhia de teóricos como A. Appadurai, U. Beck e J. Urry, retoma a categoria “cosmopolitismo” e testa sua pertinência no entendimento dos processos de mercantilização das identidades dos que estão “nas margens” da cidade.

Quando a Cidade Muda: Etnografia do Trabalho de Vendedoras de Rua em confronto com Políticas Urbanas em Praia, Cabo Verde

AUTORES/AS: JACQUELINE BRITTO PÓLVORA

O trabalho discute transformações no espaço urbano da cidade de Praia, Cabo Verde e como estas atingem as senhoras vendedoras ambulantes que fazem do espaço público o seu local de trabalho. A partir do enfoque etnográfico, esta pesquisa foca as mudanças promovidas pela Prefeitura local no espaço da cidade as quais privilegiam visam o turismo, no caso de Cabo Verde, eminentemente Europeu. Uma das consequências deste processo tem sido a expulsão de trabalhadoras ambulantes do centro da cidade, as quais se veem perseguidas e desapropriadas de seu espaço de trabalho. As tensões decorrentes destas políticas ainda em andamento tentam ser negociadas com iniciativas do governo local que não minimizam nem reinserem as vendedoras em outro setor de trabalho. Este

trabalho propõe uma discussão, portanto, dos mecanismos públicos de exclusão social das mulheres na cidade de Praia, ao mesmo tempo em que faz uma reflexão sobre como estas mulheres percebem as mudanças no espaço e em sua rotina de trabalho.

Reinventando cidades: estética e política nas ações e representações de coletivos culturais em São Paulo

AUTORES/AS: GUILHERMO ANDRÉ ADERALDO

Valendo-me dos dados obtidos pela pesquisa etnográfica realizada ao longo de dois anos e oito meses junto ao Coletivo de Vídeo Popular (CVP) – uma rede responsável pela integração de diversos atores, geralmente engajados em associações coletivas (ou “coletivos”) caracterizadas pelo interesse comum na utilização de dispositivos audiovisuais como forma de intervir na paisagem segregada da metrópole – buscarei, ao longo do presente trabalho, apontar para o modo pelo qual a relativa democratização do acesso a uma variedade de maquinarias e instrumentos visuais/audiovisuais (câmeras, telefones móveis, computadores, etc.), em um contexto fortemente estimulado por profundas transformações socioculturais e políticas, vêm possibilitando novas oportunidades de associativismo, identificação e engajamento público, fundamentados pela capacidade de vinculação entre as dimensões estética e política na cidade de São Paulo. Argumento que o uso criativo de tais ferramentas, por parte dos sujeitos pesquisados, têm influenciado decisivamente na constituição de verdadeiras “pontes comunicativas” entre distintos e múltiplos territórios urbanos socialmente marcados por processos de marginalização. Tais “pontes comunicativas”, por sua vez, ao trazerem à visibilidade pública as contradições e tensões relativas aos modos pelos quais as fronteiras urbanas costumam ser administradas por setores do poder público e representadas pelos veículos hegemônicos de mídia, possibilitam, em certos casos, a abertura de caminhos para o surgimento de outras formas de se pensar e fazer cidade.

Vir a ser suburbano: reformas urbanas e produção de identidade no Rio de Janeiro (1900-1910)

AUTORES/AS: JULIA O'DONNELL

Com base na relativa invisibilidade da zona suburbana carioca nos mais variados

campos de produção de conhecimento ao longo das últimas décadas, a pesquisa que dá corpo a esta proposta parte de uma extensa análise documental para refletir sobre os primórdios da associação daquela região ao signo da precariedade. A proposta é refletir sobre a multiplicidade da própria categoria “subúrbio” num momento de intensas transformações na então capital da República, quando aquela zona, até a pouco associada ao bucolismo e às benesses da vida rural, passa a ser tomada como expressão máxima do atraso. Relegados a segundo plano no cenário mais amplo das reformas engendradas pelo então prefeito Pereira Passos, os habitantes dos subúrbios passaram, na década de 1900, a conviver com toda sorte de problemas urbanos, enfrentando diariamente questões como falta de saneamento, transportes e policiamento, num momento em que a zona sul da cidade despontava como novo polo de investimento público e privado. A intenção é, assim, a de refletir sobre a produção da identidade “suburbana” no período, desnaturalizando e complexificando o mapa da estratificação social no Rio de Janeiro, que chega até os dias de hoje sem grandes alterações.

A construção de identidade e da memória coletiva em um espaço militarizado: um estudo sobre as favelas pacificadas no Rio de Janeiro.

AUTORES/AS: ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

Apesar do aumento das pesquisas sobre favelas no Rio de Janeiro nas últimas décadas ter proposto novos olhares sobre as favelas e sua população, a violência como fenômeno explicativo da insegurança nos ambientes de favelas permaneceu preponderante, ditando a tônica das políticas públicas e das ações de intervenções do Estado. Assim sendo, no ano de 2007, o Governo do Rio de Janeiro iniciou a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas e comunidades da Cidade do Rio de Janeiro, as UPP's. Este modelo de Política de Segurança Pública tem como objetivo a ocupação dos espaços de comunidades faveladas a fim de minimizar e restringir o poder dos grupos armados do tráfico de drogas nessas localidades, como também restabelecer o controle por parte do Poder Público desses territórios. Atualmente já são 28 favelas e comunidades ocupadas pelas UPP's, dentre elas o Complexo do Morro dos Macacos, zona norte da cidade, que será objeto de estudo deste pesquisa. Pode-se perceber que a partir das ocupações territoriais pelas UPP's e o início das UPP sociais nas comunidades e favelas da cidade, inúmeras transformações no ambiente social, cultural e político vêm

ocorrendo; alterando, transformando e re-significando a ordem e o processo de sociabilidade da população dessas áreas junto à cidade e ao poder público, sem, no entanto, eliminar o estigma da ocupação territorial pela força. Este trabalho parte da hipótese de que o programa de Unidade de Polícia Pacificadora no Complexo do Morro dos Macacos vem re-configurando a dinâmica da construção de identidades coletivas através de um mecanismo intersubjetivo de reconstrução da memória coletiva ou social dos moradores de favelas. Uma memória que busca não mais se remeter à saudade do passado sem tráfico de drogas, sem violência indiscriminada, com as “casas de janelas e portas abertas”, sem temor da violência; mas a uma memória que leve ao futuro, de algo ainda não experimentado pelas novas gerações. Uma memória que contemple muito mais o por vir em detrimento do que já foi.

O Programa Minha Casa Minha Vida: a (não) construção de identidades e sociabilidades dos moradores dos conjuntos habitacionais.

AUTORES/AS: NÁDIA OLIVEIRA VIZOTTO RIBEIRO

A habitação se constitui como um problema crônico no Brasil, principalmente no que se refere à falta de moradia às populações de baixa renda. Ao longo da história, diversas iniciativas foram lançadas para tentar diminuir o déficit habitacional brasileiro, que é de grande preocupação. A mais recente delas – o Programa Minha Casa Minha Vida - foi lançada em março de 2009 e consiste na construção ou requalificação de imóveis para compor condomínios ou loteamentos - de casas ou apartamentos - que serão destinados a famílias que possuem renda bruta de até 10 salários mínimos. Em Juiz de Fora, município do Estado de Minas Gerais, foram destinadas 2632 residências no ano de 2011 para a população que recebe até 3 salários mínimos, e que se cadastraram na Prefeitura para se beneficiarem do Programa. Essas unidades habitacionais foram divididas em nove empreendimentos na cidade, sendo um deles o loteamento Nova Germânia, campo de pesquisa do presente trabalho.

Apesar das políticas públicas em geral reconhecerem a necessidade da implementação da infra-estrutura nos locais onde os conjuntos habitacionais serão construídos, na prática os moradores desses loteamentos se encontram em meio a inúmeras dificuldades. No caso do loteamento Nova Germânia os moradores

sofrem com a falta de escolas, supermercados, postos de saúde, áreas de lazer, além da precariedade das residências e o grande número de homicídios no local. A região se tornou uma periferia da cidade, com todo o estigma e a segregação espacial e social que isso tem como consequência. Desta forma, o que se constituiria como um sonho para esses indivíduos, vem se tornando uma dificuldade latente para a vivência nesse novo local de moradia, criando assim tensões entre sociedade civil e órgãos públicos pelo não cumprimento das obrigações do Programa.

A questão envolve o fato de que o PMCMV entende os moradores e a cidade como algo homogêneo, sem levar em conta as peculiaridades, a vivência e a trajetória dos indivíduos envolvidos. Para que essa iniciativa dê resultado é fundamental que a população crie uma identificação com o local, construindo redes de sociabilidade com os novos moradores e com o local em si. O objetivo deste artigo é propor uma discussão sobre as diretrizes do PMCMV, com o intuito de problematizar a relação dos beneficiados pelo Programa com o espaço urbano que agora fazem parte. A ideia é analisar as dificuldades enfrentadas por esses moradores na produção de identidades e sentidos, devido ao contexto social vivenciado por eles.

Para uma Compreensão da Segregação Residencial na Área Metropolitana de Lisboa: Estado, Políticas Públicas de Realojamento e (Anti-)Racismo

AUTORES/AS: ANA RITA LOPES ALVES

Em Portugal, os anos 90, marcados por eventos como Lisboa Capital da Cultura 1994 e Expo98, assinalaram os termos da discussão sobre a “periferia” e o seu reconhecimento como espaço essencialmente “racializado” de precariedade habitacional e de exclusão socioeconómica, sobre a qual se considerava então “inevitável” a intervenção do Estado. É assim que por meio do Decreto-Lei n.º163/93 é promulgado o Plano Especial de Realojamento (PER) – considerada a política pública de habitação mais ambiciosa do Portugal pós-25 de Abril e que continua hoje por cumprir – pois propunha erradicar os “bairros de barracas” e realojar todos os moradores em bairros de “habitação social”. Os bairros autoproduzidos, nascidos maioritariamente nos anos 70, contam histórias de imigração de pessoas de Cabo-Verde ou da Guiné-Bissau para Portugal e de um país que então se urbanizava e exteriorizava uma necessidade de mão-de-obra que elevasse pontes e obras que tal, que desenharam a geografia da cidade de Lisboa, delimitando centros formais e periferias informais. O presente texto

pretende analisar o processo de implementação do PER e a forma como este tem contribuído para a perpetuação de uma segregação espacial e residencial de base racial/étnica, elegendo o Bairro de Santa Filomena (Amadora, Lisboa) como exemplo paradigmático. A partir da análise do discurso público em torno do PER e do trabalho etnográfico realizado em Santa Filomena procurar-se-á demonstrar como as populações etnicamente marcadas têm sido progressivamente empurradas do centro de Lisboa, contribuindo para o restabelecimento de fronteiras étnicas e agudizando a segregação sócio-espacial. O texto abordará o papel do Estado Moderno na definição e na “gestão do racial” através da operacionalização da ideia de “raça” enquanto categoria política de segmentação de populações, que tem contribuído para (re)ancorar uma determinada ideia de identidade nacional e “nativismo”. Tal concorre não só para a construção de ideias de diferença, margem, cidadania e reconhecimento (ou não) da legitimidade à ocupação do espaço urbano (e nacional), como também enquanto factor fundamental no acesso a recursos e bens escassos. Considerando que o estudo do espaço a partir de uma perspectiva anti-racista – enfatizando as implicações do colonialismo nas concepções sobre o mundo contemporâneo – é, até hoje, pouco estudado e que o “espaço” é uma categoria de análise emergente (Foucault, 1998), torna-se essencial perceber como as “categorias raciais” foram espacializadas (e através de que dispositivos), tal como a forma como esta configuração espacial contribuiu para a naturalização institucional do racismo (Goldberg, 1993), que de acordo com a análise parece corresponder aqui a uma “(re)territorização histórica das relações coloniais”.

Policinando a cidade: um estudo sócio-antropológico sobre as estratégias de administração de conflitos na Lapa Carioca.

AUTORES/AS: HAYDEE GLORIA CRUZ CARUSO

A presente proposta de comunicação beneficia-se dos resultados de minha tese de doutorado em antropologia que trouxe como questão central os processos de construção das noções de ordem e desordem, forjadas a partir das interações entre os policiais militares e os mais diversos atores sociais que circulam pelo bairro da Lapa, região considerada o “centro histórico e cultural” da cidade do Rio de Janeiro. Neste trabalho foi dada especial ênfase ao modelo de policiamento

público adotado nesta região, desde 2007, que foi intitulada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro como “Operação Lapa Limpa”. Importou analisar os discursos e as práticas dos policiais de diferentes níveis hierárquicos e com distintas funções no planejamento e execução desta estratégia de policiamento, de modo a compreender as lógicas que norteiam a definição de determinadas estratégias de administração de conflitos no espaço público, marcados por disputas políticas e simbólicas que ora reiteram princípios igualitários, ora hierárquicos e produtores de desigualdades entre os indivíduos.

Pretendi experimentar a cidade sob outro ângulo de observação, focalizando um dos personagens mais conhecidos da cena urbana: os policiais militares. Tais personagens surgiram como um fio condutor capaz de me levar ao universo empírico da construção das regras - sejam elas formais ou informais - sua aplicação, negociação e possível rompimento. Interessa perceber as formas (não) institucionais de administração de conflitos adotadas que tais agentes públicos levavam a cabo no campo investigado.

Passados 07 anos de implementação destas estratégias de ordenamento do espaço público carioca, cabe destacar que as mesmas ganharam ampla capilaridade no conjunto da cidade do Rio de Janeiro e foram institucionalizadas, tanto no âmbito da gestão estadual quanto municipal o que permite retomar os elementos centrais trabalhados na tese para pensar o contexto atual da cidade do Rio de Janeiro, na iminência de sediar grandes eventos. Em particular, pretende-se realizar um diálogo com os dados previamente (2007-2009) levantados e os dados atuais (2013-2014) quando a Lapa volta a ser palco de uma ação de Governo, desta vez, denominada “Lapa Presente”.

Processo de remoção: sociabilidades, disputas e conflitos em uma região comercial.

AUTORES/AS: HELOÍSA CARMELLO ROCHA LOBO

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de remoção da Favela Mandacarú, localizada no interior do Mercado São Sebastião, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A área é conhecida pela sua importância no cenário econômico regional, sobretudo por abrigar a Bolsa de Gêneros Alimentícios, onde é definido o preço da maioria dos produtos alimentícios consumidos na cidade. A remoção

ocorreu em 2012, num momento em que os empresários associados pressionavam o poder público por investimentos de infraestrutura e para que um antigo projeto de “revitalização urbana”, apresentado à Prefeitura em 2003, saísse do papel. A partir da publicação de um livro comemorativo e da revista BGARJ, pretende-se analisar como os empresários elaboram sua visão sobre o assunto e, por meio da pesquisa de campo, como os moradores perceberam e reagiram à atuação e influência dos empresários no processo de remoção. Desse modo, busca-se mostrar a pluralidade de relações existentes no seu interior, bem como a maneira como as suas consequências são sentidas e entendidas pelos vários atores envolvidos nesse processo, sobretudo pelos moradores da extinta favela.

Sobre a retórica da despolitização da segurança pública e seus perigos simbólicos

AUTORES/AS: JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ

A meta-narrativa da segurança pública que emerge dos documentos e falas governamentais e de agências multilaterais insinua um rumo de despolitização, uma neutralização da política pública que subordina os fins aos meios. Essa retórica enuncia que a aquisição de modernas tecnologias são suficientes para produzir gerência policial, gestão da ordem e garantir a paz social. Observa-se um apelo contábil que pareça capaz de racionalizar, com as mãos invisíveis do livre mercado, a demanda por segurança e a oferta desmesurada por controle. Faz-se crer que o horizonte da pós-modernidade é uma “nova governança”, horizontal e em rede, dos meios públicos, privados e pessoais de vigilância. Neste discurso reformador, o “novo papel” do Estado corresponde ao de uma agência reguladora entre outras do mercado da proteção. Fabula-se que os dispositivos coercitivos, assimétricos em sua natureza e desiguais em seus graus, seriam equivalentes no jogo entre oferta e demanda.

A retórica despolitizada e contábil da segurança pública, ilimitada em seus fins, apresenta-se como uma “gestão (de riscos) por resultados”. Acredita-se poder cartografar a história de vida dos sujeitos, suas escolhas e redes sociais. Esta ambição de controle das potencialidades favorece às práticas emancipadas de “prevenção situacional e social” em políticas de requalificação de espaços urbanos legitimadas pela necessidade de ampliar a vigilância dos instrumentos coercitivos, públicos e

privados, ou de aparelhar os mecanismos informais de controle social, em favor de uma concepção tutelada de ordem urbana. Em sociedades hierarquizadas, desiguais, são muitos os atores que, por sua razão de classe, cor, gênero etc., reclamarão o dever moral e o privilégio político de definir as ameaças e perigos simbólicos que justificariam o mapeio a estandardização de indivíduos e grupos como “vulneráveis”, “perigosos”. Aqui, os programas de “defesa social” arriscam-se a estimular enclaves ou ilhas artificiais de proteção. Estes “espaços e comunidades defensivos” expressam uma (re)territorialização que se dá pela substantivação de identidades refratárias ou indiferentes a alteridade. Reafirmam-se “comunidades vitimizadas”, cujas distâncias seguem alargadas pela manutenção de hipocidadãos que convivem com uma nova elite de hipercidadãos, “exemplos” fabricados pela “intervenções sociais”. Revigora-se a máxima de inclusão ou segurança seletiva de que se produz igualdade “tratando desigualmente os desiguais”.

“A oportunidade da favela”: empreendedorismo, militarização e turismo na gestão social das favelas cariocas

AUTORES/AS: MONIQUE BATISTA CARVALHO

Esse paper busca refletir sobre como vem sendo operado por gestores públicos e instituições sociais os mecanismos de produção do empreendedorismo e seus desdobramentos, nas favelas pacificadas na cidade do Rio de Janeiro. Como exemplo desse processo, destacamos a atuação do Fórum Nacional, do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), que desde 2010 articula um empréstimo junto ao BNDES para o “Plano de Desenvolvimento de Favelas para a sua inclusão Social e Econômica”.

Para a efetivação do empréstimo, é necessário que cada uma das favelas participantes elabore coletivamente uma proposta que leve em consideração a sustentabilidade e a vocação da “comunidade”, assim como a geração de emprego e renda. O debate acerca da viabilidade dos projetos de cada um dos coletivos foi realizado nos encontros mensais, denominado “reunião do colegiado”, que contava com a participação de “instituições parceiras” e no encontro anual do Fórum. A proposta de cada uma das favelas foi publicada no livro “A favela como oportunidade” (2012).

Tomando a favela do Borel, situada na zona norte da cidade, como campo

empírico, acompanhamos a construção do plano local nos encontros promovidos pela Rede Social do Borel, coletivo que reúne diferentes lideranças e gestores de projetos sociais da localidade. A proposta do Borel apostou no desenvolvimento de um Circuito Turístico com quatro eixos de atuação: gastronômico, cultural, ambiental e de comunicação. Acompanhar os debates para a construção do plano e a participação dos integrantes da Rede nas reuniões do colegiado e no encontro do Fórum, assim como observar quem eram os atores envolvidos na articulação com outros programas e projetos sociais em curso na favela, permitiu compreender um conjunto de questões que colocam em evidência a forma como as favelas estão sendo representadas na cidade dos mega eventos.

Assim, o argumento central do artigo aponta para novas configurações das territorialidades em disputa na cidade do Rio de Janeiro, colocadas em destaque, principalmente, a partir da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Nesse contexto, o mercado vem ganhando espaço na gestão da vida e na administração dos conflitos. Desde a perspectiva da diluição da dimensão universalizante dos direitos, a cidadania se coloca a partir da lógica do consumo e se centra no indivíduo, na chave do empreendedorismo que requalifica o trabalho informal e não protegido (Leite, 2012). É também reveladora a constituição de consensos e cooperação entre diferentes atores políticos que muitas vezes são destituídos de seu lugar de críticos, contribuindo na despolitização dos movimentos coletivos de base (Machado da Silva, 2002). É nessa chave que abordaremos as questões da militarização, do empreendedorismo e do turismo.

COORDENADOR/A: FRANK NILTON MARCON (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE), NARA
MARIA EMANUELLI MAGALHÃES (UFRGS)

As múltiplas e diversificadas experiências culturais e políticas das juventudes e a sua recente visibilidade e atuação dentro e fora da mídia, chamam a atenção para necessidade de análises renovadas sobre o tema. Tal questão inscreve-se em horizontes que paradoxalmente não devem ser analisados apenas como manifestações locais, nem podem ser comparados indiscriminadamente a nível global. Se, por um lado, evidencia-se a necessidade de perspectivas que estejam atentas às novas dinâmicas dos fluxos simbólicos, econômicos e políticos globais, por outro, os contextos locais e pontuais não podem perder a sua centralidade na análise, enquanto lugares de rearranjos de poder e de produção semântica sobre as juventudes. Os cientistas sociais e em especial os antropólogos estudiosos de mídias, cidadania e juventude podem contribuir para a compreensão desses fenômenos contemporâneos em seus múltiplos aspectos. Serão aceitos trabalhos que relacionem as juventudes em suas variadas experiências com: relações de poder e conflitos; manifestações e formas políticas de protesto; processos de identificação e diferenciação social; modos de vida, produção e consumo; além de usos e formas de mediação, expressão e sociabilidades através das tecnologias de comunicação e informação. Serão priorizadas propostas que analisem as múltiplas práticas e sentidos que os diferentes modos de vivenciar a juventude no presente produzem cotidianamente a partir de agenciamentos individuais e coletivos.

A construção do jovem na cultura da pixação.

AUTORES/AS: JULIANA ALMEIDA CHAGAS

A atividade da intervenção urbana implica em reconhecer sujeitos que são afetados pela vida, por muitas vezes, mecânica na cidade. A urbes é demasiadamente organizada fazendo parte de um princípio instituinte de controlar os fluxos dos transeuntes, de orquestrar os sentidos da vida. No entanto, existem na cidade corpos cuja intensidade de vida é atravessada pelo devir cidade. São os sujeitos que diferentes do comportamento blasé estão abertos para os acontecimentos no/do urbano. A cidade para estes não é um mero local de trânsito, mas estes têm o cotidiano como tempo-espço de diferentes acontecimentos e de sujeitos múltiplos e heterogêneos.

O foco de estudo deste artigo são os grupos de jovens que realizam trajetórias na cidade afirmando uma prática de transgressão. Desde 2009 investigo a prática da pixação na cidade de Fortaleza-CE. Majoritariamente os praticantes da pixação pertencem a faixa etária da juventude, concentrando-se entre 12 à 18 anos, porém muitos ultrapassam o limite da maioridade por razões intrínsecas à cultura da pixação.

No entanto, é na juventude que os sujeitos pixadores se inserem nessa prática. É no período da juventude que estamos ligados a turmas, grupos, tribos e comunidades que agregam sujeitos praticantes ou entusiastas de algo. O jovem tem necessidade de identificação, de partilhar vivências com seus semelhantes. Ele está num tempo de passagem, deslocando-se da família para o mundo. Sua ação ganha autonomia fora da tutela dos pais, ele está ligado a um eu-sujeito para um nós-turma.

A primeira forma de identificação do “eu” é o nome, nosso nome é um registro de existência. Ter um nome, escrever nosso nome é nos afirmar como alguém. A pixação atua através dos nomes, ou melhor, codinomes. Ela é uma marca-presença que aparece repetidas vezes na cidade comunicando-se através dos espaços e estimulando a produção de outras marcas. Riscar seu nome ou codinome significa construir uma prática de intervenção, criar sentidos/expressões por meio do gráfico e do simbólico, além de tecer redes de sociabilidades. O xarpi (marca do pixador) na paisagem urbana produz identificações num universo particular de jovens.

Assim na dialética da vivência pixador-cidade pretendo discutir o processo de identificação e construção do jovem na cultura da pixação, como esse territorializa

a cidade através dos símbolos e que relações de poder estão envolvidas nessa prática urbana. Através da pixação podemos elucidar quais valores são relevantes para os jovens quando constroem e afirmam significados dentro desta prática.

É no chão da praça: expressividades culturais, sociabilidades juvenis e ativismos políticos no cotidiano da Praça das Juventudes – Serrinha

AUTORES/AS: MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Ativismos políticos e culturais transterritoriais organizados em rede na forma de frentes, coletivos, comitês e conselhos, constituem itinerários de jovens que ocupam a Praça das Juventudes na Serrinha em Fortaleza, constituindo o espaço público como lugar da reflexão, do agenciamento de expressões artísticas e da sociabilidade da comunidade local. A análise sobre os eventos-acontecimento, as performances dos grupos culturais e políticos, em um contexto de valorização da periferia como produtora de discursividades e simbologias próprias, do debate sobre o direito à cidade, na forma de pautas como a garantia do acesso ao lazer, compõem o mosaico de práticas, cenários e referentes estéticos e ideológicos que dão suporte à ação cotidiana na ágora urbana. A constituição de um circuito alternativo, quase invisível nas franjas da cidade, visa produzir uma territorialidade livre do forte estigma de lugar perigoso, cenário do medo social e de inúmeras práticas ilícitas, tais como o uso e tráfico de drogas, assaltos, homicídios e brigas entre facções rivais. A partir de um intenso encontro com sujeitos sociais aí enraizados, tencionou-se construir um olhar etnográfico sobre as fronteiras e apropriações espaciais do chão da praça.

Entre lazeres, sociabilidades e insegurança - sociabilidades na Praça Universitária

AUTORES/AS: MATEUS GONÇALVES FRANÇA

O presente trabalho é fruto de uma etnografia realizada para a monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais durante o ano de 2013. Abordo dinâmicas de sociabilidades urbanas que ocorriam, à época, na Praça Universitária, em Goiânia/GO, às sextas-feiras, no período da noite. Naquele contexto, reuniam-se milhares de sujeitos ligados a grupos urbanos distintos: hippies, punks, roqueiras/

os, rappers, universitárias/os, góticas/os, entre outros – havia também quem não se identificasse com nenhuma dessas identidades mais coletivizadas. Por meio do método etnográfico, busquei interpretar o modo como se constituíam tais sociabilidades e como os sujeitos significavam tanto o lugar que ocupam quanto quem ali se reunia, tencionando os diversos marcadores sociais da diferença que operavam naquele contexto, e as tensões que geravam. Ademais, observei processos de (des)territorialização, situações e espaços de negociação de sentidos, bem como eclosão de conflitos que surgiam por meio das dinâmicas de relações de poder e dos processos de identificação e diferenciação entre os/as frequentadores/as da Praça (como é comumente chamada a área urbana em questão).

A Praça Universitária sempre abrigou sociabilidades juvenis das mais diversas (desde ensaios de bateria de atléticas universitárias até shows financiados pelo governo), até mesmo porque é um espaço por onde há forte circulação de jovens, considerando, entre outros aspectos, que ela é circundada por universidades. Durante os dias da semana também ocorrem diversas sociabilidades no interior da Praça. Todavia, a frequência de pessoas nas sextas-feiras se intensificou após dois eventos em especial: o “Boicote ao Chorinho” e o “A Praça é Roça”, ambos nela realizados e com início no segundo semestre de 2012.

A problemática que abordo estende-se dos eventos que impulsionaram as sociabilidades de sexta-feira da Praça – o caso do Chorinho (a ser explicado no desenvolvimento do trabalho), indissociável no discurso de meus interlocutores e minhas interlocutoras – até a questão da violência urbana, presente em episódios recentes e que também marcam essas sociabilidades. A propósito, o espectro da violência urbana permeia todo o trabalho, na medida em que esteve presente entre os principais motivos do fim do Chorinho (a partir da presença de torcidas organizadas), bem como no desconforto causado pelos “malas” (categoria êmica), na Praça em diversos/as frequentadores/as, também a partir de cenas de violência envolvendo brigas de torcidas organizadas. Assim, procuro, durante toda o trabalho, evidenciar que existe uma relação tensa entre frequentadoras/es, que cruza sociabilidades/lazer e perigo/violência/medo entre essas/es jovens.

Juventudes e distinção: estilos de vida na “Pracinha do Siqueira Campos”

AUTORES/AS: MATEUS ANTONIO DE ALMEIDA NETO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa de campo realizada entre os anos de

2011 a 2013, em que analisei a problemática das juventudes e das identidades associadas ao consumo de determinados estilos musicais num Bairro da cidade de Aracaju. Discuti como tais estilos associados ao rock, ao hip hop, ao reggae e ao pagode configuram formas de ser entre os jovens que procuram expressar sua presença no espaço público. Procurei compreender quem são estes jovens, como eles constroem seus sentidos de subjetivação e distinção para com outros jovens e com os adultos e como eles ocupam e dão sentidos aos lugares do principal espaço de socialização e lazer do Bairro Siqueira Campos, a Pracinha.

Os Tenharim do rio Marmelos: “A construção da juventude e as relações de alteridade e identidade”.

AUTORES/AS: FERNANDO PENNA SEBASTIÃO

O presente trabalho refere-se aos jovens do povo Tenharim, que habitam a Terra Indígena Tenharim/Marmelos, no Sul do estado do Amazonas. O objetivo é mostrar de que forma é possível entender a categoria jovem no contexto desse povo indígena.

Para tal trata das especificidades da construção do conceito de juventude inerentes aos processos históricos e socioculturais, o que acaba por evidenciar que não é possível aplicarmos a categoria de modo indiscriminado aos povos indígenas. Fato corroborado pelo caso dos Tenharim, que não possuem como categoria nativa um estágio intermediário entre a infância e a vida adulta, definido por faixa etária. O que há é a combinação de desenvolvimento físico e social que tem como marcador de passagem o matrimônio.

Apesar de não existir como categoria nativa, a concepção de juventude e a referência à categoria jovem na forma como é compreendida por nossa sociedade passou a fazer parte dos discursos desse povo, inicialmente por conta das políticas públicas, em especial às ligadas a saúde e educação. As concepções do Estado não são a única referência nesse processo de assimilação de um conceito externo, sendo que os meios de comunicação terão papel fundamental nesse quadro. Os dados etnográficos contidos na análise foram coletados em momentos distintos entre 2001 e 2012, o que possibilita observar de que maneira o tema foi se desdobrando e qual a sua influência na construção das relações de alteridade e identidade do que poderemos entender como “os jovens tenharim” e de que maneira isso

afetou suas representações estéticas e as relações socioculturais. Serão abordadas as consequências do aumento no número de jovens estudando fora das aldeias, principalmente na cidade de Humaitá-AM e a chegada do programa do Governo Federal “Luz Para Todos”, que ocasionou o maior acesso aos meios de comunicação principalmente à televisão, com o aumento do número de aparelhos nas aldeias e em segundo plano à internet, decorrente da instalação de pontos de acesso ligados aos programas educacionais do governo estadual do Amazonas.

Até 2011 a utilização dos televisores dependia dos motores geradores das aldeias, o que reduzia a programação às novelas, jornais noturnos e jogos de futebol. A chegada da energia significou para os jovens acesso a outros produtos televisivos, especificamente dirigidos para esse o público como o gênero chamado de “Soap Opera”, bem como a uma diversidade de filmes e peças publicitárias que lhes apresentam as referências de juventude construídas pela sociedade ocidental. Esses novos elementos não solapam as concepções nativas sobre esse período da vida, mas acabam por fundir-se a eles, criando uma construção própria que busca absorver o novo como forma de fortalecer as matrizes nativas.

Percepções e demandas socioeconômicas e culturais de adolescentes e jovens da Comunidade Vitória (Natal/RN)

AUTORES/AS: OZAIAS ANTONIO BATISTA, DILMA FELIZARDO

Nas últimas três décadas, a intensificação do processo de desenvolvimento vivenciado pelo município de Natal/RN acarretou mudanças significativas no padrão de ocupação urbana da cidade. Diante disso, o presente trabalho objetiva relatar as percepções e demandas socioeconômicas e culturais dos adolescentes e jovens residentes na Comunidade Vitória. Neste sentido, foi realizada uma análise da problemática a partir de procedimentos que privilegiaram a pesquisa orientada pelo caráter quantitativo e qualitativo (RICHARDSON, 1999), abarcando também a ideia de um fazer etnográfico enquanto condição interpretativa (GEERTZ, 1978). O material empírico é composto pela realização de um grupo focal com 08 adolescentes e jovens, 67 questionários aplicados, observação participante, diários de campo e 10 oficinas de formação sociopolítica. Os resultados obtidos a partir da análise do corpus indicaram a identificação dos adolescentes e jovens com a localidade, a ausência dos serviços básicos (educação,

saúde, segurança, espaços culturais) enquanto principal problemática para a Comunidade. Observou-se ainda a necessidade de fomentar a participação política desses atores sociais, entendendo que a participação mostra-se como um adequado caminho para enfrentar os problemas complexos das comunidades ditas “marginais” e “periféricas”. Com a realização das oficinas de formação sociopolítica, observamos que esses adolescentes e jovens passaram a ter certa autonomia diante das questões sociais que envolvem o seu entorno. Além disso, o engajamento comunitário dos sujeitos pode se tornar um estágio preparatório para a participação em nível da sociedade global (TEIXEIRA, 2001). Essa prática também envolve outras necessidades, como a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e a valorização de si mesmo e pelos outros.

“Todo mundo sabe desenhar, todo mundo tem capacidade. É mais querer, querer e saber o que quer!”. Um estudo sobre trajetórias juvenis e novos processos criativos contemporâneos.

AUTORES/AS: DEYSE DE FÁTIMA DO AMARANTE BRANDÃO BRANDÃO

As recentes pesquisas em torno de juventudes e indústria cultural evidenciam a formação de novos campos de ação realizados pelos jovens, no qual estes tornam-se sujeitos de si e do mundo, apropriando discursos de diferenças, resistências ou estratégias de adesão, assim como articulando processos de auto-invenção de estilos de vida e até mesmo de profissionalização. A juventude contemporânea ao ser portadora de novas sensibilidades e habilidades de apreensão de mundo, exploram outros caminhos entre vocação, profissão, aprendizagem e hobby. Nesse sentido, o universo das histórias em quadrinhos é um amplo campo onde os jovens podem explorar sua criatividade, difundir suas experiências, criar vínculos e fazer de sua criação artística um meio de trabalho/emprego. Considerados como gêneros híbridos e oblíquos, os quadrinhos são um marco da cultura contemporânea, ao mesclar um potencial iconográfico, com suas virtualidades gráficas e dinâmicas estruturais entre os quadros. Essa peculiaridade dos quadrinhos exige de seus criadores uma capacidade criativa e, sobretudo, técnica. Assim, o presente artigo tem como ponto de partida, algumas impressões de inserção no campo de estudo sobre as trajetórias de jovens desenhistas e ilustradores de histórias em quadrinhos (HQ's), pertencentes a uma escola chamada Studio Made In PB, localizada em

João Pessoa. É neste espaço que os jovens aprimoram seus traços, compartilham seus saberes, negociam suas aptidões e lutam para inserir-se no mercado nacional e internacional do segmento. A escola é um espaço coletivo ampliador do gosto pelas HQ's, e ao atuar em atividades culturais na cidade, mobilizam outros segmentos do cenário juvenil, como por exemplo, os adeptos ao cosplayers e frequentadores de animencontros. Mediante a observação participante, registros imagéticos e de conversa e entrevistas com alguns membros do Studio, busca-se compreender de que maneira esses jovens lidam com essas novas sensibilidades de estar no mundo, através de suas aptidões pelo desenho e a valorização do universo dos quadrinhos em suas vidas.

Avaliação de políticas públicas de ensino superior: o impacto da formação universitária de jovens africanos através do PEC-G no Brasil, no contexto dos países de origem

AUTORES/AS: NARA MARIA EMANUELLI MAGALHÃES

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada com apoio CNPq, a qual envolveu a realização de missões científicas a três países africanos de língua portuguesa: Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O objetivo era avaliar o impacto do retorno aos países de origem, de estudantes formados no Brasil através do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Este programa prevê o apoio para a formação de estudantes africanos e latino-americanos em nível de graduação em universidades brasileiras, os quais, depois de diplomados, devem retornar aos seus países de origem para auxiliar no seu desenvolvimento. Considera-se que estes estudantes, durante o período de formação no Brasil, vivem uma situação de migração temporária, com todos os conflitos e estranhamentos daí decorrentes. Esse contexto tem consequências para seus estudos, seu entrosamento no ambiente universitário e na sociedade como um todo. A pesquisa considerou o contexto de formação, a trajetória de vida do estudante, a motivação para a formação no Brasil, e a travessia de retorno ao país de origem, procurando dimensionar o impacto dessa formação.

Cidadania e Juventude.

AUTORES/AS: JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR, RANGEL FERREIRA FIDELIS DO NASCIMENTO, IGO ROBERTO MORENO MARQUES DA SILVA, JOSÉ ERICK GOMES DA SILVA

No Brasil existe cerca de 16.990.870 habitantes na faixa etária entre 15 e 19 anos. São jovens com alto potencial de participação na vida produtiva, cultural, social e política do país . Esse alto índice de população jovem fez com que no ano de 2005 fosse criada a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, vinculado à Presidência da República, desse modo, sua importância ficou atrelada a incorporação das manifestações participativas e aos interesses dessa significativa parcela da população nacional. Com essa mobilização e planificação sobre essa categoria que passa a ser pensada no Brasil somente nesse momento da história, onde um alto índice de mortalidade, drogadição e outros problemas têm atingido essa parte da população é que Estados e Municípios começam a se preocupar com o que fazer e como fazer para “proteger” a juventude brasileira. É nesse sentido que somente em agosto de 2013 é sancionada o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens.

No contexto atual da sociedade brasileira existem milhões de jovens ainda distantes de serem reconhecidos(as) como sujeitos de direitos e incluídos ativamente no processo democrático e nas frentes de trabalhos.

De acordo com estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em relatório divulgado no ano de 2005, com o título “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, uma definição do que vem a ser juventude em determinado momento histórico pelo intermédio do recorte etário é, talvez, a maneira mais simples de tentar circunscrever sujeitos cujas experiências se caracterizam por serem diversas e desiguais.

Ainda que para fins de pesquisa, legislação e definição de políticas públicas seja possível estabelecer como sendo jovens aqueles(as) que se encontram em torno de determinado corte de idade, deve-se ter em conta a inadequação conceitual de se articular um só campo de representações que seja unificador dos sentidos do que venha a ser a “juventude”. (IBASE, 2005, p. 7). Bourdieu (1983, p. 112) afirma que “juventude é apenas uma palavra”, isso quando não se pensa em buscar compreendê-la como uma categoria em permanente construção social e histórica.

O que há de comum entre os jovens dos diversos lugares da cidade e do mundo? Quais os vínculos existentes entre os jovens que possuem escolarização regular e os que na mesma faixa etária estão diante dos desafios do mundo do trabalho ou da constituição familiar? O que existe em comum e diferente entre os jovens que vivem em bairros periféricos da cidade? As respostas vão para além da agregação etária, mas apontam para a necessidade de refletir sobre as diferentes condições objetivas e percepções sobre os sentidos de ser jovem . Na contemporaneidade observa-se uma forte tendência no emprego da expressão “juventude” como sendo uma forma de enfatizar que, ao se tratar de jovens, deve-se reconhecer que esses constituem uma realidade plural e multifacetada, pois, a expressão aparece em discursos públicos, textos e documentos variados da esfera governamental, acadêmica e da sociedade civil.

Mediante estas considerações o objetivo deste trabalho permeia as questões da cidadania e da juventude na cidade de Maceió, enquanto um projeto institucionalizado pelo Estado e, desta forma, busca-se uma compreensão da realidade cotidiana desses sujeitos inseridos no cenário desenhado pelo capital na sociedade brasileira.

Jovens no tráfico de drogas, novo contexto e velhas questões: práticas, representações e percepções

AUTORES/AS: FELÍCIA SILVA PICAÑO

O modelo tradicional do tráfico do Rio de Janeiro, resultado de um processo histórico que amálgama uma geografia social, a aliança com segmentos policiais, do poder político e econômico com venda de drogas e armas, produziu uma instituição: a favela. A favela sob “cerco” econômico, social e simbólico, tornou-se ambiente propício para o desenvolvimento dos heróis/celebridades locais fundados no poder das armas e, em alguns casos, no carisma, oferta de presentes, realização de grandes festas e pequenos benefícios locais e individuais.

Na última década, esse modelo sofreu fortes abalos. Se do lado das práticas ilegais e criminosas o abalo se deu pela entrada das milícias na disputa dos territórios menos protegidos ou menos dominados pelo tráfico, do lado do Estado, se gestou uma nova política de segurança pública baseada na instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). As UPPs foram apresentadas à sociedade como um

projeto de policiamento comunitário chamado de “pacificador” e mediador de conflitos sociais nas áreas “marginalizadas”. O processo de “pacificação” produziu mudanças centrais no cotidiano e na lógica de sociabilidade destas comunidades e na dinâmica e estrutura do tráfico de drogas.

As mudanças no cenário do tráfico trazem indicações de que o comércio de drogas se reconfigurou intensamente dado que reduziu sua lucratividade, se tornou perigoso, menos organizado e sua simbologia viril e heróica perdeu a visibilidade. O trabalho mais invisível, menos lucrativo e menor remuneração se tornaria menos atraente pois imputa novas performances para os jovens traficantes, já não podem se expor da mesma forma com seus armamentos em punho, mostrar seu grau de masculinidade, ser alvo das “Maria fuzil”. O artigo tem como objetivo analisar as representações e subjetividades dos (das) jovens que estão inseridos no tráfico de drogas em 4 comunidades em que foram implantadas Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro: Jacarezinho; Cantagalo/ Pavão Pavãozinho, Borel e Complexo do Alemão. Pretende-se compreender como descrevem seu cotidiano, sua forma de sociabilidade, trabalho e inserção no mundo do consumo. E ainda entender qual a nova configuração do tráfico com a pacificação e como estes jovens resistem ou persistem nestas atividades.

Juventude, amizade e fé: estudo de caso entre assembleianos da baixada fluminense

AUTORES/AS: ALEXANDER SOARES MAGALHÃES

A partir de uma pesquisa de doutoramento em curso, este trabalho pretende a partir de um estudo de caso, compreender como são construídas as relações de amizades entre jovens que se afiliam religiosamente a igreja pentecostal Assembleia de Deus na região da baixada fluminense. Os dados da pesquisa são obtidos a partir da observação de cultos religiosos, análise de manifestações religiosas nas redes sociais e entrevistas semi-estruturadas. A hipótese que norteia a pesquisa é que, como uma forma de religiosidade congregacional, o pertencimento a igreja Assembleia de Deus é um fator relevante para a construção de amizades entre os jovens, uma vez que a mesma atua como espaço de convivência e influencia no campo de construção de valores, o que seria importante na elaboração de afinidades, fator que pressuponho seja relevante para o estabelecimento de uma

amizade. Coloca-se como uma questão relevante a compreensão desta relação de amigo e “irmão”. Inicialmente, penso que devido a uma visão possivelmente sectária sobre a sociedade, o pertencimento a Assembleia de Deus atua como um fator de diminuição do circuito de pessoas a serem eleitas como “amigo”. Argumento que a noção dicotômica “mundo” x “igreja” é muito importante para o entendimento da identidade do pentecostal, em especial o assembleiano, na medida em que o indivíduo, na experiência de sua conversão “rejeita o mundo” e renasce para vida “nova”, e assume também uma nova identidade, forjada em valores como o asceticismo, o louvor e o orgulho de ser “crente”. O que denomino neste trabalho como “mundo” é uma representação social de espaços, situações e interações que contrariam o que os crentes entendem por algo que os afasta dos caminhos do senhor, ou seja, da salvação de suas almas. Não trabalho aqui com um conceito fechado de mundo, mas tento tomar o discurso nativo e a sua representação de mundo como “verdade”, tomando enquanto estratégia aqui a metodologia fenomenológica. Como algo interpretativo, esta noção pode variar entre contextos e interlocutores diferentes, mas em geral apresenta as mesmas características. Pensando o conceito de juventude enquanto construção social, argumento que é de vital importância a busca da compreensão das tensões sobre visões de mundo, que são acentuadas por um lado no contexto do campo evangélico pentecostal, e pela por outro grande segmentação identitária promovida (ou pelo menos facilitada) no contexto da pós-modernidade, assim como a grande quantidade de informação disponível para esses jovens.

Quebrada: etnografia de sociabilidades juvenis em periferias de São Paulo

AUTORES/AS: PAULO ARTUR MALVASI

Esse texto apresenta tramas etnográficas aportadas em pesquisas de campo realizadas junto a jovens (de 15 a 29 anos), moradores de bairros de periferias de São Paulo, desde 2009. O objetivo da apresentação é aprofundar o manejo da noção de quebrada em perspectiva teórica. Sob tal perspectiva o uso da noção de quebrada implica em um modelo de ação e representação da vida social caracterizado, de um lado, pela fragmentação gerada pelo efeito das ações estatais, descontínuas e violentas, voltadas para populações consideradas vulneráveis; e, por outro, pela afirmação de uma micropolítica de relações, modos de regulação

e veículos linguísticos característicos das periferias de São Paulo. Para tanto são analisadas situações cotidianas vividas por jovens moradores dos bairros pesquisados; interpretam-se canções, diálogos, “debates” e performances corporais que revelam um domínio linguístico e modos de regulação ancorados em um “etos da periferia”, atualizado em cada bairro periférico na noção de quebrada.

“A gente faz política a toda hora”: Juventude e vida associativa nas bordas da cidade.

AUTORES/AS: GILBERTO GERIBOLA MORENO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os processos de subjetivação política de jovens militantes das periferias da cidade de São Paulo. A reflexão está baseada no material de uma pesquisa etnográfica multi-situada realizada em associações de bairro durante os últimos três anos. Parte-se da premissa que os militantes das periferias têm a possibilidade de agenciar elementos do passado e do presente na constituição de seu próprio repertório político. O trabalho se inscreve no esforço por compreender a ação coletiva dos jovens militantes como um processo de singularização dos atores políticos. Assim está em diálogo com os trabalhos que enfatizam os processos de socialização política como o componente determinante do engajamento militante, embora esteja operando na chave analítica da subjetivação política. A análise do material de campo permite afirmar que os jovens militantes selecionam, se apropriam ou rejeitam alguns elementos políticos dispersos pelo território a partir de sua própria experiência social no campo político. Desse modo, sem refutar ou se submeter inteiramente às heranças do passado os jovens militantes recriam diferentes relações políticas no presente e novas configurações sociais.

Com que pano eu vou? Um olhar antropológico sobre as práticas de consumo de roupas e acessórios dos jovens do bairro São José em João Pessoa - PB

AUTORES/AS: JÉSSICA KAROLINE RODRIGUES DA SILVA

Este trabalho tem como pretensão observar as práticas de consumo das roupas e adornos corporais adotados pelos jovens moradores do bairro São José, localizado na zona leste da cidade de João Pessoa no estado da Paraíba. Nesse sentido, busca-

se compreender quais os critérios que esses jovens utilizam no momento que escolhem o que comprar para vestir. Podemos apontar alguns deles que aparecem em leituras na antropologia do consumo (Douglas & Isherwood, 2009; Campbell, 2001) como o desejo, interesse, prioridades, marcação social entre outros. Nesta perspectiva, é importante ressaltar que essas escolhas não são necessariamente, realizadas apenas por ideias utilitaristas, pragmáticas, racionais, mas que também são direcionadas por uma lógica cultural e carregadas de significados simbólicos. Além disso, pretendo apresentar como esse conjunto indumentário relaciona-se com outros elementos de um contexto em que é realizado o seu uso, como um estilo musical, dança, atividade esportiva entre outros. Neste sentido, busca-se compreender qual o significado desses objetos a partir da importância que esses jovens atribuem a estes, num sentido de identificação ou indiferença com essas roupas e adornos corporais, uma vez possível que eles afirmem valores, estilos e gostos através do uso destes objetos. Desta forma, para a realização destes objetivos pretendidos foi necessária a observação desses jovens em seu transitar pelas diversas esferas sociais que vão, por exemplo, desde um passeio ao shopping, até outras atividades cotidianas, como o ir e vir dentro do bairro, para poder compreender quais os valores que esses objetos arrastam consigo, considerando os sentidos conferidos localmente.

Consumo e Estilos de Vida no Circuito da Música Brasileira em Lisboa/PT

AUTORES/AS: DANIELA MOURA BEZERRA

O objetivo do presente trabalho é propor uma abordagem sensorial da cidade, tomando como ponto inicial as experiências sonoras dos sujeitos que nela vivem. O que busco aqui é compreender a relação estilos de vida e processos de construção identitária, a partir do estudo da música, entendida nesse contexto como uma forma de interação social que possui um caráter de identificação ou de diferenciação. Tal abordagem se insere em uma perspectiva que busca analisar os processos sociais e culturais que ocorrem no interior das cidades, tomando como foco de estudos alguns aspectos ligados as representações e práticas culturais do cotidiano, o que envolve dá atenção aos padrões de comportamento, as redes de sociabilidade e as formas de uso dos espaços, que possam revelar a rotina de um indivíduo ou grupo. Nessa perspectiva, a música é tomada como elemento que

nos dá subsídios na compreensão das dinâmicas dos grupos, das estratégias de identificação, na produção de estilos de vida e até mesmo de tensões e rivalidades. Nossa intenção é analisar a presença e consolidação de um circuito de música brasileira fora do Brasil, especificamente, na cidade de Lisboa/Portugal, um circuito majoritariamente composto por jovens, que consomem não apenas o produto música, mas também um estilo de vida a ela vinculado. A categoria estilos de vida refere-se a um conjunto de atividades e comportamentos próprios de um determinado campo social, que podem servir de demarcadores espaciais das cidades e tais demarcadores formariam o que foi chamado de circuito. A escolha de Lisboa como campo de pesquisa decorre de dois motivos, primeiramente por esta cidade possuir um circuito de música brasileira consolidado e até mesmo reconhecido entre artistas brasileiros, e em segundo, por conta uma experiência pessoal, pois durante o período de um mês que estive na referida cidade me vi inserida neste circuito (bares, clubes e shows de músicos brasileiros), o que trouxe uma série de questionamentos tais como: quais as características dos usuários desse circuito? Qual a ligação de seus frequentadores com o Brasil ou com a ideia de brasilidade? O que me levou a integrar aquele circuito durante o período em que estive na cidade? A proposta da pesquisa estaria focada, portanto, em dois pontos principais: a caracterização do circuito de música brasileira em Lisboa (como este se constrói, quais são suas lógicas e quem são os seus frequentadores) e em uma análise a respeito das representações de uma brasilidade.

Juventude e consumo: novas formas de identidade no espaço socioeducativo.

AUTORES/AS: IZABELA JATENE DE SOUZA

O conceito de juventude deve ser compreendido a partir de diversas e distintas marcações teóricas, pois em tempos pós-modernos, esse segmento vem se construindo e se transformando de forma bastante significativa. Os valores que movem socialmente essa categoria desafiam os pesquisadores sobre o tema a partir de relações dialógicas construídas com a juventude. O desejo, a oferta de bens variados, a linha que separa simbolicamente ricos e pobres, o crescimento de espaços onde ricos e pobres transitam, levam o jovem, mesmo inconscientemente, a perceber que as diferenças e os desejos podem facilmente ser alcançados, e para isso diferentes métodos podem ser usados, inclusive o roubo, furto, entre tantas

outras infrações penais. Partindo do pressuposto que juventude, violência e pobreza não estão, obrigatoriamente, na mesma matriz de abordagem, a pesquisa parte da análise sobre desigualdade para entender esse movimento da juventude em busca de algo que o consumo pode, aparentemente, suprir. Os intensos estímulos ao consumo aliado à dificuldade de inserção no mundo do trabalho levam o jovem a se sentir, cada vez mais, excluído desta sociedade que ao mesmo tempo acolhe e discrimina, quando o inclui como parte de um grupo protagonista da moda e do consumo. Nasce, então, uma nova classe de consumo que está relacionada ao nível de distinção social, no qual o jovem deseja e pode assumir, ou verdadeiramente consumir, à medida que a relação entre cidadania e consumo torna-se cada vez mais dependente. Confunde-se o ter e o ser, o cidadão deixou de ser apenas aquele indivíduo que exerce seus direitos e luta por eles, mas também, é o cidadão quem tem acesso aos bens de consumo, ao mercado, fazendo com que a sua participação social tenha relação direta ao poder de consumo. Diante dessa perspectiva teórica em que o jovem se coisifica nessa sociedade, realizou-se entrevistas com alguns adolescentes e jovens da Fundação de Amparo Socioeducativo do Pará (FASEPA), onde foi possível constatar uma identidade juvenil profundamente marcada pelo consumo e uma relação estreita entre os objetos de consumo e status social, criando a simbologia da forma de reconhecimento e de construção de diversos grupos.

Juventudes e estilos de vida: discursos e processos de identificação entre os quadrilheiros de Aracaju/SE

AUTORES/AS: LIANA MATOS ARAÚJO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em fase inicial que comporá a dissertação de mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Sergipe. Trata-se de um estudo sobre os quadrilheiros de Aracaju/SE com o objetivo de analisar os seus próprios discursos e perceber quais são os processos de identificação presentes, como eles consomem e produzem a cultura local e destacar qual o uso que eles fazem do tempo e do espaço a partir de uma análise do cotidiano. Para tanto, isto implica numa investigação dos estilos de vida a partir de entrevistas e observações participantes para conhecer o universo do quadrilheiro e quais as motivações que mobilizam os participantes a se organizarem e se articularem dentro do processo. Assim, leva-se em consideração a categoria

juventude enquanto uma categoria social e sociologicamente construída, já que, nem toda sociedade a tem para ser pensada e nomeada. Além disso, existem formas consensuais sobre juventudes e formas sociológicas de categorizar como que elas se relacionam com a vida cotidiana. Dentro deste contexto, analisar a partir dos discursos dos quadrilheiros a possibilidade da construção da ideia de juventude e como se dá essa construção.

Juventudes, visibilidade e relações de poder: O cotidiano das Posses de Hip Hop em Maceió.

AUTORES/AS: SÉRGIO DA SILVA SANTOS

Nosso trabalho apresenta uma análise micro sociológica sobre as Posses em Maceió, tendo como direcionamento a questão da juventude, do estilo de vida dos sujeitos pertencentes às posses, a questão da territorialidade em que estão inseridos e as dinâmicas relacionadas às formas de dar visibilidade a cultura Hip Hop. Nesse sentido, nosso campo de análise são as práticas e dos discursos de jovens que participam das três Posses que atuam em Maceió. Identificamos que esses grupos ou coletivos estão distribuídos a partir de entendimentos próprios sobre a questão da territorialidade e desterritorialidade e que uma de suas marcas em torno do discurso da territorialidade é a ideia de periferia. As posses com as quais realizaremos nossas observações são: A PGQ - Associação Alagoana Guerreiros Quilombolas; a CIA Hip Hop – Associação do Coletivo Companhia Hip Hop de Alagoas; e a P-A-P - Posse Atitude Periférica.

Trocas sexuais e lógicas de mobilidade ascendente das jovens raparigas em sociedades decadentes

AUTORES/AS: REDY WILSON ANDRADE DUARTE LIMA

A presente comunicação tem como objectivo analisar as relações de género e os processos de identificação das jovens raparigas em contextos de desigualdade social, tomando como recorte analítico Cabo Verde e Guiné-Bissau. Não ignorando o peso da dominação masculina em ambas as sociedades, resultado do sistema patriarcal colonial, o nosso interesse é, por um lado, explorar o poder das mulheres exercido a coberto de um véu de normas que reafirmam o domínio oficial dos homens no

espaço público e, por outro, compreender os fenómenos de soku na rostu e notas sexualmente transmissíveis protagonizadas pelas jovens cabo-verdianas e bissau-guineenses como “novas” formas de empoderamento feminino, em que através do uso do corpo, as jovens raparigas “sexualmente desejáveis” conseguem alcançar posições vantajosas no elevador da ascensão social.

COORDENADOR/A: CARLOS ALBERTO MARINHO CIRINO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA), VÂNIA
ROCHA FIALHO DE PAIVA E SOUZA (UPE)

Nosso GT tem como objetivo dar continuidade as discussões sobre a elaboração de laudos antropológicos, enquanto instrumento de prova e convicção jurídica, nas mais diversas esferas do direito e do campo antropológico. O GT proporcionará uma troca de experiência entre antropólogos que realizaram ou estão realizando perícias que envolvem questões criminais, previdenciárias, reconhecimento de territórios ou de outra ordem. Noções de vulnerabilidade de menor, imputabilidade e formas diferenciadas de organização social de parentesco precisam ser revistas quando do tratamento de ações judiciais envolvendo sociedades diferenciadas. Discutiremos os ditames legais que regulamentam as perícias antropológica, assim como os registros dos profissionais no fazer, traduzir e no compreender a dimensão social do “outro”. Esse debate nos remete ao questionamento atual e recorrente de questões, tais com: prazo, imparcialidade, subjetividade e ética profissional.

A batalha dos papéis: as tensões entre procedimentos escritos e memória na regularização fundiária de terras de quilombos.

AUTORES/AS: DENISE FAGUNDES JARDIM, CRISTIAN JOBI SALAINI (DOUTOR EM ANTROPOLOGIA UFRGS, PROFESSOR NA ESPM), DENISE FAGUNDES JARDIM (DOUTORA EM ANTROPOLOGIA MN/UFRJ, PROFESSORA DO PPGAS/UFRGS).

Esse trabalho examina os processos de regularização fundiária de terras quilombolas e seus desdobramentos nas rotinas administrativas estatais a luz de experiências de equipes conduzidas por pesquisadores do núcleo de antropologia e cidadania (PPGAS/UFRGS). Evocamos a expressão da “batalha dos papéis” para referir as negociações travadas durante a realização dos procedimentos estatais cartoriais. Observados em seus enfrentamentos singulares, esses processos secretam uma vocação moral, conduzida pelos quilombolas, que transborda a lógica demandada pelo “mundo dos papéis” e suas noções de “prova material” e nos permite visualizar as tensões nas formas de dar materialidade, transladar da oralidade a escrita, conduzidas por noções de ciência e permeadas por lógicas cartoriais. O trabalho examina relatórios técnicos que já resultaram em processos de demarcação.

Conversa de surdos: quando antropólogos avaliam laudos de antropólogos. Os Estudos de Componente Indígenas para a FUNAI

AUTORES/AS: RONALDO JOAQUIM DA SILVEIRA LOBÃO, PATRÍCIA LOUISE MORAES

Nesta comunicação temos por objetivo discutir as relações que se estabelecem em contextos de processos de licenciamento ambiental nos quais o antropólogo responsável pelo estudo do componente indígena se encontra enredado em um triplice compromisso. O primeiro com o grupo indígena potencialmente afetado/impactado pelo empreendimento. O segundo com o Termo de Referência que um antropólogo da FUNAI elabora e acompanha. O terceiro com o empreendedor, que afinal de contas é o “contratante”. Nos interessa especialmente o segundo enredamento, quando, por exemplo, o estudo aponta uma adequação entre os interesses e desejos dos índios e do empreendedor, mas não o do antropólogo da FUNAI. Mesmo que o Estudo siga o Termo de Referência e o Plano de Trabalho aprovado, qual o limite e alcance da posição do antropólogo da instituição frente ao antropólogo que esteve efetivamente em campo e trouxe para o mundo oficial o que viu, ouviu e escreveu? Se opor ao discurso de “proteção” dos legítimos

(e eventualmente formais) interesses indígenas enunciado pelo antropólogo da FUNAI, implica em pensar que o antropólogo responsável pelo estudo se vendeu aos interesses (não tão legítimos...) do empreendedor? Ou há outros interesses pessoais em jogo? A partir de dois casos, um deles envolvendo o licenciamento de um gasoduto da Petrobras que afetava terras Pataxó no extremo sul da Bahia e outro um porto privado, que incidiria parcialmente em terras Tupiniquim no estado do Espírito Santo, colocamos em questão a possibilidade de uma fusão de horizontes vazia entre o “laudo” do antropólogo de campo e o “laudo” do antropólogo da instituição.

Percepções sobre o estudo e análise da organização social de parentesco em laudos antropológicos

AUTORES/AS: RENATO AQUINO NERI

A elaboração de laudos antropológicos em comunidades quilombolas tem sido continuamente voltada para análises breves e pontuais quanto aos estudos de organização social de parentesco. O objetivo deste artigo é debater a importância do tema e procurar demonstrar como os gráficos genealógicos podem contribuir substancialmente para as leituras de cunho antropológico e jurídico destas perícias. Os direitos de herança permitem compreender a realidade social e cultural em dois mundos estabelecidos de forma diacrônica. Ademais, as distintas preferências matrimoniais, a neolocalidade do casal, a endogamia de territorialidade negra e a exogamia de localidade são fundamentais na organização da herança, como direito. As análises obtidas por meio do estudo do parentesco local permitiram levantar a origem histórica do quilombo, articulando os atuais moradores com os antigos fundadores. Os estudos de parentesco fornecem ao antropólogo a possibilidade de relacionar dados entre o sistema de parentelas e outras formas de comportamento como o religioso, o econômico, o político e o educacional, além da organização social estar diretamente ligada às “associações”, família e Estado e às “instituições”, matrimônio e parentesco.

Reflexões sobre a elaboração do laudo antropológico para reconhecimento territorial de uma Comunidade Remanescente de Quilombo no Tocantins

AUTORES/AS: RITA DE CÁSSIA DOMINGUES LOPES

Trata-se de uma reflexão sobre a elaboração do laudo antropológico para o reconhecimento territorial da Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente, localizada no Município de Araguatins, Região do Bico do Papagaio, norte do Estado do Tocantins. Para compartilhar através da troca de experiências entre os antropólogos as questões referentes a atividade do exercício profissional e a responsabilidade do antropólogo nesse contexto. Neste caso específico a modalidade de contratação para a elaboração deste laudo antropológico foi através de um convênio assinado entre o INCRA e a Universidade. A Comunidade atualmente está em conflito gerado por parte de um fazendeiro que possui terras dentro da ilha. O laudo em questão tem o intuito de subsidiar o processo de titulação de terras necessário para a obtenção do título definitivo da área em que vivem, isto é, uma ilha no rio Araguaia. Os dados estão sendo obtidos através do trabalho de campo utilizando reuniões, observação participante, entrevistas com os moradores da comunidade e entorno; além do mapeamento do território e levantamento de informações buscando em instituições as fontes secundárias. Os resultados obtidos preliminarmente demonstram que a Comunidade começou a ocupar a ilha, ou parte dela, após o período da abolição tendo sido doada pelo antigo dono aos seus ex-escravos e hoje seus descendentes continuam vivendo na ilha, mas após o conflito que gerou o despejo dos moradores fez com que eles se reorganizassem na busca e na luta pelos seus direitos, principalmente, o direito ao território, isto é, em continuar morando/vivendo dentro da ilha. Em 2010 obtiveram a certificação da Fundação Palmares, entrando com o processo no INCRA em 2011 e atualmente o laudo está sendo elaborado por mim. Assim, acredito que compartilhar esta experiência que acontece no Tocantins, trás a baila um cenário e um grande desafio que nós, antropólogos, temos diante da sociedade.

Relatórios Antropológicos e Condições de Trabalho: reflexões sobre os quilombos no Agreste de Pernambuco

AUTORES/AS: HELENA MARIA TENDERINI FERREIRA DA SILVA

Recentemente, o Incra contratou empresas para realizar Relatórios Antropológicos em diversas comunidades quilombolas no Brasil. Trabalhando como antropóloga e coordenadora de um lote de trabalho com 4 comunidades do agreste de Pernambuco contratado pelo Incra, intenciono trazer à tona uma discussão e reflexões a respeito da situação do trabalho antropológico realizado, das condições de campo, dos impasses e desafios encontrados no desenvolvimento de um trabalho de enorme responsabilidade tal qual o que vimos realizando, como primeiro passo para demarcação territorial das terras de quilombo. Refletir sobre condições de trabalho (equipamentos, diárias, honorários...), papel político do antropólogo e nossa responsabilidade são alguns dos pontos que nosso trabalho visa abordar.

Requisitos jurídicos do laudo antropológico na demarcação de terras indígenas.

AUTORES/AS: G. A. B.

O direito dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam foi estabelecido na Constituição. Para a consecução desse objetivo, a FUNAI instaura um procedimento administrativo que se inicia com a designação de um grupo técnico, coordenado por um antropólogo com qualificação reconhecida. Se os estudos técnicos produzidos na fase da identificação e delimitação das terras indígenas forem aprovados pela FUNAI, podem resultar na declaração de posse indígena e na demarcação ou ampliação de terra existente. Assim, é essencial que o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação contenha todos os levantamentos antropológicos, fundiários, culturais, ambientais e socioeconômicos necessários para caracterizar o território reivindicado pelos índios. Além disso, o trabalho antropológico deve examinar conclusivamente se terras indígenas

reivindicadas se enquadram no conceito de terras tradicionalmente ocupadas, requisito para a garantia dos direitos constitucionais. Muitos procedimentos de demarcação contêm falhas na instrução processual, causando insegurança jurídica e permitindo que aqueles que são contrários à concretização dos direitos indígenas aproveitem as lacunas deixadas pelo trabalho antropológico deficiente, para fins de contestação judicial do processo demarcatório.

COORDENADOR/A: ANA FLÁVIA MOREIRA SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS), ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-UFPB)

Dada a crescente demanda pela expertise antropológica em processos administrativos e judiciais envolvendo povos indígenas e outros ditos tradicionais, determinados tópicos demandam uma reflexão mais aprofundada do que a feita até o momento na área dos laudos. Em termos gerais, as discussões sobre o exercício profissional da antropologia e sobre ética deverão se agudizar, colocando em xeque princípios (como o respeito a direitos dos grupos analisados) que apenas recentemente vieram a se consolidar, na esteira do processo geral de descolonização e, no caso específico do Brasil, especialmente a partir da redemocratização. Por outro lado, é fundamental enfrentar a experiência pericial como situação etnográfica que envolve uma multiplicidade de atores e de expectativas, e condições de pesquisa quase sempre marcadas pela tensão e constrações inusuais nas investigações com fins unicamente acadêmicos; tais constrações, por si só, engendram um contexto de pesquisa muito condicionado, e portanto condicionante, para a produção de dados. Já no diálogo com o Direito, um tópico relevante são as dificuldades da Antropologia como área de conhecimento que realiza traduções. A compreensão dos conceitos êmicos e a expectativa do Direito de que isto possa ser traduzido em termos de um arcabouço jurídico cristalizado é uma equação extremamente difícil de ser feita pelo antropólogo, e por isto mesmo imprescindível de ser discutida.

A aplicação do fazer antropológico: Um olhar sobre a elaboração de laudos para reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo na Amazônia.

AUTORES/AS: ERIKA GIULIANE ANDRADE SOUZA BESER, RAQUEL ARAÚJO AMARAL

O reconhecimento territorial por parte dos chamados remanescentes de quilombo demandam a elaboração de laudo antropológico segundo determina a Instrução Normativa nº59 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa situação profissional abrange conhecimentos das disciplinas de Direito e da Antropologia, sobretudo uma reflexão do papel do antropólogo que atua em instituição estatal. Pretendemos abordar nesse trabalho os seguintes pontos: 1. O respeito ao princípio do autorreconhecimento e o lugar do laudo antropológico; 2. As dificuldades do diálogo com o discurso jurídico. Essas questões foram ressaltadas a partir da experiência das autoras que atuam como antropólogas no INCRA e no cotidiano elaboram laudos antropológicos para reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo com a finalidade de regularização de seus territórios. Esse exercício profissional é caracterizado como uma situação etnográfica que envolve multiplicidade de atores, como por exemplo: pessoas da comunidade que são a favor do reconhecimento, pessoas da comunidade que não são a favor do reconhecimento, pessoas que possuem títulos de propriedades dos imóveis em questão e não são da comunidade, Ministério Público Estadual e Federal, ONGs, pesquisadores acadêmicos, entre outros. Dessa forma, enviamos nossa proposta para discutir as expectativas de construção de direitos do ponto de vista das pessoas que se reconhecem como quilombolas, em processo de reconhecimento na região Amazônica, onde há especificidades do uso de terra decorrente da sazonalidade local. Além disso, pretendemos abordar as consequências desse procedimento, tendo como fundamentação teórica discussões sobre identidade étnica e territorialidade, já trilhadas por Eliane C. O'Dwyer, Alfredo Wagner de Almeida e Ilka Boaventura Leite, entre outros autores.

Os laudos e seus múltiplos atores: especificidades da pesquisa de campo e do laudo como etnografia

AUTORES/AS: ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA

Realizar um laudo antropológico implica na necessidade de articulação de pontos

de vista (e portanto de interesses e expectativas) muito diversos. Configura-se assim, uma “situação etnográfica” bastante particular, que, pelas implicações que tem tanto para a obtenção de dados que servirão às tomadas de decisão (administrativas e judiciais) quanto para o próprio produto laudo (como uma forma de etnografia), merece ser analisada em detalhes. É justamente este procedimento de reflexão (que é próprio da Antropologia como área de conhecimento) o objetivo do presente trabalho, desenvolvido a partir de duas experiências: uma perícia feita com indígenas réus em um processo criminal e um levantamento para fins de identificação e delimitação de uma terra indígena.

Pesquisa antropológica para elaboração de relatórios antropológicos na regularização de territórios quilombolas: qual etnografia é possível?

AUTORES/AS: MARIA SUELY DIAS CARDOSO

Proponho-me refletir sobre qual etnografia é possível no âmbito dos processos de regularização dos territórios quilombolas a partir da minha experiência na elaboração dos relatórios antropológicos e históricos de duas comunidades autodenominadas remanescentes de quilombos no estado do Maranhão: Santa Cruz e Miranda do Rosário.

A pesquisa antropológica para elaboração dos relatórios realizou-se sob a forma de contrato formalizado entre uma empresa privada de planejamento, projeto e consultoria com o órgão fundiário federal, o INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária, depois de vencido o edital público em âmbito nacional, chamado pregão eletrônico. Primeira experiência do órgão fundiário com esse formato administrativo para a execução da regularização fundiária em territórios quilombolas de vários estados brasileiros. Ressalto que a empresa vencedora do certame não apresentava experiência em pesquisa antropológica, em elaboração de laudos ou relatórios antropológicos, bem como não conhecia a realidade dos grupos sociais envolvidos, por se tratar de empresa de outra região e estado brasileiro e que não havia realizado nenhum tipo de trabalho no estado do Maranhão.

Entendo que o tempo da pesquisa para elaboração do Relatório Antropológico conjuga o que classifico como “tempo institucional”, aquele envolto à burocracia e possuidor de dinâmica própria, causando descompasso entre o “fazer antropológico” que exige um tempo maior e intenso com o grupo estudado e

o “fazer burocrático”, exigente de um tempo menor para “execução das metas do contrato”, mas paradoxalmente aciona um tempo vagaroso de resolução dos processos.

Procuro analisar a partir da experiência referida, os dilemas vividos por antropólogos frente aos limites e possibilidades dos métodos etnográficos na pesquisa antropológica submetida a demandas institucionais, que prever metas, produtos e tempo exíguo para empreendimento da pesquisa. Será possível reinventar os métodos etnográficos nessa situação específica? Podemos falar em uma etnografia específica para elaboração de relatórios antropológicos na regularização fundiária? Aqui o saber aplicado corre o risco de diferir-se do conhecimento antropológico ou podemos abarcar as duas formas de interpretação de situações sociais?

“Trânsito entre fronteiras”: sociocosmologia e territorialidade Mbyá-Guarani no litoral catarinense e os processos de demarcação de terras

AUTORES/AS: CARLOS EDUARDO NEVES DE MORAES

Este trabalho aborda questões relativas à sociocosmologia e territorialidade Mbyá-Guarani no Sul do Brasil, dimensionando as múltiplas relações que grupos no litoral catarinense estabelecem entre si (relações de parentesco e aliança), com a natureza (relações interespecies), com a sobrenatureza, com a sociedade regional e com o Estado em suas diferentes instâncias. Para isso, busca-se nas categorias êmicas relativas à territorialidade Mbyá-Guarani: Yvy rupá (nosso mundo/território), Para Guassu (o litoral Atlântico), -guatá (caminhada/itinerância) etc; a chave de entendimento de seu enraizamento e investimento simbólico sobre o território. A região Sul tem recebido, nos últimos anos, diversos Grupos Técnicos (GTs) da Fundação Nacional do Índio para o reconhecimento de direitos territoriais das comunidades indígenas que nela habitam e circulam. Tais processos de demarcação de Terras Indígenas estão, portanto, presentes na atual realidade desses grupos e são, invariavelmente, orientados por uma lógica burocrática que rege as ações do Estado brasileiro, e que conflita com a cosmo-lógica Mbyá-Guarani em seu holismo. Isto impõe à prática antropológica alguns desafios de âmbito teórico-metodológico na adequação da etnografia à linguagem jurídica. Entretanto, não se esgota aí a questão, e procuro demonstrar neste estudo que o diálogo com as categorias próprias aos grupos indígenas, as quais devem ser apreendidas pela

etnografia, pode descortinar novos horizontes e sugerir novos aportes no trato do tema da territorialidade e sua apropriação formal e burocrática pelas políticas de reconhecimento perpetradas por um Estado pluriétnico e multicultural.

A perícia antropológica nos processos criminais: quando o acusado é o “outro”

AUTORES/AS: DEBORAH STUCCHI

A demanda por atividade pericial na área de antropologia tem crescido expressivamente nas últimas décadas. Primeiro, foi reivindicada perante o poder judiciário por operadores de direito e antropólogos a partir dos anos 1980, em disputas judiciais envolvendo direitos territoriais de povos indígenas. Esse momento foi marcado pela insistência de antropólogos e juristas, entre os quais os membros do Ministério Público Federal, quanto à legitimidade da antropologia como saber qualificado para produzir conhecimento sobre a ocupação de territórios étnicos. O poder judiciário confiava a engenheiros a tarefa de realizar perícias relacionadas a disputas fundiárias. O convênio entre Ministério Público Federal e Associação Brasileira de Antropologia, firmado nos anos 1980, agrega mais sistematicamente a expertise antropológica nas ações judiciais em defesa de povos indígenas. A partir da década de 1990, o Ministério Público Federal inclui em seus quadros funcionais cargos com atribuições periciais, entre os quais, a antropologia. Se a perícia antropológica em disputas fundiárias não alcança consenso absoluto, a designação de antropólogo como assistente técnico do Ministério Público Federal tem sido vista como essencial na instituição. As demandas por saber antropológico têm-se estendido à análise da elaboração e da execução de políticas públicas pelo Estado dirigidas a povos indígenas e a remanescentes de comunidades de quilombos, mas também estão incluídas nas lutas por reconhecimento de direitos empreendidas por esses e outros grupos ditos tradicionais. A ampliação do espectro de solicitações passa a abranger disputas penais em que figuram como vítimas ou acusados indivíduos ou grupos de indivíduos apresentados como “indígenas” ou pertencentes a determinada “tribo indígena”. Quando a solicitação refere-se a contextos em que os indígenas são vítimas, a posição do antropólogo não suscita tantas e tão complexas questões como quando ele é requerido em ações judiciais nas quais o indígena é o acusado. Há situações em que estudo antropológico

é exigido já na proposição da denúncia, em vez de ser instrumento auxiliar na aplicação da penalidade. O trabalho do antropólogo, destinado a participar da acusação criminal, soma novas inquietações às questões de natureza teórica e metodológica inerentes ao trabalho etnográfico em contexto de perícia. O debate sobre os direitos e os deveres do antropólogo perante os grupos que estuda é enriquecido e complexificado pelo significado e pelos impactos sociais dessa atividade emergente em seu campo de trabalho. A proposta deste texto é, com base em experiências concretas no âmbito da atividade pericial no MPF, refletir sobre condições e implicações éticas da atividade antropológica nos contextos criminais.

Ética e Metodologia na Produção de Laudos Antropológicos: análise do contra-laudo ao RTID do território da comunidade quilombola de Terras Altas

AUTORES/AS: JULIANA CALABRIA, DANDARA DOS SANTOS DAMAS RIBEIRO

Este trabalho tem como objetivo analisar contestação apresentada ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território da comunidade quilombola de Terras Altas* publicado pelo INCRA do estado do Paraná. O RTID é um conjunto de peças técnicas produzidas pelo INCRA que inclui o relatório antropológico, o qual caracteriza a comunidade quilombola e o território reivindicado. Após a publicação do RTID, abre-se período para apresentação de contestações. Este é um dos espaços, dentro da esfera administrativa, em que o laudo antropológico é discutido e questionado fora da instituição que o produziu, enquanto abertura para o contraditório. Geralmente tais contestações são feitas por proprietários não-quilombolas através de mediadores contratados, especialmente por profissionais do Direito e, em alguns casos, das Ciências Sociais e demais áreas. A contestação objeto deste trabalho apresenta parecer técnico antropológico que deslegitima a comunidade como quilombola. Entre os principais eixos de argumentação do parecer estão: a) questionamento da ressignificação do conceito de quilombo; b) questionamento da objetividade do autor do relatório antropológico e da legitimidade dos dados orais; c) alegação de que a presença escrava negra foi mínima no Paraná; d) ausência de alguma resistência negra à

opressão histórica na localidade; e) defesa de que as relações entre senhores e escravos foram amenizadas pelos ideais do catolicismo. No entanto, o parecer não dá detalhes da pesquisa de campo sobre a comunidade e muito menos apresenta dados que caracterize o grupo estudado. Ademais, seu autor entrevista, em sua maioria, proprietários não-quilombolas. Desta forma, a análise deste parecer técnico passará pela discussão de questões éticas e metodológicas envolvidas na construção de um laudo antropológico, o que nos leva a refletir sobre o que caracteriza esse tipo de trabalho. Por outro lado, também provoca questões sobre as expectativas existentes acerca do laudo antropológico, sobretudo quanto à sua suposta função de atestar de forma objetiva a identidade quilombola.

* O nome da comunidade foi alterado para preservar sua identidade.

Etnografia de um versus etnografia de muitos: uma reflexão sobre as situações etnográficas encontradas pelos antropólogos em trabalhos periciais

AUTORES/AS: AISLAN VIEIRA DE MELO, GRAZIELLA REIS DE SANT'ANA

O trabalho antropológico em situação pericial, devido aos seus objetivos e às suas finalidades, exige esforços e estratégias próprios que o distingue do trabalho de cunho estritamente acadêmico. Apesar de compartilharem objetivos e finalidades, cada perícia antropológica reserva particularidades oriundas das especificidades culturais dos envolvidos, dos fatos abordados, dos atores envolvidos, etc. Pensando esse recente campo de atuação do antropólogo, podemos dizer que as perícias judiciais se agrupam em dois grupos que se diferenciam pela natureza dos elementos sob juízo: de um lado, aquelas que versam sobre um indivíduo, como as criminais, por exemplo; e aquelas que versam sobre uma coletividade, como as territoriais, de outro. Um dos paradoxos que parece ficar evidente é que, muito embora nosso direito tenha base no indivíduo, o antropólogo enfrenta muito mais dificuldades em apresentar, numa linguagem inteligível ao operador do direito, a visão de um sujeito indígena réu em um crime como expressão da visão de mundo coletiva do grupo do qual faz parte, do que apresentar a visão coletiva de um grupo sobre seu território. Tendo como pressuposto essa divisão, a partir da etnografia de três situações periciais criminais (dois casos Xavante e um Terena) e

duas territoriais (Xavante e comunidade remanescente de Quilombo Cangume), o objetivo desta comunicação é discutir mais esta problemática metodológica que envolve, também, questões éticas, de linguagem, estratégias de elaboração do texto, estratégias de desenvolvimento do trabalho de campo, expectativas e atores diversos, relacionamento com os operadores do direito e desconhecimento das questões indígenas por parte dos envolvidos. Localizando essas questões a partir das situações etnográficas experimentadas, procuraremos contribuir para a compreensão dos desafios desse campo que cada vez mais ganha espaço no mundo do trabalho do antropólogo.

Os desafios de campo da perícia antropológica: uma experiência em Terras Indígenas Guarani do litoral norte de Santa Catarina

AUTORES/AS: VIVIANE CONEGLIAN CARRILHO DE VASCONCELOS

O campo da perícia antropológica tem suas dificuldades específicas e seus desafios. Uma pesquisa antropológica em contexto de perícia é algo que demanda reflexões singulares que visem à melhoria da qualidade das ações das atividades de diligência pericial, principalmente no que se refere às relações de trabalho de campo com os indígenas. A partir de um caso específico de perícia antropológica judicial, realizado com a população indígena Guarani no litoral norte do estado de Santa Catarina, em 04 (quatro) Terras Indígenas: Piraí, Tarumã, Pindoty e Morro Alto que compreendem os municípios de Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul, analisaremos as condições de campo da perícia antropológica e suas implicações tanto para o resultado final do laudo pericial quanto para a dimensão social dos processos de regularização fundiária empreendidos pela Funai, no que se refere às relações entre indígenas e não-indígenas. As 04 (quatro) TI são compostas por 08 aldeias (tekoa), são elas: Piraí, Tarumã, Tarumã Mirim, Pindoty, Yvapuru, Jabuticabeira, todas em Araquari, Conquista, em Barra do Sul e Morro Alto, em São Francisco do Sul. A situação de tensão e conflito que à pesquisa pericial se impõe é algo que deve tomar tempo das reflexões antropológicas na atualidade em que o campo da antropologia se diversifica cada vez mais. Além disso, o diálogo com o campo jurídico vem se fazendo cada vez mais presente, mas nesse processo a voz indígena ainda precisa ser amplificada.

Revisitando “Identity in Mashpee”: O conceito de tribo perante a Indian Claims Commision e o “nascimento” da Perícia Antropológica.

AUTORES/AS: MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA

Índios e produtores rurais brigam por domínios de terras com maior frequência desde 1990, acha que isso acaba um dia?

Em 1988, o Brasil possuía 14,3 milhões de hectares demarcados como terras indígenas. Pela Constituição Federal, caberia à Funai regularizar as áreas ocupadas tradicionalmente por indígenas. No entanto, o que a Funai fez nas últimas décadas foi criar novas terras indígenas sem qualquer oposição. Pelo levantamento do IBGE em 2006, ou seja, 18 anos depois, o Brasil já possuía 125 milhões de hectares demarcados, quase nove vezes a área demarcada em 1988. E de 2006 para cá, a Funai continua insaciável nas demarcações. Nós perguntamos: isso vai acabar um dia? (Grifos nossos). (Correio do Estado,

A declaração de um produtor rural, representante de uma relevante organização sindical local, ao jornal de maior circulação em Mato Grosso do Sul expõe, claramente, a certeza de contestação de todas os reconhecimentos (‘criações’) de territórios indígenas. Esta assertiva expõe de forma clara a necessária assunção de um novo ator no processo de devolução de áreas aos povos indígenas: O Poder Judiciário. Como lidar com esta nova “autoridade etnográfica” que lançará um olhar diverso sobre os dados coletados e, produzirá enunciados que, diferentemente, da produção meramente científica efetivamente produzirá alterações significativas nas populações observadas? Interessante fonte de informações sobre o tema pode ser obtido mediante análise dos casos julgados perante a “Indian Claims Commision”. A Indian Claims Commission foi um tribunal administrativo estabelecido para julgamento de processos de reparação de dano causados pelo Estados Unidos às populações nativas. Este tribunal (Comissão) foi estabelecido em 1946 pelo Congresso Americano. A comissão teve duplo objetivo: Representar um agradecimento pela participação de indígenas na II Guerra Mundial bem como diminuir o ressentimento ocasionado pelo processo de colonização.

A instrução dos processos contava com a participação de antropólogos, pesquisadores, historiadores e outros profissionais e foi um dos elementos determinantes para fundação da Sociedade Americana de Etno-História (ASE). Ponto interessante a ser informado é a impossibilidade da restauração, caracterizada

pela devolução dos territórios. As demandas propostas, caso procedentes, se convertiam em pecúnia. Não havia a possibilidade de demarcação de territórios tradicionais. Como resultado houve o julgamento de 546 processos e o pagamento de aproximadamente US\$ 900.000.000,00 . Interessante exemplo das limitações das compensações é o caso das Black Hills.

Um dos elementos centrais da Comissão e da própria legislação americana é o conceito de “tribo, bando ou grupo identificável”. Apenas estas entidades jurídicas (não antropológicas) eram autorizadas a pleitear direitos perante a Comissão. Obviamente, o trabalho antropológico-pericial foi fundamental para o estabelecimento (ou denegação) dessa legitimidade.

O escopo do presente trabalho visa apresentar alguns casos e demonstrar que conceitos como “aculturação”, “perda da identidade”, “adoção de elementos da cultura ocidental” e outros traços utilizados para balizar decisões das demandas indígenas perante o governo americano podem servir de excelente referencial teórico para os debates jurídico-antropológicos que povoarão o Judiciário nos próximos anos.

A disciplina Laudos Antropológicos na Graduação: uma experiência

AUTORES/AS: ANA FLÁVIA MOREIRA SANTOS

Pretendo apresentar um relato acerca da disciplina que venho ministrando nos cursos de graduação em Antropologia, Ciências Sociais e Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, propondo uma reflexão a partir dois pontos: quais devem ser os objetivos e o conteúdo de um curso sobre laudos ou perícia antropológica, ministrado para a graduação? Quais as questões colocadas, para o ensino da Antropologia, pela consolidação do exercício da Antropologia fora da academia, na elaboração de laudos ou outros tipos de assessoria?

A importância dos Laudos Antropológicos para a repartição de benefícios: um elo entre empresas privadas de biocosméticos e comunidades Amazônicas

AUTORES/AS: RUTH HELENA CRISTO ALMEIDA, ANDREY FARO DE LIMA

As bases conceituais e legais que subsidiaram a necessidade do início do processo de construção do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição

de Benefícios foram sem dúvida a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e a Medida Provisória (MP) 2.186-16 de 23 agosto de 2001. A CDB é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. A Convenção está estruturada sobre três bases principais – a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Neste contexto as populações que tem seus conhecimentos tradicionais acessados podem ser restituídas, das seguintes formas: divisão de lucros; pagamento de royalties; acesso e transferência de tecnologias; licenciamento, livre de ônus, de produtos e processos; e capacitação de recursos humanos. Com base nesse cenário legal, empresas que produzem cosméticos oriundos da biodiversidade passaram a recorrer à produção de laudos antropológicos com o intuito de cumprir com um arcabouço legal e recente, além de legitimar práticas mercadológicas junto às comunidades tradicionais amazônicas, cuja relação frequentemente está pautada em um desequilíbrio de poder. Destaca-se assim, a relevância e o lugar assumido pelo laudo antropológico, seu percurso social e valor político (FERREIRA, 2012) no processo de interação empresa/comunidade. Na construção deste elo, conceitos como população tradicional, patrimônio genético, repartição de benefícios, entre outros “entram” nas comunidades via empresa de biocosmético e Laudo Antropológico. Dentre as várias questões complexas que envolvem o tema, os valores que foram pagos como repartição de benefícios pelo uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional a ele associado, é um dos mais polêmicos. Observa-se um claro descompasso entre as exigências legais, as necessidades e “tempo” (sempre céleres) da empresa e o que é almejado e compreendido pelas comunidades. Ou seja, a empresa avança num processo que ela denomina de “cientificamente comprovado”, a partir do “reconhecimento” das experiências que as populações tradicionais acumularam ao longo de séculos de convivência com as florestas. Porém, percebe-se apenas o cumprimento, por parte da empresa, de um arcabouço legal obrigatório e a pseudo impressão de que as comunidades estariam negociando valores de percentual a ser pago pelo uso do conhecimento “agora tradicional”, de estarem inseridas num processo participativo e inclusivo, que encerram-se nos argumentos econômicos, de mercado, praticamente inquestionáveis das empresas.

Territórios da pedagogia – participação, interdisciplinaridade e formação profissional na elaboração de relatórios antropológicos em comunidades quilombolas

AUTORES/AS: RICARDO FERREIRA RIBEIRO, DENISE PIRANI

A elaboração de relatórios antropológicos visando a regularização de territórios quilombolas vem se constituindo em novos desafios profissionais para os antropólogos. Esses desafios incluem o aspecto ético da relação com as comunidades envolvidas, o diálogo com outras áreas do conhecimento, as relações interinstitucionais, o desenvolvimento de metodologias adequadas à sua realização e a formação de novos profissionais habilitados para essas novas exigências. O trabalho discute tais desafios a partir da experiência de uma equipe multidisciplinar envolvendo professores, estudantes e funcionários da PUC Minas, que em parceria com o INCRA, vem elaborando relatórios antropológicos em duas comunidades quilombolas do município do Serro - MG. O objetivo aqui não é apresentar os resultados do trabalho realizado, mas debater o processo vivenciado, com ênfase na análise da metodologia desenvolvida que procura responder a alguns daqueles desafios. Caracterizada pela preocupação com a participação das comunidades e de suas organizações representativas, todo um conjunto de técnicas de pesquisa e de procedimentos em campo foram adaptados para atender a questão do seu protagonismo. Um segundo aspecto da metodologia se refere à necessidade de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural, prevista nos relatórios antropológicos, demandando uma complexa interação entre campos do conhecimento de formação especializada no contexto acadêmico. A metodologia assenta-se, assim, na constituição e na atuação integrada de uma equipe multidisciplinar, que vêm produzindo um riquíssimo diálogo profissional, no qual os resultados da investigação de um campo não só complementam, mas efetivamente lançam luz sobre o esforço de pesquisa do outro. A inclusão de todo o trabalho como atividade extensionista da universidade, permite que estudantes de graduação de diferentes áreas de formação possam vivenciar um processo pedagógico que combina conhecimento teórico e experiência prática. Embora a experiência não tenha ainda avançado nesse aspecto, acredita-se que o processo de elaboração dos

relatórios antropológicos já deve antecipar a discussão acerca da gestão participativa do futuro território quilombola e, sempre que possível, as equipes encarregadas desta tarefa devem assessorar as comunidades na formulação de regras e práticas para o uso e manejo coletivos de tais áreas. Assim, pretende-se que o presente trabalho possa constituir-se em uma contribuição para o debate dos desafios referentes não apenas aos relatórios antropológicos visando de áreas quilombolas, mas a elaboração de outros tipos de laudos, cientes de que estamos falando de uma enorme diversidade de realidades socioculturais, políticas e institucionais, presentes em cada caso.

COORDENADOR/A: TELMA CAMARGO DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS), DIEGO ZENOBI (UBA-CONICET)

DEBATEDOR/A: GLÁUCIA OLIVEIRA DA SILVA, NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO, ADRIANA VILLALÓN

Nas últimas décadas, a antropologia social focalizou os estudos das crises, dos riscos, das rupturas e dos desastres como fenômenos multidimensionais e processuais. As análises indicam que através de suas práticas cotidianas, diversos atores portadores de diferentes valores, interesses e recursos participam da produção social desses eventos. Contudo, a dimensão material dessa produção social, engendrada pela transformação de espaços e corpos, carece de maior aprofundamento. Entendemos que a investigação antropológica sobre a materialidade da vida social, que se refere em sentido amplo, à relação entre pessoas, objetos e seus contextos ecológicos e sociais, apresenta diferentes perspectivas teóricas. Alguns enfoques analisam os produtos materiais como representações e símbolos da vida social e cultural. Outros enfatizam a capacidade performativa de tais artefatos, sua capacidade produtora de sociabilidade. Independentemente da perspectiva teórica adotada, este Grupo de Trabalho objetiva discutir o papel de artefatos, de dispositivos técnicos, de narrativas (textuais, sonoras, visuais), de práticas corporais e de construção de lugares, na produção social dos desastres, dos riscos e dos medos sociais. Convidamos os participantes a pensar como se apresentam e interagem relações sociais e materialidade - quer seja nas dimensões temporais e/ou espaciais - no processo de produção de diversos eventos críticos e suas consequências.

As dimensões simbólicas e materiais do desastre em São Luiz do Paraitinga/SP

AUTORES/AS: JULIANA SARTORI, ALINE SILVEIRA VIANA, NORMA VALENCIO, RAQUEL DUARTE VENTURATO

Os impactos dos eventos extremos relacionados ao clima se constituem como fenômenos preocupantes na sociedade. No Brasil, cerca de 30% dos municípios oficializam desastres, na forma de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública (VALENCIO; VALENCIO, 2010). Na perspectiva das Ciências Sociais, o desastre consiste em um acontecimento multidimensional totalizante, pois imiscui caráter social, ambiental, cultural, político, econômico, físico e tecnológico (OLIVER-SMITH, 1998). A abordagem da Antropologia do Risco faz constante relação entre risco, desastre e vulnerabilidade, e, a partir deste entendimento, consideram os desastres não como eventos, mas sim como processos que revelam situações críticas já existentes no corpo social (ACOSTA, 2005). Assim, o presente trabalho analisará a memória social de idosos em relação ao desastre ocorrido em São Luiz do Paraitinga/SP, em janeiro de 2010. Em vista de compreender as dimensões simbólicas do desastre, será descrito e analisado os impactos sociais em torno da perda do patrimônio histórico – como os casarões, a Igreja Matriz e a Capela das Mercês – que se constitui como referência para a população, importante na produção social do lugar. Metodologicamente, fez uso da pesquisa sociológica de base qualitativa, e foi dividida em três partes: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, e a pesquisa de campo. A começar pela análise dos principais autores no tema de desastres, memória social e idosos. A pesquisa documental analisou o discurso midiático e institucional sobre o desastre vivenciado em São Luiz do Paraitinga/SP. A pesquisa de campo foi viabilizada por meio da observação direta e participante, da coleta de relatos orais (QUEIROZ, 1987) e da fotodocumentação (MARTINS, 2008). Os resultados analisados mostram que o ocorrido ainda permanece na vida dos que o vivenciaram (VALENCIO, 2012). Além da reconstrução no plano material, no plano simbólico os medos e anseios ressurgem ao relembrar aspectos essenciais de um modo de vida que foi perturbado. Com isso, as pessoas já não se reconhecem no território e no lugar (ZHOURI, 2012). E, como o habitus foi interrompido abruptamente, mudam-se as formas de se relacionar com o território e com os objetos que o compunham. Essa dissociação gera um processo desrritualizante,

desfazendo diversos significados dentro da estrutura simbólica (THORNBURG; KNOTTNERUS; WEBB, 2007). Contribui-se, dessa forma, para a compreensão do desastre como resultado de processos sociais, históricos e territorialmente circunscritos (LAVELL, 1993).

Estudo antropológico sobre pesquisas e ações de prevenção e minimização dos desastres e seus efeitos no âmbito do Centro de Pesquisas e Estudos sobre Desastres no Rio Grande do Sul

AUTORES/AS: MARIZE SCHONS

Vivemos em uma sociedade de riscos, nos orienta Mary Douglas, que igualmente trata das formas diversas de enfrentamento em cada cultura. Os teóricos dos riscos (Beck, Giddens) os tratam como “variável projetada” através de um sistema de confiança em peritos especializados em verificar, prever, medir, estimar e informar possibilidades de desastres. As ameaças naturais são assim tema dos avanços científicos e tecnológicos organizadas como redes de inteligibilidade sobre formas de enfrentamento e superação de crises e prevenção, implicando tanto o avanço da pesquisa científica quanto a aplicação de políticas públicas em instituições civis que atuam na prevenção e minimização dos desastres. Em Porto Alegre, e no estado do Rio Grande do Sul, foi criado um Centro de Pesquisa e Estudos sobre Desastres para atuar nessas políticas públicas de orientação de desastres e tragédias, operando um mapa de vulnerabilidades. A partir da etnografia desta ação político-científica na instituição universitária e na defesa civil, interpreta-se os interesses sociais, políticos e éticos no processo de prevenção a desastres.

Percepções de risco e a produção de lugares: mapas, sofrimento e radiação na produção simbólica do desastre radioativo de Goiânia

AUTORES/AS: TELMA CAMARGO DA SILVA

Este trabalho toma como objeto de reflexão mapas, desenhos e pinturas produzidos sobre o desastre radioativo de Goiânia. Este evento crítico teve seu clímax em setembro de 1987 quando um aparelho de radioterapia abandonado foi coletado por catadores de sucata e, aberto, contaminou pessoas, animais, moradias e o meio-ambiente como um todo. Estas narrativas visuais, constituintes da cartografia

simbólica do desastre, mapeam espaços e indivíduos contaminados pela radiação e expressam diferentes percepções do risco radioativo. Algumas questões, então se colocam: Quais são os sujeitos sociais produtores desses artefatos e como representam a contaminação radioativa e seus riscos? Como estas narrativas revelam as contradições da sociedade na produção do risco radioativo? Como produzem agenciamento na resposta aos impactos sócio-políticos- econômicos advindos do desastre? Nesse sentido, o trabalho objetiva por um lado, analisar a configuração do lugar marcado pela radiação através da representação técnica e artística do desastre. Por outro lado, discutir a interconexão entre artefatos, produção de lugares, corporalidades e mobilização social como dimensões da construção de vítimas e de processos de resistência em contextos de desastre radioativo.

Violência e controle: “Uma galinha para uns pitbulls”

AUTORES/AS: KÁTIA MOREIRA LOPES

A partir de relatos de mulheres presas e egressas do sistema prisional, entrevistadas durante o meu trabalho de campo, pretendo discutir aspectos relacionados à violência vivenciada por tais mulheres e como algumas situações extremas podem estar associadas a um mecanismo de controle que opera justamente pela falta de controle das instituições em relação à interação dos sujeitos no interior da prisão. Ao tratar da questão da violência neste contexto, portanto, procuro estudar como diversas negligências dos aparatos institucionais podem atuar (ou deixar de atuar) no sentido de provocar maiores níveis de violência, produzindo uma forma de controle não muito explícito. Além da violência impetrada por agentes institucionais, o próprio mecanismo da prisão atua no sentido de determinar uma forma de controle camuflado, em que a própria desordem do ambiente provocaria a eliminação/punição de sujeitos socialmente indesejáveis.

“Diversión, Jóvenes y Nocturnidad: la construcción social de una noche peligrosa a partir del estudio del libro El genocidio aceptado. El costo humano de la nocturnidad en la Argentina”

AUTORES/AS: MARÍA LUCÍA TAMAGNINI

El presente trabajo se inscribe en una investigación más amplia -realizada en el

marco del Doctorado en Ciencias Antropológicas- que se pregunta por las formas de gestión de la diversión y el entretenimiento nocturno de la Dirección de Espectáculos Públicos perteneciente a la Municipalidad de la Ciudad de Córdoba, Argentina. La pesquisa tiene como objetivo general etnografiar las acciones administrativas de los agentes estatales encargados de implementar las políticas de “control y fiscalización” del divertimento nocturno en dicha ciudad.

Anteriormente hemos hipotetizado, en relación con nuestro universo de análisis, que es posible identificar la existencia de dos repertorios cognitivos de acción que son movilizados por los agentes en contextos específicos: por un lado, aquel que semantiza a “la noche” en tanto temporalidad -espacio anómalo y contaminado, un tiempo “nocturno” de excepción asociado a la violencia urbana (Reguillo, 2006); por el otro, aquel que la identifica con un tiempo para la diversión y entretenimiento transitado principalmente por “jóvenes” y “chicos” que deben ser protegidos. En este sentido, la noche no deja de ser un tiempo de excepción habitado por peligros amenazantes; ante ello, es necesario garantizar desde el Estado “una Diversión Segura” que no ponga en riesgo ni la integridad física ni la moral de los “preciados jóvenes”.

En esta ocasión nos preguntamos específicamente por el papel de ciertos artefactos y narrativas -que hemos identificado durante la pesquisa- en los procesos de producción social de riesgos y miedos sociales ligados a “los jóvenes”, “la diversión” y “la noche” (Douglas, 1996) en el contexto local actual. Para ello, focalizaremos en la descripción y análisis del libro “El genocidio aceptado. El costo humano de la nocturnidad en la Argentina” (Gorriti, 2011). Dicho libro fue publicado en nuestra ciudad a mediados de 2011; su autor, Esteban Gorriti, es miembro fundador de la Agrupación “Nuestros Queridos Hijos”, que reúne a padres de adolescentes y jóvenes fallecidos en accidentes de tránsito. Por un lado, intentaremos dar cuenta del contexto de aparición y circulación de este libro en tanto artefacto cultural, reconstruyendo las redes de relaciones sociales que lo atraviesan y lo dotan de múltiples significaciones. Por el otro, para el análisis del libro/objeto en sí focalizaremos en la descripción densa de los contenidos del mismo así como de sus dimensiones materiales y los modos en que se organiza y presenta la información. Dicha descripción realizada en clave etnográfica nos permitirá dar cuenta de los sentidos -socialmente contruidos- y las materialidades

vehiculizadas en este libro e involucradas en los procesos de producción de una noche “peligrosa” y una juventud “en riesgo”.

A Luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar

AUTORES/AS: MAIARA DOURADO

O movimento político de Trombas e Formoso se caracteriza em uma experiência de luta que se configura pela resistência armada de camponeses do norte do Estado de Goiás, em meados da década de 1950, que rebelaram-se contra o processo de expropriação de terra liderada por um grupo de grileiros fortalecidos pelo legitimado suporte do governo do Estado. A luta reconhecida como Revolta de Trombas e Formoso se apresenta como um dos mais importantes conflitos camponeses do país, sobretudo, por seu protagonismo e organização política e social, tendo em vista a conquista do título das terras mediante o embate com grileiros e o próprio Estado.

Em decorrência do golpe militar brasileiro, em 1964, o movimento foi desmantelado, vários líderes e participantes da luta perseguidos e mortos e suas terras abandonadas mediante o processo de repressão e abafamento de um regime autoritário e ditatorial. Desse modo, pretende-se apresentar, neste trabalho, os reflexos e consequências do Golpe Militar, enquanto evento crítico, sob a produção de narrativas e memórias sobre a Luta dos camponeses de Trombas e Formoso. Esse trabalho se fundamenta nas narrativas das pessoas que receberam as influências dos participantes do evento e convivem com a memória da perseguição, do conflito e da pressão institucional e social.

Tais influências podem ser verificadas pelas difíceis manifestações pessoais para falar do evento, o que conduz a hipotetizar uma memória reprimida. Os resultados parciais da investigação informam a existência de uma memória interrompida e fragmentada pelo processo de ditadura militar, na qual o Golpe Militar se apresenta como demarcador de uma ruptura narrativa do movimento político de Trombas e Formoso e ainda como catalisador de transformações políticas e culturais na região.

A Reinvenção da Cidade – um estudo sobre a reconstrução do município de Palmares - PE após a enchente de 2010

AUTORES/AS: SANDRA SIMONE MORAES DE ARAÚJO

Em junho de 2010 a notícia de mais uma enchente é recebida pelos moradores da cidade de Palmares, até então, sem muitas preocupações, pois, para quem habita as margens de vigorosos rios, receber a visita das suas águas, de tempos em tempos, já faz parte da rotina da cidade, mas ninguém imaginava o devir; nesse ano, não foi a visita das águas calmas que vez por outra enchia as ruas da urbe, mas de águas ferozes que em poucas horas fez a cidade sucumbir. Tal qual aconteceu com a mitológica Atlântida, a Região Baixa de Palmares submergiu e desapareceu da vista dos seus habitantes. De acordo com dados da imprensa a água subiu mais de 10 metros com o transbordamento dos rios Una e Pirangi, que cortam a cidade. A quantidade e violência das águas deixaram ruas e avenidas viradas ao avesso. Milhares de pessoas perderam suas casas e bens que nelas guardavam; viam-se comerciantes desolados com os prejuízos das perdas de seus estabelecimentos e pessoas desempregadas por conta da destruição dos seus locais de trabalho. Naquele momento sobrava, apenas, o desespero e o desencantamento do mundo. Após três anos da tragédia anunciada, ao caminhar pelas ruas de Palmares é fácil encontrar os vestígios dos dias caóticos que a sua população vivenciou. São os escombros das casas, dos estabelecimentos comerciais e dos prédios públicos que compõem a paisagem da cidade. Também é comum ouvir os relatos de seus moradores, repletos de lembranças e sentimentos regados por lágrimas. A reconstrução da cidade tem sido o desafio nos últimos três anos, envolvendo principalmente: a reorganização da moradia para suprir a necessidade de mais de duas mil famílias que ficaram desabrigadas; a reconstrução do comércio, dos serviços, das instituições educacionais e de saúde; e dos espaços de convivência pública (praças, mercados, etc). A destruição de boa parte da cidade de Palmares fez emergir a necessidade da reinvenção do cotidiano da sua população, uma vez que a água ao retornar para os leitos dos rios levou consigo não só os escombros, mobiliários, artefatos do comércio, mas também a história iconográfica, documentos, sonhos e espaços de memória. Assim, é sobre o reestabelecimento do cotidiano dos habitantes de Palmares que esta pesquisa etnográfica tem como objetivo analisar as estratégias utilizadas, pelos dos moradores e comerciantes atingidos pela enchente de 2010, na recomposição de suas vidas.

As relações entre animais humanos e não-humanos em contexto de desastre

AUTORES/AS: LAYLA STASSUN ANTONIO

Em situações emergenciais ou críticas, uma população que muitas vezes não é considerada em planejamentos ou ações do poder público brasileiro é a população de animais não-humanos, como animais domésticos e de criação. Esses, historicamente formam vínculos de dimensões diversas e de profunda importância com os seres humanos, e também se encontram vulneráveis quando as bases estruturantes da vida social se abalam. Animais domésticos e de criação são híbridos, pois foram criados por essa parceria histórica entre humanos e não-humanos e não existem fora dela. São uma parte intrínseca da vida contemporânea, inclusive estabelecendo vínculos insubstituíveis. A sua perda é mais um pilar afetivo, identitário e socioeconômico que desaba em meio ao sofrimento multifacetado que um desastre causa. Nesse contexto, sociabilidades são esgarçadas e outras solidárias emergem. Esse trabalho irá abordar a natureza desses vínculos construídos entre humanos e não-humanos e o significado que muitas vezes a perda desse vínculo produz, somando ao sofrimento multidimensional provocado um desastre. Além disso, será discutida a vulnerabilização crônica multidimensional enfrentada por essa população cotidianamente que faz com que o abandono sociopolítico em situações críticas seja legitimado. Em um cenário de devastação, o poder público se mostra omissivo em relação à garantia do direito à vida e à incolumidade de um animal. Com a falta de medidas das autoridades direcionadas para a população animal, grupos organizados da sociedade civil acabam por emergir e realizar esse importante papel.

Dimensões ontológicas do ausente: corporalidades e materialidades, depois que a chuva não veio

AUTORES/AS: RENZO ROMANO TADDEI

A partir de uma crítica dos conceitos de fato social de Durkheim e de tipo ideal de Weber, na forma como induzem à formulação de representações das sociedades como caracterizadas por condições tidas como “normais”, “típicas” ou “ordinárias”, esse trabalho discute o estatuto ontológico do evento crítico, a partir de material etnográfico ligado às secas no semiárido nordestino. Usando

as temáticas de corporalidade e materialidade como nós ao redor dos quais se coagulam argumentos, o trabalho propõe a análise dos eventos críticos como uma forma de “perspectivismo da contemporaneidade pós-normal”, nos quais estados alterados (de consciência, de emotividade, de sensação, de configuração corporal) instituem outros mundos. Adicionalmente, o trabalho discute a necessidade da reflexão sobre a experiência do mundo não mediada pela experiência do eu em contextos críticos.

La construcción de la convivencia en la post violencia en la sociedad vasca.

AUTORES/AS: ADRIANA VILLALÓN

Esta propuesta de comunicación tiene como objetivo presentar aspectos de las prácticas dirigidas desde instituciones gubernamentales y civiles, (asociaciones, Ongo) dirigidas a gestionar y encaminar un nuevo proceso en la sociedad vasca actual: la institución y construcción de un escenario de posconflicto.

Se trata de una etnografía, en elaboración, sobre la producción social de la gestión de la convivencia en una sociedad que está ingresando en el campo de los procesos transicionales y de posconflicto. Se analiza el papel de la construcción de espacios de interacción social entre víctimas políticas de diversa índole, enmarcado por narrativas de convivencia y reconciliación. En ese proceso se está instituyendo la gestión de la post violencia a partir del evento crítico del cese de la violencia armada de la organización ETA, ocurrido a fines del 2011.

En este escenario se han disparado actividades diversas englobadas en los conceptos de paz y convivencia, convivencia y reconciliación, entre otros. Es así que busco analizar cuáles son las condiciones de producción e institución de los diversos espacios de elaboración de esos conceptos y prácticas asociadas. En ese sentido, presento parte de una etnografía de encuentros de diversa índole donde participan víctimas reconocidas o en proceso de serlo, ya sea encuentros de víctimas entre sí, entre público experto y víctimas, o diálogos entre víctimas y ciudadanos de a pie. Busco mapear la experiencia social de la construcción de una pacificación local. Esbozar la sociogénesis de su elaboración y su inscripción en procesos mayores a nivel internacional. Las cuestiones que alimentan la construcción de la pacificación se ubican, además, en una dimensión local de gestión de comunidades, de generación de sentimientos y adhesiones, y de articulaciones entre estado y población.

ÁGUAS DE NOVENBRO. Memória e vitimização de grupos sociais citadinos e políticas públicas na experiência do desastre de 2008 (Blumenau, Brasil).

AUTORES/AS: ROBERTO ANTONIO CAPIOTTI DA SILVA

Este estudo antropológico trata de questões relacionadas ao enfrentamento do desastre que atingiu a cidade de Blumenau, Santa Catarina, Brasil, em novembro de 2008, resultado de um anticiclone que gerou enormes danos físicos, materiais e a ruptura das rotinas e dos laços afetivos e de parentesco de seus habitantes. A pesquisa etnográfica realizada durante meu Doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009-2013) partiu do impacto do desastre nas vidas, cotidiano e memórias de moradores da cidade. A análise se pauta nas narrativas da experiência de vitimização, vulnerabilidade e de sofrimento conformadas na memória dos habitantes atingidos que configuram diferentes formas de interpretação, superação do desastre e reorganização da vida familiar e comunitária.

Numa perspectiva indicada por Veena Das, o desastre é tomado como um “evento crítico”: uma “quebra do cotidiano” e uma ruptura nas trajetórias e projetos individuais e familiares dos atingidos, assim como nas formas de sociabilidade cotidiana e de territorialidade, gerando descontinuidades nas memórias individuais e coletivas. O advento deste evento crítico gerou a interpelação do Estado e órgãos públicos por parte dos sujeitos atingidos, evidenciando uma relação entre atores políticos reivindicando providências e o reconhecimento do Estado da sua situação de vítimas, assumindo as responsabilidades de atuar em favor de seus interesses. Assim, a investigação perpassa distintas formas de representação do desastre conforme ele é vivido e pensado em diferentes escalas: como tragédia pessoal, familiar, catástrofe municipal, estadual e nacional (na medida em que órgãos de Defesa Civil e Habitação nestes diversos níveis se organizam para o entendimento, prevenção e superação do evento) e como reflexo da degradação ambiental e do desenvolvimento urbano descontrolado.

O exame das políticas de Defesa Civil, de prevenção de desastres e de habitação, revelam o encontro entre as noções, práticas e valores da população com a racionalidade burocrática e tecnicista do Estado e outros órgãos, encontro este que delineia diversas formas de discursos, conflitos e resistências, em face das situações de vulnerabilidade.

Do “minuto de silêncio” ao “minuto de barulho”: reflexões sobre sofrimento e ação política a partir das manifestações em torno da tragédia de Santa Maria

AUTORES/AS: MONALISA DIAS DE SIQUEIRA

O trabalho propõe refletir sobre as experiências de sofrimento e a ação política dos “familiares de vítimas” do incêndio na boate Kiss em Santa Maria, a partir das narrativas expressas nas manifestações públicas que ocorreram no dia 27 de cada mês na cidade durante o último ano. A “tragédia de Santa Maria” - como passou a ser chamada pelos familiares - foi um incêndio ocorrido no dia 27 de janeiro de 2013, em uma casa noturna naquela cidade, que causou a morte de 242 pessoas e contabilizou mais de 600 sobreviventes que vivem atualmente com sequelas de diversas ordens. Este acontecimento abalou de forma definitiva as vidas de centenas de familiares, amigos e moradores da cidade universitária situada no sul do Brasil e pode ser pensado como um “evento crítico” (DAS, 1999; 2007) cujas implicações se desdobram em dramas pessoais e familiares com repercussões políticas, sociais e econômicas. A presente pesquisa vem sendo desenvolvida em colaboração com a profa. Dra. Ceres Victora (UFRGS) e tem como ponto de partida a etnografia realizada nas manifestações promovidas pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) e pelos movimentos Santa Maria do Luto à Luta - Meu partido é um coração partido e Mães de Janeiro em frente à boate Kiss e na “tenda da vigília”, situada na Praça Saldanha Marinho, bairro central e onde se localiza também a principal área comercial da cidade. Nesse contexto enfocamos a construção das narrativas e a ocupação de espaços críticos como um modo de lidar com as experiências de sofrimento e como fazendo parte de uma ação política visando o que os atingidos pela tragédia reivindicam como “justiça”.

Formação no humanitarismo após a tragédia da Boate Kiss: O caso do curso de formação de apoiadores psicossociais da Cruz Vermelha de Santa Maria/RS

AUTORES/AS: ANA PAULA AROSI

A pesquisa de tese ora desenvolvida tem como tema a atuação de profissionais

no trabalho com as consequências da Tragédia da Bosta Kiss, incêndio ocorrido na noite de 27 de Janeiro de 2013 em uma boate, em Santa Maria, matando 242 jovens e com mais de 630 sobreviventes. Este artigo é uma reflexão sobre a atuação de uma equipe profissional da Cruz Vermelha, tratam-se de psicólogos que trabalham como apoiadores psicossociais. Tal equipe especializada se formou após a atuação de seus componentes no apoio ao acontecido no dia 27 de janeiro de 2013. O objeto de análise deste artigo são os materiais utilizados para a formação de um grupo multiprofissional de apoiadores psicossociais, que dispõe sobre o modo de atuar em caso de desastre e emergência. Este artefato, a apostila de formação, nos traz elementos de análise sobre o modo como o humanitarismo atua e como atua localmente em Santa Maria/RS, bem como virou referência depois de sua participação no atendimento a tragédia da Boate Kiss. Tenho como questão de pesquisa a seguinte pergunta: Qual a noção de humanidade presente do humanitarismo local e como é colocada em prática? Guiada por essa pergunta, faço uma descrição etnográfica sobre a formação em apoiadores psicossociais de modo a mostrar de dentro como é adquirir uma nova forma de ver o mundo.

Los nombres de la novedad. Política y expertise transnacional en la producción social de las víctimas de la tragedia de Cromañón

AUTORES/AS: DIEGO ZENOBI

El Programa de atención integral a las víctimas de la tragedia de Cromañón es una política pública implementada por el Gobierno de la Ciudad de Bs. As. que en sus inicios se propuso atender a sobrevivientes del incendio ocurrido en 2004 y a los familiares de los fallecidos allí. Con ese objetivo se pusieron en marcha una serie de acciones de atención médica y mental así como un subsidio mensual. Años después de la implementación, funcionarios estatales y víctimas mostraron su preocupación por la falta de información sobre la intervención del programa: no había base de datos alguna, ni un seguimiento personalizado que permitiera conocer la situación de salud de los destinatarios.

Para modificar esta situación, funcionarios políticos municipales impulsaron una serie de mecanismos definidos como novedosos y heterodoxos. Con fundamento en la necesidad de conocer la situación de familiares y sobrevivientes en base a parámetros científicos y técnicos, en el marco del programa se firmaron convenios

de asistencia técnica. A tal fin, se convocó a organismos e instituciones no estatales, con el objetivo de garantizar la eficacia y la transparencia que, según los funcionarios, el Estado no podía garantizar. Ciencia, expertos, asistencia técnica y Sociedad Civil, fueron los nombres de la novedad.

Así fue como los sociólogos de un centro de estadísticas universitario se aplicaron a la realización de un censo de los beneficiarios del programa. Los resultados de su investigación serían los insumos a partir de los que actuaría otro conjunto de especialistas: los expertos en desastres pertenecientes a la RED UNESCO de Eco-bioética. Legitimados por sus trayectorias y saberes relativos a la atención de víctimas de tsunamis, terremotos, guerras y atentados terroristas acaecidos en diversos puntos del planeta, serían los encargados de realizar la evaluación de la situación de salud de los beneficiarios. Además, definirían si esa situación justificaba (o no) que continuaran recibiendo el subsidio previsto en el programa. Esto produjo preocupación entre familiares y sobrevivientes cuya propia condición de víctimas beneficiarias quedaba atada, ahora, a la evaluación experta según criterios científicos y técnicos. En el presente paper me propongo dar cuenta del papel de políticos y expertos en la producción social de los familiares y sobrevivientes como víctimas. Para ello, atenderé especialmente a la novedosa participación de los expertos en el marco del programa implementado por el GCBA, a los criterios de legitimación y consensos que la hicieron posible, así como a las tensiones concomitantes a ese proceso.

“O pior era o grito das pessoas”: das narrativas sobre as perdas sofridas às práticas sociais de enfrentamento dos desastres

AUTORES/AS: NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO

No Brasil, o meio institucional cuja missão é reduzir os desastres foi moldado para sobrevalorizar os estudos das ameaças, especialmente, daquelas denominadas como ‘naturais’, tais como as relacionadas a certos fatores de tempo e clima, como as chuvas e as secas do que decorreu o privilégio de aportes (tecnológicos, financeiros e materiais) do Estado aos esforços de monitoramento dessas ameaças a fim de antecipar medidas que evitassem as situações de emergência ou de estado de calamidade pública. Ocorre que esse approach tecnicista, embora dominante nas esferas decisórias públicas, não logra colher efeitos na redução dos desastres e, mais

importante, invisibiliza e conflita com a premente necessidade de compreensão do cerne do problema, qual seja, as especificidades das relações sociais, das práticas cotidianas e dos valores culturais subjacentes aos lugares que sofrem tais eventos críticos. Por detrás daquilo que os técnicos de defesa civil tipificam como ‘afetados nos desastres’ (e os subtipos, tais como mortos, feridos, desalojados, desabrigados etc), há uma multiplicidade de rotinas postas em xeque nas quais se situam diferentes sujeitos, narrativas e estratégias de enfrentamento das perdas e danos havidos. Dito isso, partiremos de três casos de eventos críticos representados, pelo meio técnico, como sendo ‘desastres causados por chuvas’ – a saber, ocorridos nos municípios de Teresópolis/RJ, São Jerônimo/RS e Brasiléia/AC – para, de um lado, apresentar os diferentes sujeitos e analisar as suas respectivas narrativas em torno das perdas significativas vivenciadas; de outro, destacar as práticas socioculturais que permitiram aos mesmos retomarem precariamente a sua vida cotidiana em meio à crise e, de outro ainda, identificar os dispositivos que recrudesceram o processo de vulnerabilização a que tais ‘afetados’ estavam submetidos.

COORDENADOR/A: JOSÉ MARIA DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ), LARA SANTOS DE AMORIM
(UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA)

No contexto da sociedade contemporânea e globalizada, percebe-se que as manifestações populares e tradicionais de uma maneira geral assimilam elementos e formas modernas de criação, nas quais se destacam a dimensão do espetáculo, a visualidade e o caráter performativo das apresentações e experiências estéticas. Além disso, os fenômenos culturais se destinam atualmente a plateias mais amplas, visando, sobretudo, o público oriundo do circuito do turismo e as audiências dos meios de comunicação de massa. Este GT se propõe a congregar pesquisas etnográficas sobre diferentes formas de manifestações da cultura popular na sociedade contemporânea, bem como debater sua relação com o fenômeno da globalização. Interessa examinar não uma concepção a priori ou uma suposta homogeneidade da cultura popular, mas manifestações que, em interação com o mercado e outras formas modernas de produção simbólica, apresentam modos diversos e surpreendentes de invenção e reinvenção da cultura nos revelando formas heterogêneas da cultura popular, seja no meio urbano ou no meio rural. Enajamoa abordar, portanto, experiências sociais e estéticas (festas, celebrações, danças e performances) em seus campos de disputas simbólicas a partir de contextos discursivos de diferentes agentes sociais (seja representando o turismo, a igreja, as políticas públicas de cultura e patrimônio ou a tradição e religiosidade), em conexão com o mercado globalizado e com novas formas de comunicação de massa.

Ekodidé no sambódromo: Segredo ritual, candomblé e espaço público no carnaval paulistano.

AUTORES/AS: PATRÍCIO CARNEIRO ARAÚJO

O tema do segredo ritual nas religiões afrobrasileiras nem sempre ocupou lugar privilegiado nas ciências sociais. Contudo, entre os religiosos, esse sempre foi um tema primoroso, muitas vezes considerado tabu. A década de 1950 assistirá aos paradigmáticos casos de exposição fotográfica de rituais tidos como ultra-secretos no candomblé, como testemunham a reportagem de Henri-George Clouzot, “Les Possédées de Bahia”, publicada na revista francesa Paris Match (1951) e a também reportagem de José Medeiros na Revista O Cruzeiro, com o título “As noivas dos deuses sanguinários”. A polêmica e vendagem da reportagem de Medeiros foi tamanha que, em 1957, ela reapareceria na forma do livro intitulado Candomblé. Essas reportagens expuseram aos olhares profanos, entre outros rituais, cenas de sacrifício de animais que antes só haviam sido presenciadas por pessoas iniciados nessas religiões. A idéia do segredo ritual começava a extrapolar as fronteiras dos terreiros. A partir da década de 1990 alguns estudiosos lançaram um olhar mais interessado sobre esse tema, enquanto os terreiros ressignificavam práticas rituais, entre elas a do segredo. Estudos tidos como fundamentais nessa temática, entre eles os de Johnson (2002), Prandi (2005), Silva (2006), T’Ogun (2009) e Tacca (2009), além da modesta análise desenvolvida por mim (Araújo, 2011), revelam que o segredo ritual constitui um elemento estruturante nessas religiões e merece mais atenção nos estudos sócio-histórico-antropológicos. A proposta desse trabalho é retomar a discussão acerca do estatuto de segredo de certos rituais do candomblé a partir da exposição pública de elementos a ele associados. Nosso ponto de partida é um conflito estabelecido em São Paulo, durante o carnaval de 2014, motivado pelo samba-enredo e pelas alegorias e fantasias da escola de samba Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Estrela do Terceiro Milênio. Adotando o candomblé como samba-enredo, essa escola modelou suas fantasias a partir de seus elementos. Além dos nomes dos orixás, as fantasias também reproduziam uma estética diretamente relacionada com ritos daquela religião. Contudo, ao reproduzir na fantasia da bateria a representação de um neófito (iyaô) de cabeça raspada, com pinturas rituais pelo corpo e levando na cabeça a pena sagrada de ekodidé (ave sagrada africana), a escola de samba se viu envolvida em um tenso e acalorado

conflito que envolveu foliões e lideranças religiosas do candomblé que acusaram a escola de expor, em espaço público e profano, elementos secretos e sagrados da religião. Nossa intenção é descrever o desenvolvimento desse conflito e analisá-lo, a partir de uma abordagem sócio-antropológica e dos pressupostos indicados por este GT, já que, para nós, este conflito constitui experiências sociais, religiosas e estéticas de disputas simbólicas que mobilizam diferentes atores sociais, ritos e tradições em permanente movimento, como é o caso do candomblé e do carnaval.

Encontro dos tambores: performance ritual e discurso racial

AUTORES/AS: JOSÉ MARIA DA SILVA

Por ocasião das comemorações da Semana da Consciência Negra no Amapá, há dez anos realiza-se um evento denominado “Encontro dos Tambores”, no qual reúnem-se grupos urbanos e comunidades rurais que praticam manifestações de origem afro. O encontro se apresenta como um ritual de congraçamento das tradições culturais e da população negra do estado. Assim, o objetivo deste trabalho é examinar etnograficamente como se organiza o evento, bem como a performance das apresentações e as letras das músicas. Do ponto de vista sociológico, pretendo analisar dois aspectos que se apresentam no evento: por um lado, a ideia de uma confraternização – base de nossa ideologia nacional sobre mistura e convivência harmônica entre as raças –, a partir da interação na arena entre os grupos que se apresentam e a platéia; por outro lado, os discursos sobre raça e negritude que estruturam as letras das músicas e os discursos das pessoas que se apresentam no palco.

Irmandades Negras e as traduções das práticas congadeiras em tempos de vivificação da ideia de cultura

AUTORES/AS: RENATA NOGUEIRA DA SILVA

Nesse trabalho, analiso os modos pelos quais a Irmandade de São Benedito de Ituiutaba, instituição que reúne e organiza os ternos e suas práticas, tem recuperado e atualizado o papel de provedora de direitos sociais, semelhante ao que ocorria no período colonial. Sustento que ao retomar e atualizar essas atribuições, outras funções são construídas de acordo com o contexto no qual a Irmandade se edifica

na cidade. Entre essas novas funções, ganham destaque: realização de oficinas e seminários relacionados à profissionalização, educação e à valorização das práticas congadeiras. Além disso, abordo as transposições das práticas congadeiras para espaços e tempos distintos do processo ritual.

Nos séculos XX e XXI, as irmandades de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário continuam sendo instâncias de articulação importantes, não só religiosa, mas política e social também, semelhante ao que acontecia no período colonial. A força e a permanência desta instituição em contextos tão adversos estão assentes em sua capacidade de remodelar, criar e atender reivindicações de acordo com a situação. No entanto, destaco que há algo novo acontecendo contemporaneamente. As irmandades têm resgatado parte de suas atribuições “originais” e adquirido outras, porque possuem um capital social (nomeado no momento de cultura ou tradição que passou a ser fonte de políticas públicas e direitos de cidadania).

Em um contexto em que a ideia de direito cultural passa a ser fonte de políticas públicas, o cultivo de identidades diferenciadas por coletivos ou populações que, historicamente, tem tido uma inclusão cívica precária (como ocorre entre os praticantes da congada), permite a formulação de demandas e/ou acesso a recursos para realização de atividades relacionadas a direitos universais de cidadania, como educação de qualidade, por exemplo.

É importante salientar que a proposta desse trabalho é baseada na dissertação de mestrado O poder da memória e a negociação da memória do patrimônio: Traduções das práticas congadeiras em tempos de vivificação da ideia de cultura – defendida em julho de 2012 na Universidade de Brasília.

Os Tambores da “yabás”: raça, gênero, sexualidade e Cultura no Bloco Afro Ilú Obá De Min.

AUTORES/AS: VALÉRIA ALVES DE SOUZA

Na cidade de São Paulo, desde 2004, um grupo de mulheres se reúne para planejar e organizar uma “saída” de carnaval. Este pequeno grupo se torna um bloco carnavalesco a partir do mês de outubro de cada ano quando são abertas inscrições para qualquer mulher que deseja desfilar formando o Bloco Afro Ilú Obá De Min. O cortejo acontece na sexta-feira de carnaval e parte de um ponto central da cidade o Viaduto Major Quedinho e se encerra no pátio da igreja Nossa Senhora

do Rosário dos Homens Pretos, também localizada na região central da cidade no Largo do Paysandu.

A música, a dança dos orixás, os instrumentos musicais que são utilizados durante os cortejos trazem consigo alguns sentidos fundamentais para o Ilú Oba De Min: a alegria, energia, educação corporal e intelectual, o sentido de compartilhar e a representação de diferentes planos simbólicos da cultura e das religiões afro brasileiras.

Esses elementos estão presentes na música, no corpo de dança e na bateria do Bloco. De acordo com o relato das organizadoras do Ilú Oba, como é chamado por suas integrantes, a música e principalmente o corpo tem fundamental importância. Para além dos movimentos, da estética, o corpo torna-se um poderoso instrumento de transmissão da história e fornece um pluralismo de sentidos que ultrapassa a simples representação. O corpo expresso pela dança e pelo toque dos tambores coloca cada elemento em relação com o outro, na interação com o tempo e o espaço, favorecendo múltiplas formas de comunicação.

Esta pesquisa pretende investigar as maneiras pelas quais as componentes do Bloco Afro Ilú Obá De Min operacionalizam os marcadores sociais da diferença: raça, gênero e sexualidade; o diálogo com as políticas culturais e os discursos sobre cultura e identidade negras como categorias política.

Tambores da Afirmação: negritude e resistência no batuque dos negros do Norte de Minas

AUTORES/AS: JOÃO BATISTA DE ALMEIDA COSTA

As comunidades quilombolas no Norte de Minas acionam os tambores das rodas de batuque para afirmarem sua negritude e seus direitos constitucionais. Resulta de pesquisa em andamento a existência de diversas formas dos samba de roda dançado pelas comunidades, bem como de objetivos diversos que são enunciados performativamente, tanto para a afirmação de si, como culto aos antepassados e, principalmente, a construção política de identidade em defesa da territorialidade coletiva negra. As mensagens que cada comunidade publiciza cantando e dançando propicia compreender o batuque como uma forma de resistência cultural demarcadora da etnicidade quilombola e, também, da afirmação de cada coletividade como sujeito de direito possuidora de uma identidade, de um

território coletivo e de uma historicidade até então invisibilizada, menosprezada e discriminada. O foco desta comunicação é colocado na compreensão sobre as estratégias de afirmação comunitária que pode ser lido, pela análise ritual, nos momentos de festividade. Ao mesmo tempo em que procuraremos apreender os processos sociais vividos a partir das enunciações rituais realizadas.

Agitação e placidez: os muitos movimentos do jarê contemporâneo

AUTORES/AS: GABRIEL BANAGGIA DE SOUZA

O jarê é uma religião de matriz africana existente somente na Chapada Diamantina, Bahia. Similar em diversos aspectos aos candomblés baianos do litoral, o jarê guarda especificidades derivadas do povoamento da região, baseado na exploração de pedras preciosas. Nas últimas décadas, uma série de acontecimentos contribuiu para alterar de modo decisivo a economia da região, que deixou de ser baseada em extrativismo mineral para se tornar um destino ecoturístico de escala internacional. Agora, estrangeiros passam a ser clientela para consultas divinatórias de pais-de-santo. Grupos de alunos estrangeiros visitam a região em excursões e passam um dia conhecendo os meandros do jarê. Órgãos governamentais fazem propostas de inserir o jarê em roteiros nacionais voltados ao turismo étnico, além de convidarem os adeptos a participar de eventos culturais locais, regionais e internacionais. Os terreiros passam a ser alvo de estudos de pesquisadores do Brasil e do exterior, que por sua vez fazem circular informações a respeito da religião em contextos distintos daqueles nos quais foram produzidas.

Os membros do jarê, por sua vez, não somente respondem de formas específicas a essas iniciativas como protagonizam eles mesmos formas de adequar e ampliar suas redes comunicacionais para lidar com esses quadros. Organizam-se em associações sem fins lucrativos, participam de editais públicos de fomento, desenham sites e criam contas de e-mail, lutam para garantir o tombamento de seu patrimônio material e imaterial, ganham prêmios de reconhecimento cultural. Essa comunicação parte da consideração da participação dos adeptos de uma religião que já foi considerada como tipicamente rural em circuitos que uma perspectiva extrínseca consideraria serem estranhos ao jarê, envolvendo plateias mais amplas e experiências para as quais não teriam precedentes. De um lado, percebe-se como em seu próprio surgimento o jarê já aparece como um desenvolvimento negociado

com muitas outras forças em ação, numa realidade que de saída parece conciliar movimentos de agitação e de placidez. De outro, nota-se como os membros das casas de jarê procuram continuar a ocupar posições de protagonismo nos processos contemporâneos, ativamente buscando ou rejeitando as posições em que são colocados e se colocam, produzindo da melhor forma possível as condições para que continuem a realizar as cerimônias que para eles são partes essenciais de suas vidas.

Os dados utilizados nessa apresentação foram obtidos por meio de pesquisa em profundidade realizada junto a adeptos de jarê da cidade de Lençóis (BA), ao longo de 13 meses de trabalho de campo, e que resultaram na tese de doutorado do autor, defendida em 2013 e atualmente no prelo.

O Porto, a Santa e a Festa: A Festa e a Devoção a Nossa Senhora do Rocio no Paraná

AUTORES/AS: EDMAR ANTONIO BROSTULIM

Os processos de modernização do litoral do Paraná são bastante variados, incluindo ações específicas de desenvolvimento econômico planejadas pelo Estado, como o crescimento de áreas urbanas e as tentativas de planejamento e disciplinamento do uso do espaço. Dentre eles, é possível observar que, desde sua instalação no local atual em meados de 1930, o porto de Paranaguá promove, periodicamente, ciclos de modernização, advindos da intensificação de suas atividades. Desta forma, a expansão da atividade portuária, e de empresas ligadas ao gênero ocorre no espaço anteriormente rural, e onde está o Santuário de Nossa Senhora do Rocio, padroeira do estado do Paraná, local de peregrinação e festejos em honra da santa desde o começo do século XVIII. De acordo com estudos realizados na região, o tecido urbano da cidade de Paranaguá modificou-se para responder às exigências da produção estadual e nacional, especialmente no que se refere à construção de armazéns para acondicionamento e escoamento de grãos, bem como de empresas relacionadas a atividade portuária, que se expandem na área adjacente ao porto, em períodos cíclicos de 20 anos, desde sua instalação. Estes ciclos de modernização, foram interpretados em estudos locais como ponto de ruptura com acontecimentos tradicionais do município, especialmente a Festa de Nossa Senhora do Rocio, que desde seus relatos mais remotos, movimenta

grande contingente da cidade. A programação da festa, atualmente, além de sua programação litúrgica, com missas, procissões terrestres, marítimas e motorizadas e novenas diárias durante todo a primeira quinzena de novembro, congrega shows, barracas com vendas de roupas e utensílios, artesanato, gastronomia e bingos. Além de moradores do município e do estado, romeiros de todo o país vem para a festa, que movimentou em torno de cinco mil pessoas em sua última edição. O poder público, atua na regulamentação da festa somente, nomeando comissões e destacando força policial para o evento, bem como controle sobre comércio e consumo de álcool durante os festejos, bem como direcionando recursos financeiros para a realização da festa, cabendo a comissão organizadora, composta majoritariamente por sacerdotes e funcionários do Santuário distribuir estes recursos. As verbas são, em sua maioria, provenientes das empresas patrocinadoras da Festa, ligadas ao porto. Neste sentido, buscando compreender a articulação entre agentes religiosos e instituições públicas e privadas, a presente pesquisa buscará identificar as redes de associações promovidas entre agentes do poder público, religiosos, empresários e fiéis na organização da festa, bem como as formas de devoção que estes mesmos agentes dedicam a Nossa Senhora do Rocio.

Pastorinhas da Tapera: tradição e espetáculo da tradição em Conceição do Mato Dentro/MG

AUTORES/AS: GRAZIELA ARMELAO JÁCOME

“Pastorinhas da Tapera: tradição e espetáculo da tradição” tem por objeto um pastoril, entendido enquanto manifestação cultural de caráter religioso, que, desde 1930, ocorre na Tapera, um distrito do Município de Conceição do Mato Dentro/MG, denominado Pastorinhas da Tapera. A história do grupo possui três fases: a primeira, do início da década de 1930 a 1974, a fase de criação do grupo; a segunda, de 1974 a 2007, a fase de silêncio, na qual o grupo ficou sem se reunir, ensaiar ou apresentar por trinta e três anos; e, de 2007 aos dias de hoje, a fase de retomada, viabilizada graças ao trabalho de Giordani Ottone, líder comunitário local. A Tapera é considerada guardiã de uma riqueza advinda, segundo os taperenses, de sua vocação musical. Em virtude dessa vocação foi que Giordani Ottone aprovou projetos junto a financiadores públicos e privados, obtendo recursos para, dentre outros objetivos, manter as atividades das Pastorinhas da Tapera. Diante disso,

instalou no distrito um Ponto de Cultura, que, segundo o Ministério da Cultura, é a ação prioritária e o ponto de articulações das demais atividades do Programa Cultura Viva. Ocorre que essa relação entre Pastorinhas da Tapera e órgãos de fomento impôs à tradição taperense, representada pelo pastoril, um processo de espetacularização. O presente texto estuda o processo de espetacularização vivenciado pelas Pastorinhas da Tapera, identificando seus aspectos universais (que possui os seguintes momentos: - burocratização; - divisão interna; e, - condutas diferenciadas quando na e fora da Tapera) e particulares (que se desdobram em: - mudança do local de ensaio; - vigilância externa; e, - ciclo anual). A esses, soma-se um aspecto singular, o que, definitivamente, permite compreender a especificidade do fenômeno, distinguindo-o de todos os outros. No caso concreto, a espetacularização vivenciada pelas Pastorinhas da Tapera distingue-se pela relação de seus integrantes com o sagrado e o profano, fazendo com que a espetacularização não seja fim em si mesmo e, sim, meio que permitiu o grupo retomar suas atividades, desenvolver seus projetos, sem ferir a razão de ser de sua existência: a de ser instrumento da religiosidade do povo taperense.

Pensando a Relação entre Políticas do Patrimônio e Espetacularização: o caso da festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis (GO)

AUTORES/AS: BRUNO GOULART MACHADO SILVA

Este trabalho pretende apresentar as reflexões iniciais sobre a relação entre espetacularização e políticas de patrimonialização na festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis - GO. Ele é parte do que será uma pesquisa mais ampla, a minha tese de doutorado, sobre o fenômeno da espetacularização da cultura popular no estado de Goiás. A tese pretende comparar duas experiências do que chamo espetacularização da cultura popular, a saber: o Encontro de Culturas Tradicionais em São Jorge, na Chapada dos Veadeiros, e a Festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis. Ambas foram escolhidas porque podem ser pensadas como experiências de espetacularização, no sentido de que as manifestações culturais que vemos nesses dois contextos são 1) descontextualizadas de acordo com o interesse do público consumidor, que na sua maioria são turistas; e 2), no intuito de atender as demandas desse público, os grupos de cultura popular acabam por promover certas modificações estéticas nas suas manifestações. No

contexto de Pirenópolis o processo de patrimonialização da cidade, iniciado já na década de 1940, foi um agente importante para o consumo turístico da cidade e eventualmente da Festa do Divino Espírito Santo, que hoje reúne o maior fluxo de turistas na cidade e foi considerada Patrimônio Imaterial pelo IPHAN em 2010. Ela acontece anualmente cinquenta dias após a páscoa, reunindo uma infinidade de eventos religiosos e não religiosos que vão de novenas, passando ao espetáculo da cavalcadas, aos mascarados na rua, até as feirinhas. Além disso, os mascarados – pessoas vestidas com uma máscara colorida de boi, que saem durante os dias da festa do Divino nas ruas fazendo “algazarra e brincadeiras” – tornaram-se símbolo publicitário importante na promoção turística da cidade e de seus produtos, sendo estampados como logo de várias campanhas publicitárias, mostrando que a festa hoje extrapola suas fronteiras tradicionais. Nesse trabalho, me restringirei apenas a levantar algumas questões iniciais sobre o contexto de Pirenópolis e da Festa do Divino, sendo este um bom exemplo para pensar a relação entre patrimonialização e espetacularização. A ideia é apresentar algumas reflexões iniciais sobre o caso da festa a partir de um breve período de campo realizado no primeiro semestre de 2014 em Pirenópolis.

RELIGIOSIDADE POPULAR NO MARACATU RURAL PERNAMBUCANO: hibridismos, pluralidades e circularidades

AUTORES/AS: JOSÉ ROBERTO FEITOSA DE SENA

O Maracatu Rural é uma manifestação de cultura popular pernambucana, em suas apresentações carnavalescas se observa o hibridismo entre cultura popular e religiosidade que é marcado por polivalências religiosas que entrelaçam rituais da Jurema, da Umbanda, do catolicismo popular e de elementos orientais e esotéricos. Na contemporaneidade muitos grupos resistem nesse envolvimento espiritual, ao atribuírem o sucesso da “brincadeira” aos rituais religiosos de preparação para saída ao carnaval e a outros festejos. Estes ritos são permeados de símbolos e significados característicos do campo religioso brasileiro. Investigando o habitus religioso em um grupo de cultura popular, o maracatu rural pernambucano, a presente pesquisa tem como foco de análise a relação porosa, plural e circular entre culturas e religiosidades na contemporaneidade.

Compondo arranjos musicais, políticos e religiosos em Jacarepaguá: O “Festival de Música e Poesia de 1º de maio”

AUTORES/AS: SIGRID HOPPE

Neste trabalho, proponho refletir sobre uma das principais atuações da Comunidade Eclesial de Base Josimo Tavares em uma favela de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, o “Festival de música e poesia de 1º de maio”, celebrado entre os anos de 1997 a 2005 sempre no dia do trabalhador, por entender que este evento foi fundamental no processo de socialização dos moradores da Taquara instaurado determinadas práticas, relações sociais e exemplos a serem seguidos, além de ter funcionado como rito de passagem tanto para o mundo religioso, quanto para o mundo da política e para o mundo cultural, indicando um trânsito permanente entre estes domínios, que parecem não ser percebidos como excludentes e sim como complementares. Ao incentivar a composição de músicas e poesias sobre temáticas de cunho social para que em dia de festa fossem expressas na favela sob um palco de frente a um contingente expressivo de pessoas, esta CEB promoveu, informalmente, a reflexão sobre as explorações cotidianas vivenciadas pela população de baixa renda, a conscientização das injustiças sociais e o reconhecimento social desta população. Legado importante do Festival foi também a entrada no “mundo artístico” de alguns participantes. Um trio de música caipira, composto por um casal e seu filho, foi criado em 2001 após diversas músicas terem sido realizadas para as apresentações no Festival. O segundo grupo musical pretendeu resgatar e divulgar o estilo musical Forró pé de serra. A maior parte dos integrantes desse grupo é originário da Paraíba e trabalha, na construção civil no Rio de Janeiro. Por meio do Festival também foram consolidadas algumas ações e práticas cuja tônica eram as alianças. Muitos participantes tornaram-se amigos e parceiros nas reivindicações e ações por direitos sociais. Há ainda aqueles que firmaram vínculos afetivos mais sólidos, tornaram-se parentes através de casamento e compadrio. Em suma, o “Festival” através da música teve papel fundamental na constituição do espaço público para os moradores da favela e do seu entorno.

Entre as Praças e o Palco: o novo cenário da cultura popular na cidade de João Pessoa-PB.

AUTORES/AS: CAMILA MARIA GOMES PINHEIRO

A cidade de João Pessoa recentemente está passando por um momento de reconstrução de sua identidade cultural. Nos últimos anos existe uma política de “resgate cultural”, onde a cultura popular é apresentada como ícone de singularidade. No entanto, a participação dos grupos populares nas grandes Festas e eventos realizados na cidade apresenta ambiguidades. Alguns grupos de cultura popular tem ocupado espaço nas grandes festas e tem lutado para conquistar o seu reconhecimento. O processo de valorização da identidade cultural na cidade tem apresentado mudanças para os grupos de cultura popular da capital, que passam a se relacionar com outros setores da sociedade, como pesquisadores, artistas, produtores locais e estudantes universitários. Neste trabalho pretendo fazer uma descrição e uma análise comparativa da participação da cultura popular em duas grandes festas da cidade de João Pessoa: o São João e a festa das Neves. O foco da pesquisa está direcionado para duas manifestações culturais tradicionais: a ciranda do sol e o cavalo-marinho infantil. A ênfase recai sobre a problemática que envolve a forma como esses grupos se encaixam nesse novo cenário cultural da cidade. A partir da pesquisa de campo é possível visualizar um tratamento diferenciado com os grupos de cultura popular. Interessa refletir sobre o que a inserção da cultura popular nessas festas representa para a comunidade, para os mestres e participantes das atividades culturais. Neste trabalho a minha preocupação é trazer uma discussão em torno da participação da cultura popular dentro dessas Festas realizadas na capital paraibana e apontar as desigualdades na política de “valorização da identidade cultural”.

Etnografando um CTG (Centro de Tradições Gaúchas) na região de Curitiba: processos de fabricação e espetacularização da(s) tradição(ões)

AUTORES/AS: GABRIELA LIETKE BECKER

Esta pesquisa procura compreender o processo de constante elaboração e criação do(a) gaúcho(a), do(s) gauchismo(s) e da(s) tradição(ões) gaúcha(s) em um CTG (Centro de Tradições Gaúchas) na região metropolitana de Curitiba. Este CTG

é encarado pelos frequentadores como um espaço “diferenciado” de lazer, no qual estariam sendo formados “bons cidadãos” por meio da prática e do ensino de diversas atividades “culturais” e “artísticas” como danças, poesias e músicas “típicas gaúchas”. A partir da pesquisa etnográfica busca-se entender como se elaboram os espetáculos de danças, por meio dos quais os grupos de um CTG se apresentam em festivais e competem em grandes eventos organizados pelos MTGs – Movimentos Tradicionalistas Gaúchos de diferentes estados e regiões, como o do RS, SC, PR, SP, Amazônia Ocidental, entre outros – e pela CBTG (Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha). A fabricação de um espetáculo de “danças tradicionais gaúchas” para ser apresentado em um evento competitivo envolve pesquisas em livros considerados legítimos pelo movimento e também a produção de melodias, de letras de músicas, de coreografias, de cenários, de trajes e objetos. A observação das práticas cotidianas no local – como os ensaios e as demais atividades do grupo –, do processo de produção de espetáculos, assim como da participação e performance das apresentações deste e de outros CTGs em diversos eventos vem revelando um processo constante de criações, recriações e inovações das “tradições”, que se estende por uma longa rede de associações. O material de campo e os eventos etnográficos apresentam diferentes atores e entes que articulam esta rede, envolvendo folcloristas, dançarinos, a profissionalização de instrutores de danças, a confecção de trajes e acessórios, diversas instituições, disputas políticas, textos e saberes específicos em constante criação e negociação. O presente estudo também traz uma reflexão sobre os grandes encontros entre CTGs, os quais, para além da competição entre os grupos de danças, possuem o objetivo de divulgar a(s) tradição(ões) gaúcha(s) para um público amplo. Há alguns anos tais eventos vêm se tornando cada vez maiores, sendo realizados no Rio Grande do Sul e em outros estados do país, patrocinados por grandes empresas e conquistando espaço de transmissão em diferentes mídias, como a televisão e a internet.

O cotidiano de um folguedo e a sua reinvenção: as contribuições de mestres e brincantes para a manutenção, preservação e transformação de um grupo de Guerreiro de Alagoas.

AUTORES/AS: JULIANA GONÇALVES DA SILVA, FELIPE FREIRE DE SOUZA SANTOS

As manifestações consideradas tradicionais são para muitas pessoas sinônimo

de resistência, um dos propósitos dessas manifestações é manter viva e/ou ativa o que é visto como cultura popular. O que se percebe é o tradicional sendo constantemente reinventado, porém os grupos de “manifestações tradicionais” procuram não perder aquilo que eles consideram como essência do folguedo ou da dança. O processo de criação, invenção, reinvenção e reutilização por parte dos brincantes de um grupo de Guerreiro, folguedo que faz parte do ciclo natalino, tendo seu ápice todos os anos no dia de Reis, acontecem por duas características que serão desenvolvidas neste trabalho: o ambiente urbano em que se manifesta, cujas informações, contatos e rotina de cidade grande influenciam diretamente nas atividades do grupo e a discussão acadêmica e política em torno das questões patrimoniais. Esses dois pontos influenciam a sua dinâmica interna e a estrutura das apresentações diante de um público diversificado. O grupo de Guerreiro em que serão feitas estas reflexões é o Treme Terra de Alagoas, localizado na cidade de Maceió. O mestre do grupo é o Senhor Benon, setenta e oito anos, patrimônio vivo do Estado de Alagoas desde 2006. A sua participação em diversos grupos de manifestações artísticas, como o Reisado, acontecem desde que tinha sete anos de idade. A sua longa vivência com a chamada cultura popular pode nos mostrar quais são os diferentes caminhos que mestres e brincantes precisam percorrer para alcançar o objetivo de solidificar o grupo, levando em consideração a rotina de ensaios e apresentações, dentro e fora de sua comunidade, localizada na periferia de Maceió/AL.

Reinvenção da Tradição: tradições ressignificadas e o ofício de brincante da cultura popular em Brasília.

AUTORES/AS: LARA SANTOS DE AMORIM

A ideia deste artigo é discutir como Brasília – uma cidade modernista e planejada – tem resolvido o “paradoxo utópico” que definiu seu projeto original. Brasília foi concebida como uma cidade moderna que pretendia curar o Brasil de seu estado letárgico de subdesenvolvimento, mas à medida que se fez cidade, manifestações culturais de várias tradições brasileiras emergiram em meio à expressão cultural local. A diversidade cultural que define Brasília testemunha a força da cultura regional dos imigrantes e candangos que se mudaram para lá durante sua construção e após a sua inauguração. Não é no espaço físico original do Plano Piloto (Asa

Norte e Asa Sul, Lago Norte e Lago Sul) que reencontramos a maioria das festas tradicionais características do Brasil que sobreviveu ao projeto desenvolvimentista e à promessa de modernidade. É no espaço periférico das cidades-satélites e do Entorno do DF que as manifestações tradicionais sobreviveram. Ao entrevistar artistas populares brasileiros em 2011, procurei compreender como manifestações culturais tradicionais como o Boi do Maranhão do Seu Teodoro do Boi, a Folia do Divino Espírito Santo “guiada” pelo guia de folia Seu Badia Medeiros da Folia do Divino de Formosa, o Maracatu do Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro, por exemplo, tornaram-se manifestações populares brasileiras. Além disso, discuto como os artistas populares Chico Simões do Mamulengo Presepada e Ponto de Cultura Invenção Brasileira e Ailton Velez da Associação Cultural Menino de Ceilândia (também ponto de cultura) relatam uma verdadeira resistência da cultura popular na periferia de Brasília.

COORDENADOR/A: RENATA DE CASTRO MENEZES (MUSEU NACIONAL/UFRJ), MIRIAM C. M. RABELO
(UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Dando continuidade às discussões desenvolvidas nas duas últimas RBAs, sobre religião e objetos, esse grupo de trabalho tem por objetivo agregar pesquisadores que desenvolvem reflexões em torno de formas materiais que circunscrevem, articulam, condensam ou visibilizam fenômenos relacionados à religião, ou, num sentido mais amplo, ao sagrado. Seja como estratégia metodológica/epistemológica que segue objetos para compreender processos sociais, seja por reconhecer o estatuto especial que lhes é conferido pelos agentes, os objetos têm atraído novamente a atenção da teoria antropológica a partir de trabalhos como os de Arjun Appadurai, Alfred Gell, Nicholas Thomas, dentre outros. O objetivo desse GT é trazer essas “novas” reflexões para uma tradição de estudos antiga e consistente, em que os objetos sempre tiveram um lugar significativo, que é o dos estudos da religião. A fim de ampliar as possibilidades analíticas e etnográficas, o GT estará aberto tanto a trabalhos voltados à análise de objetos em sentido estrito, como àqueles voltados a outras formas de expressão material do religioso, como músicas, danças, gestos, etc.

“São João bebe cachaça” ou de como pensar o sagrado e o profano no Bumba-meu-boi do Maranhão

AUTORES/AS: ADRIANO FARIAS RIOS

Sagrado e profano são aspectos peculiares à existência humana, servindo como meios para que os indivíduos (re)organizem o seu contexto social. Com base nesta perspectiva, este trabalho tem por objetivo destacar de quais formas os referidos fenômenos são manifestos no cotidiano dos fazedores do Bumba-meu-boi de maneira a possibilitar o desenvolvimento de um complexo jogo de (re)significação dos seus símbolos. Refletir sobre tal questão é delinear como os brincantes desenvolvem esta manifestação popular transitando entre os dois mundos cuja intenção é tanto “brincar bebendo a cachaça” quanto agradar a São João com suas toadas, gestos, danças e fantasias. Além disso, há de se considerar também o caráter mercadológico assumido pelo boi como produto turístico incentivado pelo poder público e pela iniciativa privada. O foco da análise é o grupo de boi da Maioba.

Coisas de rezar: materiais e tecnologias de rezadores do Sertão

AUTORES/AS: LUCIANA DUCCINI, MATHEUS RICARTE DE OLIVEIRA SOUZA

A cura através de rezas, ou benzedura, é prática “tradicional” no contexto brasileiro e muito viva no município de Petrolina, no semiárido pernambucano. Embora haja, atualmente, registros de “oradoras” evangélicas, estes praticantes ainda mantêm, em sua maioria, relações simbólicas fortes com a religião Católica, em especial na figura dos santos de devoção dos rezadores. Contudo, sua atuação se dá fora do contexto religioso institucionalizado com o qual entretêm relações que vão de alianças com párocos locais à desautorização desses terapeutas populares. Na literatura sobre benzedura, o destaque recai, quase sempre, nas rezas – suas formas e fórmulas, objetivos e símbolos – e no vínculo com o sagrado. Durante o trabalho de campo realizado junto a praticantes da cidade mencionada, porém, observamos a importância de outros elementos materiais, além das palavras murmuradas, que constituem seu modo de atuação e ambiente. Imagens de santos, pedaços de tecido, copos e garrafas com água, chás ou banhos de ervas e, sobretudo, ramos de certas plantas têm papel relevante no desenrolar da reza. Além disso,

percebemos que a casa do benzedor – ou parte dela – transforma-se em uma espécie de santuário que opera como base espacial de uma rede social composta por “pacientes” esporádicos ou recorrentes, imprescindível para a compreensão da dinâmica do dom e da autoridade religiosa.

Neste trabalho, nos propomos a analisar estes “objetos” mais de perto, tratando-os não como materiais inertes, mas como coisas elaboradas nestes circuitos e, ativamente, participantes das relações entre rezador e paciente, doença e melhora, rede e sagrado. Procuramos investigar estes materiais, sobretudo, sob dois aspectos: como “artefatos técnicos” – no sentido em que formam circuitos entre elementos “dados” e um “estado-fim” a ser alcançado – e como atuantes na composição de uma ambiência – na constituição e reconstituição das sensações no espaço. No caso estudado, argumentamos que os conhecimentos específicos dos rezadores ganham corpo (materialidade) nestes conjuntos que, por sua vez, fazem parte das relações sociais instauradas por estas terapias de base religiosa. Desta forma, procuramos recolocar o simbolismo da reza em uma dimensão encarnada, para além (ou aquém) de representações reflexivas.

COM CHORO, COM VELA E UMA FITA AMARELA: Uma perspectiva dos objetos da morte

AUTORES/AS: JAQUELINE PEREIRA DE SOUSA

O que torna a morte, cultura? Esta proposta de trabalho traz consigo reflexões acerca dos objetos que, ao se envolverem com a morte, tornam-se sagrados. No norte do Piauí, quando?, durante o trabalho etnográfico de observação do ofício de Seu Zé, hoje falecido, um dos últimos “exortadores de corpos” da região – no catolicismo popular, este é o termo utilizado para designar aquele que acompanha o moribundo até a morte e executa os rituais fúnebres posteriores, tais como: arrumação do túmulo e limpeza, reza dos terços, entre outros afazeres – percebi a curiosa relação com os inúmeros objetos utilizados ao longo do processo que caracterizam a morte como tabu. Constatamos, assim, que esses objetos saem da sua funcionalidade material plena e adquirem um status significativo como mediador entre os homens que contornam a morte, representados em três momentos: o primeiro, quando o exortador é convidado à casa do moribundo e leva consigo terço, livro de orações e orações copiadas em um caderno - tal qual a Maria Valei-

me, para as mortes “difíceis” – e a vela a ser colocada na mão direita na hora exata da passagem para o “outro mundo”, dando início aos preparativos do corpo, desde o banho, passando pela vestimenta da mortalha até o posicionamento no caixão. O segundo momento refere-se ao ápice do rito fúnebre: o velório. Nesse momento do ritual, a espacialidade é dividida em três: a cozinha, espaço feminino (café, comidas), o terreiro, que se configura no espaço masculino (piadas, honras e bebidas alcóolicas) e a sala da casa do morto que se transforma em local sagrado, onde o defunto está em meio às orações, velas acesas, terços, santinhos de falecimento, flores, tudo marcado pela cor preta e pelo choro. Por fim, o terceiro momento é subdividido em duas partes: “tomb and womb”, tomb para abordar da escolha do local do enterramento até os marcadores identitários do túmulo (cor, tamanho, fotografia e as demais particularidades) e womb como a constância do morto em sua casa (fotografias que demarcam sua presença e os objetos pessoais que remetem à memória). Nesses quadros, poderíamos pensar os objetos da morte como espécies de actantes em que saem do plano físico e se espalham pelos sentidos culturais nos quais estão inseridos e de objetos que carregam uma vida social? Essa é umas das perguntas deixadas em aberto em minha dissertação de mestrado em Antropologia e Arqueologia (UFPI) e que está servindo de pontapé inicial para o recém iniciado curso de doutorado em Antropologia (UFPA).

Entre o jocoso e o sagrado: os símbolos do caboclo em sua Jurema

AUTORES/AS: MARLON MARCOS VIEIRA PASSOS

A presente comunicação busca apresentar de modo analítico, partindo de uma compreensão socioantropológica, alguns símbolos presentes na materialidade que norteiam o culto aos caboclos em terreiros de candomblé situados na cidade do Salvador da Bahia. Essa materialidade vista em adereços que vestem os caboclos, arrumam suas cabanas, ornamentam os barracões, pode ser alcançada também nos cânticos, nas cantigas de sotaque - onde a mensagem vai de modo jocoso e cifrado; ou nas danças, onde cada gestual pode ser um pedido ou um comando, uma graça ou uma discórdia. A “cultura” do caboclo é rica em gestuais que abençoam, abraçam, acolhem, reprimem, enamoram, educam, afugentam, agridem. Essa materialidade, alicerçada em autores como Tim Ingold, Bruno Latour, Miriam Rabelo, pode ser analisada a partir de estudos que fundamentam a presença

dos caboclos no centro das religiões de matrizes africanas na Bahia, ainda que sejam muito negados; como exemplo, cita-se o trabalho O dono da terra, do antropólogo baiano Jocélio Teles dos Santos. Outras etnografias sobre candomblé e suas variantes também colaboram nesta abordagem antropológica. Contudo, é importante salientar que o artigo será construído a partir de pequenas incursões etnográficas observando festas dedicadas aos caboclos de dezembro(2013), até julho de 2014; também, serão feitas algumas entrevistas numa loja chamada Katuka(em Salvador), onde há um rico arsenal material dedicado aos caboclos e se analisará o impacto, a procura do mesmo, pelos praticantes de algumas das conhecidas religiões afro-brasileiras. Decifrar algumas simbologias presentes na materialidade e mergulhar neste universo que muito ensina e que mobiliza a fé de muitos brasileiros é a intenção fundamental desta comunicação entregue às leis que regem as selvas e os mistérios dos caboclos em seus dias de festa, ou seja, dias de Jurema.

Espaços, objetos e rituais fúnebres no islã: notas sobre a expressão material acerca da morte em comunidades muçulmanas no Brasil

AUTORES/AS: GISELE FONSECA CHAGAS

A morte desempenha um papel central nas cosmologias dos sistemas religiosos. Neste sentido, um vasto conjunto de ideias e rituais a ela associados é produzido e mobilizado pelos agentes religiosos em diferentes contextos da vida cotidiana, criando, assim, não apenas sentido/orientação a respeito do fim inevitável da vida física, mas também canais para afirmação pública de suas crenças e pertencimentos religiosos. Seguindo a proposta deste grupo de trabalho em explorar formas de expressão material do religioso, o objetivo deste artigo é abordar concepções e práticas islâmicas associadas à morte, tendo como ponto de partida os rituais de preparação e de destino final do corpo morto.

Para tanto, a análise aqui proposta focará tanto nas expressões e objetos envolvidos nas práticas rituais acima citadas - orações, gestos, essências, tecidos e demais materiais/substâncias utilizados na lavagem dos cadáveres, por exemplo - como na criação de espaços próprios para sua realização, como cemitérios e locais para velório exclusivamente muçulmanos. Neste aspecto, será dada especial atenção à organização desses espaços de materialidade religiosa e à elaboração de uma

“estética islâmica” para a ornamentação dos túmulos dos crentes. No Brasil existem três cemitérios muçulmanos, localizados nas cidades de Guarulhos, Curitiba e Foz do Iguaçu, que, em conjunto com as mesquitas, contribuem para a inscrição material do islã no contexto local.

Os dados etnográficos desta pesquisa foram recolhidos por mim nos últimos seis meses através de trabalho de campo junto às comunidades muçulmanas sunitas e xiitas no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

O TRÂNSITO DOS OBJETOS MÁGICO-RELIGIOSOS DOS ORIXÁS: estudo etnográfico sobre o consumo religioso afro-brasileiro em Belo Horizonte/MG

AUTORES/AS: MÁRCIO ANTÔNIO RODRIGUES

Este projeto de pesquisa tem como tema o consumo religioso, especificamente o afro-brasileiro, na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Dentro do consumo religioso afro-brasileiro, numa perspectiva etnográfica, propõe-se investigar o trânsito dos objetos mágico-religiosos dos orixás. Esses são utilizados nas práticas religiosas do candomblé e umbanda em Belo Horizonte/MG e podem ser adquiridos em casas/lojas de artigos para Candomblé e Umbanda, dispersas pela capital mineira. Contextualizar a formação e manifestação da religiosidade afro-brasileira – através do Candomblé e Umbanda – no Brasil e em Belo Horizonte, é uma das realizações propostas desta pesquisa.

Esta pesquisa visa contribuir com os estudos sobre as religiões afro-brasileiras, em Belo Horizonte, numa perspectiva etnográfica sobre o consumo religioso afro-brasileiro. Desta forma deve se dizer que investigar o consumo afro-religioso na cidade de Belo Horizonte na perspectiva etnográfica torna-se importante, se entender como o culto afro-religioso se utiliza do consumo e suas relações com o social.

Para tanto, o Candomblé e a Umbanda foram escolhidos nesta pesquisa, por constituírem expressões da religiosidade afro-brasileira presentes em Belo Horizonte desde a década de 1930 (MORAIS, 2006; 2010). Essas religiões dos orixás são consideradas por BASTOS (1979) como sendo de culto mágico-religioso e daí a utilização de objetos mágico-religiosos para instrumentalização de suas práticas ritualistas. A partir daí escolheu-se problematizar nesta pesquisa: No trânsito dos objetos mágico-religiosos dos orixás, que relações sociais são

colocadas em agência? A compreensão do consumo religioso afro-brasileiro em Belo Horizonte – a partir do trânsito de artigos afro-religiosos – será apoiada na observação das relações sociais entre comprador (a) / vendedor (a) e comprador (a) / objeto (s) nas casas/lojas de artigos afro-religiosos.

Volta-se também a atenção para as interações do sujeito/comprador (a) na presença ou circulação desses objetos mágico-religiosos.

No construto do projeto, mapeou-se a localização dessas casas/lojas de artigos afro-religiosos em funcionamento na cidade de Belo Horizonte através de pesquisa de campo.

Foram encontradas 21 casas/lojas de acordo com dados coletados na pesquisa de campo preliminar realizada de março a novembro de 2013. As abordagens sobre o consumo e suas relações com a cultural material são bastante versáteis. Adotaram-se nesta pesquisa como base teórica e referencial os seguintes autores: APPADURAI (2008), DOUGLAS; ISHERWOOD (2013), LATOUR (2012), MAUSS (2003), MALINOWSKI (1978), MILLER (2007; 2013) e SAHLINS (2003). Esses autores lançam-se na investigação da cultural material e da circulação de objetos em variadas perspectivas, que constituem, em parte, o arcabouço teórico desta investigação etnográfica. Inserida num mestrado em cidades – como o da PUC Minas, mas poderia ser de outra instituição – pode se dizer que a importância desta pesquisa se dá a partir da linha de pesquisa a qual se direciona: “Cultura, Identidades e Modos de Vida”. E por se tratar de um estudo etnográfico de um circuito de consumo específico – o afro-religioso – visa contribuir com mais “uma peça no quebra cabeça”, das pesquisas sobre a cultura afro-brasileira realizadas na cidade de Belo Horizonte (MAIA, 2011; MORAIS, 2006 e 2010; PONTES, 2006; SANTOS e MARCELO, 2006). Está pesquisa propõe abordar a cultura afro-religiosa na cidade de Belo Horizonte pelo viés do consumo religioso afro-brasileiro. Na pesquisa bibliográfica percebe-se um foco investigativo no momento final do consumo desses artigos religiosos – a prática nos terreiros e outros. Contudo pretende-se nesta pesquisa ao seu final acrescentar ao conhecimento produzido sobre a religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte.

Velas que são almas e velas que são caboclos

AUTORES/AS: CAROLINA SOUZA PEDREIRA

Na cidade de Andaraí, região central da Bahia, Chapada Diamantina, um grupo de mulheres sai pelos becos, ruas e beiras de rio entoando litanias em favor de almas santas e de almas que partiram e precisam ser alimentadas com rezas e luzes de velas. Esse ritual acontece durante toda a Quaresma e termina na Sexta-Feira da Paixão. O grupo é chamado de “Terno das Almas” e a lamentação é um luto anual pelo sofrimento e morte de Cristo, extensivo a todos que já se foram. No terno, em cada estação ou parada são dispostas algumas velas antes de se tocar a matraca. Cada rezadeira leva o número de velas que deseja. Em cada nova estação, outro conjunto de velas queima durante o som das preces e benditos. A devoção às almas tem seu apogeu na Quaresma, mas a eminência da morte é relembrada na prerrogativa de acender velas todas as segundas, quartas e sextas do ano.

Pedidos em favor das almas são feitos pelos vivos com vela e reza. Sabemos que velas e almas são justapostas por um sentido convencional: uma vela pode ser acesa como lembrança de alguém que partiu. Para além de realizar a triangulação entre devotas e objeto de devoção, as velas aparecem como meios de troca, em que sua capacidade salvífica em relação às almas é convertida em poder de vidência concedido aos vivos. Verifica-se, porém, uma separação entre o artefato vela e os pedidos feitos em intenção das almas. As velas são as receptoras dos pedidos ali depositados, como objetos-referentes que não dependem, em primeira instância, de uma derivação convencional de seu aporte simbólico.

As velas surgem como objetos-referentes em outro contexto religioso na cidade de Andaraí, o jarê, uma variante do candomblé de caboclo que recebe esse nome apenas na Chapada Diamantina. Curador e curadora são títulos usados para designar pessoas que exercem a função de líderes espirituais e que, geralmente, são donos ou donas de terreiros de jarê onde realizam festas, trabalhos, batismos e consultas pessoais (revistas). Guias, orixás, espíritos e caboclos são alguns dos termos usados para se referir às entidades do jarê. Nesse marco, a partir de alguns relatos etnográficos, buscaremos entender como pessoas, velas e entidades estão vinculadas, seja nas festas em honra a Boiadeiro ou a São Cosme e São Damião, por exemplo, seja em trabalhos para “desmanchar” feitiços. Ao perceber que a vela não apenas representa almas ou entidades, mas, antes, cria a realidade de

sua presença, essa comunicação objetiva um exercício de deslocamento analítico acerca da relação entre pessoas e almas ou entre pessoas e entidades do jarê via objeto-vela para uma que envolva pessoas e velas enquanto almas ou caboclos.

A terra como elemento do sagrado: trabalho na terra entre colonos pomeranos no Rio Grande do Sul

AUTORES/AS: MAURÍCIO SCHNEIDER

“A terra é propriedade de Deus, cedida aos homens para que a trabalhem”. É assim que Seu Roni, colono de origem pomerana, residente no interior do município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, define a relação que ele e sua família estabelecem especificamente com a terra e, em geral, com a natureza. Eles trabalham a partir da agricultura de base ecológica, em uma região em que a maior parte dos agricultores tem adotado como principal atividade econômica o cultivo de fumo, em que é intenso o emprego de agroquímicos. Segundo suas narrativas – recolhidas em pesquisa etnográfica –, além da preocupação ambiental e com a saúde (de produtores e consumidores), sua inserção na produção ecológica é ancorada em uma visão de mundo perpassada pela religião. Essa perspectiva, pautada pela simetria entre natureza e cultura – que tem base na concepção de que homem e natureza são criação de Deus e que difere substancialmente da ideologia moderna ocidental, que concebe a natureza como subordinada aos homens –, é base para a evitação dos agrotóxicos: para Seu Roni, se a terra pertence a Deus, e não aos homens, torna-se moralmente errado envenená-la. A concepção sobre a terra e o modo de lidar com ela se constituem, desse modo, em expressão de uma religiosidade popular camponesa, observável nos rituais religiosos, bem como na vida cotidiana. Ainda, se o modo de fazer agricultura da família a diferencia da maior parte dos colonos da região, elementos compartilhados, muitos deles também perpassados pela religião, os aproxima. Em um e em outro sentido, alimentos e suas trajetórias apresentam-se enquanto elo. Nas redes longas de produção ecológica – que envolvem outros agricultores, instituições de pesquisa e desenvolvimento, extensionistas e consumidores –, os produtos que a família comercializa na feira ecológica cumprem esse papel. E nas redes curtas, de vizinhança e parentesco, os laços são fortalecidos nas trocas de serviços e na participação destacada que essa família tem nas festas comunitárias, em que Dona

Lúcia e Seu Roni são responsáveis pela elaboração, respectivamente, da sopa de galinha e do caldo pomerano.

Ectoplasma: borrando as fronteiras entre espírito e matéria

AUTORES/AS: GUSTAVO RUIZ CHIESA

Estamos acostumados a pensar que os espiritualistas ou os religiosos atribuem a “Deus”, ao “mundo espiritual”, ao “céu”, ao “além”, a origem primordial de todas as coisas materiais. Assim se estabelece, desde o início, uma clara separação entre um plano espiritual, anterior e verdadeiro, e um plano material, secundário e ilusório. Tal distinção servirá como base ou fundamento de muitas outras distinções e dualidades que alimentaram o pensamento e a cosmologia “ocidental”, ao menos desde a antiga Grécia, mas sobretudo a partir de Descartes. É evidente que reações a este modo de conceber o mundo sempre existiram e algumas delas serão abordadas neste trabalho. Nesse momento, contudo, a “reação” que mais me interessa teria sua origem creditada aos próprios espíritos, pois partiria deles a ideia de que existe uma “substância”, um “fluido”, uma “coisa”, “semi-material” ou “material-espiritual”, que dá origem à vida na Terra. Mais exatamente, o mundo físico material, conforme definido pela Física e Química clássicas, seria uma variação, transformação ou continuação do mundo espiritual, não havendo, portanto, uma rígida separação ou polarização entre esses dois planos. Trata-se de um fluxo, um movimento, um processo que depende dessa substância para acontecer. Tal substância é o fluido vital e sua variação ou condensação será denominada ectoplasma. Encontrado em todos os seres, substrato de todas as coisas, é ele quem assegura a estruturação de todos os organismos e, mais do que isso, possibilita a conexão entre os mundos e corpos físico e espiritual, bem como a comunicação e a atuação dos espíritos na matéria física terrena.

Noções como espírito e matéria, ou corpo e mente não serão abolidas ou recusadas na cosmologia espírita, mas sim repensadas em novos termos, menos rígidos, substanciais e polarizados, mais fluidos, criativos e relacionais. As percepções dualistas serão, no entanto, questionadas e reposicionadas de maneiras diferenciadas, acrescentando outros elementos como, por exemplo, o fluido vital. Assim, de uma concepção dual do homem e do universo, passamos para uma visão ternária e contínua do ser humano formado por mente, fluido ou energia

vital e corpo físico. Pretendo “seguir os materiais”, ou no caso, o material de que falamos os espíritos, acompanhando seus processos de infinita transformação, para a partir dele – o ectoplasma –, pensar uma série de termos e conceitos, tais como: vida, saúde, corpo, mente, emoções, percepções, ambiente, natureza etc. Isso me permitirá repensar uma divisão que, a meu ver, foi crucial para o Ocidente: a moderna separação entre ciência e religião. Assim, as reflexões sobre o ectoplasma parecem estar localizadas precisamente na fronteira, na encruzilhada, desses dois modos de conhecer e de habitar o mundo.

Ícones, Túmulos e Relíquias: A “Presença” do Sagrado nos Santuários Xiitas na Síria e no Iraque

AUTORES/AS: PAULO GABRIEL HILU DA ROCHA PINTO

Este trabalho analisa os diversos usos e significados que a cultura material do islã xiita adquire entre peregrinos e habitantes nas cidades de peregrinação xiita na Síria (Sayda Zaynab) e no Iraque (Najaf e Karbala). O xiismo possui uma vasta cultura material que inclui os túmulos de personagens sagrados e as relíquias a eles associadas, assim como uma rica iconografia que transpõe visualmente os principais personagens e episódios da vida e martírio de Ali e seu filho Hussein, os quais compõem o “mito fundador” da identidade xiita como uma tradição distinta dentro do islã.

Esses elementos concretos do sagrado são classificados e apropriados como parte da cultura religiosa xiita a partir da sua capacidade em produzir a “presença” (hadra) da figura sagrada por eles evocada. A noção de presença no contexto religioso xiita vai além da mera representação ou evocação que uma figura, uma estrutura funerária ou um objeto possa ter em relação a um personagem sagrado, significando a capacidade que estes têm de produzir uma conexão experiencial/existencial entre o fiel e o personagem sagrado em questão. Essa conexão é manifestada através de estados emocionais e da produção de suas manifestações corporais (lágrimas; efusão de sangue através de auto-flagelação) ou de transformações físicas e psíquicas no corpo do fiel (transe; cura; milagres). Apesar da noção de presença ser central para a compreensão da cultura material do xiismo, nem todos os objetos e imagens estão relacionados a ela da mesma forma. Túmulos e relíquias geralmente têm sua capacidade de produzir “presença” e sua singularidade certificadas por tradições

compartilhadas ou pelos esforços de autoridades religiosas. Já as representações gráficas dos personagens religiosos, muitas das quais são produzidas em massa com milhares de exemplares, costumam ter uma maior variedade na sua capacidade de produzir “presença”, dependendo nas práticas coletivas e individuais a partir das quais elas adquirem um significado religioso. Desse modo, o uso das imagens possui um amplo espectro que vai de simples marcadores de identidade religiosa a objetos indutores de experiências religiosas.

Assim, a análise das diversas construções e formas de experiência da “presença” do sagrado nos objetos que compõem a cultura material do xiismo, explorar as possibilidades analíticas da abordagem da constituição de comunidades imaginadas transnacionais a partir dos processos de peregrinação a partir da cultura material. Os dados analisados nesse trabalho foram o resultado de vários períodos de trabalho de campo etnográfico realizados em Sayda Zaynab, na Síria, entre 1999 e 2010; e em Najaf e Karbala, no Iraque, durante a peregrinação de ‘arbaiyyin em Dezembro de 2012 e Janeiro de 2013.

O Ator devoto: o trabalho atoral em Jerzy Grotowski.

AUTORES/AS: THIAGO MIGUEL LOPES RIBEIRO CUNHA SABINO

O trabalho apresenta os pontos de contato entre teatro e ritual na obra de Jerzy Grotowski, na década de 1960, tendo como foco a relação entre ator e espectador e sobretudo a relação do ator consigo próprio. A noção de ator santo apresentada por Grotowski e uma série de aspectos a ela atrelada permite pensar em que medida o teatro grotowskiano transita elementos ligados ao universo da religião. Como apresenta Renata de Castro Menezes no texto “O Além no Cotidiano...” , o santo não existe isoladamente, mas em uma relação com seus devotos. Desta forma, trabalhamos com a pergunta: se existia uma ideia de ator santo no teatro grotowskiano, poderíamos afirmar que há um espectador devoto? Na medida que esse ator santo é muito mais um ideal de ator, um modelo a ser alcançado pelo artista, caberia definir esse artista aspirante a santidade como um ator devoto? Como operaria o par: santidade e devoção nas propostas, teorias e práticas desenvolvidas pelo Teatro Laboratório? Como uma certa noção de devoção pode redimensionar o entendimento sobre a ritual, tal como apresenta Grotowski nos seus últimos espetáculos da década de 1960?

Em busca de um teatro impactante, Grotowski pouco a pouco se distancia da ideia de ritual entendido como celebração coletiva apenas, aproximando-se de um entendimento sobre o mesmo calcado na relação íntima e radical entre os envolvidos, relação esta que parece estar presente no contato entre santo e devoto. Tal relação santo/devoto não se restringe à festas e celebrações religiosas, mas tende a implicar diretamente na vida diária do fiel. Trata-se de culto prestado na vida privada e cotidiana. Procuramos entender esse ator como um ator devoto, no sentido lato do termo: dedicado a algo ou a alguém, no caso da proposta grotowskiana, dedicado a tornar-se justamente o ator santo (ou a cumprir o que o encenador chamou de ato total). Investigamos como esse ator, para realizar seu ofício, está submetido a um rigoroso trabalho cotidiano, um “culto privado” que não é mais que um treinamento constante sobre si. Com essa relação devoção/santidade, trabalhamos com a noção de Liminalidade, que Victor Turner, apresenta em seu livro *O Processo Ritual*. Guardadas as devidas particularidades, procuramos apresentar a proposta de Grotowski, e o que chamamos de devoção em tal proposta, como tentativas, buscas por fixar a liminaridade, entendida como ruptura com os estados sociais estruturados.

O esclarecimento que liberta: o livro dos espíritos em dois grupos kardecistas

AUTORES/AS: JOAQUIM IZIDRO DO NASCIMENTO JUNIOR

Em pesquisa de campo realizada com dois grupos espíritas kardecistas da cidade de Juazeiro do Norte/CE, identificamos a utilização de livros espíritas como fundamentação básica para se atingir um esclarecimento de ideal moral e religioso. Em consonância com as discussões propostas nesse grupo de trabalho, acreditamos que os livros espíritas configuram-se como objetos capazes de compreender a apropriação humana do caráter sagrado. Os livros espíritas são objetos que podem revelar processos sociais e simbólicos, por isso é importante compreendê-los, “pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas” (APPADURAI, 2008:17). Tendo como base o ‘Livro dos Espíritos’ (1857), primeiro livro publicado (codificado) por Alan Kardec, acreditamos que há um forte direcionamento para que os frequentadores se apropriem do hábito da leitura e tenham nela as ferramentas para suas condutas.

Para tanto, ensina-se a ler e a interpretar perguntas e respostas do livro citado, modificando a relação que muitos indivíduos, até então, tinham estabelecido com o ato de ler. Levando em conta que a cidade de Juazeiro do Norte é um dos maiores centros de peregrinação católica do Brasil, consideramos que a maneira como os espíritas kardecistas vivenciam seus livros estabelece diferenças significativas com as práticas católicas locais.

O terreiro enquanto artefato: políticas públicas e assentamentos na conformação de uma (id)entidade religiosa

AUTORES/AS: MARCELLO FELIPE DE JESUS MÚSCARI

A Assobecaty - Associação Beneficente Cultural Africanista Templo de Yemanjá, casa de batuque e umbanda situada na região metropolitana de Porto Alegre completa em 2014 oitenta anos de existência e vinte e seis de conotação jurídica. Com uma longa trajetória de luta em defesa das religiões de matriz africana e afro-brasileiras, bem como de atuação social em prol das comunidades de seu entorno, nos últimos anos a associação tem ganhado visibilidade por se articular com o poder público para a realização de projetos de prevenção da AIDS, de distribuição de alimentos e de inclusão digital através da instalação de um telecentro em suas dependências. Tal histórico, aliado a vontade política da liderança da casa, renderam-lhe a recente instituição enquanto ponto de cultura nomeado Ylê Axé Cultural, vinculado a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do estado do Rio Grande do Sul. Assim sendo, a Assobecaty hoje, mais do que uma casa de batuque e umbanda é também um terreiro alvo e promotor de políticas públicas com focos diversos, fazendo desta instituição e de suas dependências o resultado de um sincretismo ampliado, que transcende em muito os limites entre religiões e destas com outros domínios do social. A apresentação proposta desenvolve questões levantadas ao longo de minha pesquisa de mestrado em fase de conclusão e objetiva ensaiar a compreensão do terreiro enquanto um artefato, a condensação de uma rede de elementos heterogêneos, nos modos como tem sido entendido por autores como John Law, Annemarie Mol e Marilyn Strathern. Assim sendo, busco mapear estas heterogeneidades constituintes levando em conta as entidades espirituais assentadas na casa, pedras, plantas, objetos e dinâmicas políticas que conformam a Assobecaty hoje, no intuito de poder responder, amplamente

e escapando de reducionismos, “o que é a Assobecaty”. Ao fundo, exploro a pertinência de um conceito ampliado de artefato como modo de fazer fundir as distinções apriorísticas entre domínios ontológicos como religião e política, material e espiritual.

Seguindo votos e ex-votos no Círio de Nazaré (Belém-Pa): perspectivas para compreensão da cultura material religiosa

AUTORES/AS: ANSELMO DO AMARAL PAES

O presente esforço de pesquisa está centrado nos chamados ex-votos (abreviação de ex-voto suscepto - voto realizado), considerando suas práticas e lógicas e, assim, segue (literalmente) estes artefatos durante a performance ritual e “paisagem devocional” (Paes) da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará. Durante a principal procissão, os ex-votos são levados por devotos como pagamento de “promessas” (promissum, voto) visando à superação do adoecimento, obtenção e recuperação de bens, agradecimento e proteção, dentre outras perspectivas existenciais. Considera-se, assim, a necessidade de dissolver suas fronteiras (enquanto “objetos”), investindo em concepções teóricas que permitam que nos aproximemos de sua materialidade e fenomenologia (Morgan), recorrendo à categoria “paisagem”, à perspectiva da consideração das “coisas” e seus “fluxos vitais” (Ingold), assim como “assemblage” (Deleuze & Guattari). É, portanto, sobre estes artefatos sagrados que circulam durante o Círio de Nazaré em Belém do Pará e os muitos ângulos e diálogos produzidos em busca de sua apreensão que buscamos construir referenciais para a compreensão atual da cultura material religiosa.

Atrações da Imagem Aparecida

AUTORES/AS: ADRIANO SANTOS GODOY

A história é bastante conhecida: no ano de 1717, três pescadores encontraram uma Imagem de Nossa Senhora da Conceição, aparecida das águas do rio Paraíba, que desde então passou a conceder uma série de graças aos seus devotos. Hoje, quase trezentos anos depois e tendo sofrido um atentado, essa mesma Imagem Aparecida permanece exposta, agora em um Nicho dourado de posição central no maior templo católico do mundo, localizado na cidade que recebeu o

seu nome. Das mais de 11 milhões de pessoas, que até lá se dirigiram no último ano, e inegável que é essa Imagem a maior responsável pela atração.

Nos dias de maior movimento, os devotos passam horas na fila para poderem contempla-la por apenas alguns segundos. Olhares, braços e câmeras fotográficas são todos direcionados pra ela, alguns encostam seus corpos na parede, no intuito de tocá-la o mais perto possível. A efemeridade do tempo contrasta com a intensidade das emoções, que suscita, apenas pela proximidade: lágrimas, sorrisos, suspiros, flashes e profundo silêncio.

Esse número, evidentemente, resulta em uma pluralidade de origens, motivações e meios de viagem tão elevada quanto. Todo modo, esse é apenas o núcleo duro dessa capacidade de atração. Para além das réplicas, das mais variadas formas e materiais, provenientes da China ou das fábricas municipais, reproduções e fotografias da Imagem de Aparecida estampam toda uma sorte de produtos como terços, anéis, brincos, pulseiras, camisetas, chapéus, canecas, relógios, chaveiros, garrafas, bolas de futebol, almofadas e isqueiros.

Com grande demanda desses produtos por parte dos visitantes, os trabalhadores aparecidenses, devotos ou não, são atraídos pela Imagem de Aparecida também como fonte de renda. É essa reprodução da Imagem, somada a sua proximidade da Imagem original, que determina tanto o valor quanto a procura no comércio. Longe de ser arbitrária, a escolha da Imagem como foco analítico dessa apresentação, se dá por ser ela a “materialidade sagrado” capaz de estruturar a paisagem: do próprio nome da cidade, dos objetos comercializados e dos rituais praticados. Tudo parece remeter a mesma “coisa”. Mesmo dada a sua materialidade de barro, não humana, o que a categorizaria como um objeto, nas suas interações sociais a Imagem sempre se revela o sujeito.

A proposta é de uma abordagem da Imagem como um “agente”, na sua materialidade, e um “símbolo” na sua pluralidade interpretativa. Ela seria capaz de atrair toda uma gama de pessoas, e também outros objetos, até Aparecida/SP que ao se encontrarem em um mesmo espaço formam um “Centro” (religioso, comercial, turístico, regional, econômico, político etc.) que gravita em seu entorno.

Negociando imagens, agenciando relações: os santos de casa como objetos de negociação simbólicas

AUTORES/AS: CARLOS EDUARDO MACHADO

Partindo das imagens de santos que as pessoas possuem em suas residências, esse estudo buscou compreender como as relações entre familiares católicos e evangélicos alteram e dinamizam as devoções, gerando por vezes um mosaico religioso que concorre e compartilha simultaneamente dos mesmos códigos sociais. Essa pesquisa, realizada entre os anos de 2011-2013 na cidade de Borá, interior de São Paulo, um dos menores municípios brasileiros em termos populacionais, teve como objetivo compreender como as relações sociais que se desenvolvem em torno das imagens, tomando as questões referentes a iconografia (católica) e iconoclastia (protestante) como referenciais identitários dos agentes. Nossas reflexões foram embasadas na noção de campo imagético do antropólogo José Rogério Lopes, buscando uma compreensão além da relação devoto-santo uma complexa rede de relações e agenciamentos são expressos na esfera familiar e na vida comunitária. Através das imagens de santos foi possível examinar processos e transformações mais amplas, relacionadas a organização do tempo para o trabalho diário, escolhas de lugares específicos para guardar as imagens em casas com pluralidade religiosa intrafamiliar e também novas formas de sociabilidade entre católicos e evangélicos.

Presença e representação nas imagens dos santos católicos: considerações a partir de um estudo sobre a devoção à santa Rita.

AUTORES/AS: RAQUEL DOS SANTOS SOUSA LIMA

As imagens tridimensionais dos santos católicos têm sido analisadas por uma ampla literatura - antropológica e histórica – a partir principalmente da discussão sobre as noções de presença e representação. Baseada numa observação minuciosa sobre as formas de interação entre os devotos e as imagens de Santa Rita numa igreja sob sua invocação na cidade do Rio de Janeiro, recupero concepções « nativas » que permitem complexificar o uso das categorias de presença e de representação nas análises sobre as devoções aos santos. Ao mesmo tempo, discuto os desafios metodológicos das pesquisas que envolvem as diferentes modalidades de relação entre os fiéis e as imagens dos santos, considerando as contribuições da antropologia dos objetos, da devoção, dos rituais e do simbolismo.

Processos de Canonização e a Produção Social do Santo

AUTORES/AS: HUGO RICARDO SOARES

O presente trabalho tem por objetivo analisar antropológica e historicamente o desenvolvimento do processo de beatificação e canonização do padre salesiano Rodolfo Komorek, morto em 1949 na cidade de São José dos Campos, SP. Este texto é uma parte de minha pesquisa de doutorado, ainda em desenvolvimento, sobre aquilo que venho chamando de “produção social do santo”. Ao lado da produção hagiográfica e da prática devocional, a instituição de um processo formal de canonização é uma das etapas que compõe e estruturam este processo mais amplo.

Com o passar dos séculos, a importância do culto aos santos no catolicismo cresceu. Estes se tornaram verdadeiros “mediadores culturais”, figuras civilizadoras e poderosas ferramentas para a evangelização. Tendo percebido isso, desde o Concílio Vaticano II (1963-65), a Santa Sé vem estimulando a produção de santos e de santidade nos seus quadros internos (sacerdotes santos) e externos (leigos santos).

O processo canônico do padre Komorek teve início em 1964 na cidade onde ele havia falecido quinze anos antes e paralelamente ao seu desenvolvimento, foram colocadas em práticas outras atividades para divulgar a devoção. Em 1996 os restos mortais do pe. Komorek foram exumados do cemitério onde ele havia sido enterrado e transferidos para dentro da paróquia salesiana da cidade. Em 2013, o quarto em que ele faleceu, num dos antigos sanatórios da cidade, foi aberto para visitação. Em suma, além das investigações processuais, houve uma ampliação dos espaços devocionais e o consequente aumento da devoção.

Ainda que não seja o único “santo” da cidade (existem mais quatro), o pe. Komorek é certamente o personagem que mais recebe devoção por parte dos joesenses e pessoas das cidades vizinhas.

O processo canônico tenta balizar todos estes fatores, equacionar as variáveis que compõe a devoção (discurso hagiográfico oficial e dos leigos, experiência de graças e milagres, ritualística devocional, conceitos teológicos).

Portanto, a partir da análise do processo canônico do pe. Komorek, pretende-se compreender como os postuladores da causa (os responsáveis pela condução do processo) tentaram (e tentam) cristalizar a prática devocional articulando-a ao

discurso hagiográfico oficial. Olhando por este viés, o processo canônico é o lugar onde todas as dimensões da produção de um santo se articulam, o que o torna um excelente espaço discursivo para se pensar as relações simbólicas e a produção da crença no catolicismo.

Religião, Fé e Cura: as representações simbólicas de devoção na Igreja Senhor dos Passos, São Cristóvão/SE, entre 2010 e 2015.

AUTORES/AS: RENATA RENNÓ NUNES

A relação do homem com a religião e suas crenças é uma das questões que há tempos interessa diversas áreas do conhecimento, como Comunicação, Arqueologia, Psicologia, Sociologia, História e Antropologia. Na Antropologia o estudo sobre religiosidade sempre foi um aspecto marcante, gerando interesse nesse objeto, já que a religião se torna um dos mecanismos fundamentais na constituição de uma ideia de cultura.

A relação do homem com o sobrenatural é permeada de simbologias, objetos são ressignificados e seres espirituais são dotados com dons de curas e milagres. Ex-votos são representações simbólicas concretizadas através de réplicas do corpo humano, fotografias, bilhetes, roupas ou quadros depositados no interior de capelas e igrejas para agradecer uma graça alcançada.

Esta pesquisa (que encontra-se em estágio inicial), busca compreender a construção das representações simbólicas ex-votivas acionadas no processo de devoção individual e coletivo, que interagem num mesmo espaço de sociabilidade. A devoção pode ser interpretada como um mecanismo de construção de coesão grupal, que tem como catalisadores os aspectos da cura simbólica atrelada à imagem do santo.

A metodologia aplicada será a pesquisa bibliográfica de autores da antropologia, além da pesquisa de campo etnográfica. A obtenção de dados ocorrerá através da fonte oral, com entrevistas com os componentes desta prática religiosa, moradores, líderes eclesiais e conhecidos dos devotos. Também haverá observação de campo na igreja do Carmo, utilizando registros fotográficos, filmagens, anotações no caderno de campo e entrevistas com as beatas e secretárias funcionárias da igreja.

Santos y Virgencitas del Valle Calchaquí. Practicas rituales y objetos sagrados domésticos en el NorOeste de Argentina.

AUTORES/AS: DANIELA SALVUCCI

La ponencia analiza la relación ritual, doméstica y familiar entre los fieles y sus estatuas de Santos y Virgencitas. Estos objetos sagrados viven en las casas de sus protegidos, son manejados, llevados, vestidos por ellos. Se trata de una forma domesticada de lo sagrado que nunca llega a ser peligrosa, si no que solo caprichosa, en relación a los humanos.

En los pueblos alrededor de San Carlos del Valle Calchaquí, en la provincia de Salta, dichas estatuas, de tamaño diferente, son llamadas “patroncitos” y piden a su fiel que les lleve a misa, a las procesiones o de peregrinaje en cambio de favores y protección personal. Los Santos quieren salir a dar una vueltita, las Virgencitas pretenden estrenar un traje nuevo y bonito para su fiesta. El fiel es al mismo tiempo el protegido y el “dueño” responsable por ellos: tiene que alumbrarlos y hacerles promisas, pero puede hasta castigarlos un poco si no cumplen con los pedidos. El pobre San Antonio, por ejemplo, después de rezarle y encenderle muchas velas se lo pone “patas arriba” hasta que las cosas perdidas o robadas no vuelvan a aparecer. En los parajes rurale, muchos guardan a sus Santos en un cuarto especial de la casa y arman andas para llevarlos en procesión atándolos entre si para que no se hagan daño cayéndose. Otros, sobre todo en el pueblo, construyen una pequeña capilla en la vereda en frente de la casa para exponer el Santo de manera que los vecinos del barrio puedan rezarle o alumbrarlo. Del patroncito se habla siempre con mucho cariño y los que pueden tratan de organizarle una fiesta cada año, invitando a los vecinos para una procesión en el barrio y una merienda en la casa. Enfocando las practicas rituales y diárias, el análisis muestra que la relación con los Santos y las Virgencitas es una relación personal, física y material que se produce por medio de las estatuas. Estos objetos son una forma específica de lo sagrado, doméstica y más amigable con respecto a otras. De hecho, hay entidades sagradas, como la Pachamama por ejemplo, que no son objetos, si no que seres del especio o del paisaje, mucho más poderosas pero peligrosas para los humanos.

“La Virgen en todos lados”. Espacio público, catolicismo e imágenes marianas en el metro de Buenos Aires

AUTORES/AS: NICOLAS VIOTTI

La localización de imágenes de la Virgen María en el metro de Buenos Aires habilita preguntas sobre el lugar de las imágenes religiosas en espacios públicos regulados por una alianza entre el catolicismo y el secularismo. Este trabajo analiza la génesis de ese proceso en las estrategias de emplazamiento de las imágenes de la Virgen María en el metro, símbolo del carácter “civilizado” y “moderno” de la ciudad, indagando en el lugar que ocupa el catolicismo en la construcción del espacio público argentino. Asimismo, analiza los diferentes regímenes de sentido y de vínculo entre personas e imágenes que se producen. Finalmente, reflexiona sobre la multiplicidad en los usos de los objetos sagrados católicos en el espacio público y las formas de visibilización/invisibilización que los acompañan.

COORDENADOR/A: LENIN DOS SANTOS PIRES (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE), BRÍGIDA RENOLDI
(CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS Y TÉCNICAS)

Propomos analisar, através de etnografias, as formações sociais resultantes da distinção ou omissão das dimensões do legal e do ilegal, definidas pelo Estado de Direito para estabelecer, em tese, os parâmetros de convivência. Entretanto, nem sempre a ordem social corresponde à observância da lei por parte dos agentes, integrem estes ou não as instituições estatais. Isso gera tensões e conflitos, assim como ordens diferenciadas e estilos de vida pautados por direitos e deveres não oficiais. Receberemos propostas que 1) focalizem nas contraditórias, quando não paradoxais, associações entre o legal, ilegal e o nocivo, na constituição de dispositivos de controle de segmentos sociais por moralidades que lhes são externas; 2) explorem a ausência de correspondências entre as expectativas morais dos sujeitos e os enredos normativos dispostos para o enquadramento das práticas sociais e 3) analisem os momentos nos quais os sistemas repressivos e corretivos entram em cena, seja para autorizar o Estado como forma legítima, ou para reproduzir lógicas aparentemente contraestatais que se gestam dentro das instituições, configurando um Estado divergente do ideal. Essa iniciativa dá continuidade aos debates sobre mercados informais e sociabilidades calcadas na noção de ilegalismo, inaugurados na 27ª RBA e que teve sequência na 28ª edição, como também nas 8ª, 9ª e 10ª Reunião de Antropologia do Mercosul, rendendo excelentes contribuições teóricas e empíricas.

“Brechó fronteiroço”: comércio global de roupas de segunda mão em Corumbá-MS

AUTORES/AS: FERNANDA LOUREIRO FERREIRA, GUSTAVO VILLELA LIMA DA COSTA

O “Brechó fronteiroço” é expressão criada para designar a comercialização de roupas usadas nas cidades brasileiras de Ládário e Corumbá, fronteira com a Bolívia, reportando ao comércio informal nas feiras livres itinerantes daquelas cidades. O “brechó fronteiroço” deriva do “desvio” de doações de roupas, acessórios, sapatos brinquedos oriundos de países da Europa e dos Estados Unidos , chegando aos portos do Chile (contexto em estudo) e a outros países sul-americanos sob a forma de comercialização. O comércio global de roupas de segunda mão, nos países sul-americanos se desenvolve principalmente em mercado informais e, por vezes, ilegais; entretanto em países do norte do globo compõe lojas de caridade, denominadas thrift shop, thrift store, que ora se expandem em redes, praticadas principalmente por ONGs, como Goodwill, Savers e Talize. Com o fenômeno da globalização e das redes os elementos fixos e os fluxos atuam no(s) território(s), construindo, reconstruindo e reafirmando identidades, tanto dos consumidores quanto dos comerciantes. A partir de pesquisas etnográficas busca-se compreender a lógica desse comércio de roupas usadas em Corumbá, assim como entender as formas de organização social dos comerciantes bolivianos. A partir da obra de Foucault, procuramos entender como ocorre, de fato, a gestão das regras, como ferramentas de poder, configurando um campo de disputa pela sua aplicação, seja nos mercados de rua, seja entre agentes do Estado. Nesse sentido, as relações econômicas estabelecidas por meio das práticas comerciais por parte dos bolivianos, em Corumbá, são vistas muitas vezes como informais e ilegais dentro do território nacional brasileiro, pois elas não obedecem às leis do Estado, este como unidade política soberana, com isso a informalidade “é definida apenas como um pólo oposto da formalidade” (PINHEIRO-MACHADO, 2008). Contudo, questões muito mais complexas envolvem as práticas de (in) formalidade e (i) legalidade, como, por exemplo, a complexidade burocrática pelas quais estão definidas as leis trabalhistas de um país, os elementos que envolvem toda a fabricação de um produto desde a matéria prima até o produto acabado, além das formas de comercialização de um produto quando chega ao seu destino final. Não se deve desconsiderar a importância do comércio informal na economia local (Corumbá-

Ladário, Brasil, e Puerto Quijarro- Puerto Suárez, Bolívia), pois mesmo ele sendo definido como informal e ilegal faz movimentar a economia local gerando renda aos trabalhadores bolivianos e brasileiros e garantindo a acessibilidade de consumo de mercadorias com baixo custo nessa região.

“Favelado como consumidor eficiente e condômino exemplar”: Análise da transformação de regras em valores a partir dos efeitos dos programas “Comunidade eficiente” e “Minha Casa Minha Vida”

AUTORES/AS: WELLINGTON DA SILVA CONCEIÇÃO, PRICILA LORETTI

Na cidade do Rio de Janeiro está em curso uma série de transformações que impactam diretamente nas formas de vida de seus moradores: A realização dos mega eventos (RIBEIRO & SANTOS JÚNIOR, 2013) e o processo de transmutação da cidade em uma “Global city” (COMPANS, 1999). Os impactos se fazem sentir nas favelas e demais espaços populares: Há todo um projeto estatal de PACificação em curso (CAVALCANTI, 2013) que altera as rotinas de sociabilidade e ação política desses lugares e seus moradores. Esse projeto pode ser percebido nas transformações arquitetônicas, nas rotinas de policiamento ostensivo (em especial as UPP’s – Unidades de Polícia Pacificadora) e nas práticas que, em nome do “melhor para todos”, defendem a transformações de hábitos por meio da imposição de regras e/ou de práticas formativas. O presente trabalho traz resultados de duas etnografias que encontram elementos comuns para uma análise da transformação de hábitos em valores a partir de um projeto de gestão governamental (FOUCAULT, 2008). Uma das pesquisas contempla o processo de regularização de energia elétrica a partir da etnografia dos modos de consumo na primeira favela a ser equipada com uma UPP, com especial atenção para os impactos do “Programa Comunidade Eficiente”, adotado pela concessionária Light como política de erradicação dos “gatos” de luz em favelas já pacificadas. Analisa-se ainda os argumentos morais e os processos disciplinarizadores mobilizados por essa empresa e pelo estado em torno da figura do consumidor favelado, voltados para a adequação de hábitos ao novo sistema implementado, apresentados como oportunidade redentora de integração, na qualidade de cidadão, à vida cidadina. Neste particular categorias como “formalização”, “legalização dos serviços” e “honestidade” dialogam profundamente com um processo de criminalização daqueles que praticam o

“gato”. A outra etnografia trabalha com informações de um curso (de presença obrigatória) para moradores realocados das favelas cariocas contempladas pelo PAC (Programação de aceleração do Crescimento) que passaram a morar em apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), regidos pela lógica condominial. Nesses cursos, chamados no estado do Rio de Janeiro de “encontros de integração”, são apresentadas uma série de regras que procuram marcar a mudança radical de vida à qual aqueles moradores serão submetidos, apontado especialmente suas distinções em relação à sociabilidade presente nas favelas. A adesão à lógica condominial é apresentada nesses cursos como uma forma de redenção moral, sendo a permanência dos antigos hábitos um elemento para a rejeição dos seus praticantes. Observa-se ainda, em ambos os casos, como alguns moradores aderem a essa lógica e se incumbem de vigiar seus vizinhos pela garantia dos “bons hábitos”, assumindo assim o papel de “empreendedores morais” (BECKER, 2008).

A produção de práticas ilegais no presídio da PMCE: uma etnografia das sociabilidades dos policiais militares em situação prisional

AUTORES/AS: ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA

Minha pesquisa busca compreender a produção de sociabilidades no ambiente prisional e sua associação às práticas que margeiam os ilegalismos vigentes no fazer policial. Procuro analisar o funcionamento das redes de relações sociais que os policiais-presos constroem dentro do presídio como forma de equilibrarem as regras do jogo instituídas para a manutenção de uma sociabilidade prisional adequada à convivência dentro do presídio da PMCE. Ao estudar as relações sociais no cotidiano de um presídio policial intento compreender as nuances do fazer policial e sua relação difusa com os espaços fronteiriços, caracterizados pelo alto teor de ilegalismos e de diluição da ordem social vigente. Procuro ainda averiguar como a trajetória profissional e a constituição de um ethos policial, funcionam na fabricação e manutenção desse corpus de ilegalismos presente dentro da prisão. Enfatizo novamente que meu objeto de estudo são as relações de sociabilidade entre os presos e seus pares, entre os presos e seus familiares, entre os presos e a direção da instituição e entre os presos e a rua. A fim de equacionar minha vertente metodológica, esta pesquisa sobre as relações de sociabilidade no

presídio da PMCE e a consequente produção de ilegalismos, é fruto de um intenso processo de acompanhamento da dinâmica prisional em dias de visitação naquela instituição. Não se comporta como uma etnografia tradicional, mas baliza-se pelos seus pressupostos, assenta-se em suas ferramentas, orienta-se pelas suas diretrizes epistemológicas e metodológicas. É uma pesquisa em que o junto e misturado se apresentam como ponto de reflexão do trabalho de campo e, desse modo, as orientações metodológicas, ressaltam que a pesquisa ainda está em andamento, toma como ponto de partida o contexto social da pesquisa (as malhas relacionais que envolvem a instituição Polícia Militar, o corpo de oficialatos gestores do presídio, os policiais militares de baixa patente que revezam na guarda dos presos e na parte gestacional, os presos que cumprem penas e os familiares dos presos) e como ponto de chegada (a constituição de um fazer policial ligado às práticas ilegais).

Camelôs, autoridades e Mercado Popular da Uruguaiana: uma análise sobre a precariedade na utilização do espaço público.

AUTORES/AS: GABRIEL BORGES DA SILVA, ALESSANDRA SOARES FREIXO

Este trabalho tem como objetivo analisar institutos do Direito Administrativo, a partir de uma perspectiva etnográfica. Para tanto, serão apresentados os resultados de pesquisa de campo desenvolvida no Mercado Popular da Uruguaiana (MPU), bem como uma análise acerca das representações partilhadas por juristas e operadores do direito sobre a precariedade nos usos do espaço público, utilizando como fonte a dogmática jurídica sobre o assunto. As moralidades advindas das relações percebidas no MPU servem como percepções dos conflitos ali presentes, que são verificáveis nas representações que os comerciantes possuem sobre suas práticas. O Direito acompanha tais relações apesar destas não se esgotarem nele. Entretanto, o tratamento legal dispensado a estas manifestações segue contorno das moralidades daqueles que têm a possibilidade de exercer a autoridade jurídica naquele espaço. Estes por sua vez têm suas representações sobre as atividades exercidas no MPU. Então, atuarão no espaço público de acordo com estas representações, embasando suas ações na autoridade que lhe é concebida. Na prática utilizam do discurso jurídico como mecanismo de limitação de garantias e direitos fundamentais do indivíduo no espaço público. Ou seja, a atuação coercitiva acaba recaindo de forma seletiva sobre aqueles que, segundo as representações do

aplicador da lei, não se verificam como sujeitos de direito. A falta de um título de propriedade dá aqueles comerciantes do MPU o “direito” a uma autorização de uso do espaço. Ocorre que esta autorização é um título precário, ou seja, pode ser reivindicado a qualquer momento pelo Estado. Logo, existe uma relação de desequilíbrio entre os agentes fiscalizadores e os camelôs. A precariedade da autorização do exercício da atividade acaba se estendendo ao sujeito que pratica a mesma. Com isso, buscaremos explicitar tanto as normas que regulam as relações entre os comerciantes e o Poder Público no Mercado, quanto as moralidades que norteiam a aplicação (ou não) do direito administrativo para a administração de conflitos no espaço público.

Cidade formal, cidade informal: a organização de “eventos” numa favela “pacificada”.

AUTORES/AS: DANIEL SOARES RUMBELSPERGER RODRIGUES

O presente trabalho oferece uma etnografia da dinâmica de relações que se desenvolve em torno da organização de “festas” e “eventos” num espaço particular de uma favela “pacificada” da zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, onde tive uma experiência de trabalho (nos anos de 2012 e 2013) pelo programa UPP Social e na qual realizo um estudo de caso para fins de construção de uma tese de doutorado em sociologia no âmbito do IESP-UERJ. O trabalho é construído como um contraponto ao discurso hegemônico em torno das UPPs, que as entende como o agente fundamental de um processo de “integração” da cidade que se daria por meio de uma prestação mais adequada de serviços (públicos e privados) em determinadas áreas de favelas antes “apartadas” do “asfalto” ou da “cidade formal”; tais serviços seriam afinal garantidos em função do fim do controle territorial armado por facções criminosas do varejo de drogas ilícitas, num processo que vai desde ciclos virtuosos de “regularização” de espaços e atividades realizadas na (e conformadores da) favela até a “formalização” de empreendimentos comerciais. Tomando tal discurso (e a legislação estadual sobre “a atuação conjunta dos órgãos de segurança pública na realização de eventos artísticos, sociais e desportivos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro”) como seu pano de fundo, a comunicação estabelece como foco de análise as maneiras como diversos atores do interior da favela (dentre eles, o tráfico de drogas, a UPP, os diferentes “bondes” de jovens

que atuam como “produtores culturais locais”, a associação de moradores, outras lideranças locais etc.) mobilizam recursos e discursos (que envolvem diretamente, mas extrapolam sobejamente as noções de in-formalidade e i-legalidade) em torno disso que afeta amplamente a sociabilidade e a rotina locais: a organização e realização de “festas” e “eventos”. Neste sentido, o trabalho identifica (e discute) as disputas que se desenrolam entre força policial e tráfico de drogas no que tange à regulação do espaço público. Com isso, procura-se (ainda que com apenas uma ilustração) contribuir para o debate que está no coração da agenda pública carioca atual: qual o significado concreto do experimento das UPPs? Ou, dito de outro modo, como se desenrola praticamente o projeto da “pacificação” em face das suas expectativas mais hegemônicas? Qual o lugar concreto que as UPPs assumem na vida política local? Como se dá concretamente isso que é construído retoricamente como um movimento de “incorporação” da “cidade informal” pela “cidade formal”?

Discutindo a (re)construção das teias relacionais dos adolescentes privados de liberdade

AUTORES/AS: ALESSA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

Esta trabalho tem como objetivo geral compreender os processos de construção de vínculos sociais a partir das respostas adaptativas e das estratégias de sobrevivência que permeiam as sociabilidades dos distintos grupos de indivíduos que se encontram cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA – Centro Educacional do Adolescente, localizado na cidade de João Pessoa, PB. O marco teórico que deu subsídios para a realização desse estudo consistiu nas contribuições teóricas de Foucault sobre as “instituições austeras” ou “instituições disciplinares”, em diálogo com as reflexões de Goffman sobre as “instituições totais” e sobre as interações vivenciadas por indivíduos estigmatizados, e os pensamentos de Bourdieu sobre as distinções na sociedade contemporânea. A pesquisa foi realizada através de um trabalho de campo no CEA – Centro Educacional do Adolescente, localizado na cidade de João Pessoa-PB. Nesta, foram realizadas observações espontânea e participante, além de coleta de dados documentais e da realização de entrevistas semiestruturadas com adolescentes e funcionários. A análise qualitativa das entrevistas buscou assimilar tanto os aspectos objetivos

como os aspectos subjetivos que permeiam as formas de sociabilidade dos adolescentes internos no CEA. Para entender a dimensão estrutural sob a qual essas sociabilidades são delineadas o CEA foi analisado como um campo, no interior do qual os indivíduos estão situados em posições desiguais e participam de relações de poder específicas, através de vários marcadores, alguns deles, estigmatizantes. A subjetividade inerente ao modo como os adolescentes interpretam sua condição e assumem identidades nesse contexto foi buscada através do ordenamento dos elementos valorizados por cada um deles para pensar a sua trajetória de vida e planejar o seu futuro. Conclui-se que, no CEA, a experiência da internação, como cumprimento de medida socioeducativa, ultrapassa os processos de “mortificação e/ou disciplinarização” do eu, discutidos por Goffman (1999) e Foucault (1996). Ou seja, o processo de internação dos adolescentes nesta instituição caracteriza-se como uma fase onde se tecem estratégias de sobrevivências a partir das tramas relacionais instituídas, que perpassam o tempo/espaço da internação.

Dos delitos das penas: ilegalidade e cosmologia na circulação de arte plumária dos índios Karitiana em Rondônia

AUTORES/AS: FELIPE FERREIRA VANDER VELDEN

A lei 9605/98, a chamada lei dos crimes ambientais, reforçou a proibição ao comércio de animais da fauna silvestre brasileira (art. 29), incluindo “produtos e objetos dela oriundos”. Esta lei acabou, inadvertidamente, por incidir sobre um mercado até então desvinculado das preocupações legais com animais: o de artesanato indígena e, especialmente, o de arte plumária. Desta forma, a lei consolidou um vínculo entre artefatos indígenas e crime ambiental, ao estabelecer formas de controle sobre a circulação de peças elaboradas ou ornamentadas com substâncias ou partes de corpos de animais silvestres (pele, couro, chifres, dentes, escamas e, sobretudo, penas). Vários povos indígenas, que usavam auferir alguma renda do comércio de arte plumária, foram atingidos, com intensidade variável, pela normativa legal, e vêm, desde então, tendo que lidar com uma situação singular: ao mesmo tempo em que seus artefatos decorados com partes de animais são valorizados por diferentes atores como cultura ou patrimônio regional/local e continuam sendo ativamente procurados por turistas e colecionadores, tais peças atraem mais e mais a atenção das autoridades que buscam combater o crime

ambiental. Este trabalho traz uma primeira aproximação ao modo como os índios Karitiana, em Rondônia, vem lidando com a proibição do comércio de sua arte plumária, buscando articular uma etnografia dos vários circuitos pelos quais as peças têm circulado e as diferentes moralidades neles envolvidas, já que, uma vez que saem das terras indígenas os artefatos confeccionados com partes de animais se tornam inerentemente ilegais – posto que sua produção e uso pelos índios não é vedada. Não obstante, a plumária Karitiana segue circulando por vários circuitos não mercadológicos e, portanto, regidos por outras lógicas, e isso no interior do próprio aparelho repressivo, uma vez que há notícias de que artefatos apreendidos pela Polícia Federal teriam sido novamente colocados em circulação pelos próprios agentes. De certo modo, tal circulação na forma de dádivas acaba por contribuir – ainda que pouco – para mitigar o principal problema colocado aos Karitiana pela lei 9605/98: o fato de que penas e outras porções de corpos animais caçados para consumo não podem ser descartados de forma desleixada, sendo a confecção de peças artesanais uma excelente forma de destinar tais despojos de modo seguro. Alternativas vêm sendo exploradas pelos Karitiana, mas os impasses permanecem, muito em torno da pequena loja de artesanato que o grupo indígena mantém em Porto Velho. Este trabalho busca justamente explorar os rendimentos analíticos destes jogos entre o (i)legal e cosmológico em um mercado regional de artesanato indígena.

É três por cinco: a Venda de CDs piratas em Belém e a desconstrução da ideia sobre Pirataria

AUTORES/AS: JOSÉ JULIERME FURTADO DOS SANTOS

O objetivo deste texto é levantar questões concernentes à pirataria de CDs/DVDs. Para isto, parto da ideia do Estado e, como esta instituição vê a prática da pirataria, especialmente aquela relacionada às mídias de CDs e DVDs. Desse modo, procuro mostrar (desconstruir) a ideia vigente de pirataria, com base em antropólogos como Ribeiro (2009) e Pinheiro-Machado (2008) que explicam que a pirataria complementa o capitalismo. Contextualizo, ao mesmo tempo, a Feira Livre, a feira do bairro do Guamá (Belém-PA), a qual é também nosso objeto de estudo, porque é nela que estão trabalhando os vendedores de CDs/DVDs “piratas”. Por fim, nesta pesquisa, mostro, acima de tudo, um pouco, da história

de vida de alguns feirantes que vendem CDs e DVDs “piratas”, para conhecermos um pouco a vida e a identidade social desses trabalhadores.

Ilegibilidade e mobilização: dinâmicas sociais do processamento de pessoas nas prisões de São Paulo.

AUTORES/AS: RAFAEL GODOI

A partir de observação participante no interior de algumas penitenciárias paulistas, na qualidade de agente da Pastoral Carcerária, procuro descortinar dinâmicas sociais estruturantes do modo de processamento de pessoas nas prisões de São Paulo. Abordo os modos de circulação de informações processuais no espaço penitenciário, explorando seus efeitos na experiência que se tem da pena. A desinformação imposta e a extrapolação sistemática dos lapsos de progressão de pena resultam na produção de um excedente de espera – e de uma espera indefinida, indeterminada; que não só intensifica o sofrimento vivido na prisão, como concorre para redefinir os próprios contornos da punição. Ademais, apresento e discuto o papel determinante desempenhado por familiares, amigos e voluntários – mas também de advogados e agentes estatais – na provocação de movimentação processual, de tal modo que fica evidente a importância das ações e relações que o preso pode mobilizar no sentido de promover o desenrolar da sua pena, de interferir na sua duração efetiva e nas suas qualidades materiais e legais. Esta particular associação entre ilegibilidade processual e mobilização imperativa vem conformando a experiência cotidiana do Estado e do tempo nas prisões de São Paulo, bem como indexando dinâmicas sociais dentro e fora das muralhas. Tais achados de pesquisa corroboram a hipótese de que o transbordamento de dinâmicas prisionais para o ambiente aberto – em especial, no que se refere à emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC) – não poderá ser bem compreendida sem uma atenta apreciação das práticas e procedimentos que caracterizam a presença do Estado, dentro e através das instituições prisionais, antes que suas possíveis ausências ou alegadas incompletudes. Tais achados também entram em ressonância com algumas problematizações da antropóloga portuguesa Manuela I. Cunha, para quem o tempo, na prisão contemporânea, se afigura como algo em continuidade com o exterior das muralhas, como algo que não para. No entanto, em São Paulo, a análise das dinâmicas de processamento

institucional sugere que o tempo prisional não só corre como do lado de fora, mas que urge e que se furta o tempo todo. Esta temporalidade penitenciária já não é a da espera passiva por determinações que, afinal, se darão alhures e num futuro mais ou menos conhecido; nem a da mera sincronização com a temporalidade comum; mas a da urgência de uma espera ativa, ativada, que transcende os limites das muralhas e pauta a operacionalidade dos portões.

O informal vai à praia: estudando o modelo dos brechós da Zona Sul do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: CECÍLIA ELISABETH BARBOSA SOARES

Há uma grande associação, na literatura, de modelos da informalidade com a constatação de uma desigualdade forte nas cidades. De fato, o desenvolvimento urbano, tal como se deu no Brasil, é percebido por uma diversidade de pesquisadores e autores como dotado de áreas desiguais em sua habitação, apropriação e oportunidades para quem lá reside. O termo “informalidade” englobaria, assim, um conjunto de processos e bricolagens aplicados para garantir uma sobrevivência num dia-a-dia desafiador. Nesse quadro, a informalidade é sobretudo construída como rede, e acionada em situações nas quais as opções ditas “formais” não estão disponíveis, e/ou não são tidas, por aqueles agentes, como fiáveis. Pouco se pesquisa, contudo, da aplicação destas mesmas ferramentas consideradas informais em outras conjunturas. O presente trabalho pretende apontar como há uma dissociação entre racionalidades (no sentido weberiano) e uso das ferramentas da informalidade também em casos onde isto não seria um pressuposto. Nosso estudo de caso adotado é o de brechós na Zona Sul do Rio de Janeiro: região privilegiada da cidade, dotada dos serviços básicos e portanto, no imaginário, distante de soluções de bricolagem “para sobreviver”. Os ditos brechós movimentam uma rede particular de vendedoras, fornecedoras e clientes. As posições são superpostas e a rede converge relações comerciais e relações pessoais. Consideramos este um bom exemplo de mercado pouco visível, com uma informalidade vigente em diversos âmbitos, numa conjuntura diferenciada de privilégios. É sobretudo esta que torna o caso interessante.

Os mercados da reciclagem e a formalização do trabalho do catador na gestão de resíduos a partir de um novo marco regulatório: segurança e controle em uma organização de catadores de recicláveis

AUTORES/AS: MARIA RAQUEL PASSOS LIMA

O objetivo do trabalho é compreender os processos que constituem a reciclagem e os (re)usos dados aos objetos descartados nos centros urbanos, a partir da experiência de campo em uma associação de catadores de materiais recicláveis em um Município da Baixada Fluminense. Ao descrever algumas práticas econômicas e atividades cotidianas na referida associação, baseadas no arranjo em cuja base ainda residia o aterro de resíduos da localidade, posteriormente desativado, discuto os procedimentos técnicos e processos sociais, materiais e simbólicos que constituem as “trajetórias” dos resíduos em um circuito comercial específico, ao longo do qual o “lixo” se transforma em “mercadoria”. Apresentando algumas etapas do trabalho com os resíduos, focalizo determinadas práticas econômicas dos catadores, contribuindo com o debate sobre a “economia informal”, a partir de uma perspectiva etnográfica. Partindo da hipótese de que é a questão da segurança que adquire relevo na discussão sobre a ideia de “informalidade”, apresento dois exemplos envolvendo fenômenos relativos a perdas na produção, um que versa sobre roubos e outro sobre um incêndio. A partir disso, discuto os dispositivos nativos desenvolvidos para lidar com as dificuldades impostas pela “insegurança” que parece caracterizar o contexto em questão, em que os mecanismos institucionais de regulação e controle da produção por parte dos catadores se apresentam problemáticos/falhos. Com objetivo de contribuir com a reflexão, o conhecimento e o debate a respeito do papel das organizações coletivas destes trabalhadores e da participação desta categoria na gestão de resíduos, são tecidos apontamentos e considerações a respeito das dinâmicas complexas envolvidas nos mercados da reciclagem e na gestão dos resíduos, sobretudo em um contexto de transição, relacionado com novos enquadramentos normativos em função dos marcos regulatórios e dispositivos jurídicos instituídos recentemente no país, especialmente a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Por uma antropologia das drogas: psicoativos, cultura e controles

AUTORES/AS: TÂNIELE CRISTINA RUI, BEATRIZ LABATE

Este paper oferece um panorama histórico do campo de estudos das drogas a partir da perspectiva das ciências sociais. Parte da contribuição de autores clássicos como Howard Becker, Norman Zinberg, Gilberto Velho, entre outros, para apresentar a constituição da abordagem analítica dos efeitos das drogas como fenômenos culturais e sociais. Se atualmente esta ideia é quase senso comum no debate público sobre as drogas, a atualização radical deste princípio, no entanto, entra em conflito com os paradigmas médicos e legais ainda dominantes e hegemônicos. Mais do que demonstrar como o contexto modula as experiências, pretendemos, com tal revisão, investigar e argumentar como os controles culturais e informais regulam o consumo de drogas, e como esses interagem com os controles legais e formais. Assim, o texto explora uma série de exemplos empíricos de como o uso de drogas é ‘controlado’ pela cultura, seja em contextos tradicionais indígenas (ie peyote ou ayahuasca), rituais contemporâneos não indígenas (ie Santo Daime), recreativos (ie MDMA em raves, uso social do álcool) ou abusivos (ie, crack nas ruas, ou drogas em prisões). Desse modo, ao contrastar distintos contextos, sugerimos que o uso de drogas pode ocorrer de maneira não-problemática não apenas em contextos tradicionais, mas também em sociedades contemporâneas, observando ainda que o uso de drogas é sempre de alguma maneira regulado, mesmo em contextos potencialmente abusivos. Com isso, argumentamos que mais do que ir além de um modelo criminalização para reivindicar um de saúde/ redução de danos, é necessário reconhecer a legitimidade e positividade cultural do uso de drogas, entendendo-a a partir de uma perspectiva de direitos humanos.

Práticas seletivas de repressão na experiência dos comércios populares de Niterói

AUTORES/AS: MOANE CARVALHO DE BRITO MOREIRA

Em Niterói, cidade situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, observa-se uma difusão dos espaços públicos e privados que abrigam feiras e bazares. Pátios de escolas ou Igrejas, salão de festas de condomínios e galpões de eventos são espaços inusitados que hoje estão sendo ocupados, durante os finais de semana

por pequenas feiras de artesanato e produtos em geral. Esses espaços convivem, e muitas vezes são contíguos, com os tradicionais vendedores ambulantes que ocupam as ruas, os chamados “informais”. O artigo apresenta o andamento de uma pesquisa de campo, de tipo etnográfico, que teve início numa “Feira Cultural” que acontece nos fins de semana no espaço de uma escola municipal em Niterói, quando ocorreu à pesquisadora a possibilidade de analisar comparativamente as disputas que ocorrem em dois tipos de contextos: o do comércio ambulante e o do comércio de artesanato, em suas tentativas de estabelecimento enquanto mercados, apesar de ambos ocuparem a rua (ou muitas vezes espaços públicos, como no caso da escola), só o “camelô” incomoda e sofre repressão. As diferenças não se dão apenas no campo do simbólico e não têm a ver com as mercadorias, elas perpassam as práticas legais, de controle e os regimes de tolerância. O artigo apresenta um dos objetivos da pesquisa em andamento que é analisar de que forma a difusão dos espaços de venda em locais fechados e controlados, em teoria devidamente “formalizados”, é parte de uma política pública de legalização seletiva do comércio popular, assim como de incentivo a certo tipo de artesanato como parte da “economia criativa”, setor econômico que tem sido foco de grandes investimentos no Estado do Rio de Janeiro.

REDEFINIÇÕES DA CONDIÇÃO MORADOR: Reciprocidades conflituosas entre Polícia e População no Patrulhamento Ostensivo da Polícia Militar

AUTORES/AS: WENDELL DE FREITAS BARBOSA, LEONARDO DAMASCENO DE SÁ (LEV/UFC- CEARÁ)

Este paper busca analisar como a condição de morador é mobilizada de forma situacional e interacional no dia-a-dia de uma área de operações do programa de Policiamento Ronda do Quarteirão em Juazeiro do Norte-CE por Policiais Militares. Este programa se propõe a ser “a polícia da boa vizinhança”, no entanto, agrega elementos do policiamento ostensivo direcionado para o atendimento à ocorrências. No dia-a-dia, os moradores quando em interação com os policiais — seja através de uma ocorrência policial, por uma batida de janela, uma visita ou uma abordagem policial — são classificados em determinados estatutos morais: “vagabundo”, “cidadão de bem”, “peixe”, “informante” e “mundiça”. Estas associações adjetivam os moradores e mediam trocas diferentes com os policiais da boa vizinhança, a condição de “cidadão de bem”, pode trazer ganhos em termo

de preferência e confiança recíproca com os policiais. O mais interessante, porém, é a confluência dessas condições no dia-a-dia. Um “vagabundo” pode converter-se no “informante” (passando uma informação preciosa para a polícia, geralmente localização de traficantes do bairro) para se safar de um flagrante menor. O significado da “aplicação da lei”, ou mesmo a garantia dos direitos da população, para os policiais da área, torna-se polissêmico e parte da multiplicidade de suas práticas, conforme os moradores são condicionados a status diferentes e dinâmicos, sendo validados, revalidados, selecionados, ignorados conforme cada troca. A abordagem etnográfica deste estudo, conta com a participação na patrulha junto aos policiais abordo da viatura, nas incursões empíricas pelos Bairros que compõe a área. O trabalho de campo foi realizado entre 2011 e 2013.

Senso de Justiça na Polícia Civil do Rio de Janeiro: Fianças, Normas e Moralidades

AUTORES/AS: MARCUS JOSÉ DA SILVA CARDINELLI

Neste trabalho pretendo descrever algumas práticas do arbitramento das fianças na Polícia Civil do Rio de Janeiro (Brasil), partindo da observação de uma delegacia. Almejo com isso, trazer elementos etnográficos que possam contribuir na compreensão da ética policial. Durante o trabalho de campo, observei que a fiança, um instituto jurídico criado para proporcionar a liberdade dos presos em flagrante, é usada para manter as pessoas presas. Faz-se desse encarceramento, que a doutrina jurídica diz que é apenas provisório, uma pena. As fianças são arbitradas em altos valores para impossibilitar o pagamento e impedir que indivíduos moralmente categorizados como perigosos sejam soltos. Assim, alguns, os cidadãos, têm seu direito garantido à fiança razoável. Sobre esses, o peso da presunção de periculosidade, da desconfiança, não caiu de forma tão punitiva. Quanto aos demais, que “merecem o cárcere”, não devem sair mediante fiança. Observo que aqueles entendidos como portadores da substância moral de pessoa digna são valorizados de forma desigual perante aqueles que não são vistos como tendo essa substância moral digna. A categoria nativa utilizada para tratar dos primeiros é a “decência”: só os “decentes” são merecedores de fiança. Em oposição a essa categoria estão os perigosos (também chamados de “perigos ambulantes”), ou seja, aqueles que de alguma forma esbarram com a moralidade da polícia.

Entre esses há uma complementariedade e uma diferença de status que importa em tratamentos diversos. Essa prática não tem previsão legal. É mais uma norma derivada da ética policial, que pune aqueles que se comportam de forma contrária à sua moralidade.

Nesse sentido, a liberdade se torna uma mercadoria que é obtida através do pagamento de fianças: A fiança “envolve o crime e o patrimônio”; “A pessoa paga para ficar em liberdade”. Mas não é uma mercadoria acessível a todos. Ela só pode ser adquirida por aqueles que tenham poder econômico para pagar, que tenha uma rede de relações que empenhe seu dinheiro no pagamento dessas fianças (rede de confiança) e por aqueles que não estejam sob a suspeição da polícia (os que se comportam em conformidade com seus valores). Portanto, a polícia acaba atribuindo a si mesma a tarefa de selecionar quem tem direito aos seus direitos, enquanto cidadãos, e quem não os têm.

Tepito, capitalismo a la brava: a la vanguardia de la ilegalidad

AUTORES/AS: ALBERTO HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ

No hay ningún letrado que anuncie “Bienvenido a Tepito”, barrio que ha vivido más de cinco siglos la historia de la ciudad de México. Situado a un kilómetro del centro de los poderes político y religioso del país, y considerado como “el mercado informal más grande de América Latina”, Tepito ha vivido una dinámica comercial donde la legalidad e ilegalidad muestran una frontera muy tenue. En 1960 se produjo una dinámica importante de crecimiento social y comercial en el barrio, lo que lo llevó a convertirse en productor de mercancías como zapatos, bolsos, prendas de vestir, entre otros. La vida productiva del barrio también se hizo visible por las labores de artesanos, anticuarios y reconstructores o reparadores de cosas usadas. Su mala fama como sitio inseguro y peligroso también se extendió, ahí se podía conseguir alcohol adulterado, perfumes falsos, drogas y artículos robados. En cuanto a la dinámica cultural, en la identidad tepiteña siempre se hizo visible al buen bailarador, jugador y peleador; le siguieron su gran espíritu de solidaridad, lenguaje, religiosidad popular y códigos propios. Defensor de su identidad territorial, el tepiteño siempre mostró diferencias por lo ajeno o extraño. El terremoto de 1985 en la capital mexicana transformó estos lazos de identidad y lanzó a la calle a cientos de personas y familias al comercio y a la ilegalidad. A

partir de esto el tejido social del barrio cambió. Las calles fueron cerradas al tráfico vehicular, calles y banquetas fueron habilitadas como puestos, donde se vendían un sinnúmero de mercancías, así como artículos chinos y coreanos de bajo costo, televisores, electrodomésticos, DVDs y programas de computación de piratería, además de mercancías robadas de gran valor. La presencia de comerciantes chinos y coreanos también se acentuó, dando forma sui generis a la vida comercial de Tepito.

Actualmente Tepito es un barrio con cerca de 50 mil habitantes, 8 mil puestos callejeros, más de 15 mil vendedores y 62 organizaciones de comerciantes. Dicho barrio ha mostrado ser un espacio innovador en las estrategias del comercio informal y su experiencia se ha extendido a nuevos sitios de la capital mexicana y otras ciudades. Tepito mantiene un papel preponderante como productor y reproductor del modelo del comercio informal en el país.

Transpondo Fronteiras: Análise da relação entre Estados, empresas e vendedores no contrabando de cigarro no Brasil

AUTORES/AS: PEDRO AUGUSTO PEREIRA FRANCISCO

O presente trabalho é uma síntese da pesquisa que venho elaborando para minha dissertação de mestrado. Trata-se de uma investigação etnográfica empreendida no ano de 2013, nas cidade de São Paulo.

O objetivo principal da pesquisa é compreender o fluxo dos cigarros produzidos no Paraguai e comercializados ilegalmente no Brasil. Mais do que meramente traçar os caminhos percorridos por essa mercadoria – da sua produção no Paraguai até sua comercialização e consumo no mercado brasileiro – este estudo procura entender as dimensões sociais dessas transações e identificar o papel dos atores responsáveis por determinar sua trajetória: os governos do Paraguai e do Brasil; as empresas produtoras de cigarro, que atuam dentro e fora do Paraguai; e os indivíduos envolvidos nesses circuitos, como contrabandistas e comerciantes.

Por meio do trabalho etnográfico realizado com comerciantes de cigarros paraguaios, bem como entrevistas com representantes de empresas do setor e membros do poder público, a análise desse circuito e dos atores que o compõem servem de insumo para pensar questões mais amplas, como os mecanismos empregados na determinação das práticas classificadas como lícitas, ilícitas ou

ilegais; as distinções que os agentes participantes fazem entre público e privado; e as fronteiras entre Brasil e Paraguai. Essas discussões, que surgiram a partir da observação da circulação ilegal de um objeto, terminaram por levar a uma definição sobre como as fronteiras e o Estado se constituem e são percebidos por todos os atores participantes do circuito. A transnacionalidade das práticas de contrabando terminam por questionar a definição tradicional de fronteiras e de Estado.

Ao final, conclui-se pela necessidade da construção de uma etnografia do Estado, compreendido aqui não como uma categoria reificada, mas sim como uma série de processos e formas de governo – tomadas aqui no sentido determinado por Michel de Foucault – empreendidos por diversos atores, em um nível que vai além das fronteiras políticas entre dois países.

UPP's em suas margens: mercado político e violência na Baixada Fluminense

AUTORES/AS: EDSON MIAGUSKO

A política de pacificação no Rio de Janeiro é controversa, apesar de gozar de aprovação tanto entre os moradores de áreas com UPP's quanto naquelas sem sua presença. Em regiões em que a política de pacificação não chegou, como no caso da Baixada Fluminense, há a reivindicação de sua instalação, baseada na percepção do aumento da criminalidade como resultante da migração de criminosos que se deslocam das localidades com UPP para aquelas que a ocupação policial permanente não chegou.

Assim, não há um contraponto à política de segurança representada pelas UPP's, mas a sua instalação para outros territórios vistos como violentos, para além das favelas cariocas próximas aos equipamentos esportivos da Copa do Mundo e das Olimpíadas ou nos bairros turísticos. Deste modo, podemos buscar compreender as UPP's a partir dos territórios em que esta política está ausente, mesmo que estes locais sejam considerados como precários e violentos.

O objetivo deste artigo é discutir os sentidos das políticas de pacificação/militarização a partir de seu impacto na Baixada Fluminense através de um acontecimento, a “chacina da Chatuba”, percebida como desdobramento perverso da reorganização do crime na região, posterior à implantação das UPP's no Rio de Janeiro.

Argumento que este acontecimento permite compreender a reconfiguração das

práticas do Estado em suas margens e a legibilidade das políticas de controle direcionadas às populações pobres e vulneráveis, não a partir das favelas cariocas e suas representações, mas em diferentes regimes territoriais, no qual a Baixada Fluminense se constitui de modo específico no entrelaçamento entre mercado político e violência. Este trabalho se divide em quatro partes: na primeira, buscamos reconstruir a “chacina” da Chatuba a partir de seu impacto midiático focando no discurso da ausência de Estado, no discurso da ocupação policial e nas representações dos moradores do bairro sobre a migração do crime. Na segunda parte buscamos discutir a alteração das representações sociais a partir da forma específica como o Estado se apresentou na Baixada seguido dos sentidos da noção de polícia compreendida não apenas em suas funções repressivas, mas a partir da própria ideia de governo. Na terceira parte, nos aproximamos do bairro da Chatuba situada entre as imagens veiculadas pela imprensa e a partir de seus próprios moradores. Por fim, apresentamos algumas cenas do que denominamos o microcosmo do tráfico nesse bairro no sentido de problematizar as UPP’s numa perspectiva relacional a partir da Baixada, buscando demonstrar como as noções de legal, ilegal e controle podem ser retematizadas.

“Vendo tudo o que é proibido”: articulações entre a venda de medicamentos falsificados no comércio popular de Porto Alegre/RS, o artigo 273 do Código Penal Brasileiro e sentenças judiciais

AUTORES/AS: ANDRESSA NUNES SOILO

Este trabalho empenha-se em articular os campos jurídico e antropológico, duas áreas nas quais estive envolvida como estudante de graduação entre os anos de 2007 e 2013. Neste período realizei pesquisa etnográfica no comércio popular da região central da cidade de Porto Alegre/RS, mais especificamente em mercados de rua remanescentes à construção do camelódromo, e no próprio camelódromo – este espaço, como sugere o nome, compreende um prédio vertical construído para abarcar o mercado dos camelôs regularizados de rua. Dentre as inúmeras mercadorias comercializadas nesses locais estão os medicamentos falsificados ou sem registro junto à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A comercialização desses bens revelou a mim, através de minhas observações, uma dinâmica própria de venda baseada na discrição. Tal particularidade de venda

de medicamentos irregulares mostrou-se fortemente atrelada a questões legais e políticas, já que, a partir de mobilizações sociais de âmbito nacional contra a presença de fármacos falsificados no Brasil no ano de 1998, o dispositivo penal que prevê a comercialização desses bens como crime (artigo 273 do Código Penal - CP) é enrijecido com penas mais elevadas. Deste modo, este trabalho tem como objetivo perceber a inserção e relação do comércio ilegal de medicamentos falsificados, de um comércio popular gaúcho, com os campos legislativo e jurídico a partir do crime previsto no artigo 273 do CP. Ao pretender perceber as articulações entre prática comercial e texto legal, investigarei as seguintes esferas sociais: o comércio popular porto-alegrense – limitado à região do Centro Histórico da cidade – e sua prática de venda de medicamentos falsificados; o poder legislativo e suas medidas políticas de elevação do caráter repressivo do artigo 273 do CP; e a interpretação de juízes acerca da aplicação do dispositivo legal em questão em sete sentenças judiciais que estiveram sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Para a realização desse estudo utilizei-me do método etnográfico empregando técnicas de observação participante, conversas formais e informais e entrevistas estruturadas e semi-estruturadas junto aos comerciantes, além da coleta de notícias do jornal Zero Hora e de sete sentenças judiciais junto ao TRF4 que abordaram a temática do comércio de fármacos irregulares em mercados populares e normatividades envolvidas.

COORDENADOR/A: IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO (UFSCAR), MARIA CATARINA ZANINI (UFSM)

Migrações transnacionais, juntamente com vários outros deslocamentos (como as remoções urbanas de populações em situação de vulnerabilidade, os causados por projetos de infra-estrutura, os que são resultado de conflitos variados bem como os causados por motivos ambientais) historicamente têm se apresentado como objeto de estudo extremamente pertinente para se compreender as complexidades das interações humanas e também do capitalismo e suas novas configurações neo-liberais. Embora usualmente estudados separadamente, deve-se atentar que esses múltiplos deslocamentos relacionam-se com as questões relativas ao mundo do trabalho, com a ação de agentes estatais e com a produção de desigualdades em vários níveis. O GT propõe estimular diálogos entre pesquisas que abordam diferentes deslocamentos (de pessoas, bens e capitais) como parte de processos sociais similares. Nas interações cotidianas, o que se percebe é que as migrações (nacionais ou internacionais) e os deslocamentos de várias ordens promovem mais do que encontros de diversidades, eles expõem a lógica das classificações e das hierarquias sociais de uma forma múltipla, além de evidenciar mecanismos de violência estatal, tornando-se, assim, uma questão política por excelência. Compreender como esses deslocamentos múltiplos dialogam com as novas configurações societárias contemporâneas é o objetivo deste GT.

A influência da socialização primária no sentimento de “italianidade” dos descendentes de imigrantes italianos.

AUTORES/AS: MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS, MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI

A socialização nas antigas colônias italianas gera um sentimento de “italianidade” que muitas vezes leva os descendentes de imigrantes italianos a se denominarem “italianos” e procurarem experiências de vida em que este pertencimento possa ver estendido para além dos limites territoriais locais, regionais ou nacionais. Muitos descendentes de imigrantes italianos obtêm o reconhecimento da dupla cidadania e emigram para a Itália na procura de um retorno à terra dos antepassados. As gerações de ítalo-brasileiros mais jovens têm feito este percurso visando estudar, obter maior qualificação profissional e adquirirem conhecimento sobre a vida no exterior. Nesse momento surgem sentimentos conflitantes já que eles “descobrem” na Itália que são brasileiros e que a cidadania italiana não lhes garante um tratamento equivalente ao dos Italianos nascidos na Itália. Esta proposta visa fazer um paralelo entre o sentimento de pertencimento promovido via socialização no Brasil e aquele, de fato, vivenciado na Itália.

Cidadania de Papel: burocracia, cerimônia e o sentimento de pertencimento de residentes permanentes em vias de obtenção da cidadania canadense

AUTORES/AS: FELIPE BENEDET MAUREIRA

No contexto das migrações internacionais, o processo de obtenção da cidadania é pouco estudado e requer atenção. O Canadá, onde realizei esta pesquisa etnográfica, foi um dos primeiros países do mundo a realizar provas escritas e uma cerimônia oficial para novos imigrantes se tornarem cidadãos. Neste trabalho, através da narrativa de meus interlocutores, percorro os caminhos de obtenção que levam a cidadania. Para tanto, é preciso passar por diversas etapas, desde a apresentação de documentos, uma prova escrita de conhecimentos específicos e uma cerimônia oficial que ritualiza a passagem de residente permanente à cidadão. Foram realizadas entrevistas discutindo a história de vida de residentes permanentes que se tornaram cidadãos no Quebec e acompanhamos as cerimônias de cidadania, realizadas periodicamente na cidade de Montreal. Para os novos cidadãos, a obtenção desse estatuto (representada pelo passaporte canadense) pode

ser considerada como a etapa final de um longo e custoso processo. Mais que simples peças de identidade, os documentos, como os passaportes, vistos e afins, são veículos que possibilitam conectar pessoas à um sentimento de pertencimento e ligá-los a uma certa comunidade imaginada. Essas novas relações discutem e situam noções de cidadania, direitos humanos no contexto das migrações (Torpey 2005). A vivência de meus interlocutores põe luz na obtenção da cidadania tanto na sua dimensão política como enquanto uma experiência. Nesse trabalho toma-se os “papéis”, como um meio para tensionar as formas como a burocracia internacional produz cidadanias incompatíveis e hierárquicas (Fassin & Mazouz, 2007).

Família e circulação de coisas e afetos na fronteira Brasil/ Venezuela.

AUTORES/AS: IANA DOS SANTOS VASCONCELOS

A migração intrarregional entre países fronteiriços vem se caracterizando pelos deslocamentos mais frequentes e, até mesmo diários ou semanais de pessoas que transitam e cruzam as fronteiras de um país e outro. São pessoas que mantêm fortes vínculos com o lugar de origem, mas, também reorganizam novos vínculos afetivos e familiares nos lugares de trânsito ou de trabalho. A família neste cenário torna-se um projeto que é constantemente construído e reavaliado pelos seus membros, com vistas a atualizar estratégias de proximidade. Neste sentido, o presente trabalho visa apresentar notas de pesquisas sobre a influência da circulação de coisas/mercadorias no fortalecimento de laços de afetivos familiares entre migrantes brasileiros e brasileiras na fronteira Brasil/ Venezuela.

Imigração de haitianos para o Brasil: análises de um processo em construção a partir de um estudo de caso

AUTORES/AS: MARGARITA ROSA GAVIRIA MEJÍA, ROSMARI TEREZINHA CAZAROTTO, DANIEL GRANADA DA SILVA FERREIRA
(UNIVATES)

A crise econômica associada aos efeitos da catástrofe natural estimulou a emigração de haitianos para o Brasil, fenômeno comparável, segundo o Itamaraty, com a entrada em massa de japoneses e italianos no final do século XIX. Desde o terremoto de 2010, Brasil se tornou destino bastante procurado pelos haitianos

devido, em grande parte, à atuação das Forças Armadas Brasileiras desde 2004 na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e à posição do Brasil como potência latino-americana.

Entre os destinos dos haitianos no Brasil, o Vale do Taquari no Rio Grande do Sul apresenta certas especificidades. A principal delas é que os haitianos são recrutados e vêm para atender a insuficiência de mão de obra na região. A primeira leva de 50 imigrantes chegou ao final de 2012 para trabalhar na Dália, uma cooperativa de alimentos do município de Encantado, e foi distribuída inicialmente por setores, sendo que a maior parte ficou no setor de abate e desossa de suínos, atividades consideradas árduas e mal remuneradas pela sociedade local devido às condições de trabalho em que se realizam. Contudo, uma avaliação da Unesco e da Secretaria de Direitos humanos da Presidência da República, em 2013, registra a experiência dos haitianos na Dália como exemplo de educação em direitos humanos.

Com foco nesse universo empírico, iremos identificar os diferentes atores que participam do circuito migratório desde o país de origem dos imigrantes até a chegada ao destino final; mapear as redes e documentar as experiências destes novos imigrantes, bem como suas formas de inserção no município de Encantado. Como Encantado é um município com 21.609 habitantes, a reflexão sobre o impacto social dos haitianos nele destoa de boa parte da bibliografia sobre migrações contemporâneas que se concentra em estudos em grandes metrópoles, habitadas por uma população marcadamente heterogênea. Nossa perspectiva é, além de estudar a presença e o impacto destes haitianos nesse município, desvendar as ligações transnacionais existentes entre eles. Entender os elementos de identidade e os laços sociais que esses imigrantes mantêm, tanto em relação aos conterrâneos quanto em relação à população do local. Observar como se posicionam neste território de assentamento, constituído por imigrantes italianos e alemães, agricultores de origem rural que chegaram a final do século XIX e início do XX por iniciativa do governo brasileiro para colonizar as terras devolutas e contribuir na campanha de branqueamento da população. Sendo que a marca da identidade europeia está presente até hoje no Vale do Taquari, pois os descendentes de colonizadores europeus se autodenominam e identificam como italianos ou alemães, conforme a origem, apesar de terem nascido no Brasil.

Migração e racismo: os trabalhadores malianos em Montreuil

AUTORES/AS: MARIA NILZA DA SILVA

No Mali, país da região oeste do continente africano, os problemas internos, o contexto de dificuldades econômicas, as guerras, os conflitos religiosos ou as perseguições políticas provocam a migração de parte de sua população, em especial os jovens. O destino de muitos é a França, notadamente, a região parisiense. Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa sobre os problemas da migração, da segregação urbana e do racismo baseando-se na experiência dos trabalhadores africanos, em especial na dos originários do Mali e que moram em residências coletivas na região parisiense, denominados Foyers des travailleurs Immigrés. A pesquisa analisou alguns aspectos da realidade vivida pelos habitantes das moradias coletivas, sobretudo a experiência dos habitantes de dois Foyers, o Nouvelle France e o Bara, localizados em Montreuil, em Seine Saint-Denis, na Ilha de França.

Os estudantes timorenses na Paraíba e o cotidiano universitário: aprendizado, descobertas e dificuldades

AUTORES/AS: SILVIA GARCIA NOGUEIRA

Desde o governo Lula até o atual da presidenta Dilma Rousseff, a política externa brasileira tem se voltado para a cooperação “Sul-Sul”. Uma das estratégias adotadas é a internacionalização acadêmica, incluindo a prática da mobilidade educacional entre pesquisadores e estudantes dos países do “Sul”. Dentro de uma perspectiva que se coaduna com tal política, a Universidade Estadual da Paraíba firmou um protocolo de cooperação com o Timor-Leste que resultou na recepção de 33 estudantes timorenses em 2012. Passados cerca de dois anos da presença dos alunos em cursos de graduação e pós-graduação na instituição, a partir de uma pesquisa etnográfica junto a esses estudantes, pretende-se neste trabalho apresentar e discutir as contribuições da cooperação educacional na prática cotidiana de aulas e outras atividades acadêmicas, assim como das dificuldades vivenciadas por eles e por aqueles nacionais com os quais vem convivendo.

Relacionalidades haitianas no Brasil

AUTORES/AS: RAFAELA GAVA ETECHEBERE

A partir da minha pesquisa de campo, desenvolvida durante a graduação, entre os haitianos no interior do estado de São Paulo, aliada à leitura de outras monografias e romances, trago neste paper a discussão do parentesco, principalmente em sua versão pós- Schneider, para refletir sobre a sociabilidade dos haitianos no Brasil. Discuto aqui sobre o momento da “dyaspora”, termo que cabe tanto para o momento da viagem, quanto para o momento que se está fora do Haiti, em que novos laços de parentesco se formam. Também neste paper realizo uma reflexão sobre como a “dyaspora” atualiza as formas de interação entre quem “está fora” e quem ficou. Com isso, realiza uma discussão em torno das reconfigurações do parentesco no contexto migratório dos haitianos no Brasil.

Bairro Carioca: uma etnografia dos processos atuais de gentrificação de favelas cariocas e de reassentamento de seus moradores

AUTORES/AS: RODRIGO LOPES CAVALCANTI RIBEIRO

O Bairro Carioca, localizado em antigo terreno de 120.000 m² pertencente à Light-Serviços de Eletricidade S/A em Triagem, na Zona Norte do Rio de Janeiro, vem se constituindo nos últimos dois anos como lugar central para a realização dos objetivos do projeto “Morar Carioca”, no quadro do Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais, realizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e financiado pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal. Com 2.240 unidades habitacionais, distribuídas por 120 prédios e 11 blocos, o Bairro Carioca recebe tanto novos proprietários que conseguiram financiar seus imóveis de forma espontânea, quanto moradores oriundos de novos processos de reassentamentos de localidades mais pobres de favelas da Zona Sul (Santa Marta, Babilônia-Chapéu Mangueira, Pavão-pavãozinho e Tabajaras), do Centro (Morro da Providência) e da Grande Tijuca (Formiga, Borel, Salgueiro e Turano). Tal política de habitação está diretamente relacionada aos megaeventos esportivos e à tendência da gentrificação carioca no grande eixo Zona Sul -- Centro e Zona Portuária -- Zona Oeste (Barra da Tijuca e Jacarepaguá), configurando uma série de intervenções do poder público sobre favelas, como novo objeto de

interesse imobiliário e turístico, reeditando com novas roupagens o fantasma da remoção e a constituição de novos conjuntos habitacionais de grandes dimensões que ressurgem na paisagem urbana do Rio de Janeiro.

Dinâmicas migratórias e jogos identitários: uma experiência no Sul do Brasil

AUTORES/AS: MARIA CLARA MOCELLIN, VANIA BEATRIZ MERLOTTI HEREDIA

Este trabalho tem como propósito discutir as dinâmicas migratórias ocorridas numa cidade média no polígono industrial brasileiro no período de 2002-2012. O estudo é de natureza qualitativa, mesmo tendo como suporte os dados demográficos dos últimos censos. O corpus dessa pesquisa foi construído a partir de entrevistas realizadas com migrantes na periferia da cidade de Caxias do Sul. Os resultados mostram que a escolha do local para migrar foi feita sofrendo a influência de diversos fatores como o familiar, que aparece marcado pela força da rede de parentesco; do econômico que tem a ver com o imaginário que foi construído pela sociedade e alimentado pela imprensa, da cidade como polo de desenvolvimento; e do social que reflete a busca de ascensão social. O estudo explicita ainda diferenças identitárias de grupos que pretendem voltar para o lugar de origem, e de grupos que para se inserir negociam sua identidade de origem. Apontam, portanto para os jogos identitários nos quais a memória e a identidade se entrecruzam e aparecem como marcos de diferenças sociais. O estudo conclui que a concentração espacial de atividades econômicas que ocorrem no polo industrial impulsionam as migrações internas para o município de Caxias do Sul, e que a força do capital como elemento de agenciamento da vinda de migrantes para a região é uma realidade.

Migrações internas no Brasil: entre o local e o global

AUTORES/AS: ROSANA BAENINGER

Ao entrarmos no século 21, o cenário para o entendimento das migrações internas se amplia; além do contexto nacional é preciso incorporar as transformações advindas da nova ordem internacional na divisão social do trabalho no mundo . Tornam-se, por vezes, limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia

brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais na âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao sistema-mundo; a penetração e expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas que respondem a uma lógica externa redesenhada pelos vínculos e mecanismos de desencaixe entre o local e o global.

É nesse contexto, que este estudo procura incorporar às explicações dos processos migratórios nos anos 2000 um olhar para fora das fronteiras nacionais; a defasagem entre as dinâmicas econômica e migratória que se redesenhou a partir dos anos 1990 reflete os processos de reestruturação econômica em uma nova sociedade global. A dinâmica econômica do local/nacional se estabelece como o pano-de-fundo das migrações, mas não como a única determinante – diferentemente de quando estávamos em busca do tipo/etapa; emergem indícios de formas sociais globais nos processos migratórios, onde a rotatividade migratória permite captar a fluidez da força de trabalho. As migrações e os deslocamentos se redefinem nas novas lógicas migratórias, onde do ponto de vista dos sujeitos migrantes seus projetos migratórios (re)constroem espaços de vida de expressivos contingentes populacionais no Brasil.

No olhar das análises desse estudo, as configurações atuais das migrações internas no Brasil explicita o enfraquecimento das forças centrípetas como absorvedoras de contingentes migrantes que acomodaram a redistribuição das migrações no país por quase um século. Os processos transnacionais da economia habitam de modo simultâneo os espaços nacionais e a vida das pessoas, trazendo desafios para a interpretação dos movimentos migratórios em diferentes escalas e para suas metodologias de análise. Esses desafios serão analisados no cenário das atuais tendências migratórias nacionais vis-a-vis os percursos migratórios dos entrevistados em nossa pesquisa.

Mobilidade militar e família em contexto: reflexões sobre deslocamentos e sociabilidade entre famílias de militares no Brasil.

AUTORES/AS: CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

A comunicação pretende investigar sobre a mobilidade militar no Brasil através do cotidiano e formas de sociabilidade das famílias de soldados do Exército que moram e circulam pelas vilas militares dispostas nas diferentes regiões do país. A

mobilidade geográfica é considerada uma característica inerente do meio militar, principalmente entre militares de carreira que costumam ser deslocados de unidade de serviço a cada dois ou três anos. Os constantes deslocamentos constroem a carreira do militar (experiência profissional, cursos de especialização) e promovem a ideia do que eles denominam de “vivência nacional”, isto é, circular por várias regiões do país a fim de conhecer e saber pelo que estão “lutando”. Mas, para além da parte profissional (que, em algumas regiões, conta com benefícios salariais e tempo menor para promoção de posto), o que observamos desse processo de mobilidade são as formas nas quais o Exército mapeia e define as famílias dos militares que os acompanham nessas movimentações, ordenando uma lógica muito específica do parentesco nesse meio: vizinhos como parentes (a proximidade física dessas pessoas e o compartilhamento de relações do cotidiano permite uma experiência familiar para além das relações consanguíneas); a acentuação de hierarquias sociais (por exemplo, as vilas e clubes de lazer do meio são dispostos segundo a prerrogativa militar e separados por patentes); as relações de aliança e inimizade entre as mulheres dos militares que afetam e são afetadas pelas relações do quartel; as casas padronizadas nas vilas (que seguem regras e arquitetura da instituição militar) e como são organizadas num “lar” para as famílias; enfim, uma série de elementos e mecanismos que produzem uma sociabilidade diferenciada nesse contexto. O próprio termo nativo “Família Militar”, já evoca essas questões, quando trata a instituição como um local que reflete características de “solidariedade”, “camaradagem”, “apoio” e “espírito de união” entre os membros e familiares. Desse modo, através de etnografia nas vilas de unidades militares da Amazônia (em locais afastados de grandes centros urbanos) e de entrevistas com famílias que moram numa vila militar no Rio de Janeiro, buscamos refletir sobre como as movimentações no meio militar (re)ordenam uma série de relações no cotidiano das famílias de militares, que perpassam pelas ideias/metáforas de “moradia como Brasil”, e de “Exército como família” (e vice-versa).

Nas redes de migração: um estudo sobre migração de pescadores

AUTORES/AS: NATASHA DE JESUS VELOSO

A dinâmica capitalista imprime modificações nas práticas de comunidades e populações existentes na região amazônica. Um dos efeitos engendrados pelas

intervenções estatais, intensificadas na década de 1960 através dos grandes projetos desenvolvimentistas, foi e continua sendo a migração rural-urbana. Esta pesquisa pretende contribuir para a análise deste processo, examinando a migração de grupos domésticos de pescadores, em especial dos grupos que se deslocaram do município de Cachoeira do Arari, Ilha do Marajó, para o Distrito de Icoaraci, em Belém, estado do Pará. O principal objetivo deste estudo foi dar visibilidade às redes de relações sociais tecidas migrantes desde a saída, trajeto, chegada e chegada nessa região metropolitana de Belém. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo in loco. Na pesquisa de campo foi aplicada a técnica da entrevista para captar dados sobre a origem, razões sociais e os apoios demandados para que o deslocamento espacial fosse efetivado. A partir de análise dos dados e de observações, verificou-se que de 40 domicílios que há na Travessa do Furo do Maguari, 18 são de pescadores artesanais migrantes, oriundos de comunidades pesqueiras ou agropesqueiras, ditas áreas de ocupação antiga do Pará, como Ilha do Marajó, sobretudo Cachoeira do Arari, e outros municípios do estuário amazônico como Abaetetuba e Cametá. O deslocamento espacial é concretizado como uma estratégia de sobrevivência de grupos domésticos de pescadores que buscam melhores condições de trabalho, melhores locais para pescar e comercializar o pescado por conta da infraestrutura dos serviços urbanos. Percebeu-se que a migração foi efetuada em etapas, as quais envolvem tomadas de decisões, divisão de papéis sociais entre cônjuges e mobilização de redes de relações sociais entre parentes, amigos e conterrâneos. Tais redes de relações sociais não foram importantes somente no deslocamento geográfico, mas também no estabelecimento e adaptação dos pescadores na cidade.

Nova lei, novas classificações. O acesso à “residência” de pessoas migrantes na Argentina a partir da sanção da Lei de Migrações 25.871

AUTORES/AS: MARTA FERNANDEZ Y PATALLO

Em dezembro de 2003, foi sancionada na Argentina a Lei de Migrações nº 25.871 e apresentada como o início de um “novo paradigma” que orientaria desde esse momento a forma de representar e tratar as pessoas migrantes no país. Nesse sentido, em contraste com a lei anterior que tinha sido ditada durante a última ditadura militar, apresentou-se uma nova normativa que, segundo o governo vigente, teria como prioridade proteger os direitos humanos dos migrantes e promover

que toda pessoa que solicitasse sua admissão na Argentina de forma permanente ou temporária o fosse sob procedimentos de admissão não discriminatórios nos termos estabelecidos pela Constituição Nacional, os Tratados internacionais e os Convênios bilaterais e leis vigentes. Além disso, foi estabelecido nessa norma que o direito à migração é essencial e inalienável da pessoa e que a Argentina garante isto com base nos “princípios de igualdade e universalidade”. Neste contexto, para que o Estado outorgue a “residência” à pessoa não argentina que a solicita, foram construídas “categorias migratórias” e devem ser cumpridos procedimentos burocráticos específicos que são protagonizados pelas pessoas migrantes e os funcionários da Dirección Nacional de Migraciones. A partir do trabalho de campo realizado como parte da pesquisa que encontra-se em andamento para minha tese de doutorado, proponho-me aqui analisar esse percorrido burocrático a partir do qual as pessoas migrantes acedem na Argentina a uma “residência” levando em consideração tanto as diferentes classificações que incidem nesse processo quanto as práticas dos atores envolvidos nele.

Trajetórias tecidas em desigualdades econômicas e diferenças culturais.

AUTORES/AS: BEATRIZ RODRIGUES KANAAN

Esta apresentação coloca em foco trajetórias vividas por sujeitos relacionados a distintos fluxos migratórios, evidenciando a emergência de novas regionalizações que constituem e são constituídas em processos sociais, econômicos e culturais no processo de modernização da economia do Rio Grande do Sul que ocorreu a partir de meados do século XX. O processo de industrialização no nordeste gaúcho atraiu um grande contingente de trabalhadores de outras localidades do próprio estado e imprimiu o deslocamento de poder da elite de latifundiários - vinculados principalmente à atividade pecuária de municípios do sul - para uma elite industrial que se consolidava nas cidades da encosta superior do nordeste do estado. Na nova demografia, entrelaçam-se sujeitos que, em permanentes disputas simbólicas, negociam identidades e acionam diacríticos entranhados em noções de tradicional/moderno, não capitalista/capitalista e atraso/prosperidade, por meio das quais eles dão sentido às experiências vividas ao se inserirem nesse universo industrializado. Entendo que os fluxos migratórios observados no extremo sul do Brasil, na Serra Gaúcha, também são parte de acontecimentos econômicos

mais amplos e podem ser refletidas como um processo dialético que evidencia os impactos da expansão dos mercados nas circunstâncias materiais, nas práticas culturais e nos novos arranjos espaciais locais que dinamizam o amplo “sistema” do capitalismo. De certa forma, mais alinhado à ordem do capitalismo mundial.

Breve panorama histórico da imigração no estado de São de Paulo e o fluxo migratório boliviano na região

AUTORES/AS: ROBERTA DE MORAIS MAZER

O artigo busca apresentar um breve panorama das imigrações internacionais no estado de São Paulo através de dados, as mudanças desses fluxos e relacioná-los à conjuntura nacional. Apesar de ser brevemente comentada as movimentações populacionais no país desde o momento de sua descoberta, o período aqui considerado tem início em 1870 e vai até a década de 80 do século XX, momento em que mudanças na conjuntura internacional trazem novas variáveis ao estudo das migrações. A partir desse momento a análise volta-se para os fluxos migratórios dentro do cone sul e, mais especificamente, o fluxo de bolivianos em direção ao Brasil, considerando suas características e como elas diferem da imigração até então observada.

Chaitén, a persistência e uma cidade: evacuação, deslocamentos e retornos.

AUTORES/AS: GONZALO DIAZ CROVETTO

A erupção do vulcão de Chaitén, localizado na Província de Palena, região dos Lagos do Chile a 1300km ao sul de Santiago e o posterior desastre provocado pela enchente do Rio Branco se tornaram um evento crítico na memória e experiência dos moradores da pequena cidade de Chaitén e de seu entorno. Se as cinzas cobriram as casas, pátios e ruas, a enchente do Rio foi o que levou e destruiu um sem-número de casas. De uma forma única na história dos desastres naturais do Chile, o governo de Chile estabeleceu uma operação conjunta entre organismos de Estado, em especial a ONEMI (Oficina Nacional de Emergencias) e as Forças Armadas e Policiais. Evacuou os quase sete mil habitantes da pequena Chaitén em poucas horas, dada a situação de emergência e perigo que lhes afetava. De um momento para outro, a população inteira se viu deslocada para distintos

pontos da região, separando famílias, amigos e afins. A ação do governo levou à interrupção de uma cidade por tempo indefinido, chamando a cidade de zona zero, declarada inabitável e de fato inacessível. Apesar das distintas compensações propostas pelo governo (i.e. subsídios, indenizações e bolsas), junto com ideia de uma nova cidade (de uma nova Chaitén) não foram suficiente para apagar o desejo do retorno dos “deslocados”. Foi então desencadeada uma batalha para o retorno de seus habitantes por eles mesmos uma vez que o perigo iminente tinha desaparecido ou ao menos diminuído. Neste trabalho, situaram sucintamente algumas experiências de vida que marcam cada um dos processos experimentados pela população: a evacuação, os deslocamentos e o retorno que deixam entrever matizes sobre identidade, territorialidade, fluxos e conexões das pessoas, entre as pessoas e entre os lugares.

Intercâmbios acadêmicos: experiência e liminaridade em terras estrangeiras

AUTORES/AS: LEONARDO FRANCISCO DE AZEVEDO

A intensificação e complexificação do deslocamento de pessoas, bens e informações são as características que melhor definem a sociedade globalizada atual. Entretanto, são várias as facetas que organizam e definem tais deslocamentos. A presente pesquisa pretende investigar um tipo específico de deslocamento territorial, cada vez mais comum entre universitários brasileiros: o intercâmbio acadêmico, feito por estudantes universitários do Brasil para instituições estrangeiras. Para realizar tal investigação, utilizou-se como método a própria experiência do pesquisador, que realizou intercâmbio no segundo semestre de 2011 em Coimbra, Portugal, entendida aqui como uma experiência etnográfica; e entrevistas com estudantes da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, que realizaram e estão realizando intercâmbio no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014. A partir destas duas perspectivas, pretende-se refletir sobre os elementos e significados sociais e culturais que definem e organizam tal prática. Um dos conceitos fundamentais para se pensar essa vivência é o de experiência. Pretende-se, a partir da vivência do pesquisador e dos relatos dos estudantes, pensar qual o efeito dessa experiência no “campo de possibilidades” destes sujeitos (tal conceito entendido aqui a partir das formulações de Gilberto Velho) e quais os elementos que definem e organizam tal prática. Outro conceito que se vislumbra como

consistente para a presente reflexão é o de liminaridade, de Victor Turner. Apesar de não considerar o intercâmbio um rito de passagem *stricto sensu*, é possível entender esta experiência como uma experiência liminar, em que marcadores sociais da diferença, que distinguem e organizam a vida destes estudantes aqui no Brasil, são suspensos e a condição de estudante intercambista brasileiro se torna privilegiada na forma primeira de relacionamento, privilegiando a camaradagem e o igualitarismo na relação entre eles. Entretanto, ao retornarem, eles deixam de estar nessa condição liminar e necessitam organizar suas vidas a partir do novo campo de possibilidades propiciado pela experiência do intercâmbio.

Migrantes Bolivianos na Fronteira: trabalho, preconceito e exclusão social em Corumbá-MS

AUTORES/AS: GUSTAVO VILLELA LIMA DA COSTA

A cidade de Corumbá-MS, que possui em torno 100 mil habitantes, está situada na fronteira com a Bolívia, a partir da cidade de Puerto Quijarro, em uma região de grande fluxo de pessoas e mercadorias. Ao longo de sua história, Corumbá recebeu migrantes de várias regiões do Brasil e de diversas nacionalidades e etnias. A fronteira é a razão principal da atração dessas pessoas e sempre representou uma possibilidade de trabalho (pelos “diferenciais fronteiriços”), sendo utilizada como um recurso material e simbólico por esses atores sociais. Atualmente, um número grande de migrantes bolivianos é atraído para a região, para trabalhar principalmente com o comércio informal. A presença dos bolivianos ocorre em meio a disputas políticas com brasileiros pelo espaço de rua, pelo trabalho e pelos negócios, em geral, revelando conflitos e disputas pelo poder na cidade. Os bolivianos, sobretudo aqueles que dependem de cruzar diariamente a linha divisória entre os países para sobreviver, vivem em uma situação liminar e ambígua, nos interstícios das estruturas de poder (muitas vezes nas dobras entre o legal e o ilegal) o que reforça estigmas e preconceitos, a partir de discursos produzidos no lado brasileiro. Neste processo de representação da alteridade na fronteira, é a construção negativa do “outro”, que sustenta a própria identidade brasileira, e assim, o boliviano se constrói no imaginário brasileiro, na fronteira, fora dos parâmetros que definem os valores “civilizados” (“índios”), ou como “marginais”, “foras da lei”, “sujeitos” e “pobres”.

A partir de pesquisas etnográficas realizadas em Corumbá desde 2009, procuramos entender as seguintes questões: como se dão os processos de inclusão e exclusão, e de construção social dos limites entre os grupos na fronteira; quais as semelhanças e interseções entre os sistemas de interação social entre nacionalidades e os sistemas de interação interétnicos, para pensarmos as identidades e as relações de poder em áreas de fronteiras nacionais; de que forma os grupos dominantes no lado brasileiro impõem seu “poder de nomeação” aos bolivianos, objetivando suas classificações dos “outros”, criando assim, a partir dos discursos, os próprios grupos sociais e suas hierarquias. A representação social que divide os moradores da fronteira, a partir da objetivação das identidades nacionais é acionada por grupos sociais, principalmente, em momentos de crise ou conflitos, explicitando as relações de poder e de disputa por bens materiais e imateriais; além disso, esses discursos identitários calcados apenas na dicotomia brasileiros x bolivianos têm efeitos reais nas microrrelações cotidianas, reificando os processos de exclusão social, manifestos no recrudescimento de políticas de controle estatal na fronteira.

Mundialização por baixo: de São Paulo à Guangzhou e Yiwu, na China

AUTORES/AS: CARLOS FREIRE DA SILVA

Esta pesquisa trata do crescimento das relações sociais e econômicas entre Brasil e China, particularmente através do aumento das trocas comerciais e dos fluxos migratórios junto aos mercados populares do centro de São Paulo. Se insere em um debate sobre o que vem sendo chamado no meio acadêmico de “globalização por baixo” em dois sentidos: primeiro, o aumento da circulação de pessoas e mercadorias entre dois países em desenvolvimento e não mais em direção à Europa e aos Estados Unidos; e segundo, estas migrações em grande medida estão conectadas a atividades comerciais que parecem refletir o aumento do consumo entre a população de baixa renda no Brasil.

Desta maneira, nos mercados populares do Brás, 25 de março e Santa Ifigênia no centro de São Paulo, onde a pesquisa vem sendo realizada, existe, de um lado, uma grande concentração de comerciantes chineses que distribuem mercadorias de seu país de origem no atacado e no varejo, e do outro, milhares de microempreendedores vindos de todo o Brasil em busca de mercadorias de baixos custos para revendê-las em suas cidades. Trata-se de uma importante dinâmica social e econômica que está

transformando as áreas centrais da cidade. Ao mesmo tempo, a migração chinesa para a cidade ganhou outra proporção ao longo dos últimos anos e os chineses já figuram entre os principais grupos de migrantes internacionais em São Paulo, juntamente com bolivianos, paraguaios e peruanos. Isto também tem criado uma relação muito concreta que liga São Paulo à China, especialmente aos mercados das cidades de Guangzhou e Yiwu, através da circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro.

COORDENADOR/A: GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS (UDESC), SIDNEY ANTONIO DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS)

Na sociedade contemporânea a circulação de bens, pessoas e símbolos tem colocado em relação diferentes contextos locais e globais. De pequenas e médias cidades partem jovens, homens e mulheres, buscando uma vida melhor em grandes centros no país ou no exterior. No entanto, como destaca Bauman tal circulação nem sempre ocorre da mesma maneira, entre os turistas e homens de negócios e os migrantes há formas diferentes de inserção nas sociedades de acolhimento. Este Grupo de Trabalho procura dar visibilidade a esses sujeitos que migram a partir de contextos diversos, seja no caso dos jogadores de futebol, mulheres migrantes, trabalhadores/as, transexuais, e outros grupos em movimentos de migração interna e/ou internacional procurando identificar como geração, classe, gênero, etnicidade e outros marcadores sociais atravessam tais experiências. Portanto, procuramos compreender esse movimento em seus diferentes direcionamentos tanto daqueles que partem do Brasil rumo aos Estados Unidos e Europa, quanto os que imigram para o Brasil ou outros países, ou ainda os migrantes internos que partem rumo aos grandes centros urbanos. O GT acolherá trabalhos que reflitam pesquisas realizadas a partir de abordagens etnográficas que analisem as mobilidades/migrações cruzando os marcadores de gênero, classe, etnicidade. bem como as interfaces entre local e global buscando contribuições teóricas e metodológicas para a compreensão dessas populações em movimento.

A Imigração dos Sudaneses e Eritreus em Israel: O Dilema Enfrentado pelo “Estado Judeu”.

AUTORES/AS: DEBORAH URBACH MALHEIRO

O Estado de Israel, país criado sob os ideais sionistas de David Ben-Gurion, o seu principal fundador, nasceu para ser um Estado Judeu por excelência. Na prática, isto significa estar prioritariamente aberto somente a imigrações de judeus. Atualmente, com mais de 60 anos de existência, o governo Israelense se vê obrigado a lidar com uma questão delicada, que certamente Ben-Gurion não previu em 1948, quando assinou o Tratado de Independência. Há cerca de cinco anos, o país passou a receber muitos imigrantes ilegais oriundos do Sudão e da Eritréia, países em guerra que amargam mazelas sociais como desemprego e baixa qualidade da vida. Segundos dados atuais, estima-se que haja cerca de 60,000 refugiados em situação não regular vivendo hoje em Israel. É um numero expressivo para um país com cerca de oito milhões de habitantes. Sem receberem por parte do governo o status de *asylum seekers*, ou requerentes de asilo, os imigrantes não possuem permissão para trabalhar legalmente ou para receberem qualquer tipo de direito. Inevitavelmente, os sudaneses e eritreus no momento se encontram à margem da sociedade israelense, sem qualquer perspectiva de integração. O objeto principal de estudo deste trabalho é a análise da situação enfrentada pelos imigrantes ilegais do Sudão e da Eritréia em Israel. O governo se utiliza de um discurso no sentido de clamar a identidade Judaica de Israel para deslegitimar a presença dos refugiados no país. E esta é justificativa apresentada para negar a presença dos mesmos e enviá-los para campos de detenção forçada no país ou até mesmo de volta aos seus lugares de origem. Além disso, um muro construído na fronteira com o Egito também objetiva impedir a entrada de novas pessoas.

A questão que se coloca é a validade de métodos draconianos para se evitar a permanência destes imigrantes no país, sob este discurso racista, que afirma que a identidade judia estaria ameaçada caso os refugiados fossem considerados cidadãos israelenses. Vale também a análise da possibilidade da situação socioeconômica e a etnia destes imigrantes estarem de alguma forma influenciando as decisões tomadas pelo governo. Manifestações xenofóbicas contra a permanência dos sudaneses e eritreus por parte da população israelense aconteceram no sul da cidade de Tel Aviv em 2012 e contaram com o apoio de muitas pessoas. Não

seria surpresa se também o governo estiver se baseando nestes nortes xenofóbicos. Unindo um modesto trabalho etnográfico por parte da pesquisadora, somado à bibliografia acadêmica existente sobre a questão, se pretende entender o lugar destas migrações africanas em Israel e traçar possíveis direções e opções para os refugiados de guerra no contexto global atual.

A perspectiva de inserção da mulher refugiada no Brasil

AUTORES/AS: DAIANNE RAFAEL VIEIRA

Com o avanço de acordos políticos, jurídicos e sociais, ainda que recente, a busca por refúgio no Brasil passa a ser uma realidade crescente. Através de programas de assistência ligados à ONU ou apoiados por ela, o refugiado tem revelado empenho e esforço para se adaptar ao tipo de sociedade e, mais ainda, às ofertas oferecidas por esta na tentativa de possibilitar outro espaço de aceitação e morada. Com o estudo do atual processo de adaptação do refugiado somado à análise de suas experiências no meio social brasileiro, o artigo pretende apontar o arranjo das políticas públicas desenvolvidas para as mulheres refugiadas no Brasil, levando em consideração a história do processo de pertencimento a esse grupo, bem como as perspectivas existentes. O trabalho pretende analisar a inserção das mulheres refugiadas no Brasil através de alguns marcadores sociais que possam traduzir a realidade vivenciada em suas culturas sobre a sociedade brasileira, mas que também revelam questões relacionadas à desigualdade e necessidades de direitos e políticas públicas. Para tanto, o trabalho se apóia numa revisão bibliográfica sobre o tema e na análise de entrevistas concedidas por mulheres refugiadas no Brasil à ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Refugiados). A mulher refugiada revela-se singular, uma vez que está inserida em outros marcadores sociais para além de etnia e identidade nacional.

Circulação migratória em territórios da mobilidade: O caso dos haitianos no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa

AUTORES/AS: JOSEPH HANDERSON

Neste trabalho, proponho uma reflexão sobre as experiências de mobilidade e de circulação migratória do contingente de haitianos vindos ao Brasil pela Tríplice

Fronteira Amazônica entre Peru, Colômbia e Brasil, de 2010 a 2013 e os que foram para o Suriname e a Guiana Francesa neste mesmo período. Trata-se de uma etnografia multi-situada da circulação migratória desses atores à maneira proposta por George E. Marcus (1995). À luz das trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa, o estudo mostra como as categorias territórios da mobilidade e circulação migratória são cruciais para compreender os sentidos sociais da mobilidade haitiana no espaço (trans)nacional haitiano.

Construindo autonomia na dinâmica familiar: cruzando geração e gênero na imigração goiana para a Europa

AUTORES/AS: SIMONE MIZIARA FRANGELLA

O presente trabalho discute como gênero e geração se cruzam e orientam a mobilidade de migrantes brasileiras para Europa. Partindo de uma pesquisa feita com migrantes laborais brasileiros que saem de Goiás para os países europeus – particularmente Portugal e Reino Unido – proponho refletir particularmente sobre as potenciais transformações ou reiterações das interações de gênero e geracionais que acontecem a partir do deslocamento transnacional, construídas seja no país de destino, seja entre os polos de deslocamento. Por um lado, a promessa de uma possível ampliação de autonomia e mobilidade geográfica e social atrai um número significativo de mulheres, particularmente da faixa etária dos 40 anos. Sua vinda, com ou sem os filhos, reposiciona as relações geracionais em que está envolvida (com suas mães e com seus filhos, sobretudo), e exige a elaboração de formas de sobrevivência material e de estratégias para manter as conexões afetivas e práticas. Este esforço é um constante desafio às projeções iniciais de futuro destas migrantes e as suas formas de estar no mundo. A proposta é analisar a partir da material etnográfico como tais interações se desenvolvem.

Por outro lado, proponho pensar estas situações em consonância ou comparação com outros contextos já estudados (como os Estados Unidos) assim como indicar de que maneira as vivências de gênero e geração, articuladas, são também marcadas pelas relações que os migrantes brasileiros estabelecem com as representações e projeções simbólicas que são feitas dos mesmos em cada contexto, neste caso com Portugal e Reino Unido. Fazendo uma breve confrontação entre estes dois lugares estudados, e enfocando o universo das atividades laborais e as relações afetivas

em que os migrantes se inserem, tenciono refletir sobre como a dinâmica de cada fluxo de deslocamento cria diferentes formas de “localização” social, seja para as mulheres brasileiras, seja para seus filhos.

Contexto de uma juventude rural na Amazônia: discussão sobre mobilidade e genero em Roraima

AUTORES/AS: ANTONIO DE SOUZA NASCIMENTO

As discussões a respeito do rural, que envolve o processo de migração do campo para a cidade, têm sido cada vez mais enfáticas na afirmação de que esse processo vem causando algumas rupturas e mudando a realidade do mundo rural, que, em alguns momentos, passa a ser ocupado mais por homens, em outros, mais por mulheres. E esse fenômeno tem se transformado em categoria de estudo, pois a ausência cada vez mais latente das mulheres, para Abramovay, et al. (1998) , além da masculinização do campo, tem provocado o seu envelhecimento. Trazendo esta discussão para o contexto de Roraima se entende que o possível envelhecimento rural, assim como sua masculinização parte de duas hipotéticas vertentes, a primeira delas provocada pela expulsão dos jovens do campo por conflito geracional, falta de trabalho remunerado, política de crédito, educação e lazer, e a segunda, dentro dessa expulsão, as jovens são as que mais se sentem prejudicadas, por isso, são as que mais migram.

Mas a discussão não se restringe aos possíveis fatores externos que venham contribuir para que a jovem rural passem a morar em Boa Vista, fatores internos também se apresentam como pertinentes para a compreensão deste fenômeno social que atinge as famílias que moram no campo roraimense. Com o objetivo de tratar das questões macros e micros responsáveis pela saída das jovens rurais dos lotes e por seu processo de sociabilidade na capital, se procura entender a construção do espaço a partir do processo de migração, direcionando o debate para uma discussão sobre trajetória das jovens rurais que transitam entre o campo e a cidade, fixando morada no espaço urbano. Uma análise teórica de cunho sociológico, antropológico e histórico também é feita sobre a juventude enquanto categoria construída socialmente, onde é apresentada uma linha de raciocínio que compreende esta, a partir do dinamismo e da pluralidade, na busca de uma possível definição de quem são estes sujeitos, assim como sua invisibilidade, ainda nas pesquisas acadêmicas e na elaboração de políticas públicas.

Deslocamento de Mulheres Indígenas Wapichana na Fronteira Brasil-Guyana

AUTORES/AS: NELITA FRANK

Mulheres Indígenas da etnia Wapichana deslocam-se em seu território tradicional, recortado pela fronteira imposta pelos Estados Nacionais República Cooperativista de Guyana e Brasil. As Wapichana estão presentes nessa fronteira internacional, da região pan-Amazônica, em aldeias concentradas na Guyana, na Região 9, denominada Rupununi e que tem como principal centro a cidade de Lethem; e do lado brasileiro, em maior número nas terras indígenas nos municípios de Bomfim e Cantá, no Estado de Roraima, ao norte do país, mas com presença em aldeias mistas de Wapichana e Macuxi em outras localidades desse Estado. Mulheres cruzam a fronteira em direção ao Brasil, passando a viver como trabalhadoras em fazendas, em sítios e na cidade. Para se inserir no Brasil, especialmente na cidade, tentar assegurar um posto de trabalho e acessar redes serviços públicos elas mudam de nome, seja por estratégia própria ou por imposição de empregadores para explorar mais facilmente essa força de trabalho. Essa comunicação ao GT 059 tem como objetivo, a partir de resultados parciais da pesquisa de campo em andamento sobre “mulheres em movimento na fronteira Brasil-Guyana”, refletir sobre a experiência de deslocamento das Wapichana com o acionamento de identidades e novas formas de trabalho no Brasil.

Discussões sobre migração e identidade cultural nos destinos turísticos litorâneos do nordeste brasileiro

AUTORES/AS: PRISCILLA CARLA LEITE MARQUES

A intenção desse artigo é discutir como a migração que ocorre para as praias do nordeste brasileiro, vistas como paradisíacas, o que as torna badalados balneários turísticos, transforma suas identidades culturais, uma vez que é notável o hibridismo cultural que se desenvolve nesses locais. Percebe-se também e vem sendo relevante compreender que essa situação acontece em muitos desses destinos litorâneos da região nordestina, o que faz esses lugares se assemelharem bastante por conta desse fenômeno. Os migrantes terminam por se instalar nesses locais,

desenvolvendo equipamentos e serviços turísticos, trazendo a tona sua cultura, mesclando sua identidade a identidade do local, tornando-a diferenciada, mas, ao mesmo tempo, homogênea aos demais destinos que passam por processos similares. Duas destinações turísticas no litoral nordestino, Porto de Galinhas em Pernambuco e Pipa no Rio Grande do Norte, foram os locais fios condutores dessa análise, já que essas paridades já se deflagram de forma bastante consistente.

Explorando fronteiras: uma abordagem antropológica com crianças em escolas de fronteira Brasil/Paraguai

AUTORES/AS: JOEL SILVEIRA LEDESMA

A presente proposta de comunicação circunscreve-se em três eixos temáticos que se interligam e se interrelacionam, sejam eles, com/sobre crianças; sobre/na fronteira e na educação/escola. Contudo, é necessário ressaltar como esses três interesses e objeto de pesquisa constituem o mote orientador para a construção do trabalho antropológico. Ao propor essa investigação, busca-se compreender como crianças que vivem na fronteira internacional entre Brasil e Paraguai, mais precisamente nas cidades de Aral Moreira, Coronel Sapucaia (BR/MS)/Capitán Bado/PY e Ponta Porã (BR/MS)/Pedro Juan Caballero (PY) participando de uma condição de diversidade cultural, pois em suma, são crianças oriundas de famílias paraguaias e/ou indígenas, negociam e interpretam essas diferenças culturais no interior das escolas brasileiras. Sobretudo, nas suas relações sociais com seus pares, adultos ou na família. Nota-se recentemente uma virada conceitual em diversas áreas do conhecimento nas pesquisas com crianças, que possibilita a concebermos para além da visão “adultocêntrica” de tratá-las apenas como seres sociais (sem cultura, em processo de formação) para uma postura de atores sociais ativos de uma realidade específica, logrando assim uma compreensão que possa contribuir para elucidar enfoques da relação das políticas públicas e das práticas educativas. A observação participante possibilita assim uma imersão no ambiente pesquisado, nesse caso a metodologia se alia com aquelas que se adaptam as crianças como a utilização de desenhos, fotografias, filmagens, entre outros.

Interpretações e narrativas femininas sobre as experiências da imigração na República da Irlanda

AUTORES/AS: REJANE PINHEIRO DA SILVA

Este texto é resultado de uma etnografia multisituada entre Brasil e República da Irlanda, realizada entre 2009 e 2011, com o objetivo de analisar a trajetória de trabalhadores goianos contratados por frigoríficos irlandeses. A proposta era entender como elementos da identidade regional dos imigrantes são reforçados, negociados ou negados no contexto da vida no exterior e como essa experiência impacta as leituras que esses sujeitos fazem do lugar ao qual pertencem e dos lugares pelos quais transitam. A etnografia evidenciou que se formou uma rede emigratória Goiás- Irlanda, motivada pelas informações de sucesso econômico dos que emigraram. Um significativo grupo de trabalhadores goianos, entre eles muitas mulheres, emigrou sem contrato de trabalho, permanecendo indocumentado por períodos de até dez anos. Identifiquei basicamente três grupos de mulheres imigrantes. O primeiro constituído pelas que emigraram para ir ao encontro do marido ou namorado que já estava na Irlanda e contribuir para que objetivos como comprar casa, carro ou abrir um pequeno empreendimento fossem alcançados. Essas mulheres tinham entre 26 e 46 anos e uma média de 6 anos de escolaridade. O segundo grupo é composto de mulheres que emigraram sozinhas para trabalhar, tinham entre 22 e 40 anos e uma média de nove anos de escolaridade e o terceiro de estudantes de classe média que vieram estudar inglês no país, têm entre 18 e 27 anos, segundo grau completo, graduação iniciada ou concluída. Na convivência cotidiana com essas imigrantes chamou-me a atenção as particularidades de suas trajetórias e as interpretações que elaboram sobre sua condição. Longe da ideia de que são vítimas de um sistema onde faltam oportunidades, a maioria delas se orgulha da decisão de emigrar e avalia de forma muito positiva tudo o que vivem e viveram no exterior. Algumas já haviam emigrado para outros países antes de chegar até a Irlanda, sempre em busca da estabilidade financeira. Muitas também assumiam sua intenção de encontrar um parceiro ou relataram suas experiências amorosas no exterior. Há também as que estão em relacionamentos estáveis com estrangeiros e as que pretendem encontrar um companheiro europeu. Além disso, o registro das leituras femininas sobre a imigração apresenta outro tipo de capital a ser conquistado. Além dos desejos de adquirir a casa própria ou ter dinheiro

para iniciar um pequeno empreendimento no país de origem, muitas imigrantes consideram, contrariando os objetivos iniciais do projeto migratório, permanecer na Irlanda a fim de que os filhos concluam o ensino superior em um país europeu. Nesse sentido, o capital cultural, da forma como o concebe Bourdieu (1992), torna-se o bem mais importante que essas mulheres pretendem relegar aos filhos. Outro elemento significativo da experiência dessas mulheres está relacionado às mudanças nas práticas de consumo, uma vez que o acesso a determinados bens, antes restrito, se amplia consideravelmente, alterando muitas vezes os objetivos iniciais do projeto emigratório.

Made in Brazil: consumo, mobilidade e homossexualidade entre brasileiros em Barcelona

AUTORES/AS: ISADORA LINS FRANÇA

A presente proposta traz uma primeira análise de resultados de pesquisa de pós-doutorado que tem como foco os trânsitos envolvendo homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens e as práticas e significados aí envolvidos em contexto local, nacional e transnacional, partindo da cidade de São Paulo. No recorte a ser apresentado, trabalho dados referentes à pesquisa de campo realizada na cidade de Barcelona, confrontando experiências de mobilidade de brasileiros que se identificam como gays na cidade.

É possível dizer que há um intenso trânsito de informações, objetos e pessoas que estabelece uma espécie de circuito global de consumo associado à homossexualidade, envolvendo algumas cidades - entre elas Barcelona e São Paulo. A atração exercida por esse circuito parece ser um dos vetores a organizar as circulações transnacionais dos interlocutores brasileiros envolvendo a cidade de Barcelona. A partir dessa perspectiva, a cidade também é considerada um forte destino turístico para o público gay, o que também é intensificado pela visibilidade de iniciativas relacionadas ao mercado para esse público, bem como por uma ideia largamente difundida de que seria uma cidade em que há mais “liberdade” em relação à homossexualidade.

Por outro lado, esse circuito de lazer, mas também de trabalho, se cruza não só com as experiências de turistas, mas também com as experiências de imigrantes, legais ou não, empregados ou não no mercado do sexo. A perspectiva de realizar uma reflexão

a respeito de mobilidade, sentidos de lugar, sexualidade e outros marcadores de diferença na comparação entre as experiências de homens brasileiros no contexto de iniciativas voltadas para o público gay na cidade de Barcelona orienta a presente proposta. Considero que a cidade, nas suas articulações com a homossexualidade, é produzida e consumida por atores em posições de sujeito bastante desiguais, mas que nem por isso deixam de estar articuladas. É esse complexo jogo de articulações e distanciamentos que pretendo explorar etnograficamente.

Mobilidades e marcadores sociais na Capoeira europeia: essencialismos e seus contrapontos

AUTORES/AS: CELSO DE BRITO

Neste texto busco analisar através de uma perspectiva multissituada a dinâmica de mobilidade de pessoas e símbolos que envolvem a Capoeira transnacional e uma significativa alteração simbólica acerca do que até então vinha se apresentando como um essencialismo hegemônico relacionado aos marcadores sociais de nacionalidade, gênero, classe social e raça. Procuro enfatizar que além da motivação econômica existente nos projetos de imigração, há também casos onde aspectos econômicos são postos em segundo plano devido à incidência de alterações em relações sociais (alianças e rupturas) que supõem mobilidade geográfica e propicia um contraponto à forma essencialista de legitimação do bom capoeirista.

Para os especialistas (mestres e ou professores) brasileiros o mercado da Capoeira europeia tornou-se uma possibilidade economicamente atraente, uma vez que o valor de tais conhecimentos situa-se na oferta de uma visão de mundo afro-americana legitimada por marcadores sociais associados à trajetória dos afro-brasileiros. Muitos destes especialistas se casam com mulheres europeias e assim se instalam mais facilmente em seu destino final. Entretanto, é possível perceber que um conjunto de marcadores sociais amplamente aceitos como legitimadores de um capoeirista (nacionalidade: brasileiro, gênero: homem, raça: negro e classe social: baixa) tem dividido espaço com seu oposto completo. Em alguns locais as autoridades máximas de escolas de Capoeira apresentam nacionalidades estrangeiras: chilena/austriaca/espanhola; gênero: mulher; raça: branca e classe social: média/alta. Sendo que em alguns destes casos são elas que optam por partir e associar-se a homens que lhes forneçam melhores condições de vida no seu

destino final. Assim, torna-se possível perceber a mobilidade de uma nova geração de capoeiristas europeus especializados concorrendo para a renovação do quadro de legitimação e mobilidade da Capoeira na Europa.

Outra característica importante aqui analisada é a presença predominante de jovens universitários de idade entre 18 a 25 que tem seu primeiro contato com capoeira nos cursos oferecidos pelas suas universidades como prática esportiva. Muitos deles se inscrevem no programa de mobilidade estudantil “Erasmus” para passar de 4 a 10 meses em outro país da União Europeia, possibilidade que é aproveitada como meio para conhecer um contexto cultural e linguístico próximo àquele existente no Brasil, o berço da Capoeira, que os leva à cidade de Lisboa.

Pode-se dizer que o cenário da capoeira europeia apresenta categorias de mobilidade distintas variando entre um tipo de mobilidade externa/duradoura até um tipo de mobilidade interna/efêmera correspondentes a quadros valorativos mais ou menos essencialista de legitimação que penso merecer ser estudado.

O atravessar fronteiras : Espaço e diferença nas experiências de “jovens brasileiros” na Grande Lisboa.

AUTORES/AS: PAULA CHRISTOFOLETTI TOGNI

Esta comunicação é parte da reflexão da minha pesquisa de doutoramento, uma etnografia multisituada (Marcus, 1985) realizada entre Brasil e Portugal (2010-2013), mais especificadamente entre a cidade de Mantena, Minas Gerais e o Cacém – bairro localizado na área metropolitana de Lisboa. Ao percorrer os trajetos e as trajetórias de 26 sujeitos que partilham o fato de pertencerem a uma mesma faixa-etária (18 a 25 anos), a classes económicas baixas do Brasil, se auto identificarem como morenos ou pretos, terem pouca escolaridade e serem oriundos e viverem em uma mesma localidade, constatei que a fronteira ocupava um lugar importante nas suas experiências de mobilidade . As fronteiras se configuravam como um espaço nebuloso que permitia refletir sobre determinados pares de oposições como por exemplo : família- indivíduo, jovem-adulto, centro-periferia, liberdade-responsabilidade.

Dessa forma, recorro à noção da fronteira como categoria de análise em sua dimensão espacial e política, prestando especial atenção sobre as relações entre transnacionalidade e cidades (Glick-Schiller, 2012), uma vez que a fronteira

como construção política, espacial e jurídica emerge na etnografia a partir dos próprios trajetos de mobilidade dos sujeitos que envolvem tanto mobilidades internas quanto transposição de Estados-nação, diversos mecanismos de regulação e contenção de fluxos (Ong, 1999; Inda, 2006) e estratégias e táticas para realização de deslocamentos.

Porém, a noção de fronteira que mobilizo implica, conjuntamente, refletir sobre seu caráter relacional, evidenciado pelas mudanças de contexto que têm possibilitado a interação de diversas marcas de diferenciação social, criando novas localizações sociais (Pessar e Malher, 2001), hierarquias e posicionamentos aos sujeitos. Através do modelo teórico das interseccionalidades (Brah, 1996; Piscitelli, 2008), mostro de que maneira as interações entre marcadores sociais de diferença como idade, nacionalidade, gênero sexualidade, “raça” e etnicidade têm mediado as relações e interações cotidianas dos sujeitos, proporcionando experiências de mobilidade singulares a partir dos locais e os contextos discursivos em que estão inseridos.

O Retorno para “casa”: depoimentos de mulheres brasileiras sobre “vivendo no exterior”

AUTORES/AS: MÔNICA PRATES CONRADO

Nesse estudo, busco problematizar o que denomino de experiência no exterior que ganha sentido nos depoimentos de cinco mulheres brasileiras em destaque em suas temporadas ou residência fora do Brasil que se configura no momento da entrevista sobre o retorno “definitivo” para o seu país de referência cultural. A inteligibilidade de práticas sociais sob a perspectiva de gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade é o objetivo central da pesquisa. Tal escolha temática se deve a tentativa de se compreender as mulheres brasileiras de modo diverso, plural e não como categoria definidora, como algo dado, e sim em constante ressignificação a partir de suas experiências de saída/retorno ao país. Busco entender as diversas mulheres brasileiras entrevistadas, que migram para o exterior e retornam, segundo as imagens e representações sociais que se têm de seus estados de origem de seu país que destoam da imagem e representações que se têm do cenário nacional, no país e fora dele, a partir de suas narrativas, em suas perspectivas, dentre outras questões a serem problematizadas. A ideia é lidar com diversas representações de mulheres brasileiras que dialogam com marcadores

de gênero e raciais para uma multiplicidade de percepções, visões e referentes identitários de/para mulheres brasileiras, situados no que denomino chamar de “experiência no exterior”.

O tráfico da influencia: capital social, o espaço de Atlântico Sul, e o novo classe média em Angola

AUTORES/AS: JESS AUERBACH

O objetivo deste trabalho é dar conta de como viagens locais e nacionais e ampliam o âmbito de conhecimento das pessoas, e como esses conhecimentos são usados por elas num contexto de mobilidade social. O trabalho de campo realizado em Angola e no Brasil forma parte da pesquisa que me encontro realizando para minha tese de doutorado. O mesmo é feito em três espaços diferentes - uma escola privada, uma trupo dos escuteiros e um grupo de professores universitários. Neste trabalho me proponho especificamente refletir sobre as influências dos países capitalistas e socialistas, tais como Brasil e Cuba, para mostrar como dois modelos de cidadania entram ‘em jogo’ na Angola no momento atual em que país esta procurando e criando uma nova identidade local, global, e na comunidade lusófona.

Travessias do Atlântico: movimentos, estratégias e posicionamentos portugueses e brasileiros contemporâneos.

AUTORES/AS: VÂNIA DANIELA DE SOUSA PEREIRA MACHADO

A maioria dos movimentos migratórios contemporâneos afectam profundamente os que viajam e os que ficam, pelo que são associados a sentimentos de ruptura e mudança. No entanto, existem também migrações que resultam fundamentalmente da aspiração de reproduzir certos modos de vida que, por razões várias, não é possível manter num contexto determinado. Pesquisas etnográficas recentes sugerem que a materialidade desempenha um papel importante em ambos os processos. As coisas contribuem para estabelecer linhas de continuidade entre presente e passado, e entre locais distintos, desenvolvendo um trabalho eficiente, e muitas vezes discreto, de reprodução cultural no quadro da vida quotidiana.

Baseando-se em quatro etnografias realizadas no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) e em Portugal (Lisboa e Porto) sobre a cultura material, os consumos e

rotinas domésticas de emigrantes portugueses e brasileiros, esta comunicação tem como objetivo discutir o conceito de mobilidade, suas possibilidades e limites no contexto das migrações contemporâneas. Abordar-se-ão os fundamentos, motivações, ferramentas e recursos que os migrantes ativam de modo a encontrarem na migração uma opção eficaz e positiva no planejamento das suas vidas. Mais especificamente, procura-se explorar:

- a) As interseções entre capitais económicos e culturais, motilidade e mobilidade;
- b) A complexidade e diversidade dos fluxos migratórios contemporâneos, em termos da sua composição, trajetórias e intensidades;
- c) O movimento como uma dimensão estruturante para grupos sociais determinados; movimento e posicionamento estratégico, movimento e gestão identitária;
- b) O papel desempenhado por experiências de mobilidade anteriores, pelas relações com origem e ligações transnacionais (in)existentes nas decisões de migrar atuais;
- c) O contributo da cultura material em movimento nesses processos; a sua potencialidade para trazer luz a aspectos menos visíveis dessas experiências (quotidianos, domesticidades, práticas naturalizadas, pertenças e referências);
- d) o modo como os movimentos de pessoas e de coisas se constituem mutuamente; suas intersecções, complementaridades e (des)encontros.

Uma atraente esposa brasileira ou seu dinheiro de volta: uma análise de agências de casamento especializadas em unir mulheres brasileiras a homens alemães

AUTORES/AS: THAIS HENRIQUES TIRIBA

A pesquisa – em andamento no âmbito do Mestrado no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/USP) sob orientação da professora Laura Moutinho – explora os valores atribuídos a relacionamentos afetivo-sexuais entre homens alemães e mulheres brasileiras que são estabelecidos através da mediação de agências de casamento e sites de relacionamento. Tratam-se de agência de casamento e sites especializados no matchmaking mulher brasileira/homem alemão. São analisadas as dinâmicas históricas e sociais que viabilizam a tendência de homens do chamado primeiro mundo e mulheres do chamado terceiro mundo se utilizarem desse método para contrair matrimônio e entenderem tal arranjo

conjugal como desejável. Procura-se iluminar de que maneira tais dinâmicas estariam implicadas na produção e reprodução do desejo e de interações tidas como íntimas, bem como as mesmas mobilizam ideias e medos da sociedade relativos a temas como sexualidade e raça, verificando que lugar ocupam as brasileiras nesse mercado internacional de fluxos matrimoniais e agências de casamento.

Considerando as interfaces entre processos globais e locais num contexto no qual normas homogâmicas e “homocromáticas” vêm sendo quebradas nos arranjos matrimoniais transnacionais, investigam-se também as motivações pessoais dos indivíduos que fazem uso dessa forma de se buscar um parceiro compatível, questionando como relações mais amplas relativas a desigualdades de poder, gênero, raça e nacionalidade seriam negociadas na intimidade dos casais, afastando-se da, neste contexto, improdutiva dicotomia vítima/vitimizador, atentando para os espaços de agência das brasileiras e considerando mulheres brasileiras e homens alemães como atores principais de suas escolhas.

A abordagem metodológica dá-se primeiramente no âmbito da internet, com a análise dos sites das agências de casamento em questão, e com a manutenção de contato com homens alemães e mulheres brasileiras se engajando nesse meio, inquirindo a respeito de suas escolhas e histórias de vida. A pesquisa de campo in loco se dará com a visita a agências de casamento e com entrevistas em profundidade a administradores e clientes. A pesquisa, dessa forma, se filia aos estudos antropológicos sobre gênero, raça, classe e sexualidade e representa produtiva arena para tratar de questões relativas à articulação desses múltiplos marcadores da diferença que recaem sobre as agentes em seus processos de mobilidades transnacionais. Contribui ainda para iluminar os nexos entre migração, turismo e sexo, e com os debates recentes acerca da mercantilização de trocas tidas como afetivas, em particular entre os chamados Sul e Norte.

Uma Releitura da Mobilidade Terena

AUTORES/AS: AUGUSTO VENTURA DOS SANTOS

Alguns dos principais fenômenos analisados por Roberto Cardoso de Oliveira em seus dois trabalhos monográficos sobre os Terenas do Mato Grosso do Sul (O Processo de Assimilação dos Terena, de 1960 e Urbanização e Tribalismo, de 1968) estão ligados aos constantes deslocamentos e movimentos migratórios

empreendidos por essa população indígena ao longo do século XX. O principal conceito de que o autor lançou mão para dar conta disso foi o de mobilidade, retirado dos trabalhos do antropólogo Richard Adams e que abrangia diferentes tipos de ocorrências verificadas em sua pesquisa empírica: o trabalho em fazendas do entorno das reservas indígenas, o engajamento de jovens no serviço militar, a ida de mulheres para trabalhar no serviço doméstico em centros urbanos, entre outras. O intuito do presente trabalho é refletir sobre esse conjunto de fenômenos pertinente a mobilidade Terena tomando como fonte de problemas e questões o vigoroso trabalho de investigação e análise empreendido pelo referido autor. Para tanto, buscaremos reconstituir brevemente a arquitetura conceitual contida nos dois livros, listando os principais conceitos e verificando o modo como o autor os define e utiliza. E, em seguida, confronta-la com reflexões e dados extraídos de uma pesquisa de campo que temos desenvolvido sobre um fenômeno muito recente de deslocamento de sujeitos Terenas: a ampla inserção de estudantes universitários indígenas no ensino superior do estado. Assim, o objetivo é realizar uma releitura da mobilidade Terena tal como ela foi pensada por Cardoso de Oliveira, tendo como foco comparativo esse contexto contemporâneo de circulação de pessoas.

COORDENADOR/A: CRISTHIAN TEÓFILO DA SILVA (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), CLAUDIA LEONOR LOPEZ GARCES (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI)

Os processos de construção nacional tem sido estudados como processos conflitantes com a heterogeneidade cultural, identitária e ideológica constitutiva das sociedades onde emergem. Nas Américas e no Caribe essa realidade foi agravada por situações coloniais extremamente assimétricas que os precederam e que foram responsáveis pela dispersão, subordinação, invisibilização, transformação e mesmo extermínio de sociedades indígenas, que se reorganizaram e passaram a ser classificadas como minoritárias às identidades e consciências nacionais. É neste contexto de intensa reelaboração cultural que a política interétnica indígena se realiza e/ou transforma para fazer frente a projetos contemporâneos de desenvolvimento e crescimento econômico. Este grupo de trabalho tem como objetivo discutir o significado dos movimentos indígenas contemporâneos na qualidade de formas anticolonialistas de resistência ao padrão de poder estatal e seus projetos de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, pesquisas etnográficas e discussões teóricas sobre mobilizações, protestos e movimentos indígenas serão apresentados com vistas a subsidiar a interpretação das ações coletivas indígenas como formas anticolonialistas e autonomistas de fazer política interétnica.

A experiência decolonial no Estado Plurinacional da Bolívia. Etnografia do pensamento da teoria e do Estado. O caso do Viceministerio de Descolonización.

AUTORES/AS: TAMARA LOPES MARTINS CAMARGO

A Bolívia passou por grandes inovações e rupturas históricas nos últimos anos. São algumas dessas mudanças e rupturas que serão abordadas neste estudo - as que perfilam novas construções e articulações sociopolíticas de Estado e de sociedade e entre estes, que são resultados das estratégias de ação e luta dos movimentos sociais; da insurgência político-epistêmica desses movimentos que permitiu neste país, que se abrisse a possibilidade de um giro de carácter decolonial. O processo de autodeterminação dos povos, que se intensificou desde o ano 2000, assim como as grandes mobilizações que pararam o país e a marcha constituinte marcaram este momento “indianista/katarista” (alcance do poder político pela luta indígena) vivido na Bolívia, que conta com uma população de aproximadamente 70% de indígenas. Dito isto, os movimentos de contestação da ordem simbólica frutificados neste país são extremamente importantes pelo fato de trazerem a experiência de politização dos espaços e domínios da prática política do Estado boliviano. Pergunta-se: Qual a consciência e prática deste Estado? Quais são suas lógicas e significantes? Quais os esforços para repensá-lo e refundá-lo? E qual a política relacional instaurada que coloca em cena modos culturais diversos de pensar, atuar e viver, em que a diferença não é perdida nem subsumida. Daí aportam-se a criação de novas compreensões, convivências, colaborações e solidariedades. O que pode constituir o Estado como um lugar político de emancipação. Estudo, assim, essa nova ideologia de descolonização nascente - se entendemos por ideologia mais que um conceito de mundo ou um sistema de idéias, mas a capacidade para inspirar atitudes concretas e dar certas orientações para ação. Esta é uma discussão das relações entre cultura e política, instituição e poder. Pretende-se entender se de fato o Estado, antes caracterizado como estrutura institucional de exclusão e dominação, teve seu modelo transformado a partir de realidades e pluralidades e se este se torna produtor de suas próprias modernidades. Problemático a capacidade do Estado fundado como Plurinacional, através do Viceministerio de Descolonización, de instituir relações mais recíprocas nas configurações simbólico-sociais da sociedade e do Estado ao validarem e se

orientarem em parte por cosmologias oriundas de grupos sociais indígenas. E mais, esse trabalho consiste em estudar este primeiro aparelho de poder estatizado a estabelecer diretrizes e normatividades de caráter decolonial frente às comunidades bolivianas em geral. Esta abordagem parece ser uma via de acesso interessante para compreender os processos de formação do Estado boliviano Plurinacional. O VMD, enquanto parte da administração pública, enquadra-se na qualidade de peça determinante na produção de sentidos generalizáveis para a heterogeneidade da vida social e política deste país no que concerne ao seu saber programático, destinado a gerar certos tipos de diretrizes diferenciadas mencionadas aqui. Esta instituição é nascida da reforma constituinte de 2009, como desdobramento da sua promulgação e de sua consequente aplicação e efetivação, tem por finalidade realizar na forma de políticas públicas os valores e compromissos constituintes. Atualmente trabalha dentro do espectro circunscrito de “descolonizar” a própria estatalidade, ampliando o contato intercultural e as relevâncias que isso gera duplamente para a criatividade e eficiência do funcionamento do Estado e para a auto-percepção e permanência da representatividade indígena nas subjetividades dessas diversas nações. De acordo com o artigo 9 de sua nova Constituição Política, os modelos normativos, desenhos institucionais, projetos de vida e todos outros setores devem incorporar o conceito da descolonização – e esta é precisamente a tarefa do VMD - a este se aplica a missão de concretar a magnitude e vastidão dos aspectos difusos da transformação Estatal e civil no que tange a este aspecto – de fazer funcionar uma inédita instituição destinada a retirar a marca colonial do país. O mandato político e social do VMD pode ser resumido em promover a construção da identidade boliviana plurinacional e intercultural, descolonizada e comunitária. Assim é analisada a sociogênese desta forma de Estado, que poderá, ou não, guardar em seus dispositivos, continuidades e descontinuidades com seus pressupostos teóricos embaixadores. Este imaginário que deveria alimentar o VMD pode ser definido como formas insurgentes, históricas e transcendentais. Vale apontar aqui que a corrente decolonial não é resultante de proposições novas, nem conforma categorias teórico-abstratas, mas eixos de luta dos povos contra uma violência estrutural que aciona a promoção de lógicas e racionalidades outras. No entanto, o discurso epistemológico da decolonialidade, transmite até agora teorias da colonialidade ainda muito incipientes sobre o que consistiria a

descolonização. O projeto boliviano para tanto é muito avançado e inaugura uma era de experimentos do que venha a ser esse processo de desconfiguração e de novos engendramentos. Focalizo numa análise com mais proximidade, por meio do método etnográfico, chamado de “etnografia do Estado”, que corresponde mais a uma abordagem metodológica do que a sua discussão teórica propriamente dita. Ela se utiliza de consultas aos textos normativos referenciais, entrevistas e observações diretas de instituições, rotinas e políticas públicas. A rotina e o cotidiano desses atores têm igualmente o papel de instaurar e de fazer aceitar a reprodução dessas novas regras da vida política. O Estado e suas instituições, enquanto definidores das relações políticas e de valores, detêm relevância por sua função de ordenação simbólica e por um complexo ritual de palavras e ações, que aciona crenças culturais e que constituem cosmologias. Nesse sentido, sua eficácia reside na possibilidade de concorrer para a construção de legitimidades e realizar a passagem das ideologias para os sistemas de ação através de técnicas de gerenciamento da vida social. Aspecto fundamental a ser capturado consiste em se apreender na prática o sentido concreto produzido acerca de noções como interculturalidade, descolonização e plurinacionalidade, alçados a conceitos-chave que proporcionaram o anúncio de ruptura e reforma revolucionária desde o Estado boliviano, além dos inúmeros conceitos indígenas apropriados pelo Estado e movimentos sociais. Dessa maneira, investigo se as políticas públicas promovem os “Direitos Humanos” próprios aos diversos panoramas culturais, que consistem na concatenação de idéias, termos e imagens como bem-estar, direitos, representação, soberania, etc. no exercício do direito pleno de iniciar projetos em seus próprios termos. Com isso, escrutino se há uma “desalienação” do aparato estatal – isto é, que seja o reparo do colonialismo histórico, a restituição/compensação por meio de uma justiça restaurativa – enquanto potencial transformador da ação social; se o VMD está descolonizando esferas sociais do mundo; e a repercussão que este encerra nos atores, no sentido de estarem garantindo o processo de continuidade de transmissão de identidades distintivas detentoras de direitos coletivos. Esta proposição sugere uma visão mais global dos fatos, relações, processos e estruturas. Tal política de “fazer viver”, faz significar o momento ontológico da passagem do político ao ético – esta é a capacidade de transformação que o jogo de poder pode implicar neste contexto.

A pesquisa foi realizada considerando que os processos de subjetivação configuram ferramentas conceituais para compreender as ações de Estado, numa abordagem de reflexão teórica e análise empírica, onde se observa as articulações entre diferentes níveis e dinâmicas; nos planos de ação, políticas e politizações; na capilaridade dos mecanismos de governança, considerando os processos por meio dos quais tais potenciais se atualizam e logram ou não alcançar legitimidade. A força potencial que um discurso, uma política pública e uma lei detém em si pode encerrar a forma como essas comunidades de cultura serão vistas, tratadas, pensadas e a forma como possam se sentir e fazer parte de comunidades de existência. Dessa maneira, esta análise perpassa pela lógica específica dos aparelhos políticos que aderem ou subjugam verdades, e de como a circulação dessas idéias pode transformar o contexto do Estado-Nação. Este é um esforço no sentido de compreender como o VMD interpreta, elabora e vivencia as suas comunidades. Defendendo a investigação das bases culturais deste Estado, a análise se dará sobre o entendimento dos diversos sentidos de representação dos sujeitos, inserindo o alargamento do discurso humano, que capacite os contatos entre subjetividades variantes. Nota-se que o VMD preconiza uma política do lugar, onde se reivindica as resistências e narrativas localizadas, corporizadas, em que surge uma articulação desde a diferença em que essas práticas podem tomar-se como ponto de partida para a reconstrução de mundos, de pensamentos e de conhecimentos. Ao pensarem em novas e antigas “ontologias políticas”, se vão formando montagens, agenciamentos, micro-identidades, intensidades, imanência e portanto, consistência política. Aqui tratamos de esboçar um panorama que se inicia e nos dá indícios, pistas e confirmações de uma nova tentativa de configuração social.

A incômoda reorganização dos povos indígenas no baixo rio Tapajós

AUTORES/AS: FLORÊNCIO ALMEIDA VAZ FILHO

Até recentemente a literatura se referia às populações que vivem ao longo dos principais rios da Amazônia brasileira como caboclos. Descendentes dos povos indígenas que aí viviam à época da Conquista, esses moradores passaram por um longo processo de invasão dos seus territórios, exploração econômica, imposição política e cultural e mestiçagem com outros povos, que resultou em profundas transformações no seu modo de vida. Longe do estereótipo do índio selvagem,

os caboclos não atraíam a atenção dos antropólogos, que os imaginavam já totalmente integrados à lógica do mercado e do Estado. Mas desde a década de 1980 algumas dessas comunidades começaram a se identificar como índios, exigindo a demarcação dos seus territórios e educação formal diferenciada, entre outros direitos constitucionais. Isso provoca tensões com empresários e políticos, que invadiram ou tem interesses em explorar as terras dessas comunidades; e também com o Estado, pois parte desses povos vive em áreas de Unidades de Conservação. Reconhecer juridicamente tais povos e demarcar suas Terras Indígenas significa que estas áreas estarão fora do mercado e mesmo o Estado terá ali uma ação mais restritiva. Daí, tanta resistência em atender as reivindicações indígenas. Ao mesmo tempo, os grupos incomodados com os indígenas promovem intensa campanha de deslegitimação na mídia regional, que os trata como “falsos índios”. Aqui apresentamos o processo dos povos que desde a década de 1990 se reorganizaram e passaram a reivindicar seus direitos como indígenas na região do baixo rio Tapajós, Oeste do Pará. O impacto da emergência de 55 aldeias se identificando publicamente como indígenas foi enorme, pois até então acreditava-se que os índios na região haviam sido extintos. E falamos agora de doze povos e aproximadamente 7 mil indígenas somente nos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém. Uma parte dessas aldeias está em Unidades de Conservação e no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, e outra parte em áreas chamadas devolutas ou em disputa com madeireiros e fazendeiros. Através do conceito de etnogênese, tentamos explicar a dinâmica de reavivamento cultural e étnico, e o modo destes coletivos se apresentarem como distintos da população regional amazônica, com a qual até recentemente eram confundidos. Enquanto se acomodavam à categoria genérica de “caboclo”, eram admitidos, mesmo dentro de Unidades de Conservação. Mas, ao se identificarem como “indígenas” e sujeitos de direitos específicos, passam a ser rechaçados. Assim, mobilizar-se politicamente e exigir direitos indígenas pode ser visto como uma forma anticolonialista de enfrentar as velhas classes dominantes e o Estado com seus projetos de desenvolvimento, que historicamente ignoraram estas populações.

A Luta Pela Terra Kaingang: A aliança com “os de baixo” e as novas formas de combate ao neocolonialismo em busca da autonomia

AUTORES/AS: DIEGO DUARTE ELTZ

Neste artigo buscamos apresentar os eventos etnográficos recentes das agências políticas kaingang para a retomada de suas terras e as novas alianças políticas que estes grupos formaram em uma situação de ampliação das relações políticas neocoloniais dos não indígenas com relação aos seus territórios e direitos garantidos pela constituição de 1988. Neste contexto a política indigenista estatal mais ampla do Brasil, sofre uma série de ataques institucionais, tais como a criação da portaria 303 da Advocacia Geral da União e do Projeto de Emenda Constitucional 215. Os dados referem-se principalmente a etnografias recentes junto aos interlocutores em episódios de “luta pela terra” e a referências ancestrais kaingang e relatos históricos e outros dados documentais referentes ao passado de luta da etnia sobre seu território a partir das frentes de expansão (séc XIX). Na contemporaneidade os grupos cosmopolíticos kaingang dispersos por sobre seu macroterritório ancestral vivem em um mundo marcado pela eminente destruição dos últimos espaços remanescentes da vida selvagem. Empreendimentos capitalistas relacionados ao agronegócio e um anseio político de “desenvolvimento” que amplia o fenômeno demográfico urbano não indígena por sobre o território indígena constituindo, em escala histórica, uma continuidade do processo de colonialismo por sobre espaços da etnia. Tal situação de ataques contínuos até a contemporaneidade faz com os grupos kaingangs reflitam e remodelam suas alianças externas ao grupo étnico, inserindo este em um contexto mais amplo de luta pelos direitos indígenas e direitos sociais. Desta forma a aliança com “os de baixo”, como os grupos autônomos que buscam alianças com os kaingang se denominam, buscam uma aliança ampla entre indígenas, quilombolas, sem terras, pequenos agricultores, estudantes e militantes sindicais para demandar direitos específicos e universais. Dentro deste processo de luta por direitos, o passado de lutas é evocado pelos indígenas nas lembranças que remetem as experiências acumuladas e nas dimensões materiais e espirituais coletivas. A partir da reflexão dos discursos kaingang com relação à chegada do Estado em seus territórios nos utilizamos das referências de Sahlins e Foucault para analisar as relações que entremeiam as práticas e discursos em que o passado estrutura as estratégias de organização e as mudanças táticas das

conquistas e derrotas decorrentes da (re)avaliação das alianças internas e externas dos coletivos kaingang. Desta forma as alianças com grupos que compartilham o desejo de autonomia no campo e na cidade reverberam a crítica ao projeto desenvolvimentista corrente nos discursos estatais através de uma perspectiva indígena compartilhada por seus aliados.

A magia sedutora do poder tutelar e a resiliência indígena na contemporaneidade

AUTORES/AS: GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO

O Trabalho pretende abordar problemáticas que envolvem algumas experiências dos povos indígenas do Alto Rio Negro com espaços de poder do branco, notadamente, de poder político. Serão analisadas de modo preliminar, as recentes e atuais experiências de indígenas vereadores, prefeitos, secretários municipais e estaduais e gestores indígenas, nas interfaces com suas comunidades, organizações e movimentos indígenas. Essas experiências caracterizam-se fundamentalmente por processos de resiliência, referenciados em distintos planos de visões de mundo e de relações cosmológicas e sociológicas. Estes distintos planos ontológicos e funcionais dos mundos intra-étnicos impactam fortemente os diversos planos nas relações interétnicas em que as experiências de exercícios do poder emanados do mundo branco se articulam e se orientam. A noção de resiliência será desenvolvida para caracterizar essa atual relação dos povos indígenas com o poder do branco, na tentativa de compreensão de suas opções e escolhas nos tempos atuais, incluindo as opções por determinados espaços de poder político, recheadas de tensões e frustrações, mas também de possibilidades e oportunidades.

A plurinacionalização do Estado e as organizações indígenas das terras baixas bolivianas: observações a partir do caso TIPNIS

AUTORES/AS: RENATA ALBUQUERQUE DE MORAES

Pelo menos desde 1990 os povos indígenas das terras baixas da Bolívia têm se organizado em defesa de seus territórios, disputando a configuração do Estado boliviano em nome garantia de seus direitos. A articulação política indígena influenciou diretamente no arranjo dos processos sociais nacionais que

culminaram na eleição de Evo Morales em 2005 e na consequente refundação do Estado boliviano enquanto um Estado Plurinacional. Mas apesar de terem sido parte fundamental desse processo, as organizações indígenas voltaram a incidir sobre o Estado a partir de 2008, quando um novo conflito envolvendo um território indígena emerge no cenário boliviano. A proposta de construção de uma estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), localizado nas terras baixas da Bolívia, desencadeou uma nova onda de mobilizações indígenas no país, agora contrárias às políticas do governo de Evo Morales. O governo, suas políticas e o próprio “proceso de cambio” passaram a ser questionados enquanto alternativas suficientes para os povos e nações indígenas da Bolívia. Divididas e orientadas por diferentes concepções de desenvolvimento, as organizações indígenas relacionam-se com partidos, governos e com o próprio Estado de maneira variada, apresentando múltiplas maneiras de compreender a política. Por isso, neste trabalho, primeiramente apresento as organizações indígenas que representam a região do Isiboro-Sécore, resgatando traços de sua história e da sua importância para o movimento indígena das terras baixas, e em seguida levanto algumas discussões a respeito das relações entre essas organizações e o Estado boliviano, tomado como um campo de luta que também é ocupado pelos segmentos indígenas do oriente do país. Para dar conta de construir esse argumento, apresento uma série de eventos ocorridos entre 2011 e 2012 no país, a saber, a VIII e a IX Marcha Indígena e a suposta consulta realizada no TIPNIS. A partir dessa explanação, coloco a plurinacionalização do Estado boliviano em discussão, revisando o papel das organizações indígenas das terras baixas nesse processo e os desafios que elas se colocam diante dos limites da atual experiência política do país. Remontando o histórico das marchas indígenas protagonizadas por essas organizações é possível colocar os episódios de 2011 e 2012 em perspectiva para, enfim, tomá-los como emblema da atual incidência do movimento indígena das terras baixas no Estado Plurinacional da Bolívia.

Comunalidad y Radio Totopo: una experiencia de comunicación indígena en Oaxaca.

AUTORES/AS: ELENA NAVA MORALES

En el último tercio del siglo XX y durante la primera década del XXI, el uso y la

apropiación de las tecnologías de la información y de los medios de comunicación se expandieron por el mundo. Esto se dio especialmente dentro de los movimientos sociales y tuvo un gran alcance pues colocó a los participantes de estos movimientos ante una gran red de intercambios de ideas compartidas. Además, la apropiación de estos medios fue heterogénea, es decir, sujetos de los más diversos orígenes utilizaron los medios imprimiéndoles sus marcas distintivas.

En esta presentación mostraré, a través de los resultados de mi investigación doctoral, cómo el medio de comunicación con el que trabajé, la Radio Totopo, en Juchitán de Zaragoza (Oaxaca, México), resiste, negocia y se configura como un medio de comunicación en su contexto local. Además explicaré cómo sus actores están insertos en una multiplicidad de relaciones que sostienen con diversas entidades, formando un amplio tejido de acuerdos y tensiones. En su trabajo cotidiano, la radio presenta sofisticadas formas de resistencia y resiliencia donde las maneras de vivir zapotecas saltan a la vista. Por ello, me apoyé en la comunalidad, una teoría indígena originada en el estado de Oaxaca, para abordar mi caso de estudio y entender algunas de las formas de vivir indígenas, cristalizadas en las prácticas y discursos de la radio. La comunalidad, mediante sus elementos constitutivos, nos ayudó a comprender las transformaciones, las continuidades y las apropiaciones de los diversos principios de la vida zapoteca en el local estudiado. Además, la comunalidad, como una teoría indígena, abrió perspectivas mayores para cuestionar algunas dimensiones implicadas directamente en el quehacer antropológico.

Do reconhecimento da etnicidade ao território: a trajetória de luta dos Ingarikó entre índios, agentes de governo e instituições políticas

AUTORES/AS: RODRIGO PARANHOS FALEIRO

Há algumas décadas no Brasil, persiste um consenso entre antropólogos e indigenistas que assevera ser o direito do índio sobre seu território a condição essencial para sua sobrevivência física, social e cultural. Afortunadamente, corroboram com esta assertiva os acadêmicos, militantes e lideranças indígenas, a legislação indigenista em vigor e o senso comum brasileiro que tende a valorar o índio por sua condição pretensamente cândida em relação aos ocidentais. Apesar desse cenário favorável ao reconhecimento dos direitos dos índios sobre

seus territórios tradicionais, persistem no Brasil algumas práticas que dificultam a execução da política indigenista. Recentemente, motivada pela suposta pressão de parlamentares que representam os interesses ruralistas no Congresso Nacional, a Ministra Gleisi Hoffmann da Casa Civil da Presidência da República teria intervindo no processo de reconhecimento de terras indígenas causando prejuízo aos índios.

No aniversário de vinte e cinco anos de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil cujos avanços na área social e ambiental foram inquestionáveis, o que levaria uma Ministra tão próxima da Presidente da República Dilma Rousseff a ignorar as garantias legais e intervir no processo de reconhecimento dos direitos dos índios sobre seus territórios? E mais, qual seria a capacidade de resposta dos índios a tamanha negligência na execução de políticas públicas legalmente amparadas.

Partindo desta situação emblemática, neste trabalho discutirei a importância da atuação do Conselho do Povo Indígena Ingarikó (COPING) como instituição organizadora do movimento político desta etnia para fora de seu território. E como este COPING foi capaz de afirmar a etnicidade dos Ingarikó diante das demais etnias da região e alcançar o reconhecimento de seu território perante o Estado brasileiro. Trajetória esta marcada pelos conflitos entre as etnias que advogavam ser “representantes legítimos” dos povos indígenas e suas complexas relações com agentes do Estado e do terceiro setor. Mas que, graças à capacidade Ingarikó, ao final viabilizaram um contexto onde os Ingarikó exerceriam um protagonismo singular diante do Supremo Tribunal Federal que julgava ser constitucional o Decreto de Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Estado e relações interétnicas no Equador da Revolução Cidadã, uma abordagem etnográfica.

AUTORES/AS: JEANNETH ALEXANDRA YÉPEZ MONTÚFAR

No Equador, o movimento indígena dirigiu mudanças fundamentais na Constituição de 1998 , que pela primeira vez reconhecia este país como um Estado plurinacional . A visibilidade desta situação foi uma conquista política que marcou um antes e um depois na história do Equador, enquanto colocava desafios significativos dentro do movimento . Um dos mais difíceis foi assumir

a heterogeneidade social, cultural, económica e territorial das nações indígenas e comunidades afro-equatorianas, assim como a adição de novos contextos de gestão e diálogo com as instituições estatais e políticas oficiais, suas ambigüidades e recursos tanto discursivos como econômicos. Neste sentido , a partir do ano de 2006 começa o processo político do Equador conhecido como a Revolução Cidadã, a partir de um governo que defendia muitas das reivindicações apresentadas pelos povos indígenas, sob a égide de uma nova Constituição da República , aprovada em 2008. Que significado teve para os movimentos indígenas à “ reclassificação “ das reivindicações expressas em 1998 e agora incluídos dentro da orientação do novo paradigma constitucional do “Buen Vivir” ? Que mudanças ocorreram na gestão política da vida cotidiana a partir da tentativa de institucionalização dos sistemas políticos indígenas e afro-equatorianos nas instituições oficiais conhecidas como Juntas Parroquiales? Como enfrentam os sujeitos políticos indígenas e afro-equatorianos as contradições de seus próprios sistemas e os consagrados pelas novas configurações do Estado? Servindo-nos do potencial da etnografia como uma alegoria política, este artigo explora estas questões a partir da observação direta das eleições na parroquia de Telembí (fevereiro de 2014), caracterizada por séculos de convivência entre a nacionalidade indígena Chachi e as comunidades Negras do norte da província de Esmeraldas. Assumindo a construção potencial do “tempo político” como uma transfiguração do tempo cotidiano, este trabalho propõe evitar a etiquetagem conceitual de acarreo, clientelismo ou ingenuidade política, para se aproximar de uma realidade em que o preço da integração democrática parece colocar as pessoas indígenas e afro-equatorianos contra um contexto dicotômico. Assim, entre a ameaça de desintegração sistemática daqueles sistemas reivindicados por aqueles povos como próprios e a promessa de integração sob a democracia governamental do “Buen Vivir”, são tecidas as nuances de uma realidade complexa que vai além das dicotomias, enquanto as mesmas são politicamente resignificadas.

Índio é índio. Aqui, ali, em qualquer lugar? Notas preliminares de uma pesquisa sobre reelaboração étnica, conquista de território e conflitos na Amazônia.

AUTORES/AS: KÉRCIA PRISCILLA FIGUEIREDO PEIXOTO, ENEIDA ASSIS

O Censo 2010 mostrou que a população indígena teve um aumento de 205%

em duas décadas. Esse dado demonstra o sentido inverso da preocupação sobre o destino dos povos indígenas que permeava os estudos de etnólogos brasileiros em meados do século XX, como Nimuendaju, Baldus, Schaden, Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro (Cardoso de Oliveira, 1972), que apontavam a significativa redução dos índios pelo extermínio, seja físico como cultural, que sofriam. Atualmente, o expressivo crescimento da população indígena é resultado tanto da luta do movimento indígena quanto do reconhecimento dos seus direitos coletivos e de suas terras, proclamados na Constituição de 1988, e respaldados pela adesão da Fundação Nacional do Índio - FUNAI à Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, que possibilita o autorreconhecimento étnico. Esse novo cenário configura os índios como agentes da própria história, que se afirmam nas suas culturas e nos seus territórios. A possibilidade de autorreconhecimento fez brotar inúmeros grupos étnicos no Brasil em consonância com o que ocorre em diversos lugares do mundo. Bartolomé (2006) chama essas reelaborações étnicas de etnogêneses e explica que, os diversos casos que vem ocorrendo nas últimas décadas na América Latina dizem respeito à retomada e atualização de filiações étnicas das quais seus integrantes, por indução ou obrigação, em algum momento renunciaram. A Amazônia concentrou um significativo aumento no número de índios, inclusive no que diz respeito a pessoas que no último censo se declararam de outra cor ou raça, mas que se consideravam indígenas seja pela tradição, cultura, costumes, antepassados, entre outros. De 78,9 mil que se declararam índios de outra cor ou raça, 36,9 estavam na região Norte (Censo 2010). Isso sem contar os inúmeros casos que não foram contabilizados, pois na pesquisa só foram considerados os habitantes de 505 terras indígenas demarcadas, ficando de fora os habitantes de 182 terras que ainda estavam em processo de demarcação. Uma dessas é a Terra Indígena Maró, cujos indígenas das etnias Borari e Arapyum fazem parte do movimento de afirmação étnica do baixo Tapajós, no Oeste do estado do Pará. O artigo abordará o processo de conquista e reconhecimento da TI Maró com a finalidade de traçar observações sobre o processo de reelaboração étnica, a conquista da terra e os conflitos enfrentados pelos indígenas: contra os madeireiros, que cobiçam a área; contra o Estado que confere morosidade à demarcação; contra a mídia local, que rejeita o reconhecimento étnico do grupo. O escopo é analisar como a reelaboração étnica está atrelada à luta pela terra, lugar de construções

étnicas e espaço de disputas políticas. A luta pelo reconhecimento da TI Maró ilustrará a impossibilidade de desvincular um olhar voltado ao contexto político, social e econômico, de um outro olhar que percebe os indígenas como novos sujeitos políticos, construtores de sua história, de seus territórios e de seus destinos.

Mulheres Caciques: Uma etnografia sobre as representações de gênero a respeito de lideranças femininas Guarani em Santa Catarina.

AUTORES/AS: FRANCINE PEREIRA REBELO

Esta pesquisa visa refletir sobre as representações de gênero a respeito da presença de mulheres caciques nos espaços de discussão política entre os Guarani do Sul do país, bem como as implicações dessa participação feminina na luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. A partir da trajetória de duas caciques, Eunice e Arminda, das aldeias Itaty – Morro dos Cavalos e Jatay Ta – Conquista, nos municípios de Palhoça e Balneário Barra do Sul, respectivamente, busco compreender as implicações políticas de uma liderança feminina visto que só recentemente as mulheres assumem novas representações no contexto indígena. Dado o cenário geral dos desafios de regularização das Terras Indígenas no Brasil e mais especificamente de Santa Catarina é necessário não apenas compreender o contexto de ocupação do litoral do estado, marcado historicamente por relações assimétricas, mas também as redes de união e de resistência articuladas pelos Guarani como forma de enfrentamento à esses desafios. Em Santa Catarina, muitos elementos misturam-se aos conflitos e encontramos uma obstaculização das demarcações e homologações das Terras Indígenas marcadas por interesses econômicos e políticos contrários, uma imprensa fortemente opositora e manipulativa, além das perícias, muitas vezes utilizadas como instrumento de contestação para atrasar os processos demarcatórios. A pesquisa etnográfica é realizada nesse cenário e busca dar uma contribuição nas temáticas de gênero, etnologia, assim como nas discussões a respeito da garantia dos direitos indígenas.

O direito de consulta e povos indígenas: análise da aplicação da Convenção 169 da OIT no Brasil e na Bolívia em perspectiva comparada

AUTORES/AS: THIAGO ALMEIDA GARCIA

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de pesquisa de

doutorado atualmente em curso, que discute a relação entre povos indígenas e projetos de desenvolvimento no Brasil e na Bolívia, a partir da aplicação do direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT.

Para essa apresentação, o foco será a análise dos posicionamentos e estratégias indígenas diante de estados nacionais em dois casos concretos: Tapajós, no Brasil, e Tipnis, na Bolívia.

Os caciques vereadores, ou a “política de dentro” e a “política de fora”.

AUTORES/AS: MAURO LENO SILVESTRIN

O que diferencia a atuação política de uma liderança indígena dentro e fora de sua comunidade? O presente artigo partirá da análise das candidaturas de indígenas kaingang a cargos eletivos municipais no pleito de 2012, e do acompanhamento da atuação dos candidatos bem sucedidos, para buscar responder esta pergunta inicial, à qual outras se somarão. Debruçaremos-nos, portanto, sobre a atuação política de lideranças kaingang detentoras de mandatos legislativos e executivos no noroeste do Rio Grande do Sul, concentrando a análise nas Terras Indígenas (TI) Nonoai, Votouro e Serrinha, e em seus três caciques, todos vereadores nos municípios sede das TIs. Estas três Terras Indígenas estão localizadas na área de maior contingente populacional kaingang do Brasil, e contam, somadas, mais de 7 mil indígenas. Na TI Nonoai, além do cacique e vereador, o filho deste é vice-prefeito, e o sobrinho (e filho do ex-cacique) é também vereador. Já na TI Serrinha, conta-se o cacique enquanto vereador, mas também com dois indígenas secretários de assuntos indígenas em municípios contemplados pela Terra Indígena em questão. E a situação se repete por todo o estado, onde se somam mais de uma dúzia de kaingang com cargo eletivo. Nas três terras abordadas, de sete candidaturas apresentadas, cinco obtiveram êxito, em populações municipais onde o contingente indígena não alcança os 20%. A inclinação das lideranças kaingang ao debate político, dentro e fora de sua comunidade, é amplamente percebida mesmo por seus pares indígenas no que se convencionou chamar Movimento Indígena Nacional, embora as particularidades regionais e mesmo étnicas não nos permita vislumbrar um movimento unificado, senão múltiplos movimentos que convergem em demandas específicas. O que nos interessa, portanto, é buscar entender o conceito de política aplicado por estas lideranças,

e as possíveis interseções entre a “política interna”, da comunidade, e a “política externa”, própria do mundo dos Fóg (brancos). Para tanto, além de entrevistas e do acompanhamento in loco da atuação destes, será também motivo de análise as propostas e projetos por eles apresentados, traçando concordância e reflexos destas para com as propostas mais amplas do movimento indígena da região, bem como o processo de formação de seus gabinetes, majoritariamente compostos por indígenas, exceto em cargos muito específicos quando, na falta de um indígena qualificado para tal, se tem a presença de aliados não índios. Mas também, de modo auxiliar e reflexivo, se buscará compreender, mesmo que de forma residual, qual o entendimento das comunidades que os elegeram tem sobre a política, tanto dentro como fora das aldeias, bem como a análise por parte destas da atuação de seus “eleitos” junto aos órgãos governamentais e aos espaços de poder a que estes têm acesso.

Os indígenas e a cidade: processos identitários, direitos e políticas públicas no contexto urbano.

AUTORES/AS: JORDEANES DO NASCIMENTO ARAUJO, SUELLEN ANDRADE BARROSO

No passado era possível traçar rígidas distinções entre as mobilizações étnicas dos indígenas e as formas de luta desenvolvidas pelos camponeses, pautadas as primeiras em diferenças culturais e lingüísticas, enquanto as segundas intervínham diretamente na esfera política (via sindicatos, partidos, grupos religiosos) (OLIVEIRA, 2011). Hoje, as demandas coletivas não são apenas dos indígenas, que se mobilizam enquanto “comunidades” associações e reivindicam um território étnico. “Ribeirinhos”, “Assentados” “Atingidos por Barragens” “Quilombolas” e outras identidades coletivas, também estão se juntando em unidades sócio-políticas maiores, sejam deslocadas pelos grandes empreendimentos, seja pela ação política de ocupação de terras específicas (ALMEIDA, 2011). Este trabalho busca compreender como estão organizados os chamados “índios urbanos” e ao mesmo tempo, verificar como reafirmam e constroem suas identidades em meio urbano. Além disso, tenta-se perceber qual a situação dos chamados “índios urbanos” nessas cidades (Humaitá e Manicoré)? Quais são as dinâmicas da identidade étnica nessas cidades? E quais são as formas de territorialidades específicas que esses processos geram?. Assim, as lutas atuais dos povos indígenas não se dão apenas em nível local,

em escalas micro-políticas, mas envolvem também organismos de representação coletiva, movimentos indígenas e associativas, personalidades públicas e uma rede complexa de alianças (que ultrapassa os limites nacionais).

Por uma apropriação indígena da Lei Maria da Penha: as estratégias de luta das mulheres indígenas do Baixo-Amazonas para combater a violência de gênero.

AUTORES/AS: PRISCILA DA SILVA NASCIMENTO

A Lei Maria da Penha – nº. 11.340 – é considerada a mais importante iniciativa do governo brasileiro para a proteção da mulher que sofre violência. Sancionada em 2006 pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, o nome da lei faz referência a história de Maria da Penha Maia Fernandes que por seis anos foi espancada de forma brutal e violentada diariamente pelo marido, embora a mesma denuncia-se as agressões sofridas aos órgãos nacionais. Seu caso ganhou repercussão internacional quando juntamente com o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL - Brasil) e o Comitê Latino Americano do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM - Brasil) formalizam uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o Estado brasileiro, caso de nº 12.051/OEA. Com medidas que aumentam o rigor das punições a homens que agredem mulheres como, por exemplo, prisão em flagrante; prisão preventiva; aumento do tempo máximo de detenção previsto de um para três anos, esta lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio à proibição de sua aproximação da mulher agredida. Em 7 anos de vigência nota-se a tentativa dos setores governamentais em tornar esta lei conhecida em todos os espaços do território nacional, com isso, a partir de 2011 deu-se início a uma sequência de treze edições dos Seminários sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Lei Maria da Penha, cujo objetivo é informar e prevenir contra todas as formas de violência que recaem sobre as mulheres indígenas. Com isto, nossa pesquisa tem por objetivo compreender o impacto da aplicação da Lei Maria da Penha em contextos indígenas situados na região do Baixo-Amazonas tendo em vista que a mesma surge como demanda de mulheres pertencentes à sociedade envolvente, portanto, com referenciais culturais distintos para as relações de gênero. Podemos

constatar até o presente momento que quando as políticas de gênero chegam nas comunidades indígenas por reivindicação das mulheres a chance de uma mudança nas relações de gênero consideradas por elas opressora é maior e que não é possível desvincular a problemática da violência contra a mulher indígena sem reconhecer um contexto mais amplo de precarização social expresso no desemprego, saúde e educação incipientes e no uso abusivo de álcool e outras drogas nas comunidades.

Processos judiciais, auto-determinação e as recentes discussões para uma “jurisdição” indígena no Canadá

AUTORES/AS: FREDERICO OLIVEIRA

Esta comunicação visa discutir contemporâneos níveis de análise e direcionamentos ideológicos tomados pelas políticas públicas e movimentos indígenas no Canadá, a partir de 1973. Esta data é escolhida como referência em função de uma importante decisão tomada pela Suprema Corte do Canadá no emblemático “Calder Case”. A partir dessa decisão, que afetaria diretamente o povo Nisga’a na província na Columbia Britânica, a corte canadense abriu um precedente fundamental para inúmeras outras reivindicações indígenas relativas ao reconhecimento de direitos territoriais referentes a terras de ocupação ancestral, que tiveram acesso restringido ao longo dos anos, sem jamais terem sido cedidas para as províncias. Propõe-se analisar outros cinco processos judiciais que basearam suas demandas nos precedents abertos pelo “Calder Case”. Num âmbito mais geral, pretende-se traçar uma análise dos relacionamentos entre governo federal, comunidades indígenas e setores da indústria no sentido de se pensar a existência de uma “jurisdição” Aborigine a compor o conceito mais amplo de soberania canadense.

Representação Política e a participação Indígena no Brasil

AUTORES/AS: GERINALDO DA SILVA LIMA

O presente trabalho apresenta uma breve discussão teórica de uma pesquisa em andamento, sobre o tema da representação política de minorias, focando principalmente o Brasil. Apresenta também parte da problemática que gira em torno dos povos indígenas, grupos étnicos, sub-representados, que tem seu destino refém, nas mãos de representantes que não legitimam suas demandas. Aborda

também como atualmente pensam alguns defensores da política indigenista, tais como a questão da demarcação de terras como principal demanda política dos índios, frente as discussões promovida por parlamentares que caminham na contra mão do processo de representação política dentro de uma democracia como a brasileira. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de artigos e entrevistas. Observou-se que há concordância principalmente quando entendem que os índios no Brasil são invisibilizados e não são representados devidamente no Congresso Nacional, tendo suas temáticas esquecidas.

Sobre o direito consuetudinário dos povos indígenas e a transposição de barreiras em busca do reconhecimento Estatal

AUTORES/AS: GUSTAVO HAMILTON DE SOUSA MENEZES

Minha comunicação junto ao GT 60 visa, primordialmente, refletir sobre as estratégias dos povos indígenas para garantir a utilização de seus sistemas tradicionais de direito no controle social e na resolução de conflitos internos às suas comunidades. As dificuldades são muitas, uma vez que o direito consuetudinário é frequentemente visto como algo menor ou inferior pelo meio jurídico, o qual privilegia a lei e a codificação das normas em detrimento da tradição oral e dos costumes que caracterizam as sociedades indígenas. Aqui, pretendo resgatar exemplos de povos indígenas que buscaram a implementação de forças policiais próprias e de ambientes de reclusão (cadeias), assim como instituíram regimentos internos escritos tipificando condutas ilícitas e definindo punições, como estratégia política para serem reconhecidos pela justiça nacional.

De maneira complementar, pretendo também refletir sobre a inabilidade do Estado em promover o pluralismo jurídico, a partir do exemplo de duas políticas públicas recentes que foram implantadas sem qualquer referência ou preocupação com as especificidades indígenas; são elas a “Lei do desarmamento” ((Lei nº 10826 de 2003) e a “Lei de crimes ambientais” (Lei 9605 de 1998). Como o estabelecimento dessas leis não foi acompanhado de campanhas educativas dentro das terras indígenas, nem houve o estabelecimento de um caminho burocrático mais simples para os índios, tais leis resultam na frequente criminalização e mesmo aprisionamento dos indígenas que não se adequaram a elas, assim como revelam que o tão esperado pluralismo jurídico brasileiro continua a ser, em larga medida, uma proposição teórica que não se concretiza na prática.

Violências, Direitos e Etnicidade: diálogos de gênero no universo indígena

AUTORES/AS: ÂNGELA CÉLIA SACCHI

O processo colonizador interferiu nas realidades indígenas, assim como nas relações de gênero desses povos. Determinados estudos têm afirmado a diminuição do papel político das mulheres resultante das situações coloniais, que implicaram em negociações com as estruturas masculinas para obter aliados e mediar interesses. A colonialidade, a ampliação do capitalismo ocidental, a globalização e os modelos de desenvolvimento, igualmente inserem novas violências, colocando as mulheres dos povos indígenas em situação de maior vulnerabilidade, ao criarem um entorno social que não as têm favorecido. O texto objetiva analisar o contexto das violações a que estão submetidas as mulheres indígenas e como tal debate tem sido conduzido em suas organizações etnopolíticas, mais ou menos formalizadas, e a partir das quais as indígenas têm ressignificado discursos e reelaborado seus posicionamentos de gênero, em processos de confronto e negociações constantes entre o mundo da aldeia/local e o mundo externo/global. Ao refletir sobre tais questões, considera-se gênero no universo indígena como “culturalmente situado”, um “feminismo das diferenças étnicas”, uma “justiça de gênero” que inclua ao mesmo tempo direitos das mulheres e reconhecimento étnico.

“O negócio sujo da energia limpa”: a organização indígena frente à instalação de parques eólicos no Istmo de Oaxaca, México.

AUTORES/AS: CLARISSA NORONHA MELO TAVARES

O artigo trata de experiências vivenciadas por comunidades indígenas do Istmo de Tehuantepec, em Oaxaca/México, ameaçadas pela instalação de um megaprojeto de energia eólica na região, o chamado “Corredor Eólico do Istmo de Tehuantepec”. Tal projeto tem gerado diversos conflitos entre os governos estadual e federal, empresas transnacionais, camponeses e comunidades indígenas, e provocado danos visíveis ao meio ambiente e ao modo de vida tradicional de determinadas populações. Nesse sentido, será abordada a forma como a comunidade indígena Binnizá, da Colônia Álvaro Obregón – provocada pela ameaça de instalação de parque eólico em seu território – está mobilizada em recuperar sua autonomia política e voltar a exercer seu poder comunal por meio da Assembleia Geral de

Cidadãos. Também será abordada a maneira pela qual os indígenas da 7ª Seção do município de Juchitán de Zaragoza, em sua maioria pescadores, estão organizados para impedir o avanço das instalações eólicas em suas terras comunais e áreas de pesca. O texto analisa ainda de que forma a comunalidad (DÍAZ, 2007, e LUNA, 2002) indígena fornece elementos para as ações de resistência anticolonial indígena e trata dos desafios enfrentados por estes povos, a interlocução com os agentes estatais e as situações de conflito e desintegração social que se configuraram diante da investida das empresas e do governo. O objetivo é analisar como as populações indígenas de Oaxaca têm reagido ao projetos de desenvolvimento que ameaçam seus territórios e visualizar a questão mais ampla de como se constroem a mobilização indígena e as relações interétnicas na América Latina diante do Estado-nação atual.

COORDENADOR/A: BEATRIZ CAIUBY LABATE (CIDE), MICHEL MISSE (UFRJ)

DEBATEDOR/A: ROSA VIRGINIA A. DE A. MELO, SANDRA LUCIA GOULART, TANIELE CRISTINA RUI

O GT visa refletir sobre as representações acerca do consumo de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender os padrões de consumo, seus efeitos e os controles que os cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexiste em torno das “drogas”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de consumo, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. Nenhum discurso serve como referencial externo para a interpretação de outros: o que dizem e fazem os agentes da lei e da saúde são tão legítimos quanto o que dizem e fazem os que consomem ayahuasca, álcool ou crack. Nesse sentido, propõe-se problematizar o paradigma “médico-legal”. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, comporta-se: (1) etnografias sobre práticas de consumo de substâncias que recebem as alcunhas de “droga”, “plantas” e “remédios”; (2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, tais como tribunais de justiça e serviços de saúde; (3) pesquisas que exploram o saber nativo e o encontro entre disciplinas diversas, como, por exemplo, investigações sobre o potencial terapêutico da maconha e dos alucinógenos.

Articulações entre religião, política e cultura: o caso das religiões ayahuasqueiras do Brasil

AUTORES/AS: SANDRA LUCIA GOULART

Esta apresentação realiza uma análise sobre a demanda de reconhecimento do uso ritual da bebida psicoativa ayahuasca como patrimônio imaterial da cultura brasileira, apresentada por alguns grupos religiosos que fazem do consumo desta bebida o centro de suas cerimônias. O objetivo é apontar para as estratégias e argumentações que são privilegiadas por esses grupos na sua mobilização pelo registro do uso da ayahuasca como patrimônio cultural nacional. Trabalho com a hipótese de que esta mobilização implica numa transformação dos modos de relacionamento destes grupos religiosos com outras esferas da sociedade e com o Estado. Há uma alteração na forma de apresentação pública destas religiões: da associação ao debate sobre drogas passa-se à definição da religião como cultura. Comparo esse processo vivido por grupos religiosos ayahuasqueiros com o caso de outras religiões brasileiras. A analogia visa apontar como diferentes definições de religião são construídas no processo de legitimação social de cultos brasileiros. Aponto, especialmente, para as articulações entre as definições de religião e de cultura nesse processo.

Camarão ou prensado? Cultivador ou traficante? Os processos de Incriminação e Identificação no contexto do consumo de maconha no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: MARCOS ALEXANDRE VERÍSSIMO DA SILVA

O objetivo desta proposta é apresentar algumas considerações baseadas em pesquisa de pós-doutorado que venho desenvolvendo, sob o título de “O Aprendizado das Práticas Jurídicas” (PNPD-CAPEs), através do qual procuro aprofundar questões colocadas na tese. Nesta, destaquei a prática da jardinagem como forma auto-abastecimento realizada por parte de consumidores de maconha (*Cannabis sativa* L.), planta cujo consumo e plantio é criminalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro. A partir da leitura de peças processuais onde pessoas aparecem interpeladas nos tribunais por possuírem plantas de maconha, procurei apreender as representações e moralidades estruturantes em tais processos de incriminação aos quais réus e defensores tentam se opor, quase sempre através da construção de

identidades alternativas que ativam também as suas representações e moralidades estruturantes. Embora por conta da clandestinidade de tais jardins não se possa estimar o número de pessoas que a esta prática aderem no Rio de Janeiro, minha etnografia junto a grupos de cultivadores cariocas permite inferir que este número cresceu muito nos últimos anos. Pessoas que se orgulham de abandonar o mercado do “prensado” (maconha prensada oriunda do Paraguai, oferecida nos mercados clandestinos no Rio de Janeiro) para consumirem seus “camarões” (flores, a “verdadeira maconha”, segundo eles). Porém, pessoas são acusadas de traficantes por tal modalidade de jardinagem. Desse modo, minha proposta é tentar compreender os processos de incriminação e identificação aí envolvidos a partir do confronto do que “dizem” os processos com o que a etnografia sugere.

Mestre Irineu, um líder espiritual e comunitário negro na Amazônia

AUTORES/AS: EDWARD JOHN BAPTISTA DAS NEVES MACRAE

Raimundo Irineu Serra nasceu no final do século XIX, no nordeste do Brasil, um neto de escravos. Com a idade de dezenove anos, ele migrou para o então território do Acre, na esperança de ficar rico trabalhando como seringueiro. Mas, apesar da vida na floresta se mostrar muito mais difícil do que o esperado, ele desempenhou um importante papel na colonização e povoamento da região, assim como no processo de integrar esta remota região distante ao resto da ainda jovem república brasileira. Ele aprendeu tradições indígenas e mestiças sobre o uso da ayahuasca e as adaptou de forma a torná-las compreensíveis para pessoas criadas no seio da cultura nacional, com suas diversas influências indígenas, africanas e europeias e uma ética predominante baseada no catolicismo popular. Em um país onde havia grande discriminação racial, a comunidade religiosa que ele organizou foi notável por ser formada principalmente por afro-descendentes. O carisma desenvolvido pelo Mestre Irineu, como ficou conhecido, devido a sua sabedoria e habilidades de cura levou-o a tornar-se uma figura influente e até políticos importantes, como o governador do estado, costumavam frequentar a casa dele, em busca de cura, aconselhamento e apoio político. Após sua morte, Mestre Irineu recebeu inúmeras homenagens e recentemente o Ministério da Cultura determinou o início de uma série de procedimentos com o objetivo de registrar as tradições de ayahuasca como parte do Patrimônio Cultural Imaterial nacional.

O discurso literário sobre os psicoativos

AUTORES/AS: WANDER WILSON CHAVES JUNIOR

A relação entre literatura e substâncias psicoativas, ou, de forma mais ampla, das artes para com estas substâncias atravessa a história do homem. Poderíamos nos remeter a líricos gregos como Arquílocos ou Anacreonte, e dramaturgos como Ésquilo e Epicarmo. De modo geral, esta relação perpassava a utilização de psicoativos para a experimentação de uma experiência estética que desembocasse em uma criação artística, e breves descrições de seus efeitos, como em Homero, e a sua descrição da *nephente*.

No século XIX há uma virada neste tipo de relação e a emergência de uma forma singular de discurso literário sobre os psicoativos. Thomas de Quincey inaugurou o ópio como o centro de seu discurso em uma relação entre ética, estética e uso do ópio em seu livro *Confissões de um comedor de ópio*. O Livro de De Quincey expressava um saber e um reflexão alongada sobre o uso de uma substância Psicoativa que entrava em choque com as construções médicas de seu tempo, valorizando a singularidade da experimentação.

Este tipo de discurso literário irá se desdobrar historicamente, perpassando escritores e poetas como Nerval e Baudelaire, ou o beat estadunidense William Burroughs em seu livro *Junky*. O Beat narra em seu livro uma série de saberes e técnicas referente aos usuários de morfina e heroína na década de 1940 entrando em combate com o conceito médico de *addiction*.

Esta apresentação irá se deter em alguns fragmentos de meu mestrado *O Comissário do esgoto: artes da existência e coragem da verdade na escritura-vida de William Burroughs*, e irá explorar a relação entre ética, psicoativos e literatura a partir dos livros de De Quincey e Burroughs.

Produzindo e qualificando as drogas - etnografia de um coletivo de cientistas das Ciências Médicas

AUTORES/AS: EDUARDO DOERING ZANELLA

A presente pesquisa objetivou investigar etnograficamente a produção de conhecimento médico-científico sobre as drogas, em específico as de uso ilícito. Visto que as ciências médicas são centrais na definição política das drogas em nossa sociedade, pretende-se avançar na compreensão como tal posição é atingida.

A partir do referencial teórico-metodológico dos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia, os objetos de atenção de atenção científica não são compreendidos enquanto entidades pré-existentes ao trabalho que é realizado sobre eles, mas sim enquanto objetos trazidos à existência via as práticas das quais são o centro de atenção.

Objetivou-se compreender de que maneiras as pesquisas médico-científicas tomam as drogas como objeto de estudo, e assim qualificam estas substâncias de uma maneira sempre específica. Para isto, realizei um trabalho de campo junto a um coletivo de pesquisadores das Ciências Médicas, o Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas, vinculado ao Departamento de Psiquiatria da UFRGS. Por meio da observação das práticas de pesquisa deste grupo, nesta apresentação descrevo etnograficamente a “coleta dados” (aplicação de instrumentos psicométricos) que empreendiam com pacientes usuários de drogas, em tratamento para dependência no Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Para este coletivo de pesquisadores, aplicar instrumentos psicométricos em usuários de drogas exige cuidados específicos. Devido ao uso de drogas estes pacientes seriam “confusos” ou “desorientados”, o que compromete suas respostas aos instrumentos – que seriam contraditórias e incongruentes. Deste modo, vários procedimentos são adotados, a fim de “atenuar” os “danos” das drogas sobre os pacientes: as entrevistas apenas iniciam ao quinto dia de internação (para passar os primeiros dias de “intoxicação”); os instrumentos auto-aplicáveis são lidos aos pacientes (visto sua “atenção prejudicada”); o roteiro de questões destas ferramentas é composto por perguntas repetidas (para “captar” as contradições das respostas); e os entrevistadores verificam as inconsistências dos dados coletados, etc.

Argumento que estes procedimentos, para além da condução “correta” da pesquisa, são formas de agir sobre as drogas, pois buscam “neutralizar” seus efeitos sobre os pacientes. Deste modo, estas práticas também transformam estas substâncias: as drogas que seriam inicialmente ativas sobre os pacientes, tornam-se passivas ao longo desta pesquisa. Portanto, as ciências médicas não qualificam as drogas (no sentido de afirmar o que são ou deixam de ser) somente nos ‘resultados finais’ de suas pesquisas: tais substâncias são transformadas e, portanto, qualificadas na própria execução deste empreendimento. A “neutralidade científica” promove relação ativa – e também subjetiva – para com as drogas.

Psicofármaco e sua Magia: metilfenidato e performance.

AUTORES/AS: ELEONORA BACHI COELHO

O Cloridrato de Metilfenidato é um fármaco com ação psicoestimulante amplamente conhecido por um de seus nomes comerciais: Ritalina®. Considerando os dados que apontam a crescente realidade de consumo deste psicofármaco, bem como a presença constante de polêmicas acerca de seus usos, o presente trabalho tem como objetivo investigar os significados atribuídos ao cloridrato de metilfenidato. Para isto, é feita uma análise das narrativas produzidas por usuários do medicamento e de suas interfaces com o discurso biomédico, de modo a demonstrar em que medida esta medicação se insere em uma cultura urbana, e da classe média, na contemporaneidade. Realidade esta em que se constata uma demanda social por excelência no desempenho e intensa competição. Observa-se que, neste contexto, a biomedicina ocupa lugar central nos discursos sob os cuidados da saúde e da doença, no culto da performance e na construção do indivíduo que perpassam as sociedades complexas contemporâneas. Assim, utiliza-se o metilfenidato como um fio condutor para acessar as narrativas em torno de seu uso e os significados sociais nele implicados. A partir da análise do material coletado em entrevistas com usuários do Cloridrato de Metilfenidato, de observações e informações colhidas da tradição etnográfica, bem como do exame dos dados obtidos através de pesquisa documental, demonstra-se que este medicamento põe em evidência uma noção de indivíduo sobre o qual se instaura uma demanda social de superação de limites, de sucesso, de excelência de performance.

A política de drogas em Portugal: atualizações do “dispositivo-droga” e gestão dos ilegalismos

AUTORES/AS: ANTONIO CARLOS RAFAEL BARBOSA

Nesta comunicação busco explorar alguns aspectos das controvérsias presentes no debate público sobre a política de drogas em Portugal a partir de uma ficção contrastiva entre duas perspectivas: por um lado, as avaliações dos operadores do IDT (SICAD) sobre a eficácia do modelo estabelecido nos últimos anos – centrado em ações de prevenção, tratamento e dissuasão – e os atuais desafios gerados pela reforma administrativa ora em curso; por outro lado, as concepções sobre o funcionamento de atual legislação e dos controles institucionais por parte dos

consumidores e vendedores de drogas (particularmente aqueles que participam da venda e do consumo de “ganza” no Bairro Alto e/ou dos produtos vendidos pelas “smartshops” situadas no mesmo bairro; basicamente “incensos” e “fertilizantes”). É meu interesse efetuar tais reflexões a partir do cruzamento analítico com dois conceitos propostos por Michel Foucault e posteriormente desenvolvidos por outros autores: o conceito de “dispositivo” e o de “ilegalismos”.

A Política Nacional de Drogas e a Prática Judicial: Apontamentos Preliminares de Pesquisa

AUTORES/AS: ARTUR DALLA CYPRESTE, BERNARDO BERBERT MOLINA

Desde que entrou em vigor, a lei 11.343 permitiu a modificação do padrão de enquadramento, como usuário (art. 28) ou traficante (art. 33), daqueles que são acusados de crimes envolvendo drogas. Em linhas gerais, em relação ao usuário houve a despenalização mediante a aplicação de penas alternativas, e em relação ao traficante houve a elevação da pena mínima de prisão de três para cinco anos. Dados do Departamento Penitenciário Nacional informam que entre 2006 e 2010, enquanto a população carcerária do país cresceu em torno de 24%, a população de presos por crimes envolvendo drogas cresceu 123%. Em pesquisas relacionadas à temática das drogas, as abordagens apontam um deslocamento da administração institucional de conflitos da esfera judicial oficial para uma esfera extra oficial, isto é, de negociação com policiais (POLICARPO, 2008; GRILLO, 2008). Tais negociações operam mercadorias políticas, como a oferta forçada de armas, proteção, sigilo, informações e liberdades. Assim, a polícia troca (oferecendo ou extorquindo) tais mercadorias que são expropriadas do Estado (MISSE, 2012). Deduz-se daí a hipótese de que para a polícia, com a nova lei de drogas de 2006, houve uma valorização da mercadoria política “classificação por tráfico de drogas”, enquanto inversamente sucedeu a desvalorização da mercadoria “classificação por uso de drogas”, que deixou de ser punida com prisão. Desse modo os prejuízos decorrentes deste fenômeno foram compensados pela oferta ou imposição de outras mercadorias, como a classificação por tráfico. Tais negociações são operadas mediante grande tensão entre policiais e aqueles com quem estas mercadorias são barganhadas. No entanto, em algumas ocasiões, quando tais negociações não encontram êxito pela via extra oficial, cabe o poder

judiciário decidir sobre a existência de verossimilhança entre os fatos alegados pela autoridade policial e a lei. O presente trabalho tem como objetivo compreender as práticas e representações empregadas pelos operadores do campo jurídico, no que tange aos crimes e delitos envolvendo drogas, no sistema de justiça criminal do Estado do Rio de Janeiro. Como recurso metodológico vêm sendo feito etnografias das sessões de julgamento de crimes envolvendo drogas nas varas criminais do tribunal de justiça da comarca da capital. Esta proposta esta relacionada aos objetivos do trabalho de doutoramento e tiveram início no ano de 2013. A partir da análise de interações observadas, pretende-se identificar representações dos operadores do campo jurídico (acusadores e defensores) e testemunhas, confrontando discursos e práticas.

Estigmatização, segregação e consumo de drogas no contexto das políticas públicas de Saúde

AUTORES/AS: ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ

Ao longo dos últimos anos o consumo de drogas no Brasil veio assumindo um caráter público, o que gerou uma maior visibilidade na mídia, tornando-se este um tema do cotidiano das cidades brasileiras. Com isso, assistimos um forte apelo social de intervenções emergenciais para coibir a formação destes grupos em lugares públicos. Entram em cena múltiplos discursos e práticas acerca das drogas, entre eles, a adoção do discurso da Saúde na manutenção do controle social. Este trabalho surge portanto da reflexão teórica acerca do tema a partir da experiência em serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e como parte da pesquisa de mestrado em Antropologia. Tatra-se de uma análise à luz da teoria sobre desvio (BECKER, 2008), estigmatização (GOFFMAN, 2012), segregação (WACQUANT, 2012) e controle social (FOUCAULT, 2012), temas que ajudam a pensar as relações de poder envolvidas no processo de elaboração de ações e de políticas públicas de Saúde e as implicações destas junto aos grupos de usuários de drogas. Observa-se que estes usuários de drogas sofrem sanções e tratamentos diferenciados a depender do estilo de vida, poder econômico, cor, gênero, faixa etária e local onde reside, ou seja, do grupo em que está inserido. Tais características demarcam diferenças entre os grupos, no entanto, estes são aspectos periféricos, pois o que está em jogo é a diferença na relação de poder (ELIAS E SCOTSON,

2000). Sendo assim, o processo de estigmatização não ocorre apenas a partir de comportamentos isolados e características individuais, e sim pelo pertencimento a um grupo em posição de poder inferior a outro. Aspectos como sujeira, pobreza, violência, criminalidade e doença vem a se somar à questão para fomentar, justificar e reforçar ainda mais a estigmatização destes grupos. Tornam-se assim símbolos da desorganização e degradação das pessoas e do local, demandando e justificando intervenções de controle para o não contágio. Os espaços utilizados para o consumo de drogas em que são exigidos intervenções do poder público são aqueles que agregam estes signos de reprovação social, ou seja, aqueles que acolhem os grupos estigmatizados, como o que vem ocorrendo nas chamadas cracolândias e nos CTT's. Portanto, a assimilação ingênua e deturpada do discurso da saúde pode contribuir ainda mais no processo de segregação destes grupos, reproduzindo práticas de exclusão e violação dos direitos humanos em nome da proteção da sociedade, como podemos observar em Foucault (1987) sobre o tratamento destinado à loucura ao longo da história.

Liberação ou proibição? Um estudo sobre discursos e representações acerca da política de drogas presentes no Congresso Nacional

AUTORES/AS: NALAYNE MENDONÇA PINTO

O presente trabalho tem por objeto analisar os discursos e as representações sociais acerca dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre política de drogas. Nos últimos 5 anos o debate sobre a reforma da política de drogas ganhou projeção nacional em vista das mudanças legislativas e ampliação do debate no cenário internacional. Seguindo assim uma tendência liberal de flexibilizar a permissão para o uso recreativo e outros fins de determinadas substâncias ilícitas, principalmente “maconha”. Em outro sentido, propostas de recrudescimento penal foram apresentadas no Congresso Nacional. Com a finalidade de aumentar as penas para o crime de tráfico, entre outros, mantendo a proibição do uso e estabelecendo políticas de saúde que visam a abstinência total e as internações compulsórias como solução para a dependência química. Nesse sentido, este trabalho pretende identificar e compreender os discursos que embasam a elaboração de dois projetos de lei que tramitam atualmente no parlamento brasileiro, quais sejam: o PLC 37/2103 que representa um endurecimento da atual lei de drogas e o PL 7187/2014 que propõe a legalização da maconha. E, além disso, a Sugestão n.08

(petição pública) apresentada ao Senado Federal em 2014 que também propõe a legalização da maconha. Por conseguinte, o que este estudo pretende apontar são os embates discursivos, que nem sempre se fundamentam em controvérsias de natureza conceitual, mas que compõem o cenário político e mobilizam e inspiram os atores nas disputas de poder para fazer valer suas verdades.

Os perigosos: uma análise da construção do usuário de drogas como inimigos da ordem pública

AUTORES/AS: AKNATON TOCZEK SOUZA, PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES

O artigo tem como tema o controle social e busca analisar se o seu exercício através do cárcere tem servido como uma política pública aos usuários de drogas em situação de pobreza. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em processos criminais, onde existe a prisão preventiva de pessoas envolvidas com o consumo de drogas, visando compreender o discurso que fundamenta a prisão. Artigo parte do pressuposto da existência de várias formas de controle social, que se encontram dispersas na sociedade em diversas formas. Desta maneira, o controle social não é algo inerente à sociedade ou natural, mas sim socialmente construído, sendo um efeito do processo de socialização que dentro de um tipo ideal pode ser normal, através de mecanismos de integração social que promovam coesão e solidariedade; ou perverso, através de mecanismos que buscam excluir os conflitos, diferenças e mascarar as desigualdades, reiterando estigmas e prenoções, resultando em um estado de anomia. Uma das formas de controle social perverso é o cárcere, incentivado por programas de segurança pública e realizado através do sistema de justiça criminal, resultando em uma forma de política pública. É importante destacar que considero todas as ações do Estado para implementar e/ou ofertar serviços como política pública, nesse conceito a prisão é uma política pública. A genealógica foucaultiana da política antidrogas, é peça chave para o entendimento das relações de saber/poder que fundamentam formas de controle social, onde não só as substâncias são valoradas socialmente de modo negativo e legalmente como “ilícitas”, mas também incidem diretamente sobre os corpos que passam a serem vistos como “classes perigosas”, como perigo à ordem pública. Este artigo é fruto do debate e da pesquisa de mestrado em sociologia política na UFPR.

“They don’t want me”. Uma análise comparativa das relações sociais estabelecidas entre os usuários de crack e heroína nas cidades do Rio de Janeiro e Nova York: os efeito da exclusão social.

AUTORES/AS: DANIELLE DE CARVALHO VALLIM

O presente trabalho analisa comparativamente a interferência das políticas públicas de criminalização do uso nas relações sociais e nas vulnerabilidades relacionadas ao uso de crack e heroína entre seus usuários nas cidades de Rio de Janeiro e Nova York. Tal pesquisa analisou a interferência das políticas públicas no processo de exclusão e estigmatização do usuário nas relações sociais e no efeito sobre as vulnerabilidades relacionadas ao uso. Para isso, foi realizado um trabalho etnográfico de observação e realização de entrevistas semi estruturadas em cenas de uso e locais de sociabilidade de usuários de crack e heroína nas duas cidades. O resultado foi a percepção do quanto a categorização de algumas substâncias consideradas ilícitas como o crack e a heroína promove a exclusão e auto-exclusão deste grupo de usuários da prática de relações sociais cotidianas em sociedade e atenuam o uso abusivo e as vulnerabilidades relacionadas ao uso destas substâncias.

Firme nos Propósitos: etnografia da internação de usuários de “drogas” em Comunidades Terapêuticas

AUTORES/AS: MATHEUS CARACHO NUNES

Atualmente, as Comunidades Terapêuticas (CTs), desempenham papel fundamental na gestão de usuários de crack e outras “drogas” no âmbito das políticas públicas vigentes. Considerando este cenário, este artigo focaliza uma Comunidade Terapêutica (CT) denominada Associação Amigos da Vida (AAVIDA), localizada em Araraquara/SP. O objetivo geral aqui proposto é descrever e analisar o cotidiano desta CT, com especial atenção para a sujeição dos residentes perseguida neste contexto. Os objetivos específicos são: i) compreender as normas, códigos de conduta, valores e moralidades que emergem no convívio entre os internos, funcionários e visitantes, que operam no cotidiano da Comunidade Terapêutica, e as regras institucionais que orientam o trabalho dos funcionários; ii) compreender os dispositivos disciplinares mobilizados pela instituição, e como se

processa sua intenção de fazer surgir “novos sujeitos”; iii) entender as reelaborações feitas pelos residentes, como resistência à metodologia institucional. A hipótese é de que inscrita nas práticas das CTs estrutura-se simultaneamente: i) a construção de um padrão moral de condutas socialmente aceitas; ii) uma estratégia estatal e religiosa de gestão de populações de risco e os modos de resistência a esses ordenamentos. O artigo é fruto de pesquisa realizada desde a graduação e estende-se pelo mestrado. É amparado por trabalho etnográfico, que comporta: i) visitas intercaladas, realizadas desde 2012; ii) imersão de “internamento” com dois períodos de quinze dias, um deles já realizado.

Narrativas sobre o consumo de substâncias em grupos de Narcóticos Anônimos: a transformação das histórias individuais no contexto da ajuda mútua

AUTORES/AS: JULIANA DEPRÁ CUOZZO

O presente trabalho procura compreender uma das maneiras de se lidar com a relação, considerada por alguns como problemática, entre sujeitos e as chamadas substâncias psicoativas. Esta pesquisa examina narrativas sobre suas práticas de consumo de certas substâncias, apresentadas em reuniões de grupos de ajuda mútua, especificamente os grupos de Narcóticos Anônimos (NA). Para tanto, realizei trabalho de campo de orientação etnográfica em um desses grupos na cidade de Porto Alegre, participando de reuniões abertas mensais e semanais. As técnicas de pesquisa utilizadas foram as de observação participante e entrevistas sem roteiro. Dentre os resultados observados na pesquisa, ressalto que as narrativas dos membros sobre suas práticas de consumo de substâncias se dão no contexto das partilhas que são depoimentos individuais que ocorrem durante as reuniões e, nesse sentido, possuem um tempo e uma forma específica perpassada pela mensagem do NA, que foca preponderantemente na recuperação do adicto. Concluímos, entre outras coisas, que as narrativas, embora fundamentadas nas histórias individuais, se configuram como um momento de atualização dos valores comuns que norteiam a re-organização da vida dos participantes dos NA.

No “estalo” da pedra: o tratamento do usuário abusivo de crack e a descentralização da abstinência enquanto índice de cura

AUTORES/AS: GUSTAVO SATLER CETLIN

A pesquisa “A problemática do Crack na região metropolitana de Belo Horizonte: tráfico, uso compulsivo, violência, políticas e tratamentos.”, realizada entre 2008 e 2010 pela PUC Minas e financiada pelo CNPq, investigou os diversos efeitos do uso de crack nos âmbitos da segurança pública e da saúde. Utilizando de dados quantitativos e qualitativos, buscou-se então traçar um panorama do impacto que o uso abusivo do crack teria tido sobre os índices de violência na cidade e sobre o trabalho dos profissionais de saúde nas instituições que ofertam cuidados a esse usuário. Do ponto de vista das estratégias de tratamento, descortinou-se com a investigação não só grande imprecisão terminológica de diversos termos utilizados no trabalho terapêutico, mas também o sentimento de fracasso e impotência dos trabalhadores da saúde em relação a esse usuário. Ambos os problemas foram analisados como advindos não propriamente do aparecimento de um consumidor de drogas diferente dos demais, mas na constatação de que o consumidor compulsivo de crack causa tensões no paradigma na abstinência, sendo a dinâmica de suas demandas assistenciais causadoras de verdadeiras fissuras no campo do saber profissional em torno da cura. Tal como do aquecimento da pedra rompe o estalo que dá nome ao crack, este usuário catalisa a discussão em torno dos ideais biomédicos de que o tratamento deve promover não a produção de uma subjetividade nova, mas de um corpo disciplinado pelas leis do mercado médico: a medicalização da vida, a politização do risco e a heteronomia da saúde. Abre-se, a partir dessa análise, a discussão de que, se a representação social do uso de drogas como doença respalda determinadas posturas terapêuticas, deve-se pensar que a problematização das políticas de saúde deve passar, primeiramente, pelo questionamento do ato de se drogar como patologia. Para tal, propõe-se o resgate, defesa e melhor elaboração da noção de responsabilidade subjetiva, da dimensão cultural do uso e de uma prática psicopatológica clínica (e não estatística).

Redução de Danos e Empreendedorismo de Si: Reflexões sobre a militância e a governamentalidade neoliberal

AUTORES/AS: PABLO ORNELAS ROSA

As primeiras experiências com políticas de Redução de Danos ocorrem na Inglaterra na primeira metade do século XX, quando o Ministro Rolleston passou a prescrever metadona para o tratamento da dependência da heroína. No Brasil, essas experiências começaram institucionalmente em 1989, na cidade de Santos/SP, com a distribuição de preservativos e seringas destinadas à usuários de cocaína injetável, que tinha como principal objetivo reduzir os índices de contaminação de HIV/Aids. Como a grande parte daqueles que reivindicavam por essas políticas de Redução de Danos era composta por usuários ou ex-usuários de drogas, foi possível constatar a emergência de movimentos sociais organizados por esses sujeitos que passaram a se profissionalizarem na condição de (agentes) redutores de danos, divulgando suas ideias que consistiam em assumir o controle de si e dos outros no que se refere ao consumo de drogas. Esse artigo, fundamentado em um diálogo entre os autores, parte de reflexões, experiências e debates extraídos de suas pesquisas de mestrado e doutorado que, ao se amparar na análise genealógica foucaultiana, mostram como ocorreu certa profissionalização de indivíduos incumbidos de ensinar técnicas bastante próximos daquilo que Michel Foucault chamou de poder pastoral, também caracterizadas pelo controle das condutas através do policiamento do outro.

COORDENADOR/A: MARIANA DE CAMPOS FRANCOZO (UNIVERSIDADE DE LEIDEN), CHRISTIANO KEY TAMBASCIA (IFCH - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Nas últimas duas décadas, museus indígenas vêm surgindo como forma legítima de atuação política e cultural de diversos grupos. Do mesmo modo, vêm se desenvolvendo no Brasil uma série de práticas museológicas que partem de relações de parceria com povos indígenas para compor exposições e desenvolver estudos de coleções etnográficas históricas ou recentes. Ao mesmo tempo, reflexões antropológicas atuais apontam para a necessidade de lidar com a constituição de subjetividades dos povos indígenas no processo relacional de negociações estabelecidas com múltiplos agentes. Torna-se claro não só que os antigos “informantes” são produtores de conhecimento, mas, sobretudo, que constituem-se nestas próprias negociações, dialogando muitas vezes com as formas de atuação e representação dispostas pelo Estado, por poderes locais e pelos antropólogos, ressignificando assim noções como tradição, cultura, patrimônio e identidade. A proposta deste GT é examinar as experiências de museologia indígena e etnomuseologia à luz destas reflexões. A partir de estudos de caso empíricos, propomos uma discussão atravessada por dois problemas teórico-metodológicos centrais (mas não únicos): por um lado, como tais experiências contribuem para a reformulação de esferas institucionais e narrativas disciplinares e, por outro, como funcionam enquanto espaços de negociação e (re)criação de identidades políticas e culturais.

Cultura e Afirmação Étnica: Reflexões iniciais acerca do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé (CE)

AUTORES/AS: THAYNARA MARTINS FREITAS

Propõe-se no presente resumo apresentar os primeiros passos da pesquisa que está sendo realizada acerca do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, e submetido ao curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. A etnia Jenipapo-Kanindé se encontra na Terra Indígena Lagoa da Encantada, no município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza. Conhecidos há décadas como os Cabeludos da Encantada, fato que comprova a percepção da sociedade envolvente quanto a sua diferença identitária. Como apresentado, a pesquisa proposta é um exercício inicial e tem por objeto de estudo o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, compreendido a princípio por um espaço gerido pelos índios e construído por eles no território que reivindicam, entendendo este território como importante na configuração da identidade do grupo étnico. Compreende-se o museu como lugar que reforça a memória e que se tornou um elemento cultural de afirmação étnica. Esta afirmação étnica é buscada com o objetivo de serem reconhecidos socialmente para verem cumpridos seus direitos garantidos por lei, tais como demarcação da terra, educação e saúde diferenciada. Especificamente, pretende analisar a memória dessa etnia, representada no museu, além de entender a importância do mesmo para o grupo e para a afirmação da sua identidade. Busca-se também investigar como os índios são vistos pelos não índios que visitam o museu, esta investigação do olhar dos não índios se faz importante, pois nos conceitos de identidade destaca-se o reconhecimento social da identidade de um determinado grupo pelos “de fora”. Autores que discutem os conceitos de identidade, de memória, categorias museológicas e de patrimônio material e imaterial servirão como base teórica para a elaboração deste trabalho. Portanto, partindo da base teórica e das primeiras observações realizadas em campo e de alguns discursos dos próprios índios Jenipapo-Kanindé, como o exposto por eles na página do museu na rede social Facebook, se pensa o museu como espaço de ressignificação da memória através dos objetos, de importância educacional, de mobilização sócio-política e comunitária, no qual, esses índios buscam serem os porta-vozes de sua história e exaltam o valor e a importância de sua terra indígena, sua cultura e de todo o processo histórico vivido pelos mesmos. Outras idas a campo

serão necessárias e, vale ressaltar que, se pretende ter acesso aos discursos de outros responsáveis envolvidos nessa empreitada museológica, tais como representantes do Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM e da Rede Cearense de Museus. Este resumo apresenta um projeto inicial de pesquisa que está em andamento, assim, nenhuma conclusão específica e dotada de propriedade pode ser exposta.

Museus Desejados e outras Narrativas do Grupo Indígena Xucuru-Kariri sobre Museus

AUTORES/AS: JULIO CÉZAR CHAVES

O grupo indígena Xucuru-Kariri vive predominantemente no município de Palmeira dos Índios, em Alagoas e ocupam as seguintes áreas indígenas: Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Serra do Capela, Cafurna de Baixo, Serra do Amaro, Boqueirão, Coité e Monte Alegre, esta última não reconhecida. Os indígenas que residiam na Fazenda Pedrosa mudaram-se para Caldas-MG.

Em março de 2012, no contexto da “retomada” e luta pela demarcação de suas terras, tive o primeiro contato com os Xucuru-Kariri, como museólogo do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da Universidade Federal de Alagoas – MTB/UFAL. Participei de uma reunião com as lideranças Xucuru-Kariri da Fazenda Canto cujo motivo era tratarmos sobre o Projeto Abril Indígena 2012 do MTB, um dos vencedores do Edital Ponto de Memória (2011), do Ministério da Cultura do Governo Federal. Nesse encontro, tomei conhecimento da existência do Museu Xucurus de História, Arte e Costumes na cidade de Palmeira dos Índios, das críticas que os índios lhe dirigem, bem como do desejo de algumas lideranças Xucuru-Kariri de criar um museu no local da “retomada”.

De certa forma, esse encontro me levou a escolher como tema de pesquisa as “narrativas dos Xucuru-Kariri sobre Lugares de Memória” visando abrir espaços de discussão e disputa sobre o poder de representação dos indígenas nesses espaços. Os objetivos específicos são: a) compreender os significados da auto reivindicação de um museu na(s) aldeia(s) dos Xucuru-Kariri; b) compreender a importância do Museu Xucurus de História, Arte e Costumes de Palmeira dos Índios para o grupo indígena Xucuru-Kariri; c) analisar as representações dos Xucuru-Kariri sobre os objetos expostos no Museu Xucurus de História, Arte e Costumes.

Estou utilizando de recursos da pesquisa etnográfica, tais como observação

participante, entrevistas com algumas lideranças Xucuru-Kariri, aliados e pesquisadores desse grupo indígena, além dos funcionários, ex-funcionários e responsáveis pelo Museu Xucurus de História, Arte e Costumes.

Concomitante, estou realizando também pesquisa em arquivos e consultas a literatura específica sobre os museus indígenas no Brasil, bem como sobre o grupo indígena Xucuru-Kariri.

Após a minha primeira viagem a campo, fui informado que o desejo por espaços museológicos não está presente apenas na comunidade que eu visitei em março de 2012. Esse desejo repercute, em mais duas áreas indígenas. São elas: a área da Mata da Cafurna, na qual o cacique concebe a ideia da aldeia como um museu e na Serra do Capela, onde (ali) o cacique expressou o desejo de um museu “para o povo da aldeia”. Temos aqui duas concepções de museu: na Mata da Cafurna a proposta é mais abrangente, algo parecido com um ecomuseu, diversamente, os “museu desejados” da Fazenda Salgado e o da Serra da Capela são projetos parecidos com a proposta de “museu tribal”. Segundo James Clifford (2003), esse tipo de instituição “(...) refletem formas de acumulação, memória e exposição tanto indígenas como ocidentais. Projetam uma visão da história como luta, sobrevivência, renovação e diferenças contínuas (...)” (p. 249).

Posteriormente, fui informado que o Pajé Celso, juntamente com outras lideranças da Fazenda Canto reivindicam o acervo do seu povo junto ao Museu Xucurus de História, Arte e Costumes. Penso, que a ideia do repatriamento de parte do acervo desse museu não está dissociada do processo de “retomada”, pois esses objetos fazem parte do patrimônio cultural dos Xucuru-Kariri. A pesquisa, em andamento, revela que a questão do repatriamento para algumas lideranças Xucuru-Kariri é uma questão política, assim como ter seus espaços de memórias nas aldeias. Os objetos desse grupo indígena, atualmente fora das aldeias e ressignificados dentro do museu, fazem parte do patrimônio cultural dessa etnia. Utilizo a noção de patrimônio proposta por ABREU (2007) “(...) enquanto um bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural por meio dos quais um grupo social pode se reconhecer enquanto tal (...)”. (p. 267). Esses objetos possuem significados sociais que extrapolam os atributos utilitários reservados a eles. O grupo indígena Xucuru-Kariri visita e fiscaliza regularmente “seus” objetos, além do mais, esses são “desejados” por algumas lideranças indígenas. José

Reginaldo Santos Gonçalves (2005, p. 15-36) assinalou certa vez que os objetos “(...) afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social”.

Em virtude das mudanças na configuração política, bem como do acirramento dos conflitos fundiários, hoje os índios reivindicam seus objetos contidos nesse espaço, manifestando críticas à representação que ali é divulgada. Para os Xucuru-Kariri importa construir seus espaços de memória dentro de suas aldeias e preferencialmente para seus pares. Para o Pajé Celso os jovens da aldeia configuram esse ‘público’ alvo.

Os objetos desse grupo indígena não mais ocupam um lugar de destaque no Museu Xucurus de História, Arte e Costumes, atualmente estão localizados nos fundos do museu, no anexo. Esse espaço possui duas salas, a primeira contém objetos relacionados aos negros (principalmente elementos de tortura, além de três manequins representando escravos), armaria (muitas armas), mobiliário, uma vitrine com objetos indígenas etc. Os demais objetos do grupo indígena em questão estão expostos na segunda sala do anexo, são vestimentas, armas, igaçabas etc. Esses objetos dividem o espaço com fósseis, um fragmento do muro de Berlim, um gibão de couro do músico Luiz Gonzaga, troféus (de conquistas esportivas), máquinas datilográficas, máquinas registradoras, animais empalhados, moedas, cédulas, dois manequins representando dois brincantes de um reisado local, objetos sobre o menor homem do mundo (que viveu no município de Palmeira dos Índios) etc. Um detalhe importante a ser assinalado é que nesse mesmo espaço estão expostas algumas pedras marco de medição das terras desse grupo, descobertas e retiradas por um dos fundadores do referido museu.

O fato dos artefatos indígenas estarem expostos junto a um conjunto de armas (na primeira sala do anexo) e os demais próximos a fósseis, pedras marco de medição e igaçabas mostrou ser um dado relevante para a pesquisa. Existe aí uma narrativa que reitera a ideia dos indígenas como pertencente ao passado, invisibilizando sua existência e atuação atual.

Na primeira visita ao museu ouvi uma frase nas dependências: “(...) o museu é bastante visitado pelos índios, contudo não são índios puros (...)”. Essa frase exemplifica uma das imagens dos índios para parte da população palmeirense.

Categorizar os índios em puros e impuros significa pensar a etnicidade ou a cultura ou ambos como algo fixo, estático e ou homogêneo, o que inviabiliza o reconhecimento das identidades indígenas e seus direitos.

Os conflitos que permeiam a história do Museu Xucurus de História, Arte e Costumes apontam para a importância das reflexões acerca do patrimônio cultural de um ponto de vista antropológico. Considero as ressonâncias entre o ‘instituído’ e o ‘desejado’ como um processo que, apesar das contradições locais, ressalta duas faces de uma mesma ‘realidade’.

Seguindo as sugestões teóricas de Fredrik Barth (2005, p. 17) relativas à necessidade de se afastar da ideia de cultura como algo compartilhado e fixo e a proposta de se abordar a elaboração dos “fluxos culturais” por atores sociais concretos e em específicos contextos, busco articular as apropriações (reivindicatórias e desejadas) dos espaços museológicos pelos Xucuru-Kariri como uma tessitura em constante (re)-construção de limites em áreas nas quais ocorrem diferentes tensões identitárias. Para tal propósito, o conceito de “processo de territorialização” de João Pacheco de Oliveira Filho (2004) abre a possibilidade de investimento em novas questões, para o avanço da pesquisa que venho desenvolvendo. Considero que a reivindicação do museu como espaço de formação para os jovens da aldeia pode significar também, o investimento do grupo na consolidação de suas relações com o território que habitam.

O Museu Câmara Cascudo/UFRN : novos paradigmas, novos caminhos junto às comunidades indígenas do Rio Grande do Norte.

AUTORES/AS: JUSSARA GALHARDO AGUIRRES GUERRA, CO-AUTORA: GORETE NUNES

No Rio Grande do Norte a questão da identidade étnica indígena e de sua autoafirmação é algo bem recente, sobretudo no espaço museológico, mais especificamente no Museu Câmara Cascudo - UFRN. Isso porque historicamente os povos indígenas no Estado sofreram grandes perdas tanto físicas, quanto em suas instituições culturais e simbólicas ao longo dos séculos de contato, tendo o reforço dos registros oficiais que difundiram a ideia de seu “desaparecimento” (CASCUDO, 1955; 1995; LYRA, 1998).

Atualmente a presença indígena no Estado do Rio Grande do Norte por meio dos próprios atores sociais – os indígenas – esclarece sobre essa história pouco

conhecida, apontando para realidades ignotas e silenciadas pelos discursos autorizados. Novos paradigmas se voltam para desmitificar processos ideológicos de dominação e versões da historiografia que ocultaram as alteridades no Estado. Daí a importância de se tornar conhecido o processo de reelaboração e reafirmação de identidades étnicas vivida pelas populações indígenas contemporâneas.

As mudanças na forma como os museus se relacionam com a sociedade têm levado estudiosos e pesquisadores a uma maior responsabilidade para com as comunidades a que servem. Algumas das experiências atuais implicam a participação das comunidades de variadas formas e em diferentes níveis que alcançam tanto os espaços museológicos, suas paisagens e acervos etnográficos como as demais instâncias públicas. O museu moderno deve ter como princípio celebrar a diversidade cultural, o multiculturalismo, tendo como papel social extrapolar suas portas e limites físicos para interagir com as comunidades, buscando outras realidades, a cultura viva, pulsante, que se renova e se atualiza.

Por uma antropologia dos museus indígenas: práticas de colecionamento, categorias nativas e regimes de memória

AUTORES/AS: ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

O desenvolvimento de processos museológicos protagonizados por movimentos indígenas atualmente se destaca no cenário nacional e internacional. A partir do momento em que povos indígenas desenvolvem seus processos museológicos, atribuindo-lhes sentidos próprios, o discurso colonialista dos museus tradicionais cede espaço para uma representação sobre si, uma construção em primeira pessoa do plural, dos povos indígenas sobre eles próprios. Isso fortalece uma revisão do papel, significado e uso das coleções etnográficas, ao mesmo tempo em que é crescente a organização de museus entre os povos indígenas em vários países no mundo. Nestes processos, indígenas orquestram a história sob a lógica de seus próprios esquemas, não constituindo visões “sobre” os índios, mas “dos” índios, que apresentam seus pontos de vista sobre suas culturas e trajetórias. Se, por um lado, fazem parte de um amplo processo de renovação que atinge o campo museológico, os museus indígenas oferecem, para a Antropologia, configurações específicas do protagonismo representacional pós-moderno. Fenômeno que perpassa as organizações sociais de caráter étnico, relacionam-se

com as mobilizações políticas e com as políticas da memória destas populações. Esta ruptura política e conceitual abriu um importante espaço para uma revisão do olhar antropológico sobre o “outro” construído através dos objetos e coleções etnográficas, nos convidando a compreender os novos discursos e representações sobre si construídos pelos museus indígenas. A junção de termos designativos aos processos de apropriação dos museus pelos índios já vem ocorrendo em círculos científicos e entre integrantes dos movimentos indígenas. Referidos também como “museus tribais” e “museus étnicos”, a comunicação visa apresentar um breve mapeamento destas experiências no Brasil, problematizando o significado destes processos museológicos e da própria noção de museus indígenas, a partir de experiências etnográficas realizadas entre 2006 e 2014.

Compartilhando Coleções e Conectando Histórias: uma experiência de museologia colaborativa

AUTORES/AS: MARIANA DE CAMPOS FRANCOZO

Esta apresentação trata do projeto “Compartilhando Coleções e Conectando Histórias”, uma parceria institucional entre o Museu Nacional de Etnologia da Holanda e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Apoiados pelo edital Conversacionais II/Ibermuseus, este projeto é feito em parceria com o povo indígena Ka’apor da T.I. Alto Rio Turiaçu, Maranhão. O objetivo do projeto é reconectar as coleções etnográficas Ka’apor nestes dois museus com a comunidade de origem e desenvolver junto aos Ka’apor um projeto de exposição baseado nas coleções estudadas. Nesta apresentação, discutiremos os limites inerentes a este tipo de trabalho bem como as possibilidades museológicas e interpretativas neles contidas.

Memórias e diálogo: experiências que se constroem com os ameríndios Kaxuyana e as coleções etnográficas europeias

AUTORES/AS: ADRIANA RUSSI TAVARES DE MELLO

Abrigadas em museus europeus a pouco mais de cinquenta anos as coleções etnográficas com artefatos dos Kaxuyana, povo indígena guianense, somam cerca de 500 objetos entre adornos, plumária, cestaria, artefatos de caça e pesca,

armas, cerâmica e outros. Estes objetos integram coleções de importantes museus como: Nationalmuseet (Copenhagen/Dinamarca), Kulturhistorik Museum (Oslo/Noruega), British Museum (Londres/Inglaterra), Museum für Völkerkunde Hamburg (Hamburgo/Alemanha) além de uma pequena coleção no Moesgaard (Aarhus/Dinamarca). Entre eles apenas dois destes museus expõem um importante artefato kaxuyana: um adorno plumário denominado pelos Kaxuyana como txama-txama. Coletados entre o início dos anos de 1940 e o final dos anos de 1950 os artefatos destas coleções são reveladores de outros tempos. Muitos destes objetos guardam inúmeras memórias do cotidiano e dos momentos de rituais e festas dos Kaxuyana da primeira metade do século XX. Apesar disso, a respeito destas coleções pouco se sabe - na literatura constam alguns poucos artigos publicados em alemão no princípio dos anos de 1960 e um comentário num verbete sobre os Kaxuyana publicado no Brasil nos anos de 1980. Os Kaxuyana, ameríndios do grupo Karib que vivem na região do Baixo Amazonas (Brasil) e que somam hoje cerca de 350 indivíduos, tem entre suas práticas contemporâneas a produção de alguns destes artefatos. Esta comunicação aborda uma experiência ainda sua em fase embrionária sobre tais coleções etnográficas e a aproximação em diálogo com os Kaxuyana da aldeia Warahatxa Yowkuru e estes acervos. As lembranças suscitadas entre os Kaxuyana pela análise das imagens de vários destes artefatos tem possibilitado um interessante exercício de trocas de saberes em que participam os Kaxuyana, pesquisadores e curadores destes museus. Esta experiência dialógica se inspira nas proposições da Nova Museologia. No viés das instituições museológicas este caso abre um interessante momento de reflexão e reavaliação das coleções e areja as narrativas até então construídas. No âmbito do grupo Kaxuyana esta iniciativa tem provocado um instigante diálogo intergeracional que imaginamos terá desdobramentos profícuos que contribuirão no processo vivido pelo grupo de valorização cultural e fortalecimento de seu kwe'toh kumu. Contradizendo prognósticos pessimistas emitidos por pesquisadores, este é um belo caso em que um povo e sua cultura não foram suplantados pelas inúmeras adversidades.

Museus e Povos Indígenas: valorização, gestão e acessibilidade dos acervos

AUTORES/AS: LÚCIA HUSSAK VAN VELTHEM

Observa-se que, no presente, determinadas instituições museais brasileiras seguem para um novo destino. Colocam em cheque a incomensurável distancia entre as comunidades indígenas contemporâneas e as coleções de cultura material produzida pelos seus antepassados e representadas em seus acervos. Desta forma, alguns museus orientam-se para um novo destino e assim buscam diminuir essa separação, apresentando respostas para as relações que as sociedades ameríndias podem e devem estabelecer com o seu passado. Essas instituições voltam-se também para novas maneiras de se relacionarem com os povos indígenas e, portanto, ativam outros mecanismos, tais como o desenvolvimento de contextos de valorização e acessibilidade, cujo ponto de partida é a própria cultura indígena em questão e seus protagonistas. Buscam, desta forma, assegurar-lhes direitos à memória, à cultura, ao tempo, como um dever de gestão negociada, mas nem sempre concordante (Tornatore, 2010). A presente comunicação apresentará experiências etnomuseológicas entre os povos indígenas do norte do Estado do Pará e do noroeste do Estado do Amazonas e pretende discutir as implicações de uma “gestão negociada” na acessibilidade/disponibilidade dos acervos museais e outros acervos dos povos indígenas, e como elemento indutor de valorização cultural e política.

COORDENADOR/A: ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO),
MARIANA PALADINO (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

DEBATEDOR/A: ANA ELISA DE CASTRO FREITAS

O GT pretende fomentar a discussão sobre a ampliação das fronteiras do fazer antropológico, possibilitando o diálogo entre experiências de pesquisa, consultoria e gestão de projetos no âmbito da educação escolar indígena. Assim, convidamos trabalhos que apresentem reflexões sobre a relação povos indígenas/processos educativos, resultantes de pesquisas e/ou de práticas de intervenção, problematizando as interfaces do fazer antropológico neste campo, a discussão dos procedimentos metodológicos, a relação pesquisador-sujeitos pesquisados e os desafios ético- políticos envolvidos nas experiências e nos projetos contemporâneos da educação escolar indígena. Interessa-nos especialmente as propostas que deem conta dos processos de construção de conhecimentos - coletivos e individuais- gerados nos cursos de formação para indígenas, nos diferentes níveis de ensino, as apropriações dos “conhecimentos tradicionais” e os diálogos, conflitos e impactos de tais processos nos próprios sujeitos envolvidos, nas instituições de ensino nas comunidades indígenas.

A educação escolar para os indígenas e o indígena na educação escolar no Brasil: uma reflexão local sobre as políticas de educação a partir de experiências de fazer antropológico.

AUTORES/AS: ODAIR GIRALDIN

A lei 11645/2008, alterou a lei 9394/1996 modificando o artigo 26 que passou a ter uma parte identificada como Art. 26A e tendo a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.”

Ao longo dos últimos quinze anos tive a oportunidade de viver diferentes experiências ligadas a educação escolar indígena. Desde professor em cursos de formação, a membro do conselho estadual de educação escolar indígena no Tocantins, pesquisador dos efeitos a educação escolar para os povos indígenas, redator dos resultados da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, representante da Universidade Federal do Tocantins em conselho do Território Etnoeducacional Timbira, até a produção de material didático para escola indígena, chegando atualmente ao Programa Saberes Indígenas na Escola. Nesta apresentação, explorarei essas experiências refletindo sobre essa relação entre prática de antropólogo, papel da universidade na relação com os povos indígenas e relação entre política pública e a teoria sobre o Brasil e o lugar do indígena na sociedade brasileira. Afinal, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal (art. 210) e as normativas sobre a educação escolar indígena garantem a afirmação da diversidade cultural, a legislação sobre a educação escolar não indígena, como o artigo 26A em epígrafe, nega essa diversidade ao colocar o indígena como um contribuidor subalterno a formação social “pertinente à história do Brasil”. Assim, qual o papel da educação escolar para os indígenas e qual o papel dos indígenas na educação escolar no Brasil?

A Formação Superior em Gestão Territorial Indígena em Roraima: Proposta político-pedagógica, Impactos e Desafios

AUTORES/AS: MARIA ALEJANDRA ROSALES VERA BARBOSA

A Universidade Federal de Roraima/UFRR é a primeira instituição de ensino superior a implantar cursos específicos de graduação destinados à formação de profissionais indígenas. Em 2001 cria o Núcleo Insikiran, hoje Instituto INSIKIRAN de Formação Superior Indígena, oferecendo no 2014 três cursos de graduação específicos para indígenas: Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial e Gestão em Saúde Coletiva. A força e articulação política do movimento indígena roraimense foi fundamental para a criação do Instituto e do bacharelado em gestão territorial, contribuindo inclusive na elaboração do Programa Nacional “PNGATI–Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas”; institucionalizando assim o reconhecimento à educação superior específica e intercultural e melhor instrumentalização da gestão territorial e ambiental sustentável de suas terras. O envolvimento acadêmico e prático dos estudantes indígenas do Instituto com a gestão territorial de suas terras é uma condição básica para a sua existência, seja através de atividades já tradicionais ou de projetos executados com sucesso nas suas comunidades. De modo que, em este GTs refletiremos sobre as diversas razões que destacam a importância deste Curso Superior, avaliaremos impactos e discutiremos o papel da terra e dos territórios, como aspectos fundamentais para que estes grupos garantam sua sobrevivência física e cultural. Analisaremos os desafios enfrentados por estes povos na atualidade e, de que modo a formação superior de gestores territoriais indígenas em Roraima pode vislumbrar iniciativas interessantes de pesquisa e de práticas na área da sustentabilidade econômica; segurança alimentar; patrimônio indígena; agroecologia e manejo ambiental; empreendimentos sociais e infraestrutura e serviços. Estas ênfases dadas na proposta político-pedagógica (PPP), fazem frente aos problemas impostos às comunidades da região, especialmente as relacionadas à redução territorial e degradação ambiental. Destacamos a proposta de ensino baseada na “pedagogia da alternância” –2 meses de “tempo universitário”, 2 meses de “tempo comunitário”-. Esta estratégia promove um processo de aprendizagem que não divide o conhecimento em teoria e prática, além de manter aos estudantes vinculados às suas comunidades de origem. Todavia relataremos a experiência

pedagógica da problematização contextualizada de assuntos de interesse para estes grupos étnicos, cursando temas contextuais e não disciplinas e, sendo tratados de forma inter e transdisciplinar. A formação destes profissionais demanda novas fronteiras do fazer antropológico, desafios frente à necessidade da implantação de pedagogias de ensino e sem perder a valorização da cultura e o conhecimento ancestral dos povos ameríndios contemporâneos.

As bonecas de cerâmica Karajá e a pedagogia das ceramistas mestras: diálogos possíveis entre saberes de tradição oral e saberes escolarizados baseados na escrita

AUTORES/AS: ROSANI MOREIRA LEITÃO

O reconhecimento das bonecas de cerâmica do povo Karajá, ou povo Inũ – as ritxoko – como patrimônio cultural imaterial brasileiro, em fevereiro de 2012, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional conferiu maior visibilidade à cerâmica figurativa produzida pelas mulheres Karajá, já reconhecida por pesquisadores e instituições acadêmicas e museológicas como uma significativa porta de acesso aos muito significados do universo social, cultural e cosmológico desse povo, em suas várias dimensões. Expressão artística das mulheres Karajá Inũ, ícones de uma tecnologia oleira do Araguaia, artesanato destinado à venda e fonte de renda para as famílias das ceramistas. As ritxoko são também formas especializadas e complexas de interpretação e, representação do mundo material e simbólico do povo Karajá, materializado pela arte de modelar o barro pelas ceramistas. Todas essas dimensões da cerâmica figurativa Karajá já foram apontadas por diversos pesquisadores.

Neste trabalho, após breves considerações gerais acerca do povo Karajá e do contexto etnográfico de produção de sua cerâmica figurativa, pretendo trazer algumas contribuições a essa discussão, refletindo particularmente sobre o saber especializado das grandes ceramistas e o papel assumido por elas como mestras formadoras de novas gerações. Procuro mostrar que, se no passado o saber especializado desses reconhecidas ceramistas, era socializado e reproduzido, sobretudo no ambiente doméstico e no contexto das famílias extensas e seus segmentos familiares, atualmente elas também atuam em outros contextos, incluindo o espaço escolar. De modo particular, abordo possibilidades de diálogos

entre os saberes especializados, de tradição oral, e saberes escolarizados baseados na escrita, dando especial atenção aos impactos, diálogos e conflitos entre esses saberes e suas distintas pedagogias.

Educação e Escola: uma releitura sobre o processo de domesticação realizado pelo povo Kiriri

AUTORES/AS: TAÍSE DE JESUS CHATES

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma re-leitura sobre os dados de campo apresentados na dissertação intitulada “A domesticação da escola realizada por indígenas: uma etnografia histórica sobre a educação e a escola Kiriri”, defendida no âmbito do PPGA-UFBA em 2011. Tal intuito aponta como uma busca por aprofundar problematizações realizadas ao longo da pesquisa de maneira mais madura. A pesquisa referida teve como foco a domesticação da escola realizada pelo povo Kiriri ao longo do processo colonizatório e intensificado após a homologação do Território Indígena Kiriri, quando as escolas existentes na Terra Indígena passaram a fazer parte do que alguns nativos chamam de “nossa administração”, ou seja, havendo uma ampliação da autonomia indígena. A utilização do conceito de domesticação implica uma inversão do discurso sobre os indígenas, historicamente marcado pelo estereótipo da passividade. Assim, ao analisar a relação do povo Kiriri com a instituição escolar, atribui-se uma ênfase à condição de sujeitos e não de meros objetos de colonização ou de estudo. Logo, o debate sobre método e postura acadêmicos em pesquisas com povos indígenas também se coloca como elemento indispensável no trabalho. Pois, o uso do conceito de domesticação se diferencia numa perspectiva teórico-metodológico-político-epistemológica. Teoricamente, uso como referência a discussão de Catherine Howard, sobre a domesticação de mercadorias. Metodologicamente e politicamente, há um alinhamento com a proposta defendida na coletânea presente no livro “Pacificando o Branco”, que defende a inversão do discurso indigenista, focando no ponto de vista indígena. Tal abordagem levanta um olhar epistemológico diferenciado, como será apresentado no trabalho.

Entre papéis, pessoas e perspectivas – etnografia da gestão da educação escolar indígena em Altamira.

AUTORES/AS: ANA ELISA SANTIAGO

Nesta comunicação, pretendo abordar a pesquisa de campo sobre a gestão da educação escolar indígena em Altamira (PA), que compreende nove etnias (Arara, Araweté, Asurini, Curuaia, Juruna, Kararaô, Parakanã, Xipaia, Xikrin), de línguas Carib, Jê e Tupi. Essa região corresponde, conforme a nova configuração proposta pelo Governo Federal, ao Território Etnoeducacional 11, além de ser um dos municípios da área de abrangência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em processo de instalação. A implementação de um novo modelo de gestão escolar e as medidas de compensação pela construção de Usina tem levado a grandes mudanças, que acompanhei e analisei ao longo do trabalho. A pesquisa de campo foi realizada na SEMED, um lócus privilegiado uma vez que me permitiu apreender diversas posições discursivas, tomadas aqui como perspectivas. A primeira delas é a dos gestores municipais, que são responsáveis por fazer a educação escolar indígena funcionar e que frequentemente esbarram em limites financeiros, burocráticos, pedagógicos e de formação de professores e gestores. Em seguida, a perspectiva do Estado – nas políticas e diretrizes propostas para estas escolas em uma escala nacional. Também foi possível apreender a perspectiva dos indígenas – buscando entender o que eles esperam da escola que lhes é oferecida. E, por fim, foi possível pensar sobre a própria Antropologia – tanto no que ela tem apresentado acerca das experiências escolares diferenciadas, quanto no seu próprio discurso sobre o fazer etnográfico. Não se trata tão somente de descrever e analisar as práticas, como um olho que vê de fora os arranjos institucionais. Trata-se, antes, de compreender as perspectivas e falar através delas (e não sobre elas), explicitando o ponto de vista de onde estão sendo enunciados os conceitos e também as práticas dos atores– no caso, os gestores locais, o Estado, os indígenas e a própria Antropologia. Neste sentido, empreendi o esforço de fazer ver as instâncias responsáveis pela educação escolar indígena através de seus próprios pontos de vista. O exercício de torção das perspectivas, consciente de que, ao fazer ver uma delas, tantas outras são eclipsadas, segue a proposta de Strathern (1991). A autora faz uso do conceito cunhado por Donna Haraway de ciborgue, como as próteses que o antropólogo deve vestir para tratar das relações sociais (:38). Por este modelo, é possível tornar

perceprível na análise o posicionamento do antropólogo diante das perspectivas – que são sempre parciais – elaboradas pelos sujeitos de pesquisa. Acredito que este exercício foi fundamental para apresentar e analisar não só o território da educação escolar indígena, mas principalmente como ele é concebido segundo cada ator que faz parte dele – seja no nível federal, municipal, local ou mesmo acadêmico.

Nas “redes” dos parentes Tentehar: liderança indígena e estratégias de ocupação política em processos educativos

AUTORES/AS: EMERSON RUBENS MESQUITA ALMEIDA

O presente trabalho pretende analisar a relação entre o parentesco nas aldeias Tentehar e a ocupação de cargos de professor e profissionais da educação na rede de ensino no Estado do Maranhão no território tentehar. Tal relação sugere a construção estratégias de manutenção das posições políticas no interior deste povo. Avalia ainda se tão estratégia uma vez expandida toma, ou não, o caráter de relações mais complexas, ultrapassando as relações de parentesco e tomando a feição de relações de redes sociais.

Publicações indígenas: expressões da diferença colonial?

AUTORES/AS: ELIZABETH MARIA BESERRA COELHO

Após séculos de processos escolares que funcionaram como estratégias de inculcação da cultura dos dominadores, numa dinâmica de colonização das perspectivas cognitivas indígenas, a educação escolar para povos indígenas vem afirmando o reconhecimento e o respeito aos processos próprios de educação indígena. O presente artigo pretende discutir a produção de conhecimento por professores indígenas no âmbito dessa nova configuração. Em 2010, a Secretaria de Estado da Educação no Maranhão publicou uma série de livros produzidos por diferentes povos indígenas que vivem em Terras Indígenas nesse Estado. O objetivo da publicação era fornecer material para ser utilizado nas salas de aulas das escolas indígenas. A análise dessas publicações toma como referência a perspectiva da colonialidade do saber (Quijano, 2005), que procura dar conta das formas pelas quais os colonizadores reprimiram as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico e seus

padrões de expressão, para analisar em que medida essas publicações podem ser pensadas como o que Mignolo (2003) denominou diferença colonial. Para tanto, analisa o contexto de produção do conhecimento, o formato das produções, suas formas de enunciação e os conteúdos veiculados.

Educação Escolar Indígena entre os Aikewara: do projeto político e pedagógico à ação docente

AUTORES/AS: JOELMA CRISTINA PARENTE MONTEIRO ALENCAR

A escola do povo Aikewara foi instalada pela FUNAI, em 1975, com o objetivo principal de ensinar a língua portuguesa. Daquela época aos dias atuais mudanças significativas ocorreram. Dentre elas, a formação do corpo docente, composto somente por professores indígenas. Este fato poderia levar ao pensamento de que, na Escola Sawarapy, a educação escolar indígena é diferenciada, específica, bilíngue e intercultural. Entretanto, a partir de nossos estudos etnográficos sobre a educação escolar indígena na aldeia Sororó, surgiram questões que foram determinantes para a realização do projeto “Educação Escolar Indígena entre os Aikewara: do projeto político e pedagógico à ação docente”, a saber: a) Quais os parâmetros orientadores das práticas pedagógicas dos professores da Escola Sawarapy? b) Qual o entendimento dos professores Aikewara sobre a elaboração de um projeto político e pedagógico? c) Quais as relações entre as práticas pedagógicas dos professores Aikewara e com o projeto de educação da comunidade da Aldeia Sororó? O objetivo foi contribuir para o processo de construção do projeto político e pedagógico da escola Sawarapy em meio aos diversos conflitos culturais, econômicos e políticos vivenciados pela comunidade escolar e da aldeia, de modo a qualificar a prática pedagógica dos professores pautada nos princípios da educação Aikewara. Os procedimentos metodológicos envolveram uma oficina sobre a elaboração do projeto político e pedagógico, atividades de pesquisa e assessoramento pedagógico. As situações vivenciadas resultaram na reflexão sobre aspectos do cotidiano escolar que norteiam o trabalho pedagógico da Escola Sawarapy, que envolve a aquisição de conhecimentos sobre os amparos legais que pautam a educação escolar indígena, a integração escola-comunidade na elaboração do projeto de educação Suruí Aikewara e o estabelecimento do processo de construção do projeto político pedagógico da escola articulado às

necessidades da comunidade, com grande ênfase nos conhecimentos próprios da cultura e tradição Aikewara, mas sem negar a importância do acesso a outros conhecimentos. Na análise dessas vivências emergiram reflexões epistemológicas sobre os princípios da escola indígena que constroem representações e conduzem a prática docente do professor e colocam-se como desafios na materialidade do cotidiano escolar.

Escolarização do povo Awá: análise de duas experiências

AUTORES/AS: JOSY MARCIENE MOREIRA SILVA

O povo Awá, até cerca de quatro décadas, era caracteristicamente nômade e sem agricultura. Sua autodenominação significa “homem”, “gente”, e se reconhecem, entre si, pela língua que falam e pelos hábitos e costumes que vivenciam (GOMES, 2011:99). São conhecidos pelos de fora como Awá Guajá ou somente Guajá. Na década de 1960 a atração, sob justificativa de proteção, foi a estratégia utilizada pela FUNAI no contato com os Awá, seguida da sedentarização, resultando na inserção de novos elementos que passaram a fazer parte do dia a dia da aldeia, dentre eles a escola. Atualmente estão em curso entre os Awá dois processos distintos de escolarização, um gerenciado pelo Conselho Indigenista Missionário e o outro pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. Este artigo pretende apresentar de forma comparativa a introdução dessas experiências de escolarização, procurando perceber as estratégias, justificativas e argumentos utilizados na sua implementação. A investigação foi realizada com base em documentos, entrevistas e observação direta, tentando refazer o percurso da chegada da escola aos Awá. A análise busca compreender a introdução de saberes sistematizados que obedecem uma racionalidade científica ocidental, acionando a categoria colonialidade do poder (QUIJANO, 2002).

Na escola, os saberes tradicionais: a experiência da “etnoeducação” entre os Kaxuyana em Oriximiná/PA

AUTORES/AS: ADOLFO NEVES DE OLIVEIRA JUNIOR

Circunscrevemos esta discussão em experiência iniciada em 2012 na “etnoeducação” desenvolvida num programa de extensão da Universidade Federal

Fluminense em Oriximiná/PA. Tal experiência, de caráter transdisciplinar, se concretiza na formação continuada de educadores da rede pública municipal. As escolas participantes encontram-se em comunidades quilombolas, ribeirinhas, rurais em terra firme e indígenas. Aqui relataremos o caso de uma escola indígena dos Kaxuyana. Desde a Constituinte de 1988, o estado brasileiro reconhece-se como formado por diferentes grupos sociais e assume seu dever de proteger esta diversidade, através de diferentes meios. Um destes meios é o direito à educação diferenciada. Igualmente importante é o direito constitucional dos povos Indígenas à educação escolar bilíngue. Os Kaxuyana, tal qual outros povos indígenas, vivem um processo de valorização de sua cultura. Atualmente formado por 418 pessoas ocupam nove aldeias espalhadas pelo oeste do Estado do Pará, no Baixo Amazonas. Desde 2010 os Kaxuyana da aldeia Santidade participam do supracitado Programa da UFF. A partir de 2012 projetos desenvolvidos na escola desta aldeia se desenvolvem na perspectiva da “etnoeducação”.

A experiência da “etnoeducação” se constroi de forma coletiva. Privilegiamos na formação de professores/pesquisadores sua ação como sujeitos autônomos e protagonistas no desenvolvimento com seus alunos e membros da comunidade de projetos voltados à pesquisa de saberes locais. Inspirados pela etnografia, professores e alunos elegem um aspecto da cultura tradicional para investigarem. A experiência com os Kaxuyana mostra que o espaço escolar é locus para um ensino/aprendizagem não apenas de conteúdos programáticos. Em 2012, eles realizaram projetos sobre temas escolhidos por grupos de gênero – os rapazes fizeram um projeto sobre caça e pesca e as moças escolheram como tema a pintura corporal. Assim também, em 2013, eles elegeram o tema *tikahsomĩ* (artesanato) para seu projeto em etnoeducação. Este projeto se desenvolveu nas férias escolares pelos próprios alunos que confeccionaram os artefatos escolhidos para aprender e produziram textos e desenhos como forma de registro de suas experiências. Temos procurado encontrar “elementos chave” centrados no processo ensino/aprendizagem e na postura do professor/pesquisador, experiência essa vivenciada de forma colaborativa com alunos e membros das comunidades. Empregamos os resultados destas pesquisas na reflexão sobre a formação continuada dos professores em etnoeducação. Centramos a análise na prática mesma da produção e formalização ‘didático-pedagógica’. Analisamos este processo educativo como parte integrante da valorização da cultura e da vida social Indígena.

Novos processos educativos no ensino superior: produção intelectual de jovens indígenas no contexto dos Grupos PET - Programa de Educação Tutorial, Conexão de Saberes, Ministério da Educação/MEC.

AUTORES/AS: ANA ELISA DE CASTRO FREITAS

Em 2010 o Ministério da Educação/MEC publicou o Edital 09/2010, convocando as universidades federais brasileiras à formação de novos grupos de educação tutorial em nível de graduação. No contexto deste Edital, uma modalidade inovadora de educação tutorial foi instituída pelo MEC. Denominada “Conexão de Saberes” esta modalidade possibilitou a organização de grupos articulados por um projeto autoral de tutoria, direcionados a formação de estudantes universitários indígenas, que integram o grupo na qualidade de bolsistas - fato então inovador no contexto da política de educação superior do MEC, e de caráter único, tendo em vista que outro edital desta natureza não foi publicado desde então. Passados três anos, um total de quinze grupos de educação tutorial indígena estão constituídos em universidades federais localizadas nas cinco regiões do país, em interface com distintas territorialidades e culturas indígenas. Estes grupos configuram novos espaços dialógicos de produção intelectual indígenas no cenário universitário, ainda pouco pesquisados. Partindo da experiência de tutoria do Grupo PET Litoral Indígena, na Universidade Federal do Paraná, composto por doze estudantes indígenas matriculados em diferentes cursos de graduação, e considerando as interfaces que vem se estabelecendo entre este grupo e outros Grupos PET indígenas no país, o presente artigo tece considerações sobre a relevância deste espaço pedagógico para a pesquisa, ensino e extensão envolvendo jovens indígenas e sistematiza dados preliminares sobre o assunto. Alternativamente, considera-se o impacto destes grupos de educação tutorial nas universidades-sede, e sua contribuição para a produção intercultural de novos conhecimentos acerca das realidades indígenas contemporâneas. Por fim, no contexto de institucionalização da Lei Federal n. 12.711/2012 e seus desdobramentos administrativos no MEC, considera-se que a sistematização dos processos educacionais em andamento nos grupos PET indígenas pode trazer contribuições relevantes a implementação das políticas afirmativas de educação superior para indígenas em curso no Brasil.

Os conhecimentos tradicionais nas escolas indígenas: as experiências Xikrin e Baniwa

AUTORES/AS: CAMILA BOLDRIN BELTRAME, AMANDA RODRIGUES MARQUI

Esta comunicação pretende discutir duas pesquisas em andamento do Observatório da Educação Escolar Indígena (OEEI) da UFSCar. O objetivo é elaborar algumas reflexões a respeito das escolas indígenas tendo dois contextos etnográficos distintos: os Xikrin do Bacajá do sudoeste do Pará, e os Baniwa do Alto Rio Negro. Os Xikrin e os Baniwa são exemplos de como a consolidação das escolas indígenas no Brasil vem ocorrendo de formas e em tempos diferentes, fatores que ajudam a delinear especificidades escolares a cada uma dessas localidades. Os elementos que ilustram essas particularidades são diversos e o recorte que apresentamos nesta comunicação refere-se a maneira como os conhecimentos reconhecidos como tradicionais pelos professores, sejam eles indígenas ou não, entram nas salas de aulas como atividades escolares. Como essas atividades são construídas e quais os significados que adquirem ao serem levados para as escolas? No caso Xikrin os professores são não-indígenas e o ensino escolar limita-se ao 5º ano do Ensino Fundamental. Os conhecimentos reconhecidos por estes professores como tradicionais são inclusos nas atividades pedagógicas com a finalidade de buscar uma aproximação com a realidade indígena. O que ocorre quando o conhecimento sobre pintura corporal, atividade exclusivamente feminina, é demandado na escola e deve ser explicitado no papel por crianças de ambos os sexos? Neste caso, estes conhecimentos ganham formas através das mãos dos mais novos - que não podem demonstrá-los em outras situações na aldeia -, mas que através do uso de materiais e técnicas do branco podem ser expostos durante as aulas. Já os Baniwa tem educação escolar desde o ensino infantil até o ensino médio em suas comunidades localizadas no rio Içana, noroeste amazônico. Os professores são Baniwa egressos do Magistério Indígena, do Ensino Normal e em formação na Licenciatura Intercultural (UFAM). Deste modo, o cenário escolar Baniwa se constrói na metodologia de ensino via pesquisa, que propõe uma prática pedagógica relacionada com o bem viver das comunidades içaneiras. Isto é realizado por meio de pesquisas que os alunos realizam sobre os conhecimentos tradicionais em suas respectivas comunidades. Com estes exemplos etnográficos esperamos refletir sobre o(s) modo(s) como as práticas indígenas ao serem levadas

para a sala de aula são (re)significadas e contribuem para evidenciar relações e negociações que a escola propicia entre conhecimentos tradicionais e práticas pedagógicas.

“Kainganguizar” a Escola: educação indígena, educação escolar indígena e diálogo intercultural

AUTORES/AS: ROGÉRIO REUS GONÇALVES DA ROSA, ROJANE BRUM NUNES

A partir da etnologia ameríndia, do método etnográfico e do protagonismo de intelectuais kaingang nas escolas indígenas e nas universidades este texto abordará algumas das formas pelas quais estes ameríndios têm procurado mediar os conceitos de educação escolar indígena e educação indígena, configurando uma “indigenização do ocidente”. Deste modo, refletiremos sobre as questões e as possibilidades que se colocam aos gestores públicos em torno da viabilização do projeto de “kainganguizar” a escola, propondo uma transformação tanto curricular quanto estrutural da mesma, a fim de efetivar uma educação kaingang através desta instituição, pautando-se em um diálogo intercultural com vistas à ruptura de assimetrias epistemológicas. Tal proposta apóia-se na trajetória de pesquisa etnográfica realizada neste coletivo ameríndio e da experiência docente decorrente de um curso de Especialização (PROEJA Indígena) voltado a intelectuais indígenas, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Candidatos/as e bolsistas indígenas em experiência de ação afirmativa na pós-graduação

AUTORES/AS: FULVIA MARIA DE BARROS MOTT ROSEMBERG

A comunicação se propõe apresentar e discutir, a partir da avaliação de processo de implementação, como se de, no Brasil, a participação de candidatos/as e bolsistas indígenas no Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford (IFP). Trata-se de uma análise crítica da experiência, apontando os desafios para a gestão, bem como respostas encontradas, na implementação no Brasil de um programa internacional de ação afirmativa e que se destinou, prioritária e simultaneamente, a negros/as e indígenas.

A comunicação se desenvolve em torno de quatro tópicos, a saber: apresentação do Programa IFP em cenário nacional e internacional; perfil dos/as candidatos/

as e bolsistas indígenas; desafios e respostas na implementação de práticas de ação afirmativa em experiência pluri étnico-racial; follow up dos/as egressos/as. A comunicação se encerra com uma síntese sobre lições aprendidas.

Estudantes Indígenas no contexto universitário: relatos de experiências e desafios

AUTORES/AS: ANA CLÁUDIA GOMES DE SOUZA

A pesquisa que venho desenvolvendo parte do suposto de que a diversidade de modelos produzidos pelas universidades para a implementação de ações afirmativas é estimulante para pensar as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, e especialmente baiana, como também para refletir sobre as dificuldades e entraves legais, políticos e institucionais que se têm interposto às referidas políticas de inclusão por parte das universidades brasileiras, bem como as expectativas dos sujeitos que compartilham essa realidade engendrada pelo acionamento de políticas afirmativas no ensino superior público. Desse modo, a proposta de comunicação que apresento, visa promover um debate a partir dos dados levantados da pesquisa que realizo no âmbito do doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFBA), sobre as experiências dos estudantes cotistas indígenas ingressos na Universidade Federal da Bahia (UFBA), desde 2005, mediante o vestibular. Trata-se de uma análise voltada para compreensão da inserção desses jovens no cotidiano acadêmico, buscando produzir uma etnografia do espaço universitário, para que possamos verificar de que forma esses sujeitos se apropriam e protagonizam a realidade universitária. A investigação do espaço universitário dos campi, pátios, lugares públicos e salas de aula serão considerados como cenários que expressam a forma dos estudantes indígenas ocuparem a universidade, e vivenciarem as fronteiras produzidas entre os cursos com a formação de turmas interculturais, agora proporcionadas pelas ações afirmativas implementadas pela instituição. A pesquisa ainda investiga e problematiza as motivações para a escolha dos cursos, as formas dos estudantes se relacionarem com as políticas institucionais de acesso e permanência, as relações estabelecidas com a comunidade de origem e como estas influenciam nas suas atividades desenvolvidas na universidade, e por último, levanta as eventuais repercussões havidas, nos comportamentos dos universitários indígenas, a partir da influência cultural da cidade ao ingressarem na UFBA.

Novas Demandas da Educação Superior Indígena em Mato Grosso

AUTORES/AS: ELIAS RENATO DA SILVA JANUÁRIO, FERNANDO SELLERI SILVA

Ao longo de quatorze anos de sua implantação em Mato Grosso, a Educação Superior Indígena Intercultural conseguiu avanços importantes, como a formação de 309 professores indígenas de 44 diferentes etnias nos Cursos de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), além da formação em nível de especialização lato sensu em Educação Escolar Indígena de 107 professores indígenas, publicação de mais de 45 livros de apoio didático-pedagógico e execução de vários projetos de pesquisa e extensão. Atendida uma demanda inicial pela formação em nível superior, novos desafios surgem no contexto da educação escolar indígena, passando pela formação continuada dos egressos, com cursos de práticas pedagógicas específicas e cursos de pós-graduação, abertura de novos cursos de graduação, melhoria da infraestrutura das escolas indígenas, elaboração de material didático intercultural, ampliação do acesso a recursos de comunicação e informação, manutenção do diálogo entre culturas diferentes, entre outros, identificados na pesquisa aqui relatada. Este trabalho tem como objetivo discutir as novas demandas relacionadas à educação superior indígena, considerando o contexto do estado de Mato Grosso. Os dados foram obtidos a partir de uma pesquisa de natureza etnográfica, desenvolvida no âmbito do projeto Estudo sobre a Atuação dos Professores Indígenas Egressos da Educação Superior no Estado de Mato Grosso, do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena (CAPES / SECADI / UNEMAT). Os resultados são apresentados por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentados nos pressupostos da antropologia e da educação, a partir dos dados coletados junto aos professores, comunidade e alunos das escolas indígenas. Também é apresentado um indicativo dos desdobramentos para trabalhos futuros relacionados aos indígenas egressos da educação superior e do ensino médio, imprescindíveis para a formulação de políticas públicas adequadas à realidade local e à construção de novos conhecimentos.

Políticas indigenistas de educação superior na Universidade Federal de Roraima: o papel social do protagonismo indígena no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena

AUTORES/AS: MARCOS ANTONIO BRAGA DE FREITAS

O objetivo deste trabalho é compreender o papel social do protagonismo indígena nas políticas indigenistas de educação, mas especificamente na criação de cursos específicos para indígenas nas instituições de ensino superior no país, em especial na Universidade Federal de Roraima. A experiência dessa análise se dá a partir dos anos de 2001 quando é criado o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena no âmbito da UFRR para atender as demandas indígenas do Estado de Roraima onde a participação de organizações indígenas se fazem presentes no processo em curso. A UFRR criou em 2002 o Curso de Licenciatura Intercultural; em 2009 o Curso de Gestão Territorial Indígena e em 2012 o Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena. Esses cursos visam a formação de indígenas para atuarem nas políticas públicas em atenção aos povos e comunidades indígenas nos campos educacional, saúde e gestão territorial. Cabe destacar que novos paradigmas na relação Estado e povos indígenas são implementados a partir da Constituição Federal de 1988 quando o artigo 231 garante aos índios sua organização social, tradições, costumes e habitação permanente em suas territórios tradicionais. Os anos de 1980 e 1990 marcam o protagonismo indígena por meio de suas assembleias e organizações específicas na luta pela garantia dos seus direitos constitucionais, sejam os direitos nos campos da saúde, educação, moradia, produção, proteção ambiental, entre outras. De que forma as políticas indígenas são incorporadas nas políticas de Estado? Como o Estado materializa as políticas indigenistas educacionais em atenção aos índios a partir de suas reivindicações, levando-se em consideração as suas especificidades culturais? Como se dá o diálogo Estado e povos indígenas na formulação das políticas indigenistas educacionais? As trilhas teórico-metodológicas para essa análise parte das discussões que Manuela Carneiro da Cunha traz na obra Índios do Brasil (2012); Alcida Rita Ramos em Constituições Nacionais e Povos Indígenas (2012); as reflexões de Maria da Glória Gohn sobre os movimentos sociais e redes de mobilizações civis (2010) e Alain Touraine quando discute termos sociais a partir do sujeito. As experiências em curso no território nacional mostram as tensões e conflitos nas políticas indigenistas com a ratificação da 169 da OIT no Brasil desde 2002 em que direitos indígenas

estão sendo ameaçados pelo Estado Brasileiro. É a pretensão desse trabalho tentar responder a inquietações a partir das políticas indigenistas de educação, tendo como locus da investigação a educação superior indígena no Estado de Roraima

“Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”: os Ticuna e suas experiências de Educação Superior

AUTORES/AS: LUCIANO CARDENES SANTOS

Os Ticuna são considerados como a maior população indígena brasileira, figurando-se na estimativa do IBGE (2012) em 46 mil pessoas. Habitam terras e comunidades indígenas que estão na tríplice fronteira que envolve a Colômbia e o Peru. Garantiram no texto constitucional do país o reconhecimento de sua organização social, línguas e tradições (KAYSER, 2010) e ganharam destaque nacional e internacional a partir de suas organizações políticas Conselho Geral da Tribo Ticuna, Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues e dos projetos próprios de escolarização em nível de educação básica, profissional e superior (PALADINO, 2006; BENDAZOLLI, 2012). No protagonismo junto às instituições universitárias, vivenciaram experiências singulares de acesso a educação superior: vestibular de ampla concorrência, política de cotas, projetos próprios de educação superior intercultural exclusivamente indígena e projetos indigenistas de educação intercultural elaborados para este coletivo. Esta comunicação se organiza a partir de minha experiência profissional como gestor, assessor e professor de antropologia desses projetos educacionais para populações indígenas. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a Educação Superior Indígena, tomando como foco de análise as experiências Ticuna. Apresentarei as três principais experiências desse coletivo ameríndio no acesso à Universidade do Estado do Amazonas: a política de reserva de vagas (cotas), o Programa de Formação do Magistério Indígena – Curso de Pedagogia Intercultural (PROIND) e o curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões (PROLIND). A partir das contribuições de Trindade (1993) sobre as políticas de educação intercultural no contexto europeu e as críticas de Fleuri (2001; 2006) e Barreto & Sobrinho (2013) ao modelo monocultural de educação intercultural do Brasil, problematizo cada um desses projetos indigenistas de educação superior a partir do conceito de interculturalidade dos Projetos Políticos de Curso (PROLIND/PROIND) e a partir de minha experiência docente junto aos professores indígenas Ticuna.

COORDENADOR/A: FERNANDA VALLI NUMMER (UFPA), MARIA CRISTINA CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA
(IFRS - CÂMPUS PORTO ALEGRE)

Este Grupo de Trabalho pretende avançar nas discussões sobre ofícios e profissões realizadas na 29ª RBA, realizada em São Paulo em 2011. A temática suscitou muitas reflexões em 2011 e trouxe uma enriquecedora diversidade de questões associadas à discussão, que foi limitada pelos inúmeros trabalhos inscritos no GT. A proposta atual visa atender a ampliação das perspectivas sobre padrões flexíveis de trabalho e suas repercussões nos sistemas culturais. Serão privilegiados estudos etnográficos em que os ofícios e as profissões são analisados não apenas como funções sociais especializadas que as pessoas desempenham de acordo com as necessidades de outras, mas sim como uma das múltiplas dimensões das identidades dos sujeitos, sendo capazes de gerar esquemas de percepção e ação no mundo social. Ofícios e profissões têm sido estudados na Antropologia quase que exclusivamente em seus sentidos rituais, especialmente iniciático e de performances, por isso a proposta deste GT é ampliar estas temáticas para analisar suas conexões com estilos de vida, relações geracionais e produção de memória relacionada ao mundo do trabalho e práticas de distinção social. Leva-se, portanto, em consideração o trabalho nas expressões mais claras de intersecção entre a esfera dos projetos de vida associados ao trabalho e ao processo produtivo que compreende as tomadas de decisão sobre as trajetórias adotadas pelo trabalhador que permeiam a complexificação das noções de ofício e de profissão.

“Um sonho não tem preço”: Profissionalização , precificação e emoção no mercado de casamentos

AUTORES/AS: ÉRIKA BEZERRA DE MENESES PINHO

No presente artigo, proponho uma reflexão sobre a consolidação do campo profissional dos cerimonialistas e organizadores de casamentos, a partir de uma pesquisa etnográfica. A pesquisa incluiu visitas a feiras do setor e a realização de algumas entrevistas com profissionais, mas sobretudo a análise de documentos escritos: artigos publicados na imprensa, falas a favor da regulamentação publicadas em sites, blogs e páginas de redes sociais e os textos de três projetos de regulamentação profissional propostos à Câmara dos Deputados entre os anos de 2002 e 2009, assim como os pareceres contrários e favoráveis às matérias em questão. No Brasil, a realização de ritos de casamentos cada vez mais elaborados estimula o crescimento de um mercado especializado altamente lucrativo. A amplitude de que se revestem os ritos de casamento no país pode ser facilmente constatada quando se observa o crescimento da oferta de serviços e produtos especializados nesse tipo de evento. Popularizou-se na abordagem midiática o termo empírico “indústria do casamento” para denominar esse emergente e abundante mercado, cuja expansão é tendência confirmada por estatísticas recentes. A escalada da comercialização de produtos e serviços especializados movimenta um mercado que cresceu 400% nos últimos cinco anos, segundo o Instituto de Pesquisas Data Popular, em estudo encomendado pela Associação dos Profissionais para Casamentos e Eventos Sociais (Abrafesta). De acordo com a entidade, o segmento de casamentos movimentou R\$ 14 bilhões somente no ano de 2013.

Nesse contexto, os profissionais responsáveis pela organização de casamentos se veem diante de desafios referentes à consolidação de um campo profissional marcado por um habitus específico (BOURDIEU, 2007). No caso do campo profissional dos cerimonialistas e “assessores de casamentos”, está em jogo a própria definição do campo: quem, afinal, pode ser considerado um profissional do setor e o que o distinguirá do leigo? A construção discursiva da figura do leigo, e as disputas em torno da atribuição de preços aos serviços prestados também são abordados nesse artigo.

A ação da identidade policial militar em conexão com outras profissões que envolvam a melhoria de vida do profissional em segurança pública

AUTORES/AS: FAGNER PEREIRA VIEIRA

O estudo visa estabelecer e relacionar a identidade policial militar com outros trabalhos que envolvam a melhoria de vida do profissional em segurança pública no Estado de Roraima. Ademais, o estudo evidencia que a profissão policial militar baseia-se, principalmente, nos ideários da disciplina e hierarquia militar, tendo como ênfase a determinação de padrões claramente objetivos, direcionados a ações de aprendizagem e atuação profissional entre vigiar/punir e vigiar/recompensar, que são determinadas pela forma de aceitação ou negação do sistema imposto. Nesse sentido, o presente trabalho trata-se do retorno e ampliação de um estudo de mestrado em Antropologia Social realizado entre 2009 a 2011, sobre a formação e atuação do soldado policial militar em Roraima. O estudo atual conta com a participação de alguns policiais que contribuíram com o estudo anterior, sendo assim, os profissionais escolhidos realizam trabalhos paralelos ou somados à ação policial militar na área: empresarial, educacional e segurança pessoal. Nesse sentido, a pesquisa foi direcionada a um aprofundamento das relações entre identidades sociais e em que momento elas são “ativadas”, “suprimidas” e “relacionadas” no mundo social.

A mulher nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe: sociabilidades de um cotidiano profissional

AUTORES/AS: ÉLIDA DAMASCENO BRAGA

Com esta pesquisa, objetivou-se analisar o cotidiano das mulheres policiais que atuam no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe, com foco em Aracaju-SE. Partiu-se da premissa de que as estratégias propostas pelas relações de forças estabelecidas elencam possíveis situações de desrespeito e discriminação, visto que o modelo de masculinidade ainda é predominante no cotidiano das práticas policiais. A pesquisa teve como proposta central o estudo do trabalho realizado por mulheres policiais que estão inseridas nas unidades operacionais, como é o caso do Batalhão de Choque, unidade observada, analisando, portanto, as dinâmicas e sociabilidades que emergem no contexto. Nesse sentido, a problemática se deu em

torno de compreender como a mulher nas unidades operacionais, que são lugares construídos de modo masculinizado em seus modelos de ação, ou seja, vistos como redutos masculinos, se caracteriza no âmbito das relações de gênero e poder que ali são estabelecidas, bem como as tensões dele advindas. A metodologia utilizada se deu a partir das observações e anotações no campo, de nove entrevistas realizadas com mulheres que atuam ou atuaram no policiamento operacional e também por pesquisa documental. A análise permitiu mostrar que a participação das mulheres no trabalho operacional da Polícia Militar está envolto pela diversidade de poderes estabelecidos, pelo não reconhecimento de determinadas ações em detrimento da manutenção do modelo de masculinidade vigente, mas também aponta para novas formas de se fazer o policiamento ostensivo. As mulheres se aliam ao modelo já estabelecido, ampliando-os astuciosamente com outros atributos, tais como flexibilidade e atenção, utilizando-os como táticas para superar as dificuldades que enfrentam no exercício de sua função. Com isso aumenta a mobilidade das ações, inovando e surpreendendo nas práticas laborais e nas interações sociais.

Identidade hacker e cultura do trabalho de desenvolvedores de software livre

AUTORES/AS: MATHEUS GUIMARÃES MELLO

Esta pesquisa em andamento busca compreender as possíveis relações entre uma identidade (construída a partir de uma ideologia de compartilhamento) e uma sociabilidade (um contínuo produto de socialização e trajetórias de vida) consideradas “hacker” e a cultura do trabalho (ou arranjos organizacionais) de desenvolvedores de software livre. O pressuposto é que a expansão das Tecnologias de Informação (TI) nas últimas duas décadas não deve ser descontextualizada da recente reestruturação do capitalismo e suas consequências. Um processo contínuo importante é a precarização das relações de trabalho, através do qual empresas em todo o mundo valorizam contratos de trabalho flexíveis, projetos de curto prazo e terceirizações. Neste contexto, as organizações de TI desempenham um papel fundamental, como eles lidam com as informações para as novas formas de gestão do trabalho. Ao mesmo tempo, o trabalho em TI é, desde o seu surgimento, adaptado para o regime de flexibilidade. No entanto, deve-se considerar também que o desenvolvimento de Software Livre é inseparável da sua ética hacker original.

A hipótese é que os valores de compartilhamento de conhecimentos e de trabalho em colaboração anônima da cultura hacker são significativos para compreender a relação entre os processos contínuos de socialização dos desenvolvedores e a cultura organizacional da empresa/fundação. O estudo vai se concentrar se há conflitos, negociações e adaptações entre os valores anteriores dos desenvolvedores e a maneira que seu trabalho coletivo é organizado. Assim, o objetivo é entender a tecnologia, a cultura e o trabalho como um todo, levando em conta tanto a influência das características técnicas sobre a sociabilidade quanto o enfoque sobre como os processos de socialização das pessoas influencia sobre a maneira como o trabalho de desenvolver tecnologia é organizado.

Intérpretes da cultura: o trabalho pedagógico dos consultores de marketing político no Brasil

AUTORES/AS: ELIAS EVANGELISTA GOMES

Esta comunicação é resultado de uma pesquisa que buscou discutir as dimensões pedagógicas da profissão de consultor de marketing político no Brasil. Trata-se de um estudo etnográfico multissituado que oscilou entre o micro e o macro, entre o local e o nacional. As reflexões são baseadas em um conjunto de dados híbridos que inclui trabalho de campo etnográfico em uma campanha eleitoral para prefeito na cidade de Belém – Pará – Brasil em 2012, entrevistas com importantes consultores de marketing político nacional responsáveis por campanhas presidenciais entre 1989 e 2010, análise de livros técnicos e formativos produzidos por alguns desses consultores e observação de materiais audiovisuais, tais como programas eleitorais e acervos de atividades em campanha. O ofício de consultor de marketing político não é pensado apenas em sua função pedagógica com relação ao eleitor, mas também na construção de simbolizações acerca da carreira profissional, nas representações e nos entendimentos que produzem acerca de si mesmos. Discute-se a defesa do ofício, as estratégias que envolvem o trabalho criativo e interpretativo, as relações entre conhecimentos de profissões anteriores (ou concomitantes) e o trabalho de consultoria política. Busca-se compreender as aproximações deles em relação às práticas de cultura locais e nacionais e problematiza-se a autodefinição de experts intérpretes da cultura.

Sobre a Legitimidade da Arte: As Novas Configurações que Envolvem Críticos de Arte e Curadores de Exposições.

AUTORES/AS: GUILHERME MARCONDES DOS SANTOS

A esfera artística como outras possui uma lógica própria de ação no mundo, a qual envolve conflitos e consensos em prol da manutenção de tal universo. Neste sentido, este trabalho visa compreender as novas formas de legitimação que orientam o contexto da arte a partir do advento da chamada Arte Contemporânea, para tal o foco é lançado sobre as carreiras de crítico de arte e curador de exposições, atividades distintas mas que no contexto analisado (o carioca e paulista atualmente) são exercidas pelos mesmos indivíduos, o que é uma especificidade de tal realidade.

Tensão, esta palavra define a relação entre a crítica de arte e a curadoria presentemente, posto que a curadoria estaria tomando das mãos da crítica um espaço na esfera de legitimação da arte. Porém, como dito, há no contexto analisado uma sobreposição de papéis, assim no Rio de Janeiro e em São Paulo os críticos de arte também podem ser curadores. Este fato implica que em tal configuração social diferenciadas estratégias tenham que ser tomadas pelos atores para a manutenção do universo de relações da arte.

Este trabalho está pautado na pesquisa de mestrado desenvolvida entre março de 2012 e fevereiro de 2014, para a qual foram entrevistados cinco pessoas, de diferentes gerações, que atuam como críticos, curadores e professores. A sobreposição destes papéis profissionais foi tomada na pesquisa como dizendo respeito ao que seria uma nova configuração do mundo da arte em relação as ações dos atores sociais da arte voltadas ao seu ingresso no ramo profissional da crítica e da curadoria, assim como para a manutenção das posições conseguidas, que os tornam legítimas autoridades para tratar da arte.

Dentre as referidas estratégias e tomadas de ação pode-se destacar uma (re) aproximação entre os agentes da arte e a Academia, pois se no contexto da Arte Moderna houve um afastamento entre as correntes artísticas e o universo acadêmico, em tempos da dita Arte Contemporânea o que se vê são cada vez mais críticos, curadores, artistas etc. atuando e buscando a sua legitimação por uma via acadêmica, ou seja, os diplomas acadêmicos têm cada vez mais entrada nos currículos dos atores da arte. Este é um exemplo das novas formas de legitimação

e ação dos profissionais que compõem o mundo artístico, as quais constroem uma novidade em termos de intersecção entre projeto de vida e projeto profissional dos agentes sociais da arte, neste trabalho representados pelos críticos e os curadores.

“Ó o paraguaí aí!”: como se tornar um taxista na cidade de Salvador/BA.

AUTORES/AS: EDMUNDO FONSECA MACHADO JUNIOR

“Ó o paraguaí aí!”: como se tornar um taxista na cidade de Salvador/BA. Trata-se de interpretação das trajetórias pessoais que especificam os eventos que caracterizam as motivações e expectativas de vida que levam a certos indivíduos na capital baiana optar por garantir seu sustento e de suas famílias através do trabalho no táxi (Rocha e Eckert, 2013). A partir disso pretendo focar o que sugere Peirano (2002:36), as consequências da improbabilidade dos eventos e os acasos para o cotidiano da vida social dos taxistas em sua relação com a cidade. Observando-o não tanto como um ritual e mais como um gênero liminoide (Turner 2012), a classificação “paraguaí” tomada em sua dimensão semântica nativa, remete ao significado que descreve experiências vividas e praticadas pelos taxistas junto a seus pares e demais habitantes da capital baiana. Se a cidade como comenta Michel Agier (2011) é um espaço que proporciona o encontro, a convivência não menos conflituosa entre as diferenças e os diferentes, a cidade também é capaz de fazer com que os taxistas utilizem sua capacidade de variação e experimento para produzirem gêneros liminoides que lhes façam retornar aos domínios das arenas centrais da vida social. Portanto, ser um “paraguaí” para os taxistas em Salvador refere-se à entrada de um novato ou o retorno de antigos à profissão de taxista, engloba o desconhecimento completo ao processo de (re)aprendizagem via experiência junto a outros taxistas, usuários e a própria cidade. Além de classificação pejorativa e um conjunto de ações que demarcam a distância, como meio de impedir a frequência de outros a territórios na cidade controlados por grupos fechados.

A ferrovia como espaço de sociabilidade na sociedade Riograndense

AUTORES/AS: JULIANA FRANCHI DA SILVA, RÚBIA MACHADO DE OLIVEIRA

O surgimento da ferrovia no Brasil trouxe o aspecto de ser algo civilizador, pois a “civilização” era entendida como sinônimo de desenvolvimento econômico para

as elites nacionais, em um país até então, agrário e escravista. As ferrovias além de representarem um “esforço” de modernidade nacional, passavam a significar um meio eficiente de progresso econômico na percepção de interesses destas elites. Além de a ferrovia construir uma territorialidade ao ocupar o espaço físico, também contou com práticas sociais dentro desse espaço e, assim, o controle para o exercício de um poder que a burguesia exigia para reprodução. No Estado do Rio Grande do Sul, a expansão da ferrovia se deu em fins da Monarquia e primeiros anos da República, sendo que, foi fator determinante para a superação do agrarismo econômico, contribuindo para a urbanização, novas relações sociais e culturais entre os habitantes de diversas regiões do país. De modo particular, os ferroviários do Rio Grande do Sul constituíam um coletivo formado por diferentes etnias, entre as quais se destacavam os operários de origem alemã, polonesa e italiana. E, certamente, as experiências trazidas por essas pessoas constituíram-se no principal indicativo de atuação laboral pró-ativa com as tecnologias disponíveis na transição dos séculos XIX para o XX, além de terem tido destacada atuação na fundação das primeiras entidades associativas e beneficentes. As formas e as práticas associativas como foi o mutualismo, e também o cooperativismo, são experiências antigas vivenciadas pelos trabalhadores, que datam pelo menos da metade do século XIX em diante. Práticas estas, que contribuíram para a formação da “família ferroviária”. A ferrovia possibilitou que a socialização do espaço público se concretizasse, pois homens e mulheres passariam a viver outras práticas. A ferrovia modificou hábitos e valores das sociedades. Na vida pessoal, se consolidou através dos laços que se criaram em função da necessidade de integração e dependência entre alguns postos no trabalho, bem como a proximidade de residência e o lazer que estimularam tanto a camaradagem quanto a cooperação, potencializando a representação de grande família ferroviária.

Deste modo, fazer parte do mundo do trabalho ferroviário na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, não importando o setor de trabalho e nem as tarefas a serem executadas, significava pertencer a um grupo profissional em ascensão, cujo labor era considerado essencial no progresso do Estado. Assim, o presente artigo tem por objetivo mostrar a ferrovia como um espaço de sociabilidade, isto é, a importância da família ferroviária para a sociedade Riograndense.

Angústia da influência e o músico clássico: a memória do predecessor e a construção de si

AUTORES/AS: TAMARA SOUZA CAMPOS

Adaptando o conceito de “angústia da influência”, que Harold Bloom utilizou para refletir sobre como um “criador forte” (BLOOM, 1991, p.33) se esforça para gerar uma linguagem própria, rompendo com a herança e o peso deixado pelo poeta que o antecedeu e o influenciou, acredito ser interessante pensar todo o processo criativo no qual o artista busca criar uma arte nova, genuína. A chamada angústia da influência traduziria o desejo do poeta forte de escapar da sombra de um antecessor que ocuparia simbolicamente o lugar do pai. Seria o medo de ser definido apenas como um “seguidor”, e a busca por definir sua própria originalidade literária.

No presente artigo, discutirei a questão da angústia de influência adaptando-a ao campo da música. Através da vida do ilustre compositor Wolfgang Amadeus Mozart, demonstrarei como a angústia da influência agia sobre músico e compositor, e avançarei até o músico de orquestra atualmente, e aquilo que penso ser uma dupla angústia da influência: a do maestro, e a do grande compositor que o instrumentista executa durante a performance. Trago algumas notas de campo de minha tese de doutoramento, que se encontra em andamento, para ajudar na reflexão da angústia da influência no que tange ao músico clássico e ao regente. Analisando algumas interações ocorridas durante as aulas do curso de Regência Orquestral em uma universidade do Rio de Janeiro, veremos como a ideia do que é ser maestro é construída pelo aluno que se encontra em processo de formação para tornar-se regente de orquestra e seu professor.

Tanto a vida exemplar de Mozart, como os exemplos empíricos de pesquisa discutidos objetivam refletir sobre as categorias repetição e criação, entre a repetição daquilo que é estabelecido, reproduzido, e a questão da criação, dessa vontade de vencer a morte, como sinalizou Bloom. Em outros termos, através da repetição e criação podemos pensar sobre a memória social e a profissão de regente e músico de orquestra, analisando como o aluno - um músico que se forma para atuar como regente, e seu professor - um regente já experiente, evocam valores para a construção de um ethos profissional.

Imagens em acervos que narram a memória dos tempos do trabalho e da cidade.

AUTORES/AS: MARIA CRISTINA CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA

A emergência de signos de pertencimento, os sentimentos de similitude, de pertença a um local ou a um grupo social é um movimento recorrente em tempos de globalização e indefinição de espaços de atuação das muitas dimensões da vida nas cidades. Nessa direção, o presente estudo busca resgatar as memórias do mundo do trabalho e o processo de formação de classes trabalhadoras, a partir de narrativas motivadas pelos acervos de imagens (álbuns, filmes, reportagens, etc.) de família e empresarial, tendo em vista os mais recentes processos de transformação das relações de trabalho, das formas de produção industrial, comercial e de serviços, de desenvolvimento e urbanização nas cidades moderno-contemporâneas e, em específico, em Porto Alegre/RS. O projeto tem como objetivo desenvolver pesquisa etnográfica sobre a trajetória do mundo do trabalho que acena, tanto para a expansão de atividades laborais, como para o desaparecimento de determinadas profissões e práticas de trabalho. Com base nas narrativas e acervos de imagens disponibilizados, visa-se reconhecer historicamente os processos de desenvolvimento e de industrialização, levando-nos a compreender os atuais processos de urbanização e modernização de Porto Alegre, bem como a transformação da paisagem da cidade, as alterações e os impactos ao meio ambiente, as medidas políticas e econômicas adotadas para o desenvolvimento humano com a criação/supressão de novos mercados, empregos e profissões. Trata-se de uma pesquisa etnográfica sobre a trajetória do mundo do trabalho e da cidade (ECKERT, 2008). Inicialmente, adere-se à captação de dados, através da construção de redes sociais (BOTT, 1957). Nesse sentido, busca-se percorrer essas redes que definiram a preservação de imagens em acervos como um dos caminhos que minimizam as lacunas do tempo e criam espaços de “certeza”, tendo como base os lugares que os fixam e que lhes proporcionam referências. As técnicas usadas são as entrevistas semi-estruturadas e relatos biográficos, como também a adoção das imagens de acervos que contribuem na construção de narrativas de forma a capturar a memória, situar a relação entre os diferentes “pontos de vista” sobre o trabalho e as transformações da cidade com base nas práticas sociais de trabalho e de convívio e nas sociabilidades diversas que

configuram a transmissão de saberes em um contexto empresarial. Esta pesquisa faz uso de recursos audiovisuais produzidos ao longo das entrevistas.

Os resultados obtidos até o momento foram desenvolvidos com base em duas redes formadas a partir de duas empresas de grande impacto ao desenvolvimento industrial da cidade: as empresas do grupo A. J. Renner & Cia e as empresas do grupo Forja Taurus.

Memória e Ofício: Narrativas de sapateiros em Belém-Pa

AUTORES/AS: MANOEL CLÁUDIO MENDES GONÇALVES DA ROCHA

Das ruas e travessas de Batista Campos às imediações do bairro da Campina, mestres e aprendizes do ofício de sapateiro figuram junto às paisagens do mundo urbano belemense. Nas oficinas e ateliês, estes sujeitos exercem por décadas a fabricação e/ou o conserto de calçados e artigos de couro. Mediante as narrativas destes trabalhadores, o estudo em questão tem por perspectiva compreender as memórias envolvendo as trajetórias sociais destes indivíduos e suas experiências cotidianas vividas na urbe. Importa investigar a maneira como os sapateiros interpretam as veredas por meio das quais sua ocupação se modificou com o passar do tempo, considerando as reminiscências acerca do ofício que remontam tempos passados, buscando aderir às imagens que os próprios interlocutores enunciam através do ato de narrar. Estas mudanças incluem diferentes formas de inovação e rupturas, assim como permanências e continuidades, abrangendo diversos aspectos da atividade: os conhecimentos e técnicas característicos do ofício, os tipos de instrumentos, ferramentas e tecnologias utilizadas, os mecanismos de transmissão do saber-fazer, e até mesmo os tipos de serviços oferecidos ao longo dos anos. Interessa também vislumbrar o olhar dos sapateiros sobre a cidade e as transformações no espaço urbano, levando em conta a percepção destes “operários”, como alguns denominam o próprio grupo, acerca da conformação e reconfiguração das paisagens da urbe moderno-contemporânea. Conciliando o saber-fazer característico do ofício e o “saber viver” que reflete sua experiência cotidiana, os sapateiros de Batista Campos e Campina transformam as oficinas de calçados em um espaço preñado de sociabilidades, onde além dos serviços relacionados à manutenção e fabrico de artefatos de couro, são também produzidas formas sociais outras – túrgidas de uma dimensão simbólica e sensível que traduz seus conteúdos – provenientes das interações/relações ali engendradas.

Memórias da Mina – identidade operária na mina Brejuí - RN

AUTORES/AS: ÂNGELA MARIA BEZERRA

A Mina Brejuí, situada no município de Currais Novos (RN) foi responsável pelo crescimento da economia local entre os anos 1940-1980, trazendo uma mão de obra para o núcleo urbano e imprimindo sua marca na cidade com a construção de monumentos fazendo referência à atividade mineira e ao seu fundador Tomaz Salustino. Após o fim da extração da scheelita em 1987, a mina foi transformada num “Parque Temático” em 2004, que inclui um museu e um memorial. Estranhamente, não há registros no Museu Mineral Mário Moacyr Porto nem no Memorial Tomaz Salustino sobre os primeiros garimpeiros, nem sobre o sistema de exploração do minério em seu início, na região. Para saber mais a respeito desse período, daquele lugar e daquelas pessoas, precisamos investigar a lembrança dos mais velhos. Convém então perguntar se, ao longo das mais de quatro décadas em que durou o período da mineração, se construiu uma identidade mineira na cidade; em que medida os trabalhadores fazem referência a esta história e que símbolos estão sendo acionados na elaboração de uma identidade operária. Além disso, busco investigar que memória foi se constituindo em torno dos primeiros garimpeiros, em sua maioria agricultores atraídos pelo canto da bateia. Para isso, contamos com os recursos da imagem fotográfica, documentos da época, e dos registros orais dos nossos interlocutores que foram filmados. Percebemos, desde já, que a memória construída em torno do patrão da mina se sobrepõe à história contada pelos trabalhadores e que as formas de relação de patronagem oriundas do mundo rural continuam ativas, colocando em segundo plano a constituição de uma classe operária e de uma identidade mineira.

Moto boys e a construção da identidade negativa

AUTORES/AS: TATIANA MIRANDA, CARLOS EDUARDO FIALHO

O sociólogo francês Serge Paugan elaborou o conceito de desqualificação social no estudo sobre as formas como indivíduos socialmente excluídos construíam suas identidades e seus referenciais sobre si mesmos. Ele concluiu que essas pessoas possuíam uma auto imagem extremamente negativa e se sentiam desqualificados frente à sociedade. Essa pesquisa objetiva estudar os processos de desqualificação

social em um grupo de profissionais que no Brasil é conhecido como motoboys (trabalhadores de delivery que usam motocicletas). No Brasil esses profissionais são conhecidos por pilotar em altíssima velocidade de maneira arriscada, na maioria dos casos o motoboy é muito mal remunerado, recebendo por quantidade de entregas. O desrespeito às regras de trânsito e o não uso de equipamentos de segurança revelam uma forma de pilotar na qual parece não existir qualquer preocupação com a preservação da própria vida, é uma profissão de alto risco. Em 2011 o Brasil registrou em média 40 mortes diárias de motociclistas em acidentes de trânsito. Frente aos discursos percebidos na pesquisa de campo e na observação do seu comportamento no trânsito, temos a hipótese de que, para essas pessoas, o sentimento de desqualificação é tão intenso que um dos conteúdos que norteia sua construção identitária é a visão de si mesmo como alguém cuja vida não tem valor.

Retratos de palavras em papel oficial: questões sobre os memoriais acadêmicos como escrita autobiográfica.

AUTORES/AS: WILTON CARLOS LIMA DA SILVA

A escrita autobiográfica pode ser entendida como um gênero discursivo bastante estereotipado, no sentido de que certas referências são percebidas como inevitáveis ou obrigatórias, embora permita, e comumente aceita, trocas com outros gêneros, como receitas, cartas, poesias, diálogos cotidianos ou trechos de diários, por exemplo, que podem ser incorporados pela narrativa.

Os modelos de padronização, no entanto, podem ser pensados a partir de uma dicotomia entre “pessoa” e “persona”, que marcariam um padrão mais individualizado e criativo de outro mais limitado pelos papéis sociais e pelo formalismo.

O memorial acadêmico é uma demonstração da importância pessoal atribuída aos acontecimentos pessoais e profissionais, à frequência com que os eventos foram revisitados de forma mental e oral, assim como à sua originalidade e proximidade ou distanciamento temporal, entre outros aspectos que refletem diferentes perspectivas de retrospectção/introspecção, distanciamento temporal entre o vivido e o registrado, o grau de minúcia descritiva, o nível de inclusão do receptor e o foco analítico.

Aqui, o discurso na primeira pessoa, sempre ausente do discurso acadêmico-

científico, moldado pela própria consciência da construção social/coletiva do conhecimento e pela ambição de objetividade desse tipo de discurso, faz sua aparição legitimada e circunstanciada pela apreciação entre pares.

Mas em meio ao ritual do concurso e a tradição do memorial é possível a introdução da dimensão subjetiva do contar-se, do narrar coisas extraordinárias e ordinárias que marcaram uma trajetória pessoal e profissional, em um exercício de construção de um memento, um símbolo de resistência ao esquecimento e de reconhecimento pessoal e grupal.

A escrita em primeira pessoa legitima-se academicamente como uma reflexão, mesmo que anacrônica e redundante, sobre um indivíduo e o convívio com seus pares durante a construção de sua própria trajetória intelectual, naquilo que imagina-se ser o convívio com “homens afáveis, instruídos e espirituosos” mas que guarda uma série de desafios e surpresas.

É possível identificar o autor-narrador desse tipo de texto como alguém que ao mesmo tempo produz ao mesmo tempo um memorial (o exercício acadêmico), uma escrita de si (com o tom memorialista e confessional que a caracteriza) e uma ego-história (por ser uma reflexão a partir de uma perspectiva analítica teoricamente condicionada).

É na sua diversidade, enquanto objeto rico de significados, que os memoriais, mesmo quando se apresentam de maneira linear e asséptica, sem grandes rupturas ou multiplicidades de planos, moldados por digressões e análises para embasarem uma forma de exposição historicamente construída e instrumentalmente determinada, permitem em suas particularidades o seu reconhecimento enquanto tentativa de interpretação e explicação para o sentido e o sem-sentido de uma experiência compartilhada.

AS LIDAS CAMPEIRAS NA REGIÃO DE BAGÉ/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na invenção da cultura campeira.

AUTORES/AS: FLÁVIA MARIA DA SILVA RIETH, MARTA BONOW RODRIGUES, LIZA BILHALVA MARTINS DA SILVA

Este estudo busca apresentar o Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas Campeiras na Região de Bagé, investigação cujo objetivo é identificar e documentar o trabalho na pecuária extensiva do pampa sul-rio-grandense como referência cultural desta região. Este Inventário foi executado no período de 2010 a

2013, por uma equipe de antropólogos, historiadores e geógrafos da UFPEL, com financiamento e metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (IPHAN), em consonância com as políticas culturais referentes à salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro.

As lidas campeiras correspondem a um conjunto de ofícios executados na manutenção das estâncias e demais propriedades rurais voltadas para a atividade econômica de criação, manutenção e reprodução de rebanhos de gado bovino, equino e ovino. Homens, mulheres, animais e objetos compartilham territórios de existência em um modo de vida chamado “campeiro”, que traz como motor de sua descrição/ invenção a própria ruína, apontada pelas transformações que o mundo do trabalho na pecuária processa desde a sua instauração na porção mais meridional do Brasil, correspondendo à área do pampa sul-rio-grandense que ultrapassa as fronteiras políticas do país.

A denominação pampa, aqui, não será configurada somente conforme delimitações geográficas e biológicas, mas será referida a partir dos agenciamentos de relações que se estabelecem na configuração de um modo de vida “campeiro”. Os “viventes” que significam e experienciam esse modo de vida “campeiro” são pessoas que vivenciam ou já vivenciaram os trabalhos realizados na empresa da pecuária extensiva com o intuito de criar, manter e reproduzir rebanhos de gado ovino, equino e bovino, no extremo meridional da América do Sul – realidade que mescla as fronteiras político-geográficas entre o estado do Rio Grande do Sul e os países vizinhos, Argentina e Uruguai (Leal, 1989; 1992a; 1992b; 1997; Kosby & Rieth et al, 2011). Ondina Leal discute a constituição acadêmica e sócio-antropológica do “Sul” como um território de significados de uma realidade social específica, de um sistema de valores e de uma determinada área social. Para Leal (1997), “os limites desta área cultural etnografada e etnografável, frequentemente nominada o Sul, numa estratégica imprecisão retórica, não coincidem com os limites políticos do estado Rio Grande do Sul ou mesmo os da nação Brasil.” O Pampa se estende pelos territórios do Uruguai e da Argentina, fronteira que se expande - compondo culturas de fronteira (Hartmann, 2011) - e se inventa, na relação entre humanos – animais-objetos e ofícios. (Latour, 1994)

Dentre as inúmeras atividades que podem ser abarcadas pelo que se conhece por “lida campeira”, estão os ofícios de esquila (que fazem a tosa dos ovinos), doma,

tropeirismo, lida caseira (manutenção doméstica e cotidiana da propriedade rural), pastoreio (lida com rebanhos), feitura de aramados, ofício do guasqueiro (fazedor de artefatos e utensílios em couro) que vivem ou viveram praticando trabalhos relacionados à pecuária. Esses ofícios, citados assim, como especialidades de determinados trabalhadores, são, no entanto, abarcados pelo saber de um único (e múltiplo) agente, o “campeiro”, aquele que conhece e sabe fazer um pouco de cada uma das lidas. Acontece que tais ofícios e seus sabedores compartilham territórios de existência (Goldman, 2006) de um modo de vida que traz como motor de sua descrição/invenção a própria ruína – encarada aqui não como um ponto final, mas como o conjunto de transformações que o mundo da pecuária sofre desde seus primeiros sinais de instauração na porção mais meridional do Brasil e seus lindeiros. Desta forma, a proposta de inventariar a pecuária como referência cultural do pampa, privilegia a relação cultura/natureza, mais especificamente a relação dos humanos com os animais, para pensar a configuração desta paisagem que também compreende a experiência e é formada pela interação entre agentes (Wagner, 2010).

Da maniva e ao grolado: uma análise das práticas produtivas e sociais inseridas no processo de transformação da mandioca entre os Tremembé de Almofala (CE)

AUTORES/AS: CANUTO DIÓGENES SALDANHA NETO

Compreender os usos e os significados relacionados aos ofícios envolvidos no processo de transformação da mandioca entre os Tremembé de Almofala (CE) é o objetivo geral deste artigo. O loco da pesquisa se concentra em três localidades ditas “aldeias” (Saquinho, Curral do Peixe e Lameirão) situadas no distrito de Almofala, Itarema. Elenco a etnografia de campo (2012-2014) e a cartografia social como as principais metodologias. Utilizo como pano de fundo uma casa de farinha comunitária localizada na “aldeia” Saquinho, fruto de uma política pública federal (Carteira Indígena). Apresento elementos que perpassam e ultrapassam as relações econômicas de reprodução social, dando ênfase as relações de sociabilidades locais construídas entre familiares, vizinhos, amigos (e até desafetos), formuladas historicamente e reelaboradas cotidianamente. Problematizo como os saberes e fazeres destas práticas produtivas ditas tradicionais

são suportes para a construção de identidades locais tanto indígenas quanto não indígenas. Porém, também demonstro como os Tremembé de Almofala e a sua rede de colaboradores (pesquisadores, ativistas, missionários, etc.) empoderaram estes saberes patrimonializando-os com o objetivo de acessar direitos coletivos. Transmitidos entre gerações e operando como constituinte de sentimentos de orgulho e de pertença, mais que uma prática produtiva e uma retórica em busca de direitos sociais, os saberes e fazeres envolvidos no processo de transformação da mandioca entre os Tremembé de Almofala são ferramentas de construção de identidades.

De artesã a empresária: uma reflexão sobre os discursos sobre formação empresarial das artesãs de linhas e agulhas

AUTORES/AS: THAIS FERNANDA SALVES DE BRITO

Tecidos, rendas, bordados são parte do universo da vida doméstica e do processo de circulação das mercadorias. São coisas que pertencem a um circuito econômico que atravessa séculos, com valor de uso e troca, ultrapassando as regras restritas do fluxo econômico. A produção artesanal feminina tem uso retórico e social, abrangendo a associações em vários níveis, tem sido absorvida pelos projetos e modelos de desenvolvimento estatal, ao consolidar políticas públicas de fomento ao trabalho e ao desenvolvimento no país. Desde as escolas de formação profissional dos anos de 1920, passando pelos programas de incentivo à produção artesanal como atividade complementar de renda até os modelos modernizadores da produção artesanal comuns a partir década de 1960, vinculados ao Ministério do trabalho, o artesanato tem servido como estratégia política para o Brasil, nos âmbitos da geração de trabalho e do fomento ao turismo. Nos últimos anos, segue acompanhado de uma retórica do desenvolvimento do país, incluindo perspectivas que vão desde os projetos de geração de renda, profissionalização e da formação empresarial. É recorrente o discurso que busca incentivar a transformação das artesãs em empresárias, incentivando posicionamentos distintos frente a um trabalho ligado a modelos culturais específicos. Este ensaio se propõe um recorrido pelos discursos vinculados por algumas mídias, pelas agências de fomento à produção artesanal e pelos últimos trabalhos desenvolvidos por antropólogos (artigos, teses e dissertações) que têm registrado os discursos das artesãs sobre os programas de formação empresarial.

Estilo do ofício e a busca por autonomia no trabalho: um estudo sobre o caso dos mecânicos automotivos de Porto Alegre/RS

AUTORES/AS: LAURA SENNA FERREIRA

O ofício do mecânico automotivo constitui-se, predominantemente, no próprio “chão da oficina”. A formação na atividade ocorre por intermédio da experiência dos veteranos e é mediada por relações de afinidades, que precedem à aprendizagem. No processo de aquisição do ofício tem-se uma sociabilidade variada, a qual agrega-se tanto uma cultura técnica como os valores do grupo, que envolvem lições de masculinidade, orgulho pela profissão, apreço pelos saberes práticos, entre outros aspectos que constituem a identidade de uma categoria de trabalhadores manuais.

Nos últimos anos, em decorrência dos processos de racionalização da indústria da reparação automotiva, o segmento dos serviços tem sido submetido à pressão por produtividade e à imposição de outra lógica de tempo e trabalho, associada à disciplina fabril. Frente a tais conversões que ameaçam o “estilo do ofício”, os mecânicos, na condição de grupo social, constroem inúmeras formas de recusas. Entre estas, a alternativa individual e/ou coletiva de demitirem-se para procurar espaço em outra oficina ou para abrirem a própria na busca por maior autonomia. No setor, tais ações tem representado uma tentativa de recompor a oficina enquanto locus de trabalho, mediado por experiências variadas e por um ritmo e uma vivência do tempo que é diferente da cadência fabril.

As oficinas independentes (em oposição às concessionárias), sobretudo as de menor porte, são bastante peculiares: a divisão de tarefas é incipiente; as decisões sobre como proceder na execução das funções técnicas e administrativas são coletivas; o tempo tende a correr mais lento e é mediado por relações de sociabilidade, entre familiares e amigos, que coabitam o espaço de trabalho. Traços como esses não só identificam esses trabalhadores como minam as tentativas de transformar as oficinas em “fábricas” e os mecânicos em “operários”.

Os homens da categoria, que têm trajetórias e experiências de vida e trabalho peculiares, por dominarem um ofício, não veem razão para se submeterem de modo incondicional a um empregador que viola os valores da sua cultura técnica, que envolve uma grande estima pela autonomia sobre a organização, ritmo e exercício da tarefa. Nessas circunstâncias é que se faz importante considerar as

motivações e estratégias encontradas por uma categoria de ofício, para manter a autoridade sobre seu estilo de trabalho e de vida.

Os oficiais superiores da Polícia Militar da Bahia: disputas e tensões pela mobilidade nas patentes e ocupação do poder.

AUTORES/AS: JAIME PINTO RAMALHO NETO

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir como se processam as disputas entre os oficiais superiores da PMBA para mobilidade nas patentes de major, tenente coronel e coronel. Estas patentes qualificam os oficiais superiores na ocupação de cargos de comando e direção como o Comando Geral da Instituição. A PMBA, pode, por assim dizer, marcada como instituição com identidade organizacional dúbia: ser militar e o policial; contudo, desde sua gênese seu sistema cultural está permeado por uma estética e valores militares. A formação dos seus oficiais tem nos currículos valores e tradições da socialização militarizada como mecanismos de vigilância da conduta: a disciplina e da hierarquia; são através destes mecanismos de regulação da conduta que orientam suas trajetórias profissionais como os rituais que reforçam o ethos militar. Assim, a competição pela mobilidade são estruturados em estágios de inicialização em cada patente conquistada, estas podem resultar em sucesso ou derrota individual ou do grupo nativos que organizam o poder na instituição. Frente a estas considerações buscamos identificar de que maneira os oficiais superiores da PMBA constroem o espaço de sociabilidade nas suas relações inter corporis. Tais relações profissionais são suficientes para a mobilidade nas patentes ou será necessário recorrem a forças políticas externas, que podem ser vistas como antivalor nativo?

Polícia Militar: uma profissão de risco

AUTORES/AS: CESAR MAURICIO DE ABREU MELLO (PPGDSCM-UFPA), FERNANDA VALLI NUMMER (PPGDSCM – UFPA)

Ser policial militar é conviver, diariamente, com vários tipos de riscos relacionados à profissão. A formação e o treinamento destes profissionais devem privilegiar táticas e estratégias para reconhece-los, administra-los e enfrenta-los. Este trabalho tem como objetivos entender as concepções de risco e as especificidades do que

categorizamos como riscos epidemiológicos, riscos jurídicos, riscos sociais e riscos voluntários na sua relação direta com o trabalho policial militar. Para a coleta de dados foram realizados dois grupos focais tendo como sujeitos policiais militares da capital (cidade de Belém) e do interior do Estado (cidade de Soure, Ilha do Marajó). Os resultados apontam diferenças significativas entre policiais militares da capital e do interior no que se refere às concepções de riscos, especialmente tratando-se dos riscos epidemiológicos, que são os mais citados, e nas táticas de enfrenta-los. Tais diferenças estão associadas, primordialmente, às redes de sociabilidade constituídas nos espaços de atuação profissional e ao reconhecimento social da profissão. Assim, é possível afirmar que as distintas percepções de riscos dos policiais militares, resultam em diferentes formas de se relacionar com os outros quando estão fora de serviço, compondo um ethos e uma visão de mundo próprios da profissão.

COORDENADOR/A: MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS RUFINO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS),
LELIO NICOLÁS GUIGOU (UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA, URUGUAI)

Os estudos sócio-espaciais ancoram-se na comunicabilidade reflexiva de comunidades do pensamento e acadêmicas que desejam perspectivar a produção social dos espaços (DERRIDA, 1994). Esse interesse teórico-metodológico inflecta na contemporaneidade sobre categorias de organização do mundo, como o espaço e o tempo, descreve o percurso e a convergência de áreas do conhecimento, na medida em que aporta novas perspectivas que frutificam na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, e em novos métodos, sujeitos a experimentação, ampliação de domínios e sistematizações. Considera-se que a produção dos conhecimentos valida-se dentro dos processos de subjetivação, na qualidade relacional entre atores sociais, agências, tecnologias, redes, nós e enclaves. Ali, os contextos de enunciação são permanentes, enquanto as manifestações urbanísticas resultam de formas de habitar o espaço e de pensamento que supõem escolhas e também conflitos cartográficos ou “guerras de mapas” a respeito das formas de habitar e circular que os grupos de interesse atribuem-se em instâncias socioculturais e socioeconômicas decisivas (BASINI & GUIGOU, 2010). O objetivo desta proposta é aprofundar as abordagens e discussões produzidas em eventos de caráter internacional e regional e agregar novas perspectivas que renovem e aprofundem os pressupostos teórico-metodológicos desta temática, no contexto de uma antropologia contemporânea atenta aos processos e modos específicos de situar-se no tempo e no espaço.

Limites e possibilidades da cartografia afetiva enquanto método de pesquisa nas ciências sociais.

AUTORES: LAILA SANDRONI, BRUNO TARIN

O objetivo deste artigo é fazer um diálogo reflexivo entre os caminhos propostos pela cartografia que incorpora as dimensões simbólicas e subjetivas e os desafios enfrentados pela antropologia contemporânea. A cartografia têm sido um fértil campo de experimentações metodológicas no sentido de incorporar continuamente os processos de subjetivação na construção do conhecimento, afirmando a diferença como fonte de potência para a pesquisa. Partimos da experiência de cartografia afetiva desenvolvida entre os Tupinambá de Olivença (tupivivo.org), para explorar alguns limites e possibilidades da cartografia enquanto método de pesquisa. Apoiando-nos nas pistas deixadas por pesquisadores brasileiros de diversas áreas como a psicologia, a sociologia e a geografia, em confronto com o a produção da cartografia, procuramos aprofundar o debate sobre espinhosas questões como os problemas da rigidez metodológica, a dualidade simetria/assimetria, a relação sujeito/sujeito no contexto da etnografia, a maleabilidade dos conceitos e a essencialização das categorias, entre outras. Neste sentido, a cartografia configura uma longa e contínua preparação, se desvencilhando do estabelecimento de passos metodológicos rígidos, deixando espaço para que a imersão do corpo dos sujeitos participantes do processo no mundo vivido guie o percurso do cartografar. Dessa forma, a cartografia parte de uma sensibilidade e autodeterminação gestadas em comum entre vários sujeitos para uma experimentação e criação de mundos diferentes daqueles reinados pela heteronomia. Da cartografia emergem representações que os diferentes grupos de interesses fazem de si, a partir de seus modos de vida e visões de mundo. Sujeitos e conhecimento são, assim, efeitos coemergentes do processo de pesquisar, que só existem neste processo. Há, portanto, uma multiplicidade de idiomas, vozes e linguagens manifestadas em toda cartografia. Essa multiplicidade gera uma polifonia, pois essas diferentes vozes se apresentam conjuntamente e, em última instância, juntas são a própria manifestação da cartografia em sua totalidade. Cada uma destas vozes se manifesta em relação com as outras, não são pontos fechados parados no tempo e no espaço mas nós articulados em redes de relações entre relações, que formam um conjunto complexo de formas de saber e viver. Dessa forma o ato de cartografar significa

abertura de novas possibilidades cartográficas, para que sejam produzidos outros percursos e novas cartografias.

O espaço em disputa

AUTORES/AS: LORENA VOLPINI

Neste trabalho pretendo discutir possibilidades de investigação sobre o engajamento de moradores de bairros populares de Salvador – BA em disputas espaciais.

Numerosos estudos de antropologia da política e da cidadania conduzidos dentro e fora do Brasil, se concentram sobre significados e vivências locais da política e de práticas de reivindicação e luta por direitos (em sua maioria considerados básicos), apresentam como centrais categorias como “moradia”, “casa”, “lote”, “espaço urbano”, “cidade”, “território”, “territorialidades”. Defendo que partir da categoria espaço, seguindo a abordagem teorizada por Low (2003) – é possível desnaturalizar conceitos como “política” e “cidadania”, abrindo possibilidades de análise de processos de engajamento coletivo e individual em disputas e reivindicações, articuladas segundo a gramática dos direitos (sejam estes diferenciados ou universais) e da luta. O espaço, neste sentido, não seria meramente uma superfície física, que contém diversos elementos. Tratar-se-ia de um espaço entendido também como relações entre suas partes (LEFEBVRE, 1991, 2007).

Seguindo este caminho é possível explorar as relações entre “economia”, “política”, “cultura”, “sociedade” e utilizar o espaço como estratégia para interrogar-se sobre a cidade ou o campo, não somente como diversos ambientes de vida de grupos humanos, mas também como conjuntos de relações onde os elementos podem estar relacionados em termos de dinâmicas de poder, entre outros. Neste sentido e para captar estas relações proponho uma pesquisa que tenha como objetivo investigação do cotidiano.

A partir de observações e narrativas coletadas na fase exploratória do trabalho de campo, mostro os potenciais desta abordagem como uma ponte entre a perspectiva da produção social do espaço e a do cotidiano dos que nele habitam, suas vivências, experiências (LOW, 2003) e lutas.

Os sentidos das marcas memoriais no espaço urbano: um exercício de memografia da espacialidade

AUTORES/AS: CINTYA MARIA COSTA RODRIGUES

O trabalho é o resultado de um estudo antropológico sobre memória e espacialidade que buscou compreender as passagens de diferentes migrantes no espaço urbano de Goiânia e suas relações históricas com a representação valorizada do pioneiro. Através da metodologia intitulada “memografia da espacialidade” buscou-se entender as marcas urbanas que contrapunham a representação do migrante e a do pioneiro no processo de formação do espaço urbano e na constituição dos grupos migrantes. Os resultados preliminares apontam para uma tensão histórica que ora valoriza o migrante como formador cultural do lugar, ora resgata o migrante-pioneiro como marca cultural.

PAISAGEM, EXPERIÊNCIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O olhar etnográfico para um fenômeno de cultura

AUTORES/AS: MARGARIDA DO AMARAL SILVA

Este estudo foi desenvolvido em uma tese que teve como principal objetivo a realização de um estudo etnográfico da paisagem segundo experiência e conforme representação social. Com foco para a interpretação do elo entre ação e representação, a paisagem foi apreciada por uma perspectiva multidisciplinar que encaminhou o estudo da paisagem, primeiro, como tema da Antropologia e, depois, pela perspectiva da Geografia Cultural e de algumas outras disciplinas. Em seguida, ao considerarmos que a existência do objeto social é condicionada pela persistência de sua representação, demos ênfase à abordagem estrutural da Psicologia Social para a visualizarmos, teórico-metodologicamente, a paisagem conforme experiência social. Em vista disto, observamos etnograficamente esse fenômeno de cultura conforme construção social emergente da experiência direta em estruturas materiais de mediação. A Teoria da Instalação, assim, possibilitou-nos a análise da paisagem de parques urbanos enquanto experiência que aciona a formulação da instalação topográfica e psicossocial do lugar. Nossos estudos de caso deram-se no contexto de fenômenos de cultura como o Parque Ibirapuera, localizado na cidade de São Paulo, e o Lago das Rosas e o Bosque dos Buritis,

situados em Goiânia, Goiás. A produção da tese foi acompanhada pelo exame quanti-qualitativo de evocações coletadas pela aplicação de questionários em dois parques goianienses e no maior parque paulistano. Em seguida, a segunda fase do estudo de caso voltou-se para a interpretação das experiências paisagísticas de dois sujeitos que se apropriaram do Parque Ibirapuera pela captação de imagens fotográficas, videogravadas (subcam), desenhadas e narradas em entrevistas semiestruturadas. Diante dos delineamentos interpretativos desta pesquisa, podemos inferir que, embora a paisagem seja polissêmica, ela também possui um campo de representações sociais limitado, estável e organizado. Compreendemos, então, que a paisagem somente comportou análises mediadas pela Teoria das Representações Sociais e pela Teoria da Instalação porque é construída física, psicológica e socialmente e, portanto, usufrui de estabilidade e organização no contexto dos parques urbanos que foram etnografados.

Utopias e contra-espços em Salvador. Reflexões a partir de duas histórias.

AUTORES/AS: URPI MONTOYA URIARTE

Esta apresentação se insere no campo da Antropologia urbana, mais especificamente na subárea denominada Antropologia do espaço (SÉGAUD, 2010), que se interessa pelo espaço vivido, pela forma como os usuários-habitantes-ocupantes vivenciam e, desta forma, produzem ou, sendo mais exatos, co-produzem o espaço. Contudo, nos afastamos da forma como a antropologia do espaço tem sido tradicionalmente feita: como uma enumeração e descrição dos variados significados atribuídos a aspectos espaciais nas diversas culturas, tais como a marroquina, a japonesa, a francesa, etc. Nosso enfoque é mais político do que cultural: trata-se de pesquisar os espaços pela sua relevância num projeto de transformação da realidade.

A produção do espaço é, para nós, um conceito-chave que extraímos da obra do filósofo francês Henri Lefebvre, particularmente de um de seus textos mais complexos sobre a questão urbana, A produção do espaço, de 1974. A partir dos conceitos de espaço abstrato, espaço diferencial, apropriação, contra-espços, heterotopias, entre outros, buscamos, na cidade de Salvador (Bahia), os espaços reais onde eles se concretizam. O objetivo é apreender o real para encontrar nele os germes do possível, pois a utopia só pode emergir do que já existe, das possibilidades alternativas contidas nas práticas efetivas. Trago para tal efeito

duas histórias que advêm de pesquisas diferentes, ambas localizadas na cidade de Salvador. A primeira, provém de um trabalho de campo iniciado há 2 anos sobre os usos e transeuntes da Avenida Sete de Setembro e, a segunda, procede de uma pesquisa de campo que está ainda em formulação, sobre as formas de morar em Salvador. Parece-me que estas duas narrativas podem ser úteis para refletir sobre os temas desta apresentação: utopia e contra-espços.

A Socioespacialidade Kanamari no Estado do Amazonas

AUTORES/AS: LILIAN DEBORA FURTADO LIMA

Este trabalho pretende mostrar a trajetória dos Kanamari, da família linguística Katukina, no Estado do Amazonas, demonstrando como essa mobilidade assume características e nuances próprias e o papel desempenhado pelo Estado nessa mobilização. Os Kanamari pertencem a família linguística Katukina, se autodenominam Tüküna e Canamari. A sua população é de 3.167 pessoas, as quais estão distribuídas nas seguintes Terras Indígenas: Vale do Javari, onde ocupam os rios Javari e Itaquai; Mawetek, contígua ao sul do Vale do Javari, localizada entre os rios Juruá e Jutai; Kanamari, situada nos tributários da margem direita do Juruá, rio abaixo da cidade de Eirunepé; Maraá e Paraná do Paricá, no rio Japurá. Através de estudos históricos e etnográficos, podemos perceber como a territorialidade Kanamari é marcada por mobilidades que se dão de duas formas, a partir da cosmologia Kanamari e, também, a partir da cosmologia ocidental, através dos eixos social (afetivo), político (interno e externo) e econômico (trabalho).

Cartografias urbanas, processo civilizatório e modernidade: a intervenção britânica nas cidades de Manaus e Montevideu

AUTORES/AS: MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS RUFINO

Este paper tem por objetivo problematizar as características da intervenção britânica, tomando como objeto as construções arquitetônicas, à base de ferro, que se constituíam como obras modernas, elegantes e condizentes com uma higienização de áreas públicas voltadas ao comércio em importantes cidades da América Latina, especialmente durante o século XIX. A pesquisa de campo foi realizada durante o ano de 2012/13 no âmbito do projeto “Cidades em perspectiva:

uma abordagem socioespacial sobre as cidades de Manaus e Montevideu”, projeto bi-nacional e bi-institucional entre Brasil e Uruguai, vinculado a Universidade Federal do Amazonas e a Universidad de la República (Uruguai) nos centros históricos de ambas as cidades e, em particular, nos mercados públicos de Manaus e Montevideo que são ponto de convergência ou centralidades urbanas utilizadas pelas populações locais, mas também apresentadas como pontos turísticos. Em Manaus, o Mercado Adolpho Lisboa, reinaugurado em 2013, depois de sete anos de reforma, localiza-se na área portuária do centro histórico e é um local de comércio de mercadorias como frutas, peixes, carnes, artesanato, plantas medicinais. Sua construção está associada ao período da produção da borracha e dos grandes investimentos na cidade na tentativa de aproximar-se da Europa. O Mercado del Puerto, em Montevideo, também foi construído a partir de um processo de modernização da cidade e melhoria no seu sistema de abastecimento de alimentos, mas ganhou outros usos com a instalação de restaurantes, bares, sofrendo um enobrecimento que o coloca como um dos pontos de visita da Ciudad Vieja. Essas obras apontam para uma intervenção realizada por grandes empresas que exportavam não somente projetos arquitetônicos, mas uma forma de pensar as cidades, modelos de espacialidade e estratégias pautados por interesses econômicos, políticos e culturais. Podem ser pensadas a partir de um modelo de processo civilizatório elaborado pelas elites locais numa ruptura com outras “tradições”.

De territorios colectivos a lugares de expulsión. Cartografías de la autonomía étnica, el conflicto armado y el capitalismo en el medio Atrato, Chocó

AUTORES/AS: ANDRÉS GARCÍA SÁNCHEZ

Hace dos décadas el Estado colombiano reconocía derechos culturales y territoriales a las comunidades negras, mientras simultáneamente el conflicto armado y la presión de proyectos económicos extractivos fracturaban territorialidades ancestrales superponiendo nuevas espacialidades del destierro que vinculan los ríos, el campo y las ciudades del país. Articulando la etnografía y la cartografía social como formas de producción de conocimientos localizados, describo y mapeo algunas disputas contemporáneas entre diferentes fuerzas y agentes sociales que producen lugares de expulsión y contraespacios de vida en el norte del Pacífico

colombiano. El análisis localizado de conflictos sociopolíticos, económicos y territoriales que articulan autoridades y comunidades étnicas, actores armados y estado, permite sugerir conexiones entre fenómenos socioespaciales que vinculan otros lugares y agentes en el orden transnacional. Exploraré estos asuntos a partir de mi pesquisa doctoral.

Es/auscultando os Guajajara/Tenetehára: entre a história e a memória

AUTORES/AS: WITEMBERGUE GOMES ZAPAROLI

O trabalho dedica-se a um diálogo entre os estudos historiográficos e antropológicos sobre os Guajajara/Tenetehára, enfatizando a Aldeia Januária, localizada em Bom Jardim/MA. No intuito de buscar informações sobre o passado desse povo, relacioná-las com o que era vivenciado na aldeia no momento da pesquisa de campo e apreender as projeções que os membros da aldeia fazem para o futuro no que se refere à cultura Guajajara/Tenetehára. Assim, para trilhar os caminhos Guajajara fui sendo guiada pelos relatos de pessoas da comunidade, adotando a metodologia da história oral, embasada também na pesquisa bibliográfica e etnográfica. Após esse caminho pude perceber que, no que concerne às memórias e às percepções de seu povo, o passado é marcado por lutas e resistências, o presente dialoga tradição com assimilação da cultura dos regionais e uma projeção de futuro imprime uma ânsia pelo fortalecimento da cultura tradicional.

O skate muito além de esporte ou lazer: formas específicas de vivência e apropriação do espaço urbano.

AUTORES/AS: JULIO CESAR STABELINI

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento cujo objetivo é levantar elementos que destaquem certas especificidades no tocante às formas de sociabilidade características dos praticantes do skate e sua inserção na paisagem urbana. A intenção é pensar o skate como sendo uma prática ligada a um tipo de sociabilidade que conforma tanto uma forma específica de uso do espaço urbano quanto dá forma a uma paisagem urbana onde isso é possível. A etnografia que estou realizando tem como ponto de partida uma pista de skate localizada no bairro Costeira do Pirajubaé, em Florianópolis, Santa Catarina, mas a observação

realizada até agora já me permite entrever redes e cenários mais amplos – circuitos percorridos pelo grupo em questão que envolvem, por exemplo, pistas em outros bairros. E, nesse sentido, as pistas de skate estão sendo pensadas aqui não apenas como um equipamento urbano, ou como parte de uma política de lazer para diferentes bairros da cidade, mas como algo que possibilita de alguma forma a inserção dos praticantes em um circuito que tem contornos locais (redes do bairro), da cidade e do universo mais amplo ligado à prática do skate – as “manobras” nesses circuitos podendo, assim, ser pensadas como uma forma dos praticantes se movimentarem/relacionarem com diferentes esferas e grupos. A prática do skate, portanto, está ligada a vários aspectos possíveis de serem abordados em uma etnografia: a sua relação com intervenções como o grafite e a pichação; percepções do ambiente (interação com o tecido urbano); o caráter transgressor e criativo da apropriação dos aparelhos e espaços urbanos (públicos e privados) para a prática do skate; a inserção da pista num circuito maior dentro da cidade, pois é muito recorrente que grupos de amigos ligados à prática do skate se juntem para percorrer ao longo do dia várias pistas localizadas em diferentes bairros ou locais que, por sua arquitetura, sejam considerados apropriados para a prática das manobras. E, nesse sentido, o objetivo do trabalho aqui apresentado seria investigar/analisar a criatividade e agências por trás dessas práticas e percepções ligadas à uma forma específica de viver/ estar na cidade, de uso e ao mesmo tempo de produção dela. Ou, em outras palavras, pensar a prática do skate como uma forma específica de vivência e apropriação do espaço urbano.

O USO LÚDICO DO ESPAÇO PÚBLICO: um tempo no Parque Municipal Américo Renné Giannetti

AUTORES/AS: ANDRÉA MATOS RODRIGUES MENEZES CASTRO

Com base em uma investigação de doutoramento em curso, o propósito deste artigo é discutir a ludicidade dos espaços públicos das cidades e a sua influência pelo tempo livre dos seus cidadãos ou seus visitantes. Vários espaços urbanos, desde que foram criados apresentam características de territórios lúdicos, outros vão se tornando lúdicos por conveniências pontuais, por políticas públicas específicas, pelo processo conhecido como ludificação dos espaços urbanos. O termo é designado para dizer de uma nova dinâmica nos usos dos espaços, cuja

lógica de apropriação dos lugares que foram criados ou estejam sendo recriados para serem apetecíveis ao consumo lúdico, pretendendo diferenciá-los das apropriações engendradas pela lógica industrial. Por isso devem estar preparados para usos múltiplos, cuja dinâmica seja específica para o usufruto lúdico, em qualquer de suas categorias. A ludicidade enriquece a análise socioantropológica por se agregar às demais considerações do espaço público em suas abordagens cultural, econômica e social, para que se alargue a compreensão dos usos e apropriações dos espaços da cidade. Como objeto empírico, o Parque Municipal Américo Renné Gianetti, situado no centro da cidade de Belo Horizonte, e que foi criado antes mesmo da inauguração da cidade. Ele pode ser considerado como espaço lúdico, mesmo que em seu projeto não seja encontrada esta expressão, mas cujas finalidades de lazer, descanso e entretenimento sempre estiveram presentes. O artigo leva em consideração duas categorias de análise: o espaço e o tempo. O espaço, abordado pela característica da ludicidade, e o tempo trazido para a análise por sua característica de tempo livre. Baseado no tempo que as pessoas têm para apropriar de espaços públicos da cidade é que, ao longo de seu centenário, esse parque continua se conservando e se expandindo para continuar sendo um território lúdico competitivo, não só por ser agradável, mas por ser consumível em qualquer quantidade de tempo livre que se disponha. A reflexão nos conduz à constatação de que, como há uma tendência de aumento do tempo livre e uma maior busca por lazer e entretenimento, tendendo à hegemonia de um modo de vida lúdico, é forte o indício de que há o aprimoramento e o fomento à apropriação deste parque como um local privilegiado para a utilização do tempo livre do trabalhador visitante e do turista, e por causa do processo de ludificação, percebe-se a necessidade de que os administradores do parque estejam atentos às inúmeras possibilidades que sua extensão territorial é capaz de proporcionar, tratando-se, pois, de uma conduta permanente, principalmente por já ter sido assim durante sua história. É um espaço público propício a ser totalmente lúdico, para atender àqueles que disponham de tempo livre.

Se essa rua fosse minha: produção do espaço, sexualidade e mercado imobiliário em São Paulo

AUTORES/AS: BRUNO PUCCINELLI

Que sentidos uma rua pode ter? Uma rua pode encerrar um significado? Quem produz esse(s) significado(s)? A presente comunicação apresenta alguns resultados de pesquisa de mestrado realizada sobre a Rua Frei Caneca na cidade de São Paulo, no bairro central da Consolação. A partir de dados produzidos através de trabalho etnográfico, idas a campo, entrevistas e coleta de material de imprensa e panfletos de propaganda imobiliária, além de acompanhamento em sítios na internet, a pesquisa buscou problematizar a ideia amplamente difundida de que a Rua Frei Caneca seria a “rua gay” da cidade, dentre outras coisas por uma tentativa do empresariado local de tentar oficializá-la e de conflitos ocorridos no shopping lá localizado.

Aqui parto de uma premissa metodológica da geógrafa Doreen Massey (2012), para quem não se pode pensar espaço sem considera-lo como uma relação social. Assim, a ideia de “rua gay” não pode resultar apenas do enunciado de alguns atores privilegiados apenas, mas questionar que relações produzem, primeiro, a ideia de uma rua dentro de um conjunto de ruas fartamente ocupadas pelos sujeitos anunciados como gays, e, segundo, a ideia mesmo da sexualidade presumida num espaço marcadamente identitário. No caso de minha investigação a Rua Frei Caneca nunca foi uma rua só nem se localizou num bairro apenas; dentre Paulista e Centro a rua parecia encerrar a polissemia de quem falava, mesmo numa esquina ou num bar. Parte disso se dava pelos novos empreendimentos imobiliários, de alto padrão e destoantes dos edifícios mais antigos.

Para a presente comunicação trago dados produzidos no intuito de pensar como guias estrangeiros direcionados ao público gay produziam a rua e a cidade como gays em mapas com distribuição de lugares de interesse (casas noturnas, bares, lojas) em paralelo com a produção de mapas que localizassem alguns empreendimentos imobiliários em venda na região. Dois exemplos ilustrativos são o mapa da revista inglesa Time Out que centralizava a região das ruas Augusta e Frei Caneca como centro de desejos para gays e o mapa ilustrado do edifício MaxHaus Paulista que apresentava uma região bem mais ampla como formadora dos desejos de centro para futuros compradores.

Semelhante a uma “guerra de mapas”, que ruas esses mapas selecionam, que imagens ilustram essas ruas e a região e quais discursos textuais ajudam a apresentar uma rua desejável? O debate antropológico clássico e contemporâneo sobre a produção do espaço informa tais resultados, bem como o que tem sido produzido na geografia e na filosofia para além de demarcar limites pretensamente concretos nos espaços de uma cidade. Nesse sentido creio que o ensejo deste Grupo de Trabalho é dos mais promissores: pensar, refletir e tensionar estudos com foco sócio-espacial.

Territórios do cotidiano: trajetórias e experimentações femininas nas metrópoles brasileiras

AUTORES/AS: RENATA ADRIANA ROSA

Este trabalho apresenta uma abordagem analítica sobre os usos, vivências e percepções que as mulheres – experimentando diferentes contextos urbanos e condições sócio-econômicas diversas – fazem das cidades, mais especificamente na capital mineira, Belo Horizonte.

Esta abordagem parte do pressuposto de que as relações desiguais de poder entre homens e mulheres são uma condição socialmente construída que balizam a estrutura e as dinâmicas sociais que configuram os diferentes contextos urbanos femininos nas metrópoles brasileiras. Neste sentido, buscaremos compreender a relação estabelecida entre trajetórias urbanas de mulheres e as distintas maneiras como estas percebem, usam e participam da construção das territorialidades urbanas nas cidades.

A questão das representações sociais e os processos de diferenciação social dos lugares e posições, considerando a existência de um “habitus feminino” na sociedade em relação às tarefas do cuidado e ao uso do tempo, serão problematizados para compreender como estes processos se articulam às formas de percepção e usos dos espaços urbanos nas metrópoles.

Falar em fronteiras estruturais não se restringe a tratar do problema sob o ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades. Trata-se de reconhecer que as desigualdades entre homens e mulheres atravessam a produção e reprodução das cidades e são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que estaremos interpelando os impactos da

estrutura das cidades na vida das mulheres e considerando que as desigualdades de gênero são estruturadoras e dinamizadoras dos modos de vida nas metrópoles. A proposta é utilizar o “uso do tempo” como base estrutural de análise, articulada ao conceito de “trajetórias femininas” - e suas territorialidades urbanas - enquanto variável a ser interpretada e norteadora do esquema conceitual analítico.

A definição conceitual do termo “trajetórias femininas” será aqui compreendida como o percurso social e biográfico das mulheres pesquisadas, bem como as diferentes (des)conexões e caminhos percorridos nos usos e apropriações das cidades. Assim como propõe Telles (2006), em sua obra “Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios” interpelar as trajetórias urbanas enquanto variável a ser analisada implica em discutir os novos ritmos que a temporalidade urbana tem adquirido e seus conseqüentes impactos sobre a luta no e pelo espaço. As histórias de vida de mulheres nas metrópoles e suas (des)inserções nas tramas de sociabilidade da cidade, enquanto campo de análise, possibilitará a compreensão da relação das novas dinâmicas sociais em pauta nas cidades com a manutenção de desigualdades estruturais que balizam as relações sociais entre homens e mulheres e interferem nas formas de uso, percepção e apropriação dos espaços urbanos.

COORDENADOR/A: ROSAMARIA CARNEIRO (UNIVERSIDADE DE BRÁSILIA/SÓCIA DA APA/PORTUGAL), FERNANDA BITTENCOURT RIBEIRO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL)

DEBATEDOR/A: ELAINE MÜLLER, CRISTINA DIAS DA SILVA,

Este GT, dando continuidade a debates ocorridos em outros fóruns, tem por escopo agregar trabalhos que explorem as temáticas do parto e/ou da maternidade na contemporaneidade, partindo do pressuposto de que múltiplas têm sido as suas expressões e transformações enquanto experiência social. Nas décadas de 70 e 80, a maternidade e o parto foram tematizados pelo viés do direito à saúde integral e dos direitos sexuais e reprodutivos; o momento atual, no entanto, parece ser outro, na medida em que o campo se vê interpelado e ampliado também por questões como: o ideário da humanização do parto, as experiências de maternidades lésbicas, o crescimento de tecnologias reprodutivas (NTRs), a existência de outras figurações de paternidade e de novas políticas públicas, como o “Rede Cegonha”. Nesse sentido, partindo de tal leque temático, esperamos adensar a discussão antropológica e criar uma agenda de pesquisa que explore outras noções de sexualidade, corporalidade, pessoa e práticas de cuidado nas cenas de parto e maternidades, também em sua interface com os marcadores sociais da diferença (raça/etnia//classe social). Por essa razão, trabalhos que discutam o assunto a partir do viés epistemológico (saberes em jogo), político (movimentos de mulheres e feministas) e identitários (marcadores sociais da diferença) serão mais do que bem-vindos e esperados no sentido de expandir fronteiras e despertar diálogos antropológicos sobre outras políticas do corpo na atualidade.

A Contemporaneidade do Saber/Fazer na Prática de Partejar de Parteiras Tradicionais no Amapá

AUTORES/AS: IRACI DE CARVALHO BARROSO

A Amazônia abriga uma diversidade geográfica e cultural imensa que se expressa, num universo simbólico representado por meio das distintas práticas de cuidar da gestante, na parturização, no pós-parto e no nascimento. Nas comunidades rurais do Estado do Amapá, o processo de nascimento em domicílio se apresenta como uma experiência tecida em uma rede de múltiplos significados, tanto para as parteiras tradicionais como para as parturientes e familiares.

O presente estudo é parte da tese de doutoramento em Sociologia em andamento, que tem por objetivo investigar a incorporação de práticas médicas no saber/fazer de parteiras no estilo tradicional do partejar. A problemática leva as seguintes questões norteadoras: Que habitus moderno as parteiras tradicionais vem adquirindo no cuidar do corpo da mulher na gestação, parto e pós-parto? Qual a dimensão das técnicas médicas instrumentalizadas racionalmente no cotidiano e no saber/fazer dessas parteiras? Como se processa a articulação entre o saber adquirido tradicionalmente por parteiras e o saber médico científico na contemporaneidade? Para a realização deste estudo tem-se recorrido a várias fontes como, as bibliográficas, os informativos, as entrevistas e a internet. A abordagem é essencialmente qualitativa, e como procedimento utilizado têm-se as técnicas: Entrevista com relatos de experiências e depoimentos.

Corpo, autonomia e risco: uma reflexão sobre a permeabilidade de fronteiras no parto

AUTORES/AS: LAÍS OLIVEIRA RODRIGUES

Visando melhorar as condições de atenção ao parto e criticar a crescente desumanização do nascimento, surgiu o movimento pela humanização do parto e do nascimento e, no seu encaixe, grupos de discussão voltados para mulheres e/ou casais grávidos. Uma facção de tal movimento recorre às reflexões sobre a humanização em saúde, às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e à Medicina Baseada em Evidências (MBE) para estabelecer como a assistência ao parto deve acontecer e defender o potencial da mulher de parir

de modo natural ou com o mínimo de intervenções possíveis, buscando aquilo que denominam empoderamento e protagonismo feminino e questionando a banalização de procedimentos considerados desnecessários. Neste cenário, o presente trabalho pretende refletir sobre questões de saúde e direitos humanos que perpassam o processo de argumentação deste movimento, principalmente à luz da crítica à propagação da noção de risco em relação ao parto natural e ao aumento de cesáreas eletivas. Para tanto, a construção de informações se deu a partir de etnografia em reuniões presenciais de um grupo de discussão pela humanização do parto, ocorridas em Recife, Pernambuco, em discussões virtuais do mesmo grupo, e aqui destacar-se-á entrevistas realizadas com mulheres que frequentaram este grupo. Estas informações foram, posteriormente, apreciadas a partir de análise do discurso. Assim, a construção da noção de risco sobre o parto natural é compreendida como modo de justificar o controle que, paulatinamente, passou a ser exercido sobre o corpo da mulher na gestação e parto, constituindo-se numa alternativa de articulação de poder. A reprodução desta noção pode ser identificada pela transformação do parto em um evento tecnocratizado, marcado pelas diferenças em culturas, onde são negociados os sentidos de corpo e pessoa. Ao fazer menção às recomendações da OMS e à MBE, o movimento parece buscar uma alternativa de alcance do respeito às suas autonomias, naquilo que denominam protagonismo, e o reconhecimento de suas capacidades de escolherem de modo informado a forma como a atenção a seus partos deve acontecer. Sendo assim, deve-se buscar uma rejeição do determinismo biológico e um destaque para o aspecto relacional das definições normativas da gestação e parto, de modo que aquilo que é considerado adequado para os bebês, as mulheres e suas famílias é uma criação social. Isto coloca em cheque a distinção entre natureza e cultura – com limites fluídos e sempre passíveis de manipulação – e possibilita o questionamento dos indicadores de saúde e de respeito aos direitos humanos. Articuladas às noções de gênero, pode-se ainda refletir sobre o respeito aos princípios bioéticos na atenção ao parto, em especial à autonomia, como modo de revisão de fronteiras.

Gestação, parto e pós-parto entre os índios Munduruku: práticas de autoatenção e processos de medicalização

AUTORES/AS: RAQUEL PAIVA DIAS SCOPEL

A partir da etnografia das práticas de autoatenção à gestação, ao parto e ao pós-parto realizada entre os índios Munduruku, no Amazonas, procurou-se compreender o campo de relações cosmopolíticas que envolve o nascimento. Esse campo se constitui através da cosmografia Munduruku, a qual está inserida em um contexto histórico, geográfico e social, em que não se pode ignorar a pluralidade médica e de relações interétnicas. Através da observação participante, verificou-se que as mulheres Munduruku articularam os saberes indígenas com práticas biomédicas de atenção à saúde. Além de realizarem o acompanhamento do pré-natal e exames junto às equipes de saúde biomédicas, também cumpriram prescrições indígenas relativas às dietas alimentares, banhos, pegar barriga, puxar a mãe do corpo, resguardo, entre outras práticas. As práticas de autoatenção à gestação são importantes, do ponto de vista Munduruku, pois interferem diretamente na qualidade do parto e do pós-parto e na produção do corpo e da pessoa Munduruku. Sob esta perspectiva, o parto e o pós-parto são processos que envolvem a participação de diferentes membros da família elementar e extensa engajados em relações sociais afetivas, de troca de serviços e apoio mútuo voltados a garantir o bem estar da mãe e do bebê. As práticas de autoatenção ao parto iniciam na gestação e condensam os saberes relativos ao desenvolvimento do feto e à fisiologia da gestação, os quais diferem dos saberes biomédicos sobre a embriologia humana. Tanto a gestante quanto seu marido têm papel ativo no cumprimento das práticas de autoatenção e os esforços de ambos cooperam para o desencadeamento de um parto bem sucedido e para o bem estar da mãe e do bebê no pós-parto. A escolha pelo local do parto é feita a partir de avaliações feitas pela gestante em diálogo com as mulheres mais velhas da família extensa, com parteiras, com pajés e também com os profissionais de saúde, que atuam no interior da terra indígena, especialmente, no acompanhamento do pré-natal. Entre os motivos que levaram as mulheres Munduruku a parir no hospital emergiram questões etárias (“muito jovem”), doenças (hipertensão ou malária) e esterilização (laqueadura). Embora a grande maioria das mulheres Munduruku ainda façam partos em casa, na aldeia, muitas têm interesse em realizar a laqueadura, desse

modo, instrumentalizam o parto na cidade evidenciando a emergência de uma prática que se pauta por um recurso biomédico e por um discurso de planificação familiar. A análise dos dados permite sublinhar que esse contexto de pluralidade médica é marcado por intencionalidades diversas, algumas vezes convergentes, outras não, e o que se verifica é a crescente expansão da medicalização do parto entre os indígenas.

O resgate da rainha da floresta: a prática do parto domiciliar entre mulheres de uma igreja de Santo Daime

AUTORES/AS: SIMONE VIEIRA DE CAMPOS

O presente texto discute a prática de partos domiciliares experienciados por mulheres vinculadas à uma igreja de Santo Daime denominada Reino do Sol, situada em São Paulo.

Este centro religioso, caracterizado como eclético, mescla elementos do catolicismo popular, religiões afro-brasileiras, orientalistas e práticas da religião Amazônica do Santo Daime, associados à ingestão ritualística da bebida enteógena de origem indígena ayahuasca e elementos xamânicos.

Nesse contexto, a saúde e a busca do pleno desenvolvimento e desabrochar espiritual de seus adeptos são vistos como desdobramentos não apenas de práticas espirituais, mas também de algumas disciplinas físicas, entre elas: alimentação natural, ausência de vícios, restrição a ingestão de remédios alopáticos e restrição à práticas de intervenção médico-hospitalares, incluindo aquelas associadas à maternidade e parto, bem como utilização de ervas medicinais e práticas meditativas, além das práticas de oração e devocionais.

Entre suas adeptas, predomina a opção pelo parto normal “natural”, de preferência domiciliar ou em casas de parto (sem anestesia e outras intervenções alopáticas à mãe ou no bebê). É comum que durante a gestação e parto as parturientes sejam acompanhadas e “cuidadas” por outras mulheres já experientes que passaram pela experiência no grupo, e, na maior parte das vezes, o parto se dá apenas com a presença dessas mulheres e de parteiras.

Este estudo baseia-se na observação participante de cenários coletivos do grupo, incluindo acompanhamento de rituais, em especial os “trabalhos femininos”-rituais voltados ao resgate e fortalecimento do “feminino ancestral”, da “rainha da

floresta” (a entidade feminina que transmitiu os primórdios da doutrina ao patriarca da Santo Daime, mestre Irineu, em suas andanças pela floresta Amazônica) bem como entrevistas semi estruturadas e depoimentos de cerca de vinte mulheres que passaram pela experiência de parto domiciliar no grupo, entre os anos de 2009 e 2014, bem como algumas parteiras do grupo.

Procuraremos dialogar com a perspectiva de que essas práticas de parto natural sinalizam novos modos de vivenciar a experiência do sagrado através da corporalidade por este grupo.

Uma Casa de Parto em uma cidade satélite e muitas mulheres: a questão racial, seus quereres e impasses

AUTORES/AS: ROSAMARIA CARNEIRO

Este artigo explorará o cotidiano de uma Casa de Parto sediada em São Sebastião, nos arredores do Plano de Piloto-Brasília, com o objetivo de mapear, por um lado, a assistência prestada e, por outro, os anseios das mulheres negras que ali chegam em busca do sistema de saúde. A ideia é descrever a proposta da Casa e tematizar a presença feminina em seus contornos institucionais; para, então, em seguida, refletir sobre as relações que se estabelecem entre as profissionais e as gestantes/parturientes que procuram pelo cuidado. Nesse sentido, é no encalço dos dilemas, impasses e percepções sociais de corpo e de raça/cor propaladas e praticadas por essas mulheres que a presente proposta ganhará contornos, de modo a refletir sobre a pragmática das políticas de saúde com recorte racial, perspectivas sociais operantes e sistema local de saúde, em tempos nos quais alguns anunciam a noção de equidade e outros de “racialização” do campo da saúde.

“Aborto não, chá pra fazer descer!”: interstícios da medicina popular na saúde sexual e reprodutiva de mulheres em Caicó/ RN

AUTORES/AS: ROZELI MARIA PORTO, FABIANA GALVÃO

Esta comunicação traz alguns dados e reflexões sobre a pesquisa intitulada “Práticas e representações de Profissionais de Saúde relativas ao aborto e suas relações com mulheres usuárias do SUS em hospitais/maternidades no Rio Grande do Norte (RN)” – financiada pelo CNPq/SPM/MCTI -, realizada em hospitais e unidades

básicas de saúde (UBS) nas cidades de Natal e Caicó. Para este GT, pretendemos discutir alguns pontos observados durante nosso trabalho de campo realizado especificamente em uma UBS em Caicó, que se refere aos itinerários abortivos vivenciados por várias mulheres quando se veem diante do atraso da menstruação. Nas incursões ao campo, foram apresentados pelas interlocutoras usuárias do SUS e pelos Agentes de Saúde relatos a recursos tradicionais e caseiros – chás, garrafadas e outras beveragens - que fazem parte do itinerário das mulheres (ou casais) que buscam, na hora do desespero, todos os recursos disponíveis para fazer descer a menstruação. Buscamos, assim, manter uma interlocução com algumas dessas pessoas ligadas a medicina tradicional no interior do RN conhecidas popularmente por “Amiguinhas”. As “Amiguinhas” dizem desconhecer chás ou outras beveragens para abortar, ao contrário dos discursos impressos nas falas das mulheres e dos profissionais de saúde da UBS local. No entanto, diante do discurso sobre o “chá pra fazer a menstruação descer” este é largamente reconhecido por estas especialistas que não pensam nesse processo como abortamento, pois tal raciocínio é associado tacitamente a uma moral religiosa que perpassa práticas sociais relacionadas à sexualidade. Portanto, as considerações que seguem referem-se, assim, a um recorte da pesquisa mais ampla, e corresponde ao nosso desejo de interlocução com o campo da saúde pública x medicina popular, tendo por foco os itinerários terapêuticos e abortivos que procuram essas mulheres, porém, com um interesse mais afinado no contato com as detentoras do conhecimento tradicional, ou seja, com as “Amiguinhas”. Metodologicamente, os dados estão sendo coletados por meio de conversas informais, entrevistas semiabertas e da observação participante. Sabe-se dos graves riscos gerados pela automedicação – muitas mulheres não utilizam somente garrafadas, as misturam com outros produtos como o Cytotec - e pela ingestão de produtos inimagináveis ao consumo humano (Motta, 2013), dentre outros procedimentos abortivos (ou não) de elevado risco a saúde. Contudo, tal recorte se justifica pelo imaginário que se revela nas crenças das especialistas em garrafadas e das mulheres que recorrem a elas. Há um traço de sincretismo religioso que se evidencia na crença do poder curativo das ervas que transcende a medicina tradicional e que é largamente utilizado nesses itinerários abortivos.

“Eles sabem chamar a gente pelo nosso nome”: a proposta de “humanização” sob a ótica de usuárias de uma casa de parto pública no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: OLIVIA NOGUEIRA HIRSCH

Esta comunicação busca analisar os significados atribuídos por mulheres de camadas populares, usuárias de uma casa de parto pública (CP) no Rio de Janeiro, ao denominado parto “humanizado”, que ganhou terreno no Brasil na década de 1990, com a criação da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (ReHuNa). A expressão parto “humanizado”, de maneira geral, é utilizada para referir-se ao parto em que a mulher tem suas escolhas e seus direitos respeitados e, na maioria das vezes, denota o compromisso com um mínimo de intervenções médicas e farmacológicas possível. A proposta de “humanização” disseminou-se inicialmente entre mulheres de camadas médias, mas tem se tornado acessível também àquelas de segmentos populares, a partir de sua incorporação ao Sistema Único de Saúde, por meio de programas governamentais. Nesse contexto, é importante mencionar que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, por um longo período coordenada por um grupo de feministas, destacou-se por ser, segundo avaliação de ativistas da ReHuNa, a primeira a integrar em suas políticas de saúde projetos concretos de “humanização”, como o que deu origem à criação da casa de parto onde foi realizada a pesquisa. Inaugurada em 2004, esta se caracteriza como uma casa de parto autônoma, isto é, que não está fisicamente vinculada a uma maternidade ou hospital, sendo gerida exclusivamente por enfermeiras obstetras. Os resultados da pesquisa sugerem que, para as mulheres etnografadas, a busca por uma instituição de saúde “humanizada”, como é o caso da CP, não se baseia propriamente na possibilidade de vivenciar um parto desmedicalizado, mas sobretudo no fato de serem tratadas como “pessoas” e de poderem contar com a presença da família na hora do parto, diferentemente do que, segundo elas, costuma ocorrer nas maternidades públicas, que despontam como referencial contrastivo. Do ponto de vista dos profissionais da CP, no entanto, a proposta de parto oferecida ali tem como objetivo coroar um processo de individualização, incentivado ao longo do pré-natal por meio dos chamados “grupos educativos”, cuja assistência é obrigatória para as gestantes vinculadas à instituição. Este processo busca romper com a percepção predominante naquele contexto de que a identidade “mulher” está inexoravelmente ligada à maternidade e entra em choque

com a forma de organização das famílias populares, que se estrutura em redes de ajuda mútua, nas quais há um predomínio da relacionalidade e da hierarquia.

A invenção e a descoberta da violência obstétrica

AUTORES/AS: SARA SOUSA MENDONÇA

O objetivo deste trabalho será pensar a respeito da categoria “violência obstétrica”, utilizada como forma de denominar diversos procedimentos médicos realizados durante o parto. Durante anos estes foram vistos como procedimentos padrões em nascimentos hospitalares, porém atualmente, movimentos de ativistas pela humanização do parto e do nascimento passam a apontá-los como procedimentos indesejáveis, realizados sem real indicação para determinados casos, ou mesmo não embasados cientificamente. Desse ponto de vista, são vistos como uma invasão e desrespeito ao corpo feminino, podendo o profissional que os realize, inclusive, enfrentar ações judiciais.

Refletindo a partir do trabalho de Simião (2006), a respeito da invenção da violência doméstica no Timor-Leste, percebo que um ato só passa a ser visto e sentido como violento a partir do momento que ele assim o é conceitualizado. Categorias como violência obstétrica e doméstica são canalizadores para que “um gesto de agressão seja percebido como atitude intolerável por parte de alguém, percebido como violação e como violência.” (SIMIÃO:2006)

Assim, enfocarei como o uso desta categoria pelos movimentos ativistas empodera estes movimentos e as mulheres que a eles se associam, mas também gera dilemas e desafios. Do lado das redes de ativismos de usuárias do sistema de saúde, nas palavras de uma ativista “as mulheres não gostam de ouvir que o parto delas não foi legal, que teve violência obstétrica” e em certa medida isso afasta pessoas do movimento e dificulta a atuação das ativistas. De outro lado, maternidades que adotam um paradigma de humanização entram em choque com usuárias que positavam tais intervenções como modelo de boa assistência, como ocorrido no caso – a ser analisado no artigo – de denúncias feitas por usuárias a uma maternidade pública do Rio de Janeiro, de que esta “forçaria o parto normal” e se negaria a realizar cesáreas e demais procedimentos a pedido da parturiente. Casos como este apontam para acionamentos outros da categoria de violência obstétrica, não previstos inicialmente pelo movimento pela humanização.

Quais são as noções de ciência e medicina aí implicados? E qual é a ideia de corpo e pessoa acionados pelos denunciadores em ambos os casos? A partir de tais questões, pretendo analisar o processo de se descobrir vítima de violência obstétrica e a releitura da experiência de parto vivida sob esse prisma.

Conceber e parir: práticas médicas e/ou femininas? Dois estudos sobre disputas de saberes entre mulheres e médicos na gestação e parto

AUTORES/AS: TÁSSIA RAQUEL MARQUES GUSMÃO, JÉSSICA FERREIRA

Esse artigo tem como propósito discutir as relações em torno das práticas de cuidado na gestação e parto, propondo um debate em torno da desmedicalização do corpo e da saúde. Para isso, apresentaremos dados preliminares de duas pesquisas de mestrado, uma sobre relações médico-gestante acerca de sexualidade na gravidez e a outra sobre humanização do parto. Com o intuito de problematizar questões que surgem em ambos os campos referentes a disputas de saberes entre médicos e pacientes foi adotada aqui a perspectiva comparada, uma vez que este trabalho propõe trazer luz ao debate sobre as práticas de cuidado a partir de dois contextos distintos. Uma pesquisa foi realizada em 2011 no ambulatório de uma maternidade pública em Salvador, BA, enquanto a segunda pesquisa, ainda em andamento, é feita com um grupo de apoio às gestantes que desejam realizar um parto humanizado na cidade do Rio de Janeiro. Em ambos os trabalhos perpassa a questão central da medicalização da gestação e do parto, o poder do conhecimento técnico-científico imposto às gestantes através da autoridade médica e a percepção específica das mulheres em relação ao poder/saber médico exercido sobre seus corpos e sexualidade. As duas investigações foram realizadas por meio de técnicas qualitativas de pesquisa como trabalho de campo e entrevistas. As entrevistas realizadas com médicos e gestantes no ambulatório permitem uma observação mais aguçada das questões referentes às relações estabelecidas entre aqueles sujeitos durante o período de pré-natal, especialmente sobre o tema da sexualidade na gravidez. Já o parto é visto pelo grupo de gestantes que buscam atendimento humanizado como consequência e ponto de chegada de um processo amplo de empoderamento das mulheres frente à tendência de medicalização da gravidez por parte de médicos e instituições. Por fim, a análise conjunta dessas pesquisas propicia o aprofundamento do debate sobre práticas de cuidado também a partir

do recorte de classe social e raça existente entre os grupos pesquisados, tanto no que diz respeito às diferenças socioeconômicas entre as gestantes e aos médicos da maternidade baiana estudada quanto nos contrastes existentes entre os grupos de gestantes pesquisadas nas duas capitais brasileiras que apresentam aspectos econômicos e raciais distintos.

Narrativas da gravidez entre gestantes no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: CLAUDIA BARCELLOS REZENDE

Neste trabalho, argumento que a gravidez pode ser vista como uma categoria cultural que informa a experiência física e subjetiva da gestação. A partir de entrevistas com mulheres de camadas médias do Rio de Janeiro que esperavam seus primeiros filhos, discuto como este material constitui-se uma narrativa, com começo (o desejo de ter filhos e a concepção), meio (a mudança nos comportamentos e na relação com outros) e fim (o parto). Examino quais elementos e fios condutores se destacam, quais atores sociais são incorporados nestas histórias e de que modo. Estas narrativas, por sua vez, são analisadas à luz de estudos comparativos sobre gravidez em outras sociedades. O material etnográfico analisado sugere que a gravidez como um todo se torna um projeto para as mulheres pesquisadas, sendo que varia, entre elas, o elemento que recebe maior atenção enquanto objeto de planejamento - a concepção, a gestão da gravidez e/ou o parto. Com esta proposta, pretendo problematizar a centralidade do parto como projeto, presente em certos grupos de gestante e mesmo políticas de humanização do parto, para compreender seu significado no contexto das mulheres pesquisadas e de sua inserção social mais ampla.

Reflexões sobre práticas da maternidade ativa

AUTORES/AS: MARIANA MARQUES PULHEZ

O objetivo central desta apresentação é oferecer elementos para a reflexão sobre os significados que a maternidade assume no mundo contemporâneo. Para isso, parte-se de um estudo antropológico realizado em 2012 e 2013 que busca compreender as práticas da chamada maternidade ativa em um blog materno, o Blog Mamíferas, e em manifestações e eventos em prol da humanização da assistência

materno-infantil. A hipótese que conduziu a pesquisa é a de que no processo de compartilhamento de textos do blog e dos debates produzidos por eles, visíveis nos comentários das leitoras, as mães blogueiras criam relações que constroem uma identidade em comum baseada nas reflexões acerca da maternidade ativa. Para pensar como se dá esse processo, teve-se como ponto de partida os conceitos de biopoder, de Michel Foucault, e de reflexividade, de Anthony Giddens e colocou-se a questão: em que medida os modos de maternar reivindicados por essas mulheres poderiam ser entendidos como expressões de um biopoder inscrito no corpo da população ou, por outro lado, como formas de autorreflexão e busca da definição do “eu”? Além desta questão, foi também colocado em discussão as implicações para autoras feministas, em especial para aquelas da segunda metade do século XX, quando da (re)valorização da maternidade, outrora uma das expressões mais veementes da dominação masculina.

Com a finalidade, portanto, de colocar em debate estas questões, a etnografia do Blog Mamíferas foi a ferramenta metodológica privilegiada, tendo sido complementada pelo acompanhamento de manifestações e eventos em prol da saúde da mulher e do bebê. Através dos dados colhidos no trabalho de campo tem sido possível compreender os significados da maternidade ativa e colocá-los em escrutínio a partir das novidades que o movimento traz e do modo como ele se coloca como contestador de práticas médicas e da forma como as crianças nascem e são criadas. Além disso, tem-se buscado analisar as continuidades e descontinuidades nos discursos feministas das autoras do Blog Mamíferas em relação aos feminismos que enxergam a maternidade como lugar de opressão.

Assim, prezando por uma das virtudes do trabalho antropológico, que é o de analisar peculiaridades e minúcias de cada caso, o intuito desta apresentação é de trazer para o debate os resultados da pesquisa sobre a maternidade ativa, iluminando práticas e modos de se colocar no mundo. A partir das particularidades, então, espera-se adensar reflexões de cunho mais geral.

Representações sobre a maternidade entre mulheres com nível superior

AUTORES/AS: MARTA PEREIRA MILITÃO DA SILVA

Este trabalho pretende apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado em andamento que busca identificar as representações sobre a

maternidade entre mulheres com nível superior na cidade de São Paulo.

Algumas das perguntas que a pesquisa pretende responder são:

Em nossa sociedade, como é vivido o período de transição para a maternidade por essas mulheres? Quem conforma sua rede de apoio primária? Como a mulher contemporânea articula os diferentes saberes à sua disposição, o saber familiar, o saber técnico-científico? Como ela elabora a dupla responsabilidade do trabalho fora de casa e do cuidado das crianças? O aumento do acesso à informação contribui para que as escolhas feitas pelas mulheres sejam mais autônomas? Ou pelo contrário, essas escolhas tendem a ser massificadas?

Compreender como a mulher que se torna mãe constrói a cadeia de apoios que a auxiliam no período de transição para a maternidade em relação ao cuidado de si e das crianças também é um dos interesses centrais desse trabalho.

Partimos do princípio de que a maternidade é uma construção social que está intimamente ligada à experiência de classe, gênero e etnia e, portanto, ao identificar as concepções de maternidade dessas mulheres devemos relacioná-las ao contexto mais amplo de sua inserção na sociedade. Desse modo pretende-se discutir como essas mulheres, com uma localização específica na estrutura social, vivem e pensam a maternidade.

Um olhar sócio-antropológico sobre o processo de Humanização do Parto numa maternidade pública de Porto Alegre/RS

AUTORES/AS: CLARISSA NIEDERAUER LEOTE DA SILVA PEDROSO, RONIELE COSTA SARGES, LAURA CECILIA LÓPEZ

O presente trabalho forma parte de pesquisa em andamento que analisa o processo de humanização do parto e nascimento em uma maternidade pública de Porto Alegre/RS, através das transformações institucionais referentes a modelos e práticas de cuidado e dos efeitos nas experiências das mulheres gestantes atendidas nessa instituição. Nosso referencial conceitual relaciona as bases teóricas da humanização do parto com os processos que vem ocorrendo de crítica ao modelo tecnocrático de nascimento, imperante no Ocidente, que medicaliza o parto e o corpo da mulher. Trata-se de um estudo qualitativo de abordagem etnográfica, que examina as transformações relacionadas à humanização do parto no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, no cenário da inserção da instituição na Estratégia Rede Cegonha do Ministério da Saúde. Como resultados, podemos referir as

tensões envolvendo o processo de mudanças institucionais, sendo que o modelo de humanização provoca uma reorganização das práticas profissionais, assim como novas intersubjetividades, ao idealizar um renovado papel das equipes prestadoras de cuidados que dimensione as mulheres como protagonistas dos seus partos.

Concepções de infância e maternidade em grupos virtuais de parto humanizado.

AUTORES/AS: MARINA REBECA DE OLIVEIRA SARAIVA

A partir de uma incursão etnográfica realizada em grupos virtuais de parto humanizado, o principal deles com integrantes predominantemente da cidade de Fortaleza-CE, este trabalho procura refletir sobre a relação entre as concepções de infância e maternidade para mulheres que optam/optaram pelo parto humanizado. “Criação com apego”, “amamentação livre demanda”, “dieta orgânica”, “fraldas ecológicas”, “abolição de mamadeiras e chupetas”, “enxoval: só o necessário”, “não vacinação”, além da restrição à TV e outros equipamentos eletrônicos e da busca por pedagogias escolares diferenciadas, como a Waldorf, são alguns dos elementos e posturas que permeiam as práticas de maternagem encontradas entre grupos virtuais de mulheres que optam/optaram pelo parto humanizado. Inicialmente, é possível perceber que através dessas posturas essas mães procuram envolver seus/suas filhos/filhas em um ideal de infância que acreditam que foi perdido. Dessa forma, assim como em suas narrativas sobre o parto intentam o resgate do ato de parir como evento natural e fisiológico, livre de intervenções desnecessárias, também buscam na prática da chamada “maternagem ativa” o resgate de uma experiência de “infância ideal”. Em suas narrativas é possível perceber que o resgate dessa “infância ideal” começa na decisão pelo parto natural, quando mostram uma profunda preocupação com “o tempo da criança”, a “escolha da criança”, o “seu momento” e através do empoderamento do próprio corpo diante do discurso médico “cesarista” vigente, essas mães/grávidas trazem a tona o discurso sobre uma “autonomia” da criança diante da escolha desta em relação ao dia do nascimento, através de depoimentos do tipo: “meu/minha filho/a é quem diz quando está pronto/a para nascer”. Para além da questão relacionada à escolha da criança sobre o seu momento de nascer, as práticas citadas e que perpassam a “maternagem ativa”, também levam em consideração sempre o que é “melhor para

a criança”, ainda que isso signifique determinados sacrifícios para a cuidadora ou o cuidador. Assim, procuramos apresentar as concepções de infância que permeiam as narrativas desses grupos de mães e como estas se relacionam com as concepções de maternidade e práticas da chamada “maternagem ativa”. Entendemos que esses “novos” modos de cuidar e as concepções de maternidade na contemporaneidade são perpassadas por ideais de infância “perdidos” e por uma espécie de “resgate” sobre modos de ser criança, atravessada pela defesa sobre o que seria uma “infância de verdade”. Diante desses elementos e outros a serem explorados, partimos da ideia de que as categorias “infância” e “maternidade” estão interligadas e devem ser pensadas em uma perspectiva relacional.

Criação com Apego: práticas de cuidado e aprendizagem infantil, relações parentais e noção de pessoa

AUTORES/AS: ALESSANDRA RIVERO HERNANDEZ

O presente trabalho tem como objeto de investigação um conjunto de práticas de cuidado e de aprendizagem com crianças de primeira infância frequentemente denominado no Brasil de Criação com Apego. Esta forma de cuidados começou a despontar a partir da década de noventa, com a publicação do primeiro de uma série de livros sobre o tema escritos pelo pediatra americano William Sears. Dentre estas práticas, está a da amamentação prolongada; auxiliar o bebê a comer sozinho; pais e filhos dormirem juntos; carregar o bebê em um pano amarrado junto ao corpo; uso de fraldas de pano; higiene natural infantil (aprender a identificar os sinais expressos pelo bebê de quando irá evacuar e urinar); banho de balde; massagem shantala e disciplina positiva, contrária a castigos e punições. Contudo, vários de seus praticantes negam a autoria da Criação com Apego a Sears, quem seria apenas responsável pela sua ampla divulgação, uma vez que, além de ser uma forma “intuitiva” e “natural” de cuidados infantis, já estaria presente nas sociedades “primitivas”. Tomo essa apreciação de praticantes da Criação com Apego para pensar o que então abriu espaço para que esta forma de cuidado infantil expandisse seus horizontes, antes mais restritos a sociedades tradicionais, e viesse a ser praticada, particularmente por casais das camadas médias, em grandes metrópoles na atualidade. Alguns aspectos contextuais a serem considerados são a redução da taxa de natalidade, o adiamento no nascimento do primeiro filho

e a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho. Os meios de comunicação, em especial a internet, têm um papel relevante nesse fenômeno. Outro elemento fundamental diz respeito à “nova” configuração que Sears dá a um “velho” tema. Como diversos praticantes afirmam, práticas como a da amamentação prolongada e o contato físico contínuo entre bebês e cuidadores eram desempenhadas em sociedades tradicionais, temas investigados, desde a década de 30, pela escola antropológica Cultura e Personalidade e os estudos interculturais no campo da saúde. Contudo, ao considerar que tais práticas têm como objetivo que os pais conheçam seus filhos e assim os ajudem a sentir-se bem, ele as comunica com a ideia de um “eu” interior da criança, presente desde o seu nascimento, o que possibilita dar novos sentidos a essas práticas. Trata-se de uma combinação inicial, que vem sendo adensada pela incorporação de outras práticas de cuidado e aprendizagem e de saberes do campo da psicologia que têm no horizonte a construção de relações parentais que não constriam a expressão da individualidade e da subjetividade da criança. Nesse sentido, a Criação com Apego se insere em uma perspectiva mais ampla, a do individualismo de caráter psicologizante.

Da maternidade como modo de invenção de novas possibilidades de vida: análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional

AUTORES/AS: FERNANDA GUIMARÃES CRUZ

O artigo busca analisar como as experiências de maternidade e as práticas de cuidado com os filhos constituem um dos modos pelos quais jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional (abrigo, casas-lares) inventam/criam novas possibilidades de vida, a partir de condições que a princípio reforçariam sua vulnerabilidade e falta de potência. A análise tem como base o material etnográfico obtido através da pesquisa de doutorado sobre desinstitucionalização realizada junto a oito jovens de Santa Catarina (Palhoça e Florianópolis) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre), entre 2010 e 2013. Para essas jovens, a maternidade e as práticas de cuidado com os filhos funcionam como ponto de convergência entre as suas experiências, ainda que estas sejam revestidas de particularidades. E estas, como pretendo demonstrar, são reveladas na maneira como elas se relacionam com

as políticas públicas (e à garantia dos seus direitos e também do de seus filhos), as novas tecnologias reprodutivas, os seus companheiros, o trabalho e também com as experiências de acolhimento. Ao contrário do que se poderia imaginar, essa trama complexa de relações não funciona como contexto do qual simplesmente advêm valores, regras, limites, aprendizados a serem incorporados, mas sim como diferentes zonas de intensidade e potência constitutivas de um devir-mãe. Tendo em vista o lugar que a experiência da maternidade ocupa na vida dessas jovens, procuro refletir sobre como este participa e se relaciona com toda uma série de mudanças nos padrões de maternidade contemporânea. A desconstrução da maternidade como um destino inevitável das mulheres, a possibilidade de escolha (dimensão reflexiva) no contexto das Novas Tecnologias Reprodutivas, o fenômeno da volta ao lar por parte das mulheres de classe média (tabu às avessas) e o processo de gestão da vida de mulheres-mães (normatização da maternidade) são temáticas que me permitem montar um contexto das discussões contemporâneas em torno da maternidade e das suas diferentes configurações. Na abordagem adotada, busco analisar como as configurações de maternidade e as práticas de cuidado com os filhos experienciadas pelas jovens se tornam objeto da sua invenção de novas possibilidades de vida. Ao fazer tal movimento, instiga-me refletir sobre como elas estão “inventando” maternidade e como esse fazer inventivo nos informa sobre o lugar que a maternidade ocupa em seus modos de vida. Este fazer inventivo, ou melhor a invenção, será pensada a partir da proposta de Roy Wagner acerca da dialética entre invenção e convenção.

Entre Gametas e Provetas: mãe é uma só?

AUTORES/AS: LÍDIA MARCELLE ARNAUD AIRES

No contexto das novas tecnologias reprodutivas (NTRs) além da possibilidade de fragmentação da procriação, há também a fragmentação da maternidade: discute-se se a mãe é a dona do óvulo ou a que gestou, ou se a mãe é aquela que desejou o bebê e pagou para concebê-lo. Discute-se se o que tem mais força é o sangue ou o DNA, mas o feto não fica fora da disputa. Os elementos biológicos relacionados à maternidade podem ser representados de maneira seccionada, suscitando dúvidas sobre quem é a “mãe verdadeira”. O presente trabalho versa sobre maternidade entre lésbicas, sendo esta viabilizada pelas novas tecnologias reprodutivas. As

NTRs permitem a elaboração do projeto parental no seio do casal, incluindo mais uma mãe na relação com a criança, ainda que esta mãe não possa experimentar as sensações corporais da gestação. Não havendo a participação com substâncias corpóreas ou com o próprio corpo, são utilizadas estratégias informais para incluir a segunda mãe na relação maternal com a criança, confrontando a força do sangue com o poder de outros vínculos que costuram as relações familiares.

Maternidade, contracepção e aborto: ética e política na pesquisa feminista

AUTORES/AS: FLÁVIA DE MATTOS MOTTA

Após uma longa pesquisa com equipe multidisciplinar utilizando métodos quali-quantitativos, que resultou num livro e diversos artigos acadêmicos sobre saúde reprodutiva, contracepção e aborto, a etapa final da pesquisa consistiu em um processo de retorno ao campo com os resultados da mesma através de oficinas e um material impresso produzido (um livreto e um calendário). Este registro etnográfico pretende discutir o processo de “devolução” ou “compartilhamento” de uma pesquisa sobre aborto e contracepção num bairro de periferia urbana em Florianópolis.

Maternidades: um estudos sobre a diferença nos processos de nascer

AUTORES/AS: CLARISSE MARINA DOS ANJOS RAPOSO, ISABELA CHIMELI

O atual cenário da assistência à maternidade, em todos os seus processos, é marcado por uma série de dificuldades, no Brasil e no mundo. A começar pela confusão que há entre a grande contribuição dos avanços tecnológicos para a redução das mortalidades materna e infantil e o uso indiscriminado que é feito dos mesmos, tornando-os fonte de risco e agravos à saúde da mulher e da criança. No combate entre a fisiologia do corpo e a intervenção médica, vence o segundo, com seu ideário de controle do imprevisto característico do pensamento médico ocidental. Esse quadro é fruto de uma complexa relação histórica, ética, política, econômica e sociocultural, que passa pela institucionalização do parto com (98% dos partos em hospital), pelos processos de mercantilização e medicalização da vida - marca de status social da sociedade de consumo - relações de dominação da ciência, da medicina e de gênero, além da representação da cesariana na sociedade como

procedimento seguro, rápido, conveniente, limpo e sem dor (Behague, Victora, Barros, 2001; Victora et al, 2011).

Como reação, vê-se hoje a proliferação de movimentos voltados para a transformação do modo de nascer no Brasil, conduzidos pelo discurso da humanização que tematiza, entre outros aspectos, o respeito ao tempo fisiológico das parturientes, a evitação de procedimentos de rotina tidos como invasivos, o respeito à escolha do modo de dar à luz, às crenças e estilos de vida das gestantes e parturientes. A diferença surge então como importante questão a ser pensada, principalmente pela pluralidade constitutiva do contexto brasileiro (Carneiro, 2013). É nesse âmbito que se insere a presente proposta de trabalho. Buscaremos por em contraste os conflitos que surgem entre o ritual de despersonalização da assistência à maternidade, que padroniza e faz desaparecer a pessoa (Pereira, 2000), e algumas das noções cosmológicas que orientam as práticas e ideias relacionadas aos processos de gravidez, parto e pós-parto entre os Akwen-Xerente. Nossa intenção é evidenciar que o parto normal, muitas vezes atribuído no discurso popular ocidental a “coisa de índia”, frequentemente apresenta-se, também para muitos coletivos indígenas, como procedimentos capturados pela intervenção médica e desprovidos de qualquer normalidade.

Sobre mães e doadores: pertencimento familiar sob a luz da experiência da maternidade, do direito de filiação e acesso à reprodução assistida em uma associação de famílias homoparentais do Quebec

AUTORES/AS: DÉBORA ALLEBRANDT

A divisão de competências jurídicas no Quebec (Canadá) torna o quadro legislativo dessa província muito particular. O casamento é competência federal enquanto que a filiação segue a regulamentação provincial. Esse trabalho tem como pano de fundo a experiência dos membros de uma associação de famílias homoparentais que atuaram direta ou indiretamente na produção do contexto jurídico que permitiu que essa província implementasse uma lei que regulamenta a união civil de casais homossexuais, permitindo a dupla filiação materna e paterna para adoção de crianças em 2002. Em 2009, o Quebec foi a primeira província a garantir o acesso gratuito aos procedimentos de reprodução assistida, contemplando também os casais gays (Tahon, 2010). Esse contexto, resultado de um intenso

debate, é percebido por meus interlocutores como o alcance da “plenitude de direitos”. O objetivo dessa proposta é analisar as escolhas e particularidades da experiência da maternidade e filiação por casais gays no Quebec, a partir dos dados coletados durante minha pesquisa de doutorado. Questiono como os membros da associação experimentam o cotidiano e os desafios da experiência de criar famílias com ajuda de doadores de gametas e se preparam para um eventual desejo de seus filhos de saber mais sobre o doador e os modos que essa curiosidade pode modificar o significado da maternidade e da família homoparental. Tomo a afirmação de Cadoret (2009) de que a construção da identidade pessoal passa pelo conhecimento do próprio corpo, fazendo com que a filiação seja uma construção pessoal. Assim, a negociação do papel e lugar do doador de gametas na família é problematizada através do que venho chamando de “busca hipotética” das origens (Allebrandt, 2013).

COORDENADOR/A: WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE), MARCOS OTAVIO BEZERRA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

DEBATEDOR/A: WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA,

O objetivo do GT é refletir sobre o significado de relações pessoais no âmbito de processos sociais identificados como estatais e de engajamento político. Consideradas do ponto de vista das teorias modernizantes, estas relações foram comumente interpretadas a partir de perspectivas moralizantes e normativas. Observa-se nos últimos anos mudanças nesse quadro em estudos realizados sobre a política, a economia, a administração pública e os movimentos sociais. Relações de amizade, familiares, obrigações morais e sentimentos de gratidão, entre outros, apresentam-se como elementos constitutivos das situações sociais em foco e com diferentes significados sociológicos. Na administração pública, relações pessoais tornam-se um recurso social importante de domesticação da burocracia estatal, uma forma de recusa à impessoalidade ou racionalidade burocrática. Nas trajetórias de engajamento político e participação em formas de ação coletiva, conhecidos são uma dimensão importante do recrutamento e continuidade da atuação. Interessa-nos, portanto, reunir trabalhos que, a partir de diferentes perspectivas teóricas e empíricas, contribuam para a explicação do significado que adquirem os laços pessoais e afetivos no âmbito das práticas estatais e de engajamento político. E à medida que permitem compreender como são estabelecidas fronteiras entre as condutas tidas como adequadas ao Estado e à militância política são bem vindas análises sobre como esses laços são concebidos e julgados.

A luta contra a AIDS: construção da causa e redes de relações

AUTORES/AS: FERNANDA RIOS PETRARCA

Este artigo analisa a relação entre os contextos que conduzem ao engajamento na luta contra a Aids e os recursos sociais que os atores mobilizam para entrada na causa e consequente investimento. Um dos princípios norteadores deste trabalho consiste em tomar as intervenções públicas e os contextos de interação, nos quais os atores se engajam, como geradoras de novas possibilidades de ação. Nesse sentido, é uma sequência de eventos, situações e fatos que conectam os atores e criam possibilidades de ação, colocando em jogo as experiências acumuladas, permitindo o acionamento de determinadas competências e a mobilização das redes de relações. Este trabalho permitiu concluir que o engajamento na luta contra a Aids resulta do encontro entre condições objetivas de realização (redes de relações, contatos estabelecidos) e as lógicas subjetivas (percepção, princípios de identificação com a causa). Os atores que participaram da resposta inicial da luta contra a Aids, apesar de pertencerem a diferentes movimentos (movimento homossexual, reforma sanitária), possuíam fortes ligações entre si e estavam imersos em redes de relações que os aproximavam. Tais redes eram oriundas, sobretudo, da luta contra a ditadura militar.

Dinâmicas de Construção do Movimento Ambientalista no Estado de Sergipe.

AUTORES/AS: GESSICA SANTANA RODRIGUES, OLIVEIRA, WILSON JOSÉ FERREIRA DE

A partir da redemocratização política do Brasil, ocorre uma maior expansão de estudos voltados para os “Novos Movimentos Sociais”, no qual novas dinâmicas sociais, culturais e políticas possibilitaram diferentes formas de reivindicação e mobilização. Em consonância com isso, a partir dos anos 1980, ocorre uma expansão das organizações em defesa de causas ambientais para diferentes setores da sociedade, de modo que a causa ambiental configura-se, então, como uma questão política. Nessa perspectiva é que a presente análise do movimento ambientalista em Sergipe se alicerça, tendo como objetivo investigar as condições e dinâmicas de emergência das organizações, mobilizações e conflitos sociais em torno de causas ambientais, destacando o engajamento ativista na defesa dessas causas. Para operacionalização do presente estudo foi feito um levantamento de cunho

histórico das mobilizações e organizações ambientalista no estado de Sergipe, no período de 1998 a 2011, concluindo assim o mapeamento de seis organizações que atuaram e atuam na defesa das causas ambientais. Após esse momento, partiu-se para a análise e entrevistas semi-estruturadas com os “líderes” de três diferentes organizações dentro desse quadro, destacando o Genival Nunes da ASPAM, caracterizando-se como a pioneira com esse caráter no estado de Sergipe, o Lizaldo Vieira do MOPEC, organização que possui um caráter socioambientalista, e por fim, o Adalberto Paloamare da ONG Água é Vida, que tem atuação mais localizada na cidade de Estância, sul sergipano. Essa análise perpassa pelo mapeamento dos itinerários políticos, familiar, profissional, escolar e experiências de vidas desses atores sociais envolvidos, permitindo, assim, apreender suas disposições para o engajamento, como também a constituição e manutenção das redes de relações, dos contatos e apoios traçados, dos simpatizantes e voluntários e dos contextos sociais e políticos no qual estão inseridos, possibilitando a mobilização e coordenação dessas organizações e dos seus ativismos, legitimando e publicizando suas causas. Essa análise torna-se pertinente na medida em que nos permitiu apreender que a dinâmica de construção e permanência do ativismo e causas ambientais está diretamente relacionada com o engajamento de atores e organizações sociais que atuam de diferentes formas nas causas sociais e consequentemente nas causas ambientais. Apreendendo, ainda, a importância e a significação dos contatos preliminares com simpatizantes ou militantes que participam e tem relação com as causas pretendidas, das redes de relações pessoais e articulações, como também, as causas defendidas, suas estratégias, mecanismos de atuação e repertórios organizacionais possibilitando, assim, “delinear” um cenário ativista ambiental em Sergipe.

Entre disposições e interações: redes de sociabilidade de jovens militantes de partidos políticos

AUTORES/AS: ANA KARINA BRENNER

Existe a percepção da existência de um processo de transformação da militância política, que se torna visível, especialmente, pela emergência de novas formas de engajamento, notadamente entre os jovens. As novas formas deixam de lado práticas dos espaços tradicionais de militância, como os partidos e os sindicatos,

e engendram novas estratégias. Apesar da existência dessas novas formas de mobilização e engajamento, e dos deslocamentos dos jovens para elas, há jovens que persistem no tradicional engajamento em partidos políticos, ainda que sejam um grupo pequeno entre o segmento militante. Os primeiros estudos sobre a socialização política apontavam para a família e a escola como únicas fontes de socialização política. Não se considerava a importância do grupo de pares ou a influência da mídia, por exemplo, na transmissão de valores e comportamentos políticos. Os protestos estudantis de 1968 impuseram uma nova abordagem do tema, visto que a centralidade da escola e da família já não davam mais conta de explicar os fenômenos daquela juventude que se mobilizava. Maurer (2000) dirá que a centralidade da família e da escola ainda persiste nos estudos sobre socialização política pela dificuldade de medir os efeitos cognitivos das mídias ou do grupo de pares, mas esta influência é inegável, especialmente quando as formas clássicas de socialização não permitem explicar as razões para o engajamento. No estudo dos engajamentos, os conceitos de socialização e disposição não são suficientes para explicar como os sujeitos efetivamente se tornam militantes, ou seja, como transformam as disposições adquiridas através da socialização política em ação militante. Articula-se, portanto, à análise diacrônica dos engajamentos, uma dimensão sincrônica, que se revela nas interações vividas pelo sujeito no presente ou no passado próximo. As redes de interação seriam os agentes da ativação e transformação das disposições em prática. As redes de relacionamentos construídas na escola, na universidade, no trabalho, entre o grupo de amigos e na prática religiosa aparecem como elementos que participam da ativação das disposições que são transformadas em ação concreta. Um retorno ao material empírico coletado durante a produção de tese de doutorado, e não plenamente explorado, permitiu observar mais intensamente, a importância das redes de sociabilidade dos jovens militantes de partidos. Tais redes tem lugar bastante central não apenas no que se refere à construção de disposições e de transformação destas em efetivo engajamento, mas também para o aprofundamento do engajamento, as mudanças de investimento na militância e também na construção dos espaços de engajamento e pautas de ação dentro dos partidos e grupos intrapartidários nos quais realizam sua militância.

Formas de participação e acesso à rede de Direitos Humanos em Sergipe: algumas reflexões a partir da noção de relações pessoais

AUTORES/AS: MARIA ERICA SANTANA DE SOUZA

A exposição discutirá alguns resultados iniciais de uma pesquisa em andamento acerca da atuação de mediadores na rede de Direitos Humanos em Sergipe, realizada para a elaboração de uma tese de doutorado. A literatura mais recente sobre movimentos sociais e processos de engajamento no Brasil demonstra que atualmente há uma valorização de militantes/mediadores como importantes articuladores entre redes de movimentos sociais e órgãos públicos e autoridades políticas. Com a passagem de um tipo de ação caracterizada pela mobilização de rua e pelos grandes protestos dos anos 1980 para uma ação pautada predominantemente na negociação via organizações civis de intermediação (fóruns, conselhos, ONGs, OSCIPs), os militantes inseridos nestes espaços são cada vez mais orientados a se profissionalizar e se posicionar como mediadores. Podemos observar que este é um momento privilegiado para investigar esse tipo de engajamento político. A questão central desta pesquisa, portanto, consiste em estudar o papel dos mediadores na (re)constituição das formas de organização, divulgação e (re)formulação de políticas públicas e/ou projetos relacionados aos Direitos Humanos nesse estado. Além disso, em um nível mais geral, o estudo se propõe a analisar as articulações, fluxos de informações e negociações dessa rede, bem como apreender possíveis peculiaridades e distinções entre o caso estudado e outras redes de âmbitos local e regional – que se articulam para dar forma à denominada “rede nacional de Direitos Humanos”. A pesquisa tem como orientação teórico-metodológica a perspectiva das redes sociais que compreende os movimentos sociais e as formas de engajamento a partir das justificativas individuais, recursos (sociais, escolares, entre outros) mobilizados, laços pessoais, motivações simbólicas dos indivíduos engajados, como também através dos condicionantes estruturais (contexto sociopolítico e cultural). Como instrumentos metodológicos, têm sido utilizadas a observação direta em eventos, entrevistas formais e informais, consulta a documentos disponíveis em sites e sedes de ONGs e órgãos públicos. Nesta exposição, discutiremos, mais especificamente, o papel das relações pessoais como recurso importante para acessar a rede de direitos humanos em Sergipe e atuar como mediador, o que já pôde ser evidenciado no trabalho de campo.

Habitar a cidade: (in) visibilidade urbana e a participação de populações periféricas na constituição dos territórios da cidade.

AUTORES/AS: FRANCISCO LUIZ PEREIRA DA SILVA NETO

Este trabalho visa refletir sobre a produção dos territórios urbanos através das relações que caracterizam as ações de políticas públicas de intervenção, representadas pelos seus atores e pelos valores que as conduzem, e as ações das populações atingidas por estas propostas de intervenção, representadas pelos seus atores e pelos valores que as conduzem. Neste estudo, o aporte etnográfico é dado pelo acompanhamento do desenvolvimento de um TSA – Trabalho Sócio Ambiental, vinculado a um projeto de saneamento básico financiado pelo PAC do governo federal brasileiro na cidade de Pelotas/RS. O interesse aqui é entender como a cidade é inventada através da conexão difícil entre ações referenciadas por conceitos como “planejamento urbano” e “sustentabilidade ambiental” conduzidas por agentes do poder público e ações referenciadas por conceitos como o de “vizinhança”, “família” e “propriedade” conduzidas por agentes de populações periféricas urbanas na constituição de seus territórios de habitação. Nossa intenção é entender como a interação desses territórios imaginados expressam as relações de poder que definem a ocupação da cidade e o acesso diferenciado aos seus espaços.

Lutas por terras e engajamentos políticos: relações pessoais em e entre movimentos sociais no interior do Paraná

AUTORES/AS: DIBE SALUA AYOUB

O presente estudo busca discutir os modos com que laços de familiaridade e de território são acionados nas práticas políticas de movimentos de luta pela terra no município de Pinhão (PR). Esses movimentos sociais reivindicam terras que, em termos jurídicos, pertencem a uma empresa madeireira, a qual atualmente negocia esses terrenos com o INCRA, que deverá destiná-los à reforma agrária. Há, entretanto, distintos grupos, modos de lutar pelo território e propostas políticas de ocupação em jogo nesse contexto, onde coexistem os seguintes movimentos: Movimento de Posseiros (MP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), e Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA). Apesar de diferentes em termos de organização

e de projetos de regularização fundiária, eles se constituem na relação uns com os outros, seja em virtude das disputas, acordos e conflitos entre seus membros e lideranças, ou devido às proximidades espaciais e relações de amizade e de parentesco que existem entre os sujeitos que constituem essas coletividades. Além disso, pessoas que poderiam estar em lados idealmente antagônicos ou distintos nesses embates por terras, acabam por tornar-se aliadas em certos momentos. Por outro lado, grande parte dos acordos entre esses movimentos passa pelas relações de afeto e de vizinhança que constituem a vida das comunidades do interior do município. Assim, as reputações dos próprios movimentos dizem respeito a julgamentos morais acerca de seus membros, os quais giram em torno de temas que se estendem à intimidade de seus lares e famílias. Essas reputações acabam por ganhar destaque na dinâmica das negociações de terras, bem como nas disputas por legitimidade em que estão envolvidos esses grupos. Levando em consideração essas discussões, tem-se que as territorialidades em questão, os processos em torno da regularização fundiária e os engajamentos nos movimentos não decorrem de dinâmicas circunscritas de organização do território, mas se fazem continuamente, tanto a partir de estratégias que visam à garantia dos terrenos, quanto de práticas cotidianas de construção de vínculos com a terra e com aqueles que nela vivem.

“Um projeto chama outro”: projetos sociais para jovens, relações pessoais e trajetórias de militância em favelas do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: PATRÍCIA LÂNES ARAÚJO DE SOUZA

A ideia de que “um projeto chama outro” (NOVAES, 2006) será tomada para pensar articulações possíveis entre relações pessoais e trajetórias de militância de moradores(as) de favelas que acionam as noções de jovens/ juventude em suas práticas militantes. Se a antropóloga Regina Novaes utiliza tal ideia para se referir a certa “sinergia” de projetos em um mesmo território (pensada a partir da noção de desenvolvimento local), aqui pensaremos na “sinergia” de projetos em uma mesma trajetória. A partir das trajetórias de alguns moradores do Complexo do Alemão (conjunto de favelas situadas na zona norte da cidade do Rio de Janeiro que atualmente vem tendo especial atenção de agentes estatais e de organizações não-governamentais - ONGs) será possível refletir sobre a inserção de tais pessoas no universo dos projetos sociais e a relação entre tal inserção, sua

continuidade e passagens para a militância considerando o lugar de relações de amizade, familiares e afetivas. Tal aspecto pode ajudar a entender a continuidade da presença de determinadas pessoas no mundo dos projetos sociais, bem como os trânsitos entre tal universo e aquele da militância social e política em favelas. A partir de década de 1990, projetos sociais, realizados pelo governo ou por ONGs, tornaram-se comuns em muitas favelas de grandes cidades do Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Boa parte desses projetos teve os(as) jovens como seu público-alvo preferencial, tendo sido voltados para formação ou ocupação dos mesmos(as) (em seus próprios termos). Nesse sentido, tais iniciativas podem ser pensadas como “estratégias de governo” dos pobres e, em especial, dos(as) jovens que vivem em espaços populares, que se realizam também através deles (seguindo a análise de De Tommasi e Velazco, 2013, inspirada na noção governamentalidade em Foucault). No entanto, talvez um “efeito social não previsto” (SIGAUD, 1986) de tais iniciativas seja a reconfiguração das organizações e práticas de militância e atuação social e política em tais localidades. Algumas das pessoas jovens envolvidas naquele momento tornaram-se “jovens de projeto” (NOVAES, 2006) passando a participar de redes de relações institucionais e pessoais que as permitiu passar de um projeto a outro acumulando capitais de diversos tipos e, em certos casos, passando a trabalhar como educadores, dinamizadores, coordenadores etc em projetos sociais. Mas também as permitiu ingressar em um universo correlato, ligado à militância social através de ONGs e movimentos sociais com as temáticas da favela e da juventude. Tais dinâmicas passam a articular relações pessoais, profissionais e de militância reconfigurando o campo de possibilidades (VELHO, 1994) dos(as) envolvidos(as) e afetando a dinâmica de organização local.

Considerações sobre a noção de grupo político e a política de facções

AUTORES/AS: JOÃO VICENTE MARQUES LAGUENS

Muitos trabalhos que abordam a “política do interior” no Brasil sublinham o seu caráter de disputa entre facções rivais, salientando a frequentemente a continuidade desses embates por períodos eleitorais. No universo onde fiz trabalho de campo, no interior da Bahia, as disputas políticas eram referidas como embates entre “grupos políticos” e essa idéia era uma referência constante para explicar a forma como se faz política ali. O “grupo político” é uma noção polissêmica. Nos períodos eleitorais

os grupos tendem a se aproximar das facções que disputam o pleito, mas guardam significados sensivelmente distintos, referindo-se ao conjunto de pessoas que se articulam entorno das principais figuras da política local, sendo elas candidatas ou não. A participação nesses grupos não é constante, o envolvimento da maior parte das pessoas está ligado às condições concretas vividas a cada momento e às relações mantidas com a liderança do grupo e de outros grupos. Assim, os grupos políticos admitem diversas formas de organização e composição, dependendo do posicionamento de seus líderes em relação às disputas em questão, ao poder e aos recursos que dispõe naquele momento e à uma série de fatores.

O objetivo deste trabalho é explorar, a partir da trajetória de constituição de um grupo político analisada etnograficamente, os sentidos associados a esta noção e suas implicações para a forma como se faz política nesse contexto. No percurso desse grupo é possível ver como ele se forma e como diferentes pessoas assumem a sua liderança, as formas como o grupo participa nas disputas políticas da cidade, os meios e condições acionados nessas disputas e como esses processos se relacionam com a formação de alianças e conquista de adesões.

A trajetória do grupo político é analisada a partir de uma das suas principais lideranças, que ao longo de mais de quarenta anos, teve um papel de destaque dentro dele. A história do grupo político e de seu principal líder se entremeia com a formação das principais atividades econômicas da região, assim como as trajetórias de algumas das principais figuras políticas da região e do estado. As trajetórias individuais dos membros do grupo constroem laços entre eles e com empresários e políticos de outras esferas que mantêm relações com o grupo. O grupo se mantém através de um trabalho constante de relações. Trabalho esse que constitui, ademais, constitui boa parte das atividades relacionadas à política nesse universo.

Em defesa da segurança: uma análise da dinâmica da sociabilidade nas reuniões e cafés Comunitários de Segurança

AUTORES/AS: ORLINDA CLAUDIA ROSA DE MORAES, THIAGO BARCELOS SOLIVA, JOÃO BATISTA PORTO

O objetivo desse trabalho é analisar a dinâmica da sociabilidade estabelecida entre polícia e comunidade e as suas implicações na condução da política pública de segurança no estado do Rio de Janeiro. Foram analisados dois contextos distintos:

as reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança e os cafés comunitários realizados nos Batalhões da Polícia Militar. Ambos os contextos estão inseridos no bojo das mudanças que ocorreram no campo da segurança pública do estado do Rio de Janeiro, em 1999, as quais implicaram alterações significativas nas representações sobre a ordem pública. Essas transformações constituíram novas modalidades de gestão e mediação de conflitos, na qual através da instituição de espaços híbridos compartilhados entre Estado e sociedade, a população passa a ter uma nova perspectiva de atuação nesse processo. Nesse curto período de tempo, os cafés e, sobretudo as reuniões de conselhos, cresceram em volume e grau de importância como instância mediadora de conflitos. Contudo, mas do que isso, esses espaços puderam instituir, através da interação entre gestores públicos e usuários, laços de afinidade que ecoam na construção do controle institucional da segurança pública. Considerando essas questões, buscamos compreender como essas relações organizam sentidos diferentes sobre a segurança pública e como elas interagem com a gestão institucional. Os dados de pesquisa foram obtidos por trabalho de campo conduzido nesses espaços, o qual procurou privilegiar a observação dos rituais que regem os mesmos.

Engajamento local e mapeamento das redes de relações sociopolíticas em um bairro popular: estudo de caso das agentes comunitárias do PAC Social do bairro do Salgueiro em São Gonçalo/RJ

AUTORES/AS: ROBSON CAMPANERUT DA SILVA

No bairro do Salgueiro, bairro popular do município de São Gonçalo/ RJ que sofreu intervenções diretas por parte do poder público municipal, estadual e federal através de obras de melhoria urbana realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a mediação política se deu com ênfase na figura feminina, uma das condições necessárias para a consolidação eficaz dos agentes comunitários do PAC Social como mediadores políticos. Desta forma, a consolidação dessas agentes no contexto deste trabalho foi se delineando a partir das condições de pesquisa: na observância das mobilizações comunitárias, nas redes de apoio e ajuda mútua e nas relações vicinais e informais a partir do papel da mulher como intermediadora das instâncias locais e supralocais no bairro, sua dimensão relacional e da rede social composta por elas e mapeada neste trabalho.

Tais mulheres são um tipo de liderança política importante na localidade. Elas são mediadoras, são atuantes em diversas esferas sociais do bairro (e fora dele), e o locus de atuação passa por algumas redes nodais importantes dentro da localidade. A partir das redes interpessoais de liderança no Salgueiro, observa-se que a sua composição passa por alguns momentos narrados historicamente e também por alguns espaços de sociabilidade.

Destaca-se, na prática destas lideranças locais, a questão da obrigação moral de ajudar ou construir projetos sociais, culturais, entre outros de cunho assistencial, prática que pode ser analiticamente inserida na lógica do dom. Portanto, o contradom das interlocutoras, situadas como agentes estatais, um tipo de liderança moral local, consistia em trabalhar pelo bem comunitário, estar sempre auxiliando os seus vizinhos, entre outros aspectos, além de reforçar um ethos familiar e cristão, sempre valorado por elas em suas falas, o que também traz à tona a necessidade da circulação de bens materiais e simbólicos para que a interação e a mediação local funcione, ou permaneça funcionando.

Espaços participativos nas políticas culturais brasileiras: relações pessoais e manifestações artísticas e culturais na construção da atuação política da sociedade civil

AUTORES/AS: LORENA AVELLAR DE MUNIAGURRIA

Há três anos, acompanho representantes da sociedade civil de dois estados (Paraná e São Paulo) em suas atuações no Conselho Nacional de Políticas Culturais e em dois dos seus 17 colegiados setoriais (o Colegiado Setorial de Artes Visuais e o de Culturas Populares). Trata-se de espaços participativos institucionais, de abrangência nacional, vinculados ao Ministério da Cultura. A partir dessa etnografia, proponho discutir a importância das relações pessoais e de outros elementos comumente pensados como alheios à política institucional na constituição desses representantes, dos grupos e redes de militância e de suas agendas políticas. Seguindo essas pessoas nos trânsitos desde suas localidades e grupos de origens até as reuniões organizados pelo Ministério, foi possível perceber que além delas, também circulam intensamente lógicas, práticas, linguagens e gestos distintos, em movimentos que se apoiam em relações pré-existentes, que criam novas relações e que tanto borram as fronteiras do Estado quanto as

instituem. Através desses trânsitos, diversos elementos próprios aos universos artísticos ou culturais representados (como cantos, danças, rezas, metáforas sobre o fotografar, sobre a prática curatorial, etc) se fazem presentes nessas reuniões, integrando a linguagem e constituindo a própria prática política ali exercida. Esse movimento não apenas é espontâneo ou inconsciente, como é também intencional e politicamente agenciado. Há, na verdade, uma reivindicação explícita de que as lógicas dos grupos e das práticas culturais representados se façam presentes e, inclusive, pautem essas “reuniões com o governo”, pois isso seria uma maneira de garantir a construção de políticas adequadas e sensíveis aos segmentos culturais em questão. De fato, tenho observado que vários desses elementos (que poderiam ser ditos artísticos ou culturais) possuem uma eficácia importante na construção de relações e alianças necessárias às disputas empreendidas, na medida em que criam novas redes e grupos e favorecem o surgimento de vocabulários que viabilizam a construção de agendas políticas comuns (“as culturas populares”, por citar um exemplo, é uma contínua reinvenção que articula uma miríade de grupos e sujeitos muito distintos). Os encontros presenciais, sempre muito valorizados, quando considerados especiais (eu diria eficazes), possuem marcado caráter festivo, com grande espaço para manifestações artísticas e culturais. É a partir do compartilhamento dessas experiências festivas e afetivas oriundas dos campos artísticos e culturais, entremeadas às “discussões políticas”, que essas pessoas se instituem como representantes legítimos de seus segmentos e que elas se reconhecem como parceiros e aliados nas lutas que empreendem nas políticas culturais.

Relações pessoais na construção da gestão social em favelas: experiências no Rio de Janeiro

AUTORES/AS: RAQUEL BRUM FERNANDES, FLORA DAEMON, MARCO ANTONIO DOS SANTOS TEIXEIRA

Em 2010 foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH) o programa UPP Social, que tinha como principal objetivo ampliar a oferta de serviços aos moradores das favelas “pacificadas”, a partir da identificação das maiores necessidades locais. A ideia era tornar o Estado mais atuante nessas áreas não somente através da polícia, mas também de outras políticas e órgãos públicos. Assim, o programa UPP Social

contaria com uma equipe de gestão em cada território “pacificado”, as quais levantariam as demandas comunitárias e promoveriam sua articulação com as instituições e departamentos de governo responsáveis por supri-las. Entretanto, com exoneração do então secretário, Ricardo Henriques, em dezembro de 2010 e sua ida para a Prefeitura do Rio Janeiro juntamente com parte da equipe criadora do programa, foi lançado, no governo municipal, a “UPP Social Carioca” e o programa da SEASDH passou a se chamar “Territórios da Paz”. Atuando inicialmente na Cidade de Deus e na Providência, o “Territórios da Paz” alcançou dezesseis territórios em novembro de 2011. Entre seus objetivos permaneceu o de facilitar a interlocução entre esferas do Estado e as comunidades atendidas, embora sua principal finalidade tenha se tornado a promoção de um maior envolvimento dos moradores no processo de construção das políticas públicas que viessem a beneficiá-los. Esperava-se, dessa forma, que as ações do Estado nas áreas “pacificadas” se tornassem mais precisas e eficazes, na medida em que seriam desenvolvidas com base nas percepções e desejos de sua população alvo.

Para desenvolver esse trabalho, equipes de gestão social passaram atuar em cada território. Nesse processo, laços pessoais e afetivos entre agentes do estado e moradores se estabeleceram. O objetivo deste trabalho é analisar, então, os significados dessas relações para a execução do trabalho desses agentes do Estado , os gestores sociais, no Programa Territórios da Paz. Nesse processo, pode ser observada a construção de vínculos de amizade (e inimizade) além de discursos que fazem menção a emoções como gratidão, frustração e saudade. Como seria possível compreender tais relações dentro de um cenário no qual, muitas vezes, o que se espera, a priori, é a impessoalidade e a racionalidade burocrática do Estado? O trabalho será desenvolvido com base em nossas próprias experiências em campo como ex e atuais gestores do programa Territórios da Paz, atuantes nas favelas do “Complexo” do Andaraí/Grajaú, do “Complexo” do Turano e das favelas Babilônia e Chapéu Mangueira. A reflexão sobre essa experiência se fará à luz da literatura das Ciências Sociais.

Relações Pessoais, Inserção Profissional e Organizações Partidárias

AUTORES/AS: WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA, FRANCISCO EMANUEL SILVA MENESES ALVES; JONATHA VASCONCELOS SANTOS

Essa comunicação analisa as dinâmicas de inserção profissional dos funcionários de partidos políticos em Aracaju/SE. Grande parte da literatura sobre organizações partidárias tem privilegiado a análise da profissionalização partidária com base em investigações dos políticos profissionais, sendo raros, quando não inexistentes, estudos como esse que se centra no exame dos funcionários dos partidos que ocupam cargos remunerados em diretórios estaduais ou municipais. As técnicas de pesquisa que compõem a metodologia foram as seguintes: observação participante, survey e entrevistas. A primeira ocorreu nos diretórios em que foi permitido, haja vista a dificuldade de inserção nesses ambientes nos diversos momentos da pesquisa. O survey foi realizado com funcionários de todas as legendas partidárias e foram construídos a partir de alguns eixos de análise como o background profissional, familiar, escolar e militante. As entrevistas possibilitaram aprofundar as dinâmicas de ingresso nos partidos políticos e os laços estabelecidos no decorrer do itinerário individual. A análise dos itinerários individuais foi essencial para a compreensão dos laços que foram se estabelecendo ao longo das carreiras profissionais, militantes, políticas, etc. Os resultados da presente pesquisa têm demonstrado a importância dos vínculos pessoais para a inserção e permanência em organizações partidárias. É importante salientar que a importância dos vínculos pessoais se faz presente em todos os partidos pesquisados independente das siglas e orientações, apresentando-se de variadas formas: relações com familiares, lideranças, membros do partido, militantes, etc. Dessa forma, a pesquisa e seus resultados mostram que, sem descartar a importância das condições e lógicas burocráticas das organizações partidárias, torna-se premente apreender o papel dos laços e vínculos pessoais e sua combinação com diferentes dinâmicas internas de inserção profissional.

“Se eu não estivesse aqui como Estado...”: estudo de caso sobre relações pessoais e políticas no contexto de políticas culturais de Porto Alegre/RS.

AUTORES/AS: EMANUELLE MAIA DE SOUZA

De acordo com Shore (2010), as políticas públicas são frequentemente ofuscadas como fenômenos políticos pelo modo o qual são apresentadas em sua linguagem

objetiva e legal-racional, bem como por seus procedimentos burocráticos. Desse modo, a concepção estatal (destacada nos moldes explicitados textual e juridicamente) acerca do que é cultura tende a se inclinar mais a uma representação política, no sentido do que se determina a partir de conceitos operacionais e diretrizes estabelecidas. Em vista disso, a investigação proposta se mostra relevante quando pretende apontar que os vínculos políticos estabelecidos entre os sujeitos que engajam nesta mobilização só podem ser compreendidos nos termos de suas práticas, apontando suas ações de “interferência” na elaboração das agendas políticos-estatais. O universo desta pesquisa está voltado aos bailarinos e demais sujeitos envolvidos (representantes da Associação Gaúcha de Dança- ASGADAN - e Instituto Estadual de Artes Cênicas – IEACen) junto às ações de organização e mobilização política no contexto de elaboração de políticas públicas para cultura, sobretudo através de etnografia nas reuniões de Colegiado Setorial de Dança. Ademais, chamo a atenção, em especial, a um representante estatal que assume uma posição ambígua durante o processo de elaboração dessas políticas, por se colocar muitas vezes como futuro “público-alvo” e portanto, esboça uma espécie de deslocamento de sua representação estatal para compartilhar com os demais sujeitos.

A boa índole moral: o que se espera de um administrador público em uma colônia alemã da Encosta da Serra, RS

AUTORES/AS: EVERTON DE OLIVEIRA

Desde a década de 1990, uma série etnografias buscou situar o engajamento político para fora da dicotomia local/estatal, como um processo que se movia por sociabilidades e solidariedades que atravessavam famílias, burocracias, espaços de gestão, facções e grupos políticos etc. Em diálogo com tais pesquisas, buscarei, neste trabalho, analisar de que modo a administração pública não pode ser pensada separadamente das sociabilidades e condutas que servem de referência social e moral a uma comunidade. Para tanto, partirei de minha pesquisa de campo, realizada em um município de 6.000 habitantes, uma “colônia alemã” que aqui chamo de São Martinho, situada na região da Encosta da Serra, nordeste do Rio Grande do Sul. Como as demais cidades que a cercam, São Martinho foi fruto do incentivo à colonização alemã de meados do século XIX, um passado que

é constantemente reivindicado por seus moradores, de modo a situar condutas partilhadas, como o trabalho, a discrição e o comedimento. Características fundamentais em um contexto em que ficava a cargo das “famílias pioneiras” a construção de suas casas, de seus espaços comuns – igrejas, clubes e escolas – e de suas vias de comunicação – como as estradas para a capital. A prescrição básica de conduta, escutada entre moradores e gestores, é aquela de não deixar de trabalhar. Entre todos os moradores, há aqueles capazes de se situar nas genealogias ou em alguma trama de parentesco maior que implique ligações com as famílias pioneiras, que se reconhecem por “alemães”. Um “alemão” ou uma “alemoa” é avaliado de acordo a certas expectativas de conduta, em especial no que toca à sua capacidade de gerir sua “família”, sua “casa”, sua “comunidade” e sua religião (católica ou luterana), comumente apontadas como resultado da boa conduta em relação ao trabalho. Aqueles de “melhor índole moral”, como certa vez me disse um morador e historiador de São Martinho, acabam, por consequência, assumindo os negócios públicos, a exemplo do que havia sido feito entre as famílias pioneiras, em relação à religião, a educação e a saúde. Mesmo em um contexto onde pude acompanhar a “política” em ação – as eleições municipais de 2012 –, na qual todos sabiam da “compra de votos” de seus rivais e das garantias de voto por casa, a associação entre uma boa conduta moral e a capacidade para a gestão pública não era desfeita. Deste modo, a aposta deste trabalho é que neste cenário, no qual a administração pública não cessa de ser pensada em um passado próprio a São Martinho e que seu funcionamento não deixa de ser enredada por um jogo de avaliações morais próprias aos alemães, noções como “mediação” ou “margens”, que ainda supõem fronteiras entre o estatal e o não estatal, já não suprem a complexidade das composições de governo observáveis.

Aspectos das relações sociais entre “beneficiários” e “agentes do estado” constituídas no processo de acesso aos programas de assistência social habitacional no município

AUTORES/AS: QUESIA DE SOUZA FRANCISCO

Este trabalho objetiva analisar as relações sociais constituídas entre “beneficiários” e alguns “agentes do estado” ao longo dos caminhos percorridos na busca por uma casa dos programas de assistência social voltados para a “habitação popular”, no

âmbito municipal. Nos caminhos percorridos desde o processo de cadastramento (ou “inscrição”) até a participação no programa social, os beneficiários se relacionam com políticos profissionais (vereadores municipais), funcionários da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SMFAS) e funcionários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Neste meio social, foram recorrentes as atribuições do recebimento dos imóveis à “sorte de se conhecer alguma assistência social” ou à “ajuda” de algum vereador. Os beneficiários, em suas idas constantes à SMFAS, costumam procurar sempre as mesmas assistentes sociais pelas quais foram atendidos nas primeiras visitas, a fim de obterem informações acerca do andamento do processo e/ou para atualizarem o cadastro. Recorrem também aos vereadores com o intuito de “apenas pedirem informações” a respeito dos procedimentos necessários ao recebimento de uma casa; ou para pedir-lhes diretamente que lhes consigam uma casa. Em meio a estes contatos são formuladas concepções acerca das características pessoais e dos papéis e funções das assistentes sociais e dos vereadores. As assistentes sociais são classificadas, para citar um exemplo, em “boazinhas” e “malvadas”. São chamadas de “boazinhas” quando encaminham os papéis e são responsáveis por conseguirem a participação do beneficiário no programas social almejado; são denominadas “malvadas” quando se acredita que “jogaram os papéis da inscrição no lixo”, travando o processo rumo ao recebimento do recurso. No que concerne aos vereadores, sua lealdade pode ser comprovada quando têm a oportunidade de realizar o que esta população considera sua “principal função”: a de “ajudar” o então “eleitor” quando se recorre a ele em “casos de necessidade”. Esta relação promove a entrada das dimensões do afeto, da amizade e das lealdades nos espaços burocratizados da administração pública. Deste modo, as capacidades de se relacionar pessoalmente com os políticos profissionais e com os funcionários da prefeitura municipal desenvolvidas pelos indivíduos durante sua trajetória, tornam-se um valioso recurso social que podem: articular-se com os critérios de aptidão estabelecidos pelo Estado e legitimados pela população; suprir a falta de adequação a estes critérios; acelerar a “morosidade do processo burocrático”; beneficiar o indivíduo em situações de escassez dos recursos frente à demanda; dentre outras inúmeras situações que podem ocorrer na vida cotidiana da população que recorre aos programas de assistência social.

Disputas de papel: rotinas formais e demandas morais na administração de casos de crianças desaparecidas em um órgão de assistência social

AUTORES/AS: LETICIA CARVALHO DE MESQUITA FERREIRA

O trabalho analisa a administração de casos de desaparecimento de crianças e adolescentes empreendida pelo SOS Crianças Desaparecidas. O SOS é um programa desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro. A partir de trabalho de campo no SOS, argumento que a administração de casos de desaparecimento levada a cabo no programa engendra um processo duplo: por um lado produz um personagem social, e, por outro, estabelece um domínio de intervenção. O personagem é a “criança desaparecida”; o domínio de intervenção, a “família da criança desaparecida”. Embora disposta à avaliação e intervenção, os sujeitos inscritos na “família de criança desaparecida” não são agentes passivos em face desse processo. Ao contrário, respondem às formas de atuação do SOS, lançando mão de uma estratégia peculiar para afirmar a particularidade dos casos de seus filhos frente à figura da “criança desaparecida” e, ainda, para serem reconhecidos não apenas como parte desse tipo de “família”, e sim como sujeitos particulares, que desempenham papéis morais também particulares: o de bons pais ou, em termos mais gerais, de bons cuidadores. Essa estratégia é o recurso a documentos pessoais, a princípio pertencentes ao universo doméstico (como fotos de família, bilhetes, cartas e desenhos feitos pelos desaparecidos), que são apresentados aos servidores do SOS juntamente com documentos oficiais (como certidões de nascimento, comprovantes de residência e carteiras de identidade.)

Entre razões morais e técnicas: a avaliação das práticas estatais em Juiz de Fora-MG ao fim do século XIX

AUTORES/AS: LUCIANO SENNA PERES BARBOSA

O presente trabalho pretende contribuir para a discussão em torno dos processos de legitimação da administração pública. Partindo do exame da polêmica suscitada pela implantação do plano de saneamento da cidade de Juiz de Fora no ano de 1894, procura-se revelar – neste momento de expansão das atividades estatais sobre o cotidiano dos moradores – as conexões entre a racionalidade técnica que guia a

implantação de um projeto governamental e os valores morais dos agentes estatais. Trata-se então de demonstrar como a avaliação dos procedimentos e objetivos da administração pública pelos agentes estatais está necessariamente imbricada com as concepções de respeitabilidade que regem as suas relações.

O meu ponto de partida é o exame do contexto gerado pelo primeiro desenho institucional republicano estabelecido em Minas Gerais. Projetada sob a égide da descentralização administrativa, essa legislação teve como resultado o surgimento de um novo personagem na administração municipal, qual seja, o político que dotado de recursos provindos das repartições públicas da cidade tornava-se capaz de agir sobre o cotidiano de sua população. Para legitimar os atos realizados nesta nova posição, o político municipal se valeria não apenas das atribuições legais de seu cargo, mas também da demonstração de acatamento a uma ética particular informada por uma noção de respeitabilidade. Tais dimensões aparecem no cenário juiz-forano quando da crise instaurada por um suposto erro de cálculo no projeto de saneamento de autoria do engenheiro francês Gregório Howyan. As críticas levantadas contra o agente executivo municipal e a maneira como este se defende, trazem à tona a forma como as concepções legais que delimitam as atribuições estatais são reinterpretadas na prática por um simbolismo derivado de concepções de relações familiares e de amizade, fazendo destes os fundamentos da sua aceitação.

Em suma, analiso o embate entre os responsáveis pelo plano de saneamento da sede do município de Juiz de Fora ao fim do século XIX – conhecido como Plano Howyan – a fim de revelar como seu caráter técnico-legal vincula-se a uma noção de respeitabilidade, expressando, desse modo, as percepções locais sobre a legitimidade dos administradores públicos que, finalmente, resulta na definição dos limites informais da ação estatal.

Indígenas e não indígenas na administração pública: Uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) do Amazonas.

AUTORES/AS: TIEMI COSTA

O presente trabalho consiste em uma etnografia do processo de estar e fazer uma administração pública tanto por servidores indígenas quanto não indígenas. Tomo como ponto de reflexão uma instituição brasileira: a Secretaria de Estado

para os Povos Indígenas (SEIND), órgão vinculado ao poder executivo do estado do Amazonas, Brasil, criado a partir da Lei 3.403 de 2009. Busca-se refletir sobre o recente protagonismo de agentes estatais indígenas na administração pública e, assim, voltar o olhar para a uma forma estatal que emerge a partir do reconhecimento da diferença.

Através da etnografia foi possível notar que a forma com que os servidores indígenas se percebem em tal processo implica na continuidade de um projeto político que, até então, havia tido seus principais desdobramentos através de organizações e associações vinculadas ao “movimento indígena”. Ao mesmo tempo em que o surgimento da SEIND possibilita a ocupação de um lugar de poder inédito na estrutura estatal, estar em tal posição também significa entrar em consonância com um novo universo político e certa ordem e forma da organização estatal brasileira. O acompanhamento das atividades cotidianas na SEIND demonstrou que o imbricamento entre diferentes formas de estar na administração pública imprimem grande fluidez às concepções de ‘Estado’ e de ‘indianidade’. Assim, as rotinas administrativas, a percepção dos servidores a respeito de seus trabalhos, e as interações interinstitucionais, recriam e atualizam tal dualidade de diferentes formas: “Estado” e “índios”, “governo” e “movimento indígena”, “técnica” e “política”, “indígenas” e “não indígenas”. A articulação de ambos universos políticos demonstrou grande criatividade por parte dos servidores que, frente ao baixo orçamento da instituição, utilizam a experiência adquirida nas associações e organizações indígenas para fundamentar diferentes estratégias de gestão. Argumento que esse espaço de negociação entre um pólo supostamente “indígena” e outro “Estatal”, ou seja, esta permanente confluência, acabaria por produzir a SEIND em sua especificidade enquanto forma de administração pública e enquanto projeto político indígena.

Ipea: Entre pesquisadores e planejadores

AUTORES/AS: BRUNER TITONELLI NUNES

Meu objetivo nesse trabalho é comparar dois perfis de atuação dentro do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), uma concebida como “pesquisa” e outra como “planejamento”. A partir de opções pessoais e da rede de contatos estabelecidas pelos Técnicos de Planejamento e Pesquisa (TPs) há uma

aproximação com cada um desses dois pólos. Parto das discussões geradas a partir de documentos internos à instituição (portarias) e da observação direta da atuação de alguns técnicos em suas respectivas redes de atuação.

O Ipea foi fundado em 1964 durante o período militar e se tornou um importante centro de planejamento de vários governos. De acordo com os TPs, existem dois tipos de atuação: uma mais voltada para a produção acadêmica e outra mais voltada para o assessoramento de políticas públicas. Até o ano de 2013, os pedidos de licença remunerada com fins de estudo, de acordo com alguns TPs, eram decidido “arbitrariamente” por funcionários em posição de direção. Depois de uma série de discussões, o presidente do Ipea publicou uma portaria com o objetivo de normatizar esses pedidos de licença. A divisão de tipos de trabalho desenvolvidos no Ipea foi classificada como: “Produção Técnica” e “Atividades de Assessoria e Representação”, cada uma com uma pontuação específica para as atividades descritas. Uma das expectativas da presidência é de que a portaria seja um referencial para o tipo de atuação dos TPs.

A partir de depoimentos produzidos pelo Ipea sobre a própria instituição e o trabalho de observação inicial é interessante observar que os dois tipos de atuação estão imersos em um universo marcado por uma série de escolhas pessoais. As publicações dos seus técnicos são assinadas por cada um deles; há uma concepção de liberdade individual na escolha de suas linhas de pesquisa e atuação prática. Além disso, a rede de contatos dos TPs, dentro do Ipea e com os demais setores do Estado, é fundamental para a compreensão do trabalho desempenhado por cada uma deles. Essas especificidades da instituição conferem possibilidades de atuações diversas entre esses dois pólos de atuação, que são objetos de análise desse artigo.

Redes sociais, engajamento individual e militância política

AUTORES/AS: ADRIELMA SILVEIRA DOS SANTOS, OLIVEIRA, WILSON JOSE FERREIRA DE

O presente trabalho examina as condições de utilização de laços e vínculos pessoais, para a participação na militância política. No que concerne as diferentes perspectivas teóricas, tanto na literatura nacional quanto na internacional observa-se que há um debate constante a respeito da importância dada à análise das redes sociais, dos laços e alianças estabelecidas entre os atores sociais nas suas

trajetórias de vida e como vínculos são estabelecidos e acionados possibilitando aos atores sociais se engajarem e se afirmarem na militância política. A partir de uma investigação sobre a emergência e as condições de representação do Movimento Não Pago na cidade de Aracaju/SE, no período entre 2000 a 2013, percebemos que os militantes que assumem posições de liderança no movimento dispõem laços sociais diversificados, tendo em vista que esta diversificação corresponde às trajetórias de vida dessas lideranças. Sendo assim, aqueles que dispõem de título superior acionam determinadas redes dentro da sua trajetória profissional; já outras lideranças do movimento que dispõem de um capital militante amplo acionam redes que foram construídas ao longo da sua experiência de militância. Nesse sentido, busca-se demonstrar que a análise das redes sociais das lideranças do Movimento Não Pago é fundamental para entender tanto como estas lideranças se engajaram nesse movimento como também assumiram esta posição de representantes do movimento, mas ainda é pertinente para compreender como se estabelece as alianças entre as lideranças do movimento e outras organizações, movimentos sociais e políticos profissionais que apoiam e se articulam com o movimento. Os procedimentos metodológicos utilizados para dar conta disso foram: entrevistas biográficas com militantes que ocupam posições de lideranças no movimento; observação participante em eventos de protestos realizados pelo Movimento Não Pago e pelos seus apoiadores; outro procedimento foi à análise de notícias de eventos de protestos nas redes sociais online. Estes procedimentos foram fundamentais para fazer um mapeamento das redes sociais e dos vínculos estabelecidos entre o Movimento Não Pago e seus apoiadores, bem como conhecer como suas lideranças se engajaram no movimento e como o seu engajamento possibilitou ao movimento adentrar em diferentes espaços a partir dos acionamentos das redes. Os principais resultados encontrados demonstraram que os militantes do Movimento Não Pago que dispõe de uma rede social ampla e diversificada assumem posições de destaque no movimento, bem como estas redes sociais são ativadas de diferentes formas, como por exemplo, para as condições de representação do movimento ou para as lideranças se inserirem em outros espaços, como na política partidária.

COORDENADOR/A: THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS),
ANTONIO HILARIO AGUILERA URQUIZA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL)

DEBATEDOR/A: LEVI MARQUES PEREIRA

O GT pretende discutir a problemática do reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro das terras indígenas guarani e kaiowá localizadas na região oeste do estado do Paraná e sul do estado de Mato Grosso do Sul, bem como de estudos sobre as violações de direitos às quais historicamente esses povos têm sido submetidos. Sabe-se que ao longo do século XX esses povos foram vítimas de diversas formas de esbulho territorial e que mesmo após a promulgação da Constituição de 1988 têm enfrentado dificuldades para terem seus direitos territoriais reconhecidos. A violação dos direitos territoriais vem acompanhada de outras violações de direitos fundamentais, além de inaceitáveis episódios de violência. Dada a complexidade dos temas em questão, o GT pretende ser um espaço destinado ao diálogo entre a antropologia e outras perspectivas de abordagem, tais como a jurídica e a histórica, por exemplo. Espera-se que os trabalhos apresentados abarquem estudos que analisem desde questões históricas ocorridas em períodos mais recuados do tempo até as atuais proposições legislativas que ameaçam os direitos indígenas reconhecidos pela Constituição de 1988. Nesse ponto, o GT não se restringe à discussão dos desafios territoriais desses povos, pois o que ocorre nas regiões em questão se vincula à tentativa de anular ou restringir os direitos territoriais indígenas em nível nacional. A atuação dos movimentos indígenas e indigenistas em todos os períodos e cenários também será contemplada.

Considerações sobre os processos de reconhecimento oficial de terras indígenas no Mato Grosso do Sul a partir de um caso Guarani Ñandéva

AUTORES/AS: VALÉRIA ESTEVES NASCIMENTO BARROS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os processos de reconhecimento oficial de terras indígenas no Mato Grosso do Sul a partir de uma área reivindicada por uma comunidade guarani ñandéva e que foi identificada como sendo o tekoha Yvy Katu através de processo administrativo devidamente conduzido pela FUNAI e que resultou na publicação da portaria nº 1289, de 30 de junho de 2005, que declara ser de posse permanente do grupo guarani em questão a terra indígena Yvy Katu. Processos judiciais movidos pelos proprietários de terras situadas dentro do perímetro demarcado suspenderam o andamento do processo administrativo. No contexto deste litígio, realizei duas perícias antropológicas na região em questão – uma em 2011 e outra em 2013. Nelas, um dos pontos centrais a serem esclarecidos era como e porque os Guarani teriam deixado de viver nas terras atualmente reivindicadas. E isso, por sua vez, conecta-se com outro eixo de discussão proposto por este grupo de trabalho: as violações dos direitos dos Guarani no Mato Grosso do Sul. Assim, partindo dos dados levantados durante minha atuação como perita, pretendo tecer algumas considerações sobre aspectos principalmente metodológicos e éticos que colocam diferentes desafios para os antropólogos envolvidos nas diferentes etapas dos processos de reconhecimento oficial de terras indígenas e na realização de perícias antropológicas no âmbito judicial.

Demarcação de terras indígenas kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul: histórico, desafios e perspectivas

AUTORES/AS: THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE

Os Kaiowá e Guarani, grupos indígenas falantes da língua guarani, tradicionalmente ocupam a região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Desde o final do século XIX e por todo o século XX eles foram vítimas de contumazes esbulhos territoriais. A partir da década de 1980, o movimento indígena, a lentos passos, começou garantir a demarcação de algumas terras indígenas. A primeira delas foi demarcada em 1984. A Constituição de 1988 confirmou de maneira enfática

os direitos territoriais indígenas, possibilitando a partir da mobilização indígena a demarcação de mais algumas terras, embora sempre de pequenas dimensões. Atualmente, ainda há vários grupos técnicos de identificação e delimitação inconclusos, tais grupos, instituídos em 2008, por diversas razões tem tido seus trabalhos protelados. O cenário nacional atual aponta para um recrudescimento dos ataques aos direitos constitucionais indígenas. O presente trabalho apresentará um histórico dos processos de demarcação de terras indígenas guarani e kaiowá em Mato Grosso do Sul, bem como uma análise da situação contemporânea e das perspectivas de curto e médio de tal questão.

Desafios de comunicar os processos que compõem a regularização fundiária de um Tekoha.

AUTORES/AS: MARCOS HOMERO FERREIRA LIMA

O Processo de regularização fundiária de uma Terra Indígena se estende por anos, dada à complexidade de fatores, atores e trâmites envolvidos. Mais do que simplesmente fases administrativas contidas no Decreto 1775/96 e na Portaria MJ 14/96, o reconhecimento oficial de um Tekoha Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul (MS) envolve, igualmente, processos políticos e jurídicos, correspondendo a arenas de disputas que são da mesma natureza: administrativas, políticas e jurídicas. Mudanças nas regras do jogo, paralisações administrativas e judiciais, movimentação de grupos de interesses contrárias à regularização: tudo isto implica, em algum ponto, em ter de comunicar às comunidades a situação fundiária de suas terras, seja no âmbito do Executivo, seja no âmbito do Judiciário. O objetivo deste trabalho é, numa perspectiva da etnografia da comunicação, descrever os esforços e barreiras comunicativas interculturais para, de um lado, informar aos indígenas do MS da situação dos seus tekohas e, por outro, a mobilização e estratégias das comunidades para compreenderem os andamentos dos processos referidos. Entram em jogo como mediadores comunicativos, os intelectuais indígenas, cujos papéis de moderadores entre culturas e mundos são decisivos em reuniões entre as comunidades e os diversos setores do serviço público.

Os Avá-Guarani no oeste do Paraná: violência e esbulho territorial

AUTORES/AS: DIOGO OLIVEIRA

Este artigo pretende fazer uma breve apresentação dos Avá-Guarani na região oeste do estado do Paraná, abordando a partir de uma perspectiva histórica a violência praticada contra este grupo indígena para efetivar o esbulho de seu território. O argumento pretende demonstrar como a invisibilização dos indígenas foi uma estratégia intencionalmente adotada pelo Estado brasileiro com o intuito de negar-lhes o reconhecimento de sua indianidade e, conseqüentemente, impedir o exercício de direitos coletivos e de direitos fundamentais de cidadania. A região do Guairá é amplamente conhecida a partir da bibliografia colonial, quando esta configurava um palco de disputa entre portugueses e espanhóis. No período posterior, os índios passam a ser utilizados como mão-de-obra para as empresas que se instalaram na região, trabalhando nos ciclos econômicos da madeira e da erva-mate. Posteriormente existe um lapso nos registros da presença desse grupo na margem esquerda do Rio Paraná, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Durante este período, os Avá-Guarani estiveram sujeitos a diferentes formas de exploração e violência, culminando com a situação de vulnerabilidade social extrema em que se encontram atualmente as suas comunidades no Paraná.

Processo de Territorialização e Política Indigenista no sul de Mato Grosso do Sul entre os Povos Kaiowa e Guarani

AUTORES/AS: CARLA FABIANA COSTA CALARGE, ANTONIO HILARIO AGUILERA URQUIZA

A condição de violência instituída no estado de Mato Grosso do Sul (MS) nos últimos anos é pautada por um acirramento cada vez maior dos conflitos entre indígenas e não-indígenas. Esse conflito fundiário se estende pelas últimas décadas, multiplicando os casos de violência e tornando-se habituais nos noticiários locais. A partir disso, pretendemos discutir como foram forjadas essas relações e os papéis dos seus principais atores, em outras palavras, como se deu e quais foram os impactos do processo de territorialização sobre o modo de viver tradicional dos Kaiowa e Guarani de Mato Grosso do Sul. E a partir daí, quais foram as alternativas encontradas pelos povos indígenas na tentativa de superar o sistema assimétrico imposto pela sociedade não indígena? Buscamos sintetizar as conseqüências

geradas pelo processo de territorialização das comunidades Kaiowa e Guaraní no Mato Grosso do Sul e analisar as consequências sociais desse movimento, compreendendo as principais respostas da população, refletindo sobre as políticas indigenistas no Brasil e buscando compreender as nuances da política indigenista empreendida durante o século XX e sua atuação no contexto de contato interétnico de MS. Para isso recorreremos às diversas formas de assentamento dos povos indígenas no estado, conforme estudos de Levi Marques Pereira e Aline Crespe Lutti, discutindo ainda os processos de mobilização e os conceitos relacionados ao tema da territorialização, a partir dos trabalhos de João Pacheco de Oliveira, Alexandra Barbosa da Silva e Thiago Leandro Vieira Cavalcante.

Chefia Ameríndia, Política e Prestígio: O caso específico do Pirakua

AUTORES/AS: JOSÉ HENRIQUE PRADO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em antropologia já finalizada que versa sobre a política ameríndia na Terra Indígena Pirakua, município de Bela Vista/MS. O movimento é constante na política Kaiowa e a ausência de uma instituição política de grande alcance, permite muita autonomia e dinamicidade para que, no caso Kaiowa, cada parentela e cada grupo de suporte tenha muita liberdade para tomar decisões, seguindo assim por um caminho de composição e decomposição constantes do social através da política. Para que a chefia mantenha um grupo entorno de si, é preciso muita habilidade. Inicialmente é enfrentado o desafio de criar o grupo e em seguida é preciso que ele seja mantido no tempo. O objetivo principal deste trabalho é discutir as relações existentes entre o social e o político e, desse modo, fez-se necessário traçar um longo percurso etnográfico durante a escrita para se chegar à compreensão da tese de que a chefia ameríndia entre os Kaiowa não é a pessoa de poder e, sim, de prestígio. Desse modo, cria-se a necessário de algumas reflexões: o que seria esse status de prestígio? De que maneira ele se amplia ou se perde? E, finalmente, quais elementos/coisas/qualidades estão ligadas ao acúmulo de prestígio por determinadas pessoas que ocupam cargos de liderança/chefia entre os Kaiowa?

Colonialismo, marginalidade integral e fronteira: os Guarani e Kaiowá no MS

AUTORES/AS: ALINE CASTILHO CRESPE

O trabalho que segue é resultado de leituras e reflexões feitas a partir da disciplina Antropologia do Colonialismo oferecida conjuntamente nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e História na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Depois de um semestre de curso as questões levantadas por Paula Monteiro na introdução da publicação do texto “A noção de situação colonial”, de Georges Balandier, passaram a estar mais presente na pesquisa de doutorado junto aos Guarani e Kaiowá. A autora questiona sobre o esquecimento do citado trabalho pelos antropólogos e aponta sobre a atualidade das questões levantadas por Balandier. A atualidade do tema, segundo Monteiro, não é difícil de ser constatada quando nos deparamos com o crescente número de violências envolvendo as sociedades tradicionais. O objetivo deste trabalho é retomar a discussão sobre colonialismo a partir de Balandier, alguns de seus desdobramentos e sua atualidade a partir dos conceitos de marginalidade integral e fronteira. Além disso, pretende-se também avaliar sobre a possibilidade de atualização destes conceitos na experiência de pesquisa realizada juntos com Guarani e Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul durante o mestrado e atualmente com a pesquisa de doutorado em andamento.

Crianças Indígenas “Urbanas” em uma situação de contato

AUTORES/AS: JOSIMARA DOS REIS SANTOS, DR^º. BEATRIZ DOS SANTOS

Esse artigo se propõe a realizar uma reflexão a respeito da situação de contato de crianças indígenas pertencente a etnia Kaiowá, que se encontram em um espaço urbano da cidade de Amambai, a vila Cristina, primeiramente descrevo o contexto histórico pelo qual os Kaiowá estiveram sujeitos, em seguida priorizo as teorias de antropólogos brasileiros que pensaram a situação de contato, para finalmente finalizar com uma descrição a respeito de como o contato social está presente entre as crianças kaiowá, uma vez que residem no espaço urbanos e constroem redes de relações sociais com os não-índios, descrevo alguns espaços pelo qual essas crianças circulam e que permitem esse contato. Esse trabalho é resultado de uma análise

bibliográfica e de pesquisas realizadas em campo, no qual utilizo a observação e metodologias específicas para trabalhar com crianças como: o desenho.

Escolas e missões religiosas na reserva multiétnica de Dourados/MS (1940 – 1970): hegemonia e conflitos

AUTORES/AS: LÍGIA DUQUE PLATERO

Neste artigo, propomos uma discussão sobre os conflitos resultantes do processo de escolarização realizado pela instituição indigenista Serviço de Proteção ao índio (SPI) e pela Missão Evangélica Caiuá, durante o período entre 1940 e 1970, na reserva de Dourados. A escolarização se associou a um processo de formação da hegemonia do Estado ampliado entre as parentelas dos Kaiowá, Guarani e Terena “confinados” na reserva. A Missão tinha um projeto associado à catequização, mas sua atuação nas áreas assistencialistas de educação e saúde geraram resultados que convergiram com os interesses do órgão indigenista oficial, que visava a “civilização”, a “integração” e o “desenvolvimento” dessas comunidades indígenas. A escolarização posta em prática pela Missão e pelo SPI na reserva de Dourados, no período entre 1940 e 1970, colaborou para a ocorrência de transformações na organização social dos Kaiowá e dos Guarani e para a formação dos múltiplos “modos de ser” nessa reserva multiétnica, entre os quais destacamos os “crentes” e os “tradicionais”. O processo de escolarização no período resultou em muitos conflitos e violações de direitos presentes até a atualidade na reserva de Dourados. Partimos de estudos que abordaram a questão da escolarização na reserva de Dourados (Lourenço, 2008; Benites, 2009) e utilizamos história oral de vida como metodologia. Analisamos entrevistas realizadas na reserva de Dourados em novembro de 2010, para realizar a presente discussão.

Para tratar da questão da escolarização nessa reserva, utilizamos como marco teórico principal as ideias de Gramsci (2007[1970]) sobre o Estado ampliado e a formação da hegemonia. Segundo Gramsci (2007[1970]), a hegemonia é um processo de formação da direção política do Estado ampliado (soma orgânica da sociedade política e sociedade civil), uma estratégia política de dominação, que se estabelece a partir de processos de coerção e formação de consenso.

Seguindo esta linha de análise, a Missão Caiuá faz parte do Estado ampliado e a escolarização posta em prática pela Missão e pelo SPI foram elementos importantes

para o convencimento de parentelas e indivíduos a adotarem comportamentos associados às propostas “civilizatórias”. A título de conclusão tentativa, afirmamos que a escolarização na reserva, durante a conjuntura histórica das décadas de 1940 e 1970, influenciou na desestruturação dos modos de ser tradicionais dos Kaiowá e dos Guarani e na criação de alteridades e polarizações conflitantes entre as parentelas. A Missão Caiuá participou do processo de formação da hegemonia do Estado ampliado na reserva, utilizando métodos persuasivos (a assistência social nas áreas de educação e saúde) e também coercitivos (associados ao combate das práticas rituais dos ñanderu).

Kaiowá e Guarani em situação de acampamento no sul de Mato Grosso do Sul: entre território e condições de saúde, a violação dos Direitos Humanos.

AUTORES/AS: GABRIELA BARBOSA LIMA E SANTOS, MATEUS HENRIQUE ZOTTI MAAS

Este trabalho se trata de resultados parciais de pesquisa em andamento, sobre a relação entre saúde e território dos Kaiowá e Guarani em um contexto específico: acampamentos e ocupações indígenas no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Esta relação é de conflito, dada a disputa pelas terras e a violação dos Direitos Humanos no contato interétnico entre indígenas e brancos. Propomos, neste trabalho, levantar os aspectos históricos e cosmológicos do território e da saúde nos acampamentos indígenas dos Kaiowá e Guarani, que passaram pelo processo de “territorialização”. Este processo trouxe aos Kaiowá e Guarani a era do fim do bom viver (Ararapyre), metáfora utilizada para interpretar a perda de terras e de boas condições de bem-estar e saúde que é explicada através da cosmovisão e do contexto sociocultural dos indígenas acampados em beira de estradas ou ocupações em fazendas, mobilizados politicamente pela luta da retomada da terra tradicional. A violação dos Direitos Humanos aparece desde a expropriação da terra e o consequente confinamento destes povos, até a recusa do Estado de boas condições de vida e saúde, restando a estes indígenas a margem dos serviços sociais de saúde, e também à margem da medicina tradicional, por não haver condições para seus rituais e suficiente espaço para seus remédios naturais e para suas práticas de cura. Afim de ilustrar estas condições, relatamos nosso primeiro contato com os acampamentos Laranjeira Ñanderú e Curral do Arame, em uma das mais evidentes e problemáticas situações que acontecem em estados de desarmonia na

coesão da organização social e cosmológica dos Kaiowá e Guarani neste contexto, como percebemos em alguns autores como Schaden (1974), Brand (1997), Mura (2006), entre outros.

Nos limites da inconstitucionalidade da PEC 215 e do desrespeito aos direitos humanos na questão dos Kaiowa-Guarani do Mato Grosso do Sul

AUTORES/AS: JANAINA CARDOSO DE SOUZA FERREIRA

O direito originário às terras tradicionais foi reconhecido pela Constituição de 1988, no artigo 231 cabendo à União “demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. O direito à terra é originário: anterior à própria formação do Estado, existe independentemente do reconhecimento oficial. O papel do executivo é reconhecer a demarcação de terras feita por laudos antropológicos e estudos técnicos. A proposta de Emenda Constitucional 215 acrescenta o inciso XVIII ao artigo 49; modifica o §4º e acrescenta o §8º ambos no artigo 231 da Constituição. O artigo 49, que trata das competências exclusivas do Congresso Nacional, seria modificado passando a ser de sua atribuição exclusiva “a aprovação de demarcações das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas: estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei”. Para os juristas, a PEC 215 é inconstitucional, pois fere o direito originário dos povos indígenas as suas terras tradicionais. Está fora da alçada do Congresso interferir nas demarcações; e é inconstitucional revogar as terras já demarcadas. Essas modificações interessadas atendem às demandas do agronegócio e à imagem idealizada de progresso da economia brasileira, que há tempos causa impactos na vida das comunidades tradicionais. A história dos Kaiowa-Guarani do MS é marcada pelas frentes de expansão agropastoril. Com vistas à liberar as terras para a exploração, entre 1915 e 1928, o governo demarcou oito reservas indígenas, denominadas de “confinamentos” por Brand. Os povos indígenas ocupavam regiões próximas aos rios, mas com a violência da expansão, principalmente pastoril, passaram a buscar as reservas ou a se localizarem nas periferias das cidades, em rodovias de estradas, ou mesmo nos fundos de fazendas. Os Kaiowa-Guarani foram empregados como mão-de-obra nas explorações do mate, nas formações das fazendas, nos canaviais, etc., mas sempre em subempregos e com forte preconceito. Há uma desorganização do modo de vida dos Guarani-

Kaiowa no MS, resultando em aumento da violência interna, altas taxas de índios presos, suicídios de jovens, desnutrição. Além disso, convivem com ameaças dos fazendeiros da região, assassinatos de lideranças indígenas e uma incompreensão da população local sobre o seu modo de vida e anseios. Todas essas violações aos direitos humanos e à nossa Constituição são subsumidas pela grande mídia no rótulo de índios invasores de fazendas produtivas. O que nos leva a repensar o tipo de desenvolvimento que queremos para o nosso país, quando as pessoas tornam-se entraves que devem ser removidos a todo custo, e as terras indígenas são vistas como possíveis locais para empreendimentos capitalistas.

Perícia Judicial antropológica sobre terras indígenas: o caso dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul

AUTORES/AS: LÍLIAN RAQUEL RICCI TENÓRIO, ANTONIO HILÁRIO AGUILERA URQUIZA (UFMS)

É conhecido (e reconhecido) até internacionalmente, que todo o contexto de violação de direitos fundamentais que envolve os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul, decorre da perda significativa de seu Território Tradicional e da árdua luta por sua recuperação. Diante disso, o Estado vem procurando solucionar essa difícil problemática constituindo Grupos Técnicos Especializados para estudos de identificação e delimitação de terras indígenas, no âmbito da FUNAI, como os 06 (seis) GT's constituídos em 2008 para identificar 06 (seis) grandes tekohas= lugar onde se vive o modo de ser Guarani e diante de processos judiciais, nomeando antropólogos para a realização de perícia judicial antropológica, necessária para se constatar a caracterização de uma área em litígio como “terra tradicionalmente ocupada por indígenas Guarani e Kaiowá”, conforme dispõe o art. 231 da Constituição Federal. A partir dos anos 1990, foram realizadas perícias judiciais antropológicas em significativas áreas, como em 1998 na Terra Indígena Panambizinho e em 2007 na Terra Indígena Nande Ru Marangatu, onde se localiza o Cerro Marangatu, centro religioso regional (EREMITES DE OLIVIERA, Jorge & PEREIRA, Levi Marques: 2009) de importância ritual e sagrada para os Kaiowá de Marangatu e região. Outras perícias judiciais vêm sendo deferidas pelo Poder Judiciário, a exemplo da área localizada na Terra Indígena Guyaroká. Assim, ao abordar como estudo de caso essas três referidas áreas, essa comunicação pretende discorrer sobre o contexto de luta pela terra do Povo Kaiowá e Guarani em Mato

Grosso do Sul e o trabalho de antropólogos na função de peritos judiciais em processos que envolvem suas terras tradicionalmente ocupadas, destacando a necessidade de imparcialidade na relação com as partes (produtores rurais e comunidade indígena), com seus assistentes técnicos e Ministério Público Federal, situação em que se destaca um papel de “mediador” ao antropólogo-perito e se verifica uma interlocução Antropologia/Direito.

COORDENADOR/A: OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO), ADERVAL COSTA FILHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

DEBATEDOR/A: ELIANE CANTARINO O'DWYER, ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA, ILKA BOAVENTURA LEITE

A presente proposta é um convite ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que, nesses 25 anos que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, obtiveram a competência para a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos, bem como para implementarem as políticas do reconhecimento sócio-cultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. A proposta tem por objetivo estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise da atuação dos agentes e instituições públicas responsáveis pela regularização dos territórios e pela efetivação de políticas públicas; 3º) análises que avaliem os avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos.

Desafios à implementação dos Direitos Quilombolas: uma avaliação crítica pós Constituição Federal de 1988

AUTORES/AS: ADERVAL COSTA FILHO

Os movimentos sociais e, particularmente o movimento quilombola, a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, tem demandado do INCRA e órgãos de apoio à Promoção da Igualdade Racial, celeridade nos processos de reconhecimento formal das comunidades, identificação e delimitação de territórios, regularização fundiária, inclusão socioproductiva e política das comunidades quilombolas, sobretudo porque o embate entre essas comunidades e os diversos antagonistas – grileiros, latifundiários, empreendedores e gestores, mobilizados por iniciativas ligadas a monoculturas, hidrelétricas, mineração, unidades de conservação de proteção integral, outras obras e empreendimentos – tem se acirrado muito nos últimos anos. O presente trabalho pretende fazer uma análise crítica dos avanços e percalços à implementação dos direitos territoriais, sociais, culturais, econômicos e políticos das comunidades quilombolas, correlacionando: ampliação da mobilização social e das pautas reivindicatórias; otimização de acesso, criação e aprimoramento de programas e ações governamentais; criação e implementação de instâncias de controle social; intermediação do Judiciário e do Ministério Público. Inspirado em Hannah Arendt, pretendo acionar a concepção de cidadania como o “direito de ter direitos”, o direito à “reprodução social da diferença”, o direito de “associação ou geração de poder”, o direito à “informação”, construídos no âmbito da comunidade política e consubstanciados no Estado Democrático de Direito.

Identidade Étnica e Comunidades Quilombolas: Uma análise bibliográfica

AUTORES/AS: HENRIQUE GONÇALVES OLIVEIRA, ANDRÉ LUÍS LOPES BORGES DE MATTOS.

A presente comunicação tem como objetivo geral discutir a questão da identidade quilombola, a partir das noções estabelecidas por Fredrik Barth. A escolha de Barth se deu por sua reconhecida contribuição para a antropologia e outros campos de conhecimento envolvidos com a questão da etnicidade. Sua teoria, que apresenta os grupos étnicos como entidades que mantêm relações entre si, permite pensar essas relações como de grande importância na definição da identidade

desses grupos. Trata-se de uma teoria inovadora que ainda hoje leva a um olhar diferenciado, mais condizente com a realidade dos grupos étnicos. Como afirma Ilka Boaventura Leite (2000, p. 340) a partir dos estudos inaugurados por Barth “é que alguns modelos teóricos até então utilizados foram considerados ultrapassados, requerendo-se dos antropólogos um novo reposicionamento frente a eles.”

A pesquisa está dividida da seguinte forma. Num primeiro momento, faz-se uma breve análise da proposta teórica de Barth, dando especial atenção ao significado de etnicidade. Logo após, na segunda parte do texto, o intuito é articular a teoria proposta por este autor com o que hoje é entendido como a construção e manutenção da identidade quilombola. Finalmente, discute-se algumas questões legais relativas à titulação dos territórios quilombolas

Os direitos territoriais quilombolas enquanto política de Estado(?): limites para a sua efetiva implementação

AUTORES/AS: MARCELO BARBOSA SPAOLONSE

A partir de uma breve retrospectiva da implementação do direito das comunidades quilombolas aos seus territórios, do acompanhamento de processos administrativos e da interlocução com as comunidades envolvidas, especialmente no Estado de Santa Catarina, pretende-se identificar e problematizar alguns limites e (im) possibilidades de formato e de execução da atual política de regularização de territórios quilombolas. Serão considerados aspectos da institucionalização dessa política pública e das tensões e entraves interinstitucionais provocados pela falta de seu efetivo reconhecimento enquanto ação de Estado, o que resulta em obstáculos à plena efetivação dos direitos quilombolas. Tais aspectos fazem emergir questões problemáticas relativas ao devido cumprimento da ordem constitucional para a titulação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombo (Art. 68 do ADCT/CF) e ao isolamento das ações que deveriam ser articuladas interinstitucionalmente no âmbito do Programa Brasil Quilombola e das demais políticas e programas que dizem respeito às comunidades e territórios quilombolas. Além disso, propicia colocar em evidência questões de formatação e normatização dos processos de regularização, as quais impõem limites à sua contextualização em situações etnográficas diversas e ao equacionamento de soluções construídas localmente. Todas essas questões apontam para a necessidade

de um efetivo reconhecimento público e governamental dos direitos e das políticas públicas voltadas aos quilombolas.

Por um direito a terra: Desafios para regularização das comunidades quilombolas.

AUTORES/AS: SAVINA PRISCILA RODRIGUES PESSOA

A presente comunicação tematiza a regularização de terras quilombolas a partir de pesquisa sobre conhecimentos tradicionais quilombolas em curso pelo grupo de pesquisa da UFPI Direitos Humanos e Cidadania, que enfoca processos de deslocamento compulsório de populações auto reconhecidas como quilombolas que se encontram em processo de titulação de suas terras pelo INCRA. Trata-se de tema de cunho sócio-antropológico constitucional acerca da territorialidade quilombola atravessado por projetos de desenvolvimento. O processo de regularização fundiária quilombola refere-se a direitos fundamentais e difusos instituído na Constituição de 1988 em seu artigo 68 entre outras leis infraconstitucionais e decretos. Problematicando-se a realidade piauiense, diante da finalidade do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como instituição destinada a confeccionar o Relatório de Identificação e delimitação (RTID), com o intuito de regulamentar para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos. Como se dar esse procedimento, quais são os principais óbices encontrados pelos agentes na efetivação dos direitos destes sujeitos constitucionais. A presente comunicação tem como objeto a discussão do território quilombola Artur Passos, no município de Jerumenha, Estado do Piauí, certificada em 2010 pela Fundação Palmares e com o processo de elaboração do RTID atravessado pela implantação de um empreendimento, o Terracal, que foi licenciado sem consulta prévia à comunidade sob alegação de que ainda não era titulada e o RTID não é feito sob a alegação de que a comunidade encontra-se em conflito. A abordagem é feita a partir da teoria de campo jurídico de Bourdieu (1999) e da perspectiva da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987) e do controle (DELEUZE, 1992), visando abordar os mecanismos adotados pelo sistema do direito para negar direitos e com Dworkin (2002) para fortalecer os direitos garantidos constitucionalmente e reafirmá-los mesmo diante dos mecanismos adotados por agentes do Estado para negá-los.

Quilombos em Santa Catarina e os 10 Anos do Decreto 4.887

AUTORES/AS: RAQUEL MOMBELLI

Nos 10 anos de publicação do Decreto 4887/2003, 15 comunidades quilombolas em Santa Catarina receberam a Certidão de Reconhecimento da Fundação Cultural Palmares e ingressaram junto ao INCRA-SC com pedido para regularização fundiária de suas terras. Até o presente momento, nenhuma comunidade foi titulada e as perspectivas para que isso ocorra ainda parecem distantes. Nesse curso, soma-se a morosidade institucional na aplicação do Decreto, a peculiaridade do trabalho antropológico nesse contexto e os múltiplos mecanismos ativados por diferentes grupos sociais interessados em deslegitimar os direitos quilombolas. Analisa-se os diversos esforços mobilizatórios dessas comunidades em torno de seu reconhecimento jurídico e de seus reconhecimentos territoriais e culturais. Por fim, destaca-se as demandas das comunidades quilombolas por acesso à educação superior e avalia-se as potencialidades do Decreto à inclusão sociopolítica e combate ao racismo no estado catarinense.

Reconhecimento dos direitos quilombolas na Bahia: balanço e perspectivas

AUTORES/AS: ANA PAULA COMIN DE CARVALHO

O presente artigo pretende realizar um balanço do progresso dos processos de reconhecimento dos direitos quilombolas no estado da Bahia, em especial no Recôncavo, desde a Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Pretende-se apontar também quais são as perspectivas para essas comunidades considerando o contexto contemporâneo de instalação e desenvolvimento de grandes projetos, tais como o Polo Naval, no município de Maragogipe, localidade onde se situam diversas delas. Para tanto reuniremos e analisaremos dados oficiais, pesquisas acadêmicas, notícias de jornais, dentre outras fontes, bem como utilizaremos nossa própria experiência etnográfica nesses contextos durante os anos de 2010 a 2014.

Reconhecimento territorial no Alto Rio Trombetas: quilombolas de Cachoeira Porteira, Oriximiná-PA

AUTORES/AS: EMMANUEL DE ALMEIDA FARIAS JÚNIOR

Este texto pretende analisar a relação entre as políticas oficiais de reconhecimento

territorial para quilombolas em curso no Alto rio Trombetas, Oriximiná, Pará. O povoado quilombola de Cachoeira Porteira é o último povoado quilombola do rio Trombetas, localiza-se logo abaixo ao acidente geográfico que nomeia o povoado. Desde 2004, os quilombolas de Cachoeira Porteira reivindicam o reconhecimento territorial. Neste sentido procederam ao registro da demanda junto ao órgão estadual de terras do estado do Pará. A FUNAI inicia também o processo de reconhecimento da Terra Indígena Kaxuyana/Tunayana, ocasionando uma relação tensão social entre quilombolas e indígenas. Mesmo tendo suas identidades reconhecidas, o estado do Pará cria a Flota Faro e a Flota Trombetas, intrusando as terras tradicionalmente ocupadas por quilombolas e indígenas. Tais procedimentos administrativos criaram novos entraves para o reconhecimento territorial, obrigando os quilombolas a dialogar também com a agência ambiental estadual. Atualmente, devido a um inquérito civil movido pelo MPF de Santarém, o governo do Pará, através do IDESP/SEMA/ITERPA deram andamento à titulação do território quilombola. Tal processo ocasionou a elaboração de um plano de desenvolvimento territorial e a realização de uma consulta pública de acordo com a Convenção 169-OIT.

À sombra da nação: a imaginação do direito étnico no contexto capixaba

AUTORES/AS: SANDRO JOSÉ DA SILVA

Esta comunicação tem por objetivo discutir a produção pluriétnica no Brasil pós Constituição de 1988 a partir da reorganização do campo político da etnicidade. Neste sentido, tomo a interseção entre dois dos três eixos propostos pelo GT Quilombos, a saber: “o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas e a análise da atuação dos agentes e instituições públicas responsáveis pela regularização dos territórios e pela efetivação de políticas públicas”. A comunicação toma como dado etnográfico as condições de produção do discurso sobre os direitos étnicos em duas situações antagônicas de reivindicação territorial no estado do Espírito Santo que relacionam a produção das identidades étnicas à imaginação/recriação de identidades e pertencimentos nacionais no Brasil. A partir da descrição de como a reivindicação territorial organizou diferentes identidades camponesas “italianas” e “quilombolas” apresentadas, cada qual, como modelos de cidadania

e constituição da nação, indaga sobre as relações de poder contidas na produção hierárquica entre elas. Concluo o artigo ao sugerir em primeiro lugar que processos de competição por recursos como a terra podem ser compreendidos por meio do desenvolvimento das formas de governo das agências e agentes do Estado e não podem ser desconsideradas na análise das relações interétnicas e, em segundo lugar, que as propriedades imaginadas e elegidas por cada um dos grupos analisados se mostram conflituosas por evocarem cada qual a objetivação de sujeitos políticos distintos, opostos no tempo e no espaço pela idéia de nação.

Do reconhecimento identitário ao reconhecimento do território: 15 anos de (des)caminhos trilhados pelos quilombolas de Morro Alto (Maquiné/RS).

AUTORES/AS: IEDA CRISTINA ALVES RAMOS

Sobretudo no que se refere a demarcação de seus territórios, desde a promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988, a temática quilombola tem adquirido visibilidade e virado questão de debate acirrado nos meios acadêmico, jurídico e político. Na localidade de Morro Alto/RS, no ano de 1886, o reconhecimento do direito às terras para 24 escravos foi assinalado em testamento por Rosa Osório Marques, então herdeira da Fazenda Morro Alto. Terras essas que tem servido até hoje para garantir a manutenção das gerações vindouras. Porém, ao longo do século XX se abriram no meio de suas terras caminhos através da ação do Estado. Nos anos setenta, na trilha do “milagre brasileiro”, a estrada de chão ganharia asfalto para, enfim, a cerca de cinco anos, explodir em túneis e na duplicação da rodovia BR101. A despeito das “compensações” legais e dos constrangimentos causados por tais obras às famílias quilombolas, a aprovação da CF inaugurou o reconhecimento de um direito étnico que determina a permanência destas comunidades tradicionais em áreas que sejam suficientes para sua reprodução econômica, sócio e cultural. Entretanto, este reconhecimento não garante a autonomia cidadã às comunidades. Embora os impedimentos vinculados a não regulamentação do Artigo 68/1988 (que deveria definir regras específicas para que processo de demarcação se efetivasse) e à publicação, em 2001, do Decreto 3912 (que exigia a apresentação de um documento centenário para garantir a titulação) tenham sido eliminados em 2003 (quando passa a valer o direito a auto-definição por meio do Decreto 4887), o que se constata hoje é a imposição de

uma série de barreiras procedimentais, legais, administrativas, bem como pressões, chantagens, intimidações, escamoteamentos e jogos de cena que fazem com que o direito ao acesso a terra não se concretize. No caso de Morro Alto, ainda que o reconhecimento identitário já alcançado tenha assegurado, em alguma medida, o acesso a algumas políticas públicas específicas e diferenciadas, e mesmo que as tentativas de travamento dos trâmites burocráticos levem, por vezes, a um certo estado de desânimo, cansaço e insegurança, as famílias que lá vivem e descendem dos escravos herdeiros seguem na resistência e pretendem prosseguir na luta para assegurar o reconhecimento de seu território. Neste artigo, a partir da vivência construída junto àquela comunidade ao longo dos últimos 10 anos, pretendemos detalhar os caminhos que os quilombolas de Morro Alto/RS se propuseram a trilhar para garantir o reconhecimento identitário e a titulação do território reivindicado. Ao mesmo tempo, serão explicitados as táticas de desmobilização e os (des)caminhos que levam à paralisação do processo de reconhecimento de seu território.

Identidades Étnicas Quilombolas e Regularização Fundiária na Bahia

AUTORES/AS: FLAVIO LUIS ASSIZ DOS SANTOS

O trabalho objetiva situar a questão quilombola no Estado da Bahia a partir da análise dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID's) dos territórios das comunidades quilombolas elaborados pela Superintendência Regional do INCRA, que subsidiam as ações estatais de regularização fundiária. A Bahia apresenta uma das maiores demandas por regularização fundiária quilombola do País, com mais de 200 processos de regularização fundiária em andamento no INCRA/BA, sendo que foram concluídos e publicados até hoje 20 RTID's e mais 27 RTID's estão em elaboração no estado (constituindo-se como o estado com o maior número de RTID's publicados). Neste artigo, apresentamos, a partir da leitura desses RTID's, como a permanência da histórica concentração de terras no País tem estimulado a emergência de identidades étnicas quilombolas pautadas na reivindicação destes grupos para permanecer e/ou ou retornar às suas terras tradicionalmente ocupadas, constituindo-se hoje em importantes agentes políticos que apresentam demandas específicas de intervenção fundiária por parte do Estado.

Quilombola do Jatobá - 70 anos de Rendenção

AUTORES/AS: EPITÁCIO DE ANDRADE FILHO

No dia 31 de dezembro de 1941, após uma grande safra de algodão, quando se conseguiu acumular recursos suficientes para aquisição da própria terra, um grupo familiar de descendentes de escravos vindo da Fazenda Atenas, na zona rural do então Povoado do Junco, adquiriu por compra o Sítio Jatobá, no município de Patu, passando a viver da agricultura de subsistência e criação de pequenos animais. A Fazenda Atenas fica localizada próxima a Fazenda Gangorra, na fronteira paraibana, onde permaneceu vivendo, em compadrio com os proprietários, o restante do numeroso grupo familiar. Próximo também à Atenas está o Sítio Salobro, nascedouro de Francisca Tavares de Oliveira, “Chica Brejeira”, que nasceu escrava no dia 15 de setembro de 1884 e faleceu em 31 de dezembro de 2002, aos 118 anos, sendo considerada a “matriarca da negritude potiguar”. Dona Chica Brejeira era uma humanista, implacável em matéria de ajuda ao próximo. Mulher, negra, pobre e, extraordinariamente, decente e dedicada à solidariedade humana. Aceitou o convite do Movimento Patu 2001, para visitar Sereno, líder da Comunidade Jatobá, que em 1999, aos 84 anos, apresenta-se “desanimado”, “triste”... Após visita de Dona Chica, que na época estava com 115 anos, Sereno, surpreendentemente, recuperou-se do quadro emocional, marcado pelo desânimo sempre presente no envelhecimento. A Comunidade do Jatobá, localizada na margem da antiga estrada de ferro, que ligava Patu a Caraúbas. Sempre foi uma localidade esquecida e “invisível”, até que o Movimento Patu 2001, fundado em 18 de outubro de 1997, colocou uma faixa num lugar, conhecido como Bangalô, na saída de Patu, com a expressão: “Quilombo do Jatobá a 10 km à frente. Sítio Arqueológico do Jatobá há 10 mil anos atrás”.

Quilombos e Mocambos: as ‘terras de preto’ do Maranhão e a diversidade de territorialidades específicas

AUTORES/AS: CYNTHIA CARVALHO MARTINS, PATRÍCIA MARIA PORTELA NUNES; DAVI PEREIRA JÚNIOR

Reconhecido como um dos Estados brasileiros de maior concentração de comunidades quilombolas, tanto quanto por contribuir de forma sistemática com o debate sobre os direitos quilombolas no Brasil, o objetivo de nossa

comunicação será o de realizar uma análise crítica a respeito das estratégias de implementação das chamadas políticas étnicas no Estado do Maranhão face à luta dirigida pelos quilombolas em suas reivindicações por direitos étnicos, ambientais, territoriais, culturais, territoriais e, ainda, pela atualização de saberes e práticas referidos ao universo religioso. Tomaremos as inúmeras situações de conflito como instrumento de análise que nos permite melhor discernir os obstáculos em jogo para os pleitos quilombolas no Maranhão. Nesse sentido, iremos nos importar por perscrutar quem são os antagonistas em jogo, quais instrumentos jurídicos são acionados em cada situação e quem os está acionando. Podemos adiantar que os conflitos e as situações de intrusão em territórios quilombola remetem a ações de desapropriação fundiária destinadas tanto a implantação dos chamados “grandes projetos nacionais”, quanto à criação dos Projetos de Assentamento pelo INCRA, conflitos centenários decorrente da ação dos chamados fazendeiros ou de empresas privadas que intrusam inclusive territórios tidos como sagrados, dentre outras situações.

Reconhecimento de terras de quilombo: direitos constitucionais em perspectiva antropológica

AUTORES/AS: MIRIAM DE FÁTIMA CHAGAS

Proponho nesse artigo refletir sobre os avanços, em termos de consolidação de marco regulatório estatal, relacionados à decisão proferida, em 19 de dezembro de 2013, pelo Tribunal Federal da 4ª Região-TRF4, a favor da constitucionalidade do Decreto 4887/2013 que dispõe sobre a regularização das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Através da observação desse julgamento, que contou com a presença de comunidades quilombolas, e cotejando os argumentos elencados nos Votos dos Desembargadores ou mesmo pela sustentação oral realizada pelo Ministério Público Federal e outras entidades presentes, analisarei como a dimensão de direito sociocultural foi apreciada afirmativamente no que diz respeito ao valor de dignidade da pessoa humana e de direito fundamental ensejado pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT, da Constituição Brasileira de 1988. Ainda, me dedico a aprofundar sobre aspectos antropológicos que nesse julgamento foram abordados juridicamente e que apontam para consideração de uma perspectiva de superação da história

oficial implicada na implementação do novo paradigma de reconhecimento constitucional das terras de quilombo.

Bandeira Branca em Pau Forte: considerações sobre direitos e a “tomada da palavra política” em um Quilomblé Urbano de Belo Horizonte

AUTORES/AS: CARLOS EDUARDO MARQUES

Os dados etnográficos apresentados dizem respeito à Comunidade Quilombola e de Terreiro (religiões de matriz afro), denominada Manzo Ngunzo Kaiango, localizada em Belo Horizonte-MG, pelo reconhecimento de seu habitar e território. Os dados obtidos até o momento e em parte apresentados aqui neste trabalho, permitem um pequeno e preliminar esforço no sentido de sistematizar algumas generalizações que poderão servir de apontamentos e direcionamentos para o desenvolvimento da tese de doutorado que anima esta pesquisa.

Iremos analisar duas generalizações a partir dos dados etnográficos: 1- Ser quilombola em Manzo é pertencer a um ente vivo e dinâmico, um locus de produção cultural imaterial e material. E está também associado a um instrumento político-organizacional para tentar acessar uma série de direitos e políticas públicas. 2- Manzo segundo suas lideranças é um Patrimônio Cultural por ser uma comunidade do santo. O desenvolvimento deste argumento pelas lideranças nos parece sugerir que apesar de advogar uma patrimonialização da comunidade, a concepção nativa se aproxima de um patrimônio como um processo inventivo de “culturas” e “tradições” e não o resultado de uma “objetificação cultural”. O processo inventivo nos parece que deve ser entendido em Manzo na sua dimensão eminentemente política – no sentido forte deste termo – como um espaço de relação e representação social. Suas lideranças parecem querer afirmar: Manzo só pode ser entendido e concebido como um Patrimônio Cultural e um sujeito de direitos se entendido em seu processualismo, na dinâmica social do grupo, em suas contingências e sincretismos e não na sua reificação como uma ilusão de uma relação entre as coisas que tomaria o lugar de uma relação social.

Comunidades quilombolas de Mato Grosso: diálogos e ações afirmativas para o acesso ao ensino superior na UFMT.

AUTORES/AS: SONIA REGINA LOURENÇO

A comunicação visa apresentar as demandas das comunidades quilombolas de Mato Grosso por ações afirmativas de acesso ao ensino superior na UFMT. As demandas por esta política pública foram apresentadas durante a pesquisa de campo e de encontros com estas comunidades, realizados em 2013 e 2014, em que foram discutidos que os direitos aos territórios tradicionais, assegurados pela Constituição Federal, ADCT 68, devem estar interconectados ao direito de acesso à educação superior. Para essas comunidades a política da lei de cotas para a população negra não assegura a entrada de estudantes que se autodefinem como quilombolas nas universidades públicas, considerando a diversidade étnica, cultural e territorial, as diferentes experiências escolares, os conhecimentos tradicionais e o contexto interétnico e político na reivindicação de direitos coletivos.

Quilombolas, territórios tradicionais e regularização fundiária: os impasses e desafios vivenciados no Estado do Amapá.

AUTORES/AS: JOSELINE SIMONE BARRETO TRINDADE, IRISLANE PEREIRA DE MORAES

Em 1988, o Estado brasileiro assumiu constitucionalmente o dever de implementar uma política de reparação étnico-territorial aos povos e comunidades tradicionais quilombolas. Entretanto, passados vinte e cinco anos de edição do Artigo 68 da Constituição Brasileira, e, onze anos do Decreto 4.887 de 2003, pode-se questionar: o que de fato tem sido efetivado em torno do direito étnico-territorial dos quilombolas no Brasil? Quais os impasses e os desafios colocados ao processo de regularização fundiária e titulação definitiva das terras quilombolas no estado do Amapá? Esse estado possui, atualmente, trinta e três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), destas, vinte já têm processo aberto no INCRA e quatro possuem terras tituladas, são elas: Curiaú, Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari e São Raimundo do Pirativa. Dados da Secretária Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes do Amapá (SEAFRO), por meio do projeto “Seafro: presente com você” identificou até 2013, pelo menos, oitenta e três comunidades “tradicionais”, “negras” e “quilombolas”. Esta identificação oficial da Seafro pretende distinguir momentos da tomada

de “autoconsciência cultural” e afirmação étnica dessas comunidades. Por outro lado, a estimativa da Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas no Amapá (CONAQ-AP) é bem mais promissora ao apontar a existência de mais de uma centena de comunidades. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo problematizar estas questões a partir do estado do Amapá, apresentando um quadro geral da situação fundiária e das tensões sociais vivenciadas pelas comunidades quilombolas, no que se refere à luta pela titulação e defesa de seus territórios tradicionais. Para tanto, temos procedido ao trabalho de campo a partir de uma etnografia multissituada que constitui a ida às instituições, órgãos e secretarias estatais para levantamento de dados secundários sobre o processo de regularização fundiária, e registro de informações por meio de entrevistas e relatos de entidades e lideranças quilombolas. Portanto, além de sistematizar um quadro geral de informações, pretende-se analisar os discursos e procedimentos específicos que permitem apontar algumas reflexões e possibilidades diante os impasses e os desafios colocados à regularização fundiária dos territórios quilombolas no estado do Amapá.

Ser quilombola, Ser de Pinhões: dinâmicas de autonomia, resistência e territorialização

AUTORES/AS: LÚNIA COSTA DIAS

A proposta de comunicação aqui resumida pretende analisar dimensões em torno da territorialidade e de processos de territorialização numa comunidade em debate sobre a afirmação da identidade quilombola. A comunidade de Pinhões, localizada no município de Santa Luzia – Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG -, começou o debate em torno da afirmação da identidade quilombola a partir do contato com o CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - no contexto da produção do “Livro Comunidade Quilombolas de Minas Gerais no século XXI: Histórias e Resistências”, síntese de um levantamento das comunidade quilombolas no estado. A partir desse contato com o CEDEFES um grupo de mulheres montou uma Associação Civil com o objetivo de conduzir o debate na comunidade bem como criar um canal institucionalizado de comunicação com o poder público, buscando fortalecer a cultura local bem como alcançar melhorias para a comunidade. A Associação foi criada em 2009 e ao longo desses anos

alterou seu nome de modo a retirar do mesmo o termo quilombola. Segundo os(as) membros da Associação a retirada do termo se dá pelo fato de que não há um consenso na comunidade em torno da afirmação desta como quilombola, o que revela, entre outras questões, disputas e conflitos internos à comunidade. As disputas e conflitos, de forma geral, acredito, giram em torno da dimensão territorial, já que no entendimento dos moradores todo o direito quilombola parece caminhar para o fim último da regulamentação do território no formato de terras de uso comum, algo pouco visualizado pelos moradores e conflituoso numa comunidade com crescente pressão imobiliária – chácaras, sítios, hotel fazenda, etc; inclusive loteamentos da prefeitura. Nos percursos sócio-históricos que constituem a comunidade a definição de terras de uso comum não é visualizada pelos moradores como uma saída plausível. A comunidade se constituiu numa dinâmica de chão de morada, com ex-escravos de fazendas vizinhas, e dispõe de uma territorialidade dinâmica que tem a cidade como parte importante dos fluxos e percursos de trabalho, desde os trabalhos em ‘firmas’, de domésticas/diaristas, e na atividade tradicional das balaieiras – mulheres que vendem verduras na rua de um bairro em Belo Horizonte, já em terceira geração. Dinâmicas e percursos que constituem territorialidades múltiplas, muito marcadas por uma dimensão de gênero e faixa etária, bem como um processo de territorialização que a princípio não parece definir a noção de terras de uso comum, somado à fortes dinâmicas e desejos de autonomia e resistência, são as questões que se apresentam como eixo de análise da pesquisa em questão.

“Caxambu Alegria de Viver”: memória e patrimônio afro-brasileiro em Vargem Alegre (Cachoeiro de Itapemirim - ES)

AUTORES/AS: AÍSSA AFONSO GUIMARÃES

Este artigo sobre o Caxambu Alegria de Viver, situado em Vargem Alegre, no município de Cachoeiro de Itapemirim no estado do Espírito Santo, aborda o jongo/caxambu como patrimônio cultural, a partir da memória dos mestres e dos seus integrantes. De maneira, que as histórias da comunidade negra de Vargem Alegre e do Caxambu Alegria de Viver se misturam, por pertencerem uma à outra, e ambas serem patrimônio da família Caetano. No território familiar se cultivou a terra para moradia e para sobrevivência e se cultuou os antepassados, através do

caxambu, prática ancestral, trazida das senzalas como forma de resistência dos negros, de origem banto, no Brasil. Analisaremos o caxambu de Vargem Alegre em suas especificidades, nas relações com outros grupos da região e na condição de bem cultural imaterial reconhecido pelo Estado brasileiro, através do IPHAN em 2005. Todo o material utilizado para esta análise, como entrevistas, registros e demais dados foram obtidos através da pesquisa etnográfica e das ações de mobilização comunitária, realizadas no âmbito do “Programa Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras nos Espírito Santo” (PROEXT/UFES), durante os anos de 2012 e 2013. Nosso objetivo é investigar o modo como o caxambu “Alegria de Viver”, atualmente conduzido por Dona Canutinha, mestre e liderança comunitária, se constitui em sua territorialidade através das narrativas; dos pontos cantados; da dança; das festas; etc. e como se articula, na contemporaneidade enquanto patrimônio cultural, na construção de políticas públicas, na afirmação da identidade negra, na luta pela liberdade, na louvação aos ancestrais e na alegria de viver.

COORDENADOR/A: MELVINA AFRA MENDES DE ARAÚJO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO),
CHRISTINA VITAL DA CUNHA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

DEBATEDOR/A: EVA LENITA SCHELIGA, EMERSON GIUMBELLI,

Nos últimos anos, há muitos sinais sobre o interesse, compartilhado entre várias áreas, incluindo a antropologia, acerca do envolvimento da “religião” em conflitos, controvérsias, disputas e outras situações em que se encenam dramas sociais. Ora a religião é o tema desses conflitos, ora ela está entre seus agentes ou alvos. As discussões e pesquisas relativas a tais situações têm permitido revisar e problematizar noções como “liberdade religiosa”, “secularização”, “laicidade”, “tolerância” e mesmo “sincretismo”. Nesse GT pretendemos por em debate trabalhos acerca de disputas na esfera pública envolvendo atores ligados a instituições ou grupos concebidos como religiosos. Desse modo, acolheremos propostas que visem, por exemplo, analisar a participação desses atores nas manifestações que tiveram lugar nos meses de junho e julho de 2013, na definição de grupos étnicos e seus direitos, nas disputas por projetos políticos, na elaboração de limites e imbricações de religião e cultura; na construção de concepções sobre quando começa e termina a vida; em outras situações nas quais os conflitos não estejam restritos às dinâmicas internas de grupos religiosos.

“Dançando com o diabo”: uma “guerra” e três soldados

AUTORES/AS: CARLY BARBOZA MACHADO

Pretendo fazer nesta apresentação uma análise do documentário *Dançando com o Diabo* (2009), dirigido pelo cineasta sul-africano Jon Blair e co-produzido pelo jornalista inglês Tom Phillips, correspondente do *The Guardian*. A maioria das imagens desta produção foram feitas no Complexo da Coréia, Zona Oeste do Rio de Janeiro, com foco em três personagens: Leonardo Trovão, inspetor da polícia civil; Juarez “Aranha”, traficante da Coréia (Zona Oeste do Rio); e o pastor Dione dos Santos. Procurarei assim, a partir de uma leitura deste documentário e suas personagens, discutir a questão da violência e do crime no Rio de Janeiro, e o contexto conflitivo que articula em um mesmo cenário de “guerra” um pastor pentecostal, um “bandido” e um policial. Como pano de fundo deste debate, farei reflexões acerca da relação entre religião, violência e crime no Rio de Janeiro na atualidade a partir de pesquisas realizadas no contexto urbano das periferias fluminenses nos últimos anos, de modo a pensar um enquadramento mais amplo das questões particulares apresentadas no documentário. Proponho assim, como exercício metodológico nesta apresentação, a tentativa de produzir um diálogo entre narrativa cinematográfica e dados etnográficos da pesquisa como modo de análise das realidades sociais produzidas nestes dois âmbitos de interpretação da relação entre a religião e os conflitos urbanos no Rio de Janeiro na atualidade.

Disciplinar corpos, pacificar almas: religião, polícia e MMA como projetos para uma “cidade maravilhosa”

AUTORES/AS: FELIPE MAGALHAES LINS ALVES - ORIENTADORA: CARLY MACHADO (UFRRJ) - CO-ORIENTADORA: PATRÍCIA BIRMAN (UERJ)

É notório saber o espaço que as assim chamadas artes marciais mistas (Mixed Martial Arts em inglês, ou somente MMA) têm conquistado na mídia secular internacional, e principalmente no Brasil. Por isso, esse trabalho se propõe a analisar a forma como o universo das lutas marciais de combate tem se entrelaçado com o campo religioso nas periferias e favelas da cidade do Rio de Janeiro.

O ponto de partida para esse estudo é um projeto social político-religioso localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Refiro-me ao Projeto Lutando por Vidas

(LPV), estratégia de um pastor evangélico e ex-lutador de Kick Boxing que há dezoito anos oferece aulas de MMA para jovens em “situação de vulnerabilidade social, fazendo com que encontre no esporte uma vida saudável e proveitosa”. A iniciativa é de Jorge Turco, 42 anos, que utiliza a arte da luta marcial como tática de conversão religiosa da juventude. Os alunos, ao mesmo tempo em que treinam, são instruídos com mensagens e preceitos bíblicos do evangelho. Jorge, que durante a juventude teve envolvimento com drogas e declara ter passado por uma experiência que quase o levou à morte, hoje gerencia doze centros de treinamento de MMA distribuídos por academias de ginástica, clubes e centros sociais e igrejas na cidade do Rio. Cotidianamente esse fenômeno tem agenciado diferentes atores sociais que articulam, gerem e regulam processos midiáticos em seus territórios. No entanto, a presente comunicação tem como foco não só no projeto LPV, mas a interface deste com as políticas de segurança pública para a cidade. Hoje, são muitas as favelas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que contam com academias de MMA para jovens e coordenadas por policiais militares. Através desta experiência específica e de seus aspectos relevantes, se faz necessário investigar como o atual projeto de uma cidade “em pacificação” dialoga com as categorias: projetos sociais e religiosos; violência e cultura de paz; secularismos e religião; corpo e salvação; virilidade e redenção.

O Opus Dei na Jornada Mundial da Juventude: disputas acerca do que é ser católico

AUTORES/AS: ASHER GROCHOWALSKI BRUM PEREIRA

Proponho examinar as práticas discursivas dos atores do Opus Dei que visavam criar e estimular ações na Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em 2013, tendo por base uma concepção particular do que é ser católico. O problema geral desta proposta refere-se a como esses atores organizaram atividades de formação que levaram sujeitos a perpetrar práticas fora das circunscrições organizativas do Opus Dei, ou seja, em meio aos demais movimentos católicos que circulavam pelo Rio de Janeiro. Criava-se um conflito em torno da concepção do que, efetivamente, significava ser católico por meio da disputa de significados com interlocutores intrínsecos – nunca nomeados. Desse modo, produziam-se práticas de monitoração por parte dos atores do Opus Dei em relação às demais manifestações

e grupos da Igreja católica. Portanto, pretendo demonstrar etnograficamente, não somente as atividades de formação que acompanhei, mas também as práticas decorrentes daí. O tipo de conflito produzido discursivamente não visava assumir grandes proporções, mas se dava em escalas micro, no sentido de produzir uma concepção de catolicismo que precisava ser levada a outros atores, que não os do Opus Dei, e assumida por eles. O conflito se configurava em torno do que significava efetivamente ser católico. Os atores envolvidos nessa análise são, além de alguns membros do Opus Dei, os frequentadores dos seus Centros e residências em diferentes cidades do Brasil que estavam presentes na JMJ. A essas pessoas era ensinado que a fé não é subjetiva, por conseguinte, transmitiam-lhes como deveriam se comportar e praticar apostolado para se tornarem verdadeiros católicos. Diretrizes práticas que, efetivamente, contrastavam com outras formas de práticas católicas desempenhadas por outros atores e movimentos.

Os pentecostais do “reteté”: giras, vigílias e construção de identidade.

AUTORES/AS: CLAYTON DA SILVA GUERREIRO

No presente trabalho, pretendo analisar os rituais e práticas de fieis e participantes de vigílias e encontros pentecostais em igrejas localizadas na cidade de Duque de Caxias e regiões periféricas do Rio de Janeiro. A partir do problema clássico da alteridade, suponho haver um esforço por parte destes atores sociais, autodenominados “pentecostais do reteté”, com vistas à afirmação de uma identidade distinta e aproximação com movimento evangélico pentecostal. Diante das comparações que se fazem deles com cultos religiosos afro-brasileiros, esses atores se esforçam por negar as evidentes semelhanças com tais cultos, como por exemplo, umbanda e candomblé. Destarte, procuram reafirmar a identidade evangélica e pentecostal, através de alguns sinais diacríticos, ressignificando linguagens verbais e não-verbais, reafirmando princípios morais típicos da maioria das igrejas evangélicas, além de proferirem críticas às religiões afro-brasileiras. Parto da hipótese de que estes sinais são elementos importantes na construção da identidade dos “retetés”, tomados nesta pesquisa como um grupo específico no interior do movimento pentecostal brasileiro.

Religiosos, ONGs e lideranças locais: o quilombo em disputa

AUTORES/AS: SABRINA SOARES D'ALMEIDA

O envolvimento de atores religiosos na busca por reconhecimento de direitos de grupos étnicos e culturais tem se apresentado como um interessante tema a ser pesquisado. Além de sua participação na organização das mobilizações desses grupos em torno das demandas por reconhecimento, esses atores estão envolvidos também em disputas classificatórias em torno de algumas categoriais. Esse é o caso, por exemplo, da região do Vale do Ribeira onde religiosos, membros de organizações não-governamentais e os próprios membros dos grupos étnicos estão envolvidos em permanentes disputas classificatórias em torno da categoria quilombo. A presente proposta tem como objetivo identificar quais são os elementos em disputa na definição dessa categoria e quais os argumentos acionados pelos religiosos para sustentar sua posição nessa disputa.

Um desafio ético-político para a antropologia da religião: A antropologia missionária protestante

AUTORES/AS: DELCIDES MARQUES

A antropologia universitária acadêmica costuma tratar a antropologia missionária protestante em sentido pejorativo. Os missionários, suas atuações e seus conceitos são entendidos e apresentados como um “flagelo”, no sentido de que podem ser “etnocidas” (para utilizar uma noção de Pierre Clastres), bem como “perigosos” para a diversidade e a manutenção das culturas indígenas, além de “teoricamente equivocados” por lidarem com noções fora do tempo, retrógradas, superadas: tais seriam os casos do tipo de culturalismo e de concepção de mudança cultural que eles teriam adotado. Diante disso, estou pouco interessado em elencar, nomear e acusar todos aqueles antropólogos que optam por uma postura de crítica frente à antropologia missionária, apesar de não ignorar que em alguma medida certos nomes sejam mencionados. Essa comunicação possui um interesse primordial no funcionamento da disciplina antropológica por meio da investigação acerca do modo como ela lida com seus objetos – no caso, a antropologia missionária como objeto particular. Portanto, menos os nomes de antropólogos e mais o funcionamento da disciplina que eles praticam. É justamente frente a isso que

o presente trabalho pretende problematizar de que modo a própria antropologia missionária aponta para certos limites ético-políticos da antropologia. Como se houvesse uma prévia seleção moral daqueles que são aptos ou não para serem levados a sério enquanto nativos no campo da antropologia da religião. Enquanto objeto da disciplina, a antropologia missionária é o elemento selecionado para problematizar o modo como a antropologia escalona os objetos por meio de uma “política espontânea” disciplinar (para me valer de uma feliz expressão de Otávio Velho) e não exclusivamente por meio de uma avaliação teórico-epistemológica. Diante dessas elucidações preliminares, são apresentadas algumas questões que instigam esse inicial e relativamente pretensioso desafio reflexivo: É preciso admoestar diferentemente católicos e protestantes, por exemplo? Quais as implicações de uma política antropológica seletiva e valorativa para o próprio funcionamento da disciplina no campo da religião?

“Intolerância religiosa” em favelas: traficantes evangélicos X Unidade de Polícia Pacificadora (?)

AUTORES/AS: CHRISTINA VITAL DA CUNHA

Nesta comunicação tenho como objetivo discutir algumas implicações políticas resultantes da aproximação de traficantes de drogas de evangélicos em favelas cariocas. Mais especificamente, pretendo analisar como as denúncias em torno de práticas apresentadas como de intolerância religiosa praticadas por “traficantes evangélicos” vão sendo conduzidas na mídia de modo a se pensar nas Unidades de Polícia Pacificadora como uma solução para a contenção desse tipo de crime cometido contra religiosos da umbanda e do candomblé em favelas. Minha hipótese é que, ao invés de um agente neutralizador dessas disputas, o Estado, na figura dos policiais que o representam nesses territórios, acentua conflitos, subalternidades, violências.

“Incidência política cristã”: considerações a partir da RENAS

AUTORES/AS: EVA LENITA SCHELIGA

Em diálogo com a literatura que aborda as relações entre religião e esfera pública e amparada por uma pesquisa etnográfica realizada, desde 2008, junto à Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS) - uma rede que articula “organizações evangélicas que atuam na área social” – busco discutir, nesta comunicação, os sentidos e os modos peculiares de incorporação do “fazer política” ao rol de disposições engendradas em um contexto de formação de missionários protestantes e técnicos envolvidos em projetos assistenciais e de “desenvolvimento comunitário” no Brasil. Pretendo, assim, lançar luz sobre o engendramento de uma noção bastante singular acerca da “incidência política cristã” e de como, por meio desta noção, estão sendo contemporaneamente (re)negociadas algumas relações entre determinados agentes protestantes e agentes do Estado brasileiro.

A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo

AUTORES/AS: CARLOS ANDRADE RIVAS GUTIERREZ

Durante a campanha de Celso Russomano (PRB-SP) à prefeitura de São Paulo, a mídia e diversos outros agentes apontaram uma ligação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e esse partido político, o Partido Republicano Brasileiro. A controvérsia em torno do secularismo apresentou novo desdobramento com relação à presença da Universal em instituições governamentais e questionamentos acerca do PRB ser um “braço político da Igreja”. Para esses atores, a presença de membros da Universal fere o princípio de laicidade do Estado e não visa o bem público, mas sim os interesses da instituição. A participação dos membros da Universal na política é encarada como parte de seu “projeto de poder”, gerando uma série de denúncias por parte da mídia e de organizações da sociedade civil. Esse cenário obriga os atores da Universal a desenvolver uma série de justificativas acerca de seu pertencimento religioso, recorrendo, entre outros meios, ao próprio princípio de laicidade para legitimar sua filiação à IURD. Parte dos agentes ligados à IURD também passam a encarar como necessária uma série de procedimentos, como, por exemplo, a “formação de jovens cultos, educados e cidadãos”, visando

a produção de jovens para a ação política, com disciplinas para apreensão de linguagem considerada adequada ao processo cívico, conduta, escolarização e noções de política por meio dos cursos de PRB. No processo de interação discursiva, os agentes acreditam que é importante não usar uma linguagem religiosa, a fim de conseguirem estabelecer contatos e vencer debates, promovendo argumentos de outra ordem. Há todo um esforço desses atores na forma como se colocam na esfera pública, por meio da legislação, ocupação do espaço urbano e produção de políticas públicas. Em cada âmbito, os agentes, por meio de seu senso prático, tentam operacionalizar discursos, termos e linguagem que julgam adequados a cada contexto. Deve-se ressaltar que os agentes ligados à Universal constroem uma noção de “bem comum”, sustentando-a na “preocupação com a juventude, com o combate às drogas e com a presença de políticos e políticas públicas ancorados em uma moralidade cristã”. Essa ideia de “bem comum” é um princípio organizador de práticas, que orienta a forma que os manifestantes da Universal protestam, quais bandeiras levantam no espaço público, que prega valores cristãos na política. Entretanto, a principal acusação dos outros atores é de que esses cuidados não visam o “bem comum”, mas sim a instrumentalização da política para os planos de poder da instituição.

Controvérsia em torno do infanticídio: atores religiosos e antropólogos em ação

AUTORES/AS: MELVINA AFRA MENDES DE ARAÚJO

Pretendo discutir, nesta comunicação, a partir dos casos noticiados pela imprensa, sobretudo, a partir de 2010, quando da divulgação do caso de um casal de missionários evangélicos que tomou dos pais uma criança que seria destinada à morte, os argumentos levantados por antropólogos e religiosos no debate sobre a prática do infanticídio entre populações indígenas. Ao fazer isso interessa entender as justificações acionadas por esses atores tanto para defender a criminalização dessa prática quanto para propor o respeito à diversidade cultural e, por consequência, para os modos como outras culturas tratariam a questão da morte de crianças nascidas em condições consideradas anormais.

Controvérsias em torno do uso do meio ambiente em rituais religiosos afro-brasileiros

AUTORES/AS: LUCÍA COPELOTTI GUEDES

Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre a institucionalização de discursos e práticas em relação à natureza e ao ambiente no campo religioso afro-brasileiro. Precisamente, o lócus empírico de investigação é o projeto de conscientização ambiental desenvolvido pelas religiões afro-brasileiras na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). As controvérsias em torno da presença de oferendas em espaços naturais e nas vias públicas têm influenciado o modo de organização desse segmento, bem como as respostas fornecidas pelos religiosos à sociedade. Nesse contexto, as propostas de preservação ambiental têm sido apresentadas nas diversas cartilhas de educação ambiental produzidas em parceria entre as lideranças das federações em defesa das religiões afro-brasileiras e agentes estatais. Destacando a necessidade de “desmistificação” da religião, esses materiais apontam para a reconfiguração de práticas e lutas tradicionais que se transformam ao incorporar aspectos ambientais. Assim, buscando sensibilizar os adeptos para a promoção de ações e programas de educação ambiental dentro dos terreiros, tais cartilhas, parecem estar inseridas em um contexto maior, no qual os religiosos passam a reformular sua presença no espaço público, a se institucionalizar, e a responder enquanto agentes ativos em uma luta que tem se pautado em torno a reivindicações por respeito, tolerância e liberdade religiosa. A partir de um jogo de argumentos e formulações que indicam o estatuto diferenciado das religiões de matriz africana, o discurso das lideranças religiosas recupera e reafirma o caráter indissociável dos cultos afro-brasileiros e da natureza. A explicitação de uma relação direta entre o sagrado e a natureza, produto de uma visão de mundo que remete à África ancestral, permite que a religião seja entendida em termos de uma cultura étnica que deve ser preservada e promovida. Possibilitando, entre outras coisas, o surgimento de novos arranjos, que legitimam a entrada das religiões afro-brasileiras na arena ambiental, e fundamentam sua inserção e presença no espaço público.

Feministas por opção, Católicas pelo Direito de Decidir: Relações entre feminismo e igreja católica

AUTORES/AS: JULIA DO CARMO DA SILVA

O presente trabalho busca analisar de que forma se constituem as relações entre o feminismo e o catolicismo dentro da sociedade brasileira, através do estudo de caso da Organização não Governamental feminista “Católicas pelo Direito de Decidir”, um dos principais expoentes dessa discussão em âmbito nacional, componente e um dos construtores da Rede CDDLA (Red Latino Americana de Católicas por el Derecho a Decidir). A pesquisa se realizará em um enfoque qualitativo a fim de problematizar a incursão do feminismo dentro da igreja católica no Brasil, sua abrangência e possibilidades. Como método, será usada a história oral a fim de buscar a trajetória dos membros do grupo pesquisado. Por trazer uma abordagem mais próxima e menos “fria” que a relação usual entre pesquisador-pesquisado, o método facilita a obtenção de determinadas informações, na medida em que se percebe que comportamentos, valores, emoções permanecem escondidos nos dados estatísticos. Além das componentes do grupo, se entrevistará pessoas ligadas a igreja que também presenciaram esse processo, seja lutando para que os ideais feministas fossem incorporados à igreja, quanto fazendo oposição a isso.

Marcha das vadias e a Jornada Mundial da Juventude: uma performance de protesto pela legalização do aborto

AUTORES/AS: NAARA LUNA

Quando se analisa a posição da Igreja católica com respeito a demandas relacionadas com as liberdades individuais e o debate sobre direitos humanos, salienta-se a importância do debate sobre o aborto. O conflito entre a instituição religiosa de orientação conservadora e grupos em defesa de direitos humanos se explicitou quando duas mobilizações diferentes se encontraram. Na Jornada Mundial para a Juventude em julho de 2013, foi distribuído um manual de bioética reforçando a posição católica do Vaticano contrária ao aborto em qualquer situação. O manual intitulado *Keys to bioethics* contemplava discussões bioéticas acerca da reprodução humana, sexualidade e morte, nos seguintes itens: história do pequeno ser humano; aborto; diagnóstico pré-natal; assistência médica à procriação;

diagnóstico pré-implantação; pesquisa sobre o embrião; eutanásia, doação de órgãos, teoria de gênero. O sumário contempla uma série de questões de cunho moral, abordadas pelo prisma religioso, biológico (biomédico) e jurídico. A Igreja Católica pretende orientar seus jovens adeptos nesse sentido. No mesmo horário em que jovens participantes da JMJ realizavam uma procissão na orla da Copacabana, aconteceu a “Marcha das Vadias”, “um movimento social não institucional, apartidário formado por pessoas que se identificam com a defesa da autonomia dos corpos, com a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e com a luta por justiça social”. Na pista foi realizada uma performance por dois integrantes da marcha que usaram símbolos católicos (imagens de santos e crucifixos) e os destruíram com o fim de questionar a posição da Igreja Católica acusada de contrária aos direitos das mulheres. A comunicação pretende analisar o manual de bioética como um documento que revela a orientação institucional. Será analisado o ritual a partir de gravação realizada por integrantes da marcha, bem como de fotos publicadas e de relatos de participantes. Também serão examinadas as reações na época com base na cobertura da mídia impressa e eletrônica, contemplando a versão das organizadoras da marcha e os debates travados em listas da Internet e nas redes sociais, o que permitirá captar a controvérsia sobre o aborto que opõe o movimento feminista e a Igreja Católica.

O enfrentamento evangélico à legislação do aborto no Brasil e no Canadá

AUTORES/AS: JANINE TREVISAN

A crença de que a vida humana inicia com a concepção e sua defesa desde então, é comum dentro do segmento evangélico no Brasil e no Canadá. A legislação com relação à interrupção da gravidez em cada um desses países, por sua vez, é bastante diversa. Enquanto no Brasil, o aborto é permitido somente em casos de estupro, risco de morte à mãe e comprovação de anencefalia (permitido por decisão judicial do STF em 2012), o Canadá realiza o aborto legalmente em qualquer circunstância anterior ao parto. Apesar das diferenças demográficas, em ambos os países há uma comunidade evangélica organizada e desejosa de participação política tanto na elaboração da legislação quanto na definição de políticas públicas. No Brasil, a Frente Parlamentar Evangélica atua dentro do Congresso Nacional reunindo parlamentares de diferentes denominações evangélicas. Um dos projetos

que defendem, o Estatuto do Nascituro, dispõe sobre a proteção legal integral ao nascituro, de acordo com sua proposição, ao ser humano concebido mas ainda não nascido. O Canadá possui a “Irmandade Evangélica do Canadá” (Evangelical Fellowship of Canada), uma associação que organiza as diferentes igrejas e lideranças evangélicas para uma atuação conjunta na esfera pública, dentro e fora do Parlamento. Embora não seja composta por parlamentares, essa organização interage diretamente com os parlamentares evangélicos e foi uma das principais apoiadoras da proposta canadense M-312, impetrada por um parlamentar evangélico e que propõe a realização de um debate legal acerca do artigo 223 do Código Penal desse país, o qual define o início da vida humana após o nascimento. O tema do aborto foi trazido à tona nas eleições presidenciais brasileiras em 2010 e nas eleições nacionais canadenses em 2004. O segmento evangélico organizado posicionou-se lá e aqui. No Brasil, conseguiram mobilizar os candidatos a ponto da atual presidenta Dilma Rousseff (PT) ter se comprometido publicamente a não propor nenhuma ação para a descriminalização do aborto no país. No Canadá, os evangélicos desejavam a criminalização da prática. No entanto, os grupos seculares defensores do direito de escolha das mulheres, garantido na Carta de Direitos e Liberdades individuais daquele país, conseguiram que o então candidato do partido conservador Stephen Harper, atual primeiro ministro dessa nação, ainda que evangélico, se comprometesse a não modificar a legislação. O presente trabalho apresenta uma reflexão comparativa acerca do movimento evangélico nos dois contextos políticos apresentados, o que permitiu colocar a situação brasileira em perspectiva e, assim, melhor compreender as forças em jogo entre os movimentos religiosos pró-vida e os movimentos feministas em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres.

A administração de conflitos religiosos pelos mediadores em um JECrim: o perdão, o Direito e o blá blá blá

AUTORES/AS: VÍCTOR CESAR TORRES DE MELLO RANGEL

O presente trabalho pretende analisar as formas como os mediadores criminais administram os casos envolvendo conflitos ou disputas de caráter religioso. Parto da análise empírica realizada em dois Juizados Especiais Criminais (JECrim) durante o período do meu mestrado em Antropologia. Entre os anos de 2011 e

2012, optei em realizar uma “participação observante” atuando durante doze meses como conciliador em um JECrim localizado na região central do Rio de Janeiro e nove meses como mediador em outro juizado situado na região metropolitana da capital fluminense. A partir dessas experiências de campo pude perceber alguns contrastes entre métodos, tipos de conflitos e profissionais presentes na conciliação e mediação judicial. Neste paper, procuro focar minha análise sobre como os mediadores lidam com o tema da justiça e religião a partir do uso de técnicas ligadas ao campo da psicologia, o que proporciona um distanciamento das lógicas tradicionais (normativas) de se pensar e fazer o Direito. Além do uso de técnicas não tradicionais na administração desses conflitos, muitos mediadores se amparam em ideologias cristãs como recurso para se chegar ao acordo entre as partes. Por exemplo, ideias ligadas ao perdão (no sentido cristão da palavra) como um ato de remissão, de libertação, diferente da desculpa ou superação, estão presentes neste juizado. Acho importante ressaltar que não pretendo assumir qualquer postura que leve a uma visão denunciante ou arbitral sobre os procedimentos adotados pelos mediadores em suas audiências. Nem pretendo trazer explicações etiológicas sobre o porquê de tais atores agirem de uma forma e não de outra. Minha preocupação se resume em tentar acessar as esferas de sentido dos mediadores e entender como consideram coerentes e legítimas suas concepções sobre os modos de se fazer justiça nos casos envolvendo conflitos de motivação religiosa.

Disputando categorizações e normatividades: uma comparação entre os processos de regulamentação da ayahuasca no Brasil e nos E.U.A..

AUTORES/AS: HENRIQUE FERNANDES ANTUNES

A disseminação do uso da ayahuasca a nível global vem gerando inúmeros conflitos e disputas legais, de modo que diversos Estados nacionais têm se deparado com a necessidade de equacionar questões referentes ao consumo da bebida, assim como as implicações de sua possível regulamentação ou proibição. Tais processos vêm atingindo uma escala internacional ampla, reverberando questões sobre consumo e tráfico de substâncias psicoativas, segurança e saúde pública, liberdade religiosa, dentre outros temas que circundam o debate em torno do uso da ayahuasca e que englobam uma miríade de agentes e instituições. Faz-se necessário, portanto, um esforço por parte da antropologia em apreender os desdobramentos e as implicações

das diferentes respostas dadas aos posicionamentos e demandas apresentadas pela recente internacionalização de instituições ayahuasqueiras e pelos processos de regulamentação da bebida, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Assim, o trabalho em questão visa expor as questões centrais que direcionam uma etnografia que desenvolvo atualmente sobre os processos de disputas em torno da estabilização de categorias e da construção de normatividades, a partir de um estudo comparativo sobre os processos de regulamentação da ayahuasca no Brasil e nos EUA.

Feriados no Brasil: a presença da religião no calendário oficial e sua regulação

AUTORES/AS: IZABELLA PESSANHA DALTRO BOSISIO

Este trabalho tem por objetivo trazer algumas considerações sobre o lugar da religião no calendário oficial brasileiro, tomando como ponto de partida a regulamentação da instituição de feriados no país. Sendo este o objeto da minha dissertação de mestrado, defendida recentemente, a proposta desta apresentação é indicar alguns apontamentos decorrentes da análise dos dados da pesquisa. A temática se insere nas reflexões sobre a relação entre o Estado e as religiões, pensando também em como a categoria religião é acionada e regulada, particularmente neste contexto de institucionalização de feriados, o que nos possibilita problematizar as fronteiras entre religião, cultura, política e sociedade. Para tanto, verifiquei a legislação vigente sobre feriados e calendários, normas que procuram instituir datas ou regulamentar o estabelecimento de feriados, com uma distribuição de competências entre União, estados e municípios. Além disso, foi realizado um mapeamento dos projetos de lei sobre feriados, apresentados na Câmara dos Deputados, sobre o qual discorrerei aqui de forma mais ampla devido à dimensão do material reunido, pontuando alguns argumentos e categorias. Por fim, empreendeu-se um levantamento dos feriados que fazem parte dos calendários dos estados brasileiros e de suas capitais, tendo em vista identificar de que maneira a legislação federal é aplicada nos estados e municípios e como a religião é acionada nesses calendários. Com isso, podemos observar os debates existentes por trás das normas jurídicas, que possibilitam revelar as relações em jogo e as possíveis ressignificações do religioso, nos proporcionando um outro lugar de observação dos entrelaçamentos entre o Estado e a religião no Brasil.

Mapeando a discriminação religiosa no Rio de Janeiro. Análise dos relatos de discriminação religiosa contra as denominações de matriz africana - Projeto Mapeamento de casas religiosas

AUTORES/AS: SÔNIA MARIA GIACOMINI

A presente comunicação focaliza os resultados do Mapeamento de Casas Religiosas de Matrizes Africanas realizado de 2009 a 2011 pela PUC-Rio com financiamento da SEPPIR-PR, especialmente no que concerne a localização e análise das manifestações de discriminação religiosa sofridas pelos adeptos dessas religiões e coletados através de questionário respondido pelas 847 casas pesquisadas. A abordagem utilizada inscreve a análise dos atos de discriminação relatados no contexto de uma pesquisa que adotou a metodologia da chamada cartografia social ou participativa, e que, além dos resultados da pesquisa propriamente dita, permite igualmente acompanhar a dinâmica e realinhamentos que foram se apresentando durante o desenvolvimento do projeto. A realização desse projeto foi demandada por importantes lideranças das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro com o objetivo de dar visibilidade a esse segmento religioso que se considera sub-representado nas estatísticas oficiais, frequentemente discriminado e sob constante ameaça de alguns setores religiosos, notadamente de fiéis neo-pentecostais. Esse projeto, que pode ser pensado também como uma ação afirmativa urbana, apresenta recortes raciais e religiosos que são constantemente mobilizados no estabelecimento de alianças e de alinhamento às políticas governamentais (SEPPIR, “comunidades tradicionais”, campanhas de combate à fome e outras). O projeto de Mapeamento de casas religiosas de matriz africana encontrou na definição e identificação de seus principais opositores e nas definições relacionadas à representação espacial dos atos discriminatórios de que são alvo referências fundamentais para a construção e consolidação de alianças e para a constituição de um campo comum reconhecido sob o rótulo amplo de religiões de matrizes africanas.

Regulamentando a religião: debates sobre liberdade religiosa no Congresso Nacional brasileiro

AUTORES/AS: EMERSON GIUMBELLI

O Congresso Nacional brasileiro tem se apresentado como um cenário importante para a atuação de grupos e/ou posições religiosas, gerando reações e conflitos

de ampla repercussão. O objeto desta apresentação trata de um aspecto menos evidente da presença da religião no Congresso Nacional, ou seja, quando ela se torna tema de regulamentação em projetos legislativos. Não se pretende abarcar a totalidade dos casos que corresponderiam a essa definição. A base para a elaboração de análises é um levantamento de propostas de lei no Congresso Nacional apresentadas após 1988 que incidem sobre regulamentação da liberdade religiosa, liberdade de culto e capacidades de instituições ou associações religiosas. As propostas estão sistematizadas em torno de dois blocos. O primeiro remete a um projeto específico (PLC 160/2009), que surgiu como resposta ao Acordo entre o Brasil e a Santa Sé acerca do estatuto jurídico da Igreja Católica e pretende legislar sobre vários aspectos da vida civil das instituições religiosas, objeto também de outras propostas. O segundo envolve o Código Civil em vigor, o qual foi alvo de uma modificação (Lei 10825/03) que gerou debates acerca do estatuto e das regras de constituição das “organizações religiosas” – figura jurídica criada pela referida lei. Nesse caso, o levantamento inclui não apenas o trâmite no Congresso Nacional, mas também as repercussões dessa alteração em materiais divulgados na mídia. A partir dessa base de dados, busca-se desenvolver reflexões acerca das definições específicas que no âmbito legislativo federal têm caracterizado a “liberdade religiosa” no Brasil. Predomina um entendimento mais ou menos restritivo sobre esse ponto? Há alguma relação entre tais temas e o perfil dos propositores em termos de vinculação religiosa? Desse modo, procura-se trazer à tona os debates, com seus conflitos e controvérsias, acerca do lugar que se espera que a religião ocupe na sociedade brasileira.

Religião e conflito- as crises pessoais nas crises públicas

AUTORES/AS: DANIEL AUGUSTO RIBEIRO PEREIRA

A proposta de minha pesquisa de mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) é realizar uma etnografia do candomblé de São Paulo com base na teoria histórico religiosa defendida pelo antropólogo italiano Ernesto De Martino. De Martino entende a religião como técnica protetora da crise da presença no mundo, trazendo de autores como Heidegger e Hegel as noções de “técnica” e “presença”. Para o autor, as religiões se constituem socialmente a partir da apropriação de crises individuais pela cultura. Desse modo, conflitos pessoais

poderiam ser apropriados e resolvidos coletivamente, uma ideia não distante da Eficácia Simbólica, de Lévi-Strauss. A religião como solucionadora de uma crise me parece um ponto de partida fértil para pensar as controvérsias públicas recente que temos observado. Pretendo em meu trabalho para este congresso demonstrar como a noção de mundo em construção e não como dado, e o diálogo com o mundo proposto pelas religiões, podem ser apropriados pelos nativos na resolução de crises “seculares”. Com exemplos do meu trabalho de campo nos candomblés de São Paulo, pretendo apontar como a religião rompe suas fronteiras na busca dos nativos em solucionar conflitos pessoais e políticos. Buscarei em minha apresentação estabelecer uma relação entre os conflitos pessoais e culturais por meio da leitura deste autor e outros como Isabelle Stengers e Talal Asad, por exemplo. Em linhas gerais, argumentarei que as crises públicas envolvendo a religião podem ser uma apropriação de crises individuais coletivizadas.

Religião, política e (in)tolerância religiosa no âmbito da controvérsia pública do onze de setembro: mapeando práticas-discursivas em duas instituições islâmicas paulistanas

AUTORES/AS: HELENA DE MORAIS MANFRINATO

O Islã, aqui entendido como um sistema de normas e crenças religiosas que rege e ordena as práticas de seus fiéis tornou-se tema de controvérsia pública no bojo do atentado às torres gêmeas de Nova York, ação reivindicada por uma rede terrorista islâmica internacional, a Al Qaeda. Este evento ganhou o status do maior ataque empreendido contra o Ocidente pelas mídias mundiais e discursos governamentais ocidentais. Meu objetivo nesta comunicação é apontar os efeitos prático-discursivos desta controvérsia no Brasil, no sentido de encontrar alguns nexos que esclareçam as relações estabelecidas pela mesma em duas instituições islâmicas paulistanas, que se viram envolvidas em questões e problemas que em muito transbordavam as suas comunidades religiosas. A etnografia realizada na UNI (União Nacional Islâmica) e WAMY (Assembleia Mundial da Juventude Islâmica) aponta algumas inserções desses grupos, na figura de seus líderes religiosos – os sheikhs –, na controvérsia mais ampla e quais desdobramentos políticos se deram a partir do evento.

As instituições tiveram que dar conta de algumas categorias de acusação discursivas,

além de terem que mobilizar forças jurídicas em favor de sua liberdade religiosa contra algumas polêmicas midiáticas, como um dossiê apresentado pela revista *Veja* que acusava algumas comunidades muçulmanas brasileiras de abrigarem terroristas. Nesse contexto, pôde-se observar a emergência da categoria jurídica “tolerância religiosa”, tanto nos termos de suas implicações mais propriamente jurídicas, com a mobilização de advogados da instituição em defesa dos muçulmanos que sofreram discriminação religiosa, individual ou coletivamente, quanto mais diretamente políticas, nos contradiscursos elaborados em resposta às acusações presentes nos discursos midiáticos.

COORDENADOR/A: RAYMUNDO HERALDO MAUES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ), BARTOLOMEU FIGUEIRÔA DE MEDEIROS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/ UFPE)

Busca-se compreender, identificar e discutir o itinerário terapêutico da pessoa em sofrimento que recorre às instâncias de solução dos problemas que a atingem, sejam oficiais, “complementares” ou “não convencionais”: ioga, técnicas de relax, de meditação, sistemas de fitoterapia, xamânicos, sociedades ou grupos religiosos e não religiosos, que promovem curas pela oração, por exorcismos, assim como por rituais de libertação de diversos tipos de aflições psicossomáticas. Embora a matriz disciplinar antropológica encare saúde e doença como fatos culturais e sociais, estudos recentes e exigências da interdisciplinaridade induzem a considerar a base biológica e psicossomática dos fenômenos a serem estudados, bem como conteúdos psicológicos e médicos da cura. Daí considerar-se desejável a presença de profissionais da saúde no GT. É relevante considerar práticas e contextos sociais que lhes dão origem, bem como redes de significados dos fatos objeto da investigação. Os trabalhos podem ainda discutir formas de engajamento corporal fomentadas nos espaços religiosos, procurando relacionar o conjunto de ritos, práticas, exercícios e disciplinas corporais, tenham ou não finalidade curativa, a uma ou mais das seguintes questões: a) relações de poder e divisões de gênero, classe e (ou) geração no interior do grupo religioso; b) processos terapêuticos desenrolados nestes grupos; e c) o processo mais amplo de construção da pessoa na religião, antes e/ou concomitantemente às práticas de cura.

“Aqui na IURD é guerra!”: questões ambivalentes sobre “diferença” e “tradução” na formação identitária da Igreja Universal do Reino de Deus em rituais de cura

AUTORES/AS: SAMUEL MARQUES CAMPOS

Nesta paper faço reflexões sobre elementos identitários “bélicos” da IURD encontrados em rituais de cura e elencados em depoimentos de fieis. Para isso, emprego as categorias da “diferença” e “tradução”, propostas por Stuart Hall e por Kathryn Woodard, que são baseadas na *différance*, proposta por Jacques Derrida. Pretendo trabalhar a maneira peculiar como a IURD constrói sua identidade no contexto religioso amazônico em rituais de cura no “Cenáculo do Espírito Santo”, seu templo central em Belém-PA. Esta comunicação está estruturada em três partes. Inicialmente, trabalho a concepção iurdiana sobre doenças e curas e suas relações com o “inimigo de Deus”, “Satanás”. Em seguida, analiso os conceitos de identidade, “diferença” e “tradução”, que servirão para eu analisar elementos identitários iurdianos. Na terceira parte, faço observações sobre a criativa construção identitária iurdiana, em torno da “diferença” e “tradução”, pois esta igreja emprega ambivalentemente elementos de expressões religiosas que ela mesma critica, fazendo uma reelaboração criativa e radical. Apesar dessa ambiguidade identitária, observei que a IURD assume a postura da igreja mais forte que não está influenciada por demônios e que consegue curar completamente todos aqueles que, na “batalha espiritual”, a procuram. Para empreender esta tarefa, utilizo dados obtidos de observações de rituais da IURD, de literatura produzida pela instituição, livros de pesquisadores e dados oriundos de entrevistas que realizamos.

A Cura Encantada: os rituais mágicos de cura do grupo carismático de N. Sra. das Graças.

AUTORES/AS: PATRICIA NORAT GUILHON

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada há cerca de dez anos entre carismáticos de um grupo de oração denominado de N. Sra. das Graças na cidade de Belém do Pará. Meu objetivo é construir uma breve etnografia acerca de seus rituais de cura, chamando atenção para o caráter mágico dos mesmos, e para a

semelhança do papel exercido por suas lideranças religiosas (clérigos e leigos) com o a atuação dos magos em suas celebrações, que muitas vezes se utilizam de objetos, técnicas e outros recursos mágicos similares, transformando suas reuniões católicas carismáticas em verdadeiros espetáculos de cura. Nesse sentido, se faz necessário revisitar a temática da magia e da religião no campo da sociologia, mas sobretudo, da antropologia da religião, desde os seus autores clássicos, até os estudiosos atuais que vêm se dedicando sobre este tema. A partir disto, meu objetivo é enfatizar como as fronteiras entre magia e religião e magia e ciência, são muitas vezes tênues, não se constituindo em territórios rigidamente separados, mas universos que se misturam e dialogam. Deste modo, este debate permitirá relativizar ou mesmo superar algumas dicotomias tão caras as ciências sociais, como por exemplo: magia x religião e magia x ciência, enfatizando que a magia longe de ser algo atrasado ou arcaico, é um sistema de pensamento presente nas sociedades secularizadas e contemporâneas, sendo capaz de se adaptar às exigências nos “novos tempos”.

Comparação e Análise de Diferentes Situações de “Cura Espiritual”

AUTORES/AS: RAYMUNDO HERALDO MAUES

O trabalho compara diferentes estudos no campo da antropologia da saúde, feitos no Brasil e em outras partes do mundo, que dizem respeito a curas ou tentativas de cura de caráter religioso ou “espiritual”. Pesquisei na internet, visando obter certo número de trabalhos científicos publicados. Neles, foram encontrados elementos que dizem respeito a terapias por meio de oração, benzeções, representações de carismáticos católicos sobre processos de “recuperação” da saúde, bem como representações e práticas alternativas de populações rurais e indígenas brasileiras sobre tratamento de tuberculose, através de soluções de natureza mágico-religiosa. Ao lado disso, em outras partes do mundo - forma extrema de invocação ao sobrenatural -, a automutilação como prece para obter a cura de doenças e outras graças espirituais. E, para concluir a lista de tais situações, entre os Ainu, no Japão, “doenças metafísicas”, que se caracterizam pela presença de seres espirituais, demônios ou deuses, cuja cura é obtida pelo poder não formalizado de mulheres e de xamãs. A despeito dos diferentes estudos, com seus diversos enfoques, em várias partes do Brasil e do mundo, há semelhança notável entre essas manifestações,

estando sua variabilidade não só nos diferentes lugares, mas também no estilo das orações e de outras formas terapêuticas, que representam, assim, construções locais de elementos culturais que podem ser encontrados em populações tão espalhadas e, ao mesmo tempo, tão diferentes.

Pronto socorro espiritual: um misto de magia e discurso para curar os males do corpo e da alma na Igreja Universal do Reino de Deus

AUTORES/AS: RODRIGO CABRAL DA SILVA

“A Igreja Universal não é uma religião. É um pronto socorro espiritual”. Essa afirmação, proferida por um obreiro da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Belém do Pará, ilustra bem o ponto central de discussão levantado neste trabalho, que aborda práticas de cura desenvolvidas por essa instituição neopentecostal que vem conquistando uma grande fatia do mercado religioso brasileiro.

Corrente de orações, exorcismo, listas de enfermos, jogo entre iconoclastia e iconologia, dízimos, poções, atendimento presencial e on line, muitas são as “armas”, carregadas de discurso e de magia, colocadas pela IURD a serviço e tratamento dos fiéis - dos males do corpo e do espírito, assim como da forma mais imbricada desses dois elementos, conforme salientou Bourdieu (1987), ao abordar a redefinição da relação corpo-alma.

O visível crescimento da Igreja Universal, a numerosidade e suntuosidade dos seus templos e dispositivos de evangelização (rádio, TV, jornal e internet), possibilitam uma gama de interpretações, entre elas a consolidação de uma crença em determinadas práticas de magia e sua eficácia entre um grupo cada dia mais heterogêneo. Uma relação consensual e crédula entre o pastor e os fiéis na busca de solucionar/curar problemas individuais e coletivos, que se apresentam de diversas formas: doenças, desemprego, drogas, insônia, visão de vultos, audição de vozes. Clifford Geertz, no livro “A interpretação das culturas”, destaca que uma religião é “um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradoras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (1978, p 67). A estratégia que IURD utiliza é propor soluções para as

dificuldades das pessoas que vivem numa sociedade global tão assimétrica, na qual os problemas do cotidiano são intensos e precisam de soluções urgentes. Isso também explica o discurso que nega o termo religião e os “aprisionamentos” do protestantismo clássico, o que provoca um efeito contrário (porém positivo) e fortalece a IURD enquanto instituição religiosa mediadora da cura que vem de Deus. É o reconhecimento do que Fausto Neto (2001) chama de “saber de terapeutização do sujeito”, o poder de cura inexplicável e imediata, a cura pela fé. Uma situação atraente para quem vive sob o império do imediato; uma concepção de tempo que caracteriza a contemporaneidade. A partir destas constatações e conceitos, este trabalho percorre o trânsito religioso resultante da busca pela cura pré-creditada à Igreja Universal, a partir de exemplos de novos fiéis que vivem na cidade de Belém do Pará.

A Cura Espiritual no Universo Panteísta Ayahuasqueiro Como um Ato de Conversão e Pertencimento Religioso

AUTORES/AS: MIGUEL COLAÇO BITTENCOURT, LUCAS WANDERLEY DE HOLANDA

As religiões ayahuasqueiras de matriz brasileira surgem na década de 30, com a exploração da borracha e a partir do contato de seringueiros com povos ameríndios, que praticavam o uso de plantas de poder com a finalidade terapêutica de cura. Dentre estas plantas a substância enteógena (do grego, en=dentro/interno, theos=deus/divindade, genos=gerador) ayahuasca (do quéchua, aya=espírito/morto/ancestral, huasca=vinho/corda/cipó) assume uma visibilidade pela sua tradição de planta mestra, professora e curadora. Atualmente, a cura espiritual nas religiões ayahuasqueiras atua com um aspecto sincrético associado a diferentes vertentes: xamânica, católica, budista, afro e panteísta.

O objeto de estudo para a formulação deste trabalho é a Sociedade Panteísta Ayahuasca que surgiu no estado de Pernambuco, no ano de 2000, com um ritual de carácter dialógico que aborda filosofia associado ao pensamento mítico ameríndio. Neste contexto religioso, a relação de cura assume a postura inversa da medicina tradicional, o facilitador da cerimônia (xamã) tem a postura de guia com o papel da condução e facilitação da resolução das problemáticas e doenças (físicas e psíquicas) dos sujeitos. Os aspectos de saúde e cura estão relacionados com os problemas do cotidiano que são transpassados no ritual, elaborado inicialmente

por Van Gennep e complementado por Victor Turner com a noção de drama social. Para o destrinchamento deste ritual e suas relações de cura com uso de psicoativos é necessário compreender a relação do set and setting, inicialmente formulado por Timothy Leary (1960), Marlene Dobkin de Rios (1972), Norman Zinberg (1984) e posteriormente destrinchado por Edward MacRae (1992). O set é associado ao sujeito e suas significações, enquanto o setting é o ambiente e contexto em que se utiliza tal psicoativo.

A cura com a substância entéogenica ayahuasca envolve um movimento de catarse corporal que se destrincha em vômito, diarreia e/ou expansão da consciência que acontece de diferentes maneiras. A experiência religiosa no ato de cura psicológica significa um ato de cuidar e agregar valores, sob uma ressignificação simbólica com uma nova edificação do self, baseado na conversão e pertencimento religioso. Tal trabalho se propõe a explicar o movimento de cura no contexto religioso ayahuasqueiro panteísta, pela experiência com uso da substância psicoativa ayahuasca com suas formas de ressignificação e reformulação do self.

A medicina do além entre o espiritualismo e o espiritismo kardecista

AUTORES/AS: ANDRÉ RICARDO DE SOUZA

Os tratamentos voltados para a saúde do espírito e do corpo, através da água e dos passes magnetizados, são centrais no espiritismo kardecista. Já as chamadas cirurgias espirituais são bastante controversas nesse meio, devido à conturbada trajetória de alguns médiuns dedicados a ela e também à ameaça de acusação charlatã, da qual o movimento espírita historicamente se esquia. Na cidade paulista de Franca, um médium chamado João Berbel vem se tornando conhecido, levado por mais um “médico dos pobres”, Ismael Alonso y Alonso, que fora prefeito daquele município antes de falecer em 1964. Após se curar de epilepsia e frequentar um centro espírita por vinte anos, Berbel começou a trabalhar com seu guia espiritual em 1996, constituindo o Instituto Medicina do Além (IMA). Contando com aval do Conselho Federal de Farmácia e da Vigilância Sanitária, essa entidade produz e distribui gratuitamente medicamentos fitoterápicos, através de um sítio e de um laboratório próprios. O custo para a produção mensal de cinco toneladas de remédio é de 55 mil reais, sendo os recursos, em grande maioria, oriundos da venda de livros gerados pela mediunidade psicofônica, ou

falante, de João Berbel, que são publicados por uma editora própria da entidade. Há também doações, campanhas e bazares esporádicos. O IMA vem construindo um hospital convencional e mantém uma escola voltada a adolescentes da periferia local, assim como distribui cestas básicas mensais a mais de cem famílias, além de ofertar refeições às pessoas que semanalmente vêm de diversos lugares para as cirurgias e os tratamentos subsequentes. No sítio mantido pela entidade deverá ser instalada uma comunidade terapêutica para dependentes químicos. Por tais feitos assistenciais, seu líder João Berbel tem relativa legitimidade perante o espiritismo kardecista e institucionalizado, apresentando um programa semanal na Rádio Boa Nova, da Fundação André Luiz, e sendo entrevistado em quadros televisivos, também orgânicos do movimento espírita. Além dos duzentos livros de publicação própria, atribuídos à mediunidade de Berbel, o IMA revende outras obras espíritas, sobretudo as de Chico Xavier. Mas também comercializa livros sobre umbanda e a profana ajuda mútua. Seu ecletismo se estende às práticas terapêuticas, incluindo entre elas o reiki e a cromoterapia, que são rejeitadas pelo kardecismo ortodoxo. No XV Congresso Estadual Espírita, realizado em 2013 em Franca, as lideranças do IMA, deliberadamente, não se fizeram presentes, alegando a existência ainda de preconceito e seu direito à autonomia. Quanto ao trabalho autônomo em relação ao movimento espírita, João Berbel pode ser comparado, tanto ao médium de cura cirúrgica João de Deus, da cidade goiana de Abadiânia, quanto à autora paulista de best-sellers mediúnicos Zíbia Gasparetto, ambos já relativamente conhecidos através da mídia secular. Porém, se avaliados quanto às finalidades demonstradas das atividades comerciais associadas às práticas desses três médiuns, Berbel se destaca em termos de afinidade com o espiritismo kardecista institucionalizado. Este trabalho, decorrente de pesquisa em andamento com apoio da FAPESP, aborda as conquistas e ambiguidades dessa experiência de “medicina espiritual”.

Rituais de cura na infância em Comunidade Quilombola piauiense/Brasil

AUTORES/AS: MARIA LÍDIA MEDEIROS DE NORONHA PESSOA, POLIANA MARQUES MATON

A ritualização da vida da criança, desde o nascimento, dizem muito sobre a constituição da infância, seus valores, sua dinâmica, relações e significações na sociedade. O parto, o corte do cordão umbilical, a amamentação, o desmame, o banho, o sono, o corte do cabelo, os sofrimentos, os tratamentos de saúde, são

acontecimentos transformados em cerimônias coletivas de grande repercussão no grupo social, familiar e de parentesco. Esses acontecimentos quando analisados como passagem de lugares e acontecimentos (Gennep, 1978; Turner, 1974, 2005, 2008) evidenciam as diferenças e a importância dos ciclos da vida e sua desnaturalização. E que marcam situações de dramas, de angústia, de medo, de expectativas e transformações sociais e subjetivas. Mas, também de relações míticas, religiosas e cosmológicas que se traduzem em efeitos eficazes na constituição de vínculos sociais, transformações subjetivas e transmissão cultural. (Mauss, 1974 Lévi-strauss, 1975, 1976, Leach, 1978).

A procura de rezas e benções para curar os males dos filhos pelas mães, à pessoas reconhecidas nas suas localidades como possuidoras de qualidades especiais de cura, partilham de traços identificados como rituais, pelos estudos antropológicos, por serem: cerimônias coletivas que se dirigem a objetivos específicos, têm ordenação estruturada, fazem parte de uma cosmologia e são reconhecidos como diferentes da vida cotidiana. No Nordeste brasileiro, seja no meio urbano, seja no meio rural, são pessoas conhecidas e legítimas como rezadores e rezadeiras, que através de orações e uso de plantas, realizam a cura de problemas no corpo e sofrimentos emocionais.

Podemos traçar algumas linhas analíticas dos estudos realizados sobre os “rituais de reza”, no Piauí por historiadores (ARAÚJO, 2010), enfermeiras (Medeiros, et al, 2007) e botânicos (Oliveira, 2009): 1) São saberes considerados tradicionais e transmitidos oralmente pelos familiares; 2) são exercidos por homens e mulheres que possuem qualidades especiais com objetivos de cura; 3) as rezas fazem parte da religião católica consequência da colonização portuguesa no Piauí; 4) as plantas são utilizadas no ritual, nos banhos e na confecção das “garrafadas” e fazem da botânica da região; 5) divergem quanto a permanência dessas práticas, entre compensação pela ausência de serviços de saúde, e herança cultural enquanto traços identitários sincréticos entre a cultura indígena, africana e portuguesa; 6) Os “clientes” são predominantemente crianças pequenas e a doença mais comum é “quebranto” ou “mal olhado”.

Diferentemente dos estudos apontados anteriormente, pretendo refletir com o apoio de teóricos e estudiosos da cultura e da etnoclínica, o processo de tratamento de saúde das crianças em uma comunidade quilombola no norte do

Piauí, que se encontra em situações de novas posições políticas e ideológicas frente aos processos de territorialização. Intenciono indagar sobre as relações entre as individualidades e as estruturas tradicionais, revelando seus símbolos, valores e práticas no tratamento das doenças das crianças. Quais as mudanças que ocorrem? As palavras, as cenas, o que muda na identidade? Pensar o pensamento que sustentam essas práticas e essas formas de iniciação da criança no mundo cultural. A pesquisa de campo encontra-se em processo e se apoia nas premissas metodológica da etnografia que se caracteriza pela abordagem aos sujeitos preservando as interações com a pesquisadora no processo de conhecimento da cultura, em que os grupos étnicos em estudo nos enviem uma mensagem que não conhecemos.

Simbologia das plantas utilizadas nas práticas de curas nas casas/terreiros de religiões de matriz afro-brasileira de Santarém (PA).

AUTORES/AS: MYRIAN SÁ LEITÃO BARBOZA

Existe uma estreita e intensa conexão entre as plantas e as casas/terreiro de religiões de matriz afro-brasileira, permeada por um complexo estrutural e simbólico de crenças. O emprego das plantas nas práticas de cura das religiões de matriz afro-brasileira abrange um universo de mistérios e segredos, que inclui amplo conhecimento e cuidados específicos na coleta, preparo e uso dos vegetais. Fundamentado no sistema nativo de classificação e nos saberes tradicionais o presente artigo pretende realizar um estudo sobre as simbologias e ritualísticas que envolvem aplicação de plantas nos processos terapêuticos de casas/terreiros de religiões de matriz afro-brasileira de Santarém (PA), na Amazônia. Nas casas/terreiros pesquisadas foram encontradas pessoas designadas para realização do manuseio e coleta das plantas, denominadas de babalossaim. Os babalossaim são detentores de um legado de saberes relacionados às plantas que envolvem desde os procedimentos de extração (período, locais, cantos de permissão, cantos de agradecimento, etc.), de conservação, como as práticas terapêuticas (forma de preparo, posologia, parte vegetal utilizada, etc.). Em uma das casas pesquisadas o dirigente responsável relatou ser freqüente a visita de pessoas em busca de tratamentos para curas fisiológicas e auxílio espiritual, através das plantas, a fim de solucionar problemas de saúde muitas vezes não sanados pela medicina convencional. O sacerdote ainda advertiu sobre a importância do

babalossaim, em função de seu conhecimento minucioso sobre cada erva, pois a realização de combinações errôneas pode resultar em “choques” nos pacientes ou “aquizilamentos”. Dentre os principais procedimentos adotados para os cuidados de saúde através do emprego das plantas, foram destacados: a) garrafada; tipo de medicamento elaborado com plantas e armazenado em garrafas para posterior ingestão; b) ingestão através de chás e/ou xaropes; c) infusão; d) amanci, que consiste numa forma de limpeza de corpo; e) banhos, que são limpezas espirituais e podem ser de descarga, para “liberação de carga negativas”, ou atrativos, para “recebimento de cargas positivas”; f) banho para lavar a cabeça, banho especial para proteção dos novos iniciados na religião. O uso das plantas pode ser destinado para pessoas, animais e/ou entidades. Os animais domésticos também podem receber banhos e remédios preparados com ervas em diversos tipos de tratamentos. Para cada tipo de problema, de pessoa, de animal e de orixá são utilizadas plantas específicas. De maneira geral, é bastante frequente a busca pela promoção de saúde através das consultas terapêuticas culturais e religiosas com uso de vegetais nas casas/terreiros de matriz afro-brasileira em Santarém. As plantas apresentam valor inestimável para os praticantes desta religião e são extremamente valoradas e respeitadas, compreendendo um complexo fitocultural vital que fundamentam a essência e sobrevivência da religião, conforme relatado por um dos dirigentes “sem as plantas a religião não existia”.

O DOM DA CURA: Penitência, renúncia e devoção no Catolicismo Popular.

AUTORES/AS: MARIA DA CONCEIÇÃO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT

A reflexão focaliza-se na análise do “Dom” associado ao universo da cura religiosa no seio do catolicismo popular. Analisamos as formas, as expressões e práticas do dom que, em sua constituição, articula as dimensões da escuta, da vidência e da linguagem atuantes no processo de cura. Nesse sentido, trazemos à reflexão aspectos da constituição do dom de curar, que envolve a presença de elementos como: o sofrimento, a penitência e as obrigações - algumas destas entendidas como renúncias. A prática do dom estabelece reciprocidades múltiplas que se constituem entre curadores, pacientes e a comunidade envolvente junto às divindades, aos santos e às almas santas. Essas reciprocidades atuam, num primeiro plano, como expressões de agradecimento por um ato de cura. Em segundo

plano, as reciprocidades se revelam como um meio eficiente no fortalecimento e na legitimação do processo de reconhecimento da cura. Em terceiro lugar, as reciprocidades reforçam a permanência do Dom exercido pelo curador.

Dialogamos com autores diferenciados, mas tomamos como sustentação as análises desenvolvidas por Mauss (1950), Godbout (1992), Martins (2005, 2007), dentre outros. Concluímos que o dom na cura religiosa constitui um universo de mistérios, reservas e limites, relacionado à formação religiosa híbrida daqueles que praticam e recebem a cura, apontando para, em última instância, suas origens indígenas, afro-brasileiras e até europeias.

Tornando-de ialorixá: a construção da pessoa no Candomblé e o percurso de doença, cura e redenção de Mãe Madalena

AUTORES/AS: TAÍSA ÁGATHA COSTA DA SILVEIRA

Esta comunicação busca demonstrar como, por meio dos ritos terapêuticos a construção da pessoa é reelaborada e resignificada no Candomblé. Para tanto, trago a história de vida de Maria Helena Araújo Vale, a Mãe Madalena de Oiá, de Cachoeira/BA, que desde o seu nascimento, carrega características muito peculiares que tornaram-se decisivas no seu ingresso no culto.

O Candomblé reconstrói a subjetividade na perspectiva da “pessoa” (Mauss,1938;Strathern,2006). A iniciação produz no iniciado uma recriação da pessoa, através do recolhimento do mundo exterior e a sintonização com os orixás. Aqueles que incorporam as entidades, mergulham em estados de consciência alterados por longos períodos; estreitam seus laços com os orixás por meio da sua dança, movimentos, posturas corporais; aprendem toda uma performance assumindo gestos arquetípicos da divindade ao qual foi consagrado. Sob à luz da teoria de Marcel Mauss e de outros autores (Strathern,2006; Wagner,1991) acerca da noção de pessoa, buscarei demonstrar como se deu a iniciação de Mãe Madalena quando ingressou no Candomblé, aos nove anos de idade.

Tentarei demonstrar como o processo de ligação de Mãe Madalena aos orixás, também representou uma reconstrução da ontologia do Candomblé. Seus percalços e motivações perpassam pelo itinerário da doença, do contato próximo com a morte, da iniciação, da sua cura, da negação do Candomblé e ingresso na religião pentecostalista, até sua aceitação dos seus carregos de orixá. Enfim com a

conformação do seu destino teve todo o seu percurso balizado por sua relação com as entidades e a comunidade do terreiro e um contexto religioso mais abrangente.

TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MEIO DOMUNDO: cartografia das práticas tradicionais de saúde e dos percursos da cura no município de Macapá-Ap.

AUTORES/AS: MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA CORDEIRO

A intenção deste projeto de pesquisa é construir uma cartografia das práticas tradicionais de saúde e dos percursos da cura no município de Macapá-Ap., desenvolvidas por médicos tradicionais a partir de um olhar etnográfico sobre territórios de práticas populares de saúde. O estudo contribuiu para conferir maior visibilidade do fenômeno nesta região da Amazônia, compreendendo a importância das práticas populares de cura no processo saúde/doença, bem como identificar as características desse fenômeno e suas implicações nas relações sociais no território em que estão inseridos. Trata-se de identificar e compreender como se tecem as práticas tradicionais de saúde-cuidado, desvelando o universo simbólico dos praticantes de cura popular e entender como a relação entre a fé e a cura permeia tais práticas. Metodologicamente, diante das características do objeto e dos objetivos apresentados, a pesquisa será desenvolvida de acordo com métodos e técnicas qualitativas, no âmbito da antropologia e sociologia da saúde, priorizando os aspectos simbólicos que informam as práticas e crenças de curadores compartilhados com os diversos sujeitos culturais por eles tratados. A pesquisa encontra-se em fase de execução.

“Deus deu vitória”: tradição, evangelho e transnacionalidade.

AUTORES/AS: BRUNA PENHA

Pedro Juan Caballero, no Paraguai, faz fronteira com Ponta Porã, município do Mato Grosso do Sul, no Brasil. Nesta cidade paraguaia, a comercialização de produtos locais interconecta o rural e o urbano. O comércio destas ervas, conhecidas como yuyo, acontece a nível local e transnacional, pois desloca o local para a dimensão da transnacionalidade, integra populações e cria outras formas de representar pertencimento e tradição, através do comércio de fronteira. Uma das comerciantes da região é Dona Isidora, conhecida como Ña Reina. Ela narra

suas histórias de vida conectadas aos fluxos de venda de roupas, frutas, mudas e, principalmente, de yuyo. Após a morte de uma suas filha, Ña Reina se converteu à Assembléia de Deus. Os dados concedidos por esta interlocutora, se deram através de entrevistas e nos cultos evangélicos feitos na colônia agrícola Santa Clara, no Paraguai. Durante o culto, os depoimentos dos fiés e as orações são feitos em guarani, castelhano e português, o que nos mostra a complexidade de sua dimensão cultural. Este trabalho analisa as narrativas de Ña Reina - sob a perspectiva da antropologia da experiência, do ritual e da performance - sobre a cura da diabetes e da tristeza através da conversão e sobre o uso do yuyo para o alívio de sintomas, junto a rejeição de práticas tradicionais para a cura de doenças.

COORDENADOR/A: DONIZETE APARECIDO RODRIGUES (UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR), ARI PEDRO ORO
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Nas últimas décadas intensificou-se o ritmo da produção, circulação e consumo de bens culturais em escala global, e as religiões têm acompanhado esse processo. De fato, observa-se que na atualidade a maioria das expressões religiosas compartilham dos imaginários e das pautas de ação transnacionais. Neste processo, as mídias, e mais recentemente a Internet, cumprem um papel crucial no estabelecimento dos contatos e na divulgação de bens e serviços que as religiões colocam à disposição das pessoas. Nesse GT, estaremos debatendo as formas e os significados agregados às crenças e práticas que atravessam as fronteiras nacionais, e as consequências desse processo nos campos religiosos locais e na relação com os marcos regulatórios e os sistemas políticos dos Estados Nacionais. Privilegiaremos trabalhos que procuram dar um alcance transversal à análise, e interessa-nos sobretudo: 1) a circulação das religiões de matriz africana, especialmente as afro-americanas, fora de seus países de origem; 2) a internacionalização de denominações pentecostais e neopentecostais, brasileiras e de outros países; 3) os movimentos transnacionais específicos ligados ao espiritismo, ao catolicismo e outras expressões religiosas; 4) a importância das mídias, especialmente da internet, e das redes religiosas, personalizadas e institucionais, no processo de transnacionalização religiosa; 5) as relações entre religião e nação no contexto da globalização.

A igreja como pedacinho do Brasil: religião transnacional na capital do Texas

AUTORES/AS: RODRIGO OTÁVIO SERRÃO SANTANA DE JESUS, FLÁVIA FERREIRA PIRES (UFPB/UNIVERSITY OF SHEFFIELD)

O objetivo deste paper é apresentar as duas igrejas evangélicas brasileiras da cidade de Austin, Texas, EUA – a Primeira Igreja Batista Brasileira de Austin e a Assembleia de Deus Fogo Pentecostal – e sua relação com a comunidade migrante brasileira. O destaque do texto é triplo: 1) os processos de manutenção cultural, 2) as redes sociais e de apoio, e 3) as formas de assimilação cultural; proporcionados ou desestimulados pelas igrejas. Combinando estas três atividades inerentes às igrejas estudadas temos o que denominaremos de a igreja como um “pedacinho do Brasil”. Os dados coletados revelam que a igreja como “pedacinho do Brasil” serve, entre outras coisas, para adiar o retorno do imigrante à sua terra natal ou, até mesmo, fazê-lo decidir-se por residir permanentemente nos EUA. A pesquisa baseia sua análise teórico-conceitual em estudos diaspóricos e transnacionais para, em seguida, analisar os dados obtidos em campo, através de entrevistas, questionários e observações realizadas no ano de 2013 durante trinta dias.

Congregação Cristã no Brasil na Europa. Pentecostalismo e imigração: Desafios para repensar a relação igreja e mundo.

AUTORES/AS: DANIELE DE JESUS OLIVEIRA

O presente trabalho discute a formação de redes de cooperação entre imigrantes brasileiros na Inglaterra, membros da igreja Congregação Cristã no Brasil, que se deslocam geralmente para o país em busca de melhores condições financeiras, motivados pela presença de parentes já estabelecidos no local; Desta forma considerando a relação imigração e religião, mais especificamente (pentecostalismo), a pesquisa pautar-se-á, na análise do elemento identidade cultural ligada pelo elemento religioso, que por sua vez mobiliza outros campos, como o econômico e cultural entre os envolvidos. Assim é que através do trabalho de campo procuraremos reconstruir as trajetórias desses sujeitos, para entender como ocorre esse processo tão importante para pensarmos a problemática da tese da secularização, justamente num momento em que se debate a questão do enfraquecimento dos movimentos religiosos no continente Europeu por um lado, mas por outro observa-se a criação de comunidades pentecostais geralmente

de origem brasileira em alguns países, entre eles a Inglaterra. Apesar da origem brasileira com a crescente conversão de ingleses, hábitos e costumes distintos trazidos para o seio da igreja vêm causando controvérsias entre os fiéis brasileiros e os ingleses, tais como a adoção de estudos teológicos reivindicados pelos jovens ingleses, a não proibição da participação em movimentos sociais como greves e outros temas, cuja posição da CCB é reticente em não aceitá-los, já que sua interpretação de vida religiosa configura um ascetismo extramundano. Assim, a escolha do objeto de pesquisa justifica-se por alguns aspectos, mais precisamente pela importância da denominação para o pentecostalismo nacional uma vez que é a pioneira do movimento no Brasil, mas, sobretudo pelas peculiaridades doutrinárias que se refletem no cotidiano da instituição que a aproxima mais da definição weberiana de seita do que de igreja; daí sua implementação na Inglaterra e em outros países ser interessante, pois a CCB diferentemente da Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino De Deus, não se dedica a projetos missionários com tanto afincio, pelo contrário a maioria de seus templos no exterior são frutos de contatos de redes familiares que acabam formando estas comunidades. Decorre daí nosso interesse em analisar o caso inglês, sobretudo pela presença dos cidadãos ingleses numa igreja com tradições e interpretações teológicas que de certo não se coadunam com algumas posturas reivindicadas por esses neófitos, mas que trazem consigo interpretações de vida religiosa que desafiam a CCB a repensar o papel da igreja no mundo, onde diferentes esferas interagem, inclusive a política e a religiosa.

Dinâmicas do Pentecostalismo Brasileiro na Europa: o caso da IURD em Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Alemanha

AUTORES/AS: MARCOS DE ARAÚJO SILVA, DONIZETE RODRIGUES, ANA KEILA M. PINEZI

A partir da discussão teórica/conceitual da relação globalização/migração/religião/minorias étnicas, e com trabalho de campo baseado na macro etnografia multi-situada, este artigo aborda um importante aspecto da diáspora do neopentecostalismo brasileiro: a expressiva presença e atuação da Igreja Universal do Reino de Deus na Europa, onde desenvolve um importante trabalho de evangelização. O estudo incidiu sobre o seu forte proselitismo, que visa a conversão e o reavivamento religioso de imigrantes e de nacionais em cinco países

européus. A análise comparativa, nestes países, possibilitou observar importantes especificidades e diferenciadas estratégias de evangelização entre grupos étnico-raciais tão diferenciados.

Igreja evangélica Encontros de Fé de Porto Alegre: os caminhos através de redes transnacionais

AUTORES/AS: MARIANA REINISCH PICOLOTTO

A história das igrejas pentecostais têm se construído através de deslocamentos feitos por líderes pentecostais de uma nação a outra em busca de novos territórios para distribuir a palavra de Jesus e consolidar novas igrejas. O intenso avanço nas tecnologias de comunicação e informação tem favorecido a dinâmica de deslocamento dos líderes pentecostais. Com isso, ao invés de abrir igrejas em outros países, regiões, cidade, observa-se a criação de redes transnacionais de organizações e lideranças pentecostais. Assim, ao invés de uma ampliação física, temos a construção de redes de relacionamentos. Este estudo versa sobre uma rede transnacional liderada pelo pastor e evangelista Isaías Figueiró, de Porto Alegre, presidente e fundador da igreja Encontros de Fé, o qual circula por países da Europa, da América do sul, da África e da Ásia para formar parcerias, desenvolver projetos em conjunto e conhecer novos trabalhos. Especialmente, a atenção irá recair sobre a parceria firmada pelo líder religioso de Porto Alegre com o pastor sueco Ulf Ekman da Igreja Word of Life a qual, além de várias visitas mútuas implicou na experiência de uma Escola Bíblica sueca na igreja Encontros de Fé pelo período de um ano, de março de 2011 a dezembro de 2011.

Prosperidade e libertação: sobre a construção da identidade evangélica transnacional nos rituais argentinos da Igreja Universal

AUTORES/AS: MARCELO TADVALD

Como parte de minha tese de doutorado desenvolvida entre 2007 e 2013, este trabalho se ocupa de um dos aspectos de adaptação em um contexto exterior de religiões originadas no Brasil, mais especificamente das estratégias postas em prática pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no seu processo de transnacionalização para a Argentina. Nesta comunicação debato sobre a sua

presença no exterior a partir de diferentes instâncias, especialmente a sua atuação naquele país mediante uma etnografia do cotidiano em templos e rituais desta igreja no intuito de observar a construção de uma espécie particular de identidade evangélica transnacional, que adapta significados típicos da sociedade brasileira de origem ressemantizado-os em conformidade com o contexto social de recepção. Analiso assim os discursos, objetos e representações observados em rituais da IURD na Argentina que fomentam, a partir das ideias de prosperidade e de libertação, uma típica identidade dizimista transnacional naquele país.

Sexo e casamento nas políticas de transnacionalização da Igreja Universal

AUTORES/AS: JACQUELINE MORAES TEIXEIRA

Pretendo demonstrar um esboço de análise acerca do movimento de transnacionalização de algumas práticas rituais da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) relativas ao casamento, e a sexualidade reunidas nos projetos Godllywood e The Love School. Tais práticas conformam uma espécie de razão pedagógica voltada para a produção de um ethos religioso que tem como fundamento um cálculo para a conjugalidade e o modelo familiar a partir da expansão de técnicas e ensinamentos relativos à produção material e simbólica da vida em abundância e da prosperidade. Iniciado em 2012, como um programa televisivo transmitido aos sábados no Brasil em rede nacional pela Record e cotidianamente no canal IURD Tv, o programa The Love School faz alusão direta a uma sala de aula. O casal de apresentadores Cristiane Cardoso (filha de Edir Macedo) e Bispo Renato Cardoso mostram-se sob o título de professores, chamando de alunos todos os participantes do programa e os telespectadores. O modelo escolar performatizado no The Love School vem de um desdobramento de cursos e atividades reguladoras que remetem a um modelo de família voltado para a figura do casal. Esse movimento que produziu o The Love School vem promovendo também, por meio do espraio das temáticas tratadas na televisão, novas atividades disciplinares e práticas constituindo um completo programa de gerenciamento das relações entre os casais ou famílias da IURD. O programa iniciado em 2012 se transnacionalizou rapidamente, se desdobrando num circuito de atividade e programações em 82 países para além do Brasil, tais como Inglaterra, África do Sul, Chile, México e Filipinas constituindo uma rede

internacional de alunos, também denominada de “rede universal”. Assim, trata-se nesta proposta de produzir um esboço inicial, a partir da análise de alguns dados empíricos, os fundamentos, as escolhas e as adaptações no processo de internacionalização do programa The Love School, tendo como hipótese que tais dinâmicas de gerenciamento do casamento conformam uma política da conjugalidade, voltada para a produção de práticas e discursos que conformem a manutenção pública do cuidado de si. O projeto de transnacionalização dirigido pela IURD brasileira para as igrejas que compõem a IURD Internacional opera na lógica da universalização de uma determinada noção de família e de casamento, mobilizadas por meio de iniciativas de globalização dessas práticas, dentre os quais, África do Sul e Moçambique eclodem como nações referenciais, isso porque nesses países pode-se rapidamente associar as atividades desenvolvidas no programa com a formulação de políticas públicas para o combate à AIDS, permitindo assim, uma parceria com Estado local.

“Conosco e Contra Eles ?”: a Igreja Universal do Reino de Deus, Estado e a demolição de templos islâmicos na “reconstrução nacional” de Angola

AUTORES/AS: CAMILA ALVES MACHADO SAMPAIO

Em Angola, práticas e instituições religiosas devem ser reconhecidas pelo Estado para atuar e manter templos. O reconhecimento jurídico não assegura uma condição permanente para o exercício religioso, que está condicionado a uma arena de disputas entre diferentes poderes e atores sociais, que têm se articulado em torno do ideal de reconstrução nacional de Angola no período pós-guerra. A proposta desta comunicação articula-se sobre três eixos: 1) as experiências e sentidos de “modernidade” vividos por frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); 2) as associações e impasses da alguns dos significados propostos para a “nação” angolana no pós-guerra; e 3) o contraponto da recente demolição de templos religiosos islâmicos no país, após o islamismo ter sido considerado inadequado ao processo de “desenvolvimento” de uma “Nova Angola”.

Os argumentos desenvolvidos fundamentam-se em trabalho de campo conduzido entre 2010 e 2011 em duas cidades angolanas (Luanda, a capital do país e Ondjiva, a capital de uma província rural) e na sistematização de notícias de mídias oficiais do país sobre os impasses e acordos em torno do encerramento de atividades

da IURD, que foi temporário, e do Islamismo, que resultou em demolição de templos.

Destarte, aponto convergências e divergências presentes entre propostas oficiais do Estado, projetos religiosos e vivências cotidianas.

A Igreja Emergente: discurso religioso sobre a pós-modernidade e formas de organização virtual de atores em rede.

AUTORES/AS: ALEXANDRE OVIEDO GONÇALVES

De maneira geral, interessa-nos neste trabalho a particularidade de discursos de agentes religiosos ligados a um movimento protestante denominado Igreja Emergente. Iniciado por ingleses e americanos no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o discurso dos atores ligados ao movimento tem como objetivo alcançar a juventude que emerge numa suposta sociedade pós-moderna. Os textos publicados pelos atores ligados a este movimento procuram passar uma imagem de mundo profundamente reorganizado em relação ao mundo “moderno”. A tônica dos discursos fundamentam-se na mudança, no pluralismo, na alteridade, no uso de diferentes linguagens, novas tecnologias, métodos inovadores, na ruptura de fronteiras. Tomamos como objeto de estudo a organização Tribal Generation. Com sede em diversos países, a Tribal Generation consiste em uma organização paraeclesiástica que age a partir de uma plataforma virtual de apoio e treinando, capacitando líderes potenciais através da Escola Plantadores de Igrejas (Church Planting School), formando uma rede de relacionamentos com o intuito de facilitar a troca de experiências entre ministérios. A Tribal Generation Brazil, com sede em Uberlândia-MG, coordena a Escola Plantadores de Igrejas, onde capacitam jovens - brasileiros e estrangeiros - para plantarem igrejas nos moldes do movimento Emergente. A organização atua também em redes sociais e sites, além de organizar eventos anuais para encontros de ministérios nacionais e encontros bianuais, reunindo líderes de ministérios de diversos países. Nossa hipótese é que, atuando em rede, na forma de uma plataforma virtual, a Tribal Generation permite a expansão, circulação e multiplicação dos atores, investindo em uma nova forma de organização e arregimentação de indivíduos. Veremos que a linguagem da plataforma é ela mesma a linguagem que os atores utilizam para definir pós-modernidade. Isto está presente nos discursos e iconografias que circulam em

meios virtuais. Partimos do pressuposto de que o uso da categoria permite definir um modo de organização virtual, incidindo diretamente no tipo de líderes que se formam através da Escola Plantadores de Igrejas e, por consequência, no tipo de igreja que se funda. Portanto, nosso objetivo será mapear essa rede a partir da plataforma, procurando descrever os discursos que sustentam sua formação e assim compreender como essa forma de organização produz e conecta atores.

Como a fé e a religião estabelecem conexões transnacionais? O Pentecostalismo e seus modos de expansão no mundo globalizado.

AUTORES/AS: ROBERTA BIVAR CARNEIRO CAMPOS, CLEONARDO MAURICIO JUNIOR

Como a fé e a religião são acessadas na criação de conexões transnacionais? Esta pergunta, dependendo das preocupações do pesquisador(a), pode ser abordada pelo viés do enraizamento ou desenraizamento, levando-o/a a explorar a força ou a fraqueza dos laços sociais e simbólicos criados por uma determinada fé, religião ou religiosidade com uma localidade. A discussão teria por foco atores sociais deslocados, desterritorializados criando e imaginando comunidades multiétnicas, multiculturais, pan-culturais, e etc. Todavia o que discutiremos nessa apresentação tem outro foco: as maneiras como indivíduos imbuídos de fé religiosa podem mover-se em direção a essas “border zones” transnacionais, ora borradas ora mais definidas. Em outras palavras, este trabalho abordará uma das maneiras pelas quais a transnacionalidade torna-se possível, focando na construção dos significados e motivações que levam indivíduos pentecostais a moverem-se transnacionalmente. Aqui tentaremos uma aproximação das questões da transnacionalidade da fé e do religioso com nossas pesquisas sobre liderança religiosa pentecostal: como a constituição de líderes carismáticos (pastores, obreiros, missionários, cantores), em algumas ocasiões, acontece paralelamente à construção de vocações transnacionais? Como a liderança pentecostal promove a transnacionalização do religioso? Perguntamo-nos, mais especificamente, sobre as experiências que tornam os crentes pentecostais imbuídos do desejo de moverem-se transnacionalmente, aceitando o comissionamento de expandir sua fé globalmente, na interação com a liderança pentecostal. O debate na literatura internacional tenta dar conta da transnacionalização do pentecostalismo, em linhas gerais, a partir da análise e reforço da agência institucional e/ou da capacidade do líder em criar conexões

através de seu carisma pessoal. Nossa análise seguirá outro caminho. Para responder por que o pentecostalismo tem esse poder de expansão, partiremos da afirmação que a cultura pentecostal é baseada numa “busca generalizada pelo carisma” (Mauricio Junior, 2011). Mais precisamente, apostamos na importância de se investigar o que Campos (2011) chama de circulação do carisma pentecostal. Uma vez que o acesso ao carisma pentecostal se dá através de diferentes formas e canais de compartilhamento, um dos resultados deste compartilhamento é a construção de vocações transnacionais, nos dizeres dos fiéis, missionárias. Acompanharemos as narrativas de líderes pentecostais brasileiros que se deslocaram, ou mantêm o desejo de se deslocarem transnacionalmente a fim de compreendermos as relações entre o compartilhamento do carisma e a construção de vocações transnacionais, contribuindo com isso para melhor entendermos os modos de expansão do pentecostalismo global.

O codificador, o caridoso e o carismático: como está o espiritismo no Brasil?

AUTORES/AS: ARLINDO JOSÉ DE SOUZA NETO

Abril de 1857 é considerada a data oficial de fundação do espiritismo kardecista na França. Allan Kardec, considerado como codificador e fundador, descreveu a doutrina nascente como filosofia, ciência e religião. Em 1865 no Brasil, já havia relatos da presença do espiritismo. E em 1884 foi fundada a Federação Espírita Brasileira. Mas a popularização do espiritismo no Brasil, sem dúvida, deriva-se da atuação do médium Francisco Cândido Xavier. Inúmeras publicações dos mais variados gêneros, como poesia, prosa e romances foram escritas pelo médium. Ainda, participações em programas de rádio e TV. Chico Xavier foi o responsável pela popularização do atual modelo de espiritismo vivenciado no Brasil. O qual, o aspecto religioso é predominante. No final da década de 1970, Luiz Antônio Gasparetto, foi um dos personagens que mais se destacou no movimento espírita e “paranormal”. Gasparetto contribuiu inegavelmente para a divulgação do espiritismo no mundo, principalmente na Europa. Com demonstrações de “pinturas mediúnicas”, Luiz Gasparetto viajou durante toda a década de 80, apresentando as manifestações de “pictopsicografia”, trabalhos de pintura, que nesse período, eram supostamente assinados por artistas mortos como Renoir, Toulouse-Lautrec, Rembrandt, Modigliani, entre outros. Nos anos

90, Gasparetto rompe com o espiritismo, e começa a praticar o que denominou de “espiritualismo independente”. O presente artigo, a partir da biografia desses três personagens fundamentais para a divulgação e caracterização do espiritismo no Brasil, e consequentemente no mundo, tem por objetivo apresentar o perfil e o contexto em que tais representantes atuaram no movimento espírita; quais as rupturas e continuidades vividas pelo movimento no Brasil; e discutir a relação entre sagrado e profano, entendendo-os como duas modalidades de estar no mundo. Em um segundo momento, dialogar com os conceitos de mito, magia e religião, mago e sacerdote, relacionando-os com o contexto aqui abordado e com algumas interpretações de Mircea Eliade, Émile Durkheim e Claude Lévi-Strauss.

Pentecostalismo, globalização, redes de comunicação e consumo: uma reflexão teórica sobre as marcações e desmarcações religiosas dos bens

AUTORES/AS: DANIEL ALVES

Parte importante do processo de socialização nas religiões passa pelo compartilhamento de bens de consumo marcadamente religiosos, como livros, CDs e DVDs. A circulação destes bens intensifica-se com sua veiculação via internet, seja para sua divulgação ou aquisição. O processo de globalização intensifica a circulação de bens produzidos em outras partes do globo, amplificando a identificação religiosa para além das comunidades locais e difundindo imagens da ordem global. Temos, portanto, formas de consumo de reforçam a marcação religiosa dos bens, estreitando-os a um pertencimento específico. Por outro lado, torna-se perceptível outra estratégia de difusão da mensagem a públicos externos aos grupos religiosos. Especialmente no que tange à produção musical, observamos bandas que vêm intencionalmente desmarcando os elementos religiosos das letras, com o intuito de atenuar proselitismos no conteúdo e atrair pessoas “de fora” das comunidades religiosas. Também, especialmente no que se refere ao gospel, percebemos que músicos seculares incorporam em seus repertórios músicas conhecidas no meio evangélico. Refletiremos, portanto, sobre processos de marcação e/ou desmarcação de bens religiosos, os redimensionamentos de fronteira entre religioso e secular promovidos por tais processos, a importância da Internet na cadeia de consumo de tais bens e seus impactos sobre a globalização das religiões. Partimos de uma experiência de campo em três países do MERCOSUL,

cotejando novas informações advindas de recentes trabalhos de campo no interior do Estado de Goiás, Brasil.

Ser católico de língua portuguesa no estrangeiro: minha língua, minha fé, minha igreja

AUTORES/AS: MÍSIA LINS VIEIRA REESINK

Na cidade de Haia, na Holanda, existe uma paróquia que atende a comunidade católica de língua portuguesa da cidade. Aqui, em um país predominantemente secularizado ou protestante, os membros da paróquia elaboram suas práticas e maneiras de ser católico, vistas como diferente das do país de acolhimento. Esses imigrantes que compõem a comunidade são originados de diferentes países: Brasil, Portugal e países africanos do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) - Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Nesse contexto, eles têm que negociar e descobrir caminhos de lidar, não só com questões externas, mas também com as diferenças culturais e étnicas dentro da “comunidade”. Em face dessas diferenças e possíveis fontes de tensão e conflito, a comunidade de imigrantes de língua portuguesa encontra sua unidade e convergência na sua identificação em “ser católico” e na sua partilha de uma mesma “língua”. Tendo isto em mente, e a partir de uma perspectiva etnográfica, esse artigo pretende elaborar algumas reflexões sobre a relação entre “ser católico”, “fé” e “língua” em um contexto de imigração transnacional, para tentar compreender o que “faz” a comunidade católica de língua portuguesa em Haia

Transnacionalização Religiosa e Missionários e Missões Católicas brasileiras na Europa: Missão e formação para “missões reversas” no contexto católico.

AUTORES/AS: ANTONIO MENDES DA COSTA BRAGA

Tendo por principal referência pesquisa sobre a presença de missões e missionários católicos brasileiros na Europa, a presente comunicação tem por escopo analisar as especificidades desse fenômeno dentro do catolicismo, buscando compreender o sentido da missão e da formação missionária católica dentro do fenômeno mais amplo das “missões reversas” brasileiras no contexto europeu. De forma mais específica, tendo em vista a pesquisa referida, a comunicação

busca refletir sobre as seguintes questões: como a de que forma são formados os missionários católicos brasileiros que vão para a Europa? Que tipo de discurso e conteúdo é feito nesses processos de formação? Qual o conteúdo da mensagem missionária que eles pretendem levar? Como eles interpretam para si próprios sua missão (o “chamado”)? Igualmente faz parte de o esforço analítico confrontar o conteúdo das questões acima com as possibilidades reais que essa formação e sentido da missão se efetivam no contexto europeu, considerando aspectos tais como as formas como esses missionários se inserem na Europa, as formas como eles são recebidos e quais os tipos de grupos sociais, quais as comunidades com as quais eles mantêm contato e se inserem (ou seja, os grupos que são os objetos de sua ação missionária) e, conseqüentemente, como esses missionários se relacionam esses grupos (aqui se considerando que, diferentemente do caso evangélico, os missionários e missões católicas vão para a Europa, quase sempre, numa relação de tutela com a instituição (a Igreja Católica), aspecto este que difere do modelo evangélico e que, portanto, pode nos ajudar a compreender as especificidades das missões reversas católicas, quando as comparamos com as missões reversas evangélicas).

“Chegámos da Guiné para participar no Reino de Deus”: igrejas pentecostais, migração e redes religiosas entre Bissau e Lisboa.

AUTORES/AS: AMBRA FORMENTI

Nas ultimas décadas, os migrantes originários da África e da América Latina trouxeram as suas crenças e praticas religiosas nos espaços urbanos da Europa, produzindo novos - e mais plurais - paisagens religiosos. A cidade de Lisboa é um caso emblemático do encontro religioso entre diferentes espiritualidades vindas das margens do Atlântico, incluindo igrejas pentecostais e neopentecostais frequentadas por migrantes de origem brasileira e africana.

A partir dum estudo de caso sobre uma congregação pentecostal constituída principalmente por migrantes originários da Guiné-Bissau e localizada na periferia de Lisboa, a minha contribuição vai explorar a relação entre religião e processos migratórios. Assim como outras congregações frequentadas por migrantes de origem africana nas cidades europeias, a Missão Evangélica Lusófona está enraizada no contexto local – um bairro ilegal na periferia de Lisboa – e ao mesmo tempo

está inserida nas redes evangélicas transnacionais. O caso da MEL evidencia as maneiras em que as igrejas evangélicas e pentecostais na diáspora africana oferecem aos seus membros formas de mediação entre a dimensão local e a dimensão global, por meio de recursos identitários e laços sociais. Ao nível colectivo, através da gestão de casamentos e funerais, do apoio económico e emocional aos jovens e às famílias carenciadas, bem como do suporte espiritual, as igrejas evangélicas na diáspora guineense facilitam o crescimento espiritual dos fieis, a sua navegação através de espaços transnacionais, bem como a melhoria das suas condições na vida quotidiana. Ao nível subjectivo, o discurso da missão invertida - a ideia de que os crentes foram levados para Portugal pela providência divina, a fim de evangelizar um povo espiritualmente morto - permite ao crente dar sentido à sua condição de marginalidade. Através do discurso da salvação, o crente aprende a se perceber como agente missionário em terra estrangeira, o que alimenta a sua auto-confiança, tanto em termos de espiritualidade como de autoridade moral.

A “construção” da identidade afro-religiosa na fronteira Brasil, Peru e Colômbia

AUTORES/AS: REGINALDO CONCEIÇÃO DA SILVA, ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN, ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA

Os agentes sociais que vivem e praticam manifestações afros religiosas, na região amazônica, tem sido pouco estudados. As principais referências ao tema dizem respeito a pesquisas realizadas na segunda metade do século passado. Menções obrigatórias remetem a Galvão, Costa Eduardo e Nunes Pereira, indicando que os estudos se concentraram no Maranhão e no Pará com inúmeros desdobramentos. Para efeitos deste artigo gostaria de iniciar com a constatação de que, ao contrario desta tendência, há uma incipiente referencial bibliográfico sobre os afro religiosos no Alto Solimões e mais exatamente no município de Tabatinga, no Estado do Amazonas.

Localizados na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Diante desta lacuna, que tange ao desconhecimento dos fatores religiosos que mobilizam estes agentes sociais na porção ocidental da Amazônia brasileira, se configura uma nova possibilidade de (re) pensar o espaço social de uma fronteira internacional que expressa, a própria diversidade afro-religiosa e cultural da nação brasileira, aos migrantes dos países vizinhos. A escolha do nosso objeto de pesquisa surge pela necessidade

de trabalhar com um tema pouco abordado sob a perspectiva da formação de identidades vinculadas aos contextos de cidades de fronteira, sobretudo na maior cidade do Alto Solimões, na Amazônia brasileira, bem como de discorrer sobre a presença de peruanos e colombianos, nas casas de matrizes africanas de Tabatinga. Articular a junção dos saberes e as práticas afros religiosas e indígenas, que se configuram num elemento capaz levar cada um dos membros destas religiões, a se auto identificar como “povos de terreiro” ou num sentido mais amplo como povos ou comunidades tradicionais, bem como em definir politicamente suas territorialidades específicas a partir das praticas ritualísticas.

As redes comerciais da Santería cubana ligadas à transnacionalização religiosa: apontamentos para uma reflexão.

AUTORES/AS: YUMEI DE ISABEL MORALES LABAÑINO

Nas últimas décadas, têm acontecido uma numerosa emigração cubana para diferentes países de América Latina e Europa. Com este movimento de cubanos se observa-se também uma expansão da Santería ou Regla Ocha-Ifá. A partir deste fenômeno temos uma mudança na dinâmica da religião religiosa, sobretudo na forma em que são estabelecidas as redes comerciais ligadas a esta prática, uma vez que estas começam a se inserir no mecanismo de economia do mercado capitalista, dentro e fora de Cuba.

Em 2010 o Governo cubano implanta reformas que elevam todo um segmento de mercado a um estatuto que, se antes era de semi-ilegalidade passa a ter uma institucionalização controlada e fiscalizada pelas autoridades. Neste texto pretendo refletir de que modo a transnacionalização da Santería modificou a forma de interação de seus praticantes com o mercado, e como esta passa a ser percebida pelas instituições do governo a partir deste processo.

Entre o local e o global: um diálogo sobre o budismo da Soka Gakkai no Brasil

AUTORES/AS: SUZANA RAMOS COUTINHO

Este paper é baseado em um estudo de caso realizado no Sul do Brasil com a Soka Gakkai Internacional (‘Sociedade de Criação de Valores’ ou também SGI), um movimento budista leigo fundado no Japão em 1930 e que possui atualmente

mais de 12 milhões de membros espalhados por mais de 190 países.

Este artigo visa discutir os diferentes modos como a 'Brasil Soka Gakkai Internacional' (BSGI) desenvolve estratégias de inserção no campo religioso brasileiro, elaborando especialmente uma imagem pública de ONG e não a de um grupo religioso. O modo contraditório como a BSGI utiliza a imagem e também a prática de ONG responde a necessidades específicas do próprio grupo: o recrutamento e manutenção dos membros. O artigo sugere que a inserção deste grupo religioso específico no terceiro setor gera mais complexidades além de simplesmente suprir lacunas deixadas pelo Estado. Este artigo visa discutir as ambigüidades de um grupo que responde às necessidades de um país imerso em imensas desigualdades sociais mas que, ao mesmo tempo, se utiliza deste processo como uma eficiente estratégia de marketing e um plano de ação para recrutar novos membros.

Fé não tem cor, nem lugar, nem nação: a transnacionalização das religiões afro-brasileiras entre Brasil, Argentina e Uruguai na primeira década do século XXI.

AUTORES/AS: DANIEL FRANCISCO DE BEM

O trabalho pretende avaliar o fenômeno da transnacionalização religiosa a partir de um território simbólico e transnacional constituído entre três países do Cone Sul: Brasil, Argentina e Uruguai. Diante das exigências da modernidade e da globalização, o processo de transnacionalização de bens culturais do Brasil para os seus vizinhos recebeu um novo impulso, encurtando certas fronteiras simbólicas historicamente constituídas entre o único país da região de herança colonial lusitana e o seus vizinhos hispânicos. Assim, o trabalho se ocupa da questão da adaptação de religiões matriz e/ou presença africana originadas no Brasil em contexto transnacional. Mais especificamente pretende-se abordar as estratégias postas em prática, as ressemantizações produzidas e os diálogos com a cultura local realizados por sacerdotes da Linha Cruzada (Batuque, Umbanda e Quimbanda) no processo de transnacionalização de seus saberes religiosos para a Argentina e o Uruguai. Ocupando-se do modo como os fluxos, movimentos e deslocamentos dos fenômenos religiosos entre fronteiras nacionais (in)forma instituições e sujeitos religiosos e determina seus modos de relação com a(s) sociedade(s)

envolvente(s), procuro compreender como se instala e que significados tomam no novo ambiente social as religiões ali instaladas e que elementos simbólicos pré-existentz contribuem para a adaptação e os limites da aceitação de uma religião de origem brasileira nas culturas argentinas e uruguaias.

Ironias de um caboclo em terras lusitanas

AUTORES/AS: JOANA D'ARC DO VALLE BAHIA

Este trabalho aborda a transnacionalização das religiões afro brasileiras e de que modo nas práticas cotidianas dos terreiros de candomblé analisados no trabalho de campo realizado no norte de Portugal, temos metáforas sobre os processos pós coloniais, especialmente na circularidade de ideias do chamado Atlântico Negro, em que representações e imagens sobre Brasil, África e Portugal são parte da linguagem religiosa.

O processo de transnacionalização religiosa ao Sul da América: reconstruindo percursos e narrativas míticas

AUTORES/AS: MAURO MEIRELLES

O presente trabalho versa sobre encontros e aproximações de imaginários políticos e religiosos na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Sobretudo, enfoca-se neste as imbricações existentes entre o campo político e o campo religioso por ocasião dos processos eleitorais ocorridos em Porto Alegre (BR), Buenos Aires (AR) e Montevideu (UY) nos últimos anos, em especial, entre os anos de 2007 e 2012 e, também, o próprio processo de transnacionalização religiosa de alguns religiões de matriz evangélica e pentecostal que neste processo de inserem. Neste sentido, para a realização do presente estudo nos utilizamos da etnografia multi-situada e de inserções constantes em campo nas três cidades mencionadas, onde realizamos entrevistas com indivíduos ligados a diferentes expressões religiosas e tendências políticas. Interessou-nos apreender quais são os aportes comuns existentes nas três cidades e em que medida, estes, facilitam o processo de transnacionalização religiosa. Do ponto de vista prático constatou-se haver nas três cidades supra-referidas, seja em maior ou menor grau, certas representações individuais e coletivas que são comuns aos grupos políticos e religiosos que nesse contexto interagem de

modo que, quer queiramos quer não, há entre eles certo conjunto de memórias, que são coletivas e também individuais, as quais, remetem a uma narrativa mítica acerca daqueles que iniciaram esse processo de transnacionalização, em especial, daqueles ligados as igrejas Deus é Amor, Encontros de Fé, e, também, a Brasa. Não menos importante é, ainda, a referência feita aos terreiros de Mãe Ieda de Ogum e de Pai Cleón de Oxalá, assim como a alguns eventos promovidos pelos afro-umbandistas como é o caso, por exemplo, do Pai Áureo de Ogum, um dos organizadores e criadores da Semana Umbandista e Africanista, evento anual, que ocorre todo o ano no Largo Glênio Peres. Sobretudo, percebeu-se que, dentre esses diferentes grupos religiosos e nestas três cidades, operam imaginários políticos e religiosos que se assentam sobre um meio comum que denominamos como matriz cultural cisplatina. Da mesma forma importa-nos considerar, também, como religiões tidas como tipicamente brasileiras, ao atravessarem as fronteiras nacionais em direção ao Uruguai e a Argentina, levam consigo formas de ser e estar no político que nestes locais são reproduzidas no interior de redes de interação existentes entre pastores e pais-de-santo e são, também, reinventadas a partir da realidade local desses países.

Os caminhos de lideranças das religiosidades afro-brasileiras na busca pela africanização na atualidade

AUTORES/AS: JAQUELINE VILAS BOAS TALGA

A presente pesquisa em andamento analisa os reflexos das relações sociais estabelecidas na atualidade entre os sujeitos pertencentes às religiosidades afro-brasileiras e os sujeitos direta ou indiretamente ligados/residentes no continente africano, praticantes das tradições ancestrais que originaram essas matrizes religiosas. A partir de um olhar comprometido e crítico, fundamentado nas observações participantes de campo, na literatura em geral sobre a temática e nos estudos de autores das escolas antropológicas, investigamos as identificações, interesses, alianças e reflexos dessas relações entre o “povo de santo” no Brasil e entre as comunidades envolvidas na Nigéria, Togo e Benin. Essas regiões são as principais rotas de busca das lideranças religiosas brasileiras. Investigamos também as relações entre religiosos nigerianos residentes no Brasil para com os religiosos brasileiros. As motivações que levaram os religiosos afro-brasileiros a

buscar o continente africano como referencial hoje envolvem algumas questões. Destacamos duas principais hipóteses: a primeira tem a ver com um contexto maior, de afirmação da identidade negra africana por parte do movimento negro, a partir da década de 1970 no Brasil, na qual os agentes religiosos deram uma resposta de afirmação étnica de suas práticas. A segunda é referente ao campo religioso. Temos aqui, segundo Reginaldo Prandi (1991), a busca por essa (re) africanização enquanto um elemento diferenciador dos Candomblés “sulistas” para se contrapor e posicionar perante o referencial baiano de Candomblé construído. Um misto de identificação e disputa do mercado religioso entre o próprio povo de santo, mas também externo a ele.

Levantamos também a hipótese de que algumas das lideranças religiosas brasileiras estão consolidando importantes alianças religiosas, culturais e políticas para o fortalecimento dessas identidades afro. Isto se reflete no combate as investidas de setores religiosos reacionários que se espalham cada vez mais pelo continente, como também no fortalecimento das culturas tradicionais. Não que sejam modelos revolucionários de reestruturação completa da sociedade, mas de avanços contra os modernos modelos desenvolvimentistas impostos na fase atual do capital, que procuram desestruturar setores que caminham na contramão do modelo de produção vigente. Acreditamos que as práticas da maioria dos grupos são de fato resistências ao capitalismo, porque buscam uma identidade cultural, ideológica e econômica estranha à lógica do capital. Por outro lado, isso não significa que não existam sujeitos que cada vez mais procuram a autovalorização e sua própria prosperidade financeira.

COORDENADOR/A: LÉA FREITAS PEREZ (UFMG), EUFRÁZIA CRISTINA MENEZES SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

Rituais, festas e celebrações são ações expressivas e, nesse sentido, sua separação em campos estanques, para fins de análise, nem sempre se reverte em abordagens satisfatórias. Um único evento pode reunir características específicas relacionadas a uma dessas formas de categorização, como pode apresentar um tríplice aspecto, sem se deixar definir por nenhuma deles - fato que demonstra a plasticidades e a polifonia dessas ações que se realizam sob condições sociais e culturais específicas. Assiste-se hoje, tanto ao desaparecimento quanto a retomada de antigas festas e rituais; o surgimento de outros objetos de celebração e ritualização, eleitos por indivíduos e por grupos a partir de múltiplas referências sociais. Rituais, festas e celebrações constituem um campo profícuo para o estudo da ação humana em coletividades, na medida em que apontam para valores e para aspectos fundamentais da vida em sociedade. Parte-se aqui do seu reconhecimento enquanto um recurso heurístico uma vez que, ao suscitarem emoções coletivamente partilhadas, produzem valores, podendo atuar como canais de transmissão de experiências e de conhecimentos. O gt tem como objetivo reunir trabalhos que abordem festas, rituais e celebrações na sociedade contemporânea a partir de uma abordagem interdisciplinar; discutir suas múltiplas expressões no interior das instituições religiosas e civis (escolas, hospitais, exército, tribunais, etc.), no âmbito das empresas e no campo dos esportes e do lazer.

A festa do fogo: notas etnográficas das apresentações públicas e confecções dos fogos de artifício no São João da cidade de Estância – SE

AUTORES/AS: PRISCILA SOARES SILVA

Tomando como base a festa enquanto exercício das relações humanas, simbólico e material; de fins utilitários, lúdicos e estéticos; o artigo apresenta a descrição etnográfica da festa do fogo, destacando os elementos relacionados as apresentações públicas e sua confecção. Denomina-se de festa do fogo as atividades e rituais festivos que envolvem os fogos de artifício – busca-pé, espada e barco de fogo – realizados há mais de cem anos na cidade de Estância – SE na ocasião dos seus Festejos Juninos. No contexto festivo, os fogos de artifício destacam-se pelo divertimento de quem os manuseia e pelo espetáculo por quem aprecia os shows pirotécnicos. Destaca-se o trabalho dos fogueteiros, na produção desses artefatos, que por sua técnica, sofreram um processo de institucionalização, influencia das políticas públicas de incentivo a cultura e ao turismo, seguindo a dinâmica da própria festa.

Além da festa: dimensões do material e do imaterial no tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá (MG)

AUTORES/AS: MARIANA RAMOS DE MORAIS

Em agosto, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá realiza seus festejos em homenagem à santa padroeira, bem como aos demais santos católicos da devoção negra, como São Benedito, Santa Efigênia, Nossa Senhora das Mercês. São quatro dias de intensos festejos, precedidos por uma novena que, por sua vez, é precedida por uma série de rituais preparados e executados pelos irmãos que se congregam na devoção do Rosário de Maria. Uma devoção que, no caso da Irmandade do Jatobá, remonta a um passado impreciso, que na tradição oral, hoje já traduzida para a escrita, remete ao período da escravidão. Foram, assim, os escravos quem iniciaram os festejos à Virgem Mãe Santíssima numa época em que as demarcações territoriais não correspondiam às divisas municipais que incluem as atuais sede e capela da Irmandade do Jatobá nos limites de Belo Horizonte, a capital de Minas Gerais. A Irmandade do Jatobá não apenas está inscrita territorialmente na capital, no bairro Itaipu na região do Barreiro, como

integra o patrimônio cultural da cidade, desde 1995, quando foi tombada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Naquele ano celebraram-se os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares com o primeiro Festival de Arte Negra de Belo Horizonte. Na ocasião, foram eleitos símbolos da cultura negra, dentre eles a Irmandade do Jatobá, pelo poder público local em acordo com representantes de movimentos sociais e culturais da cidade, com a intenção de inseri-los na lista dos patrimônios culturais belo-horizontinos. Desta forma, o tombamento desta Irmandade faz parte de uma ação política que visava marcar a presença sócio-cultural do negro na cidade que, até então, não era representado nos bens patrimonializados pelo município. À época, o instrumento de proteção patrimonial vigente era o tombamento de bens materiais, com a sua inscrição nos livros de tombo. Não havia, portanto, instrumentos que contemplassem a proteção dos bens que se convencionou nomear no âmbito da política patrimonial de imateriais. Apesar de o parecer favorável ao tombamento atentar para a dimensão imaterial inerente ao bem patrimonializado, receberam proteção apenas os bens materiais da Irmandade do Jatobá. Uma vez que a festa em louvor à Nossa Senhora é o motivo primeiro de integração entre os irmãos do Rosário, constituindo-se um canal de transmissão de experiências e de conhecimentos, como se dá a relação entre as dimensões material e imaterial no processo de tombamento da Irmandade do Jatobá? Neste trabalho pretendemos refletir sobre esta questão que revela as tensões geradas no âmbito da atual política de preservação cultural no Brasil, de forma específica em Belo Horizonte.

Avisa lá, Dia Dois de Fevereiro Tem festa de Iyemanjá no Agboula

AUTORES/AS: JOANICE SANTOS CONCEIÇÃO

A festa ocupa lugar de destaque na vida dos seres humano, é momento de inversão de papéis, de novas hierarquias; o profano e o sagrado se misturam para garantir o sentido à vida. Assim a festa de Iyemanjá, na comunidade tradicional de Babá Egun –Agboula, na Bahia é um bom momento para pensar as relações que se estabelecem no tecido social daquele lugar. Lançar novos olhares e perspectivas sobre as celebrações festivas, religiosas e as novas performances culturais, de modo promover uma discussão transversal, com destaque para as singularidades, as continuidades e descontinuidades fundamentais da coletividade em questão,

constitui o objetivo primordial da proposição. Nesse sentido é que busco dialogar com autores representantes da discussão teórico-antropológica em torno da temática, Jean Duvignaud, Richard Schechner, Victor Turner, Erving Goffman, Juana Elbein, Clifford Geertz, Vagner Silva – dentre outros. A análise descrita nesta comunicação resulta das reflexões oriundas da tese de doutorado, sobre a produção de masculinidades e feminilidades na Irmandade da Boa Morte e Babá Egun.

Maria Bueno, santa de encruzilhada

AUTORES/AS: CONCEIÇÃO APARECIDA DOS SANTOS

Versarei sobre o caso Maria Bueno, santa não-canônica que, há 120 anos, atrai fiéis ao seu mausoléu no Cemitério Municipal de Curitiba. Mulher das camadas populares, de vida anônima, consta nos periódicos, que foi encontrada morta (degolada) em um local ermo de Curitiba, em 29 de janeiro de 1893. Logo depois, surgiram os primeiros relatos de milagres. O terreno baldio palco da tragédia se tornou local de peregrinação, queima de velas e entrega de ex-votos à mulher ali assassinada. Com a expansão urbana, tais manifestações religiosas foram deslocadas para sua sepultura no cemitério. No Dia de Finados (02 de novembro) centenas de fiéis visitam o túmulo para rezar, realizar ou pagar promessas e homenageá-la. Os católicos predominam entre os devotos da santa, a devoção, porém, estende-se aos espíritas e umbandistas. Sendo cultuada nos centros espíritas e terreiros, onde está no congá e participa de rituais mediúnicos. O que gera controvérsias: há médiuns que acreditam que o espírito de Maria Bueno não incorpora; outros relatam que ela incorpora para atender os consulentes. Na pesquisa de campo, também notei a presença de despacho próximo ao túmulo da santa: bebida, velas vermelha e preta e batom (oferenda de pombagira). Um indício de que a santa estava sendo apropriada como pombagira por adeptos dos cultos afrobrasileiros. Mas os fiéis umbandistas esclareceram a questão: esse tipo de oferenda não era para santa, mas o túmulo dela era considerado local propício para os despachos; por sua capacidade de canalizar energia (tal qual as encruzilhadas) e de atrair outras entidades. Explicaram também que o espírito de Maria Bueno pertencia à direita, à linha de cura, ao lado da luz; o lado oposto ao das pombagira: ao da quimbanda, da feitiçaria e das trevas. Esse discurso revela uma santidade, que se constrói na

relação entre espíritos e pessoas. Construção que passa pelas narrativas biográficas. Há pelo menos duas vertentes narrativas concorrem para retratar a vida de Maria Bueno. Na hagiográfica, ela é retratada como uma lavadeira pobre que foi degolada por um militar, que tentou estuprá-la, ou seja, morreu defendendo sua castidade. Na vertente histórico-literária, conta-se que não se enquadrava nos padrões de comportamento feminino daquela época: trabalhava fora, frequentava bares, tinha amantes e foi assassinada pelo amásio. Apesar de certas narrativas e oferendas a aproximarem das pombagiras, os umbandistas devotos da santa insistem em distanciá-la destas entidades. Nos rituais e nas falas, as funções de Maria Bueno vão se diferenciando das atribuições das pombagiras.

O Carnaval vai passar: diversidade e transformações na folia de Salvador

AUTORES/AS: ANA FLÁVIA MARTINS MACHADO

O Carnaval de Salvador é conhecido pelas grandes dimensões da festa: milhares de turistas e nativos participam, anualmente, de uma grande folia de rua, que se prolonga por oito dias, e que envolve números espantosos, desde aqueles empreendidos na organização da festa, nos custos dos abadá, nos grandes trios elétricos e na diversidade de blocos e artistas envolvidos na folia.

No seu desenrolar, uma grande dinâmica social esta envolvida, especialmente em torno da grande disputa entre um carnaval de traços culturais e um grande carnaval de mercado: na prática, é uma dita disputa entre os blocos de raiz cultural, que trazem no seu cerne vínculos de pertencimento anteriores, como os blocos de matriz africana, afoxés, blocos de índios e alternativos e, por outro lado, os blocos de trios, que se caracterizam pela venda dos abadá, onde os participantes desfilam em torno de um trio elétrico, puxado por uma grande estrela da axé music, estilo musical surgido na Bahia em função dos festejos carnavalescos.

A grande disputa se dá pelo espaço de participação na festa, que envolve horário de desfiles, tempo de exposição de mídia, apoio dos níveis de governo e patrocínios públicos e privados.

Neste diapasão, a presente proposta objetiva apresentar a dinâmica social em torno da folia soteropolitana, buscando descrever a festa, através de seus principais atores sociais, considerando sua trajetória - nem sempre harmoniosa - de festa popular até a festa de mercado dos tempos atuais.

A descrição da festa e dessa dinâmica social se dará através de uma breve etnografia que buscará apontar os seus principais acontecimentos nos últimos anos: em 2012, um movimento de baixar as cordas, puxado por diversos blocos, inclusive aqueles que historicamente comercializam abadas de altos custos, como uma forma de “repopularizar a festa”, permitindo a participação livre dos foliões. Em 2013, a criação do “Afródromo”, que buscava um espaço específico para desfile dos blocos afro, buscando fazer um corpo mais visível para este tipo de agremiação. Em 2014, um novo elemento entra em cena: a criação do “Furdunço”, que é um espaço de desfile de manifestações culturais e alternativas, também sem cordas (ou seja, sem custos para os foliões participarem). Esses eventos trazem a tona a discussão sobre a demanda de garantir inclusão e diversidade na folia: inclusão para que os foliões possam participar livremente da folia, sem necessidade de dispendir recursos financeiros, e diversidade de atividades e grupos culturais, de se apresentar na folia e expressar suas manifestações. Além de apresentar estas novidades na folia, este artigo pretende apresentar os atores envolvidos nestas dinâmicas, e como se manifestam e se relacionam frente a estes eventos recentes em torno do carnaval de Salvador.

O Congado no advento da Cultura: Políticas Públicas de Patrimônio e Inventário Cultural

AUTORES/AS: MARCELO DE ANDRADE VILARINO

Este trabalho pretende versar sobre os aspectos do recente processo de inventário cultural sobre os rituais do congado, que está sendo desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN com vistas à patrimonialização dessa manifestação congado como bem cultural brasileiro. A ideia aqui proposta é analisar categorias utilizadas para a efetivação de uma “referência cultural”-nomenclatura utilizada pelo IPHAN, até o momento em que, se reconhecida sua importância, o alcance do status de “bem cultural” brasileiro, concedido por esse órgão, responsável pelo patrimônio cultural do Estado brasileiro. Pretende-se ainda discutir o congado a partir das três perspectivas analíticas que orientam este GT: festas, rituais e celebrações, pensando-as à luz dos impactos das ações do Estado a partir do possível reconhecimento do congado como patrimônio analisando os impactos dessa política a partir de sua perspectiva simbólica, política e econômica.

O lobo do caraça

AUTORES/AS: RUDNEY AVELINO DE CASTRO

Nos rochedos da serra do espinhaço, entre os municípios de catas altas (mg) e santa bárbara (mg), agasalhada pelas montanhas e matas, oxigenada pelos riachos e cachoeiras, alicerçado sobre os mistérios e relatos de um ermitão estrangeiro, encontra-se a arquitetura isolada do que hoje é conhecido por santuário do caraça, e que outrora fora o santuário de nossa senhora mãe dos homens.

A história do lugar tem como relato de procedência a solitude monástica do irmão lourenço de nossa senhora, um estrangeiro, que em portugal era conhecido como carlos mendonça távora, que desembarcou em terras brasileiras após ter sido acusado de cometer atentado contra o então rei de portugal d. José i. Quando em minas gerais tornou-se membro da ordem terceira de são francisco e por volta do ano de 1768 compra a cesmaria do caraça e ali ergue sua hermidia.

Em meio ao ar fresco e primaveril que constantemente embriaga os visitantes do lugar, uma figura envolta em mistérios e revestida com as cores do sol carrega consigo a potencialidade de integração entre os visitantes do santuário. Mais esperado que a comunhão diária nas missas, revestido nos mistérios da fé, o lobo do caraça emerge como facho de luz da escuridão que se consubstancia na rotura entre o crepusculo e a alvorada.

Sob o lume das estrelas que craveja o céu noturno, na soleira da portaria principal da igreja os hospedes se reúnem aos pés do templo de estilo neogótico, embriagados pela potência do mistério e aquecidos pelo vinho, ficam à espera do lobo que, em determinado momento, irá subir a escadaria e alimentar-se em uma bandeja de metal onde são colocados os pedaços de carne – o ritual de oferenda é realizado pelo padre, assim que termina a missa. Sendo este o momento de grande temor e fascínio, a qualquer instante, da escuridão da mata, de olhos cintilantes, a ‘álma do caraça’, o lobo, assim como o é a vivência do mistério e sua potencialidade de revelação, subirá a escadaria e irá alimentar-se em meio à ciranda de homens que o espera à porta da igreja nossa senhora mãe dos homens. Em um momento de puro extase, o elemento sagrado nos parece tão familiar que, por alguns instantes, se perde de vista o campo fronteiriço de sua natureza. Assim como o milagre, que no momento de sua realização nos faz sentir agasalhados no manto da mãe dos homens.

Este trabalho é o relato da experiência de integração por meio do corpo de um sagrado não sacralizado devido à sua natureza não domesticável, mas que na epifania de sua presença potencializa a criação de laços sociais a priori e a posteriori.

O Pau de Santo Antônio: tradição e modernidade acolhidas sobre o ritmo do forró eletrônico.

AUTORES/AS: CÍCERA TAYANE SOARES DA SILVA, JOSÉ FELIPE DE LIMA ALVES

Esse trabalho é fruto de uma incursão em campo na cidade de Barbalha/CE durante os festejos ao santo padroeiro da cidade, Santo Antônio. Graças à festa que acontece em louvor ao santo padroeiro, os festejos têm atraído olhares de todo o Brasil, sendo tombada recentemente como patrimônio artístico imaterial. A grandiosidade do evento e o forte simbolismo que nele está imerso, faz com que a festa ganhe a cada ano uma visibilidade maior, sendo retratada em diversos estudos locais e nacionais. Na festa, as ideias de tradição e modernidade fazem-se presentes recorrentemente. Dessa forma, a proposta da presente comunicação visa estabelecer diálogos a partir das ideias de remodelações culturais que permeiam este evento. A festa que é de cunho religioso abriga as ideias de tradição e modernidade, vale dizer passado e presente. Frente a isso, existe o religioso, no seu aspecto mais tradicional; e as festas de forró eletrônico, com o seu caráter de modernidade. O ritmo consiste em um estilo musical oriundo da cidade de Fortaleza/CE, criado a partir da iniciativa do empresário Emanuel Gurgel. O ritmo traz para a cena: baixo, bateria e guitarra elétrica. Há no referido acontecimento, traços de tradicionalismo, como: corte e transporte do pau da bandeira, apresentação de grupos artísticos durante todo o evento, bem como, adaptações das bandas de forró eletrônico, que podemos considerar como sendo a parte moderna da festa. A intenção de relacionar o presente das festas com a tradição do passado ressalta ainda mais os traços urbanísticos: casas em estilo colonial, cavalos sob o comando de seus montadores, calçadas de pedras arredondadas pelo tempo. Ao mesmo momento há naquele espaço imagens do passado entrelaçadas ao moderno: ruas que agrupam milhares de pessoas de múltiplos estilos e formas, carros que lotam os estacionamentos unidos de sons que agitam os circunstantes. O sucesso inquestionável das bandas de forró faz com que as ruas da pequena cidade ganhem novos contornos, originando trilhas sonoras próprias que remetem ao ambiente

de descompromisso e alegria. Todo esse entrecruzamento de ideias oriundas do espaço da festa possibilita pensarmos as dimensões estéticas e ritualísticas de tal acontecimento. A presente pesquisa visa então, abordar como as festas de forró eletrônico se tencionam com as dimensões performáticas tradicionais que a festa disponibiliza, borrando e reinventando novas formas de se falar da festa do pau de Santo Antônio, eclodindo novas formas de pensamento sobre os objetos significantes de tal festejo, mostrando-nos assim, as novas formas expressivas de tal evento e os processos de ressignificação da mesma. Apresentarei, portanto, dados de observação participante realizada durante a festa do pau da bandeira de Santo Antônio no ano de 2013.

Os autos jesuítas no século XVI: elementos para o processo de emergência do brasileiro

AUTORES/AS: MARCOS DA COSTA MARTINS

Os estudos para minha tese de doutorado têm como nó a experiência do exotismo nos primeiros contatos estrangeiros com o que viria a ser a América Portuguesa. Busco acompanhar as festas de então e tentar rastrear como elas operam o processo de significação naquele ambiente de incompreensão mútua. Concentro-me sobre o período imediatamente anterior ao estabelecimento do empreendimento racional colonizador propriamente dito. Para tanto me sirvo de toda uma literatura diversa quanto aos seus conteúdos e quanto aos seus modos de narração, convencionalmente chamada de literatura de viagem. Dentro dessa literatura, seleciono para esta comunicação os autos jesuítas descritos por Fernão Cardim e aqueles atribuídos ao Padre Anchieta, únicos rastros materiais destas celebrações, praticadas pela Ordem ao redor do mundo, mas que no Brasil, assumiram uma originalidade na ausência de escritura ou teatro nativos. Os autos, cuja disseminação entre indígenas, colonos e religiosos foi uma das primeiras experiências de congraçamento coletivo, instrumento de catequese e de educação sentimental, testemunham esta atividade preparatória para a ascensão do brasileiro como distinto de suas matrizes desencontradas e alienígenas ou no dizer de Afferghan, a passagem do exotismo à diferença.

Por uma Geografia dos Encontros Religiosos: de São Sebastião aos Caboclos de Umbanda

AUTORES/AS: LEONARDO DE OLIVEIRA CARNEIRO

A comemoração do dia de São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro confunde-se no imaginário popular com a data do aniversário da cidade, outrora conhecida como São Sebastião do Rio de Janeiro – uma homenagem ao Rei de Portugal, Dom Sebastião I, na época em que a cidade foi fundada. O dia 20 de janeiro é assim um misto de celebração do dia de um santo católico e de uma data cívica, mas é hoje também uma data ritual na qual os tambores de Umbanda demarcam o tempo-espaço dos “caboclos flecheiros”, considerados como os legítimos donos das terras brasileiras nas religiões de matrizes africanas. Mesmo dentro dos mais “tracionais” terreiros de candomblé com seus cultos aos orixás africanos, a homenagem aos caboclos se faz presente como sinal de respeito a estes que estavam aqui antes da chegada dos portugueses e dos próprios africanos e afrodescendentes. Esta data demarca, então, um evento de comemorações cívicas, festivas e rituais, além da afirmação simbólica das populações indígenas nesse contexto religioso. Neste artigo, focaremos precisamente essas festividades na Umbanda no dia de São Sebastião no Rio de Janeiro. Ritualizado e comemorado como caboclo, ele é celebrado e ritualizado nas matas – compreendido como lugar de origem de tal divindade. O uso das matas existentes na metrópole para esta finalidade é, contudo, carregado de conflitos entre umbandistas, ambientalistas, poder público e sociedade civil. Mas desses conflitos emergem soluções criativas com o uso de espaços públicos e privados destinados a celebrações e rituais dessa natureza. A transitoriedade entre São Sebastião e os caboclos flecheiros é imediata e não sincrética e ainda envolve os cultos aos orixás Oxóssi e Ossaim; as contrações espaços-temporais resultantes desses cultos não são conflituosas, mas encaixam-se como marcos da convivência e da diversidade. As abordagens teóricas às quais nos remetemos se originam nos estudos da Geografia, especialmente as considerações sobre o lugar enquanto encontro de trajetórias até-então (MASSEY, 2008) que articulam escalas (locais e globais) e que até podem significar pausa e segurança (TUAN, 1983) ao mesmo tempo em que nos demonstra uma complexa geometria do poder (MASSEY, 2000). Neste sentido, pensamos a celebração, os rituais e a festa de São Sebastião, dos caboclos e de Oxóssi/Ossaim, como condensação

espaço-temporal de um campo de luta que extrapola o fato religioso, ao mesmo tempo em que é parte fundamental deste. A marcação espaço-temporal do evento porta ordem e desordem, caos criativo, hegemonia e contra-hegemonia e conflitos que integram a sociedade religiosa.

Rituais e violência na Escola

AUTORES/AS: JOSÉ DA CRUZ BISPO DE MIRANDA

O artigo visa explicar o surgimento de comportamentos violentos na escola a partir dos atos aparentemente insignificantes condicionados e gerados pelo rituais e pelo mito. A violência moderna tem sido compreendida através dos fatores econômicos, sociais, pedagógicos e por alguns elementos da cultura; contudo a proposição deste trabalho modifica esse eixo: os comportamentos das crianças na escola podem ser condicionados por rituais e mitos da sociedade envolvente e, com isso afirmar que a explicação de determinadas ações juvenis se instituem pelas crenças e atitudes repassados de maneira osmótica pelos rituais sociais, muitas vezes, não percebidos pelos sujeitos sociais. A trajetória desta investigação analítico-empírica tem como referencial as ideias de Campbell, Eliade e Segalen. No campo empírico, os trabalhos de coleta de dados (observação e documentação) foram realizados numa escola municipal; os sujeitos foram crianças e professores do 1ª ao 5º ano do Ensino Fundamental. A análise dos dados ocorreu com base no referencial da antropologia (Campbell, Eliade e Segalen) e pela teorização progressiva. Concluiu-se que a percepção dos atos sociais condicionados pela lógica ritual da sociedade envolvente e o olhar pedagógico podem produzir o desvelar de práticas sociais produtoras e reprodutoras de atos que impliquem em indisciplina e violência na escola e, dessa forma contribuir de forma propositiva junto à comunidade escolar.

Um Izipongo para Mafukuzela: Ritual, Comemoração e Memória na África do Sul

AUTORES/AS: ANTONIO EVALDO ALMEIDA BARROS

John Langelibalele Mafukuzela Dube (1871-1946) consiste numa figura central da história e memória sul-africana. Dube viveu o período no qual foram instituídas as principais leis segregacionistas que, posteriormente, seriam unificadas no

Apartheid (1948-1994). Membro das elites tradicionais zulus e tendo vivido e sido educado em uma missão cristã constituída em Kwazulu-Natal por missionários brancos norte-americanos, Dube tivera participação ativa na vida social e política da África do Sul. Fundara o primeiro jornal zulu, *Ilanga lase Natal* (O Sol de Natal), e o African National Congress (ANC), organização partidária na qual, ao longo do século XX, a maioria dos principais líderes sul-africanos, como Nelson Mandela, estaria vinculada. O fato é que, desde sua morte, tem havido uma profusão de dispositivos, sobretudo ritualísticos e celebrativos, empregados para re-produzir ou questionar o legado de Dube: sua existência assume uma dimensão pública, sendo objeto de diferentes estratégias e tramas de competição política e batalhas pela memória da nação sul-africana. Nesta comunicação, descrevem-se, a partir da análise de documentação disponível em arquivos na África do Sul, duas experiências de izibongo, levadas a cabo respectivamente em 1974 e em 1992 por descendentes de Dube sobre seu túmulo, e uma cerimônia em sua homenagem por ocasião da comemoração dos 100 anos do ANC, em 2012, que foi transmitida ao vivo pela SABC, televisão pública e aberta sul-africana. Izibongo é uma espécie de louvor ou poesia com características metafóricas e laudatórias dedicados a uma pessoa já falecida, sobretudo reis e aqueles que são heroificados. Imbongi é a pessoa especializada em proferir o izibongo. Dube é inscrito fundamentalmente como um herói da África, ao contrário do que ocorria em outras representações da época, como as produzidas nas palestras e escritos acadêmicos e em textos, reuniões e comícios de partidos políticos, que o viam como fantoche dos brancos e mesmo como propagador da segregação. Constituído por 485 versos, notam-se elementos da tradição oral local, evidenciando-se a palavra como algo socialmente representativo nas diferentes expressões culturais zulus. Os dois izibongos de Dube constribuem para a instauração de uma espécie de memória social que pensa a população negra sul-africana em termos de busca da liberdade, da esperança, do diálogo com a ancestralidade, algo além da retórica do sofrimento. Antes restrita a espaços mais privados, como a família e o grupo social, essa imagem de Dube e de seus feitos, como delineada em seu izibongo, será dominante nas formas de apreender Dube na chamada Rainbow Nation do pós-Apartheid, como ocorre em 2012, quando Dube é comemorando como símbolo da nova nação em formação.

Vestir o santo: ritos, roupas e celebração

AUTORES/AS: EUFRÁZIA CRISTINA MENEZES SANTOS

Neste trabalho discuto a importância das roupas rituais no candomblé (rito ketu), para sublinhar sua importância na construção simbólica dos orixás e na definição de papéis e competências dos filhos-de-santo. No interior desse sistema religioso o vestir é uma atividade transfigurada por valores religiosos, hierárquicos e estéticos; um elemento fundamental na construção das identidades dos seus adeptos. O uso de roupas rituais nas atividades realizadas nos terreiros, marca a transição do mundo profano para o mundo sagrado, no caso específico dos ritos de iniciação, o abandono da antiga veste e a incorporação de outras acompanham a mudança de estado e participam da construção da nova identidade do filho-de-santo. No candomblé um dos momentos de maior expectativa durante as festas públicas é a saída do santo, ou seja, o momento em que o orixá faz sua aparição pública paramentado com suas vestes distintivas. No contexto ritual vestir o orixá significa dar-lhe uma forma, uma identidade, ligá-lo a uma cor, a um conjunto de insígnias. As roupas dos orixás diferenciam-se de acordo com as representações de gênero que lhe são atribuídas. No caso dos filhos de santo, além desse fator, o uso de roupas rituais e de determinados adereços se dá de acordo com a posição hierárquica que ocupa no grupo. Do ponto de vista estético, as roupas rituais são tributárias das matrizes culturais que integram a história do candomblé e do processo de hibridação que conformou sua estética.

“Fazendo o serviço”: as marcações como ritos de iniciação masculina de homens e animais na vida campeira

AUTORES/AS: MARÍLIA FLOOR KOSBY

Este estudo é um desdobramento do Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas campeiras na região de Bagé/RS, pesquisa que buscou produzir conhecimento a respeito do universo de homens, mulheres, animais, paisagem e utensílios envolvidos na pecuária extensiva do pampa sul-rio-grandense. As marcações são festas anuais nas quais ocorrem a castração dos terneiros (bovinos jovens) que são apartados dos escolhidos para reprodutores, a assinalação (corte de parte da orelha do bicho) e fixação, com ferro quente, da marca do proprietário

no couro dos terneiros e terneiras. São esses eventos uma celebração do rebanho, da estância e de seu dono, um rito cuja expressividade, não se refere apenas ao volume de gado, mas à possibilidade de atualizar as relações com aquilo que é tido como tradição na vida campeira, mais especificamente, na construção da pessoa do campeiro – figura esta que também é chamada de gaúcho, pelas vertentes folcloristas. Comparecem amigos, familiares e vizinhos da propriedade rural, trabalhadores e patrões. Em alguns casos, mulheres participam, geralmente acolhendo as famílias convidadas e administrando a festa, na qual a comida principal é o churrasco de carne bovina e/ou ovina.

Quando os terneiros são colocados, um por um, para dentro da mangueira, os homens mais velhos encenam aos mais jovens como se atira o laço, como se assinala, como se “capa” ou “faz o serviço” (castra). Aos mais novos é permitido pialar (laçar o animal pelas mãos para derrubá-los), imobilizar os bichos e comer os testículos destes. No mesmo fogo em que as marcas aquecem são jogados os testículos recém extraídos dos terneiros, a carne gordurosa e succulenta não chega a assar e é disputada para ser comida quente, acompanhada de cachaça.

Durante o serviço, que é um híbrido de trabalho e brincadeira, debocha-se daqueles que têm pouca habilidade com o laço e não são ágeis nem fortes o suficiente para segurar os animais enquanto estes são castrados, cortados e marcados. Da mesma forma, desdenha-se e fazem-se chacotas dos terneiros fracos, que “não valem a pena” do esforço de serem derrubados e imobilizados.

Embora atualize relações ontológicas para aqueles homens cujo manejo com os bovinos é um eixo fundamental na sua formação, a grande maioria dos participantes da marcação já não reside mais no campo. No mesmo sentido, enfraquece-se o sentido utilitário de marcar o rebanho para assegurar a propriedade da terra e dos animais, visto o fracionamento das propriedades e o cercamento das mesmas.

“O tempo das festas”: festas e socialidades indígenas em Roraima

AUTORES/AS: OLENDINA DE CARVALHO CAVALCANTE

Os povos indígenas da região de campos e serras de Roraima - Makuxi, Wapishana, Taurepang e Ingarikó -, realizam inúmeras festas de dimensões intra e intercomunitárias que acontecem ao longo do ano. Seja dedicada a celebrar a vida de uma pessoa, uma parcela da comunidade, um santo de devoção, uma atividade

econômica, cultural, ou esportiva, as festas apontam para a dinâmica da vida social indígena em que percebemos a articulação de diferentes tradições culturais, decorrente da longa relação de contato com a sociedade regional. Tais festas têm revelância destacada ou mesmo uma centralidade na vida das comunidades indígenas; aparentemente muito influenciadas pela relação com os branco, essas festas guardam, todavia, uma relação de continuidade com o passado. Essa proposta objetiva apresentar os resultados parciais de um projeto de pesquisa em andamento cujo escopo é realizar um levantamento das festas indígenas nas aldeias da região de campos e serras de Roraima.

COORDENADOR/A: MÁRCIO LUIZ BRAGA CORRÊA DE MELLO (FIOCRUZ-IOC), JOÃO TADEU DE ANDRADE
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE)

DEBATEDOR/A: VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA

Atualmente, a diversidade sociocultural no Brasil é um dos aspectos mais relevantes em se tratando do acesso, eficácia e prestação de cuidados em saúde. Por outro lado, a complexidade dos problemas de saúde não pode ser vista apenas pela perspectiva do modelo biomédico dominante, mas exige análises que incorporem as ciências sociais como uma forma ampliada de se pensar a atenção integral, buscando conjugar conhecimentos biológicos, psicológicos, sociais, filosóficos e culturais na compreensão do processo saúde/doença/cura. Particularmente no Brasil, isto implica em uma ampla variedade cultural, de crenças e orientações religiosas disseminadas na sua população. Neste grupo de trabalho, buscamos discutir as expressões das diversas práticas culturais, religiosas e comunitárias, circunscritas aos cuidados em saúde, sejam as inscritas no campo afro-brasileiro, sejam aquelas oriundas do xamanismo e de saberes nativos. Aceitaremos comunicações que reflitam sobre terapias, crenças, ritos, espiritualidade e religiões praticadas no Brasil e que atuam para a promoção da saúde.

Alcoolismo, Práticas Terapêuticas Espiritualistas e Rito de Sobriedade: Uma Análise Antropológica sobre os Grupos de Alcoólicos Anônimos

AUTORES/AS: EDUARDO TADEU BRUNELLO

Esta pesquisa, de cunho etnográfico, analisa o binômio alcoolismo-doença entre os Alcoólicos Anônimos (AA) de Londrina/PR em articulação com as práticas terapêuticas estabelecidas por estes grupos de ajuda mútua. Através de tal interface, diferentes processos de saúde/doença e as formas como são negociados pelos sujeitos sociais em questão são problematizadas através da categoria nativa de doença. Para os AA, o alcoolismo é uma doença crônica e incurável de base física, psicológica e espiritual e, deste modo, alternativos ao modelo biomédico de internamentos e medicalização, tais grupos buscam estimular em reuniões ritualizadas a troca de experiências sobre o consumo rotineiro e dito abusivo de álcool além de desenvolverem um programa “orgânico-espiritualista” denominado os “12 Passos” para a abstinência total da bebida. Neste viés, os discursos em AA são uma via de acesso a duas dimensões fundamentais: a moral, que designa expectativas sociais e as bricolam com questões relacionadas ao estigma e a aflição, e a física, representada pelo discurso biomédico da dependência. No intuito do “fazer antropológico”, o diálogo entre a perspectiva de doença dos AA e o conceito teórico/metodológico das “perturbações físico-morais” (DUARTE, 1988) se mostra pertinente para desessencializar e relativizar uma visão racionalista sobre a doença e para investigar outras representações sócio-culturais do alcoolismo. Analisar, concomitantemente, o caráter êmico de doença incurável, auxilia na apreensão de práticas terapêuticas pautadas no controle dos comportamentos ditos patológicos ao invés de uma cura propriamente dita, o que nos leva sugerir uma análise que se embasa em um Rito de Sobriedade em detrimento de um Rito de Cura. Os membros dos AA, através de atividades performáticas durante as reuniões, do cultivo de uma espiritualidade e do controle do organismo psicobiológico, almejam um estado permanente de recuperação satisfatório (visto a impossibilidade nativa de cura) e, consequentemente, a criação de novos estilos de vida e redes de sociabilidade que contrastam com relações sociais imperiosas em nossa sociedade, a saber, aquelas que incluem a bebida. A troca de experiências e a ajuda mútua, nesta perspectiva, geram uma gama de categorias nativas passíveis de serem analisadas, uma vez que tais processos funcionam como operadores

simbólicos capazes de (re) significar sentidos sobre o alcoolismo além de atuarem decisivamente nas práticas terapêuticas propostas pelos AA. Ademais, as noções de perda e de moralidade são importantes para esta pesquisa na medida em que contribuem para a análise de uma noção de pessoa grupal que se articula com a modificação de comportamentos relacionados à desestabilização das relações sociais, notadamente nas esferas laboral e familiar.

Curas indígenas e práticas terapêuticas entre os Pitaguary do Ceará

AUTORES/AS: CARLOS KLEBER SARAIVA DE SOUSA

O sublinhado trabalho pretende apreciar os saberes e as práticas terapêuticas e de curas indígenas realizadas pelos Pitaguary, habitantes nativos das aldeias de Santo Antônio do Buraco e Munguba no Município de Maracanaú-Ceará. Essa ampla intensão se abre em outras mais precisas e que aludem a: 1) ordenar esses conhecimentos e ações relacionadas à promoção da saúde; 2) ponderar sobre essas práticas médicos-tradicionais enquanto cerimônias étnicas que arranjam diversos traços de crenças religiosas. As técnicas de coleta etnográfica de informações (Conversas Coletivas, Entrevistas Individuais Semiabertas, Capturas de Dados Imagéticos e Observação Participante) foram desenvolvidas no período que compreendeu os meses de Outubro de 2010 e Julho de 2011. Entre os termos derradeiros obtidos, grifamos os que enlaçam qualidades contingentes culturalmente entre os saberes índios evidenciados nas práticas terapêuticas e nas cerimônias tradicionais de curas.

E quando a cura vem da mata? Em forma de planta e em forma de bicho!Um olhar antropológico sobre a Medicina tradicional dos Pitaguary de Monguba, suas técnicas e seus rituais.

AUTORES/AS: CINTHIA MOREIRA DE CARVALHO KAGAN

Quer a doença seja de natureza física ou mental, a medicina tradicional propicia saúde, previne e trata. A mesma é formada pelo conhecimento empírico, elaborado nas diferentes culturas, independentemente deste conhecimento seja validado ou não pela ciência. Em se tratando dos Pitaguary de Monguba, a saúde é vista como um estado natural, é a própria vida e esta precisa ser mantida. Ela se constrói a

partir de relações sociais e de relações com a natureza. Para manutenção da saúde, os Pitaguary recorrem à medicina tradicional e, destarte, dentro deste contexto, se sobressaem algumas figuras locais, como o Pajé, que tem como função desenvolver, manter um equilíbrio do bem-estar, e através de rezas e de medicamentos à base de plantas e animais; as rezadeiras que combatem as doenças do corpo e da alma; e por fim, as pessoas que através de ervas medicinais fabricam os lambedores e as garrafadas, ainda muito utilizadas pelos índios. Encontramos ainda na terra indígena, um Posto de Saúde indígena – PSI, entretanto, segundo relatos dos próprios índios, a existência do mesmo não invalida o interesse pela medicina dos mais antigos. Nosso objetivo é, de maneira etnográfica, explanar sobre as técnicas de curas, a quem se destinam, as principais plantas e animais que compõem a farmacologia indígena e a metamorfose dos mesmos em medicamentos. Desejamos ainda observar de forma sucinta como as diferentes gerações se apropriam da medicina, onde a cura pelas plantas e pelos animais se vê mesclada aos calendários de vacinação e aos tensiômetros. Para possibilitar este trabalho, pretendemos aquinhoar nossa experiência vivenciada no campo e, junto aos índios, produzir um material que explique às técnicas amiúde utilizadas, assim como aos rituais que utilizam animais e plantas, para curar quem de cura necessita.

Pajelança e Babassuê: as faces do Xamanismo amazônico no final do século XIX

AUTORES/AS: MARIA AUDIRENE DE SOUZA CORDEIRO

Este texto apresenta o resultado inicial de um projeto de pesquisa sobre as práticas populares de cura no município de Parintins (AM). O estudo se insere nas novas frentes de trabalho dos estudos antropológicos que refletem novos paradigmas analíticos e, conseqüentemente, objetiva ajudar a assegurar o não silenciamento das tradições populares de cura que constituem uma forma de marcar posição contra as práticas de saúde cartesianas que excluem o mágico e o simbólico do diagnóstico da doença e da busca pela cura e, muitas vezes, negam a validade do conhecimento popular para sustentar, dentre outras frentes capitalistas, a lógica mercadológica dos grandes laboratórios de medicamentos alopáticos. Como tarefa inicial para tamanha empreitada, este artigo apresenta uma síntese dos primeiros registros e estudos sobre as práticas populares de cura na região amazônica, no

final do século XIX. Para tanto, analisa a influência dos discursos de José Veríssimo e Nina Rodrigues para a constituição de uma realidade amazônica, e discute as contribuições de Santos e Visagens(1955), de Eduardo Galvão, e, Babassuê (1950), de Oneyda Alvarenga, para a construção de uma doxa antropológica (SIGAUD, 2007) sobre o estudo da religiosidade amazônica. Como uma contraposição a essa doxa, o texto propõe que a pajelança e o babassuê sejam entendidos como manifestações do Xamanismo amazônico no final do século XIX, a partir dos trabalhos de Métraux (1944), Viertler (1981) e Langdon (1996).

Pajelança: religião e sociedade no século XIX e XX.

AUTORES/AS: THIAGO LIMA DOS SANTOS

A pajelança é uma manifestação religiosa voltada para o tratamento de doenças físicas e espirituais, que engloba elementos do catolicismo popular, tambor de mina e das culturas indígenas. Característico da região entre o Maranhão e o Pará, sua origem é atribuída aos rituais xamânicos tupi, registrados pelos cronistas Claude D’Abeville e Yves D’Evreux no início do século XVII, mas na segunda metade do século XIX os registros históricos indicam que a difusão da pajelança deu-se por meio da população escrava em um processo complexo de sincretismo. No final do século XIX a pajelança passou a ser sistematicamente perseguida pela polícia por figurar entre os crimes contra a saúde pública e os jornais registravam o cotidiano de perseguição ao que era considerado como um problema social à época. Os pajés articulavam o universo de ação das entidades religiosas (os encantados) ao cotidiano dos indivíduos na tentativa de resolver seus problemas e aflições pessoais com base em uma terapia particular que incluía a crença na eficácia simbólica dos rituais religiosos e a manipulação de substâncias da botânica regional. O presente trabalho não busca apenas narrar os acontecimentos em torno da perseguição à pajelança, mas, a partir das fontes, discorrer acerca da constituição ritual e simbólica dessa prática terapêutica e analisar como se configurou enquanto um problema social em torno da tentativa de se regulamentar uma ação médica legítima dentro de uma tentativa maior de uma reforma cultural da sociedade.

“Pia, é negro e só quer ser o que não é”: interface entre racismo, saúde, doenças e práticas culturais.

AUTORES/AS: HAYANE MATEUS SILVA GOMES, OTÍLIA APARECIDA SILVA SOUZA

A proposta dessa pesquisa é analisar a relação do racismo Institucional nas unidades públicas de saúde com as práticas alternativas de saúde realizada pelos pacientes afrodescendentes no Crato-Ceará. Nesse sentido, a antropologia da saúde surge nesse contexto como a especificidade que trata das questões vinculadas ao corpo, à saúde e à doença. É pertinente ressaltar que, esse trabalho procura entender como os pacientes explicam as causas das doenças, os tipos de tratamentos em que acreditam e a quem recorrem se ficam doentes. Além disso, compreender a relação e sua pertinência para pensar a realidade da saúde da população afrodescendente. É também uma tentativa de entender como os diversos segmentos que trabalham com a saúde e a população negra que se utiliza dela concebem essa temática. Por isso, pretendo averiguar como as instituições de saúde trabalham para garantir à pessoa negra a promoção, proteção e recuperação da sua saúde. Portanto, neste trabalho, a saúde será analisada a partir da representação que o fenômeno possui no senso comum.

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ.

AUTORES/AS: VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA, MELLO, MÁRCIO LUIZ.

O universo religioso da Umbanda é caracterizado por sua riqueza de símbolos e complexidade ritual que envolvem uma multiplicidade de elementos socioculturais. As práticas de cura têm um lugar significativo nos rituais umbandistas, pois é justamente o momento em que os adeptos têm a oportunidade de serem atendidos em seus problemas particulares. Dentre as queixas que trazem estão problemas financeiros, situações de conflito interpessoal e emocional. Além disso, um grande número de pessoas recorre aos cultos umbandistas por motivo de doença, em busca de alívio para as doenças do corpo e as aflições da alma. Em nossa pesquisa interessa compreender esses processos de saúde-doença relacionados aos terreiros de Umbanda em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Nos terreiros estudados, as práticas terapêuticas da Umbanda têm complementado as práticas médicas oficiais e podem ajudar as pessoas em suas aflições, mesmo em cidades onde a

grande maioria da população tem acesso ao sistema oficial de saúde; ou seja, os terreiros são locais de promoção da saúde. O universo religioso da Umbanda é caracterizado por sua riqueza de símbolos e complexidade ritual que envolvem uma multiplicidade de elementos socioculturais. As práticas de cura têm um lugar significativo nos rituais umbandistas, pois é justamente o momento em que os adeptos têm a oportunidade de serem atendidos em seus problemas particulares. Dentre as queixas que trazem estão problemas financeiros, situações de conflito interpessoal e emocional. Além disso, um grande número de pessoas recorre aos cultos umbandistas por motivo de doença, em busca de alívio para as doenças do corpo e as aflições da alma. Em nossa pesquisa interessa compreender esses processos de saúde-doença relacionados aos terreiros de Umbanda em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Nos terreiros estudados, as práticas terapêuticas da Umbanda têm complementado as práticas médicas oficiais e podem ajudar as pessoas em suas aflições, mesmo em cidades onde a grande maioria da população tem acesso ao sistema oficial de saúde; ou seja, os terreiros são locais de promoção da saúde.

A religião é como uma medicina. Cosmopolítica, cura e prontamento entre umbandistas em Mostardas, Rio Grande do Sul

AUTORES/AS: JOÃO DANIEL DORNELES RAMOS

Esta comunicação se debruça sobre elementos empíricos acerca da questão da cura e da saúde que se desenvolvem junto às práticas afro-religiosas entre umbandistas em Mostardas, Rio Grande do Sul. Busco discutir, aqui, como a cura (e a religião, num sentido mais amplo) pode ser vista enquanto modos de relações que são permeadas por acontecimentos e devires (Deleuze; Guattari, 2007) e que envolvem tanto dosagens de substâncias quanto agenciamentos extra-humanos. Conceitualmente podemos perceber uma cosmopolítica (nos termos de Anjos, 2006, Anjos e Oro, 2009 e Stengers, 1997) operando nestas práticas, algo que pode nos dar respostas pertinentes às concepções de “crença”, de “sincretismo” e de “saúde”. Busco conectar práticas empíricas, como os atendimentos, os banhos de ervas e a proteção, com aquilo que Tobie Nathan (2012) fala sobre os medicamentos, em sociedades não ocidentais, serem “objetos ativos” que formam um “intrincamento de conceitos”.

Concepção de saúde-doença-cuidado relacionada à prática do candomblé em Boa Vista

AUTORES/AS: KRISTIANE ALVES ARAUJO

O presente trabalho enquadra-se no campo de estudo da antropologia da saúde, buscando um diálogo transdisciplinar, entre a Ciência da Saúde aproximando-se da Antropologia, com foco na relação entre saúde, medicina e religião. Analisamos como são construídos os itinerários terapêuticos, ou seja, como são formuladas as concepções que envolvem a saúde, a doença e o atendimento. Para realizar a pesquisa visitamos diversas instituições praticantes do Candomblé, pertencentes a diferentes “nações”, centrando nosso estudo na comunidade Ilê Axé Yêyê Olomir Olá, da “nação ketu”, no bairro Nova Cidade, periferia de Boa Vista, Roraima. Foi uma pesquisa etnográfica e, ao mesmo tempo, colaborativa, que tratou sobre os itinerários terapêuticos relacionados aos atendimentos em saúde das pessoas que participam desta comunidade. Tentamos compreender o processo de diagnóstico, de concepção de saúde, de doença e cuidado, buscando compreender como as pessoas constroem relações entre os conhecimentos populares e os científicos. Durante a trajetória de pesquisa pudemos observar a procura por serviços de cura em maior número de algumas patologias como: depressão, dermatites e alcoolismo, dentre outros. Dessa forma, buscamos estudar as concepções de mundo dos seus membros e as trajetórias e percursos em busca da saúde e como podem ser construídas articulações entre as práticas profissionais, populares e familiares, assim como suas idas e vindas entre elas.

Cultura, religiosidade e saúde: de Recife ao Rio de Janeiro simbolismos e tradição no Maracatu de Baque Virado

AUTORES/AS: THAIS CORRÊA DE MEDEIROS

As Nações de Maracatu trazem em si elementos da tradição, da memória coletiva e da construção da sociedade pernambucana, mais especificamente na sua capital, Recife, onde foram documentados os primeiros folguedos ou batucadas de manifestação afro-brasileira e maracatu. Sua disseminação em grupos percussivos no estado do rio de janeiro dialoga e reinventa as tradições, abrindo à investigação da relação entre o viés cultural e religioso, o conjunto de símbolos que possam

vir a produzir uma identidade própria ligada ao pertencimento do maracatu de baque virado, e a saúde. Encontramos novos fazeres, identidades e sujeitos que integram a realidade do maracatu de baque virado, estando diante de lógicas de cidades diferentes, bem como de atores distintos que se relacionam com a prática do maracatu. Pode o maracatu de baque virado ser a teia que interliga as múltiplas redes de significados, produzindo saúde ?

O CUIDAR NOS TERREIROS: análise das interpretações dos adeptos umbandistas sobre o vídeo veiculado pela Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde, em Teresina-PI

AUTORES/AS: MARIA DO AMPARO LOPES RIBEIRO

A Umbanda configura-se como um sistema de crenças que reúne elementos do catolicismo popular, kardecismo e das tradições brasileiras afro-ameríndias e de religiões de matriz africana, demonstrando seu potencial no âmbito da diversidade religiosa, já que possui um fator agregador e aglutinador dessas várias vertentes religiosas, de suas ritualísticas e dos diversos diálogos que o imaginário, que compõe a sua cosmovisão, possibilitam a quem a procura e para seus adeptos. Com isso, a condição plural dos terreiros os leva a se apresentarem como espaços de socialização entre vários universos de manifestação do que seus integrantes aceitam como o contato com o sagrado e sua espiritualidade, assim como é possível observar através de seus adeptos, durante seus rituais de cura (os trabalhos de cura) o que poderíamos denominar de “práticas terapêutico religiosas” para o restabelecimento da saúde dos indivíduos que procuram tais espaços. Tomando como norte o que diz Lévi-Strauss, quanto à atribuição da eficácia terapêutica, que se percebe no papel ordenador da significação do processo doença/saúde/cura, através da reconstrução de representações adequadas para o restabelecimento do indivíduo, prosseguimos com a pesquisa de campo com tal aporte. Do que temos observado nos terreiros de Teresina-PI, tais práticas terapêutico-religiosas são consideradas em termos do acolhimento prestado a quem procura essa religião, demonstrando com isso, seu grande potencial de complementariedade com os tratamentos e/ou diagnósticos iniciados no sistema de saúde oficial, assim como as possibilidades de se trabalhar nos espaços dos terreiros com práticas promotoras de saúde, que atendam as determinações das políticas públicas de saúde. Durante a

pesquisa de campo e observando um evento em particular que ocorreu na cidade, durante o transcorrer da pesquisa, pudemos acompanhar a divulgação do vídeo “O Cuidar nos Terreiros”, veiculado pela RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e saúde, em agosto de 2013, e a repercussão que o mesmo teve para os integrantes do terreiro pesquisado. Essa Rede é uma instância de articulação da sociedade civil que envolve iniciados (as) nas religiões de matriz africana, visando a promoção da saúde do povo de santo e simpatizantes das religiões de matriz africana. Para tanto, o objetivo desta comunicação é analisar as construções narrativas dos adeptos do terreiro pesquisado, sobre como interpretaram e se houve uma identificação dos mesmos com a mensagem deste vídeo, acerca dos sentidos sobre o adoecer e o restabelecimento do equilíbrio da saúde do indivíduo que procura tais espaços, por meio do acolhimento prestado nos terreiros.

O papel do carisma de líderes religiosos afro-brasileiros e psicanalistas nos processos de cura de seus pacientes na cultura urbana do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: ANA MARIA COUTINHO ALEKSANDROWICZ

A aliança terapêutica que aproxima a psicanálise de base freudiana das práticas religiosas inscritas no campo afro-brasileiro é uma das mais controversas. Afirma-se sua consonância, em especial no campo clínico, enquanto projeto de remissão ou alívio de sofrimentos humanos de diversas ordens, a partir da ênfase a seus componentes psíquicos. As causas dos problemas e sofrimentos e seus significados – atribuíveis à luz da antropologia à manutenção ou ao enfraquecimento do axé, ou a um ‘conflito inconsciente’ pela psicanálise – são em geral “obscuras ou desconhecidas para os doentes que esperam e valorizam um compartilhamento simbólico e um acolhimento emocional na relação com o curador” (Tesser e Luz, 2008). Sob o ponto de vista de sua inserção na multifacetada cultura urbana contemporânea, pesquisou-se, na cidade do Rio de Janeiro, aspectos seletos da ‘eficácia simbólica’, o denominador comum atuante no processo de cura, nas duas vertentes. O papel central do ‘carisma’ dos ‘terapeutas’ envolvidos nestes trajetos terapêuticos paralelos foi o foco central nesta etapa de nossa investigação, privilegiando dentre os fatores que promovem a ‘eficácia simbólica’ (Lévi-Strauss, 2005) a influência do ‘curador’ nos processos de interação social e na dinamização terapêutica de crenças e emoções.

Sonho, sensação e espiritualidade na “sociedade excitada”.

AUTORES/AS: CARLOS RONALD OLIVEIRA DE PINHO

O presente pôster é fruto de discussões da pesquisa: Compulsão à Repetição e Choque na Estética de Christoph Türcke, coordenada pelo professor Dr. Maurílio Machado. O objetivo primordial é analisar a estética crítica do filósofo alemão Christoph Türcke e trazer à tona o conteúdo de verdade de suas teses sobre a compulsão à repetição e choque na experiência sensível vivida pelos homens no registro perceptivo imposto pelo capitalismo. A primeira parte da pesquisa se debruça sobre o conceito de filosofia da sensação de Turcke, nesse sentido tenta-se postular uma possível conexão entre a espiritualidade e o sonho como advindos de atos peremptoriamente repetitivos. Os fenômenos de transe, quer seja proveniente da arte, do uso de drogas ou da religiosidade/espiritualidade consistem em manifestações de uma sociedade atraída constantemente pelo êxtase e pela cura, sendo assim este breve trabalho toma como pergunta/hipótese: As sensações frenéticas provocadas pelo excesso de estímulos do sistema capitalista são originadores de uma configuração estética do homem conformativa com uma compulsividade e, manifestadas nos mais variados segmentos religiosos e ou espiritualistas? Pretende-se balizar esta questão dialogando com a ideia de espiritualidade proposta por Henri Bergson, filósofo francês do século XIX, traduzida especificamente em seu seminário: A energia espiritual.

A Benzeção juazeirense: o sentido da doença num revelar mágico-religioso de cura

AUTORES/AS: RITA FABIANA ARRAIS DO NASCIMENTO

A benzeção é uma prática de cura popular que existe desde os tempos coloniais e continua atuante até os nossos dias. É bem verdade que inserida em um contexto urbano, ela passa a ressignificar os seus métodos tradicionais de cura, arraigados ao meio rural, para também se apresentar como uma oferta eficaz no combate as variadas doenças existentes em nosso cotidiano. É por intermédio dos agentes da benzeção que os conhecimentos tradicionais da benzeção são reelaborados à luz de suas vivências, atribuindo-lhes significados próprios. Este ofício não se limita apenas ao ato de como através da manipulação de símbolos mágico-religiosos se alcança à cura; mas funciona como instrumento de intervenção no processo histórico-

social, mesmo que seus atores sociais não sejam conscientes disto. O presente trabalho propõe-se analisar a atuação do Sr. Manuel - um tradicional benzedor da região do Cariri cearense, localizado na Serra do Horto na cidade de Juazeiro do Norte – CE - como intermediário das forças sobrenaturais, bem como identificar em suas narrativas as construções analógicas que permitem esse agente apreender as doenças como causalidades desencadeadas no mundo sobrenatural e social. Por meio de um estudo etnográfico e com uso de uma metodologia qualitativa, procedeu-se à observação participante e a entrevista semiestruturadas procurando entender o mundo particular deste benzedor e a relação dos rituais-mágicos com o mundo social. O estudo trouxe a possibilidade de um consistente diálogo entre as categorias do passado e do presente, já que a benção se dá reconhecendo-a como um rico manancial das tradições de séculos passados, mas que consegue através da sua mobilidade criar e recriar concepções de doenças e curas. Percebeu-se ao longo da pesquisa que o “uso” dos benzimentos age não somente sobre doenças tradicionais como mau-olhado, vento-caído, erisipela, etc.; mas, têm penetrado no campo das terapias populares funcionando como calmantes para o espírito ao tornarem-se produtores de sentido, ao revelar ao doente a face oculta da doença, transportando-o ao mundo ideal - por meio da possibilidade de reencantá-lo, ao mesmo tempo em que cria elos para uma realidade socialmente vivida. Assim, a revelação do sentido para o adoecer transforma-se em conselhos que acabam por suprir a necessidade que os clientes têm de direcionar as suas vidas, e de conviver com as doenças. Em suma, é no universo da magia que os benzimentos tornam-se produtores de sentido. Logo, os benzimentos têm uma funcionalidade de integrar e reintegrar as experiências do adoecer a um mundo inteligível e comunicável. E para tanto, agentes e clientes terão que viver em intensa relação um com o outro, absorvendo as visões de mundo que cada um traz em suas histórias de vida.

Curando através de imagens: notas sobre os mecanismos terapêuticos de um rito urbano de consumo de ayahuasca

AUTORES/AS: TIAGO COUTINHO CAVALCANTE

O objetivo deste artigo é apresentar os mecanismos terapêuticos encontrados em um rito de cura oferecidos em grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde esta é obtida através do consumo ritual da ayahuasca. Os

encontros são realizados mensalmente para um público de aproximadamente trinta pessoas que se reúnem para consumir as chamadas “medicinas da floresta” (ayahuasca, rapé e kampô). Organizado por um grupo de psicólogos, o rito do Nixi Pae tem como objetivo desempenhar o papel de um ritual “ancestral” de cura do povo huni kuin com a bebida “sagrada” amazônica sob a condução de um jovem aprendiz de pajé, filho de uma importante liderança kaxinawa. Um dos principais potenciais terapêuticos da ayahuasca explorados pelos ritos é sua capacidade de provocar visões. Este estado gera um importante material psíquico que deve ser interpretado por aquele que busca a cura. A hipótese deste artigo é que a cura nos ritos do Nixi Pae acontece graças a uma forma controlada de ordenar equívocos na qual o ser mítico kaxinawa Yube encontra pontos de ressonância com o conceito junjuiano de inconsciente recriando, através do consumo ritual da ayahuasca, narrativas individuais consideradas como patológicas.

Estar bom não é estar curado da malária: estratégias de controle do corpo e da vida em Livramento, Amazonas.

AUTORES/AS: DASSUEM REIS NOGUEIRA

Proponho discutir as práticas culturais de enfrentamento do adoecimento da malária em Livramento, um assentamento ribeirinho com 250 famílias, no estado do Amazonas, a partir da perspectiva de sua autonomia. A malária é uma doença endêmica de grande magnitude na região Amazônica: em 2011, do total de 266.348 casos de malária notificados no Brasil, 265.382 (99,6%) são provenientes da região. Nesse contexto, os grupos sociais como o de Livramento, convivem intensa e prolongadamente com a doença e desenvolveram concepções e modos de lidar com ela, o que gerou uma produção de conhecimento singular congruente com a história social da comunidade, com suas concepções culturais e cosmológicas, com suas experiências corporais e com suas condições concretas de busca pela cura na comunidade. Para os moradores de Livramento a malária é, simultaneamente, um evento cósmico do qual aqueles predestinados a ele não conseguem escapar; uma construção social da carreira de doente – a qual se esforçam em postergar mediante a automedicação para controlar os sintomas – e uma interface inevitável com um ambiente hostil no qual transitam livremente os parasitas que atacam e transformam o eu e seu corpo. Para além do aspecto

biológico, a doença é vivenciada como um ente que penetra no corpo e na vida social, reinserindo o sujeito como alguém a ser cuidado e resguardado em uma condição de liminaridade que se prolonga inclusive após a alta pós tratamento no serviço de saúde. Assim sendo, em Livramento, considera-se que a pessoa que concluiu o tratamento “está boa”, por ser capaz de retomar suas atividades cotidianas, mas não é considerada curada, caso não cumpra os procedimentos adequados para superar a condição liminar conferida pelo adoecimento. Diante disto, os moradores de Livramento automanejam os tratamentos e cuidados em busca da retomada de suas vidas e controle de seus corpos, revelando autonomia de suas práticas culturais de saúde.

Jovens e adolescentes de sociedades Ayhuasqueiras no Ceará: vida religiosa e cultura de convívio com as drogas na União do Vegetal

AUTORES/AS: ROSILEUDA PONTES DE AGUIAR, JOÃO TADEU DE ANDRADE

Esta comunicação apresenta pesquisa em curso, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade da UECE, sobre o comportamento religioso de jovens membros da sociedade espírita União do Vegetal - UDV na região metropolitana de Fortaleza, Ceará. O propósito do estudo consiste em compreender saberes e práticas sociais (religiosas, ritualísticas, comunitárias, educativas) que tenham relação direta com o uso de substâncias psicoativas em contexto religioso, como é o caso dos usuários do chá Ayahuasca na UDV. Este projeto visa ainda entender os eventuais processos (terapêuticos, identitários e de estruturação psicológica) pelos quais estes jovens podem construir em suas comunidades uma cultura de enfrentamento e/ou convívio com o uso das drogas e entorpecentes, a partir de uma prática religiosa de base xamanística.

O uso terapêutico da ayahuasca: Concepções de saúde e doença em comunidades indígenas ayahuasqueiras.

AUTORES/AS: JOSUÉ SILVA ABREU JÚNIOR

O uso da ayahuasca está presente em diversos países e esta substância faz parte efetiva do sistema simbólico e terapêutico de comunidades indígenas e religiões. É utilizada há pelo menos 4.000 anos no contexto indígena e desde a década de

1930 no contexto urbano. O uso em contexto urbano se expandiu nos anos 80, o que gerou uma preocupação do governo brasileiro que desde esta época realiza pesquisas e regulamenta o uso desta bebida. Desde 2004 o CONAD (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas) estimula pesquisas sobre a eficácia terapêutica da ayahuasca e em 2010 a necessidade destas pesquisas foi reiterada. Atualmente o uso terapêutico é proibido, mas, apesar disso, esta prática vem se disseminando entre psiquiatras, psicólogos e outros profissionais de saúde. No início do século XX as práticas terapêuticas indígenas eram consideradas sempre falhas. Na segunda metade do mesmo século começou a ser aceita a ideia de que esta terapêutica fornecia frequentemente resultados satisfatórios e o diálogo com a psicologia e medicina passou a ser cada vez mais comum. Trabalhos de Geertz, Victor Turner e Levi-Strauss passaram a dar maior atenção à eficácia destes rituais. Esther Langdon propõe que os processos que envolvem a doença e terapêutica nas comunidades indígenas não são diferentes dos grupos não indígenas num nível fenomenológico. As diferentes terapêuticas surgem através de questões distintas acerca da natureza das doenças. Os estudos científicos da ayahuasca apontam que sua eficácia parece depender da capacidade normatizadora compartilhada pelos diversos grupos que incluem o seu uso. Por isso, ao estudar este tema é necessário promover um diálogo com os conhecimentos nativos e sistemas terapêuticos de orientações metafísicas diferentes das nossas. Comunidades indígenas ayahuasqueiras nos trazem informações importantes para comparar com o sistema terapêutico da psicologia e da medicina e pensar novas possibilidades nestas áreas.

Saberes Herbários, Práticas e Rituais de Curandeirismo: um estudo comparativo entre a comunidade rural de Quizambú (ALAGOINHAS) e a cidade de Salvador (BA)

AUTORES/AS: MARINA ASSUNÇÃO GOIS RODRIGUES

Este artigo trata da abordagem acerca das narrativas da tradição do curandeirismo como prática etnomédica, cuja memória é assegurada às gerações futuras através da oralidade e se insere no contexto das culturas periféricas tanto nas comunidades rurais – lugares de onde tais práticas culturais se formaram e difundiram – como nos centros urbanos. Para isso, acompanharemos o repertório de preceitos e fundamentos relativos às práticas de curandeirismo, a partir da busca de um maior

conhecimento a respeito dos saberes herbários, dos ritos de uso das plantas que são relacionados à esta prática, de comparar o que existe em comum e em que se diferenciam as expressões do curandeirismo no ambiente rural e no urbano e de conhecer as maneiras pelas quais os praticantes da cura através das ervas estabelecem a inserção deste ofício no mercado capitalista.

Ainda será pertinência deste estudo, interpretar a ligação dos saberes a respeito dos poderes curativos das ervas com contextos da memória social, com base nas narrativas dos sujeitos que detêm este conhecimento e dos indivíduos que recorrem a estes tratamentos, na cidade de Salvador – que abrange lugares como a Feira de São Joaquim e o mercado popular do bairro de Sete Portas, espaços de grande diversidade cultural onde convivem tradições de origens étnicas diferentes e lugares potenciais de manifestações do patrimônio cultural pela presença de agentes conhecedores das artes de cura, tais como benzeções e usos de ervas para fins medicinais ã, e na comunidade Quizambú, povoado da cidade de Riacho da Guia, distrito de Alagoinhas, na Bahia, local em que estão presentes mulheres que conhecem a arte de tratar com as ervas e, que, além de representarem esta prática ancestral, buscam a valorização da cultura tradicional local, articulando-se politicamente por meio da Associação de Mulheres da Zona Rural de Alagoinhas e Região (AMAZR).

Um diálogo sobre as práticas de cura das Rezadeiras da Cidade de Cachoeira(BA)

AUTORES/AS: VIRGÍNIA DE SANTANA CORDOLINO NUNES

O presente estudo traz reflexões sobre as práticas mágico - terapêuticas das Rezadeiras na cidade de Cachoeira (BA) no Recôncavo da Bahia. Parte de uma etnografia realizada entre 2011 e 2012 na casa de duas rezadeiras que, com seus preceitos, segredos, banhos e rezas, promoveram e ainda promovem a cura de enfermidades – do corpo e da alma – nesta comunidade. No presente trabalho discutiremos sobre as duas rezadeiras da comunidade, Rezadeira Marcli e Rezadeira Nicinha; buscando aqui descrever sobre a heterogeneidade em suas crenças religiosas, as particularidades que permeiam esse saber, as nuances do rito mágico, e aspectos descritivos das duas práticas de cura. Será através destas duas senhoras, moradoras de bairros distintos, com idades diferentes, trajetórias de vida

opostas que, nas suas diferenças e similaridades, realizam a prática de cura na cidade que encontraremos elementos centrais do simbolismo da prática, tais como o uso de reza, de folhas, água, vela e fé, outros ligados aos aspectos sociais, como o perfil de pessoas solidárias e comumente indicadas por alguém, isto é, que tem a “eficácia” da sua prática “aprovada”.Trazendo elementos do cotidiano da prática, tais como a cura de espinhela-caída, reza de responso, doença do ventre-caído, olhado, conselhos, dentre outros, iremos observar que a pratica das rezadeiras possui uma lógica que dinamiza e ordena os significados é, portanto, magia, religiosidade e técnica engendradas.

COORDENADOR/A: JACQUELINE SINHORETTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS), KÁTIA SENTO SÉ MELLO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

DEBATEDOR/A: MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA, JOSÉ MANUEL RESENDE, KLARISSA ALMEIDA SILVA

O Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas etnográficas que analisem os repertórios discursivos e práticas sociais de grupos que buscam acesso a direitos, seja do ponto de vista institucional ou por meio de instâncias não propriamente formais. Serão aceitas comunicações que abordem temas como: sensibilidades jurídicas; sentidos de justiça; demandas por direitos diferenciados; administração de conflitos; gramáticas, regras e teses morais que informam o Direito em sociedades complexas; efeitos e ambigüidades de reformas legais e institucionais; profissionalização de agentes e operadores do sistema de justiça, etc. A partir da década de 1990, a interface entre Antropologia e Direito se consolidou como espaço acadêmico e, no Brasil, antropólogos têm tanto pesquisado temas antes considerados exclusivos do Direito, quanto atuado como peritos, em órgãos Estatais ou organizações não-governamentais. Diante das distinções entre o fazer antropológico e o saber jurídico, no entanto, essa interlocução ainda desafia a produção acadêmico-científica. A interface entre estes campos de saber tem contribuído para explicitar as diferenças entre sistemas de valores e significação plurais, e como instrumento para elaboração de políticas públicas ou reformas legais e institucionais no campo da justiça. A intenção é ampliar esse debate e permitir interlocução também entre antropólogos que trabalham com questões empíricas que tangenciam a antropologia jurídica.

A construção da(s) identidade (s) dos guardas municipais de São Gonçalo-RJ durante a atividade de ordenamento do trânsito.

AUTORES/AS: TALITHA MIRIAN DO AMARAL ROCHA

Este trabalho procura refletir a respeito da constituição da(s) identidade(s) que os guardas municipais de São Gonçalo-RJ estabelecem frente aos demais agentes que frequentam o espaço público. Dessa maneira, procura-se refletir sobre qual como se dá a atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo em um contexto de ênfase na municipalização da Segurança Pública, analisando por meio da etnografia o trabalho dos agentes dessa instituição na atividade de regulação do trânsito das ruas da cidade. Procurarei problematizar quais são as funções que a Guarda Municipal de São Gonçalo possui considerando e contrastando com as diretrizes e princípios que deveriam nortear a formação dos guardas municipais no Brasil, tal qual pressuposto na Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais. No Brasil, questão da segurança pública é teoricamente tratada pelo Sistema de Justiça Criminal, ele é composto por diversos órgãos do Poder Executivo a nível federal, estadual e municipal. Os últimos programas e planos de segurança pública buscaram incentivar mais as ações elaboradas pelos municípios, estimulando uma possível descentralização do poder federativo e estadual de tomada de decisão em relação às políticas de segurança pública. Contudo, percebe-se que esse esforço está atrelado a um histórico de centralismo político no Brasil, fazendo com que tais medidas aconteçam sob regulação federal. Além disso, Azevedo e Vasconcelos demonstram haver uma falta de integração sistêmica entre as agências do Sistema de Justiça Criminal, ocasionado, muitas das vezes, pelas deficiências de comunicação e pela inexistência de padrão de registro unificado para os casos. Entretanto, mesmo que não haja propriamente uma configuração prática de conjunto ao se pensar no Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública Brasileiro é impossível analisar qualquer situação na Guarda Municipal de São Gonçalo sem levar em conta a relação e a dependência que essa instituição e seus agentes estabelecem com outras instâncias e com outros atores que frequentam o espaço público. Nesse sentido, pretendo entender quais são as identidades que os agentes se atribuem, assim como lhes são atribuídos durante as relações estabelecidas pelos guardas municipais durante a atividade de regulação do trânsito nas ruas de Alcântara, seja com motoristas, pedestres, policiais ou camelôs.

A incriminação em casos de homicídio doloso: a denúncia como relato determinante da condenação e o laudo de “local de morte” como relato de caráter cerimonial

AUTORES/AS: KLARISSA ALMEIDA SILVA

Beato Filho (1992) e Sudnow (1971 [1967]) mostram como a morte, o suicídio ou o homicídio, geralmente tratadas como algo dado ou como fato indiscutível, são, ao invés disto, realizações contínuas empreendidas pelas pessoas encarregadas de categorizá-los e defini-los. O resultado desse processo de categorização aparece nos relatos produzidos (fichas médicas, laudos de perícia, relatório do inquérito policial, etc) que são, eles mesmos, constitutivos do que foi que aconteceu. Para Garfinkel (1967), um dos resultados do uso de procedimentos interpretativos acionado nessas ocasiões é a criação de relatórios ou índices que possam ser apreciados como relatos ordenados a respeito das atividades da organização. Paixão (1982) observou o descolamento de decisões e atividades práticas dos objetivos postulados e representados nos códigos e regras legais, aproximando o estudo do sistema de justiça criminal da teoria das organizações, particularmente da concepção de organizações como sistemas frouxamente articulados (Meyer e Rowan, 1977). Regras e procedimentos formais estão muito distantes das práticas adotadas cotidianamente pelos membros das organizações. Procedimentos formais têm, em geral, caráter cerimonial. Isto é, os membros das organizações fingem se conformar a eles, mas, na prática, atuam de acordo com o que consideram ser mais eficiente para o desenvolvimento de suas tarefas. Regras formais servem para justificar a ação e as decisões tomadas de acordo com elas (Hagan et.al., 1979). Neste artigo, relatos como os laudos elaborados pelos peritos, relatórios de inquérito policial, denúncias e sentenças são vistos da perspectiva de dar satisfação e de prestar contas, e como espaço privilegiado de criação da realidade social. Demonstro que trechos dos laudos são utilizados por juízes como forma de sustentar a morte como um homicídio e que os relatos dos juízes são construídos com base no embate entre os relatos de acusação e os de defesa para fundamentar o “livre convencimento motivado”. Observo que, no decorrer do processo de incriminação (Misse, 1999) no rito do tribunal do júri, as sentenças de pronúncia redigidas pelos juízes reiteram as denúncias feitas pelos promotores de justiça e os processos judiciais chegam ao conselho de sentença para julgamento. Deste

modo, as tipificações jurídicas contidas nas sentenças finais tendem a ser idênticas às presentes nas denúncias, que são muito semelhantes ao indicado nos relatórios de conclusão dos inquéritos policiais. E, por outro lado, os laudos das perícias em local de morte registrada cumprem uma função cerimonial desde o inquérito policial até a sentença final, já que são utilizados para corroborar aquilo-que-já-se-sabe (Silva, 2013). Reside aqui a discussão deste artigo.

A judicialização do tráfico de pessoas no Brasil: uma análise a partir das sentenças do Case Law Data Base do UNODC.

AUTORES/AS: EMILIA JULIANA FERREIRA

O Estado brasileiro vem por meio de políticas públicas e criminais tentando combater o tráfico interno e internacional de pessoas, diversas iniciativas têm sido feitas em cooperação com diversos órgãos nacionais e internacionais e uma recente mudança na legislação deriva desse esforço. Visto como um importante meio de combate ao tráfico de pessoas, o judiciário brasileiro vem se adequando as novas legislações e, em especial, em âmbito federal se adequando as legislações internacionais sobre o tema. Para compreender como o entendimento penal deste crime vem ocorrendo, este artigo se propõe a analisar as sentenças judiciais de primeira e segunda instâncias proferidas no Brasil que compõe o banco de sentenças do Case Law Data Base do Escritório das Nações Unidas sobre drogas e Crime (UNODC). Esse banco de sentenças é atualizado através de uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça e tem por externalizar e tornar públicas sentenças sobre tráfico de pessoas em diversos países do mundo. Utilizando de análise do discurso e da análise do fluxo de justiça criminal, ao analisar estas sentenças, este artigo tem por objetivo avaliar como este fenômeno, que é judicializado, pode ser reconhecido e interpretado no país.

A produção da desigualdade racial na Segurança Pública de São Paulo

AUTORES/AS: MARIA CAROLINA SCHLITTLER, GIANE SILVESTRE, JACQUELINE SINHORETTO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a existência de mecanismos de produção da desigualdade racial na atuação das polícias do estado de São Paulo. Os dados sobre a letalidade policial publicados periodicamente não permitem a análise

pela variável cor/raça das vítimas. Em busca de reconstruir essas informações a equipe de pesquisa firmou uma parceria com a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo para a produção de uma base de dados sobre a letalidade policial com informações sobre o perfil das vítimas e dos policiais envolvidos, incluindo a variável cor/raça das vítimas, assim como o perfil dos autores. Em relação às prisões em flagrante, os dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo também não possibilitam a observação da variável cor/raça. Porém, a Coordenadoria de Análise e Planejamento forneceu uma consulta específica à base de registro de ocorrência, o que permitiu conhecer a distribuição das prisões em flagrante efetuadas segundo a cor/raça dos presos. Os resultados apontaram que os negros são a maioria das vítimas de mortes praticadas por policiais, especialmente os jovens e do sexo masculino. Também foi possível observar que a proporção de negros presos em flagrante é maior do que a de brancos. Outra conclusão é que a maior parte dos autores das mortes são policiais militares, sendo que parte significativa pertence a grupamentos especiais, com destaque para a ROTA e a Força Tática. A conclusão da pesquisa é que a desigualdade racial na segurança pública é evidenciada pela maior vigilância policial e ação policial violenta sobre um grupo populacional específico, ao passo que outros grupos populacionais são menos visados pela vigilância policial sendo surpreendidos com muito menor frequência em sua prática. Os resultados são indicativos também de que, possivelmente, as atividades criminais mais frequentemente cometidas por negros sejam mais vigiadas, ao passo que atividades criminais mais comuns entre brancos despertem menor atenção da polícia.

Cultura, Política e Identidade: Trajetória Política de uma liderança em Custódipolis. Campos dos Goytacazes (RJ)

AUTORES/AS: DANIELA VELÁSQUEZ PELÁEZ

A partir da segunda metade do século XX no Brasil, podemos observar a emergência de processos sociais vinculados à construção de diversas identidades que são suportadas por instrumentos normativos nacionais e diretrizes internacionais. Dentro deste processo há grupos específicos que reivindicam direitos diferenciados, dentre eles estão as chamadas Comunidades Remanescentes Quilombolas cujo debate fez-se evidente com a proclamação da constituição brasileira de 1988,

onde, no artigo 68 do ADCT estipula-se a titulação de terras a estas comunidades, abrindo passo às mudanças de papel de tais grupos dentro da sociedade brasileira expressos nos dispositivos sociais e jurídicos que dão lugar à esfera pública.

Este processo é o fio condutor que deu início ao presente trabalho, o qual procurou entender o efeito deste macro- processo numa esfera micro, implicando num recorte de pesquisa que teve como foco as implicações do reconhecimento da comunidade de Custodópolis, na periferia urbana da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), como remanescente Quilombola.

A forma em que a pesquisa desenvolveu-se foi a partir da observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas com uma liderança local, Dona Antônia. Todavia, as problemáticas enfrentadas no trabalho de campo, levaram ao levantamento da história de vida de tal liderança, que posteriormente conduziu ao estudo da sua trajetória política.

Os dados colhidos durante o tempo de pesquisa foram organizados em três partes, a primeira diz respeito à reivindicação de Custodópolis como comunidade Quilombola. Contudo, quando a pesquisa iniciou, o processo tinha sido interrompido, levando-me a explorar a história de vida de Dona Antônia com o objetivo de entender a justificação para o seu envolvimento neste processo, neste estágio pude verificar o seu envolvimento na política em diferentes momentos da vida, podendo acompanhar desta forma a sua candidatura a vereadora da cidade no ano de 2012.

A partir dos dados colhidos em campo foi possível direcionar a pesquisa para o processo de politização da cultura, onde a esta é utilizada como um instrumento de justificação para as reivindicações no espaço público, o qual é viabilizado pelo contexto social e jurídico brasileiro. Este objeto é visto na trajetória política de Dona Antônia através da identidade por meio da qual esta faz as suas reivindicações em diferentes momentos do seu envolvimento político, lançando mão dela em diferentes contextos de para uma melhor inserção na política com o objetivo de obtenção de visibilidade dentro da cidade.

Da judicialização das relações intrafamiliares à liberdade vigiada: sobre violências, tornozeleiras e (des)controles em Belo Horizonte

AUTORES/AS: WELLITON CAIXETA MACIEL

A vigilância eletrônica de pessoas em situação de cumprimento de medidas

judiciais situa-se dentro do debate maior sobre a descarcerização e a construção de políticas públicas de racionalização do poder punitivo. No contexto do direito penal brasileiro e das políticas públicas a que tem dado lastro, consiste basicamente no controle por meio do acoplamento de um dispositivo eletrônico, vulgo ‘tornoeleira’, no corpo de indivíduos que passam a ser ‘observados’ por uma Central de Monitoração criada pelo Estado. Em Belo Horizonte/MG, tal mecanismo tem sido utilizado como forma de garantir o cumprimento de medidas protetivas aplicadas por juízes conjugadamente à obrigatoriedade em frequentar grupos reflexivos destinados prioritariamente a homens autores de violência contra mulheres às quais é conferido facultativamente um dispositivo portátil que controla, vigia e comunica à mesma Central em caso de aproximação e violação da determinação judicial pelos supostos agressores que, após a judicialização dos casos nos quais figuram como réus, passam da classificação social de ‘batedores de mulheres’ à categoria de ‘Maria da Penha’. Por meio do método etnográfico, no que pude acompanhar, entre novembro de 2012 e novembro de 2013, a implementação da referida política e a utilização de tornoeleiras eletrônicas naquela localidade, busquei, nesta investigação, analisar a percepção dos diversos atores institucionais envolvidos e, principalmente, dos próprios monitorados, sobre o cotidiano do cumprimento de tais medidas e o processo de construção de uma ‘responsabilização’ atribuída a esses sujeitos por meio da dinâmica das intervenções psicossociais como forma de enfrentamento à violência intrafamiliar e doméstica. A partir da análise focalizada do uso da tecnologia de vigilância eletrônica aliado à reflexão de gênero propiciada pelos grupos, percebo que as políticas públicas com perspectiva de gênero implementadas naquela localidade têm sido reforçadas ao longo dos anos sob as chancelas de legislações específicas, recorrendo, inclusive, a novas tecnologias e dispositivos de controle dos/sobre os corpos. No entanto, esse tipo de vigilância eletrônica pode levar a consequentes processos de estigmatização dos indivíduos a ela submetidos, tendo ou não passado pela experiência do encarceramento em prisões comuns. Diante desse contexto, afirmo a importância da lógica da mediação de conflitos, de forma que as partes conflitantes possam construir a solução para seus problemas. Por fim, sugiro que seja estimulada a criação de espaços destinados à construção de soluções participativas de maneira a viabilizar fluxos narrativos e o estabelecimento de pontes no plano da comunicação entre esses sujeitos.

Discursos da autonomia: do saber local à burocracia estatal

AUTORES/AS: LUIZA ARAGON OVALLE

As disputas por recursos estatais onde se envolvem os moradores das comunidades remanescentes de quilombos da Marambaia e do Sacopã, localizados no estado do Rio de Janeiro, entendidas como caminhos para garantir a manutenção ou a conquista de direitos, são apresentadas nesta comunicação como campos privilegiados para compreender controvérsias que transpassam a vida cotidiana, se articulando através de ligações entre indivíduos e grupos com as categorias que podem os representar nos diversos espaços de onde suas demandas têm visibilidade. A presente narrativa segue os percursos de lideranças quilombolas pertencentes a estas comunidades, nas suas tentativas de enviar um projeto requisitando recursos ao governo federal sem o intermédio de ONGs, a partir de uma chamada pública da SEPPIR (Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial). Como antropóloga vinculada ao NUFEP e ao INEAC, instituições presentes há mais de 15 anos nestas comunidades, bem como devido ao vínculo decorrente do trabalho de campo realizado durante minha dissertação de mestrado, pude usar meu conhecimento da burocracia para acompanhar e contribuir na elaboração de um planejamento de atividades para a diretoria da ACQUILERJ (Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro).

Representado, à época, 38 comunidades dispersas pelo interior do estado, o processo de tomada de decisões revelou a princípio, hierarquias e alianças, que conformavam, no entanto, questões mais profundas acerca da construção política e social da urgência de comunicação, diretamente ligada à capacidade destes atores de colocar e manter suas demandas de direitos num campo para além da dimensão doméstica e das relações face-a-face.

Durante este mês de reuniões, telefonemas e trocas de e-mails, onde pudemos mapear esta construção política e moral de demandas, nos deparamos com uma barreira que se mostrou, naquele tempo, intransponível: a distância entre os saberes locais destinados a organizar a vida associativa e as exigências estatais direcionadas às comunidades que desejavam requisitar recursos de forma autônoma.

As conversas que tiveram lugar nos momentos de choque com esta barreira permitiram aprofundar a etnografia levada a cabo em minha dissertação, levantando questões sobre as formas que tomam os vínculos com o Estado, configurando o

confronto de uma demanda por autonomia, na prática, negada, com discursos que partem de diversos atores com os quais estes grupos dialogam permanentemente na sua vida associativa.

Exame da categoria “paridade de armas”, sob perspectiva antropológica.

AUTORES/AS: VERA RIBEIRO DE ALMEIDA

Este artigo pretende promover uma reflexão sobre algumas representações dos operadores jurídicos acerca da categoria “paridade de armas”, que consiste no tratamento isonômico relativo ao cumprimento das funções de defesa e acusação nos processos judiciais, observando como tais representações além de orientarem as práticas de administração institucional de conflitos - notadamente a conciliação judicial -, atualizam o princípio da igualdade jurídica, considerado como elemento formador da cidadania brasileira. A problemática aqui proposta consiste em saber como esta categoria, definida por uma heterogeneidade de discursos jurídicos, é inserida em um sistema jurídico onde prevalecem estruturas hierárquicas e institutos que perpetuam dissensos e desigualdades jurídicas, bem como sua adequação dentre as garantias processuais específicas do Estado Democrático de Direito brasileiro. Trata-se de pesquisa qualitativa empregando métodos antropológicos, através da análise conjunta dos discursos jurídicos e demais dados resultantes da observação participante e descrição etnográfica das práticas dos operadores jurídicos, que atuam na justiça criminal consensual carioca desenvolvida nos Juizados Especiais Criminais Estaduais da Baixada Fluminense. Este estudo permite o exercício peculiar da atualização do consenso no sistema jurídico e nas práticas processuais brasileiras e se justifica em face da importância atribuída aos Juizados Especiais Criminais Estaduais, dentro da estrutura organizacional do Poder Judiciário local, devido à crescente demanda de seus serviços.

Justiça e políticas de reconhecimento: o papel da resolução de conflitos na construção da pessoa em uma aldeia timorense

AUTORES/AS: DANIEL SCHROETER SIMIÃO

Baseada em pesquisa etnográfica em uma aldeia do distrito de Liquiçá, em Timor-Leste, a apresentação busca compreender os usos e sentidos dos conflitos

interpessoais e das práticas de resolução de conflitos na construção da pessoa, bem como sua relação com dinâmicas locais de poder. Usualmente descritas na literatura como focadas na coesão social e na harmonia comunitária, as formas locais de resolução de conflito podem igualmente ser compreendidas como parte de um processo mais amplo de luta por reconhecimento. Baseado em um estudo de caso, o paper explora a ideia de que os conflitos interpessoais são uma ferramenta importante na construção da pessoa entre homens e mulheres da aldeia. À luz dessa hipótese, formas comunitárias de resolução de conflitos, mais do que uma tecnologia de produção de unidade social, constituem uma importante arena para disputas de status/prestígio e podem desempenhar um papel importante nas políticas de reconhecimento em Timor-Leste.

Las víctimas en Arauca: entre la inhumanidad del conflicto armado y ¿la deshumanización de las rutas del sistema de atención y reparación?

AUTORES/AS: KENDOR CENDIK ANGARITA

Pensar las políticas públicas dirigidas a las víctimas en el departamento de Arauca exige considerar su aplicación en medio del conflicto armado interno: la aplicación de una justicia transicional en medio del conflicto. La propuesta de oral se centra en las víctimas, funcionarios y en las políticas públicas focalizadas en esta población, políticas que, a primera vista, parecen ser deshumanizadoras. El reconocimiento jurídico de éstas se traduce en un conjunto de trámites burocráticos y de rutas a seguir que insertan en las vidas cotidianas de las víctimas dinámicas de espera, propias del sistema de atención y reparación estatal, las cuales causan incertidumbres frente a la posibilidad de obtener la restitución y goce pleno de sus derechos. Personas, hechos y derechos que se inscriben dentro del contexto del conflicto armado interno. Ahora, primordialmente en esta presentación se busca evidenciar las categorías de análisis y reflexiones que pertieron del conocimiento situado, para pasar a la perspectiva de la teoría social y lograr evidenciar la experiencia de la víctima a través de su propia voz, es decir, “la víctima y su relato”. Ahora bien, entender la voz de las víctimas exige tener como marcos de referencia el contexto en que éstas han construido su experiencia, para tal fin se analizaron investigaciones e informes producidos sobre el conflicto armado y en materia de Derechos Humanos. Asimismo, con este ponencia busco mostrar la línea base de

la población de víctimas del departamento; caracterizar las dinámicas burocráticas en las rutas de atención señaladas por la Ley de Víctimas y los intersticios de la vida cotidiana que se mezclan con estas rutas. También busco describir las experiencias individuales y colectivas de las víctimas y , por último, analizar la manera en que el conflicto armado interno aún incide en los escenarios y actores involucrados en la aplicación de estas políticas públicas.

De esta manera, la ponencia se enmarca en la investigación cualitativa, valiéndose de la investigación documental, la etnografía, la observación participante y de herramientas que ayudaron a recolectar, describir y analizar el objeto de investigación y su contexto.

Latrocínio e Homicídio: representações da doutrina jurídica sobre diferentes mortes, mortos, réus e os procedimentos processuais para o seu julgamento.

AUTORES/AS: IZABEL SAENGER NUÑEZ

No presente trabalho pretendo pensar como os repertórios discursivos encontrados nos textos de “doutrina jurídica” do campo do direito processual penal brasileiro, que descrevem o funcionamento ideal do Tribunal do Júri, trazem valores morais e representações sobre o fazer jurídico, que se dá no âmbito desse procedimento especial. O discurso produzido de forma escrita - cujas obras são conhecidas no campo como “doutrina jurídica” - é elaborado por autores tidos como autoridades no direito e traz valores morais e representações que informam o fazer jurídico e o fazer judicial. Isso porque, o direito pode ser analisado como um sistema de pensamento ou, ainda, como um sistema de crenças, que revela sensibilidades jurídicas específicas em cada contexto local.

Pretendo analisar, portanto, a partir do material que pesquisei para a elaboração de minha dissertação de mestrado, como os valores morais e representações contidas nesses textos, sobre réus e vítimas, e sobre o funcionamento do Tribunal do Júri, trazem categorias diferentes sobre “pessoas”, o que resulta num modelo institucional que privilegia o julgamento de algumas mortes por esse tribunal especial, no caso do sistema de justiça brasileiro. Na dissertação realizei uma etnografia dos textos produzidos pela “doutrina jurídica”, ou seja, por juristas reconhecidos do campo do direito, que escreveram (ou escrevem) sobre o Tribunal do Júri. Esses livros consistem num corpus de textos por meio dos quais o

conhecimento jurídico é transmitido. Dentre as principais características desse material, destaco o privilégio da descrição de um “dever ser” do sistema de justiça, ou seja, esses textos trazem as análises desses juristas sobre as melhores formas de interpretar o texto legal e descrevem o funcionamento ideal do judiciário. Além disso, são materiais produzidos por “autoridades” do campo, conhecidos como “doutrinadores” ou “dogmáticos”, juristas que por suas posições de destaque no campo jurídico produzem obras que serão lidas e utilizadas pelos demais agentes que operacionalizam esse saber.

O Júri é um procedimento penal especial, restrito ao julgamento dos “crimes dolosos contra a vida”, ou seja, trata-se de uma forma de julgamento que fica restrita a uma categoria específica de mortes. Em oposição aos crimes dolosos contra a vida, existem os latrocínios, que estão classificados entre os crimes contra o patrimônio (roubo seguido de morte) e, por isso, não vão à Júri. Assim, a especificidade do Júri mostra, por si só, a existência de uma classificação e uma hierarquização (Dumont, 1997, p. 373) quanto ao que pode ou não ser julgado por esse Tribunal. Embora o discurso que pesquisei, escrito pelos “doutrinadores”, seja no sentido do homicídio ser “o ponto mais chocante na orografia dos crimes” e a “mais chocante violação do senso moral médio da humanidade” (Marques, 1948, p. 39), não são todas as mortes que vão ser julgadas por esse procedimento especial. O que pesa na definição da competência é o réu, não a morte da vítima. Essa representação da especialidade do Tribunal do Júri é vista na prática quando, por exemplo, consta na declaração que o desembargador Marcus Fáver deu ao jornal O Globo, uma diferenciação entre “crimes”. O juiz fez uma distinção entre os casos que têm componente emocional e aqueles que não têm, quando menciona a necessidade de excluir do júri os crimes que não trazem o citado componente: “Você vê que não está julgando um criminoso, mas alguém que cometeu um crime” (Menezes, 2013). Nessa entrevista o juiz, que comentava uma possível reforma a ser feita no funcionamento do Tribunal do Júri, disse que ela “afastaria do júri esses crimes sem componente emocional ou sentimental, em que a morte é um negócio”.

Assim, pretendo através da análise destes repertórios discursivos, compreender como essas representações informam a sensibilidade jurídica e os sentidos de justiça presentes em tais textos, que contém valores morais que informam o

Direito brasileiro. Além disso, pretendo pensar como muitas dessas representações acabaram por gerar reformas institucionais que culminaram na adaptação do modelo de Trial by Jury inglês, no modelo de Tribunal do Júri brasileiro. As reformas que a instituição passou apontam para sua adaptação à sensibilidade jurídica brasileira e os textos que pesquisei trazem valores e representações que, em alguma medida, informam tais reformas.

O espírito comunitário: uma análise de formas dialogais de administração de conflitos

AUTORES/AS: MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA

Pretendo debater sobre a produção de “sujeitos de direitos” em ambientes extrajudiciais de administração de conflitos a partir da análise etnográfica de quatro ambientes: a experiência dos Balcões de Direitos no Rio de Janeiro e na cidade de Olinda em Pernambuco, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS – Mulher/ Idoso na cidade de Juiz de Fora e o Escritório Escola da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora nessa mesma cidade. Essas instituições têm o intuito de promover o exercício da cidadania para a população de baixa renda, por meio de assistência jurídica gratuita e da realização da prática de mediação de conflitos e conciliação extrajudiciais. O objetivo foi entender como opera a dinâmica de atendimento da mediação e conciliação extrajudicial nessas instituições e o que elas produzem como justiça para essa população atendida, majoritariamente moradores de áreas precárias de serviços estatais, como escola, saúde e acesso à justiça. A “mediação de conflitos” proposta pelos gestores desses ambientes pesquisados é entendida idealmente como a criação de um espaço extrajudicial de produção de diálogo entre as partes em conflito e de empoderamento das mesmas, ou seja, um ambiente onde se pretende administrar conflitos a partir de uma lógica do diálogo e da comunicação entre as partes, diferente da lógica adversarial da justiça formal, ampliando assim, para fora do Judiciário e das delegacias, os espaços de produção de justiça, trazendo a proposta de outra lógica de administração de conflitos. Dentro desse tema, pretendo problematizar sobre o uso do termo “justiça comunitária” e de “comunidade” no campo da produção de justiça, refletindo sobre a construção de um espaço que se coloca, a priori, como diferente e externo ao sistema de justiça

formal. Outro ponto que abordo diz respeito a seleção dos conflitos que merecem ser enviados para o judiciário e quais não merecem de acordo com a concepção dos gestores desses ambientes informais. Destaco que a maioria dos casos nos ambientes pesquisados são casos de conflitos familiares e a maioria do público atendido são mulheres. Pôde-se perceber como os marcadores sociais de diferença e hierarquia estão operando nas relações conflituosas administradas por meio das justiça do diálogo. Além disso, percebeu-se que a noção de comunidade está sempre referida a um contexto maior, em que direitos são garantidos a cidadãos que os desconhecem, mas que os têm, idealmente, assegurados pela legislação. Tudo isso aparece de uma forma ambígua: por um lado, valorizando o jurídico e os direitos da cidadania; por outro, evitando-o e buscando um local entendido como mais acolhedor, ágil e privado para a resolução de problemas, que é o “lugar” da comunidade”.

O mar como um palco de contestações: um estudo sobre a comunidade pesqueira de Atafona- RJ

AUTORES/AS: HULLY GUEDES FALCÃO

Durante minha dissertação de mestrado tive o intuito de analisar os conflitos engendrados pela apropriação dos espaços entre os pescadores de Atafona - São João da Barra, norte do estado do Rio de Janeiro -, o complexo portuário do Açu - situado na mesma cidade - e empreendimentos de extração de petróleo e gás na Bacia de Campos. Em conversa com os pescadores sobre esse contexto de transformações, que impõe uma nova configuração, muitos relataram que a principal mudança sentida foi a falta de espaços no mar, a qual caracterizavam como o principal problema. Nesse quadro, os pescadores reconfiguram as formas de apropriação do mar, bem como suas práticas pesqueiras para manterem o que consideram seu território e para reproduzirem-se socialmente e economicamente. Destaca-se que os pescadores podem interferir, contestar ou denunciar essas situações vivenciadas. Tendo isso em vista, examinei alguns ofícios emitidos pela Colônia Z-2 - órgão representativo dos pescadores - aos órgãos ambientais fiscalizadores. Neles, a instituição pedia o esclarecimento das atividades da draga usada para construir os terminais do complexo portuário e questionavam a forma com que as instituições ambientais lidavam com as outras empresas, criticando

e denunciando esta diferença no tratamento recebido. Durante o período de defeso, no qual a pesca de camarão fica proibida em um tempo definido, a draga manteve suas atividades no principal pesqueiro da região, o Paga Dívida, local onde foi construído o píer do porto. O que, de acordo com os pescadores, ajudou a diminuir os recursos pesqueiros deste local. Esta crítica era realizada não só pelo representante da Colônia Z-2, como também pelos pescadores, que se perguntavam por que o mesmo órgão enquanto “cai em cima dos pescadores, lá no Açú deixa o bicho correr solto”. Eles acreditavam que se deveria proibir ambas as atividades. Do mesmo modo, denunciavam ao Ministério Público as licenças vencidas das operações da draga e os locais utilizados para depositarem areia em alto-mar. Neste sentido, este trabalho tem como foco refletir sobre as contestações e justificativas construídas para denunciar órgãos ambientais e atividades de empresa para instituições oficiais - ambiental ou jurídica-, onde problematizam o fato dessas fiscalizações ocorrerem de forma diferenciada, tornando público esses conflitos. Busco também refletir sobre as justificações criadas pelos pescadores ao infringirem a regra de exclusão – área restrita à pesca em torno das plataformas e píer do porto.

O melhor interesse da criança. Adoção por um casal homossexual: um estudo de caso

AUTORES/AS: REGINA LUCIA TEIXEIRA MENDES, ALINE DOS SANTOS STEELE

Esta comunicação tem como objetivo a partir do estudo de um processo judicial de habilitação para a adoção de crianças por um casal homoafetivo julgado pelo Tribunal de Justiça do Paraná e posteriormente apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, refletir sobre os mecanismos de decisão no processo judicial brasileiro e a influência das moralidades que estão subjacentes numa decisão desse tipo. Partiu-se da descrição de um caso concreto que foi julgado pelo Tribunal de Justiça do Paraná e posteriormente apreciado pelos Tribunais superiores para a reflexão sobre o processo decisório e a identificação das categorias centrais nessa matéria tais como: “princípio do melhor interesse da criança”. O estudo de caso foi construído a partir do acesso ao processo judicial que julgou a pretensão descrita, e contou com diversas entrevistas com um dos pretendentes à adoção. Foram entrevistas abertas feitas por telefone, assim como houve uma

troca de correspondência eletrônica. A descrição do processo e dos diferentes argumentos usados pelos atores jurídicos para justificar suas decisões completaram o método utilizado. Procurou-se, ainda, estabelecer uma interlocução com outras pesquisas empíricas realizadas no campo jurídico brasileiro, tendo como pano de fundo o princípio da igualdade jurídica bem como a influência da moralidade dos atores nas decisões que propõem para o caso. Por fim, buscou-se descrever, discutir e compreender como a categoria “princípio do melhor interesse da criança” assume diversas significações e acaba servindo como roupagem jurídica para decisões marcadamente subjetivas e morais.

Os “UPP” e o “ganso”: um estudo sobre a relação entre policiais e jovens em áreas pacificadas.

AUTORES/AS: LIDIANE MALANQUINI MAGACHO

O presente trabalho pretende refletir sobre o cotidiano de aproximação entre policiais militares lotados na UPP Mangueira-Tuiuti e jovens moradores das favelas Mangueira e Tuiuti, localizadas na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Durante oito meses, acompanhei cotidianamente policiais militares lotados nesta UPP, com o objetivo de apreender suas percepções sobre o fazer policial nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e observar o cotidiano da aproximação entre jovens policiais e jovens moradores deste espaço. A partir de fatos e informações coletadas durante a pesquisa de campo, é possível apontar que há uma disputa entre estes dois atores, que para além da questão criminal, vem se construindo em disputas cotidianas por espaço, poder e status nas favelas atendidas por esta UPP.

É interessante observar que esta disputa trata-se de uma disputa entre jovens. Jovens estes que muitas vezes possuem características muito parecidas (muitos são pretos ou pardos, oriundos de famílias com poder aquisitivo baixo e possuem a mesma referência de lazer), porém no espaço da favela mantém relações tensas entre si.

A partir desta apresentação, pretende-se descrever e refletir sobre estas disputas e tensões cotidianas vivenciadas nas favelas cariocas. Longe de termos conclusões, esta apresentação tem como objetivo trazer elementos e questões para o debate, tendo como norte o diálogo desta assistente social com a perspectiva antropológica.

Práticas socioeducativas e garantia de direitos: pensando a (des)constituição do sujeito de direitos a partir da internação de adolescentes

AUTORES/AS: LIANA DE PAULA

Este trabalho tem por objetivo discutir as possíveis rupturas que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente tenha promovido nas práticas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, com foco na constituição desses adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Para tanto, serão analisadas as práticas de atendimento da internação, uma vez que essa produz grande volume de documentos oficiais e permite, por isso, o levantamento de dados para a comparação entre as práticas anteriores e posteriores ao Estatuto. O sistema de justiça juvenil constituiu-se no Brasil a partir de 1927 e propunha a tutelarização estatal de adolescentes pobres que tivessem cometido infrações penais, ou fossem considerados abandonados. A tutela desses adolescentes pelo Estado justificava-se pela possibilidade de sua reabilitação em instituições de internação.

Em São Paulo, essa reabilitação significava produzir nos adolescentes pobres a disciplina necessária para o trabalho nas fazendas e manufaturas. As instituições criadas para esse fim foram idealizadas para implementar técnicas modernas que assegurassem a corporificação dessa disciplina, tais como a ginástica e a instrução militar. Embora os castigos físicos fossem expressamente proibidos, estabeleceram-se como prática comum nessas instituições.

Durante o regime ditatorial, nos anos 1960 e 1970, o sistema de justiça juvenil passou por reformas que buscavam promover novos arranjos organizacionais e afirmar a importância da equipe técnica no processo de reabilitação. Em termos organizacionais, as reformas mantiveram e acentuaram o processo de tutelarização, ampliando o número de adolescentes internados. Quanto ao lugar ocupado pela equipe técnica na reabilitação, essas reformas não promoveram-na a ponto de eliminar o recurso a castigos físicos.

Nos anos 1990, o processo de redemocratização no Brasil levou a uma nova reforma no sistema de justiça juvenil. Buscando romper radicalmente com a tutelarização e alinhar-se com a agenda democrática de promoção da cidadania e garantia de direitos, a nova reforma propunha, por um lado, a diversificação das práticas de atendimento, favorecendo o recurso a práticas não custodiais, tais como a liberdade assistida. Por outro lado, propunha uma profunda mudança

nas práticas de internação, dentre elas a definitiva eliminação dos castigos físicos e o redirecionamento das técnicas para promover a cidadania dos adolescentes atendidos.

Nesse sentido, este trabalho busca discutir se e em que medida as mudanças produzidas pela reforma dos anos 1990 nos permitem pensar na constituição dos adolescentes enquanto sujeitos de direitos, i.e., em uma cidadania que não se define pela tutelarização do acesso a direitos e que circunscreve o corpo dos cidadãos, vedando o uso dos castigos físicos.

Problematicando ao homem como sujeito de direito, cultural e de gênero. Diálogos Colômbia-Brasil

AUTORES/AS: MARCO JULIÁN MARTÍNEZ MORENO

Minha apresentação busca contribuir à reflexão sobre a relação entre direito, cultura e gênero a partir das considerações sobre gênero e socialidade da etnografia de Marilyn Strathern na melanésia. Apresento a distância moral entre noções de direito de jovens moradores de rua e agentes encarregados da implantação de uma política pública de prevenção da violência intrafamiliar em Bogotá, Colômbia. Depois proponho os desafios metodológicos para uma etnografia dos “grupos reflexivos de homens” da Lei Maria da Penha no estado do Rio de Janeiro, para reflectir sobre as formas da garantia dos direitos humanos das mulheres através da intervenção psico-social e a objectivação dos direitos humanos. Quero chamar a atenção em como o individualismo metodológico, apercepção sociológica, em palavras de Dumont, configura uma moralidade que procura a objectivação do direito como bem individual, desconsiderando a configuração do direito na interdependência das relações sociais.

Promotoras legais populares: uma análise a partir da antropologia das políticas públicas

AUTORES/AS: ROCÍO ALONSO LORENZO

Este trabalho visa analisar etnograficamente o projeto Promotoras Legais Populares (PLPs). As PLPs são lideranças da comunidade treinadas por diversos órgãos públicos e organizações não-governamentais para escutar, aconselhar e

auxiliar outras mulheres a ter acesso à justiça quando sofrem violações de seus direitos. Hoje difundido em quase todos os países da América Latina, o projeto PLPs começou no Brasil na década de 90, a partir da sua disseminação no país pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem). O presente artigo analisa as práticas desenvolvidas por um grupo de PLPs em um núcleo de atendimento a vítimas de violência doméstica e familiar, situado na área de emergência de um hospital público da Zona Leste de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa de pós-doutoramento financiada pela FAPESP e que se encontra em fase de conclusão. O trabalho se propõe fazer uma análise etnográfica que toma como objeto principal as práticas e discursos mobilizados por esse grupo de PLPs, funcionárias do hospital que atuam como plantonistas do núcleo, a partir do que poderia ser denominado como “antropologia das políticas públicas” (Souza Lima, 2008). Desenvolvem-se três abordagens teórico-metodológicas - governamental, intercultural e interpretativa - como estratégia analítica dessas práticas. A partir da perspectiva “governamental”, busca-se explorar as fronteiras instáveis entre lei, “policy” e ação política, visíveis nas práticas das PLPs. Com a perspectiva intercultural, pretende-se resgatar algumas propostas da antropologia política e jurídica clássicas para vislumbrar as contradições que surgem, por um lado, da perspectiva do “pluralismo jurídico”, característica do regime dos direitos humanos e que determina a priori uma suposta sobreposição de vulnerabilidades (de classe, gênero, raça, geração ou orientação sexual), e uma perspectiva de “cidadania ativa”, por outro lado, que pressupõe um sujeito de direitos ativo como recurso da ação política. Por fim, a partir de uma análise interpretativa, busca-se explicitar aquelas metáforas, símbolos e artefatos linguísticos, entre eles a própria Lei Maria da Penha, que dão significado às ações mobilizadas no contexto do hospital e que anseiam fazer as “vítimas” identificáveis e o “crime” da violência doméstica confessável. Desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor em 2006, a violência doméstica e familiar tem sido tratada desde uma ótica de penalização mais dura. Contudo, este trabalho mostra que a lei parece exercer um efeito pedagógico e simbólico sobre as “vítimas” e as funcionárias que as atendem que não deve ser subestimado e que, em muitos casos, adquire maior relevância do que a suposta eficácia penal da mesma.

Tecnologias de governo e(m) conflito com a lei: práticas de intervenção e gestão da vida entre jovens em cumprimento de medida socioeducativa

AUTORES/AS: JANAINA DE SOUZA BUJES

O trabalho analisa as tramas burocráticas de intervenção jurídico-estatal na gestão de adolescentes internados por prática de atos infracionais em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo enfoca a construção de uma problemática pública, qual seja, a construção de um espaço de atendimento de saúde para os jovens cumprindo medida socioeducativa, e visa problematizar os modos de governo de jovens internados e a construção da categoria “jovens doentes”. De forma específica, o estudo enfoca a discussão a partir de uma Ação Civil Pública que condenou o estado do Rio Grande do Sul à construção de um equipamento público para atendimento em saúde dos jovens internados por prática de atos infracionais, com diagnóstico de distúrbios mentais e usuários de medicação psiquiátrica. Parto da perspectiva de que os agentes constroem ideologicamente e emocionalmente noções entre “bem” e “mal”, articulando estas distinções em suas práticas cotidianas, e tais noções nos ajudam a entender os princípios de avaliação dos sujeitos e das práticas que operam, os debates que suscitam e os processos através das quais são implementadas tais noções. A investigação realizou observação participante em reuniões, entrevistas com os interlocutores de pesquisa e análise de documentos, com os quais se construiu as redes de atores que engendram tais processos, principalmente aqueles envolvidos na discussão jurídica da elaboração de uma política pública de atendimento de saúde para jovens infratores. O estudo aponta para performances de direitos humanos que estão sendo articuladas em políticas da e para a vida nas redes de relações que constituem os sujeitos, os sentidos e as práticas imbricadas nas noções de doença, diagnósticos e medicalização e que são mobilizadas pelos agentes na constituição de subjetividades. Estes processos não são predeterminados, mas bastante contingentes e estão implicados em diferentes processos de negociação e reconfiguração de práticas e moralidades. Produzem saberes politicamente situados que são promovidos, reconstituídos, mediados em diferentes níveis e que geram deslocamentos das fronteiras e diferentes formas de (i)legibilidade nas relações entre os sujeitos envolvidos.

“Onde queres o sim e o não, talvez”: a fluidez dos princípios jurídicos enquanto fundamento de decisões judiciais.

AUTORES/AS: BÁRBARA GOMES LUPETTI BAPTISTA

“O princípio é uma coisa fluida. É algo com que eu possa brincar como massinha de criança. Não há a menor possibilidade de eu dizer que o direito não dá resposta.”. Esta frase foi enunciada por um magistrado e me ajudou a pensar sobre os reflexos do uso indistinto dos princípios jurídicos no exercício da jurisdição e na prolação das decisões judiciais.

Durante o trabalho de campo que eu realizei no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para a elaboração da minha tese de doutorado sobre a imparcialidade judicial, eu tive a oportunidade de conversar com muitos operadores do direito, inclusive juízes e desembargadores.

No decorrer das entrevistas formais, foram bastante recorrentes as falas de interlocutores que se demonstraram preocupados com a tendência jurídica moderna de recrudescer o uso de princípios jurídicos abstratos no lugar da interpretação literal da lei. Em síntese, os “princípios jurídicos” constituem, teoricamente, normas de conceito aberto, a serem utilizadas quando há lacunas na lei.

Porém, na prática, a pesquisa me permitiu perceber que funcionam como uma espécie de porto-seguro dos operadores do direito, que os utilizam de forma aleatória, tanto quando querem interpretar a lei de forma particular quanto quando não encontram na legislação a saída de que necessitam para um determinado caso concreto ou quando, para “fazer justiça”, elastecem a sua interpretação.

Um magistrado me disse, durante o trabalho de campo, que, hoje em dia, em vez de usar os princípios jurídicos apenas quando a lei não oferece saídas ao intérprete, o que se tem verificado é que os juízes estão “julgando a lei”, o que, segundo ele, “é perigoso, porque, se o juiz é bom, ótimo. Mas se o juiz for mal intencionado, é um problema”. A interpretação principiológica tem permitido aos magistrados que manuseiem os princípios jurídicos com alto grau de discricionariedade.

A partir da análise de situações concretas selecionadas durante a pesquisa de campo, pretendo explicitar neste paper, de um lado, que o uso indistinto dos princípios jurídicos, na prática, vem funcionando como uma espécie de “sinal verde” para a interpretação e para a aplicação particularizada da lei pelos magistrados. E, de

outro lado, tem funcionado para emprestar “legitimidade” a decisões judiciais que, na verdade, decorrem mais da sensibilidade do julgador do que propriamente da “racionalidade” do processo. No trato dos casos concretos, fica explícito que, em certas circunstâncias, as razões de decidir dos magistrados estão fundamentadas em motivações de ordem puramente subjetiva, mas que, uma vez respaldadas por princípios jurídicos, ganham contornos de legitimidade formal que acomodam o sistema e escondem a vontade do intérprete.

“Vítima de verdade existe, mas eu nunca vi”: os diferentes significados da “vítima” em casos de violência doméstica levados às Delegacias de Defesa da Mulher

AUTORES/AS: BEATRIZ ACCIOLY LINS

Em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), com o propósito de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir do acompanhamento do expediente policial de duas Delegacias de Defesa da Mulher na cidade de São Paulo, busco compreender de que maneira tal mudança teria impactado práticas e falas policiais nas DDM com atenção especial para a interação destes profissionais com a nova lei e os significados que lhe são atribuídos. Neste artigo, proponho uma reflexão acerca dos diferentes, e por vezes ambivalentes, significados da “vítima” nos casos levados às delegacias. Analisarei, mais especificamente, dois conceitos êmicos utilizados pelos policiais: a saber, a noção de “vítima de verdade”, que é mobilizada para se opor à ideia de uma “vítima” genérica, presente dos boletins de ocorrência.

Dentro das delegacias, homens, mulheres e suas narrativas são encapsulados nos registros de ocorrências e nas identidades relativamente fixas de “vítimas” e “autores”. Uma vez inseridas no sistema oficial e burocrático, estes sujeitos serão tratados a partir destas categorias que, longe de serem neutras, indicam posições morais nos conflitos apresentados. A “vítima” do registro da ocorrência, de um ponto de vista formal, pode ser entendida apenas como a parte lesada e acusatória. No entanto, nas moralidades, noções de justiça e “sensibilidades jurídicas” (Geertz, 1994) que circulam por entre as falas policiais, a “vítima” é uma entidade moralmente complexa e que traz dilemas para a atuação desses profissionais. Normativamente, a “vítima” deveria corresponder à ausência de autonomia e

independência, ou ainda à fragilidade e ingenuidade. Surge, então, a figura da “vítima de verdade” como alguém que corresponde ou se aproxima deste ideal. No dia a dia das delegacias, contudo, os policiais expressam intensa dificuldade em aceitar os relatos das mulheres que buscam os serviços da polícia como verdadeiros e, por isso, merecedores dos direitos previstos na lei. Pelo contrário, as mulheres que se transformam nas “vítimas” formais manipulariam o sistema de justiça, utilizando a lei de maneira mal intencionada e egoísta. Nesse sentido, a “vítima” dos boletins de ocorrência seria uma espécie de oposto da “vítima de verdade”. O reconhecimento de uma mulher como “vítima de verdade” a tornaria uma verdadeira recipiente da Lei Maria da Penha. Há, portanto, um esforço significativo em afastar as mulheres que transitam pelas delegacias da figura da “vítima de verdade”, qualificando seus relatos como mentirosos e manipuladores.

COORDENADOR/A: FLÁVIO LUIZ TARNOVSKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO), ANNA PAULA VENCATO (UNIVERSIDADE PAULISTA)

DEBATEDOR/A: ALESSANDRA DE ANDRADE RINALDI, RAQUEL WIGGERS, ANDREA LACOMBE

O momento atual tem sido marcado por transformações importantes no campo dos direitos sexuais, afetando especialmente a esfera das relações de parentesco. Muitos países aprovaram leis que permitem o reconhecimento legal de uniões entre pessoas do mesmo sexo, com efeitos sociais e jurídicos no campo da filiação e da parentalidade. Ao lado de questões sobre o direito à adoção e à utilização de tecnologias reprodutivas por pessoas e casais homossexuais e transexuais, podemos identificar uma multiplicidade de arranjos familiares que problematizam a importância do reconhecimento legal e jurídico no âmbito das sociedades ocidentais contemporâneas. Considerando que o reconhecimento social engloba as instâncias legais e jurídicas, mas não se restringe a elas, pretendemos discutir os processos de atualização das relações de parentesco, a partir das seguintes temáticas: efeitos de uniões homossexuais e transgênero no campo do parentesco; práticas de rejeição e aceitação familiar de pessoas LGBT, entendidas na sua dimensão processual; práticas de parentalidade e de cuidado no interior do parentesco; trocas, solidariedades e relações eletivas de pessoas LGBT no contexto das relações familiares, e temáticas afins. Ao problematizarmos tais questões, pretendemos ampliar o debate contemporâneo sobre sexualidade, gênero e parentesco no interior da antropologia, revisitando conceitos e descobrindo novas realidades etnográficas.

“Verdadeiras famílias”: sociabilidade, geração e homossexualidade no Pantanal de Mato Grosso do Sul

AUTORES/AS: GUILHERME RODRIGUES PASSAMANI

A presente proposta de comunicação é parte das reflexões que estou desenvolvendo junto ao curso de Doutorado em Ciências Sociais do Ifch-Unicamp na área de Estudos de Gênero. Genericamente, a minha investigação assenta-se nas questões que envolvem homossexualidade, envelhecimento e memória na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2013 nas cidades de Corumbá e Ladário com homens com conduta homossexual, maiores de 50 anos. Para este momento, busco refletir a partir de alguns dados de campo sobre a relevância da constituição de grupos de afinidade que acabam funcionando como “verdadeiras famílias”. Neste sentido, ganham importância alguns marcadores de diferença social, tais como, especialmente, geração e classe. Pretendo, então, desenvolver uma análise amparada na ideia de mudança social do lugar da homossexualidade na região e pensar como estes laços de “homossociabilidade” marcam experiências, memórias e vivências destes sujeitos. Embora este ainda seja um debate em fase de desenvolvimento no Brasil, onde o campo está a consolidar-se, já parece ser possível empreender um diálogo entre algumas pesquisas realizadas em diferentes contextos do país, especialmente, pensando esta noção de família que extrapola os laços tradicionais da consanguinidade. A minha proposta, assim, margeia esta fronteira.

Em trânsito com as “famílias LGBT”: sobre redes de suporte e proteção de adolescentes e jovens na cidade de São Paulo

AUTORES/AS: MARCELO DE PAULA PEREIRA PERILO

Esta apresentação advém de minha pesquisa de doutoramento por meio da qual discuto sobre mudanças nas convenções sociais sobre gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo e transformações no entendimento da homossexualidade como um lugar social. A partir de uma etnografia em curso em São Paulo e região metropolitana, busco refletir sobre as “famílias LGBT” ou “famílias da noite”, grupos constituídos por adolescentes e jovens com condutas homo e bissexual que oferecem suporte a seus membros residentes em distintas regiões da cidade.

Considerando a presença de meus interlocutores em espaços de encontro também frequentados por outros atores, sendo alguns avessos a suas condutas, as “famílias” emergem como oportunidade de proteção e também como possibilidade de ampliação dos trânsitos destes jovens pela cidade, sobretudo quando deslocam-se em grupo entre distintos lugares de encontro. As “famílias” têm ao menos um fundador, o “pai”, e podem também ter as “mães”, sendo que geralmente estes fundadores elaboram as regras ou orientações que regem a convivência de seus “filhos”. Há distintas “famílias”, algumas com dezenas, outras com centenas de integrantes, sendo também diversas as modalidades de organização e gestão das mesmas. Atenho-me à discussão sobre as redes conformadas por esses jovens e como estas interferem em seus trânsitos pelo espaço urbano; reflito sobre a relação entre “pais” e “mães” versus os genitores de meus interlocutores, como em casos em que as “famílias” oferecem suporte àqueles expulsos de casa após assunção da homossexualidade; e destaco também as mudanças que vêm ocorrendo em algumas “famílias” criadas no início da década de 2000, o que aponta para uma diversificação de seus objetivos, emergência de distintas gerações de “pais” e “avós”, bem como a articulação de alianças destes grupos junto a movimentos sociais, Estado e mercado.

Identities visíveis, lugares invisíveis: repensando as homossexualidades no contexto das relações de parentesco

AUTORES/AS: FLÁVIO LUIZ TARNOVSKI

De maneira recorrente, as pesquisas que abordam a homossexualidade do ponto de vista das relações familiares se preocupam em compreender os processos de rejeição ou aceitação envolvidos na revelação da orientação homossexual. A questão é central, se considerarmos o conteúdo dramático e violento que muitas vezes envolve a rejeição de jovens que se assumem gays ou lésbicas. O contexto social atual, marcado por discursos contrários ao reconhecimento pleno da homossexualidade como uma experiência humana positiva, tem tornado ainda mais difícil o combate à práticas de homofobia em diversos segmentos da sociedade. No âmbito desses discursos, a homossexualidade é frequentemente definida como contrária à família. Nesta comunicação, pretende-se contribuir para a compreensão do tema, direcionando a atenção não apenas para as práticas

de rejeição, mas também para os processos de integração familiar subsequentes à revelação da homossexualidade. A partir de pesquisa etnográfica, busca-se elucidar processos sociais de manutenção, ruptura ou transformação dos vínculos no interior da família de origem e da rede de parentesco em situações de revelação da homossexualidade.

Sexualidade, Gênero e Família

AUTORES/AS: CAIO CRISTIANO DE BRITO RODRIGUES

A sexualidade aos poucos abre as portas do armário e extrapola o ambiente escuro e repressor que há muito tem sido confinada. Em uma era de mobilidade, velocidade e intenso fluxo, seja de indivíduos ou informações, a sexualidade sai dos limites da dimensão tabu e entra na arena pública de debate. Pode-se perceber em diversos ambientes, sejam eles públicos ou privados, em cenários religiosos ou secularizados, acaloradas discussões em torno do assunto, para além das reuniões de família – onde o tema até então era vivenciado como um desvio de personalidade, vergonha social, ou até mesmo doença –, nos espaços públicos e semi-públicos (praças, bares, restaurantes, shoppings, cinemas, cafés, etc.), nas escolas e ambiente acadêmico, nas esferas estatais, vem até mesmo se tornado assunto transversal no núcleo duro dos dogmas religiosos (principalmente entre os cristãos). Não tenho como pretensão afirmar que a sexualidade deixou de ser assunto polêmico e elemento de preocupações, vigilância e controle social, o que é indiscutível é o fato de um tema tão delicado e silenciado ao longo de tantas gerações emergir, apesar de grande resistência, nos diálogos das esferas familiar, religiosa e estatal.

O que podemos notar é que impulsionada por uma visão biológica e ligada, principalmente, a uma perspectiva de reprodução, há a prevalência da consciência coletivamente construída de que aquele que tem pênis é “homem” e aquela que tem vagina é “mulher”, atrelada a tais perspectivas a sexualidade seria conformada de acordo com o sexo biológico do indivíduo. Dentro do viés acima construído, aqueles indivíduos que não viesse a direcionar seus desejos de acordo com os padrões socialmente estabelecidos no que se refere à aliança “sexo-sexualidade”, seriam considerados “anormais” ou desviantes.

O padrão constituído por um núcleo formado por um homem, uma mulher e seus

descendentes biológicos já não é capaz de lidar com as demandas e os rearranjos na configuração das uniões afetivas. Outros elementos ganham peso cada vez maior na estruturação do desejo que guia a escolha dos membros desta nova família que surge no horizonte das transformações sociais.

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância dos estudos de sexualidade, gênero e família para uma melhor compreensão das transformações que ocorreram na sociedade brasileira dos últimos séculos até os dias atuais. Procuro, ainda, estabelecer diálogo com autores que trabalham dentro da perspectiva de gênero, sexualidade e família como processo correlato na determinação das configurações conjugais homossexuais na construção de lares brasileiros.

Travestilidades e amadrinhamento: corpo, trabalho sexual, afeto e cuidado.

AUTORES/AS: VANESSA SANDER SERRA E MEIRA

O presente trabalho é desdobramento da pesquisa de mestrado em Antropologia Social da UNICAMP, realizada entre travestis que se prostituem, em Belo Horizonte. O aprofundamento em alguns dados de campo, pretende discutir as relações de amadrinhamento, fundamentais para as transformações corporais constituidoras das travestilidades, bem como para o cotidiano do trabalho sexual. É comum o processo de transformação das travestis começar com a ruptura do mundo da casa (de onde são frequentemente expulsas pelos familiares), seguido pelo necessário apego ao mundo da rua, onde aprendem, ou potencializam suas contínuas mudanças corporais. É na convivência na pista que as travestis incorporam técnicas e valores do feminino, tomam conhecimento dos truques do cotidiano da prostituição e ganham um nome feminino. Este é um dos importantes espaços onde elas constroem-se corporal, subjetiva e socialmente. Para inscrever em seus corpos seus ideais estéticos elas precisam da colaboração do grupo: é muito difícil se tornar travesti sem estar inserido em uma rede específica, que promove o amadrinhamento. As tias, como são chamadas as travestis mais velhas e experientes, costumam fazer o papel de madrinhas ao orientar as jovens em suas transformações. Além disso, elas também constroem relações entre mães e filhas: assim se chamam as cafetinas e suas agenciadas. Mas essa relação vai muito além do agenciamento nas áreas de prostituição, ela envolve proteção, educação e cuidado. As cafetinas são, na maioria dos casos, também pensionistas: elas administram uma

casa em que coabitam com suas filhas. A convivência que acontece nesse local é fortemente marcada pela intimidade e afeto e é, frequentemente, vista e vivida como uma relação eletiva de parentalidade. As filhas afirmam que ali encontraram o amparo que lhes foi negado por sua família de origem. No entanto, o status de “família” atribuído a essas relações entre mães e filhas está sempre no fio da navalha. Quando entram em conflito elas questionam a autenticidade dessa relação parental. Por conceberem as relações familiares como essencialmente distintas de relações mercantilizadas, desacordos provenientes da mistura entre interesse material e sentimento evidenciam os limites da figura mãe/cafetina. Assim, mesmo que marcadas por tensões e questionamentos, as relações entre travestis mães e filhas, podem ser pensadas como relações de parentesco ancoradas na mutualidade de ser (*mutuality of being*- Sahlins, 2013). Mãe e filha participam intrinsecamente na existência uma da outra, não sendo apenas metáforas de relações de parentesco. Como afirma Sahlins (2013) “kinship categories are not representations or metaphorical extensions of birth relations; if anything, birth is a metaphor of kinship relations.”

“Prefiro um Filho Morto do que um Filho Viado”: Algumas implicações de quando a Homofobia é Familiar.

AUTORES/AS: BRUNO DOS SANTOS HAMMES

Nesse artigo tomo como dimensão central, o rearranjo das relações familiares a partir de um evento que foge da ordem vigente nesse núcleo, que é a revelação ou mais especificamente os conflitos que se desdobram da divergência de orientação sexual entre pais e filhos. Em alguns casos o conflito se torna tão latente chegando à situação extrema em que o jovem é abandonado, excluído da vida social da família, ou ainda como em muitos casos, o laço de parentesco é revisto [distanciamento] ou ‘revogado’. Se tornando frequentes relatos de pais/mães que dizem, “Eu prefiro um filho morto, do que viado”.

Embora haja na atualidade alguma visibilidade e discussão relativas às famílias homoparentais, adoção por casais lésbicos e gays, e assistência em outras questões ligadas ao campo da legalidade e reconhecimento dessas outras formas de união e família, eu entendi que havia muito pouco acúmulo e visibilidade acerca das trajetórias, dilemas e mediações que envolviam a vida de jovens gays no seio

de famílias heterossexual que muitas vezes agem sob uma ótica conservadora e mantenedora de preconceitos. Há de se perceber a possibilidade de se instalar uma atmosfera geral de suscetibilidade a uma série de questões decorrentes da dependência (afetiva, social e outras) que os jovens estão expostos ao viverem sob a autoridade de famílias, que na maioria dos casos que tive contato, ainda são intolerantes ou fóbicas a diversidade sexual.

No intuito de observar com mais cuidado o âmbito privado ou das relações sociais mais próximas é que busco visibilizar algumas famílias em que existe divergência de orientação sexual entre pais/mães e filhos, para pensar alguns dos desdobramentos que afetam as relações e, as possibilidades de concilia-las ou não com os valores da rede social, círculo familiar e de parentesco e suas implicações nessas histórias de vida juvenis.

Assim busquei tecer uma problematização de maneira a questionar um ideal de ‘amor incondicional’, de senso comum que é imposto pela sociedade aos pais. Para isso busquei no aparato metodológico da Antropologia, o tratamento dado ao tema parentesco, para analisar um pouco da trajetória de três jovens moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro entrevistados em um documentário intitulado “Quenda”, e visibilizar algumas de suas impressões acerca dos dilemas e modos de operar com as relações familiares, relações de amizade e pertencimento. Apontando por fim para revisões recentes do parentesco na Antropologia e evidenciando relações de poder.

A natureza no arco-íris? A conjugalidade homoafetiva e a divisão sexual do trabalho.

AUTORES/AS: FABIO PESSANHA BILA

A divisão sexual do trabalho é um tema que foi discutido nas Ciências Sociais desde seus autores clássicos. A ideia que dominou o debate sobre a temática, principalmente no século XIX, compreendia a questão a partir dos pressupostos da complementaridade natural entre os sexos e do tabu do incesto, percebidos enquanto normas que organizavam todas as sociedades. Entretanto, transformações sociais ocorreram no final do século XX, nas relações sociais de sexo advindas do movimento feminista e homossexual. Tais mudanças questionaram as premissas referentes às desigualdades entre homens e mulheres pautadas na biologia. Consequentemente as ideias clássicas sobre a divisão sexual do trabalho e o tabu

do incesto foram interrogadas. As perguntas colocadas a esses temas abalaram a ideia de uma natureza como reguladora das normas entre os sexos, demonstrando que o que se entendia como funções harmônicas ditadas pela natureza, mascarava uma hierarquia, que produz uma desigualdade social, política e econômica entre homens e mulheres; heterossexuais e as sexualidades LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -. Os estudos feministas e os estudos queer explicam a divisão sexual do trabalho como sendo socialmente e culturalmente produzida, derrubando as explicações vinculadas à natureza. Proponho refletir a divisão sexual do trabalho entre casais homoafetivos. O reconhecimento jurídico das uniões entre casais homossexuais, no Brasil, no ano de 2011 foi um marco na luta do movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -. Com isso, nosso objetivo é discutir se os casais homoafetivos reformulam ou reproduzem a ideia de complementaridade natural entre os sexos arraigada na nossa cultura heteronormativa.

Configurações e reconfigurações familiares da ruptura conjugal

AUTORES/AS: CAROLINA CASTELLITI

Neste trabalho me proponho a refletir sobre algumas continuidades (ou configurações) e mudanças (ou reconfigurações) nas relações familiares e na construção gramatical dessas relações, que ocorrem como consequência da ruptura conjugal. Essas reflexões partem de uma pesquisa realizada para minha dissertação de mestrado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). O material empírico da mesma consiste em uma série de entrevistas realizadas no começo de 2013, com mulheres de camadas médias da cidade de Santa Fe (Argentina), que tinham passado por uma separação ou divórcio. Assim sendo, a perspectiva de gênero assume uma importância capital, por se tratar de trajetórias conjugais heterossexuais narradas por mulheres. Isso não quer dizer que a iniciativa da separação tenha surgido sempre delas, mas sim que seus modos de vida, suas escolhas e decisões foram fundamentais nesse desenlace. Observo que a separação, do ponto de vista delas, não é um evento, mas um processo. Implica longos períodos de discussão, brigas, e tentativas de reconciliação (durante os quais muitas vezes são consultados diversos especialistas). É narrado como um processo complexo e difícil, que requer um investimento emocional

forte e deriva em uma individualização subjetiva (que assume diferentes sentidos, com conotações mais positivas ou mais negativas). No presente trabalho, me proponho a analisar as mudanças em relação à (auto) definição de família, e nas dimensões de emprego, salário, residência e amizade. Do lado das continuidades, focarei a permanência de representações tradicionais dos papéis de gênero, que se refletem tanto no significado da própria separação, quanto no imaginário do divórcio como fenômeno social contemporâneo, assim como nas perspectivas conjugais posteriores à ruptura. Embora utilize predominantemente a linguagem da família, reconheço que o divórcio pode ser estudado como uma expressão cultural do parentesco, perspectiva que contribui para iluminar o reordenamento das dimensões relacionais que ele provoca, principalmente a continuidade e a reversibilidade dos vínculos de afinidade.

Em foco: Mulheres que amam mulheres e constroem as “novas” famílias

AUTORES/AS: ELANE DE FARIAS PANTOJA

O estudo aqui apresentado versa sobre a temática das “novas” configurações familiares, mais especificamente de relações afetiva e/ou sexual de mulheres com mulheres aprofundando-se na temática da homoafetividade enquanto objeto desta pesquisa. A pesquisa insere-se nas áreas de sexualidade e de gênero e foi analisada a luz do vasto estudo sobre família em diversas áreas acadêmicas. A metodologia utilizada foi história de vida, com utilização de técnicas e instrumentos que contribuíram para melhor construção do trabalho, para tanto se utilizou um questionário norteador na realização das entrevistas. A inquirição realizada estruturou-se com perguntas abertas e serviu para concretizar a pesquisa empírica. As interlocutoras – constituem quatro casais com relação homoafetiva – foram identificadas com nome fictício, ou seja: nomes de flores a fim de garantir a privacidade e assegurar o anonimato das informantes. Perceberam-se diversas formas de constituição familiar e que a forma de viver a sexualidade humana também apresenta diversas possibilidades, em que todas e todos devem ter o direito garantido e resguardado pelo Estado. Quanto a realização do casamento em cartório para as entrevistadas, também foi um tema aprofundado na realização do campo, haja vista todas as participantes terem a intenção de realizar esta modalidade de união ainda neste ano de 2014. Neste sentido, a pesquisa visa

contribuir com conhecimentos para debates nesta temática e para o respeito aos direitos do segmento estudado. Contudo, percebe-se que os desafios do segmento estudado são grande, principalmente quando há exposição da homoafetividade; cerceando o direito de expressão de pessoas com direitos.

Estranhando o familiar: a monogamia como tema de pesquisa antropológica

AUTORES/AS: ANTONIO CERDEIRA PILÃO

Uma das representações sócio-antropológicas mais consolidadas a respeito da “sociedade ocidental moderna” é de que ela inaugura um individualismo sem precedentes na história da humanidade. Nesse sentido, acredita-se, que nenhuma outra sociedade fomentou de maneira tão intensa os ideais de liberdade, igualdade e singularidade, de modo a colocar a felicidade e a satisfação individual como epicentros da vida social e a pautar o casamento no ideal do “amor” e de “livre” associação.

Se de um lado o casamento monogâmico e heterossexual baseado no “amor romântico” pode ser representado como “revolucionário” e “libertador” da influência econômica e familiar, essa representação divide espaço com outras que caminham no sentido oposto e que consideram se tratar de uma forma de “aprisionamento” e de “tolhimento” por restringir a legitimidade das interações afetivo-sexuais. A institucionalização do divórcio (1977) e o reconhecimento das uniões homossexuais como entidades familiares (2011) contribuíram significativamente na transformação do modelo de casamento, antes baseado apenas na indissolubilidade, na heterossexualidade e na consagração civil e religiosa. Nesse sentido, Sérgio Carrara[1] afirma que o novo regime da sexualidade, organizado em torno da noção de direitos humanos e sexuais, possibilita que quaisquer manifestações da sexualidade pleiteiem o direito à cidadania desde que não coloquem a integridade de si e de outros em risco e que não recaiam sobre sujeitos que não podem consentir plenamente.

Essa pesquisa parte do questionamento de como em meio a um ideário de “libertação” das formas consensuais e não violentas de amor e de sexualidade se sustenta a restrição a um único vínculo afetivo e sexual. Como primeira etapa, propomos concentrar a investigação nas representações antropológicas da monogamia, objetivando responder quatro questões principais: 1-Em que medida

a monogamia é pensada ou até mesmo uma questão pensável para a Antropologia? 2- Em que momentos históricos e por quais razões ela é tematizada? 3- O que exatamente se produziu na disciplina a seu respeito? 4- Como se dá o processo de diferenciação e hierarquização da monogamia em relação a outras formas de vínculo afetivo-sexual?

Caminha-se no sentido de concluir que a monogamia foi pensada desde a origem da Antropologia, mas que, sobretudo no século XIX e na primeira metade do século XX, se tornou uma categoria relevante nos momentos de contato com sociedades não-monogâmicas. Já a partir da segunda metade do século XX, com o foco recaindo sobre a “observação do familiar”, ganha espaço a reflexão sobre em que medida a “sociedade ocidental moderna” é efetivamente monogâmica.

1] Trabalho apresentado ao 37 Encontro da ANPOCS 25/09/2013.

Negociações possíveis: visibilidade, velhice e parentesco entre mulheres que mantêm relações sexo-afetivas com outras mulheres na cidade de Buenos Aires

AUTORES/AS: ANDREA LACOMBE

Nas últimas décadas têm acontecido mudanças significativas nas sociabilidades e visibilidades das comunidades LGBT latino-americanas. Em Argentina, particularmente, os últimos quatro anos tem sido inquestionavelmente históricos no caminho pela reivindicação dos direitos sexuais. A modificação do Código Civil permitindo o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo – e consequentemente a adoção – e a aprovação de uma lei de identidade de gênero pioneira no mundo pelo fato de não medicalizar nem judicializar as identidades autopercebidas, coloca o país à vanguarda legislativa mundial. Tais ganhos respondem ao agenciamento político das organizações feministas e LGBT, cujas agendas de visibilidade têm posicionado a cidadania plena dessas comunidades como tema fundamental do debate público e político. Estas políticas geram, ao mesmo tempo, mudanças profundas nas subjetividades e modos de socialização, marcando diferenças importantes nas últimas duas décadas, que culminaram na possibilidade de melhor aceitação social da comunidade LGBT. A partir da pesquisa de campo realizada em Buenos Aires, o objetivo desta apresentação é entender a especificidade das formas contemporâneas de sociabilidade de mulheres que mantêm relações sexo-

afetivas com outras mulheres, dentre 40 e 70 anos de idade, e os efeitos que as últimas mudanças legislativas podem ou não exercer nos modos de vivenciar sua sexualidade. São utilizadas as prerrogativas da lei de matrimônio? Por quem? Para desenvolver o argumento o escopo estará dado nas negociações feitas tanto na economia da visibilidade/invisibilidade, como regime de produção de subjetividade e sociabilidade, como nas diferentes convenções de família e amizades presentes nesse regime. O novo marco legal permite um contexto sociocultural e político, onde o reconhecimento social que implica a possibilidade de formalizar legalmente a união entre pessoas do mesmo sexo pode acarretar também um afrouxamento dos estigmas com respeito às vivências erótico-afetivas entre mulheres. Entretanto, essa abertura influi também nas convenções sociais das mulheres pesquisadas e nos modos culturais de conceber o parentesco?

Romance de primas com primas. Versões ticuna sobre relacionamentos, suas modalidades e efeitos na produção do cotidiano

AUTORES/AS: PATRICIA CARVALHO ROSA

O presente trabalho pretende expor reflexões preliminares a partir da experiência de campo com uma rede de interlocução ticuna, no sudoeste amazônico, cujo tema abarca as micropolíticas dos afetos, tendo como objeto a produção do parentesco ticuna como processo composto por diversas modalidades de relacionamentos. O recorte etnográfico dá ênfase nos entendimentos nativos sobre casar-se e suas modalidades, particularmente o que se considera nos locais da pesquisa casar certo ou errado. Aqui, especificamente, propõe-se refletir sobre uma das possibilidades de efetivação de uma união do segundo tipo, considerada como amor proibido, manifestada nos casos de uniões homoafetivas, conhecidas a partir das trajetórias biográficas de dois casais de mulheres ticuna, entre 21 e 40 anos. A partir desse cenário, pergunta-se como vínculos desse tipo lançam luz aos processos de atualizações e das práticas de parentalidade nesse contexto ameríndio, fortemente marcado por uma miríade de referentes sobrepostos que descrevem modos de entediamento sobre a construção de si, baseados no entrelaçamento de regras e prescrições culturais com novos formatos de conjugalidades mobilizados por outros interesses e conteúdos constitutivos das alianças em negociação. Estes conteúdos dizem respeito e são associados com o que dizem as interlocutoras ser

sentimentos, amor, prazer, desejos, vontades, medo, alegrias, tristezas. A partir de narrativas dessas quatro mulheres, enfatizando suas carreiras afetivo-sexuais visto colocar em debate a rentabilidade etnográfica e analítica de ocupar nossos olhares no que as protagonistas em tela têm designado como problemas dos afetos. Uma ideia sugerida como complemento narrativo às explicações consolidadas sobre a produção do parentesco ticuna, especialmente, no que tange às relações e posições de gênero na conformação de matrimônios.

Adoção por homossexuais e os discursos sobre o “melhor interesse da criança”: um estudo sobre julgamentos do TJ/RS

AUTORES/AS: MARIA DA GLÓRIA LA FALCE

O presente trabalho tem como tema geral a questão da homossexualidade e adoção, mais especificamente os discursos sobre o “melhor interesse da criança” em processos judiciais de adoção por homossexuais. Diante das mudanças e questionamentos sobre o conceito de família, o debate sobre a possibilidade de adoção por homossexuais e/ou casais homossexuais vem ganhando cada vez mais espaço. O instituto da adoção no Brasil já passou por diversas alterações. No Código Civil de 1916, os filhos adotivos não tinham o mesmo status dos filhos naturais, e eram alvo de diversas diferenciações, o que veio a ser modificado com o advento da CF/88, com a instituição da plena igualdade entre os filhos. A legislação sobre adoção foi sendo aperfeiçoada, e o antigo Código de Menores foi substituído pela Lei 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA erigiu como basilares os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e adolescente, e previu também a questão do deferimento da adoção quando esta representar reais vantagens para o adotando (artigo 43, Lei 8069/90). Quanto à questão da adoção por homossexuais, a lei não prevê expressamente esta modalidade, mas não há vedação quanto a esta possibilidade. Assim, diante da omissão legislativa, gradativamente foi sendo construída jurisprudência sobre a matéria, tanto com decisões favoráveis, quanto com decisões contrárias ao direito de adoção por homossexuais. A expressão “melhor interesse da criança e do adolescente” é uma das possíveis traduções da expressão *best interest of the child*, que constou nos textos da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959) e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança

(1989). O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente já constava no antigo Código de Menores de 1979. Entretanto, foi a partir do advento da CF/88, que dispõe de um rol de princípios e direitos erigidos como fundamentais, especialmente o princípio da dignidade da pessoa humana, que tal princípio alcançou o reconhecimento e tutela adequados. Esses diversos textos protetivos à criança e ao adolescente, tanto no âmbito internacional e nacional, ressaltam a importância de crianças crescerem e se desenvolverem em um ambiente familiar. E que ambiente familiar seria este? O fato de casais do mesmo sexo pleitearem o direito à adoção de crianças leva a sociedade a refletir sobre a reelaboração das relações de parentesco. O preconceito ainda existente sobre a homossexualidade é o principal fator de questionamento sobre a capacidade de homossexuais exercerem a função materna ou paterna. A chamada homoparentalidade é, portanto, um tema que gera muitas controvérsias, e diante da falta de previsão legislativa sobre a matéria, ou seja, pelo fato de gays e lésbicas terem que recorrer ao Judiciário para demandarem este direito, é neste âmbito que encontramos os diversos argumentos utilizados pelas posições contrárias ou favoráveis à possibilidade de adoção. Posições contrárias à adoção por homossexuais argumentam que a falta de diversidade de sexos é prejudicial ao desenvolvimento da criança adotada, e que pais homossexuais podem influenciar na sexualidade dos filhos, entre outras especulações. Diversas pesquisas já demonstraram que a sexualidade dos pais não se relaciona com o desenvolvimento da sexualidade dos filhos, e que não há diferenças entre pais homossexuais e heterossexuais no que diz respeito à capacidade de cuidar de crianças. Judith Stacey e Timoth Biblarz (2001), em um estudo intitulado “How does the sexual orientation of parents matter?”, apontaram que não existem diferenças significativas entre os jovens filhos de pais heterossexuais e os de homossexuais em relação à orientação sexual. No mesmo sentido, Charlotte Paterson (1996), também conclui que a orientação sexual de mães lésbicas não teve influência na sexualidade dos filhos.

Assim, podemos afirmar que as pesquisas existentes sobre esta temática apontam que não há nenhum prejuízo à criança ser criada por pais ou mães homossexuais, e que este fato não afeta o bem-estar da criança. Da mesma forma, os estudos também demonstram inexistir diferenças relevantes entre crianças que foram criadas por heterossexuais e homossexuais. Na discussão existente sobre o direito

de adoção por homossexuais, os que se posicionam contrariamente a este direito invocam, de maneira genérica como argumento, o princípio da proteção integral da criança. Assim, questionamos: na demanda do direito de adotar da família homossexual já se presume que não haja proteção pelo único motivo de os pais serem homossexuais? Dentre nossos objetivos estão: verificar se a orientação sexual é, por si só, um fator que é considerado nos processos de adoção, e de que maneira este fator é relacionado com a questão do melhor interesse da criança; Identificar qual(ais) o(s) discurso(s) jurídico, científico, psicológico, social, que prevalecem no momento da análise do melhor interesse da criança em casos de adoção por homossexuais; Comparar a análise desses discursos em processos de adoção por homossexuais com a análise dos discursos em processos de adoção por heterossexuais a fim de verificar se existem distinções e/ou acréscimos nos critérios que usualmente são utilizados e/ou considerados na interpretação do “melhor interesse da criança”.

Amor e dor: o percurso adotivo no município do Rio de Janeiro

AUTORES/AS: ALESSANDRA DE ANDRADE RINALDI

A partir da pesquisa “Adoção em seus múltiplos sentidos”, apoiada pela FAPERJ percebi que adoção não ocorre apenas para realizar um projeto “parental”. Esta forma de filiação significa, ao mesmo tempo, o caminho que casais ou pessoas inférteis encontram para ter filhos; uma estratégia - criada por mães/pais ou responsáveis - de sobrevivência de infantes ou jovens; uma disputa de famílias por uma mesma criança ou adolescente; representa um veículo de manutenção/ criação de elos em contexto de um novo arranjo familiar. Significa uma maneira de fugir dos imperativos da natureza, criando formas de se ter filhos sem engravidar ou de tê-los suportados na premissa de que serão “normais” ou do sexo desejado. Corporifica uma aproximação com uma lógica solidária de mundo, ao mesmo tempo em que materializa um ethos egoísta por meio do qual a filiação representa a forma de perpetuação de si, da família e do patrimônio construído. Frente ao exposto acima, a proposta deste artigo, produto de pesquisa desenvolvida no município do Rio de Janeiro desde 2009, é apreender por meio de cinquenta e cinco entrevistas, os motivos que levam à busca por filhos adotivos. Pretendo analisar os percursos adotivos trilhados por pessoas sozinhas e/ ou casais em âmbito

da conjugalidade homossexual e heterossexual. Através desta proposta procuro apreender, por comparação, se há especificidade de trajetórias e de motivos que levam heterossexuais e homossexuais à adoção. Além disso objetivo analisar se houve mudança na prática adotiva após a promulgação da lei 12010/2009, conhecida como a “nova lei de adoção” e depois da decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro, que em 2011 equiparou casais heterossexuais e homossexuais, em termos de direitos. Tal reconhecimento pôde possibilitar a adoção conjunta por pares homossexuais porque, uma vez reconhecidos como casais em união estável, tornam-se virtualmente aptos a se habilitarem conjuntamente.

Assim também se faz parente? Abuso Sexual e Parentesco no Amazonas

AUTORES/AS: RAQUEL WIGGERS

Por dois anos pesquisamos um grupo que atende homens que cometeram abuso sexual contra crianças e adolescentes, denominado Grupo de Autores. A metodologia desse atendimento, propõe uma mudança em noções de “ser homem” que, para a psicóloga que coordena o Grupo de Autores, baseiam as práticas de abuso sexual. Nossa análise parte de dois casos de Abuso Sexual intrafamiliar, na perspectiva de dois membros desse Grupo, chamados na pesquisa de “Chefe” e “Rei Salomão”. Chefe é um senhor de cinquenta anos, casado e pai de seis filhos, dos quais, cinco continuam morando na casa do pai mesmo depois de casados. Uma de suas filhas o é “apenas por consideração”, pois Chefe “pegou a mulher já com essa menina”. Havia uma certa crise de autoridade na casa de Chefe ameaças à mudança nos arranjo familiar: um de seus filhos, policial militar, planejava deixar de morar na casa do pai e a filha mais nova estava “muito rebelde”. Nessas circunstâncias Chefe, num dos quartos da casa, abusou sexualmente da neta, a filha da “filha por consideração”, menina que “não tinha pai” e que vivia sob o sustento financeiro de Chefe. “Estava deitada na cama” quando o avô chegou ao quarto. Quando fala do abuso sexual, Chefe argumenta que não fez nada tão grave, pois “ela ainda é moça”. O outro caso é o de Rei Salomão, que tem sessenta anos de idade, é pai de quatorze filhos, de dezessete relacionamentos. Cometeu o abuso sexual contra o neto de sua esposa, menino de quatro anos. Quando fala sobre o abuso sexual, Rei Salomão diz que “o menino era muito traquino”. A primeira relação sexual de Rei Salomão foi aos quatorze anos, com uma amiga de

vinde e dois anos, enquanto trabalhavam no roçado do seu tio. As justificativas para o sexo com a criança ou adolescente, falas recorrentes de psicólogas, assistentes sociais e dos homens que cometeram abuso sexual, é o “desejo sem controle”, “a falta de mulher” ou “a traquinagem da criança”. Propomos um deslocamento das explicações, do sexo com a criança motivado por um desejo ou impulso sexual do homem que pratica o ato formulando nossa hipótese de que através do abuso sexual podem ser elaborados ou fortalecidos alguns laços de parentesco. Para isso, evocamos trabalhos que relacionam descendência e parentesco por vias “não-procriativas”, relacionando-as as noções de masculinidade, sexualidade, gênero, família e parentesco.

Entre a Casa E A Rua: Tentativas De Resistência A Dominação Masculina

AUTORES/AS: HOSANA SUELEN JUSTINO RODRIGUES, JOSÉ MARIA DE JESUS IZQUIERDO DE VILLOTA

Esta pesquisa apresenta parte dos resultados do processo de pesquisa para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação da UFCG. Amparados nos dados empíricos coletados e em alguns conceitos teóricos, pretendemos discutir o que ocorreu com o *habitus* patriarcal das mulheres após a sua entrada no mercado de trabalho. Para alcançar este fim empreendemos uma discussão cujas temáticas foram às imbricações entre gênero, trabalho e dominação masculina. Constatamos que existe uma estreita relação entre o trabalho remunerado e a independência feminina, a qual contribui para que a mulher se posicione frente às formas de dominação masculina em seu núcleo familiar. Da mesma forma, destacamos a entrada da mulher no mercado de trabalho, como ponto de partida de um processo social que conduz a uma reorganização das estruturas de poder, dominação e resistência tanto masculinas, quanto femininas. As mulheres que se mantêm no mercado de trabalho se percebem e passam a serem vistas pelos outros com olhares mais valorativos. Em última instância, a inserção das mulheres de baixa renda no mercado de trabalho nos deixa perceber que há uma tendência a novos significados no papel da mulher na dinâmica da vida social, o qual está sendo transmitido de diversas maneiras para a geração de mulheres mais jovens.

Estereótipos acerca de modelos não tradicionais de família em um curso de formação docente

AUTORES/AS: ANNA PAULA VENCATO

Este trabalho embasa-se na experiência como docente no curso Gênero e Diversidade na Escola/UFSCar. Parto da observação dos fóruns de interação entre cursistas e tutores/as e das demais instâncias administrativas/pedagógicas do curso. Dentro das interações analisadas, busco compreender especificamente como os discursos sobre a família, em particular modelos tidos como novos de configuração familiar, impactam a percepção de dos/as docentes-cursistas sobre seus alunos e alunas. Foi comum encontrar nas falas observadas a ideia de que a família “desestruturada” influencia negativamente a performance do corpo discente em sala de aula, sobretudo no que se refere a “falta de compromisso com a escolarização dos/as filhos/as” e a consequente “falta de respeito” e “mau comportamento” em classe. Parte desse discurso se coloca a partir de referenciais de gênero e classe social, e aciona críticas às mães (com mais frequência que aos pais) como responsáveis pela “falta de educação” das crianças na escola e, por consequência, na vida social. Também foi comum encontrar nos discursos um desconforto com relação a “novos modelos familiares”, por vezes não percebidos como “família”, como aqueles que envolvem pessoas LGBT. Ao final, discuto como a compreensão do debate acerca do respeito às diferenças faz-se fundamental para a produção de práticas pedagógicas e que efetivem processos de escolarização efetivamente democráticos e que não reproduzam aos estereótipos vigentes sobre a família, o gênero e o fracasso escolar.

Família e parentesco nos projetos de lei sobre novas tecnologias reprodutivas

AUTORES/AS: BRUNA POTECHI

Proponho analisar família e relações de parentesco nos projetos de lei apresentados à Câmara dos Deputados em Brasília que dispõem sobre reprodução humana e técnicas para a reprodução humana. Com o surgimento e posterior acesso às novas tecnologias reprodutivas, vários projetos de lei foram apresentados à Câmara dos Deputados propondo regular novas formas de reprodução humana. Estes projetos de lei dispõem sobre fertilização assistida, clínicas de reprodução humana, clonagem e utilização de células-tronco. Sobre as clínicas de reprodução humana e as novas

configurações de relações são expostas propostas de normas para herança, sigilo de doação de gametas, quebra de sigilo, gestação de substituição (barriga de aluguel), limite territorial de filhos gerados de um mesmo doador e gestação de material genético proveniente de doadora do sexo feminino. Todas estas preocupações advindas das novas relações produzidas com o acesso a tais tecnologias, ou ainda, com a possibilidade de novas formas de produção de parentesco. O que quero esboçar aqui é como estes projetos de lei e seus documentos anexos – como justificativas, votos em separado e pareceres – concebem relações de parentesco, e ainda como a ideia de família é invocada nesses documentos. Utilizo aqui a noção de família presente nos projetos de lei como sendo “pai+mãe+filho(a)(s)”. Em tais documentos, a família aparece como a maior defesa para que casais (sem filhos) possam, através dessas novas técnicas, ter acesso a uma família – com o surgimento do(a) filho(a)(s). O direito do acesso à família aparece como um meio legítimo para que as novas formas de reprodução humana sejam concebidas e assim, reguladas. E esse modelo de família além de legitimar a utilização de novas técnicas também pode legitimar descarte de material genético, descarte de embriões in vitro e redução embrionária, por exemplo. Assim, o modelo de família “pai+mãe+filho(a)(s)” é visto como um direito e defendido enquanto tal, e ocupa a maior defesa desses projetos de lei. O que tento visualizar é como esse modelo de família continua a regular as novas relações de parentesco e as propostas apresentadas à Câmara dos Deputados. Ou ainda como esse modelo de família é transposto para novas relações tidas como parentesco, onde as figuras de mãe, pai e filho(a) continuam sendo essenciais para os limites entre ser aceitável ou não aceitável. Proponho esboçar aqui através desses documentos legislativos como família e parentesco são construídos através dos materiais que dispõem principalmente sobre fecundação de óvulo com material genético de doadora do sexo feminino, sigilo de doadores, gestação de substituição e escolha de doador.

COORDENADOR/A: TATIANA BACAL (PUC-Rio), NILTON SILVA DOS SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

DEBATEDOR/A: DEISE LUCY OLIVEIRA MONTARDO,

A proposta deste GT tem como objetivo estabelecer um diálogo com pesquisas desenvolvidas entre antropologia e música. Buscamos incentivar o intercâmbio e o debate desenvolvidos por etnografias e trabalhos teóricos que derivam desta discussão, levando em consideração a sua renovação teórica e as novas metodologias de campo, impostas pelas apropriações culturais contemporâneas da música. São relevantes os diversos elementos das manifestações musicais como criação, imaginação e criatividade, as discussões que focam nos elementos performáticos, nos debates sobre as várias dimensões técnicas do fazer musical e da construção e políticas da identidade. Conceitualmente propõem-se a relativização da própria categoria música, as oposições construídas entre a música e outras dimensões expressivas, a reflexão das categorias como mediação, apropriação paisagem sonora, entre outras e as relações da música de continuidade ou conflito com práticas sociais.

A influência do movimento tropicalista no seio da cultura brasileira atual

AUTORES/AS: PÉROLA VIRGÍNIA DE CLEMENTE MATHIAS

Em recém apresentada dissertação de mestrado analisei a hipótese de que há uma “presença” da Tropicália como referência para diversas produções artísticas e culturais atuais. A Tropicália foi um movimento cultural brasileiro de caráter heterogêneo ocorrido no final da década de 1960 que englobou sob seu rótulo produções de música, teatro, artes plásticas, cinema e literatura. A “presença” tropicalista foi identificada não apenas no âmbito artístico, mas também na moda, no comércio, nos estudos acadêmicos, etc., nos quais um conteúdo específico sobre o movimento vem sendo explorado, tendo a manifestação musical como protagonista.

Dentre as representações do movimento, englobadas sob o termo mais amplo e geral de “Tropicália”, o chamado “tropicalismo musical” ocupa um lugar central na produção de outrora, na organização do movimento e no como ele é lembrado e invocado como referência hoje.

Analisar o movimento tropicalista desencadeado por um grupo de artistas na década de 1960 tanto como uma memória que está viva devido às citações a ele feito, quanto como um objeto de reflexão da nossa história – portanto, como evento passado fundamental - é falar sobre uma história do tempo presente, tendo o passado como um espaço de experiências. A Tropicália não só vem sendo utilizada para novas concepções estéticas, mas também paira nas discussões culturais, sendo revista historicamente de forma contínua.

Partirei da análise de um exemplo presente como ferramenta para alcançar o passado e mostrar como certas tradições e percepções vem sendo cristalizadas no imaginário social: o filme documentário “Tropicália”, lançado em 2012 pelo diretor Marcelo Machado. O filme é representativo porque, além de realizar uma imbricação do surgimento da Tropicália com o contexto político brasileiro da década de 1960, ele tenta expandir o discurso apresentado na bibliografia sobre o tema, que tem se focado na produção musical e nas figuras dos cantores Caetano Veloso e Gilberto Gil. Porém, seu resultado final acaba por se fechar novamente na música e nestas duas figuras, deixando em aberto questões sobre qual a real conexão entre todas as obras produzidas e englobadas sob o rótulo de tropicalismo; qual a relação da Bahia com o movimento; e como a música tropicalista se tornou

esta força centralizadora na cultura brasileira ao longo de quatro décadas. Discutindo a incidência desta referência à estética do tropicalismo musical como escopo para novas produções, é possível demonstrar como as questões levantadas pelo movimento vem sendo ressignificadas no cenário cultural brasileiro em construção e como ele clareia o debate sobre a criação e as formas de circulação da arte hoje - especialmente na música.

A prática musical de devotos Hare Krishna em Portugal: uma identidade religiosa transnacional em movimento

AUTORES/AS: DEBORA BALDELLI

Nesta comunicação apresentarei resultados preliminares de minha pesquisa de doutorado entre os devotos Hare Krishna de Portugal na qual desenvolvo uma etnografia multisituada a partir de Lisboa e da internet, na qual “sigo” sua mobilidade por outros territórios como a Índia e o Brasil (Marcus, 1986).

O canto dos mantras desempenha um papel central nas práticas espirituais e nas atividades dos templos Hare Krishna. Cantar mantras precede palestras, refeições e cerimônias. Em cada atividade, há sempre um conjunto específico de mantras cantados em modo participativo. Os devotos de Krishna acreditam no poder dos mantras para trazer bem-estar em suas vidas através de sua constante repetição que ocorre individualmente e coletivamente no espaço semi-público do templo.

Os devotos Hare Krishna em Portugal são parte de uma comunidade transnacional, com predominância de brasileiros, russos, ucranianos, hindus do Nepal e da Índia, bem como portugueses de ex-colônias africanas que retornaram a Portugal após a Revolução dos Cravos, em 1974, que estabeleceu a democracia e aboliu a proibição de práticas religiosas não-católicas (Da Silva & Vasconcellos, 2012).

A experiência musical dos devotos Hare Krishna através da prática de canto de mantras impulsiona a sua mobilidade. Viagens para visitar seu guru, participar de palestras ou tocar mantras em eventos e festivais de Hare Krishna em toda a Europa, Índia e Brasil fazem parte do cotidiano dos devotos que vivem em Portugal. Uma vez que a “comunidade” portuguesa é muito pequena, viagens para outras comunidades oferecem uma oportunidade de juntar-se a grupos maiores para a prática de cantar mantras acompanhados por músicos altamente qualificados.

Além de interação dentro nos templos e atividades externas, os devotos Hare Krishna também interagem através da Internet, um meio que também facilita sua mobilidade. É através da Internet que elos transnacionais entre “comunidades” são mantidos por redes sociais e websites específicos. A Internet também proporciona o acesso à cerimônias ao vivo em templos, assim como também é utilizada para o estudo de instrumentos musicais devocionais. E, finalmente, a Internet oferece também aos instrumentistas avançados a oportunidade de adquirir novas melodias de mantra através de redes sociais como o Youtube.

Pretendo portanto discutir como os devotos desenvolvem uma identidade religiosa coletiva em um contexto de mobilidade através da sua experiência musical. Proponho também discutir a importância da Internet para os devotos, tanto como meio de comunicação, como de um lugar para expressar devoção e para criar e manter laços com a “comunidade” Hare Krishna transnacional.

A “metafonografia” tropicalista e a desnaturalização do realismo fonográfico

AUTORES/AS: JONAS SOARES LANA

O presente trabalho tem por objetivo introduzir uma discussão sobre a crítica ao realismo fonográfico desenvolvida pelos integrantes do círculo musical tropicalista no Brasil do final dos anos 1960. Conhecido como representação em alta fidelidade (hi-fi), o realismo fonográfico constitui um modelo de gravação baseado na premissa de que as tecnologias e métodos de captura e fixação sonora disponíveis na época permitiriam a reprodução fiel da performance musical “ao vivo”. Com esses mesmos recursos técnicos, os tropicalistas desconstruíram a concepção hi-fi dissolvendo a fronteira que separava nas gravações de música popular a paisagem sonora do palco de paisagens externas a esse espaço. Entre estas últimas, destaca-se a paisagem sonora dos bastidores da produção no estúdio, constituída por conversas e por outros ruídos que deveriam permanecer rigorosamente afastados dos microfones. Como rasuras, esses ruídos combinam-se aos sons das palavras cantadas e dos arranjos musicais de gravações como “Pega a voga, cabeludo” e “Irene”, formando colagens sonoras que permitem ao ouvinte vislumbrar aspectos da rotina de produção. Abrindo as entranhas do estúdio de gravação, os tropicalistas promoveram um exercício “metafonográfico” que contribuiu para a desnaturalização da representação hi-fi. Desse modo, eles introduziram no campo

da música popular uma crítica de fundo cultural que vinha sendo desenvolvida por artistas plásticos e músicos eruditos de vanguarda em obras que expõem o caráter social e contingente das normas reguladoras da criação artística.

Catete em Ré Menor: tensões da música na 1ª República

AUTORES/AS: RAFAEL DO NASCIMENTO CESAR

Apreendido em sua dimensão e circunscrição histórico-cultural, o fazer musical interroga a vida social para além do debate estilístico/formal, muito podendo dizer acerca dos constrangimentos e condicionantes que regem as vidas e trajetórias de musicistas, compositores/as e seu público. A “Noite do corta-jaca”, como ficou sendo conhecida, remonta à 1914, quando uma recepção oficial celebrou o quatriênio de Hermes da Fonseca na presidência da República ao som da peça “O Gaúcho”, de Chiquinha Gonzaga (1847-1935), compositora popular carioca. O evento dividiu a recepção da população e da imprensa, dos quais parte elogiou a audácia da primeira-dama Nair de Teffé, idealizadora da celebração, e parte referiu-se à malograda noite como a deflagração de uma crise moral e cultural. A partir do entrecruzamento desses discursos pretendo rastrear alguns dos sentidos e categorizações envolvendo a produção musical “popular” e “erudita” e como ela se vincula a processos de estratificação e distinção sociais que marcaram a experiência urbana da Belle Époque carioca.

Construindo fronteiras sonoras entre o Pará e o Caribe: das ondas tropicais aos intercâmbios portuários

AUTORES/AS: ANDREY FARO DE LIMA

Os empreendimentos discursivo-performáticos que se delineiam em torno da identificação paraense com a música do Caribe trazem consigo retóricas que se emaranham na constituição de uma fronteira estabelecida como ensejo antropológico e histórico que retroalimenta não apenas as narrativas, mas a própria identificação. Ora, uma vez que esta fronteira é, conforme aqui considero, antes de tudo, mais um recurso heurístico, vejo que não se deve abordar esta noção, pura e simplesmente, de maneira reificada – cenário e contexto anterior à sua existência como domínio discursivo. No entanto, se as narrativas constituem ação,

e não se compõem, reproduzem-se ou se propagam no vácuo, torna-se importante não negligenciar os possíveis itinerários por meio dos quais estas se sedimentam, tendo como referência maior as confluências musicais. Tais narrativas, ainda que diversas, por vezes difusas, e com perspectivas diferenciadas, remetem a processos e circunstâncias específicos tidos como observáveis e interligados, que justificariam uma suposta empatia. Noutras palavras, é como se, de uma “proximidade material” derivasse uma “proximidade espiritual”. Buscando não perder de vista a percepção e a viabilidade da noção de fronteira, realizo então um percurso mais ou menos inverso àqueles que, comumente, essencializam a ideia de que a identidade de um grupo deriva deste ou daquele fator historicamente determinado. Neste sentido, remeto-me às próprias narrativas, levando em consideração a que fenômenos materialmente verificáveis elas indicam. Entrementes, observa-se a existência recorrente de retóricas que se orientam por meio de referências delimitáveis historicamente; dentre tais, têm-se: a) o papel primo atribuído à radiofonia, sobretudo, no que compete à atuação de emissoras estrangeiras próximas, por meio das chamadas ondas tropicais; b) o suposto “isolamento” da porção norte do Brasil e a consequente escassez de relações com as outras regiões do país; c) a possível cumplicidade étnico-histórica associada ao processo colonial e pós-colonial; d) além do intercâmbio (sobretudo fonográfico) possibilitado pela circulação de navios, pessoas e bens culturais pelos portos da região. Destes, decorreria então a constituição de toda uma paisagem sonora, de um cenário e circuito demarcados pela atuação de diferentes sujeitos e pela presença de conjuntos musicais, espaços e festas populares, que participaram e participam desta enfatizada identificação com o Caribe.

Cultura afro-religiosa e regionalidade na obra musical de Ari Lobo e de Raymundo Satyro de Mello

AUTORES/AS: ANTONIO MAURÍCIO DIAS DA COSTA

A comunicação trata da carreira de dois profissionais negros da música popular, nascidos no Pará, que se estabeleceram no Rio de Janeiro, nos anos 1930 e 1950, consecutivamente, com o intuito de desenvolver e projetar sua obra a partir do centro dinamizador da cultura de massa no país. Raymundo Satyro de Mello e Ari Lobo atuaram como compositores e executores de música popular basicamente de

cunho regionalista e negra, este último elemento associado ao registro e à divulgação de “pontos de macumba” e demais composições de conteúdo afro-religioso. O argumento desenvolvido no estudo é o de que os conteúdos regionalistas e afro-religiosos das obras desses artistas foram adotados como caminhos viáveis de sucesso no mercado musical. A identificação com a expressão regional e com conteúdos culturais negros e populares foram se constituindo, ao longo do século XX, em opção favorável ao sucesso profissional de músicos e cantores de origem negra e pobre em grandes centros urbanos brasileiros.

Everything we hear and many things we don't / encontros entre sound art e antropologia

AUTORES/AS: MARIA DANIELA FILIPE RODRIGUES

Esta comunicação quer reflectir sobre o processo de trabalho que foi desenvolvido para a programação do eixo arte I antropologia da FACA - Festa de Antropologia, Cinema e Arte, que decorreu em Lisboa durante o mês de Março de 2014. Concebida como uma espécie de laboratório de criação, esta programação focou-se sobre a pesquisa em sound art, através de uma exposição intitulada “EVERYTHING WE HEAR AND MANY THINGS WE DON’T”, composta por seis instalações sonoras, uma série de soundwalks e um dispositivo de edição sonora colaborativo. Parece-nos pertinente partilhar a forma como concebemos este evento, da preparação à produção e da selecção à reflexão. A escolha do som como ponto de partida correspondeu a uma necessidade de reflectir sobre o seu papel na prática antropológica e na criação artística contemporânea. Para fomentar o espaço de encontro entre esses dois campos, desenvolvemos uma proposta curatorial que pôs em diálogo as obras entre si (contextos sociais abordados e dispositivos tecnológicos utilizados) e a relação das peças no espaço de exposição, no sentido físico da experiência. Interessa-nos partilhar as questões que surgiram ao longo deste projecto, pensando constantemente as relações entre os espaços e os tempos do som como matéria e media imersivo, mas também extrair do conjunto das propostas expostas narrativas que nos conduzam a actualizar a apreensão sensível do mundo sonoro.

Feminaria Musical I: O que (não) se produz sobre música e mulheres no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades federais brasileiras.

AUTORES/AS: MAIARA DIANA AMARAL PEREIRA

Este pôster tem como objetivo apresentar resultados do plano de trabalho Feminaria Musical I: O que (não) se produz sobre música e mulheres no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades federais brasileiras, que consiste na continuação da pesquisa PIBIC/Permanecer, realizada em 2012, a fim de atualizar as buscas nos bancos de dados na UFBA, UFPB, UFPE, UERJ, UFMG, USP, UNICAMP e UNESP e integra o projeto Feminaria musical ou epistemologias feministas em música no Brasil 2: das experiências etnográficas.

A presente pesquisa busca mapear o que (não) existe na produção de conhecimento sobre música em suas diversas áreas, entre elas, a da etnomusicologia, que dialoga com a antropologia e seus métodos, sobre questões ligadas às mulheres, relações de gênero, bem como questões ligadas a raça/etnia, classe e sexualidade, problematizando as ausências destas na produção acadêmica no país durante o período de 2007 a 2013. Entretanto, para tornar a análise mais consistente, no segundo momento, será feito em um intervalo de dez anos. Para a realização do projeto dialogo com teóricas (os) como (PINTO, 2008; SOVIK, 2009; MOORE, 1997; RUBIN, 1993; MOREIRA, 2012).

Percebendo que existe na produção de conhecimento sobre música, incluindo etnomusicologia, uma histórica hegemonia masculina, esse projeto foi pensado com o intuito de mostrar como não é falado sobre as mulheres nessas áreas, entendendo, entretanto, que a categoria mulher não pode ser analisada de forma isolada, mas juntamente com outros marcadores sociais como sexualidade, raça, geração e classe social. Sobre o debate sobre sexualidades e relação de gênero, acrescento questões sobre a heteronormatividade e a busca para entender a relação de existência de uma hierarquização do poder dos homens sobre as mulheres.

Como metodologia foi realizado levantamento das teses e dissertações e análise das referências bibliográficas de cada trabalho, com a finalidade de averiguar se estes utilizaram como referencial autoras (es) que nos ajudam a discutir questões conectadas com as temáticas acima citadas. Percebi que a maior parte dos trabalhos, mesmo tratando sobre a mulher e gênero, não o faz de uma maneira politizada, no sentido de questionar relações de poder entre os gêneros, em suas articulações com

os diversos marcadores e as ausências nas diversas esferas da sociedade. Em outros momentos percebe-se um discurso que naturaliza as características femininas, explicando que determinados lugares devem ser ocupados por mulheres, como da maternidade, sem apontar para a percepção de que a construção de gênero é social, e sobre a temática sexualidade é praticamente inexistente.

Imagens e sons na produção contemporânea do Cariri: um experimento etnobiográfico

AUTORES/AS: ROBERTO MARQUES

Em pesquisa sobre artistas e produtores culturais alinhados a contracultura no Cariri(CE) nas décadas de 1970 e 1980 (MARQUES, 2004), a sedução pelo “de fora” como engenho para a manutenção do status de vanguarda cultural na região e no Ceará como um todo tornou-se um dado bastante marcante. Pela qualidade mimética com “o de fora”, pela sua apreensão materializada na produção musical, visual, dramática e escrita, mantinha-se a ideia de Cariri como diferença. Uma “diferença por adição” (GONÇALVES, 2008).

No estudo recente sobre forró eletrônico (MARQUES, 2011), a qualidade mimética com a imagética pop, apresentada em um ambiente de saturação de informações e sobreposição de ritmos e espacialidades, possibilita aos sujeitos ali presentes uma agência, sobre si e sobre o Cariri, pela produção de personagens e nichos na festa a que nunca se somam por completo. Beneficiados pelos espaços de luz e sombra, suas ações não são percebidas por todos, mas a partir de relações indivíduo-indivíduo em meio ao público presente na festa. Dessa forma, a reflexão sobre agência na produção de imagéticas distintas (HARAWAY, 2004), distancia-se bastante da ideia usual do Cariri como região síntese do Nordeste, tendo sido na ocasião pensada a partir da noção de gestão do anonimato.

Em ambos estudos, a produção de sujeitos “modernos” (MARQUES, 2004) ou “anônimos” (MARQUES, 2011) é instrumentada por vias sonoras e imagéticas e essas serão as fontes que pretendemos utilizar nessa apresentação.

Passados 30 anos, um dos artistas da geração de 1970, João do Crato, ainda transita na cidade com os cabelos em desalinho e roupas exóticas. É identificado com os demais artistas de sua geração, apresenta-se em shows em centros culturais da região e é um de seus artistas mais respeitados. João também desenvolveu

militância contínua, mas visível apenas para os mais próximos, com grupos da cultura popular locais, tais como as mulheres do Coco da Batateira, o reisado de Mestre Aldenir, o Maneiro Pau de Mestre Cirilo e os Penitentes de Barbalha. João milita também com jovens de periferia e cultiva ali encontros musicais como forma de sensibilização desses jovens. Nosso interesse aqui é pensar como se deu a articulação de João a mundos aparentemente distintos, que se comunicam através da agência desse personagem, comunicando um contexto (SEEGER, 1977) através de sua performance e materialidade.

A importância das imagens e dos sons na produção contemporânea do Cariri, localiza o agente como sujeito na criação de mundos espacialmente localizados. Intentamos com o presente experimento apresentar João do Crato não como sujeito exemplar no Cariri, tipificando-o, mas como agente da produção do Cariri, uma região que se reapresenta a partir de atos no mundo, um mundo nunca igual a ele mesmo.

Monsanto's Sounds: Michel Teló e dinâmicas recentes da música brasileira

AUTORES/AS: ALLAN DE PAULA OLIVEIRA

O objetivo desta comunicação é apresentar uma reflexão sobre uma série de índices em torno da canção “Ai se eu te pego”, mundialmente conhecida na gravação do cantor Michel Teló, lançada em julho de 2011. Composta e gravada inicialmente dentro do circuito do forró nordestino, a canção foi transposta para o universo da música sertaneja – em suas conexões com a música gaúcha – e desta forma alcançou uma visibilidade internacional que, desde os anos 60, nenhuma canção brasileira havia obtido. O pressuposto da comunicação é que “Ai se eu te pego” oferece ao pesquisador uma série de elementos que permitem a construção de análises sobre diferentes processos sociais contemporâneos. O primeiro deles são as transposições e hibridações entre universos musicais que passaram a ter uma grande visibilidade no cenário interno da música no Brasil – neste caso, os novos estilos do forró e da música sertaneja. Uma análise musical de “Ai, se eu te pego” revela elementos da música sertaneja, da música gaúcha, do forró e da música pop em termos gerais. Nesse sentido, esta canção oferece um campo de análise extremamente rico para um estudo destas transposições e hibridações, centrais para uma compreensão mais ampla de atuais cenários da música popular no Brasil.

“Ai se eu te pego” pode ser ouvida também como um índice que aponta para questões geopolíticas importantes na sociedade brasileira atual. Este é o sentido do título – Monsanto’s Sounds – pois sugiro que “Ai se eu te pego” denota o Brasil da soja e do agronegócio, enfim, o Brasil da Monsanto (empresa do agronegócio). Da mesma forma que o samba do Estácio dos anos 30 já foi apontado como índice de processos sociais como a urbanização e migrações internas, ou ainda, como a Bossa Nova foi ouvida em diversos estudos como índice de processos de apropriação de linguagem musicais estrangeiras, esta investigação pretende refletir sobre alguns processos sociais velados sob a canção gravada por Michel Teló. Ao mesmo tempo, pretende-se investigar a trajetória da canção cujas apropriações e transposições revelam espaços de agência e campos sociais. Até que ponto a canção, no exterior, foi ouvida como “brasileira”? Até que ponto ela foi inserida no campo mais amplo chamado de Brazilian Music, campo que opera como “fone de ouvido” pelos qual o público estrangeiro ouve muito do que é produzido no país? E se a trajetória desta canção não ocorreu por este campo por quais caminhos a canção se tornou conhecida e de que forma isto significa novas representações sobre o Brasil e a música brasileira no exterior?

A comunicação, desta forma, pretende contribuir com estudos sobre as dinâmicas internas da música brasileira, além de convidar o leitor a uma reflexão sobre as representações musicais contemporâneas do Brasil no exterior.

Música gospel: aproximações e conflitos entre o sagrado e o secular

AUTORES/AS: OLÍVIA BANDEIRA DE MELO CARVALHO

A música gospel brasileira firma-se como gênero musical no mercado no final da década de 1980, englobando uma série de subgêneros como rock gospel, hip hop gospel, funk gospel, pop gospel etc. Apesar das inúmeras diferenças estilísticas e simbólicas – entendendo-se que as manifestações musicais são produto dos contextos nos quais são produzidas -, o gospel no Brasil segue a linha da música gospel americana, que surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX e foi se transformando e diversificado em diversos subgêneros ao longo do século XX, incluindo o que hoje é chamado de Contemporary Christian Music (CCM). Esse grande gênero musical, produzido e consumido principalmente por grupos evangélicos de diversas denominações nos Estados Unidos, estabeleceu sempre um

diálogo com os mais diversos gêneros da música popular – do bluegrass e do jazz dos anos 1920 a 1940 ao hip hop dos anos 2000, passando pelo rock and roll nos anos 1960 e 1970.

Se esse diálogo com os gêneros da música popular é parte essencial no processo de formação e transformação do gospel - tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil -, essa relação não se dá sem conflito. Essa tensão está colocada na própria afirmação do gênero: a música gospel é definida a partir de sua oposição com a chamada música secular, tanto nas categorizações do mercado quanto nas classificações das enciclopédias e dicionários acadêmicos. A oposição gospel/secular reflete a separação operada na modernidade entre o sagrado e o secular, como domínios distintos. No entanto, as fronteiras entre esses domínios não são fixas, e o estudo da música gospel deixa evidente essa tensão.

Este artigo pretende discutir as interseções e os conflitos entre o sagrado e o profano a partir da análise das trajetórias – aqui entendida no sentido da carreira musical - de artistas da música gospel brasileira e da gospel music americana, incluindo sua mais recente manifestação, a CCM. Parte de uma pesquisa mais abrangente e ainda em andamento, o texto se focará nas carreiras de músicos deste gênero musical tal como são narradas pelos próprios artistas em entrevistas e materiais promocionais e por pesquisadores nas enciclopédias acadêmicas e não-acadêmicas dedicadas a esse segmento. Tratando etnograficamente esses arquivos, os conflitos emergem de maneira mais evidente. Enquanto a separação entre sagrado e secular é parte da conceituação do gênero e a separação gospel/secular é afirmada como um imperativo para a construção de trajetórias exitosas, a análise das biografias mostra que a questão é mais fluida, e enquanto alguns artistas precisam escolher entre uma carreira sacra ou secular, outros podem transitar com maior facilidade, ou mesmo nunca se afirmar no campo da religiosidade para integrar a história do gênero.

Os romances medievais ibéricos na voz das rendeiras de Alcaçus

AUTORES/AS: ANA JUDITE DE OLIVEIRA MEDEIROS, MARIA LÚCIA BASTOS ALVES

Os romances medievais ibéricos são canções romanceadas da poesia provençal do século XII na Europa, cantados e divulgados por menestrelis e trovadores na Península Ibérica. Chegaram ao Brasil por volta de 1500 na voz do colonizador

português e foram encontrados no Rio Grande do Norte em 1711, em Alcaçus, distrito de Nísia Floresta, litoral sul do estado. Esses romances são mantidos na voz e memória de rendeiras durante suas canções de trabalho e foram coletados no Romanceiro de Alcaçus do folclorista Deífilo Gurgel (1992). Esse foi o material usado na composição da obra musical Missa de Alcaçus de Danilo Guanais em 1996. Os romances têm como característica textual o uso da literatura popular, nas formas de poesia, contos e baladas, e característica musical sob improvisações da música litúrgica medieval. (ROBERTSON & STEVENS: 1977). Ao investigar os romances nos cantos das rendeiras, percebemos que essas são personagens vivas das canções medievais encontradas no Rio Grande do Norte, alimentadas na sua memória individual e coletiva. A partir de tal constatação submetemos os romances à análise empírica sob o conceito de memória coletiva. (HALBWACHS: 2008). Segundo o autor, o conceito de memória coletiva é diferenciado da memória histórica, porque conduz à lembranças que se ampliam numa percepção coletiva reconhecida como consciência social. Outro aspecto observado nos romances ibéricos é que esses estiveram outrora invisíveis e ausentes na música popular potiguar e tornaram-se visíveis e presentes quando foram inseridos ressignificados na obra Missa de Alcaçus. Esse procedimento de inserção dos romances na obra erudita configura-se num rompimento do pensamento moderno abissal, que segundo Boaventura Santos (2001), consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. É dessa maneira que os romances medievais ibéricos, rompem com o pensamento abissal, tornando-se presentes e significativos na obra erudita. Para compreender sua inserção utilizou-se a estratégia metodológica da cartografia simbólica de Boaventura Santos (2000) a fim de identificar a afinidade melódica entre os romances e os cantos da Missa, de acordo com uma escala, projeção e simbolização de cada trecho da obra no qual estão contidos os romances. A partir desse procedimento encontramos afinidades e possibilidades de ampliação do presente (SANTOS: 2001), com o aproveitamento de diferentes experiências musicais capazes de contribuir para a música erudita contemporânea.

Paisagens sonoras, batalhas espirituais: som, política e religião no espaço público

AUTORES/AS: RAQUEL SANT'ANA DA SILVA

As últimas décadas foram marcadas por profundas mudanças políticas no Brasil. Juntamente com o processo de redemocratização, novos atores ganharam espaço e transformaram a arena pública. Um dos maiores exemplos reside na participação dos evangélicos como força marcante em controvérsias e disputas públicas. Neste trabalho, analiso essa atuação do ponto de vista (ou melhor, do ponto de escuta) do som no caso da “Marcha para Jesus”, um dos principais eventos de visibilidade (ou audibilidade) evangélica do país.

A “Marcha para Jesus” ocorre anualmente em centenas de cidades e consiste em uma caminhada por locais vistos como importantes para a cidade, acompanhada por músicas evangélicas entoadas em alto som. Nesses eventos, em que se conectam esferas comumente imaginadas como distintas, como religião, indústria cultural (mercado) e política, o som estabelece e dilui fronteiras. Inspirada no conceito de “paisagens sonoras”, argumento que se mostra necessário pensar o papel do som na chamada “batalha espiritual” travada na “Marcha para Jesus”, constituindo territórios e identidades, articulando aspectos de macro e micropolítica.

Rituais, cosmologia e musicalidade Timbira. Os casos do Pēpcahàc Ramkôkamēkra-Canela e o Pēpkaag Apinaje.

AUTORES/AS: LIGIA RAQUEL RODRIGUES SOARES – CO-AUTOR: ODAIR GIRALDIN

Os Apinaje e os Ramkôkamũkra-Canela são dois povos Jê Setentrionais que são classificados desde Nimuendaju como sendo grupos Timbira. Pretende-se, neste artigo, apresentar e discutir os rituais Pēpcahàc e Pēpkaag apresentando dados comparativos entre ambos. O primeiro é realizado atualmente pelos Rām̃kôkamũkra-Canela enquanto que o segundo era praticado pelos Apinaje até os anos 1930. Ambos apresentam características que os assemelham e também que os diferem entre si. Como semelhança ambos os rituais se ligam ao término do processo de formação masculina, bem como pelo fato de serem rituais que colocam (ou colocavam) os homens em contato com os seres do cosmos. A diferença está em que entre os Apinaje esse contato era mediado através de cantos

xamânicos chamados mû amnhi, cuja música tinha a capacidade de controlar elementos do mundo. Nos Ramkôkamekra-Canela, cuja formação masculina se dá por um conjunto de quatro reclusões que exige resguardos alimentares que possibilitam a formação do corpo e estimula a criação de habilidades, como preparo para ser cantador, caçador, corredor ou um xamã, será no Pepcahàc que os homens iniciados apresentarão as definições dessas suas transformações após as reclusões. Nas músicas executadas no Pepcahàc, canta-se elementos do mundo animal, visando colocar em interação os iniciados com esses seres, em busca de compartilhamento de forças potenciais.

Selah al museka: Resistência, política e amor na produção e fazeres musicais na Palestina

AUTORES/AS: RAFAEL GUSTAVO DE OLIVEIRA

Resultado da pesquisa de campo para dissertação de mestrado, este trabalho é fruto de uma etnografia realizada entre janeiro e abril de 2014 na Cisjordânia, Palestina. A questão da Palestina e a ocupação israelense dos territórios palestinos, há tempos se mostrou um tema bastante relevante no cenário político internacional. Neste contexto, há grupos musicais abordando temas como ocupação, opressão, resistência, “luta”, amor e cotidiano, através de gêneros musicais diversos como Rap, Rock, Reggae, música “tradicional” local, música eletrônica e “experimental”, entre outros gêneros. A etnografia consistiu não apenas em acompanhar os fazeres musicais e as conversas com os músicos, mas também em um trabalho mais amplo, que desse conta do contexto que informa os fazeres musicais. Assim, procurei me aproximar dos contextos que informam estes conteúdos indo à campos de refugiados, acompanhando manifestações, presenciando confrontos com o exército, visitas a diferentes locais, além de aulas sobre a “questão Palestina” na universidade de Birzeit e entrevistas sobre o cotidiano para os palestinos, assim como acompanhar os usos da música em situações específicas como projetos sociais e aulas de instrumento em campos de refugiados. A música sobre este contexto é constituída pela realidade local, fazendo com que as categorias “música” e “política”, neste sentido, não se separem. O fazer musical se torna por si só uma ação política imbricada nesta conjuntura. Com isso, as próprias redes de relações entre os músicos não se delimitam pelos

gêneros, mas sim, são informadas pelos conteúdos locais, ou seja, músicos de rap se relacionam com músicas “tradicionais”, sem “barreiras” de gêneros musicais. Os músicos estão inseridos no contexto local que, de acordo com narrativas nativas, frequentemente é referido como sendo um sistema de “apartheid” e controle imposto por Israel aos palestinos, o que faz com que, mesmo quando falem sobre, por exemplo, amor, se referiam à realidade política local como um fator decisivo da constituição das relações e dinâmicas sociais locais. Os diferentes gêneros musicais atingem diferentes públicos, contudo, este pano de fundo serve como um “nexo” entre diferentes práticas musicais e diferentes ouvintes, o que faz com que se identifiquem com o conteúdo, mesmo que não apreciem determinado gênero. Assim, entre as diferentes composições e práticas musicais, há conteúdos que tratam desde de revoltas populares, revolução, resistência, relações afetivas no dado contexto, críticas sociais, política, entre outros, imbricados na própria conjuntura social e política da Palestina.

Usos e relevância do fator ‘transcultural’ em processos de construção de identidades locais entre grupos musicais ligados ao movimento occitanista no Sul da França

AUTORES/AS: ELISA PAIVA DE ALMEIDA

Parte de um grande movimento occitanista que acontece em diversas cidades do Sul da França, os grupos musicais Fabulous Trobadors, de Toulouse, La Talvera de Cordes-sur-Ciel, Massilia Sound System, de Marseille, e Nux Vomica, de Nice, transitam, desde a década de 1980, entre uma circulação comercial mais convencional e atividades voltadas para as populações dos locais em que vivem. Ao promoverem o uso e valorização da língua occitana, estes grupos estão envolvidos, em vários níveis, em debates relacionados à identidade cultural dentro de seu país e em diversos projetos e ações políticas de estímulo à convivência em coletividade, realizando o que Appadurai (2004) chama de produção de localidade. Em suas práticas, a música figura como fim e meio – um instrumento capaz de integrar e estabelecer laços de pertencimento a uma comunidade ou lugar – além de matéria para refletir e trabalhar temas como cultura popular, folclore, tradição, memória, continuidade, criação. Como traço marcante e comum às suas trajetórias, os grupos aqui referenciados estabelecem fortes diálogos e interações criativas com músicos e músicas de outros contextos culturais diferentes de sua realidade

imediate, como por exemplo, do Nordeste do Brasil, da Jamaica e dos Estados Unidos. Tal característica repercute, inevitavelmente, nas representações de si próprios e dos outros presentes nas construções dos seus discursos assim como nas sonoridades eleitas como diacríticos em suas produções. Diante do exposto, nesta apresentação que deriva de um trabalho em desenvolvimento, a proposta é discutir o ponto específico que diz respeito aos usos e à relevância do fator ‘transcultural’ nos processos de construção de uma identidade local nas experiências dos referidos grupos. A partir de dados etnográficos e de uma revisão teórica e conceitual, este estudo pretende contribuir para a reflexão sobre práticas musicais ligadas a processos de construção identitária dentro de contextos de intenso fluxo de significados e formas significativas, observando as flexibilizações e acomodamentos realizados tanto na própria música, quanto nos discursos nativos racionalizadores (CARVALHO e SEGATO, 1994) a respeito das criações musicais.

“Eu sou o Ogã confirmado dessa casa”: Dilemas da profissionalização e consagração religiosa de Ogãs em terreiros de umbanda em Fortaleza.

AUTORES/AS: LEONARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA

No início de 2013, no Distrito Federal, foi anunciada a regulamentação profissional dos Ogãs de religiões de matrizes africanas, tais como candomblé e umbanda. Por meio de uma parceria formada pelas secretarias de Cultura e de Igualdade Racial do DF, a Federação Brasileira de Umbanda e Candomblé e a Ordem dos Músicos de Brasília (OMB-DF), foi dado início à oficialização do trabalho desses instrumentistas. A partir desse momento seria possível ter o registro de músicos profissionais, além de outras garantias trabalhistas. Sejam eles Ogãs alabê do candomblé, Ogãs e tambozeiros da umbanda, tamboreiros do batuque gaúcho, mãos de couro no Omolocô cearense, dentre outras denominações dadas aos responsáveis pelos toques dos atabaques e condução das energias espirituais nesses cultos, há sempre uma tensão entre transitoriedade e fidelidade aos terreiros. Alguns são submetidos à consagração religiosa, demonstram fidelidade à sua casa de culto e tem como princípio o não recebimento de dinheiro em troca de seus serviços mágico-religiosos. Outros praticamente vivem dessa atividade ou complementam sua renda mensal por meio dos serviços prestados em diversas tradições religiosas, transitando entre elas sem firmar vínculos. No caso do Ceará, essas questões geram

grandes discussões entre os Ogãs que transitam pelos terreiros de umbanda. Tendo em vista esse cenário, e partir de pesquisa realizada entre 2011 e 2014 em rituais de terreiros de umbanda na cidade de Fortaleza (Ceará), pretendo apresentar de que forma a fidelidade e a transitoriedade vivenciadas pelos Ogãs podem influenciar na dinâmica ritualística desses terreiros e quais as principais variáveis que circundam essa questão. Dentre elas, é possível citar os conhecimentos relacionados às particularidades do terreiro, a influência musical e ritualística de outras tradições religiosas em decorrência da transitoriedade, o prestígio a que são submetidos os Ogãs e a forma como são conduzidos os trabalhos mágico-religiosos. Para tanto, a pesquisa foi feita em rituais públicos de três terreiros de umbanda que possuem em seu grupo de instrumentistas Ogãs fixos e Ogãs transitórios. Conto também com o apoio teórico e metodológico tanto da antropologia como da etnomusicologia, trabalhos que abordam de forma direta ou como um tema transversal as práticas mágico-religiosas dos Ogãs.

COORDENADOR/A: NASHIELI RANGEL LOERA (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA), VERENA SEVÁ NOGUEIRA
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE)

DEBATEDOR/A: RENATA MEDEIROS PAOLIELLO, EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI

O grupo de trabalho se propõe problematizar o surgimento de novos atores no mundo rural e as formas ou modalidades em que as populações do campo praticam, categorizam, designam e constituem seus territórios. Serão privilegiados trabalhos etnográficos que problematizem processos de pertença, mobilidade, circulação de pessoas e coisas, formas de organização e trabalho, relações de coabitação e outras dinâmicas locais que mostram as diversas maneiras em que cotidianamente as populações rurais constituem e são constituídas pelos seus territórios. Assim, a proposta incentiva a apresentação de trabalhos que reflitam sobre configurações territoriais e territorialidades específicas, e acerca da riqueza ou limitação de determinadas abordagens e categorias utilizadas pelos antropólogos como instrumento de análise do mundo rural.

As trajetórias de luta pela terra entre as famílias de Bete e de Buri

AUTORES/AS: ELISA RIBEIRO ALVARES DA CUNHA

A pesquisa trata de uma análise comparativa das famílias da comunidade de Bete, localizada no município de São Gonçalo dos Campos, e das famílias da comunidade de Buri, no município de Maragogipe, ambas fazendo parte da região do Recôncavo Baiano. A comunidade de Bete situa-se numa área cuja paisagem se associa mais claramente à idéia de rural e ao modo de vida camponês, ao passo que a comunidade de Buri está num povoado de pescadores que vem sofrendo transformações aceleradas devido a presença de uma plataforma da Petrobrás e de um Estaleiro.

As famílias da comunidade de Bete se organizam em pequenas posses ou propriedades onde fazem suas roças, mas consideram que a terra é muito pouca para o sustento da família. Esse sentimento de que “falta terra para plantar” parece estar imbricado em muitos conflitos entre famílias e familiares, sendo a disputa pela herança apenas a face mais óbvia dessa questão. A falta de terras também tem levado as famílias a buscarem a estratégia de migrar para Salvador, embora continuem com o sonho de voltar para o campo.

As famílias da comunidade de Buri vivem da mariscagem e da pesca, mas contam suas trajetórias de moradores de fazenda: plantavam suas roças familiares e davam o dia para os fazendeiros, trabalhando na extração de madeira e piaçava. Na região do recôncavo se diz que a maré sempre foi a fonte de alimentos livre para os cativos das fazendas, mas com a venda de peixes e mariscos nas feiras, eles puderam se libertar da condição de morada e do trabalho nas fazendas. Chama nossa atenção, que apesar de toda essa adaptação de morar em São Roque e viver da maré, as famílias de Buri ainda sonham com a sua terra.

Assim, o que aproxima as duas comunidades, para efeito de nossa análise, é a demanda pela terra. Nossa intenção, com essa pesquisa, é buscar entender como essa demanda é elaborada através das falas dos familiares e, ao mesmo tempo, como ela interfere na organização dos grupos domésticos, na própria formação de fronteiras entre essas famílias e até mesmo na percepção de quem está dentro e de quem está fora da comunidade. Buri e Bete estão envolvidas em processos de regularização fundiária de territórios quilombolas e essas questões se tornam

importantes para a identificação dos limites territoriais dessas comunidades, ou seja, que fronteiras sociais podem se materializar na forma de um território delimitado? Além disso, para chegar a limites tão concretos e definidos, que estejam política e juridicamente adequados, novas fronteiras sociais são criadas em meio às negociações entre os distintos agentes que participam do pleito territorial das comunidades.

Donos da luta: Sacralização de lideranças camponesas e indígenas assassinadas em áreas de conflito fundiário

AUTORES/AS: EDIMILSON RODRIGUES DE SOUZA

O objetivo desta comunicação é evidenciar, a partir de experiências etnográficas, os símbolos ritualísticos que perpassam os eventos de sacralização de lideranças populares, violentamente assassinadas em áreas de intenso conflito fundiário, e qualificadas como mártires da terra. As trajetórias de luta pela terra desses grupos possibilitam a atualização das práticas de enfrentamento e resistência, e parecem funcionar como dispositivos que, através de um trabalho de convergência e incorporação, mais do que relacionar, ultrapassam, na figura do mártir, as diferentes categorias sociais, sem anulá-las. Estes repertórios de luta inscrevem atores de distintas origens numa cosmografia, a partir da qual eles encontram motivos para resistir ao modelo oficial de colonização, justificando a permanência com base em referenciais como a tradicionalidade da ocupação, fluxos migratórios em grupos familiares ou de afinidade, tempo de chegada, sucessão de domínio e trabalho investido. Estes argumentos são acessados regularmente frente às ameaças de desocupação e desapropriação, advindas dos órgãos governamentais ou grilagem de terra. O protagonismo destas lutas é marcado pela atuação destas lideranças populares, sua agência parece estar fundamentada em habilidades individuais, reconhecidas e legitimadas no interior do próprio grupo, tanto pelas trajetórias de luta e resistência quanto pelo seu percurso de formação, e especialmente pela morte violenta que origina a condição de martírio.

Expressões de territorialidade entre trabalhadores e quilombolas na Chapada Diamantina, Bahia.

AUTORES/AS: ITAMAR RANGEL VIEIRA JUNIOR, FLÁVIO LUÍS ASSIZ DO SANTOS

A comunicação ora proposta pretende proceder a um breve relato da história, dos processos de territorialização e dos fenômenos de etnicidade vividos por um grupo de camponeses quilombolas, na Chapada Diamantina, estado da Bahia. Baseado em uma experiência etnográfica ocorrida no contexto de um processo de regularização fundiária empreendido pelo Estado, a comunicação apresentará um pequeno quadro da vida na localidade de Iúna, município de Lençóis, desde a origem dos seus habitantes através das migrações e do trabalho em sistema de morada, até a consolidação dos trabalhadores e moradores enquanto um grupo com interesses comuns, desenvolvendo laços de parentesco e um modo particular de apropriação da terra pelo trabalho.

Para compor esse quadro será necessário seguir alguns caminhos: compreender a ocupação material do território a partir do trabalho, da obra e da ação; e a imaterialidade identificada pela memória, pelas trocas simbólicas e os signos imateriais dos sistemas de significações do grupo, sem que seja necessário supor a existência de uma fronteira fixa entre as dimensões materiais e imateriais. Para compreender a ocupação material é preciso conhecer o significado do habitar, a existência do corpo a partir do trabalho sobre a casa e seus cômodos, os quintais e as cercanias, sobre os recursos vivos que mantêm um vínculo mais direto com a vida das famílias: o pomar e as ervas, os animais e os rios, o tempo e a terra. O ambiente e a produção das roças, o trabalho e a obra do homem, como o trabalho se organiza e se divide entre a família e entre o grupo, pensando o sistema de trocas, dádivas e porque não de magia, representado neste contexto pelo jarê. E, por fim, o campo da ação e do discurso, pensando as relações de parentesco, a etnicidade e os conflitos no acesso à terra, e a política como atividade humana por excelência e dimensão fundamental para a territorialidade.

As interpretações e elaborações até o momento desenvolvidas levam-nos a pensar o lugar e a história social desse grupo a partir de alguns eixos marcadores de sua trajetória, a saber: as migrações de diferentes localidades, que ajudaram a formar o grupo tal qual o conhecemos; o trabalho – movimento - como meeiro e o ritual de “morada”; o jarê e o parentesco; a territorialização e os percursos migratórios das

roças e da pesca ante às condições do tempo e às oportunidades que a terra oferece. A mobilização de uma identidade étnica como marcador de sua condição sobre a terra é uma questão-chave para a compreensão da identidade como performance na vida desses trabalhadores.

Fregueses libertos do patrão e novas relações na terra conquistada: o caso da comunidade São Lázaro do rio Preto, Afuá/Pará

AUTORES/AS: SAMMY SILVA SALES

Nesta proposta pretendemos apresentar as estratégias e práticas elaboradas pelos tiradores de açaí da comunidade São Lázaro do rio Preto, na constituição e configuração de suas áreas de pertencimento, localizadas no PAE Ilha da Queimada, município de Afuá, porção ocidental da Ilha do Marajó. A comunidade é formada por famílias descendentes de antigos fregueses e patrões que ocuparam as margens do rio Preto na década de 60 para a exploração econômica do látex, de espécies madeireiras e do palmito. Através de trabalho de campo, reunimos relatos de moradores de diferentes famílias, gêneros e gerações acerca da experiência do grupo na chamada libertação do patrão e no processo de conformação das áreas destinadas a cada família através do uso e trabalho investido nos roçados e no manejo dos açazais. De maneira diacrônica, buscamos identificar estratégias adotadas pelas famílias para a resolução de conflitos relacionados às áreas tanto no tempo dos patrões quanto na atual conjuntura de transformação do mercado regional do açaí e no aumento da pressão sobre os recursos disponíveis.

Territórios, direitos e seus significados em comunidades quilombolas e caiçaras de Cananéia (Vale do Ribeira/SP)

AUTORES/AS: HOMERO MORO MARTINS

Essa apresentação tem como objetivo esboçar os resultados parciais de uma pesquisa etnográfica em andamento, realizada junto a três coletividades rurais localizadas na porção continental do município de Cananéia (SP), no Vale do Ribeira. O trabalho procura analisar como a mobilização desses grupos em torno da reconhecimento de direitos territoriais (enquanto comunidades remanescentes de quilombos) ou ambientais (como comunidades caiçaras atingidas por unidades de conservação)

atualiza as concepções locais sobre a terra e seu controle social. Busca-se, então, compreender como novas instâncias, introduzidas pelas prerrogativas dos direitos territoriais e ambientais (associações representativas, conselhos gestores de unidades de conservação, entre outras), além da crescente busca por participação em projetos comunitários, de iniciativa pública ou privada, interagem com os significados nativos operantes em contextos possessórios no Vale do Ribeira, que já foram definidos como um *habitus* ou estrutura performativa historicamente constituída e compartilhada, caracterizada pela autarquia das famílias conjugais, igualitarismo de herança e solidariedade nos vínculos locais e extra-locais de parentesco (Paoliello 1998). Com o enfrentamento de novas condições históricas, que incluem a exiguidade de terras disponíveis e a criminalização ambiental de boa parte de suas atividades produtivas, mas também o surgimento de novos caminhos legais para a resolução de suas demandas fundiárias, a interlocução desses grupos com o Estado e outras entidades passa a ser fortemente mediada por instâncias e direitos de viés comunitarista, como caracterizado, por exemplo, nos moldes legais de representação previstos para o reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas. À medida em que emergem como novos mecanismos de gestão territorial, idealmente coletiva e comunitária, tais instâncias e direitos vêm atualizar os significados assumidos pelo território, reposicionando os modos pelos quais são elaboradas as possibilidades de apossamento e controle da terra e de fluxos entre parentes para dentro e fora de seus limites, o que não raramente acompanha a emergência de novos conflitos (ou de velhos conflitos em novos termos). Assim, a investigação em curso visa abordar as transformações em curso nas práticas costumeiras das relações territoriais nos contextos analisados enquanto eventos (Sahlins 1990). Para tanto, busca traçar as histórias de vida, as práticas e fluxos territoriais das famílias envolvidas, e o modo como estes informam e dão sentido aos significados assumidos pelos territórios em um contexto de novos direitos, mas também de novos desafios para a constituição da condição de “livre” que perpassa o ideário nativo.

“Pioneirismo” e a narrativa do pertencimento nos projetos de colonização da Amazônia Ocidental

AUTORES/AS: MANUELA SOUZA SIQUEIRA CORDEIRO

A partir da década de 1970, durante o Governo Militar, a Amazônia passou a ser considerada a nova fronteira agrícola nacional. Naquela década, como parte de um esforço de complementaridade entre a Amazônia e a região nordeste, surgiram programas como o PIN (Programa de Integração Nacional) e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de terras e estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste). Somente na região amazônica foram criados 58 projetos de colonização, compreendendo uma área de 2,9 milhões de hectares. A pesquisa aqui apresentada foi conduzida em dois destes – os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) Burareiro e Marechal Dutra, localizados na cidade de Ariquemes e de Alto Paraíso, no estado de Rondônia. Esta etnografia tem como objetivo compreender o processo de separação - o ato de “esparramar”, segundo a categoria nativa - das famílias que se deslocaram para os projetos de colonização em Rondônia na década de 1970. Esta separação não significa a ruptura da família que inicialmente ocupa o lote em Rondônia, mas a criação de outras unidades familiares que podem se ajudar mutuamente e manter uma relação de continuidade no gerenciamento da terra e outros bens, a partir da circulação das pessoas. Assim, a etnografia verifica como a relação com a terra, a concepção de família, projeção de futuro e lembrança do passado se combinam de formas diferentes para três grupos etários (os “pioneiros”, filhos de “pioneiros” e netos de “pioneiros”) que ocuparam terras nos projetos de colonização Buareiro e Marechal Dutra. O “pioneiro” é uma categoria nativa ainda reconhecida e utilizada em Ariquemes. Esta caracteriza os chefes de família que chegaram durante os anos 1970 e participaram no processo de “abertura das terras” e “criação da cidade de Ariquemes”. O “pioneirismo” é construído principalmente a partir de três argumentos – temporalidade, o sentimento de pertencimento fornecido pela “abertura da terra” e a reputação masculina. No artigo, será verificada a importância atribuída à categoria nativa “pioneiro” para a permanência das famílias, a partir das narrativas sobre a possibilidade de possuir terra e o esforço conjunto de ocupação desse novo território. Também serão tratadas as diferentes denominações atribuídas a estes além de “pioneiros”, uma vez que são chamados em algumas localidades de “veteranos” ou “fundadores”,

verificando as possíveis diferenciações entre estas; a maneira como ser “pioneiro” é manipulada pelos grupos políticos locais; bem como a possibilidade de uma mulher ser considerada “pioneira”.

“Terras do Estado”: “rompendo a distância” e distribuindo recursos

AUTORES/AS: MONIQUE FLORENCIO DE AGUIAR

A exposição realizada neste trabalho se baseou em pesquisa que mesclou análise de documentos, entrevistas e observação no município de Italva, situado na região classificada como noroeste fluminense. Neste texto, analiso o processo de aproximação de produtores rurais em relação aos representantes de órgãos do Estado, por meio da criação da Associação de Lavradores da Fazenda Experimental de Italva (ALFEI). O então governador, Leonel Brizola, reorganizou os esquemas de delegação de poder e transformou “colonos” e “posseiros” em “assentados”.

Portanto, a Associação foi instituída com apoio de Brizola e de seus aliados políticos em 1986. Como será visto, com a criação da Associação: 1) os produtores reordenaram-se em torno de outra autoridade, eliminando a mediação de antigos funcionários vinculados às gestões anteriores do governo do Estado; e 2) o núcleo superior do governo do Estado, naquela gestão, reorganizou os produtores em torno de si, ao estipular novas formas de ordenação da vida deles.

Mostrando-se presente, o núcleo superior do novo governo delegou poder aos agrupamentos, que foram institucionalizados juridicamente, e forneceu, assim, reconhecimento aos mesmos. Inspirando-me em Foucault (2012:277-295), a pergunta cabível para este período “democratizante” na história itavense é: como governar? Assim, a Associação é apresentada como uma forma legal de se aproximar do Estado, credenciando para a relação; e uma forma de o Estado se aproximar de sua base. Como procurarei demonstrar, ela proporcionou a possibilidade de controlar recursos do Estado, condição para também se vincular aos moradores e, desse modo, representar mais legitimamente os núcleos familiares. Com o decorrer do tempo, os assentados consagraram a expressão “terras do Estado” para se referir aos lotes ocupados e administrados pelo Instituto de Terras do Governo do Estado (ITERJ). Mais recentemente, a possibilidade de executar programas e projetos públicos no município, tanto por membros da prefeitura quanto por integrantes da Associação, demonstra uma etapa histórica onde vigora um nível maior de

autonomia para o município. Os mecanismos de participação proporcionam o surgimento de novos mediadores políticos. Esses indivíduos, alçados à posição de mediadores nas relações com representantes estatais, puderam se constituir em espécies de elites políticas locais com acesso às negociações burocráticas, que são os fios que conduzem a relação com o Estado.

Procurei também mapear os deslocamentos geralmente realizados pelos moradores itálvenses ao buscarem se aproximar de áreas nas quais julgassem poder ter acesso aos meios para melhorar a qualidade de suas vidas. Este deslocamento de Italva ao Rio, ou região metropolitana, era compreendido pela expressão “descer”.

Associações, significados e controvérsias: um estudo sobre as práticas dos agricultores familiares na microrregião de Barbacena/MG

AUTORES/AS: HELENA LOPES

A etnografia aqui apresentada é parte de uma pesquisa de dissertação, em andamento, que tem como objetivo o estudo das dinâmicas de reprodução e transformação das práticas dos agricultores familiares associadas ao uso de agrotóxicos. O trabalho de campo realizou-se na microrregião mineira de Barbacena, mais especificamente, em quatro unidades produtivas de agricultores familiares, localizadas nos municípios de Carandaí, Barbacena e Senhora dos Remédios. O artigo busca seguir os rastros das associações que se estabelecem entre humanos e não humanos na construção de diferentes estilos de agricultura, considerando, de um lado, a produção e reprodução de arranjos que incorporam o uso de agrotóxicos e, de outro, a emergência de novos ordenamentos, inspirados pela agroecologia e onde o agrotóxico não está presente. Retoma-se, aqui, a ideia de Latour (2012), de que o social não é algo que se vê, mas que é perceptível pelos seus rastros. Seguindo a trilha destas associações, buscamos, neste trabalho, refletir sobre os elementos que constituem o mundo desses atores, sua capacidade de agência e suas margens de manobra, compreendendo que, ao mesmo tempo em que os atores produzem configurações, essas também os configuram. Parte-se da ideia de uma co-construção entre associações, práticas e universos de significados, produzindo modos estabilizados de relações, mas gerando, também, inúmeras controvérsias. As relações materiais e simbólicas que compõem estas tramas podem ser compreendidas como repertórios culturais, remetendo à produção e

reprodução de diferentes estilos de agricultura (Ploeg, 1996). Durante a pesquisa de campo, evidenciaram-se diversas configurações nas unidades produtivas, evidenciando-se a presença tanto de ordenamentos mais estabilizados na relação dos agricultores com os agrotóxicos, como de uma utilização desses produtos somente em situações liminares, como de arranjos que há pelo menos três anos excluem inteiramente a presença desses produtos químicos. Tão interessante ainda, pôde-se perceber agricultores familiares em uma linha tênue entre usar agrotóxicos e não usá-los, destacando assim as controvérsias envolvidas na (re)produção de cada um desses mundos.

Habitar y espacios de vida en una comunidad agraria localizada en la ahora Zona Metropolitana de San Luis Potosí-Soledad de Graciano Sánchez, México.

AUTORES/AS: MARTHA CHÁVEZ TORRES, OLYMPIA GUADALUPE OVIEDO GUERRERO

Partiendo del trabajo de campo y de dos abordajes teóricos que vinculan la Antropología con la Geografía Humana -mediante los conceptos «habitar» y «espacios de vida» - en esta ponencia se reflexionará sobre las transformaciones sociales y espaciales de una comunidad agraria rural que es asechada y mermada territorialmente por los gobiernos del estado, el crecimiento urbano y los grupos internos de la misma que se disputan la propiedad y venta del territorio. Se trata de la Comunidad de San Juan de Guadalupe y sus anexos Tierra Blanca y San Miguelito, localizada al sur de la Zona Metropolitana de San Luis Potosí-Soledad de Graciano Sánchez, México. La venta creciente por los comuneros, de espacios para la edificación de viviendas, equipamiento e infraestructura que demanda el crecimiento urbano -sobre todo a partir de la década ochenta del siglo pasado-, ha generado formas de cohabitación y convivencia entre comuneros y vecindados, que han transformado y resiniendo las relaciones, mediatizadas por la cultura de pertenencia, entre las personas y el espacio (el habitar), así como sus espacios de vida (prácticas, trayectos, itinerarios, interacciones entre las personas y lugares frecuentados), sobre todo con el cambio de sus formas de organización y las actividades laborales del grupo de estudio. La conservación y explotación de los recursos naturales de la comunidad agraria, demanda de manera imperante, la organización social, la cohesión y el conocimiento del vasto territorio que aún conserva la Comunidad.

Novos contextos territoriais: reconfigurações das práticas do espaço em face das redefinições legais dos direitos e das restrições ambientais aos usos dos recursos

AUTORES/AS: RENATA MEDEIROS PAOLIELLO

Áreas de ocupação antiga vêm sendo impactadas, nas últimas décadas, tanto pela legislação ambiental como pela fixação de limites exigida para o reconhecimento de direitos territoriais específicos, como é o caso dos remanescentes de quilombos. Em particular no Vale do Ribeira paulista, região já de muito tempo atingida por sucessivas intervenções estatais para implementação de planos de desenvolvimento, que pressionam, sobretudo, pequenos sítios, em geral posseiros. Estas populações vêm respondendo a estes processos pela recorrente atualização de suas práticas de mobilidade espacial, que articulam práticas agrícolas, estratégias de apropriação e uso da terra e dos recursos e regras de direito em interface tensa com as leis civis e agrárias. Esta mobilidade vem sendo até aqui estratégica para a reposição dos patrimônios territoriais e das condições regionais de vida. Mais recentemente, primeiro diante das coerções da legislação conservacionista, e em seguida pelos efeitos do artigo constitucional n. 68, ao mesmo tempo em que se vislumbra a oportunidade de superar o caráter precários do direito à terra, e do acesso aos demais direitos, restringe-se essa mobilidade, na medida em que as novas leis exigem fronteiras fixas, além de um conjunto de mudanças relativas a direitos até então diferencialmente atribuídos e distribuídos. Este estudo procura apreender como estas mudanças vêm informando as práticas cotidianas, desde o âmbito doméstico até o plano das relações políticas, provavelmente alterando a dinâmica social e espacial e as representações correntes do espaço rural. A chave interpretativa nos é fornecida por Marshall Sahlins no que diz respeito aos riscos empíricos a que se expõem os esquemas prático-simbólicos locais e regionais em seu diálogo com a nova legislação.

O caminho que se faz no caminhar: A história de Seu Calixto Francelino

AUTORES/AS: CAROLINA PERINI DE ALMEIDA

Proponho aqui refletir sobre as dinâmicas territoriais e territorialidade entre os Terena, povo indígena de língua Aruak, a partir de uma biografia. Tal proposta

tem como base minha pesquisa de mestrado, na qual, ao decidir pensar as relações entre dinâmicas familiares, fluxo de pessoas e história a partir do meu encontro com indivíduos Terena, optei por seguir, metaforicamente, os caminhos da relação que construí com eles para apresentar os argumentos do trabalho. Essa escolha ecoou da própria configuração espacial Terena, composta por uma malha de “caminhos” ou “trieiros” que serve de base à rede de relações sociais. São os trieiros que orientam os percursos das casas às roças, da aldeia às regiões de caça e pesca - ao “mato”. Por esses caminhos, parentes e amigos se visitam, circulam os presentes, estabelecem alianças políticas, acordos matrimoniais e festividades. Assim, nesta apresentação pretendo contar sobre o que aprendi da vida de Seu Calixto Francelino, o meu principal e mais antigo interlocutor, do qual tive o privilégio de me tornar amiga e poder registrar a sua história. Natural da aldeia Cachoeirinha (Mbokoti) localizada em Miranda-MS, Seu Calixto é um senhor com pouco mais de 80 anos com planos de chegar aos 100, que já foi cacique da aldeia Argola (Akulea, T.I. Cachoeirinha) e da aldeia urbana Marçal de Souza, onde reside atualmente, em Campo Grande-MS. Além de liderança política, ele é pastor evangélico e já viajou por grande parte do país em busca de trabalho, aventuras e/ou acompanhando a luta de seu povo pela demarcação de sua terra e garantia de seus direitos constitucionais. Em certo sentido, Seu Calixto mostrou-se como um outsider, uma vez que se opôs aos padrões – fugiu da aldeia, não queria se casar, não queria ficar perto do seu tronco familiar, não queria estudar, queria ver outro mundo e ter uma vida de aventuras. No entanto, cansou da vida de solteiro errante e voltou para aldeia, para ser um alguém também lá. Ou seja, teve que sair fugido da aldeia e por ter saído da aldeia pode tornar-se o Xuve (tronco/ liderança) que hoje é nela. Conforme procurarei demonstrar, justamente por suas escolhas diferirem das escolhas comuns de seus “patrícios”, sua trajetória elucidada o que seriam valores e condutas fundamentais à formação social Terena, bem como as contradições que acarretam. Dessa maneira, penso que a vida de Seu Calixto, especialmente seu trieiro como Xuve, nos auxiliará a entrever a complexa dinâmica de expansão e retenção presente nos movimentos que marcam essa configuração social. Com o seu caminho, veremos não só como o ethos expansivo que conforma a liderança política contrasta-se e complementa-se com o imperativo de estar junto e viver na aldeia, mas também as múltiplas tonalidades presentes nos mundos em que Seu Calixto entra em contato, desbrava e expõe.

Povos de Quintais: Desafios de uma nova territorialidade em construção

AUTORES/AS: ERIOSVALDO LIMA BARBOSA

O objetivo da presente comunicação é recuperar a discussão sobre “Quintais”, no âmbito da Antropologia, e mostrar, que os agricultores-cajucultores inseridos no universo da cadeia do caju, especialmente no Piauí, tem-se servido dos Quintais como lugar de moradia e produção, mas que infelizmente essa “pequena porção de terra”, os povos que nela moram e aquilo que nela escolhem para produzir não tem sido, ainda, alcançados como práticas legítimas de uma população que possui uma territorialidade peculiar e, conseqüentemente, de um modo de vida inteiramente híbrido (rural e urbano). Nossa preocupação é de revelar essa especificidade, negada, ainda, tanto pelo IBGE, que desconhece os “quintais” como “unidades censáveis” para fins estatísticos, quanto pelas ciências sociais. Os estudos sobre os Quintais ainda são raros e, quando aparecem, são enviesados por estudos de gênero, na tentativa de compreender melhor os espaços ocupados pelas mulheres no contexto de trabalho rural, como é o caso dos trabalhos de Heredia (1979) e de Ellen Woortmann (1983). O conhecimento sobre os quintais é atravessado pelo conhecimento que se tem sobre o Sítio, além de não possuírem estatuto próprio de investigação, como o “Sítio” e como a “Fazenda”. Os “quintais residências” urbanos tem recebido merecido destaque no âmbito de associações, ONG’s e cooperativas. A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) tem publicado uma série de estudos sobre “quintais residenciais” e hortas comunitárias. Nesses trabalhos, o enfoque tem se voltado também para a compreensão dos espaços ocupados pelas mulheres no contexto de trabalho urbano, mas especialmente para o enfoque agroecológico. Na arquitetura é onde se pode encontrar, também, trabalhos que põem foco nos “quintais urbanos”. Merece destaque o de Silva (2004) em cujo artigo “os quintais e morada brasileira” defende a hipótese de que a existência dos quintais constitui uma característica singular das cidades brasileiras, significativamente diferentes dos pátios internos e dos fundos de lote existentes em outras cidades ocidentais. Portanto, o que há de interessante nesse último trabalho é o fato de os Quintais (em maiúsculo) aparecerem como lócus privilegiado de investigação, de análise e não apenas como lugar de intervenção extensionistas. Percebemos os Quintais como uma nova territorialidade, resultado de um saber histórico corporificado no trabalho, por

meio do qual esses espaços tornam-se distintos. Essa distinção, tendo origem no processo histórico de trabalho, é criada em atendimento a necessidades de várias ordens: sociais, econômicas, culturais e simbólicas.

Usos e desusos das terras de Tourém. Transformações sócio-territoriais de uma aldeia rural fronteiriça entre a Galícia (Es) e Portugal

AUTORES/AS: DIEGO AMOEDO MARTÍNEZ

Em Tourém - aldeia portuguesa fronteiriça do Alto Barroso - assistimos, ao longo do século XX, toda uma série de transformações na terra, que definem a territorialidade, entendida segundo Pietrafesa de Godoi (1998), como o processo de construção dos espaços de vida das pessoas.

Através do termo terra pretendemos com esta comunicação discutir e aceder as transformações sócio-territoriais da aldeia assim como mostrar a atual configuração social da aldeia.

Quando as pessoas de Tourém falam em terra tanto se podem estar referindo à sua aldeia, como o lugar de pertencimento, quanto aos lugares pelos quais passaram ao longo de suas vidas, eles propriamente, parentes ou vizinhos da aldeia. Falam da aldeia como sua terra, sempre no singular, e nos lugares da emigração como terras, no plural.

Os lugares da emigração mudam em função das condições econômicas, históricas e sociais. Da mesma forma acontece com os produtos cultivados e os destinos das terras produtivas que há na aldeia. Podemos portanto através do termo terra e de suas conotações pensar as mudanças, transformações e reconfigurações do espaço social da aldeia. Conseguimos ir além das transformações, ao aprofundar temporalmente nas terras e seus usos, podemos entender momentos históricos pontuais ou condicionantes específicos que marcaram esses usos e desusos.

Um exemplo que mostra os sentidos aos quais nos estamos referindo é o uso que os moradores da aldeia fazem da palavra África. Todos os homens maiores de setenta anos da aldeia estiveram na África. Com esse termo se referem a Angola, país no que Portugal mantinha uma frente aberta de suas guerras coloniais. Com África também se referem a um tempo determinado, o das guerras coloniais e mais concretamente às décadas de 1960 e 1970. A mesma lógica opera com o Brasil, Suíça ou França, territórios que demarcam tempos concretos que passam

a formar parte da memória e conhecimento local. Mas Tourém além de ser uma terra “exportadora” de mão de obra é uma aldeia rural, ou seja é a própria terra que garante o sustento da maioria das famílias que moram na aldeia e que vivem expressamente da criação de gado bovino. Quando falamos das terras de Tourém também estamos evocando legislações diferentes (terras comunitárias e particulares), nomes diferentes (hortas, lameiros e nabais) nos que se cultivam diversos produtos, com suas peculiaridades, tempos e tratamentos. Ou seja através da terra produtiva acedmos também a toda uma configuração em que tempo, espaço e prática são elementos diferenciados e que permeiam a vida social da aldeia. Expressões do tipo aquela terra virou pra batata, demonstram como os usos e desusos das terras mudam em função dos diferentes condicionantes econômicos, sociais e políticos. Essa expressão nos traslada ao momento em que muda o uso daquela terra. A batata de semente é um cultivo que marcou um tempo da aldeia, em que esse tubérculo era cultivado e exportado para todo o país. Teve tanta importância aquele cultivo que as pessoas da aldeia tomaram parte dos baldios – terras comunitárias – para esse cultivo. Hoje em dia os baldios voltaram ser pastoreados pelos animais, regressando à configuração anterior. Tomando como referência esses exemplos é que discutiremos os processos e dinâmicas socioterritoriais de Tourém e suas gentes

“ARAME, RODAGEM E TURISMO”: as novas estratégias de pertencimento e permanência da comunidade rural Curralinho - Mata de São João/Bahia

AUTORES/AS: DIANA ANUNCIAÇÃO SANTOS

Tal pesquisa propõe-se a analisar as mudanças de uso do território empreendidas na comunidade rural de Curralinho, localizada no município de Mata de São João, a partir do desenvolvimento turístico e econômico da região do Litoral Norte da Bahia. As novas estratégias de utilização do território de trabalho e morada constituem-se elementos fundamentais da resistência e manutenção dos laços de pertencimento deste grupo impactado pelas políticas econômicas implementadas na década de 1970. O processo de mobilidade espacial se intensifica e pode ser compreendido entre: a) a saída de membros internos para os grandes centros urbanos do Brasil; b) a instalação de famílias de outros grupos vizinhos que perderam ou venderam suas terras, mas que estão ligados por liames de parentesco,

compadrio e vizinhança; c) a chegada de indivíduos de outras localidades em busca de trabalho no setor turístico e d) o retorno daqueles que migraram. Percebe-se, então, que o passado vivido, anteriormente à chegada destes projetos, permanece na memória dos indivíduos fortalecendo o sentimento de pertença entre os “nativos” da região e assinalando a diferença identitária, social e de pertencimento entre estes e os de fora. Metodologicamente propõe-se uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico tendo por instrumentos a história oral, entrevistas abertas e a observação participante. Em suma, buscar-se-á entender como a permanência de um passado comum na memória coletiva e as estratégias de uso territoriais constituem-se elementos de (re)significação do pertencimento e permanência, marcados pela diferença social, temporal e espacial dos atores envolvidos neste processo.

“Um nó difícil de desatar” - processo de territorialização da/na comunidade quilombola de Narcisa (Capitão Poço-PA)

AUTORES/AS: RAIMUNDA CONCEIÇÃO SODRÉ

A presente comunicação caracteriza-se como desdobramento da minha pesquisa de mestrado que tem como norte analisar os padrões de conjugalidade da população quilombola do Narcisa. Neste trabalho pretendo discutir a construção da identidade quilombola, associando os conceitos de território, identidade e etnicidade e levando em conta os debates gerados em torno da aplicabilidade do artigo 68 da Constituição Federal. A pesquisa em desenvolvimento centra-se na história oral e na pesquisa de campo, onde procura-se uma aproximação com os sujeitos que vivenciam tal processo de construção de uma identidade quilombola e territorialização fortemente marcadas por um recorte étnico, social, espacial cultural que os particularizam em relação as comunidades rurais brasileiras. Através das falas dos sujeitos procuro analisar e discutir os elementos étnicos e sócios territoriais que emergem nos discursos e são prenhes de significados na lógica de pertencimento articulada pelos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Narcisa, localizada no Município de Capitão Poço/Pará.

‘Essa terra que tomo de conta’: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco

AUTORES/AS: ANA LUÍSA MARTINS MICAEL

Nesta comunicação pretendo situar a problemática da posse da terra e das relações familiares subjacentes à sua transmissão nas novas dinâmicas sociais e territoriais decorrentes do processo de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco. Para tal, parto das experiências vividas dos habitantes de um assentamento rural criado em 1998 na região e procuro compreender como as suas biografias se inscrevem na história da terra, contribuindo assim para o conhecimento desta fase histórica de reorganização do mundo rural brasileiro. A apresentação sustenta-se no material etnográfico recolhido no âmbito da minha pesquisa de doutoramento onde analiso o modo como se constitui um assentamento rural ao longo do tempo, enfatizando a forma como a terra tem sido incorporada nos projectos familiares dos antigos moradores e trabalhadores assalariados dos engenhos de cana-de-açúcar. Esta análise da territorialidade dentro dos assentamentos tem em conta as continuidades e rupturas que se estabelecem com o espaço do engenho, fazendo uma problematização da preponderância da unidade familiar tanto na presente concepção de reforma agrária, como nas antigas lógicas de trabalho e de residência que permanecem como referentes muito fortes para a maior parte da população. Mediante diferentes regimes de valor da terra em confronto (como o dos “engenhos”, da “terra para quem a trabalha” e do “sítio”), procuro enquadrar a discussão antropológica em torno dos conceitos de territorialidade, propriedade e posse da terra e compreender as práticas e os vários significados locais que o parentesco encapsula neste contexto, tendo nas árvores de fruto, nas casas e da terra das “parcelas” uma chave para compreender a vivência quotidiana dos assentados.

Circuitos de Parentesco Sateré-Mawé: fazendo família, habitando casas

AUTORES/AS: JOSÉ AGNELLO ALVES DIAS DE ANDRADE

Nesta comunicação trago reflexões iniciais a respeito dos processos de deslocamento e estilos de habitação multilocal do coletivo indígena conhecido como Sateré-Mawé que envolvem, em um mesmo circuito, diversas comunidades/aldeias localizadas em diferentes pontos da zona rural e urbana da capital manauara,

cidades do baixo amazonas e aldeias na T.I Andirá-Maraú. Especial ênfase está sendo alocada na análise dos estilos particulares de habitação (INGOLD, 2000, 2007) na construção da socialidade deste coletivo indígena entre cidades e florestas da região.

Os Sateré-Mawé, em sua circulação cotidiana, ultrapassam uma multiplicidade de ambientações, como a floresta, a cidade, a aldeia, os rios e igarapés, que certamente possuem suas particularidades, mas que para eles estão ligados por linhas, trajetos e narrativas.

A identificação desse circuito e os indícios de um determinado estilo de habitação nos contextos domiciliares que, entre outras referências espaciais, o compõem, permite vislumbrar alguns dos mecanismos e estratégias presentes nos modos Sateré-Mawé de habitar entre cidades e aldeias. Por meio de etnografias para além dos espaços de moradia, como a observação de práticas envolvendo a produção e venda de artesanato, as partidas e os campeonatos de futebol e a Festa da Tucandeira – aparentemente desvinculadas entre si – tornou-se possível reconhecer outros aspectos da forma como os Sateré-Mawé inventam sua experiência urbana.

Nesta comunicação argumento, baseado em dados etnográficos, que a ideia de migração em direção à cidade não contempla completamente a situação dos emaranhados relacionais cotidianamente construídos por diversos coletivos indígenas que habitam concomitantemente cidades e aldeias. A mobilidade Sateré-Mawé, entre as aldeias e cidades amazônicas, parece escapar à lógica de um “estar lá” nas aldeias OU “estar aqui” na cidade.

Tratar as formas de habitar cotidianas com ênfase na mobilidade e no movimento também esvazia a noção da fixação do pertencimento deste coletivo em dimensões espacialmente distantes e temporalmente diacrônicas, marcando sua separação e afastamento por meio do deslocamento migratório que contribuem para erroneamente caracterizá-los enquanto povos deslocados tanto temporalmente (parados no tempo) quanto geograficamente (silvícolas habitantes das florestas), ou então como simulacro de um tempo passado, de uma ùltura perdida cuja corroída pelo “modo de vida urbano”.

Argumento que, no caso do coletivo Sateré-Mawé, a mobilidade ao contrário de criar separações é o que os une. Por meio da construção permanente de circuitos que envolvem comunidades e casas em Manaus, Parintins, Barreirinha, Maués e nas aldeias constitui-se um emaranhado de trajetos que comporta “estar lá” nas

aldeias E “estar aqui” nas cidades. A produção deste circuito pode ser vivamente observada por meio dos processos de constituição de casas, de comunidades, de parentes e de corpos construídos por ações que atualizam as relações entre os Sateré-Mawé e as tornam visíveis. O “estar lá” E “estar aqui” é feito por meio da circulação e do movimento constitutivo da paisagem habitada pelos Sateré-Mawé, fundamentando o entendimento de seu circuito e de sua socialidade.

Memória, terra e ancestralidade em dois quilombos na Paraíba

AUTORES/AS: ROGÉRIO HUMBERTO ZEFERINO NASCIMENTO

A designação quilombo procura expressar certas particularidades sócio-históricas, culturais-econômicas, enlaçando, aproximando, várias comunidades e sua difícil relação com a sociedade envolvente. Questões relativas à ideia de raça, sobretudo com a evidência em torno da cor da pele, de acordo com a perspectiva racista, marcam o olhar dos regionais sobre as comunidades quilombolas. Como se constituem e se reconhecem num meio social adverso? Quais estratégias utilizadas para não se dispersarem? Qual o lugar das relações de parentesco neste processo? Como se situam em relação as terras de onde provêm a existência material e simbólica? De que maneira as memórias são acionadas nesta direção? Tomarei dois quilombos na Paraíba como ponto de reflexão sobre estas e outras questões: Pedra D’água, no agreste, e Vaca Morta, no sertão.

Os diferentes sentidos do território: controle de recursos naturais, parentesco e relações de poder na região do Japurá-Maraã, Amazonas

AUTORES/AS: EDNA FERREIRA ALENCAR, ISABEL SOARES DE SOUSA - IDSM, ANA CLAUDIA TORRES GONÇALVES - IDSM

O artigo analisa como diferentes sujeitos sociais que ocupam a região do Japurá-Maraã, nos limites das RDS Mamirauá e Amanã, no estado do Amazonas, concebem e se relacionam com o território, entendido como espaço que é transformado pelas ações humanas, sendo pleno de história e imaginário, e ponto de encontro de diferentes interesses e estratégias de controle. O objetivo é refletir sobre as reivindicações de direitos por territórios e estratégias de controle de acesso a recursos naturais realizadas por famílias de ocupação antiga, famílias de imigração recente, empresários de pesca da área urbana e o Estado, como agente ordenador do território através da criação de áreas protegidas. Essas estratégias são marcadas

por conflitos que expressam percepções e interesses diferenciados sobre o território. Os conflitos são de cunho social e precisam ser analisados à luz das dinâmicas de diferenciação socioeconômica, diretamente relacionadas às histórias familiares de ocupação do espaço e formação do território. Revelam as divergências de interesses, o faccionalismo e alianças firmadas entre os grupos, configurando um intenso campo relacional de antagonismo e disputas antigas pelo controle dos territórios e por poder político. Nesse contexto, o parentesco surge como um elemento chave para compreender as reivindicações de direitos sobre o território. As disputas envolvendo famílias de ocupação antiga e famílias de imigração recente, podem conduzir a reivindicações identitárias como estratégia para garantir direitos sobre o território. A análise recorre ao enfoque e metodologia interdisciplinar que inclui a teoria antropológica do território e dos conflitos sociais, e a ecologia política. Os dados resultam de pesquisas que têm como foco compreender o processo de ocupação humana e a gestão dos territórios sociais junto a moradores de comunidades situadas em duas Unidades de Conservação de uso sustentável cuja criação implicou na implementação de um novo regime de territorialidade.

Vivendo “encangado”: parentesco, mobilidade e proximidades entre os moradores do Sertão dos Inhamuns (CE)

AUTORES/AS: JORGE LUAN RODRIGUES TEIXEIRA

Neste trabalho, penso sobre a relação entre parentesco e mobilidade entre os moradores do Sertão dos Inhamuns (CE) a partir de pesquisa realizada no município de Catarina. Vivendo “na terra dos outros” e “cuidando do alheio”, esses trabalhadores rurais muitas vezes não encontram meios de permanecer próximos dos pais, dos filhos e de outros parentes. Ainda que essa situação se aproxime daquela vivida por pequenos proprietários (ou sitiantes) ela se afasta dela em um ponto crucial: os moradores não são os donos das casas e das terras em que vivem, o que coloca questões e respostas diferentes para o problema da “reprodução social” do campesinato. É assim que, muitas vezes, não encontrando condições para permanecer na mesma propriedade em que vivem os pais, os filhos, ao se casarem, mudam-se para outros “terrenos” ou mesmo para cidades da região. Dinâmicas próprias à “relação de morada” também fazem com que os moradores se mudem várias vezes entre as propriedades ao longo da vida, complexificando mais ainda as

relações entre os parentes. É, então, também na distância que os moradores fazem família, negociam e estendem relações com parentes por meio de visitas, trocas, dias de serviço, etc. As motocicletas (veículos para cumprir distâncias locais) e os celulares (para redes extralocais, sobretudo) são os principais meios, ou objetos, por meio dos quais os moradores dão prosseguimento a essas relações – muitas vezes o morador que possui uma moto não apenas cuida das próprias relações (familiares) como também daquelas de outros vizinhos ou amigos por meio de recados, caronas e favores. Assim, numa primeira parte do trabalho discuto brevemente algumas categorias que dizem respeito aos modos locais de fazer parentesco: a “consideração” e a “criação”. Essa apresentação permitirá perceber a importância que a proximidade e a solidariedade têm para esses trabalhadores – o que contribui para problematizar a oposição entre um parentesco “real” (fundado no sangue) e um outro, “artificial” ou “fictício”. Em seguida, penso sobre a relação entre as constantes mudanças de propriedades e valores-projetos familiares. É aí que o “viver encangado” – unidos, próximos – ganha sentido, motivando deslocamentos e a construção de territorialidades e trânsitos que ultrapassam as “extremas” de uma única propriedade. Em suma, minha intenção é pensar como diversas formas de mobilidade são produzidas e afetadas pelas relações familiares, mas, também, como aquelas movimentações produzem família.

“O mundo gira, o mundo gera, está tudo mexendo”: Reflexões sobre a circulação dos moradores de Pinheiro e suas configurações familiares.

AUTORES/AS: YARA DE CÁSSIA ALVES

A fala deste título é do Sr. Noé, natural de uma localidade próxima à Pinheiro, situado na zona rural do município de Minas Novas, região do Vale do Jequitinhonha-MG. Como a grande maioria dos moradores locais, ele trabalha em outras regiões do país, principalmente no interior de São Paulo. Sr. Noé proferiu esta poética frase ao chegar à casa em que seu sobrinho reside com a esposa, a filha e o sogro, em Pinheiro. Ele retornou para região no tempo das águas, período de fim do ano em que o cerrado se transforma fisicamente, devido às chuvas, e socialmente; já que os moradores retornam dos seus locais de trabalho, adensando a movimentação e as práticas sociais. Sr. Noé passou muitos anos trabalhando fora, e relembra que conheceu aquela casa há 30 anos e se surpreendeu ao voltar

ali, depois de tantos giros da vida. Voltava agora como parente, membro da parentalha da esposa de seu sobrinho, que se casaram no tempo das águas do ano anterior. O caso citado é um entre muitos, que se baseiam na circulação entre locais de trabalho, locais de origem e localidades vizinhas, que estão imbricados em profundas tramas de parentesco e vicinalidade. Em Pinheiro, e para além da comunidade, a casa surge como símbolo material da família, marcando suas diversas fases, seus ciclos e sendo construída também na memória, lembrada no tempo e em diversos espaços. Não é por acaso que Sr. Noé fala do quanto a casa está diferente, ele sabe que a família se diferenciou, está em outro período: o mundo girou, gerou e mexeu, criou outro contexto, familiarizando-o com aquela casa e seus moradores. Para além disto, a circulação de pessoas entre as casas e os terrenos familiares de lá e entre as cidades que se instalam é intensa. Dentre as múltiplas saídas para trabalhar, que se relacionam com a faixa etária, com o ciclo de vida da família e o gênero dos moradores, realizo uma pesquisa de mestrado com os casais que saem juntos de Pinheiro e se direcionam para o município de Barrinha- SP. Compreender como as dinâmicas familiares são configuradas e reconfiguradas nestas mobilidades é o principal objetivo da pesquisa. Gostaria de discutir neste artigo, como estas configurações se ligam à circulação entre lugares e casas, baseada em literaturas sobre o tema, como Marcelin (1996), Carsten & Hugh-Jones (1995), Carsten (2004), Bahloul (1996), Leinaweaver (2009) e nos trabalhos de campo realizados em Pinheiro e em Barrinha. Em um contexto de intensa movimentação de pessoas, conteúdos, informações, bens, constrói-se lugar, pessoas e família nas diversas idas e vindas, no retorno às casas e na circulação entre elas, seja nas localidades de origem ou de destino.

COORDENADOR/A: MARGARITA NILDA BARRETTO ANGELI (FURB), EULER DAVID DE SIQUEIRA (UFRRJ)

A crescente apropriação do patrimônio -seja material ou simbólico- pelo turismo cultural parece ser a expressão de diferentes lógicas operando no seio da sociedade pós-moderna: mercadológicas, como o desgaste do modelo de turismo de massas, e existenciais, ligadas a algum tipo de busca por referências culturais para conhecimento e autoconhecimento. Diversos bens passaram assim a ser concebidos como produtos turísticos atendendo tanto a interesses econômicos como a interesses dos próprios produtores culturais à procura de visibilidade social. Nesta esteira, diferentes autores têm assinalado aspectos que podemos chamar de banalização do patrimônio, o que evidencia a urgência em abordar os processos de patrimonialização em curso. Nos países etnocentricamente classificados como “subdesenvolvidos”, a ênfase maior do turismo cultural tem recaído sobre o patrimônio simbólico, os “modos de ser, fazer e de viver” o que apresenta um problema maior, qual seja o da invasão da vida privada de sujeitos envolvidos em sua produção. Longe de abordar a discussão sobre impactos, que vem sendo substituída por outras que incluem conceitos como dialogismo, hibridismo cultural, reflexividade e cosmopolitismo propomos neste GT a discussão de quais seriam os limites dos processos de turistificação, com ênfase no patrimônio simbólico, que inclui, necessariamente o produtor direto, ou seja, o indivíduo que pode estar sendo reduzido a objeto neste processo.

A confluência entre o patrimônio material e imaterial na consagração dos marcos simbólicos de Salvador e no processo de turistificação do Pelourinho

AUTORES/AS: GABRIELLE CÍFELLI

As referências materiais e imateriais da cultura de um determinado grupo social constituem-se em marcos significativos que conformam identidades territoriais e definem um capital simbólico capaz de exaltar as particularidades das cidades que procuram se projetar no mercado turístico. Neste sentido, as representações criadas a respeito de Salvador procuram exaltar a ideia de uma cidade culturalmente rica por congregar os traços culturais dos brancos europeus, por meio da arte e da arquitetura colonial expressos na paisagem singular do Centro Antigo da cidade, e dos traços culturais dos afro-descendentes, mais representados por meio da cultura imaterial como a musicalidade, a culinária, as festividades, a religiosidade entre outros.

A confluência entre ambas as referências culturais se evidenciava, principalmente, no Pelourinho, chancelado como Patrimônio da Humanidade que, até o início da década de noventa, congregava uma população predominantemente negra e de baixa renda que dava vitalidade àquele território, fazendo resplandecer a riqueza da cultura afro, por meio dos seus ritos, festas, hábitos e costumes. As ações decorrentes do Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador, iniciadas em 1992 alteraram de forma significativa o perfil socioeconômico do Pelourinho, a partir da remoção da população local como meio de viabilização de um plano de desenvolvimento turístico efetivado por meio do restauro arquitetônico, do fomento ao uso turístico do patrimônio e das ações de animação cultural que buscassem ressaltar os traços característicos da “baianidade”.

O processo de cenarização patrimonial e de espetacularização da cultura se tornou evidente após a execução do plano. Mesmo diante de tais transformações, o Pelourinho é divulgado nos meios de promoção turística como um dos principais marcos simbólicos representativos de Salvador e da Bahia, exaltado por sua relevância histórica e pela identidade cultural ligada às expressões culturais dos afro-descendentes que pouco se vêem representado neste Pelourinho turistificado. Analisar o conteúdo ideológico presente nas representações criadas a seu respeito, associadas tanto ao seu patrimônio material como imaterial, as idiossincrasias dos discursos que procuram exaltá-lo como expressão identitária da cultura baiana e a

sua influência na prática do turismo constituem-se nos objetivos desta pesquisa. Para atingi-los serão apresentados os resultados decorrentes da análise discursiva dos materiais de campanhas publicitárias vinculadas à sua promoção turística, bem como das entrevistas realizadas com agentes ligados ao poder público, e membros da população local sobre as múltiplas e contraditórias representações desta parcela do Centro Histórico e os seus reflexos na dinâmica territorial do turismo.

Juiz de Fora e o Caminho Novo: Uma análise sobre a gestão pública do turismo e do patrimônio

AUTORES/AS: JOANNA DARC DE MELLO CROCE

A pesquisa em questão tem como objetivo analisar a gestão pública do turismo no município de Juiz de Fora – MG através do seu vínculo com o Circuito Turístico Caminho Novo (CTCN) e a inclinação para o turismo histórico-cultural. O objetivo do trabalho é procurar entender como o patrimônio histórico e cultural é abordado pela gestão turística e saber por que este potencial não é levado em conta no cenário contemporâneo. A metodologia utilizada compreende uma revisão bibliográfica da base conceitual sobre o tema estudado, isto é, análise das políticas públicas de turismo no Brasil e teorias do planejamento turístico, bem como do contexto histórico do Caminho Novo e do surgimento da cidade de Juiz de Fora através dele. Posteriormente, são realizadas análises documentais e entrevistas com representantes das entidades envolvidas. Por último, procura-se propor diretrizes para o desenvolvimento turístico histórico de Juiz de Fora através de ações municipais e da gestão do CTCN, tendo como base a análise dos dados e informações adquiridas ao longo do processo de pesquisa. O principal resultado deste trabalho foi constatar que, embora exista um potencial para o “turismo histórico” na cidade, o seu atual foco está no segmento do “turismo de negócios e eventos”. Espera-se que as conclusões e as propostas feitas neste artigo possam servir como indutoras do desenvolvimento regional, visando atender aos interesses coletivos, além de uma melhor estruturação do turismo na cidade.

Nos caminhos do imaginário: as narrativas dos sites de turismo sobre Pixaim (AL)

AUTORES/AS: MARIA MADALENA ZAMBI DE ALBUQUERQUE

O acesso a informações e imagens de lugares via diferentes suportes tecnológicos

(TICs), possibilita a motivação e o deslocamento no espaço através do turismo para o desfrute e consumo de paisagens e vida cultural de comunidades ainda pouco conhecidas. É o caso de Pixaim, um povoado assentado sobre dunas móveis na foz do rio São Francisco, cujo patrimônio oscila entre o perene e o efêmero e se faz quase imperceptível pela delicadeza das marcas estrangidas pela força do meio natural, e pelo minimalismo das intervenções na paisagem. Pixaim foi abarcado pela Área de Proteção Ambiental-APA de Piaçabuçu, organizado dentro do mundo e o turismo ecológico foi oferecido como alternativa para reverter o quadro de difícil sobrevivência dos moradores. Com o objetivo de compreender os usos sociais das tecnologias de informação e comunicação e como exercem as mediações através das representações sobre o lugar e as pessoas, que elas fazem circular, procurou-se analisar as narrativas veiculadas sobre Pixaim em dois sites brasileiros (“Conhecendo Alagoas” e “Mochileiros”). A pesquisa iniciou-se no primeiro semestre de 2013 para identificar os principais emblemas, símbolos destacados pelas narrativas dos sites. Conclui-se que realizam mediações que configuram o imaginário social sobre o patrimônio cultural e ambiental do lugar, e colocam a necessidade de se pensar uma prática no trato com o patrimônio, mais adequada à particularidade local e em diálogo com as próprias demandas reconhecidas pela comunidade.

Os Patrimônios e Espaços Turísticos Processados Pelos Moradores das Áreas Periféricas na Cidade de Goiás

AUTORES/AS: MARCELO IURY DE OLIVEIRA

A Cidade de Goiás, localizada no Estado de Goiás, passou por alguns processos de patrimonialização desde a década de 1950. Mas foi o de 2001, com o reconhecimento da UNESCO, que se deu o título mais significativo para a cidade, segundo alguns moradores e agentes públicos locais, o de patrimônio mundial. Como reflexo da patrimonialização pode-se destacar o empreendimento do turismo cultural, que também ganhou maior atenção por parte das esferas públicas. No entanto, algumas fronteiras socioespaciais entre centro histórico e outros bairros – que já existiam desde processos históricos e sociais anteriores – também se intensificaram dentro do complexo urbano da cidade, especialmente após as intervenções urbanas que valorizaram a estética e infra-estrutura (saneamento,

rede elétrica, rede de telefonia) da área patrimonializada. As áreas periféricas da Cidade de Goiás passaram a ficar literalmente posicionadas às margens da cidade, tanto espacialmente quanto social, política e culturalmente. Com o turismo, os moradores das áreas periféricas, os “outsiders” (ELIAS; SCOTSON, 2000) foram se tornando a principal “mão-de-obra”. No entanto, esses moradores não podem ser visualizados apenas como “objetos” de mecanismo deste fenômeno. Ressalto, a partir disto, que os “fantasmas” do patrimônio (CERTEAU, 1994), ou seja, os espaços e objetos patrimonializados e turistificados fazem parte das trajetórias de vida desses moradores das áreas periféricas. Os espaços patrimonializados e turistificados são usados e valorizados por eles, tanto em relação às práticas simbólicas, quanto às práticas turísticas. Eles atravessam as fronteiras socioespaciais, se deslocam para o polígono patrimonializado e se sociabilizam com diversos espaços situados dentro do polígono: realizam manifestações culturais e religiosas, bem como contribuem diretamente para o engendramento do turismo, uma vez que são funcionários e proprietários de vários espaços turistificados (hotéis, pousadas, restaurantes); além de “participarem” de manifestações culturais que atraem turistas para a cidade, como a Procissão do Fogaréu. Pretendo, a partir disto, apresentar os dados etnográficos construídos a partir deste cenário socioespacial, realçando a presença dos moradores das áreas periféricas, abordando os usos e práticas simbólicas e turísticas que eles fazem e reproduzem dentro do polígono patrimonializado da Cidade de Goiás. Analiso ainda como algumas práticas e manifestações organizadas por eles são pouco ou nada valorizadas pelas esferas públicas locais, sequer são incluídas no calendário turístico da cidade, diferentemente de manifestações que são elaboradas pelos agentes do patrimônio e turismo.

Patrimônio Cultural e Turismo: articulações e estratégias na localidade do Ribeirão da Ilha/Florianópolis/SC.

AUTORES/AS: MARIELA FELISBINO DA SILVEIRA

O bairro do Ribeirão da Ilha, localizado em Florianópolis / SC, foi um dos primeiros povoamentos portugueses da cidade. Esta localidade guarda consigo um conjunto de patrimônios culturais que são pensados como atrativos, oferecidos pelas instâncias governamentais e privadas ligadas ao turismo, para quem procura conhecer e vivenciar os aspectos particulares do lugar.

Para Geertz (2001) e Shalins (1997), o processo de globalização não é visto como prejudicial às comunidades tradicionais, ao contrário, é altamente estimulante à criatividade e possibilita o acesso a uma gama de informações e tecnologias, que se tornam recursos primordiais para a resistência e o fortalecimento delas diante do processo de aculturação.

Nesse sentido, as atividades turísticas se apresentam como um recurso a favor de localidades como o Ribeirão da Ilha. O turismo na localidade tem oportunizado uma série de ações que culminam, entendemos num iminente processo de objetificação, exatamente, dos seus bens considerados patrimoniais.

Esta objetificação pode ser percebida por um lado, em relação à prática da maricultura, que não só é cultivada, mas também objeto de consumo, através de circuitos de bares e restaurantes que são apontados pela mídia como “caminho das ostras”. Por outro lado, há identificação da apropriação do discurso local quando referido ao patrimônio cultural.

Entre as estratégias, temos a da mídia voltada para os turistas, que usa as representações e imagens do patrimônio local como pano de fundo de suas ações. Nas imagens que circulam sobre a localidade, se percebem indícios de uma possível objetificação do “jeito açoriano de ser”. Especificamente me refiro, à paisagem configurada pelas suas construções antigas pintadas com cores vivas e com mulheres conversando nas janelas. Paisagem que associam a ícones tidos como patrimoniais e oferecidos como atrativo aos turistas potenciais.

Essa paisagem patrimonial é composta por elementos singulares e característicos, mas que, são descritos pela mídia como formas cristalizadas do lugar. As cores das paredes, as cortinas, a forma como as mulheres se relacionam com a rua compõem uma paisagem do lugar que acaba essencializando a cultura.

Para Arantes (2002), os bens de referência da localidade, podem ser vistos também como recurso, através das diversas formas de apropriação. Para ele, a concepção do patrimônio como recurso é tão problemática para os órgãos de preservação quanto difundida nas diversas camadas sociais.

Ele assinala que, talvez este seja o aspecto mais enfatizado do patrimônio: cada vez mais é reivindicado por vários setores sociais como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e no desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado.

Patrimônio Cultural, Ritual e Política: a Semana da Inconfidência em Ouro Preto (MG)

AUTORES/AS: SAMI SANCHEZ JUNIOR

O presente trabalho busca discutir a apropriação do patrimônio cultural e diversas situações e fenômenos. Para isso, abordo o patrimônio em uma situação social turística, política e cultural ao mesmo tempo: a Semana da Inconfidência de Ouro Preto. Um ritual político criado na década de 1950 por Juscelino Kubichek para homenagear aqueles que se destacaram em Minas Gerais, passou a ser um campo político e cultural, tendo como pano de fundo, ou melhor, cenário a cidade de Ouro Preto. Assim, a ideia de autenticidade, patrimônio cultural e mito fundador são importantes neste evento que passou a ser objeto do turismo, uma vez que personalidades do mundo artístico e político participam.

Patrimonio, turismo y construcciones identitarias étnicas en el Departamento de General San Martín, provincia de Salta, Argentina.

AUTORES/AS: CECILIA BENEDETTI

Los procesos de patrimonialización adquieren relevancia en el marco de las transformaciones en las políticas indigenistas en las últimas décadas. Bienes y prácticas que anteriormente se concebían como “caducos” y “atrasados” adquieren nuevos significados como espacio de afirmación de la diversidad cultural; a la vez que son valorizados en tanto representaciones identitarias en vinculación con los intereses del turismo y el mercado.

El objetivo de este trabajo consiste en abordar la construcción y reproducción de repertorios patrimoniales vinculados a los pueblos originarios en el incipiente fomento a la actividad turística en el municipio de Tartagal, departamento de General San Martín, provincia de Salta, en el noreste de Argentina. Dicho municipio concentra una importante porción de la población indígena de la provincia de Salta, representada en las etnias wichí, chorote, toba, chané, chiriguano, chulupí, tapieté. En esta región, los procesos históricos y actuales que constituyen a los pueblos originarios como un colectivo socialmente diferenciado se han forjado a través de una dinámica marcada por la dominación económica, política, social y cultural que han sufrido estos grupos. Por lo tanto apunto a

ahondar sobre cómo se expresan las transformaciones anteriormente mencionadas en un contexto donde las relaciones interétnicas se han caracterizado por la desigualdad y el conflicto.

Si bien Tartagal no se ha constituido como una localidad turística, el fomento a esta actividad ha comenzado a plantearse en el marco de un plan estratégico provincial financiado en gran medida por el Banco Interamericano de Desarrollo. En esta línea, mientras que los repertorios patrimoniales vinculados a los pueblos originarios presentan escasa relevancia en la construcción de la identidad tartagalense orientada a los pobladores locales, la visibilización de lo étnico adquiere centralidad en la imagen del municipio orientada al turismo, en la que se destaca a las culturas indígenas como uno de los aspectos centrales que representa lo “local” y distingue a Tartagal respecto a otros sitios. Por lo tanto nos interesa abordar la dinámica patrimonial en el marco de la contradicción entre el lugar relegado de los patrimonios indígenas en la identidad local y la relevancia de las representaciones identitarias étnicas en la construcción y difusión de una imagen local orientada al turismo.

Processo de turistificação no quilombolo: O caso do Campinho da Independência

AUTORES/AS: THAIS ROSA PINHEIRO

A comunidade do quilombo do Campinho da Independência está localizada em Paraty a 20 km do centro histórico. Esta comunidade foi a primeira titulada no Estado do Rio de Janeiro. Desde a titulação de suas terras, o quilombo foi alvo de diversas iniciativas de agentes externos que fomentaram o turismo como uma proposta de desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram necessárias ações de reconstrução do patrimônio simbólico, relacionadas sobretudo ao resgate de tradições culturais afro brasileiras. Os modos de ser, fazer e viver foram reconstruídos por pessoas de fora que participam ativamente na reconstrução de espaços e práticas culturais intervindo na infraestrutura material e simbólica das comunidades. Esta comunidade quilombola pode ser considerada um caso de neocomunidades, tradicionais denominado por Lifschitz (2010) uma vez que trata-se de uma dinâmica de revalorização do território e de reconstrução de práticas tradicionais. A reconstrução do patrimônio simbólico influenciou na identidade

quilombola trazendo visibilidade social e renda para uma parcela da comunidade que se ocupa diretamente do turismo. O modo de vida quilombola torna-se um atrativo turístico, interferindo na dinâmica da comunidade. O objetivo desse artigo é investigar o Quilombo do Campinho da Independência como um estudo de caso sobre os limites de turisficação. Como objetivo específico analisar como as pessoas da comunidade vivem o desenvolvimento da atividade turística e como impacta sua vida, hábitos e costumes tradicionais. Como metodologia será feita uma seleção de literatura voltada para a abordagem dos temas correlatos ao artigo e a realização de uma pesquisa de campo, onde serão realizadas entrevistas abertas e observação participante com moradores da comunidade. Os resultados e a conclusão serão apresentados ao final da pesquisa.

Processos de Musealização e a relação entre Turismo e Comunidades Locais na Pós-modernidade. Autoras: Andréa Dias Vial e Manuelina Maria Duarte Cândido

AUTORES/AS: ANDRÉA DIAS VIAL, MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO

Um dos aspectos do tema patrimônio e turismo é sua relação com os museus, instituições destinadas à preservação do patrimônio e cujo planejamento e direção trabalham também com o turismo. Este por sua vez é responsável pela orientação de determinadas ações museológicas, bem como por parte de sua sustentabilidade. Nesta apresentação pretendemos debater a fragilidade do equilíbrio entre a preservação e a mercantilização do patrimônio, na qual muitas vezes o turismo é apresentado como fenômeno negativo e, dessa forma, contribui mais para o uso do patrimônio, do que para a sua preservação. Se por um lado o turismo mercantiliza a relação com o patrimônio, valorizando seu uso em detrimento de sua preservação, por outro ele, em vários casos, é a principal viabilidade econômica para a implantação de ações de preservação. Nessa discussão sobre consumo e a mercantilização do patrimônio por meio da indústria do turismo cresce o debate acerca da autenticidade tanto dos produtos/objetos produzidos para venda quanto da própria natureza da experiência vivida pela turista.

Essa realidade torna o papel dos museus ainda mais relevantes se considerarmos que as exposições são espaços de representação no qual um discurso é construído, a partir de seleções, recortes e opções feitas pelos curadores e comunicados por

meio dos objetos expostos, das informações dadas a partir deles e dos recursos empregados nessa expografia, respeitados os limites impostos pelo trabalho e conhecimento científico.

Se entendermos os museus não somente em sua acepção mais tradicional, institucional, mas como processos de musealização, vamos pôr lume em outras questões: sua atuação nas definições sobre identidade e alteridade. Os museus vão muito além dos espaços expositivos como veículo de comunicação produzido pelas sociedades que o sustentam. Refletem as relações sociais e de poder intrínsecas a elas e têm, portanto, importante papel na mediação entre a visão distanciada e a experiência real, entre o global e o local, entre os grupos sociais representados e os visitantes, com grande potencialidade para atuar como veículo de comunicação intercultural. Seu poder consiste particularmente em problematizar e expor questões e relações cotidianas entre pessoas, lugares, histórias e objetos, em um contexto espacial específico.

Da mesma forma que o turismo não é um só, o que ele pode proporcionar também consiste em um leque amplo, que vai do descompromissado à experiência significativa. Turismo e museus inevitavelmente fazem escolhas que levam seu trabalho mais para um lado ou para o outro e podem contribuir para o contato entre alteridades e o empoderamento de comunidades locais.

Processos de turistificação do patrimônio. O caso das ruínas jesuíticas de San Ignacio Mini e São Miguel

AUTORES/AS: MARGARITA NILDA BARRETTO ANGELI

Durante o final do século XV e meados do XVI instalaram-se na parte central de América do Sul várias missões espanholas da ordem dos jesuítas, com a finalidade de converter os indígenas ao cristianismo. Os trinta povos, em conjunto chegaram a abrigar 150 mil indígenas e 457 jesuítas. Quando Espanha sentiu-se ameaçada pelo poder destes últimos, os expulsou das terras. As missões ou reduções foram administradas por civis e outras ordens religiosas mas não foram bem sucedidas e foram sendo abandonadas, restando, no século XX somente algumas ruínas. Algumas foram tombadas pela Unesco em 1983, não sem antes terem sido tombadas pelos respectivos países em que ficaram alocadas após as guerras da independência de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. A presente pesquisa trata de

duas missões, uma na província de Misiones, Argentina, San Ignacio Mini e outra no estado de Rio Grande do Sul, Brasil, São Miguel Arcanjo. Mesmo antes do seu tombamento, começaram a passar por um processo de turistificação, cuja origem está sendo investigada nesta pesquisa.

Sustentabilidade pelo Patrimônio: Mértola, Portugal e Areia, Brasil

AUTORES/AS: GLAUBER GUSMÃO COSTA

Esta comunicação diz respeito a conclusão de uma dissertação de Mestrado referente a uma investigação antropológica sobre os vários usos e maneiras do patrimônio material ser percebido em sua localidade, e sua relação enquanto elemento de sustentabilidade econômica em ambientes de interior rural desprovidos de maiores recursos financeiros. Trata-se de estudo comparado, tendo como objeto de reflexão os centros históricos de Mértola, em Portugal, e Areia/Paraíba, no Brasil. Mértola e Areia são duas pequenas localidades que, em nossa atual reconstrução do passado, tiveram participações importantes nas economias de suas regiões. Como consequência desses momentos de apogeu econômico, algumas marcas foram deixadas nos conjuntos arquitetônicos. O Estado, reconhecendo naqueles conjuntos um referente cultural significativo, e merecedor de proteção, tomou para si o papel de guardião da história e da tradição nacionais e, com base na lógica monumentalista da história, bem como se utilizando da retórica da perda, realizou um processo de objetificação da cultura, que terminou por patrimonializar, bem como ressignificar espaços, em sua grande maioria, domésticos.

O êxodo e as transformações ocorridas no mundo rural têm, cada vez mais, colaborado para que o campo deixe de ser espaço de produção para se tornar espaço de consumo, dependente de relações com os centros urbanos. Nesses contextos, muitas das vezes, carentes de meios econômicos, o patrimônio surge como recurso para novo modelo de ruralidade. Assim, em muitos municípios localizados no meio rural, notadamente aqueles que possuem conjunto urbanístico com relevância histórica, o patrimônio tende a ser apropriado pelas políticas públicas como recurso endógeno que deve ser usado para dinamizar economias locais fragilizadas. Nesses ambientes, o patrimônio, na qualidade de recurso turístico, é assumido como a principal – ou até mesmo a única – estratégia de desenvolvimento.

Como recurso de memória, objeto de contemplação, campo simbólico representativo de identidades ou como instrumento ideológico na construção de Estados-nação, o patrimônio vem sendo usado e percebido das mais diversas maneiras, não só com fins identitários, mas também com objetivos turísticos e comerciais. Nesses contextos, o patrimônio é entendido como nova forma de produção cultural que, cada vez mais, deve ser preservado e valorizado, objetivando, com isso, usá-lo como recurso de sustentabilidade. O patrimônio torna-se, assim, capital voltado a satisfazer o consumo contemporâneo em geral e turístico em particular; a sua ativação é o meio utilizado para converter lugares em destinos que podem ser comercializados pela indústria do turismo. Contudo, percebe-se que, em muitos contextos, há divergências nos usos do patrimônio e da percepção sobre ele e conflitos de interesses entre população local, empresários e patrimonialistas. Portanto, foram essas várias possibilidades de receber e apropriar-se do patrimônio, e divergir do seu uso, que chamaram minha atenção. Sendo assim, pretendo, na presente comunicação, apresentar a maneira pela qual o patrimônio é percebido nos terrenos estudados e sua relação como recurso de sustentabilidade econômica.

Turismo e Patrimônio: elaborações simbólicas e memoriais no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (RJ)

AUTORES/AS: MARIA AMÁLIA SILVA ALVES DE OLIVEIRA

A proposta de reflexão que submeto tem como base material de pesquisa recolhido para elaboração de tese em Antropologia. No referido trabalho relatei a história de São João Marcos (RJ), atualmente um sítio arqueológico formado pelas ruínas da Cidade de mesmo nome e cuja demolição ocorreu para dar lugar a construção de uma usina hidrelétrica. O conjunto de disputas pelas ruínas de São João Marcos promoveu a construção e a manutenção de uma série de sentidos associados à cultura local, patrimônio público e responsabilidade social. Surge assim, uma arena pública onde os agentes ativavam seus capitais simbólicos, econômicos, sociais e intelectuais na luta pela definição do futuro das ruínas. Essas ruínas, remanescentes da demolição do núcleo urbano da antiga Cidade guardam os vestígios materiais desse processo e com o passar do tempo, transformaram-se em atrativo para a visitação ao local. Parcerias envolvendo órgãos da administração

local, estadual e federal, tendo como órgão executor o Instituto Light, construíram no local um parque turístico. A transformação de lugares em atrativos turísticos efetiva-se tendo por referência diferentes discursos. Pensar esses processos sob o prisma de significados atribuídos aos discursos que permeiam as políticas públicas que abrangem o patrimônio supõe compreender a lógica presente nesse campo, onde prioridades que aparecem como coletivamente construídas sejam objeto permanente de disputas simbólicas que revelam interesses de diferentes atores sociais. Assim sendo, o objetivo da comunicação proposta é expor o caso de São João Marcos analisando os significados do referido Parque enquanto resultante de um processo de apropriação do patrimônio cultural pelo turismo.

Vale tudo? Identidade, cultura e patrimônio na pós-modernidade

AUTORES/AS: EULER DAVID DE SIQUEIRA

O objetivo desse trabalho é problematizar o que se tem chamado mais recentemente de boom da patrimonialização. Hoje assistimos a um crescente processo de patrimonializar bens tanto de natureza material quanto imaterial e que tem suscitado um verdadeiro debate a respeito desse significativo fenômeno social. O aumento da patrimonialização não é isento de tensões e contradições. Alvo das críticas de muitos analistas das ciências sociais, a explosão da patrimonialização representa para muitos uma ameaça concreta de banalização e de perda do poder analítico da categoria do patrimônio (AMIROU, 2000; GONÇALVES, 2005). Dito de outra forma, argumenta-se que tudo e qualquer coisa adentra a uma esfera respeitosa antes reservada a bens classificados segundo critérios de distinção e excepcionalidade. Uma pequena lista de bens tombados ou registrados na cidade do Rio de Janeiro é sintomática do fenômeno ao qual estamos nos referindo. Foi sobretudo no começo dos anos 2000 que foram admitidos como patrimônio cultural imaterial manifestações que espaçam ao conceito tradicional de patrimônio tais como: A torcida do Flamengo, o Biscoito de polvilho Globo, o Ofício de vendedor de Mate e limonada nas praias cariocas, assim como a Banda de Ipanema, o ofício de fotógrafo popularmente conhecido com “Lambe-lambe” e o Cordão da Bola Preta. Acredito que parte da explicação desse fenômeno pode ser oferecida a partir do momento histórico em que vivemos e que aponta para uma ruptura com a modernidade. As possíveis razões para o boom da patrimonialização

são incluem a fragmentação crescente dos Estados-noção, a emergência de novas identidades culturais assim como a reconfiguração de outras. Esses fenômenos são próprios da pós-modernidade, um conceito também repleto de ambigüidades e sujeito a muitas críticas. Entretanto, ele parece adquirir alguma consistência e relevância à compreensão e explicação do fenômeno que colocamos em pauta. Evidentemente, a globalização e o turismo, como um de seus efeitos mais imediatos, também surgem como fatores centrais das novas dinâmicas identitárias e patrimoniais. A relevância dessa proposta justifica-se devido ao acirramento da globalização e ao aumento da atividade turística que têm repercutido no aumento significativo dos processos de patrimonialização.

“Um destino sem preconceitos”: Concurso Miss Brasil Gay e os discursos em torno de sua patrimonialização

AUTORES/AS: NATHÁLIA CAROLINE DIAS

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de registro do “Concurso Miss Brasil Gay” como patrimônio imaterial da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. O evento, considerado um dos maiores em sua modalidade e que já ocorre na cidade há mais de trinta anos, carregaria consigo o discurso de que Juiz de Fora é “uma cidade sem preconceitos”. Nesse sentido, a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa caracteriza-se como sendo de natureza qualitativa, adotando olhares antropológico e sociológico. Através da análise documental do processo administrativo de registro do Concurso e tendo como referencial os temas memória, cultura e patrimônio imaterial, busco compreender de que forma o Concurso Miss Brasil Gay, evento festivo presente no cotidiano da cidade de Juiz de Fora, ou seja, apropriado pela cultura popular dos juiz-foranos, vem passando por um processo de resignificação e de construção de valores nos últimos anos a partir de sua reapropriação pelo governo municipal. O Concurso, ao ser reapropriado pelo Município através de seu registro, passa a ser considerado portador de referência à identidade juiz-forana, apresentando-a como sendo uma identidade consensual, livre de conflitos. Sendo assim, torna-se relevante abordar os possíveis conflitos existentes em torno de sua patrimonialização, expor os diversos atores envolvidos e, até mesmo, os que foram deixados de fora do processo, bem como abordar as dimensões política e econômica do evento relacionando-as ao turismo cultural da cidade de Juiz de Fora.

COORDENADOR/A: LEA CARVALHO RODRIGUES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ), JULIANA GONZAGA JAYME (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS)

DEBATEDOR/A: VERA MARIA GUIMARÃES, DANIELLE MAIA CRUZ

A proposta é criar um espaço de discussão no âmbito da antropologia do turismo, sobre os efeitos desta atividade na reconfiguração de espaços bem como na criação de lugares e paisagens. O destaque ao turismo, no Brasil, após a criação do Mtur, em 2007, e a definição de ações de investimento no espaço urbano, na infraestrutura aeroportuária, transportes e hotelaria, via realização de megaeventos esportivos, levou-nos a eleger o turismo em espaços urbanos como foco de discussão. Para orientar o debate destacamos as abordagens críticas sobre o processo de apropriação dos espaços e construção dos lugares turísticos. A antropologia do turismo, em particular, inicialmente voltada a estudar a relação entre turistas e sociedades receptoras (McCannell; Graburn) passou nos anos 1980 ao estudo dos impactos do turismo (Cohen). Há vertentes que veem o turismo como forma de imperialismo ou neocolonialismo (Nash, Kadt), causadora de exclusão (Duterte) e mercantilização cultural (Grenwood). Recentemente, Urry incorporou a subjetividade à análise – imagens e narrativas sobre o turismo são produtoras de desejos e fonte de poder simbólico. Paisagens, ruínas, patrimônios históricos, permitem jogar com temporalidades, possibilitando, até mesmo, criar memórias do não vivido (Augé). Consideramos, enfim, que o estudo do fenômeno turístico a partir da perspectiva etnográfica permite, por excelência, a apreensão das dinâmicas entre populações, espaço, tempo, território e ambiente.

Circuito Cultural da Praça da Liberdade: turismo e tradições inventadas

AUTORES/AS: CLARISSA DOS SANTOS VELOSO, LUCIANA TEIXEIRA DE ANDRADE

O projeto Circuito Cultural da Praça da Liberdade, desenvolvido em Belo Horizonte desde 2010, consiste primordialmente na alteração do modo de uso de edifícios que integram o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade. Durante o governo estadual de Aécio Neves, em 2010, a administração pública do Estado de Minas Gerais foi transferida para um novo centro administrativo, construído para abrigar todas as repartições governamentais do Estado. Consequentemente, as secretarias e os órgãos em funcionamento nas edificações da Praça da Liberdade foram transferidos para este novo local: a Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves. Neste contexto, foi elaborado o projeto Circuito Cultural da Praça da Liberdade, segundo o qual os locais, antes ocupados pelas repartições governamentais, passaram a abrigar museus e espaços culturais. Ao todo, dez estabelecimentos já estão em funcionamento e três espaços ainda serão inaugurados.

Algumas edificações foram transformadas em espaços culturais ou museus com temáticas específicas, como é o caso do Museu das Minas e do Metal – que apresenta o universo dos metais e minerais, bem como uma perspectiva histórica das atividades de mineração e metalurgia em Minas – e do Memorial Minas Gerais Vale, que apresenta um pouco da história do Estado, bem como menções às obras de personalidades mineiras, tais como Sebastião Salgado, Lygia Clark, Drummond e Guimarães Rosa. Já o Centro Cultural Banco do Brasil, promove atividades diversificadas nas áreas de artes plásticas, artes cênicas e música e possui espaços para realização de eventos, espetáculos diversos e exposições temporárias, que por vezes trazem obras de artistas mineiros.

O Circuito teve como foco criar um espaço de grande projeção, uma vez que o lugar é um dos mais importantes simbolicamente para a cidade. Segundo a tradução dos seus promotores, o governo estadual: “Impossível passear por Belo Horizonte e não conhecer o Circuito Cultural Praça da Liberdade. Um belo local para aprender um pouco sobre a história da capital de Minas”. A concentração em um só espaço e a ideia de circuito procuram dar densidade as diferentes narrativas presentes em cada um dos museus; quanto ao público busca-se atrair tanto os locais como os turistas. Função esta, reforçada por ser a cidade umas da sede da

Copa de 2014. Analisar as diferentes narrativas, presentes em cada um dos museus, a partir de uma concepção geral do circuito de apresentar o estado de Minas Gerais enquanto um valor patrimonial e museológico para consumo de locais e de turistas, é o objetivo principal deste paper. Nos deteremos nos elementos que compõem essas narrativas, nos processos seletivos utilizados e na influência das empresas que suportam os museus na composição dessas narrativas. Enfim, o artigo analisará os processos de construção e de “invenção” de tradições para a atração de turistas. A hipótese principal é que ao privilegiar um olhar voltado para o Estado, o Circuito reforça uma já consolidada “tradição do estado”, ao mesmo tempo em que secundariza a cidade e o que há de mais contemporâneo na vida urbana.

Expansão turística e dinâmicas espaciais urbanas na região nordeste do Brasil e no Caribe Mexicano.

AUTORES/AS: LEA CARVALHO RODRIGUES

Para o desenvolvimento do turismo de massa é central o controle sobre os espaços que disponham de atrativos que impulsionem a referida atividade e que possibilitem a construção de infraestrutura compatível com as demandas do setor. Os espaços privilegiados são os acervos naturais, culturais e históricos, dentre outros. A partir dos dados de pesquisa etnográfica sobre processos de turistificação, com foco na configuração espacial do turismo na região do Caribe Mexicano (Riviera Maya e Isla de Cozumel) e na costa litorânea do nordeste do Brasil (Roteiro turístico que vai de Jericoacoara, no Ceará, a Barreirinhas, no Maranhão) pretende-se apresentar e discutir, neste grupo de trabalho, diferentes processos de apropriação espacial em razão da expansão turística nessas localidades. Os resultados provenientes das referidas pesquisas, bem como o acesso a dados constantes da bibliografia internacional sobre o tema, informam sobre a ocorrência constante de disputas territoriais, deslocamentos populacionais e fortes impactos ambientais, nesses processos. O propósito desta apresentação é, portanto, trazer à reflexão dados procedentes de diferentes experiências, nacionais e internacionais, com atenção às especificidades locais, problematizando a importância do Estado e suas instituições na condução das políticas de incentivo ao turismo como estratégia de desenvolvimento.

O Poder de um lugar: memórias, usos e representações do Largo de Coimbra - Ouro Preto/MG

AUTORES/AS: MARILÊNE AUXILIADORA MARINHO

A presente pesquisa, intitulada “O Poder de um Lugar: Memórias, usos e representações do Largo de Coimbra (Ouro Preto/MG)”, propõe uma discussão acerca da tensão entre o patrimônio e o uso comercial de espaços públicos, analisando um espaço público de uso comercial que é considerado patrimônio da cidade de Ouro Preto – MG: O Largo de Coimbra.

Procurou-se analisar as relações sócio-culturais estabelecidas no Largo de Coimbra, como lugar de comércio e patrimônio e conhecer as representações simbólicas historicamente tecidas pelos feirantes da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão (ou “Feirinha de Pedra-Sabão”), que se instalou há décadas nesse espaço.

Buscou-se compreender, por meio desse estudo de caso, como se deu o processo de construção da Feira de Artesanato ao longo de sua história; bem como compreender as ações efetivadas pelo poder público no Largo e as representações que as pessoas que dele usufruem cotidianamente elaboram sobre esse espaço e sobre as intervenções por ele sofridas.

Para desenvolvimento dessa pesquisa, partimos do seguinte problema: como foram construídas as configurações do espaço da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra ao longo de sua história e em que medida as suas representações simbólicas, historicamente tecidas pelos seus atores sociais, fazem da Feira de Artesanato “um lugar onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas” – ou seja, um patrimônio cultural? E quais as implicações do uso comercial de um espaço público que é patrimônio?

O objeto empírico desse estudo de caso é o uso comercial do espaço público: o comércio que muitas vezes é tido como algo negativo ao espaço público, daí as políticas de remoção das atividades comerciais nesses espaços. O lugar da pesquisa é o Largo de Coimbra, localizado no centro histórico da cidade de Ouro Preto-MG; por se tratar de um espaço de comércio e, ainda, um lugar que integra o conjunto arquitetônico que é considerado patrimônio ouro-pretano.

A partir do problema apresentado, a presente pesquisa objetiva, portanto, assimilar as implicações do uso de um espaço público que é patrimônio através da compreensão do espaço público Largo de Coimbra, sua história e as representações

simbólicas de seus atores sociais. Partimos da hipótese de que o uso comercial do espaço público não necessariamente implica numa privatização do mesmo, mas concorre para sua vitalidade e reativação como espaço público à medida que intensifica e diversifica o seu uso contribuindo para um não esvaziamento do sentido público de espaços urbanos de uso comercial.

O turismo e a preservação das ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, Bonfim, Roraima.

AUTORES/AS: THAIS FELIPE ROSA, ANALUCIA THOMPSON

Tendo notado que há pouca discussão, informação e estudos sobre as Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, por parte do Estado e das instituições ligadas à cultura, educação, meio ambiente e sociedade civil em geral, foi identificada pela aluna a necessidade de realizar entrevistas com uma parcela de membros da comunidade roraimense e outros não moradores, mas que possuem algum conhecimento a respeito das ruínas do Forte São Joaquim, com o objetivo de aproximar o IPHAN da comunidade e entender qual é o pensamento em geral da mesma sobre este tema e sobre a instituição.

Objetivos: Registrar a opinião e o conhecimento que alguns membros da comunidade roraimense possuem a respeito da atual situação em que se encontram as ruínas do Forte São Joaquim, o único bem tombado em nível federal pelo IPHAN em Roraima, e identificar, com base na coleta desses dados, qual seria, segundo os entrevistados, a melhor forma de preservar as ruínas do Forte.

Metodologia: A proposta inicial foi a realização de uma série de entrevistas, com membros da comunidade roraimense, a partir de indicações feitas pelos próprios entrevistados que resultaria em uma publicação dividida em três volumes, sendo os dois primeiros referentes ao registro da imagem e áudio por meio de câmera digital, e no terceiro volume constaria com a ficha técnica e resumo do que foi falado pelo entrevistado.

Resultados: Foram realizadas 42 entrevistas desde agosto de 2013 até março de 2014, a maioria delas com registro do áudio e imagem. Neste registro foram entrevistados membros do IPHAN/RR, membros da Secretaria de Cultura, funcionários da FETEC, INPA, ICMBIO, professores da UFRR e IFRR, entre outros.

Conclusão: Após esse registro de informações sobre as Ruínas do Forte com base na percepção de uma parte da comunidade, notou-se que ainda se faz necessário um maior envolvimento, divulgação, e ações de educação patrimonial por parte do IPHAN-RR para com a população, que em sua grande maioria desconhece a existência das ruínas. Grande parte daqueles que já as visitaram sugere a reconstrução da fortaleza em cima das ruínas originais, o que se apresenta como uma questão polêmica que precisa ser discutida e estudada, pois os arqueólogos e técnicos do IPHAN defendem a restauração das ruínas.

Pampulha: uma experiência dos “turistas moradores” de Belo Horizonte via arquitetura e design

AUTORES/AS: WÂNIA MARIA DE ARAÚJO

O complexo arquitetônico e urbanístico da Pampulha na cidade de Belo Horizonte foi criado nos anos 1940 pelo então prefeito Juscelino Kubistchek como uma ação para modernizar a capital mineira. No momento de sua criação a Pampulha foi experimentada como um espaço de lazer na cidade, pois sua lagoa contava com regatas, a Casa do Baile realizava bailes com orquestras e o que hoje se denomina como Museu de Arte funcionava como um cassino. Hoje, esses locais abrigam outras atividades culturais como exposições e instalações; a orla da Lagoa comporta atividades esportivas e um parque ecológico. Para além das atividades que a população belorizontina realiza em seus espaços, a Pampulha é considerada um polo turístico. Esse espaço da cidade obteve o título de Patrimônio Nacional em 1997, Patrimônio Estadual em 2000 e Patrimônio Municipal em 2003. No aniversário de 116 anos da capital mineira (12/12/2013) foi lançada como candidata a Patrimônio Cultural da Humanidade como forma de enaltecê-la como bem cultural. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a Pampulha e alguns de seus espaços – Casa do Baile, Museu de Arte, Igreja de São Francisco e Casa JK – ; os três primeiros da década de 1940 e a Casa JK inaugurada como Museu em 2013. Esses espaços foram escolhidos como locais turísticos em Belo Horizonte e onde pode ser possível experimentar, interagir com o design ali presente. A ideia é pensar o turismo como uma atividade realizada pelos próprios cidadãos que “consome” bens simbólicos, ou seja, não se exaure na presença aos locais considerados turísticos, mas para além da presença possibilita

a fruição de produtos não necessariamente materiais que ali se inscrevem, pois os seus sentidos significados também se irrompem nessa experiência. A questão que tem norteado a investigação ainda em curso refere-se ao fato de que esse espaço turístico de Belo Horizonte rico em produtos arquitetônicos e de design, é pouco experimentado pelos cidadãos belorizontinos que encontram empecilhos que vão desde a dificuldade de acesso até o desconhecimento dos locais e das atividades que são ali realizadas. Nossa hipótese é que a interface dos cidadãos com esse espaço da cidade a partir da experiência do turismo se limita a determinados grupos sociais de Belo Horizonte que detêm um repertório cultural e simbólico que está atento às atividades que ali se realizam e pelo que representam e significam na cidade, bem como pela presença da arquitetura e do design. Isso ao mesmo tempo em que atrai os turistas moradores de grupos sociais com capital cultural, intimida outros habitantes que não são detentores desse capital. Dessa forma, a não experiência com a arquitetura e o design via turismo na própria cidade não acontece e não é fruída por todos os grupos sociais.

Turismo em espaços fronteiriços: particularidades do turismo nas fronteiras brasileiras. A fronteira Brasil/Uruguai, entre Jaguarão e Rio Branco

AUTORES/AS: VERA MARIA GUIMARÃES

Esta proposta visa discutir, a partir de estudos de caso e questões teóricas as particularidades das práticas turísticas em regiões de fronteira, em alguns países que fazem divisa com o Brasil. Para isso, propomos uma reflexão sobre estas questões a partir dos aportes da Antropologia do Turismo, assim como um mapeamento de algumas questões relativas às particularidades das regiões de fronteira, discutidas tanto pela Geografia, quando pela Sociologia, tendo em vista também as contribuições de John Urry sobre as formas de mobilidade contemporânea, entre as quais encontramos o turismo. Buscamos também a partir destas discussões situar o chamado “turismo de compras”, na fronteira entre Brasil e Uruguai, especificamente entre as cidades de Jaguarão (RS/Brasil) e Rio Branco (Cerro Largo/Uruguai), a partir de algumas observações em torno da dinâmica das compras, na região. Também utilizamos como recurso para este estudo, entrevistas e fotografias, sendo esta investigação parte de um estudo exploratório de pesquisa intitulado – “Estudos da mobilidade, turismo e fronteira”.

A Suíça jazzística cearense: um contraponto turístico nordestino em Guaramiranga?

AUTORES/AS: GERMANA LIMA DE ALMEIDA, LEA CARVALHO RODRIGUES

Guaramiranga é um município serrano de 4.070 habitantes, situado há 110 km da capital cearense. Sua história econômica esteve fortemente ligada à agricultura desde o século XIX até o final da década de 1980, quando envolvia ainda 93% de sua população nesta atividade.

A partir dos anos 1990, contudo, a decadência agrícola local aliada a movimentos de preservação ambiental motivaram a criação da Área de Proteção Ambiental de Baturité, incluindo 92% da área de Guaramiranga e restringindo algumas técnicas do manejo agrícola predominantes à época. Como alternativa econômica, políticas públicas incentivaram a atividade turística local. Segundo Rodrigues (2014), administrações públicas que privilegiam o turismo, não raro, o fazem em detrimento de investimentos em outros setores relevantes. Em Guaramiranga, tal atividade desencadeou transformações profundas no âmbito sócio-cultural local, a partir da imersão desta população em atividades cuja dinâmica distava profundamente de suas dinâmicas sócio-culturais tradicionalmente rurais (DURHAM, 1997). Paralelamente aos investimentos públicos, investimentos particulares transformaram sítios em condomínios veranistas; um antigo engenho em restaurante; um convento em hotel; casarões e residências em pousadas, etc. Segundo Augé (1994), a acelerada reformulação espacial de lugares provoca certa crise de sentido, pois estes espaços trazem em si características não apenas físicas, mas identitárias, relacionais e históricas com suas populações. No entanto, as transformações desencadeadas pelo turismo local não se limitaram à transformação de espaços físicos, mas também reformularam a imagem subjetiva (URRY, 2007) à qual a cidade de Guaramiranga é hoje vinculada. Há intensa promoção da gastronomia européia nos restaurantes locais e o clima ameno tem sido sensorialmente resignificado por meio de construções que remetem à paisagem européia - significativamente materializada na sede local do Centro de Artesanato do Ceará, construída pelo governo do estado no estilo de um chalé suíço.

A necessidade que o turismo tem de imergir o visitante em uma experiência exótica (RIBEIRO; BARROS, 1994) também se faz presente na performance musical a qual este município atualmente é vinculado, o Jazz & Blues, por força de um

evento local que já se encontra em sua 15ª edição (em 2014). O turismo em Guaramiranga vem orquestrando, portanto, uma significativa descaracterização tanto espacial quanto de apreensão histórica e sócio-cultural no seio destas populações originalmente rurais, que acabam por introjetar a veiculação midiática de sua cidade como sendo “a Suíça cearense” ou “a cidade cearense do Jazz”.

Gestão Integrada do Turismo no Segmento Sol e Praia: uma leitura sobre Jericoacoara - CE

AUTORES/AS: JOSÉ OSMAR FONTELES, JOSÉ OSMAR FONTELES — PROF. MS. DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS — CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ — UVA

As áreas protegidas têm se constituído em espaços privilegiados ao turismo, despertando o interesse do poder público e da iniciativa privada, com investimentos no setor. Recursos ambientais são identificados e transformados em produtos, com marketing especializado montando e/ou projetando cenários que atendam aos interesses dos visitantes. Assim, lugares até então inexplorados turisticamente, passam a ser visitados por pessoas oriundas de culturas distintas, alterando o jeito de ser dos moradores locais, sobretudo quando são impactados pela presença e convivência de outros moradores que ocuparam o seu território. Este é o contexto em que desenvolvo o presente trabalho tendo por objetivo analisar o turismo no segmento Sol e Praia no sentido de compreender como se dá a inserção dos atores sociais locais na construção e comercialização de produtos que atendam aos interesses dos visitantes, gerando renda e inclusão socioambiental, a partir de uma gestão integrada. O texto faz referência a Jericoacoara antes e com a entrada do turismo, ressaltando a ação dos moradores nativos e adventícios na produção do espaço geográfico e sociocultural para o turismo, com destaque para o segmento Sol e Praia. Dou ênfase à forma como os diversos atores sociais se organizam para se fortalecerem enquanto Destino Indutor do Turismo, a partir das suas categorias sociais e ocupacionais e da gestão institucional materializada no órgão municipal do turismo, no conselho municipal do turismo, no grupo gestor e na instância de governança regional. Ressalto a experiência do fechamento do trânsito na Vila de Jericoacoara, enquanto ação de política urbana, em dois períodos de maiores fluxos turísticos, Reveillon e Carnaval, demandada pela comunidade, apoiada pelo governo estadual e municipal.

Litoral oeste cearense e o “Corredor Turístico”

AUTORES/AS: ANTONIA GABRIELA PEREIRA DE ARAUJO, LORENA LEITE ARAGÃO

Esta proposta tem por objetivo apresentar os efeitos de políticas públicas de desenvolvimento voltadas para o turismo na região do extremo oeste do litoral cearense, tendo em vista o roteiro turístico Rota das Emoções: Delta – Jeri – Lençóis – o projeto é parte integrante do Programa de Desenvolvimento do Turismo NE II (PRODETUR) e possui apoio dos governos estaduais e empresas privadas do setor turístico visando interligar diversas localidades dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão criando um extenso corredor turístico regional - e as mudanças que sua implementação vem causando. Para tanto, nosso estudo será pautado nas transformações que atingem a população litorânea e de agricultores de Bitupitá, município de Barroquinha, localizado a 385 km de Fortaleza, Ceará. Em geral, os moradores anseiam pela chegada das mudanças propostas por esse programa de desenvolvimento, que tem sua agenda investimentos em infraestrutura como a pavimentação e construção de estradas, além da geração de emprego e renda a partir do incentivo ao turismo no município. A atividade turística em localidades de baixo desenvolvimento econômico, como as abordadas no presente estudo, é concebida pelo Ministério do Turismo (Mtur) como uma forma alternativa de desenvolvimento econômico e uma importante ferramenta de desenvolvimento social, uma vez que age como propulsor de outras atividades presentes no ramo turístico. Logo, a presente proposta volta-se para os impactos gerados nas populações de pescadores e agricultores locais, levando em consideração os saberes e fazeres tradicionais como a pesca de curral e o habitus das alianças entre parentes do mesmo vilarejo (Woortman, 1994), respectivamente. Como ferramenta de análise nos guiamos pelas propostas e discussões no âmbito da antropologia do turismo, que enfatiza a tensão existente entre sociedade e meio ambiente, lançando um olhar crítico sobre a noção de desenvolvimento sustentável (Leff, 2007 : Coriolano, 2006). Metodologicamente, procuramos seguir as proposições de Ingold (2000), de abandonar a dicotomia natureza/cultura e pensar a partir das relações entre organismo e ambiente, expressando o que teríamos como ecologia da vida.

Paisagens encantadas da cidade de Vassouras: Breves Reflexões sobre turismo e festivais.

AUTORES/AS: HELENISE MONTEIRO GUIMARAES

Em nossas pesquisas sobre festividades urbanas nos deparamos com uma questão que vem se tornando crucial pelos fatos que a delimitam em seu próprio campo de análise, o estudo do turismo, seu histórico, suas consequências e sua valorização enquanto campo de conhecimento e produtor de indagações. Visto geralmente apenas do ponto de vista econômico e relacionado ao lazer, o turismo vem merecendo considerações dos campos das ciências sociais, tais como a antropologia, sociologia e geografia. A harmonia entre a convivência do turismo e o legado cultural é um dos aspectos mais instigantes, sobretudo ao abordamos cidades históricas, manifestações culturais e tudo que a elas se relacionam, no sentido em que estas tendem a ser inseridas no contexto do “produto turístico” compreendido como um estímulo a manutenção da identidade das populações receptoras. A cidade de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, apresenta um potencial turístico gerado por um patrimônio cultural que conta com dois séculos de existência e de relevância histórica para a memória do Vale do Café. Do conjunto de monumentos que compõem a cidade e constituem seu patrimônio histórico, impõe-se uma questão que é cara aos pesquisadores: a perpetuação da cultura local. Duas questões se sobressaem: a implementação de estratégias de atração de visitantes, tornando aquele local um pólo turístico, e, paralelo a isto, a permanência de suas festividades e o estabelecimento de eventos espetaculares. O Festival do Vale do Café tornou-se, desde 2003, um evento fixo no calendário turístico da cidade de Vassouras, cujos objetivos, além de atrair turistas para a região e assim programar novos rumos ao desenvolvimento econômico da cidade, também tinham por foco construir uma grande celebração que reunisse música, história e natureza ao mesmo tempo em que se consagrava ao patrimônio histórico regional uma grande homenagem. Temos aqui, portanto um exemplo de como o chamado “turismo festivo” pode ser administrado de maneira que reúna em sua concepção noções tais como propostas de preservação de patrimônio e divulgação da cultura local, aliado ao fato de que os eventos inseridos no roteiro englobam atividades diversificadas cujos atrativos são direcionados a públicos distintos, Desta forma o que se pretende por “festa” torna-se “espetáculo” e ambas as formas

prescindem de um sistema organizacional e de uma estratégia de permanência, que no caso deste festival, completam sua primeira década. Em sua organização encontraremos a participação do poder público, dos patrocinadores, da própria secretaria de cultura regional e dos indivíduos que assumindo determinados papéis e atuam como mediadores entre a festa, público e moradores.

Turistas de mais, turistas de menos: a hospitalidade e a economia do turismo na região serrana de Santa Catarina

AUTORES/AS: FELIPE JOSÉ COMUNELLO

O município de São Joaquim, na região serrana de Santa Catarina, tem sido destacado pela imprensa escrita e televisiva nacional como a cidade mais fria do Brasil, ao longo dos últimos vinte anos. Recentemente, esse município foi escolhido como um dos 65 destinos indutores de turismo no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo (MTur). Em pesquisa realizada para tese de doutorado, identifiquei muitas proprietárias de pousadas, as “pousadeiras” como elas mesmas se chamam, que começaram abrigoando “turistas” em dificuldades em suas casas em dias de frio intenso, quando não há hotéis e pousadas suficientes na cidade. Então, elas acreditaram ser possível transformar suas casas em pousadas, tendo com isso diante de si um “problema” também compartilhado com os profissionais do turismo, a “sazonalidade” dos turistas. Tal fato provoca dúvidas sobre a sustentação econômica das pousadas e inquietação aos profissionais quanto ao sucesso econômico do turismo. Discuto isso tendo como base uma proposta de parceria recebida por meus interlocutores por parte da operadora de turismo CVC e da empresa de eventos da RBS, afiliada da Rede Globo em Santa Catarina. Considero que, sobretudo a CVC, é vista de forma semelhante ao “Rei-Estrangeiro”, que está acima em termos morais e sua chegada é vivenciada como uma terrível epifania (SAHLINS, 2003). Ela ameaça algo como uma ordem moral estabelecida em determinados valores de hospitalidade para com estranhos (PITT-RIVERS, 2012 [1968]; CANDEA e DA COL, 2012; HERZFELD, 1987). Em tal situação opõem-se a CVC aqueles que constituem uma economia do turismo localmente, em que há excesso de turistas em alta temporada e a falta deles durante o restante do ano. As “pousadeiras” têm pleno conhecimento de que há mais “turistas” do que vagas para hospedá-los durante o

inverno, enquanto nas outras estações do ano a relação se inverte, e que parcerias como aquela possível de ser feita com a CVC poderiam solucionar isso. Mas, também têm conhecimento de que essa possível solução poderia levá-las a outras problemáticas que ao fim e ao cabo acabariam com seus negócios, ou pelo menos de muitas delas, um resultado bastante comum de acontecer com o aumento de escala da economia. Porém, nesse debate cabe observar o que leva essas mulheres a se tornarem “pousadeiras”. Tais mulheres têm claros os aspectos econômicos do negócio, mas no geral um ponto em comum em suas trajetórias é a recepção em suas casas de estranhos transformados em turistas em dias de frio intenso e neve. O valor do aquecimento é uma norma moral de hospitalidade que impera nessas ocasiões. Junto a ele estão outros valores associados ao cuidado da casa, pois essas mulheres são também ao menos em tempo parcial donas de casa.

“Destinos turísticos” e os efeitos sobre populações locais: a Praia do Cumbuco, Caucaia, Ceará.

AUTORES/AS: FRANCISCO WILLIAMS RIBEIRO LOPES

O presente trabalho analisa a configuração de localidades litorâneas em “destinos turísticos”, com ênfase nas transformações socioculturais ocorridas nestas áreas. Trata-se de um estudo dos efeitos do turismo sobre populações locais gerados por meio de processos, apropriações e incorporações feitos por grandes empresários, poderes públicos, turistas e moradores. O campo empírico pesquisado é a localidade do Cumbuco, situada no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará. A construção da Praia do Cumbuco como um “destino turístico” tem sido resultado de investimentos estatais e privados desde a década de 1990, contribuindo para que Caucaia se torne o município mais visitado pelos turistas nacionais e internacionais que ingressam no Ceará (excluindo, Fortaleza) durante os últimos anos. Esta configuração não é resultado apenas de tais investimentos, mas também está ligada às práticas sociais efetivadas, relacionadas à pesca, ao veraneio e ao turismo. Nesta perspectiva, apresento as intervenções públicas, privadas e “alternativas” que visam produzir um espaço adequado para o turismo e, também, o mapeamento das práticas sociais dos nativos, veranistas e turistas para mostrar os efeitos da intensificação do fenômeno turístico sobre o modo de vida e o espaço vivido dos nativos do Cumbuco. A pesquisa é realizada

a partir da observação etnográfica de modo que identifique como o turismo tem alcançado moradores de áreas litorâneas, isto é, como tem sido apropriado por estes indivíduos e quais efeitos tem provocado no seu modo de ser e viver.

O aparente paradoxo da Favela Ecológica

AUTORES/AS: CAMILA MARIA DOS SANTOS MORAES

As favelas do Rio de Janeiro vêm figurando entre os principais atrativos da cidade do Rio de Janeiro desde os anos 2000, e as favelas Babilônia e Vidigal passam a integrar este circuito, entre outras razões, pelos parques e trilhas que são acessadas por estas favelas. Diante disso, este artigo examina duas experiências de reflorestamento que recuperaram áreas no entorno das favelas Vidigal e Babilônia e que vem se configurando como novos atrativos turísticos: o Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca no Morro da Babilônia, criado pela prefeitura em 2013; e o Parque Ecológico Sitiê no Morro do Vidigal, criado pelos moradores em 2002. Em ambos os casos, trata-se de iniciativas de reflorestamento, onde as favelas são os principais acessos aos parques e seus moradores são os reflorestadores. Para a realização deste estudo alio nesta pesquisa o levantamento documental à história oral e trabalho de campo antropológico nas favelas em tela com foco nos turistas e nos reflorestadores. No levantamento documental, recupero duas políticas públicas implementadas pelo Estado em favelas com relação a proteção e recuperação do meio ambiente. A primeira delas se refere aos projetos de reflorestamento iniciados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, nos anos 1980 no Vidigal e nos anos 1990 na Babilônia, e, que mais tarde, são apropriados pelos moradores e inspiraram novas iniciativas ecológicas nestes locais. A segunda é a recente proposta dos Ecolimites feita pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 2000, que buscava cercar as favelas com muros de modo a proteger o meio ambiente da expansão das favelas. Deste modo, a partir deste estudo foi possível recuperar as motivações para os projetos de reflorestamento, tanto por parte do governo como parte dos moradores, e identificar que os projetos se iniciaram por causa de recorrentes incêndios no alto morro; riscos de deslizamento; problemas de abastecimento de água, por conta da ocupação urbana no entorno de mananciais. Com base nos relatos de turistas estrangeiros e moradores do Rio de Janeiro, que frequentam estes locais percebo que encontrar reflorestamento ou parques ecológicos em

favelas da cidade do Rio de Janeiro é inesperado, pois as imagens que circulam das favelas remetem a locais sujos, de aglomeração urbana e anti-ecológicos, já que as favelas surgem nas encostas originalmente de Mata Atlântica e no entorno de unidades de conservação do meio ambiente. Assim, este artigo analisa o aparente paradoxo que se constitui com um novo tipo de atrativo turístico, agregando valor à favela turística.

Políticas de Turismo e Cultura: Traduções do Programa Monumenta no cotidiano da população de Penedo – Al.

AUTORES/AS: SILVANA PIRILLO RAMOS

O presente artigo analisa a relação da população de Penedo, município ao sul do Estado de Alagoas, tombado em 1995, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a forma de ativação do patrimônio cultural promovido pelo Programa Monumenta, programa estratégico do Ministério da Cultura que visa conjugar recuperação e preservação do patrimônio cultural com desenvolvimento econômico pela via do turismo.

Por conservar um patrimônio cultural significativo para a história do Brasil colonial, trazendo marcas dos colonizadores portugueses, holandeses e missionários franciscanos na arquitetura barroca de seus conventos e igrejas, Penedo ficou entre vinte e seis municípios, criteriosamente escolhidos, para o desenvolvimento do programa. Considerando-se a dimensão utilitária inerente a todo o processo de construção e ativação patrimonial, objetiva-se compreender as formas desiguais de apropriação do espaço geradas a partir da execução das ações do Programa Monumenta, o comprometimento do caráter de política pública, das metas estabelecidas, promovendo uma avaliação do programa a partir de sua recepção e tradução no cotidiano dos moradores do Centro Histórico, alvo da proposta de reabilitação. O referencial teórico metodológico se constitui por análises documentais, observação participante do cotidiano, análise das notícias divulgadas na mídia e pela realização de entrevistas semiestruturadas com a população residente no centro histórico do município, a fim de, por meio da análise dos discursos, apreender as representações sociais.

Promove-se uma reflexão sobre a importância de se identificar como um programa político se traduz no cotidiano de quem vivencia e sofre diretamente

as consequências das ações implementadas, o que permite indicar elementos que dificultam o processo de sensibilização e mobilização, fatores centrais para o desenvolvimento e sustentabilidade dos programas políticos.

Trajeto e Itinerários Turísticos na Construção de Espaços no Complexo do Alemão

AUTORES/AS: LUIZ ALEXANDRE LELLIS MEES

Considerando o aglomerado do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, e o Turismo como objetos de pesquisa antropológica urbana, propõe-se utilizar os tours (guiamentos) realizados na favela como ferramenta etnográfica para refletir sobre espaço e mobilidade. Os trajetos e itinerários oferecidos e realizados através dos roteiros turísticos, por agências presentes na comunidade, constroem uma determinada lógica e uma identidade na percepção do lugar para o turista. Utilizando as práticas de espaço de Michel de Certeau e as categorias pedaço, mancha e trajeto de José Guilherme Magnani, reflete-se sobre a construção de um espaço (seguro e controlado) através do itinerário realizado pelo turista e a partir das falas dos guias locais que direciona olhares e impressões, determinando uma “realidade turística” para o visitante.

Turismo, “Pacificação” e Mobilização: o caso da “favela modelo” Santa Marta

AUTORES/AS: GABRIEL FERREIRA BARBOSA

As favelas da cidade do Rio de Janeiro têm sido objeto do exotismo turístico há muitos anos. Em 1992, os tours engajados promovidos na Rocinha, com um tom de denúncia da pobreza, chamaram a atenção dos participantes de todo o mundo na Eco 92. Desde então, as favelas têm acolhido um grande número de turistas interessados em conhecer a “realidade” desses lugares representados como peculiares. Entretanto, as recentes políticas públicas voltadas ou realizadas para esses lugares têm levantado novas questões no que se refere à conformação de seus espaços e provocando em impactos significativos na rotina de seus moradores. Além disso, a institucionalização do turismo em favela proporcionou o surgimento de um mercado turístico importante, em que há produtos precificados, empreendedores que disputam entre si pela legitimidade de atuação, bem como

uma logística voltada para o acolhimento. A etnografia a ser apresentada foi produzida no Santa Marta, favela localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, área nobre de enorme relevância turística. A primeira onde foi instalada uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em dezembro de 2008, e chamada de “favela modelo”, o Santa Marta é um caso interessante a ser estudado pois foi objeto, desde a instalação da UPP, de experiências de políticas públicas nos últimos anos. Nesse lugar, a relação entre redução da violência letal (não há casos de homicídios entre dezembro de 2008 e outubro de 2012) e turismo pode ser evidenciada. Além disso, ultimamente pode ser observado um crescimento na mobilização coletiva de lideranças locais, e surgimento de novas, em busca de serviços públicos de qualidade.

O Comitê de Turismo do Santa Marta, que surge neste contexto, se propõe a participar da arena pública da favela. Formado por guias de turismo locais, o Comitê busca relevar os impactos negativos que o “turismo de exploração” causa em vários âmbitos da vida na favela. Assim, o Comitê busca a participação ativa no estabelecimento de regras de mercado para a consecução do turismo local. Para além disso, a atuação desse grupo não se resume a assuntos diretamente ligados ao turismo, engajando-se em outras disputas políticas da favela, como a ameaça de remoção no Pico e a reivindicação de serviços públicos essenciais.

A implementação de diferentes programas governamentais em uma mesma favela exige um esforço analítico que contemple diversas nuances deste processo. Entretanto, diante deste panorama, é possível dizer que o incremento e intensificação do turismo na favela Santa Marta relaciona-se diretamente com as políticas públicas que foram implementadas nos últimos anos ali. Busca-se, neste trabalho, descrever o processo de surgimento de um mercado turístico local, bem como as consequências e impactos na sociabilidade de seus moradores.

“Não seja um gringo!”: Mercado, Risco e Mudança em um Baile Funk Carioca.

AUTORES/AS: IGOR MONTEIRO SILVA

O objetivo da presente comunicação é refletir acerca das práticas de viagem que compõem aquilo que P. Pearce denominou de “turismo backpacker”. De maneira resumida, para o autor, o citado tipo de turismo se constituiria, por exemplo, a partir de deslocamentos: 1. efetuados por sujeitos que buscam organizar-se no

sentido de evitar as ações mediadoras das agências turísticas, colocando numa posição de centralidade a disposição para se empreender uma jornada flexível; 2. conformados por uma considerável disponibilidade de tempo, alongando-se em meses ou anos e não em dias; 3. preocupados em estabelecer contatos com distintos sujeitos, sejam eles outros viajantes, sejam eles habitantes dos lugares visitados, durante a experiência de trânsito; 4. exercidos numa constante atenção em relação ao orçamento disponível, justamente, para tentar se manter viajando por períodos mais dilatados e; 5. povoados por engajamentos em atividades informais, onde se localiza certa tendência em valorizar as dinâmicas locais mais que atividades formais, estruturadas ou já estabelecidas previamente. Diante do exposto, talvez fosse possível pensar que na viagem backpacker residiria alguma possibilidade de interpelação daquilo que E. Cohen chamou de “turismo institucionalizado”; no entanto, a emergência de empresas, operadoras turísticas, especializadas em desenvolver “produtos” específicos para tal perfil de viajante abre um plano de ambiguidade que, a meu ver, merece ser destacado. Assim, é sobre esse jogo tenso de afastamento e de aproximação no que concerne à mediação de agências, de desejos de “independência” e atos de “institucionalização” acerca dessa prática de viagem, que pretendo empreender alguma reflexão. É importante dizer que este trabalho tem como empiria privilegiada uma festa conhecida como Favela Funk Party, realizada aos domingos em uma comunidade na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Essa festa, portanto, configura-se como um dos mencionados “produtos” desenvolvidos especialmente para o consumo backpacker, sobretudo, por apostar em noções como as de “autenticidade”, “risco” ou “contato íntimo”. Perceber a forma de atuação das operadoras de turismo backpacker na comunidade em questão e refletir acerca dos processos de atribuição de sentido mobilizados pelos sujeitos de tais viagens em relação a experiência no lugar, bem como pensar sobre as dinâmicas de reconfiguração da festa na comunidade ao se considerar a emergência de um novo público, ou seja, sobre o reconhecimento da festa como objeto do “olhar do turista” (URRY), são algumas das inquietações que afetam essa comunicação.

COORDENADOR/A: FRANCISCA DE SOUZA MILLER (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UFRN), ROBERTO KANT DE LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF)

DEBATEDOR/A: JOSÉ COLAÇO DIAS NETO, MARISTELA OLIVEIRA DE ANDRADE, GIANPAOLO KNOLLER ADOMILLI

Alguns grupos sociais, designados como tradicionais, que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras atividades – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos, tais como a expansão metropolitana, o turismo, a carcinicultura, os parques eólicos e as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico. Este Grupo de Trabalho pretende reunir resultados de pesquisas empíricas que evidenciem conflitos e tensões entre as populações tradicionais e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Etnografias e reflexões sobre o direito costumeiro, o conhecimento naturalístico e o manejo dos ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta atividade.

Conflitos territoriais e articulações políticas na comunidade quilombola de São Braz, Recôncavo da Bahia

AUTORES/AS: SUZANA MAIA

São Braz é uma comunidade de pescadores e marisqueiras, no Recôncavo da Bahia, que recebeu em 2009 a certificação de Comunidade Remanescente de Quilombos. Com a decadência da indústria açucareira, suas terras foram ocupadas pelos africanos escravizados e seus descendentes, até que uma nova onda de expansão do capitalismo global começa a ter lugar a partir de 1950 com a implantação do pólo petroquímico de Salvador. Na década de 1970, chega à região a Indústria de Papel Penha invadindo as terras agricultáveis que complementavam a pesca e a mariscagem com plantações de bambu que alimentam a fábrica. Esta fábrica passou a descartar seus dejetos na área de rio e de mangue, prejudicando significativamente a pesca e a mariscagem. Em 2005, o direito ao usufruto da Ilha de Cajaíba, adjacente a São Braz e de fundamental importância material e simbólica para o grupo, foi vendido para uma empresa espanhola de capital transnacional, a Property Logic, que tinha o objetivo construir ali um Eco-Resort. Desde então, a comunidade de São Braz começa a se organizar em torno de uma Associação Quilombola e a reivindicar seus direitos identitários e territoriais enquanto povo tradicional. Este trabalho investiga os diferentes processos associativos e identitários, levando em conta as especificidades de gênero, ou seja, como homens e mulheres desenvolvem estratégias diferenciadas de articulação que combinam os aspectos políticos às esferas produtivas e de sociabilidade.

Identities, Representations Política e Conflitos: Dois Processos de Implementação de Reservas Extrativistas no Litoral Fluminense

AUTORES/AS: BRUNO LEIPNER MIBIELLI

As políticas de criação de Reservas Extrativistas (RESEX) em áreas marinhas costeiras são recentes no Brasil. A primeira implementação de uma área com estas características ocorreu em 1997, em Arraial do Cabo, município do litoral fluminense. A categoria RESEX foi incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela lei nº 9.985 de 2000. No entanto, o artigo da lei que trata da definição do público alvo desta política, as populações tradicionais,

foi vetado. Apesar da falta de definição legal, diversas comunidades de pescadores artesanais entraram com pedidos de implementação de reservas ao longo de todo o litoral nacional, se identificando, para tal, como populações tradicionais. Desta forma, consequentemente, seria garantido seu acesso aos recursos naturais renováveis dessas áreas a serem socialmente e ambientalmente preservadas. Soma-se a isso o fato de que todo o processo de implementação de uma reserva extrativista marinha é permeado pela presença de diferentes organizações da pesca – tais como Colônias e Associações “Livres”, órgãos ambientais das diversas esferas do governo, Ministério Público, dentre outros atores.

Diante deste contexto, o trabalho pretende tratar de dois casos distintos de processos de implementação de RESEX Marinhas no estado do Rio de Janeiro: um na localidade da foz do rio São João, que abrange os municípios de Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Búzios, processo até hoje não concretizado; e o da RESEX Itaipu, no município de Niterói, decretada em setembro de 2013 pelo governador do Estado do Rio de Janeiro.

Estes dois casos serão abordados contrastivamente, demonstrando diferentes dinâmicas de explicitação de conflitos onde a construção identitária pelos grupos demandantes das Resex é elemento fundamental para entender estes cenários. Identificar como os diferentes papéis e categorias são acionados localmente, onde os atores buscam sua legitimidade e visibilidade em um espaço público permeado por conflitos, é tema central do trabalho.

Leis ambientais, dinâmicas internas e conflitos socioambientais: relações entre pescadores artesanais e agentes externos no Parque Nacional do Superagui.

AUTORES/AS: KARINA DA SILVA COELHO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as relações envolvidas nos processos de apropriação e atualização das leis ambientais pelos moradores das “ilhas” localizadas dentro e no entorno do Parque Nacional do Superagui (PNS) em seu cotidiano. Por “ilhas” faço referência às vilas caiçaras – insulares e continentais – localizadas em Guaraqueçaba, município do litoral norte do Paraná que abriga diversas Unidades de Conservação. Desde a década de 1960 a criação e execução de inúmeras leis ambientais e a sobreposição de Unidades de Conservação são

responsáveis por impor às populações locais diversas restrições sobre o manejo de seus territórios. A partir deste contexto proponho descrever e analisar o conflito socioambiental a partir de dois pontos. Primeiro, proponho pensar em como as leis ambientais são internamente manejadas pelos moradores, levando em consideração a moralidade intrínseca às relações de vizinhança, a partir do trabalho de campo em uma das vilas da ilha do Superagui. E, segundo, descrever de que forma os moradores da região se organizam politicamente frente às restrições de manejo através das Associações de Moradores das “ilhas”, mas principalmente por meio do Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR), cuja principal pauta política é a mobilização da identidade de pescador artesanal em relação aos órgãos responsáveis pela execução das leis ambientais: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Polícia Ambiental Força Verde e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Discuto essa questão a partir do contexto atual de mobilização dos pescadores frente à elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, para o qual o MOPEAR conta com o apoio de diversos agentes externos, como pesquisadores vinculados à universidade, agentes do Ministério Público, representantes de Organizações não Governamentais e políticos da Assembleia Legislativa do Paraná. A proposta deste trabalho, portanto, é descrever e complexificar os conflitos socioambientais estabelecidos na região a partir da legislação ambiental, considerando o contexto interno vivenciado pelos moradores e as constantes relações com agentes externos, principalmente na auto-identificação enquanto população tradicional.

O mar não está para peixe: conflitos socioambientais na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau

AUTORES/AS: JERÔNIMO AMARAL DE CARVALHO, WINIFRED KNOX

A Reserva Extrativista Marinha (REM) do Corumbau foi criada no ano de 2000, a partir de uma ação coletiva, iniciada em 1997 por meio das lideranças de pescadores locais, na busca de um instrumento jurídico que garantisse o acesso exclusivo dos recursos pesqueiros contra a atividade da pesca comercial de camarão sete-barbas que se instalou na Vila do Corumbau na década de 1980. Durante o processo de criação da REM do Corumbau, os pescadores obtiveram apoio de órgãos governamentais, como a Coordenação Nacional de

Populações Tradicionais (CNPT) e de entidades ambientalistas do terceiro setor como a Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA), e posteriormente a Conservation International do Brasil (CI-Brasil).

Entretanto, após a criação da REM do Corumbau foi elaborado o Plano de Manejo que orientaria a gestão da Unidade de Conservação (UC), capitaneada pela CI-Brasil com apoio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). O ponto de destaque do Plano de Manejo é a criação de áreas de exclusão total da atividade da pesca, por meio de uma Zona de Proteção Marinha (ZPM). A ideia de uma ZPM era proteger 30% de cobertura de recifes que de forma indireta beneficiaria os pescadores locais. Tal perspectiva possuía um alinhamento global tendo em vista o caráter emergencial de proteção da cobertura de recifes no mundo, iniciado em 1997 nos Estados Unidos.

No entanto durante as discussões do Plano de Manejo houve contestação de uma parcela de pescadores locais. Contudo, tal contestação foi suprimida pelas relações não formais da CI-Brasil e IBAMA com o núcleo familiar principal da Vila do Corumbau, forçando os demais em um acordo formal temporário. Com o tempo o plano de manejo, por ser um “acordo temporário” passa a ser questionado por esta parcela de pescadores, com o argumento que tal área sobrepõe aos principais pontos de pesca.

Tal questionamento evidenciou um conflito de conjunto de normas distintas entre pescadores artesanais em relação à CI-Brasil e IBAMA: A pesca artesanal, enquanto um tipo de ação que segue normas específicas dos quais elementos humanos e não humanos interagem conjuntamente, evidenciando um conhecimento prático e corporizado constituindo um modelo compreensivo de mundo e de natureza; Conceitos modernos e globalizantes de uma natureza totalmente desvinculada das práticas locais artesanais, com forte articulação de uma entidade ambientalista de alcance internacional, guiado pela emergência das questões ambientais, imprimindo no local (o lugar da prática da pesca tradicional) a ideia de um espaço (Áreas Marinhas Protegidas), desencaixado de formas específicas de natureza/culturas.

Pescadores artesanais, recursos comuns e conflito: cenários de pesca em uma área de Unidade de conservação Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque/Amapá

AUTORES/AS: URIENS MAXIMILIANO RAVENA CANETE, VOYNER RAVENA CAÑETE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA), SÔNIA MARIA SIMÕES BARBOSA MAGALHÃES SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA)

Este trabalho descreve como pescadores artesanais, que tradicionalmente exploram as áreas do entorno e dentro de uma unidade de conservação, mais especificamente o Parque Nacional do Cabo Orange localizado no município do Oiapoque, costa do Amapá, fronteira entre Brasil e Guiana francesa, têm se ordenado politicamente e ambientalmente no que se refere à cenários de conflito em águas costeiras por territórios de pesca. No Oiapoque, um Termo de Compromisso, estabelecido entre a Colônia dos pescadores, ICMBIO, e o Ministério Público vêm se mostrando parcialmente efetivo como uma estratégia e alternativa para o manejo de recursos pesqueiros, gestão de conflitos socioambientais e medida temporária para uma solução compensatória referente a população remanescente do Parna Cabo Orange. O Parque foi instituído em 1980 e por ser uma Unidade de Conservação Integral, obedece ao modelo preservacionista, portanto, pautado na ausência da presença humana dentro de seu território. Dessa forma, a pesca dentro do parque foi proibida, no entanto, o esgotamento do recurso pesqueiro, no restante do nordeste e da costa norte brasileira, especialmente no Pará, vem trazendo pescadores de outras localidades para essa área amapaense que ainda se mostra bastante piscosa. A maior comunidade expropriada foi a Vila de Taperebá, localizada na foz do Rio Caciporé, formada à época por mais de 400 famílias. Essa comunidade sofreu forte pressão do IBAMA e do Governo Federal para deixar a localidade. Assim, corte de combustível para gerador, proibição extrema de acesso e uso dos recursos naturais para consumo e venda, dentre outros, configuraram-se como práticas recorrentes. Inicialmente o texto apresenta o histórico de conflitos estabelecidos desde a criação do Parque até os dias atuais. Descreve o conflito do Governo Federal com os moradores para que os mesmos deixassem o Parque. Em seguida. Mostra, em seguida, como pescadores paraenses com barcos de grande porte adentram territórios de pesca amapaense e conflito pela pesca em território transfronteiriço entre Guiana Francesa e Brasil. Em uma segunda seção, este trabalho analisa a situação dos pescadores do Oiapoque, que são em sua grande

maioria moradores remanescentes da Vila de Taperebá, e que dispõe de pequenas embarcações, as quais são pequenas demais para se impor e estabelecer um território de pesca. Por fim, considerações finais são tecidas analisando as medidas compensatórias que o Governo propôs para essa população remanescente.

Reflexões sobre o processo de consolidação da Resex Marinha de Cururupu e a gestão socioambiental compartilhada, no litoral do Maranhão

AUTORES/AS: MADIAN DE JESUS FRAZÃO PEREIRA

O presente trabalho objetiva fazer uma análise do processo de consolidação da RESEX Marinha de Cururupu, localizada no Litoral Ocidental do Maranhão, e identificar as implicações geradas pela noção de gestão compartilhada. A abordagem busca observar o grau de mobilização dos extrativistas das diversas ilhas que compõem a RESEX Marinha de Cururupu na construção dos Planos de Ação e de Manejo - documentos que passam a normatizar os direitos e os deveres dos moradores/extrativistas -, bem como perceber de que maneira os representantes que integram o Conselho Deliberativo da RESEX, a Associação de Moradores – AMREMC, e o Sindicato de Pescadores estão internalizando novas categorias advindas com o discurso da criação e gestão da unidade de conservação. A pesquisa é encaminhada a identificar possíveis conflitos pela ocupação e uso dos diferentes espaços, além de problematizar em que medida há uma efetiva inclusão dos etnoconhecimentos dessas populações costeiras no processo de construção dos Planos de Ação e de Manejo, trazendo à tona a discussão sobre a temática da governança, para se pensar aberturas e impasses acerca das relações entre populações residentes e as posturas normativas do Estado.

Resex Canavieiras: Articulação Social como Resposta aos Conflitos Vivenciados na Criação da Unidade

AUTORES/AS: ISABELA BALEEIRO CURADO

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de organização social vivido pelos extrativistas da RESEX de Canavieiras – BA e os diversos conflitos que a comunidade de pescadores, marisqueiras e catadores tem enfrentado desde a criação da RESEX. Baseado em dados coletados por meio de pesquisa em

1.244 unidades domiciliares de extrativistas, observação participante e relatos de diferentes lideranças da RESEX de Canavieiras, o trabalho tem como objetivo narrar a história de conflitos com atores externos, vivenciados pelos extrativistas desde antes da criação da RESEX, e refletir como esses conflitos fortaleceram a articulação social das lideranças e das associações dos extrativistas.

“Aqui se faz Gostoso”: Uma etnografia da turismo em São Miguel do Gostoso (RN).

AUTORES/AS: PAULO GOMES DE ALMEIDA FILHO, FRANCISCA DE SOUZA MILLER

Este artigo é a síntese dos resultados obtidos a partir da pesquisa etnográfica realizada em minha dissertação de mestrado sobre um fenômeno social ainda em vigor, o processo de “turistificação” do município de São Miguel do Gostoso. “Gostoso” – como é localmente conhecido – teve origem a partir de uma antiga vila de pescadores no litoral nordeste do Rio Grande do Norte. A partir do final dos anos de 1990, em São Miguel do Gostoso, deu-se início as primeiras iniciativas que vieram a transformar o município em um dos principais destinos turísticos do Rio Grande do Norte. A adoção de práticas turísticas engendraram mudanças na configuração do espaço e nas práticas cotidianas, descaracterizando a localidade dos ares de vila pesqueira que possuía. O município se promove, enquanto “atrativo turístico”, através de seus recursos naturais – turismo de sol e praia, e também através do regime de ventos que propiciam à prática de alguns esportes náuticos. Nesta pesquisa qualitativa, empenhei-me no emprego metodológico de técnicas etnográficas – pesquisa bibliográfica e de campo, observação participante, entrevistas abertas e estruturadas registradas através de gravação ou no caderno de campo, registro fotográfico e através de desenhos. Também fiz uso do instrumental teórico e metodológico inerentes à ciberetnografia ao analisar os blogs e sites dos mediadores e das instituições ligados ao turismo local. Desta forma, esta etnografia versa sobre as mudanças sociais e seus impactos sobre a comunidade aqui tratada, levando em consideração as vozes dos atores envolvidos nesta trama social: o processo de “turistificação” de um antigo núcleo pesqueiro.

De onde vem o Mexilhão? Etnografia na beira da Baía de Guanabara de um grupo de “marisqueiros” em Niterói

AUTORES/AS: ISMAEL ANDRES STEVENSON DECHELETTE

Em plena efervescência urbana, a beira da Baía de Guanabara, em meio a grandes empreendimentos como o terminal das barcas e o terminal de ônibus João Goulart de Niterói, o novo teatro popular com obras do célebre arquiteto Oscar Niemeyer e do Shopping Bay Market, existe um grupo de pescadores e mergulhadores, catadores de mexilhão há mais de 50 anos.

A associação de Pescadores e Amigos de São Pedro conta com uma infraestrutura de 35 “boxes” nos quais os associados guardam seus apetrechos e/ou moram e no entorno exercem suas atividades ligadas à pesca ou à cata de mexilhão.

Meu interesse reside no “marisqueiro”, categoria local definida pelo mergulho como forma de catar em banco natural o recurso bentônico (mexilhão perna perna). Esta atividade é caracterizada pela especificidade do funcionamento local, tanto na cata (no mar) como na organização social in situ, de reprodução da preparação do mexilhão (na beira) até o mercado.

Atualmente, a prefeitura de Niterói está em processo de votação de um projeto de “requalificação e revitalização” de seu centro sob argumento de modernizá-lo, sendo que um de seus problemas consiste em “realocar” os “marisqueiros” e pescadores da associação, dado que seu lugar de reprodução cultural situa-se no mesmo local onde se quer instalar uma plataforma intermodal de transportes que ligar as cidades que beiram a Baía de Guanabara.

A partir de minha experiência de campo, este trabalho pretende descrever, de forma etnográfica, a reprodução cultural desses “marisqueiros”, na beira, a fim de criar um conhecimento empírico sobre uma realidade específica, num local definido, ameaçado por grandes projetos público-privados e “cercado” de incertezas para o futuro.

Laços de família, trabalho e cultura: um estudo sobre os pescadores de Tambaú

AUTORES/AS: CLEOMAR FELIPE CABRAL JOB DE ANDRADE

O presente trabalho busca compreender se os laços de família ainda são base para a constituição e continuidade das atividades da pesca e manifestações populares

na região de Tambaú. Essa região, situada no litoral de João Pessoa – Paraíba, além de ser conhecida como área nobre da cidade, nas últimas décadas, vem passando por muitas transformações, assumindo um relevante caráter comercial, atraindo diferentes moradores e transeuntes. Por muito tempo, pescadores e seus familiares também fazem parte desse cenário. Laços de família, nesse trabalho, se referem a gerações de famílias que desenvolvem algum trabalho, festa, brincadeira, entre outros afazeres, em um mesmo lugar ou, ainda, em regiões diferentes; como também, podem envolver a extensão familiar em uma mesma atividade. Os dados foram coletados através de pesquisa de campo, utilizando história de vida, depoimentos e entrevistas semiestruturadas, entre 2005 e 2011. Observou-se que o trabalho e a vida se entrelaçam e se constroem na história de vida dos antigos moradores de Tambaú. Surgem, a partir desse entrelace, as práticas e o universo simbólico que se estabelecem no saber-fazer de pescador e nas relações sociais e “parentais” construídas no mar e prolongadas em terra, ou ainda, construídas em terra e revivificadas nas jornadas no mar. Por outro lado, também foi possível constatar que a cultura popular é geralmente constituída e repleta de laços de família. Em Tambaú, não é diferente, refletir sobre a história do lugar, as brincadeiras populares, a pesca, ou mesmo, a Festa de São Pedro, é pensar em laços de família. Nessa experiência, observou-se os laços de família e amizade sendo construídos e reforçados nas relações de trabalho e diversão.

Percepciones y usos del espacio marítimo-costero

AUTORES/AS: LETICIA D'AMBROSIO CAMARERO

En esta ponencia presentaré los avances de mi investigación sobre los diversos usos, percepciones y conocimientos generados entorno al espacio marítimo- costero, en una localidad de la costa Este de Uruguay. Buscando, por un lado aportar a las discusiones teóricas sobre el estudio de la relación de los grupos sociales con el entorno marítimo-costero y por otro generar conocimiento sobre esta región desde una perspectiva antropológica. Al mismo tiempo exploro las implicancias sociales, medioambientales, políticas y económicas que tienen los diversos significados y usos asignados al territorio marítimo- costero, por parte de distintos grupos sociales, a lo largo de la historia. Me propongo, siguiendo a Latour (2005), rastrear las asociaciones entre los distintos actantes en la región costera y en relación a

dicho espacio, analizar los posibles ensamblados. Profundizando no solamente en cómo ha sido construido el espacio marítimo-costero culturalmente, sino que indagaremos en los procesos de “habitar” (Ingold, 2002) este espacio. Por ello tomamos la perspectiva de Ingold en diálogo con Latour (y otros abordajes) que hace hincapié en la relación de los sujetos en el movimiento, en el “vagabundeo” (Ingold, 2012) por los lugares.

La articulación de diversas perspectivas se fundamenta en la posibilidad de hacer un abordaje, del espacio marítimo costero, que permita dar cuenta de las construcciones, percepciones y usos de este espacio, poniendo nuestra atención en los aspectos socio-culturales, en las experiencias cotidianas de los individuos y en las asociaciones producidas en el mismo.

La antropología marítima ha dedicado su estudio a los grupos sociales que basan gran parte de su producción y reproducción social en el trabajo en el mar, centrándose casi exclusivamente en los pescadores artesanales. Este estudio busca enriquecerse con sus aportes y al mismo tiempo ampliar y extender esta mirada hacia otros grupos sociales como ser surfistas, científicos y gestores. Para ello, la propuesta se nutre de los conocimientos que la subdisciplina ha generado en lo que refiere a la especificidad del territorio marítimo y costero y a la relación particular que se establece con un espacio de características específicas. Por otro lado, los estudios sobre territorialidades y paisaje han brindado a esta investigación herramientas metodológicas y teóricas. Tanto aquellas propuestas que enfatizan la experiencia del sujeto y su “habitar” (Ingold, 2002) como aquellas que reconocen la incidencia de las representaciones sociales en torno al medio ambiente (Meyers, 2002) en ese “habitar”, han sido un apoyo a este proyecto.

Pesca Artesanal em Patané/Camocim: Mudanças Socioambientais numa perspectiva etnográfica

AUTORES/AS: LUÊNIA KALINE TAVARES DA SILVA

A pesca é um importante modo de vida e subsistência para a maior parte das populações costeiras e estuarinas no mundo (MUALLI et al, 2013). Grande parte dos recursos pesqueiros capturados no mundo é proveniente da pesca artesanal e essa modalidade de pesca emprega aproximadamente 51 milhões de pessoas (FAO, 2012).

Os pescadores artesanais utilizam técnicas tradicionais de uso dos recursos naturais, baseadas em conhecimentos passados de geração em geração. As comunidades pesqueiras não estão fixas no tempo e sofrem influências externas na sua dinâmica socioeconômica e cultural (PROST, 2007).

Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) a pesca artesanal é aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Cerca de 60% do pescado produzido no país, é resultante do trabalho de pescadores artesanais. Segundo dados do MPA do ano de 2011, foram produzidos um milhão e 240 mil de pescado e a pesca artesanal foi responsável por 45% dessa produção. O segmento da pesca artesanal é o que mais apresenta produção e ocupação de mão-de-obra; mais de 600 mil brasileiros sustentam suas famílias e geram renda para o país trabalhando nesta atividade.

Em todo o Nordeste do Brasil, a pesca artesanal possui grande representatividade econômica e social para os que vivem da atividade. No Rio Grande do Norte (RN), estado com 410 km de extensão costeira, possui 98 comunidades litorâneas distribuídas em 25 municípios e várias associações; cerca de 20 mil pessoas estão diretamente empregadas na condição de pescador profissional e considerando aquelas indiretamente envolvidas, o número sobe para 65 mil pessoas (BRASIL, 2012; IBAMA, 2010).

A captura de peixes e crustáceos nas zonas estuarinas se caracteriza por ser uma das principais atividades econômicas das comunidades ribeirinhas, que retiram dos estuários suas fontes de alimentação e renda, especialmente nos países tropicais, onde geralmente a maioria do pescado é capturada por meio da pesca artesanal (CUNHA, 2004).

A pesca potiguar artesanal desenvolve-se em pequena escala, com o uso de tecnologia simples, regime de trabalho autônomo, baixos lucros comerciais, dependência de intermediários, propriedade dos instrumentos de pesca e o domínio do conhecimento ecológico tradicional dos pescadores (DIEGUES; IDEMA, 2004).

A falta de infraestrutura, investimentos e inovações tecnológicas para a pesca do estado, atrelada com a exploração excessiva dos recursos pesqueiros e pressão de

novas atividades econômicas, como o Turismo e Carcinicultura, geram impactos aos estuários da costa potiguar.

As informações sobre a pesca artesanal no RN são insuficientes e desatualizadas, portanto, pesquisas sobre a importância socioeconômica, ambiental e cultural da atividade são fundamentais, pois as mudanças que retratam a realidade vivida por esses pescadores ocorrem de forma dinâmica.

Pesquisas relativas à pesca artesanal, além da análise dos recursos ambientais, têm abordado as dinâmicas sociais envolvidas (BEGOSSI, 2008). O significado social e cultural da pesca tende a retratar a identidade do pescador e da comunidade local, e esses significados são importantes no entendimento das relações das pessoas com o meio onde vivem.

Uma dimensão social importante da pesca artesanal é a sua capacidade de absorver as pessoas que precisam de trabalho na comunidade. A pesca também serve como rede social de segurança no sentido de que as pessoas podem trabalhar temporariamente na atividade em momentos de dificuldades econômicas (TEH et al, 2011).

No RN pesquisas recentes sobre pesca foram desenvolvidas por Miller (2002; 2012) e Knox (2007); a primeira autora realizou pesquisas na comunidade de Barra de Tabatinga (organização social e a relação da comunidade com o seu ambiente) e outra nas comunidades de Patané/Camocim (adaptação humana aos manguezais); a segunda autora trabalhou em Pitangui (modos de vida e pesca), no litoral norte do estado.

Diante da falta de uma abordagem mais social das mudanças ocorridas nas comunidades de pesca e qual a percepção dos atores sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos, o estudo será realizado em Arês, município que possui grande tradição pesqueira (estima-se que 2.000 pessoas sobrevivem dessa atividade, além de gerar emprego e renda para mais de 350 pessoas), e que tem seu principal estuário inserido em uma Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim/Guaráira (IDEMA, 2004).

Nessa perspectiva e partindo da hipótese de que ocorreram mudanças na Pesca Artesanal de Patané/Camocim nos últimos 15 anos, a pesquisa busca identificar e analisar as principais mudanças socioambientais; realizar perfil socioeconômico dos pescadores; relatar as perspectivas e dificuldades para o setor pesqueiro

artesanal do município e analisar a percepção dos atores sobre a importância da Lagoa de Guaraíras.

Procedimentos metodológicos

A. Delimitação e caracterização da área de estudo

O município de Arês está localizado no litoral sul do Estado, 6° 11' 40" S e 35° 09' 37" W, respectivamente, de latitude e longitude. Possui uma área de 115,5 km² e população de 13.047 habitantes (IBGE, 2010). Segundo dados da Secretaria de Saúde Municipal de Arês (2012), a população de Patané/Camocim (colônia de pescadores Z29) é estimada em 1.500 habitantes.

B. Métodos e técnicas

A população em estudo são os habitantes de Patané/Camocim. A unidade amostral estratificada é composta pelos pescadores, coletoras e representantes comunitários. As variáveis de escolha são: idade (priorização dos mais velhos), tempo de trabalho na pesca (no mínimo há 15 anos) e abandono da pesca por outra atividade.

Utilizar-se-á o método etnográfico para a coleta de dados numa sequência cronológica no decorrer da pesquisa; a estadia no campo ocorrerá no período de junho/2013 até junho/2014 e a frequência de visitas será de uma vez ao mês.

É essencial ao trabalho em campo estabelecer os primeiros contatos com a comunidade e explicitar o objetivo da pesquisa para os interlocutores locais. Primeiramente aplica-se um teste piloto por conveniência com entrevistas abertas e depois entrevistas semiestruturadas com os estratos definidos da amostra.

Registrar-se-á os dados de campo no diário e se fará uso de gravador. Segundo Miller (1991), esses instrumentos produzem um registro permanente da pesquisa, como fonte de dados para posterior manipulação e comparação. O diário de campo será utilizado para registrar as informações das entrevistas, observações diretas, inferências e dificuldades relatadas pela autora.

O método bibliográfico de pesquisa em livros, periódicos e artigos científicos, será utilizado como referencial teórico. Na fase exploratória e analítica, a pesquisa se utilizará do método etnográfico e abordagem qualitativo-quantitativa. O método etnográfico é usado para descrever grupos humanos e suas instituições, comportamentos, crenças e modos de vida (ANGROSINO, 2009).

A pesquisa etnográfica utiliza as faculdades do olhar, ouvir e escrever do antropólogo para adentrar no fenômeno observado através da participação

nas formas de sociabilidade, por meio das quais a realidade investigada lhe é apresentada (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006).

Em campo serão utilizadas as técnicas de observação direta e entrevistas abertas/semiestruturadas. A observação direta torna-se parte integrante do trabalho do pesquisador e fica evidente sua importância como modo característico de coleta de novos dados para a reflexão teórica (DAMATTA, 2000). As entrevistas semiestruturadas utilizam perguntas relacionadas aos campos de interesse da pesquisa e contribuem na análise dos dados quantitativos (ANGROSINO, 2009; MATOS, 2001).

Os resultados esperados e suas aplicabilidades estarão baseados nos objetivos a serem alcançados para entendimento do problema da pesquisa.

Com a identificação das mudanças socioambientais, espera-se relatar a partir do discurso dos interlocutores como as mudanças no meio físico e social refletem na vida dos pescadores e coletoras e na sua relação de dependência dos recursos estuarinos.

A realização do perfil socioeconômico será importante, pois há 10 anos não é feito levantamento sobre a pesca em Arês; a colônia de pescadores também poderá utilizar os dados como material para consulta e análise da atual situação de seus associados.

As perspectivas e dificuldades relatadas pelos interlocutores ajudarão no entendimento da situação da pesca local, podendo contribuir no desenvolvimento de alternativas e investimentos para o setor pesqueiro municipal.

A análise da percepção dos atores sobre a Lagoa de Guaraíras servirá para relatar a importância econômica e cultural dos recursos naturais e como esse espaço é utilizado pela comunidade pesqueira como forma de subsistência, renda e lazer.

Os resultados da pesquisa estarão disponíveis para a comunidade científica e sociedade de um modo geral, para que se conheça a realidade desse município de tradição pesqueira do Estado. Pretende-se apresentar os resultados obtidos aos interlocutores locais e disponibilizá-los para a colônia de Patané/Camocim.

O projeto poderá contribuir com novas pesquisas que visem estratégias de melhorias para a pesca e para manter a integridade etnoecológica do Complexo Lagunar Bonfim-Guaraíras e assim promover a conservação e sustentabilidade dos recursos naturais locais.

Relações sociais e conflitos no desembarque de pescado no mercado do Ver-o-Peso

AUTORES/AS: WILMA MARQUES LEITÃO (UFPA), MÁRCIO CRISTIAN DOS S. CORRÊA (UFPA), FRANCISCO ABRAÃO G. DE OLIVEIRA NETO (UNB), DIONISO DE SOUZA SAMPAIO (UFPA)

O desembarque de pescado no Ver-o-Peso já foi tema de monografias, artigos, fotografia e poesia. Também chama atenção da mídia e poder público, no sentido de tentar ordenar preços, questões sanitárias ou estéticas. Tal preocupação justifica-se, sendo esse lugar, “marco zero” de Belém, a exígua lateral do Mercado de Ferro que margeia a pequena enseada formada na baía do Guajará, onde desembarca cerca de 30% do pescado capturado no Pará. Conhecida como Pedra do Peixe, esta calçada é interpretada aqui como território ribeirinho em conflito; de um lado as mercadorias vindas direto da natureza, ou as relações de trabalho baseadas no parentesco transportam características do interior para o centro da metrópole; de outro, o lugar é palco de práticas socioeconômicas que geram intensas disputas, envolvendo diferentes categorias de trabalhadores e instâncias governamentais. Assinalamos que o Ver-o-Peso tem sido locus de pesquisas desenvolvidas no âmbito de projetos de professores e estudantes da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA, desde 2007.

Vemos a Pedra como articulação dos dois momentos da pesca: o trabalho nos barcos, e o que se observa em terra, a comercialização. Em artigo anterior descrevemos este último e, sob aparente confusão, o que se percebe é uma engrenagem precisa em que cada etapa é executada por diferentes trabalhadores, responsáveis pela retirada do pescado dos barcos, até seu transporte, em caminhões frigoríficos, caixas de isopor ou papelão, nos taxis ou ônibus, para feiras de Belém e localidades próximas. Neste processo, a atividade do balanceiro foi enfatizada, tanto pelo contato com os compradores, quanto pelo pagamento imediato aos pescadores, da venda realizada, de valores que ele receberá depois. No artigo aqui proposto, analisamos o balanceiro como agente da pesca e suas relações com os pescadores. Tal posição é usualmente contestada, sendo o balanceiro acusado de grande vilão e raramente visto como parte da produção pesqueira, embora financie despesas com combustível, gelo e rancho. Trata-se de longas viagens, num estuário de oitenta quilômetros de largura, e para além, um rio e um mar imensos. Tais empreitadas, com alto custo de produção, exigem certas garantias nas vendas.

Mutatis mutantis as relações entre pescadores e balanceiros, no Ver-o-Peso, podem ser vistas na perspectiva da economia tradicional da Amazônia, o aviamento, cujos comprometimentos nas esferas de compra e venda vão além de negociações comerciais, pois as firmas não raro envolvem pessoas da mesma família, cujas ações não necessariamente se encaixam numa análise formal da economia. Uma abordagem que leve em conta mecanismos e estratégias da produção pesqueira regional deveria ser considerada pelas agências estatais nas políticas de gestão da pesca, e não é

Tempo, trabalho e natureza em uma Comunidade Haliêutica da Região do Baixo Tocantins (PA)

AUTORES/AS: GENISSON PAES CHAVES, LOURDES GONÇALVES FURTADO

O presente estudo analisa o *modus vivendi* de uma comunidade amazônica da região do Baixo Tocantins, no município de Limoeiro do Ajuru, no Nordeste Paraense, a partir de dois momentos distintos do ano: um marcado pela escassez de alimentos (inverno) e outro por uma maior oferta de trabalho e de obtenção de alimentos (verão). O estudo se insere no marco do Grupo de Pesquisa Populações Haliêuticas: dinâmicas sociais, gestão de territórios e relações interculturais, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) focado para organização social e mudanças em comunidades ribeirinhas, foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com uma etnografia, pretendemos apresentar as mudanças que essas duas estações do ano provocam na práxis do cotidiano da citada comunidade. Os resultados indicam que a comunidade em questão passa por problemas principalmente relacionados à obtenção de alimentos durante a época do inverno, pois o momento coincide com a entressafra do açaí e com o fechamento da pesca. No verão o cenário visto durante a época de inverno muda completamente por causa da safra de açaí e da abertura da pesca.

Considerações sobre o declínio da honra pesqueira: constituição e conflitualidade da honra entre costeiros do Rio Grande do Norte e a sua organização ideológica e cultural

AUTORES/AS: RUBENS ELIAS DA SILVA

Este artigo busca propor subsídios analíticos para compreender o fenômeno social da honra, circunscrita no feixe de sociabilidades entre costeiros que estabelecem, determinados valores culturais que norteiam as relações produtivas nas águas. Trata-se de um estudo culturalista que busca entender a honra como categoria social do prestígio em Baía Formosa e Canguaretama, no Rio Grande do Norte, Pitimbu e Cabedelo, na Paraíba. A honra é um sentimento que é ao mesmo tempo individual e social que se articula entre a dimensão subjetiva de elaborar representações para ela e a imagem pública que indica e inspira (PITT-RIVERS, 1992). A pescaria é enxergada como labor capaz de conferir honra àqueles que dela participaram numa forma de relação social interessada no julgamento realizado pelos outros. Assim, muitos pescadores reconhecem que a faina pesqueira pouco pode oferecer de riqueza material no presente, mas essa determinação histórica não os impediu de trabalharem e “colocarem o próprio pão na boca”, como me declarou Badoque. A honra enquanto afirmação de si para os outros desenvolveu uma ideologia arquitetada em torno da centralidade do trabalho como elemento fundante do estar-no-mundo. Sem dúvida, a vida social e suas transformações ao longo da história dão-se no cotidiano, através das alternativas e escolhas que as condições materiais oferecem num determinado momento (HELLER, 2004; MARX, 1985). E, ao revelar o caráter processual do devir humano – como produto e expressão – Heller enfatiza que as escolhas grupais – socialmente referidas e partilhadas – são condicionadas pela e na cultura, refletindo a tendência de determinadas decisões morais: trabalhar ou não amanhã, se é adequado beber exageradamente, respeita-se ou não a hierarquia enquanto embarcado, assimilar ou não dadas determinações técnicas e tecnológicas, entre outros. Sendo assim, as escolhas grupais em relação a comportamentos socialmente referidos na esfera do trabalho refletem as decisões morais – com toda a responsabilidade que acarretam – dos grupos envolvidos? Não são poucos os estudos que apontaram as sociedades pesqueiras como avessas ao trabalho assalariado e acreditarem ser resistentes ao trabalho repetitivo e maçante presente nas sociedades urbano-industriais

(RAMALHO, 2006; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1983). Os pescadores julgam-se, segundo estes mesmos estudos, como livres e autônomos para decidirem quando e como pescar, muito embora este particularismo cultural não consiga se sustentar mediante ao fato de que a necessidade diária de ir à pescaria para garantir o sustento familiar evidencie uma liberdade limitada e que se circunscreve “só na efetivação da atividade da pesca” (RAMALHO, 2006, p. 106). Esse imaginário social, tomando emprestada a conceituação de Ansart (1978) cria expectativas naqueles que se dedicam à lida pesqueira para que sejam corajosos ao desbravar as águas do mar e do rio e laboriosos para enfrentar horas de trabalho árduo sob o sol escaldante. A existência de uma ideologia da aceitação tácita da pesca enquanto labor honroso conflitua com o quadro de pobreza ligada às sociedades pesqueiras (FORMAN, 1970; KOTTAK, 1983; ROBBEN, 1989). No entanto, os pescadores são unânimes ao dizer que os mais jovens não têm interesse em aprender a lide pesqueira. Esse fato afeta a identificação subjetiva sobre si mesmo, uma vez que veem sua atividade relegada à segunda ordem de interesse e importância sociais. Essa atitude “individualizada” e “racionalizante”, sem dúvida, negam ou põe em cheque um legado tradicional constituído que é a posse e usufruto dos espaços naturais. A pescaria, assim, passa a ser uma atividade produtiva secundária, no entanto criadora de riqueza, que não estimula a honra pesqueira, base ideológica fundamental para a coesão dos grupos sociais envolvidos na lide pesqueira.

Dinâmicas identitárias e territoriais na Pesca Artesanal do litoral sul de Pernambuco

AUTORES/AS: LUCÉCIA CRISTINA MORAIS DA SILVA

No Litoral Sul de Pernambuco existem inúmeras comunidades pesqueiras que continuam a conviver em um tempo cíclico e em intrínseca relação com o ambiente marinho-estuarino. Esta dissertação traz o exemplo de uma dessas comunidades, no município de Sirinhaém-PE, onde diversos fatores tem interferido na dinâmica social pesqueira, que vem sendo reordenada em face do desenvolvimento econômico local e da reorientação dos usos do tempo e do espaço. Os pescadores artesanais têm tido dificuldade em perpetuar a cultura da pesca artesanal devido à diminuição dos estoques pesqueiros e aos muitos impactos ao ambiente aquático, onde esses buscam garantir a segurança alimentar de suas famílias. Em meio a

essas dificuldades, há diversos empreendimentos industriais e turísticos que têm se instalado na região e promovido à perda da sociabilidade entre os pescadores a partir da aquisição de uma atividade assalariada. A desvalorização dos territórios tradicionais dos pescadores artesanais reflete os fenômenos de mercantilização dos espaços e da individualização das atividades produtivas capitalistas, onde a opção de uma sustentabilidade local com base no princípio da resiliência não é levada em conta.

Entre um porto e um “rio morto”: os efeitos da degradação ambiental junto à comunidade de pescadores de Atafona - RJ

AUTORES/AS: RENAN DA SILVA GOMES

Atafona é um distrito de São João da Barra, no norte do Rio de Janeiro. A atividade pesqueira possui uma história relativamente longa na região, tendo os pescadores se assentado ao longo da foz do rio Paraíba do Sul, próximos ao pontal arenoso e na Ilha da Convivência. Através de trabalhos de campo realizados a partir de 2007, durante a graduação e o mestrado, foram relatados fenômenos de natureza diversa que pontuam a memória dos habitantes e afetam a atividade pesqueira. Conhecido a partir da década de 1950 como um balneário da “alta sociedade”, Atafona vivenciou uma expansão imobiliária associada às amenidades locais. Apesar da pressão causada pela atividade de veraneio na demanda por terrenos para construção, os pescadores relatam a influência benéfica dessa proximidade com outros extratos sociais. A localização das casas dos pescadores próximas ao rio ou à sua desembocadura favoreceu a observação das condições de navegabilidade, a vigilância dos barcos e dos materiais de pesca, bem como agiliza a saída para as pescarias. No entanto, essa posição favorável os tornou vulneráveis às variações do alcance das ondas e da movimentação das dunas. Muitos perderam suas casas devido e já há alguns anos a Ilha da Convivência encontra-se praticamente desabitada. Houve também o declínio da pesca fluvial, devido à sua intensa contaminação. Assim, os pescadores costumam se referir ao Paraíba do Sul como um “rio morto”, e remontam em suas narrativas às espécies que desapareceram ao longo do tempo. A depender do tipo de pesca e da embarcação utilizada, a área de abrangência da pesca pode se estender do sul do Espírito Santo à região dos Lagos, mais ao sul no litoral fluminense. Pesam aqui a concorrência de barcos de pesca

comercial e os efeitos da atividade de prospecção e extração de petróleo na bacia de Campos. Somam-se alguns impactos mais recentes, associados à construção de um complexo portuário e industrial em outro distrito sanjoanense, o Açu. Apesar de localizado no outro extremo do município, a construção do porto tem provado fortes impactos na atividade pesqueira. O trânsito de navios de grande porte, o aumento da turbidez da água associada aos aterros e a poluição sonora associada às obras são fatores apontados como nocivos à pesca. Somam-se a esses impactos as estimativas que apontam o forte incremento populacional associada ao início das atividades do porto, adiado em várias ocasiões. A pesquisa visa refletir sobre os efeitos dessas recentes mudanças no cotidiano dos pescadores, sobretudo no modo como são afetadas suas práticas de manejo e na maneira como se tensionam as representações sobre si próprios e sobre o ambiente, dada a centralidade que o trabalho com a pesca possui na constituição de suas identidades.

Etnografar entre avistagens e visagens: o mar como ambiente (com) partilhado no litoral amazônico

AUTORES/AS: GUILHERME ANTUNES DE OLIVEIRA

A partir de pesquisa no litoral amazônico (compreendendo de início a Baía de Marajó e a Costa do Salgado paraense – com vistas a adentrar rios da bacia amazônica), a apresentação aborda os conflitos e outras dificuldades de ordem operacional, inerentes ao trabalho em áreas litorâneas, quando observadas por olhares diversos: para além do ponto de vista da comunidade local, o mar é compartilhado também por portadores de outros olhares (e seus respectivos métodos de observação – que se distinguem com evidência, e principalmente, entre biólogos e antropólogos). O território costeiro, a atividade da pesca e a questão da conservação ambiental se encontram no limiar das interações entre pescadores e pesquisadores de áreas diversas. E o olhar etnográfico se depara, assim, tanto com as “avistagens” (parte do trabalho de monitoramento marítimo, empenhado por biólogos), como com as “visagens” (expressão com a qual pescadores e moradores locais denominam suas percepções de eventuais seres ou fatos sobrenaturais advindos do mar), além da atuação de órgãos governamentais e eventuais grupos de ativismo ecológico. As “disputas” de ordem epistêmica e/ou metodológica – a saber, entre antropólogos e biólogos (como em estratégias de abordagem, condução

das entrevistas, o número de interlocutores, validade de termos técnicos) – terão uma abordagem privilegiada no presente trabalho, pois, a partir delas, torna-se possível a observação de outros conflitos aqui envolvidos – e sempre à luz do modo de vida local, seus saberes e suas práticas no que tange à atividade da pesca. Muitos pesquisadores acabam mobilizando um processo de “limpeza ontológica” ao não levar em conta certas percepções locais acerca do mundo (e do fundo) do mar. Na iminência deste “ontocídio” também recaem outras questões: como atentar às possibilidades de interação entre pescadores e espécies do mar (em especial aquelas que sofrem a ameaça da predação ilegale, portanto, são visadas por ações e políticas conservacionistas)? Assim, as disputas epistêmicas ou ontológicas entre os grupos que compartilham desse ambiente muitas vezes antecedem – e até direcionam – os iminentes conflitos políticos e/ou éticos também assistidos nesses contextos. Por fim, não se trata apenas de atentar a conflitos. Há possibilidades de cooperação mútua? Demandariam necessariamente acordos pragmáticos (envolvendo pesquisadores entre si e estes em relação às comunidades locais)? A proposta visa amadurecer essa discussão, levando em conta também eventuais dificuldades operacionais enfrentadas por quem se incumbe de etnografar no mar – ou seja, fora de ambientes de solo terrestre (como em expedições mar/rio adentro ou no próprio cotidiano das embarcações).

Quem é esse extrativista? Percursos identitários e processos de territorialização em uma Resex no Extremo Sul da Bahia

AUTORES/AS: OMAR SOUZA NICOLAU

O artigo procura apresentar de que forma os moradores das ilhas na Resex do Cassurubá, no Extremo Sul da Bahia, assumem distintas formas de lidar com o Estado para a garantia de seus modos de fazer, viver e criar. Procura-se compreender práticas sociais, a construção de identidades e processos de territorialização de um grupo social categorizado como “extrativista” no Extremo Sul da Bahia, a partir das relações que estabelece com “o estado” mediante a implantação de uma Resex, em área estuarina e marinha. Entendo que aquele grupo foi posto em diálogo com um novo léxico e uma nova cosmografia, por meio de um modo particular de gestão do território, que interfere em suas práticas sociais e seu modo de vida. O “estado” é aqui entendido como um conjunto de relações nas quais os fluxos de

interesses são disputados por grupos sociais supostamente colocados em condições de igualdade, no interior de arenas de negociação, inauguradas a partir de políticas públicas sob o amparo do Meio Ambiente. Ao mesmo tempo o Estado incorpora em sua agenda e em normatizações os “elementos” ou “traços” de um “modo de vida tradicional” presente nas práticas sociais daquele grupo. Busco compreender como o grupo social em tela elabora sua identidade no sentido do reconhecimento de seu modo de vida e ainda interpreta a sua ação e a de agentes do “Meio Ambiente” – governamentais e não-governamentais que inclui servidores do estado, técnicos de ONGs, pesquisadores universitários e militantes dos movimentos sociais.

Lanço mão de uma estratégia analítica e descritiva de se pensar o “estado” a partir de suas margens territoriais e sociais (DAS e POOLE, 2008), com a intenção de refletir como as práticas e políticas utilizadas nessas margens moldam as práticas e políticas de regulação e disciplinamento das regras locais entre os moradores das ilhas da Resex do Cassurubá. Por outro lado, pretende-se compreender também, no caminho inverso, como as práticas e políticas às margens do Estado incorporam e ressignificam procedimentos do aparelho formal de organização racional da administração.

Considero que há um espaço diferenciado de negociação para regulação e disciplinamento das práticas dos moradores ilhas que compõem o estuário entre Caravelas e Nova Viçosa e pescadores do entorno, cujos interesses permanecem em uma condição de subalternidade e enredados em formas tradicionais de dominação e em processos históricos de expropriação.

Seguro defeso para mulheres da pesca artesanal na Colônia Z3 (Pelotas/RS): incertezas e estratégias

AUTORES/AS: LUCENI HELLEBRANDT, CARMEN SILVIA DE MORAES RIAL, MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE LEITÃO

O ano de 2011 trouxe um fato peculiar à vida das populações pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos (RS), em especial, às mulheres. Neste ano, o pagamento de seguro defeso às mulheres foi suspenso, por determinação do Ministério do Trabalho e Emprego. O benefício é um seguro desemprego destinado aos pescadores artesanais, reconhecidos como segurados especiais da previdência desde 1991, para os meses em que estão proibidos de exercerem suas atividades, devido à reprodução das espécies pesqueiras alvo. Em 2003, uma política pública

federal revoga a lei de 1991 e estabelece como obrigatoriedade o pagamento do seguro defeso aos pescadores profissionais artesanais que exercem a atividade em regime de economia familiar, mediante uma série de documentos que comprovem a sua regularidade ao Ministério do Trabalho e Emprego. E assim, o benefício vinha sendo pago a todos profissionais da pesca artesanal regulares, até o ano de 2011, independente de qual atividade executavam na cadeia produtiva dos pescados. Neste ano, uma decisão arbitrária do Ministério do Trabalho e Emprego exigiu que um dos documentos requisitados (Licença Ambiental da embarcação) fosse nominal ao segurado, fato que excluía as mulheres que não exerciam a captura dos pescados e, portanto, não possuíam embarcação para realizar suas atividades pesqueiras pré e pós captura (conserto de redes, beneficiamento de pescado, comercialização, etc.). Este entendimento do MTE desconsiderou a percepção da atividade pesqueira englobando diversas atividades que vão além do ato isolado de capturar o pescado, atividade predominantemente masculina na Lagoa dos Patos, e reforçou o estereótipo de que as atividades executadas por mulheres são apenas ajuda e não trabalho de fato. A partir desta situação, o presente texto explora os desdobramentos desta interpretação do MTE, expondo, através de pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas, como este fato impactou a execução da atividade pesqueira realizada pelas mulheres da Colônia Z3 – comunidade pesqueira no município de Pelotas (RS). Como resultado, apresenta as estratégias adotadas para garantir a continuidade de acesso ao benefício de seguro defeso pelo Fórum da Lagoa dos Patos (órgão colegiado de função cooperativa à gestão da pesca na região estuarina da Lagoa dos Patos e com atuação imprescindível para as conquistas das populações pesqueiras da região, inclusive para o direito ao seguro defeso para as mulheres), Colônia de Pesca do município e mulheres da comunidade. Com este texto, espera-se contribuir para o registro das práticas sociais e políticas das comunidades pesqueiras frente a um conflito com órgãos governamentais, tendo como pano de fundo a discussão sobre gênero e pesca.

“PESCANDO HISTÓRIAS”: entre memórias e narrativas sobre tradição e modos de vida em comunidades extrativistas da RESEX Acaú/PB-Goiana/PE

AUTORES/AS: GEKBEDE DANTAS TARGINO

Neste trabalho pretendo apresentar uma reflexão sobre tradição, mudanças sociais

e das práticas culturais populares no fazer da pesca artesanal nas comunidades extrativistas de Acaú, localizada no litoral sul paraibano; da Povoação de São Lourenço e Carne de Vaca, ambas no litoral norte pernambucano. Argumento a resistência da pesca artesanal frente às mudanças vivenciadas nas comunidades, com a chegada de pessoas de fora, o crescimento populacional desordenado, conflitos e a criação de uma reserva extrativista, entre outros aspectos que apontam a dinâmica social e cultural e um modo de vida particular das comunidades tradicionais e costeiras. Através da observação participante, registrei algumas festividades, vivenciei momentos de trabalho, diversão e intervenção pública. A partir das narrativas, busquei os contos e histórias de homens e mulheres que têm seus modos de vida constituídos pela prática pesqueira. Foram entrevistados os estuarinos cuja pesca é sua principal atividade, as lideranças comunitárias e aqueles que participaram do processo de criação da Reserva extrativista Acaú-Goiana(2007). A partir dos relatos orais dos entrevistados sobre o passado comparados ao presente, identificando a reelaboração de uma tradição: a pesca. Aqui está “o principal”: a memória, o mundo, a voz forte de pescadores, pescadeiras e as marisqueiras que vivem “sobre as águas”, que dialogam sobre pesca e a arte de sobre/viver no/do mar de dentro(estuário do rio Goiana e Megaó), relatado nesta comunicação a partir das narrativas dos entrevistados e da etnografia visual, construída ao longo da pesquisa de doutoramento na Universidade Federal da Paraíba(2012).

COORDENADOR/A: SONIA MARIA SIMOES BARBOSA MAGALHÃES SANTOS (UFPA), ANDRÉA LUISA ZHOURI LASCHEFSKI (UFMG)

DEBATEDOR/A: MARIA GABRIELA SCOTTO, RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA, LORENA CÂNDIDO FLEURY

A temática deste GT esteve sempre presente nas Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, sob diversos títulos e, mais recentemente, na última RBA, quando foi objeto do Simpósio especial “Os Antropólogos e os Dilemas do Desenvolvimento”. O GT objetiva dar continuidade, portanto, a discussões sobre estudos antropológicos e políticas de desenvolvimento, sejam aqueles que dizem respeito ao “papel do antropólogo”, sejam aqueles voltados para a análise de situações sociais e de efeitos para as populações locais. Considera importante debater etnografias que ressaltem os procedimentos e processos associados às atuais políticas de desenvolvimento nacional, como por exemplo de mineração, de energia, de infraestrutura urbana e de transportes, inclusive em sua vertente de expansão continental; assim como avaliações do estado da arte e da agenda de estudos sobre o tema. Já há um certo acúmulo de estudos que permite questionar a epistemologia hegemônica que se traduz, por exemplo, em categorias como impacto, atingido, cadastro e outras igualmente reducionistas, estéreis e assépticas que desconsideram os sentidos vividos e invisibilizados nas situações de expropriação e de deslocamento compulsório. O GT pretende ser um espaço de discussão de enfoques recentes, pautados na relevância de outras epistemologias, que facultam submeter a uma nova crítica a epistemologia da antropologia do desenvolvimento.

Capital social, desarrollo y nociones de cultura

AUTORES/AS: ANTONIO DE LA PEÑA GARCÍA

El capital social se ha convertido en una idea de uso común en el discurso del desarrollo económico, en particular, en sus vertientes comunitaria y participativa. Desde la perspectiva de las políticas de desarrollo, hablar del capital social implica un reconocimiento de la incidencia que las relaciones sociales y el sistema de valores tienen en el desempeño económico de una comunidad. En vez de pensar en las decisiones que los individuos toman en el ámbito económico como el resultado de un cálculo racional e individual, la idea del capital social implica entender la capacidad de decisión, no como un cómputo de individuos racionales, sino como parte de las normas, valores e instituciones que rigen a los individuos dentro de un grupo. En este sentido, hablar de este concepto también implica entrar en un debate sobre aquello que influencia las decisiones económicas de actores sociales y de qué manera lo social y cultural afecta su desempeño económico.

Una de las razones que hace al capital social interesante para el análisis antropológico es su “infinita” capacidad explicativa. El concepto ha sido aplicado con regularidad en salud pública, planeación urbana, conservación de la biodiversidad, rendimiento educativo, delincuencia, corrupción, participación política y desarrollo económico. El concepto, en ese sentido, es muy flexible ya que puede explicar diferencias en comportamiento individual y colectivo en política, economía y organización social. Siendo así, ¿Cómo actúa el capital social? ¿Cuál es el mecanismo mediante el cual ciertos elementos de la estructura social se vuelven determinantes para explicar tan vasta gama de fenómenos? ¿Cuál es el papel del sistema de valores en el desarrollo?

Una segunda razón para abordar el concepto antropológicamente es el impulso notable que el Banco Mundial dio al mismo como parte de sus programas de desarrollo social. Un tema a destacar aquí es la concepción de valores culturales y como estos operan a nivel local para determinar grados de asociación y cooperación y desarrollo local. Esta presentación ofrece una revisión crítica del concepto enfocándose en los fundamentos teóricos de la escuela comunitaria. Argumenta que la noción de cultura usada por sus adherentes es muy limitada y omite temas clave de desigualdad, conflicto y poder, lo cual hace del capital social una herramienta que difícilmente contribuirá a la reducción de la pobreza y el

desarrollo. Como ejemplo, discute la adopción del concepto por parte del Banco Mundial y describe un estudio de caso sobre la vida asociativa de una comunidad rural en Ecuador.

O dano e a prova, o risco e a dor: sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte

AUTORES/AS: RAQUEL OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA

O texto examina o conflito vivenciado pelos moradores do Bairro Camargos, em Belo Horizonte, a partir da instalação de um incinerador de lixo industrial e hospitalar nas proximidades de suas moradias. Tomando o mercado da poluição como novo e significativo espaço vinculado à promoção do desenvolvimento sustentável, a pesquisa interroga as noções de risco, desenvolvimento e sustentabilidade, a partir do exame dos mecanismos institucionais dedicados à definição do “atingido” nos domínios legais e burocráticos da regulação ambiental. Nesse campo, observo que as mobilizações locais de resistência à incineração são capturadas pelas exigências de uma lógica específica de evidenciação do dano cujo regime de produção do saber, incluindo o uso que é feito das incertezas e controvérsias científicas, constrange fortemente as possibilidades de reconhecimento das reivindicações locais. Argumento ainda que a categoria ‘atingido’ opera como tecnologia que permite trazer à existência objetos mensuráveis e acessíveis às iniciativas de gestão, controle e planejamento, enquanto ignora, oblitera e escamoteia todo o universo daqueles que são descartados como ‘não-afetados’ pois suas narrativas não podem aderir à lógica de causação político-científica prevalecente. Assim, assinalo que os espaços institucionais de participação e defesa dos direitos acomodam mecanismos produtores de sofrimento social, um sofrimento que é constituído e agravado na luta, durante os esforços de mobilização dos moradores que, ao desenvolverem habilidades no trato com autoridades, técnicos e conselhos, são simultaneamente enredados em disputas nas quais encontram um nítido limite de atuação marcado pela subalternização de suas perspectivas.

Os desafios para uma antropologia do desenvolvimento no cenário atual

AUTORES/AS: PETER SCHRÖDER

O tema do GT oferece uma boa oportunidade para refletir sobre a situação da Antropologia e seus posicionamentos atuais com relação ao campo político denominado ‘desenvolvimento’. Críticas ao conceito de desenvolvimento, a políticas desenvolvimentistas e a suas nomenclaturas específicas têm certa tradição na Antropologia, mas a área representa apenas uma voz menor no conjunto do coro dos críticos. A situação é paradoxal e cínica: enquanto a ‘indústria de desenvolvimento’, geralmente tachada de cooperação internacional, se retirou de vários cenários nacionais e está recuando em diversos países de origem, as velhas políticas desenvolvimentistas de décadas passadas são continuadas, como se todas as críticas articuladas até agora pudessem ser ignoradas generosamente. E as profecias dos teóricos do ‘pós-desenvolvimento’ dos anos 90 revelaram-se como bastante inócuas. A antropologia do desenvolvimento parece ter chegado a um momento de estagnação, porque, analisando os cenários atuais, aparentemente tudo já foi dito e escrito com relação ao campo desenvolvimentista. Enquanto antropólogos continuam ser produtivos em denunciar as consequências de políticas desenvolvimentistas em níveis locais e regionais, não raramente em análises sofisticadas, voltou a ser questionável em que medida suas atuações profissionais conseguem influenciar mudanças nos rumos e efeitos de tais políticas, em vez de apenas registrá-los para as gerações atuais e futuras. Em revisão histórica, as relações dos antropólogos com o campo desenvolvimentista sempre têm sido variadas (e, às vezes, ambíguas). Na situação atual, no entanto, é oportuno se perguntar, de novo, qual o diferencial teórico e metodológico que uma antropologia do desenvolvimento crítica pode oferecer para contribuir a mudar cenários que parecem ser reedições de ideologias antigas apenas maquiadas com nomenclaturas mais novas. Será que denúncias detalhadas, enriquecidas com novos vocabulários críticos, são suficientes para manter viva uma antropologia do desenvolvimento? Esta comunicação quer provocar reflexões sobre eventuais rumos de uma antropologia do desenvolvimento.

Perspectivas sobre o papel do antropólogo nas iniciativas de desenvolvimento de base: discussão epistemológica a partir da antropologia aplicada.

AUTORES/AS: DAVID IVAN REZENDE FLEISCHER

A antropologia do desenvolvimento tem se mostrado tímida na análise de projetos de desenvolvimento de base, originados de grupos de base. Esses projetos costumam ser apresentados pelas próprias comunidades, que definem, a partir de sua perspectiva local, situações econômicas e sociais que precisam ser resolvidas para que suas comunidades se fortaleçam, e consigam superar obstáculos que vem inviabilizando potencialidades locais (como acessar mercados, resolver questões de discriminação e integração, minimizar impactos de grandes projetos, etc.) Esse modelo de desenvolvimento de base vem contrapor ao modelo tradicional de desenvolvimento econômico.

Esse trabalho visa debater o papel do antropólogo (e a importância desse papel) e de diferentes estratégias teórico-metodológicas utilizadas nesses processos alternativos de desenvolvimento, provenientes de grupos de base, e que procuram traçar novos caminhos para um desenvolvimento mais sustentável. A discussão também quer provocar uma participação mais ativa dos antropólogos em organismos internacionais e fundações corporativas que estão dedicando esforços para promover o desenvolvimento de base no país.

Por uma Antropologia do Desenvolvimento

AUTORES/AS: ANA PAULA POLL

O presente trabalho pretende analisar a trajetória dos estudos antropológicos sobre desenvolvimento e argumentar que a desconstrução desse conceito ocidental envolve necessariamente uma crítica a maneira como ele se impõe às populações que são direta ou indiretamente 'afetadas' por grandes projetos pró-desenvolvimento.

Durante vários anos a antropologia do desenvolvimento foi uma área de pesquisa negligenciada pelo mundo acadêmico. Trabalhos como o de Arturo Escobar deram visibilidade aos resultados de estudos sobre o tema e também impuseram uma espécie de ruptura com o papel que vinha sendo desempenhado por antropólogos na implementação de grandes projetos de desenvolvimento mundo a fora.

Escobar e outros desconstruíram o conceito de desenvolvimento e iniciaram um movimento que descortinou e identificou os impactos desses projetos sobre diferentes populações. Foi neste âmbito que termos com ‘atingidos’, ‘impactados’, entre outros, ganharam notoriedade e impulsionaram novas pesquisas em que o ‘desenvolvimento’ era objeto de análise. Esses trabalhos revelavam os meandros da óbvia relação de poder que envolvia a implantação de projetos que objetivavam o desenvolvimento de localidades pobres, em geral, no ‘terceiro mundo’. Trabalhos que seguiram esta concepção impulsionaram as pesquisas sobre desenvolvimento aqui no Brasil e tornaram o tema menos marginal nos círculos de pesquisa antropológica.

Mais contemporaneamente, as pesquisas sobre o tema tem buscado analisar como ‘atingidos’ e ‘impactados’ negociam ativamente com os atores sociais que conduzem os projetos pró-desenvolvimento, e analisar como negociam com eles as categorias que lhes são imputadas. Os resultados dessas pesquisas propiciaram uma análise crítica acerca da própria antropologia do desenvolvimento. Sujeitos supostamente passivos, alvos do poder de grandes conglomerados econômicos são, então, compreendidos como agentes, no sentido weberiano do termo, negociam e constroem novas categorias sociais, formulam redes sociais, enfim, são agentes dinâmicos quando colocados frente a frente com outros ‘agentes do progresso.’

Neste trabalho, a partir duas experiências empíricas muito distintas, argumentamos que as populações envolvidas pela pretensa universalidade da expansão econômica, ou desenvolvimento, sempre tiveram papel ativo neste processo e podemos mesmo nos dedicar ao estudo dos resultantes sociais desse processo ativo. No entanto, também questionamos, o fato de alguns pesquisadores esvaziarem a importância da desconstrução do conceito de desenvolvimento e a abrangência das relações de poder envolvidas. Afinal, desde quando a antropologia não parte da desconstrução de conceitos ocidentais (pretensamente) universais para, ao superar esse primeiro movimento, produzir sua ciência?

A cartografia de um encontro improvável: do reconhecimento da vulnerabilidade socioambiental à potência da articulação entre comunidades rurais na Chapada do Apodi

AUTORES/AS: LAÍS JABACE MAIA

Acredita-se aqui que discursos dominantes são sistematicamente elaborados e reiterados na produção social de mapas. A atividade cartográfica hegemônica consiste, pois, na construção de mapas e de espaços que, ao se afirmarem enquanto produtos, invisibilizam os processos. Tais produtos são apresentados, sob o julgo da ciência, como realidade objetiva a retratar um espaço também objetivo. Para entender os limites e potencialidades da atividade cartográfica, o presente trabalho pretende, então, refletir sobre as bases teórico-metodológicas em que se fundaram duas experiências em cartografia social realizadas junto a comunidades rurais atingidas pela expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, localizada no semiárido nordestino entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Apesar do mapa não ser um discurso comum desses grupos, foi por eles demandada e construída uma elaboração cartográfica que adquiriu contornos e significações várias no decorrer do processo de confecção.

Em ambas as experiências ressaltam-se os encontros improváveis que foram possíveis entre as comunidades, bem como entre as formas específicas de conhecimento das comunidades com o sistema de saberes dos pesquisadores e universitários envolvidos. Na oficina de mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e de contextos de promoção de saúde entre quatro comunidades da porção cearense da Chapada, destacam-se as trocas e construções políticas realizadas entre os grupos agroecológicos e de pequenos produtores familiares que ainda estavam às margens dos impactos do agronegócio e aqueles que já sofriam intensamente com o avanço dessa atividade econômica. Nos “mapas sociais” feitos junto às comunidades da porção potiguar da Chapada do Apodi, no bojo da resistência ao projeto de construção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz, por sua vez, ressaltaremos como os signos presentes nos mapas e a forma utilizada, a princípio sem nenhuma intenção de diálogo com o Estado, adquiriram posição central como bandeira de luta das comunidades em questão. A partir da exploração dos processos em que se deram as experiências supracitadas, pretende-se nesse trabalho entender as premissas que orientaram a construção coletiva dessas teias de saberes, em que

a percepção geográfica do espaço dá-se sobre a complexidade da simultaneidade de pessoas e coisas, e apreender como acontecem as articulações entre sistemas de conhecimento distintos. Intenta-se ainda dialogar com a literatura que desacredita na possibilidade de subversão do uso da tecnologia cartográfica para a realização de mapas populares, isto é, aqueles que representariam outros sistemas de conhecimento e grupos sociais não privilegiados, podendo, inclusive, ser usados como instrumento de produção de saber e de troca.

Antropologia do Desenvolvimento e Meio Ambiente no Piauí: A Busca Por Um Arcabouço Teórico e Metodológico

AUTORES/AS: MAY WADDINGTON TELLES RIBEIRO

Apresento propositalmente essa amplidão do leque de temas atualmente abordados pelo Programa de Pesquisas que tem sido empreendido pelo GT Antropologia do Desenvolvimento e Meio Ambiente no Piauí (Grupo ADMA), como o cerne da reflexão que apresentamos aos colegas que discutem o estudo antropológico do fenômeno do desenvolvimento. Tal amplidão requer abordagens comparativas e se choca com recomendações metodológicas comuns na antropologia de que façamos recortes apurados de nossos objetos. Assim, sendo a antropologia uma ciência que prima pelo específico e pela observação concreta do fenômeno localmente observado, nosso estudo se baseia em etnografias junto às comunidades que são alcançadas pelos efeitos de programas de desenvolvimento. Porém, não pode deixar de enfocar o quadro conjuntural sob o risco de perder de vista o desenvolvimento enquanto objeto de estudo. Pode-se dizer que antropologizar o desenvolvimento é uma atividade que se aproxima da corrente pós-colonial que problematiza a relação entre sujeito-modernidade e objeto-tradicionalidade e os rumos inexoráveis da sobreposição de um sobre o outro, o que nos obriga a dividir o olhar em duas direções, e a fazê-lo antropológicamente. Como sistematizar os estudos etnográficos locais de forma que revelem e iluminem o processo de colonização civilizadora que enquadra as localidades estudadas, subjazendo às situações de campo onde atores traduzem e se apropriam diferentemente dos recursos e das intervenções que impactam e provocam mudanças sociais em direções que precisam ser compreendidas e trazidas à luz? Como efetuar a etnografia dos agentes promotores dos programas de desenvolvimento que modificam e impactam a vida e ambiente de tais comunidades?

Belo Monte e o “interesse nacional”: entre ações civis públicas, suspensões de segurança e o estado de exceção

AUTORES/AS: LORENA CÂNDIDO FLEURY

O conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, situada no estado do Pará, Amazônia brasileira, eventualmente é sintetizado, de maneira algo caricatural, como a reedição de um velho confronto entre ambiente e desenvolvimento, no qual as razões ambientais seriam arregimentadas como ressalvas à construção da hidrelétrica e os argumentos em prol do desenvolvimento os principais legitimadores da obra. Contudo, há neste conflito também muito mais do que isso. Se dentro do termo “ambiente” habitam e se enfrentam sujeitos, significados e políticas que sugerem a coexistência problemática de realidades múltiplas, “desenvolvimento” como uma ideia-força não reúne em si disputas muito diferentes. Afinal, como analisa Radomsky (2011, p.149), “a ideia de desenvolvimento (...) não perde força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar”. No conflito em torno da construção de Belo Monte, lugar central cabe às relações entre os distintos sujeitos implicadas neste desenvolvimento, bem como a definição de quem são os considerados habilitados a intervir nos rumos desses processos. Para demonstrar como o desenvolvimento é justificado e questionado em Belo Monte, permanecendo, contudo, como ideia-força presente, a primeira seção desta comunicação discute seus significados e usos presentes nas falas e documentos acerca do conflito. A partir do mapeamento de o que é desenvolvimento para quem no contexto estudado é possível se compreender o papel do Estado na disputa. Ao oscilar entre ausências e imposições, o Estado se apresenta como um ponto de vista que não é um ponto: o ponto – o local, as pessoas, as consequências diretas – é considerado irrelevante dentro do panorama que é traçado por seus planejamentos e sua atuação. Analisar o que vem a ser, então, este ponto de vista do Estado é o foco da segunda seção deste texto. Insignia desta perspectiva é a atuação da União no conflito judicial acerca da construção da hidrelétrica, na qual os processos jurídicos que questionam o empreendimento encontram-se não avaliados quanto ao mérito em função do recurso a uma figura jurídica chamada “suspensão de segurança”, que assevera o “interesse nacional”. A terceira seção deste artigo, portanto, irá analisar como, ao suspender a norma para assegurar a

realização de seus objetivos, o governo brasileiro define o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor, confirmando a proposição de Agamben (2010) segundo a qual a violência é exercida como fato jurídico primordial. Esta discussão conduz à conclusão, enfim, acerca da incapacidade do Estado em admitir que talvez não sejamos monorrealistas, mas que, ao contrário, seja nos termos de um pluriverso que a política tenha que se reinventar.

Discursos empresariais, desenvolvimento local e mineração: reflexões sobre o “comunitarismo” das grandes empresas de mineração

AUTORES/AS: MARIA GABRIELA SCOTTO

O Brasil está diante de um novo cenário, marcado pela crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais vinculadas, principalmente, à mineração de ferro e à siderurgia, mobilizadas em torno da criação de novos “polos de desenvolvimento” articulados entre si, envolvendo empreendimentos industriais, agroindustriais e obras de infraestrutura e logística. Fazem parte da onda de investimentos a construção de imponentes complexos portuários como, por exemplo, o Complexo Industrial-Portuário do Açú, em construção desde 2007 no município de São João da Barra, na região do Norte Fluminense, que tem por objetivo escoar para o exterior, maioritariamente a China, a produção de minério de ferro provinda do estado vizinho, Minas Gerais. Nesse cenário, além das transformações sociais provocadas pela intervenção direta das empresas como agentes econômicos propriamente ditos, encontramos os “impactos” decorrentes da participação das mineradoras na vida cotidiana do município, através de programas de capacitação, apoio a projetos sociais, patrocínios culturais, estágios para jovens, etc. Todo um conjunto de práticas que, segundo o discurso empresarial, privilegiam a atuação no “nível local” e visam “contribuir para o desenvolvimento social, econômico e institucional das comunidades”. O objetivo do presente trabalho é se interrogar sobre a matriz ideológica que nutre a noção de “comunidade”, presente nos discursos e práticas das empresas de mineração, com a finalidade de refletir sobre as consequências práticas da incorporação de tal perspectiva nas ações empresariais orientadas para o “desenvolvimento local”. Levanto como hipótese que tais noções se nutrem, epistemologicamente, no conceito de desenvolvimento de comunidade institucionalizado pela ONU após a

II Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria; mantendo na sua essência a visão que concebe a sociedade como harmônica e equilibrada, porém incorporando dois elementos novos: a terminologia do desenvolvimento sustentável (quase como sinônimo do Desenvolvimento de Comunidade), e o da atribuição de um papel mais protagonista às empresas (em lugar do papel central atribuído aos governos como agentes de desenvolvimento).

Junto à análise discursiva de documentos elaborados pelas empresas, no trabalho se abordam etnograficamente situações sociais (no sentido proposto por Gluckman ao analisar as relações entre africanos e brancos do norte da África do Sul) tais como programas de visitação aos empreendimentos, ou seminários internacionais promovidos pelas empresas juntos aos “stakeholders”, como meio de desconstruir empiricamente e analisar possíveis consequências práticas do “comunitarismo” empresarial.

Mineração e usinas hidrelétricas em territórios de povos indígenas e de outras populações tradicionais na região amazônica: a necessidade de novas críticas epistêmicas.

AUTORES/AS: STEPHEN GRANT BAINES

Os governos de Estados nacionais de diversos países na região amazônica, como o Brasil, fornecedores de matérias primas para o mercado internacional, enfrentam um cenário contraditório de formular dispositivos legais para “regularizar” terras indígenas e territórios de povos tradicionais para cumprir legislações nacionais e internacionais referentes aos direitos desses povos e, ao mesmo tempo, facilitar a entrada de grandes projetos desenvolvimentistas – construção de usinas hidrelétricas, rodovias, de mineradoras, de extração de petróleo e gás, agropecuários, madeireiros – que ameaçam esses territórios. As iniciativas desenvolvimentistas por meio de programas como a IIRSA e sua contrapartida brasileira, o PAC I e PAC II, fazem parte de projetos de construção da nação. Tanto a questão da “responsabilidade social” das empresas envolvidas como procedimentos de consulta permanecem obscuros e as iniciativas têm sido mais no sentido de criar mecanismos para aliciar lideranças de comunidades para tentar eliminar qualquer possibilidade de contestação à implantação de grandes projetos de desenvolvimento. Todos os esforços por parte das empresas, com apoio de

setores governamentais, têm sido para eliminar a possibilidade das organizações indígenas exercerem o poder de veto aos grandes projetos, o que vem se manifestando claramente no caso da AHE Belo Monte nos últimos anos. No caso dos Waimiri-Atroari, o Programa Waimiri-Atroari tornou-se clássico e precursor de um “indigenismo empresarial” que subordina os direitos constitucionais dos povos indígenas aos interesses econômicos de grandes empresas, com história de mais de 25 anos de deslocamentos compulsórios e investimentos em um programa indigenista assistencialista e paliativo para mascarar as dimensões nefastas da perda definitiva de uma enorme extensão do território indígena pela inundação resultante da UHE Balbina e exploração mineral em grande escala pela Mineração Taboca em uma área de 526.800 hectares desmembrada da Terra Indígena por Decreto presidencial em 1981. A tragédia do povo indígena Waimiri-Atroari tem sido silenciada através de um programa indigenista que se apresenta no discurso da epistemologia hegemônica como um grande sucesso do indigenismo, incorporando lideranças indígenas como porta-vozes dos interesses empresariais e protagonistas de campanhas de propaganda do setor elétrico. Há uma necessidade de desenvolver novas críticas epistêmicas para desconstruir a versão oficial.

Políticas transnacionais para o desenvolvimento da saúde pública haitiana: processos, práticas e sentidos.

AUTORES/AS: ULIANA ESTEVES DE JESUS

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar processos relacionados à formulação e implementação de políticas transnacionais de desenvolvimento no campo da saúde num cenário de emergência. Para isso, parto da descrição da configuração social de um projeto de cooperação técnica internacional financiado majoritariamente pelo governo do Brasil e implementado no Haiti, a chamada Cooperação Tripartite Brasil, Haiti, Cuba para o fortalecimento do sistema de saúde haitiano. O projeto surge em 2010, logo após a ocorrência do terremoto daquele ano que vitimou, de acordo com algumas estimativas, mais de 200.000 pessoas. O evento fez com que o Brasil liberasse em caráter extraordinário recursos financeiros para a implementação do projeto. As atividades giram em torno de dois eixos principais: recuperação e construção de infraestrutura de saúde e capacitação profissional. Nesse sentido, observamos que o Tripartite

é perpassado por dois universos: o regime de emergência, baseado nas ações de caráter humanitário e militar com uma temporalidade definida pelas burocracias das agências internacionais que atuam no país; e a saúde global, um campo de ação de organizações diversas envolvidas com o governo da saúde. Neste trabalho, colocamos em perspectiva comparada as modulações das cooperações exercidas pelo Brasil e Cuba para com o Haiti bem como as ações internacionais no campo da saúde no país. Dessa maneira, propomos discutir, a partir da descrição da arquitetura institucional do projeto, três distintas modulações de cooperação empreendidas pelas principais agências envolvidas o Ministério da Saúde do Brasil, a Brigada Médica Cubana e o Ministério de Saúde Pública e de Populações do Haiti; buscamos ainda compreender os sentidos do projeto e das políticas que o engendram para os agentes que dele participam. Dito isso, o objetivo deste trabalho não é saber se o Tripartite cumpre seu papel no desenvolvimento do sistema de saúde público haitiano, mas entender como funciona um projeto de desenvolvimento com foco na saúde num cenário de emergência e os efeitos dele decorrentes para além dos propostos como objetivos.

A antropologia do desenvolvimento na busca de reflexões acerca da construção de empreendimentos em centros urbanos: o Poço da Draga e o Acuario do Ceará.

AUTORES/AS: EDSON ALENCAR COLLARES DE BESSA

Em meio a tempos de eventos esportivos de abrangência internacional, como a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas no Brasil, mudanças nos contextos urbanos se tornam evidentes. Com a dicotomia entre modernidade e tradição fomentada por matrizes de ideologia desenvolvimentista, ocorre uma exacerbada propagação de políticas de intervenção espacial por parte dos órgãos governamentais onde pessoas de baixo poder econômico aquisitivo tem sido retiradas de suas moradias para que se possa realizar a construção de grandes empreendimentos. O caso específico estudado por esta pesquisa é o dos moradores do aglomerado urbano Poço da Draga localizado nas imediações de onde está sendo construído o terceiro maior oceanógrafo do mundo, o Acuario do Ceará. Com a implementação do empreendimento, há uma possibilidade de remoção desses moradores do local onde vivem há mais de cem anos. Entre o que se compreende com a ideologia

de “tradição”, patrimonializável, pela tendência uniformizante em compor graus de pureza, o que é visto como “tradicional” pode vir a se opor ao que se tornou vinculado como “moderno”. Assim, este trabalho pretende tentar conceber o papel que cabe a antropologia do que se veicula como “desenvolvimento” para se questionar, a partir de um caso empírico especificado estudo por esta pesquisa, como denominações como tradicional e moderno podem fazer de um universo complexo de interesses dos sujeitos em seus contextos sociais.

A “precariedade” e a “irregularidade” como categorias de interpelação: análise etnográfica da obra de duplicação da Av. Tronco em Porto Alegre-Brasil

AUTORES/AS: JULIANA FERONATTO MESOMO

A obra de duplicação da Avenida Tronco, na zona centro-sul de Porto Alegre (Brasil), foi anunciada, desde 2010, como “o principal legado da Copa do Mundo” na cidade. Isto porque é considerada, pela Prefeitura Municipal, “uma grande obra na engenharia e no aspecto social”, em função da importância para a “mobilidade urbana” e do “plano de reassentamento” (remoção) para as cerca de 1.500 famílias que viviam/vivem na área por onde passará a nova avenida. A obra passa por treze vilas diferentes, distribuídas em 3 bairros (Glória, Cristal e Cruzeiro), embora todas elas façam parte do mesmo complexo chamado “Grande Cruzeiro” – a maior concentração de vilas de Porto Alegre, com ocupações que datam de mais de 40 anos em algumas zonas. No espaço de mobilização para a “resistência à remoção” chamado Comitê Popular da Copa-Cristal, articula-se a defesa da legitimidade das ocupações frente às interpelações da Prefeitura (e de alguns meios de comunicação). Os moradores, anunciados ora como “irregulares” ou “invasores”, ora como vivendo em “moradias precárias”, reagem, com o apoio dos militantes sociais do Comitê, a estas categorias lançadas pela mídia, por especialistas (como arquitetos e assistentes sociais), pelo Departamento de Moradia e Habitação (DEMHAB) e pela Prefeitura. Além da justificativa da “importância da infraestrutura de mobilidade urbana”, os discursos em torno da obra incluem imagens e noções sobre a “precariedade” e a “instabilidade” (causada pela irregularidade dos imóveis) da moradia e da vida naqueles lugares. Este trabalho busca analisar tais imagens/noções enquanto categorias de interpelação,

noção desenvolvida por Stuart Hall (2000) a partir de sua leitura de Louis Althusser (1974). Este conceito será importante para visualizar como a intervenção estatal busca “interpelar” as pessoas colocando-as em determinadas posições de sujeito – interpelação a qual elas precisarão responder no momento de negociação ou de rechaço às propostas da Prefeitura. Além disso, o apelo às “necessidades vitais”, à saúde, às condições de vida e, finalmente, ao ser humano enquanto ser biológico, presente nas imagens da “precariedade”, faz parte da forma que toma o biopoder no Estado moderno – definido por Michel Foucault na “Aula de 17 de março de 1976” (2005) como o poder de “fazer viver e deixar morrer”. Neste ponto, podemos também seguir James Holston e Teresa Caldeira (2005) quando sugerem que os planos diretores, balizadores das intervenções urbanísticas, imaginam uma população com necessidades sociais e biológicas e, atualmente, um sujeito que anseia mais igualdade, direitos e cidadania. A análise etnográfica da duplicação da Av. Tronco permite visualizar de que forma estas noções incidem na remoção das famílias.

Etnografia, redes e teias: soldando e tecendo relações entre atores da indústria naval no extremo sul do país

AUTORES/AS: RAFAEL MARTINS LOPO

O trabalho proposto para este GT tem como base etnográfica a pesquisa realizada há mais de um ano e meio na cidade de Rio Grande, em torno das articulações e relações entre trabalho e desenvolvimento no seio do surgimento da indústria naval na região. Alvo de um forte investimento voltado para a construção de plataformas de extração de petróleo, a cidade, localizada no extremo sul do Brasil, teve três grandes estaleiros inseridos em sua paisagem nos últimos anos, reverberando em diversos, distintos e complexos âmbitos, uma série de consequências e impactos. Tendo em vista a dimensão do processo e a complexidade dos eventos em questão, a pesquisa de doutorado pergunta-se, de forma geral, como atores, instituições e mediadores se articulam a partir de uma política de grandes investimentos e de alcance global para legitimar, construir e tecer novas noções sobre o desenvolvimento. A pergunta que baliza o texto específico para esta discussão envolve a presença e as múltiplas relações em que se envolve o antropólogo durante o trabalho de campo. Universidades locais, Feiras de Negócios, sindicatos

e trabalhadores são espaços privilegiados para se ir além de uma crítica à noção de desenvolvimento, bem como não estagnar a discussão na ideia de uma invenção acerca da figura da “metade sul” do Rio Grande do Sul, com inspiração nas ideias de Arthuro Escobar. O que se propõe, de forma objetiva para este texto, é pensar o trabalho do antropólogo diante de grandes projetos de desenvolvimento como uma confecção de teias e redes, problematizando o debate acerca das possibilidades e limites da etnografia em situações de conflitos, discursos e atores em situações de poder e legitimação do desenvolvimento. Para além da crítica pós-estruturalista, é preciso se perguntar como lidar com projetos desejados e defendidos por atores em diversos espaços do campo social, evitando as dicotomias clássicas acerca do tema do desenvolvimento.

Grandes projetos de desenvolvimento e desconstrução de direitos: reflexões sobre os processos de reconhecimento da Terra Indígena Mato Preto e do Quilombo Morro Alto

AUTORES/AS: CLEYTON GERHARDT

Nos últimos dez anos tem havido um revigoramento no país da ideologia/utopia desenvolvimentista, o que tem levado a execução de grandes obras e empreendimentos em todo território nacional. Contudo, para que esses grandes projetos possam ser implementados, há a necessidade de uma reordenação (via flexibilização ou eliminação) dos procedimentos e ritos necessários para sua realização. Deste modo, os avanços e direitos obtidos a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 e das lutas de grupos sociais subalternos ao longo da década de 1990 pelo seu reconhecimento e efetivação configuram-se uma barreira e “entreve” aos grandes projetos. Dentro deste contexto, todo um movimento de desconstrução de direitos e desregulamentação da legislação tem sido levado a cabo nos últimos anos. Se, por um lado, este novo fenômeno implica na necessidade de readequação, por parte do Estado, dos mecanismos de controle, disciplinamento e neutralização das populações atingidas por grandes obras, é esse mesmo Estado que executa políticas de regulamentação que deveriam garantir a manutenção dos territórios de grupos sociais específicos. Dentro deste processo destacam-se dois grupos sociais em situação de vulnerabilidade: povos indígenas e comunidades quilombolas. Dentre

as inúmeras ações de tergiversão e subterfúgio aos processos de reconhecimento destaca-se, por exemplo, a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215 - que propõe levar ao Congresso Nacional a decisão a respeito dos procedimentos de demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação que, pela CF (1988), são atualmente atribuições do Poder Executivo. A partir de dois estudos de caso específicos: a demarcação da Terra Indígena Mato Preto dos Mbya Guarani (Noroeste do Rio Grande do Sul) e a regularização fundiária do território da Comunidade Remanescente de Quilombo Morro Alto (Litoral Norte do mesmo estado), este trabalho se propõe a discutir as implicações deste movimento de flexibilização, retrocesso e barramento de direitos, especialmente, para indígenas e quilombolas.

Notas sobre a política na T.I. Piaçagüera e o “desenvolvimento”

AUTORES/AS: CAMILA MAINARDI

Desde 2007, realizo pesquisa junto às famílias tupi guarani da Terra Indígena (T. I.) Piaçagüera, localizada entre os municípios de Peruíbe e Itanhaém, no litoral sul do Estado de São Paulo. Homologada em abril de 2012, o processo de demarcação territorial começou em 2002, após a ocupação da terra por famílias saídas da T.I. Bananal, município de Peruíbe, e com a realização do relatório de identificação e delimitação da terra pela FUNAI. No ano de 2008, foram realizados os estudos complementares sobre a terra, do qual participei como colaboradora, também para a FUNAI. Nessa época havia cerca de 50 casas/famílias distribuídas em dois núcleos considerados partes de uma mesma aldeia: um situado perto da praia e outro localizado perto dos trilhos desativados da FEPASA. A continuidade do processo de demarcação ocorreu concomitante às investidas de uma empresa interessada na construção de um porto na área. Tratava-se de um projeto da LLX de Eike Batista, de pretensões audaciosas: o chamado Porto Brasil.

O assédio dos empresários somado ao processo de demarcação territorial dividiu opiniões na T.I.; havia os que confiavam na FUNAI e, por conta disto, se dispunham a auxiliar nosso trabalho, e aqueles que não acreditavam que a Fundação era favorável à demarcação territorial. Piaçagüera se dividiu, as relações estavam sendo organizadas, alianças eram rompidas para que novas fossem construídas. Proximidades e distanciamentos estavam sendo avaliados e

influenciavam a decisão das pessoas. Quando retornei a campo, em fevereiro de 2009, o assédio dos empresários tinha diminuído, o porto não foi construído, a T.I. ainda não havia sido homologada, contudo, encontrei não uma, mas duas aldeias: Piaçagüera e Nhamandu Mirũ. Tendo em vista que a inimizade – percebida no conflito entre parentelas – é o princípio que opera a produção de identidades sociais e unidades políticas, o objetivo deste paper é mapear as relações que as famílias da T. I. Piaçagüera articulam/agenciam em diferentes contextos, com agentes diversos: seus próprios parentes, os Guarani Mbya e os não indígenas. Em especial, tratarei dos momentos mencionados de disputa pela terra e formação de novas aldeias para, a partir disso, discorrer sobre a ação política indígena em face aos projetos que objetivam o “desenvolvimento”.

Quando o impacto é naturalizado e os outsiders procuram virar insiders

AUTORES/AS: WINIFRED KNOX, ALINE TRIGUEIRO

A partir de uma reflexão inspirada na relação entre estabelecidos e outsiders, e por intermédio da análise das tensões entre os agentes em situação de mudança socioambiental, pretende-se neste trabalho, refletir sobre os últimos anos da experiência do desenvolvimento no Espírito Santo. Este desenvolvimento se tornou um campo idealizado repleto de retóricas que visam fortalecer o estabelecimento efetivo de políticas para implantação de grandes empresas e geração de commodities para exportação. Um desenvolvimento externo às populações residentes nos locais de instalação e implantação deste campo do desenvolvimento. A partir de uma perspectiva da antropologia e sociologia crítica ao modelo de desenvolvimento implantado, procura-se analisar as situações sociais e os efeitos produzidos na e para as populações locais, especificamente as populações pesqueiras do estado, as quais, frente às novas propostas, como a de implementação de portos, têm sido amplamente atingidas. Portanto, tomamos a situação da costa do ES como ilustração para a crítica a um modelo de desenvolvimento excludente, dissociado da participação local e do entendimento da complexidade e dinâmica desses processos que, muito além de econômicos, são sociais, ambientais, culturais e políticos.

Um “novo desenvolvimentismo”? O IPEA entre 2004 e 2014

AUTORES/AS: SÉRGIO RICARDO RODRIGUES CASTILHO

O trabalho irá investigar em que consiste e quais as características de um hipotético “novo desenvolvimentismo” a partir de 2004 no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – instituição criada em 1964. Esse “novo desenvolvimentismo” corresponderia, em termos de sua auto representação, às ideias dominantes no governo federal desde a vitória do Partido dos Trabalhadores com a eleição de Lula em 2002. Ele procura se justificar como um desenvolvimento “para a maioria, inclusivo e sustentável”. Nesse sentido seria uma ruptura com os ideais, as fórmulas e teorias “desenvolvimentistas” anteriores e comuns no cenário político e econômico brasileiro. Para iniciar uma investigação acerca do que seja esse “novo desenvolvimentismo” irei me utilizar tanto da análise de algumas publicações produzidas pelo próprio IPEA quanto de alguns dados obtidos a partir da pesquisa Etnografia Institucional do IPEA (Chamada Pública No 25/2013), iniciada em dezembro de 2013. Os textos produzidos pelo IPEA serão analisados como discursos a partir da perspectiva estabelecida por Escobar desde sua releitura de Foucault (Escobar, 1995). Tomarei para a análise principalmente a revista “Desafios do Desenvolvimento” (no seu décimo ano, com 78 edições) e secundariamente as series de livros “Brasil em Desenvolvimento”; “Diálogos para o desenvolvimento” e “Perspectivas do desenvolvimento Brasileiro”. Nelas contribuem não só técnicos do IPEA, mas também de outros órgãos do governo, acadêmicos do Brasil e do exterior, etc. A análise irá incidir principalmente sobre as peças discursivas produzidas por seus presidentes e diretores, mais comprometidos institucionalmente. Atenção especial será concedida ao papel e as relações desse “novo desenvolvimentismo” com as populações tradicionais, na tentativa de identificar diferenças e continuidades para com os “desenvolvimentismos” anteriores. Os dados obtidos a partir da etnografia nos ajudam a contextualizar o grau de consenso (e de dissenso) que determinados posicionamentos do IPEA possuem internamente, lançando luz sobre os principais debates institucionais, bem como nos dão pistas importantes acerca das práticas desenvolvimentistas levadas a cabo nos últimos dez anos. (as possibilidades e os limites na produção desse duplo engajamento, institucional e crítico também serão motivo de reflexão, sobretudo a partir do entendimento de que o pesquisador, em situações semelhantes, está ‘implicado’ no processo como sugere, por exemplo, Mosse – 2005: 230-243)

COORDENADOR/A: DEBORA DINIZ (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), ADRIANA DIAS (COMITÊ DEF ACESSIBILIDADE/AAA/UNICAMP)

DEBATEDOR/A: MARILENA CORDEIRO DIAS VILLELA CORREA, ÉVERTON LUÍS PEREIRA, CAROLINA CANTARINO RODRIGUES

A questão da deficiência sempre esteve presente na história da civilização, mas foi somente nas últimas décadas que as pessoas com deficiência passaram a se narrarem e a se constituírem como sujeitos de direitos humanos. Isso permitiu o surgimento, nas Ciências Humanas e Sociais, dos Estudos sobre Deficiência, um campo de investigação cuja proposta central é apreender os diferentes sentidos e significados da categoria deficiência em suas relações históricas e sociais e a articulação com outras categorias de análise, como o gênero, a classe, a raça/etnia, a sexualidade, dentre outras. Os debates que a envolvem incluem questões, diversas, transversais e interdisciplinares, tais como os desafios da formulação, execução e avaliação de políticas públicas para pessoas com deficiência, a inclusão escolar, o acesso ao mercado de trabalho, o combate e enfrentamento ao capacitismo, o suporte de vida independente, o incentivo aos esportes paraolímpicos, a participação em espetáculos de dança, o usufruto dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Neste GT almejamos trabalhos que possam criar uma interlocução com temas diversos em torno da deficiência, a partir do uso do método etnográfico e à luz de uma perspectiva antropológica focada nos Estudos sobre Deficiência, permitindo um debate mais intenso acerca da diversidade teórica desse campo de estudos.

“Deficiência Física” e Erotismo: novas corporalidades e direitos sexuais

AUTORES/AS: CLÁUDIO LEITE LEANDRO

Esta comunicação pretende apresentar uma discussão sobre a construção de corporalidades e erotismos na experiência da “deficiência física”. Procurando fomentar o debate sobre políticas sexuais no contexto brasileiro, pretende-se analisar um contexto plural que intersecciona diferentes eixos etnográficos, que apresentam a emergência de novos sujeitos de direito, as “pessoas com deficiência física”. A base dessa investigação se dá a partir de três distintos contextos empíricos: o primeiro é o campo da dança, que tem apresentado recentes reconfigurações no campo das artes cênicas, especialmente por meio da experiência corporal e erótica em sujeitos com deficiência física; o segundo é o campo dos movimentos sociais, a partir do qual discuto o ativismo de ONGs (uma em específico) que procuram implementar, no Brasil, uma “prestação de serviço sexual” por “assistentes sexuais”; um terceiro campo é formado por uma entidade de classe, que procura implantar um “programa de formação de assistentes eróticos” para pessoas com deficiência. É na interseccionalidade destes diferentes contextos etnográficos que se pretende compreender como se operam normatizações e agenciamentos do sujeito com deficiência. Portanto, insere-se como questão central a análise da produção de corpos e erotismos não hegemônicos, que tensionam concepções predominantes de “corpo”, “prazer” e “sexualidade” por meio da insurgência do sujeito às convenções e da ressignificação de sentidos e práticas sobre o corpo e a sexualidade.

“Meu sonho é fazer xixi”. Renais crônicos em Sergipe, desafios urgentes.

AUTORES/AS: VIVIANE FERNANDES CONCEIÇÃO DOS SANTOS

Pessoas portadoras de insuficiência renal crônica compõem a maior lista por espera de um órgão sólido. Em Sergipe no último ano morreram em média 20 renais crônicos por mês. Transplantes de rim deixaram de ser feitos desde 2012 devido ao descredenciamento das duas únicas equipes transplantadoras. As clínicas que realizam hemodiálise ambulatorial concentram-se na capital, apontando a necessidade de um estudo demográfico. Objetiva-se estudar etnoepidemiologicamente este problema de saúde pública, através do mapeamento

da localização dessas pessoas em tratamento e análise da qualidade de suas vidas. Somam-se à epidemiologia considerações antropológicas que identificam no processo saúde-doença outras dimensões da vida, para além do físico ou biológico, como o simbólico e a cotidianidade.

‘Quero ser como voce’: a busca pela deficiência em algumas narrativas contemporâneas

AUTORES/AS: JORGE LEITE JR, MARCO ANTONIO GAVÉRIO.

Disability studies e teoria queer são percursos teórico-políticos que se colocam como crítica às normatividades e hierarquizações, principalmente as fundadas sobre a autoridade do saber biomédico. Assim, nessas produções teórico-analíticas, deficiência e sexualidade se constituem como produtos discursivos localizáveis historicamente possibilitando criar uma instabilidade nas categorias canônicas que as nomeavam. Consciente da recente interlocução entre esses saberes e de suas diferenças este trabalho levantará a discussão entre deficiência e sexualidade a partir de uma leitura do filme *Quid Pro Quo* (EUA, 2008; Dir. Carlos Brooks) de inspiração crip – um termo depreciativo que, ao ser ressignificado primeiramente fora da academia, ganha notoriedade entre teóricos que interseccionam criticamente teoria queer e disability studies, como Carrie Sandahl e Robert Mccrue, e possibilitam, de maneira geral, uma crítica a categorizações fixas e definições estanques ao pensar corpos e deficiências, mesmo em um contexto sócio-cultural.

O longa aborda de maneira interessante a considerada controvérsia daquilo que se conhece pelo desejo de se tornar deficiente. O enredo do filme é ancorado na íntima relação que se estabelece entre as personagens principais, Isaac e Fiona, que deparam-se com ansiedades particulares sobre suas condições supostamente ‘anormais’ (Isaac, o ‘paralisado’; Fiona, aquela que busca se ‘paralisar’), articulando tanto o desejo pela(o) outra(o), quanto a vontade de ser como ela/ele. Considerando a narrativa fílmica proponho algo semelhante a uma etnografia de tela, descrita por Carmem Rial, explorando materiais externos à trama do filme, como alguns relatos, artigos e reportagens, discutindo criticamente as maneiras com as quais estes textos abordam os desejos e vontades das pessoas que querem ser deficientes. Dessa forma, unindo o drama proposto no filme com uma contextualização mais

especifica sobre o tema, a tentativa é pensar de maneira crítica como que o ‘corpo transgressor da norma’ pode possibilitar outras transgressões e conflitos morais que fazem ruído nas simplificações binárias como normal\anormal, agressor\vitima, deficientes\não-deficientes, desejo\repulsa.

A fabricação do “Outro incluído”: notas sobre a gestão da educação de pessoas surdas no Paraná.

AUTORES/AS: FAGNER CARNIEL

Este trabalho aborda o processo de emergência da surdez enquanto uma categoria estratégica para a organização das contemporâneas transformações na educação especial paranaense. Para isso, um investimento etnográfico de aproximadamente dois anos (2011 a 2013) foi realizado junto ao Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O objetivo era compreender como as práticas que historicamente regulamentaram a população surda sob a tutela de concepções clínico-terapêuticas puderam se modificar com o surgimento de discursos em defesa do potencial político e pedagógico da “língua de sinais” no final do século passado. Desse modo, o objeto desta investigação não se refere às vivências e experiências das pessoas surdas em fase de escolarização, mas ao projeto institucional que pretendeu inseri-las nas escolas regulares do estado por intermédio da fabricação de uma categoria pedagógica relativamente estável, homogênea e passível de inclusão. Portanto, este estudo é uma tentativa de apresentar um campo regional de disputas em torno das palavras autorizadas e das interpretações dominantes que estão impondo sentidos práticos às atuais políticas de significação da surdez no interior da “nova” gramática inclusiva adotada pelo Estado.

A LIBRAS como instrumento político de legalidade e identidade das comunidades surdas

AUTORES/AS: ERISELTON SÁVIO SILVA DE MELO

O texto tem por objetivo problematizar campos dos saberes sobre a inclusão dos surdos, com o uso da LIBRAS, enquanto língua e fator de identidade; e, pensar a situação de falta de preparo dos indivíduos “majoritários ouvintes” para trabalhar

com este “outro” na consolidação efetiva dos direitos dos surdos. O universo da pesquisa foi, a priori, a legislação empregada a Libras por meio da Lei Federal 10.436/2002, membros da comunidade surda reunidos em um shopping center da capital pernambucana e estudantes de Pedagogia inscritos na disciplina de LIBRAS. O método utilizado para coleta de dados foi a “observação flutuante” no modelo idealizado por Colette Pétonnet (2008), Márcio Goldman (1995) e Marc Augé (1997). O método foi essencial nas observações realizadas a respeito do entendimento no uso da LIBRAS enquanto identidade, tanto em contato com estudantes (não surdos), quanto em meio a comunidade surda. Há entre os surdos e os ouvintes diferenças que os distinguem em seus usos e canais para um, a língua é oral-auditiva e, para outro gestual-visual-espacial. Isso precisa ser compreendido. Porque ao reconhecer os surdos como minoria linguística a partir da LIBRAS como língua de uma comunidade, constituindo a surdez não como uma deficiência, e sim, como uma identidade repleta de cultura e interação, com organização política e reconhecida em termos legalidade. O surdo tem, dessa forma, a LIBRAS como sua língua materna e a surdez como cultura, portando uma identidade própria.

A pedra e a vidraça: esboço de um campo político relativo às pessoas com deficiência

AUTORES/AS: ANDREA DE MORAES CAVALHEIRO

A pesquisa que desenvolvo procura construir um campo político-burocrático da deficiência em uma grande cidade brasileira, a partir do trabalho de campo em uma repartição pública dirigida a esta população. Pretendo delinear posições, capitais, habitus e trajetórias, confrontando aspectos da teoria bourdiana (BOURDIEU, 1983, 1996) a minha empiria. Também espero articular tal conceitual ao modelo teatral de Goffman (2009), através da descrição das performances dos atores, especificamente, da atuação esperada do político e do militante da deficiência: sua fachada, sua moralidade e sua etiqueta, para a configuração de seus personagens.

Algumas considerações sobre deficiência intelectual e sexualidade em uma APAE do interior de São Paulo.

AUTORES/AS: JULIAN SIMÕES CRUZ DE OLIVEIRA

Esta comunicação tem como objetivo retomar uma parte do material de minha

pesquisa de mestrado realizada numa Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de uma cidade do interior do Estado de São Paulo durante o primeiro semestre de 2012. Para tal buscarei analisar os discursos dos professores, técnicas especialistas, funcionários e alunos matriculados na APAE. O intuito é colocar lado a lado distintas perspectivas de como é construída a noção de deficiência e de deficiência intelectual, a fim de compreender quais categorias operam e como elas ganham significado no cotidiano da instituição. Intenta-se, ainda, compreender as implicações dessas categorias no modo como é avaliada e discutida a sexualidade dos alunos matriculados na Associação de Pais e Amigos. Se, para os professores e profissionais da APAE, a deficiência intelectual é sinônimo de falta, desvantagem e incapacidade, para os alunos matriculados na Associação de Vila de Santa Rita deficiência intelectual (diferença, para usar o termo dos próprios alunos) é uma das múltiplas configurações do existir humano. Se, apoiados por sua noção de deficiência, os professores assumem a sexualidade dos alunos como descontrolada e por isso perigosa, os próprios alunos assumem a sexualidade como uma maneira de amenizar sua diferença e, sobretudo, um prazer que nada tem de anormal, ou melhor, que os aproxima da categoria de normalidade. Dessa maneira, privilegiarei perceber como deficiência intelectual regula a sexualidade, como a sexualidade regula a deficiência intelectual e como essas levam ao limite as normatividades sexuais que tensionadas se reconfiguram.

As Dinâmicas de inclusão das pessoas com deficiência e o mercado de trabalho no município de CHAPECÓ-SC

AUTORES/AS: MYRIAM ALDANA VARGAS

No Brasil, a legislação que rege o acesso de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho surgiu há mais de 14 anos a Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991 que determina cota para pessoas com deficiência. Esta lei, dentre outras garantias, assegura a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas, as quais visam aumentar a inclusão e a qualificação profissional dessas pessoas. Neste contexto de inclusão social e profissional, das pessoas com deficiência, temos as empresas privadas, as quais desempenham um grande papel social nas localidades onde estão instauradas, gerando emprego e renda para sociedade. No entanto, precisam articular suas políticas internas com as políticas públicas de inclusão,

ênfatizando as potencialidades das pessoas com deficiência a fim de acompanhar o processo de avanço no mercado de trabalho. Esta pesquisa objetivou identificar as dinâmicas de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Foi selecionada uma agroindústria do Município de Chapecó e através de entrevistas semi-estruturadas com trabalhadoras/es desta empresa procurou-se identificar as condições subjetivas e objetivas que as pessoas com deficiência encontram para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Percebe-se o desafio que existe para os gestores atuais em cumprir com as cotas reservadas para contratação de pessoas com deficiência exigidas pela legislação frente as ousadas metas de produção ditadas pelo mercado e pela concorrência. Uma outra dificuldade é conseguir a adequação entre tipo de deficiência e atividade específica a ser desenvolvida na cadeia de produção. Igualmente constata-se o preconceito que perpassa toda esta dinâmica contidos na lei, no ambiente de trabalho. As necessidades especiais esbarra não apenas em problemas econômicos e conjunturais da atual realidade brasileira, mas também em limitações histórico-culturais. São falhas na formação da mentalidade da sociedade, que fazem com que a maioria das pessoas não perceba que limitação não pode significar exclusão.

Construção de diferenças entre surdos e ouvintes (mudos e falantes) na comunidade de Várzea Queimada, Jaicós, Piauí, Brasil.

AUTORES/AS: ÉVERTON LUÍS PEREIRA

Várzea Queimada é uma pequena localidade rural localizada no sertão do estado do Piauí. Compartilha com outras comunidades sertanejas as dificuldades e os desafios da vida sem água e da falta de ações do Estado. O que a transforma em única é o fato de ter lá nascido, desde meados do século XX, mais de quarenta indivíduos surdos em uma população geral de não mais do que novecentas pessoas. Isso faz com que todas as famílias tenham pelo menos um surdo em seu interior, além de ser impossível não encontrarmos ou convivermos com surdos no cotidiano do vilarejo. Em Várzea Queimada, os surdos estão espalhados por todo o território e participam ativamente da vida coletiva. De repente seja por isso que uma língua de sinais específica tenha sido criada e está em uso na comunidade. Essa língua é denominada como “Cena” e é bastante diferente da Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficial no Brasil desde o ano de 2006. No vilarejo, “todo mundo

faz cena”, o que significa dizer que a comunidade é bilingue. O fato de todos serem aptos (em diferentes graus) a “fazer cena”, faz com que a sociabilidade dos surdos não seja prejudicada e que a “perda da audição” ou a “impossibilidade da oralidade” não sejam, necessariamente, os sinais diacríticos que produzem a diferença entre esses indivíduos e outros. Na comunidade, o termo “surdo” ou “deficiente auditivo” não era utilizado antes da entrada da biomedicina e da igreja católica, sendo que os habitantes do vilarejo preferiam (e ainda preferem em seu uso cotidiano) o termo “mudo” para designar essas pessoas. Ser mudo é muito mais do que “não escutar”. Ser mudo é apresentar algumas características específicas que, pontuadas em uma história particular, é generalizada e os definem enquanto uma coletividade. Ser mudo não é “não escutar”: ser mudo é uma forma praticamente liminal de “ser e estar” no mundo, que não está vinculado com a presença ou não da audição. Ser mudo é, entre outras coisas, ser uma pessoa extremamente “sexualizada”, por vezes violenta e bastante fofoqueira. Essas características que são atribuídas aos mudos dialogam com a história da comunidade, com as formas de sociabilidade e com alguns elementos importantes do processo social geral. Além disso, a construção do “mudo” a partir de algumas características auxilia na produção, circulação e consolidação da cena na Várzea Queimada. Esta comunicação apresentará as formas como a comunidade de Várzea Queimada constrói o que venha a ser “um mudo”, articulando essas características com outros processos sociais vivenciados no vilarejo. Essas discussões fazem parte de minha tese de doutorado em antropologia social, defendida em julho de 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Corpos indóceis: intersexualidade, regulações sociomédicas e violação de direitos humanos

AUTORES/AS: PAULA SANDRINE MACHADO

Esse paper tem como objetivo analisar o modo como as regulações sociomédicas incidem nas experiências de pessoas intersex, tomando analiticamente em paralelo os estudos sobre intersexualidade e os estudos críticos sobre deficiência. Os dois campos de estudos problematizam, entre outros elementos, as relações estabelecidas entre a biomedicina e as pessoas que experienciam uma corporalidade divergente dos padrões hegemônicos fortemente definidos pelos marcadores biomédicos.

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla que investiga os impactos dos diagnósticos e intervenções médicas nas trajetórias de intersexuais e transexuais maiores de 18 anos e residentes no Rio Grande do Sul, na qual tem sido utilizada como técnica de investigação a entrevista etnográfica. Os resultados indicam que as definições e práticas médicas não dão conta da variedade dos discursos e experiências narradas pelas pessoas intersex entrevistadas. No entanto, ao assumir como pressuposto a necessidade de garantir uma linearidade entre o corpo sexuado e o gênero a ser desempenhado, o gerenciamento sociomédico contemporâneo da intersexualidade invisibiliza a variedade de experiências e as homogeneiza na categoria “de corpos a serem corrigidos”. Assim, aciona-se uma série de ferramentas clínicas, cirúrgicas e psicológicas que visam inscrever corporalidades tidas como “desviantes” e “incompletas” na norma da dicotomia sexual. Nesses processos de patologização e de tentativa de apagamento da diversidade corporal e subjetiva, naturalizam-se concepções como “normalidade”, “anormalidade”, “funcional” ou “disfuncional”, de modo que as práticas de intervenção médicas passam a ser vistas como “reabilitadoras” e não como violadoras da integridade corporal, o que se coloca como um desafio a ser enfrentado no campo dos Direitos Humanos.

Da queda um passo de dança? – “Corpos” e “movimentos” nos discursos de inclusão social através da dança e esportes.

AUTORES/AS: EBER SANTOS DA SILVA

O caminho trilhado na elaboração da pesquisa se deu através de um período definido como “reabilitação” vivência/ experiência pessoal do próprio pesquisador. A “reabilitação” é um espaço e um tempo, destinado a certos indivíduos na nossa sociedade, com vistas a reintrodução de uma pessoa ao seu convívio social, neste caso específico após um “trauma” causado por uma lesão que deixou seqüelas que comprometeram as “funções físico- sensoriais e motoras”, diagnosticado pelos médicos como uma: “lesão medular”.

Durante um período minha “reabilitação” consistiu em sessões de fisioterapia e outros tratamentos. Por motivos que envolvem a continuidade das “ações terapêuticas”, confluindo em minha “reabilitação” (2008/2009) foi me apresentada a possibilidade de participar de aulas de dança ou me inserir num programa

esportivo, período também que retomei os estudos. Esportes como esgrima, tênis de mesa e basquete adaptado me foram apresentados como uma maneira de “ocupar a cabeça” e também de “movimentar o corpo”. Em “Um Antropólogo em Marte” (1995) Oliver Sacks, apresenta uma série de estudos de caso, em que relata após perda (ou até mesmo ganho) de novas funções “físicas”, de seus pacientes, uma re-elaboração do corpo como meio e do modo de conhecer o mundo. O corpo é um modo de se estar no mundo, onde esses pacientes vivenciam “passagens”. O período denominado como “reabilitação” demonstra a natureza dessas “passagens”. O corpo assume posição fundamental nesse processo. O conceito de “Drama Social” de Victor Turner (2008) foi utilizado para entender o contexto, dessas mudanças, que não são processos rituais, mas apresentam mudanças que são “físicas - psicológicas e sociais” simultaneamente. Para aprofundar essa análise, em campo escolhi inicialmente fazer aulas de dança (Cia Limites), onde através da observação participante registrei algumas experiências. Como contraponto, observei treinos de jogadores de tênis de mesa (ADFP). Foram realizadas entrevistas entre os grupos, e outras pessoas que estavam envolvidas no processo de reabilitação bem como profissionais da Cia Limites. Destaco que muitas experiências com as quais tive contato são muito parecidas com a minha própria, conforme sugere Gilberto Velho (1986) a “subjetividade incorporada ao processo de conhecimento”. Experiências coletadas em campo através de aulas de dança e esportes, foram considerados como matizes onde estas re-elaborações são possíveis. Considero por fim, que os discursos, de inclusão social através da dança e dos esportes são espaços que embora diferentes entre si, os indivíduos “(re) constroem” os seus “corpos” através de novas narrativas biográficas (Pierre Bordieu) e de projetos (Gilberto Velho) que se apresentam como definidores de uma nova atuação social.

Debatendo Deficiência: ser, estar, tornar-se? Questionamentos a respeito do uso de uma categoria

AUTORES/AS: PEDRO LOPES

Desde os anos 1980, mas centralmente a partir da década de 2000, a noção de deficiência vem ganhando contornos específicos no contexto global e brasileiro, por meio de acordos, convenções e também manuais internacionais. Nesses trânsitos, entendo que a formulação acerca do que seja a deficiência oscila não somente entre

identidade e diagnóstico, mas também entre um estado e um processo, entre ser e se tornar. A oposição tradicional no campo entre o chamado modelo médico e modelo social da deficiência contribui centralmente para o avanço dos debates e da organização de movimentos sociais, mas apresenta limites que vêm sendo apontados por diversos pesquisadores e pesquisadoras. Ao mesmo tempo em que se vê no Brasil o desenvolvimento de militâncias agregadas em torno de categorias identitárias como deficiência visual, auditiva, intelectual ou física, manuais internacionais como a CIF definem a deficiência como um universal da experiência humana, e crescentemente se testemunha nas pesquisas a explosão dessas categorias tradicionais rumo à incorporação de debates sobre doenças crônicas, transtornos mentais, doenças raras, envelhecimento e reprodução assistida. Desse modo, proponho nesta comunicação apresentar uma reflexão acerca de traduções e trânsitos nacionais e internacionais acerca da noção de deficiência, com vistas a estabelecer um debate teórico que ajude a compreender e discutir alguns desses dilemas. Para tanto, parto de uma cena etnográfica no trabalho junto a pessoas com deficiência intelectual, e da comparação com a tradição estadunidense dos Disability Studies. Minha sugestão é que estruturar essa discussão por meio de uma reflexão acerca do estatuto da própria ideia de deficiência pode ser produtivo: ora ela pode ser pensada em termos de uma categoria analítica, ora como categoria “nativa”. A deficiência é uma noção – e uma experiência – em transformação e as ferramentas analíticas para sua compreensão igualmente cumprem estar em constante revisão. Procura-se nesta comunicação apresentar dilemas na reflexão sobre deficiência, com vistas a discutir questões, antes de pensar em soluções.

Deficiência, trabalho e políticas públicas: os modos de gestão e os efeitos das políticas de inclusão social das pessoas com deficiência nas organizações empresariais

AUTORES/AS: VALERIA AYDOS

Este artigo apresenta a análise dos modos de gestão das políticas de inclusão social no mundo do trabalho, impulsionadas pela promulgação da Lei nº. 8213/91 de cotas para pessoas com deficiência nas organizações empresariais. Tais iniciativas ocorrem no bojo dos processos mais amplos construção da democracia e de exercício da cidadania na sociedade contemporânea, cujas reivindicações de

direitos por grupos minoritários contemplam o reconhecimento e a inclusão social da diversidade cultural. Inserida nas análises sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil nas articulações cotidianas de construção de subjetividades, minha pesquisa tem como objetivo a compreensão dos sentidos, das formas e dos efeitos dos novos ‘modos de governo’ da diversidade (Ong, 2003, Shore, 2010), tendo como foco as políticas de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ao longo do ano de 2013, segui os fluxos e desenhei os circuitos percorridos por pessoas, discursos e documentos em torno desta política; acompanhei a atuação cotidiana de diversos atores que participam da sua execução e fiscalização; e participei de um curso de formação para o trabalho específico com pessoas com ‘deficiência mental e intelectual’ e com ‘transtornos do humor’. A partir deste exercício etnográfico, busco compreender as concepções de ‘deficiência’; as relações de poder e as moralidades que permeiam os discursos e as decisões cotidianas destes profissionais com relação ao que consideram pessoas ‘capacitadas’ para o trabalho e empresas ‘inclusivas’. Como resultados preliminares, aponto para o fato de que as tensões com relação à coerção jurídica da lei frente aos ‘custos da inclusão’ nas organizações se refletem tanto nas escolhas de cargos específicos e perfis ‘docilizados’ e ‘higienizados’ de pessoas com deficiência, quanto nas estratégias psicopedagógicas e de gestão adotadas no treinamento e avaliação destes trabalhadores. Percebo também que as vivências com as pessoas com deficiência no cotidiano das organizações estão transformando as retóricas empresariais no sentido de uma relativização dos ‘custos da inclusão’, avaliando na prática os ‘ganhos’ humanos e empresariais de um ‘desenvolvimento inclusivo’. O surgimento de novas iniciativas governamentais e de mercado tem buscado transformar, prática e simbolicamente, pessoas ‘inaptas’ e dependentes do Estado em cidadãos ‘capazes’ e produtivos. Tais iniciativas, informadas por lógicas do mercado, retóricas da cidadania e saberes especializados, colocam em pauta o que Diniz denominou um ‘modelo social da deficiência’ e contribuem para a configuração de novas subjetividades e éticas do trabalho e para o trabalho.

ECOS DO SILÊNCIO: como se forma a identidade dos surdos na sociedade ouvinte no Amapá?

AUTORES/AS: RONALDO MANASSES RODRIGUES CAMPOS

A busca por entender alguns problemas sociais que passam atualmente pessoas

surdas e consequentemente sua real exclusão social e cultural é o mote principal desta pesquisa. Neste contexto se faz mister dizer que a entrada dessas pessoas com deficiência nos ambientes sociais não escolares tem sido um grande desafio, tanto para estes quanto para a própria sociedade, pois é sabido que historicamente tais pessoas não faziam parte do cotidiano social, MAZZOTTA, 2001.

Este projeto então surge de uma experiência primeira, minha enquanto professor de Libras. Com uma trajetória na educação inclusiva já de 10 anos. Estou a 4 anos na Universidade Federal do Amapá, trabalhando com as disciplinas Educação Especial e Libras e, junto a elas, orientando vários trabalhos de conclusão de curso de graduação, projetos de extensão e, ainda nos últimos 2 anos com a dissertação de mestrado em que busquei entender o reflexo da legislação de Libras na formação do professor da classe regular e onde verifiquei, de forma mais pontual e próxima que a comunidade surda amapaense não busca só os ambientes escolares, busca também se incluir em outros ambientes sociais. No entanto, esta comunidade não tem tido espaço, como verifiquei de forma incipiente na pesquisa de mestrado. E tendo em vista o fato de não se ter tempo para fazer um estudo mais detalhado sobre esta questão é que trago então a proposição de abordar, no doutorado, a trajetória dos surdos amapaenses saindo dos ambientes escolares para outros ambientes sociais. De que maneira sua identidade é constituída em meio uma sociedade eminentemente ouvinte.

Como objeto de estudo desta pesquisa a análise sociológica sobre a presença de surdos em ambientes não escolares. Assim questiona-se. De que maneira a comunidade surda amapaense acessa os ambientes sociais e constitui sua identidade, numa sociedade eminentemente ouvinte? Assim, como objetivo geral pretende-se analisar o processo de saída dos ambientes escolares da comunidade surda amapaense em busca de outros espaços sociais. E como objetivos específicos, avaliar as relações sociais da comunidade surda amapaense em meio aos ouvintes; compreender o processo de constituição da identidade do surdo inserido na sociedade ouvinte do Amapá.

O que se percebe é um grande abismo entre a sociedade e a pessoa com deficiência, primeiro porque esta não foi constituída para abrigar pessoas surdas ou com qualquer outro tipo de deficiência. Segundo porque, ao que parece, a sociedade ouvinte espera que o surdo é que se adéque ao cotidiano social, como se a

responsabilidade por incluir-se fosse totalmente dele. Segundo Mazzotta no Brasil somente neste século é que estas pessoas começaram a fazer parte do cotidiano social causando-lhes prejuízos enormes tanto do ponto de vista educacional como social. Antes disso as famílias que tinham pessoas surdas em casa lutavam a todo custo para que ninguém de sua comunidade descobrisse que tinha um parente que não falava e ouvia como os demais. Era motivo de vergonha para estas famílias.

E ainda como base teórica, para entender a trajetória que os surdos constroem em suas vidas, usaremos o que Lahire, 2004 chama de dispositivo metodológico inédito, que será acompanhar os surdos durante a pesquisa em diversos espaços de sociabilidade como, escola, trabalho, família, lazer, esporte e saúde. O autor construiu sua pesquisa realizando uma série de entrevistas com os mesmos sujeitos e que neste trabalho será um dos instrumentos a ser usado.

Sendo assim, a partir dessas bases teóricas e de outras que iremos mencionar adiante, pensou-se em algumas categorias de análise para a pesquisa. 1 – O surdo e a Família; 2 - Trabalho e surdez; 3 – Lazer, esporte e o surdo; 4 – A cultura e a pessoa surda; 5 – O surdo e a saúde; e ainda pretende-se fazer um recorte traçando a relação entre Libras e LFS (Langue Française Signé) a vivência dos surdos franceses como berço das Línguas de Sinais; usando como bases teóricas autores como Santos, 2006; Lahire, 2004; Montero, 2012; Geertz, 1978; Sapir, 2012; Gonçalves, 2012.

A pesquisa em sociologia sob o enfoque cultural e identitário requer uma abordagem etnográfica, esta entendida por Carvalho, 2011. E ainda Lahire, 2004. Bem como Clifford Geertz na abordagem etnográfica.

Assim o locus deste trabalho será o município de Macapá (capital do Estado do Amapá), e a cidade de Santana, em virtude de termos nesta cidades segundo Censo, 2010 o maior número de surdos do Estado. E como fonte também de pesquisa, trabalharemos o CAS-AP. O Centro de Atendimento ao Surdo (CAS-AP) foi criado em 03 de abril de 2006, destinado ao auxílio de profissionais da área da educação, bem como da pessoa surda. Foi oficializado como centro no dia 01 de julho de 2008, através do decreto estadual 2089/2008. Tem como objetivo principal fomentar a formação continuada de professores do ensino regular, da educação especial, professores surdos, bem como dos intérpretes de libras e a família de pessoas surdas.

Como sujeitos da pesquisa elencaremos o grupo de 3 professores surdos e seus familiares. Divididos da seguinte maneira: 1 - Famílias de ouvintes com filho surdo; 2 – Famílias de surdos com filhos ouvintes; 3 – Famílias de ouvintes que ainda proíbem o uso de Libras.

Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: uma análise antropológica de narrativas de mulheres com deficiência física com histórico ou em situação de violência na cidade de Belo Horizonte

AUTORES/AS: ANAHI GUEDES DE MELLO

Estudos sobre violências contra mulheres com deficiência são, geralmente, mais restritos por exigirem conscientização para a abordagem conjunta entre gênero, deficiência e violência. As poucas produções no campo dos estudos sobre deficiência que versam sobre o tema afirmam que as explicações atuais sobre violência de gênero e deficiência são insuficientes para avaliar as várias situações que levam as mulheres com deficiência a experienciarem formas de violência. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise antropológica de narrativas de três mulheres com deficiência física com histórico ou em situação de violência na cidade de Belo Horizonte, no sentido de compreender como elas percebem o vivido como violência. A abordagem se baseia na articulação entre as teorias feministas, queer/crip e da deficiência, considerando, sobretudo, o potencial de uso de categorias de articulação e de interseccionalidades como gênero, deficiência, capacitismo, violência e cuidado. Como categoria múltipla e relacional, as violências contra mulheres com deficiência também devem abranger uma pluralidade de componentes sociais e de contextos socioculturais atravessados por relações de poder imbricadas entre si. A depender do contexto social, as violências contra mulheres com deficiência ora são uma expressão das relações de gênero, ora são motivadas pela condição de deficiência ou, ainda, são o produto da polarização entre as categorias de gênero e deficiência e suas interfaces analíticas.

Habilitar corpos e pessoas: práticas e conhecimentos de vidas com cegueira

AUTORES/AS: OLIVIA VON DER WEID

Com a falta ou a perda da visão, os outros sentidos e o corpo inteiro se colocam como mecanismos de apreensão do mundo, do ambiente, das pessoas. Pretende-

se abordar a percepção de mundo de pessoas cegas a partir das relações que estabelecem por meio de seus corpos. Com ênfase nas práticas cotidianas, busca-se uma aproximação de como esses corpos interagem com o ambiente e o tipo de vivência e conhecimento de mundo que se produz. A proposta é entender como se dá a (re)organização corporal a partir da ausência ou da perda da visão e quais habilidades, práticas e estratégias são criadas ou desenvolvidas.

Para falar sobre as percepções de mundo de pessoas cegas é preciso passar pela mediação de instituições no desenvolvimento desse corpo cego, seja para quem nasce ou quem se torna. Procura-se, nessa apresentação, focar a dimensão didática e funcional do ser ou tornar-se cego, a partir de um acompanhamento de como esse processo acontece no dia a dia, na interação entre profissionais e pessoas atendidas em um programa de reabilitação.

As reflexões que são desenvolvidas tiveram o intuito de seguir práticas nas quais pessoas, corpos, sentidos, objetos, manuais, ambiente, dispositivos e estratégias são incorporados, treinados ou desenvolvidos para se viver com a cegueira, tendo como base a vida cotidiana. Resultam de um trabalho etnográfico que procurou acompanhar os conhecimentos práticos desenvolvidos por profissionais e pacientes em um centro de reabilitação, mas também por pessoas cegas nas suas práticas cotidianas. Para tanto, concluí o curso de formação de 40 horas em técnico de Orientação e Mobilidade pelo Instituto Benjamin Constant - RJ. Acompanhei pelo período de 4 meses os atendimentos básicos oferecidos pelo setor de reabilitação do IBC (Habilidades Básicas, Braille, Atividades da Vida Diária (AVD) e Orientação e Mobilidade (OM)). Foram realizadas entrevistas com profissionais e com pessoas cegas a respeito de suas práticas cotidianas, além de ter visitado dois apartamentos onde moram duas das pessoas entrevistadas, para melhor compreender como funcionam as suas estratégias de organização do ambiente doméstico, objetos, utensílios, alimentos, roupas, aparelhos, entre outros, em suas vidas diárias.

Considerar o trabalho da fabricação implica em mudar a atenção para o que nos faz agir (Latour 1996). O exame das atividades cotidianas da reabilitação e das práticas diárias de pessoas cegas permite emergir uma série de mediadores entre o ver e o não ver. Acompanhar esses processos significa considerar que gestos aparentemente os mais insignificantes contribuem para a construção social dos

fatos (corpo cego, bengala, mobilidade, (in)dependência) e coloca em evidência o caráter idiossincrático, local, heterogêneo e contextual das práticas de cegueira.

Loucura e Incapacidades: os impactos das noções de “incapacidade laborativa” e “incapacidade para atos da vida civil” no cotidiano de Cíntia

AUTORES/AS: LILIAN LEITE CHAVES

Cíntia possui 33 anos, mora na cidade de Ouro Preto-MG, onde passa grande parte do seu dia perambulando pelas ruas. Nas ruas, ela interage com os turistas oferecendo para fotografá-los e para contar a eles um pouco das histórias da cidade, principalmente acerca de Tiradentes e da Inconfidência Mineira. Cíntia se define como uma escritora, artista e inconfidente; ela vê os acontecimentos nas ruas como inspiração para às suas poesias. Contudo, o fato de ela estar pelas ruas cotidianamente está ligado à sua condição de “louca”. Cíntia conta que na adolescência começou a ter crises de riso e de choro passando a ouvir vozes e a ter alucinações. Essas crises motivaram a sua irmã a levá-la a um psiquiatra, e depois de alguns anos, a interditá-la.

A rua é um lugar propício para ouvir as elaborações de Cíntia sobre a sua vida, e essas elaborações giram em torno da interrupção de expectativas proveniente da interdição civil e também do recebimento do Benefício da Prestação Continuada disposto na Lei Orgânica de Assistência Social (BPC- LOAS). O BPC-LOAS, embora supra algumas das suas necessidades básicas, é visto por ela como um dos motivos que a impede de conseguir mudar de situação, inclusive de reverter a sua curatela, sendo um locus de chantagem e de conflitos familiares.

Dessa maneira, tendo em vista as elaborações de Cíntia, busco apontar alguns nós que ligam historicamente a concepção de loucura à concepção de incapacidade, mostrando essas ligações nas leis brasileiras, sobretudo no Código Civil e no Código Penal. Busco, ainda, tecer considerações a respeito de uma equivalência errônea entre “incapacidade laborativa” e “incapacidade para atos da vida civil” e as consequências dessa confusão no cotidiano de Cíntia. Para finalizar, tentarei mostrar como Cíntia elabora sobre as incapacidades, ora aceitando-as, ora contestando-as, sinalizando a ausência de meios e lugares para se experimentar e visualizar potencialidades.

Misturando trigo e giz: notas etnográficas sobre a regulação da deficiência intelectual a partir do Centro de Atividades Lurdinha Vieira em Maceió

AUTORES/AS: NÁDIA ELISA MEINERZ

O trabalho aborda as formas de regulação da deficiência a partir da descrição etnográfica das atividades realizadas pelo Centro de Atividades Lurdinha Vieira em Maceió, considerando a mistura de elementos assistenciais e educacionais. Ele faz parte de uma investigação mais abrangente sobre o gerenciamento familiar e institucional da sexualidade de jovens e adultos com deficiência cognitiva. A abordagem realizada na referida instituição se justifica pela necessidade de contextualizar as expressões relativas à sexualidade às outras formas de regulação da deficiência. Além disso, considera-se que o perfil da instituição ajuda a pensar sobre as possibilidades de integração e participação social do deficiente intelectual na cidade de Maceió. Os dados analisados resultam do trabalho de campo etnográfico realizado na instituição entre os meses de setembro de 2012 e maio de 2013. Serão utilizados dados relativos à observação do cotidiano, a análise dos documentos fornecidos pela instituição e de entrevistas semi-estruturadas com professores e gestores. O material será organizado em três eixos de apresentação: o primeiro deles diz respeito à reconstrução da história institucional, ou seja, o modo como foi concretizada a mistura entre o giz e o trigo. A descrição das atividades realizadas, das dificuldades e dos dilemas enfrentados no cotidiano bem como a qualificação do público que frequenta constitui um segundo eixo de apresentação. Por fim, é abordada a regulação das formas de interação entre os alunos e destes com os professores. Nesse sentido, a classificação utilizada para separar os alunos em turmas bem como a padronização dos horários são as principais formas de controle observadas.

Mobilizações Políticas e o Movimento Surdo: sobre os (novos) arranjos das ações coletivas contemporâneas

AUTORES/AS: EUDENIA MAGALHÃES BARROS

Atualmente, as mobilizações da comunidade surda têm como objetivo principal a conquista das Escolas Bilíngues para surdos, alinhando-se ao cumprimento da Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentado pelo Decreto nº5.626

de 22 de dezembro de 2005, de que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais como segunda língua oficial do país, assegurando o direito dos usuários da Libras de terem acessibilidade através da difusão da língua e formação de profissionais da área, entre outras resoluções. O coletivo denominado “Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda”, liderado e organizado por pessoas surdas e apoiadores da causa, agrega lideranças de várias instituições representativas da comunidade surda. Um dos eventos que marcaram a constituição desse coletivo foi a manifestação ocorrida no dias 19 e 20 de maio de 2011, em Brasília, com o intuito de chamar atenção do Ministério da Educação, questionando o método da escola inclusiva e propondo alternativas que levam em consideração as peculiaridades metodológicas no ensino de crianças surdas. Esse coletivo é formado por agentes surdos e ouvintes envolvidos historicamente em mobilizações do movimento surdo, um movimento social que se constitui a partir de uma agenda política relativa às questões da surdez e aos direitos das pessoas com deficiência auditiva. Considerando a discussões que dizem respeito aos movimentos sociais contemporâneos e suas lutas atuais em defesa dos direitos específicos, aproximando-se da agenda que faz uso da noção de repertório para analisar especialmente as performances, os sentidos e os usos dos agentes nas suas mobilizações políticas, esse artigo se pretende analisar, tomando como referência as experiências de campo na mobilização de 2011, como ocorre a apropriação e adaptação de repertórios num contexto em que há uma constante construção performática da identidade surda; o peso que a questão da surdez e o uso da libras tem na condução das mobilizações políticas; a redefinição de repertórios não apenas relacionada às oportunidades políticas e aos contextos locais, mas principalmente aos agentes em si, enquanto sujeitos surdos, que atribuem novos sentidos nas interações confrontacionais através da sua constante luta pela afirmação da cultura surda.

Osikirip: sobre os “especiais” Karitiana. Um estudo sobre noção de pessoa

AUTORES/AS: ÍRIS MORAIS ARAÚJO

Esta comunicação pretende apresentar os resultados de etnografia cujo objetivo é a compreensão dos Karitiana, grupo Tupi-Arikém residente nos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari (RO), a respeito do que chamam, em português, de pessoa “especial” (osikirip). Em meu trabalho de campo, levado a cabo desde

2011, notei que meus anfitriões classificam alguns de seus parentes sob esse rótulo. A investigação do tema, em diálogo com o debate da etnologia ameríndia no que diz respeito à fabricação do corpo e à noção de pessoa, abriu-me a possibilidade de entender os regimes de transformação que implicam a diferenciação de alguns membros desse grupo. A hipótese do trabalho, a ser validada por meio da discussão dos dados etnográficos coligidos, é que a lógica que rege a classificação foge do enfoque da biomedicina ocidental, pautada, grosso modo, no dualismo corpo e mente e no processo físico/material.

Reflexões em um campo minado: movimentos do autismo e modelos teóricos da deficiência

AUTORES/AS: FERNANDA CRISTINA FERREIRA NUNES

Estas reflexões são parte da dissertação de mestrado intitulada “Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde”, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Ortega (IMS/UERJ). A pesquisa envolveu trabalho etnográfico e entrevistas com informantes qualificados.

O período entre 2009 e 2012 foi considerado um marco na história das pessoas com autismo no Brasil, devido à sanção da Lei Federal 12.764, no dia 27 de dezembro de 2012, que reconheceu os autistas, para todos os efeitos legais, como pessoas com deficiência. A tomada da deficiência como instrumento político-identitário caracterizou, assim, novos rumos da “luta por direitos”. A partir da análise de diferentes estratégias de atuação política desenvolvidas por três grupos de pais de autistas no Estado do Rio de Janeiro (APADEM, Mundo Azul e Pelo Direito dos Autistas), este trabalho discorrerá acerca de suas principais demandas e alegações. A escolha destes três dispositivos associativos é justificada por suas respectivas coordenações, exclusivamente, atribuídas a pais e familiares de autistas, além do reconhecimento nacional de suas participações na formulação de projetos, leis e eventos relacionados ao espectro. A maior parte do trabalho etnográfico se concentrou no município de Volta Redonda (RJ), onde, há quinze anos, foi fundada a APADEM, caso paradigmático de atuação política de pais de autistas no Estado do Rio de Janeiro. Por meio da “parceria” entre sociedade civil e poder público, atualmente, Volta Redonda detém três legislações municipais direcionadas ao autismo e uma gama de serviços especializados.

Os dados coletados suscitam, sobretudo, reflexões a respeito da importância da ampliação de fronteira dos modelos teóricos da deficiência. Por meio da análise das estratégias de atuação e de visibilidade promovidas pelos três grupos, pretendo responder, assim, às seguintes questões: a) ao compararmos os grupos estudados, em que medida as abordagens do autismo e as estratégias políticas se afastam e se aproximam? b) qual lugar de fala legitima suas ações, construindo nuances e tensões internas e externas ao grupo? c) quais posições teóricas e filosóficas assumem, ou não, ao contemplar perspectivas biomédicas em discursos com ênfase na terapêutica e em pesquisas?

COMUNICAÇÕES COORDENADAS



COORDENADOR/A: ALEX GIULIANO VAILATI

Luz! Câmera! Corta! 19 Mulheres e Um homem (1977)

AUTORES/AS: EDIVÂNIA FREITAS DE JESÚS, DOUGLAS DE OLIVEIRA NOBRE

A partir da década de 60 começam a surgir no cenário nacional produções, bem sucedidas comercialmente e que caíram no gosto do público de todas as camadas sociais. Essas produções eram classificadas como comédias mais eróticas, picantes e para alguns cheias de malícia. Pornochanchada, como a compreendemos hoje, foi um gênero dentro do cinema popular brasileiro, que não se limitava a apenas um tipo específico, mesmo sendo quase sempre taxada de pornográfica. Sua produção não se atinha apenas à comédia erótica, mas também ação, drama, ficção, aventura e etc. O maior representante desse movimento no Brasil é o cineasta sul-mato-grossense David Cardoso, conhecido no meio como o Rei da Pornochanchada. Pretende-se com esse trabalho, entender, porque o filme “19 Mulheres e Um homem” (1977) não foi vetado pelo regime militar durante a censura. Para tanto, realizaremos a análise de conteúdo dos processos censórios emitido para este filme através dos censores do Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP) e periódicos da época.

Notas para repensar as imagens dos índios Potiguara

AUTORES/AS: JOÃO MARTINHO BRAGA DE MENDONÇA

Essa comunicação tem por objetivo um breve relato e reflexão acerca de experiências de pesquisa com imagens dos índios Potiguara do Litoral Norte da Paraíba. Parte-se de um levantamento de imagens pré-existentes e da frequência da produção visual voltada para a documentação destas comunidades indígenas. Diversos métodos são empregados, desde a pesquisa e revisão bibliográfica aos levantamentos em acervos públicos e particulares, bem como histórias de vida, elicitación por imagens e pesquisa fotográfica e fílmica. Assim, experiências e imagens relacionadas principalmente a seis

aldeias (São Francisco, Três Rios, Ibyquara, Jaraguá, Silva de Belém e Monte-Mór) servem de base para uma reflexão que busca analisar as diferentes intenções e posições dos realizadores, o nível de envolvimento ou participação dos sujeitos enfocados, o financiamento e o destino das imagens produzidas como também dados acerca dos variados contextos de recepção destas imagens na região. Nesta comunicação algumas imagens serão escolhidas para demonstração do escopo de uma pesquisa mais ampla, concebida para médio e longo prazo, na qual as questões éticas, estéticas e políticas se tornam imprescindíveis para uma apreciação adequada de um campo imagético, cuja formação é dinâmica e historicamente conformada. Neste exercício de pesquisa são abordadas diversas questões, dentre as quais algumas serão trabalhadas para esta ocasião, por exemplo: como as imagens dos índios Potiguara têm tomado parte nas agendas políticas e culturais das aldeias e terras indígenas como, também, nas agendas políticas e culturais de instituições e atores externos, situados para além das dinâmicas fronteiras de pertencimento étnico? Em que medida as lideranças indígenas elaboram a importância e a necessidade das imagens na implementação de projetos voltados para o povo Potiguara?

O “Isso Foi” da era digital: memória, fotografia e tecnologia na cidade de Belém – Pará.

AUTORES/AS: HELIO FIGUEIREDO DA SERRA NETTO

A “fotografia é memória e com ela se confunde” (KOSSOY, 2005) e também é produtora de múltiplas realidades que são invocadas em uma bricolagem de imagens. De uma “foto” podemos inferir não só o sentido de existência, de algo que existiu e posou para uma objetiva, que a priori nos torna mais elegível, mas também nos convida a embarcar em uma viagem imaginária no tempo onde a “história particular de cada um é restaurada e revivida na solidão da mente e dos sentimentos” (IDEM, 2005). Embora tenhamos na memória as imagens de algumas de nossas mais estimadas fotografias, jamais as revemos impunemente, sem com elas rememorar cheiros, sentimentos, situações, pessoas, lugares,

temporalidades e coisas mais que a materialidade da fotografia não nos permite vivenciar. Assim, essas sensações são vivenciadas por meio de nosso corpo através da memória que lida com essa amálgama imagética que as fotografias nos impingem. “Reconhecer um amigo num retrato, é recolocar-se nos meios em que o vimos” (RICOEUR. 2007) e com isso vivenciar essa experiência pretérita. Na atualidade, as fotografias conquistaram outras espacialidades, com a inserção da tecnologia digital, houve uma grande disseminação dessas imagens em ambientes virtuais, bem como a disseminação de diversos aparelhos que nos permitem capturá-las. Sendo assim, há de se questionar como as diferentes gerações de pessoas lidam com essas tecnologias imagéticas, e como se dá a relação delas com as imagens digitais. O jovem de hoje, que imprime uma de suas milhões de fotografias, tem a mesma relação com elas do que a senhora de seus oitenta anos que guarda sua pequena dezena de fotos em um antigo álbum? Este trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento e busca traçar uma articulação entre a experiência do tempo, a imagem fotográfica e a memória entre pessoas de diferentes gerações da cidade de Belém do Pará. Atentando para interpretar como essas pessoas recebem suas imagens fotográficas pessoais e como elas lidam com a mudança tecnológica ocorrida na prática da fotografia. Para tal empreendimento buscar-se-á realizar uma etnografia da memória e das imagens, na tentativa de construir uma interpretação sobre a relação entre imagem fotográfica, memória e tecnologia em Belém do Pará.

“Lata na mão, grafiteiro na rua, arte na parede” e a montagem de um vídeo etnográfico na Amazônia

AUTORES/AS: LEILA CRISTINA LEITE FERREIRA

Este artigo traz como discussão a captação, a elaboração e a montagem do vídeo “Lata na mão, grafiteiro na rua, arte na parede” que foi realizado durante minha pesquisa de mestrado. Esse vídeo é parte de minha pesquisa visual e está incluso em minha dissertação. Sua captação foi realizada com câmera fotográfica digital e com câmera de celular. Para sua elaboração foram capturadas imagens durante os “Mutirões de Grafite” realizados pela juventude grafiteira de Belém junto

com sua rede de sociabilidade dentro da cidade. E percebi que mesmo com as dificuldades técnicas que encontrei para realizar os registros videográficos com a sua produção conseguiria além de outras coisas alcançar um número maior de pessoas que poderiam ver e discutir minha pesquisa enquanto indivíduos direta ou indiretamente nela envolvidos. Esse vídeo foi produzido levando em conta a perspectiva da antropologia visual que toma a imagem como um texto que deve ser interpretada, lida como um texto que é, tanto no caso das fotos quanto no caso vídeo, que traz a imagem em movimento. O objetivo desse vídeo foi a partir dessa perspectiva fazer uma leitura visual de minha pesquisa colocando em evidência características que provavelmente não estejam evidentes no texto escrito.

COORDENADOR/A: MARIA LUIZA RODRIGUES SOUZA

As artes em uma experiências interdisciplinar: um olhar antropológico

AUTORES/AS: TEREZA MARA FRANZONI

A pesquisa vem se desenvolvendo na perspectiva de construir uma reflexão do ponto de vista antropológico sobre o Curso de Especialização Arte no Campo, um projeto de Residência Agrária aprovado no edital CNPq/MDA/-INCRA nº 26/2012 e implementado pelo Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina, como Curso de Pós Graduação *Latu Sensu*. A perspectiva antropológica pretende dialogar tanto com a proposta interdisciplinar das artes (música, teatro, artes visuais e designe), quanto com a perspectiva educacional da Educação do Campo (em especial com o viés do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A forma como o curso foi estruturado faz dialogar diferentes instâncias governamentais, movimentos sociais do campo, professores universitários, assentados da reforma agrária, professores de escolas primárias e técnicos agrícolas. O Curso, em seu andamento, permite visualizar também o encontro de determinados olhares acadêmicos sobre as práticas artísticas contemporâneas com as práticas e concepções sobre as artes oriundas das experiências dos movimentos pela reforma agrária e do meio rural popular. Valores, conceitos e experiências encontram-se de forma mais ou menos conflituosa, oferecendo tanto aos professores quanto aos estudantes do curso, novas possibilidades para pensar e experimentar as artes e a própria ação educativa. Tanto no âmbito formal do curso, como nos espaços de lazer e confraternização (entre os quais a “mística”, a “noite cultural”, as tarefas de limpeza e organização do espaço” e as viagens que marcam os deslocamentos para o curso), é possível observar os conflitos e as relações que se consolidam sobre os saberes que ali circulam.

CANÇÕES DA FLORESTA - intercâmbios musicais entre indígenas e não indígenas

AUTORES/AS: MAGDA DOURADO PUCCI

Canções da Floresta é um projeto, registrado em forma de documentário,

sobre a turnê do grupo Mawaca pela Amazônia. Em agosto de 2011, músicos do Mawaca se encontraram com seis grupos indígenas diferentes: Paiter Suruí, Karitiana e Ikolen-Gavião de Rondônia; Kambeba e Comunidade Bayaroá do Amazonas e Kaxinawa (Huni-Kuin) do Acre.

Num dos dias, eles se encontraram para oficinas, tocando e cantando juntos e, no dia seguinte, eles tocaram juntos no mesmo palco, realizando um encontro musical, um intercâmbio entre músicos indígenas e não indígenas.

Os objetivos da turnê do Mawaca foram: promover a diversidade cultural indígena nas cidades de Porto Velho, Cacoal, Ji-Paraná; Manacapuru, Manaus e Rio Branco para mostrar a música indígena para um público que vive perto de aldeias indígenas e que não conhece nem valoriza adequadamente suas manifestações culturais; envolver os povos indígenas nos shows e oficinas, a fim de colocá-los em uma posição igualitária e mostrar que é possível criar um diálogo “entre eles e nós” através da música. Durante a turnê, o grupo teve a participação especial de Marlui Miranda, grande especialista em música indígena brasileira.

O show apresentado na turnê foi o ‘Rupestres Sonoros – O canto dos povos da floresta’ - resultado de uma pesquisa de Magda Pucci iniciada durante o Mestrado em Antropologia, cujo foi a Arte Oral Paiter Suruí de Rondônia, baseado nos arquivos sonoros da antropóloga Betty Mindlin. Por conta de suas pesquisas, a musicista levantou uma série de canções indígenas de diferentes locais do país e fez releituras com o grupo Mawaca, formado por 13 músicos.

O projeto ‘Cantos da Floresta’ suscitou diversas questões como aspectos inerentes da pesquisa musical aliada à antropologia, assim como o intercâmbio cultural entre indígenas e não indígenas; e a apropriação de canções tradicionais indígenas em outros contextos musicais

Empreendedorismo na “Broadway Brasileira”

AUTORES/AS: BERNARDO FONSECA MACHADO

“O Brasil é hoje o terceiro maior produtor de musicais do mundo”. Essa é a afirmação lançada aos quatro cantos por empresários, produtores, e artistas envolvidos na criação daquilo que comumente se chama de “Teatro Musical”. O diagnóstico é: o Brasil está se especializando em um mercado novo, e se torna referência nesse tipo de produção. Trata-se de um fenômeno recente, com cerca de

15 anos no Brasil. Entretanto o número de casas de espetáculo aumentou, temos um público cativo lotando semanalmente os espetáculos e formam-se, cada vez mais, escolas e estruturas para amparar a produção: consolida-se um sistema.

No Grupo de Trabalho “Etnografias do Capitalismo”, pretendo apresentar algumas reflexões acerca dos discursos de produtores e artistas envolvidos na produção de musicais. A partir de uma pesquisa etnográfica realizada com atores, atrizes, produtores e produtoras de Teatro Musical da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, a apresentação pretende evidenciar quais são os discursos presentes nos bastidores dos espetáculos. Dentre as falas, destacarei aquelas nas quais os agentes do Teatro Musical defendem a necessidade de serem “empreendedores”, “dinâmicos”, “criativos” para produzirem um teatro “mágico” e “único” que “diverte e emociona”. Tais discursos evidenciam, entre outras coisas, uma associação particular entre indústria cultural e empreendedorismo.

Nesse sentido, os musicais são espetáculos que celebram o grandioso: o exagero de gestos, vozes, luzes e cenário são recursos indissociáveis das peças, fundamentais para o público, indispensáveis para os produtores. Estamos diante de uma produção cultural particular que confere pistas para pensar o impacto do neoliberalismo na produção cultural do Brasil. Considero que pesquisar esse tema – pertinente não só pelo volume financeiro dos espetáculos (com movimentações milionárias), mas principalmente pelas projeções simbólicas dos agentes envolvidos – pode contribuir de maneira significativa para compreender a inserção do Brasil no mercado da indústria cultural, bem como auxiliar a discussão sobre determinados debates na antropologia. Mais explicitamente, interessa pensar como o país vem agenciando seu local, traduzindo, recriando e reinventando um gênero consagrado em países centrais como Estados Unidos.

A apresentação se insere em um debate maior: a busca por provincializar os EUA por meio do estudo de suas matrizes simbólicas. Através das produções musicais que viajam para fora do território estadunidense, pretendo estranhar alguns dos símbolos ianques: especificamente o discurso empreendedor que esse tipo de produto exige para se reproduzir. Estudar os musicais e sua expansão mundial é, portanto, uma forma de investigar como símbolos são negociados, contestados e hibridizados no Brasil.

Lençóis esquecidos no Rio Vermelho: algumas questões sobre processos de criação artística

AUTORES/AS: MARIA LUIZA RODRIGUES SOUZA

Que redes de relações são evidenciadas no processo de construção de uma obra artística? Que procedimentos o/a artista elege para a realização de seu trabalho e como tais procedimentos estão associados ao contexto cultural? Com quais conceitos e perspectivas teóricas podemos entender os sistemas de conhecimento que envolvem o fazer artístico? Como registrar e analisar, com base em etnografias, as etapas do projeto e a execução da obra, entendida antes como processo do que como produto? Este artigo faz parte de uma investigação em curso sobre arte e formação de artistas professores/as. As perguntas iniciais surgiram a partir das atividades de extensão do núcleo de pesquisa Ser-Tão - UFG, nas quais diferentes propostas de expressão estética e diversos suportes eram alvo de discussão. Etnografar a arte e seus processos de criação e de exposição exige que envolvimentos e afetos provocados pelo contato com a obra e com o/a artista sejam discutidos de modo reflexivo. Neste artigo, apresento algumas questões sobre os caminhos de uma antropologia da arte, abordando a intervenção urbana ou site específico de Selma Parreira na Cidade de Goiás, intitulada “Lençóis esquecidos no Rio Vermelho”. Trata-se de uma intervenção cuja temática, segundo a própria artista, refere-se à memória do trabalho feminino. Selma Parreira desenvolveu a obra a partir de pesquisa em acervos fotográficos de famílias, acervos estes que conduziram a artista a pensar e exprimir a prática de trabalho e vida das mulheres que cuidavam das roupas de famílias abastadas da cidade no início do século XX. Em certa medida, a obra e o desenvolvimento do projeto de intervenção podem estar relacionados à problemática do artista como etnógrafo, que assume, também, o papel de historiador. Nesse sentido, o propósito desta comunicação é, principalmente, o de discutir como a artista concebe e define seu projeto, assim como o modo pelo qual este, a partir de sua exibição, pode ser discutido nos termos de uma abordagem que considere a arte contemporânea como objeto de pesquisa antropológico dentro de marcos teórico-conceituais de debate que levem em conta, também, questões sobre história, memória e gênero.

Alimentação Indígena Sateré-Mawé: Um Panorama Atual

AUTORES/AS: KALINDA FÉLIX DE SOUZA

O presente artigo visa abordar sobre a alimentação indígena, em específico da etnia Sateré-Mawé no baixo Amazonas, as aldeias citadas ao longo do trabalho estão localizadas dentro da Terra Indígena Andirá-Marau, homologada em 1986, com 788.528 hectares distribuídas nos municípios de Parintins, Barreirinha, Maués no Amazonas e; Itaituba no estado do Pará. As aldeias selecionadas para a pesquisa ainda em andamento, situam-se nas margens do rio Andirá, sendo as três primeiras no baixo curso do Andirá e a última citada no trecho alto do mesmo rio. Falantes da língua Sateré-Mawé originária de uma família do tronco Tupi (Rodrigues, 2000). Curt Nimuendajú (1948) foi um dos primeiros a classificar essa língua como pertencente ao tronco Tupi. Os relatos atestam que o contato com os portugueses foi feito em 1669, quando da instalação da missão jesuítica Tupinambarana (Uggé, 1991). A partir daí, segue-se uma história de luta dos índios Sateré-Mawé frente à sociedade não-indígena. São mais de trezentos anos de contato com a sociedade não-indígena.

Os Sateré-Mawé realizam suas trocas comerciais, desde os primeiros contatos com a sociedade não indígena. Segundo Uggé (1991) no que segue a produção agrícola, cultivam batata doce, mandioca, guaraná, cacau, castanha entre outras frutas e tubérculos, mas o principal produto de sua exportação é o guaraná, vendido em bastões ou em pó, principalmente para fora do país. O guaraná (*Paullinia sorbilis*), é um produto vegetal com que se prepara uma bebida típica da Amazônia, é está intimamente ligado à história mítica dos Sateré-Mawé. Por este fato, são também conhecidos como filhos do guaraná. objetivamos apresentar ao longo deste, um breve panorama da alimentação Sateré-Mawé, tendo como foco a cosmologia alimentar, ou seja, alimentos que constituem um significado singular para o grupo. Nossa metodologia constitui-se de breve visitas pré-campo, realizadas no município de Barreirinha e Parintins em 2012 e 2013. Nosso apoio

teórico, no contexto indígena destacamos os trabalhos mais recentes como os de Hugh-Jones (1995), Fausto (2002), relacionam o alimentar-se com a relação cosmológica dos indígenas, alimentos rituais. Mintz (2001) sentimentos sobre o alimento, emoção. Katz (2007) sobre patrimônio alimentar indígena; Lucia Hussak Van Velthen (2005) de Buchillet (1988); Maués (1990); Garnelo (2006, 2007, 2009); Teixeira (2005) entre outros nos dão bases para refletir os trabalhos sobre alimentação indígena e a relação dos alimentos com as diversas fases da vida ritual cotidiana. Outros clássicos do campo da antropologia como “O cru e o cozido” de Claude Lévi-Strauss, publicado em 1964 na França, “Do mel as cinzas” (1967) nos fornecem elementos para se pensar nos mitos e a transformação dos alimentos dentro de uma cosmologia.

Poulain (2004) nos fornece reflexão sobre a sociologia e antropologia da alimentação. Gilbert Durand (1997) a teoria para pensar o fluxo do cotidiano em relação ao consumo dos alimentos cosmológicos na vida Sateré-Mawé. Não esquecendo os trabalhos de Câmara Cascudo (1963) e (1983) conotando a cozinha brasileira; Castro ([1946], 2001) conecta do desenvolvimento do país ao contexto de fome do Brasil; Gilberto Freyre ([1933], 1973) contextualiza a contribuição da cozinha africana no Brasil, Mary Douglas (1973, 1979); Maria Eunice Maciel (2005) sobre alimentação. Também Peirano (1975) e Maués, (1978) observam sobre os tabus alimentares; Velho (1977); Zaluar (1985) salientam a questão alimentar nos contextos urbanos, nos servem para refletir a transição alimentar. No que se refere a etnia Sateré-Mawé que tratam em geral sobre os vários contextos sociais, culturais e econômicos temos Nimuendajú (1948), Nunes Pereira (1954), Leacock (1964, 1973), Menéndez (1981 e 1982), Uggé (1991), Lorenz (1992), Figueroa (1997), Fraboni (2000), Alvarez (2004 e 2009), Teixeira (2005), Yamã (2007).

Cachaça Legal: produção de cachaça e as Boas Práticas de Fabricação (BPF) no Brasil.

Autores/as: DJANILSON AMORIM DA SILVA

O objetivo deste trabalho é discutir os encontros e desencontros entre produtores de cachaça e agentes institucionais responsáveis pela implantação das chamadas Boas Práticas de Fabricação (BPF). Este trabalho é parte da etnografia em

andamento sobre produção, consumo e circulação de cachaça no Brasil. Para os fins específicos deste texto, utilizo material etnográfico elaborado a partir do 3º Seminário Paraibano de Cachaça de Alambique, ocorrido em setembro de 2013 durante o XIV Festival Brasileiro de Cachaça, Rapadura e Açúcar Mascavo, no município de Areia-PB. Na ocasião encontravam-se presentes produtores de cachaça e representantes de instituições públicas e privadas de várias localidades brasileiras. O trabalho reflete sobre as cosmologias desses agentes no que respeita aos processos de produção, armazenamento, envasamento e circulação de cachaça. Está em questão temas como Certificação, Estandarização, Padronização, todos direcionados à promoção de um discurso enaltecendo a cachaça como patrimônio cultural nacional. O texto aborda as condutas dos produtores de cachaça frente à proposta das BPF, bem como, as atitudes dos representantes institucionais frente à postura dos produtores.

Fome em Áreas Protegidas na Amazônia: O caso do Parque Estadual Monte Alegre – PA

AUTORES/AS: IZABEL CAVALCANTI IBIAPINA PARENTE

O objetivo do trabalho é analisar os impactos da criação de uma unidade de conservação (UC) sobre a produção e o consumo de alimentos das populações locais. Pretende-se, sobretudo, trazer contribuições para o estudo do fenômeno da fome em áreas protegidas na Amazônia. Para atingir tal objetivo, foi selecionado o estudo de caso do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), Pará. Criado em 2001, o PEMA apresenta, além da beleza cênica, aspectos arqueológicos que justificaram sua criação. No entanto, a criação do Parque desencadeou vários de problemas para comunidades ribeirinhas situadas no interior e no entorno da UC. O trabalho baseia-se em dados coletados pela pesquisadora durante trabalho de campo desenvolvido no Pará, em agosto e setembro de 2011.

Gastronomia: a trajetória de uma construção recente

AUTORES/AS: JANINE HELFEST LEICHT COLLAÇO

A nossa relação com o alimento certamente é cotidiana e compreendida, de maneira mais ampla, como uma necessidade básica, mas é fato que nossas escolhas

dependem de vários fatores que irão determinar o quê comemos, como, quando, com quem, como os alimentos são preparados etc. resultando em soluções particulares que se articulam a lógicas culturais e que irão definir os limites de uma cozinha. Esta pode estar associada a distintos grupos, países, territórios e circular pelo mundo afora criando imagens que ora podem ser consideradas autênticas ou mera reproduções.

Entretanto, as cozinhas não podem ser tomadas apenas em termos de espaços físicos, são também conjuntos de pratos, receitas, técnicas, valores, símbolos que se tornaram atrações em um mundo de cidades cosmopolitas e maior circulação de pessoas, imagens, informações. Este maior acesso permite aos comensais conhecer diferentes tipos de alimentação nas mais variadas formas, permitindo a transformação do conceito de gastronomia.

Gastronomia não é uma palavra nova e ficou muito associada à Brillat-Savarin devido ao seu livro *A Fisiologia do Gosto* (1995), no qual detalhou o conceito a partir de uma concepção do que seria comer e beber apropriadamente. Em jornais, revistas, meio virtual é uma palavra que circula como referência de tudo aquilo que engloba restaurantes, produtos, receitas, chefs de cozinha etc. É também um conceito que está associado à ideia de distinção, por vezes entendida como uma evolução, mas antes de tudo um produto cultural com uma trajetória específica e uma dinâmica particular.

Nesse sentido, se pensarmos que nem todo alimento se transforma em comida (SAHLINS, 2003), emergem os limites do comestível e não comestível, bem como as condições que permitem organizar de modo prático e simbólico o comer e a alimentação. Desse modo, a cozinha e o comer representam elementos além de uma associação entre grupo e território, contando também com a memória, a tradição e disputas de identidade. A cozinha de um grupo ou país é um meio para pensar relações sociais, pois não se trata somente de um apanhado de traços imobilizados, pratos típicos ou ingredientes.

Assim, este trabalho pretende traçar uma breve trajetória do conceito gastronomia e mostrar sua presença no mundo contemporâneo e no cenário nacional, revendo algumas relações que permitirão compreender como se deu sua consolidação e como se articulou às distintas realidades locais.

O fenômeno da alimentação halal e sua repercussão no Brasil

AUTORES/AS: ANDRÉ GONDIM DO REGO

Estima-se que, nos últimos anos, houve um aumento de 15% do consumo mundial de produtos halal, ou seja, produtos permitidos aos muçulmanos mediante a observância em sua elaboração de certos preceitos islâmicos. Pondera-se, além disso, que os desdobramentos sanitários desta observância no que se refere aos alimentos estariam, inclusive, conquistando um público não muçulmano. Neste mercado em expansão, o Brasil se tornou um dos maiores exportadores de carne halal do mundo. Apesar do prodigioso crescimento deste mercado, não tem havido qualquer reflexão antropológica no país sobre suas diversas repercussões socioculturais. O objetivo desta proposta, assim, é o de iniciar uma reflexão acerca desta questão, apresentando tanto um histórico sobre a produção e consumo de alimentos halal no Brasil, quanto potenciais campos de abordagem no âmbito da disciplina. A ideia é indicar como o fenômeno da alimentação halal mobiliza uma série de fatores relativos ao contexto global e local, ao mesmo tempo que articula aspectos religiosos, econômicos, diplomáticos, técnicos e identitários.

COORDENADOR/A: TÂNIA WELTER

“Retomando” a escola: reflexões sobre educação escolar indígena entre os Pataxó Hãhãhãe.

AUTORES/AS: IVAN DUTRA BELO

O trabalho proposto busca apresentar os resultados parciais de uma pesquisa etnográfica no âmbito da temática sobre a educação escolar indígena. Este busca apresentar o contexto de escolarização dos Pataxó Hãhãhãe, localizados ao sul do Estado da Bahia. A problemática da educação escolar indígena no Brasil tem tomado fôlego no âmbito da Antropologia, principalmente a partir da década de 1990, é possível ver no crescente número de trabalhos um conjunto de problemas comuns que se apresentam de diversas formas em cada contexto etnográfico. Este trabalho, tem por objetivo identificar as principais questões teóricas relacionadas ao tema e pensá-las através da experiência dos Pataxó Hãhãhãe. Neste sentido, torna-se fundamental a compreensão crítica da interculturalidade vivenciada por estes indígenas em seu processo de escolarização. É fundamental a investigação dos processos históricos vivenciados pelos Pataxó Hãhãhãe em sua relação de contato com a educação escolar e observar como ocorre este processo atualmente, destacando o pensar sobre a educação escolar indígena como processo intercultural e os projetos educacionais que promovem e desejam promover.

A Antropologia Historicizada ou os Índios de Fenimore Cooper: “Clássicos” e “História” no Ensino de Antropologia no Brasil

AUTORES/AS: GUILLERMO VEGA SANABRIA

O trabalho explora a relação entre a formalização do ensino em seis Programas de Pós-graduação em Antropologia no Brasil e as condições institucionais em que conhecimentos antropológicos são selecionados e transmitidos no país. Parte-se da ideia de que as características das grades curriculares e tendências a respeito dos autores, textos e temas propostos nas disciplinas obrigatórias exprimem uma classificação do conhecimento antropológico destinado ao ensino neste nível. Essa classificação remete a um cânone para a formação dos

novos antropólogos no Brasil, mas também a traços idiossincráticos das relações sociais nos cursos de antropologia. Temas como as relações intergeracionais, as relações interinstitucionais, a divisão do trabalho e a reprodução social surgem como questões centrais neste contexto, à luz de noções como “clássicos”, “história” e a formação em antropologia como “experiência iniciática”.

A memória como um ritual de passagem

AUTORES/AS: ANDRÉA LÚCIA DA SILVA DE PAIVA

O objetivo desse trabalho é descrever as experiências em sala de aula com os alunos da Universidade para a Terceira Idade (UNITI) na UFF de Campos dos Goytacazes. A partir do curso de extensão intitulado “A memória como um Ritual de Passagem” buscamos, nessa descrição, refletir como a trajetória de vida é construída e marcada pela memória individual e coletiva que atravessam, de forma seletiva, a vida dos indivíduos. Nesse processo, observamos as aulas como um “campo de pesquisa” onde os conceitos de memória e educação aparecem como fenômenos de percepções capazes de recriarem o conhecimento transmitido. A cada ritual presenciado percebe-se trocas de informações ritmadas pelo tempo e espaço familiar, afetivo, geracional, festivo e urbano. A partir de cartas, relatos e objetos buscamos mostrar como as experiências no campo educacional vêm se tornando importantes instrumentos para o desafio do “olhar antropológico” no que diz respeito ao aspecto metodológico e no contato com o outro.

Cidadania e assistência estudantil: Elementos para análise a partir de um internato.

AUTORES/AS: FABIOLA MATTOS PEREIRA

A presente proposta se constitui como recorte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em nível de Doutorado, da PUCRS. Pretende apresentar elementos bibliográficos e proposta de trabalho de campo (que se encontra em andamento), que permitirão contextualizar os significados do ser “aluno assistido”, em outras palavras, beneficiário de algum programa/projeto de assistência; numa instituição de ensino. Tomando por referência a oferta do regime de internato desde sua fundação, no ano de 1923,

na cidade de Pelotas / RS, se pretende evidenciar, mesmo que preliminarmente, a trajetória das ações de assistência social adotadas pelo atual Câmpus Pelotas – Visconde da Graça, baseando-se nas diferentes nomeações e tratamentos que receberam os estudantes vinculados a tal instituição. A partir da perspectiva antropológica, objetiva-se a discussão dos mecanismos para seleção, inclusão/exclusão e permanência dos estudantes, situando as possíveis e diversas concepções de cidadania adotadas e construídas pela instituição, as quais podem ter conduzido a tensões e exclusões no ambiente e na cultura escolar.

De como a Antropologia instrumentaliza estudantes

AUTORES/AS: TÂNIA WELTER

Esta comunicação objetiva apresentar a refletir sobre os impactos teóricos e metodológicos da Antropologia na formação e atuação de licenciandos/as em Ciências Sociais vinculados ao programa de iniciação à docência (PIBID/CAPES) da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. Recorrentemente se afirma que a escola é espaço apenas para encontro e produção de diferenças, distinções e desigualdades entre os/as sujeitos sociais envolvidos, em destaque, estudantes e profissionais da educação. Desta forma, serviria como espaço apenas para experiências e relações assimétricas, estímulo para valores hegemônicos, repressões e opressões sobre padrões não hegemônicos, exercícios de poder, conflitos e violências, estas nem sempre penalizadas. Se afirma também que a escola contemporânea da sociedade capitalista está em crise em sua principal função social, qual seja, transmissão e socialização dos conhecimentos. Diante destas problemáticas e desafios, licenciandos/as em Ciências Sociais propuseram e realizaram ações educacionais numa escola da rede pública do estado de Santa Catarina envolvendo estudantes de ensino médio. As ações foram diversificadas, metodológica e teoricamente, assim como seus impactos. Foram realizadas oficinas, dinâmicas, saraus, pesquisa, intercâmbio, gincana e eventos. Os impactos das atividades entre os/as envolvidos foi diversificada. Para licenciandos/as estas foram oportunidades primordiais de conhecer a realidade escolar durante sua formação universitária; de estudar mais profundamente, refletir e ensinar os conteúdos teóricos; de planejar, executar e coordenar projetos e de produzir novos conhecimentos e reflexões, tanto no aspecto do ensino, quanto da teoria.

As atividades realizadas priorizaram o envolvimento de estudantes, estimularam que estes socializassem, refletissem e produzissem conhecimentos, desenvolvessem habilidades e capacidade de liderança e fossem “seduzidos” para o conhecimento. Constatou-se que toda comunidade escolar foi envolvida de alguma maneira nas atividades realizadas e coordenadas por estes/as licenciandos/as. A realização destas atividades, nos permite afirmar que a escola, mais do que espaço de conflito e violências, é o espaço de sociabilidades, encontro de diferenças, de socialização e produção de novos conhecimentos, de reflexão sobre desigualdades, discriminações e normatizações, de estímulo ao respeito e a valorização das diferenças culturais, sociais, sexuais, econômicas, religiosas e políticas.

Diferença que (re)produz diferença: experiência de educação superior diferenciada na UFPA

AUTORES/AS: FRANCILENE DE AGUIAR PARENTE

A experiência como docente em um diferenciado e organizado para a formação política dos tidos como “diferentes” será o pano de fundo para discutir como a formação em Etnodesenvolvimento tem se mostrado estratégica para a reafirmação étnica em Altamira no Pará. Reflete-se os relatos escritos e depoimentos dos indígenas/discentes do Curso, voltado a povos indígenas e comunidades tradicionais e inserido nas políticas afirmativas da UFPA como Turma Especial, como simbólicos desse processo, por apresentarem-se como “descendentes” de povos indígenas, em decorrência de uma série de conflitos socioculturais e territoriais ocorridos ao longo do tempo e que tiveram por consequência a vivência na cidade e a pretensa homogeneização cultural, e atualmente reafirmarem a diferenciação étnica como indígenas.

Educação Indígena e Educação Escolar; Como pensar esse diálogo dentro de contextos semânticos tão díspares a partir do processo de implantação da Educação Escolar na Tekoa Kapi’i Ovy situada no Municí

AUTORES/AS: MARIA HELOISA MARTINS DA ROSA

Neste artigo pretendo analisar e problematizar à luz da Antropologia as diferenças semânticas educacionais entre a educação indígena Mbyá-Guarani e a educação escolar não indígena. Busco confrontar projetos pedagógicos existentes em escolas,

que utilizam um tipo de educação escolar padronizada para todas as culturas e que estão embasados na visão de mundo ocidental, com a pedagogia Indígena Mbyá-Guarani que tem como base fundamental as práticas de vivências cotidianas e não se resume a uma instituição escolar. Para além disso, ela acontece em todas as etapas da vida diária, em todos os lugares, ou seja, na organização social dentro da comunidade indígena, nos valores culturais e nas relações de trabalho, todo o contexto da aldeia é local de aprendizagem. Para escrever este artigo utilizo , o método etnográfico, literatura sobre o povo Mbyá Guarani, sobre a educação indígena e a educação escolar indígena.

Educação Indígena em Contexto Hospitalar: processos educacionais em domicílio indígenas.

AUTORES/AS: WILLAS DIAS DA COSTA

Este texto representa uma reflexão de uma experiência no atendimento hospitalar educacional envolvendo uma criança indígena em contexto urbano. Assim este trabalho busca colaborar na reflexão escolar indígena em contexto hospitalar cujo atendimento não se encontra previsto no trabalho das secretarias de educação que possuem modalidade de educação indígena. O presente relato envolve o ano de 2008. Neste período encontrava-me voltando da licença de mestrado em educação com um grupo indígena no Rio Purus no Amazonas e assim buscava uma escola para voltar ao trabalho docente da rede pública de ensino, procurei a gestora que trabalhei enquanto pedagogo numa escola estadual anteriormente. Enquanto conversávamos uma professora que trabalhava na gerência de atendimento a pessoas com deficiências ligou para esta buscando um professor para realizar atendimento hospitalar com uma aluna indígena que se encontrava internada no hospital universitário Getúlio Vargas. As professoras que foram enviadas ao trabalho não aceitaram pelo fato de não entender a língua indígena tukana falada pela criança e seus familiares. A criança (menina) sofreu uma mordida de cobra numa comunidade indígena chamada Pari Cachoeira localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, recebeu os primeiros atendimentos na própria comunidade, em virtude da ausência do tratamento adequado transferiram para a sede do município, apesar do atendimento com médicos, este encontraram complicações na situação da criança em virtude da demora na aplicação dos

cuidados necessários. A criança foi transferida para Manaus onde a o primeiro diagnostico foi amputação, mas com a resistência da família para essa opção criou um impasse a respeito do tratamento adequado para a situação. Neste cenário o conhecimento antropológico possibilitou uma construção de produção de interfaces entre o saber tradicional com os processos educacionais normatizados pelo sistema educacional.

Escola indígena e formação do pesquisador: potencialidades a serem exploradas em redes de colaboração

AUTORES/AS: KARLA CUNHA PÁDUA

O texto discute a apropriação da escola por professores/as indígenas, da etnia Pataxó, que cursaram a primeira turma do curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI), oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais. Os dados foram coletados no contexto de uma pesquisa que busca compreender as repercussões da formação intercultural na vida de professores/as indígenas, na qual se realizou entrevistas narrativas com cinco professores da aldeia Muã Mimatxi, em Itapecerica, Minas Gerais. O pano de fundo teórico para a análise desse material empírico foi buscado na Antropologia, que permitiu um escopo comparativo e um novo olhar sobre os temas apresentados pelos/as professores/as indígenas. A pesquisa apontou que as interlocuções ocorridas durante o processo de formação, apreendidas por concepções próprias de conhecimento, produziram novas experiências e significações. A escola tornou-se centro da vida comunitária, lugar de exercício de pesquisa permanente e ligada à prática social que os ajuda a repensar a sua relação com o mundo e a produzir seus projetos de futuro. A investigação de temas relevantes para a vida comunitária foi apontada pelos/as professores/as indígenas entrevistados/as como uma das aprendizagens mais relevantes do curso de formação intercultural que realizaram, tornando um recurso apropriado para orientar os projetos pedagógicos da escola e servir aos projetos de vida coletiva. Concepções próprias de conhecimento como projeto e como pesquisa, exercitadas em atividades escolares diversas, os ajudam a repensar a sua relação com o mundo e a produzir uma história em permanente processo de transformação, que entrelaça o devir e ressignifica a memória. As reflexões suscitadas pelos/as professores/as indígenas entrevistados/as apontaram para a

necessidade de continuidade da formação, sob a forma de projetos colaborativos e de assessoria às aldeias, com a participação de antropólogos e educadores, para apoiar as riquezas e potencialidades desencadeadas no processo de formação inicial. Os projetos coletivos desenvolvidos na escola, tendo como base a pesquisa e a investigação, constituem um campo fértil para novas parcerias que apoiem a organização dos registros etnográficos realizados pelos/as alunos/as e professores/as e a continuidade dos projetos culturais voltados para a sustentabilidade das novas gerações.

Mitos e histórias de povos indígenas como apoio pedagógico

AUTORES/AS: GLÁUCIA BURATTO RODRIGUES DE MELLO

As histórias são para serem lembradas e contadas. Assim a gente nunca se esquece. E dessa forma, o mundo continua a ser conhecido. Esta foi a proposta pedagógica de inclusão social com o fortalecimento da identidade e das tradições culturais que realizamos entre povos Guarani, Kaingang e Xetá do norte do Estado do Paraná (cerca de 4.000 indivíduos), com a edição de livros paraliterários de apoio pedagógico e cultural para as escolas de oito terras indígenas, cuja realização eu gostaria de apresentar e discutir neste GT. São 15 histórias reunidas em 5 volumes, intitulados Mitos e histórias do povo guarani; 14 histórias reunidas em 4 volumes, intitulados Mitos e histórias do povo kaingang; e 13 histórias reunidas em 1 volume, intitulado Mitos e histórias do povo xetá, num total de 10 volumes, em formato de livros de literatura infanto-juvenil. Os volumes relativos aos povos guarani e kaingang são bilíngues (português e guarani; português e kaingang, respectivamente) e são ilustrados pelos alunos das escolas indígenas daquelas terras indígenas. O volume Xetá é ilustrado por fotografias e apresenta-se em versão portuguesa, apenas. A preparação e edição desses livros foram possíveis a partir de trabalho de pesquisa teórica e etnográfica realizado em equipe coordenada pela apresentadora deste trabalho, no período de 2011-2013; os livros (já editados) estão sendo entregues no início deste ano letivo de 2014 às comunidades indígenas. Esse trabalho veio atender duas demandas: de um lado, uma determinação do IPHAN (TR-IPHAN 23/09/2010, com base na Portaria IPHAN 230/02) relativa à implementação de um Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social, acatado pelo Consórcio Cruzeiro do Sul que empreendeu a construção da Usina

Hidrelétrica Mauá-PR em terras próximas às indígenas; e, de outro lado, à realização de demanda indígena apontada por Diagnóstico Antropológico Participativo realizado por esta pesquisadora, em campo. O material produzido apresenta-se como instrumento pedagógico de inclusão, fortalecimento da identidade cultural e preservação da memória oral e das tradições indígenas. As histórias dos livros foram contadas por narradores indígenas, ilustradas pelos alunos das escolas e as traduções foram feitas por professores indígenas, sempre indicados por eles. O que se propõe é a discussão e avaliação da produção de material pedagógico e cultural com recursos privados, representando contribuição para o fortalecimento de tradições e apoio pedagógico às escolas indígenas, contribuição para um melhor conhecimento sobre povos indígenas brasileiros, fortalecimento de tradições milenares e elevação na representação e autoestima indígenas.

O “trabalho de campo” como exercício de relativização: possibilidades para uma pedagogia centrada na tradução.

AUTORES/AS: ANDRÉ MAREGA PINHEL

Os dados analisados nesta comunicação compõem os resultados de uma pesquisa de avaliação da implantação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), financiada pelo FNDE-MEC. A investigação toma como base questionários e entrevistas realizadas com gestores e professores de 1200 escolas signatárias do Programa, distribuídas em 23 estados. Ao serem inquiridos a respeito das atividades “inovadoras” que realizavam, grande parte dos professores pesquisados (40%) citou a prática do “trabalho de campo”. Tal categoria comportava vários tipos de práticas pedagógicas, como a aplicação de questionários socioeconômicos em comunidades locais e visitas a parques e unidades de conservação. Uma interpretação preliminar das respostas aponta que, a despeito da ampla variedade de práticas empregadas, existia um consenso de que os “trabalhos de campo” representavam momentos nos quais os alunos entrariam em confronto com a “realidade local”. A tradição etnográfica da Antropologia contribui para analisar os “trabalhos de campo” como exercícios de relativização cultural e, em alguns casos, como uma tradução entre o saber local e os conhecimentos escolares. Por fim, a comunicação debaterá até que ponto este confronto proporcionado pela experiência de deslocamento pode promover alguma reflexão – ou desconstrução – dos saberes e práticas consagradas no ambiente escolar.

Temática Indígena na Escola: Diversidade de Saberes

AUTORES/AS: LORI ALTMANN

Este trabalho pretende apresentar uma experiência educativa desenvolvida num Projeto de Extensão, que teve a participação de docentes e discentes de Antropologia (graduação, mestrado e doutorado), Turismo, História e professores/as, funcionários/as e alunos/as da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nestor Eliseu Crochemore da área rural de Pelotas/RS. O projeto envolveu pesquisa, troca de experiências e construção de proposta de como trabalhar a temática indígena em sala de aula. Contou com a participação de assessores/as externos e da comunidade Mbyá Guarani, da Tekoá Kapi'i Ovy, localizada nas proximidades da escola. As pessoas envolvidas estiveram presentes durante todo o processo, ou seja, na construção, no desenvolvimento e na avaliação do projeto. As propostas eram apresentadas e dialogadas antes da execução de cada etapa. Foram utilizados filmes, histórias e atividades artísticas para a abordagem das temáticas. A troca de visitas entre a comunidade indígena e a escola propiciou aproximação, visando a superação de imagens estereotipadas a respeito dos povos indígenas. O diálogo entre antropologia, em especial a Etnologia Ameríndia, e a educação são de longa data, mas em muitas ocasiões estiveram permeadas de críticas mútuas vinculadas a implicações políticas e metodológicas, baseadas numa história de relações desiguais entre povos indígenas e sociedade brasileira. Apesar de existir uma produção acadêmica limitada, encontramos registros nos quais a antropologia volta-se para a educação, seja ela educação indígena, educação escolar indígena ou em sentidos outros. O projeto de extensão mostrou como estes dois campos do conhecimento, o antropológico e o educacional, podem sair fortalecidos ou mesmo transformados neste diálogo. O conhecimento produzido, bem como os desafios teóricos e metodológicos que tal diálogo nos propiciou, em especial no que se refere à dimensão etnográfica das práticas e das pesquisas desenvolvidas, ajudou a repensar a formação proposta no bacharelado em Antropologia e por sua vez auxiliou professores/as a repensar conteúdos e práticas educacionais desenvolvidas em sala de aula com crianças e adolescentes. A educação escolar ocorre em contexto multicultural e de relações interculturais e é fundamental percebermos as formas como as diferenças são engendradas e colocadas em relação a partir de processos educativos. Problematicar conflitos que surgem nessas relações e explicitar como

essa abordagem interdisciplinar aproxima-se dessas situações poderá fornecer elementos de interpretação e análise para a qualificação do processo educativo. Pretendemos debater aspectos da interface Antropologia e Educação, no contexto de aplicação da lei 11.645, tendo como pano de fundo culturas escolares infantis e juvenis numa escola rural.

Transgressão sociopedagógica no Ensino Superior: reflexões etnográficas acerca do contexto da UFRN.

AUTORES/AS: JULYANA VILAR DE FRANÇA MANGUINHO

O Ensino Superior, assim como todas as outras modalidades de ensino, se configura como uma atmosfera de contradições e ambivalências. Podemos perceber isso tanto nos seus contextos pedagógicos formais, ou seja, nas salas de aula e laboratórios; como nos ambientes informais, por exemplo, os lugares de sociabilidade e convivência. É na observação desse universo que constatamos que os sujeitos procuram estabelecer relações de transgressão ou de normalidade diante das regras sociais que vigoram nos tempos e espaços universitários. O objetivo então dessa pesquisa será lançar um olhar para as práticas consideradas socialmente como subversivas dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, buscando relativizar o conceito de transgressão, observando o seu caráter relacional, isto é, analisando os valores, atitudes e comportamentos dos sujeitos em situações tanto de transgressão como de aceitação às normas sociais. A metodologia utilizada será a etnografia procurando ressaltar a perspectiva complexa, fluída e borrada da dualidade (transgressão/ norma) como uma categoria analítica.

COORDENADOR/A: JEAN SEGATA

Amor, mercado afetivo e moralidade: breve revisão sobre dois campos empíricos

AUTORES/AS: PAULO SANTOS DANTAS

O amor, no campo das relações raciais, tem se alterado na sociedade brasileira de forma significativa e visível entre a última década do século 20 e a primeira década do século 21. Entre os principais fatores dessas alterações reconhece-se, por um lado, a entrada das relações afetivas como objeto de discussão e disputa no campo dos movimentos sociais, por outro, as mudanças pelas quais vêm passando as posições simbólicas e de poder do negro na sociedade brasileira. Este texto tem por objetivo analisar, de forma comparativa, como as relações amorosas inscritas na chave homem negro – mulher negra inauguram novos modos de proceder junto às disputas por afeto no mercado afetivo nas cidade de Aracaju e Salvador. Neste contexto, busca-se refletir acerca das disposições dos discursos e práticas que se apresentam como recursos moralizadores entre os sujeitos que integram tais relações “intrarraciais”.

Emoções na Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara em Teresina-PI

AUTORES/AS: ARIANY MARIA FARIAS DE SOUZA

O trabalho é parte da pesquisa de dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT-UFPI) propõe evidenciar as emoções dos participantes do espaço religioso destacando os aspectos socioculturais e aos sentidos atribuídos pelos atores sociais a suas experiências emocionais. Dessa forma, pretendemos dar conta de duas questões neste artigo: entender as emoções e a função da religião umbandista na vida dos frequentadores da Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara; e os sentidos simbólicos, os sentimentos atribuídos por estes atores às práticas e rituais desenvolvidos no espaço. Para tanto, entenderemos as emoções como uma construção social que é ensinada e internalizada fazendo parte

de um processo de formação da intersubjetividade (Koury, 2009). Aproximarmos-nos ainda da concepção de emoções construída a partir das relações entre o grupo e o indivíduo, mediadas pela troca (Mauss, 1974; Merleau-Ponty, 1961). Os autores Halbwachs (2009), Simmel (2009), Coelho (2003), Velho (1986) também comporão as nossas reflexões. Através do método etnográfico, observação participante buscamos trazer à tona emoções, sentimentos, experiências vivenciadas pelos atores sociais em questão, utilizaremos narrativas orais, textuais e imagéticas recolhidas na Tenda Espírita Umbandista de Santa Bárbara em Teresina-PI.

COORDENADOR/A: JEAN SEGATA

Festa de Santa Bárbara

AUTORES/AS: GERSON CARLOS PEREIRA LINDOSO

O artigo apresentado é fruto de trabalho de pesquisa sobre Antropologia das Religiões Afro-Brasileiras e teve como objetivo principal fazer uma análise do discurso midiático, particularmente televisivo do programa ‘Na Fé’, apresentado pelo jornalista Artur Veríssimo, veiculado em canal fechado Discovery Channel, que fez uma reportagem sobre a festa de Santa Bárbara na cidade maranhense Codó, representada pelos meios de comunicação atualmente como ‘Capital Mundial da Feitiçaria’ (LINDOSO, 2012) e da ‘Magia Negra’. Esse programa documentário focalizou a festa de Santa Bárbara em alguns terreiros de religião afro em Codó, que apresenta o ‘Terecô’, como matriz afrorreligiosa proeminente, além de símbolos e especificidades intrínsecas (entidades, ‘encantados’, chefiados por Maria Bárbara Soeira ou Maria Barba, Barba Soeira, e outros como Légua Bugi Buá da Trindade) em seus rituais. O destaque nesse programa é para o pai-de-santo Wilson Nonato de Sousa, vulgo ‘Bita do Barão’, que realizou um trabalho de limpeza na corrente da esquerda ou dos exus (‘Seu Tranca Rua das Almas e Maria Padilha, muito presentes na Umbanda) para o apresentador.

Os grupos facebook como sensibilizadores sociopolíticos

AUTORES/AS: DANIEL DOS SANTOS FERNANDES

Esta pesquisa busca construir um painel sobre a presença, intensidade de usos e relações de interatividade que a internet vem propiciando na sociedade. Apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa de campo realizada com dois grupos no facebook, na Região Norte, no Estado do Pará. Na sede do município de São Caetano de Odivelas/PA e no distrito de Vila do Carmo do Tocantins no município de Cametá/PA. Objetiva investigar a apropriação e usos da rede mundial de computadores, a partir do ciberespaço dos grupos-facebook, em atividades que possibilitem a sensibilização sociopolítica de diversos segmentos sociais membros destes grupos, residentes

e não-residentes, em culturas de pescadores e ribeirinhos. Informações como estas fazem supor um desequilíbrio de atuação sociopolítica nos dois campos de pesquisa, principalmente considerando-se que a possibilidade de conexões e usos da internet nos dois campos, devido a condição socioeconômicas serem muito distantes e diferentes. Foi identificado que as comunidades pesquisadas, possuem algumas formas de mecanismos de interação sociopolítica a partir de conversas informais em níveis de parentesco co-sanguíneo e de afinidade, muito comum nas populações residentes da Região Norte do Brasil, possuindo abordagem de caráter, na maioria das vezes, não crítica, mas visando interesses pessoais mais voltados para sobrevivência local, devido a ausência de políticas públicas consistentes e coerentes com a realidade local.

COORDENADOR/A: CARLOS EMANUEL SAUTCHUK

Antropologia e Classes Sociais no Brasil Contemporâneo

AUTORES/AS: MOISÉS KOPPER

Um número variado de justificativas produzidas na esfera pública brasileira sobre acontecimentos cotidianos — dos protestos de junho de 2013 aos recentes “rolezinhos”, passando por uma miríade de outros agentes e infortúnios — têm apelado a uma retórica de classe como fundamento de sua explicação. Recentemente, talvez mais que em momentos anteriores de nossa história, o conceito de classe social tornou-se objeto de um variado número de intervenções que emergem de distintas partes do espectro político e intelectual brasileiro. Este artigo parte da recente mobilidade social brasileira para indagar-se pelo significado desses processos de justificação: sobre o que estamos falando, quando invocamos classe social como um operador de sentido privilegiado? Que imagens de classe estão em jogo? Quem fala e quem silencia? Quais são os narradores desses dispositivos? O paper discute como a emergência de uma “nova classe média” deu lugar a novas agendas de pesquisa e de intervenção, que ademais respondem a demandas políticas, econômicas e morais específicas. Finalmente, o artigo sugere mediações e passagens possíveis entre esse mercado de ideias que cerceia a “nova classe média” — observando os desdobramentos de suas tentativas e critérios de classificação, assim como a agência dos institutos de propaganda e marketing que sobre ele se debruçam — e as ideias que ganham vida no mercado a partir do campo acadêmico — atentando para os oradores e silenciadores dessa gramática intelectual.

Etnografias e Mudanças Climáticas

AUTORES/AS: ERIKA MESQUITA, PAULO DANIEL DA SILVA MENDES

Uma das grandes questões da Antropologia é, justamente, a relação homem-natureza. O ambiente e, por sua vez, os problemas climáticos, têm estimulado a Antropologia a pensar sobre conhecimentos tradicionais relacionados, e a interpretação daqueles eventos por indígenas, ribeirinhos, extrativistas, ex-

seringueiros, pequenos agricultores, que dentro de seu modo de vida também compreendem essas transformações. As alterações climáticas são um fenômeno global experienciado dentro de enquadramentos culturais e naturais diferentes, por isso, com graus de afectação, visibilidade e notoriedade diversos. A Antropologia pode reclamar um posicionamento fulcral na análise destes fenômenos, propondo leituras que os co-relacionam, afinal está particularmente capacitada para o estudo de processos de conhecimento e saber, percepção, adaptação, resiliência e/ou fuga que se têm agudizado com as alterações climáticas. Tendo em vista este panorama, pretende-se congregiar neste GT contribuições da antropologia sobre a “crise ambiental” e como ela é vivida pelas populações afectadas. Deste modo, pretende-se contribuir para uma abordagem que procura a (re)integração ecológica do social/cultural e, simultaneamente, propor quadros de análise que não separam natureza e cultura.

Homens, Cavalos & Centauros: virilidade e sociabilidade nas apostas em corridas de cavalos

AUTORES/AS: RAFAEL VELASQUEZ TONASSE GOMES

O objetivo deste paper é apresentar o estado da arte da pesquisa realizada com o público aficionado por corridas de cavalos – o turfe. Trata-se de uma atividade híbrida, pois ela possui dois lados: é uma combinação de esporte com aposta (feita em dinheiro vivo). Um dia de corrida no hipódromo reúne aficionados, curiosos e aventureiros. Seus espectadores assíduos, em sua grande maioria, são homens, muitos deles em idade avançada, o que torna esse espaço, um espaço predominantemente masculino. As trocas que ali ocorrem são tanto de sociabilidade quanto de socialidade. Sociabilidade aqui compreende os domínio e as regras da boa convivência e afabilidade, isto é, as relações no sentido mais superficial. E a socialidade compreende os processo de criação e manutenção de relações tal como coloca Strathern (2006). Uma característica fundamental destas relações é que elas giram em torno da questão da virilidade, especialmente durante as conversas sobre mulheres e nas anedotas. Além disso, as corridas hípias servem de metáfora para adjetivar o mundo social, em termos tais como “potranca”, “ganhão”, “cavalgar”, “canter”, “pule favorita” etc. Outro aspecto desta decantação da virilidade reside na honra que envolve o jogo, a começar pelo dinheiro apostado, inclusive

conferindo a ele a devida seriedade. Tal como havia sugerido Mauss (2003), jogos que envolvem riquezas é uma forma de potlatch e, nesse sentido, o turfe tem esse caráter de ser um esporte e um jogo agonístico, onde os homens rivalizam entre si por meio dos cavalos, tanto entre proprietários de cavalos, quanto entre apostadores. Assim sendo, a honra está acima do dinheiro, o que não exclui de forma alguma as trocas entre os apostadores rivais para a formação de pequenos grupos para discutirem e debaterem sobre cavalos. A escolha de um ou de alguns animais para se apostar requer muito mais do que sorte. Ela exige uma elaboração de uma espécie de exegese hipológica (uma expertise construída ao longo do tempo). Essas exegeses implicam uma cosmologia e envolvem elaborações de teorias, formulações matemáticas e metodológicas que possam garantir a vitória. Também requer muito do jogo da sociabilidade e da socialidade que se realiza no espaço do hipódromo, onde a troca de conhecimento é fundamental, tanto para de discutir as “variáveis” de cada páreo como também para a circulação de palpites e de “barbadas”.

Notas sobre armadilhas, paisagem e a constituição da corporalidade entre os Kotiria (Wanano) do Alto Uaupés (AM)

AUTORES/AS: PEDRO ROCHA DE ALMEIDA E CASTRO

As armadilhas de pesca são objetos que se destacam na região do Alto Rio Negro. Fincadas teimosamente nas pedras da cachoeira, ou sossegadamente descansando às margens dos estirões, parecem, em ambos os casos, integradas organicamente à paisagem. A engenhosidade das armadilhas e, por extensão, de quem as faz e utiliza, são, contudo, um poderoso e evidente reflexo da inventividade humana. Por outro lado, as armadilhas se assemelham aos próprios homens e aos animais, na medida em que, como estes, também possuem um ciclo vital: nascem e morrem a cada ano, acompanhando a cheia e a vazante dos rios. No auge do inverno, as armadilhas perdem sua capacidade de capturar os peixes - definham e “morrem”, por assim dizer -, e são temporariamente abandonadas por seus donos. Seu esqueleto permanece, imóvel e sem vida, nas pedras da cachoeira. Nessas condições, conferem à paisagem um caráter onírico, como se fossem antigas carcaças de animais pré-históricos, fossilizadas pela ação de milhares e milhares de anos. Com a volta das águas, as armadilhas despertam de seu imobilismo e renascem,

recuperando o seu esplendor original. A partir da descrição da materialidade destes objetos e tendo como base pesquisa de campo desenvolvida desde 2006 junto aos Kotiria do Alto Uaupés, pretende-se evidenciar, neste artigo, a íntima relação existente entre as armadilhas de pesca, o corpo de quem as fabrica e a própria paisagem no interior da qual ambos se movimentam. Veremos que a descrição dos materiais e processos técnicos que envolvem a fabricação e a manutenção das armadilhas possui alto rendimento analítico no Alto Rio Negro, onde humanos e não humanos, igualmente dotados de intencionalidade, interagem recursivamente na produção do socius. Com base nessa discussão, por fim, fazer apontamentos de cunho mais geral sobre a pertinência do conceito de cadeias sociotécnicas e as teorizações sobre a noção de paisagem em antropologia.

Processos técnicos e conhecimentos tradicionais na produção de artesanato por artesãs da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã- Amazonas-Médio Solimões

AUTORES/AS: MARILIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA

O estudo aborda diferentes aspectos dos processos técnicos e das práticas tradicionais que envolve a produção de artesanato com tala de cauçu (*Calathea lutea*) praticada por 17 artesãs vinculadas ao Grupo de Mulheres do Setor Coraci situadas em comunidades rurais ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA). Trabalhando coletivamente as mulheres aprimoram o aprendizado das técnicas de confecção de artefatos domésticos e passam a produzir um repertório de artesanatos decorativos para fins comerciais. Partindo da etnografia das práticas que envolvem a produção de artesanato, pretendemos descrever como os processos técnicos são fatores primordiais em toda cadeia operatória uma vez que está pautado na relação direta das mulheres artesãs com o meio ambiente e no grau de engajamento destas na produção dos artesanatos. Os conhecimentos tradicionais e a apropriação de novos elementos são constituídos a partir da interação com o meio ambiente e com tipo de sociabilidade estabelecida entre mulheres no processo de trabalho coletivo. Por meio da observação participante e de um longo processo de acompanhamento do trabalho das artesãs, analisaremos como as mulheres tornam-se artesãs capitalizadas pelo tipo de engajamento e habilidades desenvolvidas no contexto de uma produção coletiva.

Ao longo de mais de uma década o sistema de conhecimentos sobre o manejo de cauaçu e de outros recursos naturais utilizados na produção do artesanato foram sendo aprimorados visando o estabelecimento de uma produção que propiciasse às mulheres a consolidação de um trabalho e o reconhecimento destas enquanto agentes sociais. A concepção de conhecimento aqui empregada vai ao encontro da proposta elaborada por Ingold (2010), que atribui ao termo o sentido de habilidades, ou seja, todo ser humano é constituído de um centro de percepções e agência em um campo da prática. Esse preceito envolve diferentes agentes sociais, objetos e relacionamentos, fazendo parte de um processo de sociabilidade plena. O tipo de relação que as mulheres estabelecem com as plantas e as habilidades desenvolvidas no processo de coleta, beneficiamento até o ato de tecer as peças, advém da percepção do ambiente e da relação cotidiana constituída e que foi intensificada quando a atividade entra numa escala comercial. A combinação das habilidades técnicas, o engajamento cotidiano das mulheres no manejo das plantas e o tipo de sociabilidade que envolve essas relações, são processos integrados que operam como fatores constitutivos na construção das mulheres enquanto artesãs, na definição da organização social do grupo, nas relações de parentesco e nas relações de poder que são instituídas entre as mulheres e entre outros agentes sociais com as quais o grupo de artesãs interage.

“Se não tem equipamento, vai no talento”: práticas, conhecimentos e moralidades de “técnicas” de investigação de “homicídios” no Rio de Janeiro sob uma perspectiva etnográfica.

AUTORES/AS: FLAVIA MEDEIROS SANTOS

Na pesquisa etnográfica que estou realizando numa “Divisão de Homicídios” na região metropolitana do Rio de Janeiro para o meu doutorado em Antropologia (PPGA/UFF), tenho acompanhando procedimentos de administração policial e judicial de “homicídios”, em especial vinculados à investigação do “local do crime”. Tenho também realizado entrevistas com peritos da Polícia Civil do Rio de Janeiro, responsáveis pela “produção de provas técnicas” na investigação, e com cientistas que estão atuando o “campo da Segurança Pública”, em especial no desenvolvimento de “tecnologias” como o “luminol brasileiro”, e a identificação genética via “análise entomológica”. Com base nesta pesquisa, proponho refletir

sobre os processos técnicos realizados pela Polícia Civil e Técnico-Científica do Rio de Janeiro na “investigação de homicídios”, em especial nos procedimentos vinculados a transformação de “mortos” em “provas técnicas” desenvolvidos por alguns dos meus interlocutores: policiais, peritos criminais, papiloscopistas e médicos-legistas.

Especificamente, pretendo discutir como os procedimentos de “investigação” e de construção do “morto” como “prova técnica”, precedidos da coleta e construção de “evidências” e “indícios”, são situacionalmente elaborados para constituição de um “homicídio”. Deslocando-me entre uma “Antropologia do Direito” e uma “Antropologia da Ciência e da Tecnologia” irei descrever e analisar como a ideia de “técnica” se atualiza sob o ponto de vista dos meus interlocutores, contrastando a habilidade de investigar (o “talento”) com as condições materiais de trabalho (o “equipamento”). Pretendo também desenvolver como os “mortos”, cerne da conexão deste complexo emaranhando de relações sociais que envolve “policiais”, “cientistas”, “vítimas”, “equipamentos”, “papéis”, “evidências”, “provas”, “locais de crime” são acionados e classificados. Deste modo, a partir da minha etnografia, demonstrarei quais são as práticas, os conhecimentos, as habilidades e as moralidades que orientam meus interlocutores em seus procedimentos de desconstrução de “pessoas” e construção de “provas”.

COORDENADOR/A: LUÍS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Agentes estatais e o trabalho em rede: Uma experiência institucional de atenção aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha

AUTORES/AS: NICHOLAS MOREIRA BORGES DE CASTRO, NICHOLAS MOREIRA BORGES DE CASTRO

O contexto nacional recente do tratamento à violência de gênero pelo Poder Público é marcado por importantes iniciativas, como a promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/06) e a instituição de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Esta pesquisa toma essa conjuntura como ponto de partida para a análise de relações institucionais em âmbito estatal no que tange ao tratamento dos conflitos de gênero. Proponho aqui analisar os trabalhos de articulação de uma rede de serviços estatais denominada Rede Social de Proteção à Mulher do Distrito Federal, sobretudo no que se refere às ações e papéis das instituições do poder judiciário nessa iniciativa. A diversidade de atores institucionais e de perspectivas sobre o tratamento aos conflitos em questão permite refletir sobre essa rede como um espaço hierarquizado de profissões e instituições. Parto desse princípio para problematizar as relações desses atores como constituintes de uma dimensão do campo estatal de administração de conflitos e do campo de políticas para as mulheres.

As categorias interesse público e public interest no Brasil e nos EUA: acesso à justiça em perspectiva comparada

AUTORES/AS: MÁRCIO DE PAULA FILGUEIRAS

Este artigo compara duas concepções diferentes de interesse público predominantes no direito brasileiro e no direito dos Estados Unidos. Como veremos, no Brasil, muitas ações legais são iniciadas, sobretudo pelo Ministério Público, tendo como fundamento jurídico a proteção do interesse público “para toda a sociedade e as futuras gerações”. Isso acontece recorrentemente no caso do meio ambiente. Nos EUA, por outro lado, para que uma ação legal para a proteção do interesse público seja aceita pela Corte ela deve apontar grupos de indivíduos legalmente identificáveis que estejam sofrendo um dano. Meu argumento é que estas

diferenças não apontam somente para um direito mais precaucionário que o outro em relação ao meio ambiente, mas indicam diferentes concepções do que seja o interesse público. Estas diferenças expressam aspectos mais amplos das culturas jurídicas dominantes em cada uma dessas sociedades: uma orientação holista no direito brasileiro e uma orientação individualista no direito dos EUA. Mostrarei também que estas concepções holistas e individualistas de interesse público estão relacionadas respectivamente a concepções hierárquicas e igualitárias das relações entre os grupos que compõem os conflitos

Commons e direitos das diferenças: práticas de direito vivo nos movimentos sociais contemporâneos

AUTORES/AS: LORENZO GRIMALDI

A proposta do presente trabalho é comparar práticas e discursos em relação a categorias jurídicas, usadas pelos movimentos sociais italianos e brasileiros que reivindicam direitos vinculados a territorialidades específicas.

Frente a políticas de liberalização de lugares ou recursos específicos, atuadas pelos Estados-Nacionais, os movimentos sociais contemporâneos elaboram estratégias discursivas e práticas distintas. Uma das características comuns é a necessidade de novo direito.

A categoria dos commons, em Europa e EE.UU., é usada na defesa de lugares específicos, como uma alternativa aos regimes de propriedade baseados na dicotomia público/privado, tornando-se fundamental na definição e legitimação das lutas contemporâneas e ao mesmo tempo importante na elaboração das estratégias e táticas políticas.

Em 2009, a economista estadunidense Eleonor Ostrom ganhou o premio Nobel com o texto *Governing the commons*. Nos últimos dez anos, assistimos em Itália a uma grande produção teórica ao redor desta temática. O primeiro aspeto a ser tratado neste trabalho é não apenas o debate teórico, mas a forma com a qual os commons entram na vida dos movimentos sociais italianos e a análise de algumas estratégias para que práticas de direito vivo possam se tornarem direito vigente.

Um segundo momento etnográfico e analítico é representado por uma comparação com categorias usadas no Brasil por parte de diferentes atores sociais, em particular do movimento indígena, que propõem a construção de um direito da diferença.

Alfredo Wagner desenvolve, em Terras tradicionalmente ocupadas (2008), uma análise das categorias jurídicas do direito brasileiro para regularizar a relação entre territórios e coletividades específicas. O trabalho de Little, Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil (2002), salienta as múltiplas formas de construir territórios com regimes de propriedade comum no Brasil e a necessidade de uma política de reconhecimento da razão histórica dos povos tradicionais, frente a razão instrumental do Estado.

Identidade, territórios e poder (expresso por meio da linguagem do direito) são extremamente entrelaçados. O ponto de vista aqui desenvolvido reflete sobre as distintas categorias, como formas de lidar com a diferença social e cultural, elaboradas a partir de contextos de poder estruturados e específicos.

Desde lugares e territórios culturalmente e politicamente determinados, e diferentes, se desenvolvem práticas sociais que abrem espaços para constituir novo direito e para possíveis mudanças do Estado-Nação. A contemporaneidade dos casos apresentados e o focus nas diferenças são os principais aspetos que fundamentam e legitimam este estudo comparativo.

Entre a raça e a cultura? notas antropológicas sobre conflitos étnicos no brasil e na França

AUTORES/AS: FÁBIO REIS MOTA

Este trabalho propõe uma reflexão comparativa sobre os sentidos de justiça associados às demandas de reconhecimento das identidades étnicas e raciais, tomando emprestado o contexto francês e brasileiro. A intenção é refletir sobre as operações discursivas elaboradas pelos atores nos dois contextos para conferir legitimidade ou não às demandas de direitos a partir de critérios étnicos/ou raciais.

COORDENADOR/A: ROBERTO KANT DE LIMA

Lei Maria da Penha e a judicialização da violência doméstica contra a mulher nos Juizados do Distrito Federal: Um estudo de caso na Estrutural.

AUTORES/AS: RANNA MIRTHES SOUSA CORREA

A partir da aprovação da lei 11.340/06, uma nova discussão sobre a judicialização de conflitos que têm sua origem no ambiente doméstico perpassa aqueles que

se dedicam a entender como a nova Lei vem sendo aplicada pelo judiciário brasileiro. Partindo dessa perspectiva, este trabalho busca entender o tratamento que os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Distrito Federal vêm dando aos casos e quais são os seus recorrentes dilemas, levando em consideração suas principais práticas e procedimentos. Enfatiza-se que não se trata da questão de julgar tais condutas como corretamente aplicáveis ou não, e sim entender a forma que esses Juizados operam. Dessa forma, a ideia central é conhecer como as pessoas entendem esse tratamento e como relatam a sua experiência com o processo judicial. Sob essa lógica, proponho um acompanhamento detalhado de um único caso, proveniente de uma pesquisa mais ampla, do qual se faz uma análise sobre a multidimensionalidade da experiência que as partes dividem com a Justiça, marcada pela concomitância de três processos em andamento: na Vara da Infância, na Vara de Violência Doméstica e no Juizado Especial Criminal do Guará. A riqueza dos detalhes do caso e o acompanhamento de toda sua trajetória na Justiça, desde as primeiras audiências até a sentença permite analisar aspectos da dimensão moral das partes envolvidas e como se deu suas experiências com a Justiça em suas diferentes instâncias judiciais, assim como sua relação com os membros do judiciário. O intuito do trabalho é apresentar as diversas maneiras de percepção de Justiça, que tanto as mulheres quanto os homens envolvidos no processo da Lei Maria da Penha, podem relatar após a experiência judicial.

O reflexo dos deslocamentos forçados: Direitos Humanos e Reconhecimento para refugiados no Brasil

AUTORES/AS: ANDRESSA LÍDICY MORAIS LIMA

Segundo a convenção sobre refugiados, de Genebra, tem direito a asilo todo aquele que foge de países “em que sua vida ou sua liberdade pudesse estar ameaçada por causa de sua raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social ou por causa de sua convicção política”. Nestas condições “Yusef” procurou o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/RN), com propósitos de acesso a condições de asilo no Brasil, tendo escapado do conflito político na Síria, seu país de origem. A violência iniciada pelos conflitos também gera violações aos direitos humanos dos civis atingidos, estes passam a necessitar de ajuda humanitária internacional quando permanece seu país e mais ainda quando buscam asilo fora

dele. Este trabalho pretende expor a demanda de reconhecimento e de acesso a direitos, invocada por este refugiado sírio que procurou o CRDH/RN como um possível mediador dos conflitos sociais, com propósitos de acesso a benefícios sociais, apoio financeiro, curso de língua portuguesa e vaga de emprego. A partir disso, aprecio as demandas apresentadas por “Yusef”, como formas de “luta por reconhecimento” de identidades particulares e formas de vida determinadas, considerando o conteúdo político das instituições e de suas mediações. Assim, serão discutidos aspectos conceituais a respeito destas lutas moralmente motivadas, logo constituídas como formas de “lutas por reconhecimento” (HONNETH, 2003), procurando problematizá-las de um ponto de vista empírico e etnográfico. Para isso, procuramos esclarecer as noções de identidade, reconhecimento e sentidos de justiça. Na apresentação dessas ideias, veremos um diagnóstico propositivo a respeito da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio, em que se busca demonstrar o tipo de política de reconhecimento defendida pelo Estado brasileiro para refugiados, e, então, destacar se a importância desta política para incentivar a realização, por parte das instituições públicas, de políticas de reconhecimento e da diferença para proteção e promoção de grupos minoritários, o que constitui a efetivação dos Direitos Humanos. Cabe destacar a análise sobre o acolhimento de refugiados no Brasil e os prejuízos causados a partir do reconhecimento denegado pelo Estado ao explicitar as críticas formuladas pelo próprio “Yusef” sobre suas demandas.

Para além dos procedimentos. Policiamento comunitário e reconhecimento em favelas cariocas

AUTORES/AS: MARCUS ANDRÉ DE SOUZA CARDOSO DA SILVA, MARCUS CARDOSO

Como pesquisador acompanhei a atuação do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) nas favelas cariocas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho em um universo temporal que se iniciou em 2001 e se estendeu até 2007. Uma síntese possível deste período pode ser descrita da seguinte forma: Durante cerca de aproximadamente um ano a partir da sua implantação o desempenho do GPAE foi tido como satisfatório e positivo por parte significativa dos moradores com quem manteve relação no campo, para depois, gradativamente, passar a ser alvo de críticas mais sistemáticas e declarações de descontentamento. Até que por fim,

tornou-se alvo da indiferença daqueles que viviam nas duas favelas.

Neste paper estou interessado na problematização da seguinte questão: por que o GPAE teve uma inicial receptividade positiva entre aqueles que viviam nas favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho? Tal como entendo, para respondê-la adequadamente é necessário que indaguemos sobre o sentido que meus interlocutores deram à presença e atuação do GPAE, destacando a importância que determinadas noções locais que envolvem concepções sobre direitos e justiça assumem quando trata-se de pensar e falar da polícia. Nos últimos anos tenho procurado contribuir etnograficamente para a discussão sobre cidadania no Brasil, a partir da perspectiva da antropologia do direito, tal como tem sido desenvolvida por Cardoso de Oliveira. Tenho sugerido que no caso específico dos moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho uma das chaves de entendimento dos dilemas que envolvem a temática está na centralidade da categoria local de “respeito”. Da forma como interpreto, esta noção revela a expectativa de consideração da condição moral de determinados moradores de favelas, próximo daquilo que Honneth e Taylor classificaram de demandas por reconhecimento da dignidade. Meu material etnográfico permite sugerir que o curto período de boa avaliação do policiamento comunitário guarda relação com a percepção local de que os policiais, através de gestos e palavras, passaram a “respeitar” e reconhecer a condição moral de “certo tipo” de pessoas dentro das favelas.

COORDENADOR/A: LUÍS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO KANT DE LIMA

População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção.

AUTORES/AS: TIAGO LEMÕES DA SILVA

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), fundado em São Paulo em 2005, ganha força quando, em 2009, o governo federal institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua que, dentre outros objetivos, prevê o desenvolvimento de ações educativas permanentes que contribuam para a “formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos”, além da implantação de “centros de defesa dos direitos

humanos para a população em situação de rua”. São os processos de inscrição desta população na gramática dos novos “sujeitos de direitos”, que conformam o objeto de estudo desta proposta. O universo de pesquisa é composto pelo campo de interlocução, em Porto Alegre (RS), entre os diferentes atores envolvidos em um conjunto de intervenções sociais e reivindicações políticas que, de um lado promovem espaços de enunciação da população em situação de rua em defesa de seus direitos, de outro introduz discursos e práticas de governo e produção de condutas dos atores nomeados e autodeclarados “em situação de rua”. Neste cenário, a política nacional prevê a garantia de direitos mas também enuncia uma forma específica de compreender e definir estes sujeitos a partir de um modelo ideal, ou seja, “politizado”, o que significa, na prática, a introdução de uma série de dispositivos direcionados à “capacitação”, como cartilhas de formação política, cursos e seminários – promovidos por meio de parcerias entre MNPR, MDS e a Unesco. Aparentemente paradoxal, estas questões desafiam seu equacionamento: como relacionar a oficialidade dos direitos humanos à população em situação de rua com o crescimento da violência policial e exigências de aumento da demanda pelos serviços de acolhimento institucional destes sujeitos, em um contexto, por exemplo, de Copa no Brasil? Como refletir acerca da instituição de centros de defesa desta população e a exigência de provas concretas dos diferentes crimes perpetrados contra pessoas em situação de rua? Como operacionalizar analiticamente as práticas e discursos que, de um lado afirmam a necessidade de formação política (cujos conteúdos formativos delineiam formas específicas de compreender a “situação de rua”) e as exclusões dos “sem formação” que tal necessidade engendra? Em nível etnográfico, privilegia-se as performances, práticas e interações vivenciadas entre sujeitos em situação de rua, psicólogos, assistentes sociais, dirigentes de instituições públicas e consultores ministeriais inseridos na disputa por significados e poder de enunciação em torno das formas de compreensão, definição e intervenção sobre a questão da “situação de rua”, a partir de novas pedagogias e sensibilidades.

Reflexões sobre os índios urbanos: desafios políticos, sociais e teóricos.

AUTORES/AS: JULIANA GONÇALVES MELO, DIEGO SOARES DA SILVEIRA

A proposta do GT é ampliar a discussão sobre a relação entre índios e a cidade

e dar continuidade ao debates ocorridos no âmbito da REA/ABANNE de 2011 e 2013. Ressaltamos que a presença de indígenas nas cidades latino-americanas é uma realidade atual e merece ser melhor compreendida. Afinal a migração e inserção de índios na cidade é um fenômeno recorrente e vincula-se diretamente ao acesso desses grupos a direitos fundamentais. No Brasil, Cardoso de Oliveira (1968) foi pioneiro ao abordar o tema e incentivou pesquisadores como Romano (1982), Fígoli (1982), entre outros. Embora o debate ainda permaneça restrito, inúmeras pesquisas etnográficas têm sido realizadas em diferentes contextos nacionais. A grande maioria identifica a precariedade vivenciada pelos índios urbanos; o difícil acesso a direitos elementares, bem como denunciam processos múltiplos de negação, ocultação a representação da identidade étnica no contexto urbano. Em termos teóricos, demonstram a fragilidade conceitual em que esses estudos se assentam e necessidade de se buscar novas ferramentas teóricas para compreensão dessas dinâmicas. A proposta é justamente fomentar o debate que, além de atual e desafiador – em termos acadêmicos e sociais- e problematizar as análises sobre a questão indígena a partir da dimensão política e cultural manifesta e latente no contexto urbano.

Restrições do INSS ao conceder o benefício salário maternidade as mulheres indígenas Macuxi e Wapixana/RR

AUTORES/AS: CARLOS ALBERTO MARINHO CIRINO

A comunicação em tela visa traçar uma discussão sobre o indeferimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ao pedido do benefício salário maternidade as mulheres indígenas Macuxi e Wapixana menores de 16 anos. O trabalho resulta da realização de vinte e dois laudos antropológicos, consequência dos processos judiciais que tramitam na 1ª e 2ª Vara da Seção Judiciária de Roraima, cujo objeto fático é o pedido de pagamento do benefício c/c indenização por dano moral. O indeferimento busca respaldo nas alegações de que as requerentes eram menores de 16 anos e que, supostamente, com essa idade não teriam tempo suficiente de trabalho rural para gerar esse direito. Mais uma vez, a luz de um direito monista e universalizante, o INSS não considerou, na sua decisão, as especificidades socioculturais dessas etnias. Os laudos envolveram quinze comunidades indígenas (aldeias) e sete Terras Indígenas. As quesitações tinham como foco as

práticas sexuais “precoces” das indígenas, tentando estabelecer parâmetros com a sociedade não indígena, assim como sugestões de que tais práticas eram meras excepcionalidades no mundo indígena e que a concessão levaria a uma generalização deste costume as outras comunidades não adeptas a esse costume. As demais sobre ritos de passagem, estranhamente, tratando-se de etnias com contato permanente e de fácil acesso aos centros urbanos dos municípios do Estado de Roraima, demonstravam um desconhecimento da dinâmica cultura das duas etnias. Não obstante tratar-se de um tema que envolve a sexualidade das requerentes, pode-se comprovar que a vida sexual ainda se inicia logo após a menarca, sem sentimento de culpa, reprovação social ou consequência de uma desestruturação familiar. O que nos diferencia das sociedades indígenas é que tratamos a maternidade e sexualidade “precocemente” como uma anomalia social, como uma questão de saúde pública, consubstanciada na idéia de pobreza e baixa escolaridade. Essa percepção é estranha aos valores culturais indígenas, assim como a idéia de incapacidade e vulnerabilidade tipificada no nosso ordenamento jurídico.

Relações de poder pelo ordenamento territorial: uma etnografia da relação das agências no Rio Cuieiras, Baixo Rio Negro, Amazonas

AUTORES/AS: MARCOS FLÁVIO PORTELA VERAS

Esta comunicação apresenta uma abordagem etnográfica da relação das agências que se vinculam a um grupo de agentes sociais no Rio Cuieiras, Baixo Rio Negro, no Estado do Amazonas. Mapeio as agências com propostas de ordenamento territorial para a área onde estes agentes sociais estão inseridos e as relações de poder presentes em suas intervenções e as formas criativas que os agentes têm encontrado para um posicionamento dentro deste campo social. Faço uma apropriação do conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari (1978; 1997c) para analisar estas relações, que teria na exterioridade o seu meio de atuação, tendo em vista que para este autor não existem origens e nem fins, mas entre, meio. A ideia é construir um diagrama, um mapa de intensidades (FOUCAULT apud DELEUZE, 2005) destas relações de forma a levantar questões a respeito da negociação sobre os processos de gestão e uso dos espaços que esses agentes sociais ocupam o que envolve classificações, políticas de ordenamento territorial e a compreensão que os próprios sujeitos tem desses espaços. Nesse sentido, utilizo ainda a noção de tradições de conhecimento de Souza Lima (2002) como instrumental teórico das formas de saberes utilizadas na gestão colonial que são devidamente contextualizadas na situação em questão.

Uma etnografia sobre as relações de poder e reciprocidade nas associações de agricultores no município das Correntes - o caso das comunidades Lajes e Balaio

AUTORES/AS: IOLANDA CARDOSO DE SANTANA

As Associações de Agricultores fazem parte de um conjunto de movimentos sociais recentes isto é, formalmente. No caso específico do município das Correntes, situado no Agreste Meridional de Pernambuco, a 257,7 km

de Recife, as associações de agricultores são predominantes voltadas à prática da agricultura familiar de subsistência. Notavelmente os próprios associados identificam estes órgãos como intermediários entre suas necessidades concretas e os benefícios provenientes de órgãos públicos, principalmente. Ao nível da política local esta realidade vem gerando relações de reciprocidades contundentes, constituindo teias simbólicas subjacentes às afinidades de poder envolvendo as famílias de agricultores e os interesses eleitorais dos sujeitos ligados diretamente a política local. Diante tal realidade parte-se da necessidade de estabelecermos um diálogo com outros campos de conhecimento, tais como a história, a sociologia e as ciências políticas esforçando-se em compreendermos o objeto de estudo apresentado. Tendo em vista a captura de elementos simbólicos e atividades dos nativos nas associações de agricultores, enfatizamos a observação e participação referente aos seus programas e eventos resultantes de sua atuação como instituição de organização e projetos de cunho social, em lugares e oportunidades como nos próprios Órgãos sindicais e na efetivação de reuniões nas Associações. Por fim, destaca-se que a presente pesquisa tem caráter eminentemente antropológico e, intenciona perceber como as trocas de favores podem originar um tipo específico de relações comprometendo a estrutura de poder e as instituições nelas envolvidas, característicos da noção reciprocidade ou da dádiva na Antropologia.

Deslocando a intimidade

AUTORES/AS: VICTORIA IRISARRI

Baseado em um trabalho etnográfico no Brasil, este artigo analisa as práticas de uma rede de produtores culturais na tentativa de identificar como diferentes agentes culturais imaginam e negociam suas práticas políticas em seu contexto social específico.

Em 2005 nasceu no Brasil o Fora do Eixo, uma rede de produtores culturais presente em diferentes cidades do Brasil, baseada em colaborações e parcerias entre coletivos de produtores. Inicialmente pequena, a rede, espalhou-se rapidamente por todo o país através do uso da Internet como um meio de comunicação e intercâmbio entre seus membros. Através do uso intensivo destas tecnologias digitais, estes agentes centram seus modos de vida na organização, produção e circulação de eventos dentro do circuito cultural independente, considerando as

suas práticas como atos de vida políticos. Com maior intensidade, nos últimos anos articularam-se como um movimento social que visa influenciar a formulação e implementação das políticas públicas relacionadas a questões culturais em diversas instâncias governamentais.

Como modo organizativo, a rede Fora do Eixo constituiu casas que funcionam simultaneamente como moradias coletivas e espaços de trabalho. Aqueles indivíduos que desenvolvem vínculos mais orgânicos com a rede e têm um maior engajamento, ocupam estas casas motivados pela percepção de que “vida é trabalho, trabalho é vida”. Organizam-se num continuum que interliga a vida íntima ou privada, pública/militante e o trabalho no âmbito da produção cultural. Estas formas de atuação e organização - tanto pela procura de elos dentro dos âmbitos estatais como da organização das formas de vida e trabalho - se afastam de perspectivas que separam os vínculos públicos e privados como esferas distintas e excludentes. A partir de registros gerados na participação em diversos eventos e conversas informais com diversos agentes, descreveremos a trama de relações nas quais estes agentes se inserem e os diversos vínculos e disputas que sucedem nesses âmbitos.

Maconha no Uruguai, Ayahuasca no Brasil. Caminhos, dificuldades, diálogos possíveis nos processos de regulação de substâncias psicotrópicas na América Latina.

AUTORES/AS: JUAN SCURO

O Uruguai tem aprovado recentemente uma lei através da qual regula todo o processo envolvido na produção de maconha, desde o cultivo, colheita, distribuição e consumo. O Brasil tem regulado há alguns anos o uso da ayahuasca em contextos religiosos. Ambas substâncias são utilizadas com finalidades diversas como o uso recreativo, terapêutico, religioso, etc.

O texto analisa os processos desenvolvidos em ambos os países em relação à regulação destas substâncias com o objetivo de observar os diálogos, controvérsias, similitudes, diferenças e caminhos possíveis a serem desenvolvidos no sentido do cambio de paradigma respeito ao uso de psicotrópicos que pode se vislumbrar na América Latina.

De sacramentos religiosos a drogas demonizadas, estas e outras substâncias são

alvo e/ou objeto de um amplo leque de discursos e práticas, entre os quais, a possibilidade de construção de novos modelos regulatórios acordes às liberdades individuais e coletivas em relação ao uso de substâncias modificadoras da consciência.

É possível aplicar o modelo uruguaio de regulação da maconha com a ayahuasca? Em que poderiam se complementar um e outro modelos de regulação adotados pelos diferentes países a estas substâncias?

Cannabis e ayahuasca são agentes que, originárias de contextos geográfico-culturais diferentes, são hoje utilizadas no mundo inteiro e tem atravessado processos históricos e de legitimação bem diferenciados também. A proposta deste texto é traçar conexões entre alguns pontos destes caminhos com o objetivo de problematizar e aportar na construção do próprio devir destes agentes, no entendimento de que eles são articuladores e produtores de efeitos (não me refiro aos efeitos psicotrópicos das substâncias, senão em termos de discursos e práticas, embora, claro, esta seja uma relação pertinente de ser abordada) que podem contribuir na construção de um mundo melhor.

No Bairro do Presidente: a construção social de uma liderança

AUTORES/AS: MILLENY CHAVES RODRIGUES

Diferentes expressões são atribuídas a política, tanto no que equivale aos seus amplos sentidos quanto na prática, na atuação política. Estas diferenças contribuíram para o embate de diferentes grupos políticos no campo analisado nesta pesquisa. Nesta análise de cunho etnográfico de uma associação de bairro em Macapá/AP durante agosto de 2011 a novembro de 2012, percebeu-se que através do embate entre o conjunto ideológico pré-existente e as ações coletivas novas expressões se criam e se recriam, formando um amálgama de significados que nem sempre se ancoram em práticas institucionalizadas justificadas pelos padrões vigentes de democracia. Acompanhou-se a construção da “liderança” (FOOTE-WHYTE, 2005), ou seja, o presidente, dentro do bairro através das relações de reciprocidade estabelecidas entre diferentes esferas (parentesco, vizinhança e amizade) e fora do bairro, através de sua performance de pessoa política e de mediador com as esferas governamentais, partidos políticos, empresários, mídia, entre outros. A dinâmica destas relações do presidente do bairro com outras esferas no município, apresentam-se como uma

“rede” (BARNES, 2010) de interações onde há os pedidos dos moradores e os que atendem estes pedidos através da mediação do presidente. A relação entre os moradores (que também foram eleitores nas eleições municipais de 2012) e a liderança é a de confiança, pautada na troca, semelhante a “lógica da dádiva” (MAUSS, 2003). Os aspectos presentes no cotidiano de dar-receber-retribuir, não apenas da política, passa a adquirir neste contexto para alguns moradores e concorrentes a presidência do bairro, conotações de relações clientelistas. No entanto, a liderança em questão é um zelador de uma escola da prefeitura que não obteve enriquecimento no engajamento político. Filiado ao Partido Democrático dos Trabalhadores, o objetivo do presidente é se destacar perante o partido através do apoio de sua comunidade. Para isso o capital político que acumula precisa ser alimentado pelas suas ações, em uma constante construção de sua liderança.

Políticas para a juventude e governamentalidade transnacional: sobre as ações da Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil

AUTORES/AS: HILDON OLIVEIRA SANTIAGO CARADE

Ao longo das últimas décadas os governos de todo o mundo têm desenvolvido políticas de juventude, abrangendo diversas medidas para resolver os problemas e potencialidades de suas populações mais jovens. Essas políticas não têm surgido de uma maneira independente; em diversos países, dentre eles o Brasil, as organizações de caráter transnacional e discursividades produzidas em âmbito internacional estão têm desenvolvido um papel deveras relevante nesse processo. Nesta comunicação, usarei os conceitos de Foucault de governamentalidade e biopoder para analisar as políticas sociais para a juventude implementadas pela Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil. Demonstrarei como as políticas para a juventude são, por assim dizer, tecnologias de poder, possibilitando ao Estado o exercício do controle sobre indivíduos e populações, e como tais tecnologias produzem sujeitos individuais que são valiosos para as economias neoliberais. Mais significativamente, investigarei se as políticas de juventude – notadamente, cursos de inglês e intercâmbios culturais direcionados aos jovens das classes populares – patrocinados pela referida entidade diplomática representam uma forma de governamentalidade transnacional através da qual as agendas do capital global se unem em prol da produção de subjetividades neoliberais para um mercado globalizante.

COORDENADOR/A: CARLOS ALBERTO CAROSO SOARES

Abandono e marcadores sociais de diferença na biomedicamentação de mulheres.

AUTORES/AS: MICHELLE ALCÂNTARA CAMARGO

A proposta deste trabalho é compreender as relações entre abandono em instituições psiquiátricas e marcadores sociais de diferença como gênero, raça, classe e geração, tendo como pano fundo a biomedicamentação entre mulheres, principalmente no que se refere a saúde mental. A biomedicamentação é tomada neste trabalho por se constituir segundo Clark (2003) em uma lente pela qual somos interpretados e compreendidos nas transformações dos corpos e da vida. Além disso, a relação entre conceitos de medicamentação, marcadores de diferença e abandono proposta neste trabalho, tem como objetivo contribuir com o debate sobre a produção de saberes médicos mais precisamente sobre o que é definido enquanto doença e saúde. Deste modo, este trabalho busca contribuir para a diminuição das lacunas sobre o estudo de mulheres na área das ciências sociais e suas intersecções com marcadores de diferença com o intuito de dar visibilidade às narrativas das mulheres sobre os significados referentes a abandono e biomedicamentação.

Entrando e compreendendo diferenças: da atribuição de deficiência a percepções locais dos Moradores da Serra de Inácio Pereira

AUTORES/AS: CAROLINA BARBOSA DE ALBUQUERQUE, JOSÉ GABRIEL SILVEIRA CORRÊA

O presente trabalho consiste em tentar compreender como se constitui a identidade dos moradores de Serra de Inácio Pereira que se situa em um dos extremos do município de Barra de Santana que está a 189 quilômetros da capital João Pessoa - PB. Minha entrada se deu a partir das classificações e atribuições que os moradores daquele município teciam a cerca dos “mudos” que lá viviam. A eles era atribuída uma deficiência, que os tomava como diferentes e muitas vezes pouco capazes de se comunicar.

Durante a pesquisa, o cenário se delineou de maneira diferente da visão disseminada de um grupo cheio de deficientes, mas sim de um grupo que tinha desenvolvido uma linguagem própria, apreendida e compreendida por todos. É sobre este cenário e como se dão as relações entre “mudos” e “não mudos” na Serra de Inácio Pereira que tratarei neste trabalho, tendo como contraponto a percepção recorrente nas outras comunidades, que tomam a surdez tomada como problema, sendo um estigma pensado sobre o viés patológico e incapacitante. De acordo, com Assis Silva (2012) as práticas da medicina sobre os corpos dos surdos são construídas a partir dos pressupostos de que a condição de humanidade é assinalada pela perfeição biológica, por sua vez, toda marca de imperfeição corporal precisará ser passível de “conserto”. A imposição desta normalidade é a condição para a aceitação em uma sociedade onde todos são, ou deveriam ser iguais, ou seja, a proposta social é a de uma busca pela homogeneização. Logo, essa prática de se classificar o que é normal e o que é anormal, não é algo novo, mas se contrapõe ao modo como os moradores de Serra do Inácio Pereira se pensam e vivem, daí acreditamos que possa ser um importante contexto de pesquisa para pensar tais noções, bem como diferentes olhares sobre deficiência, linguagem e cotidiano.

O Impacto da Redução de Danos na trajetória social dos Redutores de Danos

AUTORES/AS: LUZANIA BARRETO RODRIGUES

Nestes 30 anos de disseminação e execução das Políticas de Redução de Danos, no Brasil, alguns trabalhos acadêmicos foram produzidos sobre o tema do uso indevido de drogas e as distintas políticas em sua direção (cf. Bucher, 1996; Andrade e Lemos, 1998; Bastos & Mesquita, 2001; Tavares et. al, 2004).

É certo que encontramos importantes reflexões sobre o uso controlado de substâncias psicoativas (Zinberg, 1980) e a importância dos controles sociais sobre este mesmo uso (Grund, 1993), bem como contribuições recentes acerca da criação de estratégias de redução de danos por parte dos denominados “usuários de drogas” (ver, por exemplo, Domanico, A. & MacRae, E. 2006). Na minha experiência etnográfica, vivida entre dezembro de 2007 e agosto de 2008, em diferentes áreas do Centro Histórico de Salvador, foi possível notar que muitos destes, quando alcançados pela ação de redução de danos, tornam-se Agentes

Redutores de Danos. No entanto, carecemos de estudos acerca dos impactos da trajetória de RD –Redutor de Danos sobre suas próprias vidas, sobretudo, no que concerne à sua trajetória social e a autoaplicação dos princípios e estratégias que professam. No presente artigo, o intuito é contribuir para preencher esta lacuna, isto é, o interesse é refletir sobre as influências da experiência de trabalho direto com a política de redução de danos sobre os próprios Agentes Redutores de Danos. Para tanto, lanço mão do conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, no qual é enfatizado o princípio de produção de uma ordem social determinada, no âmbito da qual as histórias dos indivíduos e do grupo social são consideradas com o intuito de construir uma teoria do engendramento das práticas. O *habitus*, então, constitui um sistema de disposições duráveis, princípio gerador e estruturador das práticas e das representações dos agentes (BOURDIEU, 1983, p.60-1). Em minha pesquisa, procurei aceder aos sistemas de *habitus* próprios aos agentes “redutores de danos” a partir de conversas informais e de entrevistas semiestruturada, com roteiro pré-fixado, e da observação participante.

Os as evidências empíricas obtidas demonstram que a experiência cotidiana dos agentes redutores de danos, que deve estar pautada nos princípios da política de redução de danos, internacionalmente consagrados, influencia em grande medida sua trajetória social. Sem incorrer em ortodoxos dispositivos de disciplinarização e moralização, a política de redução de danos revela-se, antes, na trajetória dos agentes em questão, uma abertura de um espaço social e simbólico que lhes permite reorientar as suas próprias práticas de consumo de SPA, o significado do consumo, a autoavaliação, as percepções sobre saúde e a relação com o mundo do trabalho e da disciplina. Em uma palavra: a trajetória de redutor de danos leva a uma prática de uso controlado e, ou, recreativo de substâncias psicoativas, bem como a práticas de autocuidado e à inserção no mercado de trabalho formal.

Respostas comunitárias africanas às situações de vulnerabilidade em larga escala

AUTORES/AS: JEFFERSON OLIVATTO DA SILVA

Este estudo procura contribuir com o entendimento de respostas das comunidades africanas às medidas preventivas de saúde introduzidas pela Medicina Tropical, na Zâmbia e Malaui. Vale ressaltar que a tripanossomíase africana se tornou crônica no

cotidiano das populações, nesse sentido, o convívio com essa situação possibilitou às comunidades novas formas de interação frente ao discurso biomédico. Para tanto nosso recorte será o de especificar as medidas preventivas adotadas com relação à tripanossomíase africana ou doença do sono, que deslocaram populações de seus vilarejos para os conter em campos de isolamento na Zâmbia e Malauí. Propomos a interpretação desses comportamentos comunitários, denominados aqui de atitudes elusivas, analisados por meio da literatura colonial e de relatos de missionários católicos, enquanto formas de resistência a políticas coloniais de saúde. O período ao qual nos debruçamos foi do início da colonização, década de 1890, até meados da I Grande Guerra Mundial, década de 1910, quando a pressão da BSAC por mão de obra destituiu esses campos de isolamento – sem resolver o problema da tripanossomíase.

Nossa hipótese corrobora a de Maryinez Lyons (1992) e Megan Vaughan (1991) de que a colonização em suas diferentes frentes, com o auxílio da Medicina Tropical, se chocaram com as formas de manutenção de bem estar coletivo das comunidades locais, a ponto de ser possível compreender a dinâmica comunitária por esquivas aos tratamentos atuais da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), tuberculose (TB), tripanossomíase, malária, cólera, tifo, hanseníase e outras.

Lançamos mão de três dimensões para compreender as atitudes elusivas nas comunidades locais: ecológico-migratória, da Medicina Tropical e das operacionalizações africanas. A primeira respondeu por uma extensa rede de trocas simbólicas e comerciais, bem como a estruturação de vínculos afetivos entre as populações da África Central. Segundo, para tornar as colônias viáveis à exploração e à ocupação foram criados institutos de Medicina Tropical na Europa e Norte-América. No entanto, esta área acabou criando novas formas de exclusão social. Com o isolamento de pacientes em campos restritivos e tratamentos dolorosos e prejudiciais – pulsões lombares repetidas vezes e tratamentos a base de arsênico - as comunidades reagiram desdobrando expressões políticas contrárias à biomedicina ocidental. Esses comportamentos sociais foram refratários ao colonialismo e até desprezados por médicos, autoridades e missionários. No entanto, estes atores não observavam que as atitudes comunitárias eram eficazes na proteção de determinados vínculos afetivos, para os protegerem coletivamente

de situações crônicas. Compreendemos assim que as respostas comunitárias na forma de atitudes elusivas por meio das três dimensões pode desnaturalizar o discurso de vitimização africana por discriminar essas ações como um conjunto de ações políticas específicas, isto é, ações articuladas por vínculos comunitários em situações sociais de vulnerabilidade em larga escala.

A cidade como território de reconhecimento de marcas identitárias

AUTORES/AS: ANDRÉ ROCHA RODRIGUES

Pensar a cidade na contemporaneidade não é tarefa das mais fáceis, aliás, diria que é uma das mais difíceis, sobretudo por ela passar uma enganosa sensação de continuidade. É uma das características que reconheço no tempo em que vivemos é a do devir no seu sentido lato. O de tornar-se, vir a ser, de ser potencialmente ou de fato uma série de transformações.

Quando olho para fotos antigas de cidades e comparo com as imagens que vejo hoje tenho a impressão que são cidades diferentes e que até são pessoas diferentes. Isso acontece inclusive com imagens da mesma cidade e até mesmo do mesmo espaço urbano. Nesse sentido o trabalho do Luís Gê (2011) sobre a cidade de São Paulo e, principalmente sobre a Avenida Paulista é uma pérola gráfica.

Penso que posso afirmar que de fato são cidades e pessoas diferentes, mas sei que também posso afirmar que se trata das mesmas cidades e das mesmas pessoas. São cidades e pessoas que são as mesmas, mas que se transformam continuamente. Acredito que no limite são pessoas que se pensam e que se transformam por estarem na cidade e a partir dessas transformações fazem da cidade seu reflexo e seu desdobramento e vice-versa.

Com isso, creio que fica claro que compartilho da ideia de que a contemporaneidade é marcada pelo constante movimento e pelo desmanche de solidificações no ar. Contudo, opto pelo termo contemporaneidade à pós-modernidade, modernidade tardia, radicalização da modernidade, supermodernidade e ou sobremodernidade por uma questão particular e pessoal.

Apresento a seguir comentários breves sobre os chamados pós-coloniais e como eles pensam a pós-modernidade, principalmente no que tange aos processos de identificação. Também apresento rapidamente o que Marc Augé (1994) chama de sobremodernidade, a qual é marcada pelo excesso e produz não-lugares. Passo rapidamente pelos conceitos de José Guilherme C. Magnani (1998; 2012) para mostrar as apropriações dos sujeitos da

cidade. E introduzo o que Néstor Perlongher (1993; 2005) chama de código-território. Tento mostrar sinteticamente que na contemporaneidade é possível notar a partir da cidade o descentramento das identidades, o excesso de referências individuais e, sobretudo tento mostrar como uma região da cidade pode ser um território de reconhecimento de marcas identitárias

Memória e Cidadania em Disputa na Cidade Olímpica

AUTORES/AS: VÍTOR GONÇALVES PIMENTA

A área da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM) no bairro Jacarepaguá, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, atualmente, passa por notáveis transformações socioespaciais, resultantes tanto dos preparativos para os Jogos Olímpicos em 2016, construção da TransOlímpica, quanto das obras de urbanização do Pac-Colônia. Grandes intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro que se somam as outras Trans (TransCarioca, TransOeste), as obras de infra-estrutura espalhadas pela cidade, o estabelecimento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas comunidades, anteriormente, dominadas por poderes paralelos que o poder público vem implementando, com o objetivo de efetivar a imagem de cidade “olímpica” e competitiva, além de “maravilhosa”. Hoje, com parte das obras de urbanização e infraestrutura do PAC da Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá), com previsão orçamentária na ordem de R\$ 142 milhões, da prefeitura concluída em alguns setores, e outras em andamento, se percebe os desdobramentos que tais investimentos vêm provocando, principalmente, ao acentuar uma dinâmica de valorização da terra e de especulação imobiliária, em uma área já dominada por poderes paralelos (milícias). Na mesma direção, a construção da TransOlímpica - corredor viário com faixas para BRT (Bus Rapid Transit) com 23 km de extensão ligando o bairro Deodoro ao Recreio dos Bandeirantes é apresentada pela Prefeitura como um legado das Olimpíadas que trará benefícios na área de mobilidade urbana proporcionando aos usuários mais qualidade de vida. Diante deste novo cenário tomo como referência a percepção dos moradores da localidade Curicica 1, uma das sete comunidades localizadas na área da antiga CJM, para refletir sobre os impactos socioambientais provocados por tais intervenções. A implantação do PAC vem reiterar à identidade e a memória desses moradores como sendo diferente dos demais. Já que os mesmos teceram de maneira particular

uma concepção de “direito à moradia” engendrada na relação com o “Hospital de Curicica” no contexto da época. Não se trata de um direito universal, mas de um direito específico que se legitima devido ao trabalho exercido no Hospital. Estas novas formas de políticas públicas inserem uma dinâmica na história de vida desses moradores que se relacionam à memória, à produção da ordem, à construção de um bairro que se adéqua a um modelo específico de cidade articulado entre poder público e setores empresariais. E que se faz sem a participação efetiva dos cidadãos locais. Desta forma, o objetivo deste trabalho é pensar essas disputas entre os diversos atores envolvidos neste processo de grandes transformações urbanas e sociais focando na perspectiva desses moradores que percebem o “desenvolvimento”, o crescimento com um outro olhar.

Violência e medo nos espaços públicos da cidade: sociabilidades, discursos e imaginário nas praças de João Pessoa – PB

AUTORES/AS: RICARDO BRUNO CUNHA CAMPOS

O trabalho apresenta e discute a questão do medo e da violência urbana nas cidades contemporâneas a partir do cenário de João Pessoa – PB. Partimos das investigações realizadas em minha pesquisa de tese que aborda a sociabilidade em algumas praças da cidade, e em específico, em um aporte de dados que é formado por um arcabouço de imagens e matérias jornalísticas divulgadas sobre os espaços públicos da cidade, sobre as praças, bem como relacionados à criminalidade, a violência e ao medo. Na pesquisa também trabalhamos com dados etnográficos e dados obtidos através do método de survey. Percebe-se que os índices de criminalidade e a taxa de homicídios são alarmantes, bem como o incremento de uma cultura do medo na cidade se intensifica recentemente, levando a padrões de segregação na forma de viver os espaços da cidade. Porém, as praças de bairro surgem dentro dessa dinâmica da cultura e sociabilidade local como lugares em que surgem elementos de afirmação e de desconstrução dessas lógicas excludentes e de segregação como as tendências de gentrification observadas nos espaços públicos das praças centrais, históricas e turísticas. Assim, a investigação nestas praças além de proporcionar a percepção dos diferentes padrões e formas de sociabilidade gestadas em diferentes áreas da cidade, aponta para permanências e rupturas com as formas de sociabilidade marcadas pelo medo e pelo perigo que

afugenta as pessoas do espaço público e da vivência dos espaços e lugares da cidade como um direito fundamental. Surgem, portanto, diferentes lógicas de vivenciar e sobrepujar o medo que os indivíduos da cidade definem no seu cotidiano. Ao compartilhar o espaço público das praças seja nos bairros centrais, periféricos ou nobres contribui-se para o incentivo a convivência e possibilita a maior visualização dos fenômenos que temos por foco, o que pode levar à reflexão e a discussão sobre o problema. O que é um fator importante para a construção de uma sociedade mais democrática e participativa, além de permitir que os próprios moradores desenvolvam suas formas de perceber e ver o outro no processo de alteridade. João Pessoa ainda tenta consolidar nos veículos publicitários uma imagem de cidade tranquila, promotora de investimentos na qualidade de vida da população. Contraditoriamente, percebemos que os índices sobre a criminalidade e a taxa de homicídios são alarmantes, bem como o incremento de uma cultura do medo na cidade se intensifica nos últimos anos. Ao investigar o imaginário e os discursos sobre o medo e a violência nas praças percebemos uma configuração que pende para uma ambivalência entre sociabilidades relacionais que ainda persistem como elemento norteador das relações mesmo que pressionadas pelas lógicas individualistas e racionalistas que se anunciam.

“Somos os lugares em que vivemos ou imaginamos: reflexões sobre cidadania e uso do espaço público urbano”

AUTORES/AS: LUDMILA MARIA MOREIRA LIMA

Nos últimos anos, no Rio de Janeiro, o poder público e setores empresariais intensificaram formas de cooperação para atender aos eventos globais que a cidade vai sediar em 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Olimpíadas). Para além dos planos de intervenção urbana e políticas de segurança surgidos nesse cenário, diversos grupos passaram a reivindicar maior influência na gestão do espaço público urbano. Há os que sinalizam para a relevância de se investir em uma nova consciência capaz de gerar formas mais cooperativas e solidárias de ação e intervenção sobre a cidade. Há os que protestam diante da busca de se adequar a cidade a projetos de grande impacto negociados sem participação social. Há ainda movimentos que buscam inserção na agenda oficial para, a partir daí, levantar bandeiras em relação ao uso adequado, responsável e cidadão do espaço público e

da cidade. A proposta desta comunicação resulta do que vem sendo examinado no âmbito de pesquisa por mim coordenada, cujo objetivo é investigar diversas ações da sociedade civil local sobre o espaço da cidade e verificar até que ponto suas mensagens são percebidas por aqueles que interagem no espaço público urbano do Rio. O projeto se iniciou com o estudo de caso sobre o movimento “Rio Eu Amo Eu Cuido”, cujos resultados gostaríamos de discutir nesse Grupo de Trabalho.

COORDENADOR/A: EVA LENITA SCHELIGA

A moral do corpo para uma alma liberta: uma análise sobre códigos morais de sexualidade e corpo entre evangélicos históricos e neopentecostais

AUTORES/AS: ANA KEILA MOSCA PINEZI

moralidade referente às questões sexuais ocupa, entre os evangélicos tradicionais ou históricos, um lugar de destaque. O corpo, visto tradicionalmente por essa vertente do cristianismo como o lugar social do perigo e do pecado, deve ser purificado por meio de uma moral que se pauta em regras de abstinência e adiamento da relação sexual. O casamento é, então, o espaço por excelência em que a sexualidade pode e deve ser exercitada. Entre os neopentecostais, a sexualidade também é vista como algo a ser controlado pela liderança da igreja que deve garantir espaços para o casamento endogâmico e tradicional, em que a submissão feminina é enfatizada e vista como um diferencial da mulher neopentecostal. Diferenças e semelhanças envolvem a moralidade dos evangélicos históricos e dos neopentecostais no que se refere à relação de gênero, ao ritual do casamento, à noção de sexualidade e corpo e a formas de expurgar o impuro e estabelecer o puro ou o sagrado. São elas que se pretende abordar, neste trabalho, com base em etnografia realizada entre os adeptos de ambas as vertentes religiosas em questão.

Nos caminhos do “Tambor de Mina Deus Esteja Contigo”: Experiência Religiosa em um Terreiro Amazônico (Ananindeua-PA)

AUTORES/AS: HERMES DE SOUSA VERAS, AGENOR SARRAF PACHECO

Neste ensaio apresentamos uma etnografia inicial do terreiro amazônico “Tambor de Mina Deus Esteja Contigo”, de matriz africana, localizado na cidade de Ananindeua, município pertencente à região metropolitana de Belém. Fundado em 1988 e associado à Federação Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará (FEUCABEP), o Tambor de Mina é zelado pelo sacerdote Álvaro Pizarro, paulista que mora no município há

30 anos. O norte teórico da pesquisa está na escolha de elaborar simetizações entre o saber religioso nativo e o discurso antropológico, abandonando termos como crença e ideologia. Diante dessa postura teórica, compreendemos que o pesquisador em campo disposto a ser afetado pela presença do nativo inicia um projeto etnográfico onde as contaminações entre conhecimento religioso e ciência trazem resultados inesperados, constituindo-se como uma linha de fuga às explicações mais habituais sobre as religiões de matriz africana no Brasil. Diante disso, buscamos praticar uma Antropologia Pós-Social em diálogo com o Pensamento Pós-Colonial, compreendendo que o campo de pesquisa rompe com dualismos ocidentais de se fazer ciência e requer uma postura antropológica de humildade epistemológica, onde primeiramente se escuta e aprende com os diferentes sujeitos sociais do terreiro.

O estudo de ações culturais e lúdico-religiosas no Guamá, em Belém-Pará, ilustra as aplicações dos conceitos de sociabilidade e reciprocidade

AUTORES/AS: CLÉLIO PALHETA FERREIRA

O artigo propõe uma análise das relações entre os conceitos de sociabilidade, como forma lúdica de “sociação”, em Simmel, e reciprocidade, em Mauss, e a existência de manifestações culturais que configuram suas aplicações no contexto de festas que se realizam em um terreiro de mina em atividades desde 1890, e em uma festa junina criada e dedicada a São Pedro e São Paulo desde 1955, como resultado de uma pesquisa no bairro do Guamá, em Belém-Pará, precisamente na passagem Pedreirinha. É importante perceber que as formas de sociabilidade inseridas nas referidas manifestações ampliam a interação entre parentes, vizinhos e amigos no local de estudo e estabelecem vínculos de reciprocidade ao enfatizarem comprometimentos que envolvem seus aspectos lúdicos e os laços religiosos das festas registradas. Para alguns eventos que ocorrem no Terreiro de Mina Dois Irmãos, os moradores da Pedreirinha e do bairro do Guamá ou de outros bairros de Belém são convidados a participarem, sejam em forma de procissões, como a que ocorre no dia de São José, sejam os ocorridos em dias mais específicos como a festa dedicada ao aniversário de Erundina, sendo essas pessoas muito bem recebidas no referido terreiro. No concernente à festa de São Pedro e São Paulo, constata-se a presença de moradores do bairro, da passagem ou não, de grupos

voltados para a apresentação de espetáculos da cultura popular, como cortejos de casamento na roça, cordões de pássaros, quadrilhas juninas ou roceiras, grupos de carimbó, cortejos de bois bumbás, entre outros. Desenrolam-se no contexto, ambientes festivos que envolvem espaços públicos e privados, em manifestações que ocorrem tanto no interior das residências quanto no leito da própria rua, sendo este ocupado durante as festas nos momentos de suas realizações. Tal como ocorre nas festividades do Círio de Nazaré em Belém, as manifestações religiosas, culturais e festivas enfatizam a importância das festas como reforço de relações de interação, vizinhança e amizade entre os envolvidos e ampliam seus horizontes de cidadania, sendo o bairro e a passagem reconhecidos por isso na capital paraense. A etnografia realizada com base em observação/participação direta, apoio de entrevistas, registros imagéticos, etc, revela que os participantes dos processos de interação referidos estabelecem e ampliam suas relações pessoais inseridas em ações lúdicas, afetivas, religiosas e associativas.

O presente de Oxum e a construção da multiplicidade no candomblé

AUTORES/AS: MIRIAM C. M. RABELO

O presente texto discute a construção da multiplicidade no candomblé a partir do relato de um presente ofertado a orixá Oxum. A descrição das várias etapas do presente, tendo como centro a preparação do balaio, põe a mostra um tipo especial de composição envolvendo sobreposição de camadas. Ao compor em camadas, filhos de santo refazem, via procedimentos materiais, a dialética entre mostrar e ocultar pela qual o mundo se lhes apresenta no candomblé enquanto multiplicidade, atuante, mas nunca plenamente revelada. Quero destacar aqui dois aspectos dessa arte de composição. Primeiro, ela implica atenção tanto ao que é exibido nas camadas superficiais quanto ao que é mantido fora do alcance, ocultado ou encoberto. Envolve tanto uma estética de exibição quanto uma ética de cuidado. Neste tipo de arranjo, o que está fora, a camada exterior visível, não é um obstáculo a ser vencido para se ter acesso a um núcleo interior invisível, é aquilo que mostra o caminho para este interior, ao mesmo tempo em que o encobre, guarda e/ou protege. Por isso, no candomblé, exterior e interior são ambos objetos de investimento, elaboração, apreciação. Segundo, conforme procuro mostrar, toda composição que se mostra como disposição ou montagem

em camadas de diferentes materiais ou objetos, conta uma história e abre margem para uma ação futura.

Os rituais batismais como fenômenos liminares: conversão e batismo ao neopentecostalismo

AUTORES/AS: EMANOEL MAGNO ATANÁSIO DE OLIVEIRA

A religiosidade é um desses fenômenos que possibilita a compreensão do humano em seus aspectos simbólicos e rituais. Em especial, a religiosidade de expressão popular, isto é, aquelas que ocorrem sob a égide da organização social popular, mesmo quando possuída de um sistema institucional ou clerical; os folguedos e festas religiosas, compreendidos enquanto fenômenos culturais regionais. No presente trabalho etnográfico, voltamos nossa atenção para o estudo dos rituais batismais em uma igreja ou comunidade neopentecostal, sobre a luz do conceito de liminaridade em Victor Turner, compreendendo este rito como um processo de mortificação onde o novo converso torna-se após o batismo membro efetivo da comunidade neopentecostal ao qual se filiará. O que antes era apenas um convidado esporádico, um recém converso, agora – após o batismo – volta para a comunidade evangélica com um novo status no interior da igreja; como membro, tem o seu registro ratificado pelo sacerdote e perante os outros membros e fiéis da mesma, agora também seus irmãos na fé. Como recorte etnográfico, fez-se uso da observação participante de alguns ritos (dois mais precisamente) batismais de uma comunidade (igreja) neopentecostal – Igreja Apostólica Fonte da Vida – localizada no município de Lajedo no agreste meridional pernambucano a 192 km da capital Recife. O presente estudo buscou também compreender como esses atores sociais ordenam ou reordenam o “mundo” a sua volta, em suas relações cotidianas com seus familiares, vizinhos, no trabalho e/ou escola, do processo de conversão até o batismo, como eles (as) orientam ou reorientam as suas vidas após a conversão e consequentemente o batismo na igreja ou comunidade neopentecostal.

Plurirreligiosidade e Neopentecostalismo: a concretização do Sagrado em núcleos religiosos distintos

AUTORES/AS: ROSA MARIA DE AQUINO

Esta comunicação objetiva discutir duas pesquisas realizadas com objetos e

objetivos diferentes, mas que ao longo da análise foram identificadas nos seus resultados “afinidades eletivas” no sentido weberiano. Os núcleos religiosos em questão apresentam divergências na compreensão e na relação com o Sagrado. E ao mesmo tempo muitas convergências. As ações ali observadas materializam o Sagrado dentro de um cenário que se transmuta quase a cada ritual. E não se trata apenas de sacralizar um objeto separado do uso comum, como assinala Durkheim. Nos casos estudados não somente os objetos se sobressaem para dar significado ao Sagrado, mas também os cenários, as cores, os gestos, os movimentos corporais, as rezas, os líquidos, os discursos, os cânticos e outras formas de manifestação das crenças. Esses elementos, que nunca se apresentam solitariamente, parecem aguçá-lo e até mesmo fortalecer a fé dos que compõem os núcleos estudados. O esforço, então, de compreender o Sagrado nessas manifestações religiosas passa por uma perspectiva simbólica. Por esse caminho pude identificar, de acordo com Houtart, a “força performativa” do símbolo e também a sua contribuição para que os pertencentes aos núcleos religiosos em análise não percam de vista os seus objetivos. De fato, o processo ritualístico e estético é cuidadosamente preparado para que a fé e a crença sejam exercidas com a eficácia simbólica preconizada por Evans-Pritchard.

Quilombolas Adventistas: Identidade, Política e Religião entre os “Negros da Picadinha”

AUTORES/AS: GABRIELLY KASHIWAGUTI SARUWATARI

Na cidade de Dourados, localizada em Mato Grosso do Sul, existe uma comunidade quilombola denominada Dezidério Felipe de Oliveira, também conhecida como Negros da Picadinha. Embora a família extensa conte com mais de trezentos membros, atualmente, apenas 41 desses indivíduos moram no território original, enquanto os demais se viram, por força do esbulho territorial e das dificuldades econômicas, obrigados a deixar esse espaço e migrar para a periferia da cidade ou para outras cidades. Faz parte da memória desta comunidade e de conhecimento de crianças à anciões as “injustiças” e “golpes” a que foram submetidos durante muitos anos, que resultaram numa diminuta porção de terra incapaz de abrigar toda a grande família. Por isso, é de grande vontade, tanto dos que ainda estão vivendo no território quanto daqueles que tiveram que sair, que as terras lhes

sejam devolvidas, para que eles possam nela viver e trabalhar, assim, possibilitando a reprodução física e cultural da comunidade. O trabalho de campo realizado com os membros que vivem no território original mostrou-se muito revelador, pois permitiu verificar que o grupo que ali ainda vive não se dispersou, principalmente, por conta da religião. Desse modo, o presente trabalho destina-se a discorrer sobre alguns aspectos da vivência religiosa deste grupo. A começar pela adesão por grande parte de seus membros a ditas igrejas evangélicas, cuja Adventista do Sétimo Dia possui maior destaque, perpassando também pelos caminhos que levaram a conversão, tendo em vista que, toda a comunidade anteriormente seguia uma tradição católica. Além disso, através do trabalho etnográfico realizado junto à comunidade, participando dos cultos adventistas realizados nas varandas das casas, foi possível apreender, como dito anteriormente, que a religião é um dos principais fatores que tem conseguido manter a unidade das famílias que ainda residem no pequeno espaço de terra que restaram. Ao nos depararmos com uma história de muitas dificuldades, luta pela terra e conflitos agrários ver-se-á que as igrejas evangélicas os instrumentalizaram de várias maneiras para algumas dessas questões e também reforçaram o sentido de pertença ao grupo. Isso, sem interferir nas questões étnicas e culturais desses indivíduos – é o que a pesquisa tem mostrado. Portanto, o que se pretende neste trabalho é realizar considerações sobre o papel que a igreja desempenha na vida social e política desses indivíduos e como ela contribui para a formação e manutenção de grupos e sociedades tradicionais como esta.

Usos, abusos e desusos da religião na esfera política eleitoral: os presidenciais no debate da Canção Nova em 2010

AUTORES/AS: CARLOS EDUARDO PINTO PROCÓPIO

O modo como o vetor religião apareceu nas eleições de 2010 causou um grande alarde entre os analistas acadêmicos, que se esforçaram para explicar os sentidos que possibilitaram/justificaram sua forte manifestação. Para este setor, o que mais chamou a atenção foi o desconcerto que segmentos religiosos causaram no âmbito das candidaturas ao Palácio do Planalto, algo ainda não visto em eleições presidenciais no Brasil de forma tão contundente. Mesmo que a presença da religião na política brasileira não seja nenhuma novidade, o que pareceu ser novo

nas eleições de 2010 foi a capacidade que alguns segmentos religiosos tiveram em agenciar as posições e programa de governo dos presidenciáveis. Os contornos que esta posição tomou no decorrer do processo eleitoral produziram controvérsias que foram embutidas no interior das principais candidaturas, imprimindo limites para o debate de bandeiras mais liberalizantes no campo da cultura, por exemplo. Os segmentos religiosos envolvidos nesse processo pareciam querer assegurar um campo de certeza para suas demandas, quando exigiam o compromisso dos presidenciáveis com suas diretrizes e necessidades. Um microcosmo disso é o debate organizado pela emissora de televisão Canção Nova, onde os presidenciáveis foram interpelados por temas que direta ou indiretamente se ligavam aos interesses do catolicismo, em particular ao carismático. Nesse debate a condição de se ter fé em Deus como requisito para governar o Brasil, posição diante ao aborto e ensino religioso foram temas explorados. Além disso, temas como reforma agrária, diminuição da maioridade penal e impacto ambiental de grandes obras, também se fizeram presentes e que, apesar de pertencerem mais a um universo secular da política, foram direcionados dentro de uma perspectiva que era derivante do pensamento católico. Diante disso, os candidatos presentes (Marina, Serra e Plínio) se posicionaram aproximando favoravelmente a algumas proposições apresentadas, se colocando como os mais capacitados na realização de determinadas demandas ou simplesmente desconsiderando a validade da colocação e apontando para um caminho oposto ao desejo expressado na pergunta. As questões colocadas para os candidatos eram respondidas, em alguns casos, dentro de uma ótica mais secular, já que todos eles apontavam para a condição laica do estado, desconsiderando a posição católica. Em outros casos, a aceitação da posição católica era mais factível, onde os candidatos se mostravam em afinidade com bandeiras e princípios colocados pela religião. Para tanto, seja uma assimilação da moralidade da religião, seja do humanismo presente nesta, eram evocadas para justificar suas posições e possíveis ações. As controvérsias neste contexto são aquelas que se pretende explorar.

COORDENADOR/A: BARBARA MAISONNAVE ARISI

A fincada do mastro de São Benedito e o Jongo: O reconhecimento pela comunidade de São Mateus, Anchieta (ES), como um território um território negro.

AUTORES/AS: LARISSA DE ALBUQUERQUE SILVA

A comunidade negra de São Mateus encontra-se no meio rural do município de Anchieta (ES), sendo constituída por cerca de quarenta e sete famílias, relacionadas entre si por laços de parentesco, caracterizada por diversos casamentos entre primos de diferentes graus. Ali, diversas porções de terra são propriedades das famílias e estão demarcadas por um modo específico de viver, de produzir - bananas, café, mandioca, hortaliças - e crer dessas famílias, em especial a crença e a devoção em um santo negro, São Benedito, para o qual realizam celebrações específicas de jongo todos os anos e fincam um mastro, onde hasteiam uma bandeira para o santo, sinalizando o lugar como um território negro. A família Santos é o maior núcleo social local, sendo responsável pela transmissão da celebração do jongo, patrimônio cultural afrobrasileiro, entre diversas gerações. O jongo transmite, em um ritual em forma de círculo, elementos religiosos e poéticos relacionados aos batuques dos tambores, à dança, aos cantos e às crenças dos integrantes do grupo, que na localidade, segundo as lembranças e a evidência das genealogias dos jongueiros, completam mais de cento e cinquenta anos de tradição desse bem cultural.

O respeitado patriarca Valentim Manoel dos Santos (neto de jongueiro e nascido em 1920), já com muita dificuldade em pronunciar as palavras, é o mestre das lembranças da comunidade e dos saberes do jongo. As lideranças recorrem às lembranças dos mais velhos, em especial as do referido mestre, para definirem-se como uma comunidade formada originalmente por africanos que, no século XIX, teriam realizado uma festa do mar em um navio negreiro que encalhou na entrada do mar para o rio Itapemirim e

se refugiaram naquela localidade sob a proteção de uma senhora de escravizados conhecida como Dona Helena que, em troca da proteção, explorava o trabalho dos mesmos em sua fazenda.

A memória é um fator importante retomado pela comunidade para a construção de sua identidade étnica que demarca sua história de liberdade e para a transmissão de suas tradições. Os moradores aliam ao jongo outros elementos que consideram significativos na memória da origem da formação de uma comunidade livre: o mastro. Trata-se de uma peça do navio negreiro, embarcação que lembra o sofrimento de seus antepassados na travessia do mar, mas da qual hoje se apropriaram desse objeto dando um outro significado e sentido de caráter religioso e de luta. Nesse sentido, a devoção para com São Benedito é tomado por parte dos moradores como uma forma de interação interna e com atores sociais e políticos externos.

Mobilidade produtiva e transformação social na trajetória dos trabalhadores rurais das fazendas de gado na ilha de Marajó-PA

AUTORES/AS: EUZALINA DA SILVA FERRÃO

O presente trabalho é uma narrativa etnografia que trata da realidade de trabalhadores rurais da ilha de Marajó-PA e a relação com a criação de búfalo, produto entrado na pecuária da ilha como um novo elemento da atividade econômica local, proporcionando mobilidade produtiva aos criadores e trabalhadores de gado. Na análise desse fenômeno procuro demonstrar o processo da entrada desse gado como nova categoria e o entendimento da ação como agente nas transformações sociais de uma sociedade. Assim, apresento uma compreensão das mudanças que ocorreram na relação homem e natureza, por exemplo, nos hábitos alimentares, no surgimento de interditos estabelecidos nos grupos resultado do desconhecimento e ao mesmo tempo fruto do experimento que se exercitava. Com isso, aflora uma dimensão valorativa em relação ao animal no imaginário local, despertando o envolvimento com a realidade na experiência lúdica, principalmente quando as crianças introduziram nas brincadeiras miniaturas de

artefato produzidas com características do animal, bem como, o estabelecimento de um vocabulário voltado para essa relação produtiva, para que aquilo que era estranho torne-se familiar. Nesse sentido, verificou-se uma mobilidade na trajetória produtiva desses agentes sociais, quando o conteúdo da produção passou a ter um novo produto que requeria do trabalhador novas habilidades e, por conta disso, se criou na estrutura já existe, no caso da pecuária com o boi e o cavalo, a introdução da lida com o búfalo, estabelecendo, aos poucos, uma relação. A convivência com o animal alterou a compreensão cultural padrão, ajustando e inserido modos, hábitos para reestruturar o cotidiano local. O presente conteúdo é resultado de entrevistas, convivência e conversas com pessoas, principalmente, os criadores e trabalhadores de gado da microrregião do Arari da ilha de Marajó, área onde a atividade produtiva central é a pecuária extensiva. Ressaltando ainda que o material é resultado de várias pesquisas na região que se inicia na década de 1994 e ainda está sendo realizada em novos projetos de pesquisa, principalmente com coletas de dados em 2012 e 2013.

Território e formação sociocultural da identidade de ser palheiro em Campo Maior-PI: novas orientações

AUTORES/AS: THAIS IBIAPINA MARTINS

Para entender a formação sociocultural de ser palheiro (corta, enfaixar palha, extrair pó de carnaúba e confeccionar artesanato) fora necessário enveredar por linhas invisíveis de representações culturais (memória oral, etnografia) tendo em vista como os sujeitos pesquisados se veem e se definem. Portanto, analisar e explicar como uma categoria se forma e existe, em um determinado mundo social, primeiro é necessário achá-la, tarefa difícil, dado que tais sujeitos possuem múltiplas representações sociais dentro de um mesmo território - Território pesquisado tanto como campo físico/geográfico como simbólico - isto é, são também trabalhadores rurais, camponeses, pedreiros, ajudantes de pedreiros e até mesmo padeiros, etc. Há nessa categoria múltiplos atores sociais, os quais, não são possíveis de delimitá-los em um único e universal conceito teórico. O que há

nessa categoria estudada é diversidade sociocultural, que demonstra a reinvenção dos sujeitos sempre quando há necessidade “vezes” o desenvolvimento territorial (físico e simbólico). Uma das propostas desse artigo é trazer à intelecção esses atores que se reinventam e se descobrem no processo frenético de desenvolvimento da modernidade líquida (Bauman, 2004). Outra proposta é analisar os aspectos positivos e negativos desse novo modo de viver que não se deixa encaixar em nada tão delimitado teoricamente, tendo ainda como principal objetivo aventar a produção de diferenças no campo cultural de formação da identidade dessa categoria, tal como relatado pelos palheiros, parece estar se “perdendo” a prática do trabalho com a carnaúba, migrando-se para os trabalhos da contemporaneidade (assalariado). Mesclando-se todas essas abordagens e/ou problemas levantados, o artigo discute como o distanciamento da nova geração do trabalho com a carnaúba interfere na formação das práticas culturais e territoriais.

COORDENADOR/A: BARBARA MAISONNAVE ARISI

A inconstância da superfície: notas da expressão visual entre os Gavião Pyhcopcatiji (Timbira Orientais\MA)

AUTORES/AS: MAYCON HENRIQUE FRANZOI DE MELO

A produção de expressões visuais entre povos Timbira é algo notório desde quando Nimuendajú esteve com eles, porém até hoje sabemos pouco além da identificação e catalogação de objetos e pinturas. Este texto se dedica a lançar conjecturas sobre a capacidade de imagens alterar superfícies (pele) e formas (corpo) entre os Gavião Pyhcopcatiji (TI Governador - MA). O material de etnografias entre os Ramkokamekra, os Krahó e os Gavião, o escrito e o fotográfico, permitiu pensar nas relações que as imagens mediam com alteridades extra-humanas durante ritos de reclusão e na morte. Entre povos da Amazônia as imagens produzidas na relação com alteridades extra-humanas tem se revelado uma maneira de antropólogos(as) se aproximarem do pensamento estético e cosmológico ameríndio. O ritual de reclusão dos Ramkokamekra (Khêêtúwayê) e a emplumação de corpos, bem como as reflexões iniciais sobre a escatologia Gavião e a instabilidade de formas e superfícies, indica como a produção de imagem não é pensada apenas como instrumento de classificação sociocognitiva. As relações que as imagens acionam entre alteridades diferentes ligam pessoas e mundos, tornam visível àquilo que só é visível nestas circunstâncias de alteração de superfícies e formas, convidam a visão a operar em terrenos mais instáveis que o visível e o invisível.

Entre o sonho e a vigília: os sonhos da etnógrafa e as incertezas do campo

AUTORES/AS: LÍGIA RODRIGUES DE ALMEIDA

Pretende-se com essa comunicação apresentar alguns relatos referentes à etnografia realizada junto às famílias Tupi Guarani que vivem no sudoeste do Estado de São Paulo e que tem como foco os sonhos e suas implicações na vigília. É através dos sonhos que são enviados seus cantos-rezas e são eles,

que de alguma forma, guiam sua vida cotidiana, os caminhos que optam ou não por seguir. Pela manhã, os Tupi Guarani tem por hábito contar seus sonhos aos parentes e em tal contexto a pesquisadora é chamada a contar os seus, colocando-lhe um problema: o que seus sonhos poderiam expor a esses Tupi Guarani? O que é um sonho bom de ser contado? Importante dizer que um sonho, considerado ruim por essas famílias, poderia impossibilitar os trabalhos de campo. Como dar conta desse diferente modo de saber? Lembrando que o que se busca com essa comunicação não são respostas, mas levantar questões visando a constituição de um debate.

COORDENADOR/A: CHRISTINA DE REZENDE RUBIM

Ciência e simbolismo no trabalho etnográfico de Mary Douglas

AUTORES/AS: CHRISTIANO KEY TAMBASCIA

Ainda nos primeiros anos da década de 1950, durante sua pesquisa de campo no Congo Belga, Mary Douglas se correspondeu com diversos representantes de sociedades católicas no Reino Unido: a antropóloga, ela própria educada em um convento católico, estava interessada na análise das regras e rituais existentes em uma sociedade para evitar o mal e o infortúnio, e tais informações seriam importantes pistas para empreender uma análise inter-cultural comparativa sobre a “matéria fora de lugar”. Como ficaria claro durante todo o restante de sua carreira, Douglas estava preocupada com a relação entre as instituições sociais e os aspectos simbólicos da conduta socialmente aprovada, de forma a criticar explicações utilitaristas para fenômenos culturais. Entretanto, neste mesmo período encontramos indícios de que Douglas também investiu considerável esforço para verificar a correspondência entre as formas de pensar práticas rituais com os próprios procedimentos “científicos” adotados para evitar contaminação e para produzir tratamentos eficientes, segundo uma racionalidade ocidental moderna.

Douglas escreveu para instituições britânicas de medicina e farmacologia, indagando sobre possíveis propriedades inerentes a certas ervas e alimentos utilizados em rituais de cura, ou sobre o fundo científico de práticas de higiene e restrição alimentares que testemunhou no Congo. Por exemplo, em 1953, F. M. Day, oficial médico de saúde, lhe enviou uma carta, agradecendo as informações etnográficas enviadas e dizendo que havia fundamento e confirmação “científica” na higiene Lele (o grupo estudado por ela durante este período), dado que o que era reconhecido como “sujo” simbolicamente, o era também para a medicina. Durante a mesma época, Douglas também se correspondeu com botânicos, enviando amostras de plantas utilizadas pelos Lele, bem como com diversos dos mais respeitáveis representantes da ciência britânica.

O objetivo desta apresentação é analisar alguns dos indícios fornecidos pela

leitura dos cadernos de campo, bem como da correspondência, no início da década de 1950, de uma das mais importantes antropólogas, para expor, no repensar de uma obra por uma pesquisa de arquivos, as formas de “purificação” realizadas pela disciplina, entre os fatos científicos e as explicações mágicas fornecidas – antiga discussão que constantemente se atualiza. Desta maneira, a intenção é sugerir alguns caminhos para discutir as relações entre fatos e representações, tais como problematizadas recentemente por um grande número de antropólogos, para refletir sobre como este debate pode iluminar aspectos centrais da obra de Douglas.

De amores e de paixões: uma etnografia das relações amorosas

AUTORES/AS: TELMA AMARAL GONÇALVES

Este trabalho tem como foco a pesquisa de campo que realizei para minha tese de doutoramento que teve como tema o amor vivido e atualizado no âmbito das relações entre parcerias hetero e homoafetivas. Para falar de amor procurei recuperar a trajetória amorosa dos pares e realizei de três a cinco entrevistas com o par e uma individual com cada um dos parceiros, todas gravadas, com duração média de duas horas e meia, contabilizados aqui o tempo total que incluía o espaço antes e depois da entrevista gravada propriamente dita, esta com duração de uma hora e meia a duas horas. A cada sessão, uma maior integração ia se dando entre nós e, com o passar do tempo, fui deixando de ser uma pessoa sem nome, a “moça” ou “a antropóloga” para ser simplesmente chamada pelo meu nome. Na convivência com os meus interlocutores desenvolvi um exercício intenso de escuta e, aos poucos, e de forma intencional, partilhei minha vida pessoal, narrando fatos do meu cotidiano ou referindo alguma experiência vivida, simplesmente para que eles soubessem um pouco mais de mim, já que passei a saber tanto deles. Sei que algumas vezes impus minha presença, pois precisava dar andamento ao trabalho e, em alguns casos, os percebia cansados depois de um dia cheio de atividades. Mesmo assim, eles me recebiam de forma atenciosa e respondiam minhas indagações que, talvez, lhes parecessem infundáveis. Ao término da entrevista quando eu os deixava e ia, como se diz, cuidar de minha própria vida, ficava pensando o quanto tinha de “terapêutico” naqueles encontros, já que ao falar eles elaboravam e reelaboravam o seu próprio relacionamento e ao ouvi-los eu desenvolvia um processo de reflexão em torno de minha própria vida amorosa estabelecendo conexões entre as

histórias que me eram contadas, todas elas marcadas por conflitos, desencontros, insatisfações, frustrações, ressentimentos, separações, quase que na mesma medida que as alegrias, satisfações, acertos, trocas e desejos. Esses encontros marcados pela subjetividade inerente ao tema – o amor – e pela metodologia adotada que implicava em reunir antropóloga-interlocutores para falar de um tema que remetia necessariamente à intimidade dos pares, num ambiente também pensado como íntimo e privado - a residência do par – tornaram-se o locus privilegiado de uma subjetividade que era regulada por questões objetivas - um roteiro de questões, o uso de um gravador, a presença de um profissional que exercia o papel de entrevistador – e falam muito dos limites e possibilidades do método etnográfico e da necessidade que temos enquanto profissionais de traçarmos os nossos próprios caminhos, enfrentando os desafios que a pesquisa antropológica nos apresenta.

Fazendo etnografia em campo minado. Reflexões sobre os desafios da pesquisa antropológica em situações de risco

AUTORES/AS: VANDERLAN FRANCISCO DA SILVA

Este trabalho objetiva discutir os desafios da prática etnográfica em situações nas quais o trabalho antropológico se faz em lugares e situações que colocam em risco a integridade física do pesquisador. Trata-se de refletir sobre duas experiências etnográficas distintas, desenvolvidas junto a dois grupos diferentes, cujas pesquisas de campo foram realizadas em momentos diversos e nas quais a investigação do fenômeno da violência figurava como pano de fundo das análises antropológicas. Na primeira, a pesquisa foi desenvolvida em uma penitenciária no estado da Paraíba. A segunda foi realizada em 4 escolas do ensino fundamental, sendo três públicas e uma privada, na qual buscamos identificar e compreender as expressões recorrentes da violência ali presentes. Nos dois casos, os desafios da pesquisa se fizeram notar desde as tentativas de acesso às instituições até o desenrolar da observação do cotidiano e da realização de entrevistas. O acesso à penitenciária só se tornou possível depois de longo processo de negociação com o diretor da instituição e com o juiz da Vara de Execuções Penais. Depois de inúmeras conversas, o juiz se convenceu da “seriedade” da pesquisa. Nas escolas tal processo foi menos doloroso. As entradas em campo se fizeram sob constante vigilância e formas de classificação que procuravam situar/controlar o pesquisador. Em um caso, fomos

vistos como funcionários do judiciário a procura de informações dos presos, como psicólogo, assistente social; em outro, éramos membros do Conselho Tutelar a procura de irregularidades dos estudantes, estagiários ou policiais infiltrados. Em várias situações, essas classificações mobilizavam formas de vigilância, que nos colocavam sob o olhar dos agentes penitenciários, sendo estabelecido lugares, dias e horários nos quais as entrevistas deveriam ser realizadas, bem como as indagações frequentes de diretores sobre presos entrevistados, revelando a permanente tentativa institucional de controlar o acesso do pesquisador aos presos e, por conseguinte aos dados. A relação estabelecida com os presos também se mostrou desafiadora, na medida em que o processo de observação do cotidiano, realização de entrevistas e visita às celas passou por negociações com líderes de pavilhão, relações de gentileza e troca de presentes. Em dados momentos fomos obrigados a passar por “testes”, tendo que entrevistar um preso armado de faca e vivenciar tentativa de fuga da prisão. Tais exemplos ilustram bem os desafios das pesquisas etnográficas por nós desenvolvidas, revelando como por vezes os “nervos podem ficar a flor da pele”, gerando desconfortos, insegurança. E, frente a isso, tivemos que manter o “controle de impressões” e buscar acessar e compreender os múltiplos sentidos produzidos pelos atores sociais pesquisados.

Antropóloga e “seu marido” no espaço de sociabilidade e lazer masculinos: problematizações acerca das questões metodológicas na abordagem etnográfica

AUTORES/AS: INGRID FERREIRA FONSECA

Este texto tem como objetivo apresentar alguns dados já construídos no trabalho de campo que venho desenvolvendo sistematicamente desde julho de 2013, para fins de doutoramento. A tese tem como foco principal a identificação e a reflexão das formas de sociabilidade criadas entre sócios e não sócios, que possuem idade entre 60 e 85 anos, que participam de um clube de jogo de malha instalado em uma praça do bairro Madureira, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Neste contexto, o enfoque principal deste artigo é problematizar o meu papel de antropóloga em um espaço de sociabilidade e de lazer masculinos, e que também por vezes, possui a presença do meu marido no campo etnográfico.

A questão da pesquisadora mulher fazendo etnografia sobre universos sociais eleitos

como masculinos já tem sido problematizada por outras etnografias, tais como a de Paula Machado (2004) que destaca as vantagens e as desvantagens de “uma mulher estudando vários homens” (p. 162). Porém, no meu caso, alia-se a questão de ser mulher, a presença do meu marido algumas vezes no meu trabalho de campo. A sua entrada foi de maneira proposital, pois além de ser uma companhia para mim, em eventos fora do espaço habitual, era um homem - “ajudante” no campo etnográfico - com condições de abrir canais de comunicação com sócios ou não sócios do clube de malha, tendo acesso a informações que são negadas ou restritas a mim, acredito que por eu ser mulher. Em vários momentos, em dias diferentes, os homens se fecham em rodinhas, abaixam o tom de voz e falam de assuntos que não consigo ouvir e também não sou chamada a compartilhar. Com meu ‘ajudante masculino’, muitas destas situações ficaram mais acessíveis.

Obviamente que sempre estive atenta de que a entrada do mesmo no fazer etnográfico poderia e ainda pode trazer diferentes representações sobre a minha pessoa: antropóloga, mulher e casada, interferindo tanto negativamente quanto positivamente para a construção do campo etnográfico; porém resolvi arriscar. Sendo assim, percebo que se faz mister lançar questões para pensar tal inserção e de que maneira as minhas opções metodológicas tem se desenhado a partir destas relações.

Como explicitado anteriormente, o estudo apoia-se em um método etnográfico, que como discorre Ingold (2008), é uma maneira de descrever a vida das pessoas com rigor e sensibilidade, através do detalhamento das observações, indo além da primeira impressão. Utilizo-me também da perspectiva de ‘perto e de dentro’ (Magnani, 2002) que é uma maneira de “estar lá dentro no grupo, mas não vivendo com ele”. Além do mais, em casos de estudos urbanos, como o meu, amplia-se a discussão da cidade para além das suas fragmentações, trazendo a tona os estudos sobre a produção de comportamentos e de determinados estilos de vida.

Retomando uma questão epistemológica e não moral: os imponderáveis da vida real

AUTORES/AS: GISELA MACAMBIRA VILLACORTA

Neste trabalho procuro fazer uma reflexão sobre a situação surgida a partir de minha “entrada repentina no campo”, onde uma das minhas mais importantes

interlocutoras, “Rosa Azul”, tão presente nos textos de minha dissertação de mestrado e artigos que escrevi, tendo contraído uma doença rara no pulmão, estava desenganada pelos médicos, que deram a previsão de quarenta e oito horas para que ela viesse a falecer. O falecimento dessa exímia curadora que se tornou bastante conhecida na metrópole da Amazônia, seja pela sua habilidade como xamã, ou pelos seus singulares “rituais e curas neo-xamânicas”, como é vista na cidade de Belém, trouxe à tona para minha pesquisa várias questões que até então estavam “adormecidas” ou “domesticadas”, referentes ao meu trabalho de campo, sobre questões epistemológicas levantadas por Geertz em relação à natureza do entendimento antropológico, que envolve, entre outras coisas, a relação entre “pesquisador e pesquisado”, o “estar lá” e o “estar aqui”, enfim, a própria construção etnográfica.

Uma experiência etnográfica: reflexões sobre as relações entre sujeitos em um trabalho de campo

AUTORES/AS: PAULA LAYANE PEREIRA DE SOUSA

Para a compreensão do homem como ser social e cultural a antropologia utiliza-se principalmente da etnografia, que segundo Clifford Geertz (1978), consiste em um esforço intelectual que vai muito além da aplicação de técnicas que auxiliam na obtenção de dados. Este esforço pode ser entendido como a relação entre os sujeitos envolvidos em uma pesquisa, significando ainda que o empreendimento etnográfico é realizado de acordo com o seu campo e objeto de estudo. Partindo disso, este artigo tem por objetivo o relato de uma experiência etnográfica fruto de uma pesquisa realizada para a obtenção do título de mestre (intitulada “Balanceando com a brincadeira de bumba-meu-boi: o ritual do grupo Imperador da Ilha”), promovendo deste modo, uma reflexão sobre as relações e percepções criadas entre os sujeitos envolvidos em uma pesquisa, levando em conta, neste caso, os imprevistos que ocorreram no decorrer da etnografia. O objetivo da referida pesquisa foi buscar a brincadeira de bumba-meu-boi entendendo-a como um ritual, assim o trabalho de campo foi realizado na totalização de nove meses, onde acompanhei o grupo nas etapas do ritual, aprendendo e participando como uma das personagens da brincadeira. Nesse convívio eu não só tive um conhecimento mais aprofundado da prática do grupo, como também o próprio grupo teve

uma percepção sobre mim, pois era muitas vezes chamada de “universitária” ou “professora”. Esta impressão do grupo mim promoveu uma situação não prevista no trabalho de campo, que foi o convite para participar do diretório do grupo de bumba-meu-boi na função de secretária. Assumir esta função me deixava dividida entre fazer com que a brincadeira não desandasse, pois ficava responsável, por exemplo, por preenchimento de fichas, atas de reuniões, e observar o que acontecia. De tal modo, esta experiência etnográfica possibilitou refletir sobre a relação do pesquisador e dos sujeitos pesquisados no que se refere ao trabalho antropológico como uma resposta mutua entre os sujeitos, onde o pesquisador também está inserido na realidade pesquisada como um ator que deve da melhor forma possível, agenciar sua posição em campo, já que não é somente o etnógrafo, mas também os pesquisados, que observam e tiram suas conclusões; além de levantar questões como até que ponto o etnógrafo pode ou deve estar envolvido com o seu campo de pesquisa, pois sabe-se que toda experiência etnográfica por mais objetividade e neutralidade que possa ter sempre irá mudar e agregar ao subjetivo do pesquisador.

COORDENADOR/A: RAQUEL MOMBELLI

“Regularizar” ou “Fazer Justiça”? Identidade, Território e Intervenção Estatal em comunidades quilombolas do Sudoeste Paulista

AUTORES/AS: PAULA ELAINE COVO

Pretende-se discutir a demanda por direitos territoriais de um grupo de quilombos e os formatos que ela assume, tendo em vista a necessidade de acomodar-se ao projeto intervencionista do Estado, em sua tentativa de gerenciar e controlar a Malha Fundiária do país. A expectativa dos quilombolas frente aos órgãos estatais fundamenta-se numa concepção de Justiça moldada pela vivência comunitária em pequena escala, pelo contato com a emoção enquanto paradigma de percepção e expressão do “real”, e pela crença no reordenamento do mundo através da intervenção do Sagrado. Seu projeto de Justiça se materializada no retorno à terra ancestral como meio de prover sustento e dignidade, reequilibrando o universo ao reverter o fundamento de sua opressão - a expropriação da terra - com sua decorrência imediata e inseparável: o “castigo” dos “maus”, os expropriadores do passado e do presente. Fundindo elementos “pós-modernizantes” apreendidos no contexto das interações com agentes públicos diversos (Movimento Negro, partidos de esquerda, mídias, servidores públicos) buscam com a Política de Regularização de Quilombos, promover a retomada/reorganização de uma ordem moral e cosmológica tida como justa. A esta leitura contrapõe-se a lógica administrativa do Estado moderno, burocrático e laico, confrontado com as atribuições de gerenciar diferentes “Direitos” fundiários, por vezes opostos e até mesmo sobrepostos, tendo como instrumento um sistema estatal de controle da ocupação das terras, públicas e privadas, do qual a Regularização de Territórios Quilombolas faz parte. O embate entre os dois modelos de justiça dá-se em plena vigência de uma economia de mercado, com um regime jurídico confuso e um paradigma cartorial fortemente implementado na estruturas do Estado. O contexto apresentado nos quilombos do Sudoeste Paulista (região de Sorocaba e arredores) é paradigmático para a compreensão dos processos de reconstrução identitária operados pelas demandas jurídicas locais em face das alternativas de “Justiça” configuradas pelo Estado Brasileiro.

Herdeiros de Adão e aprendizes de pretos velhos - Identidade, território e referência cultural do quilombo de Monte Alegre

AUTORES/AS: OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA

A presente comunicação é uma síntese de dois relatórios de pesquisa. O primeiro resultou de uma pesquisa em equipe interdisciplinar que coordenei em 2005 e 2006 sobre o reconhecimento da identificação étnica e territorial, tornando-se uma peça no processo de regularização do território da comunidade quilombola de Monte Alegre, no sul do estado do Espírito Santo. O segundo relatório está em fase de elaboração por uma equipe de trabalho, também sob minha coordenação, sendo fruto de um projeto de pesquisa denominado “Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo”, desenvolvido em 2012 e 2013, que vem estudando o jongo em comunidades quilombolas. O jongo está reconhecido pelo Iphan como patrimônio cultural do Brasil desde 2005. Deste modo, a partir desses projetos de pesquisa, debatarei identidade, território e referência cultural na referida comunidade. O Caxambu da Santa Cruz, denominação local do jongo, é entendido como uma herança de Adão, o ancestral quilombola de maior reconhecimento local, e de outros pretos velhos antepassados da comunidade. Sendo assim, em minha análise, observei que o caxambu é apropriado como um produto cultural e um dos delimitadores diacríticos das fronteiras étnicas e territoriais do quilombo.

COORDENADOR/A: TEREZA MARA FRANZONI

Moradores, andorinhas e pardal: categorias e modos de constituição de acampamentos sem-terra

AUTORES/AS: NASHIELI RANGEL LOERA

Este trabalho foca no cotidiano de acampamentos sem-terra localizados na região conhecida como Pontal, ao oeste do estado de São Paulo e na dinâmica local que informa processos cotidianos de constituição de formas de organização social. Nos últimos anos o formato dos acampamentos na região tem mudado, enquanto 10 anos atrás a regra para se instalar em um acampamento era ser morador e “ficar debaixo da lona”, hoje em dia é necessário ter um barraco no acampamento podendo pedir “entrada” como andorinha, isto é, como acampado que irá frequentar o acampamento um ou dois dias da semana. Por outro lado, os acampamentos vem sendo instalados próximos a pequenas cidades do interior atraindo uma população local que “mora” na cidade mas passa a manter um barraco e circular diariamente pelo acampamento. Essa modalidade de acampado é conhecida nativamente como pardal e/ou andorinha fazendo referência ao gosto de morar perto da cidade. Essas diversas categorias “morador”, “andorinha” e “pardal” dizem a respeito de uma dinâmica específica de circulação cotidiana de pessoas e coisas nos acampamentos e da existência de diversas formas de se estar acampado.

COORDENADOR/A: FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA FERREIRA

Dinâmicas espaciais e hierarquias na festança de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT

AUTORES/AS: HELOISA AFONSO ARIANO

A Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade reúne um conjunto de festas que dura cerca de 10 dias. Compõe-se da Festa do Divino, a Festa de São Benedito e a Festa das Três pessoas da Santíssima Trindade. Os negros, maioria dos habitantes da cidade, como afirma Maria de Lourdes Delamônica Freire (1988), apoiaram-se nas festas religiosas católicas impostas pelos colonizadores para construir uma dimensão de organização social relativamente autônoma, que posteriormente, com a perda da condição de capital e abandono da cidade pelos brancos, veio a se tornar o principal lócus de reorganização da vida comunitária.

Como um período de interrupção das atividades cotidianas, estruturais, as festas têm sido analisadas, sob inspiração de Victor Turner, como momentos dentro e fora do tempo, que instauram o que o autor chamou de *communitas*, caracterizada por uma relativa indiferenciação social em que as pessoas escapam às classificações ordinárias da ordem social e dramatizam seus mais caros valores e ideais coletivos. Indivíduos ou grupos marginalizados no cotidiano podem assumir poderes extraordinários. O autor entende ainda que sob sua vigência se abrem brechas na estrutura para a transformação social. O evento festivo característico de Vila Bela assume este papel: os negros marginalizados no cotidiano veem-se temporariamente nos papéis prestigiosos de imperadores, imperatriz, reis e rainhas, juízes e juízas, capitães de mastro. Nem tão temporariamente, pois a rede que se constitui para a organização das festas se expande para o ano todo. A festa se exprime, entretanto, também em termos espaciais. Bourdieu (2008, 160) em seu artigo *Efeitos de Lugar*, diz “Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima hierarquias e distâncias sociais” fornecendo elementos para uma reflexão dos vínculos entre espaços e hierarquias. Pensar a festa como um mecanismo social impõe também ver de que maneira ela instrumentaliza o espaço e como opera seus significados.

Na Festa de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) observa-se uma dinâmica espacial que, ao mesmo tempo em que instaura novos sentidos para os espaços casa e rua, o público e o doméstico, preserva significados tradicionais. Durante as rezas que acontecem nas casas dos festeiros, o espaço doméstico torna-se público. Toda a cidade pode participar desses eventos. O volume de pessoas é tal que a fronteira entre o espaço doméstico e o da rua torna-se indistinta. As pessoas aglomeram-se desde a casa até a rua. Nessa ocasião as rezas são conduzidas pelas mulheres e o padre, dominante no espaço tradicional da igreja, torna-se mais um junto com a multidão.

Entre o sagrado e o profano: a perspectiva ritual de noivos e pastorais familiares sobre o noivado em Belém do Pará.

AUTORES/AS: BRENO RODRIGO DE OLIVEIRA ALENCAR, CARMEM IZABEL RODRIGUES

Considerando sua posição relativa no contexto das relações laico-religiosas, o noivado pode ser definido, ao mesmo tempo, como um evento de alcance econômico que marca transição do namoro para o casamento, onde o casal realiza os planejamentos que antecedem a vida conjugal, e uma condição sacramental indispensável para a igreja celebrar o matrimônio. Avançando terreno sobre a discussão acerca do processo de escolha do cônjuge contida na dissertação do autor (Alencar, 2011), este trabalho tem como objetivo apresentar o resultado da análise etnográfica obtida por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas junto aos noivos e membros de pastorais familiares que participaram dos “Encontros de preparação para a vida matrimonial” nas paróquias de Nossa Senhora de Nazaré e Santíssima Trindade, em Belém-PA, entre os anos de 2009 e 2013. Mais conhecidos como “cursos de noivos” estes encontros celebram a interação de duas perspectivas de atuação ritual: a dos noivos, que enfrentam os três dias de duração do curso como uma etapa até o altar, mas cujo sentido sacrificial tem o caráter expiatório; e a dos membros da pastoral familiar, que também são casais, e visam, a partir de suas experiências conjugais, inculcar valores e representações sagradas sobre o matrimônio e a conjugalidade por meio de palestras como “amor conjugal”, “exercício da sexualidade humana”, “testemunho cristão”, entre outras. Pretendendo ser um estudo que qualifique a discussão sobre a dialética secularização/sacralização a fim de ser apresentado

como projeto ao doutoramento, a pesquisa tem como norte teórico as noções de rito de passagem (Genep), processo ritual e liminaridade (Turner), intimidade (Zelizer), interação (Goffman) e campo (Bourdieu).

Mortes em família. Breves apontamentos de uma história real no Benin, África Ocidental.

AUTORES/AS: HIPPOLYTE BRICE SOGBOSSI

O trabalho ambiciona fazer uma breve descrição, seguida de uma análise que conecta, do ponto de vista causal, três histórias de vidas, três gerações e três membros de uma mesma família beninense. As mortes aconteceram em 2011 e 2012 na capital do país, Cotonou. Serão revisitadas, do ponto de vista antropológico, linhas conceituais e teóricas de autores como Luis Thomas Vincent, Jean Ziegler e autores africanos como Adoukonou e Bamunoba. Peso fundamental tem o simbolismo e o processo ritual nos seus detalhes mais importantes, já que cada falecido é enterrado segundo sua posição na sociedade, e muitas vezes isto é subordinado a desejos que expressa em vida. Porém morte nem sempre é natural e pode ser provocada por vizinhos e parentes considerados perigosos, em função de buscar determinado equilíbrio dentro da sociedade. Uma visita ao país em janeiro dará conta da dimensão da saudade de um ente querido, o antropólogo quem escreve estas linhas, a partir de uma breve observação, com o intuito de discutir alguns dos problemas engendrados após as mortes sucessivas e catastróficas de membros da família. Fotos e gravações de incursões em um cemitério e túmulos domésticos ilustrarão rituais de saudações e rezas dirigidas ao falecido.

Oaruê, boi estrela e São Gonçalo: uma etnografia sobre redes de sociabilidade em performance

AUTORES/AS: RENATA FREITAS MACHADO

Os rituais como primeiro passo para a compreensão das sociedades humanas e a complementação que se dá entre o mundo festivo e o mundo cotidiano, a natureza pública e coletiva das festas, o diálogo entre os domínios lúdicos e estéticos, além da materialidade do que poderia ser considerado um patrimônio intangível são categorias essenciais a serem consideradas como pontos de partida na abordagem

antropológica sobre festas (CAVALCANTI, 2013). O presente estudo, de caráter etnográfico, abordará três festejos populares, sendo estes: O Boi Estrela, O Aruê e o São Gonçalo que ocorrem nas comunidades de Mutá, Cações, Matarandiba e Baiacu, pertencentes à Baía de Todos os Santos. A formação concomitante destas localidades e seus aspectos históricos análogos trouxeram como resultado uma aproximação tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista cultural.

O objetivo é compreender como redes de sociabilidade e sentido são encenadas, recriadas e revitalizadas em performance, nos festejos populares do Aruê, Boi Estrela e São Gonçalo que ocorrem em quatro comunidades circunvizinhas (Matarandiba, Mutá, Cações e Baiacu). O estudo será baseado na pesquisa de campo e na observação participante, levando enquanto referência a etnografia como diálogo (simétrico) entre o conhecimento nativo e o conhecimento do pesquisador. O quadro teórico que compõe o projeto leva em consideração os conceitos de memória social, patrimônio cultural, os estudos antropológicos sobre festa e o campo da antropologia da performance.

Os poderes mágicos da explicação: autoridade professoral e performance ritual em uma escola pública

AUTORES/AS: BÓRIS MAIA E SILVA

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados de uma pesquisa sobre as relações de autoridade vigentes nas escolas públicas. De que maneira os professores adquirem legitimidade e exercem a autoridade durante as aulas? É essa a pergunta que orienta este trabalho. Tida como axioma fundamental nas teorias sociológicas sobre educação escolar, vide Durkheim e Bourdieu, a autoridade professoral tem sido pouco estudada a partir de uma perspectiva etnográfica. As formas de construção e de exercício da autoridade do professor são amplamente desconhecidas, muito em função de perspectivas teóricas que tomam a autoridade como algo já dado, independente da interação professor/aluno, ocasião em que, em nossa visão, a autoridade é de fato constituída e exercida. Nesse trabalho, busco mostrar como as performances desempenhadas pelos professores durante o rito da aula conferem legitimidade ao professor, servindo como fonte primordial de atribuição de autoridade na escola. A explicação, por sua vez, aparece no discurso dos alunos como a etapa do rito da aula em que a performance do

professor é posta sob avaliação de forma mais acentuada, resultado da valorização da oralidade na relação pedagógica. Por isso, apresentarei algumas técnicas de ensino, utilizadas pelos professores especialmente no momento da explicação, que produzem a eficácia simbólica da relação pedagógica, atuando assim na construção da autoridade professoral. O estudo deriva do trabalho de campo que realizei em uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro, onde, através de observação direta, acompanhei diariamente as aulas de duas turmas do Ensino Médio.

Quando o Antropólogo “BOLA NO SANTO”: Performances do corpo aflito e a experiência do campo afetado

AUTORES/AS: FABIANO LUCENA DE ARAÚJO

No presente artigo trago algumas situações vivenciadas no desenvolvimento do trabalho de campo, resultantes da construção da prática de investigação e na interação com os interlocutores a partir da delimitação do recorte e do objeto escolhido: rituais curativos e performances do corpo em aflição mobilizadas no contexto das agências populares de cura relacionadas às religiões de matriz africana e o catolicismo popular. Neste campo, constatei alguns eventos cíclicos, os quais elenco num esquema composto de três categorias específicas mais ou menos sucessivas: aflição, afecção e adesão. Tal esquema utiliza como referências principais as noções de afecção e afetação formuladas, respectivamente, por Gilles Deleuze e Jeanne Favret-Saada, as elaborações teóricas derivadas do Paradigma da Corporeidade em Thomas Csordas, as reflexões a respeito do papel do transe como matéria-prima para apreensão da experiência vivida em Arnaud Halloy e a disposição triádica do Processo Ritual em Victor Turner. Trata-se do modo de estruturação e disposição de dados práticos coletados e percebidos em contato com o corpus teórico adotado e da maneira proposta para direcionar a análise do que é exposto aqui. Esta experiência de campo é confrontada com a perspectiva fenomenológica e da antropologia da performance para embasar o debate em torno do corpo como base fundamental para obtenção de dados, modo expressivo e participativo dos contextos de elucidação, e enquanto referencial para a coleta, de informações relevantes para a reflexão sugerida. Examinou em minha pesquisa o fluxo dos sujeitos para diversas agências de resolução de aflições, localizada numa comunidade periférica do município de João Pessoa, a maneira como interpretam

e lidam com tais aflições, suas respectivas motivações e intenções que surgem na procura por tais agências e como o contexto vivido por tais sujeitos, um ethos compartilhado, influencia e se insere nos seus trajetos corporais e performáticos por tais serviços de emancipação e alteração das aflições.

Reatualizando hierarquias, reafirmando identidades: uma análise da festa de São Sebastião na região do Oeste Potiguar.

AUTORES/AS: SUSANA ROLIM SOARES SILVA

Esse trabalho é resultado de uma etnografia da festa de São Sebastião no município de Caraúbas-RN e tem o objetivo de analisar tal evento festivo como palco de reatualização das hierarquias e disputas estabelecidas entre caraubenses, gentílicos do referido município e ‘caboclos’, habitantes da comunidade Mirandas e os primeiros a organizar tais festividades em homenagem ao santo. Durante a festa do padroeiro dos caraubenses e caboclos percebe-se a exaltação da identidade ‘caboclá’, já que os caraubenses festejam a vinda dos mirandenses, a sua cultura e terminam por encenar uma uniformidade social que não pode ser observada no cotidiano do município. Nesse sentido, a festa do padroeiro de Caraúbas pode ser pensada enquanto um momento de legitimação e (re) afirmação da identidade vivenciada pelos habitantes de Mirandas, na medida em que tal identidade é reconhecida, sobretudo pelos caraubenses, que lhe dão notoriedade e deferência nesse momento. No entanto, e apesar do caráter conciliador e aglutinador que a festa de São Sebastião parece trazer às relações estabelecidas entre mirandenses e caraubenses, podemos perceber que esse evento não apaga ou extingue as tensões sociais latentes e/ou manifestadas entre mirandenses e caraubenses. Longe disso, o período festivo parece reorganizar e ritualizar as distinções sociais cotidianas, fato que se torna evidente durante a procissão de encerramento da festa, no dia 20 de janeiro. Nesse momento, os mirandenses, respaldados por um passado histórico, reivindicam para si o status de “donos da festa”, do lugar e da imagem trazida de Pernambuco, que sempre é conduzida exclusivamente pelos ‘caboclos de Caraúbas’. Logo, apesar de seu caráter eminentemente religioso, a procissão revela aspectos significativos do cotidiano e da vida social dos grupos em questão, que comumente estão encobertos por uma aparente unidade intergrupal.

COORDENADOR/A: FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

“Exclusivamente feminino”: Materialização cotidiana do gênero por “garotas de programa”

AUTORES/AS: SILVIA BEATRIZ MENDONÇA

As interpretações presentes no imaginário social acerca da prostituição de mulheres entendem que dentro de uma “normalidade” nenhuma mulher escolheria esse trabalho. Aqui, entendo as garotas de programa como transgressoras da feminilidade, como convenção de comportamento quanto à sexualidade, por exercerem a prostituição. Verifiquei a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com garotas de programa e de etnografia realizada em um salão de beleza situado em uma área da cidade conhecida como sendo de prostituição que estas se definem não apenas pela identidade social profissional, mas também pela realização de vários papéis sociais e pela circulação em diversos espaços sociais. Verifiquei ainda que os procedimentos estéticos realizados por garotas de programa podem ser entendidos como uma materialização do gênero feminino e que este processo apresenta-se como necessário ao exercício bem sucedido da prostituição. O que as torna reprodutoras, além de transgressoras, da ideia de feminilidade.

DESTINO (in)CERTO: trajeto antropológico de mães de jovens envolvidos com a criminalidade

AUTORES/AS: SIMONE DE OLIVEIRA MESTRE, MESTRE SIMONE DE OLIVEIRA, SOUZA ÉRICA RENATA DE

Trataremos, nessa comunicação, dos dados iniciais de uma pesquisa de mestrado, de cunho etnográfico, sobre o destino de mães de jovens envolvidos com a “criminalidade”, especificamente depois da liberação do filho da unidade socioeducativa ou do alcance da maioridade penal. Nosso objetivo é permitir uma reflexão sócioantropológica sobre a realidade dessas mães, buscando identificar e analisar os marcadores sociais e a violação dos direitos humanos dentro do contexto das relações de gênero, com ênfase na maternidade. Esse debate se dará no contexto atual em que diversos setores

da sociedade e mídias atribuem e reforçam no imaginário social os estereótipos de “marginal” ao jovem e “mãe de vagabundo” para genitora deste. A seleção do tema partiu de observações, relatos coletados e situações vivenciadas durante a pesquisa de campo da monografia, realizado entre fevereiro de 2012 a julho de 2013, com mães de adolescentes privados de liberdade, através de um estudo etnográfico realizado em Porto Velho- Rondônia. Na monografia identificamos que os filhos das mães envolvidas na pesquisa após a liberação das unidades socioeducativas de internação ou a maioridade penal tendem predominante a ingressar nos presídios ou serem assassinados, causando consequências sociais e emocionais a si mesmos e às mães, Dessa forma, pretendemos nessa pesquisa acompanhar essas mulheres e estudar o seu trajeto através da observação e descrição das situações que cercam seu cotidiano.

Diferença e desigualdade em pesquisas sobre sexualidade e gênero: questões para discussão a partir do marco das “interseccionalidades”

AUTORES/AS: JÚLIO ASSIS SIMÕES

O debate sobre “interseccionalidades” ganhou força a partir de leituras críticas do conceito de gênero, coincidindo com reivindicações por diferença no interior do movimento feminista, que questionaram o alcance político e teórico de categorias e identidades englobantes. Parte das discussões aí suscitadas giraram em torno dos usos ambivalentes da noção de “interseccional”, seja para designar a forma de operar de uma lógica de dominação, com ênfase em eixos distintos e sobrepostos de classificação e opressão, seja para referir experiências sociais singulares que não podem ser compartimentalizadas. Tomando como referência exemplos de certa linhagem de pesquisa socioantropológica sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil, procurarei discutir a relevância do marco analítico em questão para a compreensão das lógicas “estruturais” de discriminação, desigualdade e dominação sem sacrificar as tensões e ambivalências próprias dos processos de fabricação e negociação de sentidos que constituem a matéria-prima da experiência social.

Etnografia, moralidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos: dilemas e debates no campo antropológico.

AUTORES/AS: ROZELI MARIA PORTO, FÁTIMA WEISS DE JESUS

Pesquisas antropológicas sobre temas relacionadas aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, tais como as relacionadas ao aborto, ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, tem reiteradamente demonstrado que as situações de campo são constantemente atravessadas por dilemas e debates em torno de questões religiosas. Na contemporaneidade, a moralidade sexual herdada das posições mais conservadoras do cristianismo, é tensionada através das lutas pelo reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos diante de uma sociedade secularizada que por um lado reclama o secularismo de suas instituições e, por outro exerce seu arbítrio para escolher suas crenças e objetos religiosos. Neste contexto, a moralidade sexual tornou-se uma arena de conflito em que as distintas religiões estão lutando por sua regulamentação, enquanto no campo das subjetividades criam-se diferentes sentidos sobre as liberdades, os direitos, sobre Deus e a transcendência, sentidos estes que escapam às normas de instituições religiosas e sociais. Este GT está aberto para a apresentação de etnografias que coloquem dilemas e debates em torno da moral sexual e dos direitos sexuais e reprodutivos, das disputas morais em diferentes instituições sociais e sujeitos (como operadores de direito, médicos, psicólogos, políticos, representantes de movimentos feministas e LGBT), acerca da cidadania sexual e da laicidade além de perspectivas religiosas que atravessam temas relacionados às identidades LGBT.

COORDENADOR/A: LIA ZANOTTA MACHADO

Nos bastidores do Audiovisual, da Política e do Gênero: A produção de um Festival de Cinema Feminista no Ceará.

AUTORES/AS: CRISTHIAN CAJE

A promoção da igualdade de gênero, assim como da diversidade de expressões da sexualidade, é uma preocupação do governo brasileiro há mais de uma década devido a pressão dos movimentos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e também do movimento feminista. Neste cenário, destaca-se o aparecimento de eventos

diversos especializados no assunto, em especial, os festivais de cinema que abordam as questões de Gênero e Sexualidade. Esta comunicação surge como parte do projeto de pesquisa que atualmente desenvolvo no Mestrado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, dentro dos núcleos da Antropologia Visual [NAVI] e de Identidade, Gênero e Subjetividade [NIGS]. Com o objetivo de acompanhar a produção de um festival de Cinema, no Ceará, que tem foco estas questões, pretendo, portanto, analisar e descrever o processo da curadoria do material inscrito e assim entender quais interpretações sobre gênero e sexualidade são levados em consideração nas narrativas cinematográficas selecionadas para o festival.

Refugiados LGBT – um estudo de caso de homossexuais brasileiros refugiados em New York/EUA

AUTORES/AS: OSVALDO FRANCISCO RIBAS LOBOS FERNANDEZ

Essa pesquisa é baseada em entrevistas e inserções etnográficas realizadas entre novembro de 2009 e novembro de 2010, e outra inserção de três meses, durante os meses de junho a agosto de 2012. Essa reflexão é parte integrante da investigação realizada sobre “Crimes homofóbicos no Brasil e EUA” durante estágio de pós-doutorado na Columbia University (2009-2010). O objetivo foi conhecer as motivações para a solicitação de status de refugiado, suas alegações e justificativas processuais. Foi investigado suas condições socio-econômicas, as representações e performances relativas à identidade de gênero e sexualidade. Busca-se compreender o diálogo entre os refugiados, os serviços americanos de imigração e as visões destes acerca das nações de origem e de imigração. Durante o processo para se tornar um refugiado manipulações identitárias e performativas são acionadas pelos candidatos, advogados e pelos serviços de imigração. Foram empregados o método etnográfico e técnicas de abordagens qualitativas, como entrevistas abertas e semidirigidas, uso de diário de campo e a construção de história oral temática de vida. As análises focam o discurso sob uma perspectiva de gênero, orientação sexual, raça/etnia, classe e nacionalidade. Foram realizados dois estudo de caso, um gay e uma lésbica, com o emprego de várias entrevistas em diferentes momentos, observados os estilos e as condições de vida e de trabalho desses refugiados. Por isso, interessa-nos a “história oral temática de vida”, a peça

processual, os argumentos empregados, os fatos e eventos descritos relativos à vida anterior na nação de origem. Em geral, os refugiados são marcados pela discriminação, estigma e por uma série de violências sofridas no país de origem. Por parte dos serviços de imigração até a decisão de um juiz há todo um trabalho pericial que busca creditar que o candidato ao asilo político comprove seu medo, a condição de homossexual e ateste situações de violência. Atualmente, nos EUA há centenas de refugiados brasileiros LGBT vivendo como exilado político, que alegaram o medo da violência homofóbica como principal causa para a imigração. A política externa brasileira mostra-se protagonista nas Nações Unidas pelo reconhecimento internacional dos direitos dos LGBT, contudo há uma série de brasileiros pedindo asilo tanto nos EUA quanto na Europa, devido à discriminação e a violência encontrada na sociedade brasileira. Na política interna brasileira há fortes resistências de setores religiosos e conservadores, os quais vem impedindo no congresso nacional a aprovação de uma lei que criminalize a homofobia. A violência homofóbica no Brasil é monitorada há trinta anos pelo movimento LGBT, entretanto somente nos últimos anos tem sido tratada como um problema social relevante. O movimento social registra um caso de homicídio por dia contra LGBT, através do monitoramento de reportagens jornalísticas, contudo só recentemente o governo brasileiro começou a registrar esse tipo de evento no país.

“Sempre dizem sobre mim, ela tem uma filha, acho que ela não é sapa!”: A lesbianidade e maternidade na trajetória de vida das mulheres masculinizadas

AUTORES/AS: SUELY ALDIR MESSEDER

Este paper resulta da análise das histórias de vida de mulheres lésbicas masculinizadas, cujas trajetórias nos revelam um evento comum entre elas: a maternidade. Estas histórias foram registradas através da pesquisa desenvolvida pelo projeto intitulado “Masculinidades em corpos femininos e suas vivências: um estudo sobre os atos performativos masculinos reproduzidos pelas mulheres nas cidades de Alagoinhas, Camaçari e Salvador”. Aqui, nos cabe entender em que circunstâncias estas mulheres engravidaram, o desenrolar do cotidiano da criação de seus/suas filhos(as), bem como se dão os seus agenciamentos (Ortner, 2006) diante das diversas “moralidades” (que lhes são impostas no entrecruzar de suas

relações interpessoais (pais, irmãos, amigos, vizinhos, médicos). Por hora, salta aos olhos que a gravidez das mulheres aqui analisadas ocorreu ainda na adolescência, sem planejamento, muito embora, tenhamos registrado neste universo de pesquisa, casos de gravidez planejada na fase adulta. Sabe-se que gravidez na adolescência, via de regra, não é bem aceita pela família de origem. No entanto, em se tratando de adolescentes com trejeitos masculinizados, apontadas como supostamente lésbicas, a gravidez revela-se aí, sob forma de redenção de sua hipotética lesbianidade, fato concreto, que afastaria a adolescente tida como lésbica do lugar marginal que a heterossexualidade compulsória (Rubin, 1975; Rich,1980; Haraway,2004) lhe impõe.

COORDENADOR/A: LIA ZANOTTA MACHADO

Parentesco, migração e espaço: reflexões sobre o entrelaçamento entre movimento e família

AUTORES/AS: IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO

Estudando uma considerável variedade de movimentos, percebemos que sempre vemos parentesco como uma das dimensões mais importantes das relações que envolvem a migração: parentesco estabelece redes complexas e redes complexas também são criados como parentesco. O parentesco afeta e é afetado pelo movimento de pessoas. Vemos um complexo entrelaçamento de movimento e de parentesco. A partir de um conjunto variado de trabalhos de campos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do LEM (laboratório de Estudos Migratórios, UFSCar) temos a intenção de explorar algumas dessas sobreposições e contribuir para pensar uma antropologia da migração, bem como a antropologia em geral, uma vez que acreditamos que estes casos

COORDENADOR/A: RAQUEL MOMBELLI

A Festa de São Pedro na Vila de Joanes, Ilha de Marajó - primeiras observações e relatos de campo: o levantamento de mastros

AUTORES/AS: LUIS RICARDO RAVAGNANI

A Vila de Joanes, na Ilha de Marajó (PA), é um local onde se pratica a pesca como forma de subsistência. Essa atividade traz consigo determinados rituais e festas, e tem na figura de São Pedro o seu santo padroeiro. A Festa de São Pedro é celebrada no dia 29 de junho de cada ano, sendo que em Joanes os festejos duram pouco mais de um dia, podendo se estender por até uma semana.

Parto do pressuposto de que a festa faz parte da vida das pessoas e de grupos, seja num simples aniversário ou em uma grande festividade de vários dias, como é o caso da festa que os pescadores preparam e celebram em homenagem a São Pedro. Nessa apresentação irei abordar apenas sobre o primeiro dia da festa, que é quando ocorre o levantamento dos mastros, pois acredito que essa atividade específica traz em si muitas representações que podem ser observadas e compartilhadas para análise, como por exemplo, no consumo de uma bebida tradicional, as coreografias que são realizadas com os mastros durante o cortejo pela vila, na banda de fanfarra dos pescadores e nas visitas que os festeiros realizam em cada casa, o que quase sempre resulta na contribuição para a festa, através das doações de bebidas, enfeites para o mastro e até mesmo dinheiro.

A partir da adoção do método etnográfico e, tendo em vista a importância das pesquisas sobre festas de santos nas Ciências Sociais, busco identificar e compreender os vínculos que são estabelecidos entre os pescadores e a festividade em questão, nas suas práticas e nas agências envolvidas para que a celebração ocorra. O trabalho tem as suas complexidades, pois além da descrição da festa, é necessário trazer informações históricas que fazem parte da memória dos pescadores mais velhos, e também entender um pouco mais como se estabelece a economia da festa, podendo usar como exemplo a demanda e a consequente produção e venda da bebida tradicional que será distribuída a todos durante a festa.

Assim, minha intenção nessa apresentação oral é de expor os primeiros resultados e análises do trabalho de campo que vem sendo desenvolvido. Especialmente quanto ao cortejo e levantamento de mastros que ocorreu no domingo, dia 23 de junho de 2013, dia do início da festa do santo padroeiro dos pescadores, momento que pude observar a relação entre o tradicional e o moderno, no consumo de bebida tradicional, como é o caso da tiborna, e no consumo de outras bebidas como cerveja, cachaça e refrigerante, bem como na preferência musical que parte da banda de fanfarra composta pelos próprios pescadores com seus instrumentos simples e, até mesmo rústicos, que acompanham todo o cortejo dos mastros, sendo seguidos pelas festas de aparelhagem, com DJ e muito brega para a diversão de todos.

Não sei te explicar, mas sei na prática: etnografia de uma pesca Paumari

AUTORES/AS: ANGÉLICA MAIA VIEIRA

O rio Purus, localizado ao Sul do Estado do Amazonas, é habitado por um conjunto de povos, a saber, os Deni, Jamamadi, Paumari, Jarawara, Banawa-Yafi, Zuruahá e os Apurinã. Todos esses, com exceção dos Apurinã, pertencem à família linguística Arawá, juntamente com os Kulina do rio Juruá.

Dentre esses povos, os Paumari são conhecidos por sua familiar relação com o universo aquático e por diversas vezes são chamados de exímios pescadores; índios fluviais; povo das águas; habilíssimos fabricantes de ubás; remadores e pescadores por excelência. Além disso, a FUNAI (S/D) destaca que a particularidade deste povo é a sua afinidade com as águas, e sua origem é intrínseca à vida quase anfíbia que este povo leva. Tais indicativos chamaram-me a atenção, e logo propus este tema como objeto de pesquisa do meu mestrado, onde tratei de analisar a relação dos Paumari com o universo aquático a partir da relação que eles estabeleciam com o peixe-boi, que surgiu como fio condutor para a compreensão da relação dos Paumari com o ambiente aquático.

A pesquisa resultou na seguinte conclusão: a relação dos Paumari com o universo aquático se dava a partir de uma construção de relações e dinâmicas que perpassavam toda uma percepção do ambiente com o qual este povo interagia, revelando conceitos que surgiram a partir das experiências vivenciadas e pensadas pelo grupo. Logo, a interação entre o pescador Paumari e a paisagem do lago ou do

rio, não representa apenas uma forma distinta de pensar a natureza (o ambiente, as árvores, os animais, etc.), mas mostrava, sobretudo, meios que expressavam regimes de interações diversas – presa/predador, humanos e não humanos e, principalmente, se configurava como o espaço da visibilidade das técnicas, dos sentidos e das habilidades que cada um adquiriu durante seu aprendizado enquanto pescador de peixe-boi.

Além das interações com a paisagem, o próprio processo de habilidade e apropriação do conhecimento a partir da observação do pai, configurava-se como um dos elementos que compõem a prática da pesca entre os Paumari. É difícil, no entanto, apontar o elemento principal e mais importante da pesca, porquanto é notório que a própria construção de um pescador, até a sua primeira pescaria, é fruto de um conjunto de elementos que moldam seus conhecimentos, habilidades e agencialidades com o contexto da pesca, proporcionando assim, interações particulares, que são únicas e exclusivas de cada pescador.

COORDENADOR/A: JOSÉ DO NASCIMENTO JUNIOR

Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000)

AUTORES/AS: SIMONE PONDÉ VASSALLO

Este trabalho procura analisar algumas dinâmicas subjacentes ao processo de patrimonialização da cultura afro-brasileira na região portuária do Rio de Janeiro. Mais especificamente, tentarei compreender como, a partir dos anos 1980, foi se elaborando progressivamente um novo imaginário sobre a região portuária como um território afrodescendente, que se torna evidente no uso da expressão Pequena África pela qual a localidade passou hoje a ser comumente chamada.

Minha reflexão se concentra em dois momentos que considero particularmente relevantes na construção deste imaginário: os anos 1980 e os anos 2000. Parto da análise de quatro acontecimentos que considero cruciais: nos anos 1980, o lançamento do livro *Tia Ciata* e a Pequena África e o tombamento da Pedra do Sal; nos anos 2000, a reivindicação étnico-territorial do Quilombo da Pedra do Sal e a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. A análise procura colocar em relevo as tensões e negociações que ocorrem entre lideranças do movimento negro, representantes do poder público municipal, pesquisadores e agentes culturais locais.

Reflexões sobre o processo de patrimonialização dos ofícios das baianas de acarajé e das tacacazeiras

AUTORES/AS: DANIEL BITTER, NINA PINHEIRO BITAR (PPGSA/UFRJ)

Este artigo examina o ofício das baianas de acarajé e das tacacazeiras, no contexto de seu processo de patrimonialização e salvaguarda pelo Iphan. Ao colocar uma lente sobre a produção e consumo do acarajé e do tacacá, à luz da noção de “sistemas culinários”, os autores revelam que distintas concepções de “patrimônio” circulam entre estas profissionais, seus clientes

e agentes estatais, o que vem, muitas vezes, ocasionar conflitos em torno dos usos do espaço urbano por parte destas. As descrições etnográficas apresentadas revelam como essas formas específicas de comidas ocupam um lugar central na formação de vínculos sociais e cosmológicos, bem como, de subjetividades individuais e coletivas. É objetivo também dos autores colocar em foco as múltiplas representações e apropriações que se fazem do acarajé e do tacacá, quando podem aparecer como comidas “típicas”, de “rua” ou de “santo”, nos processos de diferenciação e constituição de pertencimentos sociais.

Religião e patrimônio no Rio de Janeiro: configurações de um campo em disputa

AUTORES/AS: CLAUDIA WOLFF SWATOWISKI

As políticas de patrimônio, configuradas e re-configuradas ao longo das últimas décadas, resultam de e implicam em um campo de disputas e contestações. Diferentes atores sociais reivindicam e questionam critérios de identificação e reconhecimento de patrimônios culturais materiais e imateriais. No campo das religiões tensões também emergem na medida em que um conjunto de valores dominantes serve de referência para legitimação de religiosidades tradicionais e populares, reproduzindo e reforçando a marginalidade de determinados grupos minoritários. Nesta comunicação, me debruço sobre o posicionamento de lideranças de diferentes tradições religiosas (católicas, protestantes, pentecostais, afro-brasileiras e judia) e de representantes de órgãos públicos frente ao processo de patrimonialização de templos e às ações de preservação de memória. Destaco como tais lideranças se posicionam perante os efeitos de produção de identidades/alteridades, legitimidade/marginalidade e visibilidade/invisibilidade no espaço público e no meio urbano.

PÓS EVENTOS



07 - 09 AGOSTO | LOCAL: HOTEL PIPA ATLÂNTICO — AV PRAIA DOS GOLFINHOS 578 | PRAIA DE PIPA — RIO GRANDE DO NORTE

COORDENAÇÃO: MIRIAM GROSSI E TÂNIA WELTER (UFSC)

ELISETE SCHWADE E ROZELI PORTO (UFRN)

ABERTURA

APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS E DOS PARTICIPANTES DAS REDES PROCAD, FAPESC E LIESS

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: A “TEORIA DO GÊNERO” E A BATALHA DA ESCOLA

COORDENAÇÃO: MIRIAM GROSSI (UFSC)

PALESTRANTE : ERIC FASSIN (UNIVERSITÉ DE PARIS VIII SAINT DENNIS- FRANÇA)

DEBATEDOR: MARIO PECHENY (UBA - ARGENTINA)

MESA 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: PROJETOS DE PESQUISA E AÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS

COORDENAÇÃO: MARCIA CALDERIPE (UFAM)

DEBATEDOR: CAMILO BRAZ (UFG)

PALESTRANTES:

ANTROPOLOGIA, GÊNERO, SEXUALIDADES E INTERDISCIPLINARIDADE: FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E ETNOGRAFIAS COLETIVAS

FELIPE FERNANDES (UFBA)

JUVENTUDES COLORIDAS: DIVERSIDADE SEXUAL NUM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

MÔNICA FRANCH (UFPB)

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES E FUTUROS\AS PROFESSORES\AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TÂNIA WELTER (COORDENADORA DOS PROJETOS PIBIC EM E PIBID NA UFSC E NA UFFS)

MESA 2: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES

COORDENAÇÃO: SUSANA ROSTAGNOL (UDELAR - URUGUAI)

DEBATEDORA: MARCIA LONGHI (UFPB)

PALESTRANTES:

TEORIA CRIP E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ACESSO E PERMANÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

ANAHI GUEDES (UFSC)

AÇÕES AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS E GÊNERO

ANALBA BRAZÃO (SOS CORPO)

CIRCUITOS SÓCIO-ALIMENTARES FEMININOS: RURAL E URBANO

ELLEN WOORTMANN (UNB)

CONFERÊNCIA ESCOLA, GÊNERO E PROJETO NACIONALISTA NO QUÉBEC

MONICA HELLER (AAA E TORONTO UNIVERSITY - CANADÁ)

COORDENADORA: ELISETTE SCHWADE (UFRN)

MESA 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA PESQUISA: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO EDITAL GÊNERO E IGUALDADE CNPq-SPM

COORDENAÇÃO: VINICIUS KAUÊ FERREIRA (UFSC E EHESS)

DEBATEDORA: CATERINA REA (UNILAB)

PALESTRANTES:

O PROJETO GÊNERO, RELIGIÃO E SEXUALIDADES EM CONTEXTO AMAZÔNICO

FATIMA WEISS (UFAM)

QUANDO O CAMPO É O SERTÃO: EXPERIÊNCIAS COM MULHERES ASSENTADAS DE SERGIPE E ALAGOAS

PATRÍCIA ROSALBA MOURA COSTA (IFSE)

SOBRE O PROJETO ABORTO E CONTRACEPÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

ROZELI PORTO (UFRN)

MESA 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES — EXPERIÊNCIAS COMPARADAS DO CURSO GDE (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA) NO BRASIL E NAS UNIVERSIDADES ESPANHOLAS

COORDENAÇÃO: GERALDO LOCKS (UNIPAC)

DEBATEDORA: ASSUMPTA SABUCO (UNIVERSIDADE DE SEVILLA)

PALESTRANTES:

O GDE DO RIO GRANDE DO NORTE

ELISETTE SCHWADE (UFRN)

EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E OFICINAS COM ESTUDANTES EM SANTA CATARINA

MIRIAM GROSSI (UFSC)

POLÍTICAS DE GÉNERO EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EN EL ESTADO ESPAÑOL: TENSIONES ENTRE FEMINISMOS Y ACADEMIA

CARMEN GREGORIO GIL (UNIVERSIDAD DE GRANADA)

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO: “DIVERSIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO: EDUCANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS”.

CONFERENCISTA: MIGUEL VALE DE ALMEIDA (ISCTE)

COORDENAÇÃO: RAFAEL CACERES (UPO)

ENCERRAMENTO DAS JORNADAS

REUNIÃO DA REDE LIESS

ORGANIZADORES

BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP/CWA) & CARMEN RIAL (UFSC/ABA)

Este simpósio é resultado de diálogos internacionais iniciados entre pesquisadores do Brasil, Austrália, Áustria, Equador, Estados Unidos e México primeiramente em um painel organizado por Bela Feldman-Bianco no âmbito do Comitê de Antropologias Mundiais (CWA), por ela co-coordenado na Associação Americana de Antropologia. Essa edição ampliada, realizada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em colaboração com a CWA/AAA, visa uma teorização mais ampla sobre a raça e o racismo em sua intersecção com questões relacionadas às migrações e deslocamentos, inclusive de raça, gênero e classe. Dessa perspectiva, pretende-se (1) desvendar os aparentes paradoxos relacionados a (e às vezes simultâneos) aos processos de incorporação parcial e de exclusão, seja dos descendentes de escravos negros africanos, populações indígenas, imigrantes, refugiados, desportistas e outras populações deslocadas no mundo; e (2) contribuir para a compreensão das formas pelas quais esses diversos protagonistas tem agido e reagido à imanente ambiguidade entre o acesso diferencial e exclusão em relação aos direitos humanos e de cidadania.

PALAVRAS CHAVE: Raça, Racismo, Migração, Deslocamentos, Antropologia

DATA: 07 E 08 DE AGOSTO DE 2014 | LOCAL: AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA CENTRAL — UFRN

ORGANIZADORAS: BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP/CWA) & CARMEN RIAL (UFSC/ABA)

ABERTURA: BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP/CWA) & CARMEN RIAL (UFSC/ABA)

SESSÃO I

COORDENADORA: BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP)

DEBATEDORA: LEITH MUHLINGS (C.U.N.Y)

PARTICIPANTES

RACE, RACISM, AND AFRICAN INTERNATIONAL STUDENTS: TOWARD A CRITICAL IMMIGRATION STUDIES

TIMOTHY P. DANIELS (HOFSTRA UNIVERSITY)

AFRICAN AMERICANS AND AFRICA: THE CONTINUING DIALECTIC REVISITED

CHERYL MWARIA (HOFSTRA UNIVERSITY)

PACIFICAÇÃO: RETÓRICA RACISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA (MUSEU NACIONAL/UFRJ)

THE CONSUMPTION OF COLONIALITY? BLACK AND INDIGENOUS POLITICS AT THE TWILIGHT OF NEOLIBERAL MULTICULTURALISM

CHARLES R. HALE (UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN)

SESSÃO II

COORDENADORA: LEITH MULLINGS (CUNY)

DEBATEDORA: BELA FELDMAN-BIANCO (UNICAMP)

PARTICIPANTES

RACE AND THE POLITICS OF MORAL ORDER: IDEOLOGIES CONCERNING INDIGENOUS AUSTRALIANS’

DIANE J AUSTIN-BROOS (UNIVERSITY OF SYDNEY)

PROCESSOS COMUNITÁRIOS DE COMUNICAÇÃO EM OAXACA (MÉXICO). TENSÕES ENTRE COMUNALIDAD E MULTICULTURALISMO.

ELENA NAVA MORALES (UNIVERSITY OF BRASÍLIA)

LEADING WITH RACE: NEW CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN ADDRESSING STRUCTURAL RACISM

RAYMOND CODRINGTON (THE ASPEN INSTITUTE)

SESSÃO III

COORDENADORA: CARMEN RIAL (UFSC/ABA)

DEBATEDOR: RUBEN OLIVEN (UFRGS)

RELATORA: CRISTIANA BASTOS (ICS/UNIV.LISBOA)

PARTICIPAÇÃO: EMBAIXADORA VERA CÍNTIA ÁLVAREZ (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)

PARTICIPANTES

DISCIPLINING MOBILITY AND THE PRODUCTION OF IMMOBILITY (DISCIPLINANDO A MOBILIDADE E A PRODUÇÃO DE IMOBILIDADE)

THOMAS F. CARTER (UNIVERSITY OF BRIGHTON)

ASCRIBING, RECOGNIZING AND ACCOUNTING FOR RACE. EMBODIED EXPERIENCES OF RACIALIZATION AMONG AFRICAN WOMEN FOOTBALL MIGRANTS. (ATRIBUINDO, RECONHECENDO E RESPONDENDO POR RAÇA. EXPERIENCIAS CORPORIFICADAS ENTRE AFRICANAS QUE MIGRAM POR CONTA DO FUTEBOL)

SINE AGERGAARD (DEPARTMENT OF PUBLIC HEALTH, AARHUS UNIVERSITY) AND MARI HAUGAA ENGH

FLAWS AND FRICTIONS: ATHLETIC MIGRANTS AND THE DILEMMAS OF BORDERS (FLUXOS E FRICÇÕES: ATLETAS MIGRANTES E OS DILEMAS DA FRONTEIRA)

NIKO BESNIER (UNIVERSITY OF AMSTERDAM)

MINICURSOS



COORDENADOR/A: FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA FERREIRA (FFCLRP - USP)

CO-COORDENADOR/A: SONIA CRISTINA HAMID (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA)

MINISTRANTE - 1ª SESSÃO: FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA FERREIRA (FFCLRP - USP)

MINISTRANTE - 2ª SESSÃO: GISELE FONSECA CHAGAS (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

MINISTRANTE - 3ª SESSÃO: SONIA CRISTINA HAMID (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA)

A proposta deste minicurso Etnografia e Islam é contribuir para formação de alunos de graduação e pós-graduação na pesquisa etnográfica em campo islâmico. Sabe-se que pesquisa em comunidades islâmicas tem suas especificidades, sendo homem ou mulher, o pesquisador deve saber por onde adentrar o campo e os códigos de aproximação para com o grupo pesquisado. Considerando que, ainda, há poucos especialistas docentes em universidades brasileiras que orientem pesquisas em Islam, este curso tem por princípio não só apresentar instrumentos para pesquisa de campo, mas também constitui em uma escuta etnográfica desses pesquisadores que já iniciaram suas pesquisas e aqueles que pretendem conhecer o campo, a fim de estabelecer um diálogo profícuo sobre o fazer antropológico neste contexto religioso.

O curso está dividido em três partes:

1) Quando o campo são comunidades islâmicas:

- apresentação geral do tema e das comunidades islâmicas brasileiras,
- relação pesquisador - pesquisado (sutilezas de ser homem ou mulher em campo)
- universo simbólico islâmico

2) Etnografias brasileiras e estrangeiras:

- imagem e performance
- gênero
- identidade/etnicidade

3) Escuta e diálogo etnográfico:

- discutir propostas de pesquisas que estão sendo produzidas ou as que estão sendo desenhadas.

Imigrantes e Refugiados Palestinos Muçulmanos no Brasil: Notas Etnográficas

AUTOR(A): SONIA CRISTINA HAMID

Considerando minha experiência etnográfica com palestinos muçulmanos no Brasil, o objetivo desta discussão será o de compartilhar as questões teóricas, metodológicas, éticas e políticas que permearam os trabalhos de campo. Nesse âmbito, apontarei algumas das especificidades de minhas pesquisas etnográficas desenvolvidas com imigrantes e refugiados, indicando as proximidades e as diferenças nos regimes de governo e nas subjetividades dos sujeitos que tais categorias tenderam a imprimir. Além disso, discutirei, por um lado, como questões globais, nacionais e locais se combinam de modo particular, devendo ser consideradas nas pesquisas desenvolvidas com ambos os grupos. Por outro, atentarei para o modo como marcadores religiosos, geracionais, de gênero, classe ou instrução conformam experiências específicas entre os sujeitos, complexificando análises que tendem a abordar comunidades de imigrantes e refugiados como unidades homogêneas.

Quando o campo são comunidades islâmicas

AUTOR(A): FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA FERREIRA

A partir da minha experiência etnográfica de trabalho de campo em comunidades islâmicas há 16 anos, proponho discutir metodologias de pesquisa (uso de imagem, performance, gênero etc.) e técnicas de campo que são úteis para pesquisadores iniciantes e em formação. Questões como alteridade/reflexividade em campo serão discutidas, assim como, pretende-se abrir espaço para discussão de propostas de pesquisas que estão sendo produzidas ou as que estão sendo desenhadas.

Etnografias do Islã no Brasil e na Síria: questões, metodologias e experiências de pesquisa

AUTOR(A): GISELE FONSECA CHAGAS

Partindo da ideia de que o método etnográfico nos possibilita um entendimento mais amplo a respeito do islã e das comunidades muçulmanas em diferentes contextos culturais e sociais, a proposta deste encontro é a de discutir e compartilhar questões e experiências relacionadas às pesquisas que venho desenvolvendo em comunidades muçulmanas no Brasil e na Síria desde 2004. Para tanto, trataremos de questões relacionadas às nuances que envolvem o pesquisador em diferentes situações de trabalho de campo em universos muçulmanos, seja no Brasil ou no Oriente Médio, assim como de questões/temas mais específicos relacionados às pesquisas que realizo, como gênero e a construção de autoridades religiosas femininas muçulmanas.

COORDENADOR/A: OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO)

CO-COORDENADOR/A: RAQUEL MOMBELLI (UFSC)

MINISTRANTE - 1º SESSÃO: ELIANE CANTARINO O'DWYER (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

MINISTRANTE - 2º SESSÃO: ANA FLÁVIA MOREIRA SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

MINISTRANTE - 3º SESSÃO: RAQUEL MOMBELLI (UFSC)

O objetivo deste minicurso é apresentar e discutir conceitos antropológicos tais como grupo étnico, etnicidade, processos de territorialização e práticas culturais, que são utilizados por profissionais da antropologia na elaboração dos laudos e relatórios sobre o reconhecimento de terras de quilombos no Brasil. Também pretende-se debater a partir dos trabalhos de campo realizados, levando em consideração a aplicação dos dispositivos constitucionais as (im) possibilidades do fazer etnográfico nessas situações sociais.

Etnicidade e grupos étnicos

AUTOR(A): ELIANE CANTARINO O'DWYER

O conceito de grupos étnicos está relacionado aos contextos de interação nos quais indivíduos e grupos usam identidades étnicas de modo contrastivo. Tal conceito, ao servir de instrumento analítico nos relatórios antropológico de identificação das “terras de quilombos” para fins de aplicação do artigo 68 do ADCT da CF/1988, tem atendido à categorização jurídica do Decreto 4887/2003, ao considerar “remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de autodefinição”. A definição prevalente é de que os grupos étnicos são entidades autodefinidas: as etnicidades demandam uma visão construída de dentro e elas não têm relações imperativas com qualquer critério objetivo. A experiência do trabalho de campo que caracteriza o fazer antropológico, tanto nas pesquisas acadêmicas, quanto nas condições de elaboração de laudos e relatórios sobre as minorias estudadas pelos praticantes da disciplina, assume uma dimensão crítica na compreensão da etnicidade ao produzir conhecimento de primeira-mão sobre os contextos de interação nos quais esse fenômeno emerge e torna-se relevantes em situações sociais. no caso do reconhecimento das comunidades de quilombos, a pesquisa de campo tem uma importância crucial ao descrever os vínculos estabelecidos entre essas comunidades e as terras tradicionalmente ocupadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Território e processo de territorialização

AUTOR(A): ANA FLÁVIA MOREIRA SANTOS

As noções de território e territorialização serão discutidas a partir de uma perspectiva processual e histórica, como amplo processo de reorganização social deflagrado pela incorporação de populações em uma situação colonial. No que se refere à elaboração de Laudos, trata-se de enfatizar a necessidade de o antropólogo estar atento às relações que os grupos estudados mantiveram, ao longo de suas trajetórias históricas, com distintos setores e agentes da sociedade nacional - incluindo o aparato de Estado -, em suas implicações para a conformação territorial no presente

etnográfico. Serão abordados casos etnográficos relacionados à identificação de um território quilombola, bem como à presença de comunidades remanescentes de quilombo no contexto de grandes empreendimentos, procurando-se demonstrar a complexidade do processo de constituição de territórios étnicos a partir das relações que historicamente se estabelecem entre famílias, lugares e ambientes, em situações atravessadas por processos e agências em múltiplas escalas.

Práticas culturais e patrimônio afro-brasileiros dos quilombos

AUTOR(A): RAQUEL MOMBELLI

Na presente sessão, o minicurso analisará as conformações identitárias dos quilombos e a relação das narrativas das lideranças comunitárias com a identidade nacional brasileira a partir dos processos de implementação de dispositivos da Constituição Federal de 1988. Debaterá também as formas de incorporação do direito quilombola à noção de patrimônio cultural brasileiro. As análises terão como referências os contextos atuais em que se encontram inseridas as comunidades dos quilombos em diferentes regiões do Brasil e que atualmente estão em processo de reconhecimento territorial a partir do Decreto 4.877/2003. Os debates levarão em consideração diversos pleitos territoriais e os registros do patrimônio cultural dessas comunidades pelo Estado brasileiro, da mesma forma que avaliarão os processos de reelaboração e reapropriação coletiva da territorialidade através de narrativas diversas.

COORDENADOR/A: ALBA LUCY GIRALDO FIGUEROA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME)

CO-COORDENADOR/A: JULIANA FRANÇA VARELLA - ANTROPÓLOGA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME)

MINISTRANTE - 1º SESSÃO: JULIANA FRANÇA VARELLA - ANTROPÓLOGA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME)

MINISTRANTE - 2º SESSÃO: PEDRO STOECKLI PIRES (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME)

MINISTRANTE - 3º SESSÃO: ALBA LUCY GIRALDO FIGUEROA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME)

A proposta do minicurso é apresentar o potencial de atuação dos profissionais de Antropologia no campo da avaliação de políticas sociais. Com base nas experiências da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS), serão exploradas de forma crítica distintas possibilidades metodológicas para avaliação de políticas, programas e ações e suas interfaces com a Antropologia (1ª Sessão). A partir de exemplos de pesquisas conduzidas pela SAGI, serão apresentados e discutidos o conceito de avaliação e o uso de ferramentas de coleta de dados (2ª Sessão). Apresentação e demonstração do acesso a bases de dados e informações já disponíveis para consulta pelo MDS (3ª Sessão).

OFICINAS



COORDENADOR(A): LISABETE CORADINI (UFRN)

Co-COORDENADOR(A): CLÁUDIA CARDOSO MESQUITA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

MINISTRANTE - 1º SESSÃO: CLÁUDIA CARDOSO MESQUITA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

A oficina está estruturada em três encontros, cada um deles nucleado por um filme que daria conta de múltiplos aspectos do “cinema do encontro” de Eduardo Coutinho, em três momentos: *Cabra Marcado para Morrer*; *Santo Forte*; e *O fim e o princípio*. A oficina prevê também o debate e apresentação de trechos de outros filmes a cada vez, em diálogo com as características centrais do módulo em questão, como por exemplo: *“Teodorico, o Imperador do Sertão”* (1978), *“O Fio da Memória”* (1991), *“Boca de Lixo”* (1993), *“Edifício Master”* (2002), *“Peões”* (2004). Narrativas, olho-no-olho, palavra filmada, entrevistas e rigor metodológico serão as palavras-chave da oficina.

COORDENADOR(A): CLÁUDIA TURRA MAGNI (UFPEL)

CO-COORDENADOR(A): PAULA MORGADO DIAS LOPES (UNIVERSIDADE DE SAO PAULO)

MINISTRANTE - 1º SESSÃO: JOHANNES ANDREAS VALENTIN (UERJ/IUPERJ)

MINISTRANTE - 2º SESSÃO: YARA SCHREIBER DINES (USP)

O Concurso Pierre Verger, existente desde 1996, por iniciativa da Associação Brasileira de Antropologia, tornou-se espaço consolidado para a mostra da produção fílmica e fotográfica em pesquisas etnográficas. Ao aumento vertiginoso de inscrições a cada ano, correspondeu a ampliação de apoiadores dos prêmios, a circulação da exposição das obras premiadas por centros culturais de diferentes estados do país, o incentivo ao intercâmbio internacional com instituições reconhecidas. Dentro do propósito de incremento epistemológico e valorização do investimento intelectual, sensível e técnico da pesquisa em Antropologia Visual, essa oficina propõe aos autores dos ensaios fotográficos selecionados pelo Juri do Concurso, um espaço de oralidade, discussão e reflexão através e a partir das imagens, associando a exposição fotográfica às suas experiências etnográficas singulares, a serem problematizadas e partilhadas com o público e profissionais da fotografia. A primeira edição desta oficina ocorreu na 28 RBA, quando os patrocinadores do Concurso também tiveram oportunidade de conferir a solidez dos fundamentos de pesquisa dos trabalhos premiados, assim como seu potencial dialógico com um público mais amplo.

OBS: A Comissão do Prêmio Pierre Verger indicará os autores de ensaios fotográficos finalistas que serão convidados para participar desta Oficina, apresentando oral e visualmente, seus trabalhos.

COORDENADOR: BELA FELDMAN-BIANCO

Co-COORDENADOR: IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO

A questão migratória no Brasil está na ordem do dia. Enquanto nos confrontamos com um debate nacional suscitado pela vinda de novos contingentes de imigrantes – especialmente os haitianos – e a falta de políticas públicas para imigrantes, há movimentações para se repensar políticas para imigrantes e emigrantes do Brasil. A realização em maio de 2014 da I COMIGRAR propicia uma reflexão sobre as políticas de migração e refúgio no Brasil e, também, evidencia tensões e diferenças entre agentes estatais e entre diversos atores da sociedade civil. Entrementes, o Ministério da Justiça, através da nomeação de uma comissão de especialistas, lançou minuta de novo anteprojeto de lei das migrações, cujo debate é o objetivo dessa oficina. Tanto de uma perspectiva histórica, como comparativa, visamos produzir uma reflexão antropológica sobre a nova proposta, comparações com legislações anteriores e outras legislações sul-americanas, bem como análise do cenário político e econômico que sustenta a proposta atual e gera o conjunto de debates realizados nas consultas prévias em preparação à I COMIGRAR. Com esse intuito, após breve exposição sobre o tema por Bela Feldman-Bianco, João Guilherme Granja, diretor do Dep. de Estrangeiros do Ministério da Justiça, apresentará os novos olhares e agires do Estado brasileiro para as migrações e migrantes do país. Giralda Seyferth (MN/UFRJ) analisará histórica, crítica e comparativamente as regulações da legislação imigratória brasileira. Eduardo Domenech (Univ. Nacional de Córdoba/CONICET) refletirá criticamente sobre a nova lei de migrações na Argentina, uma década após a sua aprovação enquanto Gioconda Herrera (FLACSO-Ecuador) apontará as contradições entre as mudanças constitucionais de 2008 no Equador e a lei imigratória vigente naquele país. Em seu conjunto, essa oficina propiciará uma visão crítica e comparativa sobre as legislações em pauta - e sobre a brasileira em particular- destacando seu avanços, contradições e problemas.

COORDENADORES: RENATO ATHIAS (NEPE/UFPE)

CLAUDIA AUGUSTAT (MUSEU DE ETNOLOGIA/ VIENA)

MINISTRANTE: ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES (UFPE)

Esta Oficina tem o objetivo de debater as questões relacionadas as curadorias compartilhadas e a participação de representantes indígenas no processo de organização de exposições com objetos de coleções etnográficas de instituições Museais. As experiências a serem debatidas fazem parte de atividades já em andamento, nesses últimos anos, pelo Museu do Estado de Pernambuco e pelo Museu de Etnologia de Vienna.

Novos Debates

fórum de debates em antropologia



Novos Debates é um espaço multifacetado e laboratorial de reflexão crítica sobre a produção antropológica desenvolvida por jovens pesquisadorxs. Pretende ser um fórum virtual e concreto de debates não apenas sobre temáticas e problemáticas candentes no cenário disciplinar, mas sobretudo de renovação dos modelos de debate atualmente existentes. Dito de outro modo, *Novos Debates* emerge como um recurso a uma imaginação que é própria à antropologia que desejamos na busca por novas modalidades de diálogo, de aprendizado mútuo e de tensões produtivas no seio de nossa disciplina.

A primeira expressão deste projeto veio recentemente a lume com a publicação do primeiro número da *Revista Novos Debates*, aberta especialmente a pesquisadorxs em formação e jovens pesquisadorxs, mas também a pesquisadorxs seniores. Um de seus objetivos é dar vazão a problemáticas e abordagens emergentes, acreditando que novos terrenos de pesquisa, abordagens e questões têm surgido no cotidiano de pesquisas desenvolvidas por estudantes e jovens antropólogos. Mas, além disso, a *Revista Novos Debates* aposta na formulação de novos modelos de debates – e por que não embates? – em periódicos acadêmicos. É nesse espírito que o *Espaço Novos Debates* toma forma durante a 29ª RBA: desejando ser um lugar de divulgação das novas reflexões em antropologia e de consolidação dos espaços de diálogo entre pesquisadorxs e revistas.

A concretização desse projeto dá-se pela proposição de algumas atividades, apresentadas a seguir. A primeira delas, um **Fórum Permanente de Periódicos em Antropologia**, que pretende congrega as revistas de antropologia em torno de um fórum duradouro de discussões e de colaboração. Muitas são as revistas em nossa área, sejam elas tradicionais ou recém-fundadas, mas muito restrito é o diálogo entre elas. Nossa proposta é pensar a possibilidade de ações diversas, que vão desde o compartilhamento de informações até a realização de evento e mesmo números conjuntos. Visto que *Novos Debates* volta-se principalmente à produção de jovens pesquisadorxs, convidamos inicialmente revistas abertas ao público discente, mas sem nos fechar a participação de revistas restritas a professorxs.

Propomos ainda uma **conversa com Niko Besnier**, professor da University of Amsterdam e editor da revista *American Ethnologist*, que falará sobre estratégias

publicação em revistas internacionais. Consideramos esse um ponto importante no atual contexto de políticas científicas, que prezam pela internacionalização da ciência e por diálogos científicos transnacionais. A palestra será proferida em espanhol e será aberta ao público.

Temos ainda a incorporação de três importantes prêmios da ABA ao *Espaço Novos Debates*: o tradicional **Prêmio Lévi-Strauss** de pesquisas de graduação; o novo **Prêmio Heloísa Alberto Torres**, de pesquisas de mestrado; e o **Prêmio Antropologia e Direitos Humanos**, para todos os níveis de formação. Todos representam, certamente, empreendimentos poderosos para a divulgação de novas pesquisas, para a consolidação da formação de base em antropologia e para articulações críticas entre produção de teoria e engajamento em projetos societários mais amplos. Portanto, esse conjunto de prêmios só pode estar em profunda sintonia com o projeto *Novos Debates*.

Finalmente, convidamos a todxs xs interessadxs a comparecer às atividades aqui apresentadas, que se estenderão através da programação de toda a 29ª RBA.

Editorxs de *Novos Debates*

Fórum Permanente de Periódicos de Antropologia

COORDENADOR(A): VINICIUS KAUE FERREIRA

Co-COORDENADOR(A): GUILHERMO ADERALDO

O objetivo desta atividade é o de formar um fórum permanente de discussão entre as revistas voltadas ou abertas a estudantes de antropologia. Esta proposta inscreve-se num projeto mais amplo de consolidação das revistas discentes em antropologia no Brasil, mas também de avanço na reflexão sobre o próprio modelo de debate desenvolvido nesses periódicos. Trata-se de uma atividade que se inscreve no projeto da revista *Novos Debates*, lançada recentemente pela ABA, mas que se estende além dela, na medida em que *Novos Debates* pretende ser um espaço de atividades múltiplas visando ao avanço da reflexão sobre a produção antropológica dos pesquisadores em formação no Brasil.

Assim, propomos um encontro com representantes de periódicos voltados ou abertos a discentes de todas as regiões do país, a fim de instituímos um diálogo efetivo entre revistas. Partimos do pressuposto de que a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação em antropologia no Brasil foi acompanhada da criação de muitos novos periódicos que, entretanto, pouco se conhecem ou dialogam. Nesse quadro, sugerimos a criação de um fórum permanente de periódicos discentes, a fim de pensarmos uma troca efetiva de experiências, circulação de informações e, em médio prazo, de parcerias, como a publicação de números conjuntos ou debates inter-revistas.

Este Fórum terá a presença do Prof. Niko Besnier (University of Amsterdam), futuro editor da *American Ethnologist*, que dará uma palestra (em espanhol) sobre os procedimentos para se publicar em periódicos internacionais.

OBS: Esta oficina é aberta ao público. Portanto, não é necessário realizar a inscrição nesta atividade, uma vez que ao se inscrever na 29ª RBA poderá acompanhar a oficina. Para os representantes de periódicos interessados em participar do Fórum, agradecemos que escrevam para o e-mail novosdebates@abant.org.br confirmando sua presença.

SESSÃO 1: FÓRUM DE REVISTAS DE ANTROPOLOGIA

MINISTRANTE: VINICIUS KAUE FERREIRA

Este encontro terá o formato de uma apresentação das revistas presentes através de seus representantes, seguido de um diálogo sobre as possibilidades de constituição de um fórum permanente de revistas de antropologia. Ele será voltado aos representantes dos periódicos inscritos.

SESSÃO 2: COMO PUBLICAR EM PERIÓDICOS INTERNACIONAIS. DEBATE COM NIKO BESNIER (UNIVERSITY OF AMSTERDAM)

MINISTRANTE: GUILHERMO ANDRÉ ADERALDO

O segundo encontro contará com a participação do professor Niko Besnier (University of Amsterdam) que ministrará uma palestra sobre como publicar em periódicos internacionais. Esta sessão é aberta ao público.

Prêmio Lévi-Strauss

ORGANIZADO PELA COMISSÃO DO PRÊMIO LÉVI-STRAUSS

Modalidade A: Melhor pôster de Iniciação Científica em Antropologia - Nesta modalidade podem concorrer pôsteres relativos a pesquisas antropológicas desenvolvidas em universidades brasileiras, em cursos de graduação, por estudantes associados/as à ABA na categoria associado aspirante e/ou orientados/as por professor/a associado/a à ABA.

Modalidade B: Melhor artigo de recém-graduado - Nesta modalidade podem concorrer artigos relativos a pesquisas desenvolvidas em universidades brasileiras que apresentem dados de pesquisa de campo, assim como uma reflexão crítica que incorpore a contribuição da produção antropológica clássica e contemporânea. Os (as) autores (as) devem ser estudantes graduados em Antropologia, Ciências Sociais ou áreas afins, formados em bacharelado ou licenciatura entre junho de 2012 e abril de 2014, e/ou orientados por antropólogo/a associado/a à ABA.

Prêmio Direitos Humanos

ORGANIZADO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

O VI Prêmio Antropologia e Direitos Humanos: “Expandindo Fronteiras: Lutas Sociais e Construção de Direitos” objetiva estimular, apoiar e divulgar trabalhos que versem sobre a contribuição da Antropologia para várias áreas relativas à temática dos Direitos Humanos.

- a) na categoria Doutorado** - doutores ou doutorandos em Antropologia ou orientados por antropólogos associados da ABA em outros programas de pós-graduação;
- b) na categoria Mestrado** - mestres ou mestrandos em Antropologia ou orientados por antropólogos associados da ABA em outros programas de pós-graduação;
- c) na categoria Graduação** - graduados ou graduandos em Ciências Sociais ou orientados por antropólogos associados da ABA em outros cursos de graduação.

Prêmio Heloísa Alberto Torres

A Associação Brasileira de Antropologia lança a primeira edição do Prêmio Heloísa Alberto Torres. O Concurso é uma homenagem à contribuição de Heloísa Alberto Torres à Antropologia e visa estimular novas carreiras e dar visibilidade à produção original e de grande qualidade acadêmica de pesquisas desenvolvidas na modalidade de mestrado, em universidades brasileiras. Modalidade mestrado - estudantes associados/as à ABA na categoria associado pós-graduando e/ou orientado/a por professor/a associado/a à ABA. O prêmio é aberto a estudantes de doutorado que ainda não defenderam sua tese.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA



DIRETORIA

Presidente

Carmen Silvia Rial (UFSC)

Vice-Presidente

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

Secretário Geral

Renato Monteiro Athias (UFPE)

Secretário Adjunto

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Tesoureira Geral

Maria Amélia S. Dickie (UFSC)

Tesoureira Adjunta

Andrea de Souza Lobo (UNB)

Diretor

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Diretora

Marcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM)

Diretora

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Diretor

Carlos Alberto Steil (UFRGS)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Secretária Administrativa

Carine Lemos

Assistente Administrativa

Leidiane Ribeiro

Auxiliar Administrativo

Roberto Pinheiro

CONSELHO CIENTÍFICO

Ex-presidentes

Eunice Ribeiro Durham (USP)

Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicago)

Antônio Augusto Arantes (UNICAMP)

Roque de Barros Laraia (UnB)

João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)

Mariza Corrêa (UNICAMP)

Yonne de Freitas Leite (UFRJ)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Gustavo Lins Ribeiro (UnB)

Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)

Bela Felman-Bianco (Unicamp)

COMISSÃO ORGANIZADORA



COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Carmen Rial (UFSC)

Vice-Presidente

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

Coordenação Executiva

Elisete Schwade (UFRN)

Coordenação Financeira

Andrea de Souza Lobo (UNB)

Membros

Renato Monteiro Athias (UFPE), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), Elisete Schwade (UFRN), Julie Antoinette Cavnac (UFRN) e Lisabete Coradini (UFRN)

COMISSÃO DOS PRÊMIOS

Prêmio Lévi-Strauss

Miriam Grossi (UFSC)

Prêmio Pierre Verger

Edgar Teodoro da Cunha (UNESP)

Prêmio Direitos Humanos

Claudia Fonseca (UFRGS)

Prêmio Heloísa Alberto Torres

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

COMUNICAÇÃO

Felipe Fernandes (UFBA)

Alex Vailati (UFSC)

Yuri Rosa Neves (UFSC)

IDENTIDADE VISUAL

Marina Moros (UFSC)

Natalia Regina de Souza (UFSC)

Cristhian Fernando Cajé Rodríguez (UFSC)

Professores do Departamento de Antropologia da UFRN

Elisete Schwade

Carlos Guilherme do Valle

Rozeli Maria

Julie Antoinette Cavnac

Francisca Miller

Lisabete Coradini

Eliane Tânia Martins de Freitas

Maria Jose Alfaro Freire

Chiara Pusetti

Edmundo Marcelo Mendes Pereira

Rita de Cássia Maria Neves

José Glebson Vieira

Jean Segata

Juliana Melo

Professores do IFRN

Isabel Dantas

Flavio Rodrigo Ferreira

Estudantes dos PPGAS, PPGCS e IFRN

Cássia Helena Sousa, Andressa Moraes, Camila Pinheiro, Josael Lima, Jean Sartief, Francisco Cleiton Rêgo, Ângela Bezerra, Rafael Leal Matos, Maria Luciana Davi, Andréa Cristiane dos Santos, Paulo Filho, Isaac Luna, Jocasta Luana de Andrade, Isaac Joatan de Luna

Secretaria Local

José Duarte Barbosa Júnior

Juliara Borges Segata

Ana Paula França

03/08 Abertura no Centro de Convenções de Natal-RN • 04 a 06/08 no Campus Central da UFRN

Secretaria da ABA: (+5561) 3307-3754 • e. 29rba@abant.org.br
www.29rba.abant.org.br • www.facebook.com/29RBA



FORD FOUNDATION

